RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
124361	Discordância	Via APA	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
124360	Discordância	Via APA	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
124358	Discordância	Via APA	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
124127	Geral	Bom dia, Face aos constrangimentos identificados na análise dos elementos submetidos a consulta pública e na respetiva verificação de compatibilização com os instrumentos de gestão territorial em vigor, remete-se a informação relativa às situações entretanto identificadas. Caso seja possível, agradece-se que a informação agora remetida seja considerada e incorporada na análise em curso. Apresentamos as nossas desculpas pelo sucedido e agradecemos, desde já, a atenção e disponibilidade dispensadas. Com os melhores cumprimentos, Nuno Medina, eng.º Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123759	Geral	Ex.mos Senhores: Não tendo sido possível, em tempo útil, submeter o nosso parecer no portal 'Participa', anexamos o mesmo, no sentido de, desta forma, participarmos na discussão pública do assunto em epígrafe. Certos da melhor receção da presente, com respeitosos cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123671	Discordância	Eu maria João Guerreiro, natural de São Domingos, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto ambiental e de saúde pública dentro das ZAER reduz a análise real dos riscos climáticos e ambientais para a saúde dos residentes. 9. impactos cumulativos e irreversíveis: milhares de hectares convertidos em painéis solares ou infraestruturas podem alterar o microclima, a dinâmica de bacias hidrográficas e a biodiversidade de forma permanente nas nossas regiões. 10. custo social e económico injusto para os moradores: custos de adaptação da rede, obras de infraestrutura e outros encargos podem ser suportados pelos residentes sem um benefício local proporcional	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123670	Discordância	Considero que este programa é prejudicial para a sustentabilidade da vida nos lugares onde será implementado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123669	Discordância	Eu, Margarida Morais Marques, residente em (Ilhavo, distrito de Aveiro), venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que vivem nos territórios em causa. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123668	Concordância	As energias renovaveis são uma necessidade	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123667	Discordância	Claramente estamos perante uma situação de ataque ao ecossistema com o cartaz de ser uma ação em prol do ambiente. Existem imensos terrenos sem Natureza ou telhados onde estes sistemas podem ser instalados	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123666	Discordância	O programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na minha opinião terá um impacto sócio económico e ambiental devastador não só para as populações das áreas abrangidas mas para todo o território nacional. A transição energética é muito necessária mas não através de medidas com esta pegada dimensional tão negativa e até contraditória ao seu propósito. Portugal não está à venda, nem a classe politica tem o direito de hipotecar e destruir o que não lhes pertence!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123665	Discordância	A proteção do património natural, dos modos de vida das populações, a resiliência climática dos territórios e os direitos das gerações presentes e futuras, deve ser respeitada e garantida em conformidade com a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Bases do Ambiente, a Lei de Bases do Clima e o direito da União Europeia. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações.	A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
123664	Reclamação	Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
123663	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123662	Discordância	Parece-me pouco ambiciosa do ponto de vista ecológico, porque efetivamente é dificil De compreender a proporção da aposta em produção de energia centralizada, que é evidente que tem muito mais contras que a descentralizada, pelo perigo ambiental, a eficiência inferior e o ataque aos locais onde os mega parques são colocados, destruindo qualquer réstia de identidade que lá pudesse existir. https://escholarship.org/content/qt9jp7g95t/qt9jp7g95t.pdf Espero que não avance desta forma. Temos de ser mais ambiciosos nas propostas feitas e no trabalho a executar pelo interesse público dos cidadãos e não pelo proveito de grupos empresariais que estão pacientemente a aguardar a concordância e avanço desta proposta, que lhes abre vastas portas a muitos lucros… Enfim. Cumprimentos, Ana Vieira	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123661	Discordância	Aqui não! e muito menos desta maneira destrutiva	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123660	Discordância	Discordo deste programa por achar que será prejudicial para as condições sócio económicas das populações das regiões rurais, por questões ecológicas e de sustentação do país em geral.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123659	Discordância	Como cidadã e defensora do nosso património ecológico, vejo com enorme preocupação o desenho atual do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça como legítima e urgente a necessidade de acelerar a transição energética, considero que esta proposta assenta em pressupostos desatualizados. Se avançarmos desta forma, o esforço feito para mitigar impactos será anulado por um caminho que promove a destruição e a fragmentação dos habitats naturais em Portugal. A pressa administrativa não pode violar a Constituição da República Portuguesa nem o Direito do Ambiente. A transição energética só será real se respeitar a sustentabilidade integral, assente em pilares fundamentais: * Inseparabilidade das crises: A crise climática e a da biodiversidade são duas faces da mesma moeda. Não podemos resolver uma agravando a outra. * Limites do ordenamento: A proteção da natureza deve ser um limite intransponível para as políticas energéticas. Destruir ecossistemas que sequestram carbono e regulam a água para instalar energia dita "verde" é um contrassenso ecológico. * Princípio da precaução: A celeridade dos processos não pode comprometer a qualidade da Avaliação Ambiental Estratégica, o uso de cartografia atualizada e a devida participação pública. * O valor não renovável do solo: O solo é um recurso finito à escala humana. Ele desempenha funções vitais na infiltração de água, regulação climática, retenção de matéria orgânica e produção alimentar. Num país vulnerável à erosão, secas e desertificação, a sua ocupação agrava drasticamente a nossa fragilidade territorial. Estou convicta de que a instalação de centrais fotovoltaicas deve privilegiar, prioritariamente, áreas já artificializadas ou impermeabilizadas. Devemos evitar a ocupação de solos naturais, agrícolas ou com funções ecológicas, mesmo que já se tenham excluído as áreas de maior valor como Parques Naturais ou a Rede Natura. A expansão das energias renováveis deve focar-se em espaços já transformados pelo Homem e aproveitar a inovação tecnológica através de:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
123658	Discordância	Discordo completamente sendo que a decisão por energias renováveis tem de ser mais consciente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123657	Discordância	Exmos. Senhores, caros concidadãos: Venho por esse meio expressar o meu voto contra a instalação de uma central fotovoltaica de grande dimensão na zona de Louriçal do Campo, Lardosa e barragem da Marateca, nos moldes que atualmente se mostram, com a informação que encontro disponível. Considerando: -tendo concordância com o facto de Portugal necessitar de ter um plano que permita a implantação de energia renovável a curto prazo; -tendo em consideração que as necessidades de energia elétrica, limpa e renovável, é uma obrigação que tem que ser cumprida ao abrigo de leis nacionais e internacionais; - tendo em consideração que as necessidades de energia elétrica, limpa e renovável, é uma obrigação que temos que ter para cumprir metas de redução de energias fosseis sendo que cada vez mais a mobilidade se faz à custa de viaturas elétricas; -tendo em consideração que as necessidades de energia elétrica, limpa e renovável, é uma obrigação que temos que ter como compromisso com as próximas gerações; Considerando: -tendo casa em Alpedrinha como segunda moradia; -sendo proprietário de um terreno que confina com a proposta atual de implantação de uma central fotovoltaica, propriedade essa que é usada como agricultura, pasto e produção de comida para animais , que neste momento se encontra em exploração em modo de produção biológica; -tendo em conta que a proposta actual de implantação da referida central fotovoltaica vai ocupar o	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123656	Discordância	Discordância	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123655	Discordância	Enquanto ha estacionamentos e edificação para cubrir e dar sombra com cobertura de painéis solares, estas tentativas ao ecocidio em nome de metas de sustentabilidade sempre irão mostrar que o unico que interessa e o lucro dos poucos.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123654	Discordância	Não concordo com este projeto que resulta na destruição do património paisagístico e ecológico, na perda de solos agrícolas vitais e no prejuízo do bem-estar e da subsistência das populações locais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123653	Discordância	Discordo de todo. Não tem fundamento, na minha opinião.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123652	Discordância	Discordo com esta proposta porque tornaria Portugal num meio mais árido como também prejudicaria o seu ecossistema tornando-o mais desequilíbrado ao nível da sua fauna e flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123651	Discordância	Defender os ecossistemas, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123650	Discordância	É um atentado à Natureza e ao Ambiente do quem dependemos - arrasar com mulheres de km de natureza não é sustentabilidade, é tornar a terra estéril, aumentar a temperatura porque sem espaços verdes cada vez aumenta mais, é tirar fonte de oxigénio essencial para todos nós, é condenar dezenas de espécies animais fundamentais para o equilíbrio da natureza, e tudo isto se reflete no Ser Humano que depende da natureza - os painéis fotovoltaicos devem ser instalados em infra estruturas e edifícios já existentes e as eólicas não compensam o que produzem e devastam territórios. Precisamos é de consumir menos e de melhor qualidade, o que implica produzir menos porque vai tanta coisa para o lixo, inclusive alimentação como eu já vi em empregos que passei , é preciso desacelerar o consumismo e viver mais do que é realmente fundamental, sair da frente dos ecrãs que precisam desta energia eléctrica e ter actividades realmente saudáveis. O território nacional é de todos nós, e a nossa palavra é soberana - não à devastação de território natural para a implementação de sistemas que muitos nem sequer são para benefício dos portugueses.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123649	Discordância	Queremos árvores nativas no nosso território	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123648	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Lisboa, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123647	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123646	Geral	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123645	Discordância	Por mais respeito pelas áreas verdes e pelo melhor planeamento, estudo de impacto ambiental e respeito pelas populações. Discordo desta acção programática para implementação do projecto PSZAER	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123643	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Preocupa-me o impacto que possa vir a ter no sistema nervoso das populações humanas que habitam no território e das infâncias em desenvolvimento, como já tem acontecido e existem evidências no país vizinho, para além de outros impactos já conhecidos na vida e rotas de migração das aves. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123642	Discordância	Se todo o investimento em painéis fosse parar aos nossos telhados para termos energia seria mais Verde que a esperança! Deixem as areas verdes em paz! Colocar paineis e desbastar flora nãoée wrgua Verde éenergia capitalista!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123641	Discordância	Exmos Senhores, Vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123640	Discordância	O plano não é sobre energias renováveis, esse termo é só uma máscara	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123639	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Coimbra, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123638	Discordância	Discordo deste programa por considerar que não protege adequadamente os valores ambientais, paisagísticos e as comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123637	Discordância	Não acho que seja sustentável	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123636	Discordância	Exmo(a) Senhor(a) Coordenador(a) da EMER 2030, Manifesto a minha discordância relativamente à proposta apresentada, por considerar que a definição das áreas para instalação de infraestruturas fotovoltaicas de grande dimensão não evidencia uma avaliação integrada das características e vulnerabilidades do Planalto Mirandês e do Nordeste Transmontano. Este território constitui um sistema ambiental complexo, onde os solos, a vegetação, a água, a biodiversidade, a agricultura e a paisagem funcionam de forma interdependente. Qualquer alteração significativa do uso do solo deve, por isso, ser analisada de forma global e não apenas sob a perspetiva do potencial energético. A documentação disponibilizada não demonstra que tenham sido devidamente ponderados os efeitos da ocupação de extensas áreas contínuas sobre a conectividade ecológica, a conservação dos solos, a atividade agrícola, a pastorícia extensiva, os recursos hídricos e a identidade paisagística da região. Preocupa-me igualmente a ausência de uma análise clara dos impactos cumulativos resultantes da instalação de múltiplas infraestruturas energéticas no Nordeste Transmontano, bem como dos respetivos acessos, linhas elétricas, subestações e demais obras associadas. O Planalto Mirandês alberga habitats de elevado valor ecológico e espécies protegidas, constituindo igualmente uma paisagem cultural moldada ao longo de séculos pelas comunidades locais. Estes valores representam um património coletivo que deve ser cuidadosamente considerado em qualquer decisão de ordenamento do território. Entendo que, perante as atuais alterações climáticas e a crescente vulnerabilidade desta região à seca, ao aumento da temperatura e à degradação dos solos, deveria prevalecer uma abordagem baseada no princípio da precaução, assegurando que todas as decisões sejam sustentadas por estudos completos, transparentes e cientificamente fundamentados. Pelas razões expostas, considero que a informação disponibilizada é insuficiente para demonstrar que foram	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
123635	Discordância	Não há energias verdes se forem a custa da destruição da natureza. A humanidade não sobrevirá sem sem natureza. É necessário plantar muitas arvores e não o contrário.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123634	Discordância	O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios já classificados como climaticamente vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas, designadamente em vastas zonas do interior do país. Apesar desta realidade estar amplamente documentada pela evidência científica e pelos instrumentos estratégicos nacionais, o plano não demonstra de que forma a concentração de milhares de hectares de centrais solares nestes territórios é compatível com os objetivos nacionais de adaptação às alterações climáticas e de proteção da saúde pública. Esta omissão é particularmente preocupante porque Portugal é reconhecido como um dos países europeus mais vulneráveis às alterações climáticas, prevendo-se um aumento da frequência, intensidade e duração das ondas de calor, com consequências diretas na saúde das populações, na disponibilidade hídrica, na biodiversidade, na agricultura e na resiliência dos ecossistemas. A evidência nacional demonstra igualmente que os períodos de calor extremo estão associados a aumentos significativos da mortalidade, sobretudo entre idosos, pessoas com doença crónica, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis. Acresce que o plano não inclui qualquer Avaliação de Impacto na Saúde que permita analisar os efeitos diretos, indiretos e cumulativos da concentração destas infraestruturas sobre a saúde humana, contrariando a abordagem "Saúde em Todas as Políticas" e as recomendações da Organização Mundial da Saúde para integrar sistematicamente a saúde nas decisões relativas a políticas, planos e projetos. Ao privilegiar exclusivamente a aceleração da produção de energia renovável, sem avaliar simultaneamente os efeitos na adaptação climática, na saúde pública, na resiliência territorial e nos serviços dos ecossistemas, o PSZAER viola o princípio da precaução e compromete uma abordagem integrada ao desenvolvimento sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123633	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123632	Discordância	O meu nome é Guilhermina Castro Temos uma Quinta de agricultura biologica que também é alojamento local, em Baião. O PSZAER põe em causa o nosso projecto de vida e o de milhares de pessoas que nestes espaços rurais vivem de forma sustentável, energeticamente falando também. Logo este projecto traz zero mais valias para o nosso território destruindo ao mesmo tempo um recursos natural precioso para nós que é a serra do Marão. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
123631	Discordância	Não concordo com a implantação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em virtude de este afectar as populações, bem como o nosso território rural. Tendo ainda um forte impacto ambiental e paisagístico, influenciando negativamente toda a fauna e flora do nosso território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123630	Discordância	A produção de energia por fontes renováveis é, sem margem de dúvida, o futuro da nossa produção energética, a independência das fontes de energia fósseis, trazendo com elas a soberania energética nacional. A criação de uma mescla de diferentes fontes de energias renováveis, irá garantir o continuo fornecimento energético ao longo das diferentes alturas do dia, e do ano. Contudo, a aceleração da sua implementação deve ser feita com uma visão estratégica e holística do país, devendo alavancar as potencialidades que, a longo prazo, irão beneficiar mais a nossa nação em detrimento, de soluções de curto prazo, que o irão degradar ao longo de décadas. A energia deve ser consumida, tanto quanto possível, o mais perto do seu ponto de consumo, evitando assim perdas na rede, reduzindo a necessidade de redes de média e alta tensão e aumentando a resiliência da rede. Assim, o que faz sentido é, implementar painéis fotovoltaicos nas urbes, áreas industriais, parqueamentos, taludes de autoestradas, aproveitar o nosso mar e marés para a produção offshore, aproveitar a geotermia de determinados locais, e, quando estas e outras soluções produtivas se esgotarem, então aí sim, passar para outras soluções. Este cheque em branco, para a implementação a quase livre arbítrio, demonstra o oposto a uma visão estratégica e holística e um total desconhecimento da realidade. Um pequeno exemplo disso, é apresentado no "Relatório Temático PAISAGEM E PATRIMÓNIO CULTURAL", quando se escreve: "Este Grupo de Unidades de Paisagem (integrando as unidades “63- Pinhal Interior”, “64-Vale do Zêzere”, “65-Serras das Gardunha, Alvelos e Moradal” e “66-Maciço agro-florestal-Castelo Branco”) é particularmente interessante, porque se trata de uma zona de transição entre o norte e o sul, com grande desertificação humana, relevos de grande energia, com profundas transformações nos últimos 100 a 80 anos, onde a pastorícia deu lugar à floresta industrial,	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123628	Discordância	As energias renováveis podem ser sem sombra de dúvida, um caminho com futuro. Mas deverá ser bem planeado, transparente e do interesse de todos, e definitivamente, sem ser à custa de espaços naturais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123627	Discordância	Não há energias verdes se forem à custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem natural identitária de Portugal.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123626	Discordância	Transição verde com destruição de floresta é absurdo! É o mesmo que tratar uma ferida numa perna com uma amputação, resolves a ferida mas ficas sem a perna!!! Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123625	Reclamação	Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123624	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã portuguesa vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123623	Discordância	Os painéis solares em vasta extensão vão destruir a floresta, aumentar a temperatura, retirar o oxigénio e estragar a vida de milhares de pessoas. Por vivermos em democracia, a nossa opinião conta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
123622	Discordância	Discordo da proposta apresentada por considerar que não assegura um equilíbrio adequado entre a necessidade de acelerar a produção de energias renováveis e a proteção do território, da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. Embora reconheça a importância da transição energética, considero que a simplificação dos processos de licenciamento não deve reduzir o rigor da avaliação dos impactos ambientais e sociais de cada projeto. Defendo que a seleção das zonas deve assentar em critérios mais transparentes, com maior envolvimento das comunidades locais e das autarquias, garantindo que áreas de elevado valor ecológico, agrícola ou paisagístico sejam devidamente protegidas. Solicito que a proposta seja revista, reforçando os mecanismos de participação pública, os critérios técnicos de seleção das zonas e as salvaguardas ambientais antes da sua aprovação.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123621	Discordância	Venho apresentar a minha oposição ao PSZAER pelos seguintes motivos: Falta de clareza: Os mapas do projeto não são claros nem detalhados o suficiente para sabermos exatamente quais as áreas que serão afetadas. Impacto ambiental e paisagístico: A instalação destas zonas de aceleração prejudica a natureza, descaracteriza as paisagens do país e afeta as populações locais. Alternativas melhores: O Estado devia dar prioridade à instalação de painéis solares em telhados de fábricas, edifícios e zonas já urbanizadas, em vez de ocupar campos e florestas. Justiça territorial: As grandes cidades consomem a maior parte da energia, mas são as populações do interior que vão sofrer com os impactos visuais e ambientais destas mega-instalações. Pelo exposto, peço que este plano seja revisto.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123620	Discordância	Não concordo com a destruição do meio ambiente e da biodiversidade. É um crime o que estão fazer.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123619	Discordância	Oposição à Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho manifestar a minha total oposição à atual proposta do PSZAER, com base nos seguintes motivos principais: Sacrifício do ambiente: O programa coloca em risco zonas de elevado valor ecológico, florestas e áreas da Rede Natura 2000. A prioridade deve ser dada a áreas já degradadas ou artificializadas (como telhados e zonas industriais) e não a espaços naturais. Falta de transparência: O processo de discussão pública tem sido alvo de críticas severas devido à fraca divulgação e à dificuldade em perceber a localização exata das áreas afetadas. As populações locais não foram devidamente ouvidas. Simplificação excessiva do licenciamento: Ao acelerar os processos, o programa facilita a eliminação de avaliações ambientais rigorosas, como a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) individual, o que é um enorme risco para o território. Falta de benefícios para as comunidades locais: Os grandes projetos de energia renovável ocupam grandes extensões de terreno, mas não garantem uma descida nos custos de energia nem trazem compensações justas para quem vive nos territórios afetados.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123618	Discordância	Infelizmente, e apesar da documentação apresentada, não sou favorável a instalações de centrais forovoltaicas em solos. Devem aproveitar - se ao máximo o uso de telhados por exemplo. O uso em solos deveria ser zero. A nossa biomassa já está muito reduzida devido à catástrofe dos incêndios. Sou contra a desflorestação para estes fins em quaisquer circunstâncias. A questão das centrais fotovoltaicas também é muito sensível devido ao sobreaquecimento. Não sendo especialista, a concentração de painéis fotovoltaicos pode ter um impacto mais negativo que positibvo por esta razão. Finalmente, tenho as minhas reservas quanto às energias renováveis que de "verdes" pouco têm. Mais interessante seria melhorar fontes energéticas já amplamente conhecidas e melhorá - las através de uso de biocombustíveis e centrais nucleares. Os estudos deveriam incidir nestas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123617	Discordância	Junto-me a vários movimentos cívicos e organizações não-governamentais para discordar do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123616	Discordância	Discordo deste projeto. Uma transição energética que destrói a biodiversidade, a agricultura, a paisagem e que atropela os direitos e a saúde das comunidades locais não é progresso — é um retrocesso ambiental e social.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123615	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123614	Discordância	Sou completamente contra este crime ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123613	Discordância	Portugal está a caminho da desertificação, tal como toda a Península Ibérica. Sabemos que o Saara foi fértil e hoje é deserto. Temos o dever de tentar reverter esta situação. Como? Plantando árvores. Porém, parece que nem toda a gente pensa assim! Preparam, por isso, não a plantação de árvores mas o corte de coberto vegetal e natural, substituindo-o por painéis fotovoltaicos. Estes vão provocar a aridez dos solos, o aumento da temperatura no território português, o afastamento de populações, o declínio do turismo.... Discordo desta opção que só tem como objectivo ganhos e lucros para as as grandes potências energéticas, que nada têm de verde pois só lhes interessa a cor do dinheiro.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123612	Discordância	Contra a destruição da paisagem natural de Portugal. Acelerar este tipo de licenciamentos poderá ser aliciante para a atividade criminosa de fogos florestais uma vez que estes terrenos depois de limpos pelo fogo passam a ter utilidade comercial. O objetivo de ocupação de 7% para instalação de renováveis parede exagerado. Ha que tratar a floresta e as zonas rurais com respeito. No more business as usual.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123611	Discordância	Este plano precisa de uma maior inclusão das pessoas no seu desenho. Sou de Vouzela e só hoje consegui conhecer este plano. Não houve discussão no município, nem faz sentido algo desta envergadura ser lançado em julho. Os documentos são disponibilizados de forma confusa, e embora tenha um doutoramento em educação senti-me ignorante para este tipo de ação. Deve ser um período maior de consulta pública com sessões de esclarecimento presenciais e online abertas a toda a sociedade. Mais universidades devem estar incluídas na elaboração deste plano. Os projetos de recuperação paisagística parecem demasiado simplistas. A avaliação ambiental estratégica muito pouco atenta a valores específicos locais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123610	Discordância	Sou de parecer desfavorável e manifesto a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua forma atual, conforme documento anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123609	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123608	Discordância	Não há destruição ambiental. Enquanto houver edifícios, é utilizar os telhados. Nunca destruir árvores e habitat para a colocação de painéis. VAMOS PENSAR EM TODOS, NO AGORA E NO AMANHÃ.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123607	Discordância	Por uma transição energética responsável, respeitadora das comunidades, dos recursos, da biodiversidade. Não é o que este programa significa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123606	Discordância	A transição energética constitui um objetivo estratégico para Portugal e para a União Europeia, sendo essencial para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, cumprir os compromissos climáticos e reforçar a segurança energética. Contudo, a aceleração do licenciamento de projetos de energias renováveis apenas deverá ocorrer quando assente num planeamento territorial rigoroso, transparente e tecnicamente fundamentado, que assegure a compatibilização entre a produção de energia, a conservação da biodiversidade e os princípios do ordenamento do território. Após análise da proposta de PSZAER, considero que a delimitação das ZAER não demonstra reunir a fundamentação técnica, ambiental e territorial necessária para justificar a aplicação do regime de aceleração previsto na Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III). Persistem insuficiências na metodologia utilizada, na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), na avaliação da capacidade de suporte territorial e dos impactes cumulativos, bem como na articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial. Acresce que a consulta pública não foi acompanhada da cartografia georreferenciada de detalhe indispensável para uma apreciação rigorosa das áreas propostas e da sua compatibilidade com os valores naturais e territoriais existentes. A metodologia adotada assenta essencialmente na identificação de áreas com potencial para a produção de energia renovável e na aplicação sucessiva de critérios de exclusão. Contudo, esta abordagem não demonstra que as áreas remanescentes correspondam efetivamente a territórios de reduzida sensibilidade ambiental nem que representem a alternativa territorial mais favorável. Do mesmo modo, não evidencia que tenha sido dada prioridade efetiva à utilização de áreas artificializadas, degradadas ou já infraestruturadas antes da ocupação de solos agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico. A AAE também evidencia limitações relevantes, nomeadamente na análise de alternativas, na integração dos impactes cumulativos e na demonstração da capacidade do território para acolher novas infraestruturas energéticas. A funcionalidade ecológica da paisagem, a conectividade entre habitats e os serviços dos ecossistemas deveriam constituir critérios estruturantes da delimitação das ZAER e não apenas aspetos a avaliar posteriormente no licenciamento dos projetos. Estas preocupações assumem particular relevância no Algarve e no Alentejo, regiões que concentram importantes sistemas ecológicos e onde a pressão decorrente da instalação de parques eólicos, centrais fotovoltaicas, linhas elétricas e projetos híbridos tem vindo a aumentar significativamente. A aplicação uniforme de critérios nacionais não é suficiente para responder às especificidades ecológicas destas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123605	Discordância	Exmos Senhores, Vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123604	Discordância	Preservar o nosso Portugal em Prol dos interesses económicos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123603	Discordância	Manifesto a minha total discordância com o PSZAER na versão atual. A consulta decorreu sem cartografia georreferenciada — as populações nunca viram os mapas sobre os quais lhes pedem parecer — o que compromete gravemente a legitimidade do processo. O programa dispensa a avaliação de impacte ambiental por projeto precisamente onde ela seria mais necessária, ignora os impactes documentados de grandes centrais (efeito de ilha de calor, destruição de habitats, solos e biodiversidade), sacrifica solo agrícola em produção e favorece megaprojetos sem qualquer benefício para as populações locais, quando existem alternativas em áreas já artificializadas. Vários municípios afetados emitiram pareceres desfavoráveis. Solicito a suspensão do procedimento, a divulgação de toda a cartografia e nova consulta pública com informação completa. Defendo a transição energética — e é por isso que recuso que ela seja feita sem transparência e contra os territórios. Remeto parecer fundamentado em anexo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123602	Discordância	Cada contributo conta e este é o momento para dares o teu acerca da transição energética em Portugal. Ainda faltam 3207!!!!!!! Para chegarmos às 10000! A consulta pública está aberta SÓ ATÉ HOJE 15 DE JULHO, no Portal Participa Apoio a transição energética, aliás é super urgente agir sobre este tema, mas não apoia de forma alguma a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Este Programa define onde se podem instalar tantos parques eólicos, como solares e as questões que se colocam não são as energias renováveis, mas a forma como se quer implementar este Programa. A criação destas Zonas em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis é inaceitável, indiscutível, inegociável, mas infelizmente é o que está em cima da mesa e prestes a ser aprovado, e não só, mas também reduzir procedimentos de avaliação. A Agência Portuguesa do Ambiente diz que podem mesmo vir a ser feitas sem avaliação de impacte ambiental caso a caso. A proposta apresentada deste Programa não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas. Simplificar processos de licenciamento é diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. Relembrando que a Directiva Europeia que estabeleceu o enquadramento inicial para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis foi a Directiva 2001/77/CE, ou seja de 2001, com metas até 2010, depois prolongadas até 2020. O que foi feito desde então? E falam agora de uma Aceleração da Implantação? O meu Apelo: • Que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já intervencionadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição dos ecossistemas, nomeadamente floresta, mas também de zonas agrícolas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123601	Discordância	Eu Tiago José Salvado Atalaia, residente em Alcaide, no concelho do Fundão , venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123600	Discordância	Eu, Ana Rita Caixinha Mogas, residente em Golega, distrito de Santarém, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Proposta de Delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER)	
		Síntese	
123599	Discordância	O presente parecer não questiona a necessidade da transição energética nem a importância estratégica das energias renováveis para o cumprimento das metas climáticas nacionais e europeias. Reconhece igualmente a importância da redução da dependência energética, da descarbonização da economia e do reforço da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis. Contudo, considera que a proposta de delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER) apresenta insuficiências significativas ao nível da fundamentação técnica, da avaliação estratégica, da proporcionalidade territorial, da integração com o sistema de ordenamento do território e da demonstração das alternativas disponíveis. Nestes termos, entendo que a proposta, na sua redação atual, não reúne os pressupostos técnicos e jurídicos suficientes para merecer parecer favorável.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123597	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto ambiental e de saúde pública dentro das ZAER reduz a análise real dos riscos climáticos e ambientais para a	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123596	Discordância	Eu Diogo José Medrinho Andrez Vicente Chula, residente em Sines, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123595	Discordância	Manifesto a minha discordância com este tipo de programas que não preservam o património natural e cultural natural, nem a identidade de uma nação e das populações locais. Em vez disso, submetem-se a interesses estabelecidos e à mão de quem não se importa com o bem comum. O verdadeiro programa deveria focar-se na sensibilização e informação sobre o uso regrado das tecnologias e, consequentemente, da energia.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123594	Discordância	Discordo completamente com a desflorestação e destruição da fauna e flora do nosso país para se construírem campos de painéis solares e eólicas nestas dimensões. Visto que onde estes recursos são implementados, nunca mais é possível utilizar os respetivos solos para outro fim além destes recursos, abomino a implementação de energias renováveis nestas dimensões no nosso país. Além de destruírem a natureza e o ambiente em zonas que espaços verdes são vitais, a paisagem verdejante passa a ser negra e deserta e a temperatura vai subir pela redução de espaços verdes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123593	Discordância	Os nossos campos não estão à venda! Discordo em absoluto. O projecto iria contribuir para a desertificação do país. Há que pensar em alternativas sustentáveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123592	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e residente no concelho de Alcochete, venho por este meio exercer o meu direito de participação cívica e submeter o meu contributo no âmbito da Discussão Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da sua Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Embora reconheça a urgência da transição energética e a necessidade premente de descarbonização da nossa economia, venho manifestar a minha total discordância e oposição à formulação atual desta proposta. Uma análise detalhada da documentação, devidamente cruzada com os pareceres técnicos das Entidades Públicas com Responsabilidades Ambientais Específicas (como o ICNF, a APA, a DGT, a DGEG e o Património Cultural, I.P.), evidencia um conflito estrutural inaceitável: a premissa da aceleração foi desenhada à custa de um sobredimensionamento territorial desproporcionado e de uma flexibilização de critérios que ameaçam gravemente a integridade dos nossos ecossistemas. A transição para as energias limpas não pode, em circunstância alguma, servir de justificação para a destruição irreversível dos recursos naturais, do solo rústico e da biodiversidade. Como defensor ativo da conservação da natureza, considero que o planeamento estratégico não pode ser um mero exercício cartográfico indicativo que ignora a realidade física e as sensibilidades do terreno.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123591	Reclamação	Foi na Beira Interior que nasci, cresci e fiz os meus estudos primários e secundários. Mesmo quando estudava na Universidade de Aveiro, deslocava-me semanalmente à Beira Interior para estar na minha casa, com a minha família ou amigos e para usufruir dos bons ares e paisagens. Sempre me desloquei entre Alpedrinha, Castelo Branco e Fundão e aldeias limítrofes. Participei nos escuteiros na Beira Interior durante mais de 10 anos e fiz parte da Quercus da Beira Baixa. Foi com agrado que verifiquei há uns anos atrás que as paisagens e tradições da Beira Baixa foram sendo valorizados internacionalmente: por exemplo com a rodagem de uma saga internacional, a Guerra dos Tronos, em Monsanto da Beira; outro exemplo foi o reconhecimento de Penha Garcia e imediações como o Geoparque Naturtejo, um Geoparque mundial da UNESCO. Também assisti ao reconhecimento internacional do queijo da Beira Baixa, com produções da Solheira e Alcains. bem como alguns bens agrícolas daquela zona, como a cereja e o feijão-frade. Assisti à criação e manutenção do festival Transumância, que exalta a importância da pastorícia na zona da Beira Baixa e que leva as suas tradições a um público nacional e internacional. Concluindo, pude ter tempo para apreciar a beira interior como criança e como adulta. Sou de opinião que a beira interior tem uma paisagem fantástica e que são especiais e únicas as tradições agrícolas e pastorícias. A minha família tem origem na Póvoa de Rio de Moinhos, local que inclui os campos da Beira Baixa. É neste local que se situa um terreno meu que herdei da família e serve para pastorícia e agricultura há dezenas de anos. Já no tempo do meu pai e dos meus avós o terreno tinha estas finalidades. Tenho gosto em manter o terreno destinado à pastorícia e agricultura, sentindo que assim contribuo para a manutenção da bela paisagem da minha região e das suas tradicionais práticas de agricultura e pastorícia. O terreno está a ser mantido de forma sustentável, não é explorado de forma intensiva e por isso contribui para a preservação da Natureza, para a conservação da Biodiversidade e a longo prazo para a sustentabilidade do Planeta. Aquela zona é rica em Biodiversidade, tendo várias populações de animais e aves. Perto do meu terreno foram avistados Linces Ibéricos e na albufeira da Marateca, que também é perto do meu terreno, existe uma população de cegonha-preta, uma ave rara e ameaçada Já tive possibilidade de vender o Terreno em anos anteriores, para poder obter mais lucro, mas essa não é o meu objetivo para o terreno. Manter o meu terreno na pastorícia e agricultura é a forma de contribuir e de me de me sentir ativa na preservação da Natureza e do meio Ambiente. Considero que o rendimento que retiro da utilização do terreno desta forma sustentável é um rendimento justo. Foi com grande espanto e tristeza que consultei alguns mapas incluídos nos documentos do PSZAER e que me pareceram estar incluídos terrenos da Beira Baixa entre Castelo Branco e Fundão como zonas para instalação de painéis	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123590	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123589	Discordância	Nenhum projeto de "energia verde" deve ser erguido com a destruição de flora e fauna.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123588	Discordância	A transição energética é indispensável, mas deve respeitar a identidade, a paisagem, a floresta, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações. No caso de Figueiró dos Vinhos, a proposta do PSZAER deve ser reavaliada, tendo em conta a vulnerabilidade do concelho, marcada pelos incêndios de 2017, por fenómenos meteorológicos extremos recentes e pelo seu elevado valor ambiental, paisagístico e turístico. A instalação de projetos de energias renováveis deve privilegiar áreas já artificializadas ou degradadas, assegurar a participação efetiva do Município, das Juntas de Freguesia e das populações, e garantir benefícios concretos para as comunidades locais. A descarbonização deve ser compatível com a proteção dos territórios rurais e com um desenvolvimento sustentável, equilibrado e justo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123587	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, É com grande apreensão que acompanho os efeitos previstos do plano ZAER sobre o Oeste Alentejano, razão pela qual venho, por este meio, manifestar formalmente a minha oposição à instalação de novos empreendimentos solares e eólicos nesta região. Receio, antes de mais, que os parques fotovoltaicos desvirtuem a beleza natural das nossas paisagens, o que terá inevitáveis repercussões negativas no turismo rural, setor que constitui uma das principais fontes de rendimento para as comunidades locais. Esta inquietação agrava-se no que respeita às turbinas eólicas, avistáveis a longas distâncias, que projetam sombras em movimento e exibem sinalização luminosa intermitente durante o período noturno, para além de gerarem um ruído permanente. São muitos os visitantes oriundos de diversos pontos da Europa e do globo que nos procuram em busca da sensação de paisagem virgem, algo que, infelizmente, se perdeu de forma evidente noutros territórios saturados pela indústria e pela tecnologia. A natureza e a cultura constituem a principal riqueza do Alentejo e um dos maiores fatores de atração turística. O êxito do modelo de turismo sustentável patente na Rota Vicentina demonstra inequivocamente este poder de atração sobre o público estrangeiro. Os parques eólicos e solares inviabilizarão este apelo. Impõe-se, por isso, proteger a beleza da região, a sua vida selvagem, a sua biodiversidade e, acima de tudo, a sua população. Não se trata, porém, apenas de turistas; há também quem escolha esta região para residir, proveniente de outras zonas do país e do estrangeiro, fixando-se aqui e desenvolvendo atividades económicas. Para além de dinamizarem a economia local, estes movimentos contribuem para atenuar o despovoamento – ou até reverter essa tendência – num meio rural que, ao contrário de muitas outras áreas do país, tem registado	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123586	Discordância	à Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 Exmos Senhores Apresento a minha discordância, com base em varias razões , das quais destaco: - O objectivo central deste programa é a "aceleração" - à custa de atroplelos vários, nomeadamente dos Direitos à Informação e à Participação Pública (Convenção de Aarhus, de que o estado português é subscritor, facilitando a possibilidade de não haver mais momentos de auscultação pública dos projectos um por um. - Incompatibilidade entre o que a Avaliação Ambiental Estratégica recomenda ao privilegiar instalações em telhados, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas, o Programa continua a centrar-se essencialmente em solo rústico. Há igualmente incoerência com o objetivo do Restauro da Natureza - Informação insuficiente, naõ tendo sido divulgada a relativa à localização exacta, o que é inaceitável, pois trata-se de aprovar um mapa: mas não foram divulgadas documentação cartográfica e dados georreferenciados das áreas onde se pretende permitir a construção das centrais - Favorecimento de interesses privados em prejuízo dos interesses das populações e do país como um colectivo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123585	Discordância	Não pondo em causa a necessidade de reforçar a produção de energias renováveis, ditas "limpas", a minha discordância vai no sentido do não acautelamento do impacto na paisagem que soluções como as três mega centrais fotovoltaicas projetadas para a zona norte de Évora evidenciam. "Longe da vista, longe do coração" diz o ditado e, de facto, ´é difícil de aceitar que na imensidão do Alentejo, não se encontrem localizações com um menor impacto visual para os projetos em causa. Presumo que os ventos na orla costeira não sejam muito diferentes dos que se registam a 10 km da costa. Então porque razão são instaladas torres eólicas offshore, muito (muitíssimo...) mais caras?	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123584	Discordância	Discordo em todos os sentidos, pelo impacto ambiental, social e económico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123583	Discordância	Proposta de parecer desfavorável da Assembleia Municipal da Marinha Grande sobre o PSZAER Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123582	Reclamação	Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123581	Discordância	Não concordo com esta ação! Está a pôr em causa o nosso património territorial. Num país tão pequeno mas tão rico é inconcebível que o estejam a destruir com este tipo de implementação, de parques sem fim de painéis solares ou moinhos eólicos que destroem a nossa paisagem única e com ela fica completamente destabilizado o ecossistema. Por favor não cometam esta invasão, pela natureza: pelas pessoas, animais e flora que nela habitam da qual dependem as suas vidas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123580	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123579	Discordância	Em total desacordo para a implementação deste programa setorial uma vez que não terá em conta a elevada pressão sobre as populações, bem como áreas de recursos naturais , resultando previsivelmente numa total devastação da paisagem local . Aos territórios escolhidos, acresce a já baixa densidade populacional, sendo que há concelhos cujo a única verdadeira riqueza é o próprio valor da paisagem, alguns até classificados. Portugal deve crescer sustentávelmente no domínio das energias renováveis, onde aliás tem provas dadas, no entanto, a não salvaguarda ambiental e humana a que este programa veta o país é absolutamente inaceitável. A energia renovável não pode ter impactos na desflorestamento e os mapas suscitam muitas dúvidas nesta matéria. O processo em si não parece sério, dada a medida e o seu impacto, sendo que deveria ter sido dado mais tempo para a sua avaliação . Mega projetos nada trazem de desenvolvimento às comunidades, optem por pequenas centrais que beneficiam efectivamente as populações e não os interesses de investimentos privados .	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123578	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA à proposta de Programa Setorial das ZAER, pelas seguintes razões: 1. Retrocesso, desigualdade concorrencial e violação de obrigações: existiu, nas últimas décadas, um esforço partilhado por promotores, empresas de monitorização, academia, agências reguladoras, entre outros, de fortalecimento de uma cultura e um paradigma de avaliação de impacte ambiental. Esse esforço resultou em boas práticas, nomeadamente promotores que prolongaram as monitorizações de impacto ambiental além das suas obrigações legais, permitindo a recolha de informação crítica sobre espécies e habitats protegidos que - de outra forma e por uma carência crónica de financiamento para a conservação da natureza – dificilmente teriam sido obtidas (ex. o relevante contributo para o último censo do Lobo Ibérico). Permitir, no âmbito deste programa, decisões discricionárias sobre a obrigatoriedade da avaliação de impacte ambiental é um retrocesso de décadas, que poderá resultar em perdas significativas de valores naturais. Por outro lado, decisões "à medida" poderão resultar na violação da lei da concorrência (algumas empresas serão isentadas de custos impostos a outras empresas). 2. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 3. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança. 4. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 5. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123577	Discordância	EM NOME DA HUMANIDADE É INACEITAVEL PONDO EM CAUSA A VIDA DE TODOS DOS NOSSOS MUNDOS: MUNDO HUMANO MUNDA ANIMAL MUNDO VEGETAL MUNDO MINERAL PRECISAMOS DAS N/FLORESTAS ÁREAS VERDES O SER HUMANO ESTÁ AUTODESTRUIR-SE NÃO CONCORDO, NÃO AUTORIZO ESTOU TRISTE E DESILUDIDA	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123574	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123573	Discordância	Gostaria de realçar que, apesar de a proposta do PSZAER se debruçar sobre as energias do futuro, com vista à sustentabilidade, a forma como aborda esta problemática desconsidera outros fatores igualmente importantes. De realçar que não está a ser feita uma avaliação de impacto ambiental nas zonas visadas, desconsiderando o potencial impacto da concentração das várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, no habitat de espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação está a ser acompanhada há tantos anos. Deve ser assegurado que haja proteção dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos) e que seja realizada uma avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123572	Discordância	A transição energética é necessária, contudo, não pode ser efetuada à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (fauna e flora local)de forma irreversível, é sem dúvida um projeto prejudicial, "criminoso" quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região, bem como para a do país e não só.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123571	Discordância	Este projeto ataca a biodiversidade, prejudica as populações locais e não tem qualquer beneficio verde. Não há qualquer transição energética verde, quando se destrói a natureza. É impensável, face às pressões climáticas e de perda de biodiversidade que enfrentamos enquanto sociedade, prescindir de uma analise de impacto ambiental para projectos desta dimensão. Historicamente, as megasolares têm levado à desflorestação de floresta nativa, enfraquecendo a biodiversidade e reduzindo a resiliência hidrica e climatica, empobrecendo os solos, destruindo o habitat de que a natureza (e os humanos!) depende.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123569	Discordância	É ainda mais inconcebível que o mesmo seja feito em prol de empresas particulares. Chamar esta energia de verde é uma falácia e greenwashing. Não só não é verde como não está alinhada com o melhor interesse da população. É um tacho para os privados a custa do nosso património natural. Se uma empresa quer candidatar a fazer um projecto megalomano deste genero, tem que passar pelo escrutínio de uma analise de impacto ambiental detalhada. Se não têm os recursos humanos no icnf para dar uma resposta atempada, é investir nos recursos humanos, não facilitar o acesso do que é comprovadamente um atentado ambiental. As licenças, depois de dadas, são difíceis de revocar, e os danos na biodiversidade irreversíveis. Não há espaço para atribuir licenças sem escrutinosa atenção e análise, sem visitas de especialistas ambientais ao terreno ao longo do ano onde se observa a flora em diferentes fases, e relatório detalhado e publico de tudo o que foi encontrado, e uma analise detalhada do impacto do projeto pelo icnf. Se esta é a visão verde que Portugal tem para o futuro, é francamente míope.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123568	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123567	Discordância	Estou absolutamente contra a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para a Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua atual redação. A transição energética constitui um objetivo indispensável para enfrentar as alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Contudo, essa transição deve assentar em princípios de transparência, participação pública, rigor técnico e salvaguarda dos valores ambientais, agrícolas, paisagísticos e sociais. A proposta em consulta pública não demonstra, de forma suficientemente clara, que foram devidamente ponderados os impactos cumulativos da concentração de grandes infraestruturas energéticas no território, nem assegura mecanismos de participação e de decisão compatíveis com a importância das transformações em causa. Acresce que importa garantir que a implantação de novos projetos privilegie áreas já artificializadas ou degradadas, evitando a ocupação de solos agrícolas, espaços naturais e paisagens de elevado valor. Entendo, por isso, que o PSZAER deve ser revisto, reforçando os critérios ambientais e territoriais, a transparência do processo, o envolvimento das populações e a articulação com os instrumentos de ordenamento do território, para que a transição energética seja verdadeiramente sustentável e socialmente justa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123566	Discordância	É triste estarem a vender o país sem real contrapartida para o povo português... Enxer o bolso dos amigos é bom...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123565	Discordância	Instalação de painéis solares para energia verde contradiz totalmente a ideia inicial do projeto. É inadmissível arrasar a natureza, destruir florestas e ecossistemas e sujeitar as populações a viver nesses meios. Eu respiro oxigénio e não painéis.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123564	Discordância	Resumo da Participação Pública sobre o PSZAER A presente participação pública apoia a transição energética, mas considera que a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), na sua forma atual, apresenta fragilidades significativas. O documento foi elaborado num prazo muito reduzido e sujeito a apenas 20 dias de consulta pública, apesar das suas consequências de longo prazo para o território nacional. Os principais pontos de preocupação são: Sobredimensionamento das áreas propostas: As zonas cartografadas excedem largamente a área necessária para atingir as metas nacionais de energia renovável, aumentando a pressão sobre solos agrícolas e florestais e favorecendo fenómenos de especulação. Dependência tecnológica: O Programa não analisa a forte dependência de equipamentos e matérias-primas importados, nem os riscos estratégicos associados à cadeia de fornecimento. Ausência de uma abordagem ao ciclo de vida dos equipamentos: Não são suficientemente tratados aspetos como o desmantelamento das instalações, a gestão dos resíduos, a reciclagem e a recuperação dos solos no final da vida útil. Simplificação insuficiente do licenciamento: Apesar do objetivo de acelerar os procedimentos, o modelo continua complexo e não substitui adequadamente as garantias proporcionadas pela Avaliação de Impacte Ambiental. Falta de avaliação dos impactes cumulativos: O Programa não estabelece mecanismos claros para avaliar os efeitos da concentração de múltiplos projetos no mesmo território nem define responsabilidades para essa monitorização. Insegurança jurídica para os municípios: A articulação entre o PSZAER e os Planos Diretores Municipais permanece pouco clara, podendo originar conflitos e dificuldades na aplicação do Programa. Incoerência entre a Avaliação Ambiental Estratégica e o Programa: Enquanto a Avaliação Ambiental	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação.
123563	Reclamação	Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123562	Discordância	Não PSZAER ,não aceito esta destruição ambiental no nosso País.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123561	Discordância	A minhaparticipação visa manifestar a minha discordância relativamente à proposta de simplificação dos procedimentos de implementação de projetos de energias renováveis. A transição energética constitui um objetivo essencial para combater as alterações climáticas e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Contudo, este objetivo não pode ser alcançado à custa da diminuição das garantias de proteção ambiental. A avaliação ambiental não representa um entrave ao desenvolvimento das energias renováveis; é, pelo contrário, um dos instrumentos que assegura que essa transição ocorre de forma verdadeiramente sustentável. A Constituição da República Portuguesa estabelece, no artigo 66.º, que incumbe ao Estado proteger o ambiente, assegurar a correta utilização do território e promover um desenvolvimento sustentável. Estes princípios encontram igualmente expressão na Lei de Bases do Ambiente, no Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental e na Convenção de Aarhus, que garante a participação dos cidadãos nas decisões com incidência ambiental. Neste contexto, a simplificação administrativa não deve traduzir-se numa redução das exigências da avaliação ambiental nem representar uma diminuição do nível de proteção atualmente assegurado, em respeito pelo princípio da prevenção, da precaução e da não regressão ambiental. A ocupação de extensas áreas por centrais solares e parques eólicos tem impactos significativos na paisagem, na biodiversidade e na conectividade ecológica. Estes projetos devem ser avaliados considerando não apenas os seus efeitos individuais, mas também os impactos cumulativos sobre o território, particularmente num país onde já existe uma forte pressão decorrente de monoculturas extensivas, como o eucalipto, o olival intensivo, a vinha e o amendoal. A criação das Zonas de Aceleração para as Energias	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123560	Discordância	Não queremos a destruição da nossa terra por projetos assim!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123559	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123558	Discordância	Nao concordo com a instalação de paineis solares no meio ambiente que nos rodeia protegendo se a natureza. A sua colocação deve ser realizada em zonas urbanas, exp . telhados, linhas ferreas, parques estacionamento, etc.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123557	Discordância	Completamente discordante da intenção da aceleração de implementação do sistema de energias renováveis. Usar termos bonitos e floridos para ludibriar as comunidades, não pode ser política. Queremos defender o que nos sustenta na vida e não encher as carteiras de quem respira dinheiro. Absolutamente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123556	Discordância	Discordo do programa porque a proposta não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). É essencial que haja na proposta: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas, nomeadamente, Áreas Naturais Protegidas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123555	Discordância	Posição: Desfavorável, na formulação atual Não sou contra a transição energética nem contra as renováveis — sou a favor da descarbonização rápida do sistema energético. A minha oposição é ao modelo territorial proposto neste programa, que prioriza a ocupação de solo rural e natural em vez do espaço já construído. 1. A facilitação do licenciamento enfraquece as salvaguardas ambientais Substituir a avaliação de impacto ambiental projeto a projeto por uma avaliação prévia ao nível da zona significa que decisões de grande alcance sobre o território passam a ser tomadas com base em critérios genéricos, potencial energético, proximidade à rede, menor conflito de uso do solo, sem o escrutínio caso a caso que existe hoje. Isto não é simplificação, é redução do controlo ambiental. 2. Grandes projetos em solo rural e natural não beneficiam as comunidades locais As zonas identificadas ocupam sobretudo terrenos agrícolas e florestais, cerca de 371 mil hectares para solar e 84 mil para eólica em todo o país. São projetos de escala industrial, de grandes investidores, cujo retorno não fica no território. As comunidades ficam com a paisagem alterada e a perda de solo agrícola e florestal, sem benefício proporcional ao impacto. 3. Não devemos associar a transição energética ao corte de árvores e à ocupação agrícola Instalar parques solares e eólicos de larga escala em floresta e solo agrícola compete diretamente com funções que esses territórios já desempenham: sequestro de carbono, biodiversidade, produção alimentar. Descarbonizar à custa de floresta e agricultura resolve um problema criando outro. 4. Existe alternativa: aproveitar o espaço já construído Antes de ocupar solo rural, deveria esgotar-se o potencial de: _coberturas de edifícios, habitação, indústria, comércio, edifícios públicos;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123554	Discordância	Venho manifestar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a necessidade da transição energética, considero inaceitável que essa urgência seja usada para acelerar licenciamentos, reduzir o escrutínio ambiental e concentrar infraestruturas em determinados territórios. Este modelo corre o risco de transformar regiões rurais em verdadeiras zonas de sacrifício, onde as populações locais suportam impactos ambientais, paisagísticos e sociais desproporcionados em benefício de interesses económicos e energéticos mais amplos. A Avaliação Ambiental Estratégica não substitui a avaliação rigorosa de cada projeto, nem garante por si só a análise adequada dos impactos cumulativos. A RED III também não pode servir de fundamento para enfraquecer as obrigações decorrentes da Constituição, da Lei de Bases do Ambiente, da Convenção de Aarhus e das Diretivas AIA, Habitats e Aves. Por estas razões, considero que o PSZAER não deve ser aprovado nos termos propostos. A transição energética deve ser feita com respeito pelas comunidades, pela biodiversidade, pela participação pública e pelo princípio da precaução, e não através da criação de territórios previamente destinados a suportar os custos ambientais dessa transição.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123553	Discordância	O impacte ambiental é muito negativo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123552	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123551	Discordância	Não concordo com o projeto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123550	Discordância	O licenciamento massivo de projetos de renováveis não respeita o nosso território natural, não é sustentável e não promove a regeneração territorial. Precisamos de preservar e cuidar do território, não de cedê-lo indiscriminadamente em nome de interesses económicos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123549	Discordância	Este projecto é um atentado à vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
123547	Discordância	A denominada "transição verde" perde legitimidade quando implica a destruição de florestas, habitats naturais e biodiversidade para a instalação de grandes infraestruturas energéticas. A proposta do PSZAER não pode transformar a transição energética num processo de substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123546	Discordância	Eu Patrícia Nabo, residente em Évora, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA ao PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. Falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123545	Discordância	Árvores SIM! Painéis NÃO!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123544	Discordância	- O processo não foi sério nem transparente: O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas. - O mapa tem erros que ninguém corrigiu: O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estou a ser consultado sobre um programa construído sobre uma cartografia que o seu próprio autor reconhece ser incompleta. - Os solos agrícolas não estão protegidos: A Reserva Agrícola Nacional não abrange todos os solos com função produtiva real. Há solos de regadio, olivais, culturas permanentes e sistemas agrosilvopastoris que não estão classificados como RAN mas que sustentam economias locais, alimentam famílias e dão sentido a este território. A CCDR Norte alertou formalmente que esses solos ficam desprotegidos pelo PSZAER. A DGADR emitiu parecer desfavorável, apontando o risco de "inclusão indevida de áreas agrícolas e agroflorestais relevantes."	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123543	Discordância	Não sou contra a energia solar nem contra a transição energética. Sou contra a instalação indiscriminada de grandes centrais solares em solos agrícolas produtivos, áreas naturais e paisagens de elevado valor ecológico ou paisagístico. Defendo que a prioridade deve ser dada ao aproveitamento de telhados, edifícios públicos e privados, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros encerrados, antigas pedreiras e outros espaços já artificializados, minimizando a perda de solo fértil, a fragmentação de habitats, o impacto visual e os conflitos com as comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123542	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores com mais de 180 metros de altura, localizados próximo de habitações e inseridos numa paisagem de excecional valor natural. Embora as energias renováveis tragam benefícios importantes, projetos desta dimensão podem também ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nas populações vizinhas e na economia local. Consideramos que estes impactos merecem uma avaliação rigorosa e independente e que todas as alternativas razoáveis — incluindo ajustes na localização dos aerogeradores sempre que possam reduzir esses impactos — devem ser cuidadosamente analisadas antes de serem tomadas decisões irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Pronúncia em sede de discussão pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação.
123541	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na medida em que a delimitação de zonas de aceleração poderá promover a ocupação extensiva de solos agrícolas, florestais e outros territórios rurais, comprometendo valores fundamentais associados à produção alimentar, à biodiversidade, à paisagem e ao desenvolvimento sustentável. Embora reconheça a necessidade de acelerar a transição energética e aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que este objetivo não pode ser alcançado à custa da perda irreversível de solos com aptidão agrícola ou de territórios que desempenham funções ambientais, económicas e sociais essenciais. Os principais fundamentos da minha discordância são os seguintes: 1. Proteção dos solos agrícolas e da segurança alimentar Os solos agrícolas constituem um recurso natural limitado e não renovável à escala humana. A sua ocupação por grandes centrais fotovoltaicas ou outras infraestruturas energéticas reduz a capacidade produtiva nacional, contraria os objetivos de reforço da soberania alimentar e compromete a viabilidade futura das explorações agrícolas	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123540	Discordância	Totalmente encapotado, desproporcionado, enganador. Até mesmo destruidor, de um país, de um território, de muitas e muitas gentes. É uma espécie de "bar aberto" à especulação, aos interesses das multinacionais, sedentas em rebentar com tudo, em passar por cim de tudo para, no final, terem um e só um objectivo: o lucro, mais lucro. Começa por ser extremamente difícil, se não impossível, termos a noção exacta das áreas propostas e que mais nos digam respeito. Escala irreal para uma análise concreta. Falsidade total logo aí. A quantidade e dimensão das áreas propostas, feitas muito a "régua e esquadro" por gente teórica e perfeitos alheados da realidade práctica, sentados em gabinetes no conforto do ar condicionado, é surreal em termos de proporcionalidade com o país real e até com a área total urbana registada - a proposta é 1% superior à urbana!!!! Inacreditável que se pretende ser verde, moderno e futurista à conta da destruição do verde. Apaga-se um para se criar outro, falso, apenas e só lucrativo para alguns, os grandes exploradores da nossa sociedade. Não precisamos de produzir tanta energia falsa-verde. É a Europa que nos obriga a traçar este plano porque somos fracos e frouxos em termos políticos e de decisão. É uma tristeza o plano traçado e os resultados que dele se possam esperar. O futuro estará comprometido. O país, tal como o conhecemos, irá morrer. Para quem vive no interior, como eu, só temos (com este plano), a prova cabal e final que para nada servimos, a não ser alimentar gigantes do lucro, da exploração. Mas no interior há gente, há vida, e há as paisagens que os urbanos tecnocratas tanto gostam de visitar e que até essas esta plano abre porta à sua total destruição	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123539	Discordância	Tudo o que são mega projectos centralizadores, como os grandes parques eólicos e as grandes centrais solares, têm impactos ambientais e sociais significativos, muitas vezes desastrosos e irreversíveis. Quando olhamos para o mapa da figura 1 da Proposta de ZAER (ZAER Solar), a visão é assustadora, pois as manchas amarelas que representam as áreas mapeadas para SOLAR, não representam apenas telhados, logradouros, instalações desportivas, estacionamentos ou áreas artificializadas, mas muitas áreas naturais e não artificializadas do território. A imagem com que se fica é que, se forem utilizadas todas as áreas mapeadas, ficaremos com o país coberto a painéis solares. Todos sabemos que a ganância humana não tem limites e quando estes não são impostos, os riscos são enormes. Se juntarmos os licenciamentos agilizados, a ausência de necessidade de estudos de impacto ambiental e os interesses de grandes grupos económicos, tendo por base um plano que sugere a implantação de Solar PV em tão grande área do território, não é difícil antever um desastre paisagístico, ecológico e social. Ao longo de toda a PSZAER não me recordo de ver referencias à promoção de medidas de incentivo à redução de consumos energéticos. Esta deveria ser uma prioridade do programa energético de qualquer país que pretende alcançar a neutralidade carbónica. O próprio nome "ZAER" é inclusivamente contrário a essa ideia. Zonas de ACELERAÇÂO! Continuamos na lógica do Crescimento, Consumo, Exploração… Enfim, continuamos a não perceber… Gostava ainda de referir um outro aspecto que me parece fundamental, quando se planeia o território à escala do país: o de Justiça Social, um valor não referido, comummente ignorado. A título de exemplo, utilizarei a zona onde resido: o Concelho de Odemira. Para este concelho está actualmente prevista a instalação do Parque Eólico do Mira com um total de 22 aerogeradores, 18 dos quais instalados em 3 freguesias do interior de Odemira. Nestas, uma grande parte da população produz a sua própria energia e a que se encontra ligada à rede publica têm um consumo anual entre 10 a 40 vezes inferior à média nacional. A grande maioria adoptou este território para viver pelas suas características naturais e fá-lo de uma forma sustentável e harmoniosa, vivendo em íntimo contacto com a Natureza	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123538	Discordância	Discordo com este programa pois não respeita devidamente as populações, o património natural e rural e compromete a preservação da biodiversidade, entre muitos outros aspectos que não são tidos em consideração na implementação do programa proposto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123537	Discordância	Programa mal formulado. Não esclarece quem explora e se a energia produzida é de facto para o país, ou para terceiros. Além disso, não faz sentido perdermos 7% do território, muito dele com floresta sendo esta já escassa. Os locais ardidos precisam de ser replantados e não colocar painéis. Existem outras alternativas mais sustentáveis, como os ditos painéis em habitações, edifícios públicos, etc. Portugal já produz a maioria da sua energia de forma sustentável. A solução energética não passa por este programa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
123536	Discordância	Consultar documento anexo.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123535	Discordância	Exmos. Senhores, A signatária, residente em Sintra, rejeita integralmente o PSZAER, considerando que promove megaprojetos solares de dimensão e localização desadequadas sob o pretexto de urgência para o PNEC2030. A oposição estrutura-se em seis eixos: 1) Impacto Ambiental e Biodiversidade O plano enfraquece os critérios de proteção face a estudos anteriores (como os do LNEC), retirando montados, olivais, vinhas e geoparques das zonas de exclusão e reduzindo drasticamente a distância de segurança de zonas húmidas (de 500 para 50 metros). Ao classificar solos como de "baixa sensibilidade", ignora o seu valor agrícola e ameaça a soberania alimentar. Descura o impacto cumulativo (energy sprawl) e a fragmentação de habitats e corredores ecológicos (ex.: lince-ibérico), omitindo a proteção a peixes, anfíbios e répteis. Os afastamentos são insuficientes: deviam ser de pelo menos 5 km face a áreas protegidas (aplicável também ao solar); de 2 km face a habitações para eólicas (devido aos infra sons de aerogeradores de 6MW); e superiores a 200 m para centrais solares, cujos impactos térmicos (alteração do albedo), visuais e acústicos são graves. No Fundão, chegam a registar-se recuos de apenas 70 metros e habitações dentro das manchas de aceleração (ex.: projeto Sophia). 2) Impacto Socioeconómico e Comunidades Locais O PSZAER omite os pesados "custos totais de sistema" (linhas, subestações, baterias) que serão pagos por todos os consumidores na fatura da eletricidade, violando o princípio "Causador-Pagador". O modelo privilegia grandes projetos centralizados em detrimento do autoconsumo e das Comunidades de Energia, não trazendo benefícios fiscais ou emprego permanente às populações locais, que apenas sofrem a desvalorização do território e a especulação fundiária em detrimento da agricultura e pastorícia tradicionais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123534	Discordância	Existem formas menos intrusivas de produzir energia, aproveitando edifícios, zonas industriais e outras áreas já intervencionadas, sem transformar grandes extensões de natureza em parques industriais. O interior não pode continuar a ser tratado como um território de sacrifício. As decisões não devem ser tomadas apenas porque estas regiões têm menos população e menos peso eleitoral. Quem vive no interior merece o mesmo respeito, a mesma proteção e a mesma qualidade de vida dos que vivem nas suas praias "privadas" na Comporta	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123533	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O PSZAER deve incidir maioritariamente na cobertura de edifícios, zonas industriais e infraestruturas existentes artificializadas, onde o autoconsumo e as comunidades de energia podem ser desenvolvidos com menor impacto e maior proximidade à procura. Não concordo que o espaço rural, mesmo que não integrante da Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Zonas Especiais de Conservação e Zonas de Proteção Especial, Áreas de Proteção do Património Cultural e outras áreas relevantes para a conservação da biodiversidade e do património cultural e paisagístico, venha a ser ocupado por mais projetos de dimensão significativa de energia renovável. Vejam-se os megaprojetos já instalados e em fase de instalação, com prejuízo enorme para o espaço rural já de si fragilizado. Mais uma vez, Portugal acordou tarde para esta tipologia de projetos, sem plano nem estratégia para os instalar sem ferir recursos naturais irrecuperáveis: paisagem, ocupação do solo rural, florestal, por vezes com condicionantes que deveriam ser vinculativas mas acabam por não o ser, e diminuição de biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123532	Discordância	Não concordo com: • alteração dos 500m de buffer na orla de zonas húmidas para 50m para ficar em linha com o Domínio Público Hídrico; • não consideração da REN per se como critério de exclusão; . as zonas a ocupar com projetos centralizados de energia solar (15.1-3.8 GW) estão cartografadas sem detalhe (1:3000000); . o período de consulta pública de apenas 1 mês (dias seguidos) é manifestamente insuficiente para a discussão que este plano necessita.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123530	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123529	Discordância	Olá, subscrevo o parecer negativo da Quercus. Estamos já sobrecarregados pelas industrias de celulose, e é lamentável que Portugal continue a sacrificar todo o seu território em nome da indústria, enquanto os países do norte da Europa continuam com as suas florestas milenares, extremamente bem cuidadas. É do interesse do país que tenhamos floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123528	Discordância	Resumo da Participação Pública sobre o PSZAER A presente participação pública apoia a transição energética, mas considera que a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), na sua forma atual, apresenta fragilidades significativas. O documento foi elaborado num prazo muito reduzido e sujeito a apenas 20 dias de consulta pública, apesar das suas consequências de longo prazo para o território nacional. Os principais pontos de preocupação são: Sobredimensionamento das áreas propostas: As zonas cartografadas excedem largamente a área necessária para atingir as metas nacionais de energia renovável, aumentando a pressão sobre solos agrícolas e florestais e favorecendo fenómenos de especulação. Dependência tecnológica: O Programa não analisa a forte dependência de equipamentos e matérias-primas importados, nem os riscos estratégicos associados à cadeia de fornecimento. Ausência de uma abordagem ao ciclo de vida dos equipamentos: Não são suficientemente tratados aspetos como o desmantelamento das instalações, a gestão dos resíduos, a reciclagem e a recuperação dos solos no final da vida útil. Simplificação insuficiente do licenciamento: Apesar do objetivo de acelerar os procedimentos, o modelo continua complexo e não substitui adequadamente as garantias proporcionadas pela Avaliação de Impacte Ambiental. Falta de avaliação dos impactes cumulativos: O Programa não estabelece mecanismos claros para avaliar os efeitos da concentração de múltiplos projetos no mesmo território nem define responsabilidades para essa monitorização. Insegurança jurídica para os municípios: A articulação entre o PSZAER e os Planos Diretores Municipais permanece pouco clara, podendo originar conflitos e dificuldades na aplicação do Programa. Incoerência entre a Avaliação Ambiental Estratégica e o Programa: Enquanto a Avaliação Ambiental	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123527	Discordância	Mostro a minha total discordância com este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123526	Discordância	discordo do projecto por razões socioeconómicas e ecológicas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123525	Discordância	Contra o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123524	Discordância	Verdes são os campos, mas não esta energia (ver documento em anexo, em formato pdf, com 9912 caracteres, para dizer que não) o combate às alterações climáticas, assenta, em muito, em uso de energia de fonte renovável; mas, e acima de tudo, no bom uso dessa energia e das demais; para tanto, é preciso que padrões de ocupação do solo, do emprego, e da mobilidade assentem na paisagem, vista na sua tripla vertente – produção, protecção e recreio, como bem ensinam os arquitectos paisagistas. Já vai sendo tempo. Por isto, manifesto a minha discordância em face da proposta submetida do PSZAER. É, inequivocamente, possível fazer-se melhor. Exmos(as) Srs.(as),	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123523	Discordância	Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo pôr em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. O solo arável é a base de suporte da Vida terrestre no planeta e a sua formação demorou milhões de anos. A sua destruição será, para todos os efeitos e à escala humana, para todo o sempre pois, como nos dizem os	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123522	Discordância	Contra o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123521	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
123520	Discordância	Querem instalar painéis? Usem os telhados que há muitos. A natureza não tem de ser sacrificada!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123519	Discordância	Inicitiva cuja intenção é apenas de criar um bypass à vontade pública que tem vindo a ser demonstrada nas populações locais. Discordo, desvaloriza e desrespeita populações locais e opinião pública.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123518	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123517	Discordância	O que é obvio não merece justificação. Simplesmente não concordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123516	Reclamação	O plano de aceleração de renováveis entra em contradição com a finalidade para a qual foi pensado: o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente. Não carece de estudos a conclusão de que destruir habitats é contraproducente para ambos os objetivos. Por outro lado, a falta de participação local é um vicio insanável do ponto de vista politico e administrativo, caso contrário, dependeriamos de um único poder central sem necessitarmos das estruturas administrativas locais atuais. Do ponto de vista constitucional , deixar nas mãos do acaso, o que pertence ao povo português é criminoso e inconstitucional.A natureza é um direito de todos e como tal todos devemos ser consultados . Um ultimo ponto prende-se com a utilidade pública das PZAER, que pouco ou nada acrescenta às populações que sofrerão o impacto visual e ambiental. Criemos e pensemos localmente nas soluções ajustadas a cada região. Distribuamos as oportunidades de forma equilibrada e justa, recorramos a áreas menos impactantes do ponto de vista da destruição da natureza: estacionamentos, fábricas, edifícios publicos e privados, DIVISÓRIAS DAS AUTOESTRADAS....Sejam sensatos srs governantes . Os nossos filhos precisam de um futuro!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
123515	Discordância	A urgência climática exige respostas rápidas, mas a velocidade não pode legitimar a destruição do património natural e o abandono do ordenamento do território. A criação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) que dispensam uma análise rigorosa e individualizada de cada projeto, o Estado abdica do seu papel de garante do equilíbrio ecológico. O que é apresentado como uma "via verde" para o investimento privado traduz-se, na verdade, numa perda de salvaguardas essenciais. A biodiversidade, as linhas de água e a integridade dos solos não se moldam a decretos-lei; necessitam de proteção científica no terreno. A massificação de painéis fotovoltaicos e aerogeradores em milhares de hectares destrói habitats de fauna protegida, promove a fragmentação florestal e altera os regimes hídricos locais. Do ponto de vista socioeconómico e do ordenamento do território, as ZAER penalizam gravemente o mundo rural e o interior do país. Estas zonas são frequentemente desenhadas sobre solos com aptidão agrícola ou florestal e em áreas de elevado valor paisagístico. A sua industrialização forçada desvaloriza o património local, inviabiliza atividades económicas tradicionais — como a agricultura sustentável e o turismo de natureza — e acelera o despovoamento. As populações locais suportam o impacto visual, ambiental e económico, enquanto o retorno financeiro é centralizado nas grandes empresas do setor energético. A transição energética é indispensável, mas deve ser descentralizada, assente na reabilitação de áreas degradadas, na eficiência de coberturas urbanas e no autoconsumo. Exigir o travão ao atual modelo das ZAER não é negar o futuro sustentável; é defender que a energia limpa não pode ser produzida através de processos ambientalmente e socialmente pouco corretos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123514	Discordância	Eu João Nabo, residente em Évora, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123513	Discordância	Na qualidade de cidadão e habitante atento aos desafios estruturais do desenvolvimento regional e da sustentabilidade ambiental, venho por este meio formalizar a minha participação na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). O presente documento visa manifestar a minha profunda preocupação face ao processo de simplificação administrativa e desregulação territorial patente na proposta do PSZAER. Apresento, para o efeito, um contraditório técnico fundamentado nas exigências da Taxonomia da União Europeia (Regulamento UE 2020/852), transforma a argumentação de "resistência local," numa exigência de cumprimento do Direito Europeu, algo que o Governo não pode legalmente ignorar na elaboração da versão final do diploma.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123512	Discordância	A região a que se refere este programa foi ferozmente fustigada pela tempestade Kristin, perder ainda mais árvores seria uma tragédia para as presentes e futuras gerações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123511	Discordância	Eu Mariana Vidigal, residente de Lisboa, São Domingos de Benfica, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123510	Discordância	Que tristeza o que estão a fazer ao interior e às suas gentes, fauna e flora. É ridículo usar a desculpa de se querer preservar o ambiente, destruindo-o, puro greenwashing. Como justificar o atropelo às avaliações ambientais? É revoltante que o lucro de uns poucos esteja acima do bem estar e qualidade de vida de tantas pessoas...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123509	Discordância	Discordo. Há informaçao omissa e o projeto não cumpre criterios minimos de sustentabilidade. A transição energética não pode ser feita à custa de biodiversidade. Há soluções melhores que não têm este impacto significativo no ambiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123508	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123507	Discordância	Inaceitável o impacto ambiental que tem este plano. Por favor! Como ainda restam dúvidas de que temos de preservar o ambiente?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123506	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123505	Discordância	Subscrevo os pareceres da Plataforma Cívica Juntos Pelo Divor, da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas e do Instituto Público do Património Cultural PC IP que tutela o património cultural em Portugal e tendo em conta tudo o que deles consta manifesto a minha total discordância com as propostas em causa salientando a inconformidade deste processo que está explicitada nos documentos em causa o que, por si só ,deveria ser o bastante para a sua suspensão.. Ana Paula Amendoeira	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123503	Concordância	concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123502	Discordância	Somos uma associação que promove a agricultura biológica na Beira Interior. Apesar de concordarmos que teremos de trabalhar no encontro de soluções para uma transição energética com energias renováveis, acreditamos que não poderá ser feita através da ocupação de grandes áreas de zonas protegidas da nossa região e algumas delas fonte de rendimento essencial dos nossos produtores que alimentam as cadeias locais de abastecimento que são de relevada importância para o desenvolvimento local desta região.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123501	Discordância	Extremamente perigosa a apetência para o renovável a " todo o custo". Vai, penso, ser pior a emenda que o soneto...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123500	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123499	Discordância	Será que não conseguimos salvar o Ambiente sem destruir o Ambiente? O aquecimento global do planeta é um facto indesmentível e irrefutável. Se não for invertido ou, pelo menos, controlado conduzirá, pelas alterações climáticas, pela disrupção de ecossistemas, pela extinção de inúmeras espécies animais e vegetais ao fim da nossa civilização. As directrizes mundiais no sentido de minimizar a emissão de gases poluentes e com efeito de estufa são louváveis. O recurso a energias renováveis para preservar o nosso modo de vida é imperativo! Estamos todos de acordo em relação a essas premissas. Entre as energias “verdes” vai-se salientando a energia fotovoltaica. É extraordinário como conseguimos transformar a energia dos fotões emitidos pelo sol em energia eléctrica imediatamente acessível. A evolução e a nossa capacidade tecnológica tornaram os painéis solares cada vez mais eficientes, com menores consumos de energia implicados na sua produção e consequentemente mais baratos. Será, indubitavelmente, a energia do futuro! Li que existem n pedidos de licenciamento para centrais fotovoltaicas no País. O que é um excelente sinal para que Portugal consiga os objectivos a que se propôs de até 2030 conseguir ter um consumo de 47% da electricidade gerada por fontes renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123498	Discordância	Discordo da proposta apresentada. A proposta deve prever: - Limites reais à concentração e de projetos numa mesma região; - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas; - Manutenção da proteção das zonas húmidas, geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; É necessário participação publica real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. A prioridade devem ser soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia – e implantação em áreas já artificializadas, antes de ocupar o território natural. Infelizmente, estas politicas só vêm acentuar as desigualdades territoriais e acelerar a desertificação do Interior.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123497	Discordância	Eu David Oliveira, residente em Odemira / Beja/ São Luís), venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123496	Discordância	Manifesto discordância com o projeto Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por violar o disposto no artigo 66º da CRP, que garante o direito fundamental a um ambiente humano, sadio e equilibrado, exigindo o arquivamento imediato do projeto para proteção dos recursos naturais e d qualidade da vida das gerações presentes e futuras.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123495	Discordância	Numa altura em que assistimos ao rápido incremento das alterações climáticas, este nível de artificialização terá consequências devastadoras: menor infiltração de água no solo e maior escorrência, aumentando e agravando inundações durante o inverno, e provocando uma muito menor recarga dos lençóis freáticos. No verão, temperaturas mais elevadas e secas mais severas, devido à menor disponibilidade de água tanto no solo, como nos aquíferos. As áreas agrícolas e florestais remanescentes e as populações delas dependentes sofrerão diretamente estes efeitos, agravando a desertificação dos territórios. promovam o autoconsumo e as comunidades de energia renovável.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123494	Sugestão	CONSULTA PÚBLICA DO Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) contributo da ATMAS – Associação para os gases renováveis A ATMAS – Associação para os Gases Renováveis considera que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) constitui uma iniciativa relevante para concretizar objetivos nacionais de descarbonização, segurança energética e competitividade económica. A definição de critérios de planeamento territorial para o desenvolvimento de projetos de energias renováveis representa um passo importante mas não obstante o mérito do documento e a qualidade técnica do trabalho desenvolvido, a ATMAS entende que o PSZAER poderá evoluir de um instrumento direcionado para determinadas tecnologias para um verdadeiro instrumento integrado da transição energética. Os objetivos nacionais apenas poderão ser alcançados através da complementaridade entre diversas soluções renováveis. A transição energética não poderá assentar exclusivamente na eletrificação dos consumos, não obstante a preponderância deste vetor energético. Os gases renováveis, e, em particular, o biometano, constituem um exemplo claro desta complementaridade. Para além do seu contributo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, permitem valorizar resíduos urbanos, agrícolas, pecuários e agroindustriais, reforçar a economia circular, aumentar a segurança do abastecimento energético, reduzir a dependência externa e aproveitar as infraestruturas energéticas existentes. A opção pelos gases renováveis encontra-se, aliás, refletida na própria evolução da política energética nacional. Nos últimos anos, Portugal assumiu os gases renováveis como parte do processo de descarbonização da economia, através da aprovação de instrumentos específicos como o Plano de Ação para o Biometano 2024–2040.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123493	Discordância	Não aceito a destruição da biodiversidade em nome de uma pseudo energia verde. Não aceito a destruição da paisagem do meu querido país. Vivo próxima da coisa mais horrenda que fizeram à herdade da Torre Bela. É triste é vergonhoso. Além, de que, esta página não é nada simples e o acesso é muito dificultado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123492	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a) Diretor(a)-Geral da Direção-Geral de Energia e Geologia, Venho por este meio apresentar a minha discordância fundamentada relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER), no âmbito da consulta pública em curso. A minha oposição baseia-se numa análise técnica dos vetores de impacto ambiental, geológico e social, sustentada pelos dados e evidências científicas que passo a expor: 1. Desfasamento entre Mapeamento Teórico e Viabilidade de Rede A proposta atual assenta num "mito de área disponível" que ignora a realidade da infraestrutura elétrica nacional (RNT e RND). Capacidade de Escoamento: Analisando o critério de viabilidade técnica (distância inferior a 10 km de subestações), verifica-se que apenas uma fração mínima (cerca de 9% no solar e 2% na eólica) das zonas propostas tem capacidade real de integração na rede. Especulação Imobiliária: Classificar vastas áreas como "Zonas de Aceleração" sem viabilidade de rede promove apenas a pressão especulativa sobre o território rural, bloqueando o uso produtivo do solo sem qualquer ganho real para a transição energética. 2. Degradação do Solo e Perda de Sequestro de Carbono	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123491	Discordância	O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios já classificados como climaticamente vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas, designadamente em vastas zonas do interior do país. Apesar desta realidade estar amplamente documentada pela evidência científica e pelos instrumentos estratégicos nacionais, o plano não demonstra de que forma a concentração de milhares de hectares de centrais solares nestes territórios é compatível com os objetivos nacionais de adaptação às alterações climáticas e de proteção da saúde pública. Esta omissão é particularmente preocupante porque Portugal é reconhecido como um dos países europeus mais vulneráveis às alterações climáticas, prevendo-se um aumento da frequência, intensidade e duração das ondas de calor, com consequências diretas na saúde das populações, na disponibilidade hídrica, na biodiversidade, na agricultura e na resiliência dos ecossistemas. A evidência nacional demonstra igualmente que os períodos de calor extremo estão associados a aumentos significativos da mortalidade, sobretudo entre idosos, pessoas com doença crónica, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis. Acresce que o plano não inclui qualquer Avaliação de Impacto na Saúde que permita analisar os efeitos diretos, indiretos e cumulativos da concentração destas infraestruturas sobre a saúde humana, contrariando a abordagem "Saúde em Todas as Políticas" e as recomendações da Organização Mundial da Saúde para integrar sistematicamente a saúde nas decisões relativas a políticas, planos e projetos. Ao privilegiar exclusivamente a aceleração da produção de energia renovável, sem avaliar simultaneamente os efeitos na adaptação climática, na saúde pública, na resiliência territorial e nos serviços dos ecossistemas, o PSZAER viola o princípio da precaução e compromete uma abordagem integrada ao desenvolvimento sustentável. 📎 Vulnerabilidade Climática, Adaptação e Saúde Pública Concentração de projetos em territórios climaticamente vulneráveis: O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios classificados como vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas, precisamente aqueles onde os cenários climáticos projetam um aumento da frequência, intensidade e duração das ondas de calor, da seca, da desertificação, do stress hídrico e do risco de incêndio rural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123490	Discordância	Peço que este Programa seja revisto profundamente, para que a transição energética respeite o nosso território e as nossas pessoas. Deixo aqui algumas sugestões : 1-Primeiro que tudo, devemos repensar o uso e a produção da energia, devemos descentralizar, fomentar a que cada familia/empresa produza a sua propria energia e sensibilizar a população para a importância de poupar essa energia 2-Devemos fomentar e apoiar as comunidades energéticas 3-O governo deverá voltar a apoiar e valorizar a energia produzida e vendida em regime de micro-produção 4-Devem ser criadas regras para que se usem sempre que existam, zonas "inuteis" e "não impactadas" para a colocação de paineis solares ou outras estruturas de produção de energia verde, como telhados, minas abandonadas, zonas inferteis 5-O nosso territorio portugues tem de ser bem classificado em termos de valores naturais , culturais, humanos, e criar ferramentas que indiquem a sobrecarga já existente numa região ou zona, em termos de infraestruturas "industriais" , ou seja, se numa zona ja existem infraestruturas como parques solares e /ou aerogeradores e/ou barragens e/ou minas e/ou linhas de alta tensão, então definir limites para essa sobrecarga, e não aceitar novas instalações nessa zona que já atingiu o limite aceitavel	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123489	Concordância	O nosso pais, o nosso território, o nosso planeta é a nossa casa e a primeira prioridade é tratar dele. Sem uma casa saudavel, onde nos sintamos bem, de que vale a produção de energia "Verde" que afinal só Concordo . Temos que acompanhar o evoluir dos tempos .Senão fosse assim o Homem ainda estava na pré História!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123488	Discordância	Discordo da proposta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123487	Discordância	**Assunto: Participação pública sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis — PSZAER** Reconheço a necessidade de aumentar a produção de energia renovável e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, considero que essa transição não pode ser feita à custa da ocupação industrial de solos agrícolas, florestais e naturais. A instalação de grandes centrais solares ou outras infraestruturas energéticas em terrenos agrícolas e florestais provoca perda de solo produtivo, fragmentação da paisagem, pressão sobre a biodiversidade, aumento do preço da terra e abandono progressivo das atividades agrícolas e florestais. Estes solos desempenham funções essenciais na produção de alimentos, retenção de água, proteção contra a erosão, armazenamento de carbono, prevenção de incêndios e manutenção da economia rural. Por essa razão, proponho que o PSZAER estabeleça uma forte restrição à instalação de centrais energéticas em solos agrícolas, florestais, naturais ou ainda não artificializados, criando uma presunção de incompatibilidade para estes espaços. A sua ocupação apenas deve ser admitida de forma excecional, após demonstração inequívoca de que não existem alternativas viáveis em áreas já urbanizadas, impermeabilizadas, degradadas ou infraestruturadas. A prioridade deve ser obrigatoriamente atribuída a: * coberturas e fachadas de edifícios;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123486	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123485	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã, vejo com grandepreocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123484	Discordância	Embora a produção de energia seja de interesse fundamental para todos, o enorme impacto dos grandes parques eólicos e solares implantados em áreas que abrigam uma variedade excecional de espécies de fauna protegidas prioritárias é inaceitável. Estas áreas cobrem uma proporção relativamente pequena do território nacional, precisamente porque as espécies que nelas habitam requerem condições especiais que não se encontram na maioria das áreas. Existe aqui uma clara incongruência, pois, por um lado, o Estado investe na conservação destas espécies, enquanto, por outro lado, falha frequentemente em impedir impactos negativos irreversíveis. Este cenário só pode conduzir ao empobrecimento da paisagem, das suas populações e da sua biodiversidade. Tem de haver uma forma melhor de produzir energia renovável, uma forma com uma pegada ambiental mais bem ponderada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
123483	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho manifestar a minha discordância com o PSZAER, tal como apresentado a consulta pública. Escrevo como residente na região de Leiria, duramente atingida pela tempestade Kristin em janeiro de 2026, que devastou a Mata Nacional de Leiria e mostrou na prática o que significa perder floresta a grande escala: mais cheias, menos recarga de aquíferos, mais calor e seca, e uma recuperação lentíssima do território. O mapa de ZAER disponibiliza cerca de 357.347 hectares para solar — cerca de dezoito vezes mais do que os 20.000 hectares necessários para cumprir a meta do PNEC 2030 —, incidindo em 68% sobre áreas florestadas e quase 35.000 hectares de solo agrícola. Isto contraria a Diretiva RED III, que exige prioridade a zonas já artificializadas (coberturas, parques de estacionamento, zonas industriais), e desconsidera o carácter irreversível, à escala humana, da destruição do solo arável. O plano não avalia os impactos climáticos e de saúde pública cumulativos desta artificialização, nem garante a compatibilização com os Planos Diretores Municipais. Solicito que o PSZAER seja revisto para: (1) priorizar áreas já artificializadas; (2) reduzir a área total das ZAER a um valor proporcional às metas do PNEC 2030; (3) incluir avaliação de impactos climáticos e de saúde; (4) garantir compatibilização com os PDM. Com os meus melhores cumprimentos, Joana Margarida Jordão Pinto Cartão de Cidadão n.º 13290958 15 de julho de 2026	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
123482	Discordância	Portugal é um país onde se quer viver pela natureza que ainda lhe resta, se destruírem isso não irá sobrar nenhuma razão para habitar este país. Os recursos naturais devem ser respeitados, as avaliações de impacto ambiental são o devido respeito que, no mínimo, se deverá ter para com os ecossistemas. Estas centrais terão consequências gravíssimas para o ambiente onde se concretizarem , pois irão criar desertos ecológicos. Não é correto afirmar que se realizam em prol do ambiente. Existem soluções viáveis de implantação em edifícios ja existentes. Outros países mostraram respostas mais conscientes. Como bióloga, professora de Ciências Naturais e cidadã portuguesa peço que reconsiderem este programa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123481	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância com a proposta de PSZAER na sua versão atual, em consulta pública. Começo por deixar claro que esta posição não é contra as energias renováveis. Reconheço a necessidade e a urgência da transição energética e da descarbonização do país. A minha discordância dirige-se especificamente ao modelo de implantação territorial proposto pelo PSZAER, que privilegia a ocupação de áreas naturais em detrimento de zonas já artificializadas, colocando em causa habitats que já se encontram sob forte pressão da atividade humana. Apresento de seguida os fundamentos desta posição: 1. Sobredimensionamento territorial injustificado A proposta identifica cerca de 7% do território continental como zonas de aceleração, uma área superior à totalidade da mancha urbana nacional (6%), quando estimativas científicas indicam que 1% do território bastaria para cumprir as metas nacionais de energia solar. Esta desproporção não traz ganhos reais para a transição energética, gerando antes pressão imobiliária e especulativa artificial sobre o território. 2. Impacto sobre biodiversidade e espécies ameaçadas No Algarve e Alentejo, o plano identifica áreas que coincidem com territórios essenciais para a conservação da natureza, incluindo montados e mosaicos agroflorestais de azinheira e sobreiro, e não garante a salvaguarda de corredores ecológicos e migratórios fundamentais, nomeadamente o corredor migratório das serras algarvias, utilizado por milhares de aves na migração outonal para África, e os corredores entre a Serra de Monchique e a Serra do Caldeirão e entre o nordeste algarvio e o vale do Guadiana. A inclusão destas áreas sensíveis aumenta o risco de mortalidade por colisão, fragmentação e perda de habitat, e o chamado "efeito barreira", comprometendo a sobrevivência de espécies como o lince-ibérico, a águia-imperial-ibérica, a águia de bonelli, o abutre preto, a cegonha preta, a abetarda, o sisão, entre outras, várias delas com	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123480	Geral	Exmo. Senhor Coordenador da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), O Município de Coimbra vem, no âmbito do período de participação pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), apresentar a sua pronúncia, reafirmando, antes de mais, o seu compromisso com os objetivos nacionais e europeus de descarbonização, transição energética e reforço da produção de energia proveniente de fontes renováveis. O Município reconhece a relevância estratégica do PSZAER enquanto instrumento de política pública destinado a promover uma implantação mais célere, previsível e territorialmente organizada das energias renováveis, em conformidade com a Diretiva RED III e com as metas estabelecidas no PNEC 2030. Contudo, considera que a proposta atualmente apresentada suscita um conjunto de preocupações técnicas, territoriais e institucionais que justificam o seu aperfeiçoamento, pelo que por Despacho favorável da Exma. Srª Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, enviamos o documento em anexo. Obrigado. Com os melhores cumprimentos, Luís Santos Costa	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
123479	Discordância	Subscrevo na íntegra a opinião e os argumentos apresentados pelas plataformas cívicas: Plataforma Juntos pelo Divor - Paisagem e Património e Plataforma Nordeste Vivo.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
123478	Discordância	Uma proposta que ignora e desconsidera completamente as populações locais, os territórios locais, os municípios e os seus instrumentos de gestão territorial. Uma metodologia que se preze tem de levar estes fatores em consideração. Nunca um Município poderia ter mais do que 5 a 10% do seu território sujeito a tais projetos/zonas.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123477	Discordância	Num momento em que o país e o mundo precisam, cada vez mais, de sumidouros de carbono, é absolutamente incompreensível querer comprometer 7% do território nacional com projetos de larga escala em campos produtivos, zonas protegidas ou arborizadas. Sobretudo quando há uma imensidão de telhados nas cidades onde estes painéis podem ser colocados e fornecer energia de forma direta ao ambiente urbano, que é onde existe mais consumo. Não faz sentido armazenar energia no interior para energizar as cidades. Fica mais caro, mas se a justificação é proteção ambiental, então concentremos os esforços em soluções realmente úteis e a pensar no longo prazo, não no lucro de empresas privadas e na introdução disfaçada de inovações que querem servir data centers e não as pessoas. A transição energética é um assunto sério e complexo, não pode ser feita à custa da destruição de paisagens culturais, marginalização das comunidades locais, desvalorização do seu património familiar, concentração fundiária, pressão sobre solos agrícolas e florestais ou redução da participação pública.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
123476	Discordância	Não concordo, sendo mesmo contra, com a criação destas zonas em áreas ambientalmente sensíveis, agrícolas e florestais. Percebo e concordo que a transição energética tenha de ser feita, mas não à custa da destruição de áreas ambiental e paisagisticamente de enorme importância e que contribuem muito mais para a nossa sustentabilidade que um "mar" de paineis fotovoltaicos que põe em causa todos os valores ambientais até aí então existentes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A quem possa interessar, Venho por este meio apresentar a minha objeção formal à atual proposta do Plano Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). O processo de consulta não proporcionou a transparência necessária para uma participação pública significativa. Os cidadãos, os municípios e os proprietários não receberam um mapeamento georreferenciado completo nem informação técnica suficiente para compreender a verdadeira extensão e os impactos das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis propostas. Sem esta informação, é impossível realizar uma avaliação fundamentada do plano. O PSZAER também não avalia adequadamente os impactos cumulativos da concentração de múltiplos empreendimentos de energia renovável à escala industrial na mesma região. Os efeitos combinados sobre a agricultura, a biodiversidade, as paisagens, os recursos hídricos, as comunidades locais e o património cultural devem ser estrategicamente avaliados antes da designação destas áreas. Estou particularmente preocupado com a perda de terras agrícolas produtivas. Estas áreas são essenciais para a produção de alimentos, os meios de subsistência rurais e o sequestro de carbono. A conversão de terras agrícolas férteis em empreendimentos energéticos industriais acarreta o risco de degradação permanente de solos valiosos, ao mesmo tempo que aumenta os preços da terra, tornando cada vez mais difícil para os agricultores, especialmente as gerações mais jovens, adquirir ou arrendar terras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123474	Discordância		
		Estou contra este projecto porque vai destruir a natureza toda como aconteceu ao lado da minha quinta com a construção da central solar Vale Verde no território de Reigoso e Campia onde destruirem um caminho e uma exploração de águas com mais de 50 anos, erosão dos terrenos e central solar que não teve nenhuma consulta pública que acho que devia de ter tido.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123473	Discordância		
		O partido Reagir e eu Luis da Silva Lourenço somos contra a destruição da floresta e natureza para instalação de centrais solares. Os paineis solares são para serem instalados em cima de coberturas e existem tantas coberturas em Portugal ainda sem paineis solares.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123472	Discordância	Apresento a presente participação por considerar que a transição energética constitui um objetivo nacional e europeu da maior relevância, indispensável para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e mitigar os efeitos das alterações climáticas. Contudo, essa transição deve respeitar os princípios da proporcionalidade, da sustentabilidade territorial e da justiça entre regiões, evitando que concelhos de baixa densidade suportem uma concentração excessiva de infraestruturas energéticas com impactos permanentes na paisagem, na agricultura, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações. O caso do concelho de Penamacor merece uma atenção particular. Nos últimos anos foram aprovados ou encontram-se em avaliação diversos projetos de produção de energia renovável, aos quais acresce agora a proposta de delimitação de áreas no âmbito do PSZAER. Esta realidade torna indispensável que qualquer decisão considere os impactos cumulativos dos diferentes empreendimentos e não apenas os efeitos isolados de cada projeto. A avaliação estratégica do programa não deve conduzir à desvalorização da análise específica de cada intervenção, sobretudo quando estejam em causa projetos de grande dimensão suscetíveis de alterar significativamente a ocupação do solo, a paisagem, os ecossistemas e a identidade territorial. Considero igualmente essencial que os municípios continuem a desempenhar um papel efetivo na definição do modelo de desenvolvimento dos seus territórios. O conhecimento local constitui um fator indispensável	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123471	Discordância	Concordo com o processo de transição energética feito através de medidas compensatórias de ambito familiar ou regional. Feita desta forma, tem um grande impacto paisagístico, ambiental, ao nivel da biodiversidade e só beneficia os grandes grupos económicos. Há países que estão a fazê-lo de forma ordenada e inteligente. Em Portugal querem fazê-lo destruindo zonas protegidas, reservas ecológicas: o meio ambiente, em geral!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123470	Discordância	Este programa tem um conjunto de pressupostos que não são adequados com uma visão séria e atual dos problemas relacionados com o uso da energia na nossa sociedade. Desta forma, apesar de ter sido feito um esforço para reduzir os impactos negativos nos ecossistemas naturais, continuamos a ver neste programa um caminho para aumentar a destruição dos habitas naturais em Portugal, pelo que de nenhuma forma se trata de uma medida adequada ao nosso país. O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) parte de um objetivo legítimo e necessário: acelerar a transição energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, este objetivo não pode nunca justificar a degradação ou destruição de habitats naturais e ecossistemas que constituem o nosso mais importante património ambiental que é insubstituível. A transição energética deve assentar no princípio da sustentabilidade integral. Não basta substituir fontes fósseis por fontes renováveis; é igualmente indispensável garantir que essa substituição não ocorre à custa da biodiversidade, dos serviços dos ecossistemas e da integridade da paisagem. Caso contrário, estar-se-á apenas a transferir o impacto ambiental de um setor para outro, sem resolver o problema de fundo. A instalação de grandes centrais solares ou eólicas em áreas naturais provoca a destruição de habitats, a fragmentação de ecossistemas, a perda de biodiversidade, a perturbação de espécies protegidas e a alteração irreversível das funções ecológicas desses territórios. Estes impactos são particularmente preocupantes quando afetam áreas com elevado valor ecológico, corredores ecológicos, zonas de alimentação ou reprodução de fauna selvagem e ecossistemas já sujeitos a múltiplas pressões. O PSZAER deve, por isso, adotar como princípio orientador que nenhum projeto de energia renovável deve implicar a destruição de habitats naturais ou ecossistemas bem conservados. A emergência climática não	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
123469	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Santa Maria da Feira, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123468	Discordância	Energia Eólica junto às habitações é prejudicial à saúde Também é prejudicial à flora e fauna . Um país pequeno como o nosso a ser transformado como se está a ver, sem respeito pela flora e fauna dando cabo dos ecossistemas vai ficar árido, desabitável e passar por uma morte lenta . Estamos a ser uns invasores da nossa floresta com um desrespeito total sobre os animais selvagens. Com tanto telhado tanta casa porque é que não estão estes a ser cobertos por painéis solares? Mas está-se cobrir a pouca terra que ainda tínhamos?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123467	Discordância	Não sou contra as energias renováveis, mas sou contra o PSZAER. O PSZAER contraria a Estratégia Europeia para a Energia Solar que estabelece que os Estados-Membros devem dar prioridade à instalação de sistemas fotovoltaicos em edifícios, coberturas industriais, parques de estacionamento, infraestruturas de transporte e outras superfícies já artificializadas, promovendo a produção descentralizada, o autoconsumo e as comunidades de energia. A ocupação de solos agrícolas e florestais por grandes centrais deve constituir uma solução residual e não uma opção de planeamento preferencial. O solo não é um espaço vazio disponível para qualquer utilização. Trata-se de um recurso natural finito, cuja formação leva centenas ou milhares de anos e que desempenha funções essenciais na produção de alimentos, na infiltração e retenção de água, no armazenamento de carbono, na regulação climática e na conservação da biodiversidade. A sua transformação para usos industriais representa uma perda de valor ecológico e produtivo dificilmente reversível, incompatível com o princípio da utilização sustentável dos recursos naturais. É igualmente preocupante a possibilidade de converter extensas áreas florestais em zonas destinadas à produção de energia. A floresta presta serviços ambientais essenciais, contribui para a captura de carbono, protege os solos, regula o ciclo hidrológico e constitui habitat para inúmeras espécies. A sua fragmentação ou substituição por infraestruturas energéticas compromete os objetivos de conservação da natureza e enfraquece a resiliência dos ecossistemas perante as alterações climáticas. O PSZAER deve ainda acautelar os impactos cumulativos decorrentes da concentração de múltiplos projetos numa mesma região. A avaliação isolada de cada central não permite compreender os efeitos conjuntos sobre a biodiversidade, a paisagem, os recursos hídricos, a atividade agrícola, a floresta e a qualidade de vida das populações. Acresce uma questão de justiça territorial. As populações rurais não podem ser chamadas a suportar a quase totalidade dos custos ambientais, paisagísticos e sociais da transição energética, enquanto os principais benefícios se concentram noutros territórios. A transição energética só será socialmente legítima se distribuir de forma equilibrada os seus benefícios e impactos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123466	Discordância	Como empresa Apresento a minha total discordância relativamente a proposta PSZAER embora reconheça a a importância da transição energética e a aposta nas energias renováveis . Proposta Sectorial ZAER não acata o conteúdo dos vários e diferentes instrumentos legais com o acréscimo de uma desflorestação inédita sem Avaliação de Impacto Ambiental. Apresento a minha total discordância a Proposta Sectorial ZAER por vários motivos - Falta de transparência e injustiça por informação incompleta e atempada pois não são apresentados todos os mapas detalhados e cartografia de alta resolução para se aferir com exatidão as áreas concretas dos territórios afetados e mapas com as dimensões exactas das áreas a ocupar e calendário das intervenções em cada território - Falta de transparência no período de consulta pública , com um pequeno período de consulta pública e em tempo de férias e pela escassez de dados precisos do Programa bastante importantes . - Não cumpre com o recenseamento das zonas terrestres conforme os artigos 15.º-B e 15. °-C da Diretiva (UE) 2018/2001 - Ignora o compromisso recíproco de compatibilização das opções referido no n.º 1 do artigo 26.º do RJIGT para assegurar a harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial referido no artigo 8.º - É incompatível com o PROF e com as orientações e diretrizes do PNPOT, como também o é com o PROT Alentejo . - Não considera o PNEC 2030, o PNPOT, o P3-AC, o PROF e a LBC (Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050, aprovado pela Resolução da Assembleia da República nº 174/2025 de 5 de Dezembro), nem o dever expresso de adaptação dos PDM face ao conteúdo do PROF. Nem considera o Decreto-Lei n.º 99/2024, de 03 de dezembro - Excluí como condicionantes as Zonas de Intervenção florestal (ZIF) e os baldios, quando as áreas integrantes de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), Baldios, Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123465	Discordância	O PSZAER não oferece garantias suficientes de protecção do território, das comunidades locais e da participação democrática. É possível instalar mais painéis solares sem cortar árvores e destruir áreas florestais repletas de biodiversidade, no topo de edif´icios por exemplo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123464	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123463	Discordância	A destruição da natureza não resolve o problema da energia	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123462	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123461	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica. 2. Uma área muitíssimo superior à necessária	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123460	Discordância	Energia Eléctrica para que te quero? A sua "produção em grande escala" não olha a meios, para atingir os fins.... Esta situação das PSZAER é contrária ao Desenvolvimento Sustentável e aos seus objectivos globais (ODS) . Está projectada para disponibilizar energia à PROCURA crescente, enquanto a utilização eficiente da energia ou a redução dos consumos são negligenciadas. Para onde caminhamos com os ditos avanços tecnológicos em perspectiva?: IA, Centro de Dados, etc. Vão necessitar energia e água em quantidades insustentáveis. Para a produção dessa energia, áreas significativas do território vão ser destruídas ou deteoradas. Algumas com classificação (REN, RAN, Rede Natura...) poderão de alguma forma vir a ser afectadas. Muita biodiversidade, fauna e flora já com sérios riscos e em estado de degradação vão ter riscos acrescidos de degradação. Energias renováveis têm como principais pontos serem renováveis e verdes, na sua grande maioria!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
123459	Discordância	Se é necessário recorrer à desflorestação e/ou abdicar de espaços verdes para potenciar esse tipo de energias, então o seu propósito passar a ser apenas o facto de não poluirem diretamente o ambiente... TEM DE SER CONTABILIZADO o impacto ambiental nos ecossistemas, biodiversidade e manutenção da área verde no nosso país, que todos os anos reduz devido a incêndios e políticas que nada fazem para travar isso mesmo... não continuemos a contribuir para a redução de algo tão essencial como as áreas verdes de PORTUGAL, e do MUNDO!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123458	Discordância	Um projecto que só tem um objetivo, destruição de zonas verdes. Porque não investem em alguma mais importante para o país. Ou então porque não dar incentivos as famílias para auto produção de energia e porque não colocam painéis em cima de edifícios públicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123457	Discordância	Salvem as florestas e as zonas verdes. Este projeto é completamente absurdo. Designação de demasiados hectares para zonas de aceleração de energias renováveis, demasiado acima das necessidades nacionais.. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento da Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123456	Discordância	Há que investir no que apoia sustentabilidade, de facto! Biodiversidade, por exemplo. Esta medida é destruidora da paisagem, de recursos, etc.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123455	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123454	Discordância	Considero o projecto desaquado para o país em geral por razões de ordem socioeconómicas e ecológicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123453	Discordância	Não concordo que se deva facilitar o licenciamento de projetos deste tipo em grande escala, não porque não concorde com a transição para energias renováveis mas porque considero que o uso do solo para este tipo de projetos seja um erro na gestão do território tanto a nível urbanístico como ambiental. Deve ser efetuada a transição de outro modo, com o uso de espaços efetivamente já pavimentados/ construídos. Potenciar a transição energética a nível local em edifícios, bairros, equipamentos de utilização coletiva, nas coberturas e fachadas de cada edificio. Para quê intervir no território à escala que aqui se está a prever para benefício externo e não do próprio cidadão? Até pelo impacto na paisagem, nossa ecossistemas e na floresta das extensões que neste projeto estão previstos. Acrescento ainda que os espaços com vegetação estabelecida são cada vez mais diminutos, numa altura em que o aquecimento global e alterações climáticas extremas são cada vez mais uma realidade, não faz sentido facilitar o licenciamento de projetos que potencialmente poderão destruir florestas/ espaços de coberto vegetal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123451	Discordância	A forma como está a ser implementado este sistema desgasta os solos, destrói os espaços verdes que temos, os campos agrícolas e a floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123450	Geral	As Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) subscritoras - Almargem, FAPAS, GEOTA, LPN, SPEA, VCF, WWF Portugal e ZERO - propõem uma aprovação globalmente favorável, mas fortemente condicionada, à proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Estas ONGA reconhecem que a aceleração da implantação de energias renováveis constitui uma condição indispensável para alcançar os objetivos climáticos nacionais e europeus, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, reforçar a segurança energética e contribuir para a neutralidade climática. Contudo, a concretização destes objetivos não depende apenas da quantidade de capacidade renovável instalada, mas sobretudo da forma como essa capacidade é integrada no território, articulada com a proteção da biodiversidade, compatibilizada com os usos do solo, enquadrada por uma visão estratégica da economia nacional e legitimada pelas comunidades afetadas. Neste sentido, a criação das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (ZAER) apenas cumprirá os objetivos que justificaram a sua introdução pela Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) se representar uma verdadeira evolução do modelo de planeamento territorial da transição energética e não apenas um mecanismo adicional de simplificação administrativa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123449	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a importância da transição energética e da promoção das energias renováveis, considero que a implementação deste programa não deve ocorrer em prejuízo da proteção do território, da biodiversidade, da paisagem, da atividade agrícola e da qualidade de vida das populações. A criação de zonas de aceleração poderá favorecer processos de licenciamento mais rápidos, mas essa simplificação não deve reduzir o rigor da avaliação dos impactes ambientais, sociais e económicos de cada projeto. Cada localização possui características próprias que exigem uma análise detalhada, não sendo adequado adotar uma abordagem generalizada. Além disso, preocupa-me o potencial impacto sobre áreas agrícolas produtivas, espaços florestais, habitats naturais e património cultural e paisagístico. A ocupação extensiva do solo por infraestruturas energéticas pode comprometer atividades económicas existentes, alterar significativamente a paisagem e afetar espécies protegidas e ecossistemas sensíveis. Considero igualmente essencial garantir uma participação efetiva das populações, das autarquias e dos proprietários, assegurando que as suas preocupações sejam verdadeiramente consideradas antes da aprovação definitiva das zonas identificadas. Defendo que a expansão das energias renováveis deve privilegiar, sempre que possível, a instalação em	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
123448	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
			Obrigada pela sua participação.
123447	Discordância	Painéis na terra só depois dos telhados completos.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
			Obrigada pela sua participação.
123446	Discordância	Discordo completamente, como cidadã de Mortágua. É preferível investir em painéis colocados no topo de estruturas já existentes, ao invés de destruir uma percentagem tão alta de terreno do nosso concelho, constituído pela nossa floresta e pelos animais que nela habitam.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
			Obrigada pela sua participação.
123445	Discordância	O abate de uma significativa mancha verde não justifica a implantação de tal área.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
			Obrigada pela sua participação.
123443	Discordância	Não concordo que as nossas florestas, os nossos campos agriculas sejam substituídos por painéis solares. Julgo que devemos procurar outras soluções menos prejudiciais para o Ambiente!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123442	Discordância	Discordo do programa no sentido de que existem demasiados facilitismos para aprovação de projectos de implementação em zonas rurais. Tenho conhecimento próximo de algumas freguesias que delimitam com a minha freguesia de residência, onde já foi feita a compra de terrenos agrícolas férteis na sua maioria, aos habitantes locais num total de 140 hectares, para implementação de painéis fotovoltaicos para produção de energia. Centenas de agricultores ficaram sem os seus terrenos onde existiam culturas agrícolas, e muitos deles foram coagidos a vender por propostas menos claras. Numa região de paisagens magníficas de zonas rurais intocadas é contra natura que se inutilize tanta terra para colocar materiais artificiais impedindo que a natureza se desenvolva no seu ritmo. Discordo do programa pois existem outras formas de chegarmos às metas estabelecidas, primeiro que tudo responsabilizando cada português. Em vez de apoiar grandes empresas a continuarem os seus lucros desmedidos, deveria ser dada oportunidade a cada português de colocar no seu telhado painéis fotovoltaicos a preços reduzidos, estimulando o autoconsumo. Para além do facto de ser de não fazer sentido ocupar terra arável, produtiva quando já existe tanta área urbanizada e possível de ser coberta para produção de energia. O planeta terra já começou a pagar o preço da ambição desmedida dos Homens, isto é, os Homens já começaram a pagar o preço da ambição desmedida de alguns Homens. Vamos querer continuar a destruir em nome de "salvar o planeta a todo o custo", ou tentaremos ponderar soluções para construir sem ter de destruir?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123441	Discordância	Manifesto discordância com o projeto Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por violar o disposto no artigo 66º da CRP, que garante o direito fundamental a um ambiente humano, sadio e equilibrado, exigindo o arquivamento imediato do projeto para proteção dos recursos naturais e d qualidade da vida das gerações presentes e futuras.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123440	Discordância	Eu José Manuel Magalhães Cardia Lopes, residente na Freguesia da Sé, concelho e distrito do Porto, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123439	Discordância	Apresento a minha firme contestação à proposta do PSZAER devido à manifesta falta de transparência na disponibilização de cartografia georreferenciada detalhada, o que impede as populações locais de compreender o real impacto dos projetos nos seus territórios. Além disso, considero inadmissível a afetação de uma área excessiva (cerca de 7% do território nacional) sem salvaguardas rigorosas, colocando em grave risco a biodiversidade, o ordenamento do território, a atividade agrícola e o património paisagístico do interior do país, pelo que exijo a revisão integral dos critérios de delimitação destas zonas. O país precisa de soluções verdes que não destruam o património paisagístico, e mais uma vez o Governo atira areia para os olhos da população, mascarando interesses económicos por baixo do tapete das renováveis. Um crime. Mais um.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123438	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.o 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
123437	Discordância	Para além de ter estudado biologia, estudei direito do ambiente. Já escutei os cientistas a comentarem esta transição da nossa paisagem verde para implementação de paineis solares é completamente desequilibrada para a vida humana, animal e vegetal.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123436	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123435	Discordância	Exmos. Senhores Na qualidade de cidadã do concelho de Seia vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. - Efeitos negativos de impacto ambiental e de redução da biodiversidade ● O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Contem uma redução perigosa de zonas de proteção, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● Permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. ● Permite proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destrói a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora. ● Não prevê um afastamento suficiente para habitações, quer para parques eólicos, quer para centrais solares. ● Não avalia como a artificialização de milhares de hectares de solo natural por "manchas negras" de painéis	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
123434	Discordância	Li o parecer registado pela Quercus, que me convenceu de que este projeto tem várias lacunas a ser resolvidas antes de avançar. Quero um futuro mais sustentável, sim, mas nas reais medidas do seu potencial e sem ocupar área fértil e cultivável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123433	Discordância	É impensável, face às pressões climáticas e de perda de biodiversidade que enfrentamos enquanto sociedade, prescindir de uma analise de impacto ambiental para projectos desta dimensão. Historicamente, as megasolares têm levado à desflorestação de floresta nativa, enfraquecendo a biodiversidade e reduzindo a resiliência hidrica e climatica, empobrecendo os solos, destruindo o habitat de que a natureza (e os humanos!) depende. É ainda mais inconcebível que o mesmo seja feito em prol de empresas particulares. Chamar esta energia de verde é uma falácia e greenwashing. Não só não é verde como não está alinhada com o melhor interesse da população. É um tacho para os privados a custa do nosso património natural. Se uma empresa quer candidatar a fazer um projecto megalomano deste genero, tem que passar pelo escrutínio de uma analise de impacto ambiental detalhada. Se não têm os recursos humanos no icnf para dar uma resposta atempada, é investir nos recursos humanos, não facilitar o acesso do que é comprovadamente um atentado ambiental. As licenças, depois de dadas, são difíceis de revocar, e os danos na biodiversidade irreversíveis. Não há espaço para atribuir licenças sem escrutinosa atenção e análise, sem visitas de especialistas ambientais ao terreno ao longo do ano onde se observa a flora em diferentes fases, e relatório detalhado e publico de tudo o que foi encontrado, e uma analise detalhada do impacto do projeto pelo icnf.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123432	Discordância	Se esta é a visão verde que Portugal tem para o futuro, é francamente míope. "Câmara de Oleiros dá parecer desfavorável às zonas de aceleração de renováveis Autarquia diz que implementação do programa " não assegura a adequada proteção do território e dos seus valores naturais, sociais e económicos". Insuficiências técnicas e territoriais continuam." Por tudo isto, mostro a minha discordância para com este programa.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123431	Discordância	Não me agrada a ideia de ver uma quantidade enorme de território rural, florestal e agrícola vendido a baixo custo para ser transformado e possivelmente destruído, por empresas que essencialmente procuram capital e o retorno sobre o investimento realizado, sem preocupações ambientais e de sustentabilidade ecológica, quando existe tanto território já edificado e mais perto das zonas onde é preciso mais energia, que pode ser facilmente modificado para se construirem plataformas de energia renovável.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123429	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123428	Discordância	Eu Fátima Mendes, residente em Porto de Mós/ Leiria / Alqueidão da Serra, natural do distrito de Castelo Branco, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123427	Discordância	Fazem-se projetos sem verdadeira reflexão quanto às consequências ambientais e sociais...vejam-se hectares a perder de vista, ocupados com superfícies espelhadas. Incrível! Não são árvores, são estruturas artificiais sem vida...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123426	Discordância	Após análise da documentação disponibilizada, reconheço a elevada qualidade técnica do trabalho desenvolvido e a importância do PSZAER enquanto instrumento estratégico para a aceleração da transição energética. Contudo, manifesto a minha discordância relativamente à proposta apresentada por considerar que a metodologia privilegia a aptidão energética dos territórios em detrimento da sua valorização territorial, atribuindo insuficiente relevância à multifuncionalidade do solo, à capacidade de carga territorial, aos impactes cumulativos e ao valor estratégico da agricultura, da floresta, da paisagem e das comunidades locais. Considero igualmente que a consulta pública ficou condicionada pela não disponibilização da informação geográfica em formatos SIG interoperáveis (Shapefile, GeoPackage ou serviços WMS/WFS), limitando uma análise técnica rigorosa por parte dos municípios, técnicos, proprietários e cidadãos. Entendo ainda que o Programa deverá reforçar a aposta na produção distribuída, nas Comunidades de Energia Renovável, no autoconsumo e na utilização prioritária de áreas já artificializadas, reduzindo a pressão sobre solos agrícolas e florestais. A transição energética é um objetivo que apoio plenamente. Contudo, considero que a proposta deverá ser revista antes da sua aprovação, integrando uma abordagem mais equilibrada entre os objetivos energéticos, o ordenamento do território e a valorização sustentável dos territórios do Interior. Nestes termos, manifesto a minha discordância relativamente à proposta submetida a consulta pública, esperando que os contributos apresentados possam ser considerados para melhoria da proposta do PSZAER. JORGE LOURENÇO ANTUNES	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123425	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos. (Jéssica Carreira, 15 de Julho de 2026)	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123424	Concordância	Manifesto por esta via a minha total oposição ao PSZAER colocado em consulta pública. Este é um documento que consubstancia uma opção política e os instrumentos administrativos e jurídicos, que lhe dão corpo, contrariam ou não atendem a algumas das principais recomendações da Comissão da União Europeia, assim como do próprio Tribunal Europeu em matéria de transição energética, e se traduzem em riscos muito graves que colocam em causa o edifício administrativo e jurídico em que assenta a organização e gestão do território português, subtraindo competências aos Municípios, limitando a participação dos cidadãos na gestão da "causa pública". Todavia, apresenta graves e irreversíveis consequências para os territórios, as comunidades locais, a sustentabilidade económica ambiental e social de vastas regiões do país, induzindo maiores desequilíbrios económicos e sociais entre os diferentes territórios e, ao invés de promover a inclusão social, promove a exclusão social. Acresce a tudo isto que a implementação do PSZAER permite e configura uma profunda transformação da geografia do território, de forma duradoura e irreversível, transmitindo às próximas gerações um território completamente transfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização, à escala nacional e internacional. No fundo, ao invés de transmitirmos às próximas gerações um território com valias acrescidas, fazemo-lo com menos valias, condicionando o seu próprio futuro e sustentabilidade geracional. A opção pelas grandes manchas de Zonas para a Energia Solar e Eólica versus o apoio ao desenvolvimento das comunidades de energia e a maximização do potencial de autoconsumo Apesar do relatório manifestar como zonas prioritárias para a instalação de parques solares e eólicos as zonas impermeabilizadas e, de alguma forma, dar a entender a sua preferência por soluções descentralizadas de energia renovável, acaba exclusivamente por propor soluções e instrumentos de apoio que permitem o desenvolvimento de mega parques solares e eólicos que chegam, nalguns municípios, a ocupar mais de 35% do seu território. Ou seja, acaba, exclusivamente, por legislar e criar condições de apoio para os grandes mega parques solares e eólicos omitindo completamente, ao invés das Recomendações da Comissão e do Próprio Tribunal Europeu, apoios para as soluções descentralizadas como as comunidades de	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123423	Discordância	QUEM PODE CONCORDAR COM TAMANHO ATENTADO A UM BEM COMUM?! Nunca!!! Podem continuar a tentar e a vir de mansinho e ardilosamente. NÃO PASSARÃO!!!! Deixem-nos em Paz!!! Há muitas soluções!!! Não destruam o que nos resta. Podemos ser poucos, mas somos capazes!!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123422	Discordância	Discordo completamete, muito embora não seja na minha zona, no entanto, acho que isto vai ter um impacto negativo na fauna na flora das regiões em questão, na absorção das águas nos solos, águas que não sendo absorvidas, irão criar enchurradas, desertificação dos solos, aquecimento, pois é bem mais fresquinho permanecer debaixo de uma arvore. Existem estudos, mas com a experiência de vida me leva-me a dizer que os estudos, valem o que vale. E isto nãose trata de estudos deste ou daquele, é da VIDA da população, animais que aí vivem. Mais quem têm que se pronunciarem são as popoluações afetadas por esta barbaridade visual,. não é trocar arvores, passarinhos e toda a fauna existente, por paneis horrendos, é isso que chamam de energia verde!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123421	Discordância	A transição tem de acautelar a natureza Está transição energética não está de todo, a respeitar as comunidades e o meio ambiente. a construção de grandes centrais solares no interior de Portugal, como os projetos Sophia e Beira, levanta sérias preocupações ambientais, sociais e económicas. A transição energética deve ser feita de forma responsável e equilibrada, sem comprometer os territórios que pretende beneficiar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123420	Discordância	Um dos principais problemas destes projetos é a ocupação de extensas áreas de terreno, muitas delas com valor agrícola, florestal ou ecológico. A substituição da vegetação natural por milhares de painéis solares altera profundamente a paisagem e pode destruir habitats importantes para diversas espécies de animais e plantas. O interior do país é reconhecido pela sua riqueza natural e não deve ser transformado num espaço industrial à custa da preservação do ambiente. Além disso, estes projetos podem agravar os problemas que o interior já enfrenta. Em vez de promover atividades que criem emprego duradouro, como a agricultura, a produção florestal sustentável ou o turismo de natureza, grandes centrais solares ocupam vastos terrenos durante décadas, limitando outras formas de desenvolvimento económico. Muitas vezes, os benefícios financeiros ficam concentrados nas empresas promotoras, enquanto as populações locais suportam os impactos na paisagem e na qualidade de vida. Outro motivo de preocupação é a dimensão destes empreendimentos. Embora a energia solar seja uma alternativa mais limpa do que os combustíveis fósseis, isso não significa que qualquer localização seja adequada. Existem alternativas mais sustentáveis, como instalar painéis solares em telhados de habitações, edifícios públicos, zonas industriais e parques de estacionamento, aproveitando espaços já construídos sem destruir áreas naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123419	Discordância	Venho por este meio mostrar descontentamento completo por esta proposta. Dar carta branca à exploração de terrenos sem qualquer critério, sem qualquer estudo, faz-nos reverter ao século XIX quando não tínhamos nenhuma noção do impacto que causamos na estrutura do nosso país e planeta. Como tive oportunidade de ver nos documentos, muitas câmaras discordam destas medidas e têm propostas muito mais razoáveis, como aplicar painéis fotovoltaícos em coberturas de edifícios ou parques de estacionamento já existentes. Em relação aos painéis esta é uma opinião universalmente aceite como a melhor, visto que não temos de destruir nada para atingir o objectivo. Dar importância também aos estudos de impacto ambiental para perceber de que forma estas obras afectam a fauna e a flora locais. De que nos vale fazer a transferência energética se estamos a destruir a natureza que queremos proteger? Vamos matar o meio ambiente com a solução?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123418	Discordância	Apresento a minha total DISCORDÂNCIA, pois este plano é um passaporte para a industria da mal designada energia verde, ocupar 7% do território nacional. Este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados. Pelo exposto, enumero 5 razões contra as Plataformas de Sobre-elevação de Zonas de Aceleração para Energias Renováveis: 1. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existencia da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123417	Discordância	Peço que este Programa seja revisto profundamente, para que a transição energética respeite o nosso território e as nossas pessoas. Deixo aqui algumas sugestões : 1-Primeiro que tudo, devemos repensar o uso e a produção da energia, devemos descentralizar, fomentar a que cada familia/empresa produza a sua propria energia e sensibilizar a população para a importância de poupar essa energia 2-Devemos fomentar e apoiar as comunidades energéticas 3-O governo deverá voltar a apoiar e valorizar a energia produzida e vendida em regime de micro-produção 4-Devem ser criadas regras para que se usem sempre que existam, zonas "inuteis" e "não impactadas" para a colocação de paineis solares ou outras estruturas de produção de energia verde, como telhados, minas abandonadas, zonas inferteis 5-O nosso territorio portugues tem de ser bem classificado em termos de valores naturais , culturais, humanos, e criar ferramentas que indiquem a sobrecarga já existente numa região ou zona, em termos de infraestruturas "industriais" , ou seja, se numa zona ja existem infraestruturas como parques solares e /ou aerogeradores e/ou barragens e/ou minas e/ou linhas de alta tensão, então definir limites para essa sobrecarga, e não aceitar novas instalações nessa zona que já atingiu o limite aceitavel O nosso pais, o nosso território, o nosso planeta é a nossa casa e a primeira prioridade é tratar dele. Sem uma casa saudavel, onde nos sintamos bem, de que vale a produção de energia "Verde" que afinal só	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123416	Discordância	Resumo da Participação Pública sobre o PSZAER A presente participação pública apoia a transição energética, mas considera que a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), na sua forma atual, apresenta fragilidades significativas. O documento foi elaborado num prazo muito reduzido e sujeito a apenas 20 dias de consulta pública, apesar das suas consequências de longo prazo para o território nacional. Os principais pontos de preocupação são: 1. Sobredimensionamento das áreas propostas: As zonas cartografadas excedem largamente a área necessária para atingir as metas nacionais de energia renovável, aumentando a pressão sobre solos agrícolas e florestais e favorecendo fenómenos de especulação. 2. Dependência tecnológica: O Programa não analisa a forte dependência de equipamentos e matérias-primas importados, nem os riscos estratégicos associados à cadeia de fornecimento. 3. Ausência de uma abordagem ao ciclo de vida dos equipamentos: Não são suficientemente tratados aspetos como o desmantelamento das instalações, a gestão dos resíduos, a reciclagem e a recuperação dos solos no final da vida útil. 4. Simplificação insuficiente do licenciamento: Apesar do objetivo de acelerar os procedimentos, o modelo continua complexo e não substitui adequadamente as garantias proporcionadas pela Avaliação de Impacte Ambiental. 5. Falta de avaliação dos impactes cumulativos: O Programa não estabelece mecanismos claros para avaliar os efeitos da concentração de múltiplos projetos no mesmo território nem define responsabilidades para essa monitorização. 6. Insegurança jurídica para os municípios: A articulação entre o PSZAER e os Planos Diretores Municipais permanece pouco clara, podendo originar conflitos e dificuldades na aplicação do Programa	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123415	Discordância	Resumo da Participação Pública sobre a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) A presente participação pública reconhece a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. Contudo, considera que a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), tal como apresentada, levanta questões relevantes de natureza ambiental, territorial, económica e jurídica que deveriam ser devidamente avaliadas antes da sua aprovação. Uma das principais preocupações prende-se com a dimensão das áreas cartografadas para instalação de projetos de energia renovável. O mapa proposto disponibiliza uma superfície muito superior à necessária para cumprir as metas nacionais definidas para 2030, o que poderá provocar uma ocupação excessiva de solo agrícola, florestal e rural, favorecer fenómenos de especulação fundiária e aumentar a fragmentação do território. Defende-se, por isso, que a delimitação das ZAER seja reduzida ao estritamente necessário e acompanhada por limites máximos	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123414	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123413	Discordância	Não faz sentido os habitantes de cada concelho não serem consultados acerca da distribuição e percentagem de utilização de território com estruturas de energia renováveis, devia de haver um maior equilíbrio de zonas e não ter percentagens elevadíssimas de 5% com este tipo de estruturas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123412	Discordância	Exmos. Senhores, No âmbito da discussão pública da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), venho, na qualidade de cidadão, manifestar a minha discordância com a proposta apresentada, pelos motivos que passo a expor. 1. Impactos ambientais e paisagísticos insuficientemente salvaguardados A delimitação proposta das potenciais ZAER abrange territórios de elevado valor ambiental e paisagístico, sem que fiquem devidamente asseguradas as salvaguardas necessárias. Reconhecendo a importância da transição energética, esta não pode concretizar-se à custa da degradação de valores naturais, da paisagem e da qualidade de vida das populações locais, nem das atividades económicas que deles dependem, como o turismo de natureza e a valorização dos recursos endógenos. 2. Falta de clareza e coerência metodológica na delimitação das zonas A documentação em consulta não permite compreender, de forma transparente e verificável, os critérios concretos que conduziram à delimitação do denominado "Mapa Verde". Subsistem dúvidas quanto à atualização da informação territorial de base, à ponderação relativa dos diferentes critérios de exclusão e à ausência de uma efetiva proporcionalidade na distribuição territorial das zonas propostas, que parece penalizar desproporcionadamente determinados territórios do interior. 3. Avaliação insuficiente dos impactes cumulativos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123410	Discordância	Eu Marco Machado residente, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123409	Discordância	Assunto: Oposição à proposta do plano de energias renováveis (PSZAER) Escrevo para apresentar a minha oposição ao plano do PSZAER, com base nos seguintes problemas: Ocupação exagerada: Prever 1800 hectares de painéis solares em Vila Velha de Ródão até 2030 destrói a agricultura, a olivicultura e o turismo da Beira Baixa. Não podemos trocar a nossa floresta por uma monocultura de painéis. Riscos para a saúde: Grandes concentrações de painéis criam o efeito "ilha de calor", que pode subir a temperatura local até +4 °C. Isto é perigoso para idosos e crianças, especialmente no verão. Falta de fiscalização ambiental: Facilitar os processos e dispensar os Estudos de Impacto Ambiental põe em risco a biodiversidade e a água. Projetos grandes (como o Sophia ou o Beira) precisam de fiscalização rigorosa. Menos democracia local: O plano retira o poder de decisão e veto às câmaras municipais. Além disso, reduzir os prazos de consulta pública ignora a vontade das populações afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123407	Discordância	O que peço que seja revisto: Esta política não é sustentável	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123406	Discordância	Venho por este meio apresentar a presente participação com parecer negativo no âmbito da consulta pública do Plano Sectorial das Zonas de Alta Intensidade de Energia Renovável (PSZAER). A oposição ao modelo proposto fundamenta-se nos seguintes pontos críticos: Impacto Ambiental e Patrimonial ·Ameaça à paisagem: O modelo atual descaracteriza o património visual e natural das regiões afetadas. ·Riscos geológicos: Falta salvaguarda eficaz para a integridade do património geológico local. ·Perda de biodiversidade: A massificação industrial põe em risco ecossistemas sensíveis e espécies protegidas. Sustentabilidade Local e Apicultura ·Destruição de recursos: O plano compromete a base económica que sustenta as comunidades locais. ·Crise na apicultura: A instalação destas zonas provocará uma quebra drástica nos habitats naturais. ·Inviabilidade do setor: A perda de flora melífera colocará em causa a sobrevivência financeira dos apicultores. Défice Democrático e Cidadania ·Falta de debate: O processo decorreu sem uma discussão pública alargada, esclarecedora e descentralizada. ·Decisão unilateral: O modelo foi desenhado de forma opaca, limitando a participação ativa dos cidadãos. ·Pergunta final: Perante a entrega do território a grandes interesses energéticos, fica a dúvida: será que o Sol ainda irá nascer para todos?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
123405	Discordância	Não a destruição da naturesa versus dedertos de paneis solares!!! E um engodo, uma armadilha vergonhosa que nao podemos aceitar de maneira nenhuma!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123404	Discordância	Expresso a total discordância a mais um projeto que esquece as pessoas, as comunidades, a natureza, cultura e a nossa própria identidade. Portugal já dispõe, em termos nominais de potência instalada muito superior ``a sua ponta de consumo. Antes de imporem às populações mega projetos consumidores de energia, todos devem ser ouvidos e tidos em consideração. Novos projetos de renováveis devem demonstrar a sua necessidade efetiva, custos, impactes no território e comunidades e o benefício efetivo para o país, não para entidades privadas ou estrangeiras. Decisões politicas, e não técnicas, promovem projetos de dimensões e localizações inaceitáveis; permitem a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico, agrícola e cultural; ameaçam zonas húmidas sensíveis, já que a distancia de segurança fica só nos 50 metros!!!; O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região que fragmentam comunidades, habitats e paisagens. O exemplo da aldeia de Toninha, a curta distancia da eólicas, é paradigmático do desprezo com que a população é tratada. Por tudo acima mencionado, a minha participação é de discordância!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123403	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123402	Discordância	Discordo. Há informação omissa e o projeto não cumpre critérios mínimos de sustentabilidade. A transição energética não pode ser feita à custa de biodiversidade. Há soluções melhores que não têm este impacto significativo no ambiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123401	Discordância	QUE BARBARIDADE	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123400	Discordância	Não sou contra as energias renováveis mas sou contra que se ultrapassem as devidas diligências de avaliação ambiental assim como a consulta das populações que se encontram no local. É vergonhoso que esta consulta pública não seja sequer divulgada de forma aberta nos canais e noticiários pelo próprio governo. Mais uma vez vemos o favorecimento aos grandes grupos financeiros sem qualquer preocupação e repeito por questões ambientais e de populações que serão afectas pelos ditos projetos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
123399	Discordância	O meio ambiente e a vegetação natural não têm de ser sacrificadas em prole de interesses monetários. A energia renovavel não pode sacrificar a natureza circundante de maneira tão drástica. O país é do povo não é destas empresas que só olham ao lucro sem piedade pela natureza.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123398	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos - critérios de proteção ambiental, da fauna e flora, das águas e dos solos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico"	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123397	Discordância	A Junta de Freguesia do Carvalhal reconhece a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. Contudo, considera que a delimitação proposta para a freguesia deve ser profundamente revista, por abranger uma parcela muito significativa do território e não demonstrar uma ponderação local suficientemente detalhada. Face ao exposto, a Junta de Freguesia do Carvalhal emite parecer desfavorável à delimitação atualmente proposta para a freguesia, requerendo a sua revisão substancial e a realização de uma avaliação territorial de maior detalhe, em articulação com o Município da Sertã e com as comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
123396	Discordância	Os projetos solares Sophia e Beira têm gerado preocupação devido aos seus possíveis impactos no interior de Portugal. Embora a produção de energia renovável seja importante para combater as alterações climáticas, estes projetos podem provocar a destruição da paisagem, afetar a biodiversidade e ocupar grandes áreas de terreno agrícola. Além disso, podem limitar atividades como a agricultura e o turismo rural, fundamentais para o desenvolvimento económico da região. Muitas populações também consideram que não foram suficientemente envolvidas nas decisões e que suportam os impactos ambientais sem receber benefícios proporcionais. Uma alternativa mais sustentável seria instalar painéis solares em telhados de edifícios, fábricas e parques de estacionamento, evitando a ocupação de grandes áreas naturais. Em conclusão, a transição energética é necessária, mas deve proteger o ambiente, respeitar as comunidades locais e garantir um desenvolvimento equilibrado do interior de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123395	Discordância	A ausência de cartografia digital interoperável limita a transparência do processo e impede que cidadãos, comunidade científica, organizações não governamentais, entidades públicas e demais interessados possam verificar a adequação da delimitação das ZAER face aos critérios definidos no próprio programa. O mapa de Síntese das áreas mapeadas com potencial para solar PV (pag. 23 - Figura 1) e para eólica (pág. 25 - Figura 2) com escalas de 1: 2 500 000 e 1: 3 000 000, respectivamente, não permitem a avaliação nem são apropriadas para análise detalhada. O mapa da distribuição do nível de complementaridade dos perfis de geração eólica e solar FV (Figura 7) tem sobreposta a legenda com a informação do mapa. Este erro grave de publicação do mapa impossibilita a avaliação correcta do mesmo, inviabilizando a participação pública. A definição de uma distância mínima de apenas 2 km é contrária ao conhecimento científico publicado sobre a ecologia espacial destas espécies, e permite a artificialização ou destruição da maior parte das áreas de alimentação indispensáveis à preservação dos morcegos que se abrigam nos abrigos de importância nacional. A delimitação de zonas de exclusão para CSF deverá, por isso, ser baseada na extensão da área utilizada pelas colónias de morcegos, o que pressupõe distâncias de proteção bastante superiores a 2 km, no mínimo de 5 ou 6 km. Recentemente foram “descobertos” vários abrigos de morcegos que cumprem os critérios do ICNF para a atribuição do estatuto de Abrigo de Importância Nacional. Recentemente foram “descobertos” vários abrigos de morcegos que cumprem os critérios do ICNF para a atribuição do estatuto de Abrigo de Importância Nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123394	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: - Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; - Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; - Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da sociedade que diz ser um dos seus objetivos; Por estas e outras razões o PSZAER deve ser revisto e reformulado, assegurando: - A integração de explorações energéticas locais, próximas aos centros de consumo e construídas sobretudo em zonas artificilizadas, onde os impactos negativos serão menores; - Disponibilização de toda a informação necessária para a participação informada dos cidadãos, desde dados	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123393	Discordância	"Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais."	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123392	Discordância	Um projecto sem completamente sem nexo. Querem destruir as florestas que tanta falta nos fazem. Porque não são criados incentivos a colocação de painéis noutros locais, por exemplo telhado de edifício, porque insistem em destruir o verde que tanto caracteriza o nosso país. Estamos perante um projeto de destruição de tanta coisa a troca do bem para alguns. Poupem as florestas e invistam o dinheiro em coisas mais importantes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123391	Discordância	O alargamento das áreas de exploração energética no concelho de Mortágua são de todo desproporcionais nos KWs/hectare comparativamente com a área de floresta que tem de ser abatida e removida que contribui para a absorção de carbono. Falta uma comparação real das toneladas absorção de CO2 /hectare/ano comparando com as toneladas não emitidas pelos painéis fotovoltaicos, se bem que a comparação não pode ser de 1 para 1, mas sim, usar locais com.menos incidência solar com as florestas. Abater árvores ou florestas para implantar parques fotovoltaicos é um erro estratégico para a fauna, a biodiversidade e para a economia local. O plano de expansão energética renovável deve focar a sua estratégia se longo prazo em implementar as os parques fotovoltaicos em áreas já disponíveis e existentes, como por exemplo, parques industriais, áreas e edifícios públicos, espaço existente por baixo das linhas de media e alta tensão (pontos de ligação e passagem de cabos já desenvolvidos). O incentivo as comunidades de energia renovável, incentivar e dar objectivos às autarquias para conseguirem a sua implementação. O Incentivo à implementação de painéis fotovoltaicos nas habitações (cada telhado poderia ter painéis), com incentivo a produção e injeção na rede suportado pelo estado ou incentivado via IRS. Ao documento elaborado e expansão das áreas de energia renovável com abate de áreas enormes de floresta sou totalmente contra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123390	Discordância	Exmos. Senhores, Este tipo de iniciativa tem de ser divulgada atempadamente e discutida de forma clara e geral. Estão em causa temas da maior relevância, que impactam a vida de todos os cidadãos. Pretende-se, em nome de projectos alegadamente "verdes" e "bons para o ambiente", permitir a destruição da Natureza sem ter em conta a vida das pessoas afectadas. A energia solar, por exemplo, é muito importante, mas não é admissível instalar painéis solares de modo a destruir zonas verdes e paisagens naturais. Existem, seguramente, outras possibilidades de instalação de painéis solares, no topo de edifícios, de zonas comerciais, onde não destruam planícies inteiras e impeçam a Natureza de simplesmente se desenvolver. E relativamente a outros tipos de energia, o raciocínio é o mesmo. Os cidadãos têm o direito de ser informados e ouvidos sobre temas desta magnitude. Precisam de ser esclarecidos sobre as medidas que se pretendem implementar e também sobre os prós e contras dessas medidas. E isso não foi feito neste caso. A destruição de um património que é de todos nós tem de ser parada de imediato. Energias verdes sim, mas não a qualquer custo. A natureza e o seu valor (histórico, cultural, mesmo financeiro) têm de ser defendidos e, para tal, este Programa não deve avançar. Com os melhores cumprimentos, Marta Gaudêncio	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123389	Sugestão	Ex,,mos Sr.s A AIP-CCI, enquanto associação multisetorial e maior representante do tecido empresarial português, pretende por esta via dar o seu contributo numa lógica de valorização da proposta em participação pública. Antes de mais , a AIP-CCI — Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria manifesta o seu apoio de princípio ao PSZAER e à lógica de aceleração do licenciamento das energias renováveis. Bem assim, aponta como positiva a reflexão sobre as propostas de alteração e densificação apresentadas nesta ficha (pontos 1 a 13). Com os melhores Cumprimentos AIP - CCI Lisboa, 15 de julho de 2026	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123388	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123387	Discordância	Estou absolutamente contra dado que estão em causa zonas que vão sofrer grandes impactos ambientais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123386	Discordância	A destruição de zonas florestais,: de cultivo e mesmo de mato para colocar painéis solares é criminoso! os painéis não são recicláveis: aumenta a temperatura ambiente e destrói a bio-diversidade. Os motivos da minha discordância estão no documento anexo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123385	Discordância	Mas não posso deixar de sublinhar que, para se avaliar o mapa das zonas de aceleração,... é necessário que as pessoas possam ver o mapa. Com detalhe, não um borrão sem a definição necessária para perceber os possíveis impactos. Só este erro (lapso??) é o suficiente para que esta Consulta Pública seja anulada, a bem da participação democrática e cívica. Mais uma vez, as Consultas Públicas são sabotadas pela falta de honestidade e transparência das instituições do Estado.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123384	Discordância	A plantação de painéis não gera riqueza das populações rurais nem combate a desertificação!! Se tiver em conta a experiência de outros países da Europa, os painéis fotovoltaicos estão a ser implementados na cobertura de canais de água para diminuir a taxa de evaporação da mesma ou ainda nas linhas de ferrovia ou ainda em coberturas de parques de estacionamento ou ao longo dos corredores/ separadores centrais s das auto estradas. Estão claramente a contribuir para a desertificação das áreas rurais e a esvaziar o património social, cultural e tradições sem contabilizar o prejuízo ambiental e o impacto direto na fauna e flora. Com tantas alterações climáticas com os mega parques de painéis, provocam alterações na orologia do solo e ainda aumentam a temperatura local que impacta ainda mais a seca já sentida em diversas regiões de Portugal. Não se gera empregos e a vida útil dos painéis versus eficácia da produção é questionável face a outras alternativas existentes Desperdiçar solos agrícolas e florestais é condenar as populações a abandonar as aldeias e a ideia da resiliência do mundo rural e da proteção do ambiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123383	Reclamação	No âmbito da discussão pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis — PSZAER, venho apresentar reclamação fundamentada e requerer que a proposta não seja aprovada na sua redação e cartografia atuais sem que sejam corrigidas, demonstradas e publicamente ponderadas as insuficiências identificadas. Não contesto a necessidade da transição energética. Contesto que a aceleração dos procedimentos possa substituir o rigor técnico, a demonstração da necessidade territorial, a capacidade efetiva da rede, a avaliação de alternativas e a participação dos municípios e das populações. Em particular, solicito: 1. O esclarecimento e correção da contradição entre os valores 600 e 1600 apresentados para o limiar do recurso solar, com identificação do valor efetivamente usado e regeneração dos mapas e metadados afetados. 2. A distinção entre proximidade a subestações e capacidade real de ligação, identificando áreas com capacidade confirmada, dependentes de reforço programado ou sem capacidade e calendário de ligação. 3. A demonstração de que o limiar de 100 hectares corresponde a uma opção territorial, ambiental e energética adequada, e não apenas ao limiar de aplicação de um procedimento administrativo. 4. A quantificação da área rural mínima efetivamente necessária depois de considerados a capacidade instalada e contratada, a repotenciação, os telhados, estacionamentos, áreas industriais, solos degradados, armazenamento, flexibilidade e gestão da procura. 5. A comparação explícita de alternativas razoáveis na Avaliação Ambiental Estratégica, incluindo um	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123382	Discordância	Assunto: Oposição à Proposta do Plano Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) Exmo. Senhor Diretor-Geral da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG),Exmo. Senhor Ministro do Ambiente e da Energia, Venho, por este meio, manifestar a minha total oposição à proposta de delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), submetida a consulta pública.Apesar de reconhecer a importância da transição energética e da descarbonização, a proposta atual revela graves lacunas de ordenamento do território, baseando-se em critérios que ignoram as realidades locais. Os meus motivos de oposição assentam nos seguintes pontos:Ameaça ao Património e Qualidade de Vida: A delimitação proposta afeta zonas com reconhecido interesse patrimonial, histórico, cultural e paisagístico. A instalação de megaprojetos nestas áreas compromete irremediavelmente a identidade e o turismo local.Destruição de Ecossistemas e Florestas: Grande parte das áreas identificadas incide sobre espaços florestais e agrícolas, cuja eventual conversão para parques energéticos anula a capacidade de sequestro de carbono natural, contrariando o próprio propósito ambiental do programa.Falta de Articulação Local: A definição destas áreas foi feita à revelia dos Planos Diretores Municipais (PDM) e sem a devida auscultação prévia das populações e autarquias locais, violando a autonomia do poder local e a coesão territorial.Desvalorização Imobiliária e Económica: A proximidade destas infraestruturas a aglomerados urbanos desvaloriza o património edificado e condiciona severamente o desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis (agricultura, turismo de natureza e comércio local). Não é perceptível que para produzir energia dita verde, se atrasem florestas e aniquilem toda a vida existente nesses locais, quando há tanta área impermeabilizada que poderia ser aproveitada para esse fim. A facilidade e a leveza com que querem deixar passar este tipo de projeto revela que a primeira preocupação não é a defesa da natureza nem a transição verde (destruir a natureza existente não é ser verde). Pelo exposto, considero que o Programa Setorial deve ser objeto de profunda revisão, com reavaliação dos critérios de seleção e efetiva articulação com os municípios, garantindo a proteção das comunidades e dos recursos naturais.Com os melhores cumprimentos, Sofia Rodrigues Martins Cartão de Cidadão nº 11809838	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123381	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123380	Discordância	Discordo do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123379	Discordância	Eu Inês Pinto, residente no concelho do Porto, freguesia de Paranhos, distrito do Porto, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123378	Discordância	Os motivos para discordar estão no documento anexo. Para se avaliar o mapa das ZAER de aceleração, é necessário que as pessoas possam ver o mapa com detalhe, não um borrão sem a definição necessária para perceber os possíveis impactos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123377	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: * A proposta é excessiva na escala e na ocupação territorial: admite colocar cerca de 7% do território nacional ao serviço de projetos energéticos, apesar de os impactes cumulativos se estenderem muito para além da área cartografada, afetando biodiversidade, água, solo, paisagem e comunidades. * A proposta considera de forma insuficiente os factores de perturbação humana e o seu impacto na vida selvagem: ruído, vibração, iluminação, acessos, tráfego, manutenção, linhas elétricas, subestações e presença humana contínua alteram o comportamento, comunicação, reprodução, alimentação, movimentação e ocupação de territorial da fauna selvagem. A área ecologicamente perturbada pode estender-se por quilómetros para além da infraestrutura, podendo inclusivamente empurrar alguns animais para as areas urbanizadas, e resultar em situações de conflito com prejuízo para a população. * O relatório ecológico prevê buffers, incluindo 1 km em torno de áreas classificadas e, em alguns casos, 5 km em redor de locais de nidificação. Contudo, não apresenta uma justificação clara, pública e específica da espécie afectada para demonstrar que essas distâncias são adequadas perante os efeitos de ruído, ou outra perturbação humana na distribuição da vida selvagem. Um buffer cartográfico não substitui uma avaliação ecológica funcional. * A proposta está incompleta para consulta pública: não disponibiliza mapas de pormenor suficientes para permitir análise territorial séria e limita o direito de participação informada. * Em concelhos como Mortágua, a dimensão proposta é desproporcionada e territorialmente inaceitável, com forte afetação do solo, usos do território e coesão local	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
123374	Geral	Ex.mos Senhores A Altri Floresta S. A. subscreve a participação já apresentada pela Biond, Associação das Bioindústrias de Base Florestal Cumprimentos Clara Araújo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123373	Discordância	Considero que a criação destas Zonas é potencialmente perigosa, a avaliar pelas práticas conhecidas na zona do Barroso em que o total desrespeito pelas populações caminha a par do favorecimento de empresas estrangeiras. Portugal tem de crescer com o bem estar da população, estas zonas de "aceleração" não permitirão às populações nem às entidades promotoras da proteção ambiental intervir em projetos potencialmente nefastos para o ambiente e saúde pública.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123372	Discordância	Eu Laurent Bourrus de nacionalidade francesa mas residindo nas Açoteias, Olhos de Água, Venho manifestar a minha total discordância face ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) REPENSAR O MODELO ENERGÉTICO: DA CONCENTRAÇÃO À RESILIÊNCIA TERRITORIAL A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EXIGE UMA MUDANÇA DE PARADIGMA O PSZAER parte do pressuposto de que a resposta à crise climática consiste em acelerar a implantação de grandes infraestruturas de produção de energia renovável. Considero que este pressuposto deve ser questionado. O verdadeiro desafio não consiste em encontrar novos territórios para instalar parques solares ou eólicos, mas em repensar profundamente o modelo energético nacional. Tal como no século XX a sociedade compreendeu que não bastava aumentar a produção de energia sem considerar os riscos sistémicos associados ao modelo nuclear, também hoje importa reconhecer que a simples substituição dos combustíveis fósseis por megaestruturas renováveis não representa, por si só, uma mudança de paradigma. A questão essencial deixou de ser que energia produzimos; passou a ser como a produzimos, onde a produzimos e ao serviço de que modelo de sociedade. OS TERRITÓRIOS DEVEM PRODUZIR A ENERGIA DE QUE NECESSITAM A produção de energia deve deixar de obedecer a uma lógica centralizada para passar a integrar os metabolismos territoriais. Cada município possui recursos específicos, fluxos de matéria, atividades económicas e necessidades energéticas próprias. Os resíduos pecuários, agrícolas e urbanos podem ser transformados em biogás; a biomassa residual pode contribuir para a gestão sustentável da floresta; as coberturas dos edifícios, parques de estacionamento e zonas industriais oferecem um enorme potencial para produção fotovoltaica; os recursos hídricos, eólicos ou marinhos podem ser mobilizados quando compatíveis com os ecossistemas locais. Em vez de impor uma solução uniforme a todo o território nacional, importa construir sistemas energéticos diversificados, articulando diferentes tecnologias em função das características ecológicas, económicas e sociais de cada município	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123371	Discordância	Não concordo com a realização deste programa que irá, no fundo, sacrificar tudo aquilo que dizem querer proteger/valorizar, especialmente sem indicação de que território seria usado para tal. Falando da implementação destas energias renováveis, como painéis solares, não é correto agir da forma mais rápida/fácil: colocar mares de painéis solares, que irá fazer o contrário do entendido, irá ajudar a destruir a biodiversidade que já tão afetada está. Deviamo-nos preocupar imediatamente e muito mais com a preservação e restauração dos solos e ecosistemas. E isto é compreendido pelas "pessoas comuns" muito mais fácilmente do que quem cria e aprova estas decisões. Façam melhor, ouçam os cientistas e parem de matar o planeta, obrigado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123370	Discordância	A transição energética é um objetivo importante para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e combater as alterações climáticas. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural, agrícola e paisagístico do interior de Portugal. Uma das principais preocupações prende-se com a ocupação de vastas áreas de solo rural e agrícola por centenas de milhares de painéis solares. A instalação destas centrais implica a transformação permanente da paisagem, a fragmentação de habitats naturais e potencia impactos sobre espécies protegidas, afetando um território reconhecido pelo seu elevado valor ecológico. Além dos impactos ambientais, estes projetos podem prejudicar atividades económicas essenciais para a região, como a agricultura, a pecuária, o turismo de natureza e a valorização do património rural. Muitos habitantes receiam que o interior do país suporte os custos ambientais de grandes infraestruturas energéticas sem receber benefícios proporcionais para o desenvolvimento local. Existem alternativas mais equilibradas para aumentar a produção de energia renovável, como a instalação de painéis solares em telhados de habitações, edifícios públicos, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas. Estas soluções permitem produzir eletricidade limpa sem ocupar grandes extensões de solo natural ou agrícola. Assim, a oposição aos projetos Sophia e Beira não representa uma rejeição da energia solar, mas sim uma defesa de um modelo de transição energética mais sustentável, que concilie a produção de energia com a proteção da biodiversidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações do interior. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar o ambiente e as comunidades locais, garantindo que o progresso não compromete o futuro dos territórios onde é implementado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Comentários no âmbito da Consulta Pública do PSZAER:	
123369	Discordância	1. O PSZAER, na sua configuração atual, conduziria a uma profunda transformação irreversível do nosso território, transmitindo às gerações futuras um território desfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização à escala regional e nacional. Isso significaria que, em vez de se transmitir às gerações futuras um território valorizado, se lhes entregaria um território desvalorizado e incapaz de assegurar a necessária sustentabilidade entre gerações. 2. A opção por priorizar grandes manchas de Zonas para a Energia Solar e Eólica em vez do apoio ao desenvolvimento das comunidades descentralizadas de energia renovável e à maximização do potencial de autoconsumo configura uma opção que conduziria ao desenvolvimento de megaparques solares e eólicos que, nalguns municípios, chegariam a ocupar mais de 35% do seu território. Ou seja, privilegia-se o apoio aos grandes megaparques solares e eólicos em detrimento do apoio a soluções descentralizadas, mais adequadas a um país com territórios com história, cultura, demografia e geografia muito diversas. De resto, o que está proposto contraria frontalmente as Recomendações da Comissão Europeia e do Tribunal de Justiça da União Europeia. Com o que é agora posto a consulta pública, perde-se uma oportunidade de lançar uma verdadeira política de aceleração da transição energética que atenda às condições concretas do País e aos objetivos expressos nos diversos Instrumentos de Gestão do Território com incidência nacional, regional e local, condicionando também fortemente o poder de intervenção das autarquias locais. Em vez de se contornarem e ultrapassarem algumas das condicionantes ao desenvolvimento das regiões deprimidas do interior, opta-se por uma solução que acentua as disparidades económicas e regionais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
123368	Discordância	Programa desajustado e alienado à realidade do mundo. Com tantos espaços públicas onde se podem colocar milhares e milhares de paineis solares e escolhem sempre destruir a natureza. Há vida nas florestas do interior de Portugal, zonas com poucas invasoras e longe das urbanizações. Parem de ser egoístas, usem os espaços que não destroem natureza para benefício do planeta e da humanidade. Usem os espaços urbanos e deixem as árvores em paz!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123367	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: - Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; - Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; - Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; - Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; - Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da sociedade que diz ser um dos seus objetivos; - Por estas e outras razões o PSZAER deve ser revisto e reformulado, assegurando: A integração de explorações energéticas locais, próximas aos centros de consumo e construídas sobretudo em zonas artificilizadas, onde os impactos negativos serão menores; - Disponibilização de toda a informação necessária para a participação informada dos cidadãos, desde dados georreferenciados em formato interoperável, estudos que comprovem os impactos afirmados pelo programa	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123366	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: - Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; - Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; - Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; - Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; - Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da sociedade que diz ser um dos seus objetivos; Por estas e outras razões o PSZAER deve ser revisto e reformulado, assegurando: - A integração de explorações energéticas locais, próximas aos centros de consumo e construídas sobretudo em zonas artificilizadas, onde os impactos negativos serão menores; - Disponibilização de toda a informação necessária para a participação informada dos cidadãos, desde dados georreferenciados em formato interoperável, estudos que comprovem os impactos afirmados pelo programa acerca da hibridização; - A permanência de ferramentas de participação pública e de proteção ambiental como a Análise de	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123365	Concordância	Esta proposta não é favorável para a população local nem para os ecossistemas das zonas de implementação	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
123364	Discordância	Discordo do programa proposto.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123363	Discordância	A PSZAER vão criar "zonas de sacrifício" e enfraquecer garantias ambientais A descarbonização não pode justificar o enfraquecimento dos princípios fundamentais da proteção ambiental, da participação pública e da justiça territorial. O PSZAER assenta na criação de Zonas de Aceleração destinadas a simplificar e acelerar o licenciamento de projetos de energias renováveis. Embora o planeamento estratégico possa contribuir para uma melhor organização do território, existe um risco significativo de estas zonas se transformarem, na prática, em "zonas de sacrifício", onde determinados territórios e comunidades passam a suportar uma concentração desproporcionada de impactos ambientais e sociais em benefício de interesses nacionais ou europeus. A experiência recente da União Europeia demonstra que os mecanismos de aceleração do licenciamento podem conduzir à redução do escrutínio ambiental e da participação efetiva das populações. O relatório Permission to Pollute, publicado pelo Corporate Europe Observatory, documenta diversos casos em que a classificação de projetos como "estratégicos" serviu para limitar avaliações ambientais, reduzir oportunidades de participação pública e atribuir prioridade a interesses económicos em detrimento da proteção da natureza, da saúde pública e dos direitos das comunidades afetadas. A mina do Barroso é um exemplo. O relatório demonstra igualmente que a criação de procedimentos acelerados tem sido fortemente promovida por grupos de pressão empresariais que defendem a simplificação ou mesmo a dispensa de avaliações ambientais individuais para determinados projetos e infraestruturas. Importa recordar que uma Avaliação Ambiental Estratégica não pode substituir a avaliação rigorosa de cada projeto concreto. Nenhum exercício de planeamento consegue antecipar, com o detalhe necessário, fatores como: habitats e espécies efetivamente presentes; impactos cumulativos de múltiplos projetos; recursos hídricos subterrâneos e superficiais; património cultural e paisagístico; consequências para a atividade agrícola e florestal; e impactos específicos sobre a saúde e qualidade de vida das populações. A classificação prévia de determinadas áreas como particularmente adequadas ao desenvolvimento energético cria inevitavelmente uma presunção favorável à instalação de projetos, invertendo o princípio da precaução e dificultando uma análise verdadeiramente imparcial dos seus impactos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		" Pronúncia sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis "	
123362	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis, por considerar que, embora a transição energética seja indispensável para o combate às alterações climáticas, esta não deve ser realizada à custa da degradação do património natural, da paisagem e da qualidade de vida das populações. Na região onde resido, no concelho de Rio Maior, existem áreas de elevado valor ambiental, agrícola e paisagístico que constituem um importante património natural e cultural. A instalação de grandes centrais solares ou de outras infraestruturas energéticas poderá provocar a artificialização da paisagem, a ocupação de solos agrícolas produtivos, a fragmentação de habitats e impactos negativos sobre a biodiversidade, comprometendo o equilíbrio ecológico e a identidade do território. Acresce que as populações locais conhecem profundamente o território e devem ser efetivamente envolvidas nos processos de decisão. A participação pública não pode limitar-se ao cumprimento de formalidades legais; deve traduzir-se numa verdadeira consideração das preocupações e dos contributos apresentados pelos cidadãos e pelas autarquias. Defendo, por isso, que a produção de energia renovável privilegie soluções mais sustentáveis, como a utilização de coberturas de edifícios públicos e privados, parques industriais, zonas já artificializadas ou áreas degradadas, evitando a ocupação de espaços rurais, agrícolas ou ambientalmente sensíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123361	Discordância	As energias renováveis nunca se devem sobrepor á natureza ou tão pouco serem prioridade ao verde que nos dá oxigénio, ao verde que refresca o ar nos picos de calor e que suporta o solo em chuvas torrenciais, nunca, nunca, nunca. Estou em total desacordo com o que seja destrutivo da natureza existente.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123359	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123358	Discordância	Este tipo de projetos põe em causa o equilíbrio natural existente na nossa região. A transição energética é bastante importante mas terá de ser feita de uma forma mais equilibrada e nunca através da destruição de zonas naturais protegidas e de grande importância para garantir qualidade de vida de quem vive nestes territórios.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123357	Discordância	Ouvir e respeitar a voz da população local!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123356	Discordância	Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo pôr em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. Área prevista no Mapa das ZAER cerca de 18 vezes superior à necessária para o cumprimento das metas do PNEC 2030: O PNEC 2030 estabelece como meta para a energia solar a capacidade de 20,8 GW. A implementação no terreno dessa potência de 20,8 GW significa a necessidade de qualquer coisa como 20.000 hectares. Seria esta a necessidade que justificaria a definição destas ZAER. Contudo, nos documentos da consulta pública, constatamos que a mesma coloca à disposição das ZAER qualquer coisa como 357.347 hectares para solar e mais 85.321 hectares para eólico. Assim, só a fatia adstrita ao solar é quase dezoito vezes aquilo de que o país precisa para cumprir a tal meta do PNEC 2030.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123355	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123354	Discordância	É incompreensível começar o planeamento pelo "telhado". Antes de qualquer implementação, as áreas deveriam estar plenamente definidas, estudadas e os portugueses previamente e devidamente informados. O que se pretende é instalar "zonas industriais" sem qualquer regra, sem ordenamento articulado com os PDMs. A forma de imposição do Programa é pouco ou nada transparente e sem conhecimento antecipado dos agentes e população local. Mais uma vez a "democracia" é enviesada em nome da implantação de energias renováveis. Parece que ferrugem nos solos já não é uma preocupação para os decisores, mas para os agricultores as regras são para cumprir. Haja bom senso para que democracia possa ser plena.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123353	Discordância	Eu Ana Catarina Sá Pinto, residente em na União de freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, concelho de Resende, distrito de Viseu, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123350	Discordância	A transição energética é importante, mas não deve ser feitas às custas da degradação ambiental e paisagística, nem pode ser feita à revelia das populações que serão afetadas pela instalação dos empreendimentos de produção de energia solar e eólica. Deveria ser dada máxima prioridade a áreas artificializadas (como zonas industriais) ou já bastante alteradas pela intervenção humana e não a zonas naturais. No mapa proposto pelo programa, são propostas áreas vastas em regiões mais naturalizadas do centro interior, ao invés de zonas mais alteradas por atividades antrópicas, geralmente mais próximas do litoral. Por outro lado os procedimentos simplificados para o licenciamento favorecem ainda mais a ocorrência de práticas lesivas do ambiente, quando deveria ser feita uma avaliação mais rigorosa do impacto ambiental dos projetos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123349	Discordância	A natura é a nossa casa, mesmo daqueles que a destroem por pura ganância e que não pensam nas consequências para todos!, incluíndo para os próprios! Se continuarem a cometer crimes como este pode ser tarde para voltar atrás! Quando é que todos acordamos e nós unimos para combater estes atentados á vida!?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123348	Discordância	Acho que é prejudicial por questões socioeconómicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país em geral. Este género de consultas públicas são extremamente importantes para "ouvir" e perceber o raciocínio lógico de cada cidadão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123347	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da aposta em fontes de energia renovável como instrumentos fundamentais para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e combater as alterações climáticas. Contudo, considero que esta transição deve ser implementada de forma responsável, equilibrada e compatível com a proteção do património natural, da biodiversidade e dos recursos florestais existentes. Neste sentido, manifesto a minha oposição à instalação de parques fotovoltaicos e parques eólicos em terrenos férteis e ocupados por povoamentos florestais saudáveis, cuja remoção implica a destruição de árvores em pleno desenvolvimento, nomeadamente sobreiros e eucaliptos. A eliminação destes povoamentos representa uma perda ambiental significativa. As árvores desempenham um papel essencial na captura e armazenamento de dióxido de carbono, contribuindo diretamente para a mitigação das alterações climáticas. Simultaneamente, promovem a conservação dos solos, reduzem os riscos de erosão e desertificação, favorecem a infiltração e retenção da água no solo, regulam o ciclo hidrológico e contribuem para a manutenção da qualidade do ar e da estabilidade dos ecossistemas. Acresce que estas áreas constituem habitat para inúmeras espécies de fauna e flora, muitas delas protegidas ou dependentes destes ecossistemas para alimentação, reprodução e abrigo. A substituição de áreas florestais por extensas infraestruturas energéticas provoca a fragmentação dos habitats, reduz a biodiversidade e altera profundamente a paisagem, comprometendo o equilíbrio ecológico existente. Importa igualmente salientar a relevância económica destas áreas para os proprietários rurais. Os sobreiros constituem uma das espécies florestais de maior valor em Portugal, sendo a produção de cortiça uma atividade com elevado interesse económico, ambiental e cultural. Recorde-se que o sobreiro beneficia de proteção legal em Portugal, precisamente devido ao seu elevado valor ecológico, social e económico, pelo que a sua remoção deve constituir uma medida absolutamente excecional e devidamente fundamentada. Também os povoamentos de eucalipto, quando geridos de forma sustentável e em conformidade com a legislação aplicável, representam uma importante fonte de rendimento para milhares de famílias, abastecendo simultaneamente um setor estratégico da economia nacional	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123346	Discordância	Face ao exposto, conclui-se que a proposta do PSZAER, nos moldes em que se encontra atualmente delineada, apresenta um manifesto desfasamento entre a sua ambição territorial abstrata e as restrições físicas reais da rede elétrica, comprometendo paralelamente pilares fundamentais da conservação da natureza e do direito à participação pública. Reconhece-se o valor deste primeiro exercício de identificação espacial e o esforço interdisciplinar que lhe está subjacente, mas as suas limitações metodológicas e conceptuais, em particular a exclusão da REN, a desconsideração da capacidade real da rede, a ausência de limites cumulativos e de áreas de exclusão com força jurídica, e a falta de transparência processual, carecem de correção antes da sua aprovação. Por força destas debilidades técnicas, metodológicas e de transparência, emite-se um parecer desfavorável à aprovação do programa na sua versão atual, condicionando qualquer viabilidade futura à integração plena das alterações estruturais preconizadas neste documento anexo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
123345	Discordância	Não concordo com este método de autorizar a implementação de mega projectos de energias renováveis. A transição energética deve ser feita com projectos que respeitem a natureza, o território e as pessoas. Existem muitos mais métodos para implementar a transição energética, tais como painéis solares nos telhados das casas, auto-estradas, telhados de zonas industriais, etc.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123344	Discordância	Desaparecimento de zonas verdes, de agricultura, pastorícia, lazer, turismo… sem benefícios para a população local. Plano obscuro que retira poder às câmaras municipais e juntas de freguesia.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123343	Discordância	Eu Fernando Júlio Bernardino Pinto residente no concelho de Viseu distrito de Viseu e distrito de Fragosela, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123342	Discordância	Os projetos de mega centrais solares e eólicas são decepcionantes e em nada compreendem o verdadeiro significado das palavras "Sustentabilidade ambiental". São a continuação do tipo de negócio que já bem conhecemos - apropriação dos recursos naturais só para alguns, sua destruição e exploração, sacar ao máximo e os lucros só para as grandes empresas. Estas empresas vêm numa "embalagem verde" com o rótulo " produto ecológico" , mas é só fachada! Apropriam-se do selo " sustentável" mas o tipo de negócio é mais do mesmo, destruição! Estas centrais solares vêm reduzir drasticamente a fatura da luz que os cidadãos comuns pagam? Vem reduzir a pegada carbónica de cada cidadão? Não! Estas estruturas estão a ser pensadas para os avultados consumos energéticos dos data centers e da Inteligência Artificial! É só para o meganegócio das plataformas e redes sociais! A caminhar assim, os Estados transferem os seus poderes para os facebooks, instagrams, googles , etc... deste mundo. Sou a favor da produção de energia elétrica através de painéis solares, mas só no telhados na casa de cada um de nós ! Mas Livre, sem concessões! O sol quando nasce é para todos. Já alguém contabilizou quantos milhares de há têm as nossas cidades, vilas e aldeias em conjunto, no nosso território? Deve ser bem superior ao total de área de todas as mega centrais solares. Os nossos governantes que tanto apregoam a Sustentabilidade, e que temos de baixar a todo o custo a libertação de CO2 para combater as alterações climáticas, ainda não perceberam, que as árvores, as florestas (se é que Portugal tem florestas (?)) e o solos são grandes absorventes de CO2! Ainda contribuem para o armazenamento de água nos lençóis freáticos e tornam os climas mais frescos. Ora, uma massa de painéis solares gigantesca não vai certamente fazer isto! Já para não falar da destruição do nosso património paisagístico e rural . Já alguém refletiu na destruição ambiental que a exploração de lítio para baterias e componentes para painéis solares provoca noutras partes do mundo, só para andarmos orgulhosos na Europa com o selo "sustentável" na testa? Pois! Eu peço aos governantes portugueses que reflitam seriamente em planos de plantação intensiva de florestas com árvores e arbustos típicos da flora portuguesa e a construção de bacias de retenção e infiltração de água por todo o nosso país, estes cumprirão na certa a sua missão de aumentar a disponibilidade de água nos aquíferos (o sul de Portugal precisa de água) , temperaturas exteriores mais frescas, valorização paisagística das regiões, obtenção de materiais e alimentos (ex. cortiça, resina...) que podem promover a economia da pequenas e médias indústrias e das localidades , uma economia circular, salvaguarda da fauna... São planos de longo prazo, mas temos de começar o quanto antes!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
123341	Discordância	A Natureza tem um valor absoluto. incomensurável, de dádiva à vida dos seres humanos e de todos os outros seres. Cuidemos dela. É o melhor agradecimento. Maria da Graça Conceição	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123340	Discordância	Exmos. Srs., Venho por este meio manifestar a minha discordancia.: REPENSAR O MODELO ENERGÉTICO: DA CONCENTRAÇÃO À RESILIÊNCIA TERRITORIAL A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EXIGE UMA MUDANÇA DE PARADIGMA O PSZAER parte do pressuposto de que a resposta à crise climática consiste em acelerar a implantação de grandes infraestruturas de produção de energia renovável. Considero que este pressuposto deve ser questionado. O verdadeiro desafio não consiste em encontrar novos territórios para instalar parques solares ou eólicos, mas em repensar profundamente o modelo energético nacional. Tal como no século XX a sociedade compreendeu que não bastava aumentar a produção de energia sem considerar os riscos sistémicos associados ao modelo nuclear, também hoje importa reconhecer que a simples substituição dos combustíveis fósseis por megaestruturas renováveis não representa, por si só, uma mudança de paradigma. A questão essencial deixou de ser que energia produzimos; passou a ser como a produzimos, onde a produzimos e ao serviço de que modelo de sociedade. OS TERRITÓRIOS DEVEM PRODUZIR A ENERGIA DE QUE NECESSITAM A produção de energia deve deixar de obedecer a uma lógica centralizada para passar a integrar os metabolismos territoriais. Cada município possui recursos específicos, fluxos de matéria, atividades económicas e necessidades energéticas próprias. Os resíduos pecuários, agrícolas e urbanos podem ser transformados em biogás; a biomassa residual pode contribuir para a gestão sustentável da floresta; as coberturas dos edifícios, parques de estacionamento e zonas industriais oferecem um enorme potencial para produção fotovoltaica; os recursos hídricos, eólicos ou marinhos podem ser mobilizados quando compatíveis com os ecossistemas locais. Em vez de impor uma solução uniforme a todo o território nacional, importa construir sistemas energéticos diversificados, articulando diferentes tecnologias em função das	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123339	Discordância	Discordo porque vão destruir o nosso país e as zonas verdes muito importantes para uma vida saudável e para a sustentabilidade do país e dos habitantes. Nós contribuintes temos o direito de ser consultados caso a caso estes projectos que vão afectar negativamente o nosso bem estar. As zonas verdes, principalmente as protegidas, deviam ser mantidas para continuarmos a ter um país onde todos querem viver.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123338	Discordância	Apresento a minha total discordância relativamente à proposta PSZAER embora reconheça a a importância da transição energética e a aposta nas energias renováveis . Proposta Sectorial ZAER não acata o conteúdo dos vários e diferentes instrumentos legais com o acréscimo de uma desflorestação inédita sem Avaliação de Impacto Ambiental. Apresento a minha total discordância a Proposta Sectorial ZAER por vários motivos - Falta de transparência e injustiça por informação incompleta e atempada pois não são apresentados todos os mapas detalhados e cartografia de alta resolução para se aferir com exatidão as áreas concretas dos territórios afectados e mapas com as dimensões exactas das áreas a ocupar e calendário das intervenções em cada território - Falta de transparência no período de consulta pública , com um pequeno período de consultapública e em tempo de férias e pela escassez de dados precisos do Programa bastante importantes . - Não cumpre com o recenseamento das zonas terrestres conforme os artigos 15.º-B e 15. °-C da Diretiva (UE) 2018/2001	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123337	Discordância	Ignora o compromisso recíproco de compatibilização das opções referido no n.º 1 do artigo 26.º do RJIGT Não aprovo a construção de painéis solares em zonas que devem ser de proteção ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123336	Discordância	Discordo completamente, esta proposta não tem sentido quando querem destruir natureza alegando evolução das energias verdes. respeitem a paisagem, flora e fauna. Façam propostas realmente inteligentes e saudáveis para todos e para o planeta.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123334	Discordância	É impensável, face às pressões climáticas e de perda de biodiversidade que enfrentamos enquanto sociedade, prescindir de uma analise de impacto ambiental para projectos desta dimensão. Historicamente, as megasolares têm levado à desflorestação de floresta nativa, enfraquecendo a biodiversidade e reduzindo a resiliência hidrica e climatica, empobrecendo os solos, destruindo o habitat de que a natureza (e os humanos!) depende. É ainda mais inconcebível que o mesmo seja feito em prol de empresas particulares. Chamar esta energia de verde é uma falácia e greenwashing. Não só não é verde como não está alinhada com o melhor interesse da população. É um tacho para os privados a custa do nosso património natural. Se uma empresa quer candidatar a fazer um projecto megalomano deste genero, tem que passar pelo escrutínio de uma analise de impacto ambiental detalhada. Se não têm os recursos humanos no icnf para dar uma resposta atempada, é investir nos recursos humanos, não facilitar o acesso do que é comprovadamente um atentado ambiental. As licenças, depois de dadas, são difíceis de revocar, e os danos na biodiversidade irreversíveis. Não há espaço para atribuir licenças sem escrutinosa atenção e análise, sem visitas de especialistas ambientais ao terreno ao longo do ano onde se observa a flora em diferentes fases, e relatório detalhado e publico de tudo o que foi encontrado, e uma analise detalhada do impacto do projeto pelo icnf. Se esta é a visão verde que Portugal tem para o futuro, é francamente míope.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123333	Concordância	Manifesto por esta via a minha total oposição ao PSZAER colocado em consulta pública. Este é um documento que consubstancia uma opção política e os instrumentos administrativos e jurídicos, que lhe dão corpo, contrariam ou não atendem a algumas das principais recomendações da Comissão da União Europeia, assim como do próprio Tribunal Europeu em matéria de transição energética, e se traduzem em riscos muito graves que colocam em causa o edifício administrativo e jurídico em que assenta a organização e gestão do território português, subtraindo competências aos Municípios, limitando a participação dos cidadãos na gestão da "causa pública". Todavia, apresenta graves e irreversíveis consequências para os territórios, as comunidades locais, a sustentabilidade económica ambiental e social de vastas regiões do país, induzindo maiores desequilíbrios económicos e sociais entre os diferentes territórios e, ao invés de promover a inclusão social, promove a exclusão social. Acresce a tudo isto que a implementação do PSZAER permite e configura uma profunda transformação da geografia do território, de forma duradoura e irreversível, transmitindo às próximas gerações um território completamente transfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização, à escala nacional e internacional. No fundo, ao invés de transmitirmos às próximas gerações um território com valias acrescidas, fazemo-lo com menos valias, condicionando o seu próprio futuro e sustentabilidade geracional. A opção pelas grandes manchas de Zonas para a Energia Solar e Eólica versus o apoio ao desenvolvimento das comunidades de energia e a maximização do potencial de autoconsumo	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123332	Discordância	Apesar do relatório manifestar como zonas prioritárias para a instalação de parques solares e eólicos as zonas impermeabilizadas e, de alguma forma, dar a entender a sua preferência por soluções descentralizadas de energia renovável, acaba exclusivamente por propor soluções e instrumentos de apoio que permitem o desenvolvimento de mega parques solares e eólicos que chegam, nalguns municípios, a ocupar mais de 35% do seu território. Ou seja, acaba, exclusivamente, por legislar e criar condições de apoio para os grandes mega parques solares e eólicos omitindo completamente, ao invés das Recomendações da Comissão e do Próprio Tribunal Europeu, apoios para as soluções descentralizadas como as comunidades de Quando a descarbonizacao forçada passa por cima dos direitos do povo, da qualidade de vida e ambiental do país, alguém tem que chamar à razão do governo para que nao se torne num corsário sem escrúpulos.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123330	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123329	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a) Presidente da Comissão de Avaliação / Diretor-Geral de Energia e Geologia, Na qualidade de cidadã preocupada com o ordenamento equilibrado do território, a sustentabilidade ecológica e a salvaguarda das populações locais, venho apresentar a minha objeção formal e fundamentada à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), com base nos seguintes argumentos: 1. Descaracterização Territorial e Escala Desproporcional. A delimitação geográfica prevista peca por uma total ausência de sensibilidade à escala dos projetos face aos ecossistemas locais. A previsão de cerca de 1800 hectares para painéis solares no concelho de Vila Velha de Ródão até 2030 representa uma ocupação massiva que desvirtua a matriz biofísica, florestal e agrícola da Beira Baixa. A conversão de vastas extensões em monocultura fotovoltaica compromete de forma irreversível os ativos económicos tradicionais (agricultura de sequeiro, olivicultura, atividade silvopastoril e turismo de natureza), que dependem da integridade paisagística da região. 2. Efeito de Ilha de Calor e Riscos para a Saúde Pública Estudos científicos internacionais alertam para o efeito de "ilha de calor fotovoltaica", demonstrando que a instalação massiva e concentrada de painéis induz um aumento significativo da temperatura ambiente local no seu perímetro e áreas circundantes (estimado em até +4 °C em cenários de grande densidade). Numa região que já regista temperaturas estivais severas e ondas de calor prolongadas, este acréscimo microclimático constitui um risco inaceitável para a saúde pública. Os principais afetados serão os grupos populacionais mais vulneráveis — idosos, crianças e doentes crónicos —, agravando a pressão sobre os serviços locais de saúde e diminuindo a habitabilidade do território.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123327	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Vimioso, e com propriedades no referido concelho, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123326	Discordância	Venho manifestar a minha discordância com a proposta de PSZAER atualmente em discussão pública, pelos seguintes motivos: 1. Desproporção da área proposta. O programa delimita cerca de 7% do território de Portugal continental — mais do que toda a mancha urbana nacional (6%) — quando estimativas técnicas apontam que 1% do território bastaria para cumprir as metas nacionais de energia solar. Esta desproporção não é justificada no documento. 2. Ausência de limites aos projetos e risco de especulação. Não há limite máximo de potência ou área para projetos elegíveis ao regime simplificado, abrindo a porta a megaprojetos sem avaliação de impactes cumulativos. Expor território sem viabilidade real de ligação à rede a licenciamento facilitado não acelera a transição energética — gera pressão especulativa sobre solo rústico. 3. Enfraquecimento do escrutínio ambiental e da participação pública. Sujeitar projetos em ZAER a mera comunicação prévia municipal, e ponderar a dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental caso a caso, retira às autarquias o controlo urbanístico habitual e elimina o principal — muitas vezes único — momento de escrutínio por cidadãos e ONG de ambiente. 4. Risco para espécies e corredores ecológicos ameaçados. Parte dos cerca de 455 mil hectares identificados sobrepõe-se a territórios essenciais para espécies como o lince-ibérico, o lobo-ibérico, a águia-imperial-ibérica, a águia-de-bonelli, o abutre-preto e a abetarda. O programa não garante proteção vinculativa de corredores ecológicos (por exemplo entre as serras algarvias, o Guadiana e a Estremadura espanhola) nem avaliação obrigatória de efeitos cumulativos de várias centrais e linhas de muito alta tensão. 5. Falta de transparência cartográfica. A documentação em consulta não inclui a cartografia detalhada das áreas concretas candidatas a ZAER, impedindo que cidadãos e autarquias avaliem com rigor os impactos nos seus territórios — o que compromete o sentido útil da própria consulta. 6. Desequilíbrio entre produção centralizada e descentralizada. Os próprios documentos reconhecem um potencial técnico de autoconsumo/comunidades de energia superior a 23 GW em áreas já artificializadas, mas o programa continua a priorizar grandes centrais centralizadas em território natural e florestal, sem justificar essa opção.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
123325	Discordância	Discordo porque o licenciamento indiscriminado não pode acelerar nem crescer à custa da destruição da natureza. A flora e fauna teem um lugar , o seu lugar, são vida e dão vida! O progresso tecnológico não pode ser desculpa para o retrocesso ambiental . Qual o benefício para as populações perto destas zonas de energias renováveis? Nenhum.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123324	Discordância	Venho por este meio expressar a minha firme oposição à inclusão da Serra da Gardunha e da região da Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis, no âmbito do PSZAER. A instalação de grandes parques solares e eólicos representa uma grave ameaça à nossa qualidade de vida, especialmente considerando a proximidade a habitações, onde as comunidades locais seriam diretamente afetadas por impactos visuais e sonoros. Ademais, a utilização de terrenos agrícolas e florestais para estas infraestruturas pode comprometer a nossa produção alimentaria e a biodiversidade da região. É imperativo considerar o impacto nos cursos de água, que são essenciais para o abastecimento das populações e do ecossistema local. Exorto as autoridades a reavaliar esta decisão e a excluir a Serra da Gardunha e a Beira Baixa das zonas propostas para o PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123321	Discordância	Um atentado direto a soberania das povoações e do seu povo, permitindo assim que os tubarões do capitalismo seguem o pouco que nos resta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123320	Discordância	Discordo do PSZAER ver anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123319	Discordância	Discordo com este programa, pois nada benefiacia as populações locais, prejudicando o ecosistema e tem um impacto negativo na paisagem.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123318	Discordância	É de lamentar profundamente que tais propostas sejam aceites ou sequer postas em questão, sem um estudo do seu impacto ambiental a longo termo bem aprofundado. As áreas que estão a designar para que estes projetos sigam em frente, são áreas de estrema beleza natural e biodiversidade, aonde muitos animais habitam, aonde inclusive se está a tentar criar bons habitats para a preservação de espécies em extinção como o lobo ibérico e o lince ibérico. Não consigo ainda perceber como se pode chamar uma energia de renovável, se não temos em consideração o lugar aonde a mesma está a ser colocada e o impacto que tem, acho que nem sequer devia ser colocada em lugares com natureza por si só, mas apenas considerada a ser colocada em áreas a criar sombras de parques de estacionamento, e áreas no alto de prédios, casas e edifícios no campo e em cidades A vossa proposta é uma proposta que irá ter mais um impacto negativo ambiental do que um positivo a curto e longo termo, e lamento muito que o mundo esteja assim, e que não pensemos realmente nas gerações futuras, na saúde e harmonia da existência humana com o resto dos seres, natureza e corpos de água. Peço que ganhemos consciência, e que possamos voltar a cuidar deste lugar que nos deu a vida. Eu sou Contra e espero que se estude sempre os impactos ambientais pelo bem de todos, e nunca se tome decisões sem uma consideração profunda e respeito pela natureza e pela Vida!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123317	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível, para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123316	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha oposição firme e fundamentada à Proposta de PSZAER, por considerar que o documento promove uma transformação territorial profundamente lesiva para a biodiversidade, para a paisagem, para a economia rural e para o equilíbrio ecológico de Portugal. A proposta identifica 578 777 hectares para potenciais campos solares e 84 618 hectares para eólicos, sendo que 371 348 hectares de solar estão a menos de 10 km da rede, áreas que o próprio documento admite serem de grande escala. Isto representa uma ameaça direta à integridade dos territórios rurais, florestais e agrícolas. O PSZAER não só prevê grandes campos solares, como prevê ainda mais área adicional para "compartimentação paisagística", ampliando drasticamente a ocupação territorial. Perante este ritmo de expansão, a proposta de adicionar centenas de milhares de hectares adicionais é ecologicamente insustentável e territorialmente devastadora. 1. A proposta ignora a prioridade da Diretiva REDIII por superfícies artificializadas (Telhados e fachadas de edifícios, infraestruturas de transporte, parques de estacionamento, zonas industriais, minas abandonadas, instalações de tratamento de águas residuais urbanas), concentrando-se em solo rural, florestal e agrícola. O LNEG identificou 23,33 GW de potencial solar exclusivamente em áreas artificializadas, o que excede largamente as necessidades nacionais para 2030 e 2050. Não existe, portanto, qualquer justificação técnica para destruir paisagens naturais quando o potencial urbano e industrial é mais do que suficiente. 2. A proposta abre caminho a centenas de projetos tipo "Sophia" sem Avaliação de Impacte Ambiental. Isto significa que projetos de escala equivalente ao Projeto Sophia, que mobilizou resistência nacional, poderão ser aprovados sem estudo de impacte ambiental, sem consulta pública. 3. A proposta ameaça a biodiversidade e a conectividade ecológica. A instalação de mega-centrais solares e eólicas nestes territórios agrava fragilidades, destrói habitats, fragmenta corredores ecológicos e compromete a resiliência dos ecossistemas. 4. A proposta compromete a paisagem, o turismo e a identidade territorial. O documento reconhece que "A paisagem é um dos maiores patrimónios coletivos de uma sociedade." Contudo, propõe a instalação de estruturas industriais de grande escala em zonas rurais e naturais, com "cômoros", "cortinas arbóreas", "compartimentações" e "blocos de 20 hectares", admitindo que a paisagem será profundamente alterada	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação.
123315	Discordância	Não concordo que se destine 7% do território para projetos de energia renováveis sem estudo de impacto ambiental. Isso é o contrário do que as energias renováveis promovem e é descabido isto ser considerado uma hipótese. Greenwashing.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
123314	Discordância	Pior crime ambiental!! Querem transformar a paisagem com painéis solares , a juntar aos eucaliptos.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123313	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis, contribuindo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, para a independência energética nacional e para o cumprimento das metas climáticas nacionais e europeias. No entanto, uma verdadeira transição energética só poderá ser considerada sustentável se proteger simultaneamente o património natural, a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos agrícolas e florestais, a paisagem e a qualidade de vida das populações. Não faz sentido proteger o clima à custa da destruição dos ecossistemas que precisamente contribuem para esse mesmo equilíbrio climático. Portugal possui um património natural e paisagístico de enorme valor ecológico, ambiental, económico e cultural. As serras, montanhas, florestas, campos agrícolas e habitats naturais constituem recursos insubstituíveis, desempenhando funções essenciais na conservação da biodiversidade, na infiltração e retenção da água, na captura de carbono, na proteção dos solos, na prevenção da erosão, na mitigação dos incêndios rurais, no turismo de natureza e na qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Por esse motivo, considero que a expansão das energias renováveis deve privilegiar, em primeiro lugar, os espaços já artificializados, tais como coberturas de edifícios públicos e privados, zonas industriais, parques empresariais, estacionamentos, infraestruturas rodoviárias, áreas degradadas, antigas explorações mineiras, aterros e outros locais cuja utilização não implique a destruição de património natural ou agrícola.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123312	Discordância	Qualquer iniciativa de aproveitar o território português, mais ainda em tamanha escala, deve ter como prioridade máxima a de proteger os interesses dos seus herdeiros, os portugueses. O escrutínio da intervenção no território português deve ser exaustivo, e a validação das intervenções apenas pode decorrer do consentimento dos portugueses. Por respeito. Por dignidade. Mas acima de tudo pela flora e pela fauna que mais depressa precisam de cuidados e de ação reparadora. A qualidade democrática só existe verdadeiramente quando o estado procura atender á voz dos portugueses. A ação verdadeiramente democrática é urgente. Uma aceleração descuidada que ignore as condições e as sensibilidades de cada local é um acto bárbaro e desmedido. Assim, o programa de aceleração deve restruturar as suas premissas de modo a criar um modelo inclusivo e de integração do parecer coletivo nos processos de validação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123311	Discordância	Energias renováveis sempre mas sem comprometer espaços de natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123310	Discordância	Não consigo compreender como se pode avançar com projetos sem estudo de impacto ambiental. Não sou contra a descarbonização mas penso que não deve ser feito a qualquer custo. Portugal já está bastante desfigurado	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123309	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, "Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação.
123308	Discordância	Não concordo	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123307	Discordância	Sou completamente contra o modelo económico proposto pelo PSZAER . O combate às alterações climáticas não pode servir de justificação para uma nova vaga de industrialização do território rural, da destruição de ecossistemas e da apropriação de grandes extensões de solo em benefício de interesses económicos privados. A designação de "zonas de aceleração" revela bem a lógica que preside a este programa: acelerar licenciamentos, reduzir obstáculos e facilitar a instalação de grandes projetos energéticos. O ambiente deixa de ser um valor a proteger para passar a ser um obstáculo ao investimento. Estamos perante uma falsa transição energética. Substituir combustíveis fósseis por megaparques fotovoltaicos e eólicos, mantendo intacto o atual modelo de crescimento económico, de consumo ilimitado e de concentração da produção energética, não constitui uma verdadeira resposta à crise climática. Apenas muda a tecnologia utilizada para alimentar o mesmo modelo insustentável. As grandes centrais renováveis não são concebidas para responder às necessidades energéticas das comunidades onde se instalam. Produzem energia para ser integrada num mercado nacional e europeu, beneficiando sobretudo grandes operadores económicos. Os territórios sofrem os impactos ambientais, paisagísticos e sociais; os benefícios económicos concentram-se noutros locais. Mais uma vez, são as zonas rurais que suportam os custos da transição. Perdem biodiversidade, solos agrícolas, floresta, paisagem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
123306	Discordância	Atentado à natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123305	Reclamação	A transição energética é essencial e urgente. Precisamos de acelerar a produção de energia renovável para responder às alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa dos territórios, das comunidades e dos valores naturais que pretendemos proteger. Na forma como está proposto, o PSZAER não garante esse equilíbrio. Preocupa-me que o plano privilegie um modelo centralizado, que reduz a capacidade de decisão dos municípios e das populações locais, ignorando muitas vezes o conhecimento do território e os instrumentos de ordenamento já existentes. Uma transição desta dimensão só será bem-sucedida se for construída com os territórios e não imposta sobre eles. Também considero que o plano subvaloriza o papel estratégico de regiões como a Beira Baixa e o Alentejo. Estes territórios concentram alguns dos mais importantes valores paisagísticos, agrícolas, florestais e ecológicos do país, além de serem particularmente vulneráveis às alterações climáticas, ao calor extremo e à desertificação. Transformá-los em zonas preferenciais para grandes projetos industriais de produção de energia, sem critérios mais exigentes, representa um risco que não deve ser ignorado. A ocupação de solos agrícolas e florestais, incluindo áreas de montado, compromete atividades essenciais como a agricultura, a pastorícia e a gestão sustentável da floresta, enfraquecendo a economia rural e a capacidade futura destes territórios produzirem alimento, fixarem população e preservarem biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123304	Discordância	A verdadeira "energia verde" é aquela que respeita o ecossistema e que cuida dos lugares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123302	Discordância	Substituir área natural por painéis solares não é energia verde, é um atentado á nossa qualidade de vida para vosso próprio proveito.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123301	Discordância	Apresento a minha total discordância relativamente à proposta PSZAER embora reconheça a a importância da transição energética e a aposta nas energias renováveis . Proposta Sectorial ZAER não acata o conteúdo dos vários e diferentes instrumentos legais com o acréscimo de uma desflorestação inédita sem Avaliação de Impacto Ambiental. Apresento a minha total discordância a Proposta Sectorial ZAER por vários motivos - Falta de transparência e injustiça por informação incompleta e atempada pois não são apresentados todos os mapas detalhados e cartografia de alta resolução para se aferir com exatidão as áreas concretas dos territórios afectados e mapas com as dimensões exactas das áreas a ocupar e calendário das intervenções em cada território - Falta de transparência no período de consulta pública , com um pequeno período de consultapública e em tempo de férias e pela escassez de dados precisos do Programa bastante importantes . - Não cumpre com o recenseamento das zonas terrestres conforme os artigos 15.º-B e 15. °-C da Diretiva (UE) 2018/2001 - Ignora o compromisso recíproco de compatibilização das opções referido no n.º 1 do artigo 26.º do RJIGT para assegurar a harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial referido no artigo 8.º - É incompatível com o PROF e com as orientações e diretrizes do PNPOT, como também o é com o PROT Alentejo . - Não considera o PNEC 2030, o PNPOT, o P3-AC, o PROF e a LBC (Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050, aprovado pela Resolução da Assembleia da República nº 174/2025 de 5 de Dezembro), nem o dever expresso de adaptação dos PDM face ao conteúdo do PROF. Nem considera o Decreto-Lei n.º 99/2024, de 03	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123300	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e).	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123299	Discordância	Com a implementação de cada vez mais, vastas áreas de painéis solares, retiram as sombras naturais criadas pelas árvores e restantes arvoredos, causando mais aquecimento por ausência destes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123298	Discordância	Vamos forrar o país com painéis solares? Há que proteger o nosso património natural e cultural contra este atentado. Como, em pleno século XXI, ainda temos problemas destes para enfrentar, criados por mentes pequenas e estagnadas?!...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123297	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e técnico, apresento a minha profunda discordância quanto à potencial delimitação de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) na Covilhã, pelos seguintes impactos biofísicos e de ordenamento: 1. Biodiversidade e Habitats Sensíveis: O concelho integra áreas no Parque Natural da Serra da Estrela e na Rede Natura 2000 (ZEC Serra da Estrela). A instalação destas infraestruturas nas zonas limítrofes compromete corredores ecológicos vitais e fragmenta habitats de conservação prioritária. A desmatação destrói comunidades florestais clímax, como os carvalhais de carvalho-negral (Quercus pyrenaica). 2. Erosão do Solo e Alteração Hidrológica: O relevo acentuado e as encostas com declives significativos da Covilhã tornam o território vulnerável. A decapagem do solo e a impermeabilização para caminhos e fundações removem o coberto vegetal, potenciando erosão hídrica severa, deslizamento de terras e ravinamento. Adicionalmente, compromete-se a taxa de infiltração nas cabeceiras de bacias, desregulando aquíferos e aumentando o risco de cheias rápidas. 3. Conflito de Uso do Solo e Risco de Incêndio: Estas zonas não devem colidir com manchas florestais ativas ou áreas agrícolas de regadio e produção tradicional. A conversão industrial descaracteriza o meio rural e enfraquece a resiliência climática. Além disso, novas infraestruturas eléctricas em áreas florestais ou de matos elevam o risco de ignição e dificultam as operações de combate a incêndios rurais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123296	Discordância	Não concordo em absoluto com este projeto de aceleração. O objetivo devia ser salvar a natureza e não matá-la, que é como quem diz matar os habitantes do planeta, que é a casa de todos. Que interesses serve este tipo de projeto, que com a desculpa de obter grande produção de energia renovável, dizimam hectares e hectares de campos arborizados e por consequência todo o ecossistema inerente!? Onde vamos poder estar daqui a uns anos se quiser-mos usufruir da natureza!? Que paisagens poderemos contemplar depois de substituirem as árvores por painéis solares!? Que planeta vamos deixar para as próximas gerações!? Como podem ser tão irresponsáveis que além de venderem o país, aceitam vender a própria alma!?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123295	Discordância	Exitem zonas com eucalipto que sao as melhores para instalar paineis ou eolicas que assim servem de corta fogo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123293	Discordância	O país não pode ser destruído sob a falsa questão do interesse público na criação de zonas de aceleração e implantação de energias renováveis. Destroem-se florestas, parques verdes, zonas protegidas para criar zonas de produção de energias limpas? Quanta incoerência....Em termos ambientais qual é o saldo ? Para as empresas da energia será bastante positivo. Para o ambiente de certo não é.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123292	Discordância	Enquanto os telhados todos do país não estiverem cobertos de painéis não há justificação possível para o abate de arvores, destruição de habitat e corredores em nome de "energias renovaveis". Isto não são energias renováveis. É destruição. Um plano de descarbonização que não valoriza a vida, a biodiversidade e os solos não é um projecto renovável mas sim mais um atentado ao território nacional, um atentado contra a natureza e contra o próprio ser humano. Não. Não aceitámos isto e os nossos filhos também não.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123291	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123290	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123289	Discordância	Discordo Exm.os Senhores Segue em anexo o nosso contributo para a discussão pública. O nosso agradecimento pelo trabalho desenvolvido Atenciosamente	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123288	Sugestão	P'lo ClimAção Centro - Coletivo de Ativistas Climáticos Bruno Baptista João Vaz Miguel Dias	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123287	Discordância	Discordo da proposta como está feita actualmente pois existem várias questões que levantam preocupação. Um dos riscos é de que a facilitação do processo burocrático, não exigindo estudos de impacte ambiental antes de edificar empreendimentos de energias renováveis, cause mais risco do que benefício ambiental e paisagístico às zonas impactadas e a todo o país, bem como até o mundo, incluindo sobre a moderação de temperatura e a qualidade do ar. Deixo como pedido/sugestão que seja feito um estudo de impacto ambiental das zonas planeadas como propostas para zonas ZAER que inclua a consultoria da Associação Verde, com o seu projecto de mapeamento de árvores de grande porte Gigantes Verdes, cujo relatório tem potencial de identificar questões de risco de impacto ambiental pelo cortes destas árvores de grande porte no caso de serem mortas para no seu lugar serem construídas infraestruturas eólicas ou fotovoltaicas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123286	Discordância	Peço e reclamo também pela acessibilidade de todos os documentos de qualquer fase de consulta pública futura, tanto cognitiva como visual, os aspectos mais negligenciados nestes documentos, e, sempre que se aplique, motora, neurológica ou auditiva. Discordo da utilização de mais território nacional para instalação de equipamentos de energias renováveis (painéis fotovoltaicos e geradores eólicos).	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123285	Discordância	Assunto: Pronúncia em sede de Consulta Pública – PSZAER (AEPGA) A AEPGA – Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino, enquanto entidade dedicada à preservação do património genético, da biodiversidade e do mundo rural, vem manifestar a sua discordância relativamente à proposta do PSZAER, solicitando a sua revisão com base nos seguintes pontos críticos (desenvolvidos no documento anexo): 1. Erros de Planeamento e Prazos Inadequados: Registam-se erros de sobreposição de critérios de exclusão já sinalizados por vários municípios. O prazo de 20 dias úteis é manifestamente insuficiente face à complexidade técnica da documentação, além de coincidir com o período estival de férias. 2. Modelo Centralizador e Ameaça ao Mundo Rural: O programa fomenta megaprojetos (entre 100 e mais de 1000 hectares) que promovem a especulação fundiária de solos rústicos, prejudicando diretamente a agricultura e a pastorícia tradicional — atividades vitais para a fixação de populações e preservação de raças autóctones. 3. Contradição Ecológica e Desflorestação: A promoção indireta da desflorestação para instalação de centrais é um contrassenso grave face às Alterações Globais, omitindo os custos-benefícios reais sobre a biodiversidade, linhas de água e habitats frágeis. 4. Facilitismo e Prejuízo Local: O programa fragiliza as ferramentas de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), parecendo sobrepor interesses económicos privados ao ordenamento do território. Adicionalmente, não	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
123284	Discordância	Não concordo com os painéis solares na serra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123283	Discordância	Eu Mia Sá Guimarães, residente em conselho do porto distrito do porto e freguesia de paranhos, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123282	Discordância	Venho manifestar a minha preocupação com o PSZAER em Portugal. Na minha aldeia que pertence ao concelho de Vouzela, distrito de Viseu foram colocados painéis sem que informação que informação prévia tenha chegado à população para que a mesma podesse dar a sua opinião. Aqui é um meio pequeno e mesmo assim foi ocupado terreno que antes era floresta. Já não basta os incêndios? Quando não houver árvores o que vamos respirar? E onde estão os benefícios na redução da fatura da eletricidade? Não se vê nada. Energias renováveis sim, mas com consciência. Sou contra o PSZAER. Quero florestas e campos verdes, não desertos cobertos por painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123281	Discordância	Parece que os humanos nunca aprendemos como fazer as coisas certas! Como pode ser que a destruição da natureza e a colocação de mais infraestructuras humanas pode ser chamado verde? Como podemos ajudar a algo "verde e natural" atraves de toneladas de materiais tóxicos, colocados em zonas naturais, para não falar quem vái ter o beneficio final de tais estructuras? Parece que tudo está feito a propósito, para despovoar ainda mais as terras de Centro e Interior de Portugal. Gostaría de expresar a minha desaprovação sobre qualquier projecto relacionado com este tema, quando ha tantas outras zonas que podem ser aproveitadas para éstes fins, como cidades, separadores de autoestradas, etc.! Obrigada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123280	Discordância	Acho vergonhoso sequer pensar na hipótese de realizar uma destruição do país a este nível para colocar painéis fotovoltaicos. Para coisas destas mais valia terem mantido as centrais a carvão. Recuso aceitar que isto seja visto como uma prioridade, por favor pensem noutras formas de produção de energia, ou outros locais para colocar os painéis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123279	Discordância	É inaceitável a substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais sob o pretexto de maior implantação e produção de energias renováveis. É um contra-senso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123278	Discordância	Sou contra a destruição de habitat natural em larga escala sem pareceres individuais de impacto ambiental!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123277	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123276	Discordância	O país precisa de energias renováveis, mas não vale tudo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123275	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123274	Discordância	Devem meter painéis solares nos telhados das casas e das empresas, em vez de desmaterem áreas enormes de terrenos commoerdas ambientais graves. É simples apenas tem de fazer contratos de aluguer do telhado com cada proprietário de uma casa ou empresa.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123273	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123272	Discordância	NÃO aceito a instalação de painéis solares em territorio português	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123271	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) representa uma ameaça inaceitável aos ecossistemas portugueses, sacrificando florestas, habitats naturais e comunidades locais em nome de um crescimento económico que raramente beneficia quem vive nesses territórios. Os seus defensores argumentam que a urgência climática e as metas europeias justificam um licenciamento acelerado, com avaliação de impacto ambiental caso a caso — mas essa "avaliação" tem servido, na prática, para legitimar projetos já decididos, e a urgência não pode ser desculpa para ignorar alternativas menos destrutivas. A instalação massiva de painéis solares, data centers e outras infraestruturas em áreas verdes não resolve a crise climática: apenas desloca o problema, substituindo a dependência de combustíveis fósseis pela destruição de biodiversidade, solos férteis e serviços ecossistémicos que também regulam o clima. Um verdadeiro compromisso ambiental exige a proteção e o aumento do património natural, não a sua troca por lucros corporativos disfarçados de urgência climática — e a transição energética só será legítima se assentar em território já artificializado (telhados, zonas industriais, terrenos degradados), e não à custa de recursos finitos e irrepetíveis como a fauna, a flora e os solos vivos que sustentam o próprio equilíbrio que dizemos querer proteger.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
123270	Discordância	Não estou de acordo com a forma como este projecto está a ser desenvolvido.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123269	Discordância	A transicção energética não pode por em causa, ou até mesmo destruir, a paisagem, solos agrícolas, a floresta (sobretudo a autóctone), a biodiversidade, áreas protegidas e outras de elevado valor ecológico e ambiental, impactar negativamente comunidades... Sem estudos de impacto ambiental completos, caso a caso, local a local, nenhum dos valores atrás fica defendido; às vezes nem com os estudos de impacto ambiental ficam, quanto mais sem eles. 7% do território ocupado com painéis solares e eólicas é excessivo; já temos "vidro" e "moinhos" a mais e em zonas sujeitas a calor extremo A produção de energia solar deve ser descentralizada ocupando espaços já artificializados, edifícios públicos e privados (empresas e edifícios habitacionais), parques de estacionamento...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123268	Discordância	A principal lacuna deste programa, é a falta de clareza e esclarecimento sobre os verdadeiros motivos para a sua necessidade e consequente, destino. Sejam boas pessoas, incluam as pessoas. Façam, mas façam melhor, façam bem. Sejam bons, sejam profissionais, sejam justos e competentes. Não se pede nem se espera muito mais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123266	Discordância	A minha discordancia é da pouca participação que foi permitida pelo curto espaço de tempo face à disponibilização da cartografia que devia ser de acesso publico atempado. Com a ANMP em discordancia este eprojecto está necessariamento a gastar dinheiro dos contribuintes não podendo ter sucesso, e do qual só pode resultar muita litigancia. As muitas criticas tocam neste pontos e talvez o mais grave é a aparente falta de transparencia, que permite todo o tipo de conjecturas, quando devia ser mito transparente nomeadamente para as populações rurais e Municipios.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Compreendo que a transição energética é um objetivo essencial e inadiável e reconheço a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. No entanto, essa transição não pode ser concretizada à custa da destruição dos próprios ecossistemas que sustentam a vida e desempenham um papel insubstituível no combate às alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação.
		A instalação de grandes centrais fotovoltaicas em áreas florestais ou naturais representa uma contradição que importa evitar. Não faz sentido combater as alterações climáticas através da eliminação de árvores, da destruição de habitats e da degradação de ecossistemas que demoraram décadas, ou mesmo séculos, a formar-se.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123265	Discordância	Uma floresta não é apenas um conjunto de árvores. É um sistema vivo, complexo e equilibrado, onde coexistem plantas, fungos, insetos, aves, mamíferos e inúmeros outros organismos que dependem uns dos outros. Quando uma área florestal é destruída para dar lugar a um parque solar, não se perde apenas vegetação; perde-se um património natural que dificilmente poderá ser recuperado. Ainda que, no futuro, os painéis sejam removidos, o ecossistema original, com toda a sua riqueza biológica e as relações ecológicas que nele existiam, nunca voltará a ser exatamente o mesmo.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
		As árvores desempenham também um papel fundamental na captura de dióxido de carbono, na produção de oxigénio, na regulação da temperatura, na conservação dos solos e na retenção da água. São uma das melhores defesas naturais contra as alterações climáticas. Abatê-las para instalar equipamentos destinados precisamente a combater essas alterações constitui um paradoxo que merece uma reflexão profunda, para além de constituir uma enorme incoerência em relação aos objetivos deste plano..	Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123263	Discordância	Não concordo que o nosso património natural seja ainda mais danificado, e a natureza é de todos, não pode ser usurpada por interesses privados, infelizmente o ser humano só vai aprender quando tiver tudo destruído em prol do capitalismo.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123262	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123261	Discordância	Tirar ou cortar vegetação para um projeto sustentável é contraditório. Podem muito bem utilizar as estruturas já existentes como fabricas e casas e colocar os paineis nos telhados das mesmas e até usar estratégias como na China e aproveitar o espaço de divisória entre autroestrada. Tambem em vez de fazerem toldos normais nos estacionamentos podem colocar os paineis a fazer exatamente o mesmo efeito. Agora destruir vegetação para colocação de paineis é a mesma coisa que nada, é um projeto falso pois não é sustentável a destruição de arvores e vegetação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123260	Discordância	Defendo a promoção das energias renováveis e reconheço a importância de acelerar a transição energética, mas considero que o PSZAER, na sua versão atual, não assegura uma proteção suficiente da biodiversidade e dos ecossistemas. Assim, proponho que o programa seja revisto para estabelecer limites à concentração de projetos, reforçar a salvaguarda dos corredores ecológicos e das áreas de maior valor ambiental, tornar obrigatória a avaliação dos impactos cumulativos, garantir uma participação pública efetiva e dar prioridade à instalação de projetos em zonas já intervencionadas e a soluções descentralizadas, conciliando a ação climática com a conservação da natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
123259	Discordância	A política energética deve privilegiar o desenvolvimento de Comunidades de Energia Renovável e o reforço do autoconsumo, promovendo uma transição energética mais equilibrada e geradora de benefícios para as populações, em vez da concentração de grandes áreas de implantação suscetíveis de alterar de forma significativa a identidade e o modelo de desenvolvimento do território.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123258	Discordância	Hoje último dia ☆ 🙏🙏🙏 🤔 Afinal... isto não era um problema "das serras"? Afinal há bastante litoral pintado na cor solar. Durante semanas ouvi dizer: "Isso é lá para o Interior..." 😂 Ups .. Parece que a paisagem também gosta de praia. 😅 Onde está o mapa ? https://geoportal.lneg.pt/mapa/?mapa=AreasAceleracaoEnergiasRenovaveis&fbclid=IwY2xjawTE1fBleHRuA2FlbQIxMABicmlkETBCOUljYlZJdEJ4RktabE5Jc3J0YwZhcHBfaWQQMjIyMDM5MTc4ODIwMDg5MgABHumS83uKRrw77ekkznhi5GAN75Wrh8AWArsLOXzq1nRLZz04jHauOiPhWd8R_aem_0wM6KmNu4NFqbeoBqgaOyA Então... 🤔 Porque será que há tão poucas participações no Participa.pt e faltam apenasumas horas para terminar.... ??? Porque não é do interesse das populações que seja muito divulgado, apesar de nas redes sociais haver quem o procure fazer... Será que: 🕐 ninguém sabia?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123257	Discordância	Discordo com este projecto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123256	Discordância	Parecer em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123255	Discordância	Não estou de acordo com este programa devido ao seu impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123254	Discordância	Eu, Dora Maria Teiga, Martins da Costa, residente em Ílhavo, freguesia de São Salvador,distrito de Aveiro, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123253	Discordância	Coloquem os painéis nas zonas não agrícolas ou com ausência total de vegetação. Existem muitos espaços com potencial em telhados, grandes coberturas e parques de estacionamento não cobertos que podem ser cobertos por painéis. Os parques de estacionamento são imensos e seria uma mais valia para proteção e sombra. Não posso concordar com o desbaste ambiental em nome de uma falsa ecologia sustentável. É uma insustentabilidade disfarçada de sustentável para projetos pouco claros e futuras justificações pouco confiáveis à semelhança de outras já existentes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123252	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123251	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123249	Discordância	Planeamento sem conhecimento local do território em termos paisagísticos, ambientais e sociais	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123248	Discordância	Apresento a minha discordância devido à concentração excessiva de projectos numa mesma região e não contemplação de corredores ecológicos. Considero também que projectos desta natureza devem ser sujeitos a avaliação caso a caso e a consulta pública e considerar impactos ambientais e para as populações.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123247	Discordância	Discordo do PSZAER na sua versão atual por considerar que não garante um equilíbrio adequado entre a transição energética, a proteção da biodiversidade, a preservação da paisagem, a saúde pública e a participação territorial. Considero que o programa coloca em causa a saúde dos cidadãos que vivem no meio rural e nestas zonas de implantação, bem como a viabilidade do solo para fins agrícolas, que são essenciais. A eventual contaminação e degradação dos solos poderá ainda comprometer as espécies animais destes territórios e afetar de forma irreversível os ecossistemas locais. Entendo, por isso, que o programa não assegura salvaguardas suficientes para as populações locais nem para o território, devendo ser revisto de forma a proteger de maneira efetiva as pessoas, a agricultura, a biodiversidade e o património paisagístico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123246	Discordância	Não concordo com este programa. A natureza está em primeiro lugar. O meio ambiente, a fauna e a flora não podem ser destruídos por um bem do qual nem sequer as populações em causa vão beneficiar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123245	Discordância	Preocupa-me que seja uma parte tão grande do território nacional que faça parte deste modelo de aceleração sem avaliação de impacto ambiental e patrimonial específica caso a caso.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123244	Discordância	Acho que terá um impacto muito negativo ao nível ambiental mas também para as populações. Exigiria a destruição de áreas muito extensas de floresta e por isso não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123243	Discordância	É manifestamente um atentado ao território nacional, mas alguém no seu juízo perfeito deixa que se ocupe com painéis solares 7% do território afetando terras e populações. Sou totalmente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123242	Discordância	Este programa vai ter um impacto muito negativo na nossa flora e fauna e consequência disso na nossa saúde	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123241	Discordância	Discordo com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, devido ao impacto.ambiental nas populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123240	Discordância	Discordo da dispensa da avaliação de impacto ambiental prevista no PSZAER. Considero que todos os projetos de energia renovável devem ser sujeitos a uma avaliação rigorosa, com participação das autarquias e análise dos impactos ambientais, sociais e territoriais, garantindo uma gestão responsável do território.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123239	Discordância	No one should be allowed to build a solar park in a nature reserve area. There is already enough deforestation and modernisation in other parts of portugal, where its absolutly necessary to keep as much nature as possible in the state that it is.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123238	Discordância	Painés solares não nos dão oxigénio. A serra é linda enquanto for uma serra, não quando for um monte de metal. Totalmente contra a colocação de painéis solares na Serra da Gardunha!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123237	Geral	Anexam-se os comentários da E-REDES à presente consulta pública.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
123236	Discordância	O território não é de alguns para decidirem por todos a justiça das acções. Discordo absolutamente e acho um desrespeito para mim como cidadã Portuguesa, que pago impostos, voto e sou activa socialmente e culturalmente, e para com os meus filhos e os demais que virão. Paremos para pensar na justiça desta economia impiedosa. Os estudos e avaliações são chamadas de atenção. Não fiquemos todos cegos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123235	Discordância	Há necessidade de revistar projectos para o impacto ambiental e que terá no país	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123234	Discordância	A destruição de todo um ecossistema vai contra o princípio basico de preservação do meio ambiente. Vai destruir todo um equilibrio em troca de meia dúzia de tostões que em nada vão contribuir para uma melhorias da sociedade.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123233	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123232	Discordância	Não estou de acordo. Cada projeto tem que ser avaliado individualmente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123231	Discordância	Deveriam fazer estas áreas em zonas de floresta de eucaliptos para quebrar a continuidade florestal e ajudar a com bater os incêndios	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123230	Discordância	Só temos um planeta Terra… saibamos viver em harmonia com o nosso planeta. Menos é Mais…	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123229	Discordância	Eu Gisela Ascenso Vitorino, residente em Évora (concelho e distrito, União de Freguesias da Malagueira), venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123227	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123226	Discordância	Apesar de concordar que é necessário fazer transição para energias renováveis, penso que esta não deve ser à custa da destruição da biodiversidade e paisagem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123225	Discordância	Discordo devido ao forte impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123224	Discordância	A transição energética e a descarbonização são metas globais indiscutíveis e urgentes. No entanto, o PSZAER proposto para o concelho de Mortágua cruza uma linha vermelha inaceitável: a da desorganização do território e do desrespeito pela autonomia local. A minha profunda discordância com a implementação deste projeto assenta em três pilares fundamentais: 1- Ocupação abusiva do solo rústico. Mortágua é um concelho com uma forte identidade florestal, agrícola e paisagística. O modelo centralista que nos tentam impôr traduz-se numa concentração excessiva de novas infraestruturas de energias renováveis. Transformar solo rústico - que desempenha funções vitais na biodiversidade, na economia local e no equilíbrio ecológico - numa "fábrica de energia" industrializada e extensiva é despir um santo para vestir outro. 2- O atropelo ao Planeamento Local. As autarquias e as populações locais passam anos a fio a desenhar e a debater PDM e estratégias regionais de ordenamento territorial para garantir um crescimento sustentável. Vir agora um programa setorial sobrepôr-se a estes instrumentos, sem uma fundamentação técnica robusta e sem salvaguardar as especificidades do nosso concelho, é um golpe na autonomia do poder local e no direito que as populações têm de decidir o seu próprio destino. 3- Falta de rigor nos impactos socioeconómicos. Uma verdadeira transição energética tem que ser justa e harmoniosa. Não podemos aceitar a destruição da nossa paisagem - um dos maiores ativos turísticos e de qualidade de vida da região - em nome de metas estatísticas nacionais e europeias. A aceleração não pode ser sinónimo de pressa cega. Sem estudos de impacto local rigorosos e transparentes, o que nos vendem como "desenvolvimento verde" arrisca-se a ser, na verdade, um deserto ambiental e socioeconómico para quem cá vive e trabalha.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123223	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123221	Discordância	Discordo do que está a ser proposto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123220	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente ao 'Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)', pelo facto de o mesmo vir a descaracterizar o património natural e paisagístico, provocando alterações ambientais irreversíveis,. Este projecto visa única, e simplesmente, defender interesses económicos de grandes empresas, em detrimento de interesses das populações locais.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123219	Discordância	Eu Ilda Carichas Rebocho residente em Évora, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123217	Discordância	Discordo totalmente do projeto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123216	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a), Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), considerando que a identificação e delimitação destas áreas deverá ser realizada com maior ponderação e sensibilidade em relação aos impactos ambientais, paisagísticos, sociais e económicos nos territórios abrangidos. Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que a aceleração da sua implementação não deve comprometer a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações locais. Em particular, preocupa-me a eventual ocupação de áreas de elevado valor natural, agrícola e florestal, bem como os impactos cumulativos que grandes infraestruturas energéticas poderão ter sobre o património natural e cultural, o turismo de natureza e as atividades económicas tradicionais que sustentam muitas comunidades do interior do país. Considero igualmente fundamental garantir processos de participação pública mais aprofundados e uma maior consideração pelas opiniões das populações diretamente afetadas, assegurando que as decisões tomadas reflitam um equilíbrio entre os objetivos da transição energética e a proteção dos territórios e das comunidades locais. Assim, solicito a revisão dos critérios de seleção das zonas previstas no PSZAER, privilegiando soluções que	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123215	Discordância	Não há energias verdes se forem à custa da destruição da nossa paisagem verde.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123214	Discordância	A Palombar - Conservação da Natureza e do Património manifesta a posição de discordância em relação ao PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123213	Discordância	Somos de Leiria vivendo na freguesia de Colmeias e Memória O programa permite aplicar painéis solares basicamente em grande parte do território dessa freguesia , sem tem nenhum cuidado com os habitantes da mesma	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123211	Discordância	A implantação de painéis fotovoltaicos pode ser feita de outra forma. Não é cortando árvores!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123210	Reclamação	Eu reconheco a necessidade e a urgência da transição energética e da descarbonização, mas discordo com o modelo consagrado no PSZAER, pelos riscos que o mesmo representa para os territórios do interior - em particular para o distrito de Castelo Branco e para a região da Beira Baixa. Essa transição só será sustentável e aceite pelas populações se for construída com os territórios, e não sobre eles - respeitando a proporcionalidade da afetação territorial, os limites ecológicos e sociais de cada região, e o direito das comunidades locais a participar de forma decisiva nas decisões que moldam o seu futuro. Solicita-se, assim, que as observações aqui apresentadas sejam tidas em consideração na versão final do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica. Pede-se ao Governo uma reformulação profunda do PSZAER, que evite transformar a aceleracão energética em sacrifício territorial.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123209	Discordância	A transição energética e o reforço da produção de energia a partir de fontes renováveis constituem objetivos fundamentais para responder às alterações climáticas e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No entanto, essa transição não deve ser concretizada à custa da degradação da biodiversidade, da fragmentação dos ecossistemas e da descaracterização da paisagem natural e identitária de Portugal. Diversos estudos científicos e recomendações de organismos nacionais e internacionais têm salientado a importância de privilegiar a instalação de sistemas de produção de energia renovável em áreas já artificializadas — como coberturas de edifícios, parques industriais, parques de estacionamento e outras áreas degradadas — minimizando a ocupação de espaços naturais, agrícolas ou florestais de elevado valor ecológico e paisagístico. A localização das infraestruturas de produção de energia deve obedecer ao princípio da minimização dos impactes ambientais e sociais. Importa reconhecer que as comunidades locais suportam diretamente os efeitos da instalação destes projetos — incluindo alterações profundas da paisagem, perda de habitats, redução da biodiversidade e potenciais impactos na qualidade de vida e nas atividades económicas ligadas ao território — enquanto os benefícios da energia produzida são distribuídos à escala nacional. Esta realidade reforça a necessidade de assegurar processos de planeamento rigorosos, transparentes e equilibrados, que valorizem o interesse público sem descurar a proteção do património natural e das populações afetadas. Uma verdadeira transição energética deve conciliar os objetivos climáticos com a conservação da natureza, privilegiando soluções que reduzam a ocupação de áreas naturais e promovam uma utilização mais eficiente do território já transformado. Só assim será possível garantir uma transição ambientalmente sustentável, socialmente justa e amplamente aceite pelas populações. A transição energética não pode traduzir-se na substituição de um problema ambiental por outro. O combate às alterações climáticas e a conservação da biodiversidade são objetivos complementares e indissociáveis, devendo ser prosseguidos em simultâneo através de um ordenamento do território que privilegie soluções de menor impacte ambiental e paisagístico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123208	Discordância	Discordo completamente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123207	Discordância	Greenwashing é o que se chama ao que está a acontecer aqui. Energias renováveis que destroem a floresta. O que Portugal precisa é de reflorestar, boas práticas de agricultura, conservação, não é de painéis solares. Num país desertificado, pensar em mais formas de fazer dinheiro com a destruição de habitat e de florestas é uma ideia sinceramente demoníaca, egoista, que nada deixará para as gerações vindouras. Discordo completamente. Ponham painéis nos telhados, não nas florestas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123206	Discordância	É importante verificar os impactos ambientais antes de usar as zonas para geração de energias renováveis. Caso contrário pode haver impacto negativo nas flora e fauna e nos habitantes da localidade	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123205	Discordância	Não tem fundamento.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123204	Discordância	Discordancia total em relação as ZAER	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123203	Discordância	Não Concordo Abater árvores saudáveis para instalar painéis fotovoltaicos não é energia verde. Outros países da Europa instalam em vedações e telhados nós derrubamos as fontes de oxigénio e frescura em picos de calor extremo, ou somo Burros ou gananciosos	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123202	Discordância	Isto não tem nada de verde. É negro e bem negro. Isto só interessa a alguns. Não interessa o bem comum, o bem da maioria. Destruir florestas habitantes, micro climas em prol da economia Mundial é crime, e deveriam responder por isso. Quem vende esta ideia não é sério Eu vivo no meio da natureza e sei o que digo, ao contrário de muitos que se dizem especialistas na matéria e apenas querem vender uma ideia, um produto que vale trilioes. Ninguém na sua devida sanidade mental, que estude e raciocine, sem lavagens cerebrais, acredita nestas barbaridades. Cumprimentos	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123201	Discordância	O nosso futuro não pode ser baseado na destruição de zonas agrícolas. Ponham os painéis nas barragens, nos caminhos de ferro, nos parques de estacionamento, no mar, etc. Menos em terrenos agrícolas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123200	Discordância	Discordo deste projecto em que via a destruição de habitats, florestas e vegetacao nacional em prol de producao de energia electrica cujos impactes ambientais sao elevadissimos. Isto é destruicao ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123199	Discordância	Não concordo com a alta concentração desses projetos. Destroem a paisagem sem retorno para as populações.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123198	Discordância	Discordo!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123197	Discordância	Manifesto de Oposição à Instalação de uma Central de Painéis Solares no Coração de Portugal Nós, cidadãos e defensores do património natural, agrícola e cultural do Interior de Portugal, manifestamos a nossa profunda preocupação e oposição à instalação de uma central de painéis solares em áreas de elevado valor agrícola e paisagístico da nossa região. O Centro de Portugal constitui um território de enorme riqueza histórica, cultural e ambiental. As suas terras agrícolas, cultivadas ao longo de gerações, representam não apenas uma fonte de sustento para muitas famílias, mas também um património vivo que contribui para a identidade e coesão das comunidades locais. Embora reconheçamos a importância da transição energética e do desenvolvimento de fontes renováveis, consideramos que esta não deve ser realizada à custa da destruição de solos férteis, da descaracterização da paisagem rural e da perda de biodiversidade. A instalação de extensas áreas cobertas por painéis solares em terrenos agrícolas produtivos compromete o futuro da agricultura, reduz a capacidade de produção alimentar e ameaça atividades económicas essenciais para a sobrevivência das populações locais. Além disso, a ocupação massiva do território por infraestruturas industriais altera profundamente a paisagem que caracteriza esta região, prejudicando o seu valor turístico, cultural e ambiental. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre a produção de energia limpa e a preservação dos recursos naturais e humanos que tornam o nosso território único. Defendemos que os projetos de energia solar devem ser prioritariamente implementados em zonas industriais, áreas degradadas, coberturas de edifícios, parques empresariais e outros espaços já artificializados, evitando a utilização de solos agrícolas de elevada aptidão. Apelamos às autoridades competentes para que reconsiderem este projeto, promovam um verdadeiro diálogo com as populações locais e garantam uma avaliação rigorosa dos impactos ambientais, económicos e sociais antes de qualquer decisão definitiva. O futuro energético de Portugal não deve ser construído à custa da destruição do seu património rural, agrícola e cultural. É possível conciliar a produção de energia renovável com a proteção do território, das comunidades e das gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123196	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123195	Discordância	Não faz sentido absolutamente nenhum desmatar 7% do nosso território para a implementação de painéis fotovoltaicos ou outras infraestruturas para a causa ambiental. Existem edifícios e prédios sem painéis solares nos telhados e esses são o local ideal para a instalação desse tipo de equipamentos. O país precisa de florestação autóctone e não desse tipo de estupidez!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123194	Discordância	Redijo contra a instalação desordenada e massiva de centrais energéticas em solos aráveis, reservas agrícolas e florestais, vendo a prospecção totalmente desajustada perante a defesa da fauna e flora, dos ecossistemas que visa atingir, em hectares de norte a sul do país, que estão sujeitos à destruição da paisagem natural e social. As estruturas renováveis, podem ocupar outros lugares e infraestruturas como já provado e em prática, sem que interfiram de forma devastadora na paisagem e nos sistemas agrícolas e florestais que tem de ser valorizados e não destruídos. O interesse de grandes empresas e núcleos de forte negócio levam assim ao desajuste das politicas nacionais em que tanto se fala, em valorizar e apoiar a instalação de novos projetos agrícolas, renovação da paisagem natural, reflorestação, e demais tão urgentes e úteis de passar para a prática com incentivos diretos e claros promovendo o desenvolvimento rural, a manutenção dos agrossistemas, a instalação de jovens agricultores, e outras dinâmicas que preservem o façam evoluir os territórios. Quem quererá vir para interior ver mantos pretos a perder de vista? Quem terá prazer em ficar? O que somos sem a paisagem natural e humana onde nos criaram e aprendemos a viver, aquela que conhecemos, a que queremos manter e renovar e que num instante querem destruir? Tudo tem o seu lugar, e o mapa que hoje contesto não é o mapa que quero ver com instalações que nada renovam, mas tudo transformam para uma degradação social e paisagística.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123193	Geral	Exmos. Senhores Responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, venho, por este meio, apresentar impugnação administrativa da proposta submetida a consulta pública, com base nos seguintes fundamentos: * Considero que a delimitação proposta para as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (ZAER), abrangendo aproximadamente 7% do território nacional, configura uma transformação territorial de grande dimensão, cujos impactes cumulativos sobre as populações, a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos, a paisagem e as atividades económicas locais não se encontram devidamente avaliados nem suficientemente fundamentados. * Considero igualmente que a consulta pública decorre sem que tenham sido disponibilizados todos os elementos técnicos essenciais à sua correta compreensão, nomeadamente cartografia de detalhe que permita aos cidadãos identificar, com precisão, as áreas abrangidas. Esta omissão limita de forma significativa o exercício do direito de participação pública e compromete a transparência do procedimento. * Verifico ainda que a documentação disponibilizada contém incorreções factuais que colocam em causa a sua credibilidade. A título de exemplo, o Quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Especializada apresenta situações, como nos concelhos de Vizela e Valongo, em que a área identificada para ZAER ultrapassa a própria área territorial do concelho, revelando inconsistências que deveriam ter sido corrigidas antes da abertura da consulta pública.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123191	Discordância	Temos que defender o nosso património natural em Portugal e a descarbonização não pode ser um objetivo cego, que transforma a paisagem num panorama industrial que tudo destrói para alcançar mais energia a todo o custo. Os: ecossistemas são o suporte de vida das comunidades e devem ser respeitados e não subjugados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123190	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123189	Discordância	Eu Mariana Rocha, residente em Évora, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
123188	Discordância	O voto popular nunca deu aos decisores políticos - nem nacionais nem "comunitários" - a prerrogativa de aprovar legislação e regulamentação que adultere legalizado o incumprimento da lei. Da protecção do solo arável, do ambiente natural, do usufruto do direito a decidir sobre os territórios que habitam. O que é estranho é ser preciso enunciar esta evidência. E ainda assim, insistindo, subnetam-se a referendo. Se o problema foi uma distribuição absurda dos pontos de acesso à rede, não chamem aproveitamento de recursos a um abuso de poder. Não, não podem. Há limites para a desfaçatez. Ainda há.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
		Discordo deste plano.	Obrigada pela sua participação.
123187	Discordância	Este plano pensa muito na economia e pouco na ecologia. Ora pensar nas pessoas, que são parte da ecologia, seria pensar em comunidades de energia renovável em pequena escala, preparando os municípios e dando-lhes a autonomia necessária para adaptar a transição energética ao seu espaço e seu território e suas limitações de PDM.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		Menos megacentrais e mais comunidades cooperativas de energia.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação.
123186	Discordância	Desajustado cientificamente e uma brutidade de impacto a vários níveis para as populações e país ao nível dos ecossistemas, produção, bem estar etc.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
123185	Discordância	Se destrói a natureza, não é "verde"!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123184	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da sociedade que diz ser um dos seus objetivos;	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123183	Reclamação	Eu rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que a proposta não garante a proteção do território, das populações e dos valores naturais, nem assegura uma participação pública verdadeiramente eficaz. Apesar de definir princípios e critérios gerais, o documento continua sem estabelecer limites claros e vinculativos que impeçam a concentração excessiva de projetos nas mesmas regiões. Também não garante uma avaliação séria dos impactes cumulativos resultantes da instalação de várias centrais e das infraestruturas que lhes estão associadas, nomeadamente as linhas de muito alta tensão, cujo impacto no território é significativo. Preocupa-me igualmente que este modelo venha a acelerar processos de licenciamento sem assegurar que as populações diretamente afetadas tenham uma participação efetiva e com influência real nas decisões. A transição energética é necessária, mas deve ser planeada com equilíbrio, começando pela avaliação da capacidade de carga do território e pela proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das comunidades locais. Produzir energia renovável não pode significar sacrificar os territórios rurais nem concentrar neles os impactos ambientais e sociais. Por isso, considero indispensável que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, integrando, pelo menos, as seguintes alterações: Definição de critérios objetivos e vinculativos que limitem a concentração territorial de projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
123182	Discordância	O tecno-solucionismo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123181	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão; – que os corredores ecológicos dos Programas Regionais de Ordenamento	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123180	Discordância	Discordo totalmente do PSZAER nos moldes apresentados. Não podemos aceitar que, em nome da transição energética, se facilite a destruição de florestas, solos agrícolas e ecossistemas, com graves consequências ambientais, sociais e económicas. A transição para energias renováveis é necessária, mas não pode ser feita à custa do território e das comunidades. É essencial devolver às populações o poder de participar e decidir sobre o futuro das terras onde vivem. O território é de todos e o seu futuro não pode ser decidido sem as pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123179	Discordância	Não concordo com o projeto dos painéis fotovoltaicos. Para Portugal mais verde plantar arvores e não painéis . Não há energias verdes á custa da destruição da NOSSA FLORESTA	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123177	Discordância	Quero que seja discutido com mais visão todos os impactos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123176	Discordância	As energias renováveis são sempre positivas. Contudo não wuetemos o país cheio de painéis fotovoltaicos ou de torres eólicas. Sabemos o quão nocivo isso é para o meio ambiente. Encontrem outras formas de o fazer. Nos parques decestaciobamento dos dos hipermercados, dos centros comerciais, junto das casas dos nossos políticos. Não podemos é festruir ainda mais a natureza com desculpas ecológicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123175	Discordância	As energias renováveis são fundamentais mas não devem colocar em causa a sustentabilidade dos territórios.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123174	Discordância	Comentário em documento pdf em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123173	Discordância	Devem-se procurar alternativas à desflorestação	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123171	Discordância	Cuidado, respeito pelo povo e soberania do povo espera-se.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123170	Discordância	É preciso mais estudos e mais tempo para percebermos os efeitos negativos que estas medidas podem provocar no meio ambiente e na sustentabilidade dos nossos recursos naturais. Tudo está a ser feito com muita pressa, muita pressão e pouca informação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123169	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123168	Reclamação	Exmos. Srs, Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123167	Discordância	.	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123166	Discordância	Discordo completamente do PSZAER por considerar que privilegia a instalação de grandes centrais solares e eólicas, em detrimento de soluções mais sustentáveis e próximas das populações, como as comunidades de energia e o autoconsumo. Entendo que este plano reduz o papel dos municípios e dos cidadãos nas decisões sobre o território e poderá causar impactos ambientais, sociais, económicos e paisagísticos irreversíveis, comprometendo os recursos naturais, a qualidade de vida e o futuro de muitas regiões. Continuam, além disso, por esclarecer questões essenciais, como os impactos na paisagem, no turismo, na economia local, no património e na valorização das propriedades. Considero que o investimento deveria privilegiar a instalação de painéis em telhados, edifícios públicos, parques industriais e outras áreas já artificializadas, promovendo o autoconsumo e as comunidades de energia. Esta solução reduziria os custos da energia, protegeria a biodiversidade e a paisagem e evitaria a ocupação de vastas áreas naturais por megaparques solares. A transição energética é indispensável, mas deve ser feita de forma equilibrada, respeitando os territórios, as populações e as recomendações europeias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123165	Discordância	Destruir toda a fauna e flora e chamar lhe de energia verde é um pouco contra censo. Vamos utilizar espaços que já estão impermeabilizados, telhados de casas, grandes superfícies para colocar estes painéis solares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123164	Discordância	A transição energética não deve e nem pode ser feita à custa da destruição do bem estar da população, da fauna e flora local. Não deve o estado decidir de forma unilateral,, sem previamente consultar, quem directamente será afectado, a bem do Interesse económico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123163	Discordância	É inacreditável este desastre	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123162	Discordância	Nao pode ser dado acesso sem escrutínio e aceitação das populacoes locais	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123161	Discordância	Eu Jacqueline Sabrina Trabandt, residente na Freguesia São Teotónio, venho por este meio expressar as minhas preocupações relativamente a PSZAER e solicitar que o programa seja revisto de acordo com os pontos abaixo elencados. em Anexo pdf	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
123160	Discordância	totalmente contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123159	Discordância	Anexa-se pronúncia do Município de Valongo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
123158	Discordância	As energias renováveis e sustentáveis para o planeta NÃO são á custa da natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123157	Discordância	A energia não é verde quando vem da destruição de áreas ambientais , destruindo o patrimonio de toda uma nação. Fora com os painéis solares , fora com as eólicas. Painéis solares em 7% do território nacional é irracional.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123156	Discordância	A estratégia para o FV foi definida pela UE . Produção própria e associativa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123155	Discordância	Discordo do PSZAER por considerar que a aceleração da implantação de energias renováveis pode aumentar a pressão sobre ecossistemas sensíveis e comprometer a proteção da biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123152	Discordância	Portugal precisa de espaços verdes. Não se pode condenar o país a uma paisagem horrível só porque energia verde... Não faz sentido.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123151	Discordância	A descarbonização da economia e a transição para fontes de energia renovável constituem objetivos fundamentais para responder aos desafios das alterações climáticas. Enquanto cidadã, reconheço a urgência dessa transição e considero que ela deve ser encarada como uma prioridade nacional. Contudo, essa urgência não pode justificar a fragilização dos mecanismos de proteção ambiental, da participação pública e da avaliação rigorosa dos impactos associados a projetos desta dimensão. A aceleração dos procedimentos administrativos não deve traduzir-se numa diminuição das garantias que o ordenamento jurídico português prevê para assegurar decisões transparentes, fundamentadas e equilibradas. A criação de regimes excecionais que flexibilizem ou limitem procedimentos de avaliação ambiental suscita sérias preocupações. Estes instrumentos existem para proteger o território, a biodiversidade, a paisagem, os recursos naturais, o património cultural e as comunidades locais, permitindo identificar, prevenir e minimizar impactos antes da concretização dos projetos. Longe de constituírem entraves ao desenvolvimento, representam uma condição essencial para que a transição energética seja verdadeiramente sustentável. Cada território possui características ecológicas, sociais, económicas e culturais próprias. Por essa razão, as decisões não podem resultar de uma lógica uniforme nem ser impostas de forma centralizada, sem uma análise cuidada das especificidades locais e sem uma participação pública efetiva. As populações que vivem, trabalham e constroem a sua identidade nestes territórios têm o direito de ser ouvidas e de ver as suas preocupações consideradas de forma séria e transparente. A transição energética não será bem-sucedida se perder a confiança dos cidadãos. Só será justa e duradoura se conciliar a produção de energia renovável com a proteção do património natural e cultural, o respeito	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123149	Reclamação	Rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua redação atual, por considerar que não assegura a proteção adequada do território, das comunidades locais nem uma participação pública efetiva no processo de decisão. A proposta limita-se a definir princípios orientadores, mas não estabelece critérios objetivos e vinculativos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões. Também não garante a avaliação obrigatória dos impactes cumulativos resultantes da instalação de múltiplas centrais e das respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. É igualmente preocupante que o PSZAER possa acelerar processos de licenciamento sem garantir que as populações diretamente afetadas tenham uma participação efetiva, informada e com influência real nas decisões subsequentes. O planeamento da transição energética deve assentar, antes de mais, na capacidade de carga do território, na proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e na salvaguarda da qualidade de vida das populações. Assim, solicito que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, contemplando, no mínimo, as seguintes alterações: Definição de critérios objetivos e juridicamente vinculativos que limitem a concentração territorial de projetos;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
123148	Discordância	Sou a favor da transição energética e das energias renováveis, mas Não à custa da destruição dos nossos ecossistemas, da biodiversidade e da paisagem natural de Portugal. Discordo de qualquer legislação ou programa que facilite ou acelere a instalação de grandes projetos energéticos sem uma avaliação ambiental rigorosa, independente e específica para cada território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123147	Discordância	Sou contra este programa porque a aceleração da instalação de energias renováveis não deve comprometer a proteção da natureza, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. A transição energética é importante, mas deve privilegiar áreas já urbanizadas ou degradadas, evitando a ocupação de solos agrícolas e zonas de elevado valor ambiental. É fundamental garantir uma avaliação ambiental rigorosa e uma participação pública efetiva.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123146	Discordância	Não faz sentido a localização	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123145	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à área prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER; - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade. Por estas razões consideramos que o governo português poderá estar a violar os seguintes artigos da CRP:	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123144	Discordância	Exmos. Senhores Responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, venho, por este meio, apresentar impugnação administrativa da proposta submetida a consulta pública, pelos seguintes fundamentos: - Considero que a delimitação proposta para as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (ZAER), abrangendo cerca de 7% do território nacional, representa uma transformação territorial de enorme dimensão, cujos impactes cumulativos sobre as populações, a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos, a paisagem e as atividades económicas locais não se encontram devidamente avaliados nem fundamentados. - Considero igualmente que a consulta pública decorre sem que estejam disponibilizados todos os elementos técnicos indispensáveis à sua compreensão, designadamente cartografia de detalhe que permita aos cidadãos identificar, com rigor, as áreas abrangidas. Esta omissão limita significativamente o exercício do direito de participação pública e compromete a transparência do procedimento. - Verifico ainda que a documentação disponibilizada contém erros factuais que colocam em causa a sua credibilidade. Como exemplo, no Quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Especializada surgem situações, como nos concelhos de Vizela e Valongo, em que a área identificada para ZAER excede a própria área territorial do concelho, revelando inconsistências que deveriam ter sido corrigidas antes da abertura da consulta pública.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123143	Discordância	Contra o projecto pela dimensão com total descaracterizaçao da planicie alentejana e prejuízo direto para a fauna.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123142	Discordância	As energias verdes podem ter outras soluções	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123141	Discordância	Não podemos tornar algo tão sério numa proposta tão Linear. Estamos a falar de território, de terra que pertence a muitos animais e plantas, e pessoas . Território que vai pertencer a futuras gerações . Temos que proteger a natureza. Este não é o caminho.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123140	Discordância	Não concordo com a aceleração dos projetos internacionais que propõem a instalação de painéis solares em cerca de 7% da área rural. Embora a transição energética seja essencial para enfrentar as alterações climáticas, considero que essa estratégia não deve comprometer o equilíbrio dos ecossistemas nem reduzir o espaço destinado à agricultura e à conservação da natureza. Em vez de ocupar extensas áreas rurais com infraestruturas solares, defendo que os investimentos sejam direcionados para a recuperação e expansão da biodiversidade. A restauração de florestas, zonas húmidas e outros ecossistemas naturais fortalece os ciclos da natureza, melhora a qualidade dos solos e da água, aumenta a captura de carbono e contribui para a resiliência às alterações climáticas. Além disso, uma maior biodiversidade promove um ambiente mais saudável para a população, favorece a polinização, protege os recursos naturais e garante benefícios duradouros para as gerações futuras. A produção de energia renovável deve existir, mas de forma equilibrada, privilegiando locais já artificializados, como telhados de edifícios, parques industriais ou áreas degradadas, em vez de ocupar solos rurais de elevado valor ecológico. Assim, acredito que o verdadeiro desenvolvimento sustentável passa por conciliar a produção de energia limpa com a proteção da natureza. Investir na biodiversidade não é um obstáculo à transição energética; é uma forma de garantir que essa transição seja mais equilibrada, sustentável e benéfica para toda a sociedade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123139	Discordância	Não concordo com esta transição energética que compromete a paisagem natural de Portugal. Não foram referidas quais as zonas especificas dos tais 7% da área natural que servirá esta transição energética. Não podemos permitir que interesses económicos se sobreponham ao valor da nossa natureza. A transição energética deve ser feita de outra forma.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123138	Discordância	não concordo com o projeto, vai descaracterizar terra e diminuir a possibilidade de aumentar pulmão do país	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123137	Discordância	Quando estamos perante alterações climáticas evidentes em que a solução é conservação da Natureza não podemos de forma alguma concordar com estes projetos que ainda por cim estão feridos de morte pelo impacto negativo que vão provocar. Para além do acima referido Portugal e UE em geral não faz processamentos das matérias primas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123136	Discordância	Não concordo, isso é um atentado à natureza, Ninguém Tem o Direito De Fazer ESSA BARBARIDADE COM AS NOSSAS SERRAS E PAISAGEM, NÓS PRESISAMOS DE ÁRVORES, OXIGÉNIO, NÃO DE PAINEIS SOLARES !Não, Mil Vezes NÃO . ONDE ANDAM OS SENHORES DO AMBIENTE AFINAL??? OU ESTÃO COMPRADOS???	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
123135	Discordância	Exmos Senhores, Crescem cada vez mais "plantações" de campos fotovoltaicos, representa não uma inovação mas um retrocesso civilizacional. Como se justifica o abate de extensões de floresta para transformar em campos fotovoltaicos beneficiando apenas o investidor com claro prejuízo para a comunidade. Esta corrida desenfreada a nivel global não tem de ser replicada em Portugal. O Governo e os Senhores Ministros têm obrigação de nos defender e são capazes de fazer melhor que os outros países! Venho manifestar a minha preocupação e oposição à forma como esta proposta das ZAER está a ser apresentada e planeada. Em primeiro lugar, considero inaceitável a ausência de cartografia detalhada e informação clara sobre as áreas abrangidas. Sem mapas rigorosos e acessíveis, as populações locais não conseguem perceber o verdadeiro impacto desta medida nos seus territórios, propriedades, atividades económicas e qualidade de vida. Exijo que sejam divulgadas as localizações exatas das áreas propostas antes de qualquer decisão avançar. Em segundo lugar, preocupa-me profundamente a possibilidade de dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental individual para projetos localizados em zonas ZAER. Esta simplificação pode colocar em risco ecossistemas sensíveis, a biodiversidade, os recursos hídricos e os valores naturais existentes. A aceleração da transição energética não pode ser feita à custa da proteção ambiental. Além disso, muitas regiões do interior já suportam uma parte significativa da produção de energia nacional, concentrando parques eólicos, centrais solares, linhas de muito alta tensão e outras infraestruturas. Estes territórios encontram-se sujeitos a uma pressão crescente e não devem continuar a ser vistos como espaços disponíveis para receber sucessivamente novos projetos. É necessário garantir uma repartição mais equilibrada dos encargos e benefícios da transição energética por todo o país. Por fim, considero que a aceitação social da transição energética depende da transparência, da participação pública efetiva e do respeito pelas comunidades locais. As populações devem ser envolvidas desde o início do processo de planeamento e não apenas chamadas a pronunciar-se sobre decisões já praticamente tomadas. A legitimidade democrática destas políticas exige informação completa, consulta genuína e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123134	Discordância	MANIFESTO DISCORDÂNCIA COM O PROJETO ZAER POR VIOLAR O DISPOSTO NO ARTIGO 66º DA CRP, QUE GARANTE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE HUMANO, SADIO E EQUILIBRADO, EXIGINDO O ARQUIVAMENTO IMEDIATO DO PROJETO PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
123133	Discordância	Discordo do plano em discussão, atendendo ao impacto negativo que a implantação de parques de painéis fotovoltaicos de grande extensão representa nas seguintes dimensões: a) sobre os solos, a permeabilidade destes e o respectivo funcionamento e equilíbrio dos sistemas hídricos; b) sobre o revestimento herbáceo-arbustivo e arbóreo do território, os ecossistemas dele dependentes, e as consequências decorrentes em termos de aquecimento global e crise climática; c) sobre a paisagem como património nacional, quer em termos do seu valor e referência para a população, quer em termos culturais e identitários. Considero que a produção de energia em instalações de produção fotovoltaica de pequena dimensão em áreas já artificializadas é a opção estratégica mais adequada, tendo em vista o equilíbrio e integração na dimensão paisagística e cultural de maior escala. Os interesses económicos - sobretudo de agentes privados e estrangeiros -, não deve sobrepor-se ao interesse nacional e das populações, à preservação dos sistemas ecológicos, da paisagem e da cultura nacionais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123132	Discordância	Eu Ana Rita Barradas Dias Pereira, residente em Évora, Freguesia de Bacelo, Nossa Senhora da Saúde, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123131	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123130	Discordância	Este projecto é um atentado ambiental ,devemos preservar a fauna e flora do nosso território nacional ,energia verde não destrói ecossistemas. Devemos juntos encontrar soluções que sejam benéficas para a preservação e não para o lucro de empresas . Atenciosamente Maria Inês	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123129	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123128	Discordância	Este projecto coloca em causa valores essenciais para a qualidade de vida da populacao e actividades economicas que dependem da natureza e da coesao do territorial.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123127	Discordância	Projetos megalómanos não tem nada de bom para a natureza. Cientificamente, estes projetos não são viável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123126	Discordância	Um projeto deste tipo tem imensos riscos para as paisagens e nichos ecologicos do pais, como já aconteceu com outros processos de licenciamento de projetos de centrais de energias alternativas que destruiram manchas de floresta protegida. As populações como sempre não são ouvidas porque os projetos acabam por ser aprovados apesar da forte oposição aos mesmos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123125	Discordância	Considero que este projeto tem um impacto negativo significativo na natureza, na biodiversidade, na paisagem e nos ecossistemas locais. Além disso, pode afetar a qualidade da vida das populações que vivem nestas áreas e prejudicar actividades económicas que dependem diretamente da agricultura e outras atividades locais. Estas implementações devem garantir a proteção da natureza e o bem estar das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123124	Discordância	É um programa que vai agravar questões sócio-económicas, as populações que aí habitam estão a ser desrespeitadas e secundarizadas. Não considero que este programa em especial possa ser vantajoso sob qualquer aspeto, muito menos do ponto de vista ecológico local ou nacional.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123123	Discordância	Discordo totalmente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Eu resido em Leiria e sempre que posso, não vou passear pelos arredores, mas desfrutar da natureza e Costa. Mas é com grande magia que vejo a possibilidade de deixar de ver um ambiente verde e natural dar lugar a painéis solares. Já aconteceu por diversas vezes deparar-me com painéis solares na vez de árvores. Não vejo o benefício disso. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123122	Reclamação	A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123121	Discordância	Necessário é RePlantar a floresta autóctone!!! Painéis solares nos telhados e estruturas urbanas! A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa do sacrifício cego dos territórios do interior, da sua biodiversidade e patrim´´onio das suas gentes. O desenvolvimento sustentável exige respeito pelo planeamento e pela preservação dos valores humanos e naturais de cada região.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123120	Discordância	A minha oposição fundamenta-se nos seguintes impactos estritamente negativos para a comunidade e território: 1. descaraterização e impacto paisagístico, a instalação destas infraestruturas descaracteriza a beleza natural da região. 2. Prejuízo para a economia e turismo local, a industrialização da serra afasta os visitantes e prejudica a economia local. 3. Degradação da qualidade de vida, a proximidade destes projetos afeta diretamente o sossego, bem estar e equilíbrio das populações que vivem na região. Olga Mendes Vale Serrão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123118	Discordância	Parecer sobre a proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) A transição energética constitui um objetivo estratégico para Portugal e para a União Europeia, sendo essencial para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, cumprir os compromissos climáticos e reforçar a segurança energética. Contudo, a aceleração do licenciamento de projetos de energias renováveis apenas deverá ocorrer quando assente num planeamento territorial rigoroso, transparente e tecnicamente fundamentado, que assegure a compatibilização entre a produção de energia, a conservação da biodiversidade e os princípios do ordenamento do território. Após análise da proposta de PSZAER, considero que a delimitação das ZAER não demonstra reunir a fundamentação técnica, ambiental e territorial necessária para justificar a aplicação do regime de aceleração previsto na Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III). Persistem insuficiências na metodologia utilizada, na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), na avaliação da capacidade de suporte territorial e dos impactes cumulativos, bem como na articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial. Acresce que a consulta pública não foi acompanhada da cartografia georreferenciada de detalhe indispensável para uma apreciação rigorosa das áreas propostas e da sua compatibilidade com os valores naturais e territoriais existentes. A metodologia adotada assenta essencialmente na identificação de áreas com potencial para a produção de energia renovável e na aplicação sucessiva de critérios de exclusão. Contudo, esta abordagem não demonstra que as áreas remanescentes correspondam efetivamente a territórios de reduzida sensibilidade ambiental nem que representem a alternativa territorial mais favorável. Do mesmo modo, não evidencia que tenha sido dada prioridade efetiva à utilização de áreas artificializadas, degradadas ou já infraestruturadas antes da ocupação de solos agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico. A AAE também evidencia limitações relevantes, nomeadamente na análise de alternativas, na integração dos impactes cumulativos e na demonstração da capacidade do território para acolher novas infraestruturas energéticas. A funcionalidade ecológica da paisagem, a conectividade entre habitats e os serviços dos ecossistemas deveriam constituir critérios estruturantes da delimitação das ZAER e não apenas aspetos a avaliar posteriormente no licenciamento dos projetos. Estas preocupações assumem particular relevância no Algarve e no Alentejo, regiões que concentram	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
123117	Discordância	Programa nefasto para a natureza e para Portugal! Voto contra!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123116	Discordância	Essa energia verde que tanto apregoam é uma energia negra. Existem alternativas, a implantação deve privilegiar zonas industrializadas ou degradadadas.!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123115	Discordância	Ich möchte meine Bedenken hinsichtlich der Einbeziehung der Serra da Gardunha und der Beira Baixa in die PSZAER äußern. Es wäre unverantwortlich, fruchtbares landwirtschaftliches und forstwirtschaftliches Land für große Solar- und Windkraftanlagen zu opfern. Diese Region bietet wertvolle Ressourcen, die für die lokale Bevölkerung und die Umwelt von großer Bedeutung sind. Statt die malerische Berglandschaft zu industrialisieren, sollten wir uns auf die Nutzung von Dächern und bereits bebauten Flächen konzentrieren. In der Nähe von Wohngebieten sollten wir solche Anlagen vermeiden, um die Lebensqualität der Anwohner nicht zu gefährden. Ich bitte daher darum, die Serra da Gardunha und die Beira Baixa von den Beschleunigungszonen auszunehmen.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123114	Discordância	Na qualidade de cidadã natural do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A transição energética é da maior importância, no entanto é preciso que esta seja também justa. Criar centrais fotovoltaicas é continuar com o mesmo modelo extractivista que tem sido usado com os combustíveis fosseis. Temos aqui uma oportunidade de acabar com este modelo e implementar um modelo mais justo e mais resiliente. Antes de criar centrais fotovoltaicas, podemos por paineis solares em todos os telhados, coberturas de parques de estacionamento etc. etc., e dar prioridade ao autoconsumo. Por exemplo, poder-se-ia criar um projeto em que os paineis fotovoltaicos são instalados em cada telhado de forma gratuita e a pessoa paga a eletricidade que consome até cobrir o custo dos paineis. Ou a pessoa paga os paineis e consume a eletricidade gratuitamente. Não só isto seria um projeto com um impacto social positivo, mais facilmente aceite pela população, como não teria o impacto negativo de uma (ou várias) centrais fotovoltaicas que destroiem a paisagem, biodiversidade, etc. etc. Mais, estando a produção de eletricidade descentralizada e mais próxima do consumidor final, a resiliência seria maior. Afinal, da mesma forma que os incêndios destroiem hectares de floresta todos os anos, também facilmente destruirão algumas centrais fotovoltaicas. Da mesma forma, em vez de ter só grandes turbinas eólicas para gerar eletricidade, também se poderia apostar em pequenas turbinas que, mais uma vez, gerassem eletricidade mais próximo do consumidor final. E com certeza haverão muitas outras alternativas com impactos sociais e ambientais positivos. Esta proposta é também pouco democrática. As populações afetadas devem sempre ser envolvidas no projeto e poder propor alternativas que sejam implementads.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123113	Discordância	-	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123112	Discordância	Eu, Vasco Henriques Augusto da Silva, como cidadão português e residente numa zona largamente abrangida por esta proposta, venho mostrar a minha veemente discordância para com os métodos com que o Programa Sectorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pretende alcançar as metas energéticas impostas pela União Europeia. No meu entender, os mesmos vão contra os princípios de inúmeras alíneas do Artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa, principalmente as alíneas b) e d) do parágrafo 2. Os territórios rurais têm um valor intrínseco inqualificável para as gentes e costumes de toda uma região deslocada dos grandes centros urbanos e, que com o agravar dos efeitos das alterações climáticas, urgem serem ainda mais preservados mas, acima de tudo, bem geridos, pelo que, qualquer tipo de intervenção de menor ou maior escala tem que ser rigorosamente arbitrada pela mais minuciosa lei. Em suma, o oposto do que se pretende alcançar com o PSZAER, que visa uma simplificação e, tal como indica claramente no nome, "Aceleração", de processos que, pela própria natureza e importância, requerem tempo e sábia ponderação. Esta vertigem de desenfreada ocupação territorial com este tipo de empreendimentos não se concretiza num directo e imediato benefício para com as populações contíguas aos mesmos, e, quiçá, em alguns casos, nem no longo prazo o atingirá. Concluindo, reforço a minha discordância para com esta proposta e cito o filósofo Lao Tzu, que terá dito que "Na natureza nada se apressa, no entanto, tudo se concretiza".	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123111	Discordância	1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto ambiental e de saúde pública dentro das ZAER reduz a análise real dos riscos climáticos e ambientais para a saúde dos residentes.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123109	Discordância	O progresso ambiental não pode avançar à custa da própria natureza. É a natureza que sustenta a vida humana neste planeta e este tipo de iniciativas além de política e moralmente incorrectas leva a muitas dúvidas sobre as intenções de classe política que as defende, e que deveriam defender o bem estar do povo português, no imediato e no futuro mais ou menos distante. Oponho-me a este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123108	Discordância	A transcrição energética não se faz destruindo a natureza e a floresta. Nenhum projeto deste âmbito pode ser sobrepor a RAN (reserva agrícola) e REN (reserva ecológico) instalação de painéis fotovoltaicos deveriam cobrir casas nas cidades e não conter mais área de terra. Além disso não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123107	Discordância	Eu, Ana Luísa Teiga da Costa Pereira Varela, residente em Aveiro, Ílhavo, Gafanha da Encarnação, com o CC n.º 13790107, venho, por este meio, manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Não concordo com a implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) à custa das nossas serras e da paisagem que caracteriza o interior e o centro do país.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123105	Discordância	Sou a favor das energias renováveis, mas não à custa da destruição de um património natural e paisagístico que é de todos. Antes de ocupar montanhas, cumes e áreas de elevado valor ambiental, devem ser privilegiadas soluções como a instalação de painéis solares nos parques de estacionamento dos hipermercados, nos telhados dos edifícios públicos, das zonas industriais e de outras infraestruturas já artificializadas.	
123104	Concordância	É tempo de procurar alternativas verdadeiramente sustentáveis, e não apenas as mais económicas ou as mais fáceis de implementar. A transição energética não deve significar a perda da identidade das nossas paisagens nem comprometer o património natural que temos o dever de preservar para as gerações futuras. Entre outros requisitos, deve ser avaliado o impacto ambiental das zonas a serem exploradas para instalação de equipamento de produção de energia renovável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123103	Reclamação	Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na redação atualmente proposta, por considerar que não assegura um equilíbrio adequado entre a necessária transição energética e a proteção do território, dos ecossistemas e das comunidades locais. Embora o documento estabeleça princípios orientadores, continua a faltar a definição de critérios claros e vinculativos que limitem a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões e garantam uma avaliação rigorosa dos impactes cumulativos resultantes da instalação de múltiplas centrais e das respetivas infraestruturas associadas, designadamente linhas de muito alta tensão. Preocupa-me igualmente que a criação destas zonas possa conduzir a uma aceleração dos processos de licenciamento sem assegurar mecanismos de participação pública verdadeiramente eficazes nas fases subsequentes de desenvolvimento dos projetos. Considero que o ordenamento do território deve preceder qualquer estratégia de implantação de infraestruturas energéticas, tendo como prioridades a salvaguarda da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais, dos recursos hídricos e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incorporando, entre outras, as seguintes alterações: definição de critérios objetivos e juridicamente vinculativos para limitar a concentração territorial de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
123102	Discordância	É um absurdo...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123101	Discordância	A Natureza sempre em primeiro lugar! É nela que encontramos a resposta e a verdade para o nosso fururo. Tudo o resto pode-se pintar da cor que quiserem mas nada tem de verde....	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123100	Discordância	Plantem árvores e não painéis! Deixem a Terra viver e quem nela vive, viver também, com saúde e em paz!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123099	Discordância	Contributo de Cidadão — Alternativas ao modelo proposto Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. 3. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem no vazio — decorrem de um modelo de crescimento do consumo que raramente é posto em causa. Não encontro neste programa qualquer pergunta sobre quanto precisamos realmente de produzir, para quem, com que modelo de distribuição e com que impacto acumulado sobre o território. A questão não é apenas onde instalamos os painéis — é quanto consumimos, e se esse consumo pode e deve crescer indefinidamente. O relatório técnico de ordenamento e economia do território identifica como um dos principais riscos a "especialização funcional excessiva de territórios de baixa densidade" e a sua transformação em plataformas de exportação de energia para mercados externos. Ou seja: os territórios mais frágeis do país sacrificam a sua paisagem para alimentar o crescimento energético de economias que não partilham esse custo. Peço que a versão final do PSZAER inclua uma análise explícita da procura — quantificando o consumo real esperado, as alternativas de redução e eficiência, e o papel das exportações nas metas —, e que essa análise informe a dimensão final das ZAER. Não é possível avaliar se 371.000 hectares são necessários sem primeiro perguntar se o crescimento que os justifica é inevitável. 4. Energia para as comunidades onde é produzida Se um território cede a sua paisagem e os seus recursos para produzir energia, tem o direito de beneficiar dessa energia. As comunidades de energia renováveis locais	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123098	Discordância	Considero que esta proposta não é melhor solução para a necessária transição energética, pois penso que se optou pelo caminho mais fácil indo de encontro apenas aos interesses económicos, sobrepondo-os aos aspectos ambientais e sociais. Se precisamos duma transição energética, é precisamente porque precisamos de um modelo mais sustentável que proteja a Natureza, a biodiversidade, os solos, a água e principalmente que proteja as pessoas daquilo que é mais essencial para a sua sobrevivência: a sua alimentação, água, saúde e bem-estar. Ora, advocar por uma transição energética tendo por base a necessidade de mitigar as alterações climáticas e a segurança energética nacional, mas em que não se respeita a Natureza e se propõe mesmo a sua destruição, é um contrassenso e não pode ser sustentável. Por exemplo, as ´árvores são as nossas melhores aliadas na luta às alterações climáticas e se fala tanto da necessidade de plantar mais árvores, inclusive nas cidades, como pode uma medida que propõe o abate de milhares de árvores ser a solução para a luta das mesmas alterações climáticas? Para a instalação de projectos de energia solar, deveriam ser priorizadas soluções descentralizadas em áreas já artificializadas como parques de estacionamento, zonas industriais, entre outras; e também incentivos aos particulares e empresas para a sua instalação. Porque afinal, quantos hectares de telhados temos disponíveis no país? A solução deverá assim passar por um modelo de transição energética que tem em conta a questão da produção de energia de forma mais sustentável, equilibrando-a com o respeito e valorização das questões ambientais e sociais e não apenas os interesses económicos de alguns. Para que, no fim, todos possamos ganhar e viver num mundo em harmonia e respeito mútuo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123097	Discordância	Em vez de colocar paineis solares, replantem arvores!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123096	Discordância	Queremos floresta	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123095	Discordância	Concordo que Portugal deve acelerar a transição para energias renováveis, mas essa transição deve ser feita com cautela, planeamento e equilíbrio. A urgência em cumprir metas climáticas não pode justificar decisões que tenham impactos irreversíveis no ambiente, na agricultura, na biodiversidade, na paisagem e na qualidade de vida das populações locais. A criação de zonas de aceleração deve assentar em estudos rigorosos, numa avaliação dos impactos cumulativos e numa verdadeira participação pública. É essencial privilegiar áreas já artificializadas, como zonas industriais, edifícios e parques de estacionamento, antes de ocupar solos agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico. Uma transição energética inteligente não significa instalar o maior número possível de projetos no menor espaço de tempo, mas sim garantir que estes são implementados nos locais mais adequados, com benefícios para as comunidades e sem criar novos problemas ambientais ou sociais. A rapidez não deve comprometer a qualidade das decisões nem a confiança dos cidadãos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123094	Discordância	Não faz qualquer sentido a destruição de espaços verdes por isto! A Natureza tem que vir em primeiro!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123093	Discordância	Não concordo com este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123092	Discordância	Não concordo que o País se torne numa central fotográfica. Principalmente em Évora que é a zona mais quente do país. Não trás nenhum benefício além dos interesses das grandes empresas. Toda a flora vegetal animal ficará comprometida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123091	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
123090	Discordância	O Coletivo Animal espera que os contributos apresentados sejam devidamente considerados. O território deve ser reconhecido como um sistema vivo, composto por comunidades humanas e não humanas, habitats e relações ecológicas que sustentam a vida. As decisões públicas devem refletir essa realidade, assegurando que a resposta à crise climática reforça, e não fragiliza, a proteção dos animais, da biodiversidade e dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123089	Discordância	Será prejudicial a todas as pessoas, em questões ecológicas e socioeconómicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123088	Discordância	Sou contra uma transição energética que implique a destruição da paisagem e da identidade dos locais, um pesado impacto ambiental, que na sociedade portuguesa e num país com a dimensão de Portugal deveriam ser tidos em conta como valores fundamentais. Os projetos energéticos de grande dimensão não têm cabimento nas zonas rurais portuguesas, já que destroem e destabilizam, não trazendo benefícios às regiões e aos seus habitantes , tão só às grandes empresas. Este "lixo" industrial, espalhado de forma maciça pelos nossos campos, não corresponde a nenhuma necessidade ou desígnio nacional, já que as pequenas unidades de produção de energias sustentáveis, que beneficiem a população mas também os seus (pequenos) proprietários parecem-me ser a maneira de crescer e desenvolver o país de forma sustentável.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123086	Discordância	Não acho bem destruir zona de impacto ambiental é uma falsa energia “verde” Será altamente impactante nos ecossistemas e há opções disponíveis!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123085	Discordância	Não concordo com a implantação destas zonas. Devem replantar a área ardida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123084	Discordância	Um GreenWashing nunca será bom para o nosso país. Precisamos de árvores. Que os painéis sejam em topos de edifícios e parques de estacionamento.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123083	Discordância	temperaturas acima dos 40ºC, imagine-se o que não farão a nossa temperatura, agricultura, povoações e a todo o território, para além da devastação de espaço verde e, ou, de cultivo e, ou, de habitação, e, ou, de fonte de rendimento para as nossas populações, muitas vezes, com fabrico próprio de produtos artesanais, centenários, tão apreciados e requeridos, não só pelos portugueses, como por estrangeiros, como os queijos, da Serra, ou de Nisa, entre tantíssimos outros que têm a sua origem na pastorícia, na agricultura e afins. Gostaria de lembrar que Portugal não tem de, e não deve, repetir os erros de outros países, ou antigas culturas , como as pré-colombianas, por ex. , que esgotaram todos os recursos à sua volta. Devemos aprender com os erros do passado e com os exemplos da actualidade. Acredito na energia sustentável, nas energias renováveis e que temos que ser mais independentes de terceiros, sim, mas não pode ser a qualquer preço, nem decidido em cima do joelho devido ao apagão e, ou, à nossa dependência de terceiros. É muito importante, mesmo, mas deve ponderar-se todas as possíveis soluções que não passem por devastar o território, esgotar recursos, nem prejudicar, irreversivelmente, as suas populações, no fundo, todos nós. Devemos pensar em soluções, em alternativas viáveis, sustentáveis, que dignifiquem o nosso território e as nossas gentes, não que o anule e destrua. Temos uma costa invejável.Somos o país mais a Ocidente da UE, com uma imensa costa da qual poderíamos tirar maior proveito. Permitam a discussão pública, que propostas de gente muito inteligente sejam apresentadas, de gente que estuda para isto mesmo, para este fim, renovar, mas de forma sustentável, para nós e para as próximas gerações, através de concursos públicos internacionais. É muito importante, mesmo, mas deve ponderar-se todas as possíveis soluções que não passem por devastar o território, esgotar recursos, nem prejudicar, irreversivelmente, as suas populações, no fundo, todos nós.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123082	Discordância	Devemos pensar em soluções, em alternativas viáveis, sustentáveis, que dignifiquem o nosso território e as Sou contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123081	Discordância	O futuro não são megacentrais que destroem a paisagem e o património, é a produção descentralizada: a autoprodução e as comunidades energéticas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123080	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123079	Discordância	Não concordo com a proposta do PZAER, por considerar que a delimitação das zonas de implantação de energias renováveis não salvaguarda os valores ambientais, paisagísticos, patrimoniais e a qualidade de vida das populações locais. Defendo que devem ser privilegiadas áreas já artificializadas ou degradadas, evitando a ocupação de espaços de valor ecológico, agrícola ou cultural. Deve ser garantida uma maior participação das comunidades nas decisões sobre o território. É importante privilegiar a instalação de energias renováveis em telhados de edifícios, parques industriais, zonas comerciais e parques de estacionamento, antes de ocupar solo natural. A produção deveria ser descentralizada, incentivando o autoconsumo e as comunidades de energia, em vez de grandes centrais sempre que possível.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123078	Discordância	Não concordo com a ocupação de território para implantação de painéis solares. Além do prejuízo e de toda a alteração da fauna e flora, os mesmo não serviram para nada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123077	Geral	Exmos. Senhores, Em anexo partilhamos as sugestões identificadas pela Biond à proposta que se encontra em consulta pública, quer em formato do formulário de resposta quer em formato de parecer de acordo com a estrutura proposta no formulário. Estaremos ao dispor para quaisquer esclarecimentos ou contributos adicionais. Com os melhores cumprimentos	Obrigada pela sua participação.
123075	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacto Ambiental garante. Isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacto Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123074	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123073	Sugestão	Exmos. Senhores, A Finerge vem, por este meio, submeter os seus contributos no âmbito da discussão pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Os comentários e propostas de alteração constam do documento anexo. Agradecemos a consideração dos contributos apresentados. Com os melhores cumprimentos, Finerge, S.A.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123072	Discordância	Não faz sentido, deitar a baixo árvores já existentes para substituir por painéis solares. Quando existem tantos terrenos sem árvores que podem ser utilizados. Como vamos justificar energias "limpas", mas o custo é a natureza... Então estamos a ir contra nós próprios. Estou totalmente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123071	Discordância	Não faz sentido destruir património natural por isto. Deixem a Natureza em paz!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123070	Discordância	Exmos. Senhores da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), Na qualidade de cidadã portuguesa no pleno direito da minha participação pública, venho por este meio apresentar a minha discordância total e oposição global à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), solicitando a sua rejeição com base nos seguintes fundamentos transversais a todo o território nacional: 1. Modelo Centralizado vs. Potencial Descentralizado (Eficiência Energética) O programa falha estruturalmente ao insistir num modelo de produção de energia fortemente centralizado em grandes centrais. Os estudos de suporte ao PSZAER admitem a existência de um potencial descentralizado superior a 23 gigawatts em todo o território nacional (através de microgeração, autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável). Priorizar megaprojetos que destroem solo em vez de financiar a descentralização energética junto das populações constitui um erro de planeamento estratégico. 2. Violação Sistemática de Salvaguardas Nacionais (RAN e REN) Ao delimitar cerca de 455 mil hectares como zonas de aceleração, o PSZAER sobrepõe-se massivamente a solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN). A conversão de solos agrícolas férteis e ecossistemas sensíveis compromete a soberania alimentar do país e a conservação da biodiversidade, contrariando o princípio de que a ação climática não deve destruir os recursos naturais existentes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123069	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto ambiental e de saúde pública dentro das ZAER reduz a análise real dos riscos climáticos e ambientais para a	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123068	Discordância	Um atentado à fauna e à flora. Um dia que haja um crise alimentar, vamos alimentar-nos de painéis e eólicas. É criminoso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123067	Discordância		
123065	Discordância	Pelo prejuízo consequente na natureza e saúde humana	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123064	Discordância	Como cidadão da Beira Baixa, venho manifestar a minha objeção à inclusão da Serra da Gardunha nas zonas de aceleração da energia renovável (PSZAER). Este território não deve ser considerado "terra sobrante" para fins de exploração energética, pois é um espaço vital que abriga uma rica biodiversidade e um património cultural que merecem ser preservados. Além disso, a instalação de grandes parques solares e eólicos nas proximidades de habitações poderá afetar a qualidade de vida dos moradores, tanto pela alteração da paisagem como pelo ruído e outras perturbações. Em vez de recorrer a áreas sensíveis como a Serra da Gardunha, recomendo que se foque em aproveitamento de telhados e áreas urbanas já desenvolvidas, minimizando o impacto ambiental e protegendo os nossos espaços naturais. Peço que excluam a Serra da Gardunha da lista de zonas para PSZAER. Venho manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A transição energética é essencial, mas não pode ser feita à custa da degradação do território, da biodiversidade e das zonas rurais. A proposta que afeta cerca de 7% do território nacional levanta sérias preocupações quanto aos impactos ambientais, paisagísticos e sociais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123063	Discordância	Portugal precisa de produzir energia limpa, mas precisa igualmente de proteger os ecossistemas que regulam o clima, preservam a biodiversidade, protegem os solos e garantem recursos hídricos. Não faz sentido combater as alterações climáticas destruindo parte do património natural que constitui uma das nossas principais defesas contra elas. Antes de ocupar novos territórios, deve ser dada prioridade à instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, zonas degradadas e outras infraestruturas existentes. Uma transição energética verdadeiramente sustentável deve conciliar a produção de energia com a proteção da natureza, e não colocar uma contra a outra. Por estas razões, solicito que a proposta do PSZAER seja revista, garantindo a salvaguarda do património natural, das zonas rurais e do interesse público.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123062	Discordância	Acelerar uma medida que influencie a vida de muita gente é uma vergonha!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123061	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123060	Discordância	Sou contra a instalação de grandes centrais fotovoltaicas em áreas sensíveis do Alentejo porque podem provocar impactos negativos significativos na paisagem, na biodiversidade e no turismo. A ocupação de grandes extensões de solo altera a identidade da paisagem alentejana, reduz o valor cénico que atrai visitantes e pode fragmentar habitats naturais, afetando a fauna e a flora. Além disso, quando são instaladas em solos agrícolas ou áreas de elevado valor ecológico, podem comprometer outros usos sustentáveis do território. Assim, a transição energética deve privilegiar a instalação de painéis em telhados, parques industriais ou áreas já artificializadas, separadores centrais das autoestradas, minimizando os impactos ambientais e paisagísticos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123059	Discordância	Este Plano de Aceleração das Renováveis levanta várias questões fundamentais face à dimensão do que está em jogo. Desde logo é importante salientar que na qualidade de arquiteto paisagista tenho uma opinião fundamentalmente baseada naquilo que são as preocupações para o valor da paisagem, tanto do ponto de vista estético, social, cultural e ecológico. Não está em questão uma crítica à tecnologia. Como Santos (2026) diz "Painéis fotovoltaicos são extraordinários: convertem luz em eletricidade sem partes móveis, sem combustível, sem emissões diretas. Turbinas eólicas captam energia que sempre existiu e nunca tinha sido aproveitada. Estas são conquistas técnicas genuínas.".	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123058	Discordância	Em anexo coloco o restante comentário à participação. Deixo a minha discordância, pois não acredito que levando em conta a atual cultura social e administrativa, consigamos licenciamento desburocratizado ao abrigo de um regime como o que é aqui proposto, que seja fidedigno e não coloque em causa o meio ambiente. Na minha perspectiva é bastante danoso para o meio ambiente tanto na sua atual forma teórica como na prática que se amplificaria por meio dos "jeitinhos".	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123057	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123056	Discordância	Manifesto a minha discordância com o programa sectorial das zonas de aceleração da implementação de energias renováveis por não salvaguardar o equilíbrio da biodiversidade e, sem que haja garantia da preservação dos ecossistemas. Acresce que, a desflorestacao e erradicação dos cobertos vegetais, com a decorrente eliminação da fauna para a instalação de parques eólicos e fotovoltaicos terá, com toda a certeza, um saldo negativo em termos de pegada de carbono. Estes assuntos deveriam ser sempre acompanhados e avaliados por entidades estatais, como as CcDR's, o ICNF, o Ministério da Agricultura e também organizações não governamentais de proteção e defesa do ambiente, Além do mais, estes parques deveriam ser instaladas sempre em lugares já artificialidades e infraestruturados	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123055	Discordância	A maior riqueza de um país vem da biodiversidade do seu território, da fertilidade dos solos, da qualidade das águas que brotam nas serras, da pureza do ar que respiramos, das florestas autóctones (que infelizmente pouco restam neste território) e das suas gentes que cuidam com amor e e cuidado da terra que providencia para todos quando bem gerida. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123054	Discordância	A falta de documentação detalhada sobre as zonas de aceleração renovável impossibilita uma decisão consciente. Sem estudos de impacto, critérios claros ou participação pública, os riscos de prejuízos ambientais, sociais e económicos são altos. É necessário mais transparência e fundamentação antes de avançar. Também considero necessário a prospeção de outras soluções como a colocação de Paineis dos telhados de edificios públicos.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
		Esta infraestrutura foi concebida, em primeira instância, para servir os interesses económicos da empresa promotora do projeto de exploração de lítio, um projeto que tem sido amplamente contestado pela população local e por muitos cidadãos em todo o país.	Obrigada pela sua participação.
123053	Discordância	O traçado proposto atravessa zonas rurais e montanhosas de elevado valor ecológico e paisagístico, colocando em risco habitats naturais, perturbando ecossistemas sensíveis, destruindo ou degradando linhas de água e comprometendo áreas agrícolas e florestais que constituem um património ambiental e económico essencial. Os impactos previstos vão muito além da fase de construção, podendo provocar consequências irreversíveis para a biodiversidade, a qualidade da água, a paisagem, a atividade agrícola e a qualidade de vida das populações. Num contexto de emergência climática e de crescente necessidade de proteger os recursos naturais, é inaceitável que se avance com uma infraestrutura cujo principal objetivo é servir um projeto mineiro amplamente rejeitado pelas comunidades afetadas. Por estas razões, manifesto a minha total oposição a este traçado e solicito que o mesmo seja rejeitado, sendo privilegiadas alternativas que respeitem o ambiente, as populações, o património natural e o interesse público.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123052	Discordância	Discordo. Há informaçao omissa e o projeto não cumpre criterios minimos de sustentabilidade. A transição energética não pode ser feita à custa de biodiversidade. Há soluções melhores que não têm este impacto significativo no ambiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
123051	Discordância	Defendo que esta abordagem deve ser melhor discutida no âmbito da multidisciplinaridade de organizações ambientais e humanitárias com preocupações genuínas, pois os recursos naturais não são infinitos, existindo uma problemática séria em relação à sustentabilidade de gerações futuras e à prosperidade dos ecossistemas, que contribuem para o nosso bem-estar (bem como existem hábitos de consumo energético desmedidos que devem ser reflectidos em comunidade e na sociedade). É imperativa uma melhor integração da nossa espécie com o seu meio natural, de forma a não acelerar ainda mais o impacto das populações humanas nos ciclos da natureza, dos quais dependemos para nos sustentarmos. Esta integração consciente poderá procurar vias alternativas à implementação massiva de "energia verde", que alteram a nossa paisagem de forma aguda e, por consequência, a presença essencial dos seus elementos constituintes.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123050	Discordância	Deixem a natureza em paz e as aldeias que tanto lutamos por elas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123049	Discordância	A transição energética não deve ser feita através da destruição ambiental deliberada. Em particular quando existem formas não intensivas de o fazer.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123048	Discordância	Isto requer uma visão mais ampla das consequências que vai ter.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123047	Discordância	Num país de grandes empresas dominadoras, como Galp, ren etc.... Como é possível oferecerem/ doarem os nossos terrenos para energias renováveis. A custo zero para a população Sou de Sever do Vouga, fizeram uma barragem, porque que abdicamos de recursos naturais onde a eletricidade é na mesma cara para nós? Colocam painéis solares e é na mesma caro para nós que cedemos território. Não percebo porque que cedem a estas empresas e não dão valor às pessoas; Vamos abastecer países mais ricos onde a eletricidade é mais barata para nós pagar mos mais caro. Devemos nos respeitar mais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123046	Discordância	NÃO ASSASINEM O NOSSO PAÍS, A NOSSA FLORA, A NOSSA FAUNA!! CONTRA METALIZAR AS NOSSAS FLORESTAS E SERRAS. O NOSSO VERDE.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123045	Discordância	A minha participação segue em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123044	Discordância	Forte risco territorial e ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123043	Discordância	As zonas rurais não podem tornar-se em zonas industriais de forma alguma. Há que respeitar a natureza e as pessoas que vivem nessas zonas, e não fazer de conta que elas não existem. E há que levar em conta a parte ecológica, muitíssimo importante! isto não pode ser o "vale-tudo" e cometerem-se crimes ambientais e abusos contra as povoações mais indefesas por pertencerem a estratos sócio-económicos mais desfavorecidos da sociedade. Deixem a terra em paz. O que estão a fazer é altamente prejudicial para o país.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123042	Discordância	Discordo do projeto, pois entra em conflito com a vida e as comunidades que se formaram na região nos últimos 20 anos — comunidades que impulsionaram significativamente a natureza e a economia local, além de aumentarem o número de pessoas que vivem na área ou a visitam. Por favor, rejeitem o projeto.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123040	Discordância	ADRIAN LUNGU Inadmissivel o que querem fazer à nossa gardunha... sou totalmente contra	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123039	Discordância	Os painéis devem ser colocados em zonas urbanas em edifícios urbanos. Sou completamente contra a destruição da paisagem natural Portuguesa com a colocação de painéis solares. Significam devastação e poluição visual depressiva, nos locais onde já estão implantados.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123037	Discordância	Segue em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123036	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada Venho manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A transição energética é essencial, mas não pode ser feita à custa da degradação do território, da biodiversidade e das zonas rurais. A proposta que afeta cerca de 7% do território nacional levanta sérias preocupações quanto aos impactos ambientais, paisagísticos e sociais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123035	Discordância	Portugal precisa de produzir energia limpa, mas precisa igualmente de proteger os ecossistemas que regulam o clima, preservam a biodiversidade, protegem os solos e garantem recursos hídricos. Não faz sentido combater as alterações climáticas destruindo parte do património natural que constitui uma das nossas principais defesas contra elas. Antes de ocupar novos territórios, deve ser dada prioridade à instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, zonas degradadas e outras infraestruturas existentes. Uma transição energética verdadeiramente sustentável deve conciliar a produção de energia com a proteção da natureza, e não colocar uma contra a outra. Por estas razões, solicito que a proposta do PSZAER seja revista, garantindo a salvaguarda do património natural, das zonas rurais e do interesse público.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123034	Discordância	A denominada "transicão verde" perde legitimidade quando implica a destruição de florestas, habitats naturais e biodiversidade para a instalacão de grandes infraestruturas energéticas. A proposta do PSZAER não pode transformar a transição energética num processo de substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais. A aceleração da implantacão de energias renováveis deve privilegiar áreas já antropizadas, industriais. degradadas, artificializadas ou de reduzido valor ecológico, evitando a ocupacão de florestas, habitats naturais e áreas com elevado valor para a biodiversidade e para os serviços dos ecossistemas. A descarbonizacão não pode ser alcançada à custa da degradação do património natural, da fragmentação de habitats e da perda de biodiversidade, sob pena de comprometer simultaneamente os objetivos climáticos e os objetivos de conservação da natureza. Os ecossistemas naturais são um dos principais aliados no combate às alterações climáticas, através do sequestro de carbono, da regulação do ciclo da água, da proteção dos solos e da manutencão da resiliência dos territórios, pelo que a sua destruição em nome da produção de energia renovável constitui uma contradicão com os próprios objetivos da transição ecológica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123033	Discordância	O povo tem o direito de decisão sobre esta decisão! É inadmissível	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
123032	Discordância	Energia Nuclear é a palavra chave. Não há necessidade de instalar grandes centrais, existem modulares, mais fáceis de gerir e com menos perigos. Destruir natureza, descaracterizar o país, não é o caminho.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
123031	Discordância	Destruir verde para colocação de paineis solares não é opção. Usem os telhados das casas e empresas	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
123030	Discordância	Na minha opiniao é prejudicial pela questao socio economica e ambiental - ecológica.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123028	Discordância	A forma como está a ser implementado este sistema desgasta os solos, destrói os espaços verdes que temos, os campos agrícolas e a floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123027	Reclamação	Eu, João Lopes Cardoso, Rejeito a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua redação atual, por considerar que não assegura, de forma suficiente, a proteção do território, dos valores naturais e das comunidades locais, nem garante um processo de participação pública verdadeiramente eficaz. Embora o programa estabeleça princípios orientadores para a identificação das áreas destinadas à implantação de energias renováveis, continua a não definir critérios claros e juridicamente vinculativos que evitem a excessiva concentração de projetos em determinadas regiões. Da mesma forma, não assegura uma avaliação integrada dos impactes cumulativos resultantes da instalação de múltiplas centrais e das respetivas infraestruturas associadas, incluindo as linhas de muito alta tensão. É igualmente preocupante que este modelo possa acelerar os processos de licenciamento sem garantir que as populações diretamente afetadas tenham uma participação efetiva, informada e com influência real nas decisões que venham a ser tomadas. Considero que o planeamento da transição energética deve assentar, antes de mais, numa avaliação rigorosa da capacidade de carga dos territórios, salvaguardando a paisagem, a biodiversidade, os solos agrícolas e florestais, bem como a qualidade de vida das populações. Assim, solicito que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, contemplando, pelo menos, as seguintes	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123026	Discordância	A escala deste programa parece-me claramente desmedida face ao impacto negativo que impõe à paisagem, ao território e ao dia a dia das populações. A transição energética não pode ser feita à custa de zonas sensíveis; deve, sim, concentrar-se em locais que já dispõem de infraestruturas, poupando os solos agrícolas, as linhas de água e as reservas naturais. Além disso, a instalação destes projetos tem de reverter a favor da sociedade, ajudando a financiar o que realmente importa, como escolas públicas de qualidade, habitação acessível, um sistema de saúde robusto e a contratação de profissionais qualificados que organizem o país com rigor. O desenvolvimento económico só faz sentido se proteger a coexistência harmoniosa entre pessoas, fauna e flora, promovendo um equilíbrio contínuo no território. Para que isto funcione, precisamos de um planeamento minucioso, conduzido por técnicos competentes que respeitem a lei, e de infraestruturas tão bem integradas na paisagem que a sua presença seja praticamente invisível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
123025	Discordância	Segue em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123024	Geral	A Vulture Conservation Foundation (VCF), em representação do consórcio do projeto LIFE Aegypius Return, vem pelo presente apresentar um parecer à consulta pública sobre a Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). O projeto LIFE Aegypius Return foca-se na conservação do abutre-preto (Aegypius monachus) em Portugal e no oeste de Espanha, detendo informação detalhada e atualizada sobre a espécie, relevante para mitigar impactos de projetos associados ao desenvolvimento da capacidade de produção de energia renovável.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
123023	Discordância	O plano não apresenta capacidade para ir ao encontro do objectvo a que se propõe. É necessário explorar outras soluções mais eficazes e alinhadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
123022	Discordância	Esta medida vai descaraterizar o interior, acelerar o empobrecimento das populações que vivem do setor agrícola e afastar os que procuram a natureza no seu estado mais puro, prejudicando o turismo que também é fonte de rendimento destas populações	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
123021	Discordância	É claro que este programa que terá um impacto significativo nas vidas de populações rurais não podia ser gerido como foi. A falte de informação atempada e a dificuldade de acesso à cartografia sao alguns dos pontos que não podem se ignorados. A oposição da ANMP a este processo, quando serão os municipios a ter um papel fundamental no processo mostra que este processo não foi devidamente discutido com quem de direito e assim será apenas fonte de litigancia, não correspondendo aos objectivos. Assim julgo que a discussão de um assunto que toca em 7% do territorio terá de ser abordado de outra forma e com uma forte participação dos municipios.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
123020	Discordância	Não pode haver energias verdes à custa da destruição da nossa natureza, das árvores que são essenciais para produzirem oxigénio essencial para todos nós. Não destruam a natureza.	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123019	Discordância	A melhor forma de preservar o ambiente e a biodiversidade é através da própria natureza. Equipamento de energias renováveis não subsistirem árvores, fauna e flora, etc	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
123018	Discordância	Não assassinem o nosso território	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
123016	Discordância	É necessário definir regras para crescimento sustentado e compensar as populações afetadas	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123015	Discordância	Já demos cabo de tanta área verde; qualquer dia vivemos entre minas, painéis e aterros...; não temos país para tanto. Se queremos turismo, temos de manter o que atrai os turistas: a paisagem, um ambiente (flora, fauna, rios, trilhos...) verdadeiramente verde, natureza. O lucro/risco para a população não compensa. Usem as ilhas inabitadas para as experiências...(ainda assim, haverá perdas na fauna e na flora...).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
123014	Discordância	Não aos mega projectos de renováveis. As renováveis sustentáveis são as de que privilegiam a escala urbana e a proximidade aos pontos de consumo. Mega projectos são apenas a expressão da voragem rentista que não tem nada a ver com a necessária sustentabilidade que todos desejamos. Ocupar solos com renováveis é um atentado à biodiversidade e ao uso do solo tão grave quanto a exploração de fósseis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123013	Discordância	Não aceito a instalação de painéis solares em sítio algum em Portugal	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123012	Discordância	A implementação deste programa associa-se a danos ambientais com prejuizo para a fauna e flora bem como para a saúde humana (heólicas emitem vibrações que provocam danos na saúde). Poluiçao sonora permanente associada ao funcionamento de heólicas. Descaracterizaçao da paisagem, desrespeito pelos povoados/ aldeias. Temos neste programa aldeias nas quais pretendem implantar paineis solares / heolicas dentro do terreno urbano e imediatamente nos seus limites (inadmissível) Modelo de ordenamento de território pouco responsável e com impacto paisagísitco significativo, com prejuizo para o valor natural e turistico sem respeito pelas comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123011	Discordância	Segue em anexo a minha aprticipação	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123010	Discordância	Pela defesa dos muitos habitats e em especial de abelhas e pássaros, contra a desagregação dos solos, contra as alterações micro climáticas que a desarvorização vai provocar, pela produção agrícola que se perde, ainda que seja forragem, pelo respeito pela saúde e o património das populações abrangidas nesta distribuição espacial de minas e plantações eólicas e fotovoltaicas, discordamos absolutamente deste projeto Há muitos outros espaços que se podem aproveitar e que não terão essas consequências.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
123009	Discordância	Sempre fui a favor de energias renovaveis mas não desta forma, destruir a Beira interior para isto é inaceitável, tira o propósito tudo isto, Existe tantos telhados, sombras de estacionamento de carros e decidem destruir o nosso habitat, tem que existir uma melhor solução do que isto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123008	Discordância	Vai destruir um ecossistema humano e ambiental marcado pela sustentabilidade e relações sinérgicas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
123007	Discordância	Não há energias verdes se forem à custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem natural e identitária de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
123006	Discordância	Não sou a favor deste programa em aumentar de forma massiva os recursos energeticos "verdes" em nome da sustentabilidade quando a destruição da natureza do nosso territorio nacional é a opção que apresentam. Não faz sentido...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123005	Discordância	Eu como português não concordo com este programa de energias renováveis, não podemos transformar o nosso país numa central elétrica de painéis fotovoltaicos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123004	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
123003	Discordância	Ao concordo com estra transição disfarçada de verde cujo único objectivo é favorecer empresas "verdes" à custa da destruição das nossas zonas e habitats de imensas espécies, já para não falar da floresta . Numa altura em que as ondas de calor se sucedem por favor srs governantes preocupem-se em proteger o nosso território, em torná-lo num pulmão verde da Europa com planeamento da nossa floresta através da plantação massiva de árvores autóctones. Que projecto estra ordinário ...sejam corajosos...deixem os critérios economicistas um pouco suspensos e façam história ao deixar um verdadeiro legadomais verde às gerações futuras...sejam o rei D Dinis dos tempos actuais com coragem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123002	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
123001	Discordância	Discordo totalmente, em prol da harmonia ecológica natural necessária para o nosso pais/planeta, de forma a podermos manter toda a ecologia natural, biológica vegetal e animal, em equilíbrio necessário ao bem estar futuro de todos os seres vivos que habitam neste planeta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
123000	Discordância	É fundamental que a conservação da natureza e da biodiversidade seja uma prioridade, salvaguardando os habitats da fauna e da flora, preservando as paisagens e minimizando a artificialização do território. É no mínimo irónico que se promovam as energias renováveis sob o argumento de serem uma solução mais ecológica e amiga do ambiente, enquanto, em muitos casos, a sua implementação implica a destruição de extensas áreas de habitats naturais, o abate de árvores, a fragmentação de ecossistemas e a degradação da paisagem, chegando inclusivamente a afetar zonas protegidas e áreas de elevado valor ecológico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122999	Discordância	Não há energias verdes se forem à custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem natural e identitária de Portugal. É um crime não se pensar nas gerações futuras, é inadmissível não se ouvir a voz do povo, dos proprietários. É a anarquia total escondida atrás de um nome pomponso e a mentira da sustentabilidade...e quando se esgotar? O que fica?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122997	Discordância	Analisem verdadeiramente o impacto sério deste tipo de decisões e da libertinagem a que se esta a assistir neste processo. É para se fazer uma reflexão SÉRIA das consequências, não só imediatas, mas do legado que queremos deixar para as novas gerações. É vergonhoso toda a condução deste processo e a urgência, para não dar tempo a que os portugueses se apercebam verdadeiramente das consequências do investimento milionário que vai salvar a crise energética por 2 décadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122996	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122994	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Como Mortaguense, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Deixo em anexo declaração completa sobre a referida questão. Atenciosamente, Raquel Breda da Silva	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122993	Discordância	Acredito que a transição energética não deve ser feita em ambientes naturais mas sim utilizando infraestrutura já existente como telhados de prédios, casas e parques de estacionamento. Devemos reflorestar e nao utilizar terras para este tipo de projectos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122992	Discordância	É inadmissível a quantidade de território ocupado dessa maneira, um atentado à natureza. Procurem outras soluções como por exemplo cada local ter a responsabilidade de resolver o seu problema com paineis nos telhados. Quem mora nos territórios não tem de se sacrificar nem dar lucros a outros. A nível de natureza é outro atentado à biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122991	Discordância	Cada projeto deve ser analisado individualmente, não deve de haver uma "via verde" para a desflorestação, despropiacao e destruição de habitats	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122989	Discordância	Eu oponho-me à implantação de grandes áreas destinadas a centrais solares em terrenos agrícolas ou silvícolas, nomeadamente, onde se verifique a necessidade de abater árvores. Existem outras áreas onde é possível instalar as centrais sem que haja necessidade de afetar os habitats naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122988	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122987	Sugestão	Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Defendemos a proteção da natureza e as energias renováveis. Vivemos com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e tentamos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um carro é um meio de transporte útil; mas milhões de carros concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. Não se trata de ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim de encontrar uma dimensão e uma localização que sejam compatíveis com a proteção das pessoas, dos animais, da paisagem e da natureza. Neste projeto, estão previstas, no total, 18 turbinas eólicas no concelho de Odemira. Na literatura científica, são descritos potenciais impactos relacionados com o ruído, o infrasom, a projeção de sombras, as alterações paisagísticas e a qualidade de vida da população que vive nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122986	Discordância	Discordo completamente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122985	Discordância	I respectfully oppose the inclusion of the Serra da Gardunha and Beira Baixa region as zones for large solar and wind power plants under the PSZAER initiative. This spectacular protected mountain landscape is not only a natural treasure but a home to numerous threatened species, including birds of prey and the Iberian lynx, which rely on this delicate ecosystem for survival. The potential negative impacts on wildlife and the integrity of this environment are significant concerns. Moreover, the absence of a thorough environmental impact assessment raises alarms about the consequences of such developments. We should prioritize sustainable energy solutions that do not jeopardize our natural heritage. Therefore, I urge you to exclude the Serra da Gardunha and Beira Baixa from the PSZAER zones.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122984	Discordância	Discordo, não aprovo o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A Natureza é o nosso Património.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122983	Discordância	Exmos. Senhores responsáveis pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Apresento a minha discordância com o presente programa, pelas seguintes razões: - A ausência de mapas detalhados, que impossibilita um fácil acesso ao conhecimento dos territórios que serão afetados; - A proximidade destes territórios com áreas de interesse biológico e histórico reconhecido; - A proximidade a territórios com interesse não formalmente reconhecidos, mas de elevado interesse biológico (ex, Arruda dos Pisões); - A inexistência de estudos de impacte ambiental prévios às alterações no território; - A elevada percentagem de território planeado, tendo em conta a já elevada percentagem de energia proveniente de Energias Renováveis obtida em Portugal; - A existência de alternativas menos danosas para o ambiente na área. Compreendo a necessidade da transição para Energias Renováveis. No entanto, tal não poderá ser concretizado às custas do ambiente e qualidade de vida das populações, mas sim com a procura de soluções que protejam todos os interesses.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122982	Discordância	A Implantaçao de renováveis nao pode acontecer sem prévios estudos de impacto!	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122981	Discordância	Esta proposta é o maior processo de planeamento territorial dos últimos 20 anos, reconhecendo que é urgente e necessária uma transição energética que permita reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Mas o que se quer construir com esta proposta não é isso. Tal como está desenhado, este projeto é uma via verde para a privatização do território rural em benefício de promotores privados, muitos deles externos às comunidades onde se pretendem instalar, através da transformação de solos agrícolas, pastagens, montados e sistemas agroflorestais em monocultura de painéis. Este 'mapa verde' não exclui solos agrícolas de aptidão média e alta - solos que alimentam pessoas e sustentam economias locais; Este modelo suprime a Avaliação de Impacto Ambiental nas ZAER, sendo o único instrumento, atualmente, de proteção territorial; A coordenação fica entregue à estrutura orientada para a produção energética, a DGEG e não considera o ordenamento do território nem a proteção ambiental; Não há garantia de participação das comunidades locais com assento garantido nas decisões e os pareceres de câmaras municipais não são vinculativos; Os benefícios energéticos produzidos nestes territórios terão benefícios reduzidos localmente - a energia é integrada na rede nacional e no mercado europeu e as comunidades ficam com a paisagem destruída, impactos nas redes de água e grandes impactos na biodiversidade; Por estas razões apresentadas, deve-se considerar o modelo de aplicação da transição energética, é repetir os erros que foram cometidos como na plantação dos eucaliptos, com o cultivo das monoculturas e a extração mineira. Seguindo nestes moldes é sacrificar as zonas rurais, zonas ambientais protegidas e zonas agrícolas para servir interesses externos a quem não pertence às comunidades locais. Para uma transição energética justo é necessário compatibilizar a implantação de estruturas com a proteção do património natural e da biodiversidade, mitigando ao máximo destruição e fragmentação de habitats, causada pela implantação de grandes parques de energias renováveis	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122980	Discordância	Exmos Srs. Estou ferozmente contra a vossa tentativa de vender a paisagem portuguesa e a propriedade privada aos interesses da União Europeia e de algumas grandes empresas que por lucro próprio querem destruir habitats, paisagem, descaracterizar populações. Isso é terrorismo. Sou pró evolução sim mas não à conta de zonas naturais protegidas, zonas agrícolas usadas por pequenos proprietários. Usem zonas indústriais, usem linhas do comboio, usei zonas que os outros países desenvolvidos fazem para respeitar populações e paisagens. A evolução não pode ser a destruir o que não se pode defender. Espero que não passem, pois sei que se verde vocês têm muito pouco.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122979	Discordância	Os melhores cumprimentos Considero que a forma como está pensado este programa põe em causa o nosso património rural e social tão importante para o bem estar de todos os portugueses. Os aspectos negativos na vida das populações e na paisagem, com a perca da biodiversidade, são fundamento para o rejeitar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122977	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadãos do concelho de Castelo Branco, é com grande preocupação que vejo a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis para as zonas onde , apresentados como a o principal caminho e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Em primeiro lugar, as metas estabelecidas para produção de energia Solar fotovoltaica para 2030, deviam estar no mínimo invertidas quanto ao tipo de produção, Centralizada verso Descentralizada, em que a preponderância devia ser pela produção Descentralizada em zonas já artificializadas, quando os objetivos propostos são menos que duplicar a produção Descentralizada passando dos atuais 3,2 GW instalados para 5,2 GW em 2030 sendo esta forma de produção apenas 26% menor que a produção Centralizada que tem atualmente 3,8 GW instalados, passando para 15,1 GW, ou seja quase quadruplicar a área esta produção, segundo os Objetivos para 2030. A área de renováveis descentralizada e apesar de reduzidos apoios e incentivos, é atualmente apenas, cerca de 20% menor que a produção centralizada, tendo no entanto um impacto negativo muito reduzido, quer: visual, na paisagem, na sociedade, na economia e na ecologia, na agricultura e nas florestas, pois são maioritariamente instaladas em zonas já artificializadas, seria pois expectável que a maior aposta do governo, contrariamente aos grandes parques de produção fotovoltaica, com grande ocupação de solos, com todas as consequências negativas que dai advêm. Pelo que seria de esperar que fosse na produção descentralizada de energias renováveis a principal aposta do PSZAER, que pelo seu caráter de reduzidas dimensão e maioritariamente instaladas em zonas já artificializadas, permitem manter os solos livres para outras atividades. Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122976	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122975	Discordância	Os projetos com as energias renovaveis não podem destruir a nossa biodiversidade. O impacto ambiental deste projecto será muito grave.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122974	Discordância	quero que seja discutido com mais visão dos vários impactos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122973	Discordância	Apoio à transição energética, mas oposição à delimitação e ao modelo de licenciamento apresentados, enquanto não existirem salvaguardas territoriais, ambientais e sociais suficientes. Uma avaliação estratégica e uma cartografia nacional não conseguem substituir, em todos os casos, estudos locais sobre espécies, habitats, linhas de água, solos, ruído, paisagem, património e população afetada. Antes de classificar extensas áreas rurais, florestais ou agrícolas como ZAER, o Estado deve demonstrar que criou metas, incentivos e procedimentos eficazes para aproveitar coberturas, zonas industriais, parques de estacionamento, áreas mineiras e terrenos já degradados, bem como para reequipar e hibridizar parques existentes. Existem solos produtivos e sistemas agrícolas relevantes que podem não estar formalmente integrados na RAN. Para estes, o documento limita-se, em vários casos, a recomendar que a afetação seja "evitada ou minimizada". Não é justo concentrar no interior rural os impactes paisagísticos, ecológicos e territoriais da produção de energia destinada sobretudo aos grandes centros consumidores, sem uma repartição equivalente dos benefícios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122972	Discordância	O impacto ambiental vai ser devastador	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122971	Discordância	É uma vergonha o que querem fazer com o mundo e com o nosso país. Destruir árvores para criar energia verde? Não!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122970	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
122968	Discordância	Proteger o meio ambiente de forma nativa, precisa-se.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122967	Discordância	Discordo com a atual proposta de PSZAER (justificação em anexo).	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122966	Discordância	Não há energias verdes se forem à custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem natural e identitária de Portugal.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
122965	Discordância	Inconcebível Estão a matar a natureza em prol de dinheiro	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122964	Discordância	Não concordo com destruída destruição natureza. Não mais árvores abatidas. Sim a programas de florestação.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
122963	Discordância	A denominada transição verde, perde legitimidade quando implica a destruição de florestas, habitats naturais e biodiversidade, para a instalação de grandes insfraestruturas energéticas. A proposta do PSZAER não pode transformar a transição energética num processo de substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122962	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122961	Discordância	O programa propõe uma delimitação que ocupa cerca de 7% do território de Portugal continental, uma área superior à totalidade da mancha urbana nacional (6%, segundo a Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023), quando estimativas científicas apontam para que 1% do território bastaria para cumprir as metas nacionais de energia solar. Para além disso, expor áreas sem viabilidade de rede a regimes de licenciamento facilitados não traz qualquer ganho real para a transição energética e gera, isso sim, pressão imobiliária e especulativa artificial sobre o território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122960	Discordância	Discordo da proposta do PSZAER por considerar que a aceleração do licenciamento de projetos de energias renováveis não deve comprometer a proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e das atividades agrícolas e florestais. A transição energética é indispensável, mas deve ser planeada de forma equilibrada, transparente e com efetiva participação das comunidades locais. Considero que a definição destas zonas deve assentar em critérios ambientais e sociais mais rigorosos, salvaguardando os valores naturais e os interesses das populações potencialmente afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122959	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã residente num concelho do interior vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meusn argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122958	Discordância	Este projecto preocupa-me e nâo emcontrei informação suficientemente acessivel.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122957	Discordância	A transição energética e a descarbonização da economia constituem objetivos fundamentais para enfrentar as alterações climáticas e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Nesse sentido, reconhece-se a importância do desenvolvimento de fontes de energia renovável, designadamente através da produção de energia solar e eólica. Contudo, a concretização destes objetivos não pode ser feita sem critérios rigorosos de ordenamento do território e de salvaguarda do património natural, paisagístico, cultural e turístico. A implantação de grandes centrais solares e parques eólicos em áreas rurais de elevado valor paisagístico compromete a identidade desses territórios, degrada a qualidade da paisagem e pode afetar de forma significativa atividades económicas que dependem da preservação dos valores naturais, como o turismo de natureza, o turismo rural e outras iniciativas ligadas ao desenvolvimento sustentável. Importa recordar que a paisagem constitui um recurso coletivo, com valor ambiental, económico, cultural e social, cuja proteção deve ser assegurada em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável. A ocupação extensiva de solos agrícolas e espaços rurais por infraestruturas energéticas deve ser objeto de uma avaliação criteriosa, privilegiando a instalação em áreas já artificializadas, degradadas, industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais ou outros locais onde o impacto paisagístico e ecológico seja significativamente menor. Igualmente, manifesta-se discordância relativamente à implantação de parques eólicos na proximidade de áreas habitadas. Embora a evidência científica sobre alguns potenciais efeitos na saúde continue a ser objeto de investigação e debate, existe preocupação legítima quanto aos impactos decorrentes do ruído, do efeito de sombra intermitente ("shadow flicker"), da alteração da qualidade da paisagem e da perda de bem-estar das populações residentes. Estes fatores podem afetar a qualidade de vida, justificando a adoção do princípio da precaução e a definição de distâncias de salvaguarda adequadas entre as infraestruturas e os aglomerados populacionais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122956	Discordância	Como estudante de biologia, sei que certas energias renováveis tem de ser muito bem pensadas no sítio onde poderiam ser implementadas. Neste caso, ao nível de Portugal, podem ser utilizadas, mas não no modo intensivo, uma vez que destroem o pouco ecossistema que já temos. Já vivemos num período de intenso calor, e com a implementação dos paneis solares ainda aumentará mais. Para assim serem utilizadas deveria se fazer um estudo bastante renomado ao nível da investigação para assim proceder à implementação das mesmas. Acredito que existem outras formas de ajudar o ambiente, mas sempre pensadas com antecedência mas também investigadas antes sempre com o consentimento de engenheiros ecólogos e muito mais. Em suma, não concordo com a implementação intensiva destes painéis solares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122955	Discordância	Sou contra este crime ambiental. Capitalistas de merda!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122954	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122953	Discordância	Não concordo . É um abuso e inadmissível	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122952	Discordância	Exmos. Senhores, Venho por este meio apresentar a minha pronúncia relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Importa desde já clarificar que sou a favor do desenvolvimento das energias renováveis em Portugal. Contudo, defendo que esta transição não pode ser feita a qualquer custo, devendo respeitar escrupulosamente o ordenamento do território, os ecossistemas e a vontade soberana das populações. Manifesto a minha discordância com o desenho atual do programa com base nos seguintes fundamentos legais e técnicos: Inversão de Prioridades na Ocupação do Solo: A instalação de centrais renováveis no solo rústico deveria ser o último recurso e não a primeira opção. O programa deve obrigatoriamente priorizar a utilização de superfícies já edificadas ou degradadas (zonas antropizadas), tais como telhados residenciais e industriais, coberturas de parques de estacionamento, pedreiras desativadas, autoestradas, zonas industriais e plataformas logísticas. Só após o esgotamento total deste enorme potencial imobiliário urbano e industrial se deveria equacionar a ocupação de solo aberto. Desconformidade com as Diretivas da União Europeia (RED III): A proposta do Governo português entra em contradição direta com o espírito da Diretiva Europeia RED III. A legislação europeia determina que a criação de zonas de aceleração deve priorizar áreas construídas e salvaguardar estritamente o ambiente. Ao estender o "Mapa Verde" a uns massivos 7% do território nacional — uma mancha superior a toda a área urbana do país (6%) —, o plano português falha em garantir a devida proteção da biodiversidade exigida pelas instâncias europeias. Violação do Princípio da Proporcionalidade: Estudos e pareceres técnicos nacionais de referência comprovam que apenas 1% do território em solo seria plenamente suficiente para cumprir todas as metas nacionais de energia solar. Não existe qualquer justificação técnica para expor uma área sete vezes superior a este limite, violando o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), que exige a utilização racional e sustentável do solo. Desconsideração dos Direitos de Participação Pública: Nos termos da Convenção de Aarhus e do Decreto-Lei	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122951	Discordância	Existem casas, edifícios onde podem ser colocados painéis solares para a energia ecológica. Destruir a pouca natureza que temos, não é energia verde. A incompetência de quem pensa nestes programas não é de espantar. Quer destruir o futuro de Portugal e da sua Natureza, o pouco que ainda existe. Vão atrás do dinheiro e esquecem-se que quando não cá estiverem, os seus filhos e netos estarão e vão sofrer com estas ações. Querem energia verde, energia renovável? Então ajudem os portugueses a colocar painéis nas suas casas, nos escritórios, hotéis, igrejas e tudo o mais, antes de virem destruir o que é de todos e que não voltará.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122950	Discordância	Não concordo com este tipo de zona, na envolvência da Serra da Estrela. Em Portugal temos zonas áridas mais adequadas. Não posso concordar com o abate de arvores e transformação/ecossistemas tão importantes como há nesta região. Tentam chamar as pessoas para povoar o interior, como é o meu caso (desde Lisboa) e investir nesta zona, para depois defraudar as pessoas desta forma. Não está correto.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122949	Discordância	Vítor Manuel da Silva, CC 04888558, NIF 120689021, vem, no âmbito da discussão pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), apresentar a presente pronúncia desfavorável, requerendo a não aprovação da proposta na sua versão atual, por entender que a mesma padece de vícios graves suscetíveis de comprometer a sua validade jurídica, designadamente vício procedimental, insuficiência instrutória, défice de fundamentação, erro nos pressupostos de facto e de direito, violação do princípio da precaução e risco de invalidade administrativa. A presente posição não constitui oposição à transição energética nem às energias renováveis. Pelo contrário: entendo que a transição energética é indispensável, mas só será legítima se for ambientalmente responsável, territorialmente justa, juridicamente segura e democraticamente participada. A Diretiva RED III promove zonas de aceleração, mas exige que estas correspondam a áreas particularmente adequadas, previamente avaliadas, onde seja expectável que os projetos não produzam impactes ambientais significativos. Essa condição não se presume: tem de ser demonstrada. Assim, requer-se: 1. A não aprovação do PSZAER na sua versão atual. 2. A reformulação integral da delimitação das ZAER. 3. A repetição ou revisão substancial da AAE, com avaliação robusta de impactes cumulativos, capacidade de carga, conectividade ecológica, recursos hídricos, solos e paisagem. 4. A exclusão preventiva de áreas com incerteza relevante ou sensibilidade ecológica, agrícola, hídrica, patrimonial ou paisagística. 5. A consagração de prioridade vinculativa a áreas artificializadas, autoconsumo, comunidades de energia, reequipamento, sobre-equipamento e hibridização. 6. A fixação de limites territoriais objetivos à concentração de projetos. 7. A criação de mecanismos obrigatórios de justiça ambiental, compensação territorial e benefícios locais mensuráveis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122948	Discordância	A denominada “transição verde” perde legitimidade quando implica a destruição de florestas, habitats naturais e biodiversidade para a instalação de grandes infraestruturas energéticas. A proposta do PSZAER não pode transformar a transição energética num processo de substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais. A aceleração da implantação de energias renováveis deve privilegiar áreas já antropizadas, industriais, degradadas, artificializadas ou de reduzido valor ecológico, evitando a ocupação de florestas, habitats naturais e áreas com elevado valor para a biodiversidade e para os serviços dos ecossistemas. A descarbonização não pode ser alcançada à custa da degradação do património natural, da fragmentação de habitats e da perda de biodiversidade, sob pena de comprometer simultaneamente os objetivos climáticos e os objetivos de conservação da natureza. Os ecossistemas naturais são um dos principais aliados no combate às alterações climáticas, através do sequestro de carbono, da regulação do ciclo da água, da proteção dos solos e da manutenção da resiliência dos territórios, pelo que a sua destruição em nome da produção de energia renovável constitui uma contradição com os próprios objetivos da transição ecológica. Esta é uma opinião de stollingflower com a qual estou completamente de acordo. Sim à floresta, aos habitats naturais e à biodiversidade, NÂO à instalação no território nacional de instalações de grandes estruturas energéticas!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122947	Discordância	Possível impacto negativo do ponto de vista da biodiversidade, ecológico e sócio económico nos territórios onde serão implementados estes projectos, sem que seja sequer obtido um parecer de impacto ambiental. A transição energética é necessária mas não pode ser feita a qualquer custo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122946	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122945	Discordância	sou contra a destruição das florestas e do habitat natural das espécies animais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122944	Discordância	É inadmissível perdermos floresta e zonas agricolas para colocar mais painéis solares tendo Portugal tantos telhados desocupados! Deveria ser obrigatório por lei, apoiado pelo governo, a colocação de painéis em todos os prédios e moradias com menos de X anos. Os milhões em desconto de impostos a estas grandes empresas poderia servir para apoiar os cidadãos e fomentar o emprego local!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122943	Discordância	Analise ao documeto - Municipio de Pombal	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122942	Discordância	Em defesa do ambiente e da biodiversidade, das nossas paisagens.... Existem com certeza outras formas de produzir energia e promovermos a auto sustentabilidade sem termos de recorrer à "extinção" da natureza. Os meios não podem justificar os fins quando o preço é demasiado alto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122941	Discordância	Após análise do programa noto que não irá haver necessidade de avaliação dos projetos a implementar por parte da APA e tendo em conta que ao ser definido terrenos para implementação de projetos de energia renovável sem proteção da flora e fauna existentes nesses locais é um retrocesso no processo de descarbonização. É crucial haver mais projetos de energia renovável mas nunca em troca da destruição e abate de arvores. Isto vai levar a um aproveitamento e desrespeito pela pouca natureza que ainda temos em Portugal, tendo só em vista os lucros e não o real impacto num panorama geral de equilibro entre natureza e implementação de renováveis. Pelos motivos acima referidos, discordo com o projeto PSZAER, a Agência Portuguesa do Ambiente tem de dar o ser parecer positivo para que qualquer projeto com impactos desta magnitude seja desenvolvido.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122940	Discordância	Considero que este programa é um atentado aos valores locais ,à biodiversidade e à sobrevivência de uma percentagem significativa de Portugal Continental.Claramente o que está em jogo são interesses económicos obscuros.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122939	Discordância	Não concordo com o programa da forma como está. Moro num concelho muito quente e onde já se perderam muitas árvores e biodiversidade e que vai ser parcialmente destruido com um grande equipamento, o novo aeroporto. Considero importante a transição para energias renováveis mas com pés e cabeça e este programa nem um mapa detalhado tem para que se consiga perceber que zonas especificas vão ser afectadas, nem impacto detalhado como efeitos de segunda ordem ou efeitos perversos, como por exemplo calor acumulado. Há várias entidades cientificas e outras de participação dos habitantes locais, que conhecem bem a realidade local a local que têm de ser ouvidas e integradas neste programa. Revejam o programa, melhorem e voltem a apresentar. Assim leva nota negativa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122938	Discordância	Discordo que seja possível implementar qualquer tipo de projeto num determinado terreno/território sem que existam previamente análises, avaliações de impacto, e todos restantes procedimento que já atualmente são exigidos em conformidade com a lei e muito menos que não seja possível a população se opor defendendo assim os seus interesses.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122937	Discordância	Discordo por completo da ocupação selvagem do território	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122936	Discordância	Exmos. Senhores Responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, venho, por este meio, apresentar impugnação administrativa da proposta submetida a consulta pública, pelos seguintes fundamentos: - Considero que a delimitação proposta para as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (ZAER), abrangendo cerca de 7% do território nacional, representa uma transformação territorial de enorme dimensão, cujos impactes cumulativos sobre as populações, a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos, a paisagem e as atividades económicas locais não se encontram devidamente avaliados nem fundamentados. - Considero igualmente que a consulta pública decorre sem que estejam disponibilizados todos os elementos técnicos indispensáveis à sua compreensão, designadamente cartografia de detalhe que permita aos cidadãos identificar, com rigor, as áreas abrangidas. Esta omissão limita significativamente o exercício do direito de participação pública e compromete a transparência do procedimento. - Verifico ainda que a documentação disponibilizada contém erros factuais que colocam em causa a sua credibilidade. Como exemplo, no Quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Especializada surgem situações, como nos concelhos de Vizela e Valongo, em que a área identificada para ZAER excede a própria área territorial do concelho, revelando inconsistências que deveriam ter sido corrigidas antes da abertura da consulta pública.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122935	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadãos do concelho de Castelo Branco, é com grande preocupação que vejo a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis para as zonas onde , apresentados como a o principal caminho e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Em primeiro lugar, as metas estabelecidas para produção de energia Solar fotovoltaica para 2030, deviam estar no mínimo invertidas quanto ao tipo de produção, Centralizada verso Descentralizada, em que a preponderância devia ser pela produção Descentralizada em zonas já artificializadas, quando os objetivos propostos são menos que duplicar a produção Descentralizada passando dos atuais 3,2 GW instalados para 5,2 GW em 2030 sendo esta forma de produção apenas 26% menor que a produção Centralizada que tem atualmente 3,8 GW instalados, passando para 15,1 GW, ou seja quase quadruplicar a área esta produção, segundo os Objetivos para 2030. A área de renováveis descentralizada e apesar de reduzidos apoios e incentivos, é atualmente apenas, cerca de 20% menor que a produção centralizada, tendo no entanto um impacto negativo muito reduzido, quer: visual, na paisagem, na sociedade, na economia e na ecologia, na agricultura e nas florestas, pois são maioritariamente instaladas em zonas já artificializadas, seria pois expectável que a maior aposta do governo, contrariamente aos grandes parques de produção fotovoltaica, com grande ocupação de solos, com todas as consequências negativas que dai advêm. Pelo que seria de esperar que fosse na produção descentralizada de energias renováveis a principal aposta do PSZAER, que pelo seu caráter de reduzidas dimensão e maioritariamente instaladas em zonas já artificializadas, permitem manter os solos livres para outras atividades. Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122934	Discordância	- 1 - Participação na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica. 2. Uma área muitíssimo superior à necessária O PNEC 2030 estabelece como meta para a energia solar uma capacidade de 20,8 GW, cuja implementação exigiria cerca de 20.000 hectares. O mapa de ZAER agora proposto disponibiliza porém, cerca de 357.347 hectares para solar e mais 85.321 hectares para eólico — a componente solar representa, por si só, cerca de dezoito vezes a área efetivamente necessária. - 2 - Mais grave: cerca de 68% da área identificada é território florestado, e quase 35.000 hectares são solo agrícola, com sérias consequências para a soberania alimentar nacional. No total, entrega-se mais de 7% do território nacional a projetos energéticos — uma desproporção que nenhuma urgência energética real justifica, como aliás é demonstrado no parecer técnico independente elaborado pelo Eng.º eletrotécnico	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122933	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao PSZAER. Embora reconheça a importância da transição energética, considero que o programa não garante a proteção adequada da biodiversidade, da paisagem e dos interesses das populações locais. A instalação de energias renováveis deve privilegiar áreas já artificializadas, evitando a ocupação de solos agrícolas, florestais e naturais de elevado valor. Solicito que o programa seja revisto, assegurando uma avaliação ambiental rigorosa, maior transparência e uma participação pública efetiva. A transição energética é um objetivo que importa prosseguir, mas deve ser feita de forma responsável, equilibrada e sustentável, garantindo que a produção de energia renovável não compromete o património natural, a biodiversidade e o bem-estar das gerações presentes e futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122932	Discordância	Na sequência do alerta transmitido pela circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses de 16/06/2026, com o n.º CIR-00064-2026_GAOP, relativo à abertura do período em Discussão Pública, através da presente informação apresentem-se os contributos da Divisão de Planeamento do Município de Valongo relativos à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis. Analisados os elementos da proposta do PSZAER, temos a referir, o seguinte: 1. No caso concreto do município de Valongo existem sobreposições das áreas poligonais com superfícies maiores que 100 ha para projetos solar PV propostas, constante na informação vetorial fornecida para consulta com áreas do solo urbano e com Espaços Florestais de Conservação, cujos usos admitidos não se compatibilizam com a instalação de infraestruturas deste tipo para produção centralizada, pelo que devem der corrigidas; 2. Os buffers a aplicar para a exclusão de áreas poligonais com superfícies maiores que 100 ha para projetos solar PV, “de 200m para solar PV e 1km para eólica”, referidos na página 20 da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, devem ser aplicadas aos limites das categorias solo urbano e do solo rústico com os quais sejam incompatíveis, e não apenas a “habitações”, como é referido. 3. Considera-se que o PSZAER deve salvaguardar, expressamente, que compete aos municípios a definição das normas territoriais nos planos municipais de ordenamento do território, enquanto instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122931	Discordância	O PSZAER propõe a designação de uma área muito extensa do interior do país como Zona de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), abrangendo um número de hectares muito superior às necessidades energéticas nacionais. Muitas destas áreas possuem elevado valor ambiental, agrícola e paisagístico, e a sua classificação poderá reduzir as salvaguardas atualmente asseguradas pela Avaliação de Impacte Ambiental. Quem vive no interior conhece bem as consequências que este modelo pode ter: artificialização do território, degradação da paisagem, perda de biodiversidade e comunidades locais afastadas dos processos de decisão. Por isso, solicito que o programa seja revisto, garantindo que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental nem de processos efetivos de informação, participação e discussão pública com as comunidades afetadas, independentemente de se localizar ou não numa ZAER. Defendo ainda que a prioridade para a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável seja dada a áreas já artificializadas, como zonas industriais, parques de estacionamento, margens de vias de comunicação, edifícios e coberturas, evitando a ocupação desnecessária de solos agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico. O interior de Portugal não pode continuar a ser encarado como um território de sacrifício. A transição energética deve ser compatível com a proteção do património natural, da paisagem, da agricultura e dos direitos das populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122930	Discordância	Segue em anexo a minha participação	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122929	Discordância	Eu, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, residente em S. Salvador, Ílhavo, distrito de Aveiro, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122928	Discordância	Isto é um atentado ao território português e a toda a nossa natureza. Sem ela não há oxigénio, sem ela não existe vida na terra. Chega de abate de arvores em nome da energia verde. Não há ENERGIA VERDE se for à custa da nossa biodiversidade e paisagem natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122927	Discordância	Não estou de acordo com este projecto se implica desflorestação e destruição de habitat e biodiversidade. O objetivo de energias renováveis e sustentabilidade é o de proteger a natureza e não destruí-la.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras.	Obrigada pela sua participação.
122926	Reclamação	Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização;	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122925	Geral	O que propõem é destruir o Planeta para salvar o clima? Ou simplesmente que abdiquemos do que é sustentável pelo que é insustentável? Este projecto é criminoso porque ecocida e porque atenta contra actividades e populações elas sim ecológicamente sustentáveis. O país e a Beira Baixa estão debaixo do maior ataque de que há memória. O governo decidiu criar um mapa de zonas de norte a sul do território continental onde se facilita o processo de instalação de unidades de produção de energia renovável. Este plano é um passaporte para a indústria da mal designada energia verde, ocupar 7% do território nacional. Este projecto. é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afectados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados .Isto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122924	Discordância	Exmos. Senhores Responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, venho, por este meio, apresentar impugnação administrativa da proposta submetida a consulta pública, pelos seguintes fundamentos: - Considero que a delimitação proposta para as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (ZAER), abrangendo cerca de 7% do território nacional, representa uma transformação territorial de enorme dimensão, cujos impactes cumulativos sobre as populações, a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos, a paisagem e as atividades económicas locais não se encontram devidamente avaliados nem fundamentados. - Considero igualmente que a consulta pública decorre sem que estejam disponibilizados todos os elementos técnicos indispensáveis à sua compreensão, designadamente cartografia de detalhe que permita aos cidadãos identificar, com rigor, as áreas abrangidas. Esta omissão limita significativamente o exercício do direito de participação pública e compromete a transparência do procedimento. - Verifico ainda que a documentação disponibilizada contém erros factuais que colocam em causa a sua credibilidade. Como exemplo, no Quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Especializada surgem situações, como nos concelhos de Vizela e Valongo, em que a área identificada para ZAER excede a própria área territorial do concelho, revelando inconsistências que deveriam ter sido corrigidas antes da abertura da consulta pública.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122923	Discordância	Não concordo com este tipo de zona, na envolvência da Serra da Estrela. Em Portugal temos zonas áridas mais adequadas. Não posso concordar com o abate de arvores e transformação/ecossistemas tão importantes como há nesta região. Tentam chamar as pessoas para povoar o interior, como é o meu caso (desde Lisboa) e investir nesta zona, para depois defraudar as pessoas desta forma. Não está correto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122922	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122921	Discordância	Nao concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122920	Discordância	Sou contra a destruição do nosso património natural e histórico em prol duma suposta agenda verde que não é senão mais um interesse económico. Destruir o património natural não é 'verde'	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122919	Discordância	Não concordo com este projecto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122918	Discordância	Discordo da forma de implementação e da fraca informação dada à população em geral sem debate público que chegue a todos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122917	Discordância	A corresponsabilidade face ao futuro ambiental das próximas gerações tem de se pautar também pela manutenção de zonas (ainda!) preservadas da natureza, nossa "casa viva", não fazendo sentido destruir imensos hectares visando a implementação de energias renováveis, essas que podem ser implementadas em zonas já transformadas pelo Homem nomeadamente nos telhados das cidades.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122916	Concordância	Não concordo com a implantação de energias renováveis com destruição da natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122915	Discordância	Por um país realmente verde	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122913	Discordância	Desacordo Total. Não concordo com este incentivo. Em nada beneficia os Portugueses é um saque ao património privado de cada um. Impacto ambiental não aprovado.	Obrigada pela sua participação.
122912	Discordância	Eu Pedro Miguel Guimarães Cardia Lopes, residente no concelho do Porto, distrito do Porto, freguesia de Paranhos, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes. As decisões importantes sobre o território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem ter em conta a voz das comunidades e das pessoas que serão directamente afectadas. 2. Falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território. Não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. Risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. Turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122911	Discordância	Venho manifestar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER), na sua atual configuração. Defendo plenamente a transição energética e o aumento da produção de energia renovável. Contudo, essa transição não pode ser alcançada sacrificando a floresta, os solos agrícolas, os ecossistemas naturais e a biodiversidade. Portugal dispõe de milhares de hectares de superfícies já artificializadas que devem constituir a prioridade absoluta para a instalação de painéis solares: telhados de habitações, edifícios públicos, escolas, hospitais, universidades, fábricas, armazéns, centros comerciais, parques industriais e parques de estacionamento. A produção descentralizada de energia reduz perdas na rede, promove o autoconsumo e evita a ocupação desnecessária de território natural. Considero que, antes de autorizar a ocupação de qualquer hectare de floresta ou solo agrícola, o Estado deve demonstrar, através de um levantamento nacional transparente e público, que o potencial de instalação de painéis solares em telhados, coberturas de edifícios, zonas industriais, infraestruturas públicas e parques de estacionamento foi devidamente avaliado e aproveitado ou que, comprovadamente, é insuficiente para atingir os objetivos nacionais de produção de energia renovável. Sem essa demonstração, não existe fundamento para converter solos naturais em grandes centrais solares e eólicas. É profundamente preocupante que se continue a considerar aceitável converter áreas naturais, florestais ou agrícolas em grandes parques solares e eólicos. Os solos são um recurso finito e desempenham funções essenciais: produzem alimentos, armazenam carbono, regulam o ciclo da água, reduzem a erosão e sustentam uma enorme diversidade de espécies. Portugal possui um património natural único que deve ser protegido. Áreas protegidas, da rede natura e inúmeras outras paisagens rurais representam valores ecológicos, paisagísticos e culturais que não podem ser colocados em risco por um modelo de produção energética baseado na ocupação extensiva do território. Mesmo fora das áreas protegidas existem florestas, montados, lameiros, bosques ribeirinhos e mosaicos agrícolas com elevado valor ecológico que asseguram serviços essenciais à sociedade, desde a conservação da biodiversidade até à retenção de carbono e à proteção dos recursos hídricos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA TAMBÉM PASSA PELA DEFESA DO INTERIOR DE PORTUGAL	
122910	Discordância	A Juventude Socialista da Sertã acredita que a luta contra as alterações climáticas exige uma aposta firme nas energias renováveis. Portugal deve continuar a liderar a transição energética, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis e investindo num modelo de desenvolvimento mais sustentável. No entanto, a sustentabilidade não se mede apenas pela energia produzida. Mede-se também pela forma como protegemos os territórios, valorizamos as comunidades e preservamos os recursos naturais. A transição energética só será verdadeiramente justa se respeitar o princípio da coesão territorial, respeitando as suas gentes. O Interior não pode continuar a ser tratado como o plano B para o desenvolvimento do país. Durante décadas perdeu população, serviços públicos, investimento e oportunidades. Continua a enfrentar limitações ao nível das infraestruturas, das acessibilidades e da capacidade de atrair empresas e fixar jovens. Agora não pode voltar a suportar um custo desproporcional da transição energética, através da ocupação de áreas florestais e agrícolas, quando especialistas em energia e ordenamento do território apontam alternativas mais sustentáveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122909	Discordância	Não vejo um beneficio directo para as populações. O impacto ecológico nas regiões é negativo na fauna e na flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122908	Sugestão	Os painéis solares devem passar a ser obrigatórios em todas as novas construções, sejam para habitação ou comércio e escritórios.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122906	Discordância	Sim	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122905	Discordância	Não concordo com o abate de árvores para a implantação de energia renováveis. Não ao abate de árvores, estás são a nossa principal fonte de energia	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122904	Discordância	Alternativas energéticas sim, mas não à custa da biodiversidade e paisagem natural Portugal não tem capacidade, nem se pode dar ao luxo de reservar 7% da sua natureza e biodiversidade para os interesses do ser humano, quando ainda existe muita casa, muito prédio, muitos edifícios de estado em boas condições para terem um sistema fotovoltaico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122903	Discordância	É importante sim fazer uma transição para energia verde, mas não é à custa da biodiversidade! Mudem mas é o paradigma e a mentalidade para se começar a colocar painéis solares em todos os edifícios que o permitam antes de seguirem para a destruição da biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122902	Discordância	Carece de escrutínio suficiente e claro, durante o desenvolvimento do proposto, por parte da AIA.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122901	Discordância	Exmos. Senhores, Eu, Maria de Fatima da Silva Pedro, com NIF: 181140560, na qualidade de cidadã portuguesa, diretamente interessada na salvaguarda do território, venho por este meio apresentar a minha formal oposição e discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Fundamento esta oposição com base nos seguintes pontos críticos: Redução Crítica da Proteção Ambiental e da Biodiversidade: O plano prevê a facilitação de licenciamentos industriais com menor rigor nos estudos de impacto ambiental, ameaçando ecossistemas sensíveis, linhas de água, zonas húmidas, olivais e áreas de montado. Proximidade Excessiva às Populações e Habitações: As distâncias mínimas propostas entre as habitações e as centrais solares ou eólicas são manifestamente insuficientes, prejudicando gravemente a qualidade de vida, o bem-estar e o valor patrimonial das propriedades locais. Descaracterização e Destruição da Paisagem e Identidade Local: A instalação massiva e desordenada destas infraestruturas desvaloriza o património natural, cultural e o potencial turístico e agrícola da nossa região. Défice de Democracia Local e Ausência de Auscultação Efetiva: A transição energética deve ser descentralizada e respeitar as comunidades. O atual modelo retira autonomia às populações e aos municípios na gestão do seu próprio território. Face ao exposto, solicito que esta participação seja formalmente considerada e integrada no relatório de ponderação da discussão pública, exigindo-se a revisão integral do plano.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122900	Discordância	Após ler sobre este projeto, preocupa-me seriamente o que se pretende implementar, além de me parecer que foi dada muito pouca informação sobre o mesmo. Espero que seja reconsiderado, pois a transição energética é necessária mas apenas quando é feita de forma justa ao ecossistema que vai ocupar. O respeito tem de se manter!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122899	Discordância	Não às centrais Fotovoltaicos!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122897	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122896	Discordância	Manifesto a minha total discodância a este programa e recomenda que seja desenhado um novo programa para a transição energética assente num modelo que não preveja a criação de zonas industrializadas de energia renov´a´vel e esteja em equilíbrio com as práticas sociais e culturais dos territórios. Uma transição energética tem de ser feita através de um modelo justo, que não sacrifique zonas para benefícios de outras. Não é possível fazer uma transição através de uma aceleração, conforme proposto pelo PSZAER, nem sem ter em conta as práticas e vontades das populações e comunidades.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122895	Discordância	É criminoso destruir toda a biodiversidade sobre um falso pretexto para salvar o ambiente, é um verde muito cinzento. Deixem as árvores fazer o trabalho delas de sombra e conversão de CO2 em O2 e instalem os painéis em cidades ou lugares povoados. Já destruiram o planeta o suficiente, não concordam? Depois não venham com tentativas de amedrontar com o aquecimento global. Se o receio é esse, então plantem mais árvores e não o inverso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122894	Discordância	Na minha opinião podia-se meter paineis soláres em edifícios públicos, coberturas de estacionamento. Ficamos mais bem servidos com plantações de carvalhos resistentes aos fogos e voltar a ter guardas florestais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122893	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122892	Discordância	Parecer da Associação Portuguesa de Antropologia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considera-se que o PSZAER, na sua redação atual, não assegura um equilíbrio adequado entre a transição energética, a proteção do ambiente e da paisagem, a proteção de sítios de valor cultural e os direitos das populações. Por estes motivos e com estes fundamentos a APAntropologia emite o seu parecer negativo a este programa e recomenda que seja desenhado um novo programa para a transição energética assente num modelo que não preveja a criação de zonas industrializadas de energia renov´a´vel e esteja em equilíbrio com as práticas sociais e culturais dos territórios. Uma transição energética tem de ser feita através de um modelo justo, que não sacrifique zonas para benefícios de outras. Não é possível fazer uma transição através de uma aceleração, conforme proposto pelo PSZAER, nem sem ter em conta as práticas e vontades das populações e comunidades.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122891	Discordância	A natureza tem o poder de se regenerar por si só. A poluição no mundo é derivada pelos maus comportamentos da população, com consumismo em excesso, sem consciência. No meu ver era preferível investir numa boa educação do respeito ambiental, preservando os bons costumes e hábitos de uma agricultura equilibrada. Que nosso lindo Portugal permaneça num país de referência, mantendo a sua beleza exuberante, ás tradições e bons costumes e exemplos dos nossos antepassados. Que seja um porto seguro e agradável como sempre foi para as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122890	Discordância	Não existem energias verdes a custa de sacrifício da biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122889	Discordância	Já chega de destruição da nossa natureza. Não podemos permitir que aconteça. Como é possível tomar decisões que apenas beneficiam tão poucos em prejuízo de muitos!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122888	Discordância	Discordo na generalizar o terreiro, têm que haver estudos ambientais para todos os projetos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122887	Discordância	Na qualidade de residente no concelho da Sertã, venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta apresentada no âmbito do Plano de Situação das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER), considerando que a sua implementação, tal como atualmente prevista, poderá ter impactos significativos e duradouros no território e na qualidade de vida das populações locais. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, objetivos essenciais para responder aos desafios das alterações climáticas e da sustentabilidade ambiental. No entanto, essa transição deve ser realizada de forma equilibrada, respeitando as características dos territórios, a biodiversidade e o bem-estar das comunidades. O concelho da Sertã distingue-se pela sua forte componente natural, paisagística e florestal. As zonas verdes representam um património ambiental de elevado valor, desempenhando funções essenciais na conservação da biodiversidade, na proteção dos solos, na regulação do clima, na retenção de carbono, na prevenção da erosão e no suporte às atividades agrícolas, florestais e turísticas. São igualmente fundamentais para a saúde física e mental da população, proporcionando espaços de contacto com a natureza, lazer e prática de atividade física. A ocupação extensiva destas áreas por grandes infraestruturas de produção de energia poderá provocar a fragmentação dos ecossistemas, a perda de habitats naturais, a degradação da paisagem e uma alteração profunda da identidade do território. Num concelho do interior, onde o despovoamento constitui já um desafio estrutural, importa preservar os recursos naturais que representam um dos seus principais fatores de atratividade e qualidade de vida. Considero ainda que a seleção das áreas incluídas no PSZAER deveria assentar numa avaliação mais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122886	Discordância	Julgo que ninguém põe em causa a importância da transição energética para fontes de energia limpa. Mas esta não pode ser feita a qualquer custo, provocando impactos ambientais, paisagísticos, culturais, sociais e económicos permanentes e irreversíveis. Como é que um país que tem apostado tanto no turismo, pode achar que a implementação de milhares de hectares, por vezes contínuos, de painéis solares não vai afetar o turismo? As especificidades ambientais e paisagísticas do nosso país têm vindo a sofrer, nos últimos anos, uma enorme descaracterização a uma velocidade alucinante. Veja-se o exemplo do Alentejo, com extensas áreas contínuas de monoculturas de olivais e amendoais intensivos e superintensivos implementados num curto espaço de tempo, aos quais se vão juntar outras grandes áreas de painéis solares. E como pode não ter em consideração a manifestação da sociedade, das populações afetadas. Processos desta dimensão devem obrigatoriamente informar e envolver as comunidades locais. Porque não explorar devidamente o aproveitamento de zonas já artificializadas? Zonas industriais, parques de estacionamento, telhados de habitações, ao longo das infraestruturas viárias. Porque não apoiar mais o autoconsumo? Porquê cerca 7% do território continental, quando se afirma que já não precisamos de tanto? Informem a população se isto é verdade ou não. E não fica por aqui, porque a estes 7% vão ainda juntar-se outros projetos que não estão contemplados nas ZAER mas que podem vir a ser aprovados. E, como os projetos são analisados um a um, esquecemos muitas vezes os impactos cumulativos. Há alternativas. Energia verde não é obrigatoriamente boa energia. E muito menos quando afeta o bem-estar e a qualidade de vida das populações e das gerações futuras. Não quero deixar aos meus filhos e netos um país manchado de negro.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122885	Discordância	As zonas de aceleração da implantação de energias renováveis é um atentado ao Estado de Direito, e ao respeito das regulações e condicionantes atuais ao uso do solo. Estas "zonas de aceleração" são uma forma de centralizar os futuros meios de produção de energia do país, em vez de se apostar na adoção descentralizada por habitantes e empresários em coberturas existentes, e constituindo as Comunidades de Energias Renováveis. Este Programa é ainda mais descabido em termos da geopolítica atual, ao pretender concentrar os meios de produção em equipamentos cujo fabrico depende +90% de um só pais (China) e com um tempo de vida útil curto (20-25 anos), pelo que não podemos arriscar a colocar toda a nossa soberania energética fora das nossas mãos. Por tudo isto, e pelo atentado ambiental que se pretende fazer e facilitar no Interior de Portugal, apresento a minha total discordância com este Programa Setorial. Voltem a submeter EIAs e AIAs.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122884	Discordância	Este projeto preocupa-me e nao encontrei informação nem esclarecimentos sobre o mesmo. Não deveria avançar sem uma divulgação junto das populações e do país. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122882	Discordância	Exmos Senhores e Senhoras, Vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue em anexo um documento com argumentos para a minha rejeição deste plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122879	Discordância	Discordância total..	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122878	Discordância	Manifesto a minha oposição ao PSZAER. A transição energética não deve ser feita à custa da destruição da floresta e de solos agrícolas para instalar grandes centrais fotovoltaicas. Antes de ocupar áreas naturais, devem ser privilegiadas soluções como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, zonas industriais e outras áreas já urbanizadas. A floresta deve ser protegida e preservada, não sacrificada.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122877	Discordância	O PSZAER parte do pressuposto de que a aceleração dos procedimentos administrativos constitui o principal obstáculo à expansão das energias renováveis. Contudo, ao privilegiar a rapidez na afetação territorial, corre o risco de reduzir a ponderação de outros interesses públicos igualmente protegidos pela Constituição e pela legislação nacional, como a salvaguarda do solo agrícola, da biodiversidade, da paisagem e da coesão territorial. A transição energética não deve ser alcançada através da substituição de um interesse público por outro, mas sim através da sua compatibilização. Esta ideia desenvolve-se nestes eixos: -Solo agrícola como recurso estratégico. O solo fértil é um recurso não renovável à escala humana. A sua ocupação permanente por infraestruturas energéticas pode comprometer a segurança alimentar futura, sobretudo num contexto de alterações climáticas. -Paisagem como bem coletivo. A paisagem não é apenas um valor estético; é um ativo económico (turismo), cultural e identitário. A sua transformação em larga escala pode representar uma perda irreversível que dificilmente é refletida em análises económicas de curto prazo. -Avaliação baseada em exclusões. Uma metodologia que se limita a excluir áreas legalmente protegidas pode deixar de considerar valores territoriais que não dispõem de proteção formal, mas que são relevantes do ponto de vista ecológico, agrícola ou paisagístico. -Efeitos cumulativos. Vários projetos individualmente aceitáveis podem, em conjunto, produzir uma transformação profunda do território. Uma avaliação por projeto nem sempre capta esse efeito agregado. -Irreversibilidade das decisões. A tecnologia energética evolui rapidamente, mas a perda de solos agrícolas de elevada aptidão ou a alteração de paisagens culturais pode ter efeitos de muito longa duração.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122876	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122875	Discordância	Na qualidade de munícipe residente no concelho de Oleiros, manifesto discordância e solicito a revisão do PSZAER, por entender que, tal como está desenhado, o programa privilegia a rapidez e a escala de implantação de grandes projetos renováveis em detrimento da proteção da natureza, da coesão territorial e da participação pública efetiva. Embora a aceleração das energias renováveis seja necessária, essa aceleração não pode ser feita à custa dos territórios de baixa densidade, nem à revelia das populações que aí vivem e trabalham, levantando dúvidas quanto à compatibilização entre expansão energética, proteção ambiental e respeito pelos instrumentos de gestão territorial. Defende-se que as centrais de maior dimensão sejam prioritariamente localizadas em áreas já artificializadas (corredores viários e ferroviários, zonas industriais, coberturas urbanas, parques de estacionamento), enquanto no mundo rural a energia renovável deve privilegiar soluções de pequena escala, articuladas com pequenas unidades agrícolas, florestais ou agroflorestais, reforçando a sustentabilidade económico-financeira sem descaracterizar a paisagem. Solicita-se que o PSZAER integre salvaguardas obrigatórias como participação	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122873	Discordância	Exmo(a) Senhor(a) Coordenador(a) da EMER 2030, Manifestamos a nossa discordância relativamente à proposta apresentada no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A principal razão da nossa discordância prende-se com a manifesta insuficiência da informação disponibilizada aos cidadãos. A documentação apresentada não permite compreender, de forma clara e rigorosa, o alcance das propostas, os critérios que presidiram à delimitação das áreas, nem as consequências concretas que estas poderão ter sobre o território, as populações, a biodiversidade, a paisagem, a agricultura, o património cultural e os recursos naturais. A participação pública só pode ser efetiva quando os cidadãos dispõem de informação completa, acessível, fundamentada e transparente. Neste caso, consideramos que essa condição não está plenamente assegurada. Na prática, os cidadãos são chamados a pronunciar-se sobre uma proposta sem conhecer, com o necessário detalhe, quais os projetos que poderão vir a ser desenvolvidos, a dimensão das intervenções, os impactos cumulativos previsíveis, as infraestruturas associadas, as medidas de mitigação previstas ou as alternativas consideradas. Uma consulta pública deve promover uma participação informada e não apenas cumprir uma formalidade administrativa. Sem informação suficiente, torna-se difícil exercer, de forma consciente e responsável, o direito de participação consagrado na legislação nacional e europeia. Consideramos, por isso, que a proposta deveria ser acompanhada de informação técnica mais detalhada, cartografia de maior precisão, fundamentação dos critérios utilizados, avaliação dos impactos cumulativos e uma explicação clara das implicações práticas da classificação das áreas propostas. Tendo em conta de que, a grande maioria, das populações visadas nem sequer têm acesso à Internet e email. Só com um processo transparente e devidamente fundamentado será possível assegurar a confiança dos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122872	Discordância	Sou completamente contra a implementação desse sistema	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122871	Discordância	Parece-me intolerável e de uma violência enorme o programa e o impacto negativo que causa no território, na paisagem e na vida das pessoas. A transição energética deve desenvolver-se junto dos locais já infra-estruturados, fora de locais sensíveis como solos agrícolas, linhas de água ou áreas com valores naturais importantes. Em caso algum podem dispensar estudos de impacto ambiental, este é também mais um passo no sentido da desregulação, vale tudo, desde que seja para dar dinheiro a alguns em prejuízo de todos. Se eu comprar uma casa, com a premissa de viver num sítio aprazível e tranquilo, estou sujeito a que me implantem um parque eólico próximo e a não conseguir descansar com o ruído contínuo das turbinas? Que fraude é esta? É um esbulho! Onde estão os nossos direitos a viver num ambiente preservado? Devemos também, sociedade, beneficiar com a instalação destes projetos: devem apoiar o bom funcionamento geral do país, as populações locais têm que ter um benefício directo e quantificável monetariamente, e não sofrerem com uma actividade predatória das suas vidas e dos recursos naturais do lugar em que vivem.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122870	Discordância	Elevado impacto ao nível ecológico. Implicância severa sobre a fauna e flora. Área muito superior a área necessária para cumprir os objetivos impostos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122869	Discordância	A consulta deve ser de caráter mais fino em termos geográficos a não a todo o território nacional e nesta grandeza de hectares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122868	Discordância	A destruição da vegetação, destrói o meio ambiente - aumenta a temperatura e retira oxigénio	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122867	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122866	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122865	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta de delimitação de zonas para a instalação de grandes centrais de energias renováveis em áreas florestais, naturais e de elevado valor paisagístico. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que estes objetivos não devem ser alcançados à custa da degradação de ecossistemas naturais, da fragmentação de habitats, da perda de biodiversidade, da descaracterização da paisagem e da diminuição da qualidade de vida das populações rurais. Na minha opinião, deve ser dada prioridade à instalação de painéis fotovoltaicos em áreas previamente edificadas , coberturas de edifícios industriais, comerciais, agrícolas e públicos, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas existentes e outros espaços já ocupados pela atividade humana. Esta abordagem reduz significativamente os impactos ambientais e evita a ocupação desnecessária de solo florestal e agrícola. A instalação de megaparques em território natural levanta ainda preocupações relacionadas com a impermeabilização e alteração dos solos, a destruição de habitats, o aumento da vulnerabilidade aos incêndios, os impactos cumulativos sobre a fauna e a flora e a perda dos serviços dos ecossistemas que estas áreas prestam à sociedade. Considero igualmente inaceitável que as comunidades locais suportem os impactos ambientais, paisagísticos e sociais destes projetos sem beneficiarem de contrapartidas claras e proporcionais. As populações afetadas deveriam beneficiar diretamente através de mecanismos como a redução dos custos da eletricidade, fundos destinados ao desenvolvimento local, investimento em infraestruturas, apoio à conservação da natureza e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122864	Discordância	Boa tarde Todos os projetos implicam um patecer consciente de várias entidades e o mesmo deve ser feito de forma consciente medindo os prós e os contras! A área que será ocupada na Graça do Divor-Évora tem efeitos nefastos na paisagem! Afeta os ecossistemas e todo o mundo rural na sua mais forte essência! O Alentejo tem características únicas que todos nós devem preservar para se puder usufruir com o máximo esplendor! Uma mancha de paíneis daquela dimensão não faz sentido! E a fazer deverão estar repartidos e há zonas mais indicadas, sem terem um impacto visual negativo !	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122862	Discordância	Destruir a floresta e a biodiversidade para "colocar" energias verdes não é solução.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122861	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122860	Discordância	Concordo com a necessidade de acelerar a transição energética e de reforçar a produção de energia a partir de fontes renováveis. As alterações climáticas constituem um desafio muito sério e Portugal deve contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para a diminuição da dependência de combustíveis fósseis. No entanto, considero que esta transição não pode ser realizada à custa do ambiente, das populações e do património natural e cultural do país. A urgência da ação climática não deve justificar a degradação dos solos, da água, da qualidade do ar, das florestas, da biodiversidade ou das paisagens que constituem uma riqueza coletiva e um legado para as gerações futuras. Os próprios estudos associados ao PSZAER identificam riscos para os habitats, espécies, paisagem e usos do solo, que devem ser cuidadosamente considerados. Manifesto também preocupação com a possibilidade de concentração de grandes infraestruturas energéticas em territórios rurais e do interior, frequentemente menos povoados mas ambiental e culturalmente muito valiosos. As populações destes territórios não devem suportar de forma desproporcionada os impactos da transição energética em benefício dos principais centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os direitos das comunidades locais, a sua qualidade de vida e as atividades económicas já existentes. Considero igualmente importante valorizar alternativas que reduzam a necessidade de ocupar extensas áreas de território com projetos de grande dimensão. Em particular, deveria ser dada prioridade ao autoconsumo, às comunidades de energia, à instalação de painéis solares em edifícios públicos e privados, parques industriais, estacionamentos, zonas comerciais, áreas degradadas ou infraestruturas já existentes. O próprio relatório dedicado à energia reconhece a relevância da geração descentralizada e das comunidades energéticas como parte da resposta aos desafios energéticos atuais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122859	Discordância	Colocará em causa todo o ecossistema.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122855	Discordância	Exmos. Senhores, Apoio, sem reservas, a transição energética e a implementação de esforços no sentido de tornar a nossa vivência, mais consciente, sustentável e equilibrada. De resto, parece-me desproporcional e inconsequente a proposta apresentada, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Nessa medida, oponho-me veemente à proposta apresentada.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
122854	Discordância	Tenho casa no concelho de Penamacor e discordo da forma intensiva de exploração/produção energética sem atender à riqueza paisagística, à biodiversidade, à forma de vida das comunidades locais, aos recursos hídricos, ao crescente turismo, e especialmente, às mudanças climáticas. Sacrificar 7% de território rural nacional é um crime, um ecocídio.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Obrigada pela sua participação.
122853	Discordância	Não há energias verdes se forem feitas à custa da destruição das nossas florestas, da nossa biodiversidade, da paisagem natural do nosso país!!!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
122851	Discordância	Obrigada respeitar a terra	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122850	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
122848	Discordância	discordo	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
122847	Discordância	Mais do mesmo Usem os telhados dos prédios e os parques de estacionamento para os painéis, e plantem mais árvores.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122844	Discordância	Este projeto vai arruinar a beleza da região da Beira Baixa. Os turistas vêm aqui pela tranquilidade e pela beleza, que deixarão de existir. É uma região especial, com tanta vida selvagem e agricultura, que será toda destruída. A região da Beira Baixa tornar-se-á uma região fantasma e deserta. As comunidades, que já são pobres, verão mais recursos a serem-lhes retirados. Isto não deve acontecer.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122843	Discordância	Acho prejudicial por questões sócio económicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país em geral.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122842	Discordância	As preocupações ambientais são demasiado grandes e justificáveis para serem ignoradas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122841	Discordância	Este projeto preocupa-me. Não sou a favor que avance.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122840	Sugestão	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122838	Discordância	Acho uma irresponsabilidade surreal. O verde está a dar lugar ao negro dos painéis solares Apoiem sim a colocação de fotovoltaicos nas habitações das pessoas. Isso sim é ser consistente na sustentabilidade. Há muitos telhados vazios e as nossas matas fazem- nos falta!!!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública.	Obrigada pela sua participação.
122837	Discordância	Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122836	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122835	Discordância	Não concordo com. O desenvolvimento deste projeto Manifesto a minha posição desfavorável ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em particular pela forte incidência prevista sobre o território da Beira Baixa e outras regiões de elevado valor ambiental, paisagístico e cultural.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122834	Discordância	A transição energética é essencial e urgente, mas não deve ser feita à custa da degradação de ecossistemas, da fragmentação de habitats, da perda de biodiversidade e da descaracterização de territórios que constituem um património natural de importância inestimável. A proteção destes espaços é fundamental não só para as comunidades locais, que deles dependem e com eles mantêm uma ligação histórica, social e económica, mas também para a conservação da natureza e para o equilíbrio ambiental de que todos dependemos. Existem alternativas já amplamente testadas e tecnicamente viáveis para expandir a produção de energia solar sem ocupar áreas naturais sensíveis. A instalação de painéis fotovoltaicos em coberturas de edifícios, parques industriais, parques de estacionamento, infraestruturas existentes, áreas degradadas, antigas explorações mineiras, aterros encerrados e outros solos artificializados permite aumentar significativamente a capacidade de produção de energia renovável, reduzindo simultaneamente os impactos sobre os ecossistemas e a paisagem. Uma política energética verdadeiramente sustentável deve privilegiar, em primeiro lugar, a utilização de espaços já humanizados e minimizar a ocupação de áreas naturais de elevado valor ecológico. A luta contra as alterações climáticas e a proteção da biodiversidade não são objetivos incompatíveis; pelo contrário, devem caminhar lado a lado. Por estas razões, considero que o PSZAER deve ser revisto, privilegiando soluções que conciliem a descarbonização da economia com a preservação do património natural, garantindo um processo de planeamento transparente, participado e baseado na melhor evidência científica disponível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122833	Discordância	Tópico para fazerem a vossa participação: Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a:	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122832	Geral	Concordo com a iniciativa desde que respeite o habitat natural, não tirando lugar a espécies de plantas e de animais. Sugiro o aproveitamento de infraestruturas já existentes como telhados, parques de estacionamento, fachadas, etc. Obrigada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122831	Discordância	Não à destruição do património ambiental e paisagístico de Portugal. Não à destruição da natureza pelo lobby das energias "verdes" . Argumentos falaciosos para encher os mega ricos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122830	Discordância	Estou com este tipo de projetos megalómanos que dão cabo do natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122829	Discordância	Estou contra este tipo de projetos megalómanos que dão cabo da natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122828	Discordância	Sou uma grande defensora das energias renováveis- tenho um mestrado em Engenharia da Energia e Ambiente e trabalhei muitos anos nessa área. Mas sou uma defensora do papel da produção energética descentralizada. Não faz sentido replicar a ideia das grandes centrais destruindo natureza e o que este projeto pretende fazer é eliminar a proteção da natureza existente em prol do lucro privado. Renovável ou não renovável, é inadmissível abdicar de um estudo de impacto ambiental de todos estes projetos. Uma vergonha absoluta se isto passar.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122827	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de cidadã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122826	Discordância	Respeitar o ambiente não é destruir um ecossistema por causa de energias verdes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122825	Discordância	Substituir árvores por painéis solares é de longe a solução.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122824	Discordância	Discordo veementemente!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122823	Discordância	É prejudicial tanto por questões socioeconómicas como por razões ecológicas, para as populações que vivem nas zonas circundantes e para o país em geral!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122822	Discordância	Não concordo que o nosso território seja utilizado para a produção de energias renováveis, que provavelmente nem sequer nos beneficiarão diretamente, e muito menos que o poder de decidir nos seja retirado!!! Nós estamos atentos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122821	Discordância	Maria Antónia Pereira dos Santos, moradora em S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém, vem manifestar a sua DISCORDÂNCIA ´às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de 1% do território . Não é explicado por que razão o Estado propõe 7%- maioritariamente solo florestal e agrícola rústico- nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilizaçao de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc,).. 2. O Turismo Rural e o Turismo da Natureza serão grandemente afetados com enormes áreas de painéis solares e parques eólicos com a descaracterização da paisagem, o património natural e cultural. 3. Perdas permanentes que os residentes poderão sofrer na saúde pública, com a agricultura, identidade regional...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122820	Discordância	Não são ouvidas as populações. Não proteção da fauna e da flora. Não estudo de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122819	Discordância	Defendo que esta abordagem deve ser melhor discutida no âmbito da multidisciplinaridade de organizações ambientais e humanitárias com preocupações genuínas, pois os recursos naturais não são infinitos, existindo uma problemática séria em relação à sustentabilidade de gerações futuras e à prosperidade dos ecossistemas, que contribuem para o nosso bem-estar (bem como existem hábitos de consumo energético desmedidos que devem ser reflectidos em comunidade e na sociedade). É imperativa uma melhor integração da nossa espécie com o seu meio natural, de forma a não acelerar ainda mais o impacto das populações humanas nos ciclos da natureza, dos quais dependemos para nos sustentarmos. Esta integração consciente poderá procurar vias alternativas à implementação massiva de "energia verde", que alteram a nossa paisagem de forma aguda e, por consequência, a presença essencial dos seus elementos constituintes.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122818	Discordância	Tiramos os eucaliptos colocamos os painéis ? Sabemos e temos obrigação de fazer melhor ! Pelo futuro dos nossos filhos e netos !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122817	Discordância	Acho prejudicial por questões socio económicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122816	Discordância	Continuação Pedido concreto Solicito que o PSZAER seja revisto de forma a: Fazer incidir a totalidade do mapa ZAER sobre áreas já artificializadas (coberturas, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas de transporte, minas abandonadas, aterros); Determinar um inventário nacional georreferenciado do potencial destas áreas; Reservar solo rústico, agrícola e florestal apenas para quando esgotada a capacidade artificializada e só se essencial ao país — o que a atual desproporção (18x a área necessária) não demonstra; Garantir a real compatibilização com os PDM e demais IGTs, conforme a alínea d) do Despacho n.º 1532-B/2026; Prever mecanismos de incentivos ou de obrigatoriedade faseada para implementação de produção fotovoltaica em parques de estacionamento e coberturas de grandes superfícies, articulando com o projeto de lei já em discussão na Assembleia da República. Faço votos de que estes comentários contribuam para uma revisão profunda deste programa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122815	Discordância	Cumprimentos, Não destruam a natureza com a desculpa de que estão a ajudar a proteger. Em vez disso apostem em energia solar, que pode ser inserida em todo o lado sem prejudicar ou alterar o meio ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122814	Discordância	Eu Phina Kahalon residente em São Iuis/ Odemira, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122813	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122812	Discordância	Não concordo com a criação de PSZAER. A criação destas zonas em grande escala: - vai permitir destruir livremente vastas áreas do território, terraplanar zonas de floresta, destruir árvores autóctones, destruir habitats naturais, diminuir a biodiversidade, afetar as rotas migratórias; - vai retirar a aplicação de instrumentos de AIA individuais e consequentemente o poder a entidades públicas de proteção ambiental, de gestão dos recursos naturais e de ordenamento do território, como a APA e o ICNF; - vai permitir o licenciamento simplificado e a entrada e benefício de grandes grupos económicos, não trazendo benefício económico do consumo energético para as populações locais; - vai alterar ainda mais a paisagem e em grande escala, permitindo terrenos e mais terrenos de painéis fotovoltaicos (já é assustador ver o que está a acontecer ao longo do IC2 entre Rio Maior e Aveiras); - vai subcarregar áreas que já estão subcarregadas com infraestruturas e vai destruir outras que estavam livres de infraestruturas; - vai tirar voz às populações locais, às associações, às juntas de freguesia e às câmaras municipais; - vai forçar a desapropriação de terrenos, mesmo que não seja de forma direta e automática, de pessoas que podem não ter interesse em que os seus terrenos sejam utilizados para esse fim (os terrenos podem não ter aptidão agrícola, ter baixo valor ecológico, mas é legítimo que os proprietários não queiram ceder essas parcelas, algo que é certo que vai acontecer, alegando interesse público).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para
122811	Discordância	A transição energética é importante, as alterações climáticas são uma realidade, mas existirão outros Discordo veemente que sejam implementados novos parques eólicos e solares pelo país I, sem um estudo rigoroso de entidades imparciais e neutras, no que respeita ao impacte ambiental. A transição energética não deve ser feita a todo o custo. Os decisores políticos que pensem bem o que pode afetar a continuidade das gerações vindouras, nomeadamente da sua própria descendência. Já há muito que se diz que a península ibérica se tornará num deserto..	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122810	Discordância	Discordo não haver estudo de impacto ambiental e haver um acelerar e um proliferamento em paisagem portuguesa.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122809	Discordância	É impressionante. A cada dia mais destruição e menos poder aos órgãos de controlo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122808	Discordância	Não a mais devastação da natureza para colocar painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122807	Discordância	Discordo que descaracterizem a nossa paisagem natural porque isto não é uma transição energética sustentável. Destruir o nosso território e o nosso património, em prol de programas como este não é aceitável	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122806	Discordância	Eu, Joana Reis, residente em Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122805	Discordância	Este programa PSZAER apresenta em linhas gerais medidas cujo objetivo é acelerar a implantação de energias renováveis, no entanto, estas medidas são contrárias ao interesse nacional. O país não deve cumprir determinados objetivo a todo o custo. O mapa verde é na verdade um mapa negro, com custos incalculáveis para todo o país, com maior impacto nas zonas rurais e também em zonas naturais e agrícolas. A criação de parques fotovoltaicos deve ter como principal foco a ocupação de áreas urbanas, em coberturas de edifícios industriais, comerciais e de serviços, bem como grandes áreas inutilizadas como estacionamentos e zonas contíguas a vias de comunicação. A neutralidade carbónica é alcançável pela criação de mais zonas arborizadas e pela preservação e criação de parques naturais de grande dimensão.; e não pela destruição da natureza para implantação de parques energéticos. Se a real meta é aumentar a produção de energia pela via fotovoltaica, então que se criem programas de apoio a empresas e particulares para a instalação de sistemas individuais e coletivos. Este programa conforme está apresentado, tem como objetivo fundamental beneficiar grandes grupos económicos e financeiros para obtenção de lucro em prejuízo das populações.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122804	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122803	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Coimbra vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122802	Discordância	Discordo. Se os sete por cento do território fosse colocar os painéis solares nos telhados, estacionamentos, separadores de autoestrada .concordava. Mas, Arrancar arvores, interferir na paisagem não é política verde. Não é ter discernimento sobre o impacto na natureza e nas nossas vidas. Enquanto houver um telhado sem painéis solares, não se ocupa a paisagem com centrais fotovoltaicas. Agradecido Helder	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122801	Discordância	Sou contra à contaminação das nossas terras com todos esses painéis solares, sendo que já todos os estudos exigidos e que nem sempre lhes dão valor, agora imaginem facilitar a vida a esses criminosos e devastadores das nossas florestas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122800	Discordância	Não concordo com a inutilização se imensos campos agrícolas para implementação dos painéis solares. Coloquem-mos em terrenos abandinados, desertificados, bo telhados das fábricas, casas, etc	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122799	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122798	Discordância	Primeiro a natureza!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122795	Discordância	Este não é o caminho correcto. Concordo com a Quercus.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122794	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
122793	Discordância	Não posso concordar com a destruição paisagística e doa ecossistemas que este tipo de projetos massivos com vista ao lucro geram. A natureza importa	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
122792	Discordância	A transição energética não deve ser feita à custa da destruição paisagística da Beira Interior (que é chamariz turístico para a zona), da biodiversidade, da agricultura, da saúde e qualidade de vida de quem aí reside e visita.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
122790	Discordância	Política alheia da realidade, medíocre e a favorecer grandes interesses	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122789	Discordância	Necessidade de plano mais detalhado das zonas específicas de desenvolvimento do projecto	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122788	Discordância	Em Zonas protegidas não pode ser!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122787	Discordância	Na minha opinião, a instalação de painéis solares em zonas rurais e agrícolas deve ser limitada, pois pode reduzir a área disponível para a produção de alimentos. Os terrenos agrícolas são essenciais para garantir a segurança alimentar e preservar a economia local. Além disso, a ocupação destas áreas por grandes centrais solares pode alterar a paisagem e afetar a biodiversidade. Embora a energia solar seja importante para combater as alterações climáticas, é preferível instalar os painéis em telhados, parques industriais ou terrenos já degradados, em vez de ocupar solos férteis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122786	Discordância	Painéis devem ser sim instalados, mas em telhados de casas, fabricas etc ou em estacionamentos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122785	Concordância	Voto favorável Acho que e prejudicial por questões socio economicas e ecologicas para as popula;oes que vivem nestas zonas e para o pais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122784	Discordância	Acredito na importancia das energias renovaveis, mas nao desta forma.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122783	Discordância	Obrigada Discordo totalmente com a substituição da nossa floresta por painéis solares. Isto não ajuda nas alterações climáticas, isto não é progresso é insano.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122782	Discordância	Mais uma vez, pretendem destruir o ambiente em prol da "transição verde". Não aceito. Estamos já a sofrer com o aquecimento do planeta. Falam tanto em reciclagem e proteção ambiental, mas os grandes projetos são sempre colocados à frente do que é aceitável! Precisamos de florestas, árvores e animais que controlem o ecossistema. Não podemos permitir a sua destruição.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122781	Discordância	Não quero o país recheado de painéis fotovoltaicos. Como pai não quero esse futuro para os meus filhos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122780	Discordância	Exmas(os) Senhoras(es), A transição energética é necessária, mas não pode justificar a industrialização acelerada de solo rústico, agrícola e florestal. Descarbonizar não pode significar degradar território vivo. O PSZAER padece de uma desproporção flagrante: ao alocar 357.347 ha para a energia solar face a uma meta de 20,8 GW (estimada em 20.000 ha), o plano projeta uma área 18 vezes superior à necessidade real. Esta hiperinflação de escala carece de fundamentação técnica e jurídica, tornando o plano arbitrário e injustificado. O programa deve respeitar a Diretiva RED III, que privilegia zonas circunscritas, delimitadas e de baixo impacto, nomeadamente áreas já artificializadas. A proposta atual parece inverter essa lógica, colocando pressão sobre solo vivo, floresta, agricultura, água, biodiversidade, paisagem, saúde pública e autonomia municipal. O solo fértil não é espaço vazio. É infraestrutura ecológica. Regula a água, suporta biodiversidade, reduz calor, permite produção alimentar e sustenta comunidades. A sua destruição não é reversível à escala humana. Solicito a revisão profunda do PSZAER para que: 1. Priorize coberturas, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas, aterros, minas abandonadas e brownfields.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação.
122779	Discordância	Não quero o país recheado de painéis fotovoltaicos, como jovem, tenho medo do meu futuro e tenho receio de que isto só o irá piorar	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122778	Discordância	Vergonha. Basta! Vamos defender a nossa Terra, a Natureza que é vida e a nossa e as próximas gerações.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122777	Discordância	Defendamos o nosso território das más políticas.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122776	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Ovar, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122775	Discordância	Em síntese, considero que a proposta do PSZAER, na sua forma atual, é desproporcionada e incompatível com os objetivos de ordenamento sustentável do território e de proteção ambiental que lhe deram origem. O programa prevê a afetação de uma área muito superior à necessária para cumprir as metas energéticas nacionais, incidindo maioritariamente sobre solos agrícolas e florestais, com impactos significativos no ambiente, na gestão da água, na biodiversidade e na atividade agrícola. Defendo que as zonas de aceleração devem privilegiar superfícies já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais e outras áreas impermeabilizadas, reservando a ocupação de solo rústico apenas quando tal se revele estritamente indispensável e devidamente fundamentado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122774	Discordância	Nunca colocar na natureza, porque esta é vida	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122773	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122772	Discordância	Um grave crime contra a Natureza, como é possível isto estar a acontecer com tanto conhecimento, só podem estar a gozar com o planeta, com a Natureza e com todos os seres vivos. Querem destruir tudo. Não vamos deixar isso a acontecer, por favor	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122771	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) para o concelho de Évora. A transição energética é um objetivo essencial, mas não deve ser feita à custa da descaracterização da paisagem, da perda de solos agrícolas produtivos, da biodiversidade, do património natural e cultural ou da qualidade de vida das populações. A aceleração dos processos de implantação de energias renováveis deve assentar num planeamento equilibrado, transparente e participado, garantindo que os interesses ambientais, sociais e económicos são devidamente ponderados. Defendo que a localização destes projetos privilegie áreas já artificializadas ou degradadas, evitando a ocupação desnecessária de territórios com elevado valor ecológico, agrícola ou paisagístico. Uma transição energética verdadeiramente sustentável exige soluções que conciliem a produção de energia limpa com a proteção do território e o respeito pelas comunidades locais. É por isso que considero que a proposta do PSZAER para Évora deve ser revista.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122770	Discordância	Não há energias verdes se forem à custa da destruição da nossa biodiversidade natural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122769	Discordância	O PSZAER, na sua forma atual, não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática.. O mapa tem que ser bem definido, com a participação ativa das comunidades de cada local, as Câmaras Municipais e as Associações de proteção da natureza. A Avaliação de Impacte Ambiental tem que existir para todo e qualquer projeto. Necessitamos garantir o espaço natural e a biodiversidade do nosso país, a nossa maior riqueza. Energias renováveis sim, mas não à custa do meio natural e da qualidade de vida das populações locais. É necessário um enquadramento e análise global.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122768	Discordância	Queremos um planeta verde e não uma falsa energia verde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122767	Discordância	Não quero mega centrais fotovoltaicas! Não quero o nosso país coberto por estas megalomanias!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122766	Discordância	Olá, Não compreendo a insistência num plano de energias renováveis que não protegem em nada o ambiente, destroem o ambiente a todos os níveis e põem em risco a saúde p´ublica. Esses painéis solares em breve serão completamente obsoletos e vão ser só mais um monte de lixo imenso do qual não nos vamos conseguir livrar. Não destruam o ambiente, por favor. Não precisamos de mais energia e não precisamos de empresas a controlar as nossas fontes de energia. A nossa vida e a vida deste planeta não deveriam ser um negócio. Uma visão sustentável das nossas fontes de energia deve promover o consumo consciente, moderado, deve ensinar-nos a obter energia através do uso de materiais simples e amigos do ambiente, de pequenissima dimensão para terem o menor impacto possível e distribuídos de forma descentralizada para servir comunidades. Deve pôr em primeiro lugar a proteção da natureza, da nossa Terra, do ar que respiramos, e das pessoas, da saúde pública. Não deve visar o lucro. Agradeço a atenção, Maria Rosário Nunes BI 7002340	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122765	Reclamação	Sou natural da Covilhã onde vejo nos campos vastas zonas, excessivas zonas de equipamentos que descaracterizam a paisagem e retiram identidade humana, paisagística, cultural com todo o enorme empobrecimento cultural, natural. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122764	Discordância	Na qualidade de cidadã residente no concelho do Fundão, professora universitária e investigadora na área da Ética Ambiental, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem-se alguns argumentos que suportam a rejeição integral deste plano: 1. A transição energética não pode significar sacrifício territorial. Este plano constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, com a inversão da hierarquia de ocupação. 2. O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas. 3. Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais, A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas. 4. O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios classificados como vulneráveis ou muito	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122763	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a), Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis. No entanto, considero que a implementação acelerada de infraestruturas de produção de energia renovável não deve ocorrer em detrimento da proteção ambiental, da preservação da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações locais. Preocupa-me particularmente a possibilidade de serem identificadas áreas prioritárias sem uma avaliação suficientemente detalhada dos impactos cumulativos sobre os ecossistemas, os recursos naturais, o património cultural e as atividades económicas locais, nomeadamente o turismo, a agricultura e outras atividades dependentes da preservação do território. Considero ainda fundamental que as comunidades locais tenham um papel efetivo nos processos de decisão e que sejam garantidos mecanismos de participação pública verdadeiramente transparentes e acessíveis. Assim, solicito que sejam reavaliados os critérios de definição das zonas de aceleração, assegurando uma maior proteção das áreas ambientalmente sensíveis e uma ponderação equilibrada entre os objetivos energéticos e a salvaguarda do património natural e social do país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122762	Reclamação	Apresento a minha reclamação contra o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) no seu formato atual. A transição energética não pode acontecer à custa dos territórios e das populações que neles vivem. Considero que não oferece garantias suficientes da proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática, uma vez que não apresenta limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões, nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos das infraestruturas. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar a participação efetiva da população, e em particular, as diretamente afetadas. Considero que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Desta forma, solicito que o PSZAER seja revisto, com a inclusão dos seguintes elementos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos; – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122761	Discordância	Prezados Senhores, Venho, por meio desta, expressar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), conforme atualmente apresentado para consulta pública. Considero que este programa é profundamente prejudicial ao nosso território, ao patrimônio natural e às populações, devido às enormes consequências da artificialização de áreas tão vastas, com a consequente destruição de solos florestais e agrícolas associados. Solicito que o PSZAER seja revisto para: ● Incidir integralmente sobre áreas já artificializadas (coberturas, parques de estacionamento, infraestruturas, minas e aterros), no caso da energia solar e zonas industriais (para ambas) ; ● Elaborar um inventário georreferenciado nacional do potencial dessas áreas; ● Reservar solo rústico, agrícola e florestal apenas para quando esgotada a	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122760	Discordância	Não podemos substituir natureza por paineis solares. Tantos telhados e vamos dar cabo da paisagem?? Por facor repensem estas decisões!.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122759	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122758	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122757	Discordância	Destruir a biodiversidade não é o futuro da humanidade. Monstruoso!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122756	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122755	Discordância	Está em causa a continuação das especies, fauna e flora completamente desrespeitadas! Não há estudo ambiental que concorde com estas medidas!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122754	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em particular no que respeita à instalação de grandes centrais solares em zonas rurais. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que a expansão das energias renováveis deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a biodiversidade, a paisagem e as comunidades locais. A instalação de grandes parques solares em áreas rurais implica a ocupação de extensas superfícies de solo, frequentemente agrícolas ou com elevado valor ecológico, contribuindo para a fragmentação dos habitats naturais, a diminuição da biodiversidade e a alteração irreversível da paisagem. Estas transformações afetam também a qualidade de vida das populações, o património natural e o potencial turístico das regiões. Adicionalmente, a concentração da produção de energia em grandes centrais promove um modelo centralizado que exige novas infraestruturas elétricas e linhas de muito alta tensão, aumentando igualmente os impactos ambientais e sociais. Considero que Portugal deveria privilegiar, em primeiro lugar, soluções de menor impacto, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, aproveitando espaços já ocupados em vez de converter solos rurais e naturais. Este modelo de produção distribuída reduz a necessidade de ocupar território adicional, aproxima a produção do consumo e reforça a resiliência da rede elétrica.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122753	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Ovar, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122752	Discordância	Não concordo com este programa. Temos de apostar em produção de energia mais controlada, mantendo a natureza protegida. A ideia nunca deverá ser a de aumentar o consumo à custa das zonas rurais/verdes. Respeitem as comunidades por favor!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122751	Discordância	Ridículo o que querem fazer!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122750	Discordância	Não há necessidade de tantos painéis solares. Pode ser colocado nos telhados separadores auto estradas entre outros	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122749	Discordância	Venho desta forma manifestar a veemente oposição a este modelo massificado, com um elevado impacto negativo do ponto de vista ambiental, social, económico e cultural, nas regiões onde pretende sr implementado. O profundo desrespeito pelos modos de vida local, baseados na agricultura, no turismo de natureza e rural, não são compativeis com estas mega-centrais como tem demonstrado divservos estudos de impacto contrastando a evidência científica, com a pressão dos lobbies por detrás destes projectos. A produção solar e as energias alternativas são sempre bem vindas, na medida em beneficiem diretamente as populações locais, optando pir soluções de produção local (ex. Comunidades Locais de Produção) que tem comprovadamente um impacto sistémico muito baixo e são soluções muiuo mais adequadas às escalas regionais e locais. É urgente que se abandone em definitivo estas soluções massificadas, estrativistas que não deixam valor nas regiões onde estão previstas de implantação, nem sequer da energia aqyi produzida.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122748	Discordância	Não queremos um país com painéis solares sobre terra fértil, extensões enormes de terra que pode e deve ser cultivada de forma respeitosa para com a natureza e não um monte me metal por esses campos fora! Tanto prédio, tanto telhado …	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122747	Discordância	"Energias verdes" promovidas por agendas e ideologias politicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122746	Discordância	Precisamos de mais árvores e espaços verdes para repor os estragos dos incêndios, a energia não é tão importante, antigamente sobreviviamos à luz de velas mas nunca sem árvores, replantar e produzir alimentos isso é que importa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122745	Discordância	Manifesto a minha discordancia face a este plano e remeto para o documento anexo os fundamentos da mesma	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122744	Discordância	Inaceitável proposta de transição verde. Telhados.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122743	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada. Quero que este projeto seja discutido com maior visão dos vários impactos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122742	Discordância	Destruir zonas verdes para implementar energias renováveis é um contra-senso.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122741	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122740	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122739	Discordância	Parece-me exagerado o programa e o impacto negativo que causa no território, na paisagem e na vida das pessoas. A transição energética deve desenvolver-se junto dos locais já infraestruturados, fora de locais sensíveis como solos agrícolas, linhas de água ou reservas. Devemos também, sociedade, beneficiar com a instalação destes projetos: devem apoiar o bom funcionamento geral do país, promovendo escolas de qualidade onde os alunos adquirem conhecimentos de forma tranquila mas responsável, melhorando assuntos relacionados com a saúde, impulsionando habitação para todos, garantindo a disponibilização de meios para contratação de mais recursos humanos para garantir uma melhor organizar, devem estes projetos contribuir fortemente para equilibrar a vida na terra potenciando a existência perpétua de um contínuo cultural-natural onde circulem e coexistam pessoas, plantas e animais. O programa merece um olhar mais atento e minucioso ao território e deve apostar-se em funcionários competentes que respeitem as leis que nos preparam para as melhores práticas. As instalações devem ser cuidadosamente instaladas na paisagem, sem que se sinta a sua presença.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122738	Discordância	Klarissa Sailer	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122737	Discordância	Um projeto que afeta o futuro de um país tem de ser transparente e amplamente discutido no seio de cada município. Contrariamente, o que se entende é que se trata de um processo inadequado com graves riscos sócio económicos. Sem retorno para as comunidades afetadas e com graves perdas agrícolas e forte afetação da biodiversidade.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122736	Discordância	Não tenho interesse em que este projeto avance, por ser prejudicial ao ambiente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122735	Discordância	A natureza desce ser protegida, não destruída.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122734	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em particular no que respeita à instalação de grandes centrais solares em zonas rurais. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que a expansão das energias renováveis deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a biodiversidade, a paisagem e as comunidades locais. A instalação de grandes parques solares em áreas rurais implica a ocupação de extensas superfícies de solo, frequentemente agrícolas ou com elevado valor ecológico, contribuindo para a fragmentação dos habitats naturais, a diminuição da biodiversidade e a alteração irreversível da paisagem. Estas transformações afetam também a qualidade de vida das populações, o património natural e o potencial turístico das regiões. Adicionalmente, a concentração da produção de energia em grandes centrais promove um modelo centralizado que exige novas infraestruturas elétricas e linhas de muito alta tensão, aumentando igualmente os impactos ambientais e sociais. Considero que Portugal deveria privilegiar, em primeiro lugar, soluções de menor impacto, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, aproveitando espaços já ocupados em vez de converter solos rurais e naturais. Este modelo de produção distribuída reduz a necessidade de ocupar território adicional, aproxima a produção do consumo e reforça a resiliência da rede elétrica.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122733	Discordância	Eu Patrícia Vaz, residente em (Proença-a-Nova/ CasteloBranco/ Montes da Senhora), venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122732	Discordância	Este país não pertence a uma elite que, em Lisboa, decide tornar os locais rurais inabitáveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122731	Discordância	Vergonha de país, querem arrasar tudo .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122730	Discordância	É imperativo que as energias renováveis não tenham impacto ambiental negativo. Como é óbvio, a aplicação destas energias não deve implicar a perda da biodiversidade existente. As energias renováveis, especificamente os painéis solares devem ser aplicados em áreas urbanas de forma a potenciar a intervenção humana já existente. A natureza deve ser preservada, as árvores, especialmente as autóctones, devem ser a prioridade em qualquer planeamento, tendo em conta que são elementos essenciais para o equilíbrio dos ecossistemas e o bem estar das pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122729	Discordância	Sou completamente contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122728	Discordância	7% do território nacional sem parecer integrado ambiental, ecológico, economico-social sob o disfarce de uma transição energética ecológica. De facto, sacrifica tudo aquilo que apelam querer proteger e valorizar, deixando de fora as populações e os habitats que sofrerão com as consequências ambientais, económicas e sociais, por gerações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122727	Discordância	Não compreendo , nem aceito que mais uma vez, tentem sobrepor, com um marketing cativante, um estudo do Instituto Superior Técnico etc, interesses financeiros internos e externos, que em nada vão beneficiar o cidadão português, nem o país. Como pode ser mais benéfico a curto e longo prazo hectares e hectares estéreis de placas solares, trazerem mais vantagens, que um ecossistema biológico, com plantas e animais. Compensa desertificar? Compensa contribuirmos para o aumento da temperatura, para um menor aproveitamento de água? Acho que não.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122726	Discordância	Não aos painéis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122725	Discordância	Não concordo com a implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) à custa das nossas serras e da paisagem que caracteriza o interior e o centro do país. Sou a favor das energias renováveis, mas não à custa da destruição de um património natural e paisagístico que é de todos. Antes de ocupar montanhas, cumes e áreas de elevado valor ambiental, devem ser privilegiadas soluções como a instalação de painéis solares nos parques de estacionamento dos hipermercados, nos telhados dos edifícios públicos, das zonas industriais e de outras infraestruturas já artificializadas. É tempo de procurar alternativas verdadeiramente sustentáveis, e não apenas as mais económicas ou as mais fáceis de implementar. A transição energética não deve significar a perda da identidade das nossas paisagens nem comprometer o património natural que temos o dever de preservar para as gerações futuras	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122724	Discordância	Excessivamente extenso, vai ter um um impacto muito negativo na biodiversidade. Contributo à consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Na qualidade de residente em Valadares, Sao Pedro do Sul, venho manifestar a minha preocupação relativamente a uma das áreas propostas no “Mapa Verde”, localizada num terreno situado do outro lado do vale, diretamente em frente à minha residência. Apoio a transição energética e a descarbonização do país. Contudo, entendo que estes objetivos não devem concretizar-se à custa da paisagem, do território e da qualidade de vida das populações locais. A área identificada nesta proposta abre a porta a projetos de grande dimensão, de carácter industrial, com impactos significativos e permanentes no meu território imediato, nomeadamente:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122723	Discordância	— Impacto visual e na paisagem: a instalação de infraestruturas de grande escala descaracteriza uma paisagem de vale com elevado valor cénico e identitário, visível a partir de habitações e do espaço público. — Impacto ambiental e no uso do solo: a ocupação de solos agrícolas e florestais compromete recursos naturais essenciais à economia e ao equilíbrio ecológico local. — Incómodos associados: projetos desta natureza podem gerar ruído, reflexos luminosos, efeitos eletromagnéticos e outros incómodos que afetam diretamente quem vive nas proximidades. Para além das objecões estrategicas ou metodologicas, limito a minha discordancia a aspectos de caracter processual.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122722	Discordância	Sabendo hoje que a informação cartografica georeferenciada foi íntencionalmente omitida ao p´´ublico, mesmo tendo a certeza que essa existia e que foi solicitada multiplas vezes, só resta caracterizar as consequencias desse ato como danosa ao interesse público e invocar a suspensão administrativa da consulta pública..	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Consequentemente, as terras que sustentam as comunidades afetadas serão destruídas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122721	Discordância	Nenhum Programa deste género deverá ficar isento de Avaliação de Impacte Ambiental e do envolvimento e discussão com as comunidades afetadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. Sugere-se que a instalação destas infraestruturas ocorra em zonas como beiras de estrada, zonas industriais, parques de estacionamento, telhados e até carris dos comboios, à semelhança do que já acontece na Alemanha, por exemplo.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122720	Discordância	Em desacordo total com este programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122719	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122718	Discordância	Acredito na urgência e necessidade de uma transição energética feita com o respeito e a reverência necessários ao nosso território e a todas as espécies que nele habitam, que finalmente elimine a utilização de combustíveis fósseis, contribuindo para a regeneração do solo e da biodiversidade e para a resiliência das nossas comunidades. Esta proposta não o demonstra, pelo que apresento a minha discordância.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122717	Discordância	Ha melhores alternatives e mais saudáreis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122716	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
122715	Discordância	Não concordo, é vergonhoso!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122714	Discordância	Discordo com o programa sectorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
122712	Discordância	MANIFESTO DISCORDÂNCIA COM O PSZAER POR VIOLAR O DISPOSTO NO ARTIGO 66º DA CRP, QUE GARANTE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE HUMANO, SADIO E EQUILIBRADO, EXIGINDO O ARQUIVAMENTO IMEDIATO DO PROJETO PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS	
122711	Discordância	É nosso dever proteger a nossa floresta!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122710	Discordância	I. Objeto e sentido do contributo O presente contributo incide sobre a proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), em consulta pública. Reconhece-se que a transição energética constitui um objetivo estratégico para Portugal e para a União Europeia, indispensável à redução das emissões, ao cumprimento das metas climáticas e à segurança do abastecimento. O parecer não questiona esse objetivo nem a figura das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) enquanto instrumento previsto no direito da União. O que se sustenta é que, na sua configuração atual, a proposta não reúne a fundamentação técnica, ambiental e territorial exigida para justificar a aplicação de um regime de aceleração e de dispensa de avaliação ambiental de projeto, nos termos e com os limites que o próprio direito da União impõe. Emite-se, por isso, parecer desfavorável, condicionado à revisão adiante concretizada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122709	Discordância	VER ANEXO Discordo plenamente e peço que seja revisto tudo o que este tipo de intervenções vão impactar quer a nível ambiental da fauna e flora, quer a nível paisagístico. Este tipo de intervenções não vão ao encontro do que a população deseja para este país. Ainda assim devo salientar que não é desta forma que conseguimos energia verde uma vez que na realidade nenhuma destes investimentos fazem com que a energia elétrica em Portugal fique realmente mais barata para o consumidor e empresas. Não permitam que se destrua a nossa natureza por dinheiro, pois quando não conseguirmos respirar e ter boa qualidade do ar não vai ser o dinheiro que nos dará ar puro para respirar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122708	Discordância	A megalomania deste projecto é um atentado ao território não só por impacto paisagistico como histórico e de biodiversidade. É inconcebível que em prol do lucro de uns poucos se destrua tanto património de todos. Antes de forrar a paisagem rural com paineis deveria ser utilizadas as áreas urbanas e acabar com os limites de potencia para os utilizadores particulares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122707	Discordância	Os municípios sãos contra este projeto, isso me preocupa, as populações não foram consultadas nem informadas sobre um assunto fundamental para se fazer a decisão.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122706	Discordância	A obrigatoriedade de avaliações de impacto ambiental devem ser mantidas. É uma proposta que em nada beneficia as populações locais mas sim os grandes grupos energéticos que não revelam interesse no impacto negativo no território. É um tema que precisa de tempo e escrutínio, não de aceleração.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122705	Discordância	Não à ocupação do nosso território por painéis solares em terra fértil.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122704	Discordância	Podemos fazer a transição energetica mas não há custa das nossas terras , florestas e campos agrícolas. Urge uma política de preservação ambiental que proteja o meio ambiente. Portugal não pode a saque de interesses económicos que não protegem o nosso povo nem a natureza. Razões para a minha discordância: - O programa propõe uma delimitação que ocupa cerca de 7% do território de Portugal continental, uma área superior à totalidade da mancha urbana nacional (6%, segundo a Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023), quando estimativas científicas apontam que 1% do território bastaria para cumprir as metas nacionais de energia solar. - Da área identificada como ZAER 68% corresponde a espaços florestais, sobretudo eucaliptais e pinhais, cuja conversão implica perda de capacidade de sequestro de carbono, uma contradição direta com os objetivos climáticos que o próprio programa diz servir. - Devido à ausência de limites máximos de potência ou área para os projetos elegíveis ao regime simplificado, que pode abrir a porta a megaprojetos sem avaliação de impactes cumulativos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122703	Discordância	- Os mapas disponibilizados estão numa escala de 1:3.500.000, incapacitante para qualquer análise territorial séria, não permitindo, cruzar os dados com a distribuição de fauna protegida. Proponho: - Revisão da delimitação das ZAER, privilegiando áreas já artificializadas ou degradadas; - Manutenção da obrigatoriedade de Avaliação de Impacte Ambiental; - Disponibilização imediata de todos os dados geográficos digitais à sociedade civil, com um sistema público de monitorização; - Obrigatoriedade dos promotores criarem comunidades de energia nos municípios de implantação destes projetos que beneficiem as pessoas e empresas com a redução dos custos de energia para todos os que vivem e trabalham no território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122702	Discordância	Existe forte tendência para a valorização do nosso património natural.Devemos deixar esse legado.Significativas perdas de receitas provenientes do turismo no futuro.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122701	Discordância	Há muitas formas tão eficientes e menos agressivas para o meio ambiente (telhados, autoestradas, etc) do que andar a "plantar" painéis solares em todo o lado. Falam tanto em alterações climáticas, mas abatem árvores para "plantar" painéis, não faz qualquer sentido. E ainda incutem a culpa das alterações nos cidadãos, quando o estado, que deve ser o primeiro a preservar o solo e o meio ambiente, faz precisamente o oposto. Esta proposta é inadmissível, queremos a proteção do nosso património natural e não a sua destruição.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122700	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a), Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis. No entanto, considero que a implementação acelerada de infraestruturas de produção de energia renovável não deve ocorrer em detrimento da proteção ambiental, da preservação da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações locais. Preocupa-me particularmente a possibilidade de serem identificadas áreas prioritárias sem uma avaliação suficientemente detalhada dos impactos cumulativos sobre os ecossistemas, os recursos naturais, o património cultural e as atividades económicas locais, nomeadamente o turismo, a agricultura e outras atividades dependentes da preservação do território. Considero ainda fundamental que as comunidades locais tenham um papel efetivo nos processos de decisão e que sejam garantidos mecanismos de participação pública verdadeiramente transparentes e acessíveis. Assim, solicito que sejam reavaliados os critérios de definição das zonas de aceleração, assegurando uma maior proteção das áreas ambientalmente sensíveis e uma ponderação equilibrada entre os objetivos energéticos e a salvaguarda do património natural e social do país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122699	Discordância	Eu Alexandra Isabel Sá Pinto, portadora do cartão de cidadão número 11207120, residente na freguesia de Paranho, concelho do Porto, Distrito do Porto, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. falta de transparência e ausência de respostas claras: embora as diretivas da União Europeia equacionem metas que, na prática, implicam a ocupação de cerca de 1% do território. No entanto não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 2. põe em risco para o trabalho e o rendimento local uma vez que vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais em prejuízo da agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 3. a ocupação de grandes áreas com painéis solares e parques eólicos vão contribuir para reduzir e fragmentar ainda mais as populações de diversas espécies, algumas com estatuto de conservação ameaçado. Sendo Portugal parte de um hotspot mundial de biodiversidade temos uma responsabilidade acrescida na sua proteção. A fragmentação e redução de habitats ´um dos fatores que mais tem contribuído para a perda acelerada da biodiversidade, sendo esta perda considerada pela EU e outras instituições internacionais como um dos problemas mais relevantes que enfrentaremos a médio longo prazo. 4. terá um impacto muito negativo no turismo rural e no turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos vão descaracterizar as paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural, reduzindo ainda mais a capacidade de gerar riqueza em zonas de baixa densidade populacional. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. Isto irá também ter consequências no turismo rural e de natureza. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122698	Discordância	É um absurdo esta corrida desenfreada para ir ao encontro de interesses milionários e esquecerem-se das gerações futuras. Protejam as nossas florestas. . Isso sim. Tenham consciência.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122697	Discordância	Considerando que: - o PSZAER propõe designar uma área muito significativa do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, i.e. 7% do território nacional; - nos termos da proposta atual o PSZAER gera um conflito com os valores naturais do território, como zonas de interesse ambiental, para os serviços de ecossistema, agrícola, alimentar e paisagístico, que devido a outros factores se encontram já fragilizados; - a afectação de 371 mil hectares para a implantação de painéis solares e projectos de energia eólica fragiliza a resiliência do território face a eventos extremos, como tempestades ou incêndios; - é fundamental identificar a capacidade de carga que uma área é capaz de suportar sem colocar em risco os seus valores naturais e patrimoniais; - ao retirar a esses territórios, e aos valores que encerram, a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental pretende garantir, retira-se o único instrumento de ordenamento do território com capacidade para realizar o balanço essencial; - há uma insuficiente avaliação da fase pós-exploração, nomeadamente a responsabilização do promotor pela remoção, reciclagem e aterro dos painéis (incluindo todos os equipamentos necessários à exploração) e reposição da área a uma situação pre-implementação; e - está também insuficientemente abordada a necessidade de ter em atenção os efeitos cumulativos de diferentes “empreendimentos”, bem como efeitos em escala com repercussões à escala regional e nacional como os efeitos de barreira e fragmentação do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122696	Discordância	Face ao exposto, e a bem do interesse nacional e inter-geracional, peço que: Não concordo com esse projeto porque vai destruir zonas agrícolas , florestais, que são de maior importância para a sobrevivência do homem. Existem outras soluções e a que apresentá-las.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122694	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações. No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Considero igualmente preocupante que a classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assente essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo devidamente o verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico, económico e social desses territórios. Muitas destas áreas asseguram importantes serviços dos ecossistemas, contribuem para a conservação da biodiversidade, suportam atividades económicas locais e desempenham funções fundamentais na gestão da paisagem e na prevenção dos incêndios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122693	Discordância	A isso não se designa de evolução! Esta passa por defendermos primeiro que tudo a Mãe Natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122692	Discordância	Eu, Marta Guerreiro, residente em Évora, União de Freguesias do Centro Histórico de Évora, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122691	Discordância	Sustentabilidade e não devassa do património natural	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122690	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho da Covilhã ,vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122689	Discordância	Um painel solar não pode substituir uma árvore, seria um absurdo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122688	Discordância	Eu Bruno Dias Teixeira, residente em Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Medelim, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122687	Discordância	Não posso aceitar que em nome das "Energias Verdes" sejam abatidas árvores e árvores neste país. É o nosso futuro que está em risco. Este assunto tem que ser tratado por forma a encontrar alternativas que não agridam a natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122686	Discordância	Exmos. Senhores da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), Na qualidade de cidadão português e no pleno direito da minha participação pública, venho por este meio apresentar a minha discordância total e oposição global à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), solicitando a sua rejeição com base nos seguintes fundamentos transversais a todo o território nacional: 1. Modelo Centralizado vs. Potencial Descentralizado (Eficiência Energética) O programa falha estruturalmente ao insistir num modelo de produção de energia fortemente centralizado em grandes centrais. Os estudos de suporte ao PSZAER admitem a existência de um potencial descentralizado superior a 23 gigawatts em todo o território nacional (através de microgeração, autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável). Priorizar megaprojetos que destroem solo em vez de financiar a descentralização energética junto das populações constitui um erro de planeamento estratégico. 2. Violação Sistemática de Salvaguardas Nacionais (RAN e REN) Ao delimitar cerca de 455 mil hectares como zonas de aceleração, o PSZAER sobrepõe-se massivamente a solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN). A conversão de solos agrícolas férteis e ecossistemas sensíveis compromete a soberania alimentar do país e a conservação da biodiversidade, contrariando o princípio de que a ação climática não deve destruir os recursos naturais existentes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122685	Discordância	A meu ver carece de mais estudo de forma a implementar painéis de forma a que não seja danificado o ambiente e zonas protegidas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122684	Discordância	Eu Manuel António Afonso dos Santos, residente em Porto/Matosinhos/Perafita, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122683	Discordância	Discordo da proposta por considerar que a instalação de centrais solares em áreas naturais e agrícolas pode provocar perda de biodiversidade, fragmentação de habitats, degradação da paisagem e impactos negativos na economia local ligada à agricultura e ao turismo de natureza. A transição energética é essencial, mas deve privilegiar a instalação em telhados, parques industriais, áreas degradadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de solos com elevado valor ecológico e produtivo. Solicito a revisão da proposta com maior proteção do património natural e participação das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122682	Discordância	Não podem ser implementadas “energias verdes”se forem à custa da destruição da nossa natureza, da nossa paisagem, do nosso planeta. As energias renováveis têm de se adaptar à natureza em vez de a destruir.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122681	Discordância	Exmos Srs Sou Ana, portuguesa, nascida e criada em Lagos. Vejo com muita tristeza a destruição do património natural da minha cidade e do meu país. Por muito que seja a favor do desenvolvimento, acho que no mundo em que vivemos, a prioridade tem, obrigatoriamente, de ser a natureza, as árvores. Espaços verdes não são demais! Precisamos de árvores para podermos fazer face às alterações climáticas que nos estão a trazer ondas de calor cada vez mais fortes. Tenho filhos, sobrinhos, primos pequeninos, eles são os adultos de amanhã. Não lhes queira deixar um legado onde não se privilegie a natureza. Não ao abate de árvores!!!!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122680	Discordância	Nenhum,mas nenhum governo quer o bem do seu Povo. Somos nós Povo que tem o PODER TODO. Todos juntos conseguimos o que queremos. ACORDEM o “Tempo” está a ACABAR 😢	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122679	Discordância	Exmos. Senhores Responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, venho, por este meio, manifestar o meu desejo de impugnação administrativa da proposta submetida a consulta pública, pelos seguintes fundamentos: • Considero que a delimitação proposta para as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (ZAER), abrangendo cerca de 7% do território nacional, representa uma transformação territorial de enorme dimensão, cujos impactes cumulativos sobre as populações, a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos, a paisagem e as atividades económicas locais não se encontram devidamente avaliados nem fundamentados. • Considero igualmente que a consulta pública decorre sem que estejam disponibilizados todos os elementos técnicos indispensáveis à sua compreensão, designadamente cartografia de detalhe que permita aos cidadãos identificar, com rigor, as áreas abrangidas. Esta omissão limita significativamente o exercício do direito de participação pública e compromete a transparência do procedimento. Curioso que escolham, também, fazê-la durante o Campeonato Mundial de Futebol. • Verifico ainda que a documentação disponibilizada contém erros factuais que colocam em causa a sua credibilidade. Como exemplo, no Quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Especializada surgem situações, como nos concelhos de Vizela e Valongo, em que a área identificada para ZAER excede a própria área territorial do concelho, revelando inconsistências que deveriam ter sido corrigidas antes da abertura da consulta pública. • Entendo que a proposta implica uma concentração particularmente gravosa em determinados concelhos, como Mortágua, onde cerca de 12 000 hectares são identificados como ZAER, com potenciais consequências profundas para as populações residentes, a economia local, os ecossistemas e o ordenamento do território. • Considero ainda que a proposta parece assentar numa estratégia de forte expansão da capacidade instalada de produção de energia renovável, sem que tenha sido demonstrada, de forma transparente, a sua efetiva necessidade. Portugal já apresenta uma elevada incorporação de eletricidade proveniente de fontes renováveis. Paralelamente, têm sido anunciados projetos de elevado consumo energético, nomeadamente centros de dados, sem que exista informação pública suficientemente detalhada sobre o número de	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		PT: Não sou contra as energias renováveis, mas não concordo com esta proposta na sua forma atual.	
122678	Discordância	Preocupa-me que a criação de zonas de aceleração possa dar demasiada prioridade à rapidez da implementação dos projetos em detrimento de uma avaliação cuidadosa de cada local. Cada território tem as suas próprias características ambientais, sociais e culturais e merece uma análise rigorosa antes de serem tomadas decisões. Considero que cada projeto deve continuar a ser avaliado pelos seus próprios méritos, tendo plenamente em conta os seus impactos nas populações vizinhas, na biodiversidade, na paisagem, nos solos agrícolas, nos recursos hídricos e no carácter das comunidades rurais a longo prazo. Uma vez transformadas, estas paisagens podem sofrer alterações difíceis ou impossíveis de reverter. Estou também profundamente preocupada com a situação na minha própria região, em São Martinho das Amoreiras, onde está previsto um projeto de energias renováveis a uma distância que considero inaceitavelmente próxima da aldeia. Esta situação fez-me perceber ainda mais a importância de garantir que as comunidades locais tenham uma verdadeira voz nas decisões que irão afetar o seu dia a dia, a sua saúde, o seu bem-estar e os lugares que chamam de casa. A transição para as energias renováveis é importante, mas não deve acontecer à custa da natureza, da biodiversidade, dos solos agrícolas produtivos, das paisagens culturais ou da qualidade de vida das comunidades locais. O progresso não deve significar a redução das salvaguardas ambientais nem limitar uma participação pública efetiva. Solicito, por isso, que este programa seja revisto para garantir maior transparência, uma proteção ambiental mais robusta e uma consulta mais ampla às populações que serão diretamente afetadas por estes projetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122676	Discordância	Segue em anexo a participação do Município de Alcácer do Sal, que manifesta a total discordância com este programa setorial.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
122675	Discordância	Não à destruição das nossas paisagens	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122674	Discordância	Pela transição energética justa, pelo território, pela paisagem, pela saúde e pela vida — em todo o país Venho, na qualidade de cidadã, apresentar parecer negativo ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), com fundamento nos pontos abaixo. Embora este processo tenha alertado de forma particular várias comunidades rurais, os problemas estruturais do PSZAER não são regionais: afetam o país inteiro e o modelo de transição energética que Portugal escolhe para si próprio. A transição para as energias renováveis é indispensável e urgente. Mas não pode ser feita à custa do território, das pessoas e da biodiversidade que nele existe, esteja essa vida onde estiver em Portugal. O PSZAER, tal como apresentado, não assegura este equilíbrio a nível nacional. 1. A transição energética deve ser construída com os territórios — nunca imposta SOBRE eles O PSZAER centraliza decisões que deveriam ser partilhadas com as populações e as autarquias, ignora estratégias e instrumentos de planeamento local (PDMs) em todo o país, fragiliza a autonomia municipal de forma transversal, e afasta comunidades — do litoral ao interior, do norte ao sul — dos processos que moldarão o seu futuro. Isto não é planeamento democrático. É uma imposição territorial que contraria os princípios constitucionais de participação pública e de descentralização, independentemente da região em causa. 2. A paisagem é património nacional — e um ativo económico estratégico em todo o país A paisagem portuguesa, na sua diversidade — serras, planaltos, vales, litoral, montado, floresta —, é identidade, economia, turismo, saúde pública, bem-estar e futuro para todas as regiões do país. Não há qualquer justificação técnica para expor concelhos inteiros — em qualquer parte do país — ao risco de se tornarem zonas de sacrifício energético, com instalações que podem ocupar parcelas desproporcionadas do território municipal.Nenhuma compensação financeira devolve o que se perde. 3. O solo agrícola e florestal é estratégico a nível nacional — não pode ser substituído por "mares de painéis" O PSZAER retira ecossistemas relevantes (como montados de sobro e azinho) dos critérios de exclusão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122673	Discordância	Medida devastadora para o território nacional!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122672	Discordância	Coloquem esses painéis em cima dos telhados das casas e diminuam a conta da luz das pessoas, fazem tudo por dinheiro, isso vai matar-nos a todos. Nós, residentes, NÃO PERMITIMOS!!!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122671	Discordância	A colocação de painéis solares em zonas rurais ou florestais deve ser cuidadosamente ponderada. Embora a energia solar seja uma alternativa mais sustentável aos combustíveis fósseis, a instalação de grandes parques solares pode levar à destruição de habitats naturais, à redução da biodiversidade e à perda de áreas agrícolas ou florestais importantes. Além disso, a ocupação destes espaços pode alterar a paisagem e afetar atividades como a agricultura, a silvicultura e o turismo rural. Em vez de utilizar solos naturais, seria mais vantajoso instalar painéis solares em telhados de edifícios, parques industriais ou outras áreas já urbanizadas, evitando assim impactos desnecessários no ambiente. Por estas razões, considero que a instalação de painéis solares em zonas rurais ou florestais não deve ser a primeira opção, sendo preferível privilegiar locais que não comprometam o património natural e a biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122670	Discordância	O impacto negativo nos ecossistemas e nas populações residentes é enorme. A produção de energias renováveis massiva destroo os locais de implantação. Utilizem-se áreas urbanizadas, edificado e tantas outras formas de produção com muito menos impacto que as mega centrais previstas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122669	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais. Com os melhores cumprimentos, Paula Sapage	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122668	Discordância	Pelo que li, acho as áreas permitidas para paineis um autentico exagero, iremos ver o nosso país pintado de preto; já nem falando nos malefícios que se repercutirão na nossa faina e flora	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122667	Discordância	Este projecto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122666	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho da Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122664	Discordância	Exmos Senhores, Vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Impacto Ambiental e Biodiversidade; Critérios de proteção enfraquecidos; Redução perigosa de zonas de proteção; A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor; Ameaça à soberania alimentar e florestal; Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”); Ameaça aos corredores ecológicos; Omissão de fauna e flora específicas; Afastamento insuficiente a áreas protegidas ou áreas sensíveis não classificadas (3 a 5 km) para eólicas; Afastamento insuficiente a habitações para eólicas (1 km), face à literatura científica recente sobre os impactos na saúde humana dos sons de baixa frequência e infrassons, emitidos pelos aerogeradores atuais (de 6MW e mais de potência); Afastamento insuficiente a habitações para centrais solares (200 metros) Esta distância não consegue mitigar de forma eficaz os impactes térmicos, visuais, acústicos e cumulativos que resultam da proximidade destas infraestruturas industriais a zonas habitacionais, especialmente em regiões do interior já vulneráveis; O plano ignora as alterações climáticas e as ondas de calor. Não avalia como a artificialização de milhares de hectares de solo natural por "manchas negras" de paineis pode potenciar fenómenos de calor extremo em territórios já propensos à desertificação. A concentração massiva de projetos solares em territórios do interior que já são climaticamente mais frágeis é um "sacrifício territorial", onde a instalação industrial pode agravar as temperaturas locais; Impacto Socioeconómico e Comunidades Locais Custos escondidos na fatura da luz; Violação do princípio "Causador-Pagador"; Falta de benefícios reais para as comunidades; Falta de emprego e retorno local; Especulação fundiária e abandono rural; Ordenamento do Território e Uso do Solo; Uso Excessivo e Desnecessário do Solo; Inversão da hierarquia de ocupação; Irreversibilidade das infraestruturas; O território não é um "espaço vazio": O PSZAER trata o solo português como uma plataforma disponível para metas administrativas, ignorando que o território é um recurso escasso e multifuncional que serve para habitação, turismo, lazer e preservação da identidade regional; Desrespeito pela autonomia dos municípios; Risco de "Monofuncionalidade" energética; Incerteza jurídica e mapas "indicativos"; Conflitos com o regadio e agricultura estratégica; Falta de Transparência e Participação Pública	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122663	Discordância	Eu, Carla Alexandra dos Reis Soares, residente em Vila Soeiro, concelho e distrito da Guarda, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122662	Discordância	1. Não há qualquer sentido lógico em substituir paisagem natural ou naturalizada por tecnologia que pretenda proteger a paisagem natural. É um contrassenso. Há logo à partida um paradoxo insanável. 2. É totalmente inaceitável abater sobreiros ou azinheiras e, consequente, destruir o seu biótopo para instalar tecnologia que pretende proteger a paisagem. Outro paradoxo. 3. Envidraçar áreas imensas com painéis solares alterando a paisagem natural não protege a paisagem natural, é apenas um negócio. 4. As entidades ambientais sobre a tutela do Estado (como por exemplo a APA ou Universidades), não garantem a idoneidade e a imparcialidade técnica que deveriam exercer e para as quais estão mandatadas. 5. Há outras soluções alternativas e compatíveis com a paisagem natural, como por exemplo, financiamento da auto-suficiente energética dos edifícios particulares e públicos. Este investimento em centrais solares é mais um negócio em busca apenas de lucros.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122661	Discordância	Manifesto o meu inequívoco apoio à transição energética e ao desenvolvimento de fontes de energia renovável, reconhecendo o seu papel fundamental na mitigação das alterações climáticas e na prossecução dos objetivos nacionais e europeus de descarbonização. Todavia, esse apoio não pode ser interpretado como uma aceitação indiscriminada das áreas propostas para a implantação destas infraestruturas. A proposta do Plano Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (ZAER), em particular no que respeita à região Centro e à Beira Baixa, revela uma concentração territorial que aparenta privilegiar essencialmente critérios de viabilidade económica, sem acautelar, de forma adequada, os impactos sobre os valores ambientais, paisagísticos, socioeconómicos e territoriais existentes. Na qualidade de proprietária de uma empresa de exploração de Alojamento Local e Turismo em Espaço Rural, sediada no concelho de Pampilhosa da Serra, inserida na paisagem dos Meandros do Zêzere e com vista privilegiada sobre o concelho de Oleiros, importa salientar que o principal ativo da minha atividade económica é precisamente a preservação da natureza, da paisagem e da tranquilidade que caracterizam este território. O produto turístico que disponibilizo assenta numa experiência de imersão na natureza, cuja autenticidade constitui um fator determinante para a sua atratividade e competitividade. A implantação das ZAER nas áreas previstas compromete diretamente esses valores, originando impactos negativos significativos na paisagem, na perceção de qualidade ambiental e, consequentemente, na sustentabilidade da atividade turística desenvolvida. Por esse motivo, manifesto a minha total discordância relativamente ao plano apresentado. Acresce que suscita particular preocupação a coincidência territorial verificada no concelho de Pampilhosa da Serra entre a área proposta para implantação de energias renováveis, localizada a sul do concelho, e a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122660	Discordância	Eu Eunice Luís Silva Fonseca Gonçalves Mendes Danylovych, residente em Polares, Peso da Régua, distrito de Vila Real, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122659	Discordância	É hediondo o que pretendem fazer. O futuro pede energia limpa, ha cada vez mais necessidade,, mas de certo outras soluções que nao impliquem a destruição da natureza. Para alem do que é destruído não há compensação e os danos será drasticos	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
122658	Discordância	Apresento parecer desfavorável à proposta de PSZAER, por considerar que a sua aprovação deverá ser precedida de uma revisão substancial que assegure que a aceleração da implantação de energias renováveis se desenvolve de forma compatível com a conservação da biodiversidade, a proteção da paisagem e os princípios do ordenamento sustentável do território.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122657	Discordância	Subscrevo as participações e comentários da - Quercus - Rewilding Portugal O território e os seus recursos naturais deve ser mantido e protegido, com os projectos de energia verde a serem descentralizados e colocados em superfícies já urbanizadas. Soluções deste tipo estão a ser usadas em diversos países. Terra agrícola, reservas ambientais, têm de se manter protegidas. Os impactos ambientais têm de ser avaliados caso a caso.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Inconcebível e inaceitável!	
122656	Discordância	O interior não é nem pode ser a central de poluição de energias limpas para abastecer as metrópoles e o litoral! Estas energias limpas eólicas e centrais solares estão a degradar a qualidade de vida das pessoas e adulterar a natureza e ambiente local! Se somos deserto para o investimento e criação de emprego deixem-nos ser deserto na preservação do nosso ambiente natural! Esta é e será a nossa maior riqueza e garantia de futuro, se vocês não matarem a nossa galinha dos ovos de ouro! Os impactos ambientais na nossa zona nos 823km quadrados do concelho do Sabugal em particular já são enormes e estamos saturados dos gigantes moinhos de vento em ferro que proliferam por todo o perfil horizontal de serras e montes em nosso redor, e é lamentável a área imensa de painéis já colocados e os que estão previstos colocar neste território em zonas de floresta ou campos agrícolas!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122655	Discordância	Já contribuímos com a nossa parte! E sabe Deus e a natureza com que custos! Não concordo, uma vez que coloca em causa a sustentabilidade ambiental a biodiversidade e o potencial agrícola das povoações, coloquem-nos nas ferrovias, nos telheiros dos parques de estacionamento dos centros comerciais e utilizem-nos como telheiros, em todos os passeios da cidade de Lisboa, onde não importunam e fazem sombra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122654	Discordância	Venho por este meio apresentar a minha discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, pedindo para que seja feita uma revisão e um melhoramento do mesmo. Do modo em que este projeto está formulado, permite uma grande concentração de projetos na mesma área, não havendo um limite proposto para tal e não foram avaliados os efeitos cumulativos numa mesma região. A maior concentração destas áreas encontra-se no interior, em locais de grande dimensão, onde não se justifica o tamanho destas áreas que contribuí para uma mudança bruta ao nível da paisagem do interior. É também importante manter a proteção das áreas classificadas como de relevância ecológica, histórica, geológica e social, não interferindo nestas zonas, de modo a salvaguardar estes locais e tendo especial atenção aos corredores ecológicos e à sua conectividade, principalmente para grandes carnívoros, como o Lobo-ibérico e o Lince-ibérico, espécies muito afetadas pela mudança de habitat. Para as eólicas e para as linhas de alta tensão, é importante fazer estudos sobre o impacto destas na avifauna, morcegos e insetos voadores, tanto a nível local, como nas rotas de migrações. Por fim, a avaliação de impacte ambiental é fundamental e deve ser sempre exercida, assim como a consulta pública e acredito que seja importante envolver a comunidade local, promovendo o debate e demostrando transparência neste tipo de projetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122653	Discordância	A definição dos locais para a instalação de centrais solares deve ser cuidadosamente planeada. Não é ético planear a localização destas infraestruturas sem que existam estudos de impacto ambiental associados aos projetos concretos e sem que sejam divulgadas, de forma clara e rigorosa, as localizações exatas previstas. Não basta anunciar a que vão ser colocados painéis em 7% do território nacional; os cidadãos têm o direito de conhecer onde poderão vir a ser instaladas estas centrais, antes da consulta pública. A transição para as energias verdes é importante. No entanto, a sua implementação não pode envolver um agravamento da degradação das condições do património natural, agrícola, paisagístico e cultural. Sem informação detalhada sobre a localização dos projetos, é impossível avaliar adequadamente os seus impactos e garantir que não serão afetados ecossistemas sensíveis ou áreas agrícolas relevantes. Nunca será uma solução ambientalmente responsável instalar centrais fotovoltaicas, sendo de qualquer extensão, nas proximidades de áreas protegidas ou de colónias de aves protegidas por lei, por exemplo. Da mesma forma, não é aceitável eliminar bosques, montados, prados mediterrânicos, dunas, zonas húmidas, galerias ripícolas ou outros habitats naturais para dar lugar a estas infraestruturas. Há que ter em conta também as áreas REN e RAN. Também há que ter em conta as áreas ZEC e ZPE, que apesar de por vezes não terem plano de gestão, foram designadas como tal por algum motivo. Uma forma mais sustentável passa por a instalar painéis solares em espaços já artificializados, como telhados de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais ou centros comerciais, bem como outros locais urbanos. Assim diminui-se a ocupação de solo natural e agrícola. Infelizmente, em Portugal continuam a ser construídas centrais solares em áreas rurais, agrícolas ou de elevado valor ecológico, quando existe potencial para instalação em locais urbanizados já existentes. Uma política verdadeiramente sustentável deve procurar, em primeiro lugar, aproveitar esse potencial antes de transformar áreas naturais ou produtivas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122652	Discordância	Não quero a utilização dos campos agrícolas para esse fim	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122651	Discordância	Biodiversidade sim, explorações privadas com dinheiro público não, este tipo de crime devia ser julgado em tribunal com condenação à devolução de um montante a todos os contribuintes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122650	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122649	Discordância	Estou contra a destruição da floresta dos lindos campos e serras deste país. Há que viabilizar outros modos de conseguir energia solar . O pouco que ainda há de bom no interior vai desaparecer . Já temos um interior quente e mais vai ficar , desértico até. Coloquem nos telhados das casas , nas auto estradas os "data center correm no com painéis...." Todas as casas podem ser auto suficientes . Temos barragens que podem produzir o dobro ou mais , com o sistema de vai e vem da água e sem prejudicar ninguém. Não sou letrada, mas vejo o suficiente para ver que estão a destruir o futuro dos nossos jovens. Destroem o ambiente. Tudo isso é criminoso. Plantem árvores onde não há Precisamos de ar puro e não queremos um país cheio de lixo num futuro próximo (sim porque só falam em plantar painéis e eólicas, mas soluções para os mesmos no final de vida deles ninguém dá). Estou contra todas as actuais e futuras no modelo que escolheram não e democrático fazer isto tudo á revelia do povo. A maioria das pessoas não sabe utilizar as plataformas.!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122648	Discordância	Não há energias verdes se forem à custa da destruicão da nossa biodiversidade e paisagem natural e identitária de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122647	Sugestão	Exmos. Senhores Queiram por favor encontrar em anexo a posição da Galp acerca da Consulta sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Agradecendo a oportunidade para o efeito, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122646	Discordância	Eu Gabriela Coelho, residente em Lisboa, Amadora, Venteira, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122645	Discordância	Discordância total é deplorável a quantidade de paneis que destroem as paisagens. Vão aprender com os espanhóis a fazer paineis e montem-nos e parques de estacionamentos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122644	Discordância	Penso que sobretudo as populações das zonas afetadas têm uma palavra a dizer e os seus legítimos interesses devem ser tidos em conta. Embora seja importaste implementar as energias renováveis, terá que ser analisado o seu impacto ao nível das paisagens e dos ecossistemas, ouvindo as populações e os biólogos. O estudo dos impactos deve ser divulgado de forma clara, sem entrelinhas. Não às minas que esventram a terra, não ao mar de painéis solares em terrenos férteis, não às eólicas implantadas em todos os cumes das serras. Acima de tudo, importa o respeito pela Natureza!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122643	Discordância	Estão a destruir a natureza!!!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122642	Discordância	Discordo da implementação deste programa na forma como está prevista, por considerar que a instalação de grandes zonas destinadas a energias renováveis pode ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, na atividade agrícola e na qualidade de vida das populações locais. Defendo a transição energética, mas esta deve ser feita de forma equilibrada, privilegiando áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios e parques de estacionamento, evitando a ocupação de solos agrícolas e áreas de elevado valor ecológico. É essencial garantir uma maior proteção do território e uma verdadeira participação das comunidades afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122641	Discordância	Contributo à consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Na qualidade de residente em Santa Cruz da Trapa e Manhouce (São Pedro do Sul, Viseu), venho manifestar a minha preocupação relativamente a uma das áreas propostas no "Mapa Verde", localizada num terreno situado do outro lado do vale, diretamente em frente à minha residência. Apoio a transição energética e a descarbonização do país. Contudo, entendo que estes objetivos não devem concretizar-se à custa da paisagem, do território e da qualidade de vida das populações locais. A área identificada nesta proposta abre a porta a projetos de grande dimensão, de carácter industrial, com impactos significativos e permanentes no meu território imediato, nomeadamente: — Impacto visual e na paisagem: a instalação de infraestruturas de grande escala descaracteriza uma paisagem de vale com elevado valor cénico e identitário, visível a partir de habitações e do espaço público. — Impacto ambiental e no uso do solo: a ocupação de solos agrícolas e florestais compromete recursos naturais essenciais à economia e ao equilíbrio ecológico local. — Incómodos associados: projetos desta natureza podem gerar ruído, reflexos luminosos, efeitos eletromagnéticos e outros incómodos que afetam diretamente quem vive nas proximidades.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122640	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122639	Discordância	Não estou de acordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122638	Discordância	Considerando que o que se pretende é acelerar os processos de implantação de painéis, cujo nome dourado diz-se de "Energia Verde" não deve ter como ponto principal de exclusão, a avaliação de impacte ambiental e com isto o controlo público dos locais de instalação destes, já que está, deve ser analisado caso-a-caso. Situações similares ao observado na Herdade da Torrebela, em que animais foram dizimados e árvores centenárias e vegetação arrasados, que provocam danos que colocam populações em perigo real, como neste inverno, cuja barragem esteve em risco de rebentamento, devem ser proibidas. O consumo elétrico de forma desmedida não pode, nem deve ser explicação para causar danos irreparáveis no nosso ambiente hipotecando o futuro do nosso país e dos nossos filhos... Querem acelerar processos? Trabalhem por objetivos, simplifiquem procedimentos, mas não os anulem, nem anulem o nosso pais e equilíbrio ambiental a troco de exigências burocratas porque se a Terra morrer, sejas pobre ou rico, vais morrer também.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122637	Discordância	Energias renováveis sim estragar a paisagem e os campos não, usem os telhados das cidades	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122636	Discordância	Totalmente desacordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122635	Discordância	Discordo com o acanço desta medida, sem estudo de impacto ambiental. Não foram disponibilizados os mapas atempadamente. Não sabem o impacto devastador desta medida!	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122634	Discordância	Acabei de participar com a minha TOTAL DISCORDÂNCIA das ZAER que não será mais do que uma via verde para plantarem painéis solares e eólicas neste país. UMA VERGONHA e TRISTEZA. Temos até dia 15 de Julho para o travar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122633	Sugestão	A Ordem dos Biólogos considera que a aceleração da implantação de energias renováveis deve assentar numa seleção territorial preventiva, cientificamente sustentada e verificável. As ZAER não podem resultar apenas da exclusão de áreas formalmente protegidas ou da ausência de registos cartográficos. Devem corresponder a áreas de baixo conflito efetivamente demonstrado, com conhecimento suficiente sobre espécies, habitats, conectividade, serviços dos ecossistemas, paisagem, solo, água e efeitos cumulativos. A proposta deve integrar todos os corredores ecológicos oficiais, áreas prioritárias de conservação e restauro, infraestruturas associadas e pressões existentes, bem como prever normas vinculativas, monitorização com situação de referência e gestão adaptativa. Em sumula, a simplificação administrativa é aceitável quando reduz incerteza sem reduzir a exigência ambiental. Anexo documento de análise. ZAER - Zonas de Aceleração de Energias Renováveis - são áreas do território que o Governo quer reservar para instalar grandes parques solares e eólicos. No interior de Portugal, foram marcados milhares de hectares de campos, montes e florestas como "zonas prioritárias"	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122632	Discordância	O problema não é a energia renovável. É a que custo engajaremos na transição verde. Os projetos instalados nestas zonas ficam isentos da avaliação ambiental obrigatória - o estudo que analisa os impactos de cada projeto - ignorando as particularidades de cada território. Ou seja: menos proteção, aprovações mais rápidas, e as consequências - paisagem destruída, solos artificializados, biodiversidade perdida - ficam para as comunidades locais suportarem, sem nunca terem sido consultadas e sem nenhum retorno para a região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122631	Discordância	Em discordância absoluta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122630	Discordância	Discordo. Há informaçao omissa e o projeto não cumpre criterios minimos de sustentabilidade. A transição energética não pode ser feita à custa da natureza e da biodiversidade. Há soluções melhores que não têm este impacto significativo no ambiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122629	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122628	Concordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122627	Discordância	Rejeito estritamente a construção de quaisquer parques solares e eólicos, tanto na nossa região como em outras regiões de Portugal. Os efeitos devastadores devem agora ser conhecidos por todas as pessoas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122626	Discordância	A implementação de painéis solares não deverá ser em zonas verdes e agrícolas com forte impacto ambiental. Deverá ser procura uma alternativa que não cause tanto impacto como telhados de casas, parques de estacionamento, coberturas de zonas industriais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122625	Discordância	Queremos energias verdadeiramente verdes, que respeitem a natureza ,mantendo-a e enaltecendo-a! E não esta que destroí inteiros ecossistemas, para que seja implementada, inundando paisagens com painés e materiais que se tornam tóxicos e degradam-se em lixo irrecuperável, interferindo negativamente com o local onde é construída. Precisamos sim de educação ambiental que mostre como viver em harmonia com o meio ambiente sem produzir quantidades absurdas e constantes de lixo, e consumindo desmesurada e desnecessariamente! Há formas simples e naturais de produzir e manter energia, implementemos essas!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122624	Discordância	Não estou de acordo que este documento substitua os estudos de impacto ambiental	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122623	Discordância	A falta de informação e estudos de impacto ambiental e social a longo prazo, faz me por em causa toda esta temática. Eu não pretendo que a minha volta se deixem de ouvir os pássaros , nem que falte a sombra de uma árvore.. Sei que para muitos cidadãos o mais importante é terem carga nos seus telemóveis, e aparelhos tecnológicos. Mas a mim, para a minha sobrevivência e para a continuidade da minha família, sei que o mais importante é caminhar de braço dado com a natureza. Sei que estamos a caminhar em sentido oposto ao da evolução. É que não sei se já se aperceberam, mas quando não houver uma única árvore neste planeta, também não vai haver oxigénio ..	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122622	Discordância	Discordo. Este não é o tipo de energia alternativa que queremos. É mal para o território e para as pessoas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122621	Discordância	Quem muito simplifica sempre complica, diz a sabedoria popular. Após leitura do que se pretende neste programa percebe-se claramente que não se fundamenta na optimização dos processos de decisão mas sim na perigosa dispensa de procedimentos, nomeadamente das fundamentais avaliações de impacto ambiental, fundamentais para a proteção do futuro. Não oferece garantias de protecção do patrimonio territorial e ambiental, das comunidades locais e participação democrática, facilitando de forma descarada interesses económicos com a promessa enganadora da transição energética. O programa deveria contemplar e expressar: - definição exacta do território afectado, com exclusão de áreas ambientalmente sensíveis que só estudos "honestos" de impacto ambiental podem definir - limites estritos e bem definidos à concentração de projectos numa mesma região, - medidas vinculativas de proteção da fauna/flora inevitavelmente afectada por este tipo de projectos, assegurando protecção efetiva da biodiversidade - apreciação dos efeitos cumulativos dos diferentes projectos e das infrastruturas associadas, nomeadamente vias de acesso - preservação da proteção de zonas húmidas sem atentados diretos ou indiretos aos Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas - obrigatorieadade de participação pública em todas as fases de implementação e em todos os projectos de implantação de energias renováveis - priveligiar/optimizar/esgotar soluções descentralizadas e ainda claramente não promovidas, como a utilização de áreas já artificializadas, antes de recurso a áreas de território natural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122620	Discordância	Não à destruição dos ecossistemas em detrimento dos paineis solares!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122619	Discordância	Venho por este meio de mostrar a minha discordância neste programa que destrói zonas ecológicas e agrícolas para aumentar a implantação de Energias Renováveis. Não sou contra as Energias Renováveis, sou a favor em telhados de habitações ou de empresas, mas sou contra quando afeta o solo não permitindo o crescimento de árvores e plantas nativas, sou contra quando não impede o aumento da agricultura sustentável. Novamente reforço sendo Portugal um país pequeno principalmente importador de várias matérias primas será importante valorizar mais o solo e aumentar a sua rentabilidade para a agricultura. Atenciosamente Ana Rita	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122618	Discordância	Embora reconheça a importância da transição energética e da expansão das energias renováveis, considero que a proposta de Plano de Afetação para as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) não apresenta fundamentação técnica, ambiental e territorial suficiente para justificar a aplicação do regime de aceleração previsto na Diretiva RED III. Persistem lacunas na metodologia de delimitação das ZAER, na Avaliação Ambiental Estratégica, na avaliação dos impactes cumulativos e da capacidade de suporte do território, bem como na consideração das especificidades ecológicas de regiões como o Algarve e o Alentejo. A proposta também não demonstra de forma clara a prioridade à utilização de áreas artificializadas ou já infraestruturadas, nem disponibiliza cartografia georreferenciada de detalhe que permita uma avaliação rigorosa das áreas propostas. Por estes motivos, considero necessária uma revisão substancial do PSZAER e apresento parecer desfavorável à sua aprovação na forma atual.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122617	Discordância	Plante-se árvores, mas é.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122616	Discordância	Venho manifestar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que este programa representa uma alteração profunda na forma como o território nacional poderá ser ocupado, privilegiando a instalação acelerada de grandes infraestruturas energéticas sem que exista um debate público proporcional à dimensão das suas consequências. A designação de "zonas de aceleração" suscita preocupação por transmitir a ideia de que a rapidez do processo passa a ser um objetivo em si mesmo. Quando estão em causa paisagens, ecossistemas, solos agrícolas, património natural e comunidades locais, a prioridade deve ser a prudência, a transparência e a avaliação rigorosa de todos os impactes, e não a aceleração administrativa. A transição energética não pode justificar a industrialização crescente do território nem a substituição de uma forma de pressão ambiental por outra. Produzir energia limpa não é suficiente se o processo implicar perda de biodiversidade, fragmentação de habitats, degradação da paisagem ou conflitos com atividades agrícolas e florestais. Preocupa-me igualmente que decisões desta dimensão possam afastar-se das populações diretamente afetadas. As comunidades locais devem ter uma participação efetiva nas decisões que alteram profundamente os territórios onde vivem e trabalham.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122615	Discordância	Defende uma política energética que privilegie a eficiência energética, a redução do consumo, o Discordo com a definição das áreas propostas neste projecto. Pois são em grande parte territorios não artificializados, sendo que o projecto irá fragmentar o território, os habitats e a natureza, tendo impacto também nas comunidades locais e ecossistemas, tanto pela implementação propriamente dita como pela criação das infraestruturas complementares necessárias para este tipo de projectos. Contudo também julgo que a informação disponível não é suficientemente acessível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122614	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que este programa, tal como está proposto, não assegura um equilíbrio adequado entre os objetivos energéticos e a proteção do território. A definição de zonas de aceleração pode comprometer a preservação da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações, sobretudo nos territórios do interior. Existe ainda o risco de concentrar nestes concelhos os impactos ambientais e sociais dos projetos, sem que os benefícios para as comunidades locais sejam proporcionais. Defendo que a prioridade deve ser dada ao aproveitamento de coberturas de edifícios, áreas industriais já artificializadas e outras soluções de produção descentralizada, reduzindo a ocupação de solos com elevado valor agrícola, ecológico ou paisagístico. Solicito, por isso, que o programa seja revisto, reforçando a participação das populações, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos interesses das comunidades locais, para que a transição energética seja verdadeiramente justa, equilibrada e sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122613	Discordância	Ao se pode criar um impacto desta natureza sem a concordância das populações envolvidas! Isto é negócio puro e simples, concordo plenamente com energias renováveis, mas não em substituição de paisagem	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122612	Discordância	Acredito que seja possível encontrar alternativas que não passem pela desflorestação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122611	Discordância	A aplicação dos painéis deve ser efectuada nos telhados e nunca nas terras! A insistência em fazer as coisas de forma errada onde, claramente, o ambiente, a sociedade e o planeta saem prejudicados.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122609	Discordância	Eu, Pedro Fabião da Silva Pinto, nº CC 11872460, residente em Lisboa, Freguesia de Campo de Ourique, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122608	Discordância	As áreas ocupadas com painéis são .demasiada. não se vê na prática a aplicação de medidas que minimizem o impacto destas grandes áreas. Não há uma preocupação em criar corredores verdes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122606	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122605	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em particular no que respeita à instalação de grandes centrais solares em zonas rurais. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que a expansão das energias renováveis deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a biodiversidade, a paisagem e as comunidades locais. A instalação de grandes parques solares em áreas rurais implica a ocupação de extensas superfícies de solo, frequentemente agrícolas ou com elevado valor ecológico, contribuindo para a fragmentação dos habitats naturais, a diminuição da biodiversidade e a alteração irreversível da paisagem. Estas transformações afetam também a qualidade de vida das populações, o património natural e o potencial turístico das regiões. Adicionalmente, a concentração da produção de energia em grandes centrais promove um modelo centralizado que exige novas infraestruturas elétricas e linhas de muito alta tensão, aumentando igualmente os impactos ambientais e sociais. Considero que Portugal deveria privilegiar, em primeiro lugar, soluções de menor impacto, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, aproveitando espaços já ocupados em vez de converter solos rurais e naturais. Este modelo de produção distribuída reduz a necessidade de ocupar território adicional, aproxima a produção do consumo e reforça a resiliência da rede elétrica.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122602	Discordância	A aceleração da implantação de energias renováveis não pode passar por cima da vontade das populações afetadas, da mesma forma que não deve passar por cima das devidas certificações e estudos de impactos ambientais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
122601	Discordância	O parecer desfavorável é a unica resposta correcta a este atentado a natureza Portuguesa e a qualidade de vida do comum cidadão. Não a destruição do nosso país para fins económicos!	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
122600	Discordância	Não podemos aceitar um tratamento aleatório. O nosso território tem de ser protegido e toda a sua biodiversidade.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
122599	Discordância	Nao concordo	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122598	Discordância	Não aceito este programa	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122597	Discordância	Entendemos a necessidade urgente de Portugal ser autónomo em termos energéticos e a necessidade de mitigar as emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, é com muita preocupação que a nossa associação analisa a proposta do PSZAER uma vez que este poderá ter um impacte significativo com efeitos irreversíveis a muito longo prazo. 1- Consideramos que a presente consulta pública deveria ser acompanhada por uma apresentação dos objetivos e aspetos relevantes para as populações, de forma mais clara, atempada, documentada e com base numa espacialização concreta dos projetos nos diferentes territórios. 2- O simples facto de se pretender acelerar é preocupante porque indicia falta de rigor. 3- Entendemos que os projetos em zonas urbanas possam ser céleres e que possam ser estes os primeiros a escalar os objetivos de implementação de renováveis, nomeadamente solar. Aliás, consideramos que os objetivos de produção descentralizada de energia solar são pouco ambiciosos e que deveria ser a produção descentralizada a contribuir com a maior fatia. Parece-nos urgente promover as comunidades energéticas e subsidiar a autossuficiência urbana. 4- Achamos também fundamental que sejam aproveitadas infraestruturas existentes para a instalação de painéis fotovoltaicos, nomeadamente as autoestradas, onde eventualmente os processos de licenciamento possam ser simplificados sem mais impacte nos ecossistemas. Lembramos que o observatório da Energia da ADENE divulgou que as autoestradas portuguesas apresentam um potencial de produção de fotovoltaico de 13,7 GW. 5- Relativamente às zonas rurais os mapas de ZAER para solar e eólico abrangem zonas protegidas apesar de estas não apresentarem potencial nos quadros apresentados posteriormente. Entendemos que as ZAER vão respeitar as zonas com proteção, mas as zonas limítrofes serão submetidas a grande pressão. Concretamente, no que respeita a Reserva da Biosfera Meseta Ibérica, que abrange zonas sem proteção específica, a PSZAER coloca esta reserva em risco. Consideramos que as zonas de reserva internacional como as da UNESCO, FAO, etc. deveriam ser salvaguardadas também, não só pelo seu valor patrimonial reconhecido internacionalmente, mas também pelo valor que estes reconhecimentos representam para a economia local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122596	Discordância	Existe outras formas de colocação dos painéis em vez da destruição da floresta e sua vegetação. Não concordo com a destruição da mesma.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122595	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122593	Discordância	se o objectivo é proteger a natureza, usando energias renovaveis, nao faz sentido destruir a natureza para o fazerem : abate de arvores, destruição de ecossistemas, empobrecimento da terra, para além da cobertura dos espaços naturais com placas solares desconfigurando toda a nossa paisagem maravihosa. E portanto contraditorio o que é proposto. Podem colocar as placas solares no topo de edificios, telhados das casas, estruturas que já existam, nas pontes, há certamente inumeras opções se estiverem abertos a outras possibilidades que não a destruição do nosso país. E IMPENSÁVEL imaginar sequer a nossa paisagem verdejante coberta de placas, matando o ecossistema e os animais que vivem nesses lugares. Secando os terrenos. Mudando os cursos de agua...os impactos negativos sao inumeros e profundos. Espero que de facto vivamos numa democracia, pois o POVO PORTUGUES, já se pronunciou contra. A não ser que o governo tome decisões contra a vontade do povo e entao finalmente se perceba que nao vivemos numa democarcia. porque nao fizeram um REFERENDO? Numa democracia escuta-se a vontade do POVO!!! Deixo um NAO Gigante a esta insanidade que querem implementar para destruir o nosso pais, a nossa paisagem a nossa identidade1!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122592	Discordância	Duscordo deste programa pelas previsíveis consequências negativas para as populações Voto contra!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122591	Discordância	Não concordo com o exposto, considerando infundamentados, demagógicos e perigosos os argumentos que sustentam este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122590	Discordância	Parecer em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122588	Discordância	não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122587	Sugestão	Consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Pronúncia do Município do Crato	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122586	Discordância	Os painéis solares devem ser colocados nos telhados ou em pequenas zonas, e não destruir florestas e biodiversidade que ajudam a combater as alterações climáticas! Isso está mais do que provado e divulgado pela comunidade científica. Isto assim não é transição energética, é a destruição total do território e do futuro das populações, para dar lucro a poucos de grandes empresas. Só pode ser classificado como corrupção política!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122583	Discordância	Ver anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122581	Discordância	Apesar de ser a favor da energia renovável e da transição energética, identifico neste programa graves questões que irão implicar impactos negativos no território nacional, manifestando assim a minha discordância. Passo a descrever: - grande concentração das zonas de implementação de mega projetos de energia renovável no interior do país (sendo este o local onde há menor consumo de energia) - zonas já artificializadas e que deviam ser as primeiras a ser exploradas, porque são as mais próximas das zonas de consumo, não estão totalmente identificadas como zonas de implementação - as medidas propostas não estão alinhadas com os objetivos de sustentabilidade e soberania, mas sim alinhadas com a exploração de mega projetos que em nada beneficiam as populações locais - estão incluídas no programa áreas correspondentes a zonas sensíveis e protegidas - a supressão da obrigação de avaliação de impacte ambiental abre graves precedentes, que irão permitir o licenciamento e construção sem avaliar os reais impactos no território e na biodiversidade, desvalorizando os impactos ambientais, socio económicos e de saúde publica, impedindo ainda a participação pública nos processos - não é tido em conta o fator acumulação de impactos pela presença de largas zonas de implantação de energias renováveis - a proposta não identifica as entidades responsáveis pelo desmantelamento da exploração, tratamento de resíduos e restauro ecológico dos terrenos utilizados	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122580	Discordância	Neste sentido considero pertinente e necessário: - fazer incidir a totalidade do mapa ZAER sobre áreas já artificializadas (coberturas, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas de transporte, minas abandonadas, aterros) Ver documento em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122579	Discordância	Na qualidade de munícipe residente no concelho de Oleiros, manifesto discordância e solicito a revisão do PSZAER, por entender que, tal como está desenhado, o programa privilegia a rapidez e a escala de implantação de grandes projetos renováveis em detrimento da proteção da natureza, da coesão territorial e da participação pública efetiva. Embora a aceleração das energias renováveis seja necessária, essa aceleração não pode ser feita à custa dos territórios de baixa densidade, nem à revelia das populações que aí vivem e trabalham, levantando dúvidas quanto à compatibilização entre expansão energética, proteção ambiental e respeito pelos instrumentos de gestão territorial. Defende-se que as centrais de maior dimensão sejam prioritariamente localizadas em áreas já artificializadas (corredores viários e ferroviários, zonas industriais, coberturas urbanas, parques de estacionamento), enquanto no mundo rural a energia renovável deve privilegiar soluções de pequena escala, articuladas com pequenas unidades agrícolas, florestais ou agroflorestais, reforçando a sustentabilidade económico-financeira sem descaracterizar a paisagem. Solicita-se que o PSZAER integre salvaguardas obrigatórias como participação pública antecipada e influente, planos de benefícios locais transparentes, mecanismos de partilha de valor, proteção de recursos naturais, restauro ecológico com compromisso de desativação e recuperação integral das áreas, criação de emprego local estável e reforço da resiliência energética, garantindo assim uma transição energética justa, equilibrada e coerente com os ODS.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122578	Discordância	Nao concordo pelo brutal impacto ambiental e suas consequencias	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122577	Discordância	PORTUGUESE* Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122576	Discordância	Com tantos tetos « mortos » de parking, supermercados, fábricas porque ir utilisar terrenos « vivos » para a implantação « privadas » de energias renováveis ??? NÃO CONCORDO !!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122575	Discordância	O programa que querem implementar vai destruir a imagem paisagista de alta qualidade que temos no planalto mirandês, vai interferir no impacto visual e sonoro, bem como vai interferir na alteração da fauna, afetando essencialmente as aves e os morcegos. Os parques eólicos alteram os ecossistemas. Vejo mais desvantagens do que vantagens. Costumo procurar nesta zona o refúgio, de ótima qualidade, local tranquilo, com natureza de excelência, possibilidade de observar variados animais no seu habitat natural. Promoção de qualidade de vida deve ser defendida e não destruída!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122574	Discordância	Não sou contra as energias renováveis, mas rejeito a sua implantação à custa da destruição do território e da violação dos direitos dos proprietários. A classificação de uma área como ZAER não deve legitimar a ocupação de propriedade privada, nem a imposição de servidões, sem o acordo expresso dos proprietários, mesmo quando exista autorização do Estado. O programa deve dar prioridade efetiva e vinculativa a telhados, zonas industriais, estacionamentos e terrenos já artificializados ou degradados. Montes, florestas, solos agrícolas e áreas com valor ecológico, paisagístico ou comunitário devem ser protegidos. A desflorestação e a desmatação não podem ser tratadas apenas como impactos a minimizar, devem constituir critérios de exclusão sempre que existam alternativas. A transição energética só é sustentável quando respeita o território, a biodiversidade, as populações locais e o direito de propriedade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122573	Discordância	Discordo em absoluto com esta iniciativa lesiva aos interesses dos portugueses e do meio ambiente. Qualquer equipamento de captação de energia solar deverá ser instalado em edifícios e parques de estacionamento, nunca em zonas verdes.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122572	Discordância	Este projecto é a machadada final no interior do país, nomeadamente no centro onde se concentra o maior número de projectos. O efeito cumulativo destes projectos põe em causa todos os esforços de particulares e municípios que até agora têm investido e defendido estes territórios, contra tudo e contra todos, nomeadamente do governo central (percebe-se agora o porquê dos incêndios em 2025) e coloca ainda mais em risco uma população já de si envelhecida (menor vegetação e arborização implica um aumento de temperatura a somar ao aumento de temperatura que os próprios parques solares produzem à sua volta). Implica a desvalorizaçáo económica do próprio território, de investimentos futuros na área da agricultura, turismo e habitação, a descaracterização e perda da sua paisagem, identidade e memória e compromente a nossa biodiversidade, nomeadamente fauna e flora com perda de habitats e maior mortandade e tão ou mais importante, compromente as nossas linhas de água, tornando a paisagem ainda mais seca e estéril. Ao contrário dos que nos querem fazer crer estes projectos acarretam muito mais prejuízos do que benefícios para as populações com perdas irreparáveis a todos os níveis. O interior não está â venda e não pode ser usado como cobaia dos interesses europeus. O interior tem vida e quer continuar a viver, as nossas populações merecem respeito, dignidade e qualidade de vida, por tudo aquilo que fizeram até hoje pelas nossas terras e por continuarem a representar e a proteger a essência de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122571	Discordância	Não concordo com a destruição florestal para implementar painéis solares e ventoinhas eolicas... no futuro respiramos o oxigénio que os painéis vão libertar... para não falar que vão deixar de existir espécies à conta disso e ninguém se importa... existe outros locais, como os grandes centros urbanos, a faixa separadora das autoestradas, as linhas ferroviárias, entre outros, onde se pode instalar os painéis sem causar tanto impacto... Não aos painéis solares e ventoinhas eólicas nas nossas florestas e campos agrícolas e zonas rurais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122570	Discordância	por favor, veja o arquivo em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122569	Discordância	Eu, Fernanda Lannurien, residente em Évora, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122568	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122567	Sugestão	Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Defendemos a proteção da natureza e as energias renováveis. Vivemos com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e tentamos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um carro é um meio de transporte útil; mas milhões de carros concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. Não se trata de ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim de encontrar uma dimensão e uma localização que sejam compatíveis com a proteção das pessoas, dos animais, da paisagem e da natureza. Neste projeto, estão previstas, no total, 18 turbinas eólicas no concelho de Odemira. Na literatura científica, são descritos potenciais impactos relacionados com o ruído, o infrasom, a projeção de sombras, as alterações paisagísticas e a qualidade de vida da população que vive nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122566	Discordância	Discordo completamente desta obliteração do poder público.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122565	Discordância	Lamentável, o que fazem para ultrapassar o legalmente correto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122564	Discordância	Discordo com a implementaçao de paineis solares ou outra energia renovável	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122563	Discordância	Como cidadão Português, preocupa-me a dispensa de detalhados e fundamentados pareceres de ordem ambiental. Simplificar processos desta natureza não é o caminho para o futuro saudável deste País, nem para o futuro optimista do conjunto da Europa.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122562	Concordância	0	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122561	Discordância	Exmo(a) Senhor(a) Coordenador(a) da EMER 2030, Manifesto a minha discordância relativamente à proposta apresentada na presente Consulta Pública para o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a mesma não demonstra ter sido precedida de uma avaliação suficientemente integrada das características ambientais, climáticas, agrícolas, paisagísticas e patrimoniais das Regiões, especificamente no que concerne ao Nordeste Transmontano/Planalto Mirandês. Este território possui uma identidade ecológica e cultural única em Portugal, caracterizando-se por um clima já fortemente condicionado por temperaturas elevadas durante o verão, precipitação reduzida e irregular, solos frequentemente pouco profundos e uma crescente vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas. Estas características deveriam justificar uma abordagem particularmente prudente na definição de áreas destinadas à instalação de infraestruturas fotovoltaicas de grande dimensão. A documentação disponibilizada não evidencia de forma clara que tenham sido estudados os impactos cumulativos que poderão resultar da ocupação de extensas áreas do território com centrais fotovoltaicas e eólicas e respetivas infraestruturas associadas, como caminhos de acesso, subestações, linhas elétricas e áreas técnicas. Preocupa-me igualmente a potencial ocupação de solos agrícolas e de pastagens que desempenham um papel essencial na economia local, na produção agropecuária e na preservação das raças autóctones, constituindo igualmente um elemento fundamental da paisagem tradicional do Planalto Mirandês. Considero ainda indispensável uma avaliação aprofundada dos efeitos que estas transformações poderão ter sobre a biodiversidade regional. O Nordeste Transmontano alberga espécies protegidas e habitats de elevado interesse para a conservação, incluindo aves estepárias, aves migratórias, a cegonha-preta, morcegos, aves de rapina e outras espécies cuja sobrevivência depende da continuidade e qualidade dos ecossistemas existentes. A paisagem do Planalto Mirandês representa igualmente um património natural, histórico e cultural de valor	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122560	Discordância	Discordo Exposição de Discordância: Impacto Ambiental da Implementação de Parques Fotovoltaicos no Concelho de Évora	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122559	Discordância	Assunto: Discordância fundamentada face à instalação massiva de centrais fotovoltaicas em áreas sensíveis de Évora. Venho por este meio expressar a minha profunda preocupação e oposição à instalação desregrada e massiva de painéis solares em áreas agrícolas e naturais do nosso concelho. Embora a transição energética seja uma necessidade global, esta não pode, nem deve, ser feita à custa da destruição da biodiversidade local e da integridade dos nossos ecossistemas. A ocupação de vastas áreas — equivalentes a várias dezenas de campos de futebol — por estruturas metálicas e vidro, resulta numa fragmentação irremediável do habitat, com consequências diretas para a fauna e flora locais: Impacto nas Aves e Espécies Protegidas: A zona de Évora é um corredor biológico de importância vital para diversas espécies de aves rupícolas e estepárias (muitas delas em estado de conservação vulnerável). A vedação e a instalação de painéis criam barreiras físicas que impedem a circulação, provocam colisões e destroem as zonas de alimentação e nidificação. Ameaça aos Morcegos: Ao contrário do que muitas vezes se ignora, os morcegos desempenham um papel ecológico crucial no controlo de pragas agrícolas na região. A construção nestas áreas causa a perturbação	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122557	Discordância	A ocupação de vastas áreas de terreno pode levar à destruição de habitats naturais, à redução da biodiversidade e à alteração da paisagem. Para as populações locais, podem surgir preocupações relacionadas com o impacto visual, a perda de terrenos agrícolas e a possível desvalorização de propriedades próximas. Por isso, é fundamental que estes projetos sejam cuidadosamente planeados, avaliando os seus benefícios energéticos mas também os seus impactos ambientais e sociais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122556	Discordância	Proteccão integral das florestas portuguesas. Não aos paineis solares e eolicas em detrimento de agendas climáticas ou energias limpas que só vem enganar a população.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122555	Discordância	Na minha opinião é prejudicial por questões socioeconómicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122554	Discordância	Totalmente contra a destruição da nossa natureza e mundo rural mascarada de transição energética e "energias verdes" a transição energética é uma farsa quando feita pelas mesmas empresas que nos trouxeram aqui usando o mesmo sistema económico de exploração ao máximo dos recursos naturais. Não vamos aceita nunca esta farsa! Ninguém local beneficia com estes ataques contínuos e destruição das nossas terras que vemos invadidas de postes de alta tensão. Centrais que vão alimentar as estações da Galp e BP e os datacentre gigantes que no guem quer. Ninguém quer mais digital, mais robots ou viver em Marte. Queremos paz queremos natureza e acima de tudo mais árvores que absorvem CO^2 . A destruição do nosso país está a ser vendida barata, somos cada vez mais pobres e explorados. NÃO A ESTA DESTRUICAO DESENFREADA! BASTA	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122553	Discordância	A transição ambiental não pode ser feita à custa da destruição dos ecossistemas. As energias renováveis não podem colocar em causa os habitats naturais, os recursos naturais, nem alterar a qualidade de vida que ainda existe nas zonas rurais. O território é parte integrante do património natural e fundamental de um país. De maneira nenhuma, sob pretexto algum, pode ser alienado e destruido. As propostas que apresentam para ZAER são de cariz empresarial e negocial. Nada tem a ver com preservação da natureza. Coincidentemente, a área ardida é onde o Governo (aparentemente conservador) quer implementar as ZAER. Não. Não queremos a destruição do território, seja por alterações climáticas, seja por "economias renováveis".	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122552	Discordância	O Estado não pode alienar de nenhuma maneira qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce (Constuição da Republica Portuguesa, art 5º, nº 3) Não concordo, plantem árvores, diminuam a criação de bovinos, já são dos factores para as alterações climáticas, a energia supostamente verde tem uma pegada imensurável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122551	Discordância	Não há energias verdes se forem á custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem natural e identitária de Portugal	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122550	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta de criação de Áreas de Aceleração para parques fotovoltaicos. Considero que este processo não foi devidamente divulgado nem explicado às populações potencialmente afetadas, limitando uma participação pública verdadeiramente informada. Uma decisão com impactos tão significativos no território, na agricultura, na paisagem e na qualidade de vida das comunidades exige maior transparência, informação acessível e um debate público alargado. É profundamente preocupante que estejam a ser considerados vastos hectares de solos agrícolas e cultiváveis para a instalação de painéis fotovoltaicos. A transição energética é essencial e deve ser promovida, mas não à custa da destruição de solos férteis, da atividade agrícola e dos ecossistemas que importa preservar. A proteção da biodiversidade e do ambiente não pode ser alcançada através da ocupação indiscriminada de terrenos agrícolas. Existem alternativas, como a instalação de painéis solares em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas, que devem ser prioritárias antes da utilização de solo com elevado valor agrícola. Solicito que este processo seja revisto, que seja assegurada uma participação pública efetiva e devidamente informada e que os critérios de seleção das áreas privilegiem a proteção dos recursos naturais, da agricultura e das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122549	Discordância	Não estou de acordo com destruir património de florestas e árvores centenárias para colocar painéis solares. Plantem árvores e aprendam como cuidar do planeta com as pessoas que trabalham com Permacultura e agro-florestais 👌	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122548	Discordância	Precisamos é de árvores, todos nós tínhamos mais qualidade de vida antes de toda este tipo de destruição e tecnologia. Sou contra a destruição da Natureza, lembrem se que o Homem pertence à Natureza, somos também animais.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122547	Discordância	Não concordo com a gestão desastrosa que estão a tentar implantar no nosso País. As energias renováveis são necessários mas a que custo?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122546	Discordância	Estamos numa fase em que proteger a natureza é crucial para garantirmos a sobrevivência das espécies nacionais e das nossas florestas. O egoísmo é a ganância das grandes indústrias ganham anualmente terreno com estas legalizações que tentam passar invisíveis aos olhos de todos. Não podemos permitir!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122545	Discordância	Discordância total. Necessitamos de um Portugal mais cuidado	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122544	Discordância	As energias renováveis não têm que ser concretizadas à custa da destruição do habitat natural e do espaço rural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122543	Discordância	Um erro... não é a destruir a natureza que se constrói um mundo melhor, os parques individuais de painéis solares são um erro, não fazem sentido.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Boa tarde	Obrigada pela sua participação.
122542	Discordância	A protecção da Biodiversidade é uma questão existencial, a par do combate às alterações climáticas Dela raramente se fala e muito menos se implementam políticas sérias e coordenadas entre os .diversos ministérios. Este momento é dramático para a qualidade da paisagem e do território. Anexo documento com o qual concordo e que resume a análise deste programa. Reitero pontos-chave: - Estas ZAER, segundo os documentos expostos, ocupam 440 mil hectares em território nacional, algo que a própria Direcção Geral do Território (DGT) considerou muito superior ao necessário para cumprir as metas de 2030: 7% do país poderá ser ocupado por projectos sem Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). - Para além das áreas onde o licenciamento se pretende simplificado, continuarão a poder ser implantados projectos de energias renováveis em outras zonas do território no quadro do regime de AIA. - Confirma-se a existência de diversos pareceres negativos como o do Património Cultural-IP, da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Associação Nacional de Municípios, de várias câmaras municipais etc.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122541	Discordância	Evolução sim nas energias renováveis, não à destruição do nosso património florestal e biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122539	Discordância	Inês Filipa Avó Nobre, residente em Barreiro, Setúbal, Portugal venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122538	Discordância	Discordo na totalidade com este projeto o Alentejo precisa de projetos que nos ajudem a nós alentejanos, não de uma central nuclear preparada para nos prejudicar ainda mais! Deixo aqui escrito se o responsável por este projeto sabe das temperaturas que se fazem sentir aqui por o Alentejo principalmente no verão!!! Não acho coerente todos sermos prejudicados com um negócio que ninguém pediu e ninguém sabe ao certo para que vai servir, mas que só 1 vai lucrar e todos nós que moramos por cá vamos sentir!!!! DISCORDO TOTALMENTE	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122537	Discordância	Muito obscuro, pouca informação	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122536	Discordância	This would impact the nautral beauty and much needed tourism of the Central region.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122535	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122534	Discordância	A aceleração e expansão do consumo energético não pode ser mascarada de transição, por um governo que quer apenas servir os interesses da economia, ignorando profundamente a ecologia de cada lugar e população e as necessaidades reais das comunidades. A transição passa por uma transformação profunda da relação com os ecossistemas e paisagens, respeitando-os e valorizando-os, e nunca pela sua destruição para a implantação de projetos que pretendem servir esta economia do crescimento infinito. Por esta razão discordo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122532	Discordância	Defendo que esta abordagem deve ser melhor discutida no âmbito da multidisciplinaridade de organizações ambientais e humanitárias com preocupações genuínas, pois os recursos naturais não são infinitos, existindo uma problemática séria em relação à sustentabilidade de gerações futuras e à prosperidade dos ecossistemas, que contribuem para o nosso bem-estar (bem como existem hábitos de consumo energético desmedidos que devem ser reflectidos em comunidade e na sociedade). É imperativa uma melhor integração da nossa espécie com o seu meio natural, de forma a não acelerar ainda mais o impacto das populações humanas nos ciclos da natureza, dos quais dependemos para nos sustentarmos. Esta integração consciente poderá procurar vias alternativas à implementação massiva de "energia verde", que alteram a nossa paisagem de forma aguda e, por consequência, a presença essencial dos seus elementos constituintes.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122531	Discordância	Por afetar drasticamente todo o ecossistema e equilíbrio da identidade da nossa area rural. Vai afetar a longo prazo a area em questão e prejudica a qualidade de vida dos seus habitantes e a fauna e flora da região nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122529	Discordância	Incrível como em Portugal tudo é permitido. Um país que podia ser um exemplo para o resto do mundo, um país tantas vezes elogiado por ser um jardim na europa, agora somos um jardim de aéolicas e de painéis solares. Energias renováveis? à custa das nossas florestas centenárias? Porque não cortam os eucaliptos e colocam lá os paineis? Quem deu permissão para fazer deste país uma prostituta dos interesses das grandes corporações? De interesses económicos estrangeiros e da ganância e corrupção dos muitos políticos portugueses? Os portugueses sabem muito bem que a maioria dos fogos s´ão de origem criminosa, antes era o negócio da madeira e dos contratos milionários para apagar fogos. Hoje o negócio dos fogos tem mais uma vertente: as quintas de paineis solares. Os locais onde são implementados são propriedade do estado, o estado somos nós. Então porque não somos consultados num assunto de tanta importância? É o nosso património, vamos deixar meia dúzia de corruptos decidir por todos? A mim ninguém perguntou se eu concordava com a implantação destes paineis solares. Estamos todos a dormir? Parece que sim.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122528	Discordância	Absurdo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122527	Discordância	Sou absolutamente contra que áreas tão extensas de regiões onde vivem pessoas (incluindo eu mesmo) sejam reservadas durante tantos anos para uma única utilização. Ainda por cima, uma que exclui o usufruto do território aos cidadãos que nelas vivem; que tem um impacto negativo enorme sobre a paisagem e o meio ambiente (cortar árvores para instalar painéis, é absurdo!); que faz aumentar ainda mais a temperatura do ar; que veda terrenos onde sempre se circulou livremente. Não pode ser! Nós que aqui vivemos também devemos contar. Porque não instalar parques fotovoltaicos na floresta de Monsanto, no Parque Eduardo VII ou nalgum dos muitos campos de golfe no Algarve, já que mais não seja para mostrar que os sacrifícios não são sempre só para os mesmos de sempre?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122526	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122525	Discordância	Não á energia fotovoltaica, sim à natureza e ao meio ambiente, à natureza e vida animal. Bao destruam Portugal	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122524	Discordância	Discordo	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122523	Discordância	Discordo liminarmente de toda e qualquer iniciativa, projecto, construção, modificação que implique atentar contra a biodiversidade de um qualquer lugar na Terra - lugar único onde nos é permitido viver! Em nenhuma circunstância se deve pôr o dinheiro à frente dos interesses atrás referidos para que nós e, principalmente, os nossos filhos e netos tenham um futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122522	Reclamação	Assunto: Contributo para a discussão pública do PSZAER — reforço das salvaguardas ambientais e da partilha de valor com os territórios Venho, no âmbito da discussão pública da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), apresentar o presente contributo, que junto em anexo em documento autónomo. Manifesto o meu apoio integral ao objetivo do PSZAER — acelerar a transição energética, reforçar a segurança e a soberania energéticas e cumprir as metas do PNEC 2030 e da neutralidade climática em 2050, no quadro da Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III), do Pacto Ecológico Europeu e do plano REPowerEU. Reconheço igualmente o mérito técnico da proposta e da metodologia de AAE adotada. A minha posição assenta numa premissa: o êxito da transição não se mede apenas em gigawatts instalados, mas também em biodiversidade protegida, paisagens preservadas, serviços dos ecossistemas mantidos e comunidades resilientes. A transição deve ser, simultaneamente, positiva para o clima e positiva para a natureza. Neste sentido, e de forma construtiva, proponho que a proposta seja reforçada nos seguintes pontos, desenvolvidos e fundamentados no documento em anexo: Zonas-tampão e efeitos cumulativos — consagrar no articulado normativo a faixa de proteção ecológica de 1 km em torno das áreas classificadas (já aplicada no Relatório Temático de Ecologia) e uma zona-tampão paisagística, e tornar obrigatória a avaliação de impactos cumulativos à escala de cada ZAER. Ordem de prioridade — dar precedência operacional, e não apenas declarativa, ao edificado e ao solo degradado face às paisagens naturais, valorizando o potencial de 23,33 GW em áreas artificializadas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122521	Discordância	Mais defesa da biodiversidade e menos impacto ambiental	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122520	Discordância	Não concordo e reclamo a ideia da concretização deste projeto! A perspetiva da privatização fora do domínio público leva a esta causa hipócrita das energias renováveis! Como é possível estes projetos serem aceites! Não entendem que estão a dar cabo de áreas verdes com vida local. Um ecossistema sustentável que se regenera! Não seria mais fácil plantar os painéis no telhado de cada casa, empresa, serviços públicos, parques de estacionamento? De facto é mais fácil comprar centenas de hectares e obter o lucro total. É fácil pelo dinheiro. É fácil pelos acordos favorecidos. Questiono a posição do Ministério do Ambiente perante estas causas. É triste o dinheiro poder comprar a justiça e ir contra a Constituição. O artigo 66 não serve de muito!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122519	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122517	Discordância	Não aos painéis solares, queremos oxigénio e arvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122516	Discordância	Não	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122515	Discordância	As energias renováveis são importantes, mas o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) está errado, está mal feito, e não foi dado tempo nem espaço (com veiculação de informação) para debate público.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122514	Discordância	Um erro tremendo, deve prevalecer o meio ambiente, a natureza, a fauna, a flora e a saúde das comunidades e populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122513	Discordância	Acredito que vai em vez de ajudar piorar o meio ambiente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122511	Discordância	Não concordo com a implementação do projecto em causa visto que irá destruir uma grande área de vegetação que é importante para nós que vivemos no interior do país. Já temos uma zona destinada a painéis fotovoltaicos que veio modificar a paisagem e a biodiversidade existente, contribuindo para a degradação das condições de vida da nossa população.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122510	Discordância	Deve haver opções s bem mais sustentáveis para garantir a transição energética. Não esta que apresentam. Não se pode arrancar a natureza em prol da sustentabilidade energética. Esse não é o caminho. É destruição da natureza.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122509	Discordância	Não concordo com o PSZAER à custa da destruição das nossas florestas, solos, habitats e paisagens naturais. Há alternativas bem mais sustentáveis a serem exploradas, como a utilização de telhados, zonas industriais, parques de estacionamento, entre outros. Destruir a nossa natureza não é certamente a solução.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122508	Discordância	DISCORDO! Vamos destruir áreas verdes, beleza natural e ecossistema, a favor de cobrir tudo com placas de vidro, que nada trazem de valor a cidade, e apenas enriquecem os donos ou os exploradores dos painéis? Isto faz sentido para algum munícipe? Se tivemos um concelho enorme, a perder de vista, era uma situação a ponderar, mas assim não.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122507	Discordância	Arruínam-se paisagens e cobrem-se vastas áreas com painéis feios, desagradaveis a vista e a biodiversidade, com muito pouco ou ate mesmo nenhum retorno para os munícipes. É certo que temos de pensar no futuro e em tecnologias de geração de energia renováveis, mas isto não pode ser feito a pressão e com custos que não fazem qualquer sentido. Não vamos ter energia mais barata, nem nenhum acréscimo notável de empregabilidade. Que façam com os painéis solares, o mesmo que fazem com praticamente todo o investimento publico e privado, metam-nos no litoral. No interior vivem pessoas e não serve para despejar infra-estruturas que ninguém quer por perto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122506	Discordância	Compreendo perfeitamente que Portugal precisa de acelerar a transição energética, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e produzir mais energia limpa. No entanto, estes objetivos não podem servir de desculpa para avançar com grandes centrais solares e eólicas através de um processo que põe em risco a proteção ambiental, o ordenamento do território, a voz das populações e a própria sobrevivência económica e social do mundo rural. Olhando para a proposta do PSZAER, a primeira grande preocupação prende-se com a falta de transparência e com a qualidade da participação pública. Para que uma consulta destas seja real e efetiva, os cidadãos precisam de ter acesso a mapas completos, legíveis e detalhados. Só assim conseguem perceber exatamente quais são as áreas afetadas, os limites de cada zona, os critérios de escolha e o impacto real em cada município, freguesia ou propriedade privada. Apresentar informação demasiado técnica, genérica ou desligada da realidade local impede que as pessoas percebam se vão ser afetadas e que se pronunciem de forma consciente. Esta falha torna-se ainda mais grave porque classificar uma área como "Zona de Aceleração" significa acelerar licenciamentos e encurtar as avaliações ambientais no futuro, projeto a projeto. Ora, quanto mais simples for o controlo na fase final, mais rigoroso, transparente e participado tem de ser o planeamento inicial. Uma avaliação estratégica feita com base em dados gerais nunca vai substituir o conhecimento real das características ecológicas, agrícolas, paisagísticas e sociais de cada território.A transição energética não se pode fazer à custa da concentração de infraestruturas em territórios rurais e do interior, tratando-os como se fossem espaços vazios ou abandonados. Estas regiões têm pessoas, têm agricultura e floresta, têm património cultural, paisagens únicas, recursos hídricos e projetos de desenvolvimento local. Tudo isto pode ser destruído pelo impacto cumulativo de centrais fotovoltaicas, aerogeradores, subestações, linhas de alta tensão e novas estradas. É urgente avaliar o impacto acumulado de todos os projetos que já existem, dos que estão licenciados, dos que estão em aprovação e dos que estão planeados para cada região. Analisar cada central de forma isolada esconde o problema real: a descaracterização total da paisagem, a destruição de habitats, a artificialização do solo, a perda de terrenos agrícolas e a proximidade sufocante destas estruturas em relação às casas e às povoações. Dizer apenas que se excluem as áreas protegidas ou formalmente classificadas não chega para garantir a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122505	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Vem por este meio apresentar a nossa completa oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias, as freguesia ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham, sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, perguntamos diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exigimos a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122504	Discordância	Apesar de ser a favor da energia renovável e da transição energética, identifico neste programa graves questões que irão implicar impactos negativos no território nacional, manifestando assim a minha discordância. Passo a descrever: - grande concentração das zonas de implementação de mega projetos de energia renovável no interior do país (sendo este o local onde há menor consumo de energia) - zonas já artificializadas e que deviam ser as primeiras a ser exploradas, porque são as mais próximas das zonas de consumo, não estão totalmente identificadas como zonas de implementação - as medidas propostas não estão alinhadas com os objetivos de sustentabilidade e soberania, mas sim alinhadas com a exploração de mega projetos que em nada beneficiam as populações locais - estão incluídas no programa áreas correspondentes a zonas sensíveis e protegidas - a supressão da obrigação de avaliação de impacte ambiental abre graves precedentes, que irão permitir o licenciamento e construção sem avaliar os reais impactos no território e na biodiversidade, desvalorizando os impactos ambientais, socio económicos e de saúde publica, impedindo ainda a participação pública nos processos - não é tido em conta o fator acumulação de impactos pela presença de largas zonas de implantação de energias renováveis - a proposta não identifica as entidades responsáveis pelo desmantelamento da exploração, tratamento de resíduos e restauro ecológico dos terrenos utilizados	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122503	Discordância	Neste sentido considero pertinente e necessário: - fazer incidir a totalidade do mapa ZAER sobre áreas já artificializadas (coberturas, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas de transporte, minas abandonadas, aterros) Temos que ser mais criativos e inteligentes na maneira como produzimos energia. Não pode ser à custa da perda de habitats naturais, da perda de biodiversidade da perda de patrimônio natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122502	Discordância	Estou em discordância absoluta com este programa que põe totalmente em risco a paisagem e os modos de vida rurais portugueses como os conhecemos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122501	Discordância	Precisamos de arvores para viver! Abaixo a destruição do nosso património em troca do lucro para os mais ricos	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122500	Discordância	Eu David Nobre Vieira, residente em Alcanena/Moitas Venda, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122499	Discordância	A presente participação diz respeito exclusivamente à área proposta para integração no PSZAER situada no concelho de Lagos, identificada pelas coordenadas: longitude:-8.7239 latitude: 37.2154, não constituindo uma contestação ao PSZAER na sua globalidade, mas sim um pedido de revisão da delimitação desta área específica. Os documentos disponibilizados no âmbito da consulta pública não permitem compreender de que forma a existência de várias habitações permanentes nesta área foi considerada na delimitação proposta. A inclusão de várias habitações permanentes numa Zona de Aceleração cria um conflito potencial entre a utilização residencial existente e a futura implementação de projetos de energias renováveis, contrariando o objetivo de identificar áreas com reduzido potencial de conflito. Além disso, a cartografia disponibilizada dificulta a identificação rigorosa de todas as habitações existentes, uma vez que a representação gráfica da área cobre parcialmente a imagem de base. (a opção "aumentar a transparência" não funciona) Solicita-se, por isso, que a delimitação desta área seja revista, que todas as habitações permanentes sejam devidamente identificadas e consideradas, e que as zonas habitacionais, incluindo uma zona de proteção adequada em redor das mesmas, sejam excluídas da área proposta. Atendendo à escassez de habitação permanente no concelho de Lagos, considera-se igualmente importante que este interesse público seja devidamente ponderado na definição da delimitação final.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122498	Discordância	Não há energias verdes se for à custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem identitária de Portugal. Utilizem topos de edifícios e parques de estacionamento para a colocação massiva de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122497	Discordância	Por um bem humano e sustentável e a biodiversidade a variedade de todos os seres vivos na Terra, incluindo a diversidade genética dentro de cada espécie, a variedade de espécies (animais, plantas, fungos) e os complexos ecossistemas em que habitam. Discordo plenamente do programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122496	Discordância	Discordo. Evolução não pode ser destruição de natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122495	Discordância	Boa tarde, Expresso a minha descordância, relativamente á área prevista para instalação de painéis solares no municipio de Mortágua em vários pontos que também se adequam a outros pontos do país. Em primeiro sou expressamente contra o abate de árvores para a instalação de painéis solares por isso é contra o ambiente conta o clima uma árvore é mais importante do que qualquer painel. Destruir floresta para colocar painéis solares retira toda a credibilidade da retórica de melhor a pega ambiental e eu e muitas pessoas deixar de acreditar e achar que é simplesmente um negócio sem nada de ambiental. Eu acredito que os painéis solares sejam uma boa ajuda na pega ambiental mas não dá forma que estão a querer implementar, existe muito parque industrial, muito parque de estacionamento, linhas de comboio, estradas e muito edifício, além de muitas zonas áridas. Agradeço que seja feita uma reflexão e repensado o que querem implementar, não quero um país sem árvores para os meus netos e de todos os cidadãos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122494	Discordância	Destruição de habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122493	Discordância	Estou totalmente em desacordo com esta medida....creio que em nada beneficia a zona onde pretendem implementar....com certeza haverá alternativas menos evasivas de solucionar a questão.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122492	Discordância	A viabilidade da utilização de estas tecnologias e técnicas para gerar energia estão provadas que trazem mais prejuízo que benefício. 1- material de desgaste rápido e muito pouco reciclável; 2- grande investimento para pouca produção de energia elétrica com potência bastante variável 3- A corrente gerada é DC, necessitando de módulos para converter em AC; 4- Se existir uma grande dependência dessas fontes, em momentos de quebra (solar ou eólica) potencia o colapso da rede eléctrica; 5- Grandes áreas verde que conservam a biodiversidade	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122491	Discordância	Estou à disposição para prestar qualquer outro esclarecimento ou facto perante os pontos mencionados anteriormente. As estruturas associadas à obtenção de fontes renováveis de energia devem ter o mesmo tipo de restrições aplicáveis a qualquer construção, incluindo a nível de licenciamento e respeito pela propriedade e pelo meio ambiente. A construção destas estruturas não justifica a destruição daquilo que diz estar a proteger: a natureza e o planeta. Interesses e lobbies de alguns não se sobrepõem ao interesse público.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122490	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto ambiental e de saúde pública dentro das ZAER reduz a análise real dos riscos climáticos e ambientais para a	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122489	Discordância	Discordo, totalmente o estudo de impacto ambiental diz tudo, a terra é nossa e não estamos a pensar bem relativamente a usar paisagem verde para colocar mecanismos de energia dita "verde", usem a área povoada para implementar esses mecanismos para ir buscar essa energia verde, telhados a tantos, usem nos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122488	Discordância	Sou contra a falta de análise e falta de avaliação de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122487	Discordância	Venho por este meio manifestar discordância. Olá	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122486	Discordância	Por discordar em absoluto do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, deixo aqui o meu mais veemente repúdio pela tentativa de imposição às populações locais de investimentos na área das Energias Renováveis que vão contra todos os príncipios éticos - no mais absoluto desrespeito pela opinião das populações e autonmomia do poder local - contrariando mesmo diversas opiniões com base científica dos mais variados organismos de verdadeira defesa ambiental. Senhors legisladores, políticos e outros interessados neste programa: A Comporta tem uma exposição solar e uma área fantástica para a colocação de hectares de painéis solares. Porque não procedem à sua implantação nesse local???	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122485	Discordância	Já foi feita uma ação de participação, onde mais de 11.000 portugueses participaram contra a implementação deste sistema em detrimento das zonas verdes e do património paisagístico, cultural que temos. Além de mais é uma zona de pouca água e a instalação deste sistema irá agravar ainda mais a situação, consumindo os recursos hídricos.	Obrigada pela sua participação. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Parecer da SPECO - Sociedade Portuguesa de Ecologia	
122484	Discordância	PREÂMBULO A Sociedade Portuguesa de Ecologia (SPECO) elogia os diferentes relatórios temáticos elaborados no âmbito do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSAERZ). Globalmente o trabalho de suporte que levou à presente proposta constitui uma boa base de trabalho com metodologia e indicações pertinentes face aos objectivos propostos. Apesar de reconhecer que era necessário a elaboração deste plano, a SPECO considera que numa primeira análise devia ter sido realizada a avaliação da eficiência das energias renováveis - eólica e solar - já no terreno antes da apresentação deste plano para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC2030). Reconhecemos que é necessário uma maior autonomia energética, que facilitaria desburocratizar procedimentos, que o país necessita de enorme consumo de energia mas, era também necessário compreender que estamos a atravessar uma crise global. Isto significa que não se pode olhar apenas para os riscos climáticos, sem se compreender os riscos que advêm da perda de diversidade biológica, de perda de resiliência dos ecossistemas enquanto amortecedores das alterações climáticas e de desertificação social.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122482	Discordância	Considerações Os temas dos relatórios técnicos reflectem adequadamente os desafios que este plano propõe, ao nível da paisagem e património: “a instalação de infraestruturas de produção e transporte de ER, em função da sua escala, permanência e visibilidade, podem originar impactes paisagísticos relevantes, incluindo efeitos Não há cartografia referente às ZAER de modo a se poder pronunciar sobre estas, o que se considera de extrema gravidade atendendo a que a mesma corresponde à expressão territorial da proposta apresentada traduzindo uma deficiente instrução do procedimento em causa. Assim devera ser realizada nova discussão publica com todos os elementos necessários.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122481	Discordância	Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores com mais de 180 metros de altura, localizados próximo de habitações e inseridos numa paisagem de excecional valor natural. Embora as energias renováveis tragam benefícios importantes, projetos desta dimensão podem também ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nas populações vizinhas e na economia local. Consideramos que estes impactos merecem uma avaliação rigorosa e	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122480	Discordância	Em vez de ajudar a reduzir o impacto do aquecimento global, ainda vai piorar a situação...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122479	Discordância	Por um planeta mais verde de verdade. Pela Natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122478	Discordância	Sou contra a instalação de painéis solares horizontais em Portugal porque embora maximizem a produção anual de eletricidade, a sua implementação em grandes parques solares implica a ocupação de solos agrícolas, a destruição de habitats naturais, a impermeabilização e alteração do ecossistema, a fragmentação da paisagem, a redução da biodiversidade e potencia conflitos com atividades agrícolas e florestais. Além disso, a concentração da produção nas horas de maior radiação (meio-dia) pode aumentar a necessidade de reforço da rede elétrica e de sistemas de armazenamento. Uma opção mais plausível e sustentável seria instalar painéis solares na vertical em construções existentes (fachadas de edifícios, muros, barreiras acústicas, parques de estacionamento e vedações) porque apresentam várias vantagens: - Não ocupam solos agrícolas nem áreas naturais. - Preservam a biodiversidade e reduzem o impacto paisagístico. - Aproveitam superfícies já construídas, sem necessidade de novos terrenos. - Produzem mais energia no inverno, quando o Sol está mais baixo. - Distribuem melhor a produção ao longo do dia (fachadas a este produzem mais de manhã; fachadas a oeste produzem mais ao final da tarde), aproximando a geração dos períodos de maior consumo. -Acumulam menos poeira, folhas e sujidade, reduzindo os custos de manutenção. -Têm melhor ventilação e menor sobreaquecimento, favorecendo o desempenho dos módulos. - São ideais para painéis bifaciais, que aproveitam também a luz refletida na face traseira, aumentando a produção	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122477	Discordância	A utilização dos espaços já urbanizados é a forma com menor impacto e maior facilidade de assistência técnica	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122476	Sugestão	Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Defendemos a proteção da natureza e as energias renováveis. Vivemos com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e tentamos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um carro é um meio de transporte útil; mas milhões de carros concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. Não se trata de ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim de encontrar uma dimensão e uma localização que sejam compatíveis com a proteção das pessoas, dos animais, da paisagem e da natureza. Neste projeto, estão previstas, no total, 18 turbinas eólicas no concelho de Odemira. Na literatura científica, são descritos potenciais impactos relacionados com o ruído, o infrasom, a projeção de sombras, as alterações paisagísticas e a qualidade de vida da população que vive nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122475	Reclamação	Sou natural e residente da cidade do Porto e acho abominável aquilo que estão a tentar fazer no nosso território. Rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122474	Discordância	Discordo totalmente da proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A proteção do ambiente não pode ser reduzida à instalação massiva de infraestruturas energéticas. Este programa apresenta-se como uma medida de sustentabilidade, mas, na prática, poderá acelerar a ocupação e transformação de vastas áreas do território, com consequências graves para a biodiversidade, os habitats naturais, a paisagem, os solos, os recursos hídricos e o equilíbrio dos ecossistemas. A designação de "zonas de aceleração" transmite a ideia de que a rapidez do processo passa a ser uma prioridade, quando deveria prevalecer o princípio da precaução e a proteção do património natural. A crise climática não justifica a degradação de áreas ecologicamente valiosas nem a diminuição do escrutínio ambiental. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se respeitar a natureza que pretende proteger. É igualmente preocupante o impacto cumulativo que a concentração destes projetos poderá ter sobre a fauna, nomeadamente aves e morcegos, sobre a fragmentação dos habitats, sobre a perda de biodiversidade e sobre a qualidade de vida das populações locais. A paisagem, os espaços agrícolas e florestais e os ecossistemas representam um património comum que não deve ser comprometido em nome de metas energéticas. Portugal deve apostar prioritariamente na eficiência energética, na redução do consumo e na instalação de energias renováveis em edifícios, zonas urbanas, áreas industriais e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação desnecessária de áreas naturais e agrícolas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122473	Discordância	Discordo da implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis tal como está desenhado. Isto não é energia verde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122472	Discordância	não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122471	Discordância	O tempo disponível para consulta pública para um projecto desta dimensão é extremamente escasso, e não há um mapa tipo geoportal que permita identificar as ZAERs com precisão em cada concelho, vila ou aldeia. O impacto a 30 anos não foi acautelado.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122470	Discordância	Não às energias renováveis quando elas próprias destroem o ambiente que queremos salvar! As nossas bio esferas têm de ser protegidas e não destruídas com painéis solares que implicam o corte de árvores, destruição de terrenos e o empobrecimento ainda mais acentuado do interior!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122469	Discordância	Acredito na teoria das energias renováveis, mas não a qualquer custo. Não concordo que não haja uma participação ativa das populações. Afinal de contas, é o seu meio envolvente que se vai transformar numa paisagem "preta", sem vida, morta... (O que eu queria saber se os respetivos promotores gostariam de olhar para a janela da suas mansões e ver centenas ou milhares de painéis na paisagem.) Não acredito neste tipo de energia "verde", quando o antes e o depois é um cenário bem negro (antes, com as questões que envolvem as extrações dos minérios necessários à produção de painéis - poluição, doenças, perda de qualidade de vida - depois, o que fazer com os ditos painéis, após a sua vida útil). Não acredito nesta energia "verde" quando é preciso desMATAR tudo ao seu redor para ser feita a sua instalação e depois aproveitamento. E não me falem nas medidas para mitigar este impacto, quer nos solos, quer na fauna, quer na flora, porque o que já se vai vendo por aí, são zonas feias, mortas. O curioso é esta pressa, esta urgência em "vender a retalho" Portugal, quando noutros países (tirando Espanha mas ainda assim não é comparável face a sua dimensão) mal se vê um parque eólico, muito menos hectares e hectares de painéis fotovoltaicos. É muito triste ver a nossa paisagem primitiva a desaparecer, fogos a acontecer de uma forma surreal, para alguém lucrar com isso. Tenho muita pena no que Portugal se transforma. Por isso, apesar de esta consulta ser feita num período de férias, com mundial à mistura, eu não concordo com este plano que levanta tantas, mas tantas dúvidas!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122468	Discordância	A ausência de respeito pelos corredores de vida animal, pela desconcentração territorial, pelos recursos naturais, pelos pareceres das agências ambientais, dos municípios, etc, não preconiza nada de bom (a não ser para o investidor). Até quando este desrespeito pelas populações, pela vida, pelos recursos? Em caso de catástrofe, o que vamos comer? Células fotovoltaicas? Moinhos? Para a as eólicas não pode haver árvores, para os painéis não há solo! Faz pensar em quem queima o país impunemente para lucrar, apenas, dinheiro. O país está em fase de destruição plena e não há quem trave! RESPEITO EXIGE-SE!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122467	Discordância	Preservem a Natureza! Preservem a vida! Preservem o oxigénio! Não a mais energias renováveis !!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122466	Discordância	Exmos Srs, A proliferação de paneis solares em grandes centrais solares nas aldeias do interior tem imenso impacto quer ambiental quer visual. Não me oponho ao desenvolvimento das energias renováveis — pelo contrário, considero-o essencial para a transição energética do país. Manifesto, no entanto, preocupação com a metodologia de localização das ZAER propostas para o Alentejo Central, nomeadamente no concelho de Alandroal.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122465	Discordância	Solicito que, antes de ocupar território natural, agrícola ou de elevado valor ecológico e paisagístico, o PSZAER dê prioridade efetiva a: 1. Áreas já artificializadas ou degradadas (zonas industriais, antigas pedreiras, aterros, coberturas de edifícios, infraestruturas rodoviárias e ferroviárias existentes); 2. Repotenciação e sobre-equipamento de parques eólicos e solares já instalados, em vez da abertura de novas áreas; 3. Salvaguarda efetiva de corredores ecológicos, montados e mosaicos agroflorestais de azinheira e sobreiro, particularmente relevantes na região do Alentejo Central para espécies protegidas; 4. Avaliação caso a caso do impacto cumulativo sobre a paisagem e o solo vivo, tendo em conta que a instalação de centrais solares em terrenos agrícolas e florestais compromete de forma irreversível o seu potencial de sequestro de carbono e biodiversidade. Peço que a versão final do Programa Setorial reflita estas preocupações, garantindo que a aceleração das energias renováveis não se faça à custa da destruição de território natural e agrícola ainda preservado no concelho de Alandroal, existindo áreas industriais e artificializadas alternativas disponíveis para o mesmo fim.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122464	Discordância	Considero que o atual Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) é uma tentativa falhada de atingir as metas climáticas para o futuro próximo de Portugal. Não obstante à existência de propostas de "zonas de compensação", zonas essas que são de forma dissimulada uma tentativa descarada de ludibriar os portugueses a aceitar a perda de imensos hectares de florestas, prados, e outros espaços naturais, a PSZAER é claramente o antagonismo do que é uma devida transição ecológica. A tão necessária transição ecológica face às energias não pode estar assente (quase) totalmente nas fontes energéticas, cabe também a todos nós e em particular a quem tem o poder de tomada de decisão, incentivar(de várias formas) a uma gestão mais eficiente do uso da energia, desde planeamento urbanístico, territorial, de mobilidade, etc. No fundo, tudo o que use energia (seja ela de que forma for). Acima de tudo, a dita transição ecológica não pode ser feita quase única e exclusivamente às custas da destruição de recursos naturais, é um completo antagonismo arrasar florestas e destruir campos e prados que outrora alimentaram a humanidade e o restante ecossistema para em pouquíssimos anos passar a alimentar uma sociedade que cada vez menos dá valor e respeita o uso da energia. Obviamente não estou a transmitir a ideia de que devemos voltar aos velhos tempos e usar de novo lamparinas de azeite, mas, a tecnologia não pode estar acima daquilo que nos dá condições de viver em abundância, a Terra. Devemos aplicar os nossos conhecimentos técnicos e efetivamente fazer as ZAER nas cidades, nas barragens, nas autoestradas, nas zonas industriais, nos estádios, e em outras zonas já previamente artificializadas. Nenhuma zona de compensação é suficiente para absorver o impacto que o PSZAER vai ter a médio e longo prazo. Não cabe às nossas (atuais) gerações hipotecar o futuro dos que vêm a seguir, cabe-nos a nós sim, proporcionar-lhes as melhores chances de alcançarem o sucesso enquanto seres humanos. Cabe-nos a nós tomar decisões conscientes e devidamente calculadas para cuidar da nossa verdadeira "casa", o planeta que de forma tão natural e com a menor resistência possível nos ajuda a prosperar e a criar melhores condições de vida para o futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122463	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux).	Obrigada pela sua participação.
122462	Discordância	O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122461	Discordância	O PSZAER, na sua forma actual, não oferece garantias suficientes de protecção de território, das comunidades locais e da participação democrática.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122460	Discordância	estamos a destruir o nosso patrimonio natural . o que nos vai restar?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122459	Discordância	Discordo totalmente. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico"	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
122458	Discordância	Green energy hoax. Dinheiro publico muito mal investido.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122457	Discordância	Precisamos de espaços verdes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122456	Discordância	Discordo completamente com a destruição da natureza e com as consequências que isso irá causar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122455	Discordância	Não é claro o estudo dos efeito a longo termo das radiações emitidas e o impacto no património ambiental e recursos hídricos.	Obrigada pela sua participação. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122454	Discordância	Sou contra a existência de zonas de aceleramento de instalação de centrais eólicas e solares sem que as populações locais sejam ouvidas e/ou tidas em conta. Em minha opinião , estas instalações de acordo com a sua dimensão e potenciais impactos deverão ser sempre objeto de estudo de impacte ambiental. De qualquer forma, solicito que o PSZAER seja revisto de forma a: 1. Fazer incidir a totalidade do mapa ZAER sobre áreas já artificializadas(coberturas, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas de transporte, minas abandonadas, aterros); 2. Determinar um inventário nacional georreferenciado do potencial destas áreas; 3. Reservar solo rústico, agrícola e florestal apenas para quando esgotada a capacidade artificializada e só se essencial ao país — o que a atual desproporção (18x a área necessária) não demonstra; 4. Garantir a real compatibilização com os PDM e demais IGTs, conforme a alínea d) do Despacho n.º 1532-B/2026; 5. Prever mecanismos de incentivos ou de obrigatoriedade faseada para implementação de produção fotovoltaica em parques de estacionamento e coberturas de grandes superfícies, articulando com o projeto de lei já em discussão na Assembleia da República.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122453	Discordância	O que leva a discordar : 1. A área proposta (7%) ultrapassa em muito o 1% do território necessário para instalar as centrais que permitem atingir as metas do PNEC 20230. É incompreensível a proposta de uma área que é até superior aos 5% da área urbana e artificializada do país (DGOT) 2. A REN não está incluída nos critérios de exclusão. 3. Os mapas de localização das áreas propostas não tem definição suficiente para perceber a sua exacta localização. No mínimo as sedes de concelho e de freguesia deviam constar no mapa . 4A. Não está previsto um estudo cumulativo dos efeitos das centrais já aprovadas, incluindo também as centrais a instalar. 4B. Não está previsto um estudo que avalie os efeitos das centrais fotovoltaicas e dos aerogeradores na saúde humana	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122452	Discordância	Anexo documento com o qual concordo e que resume a análise deste programa. Pontos importantes: - Estas ZAER, segundo os documentos expostos, ocupam 440 mil hectares em território nacional, algo que a própria Direcção Geral do Território (DGT) considerou muito superior ao necessário para cumprir as metas de 2030: 7% do país poderá ser ocupado por projectos sem Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). - Para além das áreas onde o licenciamento se pretende simplificado, continuarão a poder ser implantados projectos de energias renováveis em outras zonas do território no quadro do regime de AIA. - Confirma-se a existência de diversos pareceres negativos como o do Património Cultural-IP, da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Associação Nacional de Municípios, de várias câmaras municipais etc. - Péssima cartografia disponibilizada - Refere a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que o Relatório Ambiental Preliminar apresentado transfere uma parte substancial da análise ambiental para a fase de projeto e para os promotores, enfraquecendo a função preventiva que deveria ser assegurada a este nível estratégico. - A Directiva RED III no (artigo 15.º-C) «estabelece que os Estados-Membros devem dar prioridade a superfícies artificializadas, edificadas e terrenos degradados», no entanto as ZAER incidem maioritariamente sobre território rural e florestal. - Distribuição desequilibrada pelo território (ver documento anexo) - Não foi apresentada uma avaliação dos projectos de energias renováveis que já existem em território nacional, bem como os impactes cumulativos que podem vir a acontecer com a implantação de mais projectos semelhantes, nomeadamente sem a devida avaliação ambiental, sobre os recursos naturais e ambientais locais e consequentes impactos nas comunidades - Uma estratégia deste nível só se poderia fazer se já tivessem sido avaliados os impactes dos projectos existentes, mas também depois de se compreender a quem se destina afinal toda esta energia visto que	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122451	Discordância	Discordo da implantação de projectos megalômanos, que põe em causa a paisagem e o equilíbrio natural. A opção deveria passar, em primeiro lugar, pela cobertura dos edifícios e mesmo, à semelhança da Coreia do Sul, por painéis solares nas zonass de separação dos sentidos em auto-estradas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122450	Discordância	Eu, Miguel Oliveira, residente em Vila Nova de Milfontes, Odemira,.Beja, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122449	Discordância	Tendo em conta todas as especies animais e vegetais ainda existentes na área florestal da zona onde resido, nao concordo com este plano de transição energética altamente prejudicial para a vida de todos os que aqui vivem . Acho que haverá outras formas de o fazer sem matar e destruir habitats e formas de vida que já de alguns anos para cá têm dificuldades em resistir por causa de outros erros humanos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122448	Discordância	Anexa-se a pronúncia da Câmara Municipal de Alfândega da Fé no âmbito da discussão pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), na qual é expressa a posição institucional do Município relativamente à proposta em discussão, solicitando-se a sua consideração no âmbito do presente procedimento.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122447	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122446	Discordância	Não concordo debido ao tremendo impacto de toda a área.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122445	Discordância	Medida desajustada e potencial crime ecológico. Desconsideração pelos meios e populações rurais. Ouçam as pessoas da terra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122444	Discordância	O segredo silencioso da indústria das turbinas eólicas e das bombas de calor: Ruído de baixa frequência. O ruído de baixa frequência das turbinas eólicas consiste em vibrações quase inaudíveis (infrassom) que podem fazer com que as casas ressoem a longas distâncias. As casas transformam-se em grandes caixas de ressonância, amplificando as vibrações dentro de casa e provocando doenças nos moradores. Isto pode resultar na Síndrome da Turbina Eólica ou doença vibroacústica. Muitos já tiveram de se mudar por causa disso, e foram interpostos vários processos judiciais a esse respeito, muitas vezes com cláusula de confidencialidade, porque as pessoas não querem que isso se torne público por medo de indemnizações milionárias. O mesmo problema se aplica às baixas frequências produzidas pelas unidades exteriores das bombas de calor. As baixas frequências dificilmente são convertidas num tom audível pelo sistema auditivo, o que significa que uma pressão sonora elevada já pode estar presente sem que as pessoas se apercebam que as vibrações estão a afetar a audição e o corpo. É precisamente o facto de o som ser quase inaudível que o torna tão perigoso. A uma frequência baixa de, por exemplo, 10 Hz, não se medem sequer 70 dB. A pressão sonora em dB(A) é comparável à de um aspirador ou de uma máquina de lavar roupa. O som é quase inaudível e é medido numa extensão muito pequena através da ponderação A. O som de baixa frequência é comparado incorretamente ao som de alta frequência na norma do Decreto de Construção, dando a impressão de que os aparelhos são silenciosos. As vítimas são descartadas como hipocondríacas, quando na verdade estão a adoecer fisicamente devido às vibrações. Os sintomas que o som de baixa frequência pode causar incluem: insónia, palpitações, pressão arterial elevada, pressão no peito, náuseas, pressão nos ouvidos, hiperacusia, zumbidos e tonturas. Agora que cada vez mais pessoas compram bombas de calor, um número crescente de pessoas começará a sofrer com isso, sem se aperceberem do que está a causar os seus sintomas. Estes tons de frequência ultrabaixa fazem com que o seu corpo entre em modo de luta ou fuga. Mas não foge, pelo que o corpo começa a formar células epiteliais à volta do coração, o seu colesterol aumenta e mais sofrimento se segue. Então compreende por que razão estas bombas de calor estão a ser promovidas com tanta agressividade. É para te deixar doente.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122443	Discordância	Destruir natureza não é a maneira correta de implementar este projecto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122442	Discordância	É inconcebível que destruam os ecossistemas com a desculpa de implementar energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122441	Discordância	Politicas de destruição de natureza e do nossa território em prol de energias que de verdes não têm nada. Não podemos concordar que a nossa natureza seja destruída para a substituir por painéis solares e eólicas. Há atualmente países onde a população passa fome porque a agricultura foi negligenciada. O nosso governo devia proteger nos e não vender nos. Discordância total!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122440	Discordância	Parem de destruir o Planeta!!! Nós não concordamos, não vão continuar a decidir as coisas sozinhos!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122439	Discordância	Este programa vai afetar profundamente as comunidades rurais a níveis socioeconómicos e obviamente vai afetar negativamente a biodiversidade e os ecossistemas destes locais, que cada vez estão sob maior stress. A transição verde NÃO pode ser feita à custa de ocupar solo florestal, destruir ecossistemas, destruir seres vivos, destruir árvores, essas sim que contribuem verdadeiramente para a mitigação das alterações climáticas, tem de se regenerar mais solos, mais áreas rurais, e NÃO fazer mares de metal em locais que deveriam ser sagrados! Metam os painéis solares nas cidades que já são locais que estao degradados em termos de biodiversidade e de solos! Tantos prédios, fábricas, parques de estacionamento, rotundas, etc, onde podem ser colocados sem grandes efeitos negativos e só querem destruir mais natureza para o que chamam de "Transição Verde". Uma vergonha sinceramente...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122438	Discordância	Discordo da ocupação de zonas florestais para uso de energias renováveis. Reflorestar deveria ser o objetivo, proteger a natureza e não destruí-la.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122437	Discordância	Parecer no âmbito da discussão pública da proposta para o “Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) por parte do Município de Celorico da Beira	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122436	Discordância	Este projeto é altamente preocupante pelo seu impacto territorial, ecológico e social, pelo desfasamento entre os benefícios previstos e as necessidades reais do território e das populações, bem como o potencial desastroso da falta de Avaliação de Impacte Ambiental. A minha posição alinha-se, portanto, com a discordância cientificamente fundamentada emitida e divulgada pela Quercus, bem como a de autarquias diretamente afetadas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122435	Discordância	Quem se preocupa com as pessoas e a natureza não está de acordo com isto. É um absurdo. Querem distribuir tudo em prol da ganância. Deviam ter vergonha.	Obrigada pela sua participação.
		Tem de haver bom senso para fazer coisas destas dimensão.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122434	Discordância	Discordo	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
122433	Discordância	Não concordo.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
122432	Discordância	Se houver algum retorno deste projecto é apenas para hipotecar o futuro das seguintes gerações. Que desiquilíbrio. E que agressão ao ecossistema.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122431	Discordância	Discordo da proposta de delimitação das PSZAER no concelho de Oleiros por considerar que não acautela de forma equilibrada os valores ambientais, paisagísticos e socioeconómicos do território. A instalação destas infraestruturas poderá ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, na floresta e na qualidade de vida das populações locais, comprometendo também atividades como o turismo de natureza e outros usos sustentáveis do solo. Considero que deve ser privilegiado um modelo de planeamento que promova a produção de energia renovável em áreas já artificializadas ou degradadas, evitando a ocupação de espaços com elevado valor natural e florestal. Solicito, por isso, que a proposta seja revista, garantindo uma avaliação mais rigorosa dos impactos e uma maior ponderação dos interesses das comunidades locais, assegurando um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122430	Discordância	Não faz sentido algum desfazer a biodiversidade em troca de uma energia supostamente verde. Obriguem a utilização dos telhados para esse fim	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122429	Discordância	É preferível apoiar individualmente painéis solares em edifícios habitacionais, comerciais e industriais, e não destruir zonas verdes .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122428	Discordância	A PSZAER não protege a biodiversidade e não defende a soberania territorial de vários concelhos do país. Por esta razão, discordo de todo este projecto. Portugal continental e o seu meio rural, em particular, não necessitam de mega projectos como as quintas fotovoltaicas que estão previstas ou a mina de lítio em covas do Barroso. Precisamos sim de aumentar a floresta pública e promover uma floresta autóctone mais adequada ao país e ao seu clima.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122427	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
122426	Discordância	Descarbonizar à custa da natureza não é solução. Energia renovável não pode entrar em conflito com a natureza.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122425	Discordância	A lógica da energia renovável não pode ser trocar um mal pelo outro, com o arrasamento de habitats e zonas de habitação	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
122424	Discordância	Não concordo com a simplificação da introdução de projetos de energias renováveis sem que se proceda a rigorosos estudos ambientais	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122423	Discordância	estou Contra o PSZAER em Portugal, conforme apresentado neste Projeto. Sou a favor de uma transição que respeite as áreas naturais e as rurais, as comunidades rurais, as florestas e que tenha um estudo válido e reconhecível do impacto ambiental destas decisões.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122422	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto ambiental e de saúde pública dentro das ZAER reduz a análise real dos riscos climáticos e ambientais para a	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122421	Discordância	É um absurdo e um atentado ambiental, isto que se pretende fazer com o Programa SeCtorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis!!! Além de o programa ser uma maneira vil, torpe e desonesta de dar a volta à questão da protecção ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122420	Discordância	Painéis solares, sim, mas em estruturas já existentes...tais como telhados, parques deestacinamento! Nos nossos campos, NUNCA!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122419	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de investir em fontes de energia renovável para combater as alterações climáticas. No entanto, acredito que esta transição deve ser feita com equilíbrio, responsabilidade e profundo respeito pelo património natural que temos o dever de proteger. As decisões que tomarmos hoje terão consequências durante muitas décadas. Por isso, peço que este programa seja cuidadosamente reavaliado, garantindo que as áreas de maior valor ecológico, paisagístico e agrícola não sejam sacrificadas em nome da rapidez da implementação. A natureza não é apenas um recurso. É o legado que recebemos das gerações anteriores e a herança que deixaremos aos nossos filhos e netos. Uma floresta centenária, um ecossistema equilibrado ou uma paisagem preservada não podem ser recriados em poucos anos depois de destruídos. Acredito que Portugal consegue conciliar a produção de energia renovável com a proteção da biodiversidade, privilegiando, sempre que possível, áreas já artificializadas, coberturas de edifícios, parques industriais, zonas degradadas e outras localizações que minimizem os impactos ambientais e sociais. Peço que as comunidades locais sejam verdadeiramente ouvidas e que a avaliação ambiental tenha um papel central em todas as decisões. O desenvolvimento sustentável significa encontrar soluções que respondam às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de desfrutarem do mesmo património natural que hoje temos o privilégio de conhecer. As futuras gerações não poderão escolher as decisões que estamos a tomar hoje. Essa responsabilidade é	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122418	Discordância	Escrevo para apresentar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Embora apoie a transição energética, considero que esta proposta falha gravemente na proteção do nosso território, da biodiversidade e das populações locais. Não podemos acelerar licenciamentos à custa de decisões cegas que ignoram o impacto real nas comunidades. Antes de qualquer aprovação, exijo que o plano seja revisto para incluir: - Limites à concentração de projetos: Critérios claros para impedir que algumas regiões fiquem saturadas com centrais e linhas de alta tensão. - Avaliação de impactos cumulativos: Obrigatoriedade de avaliar o impacto conjunto de vários projetos vizinhos e das suas linhas elétricas. - Foco no que já está urbanizado: Prioridade real ao autoconsumo, comunidades de energia e instalação de painéis em áreas já artificializadas (em vez de ocupar solo livre). - Voz real para as populações: Garantias de que as comunidades afetadas participam ativamente nas decisões futuras	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122416	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia proveniente de fontes renováveis. No entanto, considero que a proposta do PSZAER deve reforçar a proteção dos solos agrícolas, das florestas biodiversas, dos ecossistemas naturais e das paisagens de elevado valor ecológico, privilegiando a instalação destas infraestruturas em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, antigas pedreiras e outras superfícies já ocupadas. Apresento em anexo um documento onde exponho de forma mais detalhada as minhas preocupações e propostas, nomeadamente sobre a importância dos serviços ecossistémicos, da infiltração e retenção da água no solo, da regeneração das áreas degradadas e ardidas, da proteção das florestas biodiversas e da necessidade de compatibilizar a transição energética com a conservação do património natural, da paisagem e da multifuncionalidade do território rural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122415	Discordância	É lamentável e inadmissível. Sou totalmente contra este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122414	Discordância	não concordo que tornem o nosso pais, um território coberto de painéis como se fosse uma armadura.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122413	Discordância	Não concordo com a construção de centrais solares em eucaliptais e pinhais bravos nem centrais convencionais em solos agrícolas. Não concordo ainda, com a implementação de centrais em Zonas de Intervenção Florestal. Uma transição justa não impõe restrições ao pleno uso do solo, nomeadamente arborização e florestação, dos solos de terceiros. Exijo cumulativamente uma distância de: - 100 metros até ao limite do terreno da central e 500 metros das habitações, no caso das centrais solares - 1000 metros, no mínimo das habitações, no caso das centrais eólicas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122412	Discordância	Os ecossistemas naturais em primeiro lugar. Inventem outra forma de energia que não comprometa o futuro das gerações vindouras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122410	Discordância	As zonas de implementação de energias renováveis devem passar pelas diversas alternativas onde já existe a intervenção humana, parques industriais, autoestradas, áreas pavimentadas, sem qualquer necessidade de abaterem mais árvores quando a prioridade deveria ser a preservação da fauna e flora existente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122409	Discordância	Parecer Desfavorável ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)A transição energética é um desígnio nacional inquestionável, mas a urgência na sua implementação não pode legitimar o desordenamento do território nem a fragilização das salvaguardas ambientais que protegem o país. A atual proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) apresenta graves lacunas estruturais, pelo que manifesto a minha firme oposição ao documento nos moldes em que se encontra delineado.Em primeiro lugar, a dimensão da área proposta para as Zonas de Aceleração (ZAER) é manifestamente desproporcional. Prever a delimitação de cerca de 7% do território de Portugal continental — uma área superior à totalidade da mancha urbana nacional — é um exagero técnico. Vários estudos científicos independentes demonstram que bastaria afetar apenas 1% do território para cumprir integralmente as metas solares nacionais. Esta abrangência desmedida gera uma pressão imobiliária e especulativa artificial sobre o solo, sem qualquer garantia de capacidade de escoamento por parte da rede elétrica local.Em segundo lugar, assiste-se a uma inadmissível desproteção ambiental através da facilitação do licenciamento e da simplificação excessiva (ou mesmo isenção) das Avaliações de Impacte Ambiental (AIA). A conservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas não podem ser sacrificadas em nome da pressa corporativa. É imperativo excluir totalmente destas zonas as áreas florestais, as parcelas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e outras regiões de elevado valor ecológico, mantendo a obrigatoriedade estrita de estudos de impacte ambiental profundos.Em terceiro lugar, o modelo económico desenhado para o PSZAER é profundamente injusto para as populações locais. O programa permite que os grandes promotores privados acumulem os lucros da exploração energética, enquanto deixam o impacto visual, ambiental e social para as comunidades que os acolhem. Para mitigar esta assimetria, deveria ser obrigatório vincular a aprovação destes projetos à criação de Comunidades de Energia Renovável (CER). Desta forma, os residentes e as empresas locais teriam acesso direto a eletricidade a preços substancialmente reduzidos, funcionando como uma contrapartida justa.Por último, verifica-se uma inversão errada de prioridades no uso do solo. O programa falha ao não obrigar a uma ocupação prioritária de áreas já artificializadas ou degradadas, tais como coberturas de edifícios industriais, parques de estacionamento, zonas comerciais ou antigas áreas mineiras. Ao invés disso, abre a porta à ocupação em larga escala de solos agrícolas perfeitamente viáveis, ameaçando a sustentabilidade alimentar e a economia rural.Face ao exposto, solicito uma revisão profunda e radical do PSZAER, reduzindo drasticamente as áreas propostas, salvaguardando as exigências de avaliação ambiental e garantindo que o ordenamento do território e o bem-estar das populações locais sejam colocados em primeiro lugar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação.
122408	Discordância	Não concordo com esta opção de colocação de painéis em solo agrícola	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122407	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da expansão da produção de energia a partir de fontes renováveis como um objetivo estratégico para Portugal e para o cumprimento das metas de descarbonização. No entanto, esta transição deve ser realizada de forma ambientalmente responsável, territorialmente equilibrada e socialmente participada. A proposta do PSZAER suscita preocupação por privilegiar a aceleração da implantação de projetos sem garantir uma avaliação adequada dos seus efeitos cumulativos sobre o território. Embora a avaliação dos impactos individuais seja importante, a instalação de múltiplos parques solares e eólicos, juntamente com as respetivas linhas de muito alta tensão, pode originar impactos significativos sobre a paisagem, a biodiversidade, os recursos hídricos, a atividade agrícola e a qualidade de vida das populações, mesmo quando cada projeto, isoladamente, apresenta impactos considerados aceitáveis. Considero, por isso, essencial que o programa: Estabeleça limites claros à concentração de centrais de produção de energia renovável numa mesma região, evitando uma distribuição territorial desequilibrada; Torne obrigatória a avaliação dos impactos cumulativos de todas as infraestruturas associadas, incluindo parques de produção e linhas elétricas de transporte; Mantenha a proteção efetiva das zonas húmidas, geoparques classificados pela UNESCO, áreas protegidas e outros territórios de elevado valor ecológico, paisagístico e patrimonial; Garanta mecanismos de participação pública nas fases subsequentes de planeamento e licenciamento, assegurando que as comunidades locais continuam a poder pronunciar-se sobre projetos concretos; Privilegie a instalação de sistemas de produção descentralizada, como o autoconsumo e as comunidades de energia, bem como a utilização de áreas já artificializadas (coberturas de edifícios, parques industriais, áreas degradadas ou infraestruturas existentes), reduzindo a ocupação de solos naturais e agrícolas. A transição energética é indispensável, mas o seu sucesso dependerá também da capacidade de conciliar os objetivos climáticos com a conservação da natureza, a proteção dos recursos naturais, a salvaguarda da	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
122406	Discordância	Energia verde não pode destruir o meio ambiente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122405	Discordância	Na qualidade de cidadãos do concelho de Castelo Branco, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122404	Discordância	Deixem a natureza em paz	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122403	Discordância	Discordo que para implementar energias renováveis se destrua a paisagem natural e não se respeite os residentes das áreas onde se prevê a sua instalação. Penso que projetos desses que alteram por completo paisagens deveriam ser sujeitos a referendos e, obviamente a estudos de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122402	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta do PSZAER, por considerar que a mesma coloca em risco o património natural, os solos agrícolas e florestais, a biodiversidade, os ecossistemas e a qualidade de vida das populações. A proposta não cumpre os princípios definidos no Despacho n.º 1532-B/2026, nem o espírito da Diretiva RED III, uma vez que privilegia a ocupação de solo rústico, agrícola e florestal, em vez de dar prioridade a áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas de transporte, minas abandonadas e antigos aterros. Considero igualmente desproporcionada a dimensão das áreas propostas. Para cumprir as metas do PNEC 2030 seriam necessários cerca de 20.000 hectares para energia solar, mas o PSZAER identifica mais de 357.000 hectares, cerca de dezoito vezes a área estimada como necessária. Grande parte desta área corresponde a floresta e solos agrícolas, colocando em causa a soberania alimentar, a gestão sustentável do território e a conservação da natureza. A artificialização destes territórios terá impactos profundos: destruição de solo fértil praticamente irreversível, diminuição da infiltração da água, redução da recarga dos aquíferos, agravamento das cheias, das secas e da desertificação. Simultaneamente, provocará a fragmentação e destruição de habitats, afetando a fauna, a flora, os corredores ecológicos e os serviços ecossistémicos essenciais, como a retenção de carbono, a regulação do ciclo da água e a proteção dos solos. Importa ainda considerar que muitas destas áreas foram afetadas por grandes incêndios e permanecem em recuperação. A destruição adicional do coberto vegetal comprometerá a regeneração dos ecossistemas, aumentará a erosão e reduzirá a resiliência do território às alterações climáticas. As consequências serão também sociais e económicas. A perda de áreas agrícolas e florestais, a degradação da paisagem e dos recursos naturais afetará atividades como a agricultura, a floresta e o turismo de natureza, contribuindo para o despovoamento do interior e para a desertificação humana de territórios já fragilizados. Assim, solicito que o PSZAER seja revisto, privilegiando exclusivamente áreas já artificializadas para a instalação de projetos de energias renováveis, promovendo um inventário nacional do seu potencial e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122401	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122400	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores MANIFESTAMOS DISCORDÂNCIA COM O PROJETO PSZAER POR VIOLAR O DISPOSTO NO ARTIGO 66º DA CRP, QUE GARANTE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE HUMANO, SADIO E EQUILIBRADO, EXIGINDO O ARQUIVAMENTO IMEDIATO DO PROJETO PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS! PAREM DE DESTRUIR O PLANETA!	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122399	Discordância	Discordo veementemente! Portugal não está a venda!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122398	Discordância	Sou a favor destas tecnologias quando bem aplicadas. Este tipo de projetos arrasa completamente a Natureza a saúde e o bem estar das populações. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122397	Sugestão	Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122396	Sugestão	Parece-me que não foram estudadas alternativas para encontrar soluções que cumpram os compromissos dos Acordos de Paris. Exemplo: fazer tudo o que for possível (com incentivos por exemplo, obrigações relativas a qualquer novo projeto, obrigações relativas a qualquer novo projeto, etc...) para que cada casa/telhado em Portugal seja equipado com painéis solares (em vez de desflorestar grandes zonas). Existem outras formas além de conceder licenças com demasiada facilidade a empresas privadas que vão proceder a demasiado desflorestação (que nunca será suficientemente compensada).	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122395	Discordância	Não vamos resolver um problema criando outro. Assim não!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122394	Discordância	Honestamente, nem tenho palavras. Quantos mais ecossistemas vamos destruir em nome da estranha ideia de salvar o planeta mas não mexer um mindinho para se mudar o nosso consumo energético desenfreado?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122393	Discordância	Sou contra a proposta do Governo, porque não protege o a saúde Pública , o meio ambiente e os reais interesses das populações, cidadãos comuns do País. A maioria dos lucros vão para as empresas estrangeiras, e não cria emprego depois de feito o projeto.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122392	Sugestão	As energias renováveis sendo essenciais à transição energética e descarbonização da economia, serão um dos caminhos a adotar para o atingir desses fins. A implementação das ZAER, procurando simplificar o processo de licenciamento, deveria ter associado um critério prioritário para a implementação dessas zonas, passando por privilegiar a implementação de projetos primeiramente em locais nos quais os impactes sejam os menores possíveis, como é o caso da prioridade à implementação de projetos que promovam a descentralização da produção de energia elétrica com recurso a energias renováveis, neste caso da energia solar e energia eólica, aproveitando para esse efeito estruturas já disponíveis (e.g. telhados de edifícios públicos, zonas industriais, reequipamentos de parques já existentes) e só, não se verificando essa possibilidade, adotando novos projetos/áreas se as zonas prioritárias não forem viáveis do ponto de vista Ambiental, Económico e Social. A implementação de projetos nas ZAER deverá, ainda, ser alvo de um envolvimento das comunidades/autarquias onde vão ter lugar, procurando compensar as mesmas através dos benefícios ambientais decorrentes da implementação do tipo de projetos em causa.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122391	Discordância	Chamar este tipo de energia verde, é um ultraje e estes projetos são no mínimo criminosos pois desgastam largas áreas de zonas , essas sim verdes, essenciais para o equilíbrio de ecossistemas, equilíbrio da Natureza e consequentemente equilíbrio ambiental e climático. A médio e longo prazo este tipo de projetos tem custos igualmente altos para a saúde do ser humano pois directamente dependemos do meio envolvente. Discordo em absoluto e apelo ao bom senso de todos!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122390	Discordância	O que precisamos é de plantar mais árvores e não dar cabo da natureza!	Obrigada pela sua participação.
122389	Discordância	Como residente desta área, não posso deixar de manifestar a minha absoluta discordância quanto a este projeto. O afrouxamento das regras de licenciamento ambiental, sobretudo numa zona tão sensível como esta, só pode ser recebido com espanto pela sociedade civil. Há falta de corredores ecológicos e impactos cumulativos sobre água e solo identificados pela APA. A população do centro, tão castigada pelos incêndios no ano passado, não pode ver esse tipo de projeto avançar sobre o seu território. Uma transição energética justa é feita com planos que sejam melhor estruturados, e que coloquem limites reais à concentração de projetos numa mesma região. A população da região centro merece ser ouvida. O governo vive distante demais, em Lisboa, e claramente não percebe o impacto negativo que este tipo de projeto poderá trazer ao território do Centro.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
122388	Discordância	A aceleração da implantação de energias renováveis não pode servir de pretexto para sacrificar o ambiente, a biodiversidade, as paisagens e a qualidade de vida das populações locais. É essencial que estes projetos sejam planeados com transparência, avaliação rigorosa dos impactos e verdadeira participação das comunidades afetadas. A transição energética deve ser sustentável em todos os aspetos, não apenas na produção de energia.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122387	Discordância	Como é possível estarem a destruir um património que é único, comprometer gerações futuras não é solução, reflorestar é a solução, o povo deve manifestar o seu desagrado se quisermos continuar a ver a beleza do nosso território, porque o futuro pode ser bem negro.	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122386	Discordância	É impensável hipotecar solos, abolindo biodiversidade de fauna e flora, bem como captação orgânica hídrica de subsolo com áreas tão vastas de painéis solares.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122385	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã interessada, venho apresentar o presente contributo no âmbito da consulta pública da Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para a Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Antes de mais, importa esclarecer que a presente participação não constitui uma oposição à transição energética nem ao desenvolvimento das energias renováveis, objetivos que decorrem quer do Pacto Ecológico Europeu, quer da Lei Europeia do Clima (Regulamento (UE) 2021/1119). O que se pretende é assegurar que essa transição respeite os princípios da prevenção, da precaução, da proporcionalidade e do desenvolvimento sustentável, constitucionalmente protegidos e consagrados no direito nacional e europeu. O primeiro ponto que quero expôr é que esta proposta tem um prazo extremamente reduzido de consulta pública, que não é suficiente para a sua análise a fundo pelos cidadãos e autarquias. Depois, esta proposta não tem em conta os impactos ambientais de cada território, sobretudo naqueles ecologicamente mais sensíveis, e os quais poderão ser graves e irreversíveis. Estes impactos abrangem ainda a fauna e flora de cada local, incluindo espécies protegidas, que são ainda mais susceptíveis de mudanças e perturbações no seu ambiente natural. Uma avaliação estratégica não é suficiente para assumir a proteção e preservação destes seres vivos. Mais adiciono que a alteração da paisagem, para além de afectar a fauna e flora locais, também afecta o património cultural e turístico, levando à diminuição do valor cénico de cada região e afectando o interesse turístico de que o país tanto depende para a sua sustentabilidade económica. Não só isso mas o facto de colocar em causa a própria identidade e orgulho nacionais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122384	Discordância	Põe em causa a biodiversidade do nosso país pelo que sou contra	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122383	Discordância	O que falta Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas -	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122382	Discordância	Parecer da Câmara Municipal de Benavente Exmos. Senhores, No âmbito do processo de Participação Pública sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), vem deste modo o município de Benavente apresentar a sua colaboração formal. De forma geral, o estudo para identificar Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) a nível nacional é relevante e fundamental tendo em conta o contexto da necessidade de atingir as metas assumidas com a União Europeia até 2030, nomeadamente de produção de 20,8 GW de energia fotovoltaica. Sendo as ZAER sujeitas a projetos, alguns dos quais com previsão para ocupar dezenas e mesmo centenas de hectares, a legislação portuguesa exige um conjunto de procedimentos e aprovações prévias no sentido de respeitar os Instrumentos de Gestão Territorial-IGT. Sumariamente, a identificação de ZAER resulta da exclusão de um conjunto de restrições de âmbito económico, social e ambiental. No entanto, embora a base metodológica geral esteja correta, o resultado não corresponde ao esperado, devido a bases de dados pouco rigorosas, outras desatualizadas, bem como à falta de aplicação de algumas temáticas. Ou seja, as bases de dados utilizadas à escala nacional são adequadas, contudo, não possuem o detalhe suficiente para uma aplicação mais rigorosa à escala municipal. Por outro lado, verificam-se lacunas nas bases utilizadas, dando como exemplo a informação de base relativa a ocorrência de espécies ameaçadas e contempladas em listas vermelhas da flora e da fauna, que não foram utilizadas como áreas de exclusão, o que pode conduzir na extinção ou redução de efetivos de algumas espécies. Por último, é fundamental que as ZAER assumam os Planos Diretores Municipais na sua base, assinalando que o PDM de Benavente já possui no seu Regulamento, a definição de áreas de intervenção para a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122381	Discordância	Nunca uma zona de floresta deve ser alienada assim desta forma. Apostem preferencialmente em apoiar os moradores a terem painéis nas suas casas e ser auto-suficientes com apoio as baterias. Destruir o meio ambiente em prol de negócio é criminoso.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122380	Discordância	O PSZAER deve incluir informação atualizada e robusta. Deve igualmente incluir uma análise crítica das áreas e das metas do PNEC. Deve ser dada prioridade às áreas artificializadas (autoconsumo, zonas industriais, barragens) e áreas efetivamente degradadas com indicação de critérios claros. O PSZAER deve ser transparente e incluir informação vetorial, assim como uma análise dos impactos cumulativos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122379	Discordância	Discordo com a colocacao de paineis solares e eólicas na região.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122378	Discordância	ESTE PROJETO PREOCUPA-ME E NAO ENCONTREI INFORMACÃO SUFICIENTEMENTE ACESSÍVEL PARA PODER DAR UMA OPINIÃO INFORMADA	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122377	Discordância	Não posso, não quero, ver uma zona tão bonita ser massacrada. Sou completamente ignorante sobre ordenamento de território, energias, sejam elas quais forem, mas quero ver o meu país mais verde, com mais oxigénio, mais fresco, pois na vez de plantarem árvores, cortam-nas e tansformam a paisagem em mantas negras sem fim. É desolador ver os campos, outrora cultivados, cheios de árvores de fruto e outras que não sei o nome. Não há alternativas?? Há, há... Penso nos meus netos, quem quer levar este desastre avante, não tem filhos, netos, família?? Vamos ficar assados... E lembrem-se, todos temos um fim, todos vamos levar com sete palmos de terra em cima... E NÃO LEVAMOS NADA, NADA!!! Para quê destruir a natureza?	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122376	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122374	Discordância	Manifesto a minha discordância às PSZAE	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122373	Discordância	GREEN WASHING, painéis solares podem ser instalados nos topos dos edifícios , parques de estacionamento!!! DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE PRA SALVAR O MESMO??? Somos idiotas???	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122372	Discordância	Apresento a minha total discordância e oposição ao PSZAER (Plano Setorial para a Alocação de Áreas para a Exploração de Energias Renováveis) na sua formulação atual, fundamentando a minha posição nos seguintes pontos críticos: ○ Isenção Inadmissível de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA): É extremamente grave que este plano preveja o licenciamento de centrais solares e eólicas sem a obrigatoriedade de uma Avaliação de Impacte Ambiental prévia e rigorosa. A urgência da transição energética não pode servir de pretexto para atropelar os mecanismos legais que protegem a nossa biodiversidade e os ecossistemas locais. ○ Falta de Transparência e Incerteza Cartográfica: Definir uma área correspondente a 7% do território nacional sem apresentar um mapa final e detalhado deixa o interior do país e as suas populações numa situação de total vulnerabilidade. Deixar a decisão concreta de exclusão de áreas para a fase de licenciamento individual de cada projeto significa que o debate público é anulado e que as populações só saberão o impacto real quando já for tarde demais para travar os projetos. ○ Défice Democrático e Desrespeito pelo Território: O plano falha gravemente ao não oferecer garantias suficientes de proteção para o território, para a integridade das comunidades locais e para a participação democrática ativa. As decisões sobre o ordenamento do território não podem ser tomadas de forma centralizada e silenciosa. Conclusão: Descarbonizar à custa da destruição da própria natureza e das paisagens que pretendemos salvaguardar é uma contradição ambiental e ética. Exijo a reformulação urgente deste plano, garantindo que qualquer	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122371	Concordância	Para utilização de melhores energias	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122370	Discordância	Manifesto a minha discordância às PSZAER	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122369	Discordância	A implementação de grandes centrais solares em serras de Portugal levanta sérias preocupações ambientais, ecológicas e sociais. Embora contribuam para a transição energética, os megaparques nestas zonas montanhosas são contestados por causarem a destruição de habitats, degradação da paisagem e conflitos com as populações locais.Principais motivos válidos para contestação: Destruição de Biodiversidade e Habitats: A limpeza do terreno e a instalação dos painéis em zonas de montanha fragmentam ecossistemas sensíveis. Muitas serras portuguesas albergam espécies protegidas e a intervenção pode ameaçar a fauna e a flora locais.Impacto Hidrológico e Erosão: A remoção da cobertura vegetal e a compactação do solo nestas áreas de declive acentuado aumentam significativamente o risco de erosão, derrocadas e assoreamento de linhas de água. Danos na Paisagem e no Turismo: A alteração drástica da paisagem natural pode desvalorizar esteticamente a região, prejudicando o turismo de natureza e o desenvolvimento económico das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122368	Discordância	Na qualidade de cidadã, manifesto a minha posição de discordância em relação ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Considero que a estratégia deste programa compromete vários aspetos relevantes da democracia participativa, da proteção de valores naturais, patrimoniais, de saúde pública e de desenvolvimento local, como argumentado no documento em anexo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122367	Discordância	Não concordo com esta atrocidade neste país que está a querer prejudicar a vida às pessoas e a Natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122366	Discordância	Não concordo em nada e é mais uma maneira habilidosa de calar as pessoas que vivem no interior.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122365	Discordância	Não concordo com o facto de aprovarem projetos desta natureza sem pelo menos um estudo de impacto ambiental, levado a cabo por uma entidade isenta, sem conflito absoluto de interesses. Também considero que são temas que não devem apenas ser decididos por um conjunto de pessoas que estão fora do território visado. São decisões que vão ter implicações negativas muito importantes e práticas na vida quotidiana de comunidades inteiras. Nem a urgência da transição energética pode justificar esta generalização/agilização de processos que passam por cima de "ecossistemas" inteiros dos quais o Homem faz parte. Proponho a avaliação caso a caso sempre ouvindo a comunidade local e consultando os estudos de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122364	Discordância	A inclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis, conforme previsto no PSZAER, é uma decisão que deve ser revista. Considerar estas áreas como "terreno residual" é desrespeitar a beleza e a riqueza do nosso património natural. A Serra da Gardunha não é apenas uma paisagem; é lar de espécies ameaçadas, como o abutre-preto e o lobo-ibérico, que dependem destes ecossistemas para a sua sobrevivência. Além disso, a ausência de uma Avaliação de Impacto Ambiental significativa é alarmante. Não podemos sacrificar a biodiversidade e as fontes de água do interior sem a devida análise. Por isso, peço que reconsiderem a inclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas zonas do PSZAER, protegendo assim a nossa natureza e o futuro das espécies que nela habitam.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122363	Discordância	Manifesto a minha discordância às PSZAER	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122362	Discordância	Não me parece que a única alternativa seja tornar 7% do país num estaleiro quando existem outras soluções bem mais amigas do ambiente. Energia verde e limpa não é isto!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122361	Discordância	Não pode valer tudo à custa da nossa paisagem natural, da nossa biodiversidade, da nossa floresta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122360	Discordância	Não concordo por se traduzir na perda de biodiversidade I respectfully oppose the inclusion of the Serra da Gardunha and Beira Baixa regions in the PSZAER. This area is not merely "leftover land" – it is a vital habitat for numerous threatened species, including the black stork and birds of prey. The natural beauty and ecological significance of this mountain landscape deserve our protection.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122359	Discordância	Moreover, I am deeply concerned about the absence of a comprehensive environmental impact assessment. Without such an assessment, we risk making irreversible decisions that endanger not only wildlife but also the delicate balance of our ecosystem. It is essential to prioritize building solar and wind energy facilities on rooftops or already developed areas instead. I urge the decision-makers to exclude Serra da Gardunha and Beira Baixa from any acceleration zones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122358	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122357	Discordância	Não concordo com o que se está a propor em nome do ambiente e das energias verdes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122356	Discordância	Cubram os telhados dos edificios públicos, parques de estacionamento, zonas industriais e estradas primeiro!!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122355	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122354	Reclamação	I do not agree.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122353	Discordância	Num momento em que deveríamos proteger a Natureza, preservar o território nacional, reformar as nossas florestas, cuidar das pessoas que vivem nos meios rurais, incentivar as pessoas a habitar o interior do País...esta proposta é completamente inconsciente. As prioridades estão completamente invertidas... Deveríamos voltar as investir em florestas autóctones, e limpar os rios e os riachos, em preservar todo o ecossistema e a diversidade ecológica. Não o oposto. E esta proposta do governo faz exactamente o contrário. Espero, como português e como contribuinte, que esta proposta inconsciente não seja aprovada. Seria muito mau, muito grave para o território nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122352	Discordância	Esta iniciativa trata-se de mais um passo para incentivar a destruição paisagistica para beneficiar o capital estrangeiro sem qualquer benefício para os concelhos afetados.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122351	Discordância	A transição energética NÃO PODE ser feita ao custo da biodiversidade, das comunidades locais, e da saúde pública. É de uma extrema irresponsabilidade estar a designar uma porção tão grande do território como "zona de aceleração". Tem de se ter em causa os corredores de várias espécies, como o lobo ibérico e o lince ibérico. Além disso, tem de se ter em causa a flora nativa e zonas de agricultura protegidas. Portugal não pode ser um lacaio cego da União Europeia nem de nenhuma outra potência, a população está e tem de estar sempre em primeiro lugar. E a destruição da biodiversidade e de áreas que, apesar de não oficialmente protegidas, têm um valor ambiental incalculável, não serve o povo. Reconsidered e não se foquem em lucros de curto prazo. Estão a construir um mundo e uma sociedade que os nossos filhos e netos se vão orgulhar? Ou estão a tentar encher a própria barriga com lucros milionários? Os painéis fotovoltaicos devem ser colocados em telhados de habitações e indústria. Não em floresta ou baldios. A população está CONTRA as PSZAER. Só os grandes grupos económicos estão a favor. Estamos a participar por meios democráticos e ordeiros. Não obriguem o povo a ir para as ruas. Protejam as populações e a biodiversidade e digam NÃO às PSZAER!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122350	Discordância	Não concordo com a colocação de painéis fotovoltaicos na freguesia da Moita no concelho da Marinha Grande, porque a área da freguesia já é muito reduzida e considero que seria um atentado ao meio ambiente nomeadamente á floresta já por si reduzida pelo alargamento da zona industrial e exploração de areias e argilas. De igual maneira seria também um atentado á saúde das populações e extinção de flora e da fauna que se refugiou nesta área após os incêndios de 2017. Por isso repudio veementemente a eliminação da nossa floresta que é o exlibris das populações que a circundam, com colocação de painéis fotovoltaicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122349	Discordância	Não descurando a importância da energia renovável, não posso aceitar que esta seja a estratégia para a transição verde, quando a exploração intensiva da mesma, considera ser necessário extinção de milhares de hectares de fauna e flora, destruição total da natureza....completamente insustentável e absurdo!! Isto não é um futuro verde....antes bem cinzento.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122347	Concordância	Estou de pleno acordo com esta iniciativa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122346	Discordância	Não concordo. Estão a criar um excesso de mercado, o surgimento de empresas de fachada e oportunistas só para obterem uma fatia do quinhão e poderem negociar essa fatia em negociatas com reais investidores. Pode levar ao colapso de todo o sistema por mera gulodice. Para além disso há sempre a ocupação de solo, muita das vezes solos com capacidade produtiva, só por questões de localização e fácil implementação e implantação. Por outro lado levará imediatamente ao afastamento de investidores alternativos noutras áreas de negócios, potencialmente ligados ao meio ambiente.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Venho, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. Considero essencial que o mapa de ZAER incida, na sua totalidade, sobre zonas já artificializadas — coberturas de edifícios, infraestruturas de transporte, parques de estacionamento, zonas industriais e logísticas já infraestruturadas, minas abandonadas, antigos aterros e outras superfícies impermeabilizadas sem valor agrícola, florestal ou de conservação. A ocupação de solo virgem só deveria ser considerada depois de esgotada destas áreas já artificializadas — e apenas se a produção adicional se revelar efetivamente essencial, o que os dados acima expostos, por si só, colocam em causa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122344	Discordância	Pelo tanto, solicito que o PSZAER seja revisto de forma a: Fazer incidir a totalidade do mapa ZAER sobre áreas já artificializadas (coberturas, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas de transporte, minas abandonadas, aterros); Determinar um inventário nacional georreferenciado do potencial destas áreas; Reservar solo rústico, agrícola e florestal apenas para quando esgotada a capacidade artificializada e só se essencial ao país — o que a atual desproporção (18x a área necessária) não demonstra; Garantir a real compatibilização com os PDM e demais IGTs, conforme a alínea d) do Despacho n.º 1532-B/2026; Prever mecanismos de incentivos ou de obrigatoriedade faseada para implementação de produção fotovoltaica em parques de estacionamento e coberturas de grandes superfícies, articulando com o projeto	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122343	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações. No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem já um longo historial de contributo para o interesse nacional em termos de energias renováveis. A Barragem da Aguieira, instalada há mais de quatro décadas, ocupa uma área significativa do território municipal e desempenha funções essenciais para o país, nomeadamente na produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias. Contudo, os benefícios económicos diretos desta infraestrutura para a população local têm sido reduzidos. Considero, por isso, que não é aceitável que o concelho continue a assumir novos encargos territoriais de dimensão nacional sem uma avaliação rigorosa dos impactos e sem mecanismos claros de compensação e retorno para a comunidade. Considero igualmente preocupante que a classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assente essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo devidamente o verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico, económico e social desses territórios. Muitas destas áreas asseguram importantes serviços dos ecossistemas, contribuem para a conservação da biodiversidade, suportam atividades económicas locais e desempenham funções fundamentais na gestão da paisagem e na prevenção dos incêndios rurais. A ausência de determinadas condicionantes legais não significa que estes territórios não tenham valor ou que a sua ocupação não produza impactos relevantes. Entendo que a ocupação do solo agrícola e florestal para grandes projetos renováveis apenas deverá ocorrer	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122342	Discordância	A natureza necessita ecossistemas preservados para o bem do seu equilíbrio e da vida que sustenta..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122341	Discordância	Discordo na destruição da paisagem natural por causa dos paneis	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122340	Discordância	Abaixo as tecnologias. Viva a Natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122339	Discordância	Não concordo com este programa.	Obrigada pela sua participação.
122338	Discordância	A implementação deste programa irá provocar a destruição da natureza, afetando habitats, biodiversidade, paisagens e ecossistemas de elevado valor ambiental.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122337	Geral	Tendo em conta o que consta no documento " Análise e Ponderação dos Pareceres das Entidades", relevam-se aqui os comentários da CCDR Alentejo (parecer favorável condicionado), e, bem assim, os da CIM do Alentejo Litoral - CIMAL (contributo com reservas e recomendações), os quais, em geral, se acompanham, nomeadamente, os números 74, 75 e 82 da pronúncia da CCDR Alentejo e o número quanto à CIMAL no número 126 da pronúncia desta. Como enfatiza a CIMBAL, sublinha-se que deve ficar garantida "... a importância da autonomia municipal, dos PDM, da avaliação de impactes cumulativos, da proteção de sistemas ecológicos, paisagísticos e produtivos e da necessidade de envolvimento das comunidades e de benefícios territoriais locais." Também se acompanham as referenciadas posições da CCDR Alentejo, designadamente, quanto à preocupação de "ZAER muito extensas e concentradas em poucos concelhos, com risco de sobrecarga, efeitos cumulativos e pressão territorial.", e, bem assim, pela "necessidade de equilibrar transição energética com preservação da identidade territorial, valores paisagísticos, ambientais, económicos e sociais do Alentejo." Luís A. Pita Ameixa Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122336	Discordância	Este programa vai arruinar a biodiversidade, a sustentabilidade e a identidade cultural das povoações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122335	Discordância	Discordo em absoluto !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122334	Discordância	Numa serra onde de ano para ano, a seca é mais visível, o calor é mais notório e os incêndios são mais recorrentes, ainda querem danificar mais este património? Fazer um projeito solar deitando a baixo mais o nosso património florestal só irá danificar os solos e toda a area a seu redor.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Nao concordo.	Obrigada pela sua participação.
122333	Discordância	Temos o dever de proteger toda a nossa área floresta. A passagem para energia verde nunca pode ser feita pelo abate de árvores.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122332	Discordância	Discordo totalmente de se pretender adotar este tipo de projetos sem estudos prévios e em locais onde se vai substituir a natureza por este tipo de investimentos. Sem contrapartidas de reposição da natureza que se vai destruir aos poucos vamos acabar com a natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122330	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122329	Discordância	Serve a presente participação para rejeitar a possibilidade de uma flexibilização das regras para o licenciamento de projectos ambientais. A necessidade de energias limpas não implica o desrespeito pelos recursos naturais, com a destruição de ecossistemas, de terrenos com potencialidade agrícola e caminhos rurais que servem para ligar várias comunidades. A biodiversidade tem de ser respeitada, e o actual quadro legislativo é suficente para a realização de estudos sérios sobre o impacte ambiental, não há qualquer necessidade de alterar as regras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122328	Discordância	Uma vez mais, apesar dos mecanismos de participação da população, os munícipios e as populações não são ouvidas. Ainda bem que existem estes mecanismos de participação porque se não, nem isso permitiriam. Isto não é transição energética, é perda de biodiversidade, é vender a terra ao desbarato e sem compensações para as populações. Quando o país tiver coberto de preto, não existir nenhuma vida, poderão descansar. A transição energética tem de ser feita de forma estrutural, permitindo que os telhados dos edifícios podem servir para essa efeito.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122327	Discordância	É simplesmente vergonhoso e lamentável o que querem fazer com o património, a paisagem, a identidade e as diferentes comunidades de um território. São memórias aniquilidadas e futuros abortados por uma falsa promessa verde que afeta direta e diariamente a vida de milhares de pessoas que habitam, de forma resiliente, honesta e orgulhosa e território que devia pertencer a um mesmo país. Parece que não.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122326	Discordância	Destruir floresta e biodiversidade para "colocar" energias verdes não é solução.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122325	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de cidadãos,do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a “aceleração” das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público “superior”, não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122324	Discordância	não acredito neste tipo de projectos apelidados de "verdes" que implicam o abate de árvores	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122323	Discordância	Este projeto vai resultar na perda de biodiversidade, para além de não requerer relatórios de impacto ambiental em futuros projetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122322	Discordância	Não quero isto no meu país!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122321	Discordância	Discordo estando as minhas fundamentações no ficheiro em anexo. João Ribeiro	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122320	Discordância	Boa tarde, Sou cidadão do concelho de Mortágua, discordo deste programa, pois o município têm uma grande mancha florestal, grande parte dela com bons acessos e em grande parte os terrenos são cuidados. Para além disso as pessoas precisam e gostam de passear, andar de bicicleta, levar os filhos/netos a respirar aquele ar tão benéfico, e se tiver tudo com painéis que ar é que respiramos? Quero mostrar aos meus futuros filhos a beleza da nossa floresta!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122319	Discordância	Não se pode ocupar terrenos aptos ora para Agricultura ora para construção imobiliária, se a intenção é encher o país de painéis solares metam nos nos telhados das casas, a agenda 2030 é lixada mas não é destruir o ambiente, paisagem, fauna/flora, para não falar que quantos menos áreas verdes mais aumenta a temperatura, depois culpam as "alterações climáticas"	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122318	Discordância	Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. Prioritizar o que já está artificializado. Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado. Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem no vazio — decorrem de um modelo de crescimento do consumo que raramente é posto em causa. Não encontro neste programa qualquer pergunta sobre quanto precisamos realmente de produzir, para quem, com que modelo de distribuição e com que impacto acumulado sobre o território. A questão não é apenas onde instalamos os painéis — é quanto consumimos, e se esse consumo pode e deve crescer indefinidamente. O relatório técnico de ordenamento e economia do território identifica como um dos principais riscos a "especialização funcional excessiva de territórios de baixa densidade" e a sua transformação em plataformas de exportação de energia para mercados externos. Ou seja: os territórios	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122317	Discordância	Esta medida vai promover a destruição paisagistica ainda perservada na região, para promover o capital maioritariamente estrangeiro cartacteristico deste tipo de investimentos, sem qualquer beneficio para a região. Além de colocar em causa a perservação da flora regional, includindo algumas espécies protegidas que neste tipo de projetos são normalmente destruidas à revelia do que é definido e imposto pelos estudos de impacto ambiental. Adicionalmente trazer para algumas regiões que têm elevado risco de incêncio projetos que vão aumentar as causas de ignição é completamente contraproducente .	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122316	Discordância	Não concordo que uma zona como Miranda do Douro deva ser sujeita a projetos que venham destruir para sempre a riqueza de fauna e flora que usufruimos nos dias de hoje. Esse tipo de projetos de energias renováveis devem ser implementados em infraestruturas existentes,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122314	Discordância	Não concordo com este tipo de projetos pois poêm em risco a nossa autonomia. Vamos perder biodiversidade e contribuindo cada vez para as alterações climáticas. Este tipo de projeto só contribui para as grandes empresas que só pesam no lucro esquecendo que também pois em rico as gerações futuras, mas eles são egoístas e não se preocupam com o futuro nem dos seus filhos/netos como se vão preocupar com a população em geral. Vamos acabar com este projeto suicida…….	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122313	Discordância	Discordo totalmente deste projecto, uma vez que a transição energética deve ser feita em zonas urbanas e industriais ao invés de zonas de campo que possivelmente podem ser plantadas ou usadas para alimentação do gado ou servir como espaços verdes para lazer e abrigo das temperaturas extremas que se fazem sentir no verão em todo o território nacional, este plano contribui para secas mais severas, devido à menor disponibilidade de água tanto no solo, como nos aquíferos. As áreas agrícolas e florestais remanescentes e as populações delas dependentes sofrerão diretamente estes efeitos, agravando a desertificação do território. Além do acima referido, este projeto destina-se a aumentar o lucro de multinacionais petrolíferas o que em nada acrescenta à população local ou melhoria das condições de vida existentes, esta forma de transição não é sustentável nem lógica, logo não apoio este tipo de projetos que nada trazem para a humanidade.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122312	Discordância	Não estou de acordo. A união de freguesia Colmeias e Memória- Leiria, fica totalmente aglotinada pela implementação dos painéis	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122311	Discordância	Impacto ambiental negativo Aumento risco de incêndio	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122310	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. A junta de Freguesia de Genísio, vem por este meio apresentar a nossa completa oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias, as freguesia ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham, sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, perguntamos diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exigimos a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122309	Discordância	Este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável considero que a proposta apresentada concentra de forma excessiva novas áreas destinadas à instalação destas infraestruturas, sem atender às especificidades ambientais, paisagísticas e socioeconómicas do território. A minha posição assenta na defesa da paisagem, da floresta, da biodiversidade, do turismo de natureza e da qualidade de vida da população, entendendo que a transição energética deve ser compatibilizada com a preservação dos valores ambientais e com a estratégia de desenvolvimento do concelho. Considero que "a transição energética só será verdadeiramente sustentável se respeitar e valorizar cada território."	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122308	Discordância	Na qualidade de residente no Alentejo, concelho e distrito de Évora, venho por este meio manifestar a minha total DISCORDÂNCIA ao PSZAER em consulta. Subscrevo os pareceres emitidos pela Plataforma Cívica Juntos pelo Divor e pela Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas e acrescento os fundamentos que enumero de seguida: 1. Perda de autonomia local, com decisões importantes sobre o nosso território a passarem a ser tomadas de forma centralizada, sem a sensibilidade ao território das pessoas que os habitam. 2. Falta de transparência e ausência de respostas claras em que a falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos: as diretivas da UE equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). 3. Risco para o trabalho e o rendimento local ao serem ocupados terrenos agrícolas e naturais, com prejuízo do uso agrícola e outras atividades rurais que alimentam as economias locais. 4. Turismo rural e turismo da natureza comprometidos com grandes áreas de painéis solares e parques eólicos que podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram estes territórios pelo seu património natural e cultural. 5. Perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. Benefícios mal distribuídos, com os lucros, empregos e contratos a ficarem maioritariamente nas grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122307	Discordância	Vim do estrangeiro para residir num povoado rural do Fundão, atraído pela tranquilidade, a qualidade de vida e a beleza da paisagem natural. O lugar onde resido corre o risco, com. este programa, de se tornar inóspito e inabitável. Discordo absolutamente com a sua implementação.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122306	Discordância	Ridículos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122305	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	
122304	Discordância	Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, considero que a aceleração destes projetos não deve comprometer a proteção dos valores ambientais, da biodiversidade, da paisagem, do património natural e cultural, nem a qualidade de vida das populações. Manifesto preocupação relativamente aos seguintes aspetos: *A possibilidade de impactos significativos sobre habitats naturais, fauna, flora e corredores ecológicos. *Os efeitos cumulativos de múltiplos projetos numa mesma região, que podem não estar suficientemente avaliados. *A proximidade de algumas zonas a áreas habitadas, com potenciais impactos visuais, sonoros e na valorização do território. *A necessidade de garantir uma participação pública efetiva e transparente, assegurando que as comunidades locais sejam devidamente ouvidas antes da aprovação de projetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122303	Discordância	É notório o exagero na dimensão das áreas abrangidas pelo programa. Um verdadeiro suicídio o que as decisões políticas estão a fazer ao país relativamente à questão da transição energética.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122301	Discordância	Não faz sentido destruir zonas verdes para implantação de painéis solares. Coloquem nos em cima de prédios, armazéns e parques de estacionamentos	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122300	Discordância	Não concordo com maus tratos à mãe terra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122299	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122298	Discordância	Não é possível concordar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122297	Discordância	Não quero ver extensões de território esterilizadas por 'monoculturas' de painéis fotovoltaicos.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122296	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122295	Discordância	Não permito que destruam o meu mundo, o meu bem estar e a minha saúde. Não concordo, nem nunca poderei concordar com destruição ambiental, natureza somos todos nós!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122294	Discordância	Não concordo com estas medidas porque vão eliminar biodiversidade, marginalizar as populações locais, e destruir ecossistemas que demoram anos e anos a crescerem!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122293	Discordância	Exmos. Senhores, No âmbito do período de discussão pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), remete-se, para os devidos efeitos, o parecer técnico emitido pelos serviços desta Autarquia. O referido parecer foi aprovado por unanimidade na reunião extraordinária do órgão executivo da Câmara Municipal de Castelo Branco, realizada em 09/07/2029.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122292	Discordância	Parece-me que, sob o pretexto de uma transição verde, estamos a cilindrar os ecossistemas do nosso planeta. Estas mega centrais são prejudiciais a todos (ecossistemas, populações locais e outros negócios na área) e só interessam aos seus proprietários. O emprego gerado é mínimo face ao impacto nas vidas de todos os outros (e no aumento do calor à sua volta).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122291	Discordância	Editar com o app Documentos Faça ajustes, deixe comentários e compartilhe com outras pessoas para editar simultaneamente. AGORA NÃOUSAR O APP PARTICIPAÇÃO_curta O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122290	Discordância	Discordo completamente Puro assassinato à natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122289	Discordância	Na minha qualidade de cidadã do concelho de Satão, manifesto a minha profunda preocupação com a orientação das políticas energéticas, que têm vindo a privilegiar megaprojetos solares de dimensão e localização manifestamente inaceitáveis, apresentados como a solução única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC 2030. É neste contexto que surge o Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), relativamente ao qual apresento os fundamentos da minha rejeição integral. A transição energética não pode ser feita à custa do território. A ocupação de solo rústico e florestal deve ser encarada como última opção, e não como primeira resposta. Antes de avançar sobre áreas rurais, deve ser plenamente aproveitado o potencial de instalação em coberturas de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e espaços já degradados ou artificializados. Além disso, o plano revela uma avaliação insuficiente dos impactos climáticos locais. A instalação de grandes extensões de painéis fotovoltaicos altera de forma significativa o uso do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas da área intervencionada. Contudo, o PSZAER não analisa de forma adequada os efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas. Acresce que o PSZAER abrange áreas extensas situadas em territórios classificados como vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas, sem garantir um afastamento suficiente em relação a áreas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122287	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a forma como está a ser proposto levanta sérias preocupações ambientais, sociais, territoriais e económicas. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa, esta não pode ser realizada à custa da degradação dos ecossistemas, da perda de áreas agrícolas e florestais, da destruição da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações locais. A definição de zonas de aceleração não deve traduzir-se numa simplificação excessiva dos processos de avaliação ambiental, nem reduzir a participação pública e o direito das comunidades a serem ouvidas sobre projetos que terão impactos significativos e duradouros nos seus territórios. É igualmente fundamental garantir que o ordenamento do território continue a ser baseado em critérios científicos, ambientais e sociais rigorosos, evitando a concentração de infraestruturas de produção de energia em áreas ecologicamente sensíveis, de elevado valor paisagístico ou com relevância para a agricultura, o turismo e outras atividades económicas sustentáveis. Defendo que a expansão das energias renováveis deve privilegiar soluções de menor impacte, como a instalação em edifícios, parques industriais, infraestruturas já artificializadas e outras áreas degradadas, antes de ocupar extensas áreas naturais ou produtivas. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto, assegurando uma avaliação mais criteriosa dos impactes	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122286	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122285	Discordância	Exmos Senhores, Vejo com grande preocupação seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. Baixa sensibilidade não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram. Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies ameaçadas, como o lince-ibérico ou aves de rapina, pondo em causa a conectividade dos ecossistemas. Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122284	Discordância	Isto é um crime ambiental, é de uma total ignorância pensar que isto salva o planeta. Esta insana e fundamentalista forma de achar que resolvem os problemas ambientais cometendo crimes ambientais, não tem qualquer lógica, nem moral nem base científica, que interesses obscuros estão por trás desta loucura.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122283	Discordância	Não concordo com a implementação deste projeto porque vai pôr em risco a biodiversidade, os habitats naturais, vidas humanas, comunidades!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122282	Discordância	Coloquem painéis solares em cima dos prédios e dos parques de estacionamento, deixem os nossos terrenos em paz	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122281	Discordância	Discordo da implantzcao de paineis solares nesta regiao.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122280	Discordância	Nao concordo colocarem painéis solares na serra da Gardunha. Sou a favor de reflorestarem a serra. Fora os paineis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122279	Discordância	Estas energias renovaveis nao justifica a destruicao do meio ambiental e paisagistico de Portugal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122278	Discordância	Boa tarde, A transição energética é importante, mas não para gerar lucro a multinacionais, sem criação de verdadeira riqueza no local. Ficamos com o "lixo" daqui a uns anos na nossa paisagem, e isso em nada garante a nossa autonomia energética. A paisagem é de todos, não é negócio daqueles que financiam partidos. A produção de energia renovável poderia ser equilibrada, alocada diretamente a quem gera e a quem consome, melhorando a vida das populações locais e diminuindo as faturas de consumo e os lucros desmesurados dos comercializadores. Discordo totalmente destas medidas de "marketing", que vendem mentiras aos portugueses.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122277	Discordância	O programa é contra o ambiente, não a favor da sua protecção. Está ocupação exagerada de território nacional destrói fauna e flora com impacto no longo prazo sem ganhos reais para a população. Além do mais, se vivemos em democracia, então a população deve ser consultada antes de lhe ver retirada tanto do seu território e da natureza. Não estou de acordo com o Programa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122276	Discordância	A Natureza tem que ser respeitada! Cumprimentos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122275	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais. Com os melhores cumprimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122274	Discordância	Quando falamos de energias renováveis, fazemo-lo sempre como se estas fossem salvar o planeta Terra. Mas isto poderá não corresponder bem à verdade. Em primeiro lugar, não concordo que possamos chamar sustentáveis a energias cujo fabrico dos materiais necessários à sua produção - que são muito frequentemente menos duradouros que os materiais necessários para outras alternativas energéticas - obrigue a escavação e destruição de ecossistemas em busca de recursos. Em segundo lugar, nomeadamente para a energia foto-voltaica, o enfoque deveria ser em produzi-la nas coberturas de infraestrutura já existente, de forma descentralizada, ao invés de centralizada. O impacto que uma central fotovoltaica tem numa determinada zona nunca é adequadamente avaliado, porque parece que falhamos num ponto essencial. Ao invés de determinarmos o impacto com base no existente, não deveríamos determiná-lo com base no potencial? Uma zona que parece "morta", mas que poderia ser uma mancha verde, com árvores autóctones que atraem uma maior biodiversidade. Ou o facto de que uma zona, mesmo não sendo o habitat de uma determinada espécie, se possa tornar num corredor migratório da mesma. Ou a existência de espécies "menores", que desconsideramos mas que são igualmente importantes para o equilíbrio do sistema, e por tal razão não deveriam ter todo o seu habitat destruído. Todos estes fatores, juntamente com a necessidade de uma maior independência energética ao nível privado (dos consumidores), deveriam tornar a instalação de painéis de forma descentralizada mais atrativa. Porque é, então, que os objetivos e metas para 2030 contém praticamente o triplo da produção de energia fotovoltaica de forma centralizada, quando comparado com descentralizada? Em terceiro lugar, a predeterminação de zonas ideais para a instalação de centrais produtoras de energia acarreta - na minha opinião - um grande perigo. Este plano visa acelerar o processo de licenciamento dos projetos, mas será a atualização de classificações rápida o suficiente para evitar danos fatais? A natureza, por mais que nós a tentemos controlar, encontra-se em constante mudança. O que é hoje pode não ser amanhã. Seremos céleres suficiente para desclassificar uma zona que possa ter atingido o seu potencial ecossistémico, antes que o processo avance e destrua essa evolução? Cada projeto deve ser avaliado por aquilo que é e que vale. Cada zona abrangida deve ser avaliada não pela sua situação, mas pelo seu potencial. É verdade que existem muitas burocracias em diversos setores que deviam ser mitigadas, de forma a que seja possível acelerar processos que tenham realmente impacto nas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122273	Discordância	A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, que integra os Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão, em face das questões ambientais, económicas, sociais e jurídicas inerentes ao PSZAER, expressa no âmbito do procedimento de Consulta Pública previsto no Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, uma posição desfavorável, que fundamenta na exposição que se anexa.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122272	Discordância	Não quero ver a região que me viu nascer transformada numa "sementeira" de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122271	Discordância	Na qualidade de residente na freguesia de Zebreira, concelho de Idanha-a-Nova, venho manifestar a minha preocupação relativamente à proposta de implantação das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis na Beira Baixa. Reconheço a importância da transição energética e da redução da dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma verdadeiramente sustentável, conciliando a produção de energia com a proteção do património natural, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. A instalação de grandes centrais fotovoltaicas em áreas naturais implica frequentemente a remoção de árvores e da vegetação existente, conduzindo à destruição e fragmentação de habitats, com consequências negativas para inúmeras espécies de aves, mamíferos, répteis, insetos polinizadores e outros organismos que dependem destes ecossistemas. A perda de coberto vegetal também reduz a capacidade de retenção de carbono, aumenta o risco de erosão dos solos e compromete o equilíbrio ecológico da região. Estas intervenções provocam ainda uma alteração profunda da paisagem característica da Beira Baixa, um património natural e cultural que deve ser preservado para as gerações futuras. A transformação de extensas áreas em parques de produção de energia poderá afetar o valor paisagístico do território, bem como atividades ligadas ao turismo de natureza, à agricultura e ao bem-estar das comunidades locais. Considero que devem ser privilegiadas soluções de menor impacte ambiental, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, zonas urbanizadas, áreas degradadas e outras superfícies já artificializadas, evitando a ocupação de áreas naturais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122270	Discordância	Altera a zona paisagística e rural daquelas localidades	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122269	Discordância	A transição energética é urgente, mas a implementação descontrolada de mega centrais solares em áreas rurais e florestais do nosso pequeno território está a descaracterizar o país. Esta massificação destrói a identidade da paisagem e retira o património agrícola e florestal, afastando as populações locais das suas raízes e empobrecendo a experiência de quem visita o país. A instalação de painéis fotovoltaicos em terrenos férteis e zonas de floresta não é o caminho para um verdadeiro desenvolvimento sustentável, daí resultando, sem dúvidas, a perda de Identidade e Património: A paisagem natural é substituída por "mares" de vidro e metal, que apagam a herança rural, o pastoreio tradicional e o coberto vegetal nativo. Ameaça à Agricultura e Floresta: Vastas extensões de solo outrora produtivo são vedadas e impermeabilizadas, limitando a soberania alimentar e gerando fortes críticas de movimentos cívicos e ambientais. Desvalorização Turística: Para os visitantes e habitantes, a harmonia visual é quebrada por estruturas industriais, diminuindo o potencial de valorização do turismo de natureza e das aldeias históricas. Sem dúvida como cidadã portuguesa, não posso concordar com estas opções governamentais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122268	Discordância	Esta proposta representa uma gigantesca irresponsabilidade política: > o nosso país já produz energia renovável, precisamos de mais para os nossos consumos essenciais e sustentáveis OU para alimentar indústrias destruidoras como a Inteligência Artificial? > em 2026, o impacto da atividade humana no planeta está amplamente estudado; para quem não se preocupa com a perda de vidas humanas e a destruição de ecossistemas, pense pelo menos que a insistência num modelo económico que ignora todas as restantes vertentes da vida humana e natural se conduz a si próprio para a sua autodestruição. > este plano não pode de maneira nenhuma substituir um programa de colocação de painéis fotovoltaicos nos edifícios das cidades do país, e nas fábricas, garantindo a autossuficiência energética, bem como a mitigação do impacto que também os equipamentos de produção de energia renovável têm na biodiversidade; > aliado ao simplex ambiental e a outros documentos aprovados pelo atual governo, este programa setorial é um abandonar de anos de lutas de ecologistas e cidadãos pela preservação da natureza e a construção de uma vida comunitária em equilíbrio com o mundo natural que nos permite viver.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122266	Discordância	Considerando as diversas denúncias de especialistas sobre este documento, o mesmo deve ser imediatamente abandonado e o governo e o seu ministério do ambiente devem repensar seriamente a sua responsabilidade para com o futuro Antes de destruírem o território, facilitem a instalação de painéis solares nas habitações. Estas iniciativas acabam por favorecer apenas os grandes interesses, prejudicando a população. Além disso, têm um impacto dramático no território, que fica desconfigurado e descaracterizado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122265	Discordância	Total discordância. Não se pode falar em energia verde quando se aplica desmatamento e destruição de habitat natural!!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122263	Discordância	Sugiro a revisão das áreas propostas, privilegiando locais já "artificializados"ou degradados, a manutenção da obrigatoriedade da avaliação de impacte ambiental e a disponibilização pública dos dados geográficos utilizados na elaboração do programa.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122262	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de XXXX , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122261	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. As necessidades energéticas devem ser supridas apelando à construção local de centros solares, ao uso de paisagens já artificializadas. Quando todos os edifícios públicos e privados estejam já providos de painéis solares a gestão energética será feita localmente e os consumidores poderão até ter benefícios a nível económico. A destruição de paisagens que são fulcrais para a vida para instalação de painéis solares é um crime ambiental. Acelerar este processo tentando para isso passar por cima de estudos de impacte ambiental e avaliação de estragos é absolutamente inaceitável . A paisagem do nosso país não é apenas bela e feita de estética, a paisagem é território cheio de fauna e flora. A destruição desses habitats tem impactos gravíssimos nos territórios imediatos e circundantes . Os impactos são ambientais e sociais, prejudicando transversalmente as populações humanas e a fauna e flora. A transição energética deve ser feita mas não à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe. Estes processos devem ser dinamizados localmente, criando comunidades energéticas em articulação com os municípios e as populações locais, sendo fulcral descentralizar decisões e a valorizar dos instrumentos de ordenamento do território. Porquê ocupar de solos agrícolas e florestais por grandes centrais solares? As consequências são não só a destruição da paisagem, há impactos na biodiversidade, efeitos na saúde pública e nas alterações climáticas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122260	Discordância	Manifesto a minha discordância pelos seguintes motivos: 1. Perda de autonomia local e falta de transparência: as decisões sobre o território tornam-se excessivamente centralizadas, sem uma participação efetiva das comunidades, não sendo claramente justificados os critérios de seleção das áreas nem a prioridade dada a solos agrícolas e florestais em vez de áreas já artificializadas. 2. Impactos na agricultura, economia e turismo: a ocupação de solos agrícolas e naturais poderá prejudicar a agricultura, outras atividades rurais, o turismo de natureza e rural, bem como descaracterizar a paisagem, o património e a identidade local. 3. Benefícios e custos distribuídos de forma desigual: os principais benefícios económicos tendem a concentrar-se nos promotores, enquanto as populações locais suportam grande parte dos impactos ambientais, sociais e económicos, incluindo o risco de especulação sobre os terrenos e de custos públicos associados às infraestruturas. 4. Proteção insuficiente do ambiente e da saúde pública: a redução ou dispensa de avaliações ambientais e de saúde pública limita a análise dos riscos, podendo existir impactos cumulativos na biodiversidade, nos recursos hídricos, no território e, eventualmente, na saúde das populações. 5. Aplicação do princípio da precaução: perante as incertezas existentes, não devem ser promovidos projetos de grande escala sem estudos independentes e garantias suficientes de segurança ambiental e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122259	Discordância	Este programa, não respeita ninguém, não respeita as populações, não respeita a natureza (da qual as pessoas também são parte) não respeita nada. Não respeita os pareceres..Facilitar o licenciamento é desrespeitar as normas de protecção. Não se pode industrializar o mundo rural, ignorar as particularidades de cada território, zonas agrícolas, nichos ecológicos, lençóis freáticos. Existem exemplos de implementação que não têm o grau de ameaça à integridade das regiões demarcadas, da sua flora, da fauna, da economia local e regional. Esta consulta neste site que a maioria da população desconhece não é suficiente, não respeita o direito que as populações têm de ser consultadas e informadas. E é realizada depois das zonas terem sido demarcadas. Não vale tudo! É indigna a forma como se está a destruir o país com o engodo de lhe chamar verde, ecológico, renovável. Haja seriedade, respeito e menos ganância. E haja mais inteligência. Existem outras possibilidades e a pressa (a aceleração) desta forma é apenas altamente prejudicial para todos menos para o bolso de alguns, esses bolsos sem fundo. Usem as bermas das auto-estradas, os tetos dos estacionamentos, os telhados, usem a imaginação. O vosso poder não é eterno nem absoluto, respeitem o poder que vos foi dado e respeitem-se. Merecemos mais consideração e melhores soluções. A ganância e a cegueira extremas não podem liderar decisões.Há questões sócio económicas e ecológicas que necessitam de um estudo real para uma implementação que traga de facto um benefício a todos. Como é possível licenciar dispensando um estudo de impacto ambiental? Porque existem estudos de impacto ambiental para prevenir situações indesejáveis, impraticáveis, prejudiciais. Desta forma passa-se por cima de tudo para fazer rápido e ganhar milhões porque o poder tem prazo... Inaceitável!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122258	Discordância	As zonas de aceleração de energias renováveis propostas pelo PSZAER designam uma área desproporcional face às necessidades energéticas nacionais. Esta delimitação abrange territórios de elevado valor ambiental, agrícola e paisagístico, ao mesmo tempo que reduz a proteção jurídica conferida pelo regime de Avaliação de Impacte Ambiental. Esta medida acarreta riscos significativos de artificialização do solo, descaracterização da paisagem e exclusão das populações locais do processo de decisão. Solicita-se, por isso, a revisão do programa, garantindo que nenhum projeto — inserido ou não numa ZAER — fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de processos efetivos de consulta e participação pública. Adicionalmente, defende-se que o planeamento priorize a instalação destas infraestruturas em áreas já artificializadas, tais como bermas de autoestradas, zonas industriais, parques de estacionamento e coberturas de edifícios. É fundamental que a transição energética não comprometa a coesão territorial e a sustentabilidade do interior do país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122257	Discordância	Se realmente esta plataforma tiver sido criada com o intuito de ouvir as vozes de cidadãos naturais, residentes e pertencentes ao território de Portugal, e se essas vozes serão ouvidas por quem também vive e partilha do mesmo território, é com grande desgosto que tenho a apresentar que esta medida não irá de todo acrescentar algo de valor significativo tanto à população como à nação. Cifrões ditam a ação a tomar, mas desafio quem leia o desagrado que aqui exprimo a rejeitar essa mesma ação e a tomar a ação contrária. Rejeitem todos e quaisquer passos, planos ou ações que possam auxiliar no avanço da agenda global 2030 do forum económico mundial, ou do parlmaneto europeu ou de quaisquer outras organizações que estejam a cooperar com elementos maçónicos, bancários que por sua vez são ferramentas e extensões de indivíduos pedófilos, imorais e criminosos. Este país, a sua fauna e flora merecem ser respeitados e protegidos. Não ao abate, não à exploração e não à influência de órgãos externos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122256	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122255	Discordância	Não contribui para aquilo que é o enquadramento paisagistico, cultural e económico da região. Pelo contrário, prejudica a população, fauna, flora e os negócios que aqui existem e tanto tem lutado por se manter. O interior tem muito mais que àreas, tem pessoas, que lutam por ele!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122254	Discordância	Os crimes ambientais têm que parar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122253	Discordância	1. Pressão sobre recursos hídricos limitados: A construção de grandes parques solares ou eólicos pode exigir água para controlo de poeiras, fabrico de betão e, em alguns casos, limpeza dos painéis solares. 2. Ocupação de solos com funções hidrológicas: Grandes instalações podem impermeabilizar parte do solo com fundações, caminhos e infraestruturas. 3. Alteração da vegetação: A remoção da vegetação para instalar infraestruturas pode aumentar a erosão, reduzir a retenção de água no solo e favorecer a desertificação em zonas vulneráveis. 4. Conflito com a agricultura: A perda de solo agrícola pode reduzir a produção alimentar e aumentar a competição pelo uso da água entre agricultura e produção de energia. 5. Impactos cumulativos: A concentração de vários projetos numa mesma região pode produzir efeitos ambientais mais significativos do que cada projeto isoladamente, incluindo alterações na drenagem natural e nos ecossistemas. 6. Maior vulnerabilidade às alterações climáticas: O aumento das temperaturas e dos fenómenos extremos pode reduzir a eficiência dos painéis solares em dias muito quentes e aumentar o risco de incêndios em torno das infraestruturas Portugal precisa de regenerar as suas florestas para reforçar a regulação natural do clima, proteger os recursos hídricos e aumentar a resiliência às alterações climáticas. Em vez disso, a instalação de grandes infraestruturas em áreas sensíveis pode agravar o aquecimento local, acelerar a degradação dos ecossistemas e comprometer o bem-estar das populações, sobretudo das mais vulneráveis, que não dispõem de meios para enfrentar o aumento das temperaturas, da escassez de água e dos custos associados. A prioridade deve ser investir em soluções baseadas na natureza, que protejam o território e as comunidades, em vez de aumentar a pressão sobre um clima já fortemente afetado pelas alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122252	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122251	Discordância	Não se pode continuar a destruir as florestas para este tipo de negócio! Usem os parques de estacionamento, os tipos dos edifícios e armazéns já construídos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122250	Discordância	A energia solar não precisa de competir com a fotossíntese natural das plantas. As plantas são os nossos melhores paineis solares!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122249	Concordância	O Município de Penacova, vem por este meio apresentar formalmente pronúncia e contestação à proposta do Plano Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), especificamente no que concerne à potencial delimitação de ZAER no território deste município, com base nos seguintes fundamentos: I. O Município de Penacova reconhece a premência estratégica da transição energética e o cumprimento das metas nacionais de descarbonização inscritas no PNEC 2030. Todavia, esta autarquia emite parecer desfavorável à proposta genérica do PSZAER nos moldes em que se encontra desenhada, recusando uma visão centralizada que desrespeite as especificidades biofísicas, socioeconómicas e patrimoniais do interior do país e concretamente do Município de Penacova com base nos seguintes fundamentos: 1. Necessidade Impreterível de Proteger o Património Natural, a Biodiversidade e a Paisagem Local: O concelho de Penacova possui uma identidade profundamente ligada à sua orografia e às suas cristas quartzíticas. A eventual instalação ou sobre potenciamento de aerogeradores e centrais de grande escala causará um impacto visual severo e irreversível. Existe uma necessidade urgente de proteger o património natural, a biodiversidade e a paisagem local contra a forte concentração destas centrais. A proliferação desordenada e massiva destas infraestruturas desvirtua o ecossistema e ameaça espécies locais e habitats sensíveis que dependem do equilíbrio deste território. 2. Prejuízo Incompatível com a Economia do Turismo de Natureza: A estratégia de desenvolvimento económico de Penacova, numa das suas vertentes, assenta no turismo sustentável, de natureza e cultural, fortemente ancorado na tipicidade dos seus moinhos de vento , nos percursos pedestres, trilhos desportivos e na contemplação da paisagem do vale do Rio Mondego. Especial preocupação merece a salvaguarda dos núcleos de moinhos tradicionais de Gavinhos, da Portela de Oliveira e da Serra da Atalhada, bem como dos diversos miradouros, percursos pedestres, caminhos históricos e outros elementos patrimoniais dispersos pelo território, cuja autenticidade e enquadramento paisagístico constituem parte integrante do seu valor cultural e turístico. A preservação destes conjuntos não se limita à conservação física das estruturas edificadas, devendo igualmente abranger a proteção da paisagem envolvente, condição indispensável para manter a sua leitura histórica, funcional e simbólica. A industrialização destas serras com infraestruturas energéticas de grande porte anula o valor atrativo deste território, destruindo postos de trabalho locais e investimentos turísticos de baixa densidade. 3. Restrições Ecológicas Graves (Mancha Florestal e Bacia do Mondego): A geografia de Penacova apresenta severas limitações físicas para este tipo de projetos. As poucas áreas teoricamente disponíveis enfrentam restrições ecológicas críticas devido à densa mancha florestal e à estreita proximidade da bacia hidrográfica do Rio Mondego. A instalação destas centrais nestes locais exigiria desflorestação substancial e movimentos de terras agressivos, potenciando riscos de erosão e ameaçando diretamente os recursos hídricos e as linhas de água que alimentam o rio. 4. Défice de Informação Escalar e Omissão Cartográfica: Verifica-se a total falta de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a
122248	Discordância	Sou contra megacentrais que destroem a paisagem alentejana e subscrevo a posição da plataforma cívica "Juntos pelo Divor - Paisagem e Património.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122247	Discordância	Acho errado o que que estão a tentar fazer, muito errado. Existem vários sítios onde se podem colocar os painéis solares fotovoltaicos, não temos de destruir paisagens no nosso país. Essa destruição, vai custar-nos caro. Pensem com clareza, arranjem outras soluções, vocês conseguem!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122246	Discordância	Obrigada Discordância com o programa setorial das zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122245	Discordância	Exmos. Senhores, Venho pelo único meio que é colocado à minha disposição e da generalidade dos cidadãos, apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como me é apresentado. Considero gravíssimo, primeiramente o facto da consulta pública decorrer antes de um verdadeiro, alargado, profundo e consciente debate público, depois, por: - Sonegar informação relativa às peças cartográficas e a informação georreferenciada nunca ter sido disponibilizada. - Limitar direito à participação, dado a aprovação do PSZAER poder substituir e limitar significativamente a aprovação/participação pública em projetos individuais aquando do seu licenciamento. - Satisfazer interesses privados, alguns, multinacionais, face a um mapa feito à medida dos interesses do privado, integrando os territórios de projectos já existentes e até projectos que deixaram de estar em vigor ou que não foram aprovados. - Opor-se ao Regulamento Europeu do Restauro da Natureza 7/2024/1991 e, no âmbito nacional, uma fuga antecipada ao Plano Nacional restauro da Natureza/PNRN, Despacho n.º 12734/2024 e Despacho n.º 5780/2026), desrespeita o princípio de precaução e de "causar o menos dano", ao não privilegiar as zonas já artificializadas e/ou desnaturadas, como é preconizado como boa prática e de acordo com recomendação da Comissão Europeia, pelo contrário, permite a destruição de zonas protegidas, ou com actividades económicas relevantes, como a agricultura, a apicultura, o pastoreio e a pecuária. - Incompatibilizar-se com o princípio do DNSH (um princípio fundamental da União Europeia) – ao permitir uma área mais de 100 vezes superior à que será necessária para que Portugal cumpra as metas propostas	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122244	Discordância	Nem pensar Não aceito que o território do meu país seja violado e coberto de metal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122243	Discordância	Não aceito e nunca vou aceitar a destruição da natureza por um falso progresso e uma falsa evolução tecnológica. A nossa verdadeira riqueza são as árvores e as águas. Vamos resistir vamos ganhar a todo o custo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122242	Discordância	Boa tarde, O meu nome é Nuno Castro Sou de Baião vivo da terra e do turismo. Investimos tudo que tínhamos para restaurar uma quinta abandonada à mais de 20 anos. O PSZAER põe em causa o nosso projecto de vida e o de milhares de pessoas que nestes espaços rurais vivem de forma sustentável, energeticamente falando também. Logo este projecto traz zero mais valias para o nosso território destruindo ao mesmo tempo um recursos natural precioso para nós que é a serra do Marão. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122241	Discordância	Exmos. Srs. A Fenafloresta, Federação Nacional de Cooperativas de Produtores Florestais, no âmbito desta consulta pública e através do documento anexo, expressar a suas preocupações, identificar propostas de melhoria e manifestar a sua discordância com a proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), sugerindo que este tenha maior participação daqueles que mais podem vir a ser afetados por este programa, como sejam, os diferentes stakholders do setor florestal. Como realçado no documento anexo, a floresta não é apenas o espaço onde podem ser implantadas infraestruturas de energia renovável, a floresta é, em si mesma, uma infraestrutura natural indispensável à política climática nacional. Com os melhores cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122240	Discordância	Não faz sentido matar árvores, que são as representantes da verdadeira energia verde, para implementar um falso conceito sobre energias sustentáveis, que não têm sustentabilidade alguma.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122239	Discordância	Não às energias verdes se forem à custa da nossa biodiversidade em Portugal ou bioidentirária.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122238	Discordância	Isto é um ecocidio	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122237	Discordância	Projecto pouco transparente no que toca ao impacto ambiental e na biodiversidade. Portugal já tem uma alta produção de energias renováveis. A ocupação de mais 7% de espaços verdes para energias renováveis preocupa-me e parece-me um pouco desnecessária.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122236	Concordância	Não é correto destruir a natureza para criar parques de energias renováveis, os painéis solares podem ser instalados no telhados de edifícios, em parques de estacionamento, em locais que não destrua a agricultura, pastorícia, a natureza e principalmente que não se abatam árvores para colocar painéis e ventoinhas.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122235	Discordância	Importa assegurar que a implementação de projetos em Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER) não se traduza numa concentração dos impactes ambientais, paisagísticos e sociais sobre as populações locais, sem que estas beneficiem de forma proporcional da produção de energia ou dos retornos económicos associados. Embora a transição energética constitua um objetivo de reconhecido interesse público, a sua concretização deve respeitar os princípios da equidade territorial, da participação pública e da justa repartição dos encargos e benefícios. As comunidades diretamente afetadas não podem ser chamadas a suportar, de forma desproporcionada, as alterações na paisagem, os condicionamentos ao uso do território e os demais impactes decorrentes da instalação destes projetos, sem que existam mecanismos adequados de compensação e valorização do território. Neste sentido, torna-se indispensável garantir uma participação efetiva das populações locais nos processos de decisão e assegurar a existência de benefícios concretos para as comunidades afetadas, designadamente através de medidas de compensação, investimento no desenvolvimento local ou outros mecanismos que promovam uma repartição equilibrada dos benefícios da transição energética.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122233	Discordância	Nao	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122232	Discordância	Não quero a implementação destas energias à conta da biodiversidade	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122231	Discordância	Discordo que 7% do território seja impermeabilizado com a desculpa que será para infraestruturas de energia renovável. Precisamos de floresta para combater as alterações climáticas e, não destruí-la. A transição energética também precisa de salvar a natureza.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122230	Discordância	Há muitas formas de aderir a energias verdes uma delas é a colocação de painéis em todas as habitações, acho isto desnecessário dado a destruição que irá causar e nunca esquecendo que para a nossa sobrevivência é necessário oxigénio e ao destruir as florestas em massa como se tem feito o ar se torna cada vez mais denso e menos respirável, a biodiversidade também deve ser protegida! Acho que é altura de parar e pensar o que realmente se anda a fazer no nosso país e no nosso planeta, onde levará tanta destruição e tanto capitalismo, um dia a destruição também chegará às pessoas e aí será tarde demais. Parem com isto ou então os vossos filhos e os vossos netos não terão um planeta para habitar e nem saúde para ter uma vida longa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122229	Discordância	Discordo deste projeto e gostaria que a transição energética fosse feita de forma a respeitar o território e as comunidades envolventes. Há perguntas que precisam de resposta. Quem avaliou a perda de valor paisagístico? Qual será o impacto no turismo de natureza e na economia local? O que acontecerá ao investimento feito por quem recuperou casas, abriu alojamentos locais ou apostou em atividades ligadas à paisagem? Como ficam os proprietários que verão a envolvente das suas casas profundamente alterada, bem como o clima local? Quanto emprego permanente ficará realmente nestes concelhos, sem números mascarados? Porque não investir primeiro em telhados, parques industriais, estacionamentos e áreas já industrializadas?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122227	Geral	Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia proveniente de fontes renováveis. No entanto, considero que a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) deve reforçar a proteção dos solos agrícolas, das florestas biodiversas, dos ecossistemas naturais e das paisagens de elevado valor ecológico, privilegiando a instalação destas infraestruturas em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, antigas pedreiras e outras superfícies já ocupadas. Apresento em anexo um documento onde desenvolvo de forma mais detalhada as razões que fundamentam esta posição.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122226	Discordância	Venho por este meio apresentar formalmente a minha discordância quanto à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), cujo período de discussão pública decorre. Fundamentos da Discordância| A proposta apresentada suscita fortes reservas e preocupações, sustentadas nas seguintes insuficiências e riscos para o território: 1)Ameaça à Autonomia Local e Ordenamento do Território: A simplificação dos processos de licenciamento não deve sobrepor-se aos Planos Diretores Municipais (PDM) nem retirar poder de decisão às autarquias, que são quem melhor conhece as capacidades de carga e as necessidades das populações locais. 2)Concentração Desproporcionada em Territórios Vulneráveis: Existe um risco evidente de sobrecarga dos territórios de baixa densidade populacional, transformando áreas rurais, agrícolas e florestais em polos industriais de produção de energia, sem a devida compensação ou salvaguarda social e económica. 3)Avaliação de Impactes Cumulativos Insuficiente: A proposta não define critérios claros sobre a capacidade real dos territórios para acolher novos projetos nem avalia adequadamente o impacto acumulado (visual, sonoro, ecológico e na biodiversidade) de múltiplas infraestruturas concentradas na mesma região. 4)Riscos para o Património Natural e Cultural: A delimitação de algumas Zonas de Aceleração (ZAER) colide diretamente com áreas de elevado valor paisagístico, arqueológico e histórico (incluindo zonas de proteção de património classificado), colocando em risco a sua classificação e preservação. 5)Falta de Transparência Cartográfica e Técnica: Subsistem insuficiências técnicas e metodológicas, bem como falhas na transparência da cartografia disponibilizada, o que impede uma análise rigorosa e informada por parte das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122225	Discordância	Conclusão | Pelo exposto, considero que a proposta do PSZAER, na sua formulação atual, não acautela É necessário pensar em soluções boas para o planeta, mas mais eólicas a destruir paisagens e património cultural - sem planeamento e sem respeitar as tutelas nestas matérias - está fora de questão! As eólicas passaram a ser um negócio para alguns, como tudo neste país! Sou completamente contra.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122224	Discordância	Destruir a natureza desta forma para ser "mais ecológico" é um absurdo. É um crime abater este número de vegetação, de árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122223	Discordância	Não à destruição da biodiversidade e paisagem natural de Portugal! Em alternativa, promovam a implantação de energias renováveis em parques de estacionamento de hipermercados, estações de serviço e afins!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122222	Discordância	Completamente em desacordo em vez de evoluirmos na proteção ambiental estamos a regredir. Em vez de floresta autóctone plantatam-se parques eólicos e painéis solares. Só mesmo neste país de corruptos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122221	Discordância	Precisamos melhorar as energias renováveis mas precisamos de ter consciência no que se está a transformar o nosso planeta É impensável destruir as nossas florestas por um outro bem que não é um bem maior Bem maior é o que já existe, as nossas árvores que sustentam a nossa vida no planeta, sustentam podermos respirar, sustentam saúde pra todos os seres existentes no planeta Não podemos permitir que acabem com o nosso bem maior, um bem que vale mais que diamantes	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122220	Discordância	Onde vamos parar com a modernidade e com o avanço da evolução? Nem tudo o que é evolução é benéfico, energias renováveis poderiam sim ser benéfico para o mundo, para o planeta MAS NÃO DESTA FORMA Venho por este meio, manifestar o meu profundo desagrado em relação a este projeto. Este país não tem respeito nenhum pela floresta, nem pelos ecossistemas que, inclusivamente, contribuem para a subsistência das populações e do próprio país. Implementar energias renováveis através da destruição, da desflorestação, da devastação, é o mais completo absurdo, a mais absoluta contradição. Não é preciso ser um génio para perceber que, implementar energia "verde" destruindo floresta verde, é um total contrassenso. Mas todos sabemos que este PSZAER não é feito por génios, nem por gente com bom senso. Mas por gananciosos sem escrúpulos, cujo dinheiro e o lucro está acima de tudo e de todos. Causar mais alterações climáticas, para justificar a mudança energética, é inqualificável e digno de quem não se rege pela inteligência, mas pelo bolso. Digno de um país de terceiro mundo, governado por políticos de terceiro mundo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122219	Discordância	Manifesto a minha total discordância com a proposta atual do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos graves riscos que acarreta para o território e para a sustentabilidade do país: Destruição de Ecossistemas e Perda de Soberania: A disponibilização de cerca de 350.000 ha de território para mega centrais renováveis — dos quais mais de 68% são áreas florestais e 35.000 ha são solos agrícolas — representa uma ameaça direta à nossa soberania alimentar e à biodiversidade. A conversão industrial de solo fértil é um erro irreversível. Agravamento das Alterações Climáticas: A artificialização de uma área tão vasta irá eliminar o coberto vegetal, comprometendo severamente a infiltração de água e a recarga de aquíferos. Isto resultará, invariavelmente, num ciclo vicioso de aumento de inundações no inverno e agravamento da severidade das secas e das ondas de calor no verão, devido ao efeito de ilha de calor e à perda de capacidade de regulação térmica do território. Incoerência Estratégica: Numa fase em que a prioridade nacional deveria ser o restauro ecológico e o aumento da resiliência das nossas florestas para mitigar eventos climáticos extremos, este plano aposta num modelo que fomenta a desertificação e a degradação da qualidade de vida das populações afetadas, empurrando comunidades para a migração forçada. Conclusão: O PSZAER, nos moldes atuais, falha em conciliar a transição energética com a preservação do capital natural. Uma transição energética não pode ser feita à custa da destruição do território que pretendemos proteger. Exijo a revisão profunda do mapa das zonas de aceleração, privilegiando áreas degradadas ou infraestruturadas, em detrimento da floresta e dos solos agrícolas produtivos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122216	Discordância	Estou a escrever para expressar a minha profunda preocupação relativamente à inclusão da Serra da Gardunha e da região da Beira Baixa no PSZAER. Esta área não é apenas uma paisagem montanhosa protegida, mas também alberga cursos de água vitais que sustentam tanto os ecossistemas locais como a nossa comunidade. A possível instalação de grandes centrais solares e eólicas representa riscos significativos para estes recursos preciosos. Além disso, a Serra da Gardunha acolhe várias espécies ameaçadas, incluindo aves de rapina, que dependem deste habitat para sobreviver. Acredito que deveríamos dar prioridade a soluções de energia sustentáveis que não comprometam o nosso património natural. Em vez de direcionar estes áreas intocadas, poderíamos aproveitar melhor os telhados e os terrenos já desenvolvidos para projetos de energia renovável. Peço gentilmente que excluam a Serra da Gardunha e a Beira Baixa destas zonas de aceleração.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122215	Discordância	A inclusão do Concelho de Mortágua no mapa das ZAER é absolutamente desrespeitosa do património ambiental, da identidade territorial e cultural, da base económica e do tecido social deste concelho. Não só se criam as oportunidades para desflorestação, perca de qualidade ambiental e económica, inutilização de solos produtivos, como também não existe qualquer retorno para a comunidade que cede o seu património. A aposta na exploração dos solos para a produção de energias renováveis demonstra o desfavorecimento de produção de energia através de métodos com impacto mais reduzido e mais contributo para a comunidade, tal como o seja a agrivoltaica ou as CER. Estamos, pois, perante um mapa que fomenta a receita por parte de um pequeno número de grandes empresas através da exploração de recursos naturais de uma comunidade que nada recebe em troca.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122214	Discordância	A Herdade de Montalvo CRL (NIPC 503 337 200), a Herdade de Montalvo Turismo e Lazer S.A. (NIPC 517 102 480) e a Herdade de Montalvo Agroflorestal S.A. (NIPC 517 102 480), proprietárias e gestoras de uma propriedade de cerca de 1.052 ha no concelho de Alcácer do Sal, apresentam a presente participação no âmbito da consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), elaborada por equipa coordenada pelo Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, por incumbência da EMER 2030. A participação incide sobre cinco observações substantivas: (i) pedido de confirmação expressa sobre a interseção dos prédios da HdM com os polígonos indicativos ZAER e da camada SAPC aplicada; (ii) situação crítica do aquífero T3 Sul do Sado (PTA7T3/PTT3) e necessidade de confirmação da sua exclusão cartográfica; (iii) reposição do pinheiro-bravo como critério de exclusão ou condicionamento no Quadro 4; (iv) equiparação dos aldeamentos turísticos licenciados a aglomerados residenciais para efeitos das faixas de proteção; e (v) acompanhamento da revisão regulatória das comunidades de energia renovável. O documento principal é acompanhado de quatro anexos: Plano de Gestão Florestal (ANSUB/ICNF, 2024); Estudo Hidrogeológico (Eng.º Jorge Duque, 2024/2025); Boletins analíticos de nitratos na albufeira (laboratório ALIP, março/abril de 2026); e Planta do perímetro funcional do aldeamento turístico.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122213	Discordância	Discordo em absoluto com a estratégia para as energias renováveis e pelos processos e avaliações realizados	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122212	Discordância	Sou residente no Catrão, união de freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, Fundão. Este programa sectorial possibilita que pequenas localidades, como aquela onde resido, fiquem, no futuro, completamente envolvidas por mega centrais de produção energética. Este programa não tem em conta o território e quem lá reside, cobrindo extenssissimas áreas na envolvente de povoados, onde existe muita habitação dispersa da maior importância. Trata-se de pequenas quintas, de primeira habitação e/ou turismo e pequenos negócios com produções agricolas e agro-pecuárias ecológicas, de pessoas que teem vindo a recuperar e cuidar de terras anteriormente abandonadas. Estas pessoas, um pouco por todo o país do interior, deixarão de ter condições para desenvolver as suas actvidades: o clima que já é extremo (atingindo 40° C cada vez com mais frequência) mais extremo se tornará com o abate de zonas verdes e florestas; a paisagem natural (com grande riqueza de fauna e flora) passará a ser inóspita Haverá casos, até, em que os proprietários verão vedados os acessos às suas terras, atendendo a que muitos destes acessos não estão nem cadastrados, nem registados. O Plano incide sobre destritos / concelhos sem cadastro, como pode tal ser possível? Quão desfazado está da realidade? Como pode um plano sectorial deste âmbito, com tanto impacto negativo no território e na vida das pessoas, ter a minha concordância?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122211	Discordância	Discordo veemente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122210	Discordância	Árvores, natureza e ar puro é o que precisamos manter.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122208	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122207	Discordância	Pela proteção ambiental do nosso território. Parem esta lei absurda que, mais uma vez, só valoriza as grandes empresas e os grandes negócios, pondo em causa o bem estar das populações e o meio ambiente de Portugal.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122206	Discordância	A transição energética é essencial e urgente. Precisamos de acelerar a produção de energia renovável para responder às alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa dos territórios, das comunidades e dos valores naturais que pretendemos proteger. Na forma como está proposto, o PSZAER não garante esse equilíbrio. Preocupa-me que o plano privilegie um modelo centralizado, que reduz a capacidade de decisão dos municípios e das populações locais, ignorando muitas vezes o conhecimento do território e os instrumentos de ordenamento já existentes. Uma transição desta dimensão só será bem-sucedida se for construída com os territórios e não imposta sobre eles. Também considero que o plano subvaloriza o papel estratégico de regiões como a Beira Baixa e o Alentejo. Estes territórios concentram alguns dos mais importantes valores paisagísticos, agrícolas, florestais e ecológicos do país, além de serem particularmente vulneráveis às alterações climáticas, ao calor extremo e à desertificação. Transformá-los em zonas preferenciais para grandes projetos industriais de produção de energia, sem critérios mais exigentes, representa um risco que não deve ser ignorado. A ocupação de solos agrícolas e florestais, incluindo áreas de montado, compromete atividades essenciais como a agricultura, a pastorícia e a gestão sustentável da floresta, enfraquecendo a economia rural e a capacidade futura destes territórios produzirem alimento, fixarem população e preservarem biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122204	Discordância	Reconheço a necessidade de acelerar a transição energética e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Contudo, considero que este objetivo não pode ser alcançado sacrificando o património natural que temos o dever de preservar. A criação de vastas áreas destinadas à instalação de centrais solares e parques eólicos levanta preocupações sérias quanto aos seu impacto na biodiversidade, na diversidade da paisagem, nos recursos hídricos e na identidade dos territórios rurais. Em diversos concelhos, a dimensão das áreas identificadas para potenciais projetos suscita uma legítima e forte preocupação sobre a transformação profunda da paisagem e dos ecossistemas locais. A descarbonização não deve traduzir-se na industrialização de serras, montados, áreas agrícolas e espaços naturais. Preocupa-me particularmente a possibilidade de serem facilitados procedimentos que dispensem ou limitem pareceres ambientais aprofundados. A Agência Portuguesa do Ambiente desempenha um papel essencial na avaliação independente dos impactos ambientais, e qualquer redução das suas competências representa um enfraquecimento das garantias de proteção ambiental e da confiança dos cidadãos nas decisões públicas. A simplificação administrativa nunca deve significar menor rigor ambiental e muito menos a transparência da democracia. É inaceitável que a instalação destas infraestruturas possa implicar o abate de árvores protegidas, nomeadamente sobreiros e azinheiras, espécies cuja proteção resulta da sua importância ecológica, económica e cultural para Portugal. A título de exemplo, o montado constitui um dos ecossistemas com maior valor ambiental da Europa, albergando inúmeras espécies e desempenhando funções essenciais na conservação dos solos, na retenção de carbono e na adaptação às alterações climáticas. Acresce que a fragmentação de habitats, a construção de acessos, linhas elétricas e plataformas de apoio provoca impactos que vão muito além da área ocupada pelos painéis, afetando fauna, flora e corredores ecológicos. Estes efeitos cumulativos devem ser cuidadosamente avaliados e não analisados de forma	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
122202	Discordância	Não aos paineis solares. Natureza sim, paineis não.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122201	Discordância	Energia limpa sim, mas não à custa da conservação da natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122200	Discordância	Não concordo que ocupem terrenos com painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122199	Discordância	Plantem mais árvores	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122198	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta de delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER) atualmente em consulta pública. Reconhecendo a importância da transição energética e o papel fundamental das energias renováveis no combate às alterações climáticas, considero que este objetivo não pode ser prosseguido à custa de uma insuficiente ponderação dos impactos ambientais, paisagísticos, sociais e económicos que poderão resultar da implementação destes projetos. A minha preocupação é particularmente relevante no caso do concelho de Idanha-a-Nova, território que já tem sido alvo de múltiplas propostas e projetos associados à produção de energia renovável. A acumulação destas infraestruturas levanta sérias dúvidas quanto aos seus impactos cumulativos, nomeadamente na biodiversidade, nos ecossistemas locais, na paisagem, na utilização do solo e na identidade rural do território. Idanha-a-Nova possui um património natural, agrícola e paisagístico de elevado valor, que constitui um recurso estratégico para a fixação de população, para a atividade agrícola e florestal, para o turismo de natureza e para diversos projetos de desenvolvimento sustentável. A transformação progressiva de vastas áreas do concelho em zonas preferenciais para instalação de grandes infraestruturas energéticas poderá comprometer estes ativos e alterar de forma significativa as características que distinguem o território. Considero igualmente que a documentação disponibilizada não demonstra de forma suficientemente clara que foram avaliadas todas as alternativas de localização possíveis, nem que foram devidamente ponderados os impactos cumulativos dos projetos já existentes ou em fase de desenvolvimento. A designação de ZAER não deve traduzir-se numa simplificação dos processos de avaliação ambiental ou numa redução das garantias de proteção do território e das populações. Entendo ainda que as comunidades locais devem ter um papel mais relevante na definição destas áreas, assegurando-se uma participação pública efetiva e uma verdadeira consideração das preocupações manifestadas pelos cidadãos, autarquias e entidades locais. A transição energética é um objetivo que deve ser prosseguido com responsabilidade, equilíbrio e respeito pelos valores ambientais e territoriais. Não deve assentar numa concentração excessiva de infraestruturas em territórios de baixa densidade, transformando-os em espaços de sacrifício em benefício de objetivos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122197	Discordância	Discordo terminantemente desta solução e do impacto ambiental na floresta e nos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122195	Discordância	Não concordo com a destruição da nossa biodiversidade e natureza mais pura.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122194	Discordância	Não concordo com a utilização de terrenos florestais e agrícolas para a construção de mega projetos de implementação de painéis solares, quando temos tantos telhados livres para coloca-los . Um pais onde a sua principal atividade é o turismo e onde os incêndios e a plantação de monoculturas de eucaliptos destrói/ocupa quase toda a nossa floresta, temos pouco para oferecer aos turistas. Não sou contra as energias renováveis mas acho que os painéis solares são os novos eucaliptos, que não beneficia em nada o país , mas sim uma mão cheia de investidores privados .	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122193	Discordância	Um crime ambiental, isto não é para o bem todos pelo contrário. Salvem a natureza, pois ela que nos dá a vida	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122192	Discordância	O meu ponto de vista é que a transição para energias renováveis é necessária para enfrentar as alterações climáticas, mas não deve ser feita à custa da destruição de ecossistemas valiosos. Há projetos bem localizados, com impactos reduzidos, e outros que podem causar danos significativos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122191	Discordância	Sou contra a destruição de habitats e biodiversidade, florestas e património natural, solos agrícolas. Uma transição energética não deve destruir território verde, deve servir para o preservar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122190	Discordância	Queremos preservar a natureza inestimável e a tranquilidade da região. A construção de tais projetos afetará tremendamente o ambiente e o bem-estar das pessoas que lá vivem, para além da desagradável poluição visual.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122189	Discordância	As energias renováveis devem ser implementadas com o fim de preservar o nosso ecossistema e não devastar terrenos e prejudicar o ambiente. Sou contra a implementação de energias renováveis em zonas férteis e florestas. A legislação para implementar estas energias deve ser sempre sob autorização da população, pois é quem é a mais afectada pela destruição do seu habitat	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122188	Discordância	NÃO CONCORDO COM O PROGRAMA SECTORIAL DAS ZONAS DE ACELERAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS(PSZAER)	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122187	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122186	Discordância	O desenvolvimento tecnológico não deve ser explorado em detrimento e à custa de zonas que já se encontram subpovoadas, para além do impacto a longo prazo da devastação florestal e o impacto na fauna existente na região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122185	Discordância	Não destruam Não às Megas Centrais Solares	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122184	Discordância	Discordo veementemente da implantação deste plano dentro das dimensões propostas. O plano enfraquece as proteções ambientais ao remover salvaguardas para áreas de alto valor ecológico, como montados de sobro, olivais tradicionais e vinhas, e reduz drasticamente as zonas-tampão em torno de zonas húmidas de 500 para apenas 50 metros. Ignora ainda os impactos cumulativos, como a fragmentação de habitats, ameaças à biodiversidade (ex.: lince-ibérico, aves de rapina) e a destruição de solos agrícolas e florestais, priorizando a produção industrial de energia em detrimento da soberania alimentar e da resiliência dos ecossistemas. Crucialmente, não aborda a vulnerabilidade climática local, como ondas de calor e desertificação, que podem ser agravadas pela instalação massiva de painéis solares, que alteram o albedo do solo e os microclimas. Geralmente, sou a favor do uso de energias renováveis a um nível sustentável e cuidador do ambiente natural. No entanto, uma vez que este plano não apresenta o cuidado necessário e trará destruição e prejuízo aos habitantes das zonas em questão, discordo fortemente da proposta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122183	Discordância	Os estudos de impacto ambientais não podem se exclusivos de certos projetos, tem que ser igual para todos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122182	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122181	Discordância	O direito à participação pública é um pilar estruturante do ordenamento do território e da avaliação ambiental. Contudo, este direito só é efetivo se os cidadãos, municípios e demais partes interessadas dispuserem de informação completa, rigorosa e acessível para compreenderem o alcance real das propostas. No caso do PSZAER, este pressuposto essencial falhou. A cartografia oficial disponibilizada carece do detalhe necessário para identificar com rigor os limites das manchas propostas e a sua sobreposição com propriedades privadas, infraestruturas locais, núcleos populacionais, atividades económicas ou outros instrumentos de gestão territorial em vigor. A não disponibilização de ficheiros geográficos interoperáveis (em formato SIG/vetorial) e de mapas de escala municipal inviabilizou qualquer análise técnica independente. Esta lacuna ficou evidente quando vários cidadãos e movimentos cívicos se viram obrigados a recorrer e a partilhar cartografia obtida por vias não oficiais para decifrar os limites das áreas visadas. Independentemente da origem desses dados alternativos, esta situação prova que os canais do Estado não asseguraram o nível mínimo de transparência exigido para um processo com este impacto. Uma consulta pública de qualidade deve permitir que qualquer interessado compreenda os efeitos do plano no seu território sem precisar de recorrer a fontes informais. Quando a informação oficial é opaca, a participação pública reduz-se a uma mera formalidade burocrática, dificultando a deteção de erros e incompatibilidades que deveriam ser corrigidos nesta fase. Deste modo, exige-se a disponibilização imediata e integral da cartografia vetorial, da metodologia detalhada de delimitação e dos respetivos suportes técnicos, assegurando o cumprimento dos princípios da boa administração, da transparência e da participação cívica.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122180	Discordância	Energias renováveis sim mas não há custa da natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122179	Discordância	Discordo	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122178	Discordância	Nada justifica a destruição da nossa preciosa natureza. Compreendo que se queira recorrer à energia solar e eólica para aumentar a produção de energia. No entanto, considero que ambas só fazem sentido se utilizadas com moderação. As enormes turbinas eólicas não são inofensivas para o ambiente: as gigantescas pás do rotor causam a morte de muitas aves, morcegos, etc., para já não falar do incómodo causado pelos ruídos do movimento e pelas luzes intermitentes durante a noite. Basta pensar em tudo o que é necessário alterar em termos de infraestruturas para transportar e montar essas enormes turbinas eólicas, e isto numa zona ainda relativamente intacta do ponto de vista biológico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122177	Discordância	Devido à elevada proporção de eucaliptos, o risco de incêndios florestais é elevado. Como é que se podem realizar operações de extinção a partir do ar se os postes estão no caminho? Além disso, o risco de incêndio aumenta devido aos motores eólicos que se incendeiam repetidamente. Que tal considerar alternativas? Por exemplo, existem aerogeradores que não funcionam com pás, mas sim com turbinas que operam na horizontal. Já morei numa zona com muitos aerogeradores nas imediações, por isso sei do que estou a falar. Por favor, poupem o nosso querido Alentejo destes grandes projetos. Obrigada	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122176	Discordância	No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), apresento o seguinte contributo, motivado por preocupações ambientais, territoriais, sociais e metodológicas. Reconheço a importância estratégica das energias renováveis para a transição energética, mas considero que o programa, tal como proposto, apresenta fragilidades significativas que comprometem a sustentabilidade, a justiça territorial e a proteção dos ecossistemas. O PSZAER classifica cerca de 7% do território nacional como zonas de aceleração, uma escala territorial que excede largamente o necessário para cumprir as metas nacionais. Em vários municípios, a proposta abrange 12% a 35% do território, incluindo áreas residenciais, agrícolas, turísticas e de conservação, criando conflitos graves com o ordenamento do território.Esta dimensão não é tecnicamente justificada e gera pressão territorial injustificada. A documentação disponível revela que apenas 9% das áreas solares e 2–5% das áreas eólicas têm capacidade real de escoamento na rede elétrica. A metodologia não integra adequadamente os PDM municipais nem as áreas industriais previstas. Existem erros cartográficos, sobreposições indevidas e ausência de critérios transparentes para exclusão de zonas sensíveis. Estas fragilidades comprometem a credibilidade do programa e favorecem a apresentação de projetos especulativos sem viabilidade real. O PSZAER inclui áreas com presença de espécies classificadas como “em perigo” e “criticamente em perigo”, incluindo: lince-ibérico, abutre-preto, cegonha-preta, águia-imperial-ibérica. Além disso, afeta corredores ecológicos essenciais, rotas migratórias e zonas de nidificação. A instalação massiva de infraestruturas nestas áreas pode provocar: fragmentação de habitats, mortalidade por colisão, perda de conectividade ecológica, degradação de ecossistemas de elevado valor natural. A aceleração não pode ser feita à custa da biodiversidade. O programa não avalia adequadamente os impactos sobre: paisagens culturais, património classificado	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122175	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de Fernando Jose Pereira Marques do concelho de Palmela, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem-se os argumentos para rejeitar integralmente este plano. ARGUMENTOS PARA REJEITAR PLANO PLANO SECTORIAL PARA A ACELERAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS (PSZAER) IMPACTO AMBIENTAL E BIODIVERSIDADE Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122174	Discordância	Sou a favor das energias renováveis, mas não à custa da destruição da natureza, da paisagem e da qualidade de vida das comunidades locais. O interior de Odemira é um património único que deve ser protegido. Existem alternativas mais sustentáveis para produzir energia sem industrializar o nosso território.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122173	Discordância	Não concordo com o PSZAER porque esta proposta não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de alta tensão associadas, e tem um impacto significativamente negativo na nossa biodiversidade. É necessário dar prioridade a soluções descentralizadas e a áreas já artificializadas e não ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122172	Discordância	A Natureza é e será sempre o nosso único recurso, pelo que há que preservá-la acima de tudo. Entendo que as energias renováveis são o caminho, mas com tanto território já artificializado, porque não aproveitar esses mesmos lugares já alterados? Porque não usar os telhados dos edifícios, os parques de estacionamento, as estradas ou as pedreiras abandonadas? As possibilidades são tantas! Agora, destruir a natureza usando a sua própria preservação como desculpa é uma aberração que não faz qualquer sentido. A nossa vida depende inteiramente dela, não se esqueçam disso!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122171	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122170	Discordância	O PSZAER, na sua forma atual, é um plano desequilibrado que privilegia a rápida expansão das energias renováveis em detrimento da proteção ambiental, do ordenamento do território, da participação pública e da sustentabilidade a longo prazo. A transição energética é essencial, mas não deve ser feita à custa da ocupação de solos agrícolas, florestais e ecologicamente sensíveis, nem através do enfraquecimento dos critérios de proteção da biodiversidade e da autonomia das comunidades locais. O plano deveria dar prioridade a soluções mais sustentáveis e descentralizadas, como a instalação de sistemas renováveis em coberturas de edifícios, zonas industriais e áreas já afetadas pela atividade humana, reforçando simultaneamente a capacidade da rede elétrica e promovendo o autoconsumo e as comunidades de energia. Seria desejável também um processo de planeamento mais transparente, baseado em evidência científica, com adequada avaliação dos impactos ambientais, sociais e na saúde pública, e com uma participação efetiva dos cidadãos e das autarquias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122169	Discordância	Não concordo com este programa que, pelo seu regime de exceção, irá comprometer/destruir/desrespeitar de forma grave : 1. O ordenamento territorial e paisagístico do país; 2. Os ecossistemas sensíveis e vulneráveis de alto valor ecológico; 3. A classificação de ´áreas protegidas; 4. Áreas florestais de espécies autóctones e bem mais essenciais ao processo de descarbonização; 5. As populações locais e os seus hábitos e cultura.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122168	Discordância	João Pedro Silva, arquiteto Completamente de desacordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122167	Discordância	Além de toda a calamidade visual, ambiental, social, económica e de direito que esta proposta apresenta, vale referir que este programa sectorial poderá ser reformulado para as áreas já previamente urbanizadas e impermeabilizadas. Contribuindo desta forma para a geração eléctrica perto do local de consumo, evitando assim upgrades de escala dispendiosos na rede eléctrica nacional. Assim será possível aumentar a geração de energia e ao mesmo tempo manter o uso dos solos agrícolas, florestais e outros para os fins a que se destinam com todas as suas valências sociais, económicas e de ecossistema. A nível global, importa criar também um plano nacional de "armazenamento" de energia, para que o país possa evitar vender energia em horas de pico de produção ao desbarato. Consequentemente minimizando a necessidade de importação de energia em horas/dias de baixa produção a preços astronómicos. Este programa carece de visão estratégica a curto e a longo prazo. Disse.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122166	Discordância	Não dou o meu consentimento com a implementação de sistemas de energias renováveis que fomentam a destruição do território	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122165	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122164	Discordância	Fundamentação da minha discordância: - Falta de Elementos para apreciação da Proposta do PZAER: Apesar de extensa, esta proposta de Plano é vaga em muitos aspetos essenciais, nomeadamente na cartografia de apoio. Mapas à escala 1:3000000 e 1:4000000 não têm possibilidade de leitura. Por falta de cartografia útil para que o cidadão comum possa avaliar a realidade concreta e o impacto no território, elementos essenciais de análise, a presente discussão pública não é credível pelo que deveria ter sido simplesmente anulada e reaberta em melhores condições; - Incompatibilidades ou falta de referência a vários Planos e Diretivas: Referindo apenas um exemplo entre vários, a informação constante nos diversos Planos Diretores Municipais (PDM) tinha de ter sido integrada e as Autarquias tinham de ter sido envolvidas desde o início da elaboração deste plano. Como resultado, não foram acauteladas as potenciais incompatibilidades do PSZAER com o estabelecido nos regulamentos e cartas desses PDM, relativamente às energias renováveis. Este Plano tem como objetivo Licenciamento mais rápido e ágil, mas não garantir o alinhamento com as regras e usos estabelecidos nos PDM do País, que são vinculativos, é criar as perfeitas condições para imbróglios processuais e jurídicos nos processos de licenciamento; - Processo anti-democrático na medida em que vai tentar impor aos PDM as regras e zonas que definiu, sem qualquer diálogo prévio com as autarquias, juntamente com a proposta de sujeitar projetos em ZAER a uma mera comunicação prévia retirando às autarquias o devido controlo urbanístico em total desrespeito pelo estipulado no PDM. Alem de que a dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ameaça o principal e, muitas vezes único, momento formal de escrutínio por parte de cidadãos e ONGA; - Eliminar a AIA é um verdadeiro atentado ao ordenamento do nosso território e coloco em causa a sua legalidade: A área total de ZAER correspondente a cerca de 7% do território nacional e é apresentado como um conjunto de áreas elegíveis, mas não estabelece mecanismos concretos para prevenir zonas de saturação de projetos destas tipologias nem os impactos cumulativos com projetos existentes e em fase de licenciamento (cujo diagnóstico não está feito) bem como outros que podem existir para lá do PSZAER. De acordo com o previsto nesta proposta de que, para além das ZAER, “outras zonas do território poderão continuar a receber propostas de projetos de energias renováveis no quadro do regime de AIA”. Também não estão incluidas as zonas artificializadas identificadas (que o PSZAER decidiu tratar separadamente) pelo que o efeito cumulativo de todos estes impactos não está acautelado. Sem a integração de toda esta	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122162	Discordância	Sou contra os parques fotovoltaicos em Castelo Branco	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122161	Discordância	Beira Baixa descaracterizada com a ocupação de área gigantesca ocupada pelos paineis solares	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122160	Sugestão	Assunto: Participação Pública ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) https://participa.pt/pt/consulta/programa-setorial-das-zonas-de-aceleracao-da-implantacao-de-energias-renovaveis-pszaer Viemos, no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), apresentar a presente participação em representação da Frente Unida por Monte Redondo, Coimbrão e Região, relativamente às áreas abrangidas no concelho de Leiria, em particular nas freguesias de Monte Redondo e Coimbrão. Enquanto associação de defesa do ambiente e da qualidade de vida das populações locais, reconhecemos a importância da transição energética e do desenvolvimento das energias renováveis para o cumprimento dos objetivos nacionais e europeus de descarbonização. Contudo, entendemos que a aceleração dos procedimentos de planeamento e licenciamento deve ser compatibilizada com a salvaguarda dos valores ambientais, da biodiversidade, da paisagem, da atividade agrícola e florestal e dos direitos das comunidades locais, assegurando um ordenamento do território equilibrado, transparente e sustentável. Em anexo encontra a nossa participação considerando num total de 8 páginas: 1. Avaliação dos impactos cumulativos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122159	Discordância	Discordancia total, estes paineis solares podem e devem ser colocados em cima de edificios ou lugares onde nao prejudiquem a vida selvagem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122158	Discordância	Não concordo minimamente que estejam a planear tornar o país numa gigantesca central fotovoltaica. As dimensões das areas afectas são totalmente absurdas no país em geral e no concelho de Albergaria-a-Velha em particular, onde já foi implantada uma central fotovoltaica gigantesca em terreno florestal ardido recentemente.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122157	Discordância	Estou muito preocupada com o futuro! Sou a favor das renováveis, no entanto não podemos comprometer a diversidade dos ecossistemas e a qualidade de vida das populações. Vamos estudar outras possibilidades, nomeadamente um consumo sustentável, mais árvores autóctones, utilizar todos os edifícios possíveis para colocar os painéis solares, mais educação ambiental e mais voz ás populações, e menos aos interesses de grandes grupos . Agradeço a atenção Ana Costa	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122156	Discordância	Discordo em absoluto com os parques de painéis fotovoltaicos em zonas onde devem ser plantadas árvores. É contra natura a todos os níveis, tanto da flora como da fauna e até dá própria humanidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122154	Discordância	Portugal é de todos. De uma forma geral, a nossa opinião é obviamente desfavorável pelo simples facto de se pretender concretizar projetos sem qualquer limitação e por decisão unilateral. A ser aplicada a mesma lógica a outros projetos e temáticas este conceito seria totalmente irresponsável, com consequências negativas para todos e revelaria uma lógica autoritária e anti-democrática. Neste caso em concreto, a consequência imediata se este programa fosse implementado, seria um agravamento do estado do ordenamento do território, que já é péssimo, principalmente nas zonas mais humanizadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122153	Discordância	Fica apenas nota positiva possível, de existir, pelo menos nalgumas zonas, uma aparente intenção de dar prioridade a localizações onde o território já está mais degradado. Essa é, de uma forma geral, a lógica que propomos: instalar estruturas na envolvência das zonas urbanas e não em área naturais, interditar totalmente a instalação em zonas classificadas (áreas protegidas e outras), trocar monoculturas (ex: eucaliptal) por parques solares até para criar áreas de descontinuidade que criem barreiras aos incêndios, entre outras.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122152	Discordância	Associação ALDEIA 15 de Julho de 2026 Não considero que seja uma transicao Limpa, com planeamento realmente sustentável para o nosso país mas sim plano de negócios para os ricos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122151	Discordância	Apresento a minha participação em oposição à eventual delimitação de Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (ZAER) em áreas de presença e distribuição do lobo-ibérico (Canis lupus signatus) a sul do rio Douro, com particular incidência no concelho de Moimenta da Beira e concelhos limítrofes, por incompatibilidade com o regime jurídico de proteção da espécie e com os dados científicos disponíveis quanto ao seu estado de conservação. O lobo-ibérico é a única espécie da fauna portuguesa dotada de legislação nacional específica: a Lei n.º 90/88, de 13 de agosto (Lei de Proteção do Lobo-ibérico), regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 54/2016, de 25 de agosto, que consagra a proteção estrita da espécie e proíbe expressamente a destruição e a perturbação do seu habitat. A espécie encontra-se ainda abrangida pela Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) e pela Convenção de Berna, e possui, a nível nacional, o estatuto de conservação «Em Perigo» (EN). A proteção do habitat não constitui, pois, uma faculdade discricionária, mas uma obrigação legal. Esta proteção reforçada justifica-se pela trajetória de regressão da espécie e pela precariedade do núcleo a sul do Douro. Os resultados do Censo Nacional do Lobo 2019/2021 (ICNF, divulgado em dezembro de 2024) confirmam uma tendência desfavorável do estado de conservação, com redução de cerca de 20% da área de presença nas duas últimas décadas, mais acentuada precisamente a sul do rio Douro. A subpopulação aqui existente encontra-se geograficamente isolada da restante população ibérica , isolamento corroborado por estudos genéticos que evidenciam elevada diferenciação, reduz-se a apenas cinco a seis alcateias, com reprodução confirmada em somente três, e apresenta baixa diversidade genética, instabilidade reprodutora e um habitat já degradado pelos incêndios e pela pressão humana. Neste quadro, a viabilidade da subpopulação a longo prazo não se encontra assegurada, configurando-se um risco real de extinção local. A subsistência do lobo nestas áreas tem dependido, em larga medida, do seu isolamento e reduzida acessibilidade. A instalação de parques de energias renováveis implica a abertura de redes de acessos e vias e a produção de perturbação significativa nas fases de construção e de exploração, com efeitos de fragmentação e degradação do habitat e de deslocação da espécie das suas áreas vitais e locais de reprodução, atingindo diretamente os fatores de que depende a persistência deste núcleo nas serras de Leomil, Lapa, Montemuro, Tancoso e áreas envolventes, onde se inserem Moimenta da Beira e os concelhos limítrofes. Sobre uma população desta dimensão e fragilidade, tais impactos podem representar uma pressão decisiva e irreversível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122150	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares, com localização e dimensão inaceitáveis, apresentando como receita única e urgente para o cumprimento das metas PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis. Seguem a baixo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano: a classificação de determinadas áreas baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. O nosso país dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, entre outras áreas degradadas ao qual podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este ultimo gerar menores impactos ambientais e beneficiar diretamente os cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. o PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122149	Geral	Em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122148	Discordância	O Forest Stewardship Council® (FSC®), é uma organização sem fins lucrativos, de âmbito internacional, dedicada à promoção de uma gestão ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável das florestas no mundo inteiro. Em Portugal, o FSC é representado pela Associação para uma Gestão Florestal Responsável (AGFR), organização criada em 2007 pelos principais agentes do sector florestal nacional e de outras áreas de atuação, mas que têm em comum o compromisso de promoção e implementação de políticas de sustentabilidade e responsabilidade corporativa. Reconhecendo o papel que a produção de energia a partir de fontes renováveis pode ter no combate às alterações climáticas, o FSC Portugal considera relevante todos os esforços para apoiar os compromissos nacionais e europeus de descarbonização para uma transição energética justa. No entanto, a proposta agora apresentada do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) não está alinhada com a premissa de salvaguarda dos interesses das comunidades locais mais vulneráveis, que deve conciliar o avanço ambiental com a preservação do bem-estar social, e apresenta riscos significativos para a gestão sustentável do território, resultantes da lógica de simplificação e aceleração dos processos de licenciamento associada às Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER). Pelo exposto, manifestamos a nossa discordância ao programa em consulta. Em anexo, apresentamos os nossos argumentos e considerações a esta tomada de posição.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122147	Discordância	Oponho-me a este programa, que deve ser repensado para que não ponha em causa a preservação dos ecossistemas naturais e humanos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122146	Reclamação	Não dei o meu acordo e não assinei qualquer documento para esse projeto. Sou contra esse projeto que vai destruir a nossa aldeia de Janardo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122145	Discordância	Rápido e fácil no curto prazo = Difícil e lento no longo prazo. Que a pequenez do país não justifique a miopia de quem nele decide e tem poder de decisão. A alternativa a energias fósseis que permita a preservação das condições de vida no planeta não pode ser uma alternativa que à priori acabe com essa mesma vida, simplesmente não faz sentido! A urgência climática não pode ser combatida por plantações sem fim de painéis que promovem agravamento das condições climáticas! Os painés e eólicas deveriam ser obrigatórios em qualquer projecto de edificação nova ou de reabilitação - porque razão essa medida sensata não é equacionada enquanto se criam grupos de trabalho para atacar o que já está frágil, o interior e o Alentejo em vias de desertificação?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122144	Discordância	Vivo numa das áreas onde este projeto pretende intervir. Para além dos impactos negativos mais importantes, como os que afetarão a fauna e a flora, este projeto representará também um atentado visual ao pulmão verde que é o interior de Portugal! É triste e lamentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122143	Discordância	Queremos energias renováveis, mas não projetos que não cumpram as devidas regras, que não sejam totalmente explícitos quanto à sua verdadeira finalidade ou que não tragam benefícios reais para o planeta e para a população. Não quero isto acontecer em neste país Subscrevo totalmente a proposta de participação da Plataforma "Juntos pelo Divor_Paisagem e Património, de Évora.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122142	Discordância	Porque, "as áreas propostas no ZAER põem em causa a protecção ambiental, paisagística e sócio-económicas dos territórios." No nosso caso, no território, classificado, que enquadra a Cidade Património da Humanidade - Évora, a cidade e a envolvente.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122141	Discordância	Perante tudo isto, sou, conscientemente, contra, logo discordante em absoluto. Este projeto, na sua formulação atual, é altamente preocupante pelo seu impacto territorial, ecológico e social, pelo desfasamento entre os benefícios previstos e as necessidades reais do território e das populações, bem como o potencial desastroso da falta Avaliação de Impacte Ambiental e da arbitrariedade do mapeamento dos espaços a incluir nos 7% genericamente incluídos na proposta. A minha posição alinha-se, portanto, com a discordância cientificamente fundamentada emitida e divulgada pela Quercus, bem como a de autarquias diretamente afetadas, como as da Sertã e Idanha-a-Nova.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122140	Discordância	As minha observações são relativamente genéricas, porque não me foi possível ler a documentação com o devido rigor por forma a procurar rebater com algum suporte documental vários pressupostos. A manutenção do solo, seja agrícola, seja em protecção à vida selvagem e biodiversidade não pode ser descurada. É saber respeitar a maioria das características do ecossistema que pode tornar a vida num local, sustentável. As grandes centrais solares e a sua manutenção vão impactar negativamente a natureza, e proporcionalmente à sua dimensão. Pela sua dimensão representam uma alteração que pode provocar um desequilíbrio total num ecossistema e levar ao seu rápido declínio. Concretamente para o solar fotovoltaico, possivelmente o melhor modelo de desenvolvimento e com menor impacto negativo será a microgeração em pequenas instalações em coberturas dos próprios utilizadores. Isso permite uma entrega imediata, com menos perdas de transporte (haverá sempre as de conversão em AC), previne a necessidade de uma rede mais extensa e de maior potência, possui muito maior capilaridade, porque a entrega pode ser local. O equilíbrio de produção e consumo será mais difícil de gerir, mas podem ser incluídos outros sistemas na rede que minimizem as dificuldades. No caso eólico a densidade de aerogeradores também tem de ser controlada para minimizar o impacto. Possivelmente a microgeração também carece de atenção neste caso. Existem outros recursos renováveis que não possuirão a mesma rentabilidade e por isso não têm grande investimento, mas para os quais faz sentido direccionar atenção, como é o caso da biomassa, que pode arder em ambiente controlado e produzir energia, em vez de em incêndios descontrolados, porque uma parcela de terreno não oferece rentabilidade para o seu proprietário dela conseguir cuidar. Já assim foi ainda não há cinquenta anos. Uma barragem possui um impacto, mas pela natureza da obra e de investimento, não se reproduz por um território como é possível às centrais fotovoltaicas. A queima de combustíveis também não o é uma solução, ou melhor, o nosso modo de vida actual é totalmente insustentável. Necessitamos de um decrescimento positivo. Decrescer a produção, o desperdício, o acessório, ou seja, consumir muito menos recursos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122139	Discordância	Contra a descaracterização da paisagem portuguesa e contra a destruição da natureza para colocar painéis fotovoltaicos .	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122138	Discordância	Sou totalmente contra o corte de árvores e a ocupação de terrenos agrícolas para instalar paineis fotovoltaicos e de energia solar. Esses paineis podem bem ficar em cima dos telhados de quem quer fazer negócio com eles em vez de prejudicar a restante população. As árvores protegem-nos dos incêndios e absorvem CO2 pelo que é perverso cortar árvores para instalar painéis como já aconteceu no nosso país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122137	Discordância	Estou contra a implementação de energias renováveis se esta implica a destruição/ descaracterização/ limitação de território rural, florestal, agrícola... As raízes do nosso país assentam nestes territórios, esses sim verdes, principalmente onde abundam as espécies autóctones, seja fauna ou flora. A transição energética, embora tenha relevância no contexto actual, não pode vir justificar a destruição de florestas e paisagens naturais. São esses territórios verdes os verdadeiros responsáveis pela vida e sustentabilidade dela. O nosso país é rico em território verde, embora não haja preservação suficiente. Na minha opinião, este tipo de programa não vem favorecer essa preservação, o que é lamentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122136	Discordância	Portugal precisa de árvores e de vida animal! Exmos. Senhores,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122135	Discordância	Vim para o campo para ter sossego. Vou ter o Parque Eólico das Aranhas, 21 aerogeradores à volta do Chouto. Neste caso com avaliação da APA. Sou absolutamente contra a colocação de aerogeradores e painéis fotovoltaicos sem apreciação da APA, casa a caso. Com tanta colocação de painéis em cima das populações vão acabar por correr com as pessoas para o litoral, quando o oposto é que é necessário. Energia alternativa sim, mas longe das populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122134	Discordância	Com tantos telhados em Portugal, porquê destruir tantos habitats naturais? Ainda para mais 7% do território, e pelos vistos nem sequer existe um critérios justo na escolha de que partes de cada localidade. Há localidades que verão metade do seu território com painéis solares, uma destruição completa das vistas, da beleza natural. Ninguém aqui está contra as Energias Renováveis, são o futuro. Mas não há custa da própria Natureza, pois torna-se claramente e totalmente contraproducente. Pensai! O meu telhado está disponível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122133	Discordância	Exmos(as). Senhores(as), Eu, Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo (CC N.º 08844511), residente no município de Oeiras, venho, por este meio, participar na presente consulta pública, na qualidade de cidadã, manifestando a minha preocupação e discordância face à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como está desenhado, e solicitando a sua revisão, conforme documento em anexo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122132	Discordância	Manifesto a minha profunda oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que este programa representa uma abordagem desequilibrada, precipitada e lesiva do interesse público. Ninguém questiona a necessidade da transição energética nem a importância de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, essa transição não pode servir de pretexto para enfraquecer a proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações. O conceito de "zonas de aceleração" transmite a ideia de que a rapidez na implementação dos projetos se sobrepõe ao rigor da avaliação dos seus impactos. Existe um risco real de que procedimentos mais céleres conduzam a uma menor exigência na análise ambiental, reduzindo a capacidade de escrutínio das entidades competentes e a efetiva participação dos cidadãos. É particularmente preocupante a possibilidade de serem sacrificados solos agrícolas, áreas florestais, habitats naturais e paisagens de elevado valor ecológico e cultural em nome de metas energéticas que poderiam ser atingidas através de um ordenamento mais inteligente. Antes de ocupar novos territórios, deveria ser dada prioridade absoluta à instalação de sistemas fotovoltaicos em edifícios, parques industriais, infraestruturas já artificializadas, estacionamentos e outras áreas degradadas, evitando a crescente industrialização da paisagem rural. Acresce que muitas comunidades locais têm sido confrontadas com grandes projetos energéticos sem que exista uma verdadeira auscultação das populações ou uma repartição justa dos benefícios económicos gerados. Não é aceitável que os impactos ambientais, sociais e paisagísticos sejam suportados pelos residentes, enquanto os principais benefícios revertem para promotores privados	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122131	Discordância	O território não é apenas um espaço geométrico vazio à espera de infraestruturas, é o suporte físico de comunidades, de ecossistemas vivos e de uma economia rural que, embora fragilizada por décadas de abandono, continua a ser a alma e o sustento de muitas famílias no nosso país. Pontos importantes: 1) O Choque Socioeconómico: A Industrialização Forçada do Mundo Rural A primeira grande falha do PSZAER é tratar o solo agrícola e florestal como mero espaço disponível para produção industrial de energia. Para as populações rurais, isto traz dificuldades graves: 1.1) Descaracterização e perda de rendimento: Agricultores e pastores que dependem da integridade do solo veem-se encurralados por gigantescas "pastagens de silício" (painéis solares) ou aerogeradores. O valor económico direto da agricultura familiar e da silvicultura é substituído por rendas que beneficiam, na maioria das vezes, grandes latifundiários ou fundos de investimento estrangeiros, empobrecendo a economia local circular. 1.2) Perda de Soberania Municipal (Ataque ao PDM): Como programa setorial nacional, o PSZAER tem força jurídica para se sobrepor aos Planos Diretores Municipais (PDM). Isto significa retirar poder de decisão às autarquias e às próprias populações locais, forçando-as a aceitar megaprojetos decididos em gabinetes em Lisboa. 1.3) Turismo Rural e Desvalorização Patrimonial: O interior do país vive muito da sua paisagem, do sossego e do turismo de natureza. Transformar montados e mosaicos agrícolas em paisagens industriais destrói o valor imobiliário local e afasta o turismo sustentável, que é uma das poucas fontes de rejuvenescimento destas regiões. 2) A Falácia Ecológica: Destruir a Natureza para "Salvar" o Clima	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
122130	Discordância	A transição energética não pode sacrificar as populações e a natureza e a biodiversidade. Deve ser focada na construção de autonomia energética de pequena escala (colocar painéis solares em todos os edifícios) ao invés da retirada de árvores autóctones ou ajustadas ao território e na afetação das demais dinâmicas socioeconómicas dos territórios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122129	Discordância	Ex.mos. Srs. Como cidadã diretamente afetada, apresento a minha total oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), fundamentada em graves atropelos práticos, injustiças territoriais e ineficiências técnicas que a proposta atual vai agravar: 1. Abuso de Poder de Entidades Promotoras, Coação Contratual e Atropelo à Propriedade Privada: O modelo PSZAER institucionaliza abusos de poder, permitindo que promotoras de energia ocupem terrenos privados sem consentimento dos proprietários, exemplificado no "Projeto Híbrido do Alto Rabagão" (AIA n.º 3791) onde a APA validou o uso indevido de propriedade privada [participa.pt]. O programa incentiva contratos coercivos e contorna o Estado de Direito. 2. Desperdício Energético Inaceitável: É visível para quem percorre a EN103 que os aerogeradores eólicos existentes passam uma parte significativa do tempo parados (curtailment) por incapacidade de escoamento e falta de infraestruturas de armazenamento na rede elétrica nacional. É um contrassenso técnico delimitar "Zonas de Aceleração" para massificar painéis solares e eólicas na Albufeira do Alto Rabagão quando o sistema atual já rejeita a energia que a região produz. O planeamento deve focar-se na eficiência e na capacidade de armazenamento, e não na sobrecarga do território. 3. Afronta ao Estatuto da FAO: A região do Barroso detém, desde 2018, o prestigiado estatuto de Património Agrícola Mundial atribuído pela FAO. O PSZAER, ao desenhar zonas de licenciamento rápido nesta área, coloca em risco direto a atividade agropecuária tradicional, afetando lameiros de pasto, culturas locais e a integridade da paisagem que justificou esta classificação internacional. 4. Incoerência Geográfica e Desperdício de Transporte (Ex. de Sines): Transportar energia ao longo de centenas de quilómetros do interior para o litoral gera perdas técnicas massivas por efeito Joule nas linhas de alta tensão. Os novos megafocos de consumo — como os centros de dados (data centers) em Sines — exigem que a produção renovável seja instalada no litoral, próxima da grande indústria. É inaceitável industrializar e destruir o interior envelhecido de Portugal, para abastecer as grandes cidades.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122128	Discordância	Não podemos concordar com a destruição do nosso território. O Ambiente é mais importante que a economia. O aquecimento global é suficiente, não é necessário criar condições para que a temperatura suba devido às nossas más decisões.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122127	Discordância	Boa tarde, Venho por este meio partilhar o meu descontentamento com este projecto. É um facto que devemos de caminhar para uma vertente de sustentabilidade ecológica, e aproveitar as tecnologias existentes e emergentes e empregá-las para benefício de todos. Porém essa implementação não deve por em causa o bem-estar da população residente e da fauna e flora dos locais. Fazer um projecto que possa por em causa certas zonas dos país a nível paisagístico e da biodiversidade só por ser uma zona com uma densidade populacional mais baixa é errado e injusto. É injusto também proceder ao corte de árvores e arrasar grandes porções de terreno em nome dessa "sustentabilidade". Todos sabemos dos efeitos da colocação de aerogeradores às aves e às paisagens, sendo, para um país com uma beleza natural como Portugal, um crime este crescimento, até que é uma tecnologia que tem altas taxas de manutenção e períodos de vida mais curtos que, na minha opinião, não compensam os investimentos avultados. Em relação aos painéis solares não há necessidade de arrasarmos completamente grandes áreas florestais para os colocar, uma vez que o nosso território é, em mais de 10% de área, repleto de infraestruturas e parques de estacionamento, onde facilmente podem ser colocados estes equipamentos (desde que haja coragem política para tal). Em relação às barragens hidroelétricas, fundamentais para a gestão dos nossos recursos hídricos, devem ser planeadas na vertente da gestão desses recursos hídricos e não na criação de energia elétrica inconsequente do ambiente em volta (especialmente devido à retenção de sedimentos, que pode vir a trazer consequências no futuro). Falo como um cidadão preocupado com o meu país mas também com a classe política que nos governa, que está mais preocupada em cumprir as ordens da União Europeia do que a trazer o que é melhor para o nosso país. Melhores cumprimentos, Samuel Cadima Gomes	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122126	Discordância	Discordancia total, estes paineis solares podem e devem ser colocados em cima de edificios ou lugares onde nao prejudiquem a vida selvagem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Manifesto a minha oposição à proposta do PSZAER nos moldes atualmente apresentados.	Obrigada pela sua participação.
122125	Discordância	Não está em causa a necessidade de acelerar a transição energética ou aumentar a produção de energia renovável. Está em causa um modelo que facilita a instalação de grandes projetos solares e eólicos em áreas rurais, agrícolas, florestais e naturais, sem obrigar primeiro ao aproveitamento das superfícies já construídas e artificializadas. A classificação de territórios como Zonas de Aceleração pode criar uma presunção de que essas áreas já são ambientalmente adequadas, simplificando avaliações posteriores e reduzindo a capacidade de identificar valores ecológicos que não constam da cartografia oficial. Corredores de fauna, linhas de água temporárias, árvores antigas, habitats não inventariados, solos com funções hídricas e impactos cumulativos de vários projetos podem ficar insuficientemente protegidos. Defendo que o PSZAER estabeleça uma hierarquia legal obrigatória. A produção renovável deve começar pela redução do consumo, pela eficiência energética e pela utilização de telhados, fachadas, parques de estacionamento, edifícios públicos, fábricas, armazéns, zonas industriais, infraestruturas de transporte, aterros, pedreiras e solos já degradados. A ocupação de solo rural só deve ser admitida como último recurso, após demonstração pública e independente de que as alternativas urbanas e artificializadas foram efetivamente estudadas e são insuficientes.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
122124	Discordância	Crime Ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122123	Discordância	Acho que é prejudicial por questões sócio-económicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país em geral.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122122	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores com mais de 180 metros de altura, localizados próximo de habitações e inseridos numa paisagem de excecional valor natural. Embora as energias renováveis tragam benefícios importantes, projetos desta dimensão podem também ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nas populações vizinhas e na economia local. Consideramos que estes impactos merecem uma avaliação rigorosa e independente e que todas as alternativas razoáveis — incluindo ajustes na localização dos aerogeradores sempre que possam reduzir esses impactos — devem ser cuidadosamente analisadas antes de serem tomadas decisões irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122121	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122119	Discordância	As necessidades de hoje não se devem sobrepor às necessidades de amanhã, nem as gerações futuras devem ser oneradas com qualquer passivo ambiental. Deixo, em anexo, a minha contribuição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122118	Discordância	Discordo destas medidas retrógradas e que só demonstram pouca visão das autoridades em criar uma política energética que não destrua a natureza! Sobretudo também à revelia de ecossistemas rurais que deviam ser preservados, e sem ouvir as populações. É tudo para fazer ganhar dinheiro a alguns à custa do futuro do país e da natureza de que todos precisamos. Estas são medidas sem visão, de matar a natureza precisamente numa altura em que é muito importante salvaguarda-la! Há maneiras de se fazer as coisas que não seja assim, desde que haja realmente interesse pelo país e pelos Portuguese acima dos interesses monetários de grandes empresários portugueses e estrangeiros.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122116	Discordância	Manifesto a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), não por estar contra a transição energética ou a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, mas por considerar que esta transição deve ser conduzida de forma responsável, equilibrada e respeitadora dos valores ambientais, sociais e paisagísticos que caracterizam o território português. A criação de zonas de aceleração para a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável levanta preocupações quanto à crescente artificialização da paisagem, à fragmentação dos ecossistemas, à perda de biodiversidade e ao impacto cumulativo sobre áreas agrícolas, florestais e naturais. A urgência da descarbonização não pode justificar uma simplificação dos processos de avaliação ambiental nem a redução da capacidade de escrutínio público sobre projetos com impactos significativos. Portugal é um país de elevada diversidade ecológica e paisagística, onde muitos territórios já enfrentam uma forte pressão resultante da expansão urbanística, do turismo intensivo, das monoculturas agrícolas e florestais e de grandes infraestruturas. Acrescentar novas pressões sem uma visão integrada do território representa um risco para a conservação dos ecossistemas, para a qualidade de vida das populações e para a sustentabilidade a longo prazo. Considero igualmente essencial que a implantação de energias renováveis privilegie, em primeiro lugar, a utilização de áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, infraestruturas existentes, estacionamentos e outros espaços degradados, reduzindo a ocupação de solos naturais ou com elevado valor ecológico, agrícola e paisagístico. A prioridade deve ser maximizar o aproveitamento destes espaços antes de transformar novas áreas do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122114	Geral	A Lightsource bp encontra-se a desenvolver diversos projetos destinados ao desenvolvimento, financiamento, construção e operação de centrais de energia renovável, com especial enfoque na energia solar fotovoltaica. Estes projetos assentam em economias de escala, na experiência internacional consolidada e em parcerias estratégicas com entidades públicas e privadas, garantindo soluções eficientes e sustentáveis. Atualmente, a Lightsource bp conta com seis projetos de energia solar em fase avançada de desenvolvimento, com capacidade atribuída e em desenvolvimento superior a 2,5 GW, conduzidos em estreita articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente ("APA"), a Direção-Geral de Energia e Geologia ("DGEG"), Operadores da Rede Elétrica de Transporte e Distribuição, os municípios e as comunidades locais, assegurando a integração territorial e ambiental das iniciativas. A Lightsource bp contribui ativamente para a promoção da produção e consumo de energias renováveis em território nacional, bem como para a descarbonização da indústria, em linha com os objetivos do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 ("PNEC 2030"), da Estratégia REPowerEU e da Diretiva Energias Renováveis, reforçando a competitividade e sustentabilidade do setor energético. A Lightsource Development Portugal – Unipessoal, Lda., enquanto integrante do grupo económico Lightsource bp, participa nesta consulta pública sobre as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis no contexto da transposição da Diretiva RED III em Portugal com base numa experiência consolidada. A Lightsource bp acumula vasta experiência no desenvolvimento de projetos renováveis, particularmente solar fotovoltaico, em 10 países europeus, com cerca de 6 GW de capacidade em exploração e construção. Esta trajetória internacional permitiu acompanhar ativamente a transposição da RED III noutros contextos europeus, posicionando o grupo para partilhar boas práticas relevantes em matéria de licenciamento, aceleração de projetos e conformidade regulatória. Portugal assume lugar estratégico nos planos de investimento da Lightsource bp, não apenas pela sua elevada dotação de recursos renováveis, mas também pelo expressivo pipeline de projetos em desenvolvimento. A forma como a transposição da RED III ocorra em Portugal, em especial no que respeita à operacionalização das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, pode gerar impactes significativos sobre a viabilidade e o cronograma de investimentos do grupo, tornando essencial uma participação informada e	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122113	Reclamação	Considero que a transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição de ecossistemas, da paisagem e da qualidade de vida das populações locais. O combate às alterações climáticas deve respeitar o princípio da proporcionalidade e procurar soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção do património natural e do bem comum. Solicito que a localização das zonas de aceleração seja cuidadosamente revista, privilegiando áreas já artificializadas e evitando impactos irreversíveis sobre os valores naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122112	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia proveniente de fontes renováveis. No entanto, considero que a proposta do PSZAER deve reforçar a proteção dos solos agrícolas, das florestas biodiversas, dos ecossistemas naturais e das paisagens de elevado valor ecológico, privilegiando a instalação destas infraestruturas em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, antigas pedreiras e outras superfícies já ocupadas. Apresento em anexo um documento onde exponho de forma mais detalhada as minhas preocupações e propostas, nomeadamente sobre a importância dos serviços ecossistémicos, da infiltração e retenção da água no solo, da regeneração das áreas degradadas e ardidas, da proteção das florestas biodiversas e da necessidade de compatibilizar a transição energética com a conservação do património natural, da paisagem e da multifuncionalidade do território rural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122111	Discordância	Proteger o ambiente em primeiro lugar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122110	Discordância	Nao podemos permitir a destruição da paisagem. As arvores são um bem maior que tem de ser d Salvaguardado. O futuro precisa de mais arvores	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122108	Discordância	Sou contra a destruição da floresta para implementar grandes centrais de paineis solares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122107	Discordância	Existem muitos telhados para aplicar os painéis, não vão entupir as zonas verdes e a natureza, com painéis, pois já existem muitas quintas dessas em Portugal, com apoios europeus e retorno fácil para os investidores, mas a população paga cada vez mais cara a conta da eletricidade. Apoiem as quintas de agricultura e criação animal, para no futuro próximo os turistas terem o que comer, e o que visitar nas zonas verdes de Portugal. Pois para verem um mar de "espelhos" visitam outro país qualquer. Helder Cardoso Gil.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122106	Discordância	Não há energias verdes se forem à custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122105	Discordância	a população local deve voto na matéria a aprovar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122104	Geral	Envio anexo o parecer do IPMA, I. P. relativo ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122103	Discordância	Não encontro impactos positivos ao nível socioeconómico e da sustentabilidade ambiental e ecológica para as populações rurais, quando existem formas de explorar energias renováveis e fazer transição energética utilizando outras alternativas que não impactem negativamente a população e os espaços rurais e naturais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122102	Discordância	Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências imensas! 😨😨 Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal, uma enorme redução na infiltração da água no solo aquando das chuvas, com consequente aumento das inundações no inverno e redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambientes e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas. As consequências para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122101	Discordância	Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo por em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. A destruição da paisagem é a solução?	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122100	Sugestão	Boa tarde. Exponho a minha opinião e junto uma sugestão. Não podem ser sempre os mesmos territórios os sacrificados e serem empurrados para este tipo de implantações sem sequer poderem ser ouvidos, respeitados e valorizados. O nordeste transmontano deve ser respeitado pelo pais, sabendo que é neste território que se produz uma boa percentagem da eletricidade nacional, através das suas barragens. Relativamente aos painéis solares os mesmos podem ser implantados noutras infraestruturas a nível nacional(Telhados de Zonas industriais, hipermercados, pavilhões, separadores centrais das autoestradas) e não vir para este territórios desfigurar o mesmo e destruir a fauna, a flora, a terra. Depois de esgotadas as possibilidades que identifiquei anteriormente deve ser tido em conta os valores que são gastos por região do país e a partir daí cada região produzir a sua quota parte de forma a poder chegar à tão desejada percentagem de energias renováveis desejada pelos governantes nacionais e da União Europeia. Os territórios devem ser respeitados, ouvidos e serem responsáveis pela sua quota parte de consumo e não da forma que querem impor ser uns a produzir para os outros gastarem e os valores monetários serem de empresas privadas sediadas não se sabe muito bem onde. Na questão dos parques eólicos é a mesma situação. Quem vive no nordeste transmontano tem os mesmos direitos que os restantes cidadãos nacionais, mas não é isso que está a acontecer diariamente. Somos diariamente mantidos em silêncio, como se a nossa voz não fizesse diferença para o restante território nacional. Sabemos que temos graves problemas demográficos e por esse motivo temos menos voz na realidade do pais, mas aqueles que resistimos a viver neste território e a construir as nossas vidas nestas terras, devemos dar força á voz e lutar por tudo aquilo que os nossos antepassados tanto lutaram para construir e impedir que os interesses de alguém nos venha tirar o pouco que temos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122099	Discordância	Perda de autonomia local. Perda de trabalho e rendimnto local. Perda de turismo,patrimonio e paisagens.....só alguns exemplos no meio de tantos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122098	Discordância	A energia deixa de ser verde quando hipotecamos a nossa propria paisagem e recursos naturais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122097	Discordância	É inaceitável a implementação de quintas solares enquanto existirem disponíveis telhados, estacionamentos entre outros espaços não rurais para tal. A destruição paisagistica e natural do nosso país é extremamente danosa para o nosso clima, a vida dos cidadãos, bem como para uma das principais fontes de rendimento do país: o turismo. A existência de grandes parques solares contribui em muito para a destruição dos nossos ecossistemas, bem como para a intensificação de condições meteorológicas extremas. Não podemos pensar apenas a curto prazo, mas sim a longo prazo, protegendo um dos nossos maiores patrimónios, a natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122096	Discordância	Não só a evolução da tecnologia está, a uma enorme velocidade, a criar novas fontes de energias renováveis, como temos também espaço urbano de sobra para a instalação de grande parte destas energias renováveis. É preciso aprender com a história, e não destruir mais habitats naturais e desfigurar a riqueza natural que ainda temos. Quando temos a maioria das coberturas do edificado do país com espaço, precisamos de priorizar políticas que facilitem a instalação e manutenção de painéis solares à escala dos parques industriais, dos bairros e parques de estacionamento e outros equipamentos de maior dimensão. E dizer não aos grandes parques solares que vão para sempre destruir algo que é quase impossível recuperar. Medidas que apoiem a instalação de eólicas de pequena escala, e medidas que visem a redução do consumo energético que realmente funcionem. Investir na energia nuclear com segurança. É preciso fazer uma análise económica completa, que dê valor ao papel dos espaços naturais, quantificando o seu papel na captura de carbono, no ciclo da água, na protecção vegetal e animal, no turismo, no bem estar social, e até na saúde. Procurar sempre soluções que procurem o equilíbrio entre os compromissos energéticos e os compromissos ambientais, e que se foquem numa perspectiva de longo prazo, e não dos interesses económicos de curto prazo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122095	Discordância	Boa tarde deixo aqui o meu comentário e a minha opinião, sim as energias renováveis são importantes, mas os nossos ecossistemas , a nossa biodiversidade, quantos lugares vao ser destruidos em prol de uma energia verde, será assim tao verde ao vermos esta destruição, penso que será mais importante presevar as nossas terras e encontrar outras soluções, principalmente quanto a campos de paneis solares que alem do espaço a fauna toda a volta seca, por isso coloco me contra este projeto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122094	Discordância	Não acho viável para a nossa humanidade cobrir o nosso solo com painéis solares . Precisamos de terra	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122093	Discordância	É fundamental que: - Sejam estabelecidos limites reais à concentração de projetos numa mesma região; - Seja efetuada avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas; - Fique assegurada a manutenção da proteção das zonas húmidas, geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; - Que exista uma participação publica real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta; - Que sejam dadas prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia – e a áreas já artificializadas, antes de ocupar o território natural; - Que existam efetivas contrapartidas e que estas sejam canalizadas para os ecossistemas e as populações afetadas pela instalação dos projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122092	Discordância	Não concordo com a implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) à custa das nossas serras e da paisagem que caracteriza o interior e o centro do país. Sou a favor das energias renováveis, mas não à custa da destruição de um património natural e paisagístico que é de todos. Antes de ocupar montanhas, cumes e áreas de elevado valor ambiental, devem ser privilegiadas soluções como a instalação de painéis solares nos parques de estacionamento dos hipermercados, nos telhados dos edifícios públicos, das zonas industriais e de outras infraestruturas já artificializadas. É tempo de procurar alternativas verdadeiramente sustentáveis, e não apenas as mais económicas ou as mais fáceis de implementar. A transição energética não deve significar a perda da identidade das nossas paisagens nem comprometer o património natural que temos o dever de preservar para as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122091	Discordância	Dina Clemente A gestão dos recursos tem que ser entregue a entidades locais que conhecem o território e as populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122090	Discordância	Totalmente contra este crime ambiental que pretendem levar a cabo. Este programa so revela que temos governantes que não salvaguardam o Património natural de Portugal só para servir as ordens da união europeia. Convém relembrar que a união europeia não manda em Portugal. Portugal é um país soberano e a quebra desta soberania é um Crime Lesa Pátria. Nesse sentido, sou Totalmente contra este "programa ambiental " que de ambiental nada tem. Defender Portugal contra esta destruição programada do território nacional, fundamentada em conceitos ambientais distorcidos e irreais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122089	Discordância	O PSZAER propõe a designação de uma área muito extensa do interior do país como Zona de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), abrangendo um número de hectares muito superior às necessidades energéticas nacionais. Muitas destas áreas possuem elevado valor ambiental, agrícola e paisagístico, e a sua classificação poderá reduzir as salvaguardas atualmente asseguradas pela Avaliação de Impacte Ambiental. Quem vive no interior conhece bem as consequências que este modelo pode ter: artificialização do território, degradação da paisagem, perda de biodiversidade e comunidades locais afastadas dos processos de decisão. Por isso, solicito que o programa seja revisto, garantindo que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental nem de processos efetivos de informação, participação e discussão pública com as comunidades afetadas, independentemente de se localizar ou não numa ZAER. Defendo ainda que a prioridade para a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável seja dada a áreas já artificializadas, como zonas industriais, parques de estacionamento, margens de vias de comunicação, edifícios e coberturas, evitando a ocupação desnecessária de solos agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico. O interior de Portugal não pode continuar a ser encarado como um território de sacrifício. A transição energética deve ser compatível com a proteção do património natural, da paisagem, da agricultura e dos direitos das populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122088	Discordância	Não concordo com a implantação das energias renováveis (PSZAER) Portugal NÃO é o lixo da Europa. VOTO NAO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122087	Discordância	Discordo deste Programa. Sou a favor do uso de Energias Renováveis, no entanto sou contra este programa. Sacrificar a natureza não é a solução.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122086	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de habitante do concelho de Mortágua e de arquiteto, com experiência em gestão de projeto, direção de obra, planeamento e gestão de operações no setor da construção, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Plano Setorial das Zonas de Aceleração para a Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), no que respeita às áreas definidas para o concelho de Mortágua. Não contesto a necessidade da transição energética. Considero-a essencial para responder às alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Contudo, uma transição sustentável não pode traduzir-se na ocupação massiva de solos rurais e florestais por grandes centrais fotovoltaicas, substituindo uma utilização intensiva do território por outra. Ao longo da minha experiência profissional tenho acompanhado processos de planeamento, licenciamento e execução de projetos, onde o ordenamento do território, a proteção ambiental e a integração paisagística são princípios fundamentais. É, por isso, contraditório que o próprio Estado promova agora a ocupação de extensas áreas rurais para fins industriais, contrariando políticas de proteção da paisagem, da floresta, da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional e dos restantes instrumentos de gestão territorial. A classificação destas áreas como de "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor ambiental. Mesmo onde predomina o eucalipto existem habitats, corredores ecológicos, linhas de água, biodiversidade e funções ecológicas que merecem proteção. A perda e fragmentação destes espaços terá impactos que importa avaliar de forma mais rigorosa. Preocupa-me igualmente que os territórios do interior continuem a suportar os principais impactos ambientais e paisagísticos de grandes infraestruturas, enquanto os benefícios económicos e energéticos se concentram maioritariamente fora destes territórios. A transição energética deve distribuir de forma equilibrada responsabilidades, custos e benefícios. Existem alternativas mais sustentáveis que deveriam ser prioritárias, nomeadamente a instalação de sistemas fotovoltaicos em edifícios públicos e privados, unidades industriais, armazéns, parques de estacionamento, áreas degradadas e outras superfícies já artificializadas. Paralelamente, importa reforçar o autoconsumo, as comunidades de energia e a produção distribuída, reduzindo a necessidade de ocupar solo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122085	Discordância	Sou a favor das energias renováveis por um futuro sustentável e rico em biodiversidade, mas este programa não tem em consideração esse futuro nem a biodiversidade, pois terá claramente um impacto negativo e disruptivo em vários ecossistemas, abrangendo uma área inaceitável do território nacional. A implantação de energias renováveis é aceitável apenas se houver estudos de impacto ambiental caso a caso que confirmem a ausência desse impacto negativo em cada zona.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122084	Concordância	Estou de acordo com a proposta apresentada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122083	Discordância	Descarscteriza a paisagem . Nocivo para a fauna e flora. Prejudicial para a Floresta e pequena agricultura.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
122082	Discordância	Não destroem mais a natureza com os vossos mares de Paineis 😡	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122080	Discordância	Larga destruição da floresta e áreas protegidas... Não é viável ambientalmente destruir uma percentagem tão grande da nossa floresta/paisagem sem pensar nas consequências. Discordo totalmente!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122079	Discordância	Não Concordo , e acho inadmissível como se continua a banalizar a importância da Natureza e a trocar "pela suposta transição energética", agora tudo serve para disfarçar outros interesses, e impor contra a vontade dos locais. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. A transição energética também precisa de proteger a natureza, já existem tantas formas de aplicar os painéis solares sem estarmos a destruir o que demais importante temos, a Natureza, os painéis verticais, nos topos dos prédios, nos estacionamentos das grandes superfícies ... (depois temos as vagas de calor , claro , comparem com locais onde pelo contrário andam a plantar mais árvores , inclusive locais que eram deserto , e nós andamos ao contrário)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122078	Discordância	"Quando a última árvore for cortada, o último rio poluído, e o último peixe pescado, o homem vai perceber que não pode comer dinheiro". provérbio indígena Um crime ambiental e político. O valor da perda é imensamente maior do que o ganho .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122077	Discordância	No âmbito da consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER), promovida pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), procedeu o Município de Porto de Mós à análise da proposta, do respetivo Estudo Prévio, dos Relatórios Temáticos, da Avaliação Ambiental Estratégica e da cartografia disponibilizada. O Município de Porto de Mós reconhece a importância estratégica da transição energética, da descarbonização da economia e do cumprimento das metas nacionais e europeias de produção de energia a partir de fontes renováveis, designadamente as decorrentes da Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III). Todavia, considera que estes objetivos devem ser concretizados de forma territorialmente equilibrada, ambientalmente sustentável e respeitadora do sistema de gestão territorial, assegurando a compatibilização entre a produção de energia renovável, a conservação dos valores naturais, o desenvolvimento económico e a autonomia do poder local. Após análise da documentação disponibilizada, conclui-se que a proposta apresenta um conjunto de insuficiências técnicas, metodológicas e jurídicas que impedem a emissão de parecer favorável. Neste contexto, o Município de Porto de Mós manifesta-se em consonância com o parecer desfavorável emitido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), subscrevendo os fundamentos aí constantes, designadamente no que respeita à metodologia de delimitação das ZAER, à insuficiente articulação com os instrumentos de gestão territorial e ao impacto territorial da proposta. O Município considera, assim, que a territorialização das ZAER deverá ser objeto de validação e ajustamento em estreita colaboração com os municípios, designadamente com aqueles que, como Porto de Mós, se encontram a desenvolver processos de revisão dos respetivos Planos Diretores Municipais. Só desta forma será possível garantir que a prossecução das metas nacionais de transição energética ocorre de forma compatível com as opções de desenvolvimento territorial sustentável definidas à escala local, respeitando simultaneamente os princípios da autonomia local, da subsidiariedade e da coerência do sistema de gestão territorial. O Município de Porto de Mós emite parecer desfavorável à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER), na configuração atualmente submetida a consulta pública	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122074	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122073	Discordância	A implementação de energias renováveis não pode ser à custa da destruição da biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Este projecto aposta em enormes parques que são autênticas crostas pretas na bela paisagem da Beira Baixa.	Obrigada pela sua participação.
		Feio, e errado:: ninguém parece fazer o balanço entre os ganhos dos parques de painéis solares e as perdas, designadamente o aquecimento provocado pela eliminação da vegetação nativa e a destruição de habitats, com perda de biodiversidade (uma das coisas que o aquecimento global pôe em risco, mas que estes projectos não apenas põem em risco mas destroem de imediato).	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		A aposta inteligente, mesmo que exigindo maior análise, estudo e coordenação, deve olhar a longo prazo,, apostando na instalação de painéis em coberturas e áreas urbanas, em vez de ocupar solos rurais e florestais.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122072	Discordância	Citando a posição pública do movimento "Cidadãos pela Beira Baixa":: "4. Biodiversidade, ecologia e corredores ecológicos não são obstáculos — são infraestruturas vitais Os pareceres técnicos são inequívocos: • sobreposição a áreas de alimentação da águia-imperial, bufo-real, milhafre-preto, cegonha-preta; • fragmentação de habitats; • destruição de montados;	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122070	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122069	Discordância	A documentação disponibilizada apresenta referências a critérios, princípios e futuros processos de avaliação, mas falta precisamente a informação que permitiria às populações conhecer os territórios abrangidos pelas futuras ZAER. Questiono "como poderá a população apoiar este programa sem saber quais os territórios que poderão ser afetados. Se o escrutínio ambiental sério acontece agora, sobre um mapa genérico e sem coordenadas precisas, a participação pública fica esvaziada. E depois, quando o projecto concreto aparecer, já não haverá AIA nem essa oportunidade de participação alargada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122068	Discordância	Uma transição verde em que se destrói a natureza não é uma transição mas sim uma destruição daquilo de que todos dependemos! O desrespeito pelas gentes destas zonas é brutal e levará a uma desertificação sem precedentes! No futuro iremos alimentar-nos de painéis solares? A natureza não está a venda! Exs Senhores,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122067	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Leiria, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem-se os argumentos para rejeitar integralmente este plano. IMPACTO AMBIENTAL E BIODIVERSIDADE Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A “baixa sensibilidade” não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de “menor sensibilidade” apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122066	Discordância	NÃO AO PSZAER!!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122065	Discordância	Exmos. Senhores,Venho por este meio apresentar a minha firme contestação e parecer desfavorável a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), nos moldes em que se encontra delineada, com base nos seguintes fundamentos: 1. Descaracterização do Solo e Sacrifício da Floresta AutóctoneA proliferação massiva e desordenada de painéis fotovoltaicos prevista neste programa ameaça diretamente áreas que deviam ser prioritariamente destinadas à plantação e regeneração de floresta autóctone. A substituição de ecossistemas vivos e resilientes por autênticos "mar de espelhos" industriais destrói a biodiversidade local, elimina sumidouros de carbono naturais e agrava o risco de desertificação. A transição energética não pode ser feita à custa da destruição do património florestal e natural do país. 2. Ameaça às Bacias Hidrográficas e Recursos HídricosA instalação destas infraestruturas em grande escala compromete gravemente as bacias hidrográficas e as linhas de água. A impermeabilização do solo e a alteração das correntes de escoamento natural aumentam drasticamente o risco de erosão do solo e de cheias rápidas. Em períodos de seca extrema, a proteção dos aquíferos e das linhas de água devia ser a prioridade absoluta do Estado, e não a sua colocação em risco para benefício de projetos industriais. 3. Desprezo pelas Condicionantes Técnicas da APA e do ICNFÉ inadmissível que o desenho do PSZAER avance ignorando a profundidade das restrições e os pareceres condicionados emitidos por entidades de tutela fulcrais, como a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Ao criar mecanismos de licenciamento "facilitados" ou isenções automáticas dentro destas zonas de aceleração, o programa atropela deliberadamente os critérios de sensibilidade ecológica e salvaguarda da biodiversidade definidos por estes organismos. A simplificação administrativa não pode servir de pretexto para silenciar ou contornar as autoridades científicas e técnicas nacionais criadas para defender o património natural. 4. Falta de Transparência e Exclusão das PopulaçõesO processo de elaboração do PSZAER tem sido marcado por uma grave falta de auscultação das autarquias locais e das populações afetadas. A imposição vertical destas "zonas de aceleração" atropela o ordenamento do território municipal e ignora o direito dos cidadãos de decidirem sobre o futuro da sua própria região, gerando um forte sentimento de injustiça territorial. 5. Impacto Socioeconómico, Paisagístico e no PatrimónioA afetação de cerca de 7% do território nacional	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122064	Reclamação	Rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, por considerar que não garante uma transição energética verdadeiramente justa, sustentável e respeitadora dos territórios e das comunidades que neles vivem. Acredito na importância da transição para energias renováveis, mas esta mudança não pode ser feita através da simplificação de processos que reduzam a avaliação cuidadosa dos impactos de cada projeto. Cada instalação deve ser analisada individualmente, considerando não apenas os benefícios energéticos, mas também os possíveis efeitos negativos na paisagem, biodiversidade, solos, atividades agrícolas e qualidade de vida das populações locais. Preocupa-me que a criação de zonas de aceleração possa resultar numa concentração excessiva de projetos em determinadas regiões, sem uma avaliação adequada dos impactos cumulativos de várias centrais, linhas elétricas e outras infraestruturas associadas. O território não deve ser visto apenas como espaço disponível para produção de energia, mas como um conjunto de ecossistemas, comunidades e atividades económicas que precisam de ser protegidos. Considero igualmente essencial que os residentes e as autarquias locais tenham um papel efetivo na tomada de decisões sobre projetos que terão um impacto direto nos seus territórios. A participação pública não deve limitar-se a um procedimento formal de consulta, mas deve permitir que as preocupações das populações sejam verdadeiramente consideradas antes da aprovação de qualquer projeto. Existe também uma preocupação legítima sobre a distribuição dos benefícios destas iniciativas. Atualmente, não é claro de que forma as comunidades afetadas irão beneficiar diretamente destes projetos. Existe o risco de os lucros ficarem concentrados em empresas privadas, potencialmente sem ligação ao território ou	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
122063	Discordância	NÃO!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122062	Discordância	Na qualidade de gerente do Restaurante As Tilias, no concelho do Fundão, gostaria de apresentar uma breve reflexão no âmbito da presente consulta pública. Enquanto empresa de restauração profundamente ligada aos produtos regionais e ao território onde desenvolve a sua atividade, reconhecemos a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, consideramos igualmente importante que esta transição não seja analisada apenas numa perspetiva energética, mas também económica, social e territorial. Os restaurantes do Interior vivem, em grande medida, da identidade da região onde se inserem. A gastronomia local, os produtos endógenos, a paisagem, a tranquilidade, a autenticidade e a experiência proporcionada aos visitantes constituem um conjunto inseparável de fatores que sustentam a atividade económica de inúmeras pequenas empresas. Nos últimos anos, o Interior tem vindo a afirmar-se como um destino gastronómico e turístico cada vez mais valorizado. Este percurso resulta do esforço conjunto de produtores, agricultores, empresários, autarquias e comunidades locais que têm procurado demonstrar que estas regiões oferecem muito mais do que espaço disponível. A concentração significativa de grandes infraestruturas energéticas suscita, por isso, preocupação quanto aos seus efeitos na imagem e na atratividade destes territórios. Ainda que a produção de energia renovável	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
122061	Discordância	Por um planeta mais verde, pelas árvores, pelas plantas em geral, pelos animais, por nós e os que hão de vir. NATUREZA É VIDA - RESPEITO E PRESERVAÇÃO É FUNDAMENTAL. SÓ A NATUREZA PODE PROTEGER A VIDA. PRECISAMOS DE ENERGIA SIM MAS A QUE A NATUREZA NOS DÁ. POR FAVOR PENSEMOS MAIS COM O CORAÇÃO.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122060	Discordância	Não concordo com a ideia de destruir ecossistemas, fauna e flora em nome de uma estratégia verde, é um perfeito contrassenso. A melhor forma de combater as alterações climáticas é a melhoria dos ecossistemas, reflorestação e preservação dos recursos naturais; A instalação de centrais fotovoltaicas não traz qualquer beneficio para os territórios, para as populações ou para a preservação do planeta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122059	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122058	Discordância	Nao concordo com o projeto. Destrói a natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122057	Discordância	Não pode haver uma transição energética viável e segura sem respeito pelos ecossistemas e recursos naturais existentes. Isto não é inovação, é sim destruição com outro nome apenas. Cujos interesses são puramente económicos e não ambientais. Não é aceitável usar esta desculpa pra destruição do património natural. Tem de haver uma discussão séria sobre isto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122056	Discordância	Destruir a pouca floresta que resta apenas para server os interesses de alguns é a postura menos ecológica possível. Manter e preservar os habitats e as populações deve ser prioridade	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122055	Discordância	Discordo de grande parte das zonas propostas para implementação de projectos de energia eólica e solar. Refiro por exemplo a Serra d'Arga, mas não só. Obrigado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		-Sonegação de informação O procedimento de consulta pública não foi acompanhado da disponibilização das peças cartográficas e da informação georreferenciada indispensáveis para identificar, com precisão, a localização e os limites das ZAER. Esta limitação compromete a transparência do procedimento e restringe a participação pública tecnicamente fundamentada, dificultando a avaliação da compatibilidade das ZAER com os instrumentos de gestão territorial e com os valores naturais existentes. - Violação do princípio "Do No Significant Harm" (DNSH) A dimensão das áreas propostas é manifestamente desproporcionada, permitindo a afetação de uma superfície muito superior àquela que seria necessária para que Portugal cumprisse as metas nacionais de produção de energia renovável. Esta opção não respeita o princípio da proporcionalidade nem o princípio do "Do No Significant Harm" (DNSH), ao potenciar impactos ambientais e socioeconómicos desnecessários.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122053	Discordância	-Limitação do direito à participação pública A aprovação do Plano de Aceleração das Zonas para Energias Renováveis (PSZAER) poderá substituir ou limitar significativamente a participação pública e a apreciação caso a caso dos projetos individuais, no âmbito dos respetivos processos de licenciamento. - Avaliação Ambiental Estratégica A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) constitui o principal instrumento de integração das considerações ambientais no processo de planeamento e deve demonstrar que a delimitação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis resulta da alternativa territorial mais compatível com os objetivos de proteção ambiental, ordenamento do território e desenvolvimento sustentável.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
122052	Discordância	Não faz sentido destruir as nossas florestas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122051	Discordância	Senhores, Senhoras, Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. O respeito pela nossa natureza e pelo nosso planeta deve ser uma prioridade em toda a Europa, incluindo Portugal, e é necessário aproveitar as oportunidades para utilizar áreas já pavimentadas (parques de estacionamento, telhados e paredes de edifícios industriais, telhados de casas, (auto-)estradas,...) para a produção de energias renováveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactes sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122050	Discordância	NÃO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122049	Discordância	A implementação de projetos de energia renovável pode ser implementada de uma forma sustentável envolvendo as populações locais e a proteção de áreas de floresta. A cedência de 7% do territorio para implementação de painéis fotovoltaicos explorados por empresas multinacionais irá passar por cima da opinião e da vida da populações locais, destruir habitats, sem sequer trazer vantagens econômicas para essas populações. Há estratégias mais favoráveis e rosas para os portugueses e suas florestas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122048	Discordância	Considero um crime ambiental, destruir milhares de árvores e toda a biodiversidade para instalar paineis solares por uma titulada "energia verde"	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122047	Discordância	A que custo as renováveis?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122046	Discordância	Ex.mos Senhores: O Município de Celorico de Basto vem por este meio apresentar a sua participação na discussão pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), emitindo parecer desfavorável, com a fundamentação exposta no documento anexo. Tendo em consideração que o Município de Celorico de Basto, não obstante ter território abrangido por uma ZAER, não foi consultado na fase de acompanhamento da elaboração deste programa setorial, entende-se que o documento que agora se remete deve ser equiparado a um parecer de entidade, nos termos do artigo 48.º do RJIGT, merecendo a devida ponderação, por forma a colmatar essa falha.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122045	Concordância	🌳	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122044	Discordância	Não concordo, é preciso proteger a floresta e não destruir	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122043	Discordância	Destruição Ambiental total ! Num País onde todos os anos tem incêndios desastrosos, querem-nos tirar o resto que nos „dá“ o ar que respiramos!! É Crime a Humanidade	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122042	Discordância	Temo pela destruição da natureza ! Procurem soluções que são compatíveis com a manutenção da natureza e controle de lixo por exemplo !A pare dessas soluções dever-se -ia ter como formação cívica a moderação de consumo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122041	Discordância	Rídiculo	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122040	Discordância	Existem pessoas a viver nas zonas rurais! Acho que este tipo de projeto traz problemas a nível ecológico e socioeconómico para as populações que aí vivem!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
122039	Discordância	Discordo de tudo o que estão a tentar fazer ..... deveria se fazer um referendo .....quem manda é o povo..... EU NAO CONCORDO COM NADA DISTO.....DEIXEM AS NOSSAS FLORESTAS EM PAZ.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
122038	Discordância	Não autorizo a implementação de painéis solares em Portugal descaracterizando a nossa paisagem natural.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122037	Discordância	Consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Contributo de Ricardo Meireles, Estação Agroflorestal (estacaoagroflorestal.org) Manifesto oposição à proposta na forma em que está em consulta, por razões de método e não de energia. O país precisa de e saber o que faz ao solo enquanto instala estas centrais. O Mapa Verde retira do território o que está classificado e apresenta o que sobra como disponível. Este método transforma a ausência de estatuto de protecção numa prova de baixo conflito, quando a maior parte do que sobra é uma matriz silvo-pastoril e florestal já empobrecida por décadas de monocultura. A própria Direcção-Geral do Território assinalou essa matriz e o sobredimensionamento dos mais de 440 mil hectares mapeados face às metas de 2030. A CCDR Norte alertou para solos com função produtiva efectiva situados fora da RAN. O ICNF apontou a exclusão insuficiente do montado. A DGADR emitiu parecer desfavorável. A função de um solo é um processo. Uma parcela degradada, sem sub-bosque e sem manta morta, é exactamente aquela que tem maior necessidade de regeneração e de sombra, de humidade e de sucessão ecológica. O PSZAER lê essa mesma parcela como a de menor conflito. O território que já foi entregue a um ciclo extractivo fica assim proposto para um segundo, com a mesma lógica de rotação e monofuncionalidade, agora com uma etiqueta climática e em nome de uma transição energética. Daqui nasce o incentivo perverso que me parece o ponto mais grave do programa. Quando o valor ecológico restringe e a sua ausência produz licenciamento acelerado, o mapa ensina o proprietário a manter a terra rapada. O PSZAER estende essa pedagogia a 7% do continente. A dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental agrava este quadro. A escala estratégica não vê aquilo que decide a sorte de uma encosta: o primeiro palmo de solo, a condensação de humidade, o escoamento superficial, o microclima. A APA reconhece que a proposta protege em teoria as zonas hídricas sensíveis e falha na prática, por ausência de indicadores e métricas	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
122036	Discordância	absurdo. Discordo plenamente desta proposta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122035	Discordância	Esta proposta implica a destruição de uma das nossas mais genuínas características... manter a terra produtiva.... Esta proposta tem de morrer no papel! Que vergonha!!! Como chegámos aqui...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122034	Discordância	Porque há que pensar em alternativas antes de se atacar a natureza. Tantos telhados por esse país!	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122033	Discordância	Discordo com este programa pois vai contra os interesses da população e do país. Este projeto não cria valor para a população, pelo contrário. Destrói a natureza e compromete o futuro dos portugueses, do nosso território, e a soberania nacional.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122032	Discordância	Envio em anexo o meu posicionamento.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122031	Discordância	Envio em anexo a minha discordância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122030	Discordância	Em anexo, segue a nossa Participação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122029	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis. No entanto, considero que a aceleração dos processos de licenciamento não pode ocorrer à custa da qualidade da decisão, da proteção dos ecossistemas e da salvaguarda das comunidades locais. A velocidade nunca pode substituir a qualidade da decisão. A definição de Zonas de Aceleração para Energias Renováveis levanta preocupações legítimas quanto aos impactos cumulativos sobre o território, nomeadamente a ocupação extensiva do solo, a desflorestação associada à instalação de infraestruturas energéticas, a fragmentação de habitats, a alteração da paisagem, os efeitos sobre a biodiversidade, a atividade agrícola e os potenciais impactos socioeconómicos para as populações locais. Num contexto em que já se fazem sentir fenómenos de calor extremo, seca e crescente vulnerabilidade dos territórios do interior, considero essencial que qualquer planeamento energético seja precedido de avaliações ambientais rigorosas, independentes e suficientemente detalhadas, capazes de analisar não apenas os impactos de cada projeto isoladamente, mas também os seus efeitos cumulativos a médio e longo prazo. Defendo que a transição energética deve ser construída com as comunidades e não apenas sobre os territórios, privilegiando sempre que possível a utilização de áreas já artificializadas ou degradadas antes da ocupação de solos naturais, agrícolas ou florestais. Por estas razões, considero que a proposta apresentada não demonstra de forma suficiente que a aceleração dos procedimentos seja compatível com a proteção do património natural, da qualidade de vida das populações e da sustentabilidade dos territórios abrangidos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122028	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e do reforço da produção de energia renovável em Portugal. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa da redução das garantias ambientais, da participação pública, da autonomia do poder local e da proteção dos recursos naturais. A proposta do PSZAER prevê a criação de Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (ZAER), nas quais determinados projetos poderão beneficiar de procedimentos de licenciamento simplificados, incluindo a dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e, consequentemente, da consulta pública. Esta solução enfraquece um dos principais mecanismos de prevenção e proteção ambiental, comprometendo a análise individual dos impactos sobre a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos, a paisagem, a agricultura, as florestas, o património e a qualidade de vida das populações. A própria documentação da consulta pública demonstra que várias entidades levantaram preocupações quanto ao sobredimensionamento das áreas propostas, à perda de autonomia dos municípios, à ocupação de solos agrícolas e florestais e à insuficiente salvaguarda dos valores ambientais. Assim, solicito que o PSZAER seja revisto, garantindo que: Todos os projetos permaneçam sujeitos à Avaliação de Impacte Ambiental e aos restantes mecanismos de avaliação e escrutínio previstos na legislação portuguesa e europeia, sempre que possam existir impactes ambientais, sociais ou territoriais relevantes. Seja mantida a consulta pública e assegurada a participação efetiva das populações e das autarquias. Seja privilegiada a instalação de projetos em áreas já artificializadas ou degradadas, minimizando a ocupação de solos agrícolas, florestais e ecologicamente sensíveis. A transição energética deve conciliar a produção de energia renovável com a proteção da paisagem, dos solos, dos ecossistemas, da saúde pública, da autonomia das comunidades locais e da soberania do território nacional. A aceleração dos processos administrativos não pode justificar a redução das garantias ambientais nem dos direitos de participação dos cidadãos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122027	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122026	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122025	Discordância	Como residente do concelho de Mogadouro, venho aqui expressar o meu profundo desagrado e discordância do que querem implementar no nosso concelho. É inaceitável o que querem fazer com este território!!!Arrasar paisagens, árvores, plantas autóctones, animais, meios agrícolas não é de todo o que queremos, nem podemos aceitar que tal aconteça.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
122024	Discordância	Discordo completamente deste projeto. Atentado ao meio ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122023	Discordância	Não concordo com o programa, se avançar será um grande erro. O governo e parceiros não podem pensar só no lucro.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
122022	Discordância	NÃO a abater espaços verdes e destruir fauna e flora para painéis solares. Sim aos painéis solares, mas em zonas industriais, cidades, telhados, parques de estacionamento, sem destruir vida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
122021	Discordância	A narrativa das "alterações climáticas antropogénicas" é um espantalho usado para empobrecer a população e submetê-la a um controlo totalitário. A destruição dos recursos naturais e a sua substituição por um deserto de silício é uma abominação! A fauna, a flora e a comunidade humana local sofrerão danos irreparáveis, inclusive a morte, decorrentes desta abominação. Trata-se de um projecto genocida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122020	Discordância	A transiçao Verde não pode ser feita através de destruição da natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122019	Discordância	PSZAER, SOU CONTRA ISTO!! Não acabem com o que temos de melhor em Portugal, a nossa floresta e em nome das ditas energias renovaveis...é uma vergonha isto, em vez de criarem campanhas para não usarem tanata energia, ou se usarem o que isso implica. Tenham tino, todos temos filhos, até os ue ganham milhões com isto.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122018	Discordância	Não posso aceitar, como cidadã preocupada com a conservação da Natureza, que mais uma vez seja apresentada uma proposta que não tem em conta, caso a caso, o impacto ambiental de tais projetos. As energias renováveis são o futuro, mas não a custo daquilo que queremos com elas preservar e proteger! Por projetos de energias renováveis COM estudo de impacto ambiental caso a caso e respeito pelo meio ambiente. Porque não usar zonas já urbanas para projectos deste tipo sem ter que ocupar território natural? É contraproducente e discrepante querer fazer a diferença com energias renováveis destruindo o meio natural. Espero que sejam levadas a sério estas questões.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122017	Discordância	Longe com os painéis solares! Queremos árvores! Natureza! Fora com os lobbies! Abaixo com a ganância!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122016	Discordância	Contra a intervenção na Natureza para instalação de estruturas deste género	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122015	Sugestão	Submete-se a participação da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) à presente Consulta Pública. Informa-se que não foi utilizar o formulário de resposta disponibilizado, uma vez que este se encontrava limitado a apenas quatro caixas de comentários, não permitindo acomodar a totalidade das observações consideradas relevantes. Neste contexto, a APREN submete os seus contributos em formato próprio, procurando, sempre que possível, identificar de forma clara o documento, capítulo e páginas a que cada comentário respeita.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122014	Discordância	Para os devidos efeitos segue em anexo a participação do município de Penamacor no âmbito da "Discussão Pública" em curso. Com as devidas adaptações aproveitou-se o "formulário tipo", muito embora não se entenda o mesmo vinculativo, daí ter sido utilizado com algumas adaptações em conjunto com o parecer do Presidente da Câmara Assim sendo para todos os efeitos esta peça em conjunto deve ser entendida e lida na totalidade como parecer deste município relativamente ao assunto em apreço.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122013	Discordância	A análise do documento, no que se refere às suas implicações no território municipal, é prejudicada pela ausência de informação geográfica sobre o limite da área proposta como Zonas de Aceleração de Energias Renováveis. De acordo com o anexo A2 do Relatório Temático Ordenamento e Economia do Território, a área com potencial ZAER solar do município de Santo Tirso é de 2.486,6ha, representando 0,7% do total de ZAER, não constando potencial eólico. Propõe-se que na participação do município seja incluído o seguinte contributo, deste serviço: 1. Analisada a proposta apresentada, verifica-se a ausência de informação geográfica sobre o limite da área proposta como Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), o que limita drasticamente o nosso contributo nesta participação pública. Por isso consideramos fundamental que sejam observadas as seguintes questões: a) Devem ser garantidas medidas de adaptação à escala do PDM das ZAER delimitadas à escala nacional, nomeadamente quanto à precisão cartográfica das servidões e restrições de utilidade pública, atualização da ocupação do solo, compromissos urbanísticos, projetos municipais e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão - UOPG em solo rústico, com previsão de reclassificação do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122012	Discordância	A transição energética não pode ser feita com esta agressão as zonas verdes, ecossistemas, paisagens e populações. O impacto da instalação destes projectos é profundo e sem precedentes. Para além de retirar valor a estas áreas geográficas, ainda as expõe à subida regional da temperatura, destrói ecossistemas, retira oxigénio do ar e deixa de absorver CO2. Existem soluções com menos impacto e descentralizadas, e são essas que devem estar em cima da mesa para discussão e implementação. Oponho-me veementemente a este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) que condenará paisagem, natureza e populações de forma irreversível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
122011	Concordância	No âmbito da discussão pública da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, e por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Trancoso, vem este município manifestar a sua total concordância e subscrever integralmente o parecer da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela (CIMRBSE), aprovado em reunião realizada no dia 14 de julho de 2026, o qual se anexa à presente submissão.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
122010	Discordância	Com tantas soluções possíveis, não é necessário destruir a Natureza. Está na hora de sermos construtivos e inovadores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
122009	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
122008	Discordância	Substituir a área florestal ou agrícola por Painéis solares é a mesma coisa que construir sem licença. Estraga a paisagem	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122007	Discordância	O PSZAER confunde rapidez com eficácia. Uma verdadeira transição energética deve ser justa, descentralizada e participada. Deve priorizar a eficiência energética, a instalação de painéis solares em coberturas urbanas e zonas industriais já degradadas, e apoiar o modelo de Comunidades de Energia Renovável, descentralizando a produção. Ao optar por favorecer a facilitação burocrática de megaprojetos industriais em solo natural e agrícola, o PSZAER falha em proteger o que de mais valioso o país tem: a sua biodiversidade, o seu ordenamento do território e as suas populações. Acelerar sem cautela é o caminho mais rápido para o desastre ambiental. Ex.mos Srs.,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
122006	Sugestão	Junto se envia a ficha de participação e ficheiro geopackage, contendo as sugestões de alteração da Câmara Municipal de Torres Vedras à proposta de PSZAER. Com os melhores cumprimentos, Carlos Figueiredo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
122005	Discordância	Discordo da proposta do PSZAER para o concelho de Mortágua. Com 46,6% do território em ZAER solar (face a uma média regional de 10,9%) e 52,1% no total com solar e eólica, o concelho está a ser transformado num "território de sacrifício", repetindo o padrão já vivido com a Barragem da Aguieira, sem retorno económico proporcional para a população. Solicito uma revisão drástica das áreas previstas, prioridade a áreas já artificializadas, compatibilização com o PDM e a Estrutura Ecológica Municipal, medidas de prevenção de incêndios, monitorização rigorosa dos impactos cumulativos, e benefícios fiscais e económicos diretos (ex.: redução de IRS) para os residentes afetados. Desenvolvimento completo em documento anexo.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122004	Reclamação	A Geradora Cooperativa Integral tem sede no concelho de Trancoso, região onde na atualidade estão em construção linhas de muito alta tensão. A Geradora rejeita decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Os membros d'A Geradora se preocupem que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendemos que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicitamos, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão; – que os corredores ecológicos dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) voltem a ser incluídos como critérios de exclusão de áreas. – Que seja anulada a alteração dos 50m de buffer de proteção na orla de zonas húmidas para 500m. -Que sejam mantidos como critério de exclusão espacial as áreas classificadas como Geoparques-UNESCO, que legalmente fazem parte da rede nacional de áreas classificadas e que contraria as "orientações" do ministério que quer implementar as PSZAER fora de áreas classificadas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
122003	Discordância	Mais de 40% do concelho de Mortágua com painéis solares, será para acabar de despovoar o concelho ... Sem floresta, não há biodiversidase, nem Oxigénio... em suma, não há condições para a vida humana. Painéis solares nas casas/ telhados, na barragem, nas empresas, varandas, estacionamentos... mas sem eliminar natureza.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
122002	Discordância	Discordo do programa apresentado por entre outros motivos: - Permitir que os parques solares se venham a instalar sem respeito pelas as populações e poelos seus eleitos; - Não atender às especificidades dos locais em causa; - Pôr em causa a biodiversidade, o património paisagistico, cultural e natural; - Contribuir para a desertificação humana de grande área do país; - Ser contrário à autonimia energética, reforçando a dependência das zonas afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
122001	Discordância	Discordancia e protesto . Venho por este meio manifestar a minha discordancia relativamente á proposta atual de PSZAE. Após análise de plano, considera que os impatos projetados comprometem o equilibrio da nossa floresta . Impacto Ambiental Mobilidade Participação Cidadã	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
122000	Discordância	Ana Valentim Serra Arga Caminha Considero que este plano sectorial irá simplificar um processo complexo e com consequências no desenvolvimento local e na conservação da biodiversidade. Considero que a iniciativa europeia Jalón focada em comunidades de energia renovável em áreas rurais é uma solução bem mais sustentável e a pensar nas pessoas em vez dos grandes lucros das mega centrais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121998	Reclamação	Eu rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação das populações O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis apresenta-se como uma solução rápida para acelerar a transição energética, mas na prática revela-se um instrumento que desvaloriza o impacto ambiental e compromete a integridade dos ecossistemas. A lógica de "aceleração" parece responder sobretudo a interesses económicos e a prazos políticos, deixando de lado uma avaliação rigorosa das consequências ecológicas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121997	Discordância	O interior do País, um dos últimos refúgios de biodiversidade, corre o risco de ser transformado num extenso campo de painéis solares, com perdas irreversíveis para a fauna, a flora e a paisagem. Para além dos impactos ambientais, importa questionar quem realmente beneficia com esta iniciativa. Os grandes grupos económicos e investidores surgem como os principais favorecidos, enquanto as comunidades locais enfrentam a degradação do seu território, sem garantias de benefícios concretos. A transição energética é essencial, mas não pode ser feita à custa da destruição dos recursos naturais que tornam o interior do País único. Existem alternativas mais equilibradas e sustentáveis, como o aproveitamento de coberturas urbanas, a eficiência energética e a distribuição mais racional das infraestruturas renováveis, que permitem avançar na descarbonização sem sacrificar territórios já vulneráveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121996	Discordância	Um futuro verdadeiramente sustentável exige planeamento, respeito pelo território e decisões que coloquem o interesse público acima da pressa e dos ganhos imediatos de alguns. Não concordo!!! Não se comem painéis solares! Estão a querer destruir a nossa paisagem.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121995	Discordância	É absolutamente ridículo acabar com 7% das nossas florestas em prol do interesse financeiro.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121994	Discordância	As comunidades locais devem ser ouvidas e ter uma palavra na decisão final sobre a localização das centrais de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121993	Discordância	No geral este modelo não interessa da forma como está a ser gerido	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121992	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a estratégia subjacente privilegia uma aceleração da ocupação do território sem assegurar, de forma suficientemente rigorosa, a salvaguarda dos valores ambientais, ecológicos, paisagísticos e da qualidade de vida das populações. Embora reconheça a importância da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da diversificação das fontes de energia, considero que a denominada transição energética, quando conduzida de forma acelerada e sem uma ponderação adequada dos seus impactos cumulativos, pode transformar-se num processo de degradação ambiental em larga escala. A instalação massiva de infraestruturas industriais em áreas naturais ou rurais implica inevitavelmente a artificialização do território, a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade, a alteração da paisagem e a perturbação dos ecossistemas. O combate às alterações climáticas não pode servir de fundamento para comprometer precisamente aquilo que se pretende proteger: o património natural, os ecossistemas e a biodiversidade. A proteção do ambiente deve ser entendida de forma integrada, evitando substituir um problema ambiental por outro de igual ou maior dimensão. O planeta constitui o único habitat comum da humanidade. A sua preservação exige decisões prudentes, sustentadas e equilibradas, que coloquem a conservação da natureza e a qualidade de vida das populações no centro das políticas públicas. O progresso não pode ser medido apenas pela rapidez da implementação de infraestruturas, mas pela capacidade de garantir que o desenvolvimento ocorre em harmonia com os limites ecológicos do território. Nestes termos, considero que o PSZAER, na sua configuração atual, não assegura o necessário equilíbrio	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121990	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a criação de zonas de aceleração para a instalação de projetos de energias renováveis poderá comprometer valores ambientais, paisagísticos e socioeconómicos que devem ser devidamente protegidos. Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que esta não deve ser realizada à custa da degradação do património natural, da biodiversidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações locais. Em particular, preocupa-me que a simplificação e aceleração dos procedimentos de licenciamento possa reduzir a análise cuidada dos impactos cumulativos dos projetos, nomeadamente sobre habitats naturais, fauna, recursos hídricos, atividades agrícolas, turismo de natureza e identidade das paisagens. Defendo que a instalação de novas infraestruturas de produção de energia renovável privilegie áreas já artificializadas ou degradadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques de estacionamento, antigas pedreiras ou outras áreas com reduzido valor ecológico e paisagístico, evitando a ocupação de espaços naturais, agrícolas ou florestais de elevado interesse. Solicito, por isso, que a proposta do PSZAER seja revista, reforçando os critérios de proteção ambiental, a participação efetiva das comunidades locais e a avaliação rigorosa dos impactos de cada projeto, garantindo que a transição energética seja compatível com a conservação do território e do património natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121989	Discordância	Discordo completamente de tanta "energia renovavel"....	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121988	Reclamação	Eu vivo em Vila Franca das Naves. Estão no momento em construção linhas de alta tensão que passam a lado da nossa vila e que visualmente impactam de forma negativa uma região que aspira atrair turismo como crescente setor econômico. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão; – que os corredores ecológicos dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) voltem a ser incluídos como critérios de exclusão de áreas. – Que seja anulada a alteração dos 50m de buffer de proteção na orla de zonas húmidas para 500m. -Que sejam mantidos como critério de exclusão espacial as áreas classificadas como Geoparques-UNESCO, que legalmente fazem parte da rede nacional de áreas classificadas e que contraria as "orientações" do ministério que quer implementar as PSZAER fora de áreas classificadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121987	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores com mais de 180 metros de altura, localizados próximo de habitações e inseridos numa paisagem de excecional valor natural. Embora as energias renováveis tragam benefícios importantes, projetos desta dimensão podem também ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nas populações vizinhas e na economia local. Consideramos que estes impactos merecem uma avaliação rigorosa e independente e que todas as alternativas razoáveis — incluindo ajustes na localização dos aerogeradores sempre que possam reduzir esses impactos — devem ser cuidadosamente analisadas antes de serem tomadas decisões irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121986	Discordância	A posição assumida pelo Município de Oleiros não traduz uma oposição ao desenvolvimento das energias renováveis. Defende, sim, que a sua implementação deve ser compatibilizada com a preservação dos recursos endógenos, a salvaguarda do património natural, paisagístico e cultural, a proteção do bem-estar das populações, a valorização da atratividade turística e a sustentabilidade socioeconómica do território, em conformidade com o modelo de desenvolvimento estratégico definido pelo Município.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121985	Concordância	Concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121984	Discordância	A denominada "transição verde" deixa de ser válida quando significa a destruição maciça das nossa florestas, habitats naturais, da nossa fauna e flora e comunidades. Esta proposta da PSZAER não pode usar conceitos de transição energética por infraestruras industriais. A aceleração da implantação de energias renováveis deve privilegiar zonas já antropizadas, degradadas , artificializadas ou de reduzido valor ecológico e / ou cultural. Discordo profundamente com a invasão de painéis solares que estamos a assistir!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121983	Discordância	Há que travar e urgentemente Obrigada não apoio o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121982	Discordância	Uma transição justa não se pode fazer a custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121981	Discordância	Exmos. Senhores, Venho pelo único meio que é colocado à minha disposição e da generalidade dos cidadãos, apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como me é apresentado. Considero gravíssimo, primeiramente o facto da consulta pública decorrer antes de um verdadeiro, alargado, profundo e consciente debate público, depois, por: - Sonegar informação relativa às peças cartográficas e a informação georreferenciada nunca ter sido disponibilizada. - Limitar direito à participação, dado a aprovação do PSZAER poder substituir e limitar significativamente a aprovação/participação pública em projetos individuais aquando do seu licenciamento. - Satisfazer interesses privados, alguns, multinacionais, face a um mapa feito à medida dos interesses do privado, integrando os territórios de projectos já existentes e até projectos que deixaram de estar em vigor ou que não foram aprovados. - Opor-se ao Regulamento Europeu do Restauro da Natureza 7/2024/1991 e, no âmbito nacional, uma fuga antecipada ao Plano Nacional restauro da Natureza/PNRN, Despacho n.º 12734/2024 e Despacho n.º 5780/2026), desrespeita o princípio de precaução e de "causar o menos dano", ao não privilegiar as zonas já artificializadas e/ou desnaturadas, como é preconizado como boa prática e de acordo com recomendação da Comissão Europeia, pelo contrário, permite a destruição de zonas protegidas, ou com actividades económicas relevantes, como a agricultura, a apicultura, o pastoreio e a pecuária. - Incompatibilizar-se com o princípio do DNSH (um princípio fundamental da União Europeia) – ao permitir uma área mais do 100 vezes superior à que será necessária para que Portugal cumpra as metas propostas	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121980	Discordância	A presente participação visa contribuir de forma construtiva para o aperfeiçoamento da proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER). Reconhecendo a importância da transição energética, identificam-se no documento anexo diversas questões que, no meu entender, justificam uma análise mais aprofundada, designadamente ao nível da fundamentação técnica, da transparência do processo, da justiça territorial, da compatibilização com os instrumentos de gestão do território, da capacidade da rede elétrica, dos potenciais efeitos cumulativos sobre o ambiente e a saúde pública, e da aceitação social da transição energética.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121979	Discordância	Além de destruir a paisagem, que é grave, parece que os paineis solares tem de ser substituidos de 15 em 15 anos e que os paneis se tornem toxicos... que fazer com todo este lixo???	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121976	Discordância	Acredito que este projecto vai prejudicar mais do que beneficiar. Prejudicar quer os nossos ecossistemas, quer a variedade e estabilidade da flora e fauna, porque não são limitados a zonas neutras, como telhados, fachadas, parques de estacionamento, etc. A produção de energia solar é um pilar essencial da transição energética, mas a sua implementação deve ser cuidadosamente planeada para garantir que os benefícios ambientais não são alcançados à custa da degradação do território e dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121975	Discordância	A instalação de grandes centrais solares em solo implica frequentemente a ocupação de vastas áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor natural, alterando a paisagem, reduzindo a disponibilidade de habitat para inúmeras espécies de fauna e flora e fragmentando os ecossistemas. Estas infraestruturas podem também modificar o microclima local, influenciar a temperatura do solo e afetar os processos ecológicos que dependem das características naturais do terreno. Paralelamente, as populações que vivem nas proximidades destas centrais raramente beneficiam diretamente da energia produzida. Na maioria dos casos, suportam os impactos visuais e territoriais da instalação sem que isso se traduza em eletricidade mais acessível, benefícios económicos locais ou outras contrapartidas proporcionais. Em muitos países, a estratégia passa cada vez mais por privilegiar a instalação de painéis solares em telhados de habitações, edifícios públicos, unidades industriais, armazéns e parques de estacionamento. Esta solução permite aumentar significativamente a produção de energia renovável sem ocupar novos solos, preservando áreas agrícolas e naturais, reduzindo impactos ambientais e valorizando infraestruturas já existentes. A transição energética deve ser orientada por uma visão integrada, que concilie a descarbonização com a proteção da biodiversidade, da paisagem, da produção agrícola e da qualidade de vida das populações. Produzir energia limpa não deve significar sacrificar o património natural quando existem alternativas mais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121974	Discordância	Apoio a transição energética, mas não posso apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. O que é necessário: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121973	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121972	Discordância	Discordo pelo impacto ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121971	Discordância	Devemos proteger o nosso país Devemos proteger o nosso habitat Devemos proteger os nossos recursos hídricos Devemos proteger a nossa cultura Devemos proteger os nossos filhos Minas a céu aberto são um atentado gravíssimo ao nosso país Como pôde haver algum português que defenda um atentado desta gravidade ao seu país!!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121970	Discordância	Este projeto levanta sérias dúvidas sobre o potencial impacto que terá nos ecossistemas, por não ser transparente quanto às suas reais implicações e consequências, e portanto deve ser rejeitado na sua formulação atual.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121969	Discordância	Discordo com a implementação, em qualquer zona verde de Mortágua e no restante território não urbano de Portugal, de painéis solares ou ventoinhas que visam a produção de energia elétrica. Tais implementos irão destruir a faina e a flora que Portugal necessita preservar para os futuros desafios que advém das alterações climáticas. Deve o governo sucumbir a interesses instalados e corruptos e apenas autorizar a instalação de centrais fotovoltaicas em zonas, como por exemplo: canais de regadio para evitar evaporação de água(na Alemanha já existe), aproveitamento dos milhares de quilómetros da faixa de separação das autoestradas portuguesas, edifícios públicos nos grandes centros urbanos, entre outros exemplos... Não às centrais fotovoltaicas, não às ventoinhas eólicas, não a data centers que visam ser instalados nas zonas verdes rurais de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121968	Sugestão	Junto enviamos, em anexo, os contributos do Município de Vendas Novas sobre a PROPOSTA DE PROGRAMA SETORIAL DAS ZONAS DE ACELERAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS | ABERTURA DISCUSSÃO PÚBLICA | ALERTA E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR. O Município de Vendas Novas	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121967	Discordância	Eu Inês Domingues, residente em Aveiro, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121966	Discordância	Há várias alternativas para aumentar a produção de energia solar sem ocupar solos agrícolas férteis. Algumas propostas são: Coberturas de edifícios públicos – escolas, hospitais, pavilhões desportivos, mercados, parques de bombeiros e edifícios municipais. Coberturas de edifícios industriais e armazéns – grandes superfícies com elevado potencial para produção de energia. Parques de estacionamento – instalação de coberturas solares que, além de produzir energia, oferecem sombra aos veículos. Áreas degradadas ou contaminadas – antigas pedreiras, minas desativadas, lixeiras encerradas ou terrenos industriais abandonados. Taludes de autoestradas e vias rápidas – zonas sem aptidão agrícola que podem acolher painéis solares. Linhas ferroviárias – margens e infraestruturas associadas às ferrovias.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121965	Discordância	Discordo porque com o pretexto das energias renováveis que vão "salvar o planeta" vão acabar por destruir toda a fauna e flora autóctone circundante e acabar com o bem precioso das populações que ali residem! Não queremos um planeta coberto de metal para o "bem" de alguns e o mal dos restantes, a Natureza serve-nos com o melhor que tem, se isso é o progresso, devastar florestas, arrancar árvores, poluir solos, acabar com o pulmão verde da terra, NÃO OBRIGADA! Como sabemos, as ditas e tão proclamadas "alterações climáticas" são fruto da devastação sistemática e desenfreada do meio ambiente, do arrancar de árvores, dos incêndios avassaladores, do tão aclamado progresso, em suma da mão do Homem que acha que tudo pode em nome do "bem-estar colectivo"! Temos de pensar no planeta que vamos deixar às gerações vindouras, queremos um planeta verde, ecológico, como o que ainda vamos conhecendo ou queremos um planeta coberto de metal e placas gigantes envidraçadas a cobrir os solos?! Reflictam nisso!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121964	Discordância	Eu, Catarina Pinho, residente na freguesia de Campanhã, concelho do Porto, distrito do Porto, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121963	Discordância	Qualquer mecanismo de supressão da expressão e efeito da opinião pública estimula a corrupção. A possibilidade de consulta pública é imprescindível para um estado de direito equilibrado. Haverão sempre argumentos contra a opinião pública mascarados de eficiência, de poupança de recursos, de sustentabilidade. Esses argumentos estão errados. Do caos nasce o interesse comum, da simplificação nasce o interesse de apenas alguns.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121961	Discordância	A energia é necessária onde há atividade humana e onde há atividade humana há edificações. Enquanto houver edifícios cujos telhados não estão forrados a painéis solares, não há desculpa para os colocar a ocupar solo, sobretudo a uma escala destas. Participação no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121960	Discordância	Na qualidade de exploradora de um alojamento local localizado no concelho do Fundão, gostaria de manifestar algumas preocupações relativamente à proposta de delimitação das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis. Reconheço plenamente a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, considero igualmente essencial que esta transição seja compatibilizada com outras atividades económicas estratégicas para o Interior, nomeadamente o turismo. Nos últimos anos, regiões como a Beira Interior têm vindo a afirmar-se como destinos procurados precisamente pela sua tranquilidade, paisagens preservadas, contacto com a natureza, autenticidade e qualidade ambiental. Estes fatores constituem hoje um importante ativo económico, permitindo atrair visitantes, novos residentes e investimento para territórios que durante décadas enfrentaram problemas de despovoamento e envelhecimento. Enquanto anfitriã de alojamento local, verifico que muitos dos hóspedes escolhem esta região para descansar, desfrutar da paisagem, caminhar na natureza e afastar-se das áreas mais urbanizadas. A preservação destes atributos representa, por isso, um fator determinante para a competitividade do setor turístico local.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121959	Discordância	O IMPORTANTE É REFLORESTAR E NÃO O CONTRÁRIO, para além de que as populações locais em nada vão usufruir deste investimento. Aumenta a poluição, o aquecimento global, o desmatamento de árvores autóctones, etc…	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121958	Discordância	Não concordo que se destruam florestas para instalar centrais foto voltaicas e torres eólicas.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121957	Discordância	Discordo completamente com esta implementação dado as imensas consequências negativas que tal ação teria na natureza e na população portuguesa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121956	Discordância	Não estou de acordo. Usem os telhados!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121955	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Almada, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121954	Discordância	A natureza e o futuro têm de ser rigorosamente protegidos. Não podem estar sujeitos à lógica do imediato, do lucro fácil. Todo este processo tem de ser transparente. Nenhum de nós é dono da natureza. Quando morrermos, devemos deixar um planeta saudável às novas gerações. Estes projetos trazem a morte de praticamente todas as espécies animais e vegetais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121953	Discordância	Uma transição energetica justa não pode ser feita à custa da natureza ou das populações que vivem nesses locais! Esta proposta não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma regiao, nao avalia os efeitos cumulativos de varias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem especies como o lobo-iberico, por exemplo. O ICNF alertou para a falta de exclusão de corredores ecologicos e conflito legal com areas protegidas. A APA identificou falhas nos impactos sobre agua e solo. A Quercus diz que esta abordagem previligia a rapidez da implementação em detrimento do ordenamento do territorio e proteção da biodiversidade. Por outro lado, toda esta exploração vai fazer enriquecer uma serie de empresas, que nem são locais, nem nacionais, tendo estes projetos impactos negativos sobre agricultura sustentavel, produçao local, turismo rural, e tambem sobre as relações que se estabelecem entre as pessoas destas comunidades locais. Acho inadmissivel que não tenha sido disponibilizada informação realmente completa e correta. nde estão os mapas de pormenor? Tive que procurar informaçao de varias outras entidades para emitir esta opinião informada. Defendo um modelo de produção energetica distribuido (não concentrado), participado pelas populações locais, em harmonia com o territorio. O crescimento económico precisa ter limite e é mesmo importante fazer uma reflexão sobre quem vai realmente beneficiar desse crescimento com este projeto. As populações locais não são de certeza!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121952	Discordância	O impacto na paisagem e na biosfera de painéis fotovoltaicos é muito negativo para todos. Quando se passa nas paisagens do Alentejo com centenas e centenas de hectares temos um sensação de perda assustadora	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121951	Discordância	A paisagem, o meio ambiente, as nossas árvores estão a ser sistematicamente destruídas e substituídas por painéis, daqui a 20 anos vamos respirar painéis ou vamos morrer com falta de ar? Por favor tenham bom senso, só temos este planeta, respeitem-no! Obrigada	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121950	Discordância	Os projetos não contemplam a proteção das pessoas, dos terrenos agricolas e floresta. A coberto de um ambientalismo farsola está-se a destruir o espaço rural e as suas gentes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121949	Discordância	Eu Ana Luísa Felgueiras de Brito Machado, residente no concelho de Aveiro, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121948	Sugestão	Considero muito positiva a criação de um instrumento de planeamento estratégico para orientar a implantação de energias renováveis, bem como o objetivo de acelerar a transição energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, esta aceleração deve ser compatível com a conservação da biodiversidade e com os objetivos nacionais e europeus de restauro da natureza. Em particular, considero importante que a versão final do PSZAER: - assegure uma avaliação efetiva dos impactos cumulativos resultantes da concentração de parques eólicos, centrais solares, linhas elétricas e restantes infraestruturas associadas, uma vez que os seus efeitos sobre os ecossistemas e as populações de fauna não podem ser avaliados apenas projeto a projeto; - reforce a proteção da conectividade ecológica, incluindo corredores utilizados por aves migradoras, aves de rapina, aves estepárias, morcegos e outros grupos vulneráveis, não se limitando às áreas atualmente classificadas; - mantenha a possibilidade de avaliação específica dos projetos sempre que exista informação científica que indique riscos para espécies ou habitats sensíveis, reconhecendo que a ausência de registos não significa necessariamente ausência de valores naturais; - atribua prioridade à instalação de novas infraestruturas em coberturas de edifícios, áreas industriais, pedreiras, minas, aterros e outras zonas já artificializadas, reduzindo a ocupação de habitats naturais ou seminaturais; - assegure que a cartografia das ZAER possa ser atualizada à medida que surjam novos dados científicos sobre espécies protegidas e áreas de elevado valor ecológico, garantindo igualmente transparência e participação pública nas revisões futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121947	Discordância	Sem qualquer base e sustento técnico - científico válidos. Programa que implica muito prováveis impactes extraordinários desproporcionais aos benefícios directos e indirectos. Péssima, mais uma, medida deste governo em termos de medidas e programas ambientais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121946	Discordância	Medida e programa a chumbar de forma absoluta e inequívoca. Este programa não respeita as leis ambientais em vigor, a sustentabilidade das comunidades e ambiental, os direitos dos cidadãos e dos locais perante os seus territórios para além de que a maior parte das energias renováveis destroem mais recursos e trazem mais consequências ambientais do que benefícios energéticos, apenas trazem benefícios económicos para as grandes empresas, exatamente o caminho oposto para o qual deveríamos estar a caminhar	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121945	Discordância	Energia verde sem destruir ecossistemas. Pela descentralização de energia e soberania energética.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121944	Discordância	O futuro não são megacentrais que destroem a paisagem e o património, é a produção descentralizada : a autoprodução e as comunidades energéticas. É um crime acabar com zonas de natureza para cobrir o solo de "lixo" e prejudicar o clima das zonas adjacentes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121943	Discordância	Manifestou-me contra a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), considerando que o documento não garante um equilíbrio entre a produção de energia renovável, a proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e da saúde pública. A transição para fontes de energia renovável não pode ser feita à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe. A mudança no modelo energético "deve ser construída com os territórios, nunca imposta sobre eles".	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121942	Discordância	Na minha opinião, as áreas florestais portuguesas deviam ser alvo de um forte ordenamento e, de certeza, que a solução não passa por cobrir o Norte e Centro do nosso bonito país de painéis solares. Devíamos apostar, isso sim, em espécies autóctones (oliveiras, medronheiros, castanheiros, sobreiros...) que tornassem as nossas florestas novamente atrativas para a riquíssima fauna existente antes do estabelecimento da monocultura do eucalipto. Não sou anti-eucaplito nem anti-painéis solares, de modo algum, apenas gostava de ver uma floresta com culturas diversas e uma floresta em que todos tivéssemos gosto de passear e frequentar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121941	Concordância	Venho manifestar a minha preocupação relativamente à implementação de zonas de aceleração para energias renováveis. Considero que a transição energética é essencial, mas deve ser feita de forma equilibrada, garantindo a proteção da natureza, da biodiversidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações locais. É importante que estes projetos sejam cuidadosamente avaliados, ouvindo as comunidades afetadas e assegurando que os impactos ambientais e sociais são minimizados. Defendo um planeamento responsável e transparente, que concilie a produção de energia limpa com a preservação do património natural e o bem-estar das pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121940	Discordância	Sou contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121939	Discordância	As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. A transição energética também precisa de proteger a natureza. Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A justificação de interesses "superiores" ignora completamente o património natural do país em busca de crescimento rápido desenfreado, que muito pouco tem de verde se destrói partes significativas do território verde natural do país, se houvesse um interesse real em reduzir a nossa pegada de carbono, arborizavam-se as cidades, construíam-se parques, apostava-se no desenvolvimento de transportes públicos e reduzia-se a dependência de veículos nos grandes centros urbanos.	Obrigada pela sua participação.
121938	Discordância	Em vez disso a solução encontrada para manter um impossível crescimento infinito é arrancar aplanar e esburacar qualquer pedaço de terra disponível para quê? Para o consumidor pagar, pagar com a perda de paisagem natural, pagar com as contribuições nos impostos, pagar às empresas energéticas. Se calhar podemos antes não investir em mais produção de energia, dizer não à destruição da natureza portuguesa, e trabalhar para reduzir a nossa pegada no meio ambiente na raiz, lidar com o problema na origem em vez de andar atrás dele com soluções mal pensadas e profundamente ignorantes face ao país e às pessoas.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
121937	Discordância	Concordo com o projecto desde que implementado em outras areas que não as ares protegidas e junto de populações	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121936	Discordância	Discordo.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
121935	Discordância	Entendo que a transição energética seja fundamental para a estratégia europeia, mas penso que devem ser implementadas em zonas menos arborizadas (Alentejo). Obrigado	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121934	Discordância	Não concordo com a abundância da implantação de energias renováveis. Deviam plantar mais ´árvores, protegerem a biodiversidade.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
121933	Discordância	Não concordo com a abundância.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121932	Discordância	1. Priorizar áreas artificializadas A instalação de energias renováveis deve privilegiar telhados de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas rodoviárias e ferroviárias e outras áreas já impermeabilizadas, reduzindo a ocupação de solos naturais e agrícolas. 2. Definir primeiro a área realmente necessária O Programa deveria partir da identificação da área estritamente necessária para cumprir as metas nacionais de energias renováveis até 2030, em vez de assinalar uma vasta parcela do território sem demonstrar essa necessidade. 3. Reduzir a dimensão das ZAER propostas A área identificada como potencialmente disponível para ZAER é considerada excessiva, criando incerteza nas populações e nos municípios e reduzindo a credibilidade do processo. 4. Maior transparência cartográfica Deve ser disponibilizada cartografia detalhada à escala municipal durante a consulta pública, permitindo aos cidadãos e aos municípios avaliar concretamente os impactos e apresentar contributos fundamentados. 5. Reforçar a participação pública	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121931	Discordância	necessidade de divulgação concreta das áreas abrangidas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121930	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121929	Reclamação	Sempre vivi em Lisboa e apesar de estar um pouco mais longe desta realidade, não creio que seja a solução mais digna dizimar terrenos sem ter consideração do seu impacto tanto nas populações como na fauna e flora regional. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
121928	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121927	Sugestão	A FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade, manifesta a sua preocupação sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a absoluta necessidade de desenvolvimento das energias renováveis, a FAPAS é de opinião que deveriam ter sido ponderadas outras possibilidade de implantação de parques fotovoltaicos com menor ocupação de solos agrícolas e florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121926	Discordância	Exmos/as. Senhores/as, Venho por este meio manifestar a minha discordância em relação à proposta apresentada no âmbito da consulta pública do Plano Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). A urgência da transição energética e o combate às alterações climáticas são indiscutíveis. No entanto, importa salvaguardar que o problema nunca foi a energia renovável; foi sempre o sítio escolhido. Para proteger o clima global, não podemos comprometer o equilíbrio local. Não podemos destruir habitats, ecossistemas ou a paisagem, sob pena de criarmos um retrocesso ambiental irreparável em nome da sustentabilidade. A transição ecológica só será justa e verdadeiramente verde se respeitar a biodiversidade e o ordenamento do território, priorizando áreas já artificializadas ou degradadas em vez de sacrificar o nosso património natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121924	Discordância	Discordo totalmente do projeto visto ir afectar uma grande parte da natureza que nos é essencial para a nossa vida Terre a. Para poder respirar e toda a humanidade ter oxigénio	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121923	Discordância	Não concordo com a proposta, tem de haver no mínimo estudos para avaliar o impacto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121922	Reclamação	Não conseguimos participar, porque os documentos colocados são genéricos. Pedimos a prorrogação do prazo, e a disponibilização dos documentos num formato que permita auferir as implicações no Concelho de Constância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121920	Discordância	Exmos. Senhores, Venho por este modo, enviar em anexo, o meu parecer no âmbito da Consulta Pública das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER). Com os melhores cumprimentos, Maria Pimentel	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121919	Discordância	É essencial que este tipo de acções passe sempre por um processo de estudo e depois aprovação e não, como nesta proposta, que fique sem qualquer tipo de controlo de avanço das mesmas. As energias renováveis não se podem sobrepor ao cuidado da terra e respeito máximo pela natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121918	Discordância	Considero que a transição para energias renováveis é essencial e deve ser apoiada. No entanto, essa transição deve ser feita de forma a conciliar a produção de energia limpa com a preservação do património natural e da biodiversidade. A proposta apresentada prevê a instalação de uma extensa área de painéis solares que implica uma significativa desflorestação. Na minha perspetiva, esta abordagem contraria o princípio de sustentabilidade que deve orientar os projetos de energias verdes, uma vez que a remoção de grandes áreas de floresta elimina importantes serviços ambientais, como o sequestro de carbono, a proteção dos solos, a conservação da biodiversidade e a regulação da temperatura local. Considero também que não foram apresentados estudos suficientemente detalhados que permitam avaliar, de forma rigorosa, o impacto ambiental de uma intervenção desta dimensão, nomeadamente os efeitos cumulativos sobre os ecossistemas, o clima local e a paisagem. Existem alternativas que deveriam ser privilegiadas antes da ocupação de áreas florestais, nomeadamente a instalação de painéis solares em telhados de edifícios industriais, comerciais e habitacionais, parques de estacionamento, estádios, zonas já impermeabilizadas ou outros espaços artificializados. Estas soluções permitem aumentar a produção de energia renovável sem sacrificar áreas naturais. Adicionalmente, a substituição de uma vasta área florestal por uma superfície contínua de painéis solares poderá alterar significativamente o microclima local. Entre os potenciais impactos encontram-se o aumento do efeito de ilha de calor, alterações na circulação do ar, maiores amplitudes térmicas e uma redução da capacidade de retenção de humidade do solo, fatores que podem contribuir para condições de maior secura. Estes potenciais efeitos reforçam a necessidade de estudos ambientais aprofundados antes da aprovação de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121917	Discordância	Eu o çã à çã á **manifest oposi o proposta do Plano Setorial das Zonas de Acelera o para as Energias**	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121916	Discordância	Acho que a implementação de energias renováveis e o seu uso são bastante importantes, deveriamos usar mais a energia que produzimos e não vende-la a outros países. Não concordo com este programa, pois não acho que vá de acordo com os interesses das pessoas residentes nas zonas de interesse, não respeita a natureza e paisagisticamente não é apelativo. É importante mantermos e preservarmos o património natural e rural. O que podemos fazer é aproveitar zonas urbanas/industriais para colocação de painéis solares, plantar mais árvores e limpar terrenos para evitar mais incêndios que irão contribuir para mais gasto de recursos para as suas resoluções, haver mais incentivos/recursos para as pessoas aderirem mais á reciclagem.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121915	Discordância	Senhores, Senhoras, Concordo com o texto que o meu marido já enviou e espero que Portugal continue a ser o país maravilhoso que até agora vi enquanto turista. Esta é a minha opinião: Adoro Portugal como destino de férias e estou consternado com a forma como o país poderá vir a ser afetado por este regulamento no futuro. O nosso planeta tem de ser protegido e isso implica, entre outras coisas, esgotar primeiro todas as possibilidades de produção de energia existentes, antes de se destruir irremediavelmente mais um pedaço da natureza. Acima de tudo, é necessário excluir os processos acelerados, pois estes ignoram frequentemente aspetos importantes. Na Alemanha, na Suíça e na Áustria, vêem-se zonas industriais repletas de painéis solares, tal como os telhados das moradias unifamiliares. Isto é especialmente promovido, uma vez que a população beneficia diretamente com isso. Este é um caminho viável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121914	Discordância	# A teoria carbónica A neutralidade carbónica nunca será alcançada. A cada ano aumentam as necessidades energéticas, tornando os objetivos definidos inalcançáveis e, consequentemente, irrealistas. A implementação material das energias renováveis, por si só, representa quantidades astronómicas de poluição ambiental. Seguindo a lógica da teoria do carbono, produz-se carbono para reduzir a quantidade de carbono emitida na produção de eletricidade. Um parque de produção de energia solar ou eólica representa uma produção efetiva entre 30% e 40% da sua capacidade, uma vez que produz apenas durante cerca de um terço do dia. A produção útil poderá ser ainda inferior, pois, quando não coincide com o consumo, o excedente é perdido ou necessita de ser armazenado. Os sistemas de armazenamento de energia, sejam eles químicos ou físicos, representam igualmente emissões adicionais de carbono durante a sua implementação. Após o cálculo das emissões necessárias para implementar a produção de energia renovável, ao fim de quantos anos se inicia verdadeiramente o processo de neutralização carbónica?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121913	Discordância	# A teoria dos direitos Perante a natureza e o ser humano, a terra ou o espaço físico do planeta, destina-se ao uso e à autonomia dos seres vivos, incluindo o próprio ser humano. Segundo esta teoria, quem possui maior direito e legitimidade para se expressar são os habitantes locais, ou descarbonizar não é a melhor solução de futuro o PSZAER não oferece garantias suficientes de proteção do território e das comunidades locais	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121912	Discordância	Resido na Foz do Arelho, mas nasci no interior de Portugal, conheço as suas paisagens, as suas tradições, as suas gentes. O Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis carece de transparência, carece da consulta das populações que serão afetadas e carece da audição das associações ambientais cujos pareceres são negativos e fundamentados para a desaceleração do processo. É inaceitável que não seja divulgado um mapa exato, é inaceitável que se comprometa 7% do território nacional sem os esclarecimentos solicitados pelas associações ambientais e associações de moradores. Um único programa para uma área tão extensa sendo Portugal um país com características tão diversas não é esclarecedor e compromete a transparência e impacto dos futuros projetos a implementar. Como cidadã exijo que o PSZAER seja revisto e que permita o esclarecimento das dúvidas que vem a suscitar para que a população participe nas decisões sobre o uso do território nacional.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121911	Discordância	Há muitos telhados vazios. E que tal evitarmos retirar áreas verdes (que tem obrigatoriamente de fazer parte da estratégia verde que é por isso que tem o nome que tem)? É contra produtivo desflorestar para criar parques solares...	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121910	Reclamação	Venho manifestar a minha profunda preocupação relativamente à proposta de disponibilização de aproximadamente 7% do território nacional para a instalação de projetos de energia solar e eólica em grande escala. Embora a transição para fontes de energia renovável seja necessária, esta não pode servir de justificação para entregar ou concessionar extensas áreas do território a quem apresentar a proposta financeiramente mais vantajosa, sem uma avaliação ambiental adequada, consulta pública, planeamento territorial ou consideração pelas consequências a longo prazo para as comunidades locais, a biodiversidade, a agricultura, a paisagem e os recursos naturais. Uma transição energética que ignore a integração ambiental e social corre o risco de substituir uma forma de destruição ambiental por outra. Os projetos de energias renováveis devem ser desenvolvidos de forma responsável, transparente e em locais adequados, assegurando uma participação pública efetiva e garantias claras para as populações e os ecossistemas afetados. A transição energética deve servir o interesse público e a proteção do território nacional, e não funcionar apenas como uma oportunidade comercial para investidores privados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121909	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121908	Discordância	Every place needs to be proofed, if its suitable. And the village needs to get refunds!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121907	Discordância	Uma tranisção energética justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121906	Discordância	Não queremos destruição do meio ambiente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121905	Discordância	A Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela - CIMRBSE - apresenta parecer desfavorável à aprovação da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis - PSZAER - na configuração submetida a discussão pública. Esta posição foi apreciada e deliberada pelo Conselho Intermunicipal da CIMRBSE, em reunião realizada no dia 14 de julho de 2026. A CIMRBSE reconhece a importância da transição energética e os objetivos decorrentes da Diretiva RED III, considerando, contudo, que a proposta deve ser reformulada, designadamente quanto à articulação com os PDM e estratégias municipais, à validação dos perímetros pelos municípios, à qualidade da informação cartográfica, à capacidade efetiva da rede elétrica, à avaliação dos impactes cumulativos e à definição de benefícios territoriais adequados. A posição da CIMRBSE encontra-se especialmente alinhada com as reservas e recomendações apresentadas pelos municípios do Fundão e da Covilhã, que apresentam as maiores incidências territoriais identificadas na sub-região, bem como com o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que concluiu igualmente pela emissão de parecer desfavorável ao teor da proposta e à condução do processo. Anexa-se um documento único contendo a ficha de participação e o parecer integral da CIMRBSE, no qual consta a respetiva fundamentação.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121904	Discordância	Muito prejudicial para os ecossistemas. Muito prejudicial para as pessoas que ali vivem. Uma injustiça muito grande para o país	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121903	Discordância	Naooo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121901	Discordância	O país precisa de terrenos rurais livres para plantação de florestas autóctones. Temos uma costa bastante grande para utilizar a força do mar e das marés. Há montanhas ventosas onde se pode aproveitar o vento. Coloquem painéis fotovoltaicos por cima de armazéns, parques de estacionamento públicos. Esta última opção até seria inteligente, pois criava sombra para os carros estacionados.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121900	Sugestão	Exmos. Senhores, Agradecemos a oportunidade para nos pronunciarmos no âmbito da Consulta Pública sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Neste seguimento, junto remetemos a resposta da Greenvolt. Estamos disponíveis para prestar os esclarecimentos que entendam como convenientes. Com os melhores cumprimentos, Beatriz Assunção	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121899	Discordância	com profundo preocupação que vejo o pais que eu adoptei e que me adoptou há 30 anos, se deixa enganar no conto de energia verde. Sim , a transição energética é necessária más e preciso muito ponderação. Em primeiro lugar devemos conter o consumo, deixar de produzir e consumir produtos que não são preciso para viver, Temos dar valor ao que realmente tem valor mesmo nao sendo económico. Sem rigoroso ponderação corremos o risco de estragar e perder ecossistemas e habitats unicos, que nunca mais voltam. Resultado: uma planeta terra cada vez mais fora do equilíbrio com mais problemas climatéricas, ecológicas , sociais e consequentemente também económicos. E completamente errada definir zones que depois sem mais ou menos podem ser transformados em parques de mega dimensões dr energia renoval. A energia pode ser renovel mais a implantação das infraestruturas para captar esse energias deixa profundas estragos. Muito preocupante é a concentração de megaparques. Qualquer agricultor sabe que monoculturas sao o principio de megaproblemas, de certeza isto tambem vale no caso de monoculturas dr painéis fotovoltaicos , e blocos 25 ha com uma faixa de 40 m em volta nao evitam grande percas em termos ambientais. Nao falando no corte de árvores que amenizam os efeitos do aquecimento. So pq fazem sobra o impedem o transporte de material de grande dimensão. Temos apostar em poupança de energia e pequenas entidades de produção. Com procedures rigoros e abrangente e multifacetados de avaliação para cada caso. E esclarecer a população urbana dos efeitos para o pais inteiro, mesmo que não o vivem de perto. PLEASE THINK TWICE!!! muitos civilizações cairem em declínio devido ao ganância de sempre mais mais mais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121898	Discordância	Discordo da aprovação do PSZAER e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica na versão submetida a consulta pública. A cartografia apresentada corresponde a um inventário territorial muito amplo e não demonstra que as áreas remanescentes sejam efetivamente zonas circunscritas de baixo conflito. Persistem insuficiências reconhecidas nos próprios pareceres: sobredimensionamento, discrepâncias cartográficas, ausência de tetos territoriais e de capacidade de carga, impactes cumulativos não operacionalizados, integração incompleta dos recursos hídricos, recarga, erosão, incêndio e adaptação climática, fragilidade da articulação com os PDM e benefícios locais não vinculativos. Não se considera tecnicamente admissível utilizar esta base para acelerar ou simplificar o licenciamento. Solicito a redução e hierarquização das áreas, prioridade vinculativa a superfícies artificializadas e degradadas, avaliação de alternativas equivalentes, validação municipal e de campo, mecanismos obrigatórios de benefício comunitário e nova consulta pública após a reformulação substancial.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121897	Discordância	Exmos. Senhores, No âmbito da consulta pública em referência, vimos por este meio submeter, em anexo, o nosso parecer para a vossa apreciação. Com os melhores cumprimentos, O Município de Gavião	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121896	Discordância	O Governo no seu melhor e a colocar os seus interesses sem se preocupar com o que está a destruir. Só revela falta de bom senso e ganância de lucros. As populações abrangidas não os afecta rigorosamente NADA.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121895	Discordância	Ex.mos responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis. Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superiores; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo, como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do relatório Temático da Integração de Informação espacializada, onde a área do concelho é inferior à área prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 20 000 hectares estão identificados como ZAER;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
121894	Discordância	Deixar o verde ser verde e trazer o real oxigénio e vida que precisamos. Contra os painéis solares e a devastação dos terrenos e habitat de tantos seres vivos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
121892	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma informação informada.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121891	Discordância	Participação da Câmara Municipal da Chamusca	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121890	Discordância	Muito nos entristece a forma como este pais está a ser gerido. Parques fotovoltaicos à porta das cidades, crianças encurraladas em faixas de servidão, tromboses nos idosos (confirmado) com a transformação do territorio. Coloquem os paineis nos telhados de lisboa e do porto e deixem o interior em Paz. Promovam o autoconsumo das renováveis nas casas dos portugueses e não a subsidiação de produtores e distribuidoras. A presente informação será documentada e enviada a todas organizações da comunidade europeia. Assim afirmamos somos contra as zonas de implantação das renováveis . ~Relembrem á Sr. Eng Maria da Graça , as declarações que referiu na Guarda em 09/02/2025. Enviaremos aos Comissários Europeus , Relembrem aà Sr. Drª da APA o que disse sobre as Zonas de Urânio na Guarda em Tribunal dia 18/01/2026. Assim Explicamos a nossa Oposição ás zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis Mais uma forma de ataque ao pouco que resta do ambiente e da nossa floresta autóctone.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121889	Discordância	Com tento conhecimento e acadêmicos disponíveis para realizar a transição energética de forma prudente o governança de Portugal volta a gerir toda situação da pior forma possivel. Todos os projetos têm de ser completamente escrutinados, caso contrário a desertificação só será agravada, tudo não passa mais uma vez de um jogo de interesses, as cores mudam mas o jogo é o mesmo. Uma enorme falta de consideração para as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121888	Discordância	Não acredito que painéis solares são mais importantes que a vida que estão a colocar em rico. Os animais, plantas e humanos não se alimentam de placas solares, mas sim dos alimentos que são cultivados na terra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121887	Discordância	Tratem-se!!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121886	Discordância	IMPACTO AMBIENTAL E BIODIVERSIDADE Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado ("energy sprawl"): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destrói a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram. Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies ameaçadas, como o lince-ibérico ou aves de rapina, pondo em causa a conectividade dos ecossistemas. Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à instalação de centrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121885	Discordância	Uma deliberação avulsa, e muito distante da realidade do país. Claramente tomada por quem não sai do gabinete. Este programa pretente criar atalhos para projectos com impacto ambiental severo e com intensões perversas. O bem do país não é o bem das empresas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121882	Discordância	Junto se anexa a deliberação da ata de Executivo da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande relativa à consulta publica do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121881	Discordância	Conforme documento em anexo, subscrevo na integra a proposta do município de Sever do Vouga. Engenheiro Florestal do GTF	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121879	Discordância	Tenho uma posição desfavorável relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a delimitação das áreas propostas para o concelho suscita preocupações significativas quanto aos impactos no território e não acautela de forma adequada as suas especificidades ambientais, paisagísticas e socioeconómicas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121878	Discordância	A concretização destes objetivos não pode ocorrer à custa da concentração excessiva de novas infraestruturas num território ambientalmente sensível, de elevado valor paisagístico e fortemente marcado pela atividade florestal, pela valorização dos recursos naturais e pelo turismo de natureza. Eu discordo com tudo isto que querem implementar das energias renováveis… não demora nada contudo o que querem fazer vamos ficar sem natureza para respirar.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121877	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do PSZAER na sua redação atual, não por me opor à aceleração da transição energética, mas por considerar que esta deve ser acompanhada por garantias ambientais, sociais e económicas mais exigentes. Portugal necessita de modernizar o seu sistema energético, reduzir a dependência de combustíveis importados e acelerar a implantação de energias renováveis. Reconheço, por isso, a utilidade da criação de zonas previamente planeadas onde os projetos possam ser licenciados de forma mais célere e previsível. Contudo, a classificação de cerca de 7% do território continental como zona potencial de aceleração parece excessivamente ampla, sobretudo quando não são suficientemente claros os limites à ocupação efetiva, à dimensão dos projetos e à concentração de vários projetos no mesmo território. Considero, por isso, que a aprovação do PSZAER deve depender das seguintes alterações: 1. Prioridade vinculativa à instalação em coberturas, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas existentes, pedreiras desativadas e outros terrenos artificializados ou degradados. 2. Exclusão não apenas das áreas formalmente protegidas, mas também de habitats sensíveis, corredores ecológicos, florestas com relevante valor ambiental, zonas importantes para espécies protegidas e áreas agrícolas de elevado valor.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121876	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrificio.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121875	Discordância	Não concordo que se destrua florestas para estar lugar a campos de produção de energia solar. É para mim um crime ambiental o que já está a acontecer e não acho que isso deva evoluir!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121873	Discordância	Exmo. Senhor Presidente da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030, No âmbito da consulta pública relativa à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), junto se remete o parecer do Município do Fundão, subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal e acompanhado dos respetivos anexos. O Anexo I integra os termos de subscrição dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do concelho do Fundão e o Anexo II contém o plano de pormenor das ZAER nas freguesias do concelho. Com os melhores cumprimentos, O Presidente da Câmara Municipal do Fundão Miguel Tarouca Gavinhos	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121872	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121871	Discordância	Fomos feitos no meio da natureza,nao no meio de placas. Com tantos telhados onde se pode aplicar porquê no meio da natureza.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121870	Discordância	O PSZAER não oferece garantias suficientes de protecção do território ou impacto ambiental, nem das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121869	Discordância	A transição energética é essencial e urgente. Precisamos de acelerar a produção de energia renovável para responder às alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa dos territórios, das comunidades e dos valores naturais que pretendemos proteger. Na forma como está proposto, o PSZAER não garante esse equilíbrio. Preocupa-me que o plano privilegie um modelo centralizado, que reduz a capacidade de decisão dos municípios e das populações locais, ignorando muitas vezes o conhecimento do território e os instrumentos de ordenamento já existentes. Uma transição desta dimensão só será bem-sucedida se for construída com os territórios e não imposta sobre eles. Também considero que o plano subvaloriza o papel estratégico de regiões como a Beira Baixa e o Alentejo. Estes territórios concentram alguns dos mais importantes valores paisagísticos, agrícolas, florestais e ecológicos do país, além de serem particularmente vulneráveis às alterações climáticas, ao calor extremo e à desertificação. Transformá-los em zonas preferenciais para grandes projetos industriais de produção de energia, sem critérios mais exigentes, representa um risco que não deve ser ignorado. A ocupação de solos agrícolas e florestais, incluindo áreas de montado, compromete atividades essenciais como a agricultura, a pastorícia e a gestão sustentável da floresta, enfraquecendo a economia rural e a capacidade futura destes territórios produzirem alimento, fixarem população e preservarem biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121868	Discordância	Acredito existir melhores formas de captar energia sem destruir a natureza como está a acontecer, inclusive no Fundão destruíram um ecossistemas onde havia muitos ninhos de cegonhas com o consentimento da Santa Casa da Misericórdia que de Santa só tem o nome.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121867	Discordância	Considero que este projeto é prejudicial por questões sócio económicas e ecológicas para as pessoas que vivem em zonas rurais e também para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121865	Discordância	Este projeto leva a um impacto ambiental inaceitável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121864	Discordância	Senhores, Senhoras, Adoro Portugal como destino de férias e estou consternado com a forma como o país poderá vir a ser afetado por este regulamento no futuro. O nosso planeta tem de ser protegido e isso implica, entre outras coisas, esgotar primeiro todas as possibilidades de produção de energia existentes, antes de se destruir irremediavelmente mais um pedaço da natureza. Acima de tudo, é necessário excluir os processos acelerados, pois estes ignoram frequentemente aspetos importantes. Na Alemanha, na Suíça e na Áustria, vêem-se zonas industriais repletas de painéis solares, tal como os telhados das moradias unifamiliares. Isto é especialmente promovido, uma vez que a população beneficia diretamente com isso. Este é um caminho viável. Os parques eólicos, como já ficou demonstrado nos países de língua alemã, são uma forma muito pouco rentável de produção de energia. E pouco fiável. Além disso, são mortas tantas aves selvagens e, como se sabe há já alguns anos, cada turbina eólica perde 60 kg de microplásticos por ano. Este perigo é imenso para as pessoas e os animais, uma vez que importantes terras agrícolas são contaminadas e a saúde de todos os seres vivos fica em risco.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121863	Discordância	Eu Joana Estevão, residente no Seixal , venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121861	Discordância	Nao estou de acordo com os paneis solaires nem éolicas arrasarem florentas ou terrenos para investidores estrangeiros virem recuperar o que é dos Portugueses! A outras maneiras de irem buscar os 7% sem destruirem!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121860	Discordância	Isto é prejudicial não só para quem vive na região, por questões sócio económicas, mas também o impacto ambiental que nos afeta a todos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121859	Discordância	Remete-se parecer do Município de Pedrógão Grande relativo ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121858	Discordância	Manifesto a minha discordância desta iniciativa, não devemos preencher os solos com painéis solares/fotovoltaicos e estragar o solo e a biodiversidade. É possível estender a rede sem destruir a natureza, basta querer e não seguir a via mais fácil e mais nociva para todos. O Ambiente e o Futura agradecem!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121856	Discordância	Usem os telhados das casa para meter painéis, não o verde dos nossos terrenos e campo naturais! Já chegam as estradas, casas, empresas e indústrias a destruir o património natural do nosso país! Usem o pensamento crítico e ambiental que apregoam!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121855	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121854	Geral	Não concordo com este projecto, uma vez que é muito pouco claro sobre a dimensão, em que tipo de terrenos será I instalado. A natureza e os seus e o sistemas não devem ser prejudicados em função desta política!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121853	Discordância	NÃO à PROPOSTA DE PROGRAMA SETORIAL PARA AS ZONAS DE ACELERAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS. Esta Proposta constitui mais um exemplo, desta vez numa escala nacional, de processos de decisão estratégica que contradizem intenções aparentemente benignas, sob a capa do progresso, num modelo emanado da Comissão Europeia relativo à transição energética inevitável e aos benefícios das energias renováveis. Estas são, potencialmente, favoráveis à saúde do planeta e à racionalização do uso dos recursos naturais. MAS, a Proposta em discussão, pela dimensão, tipologia e localização da instalação de infraestruturas SUBVERTE os ideais do uso das energias renováveis. Os impactes previsíveis, ao nível da geração de alterações térmicas pelos painéis solares massificados, de certos tipos de poluição, da degradação de zonas verdes e da degradação das condições de vida das populações não são justificáveis pelo modelo do pretenso progresso. A Comissão Europeia já mostrou que algumas das suas decisões afectaram os agricultores e os pescadores portugueses, em favor dos interesses das grandes empresas dos países economicamente poderosos. O Estado português prepara-se para dar condições de exploração a grandes empresas que não dá às populações, nem cuida da saúde das florestas nacionais, nem mesmo após sucessivos desastres ambientais causados pelos incêndios e outras formas de destruição. No entanto, se houver vontade política e visão esclarecida, há, seguramente, a possibilidade de repensar e redesenhar a instalação de infraestruturas de energias renováveis. Talvez com menos atractivos financeiros para os grandes operadores. Mas o Estado português, porque representa a população de Portugal, deve mostrar que tem competência para equilibrar as decisões estratégicas e proteger o bem-estar das populações e dos territórios. NÃO ao plano para destruir recursos ambientais, em nome das energias renováveis! NÃO ao plano para afectar irreversivelmente a qualidade de vida das populações!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121852	Discordância	Destruição da fauna e flora de território natural. Destruição da quantidade de vida das populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121851	Discordância	Discordo completamente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121850	Sugestão	1. O Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) pretende definir um conjunto de "zonas de aceleração", que são zonas consideradas com caraterísticas propícias à instalação de unidades de produção de energia solar fotovoltaica e/ou de energia eólica, nas quais o impacte ambiental, cultural e social é reduzido e, portanto, o respetivo licenciamento beneficiará de um procedimento simplificado e célere. A proposta do PSZAER, em consulta pública, prevê apenas uma zona de aceleração no concelho de Torres Novas, destinada a energia solar fotovoltaica. Com a área de 100,637 ha, abrange a União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel e a União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago), no limite sul desta, conforme a figura 1: Analisada a área desta zona de aceleração proposta, verifica-se o seguinte: 2. O limite Poente da zona de aceleração interseta a área urbana do Boquilobo; integra parcialmente um edifício que acolhe um restaurante tradicional e fica a cerca de 30, 40 e 60 metros de habitações existentes, conforme se observa na figura 2. Consequentemente, esta parte em forma de "península" deve ser retirada da zona de aceleração.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121849	Discordância	3. A parte Nascente da zona de aceleração interseta a tipologia Corredor do Rio Almonda da Estrutura Ecológica Municipal, definida por uma faixa de 500 m de largura para cada lado deste, como ilustra a figura 3. Nesta área, o artigo 89.º-A do regulamento do PDM em vigor determina que são interditas as instalações para aproveitamento e produção de energia a partir de fontes renováveis, pelo que esta área deve ser Venho por este meio expressar a minha posição desfavorável relativamente a este programa e refiro ainda a minha preocupação quanto à implementação de megas parques solares e eólicos no concelho de Idanha-a-Nova, impostos e em desconformidade com os objetivos delineados e construídos ao longo de várias décadas na região. Rejeito veementemente e categoricamente a implementação de projetos de escala massiva que descaracterizem o património natural e comprometam o progresso local de toda esta vasta região, e que colocam em causa a qualidade de vida dos Idanhenses e das gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121848	Discordância	Participação do Município da Lousã O Município da Lousã reconhece a importância estratégica da transição energética, da descarbonização da economia e do reforço da produção de energia proveniente de fontes renováveis, bem como a relevância do PSZAER enquanto instrumento de planeamento destinado a conferir maior previsibilidade aos procedimentos de licenciamento. Todavia, entende que estes objetivos apenas poderão ser plenamente alcançados se forem assegurados os princípios da proporcionalidade territorial, da participação efetiva dos municípios e da compatibilização das soluções propostas com os instrumentos municipais de gestão territorial e com as estratégias locais de desenvolvimento. Da análise da proposta resulta que ao concelho da Lousã são atribuídos cerca de 1.351 hectares de áreas potenciais para implantação de projetos solares fotovoltaicos, correspondentes a aproximadamente 9,8 % da área do concelho, representando uma afetação territorial muito significativa. Contudo, a documentação disponibilizada não permite identificar a localização exata das áreas propostas, não tendo sido disponibilizada cartografia georreferenciada que possibilite o respetivo cruzamento com o Plano Diretor Municipal, a classificação e qualificação do solo, as servidões administrativas, a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional, os instrumentos de gestão florestal, os valores naturais, patrimoniais e paisagísticos, bem como os restantes elementos estruturantes do território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121847	Discordância	*Discordo da proposta apresentada*, não por ser contra as energias renováveis, mas porque considero que o programa não demonstra de forma suficiente que a aceleração dos procedimentos será compatível com a proteção do território, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. A simplificação do licenciamento não pode traduzir-se numa redução do escrutínio ambiental nem numa menor ponderação dos impactos cumulativos de grandes centrais solares e parques eólicos. Cada território possui características ecológicas, paisagísticas, agrícolas e patrimoniais próprias que não devem ser tratadas de forma genérica. Considero igualmente que a informação disponibilizada ao público poderia ser mais clara e detalhada, nomeadamente através de cartografia com maior resolução e documentação mais acessível, permitindo aos cidadãos compreender plenamente os impactos previstos nas áreas abrangidas. Defendo que seja dada prioridade à instalação de energias renováveis em edifícios, parques industriais, áreas já artificializadas, estacionamentos e infraestruturas existentes, reduzindo a ocupação de solos agrícolas, florestais e de elevado valor ecológico. Solicito, por isso, a revisão da proposta, reforçando os critérios de exclusão ambiental, a participação efetiva das comunidades locais, a transparência do processo e a garantia de que cada projeto continuará a ser objeto de uma avaliação rigorosa sempre que possa produzir impactos significativos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
121846	Discordância	Deixem as florestas em paz. Isso não é implementação de energias renováveis, é destruição de florestas.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121845	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à destruição de florestas e ao abate de árvores para a instalação de centrais fotovoltaicas. Considero que não faz sentido destruir ecossistemas naturais, que desempenham um papel essencial na captura de carbono, na preservação da biodiversidade, na proteção dos solos e na regulação do clima, para implementar projetos que se apresentam como sustentáveis. A transição energética é importante e necessária, mas não deve ser feita à custa da destruição do património florestal. Existem alternativas mais adequadas para a instalação de painéis solares, como coberturas de edifícios, parques industriais, áreas degradadas, antigas pedreiras ou terrenos já artificializados, evitando o abate de árvores e a perda de habitats naturais. Defendo que as políticas de energias renováveis devem conciliar a produção de energia limpa com a proteção das florestas e da natureza. A destruição de árvores para instalar painéis solares não pode ser considerada uma solução verdadeiramente ecológica nem sustentável, pois substitui um ecossistema vivo por uma infraestrutura artificial, com impactos ambientais significativos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121844	Discordância	Totalmente contra políticas que destroem o património e desrespeitam terras e pessoas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121843	Discordância	Discordo com a conversão de 7% do nosso território, num oceano de painéis solares. Discordo que esta incidência afecte desproporcionalmente os concelhos do interior centro, onde a superfície comprometida ascende a 25% do território; não respeitando corredores ecológicos e intersectando com áreas protegidas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121842	Discordância	Não há Implantação de Energias Renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121841	Discordância	Há soluções mais consentâneas com a salvaguarda do património ambiental, nomeadamente a produção em baixa escala, para auto consumo. Era isso que os governos deviam promover e não os monopólios de interesses. Mas preferem destruir o que é de todos para engordar alguns.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121840	Discordância	Não queremos destruição de árvores	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121839	Discordância	A floresta é necessária	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121838	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121837	Discordância	A proposta classifica 371.348 hectares de ZAER solar e 84.489 hectares de ZAER eólica — um total que o próprio LNEG reconhece ser muito superior ao necessário para cumprir as metas do PNEC 2030. O excesso de área não é prudência — é pressão desnecessária sobre o território. Uma delimitação mais criteriosa, que exclua explicitamente os solos agrícolas fora da RAN com função produtiva efectiva, as áreas de montado não identificadas pela COS 2023, as zonas de maior biodiversidade e os territórios já sujeitos a pressão cumulativa elevada, reduziria significativamente a área total sem comprometer as metas energéticas. Peço que a versão final do PSZAER reduza e afine a delimitação das ZAER, com exclusões explícitas e verificadas, em vez de classificar tudo o que sobra depois de retirar o que está legalmente protegido. Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121836	Discordância	Acredito que a utilizacao do nosso territorio patrimonial para usofruto de tecnologia sob o pretexto desta promover eneegias renovaveils é uma afronta ao nosso futuro. O ambiente e a natureza local irão para sempre ser alteradas e possivelmente com danos irreversiveis. Apelo ao bom senso daqueles que ainda velam por um futuro verdadeiramente verde e com esperança para as geraçoes futuras.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121835	Discordância	Não faz sentido derrubar arvores, destruir a flora e a fauna, para fazer campos de paneis solares.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121834	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121833	Discordância	Não há energias verdes se forem á custa da nossa biodiversidade e paisagem identitária de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121832	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficiente acessível para poder dar uma opinião informada	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121831	Discordância	É uma vergonha o que o governo anda a fazer, pela calada, sem informar convenientemente as populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121830	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, na medida em que a sua implementação, tal como atualmente prevista, poderá gerar impactos significativos e negativos nas zonas rurais do país. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis, considero que esta não deve ser realizada à custa da descaracterização dos territórios rurais, da degradação da qualidade de vida das populações locais e da ocupação extensiva de áreas habitadas e produtivas. As zonas rurais não podem ser encaradas como espaços vazios ou disponíveis para uma industrialização em larga escala. São territórios vivos, com comunidades, atividades económicas, património cultural, paisagens e ecossistemas que desempenham um papel fundamental no equilíbrio social, ambiental e económico do país. A instalação massiva de quilómetros de painéis solares e outras infraestruturas energéticas pode alterar profundamente a identidade destes locais, afetando a agricultura, o turismo, a biodiversidade e o bem-estar das populações residentes. Importa igualmente considerar os impactos ecológicos associados à ocupação de vastas áreas de solo natural ou agrícola, incluindo a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade e a alteração dos equilíbrios ambientais locais. A proteção do ambiente não deve limitar-se à redução das emissões de carbono, devendo também salvaguardar os ecossistemas e os recursos naturais existentes. Entendo que o desenvolvimento das energias renováveis deve seguir uma abordagem mais equilibrada, responsável e territorialmente sustentável. Nesse sentido, defendo que seja dada prioridade à instalação de sistemas solares em telhados de habitações, edifícios públicos, instalações industriais, parques de estacionamento, zonas urbanizadas e outras áreas já artificializadas, reduzindo a necessidade de ocupar extensivamente solos rurais e espaços naturais. A transição energética é um objetivo coletivo importante, mas deve ser conduzida de forma justa, ponderada e com respeito pelas populações locais e pelos territórios afetados. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre as metas energéticas, a proteção ambiental e a preservação da coesão social e económica do país.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121828	Discordância	Na qualidade de participante na presente consulta pública, venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta de delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), considerando que a mesma suscita preocupações significativas de natureza ambiental, territorial, social e económica. A criação de ZAER pressupõe uma simplificação dos procedimentos administrativos para projetos de energias renováveis. No entanto, tal simplificação não deve traduzir-se numa diminuição do rigor da avaliação ambiental nem numa redução da participação efetiva dos cidadãos e das autarquias na tomada de decisão. Acresce que a concentração de grandes infraestruturas de produção de energia em determinados territórios vai gerar impactos cumulativos relevantes, cuja avaliação merece maior aprofundamento, designadamente no que respeita aos efeitos sobre a fauna, os corredores ecológicos, a paisagem, o turismo, as atividades económicas locais e a valorização do território. Entende-se igualmente que a classificação de determinadas áreas como ZAER não deve criar uma presunção de adequação territorial dos projetos nem reduzir o escrutínio caso a caso. Cada projeto deverá continuar a ser objeto de uma avaliação rigorosa dos seus impactes específicos, assegurando o cumprimento integral da legislação ambiental e dos princípios da precaução, da prevenção e do desenvolvimento sustentável. Face ao exposto, considera-se que a proposta de PSZAER, na sua configuração atual, não reúne fundamentação suficiente para justificar a delimitação das zonas propostas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121827	Discordância	Como cidadã comum, solidária com as muitas populações afectadas e consciente da complexidade actual no que diz respeito à busca de soluções energéticas que não agravem o impacto ambiental ao mesmo tempo que se encontram respostas de sustentabilidade, venho DISCORDAR deste programa pelas seguintes razões de teor geral: a) a substituição de grande áreas de vegetação e floresta por campos massivos de produção energética ameaça a médio e longo prazo o bem-estar e os recursos naturais e locais de populações e de todo o ecossistema do qual essas populações dependem. O desequilíbrio, já muito perturbado, da flora rural, florestal e de zonas de reserva natural, contribui para o agravamento dos índices preocupantes de escalada da crise climática, com o aumento dos riscos de secas, temperaturas extremas, cheias, incêndios, ventos destruidores e outros fenómenos com graves danos de vidas humanas e animais e das bases de toda e economia e produtividade, por afectar de forma directa e inequívoca - desde logo - o sector primário da economia e, consequentemente, todos os outros, sobretudo o tecido das pequenas e médias empresas. b) a implementação de produção energética com renováveis pode e deve ser feita com base numa estratégia que promova a integração de sistemas de produção fotovoltaica e outras renováveis em integração com zonas já urbanizadas, nomeadamente com integração obrigatória (ou com benefícios) na construção de novos edificados; requalificação energética de construções existentes; articulação com infratestruturas públicas e privadas já existentes e legislação com incentivos para a implementação de sistemas de resiliência e auto-suficiência energética à escala local, em particular em zonas rurais e menos povoadas, capacitando energeticamente habitações e pequenos povoados. Desta forma a energia não terá de percorrer longos trajectos para abastecer quem precisa e a rede torna-se menos vulnerável, pois se uma situação acidental provocar danos numa região, isso não afectará directamente grandes áreas de abastecimento, até porque a maior parte das residências poderá ter sistemas mínimos de produção e armazenamento disponíveis temporariamente em 'off grid'. c) várias das zonas propostas entram em conflito com a vontade das populações, ameaçam a biodiversidade, promovem a vulnerabilidade dos programas de preservação natural e florestal já existentes, facilitam o avanço de projectos sem avaliação completa, isenta e aprofundada de impacto ambiental, social, cultural e económico em cada uma das regiões e dificultam tendências emergentes de descentralização e repovoamento de zonas não urbanas , de reflorestamento e de reordenamento territorial, que deveriam priorizadas para promover o reequilíbrio humano e ambiental	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121826	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Manifesto a minha profunda preocupação face ao impacto do PSZAER no Oeste Alentejano, bem como a forma como este programa poderá afetar as restantes regiões do país, caso não se proceda a um diálogo efetivo com as populações das áreas visadas. Preocupa-me a capacidade do PSZAER em realmente assegurar que tanto o diálogo como as decisões sejam tomadas em conjunto com as populações das áreas afetadas. Este processo deve, imperativamente, permitir que os cidadãos locais decidam, em articulação com as empresas promotoras, o número de turbinas eólicas e painéis solares a instalar e os locais mais adequados para a respetiva implementação. É igualmente fundamental assegurar que as medidas compensatórias sejam justas e permanentes, vigorando durante todo o período de vida útil dos parques eólicos e solares. Portanto, apresento a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica vendo que as condições citadas acima não estão asseguradas. Meus melhores Cumprimentos, Maria Bernhofer	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121825	Discordância	Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha preocupação e oposição relativamente à forma como esta proposta das ZAER está a ser apresentada e planeada. Não sou contra as energias renováveis, mas não concordo com esta proposta na sua forma atual. Preocupa-me que a criação de zonas de aceleração possa dar demasiada prioridade à rapidez da implementação dos projetos em detrimento de uma avaliação cuidadosa de cada local. Cada território tem as suas próprias características ambientais, sociais e culturais e merece uma análise rigorosa antes de serem tomadas decisões. Considero que cada projeto deve continuar a ser avaliado pelos seus próprios méritos, tendo plenamente em conta os seus impactos nas populações vizinhas, na biodiversidade, na paisagem, nos solos agrícolas, nos recursos hídricos e no carácter das comunidades rurais a longo prazo. Uma vez transformadas, estas paisagens podem sofrer alterações difíceis ou impossíveis de reverter. Estou também profundamente preocupada com a situação na minha própria região, em São Martinho das Amoreiras, onde está previsto um projeto de energias renováveis a uma distância que considero inaceitavelmente próxima da aldeia. Esta situação fez-me perceber ainda mais a importância de garantir que as comunidades locais tenham uma verdadeira voz nas decisões que irão afetar o seu dia a dia, a sua saúde, o seu bem-estar e os lugares que chamam de casa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121824	Discordância	Contributo de Cidadão — Alternativas ao modelo proposto Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. 3. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem no vazio — decorrem de um modelo de crescimento do consumo que raramente é posto em causa. Não encontro neste programa qualquer pergunta sobre quanto precisamos realmente de produzir, para quem, com que modelo de distribuição e com que impacto acumulado sobre o território. A questão não é apenas onde instalamos os painéis — é quanto consumimos, e se esse consumo pode e deve crescer indefinidamente. O relatório técnico de ordenamento e economia do território identifica como um dos principais riscos a "especialização funcional excessiva de territórios de baixa densidade" e a sua transformação em plataformas de exportação de energia para mercados externos. Ou seja: os territórios mais frágeis do país sacrificam a sua paisagem para alimentar o crescimento energético de economias que não partilham esse custo. Peço que a versão final do PSZAER inclua uma análise explícita da procura — quantificando o consumo real esperado, as alternativas de redução e eficiência, e o papel das exportações nas metas —, e que essa análise informe a dimensão final das ZAER. Não é possível avaliar se 371.000 hectares são necessários sem primeiro perguntar se o crescimento que os justifica é inevitável. 4. Energia para as comunidades onde é produzida Se um território	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121823	Reclamação	Exmos. senhores, A AZR-Gestão Territorial, S.A., vem por esta via exercer o seu direito à participação na consulta pública referente ao Programa Setorial as Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), nomeadamente no que diz respeito às zonas inseridas em Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP). Em anexo, segue o ofício com o nosso contributo. Com os melhores cumprimentos, O Presidente do Conselho de Administração da AZR-Gestão Territorial, S.A. António José Martins Louro	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121822	Discordância	Esta forma de fundamentação e consulta é altamente abusiva e discriminatória, não respeitando o património ambiental, os recursos naturais, os bens, qualidade de vida e vontade das populações locais ou sequer da população portuguesa e o património de uma nação. Deveriam ser feitos referendos locais e consultados outros estudos e alternativas sem impacto natural de destruição e usurpação dos recursos de todos. Estes projetos estao, com o aval do governo, a sobrepor a corrupção e intetesses estrangeiros ao intetesse nacional. Esta forma de participação não é inclusiva, desrespeita e exclui quem não sabe participar nestas plataformas menosprezando a sua opiniao e o seu património.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121821	Discordância	Disagree	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121819	Discordância	Considero que o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER), é prejudicial para o equilíbrio dos ecossistemas envolventes causando fortes impactos na natureza e nas populações, quer em termos ecológicos, quer socioeconómicos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121818	Discordância	I believe that nature should stay as it is and be protected.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121816	Discordância	Do ponto de vista ambiental, considero que a proposta tem uma fragilidade principal: parte do princípio de que, por serem projetos renováveis, o seu impacte será automaticamente aceitável. Isto é perigoso. Um parque solar ou eólico pode ter benefícios climáticos, mas continua a poder gerar impactes relevantes no território, sobretudo quando ocupa grandes áreas ou quando vários projetos se concentram na mesma zona. O próprio Relatório Ambiental reconhece riscos como a concentração territorial de projetos, os impactes cumulativos, a sobrecarga de áreas fragilizadas, a pressão sobre solo, água, biodiversidade e rede elétrica, bem como conflitos com agricultura, floresta, turismo e conservação da natureza. A proposta parece tentar excluir áreas ambientalmente mais sensíveis, como zonas protegidas ou áreas de elevado valor ecológico. No entanto, isso não resolve totalmente o problema, porque muitos valores naturais importantes existem fora das áreas classificadas. O relatório refere mesmo que existe conhecimento incompleto sobre a distribuição geográfica de espécies e habitats sensíveis, o que torna arriscado simplificar demasiado o licenciamento. Na prática, isto significa que podem ser identificadas ZAER em zonas aparentemente "aceitáveis", mas que, numa análise mais fina, podem ter importância para aves, morcegos, corredores ecológicos, habitats agrícolas de valor natural ou espécies protegidas. Este é, para mim, um dos pontos mais preocupantes. Um projeto isolado pode até parecer aceitável, mas vários projetos próximos podem transformar profundamente uma paisagem e um ecossistema. A proposta reconhece riscos de mono funcionalidade territorial, efeitos cumulativos e sensação de "território sacrificado" quando há concentração de projetos no mesmo espaço. Ou seja, o problema não é apenas "onde fica cada parque", mas sim quantos projetos podem ser concentrados numa região e qual o limite ambiental aceitável. Também considero negativo que a proposta possa abrir caminho à ocupação de solo rural com grandes centrais solares ou infraestruturas eólicas, quando deveria existir uma prioridade muito mais forte para áreas artificializadas, industriais, degradadas, minas desativadas, zonas logísticas, coberturas de edifícios e áreas já infra estruturadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121815	Discordância	Enquanto se revela inquestionável a utilização de energias renováveis para fazer face à demanda energética da nossa sociedade, temos que nos questionar "a que custo". Acelerar este processo da forma prevista é perigoso, é danoso para habitats naturais e para algumas populações. Não podemos camuflar de "verde" o verde que vamos perder para a instalação desenfreada de painéis solares e outros pelo nosso país fora. Façamo-lo, sim, em zonas cobertas, em todos os edifícios deste país, em parques de estacionamento, em fábricas, em escolas. Em toda a parte já coberta por betão. Respeitem a Natureza, pois sem ela, o nosso futuro está condenado!! Digam NÃO a este programa! Digam SIM ao verde que ainda nos resta!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121813	Discordância	Discordo da proposta por considerar que a aceleração da implantação de energias renováveis não deve acontecer à custa da proteção da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das comunidades locais. A transição energética é essencial, mas deve ser planeada de forma equilibrada, privilegiando áreas já artificializadas e garantindo uma avaliação rigorosa dos impactos ambientais, patrimoniais e sociais. Um processo mais rápido não deve significar um processo menos cuidadoso nem uma menor participação das populações afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121812	Discordância	É lamentável que os mapas disponibilizados, pelo Estado Português para apreciação da proposta de criação de ZAER(s), pela escala em que são disponibilizados , não permita de forma clara, saber efetivamente as áreas a ser classificadas. Por si só, esta falta de informação inviabiliza qualquer analise objetiva, e que se pretende séria, na participação popular. Pôr ao dispor de empresas ou fundos que ninguém sabe quem controla , 7% do território português, é dar de barato um dos poucos bens escassos que temos -Terra. Existe um desfasamento entre a área disponibilizada para a instalação destes produtores de energia , com a capacidade de escoar, receber essa energia para a rede. 1% do território basta para cumprir as metas nacionais de energia solar. A instalação destes produtores de energia faz-se em áreas de concelhos do interior do pais, onde os residentes valorizam e estimam o meio ambiente a flora e a fauna , onde de forma resiliente se mantem e gostam do seu modo de vida. A sua permanência reforça a proteção das atividades agrícolas, pecuárias, turísticas e culturais, e é o garante da salvaguarda da biodiversidade e da paisagem. No caso concreto do MUNICIPIO DE MOGADOURO QUE É ONDE RESIDO HÁ MAIS DE 30 ANOS ,VINDA DO LITORAL, numa viagem em sentido contrário á que a maioria dos portugueses faz. Mogadouro já dá um contributo mais do que significativo para a descarbonização e para a produção nacional de energia renovável.. Veja-se o contributo das barragens de Bemposta e do Baixo Sabor e do pequeno parque eólico instalado na serra da Castanheira e das duas centrais fotovoltaicas (CF) em funcionamento.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121811	Discordância	Este projecto preocupa-me. Não permito a destruição de 7% da nossa floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121810	Discordância	Não podemos destruir montes e vales em prol das energias renováveis. Não trás nada de bom às populações, destrói o nosso ecossistema, plantas, animais, contamina as águas, quando há outras soluções. Queremos melhorar o planeta, ou piorar?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		NÃO À DESTRUIÇÃO DA NATUREZA.	
121809	Discordância	OS PROJECTOS PROPOSTOS SÃO INADMISSIVEIS. SÃO DECISÕES FEITAS APENAS GERINDO O LUCRO E NÃO EM FUNÇÃO DA PRESERVAÇÃO DA NATUREZA.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121808	Discordância	COMO É QUE SE PODE CLASSIFICAR UM PROJECTO DESTES COMO SENDO DE PRESERVAÇÃO DA NATUREZA, SE VÃO DESTRUIR TUDO O QUE É VERDE!!!!! Este programa tem como único fundamento satisfazer as clientelas do costume. Para além de não estarem minimamente interessados numa transição enegética responsável e inclusiva, o governo está a atirar areia para os olhos das pessoas. Como investir no interior é algo que não dá benefícios a tempo das próximas eleições legislativas, inventam estes programas manhosos travestidos de desenvolvimento.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121806	Discordância	Exmo. Senhor Presidente da EMER 30, Na qualidade de cidadã residente no concelho de Évora, venho manifestar a minha discordância em relação ao PSZAER, pelas seguintes razões: A produção de energia deve ser enquadrada por um plano de ordenamento que impeça a sua expansão descontrolada e a sua sobreposição a outros usos do território. Os promotores destes projetos têm demonstrado pouca preocupação pelos impactos que provocam e justificam-nos frequentemente com o argumento da transição energética. A abordagem adotada neste Programa Setorial, baseada na aceleração dos processos, favorece essa atitude. Embora reconheça a importância da produção descentralizada de energia renovável, este Programa parte do princípio de que são indispensáveis grandes centrais fotovoltaicas, sem que essa necessidade esteja devidamente demonstrada. A opção por áreas com um mínimo de 100 hectares, baseada numa interpretação jurídica, privilegia a dimensão dos projetos em detrimento da sua localização. Trata-se de uma escolha que poderá ter consequências muito negativas para o futuro. O chamado "Mapa Verde", apresentado como indicação do potencial técnico, compromete a credibilidade deste trabalho. A justificação de que não houve tempo para consultar os Planos Diretores Municipais é difícil de aceitar. No caso do concelho de Évora, a delimitação proposta parece ter sido feita apenas com base na proximidade da subestação do Divor, sem atender às características e aos valores do território. O Programa ignora os impactos na qualidade de vida das populações e de quem visita a região. A instalação de grandes parques fotovoltaicos compromete o acesso a caminhos tradicionais utilizados para caminhadas, ciclismo ou passeios a cavalo. No Alentejo, a paisagem, o património, as atividades tradicionais e as novas iniciativas que valorizam estes recursos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. É necessário adequar as políticas à dimensão do país, apoiar o que promove o território e rejeitar o que ameaça destruí-lo. As ZAER desvalorizam esse equilíbrio e prejudicam o esforço de muitas famílias que contribuem para a	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
121805	Concordância	Concordo plenamente com as energias renováveis. Para que possamos contribuir para o futuro de um mundo melhor.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Participação em Consulta Pública – Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha total discordância e profunda preocupação relativamente à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis para o futuro do país. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da degradação da paisagem, da perda de biodiversidade, da afetação da atividade agrícola e da diminuição da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121804	Discordância	Considero preocupante que a proposta não tenha em devida consideração a realidade concreta de cada território, ignorando as suas especificidades ambientais, sociais, económicas, patrimoniais e culturais. É essencial que exista um verdadeiro equilíbrio entre os objetivos de produção de energia renovável e a proteção dos recursos naturais, da identidade local e do desenvolvimento sustentável. Manifesto, igualmente, preocupação com a eventual concentração de projetos num mesmo território, sem uma avaliação integrada dos impactos cumulativos que poderão resultar da sua implementação. As populações locais, os municípios e as freguesias devem ter um papel efetivo nas decisões que influenciam o futuro das suas comunidades. Entendo que qualquer estratégia de aceleração da produção de energia renovável deve assentar em	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121803	Discordância	Porque não haveria de discordar?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121802	Discordância	Energias verdes sem sacrifício da Vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121801	Geral	Exmos. Senhores, Segue em anexo a resposta da ELECPOR à Consulta Pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Atenciosamente, Maria João Coelho	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121800	Discordância	A destruição da floresta portuguesa e a sua biodiversidade não é um caminho benéfico nem sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121799	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121798	Discordância	Exmos Srs responsáveis pela Estrudas Zonas de Aceleração das Energias Renováveistura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis. Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do relatório Temático da Integração de Informação espacializada, onde a área do concelho é inferior à área prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 20 000 hectares estaõ identificados como ZAER; - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76,3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade; Por estas razões, considero que o governo português poderá estar a violar os seguintes artigos da CRP: Artigo 1: República Portuguesa; Artigo 2: Estado de Direito Democrático;	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121797	Discordância	Não à destruição do nosso planeta e da nossa casa que é a Natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121796	Discordância	Os megaprojetos de energias renováveis não deveriam avançar sem escrutinio prévio e consulta dos poderes locais (câmaras).	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121795	Discordância	Eu Hugo Tornelo, residente em Odemira, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA ao PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121794	Discordância	Este projeto de verde não tem nada. Não queremos isto para Portugal. Obrigado	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121793	Discordância	É um atentado à nossa biodiversidade o que querem fazer. Além disso, como podem instalar esses painéis sem estudos ambientais?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121792	Discordância	Pelos fundamentos expostos, em anexo, considera-se que o PSZAER, na sua redação atual, não assegura um equilíbrio adequado entre a transição energética, a proteção do ambiente, a adaptação às alterações climáticas, a saúde pública, o ordenamento do território e os direitos das populações. A proposta apresenta insuficiências técnicas, científicas e jurídicas relevantes, pelo que deve ser rejeitada na sua forma atual e objeto de profunda reformulação, precedida de uma avaliação mais rigorosa dos impactes cumulativos, da vulnerabilidade climática dos territórios, dos efeitos na saúde humana e de um processo de participação pública efetivamente informado e compatível com a dimensão e importância estratégica deste instrumento de planeamento nacional.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121791	Discordância	A descarbonização não se pode sobrepor aos superiores interesses das comunidades rurais que moldam e preservam os ecossistemas e as paisagens agro-florestais portuguesas há gerações, nem aos superiores interesses da conservação e proteção do meio ambiente e dos seus recursos biológicos e geológicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121790	Discordância	O Programa Setorial das zonas de Aceleração da Implementação de Energias Renováveis é prejudicial por questões socios economicas e ambientais para as populações rurais. Os Impactos Ambientais, Paisagísticos e Destruição de Ecossistemas. A simplificação e aceleração excessiva dos processos de licenciamento ambiental nestas zonas (ZAER) colocam em risco territórios de elevado valor ecológico. Saturação Territorial e Falta de Equilíbrio Regional. A delimitação proposta (que abrange cerca de 7% do território continental) ameaça promover uma concentração desproporcional de projetos em determinadas regiões mais vulneráveis, como o interior do país. Esta saturação desrespeita a coesão territorial, desvaloriza o património natural e prejudica o desenvolvimento socioeconómico baseado no turismo sustentável, na agricultura e na preservação da identidade local. Menorização da Participação Pública e das Autarquias. A transição energética não pode ser feita à revelia das populações locais e dos municípios. A metodologia do programa desconsidera o planeamento municipal (PDM) e reduz a capacidade de intervenção e decisão das comunidades afetadas, promovendo um modelo centralizado de imposição do território em vez de privilegiar a produção descentralizada, o autoconsumo e as comunidades de energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121789	Discordância	Não, não e não á destruição das nossas zonas rurais e do nosso pais. Esses painéis solares fazem de Portugal uma frigideira a céu aberto. Uma verdadeira ABERRAÇÃO.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121788	Reclamação	Desertificar o país com a promessa de um futuro verde, é das maiores mentiras que já ouvi. Quando não houver área verde, não será nenhum tipo de energia renovável que nos trará oxigénio.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121787	Discordância	Embora a transição energética e a descarbonização sejam objetivos nacionais urgentes, a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) apresenta graves lacunas técnicas, territoriais e ecológicas que exigem uma revisão profunda antes de qualquer aprovação. O parecer é desfavorável com base nos seguintes argumentos estruturais: Desproporção Territorial e Impacto no Interior: A proposta prevê a afetação de áreas massivas em determinados concelhos do interior do país (nalguns casos ultrapassando 25% a 50% da área total do município). Esta saturação compromete gravemente a economia local baseada na agricultura, na floresta e no turismo, promovendo uma injustiça territorial gritante e uma descaracterização irreversível da paisagem. Inexistência de Rede de Escoamento Real: Existe um desfasamento crítico entre as áreas propostas e a capacidade real de ligação à rede elétrica (RND e RNT). Sem proximidade viável a subestações, a facilitação de licenciamentos nestas zonas apenas gera especulação imobiliária e pressão sobre o território, sem qualquer ganho real para a produção de energia limpa. Marginalização de Áreas Já Artificializadas: O programa falha ao não dar prioridade absoluta à instalação de solar em coberturas urbanas, zonas industriais, vias de comunicação ou áreas já degradadas e intervencionadas. Optar por simplificar o licenciamento em milhares de hectares de solo rústico e florestal é um erro de ordenamento do território. Conflito com o Planeamento Municipal (PDM): A escala de análise utilizada na proposta carece de validação cartográfica rigorosa à escala municipal. A sobreposição destas zonas desrespeita o planeamento local e as especificidades ambientais e sociais que as autarquias e as populações conhecem em detalhe. Conclusão: Acelerar a transição energética não pode significar atropelar o ordenamento do território nem sacrificar a biodiversidade e a coesão social do interior. O PSZAER deve ser reformulado para reduzir drasticamente as áreas propostas, focar-se em zonas já artificializadas e garantir a viabilidade técnica de ligação à rede.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
121786	Discordância	Crime Ambiental disfarçado. de energia verde. Desertificação do território em troco de interesses externos. Transição energética assim não! Mais proteção do nosso território e da biodiversidade, e mais verdade por favor.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121785	Discordância	Precisamos de natureza! Destruir árvores, ecossistemas para colocar painéis solares NÃO!!! A NATUREZA É URGENTE CUIDAR	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
121784	Discordância	**Acelerar as ZAER a todo o custo. Nao a este preco** Como o litoral e as grandes áreas metropolitanas (como Lisboa e Porto) estão com a rede elétrica severamente saturada, direcionar as ZAER para o interior ajuda a equilibrar a Rede Elétrica Nacional (REN). Ao produzir energia nestas zonas e ao acoplá-las a novos sistemas de armazenamento de grande escala (baterias), torna-se viável abastecer os grandes centros de consumo e de dados através de linhas de transporte de alta tensão que atravessam o país, sem sobrecarregar ainda mais os nós elétricos do litoral. Isto é a narrativa por detrás das ZAER. O grande paradoxo de toda esta história é simples: a eletricidade produzida nestes novos moldes não vai para as pessoas que vivem na região. Vai, quase toda, alimentar os servidores gigantes de multinacionais como a Amazon, a Google ou a Microsoft. O negócio funciona através de acordos privados a longo prazo, conhecidos na gíria como PPAs (Power Purchase Agreements). Na prática, uma elétrica constrói o parque solar no Alentejo ou no interior e vende essa energia diretamente à tecnológica por um preço fechado e muito baixo durante 10 ou 15 anos. Com isto, a multinacional garante energia barata e o "selo verde" para os seus relatórios financeiros de sustentabilidade, o promotor assegura o retorno do investimento e as populações locais ficam apenas com a paisagem desfigurada e menos terra para trabalhar. Há ainda outro pormenor que quase ninguém explica e que pesa no bolso de todos. Para que essa eletricidade viaje do interior até aos grandes centros de dados ou ao litoral, é preciso construir novas linhas de alta tensão e subestações. Quem paga esta fatura milionária de expansão da rede? Nós. O custo das infraestruturas é diluído nas tarifas de acesso à rede que aparecem na fatura da luz de qualquer família portuguesa ao fim do mês. Acabamos, no fundo, a subsidiar indiretamente a rede que serve estas tecnológicas. A Agência Europeia do Ambiente (AEA) classifica Portugal, a par de outros países do sul do continente como Espanha, Itália e Grécia, como uma das regiões europeias mais vulneráveis e pressionadas pelo stress hídrico. A agência considera a escassez de água no território nacional um problema altamente premente que exige políticas urgentes de resiliência. Atualmente, o país encontra-se bem acima do limiar de alerta de stress	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121783	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121782	Discordância	Como em qualquer programa impulsionado pelo governo, creio que isto não teve em consideração o necessário para uma adequada proteção do território em termos dos recursos naturais e proteção da fauna e flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121781	Discordância	Por mais importante que pareça ser a energia chamada verde,entendo que a sua implantação à custa da destruição de areas verdes é de todo reorovavel,já sem falar no impacto visual de tantos e tantos hectares de painéis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121780	Discordância	Solicito a revisão do PSZAER, por considerar que, na sua atual configuração, não assegura adequadamente a manutenção das funções ecológicas dos habitats nem a conservação da biodiversidade, princípios fundamentais da legislação nacional e europeia em matéria de ambiente e conservação da natureza. A implementação de zonas de aceleração para energias renováveis deve compatibilizar a descarbonização da economia com a preservação dos ecossistemas. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se salvaguardar a integridade dos habitats, a conectividade ecológica e as espécies que deles dependem. O PSZAER, tal como se encontra, não garante esse equilíbrio. Em particular, considero essencial assegurar a exclusão das áreas fundamentais para a manutenção das funções ecológicas dos ecossistemas, nomeadamente: • corredores ecológicos e corredores migratórios utilizados pela avifauna; • áreas de ocorrência, dispersão e reprodução do lince-ibérico; • áreas com elevada abundância de coelho-bravo, espécie-chave dos ecossistemas mediterrânicos e principal presa do lince-ibérico e da águia-imperial-ibérica; • áreas de reprodução, alimentação e território da águia-de-Bonelli (Aquila fasciata); • habitats prioritários, zonas húmidas, galerias ripícolas e outras áreas de elevado valor ecológico, cuja fragmentação compromete a resiliência dos ecossistemas. A fragmentação dos habitats, a perda de conectividade ecológica e a degradação das áreas de alimentação e reprodução das espécies protegidas podem comprometer décadas de investimento público na conservação da natureza e nos programas de recuperação de espécies ameaçadas. Acresce que o PSZAER apresenta diversas fragilidades que justificam a sua revisão: 1. Identifica 455 837 hectares (cerca de 638 mil campos de futebol) para energias renováveis, incluindo áreas de elevado valor ecológico	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121779	Discordância	As alterações climáticas são um embuste criado pela UE para implementar uma ditadura.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121778	Discordância	Contra a inclusão de Torre de Moncorvo nas Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Torre de Moncorvo já foi sujeita ao escrutínio ambiental que o regime de aceleração agora dispensa, e o resultado foi claro. Em 2016, o Ministério do Ambiente emitiu uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao Parque Eólico de Torre de Moncorvo. A Comissão de Avaliação concluiu que os impactos não eram mitigáveis: identificaram-se 24 espécies de morcegos (9 ameaçadas) e 14 espécies protegidas de aves de rapina, incluindo Águia de Bonelli, e o projeto incidia sobre a Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro, património UNESCO, destruindo habitat prioritário de zimbrais. Em 2023, a própria Câmara Municipal teve de abandonar uma candidatura de painéis fotovoltaicos nos Paços do Concelho por parecer negativo da Direção Regional de Cultura do Norte. Os relatórios técnicos que sustentam o PSZAER (Integração da Informação Espacializada, LNEG, e Ordenamento e Economia do Território) mostram que Torre de Moncorvo tem cerca de 8.836 hectares tecnicamente aptos para solar depois de aplicadas as exclusões ambientais, mas essa área não aparece no mapa final de ZAER quando se considera a capacidade de ligação à rede disponível. Isto significa que o concelho representa um banco de terreno pré-avaliado que poderá ficar disponível de forma automática, sem nova avaliação ambiental completa, caso a rede em torno da Barragem do Baixo Sabor seja reforçada em revisões futuras do programa, previstas de três em três anos. Não existe justificação de interesse nacional para tal. O relatório temático próprio PSZAER calcula que o país precisa apenas de 9.000 a 18.000 hectares para cumprir a meta de solar centralizado do PNEC 2030, mas o mapa nacional final reserva 371.348 hectares — um sobredimensionamento de 20 a 40 vezes. Solicita-se que a exclusão de Torre de Moncorvo do mapa de ZAER solar e eólico seja mantida de forma explícita nesta e nas próximas revisões do programa, incluindo perante eventuais reforços futuros de rede associados à Barragem do Baixo Sabor, e que qualquer inclusão futura do concelho continue sujeita a Avaliação de Impacte Ambiental completa e a parecer vinculativo do município, à luz do precedente ambiental já estabelecido em 2016.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121777	Discordância	A instalação de parques fotovoltaicos destrói os ecossistemas naturais, toda a fauna e flora existentes na zona, por esse motivo sou contra a instalação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121776	Discordância	Não é a destruir a nossa floresta, que estamos a construir um futuro mais verde! Estas medidas devem ser implementadas nas cidades, onde há imensos telhados e asfalto para receber e até beneficiarem da sombra de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121775	Discordância	Peço que este Programa seja revisto profundamente, para que a transição energética respeite o nosso território e as nossas pessoas. Deixo aqui algumas sugestões : 1-Primeiro que tudo, devemos repensar o uso e a produção da energia, devemos descentralizar, fomentar a que cada familia/empresa produza a sua propria energia e sensibilizar a população para a importância de poupar essa energia 2-Devemos fomentar e apoiar as comunidades energéticas 3-O governo deverá voltar a apoiar e valorizar a energia produzida e vendida em regime de micro-produção 4-Devem ser criadas regras para que se usem sempre que existam, zonas "inuteis" e "não impactadas" para a colocação de paineis solares ou outras estruturas de produção de energia verde, como telhados, minas abandonadas, zonas inferteis 5-O nosso territorio portugues tem de ser bem classificado em termos de valores naturais , culturais, humanos, e criar ferramentas que indiquem a sobrecarga já existente numa região ou zona, em termos de infraestruturas "industriais" , ou seja, se numa zona ja existem infraestruturas como parques solares e /ou aerogeradores e/ou barragens e/ou minas e/ou linhas de alta tensão, então definir limites para essa sobrecarga, e não aceitar novas instalações nessa zona que já atingiu o limite aceitavel O nosso pais, o nosso território, o nosso planeta é a nossa casa e a primeira prioridade é tratar dele. Sem uma casa saudavel, onde nos sintamos bem, de que vale a produção de energia "Verde" que afinal só	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121773	Discordância	Eu Sofia Santos, residente em Lisboa, Lumiar, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que aí vivem. 2. Falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, coberturas industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos adotados. 3. Risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. Turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos descaracterizam paisagens e reduzem o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. Perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. Benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. Especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. Insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121771	Geral	A omissão de elementos cartográficos que tornem possível uma análise concreta e detalhada dos locais previstos para a instalação das ZAER no território não possibilita uma análise efetiva à luz dos instrumentos de gestão territorial e florestal em vigor, bem como da concretização da estratégia municipal. Esta questão impossibilita uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos destes projetos, uma vez que não é possível perceber quais as ZAER previstas nem os fundamentos que estiveram na apresentação dos cálculos de áreas constantes no Quadro 15 do Relatório Temático. A representação constante das páginas 23 e 25 da Proposta de PSZAER é totalmente insatisfatória, não possibilitando uma perceção de localização no território concelhio, nem permitindo aferir qual a dimensão da área prevista para cada parque. Considera-se que os municípios deverão participar na definição e validação das áreas preferenciais para a instalação das ZAER, podendo inclusive corrigir limites, propor áreas alternativas, excluir áreas mediante fundamentação e estabelecer condições territoriais específicas, em defesa de valores concelhios consagrados no PDM. Às populações deverá ser igualmente dada a possibilidade de pronúncia antes da consolidação dos perímetros, com base em cartografia acessível por cada município e freguesia, sessões públicas de esclarecimento que incluam a apresentação das medidas de minimização dos impactos causados previstas. Ainda relativamente ao quadro 15, considera-se que deverá ser dada prioridade às situações de coincidência de potencial solar e eólico, utilizando as servidões eólicas, rentabilizando-as com infraestruturas solares, de modo a concentrar o sistema e a aproveitar as infraestruturas já existentes, quer em termos de acessos, quer em termos de preparação de terrenos. Deverá ser igualmente dada prioridade de ocupação de territórios já alterados por força da instalação de infraestruturas elétricas. Note-se que estas soluções apresentam múltiplas vantagens em termos de ocupação de solo e de minimização do impacto paisagístico. Considera-se que a localização destas ZAER deverá salvaguardar a aptidão agrícola e florestal dos solos, mesmo que fora da RAN, essenciais para a economia de subsistência da comunidade, de preferência em solos pedregosos, afastadas dos aglomerados urbanos e rurais. É imprescindível assegurar que as novas ZAER sejam implantadas em locais que não prejudiquem o normal desenvolvimento do concelho, em temos habitacionais nem de desenvolvimento económico, não colidindo nem impactando negativamente os espaços de atividades económicas em consolidação e a programar, nem os espaços habitacionais delimitados no PDM	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121770	Discordância	Assunto: Oposição à Delimitação da Zona de Aceleração Energética (ZAE) em São Domingos e Barrantes na Freguesia de Salir de Matos, concelho de Caldas da Rainha, distrito de Leiria. 1. Objeto da Discordância O presente relatório formaliza a total discordância relativamente à inclusão das localidades de São Domingos e Barrantes, situadas na freguesia de Salir de Matos, concelho das Caldas da Rainha, no mapeamento da Zona de Aceleração Energética (ZAE). 2. Fundamentos Principais A. Elevado Potencial e Aptidão Agrícola Uso do solo: As áreas visadas possuem uma identidade predominantemente agrícola, com culturas ativas e solos de elevada fertilidade. Impacto económico: A instalação de infraestruturas energéticas de grande escala destrói o tecido produtivo local.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121769	Discordância	Ich möchte dringend ein Gegenargument zur Einbeziehung der Serra da Gardunha und der Beira Baixa als Gebiete für große Solar- und Windkraftanlagen einbringen. Es ist wichtig, diese Region nicht als „Resterampe“ zu betrachten. Die Serra da Gardunha ist ein geschütztes Bergland von außergewöhnlicher Schönheit und sollte nicht für industrielle Projekte geopfert werden. Zudem leiden die Anwohner unter der Nähe solcher Anlagen. Ihre Lebensqualität könnte stark beeinträchtigt werden, während sie in der Aussicht auf eine natürliche und intakte Landschaft leben möchten. Ich bitte darum, die Serra da Gardunha und die Beira Baixa von den PSZAER auszunehmen und stattdessen auf bereits versiegelten Flächen oder Dächer zu setzen. Diese Vorgehensweise ist nicht nur umweltfreundlicher, sondern schützt auch unser kulturelles Erbe und die Lebensräume in diesen einzigartigen Gebieten.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121768	Discordância	Como descendente de pessoas que nasceram na aldeia do Louriçal do Campo, e considerando que passo muito tempo na aldeia uma vez que tenho casa na mesma, estou completamente contra qualquer tipo de intervenção que seja feita na zona, não existindo benefício nenhum para a população. Vão estragar a beleza natural da região e recursos super essenciais à sobrevivência da região.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121767	Discordância	Preservação dos nossos espaços verdes, sempre.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121766	Discordância	A forma como este processo está a ser gerido deixa-me apreensiva quanto às intenções reais subjacentes a esta proposta. Não vejo estudos de impacto que garantam a proteção dos nossos recursos para o futuro, o que me leva a crer que esta decisão carece de legitimidade democrática. É urgente uma pausa para uma reflexão séria e um debate verdadeiramente transparente.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121765	Discordância	Não concordo com mais este este absurdo . Querem destruir Portugal O projeto desviaria cursos de água superficiais e afetaria permanentemente as águas subterrâneas que existem nos nos montes. Poderia ainda contaminar o Rio Covas caso ocorresse uma ruptura da instalação de armazenamento de rejeitados de mina. A mina teria ainda impactos significativos na atividade económica já que alteraria o uso de solos hoje destinados à atividade agrícola, pecuária e florestal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121764	Discordância	A mina da Savannah não apresenta apenas um risco para o Barroso. A Declaração de Impacte Ambiental (DIA) não toma em conta um cenário de ruptura da estrutura de contenção de rejeitados prevista para o projeto e desconsidera os riscos que esta representaria para boa parte das populações que vivem nas margens dos rios Beça, Tâmega e Douro. Segundo um relatório elaborado pelo Dr. Steven Emerman, a rutura libertaria 8,5 milhões de metros cúbicos de resíduos de mina, com uma distância de escoamento de 86 quilómetros. Na pior das hipóteses (perda de 100% dos resíduos armazenados), a libertação de 30,5 milhões de metros cúbicos chegaria ao Oceano Atlântico (128 quilómetros de distância) durante o escoamento inicial. Devido à sua perigosidade, a estrutura proposta é considerada ilegal em vários países.	A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121763	Discordância	Não quero o meu país a parecer um espelho gigante, sem terrenos de pasto para animais e sem biosfera!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121762	Discordância	Pronúncia do Município de São Pedro do Sul sobre a proposta do Plano Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) O Município de São Pedro do Sul manifesta o seu parecer desfavorável à proposta do Plano Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a delimitação das áreas propostas não assegura uma adequada compatibilização entre os objetivos da transição energética e a salvaguarda dos valores ambientais, paisagísticos, patrimoniais, económicos e sociais do território. O Município reconhece a importância estratégica da produção de energia a partir de fontes renováveis e reafirma o seu compromisso com os objetivos nacionais e europeus de descarbonização. Todavia, entende que a aceleração da produção de energia renovável não pode comprometer os princípios do ordenamento do território, da sustentabilidade e da coesão territorial. No caso do Concelho de São Pedro do Sul, importa atender às suas características específicas, designadamente ao elevado valor dos seus recursos naturais, da paisagem, da biodiversidade, da floresta, da atividade agrícola e do património cultural, bem como à relevância do Turismo de natureza e do Termalismo enquanto pilares do desenvolvimento económico local. Estes ativos constituem fatores estratégicos de competitividade e de afirmação territorial, devendo ser objeto de especial proteção. A proposta de delimitação das Zonas de Aceleração não evidencia uma ponderação suficientemente detalhada das especificidades locais, uma vez que serão zonas onde existe um elevado valor paisagístico e, por outro lado, locais possivelmente potenciadores de zonas de lazer e turismo, dado que temos zonas ribeirinhas, como é o caso de Pindelo dos Milagres ao Sobral e Serrazes. Esta proposta afeta diretamente áreas empresariais do concelho onde se encontram empresas em atividade, comprometendo o potencial de expansão de áreas industriais e o desenvolvimento de atividades produtivas. Esta circunstância limitará a capacidade do Município de atração de investimento e desenvolvimento económico do concelho, contrariando os instrumentos de planeamento em vigor. Ademais, esta proposta colide com as áreas que, nos termos do PDM do Município, se encontram classificadas e destinadas à implantação de edificações para fins habitacionais. Esta sobreposição compromete a execução do nosso PDM e o desenvolvimento equilibrado dos aglomerados urbanos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121761	Discordância	Nome do representante: Fernanda Freire Paraíso E-mail: nnparaiso@gmail.com Profissão: Administração Central e Local ☐ Agricultura e Pescas ☐ Água e Resíduos ☐ Artes e Espetáculos ☐ Comércio e Serviços ☐ Comunicação Social ☐ Indústria ☐ Construção ☐ Outros x Município de residência: Cascais Documento: RELATÓRIO TEMÁTICO E INTEGRAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESPACIALIZADA Página(s): 12, 15 Comentário: ESTE ESTUDO PECA LOGO À PARTIDA POR NÃO TER SIDO CONSIDERADA A INFORMAÇÃO DOS PDMS, E PORTANTO DEVERIA ASSEGURAR QUE AS ZAER FICASSEM DEPENDENTES E SUJEITAS AOS PDM EM VIGOR. O mesmo se aplica à desconsiderar a REN como critério de exclusão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121760	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121759	Discordância	1. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existencia da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. 4. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. 5. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121758	Discordância	Portugal constitui uma área reduzida, com uma povoação (ainda) muito dispersa, o que naturalmente danifica a vida de muitas pessoas a instalação de painéis fotovoltaicos e outras fontes de obtenção de energias renováveis em tão largos hectares em determinadas regiões. Adicionando, queria acrescentar dois pontos de reflexão sucintos: 1) incompatibilidade com o Programa vigente de recuperação da biodiversidade na fauna e flora em Portugal - este PSZAER é totalmente incompatível com o Programa de preservação e recuperação da fauna e flora por motivos óbvios. Devemos deixar de adotar programas ambíguos e contraproducentes com outros já estabelecidos, para bem da otimização dos recursos que nos são disponibilizados e para definir um rumo concreto para este país, que tarda em chegar. 2) desconsideração pelas gentes do interior e políticas voltadas para a pressão da sobrelotação da região litoral - afinal devemos pensar em corrigir as assimetrias sociais, económicas e financeiras entre o interior e o litoral ou devastar e desertificar cada vez mais o interior?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121756	Discordância	Não a ocupação do território	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121755	Discordância	Não às energias verdes se forem à custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem natural e identitária de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121754	Discordância	Não concordo Manifesto a minha preocupação e oposição à utilização de cerca de 7% do território nacional para a implantação de centrais solares e parques eólicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121753	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que esta transição deve ser planeada de forma equilibrada, conciliando a produção de energia renovável com a proteção do património natural e da biodiversidade. A ocupação de grandes áreas de território poderá implicar a perda e fragmentação de habitats naturais, afetando florestas, ecossistemas e espécies que já se encontram sob pressão. Na minha perspetiva, a prioridade deveria ser a instalação de sistemas de produção de energia em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, zonas degradadas, parques de estacionamento e outras infraestruturas existentes, reduzindo assim a necessidade de ocupar espaços naturais. Solicito, por isso, que sejam ponderadas alternativas que minimizem os impactos ambientais e paisagísticos, assegurando que a expansão das energias renováveis seja compatível com a conservação da natureza e com uma gestão sustentável do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121752	Discordância	Senhores, Senhoras, Quero manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. O respeito pela nossa natureza e pelo nosso planeta deve ser uma prioridade em toda a Europa, incluindo Portugal, e é necessário aproveitar as oportunidades para utilizar áreas já urbanizadas (parques de estacionamento, telhados e paredes de edifícios industriais, telhados de casas, (auto-)estradas,...) para a produção de energias renováveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. A próxima geração já não encontrará um ambiente onde valha a pena viver. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121751	Discordância	Manifestamos discordância com o Programa Setorial das Zonas de Zceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) por violar o disposto no Artigo 66º da CRP, que garante o direito fundamental a um ambiente humano, sadio e equilibrado, exigindo o arquivamento imediato do projeto para proteção dos recursos naturais e da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121750	Discordância	Compreendo a necessidade de haver uma solução para a produção de energia mas enquanto todos os telhados e todos os parques de estacionamento não estiverem cobertos de energia solar não se devia falar em centrais de energia solar muito menos sem estidos de imacto ambiental! Ainda por cima o real benefício para o pais é nulo ou muito baixo. Pois são contrarados pessoas estrangeiras e relizados por empresas estrangeiras . A energia também será ela vendida ao estrangeiro! Os unicos que ganham são as empresas que realização estes mega projetos que destroem habitats e zonas florestais comprometendo a natureza. A natureza de Portugal também pode ser utilizada para realização de dinheiro investindo nas pessoas e ajudando a diminuir a desertificação e abandonnondo interior. Lá porque o interior está meio que abandonado não o torna local idial para a construção destas centrais. Outra questão que não está bem explicada é o reflorestamento quando estas centrais ficarem inativas... e estamos a falar em 10 anos... mas para colocar o painel solar cortam-se árvores que talvez tenhas mais de 100 anos! A energia verde não pode ser à custa da natureza. Deviamos aprender com o erro dos eucaliptos e o que deu o excesso! Se para colocar paineis se tem que cortar um numero elevado de árvores então essa energia deixa de ser verde!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121749	Discordância	No âmbito da consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), vem o Município de Ferreira do Zêzere apresentar a sua pronúncia, deliberando emitir parecer desfavorável à proposta atualmente submetida a consulta pública, pelas razões que se expõem no ofício n.º 5608 de 15.07.2026, anexo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121748	Discordância	1. Priorizar áreas artificializadas A instalação de energias renováveis deve privilegiar telhados de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas rodoviárias e ferroviárias e outras áreas já impermeabilizadas, reduzindo a ocupação de solos naturais e agrícolas. 2. Definir primeiro a área realmente necessária O Programa deveria partir da identificação da área estritamente necessária para cumprir as metas nacionais de energias renováveis até 2030, em vez de assinalar uma vasta parcela do território sem demonstrar essa necessidade. 3. Reduzir a dimensão das ZAER propostas A área identificada como potencialmente disponível para ZAER é considerada excessiva, criando incerteza nas populações e nos municípios e reduzindo a credibilidade do processo. 4. Maior transparência cartográfica Deve ser disponibilizada cartografia detalhada à escala municipal durante a consulta pública, permitindo aos cidadãos e aos municípios avaliar concretamente os impactos e apresentar contributos fundamentados. 5. Reforçar a participação pública	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121747	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121746	Discordância	Eu Pedro Miguel Abreu VieiraCoelho, residente em Lisboa, Amadora, Venteira, manifestão a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121745	Discordância	Transição energética sim. Ao preço do nosso património natural e social , não	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121744	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121743	Reclamação	Uma transição energética justa não pode acontecer à custa dos territórios e das populações que neles vivem."	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121742	Discordância	Existem formas de fazer o que se pretende sem prejudicar a natureza e o ambiente tão importante para os ecossistemas e para o ser humano pelo que não concordo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121741	Discordância	Proposta sem respeitar o ordenamento do território e sem estratégia real de balanço sobre impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121740	Discordância	Boa tarde, sou a Susana Pinto e sou residente no lindo concelho de Arouca,sempre muito traumatizado praticamente todos os anos pelos fogos ,mas tudo isso muito devido à infeliz monocultura do eucalipto, não sou contra o eucalipto mas sim a favor de uma floresta com uma boa mistura de árvores autóctones,e sim o eucalipto poderia estar inserido nesta mistura de floresta,onde poderiam existir mais castanheiros, carvalhos,azinheiras, sobreiros,oliveiras,medronheiros e tantas outras espécies que por conta delas teriam a capacidade de atrair muito mais espécies da nossa linda fauna autóctone. É claro que transformarmos a nossa floresta em deserto de painéis solares,vamos estar na época de verão com temperaturas todos os anos muito acima da média,e uma paisagem pobre , monótona e triste.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121738	Geral	No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), vem o município de Vila Pouca de Aguiar apresentar a presente participação.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121737	Discordância	No interior do país vivem pessoas. Muitas pessoas. Pessoas com vidas, trabalhos, família que querem preservar as suas terras, cultiva-las, cuidar da família e viver em comunhão com a natureza. Pessoas essas que vão ser afetadas muito afetadas por estas zonas. Estas zonas vão ter um impacto social e econômico grande nas populações e também na sua saúde. O interior onde o verde ainda se mantém tem que ser preservado pela saúde, pela ecologia, economia e pelas populações do interior e do país em geral. O interior é de todos os portugueses e não pode ser dizimado, destruído, aniquilado. As terras são das pessoas.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121736	Discordância	Não concordo com a simplificação dos processos de mega projetos para produção de energia renovável. A transição deve ser feita mas nunca à custa do meio ambiente, da morte de ecossistemas. Mega estruturas destas maioritariamente pelo interior do país vai provocar mais desertificação e ao abandono de parte do território, tão rico cultural e ambientalmente com ecossistemas específicos. Estes megaprojetos, e a sum simplificação para serem implementados são um desrespeito por parte da população portuguesa. Sou contra! Mafalda Catarino CC7692021	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121735	Discordância	Energia verde e renovável com a destruição da biodiversidade? Coloquem os paineis na cidade, vai ser mais útil para todos!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121734	Discordância	Assunto: Oposição à Delimitação da Zona de Aceleração Energética (ZAE) em São Domingos e Barrantes na Freguesia de Salir de Matos, concelho de Caldas da Rainha, distrito de Leiria. 1. Objeto da Discordância O presente relatório formaliza a total discordância relativamente à inclusão das localidades de São Domingos e Barrantes, situadas na freguesia de Salir de Matos, concelho das Caldas da Rainha, no mapeamento da Zona de Aceleração Energética (ZAE). 2. Fundamentos Principais A. Elevado Potencial e Aptidão Agrícola Uso do solo: As áreas visadas possuem uma identidade predominantemente agrícola, com culturas ativas e solos de elevada fertilidade. Impacto económico: A instalação de infraestruturas energéticas de grande escala destrói o tecido produtivo local.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121733	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121732	Discordância	E se aproveitassem todos os telhados de armazéns e áreas industriais pelo país para colocar painéis solares?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121731	Discordância	a luz é importante.. mas natureza esta cada vez mais destruida e tem de ser preservada.. existem estancionamentos, telhados .. e outros sitios de colocação e nao na natureza.. nao á destruição de arvores para paineis.. nao a essas paisagens sem nexo.. nao vamos repsirar painel pois nao???	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121730	Discordância	Parem de destruir natureza e coloquem painéis solares em espaços urbanos já existentes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121729	Reclamação	Eu rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121728	Discordância	Nunca uma energia é renovável/ limpa, quando para isso se destroi a floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121727	Discordância	A implantação destes parques deve ser preferencialmente feita em zonas já edificadas ou áreas realmente áridas, não prejudicando fauna e flora. O critério porém neste caso é o costume: defesa dos interesses das grandes empresas e não do ambiente e população	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121726	Discordância	Não se deve tentar resolver um problema criando outro muito maior. Formuladores de políticas energéticas que propoem soluções assim no mínimo estão a serviço do grande capital e deveriam ser exonerados e processados.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121725	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121724	Discordância	É insano o que estão a querer fazer. Usar a desculpa das energias renováveis para se apoderarem do planeta e destruí-lo. Tudo por interesses político-financeiros. Não há destruição do ecosistema. Existem formas muito melhores para a questão energética. Como por exemplo cada casa ter o seu proprio painel solar, cada predio ter o seu proprio painel solar usar os telhados para isso, sem prejudicar solo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121723	Discordância	Antes de ocupar novos terrenos, deve ser dada prioridade ao aproveitamento do enorme potencial existente nas superfícies já construídas. Muitos edifícios públicos, empresas, explorações agrícolas, parques de estacionamento e zonas industriais possuem áreas disponíveis que podem contribuir significativamente para a produção de energia renovável sem aumentar a pressão sobre o território. Defendo, por isso, uma política energética baseada nos seguintes princípios: Prioridade absoluta à instalação de painéis solares em telhados e coberturas existentes. Aproveitamento de áreas industriais, urbanas e terrenos degradados antes da utilização de solo natural. Proteção dos solos agrícolas com elevada capacidade produtiva. Proibição de instalação de grandes centrais fotovoltaicas em áreas florestais e agricolas. Promoção de soluções descentralizadas, próximas dos locais de consumo, reduzindo perdas na rede elétrica. Avaliação rigorosa dos impactos ambientais, paisagísticos e sociais antes da aprovação de novos projetos. A transição energética deve ser feita de forma equilibrada, conciliando a necessidade de produzir energia limpa com a proteção do território, da agricultura, das florestas e das gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na minha opinião deveríamos optar por comunidades de energia e infraestruturas das cidades. Utilizar as infraestruturas que já existem e nunca destruir o patrimônio natural.	Obrigada pela sua participação.
121722	Discordância	Na qualidade de cidadão que habita na região do Alentejo, manifesto a minha total discordância com o programa aqui apresentado e subscrevo o parecer emitido pela plataforma Juntos Pelo Divor. Sendo um documento bastante completo, pretendo ainda acrescentar alguns outros aspetos. Toda a lógica deste programa está montada única e exclusivamente para favorecer a instalação de centrais fotovoltaicas de grande (mega) dimensão, não cumprindo o interesse geral definido no RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), de que "os programas e os planos territoriais asseguram a harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intra e intergeracional na ocupação e utilização do território, assegurando a qualidade de vida e um equilibrado desenvolvimento socioeconómico às gerações presentes e futuras", dado que não tem em conta a qualidade de vida das pessoas que habitam os territórios afetados e prejudica o desenvolvimento económico das regiões cuja base da atividade económica possa estar sustentada na exploração dos recursos agrícolas e silvícolas, e/ou no turismo de qualidade. O programa apresentado assume na pág. 12 do documento "Integração da Informação Espacializada" que não foi possível consultar os PDM (Plano Diretor Municipal) em vigor no território nacional, sendo esse o nível de planeamento onde se procede à classificação do solo como rural ou urbano, e se qualifica o solo em categorias. A opção pela utilização da COS (Carta de Ocupação do Solo) como meio para se caracterizar o solo de todo o país, revela-se assim, uma solução totalmente equivocada, sabendo-se até que está desatualizada. De facto, já existem PDM em vigor, com regras aplicáveis à instalação deste tipo de ocupação do solo	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
121721	Discordância	Discordo	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121720	Discordância	Olá prezadas(os). Manifesto a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Reconheço a importância da transição para energias limpas, mas não considero aceitável que esse objetivo seja alcançado à custa da destruição de áreas verdes, ecossistemas e paisagens que constituem parte do nosso património natural. A sustentabilidade deve assentar num equilíbrio entre a produção de energia renovável e a preservação do território, privilegiando soluções que reduzam o impacto ambiental em vez de sacrificarem espaços de elevado valor ecológico. Se este caminho continuar a ser seguido sem a devida ponderação, corremos o risco de comprometer um legado ambiental que pertence às gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121719	Discordância	Gostaria de manifestar a minha forte oposição à inclusão da região da Serra da Gardunha/Beira Baixa no PSZAER para as grandes centrais de energia solar e eólica. A ausência de uma avaliação de impacto ambiental completa é alarmante, dado que esta região não é apenas uma paisagem pitoresca, mas um ecossistema vital que alberga diversas espécies de fauna e flora. Além disso, a potencial perturbação dos cursos de água locais e do abastecimento de água pode impactar severamente tanto as práticas agrícolas como o quotidiano dos residentes. Proteger a paisagem montanhosa única da Serra da Gardunha é essencial, pois representa o património cultural e natural da nossa região. Exorto os responsáveis pela tomada de decisões a excluírem esta área da consideração do PSZAER e a procurarem locais alternativos que não ameacem o nosso ambiente e os nossos recursos. Gerar a minha contribuição	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121718	Discordância	[08/07/2026 14:31] ASeema: TEXTO Aqui está um exemplo de texto útil para enviar e editar, ou você escrever o seu próprio, especificando o nome da nossa área e da freguesia. Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121717	Discordância	Há muitas formas de aproveitar energias renovaveis, como o fotovoltaico, sem ter de proceder a destruição de floresta ou campos agrícolas, como por exemplor aproveitar a área de telhado, seja privado, seja de empresas, parques de estacionamento, etc. O país tem cada vez menos sombra, se por exemplo se obrigasse/desse beneficios a quem constroi parques de estacionamento por estes adicionarem zonas cobertas com paineis solares, seria uma forma de aproveitar essas mesmas areas de exposição, e ao mesmo tempo fornecer sombra às pessoas. O mesmo se passa nas casas normais, usar o investimento necessário para estas zonas de produção de energias renováveis e financiar parte do investimento de quem estiver interessado a investir na sua própria casa, seria muito mais interessante. Em suma, não faz sentido destruir zonas verdes para colocar centrais de energias renováveis, até porque é uma antítese do que se pretende atingir, visto que as arvores e a vegetaçao no geral continuam a ser das formas mais eficientes de reter carbono fora da atmosfera. Se a manutençao da floresta, se aliar o facto de aproveitarmos areas urbanas para a producao de energia renovavel, como o solar, temos o melhor de dois Mundos. De mim nunca obterão aprovação para destruir o ambiente em nome da ecologia.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121716	Discordância	Venho por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa das Zonas de acelaração para a implantação de energias renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de aumentar as fontes renováveis. No entanto, considero que este programa não deve ser alcançado à custa da proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e qualidade de vida das populações locais. A criação de zonas de acelação pode conduzir a impactos ambientais, sociais e económicos específicos de cada local. Entendo que o desenvolvimento das energias renováveis deve assentar num planeamento equilibrado, priviliando a utilização de áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industrializados e outras zonas degradadas. Defendo igualmente que cada projeto deve continuar a ser sujeito a uma avaliação ambiental rigorosa e individualizada, garantindo que os seus impactos são devidamente analisados e que as populações afetadas têm uma participação efetiva no processo de decisão. Por estas razões, manifesto a minha oposição à forma como o programa das zonas de aceleração para a implantação de energias renováveis está concebido e apelo a que sejam adotadas soluções que conciliem a transição energética com a proteção do ambiente, do património natural e dos interesses das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121715	Discordância	Venho por este meio manifestar formalmente a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), no âmbito da consulta pública em curso. A minha oposição fundamenta-se nos seguintes pontos: Impacto Ambiental Negativo: A instalação massiva e acelerada de infraestruturas pode colocar em risco ecossistemas locais sensíveis, a biodiversidade e os recursos hídricos. Desvalorização do Território: A descaracterização da paisagem afeta negativamente o património natural, o turismo rural e a qualidade de vida das populações locais. Falta de Salvaguardas Sociais: O processo de aceleração não garante uma auscultação justa e o consentimento efetivo das comunidades afetadas. Prejuízo para a Agricultura: A ocupação de solos férteis por centrais energéticas ameaça a sustentabilidade agrícola e a soberania alimentar da região. Defendo a transição energética, mas esta deve ser feita de forma equilibrada, protegendo o território e as populações. Solicito a revisão integral deste plano. Melhores cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121714	Discordância	Eu, Iva Sofia Castro Oliveira, residente no concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, freguesia do Lumiar, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121712	Discordância	Nao concordo . triste so ter aqui maneira de dizer nao a este programa. Muitas pessoas em Portugal nao conseguem chegar ate o site para poder se exprimir.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121711	Discordância	Ex.mo (s) Senhores Em anexo segue o meu acto de participação cívica. Espero que seja respeitosamente tomado em linha de conta Com os meus melhores cumprimentos André Ventinhas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121710	Discordância	Não concordo com a colocação de painéis solares na minha região	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121709	Discordância	A proposta do PSZAER não pode transformar a transicão energética num processo de substituicão de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais. A aceleracão da implantacão de energias renováveis deve privilegiar áreas iá antropizadas, industriais dearadadas, artificializadas ou de reduzido valor ecolóaico, evitando a ocupação de florestas, habitats naturais e áreas com elevado valor para a biodiversidade e para os servicos dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121708	Discordância	A violação de vários artigos da Constituição Portuguesa é gritante. Como cidadã insurgo-me contra esta lei que tenta cilindrar os direitos constituidos. O direito á Natureza, á terra sustentável,a água e solo. É inconcebível dar de mão beijada o nosso território para produção de energia que não beneficia a factura ao fim do mês, que alimentará centro de dados que sugam água e energia. Literalmente tiram o pão da boca aos cidadãos. Digo Não!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121707	Discordância	Substituir espaço verde em território nacional para construção de “energias renováveis”/“verdes” nunca será a alternativa ecológica correta. Este programa foi criado e proposto sem pensar nas consequências para a fauna e flora portuguesa e apresentado de forma a que a oposição dos cidadãos portugueses não ganhasse tração a tempo de a contestarem com sucesso. Uma vergonha. Enquanto isso Portugal arde e parece que a política portuguesa só quer ver o país mais desbasto. Basta!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121706	Discordância	Eu Susana Cristina Gomes Martins, residente em Lisboa, na freguesia da Ventleira, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121705	Discordância	Venho assim expressar a minha discordância, entre vários outros motivos destaco os seguintes, colocando inicialmente duas questões, para a qual não encontro respostas: Importa saber quais as responsabilidades das empresas detentoras dos painéis solares face à sua remoção quando os materiais estiverem caducos, e quais as suas obrigações no desmantelamento total e tratamento dos resíduos, e o que é previsto acontecer no caso destas empresas abrirem falência. Será que ficarão centenas de lixeiras eletrónicas a céu aberto espalhadas pelos nossos territórios? Outra questão pertinente, não seria urgente para uma verdadeira transição energética a proibição do abate de árvores no território português, uma vez que se prevê o rápido aumento da sua desertificação? Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. Priorizar o que já está artificializado. Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem no vazio — decorrem de um modelo de crescimento do consumo que raramente é posto em causa. Não encontro neste programa qualquer pergunta sobre quanto precisamos realmente de produzir, para quem, com que modelo de distribuição e com que impacto acumulado sobre o território. A questão não é apenas onde instalamos os painéis — é quanto consumimos, e se esse consumo pode e deve	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121704	Discordância	Pontos prévios: 1.A corrida cega à descarbonização, em nome da salvaguarda do ambiente, está a destruí-lo. Só olhando para Portugal, a implantação de milhões de painéis fotovoltaicos e centenas de torres eólicas está já a empurrar para as gerações futuras o encargo de disporem do material obsoleto, apenas em pequena parte reciclável. 2. É absurdo basear a transição energética em material de tão baixa eficiência quanto os actuais painéis fotovoltaicos (25%, seriamente?...). 3.é absurdo apostar a transição energética em material tão exigente de espaço, seja no transporte, seja na implantação, como os actuais aero-geradores. 4. É evidentemente absurdo apostar em armazenamento de energia com recurso a minérios raros. 5. É absurda a destruição de muitos milhares de hectares de coberto vegetal, captadores naturais de CO2, para implantação de tecnologia em nome de menor produção de CO2. 6. ... já para não falarmos da disrupção de corredores ecológicos, impermeabilização de terrenos, alteração do ciclo da água, geral afectação da biodiversidade, destruição de paisagem e qualidade de vida... Enquanto a tecnologia existente não for aperfeiçoada - com investimento público para tal fim - deveria ser usada apenas em pequena escala: auto-consumo, comunidades energéticas. A sua implantação deveria apenas ocorrer em espaços artificializados/ "humanizados", mesmo com (muito) menores lucros para os operadores de energia. Assim, esta Proposta não seria necessária. Reconhecemos o mérito do esforço de elaboração da Proposta sob análise. Contudo, nota-se que não foram ao longo da sua elaboração consultados actores locais - municípios, associações várias (de moradores, ambientais, de agricultores, caçadores...), atirando-se para esta - curta - fase as suas reacções e contributos. As áreas propostas totalizam 7% do território continental, muito para lá da área necessária para cumprimento das metas do PNEC 2030 : é para evitar especulação imobiliária, podendo, contudo, abrir a porta à satisfação de interesses de grandes empresas operadoras? Os mapas disponibilizados são vagos, imprecisos. Pelo que dos mesmos se retira, algumas ZAER propostas aparentam não levar em conta projectos já em licenciamento, em construção ou já construídos, propiciando perigosa acumulação. Verifica-se isso, p.ex. nas serras algarvias, potencialmente afectando o corredor migratório sazonal da avifauna - já perigosamente afectado pelos parques eólicos existentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121703	Discordância	A terra é um bem escasso, Não existem evidências da forma como o terreno pode ser recuperado ao fim de 25 ou 30 anos, mais uma vez queremos avançar para algo que aparentemente vai gerar muitos lucros (para alguns) sem que as populações locais beneficiem poi o que sabemos até agora . Impactos Negativos: Compactação do Solo: Criação de um Microclima Perda de Carbono Orgânico Alteração Química:	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121702	Discordância	Enquanto seres humanos aprendemos muito pouco com erros do passado em relação à forma como consumimos os recursos deste planeta e como chegamos até aqui, espero que possam refletir e não apenas reagir e ver o dinheiro, há coisas que não tem preço. Deixem as nossas terras férteis intactas, construam por cima dos prédios.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121701	Discordância	Melhor manter a floresta 🙏🙏🙏	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121700	Discordância	Discordo completamente na alteração e destruição da nossa Biodiversidade para beneficio de interesses economicos que destroem a Natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121699	Discordância	Não deverá proseguir tal proposta absurda que quer passar por cima das leis e estudos de impacto ambiental, e desinformar os cidadãos sobre os locais de implementação destes projetos. É direito de todos opinar, concordar ou discordar com este tipo de projetos, seus locais e formas de implementação. Sim à democracia, não à corrupção.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121698	Discordância	Impensável. Isto não pode ser uma realidade em Portugal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121697	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas da nossa habitação e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121695	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121694	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Subscrevo na íntegra a opinião e os argumentos apresentados pelas plataformas cívicas: Plataforma Juntos pelo Divor - Paisagem e Património e Plataforma Nordeste Vivo.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121693	Discordância	Ajuda a salvar a natureza e o mundo rural!! 5 RAZÕES PARA LUTARMOS CONTRA AS PSZAER (Plataformas de Sobre-elevação de Zonas de Aceleração para Energias Renováveis): 1. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existencia da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. 4. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. 5. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121692	Discordância	Isto é uma total falta de respeito pela nossa paisagem e por qualquer futuro sustentável.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121691	Discordância	É, e será sempre inadmissível avançar com um projecto desta dimensão sem que se faça um estudo de impacto ambiental. Por outro lado, toda a informação disponibilizada é insuficiente.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121690	Discordância	A energia solar e a energia eólica não são o problema; o problema é a forma como estão a ser planeadas e implementadas. Para tal devemos ter em conta, o seguinte: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos. - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121689	Discordância	Não ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121688	Discordância	o futuro da energia limpa não pode sobrepor-se ao respeito pela natureza e pelas pessoas que habitam na gardunha. há que preservar a paisagem e toda a riqueza única dessa região.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121686	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Sou agricultor e trabalho diariamente com a terra. Conheço esta realidade de perto — vejo como territórios rurais são sistematicamente desvalorizados quando se trata de decisões sobre o seu futuro. Preocupa-me que critérios vagos permitam mega-projetos sem avaliação de impactes cumulativos, infraestruturas associadas ou participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização. Solicito que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: Critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos; Avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; Integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; Prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; Garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; Alteração do critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121685	Discordância	É ridiculo esta gente que não presta querer destruir o nosso país e substituir os nossos espaços verdes por painéis solares para vender energia a outros países onde o dinheiro todo vai para os bolsos deles. Vocês metem nojo. Só um palhaço acha que destuição de espalos verdes para pôr painéis solares é "energia verde". É preciso ser muito burro...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121684	Discordância	Na qualidade de munícipe com interesses no concelho de Oleiros, manifesto discordância e solicito a revisão do PSZAER, por entender que, tal como está desenhado, o programa privilegia a rapidez e a escala de implantação de grandes projetos renováveis em detrimento da proteção da natureza, da coesão territorial e da participação pública efetiva. Embora a aceleração das energias renováveis seja necessária, essa aceleração não pode ser feita à custa dos territórios de baixa densidade, nem à revelia das populações que aí vivem e trabalham, levantando dúvidas quanto à compatibilização entre expansão energética, proteção ambiental e respeito pelos instrumentos de gestão territorial. Em concelhos como Oleiros e, de forma mais ampla, na Beira Baixa, a preocupação é particularmente séria: o estado atual destes territórios, marcado por despovoamento, envelhecimento, risco de incêndio, degradação de solos e forte sensibilidade ecológica e paisagística, resulta também de decisões passadas que não tiveram em conta a especificidade local, as pessoas e a necessidade de adaptação às alterações climáticas. Há um receio legítimo de que a instalação intensiva de grandes projetos energéticos em solo rústico repita essa lógica, agravando fragilidades, comprometendo usos agrícolas e florestais e reduzindo, em vez de reforçar, a resiliência do território, em contradição com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados com energia limpa, redução de desigualdades, comunidades sustentáveis, ação climática, proteção da vida terrestre e instituições eficazes e participativas. Defende-se que as centrais de maior dimensão sejam prioritariamente localizadas em áreas já artificializadas (corredores viários e ferroviários, zonas industriais, coberturas urbanas, parques de estacionamento), enquanto no mundo rural a energia renovável deve privilegiar soluções de pequena escala, articuladas com pequenas unidades agrícolas, florestais ou agroflorestais, reforçando a sustentabilidade económico-financeira sem descaracterizar a paisagem. Solicita-se que o PSZAER integre salvaguardas obrigatórias como participação pública antecipada e influente, planos de benefícios locais transparentes, mecanismos de partilha de valor, proteção de recursos naturais, restauro ecológico com compromisso de desativação e recuperação integral das áreas, criação de emprego local estável e reforço da resiliência energética, garantindo assim uma transição energética justa, equilibrada e coerente com os ODS. José Barata de Almeida	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121683	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha profunda discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis (PSZAER), solicitando a sua revisão com base nos seguintes pontos (conforme fundamentação detalhada no documento anexo): 1 - Erros de Planeamento e Prazos Inadequados: O processo de delimitação das ZAER apresenta inconsistências graves e erros de sobreposição de critérios de exclusão já assinalados por vários municípios. Adicionalmente, o prazo de apenas 20 dias úteis é manifestamente insuficiente e desproporcional face ao enorme volume e complexidade técnica da documentação, especialmente por coincidir com o período estival de férias. 2- Modelo Centralizador e Desequilíbrio Territorial: O programa fomenta megaprojetos industriais (entre 100 e mais de 1000 hectares) que promovem a especulação fundiária de solos rústicos em prejuízo da agricultura, pastorícia e floresta. Ignora-se a produção descentralizada junto aos centros de consumo, criando zonas de sacrifício no interior sem qualquer benefício direto ou redução de custos de eletricidade para as populações locais. 3 - Contradição Ecológica e Desflorestação: Promover a desflorestação para instalar centrais de energia é um contrassenso ecológico grave, uma vez que a perda de coberto florestal é um dos maiores fatores de stresse ambiental em Portugal no âmbito das Alterações Globais. Não foram acautelados os custos-benefícios reais sobre a biodiversidade, linhas de água e paisagem. 4- Retrocesso Democrático e Ambiental: A proposta fragiliza as ferramentas de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de participação pública, facilitando a sobreposição de interesses económicos privados sobre as populações e os instrumentos de gestão do território local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
121682	Discordância	A implementação de projectos de energia renovável não deve ser feita à custa da extinção de flora e fauna. A natureza deve ser protegida pois sem ela não há vida. Devem ser avaliadas outras zonas para instalação dos equipamentos das energias renováveis que não impliquem a destruição da flora e da fauna.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121681	Discordância	Exmos Senhores, Maria Teresa Lourenço Ferreira Machado, na qualidade de cidadã, residente no concelho de Lisboa, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, como no caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER. O cumprimento das metas do PNEC2030, não deve impactar com a salvaguarda de recursos limitados e finitos como a água e o solo. Seguem os meus argumentos para rejeitar este plano.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação.
121680	Discordância	O PSZAER pode transformar profundamente o território português. Antes de acelerar o licenciamento de grandes projetos de energias renováveis, é essencial garantir que a transição energética não é feita à custa da natureza, da biodiversidade e das comunidades rurais. 16 razões para exigir a revisão do programa: ❌ 1. Identifica 455 837 hectares (cerca de 638 mil campos de futebol) para energias renováveis, incluindo áreas de elevado valor ecológico. ❌ 2. Abrange cerca de 5,1% do território nacional, quando a área necessária para cumprir as metas do PNEC 2030 seria muito inferior, menos de 1%. ❌ 3. Para a energia solar, prevê uma área cerca de 17 vezes superior à estimada como necessária para atingir a capacidade fotovoltaica centralizada prevista no PNEC 2030. ❌ 4. Não estabelece que a instalação de renováveis em áreas naturais seja uma solução de último recurso, privilegiando primeiro áreas já artificializadas. ❌ 5. Incentiva a expansão de megacentrais solares e parques eólicos em territórios rurais. ❌ 6. Não exclui de forma inequívoca habitats sensíveis, colocando em risco espécies ameaçadas como o lince-ibérico, a abetarda, o gato-bravo, o morcego-rato-pequeno, a águia-imperial-ibérica. ❌ 7. Não protege adequadamente os corredores ecológicos, aumentando o risco de fragmentação dos habitats e de perda de conectividade. ❌ 8. Não faz qualquer referência à proteção de peixes de água doce, anfíbios e répteis. ❌ 9. Ignora os impactos cumulativos da concentração de grandes projetos renováveis no território, na biodiversidade e nas populações. ❌ 10. Retira pomares e olivais dos critérios de exclusão, sem distinguir sistemas tradicionais de	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121679	Discordância	Destruir a natureza para implantar algo contra a natureza Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121678	Discordância	Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121677	Geral	A Endesa valoriza a criação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) como instrumento de previsibilidade, coordenação territorial e aceleração do licenciamento, contribuindo para os objetivos da RED III, do PNEC 2030 e da transição energética. Contudo, importa reforçar que as ZAER devem constituir um mecanismo de simplificação procedimental e não de exclusividade territorial. Os projetos localizados fora destas áreas devem continuar a ser avaliados com base nos seus méritos técnicos, ambientais, territoriais e económicos, evitando qualquer preferência administrativa implícita ou penalização indireta. Considera-se igualmente importante que as ZAER possam ser revistas periodicamente, permitindo integrar novas áreas com condições adequadas, bem como projetos em desenvolvimento, infraestruturas existentes ou planeadas e evoluções associadas ao planeamento da rede elétrica. O PSZAER deverá manter um caráter dinâmico e adaptável à evolução tecnológica, regulatória e infraestrutural. A delimitação das ZAER deve assentar numa visão integrada ambiental, territorial e energética. A aptidão do recurso renovável constitui condição necessária, mas insuficiente, devendo ser considerada a capacidade existente e futura das redes de transporte e distribuição, os reforços previstos, a proximidade às infraestruturas elétricas, os custos e prazos de ligação e a proximidade aos centros de consumo. Sem capacidade efetiva de receção e escoamento da energia, a aceleração do licenciamento terá eficácia limitada. Assim, o PSZAER deve reforçar a articulação com o planeamento da rede e promover uma visão integrada dos investimentos necessários à integração de nova capacidade renovável. A concretização dos objetivos da RED III exige uma verdadeira janela única de licenciamento, suportada numa plataforma digital interoperável entre as entidades competentes, com submissão única de elementos, partilha automática de informação, prazos vinculativos e limitação de pedidos sucessivos de esclarecimento. O incumprimento de prazos pelas entidades públicas deve produzir efeitos procedimentais efetivos, designadamente mecanismos de não oposição ou deferimento tácito quando legalmente admissíveis	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121675	Proposta concorrente	Manifesto a minha discordância com o PSZAER por considerar que a proposta prevê a ocupação excessiva de solos agrícolas e florestais, com graves impactos ambientais e territoriais. Entendo que o programa não respeita os objetivos de proteção ambiental nem privilegia a utilização de áreas já artificializadas, como telhados, parques de estacionamento e zonas industriais. Por isso, solicito a revisão do PSZAER, dando prioridade a estas áreas e garantindo uma melhor compatibilização com os instrumentos de gestão territorial.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121674	Discordância	o concelho da marinha grande já tem pouca floresta, após incêndios e tempestade. querem acabar com o resto da floresta? depois são os paineis solares que vão permitir uma vida mais saudável? são os paineis que vão fazer a fotossíntese? o lucro e os interesses não devia ser a prioridade. a MARINHA GRANDE não merece o que querem fazer, são extrações de areia, são paineis, são fogos, foi a tempestade...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121673	Discordância	O presente contributo para a Consulta Pública do Plano Sectorial para as Zonas de Aceleração de Energia Renovável (PSZAER) expõe as razões que fundamentam a oposição ao modelo atualmente proposto para a aceleração da transição energética em Portugal. Sem colocar em causa a importância estratégica da descarbonização, do reforço da produção de energia renovável e da necessidade de acelerar a transição energética, considera-se que o PSZAER adota uma abordagem excessivamente centrada na instalação de grandes parques solares e eólicos, em detrimento de soluções mais descentralizadas, participadas e adaptadas às especificidades dos diferentes territórios. Defende-se que esta opção pode comprometer a coesão territorial, reduzir a intervenção dos Municípios, limitar a participação das comunidades locais e provocar impactos significativos sobre o uso do solo, a paisagem, a atividade agrícola e florestal, a biodiversidade e a sustentabilidade económica e social de diversas regiões do País. O documento analisa criticamente os principais pressupostos e opções do Plano, identifica os seus potenciais impactos territoriais, económicos e sociais e apresenta propostas alternativas, alinhadas com as recomendações mais recentes das instituições europeias. Entre estas destacam-se a prioridade à utilização de áreas já artificializadas, o reforço das Comunidades de Energia Renovável e do autoconsumo, uma maior participação dos Municípios no processo de planeamento e decisão e uma eventual redefinição das Zonas de Aceleração baseada em critérios de proporcionalidade, equilíbrio territorial e participação pública. O objetivo deste contributo é defender uma transição energética que concilie os objetivos de descarbonização com a proteção dos recursos naturais, da paisagem, da soberania alimentar, da coesão territorial e dos princípios da boa governação, promovendo um modelo mais equilibrado, participado e sustentável para o futuro do território nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121670	Discordância	Nao	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121669	Discordância	Discordo que este tipo de projectos sejam implementados sem que sejam divulgados, clara e atempadamente, de forma a que todas as comunidades que possam, de alguma forma, vir a ser afectadas sejam amplamente esclarecidas e ouvidas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121668	Discordância	Discordo desta iniciativa, não respeita a natureza e o bem estar das pessoas, há outras alternativas mais sustentáveis para a “ plantação “ de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121667	Reclamação	Eu rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, da natureza, da biodiversidade, das comunidades locais e da participação democrática. Estes projetos surgem como forma de combate às alterações climáticas, energias limpas, mas estão a fazer exatamente o contrário ao destruir a natureza, a biodiversidade e a prejudicar claramente as populações. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, assim, que o PSZAER seja objeto de revisão antes da sua aprovação final, assegurando, entre outros aspetos: • a definição de critérios claros, objetivos e de cumprimento obrigatório que evitem uma concentração excessiva de projetos num mesmo território; • a realização obrigatória de avaliações dos impactes cumulativos resultantes da instalação de projetos e das respetivas infraestruturas associadas; • a inclusão expressa das linhas elétricas e de todas as restantes infraestruturas no âmbito da avaliação dos impactes; • a atribuição de prioridade efetiva a soluções de produção descentralizada de energia, ao autoconsumo, às	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121666	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo pôr em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. (continuação em anexo).	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121665	Discordância	O Planalto Mirandês não está à venda	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121664	Discordância	Este processo não me parece estar a ser bem gerido. Embora acho que energia renovável seja muito importante, de que nos vale sem ter o cuidado de fazer estudos de impacto ambiental. É destruir o ambiente enquanto se diz tentar protegê-lo. Para além de mais, para um projecto tão extenso, a documentação é densa e pouco divulgada, para além de parecer conter erros inadmissíveis para algo que terá tanto impacto no nosso país. Como é possível um município, por exemplo, ter dedicado às energias renováveis mais território do que existe? É o caso com Valongo, por exemplo, que atribui 9053 ha à eólica, quando o município só tem um total de 7512. É um nível de discuido que retira toda a confiança ao processo, para além de que inevitavelmente causará grandes problemas na fase da implementação, arriscando ao gasto de recursos ambientais e financeiras devido erros e falta de informação. Acho importante o desenvolvimento de energiaa renováveis, mas só quando estão alinhadas ao ambiente, e a apoiar as comunidades e ambientes regionais, não a destruí-los.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121663	Discordância	Manifesto o meu parecer desfavorável relativamente à proposta do PSZAER para este território. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis para o cumprimento das metas nacionais e europeias de descarbonização. Contudo, considero que esta transição deve ser adaptada às características de cada território e privilegiar soluções ambientalmente, economicamente e socialmente sustentáveis. O concelho da Marinha Grande possui uma forte componente florestal e industrial, importantes infraestruturas de gestão de resíduos, proximidade à Valorlis e estações de tratamento de águas residuais, reunindo condições excecionais para desenvolver modelos inovadores de produção de energia baseados na economia circular. Em vez de privilegiar a ocupação de novas áreas florestais e agrícolas com grandes parques fotovoltaicos, considero que devem ser prioritariamente aproveitados os recursos já existentes, nomeadamente a biomassa proveniente da gestão florestal, os resíduos verdes, os resíduos orgânicos, as lamas das ETAR e as extensas coberturas industriais disponíveis para instalação de sistemas fotovoltaicos. A valorização energética da biomassa através de tecnologias como a pirólise, a produção de biochar, o biogás e o biometano encontra-se alinhada com as políticas nacionais e europeias de economia circular e gestão sustentável da floresta, permitindo simultaneamente reduzir resíduos, diminuir o risco de incêndio, produzir energia renovável e criar valor económico. Diversos países europeus, como a Finlândia, Suécia, Alemanha, Dinamarca, Itália e Roménia, têm vindo a desenvolver projetos nestas áreas, demonstrando que existem alternativas tecnologicamente maduras e compatíveis com uma utilização mais eficiente dos recursos. Depois da tempestade de 28 de janeiro de 2025, que provocou danos muito significativos na Mata Nacional de Leiria e noutras áreas florestais do concelho, tornou-se ainda mais evidente a necessidade de proteger o património natural remanescente e de valorizar a enorme quantidade de biomassa resultante das operações de recuperação da floresta. Na minha opinião, a proposta do PSZAER não demonstra de forma suficientemente clara que foram	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121662	Discordância	A inclusão destas infraestruturas em zonas protegidas ou abrangidas por regimes de proteção da UNESCO incluindo os territórios limitrofes violam os interesses difusos relativos à paisagem de todos os cidadãos nacionais e internacionais. Do mesmo modo em zonas não abrangidas por estes regimes de proteção, é necessário proteger os mesmos interesses difusos à paisagem. Para além do direito à paisagem, é necessário ponderar com elevado rigor científico a alteração dos ecossistemas, a proteção dos solos, a proteção de habitats para animais, a proteção de espécies vegetais endémicas e a alteração da temperatura em territórios já assolados por elevadas temperaturas. Em países civilizados estão a colocar estas infraestruturas ao lado de auto-estradas e em zonas já ocupadas pelo homem.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121661	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e fl	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121659	Discordância	Venho, por este meio, mostrar o meu descontentamento perante este assunto. Sabemos e temos noção que o nosso planeta terra está a ser prejudicado massivamente pelas emissões que o Homem está a produzir, a nossa fauna e flora, assim como tudo aquilo que está envolvido, contudo acredito que de alguma forma pode haver uma diminuição na intensidade de poluente para a a nossa atmosfera e afins. DISCORDO, com a implementação destas energias renováveis, chamadas energias verdes, que muitos julgam ser uma mais valia para todos, mas na realidade nada disso acontece. Sabemos que tudo está à volta de interesses privados e governamentais, ao qual nada temos conhecimento e que tudo se encontra num processo "sombra". É inadmissível, não disponibilizarem aos nosso portugueses meios para investimentos agrícolas. Portugal podia crescer muito mais internamente sem dependências de externos e não, o importante é valorizar esses mesmos e desvalorizar tudo o que de bom Portugal tem para oferecer. Um dos pontos que mais me preocupa, é a produção e o fim de vida dos painéis solares exigem a utilização de matérias-primas e processos industriais que têm impactos ambientais significativos. A reciclagem destes equipamentos ainda enfrenta desafios, o que pode gerar resíduos difíceis de tratar no futuro. Tudo isto é vergonhoso termos um governo que é conivente com muita coisa que nos continua a prejudicar. Apelo, que sejam encontradas outras formas de ajudarmos a um Portugal limpo e sem "radicais" no nosso sistema interno.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121658	Discordância	Junto por um futuro melhor, olhando pelo futuro dos nossos. discordo completamente com a colocação dos painéis no território do concelho de mortágua Jamais poderei admitir a substituição de plantas (seres vivos), que libertam O2 e absorvem carbono por material inerte, provavelmente provocador de aquecimentos global por reflexão dos raios solares para a atmosfera, provocando aquecimento geral Não aceito a alteração da paisagem arbórea por uma imagem horrível que lembra morte. A produção de energia vai ser consumida nos grandes centros urbanos, não dando qualquer espécie de lucro aos locais onde é produzida. isto é uma forma de capitalismo selvagem, que só beneficia os grandes grupos económicos e/ou fundos capitalistas sem face.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121657	Discordância	Não concordo com estas atuações	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121656	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121655	Discordância	Conheço diversos casos concretos de implantação de painéis solares que suscitam preocupações ambientais relevantes. Na minha perspetiva, o impacto das energias renováveis, nomeadamente da energia solar fotovoltaica, pode revelar-se bastante negativo, quer a curto quer a longo prazo, devido às alterações provocadas nos ecossistemas e na paisagem. Por estas razões, manifesto a minha discordância relativamente à proposta PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121653	Discordância	Parem de destruir o pouco que resta da natureza do nosso país! Projecto ridículo para um país tão pequeno com tantos recursos naturais arrasados.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121652	Discordância	discordo com a implementação das fotovoltaicas na serra da Gardunha, porque é uma zona de paisagem protegida, com fauna e flora que deve ser protegida por todos nós	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121651	Discordância	Excesso e má planificação de áreas. Falta de esclarecimento efectivo da população. Devem ser usadas as áreas edificadas preferencialmente e não abater árvores e afectar solos com efectiva desvantagem ambiental. Isto tem de ser previamente debatido junto de todas as freguesias afectadas sob pena de ilegalidade, atentos os graves impactos para a qualidade de vida das populações e violação do interesse público. Está forma de divulgação não basta, e não informa de forma efectiva a população.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121650	Discordância	Na minha opinião, as áreas atualmente identificadas como potenciais ZAER em Mortágua merecem uma análise séria, equilibrada e transparente. Para além de que a população tem que ter uma opinião antes de decisões serem tomadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121648	Discordância	Não há destruição da floresta	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
121647	Discordância	Dediquemo-nos mais à agricultura e na plantação de árvores. Isso sim vai ser bom para a Humanidade.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121646	Discordância	Vimos por este meio apresentar em anexo a posição conjunta da CIM Médio Tejo e respetivos municípios.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121645	Sugestão	A Iberdrola reconhece e valoriza o esforço desenvolvido na elaboração do PSZAER, bem como a abrangência do trabalho realizado na identificação e caracterização das condicionantes ambientais, territoriais e patrimoniais relevantes para o desenvolvimento das energias renováveis. De uma forma geral, considera-se positiva a intenção de promover um enquadramento mais previsível e simplificado para o licenciamento de projetos renováveis, em linha com os objetivos da Diretiva RED III e das metas nacionais de transição energética. No entanto, entende-se que alguns aspetos da proposta poderão beneficiar de clarificação adicional, nomeadamente no que respeita ao equilíbrio entre a proteção dos valores ambientais e a disponibilização efetiva de áreas para o desenvolvimento de novos projetos. Em particular, a aplicação conjunta de diversos critérios de exclusão e condicionantes territoriais traduz-se numa redução significativa das áreas potencialmente elegíveis, pelo que seria útil reforçar a demonstração de como as áreas remanescentes permitirão cumprir os objetivos de aceleração da capacidade renovável. Considera-se igualmente importante clarificar o enquadramento dos projetos que venham a ser desenvolvidos fora das ZAER, assegurando previsibilidade regulatória e confiança aos investidores, bem como reforçar a articulação entre as ZAER e os Instrumentos de Gestão Territorial, promovendo uma aplicação harmonizada dos critérios em todo o território nacional. Adicionalmente, entende-se que os projetos de reequipamento, sobre-equipamento e hibridização merecem um enquadramento particularmente favorável, atendendo ao seu potencial para aumentar a capacidade instalada recorrendo a infraestruturas existentes e minimizando a necessidade de ocupação de novas áreas. Por fim, seria desejável uma maior clarificação dos mecanismos de benefícios para as comunidades locais, contribuindo para uma melhor compreensão do respetivo enquadramento e para uma maior previsibilidade na avaliação dos projetos. Em síntese, a Iberdrola considera que a versão final do PSZAER representa uma importante oportunidade para consolidar um quadro de desenvolvimento das energias renováveis que conjugue proteção ambiental, previsibilidade regulatória e promoção do investimento, contribuindo de forma eficaz para o cumprimento	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121644	Discordância	Eu rejeito a implementação de projetos de escala muito grande que descaracterizem o património natural e comprometam o progresso local	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121643	Discordância	Eu sou da opinião de que tudo o que envolva desflorestação, seja ela premeditada ou não (fogos florestais), o nosso esforço devia de estar em replantar. Não digo que as energias renováveis não sejam importantes, mas acho importante explorar soluções como painéis solares flutuantes para colocar em barragens ou mais apoios para os particulares se tornarem autosuficientes. Projectos como este não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121642	Discordância	Deixem a nossa natureza em paz. Energias renovável é aprender a não chegarmos ao ponto de chegar aí.. aprender a não desperdiçar tanto recursos!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121641	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121640	Discordância	Parecer do Município da Sertã	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121638	Discordância	Não disponho de informação suficiente sobre este projeto para compreender plenamente o seu impacto. Preocupo-me com o ambiente, a preservação e o bem-estar das populações do nosso país, mas também com os animais e toda a história que os diferentes locais encerram. Antes de tomarmos uma decisão, temos de garantir que o projeto é compreendido por todos. Peço mais clareza a este respeito.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121637	Discordância	Oponho-me a este programa. É necessário não comprometer território natural. Não é de todo sustentável, destruir natureza para se implementar plano de energias renováveis. É preciso planear e pensar essa necessidade, por exemplo nas cidades, através de metodologias que possam ser utilizadas em estruturas já existentes (fachadas de edifícios, coberturas, ...). De certeza que se encontrará solução de convivência possível sem nos criar poluição visual ou causar perda de território natural, esse sim, imprescindível à nossa vida. Não se faça greenwashing na política, que deve servir o bem comum.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121636	Discordância	Assunto: Parecer Desfavorável ao PSZAER – Impactos Ambientais e Ecológicos no Território Exmos. Senhores, Venho, no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestar a minha oposição formal à proposta na sua versão atual, fundamentada nos graves impactos ambientais que este modelo de intervenção acarreta para o território nacional. 1. Ameaça à Biodiversidade e a Espécies Ameaçadas O PSZAER identifica extensas áreas que coincidem com habitats de elevado valor ecológico, comprometendo a conservação de espécies classificadas como "em perigo" ou "criticamente em perigo" de extinção . A proposta não garante a salvaguarda de corredores ecológicos fundamentais, como o Corredor Migratório das Serras Algarvias, utilizado por milhares de aves durante a migração outonal, nem assegura a integridade das ligações entre a Serra de Monchique, a Serra do Caldeirão, o Vale do Guadiana e a Estremadura espanhola . Entre os habitats afetados encontram-se montados, mosaicos agroflorestais de azinheira e sobreiro, zonas de semiestepe e planícies, essenciais para espécies como o abutre-preto, a cegonha-preta, a águia-imperial-ibérica, a abetarda, o sisão e o lince-ibérico . No caso do lince-ibérico, o plano inclui áreas de reprodução e expansão da espécie no nordeste algarvio, comprometendo décadas de investimento público e científico na	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121635	Discordância	Deixo aqui o meu desagrado com o avanço desta proposta pois acredito que poderá vir a ter um impacto bastante negativo quer para o meio ambiente, quer para as populações locais. Existem muitas outras medidas muito mais sustentáveis que esta que deveriam ser consideradas a propósito da dita transição energética. Oiçam, por favor as comunidades locais e não apenas os especialistas que pouca noção têm acerca das realidades locais.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121634	Discordância	Todo o território nacional deve ser sujeito a uma avaliação prévia pela APA e ICNF, todos sabemos da importância das energias renováveis mas nunca deve ser feito "retirando" território florestal ou agrícola bastante necessário ao nosso país. Somos dos países que já mais produzem energia renovável, ja daria para sustentar a população portuguesa durante muitos meses, atrevo-me a dizer talvez até ja se produza o suficiente para sustentar anualmente a população. Vivemos num ambiente cada vez mais quente e apesar dos benefícios que traz a energia renovável também esta estudado o impacto que campos de painéis solares têm no aumento significativo da temperatura no local onde estão inseridos. Deve existir um planeamento feito com todas as entidades portuguesas e não apenas uma entidade a decidir onde e como colocar estes moinhos / painéis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121632	Discordância	Discordo do programa por considerar que este afeta negativamente as zonas rurais em particular e o país de uma forma geral, quer ao nível socioeconómico, quer ao nível ecológico. Até quando iremos insistir que "plantar pomares de ferro", carregados de componentes altamente poluentes no seu processo de fabrico, será melhor que plantar pomares de verdade, promovendo uma maior consciencialização da verdadeira ecologia? Não se trata de fazer mais pelo planeta, trata-se de fazer melhor!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121631	Discordância	Discordo do programa nos termos em que é apresentado. A adoção de fontes renováveis não é, por si só, sinónimo de desenvolvimento sustentável nem garante a resiliência do sistema energético. Sustentabilidade implica equilíbrio entre produção de energia, preservação do solo, biodiversidade e uso do território e não apenas substituição da matriz energética. A ocupação massiva de solos com painéis fotovoltaicos, tal como delimitada nas Zonas de Aceleração propostas, compromete usos alternativos do território (agricultura, floresta, ecossistemas) e não constitui, do ponto de vista estratégico, a melhor opção para o país. A artificialização em larga escala de solo tem impactes que o programa não pondera de forma adequada. Acresce a preocupação com a titularidade e o destino económico destes projetos: uma parte significativa do investimento e da capacidade instalada acaba associada a interesses que não são exclusivamente nacionais, o que levanta questões de soberania energética e de retorno efetivo do benefício para o país e para as populações onde estas infraestruturas se instalam. Por estas razões, considero que o PSZAER deveria ser revisto de forma a incluir critérios mais restritivos de localização, avaliação de impacte cumulativo no solo e no território, e salvaguardas relativas ao controlo e benefício nacional dos projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121630	Discordância	Com as ZAER e as medidas de facilitação concedidas aos empreendedores e aos fundos de investimento privados, esta aceleração conduziria a um verdadeiro desastre. Representaria uma desvalorização dos valores e direitos fundamentais associados ao ambiente, ao ordenamento do território e à paisagem, colocaria em risco as economias locais e contribuiria para a desregulação dos preços do solo rústico. Por isso não podem avançar!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
121629	Discordância	A presente pronúncia formaliza uma firme discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora a transição energética seja uma prioridade nacional inquestionável, o modelo apresentado compromete gravemente o território, a biodiversidade e os direitos das populações. Em primeiro lugar, a consulta pública carece de transparência pela ausência de uma cartografia concreta e acessível desde o início do processo, o que impede os cidadãos de compreenderem o impacto geográfico real destas zonas no terreno. Em segundo lugar, a dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) individualizada para projetos dentro das zonas de aceleração constitui um retrocesso ecológico inaceitável. A avaliação macro do programa é manifestamente insuficiente para prever os impactos cumulativos locais em ecossistemas sensíveis e recursos hídricos. Por fim, a sobreposição destas áreas industriais a terrenos de aptidão agrícola, florestal e turística colide com o ordenamento do território e desconsidera as populações locais, que suportarão o impacto visual e ambiental sem garantias de benefícios diretos. Exige-se a revisão do programa, a disponibilização pública de toda a cartografia detalhada e a manutenção do rigor nos licenciamentos através de processos de AIA individuais e transparentes.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121628	Discordância	Mais uma tentativa de implementação de megaprojetos que já foram reiteradamente reprovados pela população! Respeitem a população! Por nos não passarão...	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
121627	Discordância	Protejam antes de mais, a natureza. Sem ela ninguém vive e nada prospera.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121626	Discordância	sou residente em vila nova de famalicão mas respiro do ar gerado pelas mesmas arvores que es senhores, por todas as árvores espalhadas pelo país fora incluindo areas que vocês querem desflorestar em nome da energia verde??? que energia é que pode ser considerada verde se começa com o desflorestamento? que energia pode ser mais renovável e auto sustentável do que a gerada por uma árvore, que continuamente capta co2 e gera oxigénio? as arvores ja estão a fazer o seu trabalho e bem! o vosso tipo de energia não substitui o trabalho feito pelas arvores, pelo contrario, então quem é que vocês são para as matar em nome de uma energia amiga do ambiente??? e como pode ser amiga do ambiente querendo passar a frente de uma avaliação de impacto? sao amigos do lucro e é só. nao passarão!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121625	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121624	Discordância	A proposta parece validar estas instalações sem a devida análise individual de cada caso , o que me parece nocivo para as pessoas e natureza .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121623	Concordância	Sim por favor farto de urbanizcao	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121622	Concordância	Manifesto o meu apoio à implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que constitui uma medida importante para acelerar a transição energética em Portugal, reduzir a dependência de combustíveis fósseis e reforçar a segurança do abastecimento energético. A definição prévia de zonas adequadas para a instalação de projetos de energias renováveis permite um planeamento mais eficiente, maior previsibilidade para investidores e uma redução dos conflitos territoriais, desde que sejam assegardadas avaliações ambientais rigorosas e a proteção dos ecossistemas mais sensíveis. Considero ainda que este programa poderá contribuir para o desenvolvimento económico, a criação de emprego e a promoção da inovação tecnológica, sem descurar a participação das comunidades locais e a compatibilização com outros usos do território. Assim, apoio a aprovação e implementação do PSZAER, defendendo que o seu desenvolvimento continue a equilibrar os objetivos de descarbonização com a preservação do património natural, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121620	Discordância	Progredir sem destruir a natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121619	Discordância	Um projeto pseudo-verde, que atenta completamente contra o património natural da nossa Pátria.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121618	Discordância	Não ao fim do planeta terra. Vao destruir tudo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121617	Discordância	É essencial que a transição energética não sirva de pretexto para acelerar a destruição do território. Combater as alterações climáticas não pode significar substituir paisagens naturais, solos agrícolas e biodiversidade por verdadeiros desertos de painéis solares e outras infraestruturas, sem um planeamento equilibrado e participação das comunidades. O "verde" só é verdadeiramente sustentável quando protege também o território, a natureza e a qualidade de vida das pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121616	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121615	Discordância	Esta iniciativa promove a falta de trasnparencia e a falta de respeito para com o território e para co. Os s3ues cidadãos, facilita a implementação de crimes sociais e ambientais e serve apenas os interesses económicos do sector energético. Considero esta iniciativa vergonhosa e em nada benéfica ao interesse nacional	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121614	Discordância	Exmos. Senhores, Venho manifestar a minha forte oposição ao atual plano PSZAER e à forma como está a ser conduzida a expansão das energias renováveis no Alentejo. O discurso da transição ecológica não pode servir para justificar a transformação de vastas áreas naturais, florestais e agrícolas em zonas industriais de produção de energia. O que está em causa parece ser, sobretudo, a criação de uma enorme capacidade energética para alimentar os futuros projetos industriais de Sines,muitos deles associados a grandes investimentos estrangeiros, enquanto os custos ambientais e territoriais serão suportados pelas populações locais e pelo território português. transferindo os custos ambientais para os territórios rurais e para as populações locais que deles dependem.O Alentejo não é um território vazio. É uma paisagem viva, com ecossistemas únicos, onde sobrevivem espécies ameaçadas como o lince-ibérico, importantes aves de rapina e inúmeras espécies migratórias que utilizam esta região como corredor essencial entre a Europa e África.A destruição e fragmentação dos habitats, a ocupação dos montados de sobro e azinho e a alteração irreversível das paisagens representam uma perda que não pode ser compensada apenas pela produção de megawatts. Solicito uma revisão profunda do PSZAER, com uma avaliação transparente dos impactos ambientais, económicos e sociais, colocando a proteção do território e o interesse das populações no centro das decisões.Com os melhores cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121613	Discordância	A Natureza não pode ser destruída e as pessoas não podem ser destituídas quer do seu sustento económico quer do ambiente natural que as rodeia.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121612	Discordância	Como Cidadão preocupam-me todas as acções que possam levar a uma diminuição da segurança, sustentabilidade e qualidade de vida das populações principalmente aquelas que, por incorrecto ou ausência de estudo prévio sério e completo, manifesta negligência ou cego interesse corporativo alheio a consequências nefastas a curto, médio ou longo prazo, venham degradar em imprevisível escala valores de qualidade ambiental, segurança humana, biodiversidade, património ambiental, paisagem, entre outros. Os triliões envolvidos neste projecto da mega-instalação de painéis fotovoltáicos em terrenos agrícolas à beira de Évora fazem com que a magnitude da pressão, resultante deste poder económico colossal, para o atropelamento e menosprezo dos procedimentso e acautelamentos legais dos perigos inerentes a este projecto, seja igualmente colossal. Individualmente é impossível operar qualquer resistência ou esclarecimento de vulto com consequência. Nesse sentido delego no Grupo Pró-Évora(GPE), com um historial de peso na defesa do interesse das populações e do património da região, a defesa na exigência do cumprimento dos pressupostos legais referentes a este projecto. Luís Inocentes Viana do Alentejo c.c. 6081502	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121611	Discordância	Este projeto irá destruir e descaracterizar o património natural do país. Contribuirá para a o prejuízo das populações rurais. Resumindo, é prejudicial a nível socioeconomico e ecológico tanto para as populações locais como para o país no geral.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121610	Discordância	Não ao projeto de energia	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121609	Discordância	Porquê desertificar território em vez de se instalarem as energias renováveis em áreas ocupadas, como parques de estacionamento, telhados,. Como é que estes sistemas vão preservar o território e a biodiversidade? As energias renováveis são bem-vindas, mas não para desertificar o território, desflorestar. Potenciar ainda mais o aumento da temperatura global. Deixar de usar combustíveis fósseis, mas matar tudo para termos renováveis, não faz sentido.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121608	Discordância	Venho demonstrar a minha discordância com este projecto pous considero que viola direitos fundamentais da Constituição Portuguesa. Como cidadã sinto que o direito á água , solo e natureza são essenciais á sobrevivência de um povo e não são respeitados por este projecto. Isto é matar a nossa identidade para alimentar tecnologia. Eu não como painéis. O país não é da classe política!!!!! O país é todo um povo, com as suas tradições, paisagens e elementos naturais que lhe confere a sua beleza. Vocês estão a matar o país e o povo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121607	Discordância	Utilizem os edifícios públicos e privados para implementar os painéis solares. Chega de destruir o nosso habitat selvagem e o nosso meio AMBIENTE!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121606	Discordância	Tornar a paisagem num amontoado de painéis solares não parece ser a forma mais eficaz de contribuir para uma energia limpa. Cortar árvores e tornar os terrenos estéreis não me parece ser uma forma de proteger o nosso património.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121605	Discordância	Não destruam as nossas florestas. Aproveitem as cidades e o betão para implementar estes projetos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121604	Discordância	Cresci na montanha, ela é o meu jardim, o ar que respiro, a vida vegetal e animal que adoro, por favor não a destruam!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121603	Discordância	Discordo completamente com este projeto que tem como objetivo simplesmente substituir florestas e terrenos adequados à agricultura por painéis fotovoltaicos. De que forma vamos "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" se substituímos terrenos verdes com painéis negros? De que forma pretendem manter a biodiversidade de espécies se deixa de existir árvores, fonte de alimento e de abrigo? De que forma pretendem "Criar oportunidades de emprego verde e de desenvolvimento económico local, promovendo a participação das comunidades nas áreas de influência das ZAER" se os proprietários dos terrenos, muitos que praticam agricultura de subsistência, serão forçados a ficar sem eles? Regiões que primam pela sua beleza natural precisamente pela existência de floresta e que podem ser valorizadas pelo turismo deixam de ser. Quem é que quer ir para um local com uma paisagem negra? Que tipo de funções profissionais podem as pessoas exercer por colocar painéis fotovoltaicos, sendo eles de baixa manutenção? Acredito que este objetivo seja algo muito bonito de se colocar no relatório mas sem nenhuma aplicação prática, será precisamente ao contrário, apenas contribui para a degradação e desertificação destes territórios e desfavorecer uma vez mais as pessoas resilientes que habitam a região interior do país. Estou de acordo com a necessidade de novas formas de energia mas não esta forma. A verdadeira transição energética não implica destruição, caso contrário a chamada energia limpa deixa de o ser. Porquê não cobrir os telhados das habitações, parques de estacionamento que tanto abundam nas cidades e não só com estas estruturas? Com certeza é mais fácil converter um terreno agrícola, mas pretendemos realmente melhorar este planeta ou apenas cumprir metas de sustentabilidade e de lucro? Preferia realmente que aprendêssemos com os erros dos nossos antepassados e que desta vez a escolha	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121602	Discordância	Não, vejo um beneficio direto para as populações. O impacto ecológico, nas regiões é negativo na fauna e na flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121601	Discordância	Não podemos estragar o ambiente para criar energia, esta não é verde, é negra acabem com as mega plantações de painéis solares, ponham nas construções, a cobrir parques de estacionamento, etc, não sejam os carrascos do ambiente, is vossos filhos, netos, bisnetos, etc, vão viver no ambiente que vocês ajudaram a destruir	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121598	Discordância	Eu, Inês Coelho Figueiredo de Almeida Luís (CC 12833004), residente em Lisboa, Penha de França , venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121596	Sugestão	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121595	Discordância	Good Afternoon, Any proposed development regardless of its nature must always have an environmental impact assessment. It is likely that increasing energy demands will facilitate the construction of large solar farms, however the spatial planning of these must be done following the correct protocol, including an environmental impact assessment. Yours sincerely, Peter West MSc.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121594	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121593	Discordância	Venho apresentar a minha participação no âmbito da consulta pública ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestando a minha discordância relativamente à instalação de projetos de energias renováveis em áreas florestais que impliquem desmatamento. Quero deixar claro que sou totalmente favorável ao desenvolvimento das energias renováveis e à necessidade de acelerar a transição energética. Considero que a produção de energia limpa é fundamental para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e combater as alterações climáticas. Contudo, não considero aceitável que esse objetivo seja alcançado através da destruição de florestas e de habitats naturais. As florestas constituem um dos mais importantes aliados no combate às alterações climáticas, uma vez que capturam carbono, regulam o clima, protegem os solos, preservam a biodiversidade e contribuem para a qualidade de vida das populações. Desmatar áreas florestais para instalar infraestruturas energéticas parece contradizer os próprios objetivos ambientais que o PSZAER pretende promover. Antes de recorrer à ocupação de espaços naturais, devem ser privilegiadas soluções que aproveitem áreas já artificializadas e sem valor ecológico significativo, como as coberturas de edifícios públicos, escolas, hospitais, instalações industriais, armazéns, parques de estacionamento e outras infraestruturas urbanas. Estas opções permitem aumentar significativamente a capacidade de produção de energia renovável, reduzindo simultaneamente os impactos ambientais e paisagísticos. Considero igualmente importante que o planeamento destas zonas respeite os princípios da precaução, da sustentabilidade e da proteção do património natural, assegurando que a expansão das energias renováveis	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121592	Discordância	Portugal é reconhecido pela tua natureza e por ser um destino de paisagens magnificas, 7% por nosso território comprometido com este programa parece-me um tiro nos dois pés. A nossa actividade económica depende do turismo. Este programa não me parece ser alinhado com a reputação que temos enquanto pais. Acho que deverá haver melhores soluções para chegar a produção de energia, que não comprometam o território natural que temos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121591	Discordância	Precisamos de mais floresta e menos painéis. A natureza é vida.Plantem mais árvores. Não destruam a Natureza.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121590	Discordância	Absolutamente contra. 1% da area ocupada seria mais que suficiente segundo a Quercus . Como sempre os governos não ouvem as associações ambientais credíveis, abrindo precedentes a futuros abusos em detrimento das zonas verdes e ecológicas, deixando em perigo toda uma fauna e flora dependente desses habitats naturais. Sejam por Portugal e não pelos interesses económicos que movem tudo isto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121589	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã residente em Portugal, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem em documento anexo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Eduarda Lima cc nº11291913 Lisboa, 15 Julho 2026	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121588	Discordância	Discordo totalmente, pois dentro de poucos anos por causa dos urbano depressivos e pseudó ambientalistas vamos deixar de ter terreno com plantas, arbustos e árvores, para termos apenas centrais fotovoltaicas e parques eólicos, com tudo o que de nefasto e negativo isso acarreta, apenas com a intenção de encher o bolso a meia dúzia de "iluminados".	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121587	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, na medida em que a sua implementação, tal como atualmente prevista, poderá gerar impactos significativos e negativos nas zonas rurais do país. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis, considero que esta não deve ser realizada à custa da descaracterização dos territórios rurais, da degradação da qualidade de vida das populações locais e da ocupação extensiva de áreas habitadas e produtivas. As zonas rurais não podem ser encaradas como espaços vazios ou disponíveis para uma industrialização em larga escala. São territórios vivos, com comunidades, atividades económicas, património cultural, paisagens e ecossistemas que desempenham um papel fundamental no equilíbrio social, ambiental e económico do país. A instalação massiva de quilómetros de painéis solares e outras infraestruturas energéticas pode alterar profundamente a identidade destes locais, afetando a agricultura, o turismo, a biodiversidade e o bem-estar das populações residentes. Importa igualmente considerar os impactos ecológicos associados à ocupação de vastas áreas de solo natural ou agrícola, incluindo a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade e a alteração dos equilíbrios ambientais locais. A proteção do ambiente não deve limitar-se à redução das emissões de carbono, devendo também salvaguardar os ecossistemas e os recursos naturais existentes. Entendo que o desenvolvimento das energias renováveis deve seguir uma abordagem mais equilibrada, responsável e territorialmente sustentável. Nesse sentido, defendo que seja dada prioridade à instalação de sistemas solares em telhados de habitações, edifícios públicos, instalações industriais, parques de estacionamento, zonas urbanizadas e outras áreas já artificializadas, reduzindo a necessidade de ocupar extensivamente solos rurais e espaços naturais. A transição energética é um objetivo coletivo importante, mas deve ser conduzida de forma justa, ponderada e com respeito pelas populações locais e pelos territórios afetados. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre as metas energéticas, a proteção ambiental e a preservação da coesão social e económica do país.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121586	Sugestão	Considero que a instalação de centrais fotovoltaicas deve privilegiar, em primeiro lugar, áreas já artificializadas ou impermeabilizadas, evitando a ocupação de solos naturais, agrícolas ou com funções ecológicas, mesmo que já se tenham excluído as área de Rede Natura, Parques entre outras de maior valor ecológico. Existem inúmeras alternativas que permitem aumentar significativamente a capacidade de produção de energia renovável sem comprometer o património natural, nomeadamente através da instalação de painéis fotovoltaicos em coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, infraestruturas viárias e outras superfícies já artificializadas. Paralelamente, o desenvolvimento tecnológico tem vindo a demonstrar soluções cada vez mais eficientes, como a integração de painéis em fachadas, janelas e outras superfícies verticais, permitindo maximizar a produção energética sem necessidade de ocupar novos solos. Num país particularmente vulnerável às alterações climáticas, à degradação dos solos, à perda de matéria orgânica, à erosão, à desertificação e à crescente frequência e intensidade dos períodos de seca, torna-se incompreensível que se continue a promover a ocupação de áreas verdes para fins energéticos quando existem alternativas viáveis em espaços já transformados pelo Homem. O solo constitui um recurso natural não renovável à escala humana e desempenha funções essenciais na infiltração e armazenamento de água, na regulação do clima, no sequestro de carbono, na conservação da biodiversidade e na produção alimentar. A sua artificialização ou ocupação representa uma perda significativa destes serviços dos ecossistemas, agravando a vulnerabilidade do território às alterações climáticas. Neste contexto, causa particular preocupação verificar que, apesar de ter sido efetuado um levantamento das zonas industriais e de outras áreas artificializadas com potencial para acolher sistemas fotovoltaicos, a capacidade instalada prevista nestes espaços é inferior à projetada para outras tipologias territoriais, incluindo áreas residenciais e, sobretudo, áreas naturais ou agrícolas. Esta opção de planeamento parece contrariar os princípios da hierarquia de ocupação do solo, da eficiência territorial e da minimização dos impactes ambientais, que deveriam orientar uma estratégia nacional de transição energética verdadeiramente sustentável. A produção de energia renovável é um objetivo estratégico que importa prosseguir. Contudo, a transição energética não deve ocorrer à custa da perda de capital natural. Pelo contrário, deve constituir uma oportunidade para compatibilizar a descarbonização da economia com a conservação dos solos, da	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121585	Discordância	Não concordo com esta medida	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121584	Discordância	Documento em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121583	Discordância	A natureza não pode continuar a ser destruída à custa das supostas "energias verdes". Se para ter energia verde é necessário destruir hectares e hectares de habitats e ecossistemas algo não está certo. O projeto não tem condições para andar para a frente e se o mesmo acontecer será considerado um crime ambiental. Há outras alternativas que devem ser estudadas e que causam menor impacto ambiental	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121582	Discordância	Defendo a expansão das energias renováveis, mas não à custa da descaracterização do território agrícola e dos espaços naturais. Existem milhares de coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos e outras áreas já impermeabilizadas que podem e devem ser prioritárias para a instalação de painéis solares. A ocupação de solos agrícolas e de áreas ecologicamente relevantes compromete a paisagem, reduz a biodiversidade, fragmenta habitats e coloca em causa funções essenciais dos ecossistemas. A transição energética não deve criar novos problemas ambientais; deve ser planeada de forma inteligente, conciliando a produção de energia com a proteção do território, da fauna, da flora e da capacidade produtiva dos solos. A transição energética não pode ser feita sacrificando o território!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121581	Sugestão	Concordo com a necessidade de acelerar a transição energética e aumentar a produção de energia renovável, no entanto, esta transição não deve ser realizada à custa do abate de árvores, da destruição de habitats naturais, da fragmentação de ecossistemas ou da degradação da paisagem. A implementação de projetos de energia renovável deve privilegiar a ocupação de áreas já artificializadas ou degradadas. Nesse sentido, considero que deve ser dada prioridade à instalação de painéis solares e outras infraestruturas energéticas em zonas industriais, coberturas de edifícios industriais e comerciais, parques de estacionamento, pavilhões desportivos, armazéns logísticos, aeroportos, estações ferroviárias, áreas portuárias e outras infraestruturas já existentes. Deverão igualmente ser valorizadas soluções em pedreiras desativadas, aterros encerrados, áreas contaminadas ou degradadas, margens de autoestradas e outras vias de transporte, canais de rega, zonas urbanizadas e terrenos sem elevado valor ecológico ou agrícola. A promoção da produção e do autoconsumo pode também contribuir para reduzir a necessidade de ocupar extensas áreas naturais. Esta medida poderia ser aplicada na forma de incentivos fiscais tanto para particulares como empresas. A proteção da biodiversidade, dos corredores ecológicos, das florestas autóctones e da conectividade dos ecossistemas deve constituir um critério central no planeamento energético. A transição energética será mais sustentável e socialmente aceite se for compatibilizada com a conservação da natureza, da paisagem e dos serviços dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121580	Discordância	Anexamos participação da Câmara Municipal de Aveiro	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do PSZAER, por considerar que o plano apresenta fragilidades significativas ao nível da proteção da biodiversidade, do ordenamento do território, da transparência do processo e da participação pública.	Obrigada pela sua participação.
			As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		Embora reconheça a importância da transição energética e da expansão das energias renováveis, a sua concretização não pode ocorrer à custa da ocupação extensiva de solos agrícolas, florestais e naturais, da fragmentação de habitats, da perda de conectividade ecológica e da desvalorização das comunidades rurais. O plano continua excessivamente orientado para grandes projetos centralizados, sem demonstrar que foram esgotadas alternativas mais sustentáveis, como o autoconsumo, as comunidades de energia, a produção distribuída e a instalação em superfícies já artificializadas.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
			É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121579	Discordância		
		Preocupa-me igualmente a ausência de uma avaliação robusta dos impactos cumulativos dos projetos, dos custos totais para o sistema elétrico, dos efeitos das alterações climáticas sobre os territórios abrangidos e dos potenciais impactos na saúde pública. Acresce que a consulta pública decorreu sem disponibilização atempada de informação geográfica suficientemente detalhada, limitando o direito dos cidadãos a uma participação informada.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
			A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
		Considero que o PSZAER deve ser substancialmente revisto, privilegiando a produção descentralizada, a proteção dos valores naturais e agrícolas, a transparência dos processos e uma melhor articulação entre as metas energéticas e a salvaguarda do território. A transição energética é indispensável, mas deve ser feita com rigor, justiça territorial e respeito pelas populações e pelos ecossistemas.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
			A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
			Obrigada pela sua participação.
121577	Discordância	Nunca se viu maior atentado ao interesse público. Uma vergonha nacional que, mais uma vez, desprotege o património que é de todos em nome de uma energia verde que, só pelo nome já cai na categoria de 'greewashing', alvo aguerrido da nova Diretiva Empco da UE. Abrir portas à destruição da Natureza de forma indiscriminada e sem lugar a processos de AIA específicos desprotege cidadãos, territórios, espaços de valor cultural e económico dos quais todos dependemos. A energia do sol e do vento são fundamentais, mas nunca a custo das áreas naturais que nos suportam de verdade. Atirar areia para os olhos das pessoas devia ser crime.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
			A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
			Obrigada pela sua participação.
121576	Discordância	Totalmente contra. O seu a seu dono que são os habitantes locais.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121575	Discordância	Não faz qualquer sentido destruir zonas verdes, de floresta e de diversidade para colocar painéis solares,	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121573	Discordância	Temos que lutar pelo futuro dos nossos filhos, netos e pelo nosso belo e maravilhoso Portugal, pois pelo que se vê, quem o deveria fazer, não o faz! Só vêm os euros, isso infelizmente é o que importa para esta gente, sigam o dinheiro e os poderes aparecem!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121572	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da descaracterização da paisagem, da perda de solos agrícolas, da fragmentação de ecossistemas e da degradação da qualidade de vida das populações. A possibilidade de permitir grandes extensões de painéis solares em vastas áreas do território nacional preocupa-me profundamente. Portugal possui um património natural, agrícola e paisagístico que constitui um recurso estratégico e que deve ser protegido. A produção de energia deve privilegiar, sempre que possível, soluções distribuídas, como a instalação de painéis em edifícios, parques industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas, antes de ocupar solos naturais ou agrícolas. Considero igualmente essencial que qualquer projeto desta natureza seja sujeito a uma avaliação rigorosa dos seus impactos ambientais, paisagísticos, sociais e económicos, assegurando uma verdadeira participação das comunidades locais e uma análise integrada do território. A transição energética é necessária, mas deve ser orientada pelos princípios da sustentabilidade, da proteção da biodiversidade, da valorização da paisagem e da utilização responsável do solo. O combate às alterações climáticas não deve criar novos problemas ambientais nem comprometer os valores naturais e culturais que distinguem o nosso país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121571	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121570	Discordância	A natureza deve ser preservada a todo o custo. Esses painéis horríveis devem ser colocados nos telhados das cidades e nunca no meio dos nossos campos. É preciso pensar no que é que vamos deixar aos nossos filhos. Não temos o direito de destruir a nossa natureza e o nosso país.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121568	Discordância	A energia solar e eólica não são a questão, mas sim o modo como este plano está desenhado. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que precisa de recuperar. Para que esta transição seja consciente e sustentável é necessário impôr limites reais à concentração de projetos numa mesma região. Proteger de forma vinculativa os corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos); manter a proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. Deverá ser obrigatória a avaliação dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. A participação pública deve ser real nas fases seguintes e não apenas nesta consulta, devendo dar-se prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121567	Discordância	Acho que esse planeamento devia ser feito de uma forma muito cuidadosa para projetos inseridos em áreas do interior do país e fora das cidades. Sempre com bases científicas, nomeadamente na perspectiva de conservação de biodiversidade das nossas florestas, recursos hídricos e paisagísticos. Para além disto, consultando sempre a população residente nas áreas dos projetos aprovados, incluindo terem sempre hipótese de vetar projectos. No entanto, considero que os projetos solares deveriam ser inseridos única e exclusivamente em áreas urbanas e industriais, aproveitando o topo de todos os edifícios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121566	Discordância	Peço que o programa seja revisto para a avaliação do seu impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121565	Discordância	Na qualidade de residente na zona de Castelo Branco discordo da forma como este processo está a ser conduzido.A criação deste plano em consulta decorre diretamente da Diretiva (UE) 2023/2413, de 18 de outubro de 2023, conhecida como Diretiva RED III, que estabelece o novo regime europeu de promoção das energias renováveis. Esta diretiva reforça as metas de incorporação de energia renovável até 2030 e introduz uma inovação estrutural: a obrigação de cada Estado-Membro designar Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), onde o licenciamento de projetos de energia renovável deve ser simplificado, célere e previsível, com prazos máximos vinculativos e procedimentos administrativos reduzidos. Nos termos do artigo 15.º-C da Diretiva RED III, as ZAER devem: - Priorizar superfícies artificializadas e edificadas, como telhados, parques de estacionamento, zonas industriais, minas abandonadas ou áreas degradadas; - Excluir áreas ambientalmente sensíveis, incluindo a Rede Natura 2000, áreas protegidas, rotas migratórias e zonas de elevado valor ecológico; - Ser objeto de avaliação ambiental estratégica prévia, garantindo que a aceleração não compromete valores ambientais, paisagísticos ou culturais. O plano em consulta contradiz estas orientações e avança para solo rústico, rural e inclui áreas classificadas pela UNESCO como os Geoparques. Este plano prevê um estímulo a projetos megalómanos contrário às prioridades da diretiva RED III: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, constitui um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém a possibilidade de instalação de novos parques solares no resto do país fora das ZAER. Não define uma política séria de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo individual e coletivo, as comunidades de energia renovável, o pequeno sistema agrovoltaico	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a
121564	Discordância	A transição energética não deve ser sinónimo de destruição da Natureza. A expropriação com recurso ao benefício público não pode ser usada indiscriminadamente. Neste tipo de proposta apenas beneficiam empresas privadas. Na realidade, o que a população local vai ter de retorno é a destruição do seu património que será irrecuperável por muitas décadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121563	Discordância	No âmbito da consulta publica do PSZAER venho por este meio manifestar o meu desagrado à inclusão de áreas do município de Oleiros nas zonas de aceleração. As condições paisagísticas, as áreas florestais, as linhas de agua são demasiado importantes no concelho e no distrito para serem destruídas. As consequências deste projeto serão certamente devastadoras para o concelho : turismo (atualmente em crescendo), apicultura, agricultura etc. Completamente em desacordo.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
121562	Discordância	Há que dar a possibilidade á população, às juntas de freguesia e autarquias de se poderem manifestar quanto às instalações da centrais fotovoltaicas e bem assim quanto às linhas de media e alta tensão, sendo estas manifestações todas como decisivas na decisão final. Bem assim deve ser dado poder de decisão à APA e ao ICNF, há áreas de florestação programadas que não podem ser afetadas, não se pode derrubar árvores só porque se quer implementar uma central fotovoltaica, há muitos locais de vegetação artificial que pode aí sim ser objeto de implementação desse tipo de produção eléctrica.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
121561	Reclamação	A participação segue em anexo, em ficheiro de formato PDF.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121560	Discordância	Num momento em que é urgente a requalificação da floresta estas medidas vêm apenas agravar ainda mais aquilo que é o nosso interior de hoje. Compreende-se o uso de energias renováveis mas não sacrificaremos ainda mais a paisagem e os recursos de um interior já devastado em grande escala todos os Verões?	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121559	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Aveiro, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. (em anexo).	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121558	Discordância	Cumprimentos Os estudos de impacto ambiental devem ser feitos neste tipo de projecto. Devemos preservar a biodiversidade dos nossos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121557	Discordância	Implementar projectos de energias renováveis, colocando o património de todos em risco, não é trabalhar com visão no futuro	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121556	Discordância	A nossa natureza é mais importante que qualquer quantia monetária..... NÃO às chamadas energias verdes!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121555	Discordância	Não	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121554	Discordância	---	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Acredito na urgência e na necessidade de uma transição energética, mas defendo que esta seja realizada com o respeito e a reverência que o nosso território e todas as espécies que nele habitam merecem.	Obrigada pela sua participação.
121553	Discordância	Uma verdadeira transição deve contribuir para eliminar a dependência dos combustíveis fósseis, promovendo simultaneamente a regeneração dos solos, a proteção da biodiversidade e o reforço da resiliência das comunidades locais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121552	Discordância	A proposta apresentada não demonstra esse compromisso nem garante um equilíbrio entre a produção de energia renovável e a salvaguarda dos valores naturais, ecológicos e sociais do território. Por esse motivo, manifesto a minha discordância relativamente à proposta em consulta. Não concordo com projetos que afetam a paisagem natural. Projetos desta envergadura necessitam de mais tempo e mais esclarecimentos ao público.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121551	Discordância	Embora a transição energética seja urgente, esta forma de licenciar e fazer acontecer projetos é altamente irresponsável. A transição energética não se pode fazer sacrificando a natureza, floresta e biodiversidade e cada caso necessita de uma avaliação de impacto ambiental transparente. A quantidade de projetos de paneis solares e eólicas que o governo pretende implementar não são direcionadas para as verdadeiras necessidades da população, mas sim para servir os interesses dos grupos económicos e das empresas privadas, que irão lucrar as custas da destruição do nosso território. A verdadeira transição energética faz-se a cima de tudo através da mudança de hábitos de consumo, do desenvolvimento da rede de transportes públicos e da autossuficiência energética de cada região, avaliando caso a caso os recursos disponíveis em cada lugar, e desenvolvendo os centros de produção de energia de forma local e atenta ao impacto sociocultural e na biodiversidade de cada região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121550	Discordância	Não estou de acordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121549	Discordância	A transição energética não pode ser feitas às custas da destruição de habitat natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121548	Discordância	Na qualidade de cidadã e empresária do concelho da Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121547	Discordância	Com a crescente procura do interior pelas familias que querem criar laços com a terra e o cultivo não entendo como estes mega projetos podem ser considerados nestas zonas intocadas do País. Comprei recentemente casa em Atenor para onde vou a 15 anos pelo sossego, pela paisagem do Nordeste Transmontano e ver essa paisagem invadida por mega projectos tira todo o interesse que me levava a região. Temos de manter o pouco que ainda temos em termos de paisagem rural e incentivar o cultivo e a produção agricola, não os mega projectos que só vão enrriquecer as multinacionais e tornar a população e o País cada vez mais pobre.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121546	Discordância	Discordo do plano de aceleração da implantação de energias renováveis. Não se abatem árvores para intensificar métodos abusivos de energia. Cumprimentos João Lopes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121545	Discordância	Temos que proteger as nossas terras, a nossa natureza, a nossa biodiversidade, as nossas paisagens.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121544	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121543	Discordância	Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de xxx, vejo/vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121542	Discordância	Impacto negativo para a população.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121541	Discordância	Vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram. Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies ameaçadas, como o lince-ibérico ou aves	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121540	Discordância	Eu Susana, residente em Lisboa, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: - falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. - risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. - perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. Totalmente CONTRA este programa!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121538	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na forma em que se apresenta atualmente, é perigoso, porque os critérios para a implementação de uma ZAER estão definidos de forma vaga e, por isso, não se pode excluir que projetos como Sophia ou Beira — que enfrentam forte oposição cívica — possam no futuro tornar-se ainda mais difíceis de contestar. Ponham os painéis solares em cima de estruturas já existentes como parques de estacionamento e etc em vez de matar árvores para "plantar" painéis! E em vez de gerar energia para alimentar os ares condicionados, mantenham o ar condicionado natural : as árvores!!!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121537	Discordância	Por favor é imperativo que se faça uma transição energética que esteja de mãos dadas com a ecologia. O nosso futuro depende de uma boa gestão ambiental tal como de um movimento de energia verde. Por isso venho como cidadã portuguesa e da nossa terra pedir que antes de dar luz verdade a projetos assim, se faça um bom estudo ambiental tal como se procure soluções que não impliquem perca de habita, desflorestamento e descaracterização da beleza ecológico que trás benefícios turísticos e culturais. Para quem la vive e para quem deseja visitar. Tenho 33 anos e decidir vir viver para o campo. Quero fazer parte de um futuro melhor. Quero que as aldeias voltem ao seu esplendor. Que se preservem os saberes e costumes. Quero agua pura, solos saudáveis. Quero florestas fardas e vida selvagem. Por favor. Que seja feito uma avaliação sincera e que os benefícios económicos não falem acima da qualidade de vida e do património ecológico.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121536	Discordância	total discordância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Parecer institucional e contributo em sede de consulta pública	Obrigada pela sua participação.
121535	Sugestão	A Câmara Municipal de Baião reconhece a urgência climática global e a imperatividade estratégica de Portugal cumprir as suas metas de descarbonização e transição energética. Contudo, o desenvolvimento sustentável não se pode alicerçar na destruição dos valores naturais, paisagísticos e ecológicos que definem a identidade e a resiliência dos territórios do interior, em particular o concelho de Baião. Por isso, o Município manifesta a sua profunda preocupação face à proposta de delimitação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), alertando para o risco iminente de uma proliferação descontrolada, massiva e desregulada de parques eólicos e centrais solares fotovoltaicos. A simplificação excessiva de procedimentos e a isenção de mecanismos fundamentais de controlo ambiental constituem uma séria ameaça ao equilíbrio territorial. O concelho de Baião é detentor de um património natural de valor incalculável, incorporando áreas integradas na Rede Natura 2000 (ZEC Marão/Alvão), além de zonas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN). Acresce a Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira, que ocupa 56,5% da área total do concelho. Assim, a introdução de infraestruturas de grande escala nestes ecossistemas vulneráveis terá impactos severos e irreversíveis, fragmentando e destruindo habitats, degradando linhas de água e afetando o património visual e paisagístico do concelho, indissociável do seu potencial de desenvolvimento turístico sustentável e do bem-estar das populações. Acresce que, a dispensa generalizada de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) individual para projetos inseridos nas ZAER, conforme previsto, pode contribuir para o esvaziamento do papel dos municípios na gestão dos seus territórios. Além disso, isentar estes projetos de um escrutínio ambiental rigoroso e	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
121533	Discordância	No caso do meu concelho, Sardoal, não posso concordar com a disponibilização de quase 50% do território, para este programa.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121532	Discordância	Enviamos em anexo o nosso parecer sobre a consulta.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121531	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121530	Discordância	Este projecto deveria acima de tudo contemplar áreas urbanas. Telhados de fábricas e prédios. São 'só' 7% do território nacional sem um mapa bem definido, sem margem para dúvidas.. Ainda por cima do que se conhece abrange áreas da Rede Ecológica Nacional, vai afectar fauna que está em recuperação, como por exemplo o lince ibérico. Vai permitir colocar à sombra 'apenas' 7% do território a preços de saldo, uma vez que os promotores vão beneficiar de isenções ou descontos. Renováveis, sim, mas não a qualquer custo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121529	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121528	Discordância	Um programa sem pés nem cabeça, nota-se que foi pensado apenas para que meia dúzia de famílias possam lucrar milhões à custa da destruição da natureza. É mesmo de lamentar, as pessoas estão se a tornar apáticas, sem medo de causar qualquer destruição ao mundo, apenas para poderem ir para hoteis 5 estrelas e resorts de luxo e terem uma vida extravagante. Porque é que não instalam os paineis solares em parques de estacionamento dos hipermercados, em cima de shoppings, em cima de edficios públicos e privados ... preferem destruir a natureza e causar a morte a animais do que arranjar soluções 100% viáveis que não prejudicam a natureza e que podem EFETIVAMENTE AJUDAR O PLANETA e conduzir a um estilo de vida mais sustentável. Pensem nisso.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121527	Discordância	Autêntico atentado ao meio ambiente e ao mundo rural, da forma que estão implantar as energias renováveis...	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121526	Discordância	Discordo totalmente!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121524	Discordância	O programa PSZAER opta por destruir território natural (solos agrícolas, florestas, áreas de valor paisagístico) para instalar centrais solares e eólicas, quando existem alternativas menos lesivas ainda não priorizadas — como painéis solares em telhados de edifícios e em parques de estacionamento, que não exigem ocupação de solo virgem. Chamar "ecológica" a uma iniciativa que isenta projetos de avaliação ambiental e avança sobre património e natureza é contraditório: troca-se um problema (emissões) por outro (destruição territorial). O pedido é que o programa priorize áreas já artificializadas antes de avançar sobre solo natural	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121523	Discordância	As implicações desta medida são demasiado sérias para que esta seja implementada sem uma discussão pública alargada. Existem outras alternativas, talvez menos lucrativas, mas ainda assim lucrativas e passíveis de ter um impacto verdadeiramente positivo na sociedade que somos todos nós.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121522	Discordância	É extremamente nocivo para o meio ambiente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121521	Discordância	Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: a) os interesses corporativos não podem se sobrepôr ao interesse nacional de soberania energética, alimentar e ambiental. 7% do nosso território entregue ás mãos de quem só o dinheiro interessa. b) o governo não pode colocar em consulta um projecto, não finalizado e sem mapas de pormenor disponíveis. c) o governo não pode sacrificar a população, por exemplo, Mortágua, onde mais de 50% do concelho estão identificados. d) já produzimos cerca de70% de energia proveniente de renováveis. e) os centros de dados não são prioridade de um povo mas sim a sua soberania em água,energia e solo. Elementos cruciais para A SOBREVIVÊNCIA de um país. Isto é aniquilar o Futuro dos nossos filhos,netos e todas as gerações futuras. Considero que este projecto viola os seguintes artigos da CRP: Artigos: 1, 2,3,9,13,22,48,65,66,78,80,81,84,87,90,93,94,97	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121520	Discordância	Portugal deve preservar a sua soberania para as gerações futuras. Elas não vão comer nem beber painéis, eólicas nem dados. Agressão ambiental e social, não é solução	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121519	Discordância	Não concordo. A aceleração da transição energética não pode ser feita à custa da destruição do capital natural e da qualidade de vida das populações que habitam e dão vida ao interior.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121518	Discordância	É preciso fomentar a participação pública antes de implementar este tipo de projetos. A povoação da zona deve ser devidamente informada sobre o projeto e consequências paisagísticas e medioambientais. Devem ser elaborados estudos rigorosos, feitos por avaliadores imparciais e externos, que avaliem as consequências destes megaprojetos nos territórios propostos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121517	Discordância	Este é um projeto que alimenta especulação e destrói aquele que é na realidade o recurso mais valioso de qualquer país, a sua fauna e flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121516	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121515	Discordância	Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121514	Discordância	Isto é uma afronta para para com as pessoas e para com o meio ambiente! Respeitem a pensem mais na natureza e não dinheiro… Parece que querem destruir o pouco que ainda existe de bonito no nosso país… Sou completamente contra este tipo de iniciativas, deviam sim ensinar as pessoas a usar os meios que estão disponíveis e aprender a viver com que os mesmos!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121513	Discordância	Não concordo com mais paineis Inaceitável. Estes estudos encomendados são, na melhor das hipóteses, alarmantes — e na pior, deliberadamente convenientes para quem os financiou. Não sou contra as energias renováveis — muito pelo contrário. Mas há uma diferença fundamental entre uma transição energética séria e o que aqui se propõe. Uma política responsável aproveitaria as superfícies já impermeabilizadas: telhados de edifícios públicos, cobertura de linhas ferroviárias, laterais de autoestradas. Áreas cujo impacto ambiental seria nulo. Em vez disso, propõe-se ocupar território natural — e isso não é ambição climática, é oportunismo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121511	Discordância	O coberto vegetal não é apenas estético. As árvores e arbustos são infraestrutura hídrica: regulam os ciclos da água, travam o escoamento superficial, alimentam os lençóis freáticos. Destruí-los em nome da sustentabilidade é uma contradição nos termos. O resultado previsível são cheias em locais onde nunca as houve, e secas onde a água nunca faltou. O propósito real desta medida parece ser enriquecer poucos à custa do bem comum. E o preço será pago por todos, em catástrofes ambientais que seriam evitáveis. Não podemos permitir que se hipoteque o futuro do país e dos nossos filhos, em nome de interesses que nada têm de verde (só as notas nos bolsos deles).	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121510	Discordância	Coloquem os painéis solares nos separadores das autoestradas. Nos estacionamentos dos carros, nos telhados... não destruam a natureza. Há alternativas para colocar os painéis solares, sem destruir fauna, flora e sem despropriar pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121508	Discordância	Portugal não está à venda...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121507	Reclamação	Vivo no concelho de Vagos, e conhecendo a realidade de muitos dos concelhos abrangidos, preocupa-me a desertificação de territórios que este projeto levará, quando a política deveria a oposta. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: - critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
121506	Discordância	Não concordo em que se ocupe tão grande área do país sem consulta mais demorada das populações e sem estudos sérios sobre as possíveis consequências sobre os habitats.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121505	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis. No entanto, não concordo com a forma como este programa está estruturado. Considero que a criação de zonas de aceleração pode comprometer a proteção de áreas ambientalmente sensíveis, da paisagem e da biodiversidade, caso os critérios de seleção e avaliação não sejam suficientemente rigorosos. Além disso, preocupa-me que a simplificação e aceleração dos procedimentos possam reduzir a capacidade de participação efetiva das populações, dos municípios e das restantes partes interessadas nas decisões que afetam diretamente os seus territórios. Entendo que a expansão das energias renováveis deve ser promovida, mas de forma equilibrada, privilegiando a instalação em áreas já artificializadas, como edifícios, parques industriais, infraestruturas existentes ou terrenos degradados, antes de ocupar solos agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico. Solicito, por isso, que o programa reforce as garantias de proteção ambiental, assegure uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos dos projetos e promova processos de consulta pública verdadeiramente transparentes e participativos, de modo a conciliar a transição energética com a preservação do património natural e a qualidade de vida das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Pela defesa da paisagem e do património natural	
121504	Discordância	A urgência em combater as alterações climáticas não pode servir de justificação para sacrificar alguns dos últimos territórios de elevado valor natural e paisagístico de Portugal. A redução das emissões de carbono é uma prioridade, mas não deve ser feita à custa da destruição da identidade das regiões, da fragmentação dos ecossistemas e da degradação das paisagens que constituem um património coletivo insubstituível. Trás-os-Montes (e outras regiões rurais do país) é um território moldado ao longo de séculos pela interação entre o ser humano e a natureza. As suas serras, planaltos, soutos, lameiros, montes e aldeias formam uma paisagem única, que representa um importante legado ecológico, cultural e histórico. Transformar vastas áreas desta região em campos industriais de painéis solares, atravessados por quilómetros de acessos, vedações, subestações e linhas de muito alta tensão significa alterar profundamente um território cujo valor vai muito além da sua capacidade de produzir eletricidade. A transição energética não pode transformar paisagens naturais e rurais em zonas industriais. O facto de uma tecnologia produzir energia sem emissões diretas de dióxido de carbono não elimina os impactos ambientais que a sua instalação pode provocar. A ocupação de grandes extensões de solo, a destruição ou alteração de habitats, a fragmentação dos ecossistemas, a perturbação da fauna e a artificialização da paisagem são consequências que devem ser cuidadosamente consideradas. É igualmente preocupante o impacto sobre as comunidades locais. Muitos destes projetos são promovidos por grandes empresas cujos benefícios económicos se concentram longe dos territórios onde se instalam, enquanto os impactos permanecem junto das populações. A perda da qualidade paisagística pode afetar o turismo de natureza, a atratividade da região, o sentimento de pertença das comunidades e atividades	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121503	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Idanha-a-Nova, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem em anexo (Contributo Consulta Pública PSZAER.pdf) os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121501	Discordância	2. Contradição com o rótulo “ecológico”: um programa que isenta projetos de Avaliação de Impacte Ambiental e que avança sobre floresta, património e solo agrícola para instalar infraestrutura energética não pode ser apresentado como uma solução ambiental. Trata-se de uma transição energética feita à custa do ambiente que supostamente pretende proteger — trocando um problema (emissões) por outro (destruição de território e biodiversidade). 3. Existência de alternativas viáveis não priorizadas: soluções como o solar em telhado (residencial, comercial e industrial) e a cobertura de parques de estacionamento com painéis fotovoltaicos têm potencial técnico reconhecido e um impacto territorial muito inferior, devendo ser tratadas como prioritárias antes de se avançar para a ocupação de solo virgem. 4. Peço que o programa seja reformulado para priorizar a instalação em áreas já artificializadas, reservando a ocupação de solo natural apenas como último recurso, devidamente justificado e com avaliação de impacte caso a caso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121500	Discordância	Discordo completamente. Já temos pouco verde. Coloquem os painéis nos telhados ou nos parques de estacionamento. Não destruam mais a natureza, por favor.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121499	Discordância	Não concordo com destruição da nossa floresta para implementar energias renováveis. Acho que devem ser adotadas medidas locais tais como instalação de painéis fotovoltaicos em habitações novas de modo a aumentar a sustentabilidade das casas e das famílias. Existem muitas mais formas mais sustentáveis de aumentar a produção de energia renovável sem ser de forma massiva e com destruição do nosso maior bem que é a floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121498	Discordância	É necessário zelar pelas nossas florestas e ambientes rurais. Implantem energias renováveis em zonas urbanas (telhados, coberturas de estacionamentos e até de estradas) deixem a natureza em Paz	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121497	Discordância	Apoio a transição energética em Portugal. Mas não posso apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se faz à custa da biodiversidade nem das comunidades e regiões que já enfrentam pressões acumuladas. O problema não está na energia solar ou eólica. Está na forma como este plano foi desenhado. O PSZAER define zonas onde novos parques solares e eólicos podem ser instalados de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não assegura a proteção vinculativa dos corredores ecológicos usados por espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. Além disso, ignora a vulnerabilidade das comunidades rurais que têm sido repetidamente chamadas a absorver impactos ambientais, paisagísticos e socioeconómicos sem garantias de benefício local. O que considero essencial: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região, evitando que certas comunidades suportem desproporcionalmente os impactos. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica, essenciais para grandes carnívoros e para outras espécies sensíveis (aves de rapina, aves estepárias, morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e das linhas elétricas associadas, incluindo efeitos sobre a paisagem, o turismo de natureza e a qualidade de vida das populações. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121496	Discordância	Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Defendemos a proteção da natureza e as energias renováveis. Vivemos com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e tentamos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um carro é um meio de transporte útil; mas milhões de carros concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. Não se trata de ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim de encontrar uma dimensão e uma localização que sejam compatíveis com a proteção das pessoas, dos animais, da paisagem e da natureza. Neste projeto, estão previstas, no total, 18 turbinas eólicas no concelho de Odemira. Na literatura científica, são descritos potenciais impactos relacionados com o ruído, o infrasom, a projeção de sombras, as alterações paisagísticas e a qualidade de vida da população que vive nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121495	Discordância	Acompanho com muita preocupação esta proposta. Desejamos uma transição energética sustentável e não uma expansão energética desmesurada, que desrespeita ecossistemas, comunidades, etc. Esta proposta não é o futuro que queremos. O interior não pode continuar a ser tratado como um estaleiro de extração e produção em prole das grandes cidades do litoral. Não há transição justa sem se reformular esta relação com o interior numa relação de respeito mútuo, cooperação e distribuição equitativa de direitos, acessos e recursos... Queremos propostas que protejam o ambiente, ecossistemas e comunidades e que possam ser, de facto, consideradas, "verdes". Esta proposta é um embuste mascarado com um selo verde: é desrespeitosa e inaceitável na sua forma e na sua escala.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121494	Discordância	As pessoas locais, que realmente vivem nos locais tem de ser escutadas. Não existe transição energética com destruição massiva da natureza. O lucro não pode ser motor de destruição. Painéis solares devem ser colocados em zonas já alteradas como telhados, parques de estacionamento...temos um país pequeno que já está a ficar com a paisagem manchada...o pouco turismo que o interior tem será destruído e o lucro irá para meia dúzia....as pessoas locais apenas recebem o prejuízo	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121493	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121492	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao PSZAER por considerar que a proteção da natureza, da biodiversidade e do território deve prevalecer sobre interesses de exploração económica. A instalação de grandes infraestruturas energéticas em áreas naturais pode provocar fragmentação de habitats, perda de biodiversidade, degradação da paisagem e impactos irreversíveis nos ecossistemas. A transição energética é necessária, mas não deve ser feita à custa dos valores naturais que procuramos preservar. Defendo um modelo de desenvolvimento que privilegie a eficiência energética, a utilização de áreas já artificializadas e a salvaguarda dos espaços naturais, garantindo que a conservação do património ambiental e o bem-estar das comunidades locais sejam prioridades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121491	Discordância	Não concordo com o crime ambiental que pretendem fazer!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121490	Discordância	Discordo de usar terreno válido para alimentação e para benefício da Natureza com a desculpa da energia renovável. O Ser Humano é responsável por manter o equilíbrio natural e não por destruir vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121489	Discordância	Fico triste e indignado quando vejo o território e toda a sua complexidade ser objecto não apenas de uma simplificação mas sobretudo de uma especulação presa a uma visão que falha ao desconsiderar o verdadeiro longo prazo e a própria transgeracionalidade. Se o consumo energético está concentrado nas zonas de maior demografia, a produção deveria também ser feita o mais próximo possível desses locais e tanto quanto possível, aproveitando esses mesmos locais como suporte e base à infra estrutura produtora de energia. Este Plano é um erro e comprometeria a qualidade de vida em Portugal pois os seus impactos não são sequer mensuráveis. Estamos a contemplar uma escala que traria enormes repercussões nos ciclos que sustentam e são a base para a permanência das populações nos respetivos territórios. Progresso não pode ser sinónimo de ecocídio.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121487	Discordância	A presente proposta do PSZAER suscita preocupações ao nível da transparência e da qualidade da informação disponibilizada para consulta pública. A cartografia apresentada é insuficiente para permitir uma avaliação rigorosa dos impactes territoriais, não sendo disponibilizados ficheiros SIG que possibilitem aos cidadãos, municípios e técnicos identificar com precisão as áreas abrangidas. Da análise dos mapas disponibilizados resulta ainda uma aparente concentração das ZAER nos territórios do interior do país, enquanto as áreas metropolitanas e os principais centros urbanos apresentam uma expressão muito reduzida destas áreas. Esta situação levanta legítimas questões de equidade territorial e justifica um debate mais transparente sobre os critérios utilizados para a seleção dos territórios abrangidos. Por outro lado, o próprio relatório reconhece que a definição das ZAER não considerou de forma efetiva a compatibilização com os Planos Diretores Municipais (PDM) em vigor, remetendo essa análise para fases posteriores. Considera-se que esta abordagem contraria os princípios do ordenamento do território, sobretudo em municípios que concluíram recentemente processos de revisão dos seus PDM. Solicita-se, assim, maior transparência no processo, a disponibilização da cartografia em formato SIG e uma efetiva articulação das ZAER com os instrumentos municipais de planeamento territorial antes da aprovação definitiva do programa. Referem-se em anexo os fundamentos técnicos detalhados desta posição.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121486	Discordância	O local utilizado para implementação de painéis vai implicar uso de áreas florestais essenciais para preservação. Porque não se instalam painéis em zonas residenciais prédios que já tem ocupação de áreas. A utilização da floresta desflorestação e um grave problema em Portugal e no mundo. Sou de Proença a nova e não concordo com esta situação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121485	Discordância	Estes projetos são do interesse de poucos. Não é solução para a crise energética, Ninguém tem o direito de abandalhar o nosso património natural, que é de todos. E sim, nestes casos tem de haver sempre muita burocracia e muitos estudos, antes de se poder avançar com este tipo de projetos. A maior riqueza de Portugal, que é o seu património natural, por aquilo que Portugal é conhecido e apreciado, está se a perder. E depois o que nos resta? Por favor consulte a participação integral em anexo.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121484	Discordância	Pelos fundamentos apresentados, considera-se que o Sistema Serrano da Vigia – Corte Malhão não apresenta características adequadas para integração numa Zona de Aceleração para Energias Renováveis. Solicita-se: A exclusão desta área da proposta de ZAER; A revisão dos critérios de seleção das ZAER, incorporando valores ecológicos, culturais e sociais; A disponibilização transparente da informação cartográfica e técnica utilizada; Caso a área permaneça em avaliação, a realização prévia de estudos independentes aprofundados sobre: biodiversidade; fauna e flora protegidas; património arqueológico; recursos hídricos; solos; risco de incêndio; impactos cumulativos; comunidades afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121483	Discordância	Eu Ana Catarina Ferreira da Silva, residente em Lisboa, freguesia de S. Domingos de Benfica, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121480	Discordância	Não aceito que utilizem o" proteger o ambiente" para promover interesses financeiros. Não se pode ter energia "limpa" se para isso se destrói habitats,flora,fauna e se aumenta o efeito de estufa com tanto painel solar. O que estão a fazer é crime ambiental e humano, e também me pergunto porque só certas zonas é que sofrem as consequências destes crimes. Nós também queríamos que quem nos representa tivessem empatia por quem vive nessas zonas e olhasse pelo nosso interesse,no entanto não é isso que temos. Não concordo com este programa pois é só mais nada no meio de tanta destruição que os políticos fazem quando querem ser a ovelinha que vai atrás do rebanho mesmo que seja a cair no precipício. Usem a própria cabeça. Se não está bem onde já foi implementado porque vão cometer o mesmo erro. E vocês sabem do que falo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121479	Reclamação	1. O processo não foi sério nem transparente O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas. 2. O mapa tem erros que ninguém corrigiu O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estou a ser consultado sobre um programa construído sobre uma cartografia que o seu próprio autor reconhece ser Incompleta. 3. Os solos agrícolas não estão protegidos A Reserva Agrícola Nacional não abrange todos os solos com função produtiva real. Há solos de regadio, olivais, culturas permanentes e sistemas agrosilvopastoris que não estão classificados como RAN mas que sustentam economias locais, alimentam famílias e dão sentido a este território. A CCDR Norte alertou formalmente que esses solos ficam desprotegidos pelo PSZAER. A DGADR emitiu parecer desfavorável, apontando o risco de "inclusão indevida de áreas agrícolas e agroflorestais relevantes." Peço que sejam explicitamente excluídos das ZAER todos os solos com função produtiva efectiva, independentemente da sua classificação formal. 4. Os municípios foram ignorados A câmara do meu município tem 20 dias para se pronunciar — e em caso de silêncio, a lei determina que "se considera nada ter a opor." Não é participação. É uma formalidade vazia. O Município de Santa Maria da Feira, ao sobrepor o mapa das ZAER ao seu PDM, concluiu que o programa viola os planos municipais e "fere, de forma flagrante, os princípios constitucionais da autonomia das autarquias locais." O mesmo conflito existe em centenas de concelhos. Exijo que os planos directores municipais em vigor sejam respeitados e que os municípios tenham poder efectivo de recusa, não apenas de consulta. 5. Ninguém avaliou o que acontece quando se somam muitos projectos na mesma zona O PSZAER avalia cada parcela isoladamente — exclui o que é sensível, e o que sobra entra no mapa. Mas nunca pergunta quanto é que uma região aguenta receber no total. A CCDR Centro questionou formalmente "a ausência de avaliação de capacidade de suporte." O próprio relatório técnico do CEDRU alerta para os riscos de "pressão cumulativa" e "industrialização difusa da paisagem rural" nos territórios de interior com maior concentração de ZAER. No meu concelho, [Ferreira do Zêzere] do território está mapeado como zona de aceleração. Não há nenhuma	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121478	Discordância	Não sou contra os painéis solares. Sou contra a destruição de florestas para os instalar. A produção de energia limpa deve aproveitar espaços já artificializados antes de ocupar habitats naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121477	Proposta concorrente	O presente parecer constitui o contributo da Plataforma Democracia Económica (PDE) para a consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da respectiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). As propostas apresentadas visam reforçar o PSZAER enquanto instrumento estruturante da política energética nacional, contribuindo para uma transição energética mais eficiente, mais resiliente e mais amplamente partilhada pela sociedade. Uma política pública desta importância será tanto mais bem-sucedida quanto melhor conseguir conciliar os objectivos climáticos com a conservação dos recursos naturais, a coesão territorial, a segurança jurídica, a participação dos cidadãos e o desenvolvimento económico sustentável.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121476	Discordância	As nossas terras já são verdes o suficiente. Esta situação não foi divulgada pelo método jornalístico mais disponível ao povo, a televisão (o método mais usado para saber das notícias e do que se passa no nosso país). Sem autorização de ninguém, dos donos do terrenos, com falta de concordância das empresas que investigam estas situações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121475	Discordância	discordo solenemente em retirar a natureza para colocar o que for! Não podemos continuar a destruir a natureza em prol da suposta energia verde. Não brinquem connosco!!! Não compactuamos com a destruição do nosso mundo, da nossa paisagem, a troco de interesses económicos, sem escrúpulos!!! Que é isso de energias renováveis que destroem a mãe Natureza. Não existe!!!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121474	Discordância	Tópico para fazerem a vossa participação: Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a:	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121473	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como apresentado a consulta pública. Este programa decide o destino da paisagem e do território onde vivemos, e considero que não respeita nem a paisagem, nem as populações, nem o direito democrático de participação que esta consulta devia garantir. A paisagem não é um espaço vazio A paisagem é solo que sustenta agricultura e floresta, é água que alimenta poços e lençóis freáticos, é o cenário onde se vive e se envelhece. Artificializar centenas de milhares de hectares significa retirar às pessoas aquilo que dá sustento ao lugar onde escolheram viver: menor infiltração de água, mais cheias no inverno, menos recarga dos aquíferos e mais seca no verão. A "decapagem" do solo — remoção de arvoredo, raízes e solo arável — deixa, findo o contrato de exploração, um território sem viabilidade agrícola ou florestal. A formação natural de 1 cm de solo arável demora entre 100 e 800 anos: a sua destruição é, à escala humana, irreversível. Um processo que não garante participação real Uma consulta só tem sentido se as pessoas afetadas puderem compreender o que está em causa e influenciar a decisão. Falta cartografia georreferenciada acessível que permita a qualquer cidadão sobrepor as áreas propostas à sua própria realidade — à sua terra, à sua aldeia. Sem essa informação, pede-se às	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo
121472	Discordância	Energias renováveis devem cobrir parques de estacionamento e outras zonas urbanas e não terrenos rurais ou florestais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121471	Discordância	Inaceitável. Temos de proteger as poucas florestas que nos restam. Com tanto parque de estacionamento onde podem colocar os painéis, vão destruir floresta. Não faz qualquer sentido.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121470	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121469	Discordância	Discordo absolutamente, sou a favor da proteção e conservação absoluta da natureza como raiz da vida, sem isso, não precisamos de paineis, mas sim de céus limpos, de água pura e de atitude de vida consciente, alegre, feliz, positiva e realizada!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121468	Discordância	Este greenwashing está a chegar a níveis absolutamente ridículos. Continuem com estas barbaridades que daqui a pouco ninguém vos a leva a sério. Onde já se viu destruir árvores e habitats de animais para apenas reduzir um pouco a energia consumida em Portugal? Com tantas soluções como os parques de estacionamentos dos hipermercados, daquelas praias com a de São Martinho do Porto em terra batida, em edificios públicos e privados ... tantas opções e escolhem sempre a mais destrutiva. Querem comprar uma guerra a todo o custo. Ofereceremos sempre resistência. Não vão conseguir destruir Portugal para que consigam enriquecer com a destruição do planeta. Viva a natureza, viva o interior de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121467	Discordância	Isto não é Bom para o planeta. Precisamos de árvores, alimentos saudáveis e não de espaços para produzir energias	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121466	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121464	Discordância	nao concordo que se arranquem arvores para semear paineis solares	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121463	Discordância	Este tipo de Projetos são um risco grave para a atividade sócio económica dos meios rurais, bem como a própria ecologia do território nacional! São um atentado ao nosso país , e ao bem estar da nossa população no geral. Mais tarde será tarde demais para perceber o erro de não preservar os ecossistemas e a paisagem natural !	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121462	Discordância	Não considero que a destruição de solos férteis para instalação de painéis fotovoltaicos seja considerado energia verde. Mais espaços verdes, menos temperatura.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121461	Discordância	Não permitimos que este projecto absurdo avance no nosso país!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121460	Discordância	Há que proteger o meio rural e natural e não permitir a construção de infraestruturas e projetos extrativistas que destroiem a biodiversidade. A energia mais limpa é a que não se usa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121459	Discordância	Concordo com desenvolvimento tecnológico e Energias Renováveis, MAS, necessitamos de arvores. Respiramos OXIGÊNIO e NÃO paineis massificados. É necessário o RESPEITO pelas populações bem como pela natureza que faz parte da nossa sobrevivência.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121458	Discordância	esta medida causará danos irreversíveis ao ecosistema e á natureza envolvimente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121457	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Anos de investimento no interior, para fazerem do interior um eletroprodutor? Gostaria que este falso estudo expusesse a quantidade de mini hídricas que já vêem a ser feitas desde o século XIX, onde muitas foram abandonadas, consequentemente os contratos assinados de apoios sociais repercutiram em associações duvidosas sem qualquer impacto na comunidade. Tal como as infraestruturas hidroeletroprodutoras, bem como vários contratos assinados em eólicas que se vêem a descobrir grandes fraudes por parte de aquisição duvidosa e fraudulenta de terrenos e porque razão o cadastro feito à pressa não demonstrou o problema no registo da propriedade que vem de um problema feito desde 1988 que com isso gerou problemas no devido e atualização de registo de propriedade rustica, sabendo que muitos dos livros das finanças que deveriam ser de acesso aos herdeiros desapareceram, bem como uma falta de registo online e arquivo dos notários portugueses, onde a maioria das fraudes continua. Antes de se fazer esta plataforma à pressa, não foi acautelada os direitos de propriedade e registo de cada cidadão, bem como, os PDM já deveriam acautelar os mesmos e informar a população neste sentido seja em produção elétrica seja para o que está para vir , matérias-primas criticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121456	Reclamação	Este estudo para além de ser de um impacto brutal em termos de pegada ecológica, nomeadamente e ressalvando os ODS que têm sido amplamente discutidos na ONU, como os impactos de desaparecimento de flora, fauna, uma mudança radical no território, e uma falta de estudo em matéria de energia magnética produzida em locais com uma grande produção elétrica, não foi dito aos portugueses qual a verdadeira dimensão deste investimento, quem irá se beneficiar, quais os pagamentos sociais, que durante anos esses mesmo direitos desapareceram, e o que vai o português beneficiar em troca de uma dimensão monstruosa deste investimento.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121455	Discordância	Lembro que este assunto irá gerar problemas em todos os níveis societários: direito propriedade, transgressão em leis de proteção ambiental, corrupção que é a luz deste governo algo "benéfico para o País".Gostaria que o governo viesse demonstrar quem foi a entidade ou entidades que andou de uma forma agressiva a comprar e apropriar-se de terrenos na area da então e estranho caso da barragem de Girabolhos que só depois de ter sido feito o cadastro e que alguém se apropria grande parte dos terrenos. Agora, vem como desculpa para a situação de boia salvaguarda do Governo de Mondego, quando esse mesmo projeto Considero que a proposta abrange uma percentagem excessiva do território (em alguns municípios chega aos ~ 30%), comprometendo a gestão equilibrada do uso do solo e violando os Planos Diretores Municipais (PDM). No que concerne o impacto ambiental e paisagístico, considero que a instalação desgovernada destas zonas coloca em risco áreas de elevado valor natural, florestal, patrimonial (histórico/cultural) e afeta severamente a biodiversidade local. Manifestamente existe um desrespeito pelas Autarquias e Populações: Há uma falta de articulação e ausência de pareceres favoráveis de várias Comunidades Intermunicipais e Câmaras Municipais, que exigem uma adaptação regional em vez de uma imposição centralizada	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121454	Discordância	Segue participação em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121453	Reclamação	Não concordo com o projeto em causa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121452	Discordância	Este greenwashing puro já não convence ninguém. O lucro disfarçado de preocupação com o planeta está a chegar ao fim. Tanto sitio para colocar paineis solares como em qualquer edificio, parques de estacionamento, áreas degradadas e poluídas, em cima das vossas casas ... parem de destruir a nossa floresta em nome das energias renováveis. Se as energias renováveis são necessárias para baixar a poluição e o uso excessivo de energia, porque ´é que querem destruir as florestas que contribuem para a descarbonização do planeta? Procurem soluções urbanas! Não destruam a riqueza ecológica do interior de Portugal. Parem com estes projetos diabólicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121450	Discordância	A Floresta ë o nosso bem mais precioso. O lucro não deve governar o Mundo !	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121449	Discordância	Não vamos destruir a floresta portuguesa por negócio sem qualquer tipo de avaliação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121447	Discordância	Vergonha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121446	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao programa setorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis O PSZAER é um programa não transparente que ameaça transformar áreas extensas do território sem a devida informação cartográfica para análise pelos cidadãos. Apresenta vários aspetos preocupantes: - não prioriza os territórios artificializados nem opções próximas dos centros de maior consumo para a instalação de soluções de energias renováveis; - promove a alteração de áreas excessivamente extensas e construção de mega projetos sem fundamentar as necessidades de potência instalada que o país precisa para atingir as metas de descarbonização; - a expansão energética não garante automaticamente a capacidade de armazenamento de energia nem a segurança do sistema elétrico; - promove práticas de desflorestação, ocupação de terrenos aráveis e/ou com potencial de restauro ecológico e a perda de habitats essenciais para a biodiversidade que está em crise; - as alterações na paisagem são significativas para perturbar o bem-estar das populações e qualidade de vida; - não são incluídos impactes na saúde pública; - impede a participação pública em relação a projetos de grandes dimensões; - a conversão de 7% do território continental para uso do solo industrial para fins de produção de eletricidade não apresenta no programa nenhuma estimativa de garantias de custos de eletricidade mais baixos para os consumidores;	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121444	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121443	Discordância	Acompanhando as preocupações das comunidades locais, movimentos cívicos, associações ambientais e entidades políticas, declaro a minha discordância em relação a este programa. Melhores cumprimentos, Luís J Martins	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121442	Discordância	EM FUNÇÃO DA NATUREZA E TIPOLOGIAS DAS INTERVENÇÕES, RESPECTIVOS IMPACTOS E MARCAS NO TERRITÓRIO, BEM COMO A MULTIPLICIDADE DE IMPLICAÇÕES E INTERRELAÇÕES QUE GERA, TORNA-SE PRUDENTE, NECESSÁRIO E AVISADO MELHOR ESTUDAR E PONDERAR, CRUZAR INFORMAÇÃO E RELACIONAR BENEFÍCIOS E PREJUÍZOS NUMA PONDERAÇÃO FINAL QUE NÃO DEVE ATENDER, EXCLUSIVAMENTE, A UMA SÓ PARTE, ANTES EQUILIBRAR E, PROPORCIONALMENTE, FIXAR CONDIÇÕES DE COMPATIBILIZAÇÃO. MAIS ACRESCE QUE O TERRITÓRIO FAZ SENTIDO QUANDO ENTENDIDO EM CRUZAMENTO COM A POPULAÇÃO, QUER COMO CAUSA, QUER COMO EFEITO. TRANSFORMAR TÃO DRAMITICAMENTE O MESMO TERRITÓRIO SEM OUVIR E PONDERAR, SEM EFECTIVA PARTICPAÇÃO E PRÉVIO ESTUDO É NEFASTO E ILÓGICO! É INDESEJÁVEL E CONTRÁRIO! ASSIM, MANIFESTA-SE OPOSIÇÃO AO PROGRAMA E Á METODOLOGIA DE ACÇÃO DESENHADAS E APRESENTADAS, EXPONDO-SE A CONSIDERAÇÃO DA PERTINÊNCIA DE UM EFECTIVO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL, DE UMA CLARA PONDERAÇÃO DE BENEFÍCIOS, PREJUÍZOS E MITIGAÇÃO, DE ABRANGENTE EXPLICITAÇÃO E EXPLICAÇÃO PÚBLICAS E EFICAZ PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO!	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121441	Discordância	A estratégia do governo é a mesma de Trump, Milei, Macron etc, é a estratégia da direita mundial. Fazer da exploração dos recursos fósseis do planeta, da destruição do planeta e das suas formas de vida uma causa nobre; o princípio destas propostas governamentais é desregulação total das leis ambientais, a organização de uma catástrofe. Os que financiaram a catástrofe climática financiam agora a "transição ecológica", que, resumindo, é a continuação da destruição dos recursos naturais do país, enredando-nos na narrativa política do futuro "sustentável", "verde". É antes um furto insustentável. Segue-se a este embuste a construção de data-centers, cujo consumo astronómico de água e electricidade vai ao ponto de secarem tudo em volta. Ao invés de usarmos as renováveis para mudarmos o modo como habitamos as cidades, como aquecemos as casas, esta energia vai ser usada nestes monstros de consumo. Vamos apostar em como o governo tem no bolso um papelinho com uma quantidade assinalável de data-centers a serem construídos? O projecto da direita, que é um projecto mundial, vai-te matar, mais cedo do que esperas.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121440	Discordância	Projecto pouco fundamentado, que pertende facilitar a exploração por empresas pouco interessadas na preservação do ambiente. O pretexto das energias renováveis é apenas isso: mais um pretexto para aproveitar recursos do país, sem ter consideração pelo impacto negativo que pode causar no território. Tratam-se de grandes grupos extrangeiros que tem como principal objectivo a maximização de lucros, logo todo o resto é secundário. O país não pode estar de "portas abertas" para exploração extrangeira. Até porque o actual governo tem feito campanha contra as políticas, que eles classificam, de portas abertas. Assim, só têm de ser coerentes e manter as sua convicções. Não às portas abertas para empresas extrangeiras usurparem os recursos nacionais. Total discordância e repúdio a este projecto.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121439	Discordância	As Comunidades de Energia Renovável (CER) estão por implementar em toda a sua extensão e benefícios, designadamente: são mais eficientes, porque próximas do consumo; maior poupança para populações e empresas; menor impacto ambiental. A insistência no alargamento de energia renovável em grande extensão, sobre territórios rurais e, mesmo, com protecção ambiental, serve apenas os interesses das empresas de energia. Estes megaempreendimentos, de muitos hectares, servem 30 a 40 mil pessoas. Este governo que se autointitula de reformista, não tem coragem para incentivar as CERs em alternativa a "atapetar" terrenos com múltiplas funções, indispensáveis agora e no futuro (ex: Fundão). O PS também tem, também, os seus lobistas (Galamba & companhia). O argumento dos telhados e outros espaços não estarem preparados é muito frágil. Como é do conhecimento geral, existem outras adaptações de engenharia muito mais complexas. Um relatório de Março de 2026 Special report 10/2026: Energy communities – Potential yet to be fulfilled, da UE, alertava para a falta de vontade política em desenvolver as CERs, com a manutenção de barreiras regulatórias e atrasos de ligação às redes principais. O relatório acrescenta que é suposto os cidadãos gerarem 50% da energia renovável, através das CERs ou individualmente, para a UE atingir a neutralidade carbónica. No relatório é citado o seguinte: The Commission introduced EU legal definitions for energy communities in Directive (EU) 2018/2001 on the use of energy from renewable sources (RED II) and Directive (EU) 2019/944 on the internal market for	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121438	Discordância	SUPORTE PARA QUEM QUER PARTICIPAR NA CONSULTA PÚBLICA SOBRE O PSZAER Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão André Paulo Lopes do Amaral do concelho de Amarante , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. ● Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121437	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121436	Geral	Zonas ciltivo e matas devem ser preservadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121435	Discordância	Por muita energia que se produza, não paga os estragos, danos que ficaram para sempre no meio ambiente. Haverá sempre quem polua e nós perdemos hectares e hectares de de meio ambiente protegido e despoluente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121434	Discordância	Manifesto a minha total oposição à proposta do PSZAER. Embora apoie a transição energética, a escala das áreas propostas é desproporcional e prejudica gravemente o ordenamento do território, a biodiversidade e o bem-estar das populações locais. A proteção do ambiente e a voz dos cidadãos não podem ser sacrificadas neste processo. Emito, por isso, um parecer desfavorável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121433	Discordância	Eu Adelaide João Alves Martins, residente em distrito, concelho e freguesia de Castelo Branco, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121432	Discordância	A expressão territorial da proposta no contexto da Beira Baixa, e também de outros territórios, não deixa margem para outra opção, que não seja a de discordar. Tal situação não reflete a minha posição relativamente à produção de energia através de fontes renováveis, com a qual estou totalmente de acordo, mas sim a forma como se pretende fazer a produção. As nossas cidade, vilas, aldeias, bem como estruturas viárias, dispõem de imenso espaço para a instalação destes equipamentos. Esta deve ser a única possibilidade para a facilitação da instalação destes equipamento. Qualquer ocupação do território rural terá sempre que ter parecer vinculativos das autoridades locais e regionais, bem como da população diretamente interveniente.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121431	Discordância	A região da Serra da Gardunha é conhecida e vivida pela possibilidade de viver na natureza - de ver as vistas, fazer trilhos, mergulhar no rio, subir às rochas, descansar sob as árvores. Não a estraguemos!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121430	Discordância	Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância uma vez que não se está a respeitar a Fauna e a Flora que ainda permanecem autóctenes e de características únicas, podem, devem e têem de ser exploradas outras formas de implementação de energias limpas e renováveis sem que as mesmas comprometam o meio ambiente onde se implementam/enquadram !	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121429	Discordância	A utilização de território protegido, agrícola e de interesse ecológico nacional não pode ser ignorado em prol de necessidades energéticas imediatas que servem interesses de centros de dados.... Não há consentimento público e não há integridade nas propostas!!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121428	Discordância	Pode trazer muitas dificuldades e ser prejudicial para as populações rurais pois ficarão compleatmente esquecidas, não se podendo tornar em zonas industriais, consequências nefastas a nível socio-económico e a nível ambiental e ecológico.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121427	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho da Covilhã , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121426	Discordância	Não há destruição da natureza com justificações falsas, com vista ao benefício de interesses de influências internacionais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121425	Reclamação	Vivo em Leiria e habitualmente faço caminhadas pelos ambientes naturais da minha zona e também um pouco por todo o país, junto com os meus filhos. É com desagrado e profunda tristeza que vejo a paisagem verde dar lugar a uma paisagem de painéis solares. Não vejo que benefícios ecológicos possam advir da deflorestação para a implementação de painéis solares. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121423	Discordância	Manifesto o meu desacordo relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a necessária transição energética não pode ser realizada à custa da degradação do património natural, da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. Reconheço a importância de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis e de responder aos desafios das alterações climáticas. No entanto, a aceleração da instalação destes projetos não deve traduzir-se numa redução do rigor do planeamento territorial, da avaliação ambiental e da participação democrática das comunidades afetadas. A definição de zonas prioritárias para a instalação de infraestruturas energéticas deve respeitar os valores ecológicos, agrícolas, culturais e paisagísticos dos territórios, privilegiando, sempre que possível, a utilização de áreas já artificializadas, edifícios, parques industriais, zonas degradadas ou infraestruturas existentes, antes da ocupação de espaços naturais ou de elevado valor ambiental. Preocupa-me igualmente o impacto cumulativo que estes projetos podem gerar sobre os ecossistemas, os recursos hídricos, a fauna, a flora, a atividade agrícola, o turismo e a identidade das comunidades locais. Uma verdadeira transição energética deve ser justa, equilibrada e sustentável, conciliando a produção de energia limpa com a proteção do território e do património comum. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto, reforçando os critérios de proteção ambiental, a transparência do processo, a participação efetiva das populações e das autarquias e uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos de cada zona proposta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121422	Discordância	Discordo com o que está a ser proposto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Rejeito de forma veemente a proposta do PSZAER!	
121421	Discordância	Como cidadã portuguesa nao consigo compreender a necessidade de instalar milhares de hectares de terras por todo o país, com painéis solares, compreendo a necessidade de produção solar, mas existem outras alternativas que não envolvem a alteração da nossa paisagem, dos nossos ecossistemas, da nossa forma de vida. Cidades por todo s país possuem casas em grande concentração assim como estruturas de zonas comerciais, etc, que podem ser usadas para a produção solar sem o impacto que a PSZAER propõe. A nossa paisagem e sui generis e deve ser preservada e o investimento que muitos fizeram e fazem para continuar em certas zonas do país está a ser posto em risco como se não fosse de importância. Há que proteger as pessoas e este PSZAER não o faz, economias familiares por todo o país, não só no interior serão afetadas. A enormidade de energia a ser produzida não e síncrona com as necessidades do país, o país não se encontra sedento com falta de energia, esta consulta tem obrigação de ser transparente e não uma corrida para a tentar fazer passar para que os cidadãos deem o seu aval sem a informação necessária e que os afetara hoje e a todas gerações vindouras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121420	Discordância	Não concordo com o excesso de painéis solares implementados nos terrenos e o estado se auto licenciar	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121419	Discordância	Discordância	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121417	Discordância	É revoltante colocar os interesses económicos de grandes multinacionais acima da proteção do território, da agricultura e das comunidades locais. O prazo da consulta pública do Plano Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER) termina amanhã, 15 de julho, sem que as populações diretamente afetadas tenham tido acesso à informação indispensável para compreender e avaliar os impactos reais das propostas em discussão. É profundamente preocupante que uma organização de cidadãos tenha conseguido conhecer informação decisiva para este processo apenas através de uma fuga de informação. O mais grave é que esta informação sempre existiu, mas nunca foi disponibilizada a quem tinha o direito de a conhecer. Isto demonstra que nunca houve verdadeira transparência e reforça a convicção de que este processo foi conduzido na sombra, longe do escrutínio público e sem o respeito que uma decisão desta dimensão exige. Esta iniciativa não pode nem deve numa verdadeira democracia, seguir em frente.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121416	Discordância	ENERGIAS RENOVÁVEIS ONDE FAZEM MAIS FALTA I.E. NAS CIDADES PROFESSORES NO NORTE A TRABALHAREM NO NORTE MÉDICOS DO SUL A TRABALHAR NO SUL FRUTAS E VEGETAIS CONSUMIDOS LOCALMENTE MATÉRIAS PRIMAS TRANSPORTADAS EM COMBOIO MELHOR REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS E OUTRAS MEDIDAS QUE VISAM EFICIÊNCIA E NÃO DESTRUIÇÃO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121415	Discordância	O investimento nas energias renováveis não deve ser cego para com os recursos energético e os valores naturais atuais e existentes. A valorização de habitats, a conservação de bens naturais permanentes não deve ser destruída a favor de lucros temporários e privados. Inclusive o impacte na vida das populações será irreversível. É preocupante que não se valorizem outras alternativas de investimento em zonas que seriam potenciadas com outros investimentos menos danosos em outras energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121414	Discordância	Não concordo com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121413	Discordância	As árvores são muito mais do que simples elementos da natureza. São verdadeiros pilares da vida no planeta. Purificam o ar que respiramos, produzem oxigénio, capturam dióxido de carbono e ajudam a combater as alterações climáticas. Regulam a temperatura, protegem os solos da erosão, preservam a água e criam habitat para milhares de espécies de animais e plantas, mantendo o equilíbrio dos ecossistemas. Mas os seus benefícios vão ainda mais longe. Tornam as cidades mais frescas e saudáveis, reduzem a poluição e o ruído, melhoram o nosso bem-estar físico e mental e proporcionam espaços onde podemos descansar, refletir e reencontrar a natureza. Cada árvore representa vida, esperança e futuro. Plantar uma árvore é um gesto simples, mas com impacto durante décadas. Proteger as árvores que já existem é proteger o ar que respiramos, a água que bebemos, a biodiversidade e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Cuidar das árvores é, acima de tudo, cuidar da vida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121412	Discordância	A transição energética não pode, em circunstância alguma, ser feita à custa do património florestal. A descarbonização e a produção de energia renovável devem coexistir com a proteção dos ecossistemas, e não implicar o abate de árvores como condição para a instalação de painéis solares. Esta preocupação torna-se ainda mais relevante quando os projetos incidem sobre áreas recentemente afetadas por incêndios. Permitir a conversão dessas zonas para outros usos pode gerar a perceção de que os incêndios acabam por beneficiar interesses económicos associados à ocupação do solo, comprometendo a confiança pública e contrariando os objetivos de proteção e recuperação da floresta. A expansão da energia solar deve privilegiar áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, parques de estacionamento e terrenos degradados, preservando as áreas florestais e contribuindo simultaneamente para a produção de energia limpa e para a mitigação das alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121411	Discordância	total desacordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121410	Discordância	Acaber com o ecossistema não é a solução. Há outras soluções nos países de primeiro mundo, do qual Portugal se afasta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121409	Discordância	Discordo!! Quero que seja discutido com mais visão dos vários impactos!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121408	Discordância	Concordo completamente e estou abismada que algo que poderia ser um passo na direção de um país numa transição ecológica consegui de tar forma deformar e corromper algo tão necessário como a transição energética em mais um atentado àquilo que alegam querer proteger: o povo e a sua terra. Não existe integração ecológica nem social neste projeto senão o interesse económico alheio. Apelo urgentemente a reprovação de projetos que distorcem de tal forma a transição energética que está disposto a sacrificar a nossa biodiversidade sobre a qual depende a nossa agricultura, que já por um fio se encontra, as nossas populações, que nada mãos querem senão sentirem se ouvidas e participantes em decisões que vão afetar os seus rendimentos, a sua saúde, e o bem estar das suas comunidades e famílias por gerações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121407	Discordância	Este tipo de projectos têm que ser escrutinados através de consulta pública e avaliação de impacto ambiental. A transição energética é uma realidade mas não podemos permitir que seja a qualquer custo e neste caso vamos no caminho oposto para o propósito pretendido.. Temos muitas alternativas hoje em dia como instalação de painéis em edifícios públicos, áreas comerciais, estacionamentos. Tenho a esperança que exista alguém dentro deste projeto que coloque a mão na consciência e interceda contra esta loucura que só destruirá o que tentamos todos os dias salvar que é o nosso meio ambiente, pois sem ele não somos nada.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121406	Discordância	Como cidadã que cresceu na Beira-Baixa, e com ligações com o território, venho manifestar que a transição energética, não deve, nem pode afetar ou sacrificar negativamente a comunidade. Assim, ao participar na consulta pública referente ao PSZAER faço-o, o intuito de contribuir para a defesa do território, a paisagem a biodiversidade, a saúde pública, e por arrasto o futuro das comunidades da Beira Baixa, de forma a garantir que a transição energética não destrua o património natural existente, bem como aqueles que dele dependem. Ao percorrer a apresentação do PSZAER, verifica-se que o mesmo não assegura o equilibro desejável para uma transição equilibrada que beneficie a comunidade e o ambiente, ignorando em absoluto o território onde visa implementar o seu projeto. Acresce que a paisagem da Beira-Baixa tal como é contempla características específicas, ressaltando uma identidade do seu património natural, que dentro de uma gestão dos seus recursos naturais, também constitui um ativo. O PSZAER admite que 7% do território nacional tem aptidão para aceleração, mas os próprios dados técnicos demonstram que menos de 1% do território é suficiente para cumprir as metas energéticas até 2030. Inexistindo qualquer justificação para transformar concelhos inteiros em zonas implementadas com painéis solares, destruindo a paisagem, solos agrícolas e florestais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
121404	Discordância	O que será deste pequeno país que abate árvores e "planta" painéis solares? Não gostaria de viver nesse país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121402	Discordância	Discordo da implementação de painéis solares em solos, ir, apenas concordo que a instalação seja feita em construções já existentes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121401	Discordância	No âmbito da consulta pública sobre a Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, a Câmara Municipal de Grândola (CMG), com os contributos do Departamento de Planeamento e Urbanismo, emite parecer sobre a proposta em discussão.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121400	Discordância	Por uma transição energética verdadeiramente ecológica e participativa Exmos. Senhores, Venho manifestar a minha discordância com o PSZAER na sua configuração atual. A transição energética é indispensável, mas uma energia renovável não é automaticamente sustentável quando a sua implantação implica a industrialização de grandes áreas naturais, agrícolas e florestais. Hoje existem ferramentas tecnológicas, plataformas de participação e comunidades locais capazes de contribuir para soluções mais inteligentes, descentralizadas e adaptadas a cada território. Muitos proprietários, associações e cidadãos trabalham diariamente na regeneração dos solos, na recuperação das florestas, na gestão da água, na prevenção de incêndios e na proteção da biodiversidade. Estas pessoas devem ser consideradas parceiras, e não obstáculos. A desclassificação ou redução da proteção de vastas áreas da Reserva Ecológica Nacional não pode ser apresentada como uma medida verde. Grandes centrais eólicas e fotovoltaicas implicam estradas, fundações, cablagens, linhas elétricas, subestações, movimentação de terras, fragmentação de habitats e transformação da paisagem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121399	Discordância	Não foram ouvidas as populações	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		Como assim energia verde se o que está em causa é, substituir o verde autóctone por km2 de painéis solares..	Obrigada pela sua participação.
		Mesmo como engenheiro eletrotécnico que sou, está visto que o interesse não é a transição energética, mas sim interesse econômico.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121398	Discordância	Avançar com painéis nas coberturas e parques de estacionamento, onde já foi destruído a fauna e a flora!!	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		DEIXEM O VERDE, VERDE!!	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121397	Discordância	Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha total oposição à lógica que sustenta a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), a qual subordina a proteção da biodiversidade e a integridade dos solos à pressa da exploração industrial energética. É uma contradição ecológica inaceitável justificar a descarbonização através da destruição direta do património natural. A criação de "zonas de aceleração" que enfraquecem ou isentam os projetos de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) rigorosos representa um retrocesso civilizacional e jurídico na proteção do ambiente. A minha oposição fundamenta-se nos seguintes princípios: A Biodiversidade é Inegociável: A crise climática e a crise da perda de biodiversidade são duas faces da mesma moeda. Não podemos combater a primeira acelerando a segunda. Isentar ou simplificar a avaliação de impactes em habitats sensíveis, corredores ecológicos e solos agrícolas é passar uma "carta branca" para a degradação irreversível dos ecossistemas. A Falácia da "Aceleração Sem Triagem": Nenhum modelo matemático ou mapeamento abstrato à escala nacional consegue prever o impacto real e localizado de milhares de painéis solares ou turbinas eólicas no solo, na fauna, na flora e nos recursos hídricos. A eliminação de estudos de impacto profundos, caso a caso, é uma negligência ecológica grave. Soberania das Populações e dos Territórios: O território não é um espaço vazio à espera de exploração. A pressa burocrática destas zonas de aceleração atropela o direito das populações locais de defenderem os seus ecossistemas, promovendo um modelo de colonização energética que serve apenas interesses económicos e não a sustentabilidade real. A transição energética só é verde se for ecologicamente justa. Exijo que nenhum projeto de energias	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121396	Discordância	Acho que é prejudicial por questões sócio-económica e ecológicas para as populações que ali vivem e para a população do país em geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121395	Discordância	Não me oponho às energias renováveis. Pelo contrário, reconheço a sua importância na transição energética e no combate às alterações climáticas. Contudo, essa transição não pode ser feita à custa da destruição dos ecossistemas, da paisagem, da biodiversidade, da atividade agrícola, do património cultural e da qualidade de vida das populações. A verdadeira sustentabilidade exige equilíbrio entre os objetivos climáticos e a proteção do território. A criação de zonas de aceleração não pode significar uma redução da avaliação ambiental, da participação pública ou da ponderação dos impactos cumulativos dos projetos. É fundamental privilegiar a instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, infraestruturas existentes ou terrenos degradados, evitando a ocupação de solos agrícolas férteis, áreas naturais sensíveis e territórios com elevado valor ecológico e paisagístico. As políticas ambientais não podem resolver um problema criando outro. A transição energética deve ser justa, transparente e respeitadora das pessoas e da natureza. Não queremos energia "verde" obtida através da degradação ambiental e da perda irreversível do património natural que é de todos. O combate às alterações climáticas só fará sentido se caminhar lado a lado com a defesa da vida, da biodiversidade e das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121394	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio do GATE - um Gabinete de Apoio Estudantil sediado na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto que procura detetar as necessidades das populações e mobilizar a massa académica para a prestação de auxílio - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121393	Discordância	A implementação de uma estratégia de energias renováveis não deve, nem pode, ser feita em detrimento do meio ambiente e paisagem, onde se vai aplicar. Eliminar espaços verdes/naturais propositadamente, através de deflorestação e/ou desmatação, para substituir por metal e painéis solares nunca deverá ser a resposta nem a estratégia para futuro. Não queremos um país de hectares de quintas solares em substituição dos (ainda) muitos espaços verdes e natureza. Existem alternativas, de menor impacto ambiental e utilizando infraestruturas já existentes, que deveriam ser estudadas: - Aproveitar parques de estacionamento (c/coberturas); - Ajudar/apoiar a implementação de painéis solares em edifícios/habitações (para publico/privado ser o mias autossustentável possível); - Reaproveitar as ferrovias; https://www.swissinfo.ch/eng/climate-solutions/switzerland-turns-train-tracks-into-solar-power-plants/89227914 https://pt.euronews.com/2026/07/05/italia-pode-ser-proximo-pais-a-avancar-com-linha-ferrea-solar-apos-teste-bem-sucedido-na-s https://www.razaoautomovel.com/noticias/inovacao-linha-comboio-paineis-solares-sun-ways/	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121392	Discordância	Plantar painéis é destruir tudo o que existe, defender o ambiente não pode ser a destruir o que existe	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121390	Discordância	Este tipo de projetos tem de ser alvo de consulta pública porque não vale tudo a qualquer preço. A transição energética e fundamental mas não a plantar painéis ou ventoinhas. Podemos obrigar a que sejam instalados em edifícios públicos, áreas comerciais, estacionamentos. Rentabilizar os espaços de edificação e não os que serão necessários para alimentar o número de pessoas que coabitam o mundo e que não para de crescer. Para além disso estamos a destruir o pouco ar respirável de que dispomos e a interferir na biodiversidade de que necessitamos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121389	Discordância	Discordo totalmente com a destruição do ecossistema	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121388	Discordância	Contra o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121387	Discordância	Venho por este meio comunicar a minha discordância quanto a este programa nos termos propostos. Concordo plenamente com urgência e necessidade de uma transição energética, mas que seja feita com o respeito e a reverência necessários ao nosso território e a todas as espécies que nele habitam, para finalmente eliminarmos a utilização de combustíveis fósseis, e contribuirmos para a regeneração do solo e da biodiversidade e para a resiliência das nossas comunidades. Mas este programa de aceleração não é sobre isso. Primeiramente, a consulta pública é insuficiente e demonstra um completo desrespeito pelos cidadãos. Quanto à proposta do programa em si, a minha discordância prende-se sobretudo com o facto da avaliação de impacte ambiental ser suprimida nas zonas de aceleração. Deverá sempre haver uma avaliação de impacte ambiental. Para além disso, os pareceres locais devem ser vinculativos legalmente, uma vez que as comunidades locais têm o direito de co-criar o que acontece no seu território. A Avaliação Ambiental Estratégica conclui corretamente que "tendem a ser mais favoráveis as soluções que aproximam produção e consumo, limitam a concentração espacial de impactes na paisagem e na biodiversidade, aliviam a pressão sobre novos usos dos solos e criam condições para compatibilizar energia, atividade económica e bem-estar das comunidades" — mas não são apresentadas opções para legalmente priorizar soluções mais favoráveis. Estas opções devem ser vinculativas legalmente, particularmente no que diz respeito a produção de energia descentralizada e em solos já impermeabilizados. A quantidade de produção de energia necessária deve ser repensada e o destino final da mesma deve ser sempre divulgado. A transição energética deve ser feita com vista à implementação de comunidades de energia resilientes e localizadas. Para além disso, a quantidade de energia necessária que o programa	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121386	Discordância	Este projecto não apresenta garantias minimamente suficientes de proteção do ambiente, das populações locais, nem mesmo de um processo democrático.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121385	Discordância	Exmos. (as) Senhores (as), Venho, por este meio, manifestar a minha discordância com este programa nos moldes aqui propostos. A transição energética é importante, e deve ser feita, mas não a qualquer custo. Especialmente, se colocar em risco o próprio meio ambiente, a paisagem, a agricultura, a economia rural e a qualidade de vida das comunidades. O PSZAER revela falta de transparência ao referir " 7% do território nacional" sem definir, em concreto, que áreas serão afectadas e, não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Vários especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de se ocupar áreas naturais, onde ocorrerá a destruição da biodiversidade aí existente. É necessária uma transição energética que garanta um futuro sustentável e que, ao mesmo tempo, valorize o território e as suas comunidades. Grata pela atenção,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121384	Discordância	Vai aumentar a temperatura ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121383	Discordância	Espero que esta iniciativa não avance!!! Temos de proteger o nosso território	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121382	Discordância	Considero que as áreas visadas pelo programa (cerca de 7% do território nacional) abrangem uma fatia demasiado extensa do nosso país e que poderão afetar os ecossistemas e paisagens envolventes de forma negativa. É necessário mais debate com a sociedade civil para encontrar uma solução que vá de encontro às necessidades energéticas atuais que não ponha em causa o bem estar dos ecossistemas. Receio que a solução apresentada aqui não satisfaça isto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121381	Discordância	PARTICIPAÇÃO_curta O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121380	Discordância	Estamos em total desacordo. Protejam o nosso Património Natural., a nossa Terra...e Identidade. É para isso que vos pagamos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121379	Discordância	O programa sacrifica o bem-estar das populações locais e a preservação do território em nome de metas nacionais de descarbonização. A instalação de megacentrais solares e parques eólicos de escala massiva provoca um forte impacto visual. Municípios como Idanha-a-Nova , que emitiu um parecer desfavorável ao plano, alertam para a alteração morfológica permanente de milhares de hectares, destruindo a identidade e a beleza natural das regiões. A proximidade destas grandes infraestruturas industriais às populações afeta negativamente o quotidiano dos residentes. O ruído aerodinâmico das torres eólicas e a alteração drástica do espaço envolvente colidem diretamente com o descanso, o sossego e a saúde pública. A industrialização de zonas rurais ou florestais desvaloriza o património imobiliário, os terrenos agrícolas e o turismo de natureza. Várias câmaras municipais, como as de Oleiros e da Sertã, defendem que o plano entra em conflito direto com as suas estratégias de desenvolvimento económico baseadas na valorização dos recursos locais. Durante o processo de consulta pública, diversas plataformas criticaram a falta de mapas detalhados e de informação acessível. Isto impediu que muitos cidadãos soubessem com exatidão se as suas propriedades ou freguesias ficariam inseridas nestas zonas de implantação rápida. Proposta: em alternativa, sugiro um modelo de transição energética descentralizado, focado no autoconsumo, no aproveitamento de zonas já artificializadas (como telhados e zonas industriais) e em pequenas comunidades energéticas locais, evitando o sacrifício do mundo rural.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121378	Discordância	A Natureza, todas as plantas e animais que constituem os ecosistemas nacionais são a nossa fonte de vida, sem ela não sobrevivemos neste país tão rico em biodiversidade e banhado pelo oceano atlântico. Destruir estes ecosistemas em prol de energias ditas renováveis, que visam essencialmente o lucro de empresas tanto nacionais como internacionais não me parece o caminho correto para o combate à poluição, pelo contrário o abate de árvores e destruição dos referidos ecosistemas tornarão o clima do nosso território mais quente e seco com risco de mais incêndios, o que não é de todo desejável. Todos os projetos de alteração do território do NOSSO PA´ÍS , devem ser do conhecimento e intervenção de toda a população . Não alterem o que está bem.!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121376	Discordância	Portugal merece um planeamento mais cuidadoso, onde a natureza, os campos agrícolas e as gentes que lá vivem, estejam em primeiro lugar.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121375	Discordância	Este programa concretiza, de uma maneira geral, aquilo que a investigação das ciências sociais tem vindo a designar de extrativismo verde, uma vez que pretende acelerar a extração de recursos de territórios já periféricos e marginalizados sem gerar benefícios concretos e equitativos para os mesmos, incluindo ao nível da conservação e regeneração ecológicas, enquanto beneficia sobretudo as grandes empresas energéticas e outras elites financeiras. A visão e estratégia deveriam focar-se em descentralizar e tornar público o sistema energético, ao mesmo tempo que se transita de facto para as energias renováveis. Abaixo identifico sugestões mais específicas relativas aos documentos em consulta pública: - A designação de 'zonas de aceleração' sugere já que essas serão zonas de construção de infraestruturas de geração de energia renovável de larga escala e outras associadas, quando deverá ser avaliado caso a caso se os projetos a eventualmente serem planeados para essas zonas deverão ser construídos ou não. Nesse sentido, a designação de 'zonas de interesse para as energias renováveis' seria mais apropriada, aliado à avaliação, de facto, da adequação de cada projeto ao território para que é planeado; - De forma associada, as avaliações de impacte ambiental devem ser mantidas para cada projeto, de modo a poder ser feita uma avaliação cuidada, contextualizada e apropriada a cada território tanto do ponto de vista ambiental, como social; - Outro conceito que importa considerar e rever é o de 'baldios'. Este parece ser utilizado nos documentos como referindo-se a terras vazias e sem uso, quando 'baldios' se refere em Portugal frequentemente a terras comunais, de relevância histórica, cultural e funcional para muitas comunidades locais; - Também a definição e operacionalização do que são territórios degradados, abandonados ou subaproveitados tem que ser clara e contextualizada - territórios vistos como abandonados do ponto de vista do governo central e de uma perspetiva extrativista, não o são do ponto de vista local e de uma perspetiva cultural e funcional, como tem mostrado investigação das ciências sociais nesta área. A apropriação destes territórios sem uma avaliação cuidada dos seus usos e relações das comunidades locais com eles, comprometerá a aceitação social dos projetos e a sua sustentabilidade a longo prazo; - A investigação das ciências sociais tem demonstrado que um dos principais aspetos que afeta a aceitação social de infraestruturas de geração de energia renovável, nomeadamente centrais solares e eólicas, é a sua escala/tamanho. Deve ser imposto um limite ao tamanho máximo de cada central e à área máxima que, em	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121374	Discordância	Venho por este meio comunicar a minha discordância quanto a este programa nos termos propostos. Concordo plenamente com urgência e necessidade de uma transição energética, mas que seja feita com o respeito e a reverência necessários ao nosso território e a todas as espécies que nele habitam, para finalmente eliminarmos a utilização de combustíveis fósseis, e contribuirmos para a regeneração do solo e da biodiversidade e para a resiliência das nossas comunidades. Mas este programa de aceleração não é sobre isso. Primeiramente, a consulta pública é insuficiente e demonstra um completo desrespeito pelos cidadãos. Na minha experiência profissional, trabalhei na Austrália a preparar consultas públicas para o estado da Nova Gales do Sul e várias câmaras municipais, e a participação on-line é sempre o mínimo dos mínimos num programa de participação pública. Constatei que todas as iniciativas de envolvimento presenciais que este programa incluiu eram restritas a especialistas (nos grupos focais), nunca dirigidas ao público geral. Em todas as participações públicas que preparei e implementei, sempre houve um cuidado para garantir que todas as zonas afetadas pelos diferentes projectos tivessem iniciativas presenciais para o público geral, com várias datas para garantir acesso a todos, e em vários locais. Apresento algumas propostas: Workshops presenciais em todos os distritos afetados pelo mapa verde, em contexto pós laboral e fora de férias escolares. Entrevistas a entidades como câmeras municipais, para que o envolvimento seja mais próximo de uma co-criação do que uma formal submissão escrita Círculos de conversa que integram tanto instituições como público geral, com atividades dinâmicas preparadas de forma a obter o máximo de informação passível de ser analisada para o projecto. Várias rondas de participação pública que acompanhem o desenvolvimento do projecto. Passando para a proposta do programa em si, a minha discordância prende-se sobretudo com o facto da	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
121373	Discordância	Em anexo segue o parecer do município de Nisa, o anexo I (informação técnica) e ainda o anexo II (shapefile com contraproposta de ZAER)	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
121372	Discordância	Alternativas menos prejudiciais podem ter iniciativa	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Participação na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER)	
121371	Discordância	No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) e no exercício do direito de participação pública consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Convenção de Aarhus e no direito da União Europeia, vem a A Finis Terrae - Associação para a Defesa do Parque Natural Sintra-Cascais apresentar a sua contribuição. Embora a presente consulta pública tenha um âmbito nacional, a Finis Terrae considera que as opções legislativas em matéria de ordenamento do território e de proteção ambiental têm consequências diretas à escala local. A experiência adquirida na defesa do Parque Natural de Sintra-Cascais demonstra que o progressivo enfraquecimento dos instrumentos de proteção, da avaliação ambiental e da participação pública acaba por se refletir na forma como o território é gerido e transformado. É por essa razão que entendemos ser nosso dever contribuir para este processo de consulta.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121370	Discordância	Há cada vez menos espaços verdes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121369	Discordância	Concordo com a transição para a energia verde, mas tem de ser utilizada e implementada com cuidado. A destruição de florestas e paisagens para a criação de campos de painéis solares, não só é contraditória mas como vai causar um grande impacto ambiental. A nível da fauna e flora assim como paisagístico. Para além destes, as energias verdes, como a eólica, já demonstram que gastam mais recursos do que os proporcionam, desde a sua montagem, manutenção e descarte de peças antigas. Assim, acho que este plano deveria ser repensado e ser aplicado após um estudo da sua eficácia e consequências no meio ambiental e animal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121368	Discordância	É um atentado contra as nossas terras, o aquecimento global, o lixo ambiental. É um atentado contra a nossa fauna e flora! Não concordo!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
121367	Discordância	Eu não concordo com a destruição da nossa floresta.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121366	Discordância	Sou contra estas ideias. Sou cintra as energias ditas renovaveis continuarem a estragar as nossas florestas e o nosso ecossistema. Contra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121365	Discordância	Venho por este meio apresentar a minha oposição formal ao PSZAE (Plano de Situação da Zona de Apoio às Energias Renováveis), com base numa série de fundamentos preocupantes. Em primeiro lugar, prevê-se um impacto ambiental e paisagístico irreversível, uma vez que a implementação deste plano nas localizações previstas irá causar danos severos nos ecossistemas locais, nomeadamente através da destruição de áreas florestais, perturbação da fauna local e impacto negativo em linhas de água. Além disso, a dimensão do projeto desfigura gravemente a paisagem natural e a identidade cultural das várias regiões afetadas, que vivem em grande parte na sua harmonia ambiental. Em segundo lugar, haverá graves prejuízos para a população e para a economia local. A proximidade às zonas habitacionais das nossas aldeias e localidades irá comprometer severamente a qualidade de vida dos residentes devido ao ruído, à poluição visual e à desvalorização imobiliária. O plano ameaça também diretamente atividades económicas vitais da nossa comunidade, tais como o turismo de natureza, a agricultura, o desenvolvimento de projetos de economia circular e o respeito pelo meio ambiente. Por último, a clara insuficiência de estudos e de alternativas viáveis. Os estudos de impacto ambiental e socioeconómico apresentados são lacunares e não refletem a realidade dos terrenos a longo prazo, não tendo sido devidamente avaliadas localizações alternativas que pudessem acolher estas infraestruturas com um impacto substancialmente menor para as pessoas e para a natureza. Face ao exposto, solicito que esta participação seja tida em devida consideração e que o presente plano seja rejeitado, salvaguardando os direitos das populações locais e a integridade ambiental deste território.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121364	Discordância	Não se pode dar um parecer positivo, quando não há conhecimento dos mapas .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121363	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030) v,enho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121362	Discordância	Sou contra a proposta das ZAER porque considero que a aceleração do licenciamento pode colocar em risco a proteção da natureza. Apesar de apoiar a transição para energias renováveis, a instalação de grandes parques solares e eólicos pode provocar perda de habitats, fragmentação dos ecossistemas, impacto na fauna e na flora, degradação da paisagem e ocupação de solos agrícolas e florestais. Preocupa-me que a simplificação dos processos reduza a análise específica dos impactos ambientais de cada projeto e limite a participação efetiva das comunidades locais. A transição energética deve ser feita com rigor científico, protegendo a biodiversidade e privilegiando a instalação de painéis solares em edifícios, parques industriais e outras áreas já artificializadas, antes de ocupar espaços naturais ou agrícolas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121361	Discordância	Energias renováveis sim, Defender a natureza sim, DESTRUIR A NATUREZA NÃO... NÃO É NÃO!!!!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121359	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121358	Discordância	Não concordo é a destruição da nossa natureza, é da natureza que vem o nosso oxigénio parar termos uma boa respiração. A minha sugestão, que tal colocarem so em cima dos telhados para não destruir a nossa vegetação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121356	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) A necessidade de acelerar a transição energética é hoje amplamente reconhecida. Contudo, essa urgência não pode justificar processos de planeamento que reduzam o escrutínio público ou que favoreçam uma ocupação do território sem a devida ponderação dos seus impactos ambientais, culturais e sociais. O PSZAER parece privilegiar uma lógica de rapidez na implementação de grandes infraestruturas energéticas, sem demonstrar de forma suficientemente clara como serão salvaguardados os valores naturais, a biodiversidade, a paisagem e o património das regiões abrangidas. A criação de zonas de aceleração não deve traduzir-se numa simplificação excessiva dos procedimentos de avaliação ambiental nem numa menor capacidade de intervenção das populações diretamente afetadas. A produção de energia renovável é um objetivo estratégico para o país, mas deve ser acompanhada por uma visão integrada de ordenamento do território, que considere a capacidade de carga dos ecossistemas, a preservação dos recursos naturais e a compatibilização com as atividades económicas locais. O desenvolvimento sustentável exige equilíbrio entre os objetivos climáticos e a proteção dos bens comuns. É igualmente importante promover modelos de produção energética mais distribuídos e descentralizados, incentivando o autoconsumo, as comunidades de energia renovável e a utilização prioritária de áreas já intervencionadas, reduzindo a necessidade de transformar extensas áreas naturais ou agrícolas em espaços de exploração industrial.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121354	Discordância	Acho que é extremamente prejudicial para as populacoes nas zonas rurais, por razoes socio economicas, e tem enorme impacto ecologico negativo neste territorio para alem do impacto negativo na paisagem.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121353	Discordância	Reconheço a importância da transição energética, da redução das emissões de gases com efeito de estufa e do reforço da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, considero que a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na forma como se encontra apresentada, suscita sérias preocupações ambientais, territoriais, sociais e de governança, que justificam a sua revisão. Em primeiro lugar, a criação de Zonas de Aceleração tem como principal objetivo simplificar e acelerar os processos de licenciamento dos projetos de energias renováveis, em conformidade com a Diretiva Europeia RED III. Embora esta simplificação possa ser desejável para reduzir burocracia, existe o risco de diminuir o nível de escrutínio ambiental aplicável a projetos concretos, sobretudo quando se presume que os impactos já foram avaliados à escala do programa. A realidade demonstra que cada projeto possui características próprias e pode afetar significativamente habitats, recursos hídricos, paisagens e comunidades locais, pelo que a avaliação caso a caso continua a ser indispensável. ([Renováveis Participa][1]) Em segundo lugar, verifica-se uma forte preocupação quanto aos critérios utilizados para a delimitação das zonas propostas. Em diversos territórios, as áreas identificadas abrangem espaços agrícolas, florestais, zonas de elevado valor paisagístico ou corredores ecológicos cuja preservação é essencial. A concentração de grandes infraestruturas de produção de energia pode provocar fragmentação de habitats, perda de biodiversidade, degradação da paisagem, aumento da artificialização dos solos e impactos cumulativos que dificilmente são captados por uma análise estratégica de âmbito nacional. Outra preocupação prende-se com a insuficiente participação das populações locais durante a fase de definição das zonas. As comunidades são aquelas que suportam diretamente os impactos permanentes na paisagem, no turismo, na agricultura e na qualidade de vida. Contudo, a perceção existente é que o processo foi conduzido de forma excessivamente centralizada, com reduzida capacidade de influência efetiva por parte dos municípios, das populações e dos proprietários afetados. A própria abertura da discussão pública	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
121352	Discordância	A instalação de centrais fotovoltaicas assim como aerogeradores devem ser instaladas em zonas já afetadas pela atividade humana, sejam elas cidades, zonas industriais, autoestradas, antigas pedreiras, minas etc.. Soluções economicistas serão bastante danosas para as gerações futuras. A biodiversidade é a maior riqueza que as regiões podem ter, a sua destruição revela falta de inteligência e criatividade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121351	Discordância	Não à instalação intensiva de painéis solares em terrenos agrícolas e naturais Somos a favor das energias renováveis e da transição energética. No entanto, recusamos que o seu desenvolvimento seja feito à custa das nossas terras agrícolas, da natureza, da biodiversidade e das nossas paisagens. Defendemos que os painéis solares sejam instalados prioritariamente em telhados, parques de estacionamento, zonas industriais e outros espaços já artificializados, preservando os terrenos agrícolas e os espaços naturais. Pedimos às autoridades competentes que protejam o nosso território, garantam uma verdadeira consulta às populações e avaliem cuidadosamente os impactos ambientais, agrícolas e paisagísticos de cada projeto. A transição energética deve respeitar as pessoas, a natureza e o futuro do nosso território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121350	Proposta concorrente	O presente parecer constitui o contributo da Plataforma Democracia Económica (PDE) para a consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da respectiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). As propostas apresentadas visam reforçar o PSZAER enquanto instrumento estruturante da política energética nacional, contribuindo para uma transição energética mais eficiente, mais resiliente e mais amplamente partilhada pela sociedade. A PDE – Plataforma Democracia Económica considera que a aceleração da produção de energia renovável deve caminhar a par da protecção do capital natural, da valorização das comunidades locais, do respeito pelo ordenamento do território e da promoção de uma governação participativa. Uma política pública desta importância será tanto mais bem-sucedida quanto melhor conseguir conciliar os objectivos climáticos com a conservação dos recursos naturais, a coesão territorial, a segurança jurídica, a participação dos cidadãos e o desenvolvimento económico sustentável.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121349	Discordância	Não podemos sacrificar a biodiversidade, a preservação dos ecossistemas e da paisagem natural, em prol das energias verdes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121348	Discordância	Sou a favor das renováveis, mas não a qualquer preço. As árvores e as áreas naturais ajudam a combater as alterações climáticas tanto ou mais que um painel solar, não faz sentido sacrificar umas para ganhar outras. O PSZAER devia priorizar telhados, parques de estacionamento e outras áreas construídas, em vez de avançar sobre a floresta e zonas de valor natural. Queremos mais árvores e não o contrário!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121347	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal ao projeto do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) A dimensão do projeto e o seu impacto ambiental irreversível — nomeadamente a desflorestação e destruição de habitats essenciais, a perda de biodiversidade, o risco acrescido de incêndio, a impermeabilização dos solos e a alteração dos ecossistemas — constituem graves ameaças ao equilíbrio climático e ao território. Projetos desta escala são desajustados e exigem limites claros para preservar o património natural. A energia solar deve priorizar áreas artificializadas — telhados, coberturas industriais, parques empresariais — e não afetar zonas de elevado valor ecológico e paisagístico, nem sacrificar solos férteis e corredores naturais de fauna e flora. Pelas razões expostas, solicito a rejeição deste projeto na sua forma atual e a adoção de políticas de energia renovável compatíveis com a integridade ecológica do território. Com os melhores cumprimentos, Sílvia Cláudia Nunes Araújo cc 12189216	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121346	Discordância	Não concordo !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121345	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em particular no que respeita à instalação de grandes centrais solares em zonas rurais. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que a expansão das energias renováveis deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a biodiversidade, a paisagem e as comunidades locais. A instalação de grandes parques solares em áreas rurais implica a ocupação de extensas superfícies de solo, frequentemente agrícolas ou com elevado valor ecológico, contribuindo para a fragmentação dos habitats naturais, a diminuição da biodiversidade e a alteração irreversível da paisagem. Estas transformações afetam também a qualidade de vida das populações, o património natural e o potencial turístico das regiões. Adicionalmente, a concentração da produção de energia em grandes centrais promove um modelo centralizado que exige novas infraestruturas elétricas e linhas de muito alta tensão, aumentando igualmente os impactos ambientais e sociais. Considero que Portugal deveria privilegiar, em primeiro lugar, soluções de menor impacto, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, aproveitando espaços já ocupados em vez de converter solos rurais e naturais. Este modelo de produção distribuída reduz a necessidade de ocupar território adicional, aproxima a produção do consumo e reforça a resiliência da rede elétrica.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121344	Discordância	É importante Portugal fazer a transição energética através das energias renováveis, no entanto tal processo não pode por em perigo a diversidade da nossa natureza, nem ir contra a vontade das pessoas que vivem no sul do país, nomeadamente pessoas que vivem do que a terra lhes dá. O sul de Portugal, assim como qualquer outra região do país não pode ser transformado numa industria de painéis solares. Como portuguesa acredito que mais do que nunca, num país assolado por incêndios todos os anos e com o aumento da temperatura todos os anos, a proteção das nossas florestas e árvores e dos nossos agricultura é fundamental. Exitem outras soluções para instalar painéis solares que não poem em causa a nossa natureza, como, por exemplo, o uso de grandes parques de estacionamento. Peço que repensem este programa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121343	Sugestão	Boa tarde, A EDP agradece a oportunidade de se pronunciar sobre a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), cujo documento se junta em anexo, manifestando, desde já, plena disponibilidade para quaisquer esclarecimentos que entendam convenientes. Com os melhores cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121342	Discordância	Parecer em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121341	Discordância	Eu digo “NÃO” à destruição do nosso lindo País, da Vida e da nossa própria Espécie	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121340	Discordância	Discordo. A transição para energias renováveis é necessária, mas não pode servir de justificação para destruir ecossistemas valiosos. Há alternativas: aproveitar telhados, zonas industriais, áreas degradadas e outras superfícies já artificializadas antes de ocupar florestas e habitats naturais. Combater as alterações climáticas e proteger a biodiversidade devem caminhar juntos, não um à custa do outro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121339	Discordância	Comentar o PSZAER_Mariana.docx Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão concelho de Oleiros, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121338	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121337	Discordância	Não creio que seja de todo viável efectuar esta aceleração para bem de tudo e todos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121334	Discordância	Sou contra esta invasão de Centrais fotovoltaicas que destroem o nosso Património Natural. Incluindo toda a Paisagem, Flora, Espécies animais, que vão esvaziar e desequilibrar os ecossistemas provocando uma deterioração massiva do meio ambiente e suas Espécies em nome de uma Energia dita verde" Sou contra toda exploração que destroem as terras e põem em causa a agricultura e o sustento de muitas famílias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121332	Discordância	Não quero ver o território do meu país transformado num espelho solar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121331	Discordância	O programa não toma em consideração os ecossistemas existentes nas zonas onde pretende ser implementado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121330	Discordância	Não faz qualquer sentido acabar com a pouca floresta que nos resta após os incêndios de 2017 e a tempestade Kristin em Janeiro de 2026. Sustentabilidade sim, mas não a qualquer preço.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121328	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121327	Discordância	Não às energias Verdes se forem à custa da destruição da nossa paisagem natural e biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121326	Discordância	2 motivos principais que não estão a ter em conta em relação à população rural, Ambientais Sócio económicos	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121325	Discordância	Temos de pensar que também se vive nestas zonas mais rurais x Acho prejudicial por questões socio económicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país em geral. O método de implantação não assegura a preservação quer da flora, quer dos animais selvagens.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121324	Discordância	Depois da análise dos documentos, considero que seja prejudicial tanto para a população em geral quanto para a população nacional, com grandes impactos a nível socio-económico e, acima de tudo, ecológico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121323	Discordância	Não me parece apropriado dado o espaço envolvente e a dimensão. A transição para a utilização única de energias renováveis é fundamental e urgente. Mas esta é uma medida cuja maior preocupação relaciona-se precisamente com o estado de saúde do planeta e do clima. O que significa que a sua aplicação não pode causar precisamente o contrário, isto é, a destruição de habitats, reservas naturais, zonas protegidas, áreas que deveriam ser intocáveis por lei (e teoricamente são), e que o seu desaparecimento agravam ainda mais seriamente as problemáticas acima referidas, e trazem várias outras preocupações em adição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121322	Discordância	Parece-me óbvio que fazer esta transição de uma forma desenfreada não é sustentável, paradoxal, e não pode ser permitido. As agências de proteção do ambiente e da natureza têm de fazer o que lhes compete, cumprir a sua missão, e o governo não pode permitir que o território seja gerido desta forma. Democracia também se aplica ao território português e à sua gestão. O território não "serve" só para ser explorado, seja sobre que pretexto for. Tem também que ser protegido, e gerido de forma sustentável para todos! O impacto ambiental de cada projeto tem de ser obrigatoriamente estudado caso-a-caso pelas entidades responsáveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121320	Discordância	Atentado ambiental. Não vale tudo, é preciso respeitar fauna e flora, mais que nunca. Uma energia "verde" não pode, não deve, colocar em perigo o pouco e cada vez mais pressionado, património ambiental, bem comum e maior de cada um de nós. Discordo absolutamente desta implementação massiva de painéis solares e afins. Respeitar a natureza, os estudos de impacto ambiental, primeiro e antes de tudo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121319	Discordância	Esta proposta vai destruir terrenos férteis agrícolas, assim como irá prejudicar os habitantes nas localidades de implantação destes mega projetos. A destruição ambiental como ocorreu na herdade da Torre Bela foi um crime que levará séculos a recuperar o que foi destruido.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121318	Discordância	Discordo totalmente com o plano de destruir património natural e paisagístico que é nacional e não de uns poucos que acham que decidem	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121317	Discordância	Há outras formas de obter energias alternativas sem destruir a paisagem e torar os terrenos inferteis.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121313	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em particular no que respeita à instalação de grandes centrais solares em zonas rurais. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que a expansão das energias renováveis deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a biodiversidade, a paisagem e as comunidades locais. A instalação de grandes parques solares em áreas rurais implica a ocupação de extensas superfícies de solo, frequentemente agrícolas ou com elevado valor ecológico, contribuindo para a fragmentação dos habitats naturais, a diminuição da biodiversidade e a alteração irreversível da paisagem. Estas transformações afetam também a qualidade de vida das populações, o património natural e o potencial turístico das regiões. Adicionalmente, a concentração da produção de energia em grandes centrais promove um modelo centralizado que exige novas infraestruturas elétricas e linhas de muito alta tensão, aumentando igualmente os impactos ambientais e sociais. Considero que Portugal deveria privilegiar, em primeiro lugar, soluções de menor impacto, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, aproveitando espaços já ocupados em vez de converter solos rurais e naturais. Este modelo de produção distribuída reduz a necessidade de ocupar território adicional, aproxima a produção do consumo e reforça a resiliência da rede elétrica.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121312	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121311	Discordância	A infraestrutura para energia renovável não devia destruir paisagem natural. Painéis solares podem facilmente ser integrados na infraestrutura urbana, e eólicos têm que ser restringidos para sítios onde não têm impacto indevido no ambiente.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121310	Discordância	Não estou de acordo. Devemos de reflorestar e criar biodiversidade em Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121309	Discordância	Esta é uma ideia ridícula. A energia renovável é positiva, mas os painéis devem ser instalados em edifícios e não em terrenos agrícolas ou florestais. Isso destruiria os ecossistemas e as paisagens. Portugal também deveria empenhar-se em aumentar a produção alimentar interna; temos capacidade, enquanto país, para nos alimentarmos sem necessidade de recorrer a alimentos importados. A destruição em grande escala das nossas paisagens afetará também negativamente a nossa indústria mais rentável: o turismo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121308	Discordância	discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121307	Discordância	1. Falta de seriedade e clareza como o processo está a chegar ao público em geral: - pouco tempo de participação, num mês com muitas pessoas de férias e com um volume grande de informação para analisar - mapas com pouca definição e alguns incompletos 2. Solos agrícolas desprotegidos face a eventual especulação 3. Os municípios não tiveram igualmente tempo suficiente para analisar e participar em pleno com esta proposta 4. A avaliação do impacto foi feita sem ter em conta o efeito comulativo destas propostas 5. As comunidades que vão ser afectadas não vão ter ganhos com estas medidas 6. Transformações com diminuta sustentabilidade e comidamcas drásticas dos ecossistemas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121306	Discordância	:: Exmo. Sr. Coordenador da EMER Venho desta forma apresentar a minha discordância em relação ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em relação ao concelho de Miranda do Douro local onde habito. Estou plenamente de acordo com a moção apresentada pela Assembleia Municipal de Miranda do Douro contra megaprojectos de energias renováveis pois o mesmos não são apresentados de forma clara as populações uma vez que os mesmos alteram a paisagem que tanto gosto e que tantas pessoas visitam pela beleza da mesma, a fauna e flora do nosso território assim como ameaça a agricultura e pecuária desenvolvida no concelho. A transição energética deve ser feita não desta forma mas sim através de modelos e soluções que conciliem os objetivos da transição energética com a defesa do território e das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121304	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121303	Discordância	Segue Parecer do Município de Évora com a ref.ª INT 2026/5603, conforme despacho do Sr. Presidente de 14/07/2026. A promoção das energias renováveis constitui um objectivo estratégico fundamental para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para o combate às alterações climáticas. Contudo, a sua implementação deve ser compatibilizada com a preservação do património natural, da biodiversidade e dos solos agrícolas, não podendo justificar a ocupação indiscriminada de territórios ecologicamente sensíveis. Neste contexto, manifesto a minha desaprovação relativamente à criação de novas áreas destinadas à produção de energia renovável sem a realização prévia de uma Avaliação de Impacte Ambiental rigorosa, independente e transparente. A ausência destes estudos impede a identificação adequada dos efeitos que tais projetos poderão exercer sobre os ecossistemas, os recursos hídricos, a paisagem, a fauna, a flora e a atividade agrícola. Os espaços naturais desempenham funções indispensáveis para o equilíbrio ambiental, contribuindo para a conservação da biodiversidade, a regulação climática, a proteção dos solos e a manutenção dos serviços ecossistemas essenciais ao bem-estar das populações. A sua ocupação para fins energéticos pode conduzir à fragmentação de habitats, à perda de espécies, à degradação da paisagem e à redução da capacidade produtiva dos solos. Por outro lado, os terrenos agrícolas representam um recurso estratégico para a produção alimentar e para a sustentabilidade económica das comunidades rurais. A sua conversão para infra-estruturas energéticas deve ser cuidadosamente ponderada, tendo em consideração os impactos a longo prazo na segurança alimentar e na gestão do território. Existem alternativas mais sustentáveis e ambientalmente responsáveis para aumentar a capacidade de produção de energia renovável. Entre estas destaca-se a instalação de painéis fotovoltaicos em coberturas	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121302	Discordância		

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121301	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121300	Discordância	Não são energias renovaveis e supostamente verdes se para isso é necessário abater centenas de árvores e desaparecer com a bioderversidade e habitat de centenas de animais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121299	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em particular no que respeita à instalação de grandes centrais solares em zonas rurais. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que a expansão das energias renováveis deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a biodiversidade, a paisagem e as comunidades locais. A instalação de grandes parques solares em áreas rurais implica a ocupação de extensas superfícies de solo, frequentemente agrícolas ou com elevado valor ecológico, contribuindo para a fragmentação dos habitats naturais, a diminuição da biodiversidade e a alteração irreversível da paisagem. Estas transformações afetam também a qualidade de vida das populações, o património natural e o potencial turístico das regiões. Adicionalmente, a concentração da produção de energia em grandes centrais promove um modelo centralizado que exige novas infraestruturas elétricas e linhas de muito alta tensão, aumentando igualmente os impactos ambientais e sociais. Considero que Portugal deveria privilegiar, em primeiro lugar, soluções de menor impacto, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, aproveitando espaços já ocupados em vez de converter solos rurais e naturais. Este modelo de produção distribuída reduz a necessidade de ocupar território adicional, aproxima a produção do consumo e reforça a resiliência da rede elétrica.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121298	Discordância	xmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica. 2. Uma área muitíssimo superior à necessária	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121297	Discordância	Considero que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua redação atual, não reúne condições para aprovação sem uma revisão prévia, por não estabelecer garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e de uma participação pública efetiva ao longo do processo de implementação. Embora a proposta defina princípios orientadores e critérios de avaliação, não estabelece mecanismos objetivos e vinculativos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões, nem assegura a avaliação obrigatória dos impactes cumulativos resultantes da instalação de múltiplas centrais e das respetivas infraestruturas associadas, incluindo as linhas de muito alta tensão. Preocupa-me igualmente que a simplificação e aceleração dos procedimentos de licenciamento possa ocorrer sem garantir que as populações diretamente afetadas disponham de uma participação efetiva, informada e com capacidade real de influenciar as decisões administrativas nas fases subsequentes de concretização dos projetos. Entendo que o planeamento da transição energética deve assentar, em primeiro lugar, numa avaliação rigorosa da capacidade de carga do território, salvaguardando a paisagem, a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos agrícolas e florestais, bem como a qualidade de vida das populações. Uma estratégia de aceleração da implantação de energias renováveis só será sustentável se integrar estes valores como elementos estruturantes do processo de decisão. Assim, solicito que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, contemplando, pelo menos, as seguintes alterações:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121295	Discordância	Preservem o planeta e tudo o que nos dá a vida. Basta de destruição! Basta de pensar só e apenas em obter lucros! Basta de tornar as populações escravas das decisões que não respeitam nada nem ninguém! Basta! Basta! Basta!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121294	Discordância	Exmos. Senhores, Serve o presente para submeter, no documento anexo, a pronúncia formal do Município da Covilhã no âmbito da discussão pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e respetivo Relatório Preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica. Com os melhores cumprimentos, Isabel Matias (Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão de Cofinanciamento de Investimento)	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121293	Discordância	MANIFESTAMOS DISCORDÂNCIA COM O PROJETO PSZAER POR VIOLAR O DISPOSTO NO ARTIGO 66º DA CRP, QUE GARANTE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE HUMANO, SADIO E EQUILIBRADO, EXIGINDO O ARQUIVAMENTO IMEDIATO DO PROJETO PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121292	Discordância	As leis e os requisitos relativos à proteção do ambiente constituem uma grande e necessária conquista; não os abandonemos por quaisquer pretextos políticos, nunca!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121291	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121290	Sugestão	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão/interessado, manifesto a minha preocupação relativamente aos impactes territoriais, ambientais e socioeconómicos do projeto PSZAER. Submeto, em documento anexo, uma exposição detalhada com um conjunto de propostas e exigências técnicas que considero fundamentais integrar no âmbito deste procedimento, nomeadamente ao nível do ordenamento do território, da salvaguarda ecológica, das garantias de proteção civil e da coesão territorial. Solicito que as referidas propostas sejam devidamente analisadas e ponderadas neste e noutros projectos futuros. Com os meus melhores cumprimentos, Pedro Martins	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121289	Discordância	Voto contra o projeto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121288	Discordância	Acho prejudicial por questões socio económicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121287	Discordância	Eu Vitor Pereira residente em (Barreiro / di Setubal/ Santo André), aos análise dos documentos em consulta, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121286	Discordância	Sou veemente contra a utilização de um vasto território nacional, sobretudo rural, de floresta e agricultura, para o uso indiscriminado de painéis solares. Os já existentes já têm vindo a mudar significativamente as paisagens e o uso das terras (até 7% do território!) para exclusivamente esse fim é algo extremamente reprovável, uma vez que esse é um recurso limitado e tão necessário. Transição energética sim, mas não baseada nos interesses privados, que lucram dos recursos que deveriam ser de todos e que pressionam pela desenfreada utilização das terras sem qualquer zelo pelo ambiente, pessoas e animais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121285	Discordância	Discordo da percentagem de ocupação do território nacional com implantação de equipamento de produção de energias renováveis, e especialmente para fins ainda não claros. Penso que a aposta terá de ser outra, nomeadamente uma legislação que restrinja a utilização de aplicações de inteligência artificial cujos data centers são responsáveis por um consumo de energia desmesurado e o contínuo incentivo à utilização de transportes coletivos, por exemplo. Necessitamos de terra, seja ela área florestal ou agrícola. A inteligência artificial não trará de volta a riqueza da paisagem ocupada para esse fim.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121283	Discordância	tendo em conta a dimensão das instalações que pretendem efectuar, e sendo esta zona ainda de actividade agrícola e e bastante perto de habitações, discordo completamente da instalação da zona de aceleração. Apesar dos "estudos efectuados" não estão a ter em conta qualquer impacto na saúde e também na economia local.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121282	Discordância	Um crime ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121280	Discordância	Preocupante esta forma disfarçada de ceder a interesses com a "capa"de respeito pelo ambiente Há que parar estes processos que não respeitam a natureza envikvente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121279	Discordância	Há maneiras de produzir energia renovável sem ter o impacto ecológico/ ambiental que este plano implica. Totalmente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121278	Discordância	O melhor ar condicionado que podemos ter são as florestas! Deixem a natureza em paz, cubram lugares de estacionamento	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121277	Discordância	Parecer desfavorável no documento em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121276	Discordância	A associação Ecotopia Activa apresenta a sua participação na Consulta Pública da proposta para o Plano de Aceleração das Zonas para Energias Renováveis (PSZAER) . A Ecotopia Activa, direcção e associados, discorda desta proposta que não segue as recomendações europeias sobre critérios para a escolha das áreas onde implementar as centrais renováveis, antes dando continuidade à politica que tem sido praticada em Portugal nos últimos anos e que provoca impactos graves na vida comunitária, na economia e no ambiente, situação que tem gerado múltiplos conflitos sociais. A proposta não determina zonas para implementação das energias renováveis no território unicamente em função da sua adequação e necessidade estrita, o que se impunha. E inadiável um trabalho sério, justo e rigoroso, porque as energias renováveis são necessárias, mas não podem ser impostas discricionariamente, nem causar destruição. Têm que ter como ponto de partida os interesses das populações, porque não há outro "interesse nacional" que não seja o que resulta em benefícios para os seus habitantes.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121275	Discordância	Anexamos ficheiro com o parecer da Ecotipia Não concordo com os painéis fotovoltaicos nesta zona	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121274	Discordância	Contributo de Cidadão — Alternativas ao modelo proposto	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121273	Discordância	Não existe energias renováveis com a destruição das nossas florestas, ecossistema. CHEGA DE DESTRUIÇÃO, de VENDER Portugal, de VENDER o que não é VOSSO mas sim, NOSSO. Onde está a preocupação, plano para evitar os incêndios constantes todos os anos? A SOLUÇÃO está em PLANTAR, PRESERVAR. Só em um país governado por capitalistas e seres de inteligência reduzida temos questões deste cariz. Enfim.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121272	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121271	Discordância	Malgrado a descarbonização seja um imperativo para a sustentabillidade, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) prescreve que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER obriga a uma avaliação integrada que concilie as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. A floresta é um ativo insubstituível!!! Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão irreversível enfraquece a economia e a transição para uma bioeconomia de base renovável Num País em que a economia está fortemente dependente do turismo, abdicar de paisagem em prol de uma política de "terra queimada", é um absoluto contrasenso. A proposta do Estado assenta numa incoerência tremenda, simultâneamente, financia a expansão e a resiliência florestal e promove o sequestro de carbono, admite a artificialização destes mesmos ecossistemas para fins energéticos, comprometendo as diretrizes de sustentabilidade de longo prazo. Neste pressuposto, seria expectável, a exclusão na "Falácia verde", das áreas florestais produtivas, os terrenos baldios e as áreas integradas em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e a instalação de projetos de energias renováveis em áreas já artificializadas ou degradadas, designadamente coberturas de edifícios, parques industriais, antigas explorações mineiras, aterros encerrados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121270	Reclamação	Exmos. Senhores, Vem a signatária, na qualidade de cidadã e no exercício do seu direito de participação pública, expor e requerer o seguinte no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER): 1. Enquadramento e Relevância do PSZAER A signatária reconhece a urgência e a importância da transição energética e da descarbonização da economia, metas para as quais a implantação de energias renováveis é fundamental. No entanto, a celeridade deste processo não pode, sob qualquer pretexto, atropelar os princípios da transparência, da proteção ambiental e do direito à informação e participação dos cidadãos. 2. A Omissão Crítica do Mapa Final da Área de Intervenção Ao analisar a documentação disponibilizada para esta fase de consulta pública, constata-se uma falha estrutural gravíssima: a inexistência de um mapa final e detalhado das áreas de intervenção. A ausência de uma delimitação geográfica clara e definitiva impossibilita que qualquer cidadão, autarquia ou organização da sociedade civil compreenda, de facto, onde serão implementadas estas zonas de aceleração. Um programa com uma incidência territorial tão forte e direta não pode ser sujeito a consulta pública com base em intenções abstratas ou cartografia indefinida. 3. A Gravidade face à Isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) Esta omissão torna-se ainda mais inaceitável quando consideramos o regime de exceção previsto para estas zonas. Como é do conhecimento público, os projetos a instalar nestas "zonas de aceleração" beneficiarão de processos de licenciamento simplificados, o que inclui, na maioria dos casos, a isenção de Avaliação de	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121268	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121267	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121265	Discordância	Não há energia renovável à custa da destruição da nossa biodiversidade. Queremos mais árvores. Ninguém vem a Portugal para ver um mar de Painéis infernais! NÃO!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121264	Discordância	Reconheço a urgência da transição energética e apoio o esforço de acelerar a implantação de energia solar e eólica em Portugal. É um objetivo legítimo e necessário face aos compromissos climáticos assumidos. Não posso, contudo, subscrever a forma como este Programa Setorial pretende alcançá-lo. O modelo proposto dispensa os projetos localizados em ZAER de Avaliação de Impacte Ambiental individual, partindo do princípio de que a Avaliação Ambiental Estratégica já realizada é suficiente para acautelar os impactes. Na prática, isto significa avaliar antecipadamente e em bloco territórios inteiros, sem que cada projeto concreto — com a sua localização exata, dimensão e efeitos cumulativos — seja escrutinado antes de avançar. Uma avaliação genérica não substitui a análise caso a caso, sobretudo quando se trata de habitats sensíveis, corredores ecológicos, avifauna e biodiversidade que não se comportam de acordo com mapas administrativos. Acresce que a proposta em consulta não disponibiliza aos cidadãos os mapas concretos e definitivos das futuras delimitações, o que dificulta a participação informada precisamente sobre aquilo que mais importa: onde, exatamente, estas zonas vão ficar e que território vão ocupar. Pedir um parecer sério sobre um instrumento com consequências territoriais tão profundas, sem essa informação essencial, esvazia o propósito da própria consulta pública. Simplificar procedimentos administrativos e reduzir prazos de licenciamento são objetivos válidos. Mas simplificação não pode ser sinónimo de menos escrutínio ambiental. A pressa em cumprir metas de capacidade instalada não pode traduzir-se na fragmentação da paisagem, na perda de habitats ou na desconsideração dos impactes cumulativos da concentração de múltiplos projetos numa mesma área — um problema já identificado por autarquias e associações ambientais neste processo. Defendo, por isso, que o PSZAER avance com energias renováveis, sim, mas com avaliação ambiental rigorosa, caso a caso onde necessário, com informação territorial completa e atualizada, e com uma distribuição que não sacrifique de forma desproporcionada os territórios rurais e as áreas de maior valor ecológico. A transição energética só é verdadeiramente sustentável se não se fizer à custa daquilo que também nos propomos proteger.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121263	Discordância	A presente participação parte de uma preocupação de fundo: a introdução apressada de novas formas de produção de energia, assente em tecnologia que o país não domina nem produz, e sem uma avaliação séria dos seus impactes futuros, não é um bom caminho — por muito legítimos que sejam os objetivos climáticos que a justificam. Não se contesta a necessidade de repensar o sistema energético nacional. Contesta-se o método: um Programa determinado por despacho, elaborado em seis meses, submetido a consulta em prazos de 20 dias, e que se propõe abrir cerca de 7% do território continental a licenciamento acelerado — na maioria dos casos com dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental — sem que questões estruturais elementares tenham sido tratadas: de quem dependemos para esta tecnologia, o que acontece a estes equipamentos no fim da sua vida útil, quem responde pelos efeitos acumulados de dezenas de projetos no mesmo território, e o que resta do solo rústico depois de tudo isto. A urgência climática é real, mas não é salvo-conduto. Decisões com efeitos territoriais de décadas exigem, no mínimo, o tempo e o rigor proporcionais a esses efeitos. O que se pede nesta participação não é a suspensão da transição energética — é que ela não seja feita de olhos fechados, contra o próprio território que diz querer servir, e a crédito de gerações que herdarão as consequências sem terem sido ouvidas. Apresentam-se em anexo oito pontos, cada um acompanhado de propostas concretas para mudança / melhoria da proposta inicial.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121261	Discordância	Penso que é prejudicial devido às dificuldades sócio económicas que esta intervenção acarreta , para as populações rurais, ao tornar estas zonas rurais em industriais. Também é prejudicial devido à questão ecológica, uma vez que está comprovado pela ciência que vivemos uma grande crise ambiental, onde espécies inteiras desaparecem, onde catástrofes e fenómenos naturais extremos acontecem com cada vez mais frequência, onde os recursos naturais são cada vez mais escassos para todos os seres vivos, onde nós humanos também nos incluímos. Logo acabar com ecossistemas inteiros através da intervenção apresentada neste projecto, é um atentado não só contra as populações rurais como contra o país inteiro e a uma macro escala a todo o planeta Terra. Mais uma vez a ciência explica que tudo na natureza está interligado, logo acabar com habitats de animais, espécies vegetais, árvores e território de populações rurais, só traz graves problemas, inclusive para os promotores deste projecto. Parece-me evidente que não se consegue mitigar as consequências do aquecimento global e fazer uma transição energética , trocando energias fósseis por energias renováveis que para sua criação necessitam de dizimar a própria natureza. Uma vez que as áreas urbanas estão consolidadas e que a maior parte das coberturas dos edifícios que compõe essas áreas, estão vazias, uma solução viável para podermos usar a energia solar, seria usar essas áreas para a colocação dos aparelhos específicos. Contudo é também necessário, que a sociedade em geral e o indivíduo em particular revejam os seus modos de vida e de consumo de energia, que se têm tornado excessivos ao longo do tempo, e atingindo proporções alarmantes nos últimos anos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121260	Discordância	Enquanto cidadã, apoio a transição energética, mas não posso apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente — autoridade nacional de AIA —, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas (parecer da APA sobre a AAE; Relatório Temático Jurídico, pp. 36 e 40). A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região — o próprio Relatório Temático de Ordenamento e Economia do Território recomenda "limiares de concentração" precisamente porque estes ainda não existem (pp. 31, 59) —, não avalia de forma vinculativa os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação está a ser trabalhada há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux) — o Relatório Temático de Ecologia confirma que as áreas de lince, aves estepárias e aves de rapina/planadoras não têm qualquer buffer de proteção (pp. 31-32). Note-se ainda que os Geoparques UNESCO estão explicitamente excecionados do sistema de áreas classificadas usado para excluir território das ZAER, e as zonas húmidas RAMSAR têm apenas 1 km de buffer em vez de exclusão total (Relatório Temático de Ecologia, pp. 7, 14, 30). O que peço: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121259	Discordância	Não a destruição da nossa Natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121258	Discordância	Considero que as energias renováveis são importantes , no entanto não pode valer tudo. Tem que haver equilíbrio entre a produção e o meio em que se está inserido. Temos que ter em conta a defesa do meio ambiente, das paisagens, das florestas, da biodiversidade, do turismo em meios naturais e sobretudo da qualidade de vida das pessoas que veem desaparecer em seu redor tudo isto para ser substituído por hectares e hectares de áreas destinadas à instalação de painéis no caso da energia solar ou mais torres eólicas no caso da energia eólica. Cada vez mais as alterações climáticas afetam a vida das pessoas e este projeto da forma que está articulado só vai contribuir para mais alterações ambientais. Nada disto vais aproveitar ao comum cidadão, pelo contrário, será para exportação de energia por parte dos grandes grupos. Há que repensar tudo isto para não prejudicar as gerações futuras. Muito mais haveria para dizer e sobretudo dar conhecimento e mostrar verdadeiramente estes projetos, não fazer tudo em surdina e na penumbra com o mote de "quantos menos souberem melhor", nem todos têm acesso à informação ou conhecimentos para se fazer ouvir nos canais próprios. Os município e as freguesias deveriam ter divulgado amplamente este projeto junto das seu munícipes e fregueses, que nada vai trazer de bom às zonas onde vão ser implementadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121257	Discordância	Discordo com a implementação de painéis fotovoltaicos e eólicas. Considero esta proposta como uma afronta ao património territorial português. Discordo com a terminologia "energia verde", "transição verde" para um projeto que pretende destruir o valor da nossa paisagem, território e biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121256	Discordância	PORTUGUESE* Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121255	Discordância	obviamente discordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121254	Discordância	Exmos Senhores, serve o seguinte texto como sugestão e alternativa à produção de energia solar sem ocupar solos agrícolas férteis. Algumas propostas são: Coberturas de edifícios públicos – escolas, hospitais, pavilhões desportivos, mercados, parques de bombeiros e edifícios municipais. Coberturas de edifícios industriais e armazéns – grandes superfícies com elevado potencial para produção de energia. Parques de estacionamento – instalação de coberturas solares que, além de produzir energia, oferecem sombra aos veículos. Áreas degradadas ou contaminadas – antigas pedreiras, minas desativadas, lixeiras encerradas ou terrenos industriais abandonados. Taludes de autoestradas e vias rápidas – zonas sem aptidão agrícola que podem acolher painéis solares. Linhas ferroviárias – margens e infraestruturas associadas às ferrovias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121253	Geral	Ex.mo Sr. Presidente da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030, Pelo presente, junto se remetem participações relativas ao PSAZER recebidas no Município de Odemira durante o período de Discussão Pública enquadrado pelo Aviso n.º 14136-B/2026/2, de 8 de junho. As participações recebidas foram remetidas para o Município de Odemira, reencaminhando-se as mesmas para V. Ex.ª ao abrigo do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo. Ressalva-se que o teor das participações são da exclusiva responsabilidade dos particulares subscritores, não comprometendo o Município de Odemira.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121251	Discordância	Contra o desbaste de florestas, a ocupação de campos e a destruição de zonas verdes para a instalação de infraestruturas energéticas. Estas intervenções provocam a perda de habitats, perturbam os ecossistemas locais, afetam a biodiversidade e alteram significativamente a paisagem. Eliminar áreas naturais para produzir energia não é uma solução verdadeiramente sustentável quando existem alternativas que evitam este impacto. Protejam as florestas, as zonas montanhosas, os campos e os habitats da fauna e da flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121250	Discordância	A criação deste tipo de parques aumenta a radiação, aumenta a temperatura do país e não resolve em nada a questão da sustentabilidade ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121249	Discordância	Tópico para fazerem a vossa participação: Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a:	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121248	Discordância	Deixar de haver estudos de impacto ambiental não faz sentido algum, por isso não concordo.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121247	Discordância	Há que preservar a natureza, e não condenar o ser humano ao desaparecimento	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121246	Discordância	Discordo em completo com o abate de qualquer árvore ou intervenção na natureza para implementação de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121245	Discordância	O Denominado Programa Setorial das Zonas da Implantação de Energias Renováveis não pode ser implementado à custa dos nossos territórios e ambiente, com um enormissímo impacto na qualidade de vida de todas as espécies (incluindo a humana) e no combate às alterações climáticas, muito especialmente porque todos os elementos publicados levam a crer serem estes "parques energéticos" criados para sustentar enormes data centers, com os custos ambientais e humanos que já se conhecem. Questiono quais os interesses económicos por detrás da pressa e do secretismo na implementação destes parques, ignorando a vontade das populações, os factos cientifícos e a própria lei. Ainda não estamos numa ditadura e imposições como esta e como Covas do Barroso não são admíssiveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121244	Discordância	Descarbonizar à custa da natureza não é solução. Existe outrs caminhos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121243	Discordância	NÃO a mais uma tremenda burla e mentira á população!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121241	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121240	Discordância	Subscrevo os pareceres da Plataforma Cívica Juntos pelo Divor e da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, realçando: - presentemente o ensino universitário relativo ao Território e Paisagem, na Europa, centra-se em preparar os alunos a reflectir e investigar sobre novas situações, habilitando-os a formular propostas e soluções para desafios ambientais e sociais cada vez mais exigentes e inexpectáveis, como as energias renováveis, No que respeita aos usos e funções do Território e Paisagem, o Governo e os decisores aos vários níveis têm igualmente de encarar e de preparar políticas para estes novos desafios exigentes e inexpectáveis, os quais pela sua natureza não estão sempre consubstanciados nos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor. Por isso se considera que o Ordenamento do Território é um processo contínuo, flexível, rectroactivo e de base humanista. Contudo qualquer alteração às políticas e aos Instrumentos de Gestão Territorial tem obviamente de ser precedida de análises aprofundadas e participação alargada, antes de qualquer estratégia escrita ou desenhada; a respectiva fundamentação terá também de ser extremamente transparente e acessível. Estes processos exigem visão de conjunto, prazos adequados e prevalência do interesse público. Considera-se que este procedimento não foi garantido no programa sectorial em consulta - a análise nalguns campos não foi aprofundada, os Instrumentos de Gestão Territorial em vigor não foram devidamente considerados, a participação dos diversos níveis da Administração Pública não foi assegurada e o tempo não foi suficiente..	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121239	Discordância	Discordo com este projeto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121238	Discordância	O nosso mundo precusa de tetrenos cultiváveis, de terra com árvires e plantas e não com ferros.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121236	Discordância	Discordo do uso do território e do corte de árvores para a instalação de painéis solares, nomeadamente no concelho de Leiria.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121235	Discordância	A territorialização das ZAER, tal como se encontra desenhada, ignora deliberadamente os Planos Diretores Municipais e sobrepõe-se, sem qualquer justificação técnica aceitável, às estratégias de planeamento estratégico regional que os municípios levaram anos a construir, a discutir publicamente e a aprovar. Não estamos perante um ajustamento pontual de instrumentos de gestão territorial. Estamos perante um atropelo. **Perda de poder local.** O modelo proposto centraliza as decisões num único patamar administrativo, esvaziando de conteúdo útil a autonomia municipal e retirando às populações a legitimidade para decidirem sobre o uso e a gestão dos territórios que habitam, trabalham e pagam. Convém recordar que a autonomia do poder local não é uma cortesia do Estado central, é um princípio constitucional. Quando o Estado define, a partir de gabinete, onde e como se instala a produção energética, o que resta aos municípios é o papel de mero espetador de decisões já tomadas, com o encargo de gerir localmente os conflitos que não criaram. **Ausência de participação pública efetiva.** Os PDM estão sujeitos a discussão pública, a parecer de entidades e a escrutínio democrático. As ZAER, na prática, contornam esse percurso. Sobrepor um instrumento de exceção a um instrumento de planeamento consolidado, sem o mesmo grau de escrutínio, é uma inversão da hierarquia que descredibiliza todo o sistema de gestão territorial. Se qualquer plano pode ser derrogado por decisão superveniente, a pergunta que se impõe é simples: para que serve planear? **Impacto ambiental e conservação.** Existe um risco concreto, e não meramente hipotético, de afetação de áreas sensíveis, de zonas classificadas e de habitats sob estatuto de proteção. A avaliação ambiental estratégica não pode ser tratada como formalidade a cumprir depois de a decisão estar tomada. Acresce que a fragmentação de habitats, os efeitos cumulativos de vários projetos na mesma bacia visual e a pressão sobre solos com aptidão agrícola não estão devidamente ponderados. Descarbonizar às custas da destruição de capital natural é um exercício de contabilidade criativa, não uma política pública.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121234	Discordância	Venho manifestar a minha discordância com a implementação de Energias Renováveis, nomeadamente, painéis solares em zonas verdes, não quero que destruam o nosso património ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121233	Reclamação	Assunto: Pronúncia em Sede de Discussão Pública sobre a Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) – Oposição à delimitação de áreas no Concelho de Albergaria-a-velha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121232	Geral	Contributo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), conforme anexo. Neste enquadramento, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra manifesta particular preocupação relativamente a: - à concentração excessiva de áreas ZAER em determinados municípios ou zonas do território regional; - à crescente pressão sobre os solos agrícolas, florestais e espaços naturais; - aos impactos cumulativos sobre a paisagem, a biodiversidade, os ecossistemas e os corredores ecológicos; -aos potenciais efeitos sobre os valores patrimoniais, culturais e identitários dos territórios; - à inexistência de uma avaliação integrada da capacidade de carga territorial das áreas mais sujeitas à implantação de infraestruturas energéticas; -à ausência de mecanismos claros e equitativos de repartição dos benefícios económicos decorrentes da produção de energia renovável. Considera-se que estas matérias devem ultrapassar o plano das orientações gerais, sendo traduzidas em instrumentos concretos de planeamento, monitorização e avaliação, suportados por critérios objetivos, indicadores mensuráveis e mecanismos permanentes de acompanhamento, tanto à escala municipal como intermunicipal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121231	Discordância	A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e os municípios que a constituem entendem que o sucesso da transição energética dependerá da adoção de um modelo de desenvolvimento territorial equilibrado, transparente e participado, que assegure uma repartição justa dos encargos e dos benefícios Destruição da natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121230	Discordância	I am writing to express my strong opposition to including the Serra da Gardunha / Beira Baixa region in the PSZAER for large solar and wind farms. The area is home to threatened species like the black stork and various birds of prey that rely on this delicate ecosystem for survival. Developing infrastructure here could disrupt their habitats and contribute to further decline. Moreover, the proximity of potential sites to homes raises serious concerns about noise and visual pollution impacting local communities. Additionally, I believe that moving forward without a thorough environmental impact assessment neglects our responsibility toward preserving this unique landscape. I urge the authorities to reconsider this plan and exclude the Serra da Gardunha / Beira Baixa from the acceleration zones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121229	Discordância	Eu Rute Isabel Morgado Trindade residente em no concelho Ferreira do Alentejo, distrito de Beja e na freguesia de Figueira dos Cavaleiros, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121228	Discordância	Voto contra esta proposta por considerar que carece de revisão técnica e ambiental. A delimitação das ZAER ignora limitações da rede elétrica, ameaça áreas florestais e ecológicas, reduz a participação pública e a avaliação de impacte ambiental, podendo favorecer a especulação em vez de uma transição energética verdadeiramente sustentável.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121227	Discordância	Não discordo com a energia solar nem a transição energética, mas sou contra a escala desproporcionada e agressiva destes projectos .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121226	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121224	Discordância	Sou totalmente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121223	Sugestão	Uma vez não existindo áreas localizáveis para o projeto: “Ora, como podemos nós falar de zonas que não estão efetivamente mapeadas e identificadas? Não deveria ser este apenas o início da conversa? Como podemos analisar opções e impactes se não os podemos localizar? E, dado que projectos nestas zonas de aceleração nem sempre terão participação pública obrigatória, como nos poderemos presenciar no futuro sobre projectos com impactes reais?” Deixo este excerto dum desabafo de uma amiga minha, legítimo não? Muito obrigada pela vossa atenção	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121222	Discordância	PROBLEMAS, MUITOS MAIS, para além dos que vou mencionar; O "Mapa verde" do LINEG não exclui solos agrícolas de aptidão média e alta. Solos que alimentam pessoas e sustentam economias locais podem tornar-se zonas de aceleração. O modelo proposto suprime a avaliação de impacte ambiental nas ZAER - a principal garantia legal de participação pública e proteção territorial. A coordenação fica entregue á DGEG, estrutura orientada para a produção energética, não para o ordenamento do território nem para a proteção ambiental. As comunidades locais não têm assento garantido nas decisões. As câmaras municipais são consultadas, mas os pareceres não são vinculativos. Os benefícios energéticos produzidos nestes territórios não ficam neles. A energia vai para a rede nacional e para os mercados europeus. As comunidades ficam com a paisagem destruída, as servidões, os impactos na água e na biodiversidade Isto não é transição energética. è a repetição, com painéis solares do que já foi feito com os eucaliptais, com as monoculturas, com a extração mineira: sacrificar o interior para servir interesses que não habitam nele. PAREM DE USAR CIFRÕES NOS OLHOS E NO PENSAMENTO,UTILIZEM A CONSCIÊNCIA, essa sim poderá trazer benefícios para todos..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121220	Discordância	Impacto na natureza, abate de milhares de árvores e destruição dos habitats naturais, com dano directo nas populações actuais e vindouras Além do impacto no clima, mais ondas de calor, mais secas, incêndios e chuvas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121219	Discordância	Manifesto a minha preocupação é discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que a informação disponibilizada ao público não é suficientemente acessível nem compreensível para permitir uma participação informada. A dimensão e complexidade dos documentos, bem como a dificuldade em perceber os impactos concretos em cada território, comprometem o exercício do direito de participação pública. Defendo que qualquer decisão deve ser precedida de uma avaliação rigorosa dos impactos ambientais, paisagísticos, sociais e económicos, assegurando a proteção das populações, da biodiversidade, da paisagem e do património, bem como um processo verdadeiramente transparente e participado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121218	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121217	Discordância	Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de ações de envolvimento e discussão com as comunidades afetadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício. Ah... retirar arvores e depois queixar "esta tudo mais quente".. governo estupido.. que metam nas casas do povo, nos centros comerciais, por cima das autoestradas que passam nas cidades, em todo o lado menos nos campos..	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121216	Discordância	Discordo da abordagem proposta pelo PSZAER. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução das emissões de carbono, considero que a solução não pode passar por uma expansão acelerada da produção de energia à custa da destruição de ecossistemas, da perda de biodiversidade e da degradação da paisagem. Em vez de centrar a estratégia no aumento contínuo da capacidade de produção, Portugal deveria investir com muito maior prioridade na redução do consumo energético. A forma mais sustentável de produzir energia é, antes de tudo, não desperdiçá-la. É essencial promover políticas de eficiência energética, incentivar a reabilitação de edifícios, melhorar o isolamento térmico, combater o desperdício e investir na educação da população para a adoção de hábitos de consumo mais sustentáveis. Uma sociedade que consome menos energia de forma consciente reduz a necessidade de ocupar cada vez mais território com grandes infraestruturas energéticas. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos processos de licenciamento possa conduzir a uma menor proteção dos valores naturais e da biodiversidade. A fauna, a flora e os habitats naturais constituem um património insubstituível e devem ser considerados um limite, e não um obstáculo, ao desenvolvimento. Defendo uma transição energética equilibrada, que concilie a produção de energias renováveis com a conservação da natureza, privilegiando soluções de menor impacto, como a instalação de painéis solares em edifícios, parques industriais, estacionamentos e outras áreas já artificializadas, antes da ocupação de solos naturais ou agrícolas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121215	Discordância	Não podemos deixar que, ao abrigo de palavras eticamente bonitas tal como sustentabilidade, destruam a floresta e o meu ambiente!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121214	Discordância	Transparência e Participação Pública Necessidade de nova energia não demonstrada: O plano assume que precisamos urgentemente de mais potência, mas os dados oficiais mostram que Portugal já tem instalada uma capacidade muito superior ao seu consumo máximo (pico). O plano falha ao não explicar quantos Megawatts (MW) são realmente necessários e porquê. Estímulo de projetos megalómanos contrário às prioridades da diretiva RED III: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das mega centrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém a possibilidade de instalação de novos parques solares no resto do país fora das ZAER. Não define uma política séria de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo individual e coletivo, as comunidades de energia renovável, o pequeno sistema agrovoltaico integrado, etc, como é considerado prioritário pela diretiva RED III que este este plano sectorial pretende cumprir. Consolidação do Enfraquecimento das Salvaguardas Cívicas: A aceleração dos licenciamentos e a dispensa de Avaliação de Impacto Ambiental em zonas ZAER reduz a capacidade de intervenção dos cidadãos e das autarquias na defesa dos seus direitos e do património local. Rejeito a exclusão da voz das populações locais nos processos expeditos de licenciamento herdados do "Simplex Ambiental". A urgência climática não pode servir de desculpa para afastar a fiscalização social e eliminar o direito das comunidades locais de co-decidirem sobre os projetos de grande impacto que moldarão as suas vidas nas próximas décadas. Ausência de um plano de longo prazo: O PSZAER tenta resolver problemas de licenciamento rápido sem estar integrado num verdadeiro Plano Energético Nacional até 2050 que avalie custos, benefícios e alternativas de forma transparente para o cidadão. Prazos de consulta inaceitáveis: Conceder apenas 20 dias para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica complexa dum plano setorial nacional impede uma participação cívica informada e democrática, parecendo uma formalidade para cumprir calendários administrativos. O volume e a densidade técnica dos relatórios impossibilitam uma análise séria por parte dos cidadãos e das associações de defesa	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
121213	Discordância	Chega de pintar de verde-ambiental medidas que apenas servem para destruir a Natureza! A destruição de habitats naturais é um enorme atentado contra o nosso país e as nossas populações, assim como contra os animais que ali habitam. As populações não serão beneficiadas por estas ZAER, apenas as grandes empresas revendedoras de energia. Os organismos do Estado que nos deviam proteger, APA e ICNF são inexistentes. As populações, Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais tem que defender o seu território. O dinheiro não vale tudo! A transição energética também precisa de proteger a natureza. Produzir energia limpa é importante, mas existem muitas outras maneiras que não implicam a destruição de habitats naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121212	Discordância	Tópico para fazerem a vossa participação: Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a:	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121211	Discordância	Na qualidade de cidadã, manifesto a minha posição de discordância em relação ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Considero que a estratégia deste programa compromete vários aspetos relevantes da democracia participativa, da proteção de valores naturais, patrimoniais, de saúde pública e de desenvolvimento local.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121210	Reclamação	EU, Iolanda Fernandes, residente em Arganil onde existe uma grande área florestal rejeito, decididamente, o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta preocupa-me pois define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
121209	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121208	Discordância	Grandes áreas de implantação de painéis solares em solos bons para a agricultura não creio que seja uma de decisão acertada e choca com a biodiversidade de fauna e flora locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121207	Discordância	Exmos. Senhores, venho como cidadã e residente na região centro, manifestar a minha discordância e posição desfavorável relativamente à proposta apresentada (em particular no que respeita à Região Centro de Portugal). Antes do mais, e sem querer lançar dúvidas sobre a boa fé e competência de todos os envolvidos, entendo que a informação referente ao processo de análise e decisão não se encontra clara. Em especial, perceber qual a efectiva participação da EMER; com efeito, entendo que seria importante esclarecer o porquê de uma estrutura que foi dada pela Senhora Ministra como extinta, se manteve e, recentemente, em Janeiro de 2026, conheceu novo Presidente. Adicionalmente, era importante esclarecer como e porque foi escolhido para presidente de tal estrutura uma pessoa cuja experiência profissional anterior o remete, não para o estudo e visão destas matérias num âmbito global (e, eventualmente, académico), mas para uma "Plataforma" cujo objectivo será angariar valores, investir em renováveis e, no fundo, ajudar na especulação neste sector. Adiante. Principais preocupações e motivos porque entendo que os objectivos alegadamente visados neste Programa não se encontram em consonância com os interesses das populações e, muito menos, com a mencionada transição energética: 1) Entendo que não estão salvaguardados os valores e a biodiversidade, nomeadamente, as áreas classificadas (Rede Natura 2000, habitats relevantes, etc.). A definição de zonas preferenciais para instalação de grandes centrais renováveis e respetivas infraestruturas associadas poderá provocar fragmentação de habitats, perda de biodiversidade e alteração irreversível da paisagem. Embora o PSZAER contemple critérios de exclusão ambiental, subsistem muitas e fundadas dúvidas quanto à suficiência e profundidade da avaliação efetuada. 2) Na região centro, a paisagem é um recurso estratégico que, nos últimos anos, tem sofrido delapidações consideráveis; desde os incêndios, com perda de vidas humanas, com perda do valioso património florestal que é o Pinhal de Leiria e, mais recentemente, com a tempestade Kristin - que alterou por completo a paisagem da região, arrancando milhões de árvores, devastando inúmeras habitações, indústrias	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121206	Discordância	Não concordo com este programa. A destruição de ecossistemas em prol das energias renováveis não faz qualquer sentido. Usem parques de estacionamento, grandes parques industriais ou armazéns para colocar painéis solares. Tecnologias que provavelmente serão obsoletas em 50 anos não justifica o corte de árvores centenárias. Especialmente em Portugal, em que o respeito por uma árvore e os direitos da natureza ainda têm um longo percurso a fazer.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121205	Discordância	Sou contra ver o meu país a perder o seu território verde natural, que é um património de todos nós. E não para para empresas estrangeiras que não vão beneficiar as populações locais. Quero um país verde, ecológico, que respeite os cidadãos, as florestas, os animais., as autarquias e todas os organismos de defesa da natueza. Portugal é dos portugueses e não está à venda. Como portuguesa sinto- me triste com esta situação. NÃO AS ZAER.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121203	Discordância	Os impactes resultantes da implantação das megacentrais na região de Évora. Desaproveitamento de terras para agricultura e/ou pecuária. Impactos negativos para a biodiversidade. Impactos negativos para o sobreaquecimento numa zona já de si com valores extremamente elevados. Impacto negativo com a redução da infiltração da água nos solos. Impactos negativos na vegetação de retenção de carbono. Impacto negativo no património arqueológico. Impacto negativo no turismo e diversas outras fontes de rendimento das populações locais, agricultura, pastorícia etc. Impacto negativo na identidade cultural das populações. Impacto negativo na saúde mental e mesmo física das populações locais. Não tenho dúvida de que esta solução de megacentrais vão criar no futuro um problema no futuro bem mais oneroso a resolver para as gerações futuras que o benefício que possa por ventura trazer em termos unicamente económicos, e para quem... Causa mesmo uma grande revolta quando há espaços bem mais propícios a explorar. Estacionamentos, tetos de zonas industriais, na superfície da água de barragens, outro.... Parar, pensar, estudar, refletir a curto a médio e longo prazo. Usar mais o pensamento de rede distribuída de pequena e média dimensão e não monopolizada em mega dimensões. Dentro de 20 ou 30 anos no máximo prevejo que esta recolha de energia se torne completamente obsoleta, e nessa altura nos campos outrora férteis iremos ter uma gigante plantação de blocos de cimento. Fica a sugestão para uma reflexão: "com honestidade olhem para essas áreas daqui a 40 anos e como estarão...? ...e nos arredores...? ....existem animais..., quais...? ....e os habitantes...?" António Maria Victória Pires Caldeira Cordovil C.C.: 06205761 8 ZY7	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121202	Discordância	Eu, António João Nunes Lago de Queiroz, residente em na Freguesia da Sé Nova, concelho e distrito de Coimbra, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e aos habitantes locais — decisões importantes sobre o território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que neles vivem. 2. Falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. Risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a economia local. 4. Turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos descaracterizam de forma definitiva paisagens e outras formas identitárias dos territórios, reduzindo o interesse de visitantes que procuram os territórios e o seu património natural e cultural. Desta forma destrói-se a fonte de rendimento dos muitos habitantes locais que apostaram nesta atividade económica como forma de vida e como único meio de se manterem nestes territórios. 5. Destruição de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. Benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. Especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121201	Discordância	OS MAPAS SÓ APRESENTAM ÁREAS PARA MAIS PROJECTOS, NÃO JUNTAM OS QUE JÁ EXISTEM.A NOSSA CAPACIDADE DE AVALIAÇÃO FICA ASSIM MUITO PREJUDICADA.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121200	Discordância	Não acho que seja favorável para as populações próximas nem para a fauna e flora .	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121199	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121198	Discordância	NÃO CONCORDO COM O PROJECTO, PREJUDICA O TERRITÓRIO DA SERRA DA GARDUNHA E A BARRAGEM STª ÁGUEDA/MARATECA.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121197	Discordância	Não concordo com o ataque à natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121195	Discordância	Não quero ver Portugal transformado num espelho retrovisor!! A minha segunda casa é uma autocaravana, e é bom ter contacto com o nosso Portugal interior, pois nos permite maior ligação com o natural. Natureza, pessoas, modos de vida. E com esta legislação super vaga receio que estejamos a comprometer a nossa autenticidade, poder de escolha e manter a natureza “sossegada”.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121192	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A transição energética é essencial, mas não pode ser feita à custa da degradação do território, da biodiversidade e das zonas rurais. A proposta que afeta cerca de 7% do território nacional levanta sérias preocupações quanto aos impactos ambientais, paisagísticos e sociais. Portugal precisa de produzir energia limpa, mas precisa igualmente de proteger os ecossistemas que regulam o clima, preservam a biodiversidade, protegem os solos e garantem recursos hídricos. Não faz sentido combater as alterações climáticas destruindo parte do património natural que constitui uma das nossas principais defesas contra elas. Antes de ocupar novos territórios, deve ser dada prioridade à instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, zonas degradadas e outras infraestruturas existentes. Uma transição energética verdadeiramente sustentável deve conciliar a produção de energia com a proteção da natureza, e não colocar uma contra a outra. Por estas razões, solicito que a proposta do PSZAER seja revista, garantindo a salvaguarda do património natural, das zonas rurais e do interesse público.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121191	Discordância	Venho manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. Falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. Risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. Turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. Perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. Benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. Insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto ambiental e de saúde pública dentro das ZAER reduz a análise real dos riscos climáticos e ambientais para a saúde dos residentes. 8. Impactos cumulativos e irreversíveis: milhares de hectares convertidos em painéis solares ou	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121190	Discordância	A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies ameaçadas e que são protegidas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121189	Discordância	Importa reconhecer que a transição energética não pode comprometer a compreensão nem a salvaguarda da paisagem, da estrutura ecológica e do modelo territorial que melhor assegura um desenvolvimento equilibrado e sustentável para o território e para as comunidades que nele vivem. A transição energética não pode ser feita a qualquer custo e muito menos à revelia de estudos e participações de municipios e entidades reguladoras e sem uma análise exigente das consequências e pertinências de cada projecto. A valorização da paisagem ainda é, e deve ser sempre, um desígnio humano maior.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121188	Sugestão	Apresento em anexo um conjunto de propostas de aperfeiçoamento do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). O documento reconhece a importância da transição energética e apresenta propostas concretas relativas, entre outras matérias, à priorização da utilização de superfícies já artificializadas, ao dimensionamento das ZAER em função da capacidade efetiva da rede elétrica, à proteção da floresta e da biodiversidade, ao reforço da transparência e da participação pública e aos benefícios para as comunidades locais, incluindo observações específicas relativas ao concelho de Tábua. Solicita-se que as propostas constantes do documento anexo sejam objeto de apreciação individualizada e fundamentada no relatório de ponderação da consulta pública.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121187	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a), Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do PSZAER, por considerar que a expansão das energias renováveis não deve ser feita à custa da degradação da paisagem natural, da biodiversidade, dos solos agrícolas e do património rural. Acredito que é possível promover a transição energética de forma responsável, privilegiando áreas já artificializadas e protegendo a natureza, a agricultura e as comunidades locais. Solicito que esta proposta seja reavaliada, de forma a garantir um equilíbrio entre a produção de energia renovável e a preservação do património natural e rural. Com os melhores cumprimentos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121186	Discordância	Este plano é um passaporte para a indústria da mal designada energia verde, ocupar 7% do território nacional. Este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados. Não nos destruam o País. Discordo totalmente com estes projetos megalomenos que só beneficiam os grandes interesses económicos e não as populaçoes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121183	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121182	Discordância	Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis não salvaguarda adequadamente as suas especificidades ambientais, paisagísticas e socioeconómicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121181	Discordância	É impensável executar projectos com grande impacto, sem recorrer a estudos fidedignos! Isto é um abuso!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121180	Discordância	A espécie humana deve SEMPRE dqr preferência à fauna e à flora do planeta! Discordo totalmente que avancem com eate tipo de projeto sem qualquer tipo de votação e consenso do povo! É uma completa falta de respeito e civismo por todos os organismos vivos! PORTUGAL É NOSSO!!!PT	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121179	Discordância	O programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis não respeita os princípios ambientais e legais e não respeitam os ecossistemas. Este programa apenas serve os grandes interesses económicos, desconsiderado o interior, as suas populações e natureza	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121178	Discordância	Não é de todo aceitável que a paisagem e recursos naturais da Serra da Gardunha possam ser assombrados por um projeto que vai mudar radicalmente a face de uma serra que alberga tanto património e tantas atividades físicas durante o ano.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121177	Discordância	Isto é a destruição do território	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121176	Discordância	Os painéis devem ser colocados em telhados, estacionamentos, estradas e outros. A mata tem que ser preservada, isso é que resulta na diminuição da temperatura, não os painéis como nos querem fazer parecer.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121175	Discordância	Estamos num país democrático e livre, estar a submeter as terras do país a leis favoráveis unica e exclusivamente para Favorecer entidades que não respeitam a sociedade em geral, a natureza e a espécie animal é estarmos a regredir nos valores da vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121174	Discordância	Contributo de Cidadão — Alternativas ao modelo proposto Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121173	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficiente acessível para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121172	Discordância	Exmo(s). Senhor(es) Coordenador(es) do Procedimento de Avaliação Ambiental e Direção-Geral de Energia e Geologia, Ao abrigo do direito de participação pública no procedimento de elaboração do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho por este meio apresentar formalmente a minha oposição e contestação global à proposta apresentada, solicitando a sua rejeição ou reformulação integral, com base nos fundamentos técnicos, jurídicos e territoriais que abaixo se expõem: 1. Nulidade por Falta de Transparência e Défice de Informação Técnica A presente consulta pública padece de um grave vício de instrução. O processo avançou sem a disponibilização atempada de cartografia detalhada, escalas adequadas e dimensões exatas das áreas a afetar. A ausência de elementos gráficos claros impossibilita os cidadãos e as autarquias de avaliarem o impacto real das delimitações sobre as suas propriedades e ecossistemas locais, violando o princípio constitucional da transparência e o direito à informação administrativa. 2. Atentado Grave à Autonomia Municipal e Desrespeito pelos PDM O PSZAER configura um centralismo técnico inaceitável que esvazia as competências das autarquias locais em matéria de ordenamento do território. Ao impor regimes de licenciamento acelerado e "vias verdes" administrativas, o programa ignora os Planos Diretores Municipais (PDM) — amplamente discutidos e aprovados a nível local — e retira às comunidades o legítimo poder de veto e gestão do seu próprio desenvolvimento. 3. Sobredimensionamento Territorial Desproporcional e Especulativo A proposta de delimitar cerca de 7% do território nacional para estas zonas é manifestamente excessiva e desprovida de fundamentação técnica económica rigorosa. Estudos da comunidade científica e do setor demonstram que bastaria afetar cerca de 1% do território para cumprir as metas solares e eólicas nacionais. O sobredimensionamento proposto serve apenas para alimentar dinâmicas de especulação imobiliária	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121171	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121170	Discordância	Um absurdo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121169	Discordância	Em total desacordo com o programa PSZAER	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121168	Discordância	Chega de destruição do meio ambiente! Precisamos de natureza para viver! Chega de placas solares e outras energias em vez de árvores!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121166	Discordância	A implantação de energias renováveis deve ser gradual e ponderada, sem que tenha impacte direto no meio ambiente, ou seja, na fauna e flora dos locais onde são aplicados os dispositivos de produção de energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121164	Discordância	Ponham os painéis solares nos telhados das casas em vez de andarem a destruir as pastagens, florestas, serras, a natureza em geral.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121163	Discordância	A destruição da fauna e da flora nunca poderá ser ecológica, e o único resultado é a degradação do património ambiental Português e do mundo, teremos um mundo mais pobre para os nossos filhos na busca da suposta transição energética que acaba por ter efeito contrário, pois a flora diversa é responsável pela conversão de CO2 em óxigénio e claro da temperatura em geral. Sem deixar de mencionar no impacto que terá para as populações em geral, que por terem inteligência e bom senso estão contra! Eu sou contra também!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121162	Discordância	"A denominada “transição verde” perde legitimidade quando implica a destruição de florestas, habitats naturais e biodiversidade para a instalação de grandes infraestruturas energéticas. A proposta do PSZAER não pode transformar a transição energética num processo de substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais. A aceleração da implantação de energias renováveis deve privilegiar áreas já antropizadas, industriais, degradadas, artificializadas ou de reduzido valor ecológico, evitando a ocupação de florestas, habitats naturais e áreas com elevado valor para a biodiversidade e para os serviços dos ecossistemas. A descarbonização não pode ser alcançada à custa da degradação do património natural, da fragmentação de habitats e da perda de biodiversidade, sob pena de comprometer simultaneamente os objetivos climáticos e os objetivos de conservação da natureza. Os ecossistemas naturais são um dos principais aliados no combate às alterações climáticas, através do sequestro de carbono, da regulação do ciclo da água, da proteção dos solos e da manutenção da resiliência dos territórios, pelo que a sua destruição em nome da produção de energia renovável constitui uma contradição com os próprios objetivos da transição ecológica. " Strolling Flower	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121161	Discordância	Executar um projeto desta dimensão retiraria grandes áreas de mato e de povoamento florestal!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121160	Discordância	As zonas rurais portuguesas nao se podem tornar zonas industriais, queremos um portar mais verde mais verde mesmo, não renovável à custa da sua população e da paisagem do nosso pais. acredito que o projeto ira por em causa fatores sociais económicos e ecológicos impactando-os negativamente. Estou em total descordo com a implantação dos painéis fotovoltaicos, tenho terrenos junto da implantação dos mesmos que irão sofrer grandes alterações em termos ambientais, a fauna e a flora serão devastadas. Estamos perante atitudes que jamais serão reversíveis. Esperemos que haja bom senso!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121159	Discordância	Que toda a população a as entidades locais se unam em defesa do nosso património.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121157	Reclamação	Nuno Vieira A denominada "transição verde" perde legitimidade quando implica a destruição de florestas, habitats naturais e biodiversidade para a instalação de grandes intraestruturas energéticas. A proposta do PSZAER não pode transformar a transição energética num processo de substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais. A aceleração da implantação de energias renováveis deve privilegiar áreas já antropizadas, industriais, degradadas, artificializadas ou de reduzido valor ecológico, evitando a ocupação de florestas, habitats naturais e áreas com elevado valor para a biodiversidade e para os serviços dos ecossistemas. A descarbonização não pode ser alcançada à custa da degradação do património natural, da fragmentação de habitats e da perda de biodiversidade, sob pena de comprometer simultaneamente os objetivos climáticos e os objetivos de conservação da natureza. Os ecossistemas naturais são um dos principais aliados no combate às alterações climáticas, através do sequestro de carbono, da regulação do ciclo da água, da proteção dos solos e da manutenção da resiliência dos territórios, pelo que a sua destruição em nome da produção de energia renovável constitui uma contradição com os próprios objetivos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121156	Discordância	Não sei contra as energias renováveis, no entanto, instalar painéis solares em Castelo Branco é inaceitável, pois é das zonas mais quentes do país o que vai piorar a situação. A Serra da Gardunha é um local para preservar e cultivar árvores e não painéis. A natureza tem que ser preservada e a serra da gardunha é um tesouro no interior que tem de ter investimento mas não com painéis solares. Espero que esta proposta não siga para adiante. Gabriel Almeida	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121155	Discordância	Sou uma cidadã sem conhecimentos especiais sobre esse tema, mas com juiz suficiente de entender que esse programa é errado. O país já tem quase rede energética renovável suficiente para todos as necessidades 'nacionais'. Essa programa é mais focado em 'grande negócios', para exportar energia, expandir, por example, um rede de data centers (que também não são precisos em quantidade que o governo pensa): Portugal não é uma fábrica de energia barata. Portugal precisa da sua património, livre de kilometros de panéis solares, e parques eoloicos. Tenho muita pouca fé que os contributos de cidadões seja tratados como 'importantes', mas espero que a discordância dos municípios conta para qualquer coisa. Um grande NÂO a PSZAER. O governo tem de parar de atuar como 'donos de isso tudo'. São pessoas que passam por parlamento, e depois vão ficar 'na história'. Portugal tem de continuar a viver e existir. Deixa o seu património natural em paz, sff. Diz não a PSZAER!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121154	Discordância	O Plano Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) é um plano criado pelo Governo que deveria ou se propunha a identificar áreas de menor sensibilidade ambiental e social, com vista a permitir um licenciamento simplificado e acelerado de projetos de energia solar e eólica, em cumprimento com a diretiva europeia RED III. O que é apresentado é um mapeamento feito nas costas das populações, sem debate, opaco e pouco detalhado, que beneficia um processo de expansão energética espoletado por novas exigências energéticas de grandes interesses industriais. O Município de Santiago do Cacém, pela proximidade a Sines e novos investimentos em centros de dados ou hidrogénio, suas características territoriais e sociais, tornou-se nos últimos anos um potencial território a sacrificar. Estão previstas para o concelho duas mega-centrais fotovoltaicas, uma em São Domingos/Vale de Água (1260ha) e outra em Cercal do Alentejo (394ha), correspondendo a um modelo de produção centralizado e de maximização do lucro. Preocupa-nos que o PSZAER venha a constituir uma “via verde” para a implementação destas mega-centrais fotovoltaicas no território, sem transparência, sem regras e passando por cima da forte contestação popular e dos seus brutais impactos ecológico, social e económico. Discordamos deste plano, e defendemos que se defina criteriosamente zonas de instalação fotovoltaica	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
121153	Discordância	Não concordo com destruição do território natural.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121152	Reclamação	Não se pode apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação está a ser trabalhada. O que deverá ser feito: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121151	Discordância	1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto ambiental e de saúde pública dentro das ZAER reduz a análise real dos riscos climáticos e ambientais para a saúde dos residentes.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121150	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121149	Discordância	Exmos. Senhores,Venho por este meio apresentar o meu parecer desfavorável à aprovação do PSZAER. Embora reconheça a importância da transição energética, rejeito a simplificação e aceleração de licenciamentos em áreas de elevado valor ecológico, agrícola ou florestal. O programa coloca em risco ecossistemas sensíveis, a biodiversidade e solos agrícolas produtivos (como denunciado por várias autarquias e associações de defesa do ambiente). Exijo uma revisão radical dos critérios de exclusão, garantindo que as Zonas de Aceleração fiquem estritamente limitadas a áreas já artificializadas, degradadas ou de baixo impacto ambiental, mantendo intactas as exigências de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121148	Discordância	Não concordo com a forma como planeiam fazer isto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121147	Discordância	Subscrevo a maior parte das reservas, em relação à instalação de Megacentrais fotovoltaicas, considerando o impacte ambiental e social, em sentido lato. Subscrevo, igualmente, a maior parte das críticas ao atual processo de Consulta Pública sobre as áreas incluidas no PSZAER. Porém, vou pronunciar-me apenas sobre as propostas do PSZAER para os arredores de Évora, tendo em conta exclusivamente o Património Histórico-arqueológico. 1. A classificação de Évora como Património Mundial (e até a sua escolha como Capital Europeia da Cultura, em 2027), devem, por definição, implicar a salvaguarda e a valorização do Património Natural e Cultural da envolvente da cidade. O projeto de Classificação do Megalitismo alentejano vai no mesmo sentido. 2. Dentro do Património Cultural, destaca-se, de facto, a extraordinária riqueza do Património Megalítico, traduzida quer na dimensão, quer na densidade dos monumentos, em particular no que diz respeito aos mais antigos, isto é, os menires e os cromeleques. 3. Porém, este fenómeno, sem paralelos no contexto da Península Ibérica, é apenas a parte visível (com um evidente e reconhecido potencial, no que respeita ao Turismo Cultural) de uma paisagem arqueológica em que, como seria de esperar, se identificou a maior densidade de “povoados” do Neolítico antigo, em território nacional. Trata-se dos lugares de habitação dos construtores dos monumentos que se incluem, indiscutivelmente, entre os primeiros grupos agropastoris, em território nacional e têm, por isso, uma importância histórica notável 4. Os dados arqueológicos inseridos no PDM de Évora resultam de diferentes metodologias de prospecção. A maioria dos sítios arqueológicos registados no PSZAER foram identificados, por mim ou por equipas que coordenei, em trabalhos académicos que tinham, como âmbito geográfico, o Alentejo Central e que, naturalmente, se basearam em prospecções de”malha larga”. Coordenei, igualmente, em 2003, a revisão do PDM que, incluiu prospecções, por amostragem, distribuídas pelo território concelhio.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121146	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se possa pôr em perigo a nossa base de sobrevivência já tão fustigada e, em simultâneo, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas, bem como, no contexto em análise, para a descarbonização, pela fixação vegetal do dióxido de carbono. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro, apesar das medidas de minimização habitualmente propostas. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. É um contrassenso. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer os mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental que nos protegem. Considero indispensável que os especialistas e as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidos e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121145	Discordância	Discordo e recuso-me enquanto cidadã a compactuar com estas supostas "preocupações ambientais" que servem de cortina para esconder os reais interesses das grandes empresas - faturar, faturar, faturar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121144	Discordância	É importante não destruirmos os habitats naturais nem a biodiversidade	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121143	Discordância	Não são necessários estudos para saber o impacto sobre a flora e fauna da beira baixa toda a gente sabe que é prejudicial, já somos afetados pela falta de vegetação e temperaturas extremas não é necessário agravar o que já está mal, não troquem o pouco bem estar de quem cá vive por dinheiro tenham dignidade e deixam dignidade a quem continua a lutar pela beira baixa	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121142	Discordância	Completamente em desacordo. As energias renováveis não vão de encontro com o que o ser humano precisa. Não é só de energia que vivemos, precisamos do nosso património natural!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121141	Discordância	Mais um atentado em nome de uma energia verde! Verde só o nome! Em vez de se promover a replantação e a conservação de zonas florestais, comentem-se este tipo de atrocidades que têm por trás interesses económicos. Sem arvores não há futuro! Projetos destes destroem ecossistemas, alterando de forma permanente a paisagem. Se é o CO2 que tanto preocupa, não vejo como painéis solares contribuem para a sua redução! Só as árvores conseguem fazer esse trabalho. Abatê-las é um contrassenso e um crime. Não percebo porque se destrói a natureza em nome de um dito 'progresso'. Estão a (e querem) transformar Portugal num deserto! Deserto não, um mar de painéis solares! Triste...	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121140	Discordância	Estou em desacordo com o plano de aceleração da implantação de energias renováveis. É necessário uma reflorestação, não uma destruição da floresta, que é o que parece estar a acontecer com esta aceleração. As energias renováveis devem coexistir com a floresta de forma favorável. A médio prazo veremos aumento da temperatura, terrenos que poderiam ser cultivados, sem qualquer possibilidade de restruturar a floresta. Para além de prejudicar o ambiente, não vimos até agora qualquer redução nos custos energéticos para os utilizadores. Quer estejamos a falar de energia do sol, do vento ou da água.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121139	Discordância	O programa de aceleração da implantação de energias renováveis em curso prevê a destruição de floresta autóctone, biodiversidade e estratégica de desenvolvimento locais mais sustentáveis. O programa tem um custo ambiental que fragiliza ainda mais a capacidade de resiliência do território às alterações climáticas. A riqueza ambiental destruída, num país com um assinalável histórico DC más práticas ambientais é muito dificilmente recuperável. Está é mais uma decisão que, ignorando o impacto ambiental, não acautela o futuro do país e é, portanto, contrária ao interesse nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121138	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121137	Discordância	Impacto ambiental não correctamente feito, com implicações futuras muito perigosas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121134	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fálico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121132	Discordância	Eu, David Manuel Silva Sumares, residente na freguesia de São Luís, no concelho de Odemira, distrito de Beja,, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121130	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121129	Discordância	Já chega de descaracterizar e destruir a nossa floresta em nome dos lobbys da comunidade europeia.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121128	Discordância	Não!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121127	Discordância	Totalmente contra a destruição da paisagem e recursos em nome de uma pretensa energia verde, cujos projetos apenas iriam beneficiar as grandes empresas. O país seria destruido e os lucros, como é usual, nunca iriam ser aplicados cá, nem criar riqueza ou empregos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121126	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadão / cidadã) do concelho de Gondomar ,vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121125	Discordância	Discordo plenamente com a implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Que visa destruir o meio ambiente, o ecossistema, árvores, florestas, abrigo de animais , em território português. Considero este projecto um crime ambiental que não protege o meio ambiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121124	Discordância	Discordo desta iniciativa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121123	Discordância	Sou contra este projeto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121121	Discordância	Assunto: Contributo desfavorável ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta de PSZAER. Reconheço a importância da transição energética e do reforço da produção de energia renovável. No entanto, considero que a sua implementação não deve ocorrer à custa da degradação dos valores ambientais, paisagísticos, agrícolas, florestais e patrimoniais dos territórios. O próprio processo de consulta pública refere que as ZAER devem compatibilizar a produção energética com a proteção ambiental e territorial. Tenho particular preocupação com: A possível destruição e fragmentação de habitats naturais e a perda de biodiversidade; Os impactos cumulativos de grandes centrais solares e parques eólicos na paisagem e nos ecossistemas; A afetação de áreas florestais, agrícolas e zonas de elevado valor ecológico; A insuficiente consideração das especificidades locais e do conhecimento das populações e autarquias; Os efeitos negativos sobre o turismo de natureza, a qualidade de vida e a identidade dos territórios rurais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121120	Discordância	Precisamos de plantar mais biodiversidade e de acumular menos painéis solares a céu aberto por todo a lado onde a natureza e animais precisam habitar. Se for preciso, coloquem esses painéis solares nas beiras das estradas ou no telhado dos prédios habitacionais e nos das empresas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121118	Discordância	Não concordo com a implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) à custa das nossas serras e da paisagem que caracteriza o interior e o centro do país. Sou a favor das energias renováveis, mas não à custa da destruição de um património natural e paisagístico que é de todos. Antes de ocupar montanhas, cumes e áreas de elevado valor ambiental, devem ser privilegiadas soluções como a instalação de painéis solares nos parques de estacionamento dos hipermercados, nos telhados dos edifícios públicos, das zonas industriais e de outras infraestruturas já artificializadas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121117	Discordância	É tempo de procurar alternativas verdadeiramente sustentáveis, e não apenas as mais económicas ou as mais fáceis de implementar. A transição energética não deve significar a perda da identidade das nossas paisagens nem comprometer o património natural que temos o dever de preservar para as gerações futuras. Não concordo com este procedimento! Não é viável para um futuro limpo e para a natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121116	Discordância	Não concordo pois considero o impacto ambiental mais prejudicial do que benéfico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121115	Discordância	O PSZAER propões designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando aos territórios e às suas comunidades a avaliação de impacte ambiental que merecem. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de ações de envolvimento e e discussão com as comunidades afetadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento ou telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício, deve sim, ser um território com comunidades valorizadas e empoderadas. Acresce a deficiente objetividade na delimitação das ZAER, com erros grosseiros de mapeamento, municípios com elevadas percentagens do seu território afeto a ZAER, ZAER em conflito com zonas de proteção agrícola e de proteção da natureza. Este mapeamento deve ser refeito, com maior detalhe, à luz dos instrumentos de ordenamento do território e de proteção de natureza em vigor.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121114	Discordância	A qualidade de vida a longo prazo neste país é importante para mim. Não quero um futuro comprometido e um território lançado à especulação mercadológica do curto prazo, em que poucos enriquecem à custa do degredo de muitos. A natureza é nossa por direito. E por isto, discordo com este programa ridículo e cruel.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121112	Discordância	quero que seja discutido com mais visão dos vários impactos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121111	Discordância	- 3 - considerada depois de esgotada destas áreas já artificializadas — e apenas se a produção adicional se revelar efetivamente essencial, o que os dados acima expostos, por si só, colocam em causa. Esta alternativa não é teórica: · O GTAER, coordenado pelo LNEG, já identificou como objetivo o estudo do potencial de geração em superfícies artificializadas, incluindo telhados e parques de estacionamento; · Um estudo da Comissão Europeia/JRC (Bódis et al., 2019) estima cerca de 7.935 km² de cobertura tecnicamente disponível em Portugal, com potencial de 680 TWh/ano (~9% do território continental — mais do que o intervalo de 1,5%-4,8% que o LNEG considera necessário em solo rústico) e potencial de autoconsumo equivalente a ~46% do consumo elétrico nacional; · Vários Estados-membros já obrigam à cobertura solar de parques de estacionamento de maior dimensão; · Em Portugal, existe já um projeto de lei (Bloco de Esquerda, maio de 2024)	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121109	Discordância	Venho por este meio expressar a minha oposição à inclusão da Serra da Gardunha e da região da Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis, PSZAER. Esta área é não só um património natural protegido, mas também um refúgio para diversas espécies e um importante regulador do nosso ecossistema. A instalação de grandes centrais solares e eólicas colocaria em risco a integridade desta paisagem montanhosa. Além disso, a Serra da Gardunha é fundamental para a manutenção dos cursos de água e do abastecimento hídrico da região, algo que não podemos comprometer. A ausência de uma avaliação de impacto ambiental (AIA/EIA) adequada é preocupante e põe em causa a nossa biodiversidade e os recursos hídricos essenciais. Solicito, assim, a exclusão imediata da Serra da Gardunha e da Beira Baixa das zonas propostas para o PSZAER.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
121108	Discordância		Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121107	Discordância	Não quero portugal transformado numa imensa sucata, sim às árvores, painéis solares nos carris dos comboios como na Suíça	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121105	Discordância	Sou contra a instalação de grandes centrais solares em solos agrícolas e em áreas de elevado valor ecológico, por considerar que estes espaços devem ser preservados para a produção alimentar, a biodiversidade e a manutenção dos biomas. Defendo que a prioridade deve ser a utilização de superfícies já artificializadas, como coberturas de armazéns, fábricas, centros logísticos, edifícios públicos, parques de estacionamento e outras grandes infraestruturas. Desta forma, é possível aumentar significativamente a produção de energia renovável sem ocupar solos que podem desempenhar funções agrícolas ou ecológicas. A transição energética é essencial, mas deve ser conciliada com a proteção da natureza e do território. Em vez de converter áreas naturais ou agrícolas em parques solares, devemos aproveitar o enorme potencial das coberturas e das infraestruturas existentes, distribuindo a produção de energia por todo o país e reduzindo simultaneamente a necessidade de novas ocupações do solo. Uma política energética verdadeiramente sustentável deve equilibrar a produção de energia limpa com a conservação dos ecossistemas, da biodiversidade e da capacidade produtiva dos solos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121104	Discordância	Nao deixem destruir as zonas verdes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121103	Discordância	O PSZAER representa uma ameaça ao território, à biodiversidade e às comunidades locais. Este projeto coloca em risco áreas naturais, degrada a paisagem e reduz a capacidade de as populações serem ouvidas. A transição energética não pode servir de justificação para sacrificar o ambiente e os direitos das pessoas. O desenvolvimento deve ser sustentável, responsável e respeitar o território, em vez de impor projetos com impactos irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121102	Discordância	O processo não foi sério nem transparente O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas. O mapa tem erros que ninguém corrigiu O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estou a ser consultado sobre um programa construído sobre uma cartografia que o seu próprio autor reconhece ser incompleta. Os solos agrícolas não estão protegidos A Reserva Agrícola Nacional não abrange todos os solos com função produtiva real. Há solos de regadio, olivais, culturas permanentes e sistemas agrosilvopastoris que não estão classificados como RAN mas que sustentam economias locais, alimentam famílias e dão sentido a este território. A CCDR Norte alertou formalmente que esses solos ficam desprotegidos pelo PSZAER. A DGADR emitiu parecer desfavorável, apontando o risco de "inclusão indevida de áreas agrícolas e agroflorestais relevantes."	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121101	Discordância	Manifesto a minha discordância com o PSZAER, por considerar que a aceleração do licenciamento de projetos solares e eólicos pode reduzir a avaliação rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, os solos, a água, a paisagem e as comunidades locais. A transição energética não pode justificar a industrialização de áreas rurais e naturais, nem a fragmentação de habitats e corredores ecológicos. Deve ser dada prioridade a telhados, zonas industriais, estacionamentos e outras áreas já artificializadas. Solicito que o programa seja revisto, assegurando avaliações ambientais completas, análise dos impactos cumulativos, participação efetiva das populações e proteção vinculativa das áreas de elevado valor ecológico. O documento completo com a fundamentação da minha posição segue em anexo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121100	Discordância	É urgente travar toda esta demência de alteração do quadro natural nacional com impactos severos na qualidade de vida das populações e nos ecossistemas circundantes. O que se pretende com estas Zonas chega a ser criminoso. Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que Portugal não precisa de ser invadido por energia solar de forma descontrolada, destruindo o meio ambiente nesse processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
121099	Discordância	Portugal precisa, sim, de apoiar os proprietários de imóveis a tornarem-se autossuficientes. Precisa de ajudar as empresas a reduzir os seus consumos e a maximizar o aproveitamento dos telhados que poderiam estar a produzir energia e não estão. São necessários estudos mais detalhados para distinguir a real necessidade energética da fome capitalista.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121098	Discordância	Não à venda de património às fotovoltaicas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121096	Discordância	Deve haver uma avaliação ambiental caso a caso, salvaguardando corredores ecológicos de espécies ameaçadas e também uma maior participação da comunidade local. Deve ser dada prioridade a zonas degradadas ou edifícios/estacionamentos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121095	Discordância	Não estão identificadas as áreas afetadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121094	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão, venho por este meio apresentar o meu parecer e consequente discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos fundamentais: Impacto na Biodiversidade e Paisagem: A delimitação de zonas de aceleração, não salvaguarda adequadamente os valores ambientais, a conservação da natureza e o património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis. Defesa dos Solos e Agricultura: A conversão de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal em "mares de painéis" compromete a coesão territorial, o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar. Falta de Avaliação Local e Saúde Pública: A implementação de mega-projetos energéticos nestas áreas levanta preocupações sérias ao nível da saúde pública (ruído, campos eletromagnéticos) e da qualidade de vida das populações residentes. Violação do Princípio da Proporcionalidade: A meta de descarbonização deve pautar-se por critérios rigorosos de "baixo conflito". Considero que a proposta atual peca por excesso de área afeta e falta de ponderação face à capacidade real de receção do território. Pelo exposto, solicito a reavaliação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, exigindo-se um estudo aprofundado que harmonize a transição energética com a proteção efetiva do território e das comunidades locais, um estudo em que a implementação seja pensada não em campos desflorestados mas em áreas industriais, por exemplo em parques de estacionamento favorecendo a criação de sombras, isto no que diz respeito ao fotovoltaico. Além disso, avaliar dispositivos de eólica menos impactantes na natureza. Sob pena de as Energias renováveis em vez de algo benéfico se tornarem um elemento de esterilização natural. Com os melhores cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121093	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121092	Discordância	Não me parece nada bem continuar a tirar espaço terreno às plantas, para substituir por objetos metálicos de difícil decomposição, uma vez que esses nunca nos trarão sombra nem alimento, muito menos dar-nos-ão energia gratuita. Já as plantas, dão-nos tudo isso e muito mais sem pedir nada em troca. Espero que todos consigamos ter os sentidos abertos para sentir a mãe natureza, através do seu colo e nutrição!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121091	Discordância	A proposta atualmente definida no PSZAER não garante a proteção futura do território nacional, nas suas vertentes ambientais, comunitárias, históricas e democráticas. É possível cuidar do futuro do nosso país e do nosso planeta, considerando energias renováveis em alinhamento com as necessidades das populações e dos ecossistemas. Este programa não garante que este cuidado aconteça.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121090	Discordância	Sou contra a criação destas zonas que destroem a nossa natureza, já tão massacrada por incêndios e a epidemia dos eucaliptos. Porque não instalar painéis solares nos telhados dos edifícios, na selva de betão?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121089	Discordância	Prejudicial para as populações rurais que ficam esquecidas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121088	Discordância	Discordo com a implementação deste projeto, primeiramente por não ter a aprovação pública suficiente das pessoas que habitam as zonas rurais em que estas ZAER serão implementada, acaba por trazer mais consequências a longo prazo do que benefícios - a destruição dos solos, da Natureza, do habitat natural de várias espécies - destruição de vastas áreas de território. Acredito que as energias renováveis possam ser implementadas de uma forma mais ética e sustentável, que conviva em harmonia com as populações e com a Natureza e espécies, sem comprometer a agricultura, a água, e sem causar poluição. Além disto acho que estes processos podem ser melhor democratizados, sendo devidamente informados os benefícios e consequências da implementação destes projetos aos habitantes das zonas rurais, buscando a aprovação dos mesmos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121087	Sugestão	Assunto: Pronúncia sobre a Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) No âmbito da consulta pública da proposta de PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, o IPT vem apresentar a sua pronúncia, que se remete em documento anexo. O documento anexo contém os comentários e contributos do IPT sobre a proposta em consulta, nomeadamente quanto aos critérios de delimitação das ZAER, às áreas de exclusão consideradas e ao modelo de licenciamento simplificado proposto, com vista a contribuir para o aperfeiçoamento do Programa e para o cumprimento das metas do PNEC 2030 no quadro da Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III). Agradecemos a consideração dos contributos apresentados e manifestamos inteira disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional. Com os melhores cumprimentos, Pedro Granchinho Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Tomar, granchinho@ipt.pt	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121086	Discordância	Ricardo Miguel Baptista Figueiredo, Concelho de Albergaria A Velha. É totalmente inadmissível o que se está a passar, os estudos já existem há muito tempo, este tipo de parques além de danificarem o meio ambiente. Em caso de destruição via tempestade/outro, a contaminação dos solos é superior aos resíduos atómicos, o que irá inviabilizar os solos por muitas décadas. A coincidência dos locais com a área do último grande incêndio, são alarmantes e demonstrativas como infelizmente em Portugal o fogo é um meio para alcançar à força muita coisa! Existem outras soluções que permitem, por exemplo utilizar os telhados, muros, parques de estacionamento e não só, para que se possa proteger o meio ambiente. A desvalorização comercial dos terrenos circundantes de de todas as habitações vai provocar uma catástrofe, ninguém quer comprar uma casa com esta paisagem aberrante. Localmente, por força deste parque, o clima será alterado, no mínimo 3 + graus positivos o que provocará sérios problemas à natureza e a todos os habitantes. O mais lamentável , é a total falta de transparência de todo este processo, esta triste realidade verifica-se por todo o País, não é de admirar que o povo Português cada vez mais está descontente e não confia nos agentes políticos. Depois não se admirem de no próximo acto eleitoral virarmos todos fascistas. Os culpados e cumplices são muitos. Não podemos permitir tanta destruição.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121085	Discordância	Impacto negativo na paisagem e na biodiversidade. Numa zona em grande desertificação este projecto assentua e lugar de reverter o flagelo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121084	Discordância	As energias renovaveis e energia verde não podem terraplanar o verde natural do pais e deixar fayna e flora devastadas. Iaso não rem nada de verde.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121083	Discordância	Eu João Pedro Xarope Fernando, residente em (Évora /Évora / Torre de Coelheiros), venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121081	Discordância	--- O apoio à transição energética é inequívoco e urgente. No entanto, não é possível apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na forma em que se encontra atualmente proposto. A questão central não reside nas energias solar e eólica, mas sim no modelo de planeamento adotado. O PSZAER define áreas para instalação acelerada de projetos, admitindo, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, a dispensa de avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. Esta abordagem levanta preocupações sérias do ponto de vista ambiental, territorial e científico. A proposta, tal como está, não estabelece limites claros à concentração de projetos numa mesma região, ignorando o risco de sobrecarga territorial. Acresce que não contempla de forma adequada a avaliação dos efeitos cumulativos decorrentes da instalação simultânea de múltiplas centrais e das respetivas infraestruturas associadas, nomeadamente linhas de muito alta tensão, cujos impactos são significativos e frequentemente subestimados. Particularmente preocupante é a ausência de proteção vinculativa dos corredores ecológicos essenciais à mobilidade de espécies ameaçadas, como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. Estes corredores são fundamentais para a conectividade populacional e têm sido alvo de investimento público significativo através de programas europeus como o LIFE LUPI LYNX e o LIFE WolFlux. Ignorar esta realidade compromete diretamente esforços de conservação em curso. Adicionalmente, o plano não assegura de forma robusta a salvaguarda de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas, que desempenham funções ecológicas críticas e cujo valor ultrapassa o contexto nacional. Face ao exposto, considera-se essencial que o PSZAER seja revisto de forma a integrar: • Limites efetivos à concentração de projetos por região, com base em critérios ecológicos e territoriais. • Proteção legal vinculativa dos corredores de conectividade ecológica, abrangendo não só grandes	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121079	Discordância	Completamente em desacordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121078	Discordância	Chega de destruirem a Natureza e os recursos do nosso País para implementarem aberrações pretensamente "ecológicas" que são altamente lesivas das populações, e que apenas constituem negociatas vergonhosas! Agora percebe-se porque é que estão a queimar as nossas florestas!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121076	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121075	Discordância	Queremos mais transparência e pormenor. A energia verde serve para cuidar da natureza, de todos nós. Criar projectos em que destruimos paisagens e habitats para ter energia verde é uma incongruência. Projectos de energia sustentável só bem planeados e aprovados por quem sabe e estudou bem o caso, pondo a natureza em primeiro lugar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121073	Discordância	Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Defendemos a proteção da natureza e as energias renováveis. Vivemos com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e tentamos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um carro é um meio de transporte útil; mas milhões de carros concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. Não se trata de ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim de encontrar uma dimensão e uma localização que sejam compatíveis com a proteção das pessoas, dos animais, da paisagem e da natureza. Neste projeto, estão previstas, no total, 18 turbinas eólicas no concelho de Odemira. Na literatura científica, são descritos potenciais impactos relacionados com o ruído, o infrasom, a projeção de sombras, as alterações paisagísticas e a qualidade de vida da população que vive nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121072	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121071	Discordância	Não apropriado comparado ao impacto ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121070	Discordância	Este projeto preocupa-me e nao enctontrei informacao suficientemente acessivel para poder dar uma opinao informada	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121068	Discordância	Venho por este meio expressar o meu tremendo descontentamento com a situação que se está a suceder no meu país… O desmatamento para a montagem de painéis solares… O que antes eram paisagens agora são quadrados … O meu Portugal… As energias renováveis são importantes apenas para a proteção do ambiente, como podemos, então, querer e deixar destruir o ambiente para as criar? Sinto, na minha humilde opinião, que se trata de um reverso que dará origem a uma peripécia revoltante.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121067	Discordância	Estamos a destruir a biodiversidade e as paisagens naturais do nosso país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121066	Discordância	Este tipo de energia tem tudo menos verde. Destrói ecossistemas por completo, apoia a desflorestação e é conivente com o avançar tecnológico da dependência energética a nível eletrico, o próximo passo será destruir as serras com minas de lítio por todo o país. Completamente contra.... Façam programas de substituição de coberturas nos milhares largos de hectares de unidades fabris, por exemplo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
121065	Discordância	Discordo da utilização de área florestal e agrícola para a criação de parquesnsolaresbe eólicos que impliquem danificarva flora e fauna locais. Não é coleção para Portugal. A solução tem que ser sustentada e ambientalmente integrada. Como previsto não é energia limpa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
121064	Discordância	Não vejo benefícios nenhuns, apenas destruição de mais natureza e de Oxigénio, Aumento de calor e desertificação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121063	Discordância	Boa tarde, Portugal precisa de organização e criatividade do seu território. Somos constituídos por estudiosos, académicos, conhecedores do terreno que querem dar o impulso para o nosso desenvolvimento e crescimento. Só e possível se cumprirmos o básico: a plantação de florestas (diversidade de árvores); a criação de agroflorestais; a recusa de utilização de químicos nos alimentos e a criação de um sistema autosuficiente para o país, na agricultura e na gestão do território. A energia verde que estão a propagandear ser uma mais valia, não é sustentável nem para o planeta nem para as pessoas deste país. É mais uma monocultura mas de plástico. Não cria vida. É finita. É urgente dar voz à população. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121062	Discordância	Não há energia verde quando a natureza é tratada como um obstáculo. A verdadeira transição energética protege a biodiversidade, a paisagem e as pessoas. Não podemos salvar o planeta destruindo os lugares que lhe dão vida. Energia limpa também significa proteger a natureza. O futuro não se constrói cobrindo Portugal de painéis solares à custa das suas florestas, montanhas e biodiversidade. Há outro caminho. A natureza não é um terreno vazio à espera de exploração. É o nosso maior património. Protegê-la também é defender o futuro. Quero energias renováveis, mas não à custa da destruição da biodiversidade, da paisagem e da identidade natural de Portugal. Há muitos telhados onde se podem colocar painéis solares!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
121061	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho do Porto vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121060	Discordância	Nao faz nenhum sentido andar a destruir zonas inteiras, arrancar arvores e condenar areas inteiras ao sobreaquecimento, sou pelas energias renovaveis mas nao desta forma	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121059	Discordância	Discordo plena e totalmente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121057	Discordância	Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero muito grave que nesta consulta pública não possa haver uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas, devido à falta de disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis. Considero motivo de grande preocupação os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. Considero gravíssimo o procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas, algumas delas até em áreas da Reserva Ecológica Nacional. Sendo indiscutível a necessidade e louvável a promoção da transição energética, não é legítimo colocar esse objectivo acima de todos os outros, como a biodiversidade ou a preservação de reservas aquíferas. Considero que o PSZAER não é transparente nem rigoroso quanto às garantias financeiras obrigatórias de desmantelamento na fase de desativação, não indica estimativa dos volumes de resíduos que as instalações gerarão no seu fim de vida, e não a articula com a capacidade nacional de tratamento e reciclagem destes materiais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121055	Discordância	As renováveis implementam-se com programas de incentivo à micro-produção distribuída em rede de energia atravésde micro-grids de pequenos produtores. Produção local, consumo local.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121054	Discordância	A transição energética não pode ser feita à custa da nossa paisagem, da nossa natureza, dos nossos campos. Portugal merece um planeamento mais cuidadoso e uma maior proteção do seu património natural.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121053	Discordância	A transição energética é mais uma mentira cujo objectivo é dar milhões a empresas sem escrúpulos que falseiam resultados e que apenas pensam no lucro enquanto destroem o meio ambiente.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121052	Geral	A Coopérnico - Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável C.R.L é membro da REScoop.eu, a Federação europeia de comunidades de energias renováveis, e é a primeira cooperativa de energias renováveis em Portugal. Fundada em 2013, tem trabalhado em prol de um modelo energético justo, democrático, com o envolvimento dos cidadãos e assente em energias renováveis. Além de produzir eletricidade renovável, num modelo descentralizado, a Coopérnico comercializa eletricidade no mercado liberalizado, e presta serviços na área da energia, aos seus membros e a entidades terceiras, nomeadamente autarquias locais. Atualmente, com cerca de 7000 membros, a Coopérnico é uma voz ativa e reconhecida no setor. No âmbito do nosso trabalho no setor e da nossa missão, vimos por este meio enviar os nossos contributos para uma versão final do PSZAER melhorada. Atentamente, Ana Rita Antunes Coordenadora Executiva	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121050	Discordância	Discordo totalmente. Acho que se deve salvaguardar os locais com baixa densidade, pela defesa dos interesses ambientais, culturais e socioeconómicos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121048	Discordância	Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121045	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis!Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de humidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121044	Discordância	Os benefícios não justificam as perdas ambientes que vão ocorrer. Há formas menos prejurativas de aplicar estas medidas, que não implicam a destruição de tantos espaços verdes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121043	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121042	Discordância	Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero-o bastante lesivo para o nosso território, património natural e populações. A PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico e humano, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacto Ambiental garante. E, de momento, para mim este é o ponto - Considero bastante perigoso, diria até, pernicioso que, numa democracia participativa, se queiram tomar decisões com tamanho impacto ecológico, social, económico e estratégico pedindo cheques em branco à população atropelando todas as etapas que garantam direitos fundamentais para a manutenção da vida e sem colocar à transparência os verdadeiros interesses por detrás destas intenções. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacto Ambiental e de ações de envolvimento e discussão com as comunidades envolvidas. com os meus melhores cumprimentos	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121041	Discordância	Na qualidade de cidadã, manifesto a minha posição de discordância em relação ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Considero que a estratégia deste programa compromete vários aspetos relevantes da democracia participativa, da proteção de valores naturais, patrimoniais, de saúde pública e de desenvolvimento local, tais como: § A indisponibilidade de dados georreferenciáveis para análise do território; § A omissão de capacidade elétrica a partir de fontes renováveis já instalada no território e impactes cumulativos com as ZAER e projetos não abrangidos por estas zonas; § A não fundamentação quantitativa das necessidades energéticas deste tipo para atingir as metas de descarbonização; § A não priorização de zonas artificializadas e soluções energéticas locais próximas aos centros de consumo, onde, para além dos impactes negativos serem menores, há menor necessidade de construção de novas infraestruturas; § Erros de sobreposição de critérios de exclusão para delimitação das ZAER como indicado pelas entidades e municípios consultados e expressos no Relatório de Consulta às Entidades; § O volume de documentos e a complexidade técnica para análise em apenas 20 dias úteis, coincidente com o período de descanso no verão; § A salvaguarda de condições ambientais e sociais relevantes à responsabilidade dos municípios, após aprovação do PSZAER (que apresenta defeitos na limitação das ZAER com condicionantes relevantes do território como já referido), que poderão ter de processar múltiplos de pedidos de exploração em simultâneo num prazo de 60 dias úteis para cada projeto; § A promoção de construção de projetos em áreas entre os 100 e mais de 1000 hectares, sem estimativas das necessidades de desflorestação, interrupção de linhas de água, destruição de património, efeitos na	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
121040	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121038	Discordância	Não podem! e Não permitiremos a destruição da Natureza em prol de lucros	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
121036	Discordância	Uma energia so pode ser considerada ver quando não destrói a nossa biodiversidade	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
121035	Discordância	Trabalhar contra a Natureza é trabalhar contra nós próprios!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121034	Discordância	Discordância total, especialmente por não saber que áreas e território estamos a falar. 7% é muita coisa.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121033	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição da paisagem, da biodiversidade, da agricultura, da saúde e das comunidades que vivem no território.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
121032	Discordância	Perante o risco de perda de património e estatuto, perante a perda de valores naturais que deixamos às próximas gerações, sou contra este projeto	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121031	Discordância	Venho pelo presente apresentar observações no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a importância da transição energética e o papel das energias sustentáveis, considero que o programa, tal como proposto, apresenta impactos ambientais e sociais excessivos, nomeadamente: - Destruição e fragmentação do património natural e suas áreas de montado e habitats sensíveis; - Abate de espécies florestais protegidas; - Ameaça aos recursos cinegéticos da região; - Consequências danosas para as explorações agrícolas, florestais, pastorais, de caça e apicultura tradicionais; - Perda de interesse cultural e turístico da região; - Possível corte de acessos ao território; - Alteração do fluxo hidrológico através do impacto direto no escoamento da água da chuva, levando à erosão dos solos; - Contribuição para a desertificação populacional, por perda de interesse sócio económico do território. Relembro ainda que, segundo a Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), o Estado deve promover a descentralização da produção de energia e estabelecer medidas para a eficiência energética no setor residencial e edifícios públicos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
121030	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão(ã), venho manifestar o meu parecer desfavorável à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).A oposição fundamenta-se nos seguintes pontos críticos: - Impacto Socioeconómico no Interior: A afetação de vastas áreas para parques solares e eólicos de grande escala prejudica gravemente a sustentabilidade da economia rural (agricultura, floresta e turismo de natureza), promovendo indiretamente o abandono do território. - Desvalorização dos Processos Ambientais: A aceleração de prazos e a flexibilização de garantias jurídicas podem resultar em decisões pouco fundamentadas, gerando danos irreversíveis na paisagem e na biodiversidade. - Falta de Foco na Geração Distribuída: O programa foca-se na facilitação de grandes investimentos industriais, preterindo o incentivo às comunidades de energia renovável urbanas e à microprodução (autoconsumo em coberturas e zonas industriais), que têm menor impacto territorial. Pelo exposto, impõe-se a rejeição desta proposta sectorial nos moldes em que está desenhada, exigindo-se um debate mais alargado e um plano que defenda, em primeiro lugar, o património natural e as pessoas que habitam os territórios visados.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121029	Discordância	Avaliação ambiental não pode ser desvalorizada principalmente quando estamos a falar do meio rural e de mudanças drásticas tal como a instalação de mega centrais solares, não só o impacto da natureza como no impacto na população e paisagem	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
121028	Discordância	Será muito prejudicial para as populações que lá vivem em termos ecológico e socioeconómico e para o país em geral. Não têm o direito de usar as nossas zonas rurais, o nosso pinhal, a mata nativa, para este tipo de infraestruturas, descaracterizando o nosso país. Crescimento energético não pode estar associado à destruição da natureza, retirada de terrenos rurais a populares e descaracterização do nosso país.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
121026	Discordância	Não concordo com o programa , acho que os painéis solares não vão trazer vantagem para o país e que só vão contribuir para um maior aquecimento da Beira Interior e do País , fazendo com que seja insustentável viver nesta zona.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121024	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Fernando José dos Santos Rodrigues Breda, atento ao conteúdo da publicação da discussão pública do projecto supra mencionado em epígrafe, vem em seguida apresentar por escrito a sua participação, o que faz ao abrigo dos termos legais aplicáveis, e que ora aqui efectua nos termos: do documento que junta como anexo. Pede deferimento, Fernando Breda titular do Cartão de Cidadão/bilhete de identidade com a identificação civil n.º 9264435 0 ZX6, com validade até 17/06/2030, titular do NIF 199275017, residente em Rua Soares da Costa, 450 - Torre, 2440-210 Reguengo do Fétal.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
121023	Discordância	Por não acrescentar nada de relevante e agravar as situações ambientais	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121022	Discordância	Não concordo com a proposta. Subscrevo inteiramente o parecer que a Plataforma Juntos pelo Divor, Paisagem e Património apresenta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121021	Discordância	Em anexo acrescento algumas considerações. Pedro Guerra e Andrade (advogado)	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121020	Discordância	Não concordo com a proposta	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121018	Discordância	Estudos de impacte ambiental são cruciais. Há alternativas para as renováveis, não precisamos de cortar matos inteiros.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
121017	Discordância	Não concordo	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
121016	Discordância	Discordo completamente o que estão a querer fazer a nossa zona	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
121015	Discordância	Comentário no ficheiro anexo.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121014	Discordância	A proposta em análise representa um retrocesso significativo para o bem-estar das populações locais, cujos interesses deveriam estar no centro das decisões públicas. Além de ignorar impactos sociais evidentes, evidencia uma tendência preocupante: o poder económico exerce, cada vez mais, uma influência desproporcionada sobre a esfera política, condicionando escolhas que deveriam ser tomadas com base no interesse coletivo.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121013	Discordância	O Glocal Faro, grupo de cidadãos comprometido com a natureza e com a defesa de um novo modelo energético, criado a 12 de dezembro de 2009 , vem apresentar o seu parecer à proposta para o Plano de Aceleração das Zonas para Energias Renováveis (PSZAER). Pelas razões abaixo expressas, o seu parecer a esta proposta é de discordância.. Lamentamos que a proposta frustre a determinação das zonas do território adequadas à implementação das energias renováveis, já que tal é urgente. É difícil entender que o resultado do trabalho institucional seja esta proposta, na medida em que ela faz tábua rasa de critérios e princípios fundamentais, quer a nível ambiental, quer social, quer económico. Principais criticas a esta proposta: - Sonegação de informação A informação relativa às peças cartográficas e aos dados georreferenciados nunca foi disponibilizada, impedindo uma análise técnica rigorosa e devidamente fundamentada da proposta de áreas. Esta falta de informação torna-se ainda mais grave porque se trata exactamente de as demarcar - Limitação do direito à participação pública A aprovação desta proposta para o Plano de Aceleração das Zonas para Energias Renováveis (PSZAER) poderá substituir ou limitar significativamente a participação pública e a apreciação caso a caso dos projetos individuais, no âmbito dos seus respetivos processos de licenciamento	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121012	Discordância	Eu (nome), residente em (concelho / distrito / freguesia), venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121011	Discordância	Exmos. Senhores responsáveis pelo programa (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha total discordância e oposição à atual proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em consulta pública. Embora reconheça a importância estratégica da transição energética e da descarbonização do país, considero inaceitável que o modelo proposto determine a isenção automática de Avaliação doImpacto Ambiental (AIA) para os projetos inseridos nestas zonas (ZAER). A exclusão desta ferramenta de análise ignora as especificidades e a sensibilidade ecológica de cada ecossistema. A aceleração dos processos de licenciamento não pode justificar a desproteção de ecossistemas ,o risco de fragmentação da biodiversidade e a destruição irreversível da paisagem natural, bem como todas as consequências dai resultantes. O território não é um espaço vazio e sem vida, com esta implementação descabida, estarão a destruir o pulmão do país e que resta do trabalho de gerações antepassadas, além de contribuir exponencial para a perca de turismo(uma das fontes primarias de manutenção da economia do país) e saúde da população.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
121010	Discordância	Solicito que a proposta seja revista para garantir que nenhum projeto de grande escala avance sem a devida e rigorosa avaliação técnica e ambiental. Depois de todas estas desgraças de incêndios e intempéries que temos vivido,acho inconcebível destruírem áreas verdes para se colocar painéis fotovoltaicos. Precisamos de mais áreas verdes para continuarmos a ter um ambiente limpo e com temperaturas sustentáveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
121009	Discordância	Não concordo com esta ação sem o mapa definitivo e estudos ambientais feitos sobre o impacto ambiental e local. É vergonhoso que algo seja feito sem consultas públicas a cidadãos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121008	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121007	Discordância	Discordo deste Programa (PSZAER) pela falta de participação democrática, pela falta de envolvimento das populações locais, pela falta de garantias de protecção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da mitigação e aceleração das alterações climáticas. Os limites têm de ser bem esclarecidos e delineados, assim como haver percepção de qual sería o custo ambiental destas vastas áreas alocadas a territórios que servem de habitat a tantas espécies selvagens que são cada vez mais pressionadas e que deviam ser cuidadas por serem património frágil e valioso. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão; – que os corredores ecológicos dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) voltem a ser incluídos como critérios de exclusão de áreas. – Que seja anulada a alteração dos 50m de buffer de proteção na orla de zonas húmidas para 500m	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação.
121006	Discordância	Não há energias verdes à custa da nossa biodiversidade, ecossistemas e paisagem natural!!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
121005	Discordância	Os espaços naturais não podem ser sacrificados em favor de implantação de projetos de energias renováveis. Paradoxalmente, estes projetos, como apresentados, implicam custos ambientais e sociais significativos. Será necessário um melhor estudo de como é zespaços alternativos.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121004	Discordância	O IPR - Instituto de Planeamento Regenerativo, Lda. apresenta o seu contributo para a Discussão Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, através da ficha de participação e do documento anexo que seguem em conjunto. Reconhecemos mérito técnico na proposta, nomeadamente na compilação cartográfica e na diferenciação entre tecnologias. Identificamos, contudo, uma fragilidade estrutural: a passagem entre a cartografia nacional de aptidão, a delimitação municipal das ZAER e o licenciamento de cada projecto não está suficientemente definida, e é nessa passagem que se decide, na prática, se um território é afectado de forma irreversível. O nosso contributo propõe, entre outros pontos, a bacia hidrográfica como unidade obrigatória de avaliação, a definição de capacidade de carga por bacia e por município, a protecção de cumeadas e cabeceiras como estrutura territorial, o uso sistemático de dados LiDAR para hidrologia e para a identificação de património ainda não inventariado, ZAER modulares e faseadas em vez de grandes manchas contínuas, e benefícios locais vinculativos, sujeitos a monitorização pública. O IPR não se opõe à expansão das energias renováveis. Defende que essa expansão exige melhor conhecimento do território, não menos. Solicitamos que as propostas detalhadas no documento anexo sejam consideradas na revisão do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
121003	Discordância	Nuno Carlos da Silva Santos A minha posição consta do documento que anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
121002	Discordância	Na Avaliação Ambiental Estratégica do projeto surge como objetivo para a proposta de PSZAER o estabelecimento de zonas onde projetos de produção de energia renovável possam vir a ser licenciados sem terem um processo de avaliação de impacto ambiental. Os procedimentos de Avaliação de Impacto Ambiental têm a função essencial de prevenir e proteger o território de intervenções danosas de uma perspetiva ambiental. São, por isso, dessa perspetiva, um instrumento essencial, razão para a criação e aplicação. Estou em desacordo com a ideia de que haja projetos que possam contornar a necessidade dessa avaliação, como é sugerido pelo PSZAER, ainda mais em projetos de grande impacto ambiental e paisagístico como os previstos neste programa. Se os procedimentos de Avaliação de Impacto Ambiental são demorados, será de investir na melhoria da sua eficácia. Mas a razão da sua existência é fundamental para a manutenção de um território ambientalmente sustentável. Julgo também que futuros procedimentos de avaliação de impacto, poderão beneficiar de algum do conhecimento trazido por este processo de consulta. Mas não concordo que se prescinda deste passo de avaliação dos projetos. Um território, tal como uma pessoa, está em permanente transformação. Por isso mesmo, a avaliação de impacto ambiental de um determinado projeto para uma determinada área deve ser feita caso a caso e no momento temporal correspondente em que é proposto, e nunca com "carta branca" passada a priori por um PSZAER ou outra iniciativa semelhante.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
121001	Discordância	Discordância na medida em que nao estao a ser assegurados todos os requisitos de segurança ambientais e de salvaguarda da Natureza e ecossistemas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120999	Discordância	É tudo pelo ambiente, mas não se preserva nada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120998	Discordância	..A proposta do PSZAER não pode transformar a transição energéctica num processo de substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais. A aceleração da implantação de energias renováveis deve privilegiar áreas já antropizadas, industriais, degradadas, artificializadas ou de reduzido valor ecológico, evitando ocupação de florestas, habitats naturais e áreas com elevado valor para a biodiversidade e para os serviços dos ecossistemas. A descarbonização não pode pode ser alcançada à custa da degradação do património natural, da fragmentação de habitats e da perda de biodiversidade, sob pena de comprometer simultaneamente os objectivos climáticos e os objectivos de conservação da natureza. Os ecossistemas naturais são um dos principais aliados no combate às alterações climáticas, através do sequestro de carbono, da regulação do ciclo da água, da protecção dos solos e da manutenção da resiliência dos territórios, pelo que a sua destruição em nome da produção de energia renovável constitui uma contradição com os próprios objectivos da transição ecológica. "	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Participação Pública sobre o PSZAER. Quaisquer medidas com vista a um futuro de soberiania energética têm de ter em conta os territórios, as suas gentes, o património construído e agro-florestal e a economia local. Apenas assim se constrói uma sustentalidade duradoura, realmente impactante, de acordo com os objetivos que o PSZAER visa atingir. Invariavelmente todas as entidades fazem menção a alterações a que este plano tem de atender. É imperativo fazê-las! Mas não é suficiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120997	Discordância	O planeamento, para ser bem sucedido, deve ser feito no terreno e junto das populações, para se perceberem as características e especificidades de cada lugar, antes de se demarcarem zonas. Não é através do computador, de mapas ou de fotografias aéreas que faz o ordenamento do território. A construção de uma política de cima para baixo em vez de baixo para cima apresenta à partida condições para falhar. No mínimo tem de haver interligação com as entidades locais e os instrumentos de gestão, nomeadamente os municípios e os seus PDMs e outros planos já existentes. O nosso país tem uma potencialidade enorme para o aproveitamento das energias naturais, mas é importante fazê-lo com consciência, ponderadamente e procedendo a um estudo aprofundado sobre case studies e soluções de outros países para não repetirmos erros e implementações que já demonstraram não	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120996	Discordância	Perdas incontáveis para os atuais residentes e no legado que se pode deixar à próxima geração. impactos negativos para a natureza, sobretudo se os projetos forem mal localizados ou mal executados.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120995	Discordância	Os principais são: • Perda e fragmentação de habitats: a construção de parques solares ou eólicos pode ocupar áreas naturais, reduzindo o espaço disponível para a fauna e a flora e dificultando a circulação das espécies. • Impacto nas aves e morcegos: as turbinas eólicas podem causar colisões e alterar rotas migratórias. Algumas espécies são particularmente sensíveis a este tipo de infraestruturas. • Alteração da paisagem: grandes centrais solares ou parques eólicos modificam significativamente a paisagem, o que pode afetar tanto os ecossistemas como o valor cultural e turístico de determinadas zonas. • Compactação e degradação do solo: durante a construção são utilizadas máquinas pesadas, podendo ocorrer erosão, compactação do solo e alterações na drenagem natural da água. • Impactos na biodiversidade: se os projetos forem instalados perto de áreas sensíveis, podem afetar espécies protegidas, zonas de nidificação ou habitats prioritários. • Efeitos cumulativos: vários parques próximos uns dos outros podem ter um impacto ambiental muito maior do que um único projeto isolado. E com isto mais nada a acrescentar…	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120994	Discordância	É importante investirmos em energias renováveis. Mas este plano está mal feito e não considera impactos ambientais e Sociais.. As futuras centrais solares e eólicas que aqui nos apresentam são de um desrespeito pelo Património Natural que Ainda resiste neste país. Este regime acelerado que tanto promovem é para beneficio de quem? Vivemos num mundo onde já estamos a sofrer as consequências das alterações climáticas. O Presente precisa de preservar o futuro que ainda nos resta (se nos resta algum), e temos que ser honestos sobre aquilo a que chamamos de energias renováveis, que, por serem renovavéis não quer dizer que não tenham um forte impacto ambiental Discordo em completo desta forma de vender a nova "energia verde". Venham para o centro de Portugal e pensem primeiro em gerir esta floresta que já é mais monocultura de eucaliptal e acácia, em vez de a tornarem numa monocultura de paineis solares e eolicas. Estejam atentos ao carvalhar e sobreiral que ainda, forte, nos sustenta o ambiente. Invistam em energias que realmente sejam verdes, invistam num novo sistema de vida. Acabem de uma vez por toda com este extrativisto.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120993	Discordância	O PSZAER apresenta problemas graves que não podem ser ignorados: - Extensão desmedida: A área proposta para ZAER é excessiva em relação às necessidades energéticas do país, ameaçando territórios de valor ambiental, agrícola e cultural no interior. - Risco de degradação: A isenção de AIA para projetos nestas zonas abre porta à artificialização do solo e à perda de paisagens únicas, sem garantias de mitigação de impactos. - Exclusão das populações: As comunidades locais, que dependem diretamente destes territórios, não foram consultadas de forma adequada. O interior não pode ser visto como um recurso infinito para projetos sem consideração pelos seus habitantes. Propostas: 1. Ajuste da área ZAER: O programa deve ser reavaliado para que a designação de ZAER seja proporcional e justificada, sem sobrecarregar o interior. 2. Obrigatoriedade da AIA: Todos os projetos, independentemente da sua localização, devem estar sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental para garantir a proteção do território. 3. Participação pública real: É fundamental que haja sessões de discussão com as comunidades afetadas, onde as suas preocupações sejam ouvidas e integradas nas decisões. 4. Prioridade a zonas já urbanizadas: As infraestruturas de energias renováveis devem ser prioritariamente instaladas em áreas já artificializadas, como: - Margens de estradas; - Zonas industriais e logísticas; - Estacionamentos;	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120992	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar a minha oposição ao PSZAER pelos seguintes motivos: Falta de clareza: Os mapas do projeto não são claros nem detalhados o suficiente para sabermos exatamente quais as áreas que serão afetadas. Impacto ambiental e paisagístico: A instalação destas zonas de aceleração prejudica a natureza, descaracteriza as paisagens do país e afeta as populações locais. Alternativas melhores: O Estado devia dar prioridade à instalação de painéis solares em telhados de fábricas, edifícios e zonas já urbanizadas, em vez de ocupar campos e florestas. Justiça territorial: As grandes cidades consomem a maior parte da energia, mas são as populações do interior que vão sofrer com os impactos visuais e ambientais destas mega-instalações. Pelo exposto, peço que este plano seja revisto.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120991	Discordância	Manifesto a minha discordância com a proposta atual do PSZAER. Os critérios definidos para a identificação das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis são demasiado vagos, o que abre espaço para que projetos como Sophia e Beira — já alvo de forte contestação cívica e de avaliações negativas da APA — se tornem, no futuro, ainda mais difíceis de contestar por via de procedimentos simplificados. Defendo uma transição energética justa e sustentável, mas esta não pode ser feita à custa da falta de transparência, de prazos de consulta pública demasiado curtos, ou da desvalorização da paisagem, da biodiversidade e do direito das populações locais a participar nas decisões que afetam o seu território. Portugal não deve tornar-se a central elétrica da Europa à custa do seu interior. Peço que os critérios do PSZAER sejam revistos de forma clara e vinculativa, com garantias reais de participação pública informada e prazos adequados, e não reduzidos a formalidades.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120990	Discordância	A transição energética pode ser feita de outra maneira, de modo a beneficiar todos os portugueses. Além disso deveria apostar-se no esclarecimento das populações que serão afectadas por esas zonas sobre os benefícios e prejuizos. E assim poderíamos todos contribuir para o melhor do nosso país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120989	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos; – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120988	Discordância	Proteger sempre o ambiente, o nosso território. Não estamos à venda!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120987	Discordância	Enquanto investigadora na área da Economia da Energia e da Sustentabilidade, e defensora convicta da necessidade e da urgência da transição energética, não posso deixar de expressar o meu profundo desacordo com o Plano de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, nomeadamente no que respeita às áreas dedicadas à energia solar no concelho da Sertã. Embora seja imperativa a promoção das energias renováveis para fazer face às alterações climáticas, é essencial compreender as necessidades e características do território, bem como as especificidades das diferentes tecnologias. Um dos maiores problemas enfrentados pela atual tecnologia de energia solar é precisamente o uso massivo de terrenos para a sua implantação. Antes de ocupar solos naturais ou florestais, deveria ser dada prioridade ao aproveitamento de coberturas industriais, comerciais, edifícios públicos, parques de estacionamento, residências e outras áreas já artificializadas. Tal torna-se particularmente grave quando falamos de percentagens elevadíssimas do território, que, no concelho da Sertã, ultrapassam os 36% da área total na presente proposta. Uma ocupação desta dimensão exige uma avaliação integrada dos impactos cumulativos sobre a paisagem, a biodiversidade, a economia local e a qualidade de vida das populações, não podendo cada projeto ser analisado de forma isolada. Falamos, assim, do risco de pôr em causa não só o bem-estar, mas também a sobrevivência socioeconómica de uma região há muito entregue aos seus próprios destinos e que tem apostado no turismo e nas suas vantagens comparativas ligadas à floresta — não fosse esta a Zona do Pinhal! Uma zona rica em paisagens florestais, praias fluviais, percursos pedestres e uma autenticidade rural, cuja atratividade passa por todas estas e pelas oportunidades socioeconómicas do território, como a silvicultura, a resina, a madeira, a biomassa, que são dos mais importantes motores de desenvolvimento da região e sem as quais podemos ver retomado um êxodo rural, que agravará o problema demográfico do interior. Acresce ainda que, no interior, existem populações que estão, à partida, mais expostas às alterações climáticas e a eventos extremos, como foi possível sentir este ano com a Depressão Kristin e como enfrentamos todos os anos com os incêndios rurais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120986	Discordância	Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a sua implementação deve garantir uma proteção muito mais rigorosa do património natural, da biodiversidade, da paisagem, dos solos agrícolas e das comunidades locais. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da degradação ambiental ou sem uma verdadeira participação das populações afetadas. Defendo um planeamento mais equilibrado, transparente e sustentável, privilegiando a instalação em áreas já artificializadas e minimizando os impactos sobre os ecossistemas e o território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120985	Discordância	Aspeto do projeto: Designação excessiva de hectares no interior do país como Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) e isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Opinião/Preocupação: Discordo veementemente da proposta do PSZAER por: 1. Sobredimensionamento: A área designada como ZAER é desproporcional face às necessidades nacionais de energias renováveis, colocando em risco territórios de alto valor ambiental, agrícola e paisagístico. 2. Perda de proteção: A isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) para projetos dentro destas zonas retira a garantia de proteção que este instrumento legal proporciona, podendo levar à artificialização descontrolada do solo e à destruição de paisagens naturais. 3. Falta de envolvimento comunitário: As comunidades locais, que conhecem melhor o território e os seus impactos, não foram devidamente ouvidas. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como "território de sacrifício", onde decisões são tomadas sem a sua participação ativa. Sugestões/Propostas de melhoria: 1. Revisão do programa: Peço que o PSZAER seja revisto para reduzir a área designada como ZAER, alinhando-a com as reais necessidades nacionais e com a capacidade de absorção do território. 2. Manutenção da AIA: Nenhum projeto deve ficar isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. A AIA é um instrumento essencial para garantir a sustentabilidade e a proteção dos ecossistemas. 3. Envolvimento das comunidades: Exijo que sejam realizadas ações de discussão e envolvimento com as comunidades afetadas, garantindo que as suas preocupações e sugestões sejam integradas nas decisões. 4. Foco em zonas já artificializadas: Propõe-se que a instalação de infraestruturas de energias renováveis seja prioritariamente direcionada para zonas já artificializadas, como:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120984	Discordância	Após consulta da documentação disponível, e tendo verificado in loco áreas de implementação de centrais fotovoltaicas, não consigo entender como é possível afirmar que existe salvaguarda da biodiversidade. Nas extensas áreas de implementação dos painéis solares, não é possível coexistência dos equipamentos e da biodiversidade pré-existente. Não posso concordar com o alargamento destes desertos solares. Espero que haja incentivos para modos de vida sustentáveis , começando por melhores transportes públicos e mais educação ambiental. A descarbonizaçâo começa em casa um de nós.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120983	Geral	Utilizar todos os parques de estacionamento de grandes armazéns espalhados por todo o país para colocar os painéis solares, a energia eólica não é suficiente , é caro e pesado mas se insistirem usem o comprimento das autoestradas para as colocar e aproveitem para acrescentar luz a esses aerogeradores para iluminar as estradas. Em todas das cidades e vilas usar o topo dos prédios para o mesmo efeito com os painéis fotovoltaicos. Não precisam de terrenos vazios para o fazer.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120982	Discordância	Não concordo com este programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120981	Discordância	Sou completamente contra todos estes projectos de energias renováveis que destroem a nossa natureza,, as nossas comunidades rurais e agrícolas enfim… a nossa “alma”. Há exemplos verdadeiramente sustentáveis por esse mundo fora, sem estragar, vejam e apliquem. Claro que sabem quais são… No entanto escolhem os projectos “com menos custos possíveis de implementação, ou seja destruir a natureza em vez de trabalhar com ela!! O que realmente tem valor, repito, é a natureza da qual nós todos fazemos verdadeiramente parte. Nós somos natureza, não nos matem com “mentiras” disfarçadas de soluções milagrosas de sustentabilidade que só beneficiam e enriquecem alguns. Sustentabilidade energética sim mas, estes projectos não obedecem, nem um pouco, ao verdadeiro significado da palavra “sustentabilidade”.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120980	Discordância	Exmos. Srs. Gostaria que o programa a ser implementado fosse mais transparente, mais igualitário e com mais consulta às populações onde estas medidas vão ser executadas. com grande impacto na vida de todos, na biodiversidade, no ambiente e no nosso país. O avanço tecnológico, o progresso e a sustentabilidade não podem ser feitas a qualquer custo, as pessoas, os bens, o ambiente e o país não estão em "saldos", qualquer coisa serve a qualquer preço. É necessário relatórios transparentes e concisos de agências independentes sobre o impacto que todas estas medidas vão ter a curto, a médio e a longo prazo. Impedir os lobbys das grandes empresas energéticas, que lucram sob a égide do "verde", do "ecológico", da "sustentabilidade", no fundo do greenwashing! É pertinente considerar que em ultima instância a sustentabilidade que é necessária para a sobrevivência da nossa espécie, do nosso povo e do nosso país assenta numa visão economicista, de curto prazo e com a promessa de meia dúzia de postos de trabalho. Façam mais, melhor e em consciência. Atenciosamente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120979	Discordância	De uma modo geral este projeto visa contornar problemas estruturais que devem ser tratados e não “tapados”. O ambiente, a natureza devem receber maior investimento e importância, é aí que deve estar o foco.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120978	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120977	Discordância	A presente participação pública reconhece a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. Contudo, considera que a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), tal como apresentada, levanta questões relevantes de natureza ambiental, territorial, económica e jurídica que deveriam ser devidamente avaliadas antes da sua aprovação. Uma das principais preocupações prende-se com a dimensão das áreas cartografadas para instalação de projetos de energia renovável. O mapa proposto disponibiliza uma superfície muito superior à necessária para cumprir as metas nacionais definidas para 2030, o que poderá provocar uma ocupação excessiva de solo agrícola, florestal e rural, favorecer fenómenos de especulação fundiária e aumentar a fragmentação do território. Defende-se, por isso, que a delimitação das ZAER seja reduzida ao estritamente necessário e acompanhada por limites máximos de ocupação por região e município. A participação chama igualmente a atenção para a forte dependência tecnológica associada aos equipamentos utilizados na produção de energia renovável. A maioria dos painéis fotovoltaicos, aerogeradores e respetivas matérias-primas é produzida fora da Europa, constituindo uma dependência estratégica que não é analisada na Avaliação Ambiental Estratégica. Considera-se essencial que esta dimensão seja integrada na avaliação do Programa, incluindo indicadores sobre a origem dos equipamentos e a resiliência das cadeias de abastecimento. Outro aspeto insuficientemente tratado é o ciclo de vida completo das infraestruturas. A proposta não apresenta garantias claras relativamente ao desmantelamento das instalações, ao financiamento dessa operação, ao tratamento e reciclagem dos resíduos gerados nem à recuperação dos solos após o fim da vida útil dos equipamentos. Defende-se que estas obrigações sejam previstas desde o início, através de garantias financeiras obrigatórias e de orientações vinculativas para a fase de desativação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120976	Discordância	Submete-se Parecer Técnico Desfavorável à Proposta de Delimitação das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (ZAER) para o concelho da Sertã, com a respetiva fundamentação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120975	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão interessado, manifesto a minha discordância relativamente a aspetos estruturais da abordagem proposta pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a urgência da transição energética, considero que a simplificação e aceleração de procedimentos não devem comprometer o ordenamento do território, a biodiversidade e a preservação dos nossos recursos florestais. Apresento, deste modo, as minhas principais objeções e propostas alternativas: 1. Priorização de Áreas Antropizadas vs. Ocupação de Solo Natural A instalação massiva de centrais fotovoltaicas em solo natural e agrícola deve ser a última linha de atuação, e não a principal. Apela-se a que o PSZAER priorize, de forma vinculativa, a instalação de painéis fotovoltaicos em superfícies já construídas e áreas antropizadas. Alternativas de menor impacto: Integração obrigatória em coberturas e telhados de edifícios industriais, comerciais e residenciais; coberturas de parques de estacionamento (parques solares de sombreamento); e aproveitamento de canais de infraestruturas existentes, como as faixas divisórias e taludes de autoestradas e vias rápidas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120974	Discordância	2. Salvaguarda Absoluta das Áreas Florestais e Rejeição da Deflorestação 👎	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120973	Discordância	Não concordo com a colocação de painéis solares na minha zona, distrito de Leiria, plantem árvores que é muito mais saudável para as pessoas e meio ambiente. Não sou a favor da colocação de painéis em qualquer parte do país, é triste ver desaparecer a vida animal e as árvores que são fundamentais para combater a poluição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120972	Sugestão	Propõe-se que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis considere os canais artificiais de rega, adução e transporte de água como uma categoria específica de infraestrutura potencialmente elegível para a instalação de painéis solares fotovoltaicos sobrelevados. A atual metodologia poderá excluir estas infraestruturas por tratar de forma semelhante cursos de água naturais e canais integralmente artificiais, sem considerar a sua natureza linear e o facto de a instalação dos painéis não exigir a ocupação de novos solos agrícolas, florestais ou naturais. A evidência científica disponível demonstra que a cobertura fotovoltaica de canais pode permitir, em simultâneo, produzir energia renovável, reduzir a evaporação da água, limitar o crescimento de algas e vegetação aquática, diminuir custos de manutenção e fornecer eletricidade para sistemas de bombagem e distribuição. Diversos estudos internacionais estimam reduções relevantes da evaporação, em alguns casos entre 25% e 70%, embora os resultados dependam das condições climáticas, hidráulicas e técnicas de cada canal. Propõe-se, assim, a criação de uma categoria própria para canais artificiais tecnicamente elegíveis, acompanhada de critérios ambientais, hidráulicos, estruturais e de manutenção, bem como da realização de um inventário nacional e de projetos-piloto em Portugal. A proposta mais elaborada, incluindo a fundamentação científica, os dados quantitativos, as estimativas de poupança de água e produção de energia e os critérios de elegibilidade sugeridos, segue em anexo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120971	Discordância	Participação constante de ofício anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120968	Discordância	A transição energética é uma prioridade que subscrevemos, mas o caminho proposto não é o adequado. Desde logo, o PSZAER opta exclusivamente por facilitar megaparques solares e eólicos de grande escala, ignorando as recomendações da Comissão Europeia. A desproporção do modelo é evidente: para cumprir as metas do PNEC 2030 bastaria ocupar 1 a 2% do território nacional, mas o PSZAER propõe cerca de 7% do solo continental - mais do que a totalidade da área urbana e artificializada do país (5%) -, sem contar com a capacidade já instalada nem com os projetos que continuarão a ser licenciados fora das ZAER, e apesar de as energias renováveis já cobrirem mais de 75% das necessidades energéticas nacionais. Esta área concentra-se de forma desigual no Norte e Centro interiore, onde, nalguns municípios, a ocupação ultrapassa os 30% e chega a superar os 35% do território, substituindo uma matriz diversa de usos agrícolas e florestais por uma ocupação monofuncional destruidora da paisagem. Acresce que 80% do solo mapeado para ZAER solares tem hoje ocupação florestal e 11% ocupação agrícola, exige uma ponderação que o plano não faz.. A escala do mapeamento, sem controlo prévionem avaliação de impacte ambiental, não foi acompanhada da disponibilização de mapas detalhados em consulta pública nem discutida previamente com os municípios, inviabilizando um parecer verdadeiramente informado por parte das populações. A região da Beira Baixa está entre as mais visadas por este mapeamento, num território cuja economia e identidade assentam na agricultura, na floresta, na biodiversidade e na paisagem e que já enfrenta	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120967	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, discordo da forma como o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis pode ser implementado, caso a prioridade seja apenas acelerar a instalação de infraestruturas sem garantir uma proteção efetiva do património natural, da paisagem e das comunidades locais. A criação de zonas de aceleração não deve significar uma simplificação dos processos de avaliação ambiental nem uma diminuição da participação pública. A produção de energia renovável deve coexistir com a preservação da biodiversidade, dos ecossistemas, das áreas agrícolas, das florestas, dos recursos hídricos e do património cultural. A instalação de grandes centrais solares ou parques eólicos pode provocar fragmentação de habitats, perda de solos férteis, alteração significativa da paisagem, impactes na fauna, especialmente em aves e morcegos, e consequências sociais e económicas para as populações que vivem e trabalham nesses territórios. Considero que a verdadeira sustentabilidade exige um planeamento equilibrado, transparente e participado. Devem ser privilegiadas soluções como a produção descentralizada de energia, o autoconsumo, a instalação em edifícios, parques industriais, coberturas e áreas já artificializadas, reduzindo a pressão sobre espaços naturais e agrícolas. É igualmente essencial garantir que as comunidades locais sejam efetivamente ouvidas e que os seus contributos tenham influência nas decisões finais. A aceleração da transição energética não pode justificar a perda de valores ambientais e paisagísticos que também são fundamentais para o futuro do país. Assim, solicito que este Programa seja revisto, reforçando os critérios de proteção ambiental, a avaliação cumulativa dos impactes, a transparência dos processos e a participação pública, assegurando que a descarbonização é compatível com a conservação da natureza e com o bem-estar das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120965	Discordância	Discordância total, pois enquanto houver estacionamentos e telhados por cobrir temos de preservar a flora e a fauna, projetos destes fazem elevar a temperatura em locais desnecessários contribuindo para o aquecimento global. Temos de preservar os nossos recursos florestais e agrícolas, para não depender da importação de outros países, principalmente fora da UE.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120964	Discordância	Discordo por completo com o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis . Precisamos de florestas cuidadas e verdes. Não cheias de painéis solares. Querem investir em energia renováveis metam os painéis por cima dos parques estacionamentos, grandes edifícios, no estores de janelas o que for mas não nos nossos terrenos e espaços naturais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120963	Discordância	bomdia a muito prazo na natureza e os incêndios fizeram só estragos de vida mais o ciclo na Kristen. Ainda não pudemos reparar a casa. A muito trabalho a fazer. de mais eu e a minha família temos terrenos que na são feitos por isso, devem estar lugares naturais já chega bem as construções em todoso país e a destruição de árvores muitas antigas, devia ser proibido. em Espanha utilizarem muito espaço para a energia solar e agora as paisagem são horribles. podem proposa aos proprietários residentes o não, e ajudá-los em por paneis em casa deles. obrigada por sua compreensão.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120962	Discordância	O PSZAER propõe a classificação de uma área significativa do território nacional como Zona de Aceleração para a Implantação de Energias Renováveis, incluindo vastas áreas do interior do país, com elevado valor natural, agrícola e paisagístico. Peço que o programa seja revisto, e que nenhum projeto fique dispensado da Avaliação de Impacte Ambiental, nem da participação e auscultação das comunidades locais. Afinal, serão essas comunidades os mais afetados com esta intervenção. A instalação de grandes centrais de produção de energia tem impactos profundos na paisagem, biodiversidade e na qualidade de vida das comunidades. Defendo que a prioridade deste projeto deve ser a instalação destas infraestruturas em áreas já artificializadas - zonas industriais, parques de estacionamento, coberturas de edifícios ou corredores de infraestruturas viárias, em vez da ocupação da natureza, dos solos férteis agrícolas e da paisagem de elevado valor. O nosso país,em específico a zona do interior, não pode continuar a ser alvo de projetos de grande impacto ambiental sem qualquer respeito pelo território, natureza, biodiversidade, pelas pessoas e qualidade de vida daqueles que habitam estes lugares. Antes de se destruir a natureza, os solos agrícolas e paisagens, o país deve esgotar o potencial das áreas já artificializadas. É tempo de garantir uma transição energética com responsabilidade, bom senso, equilíbrio e respeito pelo lugar. Proteger o clima não pode significar destruir o território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120961	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à orientação seguida pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, não por ser contrário ao desenvolvimento das energias renováveis, mas por considerar que a transição energética deve assentar prioritariamente num modelo descentralizado, próximo dos locais de consumo e acessível aos cidadãos. Antes de serem delimitadas extensas áreas rurais para a instalação acelerada de centrais solares ou parques eólicos, deveria ser estabelecida uma verdadeira hierarquia de utilização do território. A prioridade deve ser dada às coberturas de habitações, edifícios públicos, fábricas, armazéns, superfícies comerciais, parques de estacionamento, zonas industriais e outros espaços já construídos, impermeabilizados ou ambientalmente degradados. A produção descentralizada permite aproximar a geração do consumo, reduzir parte das perdas associadas ao transporte de eletricidade, aumentar a autonomia energética das famílias e empresas e distribuir de forma mais justa os benefícios económicos da transição energética. Deve, por isso, ser promovido o autoconsumo individual e coletivo, assim como as comunidades locais de energia, garantindo apoios financeiros e procedimentos simples, inclusivamente para famílias com menores rendimentos. O território rural não deve ser encarado como um espaço vazio disponível para a produção industrial de energia. Os solos agrícolas, as florestas, os ecossistemas, a biodiversidade, a paisagem e a qualidade de vida das populações constituem recursos que também devem ser protegidos. A aceleração do licenciamento não pode traduzir-se numa redução da avaliação ambiental, da participação das populações ou da capacidade de decisão dos municípios. Defendo, assim, que os grandes projetos de produção renovável em solo livre apenas sejam autorizados	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120960	Discordância	Isto não é a solução para a salvação da nossa planeta!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120957	Discordância	Portugal está neste momento numa das frentes das energias renováveis, é tempo de parar e não continuar a destruir a paisagem, a natureza e aquilo que nos torna tão únicos. Desenvolvimento também é saber quando parar.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120956	Reclamação	Eu rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. É absolutamente aterrador atravessar o país e ver a paisagem completamente danificada ou mesmo inexistente em muitos lugares. Portugal é cada vez mais um país de terceiro mundo, onde a desertificação populacional em muitas territórios dá lugar à exploração desmedida dos recursos naturais. Se a centralização do pais, a falta de infra-estruturas e investimento publico no interior, o desemprego, o abandono da agricultura, a monocultura de eucaliptos e os incendios têm contribuido para a desertificação cada vez maior do territ´ório, teme-se que projetos solares e eólicos contribuem para o ponto de não retorno. Se o país já é agreste para os próprios naturais, se continuamos a estragar a paisagem, nem o turismo nos pode vir a valer. Não queremos as nossas terras exploradas pelos outros, sem justiça, sem democracia, sem sustentabilidade, sem melhorias para o futuro. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120955	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: - Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; - Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; - Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; - Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; - Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da sociedade que diz ser um dos seus objetivos. Por estas e outras razões o PSZAER deve ser revisto e reformulado, assegurando: - A integração de explorações energéticas locais, próximas aos centros de consumo e construídas sobretudo em zonas artificializadas, onde os impactos negativos serão menores; - Disponibilização de toda a informação necessária para a participação informada dos cidadãos, desde dados	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120954	Discordância	Discordo do programa pois penso que não será benéfico para o país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120952	Discordância	Apesar de a favor de um plano estratégico para as energias renováveis no pais, este plano e demasiado genérico e visa a implementação em zonas ambientalmente sensíveis. Um plano de implementação das energias renovais em Portugal, tem que envolver um trabalho de base com os diferentes intervenientes (Sociedade civil, autoridades locais, privado e academia). este plano parece nao ter em conta as posicoes nem das autoridades locais nem da sociedade civil. E tenho duvidas da sua consulta ao nível da academia. Assim parece-me bastante complicado haver um parecer favorável a este plano. As autoridades nacionais tem que pensar em termos de futuro e as consequenciais que tal plano tem para as futuras geracoes. Uma revolução energética verde nao pode por em causa a nossa biodiversidade e contribuir para o aquecimento global e desertificação do nosso pais. Portugal, esta em risco de desertificação e o descobrir o solo de vegetação só leva ao seu agravamento. Temos que pensar em solucoes mais criativas que nao passem por campos inteiros de painéis. Existem telhados de fabricas, edifícios, etc que podem servir para esta implementação e evitar cobrir o solo com painéis. O governo tem que desenvolver um debate mais alargado se quer ter solucoes mais sustentáveis e que tenham benefícios reais para os nossos cidadoes e nao so uma camada empresarial. O envolvimento de diferentes intervenientes com diferentes visoes permitira a desenvolver uma estratégia mais consistente e com maiores resultados no futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120951	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120950	Proposta concorrente	Exmos. Senhores,Na qualidade de cidadão e contribuinte, apresento por este meio uma exposição fundamentada e técnica relativamente aos planos atuais para a disponibilização de áreas de solo livre destinadas à instalação de parques solares. A necessidade de implementar a transição energética é inquestionável. Contudo, a estratégia de sacrificar paisagens naturais e culturais intactas para esse fim revela-se contraproducente, além de ostentar um rumo ecológico e economicamente deficiente. Contra a instalação de centrais solares de solo e a favor de uma priorização consequente de superfícies já impermeabilizadas, subsistem argumentos de elevadíssima ponderação.A instalação de parques solares em solo livre contraria o princípio basilar da proteção ambiental. Através da ocupação e do vedamento em grande escala de espaços naturais, ocorrem impactos negativos severos na flora e fauna locais. A projeção de sombra numa área extensa altera de forma permanente o microclima e o equilíbrio de humidade do solo. Adicionalmente, as vedações bloqueiam os corredores ecológicos estabelecidos para a fauna selvagem, o que isola as populações de animais. Em vez de proteger os habitats, os parques solares em áreas verdes levam a uma transformação industrial das paisagens naturais e desalojam espécies protegidas, resultando numa perda efetiva de biodiversidade.Por parte da administração pública, argumenta-se frequentemente que as instalações de solo são mais económicas devido a economias de escala, sendo consideradas indispensáveis para o cumprimento das metas climáticas. Esta perspetiva peca por ser redutora. A destruição dos serviços ecossistémicos, como a retenção natural de cheias por solos intactos ou a retenção de dióxido de carbono pela vegetação, é totalmente ignorada nestes cálculos. A renaturalização ou a compensação destes danos causará custos municipais elevados a longo prazo. Além disso, a ocupação de solos agrícolas ou de áreas de lazer agrava a escassez de espaço e destrói a paisagem visual, uma situação que enfraquece o turismo regional e a economia local.Uma transição energética sustentável e próxima dos cidadãos deve ocorrer onde a eletricidade é consumida e onde as superfícies já se encontram impermeabilizadas. O potencial subaproveitado em infraestruturas existentes é imenso. As zonas industriais e os edifícios públicos oferecem grandes superfícies de coberturas planas que são frequentemente adequadas a nível estrutural e estático, podendo ser utilizadas de imediato sem qualquer dano ecológico adicional. A cobertura de grandes parques de estacionamento, designadamente em supermercados ou estações ferroviárias de interface, oferece uma dupla utilidade, permitindo a produção de energia verde sem consumo de novas áreas de solo, ao mesmo tempo que garante proteção solar e climatérica para os veículos. As barreiras acústicas, as lixeiras desativadas e as zonas industriais abandonadas e já impermeabilizadas oferecem também espaço suficiente para atingir os objetivos de expansão sem destruir a natureza.Em suma, a proteção ambiental moderna não pode colocar o clima em oposição direta à biodiversidade. A construção de parques solares em solo livre resolve um problema, mas agrava gravemente outro, que é a extinção de espécies e a destruição da	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120949	Discordância	É tempo de terminar o abuso e violação das terras portuguesas. Plantem as energias 'verdes' nas cidades e deixem a terra sossegada. Os locais estão saturados dos vossos empreendimentos e de verem as terras a arder ano após ano com as vossas extrações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120948	Discordância	Por todo o nosso território português, as áreas verdes, de florestas de laurissilva, etc estão a ser dizimadas e destruídas, em favor de interesses governamentais, que só beneficiam os investimentos particulares e não o país, tal como este.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120947	Discordância	Este projecto poderá ser prejudicial para as populações locais / rurais, afectando-as negativamente de forma social, económica e ecológica, o que, por conseguinte, será prejudicial ao País.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120944	Discordância	Não concordo com a completa transformação de zonas verdes em areas energia renovavel. Acredito na preservação a natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120943	Discordância	Não concordo com a perda de território florestal a favor da implementação de campos de painéis solares. Julgo que existem excelentes áreas nas zonas urbanas para o fazer, como por exemplo, coberturas de parques de estacionamento, telhados de prédios, etc. o ambiente precisa das florestas, sobretudo florestas autóctones.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120942	Discordância	Não concordo em estragar as florestas para colocar painéis solares que em nada nos beneficiam. Não Não e Não	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120938	Discordância	A simplificação da implantação de projetos de energias renováveis em sistemas ecológicos/naturais é perverso, absurdo e pouco democrático. As energias renováveis devem ser, em primeiro lugar, serem implementadas em zonas de antigas minas, cujo solo está estéril devido á contaminação, linhas de comboio, cobertura de edifícios públicos, etc. Soluções que não impliquem a destruição de árvores e ocupação do solo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120937	Discordância	Ex.mo Senhor Presidente da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 Começo por declarar que subscrevo totalmente o parecer escrito pela Plataforma Juntos Pelo Divor, Paisagem e Património, e do qual junto cópia no ficheiro em anexo. Pensar o território e decidir onde poderão ser introduzidos parques de energias renováveis tem de ser um pensar com todos, inclusivo. Há que ativar discussões e entendimentos locais, muito trabalho de co-criação a ser realizado e que precisa de tempo. Tempo de atenção ao território e a todos os seres que o habitam. Fico com a sensação que o processo de produção deste documento sofreu de uma aceleração desmesurada resultando num documento tecnocrático com pouca atenção aos lugares que se reduzem a manchas em mapas pouco precisos. Embora o PSZAER cumpra os mecanismos formais de consulta pública previstos na legislação, essa participação surge numa fase avançada, do processo, quando as opções fundamentais já se encontram definidas, suspeito eu... Há que partir de metas de consumo futuro de energia elétrica. Poderemos considerar que estarão definidas no PNEC mas o documento agora em discussão vai muito além dessas metas. Porquê? Não é claro. Porque não define limites para a extensão de parques solares? Pelo contrário, porque se estimula o desenvolvimento de parques solares de muito grande dimensão? O espaço tem valor intrínseco, não é um recurso à espera de megacentrais fotovoltaicas. Não estamos a viver um momento de transição energética mas sim de incentivo às grandes utilizações de energia. Uma nova industrialização que consome muita, muita energia élétrica... A segunda lei da termodinâmica é inexorável, há sempre um custo na utilização da energia que é a produção de calor.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120936	Discordância	Não considero ser um plano viável para implantação de energias verdes e renováveis, comprometer o que tantos anos leva a renovar-se precisamente. As nossas zonas verdes e o nosso território já é tão agredido e desrespeitado pela mão humana que não faz sentido desmatar e implementar planos de aceleração. Esses mesmos planos devem assentar em otimizar os espaços existentes precisamente. Em áreas unicamente cosmopolitas, com pouco território verde, como está a ser implementada esta transição? Aproveitem mais telhados de parques de estacionamento e deixem o território tão rico em fauna e flora em paz!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120934	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120933	Discordância	Exmos. Senhores, Escrevo este contributo com enorme preocupação e, confesso, também com um sentimento de tristeza. Só hoje, no último dia da consulta pública, tive conhecimento da existência do PSZAER. Fiquei profundamente chocada ao descobrir que um programa com potencial para alterar profundamente o território onde vivo esteve em consulta pública sem que eu tivesse ouvido uma única palavra sobre ele. Pergunto-me quantas outras pessoas, especialmente nas aldeias do interior, também não souberam que esta consulta estava a decorrer. Há alguns anos tomei a decisão de deixar os Países Baixos e mudar-me para o interior de Portugal. Não o fiz por razões económicas. Vim porque já não conseguia viver no ambiente onde passei grande parte da minha vida. Sentia-me constantemente rodeada pelo ritmo acelerado, pela tecnologia, pelo ruído e pela pressão permanente da sociedade moderna. A minha saúde mental estava a deteriorar-se e precisava de encontrar um lugar onde pudesse voltar a viver com serenidade. Foi precisamente isso que encontrei em Portugal. Encontrei silêncio	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120929	Discordância	Sou contra a expansão massiva dos campos de painéis solares porque, de qualquer forma, é uma ilusão pensar que esta é uma pegada de carbono viável se realmente analisarmos a produção e a vida útil. Além disso, ocorre a destruição total de terras agrícolas férteis e da própria agricultura; o solo sob os painéis perde a sua vegetação. Além disso, trata-se da destruição total de toda a flora e fauna. Além disso, é uma visão terrivelmente lamentável, que leva à depreciação do valor do imóvel. Em suma, não é rentável, não é bom para o nosso ambiente, não é bom para o solo, a flora e a fauna locais: NÃO FAÇAM ISSO, estamos a ASSASSINAR o nosso belo Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120928	Discordância	Discordância	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120927	Discordância	O nosso país merece melhor e não está á venda. Este programa deve ser parado e estudado.	Obrigada pela sua participação.
120926	Discordância	Discordo por completo a colocação de painéis solares nas zonas documentadas! Estão a dar cabo do pulmão do país, matar fauna e flora, para implementar uma mentira! Os painéis não vão contribuir em nada para os portugueses! Vão, aliás, matar o paisagismo natural, acabar com o turismo na zona, aumentar ainda mais as temperaturas e acabar com o pouco que resta da vida agrícola, florestal e social nas regiões! A Natureza é um bem valiosíssimo! Não destruam o nosso património em troca de dinheiro ! Natureza Sempre !	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
120925	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120924	Discordância	Venho manifestar a minha discordância com a proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como apresentada. Reconheço a urgência da transição energética, mas este instrumento, ao dispensar os projetos localizados nas ZAER de Avaliação de Impacte Ambiental caso a caso, transfere para uma avaliação estratégica prévia e genérica decisões que exigem escrutínio local e específico. Territórios do interior, como a Cova da Beira e a Serra da Gardunha, possuem características ecológicas, paisagísticas e patrimoniais que não podem ser adequadamente salvaguardadas por uma cartografia de escala nacional. A concentração de projetos solares e eólicos nestas áreas — muitas delas de elevado valor de biodiversidade e paisagem — arrisca fragmentar habitats, comprometer corredores ecológicos, alterar regimes hídricos e degradar solos já fragilizados pela desertificação rural. Acresce que a proposta em consulta não disponibiliza a cartografia concreta das futuras delimitações das ZAER, o que impede as populações e autarquias de avaliar, com o rigor que a decisão exige, o impacto real sobre as suas terras, atividades económicas e modos de vida. Sem mapas definidos, a participação pública fica esvaziada de conteúdo. Comunidades que dependem da agricultura, do pastoreio, do turismo de natureza e de outras atividades ligadas à conservação do território correm o risco de ver essas atividades comprometidas por decisões tomadas sem consulta efetiva e sem avaliação cumulativa dos impactos. Solicito que a versão final do PSZAER: (i) disponibilize cartografia detalhada antes de qualquer decisão vinculativa; (ii) preveja avaliação de impactes cumulativos por concelho; e (iii) garanta que os municípios e as populações locais têm poder de decisão real sobre a integração destas zonas nos respetivos planos diretores municipais, e não apenas um papel consultivo tardio.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120923	Discordância	O PSZAER (Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis) propõe designar vastas áreas de Portugal — até 7% do território continental — como "zonas de aceleração" para megaprojetos solares e eólicos, apesar de os dados técnicos provarem que menos de 1% seria suficiente para cumprir as metas energéticas de 2030. O plano enfraquece as proteções ambientais ao remover salvaguardas para áreas de alto valor ecológico, como montados de sobro, olivais tradicionais e vinhas, e reduz drasticamente as zonas-tampão em torno de zonas húmidas de 500 para apenas 50 metros. Ignora ainda os impactos cumulativos, como a fragmentação de habitats, ameaças à biodiversidade (ex.: lince-ibérico, aves de rapina) e a destruição de solos agrícolas e florestais, priorizando a produção industrial de energia em detrimento da soberania alimentar e da resiliência dos ecossistemas. Crucialmente, não aborda a vulnerabilidade climática local, como ondas de calor e desertificação, que podem ser agravadas pela instalação massiva de painéis solares, que alteram o albedo do solo e os microclimas. O plano despreza ainda as preocupações socioeconómicas e comunitárias. Socializa os custos da expansão da rede e da estabilização do sistema — pagos por todos os consumidores através de faturas de eletricidade mais caras — enquanto privatiza os lucros para grandes promotores. As comunidades locais suportam o peso da poluição visual, a desvalorização dos seus territórios e a pressão especulativa sobre os preços dos terrenos rústicos, recebendo em troca benefícios mínimos em termos de emprego ou retorno financeiro. O PSZAER sobrepõe-se à autonomia municipal, impondo decisões centralizadas que conflituam com os planos diretoes municipais e ignoram o princípio "poluidor-pagador". Privilegia megaprojetos centralizados em vez de soluções descentralizadas, como comunidades de energia ou autoconsumo, que empodereriam os cidadãos e reduziriam a dependência de infraestruturas industriais. Por fim, o processo carece de transparência e participação pública. O período de consulta é inaceitavelmente curto (20 dias) para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica, e dados geográficos críticos (como shapefiles) foram inicialmente omitidos, impossibilitando que os cidadãos avaliassem os impactos locais. O plano viola o princípio da precaução ao não incluir uma Avaliação de Impacto na Saúde ou avaliar os efeitos cumulativos na saúde pública, adaptação climática ou serviços dos ecossistemas. Ignora também as lições de apagões recentes e os riscos de saturação da rede, priorizando a	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120922	Discordância	Subscrevo o documento em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120921	Discordância	Um absurdo em termos ambientais e humanos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120920	Discordância	Este plano afectará negativamente futuras gerações de uma forma irremediável o que exige, no mínimo, um maior período de debate público esclarecido. Tenho muitas dúvidas sobre a boa conduta do governo durante este processo e não considero que os interesses do povo português estão a ser defendidos. A isto chamar-se traição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120919	Discordância	Considero a energia verde sendo que é á custa da destruição da natureza, do meio ambiente, essa sim é a verdadeira energia verde e tudo nos dá para viver.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120918	Discordância	Apesar de concordar e apoiar as energias renováveis e compreendendo a urgência de se fazer a transição para energias limpas, não concordo de todo com esta alteração que pretendem fazer. Sou da opinião que todo e qualquer projeto deve ser apenas aprovado após terem sido todos os estudos de impacto ambiental do mesmo, bem como a sua interação com outros na sua proximidade geográfica. Um único projeto terá um impacto diferente individualmente do que se forem vários numa mesma área de x kms de proximidade. O nosso país é especial em muitas coisas, desde a sua biodiversidade, a sua geografia única e dispare de norte a sul do país apesar do seu reduzido tamanho, as suas belezas naturais, as suas tradições e tudo o resto que de especial e único temos e que deve ser preservado a todo o custo. O nosso país precisa de ser sustentável e ter energia limpa, sim mas não á custa da destruição de habitats, de fauna e flora, de todas a belezas naturais de que tanto nos orgulhamos e somos admirados por quem nos visita. A estratégia que pretendem seguir é desleixada e criminosa, pelo fato de atentar contra este equilíbrio que existe e que nunca mais voltará a ser o mesmo. Também não concordo com esta forma pouco clara e facciosa de fazer estas consultas públicas e validações de alterações desta envergadura e tão importantes no futuro, num país em que grande parte das pessoas não tem acesso nem conhecimento do uso deste portal. Ainda mais nada disto foi falado ou amplamente divulgado a não ser pelas organizações que realmente se importam com o mal que isto irá provocar e que apelam à nossa participação. Acho completamente desleal para com o povo português pretender-se fazer uma alteração destas desta forma. Não estão a defender os interesses do pais, da sua população atual e futura. Todos os estudos de impacto ambiental devem ser feitos em cada projeto, bem como a sua avaliação, concomitantemente, com outros, previstos para a mesma área geográfica. Sempre que um projeto é aprovado devem ser revistas as regras e limites para novos projetos para não criar constrangimentos nem danos futuros	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120916	Discordância	Discordo!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120915	Discordância	Destruição da paisagem: A instalação de milhares de hectares de espelhos de silício descaracteriza a paisagem tradicional do montado e das planícies alentejanas. Ameaça à biodiversidade; destrói o habitat de aves estepárias ; Efeito de "ilha de calor": Grandes concentrações de painéis podem elevar a temperatura local do ar, alterando o microclima circundante.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120914	Discordância	Boa tarde, Não é possível para um jovem aceitar que a necessidade urgente de energia renovável venha ao custo de perda de mais território, fauna e flora natural! Temos tanta capacidade de adaptar as cidades, telhados, grandes muros, parque de estacionamento, grandes centros industriais para instalar energia solar ou eólica, o que nos leva à conclusão de que apenas se está interessado no lucro fácil com o greenwashing! Não estamos a falar de uma pequena causa; estamos a falar do futuro das próximas gerações. Portugal teve a maior área ardida da Europa no ano passado. Estamos a perder praias e florestas para resorts de luxo, em plena crise ambiental como nunca vista antes na história! Peço que a consciência e a sobrevivência falem mais alto que o lucro! Por favor, não faltam jovens com soluções!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120913	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Discordância	
		Manifesto a minha total discordância relativamente ao Plano Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação de Energias Renováveis (PSZAER). Uma transição energética nunca deverá ser concretizada à custa da degradação dos ecossistemas, da artificialização da paisagem e da ocupação extensiva de solos agrícolas, florestais ou naturais. A produção de energia renovável deve respeitar os princípios da prevenção, da precaução e da utilização sustentável dos recursos naturais, consagrados no direito ambiental português e europeu.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120912	Discordância	A instalação de grandes centrais fotovoltaicas implica alterações profundas no uso do solo e na cobertura vegetal. A evidência científica demonstra que estes empreendimentos podem provocar perda e fragmentação de habitats, redução da biodiversidade, alterações do microclima local, aumento da temperatura do solo, modificação da infiltração e escoamento da água, maior suscetibilidade à erosão e degradação das funções ecológicas do solo. Estes impactos encontram-se documentados, entre outras fontes, pela Agência Europeia do Ambiente (European Environment Agency – EEA), que alerta para a necessidade de evitar conflitos entre a expansão das energias renováveis e a proteção da biodiversidade e da integridade dos ecossistemas. Também a Agência Internacional da Energia (IEA) e a Comissão Europeia, através da Estratégia para a Biodiversidade 2030 e da Lei do Restauro da Natureza, defendem que a expansão das energias renováveis deve privilegiar áreas já artificializadas e minimizar a ocupação de solos naturais e agrícolas.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120911	Discordância	Se comprometer o equilíbrio do território,: floresta, agricultura.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120909	Discordância	Não as fotovoltaicas , sim á proteção da Natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120907	Discordância	Discordo totalmente da vossa pretensão. Penssem bem no que estam a fazer com o nosso pais! Nao vale tudo! Nao destruam o melhor que nos temos que é a NATUREZA. Lembrem-se que nao comem nem bebem notas (€). Deixem de ser arrogantes, só pensam no vosso umbigo e de encher os bolsos destruindo tudo. Estam a enganar o povo com o melhor para o smbiente é tudo mentira. Querem deixar-nos 100% dependentes das grandes empresas (luz e agua). Nao podem deixar de ir com a manada. Vamos fazer diferente pelo nosso país nao se deixem vender.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120906	Discordância	Não concordo com a destruição da nossa Natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120905	Discordância	Sem um estudo prévio das vantagens ambientais não concordo com estes projetos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120904	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120903	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Enquanto cidadã, apoio plenamente a transição energética e reconheço a necessidade de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, considero que essa transição não pode ser feita à custa da degradação dos ecossistemas, da perda de biodiversidade e da descaracterização da paisagem que também temos o dever de preservar. Preocupa-me que, em nome da aceleração da produção de energia renovável, sejam ocupadas áreas naturais, agrícolas e florestais que desempenham funções essenciais para o equilíbrio ambiental, para a conservação da biodiversidade, para a infiltração da água no solo e para a qualidade de vida das populações. A proteção da natureza deve ser entendida como parte integrante da transição energética, e não como um obstáculo ao seu desenvolvimento. Antes de ocupar novos solos, considero que Portugal deveria apostar prioritariamente no enorme potencial existente em superfícies já artificializadas. Existem milhares de telhados de edifícios públicos e privados, zonas industriais, armazéns, centros comerciais, parques logísticos, parques de estacionamento e outras infraestruturas que podem receber painéis fotovoltaicos sem necessidade de sacrificar espaços naturais ou agrícolas. Esta abordagem permitiria produzir energia limpa enquanto se preserva o património natural e paisagístico do país. Também considero essencial que a criação de Zonas de Aceleração não conduza, na prática, a uma redução do rigor da avaliação ambiental ou da análise individual de cada projeto. Cada território possui características próprias, valores ecológicos específicos e impactos cumulativos que devem ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120902	Discordância	Eu Ruth Froes Carvalho, residente em Lisboa, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120901	Discordância	Discordo totalmente com o precedente prepotente que esta proposta abre. As energias renováveis estão a ser subjugadas ao sistema do lucro quando a transição energética passa precisamente por produzir menos, ocupar e retirar menos do nosso planeta. Quando a raça humana se extinguir sei que estive do lado certo da história.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
120900	Discordância	Isto poderá trazer várias dificuldades para a população rural, por questões socioeconómicas e ambientais.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
120899	Discordância	.....	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120898	Discordância	Boa tarde, Não creio que seja correcto uma gelada percentagem do território português ser submetida a transformações sem ser avaliado em termos de impacte ambiental! Obrigada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120896	Discordância	Nunca houve na história tanto apelo à proteção do ambiente e ao mesmo tempo tanta destruição em massa do mesmo. Isto só vai fazer com que exista uma maior desertificação do interior (menos turismo, mais calor, menos biodiversidade)… mas isso vocês já sabem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120895	Discordância	Não Não Não !!!! Façam como nos países mais desenvolvidos, copiem o que é bom, não estraguem o nosso pequeno Portugal. Programa muito perigoso	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120894	Discordância	Discordo desta proposta. Precisamos de preservar e aumentar os espaços verdes e não de destruir o povo que temos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120893	Discordância	Não concordo, de maneira nenhuma, utilizando como desculpa as alterações climatáticas e a necessidade de independência energética, a reboque das políticas discriminatórias e insustentáveis da UE, que se ocupe território nacional português com instalações completamente desnecessárias que não favorecem, nem acrescentam, absolutamente nada ao país, uma vez que já temos a energia renovável dos recursos hídricos. O consumo de energia em Portugal e maioritariamente vindo das barragens. Estas construções servem apenas para brutalizar e destruir território nacional para benefício de países da UE que consomem mais energia. Os impactos a nível populacional, ambiental e de ordenação de território são incalculáveis. Propõem-se, em efectivo, a destruição de solo e o esvaziamento do território a nível populacional para servir os interesses da UE. Avançando com este plano é o equivalente a uma traição, tanto ao país, como à sua população.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120892	Discordância	As chamadas "energias renováveis" fazem tudo menos jus ao seu nome. Estamos a falar do abate e destruição de zonas naturais que contribuem para o bem estar do ser humano, inúmeras espécies e o próprio planeta, tudo para construir mais e mais painéis que bem podiam ser construídos em parques de estacionamento ou telhados de casas de forma a oferecer sombra em zonas onde realmente é necessária. A instalação destes projetos em zonas rurais só prova que são tudo menos energias verdes, se querem mesmo contribuir parem de destruir a única coisa que não podemos voltar a reconstruir!!!! FIM AO SISTEMA	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		Oposição Absoluta ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Exmo(s). Senhor(es) Responsável(eis), Venho por este meio apresentar a minha mais profunda discordância e oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Sob o pretexto de uma transição ecológica urgente e necessária, o plano apresentado peca por uma total opacidade, desrespeito pela biodiversidade e desprezo pelo ordenamento do território português.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120891	Discordância	Fundamento a minha oposição com base nos seguintes pontos críticos: 1. Opacidade e Falta de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) É absolutamente inadmissível e incompreensível como é que se propõe destinar cerca de 7% do território nacional para estas zonas de aceleração sem que sejam previamente definidos e divulgados os locais exatos, e — mais grave ainda — sem a realização prévia de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) globais e detalhados. A "aceleração" não pode servir de biombo para atropelar a legislação ambiental vigente, nem para passar cheques em branco sobre o destino de milhares de hectares do nosso território nacional. A transição ecológica não se faz às cegas. 2. Desvirtuamento da Prioridade de Instalação (Princípio do Menor Impacto)	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120890	Discordância	Gostaria de expressar a minha discordância relativamente a este projeto. Reconheço a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis. No entanto, considero que não faz sentido proteger o clima à custa da destruição da natureza. Matar ecossistemas, eliminar habitats, desflorestar áreas naturais e comprometer a biodiversidade para instalar infraestruturas de energias renováveis é uma abordagem contraditória. A crise climática e a perda de biodiversidade são dois dos maiores desafios ambientais da atualidade, e não devemos resolver um agravando o outro. Preocupa-me igualmente a possibilidade de utilização de terrenos privados contra a vontade dos seus proprietários. O direito à propriedade privada, aliado ao respeito pelas comunidades locais e pelo património natural e cultural, deve ser salvaguardado em qualquer processo de planeamento. A transição energética deve ser construída com diálogo, consenso e justiça, e não através da imposição. Na minha opinião, deveria ser dada prioridade à instalação de painéis solares em locais já artificializados, como telhados de habitações, edifícios públicos, escolas, hospitais, parques industriais, armazéns, superfícies comerciais e parques de estacionamento. Estas soluções aproveitam espaços já ocupados pelo ser humano, reduzem perdas na distribuição de energia e evitam a destruição de solos agrícolas, florestas e áreas naturais. Portugal dispõe de milhares de hectares de superfícies construídas com enorme potencial para produção de energia solar. Antes de ocupar novas áreas naturais, deveria existir uma estratégia nacional que promovesse e incentivasse o aproveitamento desse potencial, através de apoios às famílias, empresas e entidades públicas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120889	Discordância	Concordo que Portugal precisa de acelerar a produção de energia renovável e de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, essa transição deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a biodiversidade e as populações locais. Considero que deve ser dada prioridade à instalação de projetos de energia renovável em áreas já artificializadas, como edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras infraestruturas existentes, antes de ocupar extensas áreas naturais, agrícolas ou florestais. Esta abordagem está alinhada com o objetivo de promover soluções descentralizadas e reduzir a pressão sobre os territórios naturais. Também considero fundamental garantir uma verdadeira participação das populações locais e evitar que determinados territórios suportem uma concentração excessiva de projetos energéticos, assegurando uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos impactes. Enquanto cidadão, defendo ainda que a transição energética deve ser acompanhada por outras políticas públicas essenciais. É necessário investir mais nos transportes públicos e nas ligações ferroviárias, especialmente nas regiões do interior, para combater o isolamento das populações e promover um desenvolvimento territorial mais equilibrado. Defendo igualmente uma aposta clara na recuperação da floresta portuguesa através da plantação de espécies autóctones, reduzindo gradualmente a dependência das monoculturas de eucalipto e promovendo ecossistemas mais resilientes, com maior biodiversidade e menor risco de incêndio.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
		Gostaria de manifestar a minha oposição à inclusão das regiões da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (ZAER). É inaceitável considerar a nossa bela região como terra "abandonada", pronta para a industrialização. A Serra da Gardunha é uma área vital para a agricultura e para as florestas que sustentam as nossas comunidades. O potencial impacto nesta terra fértil é motivo de séria preocupação.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120888	Discordância	Além disso, a ausência de uma avaliação de impacto ambiental rigorosa levanta inúmeras questões. Não podemos sacrificar as nossas paisagens protegidas nem pôr em risco a biodiversidade local em prol de projetos energéticos mal avaliados e inadequados. Solicito, por isso, que a Serra da Gardunha e a Beira Baixa sejam excluídas destas zonas de aceleração. Vivo aqui há sete anos. Cuidamos da terra, amamos Portugal e a sua natureza, e opomo-nos firmemente a este projeto de Sofia, que destruirá o ambiente e a vida animal em nome do lucro. Só trará o inferno à nossa porta.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120887	Discordância	Discordo de que se aprove um programa que dispensa a avaliação de impacto ambiental em 7% do território nacional sem dizer com precisão onde ficam essas zonas. O próprio documento admite que os mapas são apenas "uma mancha indicativa" e que os limites reais só serão definidos mais tarde, na fase de projeto. Ou seja: pede-se ao público que aceite a dispensa de AIA com base numa avaliação ambiental que não incidiu sobre território concreto nenhum. Isto não é uma consulta pública transparente, é pedir um cheque em branco. Em janeiro deste ano, o Governo autorizou o abate de 451 sobreiros e 304 azinheiras para o reequipamento do Parque Eólico de Penamacor, com dispensa de AIA pela APA. Antes disso, tinha sido Morgavel, em Sines, com mais de 1.800 sobreiros autorizados para abate dentro de um Parque Natural, sempre com a mesma fórmula da "imprescindível utilidade pública". Ora, este programa prioritiza precisamente o reequipamento e o sobre-equipamento de parques existentes como via preferencial de aceleração. Mas muitos desses parques estão em cumeadas e locais que hoje nunca passariam nos critérios de exclusão do próprio programa. Ao facilitar o licenciamento destas intervenções sem exigir que cumpram os mesmos critérios que exige a projetos novos, o programa está a abrir uma porta lateral para repetir Penamacor vezes sem conta, agora com menos escrutínio, não com mais. E o programa não fecha nenhuma das portas que produziram estes casos. Continua a ser possível avançar com projetos fora das ZAER, em zonas sensíveis, pela via do regime de AIA e das declarações de utilidade pública que têm autorizado, ano após ano, o corte de dezenas de milhares de árvores protegidas. Isto podia ter sido a oportunidade de arrumar esta casa; em vez disso, acrescenta uma via rápida e deixa todas as antigas abertas. Preocupa-me também para onde este programa empurra a pressão. O próprio documento reconhece que a grande maioria das áreas mapeadas se concentra no Pinhal Interior, território de baixa densidade, empobrecido, já martirizado pelos incêndios. É o mesmo padrão que vimos com as minas de lítio no Barroso:	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120886	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120885	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos. O PNEC 2030 estabelece como meta para a energia solar a capacidade de 20,8 GW. A implementação no terreno dessa potência de 20,8 GW significa a necessidade de qualquer coisa como 20.000 hectares. Seria esta a necessidade que justificaria a definição destas ZAER. Contudo, nos documentos da consulta pública, constatamos que a mesma coloca à disposição das ZAER qualquer coisa como 357.347 hectares para solar e mais 85.321 hectares para eólico. Assim, só a fatia adstrita ao solar é quase dezoito vezes aquilo de que o país precisa para cumprir a meta do PNEC 2030. Mais grave: cerca de 68% da área identificada é território florestado, e quase 35.000 hectares são solo agrícola, com sérias consequências para a soberania alimentar nacional. Considero essencial que o mapa de ZAER incida, na sua totalidade, sobre zonas já artificializadas — coberturas de edifícios, infraestruturas de transporte, parques de estacionamento, zonas industriais e logísticas já infra-estruturadas, minas abandonadas, antigos aterros e outras superfícies impermeabilizadas sem valor agrícola, florestal ou de conservação. O PSZAER, na sua redação atual, não assegura um equilíbrio adequado entre a transição energética, a proteção do ambiente, a adaptação às alterações climáticas, a saúde pública, o ordenamento do território e os direitos das populações, nem respeita a nossa cultura, história, património e identidade individual e coletiva.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120884	Discordância	Penso que mesmo que o objectivo final até possa ser positivo, esta a ser concretizado às custas de terreno e actividade de quem devia ser protegido, e do produtor local.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120883	Discordância	Sou contra este crime ambiental!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120882	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar o meu contributo relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), Faço-o com um profundo sentido de preocupação, pois apenas hoje, no último dia do período de consulta pública, tive conhecimento da existência deste processo. Fiquei surpreendida por verificar que uma iniciativa com consequências potencialmente tão significativas para o futuro do interior de Portugal não chegou ao conhecimento de uma pessoa como eu: uma residente recente, diretamente interessada no futuro deste território e empenhada em construir aqui a sua vida. Esta experiência leva-me a questionar se muitos outros habitantes das zonas rurais tiveram, na prática, uma oportunidade real de participar nesta consulta. Mudei-me recentemente para o interior de Portugal para me reunir com familiares que também escolheram viver aqui. Procurei um lugar onde pudesse construir uma vida mais tranquila, próxima da natureza e integrada numa comunidade rural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120881	Discordância	Atualmente estou a desenvolver um pequeno projeto agrícola dedicado ao cultivo sustentável de flores. O meu objetivo é regenerar a terra, promover a biodiversidade e criar uma pequena atividade económica enraizada na paisagem e na comunidade local. Defendo que esta abordagem deve ser melhor discutida no âmbito da multidisciplinaridade de organizações ambientais e humanitárias com preocupações genuínas, pois os recursos naturais não são infinitos, existindo uma problemática séria em relação à sustentabilidade de gerações futuras e à prosperidade dos ecossistemas, que contribuem para o nosso bem-estar (bem como existem hábitos de consumo energético desmedidos que devem ser reflectidos em comunidade e na sociedade). É imperativa uma melhor integração da nossa espécie com o seu meio natural, de forma a não acelerar ainda mais o impacto das populações humanas nos ciclos da natureza, dos quais dependemos para nos sustentarmos. Esta integração consciente poderá procurar vias alternativas à implementação massiva de "energia verde", que alteram a nossa paisagem de forma aguda e, por consequência, a presença essencial dos seus elementos constituintes.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120879	Discordância	Sou completamente CONTRA a PSZAER, e contra qualquer outro projeto do mesmo tipo/género, em Portugal É necessário estudos de impacto ambiental, ouvir as populações, e sobretudo ter noção se é efectivamente necessário um projecto tão grande para as necessidades do nosso país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120878	Discordância	A zona escolhida para instalação de tal projecto deveriam ser zonas com baixo impacto ambiental . Não concordo com os moldes em que estão a planear fazê-lo.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120877	Discordância	A urgência climática é inegável, mas a pressa no licenciamento não pode servir de pretexto para o atropelo de valores fundamentais. O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como desenhado, apresenta lacunas graves que põem em causa a proteção do território, a integridade dos ecossistemas e a soberania das comunidades locais. Descarbonizar à custa da natureza não é solução, é um erro estratégico. A instalação massiva de infraestruturas industriais em zonas de elevado valor natural ou agrícola compromete serviços ecossistémicos vitais e a biodiversidade que já se encontra sob pressão. Uma transição que destrói o solo e fragmenta habitats para reduzir emissões de CO2 ignora que a preservação dos ecossistemas é, em si mesma, uma das nossas defesas mais eficazes contra as alterações climáticas. O conceito de "aceleração" não pode significar a exclusão das populações das decisões que moldam o seu futuro. Ao centralizar decisões e encurtar prazos de consulta e análise, o PSZAER promove um modelo top-down que ignora o conhecimento local e o direito das comunidades de decidirem sobre o seu próprio território. A aceitação social é um pilar da sustentabilidade; sem ela, criamos resistência e sentimentos de injustiça que atrasarão, em última análise, a própria transição. O território não é um mero espaço vazio à espera de ocupação industrial. É um espaço de vida, de cultura e de economia local. O PSZAER corre o risco de transformar vastas áreas do interior em "fábricas de energia" que servem os grandes centros de consumo, deixando para trás apenas a degradação da paisagem e a desvalorização patrimonial, sem contrapartidas diretas e justas para quem lá reside. Exige-se que o PSZAER priorize a instalação de energias renováveis em áreas já antropizadas e degradadas (como zonas industriais, coberturas urbanas e infraestruturas existentes) antes de avançar para terrenos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120876	Discordância	No âmbito da consulta pública ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente a alguns dos pressupostos do programa, solicitando que sejam reavaliados antes da sua aprovação definitiva. Embora reconheça a importância estratégica do reforço da produção de energia renovável e da descarbonização da economia nacional, considero que a criação de zonas de aceleração não pode ocorrer em detrimento de outros interesses públicos igualmente relevantes, nomeadamente a proteção do tecido industrial, da atividade agrícola, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. Em particular, considero que: A definição das áreas elegíveis deverá assentar em critérios técnicos mais rigorosos e transparentes, garantindo uma avaliação efetiva dos impactos cumulativos sobre o território. Deve ser assegurada uma maior proteção das zonas com elevado valor agrícola, florestal e paisagístico, evitando a ocupação de solos cuja utilização atual seja estratégica para a economia local. O processo de licenciamento acelerado não deverá traduzir-se numa redução do rigor das avaliações ambientais nem limitar a participação efetiva dos cidadãos e das empresas afetadas. Deverá existir uma avaliação mais aprofundada dos impactos sobre infraestruturas industriais existentes e futuras, assegurando que a instalação destes projetos não compromete o desenvolvimento económico de outras atividades igualmente relevantes para o país. Considero igualmente importante que sejam privilegiadas soluções como a instalação em áreas industriais, coberturas de edifícios, zonas degradadas, antigas explorações mineiras e outros espaços já artificializados	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120874	Discordância	As populações rurais não podem ser esquecidas e tratadas como se não existissem. Não queremos um planeta de metal. Acreditamos que há mais opções ecológicas que não resultarão no abate de tanto terreno verde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120873	Discordância	Ponham painéis em cima de edifícios que já roubam o espaço verde em vez de criar uma distopia. Procurem - se outras soluções. Esta não é certamente ecológica.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120872	Discordância	Certamente que assistiram ao filme "O Rei Leão " , nao aprenderam nada? O Ciclo da Vida ...nao é com paneis solares que os animais vivem e cumpram a sua função, nao é com paneis solares que melhoramos o ar e nao é preciso ir para a universidade para saber isso	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120871	Discordância	A Natureza é a riqueza mais preciosa que existe no planeta. A sua preservação tem de ser absolutamente prioritária. Ditas “energias verdes” são destruidoras quando a sua produção acontece ao custo da harmonia e bem estar do Natural. Consciencializar e moderar o consumo em massa terá efeitos positivos verdes superiores aos atentados ambientais possíveis propostos pelo PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120870	Discordância	Não estou de acordo com este tipo de projetos que desvirtuam o estado natural das paisagens nem que os mesmos sejam explorados por privados. Precisamos que o planeta Terra permaneça como ele é. A ganância há-de levar-nos ao caos e a infelicidade	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120869	Discordância	Destruição contínua do nosso país em nome de algo que se diz “verde”. Temos assistido ao longo dos ultimos anos ao abate indiscriminado de milhares de árvores autóctones e não podemos ficar de braços cruzados. Que o façam num maravilhoso eucaliptal	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120868	Discordância	Apresento este contributo não apenas para apontar o que está errado na proposta, mas para defender o que deve ser diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que está em causa é o modelo, não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Portugal dispõe de uma enorme área de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que continuam a ser ignoradas como alternativa ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no parecer sobre o PSZAER, defendeu a prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada antes de ocupar solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas obrigatórias para a instalação de solar em áreas artificializadas, com prazos definidos, antes de autorizar novos projectos em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído em vez do solar centralizado Um painel numa escola, num armazém cooperativo ou numa habitação produz energia próxima das pessoas. Um parque solar de centenas de hectares produz energia para mercados mais distantes. São modelos diferentes em impacto territorial, economia local e justiça energética.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120867	Discordância	É um crime ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120866	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
120865	Discordância	Não concordo e vejo isto como uma afronta á humanidade.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120864	Discordância	Não há energias verdes à custa da destruição da natureza, da biodiversidade, da paisagem natural.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
120863	Discordância	Respeitem o ambiente. Ele demora milhares de anos a ficar como está. E a vossa solução para o aquecimento global só está a piorar o caso. Sejam coerentes por favor	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120862	Discordância	Isto não pode acontecer, não podemos destruir tanta vida assim, passaros, bixos muitos animais.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120861	Discordância	A medida vai contra a tudo o que tem sido feito para revalorizar o território tradicional, a cultura social e a recuperação de ecossistemas biológicos, assim como vai contaminar irreversivelmente solos e ares, além de tornar as temperaturas mais altas pelo facto de não existirem árvores e vegetação autóctone.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120860	Concordância	Parece-me um excelente trabalho! Creio que não se pode discutir a validade técnica do mesmo. Deve ser implementado o mais rápido possível.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120859	Discordância	Queremos preservar o património natural. Páineis não, árvores sim.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120858	Discordância	As energias renovaveis não devem ser à custa da natureza. Tópico para fazerem a vossa participação:	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120857	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a:	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120856	Geral	A Akuo Renováveis Portugal II, Lda., vem por este meio, submeter os comentários e sugestões constantes do documento em anexo, no âmbito da Consulta Pública da proposta do PS ZAER. Os contributos apresentados têm como objetivo colaborar de forma construtiva para o aperfeiçoamento da proposta, resultando da experiência da Akuo no desenvolvimento de projetos eólicos, solares e híbridos em Portugal. Sempre que aplicável, os comentários encontram-se suportadas por justificações técnicas e outra informação desenvolvida pela empresa, que poderá ser partilhada em mais detalhe caso necessário e conveniente. A Akuo manifesta inteira disponibilidade para disponibilizar informação complementar ou prestar quaisquer esclarecimentos que possam contribuir para a fundamentação técnica e melhoria da versão final do Programa. Grato pela atenção.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120855	Discordância	Não necessitamos de mais cimento para as nossa áreas Urbanas e suburbanas, necessitamos de plantio de qualidade e de árvores que criem humidade para que não vamos sofrer ainda mais sobre estas temperaturas altas que se vem a sentir nos últimos anos. Necessitamos de reflorestar os nossos montes e não de lhe colocar mais matéria que não nos favorece, nem a futuro que queremos deixar para a geração futura. Chega de implementar medidas desproporcionais aquilo que necessitamos e precisamos como HUMANOS e seres que habitam na terra para cuidar dela, a terra é nossa mãe, é nossa casa, casa de todos nos. Temos que olhar mais longe e mais centrados na natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120854	Discordância	O programa setorial de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER) não pode destruir a natureza pois é uma questão temporal para destruírem as pessoas e permanecer a fonte de energia. Questiono os propósitos, se serão humanos ou de inteligência artificial. Assim sendo, os doze objetivos enunciados na metodologia ficam aquém, da sua aplicabilidade. Seis de doze objetivos do projeto não podem ser concretizados com aval científico, assim pergunto, porque os enuncia? - Para que possa, o projeto em questão, ser aprovado. Nenhuma retórica passa sem censura. A carta da Terra, dos direitos humanos e dos animais, e de mais proteções protocoladas localmente em contexto, não podem deixar de ser intervenientes. É inadmissível, inclusivamente, este projeto ser feito em democracia! É ultrajante como podem assumir a possibilidade de aceleração de instalação de novos parques solares e eólicos em Portugal, inclusivé, depois de avaliados os projetos localmente e reprovados. Depois de avaliarem as situações presentes dos atuais em atividade. A aceleração de implementação dos parques, atualmente pelos casos analisados, ao contrário do que anunciaram, são mega parques e não superfícies comerciais, telhados, e outras opções já existentes não aproveitadas ou subaproveitadas. Como dizia, a avaliação do impacto ambiental com a PSZAER fica suprimida e isso é motivo de reprovação. A avaliação de impacto ambiental é feita, caso a caso e, ao logo do processo e tempo de vida dos projetos energéticos e, não apenas na fase em estudo e execução destes projeto. A supervisão e fiscalização idonea a cargo de comissão de cidadãos em articulação com as autarquias, deverá percorrer o anteprojeto, a implementação como, inclusivamente, no curso total de vida dos projetos energéticos. São matéria séria. Com devida remuneração por quem os sustenta. Transição sim, facilidades não. O caminho da transição é a mudança de estilos de vida e perceber a economia circular e a soberania como chaves de sobrevivência da espécie humana.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Parecer desfavorável	
			Obrigada pela sua participação.
		Na qualidade de residente na freguesia de Vieira de Leiria, venho manifestar o meu parecer desfavorável à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER), na parte que abrange o concelho da Marinha Grande.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Compreendo e apoio a necessidade de acelerar a transição energética e de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, considero que essa transição deve ser compatível com a realidade de cada território e não pode colocar em causa os recursos naturais que ainda conseguimos preservar.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120853	Discordância	Nos últimos anos, quem vive em Vieira de Leiria tem assistido a uma transformação profunda da paisagem e do ambiente envolvente. A sucessão de incêndios, fenómenos climáticos extremos e, mais recentemente, a tempestade de 28 de janeiro, provocaram danos muito significativos na Mata Nacional de Leiria e nas restantes áreas florestais do concelho. A perda de milhares de árvores alterou a paisagem, aumentou a exposição ao vento, reduziu a proteção natural dos solos e é já perceptível, para quem aqui vive diariamente, uma alteração do conforto climático e da qualidade ambiental.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		A floresta da Mata Nacional de Leiria não representa apenas um património natural. É um elemento essencial na regulação do clima local, na retenção de carbono, na proteção dos solos, na infiltração da água, na biodiversidade e na própria identidade das populações da Marinha Grande e de Vieira de Leiria. Depois das perdas recentemente sofridas, torna-se ainda mais importante proteger o pouco que resta e criar condições para a sua recuperação.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120851	Discordância	Intrometer e alterar a natureza não é a solução para salvar o ambiente, quanto mais mexermos nas nossas montanhas e terras só estamos a fazer com a natureza se estrague em vez de a salvarmos. As agendas “superiores” só estão a fazer com que a natureza e as pessoas fiquem cada vez mais doentes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120849	Discordância	Como destruir a natureza é preserva lá? Por favor há outros meios de desacelerar as energias fósseis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120848	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã residente no pequeno concelho de Vila do Bispo, discordo da forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Partilho dos argumentos em anexo para rejeitar integralmente este plano. É tempo de honrar as leis de protecção da natureza e da paisagem. É tempo de cuidar do país e do Planeta. Requerem-se soluções pequenas, ajustadas, e ao serviço das comunidades locais. Discordo, em absoluto, de mais este projecto! Ana Carla Cabrita	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O PSZAER (Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis) propõe designar vastas áreas de Portugal — até 7% do território continental — como "zonas de aceleração" para megaprojetos solares e eólicos, apesar de os dados técnicos provarem que menos de 1% seria suficiente para cumprir as metas energéticas de 2030. O plano enfraquece as proteções ambientais ao remover salvaguardas para áreas de alto valor ecológico, como montados de sobro, olivais tradicionais e vinhas, e reduz drasticamente as zonas-tampão em torno de zonas húmidas de 500 para apenas 50 metros. Ignora ainda os impactos cumulativos, como a fragmentação de habitats, ameaças à biodiversidade (ex.: lince-ibérico, aves de rapina) e a destruição de solos agrícolas e florestais, priorizando a produção industrial de energia em detrimento da soberania alimentar e da resiliência dos ecossistemas. Crucialmente, não aborda a vulnerabilidade climática local, como ondas de calor e desertificação, que podem ser agravadas pela instalação em massa de painéis solares, que alteram o albedo do solo e os microclimas.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120846	Discordância	O plano despreza ainda as preocupações socioeconómicas e comunitárias. Socializa os custos da expansão da rede e da estabilização do sistema — pagos por todos os consumidores através de faturas de eletricidade mais caras — enquanto privatiza os lucros para grandes promotores. As comunidades locais suportam o peso da poluição visual, a desvalorização dos seus territórios e a pressão especulativa sobre os preços dos terrenos rústicos, recebendo, em troca, benefícios mínimos em termos de emprego ou retorno financeiro. O PSZAER sobrepõe-se à autonomia municipal, impondo decisões centralizadas que conflituam com os planos diretoes municipais e ignoram o princípio "poluidor-pagador". Privilegia megaprojetos centralizados em vez de soluções descentralizadas, como comunidades de energia ou autoconsumo, que empoderariam os cidadãos e reduziriam a dependência de infraestruturas industriais.	
		Por fim, o processo carece de transparência e participação pública. O período de consulta é inaceitavelmente curto (20 dias) para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica, e dados geográficos críticos (como shapefiles) foram inicialmente omitidos, impossibilitando que os cidadãos avaliassem os impactos locais. O plano viola o princípio da precaução ao não incluir uma Avaliação de Impacto na Saúde ou avaliar os efeitos cumulativos na saúde pública, adaptação climática ou serviços dos ecossistemas. Ignora também as lições de apagões recentes e os riscos de saturação da rede, priorizando a	Obrigada pela sua participação.
120845	Discordância	É uma vergonha o que querem fazer com o ambiente de todos nós para lucrar com o falso pretexto de energias verdes e renováveis. Querem painéis solares aproveitem telhados e parques de estacionamentos nas cidades para consumo nas mesmas, é um pequeno exemplo entre muitos. Se cada edifício tivesse painéis solares nos seus telhados isso sim era de valor para todos	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120844	Discordância	O PSZAER levanta inúmeros problemas e questões que não estão esclarecidas e que elenco no documento anexo por falta de espaço nesta caixa. Em resumo: 1) Como será resolvida integração na rede eléctrica de fontes energéticas intermitentes ou como será feito armazenamento e transporte da energia produzida, com todos os riscos que comporta para a estabilidade da REN e com todos os efeitos nocivos relacionados com a instalação, circulação e ligação à rede com impactos acrescidos na disrupção da vida rural e do turismo rural; adicionalmente as baterias apresentam também inúmeros pontos negativos, desde a produção. à instalação e à substituição e reciclagem; 2) Porque continua a ser equacionada a instalação de paneis em solos agrícolas ou florestais, com aumento local da temperatura (1,5ºC ou mais), perda de massa vegetal e biodiversidade e impacto visual e social - a instalação devia resumir-se a terrenos industriais e telhados de edifícios ou coberturas de parques de estacionamento; 3) Não é feita menção detalhada, crítica e objetiva ao ciclo de vida dos equipamentos (eólicas e painéis) nomeadamente no que concerne à sua reciclagem, dificuldades inerentes à mesma, riscos de poluição do solo e águas superficiais e profundas com metais pesados e outros poluentes; 4) Todo o processo não é transparente e não sabemos quem quer explorar nem quem beneficia da destruição dos ecossistemas, mas certamente não serão os habitantes locais nem quem visita os territórios afetados; 5) Os impactos na saúde humana e na fauna e flora são minimizados nos documentos e não sabemos como serão atenuados, uma vez que são bem conhecidos e de difícil mitigação: destruição de floresta e solo agrícola, aumento do risco de incendio pelo aquecimento dos inversores dos painéis, aumentos de temperatura nos locais de instalação dos painéis com alteração de microclimas, riscos de poluição dos solos e agua durante o tempo de instalação e funcionamento, aumento do ruído local pelos inversores e pelas turbinas eólicas, que nas proximidades geram valores superiores ao recomendado (e de forma mais importante no caso das eólicas, pois durante a noite geram ruído superior ao recomendado e infrassons que causam mal-estar, cefaleias, problemas de sono e perturbações psicológicas com impactos graves na saúde	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120843	Discordância	Não sendo especializado nos temas em discussão, apenas posso dar a minha opinião como pessoa e habitante de Portugal. Todos sabemos que uma estratégia energética nacional / europeia é importante. O melhor exemplo para melhor percebermos o que realmente está em causa é imaginar que tipo de país, região, localidade escolhemos quando vamos de férias? Para não falar em viver porque, nesse aspecto, imagino que os decisores já estejam confortáveis. Qualquer mega instalação deveria estar longe da vista e do coração. Muito longe. Especialmente num país pequeno, com tanta tradição - que todos, tanto e tão bem falam, e turístico como o nosso. Há muito espaço no país para implementação de soluções sem terem de estar em cima das populações - que, supostamente, deveriam expandir-se no futuro mas, assim, vêem o território reduzido.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120842	Discordância	A transição energética deve ser feita de forma ponderada e controlada. Não não ceder a jogos de poder quando o que está em questão é a nossa natureza. Existem muitas formas de planear esta transição, como per exemplo, colocação de painéis em telhados de casas prédios centros comerciais, parques de estacionamento, escolas e universidades, etc...	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120841	Discordância	Destruir a pouca área verde Portuguesa não é o caminho, nem é energia verde Não queremos estes projetos, não queremos transição energética nenhuma, queremos o decrescimento, queremos uma vida sustentável e um planeta vivo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120840	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão residente na Serra da Estrela, venho por este meio manifestar a minha oposição firme à criação de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) nos moldes propostos, rejeitando categoricamente qualquer facilitação, simplificação ou isenção de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para a instalação de centrais solares e parques eólicos. A minha posição baseia-se na experiência real de quem vive com um parque eólico já implementado nos limites da sua aldeia, em pleno Parque Natural, e que diariamente sofre as consequências da falta de planeamento e de salvaguarda das populações: Exigência Absoluta de Estudos de Impacto Ambiental (EIA): É inadmissível que o PSZAER proponha acelerar projetos dispensando ou aligeirando os estudos de impacto. Quer se trate de aerogeradores gigantescos ou de milhares de painéis solares que ocupam áreas massivas de solo, estas tecnologias têm impactos biofísicos profundos. Exijo que nenhum projeto de energia renovável seja instalado sem um processo de Avaliação de Impacto Ambiental completo, rigoroso, independente e específico para cada local. O Impacto Real das Eólicas (A Experiência Local): Como residente na Serra da Estrela, sinto na pele o que o facilitismo ambiental provoca. O impacto visual na nossa paisagem de montanha é devastador e o ruído provocado pela deslocação das pás dos aerogeradores é constante e assustador, perturbando gravemente o descanso e a saúde mental da	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120839	Discordância	Não aceito, nem concordo com este projecto! Trata-se de uma falsa transição energética. Vem contribuir grandemente para o aumento significativo das temperaturas nas regiões onde forem colocados os painéis. Eis alguns dos motivos: 1. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. 4. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. 5. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120838	Discordância	Não existe energia verde se implica destruir ecossistemas e florestas inteiras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120837	Discordância	Remeto a minha opinião de discordância para o parecer da Quercus sobre esta questão.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120836	Discordância	Impacto negativo nos concelhos afetados, tanto a nível de população local como a nível ambiental. Não são parques solares e/ou eólicos que vão evitar a desertificação do interior, pelo contrário, irão contribuir para agravar o problema (aumento do preço de terrenos, desvalorização de habitações existentes, perda de habitats, etc.).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120835	Discordância	Devemos apostar nas energias renováveis, mas não à custa da destruição de uma floresta que faz parte da nossa história, da nossa paisagem e que é um habitat importante para tantas espécies. Existem alternativas mais adequadas, como a instalação de painéis em telhados de edifícios, zonas industriais ou outros terrenos já degradados, sem colocar em risco um património natural tão importante. É crucial que a Mata Nacional de Leiria seja preservada e que sejam procuradas soluções que conciliem a produção de energia limpa com a proteção da natureza. O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) não é um erro, é uma aberração criada por entidades que compreendem bem o sentido da vida e almejam exponenciar os dividendos de acionistas, que maioritariamente vive em países mais desenvolvidos que Portugal e que empurram para nós algo que não querem nos seus países.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120834	Discordância	A construção de centrais solares na zona interior do país, com uma população mais envelhecida, vai aumentar ainda mais a sua mortalidade, fruto do consequente aumento da temperatura e da deterioração da qualidade do ar derivada da desflorestação, sendo esse evidente aumento da mortalidade claramente um crime que pode e deve ser imputado aos promotores do programa, com recurso aos tribunais. Para quem quer ver, a solução não passa por construir em espaços rurais/florestais mas sim pela ocupação de todos os espaços que não impliquem abate de árvores tais como: telhados de TODAS as edificações, cobertura obrigatória de todos os parques de estacionamento, espaços livres das estradas/auto-estradas/vias férreas, plataformas marítimas/fluviais.(barragens). Por ser mais invasiva que a energia eólica e porque a energia hídroelétrica pressupõe também a retenção de um bem supremo, a energia solar deve ser complementar a elas e produzida com base na estricta necessidade. O PSZAER tem de ser reformulado, de forma a que nenhuma árvore seja abatida, que nenhuma área seja tornada estéril, que as paisagens negras sejam inexistentes e as construções confinadas e dispersas, que não se criem depósitos extensivos de sucata e que todos possamos viver com qualidade a vida efémera que fomos presenteados todos os que tivemos a sorte de nascer.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120833	Discordância	Venho por este meio expressar a minha oposição à inclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas zonas para energias renováveis do programa PSZAER. Esta região é um tesouro natural protegido, com paisagens montanhosas de inestimável valor que merecem ser preservadas. A instalação de grandes unidades de produção solar e eólica irá comprometer este património, degradação que não deve ser subestimada. Além disso, a falta de uma avaliação de impacto ambiental (AIA/EIA) rigorosa para este projeto é alarmante. Precisamos garantir que as nossas escolhas energéticas não coloquem em perigo a biodiversidade local e afetem a qualidade de vida das populações. Em vez de desvirtuar a Serra da Gardunha, sugiro que aproveitemos os telhados e as áreas urbanas já construídas. Solicito, assim, a exclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa da lista de zonas aceleradas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120832	Discordância	Acho incompreensível que se sacrifiquem ecossistemas naturais para cumprir com objetivos ditos sustentáveis. Há outras formas... Por exemplo: Não concordo que terrenos sejam utilizados para a colocação de painéis. Existem outras alternativas... como colocar em telhados de fábricas ou estacionamentos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120830	Discordância	Uma transição energética que, na sua razão de ser, quer contribuir para um planeta mais verde, mais sustentável, onde seja equilibrado viver JAMAIS se poderá fazer com a destruição da paisagem, de ecossistemas, de territórios que são habitados por vida. As entidades responsáveis por pareceres de impacto ambiental e os profissionais já se pronunciaram com os argumentos científicos necessários para impedir quer o nosso território seja barbaramente destruído. Como cidadã rejeito este modelo de desenvolvimento que nada tem de respeito pelo território, a Vida e as populações em especial a implantação em lugares de território natural. O foco do desenvolvimento e da nossa contribuição para um futuro comum mais justo e verde tem de ser REFLORESTAR, REFLORESTAR E REFLORESTAR. Subscrevo todos os argumentos apresentados pela Rewilding Portugal. Deixando aqui apenas o reforço da necessidade priorizar soluções descentralizadas- autoconsumo, comunidades de energia- e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120829	Discordância	Somo também natureza. Quando todos nos recordarmos disto não haverá mais necessidade de nos lembrarmos uns aos outros disto. Discordo deste programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120828	Discordância	Não concordo com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porque considero que o combate às alterações climáticas exige uma expansão das energias renováveis, mas essa expansão deve ser planeada de forma inteligente e equilibrada. A produção de energia limpa não deve implicar a destruição de ecossistemas naturais quando existem alternativas viáveis em áreas já artificializadas. A verdadeira sustentabilidade exige conciliar a descarbonização com a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, dos recursos hídricos e da paisagem, da fauna e flora garantindo que a solução para um problema ambiental não cria outros de igual ou maior gravidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120827	Discordância	Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1) Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2) Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120826	Discordância	Discordo do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. U O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). O plano deverá ser revisto para incluir: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Sou natural da zona do pinhal interior. Conheço a força da vegetação nesta zona. Conheço a dificuldade de conter a vegetação nesta zona. A manutenção dos terrenos limpos de zonas de solar fotovoltaico tem custos muito elevados. Limpar de 60 em 60 dias terrenos? Com inclinação acentuada?	Obrigada pela sua participação.
120825	Discordância	Estão a pensar usar glifosato 4 vezes por ano? Sugestão: Substituir telhados por telhas FV de dimensão considerável com três funções: FV, isolamento térmico, colher a água. NAS ZONAS URBANAS, NOS TELHADOS, NUNCA HÁ CUSTOS DE MANUTENÇÃO COM LIMPESA DO TERRENO. Além disso, o custo de substituição dos telhados podia, em parte, ser pago pelos proprietários que ficavam com um telhado novo para 30 anos.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120824	Discordância	Sou totalmente contra a esta mancha terrível que assola todo o País e em particular a Beira Baixa - Castelo Branco.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120822	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120820	Discordância	Sou completamente a favor das energias renováveis, tenho painel solar e painéis fotovoltáicos todos os cuidados possíveis e recomendados com o meio ambiente e a sua preservação. Contudo, face às novas tendências de cobrir montes com painéis solares com a justificação da necessidade de produção de energia a partir de energias renováveis, sou completamente contra. Estamos a destruiri habitats naturais e ecossistemas, a tornar as paisagnes horriveis, transformando os montes verdes em montes espelhados, reduzindo a área de árvores, implicando o abate de muitas e algumas de espécies protegidas, diminuido a produção de oxigénio e tornando as zonas mais quentes. Todas as casas, todos os edifícios, todas as empresas, todos os telhados de espaços comerciais, todos os telheiros de parques de estacionamento, todas as zonas exteriores das barreiras sonoras das autoestradas podem ser acompanhadas de uma fila de painéis que não ficam visíveis da autoestrada e acompanham uma estrutura já existente, tornando o impacto reduzido e outras possibilidades não referidas aqui, são possibilidades para colocação de painéis. E se o intuito fosse realmente a utilização das energias renováveis de forma correta, sem interesses económicos, sem manipulações e sem canalisar apenas para quem se serve destes temas para enriquecimento, os estudos de impacte ambiental seriam respeitados, as opiniões dos ambientalistas seriam ouvidas. Se todas as áreas referidas atrás fossem realmente aproveitadas, teriamos uma grande área a nível nacional, sem nenhuma destruição, sem interesses económicos ou pelo menos reduzindo-os muito. Neste momento, quando passo para Albergaria-a-Velha a paisagem que tenho é desoladora...não é uma decisão de um país desenvolvido, nem de pessoas que estudaram para proteger o meio ambiente. Gostava de ver tomadas medidas de facto positivamente impactantes a curto, médio e longo prazo!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120819	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho da Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120818	Discordância	Manifesto a minha total oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que este programa privilegia a rapidez da implementação em detrimento da proteção do território, do ambiente, da paisagem e da qualidade de vida das populações. A criação de zonas de aceleração não pode servir para facilitar a instalação massiva de grandes centrais de produção de energia sem uma avaliação rigorosa dos seus impactes cumulativos. O território português já suporta uma pressão crescente de projetos de energia renovável, muitos dos quais afetam áreas agrícolas, florestais, ecossistemas sensíveis, património natural e cultural e atividades económicas tradicionais. É inaceitável que, em nome da transição energética, se comprometam valores ambientais e sociais igualmente essenciais. A descarbonização não pode justificar a industrialização da paisagem nem a perda irreversível de recursos naturais. Defendo que a prioridade deve ser dada ao aproveitamento de áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques empresariais, zonas industriais, parques de estacionamento, pedreiras desativadas e outros terrenos degradados, evitando a ocupação de solos agrícolas, florestais e de elevado valor ecológico. Considero ainda que esta proposta não demonstra, de forma suficientemente clara, que foram ponderados todos os impactes sobre as populações locais, a biodiversidade, os recursos hídricos, a paisagem e a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120817	Discordância	Não concordo com a proposta	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120816	Discordância	Tópico para fazerem a vossa participação: Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a:	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120815	Discordância	Todas as propostas devem carecer de uma avaliação de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120812	Discordância	Estou de acordo com o parecer da Quercus relativamente aos seguintes pontos: Exclusão indevida da Reserva Ecológica Nacional (REN) como condicionante, sem fundamentação técnica que justifique este recuo face a versões anteriores da metodologia; Persistência do modelo “first come, first served” na atribuição de capacidade de rede (TRC), que permite que projetos imaturos ou puramente especulativos, os chamados “projetos zombie” que bloqueiam a capacidade remanescente, travando iniciativas mais maduras e com menor impacto ambiental; 68% da área identificada como ZAER corresponde a espaços florestais, sobretudo eucaliptais e pinhais, cuja conversão implica perda de capacidade de sequestro de carbono, uma contradição direta com os objetivos climáticos que o próprio programa diz servir; Fragmentação dos perímetros eólicos: em 16,4% das áreas identificadas para parques eólicos, apenas parte das turbinas de um mesmo parque fica dentro do perímetro da ZAER, havendo casos em que, de 2.044 aerogeradores com potencial, apenas 73 estão integrados, o que dificulta o reequipamento das centrais existentes e empurra os promotores para novos projetos em áreas ainda intocadas; Ausência de limites máximos de potência ou área para os projetos elegíveis ao regime simplificado, o que pode abrir a porta a megaprojetos sem avaliação de impactes cumulativos;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120811	Discordância	Eu Paula Sofia Gomes Martins de Lisboa, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1. Perda de autonomia local: retiram poder às autarquias e às pessoas residentes — decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada, sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2. falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc.). Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. 3. risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando a agricultura e outras atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 4. turismo rural e turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos podem descaracterizar paisagens e reduzir o interesse de visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património natural e cultural. 5. perda de património e identidade: paisagens, rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais implantados na paisagem. 6. benefícios mal distribuídos: lucros, empregos e contratos ficam maioritariamente com grandes empresas; as comunidades locais recebem poucos benefícios e suportam quase na totalidade os impactos negativos. 7. especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços, prejudicando moradores e pequenos agricultores. 8. insuficiente avaliação ambiental e de saúde pública: a dispensa ou a redução de avaliações de impacto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120810	Discordância	A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais. O Plano de Ordenamento das Energias Renováveis deve respeitar os "sujeitos rurais" e respetivos territórios, "enquanto lugares vivos e habitados", rejeitando "a artificialização de vastas áreas naturais". Em alternativa aos grandes projetos, "uma política robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo individual e coletivo", a criação das "comunidades de energia renovável" e do "pequeno sistema agrovoltaico integrado".	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120809	Discordância	Discordo plenamente da destruição do nosso território para fins económicos externos a Portugal. Tenho um parque eólico na minha zona de residência e consigo dizer que a construção de parques eólicos não beneficiou ninguém em território português. Para além do impacto ambiental que tem. Podemos muito bem construir painéis solares para os telhados dos edifícios já existentes no país, sem necessidade de destruir o meio ambiente. O ambiente é o nosso bem mais rico e por isso tem de ser preservado, cuidado e respeitado.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120808	Discordância	discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120807	Discordância	A transição energética não pode ser pretexto para normalizar e aprovar crimes ambientais. Expresso aqui a minha indignação e afirmo que sou contra o avanço deste "projeto". NÃO à destruição de Portugal em prol de interesses privados!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120805	Discordância	Enquanto cidadã com profundas ligações à beira Interior, discordo profundamente da instalação de uma central fotovoltaica, em virtude de ir contribuir para a desertificação de um território que tem vindo a sofrer com o abandono das terras, envelhecimento das populações, emigração dos mais jovens, abandono das aldeias, em que também as alterações climáticas têm vindo a contribuir para o aquecimento deste território. Neste âmbito, o projeto que se quer implementar vem contribuir para o aumento significativo do aquecimento do clima, aliás comprovado pelos estudos de impacto ambiental, irá também contribuir para uma redução muito significativa do número de árvores autóctones que terá como consequência criar uma paisagem desértica, seca, mais quente e industrial devido à disseminação dos painéis solares por grandes extensões de terreno que hoje são habitat não só das populações, mas também dos animais selvagens e das aves. A transição para as energias renováveis não pode ser feita à custa da sua implementação em territórios extensos que destroem a paisagem rural e as populações locais sem que estas beneficiem da sua instalação. Pelo contrário, mesmo que traga mais emprego, este é apenas aparente uma vez que as consequências de ter uma central fotovoltaica à porta de casa, onde antes havia paisagem e pequenas hortas, será com certeza muito pouco atrativo para trazer cidadãos de volta a um território que, entretanto, se transformou num deserto industrial e árido do ponto de vista paisagístico. Com efeito, estas vertentes profundamente negativas também não permitirão a quem nos visita usufruir das belezas paisagísticas que este território já muito antigo tem para oferecer. Apelo, por isso, que antes de qualquer tomada de decisão, ouçam os decisores locais , as associações ambientalistas, os autarcas, as populações locais, porque em conjunto e em diálogo serão encontradas soluções alternativas que passam por estabelecer um compromisso entre o progresso que é necessário e o equilíbrio de um território que é preciso preservar, sem o ferir na sua essência, salvaguardando a sua paisagem, a sua cultura, as suas populações autóctones e as que pretendam vir a fixar-se, assim como a sua vida selvagem. Sem estas condições básicas asseguradas o progresso será uma miragem do qual apenas alguns, como as grandes empresas, virão a beneficiar, sendo que o empobrecimento do território será uma certeza absoluta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120804	Discordância	Estudos mostram que estes gigantescos parques de paneis solar provocam o aquecimento global. Além disso, são uma visão muito desagradável!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120803	Discordância	Concordo com a transição energética mas não à custa da destruição da natureza e zonas rurais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120802	Discordância	Não às Megas centrais de painéis solares que mal planificadas, estruturadas, localizadas e implementadas acarretam impacto ambiental, impacto na saúde humana, na economia local e nos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120801	Discordância	A criação deste Programa não é uma mais valia para a economia portuguesa a médio/longo prazo, uma vez que compromete a saúde das gerações vindouras, causa destruição da paisagem natural, dos ecossistemas e promove o lucro desenfreado e não sustentável da indústria de energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120800	Discordância	Digo não às Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). De acordo com as informações divulgadas e análises avançadas por Grupos de Cidadãos e Associações Não Governamentais, os impactos que este plano poderá ter no território, na paisagem e nas comunidades é mais negativo do que positivo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120799	Discordância	Como país devemos defender uma transição energética justa, equilibrada e construída com os territórios, não imposta e destruindo a economia e a paisagem local, que em muitos destes locais rurais do nosso território, é fator diferenciador e fulcral na coesão do território e do seu povo. O país não pode ser seccionado em regiões industriais de produção energética, independentemente das "vantagens" que possam trazer, as desvantagens são claramente superiores. Defendo um planeamento energético sustentável, equilibrado e respeitador das comunidades. Portugal merece uma transição energética que proteja o território, valorize as pessoas e garanta um futuro saudável e sustentável para as próximas gerações.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120798	Discordância	Não concordo com a utilização de terra fértil para a instalação de painéis fotovoltaicos, visto que existem outras alternativas mais viáveis, tal como parques de estacionamento e topos de edificios públicos e privados. Que não colocam em causa a nossa reserva de terrenos agricolas e ainda trazem beneficios acrescidos para os utilizadores destes espaços e poupança em isnatalação e infraestruturas de transporte de energia recolhida do Sol.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120797	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120796	Discordância	Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a aceleração da instalação de grandes projetos energéticos não pode sobrepor-se à proteção dos ecossistemas, da paisagem, das comunidades locais e da biodiversidade. A transição energética é indispensável para enfrentar as alterações climáticas. No entanto, não deve servir de justificação para a ocupação intensiva do território, para a degradação de áreas naturais ou agrícolas, nem para a diminuição da participação pública nos processos de decisão. A urgência da descarbonização não pode significar menor rigor na avaliação dos impactos ambientais e sociais. É essencial privilegiar soluções que reduzam a pressão sobre os ecossistemas, como o aproveitamento de áreas já artificializadas, edifícios, zonas industriais e infraestruturas existentes, em vez da ocupação de espaços naturais, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico. Preocupa igualmente a possibilidade de concentração dos benefícios económicos em grandes operadores, enquanto os custos ambientais e sociais recaem sobre as populações locais, comprometendo atividades como a agricultura, o turismo de natureza e a qualidade de vida das comunidades afetadas. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto de forma a garantir uma avaliação ambiental mais exigente, uma verdadeira participação das populações e das autarquias, a exclusão de áreas ecologicamente sensíveis e a adoção de um modelo de transição energética que concilie a produção de energia renovável com a conservação do património natural e o respeito pelos territórios e pelas pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120794	Discordância	Para variar, o ecocidio mascarado de progresso e transição energética!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120793	Discordância	Descarbonizar cortando àrvores não faz qualquer sentido.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120792	Discordância	Discordo totalmente com a destruição da paisagem natural portuguesa e seus recursos com a instalação de fontes de energia renovável quando nem sequer é para beneficiar as populações locais. Aproveitem as coberturas de edifícios e de parques de estacionamento urbanos para esse fim e que sejam as populações/empresas locais a beneficiarem dessa energia.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120791	Discordância	Não concordo em absoluto com a destruição da Natureza, nomeadamente o abate de árvores para a implementação de energias renováveis, chamadas de verdes ,mas que de verde nada têm.... Devemos proteger a natureza e não destruí-la principalmente árvores protegidas por lei que tanto os nossos antepassados estimaram e plantaram para que nos as tivéssemos agora . Quanto menos árvores tivermos e quanto mais os ecossistemas e a biodiversidade fôr destruída como vocês querem fazer ,piores e mais elevadas temperaturas teremos ! Apliquem os painéis solares nos telhados , são tantos,ou nos telheiros dos estacionamentos, ou até nos separadores das autoestradas ....existem tantas possibilidades mais viáveis....	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120790	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a) Presidente da Comissão de Avaliação / Diretor-Geral de Energia e Geologia, Na qualidade de cidadão(ã) preocupado(a) com o ordenamento equilibrado do território, a sustentabilidade ecológica e a salvaguarda das populações locais, venho apresentar a minha objeção formal e fundamentada à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). 1. Da Descaracterização Territorial e Escala Desproporcional (O Caso de Vila Velha de Ródão) A delimitação geográfica prevista nas propostas do designado "Mapa Verde" peca por uma total ausência de sensibilidade à escala dos projetos face aos ecossistemas locais. A previsão de cerca de 1800 hectares destinados a painéis solares no concelho de Vila Velha de Ródão até 2030 representa uma ocupação massiva de solo que desvirtua por completo a matriz biofísica, florestal e agrícola da Beira Baixa. A conversão de vastas extensões de território numa monocultura de espelhos fotovoltaicos compromete de forma irreversível os ativos económicos tradicionais — nomeadamente a agricultura de sequeiro, a olivicultura, a atividade silvopastoril e o turismo de natureza —, setores que dependem intrinsecamente da integridade paisagística da região. 2. Do Efeito de Ilha de Calor e Riscos para a Saúde Pública Estudos científicos internacionais alertam para o efeito de "ilha de calor fotovoltaica" (Photovoltaic Heat Island effect), demonstrando que a instalação maciça e concentrada de painéis solares induz um aumento significativo da temperatura ambiente local no seu perímetro e áreas circundantes (estimado em até +4 °C em cenários de grande densidade). Numa região que já regista, de forma recorrente, temperaturas estivais severas e ondas de calor prolongadas, este acréscimo microclimático constitui um risco inaceitável para a saúde pública. Os principais afetados por esta alteração térmica forçada serão os grupos populacionais mais vulneráveis — designadamente idosos, crianças e doentes crónicos —, agravando a pressão sobre os serviços locais de saúde e diminuindo drasticamente a habitabilidade do território. 3. Da Eliminação de Garantias Ambientais e Supressão de Estudos de Impacto A essência conceptual das Zonas de Aceleração (ZAER), tal como exposta no documento programático, assenta numa flexibilização procedimental extremamente perigosa. Ao propor a dispensa, simplificação ou eliminação prática de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e socioeconómicos detalhados para projetos inseridos nestas áreas, o PSZAER	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120789	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120788	Discordância	Manifesto a minha oposição à instalação de projetos de energias renováveis quando estes impliquem impactos negativos significativos na natureza, na fauna, nos recursos hídricos, na paisagem e no património natural e cultural. Considero que a proteção da biodiversidade, dos habitats, dos animais, das linhas de água, dos solos e das florestas deve ser uma prioridade. O desenvolvimento de qualquer projeto deve respeitar o equilíbrio dos ecossistemas e garantir a preservação dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras. Defendo que o progresso não deve ocorrer à custa da destruição da natureza ou da degradação do património ambiental. É essencial que qualquer decisão coloque em primeiro lugar o respeito pela vida, pela água, pelos animais e pela conservação do património natural.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120787	Discordância	A transição para as energias renováveis não pode ser feita à custa da industrialização dos espaços rurais sem consideração pelos habitantes locais e as espécies de flora e fauna que existem e às quais se deve ter o máximo de respeito.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120786	Discordância	A "transição verde" deixa de ser uma transição verde quando implica a destruição de florestas e habitats naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120785	Discordância	Discordo totalmente na descaracterização de Portugal quanto a flora e culturas tendo em conta a colocação de instrumentos de captação de energias renováveis . É importante preservar a nossa natureza e respeitada tanto quanto nos pessoas que vivemos no interior	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120784	Discordância	Junto se anexa a participação do Município de Silves	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120783	Discordância	Não há pior estratégia para combater o aquecimento global, que eliminar vegetação. Estes parques obrigam a destruir enormes áreas de vegetação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120782	Discordância	Este projeto é prejudicial por questões socioeconómicas e ecológicas. Podemos e devemos tornar o país mais verde plantando mais árvores e não destruindo. A solução energética deve passar pela DESCENTRALIZAÇÃO!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120781	Discordância	Não sou a favor de green energy que acaba por destruir as nossas florestas e habitats! Existe muita habitação para pôr painel solar!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120780	Discordância	Este PSZAER abre caminho para que se continue a destruição do Alentejo e das serras do Interior de Portugal, sem critério adicional, sem que os cidadãos sejam ouvidos, e sem supervisão de organismo independente.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120779	Discordância	Agora a pressão capitalista torna se mais evidente do que a consciencialização energética, o nosso território não pode ser destruído em prol de uma moda que será rapidamente ultrapassada	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120778	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120777	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Vivemos uma época em que o próprio paradigma da sustentabilidade está a ser questionado. Já não basta "sustentar", isto é, manter o que existe e reduzir danos. Caminha-se para o conceito de regeneração, que incorpora os princípios da sustentabilidade, mas vai mais além: tem por objetivo deixar o território melhor do que o encontrámos. É por esta régua que proponho que o PSZAER seja avaliado. Um programa que ocupa de forma massiva solo produtivo e paisagem viva não regenera coisa nenhuma: consome, esgota e empobrece. Onde fica a soberania alimentar? As áreas propostas recaem sobre solos agrícolas em plena produção, em territórios de interior que já enfrentam desafios acrescidos, despovoamento, envelhecimento, falta de investimento. A estes territórios, que alimentam o país há gerações, propõe-se acrescentar um mar negro de painéis. É incomportável. Ocupar as terras que produzem alimento para produzir energia, quando há alternativas, é uma troca que não podemos aceitar. Como fica a nossa paisagem? A paisagem do Nordeste Transmontano ainda nos caracteriza precisamente pelo seu mosaico, a alternância de campos, matos, olivais, soutos, pastagens e povoamento disperso. É esse mosaico que sustenta a identidade, a memória e o valor do território. A instalação contínua e desordenada de grandes infraestruturas apaga esse mosaico e substitui-o por uma monotonia industrial. Como fica a biodiversidade local? Estamos na envolvente do Parque Natural do Douro Internacional, um território de valor natural raro, com avifauna rupícola de conservação prioritária e corredores ecológicos transfronteiriços. A biodiversidade local não vive só dentro das áreas classificadas, vive também no mosaico agrícola que a rodeia. Fragmentar e ocupar esse espaço é comprometê-la diretamente. E como vamos, então, desenvolver o território? Se o futuro do interior passa pelo turismo de natureza, pela paisagem, pelos produtos da terra e por uma agricultura de qualidade, este programa retira-nos precisamente aquilo em que assenta esse futuro. Ao ocupar o solo e a paisagem, está a fechar caminhos de desenvolvimento, não a abri-los. Por outras palavras, está a anunciar a morte antecipada destes territórios. Acresce uma questão de proporção que o programa não justifica. Porquê marcar cerca de 7% do território	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120776	Discordância	Sou 100% contra a colocação de painéis solares. Considero que, em muitos casos, o impacto na paisagem, na ocupação do solo e nos ecossistemas não compensa os benefícios apresentados. Defendo que as decisões sobre este tipo de projetos devem respeitar o ambiente, o património local e a vontade das comunidades, privilegiando soluções energéticas que conciliem sustentabilidade com a preservação do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120775	Discordância	NÂO CONCORDO; CHEGA DE DESTRUIR ESPAÇOS VERDES;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120774	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadão / cidadã) do concelho de XXX, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120773	Discordância	Discordo das medidas. É um atentado ecológico, à geografia, à população, ao país e o que faz Portugal ser Portugal. Já chega de vender o país e os seus recursos por meia dúzia de trocos. Cuidem e apostem na qualidade de vida, de território. Existem mil e outras formas do país crescer e melhorar economicamente. Colaborem mais com a população e menos com os monopólios e os nichos capitalistas. Bora cuidar, proteger e preservar, estar à frente no mundo pelas melhores razões, sem florestas, sem praias, sem água de qualidade, Portugal deixa de ser o cantinho maravilhoso que é. Sejam responsáveis, criativos e ajam com amor e menos ganância.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Manifesto a minha discordância relativamente à proposta de Programa Sectorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, solicitando que a mesma não seja aprovada na sua actual formulação.	Obrigada pela sua participação.
		Esta posição não constitui uma oposição à transição energética nem à produção de energia a partir de fontes renováveis. Pelo contrário, uma transição energética verdadeiramente sustentável exige planeamento rigoroso, redução efectiva de emissões, protecção da biodiversidade, salvaguarda das paisagens e participação das populações. A urgência climática não pode ser utilizada para justificar uma redução das garantias ambientais ou a transformação de extensas áreas rurais e naturais em territórios previamente disponibilizados para ocupação industrial.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120772	Discordância	O principal problema da proposta reside na utilização de uma cartografia nacional, indicativa e sem delimitação territorial precisa, para identificar áreas onde os projectos poderão beneficiar de procedimentos de licenciamento acelerados e, em determinadas condições, da dispensa do procedimento ordinário de Avaliação de Impacte Ambiental. Uma análise realizada a esta escala não permite avaliar adequadamente os impactes da implantação concreta dos aerogeradores, painéis solares, acessos, plataformas, linhas eléctricas, subestações e restantes infra-estruturas. Também não substitui levantamentos de campo sobre habitats, espécies, recursos hídricos, solos, património, ruído e paisagem.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		É particularmente preocupante que o mapeamento tenha partido do denominado «Cenário A», apresentado na documentação como o cenário menos restritivo. Num programa destinado a reduzir os procedimentos de controlo ambiental posteriores, deveria ter sido adoptada uma abordagem especialmente prudente, baseada no princípio da precaução e na demonstração inequívoca de baixa sensibilidade ambiental.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120771	Discordância	Toda e qualquer intervenção no território específica que ocupe grandes áreas deve auscultar a população para além das consultas públicas. Devem ser criados mecanismos de participação efetivos em que a população destas áreas em questão seja realmente ouvida e a sua opinião seja realmente tida em conta. Para além da obrigatoriedade de pareceres das entidades competentes, as juntas de freguesia, as Câmaras e as associações locais deveriam ter uma palavra a dizer. Para estes territórios defendo a criação de pequenas comunidades energéticas autogeridas como funcionam atualmente os baldios para satisfazer as necessidades de cada aldeia e dotá-las de autonomia energética, com instalação de pequenos parques eólicos, solares e moinhos de água energéticos. A prioridade no espaço a ocupar pelos painéis solares e eólicas deveria ser os telhados das cidades, alugando-os, como fazem as telecomunicações, que contribuem mais para as alterações climáticas, para impermeabilização do solo que infiltra menos água nos lençóis freáticos e que consomem mais água. Todos os edifícios públicos deveriam ser cobertos por painéis solares, toda a extensão das auto-estradas, separadores, bermas poderiam ser usadas para instalar painéis solares, as ciclovias poderiam ter cobertura com painéis solares. É urgente procurar alternativas. As eólicas poderão ser instaladas no mar, aproveitando também a energia das ondas gerada por baixo da estrutura. Os painéis e as eólicas não deviam ser instalados em grandes extensões de terreno alterando completamente a paisagem, poderiam em alguns casos criar sombra para o gado, ajudar a bombear água para a rega, os painéis poderiam ser translúcidos para permitir agricultura por baixo dos painéis e diminuir a temperatura do solo e diminuir a necessidade de água para rega. Outra questão importante é a soberania nacional. A energia produzida em Portugal deve ser consumida em Portugal e se se produz em excesso isso deve-se refletir na diminuição do seu custo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120770	Discordância	Caro responsável pela consulta, Venho por este meio expressar a minha oposição à inclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis, como proposto no PSZAER. Esta região alberga ecossistemas preciosos, que são lar de várias espécies ameaçadas, como o abutre-preto, a águia-imperial, o lince-ibérico e o lobo-ibérico. A construção de grandes parques solares e eólicos não só destruiria habitats vitais, mas também prejudicaria a biodiversidade, colocando em risco a vida de muitos seres que dependem destes ecossistemas. Além disso, os impactos na qualidade de vida da população, com a queda dos valores das propriedades próximas a estas indústrias, e o efeito devastador que a desfiguração da paisagem teria no turismo de natureza, são preocupações sérias. Os cereja do Fundão, as trilhas montanhosas e as vilas históricas são tesouros que atraem visitantes e sustentam economias locais. Peço, assim, a exclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa das zonas de aceleração.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120769	Discordância	Não estou de acordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120768	Concordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Christine Gewehr Montinho do Vale Brique 7630-536 Sao Martinho das Amoreiras Passaporte: C4W1Y14V2	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120766	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) no concelho de Castelo Branco. Embora reconheça a importância da transição energética e a necessidade de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que a proposta apresentada não garante um equilíbrio adequado entre os objetivos energéticos e a proteção dos valores ambientais, paisagísticos, agrícolas e socioeconómicos do território. A elevada expressão territorial das áreas previstas para implantação de projetos renováveis suscita preocupações quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na biodiversidade, na atividade agrícola e florestal e na qualidade de vida das populações. Veja-se o exemplo das áreas previstas em redor da cidade de Castelo Branco ou a projetado para a Serra da Gardunha. O concelho de Castelo Branco possui património natural, cultural e económico que deve ser preservado e valorizado. A concentração de grandes infraestruturas energéticas poderá comprometer atividades fundamentais para o desenvolvimento local, nomeadamente a agricultura, o turismo de natureza e a fixação da população em meio rural. Entendo, igualmente, que qualquer processo de planeamento desta dimensão deve envolver uma maior articulação com os municípios e comunidades locais, assegurando que as decisões reflitam as especificidades do território e respeitem os instrumentos de gestão territorial existentes. Assim, manifesto a necessidade de revisão da proposta para o concelho de Castelo Branco, de forma a assegurar uma transição energética equilibrada, justa e compatível com a proteção dos recursos naturais e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120765	Discordância	As energias renováveis desempenham um papel importante na transição energética, contribuem para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e da dependência de combustíveis fósseis. O seu desenvolvimento é essencial para cumprir os objetivos de descarbonização e combater as alterações climáticas. Contudo, a sua instalação deve ser cuidadosamente planeada para evitar impactos negativos sobre o ambiente e as populações locais. A ocupação de áreas de elevado valor ecológico, de solos agrícolas produtivos ou de habitats sensíveis pode provocar perda de biodiversidade, fragmentação de ecossistemas e degradação da paisagem. Da mesma forma, projetos de grande dimensão podem afetar a qualidade de vida das comunidades, limitar atividades económicas tradicionais, como a agricultura e a pastorícia, e gerar conflitos relacionados com o uso do território. Considero que as zonas rurais desempenham um papel fundamental na preservação do património natural, da biodiversidade, da produção alimentar e da identidade cultural de um país. As populações que nelas vivem são frequentemente as principais responsáveis pela gestão sustentável da paisagem, das florestas, dos recursos hídricos e dos sistemas agrícolas tradicionais. Consequentemente, a sua permanência e qualidade, sem perturbar o seu modo de vida constituem um fator essencial para a conservação destes territórios. Este projeto pode agravar as dificuldades existentes quando não consideram as especificidades como envelhecimento da população, a escassez de serviços públicos, a falta de oportunidades de emprego e o reduzido investimento em infraestruturas, a perda da biodiversidade e alteração dos ecossitemas. As restrições ao uso do solo, limitações à atividade agrícola ou florestal, aumento de exigências burocráticas ou imposição de normas sem mecanismos de compensação podem reduzir os rendimentos das famílias, comprometer a viabilidade das explorações agrícolas e incentivar ainda mais o abandono do território. Este abandono pode, paradoxalmente, produzir consequências ambientais negativas, perda de mosaicos agrícolas tradicionais e diminuição da biodiversidade associada à agricultura extensiva. Todos nós temos aprendido na escola e através das campanhas ambientais que, proteger as zonas rurais significa proteger simultaneamente os ecossistemas e as pessoas que deles dependem. Políticas públicas eficazes devem ser ambientalmente responsáveis, mas também socialmente justas e economicamente sustentáveis, assegurando que a transição ecológica não aumente as desigualdades territoriais nem acelere o	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120764	Discordância	Pronúncia sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do PSZAER. Defendo a transição energética e reconheço a importância das energias renováveis para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, essa transição não pode servir de justificação para acelerar projetos que impliquem a destruição de ecossistemas, da paisagem, do património natural ou da qualidade de vida das populações. Em particular, manifesto a minha firme oposição à exploração mineira associada à obtenção de matérias-primas para a transição energética, quando esta coloca em risco recursos naturais essenciais, como a água, os solos, a biodiversidade e a atividade agrícola e florestal. A necessidade de minerais críticos não deve justificar a degradação irreversível de territórios que constituem um património ambiental e social de elevado valor. A criação de zonas de aceleração não pode significar uma redução do rigor na avaliação ambiental, nem facilitar projetos de mineração através de procedimentos mais céleres que limitem a análise dos seus impactos. A exploração mineira é uma atividade com efeitos potencialmente duradouros sobre o território, devendo ser sujeita ao mais elevado nível de escrutínio técnico, científico e de participação pública. Preocupa-me igualmente a possibilidade de concentração de infraestruturas energéticas e de atividades extrativas nas mesmas regiões, potenciando impactos cumulativos sobre os ecossistemas, os recursos hídricos, a paisagem e as comunidades locais. Estes efeitos devem ser avaliados de forma integrada e não projeto a projeto, isoladamente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120763	Discordância	Estou contra esta dita aceleração da implantação das áreas de energias renováveis no nosso território.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120762	Discordância	Considero que o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER), é prejudicial para o equilíbrio dos ecossistemas envolventes causando fortes impactos na natureza e nas populações quer em termos ecológicos quer socioeconómicos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120761	Discordância	A transição energética é urgente, mas a pressa na sua execução não pode justificar a degradação dos ecossistemas e a exclusão da participação pública. Apresento a minha discordância em relação ao modelo proposto no PSZAER	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120760	Discordância	A aceleração da transição climática não deve tomar espaços privados com fins habitacionais, agrícolas ou pastorícias, espaços de florestas autóctones e espaços próximos de comunidades locais por eventual poluição sonora. Devem ser privilegiados terrenos baldios, pertencentes ao Estado, com florestas de espécies maioritariamente exportadas, sempre longe de comunidades e privilegiados eventuais espaços privados com elevado impacto carbónico (ex. campos de golf). A avaliação ambiental feita por peritos independentes deve ser sempre considerada de extremo valor na decisão. São apenas alguns pontos de relevo para uma transição energética de forma sustentável e a pensar nas pessoas e ecossistemas existentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120759	Discordância	A proposta da PSZAER não pode transformar a transição energetica num processo de substituiçao de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais. Os ecossistemas naturais são uns dos maiores aliados das alterações climáticas atraves do sequestro de carbono, da regulaçao dos ciclos da agua, da proteção do solo e da manutençao da resiliencia dos territorios, pelo que a sua destruição em nome da produçao de energia renovavel constitui uma contradiçao com os proprios objetivos da transicao ecologica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120758	Discordância	Não me parece que esta transição deva ser feita á custa da degradação da pisagem e do patrimonio ambiental do país. Substituir a biodiversidade por aço??!!! faz algum sentido? destruir a natureza com a desculpa de protegê-la?? não posso estar de acordo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120757	Discordância	Acredito que hajam melhores locais para implementar este tipo de projetos. As energias renováveis são, sem sombra de dúvida o caminho a seguir, mas a custo da destruição da natureza já existente? A custo da biodiversidade? A custo das comunidades locais? Penso que se houver mais ponderação e bom senso chegar-se-á a uma conclusão óbvia, não vale a pena destruir aquilo que estamos a proteger para passar a imagem de que nos preocupamos com o meio ambiente. Há parque de estacionamento que têm dimensões para várias centenas de painéis solares e acesso a cabos de alta tensão, e necessidade de sombra. Tal como nas auto estradas, onde há espaço, infra estruturas, fácil acesso e necessidade de sombra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120756	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120754	Discordância	Discordo desta proposta. Portugal já usa bastante as energias renováveis e muito para centros de Inteligência Artificial. Não precisamos de mais, precisamos de eficiência, de mais literacia, mais sustentabilidade no seu verdadeiro significado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120753	Discordância	Discordo, não faz sentido nenhum este plano. A transição energética é essencial, mas não pode acontecer à custa da natureza que pretende proteger. Estas transições devem servir sim o interesse público e não interesses económicos. O que interessa acima de tudo é proteger a nossa fauna e a nossa flora, em prol do bem estar do ser humano.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120752	Discordância	Que se usem estruturas já existentes, como pavilhões industriais ou se criem coberturas de parques de estacionamento por exemplo... mas não se abdique dos terrenos rurais, agrícolas, florestais e verdes em geral. É impensável por um lado apelar à proteção ambiental e por outro acelerar a sua destruição. Que futuro querem para os vossos filhos e netos, senão mesmo para vós?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120751	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120750	Discordância	Discordo totalmente com o que estão a fazer com o património verde português. Estão a destruir habitats de animais, a fazer matanças de animais e abater árvores para a construção de painéis solares. Isso é tudo menos verde. Peço que sejam mais sensíveis, e que haja estudos e planeamento em relação ao nosso território verde português. Respeitem a natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120749	Discordância	Primeiro, a Avaliação de Impacte Ambiental permite transparência e protecção das áreas verdes, da Natureza. A permissão de licenciamento sem esta avaliação, remete logo para projectos com falta de transparência e esquemas gananciosos. Esta "energia verde" com instalações em massa (como se fosse uma monocultura) de parques solares e eólicas em zonas verdes, não é uma solução e não precisamos de mais zonas verdes a serem consumidas e extintas para a colocação destes parques quando já conhecemos alternativas, eficientes e eficazes, como a sua instalação em edifícios das cidades, pode ser de custo mais elevado, mas a melhor alternativa. Colocarmos os edifícios municipais ou outras estruturas nas cidades a produzir energia solar, é uma alternativa mais eficaz e a energia irá na mesma parar à rede. Discordo, profundamente, destas zonas de aceleração de centrais solares e eólicas, que irá por em risco paisagens naturais, principalmente sem uma avaliação de impacte ambiental, (que conveniente).	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120748	Discordância	Não concordo com a destruição de recursos naturais necessários para o combate natural às mudanças climáticas para se criarem mais áreas de geração de energia renovável. Existem várias alternativas que podem ser utilizadas que não afectem a nossa biodiversidade natural. Manifesto o meu total desacordo!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120747	Discordância	Não é necessário conhecimento académico especializado para compreender os impactos profundos e, muitas vezes, irreversíveis associados a projetos extrativos que programas de aceleração desta natureza vão permitir avançar sem grande escrutínio e envolvimento social. Existem inúmeros exemplos, em diferentes partes do mundo, onde comunidades, ecossistemas, recursos hídricos e paisagens foram sacrificados em nome de uma suposta solução. Ainda assim, enquanto cidadã portuguesa com raízes rurais, recém-graduada cuja investigação se centrou nas consequências do extrativismo, e parte de uma organização ambiental em contacto com comunidades afetadas por este modelo de exploração associado à transição verde, manifesto o meu parecer negativo. A assimetria entre quem beneficia e quem suporta os custos é preocupante: os impactos sociais, ambientais e territoriais recaem sobre as comunidades e sobre a sociedade em geral, enquanto os benefícios económicos são atribuídos a entidades privadas, seja através da comercialização dos nossos recursos naturais, ou de incentivos com dinheiros públicos. Por isso, oponho-me veementemente a este tipo de programas que, sob a bandeira das energias renováveis, promovem uma aceleração da exploração territorial sem garantir sustentabilidade - e refiro-me a sustentabilidade a sério, englobando todas as suas dimensões. A exploração de recursos naturais não pode ser justificada apenas por argumentos económicos quando os custos são coletivos e irreversíveis. A natureza, a água, a biodiversidade e a identidade dos territórios não podem ser reduzidas a uma lógica financeira. Isto não é desenvolvimento, nem pode ser apresentado como uma solução sustentável em nome de uma	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120745	Discordância	Este projecto preocupa-me, e não encontrei informação suficientemente acessível sobre o real impacto. Sendo a transição energética também precisa de proteger a natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120744	Discordância	Não quero ver a destruição de paisagem natural com fontes de energia renovável. Utilizem telhados e coberturas para esse fim e que essa energia seja depois usufruída por cada população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120743	Discordância	Discordo da promoção de megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como solução única para o cumprimento do PNEC2030. As soluções devem ser enquadradas com a proteção da biodiversidade e com o menor impacto possível, promovendo a inclusão dos afetados diretamente na discussão dos projetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120742	Discordância	Completamente em desacordo!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120741	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser concretizada à custa da qualidade de vida das populações, da destruição da paisagem, da biodiversidade, dos recursos naturais e da identidade dos territórios rurais. O concelho de Oleiros possui um elevado valor ambiental, paisagístico e cultural, que deve ser protegido e valorizado, e não transformado numa zona de concentração de infraestruturas energéticas de grande escala. Preocupa-me, em particular, a possibilidade de instalação excessiva de parques eólicos, centrais solares, linhas elétricas, subestações, acessos e outras infraestruturas associadas, sem uma avaliação rigorosa dos seus efeitos cumulativos. Estes projetos podem provocar artificialização e fragmentação do território, destruição de habitats, abate de vegetação, erosão dos solos, aumento da pressão sobre os recursos hídricos, perturbação da fauna e degradação irreversível da paisagem. Oleiros é um território já profundamente afetado por incêndios, despovoamento e fragilidade económica. A imposição de novos projetos, decididos longe das comunidades e com benefícios locais reduzidos, poderá agravar o sentimento de abandono e injustiça territorial. As populações não podem ser chamadas apenas a suportar os impactos, enquanto a energia produzida e os principais benefícios económicos são encaminhados para outras regiões. Considero igualmente inaceitável que a classificação como zona de aceleração possa conduzir à simplificação excessiva dos procedimentos de licenciamento ou à redução das garantias de avaliação ambiental e participação pública. A urgência da transição energética não deve servir de justificação para diminuir a transparência, o escrutínio público ou a proteção ambiental.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120739	Discordância	Como habitante da beira baixa, apresento a minha total discordância com esta proposta em causa. O PSZAER designa demasiada área natural do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, área esta muito superior à necessária para garantir produção de energia para o país. Estas áreas são zonas de grande valor ambiental, agrícola, paisagístico, muitas delas até económico para os seus proprietários. Esta proposta desvaloriza-os, ao retirar-lhes a proteção garantida pela Avaliação de Impacte Ambiental. Quem vive no interior sente na pele o impacto causado pelas decisões de quem nenhuma ligação tem a estes territórios, a artificialização dos espaços verdes naturais, a destruição das paisagens, o desrespeito pelas comunidades que querem lutar pela sua proteção. A transição energética deve dar preferência a espaços industriais abandonados, zonas já artificializadas, coberturas de infrastruturas de grande dimensão, etc. Peço que o programa seja bem revisto, que não haja qualquer isenção de Avaliação de Impacte Ambiental e, mais importante, que haja mais informação, mais detalhismo, mais comunicação com as populações afetadas, seja por assembleias municipais, esclarecimentos de dúvidas ou até mesmo referendos. Não aceitamos que o interior de Portugal, a nossa verdade, seja ignorada e sacrificada, como tem sido nos últimos anos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120738	Discordância	Considero que este projeto representa uma ameaça significativa ao património natural e à preservação das nossas zonas rurais. Numa altura em que as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas são desafios cada vez mais evidentes, é essencial que as políticas públicas tenham como prioridade a proteção e recuperação das áreas florestais, e não a sua ocupação ou transformação para outros fins. As verdes desempenham um papel insubstituível na captura de carbono, na conservação dos solos, na proteção dos recursos hídricos, na prevenção da erosão e dos incêndios, e na manutenção da biodiversidade. São também um património coletivo que deve ser preservado para as gerações futuras. Projetos desta dimensão devem ser avaliados com o máximo rigor, tendo em consideração os impactos ambientais cumulativos e o princípio da precaução. O desenvolvimento económico não pode ser feito à custa da destruição de ecossistemas naturais, sobretudo quando existem alternativas de localização que minimizem os impactos ambientais. É fundamental que Portugal mantenha o compromisso de proteger os seus espaços naturais e cumpra os objetivos nacionais e europeus de conservação da natureza e de combate às alterações climáticas. A floresta não é um obstáculo ao desenvolvimento; é uma infraestrutura natural essencial à nossa qualidade de vida, à resiliência do território e ao futuro do país. Assim, solicito que este projeto seja reavaliado e que prevaleça o interesse público na defesa das florestas, da biodiversidade e do equilíbrio ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120737	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120736	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120735	Discordância	Para salvaguardar a qualidade de vida do nosso país.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120733	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120732	Discordância	Existem maneiras muitos mais eficientes de implementar estes paineis.. podemos olhar para países desenvolvidos e seguir os seus exemplos em vez de parecer um país de terceiros mundo que recorre sempre a desmatamento e destruição de natureza ..	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120731	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha total discordância e oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantaçãa de Energias Renováveis (PSZAER). A premissa de conceder licenciamentos simplificados e isenções de Avaliação de Impacte Amblental (AIA) individualizada a projetos nestas zonas constitui um retrocesso inaceitável na proteção jurídica do ambiente. A instalação massiva de mihares de hectares de painéis fotovoltaicos e aerogeradores em áreas florestais e agricolas põe em risco direto a fauna e a flora locais. A fragmentacão de habitats, a perturbação de corredores ecológicas e a destruição de coberto vegetal autóctone não podem ser sacrificadas em nome da celeridade burocrática.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120730	Discordância	Estão a ser incluídas demasiadas zonas florestais e áreas de interesse agrícola nas zonas com potencial para construção de parques ou equipamentos que explorem a energia solar. A preservação de áreas agrícolas e florestais deve ser uma prioridade, não só para a preservação da biodiversidade mas também para o cumprimento das metas estabelecidas a nível europeu no âmbito das emissões de dióxido de carbono. Ao invés, a prioridade deveria ser incentivar de forma séria e concreta a instalação de equipamentos que captem a energia solar em meio urbano, quer em edificado publico quer em edificado particular. Este espaço parece-me ser o mais adequado e onde haverão menores impactes no meio ambiente. O incentivo à instalação destes equipamentos em meio urbano, nomeadamente nos telhados das habitações trará melhorias que considero ter um impacte relevante não só para a proteção do meio ambiente como se pode tornar um poupança relevante em termos económicos para uma larga maioria das famílias portuguesas, onde os custos energéticos pesam de forma significativa no orçamento familiar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120729	Discordância	Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desativados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para
120728	Discordância	A minha preocupação em relação à inclusão da Serra da Gardunha e da região da Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis do PSZAER é profunda e justificada. A destruição de habitats e ecossistemas tão ricos, que protegem espécies ameaçadas como o grifok, a águia-imperial, o lince-ibérico e o lobo-ibérico, é alarmante. A instalação das grandes infraestruturas necessárias para os parques solares e eólicos não só comprometeria a biodiversidade local, mas também a segurança alimentar, ao sacrificar terras agrícolas férteis com pomares de cerejeiras e olivais. Além disso, é fundamental considerar o aumento do risco de incêndios florestais, exacerbado pela limpeza das matas e pela construção. A degradação da floresta, que contém a maior parte do potencial solar (78.9%), irá ainda liberar carbono e eliminar sumidouros cruciais. Por tudo isto, solicito que a Serra da Gardunha e a Beira Baixa sejam excluídas das zonas de aceleração do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120726	Discordância	A criação de ZAER em paisagens rurais e naturais constitui uma opção de ordenamento do território que considero inadequada. A produção de energia solar deve privilegiar exclusivamente superfícies já artificializadas, como coberturas de edifícios industriais e comerciais, parques de estacionamento, áreas logísticas, antigas zonas industriais, pedreiras desativadas e outras áreas degradadas. As paisagens rurais e naturais são um património coletivo, insubstituível e não renovável. Uma vez ocupadas por grandes centrais fotovoltaicas, a alteração da sua identidade paisagística é permanente e afeta não apenas a biodiversidade, mas também a qualidade de vida das populações, o património cultural e atividades económicas como a agricultura e o turismo de natureza. A transição energética é indispensável, mas não deve ser alcançada através da artificialização crescente do território natural. O desenvolvimento das energias renováveis deve ocorrer prioritariamente onde já existe ocupação humana e infraestruturas, preservando integralmente as paisagens rurais e naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120725	Discordância	projeto com elevado impacto ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120724	Discordância	Sou completamente contra as energias renováveis em céu aberto em detrimento das florestas que Portugal anualmente perde com os incêndios postos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120723	Discordância	Discordo da implantação de energias renováveis na zona centro de Portugal de forma não licenciada e indiscriminada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120722	Discordância	é fundamental considerar as populações locais, os sistemas socio económicos e a dimensão ecológica das intervenções.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120721	Discordância	Consulta pública reduzida, direitos a propriedade anulado, impacto visual negativo, Destruição da fauna, flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120720	Discordância	Numa região com pouca luminosidade, mas com um potencial abrupto, em termos de oxigénio, como é considerado o concelho de Mortágua, como sendo o pulmão da região centro do país, e consequentemente para a economia do país, com as celuloses, não se justifica a implantação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Deixem os espaços verdes em paz, a natureza, as árvores, os animais. Mais vale darem um tiro no cérebro.... Assassinos da terra e da humanidade. Se tem filhos pensem.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120718	Discordância	Parem com o greenwashing! Mais árvores, mais proteção da natureza, mais ajudá-la a ganhar força e menos consumo. Menos destruição! Parem de brincar com a vida, de destruir o paraíso que é esta terra, está casa, está mãe. Usem espaços já destruídos para isso, as cidades....	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120717	Sugestão	CONSULTA PÚBLICA DO PROGRAMA SETORIAL DAS ZONAS DE ACELERAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (PSZAER) CONTRIBUTOS DA FLOENE ENERGIAS, S.A. A Floene Energias, S.A., reconhece e valoriza o trabalho desenvolvido na elaboração da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), bem como a robustez da metodologia adotada para a identificação das áreas mais adequadas ao desenvolvimento de projetos de energia solar fotovoltaica e eólica – saudando, nessa medida, a coordenação geral e as várias equipas temáticas envolvidas na preparação de um instrumento de grande relevância para acelerar a concretização dos objetivos nacionais em matéria de política energética e climática. Ver contributos em anexo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120716	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120715	Discordância	Discordo desde logo da génese do programa, orientado para as grandes corporações transnacionais, e não para o cidadão nacional. Poupem a Natureza! Usem as coberturas das áreas já construídas; os parques de estacionamento públicos e privados; os telhados das habitações; as coberturas dos vastos espaços comerciais, industriais e fabris. Democratizem e não Monopolizem; promovam as contrapartidas directas ao cidadão em detrimento do lobbying corporativo.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120714	Discordância	Não concordo com este projeto por razões de verdadeira ecologia, sou contra a destruição dos espaços verdes e rurais. Quem vai sofrer são as populações rurais que ali vivem e nas quais ninguém pensa…	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120713	Discordância	A proposta apresentada representa um total abuso de poder por parte do Estado, já que atenta contra o o Direito constitucionalmente consagrado ao Ambiente e à qualidade de Vida, previsto no art. 66º da nossa Constituição. O Estado deve abster-se de qualquer forma de incentivo, promoção, viabilização ou legalização de factos (qualquer um) que redundem na possibilidade de cobertura por painéis solares, ou qualquer outra energia denominada verde, de áreas exageradas de território nacional. As energias verdes, se o forem verdadeiramente, não devem contribuir para a desestabilização ecológica, nem para a degradação das áreas rurais. A exploração massiva e intensiva da energia solar e demais "energias verdes" não pode - e não será aceite - como ativo financeiro do nosso país, em prol dos interesses dos agentes económicos, apenas visando lucro e divisas. As externalidades negativas destas "Zonas de Aceleração" para o ambiente, e, consequentemente, para toda a população, não são despiciendes. São bastante significativas, em face da enorme e desproporcional área envolvida. SOMOS CONTRA, porquanto não resulta demonstrado nenhum interesse público subjacente à proposta apresentada, constituindo a mesma uma manifesta violação do uso racional dos recursos naturais. A prática do que esta proposta propugna conduz a uma erosão aceleradíssima do solo rural e não serve, não defende, não promove, não desenvolve, não integra e não preserva o ambiente e a qualidade de vida dos portugueses de forma sustentável.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120712	Discordância	Não avaliam o impacto ambiental. A transição energética não pode ser feita a qualquer custo e a qualquer preço. Quando o planeta aquecer mais e mais, porque deixaram de existir árvores, não serão os painéis solares a vos salvar a vida. Instalem paneis solares nas grandes cidades, usem os telhados de todos os edifícios e deixem a fauna e flora em paz. Que ambiente vocês protegem ? O dinheiro?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120711	Discordância	As mega centrais Solares destroem flora, fauna, biodiversidade, agricultura, paisagens que pela sua beleza são um incentivo ao turismo sustentável. Não sou contra a transição energética mas prefiro pequenas instalações disseminadas por telhados, infraestruturas urbanas, quintas, etc., antes de destruir uma imensidão de território, com fortes possibilidades de localmente levarem ao aumento de temperatura, consumo de água, empobrecimento de solos. O nosso País já tem demasiadas explorações de eucaliptos, urbanizações de luxo à custa de zonas agrícolas e florestais. Já antes participei contra a Mega Central Sophia. Reitero o que aí disse. Também no litoral se estendem as Centrais Fotovoltaicas, numa costa que já sofreu demais com o comboio de tempestades, em que muitos dos painéis foram destruídos. Por isso a minha resposta é não.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120710	Discordância	Na qualidade de arquiteto paisagista, venho por este meio apresentar o meu contributo para a consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestando uma profunda preocupação com a abordagem proposta, em particular com a criação de "mapas pré-feitos" que podem vir a dispensar a necessária e insubstituível avaliação caso a caso. A proposta do "Mapa Verde", ao identificar áreas aptas com base em critérios de exclusão cartografados à escala nacional, corre o sério risco de simplificar excessivamente uma realidade territorial complexa e dinâmica. Como arquiteto paisagista, compreendo que o território é um organismo vivo, resultado da interação entre fatores biofísicos, ecológicos, culturais e sociais que não podem ser plenamente capturados por uma matriz de critérios num mapa. Mesmo que uma área não apresente, na cartografia, as condicionantes de exclusão identificadas (como a Rede Natura 2000 ou a Reserva Agrícola Nacional), isso não significa que esteja isenta de valores naturais ou paisagísticos relevantes. A escala nacional de análise, que identifica cerca de 7% do território continental como potencialmente apto, não tem a resolução necessária para avaliar a fragilidade de solos, a permeabilidade de ecossistemas, a conectividade ecológica, ou o valor estético e cultural de uma determinada paisagem. A existência de falhas graves na cartografia de base utilizada, como a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS), que levou à sobreposição de zonas de aceleração com áreas de montado, é uma prova cabal de que o mapa não pode ser um instrumento final e definitivo. A avaliação de impacto ambiental, caso a caso, permite identificar e mitigar impactos que uma análise macro e automatizada nunca conseguirá prever. A biodiversidade e a qualidade da paisagem dependem de detalhes finos e de inter-relações que a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120709	Discordância	A implementação das energias renováveis não pode ser efetuada à custa das paisagens naturais, têm de se arranjar alternativas viáveis, caso contrário não vale a pena.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120708	Discordância	Manifesto a minha oposição à aprovação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), nos termos atualmente propostos. Esta posição não representa uma oposição às energias renováveis nem à necessária transição energética. Defendo, contudo, que essa transição deve respeitar o território, a biodiversidade, a agricultura, a paisagem e os direitos das populações afetadas. A delimitação das ZAER poderá ter consequências profundas sobre os usos do solo, o património natural e cultural, as atividades agrícolas e florestais e a qualidade de vida das comunidades locais. Por isso, não é aceitável que uma decisão desta dimensão avance sem informação cartográfica clara, detalhada e facilmente acessível, que permita aos cidadãos, proprietários e autarquias identificar com rigor as áreas abrangidas. A aceleração dos procedimentos de licenciamento também suscita sérias preocupações. Uma avaliação ambiental realizada a uma escala estratégica não substitui a análise concreta de cada projeto. Grandes centrais solares, parques eólicos, linhas elétricas, subestações e novos acessos podem produzir impactos específicos e cumulativos sobre habitats, recursos hídricos, solos, paisagens, património e populações. A urgência da transição energética não pode servir para reduzir a transparência, enfraquecer a avaliação ambiental ou limitar a participação pública. Existe ainda o risco de concentração excessiva destas infraestruturas em territórios rurais e do interior, fazendo recair sobre essas populações os principais impactos ambientais e paisagísticos, enquanto os benefícios económicos e energéticos são transferidos para outros locais. A produção de energia renovável não deve reproduzir uma lógica de ocupação intensiva do território, sem benefícios diretos, concretos e duradouros para as comunidades afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
120707	Discordância	segue a minha participacao na consulta publica. cumprimentos	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Contributo em oposição à atual proposta do PSZAER	Obrigada pela sua participação.
120706	Discordância	Apoio a transição energética e a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No entanto, não posso apoiar a atual proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Im em que se encontra apresentada. A transição energética não pode ser realizada através da transformação de extensas áreas rurais do interior de Portugal em zonas de sacrifício destinadas a grandes centrais solares e eólicas. Territórios como a Beira Baixa, incluindo os concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova, possuem valores naturais, paisagísticos, agrícolas, culturais e sociais que não podem ser corretamente avaliados apenas através de cartografia nacional e critérios gerais. A classificação de uma área como ZAER poderá criar uma forte pressão sobre os proprietários, municípios e comunidades locais, facilitar a concentração de terrenos nas mãos de grandes promotores e tornar projetos de grande escala praticamente inevitáveis. Uma mancha identificada como tendo "potencial" não pode ser interpretada como uma autorização antecipada ou como prova de compatibilidade ambiental e territorial. Preocupa-me especialmente que a aceleração e simplificação do licenciamento possa reduzir a avaliação individual, transparente e independente dos projetos. Cada projeto deve continuar sujeito a uma verdadeira Avaliação de Impacte Ambiental, com participação pública efetiva, análise das alternativas e possibilidade real de recusa.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
120705	Discordância	Não queremos hectares de território convertido em indústrias de produção de energia solar fotovoltaicas. Queremos uma transição justa, equilibrada, com soluções integradas e sustentáveis para a natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120703	Discordância	Exmos Senhores, na qualidade de cidadã do concelho de Évora, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a “aceleração” das energias renováveis? O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público “superior”, não	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120702	Discordância	..	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120701	Discordância	Discordo pelo impacto negativo social, ambiental, cultural e economica local. Ha impacto nas pessoas que vivem nestas zonas e respectivas economias e impacto ecologico. É um programa prejucial para as populações rurais das regiões, que existem!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120700	Discordância	Prejudicial a nível económico, social e do meio ambiente. Não prejudiquem o próximo a favor do lucro!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120699	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis parece uma afronta devastadora ao património territorial português. Descaracterizando a área rural com medidas desadequadas. Manifesto a minha discordância e justifico-a pelo impacto ambiental e paisagistico, pela insuficiente auscultação publica e pelo conflito que representa face aos pdm locais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120698	Discordância	É absurdo com o pretexto de proteger o ambiente destruir o ecossistema e a paisagem portuguesa e mediterranea. Há muito telhado e muita berma de estrada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120697	Discordância	Junta de Freguesia de Castro Vicente reconhece a importância das energias renováveis e a necessidade de Portugal cumprir as metas de descarbonização. Não é isso que está em causa. O que contestamos é a forma como este programa foi feito, que consideramos desequilibrada e prejudicial para o nosso território. Por isso, manifestamos a nossa discordância e pedimos a revisão da proposta. 1. Falta de informação clara. Não foram disponibilizados mapas rigorosos (shapefiles) desde o início, e os mapas apresentados têm escalas que não permitem perceber que terrenos são afetados. Foi ainda dado menos de um mês para analisar mais de 800 páginas. Nestas condições, as freguesias e as populações não conseguem participar de forma esclarecida. 2. Decisão centralizada, sem ouvir quem cá vive. As zonas foram definidas de cima para baixo, sem a participação real dos municípios e das freguesias, que são quem melhor conhece o território. Pedimos que as autarquias sejam obrigatoriamente ouvidas na definição das zonas. 3. Ocupa-se solo a mais. O programa marca cerca de 7% do país, quando os próprios dados dizem que menos de 1% chegaria para as metas de 2030. Primeiro deviam aproveitar-se telhados e áreas já ocupadas, e só depois o solo rústico e florestal — e não o contrário. 4. Mogadouro já dá muito. O nosso concelho já tem vários projetos renováveis aprovados ou em construção. O programa não avaliou o efeito somado destes com as novas zonas, nem prevê qualquer limite para travar a saturação. Pedimos uma distribuição mais justa dos encargos entre territórios. 5. Solo agrícola e paisagem em risco. Há áreas marcadas sobre bons solos agrícolas do Nordeste Transmontano, terras em plena produção. E o território abrange áreas classificadas que importa proteger, como o Parque Natural do Douro Internacional e a ZEC do rio sabor. 6. Menos garantias ambientais. Os projetos nestas zonas ficam dispensados de Avaliação de Impacte Ambiental, com base numa avaliação nacional que não desce ao terreno. Defendemos que a Avaliação de Impacte Ambiental se mantenha. Pedimos que o PSZAER seja revisto para: ouvir obrigatoriamente as autarquias; disponibilizar mapas claros e reabrir a consulta; aproveitar primeiro áreas já ocupadas; avaliar o impacte somado dos projetos; proteger o	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120696	Discordância	Exmos Senhores, Vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os argumentos para rejeitar integralmente este plano no fiheiro anexado.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120695	Discordância	Na minha opinião, um projeto desta envergadura teria impacto no ambiente de toda a região, de todo o Portugal!!! Aproveitar boas terras agrícolas e belas florestas é uma verdadeira loucura!!! Isso afetaria a vida selvagem, os níveis das águas subterrâneas, aumentaria ainda mais a temperatura e, acima de tudo, afetaria a saúde de toda a gente, o que já foi comprovado por muitos estudos. Discordo totalmente desta proposta!!! Porque não instalar painéis solares nos telhados dos edifícios existentes, nos telhados dos parques de estacionamento dos supermercados e assim por diante? Oponho-me a esta proposta e somos muitos aqui a fazê-lo. Katarina, Fundao, Castelo Branco concilho	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120692	Discordância	Discordo deste programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120691	Discordância	Este projeto preocupa-me. Apesar da dimensão e do potencial impacto territorial do PSZAER, não encontrei informação suficientemente clara, acessível e sintetizada que me permita formar uma opinião verdadeiramente informada. Considero que processos desta relevância exigem uma participação pública efetiva, baseada em informação compreensível para todos os cidadãos, e não apenas em documentação técnica extensa. Solicito que seja reforçada a transparência, a divulgação e o tempo dedicado ao esclarecimento público, garantindo que as comunidades possam compreender plenamente as implicações ambientais, paisagísticas, patrimoniais e sociais antes da aprovação deste programa.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120690	Discordância	Prejudicial para o ambiente e para o nosso país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120688	Concordância	Concordo com a proposta	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120687	Discordância	Sou contra. Há outras formas de fazer este processo avançar de forma democrática.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A transição energética não poderá ser feita à custa do sacrifício do território e de quem o habita.	
120686	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120685	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Esta é apenas mais uma ferramenta para a produção centralizada de energia, com imensas perdas no transporte (cerca de 8%), que não torna o nosso sistema mais seguro e resiliente: torna-o mais dependente da manutenção das infraestruturas de transporte de energia, ao longo de vários quilómetros. Não é verdadeira soberania energética, mas sim outra forma de dependência. Tenho a convicção de que a prioridade na adoção das energias renováveis deve ser nas soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — em áreas já artificializadas, cujas perdas no transporte sejam menores, criando resiliência ao aproximar a produção do consumo, antes de ocupar território natural. A destruição de território natural para a produção de energias renováveis não nos aproxima das metas climáticas que devemos atingir, porque estamos a destruir biodiversidade para produzir mais energia limpa. O ganho é zero. Considero ainda grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120684	Discordância	Sou contra o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Ambientalmente é um fracasso autêntico. Com isto pretendem destruir milhares e milhares de floresta. A floresta é mais necessário de que os paineis solares,	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120683	Discordância	Sou totalmente contra a implantação dos painéis para energias renováveis em zonas verdes....	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120682	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente à implementação de projetos previstos no âmbito do PSZAER quando impliquem a ocupação de áreas de floresta nativa, habitats sensíveis e paisagens de elevado valor ecológico. Embora reconheça a importância da transição energética, esta não deve ocorrer à custa da destruição do património natural. A instalação de grandes parques solares e eólicos implica a remoção de vegetação, alteração dos solos, fragmentação de habitats e perda de biodiversidade. Estas intervenções afetam igualmente as populações locais, alterando a paisagem, reduzindo o valor ecológico e turístico do território e comprometendo atividades tradicionais ligadas à agricultura, floresta e turismo de natureza. A perda de floresta nativa é uma das maiores preocupações. Ecossistemas compostos por sobreiros, azinheiras e carvalhos desempenham funções essenciais na retenção de água, proteção dos solos, armazenamento de carbono e conservação da biodiversidade. Uma floresta nativa demora séculos a formar-se e não pode ser substituída simplesmente pela plantação de novas árvores. A reflorestação é um processo lento. Mesmo quando bem planeada, uma floresta jovem necessita de várias décadas para adquirir alguma estrutura ecológica, enquanto um ecossistema maduro pode levar entre 100 e 300 anos a recuperar características semelhantes às originais. A perda destes habitats representa, por isso, um impacto que poderá estender-se por várias gerações. Importa também reconhecer que uma verdadeira transição ecológica não passa apenas por produzir mais energia, mas também por consumir menos. É essencial investir na educação ambiental, incentivando a redução do consumo, a reutilização, a reparação e a valorização dos recursos já existentes. A energia mais sustentável é aquela que não precisa de ser produzida porque o consumo foi evitado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120681	Discordância	Não há energia verde sem respeito pelo ambiente, pela natureza e pelo ser humano.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120680	Discordância	Discordo que se profane o nosso património natural em nome de um qualquer avanço tecnológico ou energético, que mais fará que afastar as pessoas do seu ambiente natural.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120679	Discordância	Será efetuado um dano considerável naquilo que é a natureza da beira baixa. Haverá com certeza soluções mais viáveis que não ponham em causa aquilo são os terrenos que geram os rendimentos das pessoas desta região.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120678	Discordância	Discordo totalmente do estudo em questão. Não faz sentido nenhum destruir toda a biodiversidade existente, sendo ela fundamental para o equilíbrio de todo o ecossistema e a sustentabilidade de toda a região para colocação de painéis solares. E mais sendo o concelho de Mortágua um dos que tem uma maior mancha florestal existente no país. Existem inúmeros locais para a colocação desses painéis sem terem que destruir a natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120677	Discordância	Discordo totalmente de um projeto que não responde a uma série de questões relativas à preservação da natureza e contributo para as populações residentes. Preservar a natureza que é a melhor fonte de energia, renovável naturalmente. Exmo.(a) Sr(a)., Venho por este meio manifestar a minha opinião. A transição energética é necessária e ninguém coloca em causa a importância das energias renováveis. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa da descaracterização de territórios inteiros, ignorando as populações, a paisagem, a biodiversidade e as atividades económicas locais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120676	Discordância	No caso de Mortágua, é profundamente preocupante que cerca de 52% do território do concelho possa ficar abrangido pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Uma percentagem desta dimensão representa uma transformação sem precedentes do território, colocando em causa o equilíbrio entre o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e a qualidade de vida das populações. Sou contra este modelo de implementação, que concentra de forma desproporcionada infraestruturas energéticas num único concelho. Mortágua não pode ser vista apenas como um espaço disponível para receber grandes projetos de produção de energia. O território tem pessoas, património, floresta, agricultura, turismo e uma identidade própria que merecem ser protegidos. A transição energética deve ser justa, equilibrada e assente numa distribuição equitativa dos projetos pelo território nacional, respeitando as especificidades de cada região e garantindo uma verdadeira participação das comunidades locais nas decisões que as afetam. Desenvolver energias renováveis é importante, mas fazê-lo convertendo mais de metade de um concelho num grande centro de produção energética não é, na minha perspetiva, um exemplo de ordenamento do território nem de sustentabilidade. O progresso não pode significar sacrificar um território em benefício de outros.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120675	Sugestão	Não ao projeto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120674	Discordância	Discordo do programa na sua totalidade .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120673	Discordância	Exmos. Senhores, No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho apresentar a minha discordância relativamente à proposta apresentada, sem colocar em causa a importância da transição energética e da expansão da produção de energia a partir de fontes renováveis. Considero, no entanto, que a delimitação das Zonas de Aceleração deve assentar em critérios técnicos, científicos e territoriais que assegurem uma adequada compatibilização entre os objetivos da política energética e a proteção dos valores ambientais, da biodiversidade, da paisagem, do património e da qualidade de vida das populações. Neste sentido, considero necessário: Reavaliar a delimitação das zonas propostas, assegurando a exclusão de áreas de elevado valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico ou patrimonial. Reforçar a fundamentação técnica da cartografia apresentada, permitindo uma compreensão clara dos critérios utilizados na identificação das áreas propostas. Avaliar de forma adequada os impactos cumulativos resultantes da concentração de projetos de energias renováveis e das respetivas infraestruturas associadas, nomeadamente linhas elétricas, subestações e acessos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120672	Geral	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão, e após análise da proposta PSZAER e respetiva documentação disponibilizada para consulta pública, venho apresentar o seguinte contributo... Começo por reconhecer que a transição energética e o aumento da produção de energia proveniente de fontes renováveis constituem objetivos importantes para Portugal e para a União Europeia. A concretização da redução da dependência de combustíveis fósseis, da diminuição das emissões de gases com efeito de estufa e do reforço da segurança energética deve, porém, respeitar as populações locais, os valores ambientais, a paisagem e a identidade dos territórios rurais. A aceleração dos procedimentos administrativos não deverá traduzir-se numa diminuição da exigência da avaliação dos impactos nem numa menor capacidade de participação das comunidades afetadas. As zonas rurais portuguesas representam muito mais do que espaços disponíveis para acolher infraestruturas energéticas. São territórios onde vivem pessoas, onde subsistem pequenas explorações agrícolas, onde existe património natural e cultural, onde a paisagem constitui um bem coletivo e onde o ambiente de tranquilidade é parte integrante da qualidade de vida. Uma das minhas principais preocupações prende-se precisamente com a proteção da paisagem. Portugal possui áreas rurais cuja beleza natural resulta da conjugação entre o relevo, a vegetação, a agricultura tradicional e a reduzida artificialização do território. A instalação de grandes infraestruturas energéticas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120671	Discordância	Discordo com o projeto pois não existem garantias suficientes de protecção do património das comunidades locais. Não há transparência suficiente no projeto para poder avançar.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120670	Discordância	Exmos/as. Srs/as. Venho pelo presente demonstrar a minha total discordância com as zonas de aceleração definidas para o concelho de Ourique que considero excessivas e extremamente concentradas. Considero que as zonas de aceleração a definir devem estar afastadas de aglomerados urbanos (aglomerados de 2 ou mais habitações) em pelo menos dois quilómetros em linha reta, ou seja, deve ser previstas zonas de salvaguarda dos aglomerados urbanos com fundamentos socioeconómicos, habitacionais, identitários, paisagísticos, bem-estar, saúde e qualidade de vida. No caso de existência de alojamentos turísticos deve ser igualmente previstas zonas de salvaguarda tomando em consideração o limite visual de observação da paisagem, de forma a respeitar os investimentos económicos e claro os fins para os quais os mesmos foram realizados, ou seja, espaços rurais e não espaço com elementos não naturais. Considero que as zonas de aceleração devem ser definidas em áreas afastadas dos aglomerados urbanos e de atividades económicas. No concelho de Ourique existem zonas que podem ser utilizadas, mas deve sempre respeitar-se o atual uso dos solos tendo em atenção as pessoas e as ativdades económicas e pecuárias. Sugiro a identificação de zonas de aceleração em áreas serranas afastadas e repletas de matos e espaços florestais abandonados. Compreende-se que a rentabilidade será menor e os custos maiores, mas a economia não pode cegamente prevalecer sobre a vida humana e o desenvolvimento sustentável do território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120669	Discordância	Embora reconheça a importância de uma transição energética, esta não deve ser acelerada à custa da Natureza e dos serviços do ecossistema. Este projetos têm consequências a nível socioeconómico porque muitas vezes o lucro não vai para as comunidades e claro consequências a nível ecológico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120668	Discordância	Tendo em conta que o nosso governo não parece querer agir em nome do interesse maior dos seus cidadãos, venho por este meio deixar o meu parecer discordante em relação a esta matéria!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120667	Discordância	Por ser prejudicial sob o ponto de vista social e econômico bem como ecológica, para o bem estar das populações que ali vivem e para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120666	Discordância	As energias renováveis não podem servir de desculpa para industrializar as nossas zonas rurais e impactar as regiões e paisagens que tanto nos influencia no quotidiano. O equilíbrio entre ambas não deveria ser posto em causa.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120665	Discordância	Digo Não! Em consciência ! Sou a favor de uma transição energética não predadora da Natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120664	Discordância	Preocupa-me o impacto deste projeto e considero que a informação disponibilizada não é suficientemente acessível para permitir uma participação pública verdadeiramente informada. Peço que este processo seja mais transparente e que as observações dos cidadãos sejam tidas em consideração antes de ser tomada uma decisão.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120663	Discordância	Discordo absolutamente por considerar que desrespeita normas fundamentais para o funcionamento de ecologia portuguesa nomeadamente através do programa rewild europe.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120662	Discordância	Karina Avakyan vem, no âmbito da discussão pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), apresentar a presente pronúncia desfavorável, requerendo a não aprovação da proposta na sua versão atual, por entender que a mesma padece de vícios graves suscetíveis de comprometer a sua validade jurídica, designadamente vício procedimental, insuficiência instrutória, défice de fundamentação, erro nos pressupostos de facto e de direito, violação do princípio da precaução e risco de invalidade administrativa. A presente posição não constitui oposição à transição energética nem às energias renováveis. Pelo contrário: entendo que a transição energética é indispensável, mas só será legítima se for ambientalmente responsável, territorialmente justa, juridicamente segura e democraticamente participada. A Diretiva RED III promove zonas de aceleração, mas exige que estas correspondam a áreas particularmente adequadas, previamente avaliadas, onde seja expectável que os projetos não produzam impactes ambientais significativos. Essa condição não se presume: tem de ser demonstrada. Assim, requer-se: 1. A não aprovação do PSZAER na sua versão atual. 2. A reformulação integral da delimitação das ZAER. 3. A repetição ou revisão substancial da AAE, com avaliação robusta de impactes cumulativos, capacidade de carga, conectividade ecológica, recursos hídricos, solos e paisagem. 4. A exclusão preventiva de áreas com incerteza relevante ou sensibilidade ecológica, agrícola, hídrica, patrimonial ou paisagística. 5. A consagração de prioridade vinculativa a áreas artificializadas, autoconsumo, comunidades de energia, reequipamento, sobre-equipamento e hibridização. 6. A fixação de limites territoriais objetivos à concentração de projetos. 7. A criação de mecanismos obrigatórios de justiça ambiental, compensação territorial e benefícios locais mensuráveis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120660	Discordância	Não!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120659	Discordância	Não podem destruir o mais valioso que o planeta tem. E Portugal tem de o preservar e não destruir	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120658	Discordância	Este programa O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
120657	Discordância	Parem de destruir a nossa floresta. Um dia teremos baterias cheias mas não teremos ar para respirar	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
120656	Discordância	Acho este programa prejudicial por questões sociais, económicas e ecológicas.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120654	Discordância	Discordo profundamente desta proposta	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120653	Discordância	Precisamos de mais floresta	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120652	Discordância	A proposta não pode transformar a transição energética num processo de substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais . Existem tantas alternativas sem impacto ambiental. Discordo com a ideia de "oferecer 7% do território Portugués a empresas privadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120651	Discordância	Sugiro pensar sim uma transição energética com as comunidades locais, com comunidades de energia. Reduzindo as necessidades energéticas. Apostando pela reciclagem de metais e outros materiais raros para os quais fazemos minas. Sugiro utilizarmos espaços já mortos como auto-estradas, naves industriais, telhados de casas e outros para colocar panéis solares. energia eólica ser colocada em lugares estratégicos e descentralizados	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120650	Discordância	Considero que o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER), é prejudicial para o equilíbrio dos ecossistemas envolventes causando fortes impactos na natureza e nas populações quer em termos ecológicos quer socioeconómicos. Não concordo com o abate de árvores. A expansão das energias renováveis não pode ser à custa do abate de árvores tão importantes para todos os seres vivos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120649	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadão / cidadã) do concelho de XXX, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120648	Sugestão	Exmo. Sr. Presidente da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030, Eng.º Manuel Nina, Bruno Miguel Pereira Marques, Técnico Superior da Câmara Municipal de Palmela, vem, em representação da referida edilidade, submeter o parecer do Município de Palmela no âmbito do processo de discussão pública referente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). De entre as várias razões e considerandos, que podem ser consultados no documento anexo à presente comunicação, a Câmara Municipal de Palmela pretende destacar que parte das áreas identificadas pelo PSZAER como aptas para a implantação de energias renováveis não teve em consideração a informação constante da Estrutura Ecológica Municipal, aprovada no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela, bem como outras opções de ordenamento territorial de âmbito municipal. Em consequência, algumas das áreas delimitadas sobrepõem-se a espaços integrados na Estrutura Ecológica Municipal, que concretiza à escala local a Rede Ecológica Metropolitana prevista no PROT-AML, incidindo ainda, de forma residual, sobre Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) em processo de reconversão ou com compromisso urbanístico e sobre uma Área de Edificação Dispersa, circunstâncias que justificam uma reavaliação da respetiva delimitação e uma adequada articulação com os instrumentos de gestão territorial municipais. Sem mais assunto, subscreve-se com os melhores cumprimentos, Bruno M. Pereira Marques	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
120647	Discordância	Não contempla o mínimo de investigação acerca dos riscos deste projetos na garantia das temperaturas e regulações dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120645	Discordância	A biodiversidade não pode ser destruída em nome de energias verdes que desertificam solos e destroem árvores. Seria mais adequado colocar painéis fotovoltaicos em telhados e fachadas e, plantar mais árvores quer em espaços urbanos, quer rurais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120644	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de MORTÁGUA , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos. Ana Coelho	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120643	Discordância	Portugal é um país tão rico e no entanto somos tão pobres. As pessoas visitam Portugal pelas suas paisagens tanto no litoral como no interior. É importante lembrar que o turismo no interior tem aumentado imenso e há cada vez mais interesse pelos meios rurais, cada vez mais pessoas a investir longe das cidades, a viver fora das cidades, pessoas de fora a escolher viver em Portugal nos meios do interior, devido a tudo que este meio oferece. Os investimentos, obras, construçoes etc no setor energético estão a ir desmedidas por Portugal fora e um dia em vez de paisagem verde teremos painéis, em vez de montanhas teremos buracos para o lítio, em vez de paisagem atraente teremos destruição, poluição, caos, problemas causados por inundaçoes devido à falta de árvores e mato para segurar as terras, teremos paisagem seca, terrosa, escura e triste. Onde há vida não reinará nada, nem uma erva daninha. É este o Portugal que queremos para habitar? É este o Portugal que queremos para atrair pessoas e turismo? É este o Portugal que vai prosperar? Esta eficiência energética está a tornar-se ineficiente e deficiente, cheia de lacunas, de desvios... Os estudos ambientais e de impacto são para cumprir e para serem feitos. Não destruam mais o nosso país que já está pela miseria. Poupem os poucos que ainda se aguentam por cá e que ainda vão aguentando tanto de tão mau pelo bom que temos, não destruam o bom senão nada resta para lutar.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120641	Discordância	Manifesto total discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) uma vez que em nada respeita o território. Promover deflorestação, destruição de habitats e paisagens não podem ser consideradas medidas de sustentabilidade ecológica. O impacto local em cada zona de implantação, não é analisado nos documentos apresentados, não existe cartografia suficiente que permita uma análise correta para que, nós, cidadãos e habitantes dos locais em questão possamos perceber os verdadeiros impactos, que, inquestionavelmente, serão negativos a nível da fauna e flora, paisagens e consequentemente de turismo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120640	Discordância	Manifesto a minha preocupação com a proposta apresentada, por considerar que a transição energética não pode ser feita à custa da destruição do património natural de Portugal. A proteção da natureza é uma das formas mais eficazes de combater as alterações climáticas. As florestas, os montados, as zonas húmidas e a vegetação nativa desempenham um papel essencial na captura de dióxido de carbono, na regulação da temperatura, na proteção dos solos e na conservação da biodiversidade. A sua destruição para instalar grandes infraestruturas energéticas pode ter impactos ambientais irreversíveis. Defendo que a prioridade deve ser preservar a floresta existente, impedir a desflorestação e recuperar ecossistemas degradados. A criação e recuperação de lagoas, charcas e pequenas albufeiras pode contribuir para aumentar a disponibilidade de água, reduzir os efeitos das ondas de calor, favorecer a biodiversidade e aumentar a resiliência do território perante as alterações climáticas. A luta contra as alterações climáticas não depende apenas da produção de mais energia. É igualmente essencial reduzir o consumo de energia, promover a eficiência energética, incentivar o autoconsumo em edifícios já construídos e instalar painéis solares em telhados, parques industriais, estacionamentos e outras áreas já artificializadas, evitando a ocupação de espaços naturais e florestais. Solicito, por isso, que o PSZAER reforce os critérios de proteção ambiental, excluindo áreas de elevado valor ecológico e paisagístico, garantindo que a expansão das energias renováveis seja compatível com a conservação da natureza, da biodiversidade e dos recursos hídricos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120639	Discordância	Participação em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120638	Discordância	As energias renováveis deixam de ser verdes e ecológicas quando se destroem ecossitemas com a implementação em territórios naturais de extensões de paineis solares. As energias renováveis só fazem sentido se forem realmente ecológicas e a sua implementação nos territórios equilibrada. Se cada casa ou prédio tiver os seus próprios paineis solares não precisamos dizimar ecossitemas naturais. Este programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis é contraditório e hipócrita e de ecológico não tem nada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120637	Discordância	destruição de florestas em nome das renováveis não é solução	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Eu Nuno Miguel Martins residente em Mogadouro venho por este meio mostrar a minha revolta a todo este processo, e exigir que os seguintes pontos sejam analisados pois são muito graves e quem sabe até deviam ser investigados pelo Ministério Público. Desde o primeiro momento a EMER recusou ceder os mapas ao nivel Municipal no entanto eles existiam e apareceram por uma fuga de informação e mostram claramante que o projeto da Engie de Travanca em Mogadouro coincide com a zona de aceleração. Como isto é possivel como eles adivinharam? Na zona ZAER Éolica já andam comerciais de promotores a tentar alugar e comprar essas zonas antes da proposta das ZAER sairem, como é possivel mais uma vez adivinharem! Todos este casos foram comunicados ao Ministério Público e têm que inviabilizar todo este processo pois repito isto é mesmo muito grave! Coloco em anexo os mapas. Sobre o programa estou contra pelas razões seguintes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120635	Discordância	Manifesto a minha oposição à classificação destas áreas como ZAER e à instalação de projetos que impliquem a ocupação de solo agrícola e florestal não artificializado. Entendo que estes projetos representam uma transformação irreversível do território, comprometendo solos produtivos, atividades agrícolas e florestais, habitats naturais, a paisagem e o património ambiental que caracterizam esta região. Considero particularmente preocupantes a perda de solo agrícola e florestal, os impactos sobre a biodiversidade e as áreas protegidas próximas, a alteração permanente da paisagem, a ausência de uma avaliação dos impactos cumulativos da concentração de vários projetos, os potenciais efeitos na saúde das populações, o reduzido retorno económico para as comunidades locais e a insuficiente participação dos cidadãos nos processos de decisão.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120634	Discordância	Ha varias alternativas para aumentar a produção de energia solar sem ocupar solos agricolas ferteis. Algumas propostas são: Coberturas de edifícios públicos – escolas, hospitais, pavilhões desportivos, mercados, parques de bombeiros e edifícios municipais. Coberturas de edifícios industriais e armazéns – grandes superfícies com elevado potencial para produção de energia. Parques de estacionamento – instalação de coberturas solares que, além de produzir energia, oferecem sombra aos veículos. Áreas degradadas ou contaminadas – antigas pedreiras, minas desativadas, lixeiras encerradas ou terrenos industriais abandonados. Taludes de autoestradas e vias rápidas – zonas sem aptidão agrícola que podem acolher painéis solares. Linhas ferroviárias – margens e infraestruturas associadas às ferrovias.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120633	Discordância	Contra a destruiçao de habitats e habitações em próle da implantaçao de energias renovavéis descabidas e sem concentimento da população. PLANETA VERDE sem GREEN WASHING	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120632	Discordância	Este projeto é o maior atentado contra o nosso meio ambiente e a contra a nossa vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120631	Discordância	Preocupa-me a insencao a avaliacoes de impacto ambiental, estes existem por bons motivos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120630	Discordância	É um absurdo pensarem que a transição verde é ecológica a desmantelaram florestas, a invadirem territórios sem a aprovação das populações locais. Proteger as florestas e apoiar a população local é o caminho!!!! Chega de destruição do nosso território!!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
120629	Discordância	Prosseguem as tentativas de destruição de tudo que é meio ambiente em Portugal. Para além das monoculturas que empobrecem os nossos solos, agora uma nova oportunidade para destruir paisagens e biodiversidade. A mudança energética não pode aer feita a custo de tudo e todos; necessitamos de estudos aprofundados sobre o impacto no meio ambiente nos locais aonde estas instalações solares e eólicas são colocadas, soluções para mitigar efeitos negativos na biodiversidade e paisagem.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120628	Sugestão	A Madoqua MIPP apresenta a presente pronúncia no âmbito da consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A contribuição anexa identifica um conjunto de aspetos que, no entendimento da empresa, importa clarificar ou aperfeiçoar na versão final do Programa, com o objetivo de reforçar a sua previsibilidade, eficácia e operacionalização, contribuindo para uma implementação alinhada com os objetivos da Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III). Em particular, a pronúncia destaca: 1. a necessidade de rever a calendarização de implementação das ZAER e de reforçar a previsibilidade do período transitório; 2. a clarificação do funcionamento do regime de licenciamento simplificado, incluindo os estudos ambientais exigíveis, a articulação com a Avaliação de Impacte Ambiental e os benefícios efetivos para os promotores; 3. o aperfeiçoamento da metodologia de delimitação das ZAER, assegurando que estas correspondem efetivamente a áreas com aptidão para acelerar o desenvolvimento de projetos de energias renováveis; 4. o reforço da transparência da Avaliação Ambiental Estratégica e da integração dos contributos das entidades consultadas; e 5. a clarificação de que as ZAER constituem um mecanismo de simplificação do licenciamento, não devendo limitar ou prejudicar o desenvolvimento de projetos de energias renováveis fora dessas áreas. A Madoqua MIPP espera que estas observações possam contribuir para o aperfeiçoamento da versão final do PSZAER e para uma implementação mais eficaz, previsível e alinhada com os objetivos da transição energética.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Sou de Lisboa, mas tenho família no interior.	Obrigada pela sua participação.
120627	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120626	Discordância	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso As populações devem ter uma participação nestas decisões , e acima de tudo em tempos que tanto se fala na sustentabilidade das nossas florestas como é possível quererem facilitar a sua destruição . A natureza é o nosso maior património não o destruam por negócios gananciosos que só visam o lucro ,	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120625	Discordância	Por questões sócio-económicas (respeito pelos proprietários e por quem lá trabalha) e essencialmente preservação da nossa natureza. Além de que existem meios muito mais eficazes de vivermos uma vida mais verde, só que isso não interessa aos investidores mas, acredito que é por aí o caminho e não destruindo a natureza para "ser verde".	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120624	Discordância	NÃO HÁ ENERGIAS VERDES Á CUSTA DA DESTRUIÇÃO DA NATUREZA, NÃO AO ABATE DE ÁRVORES EM NOME DE UMA FALÁCIA, FIM DAS VIGARICES E ESQUEMAS EM NOME DE "ENERGIAS VERDES " - PROTEÇÃO TOTAL DO TERRITÓRIO NATURAL.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120623	Discordância	Deverá (terá) haver uma outra forma de Implantação de Energias Renováveis, sem custos para a nossa biodiversidade e populações. Não devia ser possível arrancar com estas estratégias tendo por base a régua e esquadro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120622	Discordância	Proposta de impacto desmesurado na paisagem e nos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120621	Discordância	Quando os nossos antepassados lutaram pela nossa liberdade e por manter este território não sonhavam a malevolidade das influências que caíram sobre esta terra, na realidade sobre o mundo... A quem lutou o meu muio obrigado , a quem deu a vida, o sangue e o amor por esta pátria que seja louvado e nunca esquecido pois estamos entregues ao bichos. Quem pagar mais é lhe dado de bandeja o que não pertence ao estado ou as câmaras... sobre o falso pretexto de energia verde, de alterações climáticas... Como ainda não foi entendido por tantos que isto é o fim da liberdade e da soberania como a conhecemos até hoje 2030 é a data escolhida para (ex)terminar tudo o que sempre tivemos e demos como garantido, está e apenas uma pequena porção do que está por vir. Se não te levantares agora, quando o quiseres fazer , tens um estrangulador ao pescoço e nada mais poderás fazer ELeva-te irmão luta pelo que conquistas.te talvez noutras vidas, resgata a Alma de Portugal e a tua por consequência! EU ACREDITO!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
		Manifesto a minha discordância relativamente a este projeto. Embora reconheça a importância das energias renováveis, considero que a sua implementação não pode ser feita à custa da destruição de áreas naturais, florestas e solos agrícolas. Não faz sentido proteger o clima enquanto se destrói a biodiversidade e os ecossistemas que também são essenciais para o equilíbrio ambiental.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120620	Discordância	Portugal dispõe de milhares de hectares de telhados de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas onde seria mais sensato instalar painéis solares, evitando a ocupação de espaços naturais. A contínua transformação da paisagem em grandes centrais solares pode fragmentar habitats, afetar a fauna e reduzir a qualidade ambiental das regiões.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Defendo uma transição energética equilibrada, que concilie a produção de energia com a preservação da natureza, da paisagem e da qualidade de vida das populações. O desenvolvimento sustentável deve proteger tanto o ambiente como as pessoas, e não sacrificar um em nome do outro.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120618	Discordância	acho que e prejudicial por questoes socio economicas e ecologicas para as populacoes que ali vivem e para o pais em geral	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120617	Discordância	Embora reconheça a importância da aceleração da transição energética e da expansão das energias renováveis, considero que a definição das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis deve assegurar um equilíbrio adequado entre os objetivos de descarbonização e a salvaguarda dos valores ambientais, paisagísticos, patrimoniais e socioeconómicos. Neste contexto, entende-se que o Programa Setorial deve apresentar uma fundamentação mais detalhada dos critérios utilizados para a seleção das áreas propostas, bem como uma avaliação mais aprofundada dos impactos cumulativos decorrentes da concentração de projetos de energias renováveis em determinados territórios. Importa igualmente garantir que a identificação destas zonas seja plenamente compatível com os instrumentos de ordenamento do território e com a proteção da biodiversidade, incluindo habitats sensíveis, corredores ecológicos e espécies protegidas. Considera-se ainda desejável privilegiar, sempre que possível, a instalação de projetos em áreas já artificializadas ou degradadas, como zonas industriais, antigas explorações mineiras, pedreiras ou coberturas de edifícios, reduzindo a pressão sobre áreas com elevado valor ecológico, agrícola ou paisagístico. Por último, solicita-se que as observações apresentadas no âmbito da presente consulta pública sejam devidamente ponderadas e que o Programa reflita uma abordagem baseada no princípio da precaução, na transparência dos critérios de decisão e na minimização dos impactos ambientais e territoriais, contribuindo para uma transição energética verdadeiramente sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120616	Discordância	A energia é necessária. Mas também é necessária uma paisagem que continue a atrair pessoas, natureza, investimento e qualidade de vida.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120615	Discordância	Envio tudo no word que anexo. É mais fácil. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120613	Discordância	Estamos a caminhar para um precipício. Fomos incapazes de travar o Eucalipto agora vamos ser incapazes de travar os painéis solares? Nao podem ignorar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120612	Discordância	Os impactos ambientais , associado ao múltiplo desenvolvimento de projetos em simultâneos. Estão a incumprir com os deveres de proteção da natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120611	Discordância	Entrega de parecer do MunicÍpio de Figueiró dos vinhos	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120610	Discordância	Os estudos de impacto ambiental são fundamentais para qualquer projecto deste tipo. A instalação de grandes centrais solares em solo pode implicar a ocupação de extensas áreas agrícolas ou naturais, com impactos na paisagem, na biodiversidade, na permeabilidade dos solos e na conectividade dos habitats, afetando a fauna, a flora e, em alguns casos, a qualidade de vida das populações locais. Em contrapartida, a instalação de painéis solares em telhados de habitações, edifícios públicos, unidades industriais e parques de estacionamento permite produzir energia renovável sem consumir novos espaços naturais ou agrícolas. Esta abordagem, amplamente promovida em vários países europeus, maximiza a utilização de áreas já impermeabilizadas, reduz perdas na distribuição de energia e minimiza os impactos ambientais e sociais. A expansão da energia solar deve, por isso, privilegiar a utilização de infraestruturas existentes, e não a ocupação de solo à semelhança do que acontece noutros países europeus.. Apesar do significativo espaço que ocupam e do impacto que podem ter na paisagem e no território, as grandes centrais solares existentes raramente proporcionam benefícios diretos às populações que vivem nas suas imediações. Na maioria dos casos, a energia produzida é integrada na rede elétrica nacional, sem que as comunidades locais usufruam de uma redução no custo da eletricidade, de um acesso privilegiado à energia produzida ou de outras contrapartidas proporcionais aos impactos suportados. Esta realidade reforça a importância de promover modelos de produção energética que conciliem os objetivos da transição energética com benefícios efetivos para as comunidades locais. Dou como exemplo a Central Solar fotovoltaica das Santas, que conheço de perto, por desenvolver actividade agrícola junto desta central, , que, apesar do parecer negativo da LPN, por se locar em área adjacente de protecção especial de aves estepárias foi instalada. Esta central causa impactos ambientais e sociais muito negativos nesta zona, sem qualquer benefício da população local, que não foi consultada para o efeito e desconheço os impactos quer através do fenómeno "PV Heat Island Effect" (Barron-Gafford GA et	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
120609	Discordância	Sou completamente contra este discursos de energias renováveis, energia verde, que de verde não tem nada. E a destruição das nossas paisagens é do ecossistema, os campos são para ter vegetação e não painéis solares. Uma proposta que agora dizem ser a solução, mais tarde vai se tornar num grande problema	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120608	Discordância	Não concordo com este projeto uma vez que o país beneficia mais mantendo as áreas rurais e florestais ativas, garantindo as questões socioeconómicas e ecológicas das regiões onde pretendem atuar.	Obrigada pela sua participação.
		Projetos desta amplitude, com a designação de energias renováveis que não consideram as populações e a ecologia do local, não trazem benefício para o país em diversas formas e não podemos comprometer a nossa biodiversidade em deterimento de uma suposta "energia verde". os telhados dos edificios podem ser utilizados para este fim, maximizando a área perdida para a edificação e dando-lhe uma nova função sem comprometer os espaços verdes, a área agricula, as florestas as populações residentes.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Sou contra este projeto uma vez que vejo que ele proporciona mais estragos do que vantagens.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		obrigada	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120607	Reclamação	Resido em Santa Comba Dão e estou muito preocupada com as consequências que este projeto terá de for aprovado na sua totalidade. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: - critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux).	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120606	Discordância	O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120604	Discordância	Discordo como o processo está a ser divulgado. Além de que continuo a pensar que o cidadão deve ser bem informado e a sua opinião considerada. Há uma vontade de instrumentalização de que o novo é que irá fazer a diferença,mas como já constatam às árvores e o campo em si faz a diferença. Porque não modernizar o armazenamento de águas fluviais,sobretudo dos telhados quando chove e no interior de casa? Painéis solares nos telhados otimizado as energias renováveis nas áreas urbanas? Consciência e maturidade planetária, precisa-se. Não é destruído o importante, para se criar o necessário. Existem muitas formas do fazer sem prejuízo do todos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120603	Discordância	Não concorde. Não defende os interesses das populações residentes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120601	Discordância	Venho por meio deste formalizar minha discordância com o programa, anexo ficheiro com o tema.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120600	Discordância	Essa medida implica o risco inadmissível de privilegiar interesses de empresas aos interesses da população das áreas onde essa aceleração de transição energética irá atuar. O que é algo que jamais pode ser permitido. Os interesses da população devem sempre prevalecer, e para saber quais são esses interesses é preciso ouvir a população e não presumir o a população acharia ou não do seu interesse	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120599	Discordância	O território deverá ter em consideração o povo e não facilitar o processo administrativo do governo. Embora a PSZAER não elimine o licenciamento, a antecipação dessas avaliações faz com que se duvide dos procedimentos aplicáveis. Reforça a capacidade do governo, e diminui, na minha ótica, o poder do povo se manifestar gradualmente.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120598	Discordância	A nossa paisagem rural precisa de ser preservada	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120596	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade. Por estas razões consideramos que o governo português poderá estar a violar os seguintes artigos da CRP: Artigo 1 - República Portuguesa Artigo 2 - Estado de Direito Democrático	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120595	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho da Serta, vejo com grande preocupação e descontentamento a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus comentários e argumentos para rejeitar integralmente este plano. - O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Afastamento insuficiente a habitações para centrais solares (200 metros). Esta distância não consegue mitigar de forma eficaz os impactes térmicos, visuais, acústicos e cumulativos que resultam da proximidade destas infraestruturas industriais a zonas habitacionais, especialmente em regiões do interior já vulneráveis. A alteração profunda da ocupação do solo para a instalação de vastas áreas de painéis solares modifica o albedo (a capacidade de reflexão da superfície). A combinação desta variação com o reflexo direto dos painéis causa impacto térmico e visual aos residentes próximos. O plano ignora as alterações climáticas e as ondas de calor. Não avalia como a artificialização de milhares de hectares de solo natural por "manchas negras" de painéis pode potenciar fenómenos de calor extremo em territórios já propensos à desertificação. A concentração massiva de projetos solares em territórios do interior que já são climaticamente mais frágeis é um "sacrifício territorial", onde a instalação industrial pode agravar as temperaturas locais. - Falta de benefícios reais para as comunidades: Este modelo privilegia grandes projetos centralizados que pouco valor deixam no local, em vez de apostar em Comunidades de Energia ou no autoconsumo, que permitiriam às populações reduzir diretamente os seus gastos com eletricidade. O plano não prevê	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120594	Discordância	Discordo do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a transição energética não deve ser feita à custa da degradação das nossas florestas nem da descaracterização do território rural. As florestas são fundamentais para a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos e dos recursos hídricos, a captura de carbono e a prevenção da erosão e dos incêndios. Paralelamente, o interior do país deve ser valorizado e preservado enquanto espaço rural, onde as atividades agrícolas, florestais e o turismo de natureza desempenham um papel essencial na economia local, na fixação de populações e na identidade das comunidades. A instalação de grandes infraestruturas de produção de energia em áreas florestais e rurais deve ser cuidadosamente ponderada, privilegiando-se a utilização de espaços já artificializados, industriais, degradados ou outras áreas com menor sensibilidade ambiental e paisagística. Defendo uma transição energética responsável, que concilie a produção de energia renovável com a proteção das florestas, da paisagem, da biodiversidade e da identidade rural do interior de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120593	Geral	A Câmara Municipal de Setúbal considera que a proposta do PSZAER não introduz nesta fase, à escala municipal, condicionantes territoriais adicionais de relevância significativa, sem prejuízo da necessidade de continuar a assegurar uma monitorização rigorosa dos efeitos cumulativos e da salvaguarda dos valores ambientais, paisagísticos, culturais e territoriais existentes, em função das efetivas ZAER solares e classes de solo afetadas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120592	Discordância	Sou contra este plano porque a população local não está suficientemente informada para participar no processo de tomada de decisão, e a sua implementação terá um grande impacto no ambiente, na natureza e na vida rural. Por isso, sou contra este plano.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120591	Discordância	O interior de Portugal não precisa de mais razões para perder pessoas. Precisa de razões para as atrair. A transição energética é essencial. Mas não será sustentável se criar uma nova forma de desertificação: a desertificação humana dos territórios. Transformar vastas áreas rurais em zonas industriais de produção energética descaracteriza a paisagem, fragiliza o turismo, afasta investimento e compromete um dos maiores ativos do interior: a sua identidade. Uma paisagem preservada gera oportunidades. Uma paisagem industrializada reduz a capacidade de atrair pessoas, empresas e projetos de futuro. Enquanto os benefícios da energia são distribuídos por todo o país, os custos ambientais, sociais e económicos ficam concentrados nas comunidades locais. O interesse nacional não pode significar que o interior suporte sozinho o preço da transição energética. O interior não pode ser apenas o lugar onde se produz energia para os grandes centros urbanos. Tem de continuar a ser um lugar onde as pessoas possam viver, trabalhar, investir e construir o seu futuro. Uma paisagem destruída demora décadas a recuperar. Uma população que parte pode nunca mais voltar. A verdadeira transição energética não escolhe entre proteger o clima ou proteger as pessoas. Faz as duas	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120590	Discordância	Discordo completamente deste plano, visto afetar de forma muito extensa e irreversível várias regiões, paisagens, e outros fatores culturais e sociológicos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120589	Discordância	Discordo com a desflorestação e possível extinção dos sobreiros. A criação de novos espaços de energias renováveis tem a sua validez, mas assim, extinguem-se outros recursos, que tem maior valor, como o sobreiro. Digo NÃO a isto!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120588	Discordância	Devemos apostar nas energias renováveis, mas não colocar estes parques indiscriminadamente em todo o território nacional. Deve ser tido em conta o seu impacto na Natureza e nas comunidades onde serão implementados. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120587	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: • O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; • O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; • O governo portugues nao pode colocar para consulta publica informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); • O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER; • O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120586	Discordância	Não oferece garantias suficientes de proteção do território e das comunidades. Descarbonizar à custa da natureza não é solução	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120584	Discordância	Não concordo. É má solução, estúpida e criminosa quando envolve o abate de árvores autóctones, as únicas que nos protegem dos incêndios. Como tem sido comprovado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120583	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só. Existem muitas outras formas e locais urbanos onde colocar paineis solares, nomadamente utilizando edifícios e espaços já existentes e colocando em novas construções. Destruir estes ecossistemas não é mais do que um crime ambiental e humanitário e não faz sentido nenhum sequer ser ponderado: A verdadeira energia verde é a que não podemos deixar destruir!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Porquê plantar árvores, que demoram anos a crescer, sensíveis, que suportam condições difíceis (solo pobre, incêndios, aridez geral…), que morrem com o fogo, falta de água ou doenças, porquê plantar e proteger plantas que ajudam na contenção da água, na quebra do vento devastador, na solidificação da estrutura dos solos (erosão), que evitam as radiações excessivas do sol (criam sombra), ricas em tudo o que são (purificação do ar, nutrientes, madeira útil…), cada uma essencial no binómio Terra-Vida, em harmonia com o eco-sistema existente desde milhares de anos - e em vez disso, eliminar imensos espaços naturais, transformando-os em regiões desertas, artificiais, repletas de pilares gigantes, ou de painéis pretos e cinzentos, sobre-aquecidos (reflectores de calor), matando todas as espécies vivas… sem incluir que é exclusivamente para benefício financeiro de pessoas que ali não vivem…	Obrigada pela sua participação.
120581	Discordância	A energia produzida é cinzenta, não "verde" – é morte. Cobrir largas áreas de solo com painéis ou qualquer cobertura artificial traz o colapso de todo o eco-sistema existente – é destruir. Isto não é evolução. Isto é matar o planeta. A destruição de plantações agrícolas que foram resultado de longos investimentos e trabalho árduo, ou a eliminação de habitats naturais, sobretudo em áreas que primam pela existência de uma riqueza natural excepcional, geológica, flora e fauna, como temos ainda em Portugal, e na Gardunha em particular, é um crime, com consequências devastadoras a curto e a longo prazo. Não é a IA que escreve - é uma Pessoa que redige, transmitindo o seu pensamento sem ajuda de qualquer computador, verbalizando o que os residentes sabem, uma realidade óbvia que todos podem compreender, sobretudo quem decide proteger Portugal. Bem-hajam, todos os que agem para bem de todos, para bem deste frágil planeta que já sofre demasiado, sem necessidade de piorar com a ambição fria e distante de pouquíssimos. Patrícia Lopes Bastos	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120580	Discordância	Pelo futuro das nossas paisagens naturais e a adaptação de soluções energéticas que estejam realmente alinhadas com o ambiente.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120579	Discordância	O PSZAER propõe substituir o actual licenciamento desagregado por um título único de controlo prévio, dispensando a avaliação do impacte ambiental caso a caso dentro das zonas identificadas. O problema é que esta simplificação está a ser decidida antes de o público conseguir avaliar, com precisão, o que está em causa: segundo a Plataforma de Defesa do Parque Natural do Tejo Internacional, os documentos em consulta pública contêm referências a critérios e princípios, mas falta precisamente aquilo que permitiria às populações perceber o que está em jogo — mapas concretos das futuras delimitações das zonas, levando o movimento a considerar que a consulta não é transparente, pois omite deliberadamente a cartografia dos territórios que seriam classificados como zonas de aceleração. Esta falta de detalhe tem consequências práticas já visíveis: a Câmara da Sertã, ao analisar a proposta, concluiu que esta suscita dúvidas quanto à coerência metodológica utilizada na delimitação das áreas, à actualização da informação territorial que lhe serve de base, à ausência de uma efetiva proporcionalidade territorial na distribuição das zonas e à insuficiente avaliação dos impactes cumulativos resultantes da concentração de projetos renováveis. O município considera ainda que a proposta entra em conflito com objectivos de desenvolvimento territorial assentes na valorização de recursos endógenos, na preservação da paisagem, na protecção da biodiversidade e na promoção de um modelo sustentável, colocando em causa valores essenciais para a qualidade de vida da população e para atividades económicas que dependem da conservação da natureza e da identidade do território. Em suma: ao eliminar a avaliação ambiental individualizada dentro das zonas de aceleração em nome da rapidez de licenciamento, o programa transfere para uma fase inicial — menos escrutinada e assente em cartografia que os críticos consideram insuficientemente divulgada — decisões que antes eram tomadas projecto a projecto, com avaliação de impacte específica. Isto pode favorecer a concentração de instalações em territórios rurais sensíveis sem garantias equivalentes de avaliação cumulativa, participação informada ou proporcionalidade entre concelhos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120578	Discordância	Isto é Vandalismo Verde. Se não for impedido, destruirá Portugal por inteiro.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120577	Discordância	Sou contra a destruição de espaços verdes quando assistimos à gravidade e escassez de espaços verdes sem que nada se faça para recuperar e melhorar o que se tem perdido massivamente ao longo dos anos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120576	Discordância	Sou contra a transformação da paisagem natural em revestimento de painéis com aspeto de lata. Lata mesmo. FEIO , feito por PORCOS e MAUS. Estragam a paisagem e o meio ambiente com um único beneficio financeiro de quem não vive lá , nunca lá foi e nunca irá. Se considerarem que a paisagem não fica " estragada" favor colocar essas latas na Quinta da Marinha , COMPORTA , no Parque Eduardo VII com o PIC NIC ou na Avenida junto ao não sei o quê! Inteligência precisa-se , devem procurar locais específicos ou determinados (coberturas de edifícios, parque de estacionamento , linhas caminhos de ferro entre outros) e não locais com paisagem e beleza natural , mas que infelizmente estão juntos aos locais de ligação à rede para poupar custos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120575	Discordância	O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120574	Discordância	Não podemos continuar a destruir a natureza do nosso país com o pretexto da criação de energias verdes, é uma contradição total! Existem outras formas de facilitar as energias verdes que não sejam ocupar a natureza e destruir a fauna e flora dos terrenos ocupados, além de também ser necessário fomentar a redução da necessidade de electricidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Apoio o desenvolvimento das energias renováveis e reconheço a importância da aceleração da transição energética. No entanto, considero que a documentação disponibilizada na consulta pública não permite ao cidadão comum compreender, com o detalhe necessário, quais são os locais concretos previstos para a implantação das futuras infraestruturas.	
			Obrigada pela sua participação.
120573	Sugestão	Os mapas apresentados são demasiado genéricos e não permitem identificar, à escala local, as áreas potencialmente abrangidas por novas centrais solares ou parques eólicos. Dessa forma, torna-se difícil avaliar eventuais impactos sobre a paisagem, o património natural e cultural, os recursos hídricos, a biodiversidade ou mesmo a proximidade a habitações e outros usos do território.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Sendo natural do concelho de Leiria e desenvolvendo a minha atividade profissional em contacto direto com a natureza e o território, acompanho com preocupação a evolução da paisagem da região. Após os grandes incêndios florestais e as várias tempestades, que provocaram a destruição de extensas áreas florestais no distrito de Leiria, considero especialmente importante que a conservação da natureza e da paisagem continue a ser um critério prioritário no planeamento de novas infraestruturas energéticas.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		Sugiro que, antes da aprovação final do PSZAER, seja disponibilizada cartografia de maior detalhe, preferencialmente através de um visualizador interativo ou de mapas à escala municipal e local, permitindo que qualquer cidadão possa identificar facilmente se existem ZAER previstas na sua área de residência ou nas zonas que conhece.	Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
		Considero igualmente importante que essa informação seja acompanhada de uma explicação clara sobre os critérios utilizados para a seleção das áreas e sobre as condicionantes ambientais e patrimoniais consideradas.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120572	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que este programa não assegura a proteção do património natural, da biodiversidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações locais, pois não garante uma participação pública efetiva e a salvaguarda dos interesses das comunidades afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120571	Discordância	Não concordo, porque considero que o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER), é prejudicial para o equilíbrio dos ecossistemas envolventes causando fortes impactos na natureza e nas populações quer em termos ecológicos quer socioeconómicos. O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120569	Discordância	Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120568	Discordância	[11:24 am, 15/07/2026] Lemos: O plano define 7% do território nacional como zonas de sacrifício que beneficiam de licenciamento simplificado (sem consulta pública e sem avaliação de impacto ambiental) para projetos de produção energética de eólicas e solares superiores a 100 hectares [11:24 am, 15/07/2026] Lemos: Não para tornar Portugal unicamente dependente de energias renováveis (já o somos em 76%) pq p isso bastaria criar incentivos p pequenos projetos de autoconsumo energético como painéis solares domésticos ou p pequenas áreas de coberturas industriais, por exemplo [11:24 am, 15/07/2026] Lemos: Mas sim está a ser feito com áreas megalómanas p atrair a fixação de datacentres e outros projetos altamente dependentes de produções energéticas massivas. [11:25 am, 15/07/2026] Lemos: Inclusive alteraram as regras dos licenciamentos em vigor para distância a habitações de apenas 200m. Ou seja podes levar com um datacentre a 200m de tua casa e ganhar múltiplos cancros e ver a tua qualidade de vida totalmente ameaçada! Para além de tarem a sacrificar muitas zonas protegidas inclusive pela UNESCO, geoparques já existentes, zonas de produção hidroagricolas, terrenos baldios, corredores ecológicos de espécies protegidas, e tudo mais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120567	Discordância	Prejudicial para as populações que ali vivem e em termos ecológicos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120566	Sugestão	O PSZAER obviamente coloca em causa o bem-estar social e a preservação dos valores naturais e culturais. A própria análise ecológica, inscrita no PSZAER permitiu caracterizar o estado atual do território e identificar e evidencia riscos e tendências críticas, destacando a degradação de habitats, a fragmentação ecológica e o declínio de espécies, associados a pressões como as alterações climáticas, as mudanças de uso do solo e os incêndios. Esta proposta de PSZAER rompe o equilíbrio dos ecossistemas local e regional causando fortes impactos negativos no ambiente natural, na dinâmica das populações quer em termos ecológicos quer socioeconómicos sem apresentar alternativas válidas para o restauro ecológica das áreas afetadas. Não concordo pois com enormes áreas de "tapetes solares" a cobrir o solo em ambientes naturais, a política de energias renováveis deve passar por "atapetar" as zonas urbanas, reduzindo assim as "ilhas de calor".	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120565	Discordância	A implementação das energias renováveis em Portugal não pode ser feita à custa da paisagem e biodiversidade. Usem-se os telhados e outras superfícies livres e não terra arável ou habitats.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120564	Discordância	As energias renováveis não são árvores que nos devolvem o oxigenio essencial à vida. Nós somos humanos não máquinas, isto é um programa de robóticos e não de humanos, e eu como Ser Humano, exijo que este programa avassalador da destruição seja impedido de continuar. Este programa está completamente desajustado das necessidades humanas, precisamos de sombras das árvores, do verde, para gerar água e frescura, sem as árvores o calor torna-se insuportavel e a renovação do ar impossivel, há que construir é biotipos naturais, trabalhar a favor da natureza e não contra ela. Querem apenas destruir e não trabalhar para o bem estar da Humanidade. Um grande NÃO a este PSZAER, estão a enganar toda a gente e a aproveitar-se de bens que são do povo, em meu nome não autorizo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120563	Discordância	Potencialmente prejudicial no que toca a questões sócio-económicas e ecológicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120562	Discordância	Chega de atirar areia aos olhos das pessoas!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120561	Discordância	NÃO, NÃO, NÃO !!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120560	Discordância	Vem por este meio apresentar-se exposição de discordância e contestação formal ao Plano de Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). A objeção fundamenta-se nos graves impactos negativos previstos e na potencial amplificação de catástrofes climáticas e ambientais decorrentes da industrialização acelerada do território.A desclassificação de salvaguardas ambientais para implementar estas zonas de aceleração agrava os riscos territoriais de médio e longo prazo nos seguintes termos: 1. Amplificação de cheias, inundações e secas extremas Médio prazo: A desmatação massiva e a impermeabilização dos solos para a instalação de parques fotovoltaicos e eólicos destrói a capacidade de retenção de água das bacias hidrográficas. Médio prazo: A alteração drástica da topografia e das linhas de água locais impede a recarga natural dos aquíferos, agravando as situações de seca severa na região. Longo prazo: Em cenários de precipitação extrema (fenómenos de "gota fria" ou depressões severas), o solo saturado e impermeabilizado perderá a capacidade de escoamento, provocando cheias rápidas e inundações catastróficas a jusante. 2. Agravamento do risco de incêndios florestais e colapso climático local Médio prazo: A abertura de estradões e corredores de alta tensão fragmenta os ecossistemas florestais, criando um efeito de borda que seca a vegetação envolvente e a torna mais combustível. Médio prazo: A remoção da cobertura vegetal arbórea elimina o microclima local que retém a humidade, provocando o aquecimento do solo e das camadas de ar inferiores. Longo prazo: A instalação de milhares de painéis solares gera o efeito de "ilha de calor fotovoltaica", alterando as correntes térmicas locais e exacerbando o risco de ignição e propagação rápida de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120559	Discordância	Soluções falhadas e sem noção do impacto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120558	Discordância	Destruir a Mãe Terra não é o meio correto para o progresso , ainda para mais quando existe no nosso Portugal áreas mais adequadas para essa implantação do que se pretende aqui. Por isso não concordo com esta intervenção e manifesto o meu desagrado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120557	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: - Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. - Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. - Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120556	Discordância	Acredito que um impacto ambiental genuíno e significativo é essencial. Por favor, concentrem-se em questões mais importantes, como a substituição das plantações de monocultura por florestas nativas, para salvar o país dos incêndios	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120555	Discordância	A presente participação manifesta a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a delimitação das Zonas de Aceleração não assegura uma adequada compatibilização entre a transição energética e a proteção da biodiversidade, da paisagem e dos valores naturais. Embora a expansão das energias renováveis seja essencial para o cumprimento das metas climáticas, esta não pode ocorrer à custa da degradação de ecossistemas, da fragmentação do território ou da diminuição das exigências de avaliação ambiental. O PSZAER não demonstra de forma suficiente que foram excluídas as áreas de maior sensibilidade ecológica, nem que foram devidamente avaliados os impactes cumulativos da crescente concentração de projetos eólicos e fotovoltaicos, particularmente em territórios de elevado valor natural como o Nordeste Transmontano. A proposta suscita especial preocupação pelos potenciais impactes sobre áreas da Rede Natura 2000, corredores ecológicos e espécies protegidas, como a águia-real, o britango, a cegonha-preta e a águia-de-Bonelli, cuja conservação exige uma abordagem mais cautelosa e baseada em conhecimento científico. Neste contexto, considera-se indispensável rever o PSZAER, excluindo as áreas ambientalmente mais sensíveis, reforçando a avaliação dos impactes cumulativos e garantindo que a classificação como Zona de Aceleração não implica qualquer redução das exigências de avaliação ambiental, de proteção da natureza ou de participação pública. A transição energética e a conservação da biodiversidade são objetivos indissociáveis e devem ser prosseguidos de forma integrada, garantindo um ordenamento do território verdadeiramente sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120554	Discordância	Não considero que a proposta alcance o benefício que se pretende pelo que digo não ao proposto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120553	Discordância	Acho que seria necessário um real estudo sobre o impacto sócio-económico e sobretudo ecológico e ambiental que este projeto terá nas zonas rurais previstas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120552	Discordância	Bom dia, venho manifestar o meu descontentamento com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) sou totalmente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120551	Discordância	Informação insuficiente, principalmente em respeito às áreas afetadas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120550	Discordância	"Energia verde" não pode ser só de nome. O impacto ambiental tem de ser bem estudado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120549	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120547	Discordância	Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as Não concordo com a destruição da natureza e do habitat de centenas de animais, para a exploração desmedida e destruição do nosso território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120546	Discordância	Não concordo com este programa, as energias renováveis não podem substituir as nossas florestas. O alinhamento do ser humano com o seu planeta na sua forma natural é o projeto mais sustentável com o ambiente, com a terra mãe a funcionar em equilíbrio. De outra forma será sempre destruidor.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120544	Discordância	. Há várias alternativas para aumentar a produção de energia solar sem ocupar solos agrícolas férteis. Algumas propostas são: Coberturas de edifícios públicos – escolas, hospitais, pavilhões desportivos, mercados, parques de bombeiros e edifícios municipais. Coberturas de edifícios industriais e armazéns – grandes superfícies com elevado potencial para produção de energia. Parques de estacionamento – instalação de coberturas solares que, além de produzir energia, oferecem sombra aos veículos. Áreas degradadas ou contaminadas – antigas pedreiras, minas desativadas, lixeiras encerradas ou terrenos industriais abandonados. Taludes de autoestradas e vias rápidas – zonas sem aptidão agrícola que podem acolher painéis solares. Linhas ferroviárias – margens e infraestruturas associadas às ferrovias.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120543	Discordância		Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120542	Discordância	Não concordo com a destruição de um único cm quadrado de espaço verde em nome de uma energia supostamente verde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120541	Proposta concorrente	Discordo desta proposta pelas seguintes razões: 1. Numa altura em que o progresso tecnológico nas energias renováveis é significativo, estes projetos de grande escala vinculariam áreas enormes a um determinado estado da tecnologia. Isto poderia resultar em projetos em que o estado da tecnologia já estaria obsoleto antes mesmo de o primeiro Watt de energia ser entregue à rede. 2.º O impacto no ambiente, na natureza, no bem-estar da vida animal e humana seria considerável, devido à escala dos projectos propostos. É, por isso, muito irónico que projectos de tão grande escala estejam isentos de estudos de impacto ambiental. Em princípio, quanto maior for um projecto, maior será a necessidade de um estudo de impacto ambiental detalhado. Esta proposta contraria este princípio. 3.º Riscos de catástrofes naturais: muitos de nós passámos pela tempestade Christine no final de janeiro deste ano. Na eventualidade de ocorrer novamente uma tempestade semelhante, as instalações de produção de grande escala poderão ser completamente destruídas, resultando numa perda significativa de energia para grande parte da sociedade portuguesa. 4.º A própria arquitetura de projetos de grande escala como estes é ilógica e contra-intuitiva: a produção de energia deveria estar próxima do local onde essa energia será consumida. Os proprietários de veículos elétricos ainda encontram dificuldades em encontrar postos de carregamento, devido a complicações nos sistemas de distribuição de energia que necessitam de ser melhorados, o que leva a maiores investimentos necessários nesta área. Proposta alternativa: Implantar áreas mais pequenas de painéis solares nas infraestruturas existentes: telhados de parques de estacionamento de supermercados, de edifícios industriais, de residências particulares, etc.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120540	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã residente no concelho do interior do concelho de Vouzela, distrito de Viseu, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120539	Discordância	Discordo da proposta do PSZAER por considerar que a aceleração do licenciamento de projetos de energias renováveis não deve comprometer a proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e das atividades agrícolas e florestais. A transição energética é indispensável, mas deve ser planeada de forma equilibrada, transparente e com efetiva participação das comunidades locais. Considero que a definição destas zonas deve assentar em critérios ambientais e sociais mais rigorosos, salvaguardando os valores naturais e os interesses das populações potencialmente afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120538	Reclamação	Destruição do solo e da biodiversidade: A instalação massiva de painéis compromete os ecossistemas locais, eliminando habitats naturais, empobrecendo a flora e a fauna e favorecendo a desertificação do solo. Em vez de regenerar, este tipo de projeto acelera a degradação ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120537	Discordância	Existem muitas formas MELHORES de ajudar o ambiente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120536	Discordância	Não destruam os habitats naturais de que tanto precisamos!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120535	Discordância	Apoio as energias renováveis e acredito que a energia solar tem um papel importante a desempenhar no nosso futuro. No entanto, não apoio esta proposta na sua forma actual. A conversão do terreno proposto em parques solares contínuos alteraria fundamentalmente a paisagem, o habitat da vida selvagem e o carácter da região. Preferia muito mais uma estratégia que priorizasse telhados, parques de estacionamento, terrenos contaminados e instalações solares distribuídas de menor dimensão, antes de comprometer uma área tão vasta de terrenos naturais e agrícolas. Devemos investir nas energias renováveis de uma forma que também proteja as paisagens que fazem da nossa região um lugar tão bom para se viver.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120534	Discordância	O Município de Arganil participa na consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), apresentando os seus contributos através do ficheiro anexo "Contributos_PSZAER_municipio_arganil.zip", o qual contém os seguintes documentos: • Contributos GTF Proposta de PSZAER_Arganil_signed; • contributos_PSZAER_urbanismo_municipio_arganil_signed.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120533	Discordância	Nao concordo de todo! com o previsto para o território de Torres vedras.. as nene4gias limpas nao podem destruir as paisagens é um contracensso. Alteram os habitat das especies destroem a biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120532	Discordância	A instalação de painéis solares em nada beneficiam as populações ao seu redor; pelo contrário são uma fonte de contaminação e "encher de bolsos" a outros.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120531	Discordância	A área para a colocação de painéis é muito extensa. Estamos a destruir a nossa biodiversidade com a desculpa de ser melhor para o ambiente. Vejam o exemplo de outros Países, utilizem outros locais para o efeito (parques de estacionamento, barreiras de som nas autoestradas, , etc) Com o aumento das zonas de implantação de painéis em detrimento das nossas zonas verdes não estamos a contribuir para melhorar o ambiente mas sim para aumentar os lucros de alguns à custa da nossa saúde ambiental!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120530	Discordância	A transição energética é necessária , mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projecto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projecto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120529	Reclamação	Contradição com o interesse público: Apesar da retórica da transição energética, estes projetos servem principalmente interesses privados e especulativos, concentrando os lucros em poucas empresas, enquanto a comunidade local suporta os custos ambientais e sociais.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120528	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e).	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120527	Discordância	não concordo com ocupação de terrenos por painéis solares	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120526	Discordância	A nossa região parece estar assolada por emissários estranhos que procuram a todos o custo acabar com a excelência que temos vivido na nossa região . Foi a mata nacional, destruída. Agora a tentativa para o enganador benefício dos painéis solares,, a utilização dos solos, etc. É nosso dever lutar pelo nosso benefício e dos vindouros, impedindo males maiores.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120525	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
120524	Discordância	Processo mal conduzido. Nem se consegue saber quais as áreas em causa, o que considero fundamental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120523	Discordância	Não queremos estes projetos. Há formas mais sustentáveis de conseguir energias renováveis. Coloquem painéis solares em cima de prédios paragens de autocarro, hipermercados e similares. Já chega de destruírem em nome do ambiente que estão a matar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120522	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho do Porto, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120521	Discordância	Manifesto a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis em espaços naturais, florestais, rurais ou em quaisquer áreas não artificializadas, porquanto: A transição energética não pode justificar a instalação indiscriminada de infraestruturas de produção de energia renovável, quer em espaços naturais, quer em áreas urbanas. A natureza não deve ser sacrificada através da destruição de habitats, da afetação da fauna e da flora e da descaracterização da paisagem. Do mesmo modo, as cidades não podem ser tratadas como espaços ilimitadamente disponíveis, ignorando os possíveis efeitos sobre o microclima, o aumento da temperatura, a segurança e a saúde das populações. Não é aceitável promover uma política ambiental destinada a combater as alterações climáticas através de intervenções que originam novos e graves impactes ambientais. A produção de energia renovável não é, por si só, ambientalmente sustentável quando implica a destruição dos ecossistemas, a impermeabilização ou compactação dos solos, a perda de habitats, a mortalidade de aves e morcegos, a perturbação das espécies e a descaracterização das paisagens naturais e rurais. A produção de energia renovável não é, por si só, ambientalmente sustentável quando implica a destruição dos ecossistemas, a impermeabilização ou compactação dos solos, a perda de habitats, a mortalidade de aves e morcegos, a perturbação das espécies e a descaracterização das paisagens naturais e rurais. A classificação de um território como Zona de Aceleração não pode servir para facilitar a instalação de projetos em locais que atualmente mantêm funções ecológicas, agrícolas, florestais, paisagísticas ou culturais. Também não pode significar uma redução das exigências de avaliação ambiental, uma limitação da participação das populações ou uma presunção de que os projetos são ambientalmente aceitáveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
120520	Discordância	Não concordo com a destruição da natureza para beneficiar grupos económicos, sem que as populações locais tenham qualquer benefício. A transição deve ser justa mais bem distribuída, não em cerca de 30% em zonas como o concelho da sertã com graves prejuízos para as populações.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120518	Discordância	Contributo para a Consulta Pública: Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Assunto: Parecer desfavorável aos atuais moldes do PSZAER – Por uma transição energética justa e ecologicamente sustentável. Exmos. Senhores, Venho por este meio apresentar o meu contributo no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a urgência e apoie plenamente a necessidade de uma transição energética em Portugal, manifesto a minha profunda discordância em relação à forma como este programa está desenhado. Uma transição justa e sustentável não pode, em circunstância alguma, ser feita à custa da degradação da natureza e do património que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não reside nas energias solar e eólica, mas sim na ausência de salvaguardas no atual plano. Abaixo, detalho os motivos da minha oposição ao documento na sua forma atual e exijo a sua revisão profunda:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120517	Discordância	Legislem e implementem de forma a ser uma ganha/ganha e não greenwashing.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120516	Discordância	Não podemos assentar a transição para as energias renováveis numa base completamente contraditória aos benefícios que as mesmas nos possam proporcionar. Não faz qualquer sentido aclamarmos a necessidade das energias renováveis quando, para tal, promovemos mais desflorestação das nossas matas e florestas, quando aumentamos a poluição sonora e visual das populações rurais onde estas áreas são implementadas e quando não ouvimos as necessidades e opiniões dessas populações relativamente a estes assuntos. Quando falhamos nestas questões, sabemos que não estamos a trabalhar em sustentabilidade, mas sim em greenwashing que tem, como único objectivo, o lucro de grandes empresas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120515	Discordância	Vamos destruir a nossa riqueza maior que é as nossas aldeias e serras. Depois vão levar is turistas a visitar os painéis em vez das serras. Que ser humano é este destruidor das terras que não lhes pertence.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
120514	Discordância	Não concordo. Não concordo com a implementação massiva de sistemas de energias renováveis. Afetam ecossistemas entre outras problemáticas ambientais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120513	Discordância	Portugal não está à venda. Não façam de Portugal uma central energética da Europa. Fim à destruição do nosso maior bem, o património natural.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120512	Discordância	Considero que o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER), é prejudicial para o equilíbrio dos ecossistemas envolventes causando fortes impactos na natureza e nas populações quer em termos ecológicos quer socioeconómicos.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
120511	Reclamação	O Município de Ponte de Lima manifesta a sua oposição à inclusão, na proposta do PSZAER, da Zona de Aceleração de Energias Renováveis localizada na parte norte do concelho, abrangendo as freguesias de Correlhã, Seara, Facha e Rebordões Santa Maria. Considera-se que a instalação de projetos fotovoltaicos de grande dimensão nesta área provocará impactes paisagísticos e visuais significativos, incompatíveis com a identidade rural do território, com a estratégia municipal de valorização turística e com os investimentos em curso na recuperação ecológica e gestão sustentável dos baldios. Assim, solicita-se a eliminação desta zona, remetendo-se a fundamentação técnica, cartográfica e fotográfica detalhada para o documento anexo.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120510	Discordância	Exmas. Senhoras e Senhores, Na qualidade de habitante em Trás-os-Montes, oponho-me fortemente a este plano que pretende promover megaprojetos solares e eólicos, com localização e dimensão completamente ILEGÍVEIS e impossíveis de interpretar com base nos documentos fornecidos. O que é certo é que o seu impacto em terrenos agrícolas é definitivo e que a área da Reserva Transfronteiriça da Meseta Ibérica (chancela UNESCO) não é tida em conta, sendo possível a instalação de, pelo menos, projetos eólicos na mesma. Este plano constitui um sério atentado: -à Reserva Transfronteiriça da Meseta Ibérica (chancela UNESCO) cujos limites não são excluídos deste plano; -a outras áreas protegidas ou áreas sensíveis não classificadas, com afastamentos extremamente reduzidos aos projetos planeados; -às áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas e geoparques; -às zonas húmidas sensíveis; -à soberania alimentar e florestal, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos; -aos corredores ecológicos, derivados dos verdadeiros impactos cumulativos de diversos projetos numa região, que destroem a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora; -às espécies de flora e fauna prioritárias, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à instalação de centrais;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120509	Discordância	Contributos para a Discussão Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Consulta pública: Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Período: 17 de junho a 15 de julho de 2026 Entidade coordenadora: Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030) Link para a Consulta Pública ao PSZAER: https://participa.pt/pt/consulta/programa-setorial-das-zonas-de-aceleracao-da-implantacao-de-energias-renovaveis-pszaer Para participar, enviando o seu comentário relativamente a este programa, é necessário proceder-se ao registo prévio no Portal Participa, caso ainda o não tenha feito. Alguns textos que poderão ser utilizados e adaptados em função dos interesses de cada participante na consulta pública: Texto 1: Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120508	Discordância	Venho, por este meio, apresentar a minha discordância e parecer desfavorável à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em fase de discussão pública, pelos seguintes motivos: Falta de Transparência e Participação: O processo é omisso na apresentação de cartografia detalhada, impedindo os cidadãos de compreenderem o impacto real no território e nas suas propriedades. Desregulação Ambiental: A metodologia subjacente às ZAER promove a desregulação do licenciamento, fragilizando os mecanismos de proteção da natureza, da biodiversidade e das áreas florestais. Impacto nas Comunidades Locais: A definição destas zonas abrange áreas excessivamente próximas de aglomerados populacionais, captações de água e infraestruturas essenciais, comprometendo a qualidade de vida, a saúde pública e a identidade cultural das regiões afetadas. Sobrecarga do Interior: A concentração destas áreas em municípios específicos penaliza fortemente o interior do país, promovendo uma descaraterização paisagística e um esgotamento da capacidade de carga do território. Pelo exposto, solicito a reavaliação profunda do programa, com a suspensão das áreas propostas até que sejam acautelados os interesses das populações locais e a preservação ambiental. Com os melhores cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120507	Discordância	isto é greenwashing	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120506	Discordância	Assunto: Pronúncia de Oposição ao Modelo Atual do "Mapa Verde" das ZAER e Exigência de Maior Escrutínio Ambiental e Democrático Exmos. Senhores, Venho por este meio manifestar a minha total concordância com as críticas apontadas ao "Mapa Verde" das ZAER atualmente em consulta pública, apresentando a minha firme oposição aos termos em que este projeto está delineado.A urgência da transição energética não pode, em circunstância alguma, servir de pretexto para o atropelo dos direitos democráticos, da transparência e da integridade ecológica do território nacional. Alinho a minha posição aos seguintes pontos fundamentais: Défice de Transparência: É inaceitável que um plano que abrange 7% do território continental seja apresentado com lacunas graves na cartografia oficial e falta de clareza documental, impedindo uma análise rigorosa por parte dos cidadãos. Desregulação Ambiental: A dita "simplificação e aceleração do licenciamento" traduz-se, na prática, numa perigosa redução do controlo ambiental. Facilitar licenças a megaprojetos põe em risco ecossistemas únicos que deveriam ser protegidos. Afronta à Democracia Local: Centralizar decisões e esvaziar o poder de intervenção das populações locais é um erro crasso. Quem protege e molda os territórios há gerações não pode ser transformado em mero espetador de um processo extrativista	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120505	Discordância	Parem de tentar enganar-nos, parem de destruir o nosso país, parem de destruiroi nosso planeta, parem de destruir o ambiente. Parem de tomar as terras a quem elas pertencem,. Façam de outra forma , suave , honesta, com pretensões snceras de querer cuidar da nossa casa, pois o ambiente é a casa de todos e não é com medidas ditas verdes como esta, que de verdes só tem as notas de 100€ que fazem planos sérios para as gerações vindouras. Basta de hipocrisia, preservem a natureza , cuidem dela e não arranjem pretextos "VERDES" para tomarem as terras a quem pertencem.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		vivo em Leiria e conheço alguns dos territórios do país abrangidos pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Na sua forma atual, este PSZAER não garante um futuro saudável e equilibrado às novas gerações, por não compreender garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Falta contemplar na atual proposta medidas que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões. Ao mesmo tempo, é flagrante que não estão devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120504	Discordância	Facilmente se percebe que o corrente processo potencia licenciamentos que não ponderam efeitos expectáveis sobre populações diretamente afetadas, na sua maioria afastadas deste processo que impacta decisivamente nas suas vidas. É preciso outra reflexão e análise do impacto de um programa como este nos territórios aqui contemplados, desde a proteção da paisagem, as consequências para a biodiversidade, solos agrícolas e florestais e que alterações trará para a qualidade de vida das populações afetadas. Em consequência do anteriormente exposto, agradeço que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, nomeadamente: A localização das infra-estruturas de transição energética tem de ser escolhida com muito cuidado para não perturbar outras infra-estruturas naturais como as linhas de água, as florestas e os terrenos agrícolas. É preciso muito ciudado e devem ser escolhidos locais onde essas infra-estruturas possam contribuir para o bem geral, não reduzindo áreas das árvores autóctones, para dar apenas um exemplo.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
120503	Discordância	Pensar que infra-estruturas de transição como painéis foto-voltaicos podem ser muito uteis para quebrar as grandes áreas de eucoliptal que já apresentam desafios abientais muito graves e aumentam enormemente os riscos de incêndios florestais. Se bem escolhidos, os parques solares podem ser uma vantagem positiva e estratégica no país, se apressados e colocados sem critério correm o risco de arruinar o património natural, histórico e cultural que ainda existe no território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120502	Discordância	Este programa não acautela os impactos no território, na biodiversidade, na paisagem e na saúde pública. Não pode levar ao abatimento de milhares de árvores que sejam protectoras (sobreiros, azinheiras..) e destruição do habitats de muitos animais. Tem de ser uma transição energética que proteja a natureza e que beneficie diretamente os cidadãos locais. Manifestação de preocupação	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120501	Discordância	Venho manifestar a minha preocupação relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que a estratégia de expansão de grandes centrais fotovoltaicas não deve ocorrer à custa da ocupação de solos agrícolas, áreas naturais ou ecossistemas com elevado valor ambiental. A proteção e regeneração dos solos, a reflorestação com espécies adequadas e a preservação da agricultura sustentável são medidas fundamentais para a conservação da biodiversidade, para o sequestro de carbono e para a resiliência dos territórios face às alterações climáticas. Preocupa-me igualmente o impacto paisagístico, a fragmentação de habitats e a necessidade de garantir uma avaliação rigorosa dos impactos ambientais cumulativos destes projetos, bem como a gestão, reciclagem e fim de vida dos painéis fotovoltaicos e respetivos sistemas de armazenamento de energia, evitando riscos de contaminação e custos ambientais futuros. Defendo que a transição energética deve privilegiar, sempre que possível, a instalação em edifícios, parques industriais, coberturas, estacionamentos e outras áreas já artificializadas, reduzindo a pressão sobre solos agrícolas e espaços naturais. Solicito, por isso, que este programa assegure critérios ambientais mais exigentes, maior transparência na seleção das zonas de aceleração e uma efetiva proteção do património natural, agrícola e paisagístico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120500	Discordância	Tanto quanto conseguido ver, o parecer e vontade da populações locais vai ser muito menos considerado em detrimento de "necessidades" gerais do país, corre-se muito mais risco de graves problemas ambientais, que não são tidos em conta quando se centraliza e facilita a decisão.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120499	Discordância	Após leitura acredito não terem sido analisados os impactos ambientais do programa acredito que o programa beneficiária de análises externas aos impactos futuros quer ambiental quer de gestão territorial	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120497	Discordância	Quando não haverá árvores para respirar , o que faremos ?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120496	Discordância	nao	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120495	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER);	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120494	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120493	Discordância	Creio que as elites politicas e o poder industrial continua a manipular o conceito de energia verde. A única coisa que continuam acelerar é a destruição do património natural e do maior activo que os habitantes deste planeta possuem. A verdadeira sustentabilidade é desglobalizar, desenvolver comunidades autosustentáveis. Equilibrar a biodiversidade. Desenvolver um caminho económico equilibrado. Que se distancie do lucro ganancioso e obsessivo que produz ricos à custa do empobrecimento das populações que sobrevivem com dificuldades e ainda vêm os seus impostos dados aos interesses de elites predadoras. A europa está no caminho errado na questão do real sentido daquilo que é a sustentabilidade. Usem os telhados das cidades e deixem a natureza em paz.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120492	Discordância	Só vem estragar a nossa vegetação e o nosso ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120491	Discordância	Embora reconheça a importância estratégica da transição energética e da descarbonização da economia, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos: Insuficiente salvaguarda dos valores ambientais e da biodiversidade A definição de zonas preferenciais para a instalação de energias renováveis não deve comprometer habitats naturais, corredores ecológicos, espécies protegidas ou serviços dos ecossistemas. A aceleração dos procedimentos administrativos não pode traduzir-se numa diminuição do rigor da avaliação ambiental. Impactos cumulativos pouco considerados O programa aparenta analisar os projetos de forma isolada, não refletindo adequadamente os impactos cumulativos resultantes da concentração de múltiplas centrais de produção de energia, linhas elétricas, acessos e restantes infraestruturas associadas. Proteção insuficiente da paisagem e do património A paisagem constitui um recurso ambiental, económico, turístico e cultural de elevado valor. A instalação intensiva de infraestruturas energéticas poderá provocar alterações irreversíveis na identidade territorial, afetando igualmente património classificado e valores culturais locais. Participação pública limitada	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120490	Discordância	Venho por este meio expressar a minha firme oposição à inclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis (PSZAER). A caracterização destas áreas como "terras em estado residual" é injusta e ignora a sua verdadeira importância ecológica e cultural. Este território, além de ser um espaço maravilhoso para a biodiversidade, sustenta a agricultura familiar e a floresta, essenciais para a nossa identidade e economia local. Em vez de devastar estas áreas naturais, deveríamos priorizar a instalação de painéis solares em telhados e zonas urbanas já construídas. Isto não só protege o meio ambiente, mas também mostra respeito pela comunidade que aqui vive. Solicito, assim, a exclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa do PSZAER, em defesa da nossa terra e do nosso futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120489	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. - Risco de especulação fundiária, abandono rural, desertificação. - Impacto Ambiental e Biodiversidade: Critérios de proteção enfraquecidos: retiram-se áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120488	Discordância	. A denominada “transição verde” perde legitimidade quando implica a destruição de florestas, habitats naturais e biodiversidade para a instalação de grandes infraestruturas energéticas. A proposta do PSZAER não pode transformar a transição energética num processo de substituição de ecossistemas naturais por infraestruturas industriais. A aceleração da implantação de energias renováveis deve privilegiar áreas já antropizadas, industriais, degradadas, artificializadas ou de reduzido valor ecológico, evitando a ocupação de florestas, habitats naturais e áreas com elevado valor para a biodiversidade e para os serviços dos ecossistemas. A descarbonização não pode ser alcançada à custa da degradação do património natural, da fragmentação de habitats e da perda de biodiversidade, sob pena de comprometer simultaneamente os objetivos climáticos e os objetivos de conservação da natureza. Os ecossistemas naturais são um dos principais aliados no combate às alterações climáticas, através do sequestro de carbono, da regulação do ciclo da água, da proteção dos solos e da manutenção da resiliência dos territórios, pelo que a sua destruição em nome da produção de energia renovável constitui uma contradição com os próprios objetivos da transição ecológica..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120487	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Exigimos, por isso, que este projeto seja reavaliado, devendo ser dadas prioridade a soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção das comunidades locais, da paisagem e do património natural. A verdadeira sustentabilidade deve respeitar não só o clima, mas também as pessoas, os animais e os locais onde vivem. Com os melhores cumprimentos, Alberto Unner	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120486	Discordância	A importância da fauna e da flora é de tanta ou mais importância que as energias renováveis. CONTUDO, para um bom equilíbrio de ambas as potências e potencialidades naturais, é de extrema relevância MANTER os estudos e as avaliações dos impactos ambientais nas áreas de tentaiva de implementação. Acelarar este processo é uma prática infundada e de intenções negativas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120485	Discordância	Crime ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120484	Discordância	Não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democratica. Aprender com os erros do passado, parece que está difícil.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120483	Discordância	A zona centro, fortemente afetada pelos incêndios de 2017 e pela tempestade Kristin em 2026, ficou paupérrima em área arborizada, uma situação que me deixa incrédulo pois tanto o anterior governo como o atual, pouco ou nada têm feito relativamente a isso. Continuamos com um défice enorme de árvores e um dia mais tarde vamos pagar!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120482	Discordância	É necessária urgência no planeamento florestal e urbano da zona da Marinha Grande, sendo que a instalação de painéis solares vai de contra a isso mesmo. Temos de abrir os olhos, não podemos inundar a paisagem de maquinaria e esquecer a natureza! Vamos pagar bem caro aquilo que estamos a fazer ao país, e por consequente, ao mundo. Não posso concordar com um programa que se diz pela implementação de energias renováveis sem que seja tido em conta o impacte que cada diferente projecto tem na área a que se destina. Embora concorde com a necessidade da transição para as energias renováveis, esta não pode ser feita sem ser devidamente estudada. Sem compreender se vai afectar o meio ambiente, mas também a economia local, entre outros aspectos, em cada zona. Há pouco tempo vimos como o projecto Sophia iria destruir uma grabde área da Beira Baixa. Temos poucos espaços verdes em Portugal, temos um problema grave com os incêndios, temos a desertificação do interior, temos as temperaturas a aumentar. Destruir grandes áreas verdes para implantar painéis fotovoltaicos, por exemplo, é uma medida irresponsável. Tem de haver estudo de impacte ambiental.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120481	Discordância	Estou contra este programa de empobrecimento e roubo de recursos naturais em Portugal Produzir energia "limpa" destruindo a pouca cobertura vegetal que resta no nosso país não me parece uma atitude ambientalista.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120480	Discordância	As árvores produzem oxigénio e através da transpiração baixam a temperatura ambiente. As árvores e todos os que delas dependem, são mais importantes. Tanto parque de estacionamento e telhados para colocar painéis solares porque insistem em destruir a natureza? Ter oxigénio e um clima temperado é muito mais importante. Num pais com tanto mar para produzem energia, nem se fala disso.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120479	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Exigimos, por isso, que este projeto seja reavaliado, devendo ser dadas prioridade a soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção das comunidades locais, da paisagem e do património natural. A verdadeira sustentabilidade deve respeitar não só o clima, mas também as pessoas, os animais e os locais onde vivem. Com os melhores cumprimentos, Lavo Blum	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120478	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fálico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120477	Discordância	Mais do que energias renováveis a floresta é essencial para que mantenhamos o nosso património e identidades vivos. A biodiversidade só se mantem com florestas. a paisagem dos locais e o equilíbrio população / ambiente só é saudável se as arvores existirem. Não devemos decepar arvores para construir centrais de energia renovável. Isso é um CONTRASENSO absoluto. Perante as alterações climáticas devemos é cuidar das nossas árvores e respeitar cada vez mais aa natureza. Senhores por favor acordem enquanto ainda existe uma restea de esperança. É uma catástrofe ambiental o que pretendem fazer às nossas lindas arvores e florestas. usem a energia eólica e a energia do mar, sem matar nada, sem destruir a qualidade de vida das pessoas e do ar, sem alterar os ecossistemas. Acordem para a realidade. vejam, o que os países nórdicos, a Suíça, o Canadá , o Japão fazem. se não sabem fazer, imitem quem faz bem e respeita a natureza. A arvore deveria ser considerada um Bem Supremo. É nosso dever respeitarmos, protegermos e venerarmos esses seres tão preciosos e cheios de vida, morada de pássaros, que nos dão sombra, beleza, retem as aguas dos solos, purificam o ar, são nichos de vida e de bem estar. Não destruam o que de mais precioso temos- Por Favor	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120476	Discordância	Não concordo com esses painéis que só vêem para a beira baixa para encher os bolsos dos grandes empreendedores e que de nada beneficia a NOSSA REGIÃO.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120475	Discordância	É urgente o respeito, pelas pessoas e pela terra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120473	Discordância	Porque destrói o ambiente as zonas rurais e perde-se a riqueza da fauna e da flora portuguesa quando a solução é de consumir menos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120472	Discordância	O programa comporta vários riscos para o ambiente e património, decorrentes de uma excessiva simplificação dos procedimentos de diagnóstico e avaliação de impactes ambientais. A dimensão do país e a importância do seu património natural e cultural justifica uma abordagem muito mais cuidadosa e detalhada das potenciais áreas suscetíveis de comportar projetos de produção de energia. É essencial a compatibilização dos projetos com a preservação de áreas de importância ecológico, agrícola, geológica e cultural, com a preservação do mundo rural e todo o seu valor intrínseco.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120471	Discordância	Discordo do projeto. Isto não é inovação, isto é destruir o nosso país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120470	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120469	Discordância	Que energia "verde" é essa que destroi o ambiente para ser implementada? 🤦 Ide brincar para o vosso jardim!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120468	Discordância	No caos de gestão territorial em que Portugal se encontra, não faz qualquer sentido remover o estudo de impacto ambiental caso-a-caso. As populações e organizações de cariz local, têm o direito de opinar e validar como querem gerir o território que lhes é próximo.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120467	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Estou em completo acordo com o mapeamento e a regulamentação destas zonas, bem como com os objetivos nelas inseridos.	
120466	Sugestão	De forma a preservar valores importantes, gostaria de deixar sugestões a serem incluídas/consideradas na sua elaboração: 1. No relatório de Factores críticos de decisão, o FCD2 remete para os benefícios sociais e locais, mas não responde diretamente às limitações indicadas no próprio relatório, como, por exemplo, a especulação imobiliária/fundiária e a oposição social crescente. 2. De forma a poder colmatar a "oposição social crescente" em cima referida, seria importante incluir na "descrição do procedimento" (pág. 38 de um dos relatórios) a necessidade de consulta pública a estes projetos ou, em alternativa, o envolvimento de associações relevantes (representantes de cidadãos ou ONGs ambientais) na conferência procedimental deliberativa (passo 4). 3. Deve ser garantido (ficando explícito em relatório, diretrizes e regulamento) que as redes de zonas já classificadas como protegidas (por exemplo, as incluídas na Rede Natura 2000) do território são mantidas e que não serão enquadradas nestas Zonas de Aceleração de Energias Renováveis. 4. Deve ser garantido (ficando explícito em relatório, diretrizes e regulamento) que será proibida a introdução de espécies invasoras (como o eucalipto) nestes territórios, bem como a limitação ao abate de espécies autóctones presentes nestes territórios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120465	Discordância	Exmos. Srs., Como cidadã, quero aqui afirmar que todos os grandes projectos de grande impacte ambiental (e social) deverão ser analisados caso a caso. Isto é uma carta branca para lucro privado e prejuizo publico? As populações afectadas terão direito a desconto nas energias? Quantas árvores vamos cortar em pleno aquecimento global? Quanto tempo levará às arvores compensatórias a produzir o mesmo efeito? Com o interior cada vez mais desertificado, estamos a expulsar o resto da população desse território? Quantos telhados disponíveis existem nas cidades à espera disto? Vamos agilizar a destruição e depois logo se vê? A justiça funciona neste país? Que interesse terá isto tudo quando existem cada vez menos portugueses em território português? Como podemos fazer melhor? Devemos lembrar que os investidores privados visam apenas o lucro, não vêm cá defender o nosso território, comunidades e cultura! Portugal não está à venda, temos 883 anos de história e independência para defender.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
120464	Discordância	Este programa é um verdadeiro ataque ao interior. Eu sei que são palavras que já ouvimos muitas vezes e por isso parece que se perde uma certa sensibilidade. O interior está constantemente a ser atacado, então não importa que seja atacado mais uma vez. Não, não estamos habituados. Não, não estamos embrutecidos pelos incêndios e pela indiferença de quem não conhece o país. Estamos vivos e recomendamos-nos. Estamos vivos e damos saúde a este país ferido. E não, não aceitamos um programa de colonização do interior, que lhe extrai recursos à custa da saúde e da qualidade de vida, ou mesmo da vida, das pessoas, dos animais, e da natureza. Longa vida ao interior, oásis de resistência, cura, espaço, tempo e amor!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120463	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações. No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem já um longo historial de contributo para o interesse nacional em termos de energias renováveis. A Barragem da Aguieira, instalada há mais de quatro décadas, ocupa uma área significativa do território municipal e desempenha funções essenciais para o país, nomeadamente na produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias. Contudo, os benefícios económicos diretos desta infraestrutura para a população local têm sido reduzidos. Considero, por isso, que não é aceitável que o concelho continue a assumir novos encargos territoriais de dimensão nacional sem uma avaliação rigorosa dos impactos e sem mecanismos claros de compensação e retorno para a comunidade. Considero igualmente preocupante que a classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assente essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo devidamente o verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico, económico e social desses territórios. Muitas destas áreas asseguram importantes serviços dos ecossistemas, contribuem para a conservação da biodiversidade, suportam atividades económicas locais e desempenham funções fundamentais na gestão da paisagem e na prevenção dos incêndios rurais. A ausência de determinadas condicionantes legais não significa que estes territórios não tenham valor ou que a sua ocupação não produza impactos relevantes. Entendo que a ocupação do solo agrícola e florestal para grandes projetos renováveis apenas deverá ocorrer	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120462	Discordância	Resumo do documento anexo: Objetivo Principal: Apresentar uma oposição técnica e frontal ao modelo atual do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Argumento Central: O documento defende que a isenção de Avaliações de Impacte Ambiental (AIA) nas zonas de aceleração compromete a resiliência ecológica de Portugal, agravando a vulnerabilidade do território perante eventos meteorológicos extremos. O Caso de Estudo (Tempestade Kristin): Utiliza os impactos reais da severa tempestade de janeiro de 2026 para demonstrar como a desflorestação e a perda de permeabilidade do solo (decorrentes da instalação massiva destas infraestruturas) potenciam enxurradas, cheias rápidas e derrocadas de terra. Principais Consequências Identificadas: Degradação da capacidade de retenção hídrica do solo ("efeito esponja"). Aumento da velocidade dos ventos superficiais devido à remoção de barreiras florestais naturais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120461	Discordância	Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que o programa assenta em pressupostos políticos e estratégicos que não reúnem consenso na sociedade e que, na prática, privilegiam uma rápida expansão de grandes infraestruturas de produção de energia renovável em detrimento da proteção do território, da paisagem, da biodiversidade e dos interesses das populações locais. Entendo que a criação de "zonas de aceleração" constitui uma alteração significativa na forma como são ponderados os interesses públicos envolvidos, favorecendo a instalação de projetos de grande dimensão através da simplificação de procedimentos administrativos, o que poderá reduzir o escrutínio público e a avaliação rigorosa dos impactes ambientais e territoriais. Na minha perspetiva, o programa não demonstra de forma convincente que os benefícios esperados justificam os custos ambientais, sociais, económicos e paisagísticos associados à ocupação extensiva do território por infraestruturas energéticas. Considero igualmente que deveriam ser privilegiadas soluções descentralizadas e de pequena escala, bem como a utilização de áreas já artificializadas, industriais ou degradadas, antes da afetação de solos agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120460	Discordância	PARTICIPAÇÃO NA CONSULTA PÚBLICA Programa Setorial de Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (ZAER) Assunto: Exposição de preocupações e oposição à implementação de painéis solares em grande escala sem a devida salvaguarda ambiental e territorial. Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão(ã) atento(a) e preocupado(a) com o futuro do nosso território, venho por este meio apresentar a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (ZAER). Embora a transição energética seja um objetivo partilhado, considero extremamente preocupante a implementação em massa e desregulada de centrais fotovoltaicas de grande escala, pelos seguintes motivos: Impacto no Património Natural e Paisagístico: A instalação destas infraestruturas constitui, frequentemente, um atentado ao património ambiental e visual das regiões afetadas. Implica o abate de arvoredo, a destruição de ecossistemas locais e a anulação de áreas de pastagem e cultivo, comprometendo a biodiversidade e a sustentabilidade do mundo rural. Pegada Ecológica Real do Projeto: Considera-se que não tem sido devidamente acautelada a pegada	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120459	Discordância	Como cidadã portuguesa exijo o cumprimento sério da Constituição, a salvaguarda dos direitos dos cidadãos portugueses, como o direito à vida, à habitação e ao livre exercício das suas profissões, como a agricultura, pecuária, silvicultura, e direito à saúde. O projeto que se propõe é monstruoso, desrespeita condições dignas das populações diretamente afetadas pela quantidade de painéis solares e aerogeradores e concentração no território nacional. As populações têm que ser defendidas quanto ao seu direito à saúde, respirar ar puro e renovado, que em muito diminuído pelo impacto na natureza destes projetos. O direito ao descanso, que será perturbado pela quantidade de eólicas e aerogeradores que geram ruído e perturbação sonora. O direito à saúde da geração presente é vindoura. Exigimos: . Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. • Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos. . Proteção real para aves • Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. • Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. • Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. • Prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia - e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural. . Utilização de espaços existentes com menor impacto visual, e na natureza, como telhados, fábricas descontinuadas, minas descontinuadas. . Respeito pelo território de Portugal e pela natureza do nosso País.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120458	Discordância	Como jovem-adulta, acredito que desta forma não conseguirei dar um bom futuro às próximas gerações. O que pretendem não é digno, é aniquilar a nossa floresta e o nosso futuro.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120457	Discordância	A verdadeira transição ecológica não consiste em substituir combustíveis fósseis por infraestruturas renováveis cada vez mais numerosas. Consiste em construir uma sociedade capaz de viver bem consumindo significativamente menos energia e menos recursos naturais. Porém, o PSZAER continua a assentar numa lógica de crescimento permanente da produção energética, quando a evidência científica demonstra que a verdadeira sustentabilidade exige, antes de mais, reduzir a procura de energia e de recursos naturais. Sem esta mudança de paradigma, corre-se o risco de substituir uma dependência por outra: menos combustíveis fósseis, mas mais minas, mais metais críticos, mais ocupação do território, mais artificialização da paisagem e mais pressão sobre a biodiversidade. A emergência climática não pode justificar uma regressão na proteção ambiental. O combate às alterações climáticas deve reforçar — e nunca enfraquecer — a proteção dos ecossistemas, dos solos, da paisagem e dos direitos das populações. Não será possível resolver a crise climática agravando simultaneamente a perda de biodiversidade, a artificialização do território, a destruição de habitats, a pressão sobre os recursos minerais e a degradação da paisagem. As energias renováveis constituem um instrumento essencial da transição ecológica, mas não são um fim em si mesmas. Só fazem sentido quando integradas numa estratégia mais ampla de suficiência energética, eficiência, redução do consumo e utilização prioritária das áreas já artificializadas. A verdadeira medida do sucesso da transição energética não deverá ser o número de megawatts instalados, mas a capacidade de reduzir simultaneamente as emissões de gases com efeito de estufa, o consumo de recursos naturais, a ocupação do território e os impactos sobre os ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120456	Discordância	O avanço do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) enfrenta sérias objeções que colocam em causa o equilíbrio entre a necessária transição energética e a preservação do território. No centro da contestação está o modelo de "via rápida" (fast-tracking) adotado, que assenta numa macroanálise espacializada e resulta numa gritante insuficiência de validação cartográfica à escala municipal. Ao ignorar as realidades locais, o programa arrisca classificar como de "baixa sensibilidade" áreas fundamentais para o equilíbrio hidrogeológico, como zonas de recarga de aquíferos e linhas de água. Esta desconexão da realidade geográfica é agravada pela total ausência de limites máximos de ocupação territorial por concelho. Sem este teto, cria-se uma assimetria regional inaceitável, onde determinados municípios do interior correm o risco de ver mais de metade da sua área total demarcada para megaprojetos solares ou eólicos, desfigurando por completo regiões inteiras. Sob o pretexto de um "interesse público superior", o programa promove um perigoso atropelo aos processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Reduzir o rigor técnico-científico do licenciamento ambiental para acelerar metas administrativas enfraquece a proteção dos ecossistemas. A instalação massiva de "mares de espelhos" e aerogeradores traduz-se na perda de biodiversidade, na destruição do coberto vegetal nativo e na degradação de solos vivos, gerando um balanço ambiental líquido altamente questionável a nível local. Este impacto ecológico reflete-se diretamente num profundo prejuízo socioeconómico para as populações do interior — como nas Beiras, Lezíria do Tejo ou Viseu Dão Lafões —, cujas economias dependem umbilicalmente da exploração florestal sustentável, da agricultura e do turismo de natureza. A industrialização forçada destas paisagens inviabiliza as atividades tradicionais, acelera o abandono humano do território e desvaloriza de forma irreversível o património cultural e imobiliário destas regiões históricas. Do ponto de vista institucional, o PSZAER representa uma violação flagrante da autonomia local e das competências de ordenamento do território. Ao impor prazos asfixiantes para que os municípios adaptem obrigatoriamente os seus Planos Diretores Municipais (PDM), o Estado central demonstra uma postura intrusiva que menoriza o papel das autarquias na decisão sobre o uso do seu próprio solo. Este processo centralizador é ainda agravado por consultas públicas céleres que inviabilizam uma audição real e a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120455	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de humidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo pôr em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. Com a desertificação já a avançar a passos largos em vastas áreas do nosso país, maioritariamente nas regiões sul e interior do nosso território, a construção destas centrais vai trazer ainda mais desertificação e	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120454	Discordância	Para ser duradoura e bem-sucedida, a transição energética deve ser também uma transição territorial qualificada. Deve ser plenamente assegurada a proteção da Reserva Agrícola Nacional e da Estrutura Ecológica Nacional, Regional e Municipal, bem como dos corredores ecológicos, turfeiras, solos hidromórficos, cabeceiras de linhas de água, áreas de máxima infiltração, Domínio Público Hídrico, espaços verdes e azuis urbanos, património paisagístico municipal e espaços florestais, sem desvalorizar as respetivas normas de ocupação. A urgência de acelerar a transição energética não deve prevalecer sobre a compreensão e proteção da paisagem, da estrutura ecológica e do modelo territorial que melhor promova o equilíbrio e a sustentabilidade do território e das suas comunidades. É essencial evitar o enfraquecimento da capacidade de decisão dos municípios e reconhecer a paisagem como infraestrutura estratégica da transição climática. A questão central não deve ser apenas onde instalar infraestruturas de transição energética, mas como estas podem contribuir para modelos de desenvolvimento mais equilibrados e resilientes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120453	Discordância	Não concordo com este projecto, pois vai ocupar área/território rural onde pessoas vivem, vai afectar socioeconomicanente e ecológicamente. Desflorestamento de floresta autóctone e de espécies que lá vivem. Não, não concordo. É contra a vida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120452	Discordância	Não existem energias verdes se for à custa da destruição da biodiversidade. Deveriam também dar oportunidade de participar sem ser digitalmente. Esta forma de consulta é discriminatória e não inclusiva. Os mais velhos precisam de ser informados e consultados devidamente e não através de um telemóvel! Isto não é democracia!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120451	Discordância	A colocação de painéis solares é de energia aeólica destro não só as zonas verdes como a saúde dos portugueses. Para não falar que vai estar a vender e destruir o país e não vai haver comida suficiente para o país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120450	Discordância	A transição energética é uma necessidade incontornável, mas isso não significa que qualquer modelo de implementação seja aceitável. A proposta do PSZAER levanta preocupações legítimas quanto ao equilíbrio entre a produção de energia renovável e a proteção do território, da biodiversidade, da atividade agrícola e das comunidades locais. Não faz sentido acelerar a instalação de grandes projetos sacrificando solos agrícolas, áreas florestais e paisagens que constituem recursos fundamentais para a economia e para a qualidade de vida das populações. Uma transição verdadeiramente sustentável tem de integrar critérios ambientais, sociais e económicos, e não limitar-se ao cumprimento de metas de capacidade instalada. É igualmente preocupante a possibilidade de reduzir o papel das autarquias e das comunidades nas decisões sobre o ordenamento do território. As populações que vivem nestes locais devem ser parte ativa do processo e não apenas destinatárias de decisões tomadas de forma centralizada. Existem alternativas que merecem prioridade, como o aproveitamento de coberturas de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas mineiras e outras superfícies já artificializadas, bem como o incentivo ao autoconsumo e às comunidades de energia. Estas soluções permitem aumentar a produção de energia renovável com menor impacto ambiental e social. A transição energética será tanto mais bem-sucedida quanto maior for a sua aceitação pelas populações. Para isso, é essencial que o planeamento respeite o território, envolva as comunidades locais e procure minimizar os impactos negativos, em vez de transformar determinadas regiões em zonas de concentração de grandes infraestruturas energéticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120449	Discordância	Não às mega centrais fotovoltaicas. Para um mundo melhor não podemos permitir esta desconfiguração da natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120448	Discordância	Discordo do presente programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120447	Discordância	Contra a fórmula básica "Destruir para Salvar"; têm de haver soluções mais inteligentes, integradas em zonas urbanas! Presevemos a floresta e os espaços rurais!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120446	Discordância	Isto vai trazer muitas dificuldades, sociais, económicas e ecológicas para os habitantes/populações rurais, não podem ser esquecidas, não podem ser industrializadas, por estas populações, mas também por Portugal pelo planeta. Estas palavras bonitas de energias renováveis apresentados são FALSOS a longo prazo quem vai pagar este preço serão os nossos netos, mas não só será a humanidade, e já não haverá muito para fazer para conseguirmos salvar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120445	Discordância	Absolutamente contra, mais uma tentativa de atentado contra o que nos resta de natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120444	Sugestão	Tendo em conta o alerta informativo recebido da Associação Nacional de Municípios Portugueses e de acordo com os documentos de consulta disponibilizados no âmbito da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSAER) vem este Município pronunciar-se nos seguintes termos: Alandroal é um município do Distrito de Évora, integra a região Alentejo (NUT II) e a sub-região Alentejo Central (NUT III). De acordo com os últimos censos tem 5.007 habitantes (2021). A sua sede é na vila de Alandroal, tem 542,68 km² de área e está subdividido em 4 freguesias: União de Freguesias de Alandroal, São Brás dos Matos e Juromenha; Capelins; Santiago Maior e Terena. O município é limitado a norte pelo município de Vila Viçosa, a nordeste pelo município de Elvas, a leste por Olivença e Espanha, a sul por Mourão e por Reguengos de Monsaraz e a oeste pelo Redondo. O Município reconhece a relevância estratégica e o esforço representado na proposta de PSZAER, considerando da maior importância a sua compatibilização territorial com os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) de modo a assegurar a adequada ponderação dos interesses das populações e planeamento municipal na própria operacionalização do Programa. Considera, por isso, essencial continuar a garantir aplicabilidade dos regimes de proteção, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, pareceres legais e exigíveis. Na verdade, a delimitação final dos projetos para instalação de energias renováveis deverá ser assegurada à escala municipal. Considera, também, que em caso de conflito entre a instalação de projetos de energias renováveis e projetos turísticos, por exemplo, deverá ser o Município a tomar a decisão final numa perspetiva de ordenamento do território, mas também de desenvolvimento e coesão territorial. Após análise mais detalhada e territorializada dos elementos cartográficos disponibilizados constava-se que as áreas previstas no PSZAER para o concelho de Alandroal preveem a possibilidade de instalação de energia solar (núcleo principal + núcleo secundário) numa área total de 5.406,78 hectares e para instalação de energia eólica numa área total de 699,49 hectares. Assim, a área total prevista no PSZAER para o concelho de Alandroal totaliza 6.106,27 hectares, correspondendo a 11,25% da área total do concelho.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120443	Discordância	Antes de ocupar solo rústico com painéis solares, é prioritário instalar os mesmos em todos os telhados dos edifícios já existentes, principalmente os públicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Na qualidade de cidadã do concelho de Ovar , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada.	
120442	Discordância	Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120441	Discordância	A destruição de 24 000 hectares de biodiversidade e habitat animal em nome das «energias renováveis e da redução do impacto ambiental» é simultaneamente absurda e errada. Os efeitos adversos dos parques solares na biodiversidade e no habitat natural estão cientificamente bem documentados. Além disso, os parques solares aumentam o risco de incêndios florestais (algo de que Portugal definitivamente não precisa). Os habitats naturais são necessários para promover a biodiversidade, a qualidade do solo e a estabilidade ambiental, o que cria um ambiente mais resiliente para todos. Os painéis solares devem ser integrados nas cidades e nas infraestruturas existentes Isto traz muitos benefícios notáveis: A) custos mais baixos devido às infraestruturas existentes e às ligações à rede B) não destrói o ambiente natural. C) Instalar baterias para armazenar a energia que não pode ser devolvida à rede imediatamente (a França e a Alemanha acabaram de iniciar esta iniciativa)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120440	Discordância	Países como a Noruega, a Dinamarca, a Alemanha, etc., já são líderes neste princípio — instalar painéis Está proposta de lei vai destruir as pequenas aldeias onde há pessoas esquecidas que precisam de qualidade de vida. Há também a questão ecológica que todos sabemos que não beneficia o país.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120439	Discordância	Este projecto apresenta falhas na sua constituição com várias lacunas que devem ser preenchidas antes de tudo. A informação não é suficiente para avançar. Prevalece o proveito económico a curto prazo sem avaliar o impacto territorial a longo prazo. Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
120438	Discordância	Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120437	Discordância	As necessidades de energia devem ser resolvidas através de uma redução de consumos e não desta forma. Alterar a actual forma de vida dos seres humanos, destruidora do planeta. Menos ar condicionado, menos voos, menos automóveis cada vez de maiores dimensões e mais poluentes, menos viagens, menos Só as árvores salvarão este planeta já precário. Tudo o que seja aprovado em prol da sua destruição será um suicídio geral da humanidade.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120436	Discordância	Acho lamentável que Portugal aceite a ideia da instalação de painéis fotovoltaicos por todo o país! Queremos um país mais verde, com valorização da paisagem natural e dos seus ecossistemas! Mudei de vida para o Portugal interior há quase 10 anos e percebo cada vez mais as carências existentes neste território! Falta valorizar o que existe, dar oportunidade de explorar os recursos existentes de formas sustentáveis - a nível florestal, das reservas dos ecossistemas, da agricultura, das paisagens. Querem deixar o país ainda mais pobre, feio, em virtude de apostar nas energias renováveis mas com um impacto terrível no território!? Quem quer um país forrado a painéis solares - para além dos interessados em implementar Data Centers, famintos de energia, que apenas vão beneficiar alguns!? Num país de pobreza energética, vamos ser todos pobres de perspectivas de desenvolvimento para dar resposta a outras necessidades reais. Investir no país não pode significar permissão para forrar o país a alcatifas espelhadas para perdermos a riqueza da biodiversidade das nossas paisagens!!! Vamos perder as pessoas, as raízes e ganhar espelhos que vão refletir esta pobreza de espírito de pensar o futuro! Quando outros países já proibiram estas medidas, como pode Portugal dar uma carta em branco para o futuro da implementação destas estruturas sem avaliação de impacto ambiental - e social, paisagístico, humano?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120435	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos: Falta de transparência cartográfica. Os documentos em consulta não disponibilizam mapas concretos e detalhados das áreas que serão efetivamente classificadas como Zonas de Aceleração. Sem essa informação, é impossível às populações e autarquias avaliar com rigor o impacto real nos seus territórios, o que compromete o caráter participativo desta consulta. Dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) por projeto. A avaliação ambiental antecipada e genérica, feita através da Avaliação Ambiental Estratégica, não substitui uma análise caso a caso. A concentração de projetos numa mesma área pode gerar impactes cumulativos (na paisagem, na biodiversidade, nos solos e na água) que uma avaliação prévia e agregada dificilmente capta. Insuficiente proporcionalidade territorial. A distribuição das zonas propostas não parece refletir adequadamente as especificidades de cada território, correndo o risco de sobrecarregar regiões rurais com elevado valor paisagístico, ecológico e agrícola, em detrimento de outras áreas já mais artificializadas. Conflito com usos do solo rural e agrícola. Muitos dos territórios candidatos a Zonas de Aceleração coincidem com áreas de exploração agrícola, incluindo pequenas explorações e projetos de agricultura regenerativa, cuja viabilidade e identidade territorial podem ficar comprometidas pela instalação massiva de infraestruturas energéticas. Necessidade de um processo mais robusto e transparente. Defendo que a transição energética é necessária e urgente, mas deve ser feita com planeamento rigoroso, critérios metodológicos claros e atualizados, e com participação efetiva das populações — não através de um processo que simplifica licenciamentos à custa da salvaguarda ambiental e territorial. Pelos motivos expostos, solicito que sejam revistos os critérios de delimitação das ZAER e que seja garantida maior transparência e participação pública antes da aprovação final do Programa	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120434	Discordância	A Junta de Freguesia do Sobral reconhece a importância da transição energética, da descarbonização e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, emite parecer desfavorável à proposta atualmente em consulta pública, por considerar que esta não assegura a adequada proteção do território nem salvaguarda de forma suficiente os seus valores naturais, sociais e económicos. A proposta abrange uma parte significativa da Freguesia do Sobral, incluindo áreas próximas de habitações, terrenos agrícolas e linhas de água, podendo originar impactos relevantes sobre a população, a atividade agrícola e os ecossistemas locais. Importa salientar que esta posição não representa uma oposição às energias renováveis. Pelo contrário, a Junta de Freguesia defende que a sua implementação deve ser planeada de forma equilibrada e sustentável, assegurando a compatibilização entre a produção de energia renovável e a proteção dos recursos naturais, da floresta, da paisagem, do património e da qualidade de vida das populações.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120433	Discordância	Portugal deve servir aos portugueses. Os recursos para quem mais necessita. Submeter-nos às condições de vassalagem de outras entidades corporativas não é política de sustentabilidade.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120432	Discordância	Como cidadão português, não concordo com estes projetos de carácter destrutivo de ecossistemas naturais, paisagísticos, naturais e de sobrevivência para o ser humano. Isto é um atentado a nossa natureza.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120431	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120430	Discordância	Tem de haver um planeamento nacional regulado com estudos de impacto e classificação de zonas	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120429	Discordância	Portugal não precisa de dar cabo do País apar cumprir o PNEC 2030. Em vez de sobrecarregarem zonas já desfavorecidas que tal colocarem na Comporta, em Vila Moura e outras zonas chiques ou substituírem os campos de golfe por campos de painéis solares?	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120428	Discordância	A minha discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), deve-se ao facto de não estarem a ser considerados fatores importantíssimos de cariz social e ecológicos. É preciso e pedido que haja: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Avaliação obrigatória dos impactos ecológicos da flora e fauna das ZAER - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120427	Discordância	Não é sustentável destruir ecossistemas únicos e modos de vida já de si ambientalmente simbióticos para facilitar uma "transição verde", passando por cima de quem protege os seus territórios há gerações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Venho, no âmbito do processo de discussão pública em curso do PSZAER, apresentar a minha pronúncia formal relativamente aos projetos de mega parques de produção de energia renovável (eólicos e fotovoltaicos) previstos para áreas classificadas como Zonas de Aptidão para Energias Renováveis (ZAER) que abrangem o território desta freguesia. Fá-lo-ei em nome próprio, mas sobretudo em representação da população que tenho a honra de servir, e que se tem manifestado, de forma clara e reiterada, contrária à instalação destas infraestruturas no nosso território. Manifesto, desde já, firme oposição à classificação e à ocupação de áreas desta freguesia como ZAER, bem como a todos os projetos de megaparques eólicos e fotovoltaicos que impliquem a afetação de solo agrícola e florestal não artificializado. Esta posição resulta não apenas da minha própria avaliação enquanto autarca e conhecedor do território, mas do sentimento expresso pelos munícipes em diversas ocasiões, nomeadamente em sessões de esclarecimento realizadas na região. Não me oponho à transição energética — reconheço a sua necessidade e importância. Oponho-me, sim, a um modelo que impõe ao nosso território, às nossas famílias e às gerações futuras um sacrifício desproporcionado e irreversível, em benefício de interesses que não são os desta freguesia. Como Presidente de Junta, tenho o dever de defender aquilo que nos foi legado e que temos a responsabilidade de preservar: a terra, a paisagem e o modo de vida do Nordeste Transmontano.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120426	Discordância		
120425	Discordância	Discordo com esta abominação!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120424	Discordância	O projeto descaracteriza o valor nativo da paisagem portuguesa e coloca em risco a sua subsistência	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120423	Discordância	O PSZAER, na sua forma atual, não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120422	Discordância	É inadmissível substituir uma floresta estratégica para os concelhos abrangidos, tanto em biodiversidade como no local social e verde que era, por um equipamento que não permite que cresça floresta nem biodiversidade. É um atentato a todos os habitantes desta região tão impactada agora que foi pelo sucessivo comboio de tempestades!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120421	Discordância	Na Freguesia onde resido vejo que a implementação é possível em em grande parte do território, desrespeitando linhas de agua, nascentes(minas) que servem a grande maioria dos habitantes da nossa freguesia, numa altura em que vimos o que aconteceu em Almada. As terras agrícolas com instalação de energias renováveis, quando a alimentação poderá a vir ser um problema futuro. Estamos a quer retirar a floresta que tão importante é para a redução da temperatura e retenção de CO2, está mais que provado que a temperatura é muito diferente quando existe floresta e sem ela.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Contributo para a Consulta Pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Assunto: Discordância com a afetação de áreas florestais à instalação de centrais fotovoltaicas e eólicas 1. Identificação do contributo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120420	Discordância	Venho, no âmbito da consulta pública da Proposta de PSZAER (Maio de 2026), apresentar a minha discordância relativamente à possibilidade de as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) incidirem sobre áreas de floresta, solicitando a revisão dos critérios de mapeamento e das opções estratégicas do Programa nesta matéria. 2. Fundamentação A própria Proposta de PSZAER reconhece, no capítulo 4.4 (Território e Economia), que a esmagadora maioria das áreas identificadas com potencial ZAER se sobrepõe a solo classificado como rústico de Espaço Florestal:	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
120419	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
		Apoio a transição para as energias renováveis e reconheço a sua importância no combate às alterações climáticas. No entanto, a aceleração dos processos de licenciamento não deve comprometer uma avaliação ambiental rigorosa nem reduzir a participação efetiva das comunidades locais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
			Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Os projetos de grande dimensão devem continuar a ser avaliados caso a caso, considerando os seus impactos cumulativos na biodiversidade, na agricultura, nos recursos hídricos, na paisagem, no turismo e na qualidade de vida das populações. Antes de ocupar solos agrícolas produtivos ou áreas naturais de elevado valor, deve ser dada prioridade a coberturas de edifícios, zonas industriais e outros terrenos já artificializados ou degradados.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120418	Discordância		É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Portugal tem procurado incentivar a fixação de população no interior e apoiar o desenvolvimento do turismo rural e da agricultura. A industrialização generalizada da paisagem através de grandes projetos de energias renováveis pode contrariar esses objetivos, tornando estas regiões menos atrativas para viver, trabalhar e investir. As políticas climáticas e de desenvolvimento regional devem reforçar-se mutuamente.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
			A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
		Por fim, devem ser cuidadosamente avaliados os possíveis impactos locais, incluindo alterações ao microclima, sobretudo em regiões que já enfrentam temperaturas muito elevadas durante o verão, para que a transição energética não crie novos problemas ambientais à escala local.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
			Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
		O dinheiro do povo não pode continuar a ser usado para a destruição do país!!	Obrigada pela sua participação.
		Os portugueses estão a tentar proteger o que lhes pertence por direito e a verem os seus governantes e os	A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é
120417	Concordância	impostos que pagam virados contra eles.	fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o
		Temos um sistema totalmente corrompido e as nossas forças policiais a lutar contra nós. De mãos dadas seremos mais fortes.	qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120416	Discordância	Destruição e Fragmentação da Floresta A implementação da PSZAER ignora a necessidade urgente de preservar os ecossistemas autóctones. A introdução de lógicas de exploração intensiva ou a alteração drástica do uso do solo resultam na perda irreparável de biodiversidade. Árvores nativas e milenares são frequentemente substituídas por monoculturas industriais de rápido crescimento ou por infraestruturas pesadas. Esta descaracterização destrói o habitat de inúmeras espécies, enfraquece a resiliência natural da floresta contra pragas e aumenta exponencialmente o risco de incêndios rurais incontroláveis. Agravamento do Aquecimento Global As florestas funcionam como os pulmões do planeta, retendo o dióxido de carbono que, de outra forma, aqueceria a atmosfera. Ao desestabilizar estas áreas, a PSZAER transforma sumidouros vitais de carbono em fontes emissoras de gases com efeito de estufa. A maquinaria pesada utilizada, a desflorestação subsequente e a perda de biomassa libertam toneladas de CO_2. Este ciclo destrutivo alimenta diretamente o aquecimento global, resultando em fenómenos climáticos cada vez mais extremos, imprevisíveis e devastadores. Aceleração da Desertificação Sem a cobertura vegetal densa e protegida que as florestas saudáveis oferecem, o solo fica totalmente exposto à erosão e à exaustão de nutrientes. A PSZAER promove uma gestão hídrica ineficiente, secando os lençóis freáticos e empobrecendo a terra. Em regiões já vulneráveis, este impacto é o gatilho final para a desertificação. O solo outrora fértil transforma-se em terra árida e sem vida, inviabilizando a agricultura local e forçando o abandono das populações rurais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120415	Geral	Reconheço a importância estratégica da aceleração da transição energética e do cumprimento das metas do PNEC 2030, mas considero que a proposta atualmente em discussão apresenta lacunas que devem ser corrigidas antes da sua aprovação final, sob pena de comprometer valores ambientais e paisagísticos irreversíveis. Em primeiro lugar, a ausência de cartografia definitiva das futuras delimitações das ZAER impede uma participação pública verdadeiramente informada, uma vez que não é possível avaliar com rigor o impacto do programa sobre um território sem conhecer as parcelas concretas abrangidas. Solicito que, antes da aprovação final, seja disponibilizada cartografia detalhada e sujeita a novo período de discussão pública. Em segundo lugar, alerto para a avaliação insuficiente dos impactes cumulativos. A dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) nas ZAER assenta no pressuposto de que a Avaliação Ambiental Estratégica já cobre adequadamente os impactos previsíveis, mas a concentração de múltiplos projetos solares e eólicos numa mesma bacia visual, corredor ecológico ou linha de festo pode gerar efeitos cumulativos sobre a paisagem, a biodiversidade e os recursos hídricos que a metodologia atual não parece captar de forma robusta. Proponho o reforço da avaliação de impactes cumulativos por zona, e não apenas por projeto. Em terceiro lugar, chamo a atenção para a necessidade de salvaguarda da paisagem e da identidade dos territórios rurais, cuja economia depende frequentemente da preservação dessas características, precisamente nas zonas com maior potencial técnico para renováveis. Solicito que os critérios de delimitação incorporem, com peso efetivo, a valorização paisagística e a proporcionalidade territorial na distribuição das zonas. Por fim, solicito que a futura integração do PSZAER nos Planos Diretores Municipais decorra com participação ativa e vinculativa das autarquias, e não como mera formalidade de transposição. A simplificação do licenciamento das energias renováveis, mas não pode ser feita a custo de cartografia opaca, impactes cumulativos por avaliar e paisagens rurais sacrificadas. Estas lacunas devem ser corrigidas antes da aprovação final do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Não concordo com o PSZAER na sua forma atual.	
120414	Discordância	Está em causa a possível afetação de cerca de 7% do território nacional, mas não existe nesta fase um mapa final e suficientemente claro que permita aos cidadãos saber exatamente que terrenos, localidades e comunidades poderão vir a ser afetados. Considero especialmente preocupante que grande parte da decisão seja remetida para o licenciamento de cada projeto. Nessa fase, a escolha da área poderá já estar, na prática, condicionada pela sua inclusão numa zona considerada adequada ou prioritária, reduzindo a capacidade real das populações para contestar a localização dos projetos e propor alternativas. Uma decisão desta dimensão deve ser tomada com mapas claros, critérios transparentes e participação pública efetiva antes da definição final das zonas. A população deve poder saber antecipadamente quais as áreas em causa e participar numa fase em que ainda seja possível alterar ou excluir essas áreas. O PSZAER deve também garantir uma avaliação dos impactos acumulados de vários projetos numa mesma região, incluindo parques solares e eólicos, linhas elétricas, subestações, acessos e outras infraestruturas associadas. A análise isolada de cada projeto não é suficiente para avaliar a transformação global do território. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita sem garantias adequadas para a proteção do território, da biodiversidade, da paisagem, das atividades agrícolas e florestais, das comunidades locais e da	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120413	Discordância	Contra esta carta verde de destruição!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120412	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho do Porto, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120411	Discordância	Na qualidade de cidadã, manifesto a minha oposição ao Plano Sectorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), na sua forma atual. Não está em causa a necessidade de desenvolver energias renováveis, mas sim a dimensão, localização e forma de licenciamento dos projetos previstos. O plano permite a ocupação industrial de extensas áreas agrícolas, florestais e naturais, incluindo montados, olivais, vinhas, corredores ecológicos e zonas próximas de áreas sensíveis e habitações. A classificação de determinadas áreas como sendo de "menor sensibilidade" não significa que sejam terrenos sem valor. Muitas destas zonas têm importância agrícola, ambiental, paisagística, económica e social para as populações locais. A instalação de grandes centrais solares e eólicas poderá fragmentar habitats, afetar a biodiversidade, agravar a desertificação e alterar profundamente a paisagem e a identidade dos territórios. Considero também injustificável reservar cerca de 7% do território continental para estas zonas quando, segundo os próprios dados do plano, seria necessária uma área muito inferior para cumprir as metas energéticas até 2030. Antes de ocupar solo rural, deve ser prioritária a instalação de painéis em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento, infraestruturas públicas e terrenos já degradados ou artificializados. O plano não avalia adequadamente os impactos cumulativos de vários projetos na mesma região, nem garante benefícios económicos reais para as comunidades afetadas. Após a construção, estas infraestruturas criam poucos postos de trabalho, podendo prejudicar a agricultura, a silvicultura, o turismo de natureza e o valor das propriedades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120410	Discordância	A descarbonização da economia não pode ser selvagem, feita à custa do equilíbrio ecológico e do bem estar das populações e à sua revelia. É perverso destruir paisagens, flora e fauna para criar uma energia supostamente "limpa". Essa destruição faz da energia assim gerada totalmente imunda, destruindo o epíteto da argumentação. Precisamos encontrar soluções diferentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120409	Discordância	Assino contra este plano. A transição energética não pode destruir o ambiente, a agricultura e as paisagens que nos definem. Exijo estudos rigorosos e respeito pelas populações locais, as quais devem ser envolvidas nas decisões do futuro, principalmente no que diz respeito à defesa do nosso património natural. Em conclusão, manifesto o meu total repúdio por este plano.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120408	Discordância	Este tipo de plano vai empobrecer ainda mais as zonas onde poderá vir a ser instaladas estas centrais fotovoltaicas. Na minha ótica vai permitir o abate e desmatamento de zonas florestais sensíveis,povoamentos florestais de sobreiros e azinheira por exemplo. E na ocupação de territórios com grande valor agrícola,zonas húmidas e ribeirinhas que albergam e dão alimento a dezenas ou centenas de animais. Desde as aves a mamíferos que são super importantes á Preserva de um ecossistema saudável. Dêem preferência á instalação destes projectos em zonas industriais que normalmente já estão capacitadas termos de rede eléctrica para receber este tipo de estruturas e não em zonas verdes que terão de ser arrasadas para o efeito. É muito mau. E mais uma vez quem sai prejudicado são as populações locais para proveito de meia dúzia de empresas...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120407	Discordância	O território Português não deve ficar à mercê de interesses económicos privados nem ser essa decisão tomada por quem não tem ligações às zonas afetadas por tais decisões unilaterais. Os moradores e seus representantes devem, sempre, ter a ultima e decisória palavra, positiva ou negativa, sobre projetos, mais valias e áreas de implantação. Um governo lida com as repercursões de más decisões durante o seu mandato, os residentes terão uma vida inteira para lidar com elas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120406	Discordância	Parecer desfavorável na colocação de painéis solares no concelho do Fundão	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Reconhecemos a urgência da descarbonização da economia e da rápida expansão da produção de energia renovável. A crise climática exige uma transformação profunda do modelo energético, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis e promovendo uma produção de energia limpa, descentralizada e socialmente justa. No entanto, a aceleração da implantação de energias renováveis não pode traduzir-se na aceleração da degradação ambiental, da concentração económica ou da perda de direitos das comunidades locais. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se for também uma transição ecológica, democrática e socialmente justa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120405	Discordância	Assim, consideramos que o PSZAER deverá ser reforçado nos seguintes aspetos: 1. Prioridade absoluta ao autoconsumo e às comunidades de energia O programa continua excessivamente orientado para grandes projetos de produção elétrica promovidos por grandes operadores económicos. Portugal deve privilegiar um modelo energético distribuído, baseado em:	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120404	Discordância	Absolutamente contra a destruição da paisagem nacional, fundamental e necessária à vida. Este plano é contrário a um futuro viável e seria uma mancha vergonhosa da governação corrente. As florestas e águas devem ser restauradas e protegidas prioritariamente.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120403	Discordância	Discordo da alteração da paisagem que caracteriza o Alentejo, para além do prejuízo que irá causar no ambiente, fauna e flora local. Resumindo, o que caracteriza o Alentejo não são painéis solares mas sobreiros e azinheiras. A Hyperion Renewables agradece a oportunidade de participação nesta consulta pública. Os nossos contributos e comentários encontram-se detalhados no documento anexado a esta submissão. Ficamos disponíveis para esclarecer ou desenvolver qualquer um dos pontos apresentados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120402	Geral	Muito obrigado. Em nome da Hyperion Renewables, Diogo Trindade	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120401	Discordância	Venho por este meio contestar o meu descontentamento sobre este aasunto que abrangerá a destruição do nosso património natural e cultural! O povo não é a favor e somos contra a aniquilação dos nossos espaço verdes que tão bem nos faz. Somos Natureza, a destruição da mesma é a nossa própria destruição!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120400	Discordância	Nao se pode abdicar de estudos que comprovam que este tipo de intervencao e escolha politica seja ofensivo para o povo e para o territorio nacional. Ha telhados e locais mais urbanos onde se pode realmente construir este tipo de infraestruturas, nao se pode entrar em terreno privado, dos portugueses, nao se pode vender ao desbarato e destruir um legado das futuras geracoes, nao queremos data centros, nem paineis solares. Portugal e EU nao podem compactuar com um crescimento feroz do capitalismo. Cumprimentos e trabalho sao	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120398	Discordância	Considero que o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER), é prejudicial para o equilíbrio dos ecossistemas envolventes causando fortes impactos na natureza e nas populações quer em termos ecológicos quer socioeconómicos. Concordo com a necessidade de aumentar a rede de energia mas não concordo com a destruição do meio ambiente, concordo sim com as sugestões para utilização de espaços tais como por exemplo parques de estacionamento que produzem energia e ao mesmo tempo fazem sombra.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
120397	Discordância	Precisamos das áreas verdes, são os ares condicionados da natureza. Senão fritamos todos, para nada servirá o dinheiro. Agradecia que tivessem outras propostas,tais como incentivar a implantação desses painéis solares em casas particulares,instituições públicas ou nas laterais das vias férreas,autoestradas. Tudo menos na nossa paisagem. Se tenho uma casa com uma vista fantástica ,o valor do imóvel nunca será o mesmo, com essa paisagem horrível. Os nossos turistas vêem até nós pela natureza,paisagem,gastronomis,e zonas históricas. Ninguém terá o prazer de usufuir de paisagend negras. Era bom para todos que o nosso Estado tivesse mais responsabilidade em pensar no futuri de outra forma.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Obrigada pela sua participação.
120396	Discordância	Parem de fazerem dos portugueses,burros! Tida a gente oercebe que é só areia para os olhos e óbvio terão muitos interesses por detrás disto tudo...monetários,claro está! Mas quem manda na Beira Baixa,somos nós! Portugal e nosso e não das elites que teimam em decidir as nossas vidas e nosso futuro negro! Essa palhaçada dos incêndiod,todos nós sabemos o porquê...é triste ver nosso Estado deixar o povo à sua mercê,perdendo vidas e bens por vosso usufruto! Não queremos painéis dessa forma! De todo!	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120395	Discordância	A melhoria dos sistemas de energia e do consumo da mesma não pode ser feita à custa dos sistemas ambientais nativos e da descaracterização ainda mais avassaladora dos territórios do interior. Os interesses económicos de instalar uma nova forma de produção em nada se coadunam com a melhoria ambiental quando são feitos de uma forma intensiva e extensiva. O Povo tem memória e o Povo vai lembrar-se	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120394	Discordância	Não encontrei informação sufucientemente acessivel para poder dar uma opinião informada, assim sendo, este projeto preocupa-me.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120393	Discordância	Discordo deste movimento	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120392	Discordância	Não há energias verdes com a destruição do meio ambiente!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120391	Discordância	Não existem energias verdes se forem à custa da biodiversidade e paisagem natural de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120390	Discordância	O que pedimos: - Prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia - e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural; - Limites reais à concentração de projectos numa mesma região; - Protecção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projectos; - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas eléctricas associadas; - Manutenção de protecção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; - Participação publica real nas fases seguintes, não apenas nestas consulta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120389	Discordância	Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. -Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). -Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. -Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas autoconsumo, comunidades de energia e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120388	Discordância	O assunto deve ser revisto. Existem outras formas melhores e que respeitam mais o ambiente,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120386	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120385	Discordância	A pergunta que o PSZAER não responde é simples: se a Cova da Beira e a Beira Baixa vão albergar a infraestrutura, o impacto na paisagem e os riscos, que parte da energia e do valor gerado fica garantidamente no território? A própria coordenadora da Avaliação Ambiental Estratégica do PSZAER, Prof.a Maria do Rosário Partidário (IST), afirmou publicamente, na apresentação do "mapa verde" em maio de 2026, que as zonas identificadas cobrem cerca de 7% do território continental, quando a área necessária para cumprir as metas do PNEC 2030 ronda apenas 1% - cerca de 20 mil ha para solar e 70 mil ha para eólica. Um programa que classifica sete vezes mais território do que precisa, não está a "acelerar", está a maximizar a área disponível para especulação e negociação de projetos, à custa dos territórios. A própria Direção-Geral do Território assinalou, no seu parecer, que a área identificada excede claramente o necessário para cumprir as metas do PNEC 2030, e recomendou a fixação de tetos máximos de ocupação por região ou concelho. A EMER 2030 registou esta recomendação apenas como "orientação a densificar", sem se traduzir em compromisso vinculativo na proposta atual. A CCDR Centro, por sua vez, confirmou que a Região Centro concentra 51,6% da área total proposta para energia solar - uma desproporção territorial que a proposta não justifica nem compensa. A auto-suficiência territorial implica que a riqueza gerada numa região circule localmente antes de sair. O PSZAER, ao não distinguir entre território que acolhe produção e território que beneficia dela, ignora esta distinção essencial e arrisca aprofundar assimetrias já existentes entre o litoral e o interior, entre centros de decisão e territórios de recurso. A Cova da Beira, como outras regiões do interior, tem uma identidade construída sobre um equilíbrio específico entre paisagem, uso agrícola, memória coletiva e formas de habitar o território que não se limitam ao seu valor económico imediato. Este património - paisagístico, cultural, de relação das comunidades com o lugar - não está devidamente ponderado no PSZAER, que trata o território sobretudo como superfície disponível para infraestrutura. A Cova da Beira e a Beira Baixa são já, antes da aprovação de qualquer ZAER, alvo de um conjunto de projetos de energia renovável de grande escala cujos impactos cumulativos não foram avaliados no PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120384	Discordância	Para mim é a destruição do nosso verde que caracteriza o nosso bonito país....a nossa natureza. A mancha preta de paineis na beira baixa é uma tristeza.. ter isso como normal é assustador e nao deveria ser permitido por varios motivos. Principalmente pela decadência de habitat das espécies.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120383	Discordância	Sou contra implantar painéis em zonas de terrenos férteis, além de existirem já muitos, torna ainda mais quente as zonas onde são implantados. Precisamos é de plantar árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120382	Discordância	Manifesto a minha total oposição à instalação de projetos de energias renováveis em áreas naturais. A proteção da natureza, da biodiversidade e da paisagem deve ser uma prioridade e não pode ser sacrificada por projetos que existem alternativas para implementar noutros locais. Antes de ocupar e degradar áreas naturais, devem ser privilegiadas soluções menos invasivas, como a instalação em telhados de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais e outros espaços já artificializados. Defendo que as áreas naturais sejam preservadas e excluídas deste tipo de projetos, garantindo a proteção do património ambiental para as gerações presentes e futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Obrigada pela sua participação.
120381	Discordância	É inadmissível a não existência de Estudo de Impacte Ambiental, o que revela por si só a falta de transparência do processo, para além do impactes negativos sobre as populações locais, paisagem, natureza e Património Cultural e Arqueológico, ali existente. O impacte negativo é superior, a qualquer beneficio.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120379	Discordância	Discordo na totalidade! Não vejo qualquer vantagem no programa, só vejo destruição e ganhos milionários para quem quer explorar.	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120378	Discordância	A aceleração deste processo não pode ser feita à custa da concentração excessiva de novas infraestruturas num território ambientalmente sensível, de elevado valor paisagístico e fortemente marcado pela atividade florestal, pela valorização dos recursos naturais e pelo turismo de natureza. Esta proposta entra em conflito com vários objetivos da estratégia de desenvolvimento territorial, assente na valorização dos recursos endógenos, na preservação da paisagem, na proteção da biodiversidade e na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120377	Discordância	Limpa? A custas do extermínio de milhares de arvores? Há forma melhor de distribuir fotovoltaicas e etc., prejudicando menos o ambiente e as populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120376	Discordância	Receio que esta proposta ponha em risco a paisagem natural de Portugal. Acho importante que o desenvolvimento de energias renováveis seja feito com a preservação da paisagem natural. Nomeadamente em territórios urbanos e mistos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120375	Discordância	Parecer da Naturtejo, Empresa Intermunicipal Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Parecer Desfavorável Resumo: A Naturtejo, entidade gestora do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO, emite parecer desfavorável à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) nas áreas abrangidas pelo Geopark. Embora reconheça a importância da transição energética e do reforço da produção de energia renovável, considera que a proposta não assegura uma compatibilização adequada entre esses objetivos e a proteção dos valores naturais, geológicos, paisagísticos, culturais e socioeconómicos do território. O parecer considera que os critérios adotados privilegiam fatores técnicos e energéticos, sem integrar de forma suficiente a geodiversidade, a paisagem, o património geológico e o reconhecimento internacional atribuído pela UNESCO. Salienta ainda a ausência de uma avaliação rigorosa dos impactes cumulativos resultantes da concentração de centrais fotovoltaicas, parques eólicos, linhas elétricas e outras infraestruturas associadas, com potenciais efeitos negativos sobre a paisagem, a biodiversidade, o turismo, a valorização do património e a atratividade do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120373	Discordância	Um atentado a natureza,e a agricultura	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120372	Discordância	Discordo com a utilizaçao de tanta area territorial para producao de energias renovaveis sem rigorosa avaliaçao de impactos ambientais e segurança das populações locais	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120371	Discordância	Discordo do Programa Setorial para as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) proposto. É óbvio que as energias renováveis são um objetivo obrigatório. Isso não significa que a conservação da natureza, o equilíbrio territorial e os direitos dos cidadãos devam ser relegados para segundo plano. Existem inúmeras formas de integrar as energias renováveis com impactos ambientais menos significativos. Basta olhar para tantos outros países onde estão a ser implementadas formas inovadoras de integrar as energias alternativas nos espaços já desenvolvidos pelo homem. Devemos ao nosso futuro considerar o impacto de grandes sistemas de produção de energia em áreas naturais. As zonas rurais desempenham papéis essenciais na conservação da biodiversidade, na produção alimentar, na gestão da água, na prevenção de incêndios e na preservação da paisagem. O respeito pela propriedade privada pode ser mais facilmente alcançado se se tiverem em conta todos os impactos de um grande projeto de energia alternativa. Em alguns locais, as instalações fotovoltaicas são colocadas em campos agrícolas e o resultado é uma produção agrícola mais valiosa. As temperaturas das culturas são reduzidas. Isto pode ser importante no futuro, quando as alterações climáticas reduzirem a produção agrícola devido ao aumento das temperaturas. Acredito que Portugal deve investir em energias renováveis, mas uma maior consideração dos impactos e uma visão voltada para o nosso futuro podem conduzir a um resultado muito melhor a longo prazo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120370	Discordância	Não! Não podemos perder a nossa identidade de território nem a nossa identidade nacional ao nos VENDERMOS a terceiros. A nossa terra é a nossa identidade! As nossas arvores e os nossos ecossistemas, a vida natural! Todos queremos energias renováveis mas não energia cega! Não queremos ver os nossos campos repletos de paineis, metal sem vida, sem arvores, sem passaros...mortos! Renovável não é sinonimo de morte de ecossistemas! Sim à vida! Sim aos nossos ecossistemas! Sim às nossas arvores! Não vamos vender-nos!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120369	Discordância	Deve ser revisto identificando, previamente, onde se localizam esses 7%.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120368	Discordância	Acho que este projeto eólico em São Martinho não é bom para esse ecossistema tão precioso e preservado. Josyane Carolan Bijoux	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120367	Discordância	Os benefícios desta medida não compensam os riscos da mesma	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120366	Discordância	vivo em Portugal e sinto que todos temos de nos interessar pelo que está a acontecer neste país, que está a ser vendido para interesses económicos. Rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. O mais importante como cidadã deste planeta é defender que uma transição energética justa não pode acontecer à custa dos territórios e das populações que neles vivem, seja onde for. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Defendo que as populações diretamente afetadas devem sempre manter uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação.
120365	Geral	Parecer Técnico da Divisão de Urbanismo e Planeamento da Câmara Municipal de Ovar.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120364	Discordância	Não concordo. A população local, associações ambientais, cooperativas, sociedade civil reconhecem a violência deste projecto e recusam-se a ser coniventes com esta forma de estar no planeta. Há muito que fazer em prol do ambiente e há soluções menos rápidas, massivas e impactantes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120363	Discordância	No âmbito da consulta pública da proposta de Plano Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER), gostaria de apresentar as seguintes observações. Reconheço a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis. Contudo, considero que a proposta não demonstra de forma suficientemente clara que os benefícios gerados por estes projetos serão efetivamente partilhados com as populações locais que suportarão os seus impactos. O documento identifica como prioritária a aceleração da instalação de grandes projetos de produção de energia renovável, incluindo centrais solares de grande dimensão. No entanto, não apresenta mecanismos concretos que garantam benefícios diretos para as comunidades afetadas, nomeadamente através da redução dos custos de energia para os residentes, da participação das populações nos rendimentos gerados ou da criação de fundos permanentes de desenvolvimento local. Preocupa-me igualmente a possibilidade de ocupação de extensas áreas rurais e florestais. Os ecossistemas naturais representam um património insubstituível, prestando serviços essenciais ao bem-estar humano, à conservação da biodiversidade, à regulação do clima, à retenção da água e à proteção dos solos. Estes valores não podem ser avaliados apenas na lógica económica de curto prazo! Entendo que os recursos naturais existentes possuem um valor intrínseco e estratégico superior ao de infraestruturas artificiais que podem ser instaladas em múltiplas localizações. Assim, considero que deve ser dada prioridade máxima à instalação de sistemas fotovoltaicos em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras infraestruturas existentes, antes de se admitir a ocupação de grandes extensões de território rural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120362	Discordância	Hello I have visited the area of Serra da Gardunha, and it is an area of particular beauty. This is evident by the natural formations and geology of the mountains, the nature, the trees and the wild life, so many beautiful birds and creatures. I believe the proposed solar and wind farms would have a big negative impact on this natural environment. This will also I believe negatively impact the local villages which are still very much with their traditions and local festivals. I belive the proposals will destroy the natural habitats, upset the natural rhythms of the flora and fauna which will then impact the creatures, the rivers, which will in turn impact the local human population. Please reconsider your development plans for this area and allow this area to remain as it is. with gratitude Charlotte	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120361	Discordância	Enquanto existirem telhados e parques de estacionamento sem fotovoltaico recuso a aceitar a instalação de painéis em terrenos, provocando o abate de milhares de árvores e destruição da paisagem.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120360	Discordância	Defenição especifica das zoas possiveis de implementação dos sistema energetico	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120359	Discordância	Manifesto a minha discordância com a proposta do PSZAER tal como se encontra apresentada em consulta pública. Reconheço a importância da transição energética e da expansão das energias renováveis, mas essa transição tem de ser justa, equilibrada e construída com respeito pelo território, pela natureza e pelas populações locais. Em primeiro lugar, considero muito grave a falta de aposta clara e prioritária na produção energética descentralizada. Antes de se avançar para a ocupação extensiva de solo rural, florestal ou ecologicamente sensível, deveria ser dada prioridade ao autoconsumo, às comunidades de energia, aos telhados, parques de estacionamento, zonas industriais e outras áreas já artificializadas. A proposta, tal como está, favorece uma lógica concentrada e industrial em vez de um modelo mais distribuído, resiliente e socialmente justo. Em segundo lugar, preocupa-me a evidente desproporcionalidade entre a dimensão das zonas previstas para produção renovável e a necessidade de proteger a floresta, os espaços naturais, a biodiversidade e os corredores ecológicos fundamentais para a fauna selvagem. Não é aceitável que a aceleração da instalação de centrais renováveis aconteça à custa da degradação de habitats, da fragmentação da paisagem e da perda de valor ecológico do território. Considero igualmente inaceitável que deixe de existir Avaliação de Impacte Ambiental adequada para projetos instalados nestas zonas. Uma matéria com esta escala e este potencial de transformação do território exige avaliação rigorosa, caso a caso, incluindo os impactos cumulativos de centrais, acessos, subestações e linhas elétricas associadas. A simplificação administrativa não pode significar enfraquecimento das garantias ambientais. É também essencial assegurar participação real das populações dos territórios afetados. As comunidades locais, as autarquias, os proprietários e as organizações que gerem terrenos comunitários ou baldios não podem ser apenas informados a posteriori. Têm de ser ouvidos de forma efetiva e ter capacidade real de influenciar as decisões. Além disso, qualquer território incluído neste tipo de planeamento deve beneficiar de vantagens económicas e sociais concretas. Não é justo impor custos ambientais e territoriais às populações sem garantir contrapartidas claras, como poupança energética local, acesso mais justo à energia, criação de emprego local qualificado, investimento no território e melhoria de infraestruturas e serviços	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
120358	Discordância	Considero que este projeto de energias renováveis não está a ter em conta o impacto ambiental na Natureza e sustentabilidade da vida. Se queremos um Mundo sustentável e sem poluição não o vamos conseguir à custa da devastação da Natureza, causando um desiquilíbrio, nas terras de produção, através da substituição de seres vivos que são as árvores, por artefactos artificiais. Na poluição das águas dos aquíferos através da extração do min´ério chamado Lítio. Isto não se trata de restabelecer e equilibrar o ambiente, mas de danificá-lo permanentemente. Estas energias não são limpas. São energias que vão acelerar os processo de desiquilíbrio e catástrofe ambiental que já está em curso. Não posso pactuar com isto. Não podemos mais continuar a ignorar o que está em causa. A sobrevivência da nossa espécie e de todas as espécies ligadas em rede nestes eco-sistemas terrestres, que ficarão todos afetados. Peço sómente que pensem do futuro. Que herança deixamos às novas gerações. Um planeta moribundo?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120357	Discordância	Destruição da pouca floresta que nos resta! Asfixiamento das gerações vindouras . Lobbis de sempre!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
120356	Discordância	Não concordo com a instalação de gigantescas centrais fotovoltaicas que destroem os ecossistemas para além de que os projectos instalados nas zonas de aceleração de energias renováveis ficam isentos de avaliação ambiental obrigatória. Não podemos ter a energia verde destruindo a paisagem com a consequente perda da biodiversidade, solos artificializados e aumento da temperatura do ar. É um paradoxo!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
120355	Discordância	Discordo totalmente com a implementação , devido a Impacto no Ecossistema: A colocação de estruturas metálicas e fundações de betão altera a composição física do solo e pode forçar o deslocamento de espécies animais e vegetais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
120354	Discordância	Sou contra mais implementação de energias renováveis	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120353	Discordância	Considero que as energias renováveis têm um papel importante. No entanto, a sua expansão não pode acontecer à custa dos territórios que, até hoje, preservaram a natureza, a paisagem, a biodiversidade e o património cultural que fazem de Portugal um país único.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
120351	Discordância	Por afetar negativamente o equilíbrio biológico e ameaçar a sustentabilidade do ecossistema das zonas em causa, manifesto a minha total discordância relativamente ao programa sectorial das zonas de aceleração de implementação das energias renováveis.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
120350	Discordância	Por afectar negativamente o equilíbrio biológico e ameaçar a sustentabilidade do ecossistema das zonas em causa, manifesto a minha total discordância relativamente ao programa sectorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120349	Discordância	Limites reais à concentração de projetos deste tipo numa mesma região; Garantia de Proteção do ecossistema local, fauna e flora da região; Avaliação obrigatória dos impactos; Prioridade a soluções descentralizadas; Participação pública em todas as fases do projeto e não apenas na fase de consulta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120348	Discordância	A instalação de grandes parques fotovoltaicos e eólicos implicam uma forte desflorestação e destruição de habitats naturais, especialmente no interior do país. A desflorestação destrói habitats de espécies animais e vegetais, algumas das quais podem estar protegidas ou ameaçadas. Para além disso, é uma contradição ambiental. Embora as energias renováveis tenham como objetivo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a destruição de florestas elimina importantes sumidouros de carbono. Grandes áreas ocupadas por painéis solares ou aerogeradores alteram profundamente a paisagem natural e rural. Para além disso, propicia a erosão e degradação dos solos porque a remoção da vegetação aumenta o risco de erosão, deslizamentos e perda de fertilidade dos solos. A impermeabilização parcial dos terrenos pode alterar o ciclo da água. Este projeto vai criar impacto nas comunidades locais, pois cria conflitos com atividades como agricultura, pastorícia, silvicultura ou turismo de natureza. Para além disso, existem alternativas. Os painéis solares deveriam ser prioritariamente instalados em telhados de edifícios, parques industriais, zonas degradadas, evitando a ocupação de áreas naturais. Podia incentivar-se a instalação de painéis em telhados de habitações, edifícios públicos, escolas, fábricas, parques de estacionamento e centros comerciais, reduzindo a necessidade de ocupar solos naturais ou agrícolas. Para a criação desses parques, são necessárias estradas de acesso, linhas elétricas, subestações e plataformas de montagem, aumentando a área efetivamente afetada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120347	Geral	Assunto: Contributo – Consulta Pública do PSZAER (Mortágua, território ZAER) A Proposta de Programa PSZAER é de natureza macro ao mapear Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) a nível nacional. Nesta minha participação, foco-me ao nível local referindo-me à realidade de um território específico que foi identificado como ZAER. Reconheço a importância estratégica da transição energética, contudo, na qualidade de cidadã com forte ligação e interesses na região de Mortágua, considero essencial que o modelo de governação local das futuras ZAER seja ajustado à realidade no terreno em estreita articulação com as populações que vivem e investem no concelho. Assim sendo, submeto as seguintes considerações: • Planeamento Integrado, Transparência e Cartografia: solicita-se uma efetiva concertação entre as decisões centrais e os instrumentos de gestão territorial locais, como o PDM e o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC-M) de Mortágua, salvaguardando a autonomia da comunidade. Para a construção de um planeamento articulado e a efectiva participação dos cidadãos, é fundamental a disponibilização de cartografia geo-referenciada detalhada à escala municipal, facilitando uma análise transparente e preventiva das reais condicionantes do território. • Governança, Minifúndio e a Dispersão: Sendo Mortágua um concelho com uma mancha florestal contínua e altamente arborizada com eucaliptais de produção, a identificação da ZAER é desenhada sobre uma estrutura de propriedade marcadamente assente no minifúndio e numa enorme dispersão de pequenos proprietários privados. Instalar macro projetos energéticos nesta realidade fragmentada exige que o modelo de governação seja descentralizado e adaptado à realidade local, criando canais institucionais de auscultação e governação locais obrigatórios, assim como comissões de mediação local. É fundamental envolver ativamente esta rede dispersa de proprietários em todo o processo de decisão e implementação, instituindo mecanismos de governação e de monitorização de proximidade claros, com forte componente de articulação municipal. Um mecanismo de governação e monitorização ao nível local irá facilitar a mitigação de riscos	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120346	Discordância	Existe falta de transparência no processo de concessão e construção das centrais fotovoltaicas tal como ignoram a participação informada das populações locais que serão afectadas pelo projecto. Continua o processo de centralização de produção energética desconsiderando a descentralização necessária para localizar produção, distribuição e consumo de energia mas sobretudo para preservar património natural. Expande um modelo económico e social pertencente às urbes e que descaracteriza o interior do país modelando os piores exemplos de descarbonização na União Europeia.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120345	Discordância	A componente social é fundamental numa transição ecológica justa e neste projecto, como em tantos outros, é desconsiderada em função da acelerada construção e centralização de produção energética. A humanidade tem que realmente repensar as suas relações com o trabalho, com os recursos e com a energia, é um trabalho longo e profundo que tem que ser feito. Estas não são as soluções que quero.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120344	Discordância	Não concordo com a implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pelo forte impacto negativo sócio económico e sociocultural que irá criar na região. Temos de preservar as zonas rurais do nosso país, não podendo levar á escassez da qualidade de vida, que existe nestes locais. As zonas rurais e naturais não podem ser tratadas como cidades. Há pessoas que vivem do que plantam e são essas mesmas pessoas que não deixam ninguém passar fome, para não falar que há imensos animais selvagens, que infelizmente já não são muitos, porque continuam a existir projetos como este que não colocam nada disto em causa. E ainda temos toda a fauna e flora que precisa de ser preservada para o bem estar planetário, e isto inclui o nosso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120343	Discordância	Discordo do plano apresentado por considerar, a par do movimento Cidadãos pela Beira Baixa, que o documento não garante um equilíbrio entre a produção de energia renovável, a proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e da saúde pública. Cito ainda uma publicação do Município de Oleiros, com a qual concordo: O Município de Oleiros reconhece a importância da transição energética, da descarbonização e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, é de parecer desfavorável à proposta atualmente em consulta pública, por considerar que a mesma não assegura a adequada proteção do território e dos seus valores naturais, sociais e económicos. A proposta abrange mais de 35 % do território do concelho de Oleiros, incluindo áreas próximas de habitações, captações e infraestruturas de abastecimento público de água, espaços florestais de elevado valor ecológico, património natural e zonas de forte vocação turística. Na análise efetuada, o Município concluiu que subsistem insuficiências técnicas, metodológicas e territoriais, pelo que defende, entre outras medidas: Redução significativa da área proposta para o concelho de Oleiros; • Exclusão das áreas ambiental e paisagisticamente mais sensíveis; • Validação cartográfica à escala municipal; • Definição de limites máximos de ocupação territorial por município;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120342	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadão / cidadã) do concelho do Porto, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120341	Discordância	Nao a este projeto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Os 7% devem ser zonas do país bem definidas.	Obrigada pela sua participação.
120340	Discordância	A avaliação de impacto ambiental é um guia importante que deve ser avaliado.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120339	Discordância	A Serra da Gardunha não pode ser sacrificada em nome de uma falsa transição energética. A inclusão desta área no PSZAER abre a porta à instalação de grandes centrais solares num território de elevado valor ecológico, paisagístico e agrícola, pondo em causa habitats, biodiversidade, recursos hídricos e a identidade de uma serra que é património natural e cultural. A descarbonização não pode servir de pretexto para industrializar espaços naturais sensíveis nem para concentrar os impactos ambientais em zonas do interior. A produção de energia renovável deve privilegiar áreas já artificializadas — coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos e terrenos degradados — e não ocupar montanhas que desempenham funções ecológicas insubstituíveis. Defender a Gardunha é defender uma transição energética responsável, que respeite o território em vez de o destruir.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120338	Discordância	Apresento este parecer no âmbito da discussão pública da Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, após ter acompanhado a documentação disponibilizada no Participa.pt. Não me oponho à transição energética nem à necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos de descarbonização. Reconheço que instrumentos de planeamento como o PSZAER podem ter um papel legítimo. Oponho-me, no entanto, ao modelo concreto que este Programa consagra: um modelo centrado em mega centrais de produção em solo rústico do interior, que ignora alternativas mais eficientes, mais justas e menos lesivas do território, e que trata o Nordeste Transmontano e outras regiões de baixa densidade como reserva de solo disponível para os objetivos energéticos do litoral e da exportação. Este parecer assenta em seis eixos principais: (i) a confusão entre descarbonizar e eletrificar; (ii) as vantagens da produção local e descentralizada face às mega centrais; (iii) o valor do património paisagístico, cinegético, agrícola, cultural e identitário destas regiões; (iv) a insuficiência das contrapartidas previstas; (v) a falta de transparência e clareza no lançamento do Programa; e (vi) os riscos de especulação fundiária associados a essa opacidade, de acordo com Parecer que anexo; Reconheço a necessidade de Portugal avançar na transição energética e cumprir os seus compromissos de descarbonização. Mas um programa que confunde descarbonizar com eletrificar, que desvaloriza a produção local e descentralizada em favor de mega centrais concentradas em poucos operadores, que ignora o valor do património paisagístico, cinegético, agrícola, cultural e identitário de regiões como Trás-os-Montes, que prevê contrapartidas insuficientes para os impactos que impõe, e que foi lançado sem a transparência e o rigor que um instrumento desta natureza exige, não pode ser aprovado na sua forma atual. O interior do país não pode continuar a ser tratado como reserva de solo disponível para os objetivos energéticos de outras regiões e de outros interesses. Solicito formalmente que o presente processo seja objeto de profunda revisão antes de qualquer aprovação, e que sejam tomadas medidas concretas para assegurar uma participação pública genuinamente informada, a valorização efetiva do património das regiões do interior, e uma transição energética verdadeiramente sustentável — ambiental, social e economicamente.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120337	Discordância	Natureza sim, paneis não	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120336	Discordância	Vamos fazer isto doutra forma, por favor.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120335	Discordância	Discordância se a implementação dos paineis solares obrigar ao abate de arvores/florestas. As florestas são aliados na remoção do CO2, Carbono da atmosfera. Temos que potenciar as florestas e não substituí-las por grandes extensões de painéis solares. A energia dos painéis solares tem que ser em formatos descentralizado ou complementar e não de formas intensivas. Nas autoestradas fazer lanços de "portagens" cobertos com paineis solares ou tuneis com paineis solares, estações de serviço com paineis solares, nas bordas das estradas, em formato horizontais (cercas, vedações) ou verticais. Há muita forma de serem aplicados. Estamos a ir pelo caminho mais fácil, cortar floresta, prejudicar a biodiversidade e os recursos florestais. Que funcionam mesmo sem sol, já os paineis solares à noite são inoperantes e "inverno". Tapar os parques de estacionamento por este portugal fora com paineis solares!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120334	Discordância	A Floresta tem que ser defendida é um aliado! Já chega de centrais a paineis solares. Ganhamos energia, perdemos no resto. Queremos o nosso país verde, queremos poder respirar ar puro! Digo não as PSZAER	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120333	Discordância	Face ás tempestades e todas as alterações climáticas que se têm agravado e que se têm feito sentir nos últimos tempos está na hora de repensar muita coisa! A NATUREZA precisa de ser respeitada. As árvores são cruciais, as atividades relacionadas com a manutenção e restauração da FLORESTA precisam voltar em força! Não há VIDA sem OXIGÉNIO. As árvores são fonte de oxigénio, ajudam a normalizar as temperaturas, a repor os níveis de águas nos aquíferos. Para se fazerem as instalações massivas de painéis fotovoltaicos está a destruir-se a floresta. Para incrementar a produção de energias renováveis por estas fontes, há muitos outros sistemas, que não destróiem a NATUREZA, o NOSSO HABITAT, os NOSSOS ECOSSISTEMAS e esses sim merecem atenção e que sejam implementados. DISCORDO a 100% destes projetos de campos cheios de painéis. Não respeita a NATUREZA, em nada é sustentável. Origina-se aquecimento global, destrói ecossistemas, destrói-se a floresta, destróiem-se os campos agrícolas que são necessários que sejam recuperados, todos precisamos de alimentos e esses proveem da terra, terra essa que está abandonada e que necessita de reviver! PORTUGAL precisa de ser autosuficiente na alimentação. Cada edifício, cada indústria, cada espaço industrial, cada exploração agrícola, deveria , sim ter instalado meios de produção de eletricidade á sua medida e dentro do que seja possível dadas as condições de exposição solar ou exposição ao vento ou á energia proveniente da circulação da água, mas não podemos ocupar espaço que é crucial ao equilíbrio da VIDA na terra. Que seja reposta a floresta de forma estruturada e organizada e pensada!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120332	Discordância	Todos os projetos de potencial impacto ambiental devem ser revistos no momento em que são propostos e considerar as condições e necessidades presentes no momento considerando a paisagem natural, cultural, populacional, política e ecológica. Necessitamos das árvores e fauna natural rica para traçar as alterações climatéricas em vez de nos prostituirmos ao projeto que paga mais pelo nosso bonito sol. Vamos lá tomar decisões com consciência e visão a longo prazo para as nossas crianças poderem também usufruir da sorte que temos ainda hoje. Com amor, Catarina	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120331	Discordância	Descarbonizar de Portugal deverá ser feito em áreas já cimentadas como parque estacionamentos, prédios e não na natureza, à custa das árvores. Devemos seguir o exemplo de outros países com regulamentos rigorosos para proteger árvores em áreas públicas e privadas. As árvores têm direito de existir, crescer e se regenerar, reforçando sua importância para o equilíbrio ambiental, desmatar não é solução.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120330	Discordância	Oponho-me à proposta do PSZAER. A mesma não assegura a proteção dos territórios, da fauna, da flora dos cursos de água, nem das pessoas que neles vivem, existem seguramente outras formas de fazer a transição energética que não esta que põe em causa a proteção de territórios ancestrais, descaracterizando-os e levando ao cada vez mais abandono de territórios que mereciam isso sim outro tipo de intervenção que levasse à coesão territorial.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120329	Discordância	Já chega de estragarem a nossa floresta para colocarem painéis solares e afins, aproveitem infrastruturas já existentes, como centrais Pego, Sines para implementarem projetos de energias renováveis. Se para todos os outros projetos é necessário cumprir as diretrizes da APA, ICNF e todas as outras entidades este não pode ser excepção.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120328	Discordância	É necessário limites reais para a concentração destes projetos e implementa-los talvez nos telhados das casas em vez de nos campos. Tem de haver proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restantesl fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e limhas elétricas associados. Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. Participação pública real nas fases seguintes, não apenas na consulta. Prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia - e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120326	Discordância	Mais uma vez se continua a querer avançar com a destruição de habitats e de áreas de floresta para se implementarem painéis fotovoltaicos e parques eólicos, para produzir energia elétrica, em busca de uma sustentabilidade que não existe. Vamos dissecar esta minha ideia. Toda a gente quer por força que tudo passe a funcionar a eletricidade porque é uma energia limpa, quando na realidade está mais do que provado que isso não é viável. Basta haver uma tempestade ou uma onda de calor forte e lá deixa a eletricidade de funcionar e lá ficamos todos nós sem opções. Depois vamos analisar a parte da energia limpa e a parte da sustentabilidade. Digam-me como pode ser limpa e sustentável se para implementarmos parques fotovoltaicos e parque eólicos, vamos ter de sacrificar áreas de floresta e a fauna existente nas zonas? Na realidade deveríamos era preocuparmo-nos em plantar mais árvores para nos ajudar contra o sobreaquecimento que começamos a sentir. Há semana e meia estávamos com uma onda de calor e todos nos queixávamos, mas em vez de nos preocuparmos em plantar mais florestas e nos preocuparmos em proteger as que temos, a nossa preocupação é haver energia elétrica para que o nosso ar condicionado funcione. Estamos a viver uma época muito estranha! Sabemos que estamos a caminhar para um caminho sem volta, onde o que interessa é o dinheiro e os ganhos. Destruímos floresta e fauna que são essenciais à nossa própria sobrevivência, com a perfeita consciência do que estamos a fazer, mas avançamos em nome de uma evolução e de um desenvolvimento que daqui a poucos anos não nos levará a lado nenhum. Queixamo-nos quando vêm ondas de calor, mas destruímos as florestas tão necessárias para o arrefecimento do planeta. Choramos com as intempéries de inverno, mas matamos as florestas que nos ajudam a reter água tão necessária à nossa sobrevivência. Nas zonas onde serão instalados os campos fotovoltaicos, qual o impacto terão? Deixam de ter floresta, fauna, passam a ter um sobreaquecimento devido aos painéis, deixam de ser zonas interessantes para turismo e investimento, passam a ser paisagens pobres. Ou seja, além de destruírem a natureza, ainda promovem a desertificação das regiões, porque se quem lá vive deixa de poder trabalhar lá então são obrigados a abandonarem as suas terras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120324	Discordância	Não quero que a fauna e a flora sejam destruídas para que seja produzida energia destinada ao lucro de outros. Daqui a pouco não resta natureza para proteger.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120323	Discordância	O Município de Vila Nova da Barquinha reconhece a importância da transição energética e da concretização das metas nacionais e europeias de descarbonização, bem como a necessidade de promover a produção de energia a partir de fontes renováveis. Contudo, considera que a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER), na sua atual redação, não assegura um adequado equilíbrio entre esses objetivos e a salvaguarda dos valores territoriais, ambientais, paisagísticos e patrimoniais, razão pela qual se emite parecer desfavorável. A proposta evidencia insuficiências ao nível da fundamentação técnica e metodológica, não demonstrando de forma clara os critérios de delimitação das áreas propostas, a sua compatibilização com os instrumentos de gestão territorial em vigor, nem uma avaliação adequada da capacidade de carga dos territórios, dos impactes cumulativos e da efetiva capacidade de absorção da rede elétrica. Acresce que o processo de elaboração do PSZAER não assegurou uma auscultação atempada e efetiva dos municípios, desvalorizando o conhecimento que as autarquias detêm sobre as especificidades dos seus territórios e limitando a sua participação na definição de um instrumento com impactos significativos ao nível do ordenamento do território. Do mesmo modo, a proposta não prevê mecanismos robustos de monitorização, de acompanhamento da evolução dos impactes nem um modelo de governação que garanta uma intervenção efetiva dos municípios na implementação e avaliação das ZAER. No caso de Vila Nova da Barquinha, estas fragilidades assumem particular relevância, atendendo às especificidades do território e ao modelo de desenvolvimento municipal assente na valorização da paisagem, do património histórico e cultural, da biodiversidade e dos recursos naturais. A proposta não evidencia uma avaliação suficientemente aprofundada dos potenciais efeitos sobre a paisagem do vale do Tejo, sobre a estrutura ecológica municipal, nem sobre o enquadramento paisagístico do Castelo de Almourol e dos restantes ativos patrimoniais que constituem elementos estruturantes da identidade do concelho e da sua estratégia de desenvolvimento sustentável. Igualmente preocupante é a ausência de uma análise aprofundada relativamente à concentração de infraestruturas de produção de energia renovável na região do Médio Tejo, bem como a inexistência de mecanismos claros de repartição dos benefícios económicos gerados pelas mesmas junto das comunidades locais. Nestes termos, o Município considera que a proposta do PSZAER deverá ser revista, reforçando a sua fundamentação técnica e territorial, assegurando uma efetiva articulação com os municípios e com os instrumentos de gestão territorial, integrando critérios objetivos para a avaliação da capacidade de carga dos territórios, da monitorização dos impactes e da distribuição equilibrada das infraestruturas de produção de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120322	Discordância	Discordo completamente destes planos. Precisamos de arvores e não destas soluções. Sugestão: coloquem nos telhados, ao longo do país. Cp	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120321	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao programa setorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis. É um programa que em nada ajuda a população local, bem como a natureza e o ambiente em si.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120320	Discordância	Discordo totalmente com a implantação	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120319	Discordância	Este projeto preocupa-me, apesar de não ter encontrado informação suficiente para elaborar as razões para a minha discordância de forma suficientemente informada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120318	Discordância	Não sou a favor de mais implementação de paineis solares em substituição de pi hais ou floresta. Uma aprovação desta só vai criar incentivos incêndios com mão criminosa. Temos é de plantar mais arvores e colocar painéis em espaços públicos como estacionamentos, sombras em jardins e parques públicos e em cima dos telhados não em substituição de arvores.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120317	Discordância	Exmos/as Srs/as, É lamentável a proposta do governo apresentada no plano PSZAER que tem como objetivo final ou primordial não só ceder como atribuir uma significativa parte do território nacional para que seja destruído de forma irrecuperável em estruturas que em nada beneficiam o território em si e em todas as suas valências, a destruição do tecido social e de toda a nomenclatura humana e das suas formas de vida, a destruição de ecossistemas inteiros e de um grande número senão da totalidade das espécies que poderão que os integram e compõem que poderão ficar em vias de extinção, a destruição de recursos naturais também esses irrecuperáveis. Deve ser tido em conta todo o valor da natureza das áreas propostas e compreendido que nada substitui a natureza. As empresas envolvidas apenas têm em mente o lucro financeiro advindo da destruição a que estão indiferentes, mas deve a classe política compreender que o dinheiro não se come, o dinheiro não se respira e o dinheiro não compra tudo. O dinheiro por muito que seja não compra a dignidade, não compra a honra e acima de tudo não compra a vida. A população portuguesa unida não permite o que está a acontecer e irá unir-se contra este projeto não só desumano como desarticulado daquelas que são as necessidades do presente e acima de tudo das necessidades das gerações futuras, que essas sim, não querem viver de data centers, nem de digitalização nem de falta de natureza. Todos juntos não vamos permitir a implementação das PSZAER ! Grato pela vossa atenção.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120316	Geral	Os empreendimentos solares existentes já destruiram paisagens, caminhos, vinhas, arvores e todo o tipo de natureza. Estou em discordancia com qualquer aumento de cobertura dos campos e montes por paineis solares que ao fim de +/-30 anos, em fim de vida e deteriorados, criarao um enorme problema de lixo toxico para ser de alguma forma removido ou destruido.. Por que não seguir o exemplo da Coreia do Sul e instalar paineis em cima de parques de estacionamento e outras estruturas urbanas em vez de destruir a natureza?	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120315	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Na qualidade de cidadã do concelho de Coimbra, venho por este meio manifestar a minha profunda discordâcia e extrema preocupação com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública. Para além do profundo impacto negativo na paisagem e nas populações, preocupa-me a enorme e irreversível destruição de habitat permitida por este plano, com a ocupação massiva de solos florestados, pondo em causa os objectivos de conservação e restauro da Natureza ao permitir a artificialização adicional de extensas áreas naturais. De facto, verifico com preocupação a forma como as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal, contrariando as especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). A proposta em consulta não cumpre estes objectivos e contraria também a Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. Isto não se verifica no programa em consulta. Apresento, no documento em anexo, alguns argumentos que me levam a rejeitar veementemente este plano, bem como alternativas concretas no sentido de o melhorar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120314	Discordância	Medo das concequencias ambientais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120313	Discordância	Considero que a opção de destruir a natureza para colocar paineis solares completamente errada. Ainda por cima com estudos sobre impato ambiental simplificados. Em vez de destruirem a natureza para colocarem paineis solares coloquem em cima de edificios. Que fique claro que como cidadã rejeito completamente esta proposta. Recuso aceitar que propoem destruir arvores e matar animais por causa de energia "verde", é irónico. Peço que reconsiderem/cancelem este programa e que tenham em consideraçao que este modelo de sociedade capitalista vai ter que acabar pois estamos a destruir o planeta em prol de lucros. Pensem no que aconteceu na pandemia, e como as pessoas que tinham terreno/quintal passaram bem melhor o confinamento do que aqueles que viviam entre 4 paredes. Nós não precisamos da natureza, nos fazemos parte dela! Respeitem o planeta, nao queremos destruiçao de habitat. Um total absurdo...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120312	Discordância	Portugal, aliàs não os paìses da UE desde que deixarem de ser soberanos sò tem andado a perder beleza, autenticidade, cultura e dinheiro com essas idéias e inovações vindo de gente sem consciência, nem alma... essa, vendida hà muito a troco de poder	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120309	Discordância	Energia verde não é a custa de ocupar espaços verdes, mas sim usar espaços já ocupados(como por exemplo colocação de painéis solares em parques de estacionamento, topo de prédios, casas,centros comerciais, fábrica.Sem destruir espaços verdes e e até cooperando em projetos para estimular a proteção da natureza, a reflorestação... Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
120308	Discordância	como morador do Louriçal do campo sou contra os painéis solares na serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120307	Discordância	Discordo totalmente deste atentado ao nosso território. Pela forma silenciosa e dissimulada como foi gerido este processo, fica claro que os beneficiários não são nem serão as populações que vivem neste território. Não hipotequemos o nosso futuro, arrancando milhares de arvores das zonas REN e RAN, para beneficio de meia dúzia de empresas privadas. Numa altura em que a biodiversidade, o solo fértil do qual dependemos, e os nossos recursos aquiferos, estão e estarão na ordem do dia este projecto não é mais uma negociata. É um crime! Pela minha parte tudo farei para que este processo não saia das gavetas dos decisores politicos que mais uma vez escolhem parceiros e negociatas privadas, em vez da defesa do nosso futuro, do nosso território, das nossas paisagens, da nossa cultura e das nossas gentes. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120306	Discordância	O modo como este plano está desenhado é um verdadeiro atentado ao território natural. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação se está a trabalhar há anos com fundos europeus.. O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120305	Concordância	Que nada avance sem respeito pela natureza e pelas pessoas da região	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120304	Discordância	Discordo porque a densidade dos painéis fotovoltaicos é tal que a paisagem de natureza passa a ser industrial., o que não é bom para ninguém, autóctones, nem visitantes nem turistas!!!!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120303	Discordância	A transição para energias limpas tem gerado um paradoxo ecológico ao sacrificar solos agrícolas e florestais para a instalação de parques fotovoltaicos. Esta conversão desordenada ameaça a soberania alimentar e a economia do mundo rural, ao mesmo tempo que desfigura ecossistemas vitais para a biodiversidade e para o sequestro natural de carbono. Destruir florestas e campos de cultivo para instalar tecnologia artificial acaba por anular os próprios benefícios ambientais que a descarbonização procura alcançar. A solução não passa por rejeitar a energia solar, mas sim por redefinir as prioridades de planeamento territorial. Enquanto houver milhões de metros quadrados disponíveis em áreas já impermeabilizadas — como telhados residenciais, parques de estacionamento e zonas industriais abandonadas —, não faz sentido comprometer recursos naturais finitos. Preservar o solo e a floresta é tão urgente para o futuro do planeta como a própria produção de energia limpa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120302	Discordância	Não sou a favor do projeto, é preocupante!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120301	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
120300	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho do Porto, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120298	Discordância	O PSZAER pretende identificar as zonas onde poderão ser instalados, de forma acelerada, novos centros eletroprodutores de energia solar e eólica em Portugal.Contudo, a proposta apresentada levanta sérias preocupações para o concelho da Sertã. Segundo os elementos divulgados, uma parte muito significativa do território municipal — que poderá atingir cerca de 25% da área do concelho — poderá vir a ser considerada apta para a instalação de centrais solares.Uma ocupação desta dimensão poderá provocar uma transformação profunda do território, da paisagem e dos usos atuais do solo, sobretudo num concelho predominantemente rural e florestal, onde existem povoações dispersas, áreas agrícolas, linhas de água, zonas de elevado valor natural e importantes corredores de deslocação da fauna.A proposta não estabelece limites suficientemente claros à concentração de projetos numa mesma região, nem garante uma avaliação adequada dos efeitos cumulativos resultantes da instalação de várias centrais solares, parques eólicos, subestações, acessos e linhas elétricas de muito alta tensão.No caso da Sertã, esta questão é particularmente importante. Não pode ser analisado cada projeto de forma isolada, ignorando o efeito conjunto de dezenas de intervenções sobre a paisagem, os recursos hídricos, os solos, a biodiversidade, a atividade agrícola e florestal, a segurança das populações e a qualidade de vida das comunidades locais.É igualmente preocupante a possibilidade de os projetos localizados nas áreas abrangidas pelo PSZAER ficarem dispensados de uma Avaliação de Impacte Ambiental individualizada. Uma classificação territorial genérica não pode substituir a análise concreta de cada projeto, da sua dimensão, localização, acessos, linhas elétricas, movimentações de terras e proximidade a povoações, cursos de água ou áreas ambientalmente sensíveis.O próprio Município da Sertã já manifestou uma posição desfavorável à proposta apresentada, alertando para a dimensão da área municipal potencialmente afetada. Esta posição deve ser devidamente considerada, uma vez que são os municípios e as populações locais que conhecem o território e que terão de conviver diretamente com as consequências destes projetos.A transição energética é necessária, mas não pode ser realizada através da ocupação descontrolada de território rural e natural, nem à custa da descaracterização de concelhos do interior como a Sertã.Assim, relativamente ao concelho da Sertã, solicita-se:— A definição de limites reais e vinculativos à concentração de centrais solares, parques eólicos e infraestruturas elétricas no território municipal;— A redução significativa da área do concelho identificada como potencialmente apta, evitando uma ocupação excessiva e desproporcionada do território;— A exclusão de áreas próximas de povoações, aglomerados rurais, linhas de água, zonas agrícolas, áreas florestais de maior valor, paisagens relevantes e corredores de conectividade ecológica;— A proteção vinculativa dos corredores utilizados pela fauna, incluindo espécies protegidas e grandes mamíferos;— A avaliação obrigatória dos impactos cumulativos das centrais, subestações, acessos e linhas elétricas associadas;— A manutenção da Avaliação de Impacte Ambiental caso a caso, especialmente nos projetos de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
120296	Discordância	Discordo da implementação deste programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120295	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã portuguesa, residente do concelho de Simtra, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120294	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120293	Discordância	We have a Quinta in the region that looks onto the beautiful Serra da Gardunha. These mountains are a particularly beautiful natural habitat, with incredible rock formations. These rock formations are an area of particular interest that bring and would bring people from all regions to see them. The mountains are also home to eagles, deer, wild boar, many birds, tortoises. There are many cork oak and other trees coming back on the mountains. All of this would be destroyed by the large scale solar and wind farms proposed for the area. We have to as a human family to allow space for nature...nature is what keeps us alive.....trees are the lungs of the earth. We have to come together to allow wildness to exist and we have to be responsible for this. Each generation is responsible for the next generations - we cannot be the generation that destroys all of the wild lands for our greed! This project will negatively affect the local villages, taking down local trees will bring more heat intensity, and encourage fires, the beauty of the area will be gone and people will eventually leave, as they will not want to live in an industrial landscape.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120292	Discordância	I strongly disagree with this proposal. Nao concordo que 24000 hectares da região de leiria, poderao ficar disponíveis para instalação de energia renováveis. Queremos que o nosso conselho não seja destruída para esse fim. Precisamos de muita vegetação, pinhais e floresta. Queremos viver num conselho verde e não com placas que nos ferem os olho e destruem o ambiente. Totalmente contra!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120291	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Odivelas, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem argumentos para rejeitar integralmente este plano. 🔘 Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles dependo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120290	Discordância	Acima de qualquer outra valorização que posso trazer ao território, a desvalorização e o impacto ambiental é muito superior á primeira, motivo pelo qual não concordo com a ocupação massiva do território em termos de instalação de parques solares na Beira Interior. A instalação de torres eólicas não é para mim preocupante, concordo com a existência destes parques construídos de forma sustentada. Aumento da temperatura do ar e impacto visual são os pontos mais importantes. Discordo em absoluto da ocupação massiva do território de parques solares, concordo com a ocupação eólica.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120289	Discordância	protecção de áreas rurais é fundamental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120288	Discordância	Voto contra esta proposta. Discordo veementemente da expansão de campos de painéis solares para viabilizar data centres — infraestruturas já identificadas pelos seus elevados impactos ambientais (consumo intensivo de água para arrefecimento, pressão sobre a rede eléctrica) e sociais. Apresentar energia solar ao serviço destes projectos como medida "verde" é uma contradição: o solo ocupado e os recursos consumidos superam largamente o benefício ambiental alegado. Exijo avaliação de impacto ambiental independente, em meses - anos- e décadas, e consulta pública alargada antes de qualquer avanço. A instalação de painéis solares é apresentada como medida ambiental, mas está a servir para viabilizar infraestruturas — os data centres — cujo impacto ambiental e social é, ele próprio, motivo de forte contestação. Uso do solo e ecossistemas Grandes campos solares implicam desflorestação, impermeabilização ou alteração de solos agrícolas/naturais. Pergunte: o solo ocupado tinha outro valor ecológico, agrícola ou paisagístico? Contradição de propósito A energia "limpa" gerada está a alimentar centros de dados com consumo energético e hídrico intensivo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120287	Discordância	Não concordo com o programa e não quero a paisagem do meu país destruída em prol do lucro de outros.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120286	Discordância	Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que deveríamos estar a recuperar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120285	Discordância	Contributo à Discussão Pública do PSZAER – Contestação aos Critérios de Isenção Ambiental Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030) Venho, por este meio, apresentar formalmente a minha discordância relativamente à atual proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER).Embora reconheça a urgência estratégica da transição energética e o cumprimento das metas do PNEC 2030, manifesto forte preocupação e oposição ao modelo de simplificação de licenciamentos proposto para as ZAER. A potencial isenção ou flexibilização excessiva de Avaliações de Impacto Ambiental (AIA) detalhadas ao nível do projeto representa um risco grave para a conservação da biodiversidade, para os ecossistemas locais e para os recursos hídricos e florestais.Acelerar a transição não pode significar desproteger o território. Solicito que a versão final do programa condicione qualquer instalação nestas zonas a estudos de impacto ambiental rigorosos e específicos, garantindo que as particularidades biofísicas de cada região não sejam ignoradas em prol da celeridade administrativa. A identificação de extensas manchas de implantação de projetos eólicos e de energia solar gera uma pressão desproporcional sobre os territórios do interior e comunidades locais. A afetação de percentagens elevadas de solo municipal a estas infraestruturas descaracteriza a paisagem, colide com os Planos Diretores Municipais (PDM) existentes e prejudica atividades socioeconómicas endógenas, como o turismo rural e a agricultura, sem que haja um retorno direto claro e justo para as populações residentes.Defendo que o planeamento deve assentar numa distribuição territorial equilibrada. Exijo que o programa priorize o reforço do autoconsumo e o desenvolvimento de Comunidades de Energia Renovável (CER), evitando a concentração massiva de megaprojetos que alteram a identidade e a qualidade de vida local. A apresentação de informação agregada ou de difícil leitura impede que os cidadãos e as autarquias compreendam a real escala de ocupação dos solos propostos.Posto isto, contesto a aprovação deste programa nos moldes atuais e solicito a prorrogação ou reabertura do processo após a disponibilização pública de mapas interativos detalhados, garantindo uma participação informada e democrática.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120284	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e concelho. Garantir a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) projeto a projeto, salvaguardando as	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120282	Discordância	O foco deste programa não é a descarbonização da economia, mas sim destruir ecossistemas para que alguns amigos do partido possam ter mais uma renda à custa de todos nós. Actualmente grande parte da electricidade já é produzida a partir de fontes renováveis, e mesmo assim a factura de electricidade continua sempre a aumentar. E, infelizmente, a zona mais sacrificada é sempre o Interior, que continua a ser abandonado à sua sorte, continuando a ser uma zona pobre, fustigada pelos incêndios, tempestades, etc...basta, não queremos campos de vidro e aço, sim à reflorestação, queremos ar puro, é isso que queremos deixar aos nossos filhos....	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120281	Discordância	Embora se reconheça a importância do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) para o cumprimento das metas de transição energética, considero preocupante a insuficiente atenção dada à regulação e à participação ao nível local. A definição de zonas de aceleração não deve traduzir-se numa imposição de decisões centralizadas, sem mecanismos claros que assegurem o envolvimento efetivo dos municípios e das comunidades locais. A transição energética deve ser acompanhada por instrumentos de regulação territorial que considerem as especificidades de cada território e garantam uma adequada ponderação dos impactos ambientais, sociais e paisagísticos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120280	Discordância	Considero que o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER), é prejudicial para o equilíbrio dos ecossistemas envolventes causando fortes impactos na natureza e nas populações quer em termos ecológicos quer socioeconómicos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120279	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120278	Discordância	Como residente do Louriçal do campo sou completamente contra os painéis solares na Serra da Gardunha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120277	Discordância	Não concordo pelo impacto ambiental e na qualidade de vida da população.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120276	Discordância	Discordo da proposta de PSZAER pelos seguintes motivos: Falta de transparência — a consulta pública não disponibiliza a cartografia concreta das zonas propostas, impossibilitando uma apreciação informada. Escrutínio ambiental enfraquecido — a delimitação zonal antecipa o controlo da localização, reduzindo a avaliação de impacto ambiental a uma mera verificação de conformidade em vez de uma análise caso a caso. Impactes cumulativos por avaliar — não é demonstrado que os efeitos da concentração de múltiplos projetos numa mesma zona tenham sido devidamente ponderados. Solicito a divulgação integral da cartografia e o reforço da avaliação ambiental caso a caso antes de qualquer aprovação.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120275	Discordância	Considero que o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER), é prejudicial para o equilíbrio dos ecossistemas envolventes causando fortes impactos na natureza e nas populações quer em termos ecológicos quer socioeconómicos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120273	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que esta transição não pode ser concretizada à custa da degradação do património natural, da fragmentação dos ecossistemas ou da redução das garantias de protecção ambiental. O próprio PSZAER atribui um papel central à biodiversidade, à conectividade ecológica, à monitorização, à gestão adaptativa e à avaliação dos efeitos cumulativos. Contudo, após a leitura dos documentos disponibilizados, considero que subsistem dúvidas relevantes quanto à forma como estes princípios serão concretizados, fiscalizados e garantidos ao longo do tempo. Em particular, considero insuficientemente esclarecidas as seguintes questões: Quem será responsável pela monitorização ambiental independente e durante quanto tempo será realizada? Quais são os indicadores concretos que permitirão demonstrar um verdadeiro ganho para a biodiversidade? Que mecanismos obrigatórios existem caso a monitorização revele impactos superiores aos previstos, incluindo perda de habitats, mortalidade de fauna ou fragmentação ecológica? Como será assegurada a transparência dos resultados da monitorização e o acesso público aos dados? De que forma foi demonstrado que as áreas já artificializadas e degradadas foram efectivamente privilegiadas antes da ocupação de novos territórios?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120272	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120271	Discordância	Discordo em absoluto deste projeto. Não faz sentido destruir floresta e ecossistemas valiosos para produzir energia dita 'verde'. A transição energética não pode ser feita à custa da biodiversidade, dos solos, da fauna e da flora. Existem alternativas, como a instalação de painéis solares em telhados, parques industriais, autoestradas e outras áreas já artificializadas. Incentivar estas aplicações, para que a energia captada beneficie localmente quem a produz. Proteger o clima e proteger a natureza devem andar de mãos dadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120270	Discordância	Tópico para fazerem a vossa participação: Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030),Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a:	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120268	Discordância	A transição energética, para que se afirme duradoura, legítima e efetivamente bem-sucedida, deve constituir-se, em simultâneo, como uma transição territorial de qualidade, não sendo aceitável que a urgência de uma seja invocada para justificar o sacrifício da outra. Entende-se que deve ser mantida, na sua plenitude e sem exceções, a salvaguarda expressa da Reserva Agrícola Nacional e da Estrutura Ecológica Nacional, Regional e Municipal, bem como dos corredores ecológicos, das turfeiras, dos solos hidromórficos, das cabeceiras de linhas de água, das áreas de máxima infiltração, da totalidade do Domínio Público Hídrico, dos espaços verdes e azuis urbanos, do património paisagístico municipal e dos espaços florestais. As normas de ocupação e uso destes sistemas não podem ser relativizadas, desvalorizadas ou subordinadas a considerações de conveniência. Reafirma-se que a necessidade de acelerar a transição energética não pode sobrepor-se à compreensão e à proteção da paisagem, da estrutura ecológica e do modelo territorial que se pretende consolidar, o qual representa a via mais equilibrada e sustentável para o desenvolvimento do território e das comunidades que nele se inserem. Importa, neste contexto, prevenir qualquer enfraquecimento da capacidade de decisão dos municípios, e reconhecer a paisagem como infraestrutura estratégica da transição climática, e não como espaço residual ou disponível para ocupação indiferenciada. Conclui-se, por conseguinte, que a questão central não deve ser onde podem ser instaladas infraestruturas de transição energética, mas sim de que forma a transição energética — e as infraestruturas que a suportam — pode contribuir para modelos de desenvolvimento mais equilibrados e resilientes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120267	Discordância	Expresso a minha oposição ao PSZAER e à implementação de grandes centrais solares em áreas rurais e naturais. Considero que projetos desta dimensão têm um impacto significativo na paisagem, na biodiversidade, nos ecossistemas e na utilização sustentável dos solos agrícolas. Também podem afetar os recursos hídricos e alterar de forma irreversível o caráter das comunidades locais. A produção de energia renovável deve privilegiar espaços já urbanizados ou infraestruturas existentes, como coberturas de edifícios e zonas industriais, em vez de ocupar extensas áreas de natureza. A transição energética é necessária, mas deve respeitar o ambiente, a agricultura e o património natural de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras.	Obrigada pela sua participação.
120266	Reclamação	Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização;	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120264	Geral	Exmos. Senhores, Enquanto munícipe de Barcelos, encaro com profunda apreensão a atual tendência das políticas energéticas em impulsionar projetos solares de grande escala cujas dimensões e localizações se afiguram desadequadas. Estas iniciativas têm sido justificadas como a única via rápida para atingir os objetivos do PNEC2030, sendo o presente Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) um claro exemplo desta abordagem. Em anexo, remeto um documento que detalha os motivos pelos quais defendo a rejeição total deste plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120263	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120262	Discordância	7% da floresta portuguesa não pode ser destruída como se nada fosse. É um bem de todos os portugueses. As prioridades para escolha dos terrenos a implantar projectos fotovoltaicos em termos de tipologia do terreno deveria ser primeiro urbano e depois agrícola, e nunca ecológico. A implantação de painéis fotovoltaicos para transição energética deve ser feita preferencialmente localmente em áreas urbanas ou semi-urbanas, complementado projectos urbanísticos. Caso se aplique a zonas agrícolas, seria de acordo com conceitos de agrivoltaicos, ou seja, utilizando os painéis como cobertura para as culturas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120261	Discordância	Não concordo com o projeto por pôr em causa o meio ambiente e a população local.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120260	Discordância	A nossa zona tem como objetivo a implementação acelerada de projetos de energia solar e eólica, o que culminará com a avaliação ecológica para obtenção da aprovação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120259	Discordância	Este programa coloca em causa a estabilidade e conservação da fauna e flora dos espaços em que o mesmo será desenvolvido, assim como, irá alterar a qualidade e capacidade socioeconómica das populações rurais que ainda vivem nos terrenos pensados para a colocação destas energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120258	Discordância	Quando a missão principal dos esforços em prol da energia verde é ajudar a salvar a Terra dos danos irreparáveis que os seres humanos causaram e continuarão a causar em nome da produção de energia, com que lógica é que este projeto pode justificar desfigurar hectares e hectares de um santuário ecológico que talvez nunca consiga recuperar-se dessas iniciativas? Existem tantas outras opções para instalar painéis solares: separadores de faixas nas autoestradas e barreiras acústicas, telhados de edifícios comerciais, parques de estacionamento (que, de passagem, também proporcionam sombra), mas, nesse caso, a empresa de eletricidade e os seus beneficiários não poderão explorar terrenos baratos para extrair o máximo lucro à custa de outras pessoas. E o que acontecerá a esses terrenos QUANDO (e não «se») os próximos incêndios florestais ocorrerem? É possível fazer melhor pelo país e pelo seu povo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120257	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120256	Discordância	NÃO AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS! A Serra da Gardunha , a Barragem da Marateca/Sta Águeda , o Louriçal do Campo e São Vicente da Beira no Concelho de Castelo Branco estão numa Zona de projeto de Aceleração de Energias Renováveis, não a este projeto de destruição! A serra vai perder a natureza vai perder. A ENERGIA PRODUZIDA PELO VERDE DA SERRA E NATUREZA NÃO TEM PREÇO E É ESSA QUE DEVE PREDOMINAR!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120255	Discordância	A natureza não pode ser sacrificada em prol da transição energética!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120254	Discordância	Pronúncia de Discordância no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos: Embora reconheça a importância da transição energética e da promoção das energias renováveis como instrumentos fundamentais para o combate às alterações climáticas, considero que a definição das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis deve assegurar um adequado equilíbrio entre os objetivos energéticos, a proteção dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e o ordenamento sustentável do território. Na proposta apresentada, subsistem preocupações quanto à delimitação de algumas áreas, que poderão abranger territórios de elevado valor ecológico, paisagístico e patrimonial, comprometendo habitats naturais, corredores ecológicos e a qualidade da paisagem, sem que exista uma demonstração clara de que tenham sido esgotadas alternativas de localização com menor impacte ambiental. Considero igualmente que o processo deveria assentar numa maior articulação com os municípios, as comunidades intermunicipais, as entidades gestoras do território e as populações locais, garantindo uma participação efetiva na definição das áreas propostas e uma melhor compatibilização com os instrumentos de gestão territorial em vigor. Acresce que a classificação de determinadas áreas como ZAER poderá gerar conflitos com outros usos do	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120253	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destrói a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120252	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadãos do concelho do Barreiro, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120251	Discordância	O ambiente e mais importante	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120250	Discordância	não se gera energia às custas do ecossistema, há muitas outras alternativas que genuinamente beneficiam as pessoas como as práticas agroflorestais, de permacultura, locais e certeiras. gerar um deserto em Portugal em nome do carbono neutro apenas beneficia quem lucra com isso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120249	Discordância	Exmos. Senhores Estamos com um aumento de temperatura fora do normal, na beira baixa nas zonas ardidas. Seria prudente incentivar a novas plantações para recuperarmos o ar fresco das florestas, jardins e hortas. No momento em estamos a sentir o calor em dobro por falta de vegetação, vêm propor centrais solares?! Vejam se não seriam boas opções os telhados das casas e prédios, nas cidades...pois estas são as maiores consumidoras de energia.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120248	Reclamação	Discordo com o plano apresentado. Em anexo envio a minha pronúncia no âmbito da discussão pública dos projetos de energias renováveis em zonas de aptidão para energias renováveis (zaer) Mogadouro	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120247	Discordância	Discordo em absoluto da construção de semelhante infraestrutura nesta zona.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120246	Discordância	O estudo de impacto ambiental deve ser feito sempre caso a caso. A Natureza não é genérica, nem o território, nem a relação entre humanos e ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120245	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao PSZAER e a projetos como o Projeto Sophia. A instalação de centrais solares industriais em grande escala destrói a paisagem rural, fragmenta habitats naturais, reduz a biodiversidade e ocupa solos agrícolas de elevado valor. Estes projetos também podem alterar o regime hídrico local, aumentar a impermeabilização do solo e prejudicar a qualidade de vida das comunidades locais. Os painéis solares desta dimensão não pertencem a áreas naturais e rurais, mas sim a locais já artificializados, como telhados, parques industriais ou zonas urbanas. A transição energética é importante, mas não deve ser feita à custa da natureza, da agricultura e das populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120244	Discordância	Não respiro electricidade.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120243	Discordância	Não concordo, que se destrua parte do território natural, com fortes impactos na paisagem e ecossistemas, para implementação das chamadas "energias verdes". Destruir a Natureza para salvar o planeta não me parece uma opção viável, já para não falar no impacto que terá também na vida dos moradores. É necessário avaliar outras soluções.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120242	Discordância	Tudo errado neste programa. Transição energética não é produção intensiva de energia para exportação, para abastecer mega data centers (que por sua vez têm um impacto ecológico absurdo) e outros fins que nada têm que ver com os investimentos que têm mesmo que ser feitos. A energia não é sequer distribuída pelas populações locais e - não por acaso - as populações e as autarquias locais não têm poder de decisão. Substituir floresta - em muitos casos autóctone - por produção intensiva de energia em modo acelerado e "via verde" é um desinvestimento na grave crise climática que estamos a viver. Este programa ofende todas as populações rurais e a soberania do território nacional.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120241	Geral	Nada deve afetar a nossa fauna e flora. Devemos preservar a todo custo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120240	Discordância	Não podemos destruir a natureza para salvar o clima.. Até que ponto estamos a destruir o planeta em nome da energia verde, que de verde nada tem, à medida que painéis solares contribuem para o aumento da temperatura local, conforme sabem. A instalação de painéis exige terraplenagem e compactação, matando os microrganismos do solo e a transição energética não deve destruir ecossistemas. Ao invés de ocupar terrenos naturais ou agrícolas, porque não colocar painéis em áreas já impermeabilizadas, como telhados de zonas industriais, urbanas ou parques de estacionamento? Porque é que estes projectos aparecem sempre para ocupar areas de serra e terrenos férteis onde se permite o abate de arvores que nos dão sombra e criam humidade e equilíbrio dos solos, já para não falar na poluição visual e descaracterização da paisagem. Foi feito algum estudo de impacto ambiental? é vergonhoso tudo isto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120239	Discordância	Na qualidade de residente na zona de Senhor dos Aflitos e Louredo, a norte do concelho de Évora, manifesto a minha total oposição à inclusão, nas Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, destas áreas do concelho de Évora, que também estão abrangidas pelos projectos de megacentrais fotovoltaicas já analisados pela Câmara Municipal. A própria Câmara Municipal de Évora emitiu parecer desfavorável aos respectivos Processos de Definição de Âmbito, identificando incompatibilidades com o PDM, com a Estrutura Ecológica Municipal, com áreas de montado, recursos hídricos, património arqueológico e arquitectónico, percursos patrimoniais, Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e valores paisagísticos de excepcional importância. É ABSURDO que um território considerado inadequado para estes projectos, por razões técnicas, ambientais, patrimoniais e de ordenamento, seja agora transformado numa zona destinada precisamente a facilitar e acelerar a sua instalação. A concentração de megacentrais nesta área provocará uma industrialização irreversível da paisagem rural a norte do concelho de Évora, destruirá a identidade do território, agravará os impactes cumulativos, prejudicará a agricultura, o turismo e a biodiversidade e desvalorizará inevitavelmente as propriedades e habitações dos moradores que nada beneficiam com estes negócios. Além disso, como já foi informado pela UNESCO, irá colocar em risco a classificação de Évora como Património Mundial. A transição energética não pode servir de pretexto para contornar o ordenamento do território, ignorar os pareceres técnicos do Município e impor às populações os prejuízos de projectos cujos benefícios ficam concentrados num reduzido número de promotores e proprietários.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120238	Discordância	nada de interessante	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120237	Discordância	Temos de proteger o nosso território e a sua biodiversidade, não destruí-lo cada vez mais em nome das energias renováveis. Há tantas soluções melhores do que arrasar extensões de terreno para produzir energias ditas renováveis. Só mostra que o foco é o dinheiro e não a proteção do planeta e de quem vive nele.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120236	Discordância	Por afectar negativamente o equilíbrio biológico e ameaçar a sustentabilidade do ecossistema das zonas em causa, manifesto a minha total discordância relativamente ao programa sectorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120235	Sugestão	Este tipo de ocupação , recai maioritariamente sobre zonas verdes florestais e zonas agrícolas, os painéis não substituem a função do ecossistema, nem da sintropia do mesmo, nem de arrefecimento das massas de ar ou manutenção da água nos solos , nem no caso das zonas agrícolas vao poder produzir alimentos ou nada que se compare. Os painéis devem ser colocados exclusivamente nas áreas de telhados residenciais, zonas industriais, parques de estacionamento, fachadas de edifícios, etc.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120234	Discordância	O PSZAER quer definir onde se poderão instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada, como o próprio nome indica, e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, poderá passar a ser feito sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas se for aprovado este novo programa de excepção. O PSZAER quer definir onde se poderão instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada, como o próprio nome indica, e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, poderá passar a ser feito sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas se for aprovado este novo programa de excepção. O PSZAER quer definir onde se poderão instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada, como o próprio nome indica, e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, poderá passar a ser feito sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas se for aprovado este novo programa de excepção. O PSZAER quer definir onde se poderão instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada, como o próprio nome indica, e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, poderá passar a ser feito sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas se for aprovado este novo programa de excepção. O que pedimos: • Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. • Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos. • Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120233	Discordância	Era importante que o assunto seja discutido com os povos que lá habitam.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120231	Reclamação	Manifesto a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua redação atual, por considerar que não assegura um equilíbrio adequado entre a promoção da transição energética, a proteção do território e os direitos das populações. Embora o documento estabeleça orientações gerais para a identificação das áreas de implantação, continua a não definir mecanismos claros e juridicamente vinculativos que impeçam a excessiva concentração de projetos numa mesma região, nem assegura uma avaliação integrada dos impactes cumulativos resultantes da coexistência de várias centrais e das respetivas infraestruturas de apoio, nomeadamente linhas de muito alta tensão. Preocupa-me igualmente que a simplificação e aceleração dos procedimentos de licenciamento possa traduzir-se numa redução da capacidade de intervenção das comunidades locais, comprometendo uma participação pública efetiva e verdadeiramente influente nas decisões que afetam os seus territórios. Considero que qualquer estratégia de ordenamento para a produção de energia renovável deve assentar, antes de mais, numa avaliação rigorosa da capacidade de carga do território, salvaguardando a paisagem, a biodiversidade, os recursos naturais, os solos agrícolas e florestais e a qualidade de vida das populações. Neste contexto, solicito que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, integrando, pelo menos, as seguintes alterações: Definição de critérios objetivos e vinculativos que limitem a concentração territorial de projetos;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
120230	Discordância	Projetos devem ser sujeitos ao procedimento de Análise Caso a Caso	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120229	Discordância	Bom dia, Não concordo com o modelo utilizado até agora nestes mega-projectos: 1. Os benefícios económicos vão cair nas mãos de elites, corporações e multinacionais, mas o terri´tório utilizado é o de todos nós. O solar e o eólico, ao contrário dos combustíveis fósseis, hidroeléctricas e outras fontes de energia, é fácil de descentralizar economicamente. Não parece é haver vontade política para isso. 2. A ocupação de porções tão significativas de território de forma selvagem por eucaliptais e olivais intensivas não traz confiança em relação a estes mega-projectos, e reforça o argumento de que as decisões finais sobre a implementação destes projectos deveria pertencer às comunidades locais, através de referendos municipais. 3. Não entendo porque é que os incentivos e políticas públicas não vão primeiro no sentido de cobrir os telhados do país com painéis solares. Cumprimentos	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120228	Discordância	No âmbito da presente consulta pública, "Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)", vem o Município de Santa Maria da Feira submeter a sua participação. O Município de Santa Maria da Feira já se pronunciou sobre a proposta do PSZAER em momento anterior à presente consulta pública, tendo manifestado oposição às ZAER que se localizam no seu território, de forma fundamentada. A presente pronúncia vem, por isso, em sede da consulta pública, reforçar e aprofundar a anterior posição do Município, dado que a proposta do PSZAER, nas ZAER que incidem sobre o território de Santa Maria da Feira, é altamente prejudicial aos interesses do Município e das suas populações, comprometendo de forma grave e irreversível os seus valores ambientais, paisagísticos, patrimoniais e florestais, bem como a estratégia territorial democraticamente definida para o concelho. Isto dito, importa sublinhar que o Município não se opõe, naturalmente, à transição energética nem à aceleração da produção de energia renovável. Opõe-se, porém, de forma fundamentada, à aprovação do PSZAER e das ZAER na configuração atual, por estas violarem critérios materiais obrigatórios, incidirem sobre áreas com regimes de proteção legalmente prevalentes e ignorarem instrumentos de gestão territorial em vigor no território municipal. Com base na análise técnica desenvolvida, o Município de Santa Maria da Feira mantém e reforça a posição desfavorável já expressa no seu contributo de 3 de junho de 2026, e apresenta os motivos de forma fundamentada no documento que se anexa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120227	Discordância	Consultados os elementos disponibilizados, solicitam-se esclarecimentos e colocam-se algumas questões: · Como será efetuada a transposição das ZAER para os instrumentos de planeamento municipal? · As câmaras municipais/juntas de freguesia terão legitimidade e condições para recusar a implementação de uma ZAER no seu território? · Porque é que não há cartografia referente às ZAER? Quando é que será disponibilizada ao público?. Considera-se essa omissão de extrema gravidade atendendo a que essa cartografia corresponde à expressão territorial da proposta apresentada. Essa omissão não cumpre os princípios da transparência e da participação exigida e impede a plena participação pública, comprometendo a finalidade da discussão pública. Contraria assim o disposto no RJIGT, pondo em causa a validade deste procedimento. · O Relatório deveria ainda identificar/cartografar/contabilizar os projetos existentes, licenciados e em fase de licenciamento à escala municipal, de modo a identificar a expressão e concentração territorial dessas infraestruturas. A título de exemplo, o relatório não refere o projeto Sophia, pelo que se desconhece se o mesmo se integra, ou não, nas ZAER. · O Programa/AAE não identificam soluções alternativas. Sendo pontualmente referidas as "áreas	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120226	Discordância	Tem de haver maior discussão sobre o que está em causa com este programa. A maioria das pessoas não sabe o que se está a preparar. Estamos a hipotecar Portugal aos interesses económicos estrangeiros dizendo que é em prol da transição energética.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120224	Discordância	A um	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120223	Discordância	Miguel Queiros vem, no âmbito da discussão pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), apresentar a presente pronúncia desfavorável, requerendo a não aprovação da proposta na sua versão atual, por entender que a mesma padece de vícios graves suscetíveis de comprometer a sua validade jurídica, designadamente vício procedimental, insuficiência instrutória, défice de fundamentação, erro nos pressupostos de facto e de direito, violação do princípio da precaução e risco de invalidade administrativa. A presente posição não constitui oposição à transição energética nem às energias renováveis. Pelo contrário: entendo que a transição energética é indispensável, mas só será legítima se for ambientalmente responsável, territorialmente justa, juridicamente segura e democraticamente participada. A Diretiva RED III promove zonas de aceleração, mas exige que estas correspondam a áreas particularmente adequadas, previamente avaliadas, onde seja expectável que os projetos não produzam impactes ambientais significativos. Essa condição não se presume: tem de ser demonstrada. Assim, requer-se: 1. A não aprovação do PSZAER na sua versão atual. 2. A reformulação integral da delimitação das ZAER. 3. A repetição ou revisão substancial da AAE, com avaliação robusta de impactes cumulativos, capacidade de carga, conectividade ecológica, recursos hídricos, solos e paisagem. 4. A exclusão preventiva de áreas com incerteza relevante ou sensibilidade ecológica, agrícola, hídrica, patrimonial ou paisagística. 5. A consagração de prioridade vinculativa a áreas artificializadas, autoconsumo, comunidades de energia, reequipamento, sobre-equipamento e hibridização. 6. A fixação de limites territoriais objetivos à concentração de projetos. 7. A criação de mecanismos obrigatórios de justiça ambiental, compensação territorial e benefícios locais mensuráveis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
120222	Discordância	Sou contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120221	Discordância	Totalmente contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120220	Discordância	Consultados os elementos disponibilizados, solicitam-se esclarecimentos e colocam-se algumas questões: · Como será efetuada a transposição das ZAER para os instrumentos de planeamento municipal? · As câmaras municipais/juntas de freguesia terão legitimidade e condições para recusar a implementação de uma ZAER no seu território? · Porque é que não há cartografia referente às ZAER? Quando é que será disponibilizada ao público?. Considera-se essa omissão de extrema gravidade atendendo a que essa cartografia corresponde à expressão territorial da proposta apresentada. Essa omissão não cumpre os princípios da transparência e da participação exigida e impede a plena participação pública, comprometendo a finalidade da discussão pública. Contraria assim o disposto no RJIGT, pondo em causa a validade deste procedimento. · O Relatório deveria ainda identificar/cartografar/contabilizar os projetos existentes, licenciados e em fase de licenciamento à escala municipal, de modo a identificar a expressão e concentração territorial dessas infraestruturas. A título de exemplo, o relatório não refere o projeto Sophia, pelo que se desconhece se o mesmo se integra, ou não, nas ZAER. · O Programa/AAE não identificam soluções alternativas. Sendo pontualmente referidas as "áreas	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120219	Discordância	Discordo da proposta apresentada, não por ser contra as energias renováveis, mas porque considero que o programa não demonstra de forma suficiente que a aceleração dos procedimentos será compatível com a proteção do território, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. A simplificação do licenciamento não pode traduzir-se numa redução do escrutínio ambiental nem numa menor ponderação dos impactos cumulativos de grandes centrais solares e parques eólicos. Cada território possui características ecológicas, paisagísticas, agrícolas e patrimoniais próprias que não devem ser tratadas de forma genérica. Considero igualmente que a informação disponibilizada ao público poderia ser mais clara e detalhada, nomeadamente através de cartografia com maior resolução e documentação mais acessível, permitindo aos cidadãos compreender plenamente os impactos previstos nas áreas abrangidas. Defendo que seja dada prioridade à instalação de energias renováveis em edifícios, parques industriais, áreas já artificializadas, estacionamentos e infraestruturas existentes, reduzindo a ocupação de solos agrícolas, florestais e de elevado valor ecológico. Solicito, por isso, a revisão da proposta, reforçando os critérios de exclusão ambiental, a participação efetiva das comunidades locais, a transparência do processo e a garantia de que cada projeto continuará a ser objeto de uma avaliação rigorosa sempre que possa produzir impactos significativos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120218	Discordância	Resumo das conclusões da AMSAL (Évora): A concretização da transição energética não pode ser feita à custa do sacrifício das populações que vivem no território nem da descaracterização irreversível das paisagens que constituem um património colectivo de valor incalculável. O desenvolvimento sustentável exige equilíbrio! E é precisamente esse equilíbrio que a AMSAL considera não estar minimamente garantido na proposta agora submetida a consulta pública.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120216	Discordância	Devemos proteger o meu ambiente e a nossa mae terra. Nao podemos instalar paineis solares	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120215	Discordância	A transição energética não deve ir contra aos ecossistemas que queremos proteger e preservar. Esta transição não pode ser feita a qualquer custo destruindo a riqueza natural do apaís para, um pequeno grupo te empresas e pessoas ficar mais rico a curto prazo. Pensamento a longo prazo com estratégias bem definidas têm de ser implementadas. Não podemos fazer o que as grandes empresas petrolíferas fazem à anos, destruir ecossistemas e terrenos férteis para agricultura. Portugal já tem grade capacidade de geração de energia com meios renováveis, agora tem que se implementar o sistemas de armazenamento dessa energia com parques de baterias. Claro que para a construção destes parques têm de ser sujeitos aos mesmo princípios de proteção ambiental. É tempo de parar de brincar com o nosso futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120214	Discordância	Não estou de acordo com a implementação do programa da forma como está planificado	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120213	Discordância	Comentário no ficheiro em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120212	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120211	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120210	Discordância	A proteção do nosso territorio, da joia que é a sua fauna e flora, as suas florestas, é um dever que todos temos. Nesta época mais que nunca devemos proteger em vez de facilitar a sua destruição em nome das energias renováveis, energias estas que já mostraram que não o são. Há muitos parques automóveis e telhados de prédios com espaço para painéis solares. Preservar a natureza do nosso pais é um valor mais alto. Tem que ser esta a prioridade máxima.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120209	Discordância	A minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis assenta na convicção de que, apesar da reconhecida importância da transição energética e do reforço da produção de energia a partir de fontes renováveis, estes objetivos não podem ser alcançados à custa da degradação de áreas com elevado valor ambiental, paisagístico e agrícola. É essencial que sejam respeitados os princípios da sustentabilidade, da participação pública e da proteção do património natural, bem como os direitos e interesses das comunidades locais. A implementação e expansão das energias renováveis devem ser compatibilizadas com a preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais que caracterizam o nosso território. Não se justifica que a prossecução destes objetivos comprometa a identidade cultural das populações, fragilize o património natural ou desconsidere a vontade das comunidades locais, cuja participação deve constituir um elemento central em qualquer processo de planeamento e decisão.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120208	Discordância	como morador do Louriçal do campo sou CONTRA os painéis solares na serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120207	Discordância	É de todo inconveniente para as populações, ambiente, fauna e flora todo este processo. Para além de questionar o momento desta consulta após a veemente contestação de pessoas e comunidades da Beira Baixa relativamente às mega centrais solares, resulta claro o óbvio: a criação de aceleração indiscriminada de processos obscuros pela falta de transparência documental, que permita uma avaliação cabal, técnica e verificadora de eventuais incompatibilidades com a propriedade, o direito de expressão e de opinião, porventura contrária a toda esta azáfama no atropelo de pessoas e seus bens, idêntico ao aniquilar o seu modus vivendo ao abrigo de narrativas de transição energética e sustentabilidade energética. Além disso, como é possível harmonizar estas zonas de aceleração com as prospectivas ambientais e de ordenação do território, rasgar PDM municipais e querer impôr pelo óbvio forçar de uma pretensa optimização de captação energética, quando quer o momento escolhido para a consulta é obviamente intencional visando o passar entre os pingos da chuva para capciosamente fazer um exercício de poder enviesado.???? Tudo tem um custo, gestão é decisão, mas a economia é uma actividade HUMANA, de e para humanos e as pessoas que vivem no interior fizeram uma escolha de aqui viverem por razões que muitas vezes vão além da falsa narrativa economicista contra humanos: porque não colocam uma Inteligência Artificial a gerir isto e acabam com a presença humana no interior do território, conforme a teoria do alinhamento? Que coesão social é implementada com estas zonas de aceleração? Que ganham as populações do interior com a massificação de mega centrais solares nestas zonas de aceleração? Energia grátis? Maior qualidade de vida? Os seus filhos ganharão melhores oportunidades pelo reinvestimento dos lucros em educação, saúde e maior integração social num território em plano inclinado para o litoral? Não estará a promover-se maior desigualdade social, económica e humana? Enquanto entidades públicas e privadas promovem e promoveram a criação de comunidades energéticas localizadas e sustentáveis em benefício dessas mesmas populações, estes planos megalómanos e monoculturais arrasam com tudo o que é vivo e pretende viver. No fim de extraditarem os humanos destas zonas, apenas comparável ao que ditaduras fazem para mudar cursos de rios e provocar catástrofes ambientais, eis que virão depois com planos de revitalização desacertada e desconexa para que se viva à sombra de painéis solares? Vão pintar imagens da fauna exterminada nos painéis solares, contabilizando quantas espécies fizeram perecer? A criação de zonas de aceleração de implementação de energias renováveis são verdadeiros programas de extermínio humano e ambiental mascarados de verborreia de sustentabilidade, que não promovem o desenvolvimento humano, apenas a ocupação selvagem do solo e promovem os desequilíbrios macro e micro ambientais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120206	Discordância	Temos tanto potencial que a natureza nos deu, para explorar como atração turista do nosso país e vamos destruir isso tudo para atingirmos propostas ambientas em que só nos vão prejudicar em vários aspetos. Se soubéssemos ser inteligentes utilizaríamos edifícios para colocar os painéis solares e deixávamos a natureza em paz.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120205	Discordância	Esta não é uma solução ecologicamente sustentável. Os impactos negativos são muito superiores aos benefícios, pensando a longo prazo, nas gerações futuras e na preservação dos nossos recursos naturais. Tendo visto o impacto de projectos de energia solar semelhantes na minha região tenho que discordar com este projecto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120204	Discordância	Não queremos falsos verdes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120203	Discordância	Portugal tem na sua maior beleza a sua diversidade na fauna e na flora. Permitam que cada familia possa ter a sua poupança e sustentabilidade energética e não destruir um país em prol de quem não está cá. Em prol do macro enriquecimento. Não vendam o nosso país às postas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120202	Discordância	Exagero na implementação e destruição de áreas agrícolas, florestas e zonas rurais descaracterizada com grande impacto na paisagem e nas zonas onde vão ser implementadas. Este projeto deve ser implementado em edifícios públicos, cidades, indústria e zonas que favoreçam a utilização da energia nos meios urbanos. Tantas centrais solares vão permitir baixar o custo da eletricidade e o IVA? Será para consumo da rede e da população portuguesa? E o aquecimento das zonas não será excessivo? A falta de árvores é um problema grave e o aquecimento também, bem como a perda de áreas de cultivo, alteração do habitat animal e floresta destruindo espécies e vegetação. Completamente contra projetos que não sejam sustentáveis e não pensem no impacto ambiental, paisagístico, é só pensem em lucro e alimentem os grandes grupos económicos e empresas públicas!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120201	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço que a transição energética é um objetivo importante e necessário. Contudo, considero que a forma como esta transição é concretizada deve respeitar princípios fundamentais de sustentabilidade, proteção da natureza, equilíbrio territorial e direitos dos cidadãos. Na minha perspetiva, nenhum projeto poderá ser verdadeiramente considerado "verde" se implicar a destruição de habitats naturais, o abate de árvores, a fragmentação de ecossistemas, a ocupação de solos agrícolas ou florestais ou a descaracterização de paisagens que fazem parte da identidade ambiental e cultural de Portugal. Combater as alterações climáticas não pode significar criar novos impactos ambientais irreversíveis. Preocupa-me igualmente que uma parte significativa do território nacional possa ficar condicionada para este tipo de utilização, sem que exista uma demonstração clara de que foram esgotadas alternativas menos impactantes, como a instalação de sistemas de produção de energia em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas degradadas ou outras superfícies já artificializadas. As zonas rurais desempenham funções essenciais na conservação da biodiversidade, na produção alimentar, na gestão da água, na prevenção de incêndios e na preservação da paisagem. Não devem ser vistas apenas como espaços disponíveis para receber infraestruturas destinadas a responder, em grande medida, às necessidades energéticas dos grandes centros urbanos, suportando impactos ambientais, sociais e paisagísticos que dificilmente serão reversíveis. Considero igualmente essencial que o direito de propriedade privada seja plenamente respeitado. Qualquer decisão desta natureza deve garantir uma participação efetiva das comunidades locais e assegurar que os cidadãos não vejam os seus direitos limitados sem uma fundamentação sólida, transparente e verdadeiramente proporcional ao interesse público. A verdadeira sustentabilidade não se mede apenas pela produção de energia renovável. Mede-se pela capacidade de conciliar três objetivos inseparáveis: reduzir as emissões de carbono, proteger a natureza e respeitar as pessoas e os seus territórios. Se um destes pilares for sacrificado, estaremos apenas a substituir	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120200	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120199	Discordância	Todos os projetos com impactos ambientais têm que passar por todas as etapas de análise e consulta pública. É fundamental. É inaceitável acelerar estes processos, mesmo que seja para energia renováveis.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120198	Discordância	Ocupar tanto território com painéis solares, eólicos e outros equipamentos artificiais é um ataque ao ambiente, aos recursos naturais e às populações. É importante perceber quais os verdadeiros retornos para as gentes que estão nesses territórios. Criar estas infraestruturas, destruindo o ambiente alegando fins ambientais é um contrassenso. Optem por mais vida, um plano de implantação de mais natureza, de forma estruturada e pensada e PARTICIPADA, com o envolvimento das pessoas que vivem nessas regiões.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120197	Discordância	As energias renováveis não devem ser implementadas à custa dos recursos naturais e da destruição da paisagem junto das populações	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
		Já não bastam as extensas áreas ocupadas por plantações de eucaliptos; agora assistimos à ameaça de destruição de mais 7% do nosso património natural para a instalação de painéis solares, apresentada como sendo em benefício de todos.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120196	Discordância	A transição energética é importante, mas não pode ser feita à custa da destruição da natureza que temos o dever de proteger. O desenvolvimento e a sustentabilidade não podem justificar a perda de florestas, habitats e paisagens que pertencem às comunidades e às gerações futuras.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Preservar a natureza não é impedir o progresso; é garantir que o progresso não destrói aquilo que nunca poderá ser substituído.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
120195	Discordância	É lamentável que o nosso governo continue a dar permissão de destruição de areas florestais em troca de interesses económicos e que faça mais uma vez isto de forma obscura beneficiando qualquer empresa estrangeira e prejudicando locais. Uma vergonha!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
120194	Discordância	Discordo em absoluto com a instalação das PSZAER, que vêm destruir e alterar os ecossistemas das nossas terras. Além do mais perturba a paisagem natural, que deveria protegida.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120193	Discordância	O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus. O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120191	Discordância	Apresento a minha total contestação ao PSZAER pelos seguintes motivos: Biodiversidade e Água: O licenciamento acelerado ameaça ecossistemas e fragmenta habitats protegidos. A alteração das linhas de água e a impermeabilização põem em risco os aquíferos e as espécies locais. Solo e Agricultura: A ocupação massiva de solos agrícolas e florestais por centrais renováveis prejudica a soberania alimentar, asfixia a economia agrícola local e aumenta o risco de incêndios e erosão. Impacto Socioeconómico e Paisagem: A industrialização visual desvaloriza as propriedades, prejudica gravemente o turismo rural e destrói a qualidade de vida das populações do interior. Conclusão: A transição energética não pode sacrificar o território e as comunidades. Necessidade de revisão profunda do PSZAER, com a exclusão de áreas sensíveis e a auscultação obrigatória das populações afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120190	Discordância	Não concordo com o abate de zonas rurais e zona verde para a mega instalação de painéis solares em hectares seguidos de terreno, Crime de paisagem natural Abate de zonas verdes, Há outras soluções como instalar em telhados, Crio que está a incentivar pessoas e o sistema energético com muito terreno e sem escrúpulos a aderir a este sistema com danos para a cidadania.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120189	Discordância	Não concordo com o abate de arvores para colocar paineis solares, já chega de matarem as nossas florestas, queimam nas, cortam as árvores, perde se habitat para a fauna existente. Perde se biodiversidade. Só pensam em lucros. Discordo totalmente. Obrigada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120188	Discordância	Afinal o Verde MATA, temos de salvar Portugal	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120187	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, solicito a Impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - o governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - o governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - o governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo, como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - o governo português não pode sacrificar população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER; - o governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76,3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino fa futura energia é para Centro de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram a atividade. MANIFESTAMOS DISCORDÂNCIA COM O PROJETO POR VIOLAR O DISPOSTO NO ARTIGO 66º DA CRP, QUE GARANTE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE HUMANO, SADIO E EQUILIBRADO, EXIGINDO O ARQUIVAMENTO IMEDIATO DO PROJETO PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120186	Discordância	Exmos Senhores, Crescem cada vez mais "plantações" de campos fotovoltaicos, representa não uma inovação mas um retrocesso civilizacional. Como se justifica o abate de extensões de floresta para transformar em campos fotovoltaicos beneficiando apenas o investidor com claro prejuízo para a comunidade. Esta corrida desenfreada a nivel global não tem de ser replicada em Portugal. O Governo e os Senhores Ministros têm obrigação de nos defender e são capazes de fazer melhor que os outros países! Venho manifestar a minha preocupação e oposição à forma como esta proposta das ZAER está a ser apresentada e planeada. Em primeiro lugar, considero inaceitável a ausência de cartografia detalhada e informação clara sobre as áreas abrangidas. Sem mapas rigorosos e acessíveis, as populações locais não conseguem perceber o verdadeiro impacto desta medida nos seus territórios, propriedades, atividades económicas e qualidade de vida. Exijo que sejam divulgadas as localizações exatas das áreas propostas antes de qualquer decisão avançar. Em segundo lugar, preocupa-me profundamente a possibilidade de dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental individual para projetos localizados em zonas ZAER. Esta simplificação pode colocar em risco ecossistemas sensíveis, a biodiversidade, os recursos hídricos e os valores naturais existentes. A aceleração da transição energética não pode ser feita à custa da proteção ambiental. Além disso, muitas regiões do interior já suportam uma parte significativa da produção de energia nacional, concentrando parques eólicos, centrais solares, linhas de muito alta tensão e outras infraestruturas. Estes territórios encontram-se sujeitos a uma pressão crescente e não devem continuar a ser vistos como espaços disponíveis para receber sucessivamente novos projetos. É necessário garantir uma repartição mais equilibrada dos encargos e benefícios da transição energética por todo o país. Por fim, considero que a aceitação social da transição energética depende da transparência, da participação pública efetiva e do respeito pelas comunidades locais. As populações devem ser envolvidas desde o início do processo de planeamento e não apenas chamadas a pronunciar-se sobre decisões já praticamente tomadas. A legitimidade democrática destas políticas exige informação completa, consulta genuína e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120185	Discordância	Participação Pública – Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho apresentar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que, na sua formulação atual, o programa não assegura um equilíbrio adequado entre os objetivos da transição energética e a proteção dos valores ambientais, sociais, paisagísticos, agrícolas e patrimoniais do território nacional. Reconheço a necessidade de acelerar a descarbonização da economia e de aumentar a produção de energia renovável. Contudo, a urgência da transição energética não pode justificar a redução das garantias de proteção ambiental nem a simplificação excessiva dos processos de planeamento e avaliação. O programa suscita preocupações relevantes pelas seguintes razões: 1. Insuficiente salvaguarda da biodiversidade e dos ecossistemas. A criação de zonas de aceleração pode aumentar a pressão sobre habitats naturais, corredores ecológicos e espécies protegidas, sobretudo quando a seleção das áreas privilegia critérios de disponibilidade territorial em detrimento da sensibilidade ecológica. 2. Impacto cumulativo inadequadamente considerado. A avaliação dos projetos não pode limitar-se aos seus impactos individuais. É essencial analisar os efeitos acumulados de múltiplas infraestruturas energéticas, linhas elétricas, acessos, subestações e restantes elementos associados, cuja soma pode produzir consequências muito superiores às avaliadas isoladamente. 3. Proteção insuficiente das paisagens e do património natural e cultural. A paisagem constitui um recurso	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Resido em Sines e acompanho de perto a crescente instalação de infraestruturas energéticas na região. Reconheço a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, mas considero que esta deve ser compactível com a protecção do território, da paisagem e da qualidade de vida das populações. É precisamente por essa razão que a actual proposta do PSZAER me suscita várias preocupações. Na minha perspectiva, o documento apresenta princípios orientadores, mas não define garantias suficientemente claras e vinculativas que impeçam uma concentração excessiva de projetos em determinados territórios. Também não encontro uma abordagem suficientemente robusta relativamente à avaliação dos impactos cumulativos resultantes da instalação sucessiva de centrais de produção de energia e das respetivas infraestruturas de apoio, nomeadamente linhas de muito alta tensão, subestações e restantes equipamentos associados. Preocupa-me igualmente que a simplificação e aceleração dos processos de licenciamento possam reduzir, na prática, a capacidade de participação das populações diretamente afetadas. A participação pública deve constituir um verdadeiro instrumento de decisão e não apenas uma formalidade administrativa. Considero que qualquer estratégia nacional para a produção de energia deve começar por avaliar a capacidade de carga dos territórios, assegurando a protecção da biodiversidade, da paisagem, dos recursos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a
120184	Reclamação		
120182	Discordância	No caso em concreto da marinha grande em particular freguesia de Moita, as áreas sugeridas estão em cima de recursos hídricos e a menos de 1km de distância da área ardida em 2017, portanto se deslocar 1km não é necessário efectuar abate de árvores.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120180	Discordância	Há anos que se sabe, através de investigação, que a criação de campos tão extensos de painéis solares é prejudicial para a natureza, para os seres humanos e para os animais, pois provoca um aquecimento grave.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120179	Discordância	Ocupa solo agrícola e florestal, afeta linhas de água e a serra que abastece a região. Casas ficam a apenas 200 m (solar) e 1 km (eólica) das centrais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120178	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Viseu, vejo/l com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120177	Discordância	Estou contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120176	Discordância	Discordo que se efetue uma divisão prévia do território sem possibilitar o estudo individual em cada projecto. Portanto estou em discordância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120175	Discordância	Discordo. Os projectos devem ser avaliados individualmente. Não devem existir grandes extensões. Não devem sobrecarregar zonas onde já existem outros áreas de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Sou profundamente contra a implementação do PZAER.	
120174	Discordância	Não porque negue a necessidade da transição energética. Pelo contrário. Acredito que ela é uma das grandes responsabilidades da nossa geração. Mas precisamente por acreditar nela, recuso que seja conduzida de forma apressada, desordenada e subordinada aos interesses de um modelo económico que continua a exigir crescimento ilimitado e consumo crescente. Vivo em Penamacor, no interior do país. Uma terra que, como tantas outras da Beira Interior, já suporta uma enorme pressão resultante da proliferação de megaprojetos solares. Quem olha para um mapa vê espaços vazios. Quem aqui vive vê paisagens, ecossistemas, biodiversidade, memória, identidade e qualidade de vida. Vê um território vivo. Escolhi viver no interior porque aqui encontrei aquilo que as grandes cidades perderam: silêncio, proximidade com a natureza, autenticidade e uma relação equilibrada com o território. Muitas pessoas fazem hoje esse mesmo caminho. Fogem da pressão urbana, do excesso de artificialização e da velocidade imposta pelas grandes áreas metropolitanas. Procuram um lugar onde ainda seja possível viver em contacto com a natureza. É precisamente esse património que agora se pretende sacrificar em nome de uma ideia de progresso que parece incapaz de reconhecer qualquer limite. A transição energética não pode significar apenas substituir uma forma de produção de energia por outra, mantendo intacto o mesmo paradigma de consumo excessivo. Se continuarmos a querer produzir cada vez mais energia para alimentar um consumo que nunca abranda, estaremos apenas a mudar a origem da eletricidade, sem mudar a raiz do problema.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120173	Discordância	Não, as organizações de implantação de energias renováveis sem transparência! A transição tem de ser feita, mas não a este preço e custo! Existe autoestradas, zonas comerciais, parques de estacionamento, casas.... Não em zonas verdes onde a destruição de habitat, fauna e flora sejam impactadas!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120172	Discordância	As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. A transição energética é importante, mas não desta forma. A transição energética precisa proteger a natureza. Produzir energia limpa sim, mas privilegiando a instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento, áreas já degradadas antes de ocupar as áreas naturais, beneficiando a população local e não, apenas, as grande empresas que sairão beneficiadas à custa da degradação dos locais, e do ecossistema, onde vivemos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
120171	Discordância	Discordo totalmente, pois nao é uma medida eficaz acabar com a fauna e flora do nosso pais, para termos um melhor conforto no nosso trabalho ou casa com os ar´´'s condicionados, entre outros. Devemos sim plantar mais arvores, investir em transportes publicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120170	Discordância	Estão a acabar com as zonas verdes que ainda restam, com a vida e o motor para a vida. Com a fauna e flora e recursos naturais para a manutenção da nossa própria vida. Não haverá outras estratégias mais sadias para criar recursos!?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120169	Discordância	O Programa Setorial das ZAER assenta numa lógica de aceleração que subordina o ordenamento do território a metas de capacidade instalada desproporcionadas às necessidades reais. O próprio relatório reconhece que a área com aptidão solar ultrapassa "significativamente" o necessário para cumprir o PNEC 2030, e que apenas uma fração residual dessa área coincide com capacidade de ligação à rede confirmada — o que revela um exercício de cartografia excessivo, gerador de expectativas fundiárias especulativas sobre território sem qualquer garantia de execução. Mais grave é o facto de a esmagadora maioria do potencial identificado fora das áreas artificializadas incidir sobre solo rústico (89,6% em espaço florestal e agrícola no solar; praticamente a totalidade no eólico), com 23,5% a 25,9% das áreas a sobrepor-se à Reserva Ecológica Nacional. Isto contradiz a hierarquia que a própria Diretiva RED III estabelece — priorizar telhados, parques de estacionamento e zonas industriais antes de avançar sobre solo rústico — e empurra a transição energética para territórios de baixa densidade que, como o relatório admite, já acumulam fragilidades demográficas e económicas estruturais, sem que exista qualquer garantia de que a ordem de prioridades será respeitada na prática. A segunda razão para discordar prende-se com a distribuição desigual de custos e benefícios que o próprio documento documenta, mas não resolve. Os territórios que acolhem os projetos — Beira Baixa, Médio Tejo, Baixo Alentejo — são precisamente aqueles com maior envelhecimento, menor PIB per capita e menor capacidade negocial, enquanto o relatório reconhece que "os benefícios tendem a ser apropriados por agentes externos ao território" e que a energia produzida é exportada para o mercado ibérico sem retorno automático às comunidades produtoras. Os casos citados no próprio anexo — Fernando Pessoa em Santiago do Cacém, Sophia no Fundão/Penamacor, Cercal do Alentejo — mostram contestação social generalizada, impugnações judiciais e mobilização cívica contra "megacentrais" que abatem centenas de milhares de árvores e ocupam REN e RAN. A par disto, os mecanismos de benefício social local continuam dependentes da "iniciativa individual dos promotores", sem quadro mínimo obrigatório, o que perpetua o risco de criar zonas de sacrifício energético — território que suporta os encargos paisagísticos, ecológicos e de especulação fundiária sem participar equitativamente nos ganhos da transição. Do ponto de vista ambiental, o relatório subestima a gravidade dos impactos ao tratá-los como "condicionantes localizadas" em vez de riscos estruturais. A sobreposição com a REN — 19.837 ha na eólica e 96.028 ha no solar — é justificada com o argumento de que as tipologias mais sensíveis (litoral, ciclo da água, instabilidade de vertentes) já foram excluídas previamente, mas isso ignora que a REN remanescente ainda sobre áreas de infiltração de aquíferos e prevenção de erosão cuja afetação cumulativa, à escala de centenas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120168	Discordância	Rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) no seu formato atual porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território e seus ecossistemas, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Segue uma versão mais formal, clara e consistente para submissão em consulta pública.	Obrigada pela sua participação.
120166	Discordância	**Pronúncia sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis — PSZAER** Manifesto a minha firme oposição à aprovação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua atual redação, por considerar que o documento não oferece garantias suficientes de proteção dos territórios, das comunidades locais, dos valores naturais e paisagísticos, nem de uma participação pública verdadeiramente efetiva. Embora a proposta apresente princípios e critérios gerais, não estabelece, de forma suficientemente clara, objetiva e vinculativa, limites capazes de impedir a concentração excessiva de projetos de produção de energia em determinadas regiões. Também não assegura uma avaliação adequada dos impactes cumulativos resultantes da instalação simultânea ou sucessiva de várias centrais, bem como das respetivas infraestruturas associadas, nomeadamente linhas elétricas, subestações, acessos, estaleiros e linhas de muito alta tensão. É particularmente preocupante que a aceleração dos procedimentos de licenciamento possa ocorrer sem que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva, informada e com influência real nas decisões posteriores. A simplificação administrativa não pode traduzir-se numa diminuição da exigência ambiental, da transparência dos processos ou dos direitos de participação das comunidades.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para
120165	Discordância	Discordo totalmente, pois nao é uma medida eficaz acabar com a fauna e flora do nosso pais, para termos um melhor conforto no nosso trabalho ou casa com os ar´´s condicionados, entre outros. Devemos sim plantar mais arvores, investir em transportes publicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120164	Discordância	Digo não a este projeto que não trará nada de bom para a população de Portugal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120163	Concordância	Discordo Estudos omissos. Populações desconsideradas. Não se vende assim o país a Bruxelas. Os países do Norte e centro da Europa respiram ar puro das florestas, em Portugal plantamos metal para aquecer ainda mais o interior do país. Abatemos arvores. Ficam descansados os senhores governantes pois nessas zonas já não haverá matéria combustível para arder porque isso é um transtorno à estabilidade governativa. Política ambiental é o que chamam a este atentado que estão a fazer aos países do sul da Europa. Decarbonização e metalização. Que impacto vai este projeto ter nas alterações climáticas? E tanta captação de radiação solar não terá impacto na saúde das populações? Os senhores governantes têm que ter a responsabilidade de proteger o nosso território e o nosso povo. Revejam o projeto e encontrem alternativas verdadeiramente sustentáveis. Deixem as populações viver em paz. Não cedam aos interesses das energéticas e dos respectivos distribuidores (estes nascem como cogumelos; já sabem a bonança que aí vem mas os preços da energia não vão descer). Reconsiderem por favor este plano em nome de Portugal. Não arruinem ainda mais a nossa paisagem, já basta a construção desenfreada e os milhões de pessoas a mais nas cidades, se permitirem a devastação da área verde, ficamos com um país que é um deserto de painéis e área edificada comprometerndo as reservas de biosfera. É NÃO!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120162	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120161	Sugestão	REN – Redes Energéticas Nacionais, enquanto operador das infraestruturas de eletricidade, gás natural e futuro operador das redes de hidrogénio, agradece a oportunidade de contribuir para a Consulta Publica relativa à proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). De forma sintética, os aspetos endereçados pelos contributos da REN são os seguintes: • Articulação entre o planeamento das ZAER e o planeamento das redes elétricas, sublinhando a necessidade de considerar a evolução prevista da RNT e a capacidade efetiva de receção, conforme refletido no PDIRT, e não apenas critérios de proximidade à infraestrutura existente; • Integração das infraestruturas de rede e do armazenamento como elementos essenciais para a aceleração renovável, incluindo a necessidade de clarificação do regime aplicável às infraestruturas de rede no âmbito das ZAER; • Reconhecimento do papel dos gases renováveis, do hidrogénio e das infraestruturas de gás na transição energética, defendendo uma abordagem sistémica que permita a complementaridade entre os sistemas elétrico e gasista; • Clarificação dos impactes das opções de produção descentralizada e da localização das ZAER, tendo em conta a evolução dos consumos e dos grandes polos de procura (ZGP) previstos para o país; • Aspetos ambientais e de licenciamento, incluindo observações sobre AIA, medidas de mitigação, proteção de espécies, regras de gestão florestal e enquadramento das medidas compensatórias; • Governança e monitorização do Programa, salientando a importância do envolvimento da REN nos mecanismos de acompanhamento e revisão do PSZAER, em função do seu papel no planeamento e operação das infraestruturas energéticas nacionais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120160	Discordância	Projectos desta magnitude e impacto no ambiente em que são inseridos não podem, nunca, estar isentos de uma avaliação de impacto ambiental, muito menos quando, em alguns casos, implicam uma implementação de até 1/4 do território municipal. Além disso, continuar a utilizar solos que poderiam e deveriam ser direccionadas para actividades do primeiro sector, só vai contribuir ainda mais para catástrofes naturais com cada vez maior impacto - incêndios mais devastadores, cheias mais intensas, etc -, sem contar com a perda de biodiversidade. Isto sem falar no impacto visual na paisagem... das coisas mais deprimentes que vi nos últimos anos foi entrar em Portugal por Vilar Formoso e começar a ver hectares e hectares de parques eólicos onde antes havia montanha e vegetação. As energias renováveis são importantes, mas ninguém se alimenta de energias renováveis e quanto mais dependentes ficarmos do exterior no que diz respeito à nossa subsistência, pior qualidade de vida teremos. E podemos e devemos aproveitar as fontes de energias renováveis a que temos acesso em abundância - com particular destaque para a energia solar - mas não às custas do património natural, não enquanto tivermos todos um património artificial edificado que não foi ainda utilizado. Não podemos pensar apenas no aqui e agora, temos de pensar no mundo que deixamos para as gerações do futuro. Assim, devemos: 1- Impor limites reais à concentração de projectos numa mesma região, 2- incluir uma protecção vinculativa de corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projectos; 3- Impor uma avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas eléctricas associadas; 4- Impor a manutenção da protecção de zonas húmidas, geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; 5- Incluir a participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta; 6- Dar prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumos, comunidades de energias - e a áreas já artificializadas (como as áreas urbanas e os milhões de telhados disponíveis para instalação de soluções solares para a rede eléctrica nacional), antes de ocupar o território natural. As campanhas de segurança rodoviária assentam, habitualmente, na máxima "dá prioridade à vida"	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120159	Discordância	A luta contra as alterações climáticas e a descarbonização da economia são objetivos inadiáveis. Portugal deve continuar a investir nas energias renováveis e a reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, apoiar a transição energética não significa aceitar qualquer modelo de implementação. A urgência climática não pode servir de argumento para enfraquecer a proteção do território, da natureza e dos direitos das populações. É precisamente por acreditarmos numa transição energética justa, sustentável e democrática que manifestamos a nossa oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). O PSZAER parte de um pressuposto preocupante: o de que acelerar processos administrativos constitui, por si só, uma solução para os desafios energéticos do país. Mas a rapidez nunca pode substituir o rigor. A simplificação de procedimentos não pode traduzir-se numa menor exigência na avaliação dos impactos ambientais, paisagísticos, sociais e económicos dos projetos. O território português é limitado e cada hectare possui múltiplas funções. Produz alimentos, conserva biodiversidade, regula recursos hídricos, armazena carbono, sustenta atividades económicas e preserva património cultural e identitário. A sua ocupação intensiva por grandes infraestruturas energéticas representa uma transformação profunda, cujos efeitos serão sentidos durante décadas. Importa recordar que as energias renováveis não são ambientalmente neutras. A instalação de parques eólicos, centrais fotovoltaicas e respetivas linhas de muito alta tensão implica desmatação, impermeabilização de solos, abertura de acessos, fragmentação de habitats e perturbação de espécies protegidas. Em zonas de elevado valor ecológico, estes impactos podem ser irreversíveis. E, ao invés de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120158	Discordância	Devem existir limites reais à concentração de projetos numa mesma região. Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120157	Discordância	Usem os telhados das casas em vez dos terrenos. Precisamos de área verde para capturar os gases nocivos e produzir O2, ajudar na diminuição da temperatura atmosférica. Deviam incentivar os donos das casas a instalar painéis solares, para reduzirem o seu orçamento e facilitarem o seu processo, quer a nível de instalação, quer a nível das burocracias com a E-redes e Dgeg. Também deviam fiscalizar melhor a rede elétrica, pois existe muitas "percas" e "puxadas"	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120156	Discordância	Este projeto não e verde, a terra precisa de arvores e plantas para permitir o ciclo de agua e a vida de tudos seres	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120155	Discordância	Discordo totalmente, pois nao é uma medida eficaz acabar com a fauna e flora do nosso pais, para termos um melhor conforto no nosso trabalho ou casa com os ar´´'s condicionados, entre outros. Devemos sim plantar mais arvores, investir em transportes publicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120154	Discordância	Afeta as populações	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120153	Discordância	E destruição completa de habitats protegidos, ameaça contra a fauna e flora locais, onde irão "plantar esta energia" para SALVAR o planeta...quanta ironia e o quanto se acredita nesta BOA VONTADE governamental.... que para ser chamada de verde e eco, é necessário o abate de árvores, desmatamento, destruição completa da natureza, para além do impacto que terá nas populações locais que vivem da terra. Tenham juízo e, se é mesmo para salvar o planeta, plantem mais árvores, apoiem os projetos ambientais que visam proteger e não destruir, ajudem a população local a limpar a floresta e os agricultores a investirem nos próprios projetos...sejam criativos e não lucrativos 😉	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120152	Discordância	Painéis solares são para colocar nos telhados e parques de estacionamento, não para destruir ambiente. Completamente em desacordo com estas instalações em terreno.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120151	Discordância	A instalação de infraestruturas desta dimensão colada às nossas propriedades irá desvalorizar de forma irreversível as habitações e os terrenos agrícolas da região. Muitos cidadãos investiram as poupanças de uma vida inteira nas suas casas, que agora correm o risco de perder grande parte do seu valor de mercado. A zona prevista para intervenção possui uma enorme riqueza paisagística, florestal e de biodiversidade que urge proteger. A industrialização desta área vai destruir habitats naturais de espécies protegidas e desfigurar por completo a identidade visual da nossa região, inviabilizando também o potencial de turismo rural e de lazer. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa do sacrifício das populações locais e do nosso património. Não podem uns municípios serem desvalorizados, apenas pela densidade populacional. Se queremos algo mais amigo do ambiente, acredito eu que destruir a nossa natureza, é tudo menos concordante.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120150	Discordância	Em desacordo com a proposta por não contribuir para a sustentabilidade local. Apenas vai provocar mais desertificação. Façam-no nos telhados existentes, certamente seria uma mais valia para as populações. Não podem justificar sustentabilidade com interesses instalados. Há muitas formas para produção de energia e esta que apresentam implica destruição de 7% de floresta, não é sustentável. Devem preocupar-se mais com o território e as populações.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120149	Discordância	Não me é possível apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). É preciso considerar: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120148	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho, por este meio, apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atraem turistas para esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova essa atratividade para pessoas estrangeiras. Os parques eólicos e as centrais solares pôrão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120147	Discordância	Um atentado ao nosso património cultural, paisagístico e à nossa agricultura que tanto nos orgulha! Enquanto jovem que decidiu ficar no interior e investir cá, vejo estes projetos como uma afronta a todos os que fazem questão de resistir ao esquecimento que somos submetidos pelos sucessivos governos centrais! Não pode valer tudo, e o interior não pode ser vendido aos interesses das grandes energéticas! Deixem-nos ser nós mesmos, abandonados mas com orgulho nas nossas gentes, nas nossas terras e no nosso património do cultural ao ambiental! NÃO AO “MAR NEGRO” !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120146	Discordância	As zonas com paineis solares nao devem de forma alguma ser implantadas em zonas agricolas, que requeiram abate de arvores e ocupação que degrade a paisagem. Usem os separadores das autoestradas,as autoestradas,os telhados,os estacionamentos, mas nunca a terra	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Contestação formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e ao respetivo Relatório Ambiental Preliminar de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). A presente pronúncia assume uma perspetiva de análise crítica baseada nos constrangimentos físicos e biofísicos do território português e no quadro regulatório nacional e europeu. O foco principal desta discordância centra-se na manifesta insuficiência do diagnóstico de base, na grave omissão de restrições de utilidade pública e recursos críticos, e na completa inexequibilidade prática do modelo de aceleração proposto face às restrições físicas da rede elétrica nacional. A abordagem fundadora do programa adota uma metodologia puramente cartográfica baseada num "stock" teórico de aptidão fundiária. Esta perspetiva falha ao desvalorizar as condicionantes locais e ao transferir integralmente o ónus do planeamento, a gestão de conflitos de uso do solo e o risco de uma elevadíssima litigiosidade administrativa para as autarquias locais e para a fase de licenciamento de cada projeto individual, bem como a desconsideração pelo impacto negativo na fauna, flora e populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120145	Discordância	O PSZAER delimita um universo bruto de 371.348,2 hectares para potencial solar fotovoltaico centralizado (em polígonos contínuos superiores a 100 ha e a menos de 10 km de uma subestação) e 84.489,2 hectares para potencial eólico em terra (em polígonos superiores a 20 ha). Esta volumetria fundiária é manifestamente desproporcional e injustificada face às reais necessidades físicas estimadas para o cumprimento das metas do PNEC 2030 até ao final da presente década, as quais se cifram num intervalo máximo de 18.000 ha para o solar e 68.000 ha para o eólico. O principal bloqueio à transição energética em Portugal Continental não reside na escassez biofísica de recurso solar ou eólico, nem na falta de solo disponível, mas sim na incapacidade estrutural de escoamento e receção da Rede Elétrica de Serviço Público (RESP). O diagnóstico falha ao não cruzar os polígonos propostos com a capacidade remanescente real das subestações da rede de transporte (RNT) e da rede de distribuição (RND). Quando se aplica o filtro técnico da real capacidade de receção disponível nas subestações a menos	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
120143	Discordância	Que estudo ambientais já fizeram ?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120142	Discordância	Eu discordância Exmos Senhores	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120141	Discordância	Vejo com grande preocupação este projecto. Grata pela vossa atenção.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120140	Discordância	Deixem as árvores em paz.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120139	Discordância	A Beira Baiaxa e um tesoro e temos de cuidar o paisagem e por isso e importante ir com calma e estudiar os efetos ambientais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		inconcebível e inaceitável!	
		O interior não é nem pode ser a central de poluição de energias limpas para abastecer as metrópoles e o litoral!	
		Estas energias limpas eólicas e centrais solares estão a degradar a qualidade de vida das pessoas e adulterar a natureza e ambiente local!	
120138	Discordância	Se somos deserto para o investimento e criação de emprego deixem-nos ser deserto na cá preservação do nosso ambiente! Esta é é será a nossa maior riqueza!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		Os impactos ambientais na nossa zona nos 823km quadrados do sabugal em particular já são enormes e estamos saturados dos gigantes moinhos de vento em ferro que proliferam por todo o perfil horizontal de serras e montes em nosso redor, e é lamentável a área imensa de painéis já colocados e os que estão previsto colocar neste território em zonas de floresta ou campos agrícolas!	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		Os interesses de alguns privados ou proprietários sobre os seus terrenos não podem em circunstância alguma ser superior aos interesses paisagísticos , ambientais , proteção da flora e da fauna que são os maiores bens e são pertença de toda a humanidade !	
120137	Discordância	Vamos parar de vender o país a interesses económicos, que tal?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120136	Discordância	Apologista de defender sempre os espaços verdes, que já são muito poucos, assim como os habitantes locais que acabam sempre por viver de rendimentos aquiridos na maioria das vezes, à conta desses nesmo espaços, seja na agricultura assim como turismo de habitação. Protecção máxima ao nosso património natural.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120135	Discordância	A energia do futuro deve iluminar a Beira Baixa, não apagá-la. Portugal merece uma transição energética que proteja o território, valorize as pessoas e garanta um futuro saudável e sustentável para as próximas gerações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120134	Discordância	As árvores, a vegetação e paisagem natural são muito mais importantes que qualquee parques de painéis solares. É um autêntico crime ambiental o que se tem verificado no país nos últimos tempos com o corte de floresta, pomares, vinhas etc. Além disso o impacto visual é terrível! Não estraguem a natureza de Portugal!!!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
			Obrigada pela sua participação.
120133	Discordância	Não concordo com a instalação em grandes extensões dos paineis fotovoltaicos porque a exemplo do que se vê em zonas onde a mesma já foi feita, destrói a paisagem, tornando-a inóspita e seca. Portugal precisa de cuidar da floresta que é uma fonte de recursos e de energia muito mais rica, desenvolvendo medidas mais apertadas e eficazes na vigilância e no tratamento e preservação da mesma. A necessidade de recorrer a grandes áreas para a instalação dos paineis faz desaparecer a vegetação e, além de não servirem as populações, desertificam grandes áreas do território e destróem ecossistemas que têm de ser mantidos para o equilíbrio ambiental. Apliquem-se paineis em locais que não tenham este impacto nefasto com consequências irreversíveis na Natureza e consequentemente na economia do país. Que a implementação dos paineis seja apenas para benefício local, colectivo e/ou individual. Sim à floresta, sim ao Planeta, sim ao bem estar das Pessoas	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
		O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120132	Discordância		Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
		Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
			Obrigada pela sua participação.
120131	Discordância	Se querem implantar painéis solares utilizem telhados, nomeadamente os das estruturas públicas, industriais, comerciais, deixem a natureza em paz! Implantem bom senso, principalmente nas cabeças dos nossos governantes!	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120130	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120129	Discordância	Tem que existir outra solução que não impacte paisagem e vida selvagem, que por si já é escassa em Portugal	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120128	Reclamação	Quero a protecção dos territórios e que o projecto garanta a mesma . Neste momento não existe qualquer garantia , visto que cada projecto em cada local pode decidir por si . Para isto espero que haja uma participação democrata com as comunidades locais avaliando as áreas propostas. Assim quero que este projecto seja revisto antes da sua aprovação	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120127	Discordância	I am writing to express my strong opposition to the inclusion of the Serra da Gardunha and Beira Baixa in the PSZAER for large solar and wind power plants. This region is home to diverse wildlife habitats and several threatened species, such as the black vulture, Iberian lynx, and imperial eagle. Converting fertile farmland, where cherry orchards and olive groves flourish, into industrial zones would not only disrupt local ecosystems but also erase our agricultural heritage. The aesthetics of our mountains are priceless; vast glass installations would create visual blight on this breathtaking landscape. Additionally, the health concerns arising from potential heavy metals and microplastics affecting surrounding neighborhoods cannot be ignored. I respectfully urge that the Serra da Gardunha and Beira Baixa be excluded from the PSZAER, preserving both our natural beauty and community well-being.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120126	Discordância	Necessário estudo de impacte ambiental caso a caso.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120125	Discordância	Este "programa" é a maior ameaça ao nosso país, à sua natureza, ecossistemas e qualidade de vida das populações. É o mais completo manifesto de destruição de um país e merece todo o meu repúdio. Na qualidade de cidadãos do concelho do Fundão, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120124	Discordância	A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120123	Discordância	Sou completamente contra essa liberdade de destruição de árvores e natureza para industrialização da energia em larga escala.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120122	Discordância	Preservaçao da Natureza e da biodiversidade. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120121	Reclamação	Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120120	Discordância	Reconheço a importância das energias renováveis e a necessidade de Portugal avançar na transição energética, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis. A minha discordância não é, portanto, com o desenvolvimento destas energias, mas com a possibilidade de a sua expansão ser feita à custa das nossas florestas, dos ecossistemas e das comunidades locais. Considero preocupante que uma parte tão significativa das áreas identificadas para a instalação de projetos solares e eólicos corresponda a espaço classificado como florestal. Uma área considerada de menor sensibilidade ecológica não é uma área sem valor. Mesmo quando não está integrada numa zona protegida, pode constituir habitat para diferentes espécies, assegurar a ligação entre ecossistemas, proteger o solo e os recursos hídricos, armazenar carbono e ter importância paisagística, social e económica para as populações locais. A desflorestação e a desmatação não representam apenas a remoção de árvores ou vegetação. Podem provocar a destruição e fragmentação de habitats, a perturbação ou deslocação da fauna, a perda de flora, o aumento da erosão e alterações profundas na paisagem. Medidas de mitigação, compensação ou restauro posterior não substituem integralmente os ecossistemas existentes. A prioridade deve ser evitar o dano, e não apenas tentar compensá-lo depois de este ocorrer. A própria proposta reconhece que devem ser prioritárias as superfícies artificializadas, como telhados e fachadas de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, infraestruturas de transporte, minas abandonadas e outras áreas já intervencionadas. Reconhece igualmente um potencial técnico muito significativo para a instalação de energia solar nestes espaços. No entanto, esta prioridade não parece estar suficientemente garantida através de regras obrigatórias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120119	Discordância	Ich möchte meine Besorgnis über die geplante Aufnahme der Serra da Gardunha und der Beira Baixa in die PSZAER äußern. Diese Region ist Lebensraum für viele bedrohte Arten wie den Schwarzgeier, den Kaiseradler, den Iberischen Luchs und den Iberischen Wolf. Die Installation großer Solar- und Windkraftanlagen wird nicht nur ihre Habitate zerstören, sondern auch die Biodiversität erheblich gefährden. Zudem bestehen erhebliche gesundheitliche Bedenken durch potenzielle Freisetzung von Schwermetallen und Mikroplastik, die aus den Solarmodulen resultieren und in die Umgebung gelangen können. Die Gefahr von Waldbränden steigt ebenfalls, da das Abholzen und der Bau der Infrastruktur in einem ohnehin feueranfälligen Gebiet stattfindet. Zudem ist es besorgniserregend, dass Projekte in diesen Zonen oft ohne eine umfassende Umweltverträglichkeitsprüfung (EIA) durchgeführt werden. Ich bitte eindringlich darum, die Serra da Gardunha und die Beira Baixa von den Beschleunigungszonen auszuschließen.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120118	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho do Porto, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120117	Discordância	Como cidadão da Beira Baixa, venho manifestar a minha objeção à inclusão da Serra da Gardunha nas zonas de aceleração da energia renovável (PSZAER). Este território não deve ser considerado "terra sobrante" para fins de exploração energética, pois é um espaço vital que abriga uma rica biodiversidade e um património cultural que merecem ser preservados. Além disso, a instalação de grandes parques solares e eólicos nas proximidades de habitações poderá afetar a qualidade de vida dos moradores, tanto pela alteração da paisagem como pelo ruído e outras perturbações. Em vez de recorrer a áreas sensíveis como a Serra da Gardunha, recomendo que se foque em aproveitamento de telhados e áreas urbanas já desenvolvidas, minimizando o impacto ambiental e protegendo os nossos espaços naturais. Peço que excluam a Serra da Gardunha da lista de zonas para PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120116	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120115	Discordância	Como ecóloga e engenheira do ambiente em formação e como cidadã preocupada com o futuro do nosso território e com a conservação da biodiversidade, venho por este meio apresentar o meu contributo no âmbito da consulta pública do PSZAER. Gostaria de começar por clarificar que compreendo a necessidade da expansão da energia fotovoltaica para assegurar a soberania energética. No entanto, considero que o desenho atual do plano apresenta lacunas graves que põem em risco o património natural do nosso país. A dispensa de avaliação de impacte ambiental (AIA) caso a caso nestas zonas aceleradas, tal como sinalizado pela própria Agência Portuguesa do Ambiente (APA), aliada à falta de salvaguardas claras, motiva as minhas principais preocupações e propostas de alteração ao documento: É urgente estabelecer limites reais e objetivos para evitar a concentração excessiva de projetos numa única região, salvaguardando o equilíbrio socioambiental das comunidades locais. Exijo que o plano preveja a obrigatoriedade de avaliar os impactes cumulativos de várias centrais e das respetivas linhas de muito alta tensão associadas, em vez de analisar os projetos de forma isolada É imperativo garantir a proteção estrita e vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros, como o lince-ibérico, bem como de outras espécies sensíveis como aves de rapina, aves	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120114	Discordância	A necessidade de acelerar a transição energética não pode sobrepor-se à compreensão e proteção da paisagem, da estrutura ecológica e do modelo territorial que se quer e que apresenta o modelo mais equilibrado e sustentável do território e suas comunidades. Importa prevenir o enfraquecimento da capacidade de decisão dos municípios e entender a paisagem como infra-estrutura estratégica da transição climática. A pergunta não pode ser onde se podem colocar infra-estruturas de transição energética mas sim como pode a transição energética (e suas infra-estruturas) contribuir para modelos de desenvolvimento mais equilibrados e resilientes. A transição energética, para ser duradoura e bem-sucedida, tem de ser também uma transição territorial de qualidade. Deverá ser mantida em pleno a salvaguarda expressa da Reserva Agrícola Nacional e da Estrutura Ecológica Nacional, Regional e Municipal, dos corredores ecológicos, das turfeiras, dos solos hidromórficos, das cabeceiras de linhas de água, das áreas de máxima infiltração, da totalidade do Domínio Público Hídrico, dos espaços verdes e azuis urbanos, do património paisagístico municipal e dos espaços florestais, cujas normas de ocupação não podem ser desvalorizadas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120113	Discordância	Como cidadão da Beira Baixa, venho manifestar a minha objeção à inclusão da Serra da Gardunha nas zonas de aceleração da energia renovável (PSZAER). Este território não deve ser considerado "terra sobrante" para fins de exploração energética, pois é um espaço vital que abriga uma rica biodiversidade e um património cultural que merecem ser preservados. Além disso, a instalação de grandes parques solares e eólicos nas proximidades de habitações poderá afetar a qualidade de vida dos moradores, tanto pela alteração da paisagem como pelo ruído e outras perturbações. Em vez de recorrer a áreas sensíveis como a Serra da Gardunha, recomendo que se foque em aproveitamento de telhados e áreas urbanas já desenvolvidas, minimizando o impacto ambiental e protegendo os nossos espaços naturais. Peço que excluam a Serra da Gardunha da lista de zonas para PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120112	Discordância	Não pretendo a concessão de terrenos para empresas para produção / extração de energia. Estou segura que se as populações fossem informadas e auscultadas, seriam contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120111	Discordância	Discordo completamente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120110	Discordância	Sou totalmente a favor das energias renováveis, mas não à custa da destruição da nossa serra e da descaracterização de uma paisagem que faz parte da identidade da região. A transição energética deve ser feita com equilíbrio, privilegiando primeiro áreas já artificializadas, zonas industriais, coberturas de edifícios e terrenos degradados, antes de ocupar espaços naturais de elevado valor paisagístico e ecológico. Peço que esta proposta seja revista e que a proteção do património natural e das comunidades locais tenha o mesmo peso que a produção de energia. O progresso não pode significar perder para sempre aquilo que torna este território único	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120109	Discordância	A energia é necessária. Mas também é necessária uma paisagem que continue a atrair pessoas, natureza, investimento e qualidade de vida.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120108	Discordância	Embora apoie a transição para as energias renováveis, estou preocupado com o facto de o PSZAER não oferecer garantias suficientes de que a biodiversidade, a vida selvagem, a paisagem, o património cultural e as comunidades locais serão adequadamente protegidos.Estou particularmente preocupado com os impactos cumulativos de grandes projetos de energias renováveis sobre as paisagens rurais e costeiras, com os potenciais efeitos sobre habitats e espécies sensíveis, e com as consequências a longo prazo para o turismo e a qualidade de vida das populações locais. Considero igualmente que as comunidades locais devem ter um papel mais forte nas decisões que afetam os territórios onde vivem e trabalham.A aceleração dos processos de licenciamento não deve comprometer a realização de avaliações ambientais rigorosas nem a aplicação do princípio da precaução. É essencial garantir que os impactos ambientais, paisagísticos e sociais sejam devidamente avaliados e mitigados antes da aprovação de qualquer desenvolvimento.Por estas razões, oponho-me ao PSZAER na sua forma atual e solicito que sejam introduzidas salvaguardas ambientais mais robustas, avaliações locais mais detalhadas e mecanismos de participação pública mais fortes antes da aprovação definitiva do programa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa

120107	Discordância	Discordo desta proposta. A concentração de parques solares e eólicos causa impactos sérios e mal avaliados: fragmenta habitats, perturba a fauna selvagem e os animais das explorações rurais, e altera a paisagem e a economia dos territórios rurais. Há também evidência científica de que grandes instalações solares e eólicas geram um efeito de "ilha de calor" local, aquecendo a superfície e o ar circundante — um impacto climático localizado que se agrava com a concentração de projetos numa mesma região. A avaliação atual não pondera adequadamente estes efeitos cumulativos sobre o ambiente, as comunidades e a fauna. É particularmente grave que este processo avance sem cartografia concreta e sem um verdadeiro diálogo com as populações afetadas — decidir sobre o território contra a vontade das comunidades locais, que são quem vive e depende diretamente destes espaços, mina a legitimidade de todo o programa. A transição energética não pode ser imposta de cima para baixo; tem de ser construída com as pessoas, não contra elas. Defendo uma transição energética planeada e territorialmente justa, com plena transparência sobre as zonas propostas e uma avaliação séria destes impactos, feita em verdadeira articulação com a vontade das populações, antes da aprovação final do programa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120106	Discordância	Exijo a suspensão do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), bem como responsabilidades políticas, o processo não poderá prosseguir nos atuais moldes, pela falta de transparência do Governo e a fuga de informação, que revelam áreas nunca divulgadas às populações durante a consulta pública do PSZAER. A PNV avançou que o prazo da consulta pública do PSZAER termina na quarta-feira sem que as populações diretamente afetadas, como é o caso do Planalto Mirandês e do Douro Superior, tenham tido acesso à informação indispensável para compreender e avaliar os impactos reais das propostas em discussão. O Governo colocou os interesses económicos de grandes multinacionais acima da proteção do território, da agricultura e das comunidades do Nordeste Transmontano. Em causa estão os megaprojetos para a criação de parques solares e eólicos nos concelhos de Mogadouro, Miranda do Douro, Vimioso e Torre de Moncorvo, no distrito de Bragança, resultantes da hibridização das barragens de Picote, Bemposta e Baixo Sabor por parte da elétrica francesa Engie. O Governo está a privilegiar estes grandes grupos, como é o caso da Engie, em detrimento da proteção do território e da agricultura e das comunidades locais, sendo essas as maiores preocupações.. A concentração do PSZAER nesta zona do interior do país representa um risco de sobrecarga das populações com menor capacidade de defesa dos seus interesses contra estes grandes grupos económicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120105	Discordância	As árvores são a nossa maior tecnologia.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
120104	Discordância	Oponho-me a este mega projeto, que querem impor no nosso território á custa da destruição da paisagem, da biodiversidade, da agricultura, da saúde, e das comunidades locais. Abaixo está imposição e destruição!!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120103	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120102	Discordância	Este projecto vai destruir a fauna e flora da Serra da Gardunha e tudo o que ela representa para os seus habitantes. O capitalismo não deveria ser mais importante que o ambiente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120101	Discordância	Não deve ser excluido o processo tradicional de Avaliação de Impacte Ambiental	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120100	Discordância	Discordo dos locais onde querem colocar painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120099	Discordância	Não é razoável implementar projetos com elevado impacto ambiental em nome da defesa produção energética renovável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120098	Discordância	Nao aceito, nao quero o meu lindo portugal transformado em um espeilho.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120097	Discordância	O nosso país não pode continuar a ser uma manta de retalhos com painéis solares sem respeito pela natureza, pela biodiversidade,sem a proteção dos solos e depois da tempestade que nos assolou precisamos de recuperar urgentemente a nossa floresta, para que novas tempestades não nos levem o pouco que nos resta e sobretudo para que não nos falte o oxigénio para respirarmos. Considero vergonhoso sequer tamanha imprudência. Procurem alternativas que as vão encontrar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120096	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao programa setorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis O PSZAER é um programa não transparente que ameaça transformar áreas extensas do território sem a devida informação cartográfica para análise dos cidadãos. Apresenta vários aspetos preocupantes: - não prioriza os territórios artificializados nem opções próximas dos centros de maior consumo para a instalação de soluções de energias renováveis - promove a alteração de áreas excessivamente extensas e construção de mega projetos sem fundamentar as necessidades de potência instalada que o país precisa para atingir as metas de descarbonização - a expansão energética não garante automaticamente a capacidade de armazenamento de energia nem a segurança do sistema elétrico - promove práticas de desflorestação, ocupação de terrenos aráveis e/ou com potencial de restauro ecológico e a perda de habitats essenciais para a biodiversidade que está em crise - as alterações na paisagem são significativas para perturbar o bem estar das populações e qualidade de vida - não são incluídos impactes na saúde pública - impede a participação pública em relação a projetos de grandes dimensões - a conversão de 7% do território continental para uso do solo industrial para fins de produção de eletricidade não apresenta no programa nenhuma estimativa de garantias de custos de eletricidade mais baixos para os consumidores	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
120095	Discordância	As energias renováveis e a descarbonização não podem ser desculpa para derrubar árvores e destruição de habitats naturais que ajudam a capturar o CO2 da atmosfera e a baixar as temperaturas. As energias renováveis deveriam ser instaladas nas zonas onde o consumo é maior, ou seja, nas áreas urbanas. Com tantos terraços de prédios, tantos telhados porque não montar os painéis nesses locais?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120094	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do PSZAER Reconheço a importância da transição energética e do reforço da produção de energias renováveis. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição de solos agrícolas, áreas florestais, habitats naturais e paisagens de elevado valor ecológico. A criação de Zonas de Aceleração para Energias Renováveis não deve significar uma menor exigência na proteção ambiental nem facilitar a ocupação de territórios sensíveis. Portugal dispõe de inúmeras superfícies já artificializadas — coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos, antigas pedreiras e outras áreas degradadas — que devem constituir a prioridade para a instalação de painéis solares. A ocupação de solos agrícolas compromete a segurança alimentar e a utilização de áreas florestais e naturais provoca perda de biodiversidade, fragmentação de habitats, destruição de corredores ecológicos e degradação da paisagem, afetando também as comunidades locais e atividades económicas como a agricultura e o turismo. Defendo um modelo energético descentralizado, baseado no autoconsumo, nas comunidades de energia e na produção local, permitindo que cidadãos, empresas e municípios beneficiem diretamente da energia produzida, reduzindo simultaneamente as perdas na rede elétrica. É igualmente essencial salvaguardar áreas protegidas, como a Rede Natura 2000, Reservas da Biosfera da UNESCO, corredores ecológicos e habitats de espécies protegidas, garantindo que a transição energética	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120093	Discordância	Projeto muito danoso para o meio ambiente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120092	Discordância	Acho um ecocidio e uma irresponsabilidade geracional destruir a nossa natureza e o nosso território para proceder a uma descarbonização sem lógica. Abre a porta aos interesses económicos fortemente influenciados pelo lucro e pelo depaupério do mais importante que temos no interior do nosso país. Recuso liminarmente esta proposta.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120091	Discordância	Verdade, não vai ficar tudo coberto de painéis solares e aerogeradores, o que sobrar vai ficar esburacado da exploração de lítio! É assim que os governantes vêem o país , um filão a explorar! Fim das zonas verdes, das reservas ecológicas, da agricultura e da paisagem protegida! Predadores, abutres! "Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais. Com os melhores cumprimentos	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120090	Discordância	Não a destruição da floresta!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120089	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120088	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço que a transição energética é um objetivo importante e necessário. Contudo, considero que a forma como esta transição é concretizada deve respeitar princípios fundamentais de sustentabilidade, proteção da natureza, equilíbrio territorial e direitos dos cidadãos. Na minha perspetiva, nenhum projeto poderá ser verdadeiramente considerado "verde" se implicar a destruição de habitats naturais, o abate de árvores, a fragmentação de ecossistemas, a ocupação de solos agrícolas ou florestais ou a descaracterização de paisagens que fazem parte da identidade ambiental e cultural de Portugal. Combater as alterações climáticas não pode significar criar novos impactos ambientais irreversíveis. Preocupa-me igualmente que uma parte significativa do território nacional possa ficar condicionada para este tipo de utilização, sem que exista uma demonstração clara de que foram esgotadas alternativas menos impactantes, como a instalação de sistemas de produção de energia em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas degradadas ou outras superfícies já artificializadas. As zonas rurais desempenham funções essenciais na conservação da biodiversidade, na produção alimentar, na gestão da água, na prevenção de incêndios e na preservação da paisagem. Não devem ser vistas apenas como espaços disponíveis para receber infraestruturas destinadas a responder, em grande medida, às necessidades energéticas dos grandes centros urbanos, suportando impactos ambientais, sociais e paisagísticos que dificilmente serão reversíveis. Considero igualmente essencial que o direito de propriedade privada seja plenamente respeitado. Qualquer decisão desta natureza deve garantir uma participação efetiva das comunidades locais e assegurar que os cidadãos não vejam os seus direitos limitados sem uma fundamentação sólida, transparente e verdadeiramente proporcional ao interesse público. A verdadeira sustentabilidade não se mede apenas pela produção de energia renovável. Mede-se pela capacidade de conciliar três objetivos inseparáveis: reduzir as emissões de carbono, proteger a natureza e respeitar as pessoas e os seus territórios. Se um destes pilares for sacrificado, estaremos apenas a substituir	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120087	Discordância	A transição energética tem de proteger e promover uma transição territorial de qualidade. A Reserva Agrícola Nacional e a Estrutura Ecológica Nacional, Regional e Municipal, os corredores ecológicos, os solos hidromórficos e e linhas de água, devem ser mantidos e protegidos. As atuais normas de ocupação os espaços verdes e azuis urbanos, do património paisagístico municipal e dos espaços florestais, devem ser claras e respeitadas. A necessidade de acelerar a transição energética não pode sobrepor-se ao respeito pela estrutura ecológica em cada território. O Modelo de decisão deve ser participativo, ouvidos os habitantes sem interesse direto na zona a ocupar e responsáveis municipais. O Modelo de desenvolvimento de referência deve ser o ecossocial, alicerçado em territórios sustentáveis e comunidades resilientes. Assim não se entende a agressão de territórios, paisagens e comunidades em favor da implementação de infra-estruturas de produção de energia que ferem esses domínios e alteram as dinâmicas ecológicas locais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120085	Reclamação	A transição energética tem de contribuir para modelos de desenvolvimento equilibrados e resilientes nos territórios e nas comunidades, com opções que respeitem integralmente as comunidades locais e a ecologia. Os membros do governo estão a querer delapidar o património natural de Portugal e roubar o que é de todos, para entregar a ricos que se estão a borrifar para a natureza e as populações que vivem de forma saudável nessas regiões. Portugal não é os estados unidos onde um pedófilo cor de laranja rouba o povo todos ods dias e entrega o saque aos amigos mafiosos. Em Portugal não podemos tolerar estes roubos. Porque razão não colocam os paineis solares junto às estradas e auto-estradas? No topo de edifícios? Em zonas já com infraestruturas? Porque razão os politicos/ladrões/criminosos querem fazer querer que em prol de enrgia + limpa se tem que devastar extamente aquilo que se tem que defender? A NATUREZA e o PATRIMÓNIO NATURAL de Portugal? Não a esta tentativa de ROUBO/URSUPACÃO do patrimonio natural de Portugal	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120084	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a),Apresento a minha objeção à proposta de PSZAER na sua forma atual, por considerar que não oferece garantias suficientes de proteção do território, da paisagem e das comunidades locais.Estou particularmente preocupado com a falta de clareza relativamente aos impactos ambientais, sociais e económicos que poderão resultar da implementação das medidas previstas. Considero que as populações locais devem ter uma participação mais efetiva e transparente nos processos de decisão que afetam diretamente os locais onde vivem, trabalham e usufruem do património natural.Entendo ainda que o plano deveria incluir salvaguardas mais robustas para proteger os valores naturais, culturais e paisagísticos do território, bem como mecanismos claros de monitorização e responsabilização.Na sua forma atual, o PSZAER não me parece garantir adequadamente a proteção dos interesses das comunidades locais nem assegurar um processo de participação democrática suficientemente forte e inclusivo.Por estas razões, solicito que a proposta seja revista antes da sua aprovação final.Com os melhores cumprimentos,[Nome] Se a sua preocupação estiver especificamente relacionada com a zona de São Martinho do Porto, Nazaré, Alcobaça ou outra área que conhece bem em Portugal, posso ajudá-lo a redigir uma versão mais forte e personalizada, incluindo preocupações com paisagem, turismo, biodiversidade, património, qualidade de vida ou impacto económico local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120083	Discordância	Se só são necessários menos de 1% não concordo que se realizem 7%.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120082	Discordância	Vão aumentar as temperaturas estragar as paisagens sem qualquer benefício para os moradores.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120081	Discordância	Num país como o nosso, em que temos o privilégio e a sorte de termos o mar ao nosso lado, há que tirar partido dele para fontes de energia e água potável! Temos sim, que aproveitar as águas pluviais, fazer barragens nossas!! Guardar água. Portugal já tem sofrido perda de território verde em grande escala, movido pelos interesses, com os fogos de todos estes anos, tem perdido áreas colossais para painéis solares, que muitos deles são colocados em zonas de sobreiros, brutalmente arrancados! Um crime!! Para depois la colocarem painéis solares que se vai a ver foram la postos com fundos europeus e nem estão a funcionar!!! Este não é o caminho, concerteza.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120080	Discordância	Considero que não é a melhor forma de potencializar as zonas rurais, havendo outras alternativas bastante mais vantajosas para quem nelas habita e para o país em geral. Considero que a forma mais eficaz para a descarbonizacao passa pela mudança de hábitos que é preciso trabalhar, nomeadamente todos aprendermos a consumir menos (um longo caminho há a fazer neste campo), otimizar serviço de transportes, plantar mais árvores em vez de as destruirmos cada vez mais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120079	Discordância	Não concordo com a implantação de paineis solares em áreas rurais ou florestais, precisamos de mais floresta e cuidar dos ecossistemas!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120077	Discordância	A implementação de energias renováveis não pode dispensar o estudo de impacto ambiental. "Manifesto a minha discordância relativamente ao programa setorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis"	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120076	Discordância	O PSZAER é um programa não transparente que ameaça transformar áreas extensas do território sem a devida informação cartográfica para análise dos cidadãos. Apresenta vários aspetos preocupantes: - não prioriza os territórios artificializados nem opções próximas dos centros de maior consumo para a instalação de soluções de energias renováveis - promove a alteração de áreas excessivamente extensas e construção de mega projetos sem fundamentar as necessidades de potência instalada que o país precisa para atingir as metas de descarbonização - a expansão energética não garante automaticamente a capacidade de armazenamento de energia nem a segurança do sistema elétrico - promove práticas de desflorestação, ocupação de terrenos aráveis e/ou com potencial de restauro ecológico e a perda de habitats essenciais para a biodiversidade que está em crise - as alterações na paisagem são significativas para perturbar o bem estar das populações e qualidade de vida - não são incluídos impactes na saúde pública - impede a participação pública em relação a projetos de grandes dimensões - a conversão de 7% do território continental para uso do solo industrial para fins de produção de eletricidade não apresenta no programa nenhuma estimativa de garantias de custos de eletricidade mais baixos para os consumidores	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120075	Discordância	Infelizmente tenho vindo a assistir a vários projetos que se querem feitos à pressa por interesse publico e se dizem dentro das normas ambientais e tendo em conta a proteção da biodiversidade e da paisagem e no final a resultado é catastrófico e por isto não concordo com um projeto que pretende através de uma unica entidade decidir onde se pode ou não contruir o quer que seja porque já foi avaliado. Agarrados à necessidade de transição energetica e de como isso é benefico para a natureza destroem-se quilometros e quilometros de habitats. Gostaria de saber o que é para vocês um "habitat de menor valor" proque para mim, se vive lá alguma coisa, já tem valor, o ser humano ocupa espaço suficiente e tem muitos telhados de empresas e particulares onde se podem contruir este tipo de insfrastruturas. Qual é o impedimento? Terem que dar algum valor, nem que seja em energia, aos proprietários? Querem o lucro todo? É precisa uma transição energetica sim mas não a qualquer custo, muito menos de biodiversidade que em nada vai benificiar do projeto. Dizem que vão ter em conta a reestruturação e proteção de habitats, se for como tenho assistido até aqui são mais uns milhares de euros que recebem para que depois nada em concreto e de realmente relevante seja feito. Portugal tem uma paisagem unica e diversa, é lindo percorrer as estradas e percursos pedestres deste pais, mas já começa a entristecer ver os quilometros de painéis que ali vão nascendo do nada. Obrigada pelas boas intenções mas assim não posso concordar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120073	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a importância da transição energética e da expansão das energias renováveis, considero que a definição das zonas propostas deve assegurar uma maior proteção dos valores ambientais, paisagísticos, agrícolas e do património natural e cultural. Entendo ainda que é essencial garantir uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos, uma participação efetiva das comunidades locais e critérios mais exigentes para a localização destes projetos, de forma a evitar conflitos com outros usos do território e a salvaguardar a qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120072	Discordância	Exmos senhores, Venho pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o PSZAER, tal como se encontra apresentado, considero que o mesmo é lesivo para o nosso território/ património natural. Projecto este que deveria recair sobre zonas já artificializadas, construídas ou degradadas, mas que faz ocupação de solo virgem na sua maioria. Outra questão que não faz sentido é a extensão da área, sendo 68% em área de floresta, que deviamos preservar a bem da nossa sobrevivência neste planeta - de que nos serve a energia se o ar que respiramos não tem qualidade? Considero fundamental que as áreas de implementação das energias renováveis incidam nas coberturas de edificios, infraestruturas de transporte, parques de estacionamento, antigas minas, zonas industriais e logísticas, antigos aterros e outras superfícies já impermeabilizadas e sem valor agrícola, florestal ou de conservação. Com os melhores cumprimentos Rute Duarte	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120071	Discordância	Sou contra. Temos de estudar outras soluções que não impliquem destruir a nossa biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120070	Discordância	"Pela recuperação da floresta após os temporais" Os temporais que atingiram o concelho da Marinha Grande provocaram uma perda sem precedentes de cobertura florestal. Milhares de árvores desapareceram em poucas horas. Essa perda não representa apenas uma alteração da paisagem. Representa igualmente uma redução significativa da capacidade natural de captura de carbono, de proteção dos solos, de regulação da temperatura e de conservação da biodiversidade. A floresta constitui uma infraestrutura natural indispensável ao combate às alterações climáticas. Quanto menos árvores existirem, menor será a capacidade do território para enfrentar fenómenos extremos. Neste contexto, considera-se contraditório que uma política destinada a combater as alterações climáticas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120069	Discordância	Existem alternativas para colocação de painéis solares que não sacrifiquem o meio ambiente, telhados, por exemplo.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120068	Discordância	Existe muitas outras alternativas que não se deram ao trabalho de propor em vez de estar a destruir a natureza com projectos gananciosos que apenas serve empresas privadas e não o povo .. podem ser instalados painéis solares ao longo das auto-estradas, nas coberturas de pavilhões industriais , caminhos de ferro , torres solares como a de Espanha , tudo isto já existe noutros países sem destruir significativamente a natureza. É só pensar um pouco, pois a próxima geração não vai viver só de energia , tem que existir terrenos agrícolas para plantar os alimentos que estão a ser destruídos pelos painéis .	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120067	Discordância	Ninguém pediu, o território precisa de uso produtivo das terras e se perguntarem abertamente à população será recusado. Tenham vergonha e olhem à volta. Já chega de soluções distopicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120066	Discordância	Os terrenos rurais devem ser mantidos para uso e regeneração das zonas rurais, deveriam ser potenciados outros mecanismos para a revitalização destas áreas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120065	Discordância	Deve se avaliar cada caso devido ao possível impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120064	Discordância	1. Impacto Ambiental e Paisagístico Os projetos de centrais solares de grande escala em Portugal representam uma ameaça significativa aos ecossistemas locais e à paisagem, sem que tenham sido devidamente avaliados os seus efeitos a longo prazo: - Destruição de habitats naturais: A instalação de painéis solares em grandes áreas implica o derrube de vegetação, a impermeabilização de solos e a fragmentação de ecossistemas, afetando a biodiversidade local, incluindo espécies protegidas. - Alteração irreversível da paisagem: A implementação de megacentrais solares em zonas rurais modifica radicalmente a identidade visual da região, com impactos negativos no turismo, na agricultura e na qualidade de vida das populações. - Falta de avaliação rigorosa: Não há evidência de que tenham sido realizados estudos de impacto ambiental exaustivos e independentes, que garantam a proteção dos recursos naturais e a mitigação dos danos. 2. Ausência de Benefícios para as Populações Locais Apesar de serem apresentados como projetos de transição energética, os benefícios para as comunidades circundantes são nulos ou residuais: - Sem redução das faturas de energia: A energia produzida nestas centrais é vendida no mercado grossista, sem que os consumidores locais beneficiem de preços mais baixos. Os portugueses continuam a pagar taxas e impostos elevados, sem verem refletida a descida dos custos de produção renovável. - Falta de compensação justa: Não estão previstos mecanismos de repartição de benefícios com as populações afetadas, como participação nos lucros, emprego local ou investimento em infraestruturas comunitárias. - Expropriação de terras agrícolas: A ocupação de terrenos férteis para a instalação de painéis solares pode comprometer a atividade agrícola, sem que haja uma estratégia clara para compensar os agricultores ou garantir a segurança alimentar regional	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120063	Discordância	Discordo da maneira como este plano pretende ocupar o território, ja planos anteriores permitiram destruir ecossistemas naturais com a plantação de monoculturas de eucaliptos e agora este plano prevê implantar energias chamadas renováveis e verdes que acabam por destruir ainda mais os nossos ecossitemos, paisagens e recursos naturais. ha outras maneiras de tirar partido das energias renováveis sem ter de afetar o nosso ecosistema.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120062	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de XXX, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ● Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120061	Discordância	Estamos a dar cabo do território há outras formas e outros espaços. Usem os edifícios. Ais transportes públicos e gratuitos. A implementação de painéis solares destrói a fauna e flora nos territórios onde são instalados. Por outro lado contribuem para o aquecimento global. Não é indicado, o que vão fazer aos painéis quando terminar a sua utilização, nem onde serão desmantelados. Nada se refere relativamente há contribuição da indústria nacional para o fabrico dos painéis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120060	Discordância	Não há um estudo económico financeiro dos benefícios da implantação dos painéis. Não é indicada a potência energética obtida pela implantação dos painéis solares. Não é indicada a contribuição da implantação dos painéis solares para o emprego fixo e de longa duração na região. Não são indicadas as acessibilidades rodoviárias a serem usadas na construção e posteriormente durante a sua utilização. Não são indicados os planos de manutenção dos painéis solares bem como a sua rotação no tempo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120059	Discordância	Não se pode implementar um programa de energia renovável às custas da biodiversidade, sem estudos de impacto ambiental, sem participação das comunidades afetadas. Além disso, é necessário que a população saiba para quem vai a energia produzida nestes parques que irão afetar suas vidas. Para a cidade delas? A energia vai ficar mais barata? Ou isso é para data centers? Exijo que os trâmites de alocação, utilização e transmissão sejam transparentes e que sua sua informação seja clara, que seja feito estudo de impacto ambiental caso a caso e consulta popular em todas as fases, onde o parque solar será construído, como e para quem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120058	Discordância	Não estou de acordo com a implementação de mega centrais fotovoltaicas. Ou eólicas. Não estou de acordo com este plano /leis do governo. Sou contra vender a nossa natureza aos estrangeiros que matam árvores, vegetação e paisagens á conta do lucro da energia do "nosso" sol. Esta lei é contra o povo português. Será uma desgraça para as populações por aumentar o calor nas zonas de desflorestação. É uma DES GRAÇA A LEI DESTA MINISTRA	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
120057	Discordância	As energias renováveis são essenciais para a independência energética do país para protecção de factores externos e no combate às alterações climáticas. Mas em nenhum momento a instalação de meios de produção de energia renovável pode significar isentar esses processos de todos os passos de analise de impacto ambiental. Os efeitos dessas instalações em detrimento da nossa fauna e flora tem um impacto muito mais negativo do que as vantagens que trazem. Devem isso sim, haver instalação de capacidade produtiva em zonas urbanizadas, sendo aproveitadas áreas que já tenham construção para implantados esses meios. Parques de estacionamento, edifícios urbanos e empresarias assim como autoestradas e caminhos de ferro (algo já feito noutros países) devem ser preferidos em detrimento de zonas com um valor inestimável em termos de biodiversidade. Desta forma temos as fontes de produção muito mais próximas de zonas de consumo e aproveitamos áreas em que já existe um impacto humano significativo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120056	Discordância	Estão a destruir o território. Isto é um atentado contra o património artístico, histórico, cultural e sobretudo ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120055	Discordância	Ainda para mais numa altura em que se pretende valorizar Évora como capital cultural. Sou absolutamente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120054	Discordância	O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada, e onde poderão ser licenciados sem Avaliação de Impacte Ambiental. Isto poderá ter graves consequências no meio ambiente e social. Projectos aprovados e licenciados de forma acelerada e sem uma Avaliação digna condenarão um futuro sustentável, duradouro e harmonioso. O meio ambiente necessita de salvação e preservação, não de mais destruição causada pelo Homem. Também o futuro dos nossos filhos está evidentemente em causa. Nós fazemos parte da Natureza.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120053	Discordância	A instalação de grandes parques fotovoltaicos e eólicos implicam uma forte desflorestação e destruição de habitats naturais, especialmente no interior do país. A desflorestação destrói habitats de espécies animais e vegetais, algumas das quais podem estar protegidas ou ameaçadas. Para além disso, é uma contradição ambiental. Embora as energias renováveis tenham como objetivo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a destruição de florestas elimina importantes sumidouros de carbono. Grandes áreas ocupadas por painéis solares ou aerogeradores alteram profundamente a paisagem natural e rural. Para além disso, propicia a erosão e degradação dos solos porque a remoção da vegetação aumenta o risco de erosão, deslizamentos e perda de fertilidade dos solos. A impermeabilização parcial dos terrenos pode alterar o ciclo da água. Este projeto vai criar impacto nas comunidades locais, pois cria conflitos com atividades como agricultura, pastorícia, silvicultura ou turismo de natureza. Para além disso, existem alternativas. Os painéis solares deveriam ser prioritariamente instalados em telhados de edifícios, parques industriais, zonas degradadas, evitando a ocupação de áreas naturais. Podia incentivar-se a instalação de painéis em telhados de habitações, edifícios públicos, escolas, fábricas, parques de estacionamento e centros comerciais, reduzindo a necessidade de ocupar solos naturais ou agrícolas. Para a criação desses parques, são necessárias estradas de acesso, linhas elétricas, subestações e plataformas de montagem, aumentando a área efetivamente afetada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120052	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Aljezur, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120051	Discordância	Este plano é uma tentativa falhada de energia limpa, quando na verdade hipoteca o nosso património verde. Não posso concordar com este passo, quando põe em causa o nosso futuro	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120050	Discordância	Muito sinceramente, esses mega parques solares deviam de ser revistos e desmantelados! Tem a noção do aumento de temperatura que os mesmos geram em toda a área envolvente? Basta ver o atentado ambiental que fizeram na torre bela! A muitos km de distância consegue-se ver o calor absurdo a sair da zona do parque solar, para além de ser completamente inestético, toda a zona envolvente fica muito mais quente, a paisagem fica irremediavelmente alterada com uma manto negro, para uma produção relativamente baixa!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120049	Discordância	Esta política vai contra todas as normas nacionais e internacionais de proteção da Natureza, cada vez mais necessária neste quadro de alterações climáticas que já estamos a viver. A produção de energia renovável é positiva e essencial mas tem de ser feita de forma controlada, ponderada, beneficiando realmente a população e sem prejudicar o país e a sua biodiversidade. O estudo de impacto ambiental é essencial para avaliar os efeitos de um projeto pelo que deve existir sempre! Não é um "impedimento" para os projetos megalómanos de alguns. É o que nos protege a todos, seres que vivem neste planeta. Não é possível que alguém concorde com isto exceto uns poucos que vão ganhar dinheiro. Todos os outros perdem. A própria APA e o ICNF se opõem. Por favor, parem de nos dar motivos para termos de vir aqui perder tempo a expor o óbvio!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120047	Discordância	Quero deixar a minha declaração em como acho condenável que queiram implementar energias renováveis de uma forma completamente corrupta, que se faz passar por energias verdes e na verdade não passa de uma exploração do território natural sem pensar nas reais consequências que isso trará para a nossa terra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120046	Discordância	Cumprir o quer que seja devia ser em benefício dos portugueses.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120045	Discordância	A transição energética, para ser bem-sucedida e duradoura, tem de constituir igualmente uma transição territorial de qualidade. Deve ser integralmente assegurada a salvaguarda da Reserva Agrícola Nacional, da Estrutura Ecológica Nacional, Regional e Municipal, dos corredores ecológicos, das turfeiras, dos solos hidromórficos, das cabeceiras das linhas de água, das áreas de máxima infiltração, da totalidade do Domínio Público Hídrico, dos espaços verdes e azuis urbanos, do património paisagístico municipal e dos espaços florestais. As normas que regulam a ocupação e proteção destes valores territoriais não podem ser desvalorizadas nem flexibilizadas em função da urgência da transição energética. A necessidade de acelerar a transição energética não pode prevalecer sobre a compreensão, valorização e proteção da paisagem, da estrutura ecológica e do modelo territorial que melhor assegura um desenvolvimento equilibrado, sustentável e resiliente para o território e para as suas comunidades. É igualmente fundamental preservar a capacidade de decisão dos municípios e reconhecer a paisagem como uma infraestrutura estratégica para a transição climática. A questão central não deve ser onde é possível instalar infraestruturas de produção de energia, mas antes de que forma essas infraestruturas podem contribuir para modelos de desenvolvimento territorial mais equilibrados, resilientes e geradores de valor ambiental, social e económico.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120044	Discordância	Existem soluções que respeitam melhor o planeta e os seres humanos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120043	Discordância	Als Einwohner von Beira Baixa möchte ich meine Ablehnung gegen die Aufnahme von Serra da Gardunha in die Zonen für große Solar- und Windkraftwerke im Rahmen des PSZAER äußern. Diese Region ist ein landwirtschaftlicher und forstwirtschaftlicher Reichtum, der für den Lebensunterhalt vieler Familien und für die Biodiversität unerlässlich ist. Eine intensive Nutzung von Land für erneuerbare Energien würde die Zukunft der lokalen Landwirtschaft gefährden und zudem verheerende Auswirkungen auf die Populationen gefährdeter Arten wie dem iberischen Luchs und dem Schwarzgeier haben. Darüber hinaus wirft das Fehlen einer rigorosen Umweltverträglichkeitsprüfung ernsthafte Bedenken hinsichtlich der langfristigen Folgen für das Ökosystem auf. Ich fordere daher den Ausschluss von Serra da Gardunha und Beira Baixa aus diesem Plan, um unser natürliches und kulturelles Erbe zu bewahren.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120042	Discordância	Estou em desacordo, a APA e o ICNF devem ter o poder de aprovar ou desaprovar estas zonas., assim como os municípios. Estou em desacordo com a excessiva extensão das zonas. Estou em desacordo com o licenciamento a empresas estrangeiras. . Destruir aquilo que supostamente é o que ser quer defender, é a síntese do corolário duma aprovação do PSZAER. Considerando-me um ambientalista, que profissionalmente trabalha com agricultura regenerativa, regeneração ecológica e design em permacultura, na qual as energias renováveis são um factor de importância, tenho para mim o PSZAER como um atentado ao território e ás populações, em virtude do benefício de interesses económicos disfarçado de preocupação ambiental. O território desertificado necessita de mais população, não de facilitar o extrativismo que a afasta ainda mais para os núcleos populacionais já sobrelotados. Necessita de população formada e capaz de uma gestão eficaz e inteligente do território, valorizando e melhorando a prespectiva de vida das gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120041	Discordância	Todo o ambientalista compreende a importância das energias renováveis, mas a transição não pode vir a qual preço, preço esse muito superior ao benefício. A tecnologia existe para implementar soluções que não tenham tanto impacto negativo. O simplificar que vem com o PSZAER só vem exponenciar o que já existe: permitir que grandes interesses económicos na maioria das vezes de capital estrangeiro violem a integridade das populações que ainda resistem e insistem em permanecer no interior, apenas em nome do lucro e decididamente não em nome do ambiente. Pessoalmente, eu que à vários anos decidi com a minha família sair do litoral norte para o interior alentejano por identificar a desertificação humana e incapacidade de assim defender e trabalhar de forma inteligente o território, é com muita tristeza que vejo uma proposta destas. Fico desolado e não compreendo. Discordar é pouco.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
120040	Discordância	Não podemos destruir a natureza à custa das energias renováveis. Existem alternativas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120039	Discordância	Discordo totalmente! Facilitará a industrialização de áreas rurais e irá reduzir as zonas de paisagem natural e não irá proteger a populações locais!	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
120038	Reclamação	Toda esta transição energética é uma grande mentira e está a destruir belas reservas naturais. As turbinas eólicas derramam milhares de litros de petróleo na natureza, e os painéis solares emitem metais tóxicos que afetam diretamente a flora e a fauna.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
120037	Discordância	Não ao programa. Há que preservar o ambiente e as populações.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120036	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã preocupada com o futuro do nosso território, da nossa biodiversidade e das próximas gerações, venho apresentar a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Acredito que Portugal deve continuar a investir nas energias renováveis e acelerar a transição energética. No entanto, essa transição não deve acontecer à custa dos ecossistemas que ainda conseguimos preservar. Combater as alterações climáticas e proteger a natureza não são objetivos incompatíveis, devem caminhar lado a lado. É por isso que não concordo com o PSZAER na sua forma atual e considero essencial que sejam introduzidas as seguintes alterações: 1. Manter a Avaliação de Impacto Ambiental obrigatória A dispensa de avaliações caso a caso dentro das zonas de aceleração representa um risco demasiado elevado. Cada projeto deve continuar a ser avaliado individualmente para garantir que os impactos na biodiversidade e nos ecossistemas são devidamente analisados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120035	Discordância	Discordo completamente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120034	Discordância	Apoio a transição energética, mas não posso apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não pode ser feita â custa da natureza que ainda estamos a recuperar. A proposta actual não impede a concetração excessiva de projectos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120033	Discordância	A lógica descentralizada, em telhados e coberturas de estacionamento, neste caso exercendo uma dupla função, poderá acabar sendo uma alternativa que promove menor impacto, principalmente num país com as dimensões geográficas de Portugal. As centrais fotovoltaicas de grande dimensão à volta de Évora vão destruir o nosso meio ambiente, destruir a biodiversidade e levar à elevação da temperatura durante o verão. Um claro NÃO!	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
120031	Discordância	Não concordo com a medida	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120030	Discordância	O PSZAER, na sua forma atual, não oferece garantias suficientes de proteção de território, das comunidades locais e da participação democrática. Assenta num pressuposto de boa fé e de isenção de interesses económicos ou outros, que posteriormente não podem ser verificados de forma imparcial.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120029	Discordância	Não concordo com a coloração de painéis solares em qualquer terreno natural.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120028	Discordância	Nao concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120027	Discordância	Discordo do PSZAER Este programa vai permitir que companhias de todo o mundo explorem uma área significativa do território, sem que as população locais tenham qualquer direito a decidir ou a usufruir dos seus próprios recursos	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120026	Discordância	A transição energética, para ser duradoura e bem-sucedida, tem de ser também uma transição territorial de qualidade. Deverá ser mantida em pleno a salvaguarda expressa da Reserva Agrícola Nacional e da Estrutura Ecológica Nacional, Regional e Municipal, dos corredores ecológicos, das turfeiras, dos solos hidromórficos, das cabeceiras de linhas de água, das áreas de máxima infiltração, da totalidade do Domínio Público Hídrico, dos espaços verdes e azuis urbanos, do património paisagístico municipal e dos espaços florestais, cujas normas de ocupação não podem ser desvalorizadas. A necessidade de acelerar a transição energética não pode sobrepor-se à compreensão e proteção da paisagem, da estrutura ecológica e do modelo territorial que se quer e que apresenta o modelo mais equilibrado e sustentável do território e suas comunidades. Importa prevenir o enfraquecimento da capacidade de decisão dos municípios e entender a paisagem como infra-estrutura estratégica da transição climática. A pergunta não pode ser onde se podem colocar infra-estruturas de transição energética mas sim como pode a transição energética (e suas infra-estruturas) contribuir para modelos de desenvolvimento mais equilibrados e resilientes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120025	Discordância	Num país onde a mancha florestal tem vindo a ser destruída e não reposta, é.inconcebível pensar num programa como este de zonas de destruição absoluta da natureza, natureza essa que é o pilar da vida humana e que sem ela a humanidade não sobrevive. Pensemos efetivamente, analisemos com discernimento e com sabedoria.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120024	Discordância	Discordo completamente da política de abate de árvores para instalação de painéis solares. Também sou contra a instalação desses mesmos painéis em zonas que, mesmo não tendo árvores de grande porte, sao zonas de reserva agrícola ou ecológica nacional.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
120022	Discordância	Não sou a favor.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
120021	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais. em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruida, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrificio.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
120020	Discordância	Discordo, pois resta muito pouco da natureza após todos os incêndios florestais causados pela monocultura. É questionável se todos os parques eólicos e painéis solares são, em última análise, benéficos para a natureza.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120019	Discordância	Venho manifestar a minha discordância em relação ao Novo Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, por considerar que a proposta, tal como apresentada, não assegura um equilíbrio adequado entre a necessária transição energética e a proteção dos valores ambientais, paisagísticos, sociais e económicos dos territórios abrangidos. Embora reconheça a importância de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis e de cumprir os objetivos nacionais e europeus de descarbonização, este processo não deve ocorrer à custa da degradação dos ecossistemas, da perda de biodiversidade, da descaracterização da paisagem ou da diminuição da qualidade de vida das populações locais. A criação de zonas de aceleração poderá conduzir a uma simplificação excessiva dos processos de licenciamento e avaliação ambiental, reduzindo a análise rigorosa dos impactos cumulativos que diversos projetos poderão provocar sobre o território. Cada projeto deve continuar a ser avaliado de forma criteriosa, considerando as especificidades ambientais, patrimoniais e socioeconómicas da área onde se pretende implantar. Importa igualmente garantir uma verdadeira participação pública, assegurando que cidadãos, autarquias, associações e demais entidades interessadas disponham de informação clara, tempo suficiente e meios efetivos para contribuir para as decisões que afetam diretamente os seus territórios. É também essencial privilegiar a instalação de infraestruturas de energias renováveis em áreas já artificializadas, degradadas ou industriais, bem como promover soluções de autoconsumo e produção distribuída, reduzindo a pressão sobre solos agrícolas, florestais e áreas de elevado valor ecológico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
120018	Reclamação	Tem que: 1) substituir a revisão fixa de 3 em 3 anos por um mecanismo dinâmico que sinalize alterações relevantes (novos registos de espécies protegidas, mudanças de uso do solo) assim que ocorram. 2) Exigir saturação demonstrada do potencial em telhados, zonas industriais e áreas degradadas numa região antes de ativar novas ZAER em solo rústico dessa região — reduzindo a ocupação líquida de novo território, o principal fator de impacto ecológico e paisagístico da proposta. 3) Transformar a linguagem aspiracional de restauro ecológico numa obrigação mensurável (hectares restaurados por hectare ocupado), com verificação por terceiros.; 4) Exigir verificação por entidade independente (não apenas relatórios do promotor), com regime contraordenacional claro e resultados publicados em tempo útil, não apenas em relatórios periódicos agregados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120017	Discordância	Discordância! Não sou de acordo com mais destruição do nosso planeta , para colocarem mais "energias renováveis "...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120016	Discordância	Discordo. O propósito deste programa não tem em conta o aproveitamento das áreas impermeáveis já existentes, mas sim sobre a possibilidade de criação de novas bolsas de construção para a geração de energia. Ir pelo caminho fácil não é ornamento do território, é pura exploração de recursos .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120015	Discordância	As energias renováveis, ainda que necessárias estão a matar a fauna e aflora tão necessárias para o nosso planeta. Sugiro um programa que faça aproveitamento dos telhados em cidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
120014	Discordância	Deve ficar bem claro qual a quantidade e localização das áreas afetadas, bem como um relatório de impacto ambiental para cada território definido, sem que se exceda a percentagem prevista de território que albergará os projetos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120013	Discordância	Sou contra este Programa porque já está mais do que provado que a floresta e a natureza são fundamentais para a saúde do planeta e saúde humana. A destruição de espaços verdes e a instalação seja de painéis solares ou outros causa problemas de saúde diretamente às populações que vivem ao redor mas também ao mundo em que vivemos, sem mencionar que não recebem nem nos portugueses nenhum benefício por instalar essas estações fotovoltaicas ou eólicas por estarmos a destruir a nossa natureza. Os benefícios são apenas para as grandes empresas, portanto, não sou a favor deste programa. Chega de destruir a nossa floresta, os habitats de milhões de seres vivos e o local de produção de oxigénio fundamental à nossa existência.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120012	Discordância	A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. A transição energética não pode ser feita CONTRA a biodiversidade, contra a gestão integrada do território, contra as populações que nele habitam, contra a protecção dos solos, das linhas de água e das zonas ecológicas sensíveis. Não pode ser feita na lógica de puro extrativismo, tem de ter uma visão a médio e longo prazo, de desenvolvimento harmonioso e equilibrado do sistema como um todo. Peço: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120011	Discordância	7% do território é demasiado e uma ingerência total	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120010	Discordância	Discordo completamente não faz sentido a ocupação do território desta maneira.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120009	Discordância	NÃO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120008	Discordância	Não posso aceitar que o nosso país seja retalhado e entregue a preços de saldos a grandes grupos de interesses. A descarbonização não pode ser feita à custa do património natural. Nós precisamos de mais árvores, não de as cortarmos para pormos painéis foltovoltaicos. Dêem incentivos fiscais para usarmos telhados, parques de estacionamento, zonas já impermeabilizadas enfim, para os painéis, eólicas, etc.. Plantemos árvores nas zonas urbanas e aumentemos a biodiversidade nas zonas rurais para baixarmos a temperatura e precisarmos menos de ar condicionado, em vez de reduzirmos o coberto vegetal para instalarmos painéis que vão alimentar os ares condicionados. Se parece absurdo, é porque é e chama-se greenwashing.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
120007	Discordância	1. Distância mínima às populações: é imperativo que a implantação de parques eólicos e solares respeite uma distância mínima de segurança de, pelo menos, 1,5 a 2 km relativamente a aglomerados populacionais e núcleos urbanos, tendo em conta os potenciais impactes associados ao ruído, ao efeito estroboscópico, à poluição visual e à eventual desvalorização dos imóveis. 2. Salvaguarda ambiental e patrimonial: A protecção da Natureza e do património deve constituir uma prioridade. Assim, manifesto a minha oposição à instalação destas infra-estruturas em áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), da Reserva Agrícola Nacional (RAN), da Rede Natura 2000, bem como em zonas de elevado valor ecológico, de biodiversidade ou de reconhecido interesse histórico-cultural. 3. Avaliação Ambiental Estratégica: Considero preocupante a inexistência de uma Avaliação Ambiental Estratégica suficientemente aprofundada, bem como a falta de clareza das peças cartográficas disponibilizadas. É interesse público geral, que seja realizada uma Avaliação Ambiental Estratégica rigorosa, transparente e detalhada antes de qualquer aprovação final. 4. Impacto na saúde pública: Atendendo a que os potenciais impactes na saúde pública não foram devidamente avaliados, uma vez que não foram apresentados estudos específicos sobre os efeitos da proximidade destas infra-estruturas nas populações residentes nas áreas abrangidas pelas Zonas de Aceleração, não estando, por isso, demonstrada a sua inocuidade para a saúde das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120005	Discordância	Não estou de acordo com a implementação dos painéis solares em campos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120004	Discordância	Acho que a política de prescindir de uma análise de impacto ambiental cuidado e de apostar nas mega centrais errado. As zonas de zaer definidos agora são sem critério de ordenamento de critério	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
120003	Reclamação	Como jovem e uma pessoa ligada à tecnologia e sustentabilidade acredito plenamente na urgência de aumentar a nossa capacidade de produção e retenção/armazenamento de energias renováveis. No entanto, nada pode ser realizado sem uma coerente e extensiva análise de impacto ambiental. Não se resolve um problema provocando outro. Precisamos de conservar os nossos espaços verdes e a nossa paisagem, também isto é preservar a nossa cultura. Em vez de destruir os nossos reservatórios naturais de dióxido de carbono (florestas), temos de pensar em utilizar as nossas cidades, edifícios, estacionamentos, locais em que possa ser benéfico ter sombras criadas por painéis (ajudando a arrefecer a cidade). A transição energética é indispensável, mas não pode ser feita à custa da Natureza.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
120002	Discordância	Não faz sentido destruir habitats, ocupar solos agrícolas férteis, fragmentar ecossistemas e comprometer a biodiversidade para produzir energia dita "verde". Se o processo não respeitar os limites ecológicos e as comunidades locais, estaremos apenas a substituir um problema por outro. Portugal tem um enorme potencial para aumentar a produção de energia renovável através da instalação em edifícios, parques industriais, estacionamentos, infraestruturas já artificializadas e outras áreas degradadas, antes de sacrificar espaços naturais e agrícolas. A luta contra as alterações climáticas e a proteção da biodiversidade não são objetivos incompatíveis. Pelo contrário, são duas faces da mesma solução. Precisamos de um planeamento responsável, transparente, participado e baseado na ciência, que coloque a conservação da Natureza e o interesse público no centro das decisões. Por isso, manifesto a minha discordância relativamente a uma proposta que não garante esse equilíbrio. A urgência da transição energética não pode justificar decisões irreversíveis sobre o nosso património natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
120001	Discordância	Passo a citar os tópicos relevantes que constituem carácter obrigatório de consideração para ajuste: Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos. Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. Prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia - e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
120000	Discordância	Isto é um crime. A constituição obriga a que os nossos direitos subjetivos, concretos, existentes como nós existimos e razão da nossa sobrevivência, sejam analisados caso a caso, equilibrados caso a caso. Este movimento retrógrada, obscurantista, anticientífico e ditatorial é contra a constituição e contra as nossas vidas, que são concretas tal como concreto é o impacto que estás decisões têm na nossa vida. Sim a mais e mais rigorosos estudos de impacto ambiental. Sim ao verdadeiro desenvolvimento ao serviço das populações. Não ao Chico espertismo, ao lobby, à venda das nossas vidas, dos nossos corpos, a retalho e a preço de saldo.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119999	Discordância	Chega de destruição!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119998	Discordância	Utilização de uma percentagem muito grande e com pouco recurso em zonas degradadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119997	Discordância	Não é com colocação/plantação de paineis solares no pais inteiro que se torna o pais sustentável. É reflorestando, criando infraestruturas, criando condições de trabalho, dando vida ao pais e permitindo que os portugueses tenham opcoes de vida saudáveis e sustentáveis que se torna um pais abundante e único. Queremos ter um pais limpo, verde com muita água, com as características que todos portugueses e estrangeiros adoram, mantermo-nos fies à nossa nossa!!@	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119995	Discordância	Os projectos não apresentam vantagens. É pura destruição do ecossistema. Em termos energéticos os gastos de produção incorporados superam a produção futura.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119993	Discordância		Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
		Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119992	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119991	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119990	Discordância	A discordância, não é contra a energia renováveis (o fim), mas contra a localização e a dimensão (o meio). O argumento central é que a transição energética deve ocorrer em zonas onde já existe actividade humana (telhados industriais, parques de estacionamento, zonas degradadas) e não à custa do sacrifício dos últimos redutos da paisagem natural e rural de elevado valor ecológico/humano. Portugal podia ser um país pioneiro e destacar-se por seguir valores ecológicos, de conservação, de harmonia entre pessoas e mundo natural, mas está a fazer exactamente o mesmo que tantos outros países. Portugal está a seguir a "manada" capitalista e isso tem um custo muito elevado, que responde ao imediato... mas a factura, essa vem mais tarde. Não nos podemos esquecer que o colapso dos sistemas naturais já chegou e esta não é a forma certa de lidar com o problema. Precisamos de desacelerar e não acelerar. Infelizmente sinto que estas iniciativas de participação são mais uma forma de "pregar no deserto" ou "tapar o sol com a peneira"... vale o que vale. Uma coisa é certa, a classe governante portuguesa precisa urgentemente que os cidadãos se envolvam mais na sociedade. Precisam urgentemente que os cidadãos questionem e ponham em causa as suas decisões . É urgente ser activo...	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119989	Discordância	Não concordo que Portugal seja tapado com paineis solares com o sacrifício de território sem qualquer estudo de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119988	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119987	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Discordo em absoluto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119986	Discordância	Como cidadã portuguesa e simultâneamente europeia, penso que é importante a transição e valorização das energias renováveis. Contudo, não à custa da destruição da biodiversidade, dos nossos solos, das nossas terras e da saúde das nossas gentes! Não é de todo coerente a vontade de implementar projetos de energias renováveis ao mesmo tempo que se destrói território! Todos sabemos, ou pelo menos deviríamos saber, árvores são vida, são oxigénio, algo vital à vida! Quando tiverem destruído tudo por causa de painéis solares, vamos respirar o que? Sou TOTALMENTE CONTRA este tipo de projetos! Deveríamos seguir o exemplo de países, onde se priorizam telhados das casas, parques de estacionamento e etc para instalação de painéis solares, e não o sacrifício da natureza!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119985	Discordância	Exmos.(as) Srs.(as), Venho manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), cuja contestação segue em documento anexo., Atentamente, Sandra Salgado	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119984	Discordância	Descarbonizar à custa da natureza não é solução,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119983	Discordância	É necessário incluir as avaliações de impacto ambiental na escolha das centrais solares e eólicas do pais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119982	Discordância	Não concordo, pois já existe no nosso País, centrais fotovoltaicas suficientes para gerarem lucros mais que suficientes para grandes empresas. Recomendo sim, incentivos fiscais para as pessoas colocarem painéis solares e fotovoltaicos, nas suas habitações, minimizando o impacto ambiental, que se encontra descontrolado, principalmente na zona do Alentejo.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119980	Discordância	Este plano está de facto a desmantelar o controlo de impactos ambientais e sociais de projetos gigantes e vai criar um impacto gigante na vida rural em todo o território português. Eu estou a favor de energias renováveis mas não em escala gigante, onde se perde uma grande parte da energia gerada pelos caminhos. Ao contrário acho que devemos implementar energias renováveis, sobre tudo solar a nível local para abastecer toda a energia precisa no sítio assim tornando mais resilientes energeticamente. Todos os edifícios públicos deveriam ter painéis solares, encima de estradas poderiam ser instalados placas solares , em centros comerciais , tetos privados etc. Não é preciso ocupar tanto território rural, que deve ser protegido para a renaturalização contra a perda de biodiversidade ou para a produção de alimento. As pessoas deveriam viver de uma forma mais sustentável, isso sim seria algo bom para o planeta a Natureza e toda a população em geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119979	Discordância	Quanto mais mexermos com a natureza, desde a exploração mineira, exploraçaõ agricula (plantações, ou culturas intensivas) ou esta questão das eolicas ou paineis, certamente vamos cozinhar a nossa propria sorte. Certamente a natureza vai ripostar com tempestades, furacoes, secas e outros fenómenos que cada vez mais estão a acontecer. Estamos mesmo a cozinhar a extição em massa de tudo e todos.... Se apoiassem o regresso das populações ao interior, e à procura de uma forma de vida mais sustentável, certamente estariamos no melhor caminho.... Estamos tão hipocritas que ja ninguem se entende em nada. A natureza deveria fluir no seu próprio ritmo. Assim tudo foi gerado. Mas o ego não aguenta ficar quieto, submeter-se a uma vontade superior, quermos protagonismo e não temos humildade nem amor pelo chão sagrado que pisamos, que nos alimenta e nós dá abrigo...Acho que se perdeu inclusive esta pequena noção...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119978	Discordância	Completamente em desacordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119977	Discordância	Deviam só ser instalados em locais sem utilidade para a agricultura e pecuária. De preferência nos telhados de edifícios.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Eu vivo neste momento na cidade da Amadora, mas cresci numa zona rural no centro de Portugal e reconheço os impactos ambientais e estruturais que este tipo de projeto terá no território. As comunidades e o ambiente precisam de ser protegidos e não explorados sem preocupação com o seu bem-estar. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão.	Obrigada pela sua participação.
119976	Reclamação	Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119975	Discordância	Não concordo com implantação deste tipo por todo o país. Estragar a natureza não é ecologia	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119974	Discordância	Acho que isto pode aumentar a corrupção em Portugal	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119972	Discordância	Venho manifestar a minha não concordância com a proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelo impacto significativo que a instalação destas infraestruturas terá nas populações dos territórios abrangidos. A concentração de projetos de grande escala nestas zonas afeta diretamente a qualidade de vida das comunidades locais, nomeadamente através do ruído, da alteração da paisagem e da perturbação de atividades económicas tradicionais de que muitas destas populações dependem. A proposta não apresenta uma avaliação suficiente dos impactos cumulativos desta concentração, nem garante uma auscultação efetiva das populações antes da definição final das zonas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119971	Discordância	Assunto: Participação na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética, da redução das emissões de gases com efeito de estufa e do reforço da produção de energia a partir de fontes renováveis. Contudo, estes objetivos não podem ser prosseguidos à custa da degradação do património natural, da descaracterização da paisagem, da fragmentação de habitats, da perda da biodiversidade e do comprometimento da qualidade de vida das populações. É particularmente preocupante que, em alguns concelhos, as áreas propostas para integração nas Zonas de Aceleração representem mais de 50% do território municipal. Uma afetação desta dimensão suscita sérias dúvidas quanto ao rigor dos critérios de delimitação adotados. Quando mais de metade do território de um concelho é classificada como Zona de Aceleração, deixa de ser credível que estejam apenas a ser identificadas áreas de reduzido conflito ambiental. Pelo contrário, tal dimensão indicia uma abordagem excessivamente abrangente, incompatível com os princípios da boa gestão do território, da proporcionalidade, da minimização dos impactos ambientais e da proteção da paisagem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119970	Discordância	Acho que é prejudicial por razões socioeconómicas e ambientais para as populações que ali vivem e para a população em geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119968	Discordância	Discordo totalmente com este programa! É absurdo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119967	Discordância	Precisamos de solos VIVOS, cultivados ou como suporte dos ecossistemas terrestres que sequestram carbono, melhoram a qualidade do ar e regulam a temperatura e humidade local. Empreendimentos que lesam o património natural e cultural autóctone não são aceitáveis, tendo em conta que a maior parte do território já está empobrecida pelas monoculturas de espécies florestais como a do eucalipto e pinheiro bravo. É um contrasenso continuar a destruição da paisagem e dos serviços de ecossistemas em nome do aumento do consumo de energia dita limpa. A menos que se aproveitam solos já degradadas, como os de eucaliptal abandonado, é mais uma agressão ambiental que implica poluição visual e decorrente das acções de instalação e manutenção de materiais exógenos. É urgente a conservação de solos com aptidão para o crescimento de plantas e é urgente o restauro ecológico, conforme recomendacoes das Nações Unidas. Em Portugal o que testemunhamos é uma enorme pressão sobre os solos e a continuação da destruição de ecossistemas, da degradação da saúde ambiental, da paisagem e da biodiversidade, não só não se está a fazer restauro ecológico, como se acelera a desertificação dos territórios visados, no que respeita à flora e fauna, o que é etica e cientificamente inaceitável e ilógico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119962	Discordância	A transição energética não pode ser feita acelaradamente , sem consulta prévia da população e do país . Isso não é transição . E' mais uma imposição autoritária desrespeitando a natureza e as pessoas . Sugiro que se organize um referendo sobre o assunto e com tempo para que os cidadãos portugueses se informem devidamente e que de forma consciente e esclarecida , tenham acesso democrático a participar na decisão da implementação deste programa . Para além disso , Portugal necessita de um programa de reflorestacao para procurar recuperar as florestas e árvores ardidas com os incêndios que desde há muitos verões tem consumido a nossa aérea verde . E sim , são as árvores , arvoredos , florestas de árvores autóctones que nos auxiliarão na transição energética , ajudando a arrefecer a terra que com as alterações climáticas não para de aquecer .	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119961	Discordância	Estão a matar todos os habitats naturais , estão a matar árvores, plantas, animais e vão acabar por nos matar a todos. Bem dita natureza que quando decidir leva pobres e os pobres dos ricos que só tem ganância dentro dos cérebros. Sou contra tudo o que está feito e o que pretendem continuar a fazer	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119960	Discordância	Com tantos edifícios em Portugal sem painéis solares nos seus telhados, parques de estacionamento em que a cobertura pode ser feita por painéis, etc., não faz qualquer sentido destruir a natureza para colocar painéis solares no seu lugar. Os espaços verdes naturais são locais que demoram centenas de anos para se formarem e criarem os seus ecossistemas. Tem de haver respeito pela natureza, pelo seu ritmo e pelo seu equilíbrio, já que nós somos parte dela e dependemos dela! Por favor, não prejudiquem mais a situação ambiental e climática que vivemos. Precisamos de preservar os espaços naturais!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119959	Discordância	Apresento a minha total discordancia uma vez que este projecto visa retirar liberdades e garantias ao cidadão comum para as trasnferir para o estado. A transição energética faz se com valores justos e claros e com democracia.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119957	Discordância	Intolerável destruir património natural, natureza, florestas para colocar algo supostamente em nome da sustentabilidade mas que faz exatamente o contrário. Destrói-se sustentabilidade para colocar painéis. A intenção é desastrosa e empobrece ainda mais a região Um deserto de vidro e ferro . Os milhares de hectares de floresta que querem destruir são capaz de absorver o equivalente a quantas centrais térmicas que fecharam em nome do ambiente?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119956	Discordância	Não devem em caso algum ser utilizados solos agrícolas e florestais para a implantação de painéis fotovoltaicos. Utilizem telhados industriais ou domésticos, coberturas de parques de estacionamento, separadores de autoestradas, etc, etc, mas não terrenos rurais em geral. O ambiente agradece e o nosso futuro também.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119954	Discordância	Não sou contra as energias renováveis. Sou contra a destruição de solos férteis, da biodiversidade e da identidade das nossas paisagens em nome de uma transição que está mais que provada não funciona. Proteger o ambiente não pode significar sacrificar o território. Nem em Évora, nem em lado nenhum, merecemos merece soluções que conciliem "progresso" com respeito pela terra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119953	Reclamação	Temos construção que chegue para implementar energias renováveis. Desertificação não é solução.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119952	Discordância	Vivendo nós numa democracia, manifesto desde já a minha preocupação pela falta de transparência e omissão de informação nesta Consulta Pública. Devia ter sido disponibilizado uma cartografia de qualidade, com uma escala razoável e a identificação dos distritos e concelhos, para que o cidadão saiba o seu verdadeiro impacto real. Por sua vez, mesmo antes de encerrada a Consulta Pública já havia sido publicado o Decreto-Lei n.º 130/2026, de 29 de junho, que altera o enquadramento do Sistema Elétrico Nacional, destinado a acelerar o licenciamento e a concretização de projetos de energias renováveis. Estamos perante uma ameaça direta aos recursos hídricos. O plano prevê a ocupação de 7% do território nacional sem Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). A recente falta de água e furos secos no concelho de Almada é apenas a ponta do iceberg do que acontece devido a políticas de excesso de construção e abate de árvores. As lideranças políticas parecem desconhecer o ciclo básico da água: são as árvores e as plantas que fixam a humidade do ar e a transportam para os lençóis freáticos (subterrâneos) que abastecem as populações. O próprio ICNF alerta para o risco de abate de centenas de milhares de sobreiros e azinheiras. Inerente a este plano está a desertificação do território, pois ao eliminar-se a cobertura vegetal para instalar milhões de painéis solares, expõe-se o solo a uma radiação direta que elimina a humidade da terra. A perda desta humidade vital torna os solos completamente inférteis, acelerando a desertificação. Sem a humidade natural, que as árvores e plantas garantem para regular a temperatura, o território transforma-se num verdadeiro inferno!! O plano ignora os pareceres desfavoráveis e alertas críticos do ICNF, do Património Cultural, I.P., da Direção-Geral de Agricultura e da Associação Nacional de Municípios, entre outros, o que nos deixa desde logo muito apreensivos. Efetivamente, conjugando a leitura dos documentos disponibilizados e dos pareceres das entidades consultadas, registam-se muitas lacunas e fragilidades, nomeadamente de âmbito metodológico, territorial, ambiental, patrimonial e democrático!! Estas ZAER, segundo os documentos expostos, ocupam 440 mil hectares em território nacional, algo que a própria Direção Geral do Território (DGT) considerou muito superior ao necessário para cumprir as metas de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119951	Discordância	São necessários estudos de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119950	Discordância	Não concordo! É uma atrocidade que vai destruir qualquer região o de seja implantado . Vai diminuir na biodiversidade, vai diminuir a capacidade produtiva, vai diminuir a regeneração , vai aumentar a temperatura ambiental média , alteram ciclos produtivos e expor a zona a fenomenos meteorológicos extremos. Não concordo de forma alguma!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119949	Discordância	Há alternativas . Em vez de descaracterizarem a paisagem utilizem fachadas e telhados de estruturas já construidas. Utilizem as auto estradas nos separadores centrais. Utilizem as linhas dos caminhos de ferro.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119948	Discordância	Não concordo com este exagero de painéis solares que estamos a ver “plantados” pelo território porque a nível visual ou paisagístico não é agradável, preocupa-me a fauna aí existente, assim como, a flora! Aproveito para dizer também que esta consulta pública não me parece feita de forma totalmente transparente, uma vez que o acesso não é fácil (eu mesma tive dificuldade em chegar aqui) e o tempo de consulta também não me parece adequado!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119947	Discordância	Usem telhados já existentes para a instalação de painéis solares, nos parques de estacionamento e em inúmeros edifícios e instalações por todo o país, por exemplo. É enorme a ironia nesta situação de abate de florestas e destruição de ecossistemas inteiros para instalar painéis solares. Lamentável. Se um dos propósitos da energia renovável é salvaguardar o futuro do planeta, então para quê destruir a natureza se já existe inúmeras estruturas pelo país que possam reutilizar para a instalação de painéis solares? Não discordo dos projetos de transição para energias renováveis, o grande problema está no planeamento da instalação dos painéis, que implica consequências nefastas para os ecossistemas já existentes e que devem ser preservados. Para quê destruir se já temos infraestruturas que podem ser REUTILIZADAS, RENOVADAS para produzir ENERGIAS RENOVÁVEIS. Usem a vossa cabeça. Usem telhados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119945	Discordância	Oponho-me totalmente a este PSZAER, porque prejudica severamente e de forma permanente a qualidade de vida das pessoas que habitam nas áreas de implantação das infraestruturas eléctricas previstas neste Programa, bem como a natureza e a paisagem única do montado alentejano que caracteriza toda essa área de implantação, adjacente à Zona Classificada como Rede Natura 2000 da Serra de Monfurado e todas as suas áreas contíguas, como sucede com o percurso do Rio Almansor e as ribeiras suas afluentes a sul da cidade de Montemor-o-Novo. Inexiste quanto a este PSZAER a avaliação rigorosa e legalmente exigível dos impactos de perturbações e da fragmentação dos habitats protegidos decorrentes do desenvolvimento das infraestruturas cuja instalação se pretende com este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na área do Município de Montemor-o-Novo. No concelho de Montemor-o-Novo a implantação destas infraestruturas para rede eléctrica, designadamente milhares de painéis solares, colocados em alta concentração e as linhas eléctricas para a sua ligação à subestação eléctrica de Montemor-o-Novo implicariam uma enorme destruição do património paisagístico desta região do Alentejo central, bem como riscos muito elevados para a saúde dos residentes cujas habitações se situam nas áreas adjacentes aos corredores dessas linhas eléctricas, que implicam radiações electromagnéticas muito elevadas e altamente nocivas para a saúde humana, expondo esses residentes a elevadas radiações perigosas para a sua saúde de forma permanente. Este PSZAER também não respeita o Regulamento Restauro da Natureza que estabelece o quadro para a aplicação de novas medidas de restauro dos ecossistemas dentro e fora da rede Natura 2000. O Regulamento Restauro da NaturOponho-me totalmente a este PSZAER, porque prejudica severamente e de forma permanente a qualidade de vida das pessoas que habitam nas áreas de implantação das infraestruturas eléctricas previstas neste Programa, bem como a natureza e a paisagem única do montado alentejano que caracteriza toda essa área de implantação, adjacente à Zona Classificada como Rede Natura 2000 da Serra de Monfurado e todas as suas áreas contíguas, como sucede com o percurso do Rio Almansor e as ribeiras suas afluentes a sul da cidade de Montemor-o-Novo. Inexiste neste PSZAER avaliação rigorosa e legalmente exigível dos impactos de perturbações e da fragmentação dos habitats protegidos decorrentes do desenvolvimento das infraestruturas cuja instalação se pretende com este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
119944	Discordância	Um planeta mais verde nao e um planeta a ser destruído.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119943	Discordância	Em nome de uma pretensa defesa do ambiente(implementação de energias renováveis) não concordo com a destruição da flora , fauna e modo de vida das regiões em que serão colocados os painéis solares. Parece-me que se estão a ter em consideração interesses económicos de terceiros em detrimento dos reais interesses das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Não quero ver o meu país transformado num mar de painéis solares, instalados em áreas à revelia do mais sensata e fundamentada avaliação.	Obrigada pela sua participação.
119942	Discordância	A área proposta, para além de ter uma dimensão longe de qualquer razoabilidade, sobrepõe-se a áreas de elevada sensibilidade. A biodiversidade, habitats, ecossistemas e a qualidade de vida das populações fica altamente comprometida com esta proposta.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		Porque não ouvir, de uma vez por todas quem, de forma isenta e capacitada, se manifesta?	Obrigada pela sua participação.
119940	Discordância	Discordo com a destruição da biodiversidade das nossas florestas e dos seres vivos incluindo humanos, e pelo impacto nas alterações climáticas.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119939	Discordância	O objetivo das energias renováveis é diminuir o impacto ambiental (da produção de energia). Não faz sentido introduzir estas soluções quando a sua implementação vai ser mais danosa para o ambiente do que os benefícios que trarão em termos de redução de emissões. Todos os casos devem ser avaliados. A avaliação de impacto ambiental não é uma opção, tem de ser a regra!	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119938	Discordância	A minha terra não vai ser destruída para que outros possam usufruir e poucos possam lucrar com isso. Já temos os eucaliptos, não precisamos de mais extrativismo predatório e danoso.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119937	Discordância	Discordo do programa proposto e da sua falta de transparência	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119936	Discordância	É inaceitável que em nome das falsas "energias verdes", se destrua a Natureza e o futuro de um território. E pior ainda, é serem tomadas decisões "passando por cima" das populações. Isto não é progresso, é imposição desmedida em prol de lucro sombrio. NÃO, NÃO e NÃO!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119935	Discordância	Oponho-me totalmente à Delimitação da Zona de Aceleração Energética (ZAE) em toda a Freguesia de Salir de Matos (Localidades de São Domingos, Barrantes, Salir de Matos, Guisado e restantes localidades da freguesia). 1. Objeto da Discordância O presente relatório formaliza a total discordância relativamente à inclusão das localidades de São Domingos, Barrantes e todas as localidades na freguesia de Salir de Matos, concelho das Caldas da Rainha, no mapeamento da Zona de Aceleração Energética (ZAE). 2. Fundamentos Principais A. Elevado Potencial e Aptidão Agrícola Uso do solo: As áreas visadas possuem uma identidade predominantemente agrícola, com culturas ativas e solos de elevada fertilidade. Impacto económico: A instalação de infraestruturas energéticas de grande escala destrói o tecido produtivo local. Sustentabilidade: A conversão destas terras ameaça a soberania alimentar e desvaloriza o património rural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119934	Sugestão	Parece-me que reduzir ou eliminar a necessidade de relatórios específicos de impacto ambiental é uma estratégia errada, a médio-longo prazo, devido às possivelmente existentes condicionantes locais que podem ficar diluídas numa avaliação ambiental mais ampla. Atalhar em algo que é bom para todos, em vez de adotar procedimentos de análise ambiental mais eficientes. Devem existir as duas avaliações ambientais ao mesmo tempo, uma mais ampla, estratégica, e uma mais fina, com possíveis áreas excluídas ou de impacto ponderado. Tal como não me parece correto dar preferência a áreas mais próximas de subestações da rede elétrica, uma vez que, se é para definir um plano a nível nacional, a necessidade de adaptar a localização das estruturas dessa mesma rede deve ser posta em cima da mesa. Também não me pareceu suficientemente detalhada a estratégia de utilização da produção urbana descentralizada de energia, sendo esta, como referido na proposta, complementar à necessidade de definição de áreas para produção centralizada da mesma. Se neste momento existisse uma capacidade tal, descentralizada, de produção de energia, para abastecer em grande parte a rede elétrica de forma sustentada, isso logicamente reduziria a necessidade de alocar áreas para produção centralizada. Logo, parece-me que ambas as estratégias devem ser definidas em paralelo.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119933	Discordância	Como cidadã deste país e deste mundo, angustia-me deveras, como este país destrói o nosso maior tesouro. Não há uma politica ambiental, mas sim de destruição do nosso património ambiental, paisagístico, de ordenamento do território, e acima de tudo existencial. Esta destruição maciça não pode ser justificada com este algoz de "Evolução energética", é precisamente o contrário! E cada um de nós independentemente onde vivamos, somo corresponsáveis por defender a nossa Terra! A Vida! Arrasam-se milhares de arvores, ecossistemas para implantar esta anormalidade de ferro, espelhos e betão que dizimará tudo num raio de kms! e falam de alterações climáticas?! Questiono o que acontecerá neste território onde teimam colocar esta anormalidade gigante de paineis de "energias renováveis"?! É tão triste, tão desolador contemplar uma paisagem tão artificial e maléfica quanto esta que querem cravar no nosso olhar. Uma árvore qualquer dia é uma miragem neste país. Quando quisermos uma sombra ou oxigénio coloquemo-nos debaixo destes paineis... NÃO, NÃO E NÃO A ESTES MEGAPROJETOS!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119932	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã e no âmbito do período de consulta pública do Plano Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), venho por este meio manifestar a minha total e firme oposição ao plano apresentado, pelas razões que passo a expor: Destruição e Descaracterização do Território: A afetação de áreas massivas para a instalação de megacentrais solares e eólicas compromete irremediavelmente a paisagem, o património natural e a identidade cultural das regiões visadas. A escala destes projetos é desproporcional à capacidade de carga das comunidades locais. Impacto Negativo na Agricultura e Floresta: A ocupação de solos com aptidão agrícola e florestal põe em risco a sustentabilidade económica local, a biodiversidade e a soberania alimentar do país, transformando áreas verdes em zonas de exploração industrial de grande impacto. Desvalorização Económica e Social: A proliferação destas centrais desvaloriza o património imobiliário das populações residentes, prejudica o turismo rural e de natureza, e não gera postos de trabalho significativos ou duradouros que compensem a perda de qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos.Falta de Alternativas Descentralizadas: O plano insiste num modelo centralizado que beneficia grandes interesses económicos. A verdadeira transição energética deve priorizar o autoconsumo, as comunidades de energia renovável e a instalação de painéis solares em áreas já edificadas, industriais ou degradadas, protegendo o	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119930	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119928	Discordância	Discordo em absoluto da implementação deste programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119927	Discordância	Acham- se donos do país!!! À custa sempre do interior e das suas gentes!! Sempre sugaram tudo e nada deixaram???!!! NÃOOOOOOOOO Já é demais....primeiro os nossos rios.....agora as nossas serras...não bastava os fogos (de origem sempre duvidosa) Para proteger nao mexem uma palha a partir de Lisboa! Agora querem colocar painéis e mais torres eólicas onde lhes apetece??! E as populações nunca ganham nada c estes "projetos" Se não vêm para dar nada, deixem-se ficar longe.... Comecem a colocar as torres eólicas no oceano....de preferencia em frente as casas dos políticos! Deixem as terras e o povo do interior em paz!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119926	Discordância	Trata se de um ultraje e de um desrespeito não só as pessoas que pensam de forma contrária como também à fauna e flora que se encontram ameaçadas , por este contorno criado pelo governo. O povo é quem ordena e da mesma forma que os põe, também os tira do seu posto. É preciso muita audácia	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119925	Discordância	Sou a favor das energias renováveis, mas não a qualquer preço. As árvores e as áreas naturais ajudam a combater as alterações climáticas tanto ou mais do que um painel solar — não faz sentido sacrificar umas para ganhar as outras. O PSZAER devia priorizar telhados, parques de estacionamento e outras áreas construídas, em vez de avançar sobre floresta e zonas de valor natural. Queremos mais árvores e mais natureza, não o contrário!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119924	Discordância	Renováveis sem estragar a natureza Fotovoltaicos e outros paneis solares devem ser proibidos em zonas protegidas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119922	Discordância	Sou absolutamente contra. Trata-se de dar luz verde ao governo para destruir 7% da área florestal portuguesa, numa demonstração de total desrespeito pela população e de desconsideração pelos impactos ambientais em prol dos interesses económicos. Tudo em nome de uma "transição energética" falaciosa e lesiva. Digo NÃO!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119921	Discordância	O futuro da energia deve ser guiado pelo equilíbrio. Enquanto Cidadão, assumo uma posição clara de apoio à transição energética, mas com a firme convicção de que o progresso ecológico não pode ser feito à custa da destruição da nossa identidade, da nossa paisagem e do nosso bem-estar. Defendo uma visão em que a tecnologia e a natureza coexistem de forma harmoniosa e assente nos seguintes princípios: - Apoio às Energias Renováveis: Sou inteiramente a favor do aproveitamento da energia solar e eólica. Reconheço a sua importância para a sustentabilidade do planeta e para a redução da dependência dos combustíveis fósseis, desde que, seja salvaguardo o património visual. A nossa paisagem é um bem precioso, um legado histórico e um motor de atratividade local. Por isso, a instalação de parques eólicos ou centrais solares deve ser feita longe de zonas que afetem o	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119920	Discordância	Eu não aprovo o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Conheço esta realidade e a realidade ambiental do país e considero impertinente esta proposta destas num pais onde a floresta nativa ocupa apenas 0,67% do território nacional. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão; – que os corredores ecológicos dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) voltem a ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119919	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119916	Geral	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119915	Discordância	1. Exijo que a implantação de parques (eólicos ou solares) respeite uma distância mínima de segurança de pelo menos 1.5 km a 2 km em relação a aglomerados populacionais e núcleos urbanos. Alerto para os impactos negativos ao nível do ruído, stroboscópico (sombras e intermitência de luz), a desvalorização imobiliária e poluição visual. 2. A salvaguarda Ambiental e PatrimonialProteção da Natureza tem de ser tida em conta, pelo que, manifesto a minha oposição à instalação destas infraestruturas em áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN), Rede Natura 2000 e zonas de elevado valor de biodiversidade ou património histórico-cultural. 3. Considero lamentável que não exista avaliação ambiental estratégica, e a falta de clareza nas peças cartográficas, por exemplo é gritante, exijo assim, uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) muito mais detalhada antes da aprovação final. 4.Considero ainda que o impacto na Saúde Pública não está provado, pois, na verdade, não realizaram nenhum estudo deste âmbito para as populações residentes nas áreas limítrofes destas zonas de aceleração. 5. É lamentável a falta de transparência neste tipo de projetos e a prepotência demonstrada - que negam o envolvimento local, a começar pelas populações diretamente afetadas, as autarquias, quer sejam Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesia. Reitero que é fundamental para o processo democrático que estas populações, diretamente afetadas, possam ter poder de veto ou, pelo menos, um parecer vinculativo sobre os projetos e localizações exatas a aprovar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119914	Discordância	Este programa despromove a autoridade das entidades de proteção ambiental, para além de visar a destruição programada da floresta portuguesa quando existem cada vez mais alertas para a sua manutenção como medida de combate às alterações climáticas, incêndios, e melhoria da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119912	Discordância	voto discordância Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119911	Discordância	Embora concorde na aposta em energias renováveis, esta, não pode ser feita a qualquer custo, e seguramente não com custos irreversíveis para as próximas gerações. É nosso dever assegurar que a próxima geração tem acesso à natureza, aos benefícios da conexão com ELA.Os seres humanos fazem parte DELA.Não podemos insistir em repetir os mesmos erros das gerações anteriores! Com a nossa informação e tecnologia temos obrigação de fazer melhor.Fauna e Flora não consomem energia elétrica.Vamos produzir energia elétrica onde ela é necessária, ou seja, nas áreas edificadas. Deixemos a natureza a produzir, em PAZ, a vida de que tanto precisamos. Não devemos deixar tamanha pegada ambiental!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119910	Discordância	a população local tem de ser ouvida, o impacto ambiental tem de ser ponderado, os interesses económicos de uns grupos não podem estar acima dos interesses do povo! E ao povo interessa manter o país com árvores/ zonas verdes, precisamos urgentemente de preservar a fauna e flora do nosso país. Transformar zonas verdes em parques de energia renováveis não ajuda o ambiente… já ninguém acredita nisso.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119909	Discordância	Não aceitar!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119908	Discordância	Na qualidade de cidadã, reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis para responder às alterações climáticas e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No entanto, considero que esta transição deve ser planeada de forma responsável, garantindo a proteção da biodiversidade, da paisagem, dos solos agrícolas, das florestas e da qualidade de vida das comunidades locais. Solicito que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis assegure que a definição destas zonas seja baseada em critérios científicos e transparentes, excluindo áreas de elevado valor ecológico, agrícola e paisagístico. Considero igualmente essencial que sejam promovidas soluções que privilegiem a utilização de áreas já artificializadas ou degradadas, bem como a instalação de sistemas em edifícios, parques industriais e outras infraestruturas já existentes, sempre que possível. Peço ainda que seja garantida uma participação pública efetiva, o acesso à informação e uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos dos projetos, assegurando que a urgência da transição energética não compromete a conservação do património natural nem os direitos das populações. Uma transição energética justa deve conciliar os objetivos climáticos com a proteção do território e da natureza, garantindo benefícios duradouros para as gerações presentes e futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119907	Discordância	A capacidade energética do país não passa por empreendimentos facilitados. Passa por empoderar a população a adquirir "sistemas out off grid " que lhes permitem viver sem consumo de rede. É necessário ouvir a população e os técnicos que estudam sistemas alternativos. Ass. Vera Louro Eng. Civil	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119906	Discordância	Não destruam a floresta, os recursos naturais e as reservas agrícolas, para colocar parques solares e eólicos. É um crime ambiental. Apenas para darem lucro a multinacionais sem qualquer benefício para a população portuguesa, que irá ter parte do seu território verde destruído. Podemos ver aqui no Algarve a dimensão dos parques solares, são hectares e hectares de metal. É uma imagem desoladora. É mais uma decisão política contra a vontade das populações. Encontrem outra solução que evite destruir a Natureza, nomeadamente colocar estes parques em áreas que não afetem as áreas verdes e os espaços rurais existentes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119905	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Santarém, vejo com enorme preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). De modo resumido, seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. De modo a tornar breve a minha participação, irei cingir-me aos Impactos no Ambiente e na Biodiversidade. - Verifica-se um enfraquecimento dos critérios de proteção da zonas agrícolas e florestais, assim como da biodiversidade. - A redução das zonas zonas de proteção coloca em risco ecossistemas sensíveis e os seres vivos que deles dependem. - O avanço dos trabalho nos módulos referidos, e em outros módulos que possam vir a ser aplicáveis no âmbito do referido projeto, ameaça o equilíbrio das cadeias tróficas comprometendo o equilíbrio dos ecossistemas e colocando em causa não só os habitats locais como os adjacentes e, ultimamente, grandes regiões do território nacional. No plano não está previsto o efeito sinergético das alterações que se planeiam incutir, que por si correspondem a um impacto que é ordens de vezes superior ao expectado quando os efeitos são considerados de modo isolado. - A quebra de continuidade das cadeia tróficas, poderá, entre outros inúmeros impactos, conduzir ao rompimento do funcionamento do ciclo da água no seio das inúmeras bacias hidrográficas o que certamente trará a médio-longo prazo prejuízos económicos; - A quebra da continuidade entre ecossistemas compromete a dispersão de espécies e conduz à perda de	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119902	Discordância	As áreas propostas são demasiado extensas. Vivo em Oleiros, 35% está na ossa proposta. A sua aprovação poderá abrir caminho a futuros projetos de grande dimensão, com impactos significativos no território e nas comunidades. A seleção de áreas para a implementação de projetos de energias renováveis deve ser feita de forma democrática, transparente e equilibrada, respeitando o património natural, a paisagem, a biodiversidade e quem vive e investe no interior do país. Não sou contra as energias renováveis. Sou a favor de um planeamento responsável, que não desvalorize o território nem prejudique as populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119901	Discordância	No âmbito da consulta pública ao Programa Setorial para Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, manifesto a minha discordância com o modelo apresentado, por considerar que não salvaguarda suficientemente as populações, o território, a biodiversidade, a saúde pública, a transparência do processo e a participação democrática. Mais considero que se trata de uma proposta pobre e pouco refletida, por não integrar nem fundamentar devidamente a prioridade que deveria ser dada a opções descentralizadas de produção de energia e ao aproveitamento de zonas já artificializadas. Solicito, por isso, a suspensão do procedimento, a sua revisão substancial e a reabertura de uma consulta pública devidamente informada, inclusiva, territorialmente participada e orientada para as necessidades das populações. Junto ANEXO com a devida fundamentação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119900	Discordância	Na qualidade de cidadão e interessado no desenvolvimento sustentável do concelho da Marinha Grande, venho, no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), apresentar a minha pronúncia desfavorável relativamente à delimitação das áreas propostas para a instalação de centrais solares fotovoltaicas no território do concelho. Antes de mais, importa referir que a presente participação não representa qualquer oposição à transição energética, à descarbonização da economia ou ao reforço da produção de energia proveniente de fontes renováveis. Pelo contrário, reconhece-se plenamente a importância estratégica destes objetivos nacionais e europeus. Contudo, a concretização desses objetivos não pode ser feita à custa da inviabilização do desenvolvimento equilibrado dos territórios nem através da imposição de soluções desproporcionadas que condicionem irremediavelmente o futuro das comunidades locais. No caso da Marinha Grande, as áreas identificadas pelo PSZAER apresentam uma dimensão e uma localização que suscitam enorme preocupação pelos seguintes motivos: Condicionamento do desenvolvimento futuro do concelho As áreas propostas abrangem uma parte muito significativa do território, criando limitações severas à expansão futura de zonas industriais, empresariais, logísticas, habitacionais e de equipamentos públicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119898	Discordância	Podem usar telhados e edifícios na vertical em vez de destruir florestas	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119897	Discordância	O assunto da propriedade privada anda na ordem do dia. É agora malta. É p aproveitar. CADA UM CONSTRÓI NO SEU TERRENO O QUE QUER! IMPOSTO É ROUBO! E depois há as praias. Tal como o sol, o ar, a chuva; o areal e o mar são de todos. Ainda há as centrais fotovoltaicas; que privadas, destroem o q é de todos. A arquitetura, pela sua vertente de pertencer ao espaço público, tem em si o mesmo efeito. A regra geral (Código Civil, arts. 1386.º e seguintes, e Lei n.º 54/2005) define o princípio e o fim de propriedade de uma nascente. A mesma regra, devia servir de exemplo e base a muitos outros setores. Um dia o pib de um país também irá ter em conta a sua área verde (Árvores)! Digo não às centrais fotovoltaicas, porque a energia solar é desde o seu princípio fundador: uma energia off grid. #ministeriodoambiente	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119896	Discordância	Serão necessários dados mais esclarecedores sobre os locais de implantação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119895	Discordância	Abate desenfreado de carvalhos centenários para substituir por painéis solares; Criação à força de uma mina em covas do Barroso, onde o próprio estado contorna as leis para derrubar o povo, relembrando que se trata de Património Agrícola Mundial. A ideia de energias renováveis é boa, mas na realidade eu pergunto-me: é boa para quem? Temos o exemplo das energias renováveis sobre produção de electricidade, somos o 2 pais da UE que mais produz energia, 82.9% gerada proveio de energias limpas. Só por este número, eu pergunto-me o porquê da pressa de criar ainda mais energia. Só que em matéria de facturas, é onde "a porca torce o rabo": O valor bruto facturado em kilowatts passamos para o 10 lugar dos países mais caros da UE; Juntando o valor da factura com os salários médios dos países, somos abençoados e subimos para o 8 país mais caro.; Mas a maior benção como sempre vem do Estado, 5 lugar da UE com a maior carga fiscal e de taxas na electricidade, 34% a 46% do valor total da factura correspondente apenas a impostos e taxas de sistema. Destroem a nossa natureza, vidas, entram ilegalmente em terrenos privados, não ouvem e contornam sem vergonha nenhuma a voz do povo, sem qualquer tipo de impunidade, e no fim, como sempre, quem paga a factura mais alta somos nós.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A aceleração administrativa não pode significar a aceleração da compreensão do território.	
119894	Sugestão	Reconheço a importância estratégica da transição energética para Portugal, bem como a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis, reforçar a produção de energia renovável e cumprir os compromissos ambientais assumidos pelo país. É precisamente por considerar estes objetivos essenciais que entendo que a sua concretização deve assentar num modelo de decisão capaz de gerar confiança, transparência e qualidade territorial. A aceleração dos procedimentos administrativos constitui um objetivo legítimo quando elimina burocracia desnecessária. Contudo, essa aceleração não deve traduzir-se numa redução da capacidade de compreender cada território nas suas especificidades ambientais, sociais, económicas e culturais. O território não é uma superfície homogénea observável apenas através de cartografia ou bases de dados. Cada região possui um conhecimento acumulado pelas suas populações, autarquias, associações, produtores, investigadores e demais entidades locais, conhecimento esse que frequentemente revela características que não são plenamente identificáveis em análises exclusivamente centralizadas. Por essa razão, considero importante que o PSZAER reforce mecanismos que garantam uma participação efetiva das autarquias e das comunidades locais na definição das áreas de aceleração, não apenas como entidades consultadas, mas como participantes ativos na construção das soluções. A transição energética necessita de rapidez, mas também de legitimidade democrática. Quanto maior for a participação informada dos diferentes intervenientes, maior será a aceitação social dos projetos, reduzindo conflitos futuros e contribuindo para uma implementação mais estável e duradoura. Gostaria igualmente de sugerir que o programa privilegie, sempre que tecnicamente viável, a instalação de novas infraestruturas em áreas já artificializadas, zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais, antigas áreas degradadas ou outros espaços previamente humanizados, minimizando a ocupação de solos agrícolas produtivos, áreas ecologicamente sensíveis e paisagens de elevado valor natural	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119893	Discordância	Como portuguesa estou muito preocupada com os interesses unicamante económicos que parecem moldar muitos dos projectos de desenvolvimento do pais, em que tudo é valido em detrimento do bem comum. Sou completamente a favor de uma transição energética justa e sustentável para Portugal que reconheço como fundamental mas não a qualquer custo e mais uma vez com uma visão a curto prazo sem qualquer visão de futuro. A terra que é a nossa casa e fonte de toda a riqueza, não pode pagar o preço da transição energética, pondo em risco tudo o resto. Há muito espaço para colocação de painéis fotovoltaicos em espaços edificados, sem a destruição dos solos para a agricultura, da paisagem para ser usufruída e a preservação da natureza que torna possível a habitação do território com qualidade de vida e saúde das suas populações, assim como ajuda no combate às alterações climáticas, Espero sinceramente que os nossos governantes não cedam aos grandes interesses de multinacionais e tenham uma visão de futuro sustentável para a sua população que os elegeu. Discordo COMPLETAMENTE com a implementação deste programa!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119892	Discordância	NÃO À DESTRUIÇÃO da NATUREZA, ecossistemas, habitats. NÃO AO CORTE DE MILHARES DE ÁRVORES!! PORTUGAL NÃO É UM LABORATÓRIO ENERGÉTICO! Contribuir para o desenvolvimento da energia renovável? Sim apoio. Tirar rotina, espírito, alegria e fontes de tradição e cultura a muitas famílias?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119891	Discordância	Acho péssimo e uma vergonha. Dou o exemplo de Covas do Barroso, união, familiaridade, capacidade de trabalho em equipa para defenderem as suas terras. Governo, ponham olhos nesta aldeia, e aplaudam. Ser português é ser isto, ter amor à terra. Não lhes tirem a terra deles!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119890	Discordância	Venho manifestar o meu descontentamento e discordância sobre todo este projeto. A luta climática faz-se plantando árvores e recuperando ecossistemas. É uma vergonha o desgoverno que pretendem implantar. Portugal já produz e tem zonas suficientes para solar e eólica. Levem os painéis para os telhados das casas e cidades. O campo é para as arvores, culturas e rios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119889	Reclamação	Mais um projecto que nao respeita a nossa terra como ela é! Mais uma vez, o homem a fazer de Deus em prol dos seus interesses pessoais. Mais uma vez, prejudica-se o coletivo para o ganho de uns poucos. Mais uma vez hipoteca-se o futuro das próximas gerações, para o benefício de alguns "macacos velhos" que não precisam de nada disto. Mais um excelente exemplo de como somos irresponsáveis e negligentes com a nossa própria casa. A mesma que devemos deixar de herança aos que aí vêm!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119888	Discordância	Não concordo que a implementação de sistemas de energia de painéis fotovoltaicos fique livre de avaliações de impacto ambiental e paisagístico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119887	Discordância	Não destruir o planeta. Plantar mais árvores e parar com a loucura dos painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119886	Discordância	Descarnonizar à custa da natureza não é solução. Existe outro caminho.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119884	Discordância	Não ! Sempre NÃO á destruição da nossa paisagem e da nossa natureza. Deveriamos estar focados em reflorestar, em proteger ecossistemas e não em aniquilar, sujar, destruir. O que é limpo é , ou deveria ser também transparente. Não percebo onde está a parte em que o povo português, a natureza e o nosso património é beneficiário.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119883	Discordância	Boa noite Como Engeheiro Físico e que executei a minha dissertação de mestrado em parceria com o LNEG na área das energias renováveis,mostro-me completamente contra este estudo visto que os alicerces são totalmente errados. A transicao energetica (verde) não pode ser feita a a custa doe destruição da biodiversidade. A implementacao em larga escala de solar pv deve ser iniciada em território já urbanizados (telhados de casas, telhados de prédios, armazéns, industrias, comercio, parques de estacionamento, etc). Porque destruir mais natureza quando ha tanto espaço por apriveitar nas cobertuas urbanas ? Em países como Holanda/Alemanha o.solar pv esta integrado em zonas urbanas e la há muito menos exposicao solar. Outro fator é economico e social. Qjem beneficia com mega instalacles solares? Grandes grupos económicos que apenas extraem lucro. Outro ponto sao as rede de alta tensao necessarias (mais terrenos destruidos para essas redes) para transmitir a energia produzida. A producão em larga escala de micro produtores em autoconsumo em ambiente urbano (producao mais perto do consumo) permite reduzir inpactos ambientais, aumentsr inpacto económico e social lara o país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119882	Discordância	Este projeto está ao nivel de paises de 3mundo numa lógica apenas extractiva e que a polulacao sofre as consequencias de uma ativkdade que so dará lucro a uma pequena fração de pessoas (os que ja sao ricos) Queremos manter a nossa região no Nordeste transmontano com a biodiversidade, a fauna e a flora e as paisagens que tanto amamos ver. Façam barragens hídricas que tem menor impacto. Precisamos do nosso solo livre para o pastoreio, precisamos das nossa aves, dos grifos, das abelhas e plantas silvestres, nossas árvores centenárias, a agricultura de que vivemos. Precisamos da terra livre. Precisamos do ar livre sem zumbidos, sem interferência nas nossas aves migratórias e das locais. Vivemos da agricultura. Não conseguimos nem queremos comer painéis fotovoltaicos. Queremos a nossa terra livre de interferências externas. Querem fotovoltaicos coloquem-nos em todos os telhados do Porto ou Lisboa. Deixem-nos em Paz. Nunca nos deram nada! Não nos tirem a Vida, a Paisagem, o Ser.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119881	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da Proposta de PSZAER Assunto: Pronúncia em sede de Discussão Pública sobre a Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) – Contestação da área afeta ao Concelho de Mortágua. Na qualidade de natural e proprietário de bens imóveis no Concelho de Mortágua, venho por este meio apresentar a minha pronúncia e formal discordância relativamente aos critérios de delimitação geográfica e à escala de ocupação territorial prevista para o município no âmbito do PSZAER. Embora não resida atualmente no concelho, mantenho uma ligação umbilical a este território e um interesse direto na salvaguarda do seu património económico, florestal e ambiental. Após análise dos pressupostos e da documentação disponível, manifesto a minha profunda preocupação com a integridade ecológica e social de Mortágua, fundamentando a minha oposição nos seguintes pontos: -Desproporcionalidade Regional face aos Concelhos Vizinhos: De acordo com as peças constantes na proposta do programa setorial, Mortágua integra o restrito grupo de municípios nacionais com uma afetação crítica, onde pelo menos 25% da sua área total surge elegível para a instalação de centrais solares fotovoltaicas. Esta realidade contrasta de forma flagrante com a generalidade dos concelhos vizinhos e com o plano macro nacional, onde a afetação territorial média se fixa em patamares muito inferiores (na ordem dos 10% ou menos). Não existe equidade territorial que sustente uma assimetria tão acentuada, a qual sobrecarrega injustamente este município. -Penalização do Bom Desempenho e Cuidado Florestal: Ao contrário de outros territórios rurais fustigados pelo abandono, Mortágua destaca-se por ter um território fortemente florestado, gerido de forma ativa, exemplar e cuidada pelos seus proprietários e comunidades locais. Afetar uma área desta magnitude a megaprojetos solares constitui uma perversão das políticas de ordenamento, destruindo o tecido produtivo local e penalizando precisamente as populações que cuidam e mantêm o espaço rural vivo, resiliente e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119880	Concordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119879	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119878	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na medida em que considero inadequada a instalação de infraestruturas industriais em áreas naturais. A transição energética não deve ser feita à custa da degradação de ecossistemas, da fragmentação de habitats, da perda de biodiversidade, da artificialização da paisagem ou da redução dos serviços dos ecossistemas. Defendo que a produção de energia renovável deve privilegiar áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, zonas urbanas degradadas, parques de estacionamento e outras superfícies previamente ocupadas, evitando a ocupação de solos naturais, agrícolas ou florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119877	Discordância	Proteger a natureza é prioritário para o bem-estar de todos nós. Enquanto cidadã preocupada com a preservação do ambiente, peço que seja considerado: - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para toda a fauna impactada por este tipo de projetos; - Prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia - e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; - Aumentar o período de consulta pública.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119876	Discordância	Discordo completamente deste projeto. Não concordo com a destruição da natureza em nome das energias renováveis. Há outras formas de agir nesse sentido.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119875	Discordância	Não devem plantar eólicas em zonas que não têm vento. Temos muito mar cheio de vento com espaço infinito para eólicas. Podem plantar paineis solares e eólicas nos terrenos junto a autoestradas, indemnizando os proprietários de forma justa, para que encontrem um terreno longe do barulho da autoestrada das eólicas e da paisagem hórrivel dos paineis solares. Os paíneis solares e as eólicas podem ser plantadas nos jardins, quintas, casas e prédios, dos políticos, presidentes de câmaras municipais, empresários e os demais envolvidos nesse esquema de corrupção e greenwashing. Tenham juizo.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
119874	Discordância	A transição energética tem de ser feita com os principais atores no terreno, ouvindo os municípios, as juntas de freguesia, a população. Sem falta de informação, sem condicionar a utilização futura do território e o seu ordenamento, prevendo sempre o impacto ambiental e social, a sua influência nos ecossistemas, património natural e vida das populações residentes. Como está apresentado este plano, nada disto está garantido.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
119873	Discordância	Sou a favor das Energias renováveis, nas não a qualquer custo!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119872	Discordância	Colocar centrais solares e eólicas sem avaliação do impacto ambiental na área parece-me uma decisão inconsequente. A transição energética deve contemplar processos de mitigação de estragos o mais possível, e nesse sentido, tomar estas decisões sem AIA não me faz sentido.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119871	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119870	Discordância	A desautorização dos serviços públicos de defesa do ambiente é inaceitável. A destruição da paisagem também	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119869	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119868	Discordância	Contributo de Cidadão — Alternativas ao modelo proposto Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. 3. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem no vazio — decorrem de um modelo de crescimento do consumo que raramente é posto em causa. Não encontro neste programa qualquer pergunta sobre quanto precisamos realmente de produzir, para quem, com que modelo de distribuição e com que impacto acumulado sobre o território. A questão não é apenas onde instalamos os painéis — é quanto consumimos, e se esse consumo pode e deve crescer indefinidamente. O relatório técnico de ordenamento e economia do território identifica como um dos principais riscos a "especialização funcional excessiva de territórios de baixa densidade" e a sua transformação em plataformas de exportação de energia para mercados externos. Ou seja: os territórios mais frágeis do país sacrificam a sua paisagem para alimentar o crescimento energético de economias que não partilham esse custo. Peço que a versão final do PSZAER inclua uma análise explícita da procura — quantificando o consumo real esperado, as alternativas de redução e eficiência, e o papel das exportações nas metas —, e que essa análise informe a dimensão final das ZAER. Não é possível avaliar se 371.000 hectares são necessários sem primeiro perguntar se o crescimento que os justifica é inevitável. 4. Energia para as comunidades onde é produzida Se um território cede a sua paisagem e os seus recursos para produzir energia, tem o direito de beneficiar dessa energia. As comunidades de energia renováveis locais	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119867	Discordância	Isto é um absurdo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119866	Discordância	Não ao abate das árvores para a implantação de energias renováveis, AS ÁRVORES SÃO MUITO IMPORTANTES PARA O NOSSO AMBIENTE E SÃO ELAS QUE AJUDAM A QUE TODOS NOS POSSAMOS RESPIRAR. PODEM MUITO BEM UTILIZAR PARQUES DE ESTACIONAMENTO JÁ EXISTENTES E TELHADOS DE PRÉDIOS E CASA PARA ESSAS INSTALAÇÕES.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119864	Discordância	Discordo disso, pois, segundo a Região de Leiria, "a territorialização das ZAER [Zonas de Desenvolvimento Económico Especial] sobrepõe-se efetivamente às opções de planeamento estratégico regional e local, sem coordenação prévia e substancial com os municípios" e a Comunidade Intermunicipal. E outro ponto é: "A caracterização do PDM como um fator de bloqueio, associada à proposta de licenciamento zero e flexibilização generalizada do controlo prévio do planeamento urbano, carece de base legal" e "pode comprometer a autonomia do poder local e a coerência do sistema de gestão territorial"	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119863	Discordância	Discordo com o uso do território verde como meio de instalação das energias renováveis. Portugal possui outras formas de utilização sem ser em campos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119862	Discordância	Está proposta vai contra a ideia primordial de ecologia de preservar a nossa natureza rural, florestal e paisagística, as centrais devem ter um estudo de impacto ambiental, antes de qualquer decisão. Deveriam considerar instalar nas coberturas dos edifícios em massa, nos caminhos de ferro, pontes, e estacionamentos. Deveriam preservar a natureza e não destruí-la; a sua dimensão deverá ser à escala das populações locais e não de escala imensa para ser comercializadas para outros lados. Existem desertos inóspitos onde talvez poderiam instalar por aí, mas Portugal não possui tais territórios.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119861	Sugestão	As principais desvantagens apontadas ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) centram-se nos riscos ambientais, na perda de poder autárquico e na exclusão das comunidades locais, gerando forte contestação por parte de municípios e conservacionistas.Principais Desvantagens e CríticasRiscos Ambientais e de Biodiversidade: O plano permite a instalação de megacentrais (eólicas e solares) nestas zonas sem a necessidade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) caso a caso. Organizações ambientalistas alertam que isso põe em risco a conservação de espécies ameaçadas e habitats protegidos.Perda de Poder Local: Autarquias (como Sertã, Idanha-a-Nova e a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria) emitiram pareceres desfavoráveis, criticando a perda de capacidade de decisão local e a imposição de grandes áreas de implantação sem o devido acautelamento territorial.Impacto na Paisagem e Turismo: Há fortes preocupações com a degradação visual, alteração morfológica e descaracterização da paisagem em zonas rurais, o que pode prejudicar o turismo e o desenvolvimento endógeno.Falta de Avaliação em Saúde Pública: Movimentos cívicos criticam a ausência de estudos sobre os efeitos na saúde pública e no microclima (como o aumento da temperatura local e desertificação em áreas já vulneráveis).Modelo Centralizado e "Socialmente Regressivo": O programa é visto por alguns grupos locais como um modelo que favorece grandes empresas centralizadas de energia, sem assegurar benefícios diretos ou compensações efetivas para as populações residentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119860	Discordância	Não posso concordar porque conheço bem a realidade.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119859	Discordância	Como energia renovável e removal se vai matar o nosso ecossistema, Como é renovável se vão retirar árvores e contribuir com i aquecimento global do país? Temos que preservar a natureza para que consigamos sobreviver. Destruir a nossa casa para a produção de energia não é a solução. Talvez podíamos gerar fundos e promover as pessoas a ter os seus painéis solares, companhias também. Em vez de promovermos saúde porque querem ter destruição ?!?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119857	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), apesar de ter como objetivo agilizar a transição energética, suscita preocupações legítimas ao parecer priorizar a velocidade de implementação em detrimento da salvaguarda ecológica. A ocupação do território com grandes projetos pode gerar impactos ambientais permanentes e irreversíveis, como a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade e a alteração profunda da paisagem natural A transição energética não pode servir de justificativa para a degradação ambiental. É imperativo exigir maior transparência na cartografia das zonas selecionadas, avaliações de impacto verdadeiramente rigorosas e a efetiva participação das comunidades locais na defesa do seu território. A verdadeira sustentabilidade exige equilíbrio: não faz sentido combater a crise climática destruindo os ecossistemas que se pretende proteger.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119856	Discordância	O PSZAER, na sua forma atual, não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. O que se apresenta é uma forma de descarbonização que irá ser nefasta para a natureza, o que não corresponde ao objetivo e não vai de acordo com o intuito de "descarbonizar". A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos na mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muita alta tensão associadas e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. O ICNF alertou para a falta de exclusão de corredores ecológicos e para os riscos de conflito legal com áreas protegidas. A APA identificou falhas na avaliação de impactos cumulativos sobre a água e o solo e confirma que os projetos ficariam dispensados de AIA caso a caso. As CCDR do Centro, Alentejo e Algarve alertaram para a excessiva concentração de projetos nos seus territórios. A Associação Nacional de Municípios rejeitou a proposta, e municípios como a Câmara de Sertã já emitiram pareceres desfavoráveis. É necessária uma manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. E já está comprovado que este tipo de soluções tem um nefasto impacto ambiental e que a energia verde só é realmente limpa quando tem como prioridade soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e as áreas já artificializadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119855	Geral	Estás energias verdes, só são verdes para o bolso de alguns nada tem de ecologico	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119854	Discordância	Não à destruição territorial!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119853	Discordância	Discordo substancialmente desta proposta. Acredito que qualquer implementação de maquinaria de produção energética renovável é benéfica para o ambiente, desde que tenha manutenção regular, de modo a compensar o impacto causado pela sua produção. No entanto esta proprosta implica, matematicamente, que seja deflorestada parte da floresta do nosso concelho para a sua implementação, algo que eu considero completamente inaceitável. Além disto, a percentagem de área ocupada, proposta para o concelho de Mortágua, quando comparada com os concelhos vizinhos, é simplesmente incompreensível, indicando uma assunção de que Mortágua estaria disposta a se sacrificar irrefletidamente, como já aconteceu em décadas passadas com a barragem da Aguieira. Desta forma apelo à sua compreensão, de modo a que esta proposta seja repensada, tanto na percentagem de área ocupada como nos locais específicos onde seriam implementados os painéis fotovoltaicos (um bom exemplo seria em áreas mortas: telhados, parques de estacionamento, etc.) e/ou os aerogeradoes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119852	Sugestão	Façam em zonas gênero autoestradas nas bermas, telhados e zonas sem arvores ou biodiversidade. Não é possível destruir algo que também é recetor e emissor de energia. Ao longo do tempo a própria tecnologia irá evoluir, sendo que a destruição de algum ambiente natural desenvolvido em longo prazo, trará graves consequências no usufruto das novas tecnologias a curto e médio prazo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119851	Discordância	Discordo do abate de árvores no nosso país para instalação de mega centrais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119850	Discordância	. Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão, venho por este meio apresentar o meu parecer e consequente discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos fundamentais: Impacto na Biodiversidade e Paisagem: A delimitação de zonas de aceleração, especialmente a prevista para a zona da Beira Interior, Castelo Novo, Concelho de Fundão não salvaguarda adequadamente os valores ambientais, a conservação da natureza e o património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis.Defesa dos Solos e Agricultura: A conversão de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal em "mares de painéis" compromete a coesão territorial, o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar.Falta de Avaliação Local e Saúde Pública: A implementação de mega-projetos energéticos nestas áreas levanta preocupações sérias ao nível da saúde pública (ruído, campos eletromagnéticos) e da qualidade de vida das populações residentes.Violação do Princípio da Proporcionalidade: A meta de descarbonização deve pautar-se por critérios rigorosos de "baixo conflito". Considero que a proposta atual peca por excesso de área afeta e falta de ponderação face à capacidade real de receção do território. Pelo exposto, solicito a reavaliação e a exclusão das áreas geográficas supramencionadas das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, exigindo-se um estudo aprofundado que harmonize a transição energética com a proteção efetiva do território e das comunidades locais. Com os melhores cumprimentos, Carlos Alberto Fernandes Sampaio, Catraia-Gândaras, Caixa Postal 1406, 6230-160 Castelo Novo, Cartao de cidadão número 11362095 0ZX5	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119849	Discordância	Não	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119848	Discordância	Junta-se à presente participação o documento anexo intitulado "Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)", cujo conteúdo deverá ser considerado parte integrante da presente submissão, para todos os efeitos da presente consulta pública. Christiaan Roose	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119847	Discordância	Não apoio o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies a como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. É importante garantir: 1- Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. 2- Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). 3- Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. 4- Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. 5- Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. 6- Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119846	Discordância	Proteja a paisagem tradicional e natural.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119845	Discordância	Tudo muito vago. Somos obrigados a aceitar o que nos querem impor. Não acessível ao cidadão comum. Só para letrados. Mantenham a Natureza, não a queiram forrar de artifícios em nome do ambiente.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119844	Discordância	Discordo totalmente com o PSZAER porque não respeita o ambiente, o solo agrícola e as populações. Não apresenta estudos claros e fiáveis dos impactos destes megaprojectos num território onde existem muitas espécies protegidas. Destruir o ambiente para produzir energia limpa não é de todo o caminho a seguir. Jorge Falcão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119843	Discordância	É inconcebível o facto de pretenderem transformar zonas rurais em zonas industriais, sem qualquer respeito pelas vontades das populações que aí vivem assim como desrespeitando igualmente todas as questões ambientais que irão causar. Encapotando o projecto com uma falsa capa ecológica tentam dividir opiniões. Não concordo com o projecto	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119842	Discordância	Não é o sítio adequado para isso. A Gardunha têm de ser protegida. A Présidente da Junta de Louriçal do Campo disse por nós todos o que pensamons. Estou totalmente oposta ao projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119841	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119840	Discordância	A 30POR1LINHA - Associação Sociocultural e Ambiental, manifesta a sua oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que o documento não assegura um equilíbrio adequado entre a necessária transição energética e a proteção dos recursos naturais, da paisagem, da biodiversidade e das comunidades locais. A descarbonização da economia constitui um objetivo indispensável, mas não pode ser prosseguida através da fragilização das salvaguardas ambientais e da ocupação indiscriminada do território rural. A urgência da transição energética não pode justificar a redução dos mecanismos de avaliação ambiental, de participação pública e de proteção dos ecossistemas. Em particular, entendemos que o PSZAER apresenta as seguintes fragilidades: - Reduz significativamente os critérios de exclusão ambiental relativamente a propostas técnicas anteriores, permitindo a instalação de grandes infraestruturas energéticas em áreas com elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e ecológico, incluindo montados, olivais tradicionais, vinhas e outros sistemas de elevado interesse natural. - Diminui as zonas de proteção em torno de ecossistemas sensíveis e não assegura uma proteção eficaz dos corredores ecológicos nem da conectividade entre habitats, ignorando os impactos cumulativos da concentração de múltiplos projetos numa mesma região. - Trata vastas áreas do território rural como espaços disponíveis para uso industrial, desvalorizando a sua função agrícola, florestal, ecológica, turística, cultural e identitária, colocando em risco a soberania alimentar e a resiliência dos territórios. - Não demonstra de forma transparente a necessidade de afetar uma área tão extensa do território nacional quando os próprios elementos técnicos indicam que as metas energéticas poderão ser alcançadas com uma ocupação significativamente inferior	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Pronúncia desfavorável sobre a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis -PSZAER	Obrigada pela sua participação.
119839	Discordância	Eu,Elisabete Bourdain manifesto a minha profunda preocupação e discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), não por rejeitar a necessária transição energética nem a expansão das fontes renováveis, mas por considerar que a urgência climática não pode ser utilizada como fundamento para simplificar excessivamente procedimentos, reduzir a profundidade da avaliação ambiental ou legitimar uma ocupação industrial acelerada e potencialmente irreversível de extensas áreas do território nacional. A transição energética é indispensável. Contudo, para ser verdadeiramente sustentável, não pode assentar na substituição de uma forma de pressão ambiental por outra. A redução das emissões de gases com efeito de estufa não justifica, por si só, a artificialização dos solos, a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade, a descaracterização da paisagem, a ocupação de áreas agrícolas e florestais ou a degradação da qualidade de vida das populações locais. A designação de “Zonas de Aceleração” e a consequente simplificação dos procedimentos de licenciamento suscitam preocupações acrescidas quanto à capacidade de assegurar uma avaliação rigorosa, individualizada e territorialmente adequada dos projetos que venham a ser instalados. A classificação prévia de determinadas áreas como particularmente adequadas à implantação de energias renováveis não pode transformar-se numa presunção generalizada de reduzido impacte ambiental, nem conduzir à secundarização da Avaliação de Impacte Ambiental ao nível de cada projeto. Um território identificado cartograficamente como aparentemente pouco sensível não é necessariamente	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
119838	Discordância	Junta-se à presente participação o documento anexo intitulado "Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)", cujo conteúdo deverá ser considerado parte integrante da presente submissão, para todos os efeitos da presente consulta pública. Anne Roose-Van Leeuwen	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119837	Discordância	Esta proposta irá destruir a nossa paisagem, o ambiente natural e as nossas culturas e tradições rurais. Existem muitas outras formas de aumentar a energia renovável, que ocupariam menos terreno e teriam um impacto reduzido nas comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119836	Discordância	Este projecto preocupa me e não encontrei informação suficiente para poder dar uma opinião informada. Manifesto a minha discordância relativamente ao programa setorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119835	Discordância	O PSZAER é um programa não transparente que ameaça transformar áreas extensas do território sem a devida informação cartográfica para análise dos cidadãos. Apresenta vários aspetos preocupantes: • não prioriza os territórios artificializados nem opções próximas dos centros de maior consumo para a instalação de soluções de energias renováveis • promove a alteração de áreas excessivamente extensas e construção de mega projetos sem fundamentar as necessidades de potência instalada que o país precisa para atingir as metas de descarbonização • a expansão energética não garante automaticamente a capacidade de armazenamento de energia nem a segurança do sistema elétrico • promove práticas de desflorestação, ocupação de terrenos aráveis e/ou com potencial de restauro ecológico e a perda de habitats essenciais para a biodiversidade que está em crise • as alterações na paisagem são significativas para perturbar o bem estar das populações e qualidade de vida • não são incluídos impactes na saúde pública • impede a participação pública em relação a projetos de grandes dimensões • a conversão de 7% do território continental para uso do solo industrial para fins de produção de eletricidade não apresenta no programa nenhuma estimativa de garantias de custos de eletricidade mais baixos para os consumidores	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119834	Discordância	Natureza sempre em 1 lugar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119833	Discordância	Não sou de acordo, pois um projeto como esse vai provocar alterações negativas sócio económicas , ecológicas e para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119832	Discordância	Energia verde sim, mas destruição de território fértil e isolado, não. Porque não painéis em estruturas edificadas já existentes? O território é para ser protegido, ecossistemas inteiros é o que precisamos. Megas Centrais Solares Não Obrigado!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119831	Discordância	Eu sou contra essa poluição ambiental. Painéis solares e turbinas eólicas não são sustentáveis. Além disso, belas áreas naturais se perdem, e a fauna e a flora sofrem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119830	Discordância	Não concordo porque quero que os meus filhos possam passear e brincar em zonas verdes.. Utilizem os telhados para instalar fotovoltaicos e deixem a natureza em paz!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119829	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119828	Discordância	querem energia barata: tório! tudo o resto são projectos para alimentar cartéis e suas marionetas (políticos).	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119827	Discordância	Não concordo, pois é muito prejudicial para a nossa biodiversidade e saúde.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119826	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119825	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada!!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119824	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119823	Discordância	Exmos. Senhores, -Como um cidadão do Centro. Carrego comigo grandes preocupações sobre como as políticas energéticas da república têm vindo a promover projetos cujo local planeado não é moralmente, ou eticamente correto. Intervenho desde modo, de forma a refletir a minha rejeição, dado os seguintes argumentos: -O uso deste equipamento vai desproteger os nossos patrimónios. Desde os Geoparques, até á vida animal presente nestes espaços. -"Áreas menos sensíveis" não se devem desumanizar, negligenciando o valor agrícola destes terrenos desejados pelo PZAER -É inadmissível que o afastamento a habitações para eólicas seja inferior a 2 km. Qualquer cidadão que viva na realidade deste país sabe o mal que isso faz á saúde destes cidadãos. -O Princípio Causador-Pagador é daqueles mais ignorados nesta proposta. Os promotores ficam com os lucros, onde o Português fica com os custos exorbitantes! -Este plano falha ao ignorar o verdadeiro bloqueio: a saturação da rede elétrica! Industrializar os campos sem resolver a capacidade de ligação é um crime de planeamento vindo desta proposta! -Em vez de se esgotar o potencial em telhados e áreas industriais degradadas, que o estão em demasia no país. O plano atira-se para o solo rústico e florestal como se este fosse um "espaço vazio". -É absolutamente Parvo que tenhamos tido apenas 20 dias para analisar mais de 800 páginas, sem acesso a dados georreferenciados detalhados no início da consulta! -Não existem benefícios reais para as comunidades! O uso da energia desde projetos, não visam trazer poupança a estas populações! Mais grave é, quando tomamos em conta que a existência deste projetos desvalorizará o valor destes terrenos e habitações	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119822	Discordância	Não concordo. Temos uma zona verde muito importante que não pode ser trocada por mecanismos de energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119821	Discordância	Manifesto a minha oposição a este programa PSZAER pelo impacto ambiental- flora e fauna, paisagístico e social. Reconheço importância da transição energética e energias renováveis, mas não da forma como pretendem fazê-lo porque não protege o território, nem os recursos naturais, sociais e económicos das regiões. Este projecto e outro similares devem primeiramente respeitar e proteger os recursos naturais, da floresta, da paisagem, do património, a qualidade de vida social e económica das populações. O corte de árvores implica destruição do meio ambiente e da biodiversidade. Consequentemente perda postos de trabalho no sector agrícola, florestal, na pastorícia e promove a desertificação da região interior. As árvores protegem o solo, produzem de alimento, fixam o carbono, produzem oxigénio fundamental para a sobrevivência de muitos seres vivos, incluindo os humanos e são características da paisagem desta região. As pessoas, os seres vivos respiram oxigénio e não kW Quilowatt. Não destruam o ambiente!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119820	Discordância	Nao concordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119819	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho do Porto, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
		No âmbito da consulta pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAIER), venho apresentar a minha oposição à proposta, por considerar que a mesma não assegura um equilíbrio adequado entre a promoção das energias renováveis e a proteção dos valores ambientais, da biodiversidade e dos interesses das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119818	Discordância	A transição energética constitui um objetivo estratégico para Portugal e para a União Europeia, sendo essencial para responder às alterações climáticas. No entanto, este objetivo não pode justificar a adoção de mecanismos que fragilizem a proteção do património natural ou reduzam o rigor da avaliação dos impactes ambientais. O combate às alterações climáticas e a conservação da biodiversidade são objetivos complementares e indissociáveis, não podendo um ser alcançado à custa do outro. A proposta de criação de Zonas de Aceleração suscita preocupação na medida em que poderá conduzir à simplificação de procedimentos para a instalação de centrais fotovoltaicas e parques eólicos em áreas ambientalmente sensíveis ou com potenciais impactes significativos sobre as populações, sem garantir que todas as situações sejam sujeitas a uma avaliação rigorosa e individualizada. Importa recordar que a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 66.º, consagra o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Estado prevenir e controlar a poluição, proteger a natureza e preservar os recursos naturais. Por sua vez, a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 19/2014, de 14 de abril) estabelece que as políticas públicas devem respeitar os princípios da prevenção, da precaução, da sustentabilidade, da responsabilidade ambiental e da participação dos cidadãos. Estes princípios impõem que qualquer decisão suscetível de afetar significativamente o ambiente seja precedida de uma análise rigorosa dos seus efeitos	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119817	Discordância	Esta questão é demasiado importante para ser resolvido de forma tão ligeira. Deve haver mais esclarecimento público, menos correri por interesses económicos, mais consciência do país que temos e de que necessitamos, respeito pela natureza, ..	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119815	Discordância	O PSZAER é uma importante iniciativa de planeamento nacional desenvolvida em resposta à Diretiva (UE) 2023/2413 relativa às Energias Renováveis (RED III). Enquanto instrumento de planeamento estratégico, estabelece o enquadramento para a identificação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) em Portugal continental e influenciará futuras decisões de desenvolvimento. A Diretiva 2001/42/CE (Diretiva AAE) e o Decreto-Lei n.º 232/2007 exigem que as considerações ambientais sejam integradas na preparação de planos e programas. Um objetivo central do processo de AAE é demonstrar de que forma a avaliação ambiental informou a tomada de decisão estratégica e a seleção da abordagem preferida - e é sobre essa transparência, e sobre o impacto concreto que o Programa terá no território nacional, que este contributo se debruça. o PSZAER opta exclusivamente por facilitar megaparques solares e eólicos de grande escala, ignorando as recomendações da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu, que apontam as comunidades de energia renovável e o autoconsumo como via prioritária para uma transição mais justa e descentralizada. A desproporção do modelo é evidente: para cumprir as metas do PNEC 2030 bastaria ocupar 1 a 2% do território nacional, mas o PSZAER propõe cerca de 7% do solo continental - mais do que a totalidade da área urbana e artificializada do país (5%) -, sem contar com a capacidade já instalada nem com os projetos que continuarão a ser licenciados fora das ZAER, e apesar de as energias renováveis já cobrirem mais de 75% das necessidades energéticas nacionais. Esta área concentra-se de forma desigual no Norte e Centro interior e em partes do Alentejo, onde, nalguns municípios, a ocupação ultrapassa os 30% e chega a superar os 35% do território, substituindo uma matriz diversa de usos agrícolas e florestais por uma ocupação monofuncional destruidora da paisagem. Acresce que 80% do solo mapeado para ZAER solares tem hoje ocupação florestal e 11% ocupação agrícola, o que, num país em que a soberania alimentar tem vindo sistematicamente a recuar desde 1986, exige uma ponderação que o plano não faz. A escala do mapeamento, sem controlo prévio nem avaliação de impacte ambiental, não foi acompanhada da disponibilização de mapas detalhados em consulta pública nem discutida previamente com os municípios, inviabilizando um parecer verdadeiramente informado por parte das populações. Areas excessivas em termos globais e ao nível de vários concelhos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
119814	Discordância	Insuficientes mecanismos de proteção da fauna e flora. Deficiente avaliação dos impactos futuros de médio-longo prazo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119813	Discordância	Não há energias se for há custa da nossa biodiversidade e paisagem natural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119811	Discordância	O presente contributo decorre da análise da informação disponibilizada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após a leitura da documentação cedida, discutiu-se a proposta no seio da PALA - uma associação de estudantes, pessoas recém-formadas e arquitetas sediada na cidade do Porto que procura promover projetos de proximidade, participação e colaboração com as comunidades - tendo como objetivo entender o potencial e limitações do programa. Aproveitando a ocasião da sua consulta pública, o presente contributo pretende expor questões e considerações que decorreram desse processo, que reconhece ainda os pareceres emitidos pelas entidades consultadas e do posterior esclarecimento da equipa responsável pela elaboração do PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, no Jornal Público a 15 de junho. Tendo em conta a limitação do número de caracteres da presente participação, manifestamos a nossa total objeção à viabilização do Programa sob consulta dado o conjunto de argumentos que enunciamos no documento submetido em anexo. Apelamos à sua leitura e devolução de esclarecimentos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119810	Discordância	Replantar Portugal em vez de contribuir para a grave desertificação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119809	Discordância	Projetos de energia renovável de tal escala não devem ter lugar em zonas de ecossistemas naturais que apresentam ainda, em grande parte, culturas de espécies autóctones e uma bastante variada fauna. Acrescentando, a destruição da paisagem natural levaria, inevitavelmente, ao abandono e desertificação de uma região que, graças à qualidade de vida que a serra e a sua área envolvente proporcionam, tem contrariado essa tendência de muitas outras regiões do interior de Portugal. A criação de postos de trabalho prevista neste projeto não justifica a destruição permanente da fauna e flora e a degradação da qualidade de vida dos habitantes que tanto fazem para preservar a região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119808	Reclamação	Rejeito categoricamente o Programa Setorial para Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, pois considero que não oferece garantias suficientes de proteção territorial, proteção das comunidades locais e participação democrática. A actual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta limites concretos, claros e vinculativos, que impeçam a concentração excessiva de projectos em determinadas regiões, nem garante que os efeitos cumulativos de várias centrais e das suas infra-estruturas associadas, incluindo linhas de alta tensão, sejam devidamente avaliados. Preocupa-me que o processo possa acelerar o licenciamento sem garantir que as populações directamente afectadas mantenham uma participação efectiva e um peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve começar por uma avaliação da capacidade de suporte do território, da protecção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Assim, solicito que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo, no mínimo: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial dos projetos; – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos dos projectos e das infra-estruturas associadas; – Integração explícita de linhas de transmissão de energia e outras infra-estruturas na avaliação; – Prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades energéticas e utilização de áreas já artificializadas; – Garantias de participação pública efectiva nas fases posteriores de implementação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119807	Discordância	No âmbito da consulta pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAIER), venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e da promoção das energias renováveis como instrumentos essenciais para combater as alterações climáticas e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Contudo, estes objetivos não podem ser alcançados à custa da degradação do património natural, da perda de biodiversidade ou da diminuição das garantias de proteção ambiental e de participação pública. Considero particularmente preocupante a intenção de simplificar ou acelerar os procedimentos de instalação de centrais fotovoltaicas e parques eólicos em áreas que podem apresentar elevada sensibilidade ecológica ou impactos significativos sobre as populações locais. A mera classificação de uma área como "Zona de Aceleração" não elimina nem reduz os potenciais efeitos negativos que estes projetos podem ter sobre habitats naturais, espécies protegidas, paisagem, recursos hídricos, atividade agrícola e florestal, bem como sobre a qualidade de vida das comunidades. A avaliação dos impactes ambientais deve continuar a ser rigorosa, independente e baseada no melhor conhecimento científico disponível, considerando igualmente os impactos cumulativos decorrentes da concentração de múltiplos projetos numa mesma região. A simplificação administrativa não pode traduzir-se numa redução das exigências ambientais nem numa limitação do escrutínio público. Importa recordar que a legislação ambiental assenta nos princípios da prevenção, da precaução e da não regressão ambiental. Assim, qualquer medida que possa enfraquecer estes princípios ou criar um regime de exceção para determinados projetos deve ser cuidadosamente ponderada e amplamente justificada	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119805	Discordância	Discordo da proposta atual do PSZAER. Apoio a transição para energias renováveis, mas não considero aceitável que essa transição seja feita à custa da natureza, da biodiversidade e das populações locais. A aceleração dos projetos não deve significar a redução das avaliações ambientais necessárias, nem ignorar os impactos cumulativos da concentração de várias centrais e infraestruturas elétricas numa mesma região. Defendo que devem existir limites claros à concentração de projetos, proteção efetiva dos corredores ecológicos e das áreas naturais sensíveis, bem como uma avaliação rigorosa dos impactos de cada projeto. Devem ser prioritariamente utilizadas áreas já artificializadas, telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e soluções descentralizadas de produção de energia, antes da ocupação de território natural. A transição energética é necessária, mas deve ser verdadeiramente sustentável, equilibrada e compatível com a proteção da natureza. Por estas razões, solicito a revisão da proposta atual do PSZAER, garantindo avaliações ambientais adequadas, análise dos impactos cumulativos e proteção vinculativa das áreas de maior valor ecológico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119804	Reclamação	Como residente no distrito de Santarém onde cada vez mais zonas verdes sejam elas floresta ou para uso agrícola estão a ser convertidos a vastos desertos de paineis solares que beneficiam interesses estrangeiros mas a grande custo ao bem estar público e ecológia, acho a falta de processos democráticos qm que o povo é informado e participa na aprovação destes projectos, inacreditável. Desde quando é que a energia verde implementada assim é sustentável? Desde quando é que um ecossistema vale menos que um painel solar? Energias eficazes e baratas sim, mas não ao custo da diversidade e bem-estar ecológia do qual nós seres humanos fazemos parte E DEPENDEMOS! Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119803	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: - Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; - Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; - Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; - Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública;	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119802	Discordância	Preocupa-me este programa pois visa facilitar o licenciamento de instalações de unidades de produção elétrica renovável, e a garantia de que os projetos sejam “sustentáveis” não me parece que seja realístico nem objetivo, e retira às populações locais capacidade de contestação da instalação destas unidades.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119801	Discordância	Sou totalmente a favor das energias renováveis, mas sou contra este PSZAER tal como está apresentado. Não podemos aceitar que, em nome da transição energética, se acelerem processos que podem transformar profundamente a paisagem, afetar a biodiversidade, permitir o abate de árvores e reduzir o escrutínio dos projetos. A solução não pode passar por sacrificar o território rural quando existem alternativas como o aproveitamento de telhados, zonas industriais e outras áreas já artificializadas. Este projeto concentra demasiado poder na aceleração do licenciamento e deixa demasiadas decisões para uma fase posterior, sem garantir compensações concretas para as populações nem para os territórios afetados. As comunidades locais merecem ser ouvidas. Os municípios devem ter uma palavra efetiva. A proteção da natureza, da paisagem e do património não pode ser secundarizada em nome de metas energéticas. A transição energética é necessária, mas tem de ser feita com equilíbrio, transparência e respeito pelas pessoas e pelo território. A rapidez nunca pode justificar más decisões.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119800	Discordância	Não concordo com esta intervenção.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119799	Discordância	Não concordo com a destruição da natureza, recursos naturais e com a alteração e impacto na vida das pessoas destas regiões. Algo não está bem. Destruir natureza para colocar painéis solares? Nem se esforçam em usar telhados de fábricas, de estacionamentos, etc. o objetivo seria o mesmo mas os interesses económicos de poucos falam mais alto. Destruir áreas enormes para benefício de poucos. Os interesses nacionais, da saúde e vida deveriam estar consagrados e não à venda. Os governantes não são donos do país. O país é de todos nós.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119798	Discordância	A instalação de novas infraestruturas de produção de electricidade não deve ser efectuada em zonas que ainda estão naturais, onde os nossos ecossistemas ainda subistem, em que as várias espécies animais e vegetais encontram algum refúgio. Deve ser efetuada, sim, mas em zonas já transformadas pela actividade humana: telhados, zonas industriais, grandes superfícies comerciais, parques de estacionamento, zonas que precisam de sombras, edifícios que precisam de recuperação. Há quilómetros de telhados e de zonas urbanizadas para construir estas infraestruturas, com a vantagem de estarem perto das populações que delas necessitam. Não podemos ter o nosso país transformado num parque de painéis solares e de eólicas. Não podemos afundar os pequenos negócios do interior, que tanto precisam do turismo. Não podemos matar o que sobra das nossas espécies animais e vegetais. A produção de energia deve ser um serviço à comunidade e não uma fonte de riqueza alheia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119797	Discordância	As melhores energias renováveis são as árvores. Sou contra estabelecer áreas de implantação de renováveis retirando a análise de impacto ambiental. Está análise deve constar sempre	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119796	Discordância	Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, por considerar que a simplificação dos procedimentos para a instalação de centrais fotovoltaicas e parques eólicos, quando aplicada a áreas ambientalmente sensíveis ou próximas de populações, constitui uma abordagem profundamente irresponsável. A transição energética é um objetivo importante e necessário. No entanto, não pode servir de justificação para enfraquecer os mecanismos de avaliação ambiental, reduzir a participação pública ou facilitar a ocupação de territórios com elevado valor ecológico. A biodiversidade, os ecossistemas e a qualidade de vida das populações devem continuar a ser protegidos através de avaliações rigorosas e independentes. A implementação de projetos desta natureza não pode ser realizada de ânimo leve. Cada intervenção deve ser analisada de forma criteriosa, tendo em conta os impactos cumulativos sobre a fauna, a flora, a paisagem, os recursos hídricos e as comunidades locais. A aceleração dos processos administrativos nunca deve significar uma diminuição das exigências ambientais ou da salvaguarda do interesse público. Uma verdadeira política de energias renováveis deve conciliar a descarbonização com a proteção do património natural e o respeito pelas populações afetadas. A urgência da transição energética não pode justificar decisões precipitadas que comprometam a biodiversidade e os valores ambientais que importa preservar para as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119795	Discordância	Devem ser realizadas avaliações de impacto ambiental, e posteriormente planear no mapa os locais com menos impactos ambientais, os quais devem ser aceites pela população. Só assim se pode aprovar o programa PSZAER. A decisão não deve depender do licenciamento de casa projeto. Queremos proteção do território, e das comunidades locais assim como uma participação democrática.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Ovar, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos em anexo para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119794	Discordância		
119793	Discordância	A transição energética é essencial e deve ser incentivada, mas não pode acontecer à custa da destruição de áreas naturais de elevado valor. Existem alternativas mais adequadas, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, zonas industriais ou outros espaços já intervencionados, evitando a ocupação de uma serra com uma importância tão significativa.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119792	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a importância da produção de energia renovável e da redução das emissões de gases com efeito de estufa, considero que a proposta apresentada é excessivamente ambiciosa para a realidade territorial de Portugal e poderá ter consequências irreversíveis para o património natural, paisagístico e agrícola do país. Portugal é um território relativamente pequeno, com uma elevada diversidade ecológica e paisagística. A afetação de vastas áreas para parques solares e eólicos poderá comprometer habitats, fragmentar ecossistemas, degradar paisagens de elevado valor natural e cultural e reduzir áreas destinadas à agricultura, à floresta e a outras atividades económicas essenciais. Considero igualmente preocupante que o objetivo de acelerar o licenciamento possa resultar numa diminuição do escrutínio ambiental e da participação efetiva das populações locais. A simplificação administrativa nunca deve traduzir-se numa menor proteção do ambiente nem numa redução das garantias de avaliação rigorosa dos impactos de cada projeto. Entendo também que a prioridade nacional deveria passar por: privilegiar a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos e outras áreas já artificializadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119791	Discordância	Manifesto a minha oposição ao PSZAER. A transição para energias limpas não justifica o atropelo das salvaguardas de ordenamento do território nem a fragilização do licenciamento ambiental em "zonas de aceleração". Exijo que qualquer plano desta natureza priorize a proteção da biodiversidade, respeite os Planos Diretores Municipais e garanta o direito de decisão e qualidade de vida das populações locais, em vez de acelerar processos à revelia do escrutínio público rigoroso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119790	Sugestão	Apoio plenamente a transição para as energias renováveis e acredito que devemos reduzir a dependência dos combustíveis fósseis com a maior rapidez possível. No entanto, considero que esta proposta, na sua forma atual, ainda não me dá confiança suficiente de que a aceleração dos processos será acompanhada por salvaguardas suficientemente robustas para proteger a natureza, a paisagem, as comunidades locais e a qualidade de vida das pessoas. Gostaria de ver garantias mais claras relativamente aos impactos cumulativos, à participação efetiva das comunidades afetadas e à preservação do caráter tranquilo das zonas rurais. Acredito que podemos acelerar a transição energética sem comprometer estes valores, mas, para isso, considero que a proposta deve ser reforçada antes de ser aprovada.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119789	Discordância	Lucian Toma Cornea Este projeto visa a destruição de áreas naturais, que conforme a atribuição do registo das mesmas na legislação portuguesa, existe incompatibilidade com as normas e conduta humana! Não a estes projetos ignorantes. Não a estes projetos destrutivos. E não a esta imposição desrespeitosa perante o nosso território nacional para fins lucrativos idiotas!!!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119787	Discordância	Com tanto terreno abandonado ou sem árvores, não há direito de abater árvores para a construção de um projeto "sustentável". Haja coerência	A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119786	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119785	Discordância	O programa traz uma falta de transparência. sendo os mapas apresentados pouco claros e detalhados, sendo difícil saber exatamente quais os territórios afetados. O programa não avalia os efeitos cumulativos dos múltiplos projetos e das linhas de muito alta tensão associadas, e colocam em risco a conservação de espécies protegidas, destruindo montados e habitats naturais. Não é com a destruição destes habitats naturais que conseguiremos atingir a neutralidade carbónica mencionada. A avaliação de impacte ambiental deve fazer parte de qualquer projeto que pretenda ser implementado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119784	Discordância	A natureza deve ser sempre a nossa prioridade, sobrepor-se a parques solares e outros. Deixem de nos mandar areia para os olhos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119783	Discordância	Green energy is great - just not when it destroys the countryside	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119782	Discordância	Enfim...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119781	Discordância	Venho apresentar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que, na sua formulação atual, não assegura um equilíbrio adequado entre a transição energética e a proteção dos valores ambientais, paisagísticos, agrícolas, florestais e patrimoniais. Reconheço a necessidade de acelerar a descarbonização da economia e aumentar a produção de energia renovável. Contudo, essa transição não pode justificar a redução das garantias de proteção ambiental nem a ocupação de áreas naturais quando existem alternativas com menor impacto. O programa suscita preocupações pelas seguintes razões: 1. Insuficiente proteção da biodiversidade e dos ecossistemas. A seleção das zonas pode aumentar a pressão sobre habitats, corredores ecológicos e espécies protegidas, privilegiando a disponibilidade territorial em detrimento da sensibilidade ambiental. 2. Impactos cumulativos pouco considerados. É essencial avaliar os efeitos conjuntos de centrais, linhas elétricas, subestações e acessos, e não apenas os impactos individuais de cada projeto. 3. Proteção insuficiente da paisagem e do património. A instalação intensiva destas infraestruturas pode transformar de forma irreversível paisagens rurais, áreas agrícolas, zonas florestais e territórios de elevado valor natural e cultural. 4. Conflitos com a atividade agrícola e florestal. A ocupação de solos produtivos deve ser excecional, tendo em conta a necessidade de preservar a produção alimentar, os recursos naturais e a resiliência do território. 5. Participação limitada das comunidades locais. As populações devem ser envolvidas desde as fases iniciais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119780	Discordância	A destruição de valores sociais, económicos, culturais, ambientais e a forma de vida tranquila que estes povos do interior têm. É uma fatura muito pesada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119779	Discordância	Digo não! A este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119778	Discordância	A poposta agora em consulta pública só pode ser o resultado do desconhecimento do conteúdo dos instrumentos ou da sua inobservância intencional para poder avançar com uma desflorestação inédita sem Avaliação de Impacte Ambiental. O recenseamento das zonas terrestres tem que ser feito em conformidade com os artigos 15.º-B e 15. °-C da Diretiva (UE) 2018/2001 O artigo 15.º-B estipula que os projetos de energia de fontes renováveis devem ser compatíveis com as utilizações pré-existentes dessas zonas. Ou seja, o ordenamento é essencial e os Estados-Membros deverão facilitar, sempre que necessário, alterações à utilização do solo e do mar, desde que as diferentes utilizações e atividades sejam compatíveis entre si e possam coexistir (27 do preâmbulo). Convém salientar que o ponto 4 do artigo 15º-C refere condições cumulativas, nomeadamente AAE – Avaliação Ambiental Estratégica, as quais não se verificaram na totalidade aquando da elaboração em Julho de 2023 do documento do LNEG, o qual serve de referência para esta proposta no que respeita às áreas menos sensíveis. Desde logo ficam excluídos todas as florestas (solos florestais) dentro ou fora das ZAER, independentemente da espécie, dado "que as funções não são inerentes às espécies", segundo o ICNF. Na maioria das Sub-regiões homogéneas ., o Eucalipto e o Pinheiro Bravo são espécies a privilegiar. Na sua comunicação 27.11.2025, Quadro estratégico para uma bioeconomia competitiva e sustentável na UE {SWD (2025) 895 final}, a Comissão Europeia realça que: - A produção primária é o ponto de partida da bioeconomia e a sustentabilidade e a competitividade podem andar a par. - Os agricultores, os silvicultores e os pescadores geram os recursos vivos da Europa, equilibrando a produtividade com os cuidados prestados à terra e à água. - O seu trabalho quotidiano está na base da segurança alimentar, dos materiais renováveis e dos meios de subsistência rurais. - Nas florestas, a gestão sustentável adaptada às condições locais pode proporcionar um abastecimento a longo prazo à indústria, mantendo simultaneamente um sumidouro de carbono resiliente. Surpreendentemente foram	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Este plano é preocupante e não beneficia Portugal.	Obrigada pela sua participação.
119777	Discordância	Eu rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119776	Discordância	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso Como está formulado, parece-me que não existem salvaguardas necessárias para as zonas naturais e riscos ambientais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119774	Discordância	Não é necessário mais zonas de produção de energias "verdes" quando nem se preocupam com o verde natural. A região centro tem sido fustigada com incêndios, e os produtos (madeiras, terras e terrenos) daí resultantes apenas servem para alimentar as indústrias que se apoderam do único bem essencial e natural, para fecharem a suas bolsas económicas. Seria muito melhor, aplicar a criação de energias verdes em espaços já existentes: telhados, varandas, estradas, cercas, etc... A única cor "verde" nisto tudo será a cor das notas que os consumidores vão pagar às empresas produtoras desta energia.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119773	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Fafe, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano. Agradeço que haja melhor comunicação e inclusão da população em assuntos e projectos que foram ter impactos ambientais, visuais/sonoros, sociais e económicos.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119772	Discordância	O projeto do Parque Eólico O Mira é um destes projectos no qual estão a estudar por aerogeradores perto da herdades habitadas. Peço que reconsiderem e que São Martinho das Amoreiras desista da sua instalação nesta freguesia. Obrigado, Arun Melwani	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119771	Discordância	Exmos. Srs., Venho, na qualidade de cidadã residente no distrito de Castelo Branco, manifestar a minha oposição firme aos atuais megaprojetos de energia solar fotovoltaica previstos para este território – nomeadamente projetos como a Central Solar Fotovoltaica Sophia e a Central da Beira – bem como à forma como o PZAER (Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis / "Mapa Verde") está a ser desenhado e aplicado na região. 1. Desproporção e concentração excessiva no território O distrito de Castelo Branco está a ser alvo de uma concentração desproporcionada de grandes centrais solares, com milhares de hectares a serem ocupados por painéis fotovoltaicos num espaço relativamente curto de tempo. Só no projeto Sophia, estão previstos cerca de 867 MWp de capacidade, com impactos em Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor, enquanto outros projetos, como a Central da Beira, acrescentam mais centenas de hectares e centenas de milhares de módulos. Esta acumulação de projetos gera impactos cumulativos que não estão a ser devidamente avaliados, nomeadamente em termos de paisagem, uso do solo, biodiversidade e coesão territorial. 2. Impactos ambientais, paisagísticos e na biodiversidade Os próprios relatórios de avaliação ambiental já identificaram impactos negativos significativos e muito significativos associados a estes projetos, em especial nas dimensões de paisagem, uso do solo, ordenamento do território e socioeconomia. A instalação de centrais desta dimensão implica:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119770	Discordância	Sem comentários	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119769	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: - Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; - Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; - Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; - Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública;	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Em primeiro lugar não devemos consumir área de floresta para a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável. ISTO NAO É NADA LÓGICO.	Obrigada pela sua participação.
		Manifesto a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), não por estar contra a transição energética ou a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, mas por considerar que esta transição deve ser conduzida de forma responsável, equilibrada e respeitadora dos valores ambientais, sociais e paisagísticos que caracterizam o território português.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119768	Discordância	A criação de zonas de aceleração para a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável levanta preocupações quanto à crescente artificialização da paisagem, à fragmentação dos ecossistemas, à perda de biodiversidade e ao impacto cumulativo sobre áreas agrícolas, florestais e naturais. A urgência da descarbonização não pode justificar uma simplificação dos processos de avaliação ambiental nem a redução da capacidade de escrutínio público sobre projetos com impactos significativos. Portugal é um país de elevada diversidade ecológica e paisagística, onde muitos territórios já enfrentam uma forte pressão resultante da expansão urbanística, do turismo intensivo, das monoculturas agrícolas e florestais e de grandes infraestruturas. Acrescentar novas pressões sem uma visão integrada do território representa um risco para a conservação dos ecossistemas, para a qualidade de vida das populações e para a sustentabilidade a longo prazo. Considero igualmente essencial que a implantação de energias renováveis privilegie, em primeiro lugar, a utilização de áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, infraestruturas existentes, estacionamentos e outros espaços degradados, reduzindo a ocupação de solos naturais ou com	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a
119767	Discordância	Manifesto a minha discordância relativo ao programa sectorial das zonas de aceleração da expansão energética , não garantem automaticamente a capacidade de armazenamento de energia nem a segurança do sistema eléctrico	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119766	Discordância	Sem comentários.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119765	Discordância	A fundamentação para o meu parecer desfavorável assenta em dois planos: I) análise estrutural global do programa; II) análise territorial das Zonas de Aceleração de Renováveis (ZAER) no Algarve e Alentejo. Segue em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119764	Discordância	Estou indignado com o programa PSZAER! Dizem que querem apostar em "energias verdes" e "amigas do ambiente", mas, para isso, estão dispostos a destruir as nossas florestas. Como é que isto faz sentido? Eu chamo a isto, algo contraditório!!! As florestas são as nossas maiores aliadas, absorvem o dióxido de carbono e libertam o oxigénio que respiramos, são o nosso melhor filtro natural e querem-nos destruir por completo. Estamos a sacrificar aquilo que já nos protege do clima para instalar tecnologia que, com um pouco de bom senso, podia ficar noutro lado! E alternativas não faltam, zonas industriais, habitações, parques... porque é que a primeira opção tem de ser sempre o que é natural e insubstituível? A floresta é onde caminhamos, onde praticamos desporto, onde temos a nossa caça e o nosso turismo. É a alma do nosso território!! Se continuarmos a trocar a nossa floresta por betão, vamos acabar por transformar Portugal num deserto sem vida, muito mais seco e inóspito do que aquele que conhecemos hoje.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119763	Discordância	Não podemos ser "verdes" à custa da destruição do nosso verdadeiro verde Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119762	Discordância	A transição energética é crucial, mas não a qualquer custo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119761	Discordância	Conhecedor minimamente bem o território da minha região, discordo que uma proposta deste género venha por em perigo as nossas bio regiões, sem paisagem verde, sem as nossas florestas mesmo que modo monocultura, são um elemento fundamental para regular o nosso clima, não só a nível da temperatura como também como elemento fundamental para nossa proteção contra temporais, provocando principalmente um desacelaramento de ventos fortes. Por even suma sou contra uma proposta que possa possibilitar a viabilidade de grandes projetos que provoque uma alteração na bio região, nos ecossistemas na vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119760	Discordância	Concordo com a necessidade de acelerar a transição energética e de reforçar a produção de energia renovável, mas considero que isso deve ser feito com respeito pelas especificidades e pelos interesses dos territórios locais. A proposta apresentada para o concelho do Fundão parece excessivamente abrangente e pode comprometer áreas agrícolas estratégicas, valores ambientais relevantes e projetos importantes para o desenvolvimento económico da região. Defendo uma revisão das áreas propostas, uma maior participação dos municípios nas decisões e a garantia de benefícios concretos para as comunidades afetadas. Só com equilíbrio, transparência e diálogo será possível assegurar uma transição energética verdadeiramente justa e sustentável.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119759	Discordância	Preocupante o impacto ambiental que irá ter nas áreas de floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119758	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Na qualidade de habitante do concelho de Mortágua, venho por este meio apresentar a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Após a análise dos documentos, manifesto a minha profunda preocupação com a escala de ocupação prevista para o concelho de Mortágua e apresento as seguintes propostas de alteração e salvaguarda: 1. O Precedente da Barragem da Aguieira: Chega de "Território de Sacrifício" O concelho de Mortágua tem um longo historial de serviço ao bem comum nacional que não tem tido o devido retorno económico para a sua população. Há mais de 40 anos que a Barragem da Aguieira ocupa uma área significativa do nosso território, cumprindo funções críticas de produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias para o país. No entanto, o impacto local desta infraestrutura em termos de criação de riqueza tem sido residual, limitando-se a uma exploração hoteleira, sem gerar emprego estrutural ou desenvolvimento para o concelho. Mortágua já é um "território sacrificado". Não podemos aceitar que, a este fardo histórico, se some agora a ocupação de mais de metade do concelho (52%) com painéis e eólicas, repetindo o modelo de extração territorial de valor onde o interior suporta os custos e o litoral consome os benefícios. 2. Desproporcionalidade e Injustiça Territorial A proposta para Mortágua revela um desequilíbrio territorial inaceitável. Enquanto a média de ocupação potencial por ZAER Solar para a CIM Região de Coimbra é de 10,9%, o concelho de Mortágua apresenta uma incidência de 46,6% (cerca de 11.717 ha) apenas para tecnologia solar fotovoltaica. O concelho é identificado como um dos poucos em Portugal onde a incidência de ZAER solar ultrapassa os 25% da área total, o que o coloca num grupo de extrema pressão renovável	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119757	Discordância	É com grande preocupação que muitas populações do distrito de Castelo Branco encaram a construção de megaparques solares junto às aldeias. Embora a transição para energias renováveis seja essencial, esta não deve acontecer à custa da destruição da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e da qualidade de vida de quem vive no território. O desenvolvimento sustentável exige equilíbrio, respeito pelas comunidades locais e soluções que conciliem a produção de energia com a preservação do património natural e rural.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119756	Discordância	Discordo, pelo impacto negativo destas medidas nas comunidades, sendo as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119755	Discordância	Não ao abate de arvores para implantação de painéis e eolicas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119754	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Penamacor, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Estes projectos sacrificam a biodiversidade local com impactos ambientais muito preocupantes, e consequências desastrosas para as comunidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119753	Discordância	Não concordo com este projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119752	Discordância	Portugal já é um dos países europeus com maior incorporação de energias renováveis na eletricidade. Antes de ocupar mais florestas e espaços naturais, a prioridade devia ser melhorar a rede, investir no armazenamento de energia e proteger o nosso património natural. Nem toda a transição energética se faz à custa de mais e mais território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119751	Discordância	Um mapa baseado em cartografia a escala não adequada e sem ouvir os municipios e as freguesias é um atentado às populações e ao património natural e cultural dos lugares. Este plano deve pura e simplesmente ser um exercicio académico.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
119750	Discordância	Discordo totalmente do PSZAER devido á ausência de cartografia, indispensável para sobrepor as áreas propostas às condicionantes ambientais, agrícolas e territoriais existentes; destruição dos solos, ambiente e biodiversidade do planalto mirandês. Beatriz Raimundo	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
119749	Discordância	Acho prejudicial por questões socioeconómicas e ecológicas, para as populações que ali vivem e para as populações em geral.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119748	Discordância	Manifesto a minha total oposição ao PSZAER. Não podemos aceitar a destruição da nossa floresta e de solos agrícolas para a instalação massiva de painéis fotovoltaicos de escala industrial. A transição energética deve ser feita com respeito pela natureza, e não à custa da destruição de ecossistemas que são fundamentais para o combate às alterações climáticas. Existem alternativas viáveis que devem ser priorizadas antes de se sacrificar o mundo rural, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, zonas industriais, autoestradas e áreas urbanas já impermeabilizadas. A floresta deve ser protegida e conservada, não industrializada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119747	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119746	Discordância	Assunto: Participação em Consulta Pública – Pronúncia sobre a Proposta de PSZAER Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão interessado na preservação do património natural nacional, venho expressar a minha profunda discordância em relação à atual proposta do PSZAER pelos seguintes motivos: * Oposição à Simplificação do Licenciamento: Sou contra a dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) para projetos instalados em Zonas de Aceleração A simplificação administrativa não pode servir de pretexto para a permissividade na construção de centrais que alteram profundamente o território sem um escrutínio rigoroso * Proteção de Ambientes Naturais e Árvores: Considero inaceitável que a "transição verde" implique o abate de árvores ou a degradação de ambientes naturais O plano ignora que áreas classificadas como de "baixa sensibilidade" possuem, frequentemente, elevado valor biológico, agrícola e social A destruição de espaços florestais e ecossistemas sensíveis para instalar painéis é um contrassenso ambiental e compromete a biodiversidade e os serviços de ecossistema * Prioridade Absoluta a Zonas Artificializadas: Exijo que o programa estabeleça a prioridade absoluta e obrigatória para a instalação de energia solar em superfícies já artificializadas e alteradas pelo homem Antes de ocupar um único hectare de solo rústico ou natural, deve ser esgotado o potencial de telhados	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119745	Discordância	Cortas arvores não contribui para o ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119744	Discordância	Discordo da proposta porque me preocupa seriamente a quantidade absurda de hectares identificados como adequados para o projeto, e os critérios utilizados para os classificar como zonas de baixa sensibilidade ambiental e patrimonial. Preocupa-me especialmente a quantidade desses hectares que são floresta. Preocupa-me que um projeto desta escala vá carecer de uma Avaliação de Impacto Ambiental. A AAE não podem substituir essa avaliação. Não podemos acelerar processos de licenciamento para este tipo de projetos à custa da AIA. Em 2024, 82 009 hectares de povoamento florestal arderam. No ano passado, 271 mil hectares (em geral) deste país arderam em incêndios e este ano, estamos a arder de novo. Todos os anos, este país arde e perde florestas. Também neste ano, a tempestade Kristin arrasou as áreas florestais do distrito de Leiria, e levou consigo árvores centenárias, hectares de floresta necessários para nos proteger precisamente desse tipo de fenómenos meteorológicos. E depois, tivemos também uma enorme vaga de calor, temperaturas que são impossíveis de combater sem florestação significativa, temperaturas que virão a aumentar nos próximos anos. É impossível estes espaços perdidos recuperarem-se por completo nas próxima décadas. Eu vou morrer antes de estarem recuperados. Árvores novas não substituem desflorestamento, e todos os anos, perdemos mais floresta e campos. A tempestade Kristin não vai ser o último evento extremo que teremos de enfrentar, continuaremos a ter perdas. Não podemos sacrificar espaços naturais, especialmente florestas, a esta escala, para produzir energia renovável, quando sabemos que vamos continuar a ter estas perdas de florestação. Eu quero produção de energia renovável que possa sustentar o país, mas não pode ser à custa de desflorestamento e perda de outras áreas naturais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119743	Discordância	Na qualidade de cidadã e residente no concelho de Pampilhosa da Serra, manifesto o meu apoio inequívoco à transição energética e ao desenvolvimento de fontes de energia renovável, reconhecendo a sua importância para a mitigação das alterações climáticas e para a prossecução dos objetivos nacionais e europeus de descarbonização. Aliás, esse compromisso reflete-se na minha própria conduta, uma vez que a minha habitação dispõe de sistemas integrados de produção de energia renovável. Todavia, o apoio às energias renováveis não pode significar a aceitação indiscriminada da sua implantação, devendo esta obedecer aos princípios da sustentabilidade, da proporcionalidade, da prevenção e da compatibilização dos diversos interesses públicos e privados em presença. Neste contexto, manifesto a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (ZAER), por considerar que as áreas propostas abrangem locais cuja sensibilidade ambiental, paisagística, social e económica desaconselha a sua classificação para este fim. Em particular, preocupa-me que as ZAER incidam sobre áreas próximas de habitações, de captações e infraestruturas de abastecimento público de água, de espaços florestais de elevado valor ecológico e de património natural, comprometendo a preservação destes valores e potenciando impactos que importa prevenir. Acresce que estas áreas integram territórios de reconhecida vocação turística, onde a qualidade da paisagem constitui um ativo essencial para o desenvolvimento do turismo de natureza, atividade económica que assume particular relevância para a fixação da população e para a dinamização do interior. Simultaneamente, trata-se de um ecossistema social e económico que sustenta atividades tradicionais, como	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119742	Discordância	Os painéis solares no solo são a ideia brilhante de quem acha que “energia verde” significa arrasar hectares de terreno e cortar árvores para pôr placas de metal a apanhar sol. É realmente inspirador ver como, em nome da sustentabilidade, se destrói precisamente aquilo que mantém o planeta vivo. Mas pronto, desde que o projeto tenha um cartaz bonito a dizer “renovável”, está tudo perdoado. A lógica é perfeita: derruba-se uma floresta inteira, cobre-se o chão com estruturas gigantes, mata-se habitats naturais… e depois chama-se a isso progresso ecológico. É quase poético ver como conseguem transformar natureza em sucata industrial e ainda bater palmas. E claro, ninguém fala do impacto visual, da perda de biodiversidade ou da temperatura do solo a aumentar porque agora está tapado por painéis. Mas não faz mal — o importante é que alguém, algures, possa dizer que está a “produzir energia limpa”. Limpa, sim… depois de sujar tudo à volta. No fundo, instalar painéis solares no solo é a versão moderna de “destruir primeiro, justificar depois”. Só muda o discurso; o estrago é o mesmo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119741	Discordância	Acho que é prejudicial por questões sócio económicas e ecológicas para as pessoas que ali vivem, e para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119740	Discordância	Nos discordamos da implementação de parques fotovoltaicos e eólicos em Mortágua em áreas florestais, além de destruir eco-sistemas ,destrói também o nosso oxigénio. Não vejo painéis fotovoltaicos a transformar CO2 em oxigénio para podermos viver. Existem muitas áreas cobertas que podem ser utilizadas para esse efeito, nomeadamente empresas e particulares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119739	Discordância	Precisamos de mais verde e menos metal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119738	Discordância	Para que os ODS sejam cumpridos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119737	Discordância	Não concordo com a existência dos megaprojetos. Penso que a transição energética não pode ser feita a qualquer custo, esquecendo os interesses das populações dessas regiões. Não podemos "vender" o nosso país a interesses estrangeiros, esquecendo as populações que ao longo de várias gerações cuidaram do meio ambiente. A transição energética não pode implicar a destruição do meio ambiente sem que seja feito um estudo prévio detalhado. Não podemos permitir que, com a desculpa da transição energética, se proceda à destruição permanente dos ecossistemas, esquecendo a importância das plantas na Terra. Se não houver animais e plantas não precisamos de energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119736	Discordância	Precisamos de reforçar a natureza e não de mais um meio de exploração e desflorestação., Muito menos de uma medida que não nos beneficia localmente, mas que nos empobrece e vulnerabiliza. Ridículo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119735	Discordância	Os prejuízos para o ambiente são superiores aos benefícios económicos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119734	Discordância	O ambiente tem prioridade	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119733	Discordância	Inadmissivel! por favor tomem juizo....	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119732	Discordância	As populações não benificiam, pelo contry, destruição da floresta, da paisagem, poluição, descaracterização e retirada de meios de subsistência das populações. Absolutamente em desacordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119731	Discordância	Partilho da opinião do ficheiro em anexo. Nuno Dias CC 10548478	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119730	Discordância	Dicordo com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, especificamente no concelho de Miranda do Douro porque: - Destruição agrícola e paisagístico do Planalto Mirandês - Falta de transparência e cartografia - Castiga o interior, a sua cultura e as suas gentes Exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos. Gualdino Raimundo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119729	Discordância	O país inteiro deveria achar iinadmissível um governo, um estado ou responsáveis por um país, quererem destruir um dos bens mais precisos que a humanidade tem, a Natureza, em prol do lucro, através de subterfúgios e jargões politico-juridicos. Que ultraje quererem apenas fazê-lo na sombra, tentando passar ao lado de um escrutínio ou de serem vistos a fazê-lo publicamente. Que caiam. Que não tenham sucesso neste empreitada contra a humanidade.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119728	Discordância	Proposta muito danosa para as populações e para o ambiente. Implica destruir florestas e habitats, a completa transformação da paisagem nacional e a morte certa de muitas espécies de animais. As pessoas que vivem nas proximidades perdem toda a qualidade de vida. Projeto que não deverá avançar a bem de todos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119727	Discordância	Nao estou de acordo com.esta proposta	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119726	Discordância	Discordo da ideia de descarbonização feita por via da destruição dos melhores captores e sequestradores de carbono em terra - as árvores adultas. Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119725	Discordância	Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119724	Discordância	A transição energética constitui um objetivo estratégico para Portugal e para a União Europeia, sendo essencial para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, a aceleração do licenciamento de projetos de energias renováveis apenas poderá contribuir para uma transição verdadeiramente sustentável se assentar num planeamento territorial sólido, transparente e cientificamente fundamentado, garantindo simultaneamente a proteção da biodiversidade, da paisagem e dos recursos naturais. Após análise da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), considero que a fundamentação técnica, ambiental e territorial apresentada não demonstra, de forma suficientemente robusta, que as áreas propostas para delimitação das ZAER correspondam efetivamente a territórios de reduzida sensibilidade ambiental, conforme previsto na Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III). Acresce que a ausência de cartografia georreferenciada de detalhe limitou significativamente a possibilidade de avaliar, de forma rigorosa, a compatibilidade das áreas propostas com os Instrumentos de Gestão Territorial, os valores naturais existentes e as especificidades biofísicas de cada território. A metodologia adotada assenta essencialmente na exclusão sucessiva de condicionantes, sem demonstrar de forma positiva que as áreas selecionadas constituem a solução ambientalmente mais favorável ou que apresentam capacidade para suportar uma maior concentração de projetos de energias renováveis. Paralelamente, a Avaliação Ambiental Estratégica evidencia limitações relevantes na análise de alternativas, na avaliação dos impactes cumulativos e da capacidade de suporte territorial, remetendo para fases posteriores do licenciamento matérias que deveriam ser resolvidas ao nível do planeamento estratégico. Esta abordagem reduz a capacidade do PSZAER cumprir o seu objetivo de identificar, à partida, áreas efetivamente adequadas para um procedimento de licenciamento simplificado. Considero igualmente insuficiente a integração da funcionalidade ecológica da paisagem, da conectividade entre habitats e da infraestrutura verde como critérios estruturantes para a delimitação das ZAER. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119723	Discordância	Acredito que gere problemas socioeconomicos para a população que vive nestas zonas rurais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119722	Reclamação	Rejeito a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua redação atual, por considerar que não assegura garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e de uma participação pública efetiva. Embora o programa estabeleça princípios e critérios orientadores, não define de forma clara e vinculativa mecanismos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões, nem assegura a avaliação obrigatória dos impactes cumulativos decorrentes da instalação de múltiplos projetos e das respetivas infraestruturas associadas, incluindo as linhas de muito alta tensão. Preocupa-me igualmente que a criação de zonas de aceleração possa conduzir a um processo de licenciamento mais célere, sem garantir que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com influência real nas decisões futuras. Considero que o planeamento da transição energética deve assentar, antes de mais, na avaliação da capacidade de carga do território, na salvaguarda da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e na proteção da qualidade de vida das populações. Assim, solicito que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, assegurando, pelo menos: - a definição de critérios objetivos e vinculativos que limitem a concentração territorial de projetos; - a avaliação obrigatória dos impactes cumulativos dos projetos e das infraestruturas associadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119720	Discordância	Assunto: Exposição de Oposição Geral à Proposta de Delimitação de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) Exmos. Senhores Responsáveis, Venho por este meio apresentar a minha firme oposição e rejeição global ao projeto de delimitação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), com base nas seguintes razões de fundo: 1. Aceleração à Custa da Salvaguarda Ambiental O modelo proposto para as ZAER assenta na redução de exigências e na simplificação dos processos de avaliação de impacto ambiental. Considero inaceitável que a transição energética — que deveria servir para proteger o planeta — seja feita sacrificando os procedimentos que garantem a proteção do património natural, da biodiversidade e dos ecossistemas locais. 2. Passagem de "Cheque em Branco" ao Setor Industrial A criação de zonas industriais de aceleração sem uma análise rigorosa e individualizada de cada projeto abre a porta à proliferação descontrolada de infraestruturas, subordinando os interesses das populações e a preservação do território ao lucro das grandes promotoras energéticas. 3. Modelo Centralizado e Desrespeito pelo Território	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119719	Discordância	Jamais destruir natureza para implantar painéis ou eólicas! A transição energética acelerada está a criarvima reacção negativa nas populações porque estão a ser afetadas. É uma verdadeira obsessão por parte desta Ministra ambiente que, juntamente com outras medidas infelizes da AD, vai abreviar o governo. Se quer transição energética financie projetos familiares e não empresas internacionais que vêm à procura de subsídios! Jamais cortar uma árvore ou destruir o coberto vegetal para o substituir por pretensas ideias ecológicas. NÃO. O povo vai levantar-se para defender os seus territórios!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119718	Discordância	No meu entender a transição energética não pode ter mega parques mas sim tendencialmente por micro produção	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119717	Discordância	Não é bom para o ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119716	Sugestão	Esta ficha de participação foi elaborada através de um trabalho conjunto de vários investigadores pertencentes ao grupo de investigação de Ecologia e Biogeografia do centro de investigação do MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Évora.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119715	Discordância	Não concordo com a destruição da vegetação e dos solos do país para o benefício de alguns. Vergonhoso que se pretende fazer.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119714	Discordância	sou contra esta medida!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119712	Discordância	Exmos. Senhores, No âmbito da discussão pública da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância com o documento apresentado. Desde logo, o processo não garante uma participação pública informada: os documentos omitem cartografia concreta e detalhada, à escala municipal, das futuras delimitações das ZAER — o "Mapa Verde" é meramente indicativo —, pelo que os cidadãos são chamados a pronunciar-se sobre um programa cujas consequências territoriais reais desconhecem, num prazo inferior a um mês e em pleno período de verão, manifestamente desadequado ao alcance do instrumento. Quanto ao conteúdo, a proposta suscita reservas de fundo. A dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental para projetos localizados nas ZAER, sustentada numa avaliação estratégica genérica à escala nacional, impede a análise caso a caso dos impactes de cada central sobre habitats, espécies, recursos hídricos, solos agrícolas e populações, eliminando ainda as consultas públicas que a AIA garantiria projeto a projeto. Não existe um mecanismo robusto de avaliação e limitação de impactes cumulativos que impeça a concentração de múltiplas centrais numa mesma região, com descaracterização irreversível da paisagem, fragmentação de habitats, perda de solos com aptidão agrícola e degradação das economias locais assentes na agricultura, no turismo de natureza e na produção agroalimentar. A metodologia de delimitação carece de coerência, de informação territorial atualizada e de proporcionalidade, onerando desproporcionadamente os territórios rurais do interior, e o modelo de governança subordina os PDM a decisões centralizadas em que os municípios não tiveram intervenção efetiva. Apoio a transição energética, mas ela deve privilegiar, por ordem, as superfícies já artificializadas (telhados, coberturas industriais e comerciais, estacionamentos), as áreas degradadas, pedreiras e aterros desativados e, apenas residualmente, o solo rústico — sempre com AIA e compensações efetivas para as comunidades locais. Pelo exposto, solicito a prorrogação da consulta com disponibilização prévia de cartografia à escala	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119711	Discordância	A utilização de Energias Renováveis fará parte do nosso futuro. No entanto, a implementação das mesmas deve ser feita preferencialmente nas zonas urbanas, utilizando as superficies ja construídas que são simultaneamente onde é feito o consumo da energia. Simplificar em demasia a a implementação de grandes áreas de paineis fotovoltaicos não só compromete de forma marcante a paisagem como tem um forte impacto na fauna, o que não pode ser ignorando, dando carta branca aos projectos sem avaliar o seu impacto e alternativas mais viaveis. É ridiculo falar em protecção do ambiente e simultaneamente ignorar o mesmo em prol de grandes interesses financeiros, caindo no gigante erro e perversão de utilizar zonas vitimadas por incendios para colocar paineis em vez de reflorestar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119710	Discordância	Sabemos muito bem que o projeto se destina a painéis solares, eólicas e exploração de lítio ou ainda outros minerais que não são comunicados e partilhados nas comunicações sociais. É só vergonhoso e completamente descarado o plano de aceleração (acelerado porque tentam já a vários anos), implementar mega projetos de "energias renováveis", contra a vontade da população, sem respeito pelas reservas naturais existentes, sem respeito pela população, pela degradação dos solos e da biosfera existente e assistimos a isso ano após ano, com grandes incêndios sempre nas mesmas zonas, zonas essas que agora são sinalizadas como zonas de aceleração da implementação de energias renováveis. Irónico, não é? Ou muito bem calculado. . O interesse económico de um grupo não pode sobrepor-se aos interesses de milhares de famílias sobre terras que foram herdadas de geração em geração. O desinvestimento do interior reflete a podridão do nosso desgoverno que entrega parcelas do país a compadrios que acenam com algumas notas no bolso. Até quando vamos permitir que este país seja vendido a meia dúzia de corruptos, em nome daquilo que supostamente são energias "verdes" e "renováveis"? Até que ponto estão dispostos a vender a alma para continuar a apoiar compadrios? Bem, aqui têm a resposta dos beirões, nós não nos vendemos a troco de tostões (neste caso milhões, não é? Só não sabemos no bolso de quem. Ou se calhar até sabemos de alguns), queremos manter as nossas serras como as conhecemos até agora, nem tudo na vida se compra, temos dignidade, algo que falta a muitos por aí. Somos e continuaremos a ser contra todo e qualquer projeto das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119709	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119708	Discordância	Venho por este meio mostrar a minha discordância com este programa, que desde o início está rodeado de falta de informação e secretismo. Portugal já produz quase 80% de energia de fontes renováveis, qual a necessidade de transformar mais de 7% do território nacional (destruindo florestas e ecossistemas naturais) para produção de mais energia? Será este uma maneira de empresas privadas virem ocupar e destruir a nossa natureza e água para a construção e manutenção de centros de dados? E qual o efeito destes centros de dados e projectos de renováveis em relacão a incêndios e desertificação do país? Porque não se usa o espaço urbano livre (como parques estacionamento e telhados de casas) em vez de converter florestas em desertos de placas solares? Este projecto é um retrocesso para o pa´ís, vestido (como tudo o que sai deste governo) com o manto bacoco da "modernidade".	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119707	Discordância	Não concordo.não faz sentido enchermos as florestas de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119706	Discordância	Nunca se viu maior atentado ao interesse público. Uma vergonha nacional que, mais uma vez, desprotege o património que é de todos em nome de uma energia verde que, só pelo nome já cai na categoria de 'greewashing', alvo aguerrido da nova Diretiva Empco da UE. Abrir portas à destruição da Natureza de forma indiscriminada e sem lugar a processos de AIA específicos desprotege cidadãos, territórios, espaços de valor cultural e económico dos quais todos dependemos. A energia do sol e do vento são fundamentais, mas nunca a custo das áreas naturais que nos suportam de verdade. Atirar areia para os olhos das pessoas devia ser crime.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119705	Discordância	Não concordo pelos motivos óbvios: ambientais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119704	Discordância	Não à destruiçao de campos e abate de árvores para a implementação de painéis para energias renováveis na Beira Interior.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119703	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119702	Discordância	Não concordo com os paneis solares na Serra da Guardunha. Estão a destruir a natureza e agricultura e a saùde do povo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119701	Discordância	PORTUGUESE* Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119700	Reclamação	Rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119699	Sugestão	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O TERRITÓRIO NÃO É UM RECURSO DISPONÍVEL Participação na Consulta Pública do Plano Sectorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis — PSZAER	
119698	Discordância	Apresento a minha oposição à configuração atual do PSZAER. Não me oponho à transição energética nem às energias renováveis. Contesto o modelo territorial, económico, administrativo e democrático escolhido para alcançar esses objetivos. O PSZAER não é apenas um instrumento técnico para acelerar licenciamentos. Representa uma alteração profunda da forma como o Estado olha para o território. Ao delimitar vastas áreas para centrais solares e eólicas, atribui à produção energética precedência sobre a agricultura, a floresta, a biodiversidade, a paisagem, o património, o turismo, a economia local e a qualidade de vida. O território não é uma superfície vazia. É uma construção histórica, ecológica e cultural. Uma paisagem rural produz alimentos, conserva o solo, infiltra água, armazena carbono, sustenta biodiversidade e preserva memória. Pode produzir azeite, carne, queijo, mel, cereais, madeira, cortiça, pastagem, turismo e património. Uma grande central substitui esta pluralidade por uma função industrial dominante, durante décadas. Essa transformação só seria aceitável se estivesse demonstrado que os benefícios coletivos superam os custos ambientais, económicos, sociais, patrimoniais e paisagísticos. Essa demonstração não é convincente. A escala proposta é desproporcionada, sobretudo quando continuam por explorar coberturas residenciais e industriais, edifícios públicos, estacionamentos, áreas degradadas, autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável. Antes de ocupar solos agrícolas, florestais ou naturais, o Estado deve demonstrar que esgotou as superfícies já artificializadas. A ocupação do solo rural deve ser a última solução, não a primeira.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119697	Discordância	Não sou a favor... Podem se colocar antes em telhados, parques de estacionamentos e afins, em vez de campos cobertos de painéis	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119696	Discordância	Transição energ´ética por um "planeta mais verde" mas que transição é esta? À custa da nossa vegetação autóctone, de ecossistemas inteiros e até da própria sa´úde da população local, claramente que esta não é, nem nunca será a solução. Desde quando deixarmos vastas áreas de terrenos sem qualquer tipo de vegetação e expostas aos agentes erosivos traz benefícios para o planeta? Uma transição energética consciente, equilibrada e com benefícios reais para todos os ecossistemas e para a própria vida humana nunca deveria ser à custa de grande parte da paisagem natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119695	Discordância	As árvores é que renovam a natureza!! As vossas energias “renováveis “ estão a destruir o planeta! Deixem as árvores em paz!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119694	Discordância	Por tudo o que pesquisei, li, questionei, digo não a este programa que resultaria, a concretizar-se, em malefícios inequivocamente superiores aos benefícios não só para os territórios visados e os seus habitantes mas para toda a população.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119693	Discordância	Discordo completamente devido a prejudicar o nosso meio ambiente...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119692	Discordância	Eu, cidadão abaixo-assinado, manifesto a minha preocupação com a crescente instalação de grandes parques solares em Portugal sem uma adequada ponderação dos seus impactos ambientais, sociais, agrícolas e paisagísticos. Reconhecemos a importância da transição energética e da produção de energia renovável para combater as alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, essa transição deve ser feita de forma sustentável, equilibrada e respeitando as populações, os ecossistemas e o património natural do país. A instalação de grandes centrais solares em solos agrícolas, áreas florestais ou zonas de elevado valor ecológico pode provocar perda de biodiversidade, fragmentação de habitats, redução da área disponível para a agricultura, degradação da paisagem e impactos na qualidade de vida das comunidades locais. Defendemos que Portugal deve privilegiar soluções que reduzam estes impactos, nomeadamente a instalação de painéis solares em telhados de habitações, edifícios públicos, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas, evitando a ocupação desnecessária de solos com elevado valor agrícola ou ambiental. Solicitamos ao Governo e às entidades competentes que: Reforcem a avaliação ambiental e o escrutínio público de todos os projetos de grandes parques solares;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119691	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119690	Discordância	Por afectar negativamente o equilíbrio biológico e ameaçar a sustentabilidade do ecossistema das zonas em causa, manifesto a minha total discordância relativamente ao programa sectorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119689	Discordância	Poluição visual, precisamos de mais árvores, não se painéis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119688	Discordância	O TERRITÓRIO NÃO É UM RECURSO DISPONÍVEL Participação na Consulta Pública do Plano Sectorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis — PSZAER Apresento a minha oposição à configuração atual do PSZAER. Não me oponho à transição energética nem às energias renováveis. Contesto o modelo territorial, económico, administrativo e democrático escolhido para alcançar esses objetivos. O PSZAER não é apenas um instrumento técnico para acelerar licenciamentos. Representa uma alteração profunda da forma como o Estado olha para o território. Ao delimitar vastas áreas para centrais solares e eólicas, atribui à produção energética precedência sobre a agricultura, a floresta, a biodiversidade, a paisagem, o património, o turismo, a economia local e a qualidade de vida. O território não é uma superfície vazia. É uma construção histórica, ecológica e cultural. Uma paisagem rural produz alimentos, conserva o solo, infiltra água, armazena carbono, sustenta biodiversidade e preserva memória. Pode produzir azeite, carne, queijo, mel, cereais, madeira, cortiça, pastagem, turismo e património. Uma grande central substitui esta pluralidade por uma função industrial dominante, durante décadas. Essa transformação só seria aceitável se estivesse demonstrado que os benefícios coletivos superam os custos ambientais, económicos, sociais, patrimoniais e paisagísticos. Essa demonstração não é convincente. A escala proposta é desproporcionada, sobretudo quando continuam por explorar coberturas residenciais e industriais, edifícios públicos, estacionamentos, áreas degradadas, autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável. Antes de ocupar solos agrícolas, florestais ou naturais, o Estado deve demonstrar que esgotou as superfícies já artificializadas. A ocupação do solo rural deve ser a última solução, não a primeira.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119687	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira, situado na região sul do Alentejo, conhecida pela sua paisagem singular, tranquilidade e riqueza natural. Enquanto cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar as nossas preocupações e contribuir para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da conservação da natureza e das energias renováveis. Há anos que vivemos exclusivamente com energia solar, plantámos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e esforçamo-nos diariamente por contribuir para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é essencial. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável a partir de uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio se aplica à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma escala e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Este projeto inclui três turbinas com mais de 180 metros de altura, localizadas muito perto de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve potenciais impactes relacionados com o ruído, as sombras projectadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida dos residentes nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de fundações maciças de betão, à abertura de novas vias de acesso, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem ainda representa um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, tranquilidade, biodiversidade e autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119686	Concordância	Eu concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119685	Discordância	Nunca	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119684	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119683	Discordância	Como residente da região da Serra da Gardunha, gostaria de expressar a minha oposição à inclusão desta área nas zonas de aceleração de energia renovável propostas pelo PSZAER. A Serra da Gardunha é um verdadeiro tesouro natural, com uma paisagem montanhosa protegida que merece ser preservada. A instalação de grandes plantas solares e eólicas não só ameaçaria este património, mas também resultaria na perda de terras agrícolas e florestais que sustentam as comunidades locais.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
		Acredito firmemente que devemos priorizar o uso de espaços já construídos, como telhados e zonas urbanas, em vez de devastar áreas naturais. A produção de energia renovável não deve vir à custa da natureza e da agricultura que alimenta as nossas gentes. Por isso, apelo à exclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa do PSZAER.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
			Obrigada pela sua participação.
119681	Discordância	Não concordo com a instalação de parques fotovoltaicos, quando para isso se destrói a natureza. Coloquem a cobrir autoestradas, grandes parques de estacionamento. Não faltam lugares onde não prejudiquem a natureza.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
			Obrigada pela sua participação.
119680	Discordância	Nao há destruição da nossa floresta. Iato nao é soluçao. Destruir floreata nao protege o ambiente, nao protege os animais e nao protege o ser humana.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
			Obrigada pela sua participação.
119679	Discordância	Impacto significado em todas as áreas.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119678	Discordância	Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não porque esteja contra a transição energética ou as energias renováveis, mas porque considero que a urgência da descarbonização não pode justificar a redução das garantias ambientais, do ordenamento do território e da participação pública. O PSZAER pretende acelerar a implantação de grandes infraestruturas energéticas através da simplificação dos procedimentos de licenciamento, prevendo, para determinados projetos inseridos em ZAER, procedimentos na ausência de Avaliação de Impacte Ambiental. Considero esta opção profundamente preocupante. A Avaliação de Impacte Ambiental, os pareceres técnicos e a participação pública não são obstáculos ao desenvolvimento. São instrumentos essenciais para garantir que cada projeto é avaliado de acordo com as características do território onde será implantado e que as decisões são tomadas de forma informada, transparente e responsável. O próprio PSZAER reconhece riscos importantes, como a concentração territorial de projetos, os impactos cumulativos, a perda de conectividade ecológica e a necessidade de salvaguardar áreas ecologicamente sensíveis. Se estes riscos são reconhecidos pelos próprios documentos, não considero que a resposta deva passar pela aceleração do licenciamento, mas sim por uma avaliação ainda mais rigorosa e integrada de cada situação. Preocupa-me igualmente a visão de território que parece estar subjacente a esta proposta. Ao longo dos documentos fala-se de metas energéticas, competitividade e rapidez de execução, mas falta uma reflexão sobre o papel dos territórios e das comunidades que irão acolher estas infraestruturas. Os territórios rurais e de baixa densidade não podem ser vistos apenas como espaços disponíveis para instalar grandes projetos. São lugares onde vivem pessoas, onde existe património natural e cultural, onde se procura contrariar o despovoamento e construir um futuro mais sustentável. O próprio Programa reconhece que a produção de energia renovável, por si só, não garante desenvolvimento económico nem competitividade territorial. Também recomenda dar prioridade à utilização de coberturas de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119677	Discordância	Nao qieremos Portugal desertificado a nossa flora e fauna sao essenciais à sobrevivncia. Nao conccordo com a implantacao de mega cebtraos solares em terrotorio com especies protegidas assim como a sua fauna e flora. Contra o aquecimento ambiental! Ao derrubar floresta estao a destruir as nossas defesas naturais.. implementem mega centrais em terrenos nao florestais ou em cima de edificios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119676	Discordância	Concordo apenas, a partir desta fase, com os incentivos à colocação de painés nos telhados. Não se´rá necessário mais centrias.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119675	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de Avaliação Ambiental Estratégica e da Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER), Na qualidade de cidadão e residente no concelho de Mortágua, venho exercer o meu direito de participação pública relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis, manifestando a minha preocupação quanto à dimensão das áreas identificadas para o nosso território e aos impactos que daí poderão resultar para as gerações presentes e futuras. Antes de mais, importa afirmar que reconheço a importância da produção de energia renovável e a necessidade de acelerar a transição energética. Contudo, essa transição só será verdadeiramente sustentável se respeitar os princípios da proporcionalidade, da justiça territorial e da valorização das comunidades locais. A proposta apresentada para Mortágua suscita legítimas reservas por prever uma concentração de áreas destinadas à produção energética que, pela sua dimensão, poderá comprometer a identidade, a paisagem, a floresta e as oportunidades futuras de desenvolvimento do concelho.Ao longo da s últimas décadas, os territórios do interior têm sido chamados a acolher infraestruturas consideradas estratégicas para o país, assumindo frequentemente os impactos territoriais, ambientais e paisagísticos associados a essas opções. Mortágua não constitui exceção. A presença da Barragem da Aguieira representa um exemplo claro do contributo que o concelho tem dado ao interesse nacional. No entanto, esse contributo nem sempre se traduziu num retorno proporcional para a população local. É por isso legítimo questionar se o modelo agora proposto não representa mais um processo de utilização intensiva do território sem uma correspondência efetiva em benefícios económicos, sociais ou demográficos para quem aqui vive. A dimensão das áreas previstas para Mortágua revela um desequilíbrio que merece reflexão. Quando comparada com a realidade dos concelhos vizinhos e com a média regional, verifica-se que o nosso território assume um peso desproporcionado na estratégia de implantação das energias renováveis. Esta concentração levanta preocupações não apenas ao nível ambiental, mas também ao nível da coesão territorial. O desenvolvimento do país não pode assentar numa lógica em que determinados territórios concentram os impactos enquanto outros concentram os benefícios. A transição energética deve ser um projeto coletivo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119674	Discordância	Não aceito o programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119673	Discordância	Mais uma vez, as populações são ignoradas.:os seus modos de vida, saúde, patrmónio histórico e cultural. Não posso concordar com projetos de poem em causa biodiversidade, sustentabilidade, permeabilização dos solos. Não posso concordar com projetos que tentam a todo o custo ser implentados à revelua das populações. Não pode valer tudo!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119672	Discordância	Exmos. Srs. O meu parecer é DESFAVORAVEL e oponho-me formalmente à proposta do "Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis" (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, e sem um estudo exaustivo do impacto ambiental, económico e social o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119671	Discordância	Discordo completamente. Não a destruição da natureza. É completamente desvastador para a natureza. Retira completamente a paisagem. Piora em grande escala o aquecimento global.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119669	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119668	Discordância	Eu oponho-me. Exmos. Senhores,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119667	Discordância	Na qualidade de empresa do concelho de Vimioso, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os nossos argumentos em anexo, para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119666	Discordância	Acreditamos que a transição energética só será verdadeiramente bem-sucedida se for também uma transição territorialmente justa. Isso implica conciliar os objetivos climáticos com a proteção dos recursos naturais, a valorização das comunidades locais e o respeito pela autonomia do poder local, promovendo soluções que reforcem, em vez de fragilizarem, a coesão territorial. Exige igualmente que os territórios que acolhem grandes projetos de produção de energia renovável beneficiem de forma efetiva da riqueza que estes geram, através de medidas de mitigação e compensação proporcionais aos impactes e de mecanismos permanentes de valorização económica, social e territorial durante todo o período de exploração. Por todas estas razões, a JSD da Sertã manifesta a sua oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua configuração atual. Fazemo-lo não por recusarmos a transição energética — que reconhecemos como indispensável —, mas por entendermos que esta deve ser construída com os territórios e não sobre os territórios. A sustentabilidade ambiental não pode ser dissociada da sustentabilidade territorial, social e económica. Acreditamos que é possível conciliar a descarbonização da economia com o respeito pelas especificidades locais, pela autonomia dos municípios e pelo direito das comunidades a participar nas decisões que moldam o futuro do seu território, assegurando simultaneamente que os benefícios gerados por estes investimentos contribuem de forma duradoura para o desenvolvimento dos municípios que os acolhem.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119665	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita com custos ambientais. A alteração da paisagem com mega centrais solares tem sérios impactos nos habitat de espécies autóctones, bem como na vida das comunidades humanas. O lucro não pode se sobrepor à qualidade de vida de pessoas e animais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119664	Discordância	As zonas para a implementacao de paineis solares nao devem ser autorizades, o que deve ser promovido é a utilizacao em cidades de todas as coberturas de edificios para a instalacao de paineis solares! isso sim seria na realidade uma politica "verde"	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119663	Discordância	Não concordo com este programa. Penso que não se está a pensar num futuro ambiental e próprio para a população e para o ambiente e meio envolvente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119662	Discordância	Os painéis solares não produzem oxigénio, sombra, vida, as árvores sim. Sem árvores o clima altera, o planeta morre e com ele morrem os animais, as plantas e o ser humano. Exmos. Senhores,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119661	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Ovar, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos em anexo para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119660	Discordância	Como cidadão preocupado com o futuro da nossa biodiversidade e recursos hídricos, venho opor-me à inclusão da Serra da Gardunha e da região da Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis, segundo o PSZAER. Esta área é habitat de espécies ameaçadas, como o lince ibérico e várias aves de rapina, cuja preservação é vital para o equilíbrio ecológico. Além disso, a construção de grandes parques solares e eólicos irá afetar negativamente os cursos de água e a disponibilidade de água para as comunidades locais. Existe uma alternativa mais sustentável: desenvolver projetos em telhados ou zonas urbanizadas em vez de perturbar este magnífico e delicado ecossistema. Assim, solicito que sejam excluídas a Serra da Gardunha e a Beira Baixa do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119659	Discordância	A Gardunha é um património único e não pode ser transformada num campo industrial de painéis solares. Vão destruir as paisagens, a agricultura, a floresta da Serra da Gardunha. Não os paneis solares!!! Não a implantação de Energias Renováveis na Serra da Gardunha!!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119657	Discordância	Estão a destruir o que é de todos, discordo com o que querem fazer.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119656	Discordância	Este projeto preocupa me e não encontrei informação suficiente para poder dar opinião informada. Preocupa me porque iremos contribuir para matar a nossa natureza em 7% e parecem me valores muito elevados, para além de a ecologia vai destruir a natureza? Sobreaquecimento e secura dos solos, destruição do habitat e da paisagem e de árvores e ecossistemas. Ecologia não deve ser sinônimo de destruição. Existem outras alternativas como as usadas noutros países onde se colocam painéis em pontos estratégicos sem destruição. Isto é um crime, nunca é 7% sempre mais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119655	Discordância	Nao sou de acordo pois afecta a temperarura, a biodiversidade e a temperatua gravemente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119654	Discordância	Por favor, observem as oportunidades para o público apresentar objeções.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119653	Discordância	Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a aceleração destes projetos não pode ocorrer à custa da proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações locais. A transição energética é necessária, mas deve ser feita de forma equilibrada, transparente e sustentável, respeitando os ecossistemas, a atividade agrícola, o património natural e cultural e o direito das comunidades a participarem efetivamente nas decisões que afetam o seu território. Considero que este programa privilegia a rapidez da implementação em detrimento de uma avaliação rigorosa dos impactos ambientais, sociais e económicos, podendo conduzir à degradação irreversível de áreas de elevado valor ecológico e paisagístico. Defendo que sejam privilegiadas alternativas como a instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, edifícios, zonas industriais e infraestruturas existentes, evitando a ocupação de solos agrícolas, florestais e habitats naturais. Por estas razões, solicito que este programa seja revisto, reforçando os critérios de proteção ambiental, a participação pública e a salvaguarda dos interesses das populações e das gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119652	Discordância	As florestas são essências a Vida, criacao de água, retenção de solos, habitat vida selvagem, baixa a temperatura e purifica o ar, retendo carbono. Não se pode destruir habitats para colocar painéis e eolicas para negócio e com o pretexto das alterações climáticas. Ambiente precisa de floresta autocne!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119651	Discordância	A politica verde e sustentável não deve vender e descaracterizar o território. Deve ser feita pela comunidade, em conjunto com o poder local, para que esse investimento tenha retorno a médio/ longo prazo, pensando no ambiente, território, nas pessoas e animais. Favorecendo pequenas comunidades de energias renováveis, em vez de multinacionais.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119650	Discordância	Manifesto a minha oposição ao PSZAER, não porque me oponha à transição energética, mas, considerando a descarbonização uma necessidade, contesto a forma como este objetivo é prosseguido. O PSZAER assume expressamente como finalidade criar um procedimento de licenciamento "rápido e previsível" e prevê, para determinados projetos inseridos em ZAER, procedimentos na ausência de Avaliação de Impacte Ambiental, remetendo a proteção ambiental para a Avaliação Ambiental Estratégica e para diretrizes posteriores. Considero esta opção profundamente preocupante. A Avaliação de Impacte Ambiental, os pareceres técnicos e a participação pública não são entraves burocráticos, mas garantias essenciais de proteção do interesse público e de decisões fundamentadas. Nenhuma Avaliação Ambiental Estratégica nacional pode substituir o conhecimento detalhado de cada lugar, dos seus ecossistemas, corredores ecológicos, recursos hídricos, paisagem, património e comunidades. O próprio Relatório Temático de Ecologia reconhece a tensão entre a celeridade do licenciamento e a salvaguarda das áreas ecologicamente sensíveis. A Avaliação Ambiental Estratégica identifica igualmente riscos como a concentração excessiva de projetos, a perda de conectividade ecológica e os impactos cumulativos sobre espécies e habitats, recomendando limites máximos de densidade, avaliação dos impactos cumulativos e monitorização permanente. Se estes riscos são reconhecidos pelo próprio Programa, não compreendo como se conclui que a solução passa precisamente por acelerar o licenciamento. Preocupa-me igualmente a visão territorial subjacente ao Programa. Ao longo dos documentos fala-se de energia, licenciamento, competitividade e metas nacionais, mas permanece ausente uma reflexão sobre o futuro dos territórios que irão acolher estas infraestruturas. Concelhos como Idanha-a-Nova, onde resido, um dos maiores e menos povoados do país, enfrentam há décadas despovoamento, envelhecimento e perda de serviços. Possuem um património ecológico, agrícola, paisagístico e cultural de enorme valor, precisamente porque escaparam aos processos intensivos de artificialização que marcaram outras regiões. É legítimo perguntar se a resposta para estes territórios deve passar pela concentração crescente de grandes infraestruturas energéticas. O próprio Relatório de Ordenamento e Economia do Território identifica riscos associados à concentração territorial de projetos, à especulação fundiária, aos conflitos de uso do solo e aos défices de articulação com as comunidades locais. Reconhece ainda que a disponibilidade de energia renovável, por si só, não garante	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119649	Discordância	Não concordo, não queremos evolução desmedida sem ser pensado o seu impacto ambiental e as pessoas que habitam os seus territórios. Chega de não se pensar no futuro e continuidade das comunidas e territórios. Em vez de minas a céu aberto, plantem mais árvores autóctones!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119648	Discordância	Não concordo com esta aceleração toda na implementação de energias renováveis. Existem muitos danos ecológicos. Certamente existem outras soluções.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119646	Discordância	Que isto não va avante! Um atentado à natureza Portuguesa que tanto precisamos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119644	Discordância	Não concordo com o projecto de acelarar sem controlo a implementação de energias renováveis em zonas que deviam ser protegidas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119643	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha firme oposição à inclusão da Serra da Gardunha / Beira Baixa nas Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER). Esta região é rica em terras agrícolas e florestas que sustentam a economia local e preservam o nosso património natural. Sacrificar estas áreas em benefício de grandes instalações solares e eólicas seria um grave erro, sobretudo sem que tenha sido realizada uma avaliação de impacte ambiental prévia, o que suscita sérias preocupações éticas e ecológicas. Além disso, a beleza da nossa paisagem montanhosa é protegida por uma razão. Não podemos ignorar o impacto que estes projetos terão sobre as espécies ameaçadas e sobre a integridade deste ecossistema tão valioso. Solicito, por isso, que a Serra da Gardunha / Beira Baixa seja retirada da lista das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119642	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119641	Discordância	O verdadeiro progresso tem de respeitar a floresta, a biodiversidade e as formas de vida das populações. A evolução tecnológica que não respeita a Terra não é evolução . As gerações que decidem hoje não podem comprometer o amanhã., devem valorizar a Natureza e orgulhar-se de a proteger acima de tudo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119639	Discordância	Tudo errado neste programa. Transição energética não é produção intensiva de energia para exportação, para abastecer mega data centers (que por sua vez têm um impacto ecológico absurdo) e outros fins que nada têm que ver com os investimentos que têm mesmo que ser feitos. A energia não é sequer distribuída pelas populações locais e - não por acaso - as populações e as autarquias locais não têm poder de decisão. Substituir floresta - em muitos casos autóctone - por produção intensiva de energia em modo acelerado e "via verde" é um desinvestimento na grave crise climática que estamos a viver. Este programa ofende todas as populações rurais e a soberania do território nacional.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119638	Discordância	O PSZAER apresenta diversos riscos ambientais e territoriais que merecem especial atenção. Entre os principais aspetos críticos destacam-se a potencial redução do rigor na avaliação ambiental em nome da celeridade dos procedimentos, o aumento dos impactos cumulativos resultantes da concentração de projetos, a fragmentação de habitats e a perda de biodiversidade, bem como a ocupação de solos agrícolas e naturais de elevado valor. Acrescem ainda os impactos na paisagem, a mortalidade de avifauna associada a determinadas tipologias de projetos, a alteração dos regimes de drenagem e da qualidade dos solos, bem como o risco de conflitos com as populações locais devido à transformação significativa do território. Considera-se igualmente essencial garantir que a aceleração dos processos de licenciamento não compromete a aplicação do princípio da precaução nem a qualidade da avaliação ambiental. Do ponto de vista técnico, o princípio é adequado: planear previamente é preferível a licenciar projetos de forma dispersa e casuística. Contudo, a forma como estas zonas são delimitadas é determinante para o seu sucesso. Melhor ordenamento do território Ao identificar previamente áreas com maior aptidão energética e menor sensibilidade ambiental, reduz-se a instalação aleatória de parques.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119637	Discordância	existe a necessidade de produção de energias através dos recursos renováveis, mas a conversão integral das zonas rurais deste país em parque solares provoca diversos desequilíbrios ao nível ambiental. a preservação ambiental também é necessária, ainda para mais com o aumento dos eventos climáticos extremos. existem alternativas viáveis e sem efeitos tão nefastos para os ecossistemas já tão fragilizados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119636	Discordância	São necessários estudos de impacto ambiental sérios e independentes, uma clarificação do destino da energia que irá ser gerada, em suma, mais transparência em todo este processo. A "necessidade por necessidade" de destruir paisagem natural, de pôr em risco a saúde ambiental dos ecossistemas imediatamente vizinhos a obras desta envergadura, inclusivamente pelo muito certo aumento de temperaturas ao nível dos 2-4oC segundo alguns estudos (ex. https://www.nature.com/articles/srep35070, https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360132325014118) nas comunidades vizinhas para produção de energia renovável. A pergunta é, para onde vai essa energia? E quem a vai gerir? Já não basta não haver tecto ao investimento estrangeiro no imobiliário português, agora nós próprios queremos acabar com a paisagem natural? Se a resposta é, sim precisamos desta energia, pois em vez de 7% só território façam, de forma séria, uma estimativa sensata. 7% de um território já a soldo estrangeiro é um ato suicida no médio, longo prazo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119635	Discordância	Discordo com esta medida. Plantar florestaZ Outro tipo de investimento - transportes, ferrovia. Incentivo ao Menor consumismo . Esta não é a solução	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119634	Discordância	Não podemos simplesmente acabar com a fauna e a flora do nosso país, a dimensão de painéis solares que querem colocar vai acabar simplesmente com a fauna e flora , e não só nos hectares de implantação dos painéis, vai abranger muito mais , além de os painéis nessa amplitude vai interferir com a temperatura ambiente, aumentando-a, e para quem quer combater as alterações climáticas isso será um retrocesso, também os geradores eólicos quando instalados vão interferir com a fauna, principalmente os pássaros, temos que defender a nossa natureza, para que o ser humano consiga sobreviver, a natureza é i bem mais valioso que temos, e é preciso preservá-los.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119633	Discordância	Venho apresentar a minha discordância para com esta iniciativa que tanto lesará pessoas e comunidades, em zonas já de si fragilizadas (e esquecidas) deste país. A nível ecológico também não faz qualquer sentido. Abater floresta em nome da transição energética é uma grande falácia. Gostaria de ver estas iniciativas e apoios dedicados aos particulares e não a empresas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
119632	Discordância	Ajudar sempre os mesmos dá sempre os mesmos resultados. A riqueza de um país é o bem estar dos seus cidadãos.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Sou a favor das energias renováveis, mas não à custa da destruição da natureza, da paisagem e da qualidade de vida das comunidades locais. O interior de Odemira é um património único que deve ser protegido. Existem alternativas mais sustentáveis para produzir energia sem industrializar o nosso território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119631	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Plano Sectorial para as Zonas de Aceleração de Energia Renovável (PSZAER)J.A. Ramos Rocha1Manifesto por esta via a minha total oposição ao PSZAER colocado em consulta publicapor ser um documento que consubstancia uma opção politica e instrumentos administrativos e jurídicos, que lhe dão corpo, que contrariam ou não atendem a algumas das principais recomendações da Comissão da União Europeia, assim como do próprio Tribunal Europeu em matéria de transição energética, e se traduzem em riscos muito graves que colocam em causa o edifício administrativo e jurídico em que assenta a organização e gestão do território português, subtraindo competências aos Municípios, limitando a participação dos cidadãos na gestão da "causa publica", tem graves e irreversíveis consequências para os territórios, as comunidades locais, a sustentabilidade económica ambiental e social de vastas regiões do país, induzindo maiores desequilíbrios económicos e sociais entre os diferentes territórios e, ao invés de promover a inclusão social, promove a exclusão social.Acresce a tudo isto que a implementação do PSZAER permite e configura uma profunda transformação da geografia do território, de forma duradoira e irreversível, transmitindo áspróximas gerações um território completamente transfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização à escala nacional e internacional. No fundo, ao invés de transmitirmos ás próximas gerações um território com valias acrescidas, fazemo-lo com menos valias, condicionando o seu próprio futuro e sustentabilidade geracional.A opção pelas grandes manchas de Zonas para a Energia Solar e Eólica versus o apoio ao desenvolvimento das comunidades de energia e a maximização do potencial de autoconsumoApesar do relatório manifestar como zonas prioritárias para a instalação de parques solares e eólicos as zonas impermeabilizadas e, de alguma forma, dar a entender a sua preferência por soluções descentralizadas de energia renovável, acaba exclusivamente por propor soluções e instrumentos de apoio que permitem o desenvolvimento de megaparques solares e eólicos que chegam, nalguns municípios, a ocupar mais de 35% do seu território. Ou seja, acaba, exclusivamente, por legislar e criar condições de apoio para os grandes megaparques solares e eólicos omitindo completamente, ao invés das Recomendações da Comissão e do Próprio Tribunal Europeu, apoios para as soluções descentralizadas como as comunidades de energia renovável e as soluções de autoconsumo, certamente mais adequadas a um país com territórios com história, cultura, demografia e	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
119630	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao programa setorial das zonas de aceleração da implementação das energias renováveis Sou totalmente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119629	Discordância	É uma vergonha vender território desta forma como desculpa para energias renováveis. Talvez o povo português não seja assim tão burro quanto nos querem fazer ser	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119628	Discordância	A falta de transparência e de rigor na tomada de decisões, com um impacto tão significativo quanto aquele que esta expansão representa, deve ser, por si só, uma questão de alarme. A transição energética deve ser feita tendo em mente a conservação da natureza, dos habitats e integridade dos territórios, não é aceitável, que existindo outras soluções mais próximas da populações, das empresas e polos empresariais e industriais, seja o interior do nosso país e a sua paisagem natural a ser descaracterizado e sacrificado desta forma. Exigisse, por parte das entidades responsáveis, um planeamento sério no que toca às suas decisões e que se pense o futuro a longo prazo, para que não haja arrependimentos a curto prazo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119626	Discordância	A aceleração desta implementação está na base dos interesses económicos privados em conluio com o estado, promove o fogo posto nas zonas visadas e ultrapassa todos os procedimentos de impacto ambiental e social das zonas em que se inserem.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119625	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha preocupação relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética, da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da necessidade de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, estes objetivos não devem ser alcançados à custa da degradação do património natural, da biodiversidade, da paisagem e da capacidade produtiva dos solos. Considero que a instalação de grandes centrais solares em solo deve ser encarada como uma solução de último recurso, privilegiando-se, antes de mais, a utilização de áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios públicos e privados, parques industriais, zonas comerciais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros terrenos degradados. É essencial evitar a ocupação de áreas florestais, agrícolas ou de elevado valor ecológico, bem como impedir o abate de árvores para dar lugar a infraestruturas energéticas. As florestas desempenham um papel insubstituível no sequestro de carbono, na conservação da biodiversidade, na proteção dos solos, na retenção da água e na adaptação às alterações climáticas. A sua destruição para instalar painéis solares representa um contrassenso ambiental. Solicito igualmente que qualquer delimitação de zonas de aceleração seja precedida por uma avaliação ambiental rigorosa, transparente e baseada em critérios científicos, garantindo a participação efetiva das populações, das autarquias e das entidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119624	Discordância	Se o objetivo é resiliência energética, apoiem a instalação de painéis e baterias em casas de particulares, nos telhados que estão sem utilização. Zonas de painéis destróem os eco-sistemas e apenas promovem o controle pela E-Redes/Estado, não a auto-suficiência das populações.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119623	Discordância	Nenhum projeto deverá ser isento de AIA, esclarecimentos e sufrágio entre as populações que possam ser diretamente impactadas.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119622	Proposta concorrente	Coloquem ou criem condições para aplicação de painéis nos telhados das habitações dos portugueses. Criam isolamento, produzem energia verde e não agridem o ambiente nem degradam zonas verdes e não afetam biodiversidade. O propósito destes investimentos têm que ser claros e percebidos por todos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119621	Discordância	Não tem em consideração as populações rurais, a verdadeira sustentabilidade e ecologia.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119620	Discordância	não a o aquecimento global que os painéis solares vão proporcionar, para além da destruição do montado e paisagem.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119619	Discordância	Não há energia verde se for às custas da nossa biodiversidade e da destruição da Natureza da qual somos parte.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A transição energética não pode ser feita à custa do mundo rural	Obrigada pela sua participação.
119616	Discordância	Não sou contra a energia solar nem contra a transição energética. Pelo contrário, considero essencial reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e investir em energias renováveis. No entanto, não acredito que a instalação de megacentrais solares, tal como está a ser promovida, seja a melhor solução para a Beira Baixa ou para Portugal. O problema não é a energia solar. O problema é a dimensão dos projetos, a sua concentração em vastas áreas do território rural e a forma como se pretende acelerar o seu licenciamento. O Plano de Aceleração das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) não corresponde a um projeto específico. Trata-se de um instrumento que poderá simplificar o licenciamento de futuros projetos em determinadas áreas. Se isso implicar uma redução das exigências de avaliação ambiental ou da participação pública, estaremos a criar um precedente preocupante, diminuindo mecanismos fundamentais de proteção do território e das populações. A Beira Baixa não pode transformar-se numa imensa zona industrial dedicada à produção de energia, sacrificando a sua identidade, a paisagem, a biodiversidade e a qualidade de vida das pessoas que aqui vivem. É legítimo perguntar:	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
119615	Discordância	Substituir Verde por produção de energia não é exequível!!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119614	Discordância	A Beira Baixa não pode ser uma central de energias renováveis a céu aberto! A Beira Baixa, as suas gejtes, Património e Paisagens são de todos nós, Portugueses e não das grandes empresas!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119613	Discordância	Manifesta-se a presente discordância relativamente à proposta de delimitação das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (ZAER). O programa, tal como apresentado, afeta uma área excessiva do interior do país, muito acima das necessidades energéticas nacionais, incidindo sobre territórios de elevado valor ambiental, agrícola, ecológico e paisagístico. Esta opção retira a estes lugares a proteção assegurada pela Avaliação de Impacte Ambiental e fragiliza ecossistemas que já hoje suportam múltiplas pressões. Quem vive no interior conhece bem as consequências destas decisões: artificialização do solo, destruição da paisagem, perda de identidade territorial e comunidades que não foram verdadeiramente envolvidas nos processos que as afetam. O interior não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício. Solicita-se, por isso, a revisão do programa, garantindo: - Que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não inserido numa ZAER. A aceleração não deve significar desproteção. - Que todos os projetos integrem processos de envolvimento, escuta e discussão com as comunidades locais, assegurando transparência, participação e corresponsabilidade. - Que a expansão das energias renováveis privilegie zonas já artificializadas, como áreas industriais, parques de estacionamento, bordas de vias, infraestruturas existentes e, sobretudo, superfícies urbanas e telhados. As cidades têm um enorme potencial para acolher estas soluções sem comprometer ecossistemas sensíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119612	Discordância	Não faz sentido devastar paisagem rural, ecossistemas, biodiversidade, flora e fauna e enriquecem o nosso território para acelerar a descarbonização. Esta não deve ser feita a todo o custo, mas deve ser planeada e estruturada em sinergia com o futuro, e o bem estar das populações futuras. Que já terão de se haver com as alterações climáticas agravando-se mais e mais. Não vale tudo em nome de energias renováveis. A sua implementação tem de ser pensada, é certo, e deve ser. Mas de uma forma bem mais inteligente que esta. Uma forma que não ponha em causa a integridade deste nosso território natural, já tão ameaçado por outros vários fatores. Este não pode ser mais um deles 🙏	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119611	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119610	Discordância	Colocar ou criar condições para aplicação de painéis nas habitações dos portugueses. Criam isolamento, produzem energia verde e não agridem o ambiente nem degradam as zonas verdes e toda a biodiversidade tão necessárias	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119609	Discordância	Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Cascais, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119608	Discordância	Considero haver outras opções para alcançar o objectivo sem ser a destruição da paisagem e habitat da gardunha	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119607	Discordância	A proposta apresentada deve ser considerada nula. Anexo ficheiro com os fundamentos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119606	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119605	Discordância	Não e com a devastação da floresta que vamos salvar o planeta,precisamos de muitas árvores ,não basta já os incêndios para acabar com elas?Não e preciso vir agora as ditas energias renovaveis,que são uma treta ,para a nossa floresta ficar ainda mais pobre.E outra coisa as populações locais não lucram nada com essa devastação,por isso acabem lá com isso de painéis solares que so servem para enriquecer meia dúzia de pessoas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119604	Discordância	Este projecto irá destruir a natureza e a paisagem do centro do país, esquecido pelo progresso saudável e só lembrado para abastecimento dos outros. Este projecto não é progresso, é destruição pura.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119603	Discordância	Façamos antes como os países nórdicos : plantemos árvores .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119602	Discordância	Não condordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119600	Discordância	Não concordo com os painéis solares a manchar a paisagem.. Criar incentivos para colocar painéis solares nos telhados das casas e pavilhões.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119598	Discordância	As zonas rurais não podem ser transformadas em zonas industriais. A população que vive em zonas mais rurais não pode ficar esquecida. E chega de desflorestação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119597	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119596	Discordância	A aceleração do processo não vai zelar, nem pelos interesses dos cidadãos em geral, nem pelo ambiente. A implantação de zonas de Energias renováveis vai criar mais impactos no meio ambiente do que trazer benefícios em geral. Permitir a construção de centrais energéticas em zonas ardidas só vem incentivar para mais incêndios afim de criar mais zonas possíveis de receber tais projectos. Numa área ardida, o Estado, deveria de permitir somente projectos de recuperação ao estado anterior do incêndio ou melhorar o coberto vegetal para introdução de espécies autóctones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119595	Discordância	Sou contra a utilização de qualquer tipo de terreno, seja ele agrícola, florestal, etc... Sejam ilusados para a instalação de fontes de energia renováveis. Usem os tenhamos das casas e empresas da região primeiro.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119594	Discordância	Não estraguem património natural	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119593	Discordância	O país não precisa de mais zonas de produção de energia renovável. As estatísticas apontam para uma percentagem já elevada de produção de energia renovável. Temos de manter, proteger, regenerar o património natural e não cobrir o território nacional com renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119592	Discordância	Sou contra a instalação de painéis solares nesta zona. Não quero acordar e ver a minha serra completamente descaracterizada. Uma zona de lazer, que nos transmite tranquilidade. Toda esta zona é bastante quente e dizem os estudos que a instalação de painéis leva a um aumento da temperatura 3 a 4 graus. São pontos muito negativos para quem ali habita. Por isso, e por outras razões, digo NÃO!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119591	Discordância	O programa deve garantir a protecção do território português, da paisagem natural, das comunidades locais e do processo democrático. A avaliação do impacto ambiental deveria ser obrigatória.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119590	Discordância	A prioridade para parques fotovoltaicos deveriam ser áreas já ocupadas por outras infraestruturas (coberturas de parques decestacionamento, separadores de auto-estradas, coberturas de canais de regadio, telhados e coberturas de edificios....).	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119589	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119588	Discordância	Não concordo em destruição desmedida e infundada de floresta e recursos naturais para produção de energia limpa. Não devemos “cometer” crime em nome da energia renovável.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119587	Discordância	Venho apresentar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que, na sua formulação atual, o programa não assegura um equilíbrio adequado entre os objetivos da transição energética e a proteção dos valores ambientais, sociais, paisagísticos, agrícolas e patrimoniais do território nacional. Reconheço a necessidade de acelerar a descarbonização da economia e de aumentar a produção de energia renovável. Contudo, a urgência da transição energética não pode justificar a redução das garantias de proteção ambiental nem a simplificação excessiva dos processos de planeamento e avaliação. O programa suscita preocupações relevantes pelas seguintes razões: 1. Insuficiente salvaguarda da biodiversidade e dos ecossistemas. A criação de zonas de aceleração pode aumentar a pressão sobre habitats naturais, corredores ecológicos e espécies protegidas, sobretudo quando a seleção das áreas privilegia critérios de disponibilidade territorial em detrimento da sensibilidade ecológica. 2. Impacto cumulativo inadequadamente considerado. A avaliação dos projetos não pode limitar-se aos seus impactos individuais. É essencial analisar os efeitos acumulados de múltiplas infraestruturas energéticas, linhas elétricas, acessos, subestações e restantes elementos associados, cuja soma pode produzir consequências muito superiores às avaliadas isoladamente. 3. Proteção insuficiente das paisagens e do património natural e cultural. A paisagem constitui um recurso ambiental, económico e identitário de elevado valor. A instalação intensiva de grandes infraestruturas pode	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119586	Discordância	Compreendo a importância da transição energética e da produção de energia renovável. No entanto, considero que não deve ser colocado em risco o património natural, florestal e paisagístico numa região tão afetada por incêndios e tempestade. A instalação de grandes infraestruturas energéticas provoca impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, na qualidade de vida das populações e na identidade do território. Defendo que sejam privilegiadas alternativas como a instalação de painéis solares em edifícios industriais, parques empresariais, coberturas de edifícios públicos, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas, evitando a ocupação de espaços naturais e florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119585	Discordância	Como cidadã portuguesa, discordo totalmente do projeto. Não entendo como podem chamar de "transição energética" ou "energia verde", a um acto que destrói as nossas florestas, a biodiversidade que belas existem, que são o que nos proporciona as condições necessárias a vida. Tenho vergonha do nosso governo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119584	Discordância	Programas como este são um atentado à natureza, precisamos de alternativas aos combustíveis fósseis, sim precisamos. Mas há muito espaço nos telhados das cidades, das vilas, das aldeias, de zonas industriais e em terrenos que já estão degradados e que não vão prejudicar a floresta. Este enorme retrocesso de não haver avaliação de impacto ambiental individualmente é uma afronta a todos os cidadãos. A floresta verde não pode ser sacrificada por energia "verde". Há relações em zonas projetadas para parques fotovoltaicos onde ardeu em anos anteriores. Essas zonas tem de ter intervenção de reflorestamento. Precisamos urgentemente de proteger cada pedaço de terra que outrora foi floresta. A floresta precisa de renascer das cinzas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119583	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119582	Discordância	Resposta à Consulta Pública sobre o Projeto de Programa Setorial para Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Apresentado por: Movimento Cívico Gardunha Sul, enquanto estrutura de participação cívica de cidadãos residentes na União de Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco. 1. Introdução e Enquadramento O Movimento Cívico Gardunha Sul vem, através do presente documento, apresentar o seu contributo à consulta pública relativa ao Projeto de Programa Setorial para Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e à respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). O PSZAER é uma importante iniciativa de planeamento nacional desenvolvida em resposta à Diretiva (UE) 2023/2413 relativa às Energias Renováveis (RED III). Enquanto instrumento de planeamento estratégico, estabelece o enquadramento para a identificação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) em Portugal continental e influenciará futuras decisões de desenvolvimento, incluindo no território onde este Movimento se insere. A Diretiva 2001/42/CE (Diretiva AAE) e o Decreto-Lei n.º 232/2007 exigem que as considerações ambientais sejam integradas na preparação de planos e programas. Um objetivo central do processo de AAE é demonstrar de que forma a avaliação ambiental informou a tomada de decisão estratégica e a seleção da abordagem preferida - e é sobre essa transparência, e sobre o impacto concreto que o Programa terá na região, que este contributo se debruça. 2. Pressão territorial cumulativa e sobredimensionamento das ZAER A transição energética é uma prioridade que subscrevemos, mas o caminho proposto não é o adequado. Desde logo, o PSZAER opta exclusivamente por facilitar megaparques solares e eólicos de grande escala, ignorando as recomendações da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu, que apontam as comunidades de energia renovável e o autoconsumo como via prioritária para uma transição mais justa e descentralizada. A desproporção do modelo é evidente: para cumprir as metas do PNEC 2030 bastaria	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119581	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119580	Discordância	Discordo deste programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119578	Discordância	Eu sou uma modesta portuguesa que vivo no interior do país. Não concordo com este projeto nem com os outros do mesmo gênero.. Na minha opinião as energias renováveis deviam ser implantadas nos telhados das casas dos prédios dos armazéns e a cada proprietário devia ser facilitado o autoconsumo da sua própria energia incentivado assim as pessoas a colaborar com a mudança energética. Claramente estes mega projectos são uma forma de alguém (multinacionais gigantes da energia e do sector financeiro) aproveitarem os dinheiros públicos para lucrar,não tendo em conta o impacto ambiental nem a destruição das florestas. Não concordo porque pretendo que as gerações futuras não saiam prejudicadas . Boa noite Ex. Srs.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119576	Reclamação	Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119574	Discordância	Gostamos da vossa terra, que igual é nossa. A terra chamada Amoreiras, Alentejo, Portugal, Europa, Terra Mãe. Vimos de todos os cantos do mundo e chamamos este lugar o nosso lar. A vastidão da paisagem - as montes, vales e o mar, é o nosso amor e alegria. O nosso retiro e a nossa proteção. As sobreiras, albelhas e ovelhas -	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119573	Discordância	Mais int€r$ss£s e incêndios a caminho	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119572	Discordância	NÃO concordo com o PSZAER!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119571	Discordância	Absurda esta proposta. Estou totalmente em desacordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119570	Concordância	Blankets of glass' over one of the interior's most beautiful landscapes.	Obrigada pela sua participação.
119569	Discordância	Não queremos uma transição energética que não tenha em consideração a paisagem, o património histórico, a comunidade local.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119568	Discordância	Discordo.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119566	Discordância	Existem outros locais alternativos onde podem colocar painéis solares como parques de estacionamento, zonas industriais etc. A serra da gardunha deve ser preservada e ter sim uma reflorestaçao que não ocorre desde os incêndios de 2017. Colocar painéis solares na serra não é solução. Devemos preservar os ecossistemas e não destruí-los ainda mais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119565	Discordância	Programas que vão prejudicar ambientalmente e economicamente as populações dos concelhos atingidos pela sua implementação. Todo o país vai sair prejudicado com estes programas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119564	Discordância	A zona alvo em causa é desproporcional ao objetivo	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119563	Discordância	Nao ha informacao de onde sao os projetos	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119562	Discordância	Descarbonização à custa da natureza não é solução.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119561	Discordância	É inadmissível tal projecto que abre as portas ao interesse privado em prole da destruição da paisagem natural portuguesa com as graves consequências para as populações ligadas cais e o país em geral. Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119559	Discordância	Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119558	Discordância	Discordo!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119557	Discordância	Discordo completamente com a colocação de painéis solares em áreas agrícolas, florestais e outras que possam ter outra utilidade….	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119556	Discordância	nao concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119555	Discordância	Energia verde, sim, mas não a qualquer custo! O PSZAER (Programa de Zonas de Aceleração de Renováveis) está prestes a passar um autêntico "cheque em branco" aos grandes promotores energéticos, tudo em nome de uma transição verde que, na verdade, tem muito pouco de sustentável e que mostra o lado que o atual governo serve. Acelerar projetos, dispensando a Avaliação de Impacte Ambiental individualizada, não é "simplificar"; é falta de planeamento. Estamos a abrir a porta à destruição irreversível do nosso património natural e das nossas paisagens para instalar mega-parques solares e eólicos em escala industrial. Estão a transformar o nosso interior agrícola e florestal numa enorme central elétrica. E a grande questão é: para benefício de quem? Este modelo serve para alimentar consumos industriais massivos e exportações, enquanto as famílias portuguesas, que vivem com as faturas de eletricidade mais caras da Europa e veem as suas regiões desfiguradas, continuam a não ver qualquer redução real e direta na sua carteira. Queremos descarbonização? Claro que sim. Mas através de energia descentralizada (painéis solares em telhados urbanos e zonas industriais já degradadas, e não em solo fértil ou florestal) em respeito pelo território e pelas populações, garantindo que quem cá vive beneficia diretamente com energia barata. Não podemos destruir o património natural do país para dizer que somos "verdes". Transição energética sem justiça social e sem ordenamento do território é apenas oportunismo económico.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119554	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119553	Reclamação	Acredito na importância das energias renováveis e na necessidade de reduzir a nossa dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, preocupa-me profundamente que alguns destes projetos estejam a ser desenvolvidos à custa da destruição da natureza e da biodiversidade. Essa preocupação é ainda maior quando isso acontece na minha área de residência, onde conheço e valorizo a riqueza natural da região. O progresso deve caminhar lado a lado com a preservação do património ambiental, e não à custa dele.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119552	Discordância	Queremos continuar com espaços verdes onde todos possamos crescer em paz e na natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119551	Discordância	Os projectos que implicam a transformação de locais com a implantação de energias renováveis carecem sempre de análise cuidada de cada caso, dos seus impactos e das necessidades das populações locais. Sempre. Não é pela urgência da descarbonização que se podem ultrapassar os trâmites e cuidados que são o direito das populações. Os recursos do nosso país não são infinitos: aprenda-se a aproveitá-los de forma consciente e pensando nas gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119550	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119549	Discordância	I wish to reject the model proposed. More viable and less destructive alternatives should be sought and the land should not be sacrificed for this project.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119548	Discordância	Total discordância. Inaceitável que esteja na mesa um plano que quer forçar projetos megalómanos em territórios e comunidades que se opõem aos mesmos. Sem respeito pelas pessoas e pelo espaço que ajudaram a manter por gerações. Planos de Avaliação de Impacte Ambiental opcionais? Municípios com 50% do seu território a retalho? Sem sequer equacionarem o impacto cumulativo de projetos como estes? É um Plano completamente antidemocrático, um instrumento de circunavegação da vontade popular, ao serviço de interesses extrativistas privados que em nada beneficiarão as comunidades e territórios onde se pretendem implantar . Queremos uma verdadeira transição energética, não uma mera expansão energética manchada de sangue das comunidades do interior do país para alimentar Centros de Dados e a bolha de Inteligência Artificial. Comecemos por instalar painéis solares fotovoltaicos nos terrenos das infraestruturas poluentes, emissoras de gases com efeito de estufa (refinarias, centrais a gás, fábricas de celulose, etc.) - aí sim, estará a transição energética. Em vez do pretendido no PSZAER, facilitemos outros processos de licenciamento, como a instalação de painéis solares em edifícios públicos, e a criação de comunidades de energia renovável nas aldeias e cidades, na proximidade imediata dos locais de consumo.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119547	Discordância	Subscrevo a posição da Plataforma Nordeste Vivo em todos os aspetos abordados e pontos focados na sua análise e argumentação. Reforço a posição genérica da plataforma: "... a aceleração das energias renováveis não deve ser feita à custa do empobrecimento ecológico, paisagístico e socioeconómico dos territórios de baixa densidade onde a grande maioria das ZAER se localiza. Os benefícios nacionais e europeus da descarbonização só serão legítimos e sustentáveis se os ónus não forem desproporcionalmente suportados por comunidades que já acumulam fragilidades estruturais e que têm menor capacidade de defesa dos seus interesses." O Nordeste Transmontado e outras áreas do interior do país têm como principal recurso a biodiversidade e os serviços de ecossistema que estes proporcionam. A sua manutenção representa uma série de oportunidades para o desenvolvimento do país e, sobretudo, da região que não podem ser eliminados por um programa completamente insensível a estes aspetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119546	Discordância	A destruição massiva prevista é totalmente contra qualquer plano de sustentabilidade com que mascaram projetos. Boa noite Ex. Srs.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119545	Reclamação	Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119544	Discordância	Não queremos a destruição da Beira Baixa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119543	Discordância	Discordo da implementação do projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119542	Discordância	A transição energética é uma prioridade que subscrevemos, mas o caminho proposto não é o adequado. Desde logo, o PSZAER opta exclusivamente por facilitar megaparques solares e eólicos de grande escala, ignorando as recomendações da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu, que apontam as comunidades de energia renovável e o autoconsumo como via prioritária para uma transição mais justa e descentralizada. A desproporção do modelo é evidente: para cumprir as metas do PNEC 2030 bastaria ocupar 1 a 2% do território nacional, mas o PSZAER propõe cerca de 7% do solo continental - mais do que a totalidade da área urbana e artificializada do país (5%) -, sem contar com a capacidade já instalada nem com os projetos que continuarão a ser licenciados fora das ZAER, e apesar de as energias renováveis já cobrirem mais de 75% das necessidades energéticas nacionais. Esta área concentra-se de forma desigual no Norte e Centro interior e em partes do Alentejo, onde, nalguns municípios, a ocupação ultrapassa os 30% e chega a superar os 35% do território, substituindo uma matriz diversa de usos agrícolas e florestais por uma ocupação monofuncional destruidora da paisagem. Acresce que 80% do solo mapeado para ZAER solares tem hoje ocupação florestal e 11% ocupação agrícola, o que, num país em que a soberania alimentar tem vindo sistematicamente a recuar desde 1986, exige uma ponderação que o plano não faz. A escala do mapeamento, sem controlo prévio nem avaliação de impacte ambiental, não foi acompanhada da disponibilização de mapas detalhados em consulta pública nem discutida previamente com os municípios, inviabilizando um parecer verdadeiramente informado por parte das populações. A região da Beira Baixa está entre as mais visadas por este mapeamento, num território cuja economia e identidade assentam na agricultura, na floresta, na biodiversidade e na paisagem e que já enfrenta vulnerabilidades de despovoamento e risco de incêndio reconhecidas pelo próprio Relatório Ambiental Preliminar do PSZAER, sem que se demonstre como serão geridas a nível local. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da desproporção territorial, da falta de contrapartidas para as comunidades de baixa densidade e da ausência de uma palavra decisiva das populações sobre o destino dos seus territórios.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119540	Discordância	Eu, Nicole Germaine Falcão de Campos, residente em Mogadouro, venho por este meio manifestar a minha total DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: Perdas de terrenos agrícolas e graves prejuízos para a agricultura. Alteração radical da paisagem que deixa de ser natural e bonita e passa a ser artifial e um mar negro de painéis. Provocar grandes alterações na economia do nordeste transmontano com grandes prejuizos devido a: - diminuição da produção agrícola, (principal rendimento das populações e desenvolvimento de projetos de agro-indústria ligados aos produtos locais) - diminuição do turismo ligado às atividades agrícolas (vinhos, fumeiro, pão, caça, cereja, amêndoa) por perda de produção e da transformação da paisagem que deixa de ser atrativa para ser visitada. Acentuar a perda de população do interior do País por falta de atividades económicas que criam empregos e ajudam a fixar a população. (depois de construídas estas estruturas não necessitam de quase ninguém para se manterem)	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119539	Discordância	Sou a favor da energia solar e da transição para energias renováveis, mas considero que os grandes parques solares devem ser instalados prioritariamente em zonas já industrializadas, degradadas ou artificializadas, como tem sido recomendado, e não em áreas rurais com valor paisagístico e potencial de crescimento. Vivo nesta região há 8 anos e falo por experiência própria. Muitas pessoas investiram aqui as suas poupanças, recuperaram casas, criaram negócios e escolheram esta zona para viver. É uma região que está finalmente a crescer, e a instalação de grandes centrais solares pode destruir a paisagem, prejudicar o turismo, desvalorizar propriedades e comprometer o desenvolvimento local. Preocupa-me também o possível aumento da temperatura local, numa região que já enfrenta verões muito quentes, bem como a perda de vegetação, biodiversidade e qualidade de vida.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119538	Discordância	A energia solar é necessária, mas deve ser instalada nos locais certos, sem sacrificar territórios rurais, comunidades e paisagens quando existem alternativas com menor impacto. As zonas do interior precisam de pessoas e de postos de trabalho que melhorem as condições de vida das comunidades, não de centrais de painéis solares q apenas beneficiam os promotores, não beneficiam as populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119537	Discordância	Não se pode chamar de energia verde quando se destrói fauna e flora para obter essa energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119536	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119535	Discordância	Apesar de achar que as energias renováveis são uma prioridade, estas não se podem sobrepôr, nem a uma fiscalização prévia e detalhada, muito menos à preservação do património natural e paisagistico do País.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119534	Discordância	A transição energética deve focar-se em pequenas produções, favorecendo o consumidor, em vez, da construção de novos monopólios energéticos. Mas sobretudo é importante mantermos a defesa do território. A energia verde não pode ser sinônimo da destruição do nosso território.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119532	Discordância	No exercício do meu direito de participação procedimental e na qualidade de cidadão residente no concelho de Valpaços, venho expressar a minha profunda e fundamentada oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na forma como afeta o nosso território. Embora reconheça a premência da transição energética, o modelo plasmado neste diploma encerra contradições estruturais inaceitáveis e configura um erro manifesto de ordenamento do território com impactos irreversíveis para a nossa região. Valpaços possui uma matriz identitária e económica indissociável do seu ecossistema agrossilvopastoril de excelência. A afetação destas terras férteis a infraestruturas de produção energética de escala industrial colide de forma flagrante com a preservação de culturas de alto valor acrescentado, como o Azeite de Valpaços DOP, a castanha, a amêndoa e a vinha. A desclassificação ou ocupação de solos com elevada aptidão agrícola consubstancia um conflito de uso do solo que compromete a soberania alimentar e aniquila o nosso principal motor de fixação de riqueza local. Acresce que este programa aprofunda uma dinâmica de injustiça territorial, em que o nosso concelho é forçado a suportar o ónus total das externalidades negativas — desde os severos impactos visuais e supressão do coberto vegetal até à ocupação extensiva do solo — enquanto os dividendos financeiros e a energia gerada são canalizados para os grandes centros urbanos e promotores económicos. Esta realidade viola frontalmente o princípio constitucional da coesão territorial, exigindo-se que o Direito Administrativo e do Urbanismo tutelem efetivamente as populações afetadas, em vez de facilitarem a expropriação do seu capital natural. Do ponto de vista ambiental, o conceito de "aceleração" introduzido consagra um perigoso aligeiramento procedimental. A pré-definição destas áreas promove, na prática, a mitigação ou mesmo suspensão de uma Avaliação de Impacte Ambiental rigorosa e casuística. Esta via verde administrativa ameaça o equilíbrio ecológico e desrespeita o Princípio da Precaução, ignorando que o fim climático não justifica a violação das	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acauteladas através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente
119531	Discordância	Todos sabemos que em nada vai melhorar as vidas das pessoas que aqui vivem! Obrigado	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119530	Discordância	não existe avaliação dos impactos sobre a água, solo, e ambiente , etc? e porque não ocupar territórios já industrializados em vez de destruir património natural?	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119529	Discordância	Discordo totalmente desta proposta. A proposta não defende nem protege a natureza, pelo contrário. Continuam a criar zonas de implementação em excesso, despropositadas relativamente às necesssidades da nossa sociedade. As soluções para este tipo de proposta passam por utilizar zonas já descaracterizadas, abandonadas ou aproveitar coberturas de edifícios e estscionamentos. Protegemos a nossa terra e o nosso planeta, certo?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119528	Discordância	Discordo completamente. Dão o nome de "energia verde" para associar ao projeto a ideia de que é uma forma de energia "ecológica" e por isso "verde", quando vão impactar gravemente o meio ambiente local natural, a biodiversidade, ao implementar este projeto e numa escala tão megalómana, cujos interesses são puramente económicos, e não ecológicos. As consequências para a população local não são consideradas verdadeiramente, os impactos socieconómicos locais não são valorizados e os impactos ambientais como já referi, também não. -As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. - As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. - As ZAER praticamente anulam a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. - A transição energética também precisa de proteger a natureza	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119527	Discordância	Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais. O projecto não considera a biodiversidade local e a importância do pinhal interior . Não há informação suficiente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119526	Discordância	Não!	Obrigada pela sua participação.
119525	Discordância	Total discordância com esta medida. Tendo em conta a Ameaça ao Ordenamento do Território e a desproporção das áreas propostas, que chegam a ocupar percentagens muito elevadas do território de alguns concelhos. Enorme Impacto Ambiental e Biodiversidade onde surgem efeitos cumulativos das megacentrais e linhas de muito alta tensão sem Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) caso a caso. Preocupação na destruição de áreas florestais e de fragmentação de habitats de espécies ameaçadas, como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. O modelo é visto como uma imposição centralista que ignora a autonomia do poder local e as especificidades locais. A falta de clareza prévia na delimitação de algumas áreas também gera desconfiança.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119524	Discordância	A energia verde nunca deveria ser à custa da destruição da biodiversidade e de paisagem natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119523	Discordância	Preservar a natureza , há muitos telhados, não a destruição das florestas	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119522	Discordância	Não a destruição da biodiversidade Exmos. Senhores Responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, venho, por este meio, apresentar impugnação administrativa da proposta submetida a consulta pública, pelos seguintes fundamentos: Considero que a delimitação proposta para as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (ZAER), abrangendo cerca de 7% do território nacional, representa uma transformação territorial de enorme dimensão, cujos impactes cumulativos sobre as populações, a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos, a paisagem e as atividades económicas locais não se encontram devidamente avaliados nem fundamentados. Considero igualmente que a consulta pública decorre sem que estejam disponibilizados todos os elementos técnicos indispensáveis à sua compreensão, designadamente cartografia de detalhe que permita aos cidadãos identificar, com rigor, as áreas abrangidas. Esta omissão limita significativamente o exercício do direito de participação pública e compromete a transparência do procedimento. Verifico ainda que a documentação disponibilizada contém erros factuais que colocam em causa a sua credibilidade. Como exemplo, no Quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Especializada surgem situações, como nos concelhos de Vizela e Valongo, em que a área identificada para ZAER excede a própria área territorial do concelho, revelando inconsistências que deveriam ter sido corrigidas antes da abertura da consulta pública. Entendo que a proposta implica uma concentração particularmente gravosa em determinados concelhos, como Mortágua, onde cerca de 12 000 hectares são identificados como ZAER, com potenciais consequências profundas para as populações residentes, a economia local, os ecossistemas e o ordenamento do território. Considero ainda que a proposta parece assentar numa estratégia de forte expansão da capacidade instalada de produção de energia renovável, sem que tenha sido demonstrada, de forma transparente, a sua efetiva	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119521	Discordância		Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119520	Discordância	Apesar de apoiar a transição energética, não consigo apoiar o PSZAER, pois a transição energética não poderá ser um processo desenfreado feito à custa da Natureza. O nosso país não deverá ser uma mina energética a céu aberto! A descarbonização não pode ser feita com abate de árvores! A proposta atual: - não impede a concentração de varias centrais na mesma região nem avalia o impacto cumulativo das mesmas; - não protege corredores ecológicos; põe em risco espécies protegidas como o Lobo-ibérico e o lince-iberico, pondo também em causa projetos de financiamento europeu; - potencia conflitos legais com áreas protegidas; - não avalia impactos cumulativos sobre recursos hídricos e sobre o solo; - põe em causa a proteção de zonas húmidas. Porque não dar prioridade a soluções descentralizadas (propostas de autoconsumo) ou de utilização de zonas industrializadas, que não façam parte do território natural? Porque não melhorar e aumentar o uso de transportes colectivos? Porque não investir em florestas saudáveis?!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119519	Discordância	A transição energética é uma prioridade que subscrevemos, mas o caminho proposto não é o adequado. Desde logo, o PSZAER opta exclusivamente por facilitar megaparques solares e eólicos de grande escala, ignorando as recomendações da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu, que apontam as comunidades de energia renovável e o autoconsumo como via prioritária para uma transição mais justa e descentralizada. A desproporção do modelo é evidente: para cumprir as metas do PNEC 2030 bastaria ocupar 1 a 2% do território nacional, mas o PSZAER propõe cerca de 7% do solo continental - mais do que a totalidade da área urbana e artificializada do país (5%) -, sem contar com a capacidade já instalada nem com os projetos que continuarão a ser licenciados fora das ZAER, e apesar de as energias renováveis já cobrirem mais de 75% das necessidades energéticas nacionais. Esta área concentra-se de forma desigual no Norte e Centro interior e em partes do Alentejo, onde, nalguns municípios, a ocupação ultrapassa os 30% e chega a superar os 35% do território, substituindo uma matriz diversa de usos agrícolas e florestais por uma ocupação monofuncional destruidora da paisagem. Acresce que 80% do solo mapeado para ZAER solares tem hoje ocupação florestal e 11% ocupação agrícola, o que, num país em que a soberania alimentar tem vindo sistematicamente a recuar desde 1986, exige uma ponderação que o plano não faz. A escala do mapeamento, sem controlo prévio nem avaliação de impacte ambiental, não foi acompanhada da disponibilização de mapas detalhados em consulta pública nem discutida previamente com os municípios, inviabilizando um parecer verdadeiramente informado por parte das populações. A região da Beira Baixa está entre as mais visadas por este mapeamento, num território cuja economia e identidade assentam na agricultura, na floresta, na biodiversidade e na paisagem e que já enfrenta vulnerabilidades de despovoamento e risco de incêndio reconhecidas pelo próprio Relatório Ambiental Preliminar do PSZAER, sem que se demonstre como serão geridas a nível local. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da desproporção territorial, da falta de contrapartidas para as comunidades de baixa densidade e da ausência de uma palavra decisiva das populações sobre o destino dos seus territórios.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119518	Discordância	Opus-me veementemente a esta proposta, uma vez que terá um impacto extremamente negativo no ambiente natural, na biodiversidade, na vida cultural local, na economia rural local e no bem-estar geral da população local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119517	Discordância	Desacordo completamente com a instalação de painéis solares no campo em vez de plantarem mais árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119516	Geral	Concordo e suporto a necessidade de acelerar a produção de energia renovável e de reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No entanto, considero que a implementação das Zonas de Aceleração deve assegurar uma adequada proteção das áreas agrícolas produtivas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119515	Reclamação	A transição para as energias renováveis é importante, mas não pode acontecer à custa da destruição da natureza. Preocupa-me ver projetos que implicam o abate de árvores, a destruição de habitats e a alteração da paisagem. Proteger o ambiente significa encontrar um equilíbrio entre produzir energia limpa e preservar a biodiversidade para as gerações futuras. NÃO PODEMOS UTILIZAR AS RENOVÁVEIS COMO DESCULPA PARA A DESTRUIÇÃO DA NOSSA NATUREZA.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119514	Discordância	Não faz sentido nenhum destruir 7% da nossa floresta em prol da colocação de energias verdes! Usem os parques de estacionamento e as zonas limitrofes das estradas!!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119513	Discordância	Acho prejudicial por questões socioeconómicas, bem como todo o impacto ambiental inerente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119512	Discordância	É um atentado à paisagem! E uma destruição ambiental!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119511	Discordância	Deixem-se de falácias... Este projeto não é pelo meio ambiente...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119510	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119509	Discordância	O PSZAER propõe ocupar vastas áreas do interior português com projetos de energias renováveis, muitas vezes em territórios de elevado valor ambiental e agrícola, sem garantir a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental e a participação das comunidades oferecem. Isso traduz-se em paisagens destruídas, solos artificializados e comunidades ignoradas — um modelo que continua a tratar o interior como um território de sacrifício, onde os custos recaem sobre quem lá vive e os benefícios vão para outros. A transição energética não pode ser feita assim. Em vez de espalhar infraestruturas por zonas naturais, deve começar pelos espaços já degradados: beiras de estradas, telhados de edifícios ou parques de estacionamento. E pode ir mais longe, integrando soluções que beneficiem diretamente as populações, como painéis solares em estufas agrícolas, que protegem as culturas e produzem energia ao mesmo tempo. Mas o verdadeiro desafio vai além da tecnologia. É preciso educar para hábitos de consumo mais responsáveis, democratizar a produção de energia para que as comunidades tenham controlo sobre o seu futuro e investir na reflorestação com espécies autóctones, criando emprego e riqueza local. Os territórios rurais não são recursos a serem explorados — são o coração de Portugal, onde se joga a sua identidade, cultura e sustentabilidade. A transição energética deve ser um ato de justiça, não de destruição. Tem de ser construída com as pessoas, ouvindo-as, protegendo o que importa e garantindo que ninguém fica para trás. Só assim será verdadeiramente limpa, justa e duradoura.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119508	Discordância	Os mapas finais de licenciamentos devem ser definidos previamente e identificadas de forma clara as zonas onde irão nascer os novos parques solares, com a apresentação e aprovação dos respectivos estudos de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119507	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício. Ana Figueiredo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119506	Discordância	Na minha opinião, este projeto levanta preocupações significativas. Enquanto biólogo, considero que algumas das medidas propostas carecem de uma fundamentação mais robusta e que a informação disponibilizada ao público, bem como a transparência do processo, são insuficientes para um instrumento com esta relevância para o ordenamento do território e para a conservação da natureza. Tratando-se de uma medida com potencial impacto a longo prazo no bem-estar do país, seria expectável um processo de divulgação e participação pública mais abrangente. A transição energética é indispensável, mas não deve ser feita à custa dos valores naturais, que são cada vez mais escassos em Portugal. É essencial que a expansão das energias renováveis seja planeada de forma a minimizar os impactos sobre a biodiversidade e os ecossistemas, privilegiando a utilização de áreas já artificializadas e infraestrutura já existente, sempre que possível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119505	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à proposta do PSZAER na sua forma atual. Considero preocupante a definição de extensas áreas destinadas à instalação de projetos de energias renováveis sem que exista total clareza sobre os impactos que poderão resultar para o território, para a biodiversidade, para as paisagens e para as comunidades locais. A transição energética é uma necessidade incontornável, mas não deve servir de justificação para reduzir o escrutínio ambiental, enfraquecer mecanismos de proteção da natureza ou limitar a capacidade de intervenção das populações afetadas. O combate às alterações climáticas não pode ser feito à custa da degradação dos ecossistemas e da perda de património natural. Entendo que é indispensável garantir avaliações ambientais rigorosas, transparentes e independentes para todos os projetos que possam ter impactos significativos, bem como assegurar uma participação pública efetiva antes da tomada de decisões irreversíveis. Solicito a revisão da proposta, o reforço das salvaguardas ambientais e uma maior proteção das áreas sensíveis, de modo a assegurar que a produção de energia renovável seja compatível com a conservação da natureza, a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento sustentável do país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119504	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119503	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119502	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Nasci e cresci no Monte Novo da Horta dos Colmeeiros, na Serra de São Martinho, concelho de Odemira, onde continuo a viver e a desenvolver uma parte significativa da minha prática artística e de investigação. O meu trabalho nasce da relação continuada com este território, com os seus ecossistemas, os seus materiais e os saberes vernaculares que persistem nas comunidades locais, procurando documentar, valorizar e ativar formas de conhecimento transmitidas pela oralidade e profundamente enraizadas na paisagem.	Obrigada pela sua participação.
119501	Discordância	Ao longo da última década tenho desenvolvido diversos projetos de investigação, criação e mediação dedicados ao património cultural e ecológico do Baixo Alentejo, entre eles Da Serra e da Charneca, centrado na recolha de poesia popular de tradição oral, e Entre Serras e Bichos, apoiado pela Évora Capital Europeia da Cultura 2027, que explora as relações entre imaginário popular, biodiversidade e território. Estes trabalhos tem sido apresentada em contextos internacionais como a Manifesta 15 Barcelona Metropolitana (2024) e em residências como o Projeto Lugar, no CAM – Fundação Calouste Gulbenkian (2025) .	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		É na qualidade de residente, natural deste território, artista e pedagoga com trabalho continuado sobre o património cultural imaterial e as transformações ecológicas do sudoeste alentejano que apresento a seguinte participação no âmbito da presente consulta pública que segue em anexo.	
119500	Discordância	Discordo completamente com opções como esta que procuram atuar no sentido renovável destruindo o meio ambiente, a natureza, um património riquíssimo português, e muitas vezes também o modo de vida de populações rurais. As opções de transição energética têm que ter em linha de conta a população e o património natural português. Caso contrário as opções verdes não são de todo verdes. Afirmo a minha discordância total	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119499	Discordância	Era o que mais faltava. A ganância cega de alguns.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119498	Discordância	Discordo totalmente pelo impacto negativo ao nível do ambiente, dos escossistemas, da paisagem e da qualidade de vida das pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119496	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119495	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação acessível suficiente para ter uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119494	Discordância	Não quero a instalação de grandes parques eólicos e fotovoltaicos no meu país. Todo o processo das ZAER tem sido levado a cabo sem o mínimo de transparência nem de envolvimento das populações locais. Ninguém é contra as energias renováveis mas devem ser privilegiadas em primeiro lugar as pequenas instalações individuais, seja em telhados vedações e fachadas, tal como em edificações públicas e grandes superfícies de coberturas, sejam públicas ou privadas. Seguidamente muros e divisões de estradas e autoestradas e por fim pequenas comunidades energéticas. No final deve ser avaliado se as ZAER fazem sequer sentido. Ao criar este tipo de zonas com legislação aligeirada, simplificada e que não passa pelos instrumentos legais devidos está a abrir-se um precedente altamente perigoso que permite que se ocupem terrenos agrícolas férteis. Ora num país com pouca área, periférico ao nível europeu como é Portugal, estar a abrir mão do pouco território livre para a agricultura e turismo em todas as suas vertentes seja de natureza, cinegético entre outros é abrir um precedente sem volta atrás e abdicar de uma parte da nossa autonomia sob o pretexto da autonomia energética, cuja necessidade da ocupação destes territórios já se provou - ao nível técnico e também ambiental- que não tem a menor razão de ser. Resta saber assim quais são os promotores destes projetos que começam a vir a público, quem antes adquiriu as licenças de exploração e a quem as vendeu. Deve ser inquirido quem tem interesse neste tipo de obras e quais são os destinatários finais da energia, que sabemos agora não serão no nosso país. Por tudo isto digo que sou contra e que as ZAER não fazem sentido quando já havia legislação que acautelava as Energias Renováveis, de uma forma mais transparente e sustentável.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119493	Discordância	Discordo totalmente pelo impacto negativo ao nível do ambiente, dos escossistemas, da paisagem e da qualidade de vida das pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119491	Discordância	A natureza não pode ser substituída por paineis. As paisagens, a agricultura, a fauna, a flora, as populações estão em primeiro lugar. Há opções que podem e devem ser estudadas para não destruir o nosso património. Estacionamentos, autoestradas, linhas de comboio podem ser alternativas viáveis com muito menor impacto ambiental. A transição energética não se pode sobrepor à vontade de um povo. Os interesses económicos dos promotores nao são, de todo, compatíveis com as necessidades da população. Não! Não concordo! E não aceito!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119490	Discordância	O facto de não ser necessário aprovação prévia da APA é muito preocupante. As zonas selecionadas têm imensa riqueza natural que irá ser destruída.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119489	Reclamação	Vivo actualmente em Cinfães e vivi muito tempo em Nisa, portanto estou bastante ciente da realidade do mundo rural em Portugal. Rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119488	Reclamação	Exmos Senhores Venho, por este meio, contestar a forma como o PSZAER está a ser conduzido, designadamente pela total ausência de cartografia nos documentos colocados em consulta pública. Com efeito, a falta de mapas detalhados torna impossível identificar com rigor os territórios e locais que poderão vir a ser afectados pela instalação dos projectos eólicos e solares, comprometendo uma participação pública devidamente esc larecida e fundamentada. Acresce que a cartografia correspondente às áreas propostas, tanto quanto é do conhecimento público, não foi sequer objecto de discussão prévia com os municípios abrangidos. Nestas circunstâncias, venho solicitar o prolongamento do período de consulta pública, o qual deverá ser reaberto após a inclusão da referida cartografia, permitindo assim que os cidadãos e as entidades interessadas possam pronunciar se com pleno conhecimento dos impactes territoriais das propostas em apreciação Miguel Bento Brandão Alves Pimenta	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119485	Discordância	Eu, Vanda Dunkel Matos Couto e Neiva, na qualidade de cidadã atenta à preservação do território nacional, venho por este meio expressar a minha profunda preocupação e oposição à atual proposta do PSZAER (Plano Setorial de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis), com base nos seguintes pontos: Impacto no Interior: Considero que a proposta designa uma extensão excessiva de hectares no interior do país como zonas de aceleração. Esta medida sobrepõe-se a áreas de elevado interesse ambiental, agrícola e paisagístico, retirando-lhes a proteção essencial conferida pela Avaliação de Impacto Ambiental. Descaracterização do Território: A implementação do plano, nos moldes atuais, resultará na artificialização da terra e na destruição de paisagens naturais, ignorando as necessidades e vozes das comunidades locais que vivem e cuidam do interior. Exigência de Rigor: Defendo que nenhum projeto deve ficar isento de Avaliação de Impacto Ambiental ou de processos de envolvimento e discussão com as comunidades afetadas, independentemente da sua localização numa ZAER. Alternativas Sustentáveis: Apelo a que o foco da instalação destas infraestruturas seja redirecionado para zonas já artificializadas, tais como margens de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados, poupando o solo natural. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como um território de sacrifício. Solicito, por isso, a revisão urgente deste programa .Com os meus melhores cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119484	Discordância	Após sermos assolados por fogos e tempestades, não podemos permitir acelerações de implementação que passam por cima de todas as entidades e pareceres técnicos. Hoje mais que nunca é importante gerir de forma muito cautelosa toda a nossa área verde. E preservar recursos naturais principalmente vegetais e hídricos. Estamos com muito pouca floresta de altitude e existem aquíferos em risco.... Assim, tudo deve passar pelos pareceres técnicos sejam eles ambientais, de coordenação e de impactos varios	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119483	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. As necessidades energéticas devem ser supridas apelando à construção local de centros solares, ao uso de paisagens já artificializadas. Quando todos os edifícios públicos e privados estejam já providos de painéis solares a gestão energética será feita localmente e os consumidores poderão até ter benefícios a nível económico. A destruição de paisagens que são fulcrais para a vida para instalação de painéis solares é um crime ambiental. Acelerar este processo tentando para isso passar por cima de estudos de impacte ambiental e avaliação de estragos é absolutamente inaceitável . A paisagem do nosso país não é apenas bela e feita de estética, a paisagem é território cheio de fauna e flora. A destruição desses habitats tem impactos gravíssimos nos territórios imediatos e circundantes . Os impactos são ambientais e sociais, prejudicando transversalmente as populações humanas e a fauna e flora. A transição energética deve ser feita mas não à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe. Estes processos devem ser dinamizados localmente, criando comunidades energéticas em articulação com os municípios e as populações locais, sendo fulcral descentralizar decisões e a valorizar dos instrumentos de ordenamento do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119481	Discordância	Porquê ocupar de solos agrícolas e florestais por grandes centrais solares? As consequências são não só a destruição da paisagem, há impactes na biodiversidade, efeitos na saúde pública e nas alterações climáticas O Planeta precisa (!urgentemente!) de ser PROTEGIDO, e não destruído!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119480	Discordância	Manifesto a minha não concordância com a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porque, na sua forma atual, o programa mata a natureza que deveria ajudar a proteger. O PSZAER identifica áreas de aceleração de forma excessivamente ampla (cerca de 7% do território continental), o que abre a possibilidade de implantação massiva de parques solares e eólicos em zonas naturais sensíveis, com risco de destruição de habitats e de perda de biodiversidade. A proposta sobrepõe essas zonas a solos com valor ecológico, montado, áreas de proteção e corredores naturais, sem uma avaliação suficientemente detalhada dos impactos cumulativos sobre a fauna, a flora e os recursos hídricos. O regime de licenciamento simplificado e a possível isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) reduzem as salvaguardas essenciais para garantir que projetos renováveis não se transformem em projetos de destruição ambiental. Ao priorizar a velocidade de implantação em vez da qualidade ambiental, o programa inverte a lógica de proteção da natureza: em vez de usar as renováveis para preservar o planeta, abre caminho para a sua degradação direta no território. A falta de participação efetiva de entidades ambientais, comunidades e municípios no desenho das zonas de aceleração significa que os valores ecológicos e as especificidades locais são frequentemente ignorados, aumentando o risco de danos irreversíveis. Solicito, portanto, que o PSZAER seja substancialmente revisto, com: redução drástica das áreas de aceleração, limitando-as ao mínimo necessário para cumprir as metas de 2030; exclusão clara de áreas de alto valor ecológico, montado, solos agrícolas e zonas protegidas; garantia de que qualquer projeto de renováveis em áreas de aceleração passa por avaliação ambiental rigorosa;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119479	Discordância	Não concordo com a colocação de paineis solares sobre terrenos de qualquer tipo e em quaisquer zonas do território português.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119478	Discordância	Discordo completamente com a desflorestação e com a colocação de paineis solares em zonas de campo, mato ou floresta. Para além de necessitarmos de arvores para sobreviver também vai prejudicar o ambiente, a fauna e flora destes locais. A desflorestação, a extinção de habitats tem consequências devastadoras para toda a humanidade. Plantem mais árvores, criem mais espaços verdes. Coloquem paineis em parques de estacionamento, em prédios e ao lado coloquem bastantes árvores para compensar o calor gerado pelos painéis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119477	Reclamação	Boa noite Ex. Srs. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. As populações estão a ser chamadas a pronunciar-se sem conhecerem verdadeiramente aquilo que está previsto para o seu território. Isto significa que milhares de pessoas podem perder o direito de defender as suas terras antes mesmo de saberem onde os projetos serão instalados. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham , sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. A a sempre defendi a transição energética. O que denuncio é um modelo de planeamento que não sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho de Miranda do Douro. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119476	Discordância	O nosso interior merece respeito... Respeito pelo território... respeito pela natureza. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119474	Reclamação	Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119473	Discordância	Não a forma correta de implantação de energias renováveis através do abate de árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119472	Discordância	Discordo deste programa. Um governo não pode decidir sozinho sobre mais de 7% de um país!! É necessário ter impactes ambientais de CADA um dos projetos que possam surgir. UM POR UM todos os projetos devem ser avaliados com cuidado. E a população de Portugal deve ser ouvida e emitir o seu parecer sobre cada projeto. Os estudos de impacte ambiental têm de continuar a ser OBRIGATÓRIOS e devem ser feitos UM POR UM. Nada de acelerações! Decisões que têm impacto na natureza, nas comunidades locais, no futuro que se deixa para os portugueses NÃO PODEM SER ACELERADAS! Têm de ser tomadas com cuidado. Cada projeto deve ser avaliado com cuidado. Deve haver limites reais à concentração de projetos em cada uma das regiões do país. As áreas protegidas e classificadas e os corredores de animais devem continuar protegidos. A participação pública é um direito democrático de todos os cidadãos e deve existir SEMPRE! Todas as decisões com impacto no futuro do país DEVEM OBRIGATORIAMENTE SER LEVADAS A CONSULTA PÚBLICA.. Exigimos participação pública em TODAS as fases deste projeto e não apenas nesta consulta. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abate de milhares de árvores. As ZAER reduzem a possibilidade das câmaras municipais locais e as populações locais poderem ter hipótese de rejeitar os projetos previstos para as suas próprias regiões - e isto não pode ser!! A APA e o CNF são organismos de defesa da natureza e têm de continuar a ter poder para emitir o seu parecer sobre CADA UM DOS PROJETOS!!! Queremos um futuro bom para os portugueses, não queremos cemitérios de metal de painéis solares. A vida útil de um painel solar é de cerca de 25 a 30 anos. Depois desses anos o que vão fazer ao lixo metálico? Vai ficar um cemitério de metal de lixo! E ainda por cima ser possível empresas não portuguesas virem para cá implementar projetos, destruir o nosso território, matar árvores, enquanto mantêm o território deles sem estragos, e depois levam a energia produzida cá para o país deles? E são as nossas populações que ficam com os estragos e a destruição e com cemitérios de metal??? DISCORDO TOTALMENTE DESTE PROGRAMA! Uma só árvore é Vida!!! Um painel solar é lixo. Grandes centrais solares destroem ecossistemas, animais e habitats naturais, a biodiversidade fica em risco. Os painéis solares fazem aumentar a temperatura dos solos subir, o que tem um impacto enorme negativo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119471	Discordância	Não concordo que para interesses económicos de grandes grupos se descaracterize a nossa terra, a nossa cultura a nossa vida, . Estamos a deslizar a água o aquecimento de uma paisagem sem árvores, criamos cicatrizes na nossa terra que não vamos conseguir limpar. O povo hoje chora pois não pode ver a sua terra assim brutalizada para responder a burocratas de gabinetes no estrangeiro, sentados em secretarias que se esqueceram já da terra e dos que lá vivem. Isto assim não é ecologia é o lucro dos grandes grupos a aproveitar e destruir as ideias genuinamente ecológicas por conta de interesses monetários e consumistas .	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119470	Discordância	Vergonha! Pais de gente sem escrúpulos!!! Vale tudo para encher o bolso!!! A autodestruição que levará à extinção da espécie...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119469	Discordância	Manifesto a minha oposição ao projeto PSZAER por considerar que este não serve verdadeiramente o interesse público, mas privilegia interesses económicos privados, sem atender de forma suficiente à vontade das populações afetadas e às características do território. Este projeto parece responder prioritariamente às necessidades e objetivos das empresas promotoras, sem demonstrar que coloca em primeiro lugar o bem-estar das populações, a proteção do território e a salvaguarda da qualidade de vida das comunidades afetadas. Considero igualmente que a vontade das populações locais não foi devidamente considerada ao longo do processo. A participação pública só faz sentido se as preocupações, objeções e contributos apresentados pelos cidadãos tiverem uma influência efetiva nas decisões, e não apenas um caráter meramente formal. Entendo que o interesse público deve prevalecer sobre interesses económicos particulares, sendo essencial garantir que qualquer decisão resulte de um processo transparente, equilibrado e verdadeiramente participado, que respeite os direitos das populações e assegure a proteção do território e do ambiente. Por estas razões, considero que o projeto, na sua forma atual, não deve ser aprovado. Acredito que a designação de "energia verde" ou "energia limpa" não pode ser utilizada para justificar projetos que implicam a destruição ou degradação significativa de ecossistemas, habitats naturais, paisagens e biodiversidade. A transição energética é necessária, mas não deve ser feita à custa da natureza nem da qualidade de vida das comunidades locais. Uma energia cuja produção depende da ocupação intensiva do território, da remoção de vegetação, da fragmentação de habitats e da perda de património natural não pode ser considerada verdadeiramente sustentável apenas por reduzir as emissões de carbono. A sustentabilidade exige um equilíbrio entre os objetivos climáticos, a conservação da natureza e o respeito pelas populações. Acresce que os efeitos negativos destes projetos devem ser avaliados de forma cumulativa e no contexto das alterações ambientais já em curso, incluindo as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a degradação dos solos e a escassez de recursos hídricos. A pressão adicional sobre os ecossistemas pode comprometer a sua capacidade de adaptação e de prestação de serviços ambientais essenciais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119467	Discordância	Como residente no distrito de Castelo Branco, sinto-me na obrigação de opor-me à inclusão desta região nas zonas de aceleração de energias renováveis do PSZAER. Este território é lar de espécies ameaçadas, como o lince ibérico e o lobo ibérico, que dependem dos nossos ecossistemas e habitats intactos. A instalação de grandes centrais solares destruiria a biodiversidade local e comprometeria o equilíbrio dos nossos ecossistemas. Além disso, a visualização de extensas áreas cobertas de painéis de vidro sobre uma paisagem tão admirável seria uma verdadeira afronta à beleza natural que nos rodeia. Não devemos sacrificar as nossas valiosas terras agrícolas, como os olivais e pomares de cerejas, em prol de um modelo de desenvolvimento que ignora a especificidade e os recursos da região. Por todas estas razões, apelo à exclusão da Serra da Gardunha das zonas do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119466	Discordância	Não posso concordar com uma dita "energia verde " que a sua consequência será sugar o que é realmente verde, ou seja, a nossa flora portuguesa, e por consequência a fauna também!! Não quero o meu país com países solares, eólicas e afins em espaços naturais! Estudem outras opções, coberturas de estacionamentos, rails das auto-estradas, quiçá nas casas , jardins, terrenos de quem tem estas ideias (ironia) Não a este tipo se transição verde ⛔⛔	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119465	Discordância	Não vamos destruir o ambiente com falsa energia verde	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119464	Discordância	A transição energética não pode, nem deve, ser feita de forma "simplificada" nem "acelerada", como propõe o PSZAER. A proposta apresenta demasiados riscos a nível ecológico e humano que não justificam, de forma alguma, a transição energética para energias renováveis, que, sendo um processo complexo, deve ser feita de forma ponderada, e não acelerada. Deve ser dada prioridade a soluções descentralizadas de produção energética, como de resto é feito em outros países europeus, nomeadamente através do autoconsumo, das comunidades de energia e, ainda, do uso de áreas já artificializadas. A ocupação de território natural não pode ser a prioridade. É, também, necessário, que um plano deste género estabeleça limites reais à concentração de projectos numa mesma região (não faz sentido que alguns municípios, como o da Sertã, possam ter até 25% da sua área afecta a energia solar) e que estabeleça protecção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica. Mais ainda, é, no mínimo, essencial que seja obrigatória a avaliação dos impactos cumulativos de centrais e linhas eléctricas associadas. No fundo, esta proposta é tudo menos sustentável, pois está intenta em destruir ecossistemas únicos e modos de vida já de si ambientalmente simbióticos para facilitar uma suposta "transição verde," sem ter em conta as populações que vivem nestes territórios. O PSZAER traduz-se, pois, em termos práticos, num menor controle ambiental, menor poder de decisão para as populações, licenças facilitadas e campo aberto para interesses extravistas, aliados à falta de transparência e cartografia clara nos documentos oficiais apresentados. Por tudo isto, discordo veementemente com esta proposta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119463	Discordância	Boa tarde, eu João Pereira venho discordar com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e em anexo envio documento a explicar os meu motivos. Este programa não representa a vontade nem os direitos das comunidades que vivem nestes territórios. Peço encarecidamente que seja revisto ou anulado este programa. Obrigado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119462	Discordância	A Freguesia de Paradela reconhece a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e a necessidade de Portugal prosseguir os objetivos de descarbonização e de reforço da sua autonomia energética. Todavia, considera que o concelho de Mogadouro já contribui muito para esses objetivos. Bem assim, considera também que estes objetivos devem ser concretizados de forma equilibrada, com respeito pelos princípios da sustentabilidade, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação democrática das comunidades locais. Neste contexto, manifesta a sua discordância relativamente ao modelo proposto para a delimitação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), por entender que a sua definição assenta numa abordagem excessivamente centralizada, sem a participação efetiva dos municípios e das freguesias, que são as entidades que melhor conhecem as especificidades, potencialidades e fragilidades dos respetivos territórios. Esta opção não se mostra conforme com o princípio da subsidiariedade, consagrado no Direito da União Europeia e refletido no ordenamento jurídico português, segundo o qual as decisões públicas devem ser tomadas ao nível administrativo mais próximo das populações sempre que tal seja possível e adequado. A Freguesia considera igualmente que a delimitação das ZAER deve atender não apenas aos critérios técnicos de aptidão para a produção de energia, mas também à capacidade de carga territorial, aos impactos cumulativos de projetos já existentes ou licenciados, à proteção da agricultura, da pecuária, da biodiversidade, da paisagem e do património cultural. No caso do concelho de Mogadouro, que já acolhe diversas infraestruturas de produção de energia renovável, torna-se indispensável assegurar uma distribuição territorial mais justa dos encargos associados à transição energética e garantir que as comunidades locais beneficiam efetivamente do valor gerado pelos projetos. Nestes termos, a Freguesia de Paradela solicita que a versão final do Programa Setorial seja revista, prevendo a participação obrigatória e efetiva dos municípios e das freguesias na definição e validação das ZAER, bem como a introdução de mecanismos de avaliação da capacidade de carga territorial, de proteção dos valores ambientais e das atividades económicas locais e de compensação justa para os territórios que acolhem estas infraestruturas. Só através de um modelo participado, transparente e territorialmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119460	Discordância	Sou favorável às energias renováveis, mas discordo da instalação acelerada de projectos sem salvaguardas rigorosas para a população, a paisagem, a biodiversidade e a agricultura local. A transição energética tem de ser justa, participada e adequada a cada território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119458	Discordância	Existem milhares de telhados industriais sem Paineis solares, porque nao obrigar as industrias a investir em Paineis e obrigar a todas as construções novos a terem paineis no telhado?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119457	Discordância	Obrigado Temos que lutar pela nossa Gardunha com as suas nascentes, fauna e flora. Não podemos baixar os braços . Como é possível virem estas multacionais gananciosas sem respeito nenhum pela natureza!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
119456	Discordância	Natureza em risco: O plano reduz a distância obrigatória a zonas húmidas e afeta áreas protegidas, o que levanta alertas ambientais de associações de defesa da natureza. Proximidade às casas: Permite a instalação de painéis solares a distâncias curtas das povoações (ex.: 200 metros) e eólicas a 1 km, distâncias consideradas insuficientes para garantir a qualidade de vida e a saúde das pessoas. Menos estudos: Propõe acelerar o processo, o que significa que muitos projetos poderão avançar com menos estudos de impacto ambiental e sem consulta pública detalhada. Falta de transparência: Várias autarquias e especialistas questionam os critérios usados para escolher os locais e a falta de divulgação de mapas detalhados, o que impede uma análise clara do impacto local. Terá se for avante um impacto ambiental desastroso e sem retorno, não nos irá beneficiar em nada. A energia, consiste em melhorar e recuperar ecossistemas. Melhorar o planeamento urbano com obrigatoriedade de zonas verdes. Não permitir a construção de centros de data, que são autênticos sorvedouros de água, para além de aumentar a temperatura no raio de 100km. Do ar e do solo, sem referir radiação electromagnética e ruído. Enfim há montanhas de razões para não avançar com esse projecto megalómano, que em nada vai beneficiar os portugueses. Nós somos Natureza!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119455	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119454	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119453	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119452	Discordância	Isto é a destruição da nossa floresta, (que tantos incêndios sofre todos os anos, e que tanto precisa de ser recuperada). Colocar mais equipamentos de energias chamadas ecológicas, que exigem uma alteração paisagística radical, desfigurando-a totalmente, como já aconteceu em zonas mais a sul, completamente cobertas de painéis solares, em que se abateram centenas de sobreiros, não é solução. Existe também a questão dos terrenos rurais que serão ocupados, e isto terá consequências socio-económicas graves.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119451	Discordância	Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Ana Maria Brull	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119449	Discordância	O clima precisa de florestas e campos. É uma força do nosso Portugal não se pode destruir.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119448	Discordância	Este programa é pouco transparente e carece de participação ativa e esclarecida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119447	Discordância	A instalação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) no território municipal, nos moldes em que se encontra projetada, suscita profundas preocupações devido aos severos impactos de ordem ambiental, agrícola e socioeconómica que acarreta. Em primeiro lugar, assiste-se a um manifesto risco de conversão de solos agrícolas de média e alta aptidão, uma decisão que compromete diretamente a produção alimentar e fragiliza as economias locais, fortemente dependentes do setor primário. Este cenário é agravado pela supressão da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) obrigatória nestas zonas. A eliminação deste instrumento de salvaguarda, alvo de críticas severas, traduz-se numa grave ameaça de agressão ao património natural, que fica desprovido de uma análise técnica independente e preventiva. Adicionalmente, regista-se uma insustentável sobrecarga do território. A afetação de percentagens elevadas de área municipal para estes fins — que atinge cerca de 30% em algumas localizações — entra em conflito direto com as orientações dos Planos Diretores Municipais (PDM) e compromete de forma grave o planeamento e o desenvolvimento local a longo prazo. Esta ocupação massiva prejudica gravemente a gestão da paisagem, uma vez que afeta áreas de manifesto interesse turístico, histórico e cultural, bem como zonas florestais que desempenham um papel ecológico e económico crucial. Por fim, constata-se uma total falta de benefício local. O modelo adotado favorece claramente megaprojetos centralizados e promotores externos, não assegurando qualquer retorno financeiro significativo, criação de emprego duradouro ou melhoria do bem-estar para as populações residentes, que suportam todos os custos ambientais e visuais sem qualquer contrapartida justa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119446	Discordância	Proteger o ambiente e as populações em primeiro lugar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119445	Discordância	Discordo	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119444	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de ações de envolvimento e discussão com as comunidades afetadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119443	Discordância	O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119442	Discordância	Precisamos mais de árvores do que de painéis solares e eólicas. Coloquem os painéis nos telhados e entre as eólicas, no mesmo parque. Não aceito desmataçao para energias renováveis. Não vale tudo	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119441	Discordância	Este programa põe em perigo equilibrios ecologicos frágeis que várias organizações e cidadãos, que dedicam a sua vida à preservação e regeneração do território, tentam preservar ou recuperar. Defendo a transição energética, mas sem a obstinação do cumprimento de metas a qualquer custo. É importante que aconteça dentro de uma abordagem multidisciplinar, com o envolvimento integral dos consumidores, na sua consciencialização e responsabilização na gestão dos recursos. Nunca apenas pela via da substituição de património vivo existente, de valor incomensurável, por estruturas, que rápidamente se tornarão obsoletas. Não confio na honestidade e transparência dos processos de licenciamento dentro deste Programa.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119440	Discordância	Cortar as árvores que os nossos antepassados nos deixaram, para colocar painéis solares, é um crime ambiental, será hipotecar as gerações futuras, sem árvores, sem animais e sem água.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119439	Reclamação	Boa noite, Enquanto cidadão preocupado com o Meio Ambiente, alguém que viaja por Portugal e pelo mundo, rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119438	Discordância	Manifesto a minha discordância em relação ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que: - Exclui as comunidades rurais: Não são ouvidas nem beneficiam dos projetos; - Ameaça a biodiversidade: Coloca em risco espécies protegidas de fauna e flora, incluindo o abate de sobreiros (espécie legalmente protegida), corredores ecológicos (lince, lobo, aves migratórias) e áreas classificadas (Geoparques UNESCO, zonas húmidas); - Provoca impactos irreversíveis: Alterações permanentes em territórios sensíveis e de elevado valor paisagístico; - Agrava riscos climáticos: Instalação de painéis em zonas de calor extremo acelera a desertificação e afeta a saúde pública; - Destrói a identidade rural: Substituição de território natural por centrais solares/eólicas, transformando paisagem e modo de vida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119437	Discordância	Assim, não o PSZAER não tem em vista o melhor para o país em geral. O programa deve ser revisto de forma a designar quais as áreas afectadas. Só assim se garante que as áreas verdes tão necessárias ao país se mantém íntegras.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119436	Discordância	Pela revisão do PSZAER!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119435	Discordância	Não concordo com o programa - ao invés de apostarem na qualidade de vida das pessoas, estão constantemente a vender o país ao desbarato sem pensarem a longo prazo: vergonhoso! Vão-nos colocar a todos na miséria e mega dependentes das grandes empresas. Esta medida não visa a nossa soberania - muito pelo contrário. E não vendam este tipo de projectos de energia renovável como ecológicos- basta olhar para este programa…	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119434	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119433	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119432	Discordância	O A instalação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) no território municipal, nos moldes em que se encontra projetada, suscita profundas preocupações devido aos severos impactos de ordem ambiental, agrícola e socioeconómica que acarreta. Em primeiro lugar, assiste-se a um manifesto risco de conversão de solos agrícolas de média e alta aptidão, uma decisão que compromete diretamente a produção alimentar e fragiliza as economias locais, fortemente dependentes do setor primário. Este cenário é agravado pela supressão da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) obrigatória nestas zonas. A eliminação deste instrumento de salvaguarda, alvo de críticas severas, traduz-se numa grave ameaça de agressão ao património natural, que fica desprovido de uma análise técnica independente e preventiva. Adicionalmente, regista-se uma insustentável sobrecarga do território. A afetação de percentagens elevadas de área municipal para estes fins — que atinge cerca de 30% em algumas localizações — entra em conflito direto com as orientações dos Planos Diretores Municipais (PDM) e compromete de forma grave o planeamento e o desenvolvimento local a longo prazo. Esta ocupação massiva prejudica gravemente a gestão da paisagem, uma vez que afeta áreas de manifesto interesse turístico, histórico e cultural, bem como zonas florestais que desempenham um papel ecológico e económico crucial. Por fim, constata-se uma total falta de benefício local. O modelo adotado favorece claramente megaprojetos centralizados e promotores externos, não assegurando qualquer retorno financeiro significativo, criação de emprego duradouro ou melhoria do bem-estar para as populações residentes, que suportam todos os custos ambientais e visuais sem qualquer contrapartida justa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119431	Discordância	Falta de garantias de proteção do território, de participação por parte das comunidades locais e de total participação democrática.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119430	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119429	Discordância	Chamam-lhe energia verde, mas nenhuma energia é verdadeiramente sustentável quando destrói a beleza da paisagem e o património natural que nos define. A Beira não quer um futuro sem paisagem, sem identidade ou sem respeito pela natureza. O futuro não pode ser construído à custa da destruição da nossa terra, movido apenas pela ganância e pela falta de visão. Nós, beirões, não queremos ver a nossa paisagem descaracterizada. Defendemo-la por nós, pelas gerações futuras e por todas as espécies que aqui vivem. Proteger a natureza é proteger a nossa identidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119428	Discordância	A transição energética e a descarbonização da economia constituem objetivos estratégicos nacionais e europeus, essenciais para o combate às alterações climáticas. Contudo, a concretização destes objetivos deve respeitar os princípios da sustentabilidade, da equidade territorial, da precaução e da não regressão ambiental, assegurando que os custos ambientais e sociais da transição não recaem de forma desproporcionada sobre territórios particularmente vulneráveis. O concelho de Pedrógão Grande apresenta um contexto de elevada fragilidade ambiental e territorial, amplamente marcado pelos impactos acumulados de diversos eventos extremos ocorridos na última década, designadamente incêndios rurais de grande dimensão, fenómenos meteorológicos extremos e outros episódios cuja frequência e intensidade têm vindo a ser potenciadas pelas alterações climáticas. A estes fatores acresce uma crescente pressão exercida pelas infraestruturas energéticas já existentes. O território municipal é atualmente atravessado por diversas linhas de transporte de energia elétrica de média, alta e muito alta tensão, cuja implantação implicou extensas faixas de gestão de combustível, desflorestação permanente, fragmentação dos habitats, alteração da paisagem e perda de continuidade ecológica. instalação de centrais fotovoltaicas, sobretudo quando implique novas áreas de desflorestação ou ocupação extensiva de solo natural ou florestal, poderá contribuir para reforçar algumas das vulnerabilidades já identificadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119426	Discordância	Embora a produção de energia solar constitua uma tecnologia de baixas emissões durante a fase de exploração, a sua implantação em territórios florestais e de baixa densidade pode originar impactes ambientais relevantes, designadamente: Não precisamos de mais falsas energias renováveis! Precisamos é de mais natureza, mais vida, mais ecossistema, mais sombras, mais oxigenio! Não concordamos com mais destruição!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119425	Reclamação	Boa noite Ex. Sr. Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação de Energias Renováveis (PSZAER). Não se pode pedir aos cidadãos, às autarquias ou aos agricultores que emitam pareceres sobre mapas que nunca lhes foram verdadeiramente mostrados. Uma consulta pública sem informação suficiente não garante participação; apenas cria a ilusão de que ela existiu. Na prática, estão a retalhar o país e a entregar parcelas do território a interesses estrangeiros, sem que as populações tenham sido devidamente informadas ou ouvidas. Não estamos perante um debate entre quem é a favor ou contra as energias renováveis. Defendemos a transição energética. O que denunciamos é um modelo de planeamento que sacrifica territórios do interior sem transparência, sem seriedade, sem informação e sem respeito pelas populações. Em causa não é apenas a transformação da paisagem, mas a destruição irreversível de centenas de hectares de solo agrícola em plena produção no concelho. São terras que alimentam famílias há gerações e que fizeram do Nordeste Transmontano um dos históricos celeiros de Portugal. A sua ocupação por grandes infraestruturas industriais representa, na minha perspetiva, um sério compromisso da soberania alimentar e do futuro económico do interior. Perante este cenário, pergunto diretamente ao Ministro da Agricultura: vai continuar a assistir em silêncio a este atentado contra o solo agrícola português? Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição de megaprojetos no conselho de Miranda do Douro e Vimioso, defendendo que a transição energética deve ser feita através de modelos descentralizados e de pequena escala. Cordialmente Eva Amoedo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119424	Discordância	Discordo pelo impacto ambiental, animal e de saúde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119423	Discordância	Completamente em desacordo! Que sentido faz minar o nosso território com eólicas e painéis, se o cidadão não tira qualquer vantagem? As nossas facturas de electricidade continuam a ser das mais caras da europa! Qual é a mais valia para as finanças portuguesas, ao que parece nenhuma! Completamente contra a destruição das nossas serras e ecossistemas. É assim que tencionam promover a fixação das populacões? Destruíndo o pouco que lhes resta, ou seja, pastos para os animais, plantas para os apicultores, etc.. Onde está presente a verdadeira preocupação com estas gentes? E o que dizer da poluição visual? E a poluição das linhas de água? Água essa que é cada vez mais um bem escasso! E o aumento da temperatura, já não é preocupação? E quando os painéis e eólicas estiverem obsoletos que tratamento lhes serão dados? E a que custo? Tenham nocão e não se vendam!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119422	Discordância	Não concordo. Não quero a destruição de Portugal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119421	Discordância	Isto não é transição energética. Isto é continuar com o sistema que só vai deixar mais pobres os solos e as comunidades onde se pretendem colocar estos sistemas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119420	Discordância	Não concordo. Existem coisas mais importantes no nosso pais que estão a ficar esquecidas. Colocar água e comida em cima da mesa de todos de uma forma digna seria mais importante que estas coisas e existem formas mais simples para o conseguir.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119419	Discordância	Discordo do projecto em causa temos de valorizar a nossa floresta e a nossa vida e bem estar	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119418	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficiente para dar uma opinião fundamentada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119417	Discordância	Riscos enormes Existem muitas alternativas já utilizadas em alguns países no entanto parece continuarmos com 50 anos em atraso.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119416	Discordância	Incomportável imaginar a destruição de 7% do território português, os benefícios têm de claramente superar os danos causados para um projeto desta dimensão, o que dificilmente deverá estar a ser observado nesta situação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119415	Discordância	Nao concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119414	Discordância	Discordo totalmente com um "homicídio " tão cruel ao futuro das nossas crianças.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119413	Discordância	Sim à natureza! Não aos interesses escusos. Coloquem placas no topo das edificações, nos estacionamentos. Não venham com conversas fiadas projeto verde à custa da vida das árvores e dos que nelas habitam e delas dependem.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119412	Discordância	Chega de demagogia. Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Até para a própria população. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação. Precisamos de árvores. Reflorestação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119411	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade - Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. - Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. - A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. - Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies. - Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119410	Reclamação	Devem ser realizadas avaliações de impacto ambiental, e posteriormente deve ser planeado no mapa os locais com menos impactos ambientais, os quais devem ser aceites pela população. Só assim se pode aprovar o programa PSZAER. A decisão não deve depender do licenciamento de cada projeto. Queremos proteção do território, e das comunidades locais assim como uma participação democrática.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119409	Reclamação	Como cidadão gostaria de ver melhor esclarecidas quais as áreas de implantação que pretendem definir para a instalação de centrais fotovoltaicas assim como os critérios finais definidos. Acho que a cada caso deve ser dado o seu parecer e não colocar tudo num mesmo plano geral, derivado das especificações heterogêneas para cada projeto.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119408	Discordância	Na qualidade de cidadão/entidade signatária, venho por este meio manifestar a minha profunda discordância e apresentar um parecer desfavorável à atual proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora a transição energética e a descarbonização do país sejam metas necessárias, o modelo de ordenamento do território aqui proposto sacrifica a sustentabilidade local em nome de uma pressa corporativa e centralizada. A fundamentação desta oposição assenta em três pilares críticos: 1. Impacto Ambiental e BiodiversidadeA simplificação e aceleração dos processos de licenciamento ambiental dentro das ZAER representam um retrocesso intolerável na proteção dos nossos ecossistemas. A criação de "zonas francas" de licenciamento coloca em risco direto corredores ecológicos, solos agrícolas e áreas florestais que funcionam como sumidouros de carbono naturais. A transição energética não pode ser feita à custa da destruição da biodiversidade local, sob pena de estarmos a resolver um problema climático criando um desastre ecológico territorial. Exige-se que as avaliações de impacto ambiental continuem a ser rigorosas, casuísticas e não negligenciadas por critérios de conveniência económica.2. Assimetria Económica e Falta de Retorno Local. O modelo económico desenhado para o PSZAER perpetua uma lógica colonialista de exploração do território: os territórios do interior e de menor densidade suportam o custo visual, ambiental e patrimonial das megacentrais e linhas de alta tensão, enquanto o valor gerado e os lucros são quase integralmente exportados para grandes centros urbanos e multinacionais do setor energético. Os incentivos e contrapartidas financeiras propostos para os municípios e comunidades locais são manifestamente insuficientes face à desvalorização do património imobiliário, à destruição do potencial turístico sustentável e ao bloqueio de outras atividades económicas tradicionais e endógenas.3. Agravamento do Declínio Demográfico e Coesão Social. A nível demográfico, a instalação massiva destas infraestruturas industriais de grande escala compromete a fixação de novas populações e acelera o despovoamento das regiões afetadas. Territórios transformados em autênticos "mares" de painéis fotovoltaicos e aerogeradores perdem a sua identidade cultural e a sua atratividade como locais para viver, trabalhar e investir. Em vez de promover a coesão territorial, este programa ameaça transformar vastas regiões do país em zonas de sacrifício demográfico, onde a qualidade de vida das populações residentes é menorizada em função de metas estatísticas nacionais de produção energética. Uma verdadeira transição ecológica deve ser justa, descentralizada e democrática. Apela-se a uma revisão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119407	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119406	Discordância	Exmos. Senhores e Senhoras, Reconheço a importância da transição energética, da descarbonização da economia e do reforço da produção de energia a partir de fontes renováveis, objetivos essenciais para responder às alterações climáticas e reduzir a dependência energética do país. Considero, por isso, que Portugal deve continuar a investir nas energias renováveis, através de políticas públicas sustentáveis, equilibradas e territorialmente responsáveis. Contudo, precisamente pela relevância destes objetivos, entendo que as opções de planeamento devem assentar numa fundamentação técnica sólida, transparente e proporcional, compatibilizando a produção de energia com os restantes valores e funções do território. É neste contexto que manifesto reservas relativamente à área proposta para o concelho de Évora. Da documentação colocada em consulta pública não resulta, de forma suficientemente clara, a fundamentação que justifique a dimensão da área identificada neste território, nem a forma como foi ponderada a sua proporcionalidade face a outros concelhos com características semelhantes. Também não se encontra devidamente explicitada a avaliação dos efeitos cumulativos decorrentes da eventual concentração de vários projetos de grande dimensão numa mesma área geográfica. O ordenamento do território exige uma visão integrada, onde diferentes interesses públicos sejam devidamente compatibilizados. Para além da produção de energia, importa salvaguardar valores igualmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119405	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119404	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão, venho por este meio apresentar o meu parecer e manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos: • Impacto na biodiversidade e na paisagem: A delimitação das zonas de aceleração, em particular a prevista para a área de [indicar região, freguesia ou concelho], não assegura uma proteção adequada dos valores ambientais, da biodiversidade e do património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis e comprometendo o equilíbrio do território. • Proteção dos solos e da atividade agrícola: A ocupação de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal por grandes infraestruturas de produção de energia compromete a preservação dos solos, o desenvolvimento rural sustentável, a coesão territorial e a soberania alimentar. • Insuficiente avaliação dos impactos locais: A instalação de projetos de grande dimensão suscita preocupações quanto aos seus potenciais impactos na qualidade de vida das populações, incluindo questões relacionadas com o ruído, os campos eletromagnéticos e outros efeitos que carecem de uma avaliação mais aprofundada. • Necessidade de uma aplicação equilibrada do princípio da proporcionalidade: A transição energética é um objetivo essencial, mas deve ser concretizada com base em critérios rigorosos de sustentabilidade e de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119403	Discordância	O PSZAER é um programa feito em cima do joelho, sobredimensionado, sem respeito pelas populações e pelo direito à qualidade de vida e modo de vida que têm, é altamente destruidor do território e irresponsável em termos de futuro, pois não está preparado para o pós, o final do ciclo de vida destas estruturas com materiais altamente tóxicos na sua composição. Onde estão os estudos que nos preparem para toneladas de detritos perigosos destas estruturas do PSZAER, quando os processos de reciclagem são complexos, onerosos e igualmente contaminantes? Vamos ter todas estas toneladas de material em aterros? Quando já temos problemas com os aterros de resíduos urbanos e não existe controlo adequado dos resíduos da construção? Onde estão as garantias de fiscalização idónea do funcionamento destas estruturas, teremos de fazer fé no que as empresas exploradoras disserem? Onde estão as garantias de que o nível impensável de destruição a todos os níveis que este PSZAER irá impor terá como contraponto a energia a custo zero para os Portugueses? Ou ficaremos dependentes da China ou de outros estrangeiros a definirem os preços de energia em Portugal ? Este PSZAER serve para que compromisso obscuro? Porque impor algo contra as populações e fazê-lo sem o debate nacional devido é desmerecedor de qualquer credibilidade. Sou contra este PSZAER. Procurem outras alternativas com responsabilidade e respeito pelas pessoas. É o mínimo.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119402	Discordância	Existem outras formas de tornar a energia mais sustentável para além de rentabilizar uma parte muito extensa do território nacional para esse propósito. Programas governamentais em que se instalem painéis solares nas casas da população, etc. O objetivo não pode ser capitalizar as energias renováveis, mas sim torná-las acessíveis a todos, sem que exista uma destruição da paisagem e do ambiente do nosso país.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119401	Discordância	Temos de ter um país mais verde. Não é assim que iremos conseguir tornar o nosso país sustentável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119400	Discordância	Este projeto recolhe a minha preocupação cívica, pelo impacto de décadas que terá no território e pela ausência de clareza quanto àquilo que se propõe. De facto, os critérios que parecem definir a ZAER são genéricos e, portanto, pouco exigentes. Para acelerar processos de regulamentação e ultrapassar barreiras como estudos individuais de impacte ambiental - o que se traduz em projetos «tiro no escuro» para o futuro de populações humanas e não humanas - qualquer zona deveria ter de cumprir uma lista bem clara e específica de critérios que tornem a decisão de aceleração segura. É por demais evidente que estas zonas estão, pois, pintadas em mapas segundo uma lógica de distância a um ponto crítico, de potencial desastre ambienta e/ou económico. Estas zonas não foram selecionadas tendo em consideração as opiniões das populações e da própria ciência, no que diz respeito à conservação de habitats e culturas. Para além de tudo isso, o estudo que sustenta o PSZAER salienta a importância de não concentrar em pequenas áreas um grande número de projetos. Este programa é, na sua essência, uma concentração de projetos de âmbito europeu em 7% do território nacional. Ao não ser concreto até onde pretende ir, que espaços pretende ocupar e de quem quotidiano irá perturbar, o PSZAER demonstra ser somente um veículo para impermeabilizar em papel-prata-painel-fotovoltaico a paisagem verde nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119399	Discordância	O plano não incorpora os efeitos das alterações climáticas nem a intensificação de ondas de calor. Não há avaliação do impacto da artificialização de até 7% do território, milhares de hectares de solo natural — através da instalação de painéis fotovoltaicos — sobre o balanço energético de superfície e o agravamento de ilhas de calor em territórios já vulneráveis a processos de desertificação. A concentração de capacidade solar instalada em regiões do interior, caracterizadas por maior fragilidade climática, configura um cenário de sacrifício territorial, quando faria mais sentido utilizar zonas industriais existentes. Para além disto uma tal área artificializada coloca em causa a fauna flora e ate mesmo a segurança alimentar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119398	Discordância	O PSZAER prevê a afetação de vastas áreas do interior a energias renováveis, incluindo zonas de elevado valor ambiental, agrícola e paisagístico. Solicito a revisão do programa, garantindo que nenhum projeto seja dispensado de Avaliação de Impacte Ambiental nem da consulta das comunidades afetadas. Estas infraestruturas devem ser prioritariamente instaladas em telhados, parques de estacionamento, zonas industriais e outras áreas já artificializadas, preservando os solos, as florestas e a biodiversidade. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119397	Discordância	Concordo com a implementação das energias renováveis, mas não desta forma. Já não basta usarem os campos alentejanos para o cultivo de espécies que não são da região e que tanta água consomem, agora querem "plantar" painéis solares por todo o lado!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119396	Discordância	É preciso haver mais transparência para o público sobre quais áreas estão sendo propostas para a instalação de usinas fotovoltaicas de grande escala. A prioridade deve ser a instalação de novos painéis fotovoltaicos em áreas urbanas, como estacionamentos e telhados de fábricas, além de utilizar áreas próximas à infraestrutura existente onde já haja conexão à rede elétrica (como por exemplo, embaixo de turbinas eólicas existentes). Retirar áreas verdes do uso agrícola não deve ser a prioridade.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119395	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Para toda a região. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação. Precisamos é de reflorestação com urgência.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119394	Discordância	Não concordo com a implantação de Energias Renováveis (PSZAER) da maneira como pretendem fazer. A destruição de árvores, causará danos à vida animal tanto voadores como terrestres. O meio ambiente será muito afetado de forma geral. Haverá mais secas e o sistema hídrico de subsolo também será afetado. Com isso todo o em torno será prejudicado incluindo a população.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119393	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119392	Discordância	Peço que o programa seja reprovado e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119391	Discordância	Considero que este projecto é altamente prejudicial para as populações residentes, por questões ecológicas e socio-económicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119390	Discordância	Sou contra a proposta porque considero que a expansão das grandes centrais solares não deve ocorrer à custa da proteção da natureza, da paisagem e das comunidades locais. A transição energética deve ser compatível com a conservação do território.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119389	Discordância	servir os interesses dos datas center e destruir os espaços de natureza em pleino crise ambiantal e crise de aquecimento golbal exponeciel é vergonhoso. é roubar o futuro ``aos geraçoes futuras.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
		A instalação destas infra-estruturas deveria se localizada junto da zonas, mais exigentes no que toca consumos de energia, evitando grandes áreas de transporte aéreo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119388	Discordância	No âmbito da consulta pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER), venho, por este meio, manifestar a minha preocupação relativamente à proposta que prevê a integração de cerca de 52% do território do concelho de Mortágua em Zona de Aceleração para Energias Renováveis. Antes de mais, importa salientar que reconheço a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. Portugal tem metas ambientais ambiciosas que devem ser concretizadas. Contudo, considero que esses objetivos devem ser alcançados através de um planeamento territorial equilibrado, sustentável e justo para todas as regiões do país. A dimensão da área proposta para Mortágua suscita sérias preocupações. Embora a classificação como ZAER não implique que toda a área venha a ser ocupada por painéis fotovoltaicos, significa que mais de metade do território do concelho passa a ser considerada prioritária para este tipo de projetos, condicionando o seu desenvolvimento futuro e aumentando a pressão sobre um território predominantemente rural e florestal. Mortágua é já um concelho que contribui significativamente para a produção nacional de energia renovável através da Barragem da Aguieira e da Barragem do Coiço (limítrofe com o concelho de Penacova), infraestruturas hidroelétricas com reconhecida importância para o sistema elétrico nacional. Neste contexto, considera-se legítimo questionar se é equilibrado concentrar neste concelho um esforço adicional desta dimensão, quando existem outros territórios com menor contribuição energética instalada. Importa igualmente considerar os potenciais impactos desta proposta na paisagem, na biodiversidade, na atividade agrícola e florestal, na valorização turística do concelho e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem vindo a afirmar-se pela riqueza do seu património natural, pela proximidade à Albufeira da Aguieira, pelos percursos pedestres, pelos espaços florestais e pela sua identidade rural, valores que poderão ser significativamente afetados caso esta proposta venha a concretizar-se na dimensão atualmente prevista. Enquanto território historicamente marcado pelos incêndios rurais, qualquer alteração da ocupação do solo deve ser cuidadosamente ponderada. A instalação de grandes áreas destinadas à produção fotovoltaica exige uma avaliação rigorosa dos seus efeitos na gestão da paisagem, na manutenção das faixas de gestão de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119386	Discordância	Não concordo com o abate de árvores e o uso de terrenos agrícolas para a implementação deste projeto.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119384	Discordância	Não tem publicado (governo) informação suficiente para poder dar a minha opinião informada	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119382	Discordância	Enquanto cidadão da Beira Baixa, venho por este meio solicitar com urgência que a Serra da Gardunha seja excluída das zonas propostas no PSZAER. Esta região é conhecida não só pela sua paisagem deslumbrante, mas também por ser habitat de espécies ameaçadas, como a águia-pesqueira e o milhafre-preto. Grandes centrais solares e eólicas colocariam em risco significativo o seu habitat e afetariam seriamente a biodiversidade local. Além disso, o desenvolvimento destes projetos aproxima perigosamente estas infraestruturas de zonas habitacionais, o que afetaria a qualidade de vida das famílias aí residentes. Também as linhas de água, essenciais para a agricultura e para a nossa vida quotidiana, poderiam ser postas em causa. Por estas razões, solicito que a Serra da Gardunha seja excluída das propostas do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119381	Discordância	Não tem lógica dar licenças apressadas e sem o consentimento das pessoas que são as que vão sofrer as consequências	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Estima-se que os parques de estacionamento de centros comerciais, hipermercados, retail parks e outlets em Portugal ocupem aproximadamente 1.000 hectares, equivalentes a 10 km².	
119380	Discordância	Do ponto de vista ambiental e do ordenamento do território, é geralmente muito mais sensato instalar primeiro painéis em estacionamentos, telhados, zonas industriais e terrenos já artificializados do que desflorestar ou transformar grandes áreas rurais da Gardunha. Porque os estacionamentos são uma solução melhor Nos parques de grandes superfícies, o terreno já está impermeabilizado e dedicado aos automóveis. Colocar painéis elevados sobre os lugares: * não destrói floresta nem habitats; * não retira terrenos à agricultura; * não fragmenta a paisagem; * dá sombra e proteção aos veículos; * permite carregamento de carros elétricos no próprio local; * produz eletricidade junto de grandes consumidores, como centros comerciais e hipermercados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119379	Discordância	Discordo com o planeamento atual, pois este incide em demasiadas zonas de alto valor patrimonial natural de diversas regiões do país. Deverá ter-se em conta as necessidades das populações locais, bem como o interesse da preservação das nossas - poucas - florestas. O documento necessita de grandes mudanças. Neste momento, enquanto cidadão, estou em amplo desacordo com as áreas propostas. Atentamente,	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119378	Discordância	Discordo totalmente da constituição das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER). Esta posição assenta nos seguintes pilares fundamentais: 1- A transição energética e a independência energética nacional são necessárias. O reforço da capacidade de geração de energia a partir de fontes renováveis é fundamental. Tal deverá ser atingido tirando partido das zonas artificializadas, e não pela artificialização de zonas naturais; 2- A constituição das ZAER pressupõe a simplificação dos processos administrativos, nomeadamente dos estudos de impacto ambiental. Não posso aceitar tal cenário, uma vez que tal poderá ter resultados catastróficos a vários níveis, nomeadamente ao nível dos ecossistemas locais, da economia local, da saúde das populações, entre outros. Não oferece nenhuma garantia de protecção do território e dos seus habitantes; 3- A documentação das ZAER reserva 7% do território nacional para as ZAER. Isto é manifestamente desajustado da realidade nacional, pois resultaria numa potência instalada muito superior às necessidades nacionais. Desajustado sobretudo, por condenar à desertificação muitos locais de Portugal; 4- A documentação da ZAER não é clara na definição geográfica das ZAER, apresentando mapas com muito baixa resolução espacial, que não permite determinar de forma exacta as fronteiras de cada zona; 5- As ZAER põem em causa a soberania nacional ao nível alimentar, ao dar uma machadada final em muitas zonas agrícolas, conhecidas e reconhecidas por inúmeros produtos (cereja do Fundão, queijos diversos, mel, etc). Anular-se-ia assim também muito território agrícola, útil num contexto de crise alimentar. Em resumo. O território português, e em particular o que se apresenta como candidato a ZAER, não é um espaço vazio, deserto. São espaços vivos, cheios de interesse a vários níveis. Altamente valorizados e valorizáveis. As ZAER, constituem-se como um mapa negro que anulará a essência nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119377	Discordância	Não concordo que a instalação desta natureza de projetos não responda a estudos ecológicos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119376	Discordância	Discordo totalmente da constituição das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER). Esta posição assenta nos seguintes pilares fundamentais: 1- A transição energética e a independência energética nacional são necessárias. O reforço da capacidade de geração de energia a partir de fontes renováveis é fundamental. Tal deverá ser atingido tirando partido das zonas artificializadas, e não pela artificialização de zonas naturais; 2- A constituição das ZAER pressupõe a simplificação dos processos administrativos, nomeadamente dos estudos de impacto ambiental. Não posso aceitar tal cenário, uma vez que tal poderá ter resultados catastróficos a vários níveis, nomeadamente ao nível dos ecossistemas locais, da economia local, da saúde das populações, entre outros. Não oferece nenhuma garantia de protecção do território e dos seus habitantes; 3- A documentação das ZAER reserva 7% do território nacional para as ZAER. Isto é manifestamente desajustado da realidade nacional, pois resultaria numa potência instalada muito superior às necessidades nacionais. Desajustado sobretudo, por condenar à desertificação muitos locais de Portugal; 4- A documentação da ZAER não é clara na definição geográfica das ZAER, apresentando mapas com muito baixa resolução espacial, que não permite determinar de forma exacta as fronteiras de cada zona; 5- As ZAER põem em causa a soberania nacional ao nível alimentar, ao dar uma machadada final em muitas zonas agrícolas, conhecidas e reconhecidas por inúmeros produtos (cereja do Fundão, queijos diversos, mel, etc). Anular-se-ia assim também muito território agrícola, útil num contexto de crise alimentar. Em resumo. O território português, e em particular o que se apresenta como candidato a ZAER, não é um espaço vazio, deserto. São espaços vivos, cheios de interesse a vários níveis. Altamente valorizados e valorizáveis. As ZAER, constituem-se como um mapa negro que anulará a essência nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119375	Discordância	Acredito que tomar decisões e implementar projetos de grande escala para energias renováveis não beneficia o público em geral, mas apenas os interesses corporativos. É necessário procurar soluções a nível local. E antes que as necessidades energéticas aumentem, deve ser considerada a proibição dos data centers.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119374	Discordância	Enquanto Engenheiro e profissional do setor da Energia, discordo totalmente da constituição das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER). Esta posição assenta nos seguintes pilares fundamentais: 1- A transição energética e a independência energética nacional são necessárias. O reforço da capacidade de geração de energia a partir de fontes renováveis é fundamental. Tal deverá ser atingido tirando partido das zonas artificializadas, e não pela artificialização de zonas naturais; 2- A constituição das ZAER pressupõe a simplificação dos processos administrativos, nomeadamente dos estudos de impacto ambiental. Não posso aceitar tal cenário, uma vez que tal poderá ter resultados catastróficos a vários níveis, nomeadamente ao nível dos ecossistemas locais, da economia local, da saúde das populações, entre outros. Não oferece nenhuma garantia de protecção do território e dos seus habitantes; 3- A documentação das ZAER reserva 7% do território nacional para as ZAER. Isto é manifestamente desajustado da realidade nacional, pois resultaria numa potência instalada muito superior às necessidades nacionais. Desajustado sobretudo, por condenar à desertificação muitos locais de Portugal; 4- A documentação da ZAER não é clara na definição geográfica das ZAER, apresentando mapas com muito baixa resolução espacial, que não permite determinar de forma exacta as fronteiras de cada zona; 5- As ZAER põem em causa a soberania nacional ao nível alimentar, ao dar uma machadada final em muitas zonas agrícolas, conhecidas e reconhecidas por inúmeros produtos (cereja do Fundão, queijos diversos, mel, etc). Anular-se-ia assim também muito território agrícola, útil num contexto de crise alimentar. Em resumo. O território português, e em particular o que se apresenta como candidato a ZAER, não é um espaço vazio, deserto. São espaços vivos, cheios de interesse a vários níveis. Altamente valorizados e valorizáveis. As ZAER, constituem-se como um mapa negro que anulará a essência nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119373	Discordância	O aceleramento da implantação de energias renováveis não pode ser à custa de; - descaracterizar completamente a paisagem natural - interferir com a fauna e flora locais, - incrementar as consequências negativas das alterações climáticas - aumentar a poluição (manutenção e substituição de equipamentos instalados) e muito menos contra a vontade dos naturais das regiões em causa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119372	Discordância	Apesar de ajudar a produzir energia renovável o que irá fazer é: poluir visualmente a zona; devido à diminuição de plantas irá secar o solo e torná lo fraco; destabilizar o ecosistema em volta e os animais que na zona habitam; refletir o sol podendo encadear a população; e por fim aumentar a temperatura ambiente na região.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119371	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã portuguesa vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119370	Discordância	Manifesto a minha total discordância em relação a este projeto devido ao grave impacto que terá na região. Considero inaceitável a realização de escavações profundas e o consequente aumento da poluição atmosférica por partículas em suspensão, o que resultará na destruição da fauna e da flora locais e na quebra do equilíbrio ecológico. Adicionalmente, esta ação parece desrespeitar os direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente o direito à propriedade privada. Apelo a que respeitem a natureza e as populações rurais, cujo modo de vida e trabalho são essenciais para a nossa alimentação, e cujo património natural é vital para a qualidade do ar, através da conversão de CO2 em oxigénio. Repudio veementemente esta ação e deixo expresso o meu redondo NÃO a esta iniciativa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119369	Discordância	Transição energética não significa acumulação energética. As comunidades de energia permitem que a transição ocorra sem ónus para as populações. A biodiversidade e o bem estar não podem ser sacrificados para a obtenção de lucro de promotores privados e fornecimento de energia a grandes centros de dados. Precisamos de reduzir o consumo de serviços e bens, não aumentar a produção. O planeta não aguenta a sobrecarga e nós dependemos dele para viver.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119367	Discordância	O PSZAER propõe transformar demasiados hectares do interior do país em zonas para energias renováveis, ocupando áreas de elevado valor ambiental, agrícola e paisagístico. O solo e a natureza não devem ser sacrificados para instalar painéis solares quando existem milhares de edifícios, telhados e outras zonas já artificializadas. Quem vive no interior sabe o que isto significa: árvores abatidas, paisagens destruídas e comunidades que nunca foram verdadeiramente ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental nem da participação das comunidades afetadas, esteja ou não incluídas no PSZAER. Estas infraestruturas devem ser instaladas prioritariamente em telhados, parques de estacionamento, zonas industriais e junto a estradas. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119366	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. O avanço das tecnologias e as energias renováveis são importantes para o desenvolvimento do país mas isso não pode ser feito à custa da destruição das florestas e reservas naturais de forma desenfreada e sem respeito pela população. Um país desenvolvido é um país que preserva os seus recursos naturais e não vive a favor dos interesses económicos. Existem alternativas mais sustentáveis, não destruam no nosso país. Por isso, solicito que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. Esse é o futuro!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119365	Discordância	Discordância — PSZAER (concelho de Idanha-a-Nova) Discordo da proposta de PSZAER. O município de Idanha-a-Nova já deu parecer desfavorável, alertando para impactos ambientais permanentes e irreversíveis. O caso do projeto solar "Sophia" mostra o que está em risco: centenas de hectares de solo agrícola e florestal, abate de mais de 1.500 sobreiros e azinheiras protegidos, e afetação de aves como o abutre-preto e a águia-imperial-ibérica. Idanha-a-Nova é Geoparque Mundial UNESCO, Reserva da Biosfera e primeira Bio-Região portuguesa. Isto é incompatível com licenciamento acelerado sem avaliação de impacte ambiental caso a caso. A cartografia final das zonas de aceleração não está disponível na consulta, o que impede saber que áreas do concelho serão afetadas. Exijo revisão da proposta, com salvaguarda destes valores e aposta em modelos descentralizados de produção energética.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119364	Discordância	O espaço ocupado pelas implementações propostas afetam a vida de comunidades vizinhas a nível das vidas pessoais, sociais e a sua saúde. Discordo de todas as implementações on shore (painéis e eólicas) porém concordo que as eólicas off-shore são uma ideia em potencial	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119363	Discordância	É urgente uma reavaliação, tendo presente a dimensão e desproporção deste projeto. As populações têm de ser ouvidas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119362	Discordância	Sou residente no concelho de Oleiros. O projeto Sophia foi travado porque a avaliação de impacte ambiental olhou para tudo o que já existe à volta e concluiu que era demais. Foi essa avaliação, projeto a projeto, que funcionou. O PSZAER retira essa avaliação dentro das zonas de aceleração. Em troca, promete uma análise cumulativa que ainda não existe em papel. Na Beira Baixa já se propuseram catorze projetos fotovoltaicos. Ninguém somou o total. Peço que o programa não avance sem regras claras e escritas sobre concentração e efeitos cumulativos, para que não se repita aqui o que aconteceu ali. Obrigado.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119361	Discordância	Destruir a natureza nunca é ecológico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119360	Discordância	Campos e florestas devem ser a prioridade para os seres humanos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119359	Discordância	Contra este projecto. Protejam a natureza, o nosso verdadeiro tesouro.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119358	Discordância	Assunto: Pedido de revisão do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Venho, na qualidade de residente no concelho de Carregal do Sal, região de Viseu Dão Lafões — uma das regiões identificadas como tendo maior concentração de zonas propostas para energia solar no âmbito do PSZAER — apresentar, no contexto da consulta pública ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, atualmente em curso através do Portal PARTICIPA, a minha reclamação formal e solicitar a revisão da proposta, pelos motivos que a seguir se expõem. 1. Insuficiente proteção do território O PSZAER identifica cerca de 7% do território continental como apto para acolher centrais solares e eólicas, propondo licenciamento simplificado e isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) para os projetos nestas zonas. Considero que esta abordagem não garante salvaguardas suficientes para valores ambientais, paisagísticos e de conservação da natureza. A própria Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) já alertou que a ocupação de áreas de regadio público e solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) por infraestruturas energéticas compromete investimentos públicos significativos e o desenvolvimento agrícola das regiões afetadas. A isenção de AIA para projetos nestas zonas retira uma camada essencial de escrutínio ambiental que não deveria ser dispensada apenas em nome da celeridade administrativa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119357	Discordância	A melhor energia verde sao árvores em pé!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119356	Discordância	Não concordo por estarem a destruir o que temos de natureza, que nos dá oxigénio. Não concordo por Leiria ser uma região que acabou de sofrer grandes perdas após a tempestade e que ainda aguarda postes de alta tensão e reposição de serviços como deve de ser. Não concordo porque vão aumentar os preços de eletricidade, para instalar painéis, enquanto ainda aguardamos os postes de alta tensão. Além disso é suposto ser ecológico e económico, só não o é para o povo e para a natureza em si.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119355	Discordância	Não podemos considerar este programa com base numa decisão ou medida ecológica, quando o mesmo incentiva a aceleração de energias renováveis em detrimento da biodiversidade e da paisagem autóctone portuguesa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119354	Discordância	A destruição da natureza e da área florestal do nosso pais para exploração de energias renováveis é uma contradição, uma falácia e um crime contra o ambiente e as populações. Precisamos de mais árvores e não contrário e muito menos para vender energia para outros paises .	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119353	Discordância	Não concordo face ao impacto negativo a nível ambiental e paisagístico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119352	Reclamação	Não posso aceitar que os governantes eleitos para defender o povo, sejam verdadeiras marionetas e se movam e vendam num jogo de interesses vergonhoso e obscuro em que as pessoas não contam para nada. Criam leis á medida do que pretendem e orquestram uma teia de tal ordem, que qualquer ser humano normal não consegue penetrar. Mentem e engam as pessoas descaradamente, começando por destruir os pequenos produtores, " criando "épocas de incêndios que destroem tudo e deixam os proprietários dos terrenos sem nada e depois vêm estas empresas que estiveram na penumbra, mas que na realidade manuseiam a seu bel-prazer os políticos que elegemos e fazem parte do gigantesco polvo que suga o povo , acenar aos proprietários com uma esmola e alguns cedem á tentação sem ter em conta o impacto negativo que vai ter a todos os níveis nas vidas da comunidade, que nada do que é feito é para bem das pessoas residentes e que estas empresas normalmente não cumprem o que prometem mas não deixa de ser verdade que fazem tudo de acordo com a lei, pois as leis estão feitas para eles. Quem não aceitar o que propõem, resta-lhe indignar-se e reclamar . Precisamos de políticos sérios, de Autarcas competentes e dispostos a defender as pessoas que os elegeram e sobretudo as pessoas que vivem no mundo rural onde não há nada, onde nos tiram o pouco que temos. Somos todos cidadãos, pagamos impostos como os que vivem na cidade. Merecemos RESPEITO e VERDADE.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119351	Discordância	Discordo da proposta de PSZAER, tal como apresentada. Quem paga a fatura da transição energética não pode ser, mais uma vez, o interior e as zonas rurais do país. A área da ZAER proposta abrange praticamente todo o perímetro da aldeia de Enxames, e o mesmo se passa com diversas aldeias vizinhas. Não existe, na proposta, qualquer exclusão ou faixa de proteção para as zonas habitadas — há mesmo casos de habitações com área solar e eólica sobreposta ao próprio local onde vivem pessoas. Isto significa, na prática, dar prioridade aos interesses económicos dos promotores de projetos de energia renovável, que passam a beneficiar de um licenciamento simplificado, sem avaliação de impacte ambiental individual, precisamente numa zona onde vive gente. A nossa freguesia tem uma população muito dispersa pelo território, com habitações espalhadas por toda a sua extensão. Uma delimitação de ZAER como a proposta não protege, portanto, nem o território, nem a fauna e a flora, nem, sobretudo, a população que aqui reside. Por isso, a nossa freguesia não deve, de todo, ser incluída nestas zonas. E este não é um problema isolado da nossa freguesia — a mesma falta de cuidado com aglomerados habitados repete-se por várias outras freguesias e aldeias do país, o que aponta para um erro de fundo na forma como as ZAER foram desenhadas, e não para um caso pontual. Insisto: a transição energética não pode continuar a ser feita à custa do interior do país. Solicito, por isso, a exclusão da nossa freguesia da delimitação da ZAER e, mais do que isso, uma	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119350	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119349	Discordância	Chega de painéis solares, em zonas arborizadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119348	Discordância	Acho que é prejudicial por questões socioeconômicas e ecológicas para as pessoas que ali habitam e para o país em geral	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119347	Discordância	A construção destas centrais de painéis solares não têm trazido qualquer benefício ao consumidor comum. O custo da energia continua a aumentar. Estas zonas de painéis contribuem para o aumento da temperatura local entre 2 a 5 graus. O desleixe e destruição propositada de terrenos ao longo de anos para preparar para este embuste não é aceitável. Estas zonas de renovável nada têm sem ser as carteiras de quem os constrói e de quem foi pago para deixar este ultraje acontecer. Não aceitaremos a destruição da Natureza em prol da construção do artificial. Substituir a fonte de comida de seres vivos por fonte de comida de seres digitais não é sustentável nem renovável. São necessários projetos ambientais com bases fortes para proteger o ambiente. Não se podem abater árvores e prejudicar os solos para se colocarem painéis solares e energia eólica. É necessário um estudo forte com investigação a longo prazo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119346	Discordância	É necessário ouvir os locais. Plantemos mais árvores. Não concordo com este projeto.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119345	Discordância	A proteção do ambiente não pode ser sacrificada em nome da rapidez dos processos. Se este programa vier a permitir a instalação de grandes centrais solares e eólicas em áreas ambientalmente sensíveis, sem uma avaliação rigorosa dos impactos em cada caso, estaremos a colocar em risco ecossistemas, biodiversidade, paisagens e o futuro do interior de Portugal. A transição energética é essencial, mas não pode ser feita à custa da natureza. Precisamos de energias renováveis, sim, mas também de transparência, participação pública e garantias de que cada projeto será avaliado de forma séria e independente. Descarbonizar não pode significar destruir aquilo que queremos proteger.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119344	Discordância	Não concordo com a dimensao exagerada desse projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119340	Discordância	Boa tarde, Se as necessidades de energias renováveis localizam-se no litoral, centros urbanos, então é nestas regiões que se devem situar e ocorrer as transferências de produção dos parques fotovoltaicos para o consumidor. O interior de Portugal já fez a sua parte, nas linhas de cumeada, visos, estradões, enquanto energia eólica. Noutra dimensão, o lado social, cultural e a identidade territorial, estão a ser destruídas. Uma sociedade que apenas visa sustentabilidade, finanças, economia, é uma sociedade doente, automática e sem valor humano. Filipe Nogueira	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119339	Discordância	Por favor, continuem com os estudos de impacto ambiental. Os atalhos para implementar energia renovável rapidamente não ajudarão a nossa região nem o planeta. Usar água, um recurso limitado, só levará à desertificação do nosso planeta. As fontes de energia renovável precisam de ser implementadas nas cidades, e não no campo.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119338	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da EMER 2030, Venho por este meio apresentar a minha oposição firme à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), especificamente no que concerne à inclusão de áreas no concelho de Miranda do Douro. Alinho-me inteiramente com a rejeição unânime já manifestada pela Assembleia Municipal de Miranda do Douro, fundamentando a minha contestação nos seguintes pontos: -Falta de Transparência e Cartografia. -Destruição do Tecido Agrícola e Paisagístico do Planalto Mirandês. -Proximidade ao Parque Natural do Douro Internacional. -Injustiça Territorial e Despovoamento Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição de megaprojetos em Miranda do Douro, defendendo que a transição energética deve ser feita através de modelos descentralizados e de pequena escala. Questões fundamentais:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119337	Discordância	Que terras / regiões serão efetivamente afetadas? Quais as garantias de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática? Quais os interesses económicos subjacentes?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119336	Discordância	A biodiversidade ficará irremediavelmente comprometida. Descarbonizar à custa da natureza, nunca será a solução! Não concordo, destruir floresta e árvores, ganhem juízo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119335	Discordância	Discordo absolutamente que se pretenda contornar os sucessivos pareceres negativos de impacto ambiental, sobre os projectos em curso para parques de painéis fotovoltaicos na Beira, com este Programa Setorial. Apenas considerando os parques de painéis fotovoltaicos, é incorrecto instalá-los onde, como e quando for mais conveniente para a entidade promotora e não ter em consideração, nem a vontade da população, nem o parecer dos órgãos regulam e fiscalizam o ambiente.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119334	Discordância	O interior não precisa de mais desprezo - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos).	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119333	Discordância	- Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119332	Discordância	Acho que existem outras formas mais sustentáveis e humanas de promover formas de energia ditas verdes. porque não colocar painéis solares nos telhados dos edifícios em vez de ocupar zonas verdes?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119331	Discordância	Não há energias verdes se dorem à custa da biodiversidade e paisagem de Portugal. Energia verde deve ser protecção da natureza e não acabar com ela.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119330	Discordância	Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores com mais de 180 metros de altura, localizados próximo de habitações e inseridos numa paisagem de excecional valor natural. Embora as energias renováveis tragam benefícios importantes, projetos desta dimensão podem também ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nas populações vizinhas e na economia local. Consideramos que estes impactos merecem uma avaliação rigorosa e independente e que todas as alternativas razoáveis — incluindo ajustes na localização dos aerogeradores sempre que possam reduzir esses impactos — devem ser cuidadosamente analisadas antes de serem tomadas decisões irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119329	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119328	Discordância	Não concordo porque precisamos da natureza. Exmo.(s) Sr.(s),	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119327	Discordância	Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), nos moldes em que atualmente se encontra. Muito embora reconheça a importância da transição energética para fontes renováveis, considero que a mesma não poderá ser feita à custa da destruição do património natural, do solo, das florestas e da biodiversidade. Conforme estipulado na Directiva Europeia RED III que este programa pretende implementar, a transição energética deverá privilegiar espaços já artificializados, tais como os telhados de habitações, de indústrias e armazéns, bem como parques de estacionamento, aterros e minas abandonadas. Também o Despacho que institui a criação deste PSZAER definiu que as Zonas de Aceleração de Energia Renováveis devem ter em conta a sustentabilidade. Contudo, verifica-se que o programa ora apresentado não respeita nenhum desses preceitos, tendo definido como ZAERs mais de 7% do território nacional, 68% do qual, constituído por zonas florestadas. Numa altura em que verificamos o agravamento das alterações climáticas e em que se torna cada vez mais urgente a implementação de soluções que produzam a mitigação dos seus efeitos, tais como a melhoria da saúde do solo e das florestas, vemos a tentativa de se promover o oposto: uma vastíssima destruição de solo rústico, agrícola e florestal a qual, a ser efetuada, terá impactos elevadíssimos no agravamento dos efeitos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119326	Discordância	Não me é possível apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). É preciso considerar: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119325	Discordância	Se o Estado deseja colocar painéis solares que os coloque nas suas propriedades..	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119324	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores com mais de 180 metros de altura, localizados próximo de habitações e inseridos numa paisagem de excecional valor natural. Embora as energias renováveis tragam benefícios importantes, projetos desta dimensão podem também ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nas populações vizinhas e na economia local. Consideramos que estes impactos merecem uma avaliação rigorosa e independente e que todas as alternativas razoáveis — incluindo ajustes na localização dos aerogeradores sempre que possam reduzir esses impactos — devem ser cuidadosamente analisadas antes de serem tomadas decisões irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119323	Discordância	Não podemos cobrir tanta área de solo com painéis fotovoltaicos. Ecologia não é encher a terra de materiais com duração limitada.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119321	Discordância	Levanta sérios problemas sociais, económicos e ambientais. Serão mesmo energias limpas e renováveis com tudo o que implica?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119320	Discordância	Não a este projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119319	Discordância	Não a este plano, usem painéis solares nos telhados das casas, a fazerem de cobertura nos parques de estacionamento. O que precisamos é de menos eucaliptos e mais vegetação nativa de Portugal! Não as eólicas que representam lixo não biodegradável!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119318	Discordância	Como residente na Beira Interior tenho assistido à progressiva implantação de parques fotovoltaicos, cada vez mais extensivos e intrusivos, que alteram de forma significativa a paisagem, o uso do solo e a (qualidade de) vida das populações, sem sequer se perceber qual o efetivo e verdadeiro benefício prático dos mesmos para o comum do cidadão, havendo a percepção de que os únicos beneficiados de todo esse processo são quem cede/aluga o terreno e os promotores desses empreendimentos. O Estado Português deve zelar pelos interesses de Todos os cidadãos, promovendo as necessárias adaptações que urge fazer em termos de transição/adaptação energética, mas de forma sustentada e equilibrada. Não se deve destruir o património físico, cultural, paisagístico e ambiental, pondo (ainda mais) em causa o presente e o futuro das populações que amam esta (a nossa) terra. Porque concordo com o teor do documento elaborado pelo movimento cívico CIDADÃOS PELA BEIRA BAIXA, anexo o mesmo, como parte da minha participação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119317	Discordância	Discordo do programa PSZAER por colocar em perigo a biodiversidade dos locais. Os habitantes estão em desacordo totalmente e por eles deve-se pensar, estudar e concretizar alternativas, viáveis ao invés de impor um programa que, na sua origem já é nocivo à Natureza como um todo (animais, árvores, rios e humanos).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119316	Discordância	Não concordo com a implementação de projectos sem avaliação de impacto ambiental, e não concordo com a concentração de projectos deste tipo, sobretudo se incluirem áreas ambientalmente sensíveis. Subscrevo o pedido da Rewilding Portugal: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119315	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Vila Velha de Ródão, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. ● Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. ● Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de mega centrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119314	Discordância	Não concordo com a instalação de turbinas eólicas. Ladislav Moravec	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119313	Discordância	Discordo absolutamente que se pretenda contornar os sucessivos pareceres negativos de impacto ambiental, sobre os projectos em curso para parques de painéis fotovoltaicos na Beira, com este Programa Setorial. Apenas considerando os parques de painéis fotovoltaicos, considero incorrecto instalá-los onde, como e quando for mais conveniente para a entidade promotora e não ter em consideração, nem a vontade da população, nem o parecer dos órgãos regulam e fiscalizam o ambiente.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119312	Discordância	Os motivos da minha discordância são os seguintes: • A cartografia é muito pouco clara. • Contrariamente à Directiva que «estabelece que os Estados-Membros devem dar prioridade a superfícies artificializadas, edificadas e terrenos degradados», as ZAER incidem maioritariamente sobre território rural e florestal. • Diversas entidades públicas consultadas têm uma posição muito crítica, referindo que os documentos ignoram muitos dos seus contributos dados em fases anteriores. Algumas deram mesmo pareceres negativos (Património Cultural-IP, Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Associação Nacional de Municípios, várias câmaras municipais). • Como alerta o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), não existe uma delimitação clara de áreas de exclusão absoluta e sobreposição de zonas de aceleração com montado e outros habitats sensíveis. • Já o Património Cultural IP «identificou uma clara desvalorização do Património Cultural como recurso estratégico territorial para o desenvolvimento sustentável do território». • Não são considerados os efeitos cumulativos dos projectos de energia «renovável» que se pretendem implementar (aumento da temperatura, impermeabilização de solos, uso de glifosato para controlo de infestantes, destruição do montado alentejano) com os imensos estragos, impensáveis há tão só meio século, de que foram alvo os territórios rurais e urbanos, através de monocultivos inflamáveis de eucaliptos e pinheiros; desordenamento geral do território; proliferação sem limites de «pomares» super-intensivos (abacateiros; oliveiras; amendoeiras); betonização de grande parte da orla costeira; ou contaminação por glifosato dos solos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119311	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa de descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119310	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119309	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Não apoio o PSZAER uma vez que não tem em consideração a concentração excessiva de numa mesma região, não tendo consequentemente em conta a mera 'existência' de diversas espécies (sendo que a localização em questão é o habitat primário dos mesmos e não nosso). Por favor contactem a quem é de direito e conhecimento na área de forma a providenciar um guia de como melhorar a presente proposta. Há quem queira colaborar convosco de forma a mediar a situação de forma que todos os detalhes sejam considerados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119308	Discordância	Manifesto a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada.e pelos seguintes motivos: 1 - O programa desvia-se do que lhe foi mandatado: o PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Ora, nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica. 2 - Uma área muitíssimo superior à necessária: O PNEC 2030 estabelece como meta para a energia solar uma capacidade de 20,8 GW, cuja implementação exigiria cerca de 20.000 hectares. O mapa de ZAER agora proposto disponibiliza porém, cerca de 357.347 hectares para solar e mais 85.321 hectares para eólico — 3 - As consequências da destruição do solo e do coberto vegetal: Numa altura em que assistimos ao rápido incremento das alterações climáticas, este nível de artificialização terá consequências devastadoras: menor	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119306	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã residente no concelho da Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119305	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores com mais de 180 metros de altura, localizados próximo de habitações e inseridos numa paisagem de excecional valor natural. Embora as energias renováveis tragam benefícios importantes, projetos desta dimensão podem também ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nas populações vizinhas e na economia local. Consideramos que estes impactos merecem uma avaliação rigorosa e independente e que todas as alternativas razoáveis — incluindo ajustes na localização dos aerogeradores sempre que possam reduzir esses impactos — devem ser cuidadosamente analisadas antes de serem tomadas decisões irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119304	Discordância	Manifesto a minha oposição à instalação de centrais solares de grande dimensão em extensas áreas do interior do país, sobretudo quando estes projectos possam provocar impactos significativos nas comunidades locais, na paisagem, na flora e fauna, nos solos e nos recursos hídricos. O cumprimento das metas de produção de energia renovável não pode justificar uma ocupação desproporcionada e agressiva do território. O Interior não pode ser tratado como um espaço vazio, disponível para receber infra-estruturas que dificilmente seriam aceites em zonas mais densamente povoadas. As pessoas que vivem nestes territórios, que deles dependem e que mantêm uma ligação profunda à sua paisagem e identidade, têm de ser ouvidas e verdadeiramente consideradas nas decisões. Antes de se avançar para a ocupação de áreas naturais, florestais ou agrícolas, deve ser dada prioridade à instalação de painéis solares em espaços já artificializados ou edificados, nomeadamente telhados de habitações, edifícios públicos, instalações industriais, parques de estacionamento, zonas empresariais e infra-estruturas rodoviárias, incluindo as áreas adjacentes às auto-estradas. A transição energética é necessária, mas deve ser feita com planeamento, equilíbrio e respeito pelas populações, pela biodiversidade, pela paisagem e pelos recursos naturais. Não considero aceitável que serras e grandes extensões do território interior sejam cobertas por painéis solares em nome de metas ambientais, transferindo para estas regiões custos ambientais, sociais e paisagísticos desproporcionados. Por estes motivos, sou contra uma abordagem que facilite a instalação massiva de centrais solares no Interior sem uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos, sem prioridade efectiva às áreas já edificadas e sem a participação vinculativa das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119303	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão no concelho da Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem em anexo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119302	Discordância	Completamente contra o corte das árvores para instalação de painéis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119301	Discordância	Preservar a natureza e reflorestar com espécies autoctones pensando no equilibrio da vida em todas as suas formas e não na exploração gananciosa dos recursos naturais isso sim é sinal de sabedoria, desenvolvimento e progresso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119300	Discordância	Quero natureza real. Moro em Lisboa, mas tenho raizes na região de Coimbra, um território votado ao abandono há já muitas décadas e que com este plano corre o risco de perder a sua maior riqueza: a paisagem e as pessoas que ali ainda resistem, pelas seguintes razões:	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119299	Discordância	- Percentagem excessiva de território (maioritariamenre interior) que pode ser abrangido por eólicas e centrais fotovoltaicas: 7% em média, 10% na região de Coimbra. - O plano não inclui a cartografia das áreas em concreto que poderão vir a ser classificadas. - A documentação disponibilizada apresenta referências a critérios, princípios e futuros processos de avaliação, mas falta a informação que permitiria às populações conhecer os territórios abrangidos pelas futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER). Como poderá a população apoiar este programa sem saber quais os territórios que poderão ser afetados? Nada deve ser acelerado antes de estar devidamente esclarecido	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119298	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119297	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Este projeto preocupa me e não encontrei informaçao suficiente acessivel para poder dar a minha opiniao informada	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119296	Geral	O Plano do Ministério do Ambiente para Aceleração de Projectos de Energias Renováveis (PSZAER) tem um potencial claramente positivo, mas apenas se forem rigorosamente respeitadas as seguintes premissas fundamentais: 1. AS COMUNIDADES DEVEM SER EFECTIVAMENTE OUVIDAS O diálogo entre autoridades locais, empresas promotoras e populações deve ser próximo e transparente, em conformidade com as exigentes normas europeias. Até aqui, infelizmente, este tipo de projectos tem sido desenvolvido com excessivo secretismo, sem que as populações sejam devidamente informadas de TODAS as suas potenciais consequências negativas e irreversíveis. Não bastam editais afixados nos vidros das autarquias ou publicados nos seus sites. Exige-se um esforço de divulgação ACTIVO por parte dos promotores e de todas as entidades envolvidas, através dos órgãos de comunicação locais (jornais, rádios), redes sociais, sessões de esclarecimento presenciais e outros meios que garantam o acesso universal à informação. 2. DEVE HAVER O MÁXIMO RIGOR TÉCNICO E AMBIENTAL TODAS as Avaliações de Impacte Ambiental (AIA) devem ser realizadas em qualquer projecto, sem excepção, para apurar as consequências na saúde e no bem-estar das populações, considerando todos os tipos de poluição – incluindo a sonora (audível) e as vibrações (não audíveis). Devem ser igualmente avaliados os efeitos visuais e paisagísticos decorrentes da industrialização das paisagens rurais com painéis solares ou aerogeradores, bem como a sua proximidade a habitações e comunidades. Não são aceitáveis atalhos burocráticos que facilitem licenciamentos directos, ignorem zonas legalmente protegidas ou Planos Directores Municipais, ou provoquem degradação dos solos, contaminação de cursos de água e perda de biodiversidade. Também não são toleráveis projectos que comprometam a atractividade dos territórios, as economias locais e o seu potencial turístico, contribuindo assim para o agravamento do abandono rural em regiões já desfavorecidas. O "Interesse Público Nacional" não pode justificar tudo. A título de exemplo: como foi possível o Parque Eólico do Paiva ter sido projectado para zonas sensíveis no Concelho de Aguiar da Beira, que constituem corredores ecológicos salvaguardados em PDM, onde existem importantíssimos recursos hídricos e espécies protegidas a nível europeu, e com uma proximidade excessiva	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119295	Discordância	Não concordo com o proposto. A transição deve passar por colocar painéis em cima de prédios, vias e outras estruturas inertes e não ajudar aumentar ainda mais o nível de destruição da natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119294	Discordância	Precisamos de água e ar, sequestro do carbono, e sem florestas isso não vai acontecer. Se todas as vias públicas fossem cobertas por painéis, já não ia faltar painéis onde eles são precisos e podíamos conduzir sempre à sombra. No campo precisamos de mais árvores, de floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119292	Discordância	Assunto: Manifesto de Discordância — Consulta Pública do PSZAER Na qualidade de munícipe/cidadão, apresento a minha discordância formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pelos seguintes fundamentos: * * 1. Grave Omissão de Cartografia Detalhada: Manifesto a minha profunda contestação pelo facto de o processo avançar sem a disponibilização pública e atempada da cartografia georreferenciada detalhada à escala cadastral. É inadmissível que as populações de Condeixa-a-Nova sejam chamadas a pronunciar-se sem conseguirem identificar com rigor se as áreas propostas colidem com propriedades privadas, perímetros urbanos ou terrenos agrícolas. [2] * 2. Ameaça Inaceitável ao Património de Conímbriga: Expresso total oposição a qualquer modelo de "aceleração" ou facilitação de licenciamento que coloque em risco o complexo arqueológico das Ruínas de Conímbriga e a sua bacia visual envolvente. A simplificação de procedimentos ambientais nestas zonas constitui um atentado à preservação do património histórico nacional e à identidade cultural e económica do concelho. * 3. Violação da Autonomia Municipal (PDM): Discordo da sobreposição de orientações governamentais centralizadas às regras de uso do solo vigentes no Plano Diretor Municipal (PDM) de Condeixa-a-Nova. As decisões de ordenamento devem respeitar a autonomia local e o planeamento estratégico da autarquia, sob pena de desordenar o território periurbano e florestal. * 4. Risco Hidrogeológico no Maciço Calcário: A simplificação do licenciamento ambiental é altamente perigosa para as zonas cársticas de Condeixa-a-Nova. A instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas de grande escala nestas áreas pode comprometer os aquíferos subterrâneos e a vulnerabilidade hidrogeológica local, sem que tenham sido realizados estudos de impacto cumulativo a longo prazo. [4] * 5. Rejeição do Modelo de Massificação Territorial: Rejeito este modelo que favorece a ocupação massiva	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119291	Discordância	Não aceito! Não acredito em tantos benefícios apresentados sem apresentação do contrário.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119289	Discordância	Este projecto preocupa-me ao nível das consequências ambientais e de biodiversidade do nosso país. Não encontrei informação suficientemente acessível e esclarecedora para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119288	Discordância	A proposta de PSZAER apresenta falhas graves de transparência: os mapas oficiais das Zonas de Aceleração não são divulgados nesta consulta pública. Sem acesso à cartografia completa, os cidadãos não conseguem avaliar o impacto real nas suas localidades nem participar com conhecimento de causa. A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) também não esclarece os efeitos na Paisagem, Património Cultural e Ecologia. Este processo não é transparente nem inclusivo. Requer-se: Divulgar imediatamente os mapas das ZAER Prorrogar a consulta para permitir análise dos documentos Garantir que as decisões não prejudiquem comunidades e ecossistemas O PSZAER deve ser um instrumento sério de aceleração das energias renováveis. Tal como está, só serve para criar zonas de isenção em vez de zonas de aceleração equitativa. Obrigado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119287	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Na qualidade de habitante do concelho de Mortágua, venho por este meio apresentar a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Após a análise dos documentos, manifesto a minha profunda preocupação com a escala de ocupação prevista para o concelho de Mortágua e apresento as seguintes propostas de alteração e salvaguarda: 1. O Precedente da Barragem da Aguieira: Chega de "Território de Sacrifício" O concelho de Mortágua tem um longo historial de serviço ao bem comum nacional que não tem tido o devido retorno económico para a sua população. Há mais de 40 anos que a Barragem da Aguieira ocupa uma área significativa do nosso território, cumprindo funções críticas de produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias para o país. No entanto, o impacto local desta infraestrutura em termos de criação de riqueza tem sido residual, limitando-se a uma exploração hoteleira, sem gerar emprego estrutural ou desenvolvimento para o concelho. Mortágua já é um "território sacrificado". Não podemos aceitar que, a este fardo histórico, se some agora a ocupação de mais de metade do concelho (52%) com painéis e eólicas, repetindo o modelo de extração territorial de valor onde o interior suporta os custos e o litoral consome os benefícios. 2. Desproporcionalidade e Injustiça Territorial A proposta para Mortágua revela um desequilíbrio territorial inaceitável. Enquanto a média de ocupação potencial por ZAER Solar para a CIM Região de Coimbra é de 10,9%, o concelho de Mortágua apresenta uma incidência de 46,6% (cerca de 11.717 ha) apenas para tecnologia solar fotovoltaica. O concelho é identificado como um dos poucos em Portugal onde a incidência de ZAER solar ultrapassa os 25% da área total, o que o coloca num grupo de extrema pressão renovável	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119286	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119285	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população. Não são apenas os turistas que vêm para a nossa região: também pessoas de outras partes de Portugal e do estrangeiro se mudam para cá, fixam residência e iniciam atividades económicas. Para além de trazerem novos rendimentos, isto resulta numa despovoação menos acentuada, ou mesmo invertida, na nossa área.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119284	Discordância	Necessitam estudo ambiental as implementações. Desmatar ou reduzir a terra agrícola para colocar paineis ou elolicas tornam energias renováveis em não renováveis. Os paineis devem apenas ser colocados em zonas onde a reflorestacao ou a agricultura regenerativa não é possível isso sim captura carbono e contribui para a ecologia e o bem comum o contrário é greenwashing, demagogia ou aproveitar fundos para benefício próprio ou de terceiros.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119283	Discordância	Façam no noutro lugar utilizam espaços nas cidades.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119282	Discordância	Concordo com a urgência da transição energética, mas discordo da criação de zonas de aceleração que possam comprometer ecossistemas, áreas agrícolas, florestas ou paisagens naturais. A resposta à crise climática não pode ser feita à custa da biodiversidade. É essencial privilegiar, em primeiro lugar, a instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, como telhados, parques de estacionamento, zonas industriais e infraestruturas existentes, antes de ocupar território natural. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se proteger simultaneamente o clima e a natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119281	Discordância	Nasci, cresci e vivo na Beira Interior desde sempre. Tenho assistido à progressiva implantação de parques fotovoltaicos, cada vez mais extensivos e intrusivos, que alteram de forma radical a paisagem, o uso do solo e a (qualidade de) vida das populações, sem sequer se perceber qual o efetivo e verdadeiro benefício prático dos mesmos para o comum do cidadão, havendo a percepção de que os únicos beneficiados de todo esse processo são quem cede/aluga o terreno e os promotores desses empreendimentos. O Estado Português deve zelar pelos interesses de Todos os cidadãos, promovendo as necessárias adaptações que urge fazer em termos de transição/adaptação energética, mas de forma sustentada e equilibrada. Não se deve destruir o património físico, cultural, paisagístico e ambiental, pondo (ainda mais) em causa o presente e o futuro das populações que amam esta (a nossa) terra. Porque concordo com o teor do documento elaborado pelo movimento cívico CIDADÃOS PELA BEIRA BAIXA, anexo, de seguida, o mesmo, como parte da minha participação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119280	Reclamação	Isto é algo extremamente mau para o País. Até leva acreditar que os fogos do ano passado foi mandados deitar e Portugal ardeu para que isto fosse para a frente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119279	Discordância	Manifesto sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) A transição energética é uma prioridade nacional e europeia, mas a sua concretização não pode ser feita à custa da degradação ambiental, da perda de biodiversidade ou da redução dos direitos de participação dos cidadãos. O PSZAER deve constituir um instrumento de planeamento responsável, baseado em critérios científicos transparentes e numa avaliação rigorosa dos impactos ambientais, sociais e paisagísticos. A criação de zonas de aceleração não pode significar uma diminuição das exigências de proteção do território nem uma presunção de viabilidade para qualquer projeto que nelas venha a ser proposto. É essencial privilegiar a instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, infraestruturas existentes e espaços degradados, reduzindo a pressão sobre solos agrícolas, florestais e ecologicamente sensíveis. Da mesma forma, devem ser avaliados os impactos cumulativos da concentração de projetos num mesmo território e garantida uma distribuição equilibrada das infraestruturas. A participação pública deve ser efetiva, informada e valorizada, permitindo que cidadãos, autarquias e organizações da sociedade civil contribuam para decisões mais transparentes e sustentáveis. A aceleração da transição energética é necessária, mas só será verdadeiramente bem-sucedida se for acompanhada pelo mesmo nível de exigência ambiental, rigor técnico e respeito pelas comunidades locais. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119278	Reclamação	Encontra-se referido em várias outras partes dos documentos do PSZAER que as áreas protegidas da Rede Natura 2000 e outras se encontram excluídas deste Programa.Nota-se que estão referidos para o Concelho do Seixal 117,7 hectares potenciais para fazerem parte do PSZAER. O mapa da fig.1 referida tem uma escala muito pequena e não é possível perceber a real localização desses 117,7 hectares. Mas parece coincidente com a área da ZEC Fernão Ferro e Lagoa de Albufeira da Rede Natura 2000. Para que haja claridade e transparência, pede-se a publicação de um anexo com as coordenadas geográficas e/ ou os traçados dos limites das áreas PSZAER, nomeadamente para o Concelho do Seixal e para os restantes Concelhos do País – em forma de mapas. De resto: 1. Concorda-se com a prioridade dada para superfícies artificiais e edificadas 2. Concorda-se que sejam excluídas áreas da Rede Natura 2000 e outras zonas protegidas	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119277	Discordância	Discordo da proposta de PSZAER ("Mapa Verde") tal como se encontra apresentada. Segundo o próprio estudo técnico que serve de base ao programa, cerca de 1% do território nacional bastaria para cumprir as metas de renováveis para 2030, mas o mapa identifica cerca de 7%, sete vezes mais do que o necessário incidindo em cerca de 80% sobre áreas florestais, muitas vezes sem justificação face às metas a cumprir. Durante grande parte da consulta pública, as peças cartográficas e a informação georreferenciada necessárias para identificar com rigor as áreas abrangidas não foram disponibilizadas, só se tornando públicas após uma fuga de informação, o que compromete a participação informada dos cidadãos. Acresce que o PSZAER visa isentar os projetos localizados nestas zonas de Avaliação de Impacte Ambiental caso a caso, o principal mecanismo através do qual cidadãos e autarquias podem hoje pronunciar-se sobre um projeto concreto. Substituir isso por uma avaliação estratégica feita ao nível do mapa só é aceitável se o processo de definição desse mapa for, ele próprio, transparente e participado, o que não aconteceu aqui. A Associação Nacional de Municípios Portugueses deu parecer globalmente desfavorável, e câmaras como Sertã, Idanha-a-Nova, Barcelos, Santa Maria da Feira e Fundão pronunciaram-se contra o processo, alertando para impactos em floresta, património e projetos locais. Defendo a transição energética, mas, como têm sublinhado organizações como a Quercus e a GEOTA, acelerar não pode significar planear sem rigor nem salvaguardas ambientais e sociais. Peço que a proposta seja revista: que a área das zonas de aceleração seja reduzida ao estritamente necessário, com critérios técnicos transparentes; que se excluam as áreas de floresta com maior valor ecológico e as zonas identificadas pelos municípios como sensíveis; que toda a informação cartográfica seja disponibilizada publicamente desde o início; e que os pareceres desfavoráveis das autarquias sejam devidamente ponderados antes da aprovação final do programa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119276	Discordância	Qualquer instalação de painéis solares ou eólicas nas áreas da Serra da Gardunha ou Barragem da Marateca constituirá uma atentado ambiental que acrescerá ao atentado económico que se vem verificando com a substituição de fontes fiáveis de produção de energia por alternativas que não respondem aos interesses últimos do País e suas gentes.. As ditas energias renováveis (na verdade constituem-se apenas como energias complementares) constituem a principal industria que emergiu em consequência da farsa climática ligada ao CO2. Uma pseudo ciência que emergiu ainda no século vinte mas já desconstruída e refutada até à exaustão por milhares de cientistas climáticos e não climáticos e alguns Nobel da Física. Sendo o CO2 um gás raro (0,041% da atmosfera), que será sempre raro e com tendência a baixar, mas que constitui o gás da Vida na Terra (é o alimento do reino vegetal) o contributo humano (alegadamente 0,01% do total existente de 0,041% , em 200 anos de era industrial, sendo mesmo assim este valor de 0,01% discutível) para o Clima tende para zero! Fundamentação Científica de mais de uma dezena de cientistas climáticos de craveira mundial - desde o MIT até à UN/IPCC - num documentário do canal 4 Britânico de 2007: "A GRANDE FARSA DO AQUECIMENTO GLOBAL" https://www.youtube.com/watch?v=lCE-J_nTgrM : Este tipo de equipamentos e instalações energéticas apresentam limitações SÉRIAS, custo benefício e impacto ambiental desastrosos: 1-São construídas e mantidas por fósseis, o que em princípio constitui uma contradição nos seus termos da sua existência construção e implementação massiva. (E realmente paradoxal, se considerarmos ser o CO2 e clima uma falsa questão.)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119275	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Manifesto a minha profunda preocupação face ao impacto do PSZAER na minha região, o Oeste Alentejano, bem como a forma como este programa poderá afetar as restantes regiões do país, caso não se proceda a um diálogo efetivo com as populações das áreas visadas. Preocupa-me a capacidade do PSZAER em realmente assegurar que tanto o diálogo como as decisões sejam tomadas em conjunto com as populações das áreas afetadas. Este processo deve, imperativamente, permitir que os cidadãos locais decidam, em articulação com as empresas promotoras, o número de turbinas eólicas e painéis solares a instalar e os locais mais adequados para a respetiva implementação. É igualmente fundamental assegurar que as medidas compensatórias sejam justas e permanentes, vigorando durante todo o período de vida útil dos parques eólicos e das instalações de painéis solares. Portanto, apresento a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica vendo que as condições citadas acima não estão asseguradas. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos äquilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119274	Discordância	Produzir muito sem conseguir distribuir, não é progresso, é desperdício!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119273	Discordância	Discordo com o PSZAER	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119272	Discordância	Nao	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
		O PSZAER propõe designar uma área enorme do interior do país como zona de aceleração de energias renováveis, comprometendo interesses ambientais, agrícolas e regionais, que até agora têm vindo a ser assegurados pela Avaliação de Impacte Ambiental. Projectos desta magnitude impactam não só a qualidade dos solos como também a vida das comunidades locais.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119271	Discordância		É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Peço que o programa seja revisto e que todos os projetos sejam submetidos à Avaliação de Impacte Ambiental e discutidos com as comunidades locais, estando ou não dentro de uma ZAER. Peço que a instalação destas infraestruturas seja feita em zonas já intervencionadas como parques de estacionamento, telhados de prédios e/ou complexos industriais.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
			Obrigada pela sua participação.
119270	Discordância	Não concordo, estão a querer destruir o que os nossos antepassados tanto trabalharam para construir	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
			Obrigada pela sua participação.
		Painéis solares retiraram, a beleza Natural, destroem o habitat dos animais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119269	Discordância	E que nada lucra com os painéis é o povo, como sempre.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		O PSZAER, na sua forma actual, não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática.	Obrigada pela sua participação.
119268	Discordância	Descarbonizar á custa da natureza não é solução!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
		Energias renováveis sim, mas nunca por substração da natureza.	
		Preocupa me projetos deste tipo que destroem o património ambiental. Não protege as populações. As alterações climáticas estão aí, inegavelmente, mas esta não é a solução.	Obrigada pela sua participação.
119267	Discordância	Veentemente contra a destruição dos ecossistemas.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		Este não é o caminho.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119266	Discordância	Reconheço a importância de acelerar a produção de energia renovável e a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No entanto, considero que a definição das Zonas de Aceleração deve ser feita com maior prudência e equilíbrio, garantindo que a proteção da paisagem, da biodiversidade, das atividades agrícolas e florestais, bem como da qualidade de vida das populações locais, não seja colocada em segundo plano. A transição energética será mais sólida e duradoura se resultar de um processo transparente, participado e que tenha em conta as especificidades de cada território. A rapidez na implementação não deve comprometer a boa gestão do território nem a confiança das comunidades. Por isso, não concordo com a proposta nos termos em que é apresentada e considero que deve ser revista, promovendo um maior equilíbrio entre os objetivos energéticos e a preservação dos valores ambientais, económicos e sociais de cada região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119265	Discordância	Discordo do Programa Considero lamentável o fraco debate e tentativa de esclarecimento dos temas em causa, por parte das entidades competentes, o que traduz um fraco interesse em que estes temas sejam efetivamnte analisados e escrutinados, revelando que a agenda governamental não visa o interesse coletivo comum.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119264	Discordância	Considero ainda que o momento para a consulta pública do presente programa não terá sido inocente, culminando com o periodo do Campeonato Mundial de Futebol, altura de exames dos estudantes e preparação de candidaturas à universidade, ou início de férias, que sempre envolvem muito as familias e jovens.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119263	Discordância	Tenho quase 81 anos, e nunca pensei chegar a esta idade , a ver a democracia, por que tanto lutei, chegar a este ponto, em que, aos tropeções, se avança com uma proposta como esta. Pretenderem eliminar a avaliação de impacte ambiental, para evitarem a contestação nessa sede, é um golpe triste. Plantei e ajudei a plantar centenas de árvores, nos terrenos que comprei, e noutros que integram a herança do meu falecido marido.Investi todas as minhas poupanças e rendimentos. Reflorestamos, cuidadosamente, terrenos a monte há mais de 50 anos. Produzimos fruta, azeite, e pretendemos fazer um projecto de natureza educativa, social e cultural em Foz de Arouce, na Lousã. Deparei-me com uma Zaer marcada em terrenos nossos, onde pretendemos fazer um projecto de reflorestação, com sobro e medronho, e outra ao lado de terrenos onde temos olival, sobro, laranjeiras, e em breve, abelhas para produção de mel. E outra Zaer está marcada em Casal de Ermio, onde o fogo de há pouco consumiu o que sobrou. Será que os incêndios de ontem foram os preparativos das ZAER de amanhã? Resta-me pouca margem para pensar de outra forma. O país precisa de mais a´rvores, em plantação ordenada e pensada, que contenha a desertificação e o despovoamento, e não do desbaste do pouco que resta, para estruturas de produção de energia, que estarão desactualizados em meia dúzia de anos, dispensadas de avaliação de impacto ambiental e de prestação de caução. Se a produção de energia é do interesse público, também o preço aceitável do solo rústico para produção agrícola e florestal, de madeira e da lenha, e o da autonomia alimentar. Mas é de interesse público, acima de tudo, e antes de tudo o mais, uma paisagem pensada como chão de todos, os que cá estão, e os vindouros. Envergonha-me que se tenha, desta forma, posto o interior a ser visto como um chão para produzir energia, e não mais que isso. Já era preciso empenho e resistência para se persistir, como as coisas estão; se estes projectos avançarem, restará o abandono,. E os próprias estruturas ficarão abandonadas à sua sorte, e condenadas ao fracasso. Uma sucata imensa, a contaminar solos, a potenciar incêndios? Tenham juízo. Pensem em colocar os painéis solares nas zonas já comprometidas - viajem um pouco mais, vão ver o que fazem os que pensam. E desistam do data center de Sines, que será uma besta consumidora de energia. Já era um bom começo. No que me competir, a luta pela democracia continua, e não sou de me cansar.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119262	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Vila Velha de Ródão, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. 🔘 Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. ● Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. ● Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de mega centrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119261	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119260	Discordância	Manifesto o meu total desacordo à implantação de energias renováveis na Serra da Gardunha porque representam uma ameaça direta e grave à preservação do ecossistema local e a pressão sobre os recursos naturais degrada a flora e fauna da região e a qualidade de vida da sua população.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119259	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha total discordância relativamente à instalação de painéis fotovoltaicos na nossa região, por considerar que este projeto representa uma solução ambientalmente contraditória e territorialmente desadequada. Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, esta não pode servir de justificação para a ocupação indiscriminada de solos rurais, agrícolas e áreas de elevado valor paisagístico e ecológico. A descarbonização deve ser alcançada através de um planeamento responsável, que minimize os impactos ambientais e respeite as comunidades locais. É incompreensível que se continue a privilegiar a ocupação de vastas extensões de terreno quando existem alternativas muito mais inteligentes e eficientes. Em vários países europeus, nomeadamente em França, a instalação de painéis fotovoltaicos sobre parques de estacionamento de centros comerciais e de grandes superfícies tornou-se uma solução prioritária, permitindo produzir energia sem destruir território natural ou agrícola. Da mesma forma, é cada vez mais comum a cobertura de parques de estacionamento destinados a veículos pesados nos centros routiers, aproveitando áreas já impermeabilizadas e conferindo simultaneamente proteção aos utilizadores e às viaturas. Em Portugal, insiste-se em seguir o caminho mais fácil e mais lesivo para o território: sacrificar paisagens, biodiversidade e terrenos produtivos, quando existem milhares de hectares de coberturas industriais, parques de estacionamento e outras infraestruturas já existentes que poderiam acolher estes sistemas de produção de energia. Não é aceitável que, em nome da sustentabilidade, se promovam projetos que comprometem precisamente os valores ambientais que se dizem defender. A verdadeira sustentabilidade exige uma utilização racional do	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119258	Reclamação	Rejeito a proposta atual porque considero que não protege devidamente o território, a natureza e as populações locais. A transição para as energias renováveis é importante, mas não deve acontecer sem regras claras que evitem a concentração de projetos, garantam a proteção da biodiversidade, dos solos agrícolas e da paisagem, e assegurem que os impactes cumulativos são devidamente avaliados. Também considero essencial que as populações tenham uma participação real nas decisões e que sejam privilegiadas soluções como o autoconsumo, as comunidades de energia e a utilização de áreas já artificializadas, em vez de sacrificar zonas naturais e agrícolas. Por isso, peço que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, reforçando a proteção ambiental e garantindo uma transição energética verdadeiramente justa e equilibrada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119255	Discordância	Substituir arvores por painéis solares não é aceitavei. Não é energia verde é negra Transformam a oaisagem num mar negro As árvores combatem o aquecimento global os painéis acabam com a fauna e a flora onde estão implantados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119254	Discordância	No ficheiro junto exponho as razões pelas quais este projecto de vastas instalações totovoltaicas às portas de Évora é, em todos os seus aspectos, devastador. Os recursos que assim seriam dilapidados excedem em muito as vantagens **genéricas** da energia previsivelmente obtida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119253	Discordância	O projeto terá consequências devastadoras para o distrito de Castelo Branco, destruindo cerca de 100 mil hectares de vegetação e ameaçando gravemente a biodiversidade e o clima local. A desolação visual de uma paisagem pintada de negro é apenas a face visível de uma verdadeira catástrofe ecológica. A destruição massiva da flora local resultará na morte de inúmeras espécies de animais e aves, acelerando as alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119252	Reclamação	Venho por este meio apresentar a minha reclamação no que se refere o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientemente satisfatórias de proteção do território, das suas comunidades locais e da participação democrática dos envolvidos e afectados. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Existe grande pressão em que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendemos que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação. Uma transição energética justa não pode acontecer à custa dos territórios e das populações que neles vivem."	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119251	Discordância	Não concordo que usem painéis em solo fértil e se corte árvores para o efeito. Não podemos produzir energia verde e cortar o maior produtor de oxigénio e descabonizacao natural e baixar a temperatura global. Sendo também o maior contributo que podemos dar ao mundo e ao planeta em toda a sua biodiversidade ter floresta ricas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119250	Discordância	A delimitação das ZAER carece de revisão. Não respeita condicionantes territoriais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios, nem apresenta alternativas de localização em áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados, solos degradados). A floresta portuguesa não é espaço disponível para infraestruturas: é sumidouro de carbono, reguladora do ciclo hidrológico, e base da bioeconomia (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão irreversível contradiz as próprias metas climáticas do Estado, que ao mesmo tempo financia a resiliência florestal. Proponho: Excluir das ZAER as áreas florestais produtivas, terrenos baldios e ZIF; Priorizar renováveis em áreas já artificializadas ou degradadas; Compatibilizar política energética com política florestal e ordenamento do território; Rever a proposta para garantir que a transição energética não compromete o capital natural.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119249	Discordância	Oponho me à expansao de parques eolicos e solares em espaços naturais, as serras já estão cheias de eolicas e os parques solares deviam ser restritos as coberturas de edificios, evitando o desperdício de solo agricola e impacto ecologico.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119248	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Palmela, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119247	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Não concordo com a criação destas zonas nos termos propostos e solicito que a minha posição de discordância seja considerada no âmbito da consulta pública.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119246	Discordância	Com os melhores cumprimentos. Não concordo com a pluriferação descontrolada destes "campos " de paineis solares. 7% de Portugal ?? Querem matar a beleza deste pais . Querem tirar o prazer de quem vive ou quem gosta de passear e desfrutar das belezas deste pais . Quase que aposto que nenhum deste campo será perto da casa de campo de algum dos nossos governantes . Não concordo com a proposta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119245	Discordância	Apesar de reconhecer a importância a produção de energia renováveis e o planeamento da instalação de painéis fotovoltaicos e eólicas, entendo que. i) devem ser os populações locais e os seus representantes (associações/ freguesias/ municípios) a decidir sobre o seu território. II) a instalação de Painéis solares deve ser incentivada em áreas artificializadas (no telhado de zonas industriais, zonas comerciais e urbanas) e não substituir áreas florestais ou agrícolas, mesmo com pouca aptidão para esse fim, devem ter em conta a função ecológica e cênica da paisagem. ii) não podemos andar a vender o território rural como destino turístico e encharca-lo de eólicas e painéis solares. IV) as mais valias da instalação deste tipo de projetos devem garantir uma percentagem, para investimento e bem feitorias para os habitantes dos territórios afetados , bem como, gestão e conservação do territórios onde serão instalados. V) deverá ser assegurada a transparência e sustentabilidade nas decisões e planeamentos. Por norma a urgência nos processos.... resulta na delapidação do bem comum, em proveito de poucos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119244	Discordância	A implementação de Energias Renováveis não pode ser feita com destruição de hectares e hectares de ecosistemas, espécies protegidas e habitat de espécies animais. O nosso país e toda a Beura têm sido fustigados por incêndios, com perda substancial de floresta e espécies protegidas, fauna e flora. A desertificação tem aumentado, a seca também. Estamos a destruir o nosso país para enriquecimento de estrangeiros.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119243	Discordância	Envio a minha participação através de uma análise num documento em anexo. Refiro ainda: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se possa pôr em perigo a nossa base de sobrevivência já tão fustigada e, em simultâneo, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a protecção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas, bem como, no contexto em análise, para a descarbonização, pela fixação vegetal do dióxido de carbono. A sua ocupação por grandes projectos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro, apesar das medidas de minimização habitualmente propostas. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a actividade agrícola. É um contras-senso. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer os mecanismos de participação democrática e de protecção ambiental que nos protegem. Considero indispensável que os especialistas e as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidos e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119242	Geral	Boa tarde. Quero perceber se foi feita análise profunda de consequências do programa PSZAER para a vida selvagem e qual será o impacto ambiental. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119241	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupada com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119237	Discordância	É urgente proteger as áreas verdes do país. Nada é mais importante para a descarbonização do que árvores (elas sim protegem-nos do aquecimento global e criam bem estar). Devem ser protegidas e valorizadas todas as áreas verdes e atividades humanas que viverem na sua harmonia. Qualquer decisão de instalação de painéis solares ou exploração mineira que leve a mais desflorestação não passa de green washing e de um atentado ao planeta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119236	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119235	Discordância	Manifesto o meu descontentamento com esta proposta de instalação de painéis solares que irá ocupar uma parte significativa concelho. Todos defendemos a transição energética, mas ela não pode ser feita sem respeito pelo território e pelas populações. O desenvolvimento deve ser sustentável e equilibrado, sem comprometer a identidade e a qualidade de vida do nosso concelho.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119234	Discordância	Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Como pessoas que se preocupam com o futuro desta região, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio ambiente. As nossas preocupações, por isso, não dizem respeito às energias renováveis em si, mas sim à necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com o facto de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que involuntariamente, o tempo e o âmbito necessários para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para avaliações ambientais detalhadas e específicas de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta importância devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais para a energia, mas também numa análise cuidadosa dos fatores ecológicos, sociais e culturais locais. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e contará com um maior apoio público quando as comunidades forem verdadeiramente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119233	Discordância	Como exemplo, o projeto proposto do Parque Eólico O Mira, na nossa região, prevê aerogeradores com A disseminação generalizada de projectos de painéis solares sem ter em conta as necessidades das populações e o impacto nos ecossistemas não pode passar incólume. Destruir a natureza e a biodiversidade com o argumento da produção de energia verde não faz sentido. É estar a destruir aquilo que se pretende, em última análise, preservar. É imperativo saber o impacto ambientar e social deste investimento massivo em energia solar. É preciso explicar a necessidade o o objectivo deste investimento massivo. Portugal não se pode transformar num novo eucaliptal de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119232	Discordância	Esta transição deve colocar as pessoas no centro das políticas públicas, promovendo soluções que gerem benefícios diretos para as famílias, comunidades e serviços públicos. Ao invés de apostar na construção de grandes centrais fotovoltaicas, importa privilegiar um modelo de produção descentralizada, baseado na instalação de sistemas de energia renovável em edifícios públicos, habitações e pequenas empresas. A instalação de painéis solares em escolas, centros de saúde, edifícios municipais, equipamentos sociais e habitações permite reduzir significativamente os custos com a energia, libertando recursos financeiros que podem ser canalizados para melhorar os serviços públicos e aumentar o rendimento disponível das famílias.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119231	Discordância	Este programa setorial é uma oportunidade perdida para o país no que respeita à estratégia de transição energética, pelo que não concordo, de todo, com o resultado no que reporta à identificação das áreas identificadas como ZAER. Mais uma vez, demonstra-se que o Estado, na componente da decisão politica, falha redondamente em matérias estratégicas para o país, como é este caso das zonas de aceleração das energias renováveis. A minha opinião fundamenta-se no seguinte: 1. Verifica-se claramente que se trata de um programa que é elaborado "em cima do joelho", numa correria contra o tempo, em que a tentativa do cumprimento de prazos são mais importantes que o resultado obtido - "Depressa e bem não há quem!"! Veja-se que as matérias são submetidas a discussão pública sem o "filtro" da concertação resultante da consulta dos diferentes serviços da Administração Pública e do poder local; 2. De acordo com o PSZAER são 7% do território de solo rústico que vão ser artificializados a somar aos 5 a 8 % atualmente existentes no país, o que demonstra a opção da estratégia deste programa pelas soluções mais simplistas mas muito menos eficientes em produtividade e ambientalmente menos impactantes, em termos de desenvolvimento e sustentabilidade . Acresce a ambiguidade desta estratégia em que a distribuição das ZAER aumentam o problema pois não se distribuem uniformemente pelo país, concentraram-se em territórios já de si desfavorecidos (interior) para produzirem energia para os territórios favorecidos (litoral). Alimenta-se assim esta dicotomia do litoral estar mais uma vez a desprezar o interior. As ZAER não são atividades e investimentos que alavancam o território, muito pelo contrário, ao artificializarem a paisagem comprometem o seu potencial enquanto recurso natural, esse sim com poder de alavancar o desenvolvimento de territórios; 3. A pressa em obter um qualquer resultado que servisse o interesse geral nacional é tão óbvio neste PSZAER que não foi avaliado os seus impactes ao nível regional e local. A concentração de ZAER em determinadas zonas é tão elevada que vão condicionar e condenar estratégias de desenvolvimento local de determinados concelhos que levaram anos a ser implementadas e que agora ficam comprometidas; 4. O aprimoramento do resultado das ZAER é tão tosco, que os critérios que estão na base da sua construção nem levaram em conta a exposição solar para a produção de energia por painéis fotovoltaicos. Veja-se o resultado em zonas do pinhal interior áreas enormes de relevos muito acentuados cujas úmbrias	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119230	Reclamação	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119229	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119228	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fálico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Venho por este meio apresentar a minha discordância à forma como este projeto está a ser delineado. O estudo de impacte ambiental deverá ser obrigatório, caso a caso assim como deverão ser ouvidas e informadas devidamente as populações. A maior riqueza de um país está na forma como se preserva! A evolução é bem vinda mas terá de ser gerida com o interesse maior na proteção da fauna e da flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119227	Discordância	A transição energética deve ser compatível com a proteção da biodiversidade, da paisagem, da agricultura, do património natural e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119226	Discordância	Este plano só pode ser implementado mediante estudos de impacto ambiental, e respeitaros relatórios dos especialistas. Sou pelas energias renováveis, mas não de uma forma que vai custar-nos a todos a médio e longo prazo um preço catastrófico.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119224	Discordância	Apresento, por este meio, a minha objeção. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública.	Obrigada pela sua participação.
119223	Discordância	Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Acredito fortemente que a proposta impede níveis mínimos de participação pública, caso a caso, dos projetos a serem apresentados.	
119222	Discordância	Público, Comunidades locais, ONG's, etc, serão silenciadas à força neste esquema. Dá a ideia que todo o processo tem como objectivo impedir a participação pública pois na conferência apenas participam: • A APA; • A Câmara Municipal competente; • As entidades responsáveis por servidões administrativas ou restrições de utilidade pública aplicáveis, se aplicável; • Outras entidades sectorialmente competentes; • O Promotor.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		Com um nível tão básico e restrito de conferencistas não há qualquer garantia de respeito pelas populações, nem de salvaguarda de proteção do território em todas as suas vertentes. Padece de participação democrática a níveis extremos e é óbvio que vai resultar em abusos extremamente difíceis de lidar para comunidades locais frágeis.	
		Bastou ler a avaliação das respostas sobre os projetos que tentam cobrir de painéis a beira interior, com uma maciça resposta desfavor´´avel, para perceber a falta de respeito que a APA tem pela participação pública. Este processo é um modo de contornar estes problemas chatos da participação pública? Se não é	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119221	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119220	Discordância	Pela Natureza, pela floresta, pela biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119219	Discordância	Aprovação só depois do mapa final.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119218	Discordância	O Movimento Cívico Gardunha Sul, estrutura de participação cívica da União de Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha (Fundão, Castelo Branco), reconhece a urgência da transição energética mas discorda do modelo do PSZAER. O Programa propõe cerca de 7% do solo continental para ZAER, quando as metas do PNEC 2030 exigiriam apenas 1-2%, concentrando-se de forma desigual no interior Centro e Alentejo, com municípios a ultrapassar 30-35% de ocupação. Na Beira Baixa, território de agricultura, floresta e paisagem já fragilizado por despovoamento e risco de incêndio, esta pressão é particularmente grave. Do ponto de vista processual, a documentação da AAE não apresenta uma avaliação comparativa de alternativas estratégicas razoáveis (como priorização de áreas degradadas, geração distribuída ou repotenciação), nem explica a ponderação metodológica usada na seleção espacial, nem detalha como os efeitos cumulativos - sobretudo a coincidência de potencial solar e eólico no interior Centro - foram tidos em conta, em incumprimento dos requisitos da Diretiva 2001/42/CE e do Decreto-Lei n.º 232/2007. Solicita-se: avaliação comparativa de alternativas; maior transparência metodológica; reforço da avaliação de efeitos cumulativos; justificação clara da proporcionalidade territorial; e participação antecipada e substantiva dos municípios e comunidades locais. Pede-se ao Governo uma reformulação profunda do PSZAER, que evite transformar a aceleração energética em sacrifício territorial. Parecer completo em anexo.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119217	Discordância	A paisagem e a natureza são um dos poucos valores culturais que permanecem num Portugal moderno que, como acontece com qualquer país em permanente evolução, vê muitos dos seus outros traços culturais - língua, h´abitos, etc. - desaparecer perante a tendência para a homogeneização do mundo contemporâneo. Como cidadão do Norte, cresci rodeado de montes e montanhas e são muitas vezes estas que, à parte da gastronomia, uso como exemplo daquilo que o país mantém de único e identificativo. No entanto, tomos temos assistido à constante e acelerada degradação do país nesta matéria. Desde os campos sem fim de painéis solares no Alentejo aos de eólicas nos altos do Norte, o país natural vai desaparecendo, sem que isso traga qualquer benefício aparentente ao cidadão comum, e principalmente àqueles que habitam as áreas onde são construídos estes projetos, que vêm a sua capacidade económica e as oportunidades que se lhes são apresentadas em constante declínicio, apesar das várias promessas de governos anteriores de que estes projetos teriam um impacto positivo sobre as suas vidas. Sendo favorável à vontade de adotar fontes de energias renováveis, seja pelos benefícios ambientais, sejas por reconhecer os desafios geopolíticos que advêm da nossa dependência energética, vejo com muita desilusão que quase sempre o bem-estar dos cidadãos é posto de lado aquando da tomada de decisão dos vários projetos energéticos do país. Noto que vários dos pontos apresentados nos pareceres de entidades externas à elaboração dos documentos não foram, aparentemente, tidos em conta, o que se alia à minha já existente desconfiança na capacidade dos decisores políticos, presentes e passados, de atuar com o benefício dos portugueses em mente nestas matérias. Por fim, interrogo-me sobre como se alia a vontade expressa em vários dos documentos presentes de levar a cabo estas alterações em nome dos objetivos ambientais europeus com a vontade também expressa de colocar a grande maioria destes novos projetos em zonas naturais, afetas à exploração por parte de entidades que concentrarão todo o benefício económico que advém da exploração destas fontes de energia	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119216	Discordância	Não usar espaços naturais para colocação de equipamentos, usem as cidades e seus prédios.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119215	Discordância	Participação Pública – Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho apresentar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que, na sua formulação atual, o programa não assegura um equilíbrio adequado entre os objetivos da transição energética e a proteção dos valores ambientais, sociais, paisagísticos, agrícolas e patrimoniais do território nacional. Reconheço a necessidade de acelerar a descarbonização da economia e de aumentar a produção de energia renovável. Contudo, a urgência da transição energética não pode justificar a redução das garantias de proteção ambiental nem a simplificação excessiva dos processos de planeamento e avaliação. O programa suscita preocupações relevantes pelas seguintes razões: 1. Insuficiente salvaguarda da biodiversidade e dos ecossistemas. A criação de zonas de aceleração pode aumentar a pressão sobre habitats naturais, corredores ecológicos e espécies protegidas, sobretudo quando a seleção das áreas privilegia critérios de disponibilidade territorial em detrimento da sensibilidade ecológica. 2. Impacto cumulativo inadequadamente considerado. A avaliação dos projetos não pode limitar-se aos seus impactos individuais. É essencial analisar os efeitos acumulados de múltiplas infraestruturas energéticas, linhas elétricas, acessos, subestações e restantes elementos associados, cuja soma pode produzir consequências muito superiores às avaliadas isoladamente. 3. Proteção insuficiente das paisagens e do património natural e cultural. A paisagem constitui um recurso	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119214	Discordância	Este programa é lesivo dos interesses das populações e do meio-ambiente que, supostamente, visa proteger. Ao estender os projectos de energia "verde" (energias solar e eólica) em àreas predominantemente florestais/rurais vai provocar a destruição da flora e da fauna locais, arruinar a beleza da paisagem eliminando inclusive a fonte de atractividade turística que é esta constitui. Para além disso, a título de exemplo, a concentração de painéis solares em áreas extensas contribui para o aumento da temperatura ambiente (então um dos objectivos não é combater o aquecimento global?!) e para a poluição dos solos onde os mesmos são instalados, já para não falar que, ao fim de 10/15 anos, estarão obsoletos, sendo necessário substituí-los (que económico!). Seria muito mais ecológico e racional fazer o mesmo que se faz na Alemanha e em outros países, onde se aproveitam as coberturas dos parques de estacionamento e de edifícios vários para colocar os ditos painéis solares, evitando deste modo destruir a natureza. Não é a abater árvores e a destruir florestas e habitats naturais de espécies protegidas que se salva o meio-ambiente e que se luta contra as alterações climáticas! Se calhar seria interessante analisar quem ganha com estes projectos e quais as empresas envolvidas e respectivos accionistas e CEOs (para além de intermediários e "facilitadores" de negócios), o meio-ambiente não ganha absolutamente nada de certeza! Antes pelo contrário....	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119213	Discordância	Assunto: Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119212	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119209	Discordância	É um atentado à nossa Natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119208	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não deve fomentar visões imperialistas sobre o território, impondo modelos de produção sem benefícios claros para as populações e para as paisagens afetadas. Mais ainda, cria um precedente para outros modelos de produção intensiva, seja qual for o teor. - A promoção de paisagens multifuncionais para promover a resiliência das paisagens contra as alterações climáticas e perda de biodiversidade não se alinha com estes modelos de exploração territorial. A proposta actual plasmada na ZAER não respeita esses princípios amplamente suportados por evidência científica, para além de se sobrepor a áreas ecologicamente sensíveis e protegidas	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119207	Discordância	Energia limpa. Energia renovável nunca será com o abate de arvores e extreminio de espécies	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119206	Discordância	Não concordo!! Porque produzir energia que não conseguimos levar a lado nenhum? Chamam-lhe "Mapa Verde". O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis quer instalar painéis solares e turbinas eólicas mais depressa e com menos burocracia, em cerca de 7% do território de Portugal continental. A ideia parece boa. Mas há uma pergunta simples que fica por responder: para quê produzir mais energia, se não temos por onde a distribuir? Primeiro, é necessário atualizar e fortalecer a rede de distribuição de energia existente. Porque é disso que se trata. A rede elétrica é a infraestrutura que transporta a energia desde onde é produzida até onde é consumida — as casas, as empresas, as fábricas. São os cabos, as linhas de alta tensão, as subestações. E a rede portuguesa está a ficar pequena para o que lhe pedimos. A própria avaliação do programa admite que a rede é o principal obstáculo — não a falta de terreno. Há cerca de 41 gigawatts de pedidos de ligação à espera, parados numa fila que a infraestrutura atual não consegue atender. Isto tem uma consequência que raramente se diz em voz alta: até as nossas zonas industriais têm dificuldade em obter a energia de que precisam. A Agência Internacional de Energia já avisou que são precisamente estes estrangulamentos na rede que ameaçam o futuro económico do país. Ou seja: a energia que podíamos usar para fazer crescer uma indústria transformadora forte — a que cria emprego estável e riqueza que fica cá — nem sequer chega a quem a queria consumir. Produzimos, mas não distribuímos. E para norte, o mesmo bloqueio. A Península Ibérica tem menos de 3% da sua rede ligada ao resto da	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119205	Discordância	Porque é disso que se trata. A rede elétrica é a infraestrutura que transporta a energia desde onde é produzida até onde é consumida — as casas, as empresas, as fábricas. São os cabos, as linhas de alta tensão, as subestações. E a rede portuguesa está a ficar pequena para o que lhe pedimos. A própria avaliação do programa admite que a rede é o principal obstáculo — não a falta de terreno. Há cerca de 41 gigawatts de pedidos de ligação à espera, parados numa fila que a infraestrutura atual não consegue atender. Isto tem uma consequência que raramente se diz em voz alta: até as nossas zonas industriais têm dificuldade em obter a energia de que precisam. A Agência Internacional de Energia já avisou que são precisamente estes estrangulamentos na rede que ameaçam o futuro económico do país. Ou seja: a energia que podíamos usar para fazer crescer uma indústria transformadora forte — a que cria emprego estável e riqueza que fica cá — nem sequer chega a quem a queria consumir. Produzimos, mas não distribuímos. E para norte, o mesmo bloqueio. A Península Ibérica tem menos de 3% da sua rede ligada ao resto da	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119204	Discordância	Não concordamos com um desenvolvimento que não seja sustentável para os recursos florestais, hídricos, agrícolas e sociais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119203	Discordância	Discordo de meterem painéis na serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119202	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119201	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119200	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Já chega de plantarem lixo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119199	Discordância	Assunto: Pronúncia de Total Discordância — Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã interessada na salvaguarda do património natural, paisagístico e humano do nosso país, venho por este meio apresentar a minha total discordância e oposição à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), com especial enfoque no planeamento e escala previstos para a energia eólica em terra. Embora reconheça a importância da transição energética para o cumprimento das metas de descarbonização, considero que a estratégia delineada neste programa peca por um sobredimensionamento alarmante e por uma desvalorização dos impactos cumulativos severos que a proliferação de parques eólicos trará ao território nacional. Fundamento a minha profunda inquietação e oposição com base nos seguintes pontos críticos: 1. Saturação do Território e Impacto Paisagístico Irreversível A escala de áreas identificadas para o potencial eólico — que abrange dezenas de milhares de hectares concentrados sobretudo no Norte e Centro do país — ameaça descaracterizar de forma definitiva a identidade visual e o valor intrínseco das nossas paisagens naturais. A instalação de aerogeradores modernos, cada vez maiores e mais altos, destrói a harmonia de territórios que deviam ser preservados pelo seu valor cénico, turístico e cultural. A industrialização visual de cumes e serras é uma perda patrimonial irreparável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119198	Discordância	- A instalação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) no território municipal, nos moldes em que se encontra projetada, suscita profundas preocupações devido aos severos impactos de ordem ambiental, agrícola e socioeconómica que acarreta. Em primeiro lugar, assiste-se a um manifesto risco de conversão de solos agrícolas de média e alta aptidão, uma decisão que compromete diretamente a produção alimentar e fragiliza as economias locais, fortemente dependentes do setor primário. Este cenário é agravado pela supressão da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) obrigatória nestas zonas. A eliminação deste instrumento de salvaguarda, alvo de críticas severas, traduz-se numa grave ameaça de agressão ao património natural, que fica desprovido de uma análise técnica independente e preventiva. Adicionalmente, regista-se uma insustentável sobrecarga do território. A afetação de percentagens elevadas de área municipal para estes fins — que atinge cerca de 30% em algumas localizações — entra em conflito direto com as orientações dos Planos Diretores Municipais (PDM) e compromete de forma grave o planeamento e o desenvolvimento local a longo prazo. Esta ocupação massiva prejudica gravemente a gestão da paisagem, uma vez que afeta áreas de manifesto interesse turístico, histórico e cultural, bem como zonas florestais que desempenham um papel ecológico e económico crucial. Por fim, constata-se uma total falta de benefício local. O modelo adotado favorece claramente megaprojetos centralizados e promotores externos, não assegurando qualquer retorno financeiro significativo, criação de emprego duradouro ou melhoria do bem-estar para as populações residentes, que suportam todos os custos ambientais e visuais sem qualquer contrapartida justa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119197	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho da Maia, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119196	Discordância	Entendo que a descarbonização é prioritária, mas não podemos sacrificar as zonas florestais de que o nosso país já tem escassez. Deveremos solicitar a engenheiros credenciados que estudem bons locais que não nos diminuam as escassas zonas verdes, para construir essas centrais!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119195	Discordância	Discordo da proposta apresentada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119194	Discordância	Para fazerem como em terras do Barroso? Sem aprovação da população, sem respeito pela natureza, será um caminho aberto para empresas fazerem o que quiserem da forma que quiserem. Discordo, a democracia se faz de forma diferente e querer o bem do meio ambiente não dessa forma, esse caminho é completamente o inverso de querer proteger. Esse caminho é o do capitalismo selvagem.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119193	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119192	Reclamação	zonas húmidas para 500m;– que sejam mantidos como critério de exclusão espacial as áreas classificadas como Geoparques-UNESCO, que legalmente fazem parte da rede nacional de áreas classificadas e que contraria as “orientações” do ministério que quer implementar as PSZAER fora de áreas classificadas.Uma transição energética justa não pode acontecer à custa dos territórios e das populações que neles vivem.	Obrigada pela sua participação. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119191	Discordância	As árvores são Renováveis, consumidoras de CO2. Os painéis fotovoltaicos são altamente poluentes, e produtores de CO2.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119190	Discordância	Não precisamos de mais centrais , precisamos de mais florestas .	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
119189	Discordância	Não concordo pois vai ter um impacto negativo a nível da agricultura, turismo e qualidade de vida dos residentes.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119188	Discordância	Não concordo com a acelaração da implantação de energias renováveis, especialmente neste contexto de desflorestação e destruição da natureza e habitats naturais que já se encontram em estado extremamente precário devido a todos os incêndios e fogos postos no nosso país. Considerando o estado do mundo e do clima, apostar em criar energias renováveis à custa da natureza é suicídio a nível colectivo. Existem diversas formas de aumentar as nossas fontes de energia renovável de forma responsável, mas esta não é uma delas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119187	Discordância	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA — Ricardo Filipe Caria Carvalho, cidadão residente na Beira Baixa A presente participação identifica falhas processuais e de fundo na proposta de PSZAER. O prazo de discussão pública (20 dias) é manifestamente insuficiente face à extensão dos documentos, e incide sobre uma versão que a própria EMER 2030 reconhece, em 172 pontos, como carecendo de reformulação — incluindo uma contradição técnica identificada pela DGT nas normas de área contínua para solar. A ANMP emitiu parecer desfavorável ao conteúdo e à condução do processo; a DGADR e a DGT também emitiram reservas formais. A Cova da Beira e a Beira Baixa acumulam já pressão significativa de projetos de grande escala (Sophia, Central da Beira, eólicos, biomassa) sem avaliação cumulativa. As ZAER sobrepõem-se ao Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, sem exclusão garantida. O Programa está sobredimensionado (7% do território face a ~1% necessário, confirmado pela coordenação da própria AAE) e cresceu entre versões. O potencial de autoestradas (1,3 GW) nunca foi estudado para ZAER, apesar de o programa invocar prioridade a solo artificializado. Requer-se: prorrogação do prazo e nova consulta após correções; exclusão das sobreposições hidroagrícolas; tetos de ocupação vinculativos; prioridade real a solo artificializado; servidões contra especulação fundiária; partilha de benefícios vinculativa; e apoio a comunidades de energia renovável. Desenvolvimento completo no documento em anexo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119186	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119185	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119184	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de habitante do concelho de Castelo Branco e urbanista, venho manifestar a minha total oposição ao Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Considero que o plano compromete a proteção ambiental, a biodiversidade e os solos agrícolas, promove a ocupação excessiva e desnecessária do território rural, desrespeita a autonomia dos municípios e acarreta impactos negativos para as comunidades locais, sem assegurar benefícios proporcionais. Acresce que não demonstra de forma clara a necessidade das áreas propostas, ignora limitações da rede elétrica, fragiliza a participação pública e reduz as garantias de avaliação ambiental. Entendo que a transição energética deve privilegiar soluções descentralizadas, como o aproveitamento de coberturas, áreas industriais e espaços já artificializados, conciliando a produção de energia com a proteção do território, da agricultura, da paisagem e da qualidade de vida das populações. Pelos motivos expostos, solicito a rejeição do PSZAER na sua forma atual e a elaboração de um plano mais equilibrado, transparente e participado, que assegure uma transição energética sustentável e compatível com a defesa do interesse público. Com os melhores cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119183	Discordância	Discordo devido à proximidade com a aldeia da Graça do Divor.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119182	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e reforçar a independência energética do país. No entanto, considero que estes objetivos não devem ser alcançados à custa da degradação da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e da qualidade de vida das populações locais. Defendo que seja dada prioridade à instalação de projetos de energias renováveis em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, antigas pedreiras ou terrenos degradados, antes da ocupação de áreas naturais, agrícolas ou florestais. Solicito, por isso, que a proposta seja revista, reforçando os critérios de proteção do território, da biodiversidade e das comunidades locais, promovendo uma transição energética equilibrada, sustentável e socialmente justa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119181	Discordância	Este projeto preocupa-me, não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada. A prioridade de um projecto nesta area tem de garantir a harmonia com a vida humana e animal. Os efeitos cumulativos de várias centrais (alta tensão) representam um risco para o Lobo - ibérico, o Lince - Ibérico e outros, esta vida selvagem tem um papel nos nossos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119180	Discordância	Não concordo com a colocação de painéis solares em zonas verdes. O programa PSZAER o que vai provocar é desertificação e empobrecimento dos solos e não contribui em nada para benefício das populações! É necessária uma reflorestação consciente do país que contribui muito mais para o bem estar dos nossos ecossistemas e diminuição da poluição atmosférica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119179	Geral	Participação no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações. No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem já um longo historial de contributo para o interesse nacional em termos de energias renováveis. A Barragem da Aguieira, instalada há mais de quatro décadas, ocupa uma área significativa do território municipal e desempenha funções essenciais para o país, nomeadamente na produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias. Contudo, os benefícios económicos diretos desta infraestrutura para a população local têm sido reduzidos. Considero, por isso, que não é aceitável que o concelho continue a assumir novos encargos territoriais de dimensão nacional sem uma avaliação rigorosa dos impactos e sem mecanismos claros de compensação e retorno para a comunidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119178	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos." 14 de Julho de 2026	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119177	Discordância	Tendo vivid pesto de um destes megaprojetos, testemunhei os problems socioeconõmicos e ambientais qua deles decorum. Além disco o relatório não parch tea tido em costa outras ideas, Como, for example, terrenos industriais abandonados, parques de estacionamento, telhados ou formas lternativas de gear energy solar	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119176	Discordância	O presente parecer é desfavorável à proposta de PSZAER, não por contestar a transição energética, mas pelo modo como esta é concretizada. A consulta pública padece de falta de transparência pois omite cartografia concreta e definitiva das futuras ZAER, impedindo cidadãos e municípios de perceber o que está realmente em causa, e decorre num prazo de apenas 28 dias, manifestamente insuficiente para analisar um programa de âmbito nacional com mais de 1.300 zonas e 450.000 hectares. Além disso, a Avaliação Ambiental Estratégica, genérica e feita a montante, não pode substituir a avaliação de impacte ambiental caso a caso, deixando por avaliar os impactes cumulativos da concentração de centrais solares e eólicas, linhas elétricas e acessos nos mesmos territórios. A proposta assenta ainda em informação territorial desatualizada e critérios metodológicos pouco coerentes, distribui as zonas de forma desproporcionada, penalizando o interior e os territórios de baixa densidade, que suportam os custos sem partilhar os benefícios, e comprime a autonomia municipal ao forçar a adaptação dos planos diretores municipais, contra a posição já expressa por várias autarquias. Por fim, não pondera alternativas de menor impacte, como áreas industriais e degradadas, coberturas de edifícios ou o repowering de centrais existentes. Requer-se, por isso, a não aprovação do Programa, a repetição da consulta com cartografia definitiva, a reformulação da AAE, a manutenção da AIA por projeto e mecanismos vinculativos de partilha de benefícios com as comunidades locai	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119175	Discordância	O preço oculto da "energia Verde". Destroi-se o verde verdadeiro, o ser vivo, e substitui-se por um manto obscuro de placas inertes e torres eólicas, a que alguns chamam de energia verde. A nossa natureza não pode ser substituida pelos interesses destruidores de uma agenda que é contra as populações e o ambiente natural circundante. O brilho do sol refecte-se nos painéis, mas há uma sombra pesada que se esconde atrás deles. O verdadeiro caminho para a sustentabilidade exige bom senso. Antes de devastar florestas, espaços naturais e terrenos agrícolas, a prioridade deveria passar pela instalação de paines fotovoltaicos nos telhados de todos os edificios públicos, industriais, parques de estacionamento, estadios de futebol, grandes superfícies, parques de campismo, por exemplo. Os mega parques solares e a invasão de paineis solares e eólicas, ameaçam ecosistemas, terras agricolas e a identidade rural.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119174	Discordância	Estou contraas Zonas de aceleração da implementação de energias renováveis, acelerem antes a plantação de florestas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119173	Discordância	Gostaria de expressar a minha oposição à inclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis (PSZAER). A proximidade a habitações é uma preocupação significativa, uma vez que a instalação de grandes parques solares e eólicos pode afectar a qualidade de vida das comunidades locais. Além disso, a ausência de uma avaliação de impacto ambiental aprofundada levanta questões sérias sobre os riscos que estas infraestruturas podem representar para o nosso ecossistema e para a saúde pública. A Serra da Gardunha é uma paisagem montanhosa protegida, onde a beleza natural e a biodiversidade devem ser preservadas. A transformação deste espaço em zonas industrializadas contraria a importância que damos às áreas naturais. Por estas razões, peço a exclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa das zonas designadas pelo PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119172	Discordância	Parecer do PRIP – Prout Research Institute Portugal, associação promotora do Cova da Beira Converge (CBC) O PRIP, associação promotora do movimento cívico Cova da Beira Converge, apoia a transição energética, mas emite parecer desfavorável ao PSZAER na sua versão atual. O Programa identifica cerca de 7% do território continental como ZAER quando o PNEC 2030 exige apenas ~1% — sobredimensionamento já confirmado pela própria coordenação da AAE, pela DGT e pela CCDR Centro — sem fixar tetos de ocupação nem qualquer mecanismo de retenção local de valor. Notamos ainda sobreposição não resolvida com o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (parecer desfavorável da DGADR) e insuficiências patrimoniais já assinaladas pela DGPC. Pedimos: retenção percentual de valor e partilha de benefícios para os territórios de acolhimento; prioridade vinculativa a solo já artificializado (incluindo autoestradas, com potencial de 1,3 GW nunca estudado para ZAER); exclusão das áreas sobrepostas ao AH da Cova da Beira; incentivos à conservação florestal; e alargamento dos prazos de discussão pública, com nova consulta após incorporação das correções já reconhecidas como necessárias. Desenvolvimento completo, dados e propostas concretas no parecer em anexo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119171	Discordância	Discordo com este estatuto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119170	Discordância	Preocupa me a utilização do espaço verde em Portugal sem controlo dedicado caso a caso. Sinto que se perde exigência e critério no âmbito ambiental e de proteção dos espaços verdes em Portugal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119169	Discordância	A proposta de instalar Zonas de Aceleração de Energias Renováveis nas Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal e no Maciço Agroflorestal de Castelo Branco merece uma forte contestação. É certo que a transição energética é urgente, mas isso não pode significar transformar a nossa zona interior do país, numa espécie de zona de sacrifício, a todos os que aqui vivemos, onde se concentram os impactes para garantir o conforto energético do litoral, sem que as comunidades locais vejam retorno real desse esforço. Estas serras não são um território vazio ou disponível: são um local com muita vida para muitas vidas, com uma grande variedade ecológicos e valores paisagísticos que dão identidade a quem aqui vive. A instalação de parques solares e eólicos de grande escala fragmenta este território, afasta espécies, altera a paisagem de forma praticamente irreversível e ainda compromete o próprio potencial turístico e agrícola da região, que já sofre de fragilidades demográficas e económicas estruturais. Os critérios de exclusão apresentados na proposta não têm em conta o efeito cumulativo de vários projetos a coexistir na mesma unidade de paisagem. É indispensável exigir uma avaliação ambiental mais rigorosa, e séria tendo em conta quem aqui vive e não apenas quem escreve relatórios vãos de quem aqui vem apenas a ver a neve ou comer cerejas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119168	Discordância	Parecer de Oposição Fundamentada e Pedido de Suspensão do Processo de Consulta Pública: 1. Objeto e Posição Na qualidade de cidadão e residente no Nordeste Transmontano, venho por este meio apresentar o meu PARECER DESFAVORÁVEL à proposta de PSZAER. A minha oposição baseia-se na convicção de que o modelo proposto é lesivo do interesse público, atropela as normas de planeamento territorial e carece da transparência procedimental mínima exigível num Estado de Direito Democrático. 2. Fundamentação Detalhada A. Falhas Críticas na Informação, Transparência e Seriedade • Indisponibilidade de Dados Técnicos: A ausência de disponibilização de bases de dados cartográficas em formato vetorial (shapefiles) impede a análise comparativa entre as ZAER propostas e os instrumentos de gestão territorial vigentes (PDM, PROT, PROF), tornando a consulta pública um exercício meramente formal e despido de conteúdo técnico. • Assimetria de Informação: A evidência de que agentes económicos tiveram acesso antecipado a mapas de implantação constitui uma quebra gravíssima do princípio da igualdade e da imparcialidade administrativa, indiciando favorecimento de interesses particulares. B. Inconsistências Técnicas do Relatório	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119167	Discordância	Não concordo em absoluto. Mais uma desconsideração pelas pessoas que habitam os territórios. Em prol de empresa privadas ganharem milhões. Um país tão pequeno não necessitam de tanta "energia verde", à custa da desmarcação de áreas que deveriam ser protegidas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119166	Discordância	Parecer do Cova da Beira Converge (CBC), subscrito pelo PRIP – Prout Research Institute Portugal O CBC apoia a transição energética, mas emite parecer desfavorável ao PSZAER na sua versão atual. O Programa identifica cerca de 7% do território continental como ZAER quando o PNEC 2030 exige apenas ~1% — sobredimensionamento já confirmado pela própria coordenação da AAE, pela DGT e pela CCDR Centro — sem fixar tetos de ocupação nem qualquer mecanismo de retenção local de valor. Notamos ainda sobreposição não resolvida com o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (parecer desfavorável da DGADR) e insuficiências patrimoniais já assinaladas pela DGPC. Pedimos: retenção percentual de valor e partilha de benefícios para os territórios de acolhimento; prioridade vinculativa a solo já artificializado (incluindo autoestradas, com potencial de 1,3 GW nunca estudado para ZAER); exclusão das áreas sobrepostas ao AH da Cova da Beira; incentivos à conservação florestal; e alargamento dos prazos de discussão pública, com nova consulta após incorporação das correções já reconhecidas como necessárias. Desenvolvimento completo, dados e propostas concretas no parecer em anexo..	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119165	Discordância	A instalacao facilitada de eólicas e parques solares sacrifica a fauna, flora e beleza das nossas paisagens no altar da ideologia da transicao energética.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119164	Discordância	Sem avaliação de impacte ambiental torna-se muito perigoso estes projetos. Isto só vai beneficiar os interesses privados das grandes empresas.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119163	Discordância	Boa tarde. Venho por este meio demonstrar a minha discordância em relação à colocação de painéis solares em campos florestais e agrícolas. Dado que existem telhados e outros locais onde pode ser instalado este tipo de painéis sem ser necessário ocupar espaço da natureza. As energias renováveis são para proteger a natureza e não destruí-la. É essencial existirem espaços verdes no nosso país. É nosso dever proteger a flora e fauna, pois sem eles não existe vida. Posto isto, o dinheiro não vale de nada, quando não protegemos aquilo que precisamos para viver. Grata pela atenção.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119162	Discordância	Já não basta o drama dos incêndios e ainda temos políticos que entraram completamente em delírio. Em Agosto de 2025, 80% da serra Amarela ficou queimada, praticamente todos os animais se terão perdido, nomeadamente répteis e pequenos mamíferos. Outros, fugidos às chamas, nomeadamente as aves, que foram procurar espaços alternativos. Perdeu-se também o pouco que restava do coberto vegetal, e o que se adivinha depois deste incêndio, será dominada por extensas e contínuas manchas de matos, pobres em termos de biodiversidade, e que no futuro potenciarão incêndios ainda mais devastadores, com como foi o caso deste em relação ao de 2022. Sem vegetação, perde-se naturalmente qualidade do ar, menos água será retida e menos água irá correr nos rios e ribeiros do Parque e consequentemente nas nossas torneiras. Deslizamentos de terras serão frequentes. È a morte lenta (não assim tão lenta) das aldeias do Parque Nacional Peneda Gerês – neste caso Ponte da Barca. Os sentados nas cadeiras de poder de decisão, tem em mãos a possibilidade de alterar o curso da história, ou iniciar o processo se essa for a vontade! Espero muito estar enganado, mas se não tiverem a coragem de virar a “mesa” localidades como Ponte da Barca serão muito em breve, não apenas sítios banais, mas sim sítios evitáveis e esquecíveis.... E agora a nata politica nacional pretende acabar com o resto plantando a energia "verde". Acho ainda muito pouca gente percebeu o que está acontecer aqui!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119161	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fálico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Venho manifestar a minha preocupação relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	
119160	Discordância	Reconheço a importância da transição para fontes de energia renováveis e considero-a essencial para enfrentar as alterações climáticas. No entanto, essa transição não deve acontecer à custa da degradação do património natural, da biodiversidade, das paisagens, dos recursos hídricos e das atividades agrícolas que sustentam muitas comunidades. A criação de zonas de aceleração levanta preocupações quanto à possibilidade de simplificação ou redução da profundidade das avaliações de impacto ambiental e territorial. Processos mais rápidos não devem significar processos menos rigorosos. Cada projeto deve continuar a ser analisado individualmente, tendo em conta as características ecológicas, sociais e económicas do território onde será instalado. Preocupa-me igualmente a possibilidade de estas zonas facilitarem projetos com elevado impacto ambiental, incluindo atividades de exploração mineira associadas à transição energética, como a extração de lítio, quando aplicável. Estes projetos podem provocar alterações irreversíveis nos ecossistemas, afetar a qualidade dos solos e da água, comprometer a agricultura, a floresta e a qualidade de vida das populações locais. Defendo que a proteção da natureza e da produção agrícola deve ser tratada como uma prioridade estratégica, ao mesmo nível da produção de energia limpa. O desenvolvimento sustentável exige equilíbrio entre os objetivos climáticos, a conservação da biodiversidade, a segurança alimentar e o respeito pelas comunidades que vivem e trabalham nestes territórios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119159	Discordância	Qualquer que seja A Destruição do nosso Ecossistema ... NÃO fica aprovado pela minha pessoa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119158	Discordância	Discordo totalmente com este programa. É inadmissível que que se destruam quilómetros de património natural, a vida das populações e se coloquem em risco tantas espécies da nossa fauna e flora, já tão ameaçadas. É importante reflorestar e cuidar e não destruir.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119157	Discordância	‼ MORADORES RODÃO e CASTELO BRANCO - como participar CONTRA 👇 ‼ SEGUE o VIDEO como o FAZER Passo 1 - vai ao portal www.participa.pt e registra-te com o teu email Passo 2 - entra no teu email e clica no link 🔗 para activar o teu registro Passo 3 - faz LOG IN com o teu email e a tua PASSWORD Passo 4 - procura na caixa da 🔍 " PSZAER" Passo 5 - clica na consulta " PROGRAMA SETORIAL das ZONAS de ACELERAÇÃO da IMPLANTAÇÃO de ENERGIAS RENOVÁVEIS (PSZAER) Passo 6 - clica em PARTICIPAR Passo 7 - clica em CLASSIFICADOR e seleciona a opção DISCORDÂNCIA (ou concordância se estás de acordo com esta proposta)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119156	Sugestão	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119155	Discordância	Manifesto a minha discordância com esta proposta. A transição energética é indispensável, mas não deve ser feita à custa da destruição de zonas verdes e de ecossistemas que são essenciais para a biodiversidade, a captura de carbono e a qualidade de vida das populações. Antes de permitir a ocupação destes espaços, devem ser privilegiadas alternativas como coberturas de edifícios, zonas industriais e terrenos já degradados ou artificializados. A produção de energia renovável e a proteção da natureza não são objetivos incompatíveis. É fundamental garantir que a descarbonização não implique a perda irreversível do nosso património natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119154	Discordância	A instalação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) no território municipal, nos moldes em que se encontra projetada, suscita profundas preocupações devido aos severos impactos de ordem ambiental, agrícola e socioeconómica que acarreta. Em primeiro lugar, assiste-se a um manifesto risco de conversão de solos agrícolas de média e alta aptidão, uma decisão que compromete diretamente a produção alimentar e fragiliza as economias locais, fortemente dependentes do setor primário. Este cenário é agravado pela supressão da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) obrigatória nestas zonas. A eliminação deste instrumento de salvaguarda, alvo de críticas severas, traduz-se numa grave ameaça de agressão ao património natural, que fica desprovido de uma análise técnica independente e preventiva. Adicionalmente, regista-se uma insustentável sobrecarga do território. A afetação de percentagens elevadas de área municipal para estes fins — que atinge cerca de 30% em algumas localizações — entra em conflito direto com as orientações dos Planos Diretores Municipais (PDM) e compromete de forma grave o planeamento e o desenvolvimento local a longo prazo. Esta ocupação massiva prejudica gravemente a gestão da paisagem, uma vez que afeta áreas de manifesto interesse turístico, histórico e cultural, bem como zonas florestais que desempenham um papel ecológico e económico crucial. Por fim, constata-se uma total falta de benefício local. O modelo adotado favorece claramente megaprojetos centralizados e promotores externos, não assegurando qualquer retorno financeiro significativo, criação de emprego duradouro ou melhoria do bem-estar para as populações residentes, que suportam todos os custos ambientais e visuais sem qualquer contrapartida justa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119153	Discordância	Boa tarde, Tenho 23 anos e sou formado em engenharia e gestão industrial. Apesar de ser fortemente a favor da transição renovável e apoiar projetos que contribuam para a independência energética do país a longo prazo, penso que esta proposta está muito mal fundamentada, na medida em que afeta zonas que como cidadão residente no concelho, não fazem qualquer sentido numa visão urbanística. O meu telhado tem painéis solares e sei perfeitamente que é o futuro, mas não a qualquer custo e sem pressupostos sólidos e que façam o mínimo sentido para quem nasceu e cresceu nas áreas abrangidas. Penso que a palavra deve ser dada, no mínimo, aos municípios. Obrigado pela atenção. Duarte Marçal	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119152	Discordância	Contra a destruição de florestas, campos e outras zonas verdes para a instalação de infraestruturas energéticas. A produção de energia não deve ser feita à custa da perda de habitats, da biodiversidade e da degradação da paisagem. Existem alternativas que evitam estes impactos. Apelo a que protejam a natureza e não ocupem áreas de elevado valor ecológico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119151	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119150	Discordância	Mit Besorgnis spreche ich zur öffentlichen Konsultation zu Beschleunigungszonen für erneuerbare Energien, wie zum Beispiel dem PSZAER. Die Aufnahme von Serra da Gardunha und Beira Baixa für den Bau großer Solar- und Windkraftwerke könnte verheerende Folgen für unsere Ökosysteme haben. Laut den verfügbaren Daten befinden sich 78,9 % des solaren Potenzials in bewaldeten Gebieten. Die Zerstörung dieser Wälder setzt nicht nur gespeicherten Kohlenstoff frei, sondern verringert auch die Kapazität, Kohlenstoff aufzunehmen, und gefährdet damit unseren Kampf gegen den Klimawandel. Darüber hinaus wird der Ausbau umfangreicher Infrastruktur die lokale Biodiversität beeinflussen, einschließlich gefährdeter Arten, die von diesen Lebensräumen abhängig sind. Es ist unerlässlich, dass Serra da Gardunha und Beira Baixa von den Beschleunigungszonen ausgeschlossen werden, damit wir unser natürliches Erbe bewahren und nachhaltigere Praktiken erneuerbarer Energien wie die Nutzung von Dächern und bereits urbanisierten Gebieten fördern können.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119149	Discordância	Não aceito o que estão a fazer ao meu país destruindo-o aos poucos e ao que nós temos de melhor, que é a Natureza, a fauna, a pesca e toda a sua biodiversidade! Quero o meu país "Portugal" tal como ele sempre foi, com as suas florestas espectaculares, os seus frutos como outrora de optima qualidade, florido como o jardim e as suas pescas aos nossos pescadores, que até a estes lhes tiraram o pão! Não à venda de Portugal ao retalho, Portugal é nosso e dos portugueses, exigimos que parem de crucificar o país e a vida dos portugueses e dos qnimais que nela habitam	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119148	Discordância	Discordo com a instalação destes projetos em áreas florestais. A energia renovável é importante, mas há alternativas, como telhados, estacionamentos e outras infraestruturas já existentes. A nossa floresta merece ser protegida.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119147	Discordância	Não concordo com a implementação de ZAER em território nacional por não beneficiar em nada o nosso ecossistema natural, trará mais destruição e eliminação das espécies animais e recursos florestais bem como o risco de contaminação de solos. As intempéries são cada vez mais gravosas e a desflorestacao só trará mais catástrofes e consequências para o nosso país Solos vazios e pobres em minerais sem sustentação para as grandes tempestades	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119146	Discordância	Não vale a pena ter energias renováveis se depois vamos destruir o planeta...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119145	Discordância	Sou totalmente contra a implementação dos paineio fotovoltaicos no distrito castelo branco fundão idanha a nova monsanto penamacotr etc etc.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119144	Discordância	Contra obviamente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119143	Discordância	O fim das energias fósseis não deve nunca, mas nunca ser a custo do ambiente. É algo absolutamente paradoxal. Desta forma, deve haver sempre, no mínimo, uma analise de impacto ambiental e das comunidades antes de se proceder a qualquer autorização para a implantação das energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119142	Discordância	As areas que pretendem afectar com esta iniciativa configuram um verdadeiro atentado ambiental e à nossa ruralidade. Atentado esse disfarçado de ambientalismo e transição energética. Havendo necessidade de produção energética, o que se compreende, bo casp da produção fotovoltaica, tal deverá ser implementado nas coberturas de edifícios, não através da destruição de ambientes naturais e rurais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119141	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: • O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; • O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; • O governo portugues nao pode colocar para consulta publica informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); • O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER; • O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119140	Discordância	Eu dou um parecer desfavorável à proposta atualmente em consulta pública, por considerar que a mesma não assegura a adequada proteção do território e dos seus valores naturais, sociais e económicos. A proposta ocupa vastas área de território, incluindo áreas próximas de habitações, captações e infraestruturas de abastecimento público de água, espaços florestais de elevado valor ecológico, património natural e zonas de forte vocação turística e zonas fortemente arborizadas. Não pactuo com a morte de árvores e com o desvirtuar da natureza e paisagem para colocação de painéis solares ou torres eólicas, a sua implementação deve ser compatível com a proteção dos recursos naturais, da floresta, da paisagem, do património e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119139	Discordância	Considero tratar-se de um vergonhoso atentado à NATUREZA.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119138	Discordância	Este projecto não é sustentável para o interesse da população e da nossa biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119137	Discordância	RECOMENDAÇÕES: Mediante o exposto no ficheiro em anexo propomos as seguintes medidas: - Uma Reformulação profunda do Programa - A extensão do período de discussão pública; a realização de sessões de auscultação pelos concelhos efetivamente abrangidos e uma nova ronda sobre a futura versão reformulada do programa antes da sua aprovação. - Que as áreas contempladas sejam redimensionadas para cumprir as metas do PNEC (20.000 há) mediante um processo de seleção criteriosa, faseamento e calendarização. - Que se dê prioridade ao edificado e áreas artificializadas (zonas industriais, parques de estacionamento, telhados, estaleiros) para a implementação deste programa e que a instalação em solo rústico fique condicionada à demonstração da indisponibilidade de alternativas nestas áreas artificializadas e a uma Avaliação de Impacte Ambiental e de ações de envolvimento e discussão com as comunidades afetadas. - Que nessa versão final sejam definidos procedimentos, prazos e calendários de integração das ZAER nos PDM, nos termos do artigo 51º do RJIGT e a salvaguarda efetiva da autonomia municipal dos territórios salvaguardando sempre as suas idiossincrasias. - A revisão dos procedimentos de modo que a simplificação seja real e não nominal, com clarificação inequívoca de fases, prazos, e a dotação da APA e demais entidades competentes dos meios e instrumentos necessários às responsabilidades de verificação que lhes são cometidas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119136	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119135	Discordância	A implementação de setores de energias ambientais é algo que deve ser feito com ponderação e com a respectivo impacto ambiental, começa a ser notório a implementação destes parques de energias renováveis, nomeadamente painéis solares sem com qualquer regulamentação e sem qualquer estudo de impacto, tais implementações iram ter um impacto nefasto no ecossistema a curto prazo.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119134	Discordância	Manifesto discordância relativamente à proposta de PSZAER, não por oposição às energias renováveis ou à urgência da descarbonização, mas porque o instrumento colocado em consulta padece de um vício de origem: pede-se aos cidadãos e às autarquias que se pronunciem sobre um programa cuja expressão territorial concreta não é conhecida. O "Mapa Verde" é expressamente qualificado como indicativo e não corresponde à delimitação definitiva das ZAER. Consultar sobre critérios abstratos, sem cartografia vinculativa, esvazia materialmente o direito de participação consagrado na Diretiva 2001/42/CE e na Convenção de Aarhus, que exigem que o público disponha de informação suficiente para formar uma opinião fundamentada enquanto as opções permanecem em aberto. Um prazo de 29 dias, decorrido em época estival, agrava esta insuficiência. Discordo igualmente do regime de avaliação ambiental proposto. A dispensa de AIA nas ZAER assenta no pressuposto de que a Avaliação Ambiental Estratégica do programa substitui a avaliação ao nível do projeto — o que é metodologicamente frágil. Uma AAE de escala nacional não capta a mortalidade de avifauna e quirópteros em corredores não classificados, a afetação de linhas de água e cabeceiras de bacia, o património arqueológico não inventariado, nem os impactes de ruído, sombra intermitente e intrusão visual sobre povoamentos dispersos do interior. Acresce que os impactes cumulativos estão subavaliados: a lógica de mercado concentrará os projetos nas mesmas faixas de melhor recurso e menor custo fundiário, e o efeito de dezenas de instalações sobre uma mesma unidade de paisagem não é a soma aritmética dos impactes individuais. Esta concentração recai desproporcionadamente sobre territórios de baixa densidade cujas estratégias de desenvolvimento assentam precisamente nos ativos comprometidos — paisagem, floresta, biodiversidade, turismo de natureza —, transferindo o custo da transição para quem menos beneficia dela. Requeiro, em consequência, que o PSZAER não seja aprovado na forma atual e seja objeto de: nova discussão pública, com cartografia definitiva e prazo alargado; reformulação da AAE, com avaliação efetiva de impactes cumulativos e limiares máximos de ocupação por concelho e unidade de paisagem; manutenção de um procedimento obrigatório de triagem ambiental ao nível do projeto, sendo a dispensa de AIA excecional e fundamentada; critérios vinculativos de proporcionalidade territorial e de repartição local de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119133	Discordância	Trata-se de um atentado contra o ambiente, com aumento da temperatura na ordem dos 2 ou 3 graus centígrados. A instalação de painéis fotovoltaicos em quantidades exorbitantes, devasta, desertifica e inutiliza campos agrícolas e florestais o que constitui uma atentado contra a conservação da Natureza, a vida das espécies vegetais e animais e a própria sobrevivência dos seres humanos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119132	Discordância	Na qualidade de munícipe residente no concelho de Oleiros, manifesto discordância e solicito a revisão do PSZAER, por entender que, tal como está desenhado, o programa privilegia a rapidez e a escala de implantação de grandes projetos renováveis em detrimento da proteção da natureza, da coesão territorial e da participação pública efetiva. Embora a aceleração das energias renováveis seja necessária, essa aceleração não pode ser feita à custa dos territórios de baixa densidade, nem à revelia das populações que aí vivem e trabalham, levantando dúvidas quanto à compatibilização entre expansão energética, proteção ambiental e respeito pelos instrumentos de gestão territorial. Defende-se que as centrais de maior dimensão sejam prioritariamente localizadas em áreas já artificializadas (corredores viários e ferroviários, zonas industriais, coberturas urbanas, parques de estacionamento), enquanto no mundo rural a energia renovável deve privilegiar soluções de pequena escala, articuladas com pequenas unidades agrícolas, florestais ou agroflorestais, reforçando a sustentabilidade económico-financeira sem descaracterizar a paisagem. Solicita-se que o PSZAER integre salvaguardas obrigatórias como participação pública antecipada e influente, planos de benefícios locais transparentes, mecanismos de partilha de valor, proteção de recursos naturais, restauro ecológico com compromisso de desativação e recuperação integral das áreas, criação de emprego local estável e reforço da resiliência energética, garantindo assim uma transição energética justa, equilibrada e coerente com os ODS	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119130	Discordância	Sou contra o projeto devido ao impacto negativo que as centrais eólicas e solares vão ter na paisagem, na biodiversidade e nas populações da Beira Baixa. Não concordo com a criação de zonas de aceleração de renováveis na Beira Baixa sem que os mapas sejam mostrados e as populações locais ouvidas. Manifesto a minha total oposição a este programa sectorial, pois prejudica o território e o ambiente da Beira Baixa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119129	Discordância	Chega de destruir a Natureza em nome duma falsa defesa do ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119128	Discordância	Façam o reflorestamento das zonas, é preciso árvores e não painéis solares, o painéis solares e para por nos telhados das casas.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119127	Discordância	Discordo da proposta apresentada para o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a definição de zonas de aceleração não deve privilegiar a rapidez da implementação em detrimento da salvaguarda dos valores ambientais, paisagísticos, agrícolas e sociais do território. Embora reconheça a importância de aumentar a produção de energia renovável para cumprir os objetivos de descarbonização e de segurança energética, a concentração de projetos em determinadas áreas pode provocar impactos cumulativos significativos sobre os ecossistemas, a biodiversidade, a paisagem, os recursos hídricos e as atividades económicas locais, impactos esses que nem sempre são adequadamente avaliados. Entendo igualmente que o programa deve assegurar uma maior participação das populações, das autarquias e das entidades locais na definição destas zonas, garantindo transparência no processo de decisão e a consideração efetiva dos interesses das comunidades afetadas. A aceitação social é um fator essencial para o sucesso da transição energética. Acresce que deveria ser dada prioridade à instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas ou degradadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques de estacionamento e antigas explorações mineiras ou pedreiras, reduzindo a pressão sobre solos agrícolas, áreas florestais e habitats naturais. Por estas razões, considero que o PSZAER necessita de critérios de seleção mais rigorosos, de uma avaliação mais aprofundada dos impactos cumulativos e de maiores garantias de proteção do património natural, paisagístico e socioeconómico antes da aprovação definitiva das zonas propostas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119126	Discordância	Os malificios deste projecto são em larga escala maiores que os seus benefícios. A destruição da harmonia dos ecossistemas naturais não pode ser permitida. Não è este o caminho para uma energia limpa. Isto só serve para criar oportunidades de negócio para lobbies internacionais corruptos que subornam politicos nacionais corruptos e sem visão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119124	Discordância	Devemos preservar o nosso território e o nosso patrimonio natural. Investir nas nossas aldeias para que voltem a ver as crianças a correr e a brincar junto à natureza. Sou contra às minas, às pedreiras e ao abate de árvores.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119123	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119121	Discordância	Este plano de mega projetos solares representa um crime ambiental que comprometerá o futuro de todos no território português, levando à seca, desertificação e escassez de água e aumento das tempertaturas do verão. Ao impermeabilizar com painéis áreas enormes, centenas de milhares de hectares, que representam solo que ficará sem poder ter ecossistemas naturais saudáveis, sem vegetação e sem animais, com o prejuízo de aumentar brutalmente a erosão de solos e a largo prazo a temperatura de um país com um clima frágil e seco. O Sahara está a avançar para cima de Portugal e o risco de aumentar brutalmente a desertificação e erosão é real e muito preocupante. Indirectamente, esta impermeabilização irá baixar o nivel dos lençóis freáticos também, reduzindo a água doce no território portugues que depende já da cobertura de solo vegetal delicada e de lento crescimento típico do bioma mediterrâneo. Este plano é desastroso, e não há economia que justifique a destruição do país neste nível. Painéis solares devem ocupar áreas urbanas, telhados, topos de parques industriais e de estacionamento. Isto pode ser mais barato para os investidores neste momento e até para o estado mas vai destruir o país em poucos anos, destruindo a beleza e potencial das paisagens naturais, os climas e os recursos naturais incluindo a água - estamos à beira da guerra da água a nivel planetário. E é este tipo de coisas que a causa.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119120	Discordância	Não apoio a instalação de painéis solares, em terrenos que podem muito bem ser reflorestados, dando muito mais-valia ao ambiente, como limpeza do co2 e libertação de oxigénio. Portugal tem cerca de 260 grandes barragens. No entanto, apenas 42 a 50 barragens estão equipadas com centrais hidroelétricas e ativamente dedicadas à producão de energia elétrica para a rede. É muito mais vantajoso e seguro, dotar essas barragens de centrais, para as necessidades do pais, do que desertifica-lo !!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119119	Discordância	Apresento aqui o meu posicionamento crítico relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Diante da análise técnica e territorial efetuada, emito um parecer desfavorável a esta proposta do PSZAER, quer para a globalidade do território nacional, quer, de forma muito particular, para a região do Nordeste Transmontano, onde vivo. A minha visão sobre a transição energética: Reconheço plenamente a urgência e a legitimidade da transição energética como um imperativo ambiental e económico. Não me oponho ao desenvolvimento das energias renováveis, mas recuso categoricamente que essa aceleração seja feita à custa do empobrecimento ecológico, paisagístico e socioeconómico dos territórios do interior, que já enfrentam fragilidades estruturais acentuadas. As Minhas Principais Críticas ao PSZAER A. Opacidade na Consulta Pública e Erros nos Dados • Omissão de dados geográficos: Denuncio que o processo de discussão pública decorreu sem que fossem disponibilizados aos cidadãos os ficheiros georreferenciados (shapefiles). Considero que isto limita gravemente uma participação pública informada, em claro desrespeito pelas exigências legais. • Erros de cálculo grosseiros: Identifiquei inconsistências graves na cartografia e nos dados apresentados no Quadro 15 do Relatório Temático. Como exemplo, no município de Torre de Moncorvo, os hectares indicados para ZAER Solar não correspondem aritmeticamente à percentagem de ocupação territorial anunciada. • Informação privilegiada: Alerto para a grave coincidência territorial entre a área proposta para a única ZAER fotovoltaica nos concelhos de Mogadouro, Miranda e Vimioso e a zona onde a empresa Gesto Energy já se encontra a adquirir terrenos, sugerindo que certas entidades tiveram acesso privilegiado a dados antes da consulta pública. B. Concentração Desproporcional no Interior e Sobredimensionamento	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119117	Discordância	I respectfully oppose the inclusion of Serra da Gardunha /Beira Baixa region as a site for PSZAER_site. The region has a unique habitat that is of national and international importance. The mountain habitats, of plants and trees, are crucial environments for the proper functioning of the water cycle. In a region and a country at risk of drought, fire and increasing extreme weather disrupting the water cycle, and natural succession of habitats is a risk not only locally but regionally. This project impacts, water, soil, forest and community health and must be reconsidered. The impacts of such projects are not yet fully known so the designation of large amounts of land to these projects without knowing the environmental impact and risk involves is extremely dertimental to the health of the entire ecosystem. This project puts at risk, the local community and rare species of birds and mountain lynx. Please exclude this landscape from the acceleration zone We have a longterm connection to the communities and environment of this region in Portugal having bought a Qunita locally.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119115	Concordância	Boa tarde, Fiquei esclarecida com a leitura do Relatório Temático do Ordenamento e Economia do Território, porque esse é o documento estratégico que considero fundamental para avaliar o Programa agora em discussão pública. Este interesse está ligado à minha formação académica (economia e mestre em planeamento e desenvolvimento regional). Para além das orientações aí consideradas, considero que devem existir compensações económicas para as populações e comunidades, na maioria rurais, que venham a acolher as referidas zonas de implantação das referidas energias renováveis, aspecto que no meu entender, devem ficar plasmadas nos futuros (e atuais) contratos com as empresas que venham a localizar os respetivos investimentos. Por outro lado, esses investimentos deverão ter escalas adequadas às localidades em que as mesmas serão implantadas. Soluções mais locais, deverão ser as escolhidas, ao invés de investimentos de grande escala e com pouco, ou nenhum, retorno para as comunidades onde exercem impacto, ambiental, económico e social.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119114	Discordância	Não concordo com a implementação de mais zonas de energia renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119113	Discordância	A justificação dada para a zona da Gardunha e envolvente não é adequada. Este tipo de investimento não está de acordo com a preservação da área protegida e do perímetro da barragem. Este investimento vai contra o desenvolvimento local, onde o turismo de natureza e a manutenção da biodiversidade vão ser claramente afetados. A classificação de desertificação não deve ser a justificação base para implementar este investimento.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119112	Discordância	As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. A transição energética é importante, mas não desta forma. A transição energética precisa proteger a natureza. Produzir energia limpa sim, mas privilegiando a instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento, áreas já degradadas antes de ocupar as áreas naturais, beneficiando a população local e não, apenas, as grande empresas que sairão beneficiadas à custa da degradação dos locais, e do ecossistema, onde vivemos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119111	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030,Venho por este meio apresentar a minha oposição e profunda preocupação relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), especificamente no que toca à massiva afetação de áreas rurais previstas para o distrito de Castelo Branco.A Beira Baixa possui uma identidade territorial única, caracterizada por paisagens naturais e culturais de elevado valor, ecossistemas sensíveis e um turismo de natureza em franca expansão. A transformação destas terras numa plataforma industrial de produção energética compromete gravemente esse património.A minha oposição fundamenta-se nos seguintes impactos paisagísticos e territoriais negativos:Degradação e Industrialização da Paisagem: A instalação de milhares de hectares de painéis fotovoltaicos descaracteriza o horizonte natural e destrói a harmonia visual da região, afastando visitantes e desvalorizando o património estético local.Perda de Solos Agrícolas e Florestais Estratégicos: A ocupação de terrenos planos com aptidão agrícola e florestal prejudica gravemente a soberania alimentar e a economia rural tradicional, substituindo ecossistemas vivos por "marés" de vidro e metal.Fragmentação Ecológica e Destruição de Habitats: A massificação destas infraestruturas gera barreiras físicas que comprometem a fauna e a flora autóctones, afetando diretamente a biodiversidade de áreas ecologicamente sensíveis da Beira Interior.Falta de Transparência Cartográfica: A ausência de mapas definitivos e detalhados na fase de consulta pública impede os cidadãos de compreenderem com clareza a verdadeira escala e localização da destruição visual prevista para os seus concelhos.A transição energética é necessária, mas não pode ser imposta à custa da destruição dos valores naturais, da biodiversidade e da identidade paisagística do interior do país. Apelo a uma revisão urgente do PSZAER, excluindo os solos rurais de elevado valor ecológico e cénico do distrito de Castelo Branco desta simplificação de licenciamento.Com os meus melhores cumprimentos, Justyna Teale	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119110	Discordância	Não nos moldes apresentados, especificamente nas % de áreas/hectares em apreciação!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119109	Discordância	Não concordo , pois do que obtive não há grande transparência no que se propõe, quais são exatamente os territórios onde isso será aplicado , quais os impactos a nível ambiental ,das comunidades ??? Queremos total transparência nestes dados	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119108	Discordância	Eu Helena Penore Falcão de Campos, residente em Mogadouro, venho por este meio manifestar a minha total DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: Perda de terrenos agrícolas que põe em causa a sobrevivência de muitos agricultores com forte impacto da economia local (pecuária, olival, vinhas e amendoal) pois representam a principal fonte de rendimento das populações de Nordeste Transmontano. Grande alteração da paisagem – transformar o paraíso (paisagens naturais e agrícolas com grande biodiversidade) em inferno (desertos negros de ferro e vidro ou arranha céus de 60 andares) Estas alterações terão consequências irreversíveis para o turismo, (turismo natureza, cultural e património, caça e pesca, desporto natureza) forte aposta das localidades do interior nestes últimos anos e com muitos projetos em curso que deixarão de fazer qualquer sentido pois sem paisagem e bons produtos locais (onde se incluem as raças autócnes e produtos com denominação de origem protegida) não haverá turistas. Mais um fator que levará a uma maior perda de população no interior do país e que tem sido o principal combate do poder local para fixar jovens e investimento que melhore a qualidade de vida das populações locais. A implementação destes megaprojetos sem qualquer controlo e dispensados de pareceres ambientais serão uma grande ameaça para o ambiente (aumento da erosão, destruição de florestas e toda a vegetação existente) com consequências no clima devido ao aumento da temperatura a nível destas infraestuturas e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119107	Discordância	Rejeito o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis (PSZAER) na sua forma atual pois não vejo garantias de proteção do território, das comunidades locais nem da participação democrática. A proposta atualmente não apresenta de forma clara nenhum limite concreto que impeça a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante uma devida avaliação dos efeitos cumulativos de várias centrais e todas as infraestruturas associadas. Inclusive de linhas de muito alta tensão. Fico muito preocupado com o espaço aberto para a aceleração de licenciamentos sem intervenção da populações mais afetadas na região, estás população devem ter uma participação ativa e com peso real na tomada de decisão. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, proteção da paisagem e biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais bem como da qualidade de vida das populações. Peço por favor, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119106	Discordância	Discordo profundamente deste programa "ZAER". Um projeto que prevê a ocupação de 7% do nosso Portugal com uma indústria que se reclama de "verde" , mas que para existir provoca uma catástrofe ambiental. Destrói a paisagem , a vegetação e os animais. Contribui, isso sim , para as alterações climáticas. As zonas visadas ficarão mais expostas às intempéries e mais importante que tudo - AS PESSOAS, essas ficarão mais infelizes, pois vão-lhes tirar o que lhes dá ânimo para viver no interior do país onde a última riqueza é o ambiente saudável e a paisagem maravilhosa.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119105	Discordância	O Governo não pensa no bem estar das populações, num país em que as energias renováveis ocupam um verdadeiro lugare de alternativa as pessoas não iriam pagar os valores absurdos que pagam pela energia. Por isso não concordo porque qualquer dia não vamos ter um palmo de terra para mais nada a não ser para as energias renováveis que por muito boas que sejam não servem as populações e sim as empresas que obtém lucro.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119103	Discordância	Embora a transição para a energia verde seja vital, esta não pode ser feita à custa dos nossos terrenos agrícolas, parques nacionais e áreas verdes protegidas — especialmente quando é impulsionada por regimes jurídicos acelerados que contornam salvaguardas regulamentares essenciais. Sacrificar ecossistemas vitais e solos férteis sob a capa do progresso ecológico é fundamentalmente contraditório. Além disso, desmantelar a fiscalização administrativa estabelecida e as avaliações de impacto ambiental em nome da rapidez priva as comunidades locais da sua voz e corre o risco de causar danos ecológicos irreversíveis. A verdadeira sustentabilidade exige que protejamos o nosso património natural e a segurança alimentar, priorizando o desenvolvimento de energias renováveis em áreas degradadas ou desativadas, zonas industriais e coberturas de edifícios existentes, em vez de comprometermos precipitadamente as nossas paisagens mais valiosas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119102	Discordância	Na qualidade de cidadão atento e preocupado com o desenvolvimento sustentável e com a coesão do território nacional, apresento por este meio a minha pronúncia no âmbito da consulta pública sobre a proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a importância estratégica da transição energética e a urgência de Portugal cumprir as metas de desarborização assumidas, considero que a atual proposta do PSZAER apresenta lacunas graves que comprometem o equilíbrio ambiental, social e económico das regiões visadas. A simplificação administrativa e a pressa na implementação de projetos de grande escala não podem, sob pretexto algum, sobrepor-se à proteção da biodiversidade, à salvaguarda dos solos agrícolas e à qualidade de vida das populações locais. A criação de mecanismos de licenciamento acelerado (através da dispensa de Avaliações de Impacte Ambiental individuais) gera um precedente preocupante, esvaziando o papel dos cidadãos e das autarquias na gestão do seu próprio território. Pelo exposto, manifesto a minha oposição aos termos em que o programa se encontra delineado, fundamentando esta posição com base nos argumentos técnicos, ambientais e sociais que passo a detalhar a seguir: 1. Fragilização da Proteção Ambiental e Consequências da Dispensa de AIA A dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) individual para projetos dentro das ZAER é um dos pontos mais controversos do programa: • Insuficiência da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE): Pode argumentar que uma avaliação de carácter macro (como a AAE do programa setorial) não consegue prever com rigor os impactes biofísicos locais e cumulativos de cada central solar ou parque eólico específico. Cada terreno tem características únicas de fauna, flora, linhas de água e geologia que só uma AIA dedicada consegue salvaguardar. • Perigo para a Biodiversidade e Corredores Ecológicos: A simplificação dos licenciamentos pode colocar em risco espécies protegidas, habitats sensíveis e rotas de aves migratórias que não tenham sido mapeadas com o detalhe necessário à escala nacional ou regional	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente
119101	Discordância	Discordo deste tipo de iniciativas que destroem a natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119100	Sugestão	O Laboratório Associado CHANGE e as Unidades de Investigação que o constituem, CENSE-NOVA (Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade), MED-UÉVORA (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) e CE3C-FCUL reconhecem a importância estratégica das energias renováveis para a descarbonização, segurança energética e competitividade económica de Portugal. É igualmente reconhecido o mérito do processo de elaboração do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), que é acompanhado por um processo de Avaliação Ambiental Estratégica. O Laboratório Associado CHANGE emite um parecer globalmente favorável, mas condicionado, ao PSZAER, exigindo que as orientações recomendatórias sejam convertidas em regras vinculativas que salvaguardem a participação democrática e a proteção ambiental. A nível geral, propõe-se uma hierarquia de decisão estratégica que dê primazia à eficiência energética e ao aproveitamento de superfícies artificializadas antes da ocupação de solo rústico centralizado. Sob a perspetiva da ecologia, o CHANGE alerta que áreas classificadas de "baixo conflito" continuam a ter relevância biológica, exigindo levantamentos de campo rigorosos validados pelo ICNF para suprir as lacunas de dados de biodiversidade no país. É defendida a imposição de limites à densidade cumulativa dos projetos, a inclusão de corredores ecológicos funcionais para evitar a fragmentação da paisagem e medidas concretas de restauro. Por fim, sugere-se a delimitação formal de zonas de exclusão total ("no-go areas"), a criação de um Observatório Nacional de monitorização de impactos e a alocação de uma percentagem das receitas dos projetos para o financiamento de investigação científica independente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119099	Discordância	Queremos limites reais à concentração de projetos numa mesma região. Há que haver uma proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). Queremos avaliações OBRIGATÓRIAS dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. Queremos manutenção da proteção de zonas húmidas, geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. Exigimos PARTICIPAÇÃO PÚBLICA REAL nas seguintes fazes, não apenas nesta consulta. Queremos prioridade a soluções descentralizadas- autoconsumo, comunidades de energia- e a áreas já artificializadas, ANTES de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119098	Discordância	Sou contra energias renováveis que prejudicam as espécies naturais das localidades envenenam os solos e criam uma paisagem horrível. Coloquem os painéis solares nas paredes das autoestradas como países desenvolvidos na Europa fazem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119097	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119096	Discordância	Conforme dito noutras iniciativas em que participei, a sustentabilidade não pode ser à custa da qualidade de vida, da perda de flora e fauna, mas sim a aproveitar as cidades. O topo dos edifícios podem ter painéis solares, seja públicos ou privados, os estacionamentos, os estádios, toda a infraestrutura que já existe, criada pelo Homem, pode ter um painel em cima a contribuir para a rede. Não precisamos de escavacar a terra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119095	Discordância	Contra qualquer projeto que determine o corte de árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119094	Discordância	Discordo e junto envio o documento com a minha exposição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119093	Discordância	Para salvar o planeta devemos cuidar da natureza não substituir a natureza, existem milhares de construções onde podemos colocar os painéis solares, parques de estacionamento, separadores de autoestradas e muito mais locais com maior ou menos viabilidade mas garantidamente com estudo e vontade existem dezenas de opções correctas para criar parques solares e outras opções de produção energética. Nunca nos nossos campos e zonas de natureza	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119092	Discordância	Os danos, prejuízos resultantes da energia renovável estão a ser ocultados por motivos muito pouco claros. Os interesses de alguns e a conivência por parte de quem deveria defender o bem público não são justificáveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119091	Discordância	As energias renováveis devem precaver um futuro melhor, no respeito dos locais e das populações. Destruir ecossistemas e a vida das populações para as implantar não é defensável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119089	Discordância	A transicao para a energia sustentavel tem que envolver a populacao e organisacoes independentes que Protejam a Natureza e seus Habitantes, a Populacao da acelarada decisao em prol das corporacoes que so' querem e' lucrar... Consulta popular e apoio de entidades que ponham a Populacao e a Natureza primeiro.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119088	Discordância	A implementação de centrais solares é contraproducente, destrói habitats, destrói zonas verdes e apenas beneficia grandes empresas que as explora. Aumentar a capacidade solar de Portugal deverá passar por colocar os paineis onde não há impacto negativo para a natureza como em telhados de casas, beneficiando diretamente os residentes portugueses. Baixar iva de painéis solares e nao subsidiar grandes empresas deverá ser o caminho. Para além disso abrir áreas enormes a potencial de exploração sem qualquer estudo de impacto ambiental e consultas públicas específicas é apenas mais uma forma de ignorar os cidadãos e oferecer o nosso país de mão beijada a interesses financeiros. Há mais vertentes para além da economia. Entregamos o nosso futuro ao capitalismo por ganhos rápidos sem pensar num futuro sustentável para as gerações futuras. Ainda agora passou por cá uma onda de calor. Destruir habitats não as vai melhorar	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119087	Discordância	◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram. Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies ameaçadas, como o lince-ibérico ou aves de rapina, pondo em causa a conectividade dos ecossistemas. Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à instalação de centrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119086	Discordância	O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). O que pedimos: * Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. * Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). * Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. * Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. * Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. * Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119085	Discordância	As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. A transição energética é importante, mas não desta forma. A transição energética precisa proteger a natureza. Produzir energia limpa sim, mas privilegiando a instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento, áreas já degradadas antes de ocupar as áreas naturais, beneficiando a população local e não, apenas, as grande empresas que sairão beneficiadas à custa da degradação dos locais, e do ecossistema, onde vivemos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119084	Discordância	Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) **Pronúncia em sede de consulta pública** Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a proposta evidencia uma visão redutora do território, privilegiando a produção de energia em detrimento dos valores ambientais, sociais, culturais e paisagísticos. Os territórios do interior já enfrentam graves problemas de despovoamento, envelhecimento demográfico, abandono agrícola, perda de serviços públicos e crescente isolamento territorial. Transformá-los em zonas preferenciais para a instalação de grandes infraestruturas energéticas constitui uma nova forma de sobrecarga destes territórios, sem que sejam claramente demonstrados benefícios proporcionais para as populações que aí vivem. A proposta ignora os impactos cumulativos da ocupação intensiva do solo, da fragmentação dos ecossistemas, da degradação da paisagem e da perda de identidade dos lugares. Estes efeitos poderão agravar ainda mais a desertificação humana e económica, tornando menos atrativos territórios que já lutam pela sua sobrevivência. A transição energética é indispensável, mas não pode ser realizada à custa dos territórios mais vulneráveis nem baseada numa lógica de concentração dos impactos onde existe menor capacidade de contestação. Uma verdadeira política de sustentabilidade exige uma distribuição mais equilibrada dos encargos e benefícios, uma avaliação integrada dos efeitos cumulativos e uma efetiva participação das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119083	Discordância	Discordo totalmente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119082	Discordância	Importa esclarecer que não sou contra as energias renováveis, considero, porém que o modelo que está a ser preconizado não é compatível com a preservação dos habitats naturais nem com um modelo de desenvolvimento sustentável e equilibrado baseado na preservação do modo de vida das populações residentes e de acréscimos de população que há que atrair para os territórios de baixa densidade, a produção de energia renovável, em particular os megaprojetos de centrais fotovoltaicas, devem ser substituídos por pequenas comunidades de produção de energia renovável, aproveitando superficies não naturais como telhados das cidades, telhados de supermercados, estacionamentos, etc. Com incentivos próprios às autarquias locais e a cidadãos individuais. O processo deve ser organizado e estimulado pelo governo e dirigido aos residentes e não a empresas estrangeiras. Relativamente ao meio ambiente, os impactos negativos do que está previsto deste Plano, são enormes e desnecessários: a perda de biodiversidade, o contributo para o aumento da temperatura local, o enorme aumento do consumo de água, em zonas de temperaturas tendencialmente extremas e onde há baixa pluviosidade é um efeito a evitar a todo o custo. Desta forma é importante salvaguardar a qualidade de vida das populações, o seu bem estar é a avifauna. Há igualmente que evitar a descaracterização da paisagem e do enorme prejuizo para saúde mental e física das gentes que habitam os locais onde estas propostas megalómanas seriam implementadas., para já não falar do comprometimento de outros modelos de desenvolvimento económico, que estariam postos em causa irremediavelmente com áreas tão extensas de painéis solares ou eólicas, como por exemplo o turismo de natureza, o turismo de saúde, entre outros. A nível do solo, o escorrimento superficial que seria potenciado em detrimento da infiltração e da alimentação dos aquíferos, com refexol futuros na escassez de água. Por tudo isto é muito mais, considero este modelo um desastre ecológico e social. Por favor atendam sos interesse do país, não só a curto prazo, mas a longo prazo. Desenvolvam o interior, porque estes territórios vão ser o refúgio dos portugueses, quando as alterações climáticas começarem a devastam amplas zonas litorais em consequência da subida do nível do oceano Atlântico. Nessa altura, serão imensos e incomportáveis os prejuízos, tal como a tempestade Kristin foi um vislumbre.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119081	Discordância	- Disponibilização tardia dos ficheiros de informação geográfica; - Período curto para discussão publica; - não foram ouvidas as populações, - o plano tal como está põe em causa a sustentabilidade e coesão territorial; - Não prioriza, tal como impõe a Diretiva (uE) 2023/2413(RED III), a instalação em espaços já artificializados ou degradados; - Na zona de Valpaços, por exemplo, a localização está prevista em zonas habitacionais e de produção agrícola, essencial para a vida da comunidade; - Aumento das temperaturas, - Maior desertificação do interior; - Não se explica o período de vida útil dos equipamentos, e findo este o que vai ser feito com os resíduos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119080	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119079	Discordância	O PSZAER coloca em risco a biodiversidade ao acelerar licenciamentos sem uma Avaliação de Impacte Ambiental rigorosa, ignorando os efeitos cumulativos em corredores ecológicos. Contudo, o impacto vai além do ambiente: a ocupação massiva destrói a economia local, assente no turismo sustentável, na agricultura e na floresta. Destruir a paisagem desvaloriza o património e atenta contra o modo de vida das populações rurais, empurrando-as para o abandono. Apoio a transição energética, mas desejo que se limite a áreas já urbanizadas (p.e. utilizando telhados de edifícios e pavilhões industriais) e sem ocupar terrenos agrícolas ou florestais. A sustentabilidade climática não pode ser alcançada à custa da destruição dos ecossistemas, da economia tradicional e do bem-estar das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119078	Discordância	Temos de parar de destruir o nosso meio ambiente em nome do progresso e das supostas energias renováveis. Há falta de gestão dos recursos já disponíveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119077	Discordância	Residente na Freguesia de Madeirã, concelho de Oleiros, venho expressar a minha total discordância face à proposta do PSZAER, pelos seguintes motivos: Imposição Territorial: O programa centraliza decisões, fragiliza a autonomia municipal e ignora o planeamento local, desrespeitando as comunidades que moldarão o seu futuro. Ameaça ao Património e Biodiversidade: A proposta coloca em risco ecossistemas vitais, fragmentando habitats e ignorando áreas protegidas (Rede Natura 2000, Reserva da Biosfera UNESCO) e corredores ecológicos essenciais. Riscos para a Economia Rural e Soberania Alimentar: Ao permitir a ocupação industrial de solos agrícolas e florestais, o PSZAER compromete a agricultura, o turismo e a gestão sustentável, transformando zonas rurais em áreas de sacrifício. Impacto na Saúde e Clima: O programa ignora impactos térmicos e de microclima em territórios já vulneráveis ao calor extremo, negligenciando a proteção da saúde pública. Modelo Injusto: Favorece mega projetos privados em detrimento de alternativas descentralizadas, como o auto-consumo e a utilização de áreas já artificializadas (zonas industriais, infraestruturas), que seriam suficientes para atingir as metas de 2030 sem destruir o território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
119076	Discordância	Sou contra este plano governamental.Os pressupostos de proteção do ambiente deste projeto são apena e só greenwhashing. Entendo a utilização de sistemas de produção energia que utilizam a natureza de uma forma saudável, os telhados de casas empresas, os toldos de parques de estacionamento são locais que não prejudicam o ambiente e podem receber com facilidade estes painéis, algo que é já feito em vários países. A destruição massiva da nossa área verde nunca poderá ser chamada de amiga do ambiente ou programa ambiental. Parece-me demais coincidente a aposta na IA que necessita de energia para além da produzida atualmente, nem vou falar do gasto de água, com este empurrão de painéis fotovoltaicos. Medidas ambientais como ter mais espaços verdes nas cidade não avançam mas estamos realmente a pensar no ambiente não é.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
119075	Discordância	Não concordo.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
119074	Discordância	Precisamos de biodiversidade...	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
119073	Discordância	Não pode ser ao custo da natureza , e biodiversidade ignorada que estes projetos avancem para a frente	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
119072	Discordância	Não há destruição ambiental	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
119071	Discordância	Energia nuclear e	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119070	Discordância	Residente na Freguesia de Madeirã, concelho de Oleiros, venho expressar a minha total discordância face à proposta do PSZAER, pelos seguintes motivos: Imposição Territorial: O programa centraliza decisões, fragiliza a autonomia municipal e ignora o planeamento local, desrespeitando as comunidades que moldarão o seu futuro. Ameaça ao Património e Biodiversidade: A proposta coloca em risco ecossistemas vitais, fragmentando habitats e ignorando áreas protegidas (Rede Natura 2000, Reserva da Biosfera UNESCO) e corredores ecológicos essenciais. Riscos para a Economia Rural e Soberania Alimentar: Ao permitir a ocupação industrial de solos agrícolas e florestais, o PSZAER compromete a agricultura, o turismo e a gestão sustentável, transformando zonas rurais em áreas de sacrifício. Impacto na Saúde e Clima: O programa ignora impactos térmicos e de microclima em territórios já vulneráveis ao calor extremo, negligenciando a proteção da saúde pública. Modelo Injusto: Favorece mega projetos privados em detrimento de alternativas descentralizadas, como o auto-consumo e a utilização de áreas já artificializadas (zonas industriais, infraestruturas), que seriam suficientes para atingir as metas de 2030 sem destruir o território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119069	Discordância	Começo por afirmar que Subscrevo Totalmente a Proposta de Participação da Plataforma Cívica "JUNTOS PELO DIVOR_Paisagem e Património", de Évora. Depois direi : • O PDM de Évora e o PSZAER colidem significativamente. O PDM exige a salvaguarda dos solos com produção efectiva. O PSZAER faz "tábua rasa" e classifica os mesmos solos como "zonas de aceleração". • Da mesma forma, está a ser posta em causa a classificação de Évora, enquanto Património Mundial da Unesco. Por isso, o PDM "impõe limites apertados de protecção paisagísta e visual", nomeadamente na aproximação à Cidade, através das entradas a Norte-Nascente...precisamente nas zonas das previstas mega_instalações. • Porque não, usar como base de instalação dos painéis, as coberturas e outras grandes áreas já instaladas e que, já constituem superfícies impermeabilizadas? • E, a grande pergunta : - Se os PDM's são aprovados pelo Estado, Como é Possível a implantação destas grandes instalações contínuas em áreas já aprovadas como "proibidas", e depois, mais tarde, autorizadas pelo mesmo Estado? Será a utilização do Sim ou do Não conforme convém??? Assim, Exigimos que a "transição energética" respeite Todos os PDM's e, neste caso, o PDM de Évora.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119068	Discordância	SOU TOTALMENTE E CONSCIENTEMENTE CONTRA ESTA PROPOSTA DO NÃO RESPEITO PELA PAISAGEM ALENTEJANA, NO GERAL E, PARTICULARMENTE, NESTE ABRAÇO DE MORTE À CIDADE PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE. A NOSSA ÉVORA. Sou contra a implementação do paineis fotovoltaicos no concelho Fundão Idanha a Nova etc	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119067	Discordância	Por cada hectare de painéis solares, deverão ser plantados o dobro com árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119066	Sugestão	Participação Pública – Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho apresentar o meu contributo à consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestando sérias reservas quanto à sua configuração atual e solicitando a sua revisão. A necessidade de acelerar a transição energética e cumprir as metas nacionais e europeias de descarbonização é inquestionável. Contudo, essa urgência não pode justificar um enfraquecimento dos princípios fundamentais do direito do ambiente nem do ordenamento do território. A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 66.º, consagra o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e impõe ao Estado o dever de proteger a natureza, preservar os recursos naturais, assegurar o correto ordenamento do território e promover o desenvolvimento sustentável. Estes deveres constitucionais devem ser observados em qualquer política pública, incluindo a expansão das energias renováveis. A Lei de Bases do Ambiente e a Lei de Bases do Clima estabelecem igualmente que a ação climática deve respeitar os princípios da prevenção, da precaução, da integração das políticas ambientais, da participação pública e da sustentabilidade, não podendo o combate às alterações climáticas ser prosseguido à custa da degradação dos ecossistemas ou da perda irreversível de património natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
119065	Discordância	A energia verde não deve ser criada à custa da destruição de espaços verdes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119063	Discordância	Como cidadão, discordo totalmente da proposta, nomeadamente no que se refere à implementação de áreas vastas e desproporcionadas de painéis fotovoltaicos. Os exemplos que se podem já observar apresentam vastas extensões de território descaraterizado, com enormes áreas áridas, desprovidas de vegetação e sobreaquecidas, com consequências profundamente negativas do ponto de vista social e ambiental. Estas intervenções têm um enorme potencial de aceleração da desertificação e de provocar um impacto muito negativo nas frágeis economias dos territórios onde se prevê a sua instalação.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119061	Discordância	Inadmissível estes parques solares na natureza, há alternativa. Telhados, parques, caminhos de ferro como a Suiça já testou com sucesso	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119060	Discordância	Estou em desacordo com esta decisão	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119059	Discordância	Introduction and Context The Gardunha Sul Civic Movement hereby submits its contribution to the public consultation regarding the Draft Sectoral Programme for Renewable Energy Acceleration Zones (PSZAER) and its respective Strategic Environmental Assessment (SEA). The PSZAER is an important national planning initiative developed in response to Directive (EU) 2023/2413 on Renewable Energy (RED III). As a strategic planning instrument, it establishes the framework for identifying Renewable Energy Acceleration Zones (ZAER) in mainland Portugal and will influence future development decisions, including in the territory where this Movement is located. Directive 2001/42/EC (SEA Directive) and Decree-Law No. 232/2007 require that environmental considerations be integrated into the preparation of plans and programs. A central objective of the SEA process is to demonstrate how the environmental assessment informed strategic decision-making and the selection of the preferred approach – and it is on this transparency, and on the concrete impact that the Program will have on the region, that this contribution focuses. 2. Cumulative territorial pressure and oversizing of ZAERs The energy transition is a priority we endorse, but the proposed path is not the right one. Firstly, the PSZAER (Program for the Development of Renewable Energy Zones) exclusively focuses on facilitating large-scale solar and wind mega-parks, ignoring the recommendations of the European Commission and the European	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119058	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã portuguesa a residir em Portugal vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
119057	Discordância	Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais Isto é um ataque ao nosso património mais rico que temos que é a nossa Natureza! Estas energias renováveis só trazem prejuízos, se queremos salvar o planeta, para quê destruí-lo?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119056	Discordância	No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119055	Discordância	O modelo privilegia grandes projetos centralizados que pouco valor deixam no local, em vez de apostar em Comunidades de Energia ou no autoconsumo, que permitiriam às populações reduzir diretamente os seus gastos com eletricidade. O plano não prevê vantagens financeiras, fiscais ou sociais diretas e obrigatórias para os cidadãos que vivem junto às instalações. As comunidades locais não podem arcar exclusivamente com os impactos visuais e a desvalorização do seu território enquanto a energia barata e os lucros beneficiam apenas grandes promotores. As comunidades locais têm o direito de decidir sobre o uso do território onde vivem: Autodeterminação dos Povos: Consagrado na Carta das Nações Unidas, garante aos povos o direito de determinar livremente o seu estatuto político e o seu desenvolvimento económico, social e cultural, dispondo livremente das suas riquezas e recursos naturais. Direito à Terra e Recursos: Reconhecido em normativas internacionais, como a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses, este direito garante que comunidades locais possam viver com segurança e utilizar os seus recursos para garantir a sua subsistência e cultura sem interferências abusivas	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119054	Discordância	Ocupação de solos classificados como protegidos, com aptencia agricola e florestal. Concordo da importância de acelerar a transição energética mas discordo da proposta apresentada. De referir o Decreto-Lei n.º 30-A/2022 (alterado pelo DL n.º 72/2022) introduziu um regime excecional para agilizar a instalação de projetos de energias renováveis. O decreto estabelece um limite legal de 2 % de ocupação municipal por energias renováveis para permitir uma ação municipal mais restrita.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119053	Discordância	Na minha opinião, não é uma distribuição justa que os concelhos do interior tenham de atingir uma percentagem muito superior a 2%, enquanto outros têm uma percentagem muito inferior. Na minha humilde visão, por que razão não se implementam projetos de energias renováveis nos vastos campos de golfe?! Uma proposta geral como esta não tem em conta os impactos ambientais, sociais e económicos específicos dos territorios em questão.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119052	Discordância	Na qualidade de cidadã que habita na região do Alentejo, manifesto a minha total discordância com o programa aqui apresentado e subscrevo o parecer emitido pela plataforma Juntos Pelo Divor, que anexo. Sendo um documento bastante completo, pretendo ainda acrescentar alguns outros aspetos. Toda a lógica deste programa está montada única e exclusivamente para favorecer a instalação de centrais fotovoltaicas de grande (mega) dimensão, não cumprindo o interesse geral definido no RJIGT, de que "os programas e os planos territoriais asseguram a harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intra e intergeracional na ocupação e utilização do território, assegurando a qualidade de vida e um equilibrado desenvolvimento socioeconómico às gerações presentes e futuras." dado que não tem em conta a qualidade de vida das pessoas que habitam os territórios afetados e prejudica o desenvolvimento económico das regiões cuja base da atividade económica possa estar sustentada na exploração dos recursos agrícolas e silvícolas, ou no turismo de qualidade. O programa apresentado assume na pág. 12 do documento "Integração da Informação Espacializada" que não foi possível consultar os PDM em vigor no território nacional, sendo esse o nível de planeamento onde se classifica (rural/urbano) e qualifica o solo em categorias. A opção pela utilização da COS como meio para se caracterizar o solo de todo o país, revela-se assim, uma solução totalmente equivocada, sabendo-se até que está desatualizada. De facto, já existem PDM em vigor, com regras aplicáveis à instalação deste tipo de ocupação do solo. A título de exemplo, o PDM de Arraiolos em vigor (https://www.cm-arraiolos.pt/wp-content/uploads/2020/12/Regulamento-PDMA-Em-vigor-desde-30.11.2020.pdf) define quais as categorias de solo onde é possível instalar "unidades de valorização orgânica, parques fotovoltaicos, parques eólicos, mini	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119051	Discordância	Sou a favor da energia solar e da transição para energias renováveis, mas considero que os grandes parques solares devem ser instalados prioritariamente em zonas já industrializadas, degradadas ou artificializadas, como tem sido recomendado, e não em áreas rurais com valor paisagístico e potencial de crescimento. Vivo nesta região há 8 anos e falo por experiência própria. Muitas pessoas investiram aqui as suas poupanças, recuperaram casas, criaram negócios e escolheram esta zona para viver. É uma região que está finalmente a crescer, e a instalação de grandes centrais solares pode destruir a paisagem, prejudicar o turismo, desvalorizar propriedades e comprometer o desenvolvimento local. Preocupa-me também o possível aumento da temperatura local, numa região que já enfrenta verões muito quentes, bem como a perda de vegetação, biodiversidade e qualidade de vida. A energia solar é necessária, mas deve ser instalada nos locais certos, sem sacrificar territórios rurais, comunidades e paisagens quando existem alternativas com menor impacto. Como pode Mortágua, um concelho que está no top dos concelhos com mais nevoeiro em Portugal, ter uma % de área tão elevada potencial para uso do fotovoltaico? Por ser um concelho pobre e com pouca população?	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119050	Reclamação	Ainda por cima já fomos sacrificados com a Barragem da Aguieira a qual veio intensificar muito a quantidade de neoeiro no Inverno, tornando os Invernos bastantes dificeis em Mortágua., pois passamos muitos dias inteiros de nevoeiro sem ver o sol no Inverno. Existe aqui um grande paradoxo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119049	Discordância	Um erro que grave está a ser planeado. A transição energética não pode ser motivo para a destruição do mais genuino e fundamental a nossa paisagem ecosistemas e biodiversidade. Estão a acelar o caus global. Solução plantar, plantar, plantar. Transportes públicos e ferrovia eficiente em todo o território. Apelo a sustentabilidade, moderação no consumo. O parque elolico do Paiva não vai passar, os serranos lutaram e morreram contra a ditadura, pela defesa dos baldios, estamos dispostos a, as serras tem alma, não brinquem com os lobos, de vez em quando atacam em alcateia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119048	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Bombarral, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
119047	Discordância	Estamos a ser inconscientemente vendidos à peça para quem dá mais	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119046	Geral	A resposta da Confederação dos Agricultores de Portugal à Consulta Pública da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis encontra-se no ficheiro que se anexa, dada a limitação de caracteres deste espaço.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Manifesto a minha oposição à implementação deste projeto no concelho de Mortágua. Considero que a dimensão prevista para a ocupação do território é manifestamente excessiva e desproporcional, comprometendo de forma significativa a paisagem, a biodiversidade e a identidade rural do concelho. A instalação de extensos parques solares e eólicos implica a transformação permanente do uso do solo, a fragmentação de habitats naturais, a perturbação da fauna, nomeadamente aves e morcegos, e a degradação de ecossistemas florestais que desempenham um papel essencial na conservação da biodiversidade, na proteção dos solos e na captura de carbono.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119045	Discordância	A paisagem é um património coletivo e um elemento essencial da qualidade de vida da população. A industrialização de uma parte tão significativa do território através da instalação massiva de infraestruturas energéticas constitui um impacto visual severo e irreversível, descaracterizando um concelho que se distingue pelos seus valores naturais e florestais. A transição energética não pode servir de justificação para sacrificar áreas naturais e florestais de elevado valor ambiental. Existem alternativas mais equilibradas, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, zonas já artificializadas ou terrenos degradados, evitando a ocupação de extensas áreas naturais. Defendo que a proteção da natureza, da paisagem e da biodiversidade deve prevalecer sempre que existam alternativas de menor impacto ambiental. Por estas razões, manifesto a minha oposição ao projeto.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
119044	Discordância	Não concordo com esta estratégia.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119043	Discordância	Ridículo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119042	Discordância	Venho por este meio partilhar a minha discordância e dar o meu contributo de Cidadã. Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. 3. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem no vazio — decorrem de um modelo de crescimento do consumo que raramente é posto em causa. Não encontro neste programa qualquer pergunta sobre quanto precisamos realmente de produzir, para quem, com que modelo de distribuição e com que impacto acumulado sobre o território. A questão não é apenas onde instalamos os painéis — é quanto consumimos, e se esse consumo pode e deve crescer indefinidamente. O relatório técnico de ordenamento e economia do território identifica como um dos principais riscos a "especialização funcional excessiva de territórios de baixa densidade" e a sua transformação em plataformas de exportação de energia para mercados externos. Ou seja: os territórios mais frágeis do país sacrificam a sua paisagem para alimentar o crescimento energético de economias que não partilham esse custo. Peço que a versão final do PSZAER inclua uma análise explícita da procura — quantificando o consumo real esperado, as alternativas de redução e eficiência, e o papel das exportações nas metas —, e que essa análise informe a dimensão final das ZAER. Não é possível avaliar se 371.000 hectares são necessários sem primeiro perguntar se o crescimento que os justifica é inevitável. 4. Energia para as comunidades onde é produzida Se um território	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119041	Discordância	Exmos. Senhores, No âmbito da discussão pública da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância com o documento apresentado, pelos motivos que passo a expor. 1. Falta de transparência e défice de participação informada. Os documentos disponibilizados contêm inúmeras referências a critérios, princípios e futuros processos de avaliação, mas omitem aquilo que permitiria às populações compreender o que realmente está em causa: cartografia concreta e detalhada, à escala municipal, das futuras delimitações das ZAER. O chamado "Mapa Verde" é apresentado como meramente indicativo, pelo que os cidadãos são chamados a pronunciar-se sobre um programa cujas consequências territoriais reais desconhecem. Acresce que o prazo de consulta — menos de um mês, em período de verão — é manifestamente insuficiente para um instrumento com este alcance. 2. Insuficiência da Avaliação Ambiental Estratégica como substituto da AIA. A dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental para projetos localizados nas ZAER assenta numa avaliação estratégica realizada a uma escala que não permite aferir os impactes concretos de cada projeto sobre habitats, espécies, recursos hídricos, solos e populações locais. Uma avaliação genérica à escala nacional não substitui a análise caso a caso de projetos de grande dimensão — e elimina, na prática, as consultas públicas que a AIA garantiria a cada projeto. 3. Ausência de avaliação de impactes cumulativos e fragilidades metodológicas. A proposta não demonstra como serão avaliados e limitados os efeitos cumulativos da concentração de múltiplos projetos solares e eólicos numa mesma região. Não é clara a coerência dos critérios de delimitação, a atualidade da informação	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
119040	Discordância	Venho expressar a minha total discordância com o teor do PSZAER, atento o facto da sua implementação contribuir para graves danos no desenvolvimento das regiões a afectar. A sua e extensão, atingindo até 35%, de área de alguns municípios é a maior falta de respeito pelos mesmos. A falta de transparência, a limitação nas decisões do poder local e a falta de auscultação das populações, confirma infelizmente que as populações estão à mercê da sua sorte. É um plano a médio e longo prazo, destruidor dos territórios e das suas populações.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119039	Discordância	Os estudos de impacto ambiental são fundamentais para evitar erros do passado, principalmente com o conhecimento de hoje. O futuro das novas gerações não pode ser hipotecado	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119038	Discordância	1- Inexistência de mapa com a identificação dos 7% do território referido; 2 - Inexistência de procedimento anterior ao licenciamento como garante de análise prévia e eventual indeferimento aos pedidos; 3 - Oferece poucas garantias de protecção do território e das comunidades locais; 4 - Coloca em causa a participação democrática.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119036	Discordância	Assunto: Consulta Pública – Proposta do PSZAER – Observações relativas à minha propriedade em Catrão, Fundão Exmos. Senhores, O meu nome é Chermain Tjoen A Choy e sou proprietária de um prédio rústico situado em Catrão, concelho do Fundão, Portugal (40°06'15.7"N 7°23'13.0"W). Venho, por este meio, apresentar as minhas observações relativamente à proposta do PSZAER, uma vez que a minha propriedade parece situar-se dentro ou nas proximidades de uma das zonas de aceleração propostas. Adquiri esta propriedade com o objetivo de restaurar a ruína em pedra, devidamente registada, e de fazer de Portugal a minha residência permanente nos próximos anos. Não se trata de um investimento especulativo. Trata-se de um projeto de longo prazo e do lugar onde espero construir o meu futuro. Visitei esta região durante bastante tempo enquanto procurava o terreno certo e, ao longo desse processo, fui criando uma forte ligação ao local. Apaixonei-me não só pela paisagem, mas também pelas aldeias de Catrão, Monte Leal, Cortiçada e, em especial, Vale de Prazeres.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119035	Discordância	Manifesto por esta via a minha total oposição ao PSZAER. Plantem arvores, e não painéis solares que vão acabar por destruir o que resta do interior de Portugal. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). Isto não faz sentido.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119034	Discordância	Sugestão razoável e consciente: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119033	Discordância	Oponho-me veementemente a este PSZAER. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural, da pressão sobre os recursos e da marginalização das populações que, longe dos grandes centros urbanos, continuam a dar vida ao interior do país sem receberem o devido apoio do Estado. Entre os impactos negativos saliento: a) O uso de maquinaria pesada que danificará a estrutura natural do solo. b) O arraso da vegetação nativa deixará os solos expostos à chuva e vento. c) Os painéis irão criar superfícies impermeáveis. A ausência de luz solar direta irá alterar a natureza do solo reduzindo a sua matéria orgânica. d) As instalações de painéis criarão concentrações elevadas de calor elevando significativamente a temperatura local. e) A ocupação de solos férteis resultará no fim definitivo da produção agrícola e a criação animal em pastoreio . f) O corte de árvores dará lugar à libertação do carbono retido na biomassa. g) As regiões “contempladas” com aptidões agrícolas irão sentir pressão para a conversão do seu tecido económico. Em suma, o futuro das regiões ficará certamente comprometido. Em seu lugar a desertificação e ambientes rurais áridos e deprimentes é garantida.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
119032	Discordância	Levanta preocupações significativas quanto aos seus impactos no território e não salvaguarda adequadamente as suas especificidades ambientais, paisagísticas e socioeconómicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119031	Discordância	A energia não deve ser centralizada. Usar solo para centralizar energia não é para o bem comum. Há muitos locais que podem ser usados para implementação de energias renováveis que não prejudicam nem retiram espaço à Natureza. Sem natureza não há vida. É preciso que exista vontade e coragem para encontrar soluções benéficas para todos. Permitam-se ser criativos e deixam que as pessoas façam parte da solução.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119030	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho do Porto, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119029	Geral	I object to the destruction of the Beixa Beira Region for renewable energy provision. There are other ways to install these ideas but not like this! Wind farms are best at sea not on the land and solar panels should go up On existing roofs before rural countryside. I am a mycologist and there are many fungi which are endangered in other parts of Europe but found in the Guardunha mountains and surrounding valleys. No to wind farming, solar or thermal.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
119028	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da redução da dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, considero que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como está a ser apresentado, corre o sério risco de se tornar um exercício de greenwashing, ao utilizar a sustentabilidade como argumento para justificar a ocupação intensiva do território, sem uma avaliação suficientemente integrada dos impactos ambientais, sociais e paisagísticos. A produção de energia renovável não pode ser analisada apenas pelo benefício da redução das emissões de carbono. É igualmente necessário considerar a destruição de ecossistemas, a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade, a impermeabilização e artificialização dos solos, a degradação da paisagem e os impactos sobre as comunidades locais. A aceleração dos licenciamentos não pode traduzir-se numa redução da participação pública nem numa menor exigência dos estudos de impacte ambiental. A urgência climática não pode servir de argumento para fragilizar princípios fundamentais da proteção ambiental. É igualmente preocupante que vastas áreas rurais e naturais possam ser transformadas em zonas industriais de produção energética, muitas vezes sem uma demonstração clara de que foram esgotadas alternativas menos impactantes, como a instalação em coberturas de edifícios, parques industriais, zonas degradadas ou outras áreas já artificializadas. Uma política verdadeiramente sustentável deve respeitar o princípio da hierarquia ambiental: evitar impactos sempre que possível, minimizá-los quando inevitáveis e compensá-los apenas em último recurso. Caso contrário, estaremos apenas a substituir um problema ambiental por outro. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto, reforçando os critérios de proteção da biodiversidade, da paisagem, dos solos agrícolas e florestais, do património natural e das populações afetadas, garantindo processos de decisão transparentes, participados e baseados em evidência científica independente. Portugal necessita de energias renováveis, mas necessita igualmente de proteger o seu património natural. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se respeitar ambos os objetivos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119027	Discordância	Não concordo que se ocupe solo com paineis solares quando existem tantos telhados disponiveis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119026	Sugestão	No ficheiro que anexamos, apresentamos comentários a algumas das medidas propostas, com vista a promover o debate sobre essas medidas, bem como garantir a operacionalidade de todas as medidas e, assim, garantir a efetiva minimização de impactes ambientais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119025	Discordância	Inaceitável...tudo isto so serve os lobies...no que se refere as solares qq pessoa entendida sabe que nem sequer sao própriamente energias sustentáveis...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119024	Discordância	Gostaria que pensassem que o filme Interstellar é uma possibilidade real e que não respiramos lucro. Por muito que eu aceite o desenvolvimento, continuo a acreditar que são as necessidades de Maslow que devemos colocar o nosso foco: se somos habitantes deste planeta, não comemos dinheiro, não respiramos energia. Precisamos de árvores, mantê-las, aumentá-las. Em nome dos nossos pais que ficam idosos e precisam de sombra (o que o amanhã a todos trará, se tivermos sorte) e dos nossos filhos: deixá-los um muito mais abundante, mais humano para eles. São, serão sempre, o primeiro foco de quem é integralmente humano, pelo que oponho-me a esta implementação de energia renovável que só matará ainda mais Portugal.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119023	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais. Com os melhores cumprimentos, Carlos Alexandre Flor Soares	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119022	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e).	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119021	Discordância	Não posso aceitar moralismos ambientais quando o ataque ao meio ambiente é notório. Não posso aceitar terraplanagens para edificar a indústria da energia solar. Revistam os edifícios com esse material ou façam-no nos corredores das auto estradas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119020	Discordância	A evolução e a modernização não deve ser feita à custa do território natural nacional nem à custa das pessoas que neles vivem	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119018	Discordância	Não faz mínimo sentido continuarem a destruição de um planeta e toda a sua biodiversidade para colocarem tecnologia que nada beneficiará o ser humano ou qualquer outro ser que habite neste mundo. Ainda para mais tentando enganar as pessoas, levando-as a crer que irião ter algum benefício com a retenção da energia dos painéis. O governo e quem quer criar estes projetos devia ter vergonha do ser que é e do quanto querem prejudicar a humanidade e quem os rodeia apenas para colocarem mais algum dinheiro no bolso. Não a todos estes projetos!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119017	Discordância	Discordo, põe em causa o bem estar da população e os recursos naturais. Seria preferêncial implementar em zonas onde o desvaste natural não fosse comprometido! Em espaços já degradados oi artificializados!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119016	Reclamação	Eu, como alguém que sempre viveu nesta região, tal como muitas outras rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me a mim e a toda a população as consequências que o processo possa vir a ter, tal como a aceleração de licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras sobre os casos em concreto. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119015	Discordância	Discordância	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
119013	Discordância	Projeto com impactos negativos a niveis: ambientais, visuais, de ecossistemas, socio-económicos, etc.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119012	Discordância	Sou totalmente contra a ocupação de território florestal por zonas de energia renováveis, particularmente as solares. É um crime o que estão a querer fazer numa altura que enfrentamos as alterações climáticas... a existência dos painéis, para além de descaracterizar um território unico do país, irá contribuir para a desertificação destes territórios. Preocupem-se em melhorar a condições existentes para os residentes em vez de a degradar com uma grande mancha preta que não melhora nem dignifica a vida dos habitantes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119011	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infra-estruturas associadas, incluindo de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas, mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119010	Discordância	É desproporcional para o nosso território e vai descaracterizar zonas rurais eliminando fauna e flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
119009	Discordância	Discordo em absoluto com este projeto. Encontra-se comprovado Que este tipo de instalação aumenta a temperatura em cerca de 2 a 3 graus., num local que ja tem temperaturas elevadissimas no verão! Plantem arvores!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119008	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
119007	Discordância	Please see document attached for full response to the proposal	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119006	Discordância	Natureza em primeiro lugar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119005	Discordância	Venho desta forma demonstrar a minha discordância, fundamentando-a com as alterações que provoca na paisagem, e nos habitat´´s da fauna e flora. Alem dessas alterações que são causadas, por uma alteração demasiado brusca para os mesmos, temos ainda o impacto visual e na alteração da temperatura média causado pelo efeito de estufa de uma única estrutura, que não permite a manutenção de árvores que futuramente fariam uma melhor regulação da temperatura média e sirvam de refúgio aos animais. Alem do mencionado anteriormente, temos ainda muitas opções, viáveis e que causem menos impacto nos habitat's e mesmo na paisagem da regiões afetadas, podem ser colocados em muitos telhados de edifícios de grandes dimensões, promovendo assim a produção junto do consumo, produção de proximidade, que pode ser aplicado, tanto na produção fotovoltaica, como na produção eólica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119004	Reclamação	Por favor, registem formalmente a nossa oposição absoluta a este projeto. A aprovação por via rápida de infraestruturas tão desastrosas e destrutivas é criminosa e inaceitável. Estão a sacrificar a nossa água, a amplificar os riscos de calor extremo e incêndio, e a destruir os nossos modos de vida sem sequer darem voz à comunidade. Vivemos na zona e estamos horrorizados com esta proposta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119003	Discordância	Não ao abate de árvores e às minas a ceu aberto. As energias renováveis não podem ser a qualquer custo. Temos de proteger a nossa paisagem	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
119002	Discordância	Vamos ser mais inteligentes e utilizar espaco inutil para energias renováveis. Parques de estacionamento de shoppings, fabricas, etc. O investimento em Energias renováveis passa por vários temas mas tambem a descarbonizacao, porqie vamos destruir natureza que ja faz descarbonizacao por si própria.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
119001	Discordância	Acho que seja prejudicial por questões sócioeconómicas e ecológicas, para as populações que vivem no local e para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
119000	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118999	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118998	Discordância	Nao conocordo com a aceleração O corto de árvores protect ocarás nativas e tirar fora da APA e do ICNF Percisamos ao contrário forca para ajudar a recuperar e proteger passagens Isso não e substentavel nem energia renovável e colonialismo moderno.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118997	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Ovar, e com ligações e propriedades no concelho de Vimioso, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118996	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118994	Geral	Participação do Partido Ecologista Os Verdes na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica. Texto em Anexo PDF. Resumo Da análise do PSZAER, também designado como "Mapa Verde", sabemos que mesmo sendo apenas o resultado da cartografia temática que exclui valores protegidos, representa as áreas com potencial para integrar as futuras ZAER. No entanto, não podemos deixar de ficar preocupados com esta seleção "pouco apurada", com a exageradamente grande área identificada e com uma insignificante participação dos cidadãos, das estruturas locais e das entidades políticas e administrativas. Os Verdes valorizam que se definam critérios concretos e específicos para a instalação de solar fotovoltaico, assim como, eólico e que se faça o levantamento das potenciais áreas que cumpram os critérios das restrições, claros e transparentes, à implantação das estruturas de energias renováveis, desde logo assumindo como prioritárias áreas artificializadas, nomeadamente em edificados e infraestruturas, o que neste mapa é amplamente subvalorizado. O Programa parte, a nosso ver, da premissa errada. Em vez de ter como objetivo primeiro identificar toda a área do território português continental que não apresente conflito para instalação de energias renováveis, devia partir do primeiro objetivo, que passa por definir a área que é necessária para se implantar os 18,10 GW de Solar PV e Eólico que faltam para se atingir a meta para 2030	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118993	Discordância	Não concordo com esta proposta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118992	Discordância	This propsition needs: - Real limits on the concentration of projects in a single region. - Binding protection of ecological connectivity corridors for large carnivores and other wildlife affected by this type of project (birds of prey, steppe birds and bats). - Mandatory assessment of the cumulative impacts of power stations and associated power lines. - Continued protection of wetlands, UNESCO Geoparks and other designated areas. - Genuine public participation in subsequent stages, not just in this consultation. - Priority given to decentralised solutions — self-consumption, energy communities — and to areas already developed, before encroaching on natural habitats.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118991	Reclamação	Venho por este meio manifestar a minha rejeição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na forma em que se encontra atualmente proposto. Não se trata de uma oposição às energias renováveis — é a urgência energética que exige precisamente o contrário do que este programa oferece: planeamento sério, critérios vinculativos e respeito pelos territórios onde os projetos vão pousar. O que temos diante de nós são princípios de intenção, não garantias. E um território não se protege com intenções. O PSZAER não define limites concretos que impeçam a concentração excessiva de centrais numa mesma região, nem obriga a uma avaliação real dos efeitos cumulativos — de várias centrais, das linhas de muito alta tensão e de toda a infraestrutura associada que raramente é discutida com o mesmo peso que os painéis ou as turbinas. Isto significa, na prática, que uma região pode ser transformada de forma irreversível sem que ninguém tenha sido obrigado a somar os impactos antes de autorizar.	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118990	Reclamação	Bom dia, Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
118989	Discordância	Respeitem a natureza e a sua biodiversidade. Façam-no em zonas industriais ou já urbanizadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
118988	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118987	Reclamação	O Preço Demasiado Alto da Transição Verde: Preservar a Natureza e a Identidade de Castelo Branco e PenamacorA urgência global em encontrar fontes de energia renováveis é inegável, mas a transição ecológica não pode ser feita à custa da destruição daquilo que se propõe proteger: a própria natureza. Na nossa região de Castelo Branco, e mais especificamente na nossa querida Aldeia do Bispo, no concelho de Penamacor, enfrentamos atualmente uma ameaça silenciosa, mas devastadora. A proliferação descontrolada de megaprojetos de painéis solares em áreas rurais e florestais ameaça alterar a nossa leefomgeving (ambiente de vida) de forma irreversível.Como residentes locais, assistimos com profunda preocupação a estes planos que, sob a bandeira da sustentabilidade, preparam-se para desfigurar a nossa terra. A instalação massiva de centrais fotovoltaicas exige a desmatamento e a terraplenagem de milhares de hectares. Em Castelo Branco, uma região marcada por uma biodiversidade riquíssima, olivais centenários e ecossistemas frágeis, o impacto será catastrófico. Estamos a falar da destruição de habitats de espécies protegidas, da perturbação das rotas de aves migratórias e da degradação de solos que demoraram milénios a formar-se. Se estes planos avançarem, a natureza local será danificada de forma irreparável.Além do desastre ecológico, há uma clara ameaça à nossa identidade e economia local. A Beira Baixa atrai pessoas devido à sua paisagem autêntica, ao silêncio, ao turismo de natureza e à agricultura tradicional. Substituir campos verdes e biodiversos por "mares de vidro e silício" destrói o valor estético e cultural da nossa região. O turismo rural e a pastorícia, pilares económicos de muitas famílias em Penamacor, não sobreviverão rodeados por zonas industriais camufladas de "verdes".Outro fator crítico, muitas vezes ignorado, é o impacto microclimático e o risco de incêndios. A concentração de milhares de painéis solares cria o efeito de "ilha de calor", aumentando as temperaturas locais numa região que já sofre severamente com a seca e o calor extremo no verão. Além disso, o risco de incêndios associado a falhas elétricas nestas megaestruturas, rodeadas por vegetação seca, coloca as nossas aldeias, como Aldeia do Bispo, numa situação de vulnerabilidade ainda maior.Não somos contra o progresso nem contra a energia solar. Apoiamos a instalação de painéis fotovoltaicos em telhados de zonas industriais, habitações urbanas e terrenos já degradados. No entanto, sacrificar o coração natural de Castelo Branco e Penamacor é um erro histórico e ecológico.A transição energética deve ser descentralizada e respeitadora do território. Exigimos que as autoridades locais e nacionais parem estes projetos megalómanos na nossa região. Proteger a nossa natureza não é um capricho; é o nosso dever para com as gerações futuras. Não permitiremos que o futuro de Aldeia do Bispo seja sacrificado em nome de interesses financeiros disfarçados de ecologia. A nossa terra e a nossa natureza não têm preço. Rejeito categoricamente o Programa Setorial de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) na	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118986	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118985	Discordância	Consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis — PSZAER e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica Entidade participante: Grupo de Socorro Animal de Portugal — SOS Animal NIPC: 507 973 160 Natureza: Organização Não Governamental de Ambiente Representante: Sandra Duarte Cardoso, Presidente da Direção Assunto: Salvaguarda das florestas, dos habitats naturais, da biodiversidade, dos solos, da paisagem e do bem-estar animal na definição das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis 1. Enquadramento e posição da SOS Animal – Portugal A SOS Animal – Portugal reconhece a urgência da descarbonização da economia, da redução da dependência dos combustíveis fósseis e do aumento da produção de energia proveniente de fontes renováveis. A transição energética é indispensável para responder à emergência climática. Contudo, não pode ser concretizada através da destruição dos sistemas naturais que regulam o clima, capturam e armazenam carbono, protegem o solo e a água, sustentam a biodiversidade e permitem a sobrevivência das comunidades humanas e não humanas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118984	Discordância	Nós, o povo português, consciente e a favor da transição energética, NÃO QUEREMOS PAINÉIS FOTOVOLTAICOS A POLUIR 7 % DO TERRITÓRIO NACIONAL , PARA BENEFICIO DE ACCIONISTAS DE GRANDES EMPRESAS E CENTROS DE DADOS. Queremos sim, uma transição energética responsável, local, em benefício da população portuguesa. Que preserve o nosso meio ambiente, a nossa floresta autóctone, e não contri búa para a desflorestação do país e piore as condições climáticas. O Estado e os governos não podem mudar as leis só por que lhes convém, para não terem de lidar com a oposição popular! Queremos uma política de energia ecológica em edifícios, parques de estacionamento, leitos de lagos/ barragens, edifícios públicos, industriais e privados. Uma real política pública de incentivo e educação dirigida ao cidadão comum para a participação nessa transição. Queremos os nossos impostos aplicados a favor de Portugal. Não a favorecer interesses de alguns empresários e lobistas!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118983	Discordância	O que propoem é destruir o Planeta para salvar o clima? Ou simplesmente que abdiquemos do que é sustentável pelo que é insustentável? Este projecto é criminoso porque ecocida e porque atenta contra actividades e populações elas sim ecológicamente sustentáveis. O país e a Beira Baixa estão debaixo do maior ataque de que há memória. O governo decidiu criar um mapa de zonas de norte a sul do território continental onde se facilita o processo de instalação de unidades de produção de energia renovável. Este plano é um passaporte para a indústria da mal designada energia verde, ocupar 7% do território nacional. Este projecto. é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afectados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados .Isto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118982	Discordância	Embora se reconheça a necessidade de promover a transição energética e aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis, entende-se que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na configuração proposta, representa uma ameaça significativa aos ecossistemas naturais, à paisagem e à biodiversidade, colocando em causa o princípio do desenvolvimento sustentável. A concentração de grandes infraestruturas destinadas à produção de energia em áreas de elevado valor ecológico e paisagístico conduz à destruição e fragmentação de habitats, à perturbação da fauna e da flora, ao aumento da artificialização do território e à alteração irreversível da identidade das paisagens naturais. Acresce que a abertura de acessos, a instalação de linhas elétricas, subestações e demais infraestruturas associadas potencia impactos cumulativos que frequentemente ultrapassam os efeitos do próprio parque de produção de energia. O território do interior de Portugal, marcado por extensas áreas florestais, serras e espaços naturais de elevado valor ambiental, não pode ser encarado como um mero suporte físico para a instalação massiva de infraestruturas energéticas. Estes territórios desempenham funções ecológicas essenciais, constituem reservas de biodiversidade, são fundamentais para a captação de carbono e representam um património natural e paisagístico cuja preservação constitui um dever do Estado e de todos os cidadãos, nos termos do artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa. A transição energética deve assentar num equilíbrio entre a produção de energia limpa e a conservação da natureza. A aceleração dos procedimentos administrativos não pode traduzir-se numa diminuição do nível de proteção ambiental nem numa menor ponderação dos impactos territoriais. A prioridade deve ser dada à utilização de áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, zonas industriais, antigas pedreiras, aterros encerrados e outros espaços degradados, evitando a ocupação de áreas naturais, agrícolas e florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118981	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Matosinhos, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118980	Discordância	Sou totalmente a favor de se encontrarem alternativas energéticas fundamentais complementares com as fósseis, pesa no entanto a destruição de território e equilíbrio do meio ambiente. Sou a favor de se implementar soluções em territórios já construídos. Por favor não destruam o equilíbrio ambiental. Estarei atenta às áreas ardidas este Verão.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118979	Discordância	É inconcebível que se continue a bater na mesma tecla com o total desrespeito pela população e a sua vontade. A perda da soberania das populações, a perda da qualidade de vida, a perda do mundo rural, a perda dos recursos naturais que nos sustentam , sem nenhum plano de regeneração, recuperação, fomento a economias locais e Regenerativas não pode acontecer!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118977	Discordância	Os dados não estão corretos. O Estado tem o dever e a obrigação de colocar dados corretos num estudo desta importância e que afeta em muito a todos nós.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118976	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118975	Discordância	O PSZAER, na sua forma atual, nao oferece garantias suficientes de protecao do territorio, das comunidades locais, e da participacao democratica.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118974	Discordância	Não ganhamos nada criando novas fontes de energia que simplesmente destroem recursos e a propria natureza. Assim nao vai dar certo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118973	Discordância	Eu, André Pinto Casimiro Martins Leitão, CC 11794893, residente no concelho da Covilhã, venho por este meio apresentar um parecer de total rejeição à facilitação de megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, consubstanciada neste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Com a justificação da transição energética a todo o custo, preparam-se para destruir ainda mais ecossistemas naturais do país, num caminho oposto ao da renaturalização e redução da pegada humana no planeta, o único que deve ser traçado para combater a dramática crise ambiental e climática em que nos encontramos. Segue em anexo documento com argumentação expositiva detalhada. Agradeço a atenção, e que os decisores o façam com a mão na consciência, caso a possuam.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118972	Discordância	A transição para energias renováveis é necessária mas não pode ser feita à custa do território, das comunidades locais e da biodiversidade. Como refere o o movimento cívico Cidadãos pela Beira Baixa, "não há qualquer justificação para transformar concelhos inteiros em zonas de sacrifício energético, com manchas de painéis solares que podem ultrapassar 30% do território municipal. A paisagem destruída não volta. E nenhuma compensação financeira devolve o que se perde". Os territórios rurais não são espaços vazios, pelo contrário, são áreas que sustentam comunidades, biodiversidade, culturas e economias. Os projetos deveriam ser instalados, sim, em áreas já artificializadas, como edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas pedreiras ou minas abandonadas, em vez de ocuparem espaços rurais. Por outro lado, é incompreensível que, em nome da transição energética, se destrua a floresta, um dos maiores aliados na luta contra as alterações climáticas. A tudo isto, acresce, a falta de informação sobre este plano, o que, na prática, torna muito difícil, se não mesmo inviável, a concretização de uma verdadeira consulta pública nacional sobre o mesmo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118971	Discordância	É inadmissível o que estão a fazer e o modo como o estão a fazer. o silêncio não agoira nada de bom para as pessoas e locais afectados e os interesses económicos mais uma vez se sobrepõe ao interesse da população.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118970	Discordância	Sou contra este programa e contra a destruição da paisagem natural deste território que escolhemos para viver.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118969	Discordância	Este programa poderá ter um impacto muito significativo no nosso território e na paisagem rural. A informação disponibilizada, nomeadamente ao nível cartográfico, não permite avaliar o que está em causa. É quase impossível perceber as implicações a nível concelhio e isso torna-se ainda mais grave no caso de municípios de pequena dimensão. Na região do Médio Tejo, o concelho de Vila Nova da Barquinha é apontado como um dos que terá "pelo menos 25%" do seu território total mapeado para a exploração de energia solar, mas nos mapas apresentados não se consegue sequer distinguir o concelho, quanto mais quais as zonas que estão mapeadas dentro dele. Considero que essa informação mais detalhada deve ser tornada acessível, e o prazo para a consulta pública deve ser alargado, para que os cidadãos possam, de facto, exercer esta forma de participação democrática.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118968	Discordância	Estão a vender 7% do território do nosso país em nome da energia renovável, mas esta só faz sentido se estiver integrada num sistema que beneficia o meio natural como um todo e as comunidades locais - o que este projeto não faz.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118967	Discordância	Um exagero! Um erro! Uma imprevidência! Um abuso. É possível fazermos melhor com menos territórios afectados. Uma "solução" preguiçosa esta. Merecemos e precisamos de melhor cuidado com o que é de todos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118966	Reclamação	Queremos garantir que o PSZAER seja revisto antes da aprovação de onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal. O território natural português pertence ao seu povo e não está à venda! Queremos transparência e responsabilidade na forma como é tratado o nosso território, a natureza, a fauna e flora!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
118965	Discordância	As avaliações de impacto ambiental levadas a cabo sobretudo pela Agência Portuguesa do Ambiente existem por alguma razão e são indispensáveis à realização dos projectos, sejam eles de energias renováveis ou não. Mais importante do que atrair investimentos e do que expandir qualquer tipo de indústria que seja, é salvaguardar o nosso planeta, os seres vivos que nele habitam e as paisagens em que habitem e que constituem. Não é segredo nenhum que os pareceres da APA "desaceleram" as obras, mas também é verdade que uma boa culpa dos atrasos se atribui aos proponentes que tentam "aldrabar" as diretrizes em vigência. Ao procurar fugir à lei e à proteção do ambiente em nome de lucros ou de uma imagem de um país inovador e de energia "verde", vamos acabar por ser contraproducentes porque no caminho para alcançar esse erróneo prestígio, acabamos por desmatar a beleza que já cá tínhamos.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118964	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118962	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Sou totalmente contra a aprovação de um Programa que não identifica as áreas de intervenção e também sou contra a apropriação de terrenos de terrenos agrícolas para a construção de centrais solares que servem interesses privados e nunca irão devolver os terrenos em estado de aproveitamento agrícola.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Não à aprovação do PSZAER: falta de transparência não é aceitável	Obrigada pela sua participação.
118961	Discordância	A rejeição do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) reflete uma preocupação legítima e fundamental com a democracia participativa. Não é possível avançar com a criação de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) quando o poder público mantém em sigilo as áreas potencialmente afetadas, sem disponibilizar mapas claros, estudos de impacto e informações acessíveis à população. Essa confidencialidade excessiva afasta as "Zona de Aceleração de Energias Renováveis" do escrutínio cidadão, impedindo que comunidades, agricultores, ambientalistas e autarquias locais possam avaliar previamente os impactos sobre o território, a paisagem, a biodiversidade e as atividades económicas existentes. Quem impõe estas "Zonas de Aceleração de Energias Renováveis"? Decisões que moldam o futuro do país não podem ser tomadas longe dos olhares da sociedade. Transparência não é um entrave ao desenvolvimento renovável — é a sua condição de legitimidade.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118960	Discordância	Discordo da implantação de painéis solares no concelho do fundão.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118959	Discordância	Plantem árvores, não painéis solares, a geração futura agradece, vocês vão embora e eles vão ter de viver com isso, a destruição do nosso território é inegociavel.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118958	Discordância	É fundamental que a conservação da natureza e da biodiversidade seja uma prioridade, salvaguardando os habitats da fauna e da flora, preservando as paisagens e minimizando a artificialização do território. É no mínimo irónico que se promovam as energias renováveis sob o argumento de serem uma solução mais ecológica e amiga do ambiente, enquanto, em muitos casos, a sua implementação implica a destruição de extensas áreas de habitats naturais, o abate de árvores, a fragmentação de ecossistemas e a degradação da paisagem, chegando inclusivamente a afetar zonas protegidas e áreas de elevado valor ecológico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118957	Discordância	Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Defendemos a proteção da natureza e as energias renováveis. Vivemos com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e tentamos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um carro é um meio de transporte útil; mas milhões de carros concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. Não se trata de ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim de encontrar uma dimensão e uma localização que sejam compatíveis com a proteção das pessoas, dos animais, da paisagem e da natureza. Neste projeto, estão previstas, no total, 18 turbinas eólicas no concelho de Odemira. Na literatura científica, são descritos potenciais impactos relacionados com o ruído, o infrasom, a projeção de sombras, as alterações paisagísticas e a qualidade de vida da população que vive nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118956	Discordância	Não vejo mais valias para o meu concelho.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118955	Discordância	MOVIMENTO CÍVICO GARDUNHA SUL Contributo para a Consulta Pública Resposta à Consulta Pública sobre o Projeto de Programa Setorial para Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Apresentado por: Movimento Cívico Gardunha Sul, enquanto estrutura de participação cívica de cidadãos residentes na União de Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco. 1. Introdução e Enquadramento O Movimento Cívico Gardunha Sul vem, através do presente documento, apresentar o seu contributo à consulta pública relativa ao Projeto de Programa Setorial para Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e à respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). O PSZAER é uma importante iniciativa de planeamento nacional desenvolvida em resposta à Diretiva (UE) 2023/2413 relativa às Energias Renováveis (RED III). Enquanto instrumento de planeamento estratégico, estabelece o enquadramento para a identificação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
118954	Discordância	As áreas selecionadas são demasiado extensas. A aprovação das mesmas só vai trazer facilitismos em futuros projetos de grande portes. Não podemos deixar que isto passe. A seleção de áreas para possível implementação de explorações de energia renovável tem de ser feita de forma democrática, justa sem desvalorização no território português muito menos no interior do país. As pessoas que investem nesta região só vão sair prejudicadas destes projetos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118953	Discordância	Obrigado.	Obrigada pela sua participação.
118952	Discordância	Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para
118951	Discordância	Este plano ameaça dispensar de qualquer tipo de estudo de impacto ambiental projetos que se implementarão nestas áreas do plano.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118949	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118948	Discordância	Subscrevo a maior parte das reservas, em relação à instalação de Megacentrais fotovoltaicas, considerando o impacte ambiental e social, em sentido lato. Subscrevo, igualmente, a maior parte das críticas ao atual processo de Consulta Pública sobre as áreas incluidas no PSZAER. Porém, pronuncio-me apenas sobre as propostas do PSZAER para os arredores de Évora, tendo em conta exclusivamente o Património Histórico-arqueológico. A análise que tive oportunidade de fazer, com base na informação disponível, permite-me considerar as propostas do PSZAER para a área de Évora, totalmente inaceitáveis, do ponto de vista da preservação e valorização do Património Histórico-Arqueológico. Em Anexo, incluo um resumo das objeções, e alguns capítulos de um livro em que estou a trabalhar, em que se detalham alguns dos dados em que assenta essa avaliação.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118947	Discordância	Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. Para onde vamos, afinal?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118946	Discordância	A energia verde não pode passar pela destruição da natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118945	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Rio Maior, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. O PSZAER significa a perda de soberania territorial, pois prevê um regime simplificado e prioritário que se sobrepõe aos Planos Diretores Municipais (PDMs) e aos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) — dispensando inclusive Avaliações de Impacte Ambiental (AIA) individuais dentro destas zonas. Para além disto, nas ZAER, os projetos ficando dispensados de AIA também ficam dispensados de consulta pública. O PSZAER propõe incluir zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Vastas extensões de painéis solares significam terra artificializada, paisagem destruída, comunidades excluídas e a exacerbação da desvalorização das zonas rurais e a continuação do seu despovoamento. O PSZAER trata a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. A aceleração dos licenciamentos e a dispensa de Avaliação de Impacto Ambiental em zonas ZAER reduz a capacidade de intervenção dos cidadãos e das autarquias na defesa dos seus direitos e do património local. A urgência climática não pode servir de desculpa para afastar a fiscalização social e eliminar o direito das comunidades locais de co-decidirem sobre os projetos de grande impacto que moldarão as suas vidas nas próximas décadas. O PSZAER apresenta um sobredimensionamento das áreas propostas. O plano prevê a afetação de mais de 440 mil hectares (cerca de 7% do território continental português) para energia solar e eólica. Várias entidades consideraram este valor excessivo face às reais metas nacionais estabelecidas para 2030.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118944	Discordância	Não á ZAER…/sim ao verde , sim á Natureza: O futuro dos filhos dos nosso governantes, está comprometido. Podem ter milhões nas contas bancarias…//poupem porque vão precisar de comprar créditos de oxigénio. E lutar por esse direito, que será a um preço altíssimo: Os meus filhos não terão essa preocupação, morrerão antes porque os Pais são honestos. Só ficarão os descendentes destes seres que acham, e conseguem mesmo, iludir as massas que os elegeram. Mas nada mais poderão desfrutar, restam as fotos de Verão, e os vossos filhos dirão algo como:: tenho vergonha de ter nascido nesta família, como foram capazes de nos deixar esta desgraça? Sim , isto é o guião de um filme, já existe: Mas destruir um País por avidez e cegueira está a tornar-se a triste realidade, mascarada de progresso. Paremos enquanto há tempo.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118943	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações. No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem já um longo historial de contributo para o interesse nacional em termos de energias renováveis. A Barragem da Aguieira, instalada há mais de quatro décadas, ocupa uma área significativa do território municipal e desempenha funções essenciais para o país, nomeadamente na produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias. Contudo, os benefícios económicos diretos desta infraestrutura para a população local têm sido reduzidos. Considero, por isso, que não é aceitável que o concelho continue a assumir novos encargos territoriais de dimensão nacional sem uma avaliação rigorosa dos impactos e sem mecanismos claros de compensação e retorno para a comunidade. Considero igualmente preocupante que a classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assente essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo devidamente o verdadeiro valor	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118942	Discordância	Não é não ! Não concordo !!! Plantem árvores !!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118939	Discordância	É absurdo e escandaloso que os poderes locais, as organizações, as agencias ambientais e as populações nao tenham de ser consultadas em decisões desta natureza e com este impacto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118938	Discordância	Discordo com a aceleração da implementação de energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118937	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Guimarães, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118935	Discordância	Não concordo com um plano que para além de não ser verde retira toda a beleza que temos neste país para promover um conceito ecológico que não o é. Cuidar e amar Portugal é o oposto disto. Tem de ser rever todo este conceito de energias 'renováveis' porque de ecológico não tem nada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118932	Discordância	Acelerar não é reduzir a floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118931	Discordância	Eu discordo com o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis nos parâmetros apresentados porque além da suas dimensões e área ocupada, vai contra o pouco que já resta da paisagem do interior do país. O interior de Portugal precisa de desenvolvimento, temos que proteger o nosso ambiente,a nossa paisagem e a nossa floresta, pelo menos o que resta dela e não contribuir para a ainda maior desertificação . Imaginem o que é acordar, abrir a janela e ver um "mar" de painéis á vossa frente.....	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118930	Discordância	O programa de aceleração da implantação de energias renováveis revela ignorar questões socioeconómicas e ecológicas. As zonas rurais são habitadas, pelo que a opinião das populações nunca deve ser ignorada ou impossibilitada através de processos que facilitam o estabelecimento destes projetos. A implantação de energias renováveis não é neutra ou inócua, pois na maioria dos casos implica destruição de habitats e consequentemente de ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118929	Discordância	Venho por este meio afirmar o meu desacordo total p/ implementação das alterações que o governo pretende fazer s/ tudo o que diz respeito a este assunto É vergonhoso como querem alienar o nosso País Cumprimentos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118928	Discordância	Não ao PSZAER. Energias limpas sim, mas para todos. Proteger a natureza sim, mas começando por preservar o que ainda existe. Não permitir que precisamente as populações que vivem no campo sejam sujeitas a devastação da natureza da qual dependem, para alimentar com "energia limpa" os que vivem na cidade.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118927	Discordância	Não concordo com esta iniciativa. Os estudos de impacto ambiental são essenciais para todo o ecossistema envolvido.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118926	Discordância	Defendemos a transição energética e reconhecemos a importância das energias renováveis. No entanto, essa transição deve ser feita de forma equilibrada, respeitando os valores naturais, a biodiversidade e a identidade do nosso país. Sinceramente, não consigo concordar com este programa da forma como está desenhado. Claro que percebo a importância da transição energética e sei que temos de produzir mais energia renovável, mas isso não pode ser feito à custa da proteção do nosso território, da biodiversidade e do bem-estar de quem lá vive.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118925	Discordância	Criar estas "zonas de aceleração" sem garantir avaliações de impacto ambiental e social rigorosas é um risco enorme, com consequências que podem ser irreversíveis. Preocupa-me também que a pressa em simplificar os licenciamentos acabe por calar as populações locais. As pessoas que vivem e trabalham nestas regiões têm de ser ouvidas e as suas preocupações devem ter peso real. Afinal, são elas que vão viver com estas infraestruturas no seu dia a dia, muitas vezes sem verem qualquer benefício direto na sua fatura da luz. Para mim, a prioridade devia ser outra. Temos milhares de hectares de áreas já urbanizadas e industriais completamente disponíveis. Porque não apostar fortemente na instalação de painéis solares nos telhados de edifícios públicos, fábricas, superfícies comerciais e habitações? Se o Estado apoiasse a sério o autoconsumo e as comunidades de energia, estaríamos a descentralizar a produção, a reduzir perdas na rede e a incluir os cidadãos nesta transição. Além disso, se há algo que o país precisa urgentemente de acelerar é um plano de reflorestação com espécies autóctones. Recuperar as nossas florestas nativas faria muito mais pelo combate às alterações climáticas, ajudando a reter água, a evitar incêndios e a valorizar o interior, beneficiando diretamente as populações. A urgência de descarbonizar é real, mas não pode servir de desculpa para destruir precisamente o património natural que queremos proteger. É perfeitamente possível fazer as coisas bem, apostando na descentralização e no respeito pelo território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118922	Discordância	O distrito de Castelo Branco é dos mais quentes, precisa de arvores, não grandes extensões de painéis solares e vão agravar o problema. Uma transição energética só faz sentido se for de acordo com um plano de adaptação climática - de outra forma, é muito provável que desrespeite os limites planetários e baixe a resiliência climática de Portugal. Esta proposta é perigosa exatamente por essa razão: está a acelerar a instalação de renováveis em detrimento de zonas que contribuem para a nossa resiliência climática e económica (pelo simples facto de que muitas destas zonas são agrícolas ou de contributo de biodiversidade). Por essa lógica, esperaríamos que esta proposta priorizasse zonas industriais ou outras onde o dano ambiental é nulo (como parques de estacionamento ou à beira de auto estradas). Em vez disso, falha significativamente por esta miopia. Redes como a BRAVA teriam muito que contribuir para esta discussão, se não estivesse limitada a esta plataforma.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118921	Discordância	Adicionalmente, é consensual que uma transição energética descentralizada será bastante mais resiliente - basta consultar o trabalho feito pela Coopernico e a rede RESCOOP a nível europeu. Esta proposta ignora completamente a dimensão comunitária e do papel das populações na transição e eventual soberania energética. Deste modo, a minha recomendação é reavaliar esta proposta de raiz, assegurando que se encaixa com um plano de adaptação climática mais alargado e que inclua participação das populações afectadas (que implica um processo de participação nacional, dada a ambição da proposta). De outro modo, não só ficará uma proposta tecnicamente falida mas também ilegítima.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118920	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de ações de envolvimento e discussão com as comunidades afetadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118919	Discordância	Discordo, em absoluto, com este prtograma.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118918	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Considero preocupante como se pensa o ambiente no momento presente sem parecer existir uma profunda preocupação com as novas gerações e até com as vindouras: a soberania alimentar e florestal é posta em causa com este projeto; as espécies de flora e fauna serão ameaçadas; o impacto cumulativo parece ser ignorado para estes territórios; o afastamento das populações é insuficiente (seja para painéis solares como para eólicas) colocando em risco a saúde das mesmas. Por tudo isto sou discordante para com este projeto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118917	Discordância	Primeiro devem colocar painéis solares em edifícios, parques de estacionamento, ... só depois colocar em áreas florestais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118916	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118915	Discordância	Discordo. Temos que proteger a nossa natureza a cima de tudo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118914	Discordância	A produção de energia limpa é urgente, mas os critérios de avaliação de impacte ambiental têm se ser assegurados para não se colocar a biodiversidade em causa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118913	Discordância	Aceleração da Implantação de Energias renováveis? A que custo? Como é possível considerarem substituir solos férteis, solos com potencial de agricultura e floresta, por este material, também ele poluente, que dizem ser a promessa para combater as alterações climáticas?! As alterações climáticas não se combatem destruindo ambientes naturais, ambientes que criam equilíbrio, que criam ecossistemas que beneficiam todos os seres vivos, e que por sua vez também criam riqueza económica! Não vendam o país! Nós não estamos à venda! Nós, e as gerações futuras precisamos de solo, de árvores, de água, ar e alimento! Não podemos permitir que destruam estes recursos naturais, que são de TODOS!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118912	Discordância	Esta directiva é um atentado directo contra o futuro das novas gerações no território nacional. Uma afronta contra a constituição e todos os que com o seu trabalho, empenho e visão formaram este país. O futuro tem de ser verdade e sustentável ou não haverá onde gastar as divisas estrangeiras de investimento exploratório. Não somos escravos, somos soberanos e foi por isso que sempre sonhamos e acreditamos trabalhando. Para quem tem o poder de parar este crime, resistam.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118911	Discordância	Ver ficheiro em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118910	Discordância	Oposição à implantação de "mega" centrais e não de centrais dispersas de média ou pequena dimensão. Riscos ambientais - de biodiversidade e paisagísticos - pouco claros, apesar de claramente importantes e de grande impacto. Oposição a falta de esclarecimento e participação cabal, aberta e presente das populações. Oposição a diminuição da influência e poder de Câmaras Municipais na estruturação de PDM.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118906	Discordância	Como se não bastasse já todo o estrago que tem sido feito no território nacional, com a desflorestação, desertificação dos solos, deslocação de animais selvagens, sem qualquer benefício para as populações próximas a estes empreendimentos, porque esta energia é vendida para fora e nunca trás qualquer contributo positivo aos locais, aos que são mais prejudicados - ainda querem pôr e dispôr do nosso território para continuar a encher os bolsos de uns, com a desgraça tantos que irão sofrer as consequências no futuro. Estou em completo desacordo com esta proposta. Energias renováveis sim, mas não vale tudo. Há imensas propostas com muito menor impacto no ambiente e nas populações, que nunca são ouvidas, que nunca interessa ouvir. Quando tudo estiver coberto de painéis e eólicas de quem será este país? Quem ficará cá para cuidar do pouco que sobrar?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118905	Reclamação	Eu, Maralda Castro Rabaça Garcia Marques, rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118904	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na região do Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem na região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118903	Discordância	A substituição dos ecossistemas vivos e da biodiversidade por via da "energia verde" é uma afronta à Natureza e à vida no planeta. Discordo completamente da forma como esta proposta é apresentada e do modo pelo qual se pretendem implementar estes projetos de exploração da suposta energia verde, uma vez que, parece-me, o que se perde é substancialmente mais valioso do que qualquer outra coisa que se venha a instalar nos territórios, substituindo a paisagem natural, por algo completamente artificial e com impactos irreversíveis nos vários habitats, cientificamente comprovados em estudos nacionais e internacionais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118902	Discordância	Não devastem mais a natureza por interesses económicos. É de todos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
118901	Discordância	A avaliação de impacto ambiental deverá ser feita caso-a-caso.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118900	Discordância	No âmbito da discussão pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), apresentar a presente pronúncia desfavorável, requerendo a não aprovação da proposta na sua versão atual, por entender que a mesma padece de vícios graves suscetíveis de comprometer a sua validade jurídica, designadamente vício procedimental, insuficiência instrutória, défice de fundamentação, erro nos pressupostos de facto e de direito, violação do princípio da precaução e risco de invalidade administrativa. A presente posição não constitui oposição à transição energética nem às energias renováveis. Pelo contrário: entendo que a transição energética é indispensável, mas só será legítima se for ambientalmente responsável, territorialmente justa, juridicamente segura e democraticamente participada. A Diretiva RED III promove zonas de aceleração, mas exige que estas correspondam a áreas particularmente adequadas, previamente avaliadas, onde seja expectável que os projetos não produzam impactes ambientais significativos. Essa condição não se presume: tem de ser demonstrada. Assim, requer-se: 1. A não aprovação do PSZAER na sua versão atual. 2. A reformulação integral da delimitação das ZAER. 3. A repetição ou revisão substancial da AAE, com avaliação robusta de impactes cumulativos, capacidade de carga, conectividade ecológica, recursos hídricos, solos e paisagem. 4. A exclusão preventiva de áreas com incerteza relevante ou sensibilidade ecológica, agrícola, hídrica, patrimonial ou paisagística. 5. A consagração de prioridade vinculativa a áreas artificializadas, autoconsumo, comunidades de energia, reequipamento, sobre-equipamento e hibridização. 6. A fixação de limites territoriais objetivos à concentração de projetos. 7. A criação de mecanismos obrigatórios de justiça ambiental, compensação territorial e benefícios locais mensuráveis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
118899	Discordância	Os painéis fotovoltaicos são uma grande mentira. Como pensam reciclar quando terminarem a sua vida útil?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118898	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Para toda a região. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação. Precisamos é de reflorestação com urgência.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118897	Discordância	Na qualidade de habitante do concelho de Mortágua, venho por este meio apresentar a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Somos um concelho com menos de 10 000 habitantes onde cerca de 80% do território é floresta. Esta representa um património ambiental, económico e paisagístico de enorme valor e a ocupação de quase metade da área do concelho com tecnologia solar fotovoltaica vai representar uma alteração profunda da paisagem, e consequentemente, da identidade rural e natural do concelho e reduzir significativamente a capacidade de sequestro de carbono das árvores. A substituição de parte do nosso "mar verde" por um "mar de painéis solares", compromete a biodiversidade, destruindo habitats com consequências irreversíveis para aves, mamíferos, insetos polinizadores entre outros, aumenta a fragmentação dos ecossistemas e altera de forma duradoura a identidade do território, sem garantir benefícios proporcionais para a população local. Não pode ser o interior a suportar os custos e o litoral a obter os benefícios. A proposta para Mortágua revela um desequilíbrio territorial inaceitável. Enquanto a média de ocupação potencial por ZAER Solar para a CIM Região de Coimbra é de 10,9%, o concelho de Mortágua apresenta uma incidência de 46,6% (cerca de 11.717 ha) apenas para tecnologia solar fotovoltaica. A legislação europeia e nacional estabelece que a transição deve priorizar superfícies artificiais, telhados e áreas degradadas. Assim, como mortaguense penso ser meu dever exigir que se cumpra a lei e que, antes de se ocupar um único hectare de solo florestal, se esgote o potencial das áreas industriais e logísticas da região e do país. O programa identifica mais de 506 mil hectares de áreas artificializadas a nível nacional. A ocupação de solo rústico em Mortágua deve fazer parte dos últimos recursos, salvaguardando a floresta como recurso estratégico. A produção de energia renovável é essencial, porém a instalação de novos projetos de renováveis não pode ser feita a qualquer preço: é imperativo que se proceda a uma redução significativa das áreas previstas para esse efeito no nosso concelho e que sejam garantidos benefícios fiscais e económicos diretos a quem aqui vive. Como está, não me resta alternativa se não manifestar veementemente a minha discordância do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118896	Discordância	As produção energia elétrica de origem solar não pode ser realizada com a destruição de áreas verdes. è um absoluto contrassenso. Queremos produzir energia verde e para isso mandamos arvores a baixo que demoram dezenas ou centenas de arvores abaixo, libertando o carbono acumulado e, claro, deixando de poder acumular. Deixem de ceder aos interesses econômicos e pensem. Temos milhares de hectares de telhados onde podemos colocar painéis solares fotovoltaicos, numa produção descentralizada, logo muito mais resiliente. A habitual argumentação de que serão plantadas o dobro ou triplo ou até mais arvores do que aquelas que serão abatidas é, como evidente, greenwashing. Milhares dessas arvores não vingarão, as que vingarem demorarão dezenas ou centenas de anos a crescer. Por mim é um claro e rotundo NÃO!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118895	Discordância	Pronuncio-me no sentido de me opor, em termos gerais, à proposta de definição das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis. Relativamente ao concelho de Idanha-a-Nova pronuncio-me no sentido de que não deve ser delimitado como Zona de Aceleração para as Energias Renováveis sem que sejam consideradas as aldeias Históricas na elaboração da proposta. Em termos gerais sou da opinião de que para a definição das ZAER sejam identificadas e consideradas áreas já artificializadas ou degradadas, desde que previamente avaliadas ambientalmente e demonstrada a inexistência de impactos significativos, que possam realmente coadunar-se com os objetivos da Diretiva e com a proteção do património natural do concelho.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118894	Discordância	Eu Liliana Santos Abreu, cidadã de Portugal, venho reclamar o presente projeto, por considerar que a forma como o querem implementar é destrutiva para o ambiente seja património local natural, seja paisagístico , seja social e cultural e rural para as povoações circundantes . Reclamo , pelo facto de os interesses que dizem de ser de Portugal, não corresponde á verdade pelas consequências nocivas do projeto. Outros cidadãos especialistas apresentaram outras soluções, não consideradas ou debatidas em diálogo para encontrar novas formas de ultrapassar as consequências. Verifica-se que, os que governam mais uma vez não ouvem ninguém e á revelia dos cidadãos e de não considerar esses portugueses e as consequências que iremos viver, interesse nacional. Os cidadãos e respeitar os ecossistemas do território nacional, não é interesse nacional ??! Afinal, interesse nacional para egopartidos e egopoliticos, é ganhar dinheiro a todo o custo?! Não é possível ganhar dinheiro havendo mais essa preocupação de encontrar equilíbrios. ?! Pergunto como cidadã. Este tipo de decisões, levarão a cada vez mais tensão entre políticos, feudocapitalistas e cidadãos, e á degradação da verdadeira democracia. E serão todos responsáveis por toda essa degradação. Talvez, seja intencional?! É??!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118893	Discordância	Não concordo com esta proposta. As energias renováveis não podem ser feitas desta forma.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118892	Discordância	PARTICIPAÇÃO_curta O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118891	Discordância	Considero que a transição para fontes de energia renovável constitui um objetivo importante e necessário. No entanto, entendo que as soluções atualmente propostas no âmbito do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis não ponderam de forma equilibrada os seus impactos territoriais, ambientais e sociais. Em primeiro lugar, importa salvaguardar a qualidade de vida das populações residentes no interior do país. A instalação de grandes infraestruturas energéticas junto de áreas habitadas pode alterar profundamente a paisagem, afetar o bem-estar das comunidades e comprometer o equilíbrio dos ecossistemas locais. Em segundo lugar, a ocupação de extensas áreas de solo poderá reduzir a disponibilidade de terrenos com aptidão agrícola, comprometendo a produção nacional, a economia local e a capacidade futura de garantir maior autonomia alimentar. Em terceiro lugar, existe o risco de fragmentação de habitats naturais, com perda de áreas de floresta autóctone e interrupção de corredores ecológicos utilizados por diversas espécies da fauna selvagem. Estes espaços desempenham um papel essencial na conservação da biodiversidade e no funcionamento dos ecossistemas. Em conclusão, considero que a implementação deste programa deve ser precedida de uma avaliação mais abrangente dos seus impactos cumulativos. A promoção das energias renováveis não deve comprometer o património natural, agrícola e paisagístico que constitui um dos principais valores do território nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118889	Discordância	Não quero destruição da vegetação e passar a ter uma paisagem pintada de negro , levando ao aceleramento das alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118888	Discordância	Nasci e cresci em Mortágua sendo um conselho caracterizado pela sua grande área de floresta, e é assim que quero que o meu filho cresça também, rodeado de floresta e espaços verdes. Sou totalmente contra a destruição da nossa floresta para a implementação de deste tipo de energias renováveis!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118886	Discordância	Discordo com o programa pelo seu impacto preocuoante, iminente e comprovado nos territórios, nas populações e no ambiente, factor que contribuirá ainda mais para a descaracterização do país e para a liberalização crescente dos seus recursos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118885	Discordância	Precisamos de plantar árvores e poupar energia, e não de cortar árvores para por paineis solares	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118884	Discordância	Natureza em primeiro	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118883	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadão / cidadã) do concelho de Palmela vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Faria muito mais sentido incentivar a colocação de painéis solares em coberturas de edifícios pré existentes e novas construções, coberturas de edifícios industriais, parques de estacionamento, etc... Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118882	Discordância	Concordo com o parecer do Município de Oleiros (https://cm-oleiros.pt/municipio-de-oleiros-da-parecer-desfavoravel-ao-programa-setorial-das-zonas-de-aceleracao-da-implantacao-de-energias-renovaveis-zaer/). O desenvolvimento do fornecimento de energias renováveis, que fica claramente essencial, deve ser implementado de modo equilibrado - por exemplo, incentivando o autoconsumo - e compatível com outras prioridades ambientais e sociais.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118881	Discordância	Não concordo com a posse administrativa de terrenos nem com o abate de um número muito significativo de árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118880	Discordância	Já existem muitos telhados para colocar painéis .	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118879	Discordância	Mas está tudo bem com os doutores que querem abater árvores e destruir o nosso património natural para dar lugar a zonas mortas e, por consequência, matar o resto da floresta em Portugal? Vocês vão respirar o oxigénio que esses painéis vão produzir? Isto não faz sentido algum o que querem implementar. Vocês não vivem nestas zonas e, por consequência, não têm que opinar sobre o que se coloca nas nossas terras nem alterar a nossa paisagem. Podem ter dinheiro e ter ganância de ter cada vez mais. Pois bem, façam dinheiro de outra forma, porque depois de destruírem a natureza, não há dinheiro que vos salve. Não haverá qualidade de vida para ninguém depois de uma natureza destruída e todas as consequências que isso acarreta para o ser humano.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118878	Discordância	# Contributo para a Consulta Pública do PSZAER **Assunto:** Pedido de revisão do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Venho, na qualidade de residente no concelho de Carregal do Sal, região de Viseu Dão Lafões — uma das regiões identificadas como tendo maior concentração de zonas propostas para energia solar no âmbito do PSZAER — apresentar, no contexto da consulta pública ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, atualmente em curso através do Portal PARTICIPA, a minha reclamação formal e solicitar a revisão da proposta, pelos motivos que a seguir se expõem. ## 1. Insuficiente proteção do território O PSZAER identifica cerca de 7% do território continental como apto para acolher centrais solares e eólicas, propondo licenciamento simplificado e isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) para os projetos nestas zonas. Considero que esta abordagem não garante salvaguardas suficientes para valores ambientais, paisagísticos e de conservação da natureza. A própria Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) já alertou que a ocupação de áreas de regadio público e solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) por infraestruturas energéticas compromete investimentos públicos significativos e o desenvolvimento agrícola das regiões afetadas. A isenção de AIA para projetos nestas zonas retira uma camada essencial de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118877	Discordância	Assunto: Contributo para a Consulta Pública da Proposta de Plano Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Exma. Equipa Coordenadora do PSZAER, A Cooperativa Viver na Aldeia vem, por este meio, apresentar o seu contributo à consulta pública sobre a proposta de Programa Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Enquanto entidade que promove a sustentabilidade e a qualidade de vida nos territórios rurais, defendemos uma estratégia de transição energética que priorize o edificado e preserve a integridade dos nossos solos agrícolas e florestais. 1. Prioridade às Superfícies Artificializadas e Coberturas Em plena concordância com a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III), reiteramos que deve ser dada prioridade absoluta à instalação de painéis fotovoltaicos em superfícies artificiais e edificadas, tais como telhados de casas, prédios, equipamentos públicos e zonas industriais . Esta solução permite: Aproximar a produção do consumo, reduzindo perdas na rede e a necessidade de novas linhas de transporte . Aumentar a aceitação social, uma vez que a microgeração e o autoconsumo em pequena escala são as tipologias melhor aceites pelas comunidades locais . Mitigar o desconforto térmico nas habitações, contribuindo para a resiliência das aldeias face a extremos térmicos .	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118876	Discordância	A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico"	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118875	Discordância	Em relação ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), eu, Joana Alter Palhinha, rejeito decididamente o referido programa na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
118874	Discordância	Discordo do PSZAER por considerar que, embora a transição energética seja essencial, a definição de zonas prioritárias para a instalação de projetos de energias renováveis pode não assegurar um equilíbrio adequado entre os objetivos energéticos e a proteção ambiental, paisagística e das comunidades locais. Na minha perspetiva, o programa deveria contemplar uma avaliação mais rigorosa dos impactos cumulativos sobre a biodiversidade, o património natural e a qualidade de vida das populações, bem como promover uma maior participação pública no processo de decisão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118873	Discordância	A Transição Energética não pode ser feita nestes moldes!!!! Não faz sentido proteger o clima destruindo Património Natural e Paisagístico, tal como está previsto. A sustentabilidade é também respeitar a natureza e as populações!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118872	Discordância	Estou completamente contra à proposta do Programa Setorial das Zonas de Acelaração da Implementação de Energias Renováveis, mais precisamente na área do concelho de Miranda do Douro, uma vez que a sua implementação apenas trará desvantagens, tais como problemas socioeconômicos da população, problemas ecológicos e problemas de saúde para os habitantes locais. Desta forma, espero a suspensão imediata deste programa, no concelho de Miranda do Douro, de forma a população poder usufruir das maravilhas naturais que o mesmo dispõe.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118871	Discordância	Apoio a transição energética, mas não posso apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. O que deveria ser implementado: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Este projecto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para me sentir informada e/ou tranquilizada.	Obrigada pela sua participação.
118870	Discordância	Mais do que dispor de uma percentagem importante do solo nacional para energias renováveis exploradas por grande empresas, haveria todo um trabalho a fazer visando a diminuição dos gastos energéticos supérfluos e o envolvimento da população na geração de energia renovável através de pequenos sistemas autónomos que diminuíssem a pressão sobre o sistema nacional	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		O que está a ser proposto no PSZAER parece-me ser a pior abordagem possível ao problema	Obrigada pela sua participação.
118869	Discordância	Venho manifestar a minha oposicao a criacao de zonas para energias renovaveis em areas agricolas florestais... Producao de energia renovavele importante mas naoem detrimento da populacao, daflorestas, dos animais, da biodiversidade, da vida..e preciso pensar como deve de ser, e nao apressar. E preciso escutar a populacao, pensar o Projeto, solares no telhado, ajudar os supermercados, as industrias para comprar paneis solares, todos telhados parking... edificio publico... A lucratividade nao deve ser o objectivo final.. (BP) o objectivo e energias renovaveis sem destruir a natureza e preservar o territorio de Portugal.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118868	Discordância	E um crime contra o nosso ambiente. A ganância tem limites.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118867	Discordância	Vamos acabar com estas falsas energias verdes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118866	Reclamação	Onde está a proteção do território nacional, das comunidades regionais e locais, onde está a proteção da democracia neste programa que de "mapa verde", não tem nada, a não ser acabar com o verde do país?!! Onde está a defesa do povo e do território em acções e programas como este?!! Está na obrigação do povo limpar os seus terrenos, pagar os seus impostos, pagar a sua água e a sua eletricidade e não pia, nem reclama, senão cortamos a água, cortamos a luz e nao se esqueça que também lhe podemos tirar a casa, por isso, continuem a ser os soldadinhos de chumbo e matem se a trabalhar só para pagar contas e impostos ao estado.. Deixem os políticos e os entendidos tomar conta do país porque eles é que sabem o que fazem. Deixem nos plantar centrais solares e eólicas sem controlo nem autorizações, deixem nos trazer os investidores estrangeiros a quem depois das centrais estarem feitas, vamos ter de pagar a energia produzida no nosso país, nas nossas terras e á custa na nossa floresta, fauna e flora, ao preço que eles bem entenderem. Tudo isto ao comando do interesse do capitalismo, da centralização do poder, mas obviamente em nome do povo, do progresso e do ambiente!! "Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118865	Discordância	Assunto: Oposição Absoluta ao Projecto Fotovoltaico de Évora / Graça do Divor Apresento a minha total e inequívoca oposição a este projeto de instalação de 1,6 milhões de painéis fotovoltaicos. É inaceitável que, sob o pretexto da transição energética, se promova a destruição sistemática de solos agrícolas de elevada aptidão e ricos em recursos hídricos, numa região que devia priorizar a segurança alimentar e a preservação da água. A verdadeira sustentabilidade exige racionalidade: existem milhares de hectares de solos degradados e com falta de água, ou coberturas urbanas no país onde estes painéis deveriam ser instalados, sem que isso implique sacrificar o nosso interior fértil e produtivo. Além do desastre ecológico e agrícola, este projeto constitui um atentado intolerável contra o património histórico, cultural e paisagístico, qualidades determinantes para que Évora tivesse sido classificada como Património Mundial da Unesco. A instalação desta barreira industrial a escassos 200 metros da Igreja da Graça do Divor — classificada como Monumento de Interesse Público do século XVI — descaracteriza por completo a envolvente monumental e a identidade alentejana, violando grosseiramente o bom senso e o respeito devido à nossa história. A paisagem cultural e o turismo sustentável da região não podem ser aniquilados em nome do lucro privado disfarçado de "selo verde". Por fim, protesto veementemente contra o atropelo democrático que constitui este processo de consulta pública. Limitar a participação das populações a escassos 20 dias, estrategicamente agendados em pleno período de férias de verão, ou da sua preparação, demonstra uma total falta de respeito e transparência, desenhada para silenciar os cidadãos afetados. Exigimos a suspensão imediata da totalidade deste processo e a reprovação deste projecto invasor e totalmente desproporcionado.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118864	Discordância	Os painéis solares são uma ameaça para a floresta, para a fauna e afeta negativamente a saúde publica e a paisagem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118863	Concordância	Its a shame for the country to make such huge solar and windmeal parcs. Its so painful for nature to be coverd in an unnatural way. To distroy nature. Its like bio indudry. Its so wrong. It kils life. We need to protect the whole country for the power of this so call green politics. Its nog green. Its a red flag. Lets save the country. Nao paneis farms and huge windmeals in natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118862	Discordância	Como cidadã portuguesa, vejo com grande consternação, vergonha e revolta a forma como as políticas energéticas portuguesas têm vindo a promover megaprojetos solares sem olhar ao impacto ambiental, à proteção da biodiversidade e ao reflorestamento em Portugal, em direção oposta à Lei Europeia do Restauro da Natureza aprovada em 2024 (Nature Restauration Law, Regulamento UE 2024/1991).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118861	Discordância	Pela nossa saúde!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118860	Discordância	Estou contra a implementação de uma ZAER em Portugal. Acredito nas energias renováveis quando n´ão afetam o nosso país sobretudo se um dos objectivos principais não é para ajudar o ambiente mas sim alimentar a IA e outras formas de produção em massa como o projecto Sophia ou Beira entre outros. Outros países como a França recusaram a implementação massiva de painéis solares que provoca um sobreaquecimento dos territórios destruindo o próprio ambiente. Isto é portanto contra producente sobretudo quando o planeta já está em aquecimento global. A União Europeia tem tendência para "empurrar" o que não quer nos países mais mais desenvolvidos para Portugal e Espanha onde o povo se cala mais. Mas desta vez é necessário mostrar a nossa voz pois as consequências não serão benéficas para nós. É necessário pensar no futuro e com o aquecimento global que já está a ter repercussões negativas sobre o planeta, este tipo de implementação apenas vai agravar a situação. É necessário defender a Beira e as outras zonas nacionais para podermos defender o nosso país se não queremos que no futuro se torne um deserto. NÃO AOS PROJETOS SOPHIA E BEIRA E AOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE ZAERs EM PORTUGAL!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118857	Discordância	O nosso país não está à venda para servir lobis e interesses economicos. Não somos o estaleiro, renovação de energias sim mas em telhados, centros de estacionamento e afins. Não podemos abdicar do nosso solo. Todos sabemos as consequencias nefastas de projetos desta envergadura, aquecimentodo ar, altas temperaturas, empobrecimento e falta de solo para as culturas .	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118855	Discordância	O presente Programa e o que nele é proposto é um total absurdo. É o culminar de uma visão medíocre, tacanha, pobre de espírito, indigna de seres humanos que se consideram evoluídos. É uma proposta sem equilíbrio onde a vida, em todas as suas vertentes, é atacada e sacrificada em nome do lucro. Quando há falta de equilíbrio, TODOS SOFREMOS. Ou ainda não conseguiram compreender que este organismo, a TERRA, é um SER, é um todo? Ainda não encontrei uma pessoa que saiba explicar como é que cortar árvores (que nos fornecem oxigénio e contribuem para a precipitação) e destruir vegetação pode ser considerada uma solução para os problemas que enfrentamos. Ninguém sabe explicar, porque não há explicação possível ou plausível. O único fito é o de se encherem de dinheiro, sacudindo para o lado o facto de que estas medidas acarretam a destruição do que temos de mais sagrado: este Planeta, que é a nossa Casa e do qual somos parte, como células num corpo. Esta lógica de destruição é própria de um parasita, de uma célula cancerosa. Qual é a coerência entre o afirmar-se que a água potável é um bem escasso, defendendo que se deve usar da mesma com inteligência e parcim´ónia ao mesmo tempo que se acha aceitável inquinar irremediavelmente dos lençóis freáticos, como acontece com a exploração de lítio - que, além disso, contribui para a destruição da saúde daqueles que trabalham diretamente com esse processo de extração? Qual é a diferença entre quem aceita isto e antepassados nossos que consideramos primitivos, pela destruição que causaram no passado? Tem de se estar totalmente desalinhado ou sofrer de sociopatia. Qualquer pessoa com um pingo de inteligência e bom senso percebe que o único objectivo destes processos mascarados de «salvação» é controlo e o acumular de lucro. Além de estúpido, é um ataque à inteligência das pessoas. Parafraseando o que uma vez li algures: será que vão precisar de pescar o último peixe, beber a última gota de água potável, colher o último fruto e inspirar pela última vez ar puro para perceberem que não podem comer, beber e respirar dinheiro?	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118854	Discordância	Achamos que é prejudicial, por questões socioeconómicas e ecológicas! Para as populações que ali vivem para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118853	Reclamação	Considero que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) levanta sérias preocupações quanto à proteção do território, da paisagem, da biodiversidade e das atividades económicas tradicionais. Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, entendo que esta não pode ser realizada à custa da descaracterização dos territórios rurais nem da concentração excessiva de grandes infraestruturas energéticas em zonas ambientalmente sensíveis e de elevado valor paisagístico. Diversos municípios portugueses têm já alertado para a insuficiente consideração das especificidades locais, para a falta de articulação com os Planos Diretores Municipais, para a ausência de uma adequada avaliação dos impactes cumulativos de múltiplos projetos e para os riscos associados à ocupação excessiva do solo por grandes centrais eólicas e fotovoltaicas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118852	Discordância	Preocupa -me profundamente que não sigam as normas e não tenham em nenhuma consideração a natureza, as localidades, as pessoas e o mundo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118851	Discordância	É necessário investir em energia sustentável, no entanto é crucial respeitar a fauna e a flora da região, o que não é tido em conta nesta situação. O desaparecimento dos animais e plantas presentes nos terrenos que se pretendem usar é trágico, para além do impacto visual e das possíveis consequências climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118850	Discordância	É um atentado ambiental, patrimonial e paisagístico sem interesse para o bem e futuro comuns	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118849	Discordância	Ocupação de solo de forma despropositada.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118848	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fálico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118847	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118845	Discordância	Não faz sentido nenhum!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118844	Discordância	A recusa das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis justifica-se pelos impactos negativos que podem causar nas comunidades rurais. A instalação de grandes projetos pode prejudicar atividades económicas como a agricultura, a pecuária e o turismo, afetando o rendimento e a qualidade de vida das populações. Do ponto de vista ambiental, estas zonas podem provocar perda de biodiversidade, destruição de habitats e alterações significativas da paisagem. A transição energética é essencial, mas deve ser compatível com a proteção da natureza, o respeito pelas comunidades locais e um ordenamento do território equilibrado e sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118843	Discordância	Eu rejeito o programa PSZAER por estas razões: -impacto social: o processo pode vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações afetadas mantenham uma participação efetiva -impacto energético: além da intermitência na sua produção, necessita soluções de armazenamento a custo elevado -impacto ambiental: estás instalações podem provocar a destruição das terras. Podem ter um grande impacto negativo sobre a biodiversidade, a floresta com abates de árvores e qualidade de vida das populações -impacto sobre o turismo: alteração a estética visual dos sítios provocando uma redução drástica do turismo de natureza Solicito por estas razões a revisão do projeto antes da sua aprovação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118842	Discordância	"Energias verdes" que custam a nossa biodiversidade nacional, a nossa Natureza e a nossa saúde, não podem ser consideradas como uma opção!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118841	Discordância	Sou contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118840	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a), Na qualidade de cidadão que conhece bem a realidade dos territórios abrangidos por este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância relativamente à forma como este processo está a ser conduzido e às consequências que poderá ter para as comunidades locais e para o futuro destes territórios. Quero começar por deixar claro que não sou contra as energias renováveis nem contra a necessidade de acelerar a transição energética. Reconheço a importância de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e de investir em fontes de energia mais sustentáveis. No entanto, essa transição não pode acontecer à custa dos territórios rurais, das suas populações, da biodiversidade e da qualidade de vida de quem ali vive e trabalha. Conheço a realidade destes locais porque os frequento, porque conheço as pessoas que neles vivem e porque acompanho a evolução destas paisagens há muitos anos. Sei o valor ambiental, agrícola, florestal, cultural e humano que possuem. São territórios que já enfrentam problemas como a desertificação, o envelhecimento da população, a falta de investimento e a perda de serviços públicos. A instalação massiva de infraestruturas energéticas poderá agravar ainda mais estas dificuldades, transformando profundamente a identidade e a utilização destes espaços. Preocupa-me que o conceito de "zona de aceleração" possa significar uma redução do rigor na avaliação dos impactos ambientais e sociais ou uma menor capacidade das populações participarem efetivamente nas decisões que afetam diretamente o seu futuro. A rapidez dos processos administrativos nunca deve prevalecer sobre a qualidade da análise, a transparência e o direito das comunidades a serem ouvidas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118839	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118838	Discordância	Não queremos vender a nossa energia e a nossa natureza. É nossa e devemos ser nós portugueses a protegê-la e a usufruir del.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118837	Discordância	MOV. CÍVICO GARDUNHA SUL Contributo para a Consulta Pública_PSZAER MOVIMENTO CÍVICO GARDUNHA SUL Contributo para a Consulta Pública Resposta à Consulta Pública sobre o Projeto de Programa Setorial para Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Apresentado por: Movimento Cívico Gardunha Sul, enquanto estrutura de participação cívica de cidadãos residentes na União de Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco. 1. Introdução e Enquadramento O Movimento Cívico Gardunha Sul vem, através do presente documento, apresentar o seu contributo à	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
118836	Discordância	Enorme impacto negativo na biodiversidade, habitats e fauna e qualidade de vida das populações	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118835	Discordância	Não concordo! Considero uma ideia muito má, para com o país inteiro.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
118834	Discordância	Tendo em consideração que já existem tantas plataformas e construções onde se pode praticar todas estas "energias renováveis", que ainda para mais não são efectivas e sustentáveis.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118833	Reclamação	vivo na Maia e conheço esta realidade. Preocupa-me a forma como o bem estar das pessoas são atropelados pelos interesses particulares de algumas pessoas. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118832	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Consulta Pública do PSZAER; Venho por este meio, na qualidade de cidadão e interessado legítimo, apresentar reclamação formal e oposição inequívoca ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da implantação de energias Renováveis (PSZAER). A urgência da transição energética não pode servir de pretexto para desmantelar o regime jurídico de proteção ambiental. A dispensa de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) e de procedimentos de consulta pública para projetos nestas zonas constitui um retrocesso democrático e um atentado ecológico sem precedentes, cujos impactos negativos se estruturam e fundamentam nos seguintes termos: 1. Violação dos Princípios Ambientais e Destruição da Natureza: - Cegueira Científica: A eliminação da avaliação de impacte prévia impede a identificação de vulnerabilidades biofísicas, transformando a instalação de centrais em intervenções cegas no território. - Destruição de Ecossistemas: A terraplenagem e a impermeabilização de solos para instalação de milhares de painéis fotovoltaicos destroem irreversivelmente a coberto vegetal nativo e os habitats locais. - Perturbação Crítica da Fauna: A colocação de aerogeradores e linhas de transporte de alta tensão sem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
118831	Discordância	Precisamos de flora!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118830	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da sociedade que diz ser um dos seus objetivos; Por estas e outras razões o PSZAER deve ser revisto e reformulado, assegurando: A integração de explorações energéticas locais, próximas aos centros de consumo e construídas sobretudo em zonas artificilizadas, onde os impactos negativos serão menores; Disponibilização de toda a informação necessária para a participação informada dos cidadãos, desde dados georreferenciados em formato interoperável, estudos que comprovem os impactos afirmados pelo programa acerca da hibridização; A permanência de ferramentas de participação pública e de proteção ambiental como a Análise de Impacto Ambiental; Eu apoio a transição energética, mas discorda veementemente do modelo PSZAER devido aos riscos para as regiões do interior, sobretudo Castelo Branco e Beira Baixa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118829	Discordância	Uma transição sustentável deve ser construída com os territórios, e não imposta a estes, respeitando os limites ecológicos e sociais e garantindo a participação decisiva das comunidades. Eu quero discordar com os planos de criar um projeto solar nestes locais rurais quando há tantas lugares que se pode fazer estes projetos sem destruir a natureza. Por exemplo, por cima de zonas industriais, por cima de parques de estacionamento, e várias outras lugares que pode beneficiar de sombra. Mas a destruir natureza não é energia verde!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118828	Discordância	Sou contra a desvalorização do nosso património natural	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Discordo deste programa, que considero que vai no sentido oposto ao que deveria ser uma transição energética, que, sendo urgente, não deve atropelar o património ambiental e social que foi conseguido nas últimas décadas.	
118827	Discordância	Esta proposta de pré-aprovação de áreas tem como resultado mais provável a concentração da produção de energia, não só em pontos únicos de injeção na rede, mas também com menos operadores. Mega-projetos de geração de energia, que serão os maiores beneficiários destas zonas, não são de todo desejáveis do ponto de vista social, económico e ambiental, pelo que não devem ser criadas condições para a sua implementação.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		Devem, na minha opinião, ser privilegiadas soluções locais, de pequena escala e assentes na capacitação dos cidadãos e comunidades locais para promoverem a sua própria autonomia energética e eficiência no consumo. Isto tem a consequência positiva de reduzir a pressão sobre o consumo da rede nacional, e aumenta a sua resiliência devido à variedade de unidades com capacidade de injeção de energia que ficam assim interligadas.	
118826	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Precisamos é de reflorestação com urgência. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118825	Concordância	https://participa.pt/contents/consultationdocument/Emer%202030%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Zonas%20de%20Acelera%C3%A7%C3%A3o.pdf	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118824	Discordância	Pronúncia no Âmbito da Discussão Pública - Mogadouro	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118823	Discordância	Totalmente em desacordo com as necessidades ambientais, visto que a reflorestação está prioritária a esta energia "verde" criminosa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118822	Discordância	Existem muitos locais onde colocar os painéis solares Sem que haja necessidade de alterar a paisagem e a biodiversidade do país, além de que a floresta, se bem planeada com árvores autóctones e resistentes ao fogo, são uma mais valia para a captação de dióxido de carbono e libertação de vapor de água para além de arrefecerem os solos. Para além de outros benefícios. A desflorestação leva inevitavelmente à aridez e transformação do país num deserto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118821	Discordância	A transição energética não deve traduzir-se em alterações com impactos ambientais "permanentes e irreversíveis".	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118820	Discordância	Não á implementação de painéis solares Com a implantação desenfreada de "Energias Renováveis" temos contribuído para a destruição dos ecossistemas. Portugal precisa urgentemente de fazer uma gestão séria do território. Um gestão preocupada realmente com os ecossistemas, fortalece-los, regenera-los de forma a reforçar o combate às alterações climáticas que deixaram de ser uma fantasia. O nosso território, a natureza, o nosso bem estar, não pode ser só um negócio disfarçado de boas práticas ambientais. Já todos sabemos o desfecho. "Governo autorizou em dois meses o abate de mais de 9000 sobreiros e azinheiras" - estão sempre protegidos até ao dia que o lucro de alguns fala mais alto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118819	Discordância		Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118818	Discordância	Participação na Consulta Pública – Projeto da Central Fotovoltaica da Beira Venho, no âmbito da presente consulta pública, apresentar as seguintes observações relativamente ao projeto. Reconheço a importância da produção de energia renovável para a concretização das metas nacionais de descarbonização e de segurança energética. Contudo, considero que estes objetivos devem ser compatibilizados com a proteção dos recursos naturais, da atividade agrícola e da qualidade de vida das populações locais. 1. Solicito uma avaliação rigorosa dos impactes cumulativos resultantes da coexistência de vários projetos fotovoltaicos e respetivas linhas elétricas na Beira Baixa, uma vez que a análise isolada de cada projeto pode subestimar os efeitos reais sobre o território. 2. Considero essencial demonstrar que foram efetivamente analisadas alternativas de localização, privilegiando áreas industriais degradadas, antigas pedreiras, parques de estacionamento, coberturas de edifícios e terrenos de menor aptidão agrícola, antes da ocupação de solos com potencial produtivo. 3. Solicito esclarecimentos sobre a área de solos agrícolas e, quando aplicável, da Reserva Agrícola Nacional afetada, bem como sobre os efeitos previsíveis para a agricultura e a pecuária locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
			As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118817	Discordância	Venho deste modo dizer não à aceleração da implantação de projectos de painéis solares em larga escala, sem estudos de impacto ambiental, que visa o lucro sem olhar para o bem estar das populações locais, quer de pessoas, quer de animais e plantas; visando a destruição de habitats, e de terrenos agrícolas e de floresta.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118816	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118815	Discordância	Acho um absurdo o que estão a fazer com a nossa natureza!! Abater árvores para “plantar” painéis!! Isto é um crime à nossa natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118814	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118813	Discordância	Não acho que seja uma aposta para benéfica para nós.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118811	Discordância	Não podia discordar mais deste projecto, mesmo sabendo que se consome mais energia. Esta matéria não deveria ser apenas aprovada a nível centralizado pois cada região tem as suas características específicas e únicas. Os munícipios não têm nem recursos financeiros nem técnicos para efetuarem uma correta análise prévia do licenciamento. Os prazos são ridículos para projectos desta natureza e sem licenciamento específico por parte da APA. Em termos de riscos de Impactes cumulativos e biofísicos temos logo à partida, alteração gigante da Paisagem e do Solo: O relatório preliminar assume explicitamente que os impactes na biodiversidade, paisagem e património cultural são diretamente proporcionais à dimensão dos projetos (p. 20). As ZAER promovem megacentrais centralizadas que descaracterizam e fragmentam o território rural (pp. 20, 43). Em termos de Pressão Territorial Concentrada, o mesmo relatório preliminar indica que as propostas de projetos com Título de Reserva de Capacidade (TRC) e capacidade de receção na rede estão predominantemente localizadas em áreas sensíveis (pp. 36-37), o que põe em risco ecossistemas vulneráveis. As nossas paisagens que são o nosso património, estão completamente desprotegidas e à mercê destes interesses! O relatório também evoca a Falta de Conhecimento Científico nestas matérias, pois o diagnóstico feito, aponta uma lacuna crítica: há uma "falta de conhecimento sobre os impactes ambientais dos projetos existentes, incluindo mega centrais" (p. 37). Sou contra os seguintes aspectos e a falta de clarificação dos mesmos, pois poderá comprometer as nossas gerações futuras, devido a: 1- Aceleração dos licenciamentos, sem uma monitorização prévia é uma violação do princípio da precaução, que estes projectos têm à partida. Os municípios não tem recursos financeiros ou técnicos para fazerem um rápido e eficiente licenciamento destes projetos e serão muitas vezes, assoberbados e aliciados com vários tipos de pressão, inclusive, financeira destas entidades; 2 - Isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - Ausência de AIA: O grande objetivo do PSZAER é a criação de um "licenciamento ágil e simplificado" na ausência de procedimentos de AIA para projetos dentro das zonas delimitadas (pp. 16, 24). A eliminação da AIA retira aos cidadãos e técnicos o direito de analisar caso a caso, os impactes locais específicos de cada central (pp. 16, 20)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118809	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A proposta atual define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e limites vinculativos concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garantem que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respectivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupo-me que o processo possa vir a licenciamentos sem garantir que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendendo que qualquer planejamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetivadas nas fases posteriores de concretização; – que sejam alterados os critérios de exclusão relativos às “áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão; – que os corredores ecológicos dos Programas Regionais de Ordenamento	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118808	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Palmela, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118807	Discordância	Penso que o caminho é o oposto: é apoiar a transição LOCAL, com os residentes. Apoiar a construção de caldeiras comunitárias nos centros urbanos (que todas as vilas têm). Apoiar a instalação de sistemas de aquecimento de água solar. Apoiar a transição, nunca somente transitar para o ELETRICO, mas sim, criar sistemas alternativos e redundantes, aproveitando o calor do sol, a força da água dos rios (água doce!), reabilitar moinhos de água. Acessibilidade ciclável entre vilas! Tanta coisa para fazer COM as populações locais... basta OUVIR!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118806	Discordância	Lamento que a governança seja constituída por pessoas sem noção que o território já tem habitantes. Sou completamente contra esta aceleração que tem tudo para dar errado e contribuir sim para a aceleração da degradação da paisagem e da biodiversidade de cada região, não podemos aceitar que o objetivo green washing da transição energética seja concretizado através de soluções uniformes, desenhadas a partir de uma visão centralista que ignora as especificidades dos territórios do interior. A paisagem, a floresta, a biodiversidade e os recursos naturais são ativos estratégicos que sustentam a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento económico local. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se respeitar e valorizar cada território e não com um carta branca para a sua destruição.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118805	Discordância	Utilizar uma zona florestal para desmatar e colocar painéis solares ou ventoinha eólicas não é de todo proteger o nosso ambiente	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
118804	Discordância	Discordo!	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118803	Discordância	Discordo completamente. Destruição da flora e, consequemente, da fauna, bem como efeitos secundários para a saúde! Destruction of Habitats: The project requires removing mature trees and established hedgerows, destroying nesting sites and vital food sources for local birds and insects . Disruption of Wildlife Corridor. Erecting miles of security fencing isolates local animal populations and permanently blocks natural migratory and foraging routes . Risk to Protected Species:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118802	Discordância	Construction and operational noise/lighting threaten sensitive local wildlife, including bats, badgers, and ground-nesting birds Loss of Biodiversity: Replacing a thriving natural ecosystem with an industrial layout contradicts national planning policies that require developments to protect and enhance nature. Also changes the once beautiful landscape into an ugly horrible looking one. Months of continuous heavy traffic, reversing alarms, and machinery will create constant noise and air pollution, severely lowering the quality of life for nearby residents. Structural Damage to Infrastructure: Local, minor roads are not designed for sustained heavy axle loads. The massive glare and glint from thousands of solar panels can blind oncoming drivers on local roads and distract pilots if you live near an airfield or flight path.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118801	Discordância	Falta clarividência e transparência	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118800	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações. No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem já um longo historial de contributo para o interesse nacional em termos de energias renováveis. A Barragem da Aguieira, instalada há mais de quatro décadas, ocupa uma área significativa do território municipal e desempenha funções essenciais para o país, nomeadamente na produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias. Contudo, os benefícios económicos diretos desta infraestrutura para a população local têm sido reduzidos. Considero, por isso, que não é aceitável que o concelho continue a assumir novos encargos territoriais de dimensão nacional sem uma avaliação rigorosa dos impactos e sem mecanismos claros de compensação e retorno para a comunidade. Considero igualmente preocupante que a classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assente essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo devidamente o verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico, económico e social desses territórios. Muitas destas áreas asseguram importantes serviços dos ecossistemas, contribuem para a conservação da biodiversidade, suportam atividades económicas locais e desempenham funções fundamentais na gestão da paisagem e na prevenção dos incêndios rurais. A ausência de determinadas condicionantes legais não significa que estes territórios não tenham valor ou que a sua ocupação não produza impactos relevantes. Entendo que a ocupação do solo agrícola e florestal para grandes projetos renováveis apenas deverá ocorrer	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118799	Discordância	Os cidadãos têm de perceber que ou se levantam, ou "não terão nada e serão felizes", tal como previsto para a concretização de uma agenda genocida. Como se pode acreditar q abater árvores, ESSENCIAL à VIDA, e substitui-las por painéis, visa defender o ambiente?????? NÃO PODE VALER TUDO!!!! Eu diga NÃO, NÃO, NÃO, NÃO!!!!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118798	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Para toda a região. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação. Precisamos é de reflorestação com urgência. Obrigada	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118797	Discordância	Alteração da paisagem com consequências dramáticas e irreversíveis para fauna e flora do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118796	Discordância	Exmo Senhor Presidente da EMER 30 Enquanto cidadão, residente em Évora, venho manifestar a minha profunda discordância. Considero que esta Consulta Pública deve ser suspensa e partilho da análise apresentada pela plataforma cívica Juntos pelo Divor - Paisagem e Património.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118795	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118794	Discordância	Assunto: Parecer de Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã, venho por este meio manifestar a minha firme oposição aos moldes em que é apresentado o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em consulta pública. Embora reconheça a urgência da transição energética e da descarbonização da economia, este objetivo não pode ser alcançado a qualquer custo, nomeadamente através do sacrifício do nosso património natural, paisagístico e agrícola. A minha oposição baseia-se nos seguintes pontos críticos: 1. Ameaça à Biodiversidade e Simplificação Ambiental Inaceitável A criação de "Zonas de Aceleração" pressupõe uma simplificação ou isenção de Avaliações de Impacte Ambiental (AIA) rigorosas. Acelerar processos burocráticos não pode significar atropelar a proteção de ecossistemas sensíveis. A implantação massiva de infraestruturas (como os mega-parques solares ou eólicos) causa danos irreversíveis aos solos, à flora e à fauna local. A transição climática não pode ser feita à custa da destruição da biodiversidade. 2. Conflito no Uso dos Solos e Ameaça à Agricultura	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118793	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão nacional do concelho de Barrancos, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118792	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118791	Discordância	Exmos. Senhores, Venho por este meio manifestar Parecer Desfavorável e apresentar Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente formulada. Regista-se que o presente processo de consulta pública se configura como uma mera formalidade procedimental, na medida em que a generalidade da população não se encontra informada, nem sobre o teor desta medida, nem sobre a possibilidade de nela intervir e manifestar posição. Assinala-se igualmente a preocupação decorrente dos riscos apontados por entidades técnicas, designadamente a eventual monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e as sobreposições com áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos situados nestas zonas não deverá ser aprovado sem que existam garantias efetivas de que a delimitação final resulta de um exercício rigoroso de planeamento territorial, e não de decisões diferidas para a fase de licenciamento de cada projeto.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118790	Discordância	Considera-se ainda pertinente ponderar a adoção de estruturas sociais e económicas mais democráticas na Oponho-me a que o território seja utilizado desta forma. Os parques solares devem estar dispersos e devem ser limitados no seu tamanho. Oponho-me a que os cidadãos e as autarquias não sejam consultadas e não tenham escrutínio sobre implantações de dimensão relevante.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118789	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118788	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) suscita serias preocupações, pelas seguintes razões: 1. Insuficiente proteção dos valores ambientais A definição de zonas preferenciais para a instalação de projetos de energias renováveis pode aumentar significativamente a pressão sobre ecossistemas, habitats e espécies protegidas, potenciando impactos cumulativos que não são adequadamente avaliados e que podem ser irreversíveis. 2. Elevados impactos na paisagem e no património A concentração de parques eólicos, centrais fotovoltaicas e infraestruturas associadas poderá provocar uma degradação significativa da paisagem, afetar o património natural e cultural e comprometer atividades económicas como o turismo e a agricultura. 3. Desvalorização do ordenamento do território e da autonomia local O PSZAER reduz a capacidade dos municípios para definirem o modelo de desenvolvimento dos seus territórios, enfraquecendo o papel do planeamento territorial e limitando a participação das comunidades locais em decisões com fortes consequências ambientais, económicas e sociais. 4. Risco de sobrecarga do território A concentração de múltiplos projetos nas mesmas áreas poderá gerar impactos significativos sobre os recursos naturais, a biodiversidade, os recursos hídricos e a qualidade de vida das populações, sem uma avaliação integrada dos seus efeitos. Conclusão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118787	Discordância	É lamentável que terrenos florestais e agrícolas sejam transformados em autênticos desertos de painéis solares que contribuem para a desertificação dos solos e redução da biodiversidade em geral. Também a energia eólica não é uma opção ecológica trazendo problemas graves e devidamente comprovados seja para as populações humanas seja para os animais e aves selvagens, e ,como tal, estas supostas energias verdes de verde não têm nada e apenas servem para enriquecer algumas empresas. Sou absolutamente contra a "plantação" em série deste tipo de artefactos que desfiguram a paisagem, levam à desertificação dos solos e ao empobrecimento biológico em geral. Precisamos de árvores e de uma adequada gestão florestal, precisamos de uma agricultura sustentável e da organização dos solos de modo à sua exploração ser económicamente viável. Não precisamos da implantação selvagem de equipamentos que trazem mais-valias a meia dúzia de tubarões da economia e nada acrescentam nem para as populações nem para o ambiente. Coloquem os painéis solares nos telhados das habitações, dos edifícios publicos, da indústria, etc, não em terrenos agrícolas ou florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118786	Discordância	Não concordo com a implementação de energias renováveis em terrenos privados que tenham valor cultural e potencial para aproveitamento de quem habita nessas localidades. Penso que todo o projeto de implementação de energias renováveis, seja em que zona/localidade for, deve ser sempre discutido com os locais e com quem tenha interesse nas mesmas. Mas principalmente com os locais, que valorizam os seus terrenos e as suas propriedades.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118785	Discordância	Não autorizo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118784	Discordância	NÃO, não concordo com este tapete de painéis solares que pretendem semear por esse Portugal fora A destruição da nossa floresta é o preço a pagar pelas energias renováveis.??? Não. Não à destruição total de milhares de hectares de Natureza! E tudo isto disfarçado e usado como "energias verdes e renováveis".	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118783	Discordância	Revoltante. Abaixo o capitalismo verde que segue servindo interesses privados e enterrando o presente e futuro das novas gerações. Num momento que o planeta aquece e arde inteiro, paremos de destruir a Terra e decidamos com consciência para a proteger! Painéis solares sim, nos telhados !	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exmos. Senhores.	Obrigada pela sua participação.
118782	Geral	Serve o presente para submeter a participação do Município de Odemira. Com os melhores cumprimentos.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
118781	Discordância	Deve ser revisto Discordamos do plano conforme está elaborado. Ainda que saibamos que a nossa freguesia não é das mais afectadas, mas todo o território todo vai sofrer com o impacto ambiental a todos os níveis.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118780	Discordância	Mais importante do que que estarmos a acautelar esta situação era haver investimento para a reflorestação de toda a região. Segue em anexo o documento Termo de subscrição ao parecer do Município do Fundão.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
118778	Discordância	Não às megacentrais de energias renováveis	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação.
118777	Reclamação	Falta transparência no processo. Como é que não é possível consultar ou saber de antemão quais as zonas onde o impacto será real? A quem é que interessa esta opacidade? Como é que os agentes locais não são consultados? Revejam todo o processo, é obrogatório que seja mais claro.	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118776	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadão / cidadã) do concelho de XXX, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Têm que clicar no link da publicação, e no site, terão que escolher a opção que indica que se opõem, deixar um texto com os motivos da escolha e podem depois fazer seguir. Deixo aqui um texto de exemplo, onde devem alterar e colocar os vossos dados pessoais: Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão, venho por este meio apresentar o meu parecer e consequente discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos fundamentais: Impacto na Biodiversidade e Paisagem: A delimitação de zonas de aceleração, especialmente a prevista para a zona de , não salvaguarda adequadamente os valores ambientais, a conservação da natureza e o património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis.Defesa dos Solos e Agricultura: A conversão de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal em "mares de painéis" compromete a coesão territorial, o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar.Falta de Avaliação Local e Saúde Pública: A implementação de mega-projetos energéticos nestas áreas levanta preocupações sérias ao nível da saúde pública (ruído, campos eletromagnéticos) e da qualidade de vida das populações residentes.Violação do Princípio da Proporcionalidade: A meta de descarbonização deve pautar-se por critérios rigorosos de "baixo conflito". Considero que a proposta atual peca por excesso de área afeta e falta de ponderação face à capacidade real de receção do território. Pelo exposto, solicito a reavaliação e a exclusão das áreas geográficas supramencionadas das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, exigindo-se um estudo aprofundado que harmonize a transição energética com a proteção efetiva do território e das comunidades locais. Melhores cumprimentos	
118775	Discordância		Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118774	Discordância	Sou totalmente contra este projeto, temos o dever de a natureza proteger e manter, criar áreas florestais mais vastas, reservas naturais, mais estudo, sensibilização das povoações, proteção não destruir o pouco que nos resta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118773	Discordância	Protejam o ambiente nacional.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118772	Discordância	Discordo totalmente que se possam instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada, e onde poderão ser licenciados sem Avaliação de Impacte Ambiental. Isto é um crime contra a natureza.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118771	Discordância	Esta forma de "energia renovável" é falsa e pouco "verde" tendo em conta a forma como é construída e aplicada. Este tipo de estruturas é pior para o clima, para os ecossistemas e para a sociedade. Um sistema descentralizado seria mais resiliente e sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118770	Sugestão	O PSZAER pode até ser apresentado como um instrumento de aceleração da transição energética, mas não pode servir de atalho para impor projetos sem o devido respeito pelo território, pelas populações e pelos ecossistemas. A pressa em instalar energias renováveis não pode justificar a ocupação indiscriminada de solos rurais, a destruição de paisagens de elevado valor ambiental ou a desconsideração pelos impactos cumulativos sobre a biodiversidade e a qualidade de vida das comunidades locais. É essencial que a transição energética seja feita com planeamento, transparência e participação pública efetiva. Definir “zonas de aceleração” sem uma avaliação rigorosa dos efeitos ambientais, sociais e paisagísticos pode transformar uma solução necessária numa nova forma de pressão sobre os territórios mais vulneráveis. A energia renovável é indispensável, mas não deve ser promovida à custa da degradação do património natural e da exclusão das populações afetadas das decisões que lhes dizem respeito. A verdadeira sustentabilidade exige equilíbrio: sim à energia limpa, mas com critérios exigentes, justiça territorial e respeito pelas pessoas e pelo ambiente. Sem isso, o PSZAER corre o risco de repetir erros antigos sob uma nova linguagem verde. A produção solar deve ser prioritariamente promovida em zonas urbanas, através da instalação em telhados e coberturas, em áreas industriais já artificializadas e ao longo de infraestruturas existentes, como linhas ferroviárias e autoestradas. Deste modo, aproveitam-se espaços já ocupados e reduz-se a pressão sobre solos rurais, paisagens sensíveis e territórios ecologicamente mais vulneráveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118769	Discordância	É horroroso o que se pretende destruir para fazer de co tá que vai-se salvar o mundo e o clima cumprindo uma agenda verde que não faz sentido, que se pinta de verde mas destrói os ecosistemas, a biodiversidad e não c Quer contemplar alternativas e nem se quer fazer estudos e comparativas com lugares onde há este tipo de energias verdes e tentasse compreender que não é sustentável para nada, né ajuda a população nem a natureza.. não diminui custos das energias.... só destrói tudo a volta, por muitas borboletas e abelhas e ovelhas feitas em IA ponham nos anúncios promocionais deste tipo de projetos....	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118768	Discordância	Nao concordo com a instalação de centrais fotovoltaicas em areas consideradas agricolas agricolas, ou que impliquem a destruiçao da floresta, nomeadamente as manchas de sobreiros.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118767	Discordância	Uma consulta pública em plena época de férias! Que inteligente! E pior ainda, um ciclo legislativo em pleno Agosto! Ou seja, municipios sem se poder pronunciar de forma compreensiva, e deputados de férias para minimizar a oposição. Um processo democraticamente duvidoso para começar. Como afirmo no documento em anexo, a premissa de centralizar a proposta de implementação de energias renov´aveis é boa, no entanto, a acelaração não justifica os contornos à lei que se pretendem fazer e MUITO MENOS, colocar as zonas rurais enquanto zonas de sacrificio para zonas urbanas, tratarem as comunidades rurais (e aqui incluo os seus membros mais-do-que-humanos) como um monolito. Existem microclimas, sitios de biodiversidade nos quais não há energia nenhuma - nem renovável nem por renovar - que se possa repor após a sua destruição. Após incêndios, com as alterações climáticas, querem que a nossa paisagem não regenere e seja simplesmente um recurso para o extrativismo energético que beneficia maioritariamente as cidades litorais? NÃO!!!!! Se as cidades litorais precisam de mais energia, então será nos seus arredores que as unidades de produção e os seus paineis tem de ficar. Modos de vida que não precisam de tanta energia, não podem ser sacrificados por modos de vida que precisam dela. Precisamos das paisagens que arderam que voltem ao seu esplendor natural para combater a seca. Portugal é um pais já em seca. Precisamos de mais árvores nativas, não de paineis solares que só irão causar mais erosão do solo, mais perda de biodiversidade. Não sou contra a centralização, mas não pode ser feita à custa da destruição de quase 7% do território português, tem de ser pensada de forma a fornecer quem precisa de tal energia, e não prejudicando modos de vida que contribuiem eles próprios para a mitigação das alterações climáticas. A artificialização da paisagem só irá acelarar o aumento de temperaturas, que contribuirá para o aumento da seca, que contribuirá para recursos hidricos falharem. É uma bola de neve inaceitável do ponto de vista de quem acha que criar energias renovaveis é uma solução para as alterações climáticas, ou seja, a forma como estão a querer desenrolar este projeto é em si mesmo contraproducente para os seus objetivos finais, o de combater as alterações climáticas ao diminuir o uso de combustiveis fosseis. O espaço natural NÃO pode ser comprometido para salvar o espaço natural: não veêm a enorme, evidente e óbvia contradição!?!?!?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118766	Discordância	Apesar de entender e saber da importância da transição energética e descarbonização energética, este projecto levanta questões e afecta seriamente as populações residentes a nível socioeconómico e de saúde tanto pública como individual. Além disso o impacto ecológico a nível local e nacional vê-se igualmente comprometido de forma potencialmente irreversível.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118765	Discordância	A transição energética é essencial, mas não deve comprometer a paisagem, a biodiversidade, a agricultura, a saúde e a qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118764	Discordância	Sou contra as mega centrais solares e as linhas de muito alta tensão associadas, pois estas não trarão quaisquer benefícios à população local; pelo contrário, os residentes dos concelhos abrangidos apenas serão prejudicados. Considero inaceitável a destruição de solos agrícolas e de paisagens protegidas, quando existem opções para a instalação de painéis fotovoltaicos que não implicam esta catástrofe para os ecossistemas, para a economia local e para o património histórico e natural, como, por exemplo, a sua colocação em zonas industriais, degradadas ou artificializadas. A produção de energia verde não pode implicar a perda da integridade ecológica. A desmatação em larga escala de espécies autóctones e a morte de milhares de aves não são admissíveis. O risco de aumento das temperaturas em zonas onde estas já são incomportáveis durante os meses de verão não é, de todo, um sacrifício razoável para as populações, que não beneficiam de forma alguma com o projeto. O bem-estar físico e psicológico das pessoas que habitam estas terras deve sobrepor-se aos interesses do grande capital. A energia renovável deve ser produzida em modelos descentralizados e não em mega centrais, que não beneficiam as comunidades envolventes e apenas acarretam perdas irreversíveis de solo, biodiversidade e paisagem. Finalizo com a repreensão da atroz falta de transparência deste projeto, que dificulta intencionalmente a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118763	Discordância	Discordo completamente a implementação de energias renováveis solares, devido ao forte impacto ambiental para estas regiões florestais. É necessário rever e optar por zonas ja industrializadas, aproveitamento de telhados e semelhantes estruturas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118762	Discordância	Perigoso para áreas protegidas que são o principal local de escolha para novos campos de painéis solares. Atentado ao nosso património natural e à saúde publica. Há opções mais fiáveis que não estão a ser postas em causa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118761	Discordância	As energias renováveis não o são, destroem ecossistemas e nada melhora a nível energético ou financeiro para os habitantes da região, se as grandes corporações precisam de energia que destruam as suas casas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118760	Discordância	Necessidade de conservar a verdadeira riqueza do interior- a sua riqueza natural.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118759	Discordância	Discordo com a implementação pszaer	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118758	Discordância	Destruir a natureza é destruir o futuro de todos os nossos filhos... tudo por lucro a curto prazo. Por favor, parem com a destruição das únicas coisas que realmente têm valor: a Mãe Terra, a sua água, as suas árvores, os seus alimentos, o seu ar… e toda a biodiversidade da qual dependemos para sobreviver e prosperar. Quem beneficia destes parques solares e eólicos? São as populações locais e a vida selvagem que sofrem nas mãos de políticos corruptos e de acionistas. Não podemos continuar a aceitar esta máscara "verde".	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118757	Discordância	não há energias verdes se forem à custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem natural e identitária de Portugal	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118756	Discordância	Exmos. Senhores, No âmbito da consulta pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho, pelo presente, manifestar a minha discordância em relação à proposta apresentada. O PSZAER prevê criar Zonas de Aceleração para Energias Renováveis numa área muito extensa do interior do país, muito para além do que é necessário para responder às necessidades energéticas nacionais. O programa irá permitir transformar a paisagem, ocupar solos naturais e agrícolas e decidir sem ouvir devidamente as populações envolvidas e directamente afectadas. Muitas destas zonas incluem áreas com elevado valor ambiental, agrícola e paisagístico, reduzindo a protecção que a Avaliação de Impacte Ambiental confere. Solicito que este programa seja revisto, garantindo que todos os projectos no âmbito das energias renováveis – estejam ou não localizados numa ZAER –, sejam sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental e à participação activa das comunidades envolvidas/afectadas. A prioridade deve ser a instalação destas infraestruturas em locais já artificializados, como telhados, zonas industriais, parques de estacionamento, evitando a ocupação desnecessária e danosa de espaços naturais e agrícolas. A transição energética é fundamental, mas não pode ser concretizada desta forma, à custa da	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118755	Discordância	Senhores, Senhoras, Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. O respeito pela nossa natureza e pelo nosso planeta deve ser uma prioridade em toda a Europa, incluindo Portugal, e é necessário aproveitar as oportunidades para utilizar áreas já pavimentadas (parques de estacionamento, telhados e paredes de edifícios industriais, telhados de casas, (auto-)estradas,...) para a produção de energias renováveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. Mais: Violação do princípio "Causador-Pagador": Atualmente, os promotores privados ficam com os lucros da venda de energia, enquanto os custos de reforço da rede e estabilização do sistema são socializados por toda a comunidade; o plano deveria obrigar os projetos a suportar os custos que impõem à rede. Falta de benefícios reais para as comunidades: O modelo privilegia grandes projetos centralizados que	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118754	Discordância	Considero inadmissível a execução deste projecto porque não se trata de energia renováveis mas de destruição de habitat	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118753	Discordância	Não concorde	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118751	Discordância	Ex.mos Senhores, Venho por este meio manifestar a minha discordância desta proposta, que considero ser lesiva da biodiversidade e do bem estar das populações. A cobertura de grande parte do território nacional por painéis solares e torres eólicas lesa necessariamente os ecossistemas e o bem estar das populações. Acrescento que é notória a vontade dos responsáveis deste projecto em estender ao m´áximo a área passível de ocupação por painéis solares e torres eólicas, ilustrada, por exemplo, pela alteração dos critérios de exclusão, nomeadamente a "alteração dos 500m de buffer na orla de zonas húmidas para 50m para ficar em linha com o Domínio Público Hídrico", a "alteração no limiar de declive considerado (era 20% e passou a ser 25%)", o "ajuste na consideração das áreas submetidas a Regime Florestal e Outras Áreas (REFLOA), incluindo as zonas de intervenção florestal (ZIF), passando a considerar-se apenas as áreas submetidas a regime florestal - total", assim como a remoção de zonas ocupadas por pinheiro-bravo, vinhas, pomares e olivais como critérios de exclusão. Estas alterações aos critérios de exclusão vão, também, impactar negativamente os ecossistemas e as actividades agrícolas tradicionais. Não se percebe por que razão em vez de se querer ocupar o território de forma lesiva dos ecossistemas não se fomenta mais outras medidas como, por exemplo, a cobertura de valas de irrigação com painéis solares, a cobertura parcial de outros corpos de água artificiais como as albufeiras de barragens (como se fez na barragem do Alqueva) e a cobertura generalizada de edifícios e outras infraestruturas. A transição energética não se pode fazer à custa dos ecossistemas. É possível a concretização desta transição (que tem de acontecer, mas que, infelizmente, está a ser promovida pela comunidade europeia em detrimento da salvaguarda necessária do meio ambiente motivada, na realidade, por questões económico-políticas) sem destruir os ecossistemas, cuja preservação é um imperativo moral. Também não faz sentido destruir o que se quer proteger.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118750	Discordância	Tiago Matos Um crime ambiental Portugal, tem neste momento centrais fotovoltaicas que produzem 1/5 de todas as energias renováveis, num País que tem uma capacidade de produção de energia hídrica, muito elevada .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118749	Sugestão	Deveriam ser seguidos os exemplos da Barragem do Alto Rabagão e do Alqueva, onde foram instalados painéis solares flutuantes e não as aberrações qua as Câmaras Municipais estão a permitir construir, será que haverá interesses ocultos nesses licenciamentos ? perguntar não ofende. Em suma, como colaborador da EDP, entendo que os projectos, que já referi com painéis flutuantes nas Barragens, são os mais adequados, por forma a não destruirmos o nosso território em termos paisagísticos e ambientais, o governo que anda a dormir, tem que intervir rapidamente e colocar cobro nos projectos licenciados pelas Câmaras.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118748	Sugestão	Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Defendemos a proteção da natureza e as energias renováveis. Vivemos com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e tentamos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um carro é um meio de transporte útil; mas milhões de carros concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. Não se trata de ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim de encontrar uma dimensão e uma localização que sejam compatíveis com a proteção das pessoas, dos animais, da paisagem e da natureza. Neste projeto, estão previstas, no total, 18 turbinas eólicas no concelho de Odemira. Na literatura científica, são descritos potenciais impactos relacionados com o ruído, o infrasom, a projeção de sombras, as alterações paisagísticas e a qualidade de vida da população que vive nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118747	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho por este meio manifestar a minha total oposição ao PSZAER. A artificialização de vastas áreas florestais e agrícolas terá consequências devastadoras para o nosso território, património natural e populações. 1. Impactos Climáticos e Hidrológicos Devastadores A destruição do coberto vegetal em grande escala comprometerá gravemente o equilíbrio ambiental: No Inverno: Reduzirá a infiltração de água no solo, agravando as cheias e impedindo a recarga dos aquíferos. No Verão: A perda de floresta e de humidade do solo resultará em temperaturas ainda mais extremas e secas severas. Impacto Social: O avanço da desertificação ameaçará a subsistência das populações locais, forçando a sua migração. 2. Dimensão Desproporcional (18 vezes superior ao necessário)	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118746	Discordância	Não estou de acordo emî vez contra esta lei pois á vida das pessoas et da nossa flora e fauna é mais importante para a vida e o bem estar de todos pois isto é tudo um problema de dinheiro porque isto vai tudo a ir para o estrangeiro e Portugal ficar a sofrer pois eu estou de accordo que cada país faça para ter a sua própria energia e não que seja Portugal a ser destruído para o bens dos outros mais uma vez vivo não a paneis sólares e eolicos pensem na vida dos ser humanos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118745	Discordância	Completamente em desacordo! I urge the decision-makers to exclude the Serra da Gardunha and Beira Baixa from the PSZAER zones. This stunning region is home to a variety of threatened species, including the black vulture, imperial eagle, and the Iberian lynx. Constructing large-scale solar and wind power projects would not only destroy essential wildlife habitats but also disrupt delicate ecosystems that are vital for these species' survival.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118744	Discordância	Furthermore, the visual impact of extensive solar panels would mar the breathtaking landscape we hold dear, replacing natural beauty with unsightly panes of glass. Additionally, these projects risk the loss of fertile farmland, thereby endangering our cherished cherry orchards, olive groves, and pastures that sustain local agriculture. Lastly, health concerns associated with heavy metals and glare near residential areas must not be overlooked. I respectfully request the exclusion of Serra da Gardunha and Beira Baixa from these acceleration zones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118742	Discordância	Sou uma jovem (na casa dos 20 anos) do Reino Unido. Investi uma quantia considerável nesta bela região deste país encantador, adquirindo um terreno que está a ser alvo de uma "legal" remodelação. Este é um lugar incrível para viver e criar os meus filhos. Pretendo plantar cerejeiras no hectare que possuo e renovar as três propriedades no terreno. É com grande pesar que constato a intenção de destruir esta bela paisagem, incluindo as aldeias vizinhas onde se encontra a minha propriedade, "Monte Leal". Realmente não consigo compreender porque é que existe uma necessidade tão urgente de eliminar a vida selvagem, a comunidade e um meio envolvente tão belo. Os nossos negócios locais estão apenas a começar a prosperar novamente! Novas famílias, novas quintas, novos empreendimentos que serão destruídos. Por favor, considerem utilizar telhados e áreas industriais para gerar energia solar e deixem a bela paisagem rural florescer!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118741	Discordância	Considero as propostas de uma inconsciência e incoerência para com o bem estar e preservação da Natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118740	Discordância	Acho este programa descabido! O que precisamos é de programas de reflorestação. E programas que beneficiem, directamente, as gentes locais (na redução, por exemplo, da fatura da electricidade)!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118739	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição da natureza, da biodiversidade e da qualidade de vida das pessoas. Os painéis deverão ser colocados, maioritariamente, em telhados e estruturas já existem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118738	Discordância	Reconheço a importância da transição energética, da descarbonização e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, é de parecer desfavorável à proposta atualmente em consulta pública, por considerar que a mesma não assegura a adequada proteção do território e dos seus valores naturais, sociais e económicos. A proposta abrange mais de 35 % do território do concelho de Oleiros, incluindo áreas próximas de habitações, captações e infraestruturas de abastecimento público de água, espaços florestais de elevado valor ecológico, património natural e zonas de forte vocação turística. Enquanto cidadão empenhado, oponho-me firmemente à inclusão da Serra da Gardunha e da região da Beira Baixa nas zonas do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118737	Discordância	Esta região é um verdadeiro tesouro natural, com uma paisagem de montanha protegida que merece ser preservada. A instalação de grandes centrais solares e eólicas prejudicaria não só a beleza deste ambiente, mas também a biodiversidade única que nele existe, correndo o risco de perturbar ecossistemas frágeis. Além disso, o impacto sobre os recursos hídricos não pode ser ignorado. A Serra da Gardunha desempenha um papel essencial no abastecimento de água da região, e a degradação desta área poderá comprometer a qualidade e a disponibilidade deste recurso vital. Recuso-me a aceitar que o interior seja tratado como um «território abandonado». Solicito, por isso, que a Serra da Gardunha e a Beira Baixa sejam excluídas das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118734	Discordância	Face a relevância e implicações que o projecto envolve, carece de uma análise muito mais aprofundada e acompanhada de consulta pública. A urgência, é relativa, e não pode ser comparada com precipitação.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118733	Discordância	Torna-se muito difícil analisar com algum rigor o resultado apresentado para as zonas de aceleração de energias renováveis uma vez que o mapeamento apresentado não é minimamente perceptível, apresentando umas manchas esbatidas que não permitem entender a sua correspondência com o território existente. Esta razão seria mais do que suficiente para que esta consulta pública fosse suspensa e anulada até que esta questão essencial fosse devidamente resolvida. De qualquer modo percebemos que esse resultado de mapeamento em manchas esbatidas é um perfeito absurdo, quer pela quantidade de áreas apresentadas, muito superior às áreas apontadas como necessárias para cumprir as metas PNEC 30, quer pelo total desrespeito por áreas de paisagem de elevado valor ambiental e patrimonial como é o caso de vastas áreas do Alentejo e com especial incidência para a zona norte da cidade de Évora, classificada de Património da Humanidade pela Unesco em 1986, em que a sua relação com a envolvente paisagística de inegável valor patrimonial foi factor determinante para a sua classificação. Com efeito o mapeamento proposto para a zona norte de Évora dá incompreensivelmente respaldo às Mega Centrais Fotovoltaicas que se projectam para o local (um milhão e meio de paineis fotovoltaicos em mais de 1700 hectares de território destruído) que a serem implementadas irão provocar danos irreparáveis e irreversíveis sobre a natureza, a biodiversidade, a paisagem, o património, as actividades económicas locais e o bem-estar das populações, desqualificando de forma catastrófica o "setting" na aproximação ao bem classificado como de "VUE - Valor Universal Excepcional". Além das actividades ligadas à agricultura, existem percursos e diversas actividades locais turísticas que são essenciais para a sustentabilidade de um enorme recurso da região que decorre da atratividade da cidade de Évora Património da Humanidade e de toda a sua envolvente paisagística onde o vasto património arqueológico megalítico e a paisagem tradicional ainda convivem de modo único considerando-se o espaço europeu. Com efeito o factor cumulativo das, para já, três mega centrais fotovoltaicas previstas para as freguesias dos Canaviais, Graça do Divor e União de freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde no concelho de Évora e freguesia da Igreijnha no concelho de Arraiolos tornam completamente incompreensível como é que um	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118732	Discordância	Eu não concordo, Os painéis produzem energia limpa, mas não devem ser instalados à custa da destruição da paisagem e dos terrenos agrícolas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118731	Reclamação	Vivo em Aveiro e adoro visitar aldeias pequenas em Portugal. Cheias de natureza selvagem e água para nutrir. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
118730	Discordância	Ocupar o solo com placas fotovoltaicas é destruir todas as funções úteis do solo, quer agrícolas ou florestais e de retenção do carbono. As placas fotovoltaicas impermeabilizam o solo e já provocaram escorrências de água nefastas! Coloquem nos telhados das fábricas, armazéns, estacionamentos, pedreiras abandonadas... no solo nunca!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118729	Discordância	A União das Freguesias de Remondes e Soutelo reconhece a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e a necessidade de Portugal prosseguir os objetivos de descarbonização e de reforço da sua autonomia energética. Todavia, considera que o concelho de Mogadouro já contribui muito para esses objetivos. Bem assim, considera também que estes objetivos devem ser concretizados de forma equilibrada, com respeito pelos princípios da sustentabilidade, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação democrática das comunidades locais. Neste contexto, manifesta a sua discordância relativamente ao modelo proposto para a delimitação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), por entender que a sua definição assenta numa abordagem excessivamente centralizada, sem a participação efetiva dos municípios e das freguesias, que são as entidades que melhor conhecem as especificidades, potencialidades e fragilidades dos respetivos territórios. Esta opção não se mostra conforme com o princípio da subsidiariedade, consagrado no Direito da União Europeia e refletido no ordenamento jurídico português, segundo o qual as decisões públicas devem ser tomadas ao nível administrativo mais próximo das populações sempre que tal seja possível e adequado. A União das Freguesias considera igualmente que a delimitação das ZAER deve atender não apenas aos critérios técnicos de aptidão para a produção de energia, mas também à capacidade de carga territorial, aos impactos cumulativos de projetos já existentes ou licenciados, à proteção da agricultura, da pecuária, da biodiversidade, da paisagem e do património cultural. No caso do concelho de Mogadouro, que já acolhe diversas infraestruturas de produção de energia renovável, torna-se indispensável assegurar uma distribuição territorial mais justa dos encargos associados à transição energética e garantir que as comunidades locais beneficiam efetivamente do valor gerado pelos projetos. Nestes termos, a União das Freguesias de Remondes e Soutelo solicita que a versão final do Programa Setorial seja revista, prevendo a participação obrigatória e efetiva dos municípios e das freguesias na definição e validação das ZAER, bem como a introdução de mecanismos de avaliação da capacidade de carga territorial, de proteção dos valores ambientais e das atividades económicas locais e de compensação justa para os territórios que acolhem estas infraestruturas. Só através de um modelo participado, transparente e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118728	Discordância	Preservam as florestas, tentem tratar as manchas verdes. Beneficia nos mais cuidar do que nos envolve do dizimar o pouco que resta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118727	Discordância	Parecer desfavorável ao PSZAER no que respeita ao concelho de Idanha-a-Nova, apresentado por Hugo Manuel Canitos Rêgo da Silva, Deputado Municipal eleito pelo Partido Chega na Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova. Os fundamentos detalhados constam do documento em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118726	Discordância	A transição energética tem de ser realizada de forma sustentável respeitando as áreas protegidas, garantindo a proteção das áreas naturais e agrícolas. Estão comprovados os malefícios da instalação de painéis fotovoltaicos e eólicas. Abaixo deixamos alguns: Malefícios em terrenos naturais: Perda de habitats: A remoção da vegetação pode destruir habitats de animais e plantas, reduzindo a biodiversidade. Fragmentação dos ecossistemas: Grandes centrais solares podem dividir áreas naturais, dificultando a deslocação da fauna. Alteração da paisagem: A presença de extensas áreas cobertas por painéis modifica significativamente a paisagem natural. Impactos no solo: A construção pode compactar o solo, reduzir a infiltração da água e aumentar o risco de erosão. Malefícios em terrenos agrícolas: Redução da área cultivável: A ocupação do solo por painéis pode diminuir a produção agrícola. Competição pelo uso da terra: A instalação de centrais solares pode aumentar o valor dos terrenos e dificultar o acesso dos agricultores à terra. Alteração da drenagem: A infraestrutura pode modificar o escoamento das águas da chuva. Possível abandono da atividade agrícola: Alguns proprietários podem optar por arrendar os terrenos para produção de energia em vez de manter a atividade agrícola.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118725	Concordância	Deveriam valorizar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118724	Discordância	Exmas. Senhoras e Senhores, Na qualidade de associação sem fins lucrativos que aborda a conservação das biodiversidade e ofícios tradicionais sediada em Trás-os-Montes, a TARABELO opõem-se fortemente a este plano que pretende promover megaprojetos solares e eólicos, com localização e dimensão completamente ILEGÍVEIS e impossíveis de interpretar com base nos documentos fornecidos. O que é certo é que o seu impacto em terrenos agrícolas é definitivo e que a área da Reserva Transfronteiriça da Meseta Ibérica (chancela UNESCO) não é tida em conta, sendo possível a instalação de, pelo menos, projetos eólicos na mesma. Este plano constitui um sério atentado: -à Reserva Transfronteiriça da Meseta Ibérica (chancela UNESCO) cujos limites não são excluídos deste plano; -a outras áreas protegidas ou áreas sensíveis não classificadas, com afastamentos extremamente reduzidos aos projetos planeados; -às áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas e geoparques; -às zonas húmidas sensíveis; -à soberania alimentar e florestal, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos; -aos corredores ecológicos, derivados dos verdadeiros impactos cumulativos de diversos projetos numa região, que destroem a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora; às espécies de flora e fauna prioritárias, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando os sem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente
118723	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que as condições do local não são adequadas para garantir um desempenho eficiente do sistema, devido à existência de sombreamento significativo e à orientação pouco favorável da cobertura. Acresce que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação. Acho que precisamos de mais árvores e não painéis.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118722	Discordância	Oponho-me firmemente à inclusão da Serra da Gardunha nas Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER). A beleza natural desta região é extraordinária, e a construção de grandes instalações solares e eólicas constituiria um verdadeiro atentado visual, desfigurando uma paisagem que merece ser preservada. As vastas superfícies de painéis solares terão um impacto negativo na integridade visual da serra, reduzindo o seu valor para as gerações futuras. Além disso, preocupa-me que o desenvolvimento destes projetos possa também ameaçar espécies locais, como as aves de rapina. É essencial proteger este património natural único. Por isso, solicito que a Serra da Gardunha / Beira Baixa seja excluída das zonas abrangidas pelo PSZAE	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118721	Discordância	Não é admissível dedicar 7% do território português às energias renováveis, à custa da destruição massiva de habitats naturais e floresta, com graves consequências para o ser humano. É necessária uma política de reflorestação e gestão sustentável do território, florestas e até das cidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118720	Discordância	Digo Não a este programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Venho, por este meio, manifestar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a forma como este programa está estruturado pode conduzir a impactos ambientais, sociais e territoriais significativos, sem que estejam plenamente asseguradas as garantias de proteção do património natural, da qualidade de vida das populações e do desenvolvimento sustentável.	Obrigada pela sua participação.
118719	Discordância	Embora reconheça a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa, considero que estes objetivos não devem ser alcançados à custa da degradação de ecossistemas, da artificialização da paisagem ou da diminuição dos direitos das comunidades locais a participar nas decisões que afetam o seu território. O estado paga todos os anos milhares de euros em despesas de saúde, especialmente em despesas de cancro, uma doença bastante incidente no país, não ter noção dos riscos ambientais de e de saúde em algo que está a ser implementado é não só uma irresponsabilidade imensurável, irá inevitavelmente resultar em mais gastos para o utente, a população e para o Estado, reduzindo igualmente a qualidade de vida das populações. Só porque os políticos moram numa redoma em Lisboa, eles não estão imunes a este tipo de implicações, especialmente fatores ambientais. O país é reconhecido mesmo no estrangeiro por ter uma natureza e paisagem virgem absolutamente magnífica, países de capacidade financeira superior como a Suíça, Dinamarca entre outros, reconhecem que a riqueza de um país está também na sua natureza, que se tudo falhar, o solo é algo que poderá salva-los no futuro. Pavimentar o país de painéis solares, não é de facto uma ideia que irá a longo prazo resolver o problema da população, da Europa ou da crise energética, sendo na realidade um penso rápido para um problema muito maior. Poderá ser bom para algumas empresas, mas não será bom para o país. As decisões deste género sobre o país têm de começar a ser tomadas com consciência do impacto a 10-15 anos e não só porque sim a quem dá mais. Exemplo disso é a resposta á questão: o que será feito com os painéis solares ou com as baterias em fim de vida? Se o objetivo é ter energia verde, onde é que está aqui a contingência para a reciclagem, qual o plano para o solo, quando os painéis não forem mais precisos? Além disso o Governo está a par que o lítio não será o minério do futuro? Onde estão as medidas para obrigar empresas estrangeiras a respeitar território nacional? Deixar explorar terrenos a 30 anos, terrenos que muitos deles foram trabalhados pelos bisavós de todos nós? Não parece ser um problema.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118718	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações. No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem já um longo historial de contributo para o interesse nacional em termos de energias renováveis. A Barragem da Aguieira, instalada há mais de quatro décadas, ocupa uma área significativa do território municipal e desempenha funções essenciais para o país, nomeadamente na produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias. Contudo, os benefícios económicos diretos desta infraestrutura para a população local têm sido reduzidos. Considero, por isso, que não é aceitável que o concelho continue a assumir novos encargos territoriais de dimensão nacional sem uma avaliação rigorosa dos impactos e sem mecanismos claros de compensação e retorno para a comunidade. Considero igualmente preocupante que a classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assente essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo devidamente o verdadeiro valor	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118717	Discordância	É uma autêntica vergonha que se permita realizar projetos desta dimensão em pequenas aldeias tranquilas do Alentejo, apenas para beneficiar empresas estrangeiras que só pretendem utilizar essa eletricidade para alimentar os centros de dados de empresas americanas. OPONHO-ME FIRMEMENTE.	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118716	Discordância	Manifesto por esta via a minha total oposição ao PSZAER colocado em consulta publica.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118715	Discordância	Não entendo como se vai ocupar solo para meter painéis. Temos tantos telhados/coberturas bem direcionados livres. Democratizar a produção de energia é urgente. Não se pode permitir a destruição de solos para encher os bolsos de meia dúzia de empresas. Os solos são para floresta e agricultura. Recuperem as florestas. Como é que se destrói sobreiros e outras árvores protegidas, como se destrói a paisagem quando os painéis estão melhores em telhados!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118714	Discordância	Escrevo na qualidade de residente na zona da Serra da Gardunha para manifestar a minha profunda oposição e preocupação com a elegibilidade do nosso território para acolher grandes centrais fotovoltaicas, ao abrigo do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER).Viver na Gardunha significa compreender o valor único desta serra. Apoio a transição energética, mas esta não pode acontecer à custa da destruição do nosso ecossistema e da descaracterização da nossa paisagem. Exijo que o município defenda a exclusão da Serra da Gardunha destas zonas de aceleração	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118713	Discordância	Subscrevo a posição do GPE, que anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118712	Discordância	A solução passa por consumir menos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118711	Discordância	Escrevo na qualidade de munícipe para expressar a minha profunda preocupação com a aplicação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) no nosso concelho. Apoio a transição energética, mas defendo que esta não pode ser feita à custa da destruição do património natural local. Solicito que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal excluam as áreas naturais virgens e protegidas das zonas de aceleração solar, com base nos seguintes pontos:Impacto ecológico: A instalação de mega-centrais exige a limpeza de vegetação nativa, destrói habitats e fragmenta os ecossistemas locais.Riscos para o solo e água: A compactação da terra impede a infiltração da água da chuva. Isto seca os lençóis freáticos e eleva o risco de cheias à superfície.Alternativas urbanas: O município deve canalizar estes projetos exclusivamente para áreas já antropizadas, como telhados de zonas industriais, parques de estacionamento e terrenos degradados.Destruir a natureza para produzir energia limpa é um contrassenso ambiental. Peço que defendam o ordenamento do nosso território e protejam os ecossistemas que já regulam o nosso clima local.Fico a aguardar a vossa tomada de posição sobre este assunto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118710	Discordância	Considero que não são salvaguardados os interesses da população, gerando-se relevantes externalidades negativas quer para o meio ambiente, quer para a população residente, que não são devidamente todas em conta. O processo atual já é de difícil acompanhamento, sendo assim uma má prática, a introdução de mecanismos de aceleração que possam desconsiderar os interesses das comunidades em que estes projetos são implantados, tornando-os menos auditáveis. As comunidades devem ser esclarecidas e ouvidas de forma obrigatória, quer através dos órgãos eleitos, quer através de auscultação pública e eventualmente, referendos municipais ou outros.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), para o Município de Mortágua a propostas engloba uma área total de cerca 51% do território. Questionei o Municipio, fiquei satisfeita por saber que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) emitiu um parecer desfavorável à proposta do PSZAER, e que o Município de Mortágua se pronunciou no âmbito da Consulta Publica, em alinhamento com a posição manifestada pela ANMP à proposta apresentada.	
118709	Discordância	Mas isto não acaba aqui, como sociedade temos de nos manifestar individualmente também. A proposta que está em cima da mesa é para todo País. É importante as pessoas submeterem o seu parecer desfavorável na consulta pública , sendo ou não de Mortágua. Aqui conseguem ver os município afetados: https://geoportal.lneg.pt/mapa/?mapa=AreasCandidatasRenovaveis&utm_source=chatgpt.com&fbclid=IwY2xjawS-zTpleHRuA2FlbQIxMABicmlkETBuNmRvNEgwbFkxaG9KRVEwc3J0YwZhcHBfaWQQMjIyMDM5MTc4ODIwMDg5MgABHlRUilZd6E-mRDl11tO70lLJoP6OgQBSKK1Bd1qwZYaTz1oEw9b1zGfJW8ZM_aem_Z6fvuFXXgS9sVmLIGx_x1w Submetam o vosso parecer desfavorável no Site https://participa.pt/pt/consulta/programa-setorial-das-zonas-de-aceleracao-da-implantacao-de-energias-renovaveis-pszaer , fazem o registo, aprovam o e-mail e submetem um pequeno texto onde colocam os pontos que não concordam.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118708	Discordância	Eliminação de área verde, zonas agrícolas e de lazer. Prejuízo para o turismo local sem contrapartidas económicas nas regiões afetadas. Degradação da vida das populações locais que não beneficiam com estes projetos. Não há a criação de um plano de implementação de painéis solares no telhados, zonas industriais, estacionamentos,...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118707	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118706	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118705	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.o 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118704	Discordância	As centrais fotovoltaicas de grande dimensão ameaçam claramente o nosso meu ambiente e vão levar a uma ainda maior subida de temperaturas nos locais de implementação. Apoio claramente a implementação descentralizada de painéis fotovoltaicos em telhados e fachadas de edifícios, parques de estacionamento e sobre solo já asfaltado e selado. Apoio claramente a criação descentralizada de comunidades de energia renováveis sem fins de lucro e de de utilidade pública.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118703	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacto Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram achadas nem ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de ações de envolvimento e discussão com as comunidades afetadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício. INSTALAÇÃO EXCLUSIVA EM ÁREAS JÁ ARTIFICIALIZADAS Existem dezenas ou mesmo centenas de milhares de hectares de áreas já artificializadas, como parques de estacionamento (onde podem ser instalados painéis que também funcionam também para dar sombra aos carros estacionados) coberturas de edifícios, nomeadamente grandes superfícies comerciais ou naves industriais e outros espaços já artificializados com grandes áreas que permitem a instalação das estruturas de produção elétrica. Devem também ser exploradas outras soluções mais criativas, como já acontece noutros países, como, no caso das fotovoltaicas, o espaço entre faixas (separador central) de autoestradas (Correia do Sul), o espaço entre carris de caminhos de ferro (Suíça) ou outras áreas já artificializadas, onde a instalação das estruturas de produção não tem impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118702	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118701	Reclamação	Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores, Somos visitantes assíduos do concelho de Odemira e temos muitos amigos no sul do Alentejo, uma região conhecida pela sua paisagem única, pela sua tranquilidade e pela sua riqueza natural. Como visitantes habituais do sul do Alentejo, na zona de São Martinho das Amoreiras, diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de manifestar as nossas preocupações e dar o nosso contributo para este processo de consulta pública. Defendemos a proteção da natureza e as energias renováveis. Vivemos com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e tentamos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um carro é um meio de transporte útil; mas milhões de carros concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. Não se trata de ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim de encontrar uma dimensão e uma localização que sejam compatíveis com a proteção das pessoas, dos animais, da paisagem e da natureza. Neste projeto, estão previstas, no total, 18 turbinas eólicas no concelho de Odemira. Na literatura científica, são descritos potenciais impactos relacionados com o ruído, o infrasom, a projeção de sombras, as alterações paisagísticas e a qualidade de vida da população que vive nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e aumentar a produção de energia renovável é algo a ter em conta. No entanto, considero que a transição energética não deve ocorrer à custa da degradação dos ecossistemas naturais que também são essenciais para combater as alterações climáticas.	
118700	Discordância	As florestas desempenham um papel fundamental na transformação do CO2, através da fotosintese. É necessária a conservação da biodiversidade, na proteção dos solos, na regulação do ciclo da água e na redução dos impactos das alterações climáticas. A sua destruição para instalação de infraestruturas energéticas pode comprometer precisamente os objetivos ambientais que se pretendem atingir. Solicito que o Programa dê prioridade absoluta à instalação de projetos em áreas já artificializadas, zonas industriais, pedreiras desativadas, coberturas de edifícios e outros espaços degradados, evitando sempre que possível áreas florestais e habitats naturais. Defendo igualmente que a simplificação do licenciamento não reduza o nível de avaliação ambiental sempre que existam riscos significativos para habitats, corredores ecológicos, espécies protegidas ou recursos hídricos, e que sejam considerados os impactos cumulativos de múltiplos projectos numa mesma região. Uma verdadeira transição energética deve conciliar a produção de energia renovável com a protecção do património natural, assegurando que as soluções para reduzir emissões não conduzem à perda irreversível de biodiversidade nem à degradação dos serviços ecológicos prestados pelas florestas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118699	Discordância	A transição energética não pode passar por devastar habitats.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118698	Discordância	É uma vergonha o que estão a fazer a Portugal greenwash não é evolução é destruição Ponham os transportes públicos grátis, plantem árvores, invistam no país não o destruam	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118697	Discordância	Não à custa de outros recursos que nos são essenciais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118696	Discordância	Caros senhores, Percebo a ideia de um estudo de impacto ambiental global e tenho a certeza de que os técnicos e cientistas fizeram o melhor que puderam dentro do que lhes foi pedido. Percebo também que podemos e devemos recorrer às energias renováveis para garantir uma espécie de autonomia energética. No entanto, não pode valer tudo. O estudo define uma enorme percentagem da área da Zona de Aceleração de Energias Renováveis no centro de Portugal. Nomeadamente na Beira Baixa. Ora, aqui é que me parece tudo muito exagerado, por exemplo, os concelhos de Penamacor e Oleiros têm percentagens de áreas de ZAER superiores a 30%. Como se pode pedir a pessoas que habitem estes territórios que vivam em locais em que mais de um terço da área é ocupada por painéis solares ou torres eólicas (e não estão incluídos projetos com menos de 10 ha)? Podem dizer-me: a ideia não é ocupar todas estas zonas. Pois, acredito, o problema é que podem. Estaríamos no fundo a abdicar de uma soberania que só existe porque o território é ocupado. Podem também dizer-me que estes territórios estão/são muito despovoados e por isso não há problema. Nem vou falar da falta de ordenamento do território, vou apenas dizer que isso também vai ser a sorte de Penamacor ou Oleiros, porque a distância às linhas de média e alta tensão torna mais interessante para os promotores escolherem concelhos como Castelo Branco ou o Fundão (+ de 16% de ZAER). E aqui está o paradoxo desta ZAER: locais para onde há um ligeiro movimento de aumento populacional em busca de qualidade de vida, que traz também maior dinamismo económico e vice-versa, podem ser extraordinariamente penalizados por uma ocupação absurda de ZAER. A qualidade de vida que se procura com o acesso às energias renováveis não pode ser posta em causa por uma procura desenfreada de lucro. Não é ecológica nem aumenta a qualidade de vida. Temos de convencer os promotores a instalarem painéis em telhados, em áreas de menor dimensão e distantes das aldeias e vilas bem mais do que 200 m. Aquilo em que está transformada uma parte significativa do Alentejo não pode ser o modelo de país que pretendemos para o futuro. Energias Renováveis sim, mas sem abdicar do nosso território, da nossa biodiversidade e da nossa qualidade de vida. Já dizia a minha avó: tudo o que é demais faz mal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118695	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Anexo a minha discordância em relação a esta proposta.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118694	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Évora, manifesto a minha profunda preocupação com a forma como as políticas energéticas têm vindo a favorecer, de modo quase exclusivo, grandes projetos solares, muitas vezes com localização e dimensão difíceis de compatibilizar com a salvaguarda do território, da paisagem e do património. Considero, por isso, que o concelho de Évora não deve integrar, tal como está proposto, as Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Anexo documento com o meu comentário detalhado.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118693	Discordância	Completamente contra. Não respeita a biodiversidade, nem a natureza. Contribui para a desertificação. E não produz oxigénio, que é o bem mais essencial. Implementem nos parques de estacionamento e nos edifícios. Contribui em grande escala para o aumento do calor. Além de a paisagem ficar horrível. Não pode valer tudo para os grandes lobbys. Deixem as arvores em paz. Já contribuímos com a Barragem das Aguieira	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118692	Discordância	como moradora do Louriçal do campo sou CONTRA os painéis solares na serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região.	Obrigada pela sua participação.
118691	Discordância	Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118690	Discordância	Plantem é mais árvores!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118689	Discordância	Ver anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118688	Discordância	Estou completamente em desacordo com a implementação de paneis solares no concelho de Mortágua.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118687	Discordância	Venho, por este meio, apresentar a minha reclamação e manifestar a minha total discordância relativamente ao projeto apresentado, por considerar que o mesmo carece de qualquer nexo ao nível da sua estrutura, organização e comunicação, não reunindo os requisitos mínimos de coerência técnica e metodológica exigíveis. O projeto evidencia uma manifesta ausência de uma estrutura viável e fundamentada, dificultando a compreensão dos seus objetivos, da metodologia adotada e da forma como se pretende implementar. A informação apresentada revela-se desorganizada, incompleta e desprovida de uma linha orientadora consistente, comprometendo a sua credibilidade e a sua correta apreciação. Acresce que a comunicação efetuada durante o desenvolvimento do projeto foi claramente insuficiente e inadequada, não tendo sido assegurada a devida transmissão de informação nem o esclarecimento necessário às partes envolvidas. Esta falha demonstra uma preocupante falta de planeamento, coordenação e transparência. É igualmente incompreensível que, dispondo atualmente de instrumentos técnicos e de informação geográfica acessíveis, nomeadamente através da Direção-Geral do Território (DGT), o projeto apresente lacunas desta natureza. Mais ainda quando, em Portugal, e em particular no concelho de Oleiros, são regularmente executados levantamentos perimetrais que cumprem os critérios técnicos e são submetidos e validados através dos balcões BUPi. Esta realidade demonstra que existem meios, procedimentos e conhecimento técnico suficientes para elaborar trabalhos com rigor e qualidade. Perante este contexto, considero que as deficiências verificadas refletem uma evidente falta de profissionalismo, bem como uma insuficiente aplicação dos conhecimentos técnicos e científicos necessários	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118686	Reclamação	O licenciamento de parques eólicos e solares deve seguir estudos de impacto ambiental caso-a-caso. Várias associações ambientais, a APA e o ICNF manifestam a sua preocupação com este PSZAER, como está atualmente proposto. Em alternativa, também devia dar prioridade a soluções descentralizadas e usar áreas já artificializadas. Transição energética: "sim", mas não a qualquer custo.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118685	Discordância	Deixem de destruir o interior de Portugal, a não ser que o vosso plano seja criar o "deserto das energias renováveis portuguesas". As energias renováveis são necessárias, mas não na medida que este plano sugere. Primeiro, instalem-nas nos telhados das cidades e depois "integrem-nas" na paisagem, permitindo que a natureza continue a coexistir neste país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118684	Discordância	Sou muito contra novas instalações tão grandes. É provado que á temperatura média soube com 2-3°. Nos anos secos já não há pastagem, nem feno.. Bruxelas vai dar subsídios para replantar Portugal e o próprio governo autoriza mais uma vez um massacre.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118683	Discordância	Eu não sou perita neste assunto, mas eu sei que não é bom, uma concentração de painéis solares desta dimensão. Vamos virar deserto. Se os Verões estão mais quentes, vão aquecer mais até 3 graus, dizem, mas podem ser mais. Não haverá insectos, não haverá pássaros, não haverá nem grandes nem pequenos animais. tudo morrerá em redor incluindo a flora. Teresa Meira	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118682	Discordância	Deixem de destruir o interior de Portugal, a não ser que o vosso plano seja criar o "deserto das energias renováveis portuguesas". As energias renováveis são necessárias, mas não na medida que este plano sugere. Primeiro, instalem-nas nos telhados das cidades e depois "integrem-nas" na paisagem, permitindo que a natureza continue a coexistir neste país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118681	Discordância	Exmas. Senhoras e Senhores, Na qualidade de cidadã residente em Trás-os-Montes oponho-me fortemente a este plano que pretende promover megaprojetos solares e eólicos, com localização e dimensão completamente ILEGÍVEIS e impossíveis de interpretar com base nos documentos fornecidos. O que é certo é que o seu impacto em terrenos agrícolas é definitivo e que a área da Reserva Transfronteiriça da Meseta Ibérica (chancela UNESCO) não é respeitada, sendo possível a instalação de, pelo menos, projetos eólicos na mesma (do que é possível interpretar ou "adivinhar" nos mapas oferecidos em formato imagem, não acompanhados das respetivas shapefiles como a LEI DETERMINA neste tipo de processos). Se falamos de áreas potenciais, porque é que esta informação não é disponibilizada e assumida, em legenda, como isso mesmo??? Porque temos de esperar pela versão final dos projetos, momento no qual já não nos será permitido opinar sobre o PSZAER ??? Foram criadas distâncias de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis de apenas 50 metros, tona-se possível converter terrenos de elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social em áreas de PSZAER, o plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, mascarando-se a perda de conetividade ecológica com muros que tornam os territórios intransponíveis para a fauna e espécies como peixes de água doce, anfíbios e répteis não caracterizados neste plano, áreas protegidas a apenas 3 a 5 km de distância de segurança destes projetos? Em que Portugal vivemos? Não somos obrigados, como os restantes países europeus, a cumprir diretivas que salvaguardam os recursos hídricos habitats e espécies protegidas? E será possível às populações viverem a apenas 1 km dos parques eólicos, como os sérios riscos dos infrassons para a saúde humana, ou a 200 metros das centrais solares, com os impactos térmicos e a perda de solo fértil que estes conlevam? Como contribuir para o auto-aprovisionamento alimentar de Portugal se eliminamos as áreas cultiváveis?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118680	Discordância	Existem muitas razões para não destruir a natureza e tantas formas de colocar estes equipamentos sem destruir a natureza. Podem fazê-lo no parques de estacionamento, ou nos telhados das casas dos hipermercados, centro comerciais, etc. Destruir o meio ambiente não é uma opção.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118679	Discordância	Isto vai afetar os nossos trilhos, o turismo, a nossa natureza. A nossa Gardunha em primeiro lugar!!!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118678	Discordância	E fundamental que a conservação da natureza e da biodiversidade seja uma prioridade, salvaguardando os habitats da fauna e da flora, preservando as paisagens e minimizando a artificialização do território. É no mínimo irónico que se promovam as energias renováveis sob o argumento de serem uma solução mais ecológica e amiga do ambiente, enquanto, em muitos casos, a sua implementação implica a destruição de extensas áreas de habitats naturais, o abate de árvores, a fragmentação de ecossistemas e a degradação da paisagem, chegando inclusivamente a afetar zonas protegidas e áreas de elevado valor ecológico. Exmos Senhores,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118677	Discordância	Na qualidade de cidadão vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares e eólicos com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Anexo ficheiro com os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Cumprimentos, Pedro Viana	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118676	Discordância	Este projecto apenas mostra que quem faz as nossas leis alem de nao pensar a longo prazo apenas cede aos lobbys seja de investidores seja de acéfalos que gritam as palavras de ordem de quem quer lucrar. Cobrir um pais de paineis solares ou eólicas não vai resolver nada e apenas vai destruir o ambiente. O painel tem um custo (material) de produção que polui e muito, alem da desflorestação, e do transporte do mesmo. E não podemos esquecer a substituição que necessita de ocorrer a cada x anos. Mais baterias. Se realmente o objectivo fosse ajudar as populações pagavam para colocar o painel nos telhados das casas e não andavam a destruir as areas verdes para o fazer. No fim quem perde vão ser as populações com ondas de calor, aluimentos de terras devido e ondas de calor devido a falta de árvores. Está medida é irresponsável.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118674	Discordância	Não concordo com a Implantação de Energias Renováveis, cortar árvores para colocar panéis é uma das maiores aberrações para a natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118673	Discordância	Energias renováveis sim, mas nunca descurando a natureza e a sua recuperação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118672	Discordância	Ich möchte hiermit dringend anmerken, dass die Einbeziehung der Serra da Gardunha in die PSZAER meine tiefe Besorgnis weckt. Diese Region ist nicht nur eine nachhaltige Berglandschaft, sondern auch ein wertvolles Ökosystem, das zahlreichen bedrohten Arten Lebensraum bietet. Der Bau von Großanlagen für Solar- und Windenergie würde die beeindruckende Schönheit der Landschaft zerstören und die empfindlichen Wasserläufe erheblich gefährden. Es fehlt zudem an einer fundierten Umweltverträglichkeitsprüfung, die die erheblichen Auswirkungen auf die Natur und die umliegenden Gemeinden berücksichtigen würde. Daher bitte ich, die Serra da Gardunha und die Beira Baixa aus den Beschleunigungszonen auszuschließen und stattdessen auf alternative Standorte zu setzen, die bereits urbanisiert sind und weniger sensible Umgebungen betreffen.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118671	Discordância	Digo Não à implementação das PSZAER. Portugal deveria era plantar plantas autóctones.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118670	Discordância	Não assegura a adequada proteção do território e dos seus valores naturais, sociais e económicos. Concentração de grandes áreas de implantação suscetíveis de alterar de forma significativa a identidade e o modelo de desenvolvimento do território. São muito poucas as informações disponiveis, seria concordar com algo às cegas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118668	Discordância	PAINEIS NUNCA, NATUREZA EM PRIMEIRO LUGAR	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118665	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente á proposta apresentada no âmbito do PSZAEr, por considerar que a sua implemantação poderá ter impactos negativos na qualidade de vida da população, na paisagem , no ambiente e na valorização das propriedades da zona.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Estou em total desacordo com o Projecto de Programa Sectorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis pela disrupção que vai causar na Beira Baixa.	
118664	Discordância	A concentração de projectos na beira Baixa é desproporcionada em relação ao resto do país, sendo que as consequências serão muito mais graves. De notar: -Perda de solos agrícolas de alta qualidade necessários não só na Beira Baixa mas para todo o país. -Falta de estudo dos impactos cumulativos dos inúmeros projectos em qualquer vertente, sendo certo que haverá uma fragmentação da paisagem, uma redução da conectividade ecológica e uma disrupção da Natureza; - Irá haver grande desvalorização da paisagem que é um factor vital na actividade turística, uma das maiores actividades económicas da região; - Haverá por consequência uma diminuição de atractivos para novos investidores e novos residentes tão necessários na Beira Baixa. - Inexistência de qualquer ganho ou vantagem para os residentes na Beira Baixa dado que os lucros serão para empresas estrangeiras ou para donos de terrenos ausentes. -Fragmentação das comunidades rurais com a modificação do uso tradicional dos solos e das actuais actividades económicas e consequente desvalorização do património imobiliário e da qualidade das paisagens, um garante da sua subsistência. -Falta de zelo pela legislação ambiental europeia e por compromissos assumidos pelo Estado no que toca a corredores ecológicos e áreas importantes para as aves (IBA) a Rede Natura 2000, populações de morcegos e montados de sobreiros e azinho e perigo de fragmentação de habitats. -Alternativas de muito menor impacto para a produção de energia renovável foram ignoradas (desde solos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118663	Discordância	Eu dou um parecer desfavorável à proposta atualmente em consulta pública, por considerar que a mesma não assegura a adequada proteção do território e dos seus valores naturais, sociais e económicos. A proposta ocupa vastas área de território, incluindo áreas próximas de habitações, captações e infraestruturas de abastecimento público de água, espaços florestais de elevado valor ecológico, património natural e zonas de forte vocação turística e zonas fortemente arborizadas. Não pactuo com a morte de árvores e com o desvirtuar da natureza e paisagem para colocação de painéis solares ou torres eólicas, a sua implementação deve ser compatível com a proteção dos recursos naturais, da floresta, da paisagem, do património e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118662	Discordância	Venho expressar a minha discordância com a implementação da PSZAER, eu moro no interior e não quero que sejam destruídas árvores, a paisagem em si para implementar painéis solares, de certeza que existem outras opção mais sustentáveis e menos destruidoras. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118661	Discordância	1. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. 4. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. 5. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais. É com total indignação que me revolto com o que estão a querer fazer com o nosso território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
118660	Discordância	Discordo totalmente com este programa completamente inútil para o País e para a população. Peçam aos países do Norte da Europa, que o governo tanto apregoa para atirar areia para os olhos do povo, que cortem a sua floresta para implementar energias renováveis e vão ver a resposta! Não concordo com a destruição do meio ambiente e das árvores autóctones para implantação de milhares de painéis solares que o único objetivo é beneficiar empresas ligadas á rede eléctrica e em contrapartida beneficia pouco muito a população local.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
118659	Discordância	E acima de tudo , com a falta de espaços florestais devido aos incêndios em Portugal este projeto irá destruir mais as florestas . Precisamos de ficar conscientes que está atitude destrutiva só irá prejudicar e não ajudar .	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118658	Discordância	A prioridade para a instalação de paneis foto-voltaicos deveria ser nas cidades, no topo das construções já edificadas e para consumo nos próprios edifícios. Não faz sentido estar a inutilizar solos, prejudicando gravemente a paisagem e a biodiversidade e no fim do dia todos nós, quando temos grandes superfícies urbanas não aproveitadas. Não devemos optar pela visão a curto prazo que vai trazer nefastas consequências no futuro. Apesar do resumo mencionar este facto penso que não é explorado e acautelado tanto quanto deveria. Penso ainda que deve ser dada prioridade a políticas de incentivo ao transporte público, plantação de árvores para captação de C02 e redução da temperatura das cidades e políticas de sensibilização da população para o consumo sustentável de bens e de IA que já é uma consumidora brutal de energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118657	Discordância	Primeiro acho que estamos a ficar com parques solares a mais ainda por cima está a desbastar áreas verdes em deterimento de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118656	Discordância	Não é preciso deflorestar para produzir energia limpa. Em Espanha já se cobrem áreas agrícolas com painéis solares elevados. Os resultados, diz-se, sãomoromissores. Os painéis fornecem sombra a colheitas sensíveis ao calor. Em Portugal, o ISA fez estudos nesse sentido com painéis a protegerem vinhas. Muito útil para os calores que estão para vir. Nas cidades, os painéis podem cobrir parques de estacionamento, facultando sombra em dias de calor. Há tantas alternativas....	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118655	Discordância	A descarbonizacao não pode ser feita a custa da desflorestação As arvores são os maiores absorvedores de gases de efeito estufa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118654	Discordância	Defendo uma transição energética justa, equilibrada e construída com os territórios, e não imposta sobre eles, considero que a expansão das energias renováveis não pode ser feita à custa da saúde pública, da soberania alimentar, da economia rural, da paisagem e da coesão social. O território não é um espaço vazio — é um bem comum, alerto para o risco de a Beira Baixa ser transformada "numa plataforma industrial de produção energética", com a instalação de grandes centrais solares e linhas de muito alta tensão em áreas agrícolas e florestais. Porque é que não é aproveitado apenas os topos do edificado e promover comunidades de energia nas cidades de forma à produção energética estar mais perto dos locais de consumo?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118653	Reclamação	Deverá ser imposta a obrigatoriedade da haver um estudo de impacto ecológico completo para estas temáticas. A principal prioridade da nossa geração deverá ser a transição energética, no entanto isso não deve comprometer a seriedade e transparência do processo. A realização de novos projetos não deve pôr em causa a qualidade de vida das populações, nem pôr em causa a existência de ecossistemas já existentes nessas zonas. Um estudo de impacto ambiental deverá ter em conta todos os projetos já existentes numa região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118652	Discordância	É absolutamente inadmissível transformar montado, zonas de elevado valor de equilíbrio ecológica em áreas fotovoltaica, aumentando as ilhas de calor e reduzir as áreas não transformadas pelo ser humano. Na presença de tanta alternativa tais como os taludes das autoestradas, os canais de rega da EDIA, a ferrovia, zonas indústrias com pavilhões de tetos planas etc etc etc. Não há um argumento válido para este tipo de infraestrutura nestas condições na presença de tanta alternativa!	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118651	Discordância	Não há energias verdes se isso levar a destruição da paisagem natural, natureza e biodiversidade Destruir a natureza, ecosistema irrepetível, para promover a transição energética sem medir o verdadeiro impacto ambiental deste absurdo ou considerar as comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118650	Discordância	Porquê nestes locais e não nas coberturas dos edificado nas cidades onde há maior consumo? Obviamente, não faz qualquer sentido.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118649	Concordância	Estou de acordo que a terra é de quem a habita e trazer este tipo de energia não beneficia quem lá vive. Ameaça territórios de valor paisagístico e abate milhares de árvores	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118648	Discordância	Sobrepõe se aos planos municipais e ignoram plano de ordenamento estratégico Aumento da temperatura num país como o nosso que já sofre as alterações climáticas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118647	Discordância	As zonas de aceleração necessitam de sol e nós precisamos da sombra e das árvores autóctones, não dos painéis.. Por cada painel, há que plantar uma árvores. Planeamento a olhar para o futuro.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118646	Discordância	Não poderá ser aprovado nenhum projeto com a indicação de que são energias "renováveis" se estas não respeitam a biodiversidade da região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118645	Discordância	Viajo anualmente para o Alentejo em busca de autenticidade e sossego. No entanto, este megaprojeto é pura exploração. A Galp está a destruir a paisagem única do Alentejo, uma das últimas áreas naturais intactas da Europa. A comunidade local não beneficia de forma alguma da eletricidade produzida, que é diretamente desviada para o porto de Sines. Ali, a Galp irá transformá-la em 'hidrogénio verde' comercial para a sua própria refinaria e para exportação para a indústria pesada no Norte da Europa. Enquanto a Galp vai faturar pelo menos 550 milhões de euros ao longo de 25 anos com isto – apoiada por milhões de subsídios da UE –, Odemira recebe apenas uma esmola única de menos de 0,4% desse valor. Isto é colonização comercial. O Alentejo precisa de cooperativas de energia locais e de pequena escala, seguindo o exemplo da Coopérnico, onde os lucros e a energia permanecem na região sob gestão própria. Eleitos políticos do povo: por favor, protejam as paisagens únicas do Alentejo e votem contra este megaprojeto comercial. Every year, I travel to the Alentejo in search of authenticity and tranquility. However, this megaproject is pure exploitation. Galp is destroying the unique landscape of the Alentejo, one of Europe's last pristine natural areas. The local community does not benefit in any way from the electricity generated, which is diverted directly to the port of Sines. There, Galp turns it into commercial 'green hydrogen' for its own refinery and for export to heavy industry in Northern Europe. While Galp will earn at least €550 million over 25 years from this – backed by millions in EU subsidies –, Odemira receives only a one-time pittance of less than 0.4% of those proceeds. This is commercial colonization. The Alentejo needs small-scale local energy cooperatives like Coopérnico, where profits and power remain in the region under local management. Elected political representatives of the people: please protect the unique landscapes of the Alentejo and vote against this commercial megaproject.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118644	Discordância	W.D.M. vander Heiiden Sou contra a ocupação de território natural ou agrícola, para a instalação de equipamentos de energias renováveis, principalmente quando estes põem em causa uma série de espécies animais e zonas que deviam ser protegidas, afectando fortemente os ecossistemas e a paisagem. Já que o Estado (e os governos) não quer(em) saber das vidas das pessoas no interior do país, pelo menos não tentem também destruir a paz, a calma, o silêncio e a natureza que aí devem ser preservadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118643	Sugestão	Pese embora haver benefícios para a generalidade dos consumidores, localizados em áreas litorais e urbanas, a produção de energia e a passagem da mesma para os núcleos populacionais referidos contribui para a diminuição da qualidade de vida das populações rurais em particular e dos ecossistemas ao nível da flora e da fauna. Efetivamente, o PSZAER condiciona produtividades nos terrenos [muito para além dos eucaliptais], constrange a fixação de animais [aves...] e eventualmente promove condições para a proliferação de problemas sanitários. Concluindo, os mega centros populacionais e o tecido empresarial alocado aos projetos têm benefícios, enquanto os territórios de particulares e dos municípios a montante estarão cada vez mais numa equação de sustentabilidade ambiental e económica menos equitativa. Municípios como o de Vale de Cambra, pouco ou nada têm recebido ao nível das compensações devidas e plasmadas no Decreto-Lei n.º 18/2024, de 2 de fevereiro, e na Portaria n.º 155/2026/1, de 9 de abril.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118642	Discordância	Vem por este meio apresentar-se formalmente a oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), com base nos impactos irreversíveis que o mesmo acarreta para a ecologia, para a biodiversidade e para a sustentabilidade económica do país. A transição energética é um objetivo premente e incontestável. Contudo, uma verdadeira transição ecológica não pode ser feita à custa da destruição do património natural. A aceleração do licenciamento de infraestruturas de energias renováveis em áreas de elevado valor ecológico gera um contrassenso ambiental e económico que deve ser corrigido. 1. Impactos Ecológicos Irreversíveis na Fauna, Flora e Solo A delimitação de "zonas de aceleração" em territórios com sensibilidade ambiental representa uma ameaça direta aos ecossistemas locais: Desflorestação e perda de vegetação autóctone: A instalação em larga escala destas infraestruturas implica o abate maciço de árvores e a desramação intensiva de coberto vegetal autóctone, destruindo habitats que demoraram décadas ou séculos a estabilizar. Degradação das cadeias tróficas: A supressão da flora nativa afeta de forma drástica as populações de insetos polinizadores — a base da sobrevivência de inúmeras espécies de aves, anfíbios, répteis e pequenos mamíferos. A perda de polinizadores compromete também a regeneração natural dos solos e a resiliência agrícola envolvente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118641	Discordância	Exmos Senhores, Em nome da Campo Aberto - associação de defesa do ambiente, sediada no concelho do Porto, venho por este meio manifestar a nossa grande preocupação com a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares e eólicos com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Junto documento com os nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. Cumprimentos, Pedro Viana Presidente da Direção da Campo Aberto	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118640	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118639	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores Não faz sentido nenhum. Será mais uma negociata para alguns e prejudicar mais uma vez o ambiente local	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118638	Discordância	É fundamental que a conservação da natureza e da biodiversidade seja uma prioridade, salvaguardando os habitats da fauna e da flora, preservando as paisagens e minimizando a artificialização do território. É no mínimo irónico que se promovam as energias renováveis sob o argumento de serem uma solução mais ecológica e amiga do ambiente, enquanto, em muitos casos, a sua implementação implica a destruição de extensas áreas de habitats naturais, o abate de árvores, a fragmentação de ecossistemas e a degradação da paisagem natural. Sou pastora na região do Fundão, se começarem a ocupar tantas terras com mega projetos não vou ter onde pastar os meus animais, já para não falar no que vai ser das terras que ficam perto destas zonas onde também vai ser impossível ter pasto em condições para os animais devido ao calor que se vai fazer sentir nas zonas envolventes! E não venham com essa história das ovelhas debaixo dos painéis pois só quem anda aqui no verão sabe como se sentem as temperatura muitas vezes acima de 40º!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118637	Discordância	Com menos árvores e com painéis vai ficar impossível e aí o que faço? tenho as ovelhas fechadas o verão inteiro (e muitas vezes parte da primavera e do outono) alimentadas a ração? O que vai ser de quem vive nesta zona com o impacto que estas manchas negras gigantes vão provocar, ainda por cima com menos arvores e vegetação? Estamos perante uma crise climática muito grave, a cada ano notamos aqui a dureza do verão a aumentar, plantar árvores que sobrevivam os primeiros verões é cada vez mais difícil! Então vamos colocar os painéis e toda a indústria onde não precisamos cortar árvores nem desmatar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118636	Discordância	A proposta exclui estudos de impacto ambiental, que deverão ser analisados caso a caso para as zonas de implementação. A proposta atual - não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região - não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, - não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, **cuja recuperação está a ser trabalhada há anos com fundos europeus** (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118635	Discordância	Discordo da proposta na sua forma atual. A transição energética é essencial, mas não deve ser feita à custa da destruição de ecossistemas, solos agrícolas e áreas naturais de elevado valor. É indispensável avaliar os impactos cumulativos de múltiplos projetos, proteger corredores ecológicos utilizados pela fauna, incluindo espécies ameaçadas, e dar prioridade à instalação de energias renováveis em edifícios, parques industriais, áreas degradadas e outras zonas já artificializadas antes de ocupar território natural. Defendo também uma participação pública efetiva e transparente ao longo de todo o processo de decisão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118634	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118633	Discordância	Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores O impacto e a invasão destas propostas na população local serão enormes. Não queremos parques solares por todo o lado, a arruinar as nossas belas paisagens e a paz no centro de Portugal. Onde os parques solares forem necessários, devem estar concentrados em grandes áreas específicas – e não espalhados por regiões inteiras – e não devem onerar a população local.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118632	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118631	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Sou residente em São Martinho das Amoreiras, no concelho de Odemira, e escrevo no âmbito desta consulta pública para partilhar a minha perspetiva sobre esta proposta. Apoio plenamente a transição para as energias renováveis e reconheço a sua importância no combate às alterações climáticas. No entanto, acredito que esta transição deve ser conduzida de forma responsável, transparente e com uma participação efetiva das comunidades diretamente afetadas. Preocupa-me que instrumentos como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER) possam reduzir o tempo ou o alcance da análise ambiental e da participação pública. Projetos desta dimensão devem ser avaliados caso a caso, tendo em conta as características ecológicas, sociais e paisagísticas de cada território, garantindo que todas as alternativas razoáveis sejam devidamente consideradas. O projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para esta região, ilustra bem esta preocupação. A instalação de aerogeradores de grande dimensão numa paisagem de elevado valor natural e próximo de habitações poderá ter impactos relevantes na biodiversidade, na paisagem, na qualidade de vida das populações e na economia local. Estes efeitos justificam uma avaliação independente, rigorosa e transparente antes de qualquer decisão definitiva. Como residente em São Martinho das Amoreiras, considero igualmente essencial que as comunidades locais possam participar de forma significativa nas decisões que afetarão o seu futuro e que quaisquer benefícios	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118630	Discordância	Destruir a paisagem natural nunca é a solução para supostamente beneficiar o ambiente. O interior já tem carência de muitas coisas, não faz sentido destruir paisagens e recursos naturais que são uma das maiores riquezas do interior em termos económicos. Os paineis solares, principalmente, farão ainda pior , sendo que existem várias situações em que já se provou que eles não são benéficos chegando a ser perigosos. Havendo ainda várias soluções para implementar painéis solares sem ser em espaços rurais/florestais, como por exemplo em edificados ou nos espelhos de água.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118628	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos em anexo para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118627	Discordância	A construção de infaestruturas para as Energias Renováveis, estão a ocupar e a prejudicar muitas áreas que afetam os ecossistemas existentes	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118626	Discordância	Discordo deste projecto pelo seu impacto a nível ecológico indo destruir zonas rurais e árvores prejudicando quem vive nessas zonas e pelo seu impacto socioeconómico de quem vive da terra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118625	Discordância	Simplesmente porque não. A chamada energia verde tem um impacto negro que não a torna nada verde, apenas interesseira. A sociedade tem muito que aprender.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118624	Discordância	A minha participação incide sobre a área do território do concelho do Crato, onde resido, e foca-se em temáticas: paisagem e património histórico. Relativamente à paisagem, como é visível nos mapas anexos, fazendo uma sobreposição, ainda que de forma grosseira, da área considerada como zona com aptidão para instalação infraestruturas para produção de energia solar, verifica-se que essa zona incide em grande parte sobre ´áreas de montado de azinho (sobretudo), sobro e carvalho negral, dependendo das cotas. Sendo estas áreas dos melhores exemplos da exploração agrícola e pecuária em perfeita simbiose com a natureza, com vasta presença de espécies vegetais legalmente protegidas (caso do sobreiro e da azinheira) e reconhecidamente importantes reservatórios de biodiversidade e da típica paisagem mediterrânica, não deveriam ser salvaguardados, sendo excluídas das zonas identificadas no PSZAER? Relativamente ao património histórico e arqueológico, no Concelho do Crato estão identificadas mais de 70 antas (https://pcip.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=5cb4735d7d7743a39a16d7269a753a4a), além de outros testemunhos históricos, como sepulturas antropomórficas (https://www.google.com/maps/d/u/1/edit?mid=1KUxu_1J9coD2xVuS3q-RLnOCIk94VcE&ll=39.42297870491276%2C-7.6796448353470055&z=15), muitas localizadas nas zonas elegíveis do PSZAER, não deveria haver umas maior salvaguarda deste locais? Sei que foram identificadas zonas de exclusão, mas, conhecendo o território onde vivo, creio que deveriam ser mais abrangentes, devendo ser revistos os critérios usados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118623	Discordância	Vergonhoso ver propostas como estas serem lançadas como se fossem em nome da ecologia. É corrupção a olho nu e destruição do nosso território em nome do lucro privado. Discordo totalmente com esta proposta, como qualquer ser humano com dois dedos de testa. É claramente mais uma proposta lançada para queimar dinheiro público, destruir território nacional e desviar fundos para bolsos privados.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118622	Discordância	Exmos Senhores, Ana Alexandra Roçadas Araújo, na qualidade de cidadã, vem por este meio manifestar grande preocupação com a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão francamente exageradas, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. Mais acrescenta que assim lhe parece ser o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Em anexo, segue documento com argumentos considerados válidos para rejeitar integralmente o plano em apreço.	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118620	Discordância	Há outras formas de rentabilizar as energias renováveis! Não vamos transformar a nossa paisagem num espelho de vidro!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118619	Discordância	NÃO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118618	Discordância	Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha discordância em relação à atual proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos: 1. Falta de articulação local: A definição destas Zonas de Aceleração parece não ter em consideração o ordenamento do território municipal, as populações residentes e as especificidades ambientais e patrimoniais locais. 2. Impacto negativo: A imposição de infraestruturas sem salvaguardas adequadas compromete o desenvolvimento sustentável das regiões afetadas e desvaloriza o território. 3. Necessidade de revisão: A transição energética é um objetivo comum, mas não pode ser feita à custa da qualidade de vida e dos recursos naturais das comunidades locais. O documento deve ser revisto e articulado diretamente com os municípios e a sociedade civil. Nestes termos, solicito a reavaliação da proposta do PSZAER, garantindo o equilíbrio entre os objetivos energéticos e a preservação do território. Com os melhores cumprimentos, Veronique Pipa	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118617	Discordância	Enquanto cidadão interessado na matéria, acredito que deveriam ser tidos em conta os seguintes pontos: -Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. -Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos. -Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. -Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. -Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. -Prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia - e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural. A prevalência de capitais estrangeiros neste tipo de operações é também flagrante, sem qualquer tipo de respeito e relação pelas comunidades onde tem sido implementados. Cada operação deveria ser sujeita a consulta da população local, como aliás, ja acontece noutros países Europeus.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118616	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118615	Discordância	O Município de Mogadouro submete a presente consulta pública o documento de participação institucional, que foi aprovado por unanimidade em reunião do órgão Executivo, sendo a respetiva certidão integrada no ficheiro enviado. O Município de Mogadouro solicita que as observações, fundamentos e propostas constantes da presente exposição sejam devidamente ponderados e incorporados na versão final do Programa, assegurando que a política nacional de energias renováveis se desenvolve com respeito pelos princípios da sustentabilidade, da coesão territorial, da proporcionalidade, da participação e da justiça Inter territorial. Só deste modo será possível garantir uma transição energética verdadeiramente sustentável, socialmente legítima e capaz de gerar valor duradouro para as comunidades que acolhem e suportam as infraestruturas de produção de energia. As propostas apresentadas pelo Município de Mogadouro assentam em cinco eixos estratégicos: 1. Equilíbrio territorial, assegurando que a produção nacional de energia renovável não se concentra excessivamente nos mesmos territórios. 2. Proteção dos recursos locais, preservando a agricultura, a pecuária, o turismo, a paisagem, a biodiversidade e o património cultural. 3. Reforço da autonomia municipal, garantindo uma participação efetiva dos municípios na delimitação, licenciamento, monitorização e revisão das ZAER. 4. Partilha justa dos benefícios da transição energética, através da criação de mecanismos permanentes de compensação financeira, benefícios diretos para as populações e valorização das economias locais. 5. Melhoria da governação e da transparência, mediante indicadores objetivos, monitorização contínua, revisão periódica das ZAER e disponibilização pública de informação geográfica e ambiental. Na perspetiva do Município de Mogadouro, a incorporação destas propostas permitirá transformar o PSZAER num instrumento de planeamento mais robusto, equilibrado e conforme com os princípios da sustentabilidade, da coesão territorial, da autonomia local e da justiça interterritorial, assegurando que a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118614	Discordância	Precisamos de pasto, precisamos de árvores, precisamos de terrenos para cultivo de cereais e feno, precisamos de agricultura para que os portugueses possam comer alimentos de qualidade. Por isso não podemos transformar terrenos com todos estes potenciais em industria de energia, é necessário encontrar zonas que não tenham estes potenciais. E mais, aqui na beira interior as temperaturas já são extremas nos nossos longos verões, tirar árvores e colocar painéis solares vai tornar impossível viver aqui.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118613	Discordância	Venho, na qualidade de munícipe de Oleiros, manifestar a minha discordância com a proposta de PSZAER, subscrevendo e reforçando o parecer desfavorável já emitido pelo Município. Não questiono aqui a necessidade da transição energética, mas o modo como esta proposta distribui o seu esforço no território. A proposta abrange mais de 35% do concelho de Oleiros, inserido numa região (o Pinhal do Centro) identificada no próprio Relatório Temático de Ordenamento e Economia do Território como a que concentra a grande maioria das zonas mapeadas a nível nacional. Isto contraria o objetivo de "equilibrada distribuição geográfica" enunciado na própria Proposta de PSZAER. As diretrizes de integração paisagística previstas (limite de 25 ha por área contínua, compartimentação vegetal) mitigam o impacto de projetos isolados, mas não o efeito cumulativo de múltiplos projetos numa paisagem serrana de vales estreitos e visibilidade recíproca elevada. Falta um limite máximo de ocupação por concelho ou unidade de paisagem. Falta também um critério de exclusão para valor paisagístico não classificado mas territorialmente estruturante (pinhais, lameiros, socalcos seculares, aldeias serranas) que constitui a base da identidade e do potencial turístico de Oleiros, mas que, por não ter estatuto de proteção formal, fica desprotegido perante a proposta. Antes de se avançar sobre solo rústico florestal e agrícola, deveriam ser esgotadas as alternativas de autoconsumo, comunidades de energia e produção descentralizada em áreas já artificializadas, que o próprio PSZAER reconhece como prioritárias, mas ainda sem incentivos concretizados. Solicito, por isso: redução significativa da área de ZAER em Oleiros; exclusão das áreas de maior sensibilidade paisagística e vocação turística; validação cartográfica à escala municipal; limite máximo de ocupação territorial; priorização efetiva da produção descentralizada; e organização de debates públicos informados sobre o impacto concreto deste programa na vida dos munícipes. Por fim, alerto para o risco de precipitação. A urgência da transição energética não deve confundir-se com a urgência de decidir depressa. Já há, na Europa, precedentes de projetos revertidos por tribunais devido a avaliações de impacto insuficientes, como o parque eólico de Bernagues (Hérault, França), desmontado em 2023 após causar a morte de mais de mil aves e morcegos, incluindo águias reais. Decisões tomadas sob	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118611	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, venho apresentar a minha oposição ao Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que este não assegura um equilíbrio adequado entre os objetivos da transição energética, a proteção dos recursos naturais, a preservação da biodiversidade, a valorização do território e o bem-estar das populações locais. Reconheço a importância da descarbonização da economia e da expansão das energias renováveis para o cumprimento das metas nacionais e europeias em matéria de clima e energia. Contudo, a urgência da transição energética não pode justificar a adoção de soluções suscetíveis de comprometer, de forma irreversível, o património natural, agrícola, florestal e paisagístico do país, incluindo o do concelho de Mortágua. Entendo que o PSZAER não garante uma compatibilização adequada entre os objetivos de produção de energia renovável e a salvaguarda dos valores ambientais, agrícolas, florestais, paisagísticos e sociais dos territórios abrangidos. Neste contexto, solicito a rejeição da proposta apresentada e a sua revisão profunda, através da adoção de critérios de proteção ambiental mais exigentes, de uma efetiva salvaguarda dos recursos naturais e da biodiversidade, da valorização dos territórios rurais e da definição de uma estratégia que privilegie modelos de produção energética distribuída e de proximidade. A transição energética é necessária e urgente, mas deve ser conduzida de forma justa, equilibrada e sustentável, assegurando que os custos ambientais, sociais e territoriais não recaem de forma desproporcionada sobre as comunidades rurais e os territórios que contribuem para a concretização desses objetivos nacionais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118609	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão, venho por este meio apresentar o meu parecer e consequente discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos fundamentais: Impacto na Biodiversidade e Paisagem: A delimitação de zonas de aceleração, especialmente as previstas para todo o pais (Pinhal do Centro Beira Alta, Beira Litoral, Ribatejo, Beira Interior, Estremadura - Oeste, Área Metropolitana do Porto, Alentejo Central, Maciço Central, Entre Douro e Minho, Terras do Sado, Alto Alentejo, Maciços Calcários da Estremadura , Baixo Alentejo, Serras do Algarve e do Litoral Alentejano, Trás-os-Montes, Montes entre Larouco e Marão, Ribatejo; Área Metropolitana de Lisboa - Norte, Área Metropolitana de Lisboa - Norte, Área Metropolitana de Lisboa - Sul, Douro, Área Metropolitana do Porto + Douro, Algarve), não salvaguardando adequadamente os valores ambientais, a conservação da natureza e o património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis. Defesa dos Solos e Agricultura: A conversão de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal em "mares de painéis" compromete a coesão territorial, o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar. Falta de Avaliação Local e Saúde Pública: A implementação de mega-projetos energéticos nestas áreas levanta preocupações sérias ao nível da saúde pública (ruído, campos eletromagnéticos) e da qualidade de vida das populações residentes.Violação do Princípio da Proporcionalidade: A meta de descarbonização deve pautar-se por critérios rigorosos de "baixo conflito". Considero que a proposta atual peca por excesso de área afeta e falta de ponderação face à capacidade real de receção do território. Pelo exposto, solicito a reavaliação e a exclusão das áreas geográficas supramencionadas das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, exigindo-se um estudo aprofundado que harmonize a transição energética com a proteção efetiva do território e das comunidades locais. Com os melhores cumprimentos,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118607	Discordância	Discordo!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118606	Discordância	Não quero um país forrado com painéis solares e aerogeradores. Quero um país verde de verdade.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118605	Discordância	A minha posição é NÃO ao teor da proposta e modo de condução do processo - PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118604	Discordância	Discordo deste tipo de leis que sao um genocidio da vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118603	Discordância	O programa é demasiado abrangente e vai atropelar os direitos das populações locais. É importante a energia verde, mas sem atropelos à lei corrente. Cada instalação deve ser aprovada individualmente, sempre escutando as populações em primeiro lugar. O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118601	Discordância	Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. A absoluta prioridade lógica, racional, focada na sustentabilidade e proteção ecológica é focar na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. É absolutamente inaceitavel e irracional desflorestar, reconverter espaços verdes e destruir ecossistemas para ceder a interesses económicos. Revela falta de visão e será um atentado ao bem público e futuro do país! O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
118600	Discordância	Venho por este meio manifestar formalmente a minha profunda discordância e oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), atualmente em consulta pública, com base nos seguintes fundamentos: 1. Défice de Transparência e Direito à Informação dos Cidadãos. A consulta pública em curso não disponibiliza de forma clara, acessível e individualizada a cartografia georreferenciada detalhada. Esta omissão impede os cidadãos, proprietários e comunidades locais de compreenderem o impacto real e a localização exata das áreas afetadas no seu território. O direito à participação pública informada fica, assim, gravemente comprometido. 2. Violação da Autonomia Local e dos Planos Diretores Municipais (PDM)O programa sobrepõe-se de forma impositiva aos instrumentos de gestão do território desenhados pelas autarquias. Ao desconsiderar as restrições e o ordenamento previstos nos PDM municipais, o PSZAER desrespeita a autonomia local e os canais democráticos de planeamento urbano e rural. 3. Impacto Destrutivo na Biodiversidade e Solo Agrícola/Florestal. A pressa na transição energética não pode justificar a destruição de ecossistemas sensíveis. Manifesta-se séria preocupação com a afetação de áreas com elevado valor ecológico, solos de aptidão agrícola e manchas florestais ordenadas. A instalação massiva de infraestruturas industriais de energias renováveis nestes locais irá acelerar a perda de biodiversidade e a degradação dos solos. 4. Desvalorização Patrimonial, Paisagística e Humana. A escala industrial prevista para estas zonas de aceleração descaracteriza a paisagem natural e cultural do concelhos. Esta alteração drástica terá impactos severos no turismo sustentável, na qualidade de vida das populações locais e na saúde pública (nomeadamente através do agravamento do stress térmico e isolamento das comunidades).	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118599	Discordância	Energias renováveis sim mas não pode ser à custa de espaços verdes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118598	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã da Serra da Estrela, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares e eólicos de dimensão industrial, apresentados como solução prioritária para o cumprimento das metas do PNEC 2030. É o caso do Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Ponto 0 – Falha estrutural do processo de decisão Antes de analisar o conteúdo do plano, importa assinalar uma falha estrutural que compromete toda a sua credibilidade técnica e a própria legitimidade da presente consulta pública. A compatibilização entre interesses concorrentes não pode ser presumida; tem de ser demonstrada. O PSZAER demonstra o potencial energético das áreas propostas, mas não demonstra, com igual rigor, que a sua ocupação constitui a solução de menor impacto ambiental, territorial, económico e social face às alternativas possíveis. O PSZAER propõe afetar cerca de 7% do território continental à instalação acelerada de grandes infraestruturas energéticas. Trata-se de uma das maiores transformações do uso do solo alguma vez propostas em Portugal. No entanto, uma decisão desta magnitude é apresentada sem qualquer avaliação económica integrada das perdas de capital natural e dos serviços de ecossistema que serão inevitavelmente sacrificados. O plano identifica os benefícios da produção de energia renovável, mas não quantifica os custos associados à perda de produtividade agrícola e florestal, à degradação da paisagem, à fragmentação dos ecossistemas, à redução da biodiversidade, à alteração dos serviços hidrológicos, ao armazenamento de carbono, à polinização, ao turismo de natureza, ao património cultural e identitário ou aos inúmeros outros serviços que estes territórios prestam gratuitamente à sociedade, à economia nacional e à saúde e bem-estar das populações. Sem esta avaliação é impossível determinar se os benefícios líquidos do plano justificam os custos ambientais, sociais e económicos que impõe ao território. Não existe uma verdadeira análise custo-benefício, mas apenas uma valorização unilateral dos ganhos esperados da produção elétrica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118597	Reclamação	Concordo que as energias renováveis têm um papel fundamental para o planeta mas nunca sobrepondo -se a estudos verdadeiros e fidedignos de impacto ambiental que não concordem com com a construção destas infraestruturas. É incompatível cortar árvores, destruir zonas verdes ou campos de cultivo para avançar com estas infraestruturas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118596	Discordância	Estudos de impacto ambiantal decem permanecer obrigatorios para todos odbprojetos	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118595	Discordância	Exmos Senhores, Senhoras, Na qualidade de cidadãos do concelho de Penamacor, União de Pedrogao de S. Pedro e Bemposta, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Em anexo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118594	Discordância	A nossa serra da Gardunha faz nos falta com o verde e as árvores que tem, maior parte de nós habitantes do Louriçal e não só vivemos da agricultura e do que plantamos nestas terras. Abaixo a implantação dos painéis solares pensem nas pessoas. Os nossos animais não comem painéis solares mas sim vegetação e tudo o que cultivamos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118593	Discordância	Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Eólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores com mais de 180 metros de altura, localizados próximo de habitações e inseridos numa paisagem de excecional valor natural. Embora as energias renováveis tragam benefícios importantes, projetos desta dimensão podem também ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nas populações vizinhas e na economia local. Consideramos que estes impactos merecem uma avaliação rigorosa e independente e que todas as alternativas razoáveis — incluindo ajustes na localização dos aerogeradores sempre que possam reduzir esses impactos — devem ser cuidadosamente analisadas antes de serem tomadas decisões irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118592	Discordância	Como a minha participação tem pelos vistos mais caracteres do que o permitido, agradeço que considerem o texto que se encontra descrito no documento em anexo com o título Participação Pública PSZAER 14072026.pdf. Com os melhores cumprimentos João Marcello Lupi Alves Caetano	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118591	Sugestão	Remete-se em anexo posição do Município de Proença-a-Nova quanto à criação das ZAER	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118590	Discordância	Discordo com o programma	Obrigada pela sua participação.
118589	Discordância	A proposta em causa impede as autarquias de gerir o seu território; Provoca um fortíssimo impacto ambiental e paisagístico, com a destruição irreversível de habitats, biodiversidade e de áreas florestais e agrícolas. Acresce ainda o fato da área ocupada ser elevadíssima e desproporcionada. O país precisa de árvores e de vegetação autoctones.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118588	Discordância	Enorme impacto negativo na biodiversidade, habitats e fauna e qualidade de vida das populações	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118586	Discordância	É preciso uma análise criteriosa dos danos à natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118585	Discordância	Exmos Senhores, Senhoras, Na qualidade de cidadãos do concelho de Penamacor, União de Pedrogao de S. Pedro e Bemposta, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Em anexo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Manifesto a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, na sua configuração atualmente apresentada. Reconheço plenamente a importância de acelerar a transição energética, aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis, reduzir a dependência energética externa e contribuir para o cumprimento dos compromissos climáticos nacionais e europeus. Contudo, estes objetivos não justificam que a simplificação dos procedimentos administrativos avance sem que estejam previamente asseguradas garantias suficientes de proteção ambiental, de capacidade institucional, de participação pública e de justiça territorial.	Obrigada pela sua participação.
118584	Discordância	Considero que a criação e expansão das Zonas de Aceleração apenas deveria ocorrer quando estivesse demonstrado que a simplificação procedimental não compromete a qualidade da avaliação ambiental, o acompanhamento e a fiscalização dos projetos, nem a salvaguarda dos valores naturais e dos interesses das comunidades locais. Ver participação na íntegra no documento em anexo. Com os meus cumprimentos, Bruno Almeida	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118583	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Tenho uma ligação pessoal à comunidade de Sahaja, em São Martinho das Amoreiras, e preocupa-me profundamente que estes projetos possam destruir a tranquilidade, a paisagem natural e o carácter único deste lugar. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118582	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Projeto PSZAER, submetido a Consulta Pública. Não concordo com o projeto tal como apresentado, pelas razões que exponho detalhadamente no documento em anexo, para o qual remeto a sua análise.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118581	Discordância	Discordamos em absoluto com o PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118580	Discordância	Não pode ser aceite como está proposto. De acordo com tantas associações ambientais, investigadores e cidadãos pede-se para: Excluir das ZAER áreas de elevado valor para a biodiversidade, incluindo habitats prioritários e corredores ecológicos. Garantir que todos os projetos continuam sujeitos a uma avaliação ambiental adequada, sempre que exista risco de impactes significativos. Rever os critérios usados para delimitar as ZAER, com base em informação científica mais robusta e cartografia de maior detalhe. Proteger áreas classificadas, zonas da Rede Natura 2000 e outras áreas importantes para espécies ameaçadas. Evitar a fragmentação de habitats e assegurar a conectividade ecológica. Privilegiar a instalação de renováveis em áreas já artificializadas (edifícios, parques industriais, pedreiras, terrenos degradados, etc.) antes de ocupar áreas naturais. Reforçar a participação das comunidades locais, municípios e proprietários. Tornar públicos todos os critérios técnicos e estudos que fundamentaram a seleção das ZAER. Integrar melhor os impactos cumulativos de vários projetos na mesma região. Compatibilizar a expansão das energias renováveis com os objetivos nacionais de conservação da natureza e restauro dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
118579	Discordância	Que aberração de proposta. Se fosse para criar zonas de aceleração de implantação de painéis em zonas onde faz todo o sentido existirem painéis fotovoltaicos, tinha que concordar. Mas escancarar as portas a grandes empresas que unicamente se preocupam em maximizar os lucros e que não criam empregos duradouros nem promovem a fixação da população rural, tenho mesmo que discordar. Enquanto todos os hipermercados, hospitais (públicos e privados) e estacionamentos de acesso a praias não estiverem todos devidamente equipados com parques de estacionamento cuja sombra seja assegurada por painéis fotovoltaicos, vai ser sempre uma aberração de planeamento e de ordenamento do território ver nascer uma unidade, por pequena que seja, de produção de energia, em zonas rurais, florestais ou agrícolas. Servem de pouco estas participações, uma vez que não são vinculativas e a corrupção pode sempre mais do que o interesse colectivo, mas pelo menos ficam a saber que há mais uma pessoa que é contra. E que é contra de forma informada e esclarecida.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118578	Discordância	É preocupante assistir à instalação de grandes áreas de painéis fotovoltaicos em Mortágua, sobretudo em zonas florestais e até sobre as águas da barragem. Não podemos defender a energia renovável sacrificando a floresta, a paisagem, os ecossistemas e a própria identidade do nosso concelho. Os painéis solares devem ser instalados prioritariamente nos telhados das habitações, empresas, fábricas, armazéns, parques de estacionamento e outras áreas já construídas ou impermeabilizadas. Destruir espaços naturais para produzir energia considerada “verde” é uma enorme contradição. Mortágua sempre foi conhecida pelas suas florestas, rios, barragens e paisagens naturais. Se estas decisões não forem devidamente ponderadas, corremos o risco de transformar irreversivelmente o território e deixar às futuras gerações um concelho descaracterizado. Energia renovável, sim. Mas com planeamento, bom senso e respeito pelo ambiente, pela paisagem e pela população de Mortágua.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118577	Discordância	A implantação deste programa é um atentado à vontade democrática das populações, dos organismos estatais de defesa da natureza (APA, ICNF), das freguesias e autarquias locais, e dos organismos associativos de defesa da natureza. É uma lei que serve interesses de muito poucos, à custa do verdadeiro interesse das populações e do planeta, mascarado da premissa mentirosa de transição energética.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118575	Discordância	Na minha opinião, esta obra será um retrocesso na preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Numa região com pouca população e que acaba por estar longe dos gabinetes de decisão, dos serviços de saúde, educação, e que mesmo assim persiste e cuida do território, seria merecedora de muito mais consideração e de condições que ajudassem no seu dia-a-dia. A riqueza que será delapidada, não trará qualquer benefício para os cidadãos de zona. Apesar de estes serem de longe os mais afectados, estou em crer, que como população portuguesa, seremos igualmente todos afectados. Porque o problema não é a colocação dos painéis solares, isto se fossem apenas para usufruto da população local. O problema é a extração de riqueza que apenas irá favorecer os bolsos das grandes empresas que vão lucrar com estes projectos. A manutenção dos ecossistemas não tem preço. A proteção de biodiversidade não tem preço. Todos os cidadãos tem direito segundo a lei portuguesa, a viverem de forma condigna. E isto não será possível, com os projectos que se avizinham e que querem retirar da gaveta e implementar a todo o custo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118573	Discordância	Não precisamos de acelarações para implementar energias renováveis... São renováveis, mas não são limpas, as infraestruturas não são renováveis. A natureza sim é renovável. Precisamos de apostar em energia nuclear e outras. Precisamos de não vender a nossa energia e território à exploração de empresas não portuguesas. Precisamos sim de acelaração da nossa soberania energética e dizer não às directrizes do green deal. Se é green, parem de devastar o green.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118572	Discordância	Como português, sou totalmente contra a "Agenda Verde", que de verde não tem nada, antes pelo contrário. Destruir milhares e milhares de hectares de terreno fértil, milhões de árvores, muitas delas centenárias, para "plantar" painéis solares — cujo fabrico consome milhões de m3 de água e toneladas de minério — para produzir energia eléctrica para alimentar centros de dados altamente poluentes e também consumidores de milhões de m3 de água, transformando gradualmente a Terra num planeta estéril e hostil à vida, não é evolução, é decadência distópica, num caminho que só pode levar à morte do próprio planeta. O mesmo em relação às gigantescas ventoinhas a destruir as paisagens, a matar milhares de aves, muitas delas de espécies protegidas, e a destruir indirectamente a Natureza com o consumo dos minérios essenciais ao seu fabrico e funcionamento. Os Governos de Portugal e dos restantes países ocidentais não podem continuar a obedecer cegamente à tirania nazi/comunista da UE e dos tiranos não-eleitos que a comandam, ao serviço de "patrões" que não dão a cara. Ou começam de uma vez por todas a ter em conta os interesses dos próprios países e dos seus povos, desobedecendo às ordens da UE e do WEF, ou vão acabar muito mal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118570	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118568	Discordância	Discordo da proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis na sua formulação atual. Reconheço a necessidade da transição energética e do aumento da produção de energia renovável. No entanto, acelerar não pode significar reduzir a proteção ambiental, diminuir a participação das populações ou dispensar uma verdadeira avaliação dos impactos de cada projeto. A possibilidade de instalar grandes centrais solares, parques eólicos, linhas elétricas, subestações e acessos através de procedimentos simplificados e sem uma Avaliação de Impacte Ambiental individualizada representa um risco significativo. Uma avaliação estratégica feita a uma escala nacional não consegue conhecer com detalhe os habitats, linhas de água, solos agrícolas, paisagens, património, habitações, atividades económicas e condições sociais existentes em cada território. A própria documentação apresentada reconhece riscos de perda de habitats, mortalidade de aves e morcegos, fragmentação da paisagem, pressão sobre o solo, a água, a agricultura, a floresta e o turismo, bem como efeitos cumulativos sobre o ruído, o tráfego, a paisagem e o bem-estar das populações. Não considero aceitável que estes riscos fiquem dependentes apenas de medidas de mitigação propostas pelos promotores e de monitorização posterior à construção. Considero igualmente insuficiente que as áreas apresentadas sejam apenas manchas indicativas, ficando a delimitação concreta para a fase de licenciamento dos projetos, precisamente quando os procedimentos serão mais céleres e simplificados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.
118567	Discordância	À natureza o que é da natureza, e isso por certo não faz parte	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118566	Discordância	Este programa não favorece o território, não protege a nossa floresta, a agricultura ou o nosso património paisagístico.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118565	Discordância	É obvia e urgente a necessidade de uma transição energética. Todos queremos um Portugal livre de combustíveis fósseis, com maior independência energética. Mas o que está a ser construído não é isso. O PSZAER, tal como está desenhado, é uma via verde para a privatização do território rural em benefício de promotores privados, muitos deles externos às comunidades onde pretendem instalar-se. É a transformação de solos agrícolas, pastagens, montados e sistemas agroflorestais em monoculturas de painéis: • O "Mapa Verde" do LNEG não exclui solos agrícolas de aptidão média e alta. Solos que alimentam pessoas e sustentam economias locais podem tornar-se zonas de aceleração; • A Supressão da Avaliação de Impacte Ambiental nas ZAER — a principal garantia legal de participação pública e proteção territorial. A própria APA, na qualidade de autoridade nacional de AIA, afirma explicitamente no seu parecer que o procedimento "vai permitir que os projetos a localizar nas zonas de aceleração definidas deixem de ser sujeitos a AIA ou a análise caso a caso'"; • Várias entidades oficiais preocupadas — A CCDR Centro questiona a "ausência de avaliação de capacidade de suporte" e possibilidade de ultrapassar limites ecológicos, paisagísticos e sociais; a CCDR Norte alerta para riscos significativos para solo agrícola, incluindo solos fora da RAN com função produtiva efetiva; o ICNF critica a exclusão insuficiente do montado; a DGT nota que a proposta não acautela sobreposições com os PDM. Não é só a sociedade civil a dizer isto — são as próprias entidades técnicas do Estado, em pareceres oficiais já no processo;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118564	Discordância	Com tanto telhado e área coberta no país, NÃO existe motivo nenhum para que se destrua a paisagem natural do país, ou se destrua área verde.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118563	Discordância	Digo não a mais um pretexto para matar árvores, florestas e destruir cada vez mais o verde do nosso país e planeta. Plantem mais em vez de destruir.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118562	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da EMER 2030, Venho por este meio apresentar a minha oposição firma à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), especificamente no que concerne à inclusão de áreas no concelho de Miranda do Douro. Alinho-me inteiramente com a rejeição unânime já manifestada pela Assembleia Municipal de Miranda do Douro, fundamentando a minha contestação nos seguintes pontos: - Falta de Transparência e Cartografia. -Destruição do Tecido Agrícola e Paisagístico do Planalto Mirandês. -Proximidade ao Parque Natural do Douro Internacional. Injustiça Territorial e Despovoamento. Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição de megaprojetos em Miranda do Douro, defendendo que a transição energética deve ser feita através de modelos descentralizados e de pequena escala.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118561	Discordância	A transição energética não pode ser feita com a destruição de zonas verdes e habitats naturais. A estratégia tem de ser mais elaborada e menos simplista. Vivemos tempos de cada vez mais incerteza em relação às alterações climáticas. Está claro que para as combater precisamos de cada vez mais floresta e menos erosão. E diga-se que parques eólicos e solares só irão contribuir para a degradação acelerada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118560	Discordância	Não concordo com a proposta prevista para o concelho de Évora	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118559	Discordância	„Como proprietário de um prédio rústico/florestal no Concelho da Sertã, manifesto a minha total discordância relativamente à inclusão deste território nas ZAER. Apoio o veto oficial da Câmara Municipal da Sertã de 13 de julho de 2026. A exclusão de Avaliações de Impacte Ambiental obrigatórias nestas zonas coloca em grave risco a biodiversidade florestal, aumenta a descaracterização da nossa paisagem e ameaça o ordenamento do território local sem o devido consentimento das comunidades afetadas.“	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118558	Discordância	Demasiado grande	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118557	Discordância	destruição da floresta e da biodiversidade da região centro, nomeadamente dos distritos de Viseu e Coimbra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118556	Discordância	Considero que o programa não valoriza de forma suficiente o conhecimento técnico acumulado pelos municípios, entidades locais e profissionais do setor, nem estabelece critérios suficientemente claros e transparentes para a seleção e exclusão das áreas abrangidas. Defendo que a instalação de energias renováveis deve continuar a ser promovida, mas através de processos de licenciamento tecnicamente robustos, suportados por avaliações ambientais e territoriais individualizadas, em vez de depender predominantemente de uma classificação territorial genérica que poderá não refletir as especificidades de cada projeto.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118555	Discordância	Alexandre Frederico de Oliveira Coutinho vem, no âmbito da discussão pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), apresentar a presente pronúncia desfavorável, requerendo a não aprovação da proposta na sua versão atual, por entender que a mesma padece de vícios graves suscetíveis de comprometer a sua validade jurídica, designadamente vício procedimental, insuficiência instrutória, défice de fundamentação, erro nos pressupostos de facto e de direito, violação do princípio da precaução e risco de invalidade administrativa. A presente posição não constitui oposição à transição energética nem às energias renováveis. Pelo contrário: entendo que a transição energética é indispensável, mas só será legítima se for ambientalmente responsável, territorialmente justa, juridicamente segura e democraticamente participada. A Diretiva RED III promove zonas de aceleração, mas exige que estas correspondam a áreas particularmente adequadas, previamente avaliadas, onde seja expectável que os projetos não produzam impactes ambientais significativos. Essa condição não se presume: tem de ser demonstrada. Assim, requer-se: 1. A não aprovação do PSZAER na sua versão atual. 2. A reformulação integral da delimitação das ZAER. 3. A repetição ou revisão substancial da AAE, com avaliação robusta de impactes cumulativos, capacidade de carga, conectividade ecológica, recursos hídricos, solos e paisagem. 4. A exclusão preventiva de áreas com incerteza relevante ou sensibilidade ecológica, agrícola, hídrica, patrimonial ou paisagística. 5. A consagração de prioridade vinculativa a áreas artificializadas, autoconsumo, comunidades de energia, reequipamento, sobre-equipamento e hibridização. 6. A fixação de limites territoriais objetivos à concentração de projetos. 7. A criação de mecanismos obrigatórios de justiça ambiental, compensação territorial e benefícios locais mensuráveis	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
118554	Discordância	Apoio a transição para as energias renováveis e reconheço a sua importância no combate às alterações climáticas. No entanto, o PSZAER não deve privilegiar a rapidez em detrimento de um planeamento cuidadoso. Os projetos de energias renováveis de grande escala devem continuar sujeitos a avaliações rigorosas e específicas para cada local, considerando plenamente os impactos cumulativos na biodiversidade, na agricultura, no turismo, na paisagem, nos recursos hídricos e nas comunidades locais. As áreas degradadas, os terrenos industriais abandonados e as coberturas de edifícios existentes devem ser prioritários antes de se destinarem solos agrícolas produtivos ou paisagens naturais de elevado valor à implantação acelerada de projetos de energias renováveis. As autarquias e as comunidades locais devem manter um papel efetivo na tomada de decisões, e qualquer simplificação do processo de licenciamento não deve resultar numa redução do escrutínio ambiental.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo
		Os projetos de energias renováveis concebidos para contribuir para o combate às alterações climáticas devem também minimizar os seus impactos ambientais locais. Isto inclui a avaliação de potenciais alterações ao microclima, particularmente em regiões que já enfrentam temperaturas extremas durante o verão. Algumas avaliações de impacto ambiental de projetos propostos já reconheceram o potencial aumento das temperaturas locais, pelo que estes impactos devem ser cuidadosamente avaliados e minimizados. As medidas destinadas a combater as alterações climáticas à escala global não devem agravar inadvertidamente as condições ambientais das pessoas, da vida selvagem e das atividades agrícolas que dependem destas paisagens.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118553	Discordância	Sou a favor da transição energética e da aposta nas energias renováveis. Precisamos de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e investir num futuro mais sustentável. Mas isso não pode significar sacrificar áreas naturais e património ambiental que, uma vez destruídos, dificilmente serão recuperados. Na minha opinião, existem alternativas mais sensatas para a instalação de painéis solares e outras infraestruturas energéticas, aproveitando telhados de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outros espaços já intervencionados pelo homem. Antes de ocupar áreas naturais, devemos dar prioridade a estas soluções. Proteger o ambiente não é apenas produzir energia limpa. É também preservar a biodiversidade, a paisagem e os recursos naturais. A transição energética é necessária, mas deve ser feita com equilíbrio, responsabilidade e respeito pela natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118552	Concordância	Protejam o nosso País	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118551	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118550	Discordância	Amália das Neves 2:52 PM (1 minute ago) to me Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
118549	Discordância	Discordo da substituição de florestas e espaço selvagem por painéis solares, quando o espaço existente nos edifícios públicos não é preenchido.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
		É fundamental que a conservação da natureza e da biodiversidade seja uma prioridade, salvaguardando os habitats da fauna e da flora, preservando as paisagens e minimizando a artificialização do território.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118548	Discordância	É, no mínimo, irónico que se promovam as energias renováveis sob o argumento de serem uma solução mais ecológica e amiga do ambiente, enquanto, em muitos casos, a sua implementação implica a destruição de extensas áreas de habitats naturais, o abate de árvores, a fragmentação de ecossistemas e a degradação da paisagem, chegando inclusivamente a afetar zonas protegidas e áreas de elevado valor ecológico.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118544	Discordância	Por favor, não permitam que este projeto prossiga. Muitas pessoas estão a investir nesta área, trazendo crianças de volta para as aldeias. É uma zona linda para se viver, entre vizinhos maravilhosos. Porquê destruir o que está a ser reconstruído? Que valor dão a destruir tantas vidas pacíficas no meio de um ambiente tão belo? Uma vez destruído, não recuperará! A agricultura será destruída, a natureza será devastada. Por favor, não permitam que isto aconteça.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118543	Discordância	Sou veementemente contra este projeto. Destruir a natureza com parques eólicos e solares não é amigo do ambiente. A região já sofreu uma devastação terrível devido aos inúmeros incêndios dos últimos anos, e a construção destas estruturas irá impactar ainda mais o habitat da fauna local. Locais como a Serra da Gardunha precisam de ser protegidos e não vendidos a empresas energéticas gananciosas que não têm qualquer interesse nas pessoas e/ou animais que lá vivem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118541	Discordância	Assunto: Pronúncia de Concordância com a Participação da IRIS – Consulta Pública do PSZAER Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão interessado no ordenamento do território e no desenvolvimento sustentável do país, venho por este meio manifestar a minha total concordância e apoio inequívoco à pronúncia apresentada pela IRIS – Associação Nacional de Ambiente no âmbito da consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração de Energias (PSZAER). Subscrevo inteiramente as preocupações e recomendações apresentadas por esta associação, destacando os seguintes pontos críticos que exigem uma revisão urgente por parte do Governo: - Insuficiência do Prazo de Consulta: O prazo de 23 dias úteis concedido é manifestamente insuficiente e irresponsável para permitir uma análise ponderada e uma participação pública equitativa num plano com este impacto territorial. - Desproporção Abissal das Áreas: A proposta de afetar 663.395 hectares (cerca de 7% do território nacional) é totalmente desproporcionada face às metas reais do PNEC 2030 para a energia solar, que requerem apenas cerca de 20.000 hectares. Esta sobredimensão coloca em risco desnecessário o nosso património ecológico e florestal. - Erros Grosseiros de Planeamento: É inadmissível que documentos de suporte técnico prevejam áreas de implantação em concelhos como Valongo e Vizela que superam a própria área física total desses municípios. Adicionalmente, a ausência de cartografia detalhada impossibilita uma tomada de decisão informada pelas populações afetadas. - Ameaça à Biodiversidade e Recursos Hídricos: A dispensa de Avaliações de Impacte Ambiental (AIA) em zonas aceleradas constitui um retrocesso ecológico grave. Não podemos aceitar a sobreposição destas zonas a áreas sensíveis da Reserva Ecológica Nacional (REN), cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. - Desrespeito pela Autonomia Municipal: O plano deve respeitar escrupulosamente a autonomia das	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118540	Geral	O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação do impacto ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de varias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas. O que importa cuidar para que esta não seja mais uma resposta apressada e sem resultados efetivos a resolver os problemas de energia com que nos deparamos: - Deverão ser estabelecidos limites reais à concentração e de projetos numa mesma região; - Deverá existir uma avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas; - Deverá cuidar-se da manutenção da proteção das zonas húmidas, geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; - Participação publica real nas próximas fases e não apenas nesta consulta; - Deverá ser dada prioridade a soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia - e a	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118539	Discordância	A par da Rewilding Portugal e outras organizações não governamentais, partilho a minha preocupação enquanto cidadão individual a este programa. Enquanto trabalhador na área da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sou um grande defensor da transição energética, contudo ela tem de ser acima de tudo justa e não pode deixar ninguém para trás. Primeiramente, creio que tem de haver um processo cuidadoso e meticoloso caso a caso, não sendo adepto de soluções à pressa, que não contabilizem todos os impactos ambientais, mas também sociais existentes. A pressão sobre ecossistemas é cada vez maior, sendo que soluções desta escala devem ser analisados individualmente, quer a nivel de impactos, mas também de dependencias e vulnerabilidades existentes. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). Neste sentido partilho de algumas recomendações já realizadas: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118538	Discordância	Todos nós devemos proteger e melhorar o ambiente, a natureza e os recursos naturais para as gerações presentes e futuras. Maria Lázaro	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118536	Discordância	Ainda que atingir a neutralidade carbónica seja um objetivo meritório, não deve ser feito desta forma, porque: - é uma autoestrada para autorizar as ZAER sem atender à análise de cada caso consoante a zona, - retirou-se da equação a avaliação que deve ser realizada pelas entidades adequadas, nomeadamente a APA e o ICNF, - autoriza-se a entrada em terrenos e propriedades privadas que deviam estar protegidas, - retira-se às autarquias e outras entidades locais e regionais a capacidade de se pronunciarem sobre os projetos, - centraliza-se e concentra-se a produção energética em pontos que desvalorizam o território a afetar, nomeadamente as atividades já implantadas ou a implantar, como agricultura, pecuária, turismo, etc., - altera-se a paisagem, aumenta-se a temperatura e diminui-se a biodiversidade, - prejudicam-se as populações locais sem que elas possam pronunciar-se e sem que possam recolher algum tipo de benefício. A produção de energia deve ser descentralizada pelo país, preferencialmente localizada próxima de quem a consome. Portugal não deve ser o país que fornece energia à Europa, numa ótica de lucro que desvaloriza os direitos das populações, mas sim o país que consegue produzir energia descentralizada valorizando a sua paisagem e os seus habitantes. Por estas razões, entre outras, pronuncio-me contra o PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118534	Discordância	NÃO CONCORDO com o abate de árvores em nome de uma pretensa descarbonização. Os painéis solares podem ser instalados nos telhados e/ou nas paredes das empresas. as eólicas com certeza podem ser instaladas em sítios onde não perturbem a natureza e onde não seja preciso destruir a floresta para se instalarem. De muitas notícias que se veem parece que Portugal já tem painéis solares e eólicas que cheguem para se auto sustentar. há que fazer uma total revisão da politica energética portuguesa. deixem a natureza em paz!!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118533	Discordância	A saúde pública é mais importante do que o lucro. A natureza ensina e visa o equilíbrio.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118532	Discordância	Completamente em desacordo com o programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Vivemos um momento decisivo no combate às alterações climáticas. É inegável que precisamos de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e investir em energias renováveis. No entanto, preocupa-me profundamente que, em nome dessa urgência, estejamos a aceitar a destruição de ecossistemas que demoraram séculos a formar-se e que nunca poderão ser substituídos por painéis solares ou aerogeradores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118531	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) parte de um objetivo legítimo: acelerar a produção de energia limpa. O problema surge quando a rapidez passa a valer mais do que o conhecimento científico, o ordenamento do território e a proteção da biodiversidade. Não podemos cometer o erro de acreditar que qualquer energia renovável é automaticamente sustentável, independentemente do local onde é instalada. A natureza não é um espaço vazio à espera de ser ocupado. Cada serra, cada vale, cada floresta e cada habitat alberga uma complexa rede de relações entre espécies, solo, água e clima. Quando estes sistemas são fragmentados por grandes infraestruturas, as consequências vão muito além da área diretamente ocupada. Os animais alteram os seus padrões de deslocação, as áreas de alimentação e reprodução diminuem, populações ficam isoladas e espécies mais sensíveis acabam por desaparecer. Estas alterações nem sempre são visíveis de imediato. A degradação dos ecossistemas é frequentemente lenta e silenciosa. Um habitat pode continuar aparentemente intacto durante alguns anos, enquanto perde gradualmente a sua capacidade de sustentar a biodiversidade. Quando finalmente percebemos que determinadas espécies desapareceram ou que o equilíbrio ecológico foi quebrado, muitas vezes já não existe forma de recuperar o que foi perdido.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118530	Discordância	As consequências a longo prazo podem ser profundas. Ecossistemas degradados armazenam menos Não é pelo bem do país, é pelo interesse empresarial. Desumano, um ser Humano não faz isto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118529	Discordância	Discordância pelas seguintes razões: - Colocação 7% do território à disposição de interesses corporativos, sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior. - Colocação de uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública. - Colocação para consulta pública de informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à área prevista de ZAER). - Ser sacrificada a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - Criação de especulação num mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo para Centros de Dados. Sendo o destino da futura energia para Centros de Dados, mas sobre os quais até agora não há transparência deste governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118528	Discordância	Solicita-se: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas Objetivo de criação de parques com energias renováveis em especial a solar em zonas florestais e de ocupação do solo, leva a uma consequência lógica de perda de biologia e recursos naturais que podem ser direcionados para as zonas industriais e grandes cidades onde existem por exemplo muitas autoestradas no território onde por exemplo podem ser convertidas faixas complementares com KMS e KMS de painéis solares tanto na faixa central como nas adjacentes, aí sim poderia ser um lugar com amplo espaço para projetos de grande dimensão o carácter temporal e de viabilidade torna se muito mais sustentável a meu ver.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho do Porto vejo-me com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118527	Discordância		
118526	Reclamação	Não quero campos de paneis solares, os paneis solares só prejudicam os solos, quero árvores.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118525	Discordância	como moradora da freguesia do Louriçal do campo sou CONTRA os painéis na serra da Gardunha	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118524	Discordância	Destruir habitats e biodiversidade de espaços que são essenciais ao ecossistema e à vida em Portugal e dos Portugueses em prol de placas de metal de painéis solares e centrais eólicas sobre a bandeira de “transição energética” não só é desonesto como completamente absurdo . E os autores desta proposta deviam ser julgados por crimes contra a natureza e património português bem como contra as comunidades e populações do interior e das zonas afetadas , pois no projeto inclui que não seria preciso fazer estudos de impacto ambiental o que só demonstra em claro e em absoluto o quão os autores e os que iriam beneficiar deste projeto serem totalmente movidos a ganância e desonestidade moral .	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118523	Discordância	Sou contra o programa em causa, nomeadamente na zona onde vivo, em Castelo Branco. A instalação de grandes parques fotovoltaicos implica a ocupação de vastas áreas, alterando profundamente a paisagem, fragmentando habitats e reduzindo a biodiversidade. Numa região já marcada por temperaturas elevadas, longos períodos de seca e sucessivos incêndios florestais, importa também avaliar cuidadosamente os impactos destas infraestruturas no território, bem como os seus potenciais efeitos no microclima local. Em vez de ocupar solos naturais ou agrícolas, a prioridade deve ser a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, zonas industriais, áreas degradadas ou outras superfícies já artificializadas, bem como o desenvolvimento de soluções offshore sempre que tecnicamente e ambientalmente adequadas, minimizando assim os impactos ambientais e paisagísticos. Não podemos permitir que a preservação do território e da qualidade de vida das populações seja subordinada aos interesses económicos de grandes promotores. As comunidades locais são quem convive diariamente com as consequências destas decisões e, por isso, devem ter uma voz efetiva no processo de planeamento. É essencial que as políticas públicas tenham em conta a realidade do interior do país e não sejam definidas exclusivamente a partir de gabinetes, sem um conhecimento direto das especificidades do território. Castelo Branco deve contribuir para a produção de energia renovável, mas sem comprometer as paisagens, os ecossistemas e os recursos naturais que fazem parte da sua identidade e da qualidade de vida das suas populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118521	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da EMER 2030, Venho por este meio apresentar a minha oposição firma à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), especificamente no que concerne à inclusão de áreas no concelho de Miranda do Douro. Alinho-me inteiramente com a rejeição unânime já manifestada pela Assembleia Municipal de Miranda do Douro, fundamentando a minha contestação nos seguintes pontos: - Falta de Transparência e Cartografia. -Destruição do Tecido Agrícola e Paisagístico do Planalto Mirandês. -Proximidade ao Parque Natural do Douro Internacional. Injustiça Territorial e Despovoamento. Face ao exposto, exijo a suspensão imediata deste programa nos moldes propostos e a rejeição de megaprojetos em Miranda do Douro, defendendo que a transição energética deve ser feita através de modelos descentralizados e de pequena escala.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118520	Discordância	A implementação deste programa vai afetar totalmente as populações rurais, estas zonas não podem tornar-se zonas industriais. Traz probemas socio-económicos e ecologicos de larga escala. Inaceitável.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118519	Discordância	Não concordo o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118518	Discordância	Existem alternativas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada.	Obrigada pela sua participação.
118517	Discordância	Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactos ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118516	Geral	Recebido por email Exmos Senhores, Na sequência dos trabalhos da Assembleia Municipal de Miranda do Douro, determinou o Presidente da Assembleia Municipal de remeter a Vossas Excelências, para conhecimento e para os devidos efeitos, a Moção intitulada "Pela defesa do território, da participação das populações e da avaliação rigorosa dos impactos associados aos projetos de aproveitamento de energias renováveis". Certos da atenção que o assunto vos merecerá. -- Com os melhores cumprimentos, Maria La-Salete Cunha Servico de Apoio aos Órgãos Municipais, Contratos e Notariado	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118515	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de residente no concelho de Mortágua, venho manifestar a minha preocupação relativamente à área do território identificada no âmbito do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Embora reconheça a importância da transição energética e do reforço da produção de energia renovável, considero desproporcionada a pressão prevista para o concelho de Mortágua, sobretudo tendo em conta os impactos potenciais na paisagem, na floresta, na biodiversidade, na prevenção de incêndios e na qualidade de vida das populações. Defendo, por isso, uma revisão significativa das áreas propostas, dando prioridade à instalação de projetos em telhados, zonas industriais, áreas artificializadas ou degradadas, antes da ocupação de terrenos florestais e rurais. Considero igualmente essencial que qualquer decisão futura seja articulada com a Câmara Municipal, as juntas de freguesia e a população local, garantindo transparência, participação efetiva e benefícios concretos para o território e para os seus habitantes. Mortágua já tem contribuído de forma significativa para a produção de energia através da Barragem da Aguieira. A transição energética não deve ser feita à custa de uma concentração excessiva de impactos num único concelho. Assim, manifesto a minha discordância relativamente à proposta atualmente apresentada para Mortágua e solicito a sua revisão, com maior equilíbrio territorial e salvaguardas ambientais e sociais mais exigentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118514	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118513	Discordância	Eu ouvi dizer que SE esse programa fosse aprovado os projetos de Energia renovaveis nessa regiao ja nao vao ser sujeitos as avaliacoes ecologicas usuais para permitir uma acceleracao. Se isso for o Caso nao me parece uma boa solucao essas avaliacoes esistem para proteger o nosso ambiente y nao Todo os projetos de Energia renovavel sao pensado de uma forma ecologica.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118512	Discordância	Como cidadão consciente da importância de preservar a natureza, venho por este meio mostrar a minha discordância com este projeto	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
118511	Discordância	Na qualidade de cidadão do município de Mortágua, venho por este meio manifestar a minha discordância com esta proposta. Vivemos numa época de conhecimento científico sem precedentes sobre ecossistemas, biodiversidade e o valor das paisagens naturais - e, ainda assim, continuamos a resolver a crise climática trocando árvores e solo vivo por painéis solares. Não é isto uma transição inteligente, é uma substituição de um problema por outro, disfarçada de solução. A verdadeira transição energética não pode ser feita à custa da destruição do território que supostamente se pretende proteger. Sem mais nada a acrescentar. Obrigado.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118510	Discordância	Isto causará grande devastação à beleza natural da região. O abastecimento alimentar de muitas explorações agrícolas será destruído, a vida selvagem será devastada. Na minha opinião, existem muitas outras opções que não destroem descaradamente as belas áreas naturais. Podem ser instaladas em telhados industriais, supermercados, etc. Existem muitas outras opções que evitam destruir a natureza e acabar com os meios de subsistência, o espírito comunitário e o bem-estar geral. Estes painéis e turbinas causarão muita tristeza.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118509	Discordância	- would like to understand how the community will be impacted and benefitted by this project. - all the environmental impacts are considered - not built in residential area	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118508	Discordância	Todos os projetos de energias renováveis no âmbito do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) devem ser examinados caso a caso, receber o aval positivo da Agência Portuguesa do Ambiente após um estudo sério do impacto ambiental, envolver o ICNF e a participação das comunidades locais abrangidas. Nem todos os projetos são positivos para a comunidade de uma determinada região e podem existir localidades alternativas mais adequadas para os projetos como por exemplo zonas já artificializadas por exemplo. Energias renováveis sim, mas não de qualquer maneira nem em qualquer sítio, pois existem zonas sensíveis no país que devem ser preservadas e protegidas.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118506	Discordância	Discordo categoricamente da proposta de destruição deste património natural, que inclui também áreas de património cultural devidamente classificadas. Esta medida não configura uma verdadeira transição energética. O equipamento que pretendem introduzir está obsoleto em termos de durabilidade (apenas 5 a 10 anos), o que significa que, dentro de uma década, o Alentejo corre o risco de se tornar uma lixeira a céu aberto e sem paisagem. A solução passa por colocar painéis solares em todos os telhados das casas, nos parques de estacionamento e nas zonas urbanas, que carecem tanto de áreas de sombra como de reforço da rede energética.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118505	Discordância	Não posso concordar com a desflorestação do território em troca de uma teórica transição energética que é nada mais nada menos que um grande lobby.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118504	Discordância	Encher o país de painéis solares não é a solução. Instalar painéis solares onde já há equipamento construído, sobretudo em equipamentos públicos e novas construções, é. Portanto discordo completamente desta proposta.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
118503	Discordância	Não concordo	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118502	Discordância	O PSZAER propõe designar uma área significativa do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais. Esta desadequação, dissocia o PSZAER do interesse nacional, não podendo ser argumentado que é estratégico para Portugal. Nos termos da proposta atual o PSZAER gera um conflito com valores do território, como zonas de interesse ambiental, para os serviços de ecossistema, agrícola e alimentar, paisagístico, que por outros fatores se encontram já fragilizados. Valores do território estes sim com interesse estratégico para Portugal que interessa salvaguardar e é urgente fomentar, alguns dos quais já provaram o seu valor historicamente (segurança alimentar). O PSZAER reduz a resiliência do território fragilizando-o face a eventos extremos, como tempestades ou incêndios. Ao retirar esses territórios, e aos valores que encerram, a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental pretende garantir, retira-se o único instrumento de ordenamento do território com capacidade para realizar o balanço essencial. É ainda de salientar uma insuficiente avaliação da fase pós-exploração, nomeadamente a responsabilização do promotor pela remoção, reciclagem e aterro dos painéis (incluindo todos os equipamentos necessários à exploração) e reposição da área a uma situação pre-implementação. Finalmente, é também insuficientemente abordada a necessidade de ter em atenção os efeitos cumulativos de diferentes “empreendimento”, efeitos em escala com repercussões à escala regional e nacional de efeitos como o de barreira e fragmentação do território (necessidade de identificar uma capacidade de carga para cada território). Assim, e a bem do interesse inter-geracional, - peço que o programa seja revisto re-adequado às reais necessidades energéticas de Portugal, de interesse estratégico Nacional (presentes e futuras) e não para alimentar projetos megalómanos de datacenters ou exportação de energia;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118501	Discordância	Discordo inteiramente com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois irá destruir uma região virgem e que vive da agricultura e pecuária	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118500	Discordância	Nao aprovo esta proposiçao.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118499	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. No caso concreto da Beira Baixa, um dos territórios já classificados como muito vulneráveis climaticamente, onde já existe registo de mortes devido ao calor extremo, é obrigatório olhar com atenção e não permitir a criação de mais zonas para as energias renováveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118498	Discordância	Não concordo com a aceleração de implantação de energias renováveis (PSZAER), pelo motivo de destruição de teras agrícolas e habitates de fauna e flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118497	Discordância	A dimensão da área proposta poderá ter impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nos solos agrícolas e florestais e na qualidade de vida das populações, sobretudo quando considerados os efeitos cumulativos de múltiplos projetos. Importa garantir que a aceleração do licenciamento não compromete uma avaliação ambiental rigorosa nem reduz a participação efetiva das comunidades afetadas. Deverá ser dada prioridade à instalação de sistemas de produção de energia em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços degradados, reduzindo assim a pressão sobre o território natural e produtivo. Solicita-se, por isso, a revisão da proposta, com uma fundamentação mais clara para a definição das áreas abrangidas, uma avaliação mais aprofundada dos impactos ambientais e territoriais e a adoção de soluções que conciliem a transição energética com a proteção do património natural, da agricultura, da floresta e das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118496	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo pôr em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. Área prevista no Mapa das ZAER cerca de 18 vezes superior à necessária para o cumprimento das metas do PNEC 2030;	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118495	Discordância	A presente proposta identifica o concelho de Oleiros como um dos territórios com maior potencial para instalação de grandes projetos de energia solar e eólica em Portugal Continental, abrangendo aproximadamente 46,4% do território municipal para solar e mais de 10% para eólica, colocando Oleiros entre os municípios mais afetados pela proposta. Embora a transição energética seja um objetivo nacional e europeu legítimo, considera-se que a proposta apresenta diversas fragilidades que justificam a sua revisão relativamente ao território de Oleiros. 1. O estudo não considera o planeamento municipal O próprio relatório reconhece que não foi considerada a informação constante dos Planos Diretores Municipais (PDM) devido às limitações de tempo. Esta limitação é particularmente grave porque o PDM representa o principal instrumento de ordenamento do território aprovado democraticamente, refletindo opções estratégicas locais relativas a desenvolvimento económico, floresta, turismo, património, paisagem e proteção ambiental. Assim, as áreas identificadas podem entrar em conflito direto com opções territoriais já definidas pelo Município. 2. O relatório reconhece possuir limitações técnicas significativas O documento admite expressamente que existem limitações na cartografia utilizada, existem irregularidades nos polígonos identificados e que os resultados devem ser considerados indicativos. Ou seja, a própria equipa técnica reconhece que o mapeamento não pode ser entendido como definitivo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118494	Discordância	- Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118493	Discordância	Fiquem-se pela pequena corrupção de spinuncoisas e deixem o território em paz!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118492	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão, venho por este meio apresentar o meu parecer e consequente discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos fundamentais: Impacto na Biodiversidade e Paisagem: A delimitação de zonas de aceleração, especialmente a prevista para a zona de [inserir nome da região, freguesia ou concelho], não salvaguarda adequadamente os valores ambientais, a conservação da natureza e o património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis.Defesa dos Solos e Agricultura: A conversão de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal em "mares de painéis" compromete a coesão territorial, o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar.Falta de Avaliação Local e Saúde Pública: A implementação de mega-projetos energéticos nestas áreas levanta preocupações sérias ao nível da saúde pública (ruído, campos eletromagnéticos) e da qualidade de vida das populações residentes.Violação do Princípio da Proporcionalidade: A meta de descarbonização deve pautar-se por critérios rigorosos de "baixo conflito". Considero que a proposta atual peca por excesso de área afeta e falta de ponderação face à capacidade real de receção do território. Pelo exposto, solicito a reavaliação e a exclusão das áreas geográficas supramencionadas das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, exigindo-se um estudo aprofundado que harmonize a transição energética com a proteção efetiva do território e das comunidades locais. Com os melhores cumprimentos, Nicole Mendes da Silva, Albergaria-a-Velha, B.I.12910495	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118489	Discordância	Manifesto a minha total discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. São vários os pontos que afetam a qualidade de vida das populações locais, desenvolvimento sustentável das regiões afetadas, nomeadamente agricultura, pecuária e turismo. Não promove discussão publica, necessária para o respeito das populações e do meio ambiente, criando desequilíbrios entre o meio rural e os grandes centros urbanos, com a construção de mega projetos longe dos principais centros de consumo. A opção de construção destes mega projetos deveria, também, ser contemplada em áreas onde a intervenção humana é mais significativa, poupando os territórios rurais a agressões significativas: desflorestação, degradação dos solos, ocupação de terrenos férteis, destruição de habitats; Não é admissível que a criação destas zonas seja possível sem estudos de impacto ambiental e respeito pelo ordenamento do território e sem a partilha publica da dimensão dos mega projetos, a sua localização e justificação fundamentada para a sua implementação. A construção de mega projetos deve respeitar a consulta e discussão publica, ser sustentada com estudos de impacto ambiental e em articulação com o desenvolvimento agrícola, turístico, cultural, paisagístico das regiões afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118487	Discordância	Não. Crime ambiental em nome da ganância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118486	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Manifesto a minha profunda preocupação face ao impacto do PSZAER no Oeste Alentejano, bem como a forma como este programa poderá afetar as restantes regiões do país, caso não se proceda a um diálogo efetivo com as populações das áreas visadas. Preocupa-me a capacidade do PSZAER em realmente assegurar que tanto o diálogo como as decisões sejam tomadas em conjunto com as populações das áreas afetadas. Este processo deve, imperativamente, permitir que os cidadãos locais decidam, em articulação com as empresas promotoras, o número de turbinas eólicas e painéis solares a instalar e os locais mais adequados para a respetiva implementação. É igualmente fundamental assegurar que as medidas compensatórias sejam justas e permanentes, vigorando durante todo o período de vida útil dos parques eólicos e solares. Portanto, apresento a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica vendo que as condições citadas acima não estão asseguradas. Meus melhores Cumprimentos, Veronika Simonovska	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118484	Discordância	Se querem mais painéis solares, removam o limite de 4kw para obrigar a ter um contador. MILHARES DE CICADAOS irão aumentar as suas instalações em casa. Milhares de GWh serão produzidos. Custo ambiental zero. Custo governamental zero.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118482	Discordância	Destruir a paisagem natural, flora, fauna e seus ecossistemas não é a solução para nos tornarmos um país mais ecológico e energeticamente sustentável. Que se acabe de vez com estas propostas e projectos e que se avance com medidas eficazes sem comprometer a nossa riqueza natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118481	Discordância	Não concordo, de todo, com esta estratégia associada a fontes de energia renováveis, mais concretamente, dos paineis solares. As mesmas implicam perda de território nacional pelas populações que delas dependem: todos nós. Destruir Natureza para implementar paineis solares extensissimos, com impactos sobre o solo correspondente completamente desconhecidos, mas certamente destruidores do equilibrio microbiano e capacidade de gerar vida para toda e qualquer forma que possa e necessite de viver dela, não é um passo inteligente. A desculpa do ecológico - onde gravitam muitos interesses económico-financeiros faz muito tempo - não pode servir para dar o agrément a projetos que vão somente alimentar entidades sem face, enormes, com interesses, como sejam os data centers e os seus impactos enormíssimos sobre as populações que habitam ou possam vir a habitar estes territórios. Já para nem falar na questão da água associada: estas extensões enormes afetam o ciclo da água, afetam o clima e, assim, afetam certamente um sistema que já se encontra assoberbado com tanta interferência no seu equilibrio holístico. Assim como os nossos corpos se encontram desequilibrados com tanta fonte de intoxicação e perturbação interna e externa, também estas estratégias irão contribuir para o desequilibrio de territórios mal geridos, mal aproveitados, mal amados pela sociedade, porque se criou a ideia que a Natureza e o trabalho a ela associado é de somenos importância. O que se deve implementar e incentivar, são projetos que devolvam o território às populações, que lhe devolvam a capacidade de os gerirem e aproveitarem, pensando sempre nas gerações vindouras que poderão continuar esse mesmo trabalho.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118480	Discordância	Energias renováveis sim, mas não de forma irresponsável! Deve ser dada prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, (Telhados, Coberturas, etc) antes de ocupar território natural. É necessário haver: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118479	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo pôr em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. Área prevista no Mapa das ZAER cerca de 18 vezes superior à necessária para o cumprimento das metas do PNEC 2030;	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118478	Discordância	Sou residente no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118477	Discordância	Sou a favor das energias renováveis, mas não à custa da Serra da Gardunha. Na minha opinião, este património natural merece ser preservado e devem ser procuradas alternativas para a instalação dos painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118476	Geral	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadão / cidadã) do concelho de XXX, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118475	Discordância	Não faz sentido	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118474	Discordância	O programa para acelerar a instalação de renováveis destina-se a 7% do território quando os dados dizem bastar menos de 1%. Será um bar aberto sem regras, com fortes impactos ambientais e total desrespeito pelas populações. As zonas escolhidas são sempre as mais pobres, porque o quintal sacrificado é sempre o de quem não se pode defender. O novo extrativismo verde serve para alimentar data centers, não para um desenvolvimento sustentável. O mesmo modelo que criou o problema é replicado em nome da solução.	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118473	Discordância	Numa altura em que as alterações climáticas manifestam-se de forma cada vez mais intensa e devastadora, a promoção das ZAER vai em sentido contrário, porque vai contribuir para a destruição dos habitats de muitos animais e flora, nomeadamente no abatimento de milhares e milhares de árvores. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projectos nas suas regiões, cujos impactos ambientais são amplamente gravosos. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da Natureza. A transição energética é importante e urgente, mas não pode sacrificar a natureza, o território e as comunidades. A produção de energia limpa deve privilegiar a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas, antes de ocupar áreas naturais e rurais. É de particular gravidade a região do Barroso, que engloba os concelhos de Boticas e Montalegre, declarada Património Agrícola Mundial (GIAHS) pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2018. Este reconhecimento deveria ser um orgulho nacional e uma bandeira de bom exemplo mundial. Mesmo do ponto de vista económico, esta caracterização poderá ser um rendimento económico para a região, se bem canalizado pelo sector do Turismo. Apenas as grandes empresas são beneficiadas, podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais, que vão ver o seu território profundamente alterado e degradado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118472	Discordância	Sou categoricamente contra este programa. A energia adicional será utilizada, essencialmente, apenas para futuros centros de dados; não traz qualquer benefício para a população, mas sim muitos danos, nomeadamente às pessoas, aos animais e à natureza. Irá destruir muitos meios de subsistência e pequenas estruturas económicas e não trará quaisquer vantagens económicas para a população local.	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118471	Discordância	Este tipo de projeto apenas destrói o habitat de tanta fauna e flora, impactando ainda o aumento de temperatura localmente. Os painéis solares devem ser colocados em zonas que não criem impacto ambiental, como telhados de estacionamentos, estruturas industriais e residenciais. Este projeto não apoio localmente a população das zonas implementadas, apenas transtorna o ambiente e natureza, em benefício de grandes empresas que apenas vão lucrar com estas medidas de transição ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118470	Discordância	Discordo da proposta apresentada. A proposta deve prever: - Limites reais à concentração e de projetos numa mesma região; - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas; - Manutenção da proteção das zonas húmidas, geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; É necessário participação publica real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. A prioridade devem ser soluções descentralizadas - autoconsumo, comunidades de energia – e implantação em áreas já artificializadas, antes de ocupar o território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118469	Discordância	Infelizmente, estas politicas só vêm acentuar as desigualdades territoriais e acelerar a desertificação do Interior. Acabam assim com o último recurso que resta no Interior, que é a natureza no seu estado puro! Mortágua já ajuda com a barragem da Aguieira em termos de energias renováveis, é inadmissível autorizar a destruição da nossa fauna e flora com painéis solares. Mortágua vive muito do eucalipto. NÃO á destruição da nossa massa florestal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118468	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Gondomar, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118467	Discordância	A Beira Baixa não deve ser transformada "numa plataforma industrial de produção energética", com a instalação de grandes centrais solares e linhas de muito alta tensão em áreas agrícolas e florestais. O planeamento energético deve ser "verdadeiramente sustentável, equilibrado e respeitador das comunidades" em termos ambientais e financeiros.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118466	Discordância	É preciso energias renováveis, sim, mas com respeito pelos espaços verdes. Há outras soluções mais respeitadoras pela biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118464	Discordância	Ich lehne den Bau jeglicher Solar-und Windparks sowohl in unserer Region als auch in anderen Regionen Portugals strikt ab. Die verheerenden Auswirkungen sollten mittlerweile jedem Menschen bekannt sein. Rejeito estritamente a construção de quaisquer parques solares e eólicos, tanto na nossa região como em outras regiões de Portugal. Os efeitos devastadores devem agora ser conhecidos por todas as pessoas Exmos(as) Senhores(as),	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118463	Discordância	Faço votos de que estes comentários contribuam para uma revisão profunda deste programa. Com os meus melhores cumprimentos, Maria Paula Fernandes Henriques	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118462	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118461	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Manifesto a minha profunda preocupação face ao impacto do PSZAER no Oeste Alentejano, bem como a forma como este programa poderá afetar as restantes regiões do país, caso não se proceda a um diálogo efetivo com as populações das áreas visadas. Preocupa-me a capacidade do PSZAER em realmente assegurar que tanto o diálogo como as decisões sejam tomadas em conjunto com as populações das áreas afetadas. Este processo deve, imperativamente, permitir que os cidadãos locais decidam, em articulação com as empresas promotoras, o número de turbinas eólicas e painéis solares a instalar e os locais mais adequados para a respetiva implementação. É igualmente fundamental assegurar que as medidas compensatórias sejam justas e permanentes, vigorando durante todo o período de vida útil dos parques eólicos e solares. Portanto, apresento a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica vendo que as condições citadas acima não estão asseguradas. Meus melhores Cumprimentos, Kashi Antheunis	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118460	Discordância	Assunto: Pronúncia em sede de Consulta Pública – Oposição Integral à Proposta do PSZAER Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e residente no Alentejo, venho por este meio manifestar a minha profunda discordância e oposição integral à totalidade da proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) a nível nacional, manifestando particular preocupação com os impactos severos previstos para a região onde habito. 1. O Erro Histórico da Monocultura e a Urgência de Memória A história recente de Portugal ensinou-nos os perigos de precipitar decisões em nome de metas externas. No passado, a pressa em cumprir iniciativas económicas e silvícolas resultou na plantação massiva e descontrolada de eucalipto. O resultado foi um desastre ecológico: destruição de ecossistemas hídricos, perda severa de biodiversidade devido à monocultura e um aumento dramático do risco de incêndios que o país ainda hoje paga bem caro. O presente programa eólico nacional corre o risco de repetir o mesmo erro crasso: uma solução industrial agressiva, de elevado custo financeiro e ambiental, promovida sob a capa da urgência ecológica, com impactos severos na avifauna local, afetando rotas migratórias e espécies protegidas em ecossistemas de estepe que são únicos na Europa. 2. O Défice Democrático e a Desconsideração do Poder Local Alterar regras para acelerar licenciamentos em todo o país, diminuindo o escrutínio público e contornando o parecer vinculativo dos municípios e das populações, é um retrocesso democrático profundo. Vai contra os	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118459	Discordância	Total discordância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118458	Discordância	Discordamos completamente com a massificação do nosso interior com mega projetos solares, não somos visto para o país, não contamos para o país. só para o que não interessa é que somos "convidados" a ceder. Queremos mais investimentos, queremos um interior que se afirme, que atraia mais famílias. Estes projetos vêm transformar o interior num deserto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118457	Discordância	Querem painéis solares? Metam nas casas, nos edifícios das cidades, nas estruturas à nossa volta e afins! Destruir natureza para painéis solares? NUNCA!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118455	Concordância	Vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Programa Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) É urgente criar um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional. Esse Plano deve reflectir sobre algumas das seguintes questões: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? O PSZAER parte, de um único pressuposto não comprovado: temos de aumentar a produção de energias renováveis. E em quanto temos de aumentar a produção? O cumprimento das metas do PNEC 30 só exige 1% da área do território, este programa desenha manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território. Este Mapa Verde consagra uma agravante ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, o que estimula a instalação das megacentrais. A definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo individual e colectivo, as comunidades de energia renovável, o pequeno sistema agrovoltaico integrado, as pequenas centrais em zonas degradadas e/ou artificializadas e os sistemas locais de armazenamento associados, como, aliás é considerado prioritário pela directiva RED III, estas são as questões que este Programa Sectorial deveria cumprir.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118454	Discordância	Venho pelo presente apresentar a minha discordância ao programa PSZAER, O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118453	Discordância	1) No large solar farm infrastructure should be allowed that ruins local environment, destroys nature, negatively affects local residents in small towns and villages in rural areas 2) This participa.pt website should be revised and improved and available in various languages BECAUSE many people now living in rural Portugal are NOT Portuguese and may not yet be proficient in the language but WILL have invested in, and be supportive of, local communities and SHOULD have a voice! The ability of ALL who may be affected to participate should be primary and pursued with purpose! The current website is INADEQUATE!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118451	Discordância	Boa tarde, chamo-me Catherine Rodrigues Serra, sou de Miranda do Corvo e é a localidade onde habito desde os meus 4 anos. Sempre fui de opinião formada que o nosso pais recebe muitas horas de sol por dia e durante o ano o que faz com que o nosso país seja um dos que mais horas solares tem na Europa. E também sempre me questionei o porquê de o governo não apostar em painéis solares em todos os edifícios públicos e não subsidiar painéis solares aos particulares. Porque se todos os edifícios públicos e privados tivessem painéis solares a energia solar era muito bem aproveitada! Sou bastante respeitadora do meio que me rodeia que é a Natureza, imprescindível á vida humana e de outras espécies. E por haver muitos topos de edifícios públicos e privados vazios não é de todo aceitável este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Abater árvores para implementar energias renováveis é contraditório e de uma total irresponsabilidade. A população portuguesa não está de acordo com esta proposta, por favor respeitem a nossa decisão. Sou totalmente contra esta proposta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118450	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Montemor-o-novo, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meusargumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118449	Discordância	Exmo.(a)s Senhores, Venho apresentar a minha participação na consulta pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Considero essencial acelerar a transição energética e aumentar a produção de energia renovável. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa da destruição de áreas naturais, florestas ou ecossistemas com elevado valor ambiental. Uma energia só pode ser verdadeiramente "verde" se, no balanço final, existir um benefício ambiental global. Destruir floresta, habitats naturais e biodiversidade para instalar parques solares ou eólicos representa uma contradição que compromete o próprio objetivo da transição ecológica. Em vez de ocupar solos naturais, deveriam ser privilegiadas áreas já artificializadas ou degradadas, como parques de estacionamento, coberturas de edifícios industriais e comerciais, zonas industriais, pedreiras desativadas e outras infraestruturas já existentes. Estas soluções são, por vezes, mais complexas e exigem melhor planeamento, mas reduzem significativamente os impactos ambientais. A pressão para aumentar rapidamente a produção de energia renovável não pode servir de justificação para sacrificar património natural que demorou décadas ou séculos a formar-se. A proteção da biodiversidade e dos ecossistemas deve ser considerada um critério essencial na definição das zonas de aceleração.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118448	Discordância	Proteger as áreas de floresta e paisagem natural é indispensável ao futuro. Energia renovável deveria ser utilizada de ser forma consciente, em zonas já urbanizadas como edifício, casas e parques de estacionamento e que não afetem de modo algum a biodiversidade. Este uso abusivo de terrenos e florestas nada tem de renovável. Estamos a destruir ecosistemas para produzir energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118447	Discordância	Manifesto a minha oposição ao projeto PSZAER por considerar que este não serve verdadeiramente o interesse público, mas privilegia interesses económicos privados, sem atender de forma suficiente à vontade das populações afetadas e às características do território. Este projeto parece responder prioritariamente às necessidades e objetivos das empresas promotoras, sem demonstrar que coloca em primeiro lugar o bem-estar das populações, a proteção do território e a salvaguarda da qualidade de vida das comunidades afetadas. Considero igualmente que a vontade das populações locais não foi devidamente considerada ao longo do processo. A participação pública só faz sentido se as preocupações, objeções e contributos apresentados pelos cidadãos tiverem uma influência efetiva nas decisões, e não apenas um caráter meramente formal. Entendo que o interesse público deve prevalecer sobre interesses económicos particulares, sendo essencial garantir que qualquer decisão resulte de um processo transparente, equilibrado e verdadeiramente participado, que respeite os direitos das populações e assegure a proteção do território e do ambiente. Por estas razões, considero que o projeto, na sua forma atual, não deve ser aprovado. Acredito que a designação de "energia verde" ou "energia limpa" não pode ser utilizada para justificar projetos que implicam a destruição ou degradação significativa de ecossistemas, habitats naturais, paisagens e biodiversidade. A transição energética é necessária, mas não deve ser feita à custa da natureza nem da qualidade de vida das comunidades locais. Uma energia cuja produção depende da ocupação intensiva do território, da remoção de vegetação, da fragmentação de habitats e da perda de património natural não pode ser considerada verdadeiramente sustentável apenas por reduzir as emissões de carbono. A sustentabilidade exige um equilíbrio entre os objetivos climáticos, a conservação da natureza e o respeito pelas populações. Acresce que os efeitos negativos destes projetos devem ser avaliados de forma cumulativa e no contexto das alterações ambientais já em curso, incluindo as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a degradação dos solos e a escassez de recursos hídricos. A pressão adicional sobre os ecossistemas pode comprometer a sua capacidade de adaptação e de prestação de serviços ambientais essenciais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118446	Discordância	A partir do momento em que se tira floresta para colocar infraestrutura humana, já é muito mau. Não só para efeitos locais como nacional. Para não falar da destruição de habitats de animais e plantas da região Sou geografa física com mestrado em ordenamento do território e conheço o terreno no concelho de Oleiros, portanto sei o que estou a falar. Não desvalorizando a importância das energias renováveis, não têm de substituir florestas por painéis humanizados!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118445	Discordância	Ficheiro em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118444	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidada do concelho de Ourém/Leiria/Aljezur, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano em documento anexo. Cordialmente,	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118443	Discordância	Os painéis para produção de energia renovável podem ser colocados em outros locais que não impliquem a destruição da nossa natureza e meio ambiente. Existem muitas empresas com bastas coberturas que podem contribuir para uma melhor integração desta necessidade, por exemplo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118442	Discordância	Sem impactos graves no ambiente. Protege o nosso futuro	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118441	Discordância	Vivemos em democracia e todos os intervenientes devem ser ouvidos atempadamente. Muito obrigada	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118440	Discordância	A Beira Baixa é uma região muito particular onde se fundem vários mosaicos de paisagem, onde também é bem evidente a fronteira entre o Norte e o Sul e o Oeste atlântico e Este mediterrânico. Já Orlando Ribeiro nos anos 40 fazia eco dessas evidências. A região sempre foi pioneira em várias fontes de produção de energia, mas nunca até hoje puseram em causa as populações, seus modos de vida, meio ambiente e turismo. Estas megas centrais ficarão demasiado próxima de muitas aldeias que conheço muito bem, vai alterar radicalmente a paisagem para pior, destruindo solos, habitats de animais, plantas, impacto visual, aumento da temperatura, ruído, etc. Muitas pessoas, nacionais e estrangeiros, têm procurado a Beira Baixa para viver, fruir, ter paz e conexão com a natureza. Estimulando o comércio local, criando projetos comunitários, de autossuficiência, recuperando ruínas e terrenos outrora abandonados. Esta economia circular, ecológica tem contribuído para a sustentabilidade de pequenos negócios familiares. Estes novos rurais urbanos, ou de muitas partes do mundo, nomeadamente europeus têm contribuído para o rejuvenescimento da região. No período 2021-2025, foi a região do interior que mais aumentou de população em Portugal. Muitas famílias gastaram as suas economias para fazerem aqui o seu projeto de vida. O aumento da temperatura irá agravar o estado de saúde de várias pessoas e tornar a região mais inóspita, logo menos competitiva. O abate selvagem de tantas árvores, nomeadamente azinheiras e sobreiros vão empobrecer o território, pois este património natural leva dezenas de anos a formar-se, além de serem grande sequestradores de carbono, a biodiversidade será arrasada, as linhas de água e as faixas arbóreas ripícolas também. Vários territórios com chancela da UNESCO e da região de turismo da Serra da Estrela, tem várias vilas, aldeias históricas, lugares que são referenciados a nível nacional e internacional pelo turismo de Portugal, a natureza e o edificado típico da região são o fio condutor que encanta quem as visita e a serenidade de quem habita o território. A Beira Baixa tem espaço para ter pequenos parques solares em territórios não agrícolas que estejam longe das populações e não causem impactos visuais, sonoros, saúde, acessibilidades e danos na economia. Foram prometidos regadios para zonas onde agora são elegíveis para mega parques solares...., não somos enquanto país autossuficientes na área agrícola porque não avançam esses regadios..., já que uma das coisas mais necessárias na região é ter acesso a água. Por que não avançam as barragens há décadas prometidas, isso sim, iria criar um grande dinamismo e visão de futuro. Mais potencial agrícola, florestal, paisagístico, clima, reserva de água, regularização dos caudais, turismo e valorização do património privado e público. Em 2024, a Beira Baixa foi galardoada com o melhor queijo do mundo, não estraguem o que a natureza nos deu. Há muito investimento para ser feito aqui, certamente não serão os mega parques solares. Os	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118438	Discordância	A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. A transição energética não pode ser feita CONTRA a biodiversidade, contra a gestão integrada do território, contra as populações que nele habitam, contra a protecção dos solos, das linhas de água e das zonas ecológicas sensíveis. Não pode ser feita na lógica de puro extrativismo, tem de ter uma visão a médio e longo prazo, de desenvolvimento harmonioso e equilibrado do sistema como um todo. Peço: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118437	Discordância	Apresento aqui a minha opinião sobre os planos para a zona de desenvolvimento PSZAER. Anexo um relatório que fundamenta esta opinião. Partilho esta opinião com os vizinhos de Cardal Peq Marc Roelofs Cindy Godfriedt	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118436	Discordância	Não concordo com a extinção da necessidade de avaliação de impacto ambiental caso a caso. Traz demasiados riscos, e apenas tem em conta questões económicas!!! Porque é que este governo quer transformar Portugal nos EUA???? Temos de aumentar a regulamentação e proteção do ambiente e animais, e não o contrário! Porque isso põe em causa directamente a sobrevivência humana. Porque não instalar painéis solares em vários edifícios e estruturas públicas e privadas rentabilizando esses espaços??	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118435	Discordância	Porque acho que não é justo nem benéfico para quem lá vive, por razões ecológicas e razões socioeconómicas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118434	Discordância	Por favor, não destruam este belo país. Nada justifica a destruição desta terra gloriosa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118433	Discordância	A proposta de criação de zonas verdes para energias renováveis em Portugal parece demasiado vaga; deveria incluir uma consulta pública.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118432	Discordância	Manifesto a minha oposição ao projeto PSZAER por considerar que este não serve verdadeiramente o interesse público, mas privilegia interesses económicos privados, sem atender de forma suficiente à vontade das populações afetadas e às características do território. Este projeto parece responder prioritariamente às necessidades e objetivos das empresas promotoras, sem demonstrar que coloca em primeiro lugar o bem-estar das populações, a proteção do território e a salvaguarda da qualidade de vida das comunidades afetadas. Considero igualmente que a vontade das populações locais não foi devidamente considerada ao longo do processo. A participação pública só faz sentido se as preocupações, objeções e contributos apresentados pelos cidadãos tiverem uma influência efetiva nas decisões, e não apenas um caráter meramente formal. Entendo que o interesse público deve prevalecer sobre interesses económicos particulares, sendo essencial garantir que qualquer decisão resulte de um processo transparente, equilibrado e verdadeiramente participado, que respeite os direitos das populações e assegure a proteção do território e do ambiente. Por estas razões, considero que o projeto, na sua forma atual, não deve ser aprovado. Acredito que a designação de "energia verde" ou "energia limpa" não pode ser utilizada para justificar projetos que implicam a destruição ou degradação significativa de ecossistemas, habitats naturais, paisagens e biodiversidade. A transição energética é necessária, mas não deve ser feita à custa da natureza nem da qualidade de vida das comunidades locais. Uma energia cuja produção depende da ocupação intensiva do território, da remoção de vegetação, da fragmentação de habitats e da perda de património natural não pode ser considerada verdadeiramente sustentável apenas por reduzir as emissões de carbono. A sustentabilidade exige um equilíbrio entre os objetivos climáticos, a conservação da natureza e o respeito pelas populações. Acresce que os efeitos negativos destes projetos devem ser avaliados de forma cumulativa e no contexto das alterações ambientais já em curso, incluindo as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a degradação dos solos e a escassez de recursos hídricos. A pressão adicional sobre os ecossistemas pode comprometer a sua capacidade de adaptação e de prestação de serviços ambientais essenciais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118431	Discordância	Discordo, seria adequado ter um llano alternativo à destruição florestal massiva a fim de gerar energia. Existem meios alternativos que não impactuam tanto!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118430	Discordância	Discordo totalmente Parece-me que este programa segue uma estratégia que, na prática, irá destruir áreas naturais em vez de as proteger. A vegetação que se pretende remover não é apenas um conjunto de árvores ou arbustos. Trata-se de ecossistemas completos, onde vivem inúmeras espécies de fauna e flora, que desempenham um papel essencial no equilíbrio ambiental. A destruição destes habitats terá consequências que dificilmente poderão ser revertidas e poderá agravar o desequilíbrio ecológico da região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118429	Discordância	Considero que não será este tipo de intervenção que, a longo prazo, nos protegerá das alterações climáticas. Pelo contrário, acredito que a melhor forma de enfrentar o aquecimento global passa por preservar e reforçar o equilíbrio entre o ser humano e a natureza, mantendo os ecossistemas saudáveis e funcionais. Tenho um exemplo concreto da minha própria experiência. No passado, o Pinhal de Leiria funcionava como uma barreira natural que protegia a minha habitação dos ventos mais fortes. Após a destruição de grande parte desse pinhal, essa proteção desapareceu e, durante a última tempestade, a minha casa sofreu danos significativos. Este caso demonstra como os ecossistemas naturais prestam serviços ambientais fundamentais que, muitas vezes, só valorizamos quando deixam de existir. Por estas razões, considero que este projeto deve ser reavaliado, privilegiando soluções que conciliem a proteção das pessoas com a conservação dos ecossistemas, em vez da destruição da vegetação existente. Preservar a natureza não é um obstáculo ao combate às alterações climáticas; é uma das suas principais solucões.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118428	Discordância	Não podemos, de olhos fechados, aceitar todas as propostas de ocupação de espaços para energias renováveis. Temos de respeitar as nossas preciosas árvores (e plantar muitas mais) e não aceitar que se cortem árvores para colocar painéis solares ou eólicas. Discordo da proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis na sua forma atual, por considerar que não assegura, de forma suficiente, a proteção da biodiversidade e dos valores naturais do território. A aceleração da instalação de infraestruturas de produção de energia renovável não deve comprometer a conservação dos ecossistemas nem reduzir as garantias de avaliação ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118427	Discordância	Considero fundamental reforçar a proteção dos corredores de conectividade ecológica, essenciais para espécies ameaçadas como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, bem como garantir uma avaliação rigorosa dos impactes cumulativos resultantes da concentração de parques eólicos, centrais solares, linhas elétricas e restantes infraestruturas associadas. Defendo igualmente que seja dada prioridade à instalação destes projetos em áreas já artificializadas ou degradadas, evitando a ocupação de áreas naturais e habitats de elevado valor ecológico. A transição energética é um objetivo indispensável, mas deve ser acompanhada por um planeamento territorial responsável, baseado no conhecimento científico e no princípio da precaução, garantindo que a produção de energia renovável é compatível com a conservação da natureza e a proteção das espécies mais vulneráveis.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118426	Discordância	Sou totalmente contra a implantação destas falsas energias renováveis no NOSSO território destruindo a mãe natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118425	Discordância	A proposta de criação de zonas verdes para energias renováveis em Portugal parece demasiado vaga; deveria incluir uma consulta pública.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
118424	Discordância	Não precisamos de "semear" painéis solates. Precisamos sim, de floresta...	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118423	Discordância	No âmbito da Consulta Pública relativa ao Plano Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta apresentada, por considerar que a mesma não assegura uma adequada proteção do património natural, da biodiversidade, da paisagem, dos recursos hídricos, dos solos agrícolas e florestais, nem garante uma avaliação suficientemente rigorosa dos impactes cumulativos decorrentes da sua implementação. A transição energética constitui um objetivo essencial para combater as alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, essa transição apenas será verdadeiramente sustentável se respeitar os princípios da prevenção, da precaução, da proporcionalidade e do desenvolvimento sustentável, conciliando a produção de energia renovável com a proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e dos territórios que lhes dão suporte. O PSZAER parece assentar numa lógica de aceleração administrativa que privilegia a rapidez dos procedimentos em detrimento da qualidade do ordenamento do território e da salvaguarda dos valores ambientais. A aceleração do licenciamento não pode significar uma redução das garantias ambientais nem uma menor exigência na avaliação dos impactes sobre o património natural. Apesar da crescente contestação que grandes projetos energéticos têm suscitado em diversas regiões do país, continua a privilegiar-se um modelo de produção centralizada e de grande escala, baseado na ocupação extensiva do território rural e florestal, quando existem alternativas menos impactantes, como o autoconsumo, as comunidades de energia, a produção distribuída e a instalação prioritária em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118422	Reclamação	unto se envia o documento para os fins tidos por convenientes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118421	Discordância	- Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118420	Discordância	- Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural. A análise dos riscos/benefícios nem sempre são isentas e imparciais. Penso que não são tidos em conta todos os parâmetros para uma análise isenta e prevalecem sempre os interesses de grandes grupos. Muitas vezes, não se medem as consequências destes empreendimentos, olhando apenas para o primeiro benefício sem ter em conta o longo prazo e as respectivas consequências.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118419	Discordância	Devemos utilizar e recorrer a energias renováveis, mas não podemos aceitar uma delimitação indefinida, pondo em causa o nosso território, espaços verdes, paisagem e ar puro.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118418	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. As necessidades energéticas devem ser supridas apelando à construção local de centros solares, ao uso de paisagens já artificializadas. Quando todos os edifícios públicos e privados estejam já providos de painéis solares a gestão energética será feita localmente e os consumidores poderão até ter benefícios a nível económico. A destruição de paisagens que são fulcrais para a vida para instalação de painéis solares é um crime ambiental. Acelerar este processo tentando para isso passar por cima de estudos de impacte ambiental e avaliação de estragos é absolutamente inaceitável . A paisagem do nosso país não é apenas bela e feita de estética, a paisagem é território cheio de fauna e flora. A destruição desses habitats tem impactos gravíssimos nos territórios imediatos e circundantes . Os impactos são ambientais e sociais, prejudicando transversalmente as populações humanas e a fauna e flora. A transição energética deve ser feita mas não à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe. Estes processos devem ser dinamizados localmente, criando comunidades energéticas em articulação com os municípios e as populações locais, sendo fulcral descentralizar decisões e a valorizar dos instrumentos de ordenamento do território. Porquê ocupar de solos agrícolas e florestais por grandes centrais solares? As consequências são não só a destruição da paisagem, há impactos na biodiversidade, efeitos na saúde pública e nas alterações climáticas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118417	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) # 1. Enquadramento e posição geral Venho apresentar o meu contributo no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestando uma profunda preocupação relativamente à abordagem territorial proposta. Reconheço plenamente a urgência da transição energética, a necessidade de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e a importância estratégica da produção de energia a partir de fontes renováveis. Contudo, a aceleração da transição energética não pode ser feita através de soluções que comprometam outros valores ambientais fundamentais, nomeadamente a biodiversidade, os serviços dos ecossistemas, a qualidade da paisagem, os solos agrícolas, a disponibilidade de recursos naturais e a coesão territorial. Uma verdadeira transição ecológica deve integrar simultaneamente os objetivos climáticos e a proteção dos sistemas naturais que permitem a adaptação às alterações climáticas. A substituição de combustíveis fósseis por energias renováveis não deve resultar numa transferência dos custos ambientais para territórios rurais, ecossistemas sensíveis ou comunidades com menor capacidade de intervenção nos processos de decisão. O PSZAER deve, por isso, ser avaliado não apenas pela capacidade de acelerar a instalação de potência renovável, mas também pela qualidade ambiental, eficiência energética, justiça territorial e sustentabilidade	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118416	Discordância	A proposta de delimitação das ZAER carece de uma revisão substancial. Exige-se a exclusão rigorosa de áreas florestais produtivas, assegurando uma abordagem coerente que proteja o capital natural e os serviços ecossistémicos. • Excluir da delimitação das ZAER as áreas florestais produtivas, os terrenos baldios e as áreas integradas em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). • Priorizar a instalação de projetos de energias renováveis em áreas já artificializadas ou degradadas, designadamente coberturas de edifícios, parques industriais, antigas explorações mineiras, aterros encerrados. • Garantir a compatibilização da política energética com a política florestal, a conservação da natureza e os instrumentos de gestão territorial, promovendo uma abordagem integrada e coerente. • Salvaguardar o papel estratégico da floresta portuguesa enquanto sumidouro de carbono, suporte da bioeconomia, reguladora do ciclo hidrológico e elemento essencial da resiliência às alterações climáticas. • Rever a proposta de delimitação das ZAER de forma a assegurar que a aceleração da transição energética decorre sem comprometer o capital natural, os serviços dos ecossistemas e os restantes interesses públicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118415	Sugestão	Apoio plenamente a transição energética e reconheço a necessidade de acelerar a produção de energia renovável. No entanto, considero que o PSZAER, na sua redação atual, não assegura um equilíbrio adequado entre a descarbonização e a conservação da natureza. A aceleração do licenciamento não deve comprometer a proteção dos ecossistemas nem os investimentos públicos e europeus realizados na recuperação da biodiversidade. A proposta não acautela de forma suficiente os impactos cumulativos da concentração de centrais renováveis e das respetivas infraestruturas elétricas, nem garante a proteção efetiva dos corredores de conectividade ecológica essenciais para espécies como o lobo-ibérico, o lince-ibérico, diversas aves de rapina, aves estepárias, morcegos, entre outros grupos taxonómicos, por exemplo, polinizadores. Solicito que o programa seja revisto de forma a incluir: - Limites claros à concentração de projetos de energias renováveis numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica e de outras áreas fundamentais para a biodiversidade. - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos das centrais e das linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção das zonas húmidas, Geoparques UNESCO e restantes áreas classificadas ou de elevado valor ecológico. - Garantia de participação pública efetiva nas fases subsequentes de planeamento e implementação. - Prioridade à instalação de projetos em áreas já artificializadas e ao desenvolvimento de soluções descentralizadas, como o autoconsumo e as comunidades de energia, antes da ocupação de áreas naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118414	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos na região sul do Alentejo, uma zona conhecida pela sua paisagem singular, tranquilidade e beleza natural. Enquanto cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar as nossas preocupações e contribuir para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Há anos que vivemos exclusivamente com energia solar, plantando árvores, protegendo o solo e os recursos hídricos e esforçando-nos diariamente por contribuir para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio se aplica à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma escala e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Este projeto inclui três turbinas com mais de 180 metros de altura, localizadas muito perto de zonas residenciais, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve potenciais impactes relacionados com o ruído, sombras projetadas, alteração da paisagem e qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novas vias de acesso, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem ainda representa um desafio.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118413	Discordância	O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, tranquilidade, biodiversidade e autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser Sou contra o programa setorial das zonas de aceleração da implantação de énergias renovelaveis!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118412	Discordância	As energias verdes deixam de ser verdes se tiver que haver sacrifício da nossa biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Manifesto a minha discordância relativamente à criação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), tal como estão atualmente propostas.	
118410	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. Contudo, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural, da redução da participação das comunidades locais e da fragilização da avaliação ambiental. Em particular, considero preocupantes os seguintes aspetos: 1. Impacto na biodiversidade e nos ecossistemas. A instalação de grandes centrais solares e parques eólicos em áreas naturais implica frequentemente o abate de milhares de árvores, a destruição e fragmentação de habitats e a perturbação de inúmeras espécies da fauna e da flora. Combater as alterações climáticas não deve significar criar novos problemas ambientais. 2. Redução da capacidade de decisão das populações e do poder local. As ZAER diminuem, na prática, a capacidade das populações, das juntas de freguesia e das câmaras municipais influenciarem ou rejeitarem projetos que terão impactos diretos nos seus territórios. As comunidades locais devem continuar a ter uma voz efetiva nas decisões que afetam a sua qualidade de vida. 3. Enfraquecimento da avaliação ambiental. A simplificação dos procedimentos pode traduzir-se numa menor capacidade de organismos como a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) exercerem plenamente a sua missão de proteção do	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118409	Discordância	Enorme impacto negativo da biodiversidade, habitats, fauna e qualidade de vida	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118408	Discordância	Em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118407	Discordância	Não concordo com projetos que não melhoram a qualidade de vida das populações, destroem o ambiente e enriquecem as grandes empresas. Não é isso que quero para o meu país.	Obrigada pela sua participação.
		A implementação de centrais solares é contraproducente, destrói habitats, destrói zonas verdes e apenas beneficia grandes empresas que as explora. Aumentar a capacidade solar de Portugal deverá passar por colocar os paineis onde não há impacto negativo para a natureza como em telhados de casas, beneficiando diretamente os residentes portugueses.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118406	Discordância	Baixar iva de painéis solares e nao subsidiar grandes empresas deverá ser o caminho. Para além disso abrir áreas enormes a potencial de exploração sem qualquer estudo de impacto ambiental e consultas públicas específicas é apenas mais uma forma de ignorar os cidadãos e oferecer o nosso país de mão beijada a interesses financeiros. Há mais vertentes para além da economia. Entregamos o nosso futuro ao capitalismo por ganhos rápidos sem pensar num futuro sustentável para as gerações futuras. Ainda agora passou por cá uma onda de calor. Destruir habitats não as vai melhorar.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118405	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã e interessada na salvaguarda do território, apresento o meu parecer de discordância sobre a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestando a minha profunda preocupação e desacordo face aos seguintes aspetos do documento em análise: – Ausência de limites à concentração de projetos (Saturação Territorial) A proposta atual não prevê tetos máximos nem distâncias mínimas que impeçam a sobreposição excessiva de parques eólicos ou solares numa mesma região ou freguesia. Esta omissão abre caminho para a criação de autênticas "ilhas industriais" energéticas, descaracterizando por completo a paisagem, sufocando as economias locais e prejudicando o valor imobiliário e social das comunidades afetadas. Exijo a inclusão de critérios cumulativos rigorosos que limitem a densidade de projetos por área geográfica. – Falta de avaliação prévia de impactos locais A pretexto da simplificação burocrática e da aceleração do licenciamento, o programa negligencia a avaliação individualizada e detalhada dos impactos biofísicos e socioeconómicos nas zonas de implantação. A transição energética não pode ser feita à custa da destruição da biodiversidade local, da perda de solos agrícolas e florestais, nem do bem-estar das populações que residem junto a estas áreas. É imperativo que os mecanismos de simplificação não anulem a obrigatoriedade de estudos de impacte ambiental sérios e ajustados à realidade de cada território. Face ao exposto, solicito que estas preocupações sejam tomadas em consideração e que o programa setorial final seja revisto, integrando salvaguardas explícitas de proteção ao território e limites claros à massificação	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118404	Discordância	Não concordo com implantação de energias renováveis em zonas florestais e agrícolas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118403	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118402	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118401	Discordância	Destruição Ambiental e Biodiversidade: A instalação de milhares de hectares de painéis exige a limpeza do terreno, levando ao abate massivo de sobreiros e azinheiras e colocando em risco habitats de espécies protegidas. Ocupação Agrícola e Florestal: Os solos férteis ou historicamente dedicados à agricultura tradicional e pastorícia estão a ser substituídos por mares de ferro, alumínio e plástico. Ordenamento do Território Deficiente: Crítica à falta de um plano nacional e regional estruturado, permitindo a saturação de concelhos alentejanos (como Évora e Ferreira do Alentejo) e a perda de identidade da paisagem. Falta de Benefício Local: Embora produzam energia, estes parques megalómanos geram poucos postos de trabalho permanentes e a energia é frequentemente escoada para fora da região ou do país, sem compensação direta para as comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118400	Discordância	não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
118399	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118398	Discordância	Discordo da não avaliação dos impactos provocados pela aceleração da implementação de energias renováveis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118397	Discordância	SIm a natureza e nao aos paineis solares. Paineis solares so em telhados e parques de estacionamento.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118395	Discordância	Discordo com esta proposta. Tem que haver uma valorização do interior e não o contrário como esta proposta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118394	Discordância	Nao apoio o desflorestamento de terrenos para a colocação de paineis solares. As alterações climáticas combatem se com mais arvores e melhores transportes públicos e mais consciência ambiental por parte das empresas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118393	Discordância	A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. A transição ener´gética não pode ser feita CONTRA a biodiversidade, contra a gestão integrada do território, contra as populações que nele habitam, contra a protecção dos solos, das linhas de água e das zonas ecológicas sensíveis. Não pode ser feita na lógica de puro extrativismo, tem de ter uma visão a médio e longo prazo, de desenvolvimento harmonioso e equilibrado do sistema como um todo. Peço: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118392	Discordância	Plantem mais arvores e deixem se de hipocrisia de energias intermitentes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118390	Discordância	A implantação de paineis solares é um atentado à natureza tantos às espécies vegetais quanto animais. Estes projectos não podem ser feitos sem o devido estudo de impacte ambiental. O nosso país não pode ser destruido em nome de uma protecção do ambiente que na realidade é uma falácia e só serve interesses económicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118389	Discordância	O objetivo da União Europeia é descarbonizar e não a implantação de renováveis. Antes de termos atalhos para fazer centrais de painéis solares em áreas aráveis, abatendo árvores centenárias ou floresta biodiversa, devemos procurar incluí-las em zonas urbana. Acrescento que todos os projetos de centrais fotovoltaicas devem ser avaliados individualmente correndo risco de causarmos mais dano ambiental do que aquele que queremos prevenir com a produção elétrica renovável.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118388	Discordância	Discordo com esta proposta. Não tem noção do que estão a propor para o ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118387	Discordância	O PSZAER propõe a designação de uma área muito extensa do interior do país como Zona de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), abrangendo um número de hectares muito superior às necessidades energéticas nacionais. Muitas destas áreas possuem elevado valor ambiental, agrícola e paisagístico, e a sua classificação poderá reduzir as salvaguardas atualmente asseguradas pela Avaliação de Impacte Ambiental. Quem vive no interior conhece bem as consequências que este modelo pode ter: artificialização do território, degradação da paisagem, perda de biodiversidade e comunidades locais afastadas dos processos de decisão. Por isso, solicito que o programa seja revisto, garantindo que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental nem de processos efetivos de informação, participação e discussão pública com as comunidades afetadas, independentemente de se localizar ou não numa ZAER. Defendo ainda que a prioridade para a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável seja dada a áreas já artificializadas, como zonas industriais, parques de estacionamento, margens de vias de comunicação, edifícios e coberturas, evitando a ocupação desnecessária de solos agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico. O interior de Portugal não pode continuar a ser encarado como um território de sacrifício. A transição energética deve ser compatível com a proteção do património natural, da paisagem, da agricultura e dos direitos das populações locais. Discordo veementemente deste projeto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118386	Discordância	Este projeto vai destruir por completo a beleza natural da região. Não é nada agradável ver estas quintas e aldeias encantadoras rodeadas por painéis solares pretos e extremamente feios. É uma pena que isto esteja a ser proposto. Há tanta vida selvagem por aqui. As áreas em redor das nossas terras estão a ser gradualmente regeneradas e estão a ser feitos investimentos na restauração de ruínas antigas, trazendo de volta a vida tão necessária a estas belas aldeias. Por favor, não vendam este belo e orgulhoso concelho	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118385	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Como jovem que, após concluir os estudos, tomou a decisão consciente de regressar à sua terra natal, no concelho da Covilhã, sinto o dever cívico e humanista de defender a Beira Interior de uma transição energética que, a avançar nestes moldes, ameaça descaracterizar a nossa paisagem, destruir os nossos habitats e promover ainda mais o despovoamento do interior. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões, nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. A minha oposição assenta nos seguintes pontos fundamentais: Proteção de um território já fustigado: Todos os anos, a nossa região é fustigada por incêndios rurais devastadores que destroem a biodiversidade, a floresta e ameaçam vidas humanas e animais. O nosso ecossistema e as nossas populações já carregam um fardo pesado de perda. Impor megacentrais e infraestruturas pesadas nestas zonas não ajuda a preservar o território; pelo contrário, acrescenta pressão sobre paisagens que deviam estar em processo de recuperação e proteção ativa. A narrativa de que a introdução de animais (como ovelhas) nestas centrais compensa o impacto ambiental é insuficiente e desrespeita a complexidade ecológica dos nossos habitats.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
118383	Discordância	Os estudos de impacto ambiental devem manter se obrigatórios	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118382	Discordância	Eu Ausenda Maria Belo Lopes, residente em Perais - VILA VELHA DE RÓDÃO - Castelo Branco, venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: Faço parte de uma assembleia de freguesia e esta informação não me chegou pelas autarquias. Vivi os meus primeiros 33 anos em Lisboa e há 21 decidi mudar-me para aqui, para dar continuidade ao que era dos meus antepassados, com cada vez mais dificuldades, as mudanças climáticas são cada vez mais agrestes e as perdas vão se notando nas arvores de fruto, nas espécies autóctones - animais e plantas, nos polinizadores, precisamos de mais ajuda e não de destruidores massivos e de dinheiro fácil para uns e para outros que basta um dia de esquecimento ou uma falha na plantação de palha porque as chuvas intensas e as tempestades não permitiram e já perderam um pequeno subsidio e que ainda têm de colmatar com o próprio ordenado/reforma se querem manter os seus rebanhos vivos. Vamos perder património e identidade: paisagens lugares de caça rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais na paisagem, zona de turismo de sossego. Tudo o que é evasivo e produções intensivas ou massivas são nefastas a todo o ambiente e ecossistema. Temos um principio constitucional a ser violado constantemente, e ninguém faz nada, estas acelerações massivas serão a gota de água da destruição.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118380	Discordância	Não só abate de área florestal!!!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118377	Discordância	Acho que a energia eólica e solar são super importantes. No entanto, considero importantissimo que seja feito uma avaliação de impacto ambiental caso a caso - coisa que este projeto exclui. O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício. A transição energética é possível, mas sem destruir os ecossistemas e os territórios! Sílvia Coimbra	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118376	Discordância	O que estão a fazer é criminoso! Destruir floresta em nome de energia limpa é altamente enganador. Criminosos!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118375	Discordância	Apoio a transição energética e a expansão das energias renováveis, mas discordo de qualquer modelo que reduza a participação efetiva das populações e dos municípios nas decisões sobre o território. A rapidez dos processos não pode comprometer a transparência, a avaliação rigorosa e o direito das comunidades a serem ouvidas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118374	Discordância	Sou a favor da implementação de energias renováveis, mas sem os impactos paisagisticos e ambientais que este programa implica. Sou a favor de colocar painéis solares nos telhados dos edifícios, em todos os parques de estacionamento deste país, que além da produção de energia, faz sombra e diminui a temperatura das zonas asfaltadas dos parques de estacionamento, mas nunca colocar mega estruturas artificiais em ecossistemas naturais e paisagisticamente relevantes em nome da energia verde. Não podemos destruir a paisagem, os ecossistemas e a natureza em nome da energia verde. As grandes cidades são as grandes consumidoras de energia e têm de ser nos maiores locais de consumo que têm de ser construídas as infraestruturas para a produção de energia verde e não no interior do pais onde a natureza foi mantida e preservada e agora levar com o impacto paisagistico e ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118373	Discordância	Acelerar sim, destruir não!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118372	Discordância	Discordo totalmente! Basta de destruir as areas verdes em Portugal!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118371	Discordância	Estou contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118370	Discordância	Serve o presente para manifestar a minha discordância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118369	Discordância	PARTICIPAÇÃO DA ENDURING LIGNES – ASSOCIAÇÃO A ENDURING LIGNES – ASSOCIAÇÃO, associação sem fins lucrativos com sede na freguesia de Panóias de Cima, concelho da Guarda, constituída para promover a defesa dos direitos e interesses ambientais, territoriais, culturais, patrimoniais e sociais das populações e das suas tradições, bem como o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, vem apresentar a sua participação na consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Após análise da documentação disponibilizada, a Associação manifesta a sua oposição à aprovação da proposta, por considerar que subsistem dúvidas relevantes quanto à adequada salvaguarda dos valores ambientais, territoriais, agrícolas, paisagísticos, patrimoniais e sociais que os seus estatutos impõem defender. A Associação entende que a proposta não demonstra, de forma suficientemente clara e transparente, que as opções territoriais adotadas resultem de uma ponderação equilibrada entre a produção de energia renovável e a proteção dos restantes interesses públicos igualmente constitucional e legalmente protegidos. Em particular, suscitam preocupação os potenciais impactos sobre solos agrícolas, paisagens rurais, ecossistemas, património cultural, qualidade de vida das populações e identidade dos territórios abrangidos, bem como os efeitos cumulativos decorrentes da crescente concentração de grandes infraestruturas energéticas em zonas do interior do país. A Associação considera igualmente insuficiente a informação disponibilizada aos cidadãos para permitir uma participação plenamente esclarecida, nomeadamente quanto aos critérios concretos de seleção das áreas propostas, às alternativas consideradas, à ponderação dos impactes cumulativos e à fundamentação técnica das opções adotadas. Face à dimensão e às consequências potencialmente irreversíveis das decisões em causa, entende que o procedimento deveria assegurar um nível acrescido de transparência, fundamentação técnica e envolvimento efetivo das comunidades locais. A Associação defende que a transição energética constitui um objetivo estratégico nacional, mas entende	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118367	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118366	Discordância	Sou conta painéis na serra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118364	Discordância	Discordo veementemente desta aceleração forçada do PSZAER. Em vez de empurrar mais zonas de aceleração sem uma avaliação séria dos impactos cumulativos, devíamos primeiro proteger as áreas agrícolas, florestais e de elevada biodiversidade que ainda restam. Muitos projetos de renováveis estão a destruir paisagens, a afetar aves e morcegos, e a criar conflitos com as populações locais, que veem os seus territórios transformados em parques industriais energéticos sem benefício direto para as comunidades. Acelerar a implantação não resolve o problema da intermitência nem da dependência de importações de materiais raros e painéis da China. Precisamos de uma estratégia mais equilibrada, com planeamento real e não só metas políticas apressadas. Esta 'consulta' parece mais uma formalidade do que uma verdadeira participação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118363	Discordância	Coloquem painéis solares nas casas das pessoas. Existem muitos telhados!!!! NÃO À DESERTIFICAÇÃO. PLANTEM MAIS ÁRVORES.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118362	Discordância	Estão a matar Portugal, o seu ambiente, flora e fauna. Paisagens sem fim desumanizadas. Futuros desertos sem precedentes. Manifesto a minha revolta e não posso concordar que o nosso futuro sejam painéis	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118361	Discordância	Mais uma vez vai se priorizar o abate de árvores, em prol de interesses especuladores! Isto já não é energia verde! Isto é matar a natureza e perturbar o ambiente com sucata que ninguém vai reciclar depois de 30 anos. As populações não se vão poder opor, e os mapas disponíveis são a uma escala tão pequena que nem permite situar o verdadeiro impacto a nível local. Como Engenheiro isto é vergonhoso, e só demonstra que se quer camuflar e encobrir todo o real impacto nos territórios rurais, acelerando ainda mais a desertificação populacional. Enquanto existirem edifícios urbanos com grandes áreas de cobertura livres de painéis solares, não se deve ocupar 1m2 de terra ou derrubar qualquer árvore para esse fim.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
118360	Discordância	A transição energética tem de ser feita com os principais atores no terreno, ouvindo os municípios, as juntas de freguesia, a população. Sem falta de informação, sem condicionar a utilização futura do território e o seu ordenamento , prevendo sempre o impacto ambiental e social, a sua influência nos ecossistemas, património natural e vida das populações residentes. Como está apresentado este plano, nada disto está garantido.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118359	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Coimbra, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento com os argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118358	Discordância	Todos os projetos industriais de grande escala devem ser sujeitos a avaliações de impacto ambiental aprofundadas e a uma consulta pública adequada. Não há qualquer razão para reduzir este requisito para as instalações de energia renovável ou para a infra-estrutura que as suporta. Esta proposta é completamente inaceitável.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118357	Discordância	Proposta mascarada, lobo em pele de cordeiro. Não obrigado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118356	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118355	Discordância	Não concordo com a aplicação de painéis solares espalhados por Portugal inteiro...devido ao impacto ambiental gerado. Este programa vai contar muitos outros programas de protecção florestal e Natureza. Não há coerência.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118354	Discordância	O facto de serem materiais que não são facilmente recicláveis e que provoca uma dependência para activar e desactivar fontes constantes de energia como centrais elétricas de carvão ou nuclear. Não há efectiva poupança financeira, destrói a mais o espaço em dezenas de vezes comparando com uma central nuclear, tem um prazo muito mais pequeno de vida.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118353	Discordância	Assunto: Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118352	Discordância	É lamentável que se esteja a consedirar fazer uma gestão tão má do património natural do país. Com estas alterações, existirá incentivos certamente para a proliferação de abusos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118351	Reclamação	Venho por este meio manifestar o meu profundo descontentamento e oposição à forma como a consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) foi disponibilizada aos cidadãos. Indisponibilidade de informação clara: Apesar de ser uma medida com elevado impacto no território e na vida das populações, o processo de consulta pública não disponibilizou uma ferramenta de visualização cartográfica simples, interativa e acessível que permitisse ao cidadão comum identificar, de forma inequívoca, se a sua freguesia, localidade ou propriedade se encontra abrangida ou não por uma Zona de Aceleração. Impossibilidade de participação informada: A documentação técnica apresentada é excessivamente densa e complexa, obrigando a um esforço de interpretação técnica que não é exigível ao cidadão. Sem mapas detalhados e facilmente consultáveis, o direito de participação pública é esvaziado de conteúdo, uma vez que não é possível exercer um direito de contraditório ou de sugestão sobre algo que não está visível nem transparente. Exigência de retificação: Solicito que, antes de qualquer decisão final, seja publicada uma cartografia detalhada (em formato georreferenciado e de fácil consulta, como um visualizador SIG online) que delimite exatamente as áreas propostas. Solicito ainda que, perante a falta de transparência verificada, o prazo de consulta pública seja prorrogado para permitir que os cidadãos, devidamente informados sobre o impacto real nos seus territórios, possam exercer o seu direito de participação de forma consciente e fundamentada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118350	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a protecção que a Avaliação de Impacto Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projecto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício. INSTALAÇÃO EXCLUSIVA EM ÁREAS JÁ ARTIFICIALIZADAS Existem dezenas ou mesmo centenas de milhares de hectares de áreas já artificializadas, como parques de estacionamento (onde podem ser instalados painéis que também funcionam também para dar sombra aos carros estacionados) coberturas de edifícios, nomeadamente grandes superfícies comerciais ou naves industriais e outros espaços já artificializados com grandes áreas que permitem a instalação das estruturas de produção eléctrica. Devem também ser exploradas outras soluções mais criativas, como já acontece noutros países, como, no caso das foto-voltaícas, o espaço entre faixas (separador central) de auto-estradas (Correia do Sul), o espaço entre carris de caminhos de ferro (Suiça) ou outras áreas já artificializadas, onde a instalação das estruturas de produção não tem impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118348	Discordância	Não concordo com o abate de árvores para a implantação deste projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118347	Discordância	Estou em contra desta iniciativa pelos riscos a nível ambiental para as populações locais e para a população do país, para a fauna e flora locais e pelos problemas que poderia trazer a nível sócio-económico.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118346	Discordância	A transição energética é premente e as apostas solar e eólica são certamente opções relevantes mas uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda se está a tentar recuperar. É imperativo que haja uma avaliação de impacte ambiental caso a caso nas zonas propostas para a instalação destes parques/projetos. Tem de se acautelar e evitar a concentração excessiva de projetos numa mesma região, avaliar os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e proteger de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação está a ser trabalhada há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux) e por várias organizações, em colaboração internacional. Apoio a seguinte lista de solicitações, publicada pela Rewilding Portugal: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118345	Discordância	É ridículo como tentam aproveitar-se das energias renováveis para destruir património natural com a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola incluindo zonas como geoparques, por exemplo. Não faz sentido destruir paisagem que inclui árvores protegidas como sobreiros e azinheiras quando existem terrenos desarborizados ou zonas industriais para faze-lo. Há vários problemas associados a este projecto como: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles; O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos; O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram; O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies ameaçadas, como o lince-ibérico ou aves de rapina, pondo em causa a conectividade dos ecossistemas; O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à instalação de centrais; Afastamento insuficiente a áreas protegidas ou áreas sensíveis não classificadas (3 a 5 km) para eólicas. Este afastamento nunca deve ser inferior a 5 km, e deve ser maior em função das necessidades das espécies, como grandes rapinas e predadores. Este afastamento deve aplicar-se também à energia solar, pelos efeitos significativos de destruição, fragmentação e abandono de habitats. Afastamento insuficiente a habitações para eólicas (1 km), face à literatura científica recente sobre os impactos na saúde humana dos sons de baixa frequência e infrassons, emitidos pelos aerogeradores atuais (de 6MW e mais de potência). Este afastamento nunca deve ser inferior a 2 km e sempre dependente do tamanho, potência, número de aerogeradores e factores de relevo e localização face aos aglomerados, conforme recomendação de vários especialistas. Afastamento insuficiente a habitações para centrais solares (200 metros) Esta distância não consegue mitigar de forma eficaz os impactes térmicos, visuais, acústicos e cumulativos que resultam da proximidade destas infraestruturas industriais a zonas habitacionais, especialmente em regiões do interior já vulneráveis. A alteração profunda da ocupação do solo para a instalação de vastas áreas de painéis solares modifica o	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118344	Discordância	Cada projeto deve ter um estudo de impacto ambiental, de modo a que não se prejudique o meio ambiente.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118342	Sugestão	As árvores são mais raras que diamantes no universo, tal como toda a vida, animal e vegetal, contudo insistem em destruir em vez de preservar e até alargar as áreas florestais autoctones. Não concordo que se destrua floresta de montado, que devemos preservar por interesses claramente económicos e predatórios de recursos naturais sem justificação aceitavel. Já existem soluções de menor impacto ambiental. Usar os telhados de edificios, ou parques de estacionamento, ou linhas de comboio, ou até superficies de barragens e lagos (paineis flutuantes). Sugeria até estruturas em altura ao longo das autoestradas e estradas nacionais, que criariam sombra nestas. Essas são áreas sub-aproveitadas. Será um crime destruir toda a área de floresta mapeada para tal. Contudo os interesses de tubarões e predadores económicos continuam a sobrepor-se a tudo o resto, daí que a preocupação ambiental ou com o aquecimento global, etc.. dos nossos politicos é tudo treta, fachada e mentira. OPORTUNISTAS sem alma, que cavam irracionalmente e irremediavelmente a tumba da humanidade.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118341	Discordância	Não concordo! Todos os casos devem ser analisados em pormenor e todos os impactos avaliados seriamente. Não podemos sacrificar o interesse público.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118340	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118339	Discordância	Eu, Maria Mafalda dos Reis Antunes, moradora na Freguesia de Enxames, concelho do Fundão, venho pronunciar-se negativamente quanto ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porquanto consideramos que o processo de consulta pública não é transparente dado que omite a cartografia dos territórios, ou seja, faltam os mapas concretos das futuras delimitações das ZAER (Zonas de Aceleração de Energias Renováveis) que me permita perceber o que realmente está em causa com este programa. Contudo, defendo a produção de energia limpa, mas defendo também algo que para nós é inegociável: a proteção do território, da paisagem, da população e das oportunidades de futuro da freguesia. A transição energética é um objetivo que todos partilhamos. Mas só será verdadeiramente bem-sucedida se for construída com transparência, diálogo e respeito pelas comunidades locais, pelo que é fundamental garantir que os benefícios da produção de energia renovável não sejam alcançados à custa da perda da identidade do nosso território, da desvalorização da paisagem ou da diminuição da qualidade de vida de quem aqui vive, trabalha e nos visita.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118338	Discordância	A transição energética não pode acontecer à custa da destruição da natureza. Não faz sentido apregoar a proteção do clima enquanto se sacrificam florestas, ecossistemas, biodiversidade, paisagens e recursos naturais que são fundamentais para a qualidade de vida das populações, para a economia local e para a identidade de cada território. Produzir energia renovável e proteger o ambiente têm de andar de mãos dadas. Existem alternativas! Antes de ocupar áreas naturais, deve ser dada prioridade à utilização de espaços já intervencionados e artificializados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118337	Discordância	Assunto: Oposição Absoluta ao Projecto Fotovoltaico de Évora / Graça do Divor Apresento a minha total e inequívoca oposição a este projeto de instalação de 1,6 milhões de painéis fotovoltaicos. É inaceitável que, sob o pretexto da transição energética, se promova a destruição sistemática de solos agrícolas de elevada aptidão e ricos em recursos hídricos, numa região que devia priorizar a segurança alimentar e a preservação da água. A verdadeira sustentabilidade exige racionalidade: existem milhares de hectares de solos degradados e com falta de água, ou coberturas urbanas no país onde estes painéis deveriam ser instalados, sem que isso implique sacrificar o nosso interior fértil e produtivo. Além do desastre ecológico e agrícola, este projeto constitui um atentado intolerável contra o património histórico, cultural e paisagístico, qualidades determinantes para que Évora tivesse sido classificada como Património Mundial da Unesco. A instalação desta barreira industrial a escassos 200 metros da Igreja da Graça do Divor — classificada como Monumento de Interesse Público do século XVI — descaracteriza por completo a envolvente monumental e a identidade alentejana, violando grosseiramente o bom senso e o respeito devido à nossa história. A paisagem cultural e o turismo sustentável da região não podem ser aniquilados em nome do lucro privado disfarçado de "selo verde". Por fim, protesto veementemente contra o atropelo democrático que constitui este processo de consulta pública. Limitar a participação das populações a escassos 20 dias, estrategicamente agendados em pleno período de férias de verão, ou da sua preparação, demonstra uma total falta de respeito e transparência, desenhada para silenciar os cidadãos afetados. Exigimos a suspensão imediata da totalidade deste processo e a reprovação deste projecto invasor e totalmente desproporcionado.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118335	Discordância	I respectfully oppose the inclusion of the Serra da Gardunha and the Beira Baixa region as zones for large solar and wind power projects under PSZAER. This area is home to threatened species such as the black vulture, imperial eagle, Iberian lynx, and Iberian wolf, whose habitats would be irreparably harmed by such developments. The expansive solar installations would create visual blight throughout this stunning landscape, overshadowing its natural beauty with monotonous blankets of glass. Moreover, the mountain plays a crucial role in supplying water to the region, and any disruption to its streams and aquifers could have dire consequences for our ecosystems. The loss of forests, which represent a significant portion of the solar potential, would release stored carbon and diminish our natural carbon sinks. Therefore, I urge decision-makers to exclude the Serra da Gardunha / Beira Baixa from the acceleration zones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118334	Discordância	Não concordo por colocar os solos agrícolas em risco, as populações não foram envolvidas, foram ignoradas zonas de habitats protegidos. Podem ser colocados painéis solares em edifícios industriais e habitacionais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118333	Discordância	Apresento este contributo enquanto cidadão que reconhece a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. Não questiono a necessidade de investir nestas tecnologias. O que questiono é a forma como essa expansão está a ser planeada e implementada no território nacional. Considero que a criação de Zonas de Aceleração deve respeitar não apenas critérios técnicos e económicos, mas também critérios de justiça territorial, proteção ambiental e interesse público. Uma das questões que considero fundamental prende-se com as populações que vivem nas áreas diretamente afetadas por estes projetos. São comunidades que, em muitos casos, habitam estes territórios há várias gerações e que veem a sua paisagem, a sua qualidade de vida e o seu modo de viver profundamente alterados. No entanto, importa questionar quais são os benefícios concretos que estas populações recebem em troca. Que vantagens existem para quem vive junto destas infraestruturas? São criados empregos permanentes? Existe alguma redução na fatura da eletricidade para as comunidades locais? Há mecanismos de compensação que reflitam os impactos suportados pelas populações? Na maioria das situações, a perceção é precisamente a oposta: os impactos permanecem no território, enquanto os benefícios são distribuídos muito para além dele. Também considero legítimo questionar o modelo energético que está a ser seguido. Portugal é frequentemente apontado como um dos países europeus com maior incorporação de energia renovável na produção de eletricidade e tem recebido reconhecimento internacional pelos resultados alcançados nesta área. Ainda assim, os consumidores continuam a suportar custos elevados na eletricidade. Neste contexto	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118332	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118331	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118330	Discordância	A participação do Munícipio de Albergaria-a-Velha, segue em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118329	Discordância	Discordo do programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118328	Discordância	Venho, no âmbito da consulta pública do PSZAER, manifestar a minha discordância com a proposta na sua configuração atual, pelas razões que se seguem. Os limiares atuais de avaliação caso a caso já se encontram bem calibrados Considero que os limiares hoje em vigor para a avaliação caso a caso da necessidade de AIA já se encontram adequadamente dimensionados, reservando esse escrutínio para as instalações de maior dimensão ou localizadas em zonas de sensibilidade reconhecida. A dispensa generalizada de AIA para os projetos inseridos em ZAER, tal como proposta, representa um recuo relativamente a este equilíbrio, substituindo uma avaliação caso a caso, específica de cada projeto, por uma avaliação estratégica e prévia que não tem capacidade de antecipar todos os impactos locais e cumulativos. Risco de concentração excessiva de projetos e impactos ambientais cumulativos A proposta, ao identificar cerca de 7% do território continental como apto a receber projetos em regime acelerado, cria condições para uma concentração muito significativa de centrais solares e eólicas em zonas contíguas, sem que estejam definidos mecanismos robustos de limitação dessa concentração nem métricas claras para avaliação dos impactos cumulativos — nomeadamente sobre os recursos hídricos, a erosão do solo e a paisagem. Esta ausência de um limite à concentração territorial é, a meu ver, uma das fragilidades mais graves do programa. Proteção insuficiente dos corredores ecológicos e de espécies protegidas	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118327	Discordância	Não concordo com a proposta. Apesar de reconhecer a importância a produção de energia renováveis e o planeamento da instalação de painéis fotovoltaicos e eólicas, entendo que. i) devem ser os populações locais e os seus representantes (associações/ freguesias/ municípios) a decidir sobre o seu território. II) a instalação de Painéis solares deve ser incentivada em áreas artificializadas (no telhado de zonas industriais, zonas comerciais e urbanas) e não substituir áreas florestais ou agrícolas, mesmo com pouca aptidão para esse fim, devem ter em conta a função ecológica e cênica da paisagem. ii) não podemos andar a vender o território rural como destino turístico e encharca-lo de eólicas e painéis solares. IV) as mais valias da instalação deste tipo de projetos devem garantir uma percentagem, para investimento e bem feitorias para os habitantes dos territórios afetados , bem como, gestão e conservação do territórios onde serão instalados. V) deverá ser assegurada a transparência e sustentabilidade nas decisões e planeamentos. Por norma a urgência nos processos.... resulta na delapidação do bem comum, em proveito de poucos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118326	Discordância	Boa tarde. Venho por este meio demonstrar a minha discordância em relação à colocação de painéis solares em campos florestais e agrícolas. Dado que existem telhados e outros locais onde pode ser instalado este tipo de painéis sem ser necessário ocupar espaço da natureza. As energias renováveis são para proteger a natureza e não destruí-la. É essencial existirem espaços verdes no nosso país. É nosso dever proteger a flora e fauna, pois sem eles não existe vida. Posto isto, o dinheiro não vale de nada, quando não protegemos aquilo que precisamos para viver. Grata pela atenção. Não aos painéis solares em zonas verdes!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118325	Discordância	Enorme impacto negativo na biodiversidade, habitats e fauna e qualidade de vida das populações	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118324	Discordância	Junto em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118323	Discordância	O problema não é a energia solar ou eólica mas sim como está a ser implementada. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). E com tantos pareceres negativos de câmaras municipais. O que devia ser feito: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118322	Discordância	Penso que em vez de arrancarem arvores para colocar painéis. Deveríamos era plantar mais árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118321	Discordância	Não concordo.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118320	Discordância	Sou residente do Concelho do Fundão. Venho por este meio expor a minha discordância com o projeto, uma vez que este, possibilita a destruição de um habitat único e vários hectares de terreno fértil. A instalação provocará aumento de temperatura, sendo que a zona da Beira Baixa já tem um clima quente, este fator pode afetar culturas locais, como exemplo a cereja. Todos estes fatores provocarão mais desertificação na região, sendo que nenhum turista vai querer hospedar se junto ou com vista para painéis fotovoltaicos. Em relação à instalação de eólicas, as mesmas, instaladas na Serra da Gardunha, provocam uma profunda destruição visual da natureza, afetando o coabitar com aves autóctones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118319	Discordância	Exmos Senhores, 1. Na qualidade de cidadão do concelho de Évora, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a “aceleração” das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público “superior”, não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118317	Discordância	Energias renováveis sim de forma sustentável e avaliada os impactos no ambiente.	Obrigada pela sua participação.
118316	Discordância	Não queremos substituir campos de perder de vista com painéis solares. Junto em anexo	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118315	Discordância	Os estudos de impacto ambiental são uma necessidade para qualquer projecto que se instale e altere uma zona natural e com importância para a fauna e flora do nosso país. Não é por uma actividade, obra ou investimento ser considerado "verde" que muda essa necessidade. Aliás, são os resultados desse mesmo estudo de impacto ambiental que devem classificar o projecto como "verde" ou não e se pode ser inserido numa zona natural se for o caso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118314	Discordância	Têm de haver limites reais à concentração de projectos numa mesma área. Têm de ser definidas proteções para a fauna e flora das zonas afectadas. Tem de haver avaliação constante do impacto do projecto da área afectada. Tem de haver participação pública nas varias fases dos projectos e não apenas nesta consulta. Não concordo com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). O que é preciso: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118313	Discordância	Não concordo com este programa nos moldes em que está feito.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118312	Discordância	Manifesto a minha posição desfavorável à aprovação da atual proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, sem prejuízo de reconhecer a importância da transição energética e do aumento da produção de energia proveniente de fontes renováveis. Não está em causa rejeitar as energias renováveis, mas garantir que a sua implantação seja realizada com planeamento, justiça territorial, proteção ambiental, segurança das populações e participação efetiva dos municípios, freguesias e comunidades locais. A aceleração dos procedimentos administrativos não pode significar a redução das garantias ambientais, a desvalorização dos instrumentos municipais de ordenamento do território ou a concentração dos principais impactos nos territórios rurais e de baixa densidade. No caso concreto de Pedrógão Grande, o Relatório Temático de Integração da Informação Espacializada identifica 3.964 hectares, correspondentes a 30,8% da área total do município, como potencial zona de aceleração para energia solar quando é considerada a proximidade à rede elétrica num raio de vinte quilómetros, mas sem atender à capacidade efetivamente disponível nessa rede. Contudo, quando o próprio relatório introduz o critério da capacidade disponível para ligação, o resultado passa para zero hectares e zero por cento da área municipal. Esta discrepância é muito significativa, pois demonstra que quase um terço do território de Pedrógão Grande é apresentado como potencial zona de aceleração com base numa possibilidade territorial meramente teórica, apesar de não existir, segundo os próprios documentos do programa, capacidade disponível na rede para receber e escoar essa produção. Não se compreende que uma área tão extensa do concelho possa ficar sinalizada para uma futura aceleração de projetos quando não se encontra demonstrada a respetiva viabilidade elétrica. A situação de Pedrógão Pequeno deve também ser analisada com especial atenção. Pedrógão Pequeno é uma freguesia do concelho da Sertã, mas os documentos disponibilizados apresentam os resultados sobretudo à escala municipal, não permitindo saber com rigor quantos hectares da freguesia poderão estar abrangidos, nem quais as aldeias, propriedades, espaços florestais, linhas de água, acessos ou zonas habitacionais potencialmente afetados. Esta ausência de informação à escala da freguesia constitui uma limitação importante da consulta pública, uma vez que a população de Pedrógão Pequeno é chamada a pronunciar-se sem conhecer concretamente a incidência territorial do programa sobre a sua freguesia. Apesar desta falta de detalhe, os dados relativos ao concelho da Sertã são particularmente preocupantes. O relatório identifica 18.413 hectares, equivalentes a 41,2% da área total do município, como potencial zona de aceleração para energia solar quando é considerada a proximidade à rede num raio de vinte quilómetros	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118311	Discordância	Venho, no âmbito da consulta pública do PSZAER, manifestar a minha discordância com a proposta na sua configuração atual, pelas razões que se seguem. Os limiares atuais de avaliação caso a caso já se encontram bem calibrados Considero que os limiares hoje em vigor para a avaliação caso a caso da necessidade de AIA já se encontram adequadamente dimensionados, reservando esse escrutínio para as instalações de maior dimensão ou localizadas em zonas de sensibilidade reconhecida. A dispensa generalizada de AIA para os projetos inseridos em ZAER, tal como proposta, representa um recuo relativamente a este equilíbrio, substituindo uma avaliação caso a caso, específica de cada projeto, por uma avaliação estratégica e prévia que não tem capacidade de antecipar todos os impactos locais e cumulativos. Risco de concentração excessiva de projetos e impactos ambientais cumulativos A proposta, ao identificar cerca de 7% do território continental como apto a receber projetos em regime acelerado, cria condições para uma concentração muito significativa de centrais solares e eólicas em zonas contíguas, sem que estejam definidos mecanismos robustos de limitação dessa concentração nem métricas claras para avaliação dos impactos cumulativos — nomeadamente sobre os recursos hídricos, a erosão do solo e a paisagem. Esta ausência de um limite à concentração territorial é, a meu ver, uma das fragilidades mais graves do programa. Proteção insuficiente dos corredores ecológicos e de espécies protegidas	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118310	Discordância	COMO SE PODE "SALVAR O PLANETA", DESTRUINDO QUILÓMETROS DE PATRIMÓNIO NATURAL? NÃO ÀS GIGANTESCAS ZONAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E SIM À REFLORESTAÇÃO MASSIVA DE FLORESTAS AUTÓCTONES!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118309	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118308	Discordância	Não pode ser energia verde, destruindo a natureza !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118307	Discordância	Deixem o nosso país em paz ! Tanto falam nas alterações climáticas e ainda vêm destruir milhares de hectares das nossas terras !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118306	Discordância	É uma vergonha andarem a arrancar arvores centemarias , quando se tem serras sem nada onde podem colocar os paines e torres	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118305	Discordância	A transição energética é inevitável, mas podemos decidir a forma como o fazemos. Os relatórios de impacte ambiental não são uma mera formalidade que alguém inventou só para dar mais trabalho: estes permitem realmente entender as consequências dos projetos a nível ecológico. Mas qual a sua necessidade e porque nos devemos preocupar? Portugal é um país pequeno, por vezes com uma mentalidade ainda mais pequena e muitas pessoas não entendem que a nossa saúde está dependente da saúde do ambiente que nos rodeia. Não há como negar que as condições ambientais que vivemos hoje são diferentes daquelas que os nossos avós experienciaram e não se trata apenas de "salvar os animaizinhos": ao realizar e levar a sério estes relatórios, estamos a proteger o nosso - o vosso - futuro. Eu imploro-vos: não se foquem só na realização dos objetivos de transição energética e em garantir lucros. Metam a mão na consciência e realizem os projetos com bom-senso e sentido. Não ignorem as associações e organizações que tanto trabalham em prol do restauro da Natureza. Ao invés, comuniquem com estas e todos os stakeholders, de forma a atingir os objetivos de forma sustentável e em que todos ganham. Grata pela atenção.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118304	Discordância	- Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118303	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118302	Discordância	Fotovoltaicos nos telhados e ovelhas nos prados! Basta de destruir a natureza para criar riqueza para uns, à custa da vida de outros. Há telhados suficientes para colocar painéis, há soluções que respeitam a natureza, esta não é uma delas!!!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118301	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Vila do Bispo, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos no ficheiro anexo para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118300	Discordância	Não concordo de todo com esta violação do território nacional e dos órgãos competentes. O meu voto é NÃO!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118299	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118298	Discordância	Junto em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118297	Discordância	Enorme impacto negativo na biodiversidade, habitats e fauna e qualidade de vida das populações. Manifesto me contra a implatação das ZAER por incidirem maioritariamente sobre território rural e florestal, com os impactos negativos que este facto teria sobre as populações, a biodiversidade e o combate contra as alterações climáticas, com a distruição de zonas verdes e de produção agrícola.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118296	Discordância	Constato ainda a existencia de diversas lacunas nos documentos apresentados, nomeadamente a avaliação do impacte ambiental, em particular sobre os recursos hídricos, a erosão, a hidromorfologia, o escoamento superficial da água, e a protecção das espécies animais e vegetais dos territórios em causa. Também a defesa do património cultural não está minimamente assegurada, antes pelo contrário, é totalmente desvalorizada, o que considero da maior gravidade por ser parte integrante da identidade do nosso país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118295	Discordância	Não se pode proteger a natureza destruindo-a.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118294	Discordância	Mais um atentado ambiental a ser feito neste país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118293	Discordância	Não concordo porque vai destruir a ambiente e a natureza. Ia destruir tudo na nossa redor. Não concordo Não!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118292	Discordância	Não destruam a natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118290	Discordância	Junto em anexo Considera locais com diversas pontencialidades agriculas, naturais e por tanto sustentaveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118289	Discordância	Só deveriam considerar um espaço com este fim de implantação para energias renováveis, caso seja completamente inutil, esteril para qualquer fim dentro da proteção da natureza e uso sustentavel para as populações	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118288	Discordância	Enorme impacto negativo na biodiversidade, habitats e fauna e qualidade de vida das populações Completamente contra,	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118287	Discordância	isto a coberto da da "energia verde", e dos facilitismos que este projeto pretende , estamos a caminho da destruição de Portugal, e que nem vai servir para o bem estar e fornecer energia ás populações, é para Data centers e outros equivalentes. Enfraquece as próprias entidades criadas para proteger a natureza, que não vão servir para nada, apenas meros espectadores, da destruição. Destruição de habitats naturais Destruição da Floresta Nada contra a energia limpa, mas com critérios, utilizar telhados, zonas industriais, áreas degradadas , em vez de utilizar 7% do território português a ocupar zonas naturais. Gostava muito que o "Poder" tivesse em consideração não só o lucro, os ganho financeiros, que nunca são para as populações, mas o legado que vai deixar ás próximas gerações, que podem ser os vossos filhos e netos, porque por este caminho, será só destruição, e a energia limpa, vai ser sempre suja! Portugal começou a ser vendido ao mundo há muito tempo, e daí só tem saído nada mais que lucros para alguns, benefícios ZERO Podiam inspirar-se nos países nórdicos , onde uma das fontes de energia verde utilizada é no reaproveitamentos dos resíduos sólidos urbanos, para criar energia, ou com energia eólica com turbinas no mar .	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118286	Discordância	Não faz sentido acelerar processos cujas consequências podem ser devastadoras	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118285	Geral	Contribuição em anexo.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118284	Discordância	"Enorme impacto negativo na biodiversidade, habitats e fauna e qualidade de vida das populações"	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118283	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118282	Discordância	Este projeto não protege as pessoas nem o ambiente. É socialmente e ambientalmente destrutivo. Destrói a estrutura ambiental das comunidades locais e não lhes dá nada em troca e, dessa forma, continuará a promover o abandono do interior do país. É caso para dizer: "Nunca tantos irão sofrer tanto por tão poucos". Não sejam hipócritas!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118281	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade. Por estas razões consideramos que o governo português poderá estar a violar os seguintes artigos da CRP: Artigo 1 - República Portuguesa Artigo 2 - Estado de Direito Democrático Artigo 3 - Soberania e Legalidade Artigo 9 - Tarefas Fundamentais do Estado Artigo 13 - Princípio da Igualdade Artigo 22 - Responsabilidade das Entidades Públicas Artigo 48 - Participação na Vida Pública Artigo 65 - Direito a Habitação e Urbanismo Artigo	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118280	Discordância	Por favor pensem na nossa Floresta. O nosso bem maior. Porquê tanta ganância com as energias renováveis como painéis solares em locais com árvores, algumas protegidas (fosse um comum cidadão português cortar uma estava já com coimas e sabemos mais o que, mas vocês podem tudo porque não imunes não é?). A destruição de habitats de espécies protegidas. A destruição paisagística. O aumento da temperatura nesses locais. Porquê? Portugal é de todos e eu quero o meu País verde não metalizado com painéis solares que fazem doer a vista e a alma. Tenham consciência do mal que estão a fazer, das atrocidades debitadas nestes programas. Condeno, repudio. Quero o meu País verde, com animais, floresta típica do País. Que futuro pretendem dar aos cidadãos? Painéis solares que vão criar sombrinhas, prevenir o aquecimento do território, prevenir incêndios. Ah esperem, agora também vão diminuir os incêndios porque a agenda está a ser concluída não é? Ardeu já pode ter painéis. Parabéns por levarem este País à sua degradação!!!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118279	Discordância	No pinhal interior e em todo o interior de Portugal, é necessário criar cadeias de valor de modo a preservar a natureza, fauna e flora, e não destruir/desterteficar o território que é riquíssimo se for bem gerido. Basta ir aos registos anteriores aos anos de 1990(e eu nasci na zona do pinhal em1982) e ver que havia todo mundo na agricultura, silvicultura, pecuária e tínhamos :pessoas ,florestas que nos davam madeira de altíssima qualidade, resina que tem uma infinidade de utilização (que hoje em dia até se poderia produzir bio combustível se houve se vontade) uma fonte inesgotável de biomassa florestal que produz energia térmica/elétrica , havia produção agropecuária que nos tornava independentes dos mercados exteriores., . Pensem nisso antes de destruir um país como Portugal, através de "lobbys" miséria veis... pensem em que futuro querem ver Portugal, se num território próspero se num deserto de meia dúzia de parasitas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118278	Discordância	No âmbito dos PSZAER, venho por este meio expor a minha discordância na qualidade de cidadão que orgulhosamente escolheu a Beira Baixa para viver. Embora seja natural de Almada, foi no concelho da Sertã que decidi construir o meu futuro. Sinto também por isso total legitimidade para apresentar a minha opinião sobre este tema. É com grande apreensão que denoto a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentadas como receita incontornável e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É um facto que a transição energética é inevitável mas é também importante que esta não se torne numa expansão energética avassaladora e criadora de desigualdade e pressão sobre os territórios rurais. Estes territórios enfrentam atualmente desafios estruturais profundos, caracterizados pelo despovoamento, pelo envelhecimento demográfico, pela elevada vulnerabilidade aos incêndios, pela degradação dos solos e por uma reconhecida sensibilidade ecológica e paisagística. Esta realidade é, em parte, consequência de decisões tomadas no passado que nem sempre consideraram as especificidades locais, as necessidades das populações e a crescente urgência de adaptação às alterações climáticas. Neste contexto, é legítimo recear que a implementação massiva de grandes infraestruturas energéticas em solo rústico venha a replicar esses mesmos erros, agravando as fragilidades existentes, condicionando a atividade agrícola e florestal e diminuindo, em vez de fortalecer, a resiliência ambiental, económica e social destes territórios. Pretende-se uma transição energética justa. Que as metas climáticas sejam compatíveis com a proteção dos ecossistemas, com o emprego digno, a resiliência local e uma repartição equilibrada de custos e benefícios. Perante o exposto, torna-se mandatório que o PSZAER seja reavaliado, salvaguardando os seguintes pontos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118277	Discordância	Junto em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118276	Discordância	Discordo. As ZAER destroem habitats de milhares de animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. As ZAER retiram a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. A transição energética precisa de proteger acima de tudo a natureza, animais e populações, e não apenas empresas e economias.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
118275	Discordância	Sou contra o PSZAER na Serra da Gardunha porque é uma área geográfica de elevado valor ambiental, paisagístico e turístico, cuja preservação deve ser prioritária e respeitada! As gentes da terra ainda estão a recuperar do grande incêndio de 2025, onde se perderam muitas conquistas de uma vida, onde animais ficaram sem alimentos, entre tantas outras coisas que se esfumaram! Estas pessoas não merecem que as suas terras sejam desrespeitadas, quando diariamente trabalham duro para tentar recuperar o que perderam, e tentam construir novamente o que foi destruído pelo fogo. Existem outros locais que não afetam diretamente a população e é nessas áreas que devem ponderar instalar painéis solares! A instalação de grandes projetos de energias renováveis poderá comprometer a biodiversidade, a paisagem e as atividades locais, sem garantir um equilíbrio adequado entre a transição energética e a conservação do território.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação.
118274	Discordância	.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118273	Discordância	Com a implantação dos painéis solares estão a degradar a natureza, eliminando a floresta que é tão necessária.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
118272	Discordância	Discordo com o projecto!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118271	Discordância	Na sequência da deliberação tomada em Reunião de Câmara do dia 13 de julho de 2026, junto se anexa documento aprovado por unanimidade, dando PARECER DESFAVORÁVEL ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), dado que a prossecução dos objetivos definidos nesse programa deve ocorrer em estrita compatibilização com a estratégia territorial definida no instrumento de gestão territorial em vigor para o município, designadamente a 1ª Revisão do PDMMG, publicada a 26 agosto 2026 e não comprometer o futuro deste concelho ao propor a definição de zonas de aceleração de energias renováveis em áreas urbanas qualificadas como áreas de acolhimento empresarial, que irão permitir acolher e fixar empresas, num concelho reconhecidamente industrial. O Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande Paulo Jorge Campos Vicente	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118270	Discordância	Eu apoio a transição energética, mas não posso apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. O que é necessário incluir: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118269	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118268	Discordância	Apoio plenamente a transição energética e reconheço a importância de acelerar a instalação de energias renováveis para cumprir os objectivos climáticos nacionais e europeus. No entanto, considero que o PSZAER, na sua formulação actual, não garante de forma suficiente a protecção dos valores naturais e da biodiversidade. A implantação de grandes centrais solares em áreas naturais ou florestais poderá conduzir à perda de habitats, à fragmentação ecológica e ao abate de árvores, incluindo em alguns casos espécies ou áreas de elevado valor de conservação. Esta abordagem pode gerar um conflito desnecessário entre os objectivos de mitigação das alterações climáticas e os objectivos de conservação da natureza, que deveriam ser tratados de forma integrada. Considero igualmente que deve ser dada prioridade à instalação de capacidade fotovoltaica em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques de estacionamento e zonas industriais, minimizando a ocupação de áreas naturais, florestais e agrícolas. Adicionalmente, preocupa-me qualquer redução do nível de avaliação ambiental dos projectos localizados em ZAER. A simplificação administrativa não deverá comprometer a realização de avaliações ambientais rigorosas nem a análise dos impactes específicos de cada projecto, uma vez que os efeitos sobre a biodiversidade, a paisagem e as comunidades locais dependem sempre do contexto concreto de implantação. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se for acompanhada por salvaguardas ambientais robustas, por uma adequada integração territorial e pela manutenção do património natural que constitui um activo estratégico para o país. Por esse motivo, solicito que o programa reforce os critérios de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118267	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118266	Discordância	I strongly disagree with this proposal. It will have a devastating impact on the beautiful land, the local habitat, the people who live in these beautiful villages. We feel part of the villages now and I feel money cannot buy this beautiful county, country side and the wonderful friends and neighbours. The beautiful land, the beautiful animals are all at risk. The excessive heat that these will produce is not in the least bit good for the environment. I suggest the people planning this actually come and visit this beautiful land and experience what we have been lucky enough to experience whilst we renovate our property. The Portuguese people are so welcoming, they do not need their country stripping for the sake of net zero! In my option the o my ones making money from this are in-fact the Chinese who are producing the majority of these panels and turbines. Please please do not spoil this beautiful country !	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118265	Discordância	O JPC vem, por este meio, manifestar a sua discordância relativamente à consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). O Programa deve ser rejeitado dado que não é apenas marcante para o futuro do ordenamento do território em Portugal, mas também para o mantimento de mecanismos de participação essenciais à democracia. A proposta apresenta graves incompatibilidades com a legislação nacional e europeia, ignora instrumentos de ordenamento do território (como os PDMs) ou a definição de áreas “no-go” da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 e desvaloriza o património sociocultural e ambiental dos territórios rurais, como é o caso quando se equiparam terrenos “baldios” a terrenos de minas abandonadas. O JPC reforça que não se opõe às energias ditas "verdes" em si, mas sim a um modelo de crescimento constante baseado num saque contínuo do território e no desrespeito pelas comunidades locais e pelos seus recursos naturais, essenciais à mitigação das alterações climáticas e à sustentabilidade ecológica. Defendemos, sim, energia "verde" das comunidades para as comunidades. Queremos soluções democráticas e justas. O “mapa verde” faz precisamente o contrário. Apresenta a expansão de linhas de alta e muito alta tensão, bem como as megacentrais fotovoltaicas e eólicas, como inevitáveis e estruturalmente necessárias, sem esclarecer a lógica por trás dessa abordagem. Em vez de valorizar o papel das populações e instituições locais, o plano limita as possibilidades de decisão e de acção descentralizadas, bem como a autonomia autárquica. O “mapa verde” falha, também, no seu objectivo global: identificar as zonas de aceleração. As diversas imagens apresentadas (e não mapas) não permitem uma consulta informada, pois não indicam uma	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118264	Discordância	Assunto: Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118263	Discordância	Venho por este meio demonstrar a minha total discordância e preocupação perante a perda dos valores naturais e património e o inegável impacto negativo na biodiversidade, habitats e fauna existente assim como na qualidade de vida das populações residentes, ruído, impacto visual e desvalorização de propriedades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118262	Discordância	Num concelho que tem como estratégia a valorizaçao de os recursos endógenos e da floresta, não faz sentido que mais de 50% do território aparece como apto a instalar parques de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
118261	Discordância	Discordo em absoluto nesta solução. A transição energética não deve ser feita à custa da degradação irreversível do património natural, paisagístico e agrícola do Alentejo. A paisagem alentejana constitui um dos principais valores ambientais e culturais da região. A ocupação de vastas áreas por paineis altera e descaracteriza este território que tem um grande valor ecológico, histórico e turístico. São solos que podem ser explorados para plantação agrícola, não faz sentido algum ocupar este absurdo com painéis. Há outra soluções! Defendo que sejam estudadas alternativas de localização e privilegiadas soluções que conciliem a produção de energia renovável com a preservação do património natural, da biodiversidade, da paisagem e da identidade do Alentejo.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118260	Discordância	A prioridade deveria ser proteger o nosso património natural, manter a qualidade do ambiente, e não facilitar a sua exploração sem quaisquer critérios, em prol do lucro	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118259	Discordância	A aceleração das renováveis não pode atropelar as populações locais. Converter a zona centro numa "megacentral" energética destrói o território e ignora quem lá vive, uma vez mais. A transição climática é vital, mas tem de ser feita com justiça e respeito pela identidade rural ,paisagem e economia local. O Programa Setorial (PSZAER) e a ausência de auscultação pública. Impacto nas Comunidades: A transformação de terras agrícolas e rurais em zonas industriais afeta o turismo, a agricultura e a qualidade de vida das populações locais, que se sentem postas em causa. A verdadeira transição energética deve ser descentralizada. Em vez de impor megacentrais que beneficiam grandes interesses económicos, é necessário apostar na microprodução, em comunidades de energia e na instalação de painéis em áreas urbanas ou já artificializadas, ouvindo sempre as populações! Estude-se bem o caso! E não entreguem ao poder local que apenas pretende usufruto próprio!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118258	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Apoio a transição energética e reconheço a necessidade de Portugal reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, essa transição deve ser planeada de forma responsável, equilibrando os objetivos climáticos com a proteção da biodiversidade e do património natural. A natureza não deve ser vista como um obstáculo à transição energética, mas como um património estratégico que também presta serviços essenciais à sociedade, como a regulação do clima, a proteção dos recursos hídricos, a conservação dos solos e a captura de carbono. Destruir ecossistemas naturais para produzir energia limpa representa um paradoxo que deve ser evitado sempre que existam alternativas. Considero preocupante que o PSZAER preveja a aceleração da instalação de projetos em determinadas zonas sem garantir uma avaliação rigorosa dos impactos ambientais de cada projeto e, sobretudo, dos impactos cumulativos resultantes da concentração de múltiplas centrais e das respetivas linhas de muito alta tensão. Os efeitos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a conectividade ecológica não podem ser analisados de forma isolada. Solicito que o programa assegure: - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de parques solares, parques eólicos e infraestruturas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
118257	Discordância	A meta de reservar aproximadamente 7% do território nacional para a implementação de infraestruturas de energia renovável suscita preocupações quanto aos impactos cumulativos resultantes da sua instalação. Entre os aspetos que merecem maior ponderação destacam-se a fragmentação de habitats, a afetação de corredores ecológicos, a perda de solos com aptidão agrícola e florestal, a alteração da paisagem e os potenciais conflitos com atividades económicas e comunidades locais. A descarbonização da economia é uma prioridade, mas deve assentar numa estratégia de ordenamento do território que privilegie a utilização de áreas já artificializadas e assegure uma avaliação ambiental rigorosa, sem comprometer uma paisagem já profundamente fragilizada pelos incêndios rurais e pelos efeitos das alterações climáticas.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118256	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118254	Discordância	Eu Cidadão de Idanha-a-Nova, manifesto a minha profunda preocupação e oposição à instalação de megacentrais fotovoltaicas e à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER) no nosso concelho. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa da destruição do território, da descaracterização da paisagem, da perda de biodiversidade, da ocupação de solos agrícolas e florestais e da degradação da qualidade de vida das populações. Idanha-a-Nova distingue-se pelo seu elevado valor ambiental, paisagístico e cultural. O concelho integra áreas de elevado interesse ecológico, como o Parque Natural do Tejo Internacional, o Geoparque Naturtejo e a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo-Tajo Internacional, além de ser reconhecido como a primeira Bio-Região de Portugal. Estes valores constituem um património coletivo que deve ser preservado para as gerações presentes e futuras. A criação de extensas áreas destinadas exclusivamente à produção industrial de energia compromete o desenvolvimento sustentável do concelho, afasta pessoas e investimento ligado à agricultura, ao turismo de natureza e às atividades tradicionais, alterando profundamente a identidade deste território. As ZAER não podem significar a simplificação dos processos de decisão em prejuízo da participação pública, da avaliação rigorosa dos impactes ambientais e do respeito pelos direitos das comunidades locais. As populações devem ser ouvidas e os seus contributos considerados antes de qualquer decisão que transforme de forma irreversível o território. Defendo uma política energética equilibrada, que privilegie a instalação de painéis solares em edifícios, parques industriais, áreas já artificializadas e infraestruturas existentes, evitando a ocupação de vastas áreas naturais e agrícolas quando existam alternativas mais compatíveis com a proteção da paisagem e da biodiversidade. Apelo ao Governo, às entidades competentes e aos decisores políticos para que rejeitem projetos que coloquem em risco os valores ambientais, económicos e sociais de Idanha-a-Nova, promovendo uma transição energética verdadeiramente sustentável, justa e participada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118253	Discordância	Estamos a facilitar processos com grande impacto ambiental e económico para as populações, nomeadamente aqueles territorios que agora procuram aproveitar o interesse turístico do nosso património. Sem deixar mais valias sustentaveis nos territorios onde se encontram. Contra. Procurem outras soluções.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118252	Discordância	Estas propostas não são adequadas ao objetivo. Estão a pegar em dois ambientes dinâmicos — o do mundo físico real e o do mundo geopolítico — e a criar um plano infantil que ignora a verdadeira complexidade destes dois mundos. No mundo físico real, existe o enorme desafio das alterações climáticas e do aquecimento global, que contribui diretamente para a ocorrência de eventos calamitosos em todo o território de Portugal, todos os anos. Mais incêndios, mais inundações, mais secas, mais ondas de calor e mais tempestades. Tudo isto tem um custo enorme, tanto para o ambiente como para as pessoas que vivem nas zonas afetadas. As populações rurais sofrem inevitavelmente mais e, historicamente, têm sido forçadas a abandonar as zonas rurais. Este é, mais uma vez, o perigo, uma vez que projetos em grande escala que pretendem combater as alterações climáticas acabam, na verdade, por afastar as pessoas da terra. A história diz-nos que isto não vai acabar bem. Cada projeto tem de ser analisado em pormenor e submetido ao debate público, em nome da democracia. As metas estabelecidas pela UE são antidemocráticas se forem impostas às pessoas afetadas sem que estas tenham a possibilidade de as rejeitar. Nas últimas duas décadas, tem-se verificado um grande movimento de repovoamento do interior com recém-chegados das cidades de Portugal, bem como de outras nações. Estas pessoas são os pioneiros de um novo modo de vida, promovendo a diversidade e a sustentabilidade e trabalhando com as populações locais de portugueses autóctones para criar novas culturas, novas comunidades e uma nova esperança. O património de Portugal exige a devolução aos detentores de interesses da terra, não aos homens de fato.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118251	Discordância	Mortágua tem no concelho um contributo bastante largo no que às energias renováveis diz respeito, Mortágua tem a central termoelétrica, tem instalados parques eólicos, bem como tem também a barragem da Aguieira. A proposta para a Instalação do parque fotovoltaico, no nosso concelho é um ataque às pessoas (poucas), que por cá habitam, quer pela destruição da mancha florestal que terá um impacto paisagístico brutal, como pela inerente destruição da fauna existente. Não obstante, há o fator económico, quer das empresas que operam na floresta onde a instalação do parque fotovoltaico irá certamente custar postos de trabalho, quer para os pequenos produtores que ficarão privados de uma fonte de rendimento complementar aos seus salários. A presente proposta, é um ataque a mortágua e às suas gentes em várias vertentes, pelo que me oponho a este projeto, que contribuirá para uma maior desertificação da nossa região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118250	Discordância	Discordo completamente da implementação do programa (PSZAER) na Beira Baixa - concelho da Sertã.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118249	Discordância	Não concordo com esta aberração!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118248	Discordância	Não concordo. Participo nesta discussão pública como cidadão residente e natural. Acredito no futuro deste território e considero importante que as decisões tomadas hoje tenham em conta os valores que o tornam único.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118247	Discordância	Não sou contra as energias renováveis. Reconheço que a transição energética é indispensável para responder aos desafios climáticos. Mas a proteção do território, da biodiversidade e da paisagem também o é. O verdadeiro desafio consiste em conciliar estes objetivos através de um planeamento responsável, baseado no conhecimento do território e na escolha das localizações mais adequadas. O interior não pode ser encarado apenas como um espaço disponível para acolher grandes infraestruturas por ter menor densidade populacional. É um território com identidade própria, riqueza natural e paisagística, habitats de elevado valor ecológico e comunidades que aqui vivem, trabalham e investem o seu futuro. Preocupa-me o impacto que projetos desta dimensão poderão ter na paisagem, nos habitats, na fauna, na flora e nas espécies que integram estes ecossistemas, bem como na qualidade de vida das populações. A proximidade às habitações, o impacto visual, o ruído, o risco de incêndio e os efeitos na agricultura, no turismo e na valorização das propriedades exigem uma avaliação rigorosa, a aplicação do princípio da precaução e a ponderação de alternativas que minimizem os impactos. Os mecanismos de proteção do território e os regimes de salvaguarda existentes não devem ser vistos como meros obstáculos administrativos a ultrapassar. São o resultado de opções coletivas, assentes no reconhecimento do valor ambiental, natural e paisagístico destes territórios, e devem constituir um	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118246	Discordância	O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118245	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã, venho por este meio apresentar o meu parecer e consequente discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos fundamentais: Impacto na Biodiversidade e Paisagem: A delimitação de zonas de aceleração, especialmente a prevista para a zona de [inserir nome da região, freguesia ou concelho], não salvaguarda adequadamente os valores ambientais, a conservação da natureza e o património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis.Defesa dos Solos e Agricultura: A conversão de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal em "mares de painéis" compromete a coesão territorial, o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar.Falta de Avaliação Local e Saúde Pública: A implementação de mega-projetos energéticos nestas áreas levanta preocupações sérias ao nível da saúde pública (ruído, campos eletromagnéticos) e da qualidade de vida das populações residentes.Violação do Princípio da Proporcionalidade: A meta de descarbonização deve pautar-se por critérios rigorosos de "baixo conflito". Considero que a proposta atual peca por excesso de área afeta e falta de ponderação face à capacidade real de receção do território. Pelo exposto, solicito a reavaliação e a exclusão das áreas geográficas supramencionadas das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, exigindo-se um estudo aprofundado que harmonize a transição energética com a proteção efetiva do território e das comunidades locais. Com os melhores cumprimentos, Mónica Martins de Andrade Régio Catraia-Gândaras, Caixa 1406, 6230-160 Castelo Novo 11748055 0ZX3	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118244	Discordância	Esta proposta não impede a concentração excessiva deste tipo de projectos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo ibéricos e o lince ibérico cuja a sua recuperação é trabalhada há anos com fundos europeus. Portugal deve sim investir em energia renovável mas não as custa da natureza. Com temperaturas cada vez mais altas é completamente ridículo o abate cego de árvores que contribuem para ajudar a baixar a temperatura daí a importância e necessidade de estudos de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118243	Discordância	A transição energética não se pode fazer à custa da Natureza que ano após ano se tenta recuperar. A instalação de parques de energia solar ou eólica de forma acelerada sem uma avaliação de impacte ambiental caso a caso tornar-se-á mais um revés na proteção do ambiente. Deverá ter: -Limites de concentração de projetos numa mesma área; -proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para a fauna; -proteção de flora(impedir corte de árvores para instalação de parques solares ou eólicos),tornando-se uma falsa energia verde; -avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas eléctricas associadas; -proteção de zonas húmidas; -prioridade de projetos a áreas já artificializadas(parques de estacionamento, prédios, etc,...),antes do ocupamento de zonas naturais. O problema não incide na energia verde,mas sim no plano desenfreado em que assenta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118242	Discordância	CONSULTA PÚBLICA Plano Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmo. Senhor Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, No âmbito da Consulta Pública relativa ao Plano Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta apresentada, por considerar que a mesma não assegura uma adequada proteção do património natural, da biodiversidade, da paisagem, dos recursos hídricos, dos solos agrícolas e florestais, nem garante uma avaliação suficientemente rigorosa dos impactes cumulativos decorrentes da sua implementação. A transição energética constitui um objetivo essencial para combater as alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, essa transição apenas será verdadeiramente sustentável se respeitar os princípios da prevenção, da precaução, da proporcionalidade e do desenvolvimento sustentável, conciliando a produção de energia renovável com a proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e dos territórios que lhes dão suporte. O PSZAER parece assentar numa lógica de aceleração administrativa que privilegia a rapidez dos procedimentos em detrimento da qualidade do ordenamento do território e da salvaguarda dos valores ambientais. A aceleração do licenciamento não pode significar uma redução das garantias ambientais nem uma menor exigência na avaliação dos impactes sobre o património natural. Apesar da crescente contestação que grandes projetos energéticos têm suscitado em diversas regiões do país, continua a privilegiar-se um modelo de produção centralizada e de grande escala, baseado na ocupação extensiva do território rural e florestal, quando existem alternativas menos impactantes, como o autoconsumo, as comunidades de energia, a produção distribuída e a instalação prioritária em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas. O PSZAER poderá viabilizar a instalação concentrada de múltiplas infraestruturas, designadamente: • centrais fotovoltaicas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118241	Discordância	Discordo fortemente com a implementação e intervenção em e nas areas de natureza, sejam protegidas ou não, pois terá um forte impacto na vida (seja fauna seja flora). Por favor, não pensem apenas no lucro €. Pensem com amor. Pensem com e na vida. Com consciência. Levar-nos-ão à destruição. A promessa de uma vida curta cheia do que não precisam vale o sacrifício da beleza daquilo que é o Todo?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118240	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que as condições do local não são adequadas para garantir um desempenho eficiente do sistema, devido à existência de sombreamento significativo e à orientação pouco favorável da cobertura. Acresce que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação. Queiram por favor considerar outras hipóteses passando pelas coberturas de estacionamento, telhados, armazéns e zonas industriais. Obrigada pela atenção.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118239	Discordância	Não concordo com este projecto. Devemos antes de tudo protéger a nossa floresta, as nossas paisagens, a nossa qualidade de vida, o turismo, aquilon que caracteriza cada uma das nossas terras, vilas, concelhos. Protéger o nosso ecossistema, a fauna, a flora, o ambiante. Não esquecer que o aquecimento global é inevitavel, que só a natureza e as arvores nos podem protéger ...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118238	Discordância	Sou claramente contra a invasão do espaço Natural por zonas de produção fotovoltaica. Essas energias renováveis não deviam diminuir as zonas verdes e sim ser implementadas com maior vigor nas cidades, nos telhados, em parques de estacionamento e afins!!!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A proposta continua a olhar para o interior, e para concelhos como a Sertã, como territórios disponíveis para acolher grandes projetos de energias renováveis, sem garantir que os principais benefícios ficam nas comunidades locais. O próprio documento reconhece que os territórios de baixa densidade têm fragilidades estruturais e que não podem ser vistos apenas como espaços com disponibilidade de solo, defendendo que estes projetos devem contribuir para o desenvolvimento regional.	Obrigada pela sua participação.
118237	Discordância	Na prática, porém, a proposta aposta na criação de Zonas de Aceleração e num licenciamento mais rápido para projetos de grande dimensão, com simplificação dos procedimentos administrativos. Isto levanta dúvidas sobre se haverá tempo e capacidade para avaliar devidamente os impactos na floresta, na paisagem, na biodiversidade, na agricultura, na caça, no turismo e na qualidade de vida das populações. É igualmente preocupante que a maioria das áreas com potencial para estas instalações se localize em espaço florestal. O próprio documento refere que, no caso do solar fotovoltaico, cerca de 78,9% da área com potencial corresponde a espaço florestal. Para concelhos como a Sertã, onde a floresta representa um recurso económico, ambiental e identitário, esta realidade exige a máxima prudência. A natureza é o maior patrimônio da Sertã e do interior. São as nossas florestas, serras, rios, praias fluviais e paisagens que atraem visitantes, dinamizam o alojamento local, a restauração, o comércio, os desportos de natureza e criam oportunidades para quem aqui vive e investe. É precisamente esta riqueza natural que diferencia o interior e que pode ajudar a fixar população e a criar desenvolvimento sustentável. Se enchermos a paisagem de grandes centrais solares e outras infraestruturas industriais, estaremos a comprometer um dos poucos recursos que ainda mantém vivo o nosso território. Não podemos aceitar que, em nome da transição energética, se descaracterize aquilo que faz o centro do país um lugar único. O	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118236	Discordância	A transição energética é fundamental, mas tem de ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a paisagem, o património natural, a atividade agrícola e a qualidade de vida das populações. O desenvolvimento sustentável não pode pôr em causa a identidade das aldeias da Beira Baixa, nem os recursos que sustentam o seu futuro. Cabe-nos defender os interesses da população, assegurando que as decisões sobre o nosso território têm em conta quem nele vive, trabalha e investe.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118235	Discordância	O impacto ambiental tem SEMPRE que ser feito caso a caso! Em vez de tirarem mais à natureza, deveriam pensar como utilizar as áreas já urbanizadas como parques de estacionamento, para obterem a energia necessária.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118234	Discordância	A proposta coloca mais 50% do território com interesse para projetos de energias eólica e solar. Vamos ignorar todos os telhados e vamos começar a ocupar a nossa mata? Com que objectivo. Vamos mudar a paisagem para painéis solares? Transiçao para energias verdes desta forma? Qual o sentido, fica bonito no papel e nos dados a apresentar, mas no terreno vai ficar registada a maior merda impressa no nosso território por quererem a todos o custo forçar a ideia que este é o caminho.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Cimprimentos	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118233	Discordância	Na qualidade de morador da área abrangida pelo PSZAER, venho manifestar a minha oposição à inclusão deste território como zona de aceleração para a instalação de projetos de energias renováveis. A minha escolha de viver nesta região foi consciente e assenta na valorização da tranquilidade, da paisagem, do património natural e da qualidade de vida que este território proporciona. A eventual instalação de grandes infraestruturas energéticas poderá alterar profundamente estas características, com impactos na paisagem, no ambiente sonoro, na biodiversidade e na identidade local. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, essa transição deve respeitar os princípios do ordenamento do território, da proporcionalidade e da participação das populações locais. A aceleração dos processos de licenciamento não pode traduzir-se numa diminuição da avaliação rigorosa dos impactes ambientais nem na desvalorização dos direitos dos residentes. Considero igualmente que devem ser privilegiadas soluções que reduzam o consumo de solo, como a instalação de sistemas fotovoltaicos em edifícios existentes, parques industriais, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, antes da ocupação de espaços rurais, agrícolas ou de elevado valor paisagístico. Solicito, por isso, que esta área seja reavaliada e excluída das zonas de aceleração previstas no PSZAER, garantindo que qualquer decisão futura tenha em conta os impactes cumulativos, a proteção da natureza, a qualidade de vida das populações e o direito das comunidades a participar de forma efetiva nas decisões que afetam o seu território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118232	Discordância	Não existe evidência científica de que destruir a natureza a todo custo seja mais eficiente energeticamente para o nosso futuro. Quero a natureza e não quero os data center a serem o "motor da economia" pois nos países de origem ´já estão a ser contestados.	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118231	Discordância	Não faz nenhum sentido permitir que se implemente e instale painéis solares e todas as estruturas associadas, de forma adequada hoc e sem pareceres técnicos e ambientais específicos caso a caso, em zonas de reserva natural, zonas de proteção especial e em zonas de proteção de espécies em risco de extinção, como o lince ibérico ou o Lobo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118230	Discordância	Uma aberração e uma falsa transição energetica!Salvar o mundo rural	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118229	Discordância	Mau.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118228	Discordância	A transição para energias renováveis é indispensável. Mas não pode ser feita à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe. O PSZAER, tal como apresentado, não assegura este equilíbrio. A transição energética deve ser construída COM os territórios — nunca imposta SOBRE eles O PSZAER centraliza decisões, ignora estratégias locais e PDMs, fragiliza a autonomia municipal, e afasta as comunidades dos processos que moldarão o seu futuro. Isto não é planeamento democrático. É uma imposição territorial que contraria a Constituição e os princípios da participação pública. A paisagem é um património intocável — e um ativo económico estratégico de identidade, economia, turismo, saúde pública, bem-estar e futuro. O PSZAER admite que 7% do território nacional tem aptidão para aceleração, mas os próprios dados técnicos demonstram que menos de 1% do território é suficiente para cumprir as metas energéticas até 2030. Não há qualquer justificação para transformar concelhos inteiros em zonas de sacrifício energético, com manchas de painéis solares que podem ultrapassar 30% do território municipal. O solo agrícola e florestal é estratégico — não pode ser substituído por “mares de painéis” O PSZAER retira montados de sobro e azinho dos critérios de exclusão, permite ocupação industrial de solos agrícolas e florestais, ignora a multifuncionalidade do território rural, desvaloriza agricultura, pastorícia, silvicultura e produção local, comprometendo a soberania alimentar, a economia rural, a gestão sustentável dos recursos naturais e o futuro das comunidades que dependem destes usos. O território rural não é um vazio. É um sistema vivo que sustenta pessoas, culturas e economias. Biodiversidade, ecologia e corredores ecológicos não são obstáculos — são infraestruturas vitais!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118227	Discordância	Todos os projetos devem ser avaliados separadamente quanto à sua validade e necessidade, bem como às consequências para a terra e para as pessoas da região. A terra é um espaço em constante mudança e evolução, e permitir quaisquer projetos futuros baseados em pressupostos atuais seria um crime. Há muitas pessoas que vêm viver nas regiões rurais com o ideal de regenerar a terra, tanto para o presente como para as gerações futuras. Isto é progresso económico, não projetos energéticos que irão destruir a terra para Discordo da forma como o PSAER está a ser implementado, não por oposição às energias renováveis, mas pela ausência de garantias ambientais adequadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118226	Discordância	A transição energética é essencial, mas não pode ser feita à custa da degradação de ecossistemas e da perda de biodiversidade. O modelo proposto levanta várias preocupações: * A concentração de projetos numa mesma região pode causar impactos cumulativos significativos, que não são devidamente avaliados. * A falta de proteção vinculativa de corredores ecológicos compromete a mobilidade de espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, colocando em risco anos de investimento na sua conservação. * A instalação em áreas sensíveis pode afetar aves protegidas, morcegos e habitats frágeis, especialmente em zonas já pressionadas. * A ausência de avaliação caso a caso reduz a capacidade de prevenir impactos locais graves. Defendo que a expansão das energias renováveis deve: * Priorizar áreas já artificializadas (zonas industriais, coberturas de edifícios, etc.); * Garantir avaliação ambiental rigorosa e cumulativa; * Proteger efetivamente zonas classificadas e corredores ecológicos;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118225	Discordância	Apresento parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118224	Discordância	Alternativas ao modelo proposto Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. 3. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem no vazio — decorrem de um modelo de crescimento do consumo que raramente é posto em causa. Não encontro neste programa qualquer pergunta sobre quanto precisamos realmente de produzir, para quem, com que modelo de distribuição e com que impacto acumulado sobre o território. A questão não é apenas onde instalamos os painéis — é quanto consumimos, e se esse consumo pode e deve crescer indefinidamente. O relatório técnico de ordenamento e economia do território identifica como um dos principais riscos a "especialização funcional excessiva de territórios de baixa densidade" e a sua transformação em plataformas de exportação de energia para mercados externos. Ou seja: os territórios mais frágeis do país sacrificam a sua paisagem para alimentar o crescimento energético de economias que não partilham esse custo. Peço que a versão final do PSZAER inclua uma análise explícita da procura — quantificando o consumo real esperado, as alternativas de redução e eficiência, e o papel das exportações nas metas —, e que essa análise informe a dimensão final das ZAER. Não é possível avaliar se 371.000 hectares são necessários sem primeiro perguntar se o crescimento que os justifica é inevitável. 4. Energia para as comunidades onde é produzida Se um território cede a sua paisagem e os seus recursos para produzir energia, tem o direito de beneficiar dessa energia. As comunidades de energia renováveis locais permitem que os residentes de uma área sejam co-proprietários	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para
118223	Discordância	Não é este mundo que quero para o futuro	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118222	Discordância	Como se não chegassem as vastas monoculturas de espécies inflamáveis que cobrem grande parte do país e que ardem repetidamente, o governo português pretende ainda ampliar a destruição aos ecossistemas autóctones, tolerando a deflorestação em prol de tecnologias "verdes" que irão não só alterar profundamente os microclimas locais, como também poderão influenciar o macroclima devido à magnitude da extensão pretendida. Surge claramente a imagem de que a maioria do povo português é sujeita a medidas tomadas por elites da capital que colocam os próprios interesses, e por inferência, aqueles de grandes empresas multinacionais, acima do bem da própria pátria. Por todas estas razões não posso concordar de forma nenhuma com as medidas que prentendem executar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118221	Discordância	Não concordo com este programa para o concelho de Mortágua.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118220	Discordância	Não concordo com isto, não foi feita investigação suficiente, a natureza e a imagem são destruídas e nós não somos envolvidos."	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118219	Discordância	Chega de estragarem os nossos terrenos com painéis fotovoltaicos. Existem outras alternativas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118218	Discordância	Não concordo com a implementação de grandes investimentos que lesem as populações locais e que destruam a identidade local, as paisagens e a biodiversidade , como parques fotovoltaicos, eólicos ou mineração a céu aberto. Quando podem usar os telhados de todos os pavilhões de zonas industriais, topo de prédios, rotundas, para o mesmo efeito. A transição energética não pode ser feita de forma hipócrita, cortando árvores, ocupando terra fértil e desvastando montes e serras, em nome de uma política "verde"!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118217	Reclamação	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118215	Discordância	Os experts e a sociedade civil têm de poder participar em questões científicas e tecnológicas que afetam diretamente o seu meio (Irwin, 2001). Esta questão pode também ser analisada à luz da Sociedade de Risco de Beck (1992): este tipo de construção pode representar não só um risco ambiental, mas também a perda de património cultural e biológico único. Para além de retirar a sociedade da equação (que o governo acima de tudo representa), ao não ser feito um estudo de impacto ambiental, estão a ser retirados os experts da discussão, o que é não só errado, como inaceitável. A sociedade deve e as instituições científicas têm de interagir com as instituições políticas para enfrentar riscos que afetam toda a comunidade nacional. Esta proposta, como está alinhavada, é uma violação dos princípios básicos de democracia, nomeadamente o direito e o dever de tomar decisões informadas. Se aqueles que têm o conhecimento para avaliar o impacto de um projeto (experts em ciências ambientais) não são consultados, então qualquer projeto realizado no âmbito desta proposta, não só não tem validade, como é um atentado contra os interesses nacionais. A transição energética não pode ser feita com o foco no lucro e comodidade rápidos para certas indústrias ou empresas. Se as energias renováveis necessitam da destruição de ecossistemas, então deixam de ser energias verdes e de servir o propósito para que foram desenvolvidas. Enquanto cidadã, espero seriamente que não só está proposta não avance, como nunca surja uma nova proposta que tão claramente descarta o envolvimento (obrigatório!) de experts.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118214	Discordância	A Soalheira é uma terra de forte tradição agropecuária, cuja economia e subsistência de dezenas de famílias dependem diretamente da criação de gado (rebanhos) e da produção de leite para as queijarias locais. As áreas de pastagem natural e os solos agrícolas são a matéria-prima e o garante do sustento desta comunidade. A instalação de megaprojetos de energias renováveis nestas áreas inviabilizará o pastoreio, sufocando a atividade das queijarias e acelerando o despovoamento rural. Rejeição do Impacto Térmico ("Não queremos mais aquecimento") A substituição de coberto vegetal e pastagens por vastas extensões de espelhos fotovoltaicos ou infraestruturas pesadas altera drasticamente o microclima local. Está cientificamente demonstrado que os grandes parques solares geram o efeito de "ilha de calor", aumentando a temperatura circundante e agravando a aridez do solo. Numa região que já sofre com a escassez hídrica e secas cíclicas, a população recusa categoricamente qualquer intervenção que potencie o aquecimento local, o stress térmico dos rebanhos e a desertificação. Incompatibilidade com o Ordenamento do Território e Paisagem	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118213	Discordância	O solo rústico da Soalheira deve ser protegido para fins agrícolas, florestais e cinegéticos. A desafetação destes solos para dar lugar a zonas de aceleração energética desrespeita a vocação natural da terra e desfigura a paisagem protegida e cultural da encosta da Gardunha, destruindo o potencial turístico e gastronómico ligado ao queijo e à ruralidade. Renováveis sim mas não a qualquer custo! A floresta é demasiado importante para ser destruída em prol dos grandes interesses instalados!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118212	Discordância	Assunto: Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118211	Discordância	Não concordo com a remoção da necessidade de estudo impacte ambiental caso-a-caso. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O que exijo são: Limites reais à concentração de projetos numa mesma região; Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos); Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas; Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta; Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118210	Discordância	Não podemos capitular o ambiente em função de uma transição energética não controlada. Em nenhuma circunstância deve o Estado Português alienar qualquer porção do seu território a entidades não nacionais, particularmente quando essa alienação implica necessariamente o abate de dezenas de milhar de árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118209	Discordância	A energia sustentável tem de ser o mais possível neutra nos seus efeitos sobre a natureza. E tem de ser utilizada exclusivamente para benefício dos cidadãos de Portugal e não de empresas internacionais que desconhecemos. Não podemos vender o nosso território a nenhum preço.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118208	Discordância	Não podemos concordar na transformação da paisagem numa gigantesca floresta de vidro, tal como infelizmente já aconteceu em muitas regiões do País. A concretizar-se este projeto o mesmo irá contribuir para o enriquecimento de alguns que com investimento sem risco e com rendas garantidas, provocará ainda mais desigualdades e o empobrecimento de muitos, como se está a verificar.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118207	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações. No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem já um longo historial de contributo para o interesse nacional em termos de energias renováveis. A Barragem da Aguieira, instalada há mais de quatro décadas, ocupa uma área significativa do território municipal e desempenha funções essenciais para o país, nomeadamente na produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias. Contudo, os benefícios económicos diretos desta infraestrutura para a população local têm sido reduzidos. Considero, por isso, que não é aceitável que o concelho continue a assumir novos encargos territoriais de dimensão nacional sem uma avaliação rigorosa dos impactos e sem mecanismos claros de compensação e retorno para a comunidade. Considero igualmente preocupante que a classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assente essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo devidamente o verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico, económico e social desses territórios. Muitas destas áreas asseguram importantes serviços dos ecossistemas, contribuem para a conservação da biodiversidade, suportam atividades económicas locais e desempenham funções fundamentais na gestão da paisagem e na prevenção dos incêndios rurais. A ausência de determinadas condicionantes legais não significa que estes territórios não tenham valor ou que a sua ocupação não produza impactos relevantes. Entendo que a ocupação do solo agrícola e florestal para grandes projetos renováveis apenas deverá ocorrer	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118206	Discordância	A implementação de centrais solares é contraproducente, destrói habitats, destrói zonas verdes e apenas beneficia grandes empresas que as explora. Aumentar a capacidade solar de Portugal deverá passar por colocar os paineis onde não há impacto negativo para a natureza como em telhados de casas, beneficiando diretamente os residentes portugueses. Baixar iva de painéis solares e nao subsidiar grandes empresas deverá ser o caminho. Para além disso abrir áreas enormes a potencial de exploração sem qualquer estudo de impacto ambiental e consultas públicas específicas é apenas mais uma forma de ignorar os cidadãos e oferecer o nosso país de mão beijada a interesses financeiros. Há mais vertentes para além da economia. Entregamos o nosso futuro ao capitalismo por ganhos rápidos sem pensar num futuro sustentável para as gerações futuras. Ainda agora passou por cá uma onda de calor. Destruir habitats não as vai melhorar	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118205	Discordância	Discordo deste plano tal como está apresentado. A transição para energias renováveis é importante, mas não deve ser feita à custa da destruição da paisagem, da atividade agrícola, das áreas florestais e da qualidade de vida das populações locais. O desenvolvimento energético tem de respeitar os territórios, ouvir as comunidades e procurar soluções equilibradas que conciliem sustentabilidade ambiental, económica e social. A Beira Baixa não pode ser vista apenas como um espaço disponível para grandes infraestruturas energéticas sem uma avaliação rigorosa dos seus impactos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118204	Discordância	A implementação das renováveis pode ser feita de outras formas para que o seu impacto no território seja mitigado, nomeadamente instalação dos painéis fotovoltaicos em áreas industriais ou aglomerados populacionais (no cimo de pavilhões de empresas, parques de estacionamento, prédio, são apenas alguns exemplos). De resto noutros países isso já está a ser implementado. Querer preservar o planeta à custa da destruição da natureza é um paradoxo que só pode ser explicado por interesses que em nada protegem habitats e populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118203	Discordância	Não concordo com a remoção da necessidade de estudo impacte ambiental caso-a-caso. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O que exijo são: Limites reais à concentração de projetos numa mesma região; Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos); Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas; Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta; Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118202	Discordância	Não podemos capitular o ambiente em função de uma transição energética não controlada. Discordo com qualquer tipo de desflorestação no nosso país. As árvores têm mais benefícios do que qualquer projeto que se faça no terreno onde as mesmas estão implantadas. Elas captam CO2, criam sombra e humidade que reduzem muito significamente as temperaturas elevadas e criam habitats para os animais e biodiversidade que tanto precisamos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118201	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Na qualidade de habitante do concelho de Mortágua, venho por este meio apresentar a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Após a análise dos documentos, manifesto a minha profunda preocupação com a escala de ocupação prevista para o concelho de Mortágua e apresento as seguintes propostas de alteração e salvaguarda: 1. O Precedente da Barragem da Aguieira: Chega de "Território de Sacrifício" O concelho de Mortágua tem um longo historial de serviço ao bem comum nacional que não tem tido o devido retorno económico para a sua população. Há mais de 40 anos que a Barragem da Aguieira ocupa uma área significativa do nosso território, cumprindo funções críticas de produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias para o país. No entanto, o impacto local desta infraestrutura em termos de criação de riqueza tem sido residual, limitando-se a uma exploração hoteleira, sem gerar emprego estrutural ou desenvolvimento para o concelho. Mortágua já é um "território sacrificado". Não podemos aceitar que, a este fardo histórico, se some agora a ocupação de mais de metade do concelho (52%) com painéis e eólicas, repetindo o modelo de extração territorial de valor onde o interior suporta os custos e o litoral consome os benefícios. 2. Desproporcionalidade e Injustiça Territorial A proposta para Mortágua revela um desequilíbrio territorial inaceitável. Enquanto a média de ocupação potencial por ZAER Solar para a CIM Região de Coimbra é de 10,9%, o concelho de Mortágua apresenta uma incidência de 46,6% (cerca de 11.717 ha) apenas para tecnologia solar fotovoltaica. O concelho é identificado como um dos poucos em Portugal onde a incidência de ZAER solar ultrapassa os 25% da área total, o que o coloca num grupo de extrema pressão renovável. No total (energia solar e eólica), 52,1% do território municipal está mapeado como zona de aceleração. Utilizando os valores para a energia solar, a comparação com os concelhos limítrofes demonstra que Mortágua está a ser transformado num "território sacrifício":	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118200	Reclamação	Eu rejeito o Programa Sectorial das Zonas de Aceleração da Implementação de Energias Renováveis na sua forma actual porque considero que não oferece garantias suficientes de protecção do território, das comunidades locais e de participação democrática. Nasci no concelho de Castelo Branco e conheço muito bem este concelho e o de Idanha-a-Nova e por isso avalio com muita apreensão e tristeza a gravidade irreversível do impacto destrutivo deste programa no meio ambiente, afectando a qualidade de vida das populações e a preservação da fauna e da glora. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes de ser aprovado. Uma transição e energética justa não pode acontecer à custa dos territórios e populações que nele vivem.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118198	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.o 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118196	Discordância	Prejudicial para natureze, agricultura & tourisme.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118195	Discordância	I am against this plan and don’t want to have it odI	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118194	Discordância	Uma transição energética justa e sustentável a longo prazo, não se faz pondo em causa os valores naturais do país. A avaliação do impacte ambiental é obrigatória por lei (Diretiva 2014/52/UE).	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Venho, por este meio, manifestar a minha total discordância relativamente ao projeto apresentado, por considerar que o mesmo evidencia graves falhas de estrutura, organização e comunicação. A documentação e a informação disponibilizadas revelam uma evidente falta de coerência e de lógica na sua organização, dificultando a compreensão dos objetivos, da metodologia e da forma como o projeto se pretende desenvolver. Esta ausência de uma estrutura clara compromete a transparência do processo e impede uma análise rigorosa e fundamentada.	
118193	Discordância	Acresce que a comunicação efetuada ao longo do desenvolvimento do projeto foi manifestamente insuficiente e desadequada. Não foram assegurados os devidos mecanismos de informação, esclarecimento ou participação das partes interessadas, o que originou incerteza, falta de alinhamento e dificuldades na avaliação do conteúdo apresentado. Considero que um projeto desta natureza deve assentar em princípios de clareza, rigor, planeamento e comunicação eficaz. Na sua forma atual, estes requisitos não se encontram devidamente assegurados, pelo que solicito a revisão do projeto, a clarificação dos seus pressupostos e a disponibilização de informação completa, estruturada e transparente antes de qualquer decisão ou prosseguimento do processo. Apresento esta reclamação na expectativa de que as deficiências identificadas sejam devidamente analisadas e corrigidas, garantindo um processo mais claro, organizado e conforme com os princípios de boa gestão, transparência e respeito pelos intervenientes.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118192	Discordância	Um futuro sustentável é impossível sem haver respeito pela Natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118191	Discordância	Não concordo com a forma como a transição energética. Fauna e flora não consomem energia, devíamos começar a implementar painéis solares nos edifícios. Vivemos numa crise climática, a floresta devia ser respeitada!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118190	Discordância	É uma proposta deficitária que não protege a natureza. É um verdadeiro Greenwash que ataca quem precisa de protecção. É terrorismo ambiental estas políticas que o governo insiste em implementar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118189	Discordância	Encontro-me em total desacordo com a Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). O modo como este plano está desenhado vai ter impactos ambientais. É importante manter a proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas e a participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. Deve ser priorizadas as soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118188	Geral	Nao concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118186	Discordância	Bom dia Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactos ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118185	Discordância	A Rewilding Portugal, organização não-governamental dedicada à conservação e restauro ecológico em larga escala na região do Grande Vale do Côa e parceira nacional da Rewilding Europe, vem apresentar o seu contributo à discussão pública da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), nos termos do Aviso n.º 14136-B/2, de 8 de junho de 2026. A Rewilding Portugal reconhece a urgência da transição energética e da descarbonização, e não se opõe, em princípio, ao desenvolvimento de energias renováveis em Portugal. Contudo, a proposta atual do PSZAER, na forma em que se encontra em consulta pública, apresenta insuficiências estruturais que comprometem a proteção da biodiversidade, da conectividade ecológica e dos processos de restauro da natureza já em curso no território nacional. Solicitamos, por isso, que o Programa seja revisto antes da sua aprovação final, estando anexo a esta participação um documento completo da pronúncia com as lacunas identificadas e as alterações solicitadas. Com os melhores cumprimentos, Rewilding Portugal Contacto: info@rewildingportugal.com	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118184	Discordância	A Rewilding Portugal apoia a transição energética, mas não pode apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118182	Discordância	Tenho preocupações em relação a este projeto e como ele irá ser feito, isso irá afetar drasticamente a paisagem e Natureza da nossa região e consequentemente a vida do povo local.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118181	Discordância	Mortágua já contribui com um parque eólico, uma barragem e um parque solar que abrange cerca de 5ha.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118180	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118179	Discordância	Manifestamente discordante por temas elaborados no documento em anexo. Atenciosamente, André Costa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118178	Discordância	Não concordo com o projecto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118177	Discordância	Discordo Exmo.(a)s Senhores, Apoio plenamente a transição para fontes de energia renovável e reconheço a sua importância para responder às alterações climáticas. No entanto, considero que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua forma atual, não garante o equilíbrio necessário entre a aceleração da produção de energia renovável e a proteção do património natural. Solicito que a versão final do programa incorpore medidas que assegurem uma verdadeira transição energética sustentável, nomeadamente:	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118176	Discordância	A definição de limites claros à concentração de projetos numa mesma região, evitando a excessiva artificialização do território. A proteção efetiva e vinculativa dos corredores de conectividade ecológica, essenciais para a deslocação e sobrevivência de espécies como o lobo-ibérico, o lince-ibérico, bem como de aves de rapina, aves estepárias e morcegos. A realização obrigatória de avaliações dos impactos cumulativos dos diferentes projetos de produção de energia e das respetivas infraestruturas elétricas, uma vez que os seus efeitos não podem ser analisados isoladamente. A manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e restantes áreas classificadas ou de elevado valor ecológico. A garantia de mecanismos efetivos de participação pública nas fases subsequentes do processo de planeamento e licenciamento.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118175	Discordância	Eu quero a transição energética, mas não desta maneira. Há muita infraestrutura humana já construída que pode, e deve, ser usada como suporte à instalação de painéis fotovoltaicos. Deve ser dada prioridade às comunidades energéticas e às unidades de auto-consumo, para uma produção de energia local, o que combate também as perdas energéticas que acontecem quando a energia é produzida longe do local onde é consumida. A transição energética serve para proteger o ambiente, não para o destruir para alimentar mais negócios.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118174	Discordância	Sou a favor das energias renováveis, mas a sua instalação deve ser feita em locais urbanos e não em serras/espaços verdes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118173	Discordância	Pela proposta apresentada a minha análise é que o impacto económico positivo é desmesurado pela negativa quando comparado com o impacto ambiental, paisagístico e sócio/cultural. A área em questão não pode ser entendida como uma única área homogénea, devido a v´árias caraterísticas heterogéneas ao nível ambiental/ paisagístico/ sócio-cultural ao longo da sua extensão. Esta proposta arrisca colocar sobre pressão uma larga extensão de um território, que já é sensível a uma pressão de recursos naturais, assim como coloca em perigo a fauna e flora, e a subsistências das populações em redor.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118172	Discordância	Bom dia, Na qualidade de cidadão português, natural do Concelho de Oleiros, venho informar manifestar a minha total discordância com a Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis em consulta, pelos seguintes motivos: 1) - A transição energética de um país, deve colocar as pessoas no centro das políticas públicas, promovendo soluções que gerem benefícios diretos para as famílias, as comunidades e os serviços públicos. Mais do que apostar exclusivamente na construção de grandes centrais fotovoltaicas, importa privilegiar um modelo de produção descentralizada, baseado na instalação de sistemas de energia renovável em edifícios públicos, habitações e pequenas empresas. 2) - A instalação de painéis solares em escolas, centros de saúde, edifícios municipais, equipamentos sociais e habitações permite reduzir significativamente os custos com a energia, libertando recursos financeiros que podem ser canalizados para melhorar os serviços públicos e aumentar o rendimento disponível das famílias. Simultaneamente, reforça a autonomia energética das comunidades, reduz a dependência dos mercados internacionais e contribui para uma maior resiliência do sistema elétrico. 3) - Este modelo descentralizado promove também uma distribuição mais justa dos benefícios da transição energética. Em vez de concentrar os investimentos e os rendimentos em grandes infraestruturas de produção, incentiva a participação ativa dos cidadãos, das autarquias e das comunidades locais, permitindo que os benefícios económicos permaneçam no território. 4) - A ocupação de vastas áreas de solo por grandes centrais fotovoltaicas pode gerar impactos relevantes na	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118171	Discordância	Compromete a biodiversidade e compete diretamente com terrenos de exploração agroflorestal, o que compromete a sustentabilidade ambiental do projeto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118170	Discordância	Ganhem respeito e consideração da nação	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118168	Discordância	Citando a organização Rewilding Portugal, com a qual concordo inteiramente: "A Rewilding Portugal apoia a transição energética, mas não pode apoiar o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tal como está proposto. Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza que ainda estamos a tentar recuperar. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. O PSZAER define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos em Portugal, de forma acelerada e, segundo a própria Agência Portuguesa do Ambiente, sem avaliação de impacte ambiental caso a caso nessas zonas. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico, cuja recuperação estamos a trabalhar há anos com fundos europeus (LIFE LUPI LYNX, LIFE WolFlux). O que pedimos: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos). - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118167	Discordância	Deixem a natureza como está e deixem de olhar pro lucro de certas empresas	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118166	Discordância	Gostaria de expressar minha firme oposição à inclusão da região da Serra da Gardunha / Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis (PSZAER). Esta região não é apenas um maciço montanhoso protegido, mas também um habitat vital para muitas espécies ameaçadas de extinção e uma importante fonte de recursos hídricos. A construção de instalações de energia solar e eólica em grande escala teria impactos severos na paisagem e nos cursos d'água, elementos de importância essencial para a população local e para o meio ambiente. Em vez disso, deveríamos concentrar-nos na utilização de terrenos já ocupados e de telhados existentes para a geração de energia renovável. Essa abordagem não apenas preservaria o precioso ambiente natural da Serra da Gardunha, mas também minimizaria o uso de terras cruciais para a agricultura e a conservação da natureza. Exorto-os a excluir a Serra da Gardunha / Beira Baixa dessas zonas de aceleração.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118165	Discordância	Não concordo com a implantação de energias renováveis (PSZAER) na freguesia de Moita, no concelho da Marinha Grande. O espaço florestal existente já está reduzido, com impacto negativo no meio ambiente e preservação da natureza.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118164	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância de acelerar a transição energética e aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, esta aceleração não pode ser feita à custa da conservação da biodiversidade, da proteção da paisagem, dos solos agrícolas e florestais e dos valores naturais que constituem património comum. A definição de zonas de aceleração deve assentar em critérios científicos rigorosos, garantindo que são excluídas áreas com elevado valor ecológico, corredores ecológicos, habitats sensíveis e territórios fundamentais para a conservação de espécies protegidas. É igualmente essencial assegurar uma avaliação cumulativa dos impactes ambientais, uma vez que a concentração de múltiplos projetos pode originar efeitos significativos que não são adequadamente considerados quando analisados de forma isolada. Considero ainda que a participação pública deve ser efetiva e permitir uma verdadeira integração dos contributos dos cidadãos, das comunidades locais e da comunidade científica, promovendo um equilíbrio entre os objetivos climáticos e a proteção do património natural. A transição energética é indispensável, mas deve ser conduzida de forma responsável, sustentável e compatível com a conservação da natureza, evitando que a solução para um problema ambiental contribua para criar outros igualmente graves.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118163	Discordância	O Clamor do Interior contra a Ditadura Verde que nos quer Apagar. Diz-se por aí que Portugal vive em democracia, mas o que este Programa das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis nos traz é uma autêntica ditadura democrática. Sob a capa bonita da "ecologia" e do "progresso", o Governo central aplica a velha máxima do "eu quero, posso e mando". Decidem em gabinetes de Lisboa, de olhos postos nos lucros das grandes empresas, e tratam o interior do país como se fosse um deserto sem gente, sem alma e sem direitos. Dizem que é para o bem comum, mas a verdade é uma só: a liberdade de uns está a esmagar por completo a liberdade dos outros. Para dar "liberdade" às multinacionais da energia de lucrarem com o sol e o vento, tiram-nos a liberdade de viver em paz na nossa terra. Tiram aos municípios o poder de decidir o que fazer com o seu chão. Tiram a quem cá ficou o direito de escolher o futuro do seu próprio quintal. Este plano é um crime contra a nossa identidade. Querem cobrir os nossos montes de metal e transformar os nossos campos num mar cinzento de painéis de vidro. Estão a descaracterizar a nossa paisagem, aquela que os nossos pais e avós trataram com suor. O que atrai as pessoas para o interior — a beleza natural, o sossego, o turismo rural, a agricultura — vai ser soterrado por uma paisagem industrial que só serve para quem a vê de longe. O interior continua a ser esquecido, empurrado para o canto, usado apenas como o "servidor de energia" que abastece o litoral. Esquecem-se das pessoas que ainda resistem aqui. Nós, que teimamos em não abandonar as nossas vilas e aldeias, que mantemos o país vivo onde todos já desistiram, somos agora tratados como figurantes. Não recebemos descontos na luz, não recebemos indústrias que tragam emprego jovem, só recebemos o entulho visual e o prejuízo de propriedades desvalorizadas. Isto tem de parar! O Estado não pode avançar à força com um projeto que atropela quem cá vive. Exigimos respeito. Exigimos	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
118162	Discordância	O nosso território e as nossas gentes são o que temos de mais precioso e é preciso serem protegidos. Não tenho nada contra as energias renováveis mas a que preço? Para combater as alterações climáticas previsamos plantar árvores, não painéis solares por todo o território. Isto é tudo menos sustentabilidade. Isto é hipotecar o futuro para que alguns ganhem hoje muito dinheiro. Só isso. Os terrenos são nossos e somos nós que temos de decidir o k fazer com eles. Democracia. Juntos somos mais fortes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118161	Discordância	Com tantos telhados públicos e privados é muito estupido pensar em cortar arvores ou eliminar espaços verdes, pastagens, entre outros para colocar uma monocultura de painéis solares. Se todas as casas e empresas tivessem os telhados cobertos muita da necessidade energética seria suprimida e se calhar em demasia. Não é preciso danificar a natureza para o fazer.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118160	Discordância	Tem que clicar no link da publicação, e no site, terão que escolher a opção que indica que se opõem, deixar um texto com os motivos da escolha e podem depois fazer seguir. Deixo aqui um texto de exemplo, onde devem alterar e colocar os vossos dados pessoais: Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão, venho por este meio apresentar o meu parecer e consequente discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos fundamentais: Impacto na Biodiversidade e Paisagem: A delimitação de zonas de aceleração, especialmente a prevista para a zona de [inserir nome da região, freguesia ou concelho], não salvaguarda adequadamente os valores ambientais, a conservação da natureza e o património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis.Defesa dos Solos e Agricultura: A conversão de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal em "mares de painéis" compromete a coesão territorial, o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar.Falta de Avaliação Local e Saúde Pública: A implementação de mega-projetos energéticos nestas áreas levanta preocupações sérias ao nível da saúde pública (ruído, campos eletromagnéticos) e da qualidade de vida das populações residentes.Violação do Princípio da Proporcionalidade: A meta de descarbonização deve pautar-se por critérios rigorosos de "baixo conflito". Considero que a proposta atual peca por excesso de área afeta e falta de ponderação face à capacidade real de receção do território. Pelo exposto, solicito a reavaliação e a exclusão das áreas geográficas supramencionadas das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, exigindo-se um estudo aprofundado que harmonize a transição energética com a proteção efetiva do território e das comunidades locais. Com os melhores cumprimentos, Ana Sofia Agostinho Salvador	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118159	Discordância	Sou a favor da energia solar e da transição para energias renováveis, mas considero que os grandes parques solares devem ser instalados prioritariamente em zonas já industrializadas, degradadas ou artificializadas, como tem sido recomendado, e não em áreas rurais com valor paisagístico e potencial de crescimento. Vivo nesta região há 8 anos e falo por experiência própria. Muitas pessoas investiram aqui as suas poupanças, recuperaram casas, criaram negócios e escolheram esta zona para viver. É uma região que está finalmente a crescer, e a instalação de grandes centrais solares pode destruir a paisagem, prejudicar o turismo, desvalorizar propriedades e comprometer o desenvolvimento local. Preocupa-me também o possível aumento da temperatura local, numa região que já enfrenta verões muito quentes, bem como a perda de vegetação, biodiversidade e qualidade de vida.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118158	Discordância	A energia solar é necessária, mas deve ser instalada nos locais certos, sem sacrificar territórios rurais, comunidades e paisagens quando existem alternativas com menor impacto. Não concordo! Cada vez mais estão a destruir a natureza e ecossistemas tão valiosos e a colocar em perigo a vida animal no nosso país. Vejam o o filme do Dr. Seuss a respeito.. vamos acabar assim com as vossas teorias da energia verde. Cubram telhados de casas, empresas e estacionamento, mas não destruam florestas para instalar painéis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118157	Discordância	Não concordo com o modo pelo qual estão a fazer esta implementação, não é a correcta, para além de que este tipo de decisões devem pertencer aos cidadãos através de um referendo. Energias renováveis sim, mas não desta forma, portanto sou contra o avanço deste processo, da maneira apresentada.Peço por isso um referendo a nivel nacional para a tomada desta decisão e com vias de procedimentos realmente limpos , transparentes e ecológicos .	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118156	Discordância	Apresento este contributo enquanto cidadão que reconhece a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. Não questiono a necessidade de investir nestas tecnologias. O que questiono é a forma como essa expansão está a ser planeada e implementada no território nacional. Considero que a criação de Zonas de Aceleração deve respeitar não apenas critérios técnicos e económicos, mas também critérios de justiça territorial, proteção ambiental e interesse público. Uma das questões que considero fundamental prende-se com as populações que vivem nas áreas diretamente afetadas por estes projetos. São comunidades que, em muitos casos, habitam estes territórios há várias gerações e que veem a sua paisagem, a sua qualidade de vida e o seu modo de viver profundamente alterados. No entanto, importa questionar quais são os benefícios concretos que estas populações recebem em troca. Que vantagens existem para quem vive junto destas infraestruturas? São criados empregos permanentes? Existe alguma redução na fatura da eletricidade para as comunidades locais? Há mecanismos de compensação que reflitam os impactos suportados pelas populações? Na maioria das situações, a perceção é precisamente a oposta: os impactos permanecem no território, enquanto os benefícios são distribuídos muito para além dele. Também considero legítimo questionar o modelo energético que está a ser seguido. Portugal é frequentemente apontado como um dos países europeus com maior incorporação de energia renovável na produção de eletricidade e tem recebido reconhecimento internacional pelos resultados alcançados nesta área. Ainda assim, os consumidores continuam a suportar custos elevados na eletricidade. Neste contexto	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118154	Discordância	O que pedimos: • Limites reais à concentração de projetos numa mesma região. • Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos. . Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas. . Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas. • Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta. . Prioridade a soluções descentralizadas-	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118153	Discordância	Não ao plano PSZAER Sim ao respeito do ser humano e da natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118152	Discordância	Estou preocupado com a designação da Serra da Gardunha e da Beira Baixa como zonas de aceleração de energias renováveis ao abrigo do PSZAER. Essa pressa em instalar grandes centrais solares e eólicas ameaça os agricultores locais, pois inflaciona os preços das terras e os priva dos seus meios de subsistência. O património agrícola da nossa região é inestimável, não apenas para a produção de alimentos, mas também para a paisagem cultural.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118151	Discordância	O Alentejo lida todos os anos com graves problemas como secas, falta de água e calor excessivo. O Alentejo precisa de espaços verdes, não centrais foto-voltaicas que nada mais vão fazer que não seja aumentar as temperaturas e agudizar a seca.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118150	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118149	Discordância	Participação do PSD Mortágua — Consulta Pública do PSZAER O PSD Mortágua vem, no âmbito da consulta pública do Programa Setorial para as Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestar a sua profunda preocupação relativamente à dimensão das áreas do concelho de Mortágua identificadas como potenciais Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Mortágua é um dos concelhos mais florestais do país. A floresta faz parte da nossa identidade, da nossa economia, da nossa paisagem e da nossa história, constituindo simultaneamente um recurso fundamental e um ativo estratégico para o desenvolvimento futuro do concelho. O PSD Mortágua reconhece a necessidade da transição energética e a importância do desenvolvimento das energias renováveis. Contudo, rejeita uma visão de ordenamento do território assente na ocupação crescente dos territórios do interior por grandes projetos energéticos, com impactos significativos na paisagem, no ambiente, nas populações e nas possibilidades futuras de utilização e desenvolvimento do território. Mortágua já contribui de forma muito significativa para a produção energética nacional, desde logo através da Barragem da Aguieira e, mais recentemente, através de projetos de produção de energia renovável de grande dimensão, como a Central Fotovoltaica de Cabeço Santo. Neste contexto, consideramos manifestamente excessiva e preocupante a dimensão das áreas do concelho	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário Discordância/Proposta concorrente/Sugestão	Resposta da Equipa
118148	Proposta concorrente	Prop PSZAER- cap.6.7-pgs.21;35;36 Verifica-se que para os buffers de 10km e de 20km de distância à rede elétrica usa um mapa não adequado da rede, visto que não estão a ser considerados todos os nós (Posto de Corte e/ou Subestações) atualmente em construção e/ou previstos em PDIRT. Os Postos de Corte a 400 kV de Lares, o Posto de Corte a 400 kV de V. N. Foz Coa(Vilarouco), o Posto de Corte a 400 kV de Vale Pereiro e o Posto de Corte a 400 kV de Arouca, estão em construção e/ou são considerados no PDIRT 2022-2031, pelo que deverão constar como pontos de injeção na rede para o critério de distanciamento (10 e 20 km). Prop PSZAER-cap.6.3-pgs.22; 23 Verifica-se que se propõe a classificação de ZAER para solar, com dimensão de por exemplo mais de 6600 ha, em redor de subestações da RND (p.ex. subestação de Terena E-REDES) que não têm potência disponível correspondente à dimensão da área de ZAER utilizável. Ou seja, apesar de se considerar zona ZAER, estas zonas não poderão ser aproveitadas na sua totalidade dado que haverá a limitação da potência disponível nessas subestações. Por outro lado, de acordo com o disposto no art.º 146 do RRC (regulamento de relações comerciais) os projetos com potência de ligação acima dos 50 MVA são por norma ligados à RNT. Assim, projetos de maior dimensão, não poderão usufruir das áreas ZAER em redor das subestações da RND, que ficarão restritas a projetos de potencia inferior a 50MVA, para os quais áreas vedadas 100 ha em princípio serão suficientes, dependendo das condicionantes locais existentes. Considera-se, portanto que, para o critério da distância à rede", junto dos pontos injetores da RND, aos quais se poderão ligar projetos até 50 MW por norma, não deverão ser consideradas áreas ZAER com dimensão acumulada superior p. ex a 250 ha (para dar uma margem) Uma área de 500 ha em redor de um ponto injetor que apenas tenha capacidade de 50 MW, não poderá, por este critério vir a poder ser utilizada na sua totalidade, transmitindo assim indicações erróneas sobre a magnitude de ZAER efetivamente aproveitável na sua globalidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118147	Discordância	As energias renováveis devem ser centradas nas cidades. Painéis nos telhados, edifícios públicos, parques de estacionamento, etc.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118146	Reclamação	Eu rejeito o Programa Sectorial das Zonas de Aceleração da Implementação de Energias Renováveis na sua forma actual porque considero que não oferece garantias suficientes de protecção do território, das comunidades locais e de participação democrática. Nasci em Castelo Branco e conheço muito bem este concelho e o de Idanha-a-Nova e por isso avalio com muita apreensão e tristeza a gravidade irreversível do impacto deste programa no meio ambiente, afectando a qualidade de vida das populações e a preservação da fauna e da flora. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes de ser aprovado. Uma transição energética justa não pode acontecer à custa dos territórios e das populações que neles vivem	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118145	Discordância	Preservação da natureza e do bem estar das pessoas, sempre.!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
118144	Discordância	A Junta de Freguesia de Moita (MGR) é desfavorável á proposta da PSZAER, justificada em exposição em documento anexo.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
118143	Discordância	Discordo desta proposta porque nao impede a concentraçao excessiva de projetos numa mesma regiao, nao avalia os efeitos cumulativos de varias centrais e das linhas de muito alta tensao associadas e nao protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como lobo-ibérico e o lince ibérico, cuja recuperação tem sido trabalhada há anos e é fulcral para o ecossistema. O ICNF alertou para a falta de exclusão de corredores ecologicos e para o risco de conflito legal com áreas protegidas. A APA identificou falhas na avaliaçao de impactos cumulativos sobre agua e solo. As CCDR do Centro, Alentejo e Algarve alertaram para a excessiva concentração de projetos nos seus territorios. Peço limites à concentraçao de projectos numa mesma regiao; proteçao vinculativa dos corredores de conectividade ecologica para grandes carnivoros e restante fauna impactada por este tipo de projectos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos); avaliaçao obrigatoria dos impactos cumulativos de centrais e linhas electricas associadas; manutençao da proteçao de zonas humidas, GeoParques UNESCO; participaçao púbica nas fases seguintes, nao apenas nesta consulta;	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118142	Discordância	A transição energética justa não pode ser feita à custa da natureza e do território que ainda se está a tentar recuperar. Este programa define onde se podem instalar novos parques solares e eólicos de forma acelarada, sem avaliação de impacto ambiental caso a caso nessas zonas. a proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo ibérico ou o lince ibérico, cuja recuperação ainda se está a trabalhar por parte de associações de preservação da natureza e da sua fauna. São necessários limites reais à concentração de projetos numa mesma região; proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos; avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas; participação pública real por parte da população. O nosso país não pode estar à venda de mega projetos que continuam a colocar o lucro em cima das pessoas, da fauna e flora e do nosso território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118141	Discordância	Deixo a minha apreciação negativa perante o PSZAER sobretudo relativa ao desequilíbrio que implica a destruição de zonas rurais e florestais que estão em escassez e já em debil situação. Facto que joga em contra o proprio pressuposto de mitigação dos efeitos das alterações climáticas, ecológico e preservação dos habitats que justifica a respectiva opção por uma fonte de energia mais limpa. Por outras palavras, contraria a própria objectivo ecológico que se suporia estar em favor. Em contrapartida, a instalação de painéis solares deveria, tanto quanto possível, ocupar áreas já urbanizas (topos de edificios, parques de estacionamento, etc).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118140	Discordância	Ich lehne den Bau jeglicher Solar-und Windparks sowohl in unserer Region als auch in anderen Regionen Portugals strikt ab. Die verheerenden Auswirkungen sollten mittlerweile jedem Menschen bekannt sein. Rejeito estritamente a construção de quaisquer parques solares e eólicos, tanto na nossa região como em outras regiões de Portugal. Os efeitos devastadores devem agora ser conhecidos por todas as pessoas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118139	Discordância	Um verdadeiro atentado a um território que já sofre de um processo de desflorestação acelerada. O PSZAER é uma ameaça à biodiversidade, à regeneração dos solos, não tem em vista soluções a long prazo, apenas alimenta um greenwashing que a nenhum lado nos levará. Está-se a criar mais um problema para dificultar a existência em harmonia com a natureza de gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118138	Discordância	Porque não se investe de facto em transformar as energias renováveis e armazená-las nos locais onde são necessárias para a vida das pessoas e das comunidades? Porque não se aproveitam as áreas de infraestruturas que se estendem por todo o território nacional - como por exemplo as redes viárias - para instalar/implantar os equipamentos de grande escala em causa neste PSZAIER? A sombra seria uma vantagem adicional, diminuindo o sobreaquecimento destas áreas atualmente expostas à radiação solar especialmente intensa nas cada vez mais frequentes e intensas ondas de calor.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118137	Discordância	Existe outras formas de colocação de painéis solares sem ser necessário destruir a natureza e o abate de árvores!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118136	Discordância	Venho apresentar o meu contributo relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Antes de mais, gostaria de deixar claro que sou favorável à transição energética e reconheço a importância do aumento da produção de energia renovável para responder às alterações climáticas e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No entanto, considero que esta transição deve ser conduzida de forma equilibrada, responsável e compatível com a proteção dos recursos naturais e culturais que constituem um património coletivo. A minha preocupação não reside na existência de energias renováveis, mas sim na dimensão, na velocidade e na forma como a sua implantação tem vindo a acontecer em Portugal. Nos últimos anos, temos assistido a uma ocupação crescente do território por grandes centrais fotovoltaicas e parques eólicos, muitas vezes em áreas de elevado valor paisagístico, ecológico ou agrícola. Esta tendência levanta sérias preocupações quanto à fragmentação dos habitats naturais, à perda de biodiversidade, ao impacto sobre espécies protegidas, à descaracterização das paisagens e à degradação do património natural que distingue o nosso país. O território é um recurso finito. Uma vez artificializado, dificilmente recupera as suas características originais. Por esse motivo, considero que a definição de Zonas de Aceleração não pode assentar apenas em critérios de eficiência energética ou facilidade de licenciamento. Deve integrar, de forma robusta, critérios de proteção da biodiversidade, conectividade ecológica, qualidade da paisagem, património cultural, aptidão agrícola e florestal, bem como os impactos cumulativos resultantes da concentração de múltiplos projetos numa mesma região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118135	Discordância	Nunca se poderá depauperar a natureza com argumentos que a exploração do território é o melhor para as populações! É a maior falcidade e mentira que se poderá contar. Os paineis fotovoltaicos não servem para o fim que anunciam. Para que sejam implantados, destroiem floresta que é essencial para a manutenção do clima e combater o que chamam de alterações climáticas. Se destruiros as florestas, os efeitos colaterais serão cada veza mais intensos e destrutivos. A floresta gera a humidade para que as temperaturas não subam, gearm a alimnetação que necessitamos para viver, gera vida e multiplicidade, os paineis fotovoltaicos, por outro lado geram calor para contribir ainda mais para o aqueciemnto global. No final de vida, os painies fotovoltaicos não são recicláveis, o que leva a que mais lixo tenha sido produzido com a desculpa que seria para o bem de todos. Além de termos ficado sem floresta, ficamos com lixo que não teremos onde descartar. Deixem de seguir modas e acima de tudo deixem de ser cumplices do capitalismo que apenas vê cifrões, onde a ganância se subrepõe á lógica e á proteção do que realmente importa. Chegaremos ao momento que não teremos onde plantar o que comer, não teremos floresta que nos dê o ar que precisamos e que nos ajude a defender e a proteger do clima que tende a piorar com a execução de projectos como este. Comecem a ser inteligentes e vêr que tudo tem vindo a piorar (climatéricamente) ano após ano, desde que, com mais vemência, começaram a destruir bosques e florestas em busca de apenas dinheiro. Como diz um velho amigo, somos a encarnação mais burra que alguma vez ocupou este planeta. Destruimos, desarmonizamos e depois, feitos parvos, estranhamos e questionamos o que está a acontecer. Est´á na hora de reverter o caminho por onde nos estamos a meter, que a lugar nenhum levará, a não ser é auto-destruição. BURROS.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118134	Discordância	Um absurdo do espírito da ganância destruidora. De uma falta de sentido de equilíbrio, de gosto, pelo país e natureza, extremamente indignante!... Acenam, de forma falaciosa, com uma iniciativa "green", pró-natureza, quando o que se está a querer praticar é o oposto disso, promovendo-se a destruição de espaços naturais, para a sua ocupação em massa, desfigurante, com tecnologias que poderiam estar, perfeitamente, integradas em espaços urbanos. Inadmissível tamanha falta de senso. PAREM DE DESTRUIR O EQUILÍBRIO DA NATUREZA QUE NOS PROTEGE!!!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118133	Discordância	Ex.mos(as) Senhores(as) Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118132	Discordância	Não se deve passar por cima da necessidade dos estudos ambientais. Já há muitos países que à custa das energias renováveis estão em pessimas condições ambientais. Temos de pensar num futuro sustentável, mas não a qualquer custo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118131	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: - Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; - Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; - Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; - Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da sociedade que diz ser um dos seus objetivos;	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118130	Discordância	Esse Projeto preocupa me. Não encontrei informações suficientes para poder dar uma opinião informada .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118129	Concordância	Concordo com a implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que representa um passo importante para acelerar a transição energética em Portugal. O desenvolvimento das energias renováveis é essencial para reduzir a dependência de combustíveis fósseis, diminuir as emissões de gases com efeito de estufa e reforçar a segurança energética do país. Considero igualmente importante que este processo continue a garantir a proteção do ambiente, da biodiversidade e das comunidades locais, promovendo um desenvolvimento sustentável e equilibrado	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118128	Discordância	Exmos ; Na qualidade de cidadã, , do concelho de Arcos de Valdevez vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118127	Discordância	Bom dia Não posso de forma alguma concordar com a proposta uma vez que a mesma não tem em vista quaisqueres projetos ecológicos presentes nas zonas afetas, e ainda para mais não cobre o impacto ecológico e humano da presença destas energias renováveis, que para além da construção das próprias necessita de toda uma infraestrutura à sua criação e utilização.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118126	Reclamação	Por favor, não destruam a natureza única del sierra da Gardhuna.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118125	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118124	Discordância	A implementação de centrais solares é contraproducente, destrói habitats, destrói zonas verdes e apenas beneficia grandes empresas que as explora. Aumentar a capacidade solar de Portugal deverá passar por colocar os paineis onde não há impacto negativo para a natureza como em telhados de casas, beneficiando diretamente os residentes portugueses. Baixar iva de painéis solares e nao subsidiar grandes empresas deverá ser o caminho. Para além disso abrir áreas enormes a potencial de exploração sem qualquer estudo de impacto ambiental e consultas públicas específicas é apenas mais uma forma de ignorar os cidadãos e oferecer o nosso país de mão beijada a interesses financeiros. Há mais vertentes para além da economia. Entregamos o nosso futuro ao capitalismo por ganhos rápidos sem pensar num futuro sustentável para as gerações futuras. Ainda agora passou por cá uma onda de calor. Destruir habitats não as vai melhorar. Falta de água e desertificação, problemas graves de Portugal, também não serão melhorados com a destruição de árvores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118122	Discordância	Digo NÃO à desmatação/destruição da natureza.! O maior bem e recurso que o ser Humano possui NÃO pode ser destruido. Existem muitas alternativas é só saber escolher. Querer salvar a natureza destruindo a não é de todo aceitável.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118121	Discordância	É simplesmente um acto criminoso o que se pretende aqui fazer.. Façam cobertura de painéis solares nos parques de estacionamento, por exemplo e não abater árvores com a pretensão de as salvar. Não se preserva a vida destruindo a!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118120	Discordância	NÃO a este programa setorial das zonas de aceleração da implementação de energias renováveis!!! Sou CONTRA! Basta de ocupação abusiva de solos destinados a actividades agrícolas. Basta de predação dos nossos recursos naturais. Encontrem alternativas que não destruam a natureza!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118119	Discordância	Nao so de acordo .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118118	Discordância	Tendo em conta as atrocidades feitas na gestão do território do nosso país nos últimos 30 anos, sem consentimento ou consciência pública, claramente hoje não é assim. Revistir o nosso país a paneis solares não é uma solução. Que encontrem outras soluções que não milhares de hectares de parques fotovoltaicos. Queremos sim que invistam em reparar as asneiras que fizeram com a plantação, acima de tudo das extensões de mobocultura de eucaliptos. Não ao abate de árvores para a instalação de mega centrais. Todo este processo deve ser feito ouvindo todas as partes e não como está a decorrer	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118116	Discordância	Sim à transição para renováveis mas com consciência. Necessitamos da reflorestação do território, não da sua desertificação, recorrendo a árvores diversificadas e autóctones A instalação de painéis solares deveria ser colocada e ponderada sobre grandes superfícies já construídas, como exemplo, parques de estacionamento , NÃO À DESERTIFICAÇÃO DE PORTUGAL!!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118115	Discordância	O Município de Coimbra reconhece a importância estratégica do PSZAER e dos objetivos nacionais de aceleração da produção de energia renovável. Todavia, considera que a concretização desses objetivos deve ser compatibilizada com os instrumentos municipais de gestão territorial, com os regimes legais de proteção ambiental e com as opções estratégicas de desenvolvimento local. No caso concreto do território municipal de Coimbra, a delimitação proposta para as ZAER suscita reservas relevantes, por abranger áreas integradas em REN, em espaços habitacionais, atividades económicas, aglomerados rurais, equipamentos e outras infraestruturas e em espaços de exploração de recursos geológicos, as quais correspondem a componentes estruturantes do modelo territorial municipal e da estratégia de desenvolvimento do concelho. Neste termos, sem pôr em causa os objetivos de promoção das energias renováveis prosseguidos pelo PSZAER, o Município de Coimbra entende que a proposta carece de ajustamentos, designadamente através da exclusão das áreas referidas, que assegurem uma maior compatibilização territorial, ambiental, urbanística e paisagística, contribuindo para uma transição energética equilibrada, sustentável e articulada com os instrumentos de planeamento municipal, salvaguardando simultaneamente os valores ecológicos, a conectividade dos sistemas naturais e a qualidade de vida das populações. A transição energética deve ser promovida com os territórios e com as populações, garantindo que a aceleração dos projetos de energia renovável não se traduz numa desvalorização dos instrumentos municipais de planeamento, nem numa afetação desproporcionada de áreas essenciais ao desenvolvimento equilibrado, sustentável e coeso do Município.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118114	Discordância	Ex senhoras e senhores Jà 4 dias para poder escriver minha opinão não e transparencia, não e democracia!. Fazer uma participação publica sobre uma tema tão importante durante o mundial e dar só 20 dias, não e transparencia nem democracia e vergunha propia, e brincar com o futuro do Portugal e de seus residentes, só para lucro. Disconcordo totalemente com a mapa "verde" que e uma mapa preta. O pszaer não rispeta nada, nem o pais, nem o povo, nem o Portugal interior, nem a democracia, nem a natureza , nem a ecologia, nem a vida....só o lucro do greenwashing. E uma vergunha brutal. São tão besteiras no isso plano que 3 dias a escriver- lhes não e demasiado. A concentração não e bom para nada e isso nos sabemos de muito tempo, então porque continuar sobre um caminho ruim? A transição ecologia e necessarià mas não o preço da vida. A vida vale nada mas nada vale a vida. Com o pszaer o governo quer matar-nos. Cumprimentos	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118113	Discordância	Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis como instrumento essencial para a mitigação das alterações climáticas, para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para a diminuição da dependência energética do país. Contudo, considero que a implementação destas infraestruturas deve assentar numa visão integrada do território, garantindo que a resposta à crise climática não compromete o património natural e os serviços dos ecossistemas de que também dependemos para enfrentar essas mesmas alterações. A análise da proposta cartográfica evidencia uma ocupação territorial muito extensa, tanto para a instalação de centrais fotovoltaicas como de parques eólicos. Esta dispersão levanta preocupações relativamente aos impactes cumulativos sobre a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos e a paisagem. Em primeiro lugar, preocupa-me a potencial destruição, degradação e fragmentação de habitats naturais e seminaturais. A fragmentação reduz a conectividade ecológica entre populações, dificulta a deslocação das espécies, isola habitats e compromete processos ecológicos essenciais, tornando os ecossistemas menos resilientes perante as alterações climáticas. A conservação da biodiversidade constitui, ela própria, uma das principais estratégias de adaptação às alterações climáticas, pelo que a sua degradação representa um contrassenso face aos objetivos da transição energética. Considero igualmente essencial que seja demonstrada, de forma clara e transparente, a compatibilidade das áreas propostas com os instrumentos de conservação da natureza, nomeadamente a Rede Natura 2000, as Áreas Protegidas, a Reserva Ecológica Nacional, corredores ecológicos e outras áreas de elevado valor para a biodiversidade. Caso existam sobreposições ou proximidade significativa com estes territórios, deverá prevalecer o princípio da precaução, evitando a instalação de infraestruturas que possam comprometer os objetivos de conservação. Relativamente às centrais fotovoltaicas, preocupa-me ainda a alteração das condições microclimáticas locais. Diversos estudos científicos identificam a existência do denominado efeito de ilha de calor fotovoltaica, verificando-se, em determinadas circunstâncias, um aumento da temperatura nas áreas ocupadas pelos painéis relativamente aos terrenos envolventes. Embora a magnitude deste fenómeno dependa das características de cada instalação, trata-se de um fator que deverá ser devidamente considerado, sobretudo num cenário de aumento da frequência e intensidade das ondas de calor.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118112	Discordância	Não entendo sequer a ideia desta anarquia. Energia alternativa sim, mas afastada das populações!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118111	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de XXX, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118110	Discordância	As energias renováveis são importantes, mas nunca á custa da destruição do que nos mantém vivos e de onde retiramos o nosso sustento. Não podemos destruir a natureza que nos dá o ar que respiramos, a comida com que nos alimentamos para que qualquer entidade, seja portuguesa ou não, explore a nossa riqueza e deixe os portugueses despojados do seu maior patrimonio, a floresta. Nunca uma situação destas poderá ser aceitável, muito menos proposta por um governo que acima de tudo tem como obrigação, proteger o povo que o elegeu e o território que deveria "guardar". Uma vergonha, o que os politicos fazem. Gente sem escrupulos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118108	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118107	Discordância	NÃO ÀS GIGANTESCAS ZONAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E SIM À REFLORESTAÇÃO MASSIVA DE FLORESTAS AUTÓCTONES! A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição da natureza, da biodiversidade, da agricultura, da saúde e da qualidade de vida das comunidades.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118105	Discordância	5 RAZÕES PARA LUTARMOS CONTRA AS PSZAER (Plataformas de Sobre-elevação de Zonas de Aceleração para Energias Renováveis): 1. As ZAER destroem habitats de milhares de animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER retiram a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e do ICNF como organismos de defesa da natureza. 4. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. 5. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118104	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
118103	Discordância	Não concordo com esta implementação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118102	Geral	Nem painéis no Serra da Gardunha pf	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118101	Discordância	Não vejo nada de ecológico nestes projetos. Quem é que vai realmente lucrar com isto? Não é a população local nem grande parte da população de Portugal, e certamente não é a terra nem a natureza!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118100	Discordância	Quantas mais árvores iremos perder? Porque se sacrifica 7% do território e paisagens e não se fala em usar espaços já existentes e degradados?!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118099	Discordância	Nos queremos a natureza não ao proliferar destes vidros na beira baixa queremos natureza não destruição	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118098	Discordância	Discordo totalmente da instalação de painéis solares e afins, bem com eólicas no País, destruição sobreiros, azinheiras, pinheiros e outras espécies que contribuem, essas sim, para a qualidade ambiental. Não entendo a aprovação de legislação sobre medida, por forma a anular e limitar entidades que têm com função a salvaguarda da natureza. São inaceitáveis estas instalações intrusivas no território, que apenas e exclusivamente servem interesses que não os nossos. Sou igualmente contra todo e qualquer equipamento como os data center, verdadeiros sorvedores de água e de energia. São inaceitáveis os procedimentos do governo, que vêm no seguimento do seu antecessor.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118097	Discordância	Existem outras formas, abate de árvores, nunca!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118095	Geral	No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), junto remeto, em anexo, a minha participação individual, apresentada na qualidade de cidadão do concelho de Vila Pouca de Aguiar. A presente participação visa contribuir para a reflexão sobre a implementação das zonas de aceleração de energias renováveis em territórios rurais, em particular num concelho já fortemente marcado pela presença de infraestruturas associadas à produção de energia renovável, defendendo a necessidade de maior envolvimento das comunidades locais, adequada avaliação dos impactos cumulativos e previsão de mecanismos de compensação e retorno territorial.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118093	Discordância	Que planeta vamos deixar para a próxima geração , energia ''verde'' a que custo ...?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118092	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 🔘 Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies ameaçadas, como o lince-ibérico ou aves de rapina, pondo em causa a conectividade dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118091	Discordância	Sem comentários	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118090	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de munícipe do concelho de Idanha-a-Nova, manifesto por esta via, e cito o Eng. Agrónomo J.A. Ramos Rocha, «a minha total oposição ao PSZAER colocado em consulta pública por ser um documento que consubstancia uma opção politica e instrumentos administrativos e jurídicos, que lhe dão corpo, que contrariam ou não atendem a algumas das principais recomendações da Comissão da União Europeia, assim como do próprio Tribunal Europeu em matéria de transição energética, e se traduzem em riscos muito graves que colocam em causa o edifício administrativo e jurídico em que assenta a organização e gestão do território português, subtraindo competências aos Municípios, limitando a participação dos cidadãos na gestão da "causa pública", tem graves e irreversíveis consequências para os territórios, as comunidades locais, a sustentabilidade económica ambiental e social de vastas regiões do país, induzindo maiores desequilíbrios económicos e sociais entre os diferentes territórios e, ao invés de promover a inclusão social, promove a exclusão social. Acresce a tudo isto que a implementação do PSZAER permite e configura uma profunda transformação da geografia do território, de forma duradoira e irreversível, transmitindo às próximas gerações um território completamente transfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização à escala nacional e internacional. No fundo, ao invés de transmitirmos às próximas gerações um território com valias acrescidas, fazemo-lo com menos valias, condicionando o seu próprio futuro e sustentabilidade geracional.» Assim, a minha veemente rejeição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis deve-se, em resumo: - ao impacto provocado nos ecossistemas, na biodiversidade e na paisagem; - ao impacto socio-económico, por afetar drasticamente o turismo e a qualidade de vida das comunidades locais;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118089	Discordância	Como cidadão de Mortágua, manifesto a minha oposição à dimensão das áreas do concelho identificadas como potenciais Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Considero manifestamente excessiva a extensão do território que está em análise para a possível instalação de projetos de produção de energia renovável de grande escala. Mortágua é um concelho com um património natural, florestal e paisagístico que deve ser protegido. Não considero aceitável que uma parte tão significativa do nosso território possa ficar sujeita à instalação de grandes centrais solares ou eólicas, com impactos profundos e duradouros na paisagem e na utilização futura do território. Mortágua já acolhe projetos de produção de energia renovável de grande dimensão, como é o caso da Central Fotovoltaica de Cabeço Santo. Considero, por isso, fundamental que seja avaliado o impacto acumulado destas infraestruturas e que exista equilíbrio e proporcionalidade na sua distribuição pelo território nacional. Não podemos permitir que os territórios do interior sejam vistos apenas como espaços disponíveis para a instalação de grandes projetos energéticos, sem uma adequada ponderação dos impactos para as populações, para a paisagem e para o futuro desenvolvimento dos concelhos. Assim, manifesto a minha oposição à dimensão das áreas atualmente identificadas no concelho de Mortágua e defendo a sua redução substancial na versão final do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118088	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118087	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118086	Discordância	Exmos./as. Senhores/as, Na qualidade de cidadã do concelho de Castelo Branco, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Omitir os verdadeiros problemas ambientais, limitando-os a uma narrativa única que assume a transição energética (e a grande escala) como solução milagrosa, não trará nunca benefícios, nem para o ambiente, no geral, nem para as populações que habitam os territórios assinalados no projeto. Para além dos impactos negativos para a biodiversidade e ambientais (tornando o projeto totalmente contraproducente), o PSZAER promove ainda a deterioração da qualidade de vida das populações locais, que vivem em territórios já de si marginalizados. Uma vez mais, estes projetos vêm beneficiar os grandes interesses sob a aparência de progresso nacional e territorial. O interior não precisa de imposição de metas e objetivos por parte de terceiros. Precisa, sim, de ser decidido por quem aí habita. As centrais fotovoltaicas devem ser construídas longe das populações e fora do impacto visual.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118085	Discordância	Se tiverem de ser construídas perto ou dentro de localidades, que sejam aproveitados os telhados de parques de estacionamento, de habitações, indústria ou institutos públicos, revertendo parte da energia produzida para as populações, de maneira a baixar o valor a pagar pela energia e como forma de minimizar os eventuais impactos negativos que este tipo de instalação traz.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Embora apoie a transição para fontes de energia renovável, acredito que esta não deve acontecer à custa de ecossistemas valiosos. A desflorestação em grande escala destrói habitats da vida selvagem, fragmenta os ecossistemas e elimina árvores que desempenham um papel essencial no armazenamento de carbono, na melhoria da qualidade do ar e na proteção da biodiversidade. É profundamente preocupante que paisagens naturais possam ser alteradas de forma permanente em nome do progresso ambiental. A construção de aerogeradores exige frequentemente infraestruturas extensas, incluindo estradas de acesso, fundações, linhas de transporte de energia e áreas de manutenção. Estas intervenções podem ter impactos duradouros sobre as florestas, zonas húmidas, recursos hídricos e espécies selvagens. Depois de uma floresta madura ser destruída, podem ser necessárias muitas décadas — ou até séculos — para que um ecossistema semelhante recupere. Peço que as entidades responsáveis analisem cuidadosamente a possibilidade de utilizar locais alternativos, como terrenos já urbanizados ou degradados, em vez de sacrificar áreas naturais. Os projetos de energia renovável devem procurar minimizar os impactos ambientais, e não simplesmente deslocá-los. Antes de qualquer aprovação deste projeto, solicito que sejam claramente respondidas as seguintes questões: * Qual será a área de floresta e habitat natural que será permanentemente perdida? * Que impacto terá o projeto sobre espécies protegidas ou ameaçadas? * Foram devidamente avaliadas localizações alternativas com menor valor ecológico?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118084	Discordância		
118083	Discordância	Com tanto local para colocar painéis, não se justifica colocá-los em zonas que necessitam destruir a natureza que lá existe e obrigam a utilizar herbicidas para a sua manutenção.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118082	Discordância	a freguesia de Louriçal do campo está contra a instalação de painéis solares na nossa serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118081	Discordância	If you are going to make the process easier, make sure that: - no native trees need to be cut - better alternatives are: building solarplants on already heavily degrated soils, on sites that now have eucaliptus monocultures or on roofs of private and industrial buildings - also, incorporate other systems around the solarplants, like grazing sheep or chickens underneath, or growing edible plants that like shade. There are lot's of creative options! I know it is possible, and you can do it! With love, Maud	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118080	Discordância	O Executivo da Junta de Freguesia do Ladoeiro reconhece que a transição energética constitui um objetivo estratégico para a mitigação das alterações climáticas e para a redução da dependência de combustíveis fósseis. Contudo, considera que a concretização destes objetivos deve obedecer aos princípios do desenvolvimento sustentável, assegurando um equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e económica. O Executivo da Junta considera que a transição energética é essencial, mas deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a paisagem, o património natural, a atividade agrícola e a qualidade de vida das populações. O desenvolvimento sustentável não pode comprometer a identidade do Ladoeiro nem os recursos que constituem a base do seu futuro. A ocupação extensiva do território por infraestruturas energéticas pode provocar a fragmentação de habitats, a alteração da paisagem, a perda de solos com aptidão agrícola e impactos sobre a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas, nomeadamente na regulação do solo, da água e na conservação dos valores naturais. Estes impactes assumem particular relevância em territórios de baixa densidade, onde a agricultura e a valorização da paisagem constituem fatores essenciais para a fixação da população e para o desenvolvimento económico local. Neste contexto, a Junta de Freguesia considera que a localização destes projetos deve privilegiar áreas já artificializadas ou degradadas, evitando a ocupação desnecessária de solos agrícolas produtivos e de áreas com elevado valor ecológico e paisagístico. Considera ainda indispensável que sejam avaliados de forma rigorosa os impactes cumulativos com outros projetos existentes ou previstos na região, garantindo que a decisão final assenta numa análise integrada do território e na salvaguarda do interesse público. Face ao exposto, a Junta de Freguesia do Ladoeiro manifesta a sua oposição à proposta em consulta pública, por considerar que subsistem dúvidas quanto à adequada salvaguarda dos valores ambientais, paisagísticos, agrícolas e sociais do território, defendendo que qualquer decisão deve respeitar os princípios da precaução, da proporcionalidade e da participação efetiva das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118079	Discordância	Quero manifestar a minha indignação, aos membros governantes que estão a tomar iniciativas sem o "nosso" consentimento, nós povo. Ainda hoje, se eu a titulo particular for encontrada a derrubar um sobreiro, árvore de espécie protegida, sou segundo as leis estabelecidas pelo estado multada, porque é que não acontece ao próprio estado, este que anda a derrubar árvores em série sem arcar com as consequências? Confesso que vivo num país que tanto se contradiz	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118078	Discordância	Uma instalacao desta dimensao deveria estar em zonas despovoadas ou no minimo a uma distancia que salvaguardasse o impacto negativo causado pelo esperado aumento das temperaturas atmosfericas na zona involvente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118077	Discordância	como residente do louriçal do campo estou completamente contra a instalação de painéis solares na nossa serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118076	Discordância	Não concordo com a instalação de painéis solares na serra da Gardunha.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118075	Discordância	O impacto extremamente negativo nos ecossistemas das zonas abrangidas, nas comunidades locais e na paisagem, bem como a afectação de terrenos com potencial agrícola num país que é dependente do exterior, são razões suficientes para a rejeição da criação destas zonas de mega parques fotovoltaicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118073	Discordância	SUGGESTED COMMENT TO SEND: Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível. Existe também uma dimensão económica. Projetos desta escala podem afetar negativamente o valor dos imóveis e a atratividade da região para residentes e turismo, enquanto uma parte significativa dos benefícios económicos é captada por grandes empresas e investidores externos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118072	Discordância	Contributo de Cidadão — Alternativas ao modelo proposto Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. 3. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem no vazio — decorrem de um modelo de crescimento do consumo que raramente é posto em causa. Não encontro neste programa qualquer pergunta sobre quanto precisamos realmente de produzir, para quem, com que modelo de distribuição e com que impacto acumulado sobre o território. A questão não é apenas onde instalamos os painéis — é quanto consumimos, e se esse consumo pode e deve crescer indefinidamente. O relatório técnico de ordenamento e economia do território identifica como um dos principais riscos a "especialização funcional excessiva de territórios de baixa densidade" e a sua transformação em plataformas de exportação de energia para mercados externos. Ou seja: os territórios mais frágeis do país sacrificam a sua paisagem para alimentar o crescimento energético de economias que não partilham esse custo. Peço que a versão final do PSZAER inclua uma análise explícita da procura — quantificando o consumo real esperado, as alternativas de redução e eficiência, e o papel das exportações nas metas —, e que essa análise informe a dimensão final das ZAER. Não é possível avaliar se 371.000 hectares são necessários sem primeiro perguntar se o crescimento que os justifica é inevitável. 4. Energia para as comunidades onde é produzida Se um território cede a sua paisagem e os seus recursos para produzir energia, tem o direito de beneficiar dessa energia. As comunidades de energia renováveis locais	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118070	Discordância	a freguesia do Louriçal do campo está completamente CONTRA os painéis solares na serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118069	Geral	I am writing to express my firm opposition to the inclusion of the Serra da Gardunha and Beira Baixa in the PSZAER. This region is characterized by its stunning protected mountain landscape, which must be preserved for future generations. Introducing large solar and wind power plants would significantly alter this natural beauty, leading to potential long-term ecological damage. Moreover, the Serra da Gardunha encompasses vital water courses essential for both biodiversity and local agriculture. The threat to our water supply cannot be taken lightly, especially in a time when climate resilience is critical. It's important that we refuse to think of the interior as "leftover" land. Instead, we should prioritize sustainable development in already-constructed urban areas. Therefore, I respectfully request that Serra da Gardunha and Beira Baixa be excluded from the PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118068	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118067	Discordância	NÃO CONCORDO QUE SE INVADEM TERRENOS COM A IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS, A CONTINUAR ASSIM A NATUREZA MORRE E NÓS TODOS VAMOS SOFRER COM ISSO!! PAREM COM ESSA INVASÃO SEM SENTIDO!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118066	Discordância	discordo completamente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118065	Discordância	Contributo de Cidadão — Alternativas ao modelo proposto Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. 3. Para onde vamos, afinal? Esta proposta apresenta-se como resposta às metas do PNEC 2030. Mas as metas energéticas não existem no vazio — decorrem de um modelo de crescimento do consumo que raramente é posto em causa. Não encontro neste programa qualquer pergunta sobre quanto precisamos realmente de produzir, para quem, com que modelo de distribuição e com que impacto acumulado sobre o território. A questão não é apenas onde instalamos os painéis — é quanto consumimos, e se esse consumo pode e deve crescer indefinidamente. O relatório técnico de ordenamento e economia do território identifica como um dos principais riscos a "especialização funcional excessiva de territórios de baixa densidade" e a sua transformação em plataformas de exportação de energia para mercados externos. Ou seja: os territórios mais frágeis do país sacrificam a sua paisagem para alimentar o crescimento energético de economias que não partilham esse custo. Peço que a versão final do PSZAER inclua uma análise explícita da procura — quantificando o consumo real esperado, as alternativas de redução e eficiência, e o papel das exportações nas metas —, e que essa análise informe a dimensão final das ZAER. Não é possível avaliar se 371.000 hectares são necessários sem primeiro perguntar se o crescimento que os justifica é inevitável. 4. Energia para as comunidades onde é produzida Se um território cede a sua paisagem e os seus recursos para produzir energia, tem o direito de beneficiar dessa energia. As comunidades de energia renováveis locais	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118064	Discordância	Como Jovem a viver na Freguesia do Louriçal do Campo expresso o meu maior desagrado e a minha DISCORDÂNCIA TOTAL para a implantação de painéis na serra da Gardunha, utilizem outros meios para os colocar, sem afetar o melhor da nossa aldeia e concelho, utilizem espaços que não fazem falta. NÃO AOS PAISNEIS NA GARDUNHA	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118063	Discordância	Em vez deste desastre ambiental, promovam agressivamente a instalação de painéis nos telhados com baterias. Um modo distribuído de produção para um consumo distribuído, sem impactos ambientais.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118062	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118061	Reclamação	Exmos. Senhores, Venho pelo presente meio submeter a minha reclamação, a qual anexo para V. análise. Sem outro assunto de momento, Isidora Pais Varanda	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118060	Discordância	Como Jovem a viver na Freguesia do Louriçal do Campo expresso o meu maior desagrado e a minha DISCORDÂNCIA TOTAL para a implantação de painéis na serra da Gardunha, utilizem outros meios para os colocar, sem afetar o melhor da nossa aldeia e concelho, utilizem espaços que não fazem falta. NÃO AOS PAISNEIS NA GARDUNHA.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118058	Reclamação	Peço que seja feito estudo de impacto ambiental em todos os projetos antes de qualquer um avançar. E que, a avançar a localização das infraestruturas seja localizada em beiras de estrada, parques de estacionamento, edifícios industriais e não em caso algum destruindo habitats humanos e naturais. Catarina Castro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
118057	Discordância	Este projecto será demasiado intrusivo nesta área pacífica. Além disso, falta informação e transparência.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118056	Discordância	Não é exploração dos nossos recursos naturais, com a destruição do nosso ecossistema, da nossa floresta e da natureza que nos sustenta, alimenta. Um descaramento o que estão tentar a fazer.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
118055	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Caldas da Rainha, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem em anexo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118054	Discordância	Chamam transição verde a uma política de energia que só prejudica a natureza e, consequentemente, a população humana. Cobrir 7% do território nacional com painéis solares e eólicas é indisponibilizar 7% do território nacional para agricultura e florestas. Só pensam no lucro a curto prazo, mas não pensam no que vão comer daqui a 20 anos, não pensam que é necessário apostar em florestas dignas desse nome para fazer face às alterações climáticas. Digo não a esta política com toda a convicção.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118053	Discordância	Discordo deste plano abusivo e excessivo pela destruição das paisagens e da natureza. Antes de colocar centrais fotovoltaicas em espaços naturais há que : - obrigar a cobertura dos parques de estacionamento com painéis solares - obrigar o edificado novo a instalar painéis solares e comparticipar a instalação de painéis no edificado já existente. - quando os dois projetos acima referidos estiverem esgotados, encarar a instalação de painéis solares em espaços rurais tendo em conta as seguintes regras (não exaustivas): - proibida instalação em espaços arborizados com espécies autóctones e mais resistentes aos incêndios: sobreiros, carvalhos, medronheiros etc. - proibida a instalação em espaços naturais sensíveis, áreas protegidas - proibida instalação em zonas de alto valor paisagístico - instalação sujeita a obrigatoriedade de medidas de auto protecção face aos incêndios - se x hectares são usados para fotovoltaicas ou eólicas : obrigatoriedade de compensação com X hectares de floresta resistente aos incêndios - possibilidade de instalação em substituição de eucaliptais em zonas de fraco valor ambiental e paisagístico	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118051	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que as condições do local não são adequadas para garantir um desempenho eficiente do sistema, devido à existência de sombreamento significativo e à orientação pouco favorável da cobertura. Acresce que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		I respectfully disagree with the proposed Sectoral Programme for Zones to Accelerate the Implementation of Renewable Energies (PSZAER) in its current form. I fully support Portugal's transition towards renewable energy and recognise the importance of reducing greenhouse gas emissions, improving energy security and meeting national and European climate objectives. My comments are therefore not made in opposition to renewable energy itself. Rather, they reflect concerns that the current programme prioritises the speed of deployment without providing sufficient safeguards for rural communities, agriculture, water resources, biodiversity and the long-term sustainability of the landscapes expected to host this infrastructure.	Obrigada pela sua participação.
118050	Discordância	One of my principal concerns is that the designation of acceleration zones risks reducing the level of site-specific environmental assessment. Strategic planning is important, but regional mapping cannot fully account for the unique characteristics of individual locations, including groundwater systems, agricultural use, ecological value, cultural heritage, geology and the needs of local communities. Accelerated licensing should never come at the expense of robust environmental protection. The programme should also place much greater emphasis on cumulative impacts. Rural communities are increasingly affected not by a single development, but by multiple connected projects, including photovoltaic plants, battery storage systems, substations, high-voltage transmission lines, new access roads and future grid expansion. Whilst each project may appear acceptable when assessed individually, their combined impacts on landscape, biodiversity, water resources, local infrastructure and quality of life can become significant. I believe cumulative impacts should be assessed before areas are designated as acceleration zones, rather than relying solely on individual project assessments.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
118049	Discordância	A transição para as energias renováveis é indispensável, mas não pode servir de justificação para destruir aquilo que pretende proteger. Não estou contra a energia fotovoltaica; estou sim contra a sua instalação indiscriminada em áreas agrícolas, florestais e rurais, comprometendo ecossistemas, biodiversidade, paisagens e modos de vida. Existem alternativas mais inteligentes, como a instalação de painéis solares em edifícios, parques industriais, zonas degradadas e outras áreas já artificializadas. Apelo então às entidades responsáveis para que planeiem a expansão da energia solar com visão, responsabilidade e respeito pelo território. Produzir energia limpa não pode significar destruir a natureza. Desta forma sou CONTRA as áreas que têm sido identificadas para este tipo de projetos fotovoltaicos cujo o intuito é sempre servir "alguns" e nunca as pessoas nem a sociedade.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118048	Discordância	Comentário de discordância PSZAER Manifesto discordância com o avanço da proposta atual do PSZAER, pelos seguintes motivos, sustentados em pareceres técnicos já apresentados no âmbito desta consulta pública: Falta de rigor técnico da avaliação ambiental. A própria Agência Portuguesa do Ambiente (APA) considera insuficiente a demonstração de que as áreas propostas cumprem o requisito da Diretiva RED III de "ausência de efeitos significativos no ambiente" requisito indispensável para dispensar os projetos do processo normal de Avaliação de Impacte Ambiental. A APA aponta ainda que as medidas de mitigação propostas são, em grande parte, meros lembretes de legislação já existente, sem valor acrescentado real. Delimitação incompleta e remetida para depois. A definição final das zonas está a ser empurrada para a fase de licenciamento dos projetos, quando devia ser fechada na fase de planeamento crítica também levantada pela APA. Isto significa que a consulta pública está a decorrer sem que os cidadãos saibam exatamente que áreas serão afetadas, o que compromete a transparência do processo. Concentração excessiva em territórios de baixa densidade. As CCDR do Centro, Alentejo e Algarve alertaram para o risco de "monofuncionalização energética" nos seus territórios, com a CCDR Centro a destacar especificamente o risco na Beira Baixa e no Médio Tejo ou seja, o ónus ambiental e paisagístico não está a ser distribuído de forma proporcional pelo país.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118047	Discordância	Assunto: Oposição ao "Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis" Exmos. Senhores, Venho, por este meio, apresentar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, no âmbito da consulta pública em curso. Reconheço a importância da transição energética e do desenvolvimento das energias renováveis como contributo para o combate às alterações climáticas. Contudo, a implementação destas infraestruturas deve respeitar integralmente a legislação nacional e europeia em matéria de proteção da natureza, do ambiente, da saúde pública e da paisagem. Considero que o programa, na sua atual configuração, suscita preocupações significativas que justificam a sua revisão. 1. Proteção da natureza e da biodiversidade Existem sérias preocupações quanto aos potenciais impactos sobre habitats naturais, espécies protegidas da fauna e da flora e áreas de elevado valor ecológico. Nos termos da Diretiva Habitats (92/43/CEE), da Diretiva Aves (2009/147/CE) e da respetiva legislação nacional, qualquer plano ou programa suscetível de afetar significativamente sítios da Rede Natura 2000 ou espécies protegidas deve ser objeto de uma avaliação rigorosa antes da sua aprovação. É indispensável avaliar cuidadosamente os impactos sobre aves migratórias e nidificantes, morcegos, corredores ecológicos e outros habitats sensíveis, assegurando que eventuais medidas de mitigação e compensação sejam eficazes e cientificamente fundamentadas. 2. Proteção da paisagem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118045	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118044	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
118043	Discordância	No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118042	Discordância	Dada a má qualidade da cartografia disponibilizada, limito-me a contestar alguns pontos do texto, não sem antes manifestar o repúdio pela atuação de desprezo do Governo por esta Consulta Pública, ao publicar o Decreto-Lei n.º 130/2026, de 29 de Junho, antes de ela se encontrar encerrada. Segundo os documentos apresentados, estas ZAER ocupam 440 mil hectares em território nacional, algo que a própria Direção Geral do Território (DGT) considerou muito superior ao necessário para cumprir as metas de 2030. Ou seja, 7% do país poderá ser ocupado por projetos de licenciamento simplificado, ou seja, sem Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), a que se somarão todos os que requererem licenciamento. Seria de esperar que, numa avaliação dos projetos de energias renováveis, se começasse por fazer o balanço da experiência nacional até à data (sem esquecer os efeitos negativos…), bem como uma antevisão dos impactes cumulativos da implantação de projetos semelhantes sobre os recursos hídricos, a erosão dos solos, a hidromorfologia e o escoamento superficial da água, além de outros fatores de forte impacte na vida das comunidades. No Portal da Consulta Pública, constata-se o parecer negativo de entidades públicas técnicas, responsáveis por várias áreas importantes, nomeadamente do Património Cultural-IP, da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Associação Nacional de Municípios, de várias câmaras municipais, etc., o que deixa os contribuintes perplexos: pagam para ter serviços especializados e não há a certeza de que sejam escutados?!? - A Diretiva RED III exige que as ZAER sejam delimitadas com base em informação que demonstre a reduzida probabilidade de ocorrência de impactes ambientais significativos, no entanto, o Relatório Ambiental Preliminar apresentado transfere uma parte substancial da análise ambiental para a fase de projeto e para os promotores, ou seja, com o facto consumado e ao critério dos financeiramente interessados. Verificado um erro, deita-se abaixo e indemnizamos os promotores? - Contra a Directiva (artigo 15.º-C), as ZAER incidem maioritariamente sobre território rural e florestal e não na «prioridade a superfícies artificializadas, edificadas e terrenos degradados». O Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) alerta, entre outras questões, para a ausência de uma delimitação clara de áreas de exclusão absoluta e sobreposição de zonas de aceleração com montado e	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118041	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
118040	Discordância	Não!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118039	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que as condições do local não são adequadas para garantir um desempenho eficiente do sistema, devido à existência de sombreamento significativo e à orientação pouco favorável da cobertura. Acresce que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118038	Discordância	Exmos. Senhores, Apesar de perceber a importância da transição energética, discordo totalmente que se utilizem solos com as características dos que estão identificados no presente Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tendo como consequências a perda natureza , de solo natural (não impermeabilizado); perda de biodiversidade; e redução e fragmentação dos habitats. Vivemos num período onde são evidentes as alterações climáticas, onde no nosso país as temperaturas são cada vez mais altas, e somos todos os anos atingidos pelo flagelo dos incêndios, neste sentido parece um total contra-senso no momento atual artificializar todo o solo definido neste programa. Atrevo-me a dizer, uma total falta visão e planeamento a longo prazo, optando pela forma mais rápida de conseguir mais energia, sem antes esgotar todas as outras possibilidades. E neste sentido aproveito para propor que antes de definirem solos naturais, façam um estudo rigoroso de toda área impermeabilizada: Todos os edifícios públicos, e áreas públicas impermeabilizadas; todos os parques logisticos e industriais; estacionamentos públicos e privados (a colocação de cobertura), estradas, autoestradas (desenvolver em conjunto com o laboratório de engenharia, coberturas que possam ser aplicadas sobre as estradas, ou aplicadas na vertical como os painéis verticais frequentemente utilizados nas autoestradas) e outros; enfim esgotar primeiramente todo o potencial das áreas já artificializadas antes de converter solo agrícola ou natural em solo artificializado e impermeabilizado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118036	Discordância	Discordo da implementacão destas energias ditas "verdes", que de verde não têm nada. A sua implementacão acaba com os ecossistemas locais, danificando o solo e recursos hídricos, fazem aumentar ainda a temperatura ambiente além de serem extremamente poluentes devido à sua constituição.. Parem com isso, queremos árvores e natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118035	Discordância	Dada a má qualidade da cartografia disponibilizada, limito-me a contestar alguns pontos do texto, não sem antes manifestar o repúdio pela atuação de desprezo do Governo por esta Consulta Pública, ao publicar o Decreto-Lei n.º 130/2026, de 29 de Junho, antes de ela se encontrar encerrada. Segundo os documentos apresentados, estas ZAER ocupam 440 mil hectares em território nacional, algo que a própria Direção Geral do Território (DGT) considerou muito superior ao necessário para cumprir as metas de 2030. Ou seja, 7% do país poderá ser ocupado por projetos de licenciamento simplificado, ou seja, sem Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), a que se somarão todos os que requererem licenciamento. Seria de esperar que, numa avaliação dos projetos de energias renováveis, se começasse por fazer o balanço da experiência nacional até à data (sem esquecer os efeitos negativos…), bem como uma antevisão dos impactes cumulativos da implantação de projetos semelhantes sobre os recursos hídricos, a erosão dos solos, a hidromorfologia e o escoamento superficial da água, além de outros fatores de forte impacte na vida das comunidades. No Portal da Consulta Pública, constata-se o parecer negativo de entidades públicas técnicas, responsáveis por várias áreas importantes, nomeadamente do Património Cultural-IP, da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Associação Nacional de Municípios, de várias câmaras municipais, etc., o que deixa os contribuintes perplexos: pagam para ter serviços especializados e não há a certeza de que sejam escutados?!? - A Diretiva RED III exige que as ZAER sejam delimitadas com base em informação que demonstre a reduzida probabilidade de ocorrência de impactes ambientais significativos, no entanto, o Relatório Ambiental Preliminar apresentado transfere uma parte substancial da análise ambiental para a fase de projeto e para os promotores, ou seja, com o facto consumado e ao critério dos financeiramente interessados. Verificado um erro, deita-se abaixo e indemnizamos os promotores? - Contra a Directiva (artigo 15.º-C), as ZAER incidem maioritariamente sobre território rural e florestal e não na «prioridade a superfícies artificializadas, edificadas e terrenos degradados». O Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) alerta, entre outras questões, para a ausência de uma delimitação clara de áreas de exclusão absoluta e sobreposição de zonas de aceleração com montado e	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118034	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118033	Discordância	Assunto: Pronúncia em sede de consulta pública – Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAIER) Exmos. Senhores, No âmbito da consulta pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAIER), venho por este meio apresentar a minha pronúncia, manifestando a minha oposição ao programa na sua atual configuração. Reconheço a importância da transição energética e do aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis para responder às alterações climáticas e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, estes objetivos não podem ser alcançados à custa da degradação do património natural, da biodiversidade, da paisagem, dos recursos hídricos e dos direitos das populações afetadas. Em particular, considero que o programa suscita as seguintes preocupações: - A definição de zonas de aceleração poderá abranger áreas de elevado valor ecológico, habitats sensíveis e corredores ecológicos, colocando em risco espécies protegidas e ecossistemas vulneráveis. - A simplificação e aceleração dos procedimentos de licenciamento não deve reduzir o rigor das avaliações	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118032	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Na qualidade de habitante do concelho de Mortágua, venho por este meio apresentar a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Após a análise dos documentos, manifesto a minha profunda preocupação com a escala de ocupação prevista para o concelho de Mortágua e apresento as seguintes propostas de alteração e salvaguarda: 1. O Precedente da Barragem da Aguieira: Chega de "Território de Sacrifício" O concelho de Mortágua tem um longo historial de serviço ao bem comum nacional que não tem tido o devido retorno económico para a sua população. Há mais de 40 anos que a Barragem da Aguieira ocupa uma área significativa do nosso território, cumprindo funções críticas de produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias para o país. No entanto, o impacto local desta infraestrutura em termos de criação de riqueza tem sido residual, limitando-se a uma exploração hoteleira, sem gerar emprego estrutural ou desenvolvimento para o concelho. Mortágua já é um "território sacrificado". Não podemos aceitar que, a este fardo histórico, se some agora a ocupação de mais de metade do concelho (52%) com painéis e eólicas, repetindo o modelo de extração territorial de valor onde o interior suporta os custos e o litoral consome os benefícios. 2. Desproporcionalidade e Injustiça Territorial A proposta para Mortágua revela um desequilíbrio territorial inaceitável. Enquanto a média de ocupação potencial por ZAER Solar para a CIM Região de Coimbra é de 10,9%, o concelho de Mortágua apresenta uma incidência de 46,6% (cerca de 11.717 ha) apenas para tecnologia solar fotovoltaica. O concelho é identificado como um dos poucos em Portugal onde a incidência de ZAER solar ultrapassa os 25% da área total, o que o coloca num grupo de extrema pressão renovável. No total (energia solar e eólica), 52,1% do território municipal está mapeado como zona de aceleração. Utilizando os valores para a energia solar, a comparação com os concelhos limítrofes demonstra que Mortágua está a ser transformado num "território sacrifício":	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118031	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118030	Discordância	Os Estudos das ZAER necessitam de esclarecer/estudar e comprovar os aumentos de temperatura que estão associados à implantação das estruturas, quer seja pela diminuição da vegetação quer seja pela pela própria implantação. Não encontro nada que refira que as implantações possam ser instaladas em zonas habitacionais, no topo dos edifícios, em locais de estacionamento, e outros para não afetar as zonas com vegetação. Qual a mais valia de ter tantos sistemas de painéis solares e outras renováveis se temos de recorrer sempre aos convencionais já existentes? Qual é o limite do não instalar? Não consigo entender a declaração de interesse público para que se possa passar por cima de tudo e de todos? Mercados de carbono, o interior é uma mais valia para o pais. As contrapartidas das novas plantações deviam iniciar-se no imediato e não por x anos. Zonas de recargas de aquíferos como são protegidas?	Obrigada pela sua participação. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118029	Discordância	Considero que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na forma como é apresentado, não garante o equilíbrio adequado entre a produção de energia, a proteção da saúde das populações e a conservação dos ecossistemas. A criação de zonas de aceleração conduzirá a uma concentração excessiva de infraestruturas energéticas em determinados territórios, aumentando a pressão sobre comunidades locais, áreas agrícolas, habitats naturais e paisagens de elevado valor ecológico. A fragmentação dos ecossistemas, a perda de biodiversidade, a perturbação da fauna, a impermeabilização e alteração dos solos e a destruição dos ecossistemas são impactos que vão revelar-se irreversíveis e cujos custos ambientais serão suportados durante décadas e pelas gerações seguintes. Do ponto de vista da saúde pública, importa também considerar os efeitos cumulativos da ocupação intensiva do território natural e a proximidade de grandes infraestruturas energéticas de zonas habitacionais, que vão claramente afetar o bem-estar das populações através de várias consequências já conhecidas como o aumento do ruído, a alteração da paisagem, a perda de espaços naturais utilizados para lazer ou outras atividades e de forma geral a degradação da qualidade de vida. A saúde não depende apenas da ausência de doença, mas também da preservação de um ambiente equilibrado, de espaços verdes e de ecossistemas saudáveis. Existe ainda o risco de que a aceleração dos processos de licenciamento reduza a profundidade das avaliações ambientais e a participação EFETIVA das populações locais. A rapidez administrativa não deve sobrepor-se ao princípio da precaução nem comprometer uma análise rigorosa dos impactos ambientais, sociais e de saúde. A médio e longo prazo, não será do interesse coletivo substituir um problema ambiental por outro. A ADAPTAÇÃO às alterações climáticas deve ser acompanhada por um ordenamento do território responsável, que proteja a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos férteis e a saúde das comunidades também a medio e longo prazo. Uma transição energética verdadeiramente sustentável deve privilegiar a instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, estacionamentos, parques industriais e outras zonas degradadas, minimizando a ocupação de espaços naturais e agrícolas. Por estas razões, considero que o PSZAER tem que ser revisto para assegurar critérios ambientais mais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118028	Discordância	ESTE PROJETO PREOCUPA-ME E Não ENCONTREI INFORMAÇÃO SUFICIENTEMENTE Acessível PARA PODER DAR UMA OPINIÃO INFORMADa.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118027	Discordância	Gostaria que este processo fosse interrompido no momento, pois sinto que tudo está acontecendo rápido demais e as pessoas não estão bem informadas sobre as consequências deste tipo de projeto. Preocupo-me que a natureza ao redor seja gravemente afetada. Eu amo e valorizo muito a floresta e os animais; eles têm uma importância inestimável para o nosso planeta, e parece que alguns desses grandes projetos não levam isso em consideração	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118026	Discordância	A Beira Interior já está repleta de painéis solares, rede de muito alta tensão e éolicas. O interior de Portugal não pode ser tratado como um armazém ou fábrica. A Beira Interior tem uma identidade própria, fauna, flora, animais, paisagem, cultura, história, etc.. este tipo de intervenção, em prol da energia verde, nao pode por em causa o bem estar das populações. Talvez possam aproveitar os milhares de telhados que existem em Portugal inteiro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
118025	Discordância	Como se pode "Salvar o Planeta" destruindo kms de património Natural.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118024	Discordância	Não concordo de forma alguma que devastam a natureza em vosso benefício, aliás seja qual.for as vantagens, nunca haverá maior vantagem que proteger a natureza, respeitar,.sem ela vocês não existiriam. Um dia quando estiverem sem poder respirar,.nem alimento natural, nem ouvir um canto de passarinho, estarão mais perto do inferno na terra e os vossos filhos e netos serão meros robôs que nem terão capacidade de procriar e assim a raça humana desaparece! Já temos interesses globalizadas que todos os dias matam tudo o que não lhes servem para terem mais e mais poder,.mas esqueceu-se que o poder está na natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118023	Discordância	Escrevo para manifestar a minha profunda preocupação relativamente à proposta de designação da Serra da Gardunha e da Beira Baixa como zonas de aceleração das energias renováveis no âmbito da iniciativa PSZAER. Esta região não é o «terreno residual» que alguns possam considerar que é. Trata-se de uma área ecológica vital, que alberga uma rica biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas como o lince ibérico e a cegonha-preta. A ausência de uma avaliação de impacto ambiental abrangente suscita dúvidas significativas sobre as potenciais consequências de grandes centrais solares e eólicas na nossa paisagem única. Além disso, os vales e colinas da Serra da Gardunha contribuem para a essência da nossa agricultura local e das nossas áreas florestais, que são vitais para a subsistência das nossas comunidades. Exorto-o, por favor, a excluir a Serra da Gardunha e a Beira Baixa destas zonas de aceleração e a dar prioridade a áreas mais adequadas e já desenvolvidas para projetos de energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118022	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível. Existe também uma dimensão económica. Projetos desta escala podem afetar negativamente o valor dos imóveis e a atratividade da região para residentes e turismo, enquanto uma parte significativa dos benefícios económicos é captada por grandes empresas e investidores externos. Pedimos, por isso, que este projeto seja reavaliado, privilegiando soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção das comunidades locais, da paisagem e do património natural. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118021	Discordância	Deixem a natureza sossegada e sem a destruirem!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118020	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118019	Discordância	A Serra da Gardunha e a região da Beira Baixa são áreas ricas em património histórico e cultural, onde as aldeias, capelas e expressões do passado, como a cruz de pedra e as trilhas, são parte integrante da paisagem. A inclusão destas terras para instalação de grandes parques solares e eólicos comprometeria irremediavelmente a sua essência, poluindo o nosso património e as experiências únicas que oferece. Além do mais, o impacto visual que estas infraestruturas teriam na zona do reservatório da Marateca seria devastador, afectando não só a beleza natural, mas também a vida quotidiana de quem ali reside. Assim, peço que reconsiderem e excluam a Serra da Gardunha e a Beira Baixa das zonas de aceleração do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118018	Discordância	As mega produções de energia solar são um crime ambiental. Obrigam também a grandes gastos no transporte de energia para os grandes centros de consumo. A melhor estratégia é a produção localizada, ou seja, painéis solares instalados nos locais de consumo, casas, fábricas... É claro que não nos moldes actuais onde o consumidor paga a instalação, "aluga o espaço de instalação a custo zero" e não tem qualquer autonomia sobre o que a sua instalação produz, limitando-se a vender o excedente ao desbarato pelo preço imposto pela distribuidora de energia é um grande negócio para as distribuidoras que se gabam de serem sustentáveis, mas à custa dos clientes .	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118017	Discordância	Ameaça à biodiversidade e património Défice de transparência cartográfica	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118016	Discordância	isto é tão importante para tantas pessoas. O seu cuidado, a sua atenção e o seu carinho são muito apreciados. Que seja abençoado e muito obrigado. GESTED COMMENT TO SEND: Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118015	Discordância	Vejo com grande preocupação a forma como se consideram as energias renováveis algo positivo sem ter em conta o impacto negativo que também podem term. É certo que energias renováveis são algo bom, mas mega projectos raramente o são, seja de renováveis ou de qualquer outra coisa. Esta proposta assume que as renováveis devem ter prioridade e ter uma aprovação imeidata, sem grande análise especifica. O que nunca pode acontecer pois existem especificidades do vário locais, principalmente a nível de natureza, mas não só. Acho que se devia investir muito mais em micro produção.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118014	Discordância	O territorio portugues precisa de medidas que protejam a floresta, nao destrui-la. É um atentado à saúde pública em varios niveis: - Qualidade de vida dos moradores das zonas adetadas - Fauna e flora ameaçasas - Atividades turisticas direccionadas à natureza - prevençao de incêndios - ecossistemas mais secos -aumento de temperaturas O pivo portugues devia ter o governo do seu lado, nao do lado de empresas que só olham aos lucros Eliana Goncalves	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
118013	Discordância	Até uma criança percebe que este não é o caminho! Somos parte da Natureza! Este é um caminho que só irá piorar todo o clima e a tolerância a estas ondas de frio e calor. As árvores são parte fundamental para estabilização climática.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
118012	Discordância	Como residente da freguesia do louriçal do campo não quero paineis na nossa serra da gardunha.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118010	Discordância	Não aos paneis voltaicos versus destruçao da natureza. Desertos de painéis solars nao são compativeis com sustentibilidade, e um engodo, uma artimanha!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118009	Discordância	As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
118008	Discordância	A natureza renova-se se a deixarem. Proteger a natureza e as populações? Senhores governantes inteligentes, querem mesmo convencer as pessoas que o progresso é mais sustentável que as forças naturais?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118007	Discordância	Participação no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações. No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem já um longo historial de contributo para o interesse nacional em termos de energias renováveis. A Barragem da Aguieira, instalada há mais de quatro décadas, ocupa uma área significativa do território municipal e desempenha funções essenciais para o país, nomeadamente na produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias. Contudo, os benefícios económicos diretos desta infraestrutura para a população local têm sido reduzidos. Considero, por isso, que não é aceitável que o concelho continue a assumir novos encargos territoriais de dimensão nacional sem uma avaliação rigorosa dos impactos e sem mecanismos claros de compensação e retorno para a comunidade. Considero igualmente preocupante que a classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assente essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo devidamente o verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico, económico e social desses territórios. Muitas destas áreas asseguram importantes serviços dos ecossistemas, contribuem para a conservação da biodiversidade, suportam atividades económicas locais e desempenham funções fundamentais na gestão da paisagem e na prevenção dos incêndios rurais. A ausência de determinadas condicionantes legais não	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
118005	Discordância	Este programa vai destruir o interior, substituindo a sua paisagem e os seus campos por painéis fotovoltaicos. Não podem seguir em frente. Discordo completamente da implantação de painéis fotovoltaicos em espaços naturais. Embora reconheça a importância das energias renováveis, não considero aceitável que a sua expansão seja feita à custa da destruição da paisagem, dos habitats e da biodiversidade. Existem inúmeras áreas já construídas, como telhados de edifícios, fábricas, armazéns ou parques de estacionamento, que deveriam ser prioritariamente aproveitadas. Proteger o ambiente não pode significar destruir a natureza em nome da energia “verde”.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118004	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã portuguesa vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Discordo do caminho seguido, porque creio haver outras alterantivas, nomeadamente a produção descentralizada de energia que tem sido, sucessiva, preterida em favor de grandes investimentos privados. Segue em anexo ficheiro com os argumentos que suportam a minha discordância absoluta com este plano. I am writing to express my strong opposition to the inclusion of the Serra da Gardunha and Beira Baixa in the PSZAER for large solar and wind power plants. This region is home to critical habitats for vulnerable species such as the black vulture, imperial eagle, Iberian lynx, and Iberian wolf. Installing solar panels and wind turbines would not only disrupt these ecosystems but also threaten the fragile balance that supports such wildlife.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
118003	Discordância	Moreover, the visual impact of massive solar installations would mar the beauty of our outstanding landscape, turning lush hills into monotonous sheets of glass. This transformation would also come at the expense of fertile agricultural land, including beloved cherry orchards and olive groves essential for our local economy. Additionally, health concerns arise from the potential release of heavy metals and microplastics from worn panels, along with glare that could affect homes nearby. I strongly urge the authorities to exclude the Serra da Gardunha and Beira Baixa from the PSZAER and consider alternative sites that do not compromise our environment, heritage, and community.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118002	Discordância	Não ao retalho do país, a nossa paisagem não é para ser vendida a grandes grupos económicos, a energia que propõem não serve para a população mas sim para mega projetos de dados entre outros. As pessoas contam , os animais contam, as diversas espécies de árvores e vegetação contam. Utilizem telhados, estacionamentos, autoestrada, linhas de água tapadas com painéis solares para além de a evapuracao ser menor os próprios painéis são mais rentáveis, etc. Plantem árvores estas baixão as temperaturas ao contrário das fotovoltaicos que aumentou as temperaturas e tornam a terra morta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
118001	Discordância	Concordo com esta exigência.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
118000	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: 1. Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; 2. Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; 3. Desvaloriza e ignora a importância social, cultural, identitária, patrimonial e económica das paisagens rurais, considerando-as antes espaços vazios, abandonados, não produtivos e, portanto, passíveis de ocupação e exploração; 4. Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; 5. Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; 6. Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da sociedade que diz ser um dos seus objetivos. Por estas e outras razões o PSZAER deve ser revisto e reformulado, assegurando: 1. A integração de explorações energéticas locais, próximas aos centros de consumo e construídas sobretudo em zonas artificilizadas, onde os impactos negativos serão menores; 2. Disponibilização de toda a informação necessária para a participação informada dos cidadãos, desde	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117999	Discordância	Este projecto preocupa-me e nao encontro informacao suficientemente acessivel para poder dar uma opiniao informada	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117998	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível. Existe também uma dimensão económica. Projetos desta escala podem afetar negativamente o valor dos imóveis e a atratividade da região para residentes e turismo, enquanto uma parte significativa dos benefícios económicos é captada por grandes empresas e investidores externos. Pedimos, por isso, que este projeto seja reavaliado, privilegiando soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção das comunidades locais, da paisagem e do património natural. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117997	Discordância	Não concordo com a área proposta, é demasiado grande.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117996	Discordância	A implantação de parques de paineis fotovoltaicos em solos que são desflorestados ou que podem ser florestados é um crime ambiental de consequências imprevisíveis . É uma forma de desertificação que destrói a paisagem , piora a qualidade do ar e aumenta a temperatura ambiente . Quanto à reciclagem será uma tragédia . É um crime contra a natureza .	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117995	Discordância	A implantação de painéis solares deve ser feita junto das habitações para não ser necessarioo transporte da energia gerada e assim diminuir perdas e acidentes naturais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117994	Discordância	Todas as construções mesmo referentes a energia renováveis tem que ter parecer ambiente. Se não estamos a construir algo que é bom para o ambiente mas a destruir o ambiente enquanto o tentamos proteger.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117993	Discordância	Vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Programa Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) É urgente criar um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional. Esse Plano deve reflectir sobre algumas das seguintes questões: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? O PSZAER parte, de um único pressuposto não comprovado: temos de aumentar a produção de energias renováveis. E em quanto temos de aumentar a produção? O cumprimento das metas do PNEC 30 só exige 1% da área do território, este programa desenha manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território. Este Mapa Verde consagra uma agravante ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, o que estimula a instalação das megacentrais. A definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo individual e colectivo, as comunidades de energia renovável, o pequeno sistema agrovoltaico integrado, as pequenas centrais em zonas degradadas e/ou artificializadas e os sistemas locais de armazenamento associados, como aliás é considerado prioritário pela directiva RED III, estas são as questões que este Programa Sectorial deveria cumprir.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117992	Discordância	Discordo com este programa por não respeitar as populações locais nem o seu bem estar e, consequentemente, não respeitar qualquer cidadão português uma vez que vai contra os princípios universais: a defesa da vida, do bem comum e do bem estar geral. As zonas rurais não se podem tornar em zonas industriais. É prejudicial por razões socioeconómicas e ecológicas não só para as pessoas que ali vivem, como para toda a população em geral, pois o seu impacto tem consequências gravíssimas a longo prazo. Enquanto cidadão do mundo, não admito que tal acção seja tomada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117991	Discordância	As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. A transição energética é importante, mas não desta forma. A transição energética precisa proteger a natureza. Produzir energia limpa sim, mas privilegiando a instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento, áreas já degradadas antes de ocupar as áreas naturais, beneficiando a população local e não, apenas, as grande empresas que sairão beneficiadas à custa da degradação dos locais, e do ecossistema, onde vivemos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117990	Discordância	Discordo com este programa por não respeitar as populações locais nem o seu bem estar e, consequentemente, não respeitar qualquer cidadão português uma vez que vai contra os princípios universais: a defesa da vida, do bem comum e do bem estar geral. As zonas rurais não se podem tornar em zonas industriais. É prejudicial por razões socioeconómicas e ecológicas não só para as pessoas que ali vivem, como para toda a população em geral, pois o seu impacto tem consequências gravíssimas a longo prazo. Enquanto cidadão do mundo, não admito que tal acção seja tomada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117988	Discordância	Discordo com este programa por não respeitar as populações locais nem o seu bem estar e, consequentemente, não respeitar qualquer cidadão português uma vez que vai contra os princípios universais: a defesa da vida, do bem comum e do bem estar geral. As zonas rurais não se podem tornar em zonas industriais. É prejudicial por razões socioeconómicas e ecológicas não só para as pessoas que ali vivem, como para toda a população em geral, pois o seu impacto tem consequências gravíssimas a longo prazo. Enquanto cidadão do mundo, não admito que tal acção seja tomada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117987	Geral	To give this kind of power to corporate entities, where they can move as they like without any oversight from local communities or government, with regards to environmental and social impact etc. in my opinion is generally going in a direction which is dangerous, for people, for environment and for government itself.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117986	Discordância	Gostaria de manifestar, por este meio, a minha oposição à inclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas zonas PSZAER. A decisão de construir grandes instalações de energia solar e eólica em zonas tão sensíveis é, para mim, incompreensível. Sem uma avaliação de impacto ambiental exaustiva, não podemos garantir que as consequências ecológicas para os nossos cursos de água e para o abastecimento regional de água sejam devidamente tidas em conta. Além disso, o desenvolvimento sustentável deve ser priorizado, apostando em áreas já utilizadas, como os telhados dos edifícios. Esta abordagem não só protege a nossa belíssima paisagem montanhosa, como também minimiza o consumo de terrenos agrícolas e florestais. Por isso, solicito veementemente que a Serra da Gardunha e a Beira Baixa sejam excluídas das zonas de desenvolvimento acelerado.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117985	Discordância	Precisamos da vida das áreas verdes, não do frio e cinzento dos painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117984	Discordância	Nós estamos a estragar o meio ambiente para salvar o clima...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117983	Discordância	A Serra da Gardunha e a Beira Baixa não são apenas áreas protegidas do ponto de vista paisagístico, mas também habitats para uma flora e fauna diversificadas. Os grandes parques solares e eólicos previstos colocariam em grave risco estas paisagens valiosas e as áreas destinadas à agricultura. A ideia de que esta região possa ser considerada «terra de resíduo» para promover as energias renováveis é, na minha opinião, perigosa e injusta. Apelo aos decisores políticos para que respeitem a beleza única e a importância agrícola da Serra da Gardunha e da Beira Baixa. Em vez de forçar a implementação de grandes projetos de infraestruturas em áreas intocadas, o foco deveria centrar-se na utilização de áreas já urbanizadas e de telhados. Por favor, excluam a Serra da Gardunha e a Beira Baixa das PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117982	Discordância	Discordo com este programa por não respeitar as populações locais nem o seu bem estar e, consequentemente, não respeitar qualquer cidadão português uma vez que vai contra os princípios universais: a defesa da vida, do bem comum e do bem estar geral. As zonas rurais não se podem tornar em zonas industriais. É prejudicial por razões socioeconómicas e ecológicas não só para as pessoas que ali vivem, como para toda a população em geral, pois o seu impacto tem consequências gravíssimas a longo prazo. Não admito que tal acção seja tomada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117981	Discordância	Classificar território é dar consentimento e tirar o poder local! Definitivamente NÃO	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117979	Discordância	A transição energética não pode ser à custa e contra a natureza. Procurar alternativas que preservem a natureza, combatam o aquecimento global sem destruir árvores. Telhados, construções já existentes, caminhos ferro, parques estacionamento. Não plantar painéis em detrimento de arvores. Portugal não está há venda de interesses estrangeiros. Ainda por cima a energia produzida não será utilizada em benefício da população. Enfim, lamentável a atitudes dos que nos deveriam proteger!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117978	Concordância	Não queremos isto para ó territor portugues	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117977	Discordância	Sou um simpatizante do concelho de Odemira, no sul do Alentejo – uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como amigo dos cidadãos que aí vivem e que são diretamente afetados por este projeto, gostaria de partilhar as suas preocupações e dar o meu contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117976	Discordância	Não à destruição da mancha verde, dos terrenos de pastoreio, sequeiro, abrigo para fauna selvagem. Fomentem o desenvolvimento agrícola, como o olival, o cerejal, o plantio de árvores autóctones, a pastorícia, o desenvolvimento regional com boas praticas sem destruir o ambiente. Divulguem os bons queijos. Fomentem a instalação dos paineis nos areais das praias algarvias. De certeza que vem muitos turistas ecologistas, verdes e afins , para admirarem a paisagem. É uma vergonha o postal de entrada para a Covilhã, a entrada do Fundão pela A23, onde passo com frequência, é outra vergonha. Quem são as pessoas que estão à frente das entidades que permitiram tais aberrações? Não tem nomes? O interior está cada vez mais deserto, e com estas práticas, vai continuar de certeza a piorar. Saí da beira mar (Porto), para encontrar qualidade de vida no interior, e fui presenteado com estas paisagens idílicas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117974	Discordância	Na qualidade de residente da região, gostaria de manifestar a minha preocupação relativamente à inclusão da Serra da Gardunha na PSZAER. Esta paisagem montanhosa protegida não só contribui para a beleza da nossa terra natal, como também desempenha uma importante função ecológica. A construção de grandes centrais solares e eólicas poderá ter graves impactos nos cursos de água existentes e no abastecimento de água, que são vitais para a nossa comunidade. Além disso, a proximidade de zonas residenciais constitui uma grave preocupação, uma vez que a construção de tais instalações não só prejudicaria a qualidade de vida, como também poderia pôr em risco a saúde dos residentes locais. Solicito com urgência que a Serra da Gardunha / Beira Baixa seja excluída das zonas de aceleração e que sejam, em vez disso, considerados locais alternativos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117973	Discordância	Nao estou de acordo. Tanto espaço livre, porquê junto de povoações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117972	Discordância	Na qualidade de cidadão e engenheiro eletrotécnico especializado em energias renováveis, solicito que seja expressamente considerado o ficheiro em anexo, intitulado "Participação na Consulta Pública do PSZAER – Contributo do Eng. João Clemente". Neste documento apresento, de forma desenvolvida e sistematizada, as razões da minha discordância relativamente à proposta de PSZAER na sua formulação atual, destacando questões de transparência e omissão cartográfica, desproporção entre metas energéticas e extensão territorial, impactos ambientais acumulados, riscos para a saúde pública e vulnerabilidade climática, centralização das decisões, distribuição desigual dos benefícios económicos e negligência de alternativas descentralizadas e em áreas já artificializadas. O texto conclui com um conjunto de propostas concretas para que a transição energética em Portugal seja verdadeiramente justa, sustentável e territorialmente responsável. Agradeço, por isso, que a minha participação seja analisada à luz do conteúdo integral deste contributo escrito. Com os melhores cumprimentos, Eng. João Clemente	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117971	Discordância	Devastating, research shows the contribution of solar fields to the uprising of the average temperature In a significant amount.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117970	Discordância	I am writing to express my strong opposition to the inclusion of the Serra da Gardunha / Beira Baixa region in the PSZAER zones for large solar and wind power plants. This area, celebrated for its stunning natural beauty and protected mountain landscape, deserves better than to be treated as a site for industrial energy projects. Furthermore, the proximity of these planned installations to residential areas raises significant concerns about noise and visual pollution that could drastically affect the quality of life for local communities. Additionally, this region is a habitat for threatened species such as the black stork and various birds of prey. Disrupting their habitats for renewable energy projects simply cannot be justified. I urge decision-makers to exclude the Serra da Gardunha / Beira Baixa from the PSZAER zones, prioritizing both our natural environment and the wellbeing of the local residents.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117968	Discordância	A necessidade energética tem que ser compatível com a biodiversidade, agricultura, e sobretudo com a soberania do território português! Quem vai usar esta energia? Para ser vendida? E os lucros serão para criar floresta? Obviamente que não! Vamos vender território e os nossos recursos naturais e essenciais para o bem estar de todos, sim, porque a degradação dos ecossistemas afecta toda a população, para empresas privadas lucrarem? Os politicos devem zelar pelo interesse público, e não privado!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117967	Discordância	Não, a esta paisagem de destruição. Sim aos paineis nos telhados faixas centrais de autoestradas e parques de estacionamento... Não a está lei de destruição	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117966	Discordância	Apelo aos nossos decisores que olhem para o território português com respeito pela vida vegetal, animal e humana. Que preservem a biodiversidade e o futuro das gerações vindouras. Não permitam que o dinheiro ponha em causa o futuro do nosso país. Os parques fotovoltaicos são um problema ambiental grave hoje, mas num futuro próximo serão um problema ainda maior. Quando os painéis chegarem ao vim do seu ciclo serão abandonados nos campos. Estes parques irão acelerar o aquecimento na sua área de implantação e acelerar a desertificação dos solos. Por favor! Parem com este novo crime ambiental que irá empobrecer o nosso país a médio e longo prazo. Um país coberto de negro é um país triste. Em breve surgirão novas soluções menos agressivas e menos impactantes para o meio ambiente. Temos de ter calma antes que seja demasiado tarde! Nós confiamos nos nossos governantes, não destruam o ambiente, o nosso país, a nossa CASA!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117965	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117964	Discordância	A quem possa interessar, Sou totalmente a favor de investir recursos em mais ações de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, não concordo que o abate de florestas e a redução da biodiversidade nos conduzam a esse objetivo. Sou contra o PSZAER. Obrigada pelo vosso tempo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117963	Discordância	Isto que estão a fazer não é transição energética é crime contra a humanidade, andaram tantos anos a mandar as pessoas plantar arvores que são necessárias para manter a diversidade ecológica que são necessárias para produzir oxigénio e combater as "alterações climáticas" e agora por causa dos interesses económicos desmatam o país inteiro isto é crime ecológico e crime contra a humanidade, são estas coisas que transformam e alteram as condições climáticas em determinadas zonas. Não a mais painéis solares, coloquem painéis em cima dos telhados, as cidades têm tantos. Não ao abate de arvores.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117962	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117961	Discordância	I disagree. Companies need to check closely, where they put wind turbines or others.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117960	Discordância	Discordo da ideia de reduzir os mecanismos de controlo e equilíbrio existentes para qualquer projecto energético em território português. Se o centro de Portugal pretende prosperar no futuro, precisamos de considerar cuidadosamente as necessidades do ambiente e a longo prazo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117959	Discordância	Na qualidade de cidadao do concelho de Mortágua vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não refleteo seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído,apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos Custos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117958	Discordância	Não concordo com desvastação da Natureza para as energias renováveis que em nada favorecem a população e só prejudicam a Natureza e os animais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117957	Discordância	A transição energética não deve ser feita à custa de perda de espaços passíveis para cultivo de floresta e agricultura.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117956	Concordância	ambiente e ecosostenibilita coerenti	Obrigada pela sua participação.
117955	Discordância	Esta em curso a consulta publica do PSZAER, um processo com impacto muito significativo no futuro do concelho de Mortágua. Deixo aqui a minha posição e apelo à participação de todos: é fundamental que cada um faça ouvir a sua voz. Participem aqui https://participa.pt/pt/consulta/programa-setorial-das-zonas-de-aceleracao-da-implantacao-de-energias-renovaveis-pszaer. A participação é só até quarta-feira dia 15! Este é o momento de podermos fazer ouvir a nossa voz neste assunto e manifestarmos a nossa preocupação sobre podermos, a médio prazo, ter mais de metade do nosso concelho com painéis fotovoltaicos. Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Na qualidade de habitante do concelho de Mortágua, venho por este meio apresentar a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Após a análise dos documentos, manifesto a minha profunda preocupação com a escala de ocupação prevista para o concelho de Mortágua e apresento as seguintes propostas de alteração e salvaguarda: 1. O Precedente da Barragem da Aguieira: Chega de "Território de Sacrifício" O concelho de Mortágua tem um longo historial de serviço ao bem comum nacional que não tem tido o devido retorno económico para a sua população. Há mais de 40 anos que a Barragem da Aguieira ocupa uma	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Discordo deste projeto. Não percebo como se pode sacrificar o ambiente para o salvar, e o PSZAER pretende fazer isso mesmo.	
		A energia solar é uma ótima alternativa, mas pendurada em áreas de grande importância ambiental e beleza é uma visão tão míope e ridícula. Derrubar árvores centenárias, destruir prados, destruir meios de subsistência e fazê-lo em locais onde a água é escassa e os danos serão catastróficos já são suficientemente maus, mesmo com avaliações e regulamentos ambientais adequados. Permitir que isto seja acelerado sem a devida supervisão é insano para mim.	
117954	Discordância	As empresas alegaram que é para acelerar os projetos de energia solar e ajudar o ambiente, mas a realidade é que, se isso realmente ajudasse no combate às alterações climáticas e na preservação ambiental, haveria locais melhores para instalar os painéis, que não destruiriam precisamente aquilo que dizem importar-se. Instalem os painéis sobre parques de estacionamento, estradas, caminhos-de-ferro etc., e deixem a bela paisagem rural em paz.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Discordo desta proposta e lutarei contra ela até ao fim.	
		Kirsty Henderson	
		--	
117953	Discordância	Sou contra Transformar 7% do território em megacentrais desenfreadamente sem qualquer respeito pela natureza e espaços verdes e ecológicos. Coloquem os painéis nas cidades, nas paragens, nos parques de estacionamento.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117952	Discordância	Na qualidade de residente na freguesia do Ladoeiro, venho manifestar a minha oposição ao projeto em consulta pública. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis como instrumentos fundamentais para combater as alterações climáticas. No entanto, considero que estes projetos devem ser planeados de forma responsável, garantindo um equilíbrio entre a produção de energia e a proteção dos recursos naturais, da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. O Ladoeiro possui uma forte identidade rural, assente na agricultura, na paisagem e no património natural, valores que constituem um importante ativo ambiental, económico e social. A instalação de grandes infraestruturas energéticas poderá alterar significativamente a paisagem, contribuir para a fragmentação de habitats, reduzir a disponibilidade de solos com aptidão agrícola e afetar os serviços dos ecossistemas que sustentam a biodiversidade e a atividade agrícola. Considero igualmente que a avaliação dos impactes deve ter em conta os efeitos cumulativos de outros projetos já existentes ou previstos na região, uma vez que a sucessiva ocupação do território por grandes empreendimentos pode conduzir à perda gradual das características que distinguem esta freguesia e comprometem a sua atratividade para viver, trabalhar e investir. Na minha opinião, a transição energética não deve ser feita à custa dos territórios rurais nem da degradação dos seus recursos naturais. Existem alternativas de localização, nomeadamente em áreas já artificializadas ou degradadas, que poderão reduzir significativamente os impactes ambientais e sociais. Assim, solicito que as entidades competentes ponderem cuidadosamente os impactes deste projeto e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117951	Discordância	Discordo deste projeto porque acho que tem um impacto negativo em termos ecológicos e socioeconómicos para as populações locais e para o país no geral. A não avaliação ecológica coloca em risco a subsistência das populações rurais ao redor, especialmente em situações em que os solos são de aptidão média e alta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117949	Discordância	O parque fotovoltaicos vão destruir a nossa floresta e aumentar significativamente a nossa temperatura! Todos no Alentejo sabem o porquê de pintar as casas de branco! Agora vem estes senhores com energia verde e painéis solares escuros que vão absorver o calor e a radiação solar alterando tudo o que durante décadas temos vindo a aprender!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117948	Discordância	The use of spaces already cleared for windturbines for setting up pv infrastructure is commendable. However the blanket designation of areas without consultation of the Camera and Junta is not acceptable. Many of the areas designated are inaccessible, obviously this decision has been made with no consideration to topography, fauna, flora or the indigenous population. There can be no justification for this oversight.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117947	Geral	Sem painéis solares ou aerogeradores na Serra da Gardunha!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117944	Discordância	I don't want that the beautiful nature will get destroyed for this! I love the lake !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117943	Discordância	Temos de preservar a natureza a favor das gerações vindouras. Portugal é de todos, não do Governo!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117942	Sugestão	Não sou contra a instalação de geradores eólicos nem de centrais solares. No entanto, este processo de "Aceleração" pode comprometer o futuro de muitas regiões. não está a levar em conta a biodiversidade e vida dos habitantes. Eu tive conhecimento deste processo há poucos dias, tenho falado com vizinhos que afirmam que nunca ouviram falar do PSZAER. O PSZAER, terá impacto profundo e duradouro na paisagem. O país possui paisagens únicas, património natural e cultural excecional, ecossistemas sensíveis, agricultura sustentável, turismo de natureza em crescimento e comunidades resilientes. Tudo isto está em risco se o território for transformado numa plataforma industrial de produção energética, com enormes manchas de painéis solares e linhas de muito alta tensão, ocupando solos agrícolas e florestais estratégicos, fragmentando habitats e afetando espécies protegidas. Uma transição energética justa deve reduzir desigualdades, proteger a biodiversidade, reforçar a autonomia local e garantir que os benefícios chegam às populações — não apenas aos promotores de megaprojetos. Não concordo com a implantação painéis solares, em zonas silvestres e agrícolas. Existem no país grandes áreas com edificações e estruturas várias que cobre os solos e os impermeabilizam. São exemplo disso parques de estacionamento, armazéns, unidades fabris, áreas e edifícios comerciais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território.. Portanto, se os painéis fotovoltaicos forem instalados nessas estruturas já existentes, serão poupados milhares de hectares de terrenos naturais. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117941	Discordância	Não Sim, à reflorestação, sim ao nosso País	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117940	Discordância	Têm tantos locais onde os painéis solares não incomodam e até podem acrescentar mais-valias, por que motivo insistem em destruir a pouca paisagem natural de que o nosso País dispõe? Vi há dias num programa de notícias uma sugestão que faria todo o sentido e ainda ajudaria a poupar água, evitando a evaporação da água que passa pelos canais de irrigação... pois não vos dá dinheiro fácil, não interessa!!! Falta de respeito para com a pouca fauna que temos e que se debate com falta de tudo, falta de respeito para as populações locais que se vêem cada vez mais privadas de melhorias ao seu modo de vida e falta de respeito para com todos para enriquecimento de uma classe que cada vez mais tem falta de vergonha na cara e se acha dona de tudo e com direito a tudo. Portugal cada vez mais se torna um deserto apenas para proveito da classe política. É só destruição ambiental mascarada de "verde" (verde só se forem as notas que vos vão rechear as contas bancárias) NÃO A ESTE PROJECTO, NÃO À DESTRUIÇÂO DE HABITATS NATURAIS A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição da natureza, da biodiversidade, da agricultura, da saúde e da qualidade de vida das comunidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117939	Discordância	5 RAZÕES PARA LUTARMOS CONTRA AS PSZAER (Plataformas de Sobre-elevação de Zonas de Aceleração para Energias Renováveis): 1. As ZAER destroem habitats de milhares de animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER retiram a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e do ICNF como organismos de defesa da natureza. 4. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. 5. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117938	Discordância	Tudo isto me preocupa porque não vejo informação disponível e clara para essa necessidade . Gostaria ver que a voz da população conta para se avançar com algo tão relevante para a infra estrutura de uma sociedade . Extinguir a Natureza é uma arma contra a Vida e existência de uma humanidade .	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117937	Discordância	Porque querem usar e destruir campos para instalar painéis solares, quando temos tanto prédio nas cidades e estacionamento a precisar de sombra. Não faz qualquer sentido.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117936	Discordância	A dita transição energética não pode ser feita à custa da destruição ambiental. Portugal precisa de um programa acelerado de reflorestação com espécies autoctones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117935	Discordância	WOULS LIKE MORE REGULAION AND CHANCES FOR POPULATION TO BE INFORMED AND RESIST THOSE KIND OF MEGA PROJECTS THAT MIGHT EFFECT EVERYONE'S LIFE.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117934	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de XXXX , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117933	Discordância	NÃO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117932	Discordância	Não concordo com a implementação de painéis solares em zonas que tem que abater árvores	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117931	Reclamação	Venho, respeitosamente, manifestar a minha oposição à inclusão da Serra da Gardunha na iniciativa de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). A opção por instalar grandes parques solares e eólicos nesta região não é a solução adequada, especialmente quando temos alternativas viáveis, como a utilização de telhados urbanos e terrenos já construídos, onde existe um potencial de até 28 GW. Ao privilegiar estas áreas, não só preservamos a beleza natural da Serra da Gardunha, como também evitamos a perda de terras agrícolas e florestais únicas. Além disso, é fundamental considerar a importância da auto-consumo, que permitirá que as comunidades aproveitem as energias renováveis de forma sustentável e sem impactar negativamente o nosso património natural. Peço, portanto, que a Serra da Gardunha e a Beira Baixa sejam excluídas das zonas de aceleração mencionadas. A produção de energia renovável especialmente solar deveria ser colocada em espaços já existentes (telhados, parques de estacionamento).	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117930	Discordância	Criar zonas sem estudos ambientais nao me parece nada bem também.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Obrigada pela sua participação.
117928	Discordância	Parem de destruir o nosso país em nome duma falsa energia verde. Nao queremos energia elétrica para sustentar os centros de dados que aí vêm	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação.
117927	Discordância	Não não e nao	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117926	Discordância	Proliferação de Parques Solares Fotovoltaicos e seus impactos As mega centrais requerem vastas extensões de terreno, o que tem levado ao desmatamento de montados e florestas e à transformação radical da paisagem. Exemplos reais ilustram a gravidade deste problema. O mega-projeto Fernando Pessoa em Santiago do Cacém (Alentejo) vai abranger 1.200 hectares e instalar cerca de 2 milhões de painéis solares, ao custo do abate de 1,5 milhão de árvores, incluindo sobreiros protegidos??!!! (sobreiros uma arvore protegida por lei). Muitos parques estão a ser aprovados dentro de áreas ecologicamente sensíveis (Reservas Ecológicas e Agrícolas Nacionais) e que tal estratégia é contraproducente. “Acaba por ser um contrassenso estar a destruir áreas florestais para instalar painéis fotovoltaicos”, alerta a associação Quercus ANCN, o Geota, outra ONG, reforça que é falacioso chamar de projetos “ambientais” aqueles que obrigam ao corte de milhares de sobreiros e milhões de outras árvores, destruindo habitats protegidos em nome da energia solar. Esses grupos argumentam e BEM que a expansão solar deveria priorizar terrenos já degradados ou coberturas de edifícios, evitando o sacrifício de ecossistemas intactos. É necessário priorizar e efectuar apenas estes projetos em escalas de menor dimensão, com proximidade ao consumo, apostando no autoconsumo e, muito em particular, no uso prioritário de áreas já artificializadas: telhados, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, minas abandonadas. O ciclo de vida completo: o que ninguém quantificou Painéis fotovoltaicos e aerogeradores têm uma vida útil finita, tipicamente na ordem das duas a três	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117925	Discordância	As zonas rurais, como sempre serão afectadas. Não necessitamos de mais zonas de energias renováveis. Pensem em colocar painéis solares nos telhados, parques de estacionamento e locais onde não haja impacto ambiental. Não vendam o país!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117924	Discordância	Não estou contra a implementação de energias renováveis , entendo que são importantes. Estou sim contra , a forma como o governo quer implementar estas medidas , sem consulta pública , sem respeito pelas populações , sem respeito pelo espaço em causa. O país está absolutamente nas mãos de indivíduos que privilegiam o negócio não olhando para o interesse público. Existe uma total irresponsabilidade dos governantes perante o país em geral. Fazem e decidem o que bem lhes apetece mesmo que isso seja absolutamente errado. Não existe interesse a longo prazo nos projectos que pretendem implementar. Chamo a tudo isto de irresponsabilidade e ignorância política.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117923	Discordância	Digo Não a este programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117922	Discordância	Precisamos de mais floresta e nao de paineis no local onde deveriamos ter floresta	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117921	Discordância	Este projeto prevê a instalação de 22 mega-aerogeradores, dos quais 18 serão implantados em Odemira, afetando as freguesias de Relíquias, São Martinho das Amoreiras, Luzianes-Gare e Santa Clara-a-Velha. MOTIVOS DA REJEIÇÃO: 1. PROXIMIDADE E SAÚDE: A instalação junto às habitações destruirá o sossego e a saúde devido ao ruído aerodinâmico constante e ao efeito estroboscópico de sombra das pás. 2. DESVALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: Causará desvalorização imobiliária imediata das casas e terrenos, destruindo o potencial de turismo rural e de natureza. 3. RISCO DE INCÊNDIO E IMPACTO AMBIENTAL: A abertura de novos acessos e linhas aéreas de alta tensão aumentam o risco de incêndios florestais e fragmentam ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117920	Discordância	I respectfully oppose the inclusion of the Serra da Gardunha / Beira Baixa region as a PSZAER site for large solar and wind projects. This area is not only a beautiful protected mountain landscape but also a crucial habitat for threatened species such as the Iberian lynx and nesting birds of prey. The environmental integrity of our region must be preserved, as these ecosystems are vital for maintaining the balance of local flora and fauna. Additionally, the potential disruption of water courses and supply cannot be overlooked. This region's water resources support both agriculture and local wildlife. I urge decision-makers to protect the Serra da Gardunha / Beira Baixa, prioritizing our environment and community over large-scale energy projects. Please exclude our cherished landscape from the acceleration zones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117919	Reclamação	Com grande preocupação, venho opor-me à inclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas zonas de aceleração do PSZAER. A instalação de grandes parques solares e eólicos nesta região poderá aumentar o risco de incêndios florestais, uma vez que a limpeza e a construção de infraestruturas numa área já vulnerável ao fogo só contribuem para agravar a situação. Além disso, a ausência de uma avaliação de impacto ambiental (EIA) para estes projetos é alarmante, pois ignora as consequências para o ecossistema local. Infelizmente, enquanto os lucros destas indústrias muitas vezes fluem para fora da nossa comunidade, somos nós que ficamos a suportar as consequências, como a erosão do solo e alterações à hidrologia das encostas. Por isso, apelo à exclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa das zonas de aceleração do PSZAER, priorizando a preservação da nossa terra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117918	Discordância	Discordo totalmente com a destruição de habitats unicos, reservas de biodiversidade, de sustentabilidade, abatendo arvores centenárias capatadoras de carbono, impermeabilizadoras do solo, alterando gravemente as linhas de água, para serem substituidas por megas centrais fotovoltaicas, com muito pouco retorno para as populações locais, desvalorizando abruptamente o valor das casas e terrenos nas suas imediações. Este tipo de construção gera um impacto negativo no meio ambiente, com danos colateriais no aumento da temperatura à sua volta, formando ilhas de calor, e consequente empobrecimento da microbiologia do solo; o afastamento do fluxo migratório das aves, afastamento do turismo de natureza de muita qualidade, esse sim com forte retorno para as populações locais, geradores de cadeias de valor, que proporcionam a fixação dos jovens em territórios cada vez mais desertos. Existem alternativas à instalação dos paineis solares na natureza intocada durante milhares de anos, fonte de oxigénio e captadora sutentável de carbono, como seria a coloção no topo de edificios publicos e privados em ambiente urbano, com milhões de metros quadrados disponíveis, e com muito menos impacto negativo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117915	Discordância	NÃO á implantação de Energias Renovaveis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117914	Discordância	Mais um ataque à nossa natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117913	Discordância	Que se passa com o nosso pais? Com tanta produção de energia so podemos estar a alimentar outro planeta...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117912	Discordância	Não concordo com um projeto de tal magnitude, que desrespeita por completo as comunidades estabelecidas na região ao longo dos últimos 20 anos — comunidades estas que prezam a convivência harmoniosa com a natureza e com as pessoas envolventes, bem como a tranquilidade. Esta foi sempre uma região pobre e pouco povoada de Portugal. Graças à presença destas comunidades, a economia local cresceu significativamente, assim como o número de visitantes e de pessoas que se mudaram para a área, trazendo recursos e movimentando a economia. Tal projeto irá desrespeitar e prejudicar todo o esforço e os recursos já investidos por estas diversas comunidades e indivíduos da região. Por favor, rejeitem o projeto imediatamente. Elena JIPA	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117910	Reclamação	Venho manifestar a minha discordância relativamente à instalação de projetos de PSzAER em áreas naturais e agrícolas com elevado valor ambiental e paisagístico. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, esta transição não deve ocorrer à custa da destruição de habitats naturais, da fragmentação de ecossistemas, da perda de biodiversidade, da ocupação de solos agrícolas e florestais e da degradação da paisagem. Considero que deve ser dada prioridade à instalação de centrais fotovoltaicas em coberturas de edifícios, parques industriais, zonas já artificializadas, antigas pedreiras, aterros encerrados e outras áreas degradadas, evitando a ocupação de extensas áreas naturais ou produtivas. A seleção das áreas deve basear-se em critérios ambientais rigorosos, privilegiando locais de menor sensibilidade ecológica e assegurando a preservação dos valores naturais, da fauna, da flora e dos recursos hídricos. A produção de energia renovável deve ser compatível com a conservação da natureza e com a qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que as áreas classificadas com maior sensibilidade ambiental sejam excluídas das PSzAER e que seja privilegiado o aproveitamento de áreas já intervencionadas pelo Homem, reduzindo significativamente os impactes ambientais destes projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117908	Discordância	Não acho que tenha nada de ecológico este tipo de energia, estamos na era da inovação é certo, mas está Não pode ser uma alternativa. Mil vezes pior que as barragens em termos ambientais. De uma destruição da natureza massiva. Seja visível ou não a destruição é igual. Não é por estar escondido que é melhor e errado, muito errado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117907	Discordância	Gostaria de apresentar a minha objecção à instalação planeada de grandes turbinas eólicas perto da nossa aldeia e à construção de linhas de transmissão de alta tensão.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117906	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Como Mortaguense, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
		Nao destruam o interior.	Obrigada pela sua participação.
117905	Discordância	No interior vivem pessoas. Ponham paineis solares no telhado dos edificios.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117904	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidada do concelho de Bombarral, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117903	Discordância	Utilizem telhados para produção de energia solar.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117902	Discordância	Existem dados errados geográficos. Só este facto é suficiente para colocar em causa o rigor científico que um projecto deste calibre é importância necessita. É um imperativo legal que os dados estejam correctos. Além do mais as energias limpas são essenciais mas não quando destroem cerca de 7 % da floresta que no nosso país é escassa e de monocultura de eucalipto sem qualquer biodiversidade e todos os anos são destruídos milhares de hectares pelos fogos. Existem outras e melhores alternativas para colocar os painéis que não passa por desflorestar coberto vegetal e algumas áreas de sobreiro que de arvore protegida passou a ser árvore a abater sem critério. O interior foi abandonado e agora está a ser destruído. Portugal já produz 73% da sua energia por energias limpas. Coloquem o restante da produção em telhados e parques. É imperativo resistir ao lobbie pela defesa do ambiente que é um bem comum.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117901	Discordância	Não, Não, Nãooooo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117900	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117899	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117898	Discordância	Discordo com o Programa!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117897	Concordância	Não faz sentido abater arvores até então protegidas para "plantar" painéis solares	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117893	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117892	Discordância	Não queremos devastação de fauna e flora na nossa região. A favor da conservação da nossa natureza, preservação da nossa herança, das nossas gentes. Não queremos desertificação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117891	Discordância	Não aceito a colocação de painéis solares em territórios . Coloquem em telhados de fábricas, supermercados, casas e parques estacionamento, ou no alto das serras em socalcos como as vinhas no Douro. As florestas e terrenos agrícolas são para preservar. Não façam atentados à biodiversidade , aos seres humanos e animais . Basta	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117890	Discordância	arvores sim PAINEIS NAO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117889	Discordância	I don't agree with Green Zones projects of renewable energy and destruction of rural land for business profit. The agricultural land is intended for sustainable farming for future generations.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117888	Discordância	NÃO à destruição do território português, particularmente, das zonas agrícolas e/ou florestais, em prol da exploração de “energias renováveis”! Portugal não é propriedade da União Europeia, nem dos grandes lobbies, é dos portugueses e a vontade do povo e a sua qualidade de vida TÊM que prevalecer sobre as exigências “climáticas” desenfreadas e destrutivas da Agenda 2030.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117886	Discordância	Totalmente contra destruicao de territorio verde para implementacao de paineis, mesmo que tenha havido mao incendiaria anteriormente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117885	Discordância	Os painéis devem ser instalados de forma a que não interfira com o meio ambiente e de forma efetivamente sustentável. EX: parques de estacionamento, em placas ou telhados de edifícios. Prevenindo e protegendo o ambiente e assegurando actividades agrícolas, não interferindo com a biodiversidade existente nos campos alentejanos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117884	Discordância	As energias renováveis têm tido um impacto nefasto na Paisagem Cultural Portuguesa e, também, contribuíram para as alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117883	Discordância	O programa insiste na premissa habitual de combater urgência climática destruindo a Natureza. Não se compreende como é possível continuar a promover soluções que impactam de forma irreversível zonas de interesse ambiental, agrícola e paisagístico. Ainda mais assustador, será a perda de direitos das comunidades locais serem impedidas de decidir sobre os projetos de grande impacto nas suas vidas. O programa deverá ser revisto para que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117882	Discordância	Exmo Senhor Presidente da EMER 30 Na qualidade de cidadã residente no concelho de Évora e de empresária de animação turística, que, por razões de ofício, acumulou um razoável conhecimento do território do Alentejo, venho manifestar a minha discordância em relação ao PSZAER, pelas seguintes razões: 1. Será fundamental que a produção energética, enquanto ramo de actividade económica, seja objecto de um plano de ordenamento que funcione como um travão efectivo à sua actual tendência para se sobrepôr a tudo o resto. Os seus promotores têm-se revelado insensíveis perante a destruição que provocam, incapazes de contenção e cada vez mais profissionais na demagogia com que se assumem como os verdadeiros obreiros da transição energética. A filosofia da aceleração, na forma como é exposta neste Programa Sectorial, incentiva esta postura. 2. Embora não possa deixar de ser referida a importância da produção descentralizada de energia renovável, este Programa adere à narrativa da necessidade imperiosa e urgente de mega centrais fotovoltaicas, em nome dos nobres ideais da luta contra as alterações climáticas, pressuposto que ninguém ainda comprovou. A interpretação jurídica, em que assenta a opção pelas áreas com um mínimo de 100 hectares, não faz qualquer sentido e representa a valorização única da dimensão em detrimento da importância da localização. Um erro grave que, a concretizar-se, as gerações vindouras vão pagar muito caro. 3. O Mapa Verde sugerido, em jeito de mancha indicativa do potencial técnico, destruiu tudo o que de bom podia ter este trabalho. Apresentá-lo a público dizendo que não houve tempo de consultar os PDM, é imperdoável numa equipa que se considera profissional. A forma como se "pintou" esta mancha não revela o menor dos cuidados. Não se percebe, aliás, como é que poderá ter sido desenhada. No que respeita ao	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117881	Reclamação	Resposta à Consulta sobre o Projeto de Programa Setorial para Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e sua Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) A presente resposta à consulta apresenta comentários sobre a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) elaborada no âmbito do Projeto de Programa Setorial para Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). O PSZAER é uma importante iniciativa de planeamento nacional desenvolvida em resposta à Diretiva (UE) 2023/2413 relativa às Energias Renováveis (RED III). Enquanto instrumento de planeamento estratégico, estabelece o enquadramento para a identificação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) em Portugal continental e influenciará futuras decisões de desenvolvimento. A Diretiva 2001/42/CE (Diretiva AAE) e o Decreto-Lei n.º 232/2007 exigem que as considerações ambientais sejam integradas na preparação de planos e programas. Um importante objetivo do processo de AAE é demonstrar de que forma a avaliação ambiental informou a tomada de decisão estratégica e a	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117880	Discordância	O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117879	Discordância	Manifesto de Contestação: Pela Preservação da Graça do DivorA transição energética não pode ser feita à custa do sacrifício cego do nosso território. A pretendida instalação de um megaparque de painéis solares na Graça do Divor, em Évora, surge disfarçada de progresso ecológico, mas acarreta um rasto de destruição ambiental e socioeconómica irreversível para a região.Abaixo detalham-se os quatro pilares críticos que sustentam a total discordância em relação a este projeto, além das alternativas inteligentes que já são aplicadas com sucesso noutros países. Os Impactos Negativos no TerritórioDestruição da Paisagem Alentejana: A instalação massiva de vidro e metal estilhaça a identidade visual e o património natural da Graça do Divor, descaracterizando uma paisagem histórica que atrai turismo e define a alma da região.Efeito "Ilha de Calor" e Aquecimento Local: Estudos científicos comprovam que grandes concentrações de painéis solares geram o chamado efeito de ilha de calor fotovoltaica, elevando as temperaturas locais numa região que já enfrenta verões extremos de 40 graus.Ilusão do Emprego Local: Este tipo de indústria cria postos de trabalho apenas na curta fase de montagem; após a instalação, a manutenção é automatizada, gerando um número mínimo de empregos permanentes que em nada fixam a população.O Passivo Ambiental da Obsolescência: Daqui a 20 ou 25 anos, quando os painéis ficarem obsoletos, o território herdará um cemitério industrial, restando o perigo de contaminação do solo por metais pesados e a desertificação da terra outrora fértil.As Alternativas Inteligentes: O Exemplo InternacionalMuitos países europeus já perceberam que ocupar solo agrícola e natural com espelhos é um erro estratégico. A tendência internacional correta passa por aproveitar áreas já impermeabilizadas:Parques de Estacionamento Cobertos: Países como a França tornaram obrigatória a instalação de painéis solares em grandes estacionamentos, gerando sombra para os carros e energia limpa sem gastar um único metro quadrado de natureza.Autoestradas e Vias Rodoviárias: Projetos inovadores na Alemanha e nos Países Baixos instalam coberturas fotovoltaicas sobre as estradas ou barreiras acústicas solares, rentabilizando infraestruturas de transporte existentes.Telhados Residenciais e Industriais: A verdadeira democratização da energia faz-se descentralizada, incentivando a colocação de painéis nos telhados das fábricas e habitações, produzindo a eletricidade exatamente onde ela é consumida.Preservar a Graça do Divor é proteger o equilíbrio climático, a economia local e o futuro do Alentejo. A energia limpa não deve ser sinónimo de terra devastada..	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117878	Discordância	Protejam a natureza! Plantem árvores!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117876	Discordância	Discordo, pois além de desvalorizar as paisagens do interior acarreta riscos para as áreas florestais e biodiversidade...	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117874	Discordância	Discordo fortemente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117873	Discordância	Exmos. Senhores,Na qualidade de cidadão, venho por este meio apresentar o meu parecer e consequente discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos fundamentais:Impacto na Biodiversidade e Paisagem: A delimitação de zonas de aceleração, especialmente a prevista para a zona de [inserir nome da região, freguesia ou concelho], não salvaguarda adequadamente os valores ambientais, a conservação da natureza e o património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis.Defesa dos Solos e Agricultura: A conversão de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal em "mares de painéis" compromete a coesão territorial, o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar.Falta de Avaliação Local e Saúde Pública: A implementação de mega-projetos energéticos nestas áreas levanta preocupações sérias ao nível da saúde pública (ruído, campos eletromagnéticos) e da qualidade de vida das populações residentes.Violação do Princípio da Proporcionalidade: A meta de descarbonização deve pautar-se por critérios rigorosos de "baixo conflito". Considero que a proposta atual peca por excesso de área afeta e falta de ponderação face à capacidade real de receção do território.Pelo exposto, solicito a reavaliação e a exclusão das áreas geográficas supramencionadas das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, exigindo-se um estudo aprofundado que harmonize a transição energética com a proteção efetiva do território e das comunidades locais.Com os melhores cumprimentos,[Miguel Filipe Macedo Fernandes][Birmingham, Reino Unido][Cartão de Cidadão / BI nº 11576287]	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117872	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117871	Discordância	Discordância em relação ás áreas inaceitavelmente grandes, propostas para a implementação de sistemas de geração elétrica, eólicos ou fotovoltaicos, em qualquer localização terrestre no território nacional. A área disponível no topo dos edifícios e outras estruturas semelhantes já existentes, para instalação de sistemas fotovoltaicos, é superior à área proposta no projeto, para este tipo de geração. A geração nas áreas urbanas é ideal pois é a área de maior consumo, estando melhor distribuída por todo o território, evitando gastos com sistemas de distribuição. Os sistemas fotovoltaicos devem ser desenvolvidos pois são ainda percentualmente pouco eficientes. Sistemas de geração eólica em terra devem ser evitados, estruturas inaceitavelmente grandes, impacto visual horrível, produção de infrassons prejudiciais à saúde animal, humanos incluídos e som no espectro audível prejudicial ás populações mais próximas e outros impactos negativos à fauna e flora etc, etc.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117870	Discordância	Sou veementemente contra este programa, não contra as renováveis em si. As fontes de energia renováveis nunca deverão ocupar as zonas contempladas neste programa. Devem sim, como já é feito em tantos países, ocupar espaços sem impacto ambiental e cultural, como telhados de prédios, armazéns, coberturas de estacionamento, etc.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117868	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à inclusão de áreas da Serra da Gardunha no Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A Serra da Gardunha constitui um território de elevado valor paisagístico, ambiental e ecológico, desempenhando um papel fundamental na conservação da biodiversidade, na proteção dos recursos hídricos, na prevenção da erosão dos solos e na valorização do património natural e cultural da região. Trata-se igualmente de um importante espaço de lazer, turismo de natureza e fruição pública, cuja preservação é essencial para o desenvolvimento sustentável do território. A classificação desta área como zona de aceleração para a implantação de projetos de energias renováveis poderá conduzir à sua artificialização, com impactos significativos na paisagem, nos habitats naturais, na fauna e na flora, bem como nas atividades económicas associadas ao turismo, à agricultura e à floresta. Reconhecendo a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que esta deve privilegiar áreas já artificializadas, industriais ou degradadas, evitando a ocupação de espaços naturais de elevado valor ecológico e paisagístico como a Serra da Gardunha. Assim, reforço a solicitação de que a Serra da Gardunha seja excluída das áreas propostas no PSZAER, garantindo a proteção deste património natural e assegurando que a transição energética seja compatibilizada com a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117867	Discordância	Não queremos painéis solares , não queremos destruir a floresta Exmos. Senhores, Gostaria de manifestar, de forma respeitosa, a minha oposição ao projeto de instalação de novos painéis solares na região de Oleiros. Considero que esta iniciativa representa uma falsa boa solução. Embora reconheça plenamente a importância da transição energética e do investimento em fontes de energia renovável, acredito que este projeto trará impactos negativos significativos na paisagem natural, na biodiversidade e nos habitats das espécies que caracterizam esta região. Além disso, duvido que os benefícios em termos de produção e eficiência energética justifiquem os custos ambientais e paisagísticos associados. O concelho de Oleiros já contribui de forma relevante para a produção de energia renovável, nomeadamente através da existência de parques eólicos e de outras infraestruturas ligadas às energias limpas. Na minha opinião, este contributo é já considerável e não justifica a ocupação adicional do território com novos empreendimentos desta natureza. Entendo igualmente que um projeto com impacto tão significativo não deve ser objeto de um processo de consulta pública limitado e pouco divulgado. Um prazo reduzido e uma divulgação insuficiente não garantem que a população possa participar de forma informada. Uma decisão desta importância deveria assentar num verdadeiro debate público, transparente e amplamente participado pelos cidadãos. Por estas razões, considero que a Câmara Municipal de Oleiros e as restantes entidades competentes	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117866	Discordância		Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117863	Discordância	Segue em anexo a participação da Junta de Freguesia nesta Consulta pública.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117862	Discordância	As ZAER destroem o habitat de muitos animais e levam ao abate de milhares de árvores. As ZAER reduzem a possibilidade das populações, juntas dd freguesia e Câmaras de poderem rejeitar estes projectos nas suas regiões. As ZAER anulam praticamente a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. A transição energética também precisa de proteger a natureza. Apenas as grandes empresas tiram benefícios. Todo um ecossistema se altera.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117861	Discordância	Como cidadã oponho-me à utilização de terrenos agrícolas e naturais para a construção de novas centrais de energia renovável uma vez que Portugal já produz excedentes de energia limpa. A expansão do sector deveria priorizar soluções de menor impacto territorial como a instalação de painéis solares em coberturas de parques de estacionamento, fábricas e edifícios existentes, assim optimizando o espaço urbano e industrial sem comprometer o solo disponível para a agricultura ou a conservação da biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117860	Discordância	Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação da área do centro de Portugal como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: O valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados e deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente. Agradeço a consideração dos meus comentários.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117858	Discordância	Destruir zona verde , destrói a natureza do nosso habitat, do nosso planeta! Estão a acabar com as gerações futuras. Temos tantas , demasiadas, construções de habitações, coloquem nos telhados das casas! O custo é o mesmo! O vosso interesse é que talvez não …	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117856	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117855	Discordância	A Beira interior precisa de economia, oxigénio, cabras, ovelhas, produção agrícola. Não necessita de ambiente ainda mais quente , produzido pela desflorestação, de derrocadas de solos causadas pela erosão dos solos, Precisamos de manter fauna, flora, e toda a matéria imaterial viva(árvores autóctones , cultivos azeites vinho) e não viva (como a história e monumentos,)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117854	Concordância	As ZAER destroem habitats naturais, reduzem muito as possibilidades das populações, JF e câmaras de poderem rejeitar este tipo de projetos, anulam a soberania da APA e do ICNF como organismos de defesa da natureza, a transição energética precisa proteger a natureza e nao beneficiando sempre as grandes empresas que depois podem vender energia para o exterior esquecendo os habitantes locais !	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
117853	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117852	Discordância	Anexo um documento que contém o meu comentário em relação a esta consulta pública.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
117851	Discordância	ESTE PROJETO PREOCUPA-ME E NAO ENCONTREI INFORMACÃO SUFICIENTEMENTE ACESSÍVEL PARA PODER DAR UMA OPINIÃO INFORMADA.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
117850	Discordância	não concordo!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117849	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117848	Discordância	Século XXI é para reflorestar e não fazer o contrário...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117847	Reclamação	Não à destruição do nosso habitat	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117846	Discordância	Manifesto por esta via a minha total oposição ao PSZAER por se traduzir em riscos muito graves que colocam em causa o edifício administrativo e jurídico em que assenta a organização e gestão do território português, subtraindo competências aos Municípios, limitando a participação dos cidadãos na gestão da "causa publica", tem graves e irreversíveis consequências para os territórios, as comunidades locais, a sustentabilidade económica ambiental e social de vastas regiões do país, induzindo maiores desequilíbrios económicos e sociais entre os diferentes territórios e, ao invés de promover a inclusão social, promove a exclusão social e coloca em risco a segurança alimentar. Acresce a tudo isto que a implementação do PSZAER permite e configura uma profunda transformação da geografia do território, de forma duradoira e irreversível, transmitindo ás próximas gerações um território completamente transfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização à escala nacional e internacional. No fundo, ao invés de transmitirmos ás próximas gerações um território com valias acrescidas, fazemo-lo com menos valias, condicionando o seu próprio futuro e sustentabilidade geracional.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117845	Discordância	Nenhum projeto deverá ser aprovado de forma tácita, a AIA tem de ser prévia e obrigatória! Não se pode generalizar 13.000has.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117844	Discordância	Esta medida irá descaracterizar totalmente a paisagem portuguesa, irá impactar os ecossistemas locais e criar instabilidade na vida humana, ou seja, irá causar impactos a médio/ longo prazo na vida das populações próximas (poderá vir a gerar doenças físicas e mentais).Creio que existem outro tipo de energias renováveis, mais em conta e com menos impacto para as pessoas, e para a natureza, como, por exemplo, a Geotérmica. Esta sim, seria uma boa aposta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117843	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis (PSZAER), apresentando os seguintes argumentos para a sua revisão e reformulação. **1. Uso excessivo e desnecessário do solo** O plano demarca cerca de 7% do território nacional continental para zonas de aceleração, quando os próprios dados técnicos do PSZAER mostram que menos de 1% bastaria para cumprir as metas do PNEC2030. A hierarquia de ocupação está invertida: o solo rústico e florestal deveria ser a última opção, depois de esgotado o potencial de telhados e zonas já artificializadas — não a primeira. **2. Enfraquecimento das proteções ambientais** Face a estudos anteriores (LNEC), o plano retirou montados, olivais, vinhas e geoparques da lista de áreas excluídas, e reduziu a distância de segurança junto a zonas húmidas de 500 para 50 metros. Corredores ecológicos de espécies ameaçadas (como o lince-ibérico) não são respeitados, e grupos inteiros de espécies (peixes, anfíbios, répteis) ficam sem proteção. **3. Sobrecarga territorial já em curso** No meu concelho, Mogadouro (Planalto Mirandês), já existem projetos renováveis aprovados ou em licenciamento, cujo impacto cumulativo com as novas ZAER não foi avaliado. Isto agrava a fragmentação de habitats e a identidade territorial de uma região vulnerável, sem qualquer mecanismo do plano para travar a saturação — mesmo o PSZAER admitindo o risco de "monofuncionalidade" energética em concelhos com elevada percentagem de área alocada.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117842	Discordância	Discordo da eventual instalação na Graça do Divor e vizinhança 1,6 milhões de painéis fotovoltaicos a partir de 5 km de Évora, para norte.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117841	Discordância	Temos de reflorestar as nossas matas e não eliminá-las! Precisamos do seu oxigénio e de termos o maior número possível de zonas verdes. Voto num país mais verde e sustentável mas não à custa da destruição de diversos ecosistemas e de matar milhares de árvores com vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117840	Discordância	Concordo plenamente, que caso vá por diante esta iniciativa a Freguesia ficará com um mar de vidros ao lado, a temperatura aumentará mais 2°c a 3°c de temperatura na zona e ocorrerá a desvalorização dos terrenos e habilitações da freguesia, etc.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117839	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis (PSZAER), apresentando os seguintes argumentos para a sua revisão e reformulação. **1. Uso excessivo e desnecessário do solo** O plano demarca cerca de 7% do território nacional continental para zonas de aceleração, quando os próprios dados técnicos do PSZAER mostram que menos de 1% bastaria para cumprir as metas do PNEC2030. A hierarquia de ocupação está invertida: o solo rústico e florestal deveria ser a última opção, depois de esgotado o potencial de telhados e zonas já artificializadas — não a primeira. **2. Enfraquecimento das proteções ambientais** Face a estudos anteriores (LNEC), o plano retirou montados, olivais, vinhas e geoparques da lista de áreas excluídas, e reduziu a distância de segurança junto a zonas húmidas de 500 para 50 metros. Corredores ecológicos de espécies ameaçadas (como o lince-ibérico) não são respeitados, e grupos inteiros de espécies (peixes, anfíbios, répteis) ficam sem proteção. **3. Sobrecarga territorial já em curso** No meu concelho, Mogadouro (Planalto Mirandês), já existem projetos renováveis aprovados ou em licenciamento, cujo impacto cumulativo com as novas ZAER não foi avaliado. Isto agrava a fragmentação de habitats e a identidade territorial de uma região vulnerável, sem qualquer mecanismo do plano para travar a saturação — mesmo o PSZAER admitindo o risco de "monofuncionalidade" energética em concelhos com elevada percentagem de área alocada.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117838	Discordância	As energias renováveis são boas quando são aplicadas com peso e medida agora quando implica destruir a natureza sou contra não podemos perder o que temos de melhor os nossos espaços verdes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117837	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que as condições do local não são adequadas para garantir um desempenho eficiente do sistema, devido à existência de sombreamento significativo e à orientação pouco favorável da cobertura. Acresce que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117836	Discordância	Não faz sentido que haja corte de árvores! Ocupem os telhados dos prédios.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117835	Discordância	Os meus filhos devem crescer a ver árvores e não painéis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117834	Discordância	Não concordo. Sou a favor da reflorestação da floresta	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117832	Discordância	"Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais. Com os melhores cumprimentos, Adriano Duarte	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117831	Discordância	Discordância TOTAL!!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117830	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão, do concelho de Penamacor, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117829	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117828	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que as condições do local não são adequadas para garantir um desempenho eficiente do sistema, devido à existência de sombreamento significativo e à orientação pouco favorável da cobertura. Acresce que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação.	Obrigada pela sua participação.
117827	Discordância	Considero este projeto prejudicial à população portuguesa e ao território nacional. Apresento os argumentos que justificam esta rejeição e em seguida duas propostas que poderiam contribuir para precaver algumas das consequências sociais e ambientais deste projeto, caso este seja aprovado, apesar da rejeição pública. Argumentos para a rejeição: 1) Vai contribuir para a degradação de zonas rurais: Considero que este projeto pode contribuir para a desertificação, despovoamento e perda de biodiversidade em territórios que cujos ecossistemas e vida humana (povoações) já estão em risco por falta de infraestruturas, incêndios florestais, monoculturas e outros. 2) Não considera impactos sociais: documento da proposta das PSZAER define que “os valores naturais e culturais integrantes da Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Zonas Especiais de Conservação e Zonas de Proteção Especial, Áreas de Proteção do Património Cultural e outras áreas relevantes para a conservação da biodiversidade e do património cultural claramente identificadas, são interditos à implantação de zonas de aceleração” (p.13). Este princípio não contempla a proximidade destes projetos de povoações, permitindo assim ignorar o limite atual de 3) As zonas identificadas não correspondem aos critérios definidos: No documento PSZAER-Proposta, elaborado por uma equipa do IST, é proposta a descentralização da produção de energia, a proximidade com zonas de maior consumo e a proximidade da rede elétrica (pág. 15-16), no entanto nos mapas com as áreas com potencial ZAER, na página 31 do Relatório Temático – Ordenamento e Economia do Território são sinalizados muitos territórios no interior, onde a população é escassa, e praticamente não são sinalizados territórios próximos dos principais centros urbanos do país (como Lisboa e Porto). Sendo 78,9% da área com	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117826	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117825	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117824	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117823	Discordância	Não são claras as zonas "Mapa verde". Area muito reduzida designada para conservação da natureza.. Avaliações ambientais efetuadas. O historial de destruição de muitos hectares para outros projetos, demostram que não tem sido assegurada a proteção do ambiente. Para a produção de energia solar deveriam priorizar as zonas industriais das cidades	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117822	Discordância	Enquanto residente neste território há mais de duas décadas, considero importante participar nesta discussão pública, por entender que o conhecimento de quem aqui vive constitui também um contributo relevante para as decisões sobre o seu futuro. Não está em causa a importância das energias renováveis nem a necessidade de acelerar a transição energética. O verdadeiro desafio consiste em conciliar esse objetivo com a proteção dos valores ambientais, paisagísticos, sociais e económicos do território, através de um planeamento responsável, baseado nos princípios da prevenção e da precaução, na escolha das localizações e das soluções mais adequadas e na minimização dos impactes ambientais e sociais. O interior não pode ser encarado apenas como um espaço disponível para acolher grandes infraestruturas por apresentar menor densidade populacional. É um território com identidade própria, riqueza natural e paisagística, habitats de elevado valor ecológico e comunidades que nele vivem, trabalham e investem o seu futuro. Preocupam os impactes, em particular os impactes cumulativos, que projetos desta dimensão poderão ter na paisagem, nos habitats, na fauna, na flora e na qualidade de vida das populações. A proximidade às habitações, o impacto visual, o ruído, o risco de incêndio e os efeitos na agricultura, no turismo e na valorização das propriedades justificam uma avaliação particularmente rigorosa, a aplicação do princípio da precaução e a ponderação de alternativas de localização e de soluções que permitam evitar ou minimizar esses impactes. Os mecanismos de proteção do território e os regimes de salvaguarda existentes não devem ser vistos como meros obstáculos administrativos a ultrapassar. Representam opções coletivas assentes no reconhecimento do valor ambiental, natural e paisagístico destes territórios e devem constituir um critério determinante na escolha das áreas e das soluções mais adequadas para a implantação de projetos desta natureza. As populações locais devem ser efetivamente ouvidas e os seus contributos verdadeiramente ponderados. Uma discussão pública só cumpre a sua finalidade quando esses contributos são considerados de forma transparente e podem influenciar a decisão final. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se conseguir conciliar a produção de energia	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117819	Discordância	Discordo com esta implementação pois vão encontro da proteção da paisagem natural da zona geográfica em questão. Portugal não está à venda!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117818	Discordância	Isto não são energias renováveis é destruição e morte do planeta.. Queremos paisagem, queremos vida, não queremos um país sem vida e forrado a lata. Governo está a agir criminosamente. Isto não é energia limpa é negócio vergonhoso e desonesto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117817	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de residente do concelho de Ponte de Lima, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem em anexo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Com os meus melhores cumprimentos, Cecelia Wood	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117816	Discordância	Implementar a instalação de painéis solares nas coberturas de edifícios públicos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117815	Discordância	Este é um lugar muito tranquilo que será destruído por este projeto. Penso que não é o local certo.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117814	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117813	Discordância	O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser Manifestamente incoerente e prejudicial ao nível da saúde pública, da economia rural, da paisagem e da coesão social.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117812	Discordância	Nao concordo que seja aitorizada a implementacao de qualquer projecto, por muito válido e relevante que seja ele, sem uma avaliação de impacto local, sem a consideração das autarquias locais ou da comunidade local! Para além de que, há inumeras superfícies urbanas que são áreas gigantes desbravadas que podem ser utilizadas para a implementacao de painéis solares. Utilizar areas rurais e florestais para isso, é o inverso do que deveria ser feito, e um autentico atentado ecologico. E já nem referindo o facto de que a maioria destes projectos megalómanos são projectos de empresas estrangeiras, para dar resposta a necessidades externas (pois o actual parque de produção energetica já sustenta uma percentagem bastante elevado do consumo energético nacional), e cujos lucros não são para as comunidades locais, nem nacionais! Este projecto é um atentado a portugal e ao interior natural, e às pequenas comunidades abrangidas neles, ea todo o cidadão que se preocupa com a preservação ambiental e com os contextos naturais nacionais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117811	Discordância	Após análise da proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), considera-se que não estão reunidas as condições necessárias para apoiar a proposta nos termos em que se encontra apresentada. A presente participação assenta em três preocupações fundamentais: 1. Insuficiência da informação disponibilizada, uma vez que a cartografia apresentada não permite verificar de forma adequada a aplicação concreta dos critérios utilizados para a delimitação das áreas propostas nem avaliar os seus potenciais efeitos territoriais. 2. Necessidade de compatibilização prévia com os instrumentos de gestão territorial municipais, considerando que muitos dos Planos Diretores Municipais atualmente em vigor não foram concebidos para enquadrar esta nova realidade territorial, podendo os municípios vir a ser confrontados com transformações significativas sem disporem dos mecanismos necessários para as gerir adequadamente. 3. Necessidade de reforçar os mecanismos de integração territorial e de proteção dos interesses das comunidades locais, assegurando que a implementação das ZAER ocorre de forma compatível com a proteção dos recursos naturais, da paisagem, da biodiversidade, do património cultural, da qualidade de vida das populações e das estratégias locais de desenvolvimento. Entende-se que a aprovação da proposta deverá ser precedida da disponibilização de informação territorial adequada ao escrutínio público, da criação de condições que permitam aos municípios adaptar os respetivos instrumentos de gestão territorial e do reforço dos mecanismos de integração territorial e de proteção dos interesses das comunidades locais. Segue em anexo documento com a fundamentacão detalhada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117809	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117808	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente ao programa setorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis. Embora reconheça a importância das energias renováveis e a necessidade de promover soluções sustentáveis para a produção de energia, considero que este projeto, na sua forma atual, suscita preocupações que merecem uma análise mais aprofundada. Em primeiro lugar, a instalação poderá ter um impacto significativo na paisagem e na identidade visual da área, afetando o património natural e o enquadramento do espaço envolvente. Acresce que existem dúvidas quanto aos eventuais efeitos sobre a biodiversidade, bem como sobre o impacto que esta infraestrutura poderá ter na qualidade de vida dos residentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117807	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa da degradação da qualidade de vida das populações que vivem nos territórios onde estes projetos são implementados. Considero que a instalação de grandes infraestruturas de produção de energia deve ser precedida de uma avaliação rigorosa dos impactos ambientais, paisagísticos, sociais e económicos, bem como de um verdadeiro processo de participação pública que permita às populações locais serem efetivamente ouvidas. Os territórios do interior não podem continuar a suportar os custos ambientais e sociais de projetos cujos principais benefícios económicos revertem para promotores privados, sem que existam benefícios claros e proporcionais para as comunidades locais. Defendo que qualquer projeto desta natureza deve assegurar: - uma avaliação independente e transparente dos seus impactos cumulativos; - a proteção da biodiversidade, da paisagem e das atividades agrícolas; - a salvaguarda do bem-estar e da saúde das populações; - mecanismos de compensação e de benefício direto para as comunidades afetadas; - o respeito pelo direito das populações a participar nas decisões que afetam o seu território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117806	Discordância	"Participação no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117804	Discordância	Sonia Leitão As pessoas e a preservação do meio ambiente estão acima de capitalismo verde disfarçado de progresso e ecologia. Não aos lucros e sim à biodiversidade. Infraestruturas deste tipo podem ser instaladas em outros locais, normalmente já urbanizados, sem terem de destruir o meio ambiente para ser instalados. A Coreia do Sul dá o exemplo da forma como estas estruturas podem ser instaladas e beneficiar a população enquanto produzem energia verde. Lá são instaladas nos separadores das auto-estradas, em parques de estacionamento ((proporcionando sombra para os carros e pessoas) e em certas ciclovias no meio de estradas. Há muito que se pode fazer sem estar a destruir. Não adianta de nada gerar energia renovável, se para isso se tem de destruir a biodiversidade ou causar qualquer mal às pessoas e comunidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117803	Discordância	Assunto: Oposição Absoluta à Integração do Planalto Mirandês no PSZAER e Exigência de Saneamento Ambiental. Exmos. Senhores da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), Venho por este meio apresentar formalmente o meu parecer desfavorável à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), exigindo a exclusão total do Planalto Mirandês deste plano e a retificação de passivos ambientais históricos, com base nos seguintes fundamentos: - Proteção de uma das Zonas Naturais Mais Intactas do País: O Planalto Mirandês constitui um ecossistema único e de elevadíssimo valor ecológico, paisagístico e cultural. A imposição de novas infraestruturas industriais de aceleração renovável (como parques eólicos ou solares em regime de hibridização) ameaça destruir de forma irreversível a fauna e flora autóctones da região. - Impacto Histórico Cumulativo e Danos nos Ecossistemas do Douro: A região de Miranda do Douro já assegura, desde meados do século XX, uma fatia massiva da produção energética nacional através das barragens do rio Douro (como a Barragem de Picote). Estas centrais hidroelétricas provocaram, e continuam a provocar, impactos profundamente danosos nos ecossistemas ribeirinhos e na biodiversidade local. O território não pode continuar a ser sacrificado com novos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117802	Discordância	Não concordo!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117801	Discordância	Participação no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Na qualidade de cidadão interessado no futuro do território de Mortágua, venho apresentar a minha participação no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestando a minha profunda preocupação relativamente à proposta que identifica uma parte muito significativa do concelho de Mortágua como área prioritária para a instalação de grandes infraestruturas de produção de energia renovável. Importa desde logo reconhecer a importância da transição energética e o contributo indispensável das energias renováveis para o cumprimento dos objetivos nacionais e europeus de descarbonização. Contudo, a prossecução destes objetivos não pode ser dissociada de princípios fundamentais de ordenamento do território, proteção da paisagem, valorização dos recursos naturais e respeito pelas comunidades locais. A dimensão da área proposta para o concelho de Mortágua, correspondente a cerca de 13 mil hectares e abrangendo mais de metade do território municipal, suscita legítimas preocupações quanto aos impactos cumulativos que poderão resultar da instalação de centrais solares e eólicas de grande escala. Trata-se de uma afetação territorial com potencial para alterar profundamente a paisagem, condicionar usos futuros do solo e comprometer estratégias de desenvolvimento assentes na valorização ambiental e na qualidade de vida. Esta preocupação não é isolada nem circunscrita a movimentos ambientalistas ou cidadãos individuais. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses manifestou reservas relativamente à atual formulação do programa, alertando para a excessiva centralização das decisões e para a redução da	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117800	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER no Oeste Alentejano e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam esta região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117799	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível. Existe também uma dimensão económica. Projetos desta escala podem afetar negativamente o valor dos imóveis e a atratividade da região para residentes e turismo, enquanto uma parte significativa dos benefícios económicos é captada por grandes empresas e investidores externos. Pedimos, por isso, que este projeto seja reavaliado, privilegiando soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção das comunidades locais, da paisagem e do património natural. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117798	Discordância	Será melhor instalar painéis solares em espaços já urbanos, telhados de edifícios, parques de estacionamentos, linhas de comboios, escolas. Não é favorável destruir natureza para instalação de energias renováveis. Quem sofre é a população local das aldeias e esta população é certamente a que menos usa energia. Quem mais consume energia são as pessoas nas cidades.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117797	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117795	Discordância	Destruição da Natureza e dos ecossistemas é lamentável os incêndios e os interesses económicos... A lutar pelo nosso património Natural e os nossos valores culturais e ambientais. Constituição da República Portuguesa (Artigo 52.º): "Garante a todos os cidadãos o direito de Ação Popular. " "Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001): Determina que a preservação e valorização do património são um dever de todos os cidadãos, conferindo-lhes o poder de exigir ao Estado a proteção dos bens históricos e culturais do país." DISCORDO	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117794	Discordância	As energias renováveis são essenciais para reduzir as emissões de carbono e garantir a independência energética do país. No entanto, a sua implementação deve privilegiar áreas já artificializadas, evitando comprometer o património natural, agrícola e florestal dos territórios do interior. Haja respeito pelos territórios de baixa densidade. Antes de ocupar florestas e solos agrícolas, aproveitem-se os milhares de telhados de habitações, edifícios públicos, zonas industriais, estacionamentos e margens de autoestradas disponíveis para instalar painéis solares. Tirar o manto verde do interior é acelerar ainda mais a desertificação do território. A transição energética tem de proteger a natureza, as pessoas e o futuro do interior de Portugal.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117793	Discordância	Exmos. Senhores, No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para a Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho apresentar a minha discordância relativamente à inclusão de áreas dos concelhos de Oleiros e da Sertã como zonas destinadas à instalação de grandes projetos de energia renovável. Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de reforçar a produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, considero que este objetivo deve ser conciliado com a proteção do património natural, da biodiversidade, da paisagem, da floresta e da qualidade de vida das populações locais. Os concelhos de Oleiros e da Sertã integram um território de elevado valor ambiental, paisagístico e cultural, cuja identidade assenta na floresta, na agricultura, nas aldeias do interior e no turismo de natureza. Estes territórios têm enfrentado enormes desafios nas últimas décadas, nomeadamente devido aos incêndios rurais, sendo essencial promover a sua recuperação, valorização e resiliência, e não aumentar a pressão sobre os seus recursos naturais. A instalação de grandes centrais solares e parques eólicos poderá traduzir-se na ocupação extensiva do território, na fragmentação da paisagem, na perturbação de habitats naturais, na perda de biodiversidade e em impactos negativos para atividades económicas locais, como a agricultura, a silvicultura e o turismo, comprometendo igualmente a qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117792	Discordância	Mas essa gente que quer implantar esses painéis acham que isto é tudo deles eles pensam que as pessoas das terras afetadas vivem igual com a paisagem cheia de painéis solares e eólicas essa gente nota-se mesmo que não é do campo não tem origens, eu posso ser novo mas não dou a minha terra para estas coisas nunca na vida isto que ele estão a fazer não tem acareiro nenhum pois vão prejudicar a paisagem e também a biodiversidade e eles acham que hectares de floresta cheios de painéis é bonito tenho consciência sff vaiam fazer isso ao pé das casas deles a ver se gostam.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117791	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à implementação desta central de painéis fotovoltaicos, por considerar que o projeto poderá ter impactos negativos na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, entendo que este tipo de infraestrutura deve ser instalado em locais que minimizem os impactos ambientais e sociais, privilegiando áreas já artificializadas ou degradadas. Assim, solicito que sejam ponderadas alternativas mais adequadas antes da concretização deste projeto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117790	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117789	Discordância	Não concordo nada com a colocação dos painéis por diversos motivos primeiro os danos que irá causar em toda a região, falam tanto do meio ambiente e da necessidade de proteger as materias primas dele e decidem devastar dezenas de hectares para a colocação de painéis solares que podiam ser colocados em cima dos vossos telhados em vez de vir destruir mais ainda o pouco verde que nos resta e retirar milhares de especies dos seus habitats. Outra coisa completamente impensável é a porcaria das buzinas colocadas nos painéis para afastar os pássaros e outros animais de lá que acaba por afetar também as populações. Deviam arranjar estratégias mais ecofriendly em vez de só olharem para os vossos bolsos. Sem falar do aumento das temperaturas que iriam subir caso o projecto seja aprovado. Fora muitos outros inconvenientes que este "mapa verde" que de verde só mesmo as notas nas vossas carteiras, apresenta mais desvantagens do que propriamente vantagens às populações. NÃO DESTRUAM O MEIO AMBIENTE!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117788	Discordância	Discordo totalmente deste projecto. É absurdo que destruam ecossistemas com a desculpa da transição energética e das metas ambientais da União Europeia. Não há meta ambiental nenhuma a ser atingida com um projecto deste calibre. A verdadeira transição energética poderá ocorrer colocando, por exemplo, painéis solares em prédios, parques de estacionamento e outras infrastructuras citadinas, não num espaço verde! Compreende-se que não haja qualquer interesse por parte das empresas que pretendem fazer esta exploração de o fazer de forma sustentável, até porque nem são portuguesas… Até quando vão continuar a ignorar a população portuguesa e os seus reais interesses em nome do próprio bolso? O país não está em leilão! Respeitem quem vota e paga impostos em Portugal! Há outras soluções mais viáveis e de maior interesse para a população toda de Portugal! Invadir terrenos, expulsar pessoas das suas terras para se fazer projectos nada ambientais…. É um retrato de um país e um Governo desgovernados….	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117787	Discordância	Percebo a importância da existência de projectos para produção de energias renováveis, discordo completamente destes projectos megalómano que não beneficiam, em nada, o nosso Pais , nem ambientalmente , nem economicamente, a destruição de zonas de floresta e de agricultura em prol da instalação de painéis solares de dimensões gigantesca não tras quaisquer mais valia às população que vivem nas zonas limítrofes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117786	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117785	Discordância	Sou contra a ocupação de áreas protegidas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117784	Discordância	Não quero ver Mortágua cheia de painéis solares não faz sentido nenhum. A floresta e a fauna trazem mais retorno a população local. A floresta foi sempre o motor da economia deste conselho não o vais matar agora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117783	Discordância	este projeto preocupam me, pela atividade que tencionam fazer nao acredito que seja o melhor para as geraçoes futuras e pela falta de informaçao que disponibilizao	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117780	Discordância	A necessidade energética e as formas de a obter não podem hipotecar a existência de um território natural. Principalmente não pode intensificar a desertificação. Os incêndios são fruto de décadas de políticas de falta de respeito pela natureza em que os ecossistemas são destruidos ano após ano. Colocar "mares" de painéis solares em territórios imensos em detrimento de árvores e coberto vegetal é uma sentença de morte a todos os seres vivos. O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117778	Discordância	este projeto preocupa me e nao encontrei informaçao suficientemente acessivel para poder dar uma opiniao informada	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117777	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que as condições do local não são adequadas para garantir um desempenho eficiente do sistema, devido à existência de sombreamento significativo e à orientação pouco favorável da cobertura. Acresce que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117776	Discordância	Discordo da utilização da serra da gardunha, Louriçal Do Campo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117775	Discordância	Um plano criminoso para acabar com a paisagem e a natureza em muitas zonas deste país. Tem que haver muita gente a mamar à custa disto para sequer colocarem este tipo de projetos em discussão. Não. Não. Não.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117774	Discordância	Na qualidade de "cidadã e proprietária" de terrenos no concelho de Figueiró dos Vinhos, venho apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. Contudo, considero que este objetivo deve ser alcançado de forma equilibrada, respeitando os princípios do ordenamento do território, da sustentabilidade e da proteção dos valores naturais e paisagísticos. A minha principal preocupação prende-se com a metodologia utilizada para a delimitação das ZAER. A definição destas áreas parece assentar essencialmente em análises documentais e cartográficas desenvolvidas à escala nacional, que, embora importantes, não substituem a observação direta do território nem o conhecimento das autarquias, das entidades competentes, das comunidades locais e dos proprietários. Existem valores ecológicos, paisagísticos e culturais que dificilmente são identificáveis apenas através da cartografia disponível, o que suscita dúvidas quanto à adequação da delimitação proposta. Acresce que, da leitura das sínteses das participações efetuadas no âmbito da consulta pública, resulta que diversas entidades levantaram reservas relativamente à metodologia adotada, à necessidade de maior articulação com os municípios, à insuficiente ponderação das especificidades locais e aos potenciais impactes ambientais, paisagísticos, agrícolas e florestais. Considero que estas preocupações justificam uma reavaliação da proposta. Preocupa-me igualmente a dimensão das áreas delimitadas. Em diversos concelhos, as percentagens abrangidas são muito elevadas, criando uma forte pressão para a instalação de grandes infraestruturas de produção de energia e comprometendo o princípio da compatibilização equilibrada dos diferentes usos do solo, que constitui uma das bases do ordenamento do território. O interior de Portugal representa um dos poucos territórios onde ainda subsistem extensas áreas florestais, reduzida artificialização da paisagem e importantes valores naturais. As florestas desempenham um papel essencial no sequestro de carbono, na conservação da biodiversidade, na proteção dos solos e na regulação do ciclo da água. A resposta às alterações climáticas não deve passar pela ocupação excessiva destes territórios, mas antes por soluções que conciliem a produção de energia renovável com a preservação do	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117773	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117772	Discordância	Como se não chegassem as vastas monoculturas de espécies inflamáveis que cobrem grande parte do país e que ardem repetidamente, o governo português pretende ainda ampliar a destruição aos ecossistemas autóctones, tolerando a deflorestação em prol de tecnologias "verdes" que irão não só alterar profundamente os microclimas locais, como também poderão influenciar o macroclima devido à magnitude da extensão pretendida. Surge claramente a imagem de que a maioria do povo português é sujeita a medidas tomadas por elites da capital que colocam os próprios interesses, e por inferência, aqueles de grandes empresas multinacionais, acima do bem da própria pátria.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117771	Discordância	As energias renováveis não podem ser implementadas à custa da destruição da fauna e flora e do bem-estar das populações das áreas envolvidas. Se realmente houvesse interesse em desenvolver estas energias forma sustentável, seriam encontradas soluções que utilizariamos espaços já existentes para implementar estes projectos (como por exemplo, edifícios, parques de estacionamento e outros, no caso dos painéis solares). Portugal, ao contrário de outros países, está a destruir o seu património natural para fazer cumprir a falácia chamada "energia renovável". Cabe a cada PORTUGUÊS dizer a este programa um redondo NÃO!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117768	Discordância	Venho manifestar a minha discordância e oposição aos projetos em análise. Não está em causa a necessidade de promover a transição energética nem a importância das energias renováveis. O que está em causa é o modelo de desenvolvimento que se pretende impor ao território e às populações, transformando milhares de hectares de paisagem alentejana numa gigantesca infraestrutura industrial destinada à produção de energia. É inaceitável que, em nome da descarbonização, se promova a industrialização massiva da paisagem envolvente de uma cidade classificada como Património Mundial da UNESCO. O Alentejo não pode continuar a ser encarado como um território disponível para acolher sucessivamente aquilo que outras regiões não querem, com impactos permanentes sobre a paisagem e recursos naturais. A região tem vindo a suportar um conjunto crescente de pressões ambientais sem que exista uma avaliação séria dos impactos cumulativos dessas intervenções. Cada projeto é analisado isoladamente, mas quem vive no território vê o resultado global …… fragmentação da paisagem, perda de biodiversidade, descaracterização do mundo rural e degradação progressiva da qualidade ambiental. É igualmente preocupante que se procure ocupar extensas áreas de solo rural quando continuam largamente desaproveitadas alternativas mais sustentáveis, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios públicos e privados, zonas industriais, parques de estacionamento, áreas degradadas e outras superfícies já artificializadas. Diversos estudos demonstram o potencial significativo da produção descentralizada e do autoconsumo para contribuir para os objetivos energéticos sem os impactes territoriais associados às mega centrais. Não é novidade. Acresce que a zona do Divor e a envolvente norte de Évora constituem uma das paisagens mais emblemáticas do concelho, desempenhando um papel relevante na imagem, identidade e atractividade turística da região. A possibilidade, já publicamente debatida, de impactos sobre a perceção da paisagem associada ao estatuto patrimonial de Évora deve ser encarada com a máxima prudência e responsabilidade. Não aceito que o combate às alterações climáticas seja utilizado para justificar a destruição gradual dos valores naturais, culturais e paisagísticos que precisamente se pretende preservar para as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117767	Discordância	Discordo completamente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117766	Discordância	Sou contra o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porque considero que este projeto pode causar impactos significativos no ambiente, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações. A instalação destas infraestruturas pode destruir habitats naturais e afetar espécies protegidas, além de comprometer a paisagem e o património cultural e histórico das regiões abrangidas. Também existem preocupações quanto aos impactos socioeconómicos, nomeadamente na agricultura, no turismo e no bem-estar das comunidades locais. Defendo que a transição energética deve ser feita de forma responsável, garantindo a proteção do património natural, cultural e social.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117765	Discordância	Não aceito	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117764	Discordância	Completamente em desacordo com o abate de árvores e dizimação de biodiversidade para implementação de PSZAER. Quando todos esses paineis estiverem em fim de vida vão para onde????	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117763	Discordância	Energias renováveis sim, mas não a qualquer custo! Temos de preservar a natureza e a biodiversidade.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
117762	Discordância	A ecologia de Portugal está em declínio e necessita ser protegida. Estes projetos não vão em linha com isso..	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117761	Discordância	NÃO	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117760	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que as condições do local não são adequadas para garantir um desempenho eficiente do sistema, devido à existência de sombreamento significativo e à orientação pouco favorável da cobertura. Acresce que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117759	Discordância	Portugal é um dos países europeus mais expostos às alterações climáticas. Instalar milhares de hectares de painéis em zonas já sujeitas a calor extremo é contrário ao princípio da precaução e às obrigações legais de proteção da saúde pública.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117758	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117757	Discordância	Considero a implementação destas zonas extremamente negativas pela sua pegada destrutiva do ambiente e das populações. Não é desta forma que se resolve o problema da falta de energia. Está é uma forma de destruir território apenas. Teremos um aumento paulatino das temperaturas. O nosso interior não pode ser destruído por programas que apenas revelam uma política de extração de recursos e nunca de valorização e de verdadeiro interesse numa ação verdadeiramente sustentável. Daí a minha total discordância com este projeto.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117756	Discordância	Digo não a todos os projetos de energia renováveis que em nada favorecem as populações locais, o nosso país e que não servem senão os interesses gananciosos de investimentos estrangeiros e uma classe política decisora corrupta e gananciosa.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117755	Discordância	Não concordo com a colocação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117754	Discordância	A minha posição é a que anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117753	Discordância	Na qualidade de "cidadão e proprietário" de terrenos no concelho de Figueiró dos Vinhos, venho apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. Contudo, considero que este objetivo deve ser alcançado de forma equilibrada, respeitando os princípios do ordenamento do território, da sustentabilidade e da proteção dos valores naturais e paisagísticos. A minha principal preocupação prende-se com a metodologia utilizada para a delimitação das ZAER. A definição destas áreas parece assentar essencialmente em análises documentais e cartográficas desenvolvidas à escala nacional, que, embora importantes, não substituem a observação direta do território nem o conhecimento das autarquias, das entidades competentes, das comunidades locais e dos proprietários. Existem valores ecológicos, paisagísticos e culturais que dificilmente são identificáveis apenas através da cartografia disponível, o que suscita dúvidas quanto à adequação da delimitação proposta. Acresce que, da leitura das sínteses das participações efetuadas no âmbito da consulta pública, resulta que diversas entidades levantaram reservas relativamente à metodologia adotada, à necessidade de maior articulação com os municípios, à insuficiente ponderação das especificidades locais e aos potenciais impactes ambientais, paisagísticos, agrícolas e florestais. Considero que estas preocupações justificam uma reavaliação da proposta. Preocupa-me igualmente a dimensão das áreas delimitadas. Em diversos concelhos, as percentagens abrangidas são muito elevadas, criando uma forte pressão para a instalação de grandes infraestruturas de produção de energia e comprometendo o princípio da compatibilização equilibrada dos diferentes usos do solo, que constitui uma das bases do ordenamento do território. O interior de Portugal representa um dos poucos territórios onde ainda subsistem extensas áreas florestais, reduzida artificialização da paisagem e importantes valores naturais. As florestas desempenham um papel essencial no sequestro de carbono, na conservação da biodiversidade, na proteção dos solos e na regulação do ciclo da água. A resposta às alterações climáticas não deve passar pela ocupação excessiva destes territórios, mas antes por soluções que conciliem a produção de energia renovável com a preservação do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117752	Discordância	I don’t agree with this program for renewable Energy in the whole Europe not just in Portugal. First of all because it damages ecosystem, wildlife and also doesn't include communities living nearby where project will be applied. Secondly they are better solutions than windmils. If you want reduce fossil fuel than check zero Point Energy and how scientist already worked and some tried to put publicly and use their own names for patent but because of it those People have been threatned, killed or bribed. Look at document called: " The lost century and how to reclaimit" by Dr. Steven Greer. Solutions are already there but I see lack of awarness in People but if People will knew about it then we have to demand this kind of Technology to be release ASAP. THANK YOU	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117751	Discordância	Lukasz Cybulski Ao abrigo doas artigos 147 e 169 do CPA, venho solicitar a impugnação administrativa desta proposta, com o seguinte fundamento: O Governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta, como a do quadro 15 do Relatório Temático da Integração da Informação Espacializada, no que diz respeito a Viuzela e Valongo, apresentado-se a área do concelho manifestamente inferior à área prevista de ZAER; o Governo português não pode atacar desta forma a democracia, a liberdade e os direitos de todos os cidadãos e contribuintes, cilindrando os seguintes artigos da CRP: Artigo 1; Artigo 2; Artigo 3; Artigo 9; Artigo 22; Artigo 48; Artigo 65; Artigo 66; Artigo 78; Artigo 80; Artigo 81; Artigo 84; Artigo 87; Artigo 90; Artigo 93; Artigo 94; Artigo 97; O Governo português não pode colocar uma proposta destas não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; O governo Português não pode colocar 7% do território à dfisposição de interesses corportivos sabendo dos efeitos do impacto cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo. Não `à banalização do mal, dos que sabem e nada fazem! Portugal não está à venda. Discordo totalmente. Com o dinheiro dos meus impostos, não! Destruir habitats e abater árvores para plantar painéis solares é ridículo! Em vez de uma gestão eficaz e eficiente de recursos feita com dinheiro público, esbanja-se em greenwashing e em interesses pouco transparentes. Discordo!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117750	Discordância	Vejo com muita preocupação este plano por não ter em consideração o interesse nacional. Põe em causa um dos maiores bens que é a floresta e a biodiversidade animal. Alegadamente parece ser um grande negócio em que é garantido aos investidores enormes proveitos. O território nacional será um retalho onde o cidadão terá tendência a afastar-se de todas estas megas produções de espelhos que nos confundem e em especial a fauna. Não posso concordar com a possibilidade do meu país se tornar uma cobaia de experiências que nos descaracteriza e empobrece.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117749	Discordância	Não destruam o que a natureza nos deu. A beira baixa já tem painéis e eólicas suficientes. Não façam isto por favor. A serra da gardunha e visitada por muitos que por lá caminham. Não estraguem o que e bonito	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117748	Discordância	A instalação de painéis e centrais solares deve-se focar sobretudo e maioritariamente em áreas urbanas. Existe uma larga quantidade de edifícios e estruturas não naturais a nível nacional que podem ser equipadas com painéis solares, existem muitos telhados sem qualquer utilidade. A utilização de áreas urbanas em vez da extinção de zonas verdes é a estratégia utilizada noutros países a nível europeu, o que claramente deve ser prioritário sobre qualquer desflorestação ou extinção de áreas verdes. O custo pode ser maior mas perder zonas verdes por facilitismo e comodismo quando existem áreas urbanas por explorar é inadmissível	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117747	Discordância	Qual a necessidade de destruir o que de bom tem o nosso país? Será que tudo se resume a dinheiro? E o ar que respiramos, vem das energias renováveis? A vida animal, a agricultura, alimenta-se de painéis solares e eólicas? De verde precisamos de florestas, não de energias renováveis, principalmente mal implementada e localizada. Usem edifícios, parques de estacionamento. Aí sim, não prejudicam ninguém. O interior do país já está envelhecido, é com isto que querem melhorar? Farão exatamente o contrário, acabam de vez com o que ainda existe de bom no interior e no nosso país. Pensem bem noutras alternativas para plantar painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117746	Discordância	Não concordo!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117745	Discordância	Discordo com o programa apresentado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117744	Discordância	Discordo completamente desta medida. Recuso esta medida como cidadã portuguesa. Recuso a desflorestação em Portugal, recuso a destruição da nossa natureza, que é o que nos sustenta!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117743	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de Avaliação Ambiental Estratégica e da Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER), Na qualidade de residente e cidadão do concelho de Mortágua, venho apresentar a minha participação no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis, manifestando a minha preocupação relativamente à dimensão e à concentração territorial das áreas propostas para o nosso concelho. Reconhecendo a importância da transição energética e o contributo fundamental das energias renováveis para o cumprimento das metas ambientais nacionais e europeias, considero, contudo, que a concretização destes objetivos deve respeitar os princípios da equidade territorial, da sustentabilidade ambiental e da justa repartição dos benefícios e encargos entre os diferentes territórios. Neste contexto, apresento as seguintes considerações: **1. Reconhecimento do contributo histórico de Mortágua para o interesse nacional** O concelho de Mortágua tem assumido, ao longo de décadas, um papel relevante na prossecução de objetivos estratégicos nacionais, designadamente através da presença da Barragem da Aguieira, infraestrutura que ocupa uma vasta área do território e desempenha funções essenciais na produção energética, gestão de recursos hídricos e mitigação de riscos de cheias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117742	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117741	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117740	Discordância	Contra a destruição do país	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117739	Discordância	Estas instalações de painéis solares em massa não têm benefícios para ninguém a não ser a quem vai poder arrendar/comprar terreno barato para poder vender energia gerada com o custo de perda de floresta, perda de habitats e destruição das paisagens. Havendo claramente locais onde esta instalação massiva poderia fazer sentido utilizando espaços como estacionamentos públicos (já há alguns exemplos disto), por cima de grandes superfícies comercias (hipermercados, centros comerciais). Que não teriam um custo tão grande em termos ambientais mas ficariam mais caros a quem quer apenas lucrar. A Gardunha e as suas gentes nada têm a ganhar com isto, só a perder.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117738	Discordância	Processo inadequado Mapas com erros Efeitos cumulativos por avaliar Solos agricolas em risco Comunidades sem retorno Municipios ignorados	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117737	Discordância	Nao concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117736	Discordância	Não concordo com esta proposta. Principalmente no que diz respeito ao concelho da Sertã, a proposta apresenta instalações excessivas que irão impactar a paisagem natural do concelho e pôr em causa recursos naturais, a Biodiversidade e os habitats de várias espécies. O concelho da Sertã apresenta uma mancha florestal enorme, e aqui, preferimos o verde das árvores do que o metalizado dos painéis. Esta proposta deve ser revista, tendo em consideração o território, as suas especificidades e em estreita ligação com quem realmente conhece o território!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117735	Discordância	No âmbito da consulta pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho apresentar as seguintes observações e preocupações. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como a necessidade de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, considero que a criação de zonas de aceleração não deve comprometer outros valores ambientais, sociais, económicos e patrimoniais igualmente relevantes. Uma das principais preocupações prende-se com a possibilidade de simplificação excessiva dos procedimentos de licenciamento, reduzindo o tempo disponível para a análise dos impactes ambientais, para a participação pública e para a avaliação de alternativas. A aceleração dos processos não deve significar uma diminuição do rigor técnico nem da transparência na tomada de decisões. Importa igualmente assegurar que a delimitação destas zonas não conduza à ocupação de áreas de elevado valor ecológico, agrícola ou florestal, nem afete habitats sensíveis, corredores ecológicos, recursos hídricos ou espécies protegidas. A proteção da biodiversidade deve manter-se como um princípio fundamental do ordenamento do território. Acrescem os potenciais impactos sobre as populações locais, nomeadamente a alteração da paisagem, o aumento da pressão sobre o território, possíveis efeitos na qualidade de vida, no turismo, na agricultura e noutras atividades económicas que dependem da preservação dos valores naturais e culturais. Estes fatores devem ser cuidadosamente avaliados antes da aprovação de qualquer projeto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117734	Discordância	NÃO A ESTE PROJETO Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117733	Discordância		Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117732	Reclamação	Devem ser feitos estudos de impacto, devem tomar em atenção os incêndios que ocorrem antes da implantação e apresentação de projetos eólicos e fotovoltaicos	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117731	Discordância	Não concordo com a destruição da Natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117730	Discordância	Precisamos de plantar mais árvores e não de destruir a fauna e a flora para colocar painéis fotovoltaicos por uma suposta transição energética mais verde. Ser mais verde significa proteger a floresta e não destruí-la sob pretextos energéticos.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
			Obrigada pela sua participação.
117727	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
		Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
			Obrigada pela sua participação.
117726	Discordância	Não!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
			Obrigada pela sua participação.
117724	Discordância	Os impactos negativos são enormes. A natureza é o equilíbrio para a nossa saúde e querem destruir uma grande parte dela.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117723	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Aljezur, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. • Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. • Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destrói a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram. • Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies ameaçadas, como o lince-ibérico ou aves de rapina, pondo em causa a conectividade dos ecossistemas. • Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à instalação de centrais. • Afastamento insuficiente a áreas protegidas ou áreas sensíveis não classificadas (3 a 5 km) para eólicas. Este afastamento nunca deve ser inferior a 5 km, e deve ser maior em função das necessidades das espécies, como grandes rapinas e predadores. Este afastamento deve aplicar-se também à energia solar, pelos efeitos significativos de destruição, fragmentação e abandono de habitats. • Afastamento insuficiente a habitações para eólicas (1 km), face à literatura científica recente sobre os	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117722	Discordância	Sou totalmente a favor das energias renováveis, mas não à custa da destruição da natureza. Não faz sentido defender o ambiente enquanto se abatem árvores, se faz terraplanagem e se destroem habitats para instalar painéis solares. Existem muitas alternativas mais inteligentes: telhados de habitações, fábricas e armazéns, estacionamentos, zonas industriais e outras áreas já impermeabilizadas. Devemos aproveitar primeiro os espaços já ocupados, em vez de sacrificar ecossistemas que levam décadas ou séculos a formar-se. A transição energética deve ser sustentável em todos os aspetos, não apenas na produção de eletricidade e aumento dos bolsos de alguns.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117721	Discordância	Não podemos acabar com a floresta para que o nosso país se torne um vasto espaço carregado de painéis!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117720	Discordância	Discordo com o programa apresentado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117719	Discordância	A zona do concelho do Fundão e nomeadamente a Cova da Beira, possui já uma vasta extensão de parques solares, semelhantes à pretensão. Entende-se que o impacto ambiental, os riscos acrescidos no ordenamento do território, impactos de microclima local, entre outros, são de elevada importância. Devemos pensar numa energia alternativa, mas a que custo? De uma desmensurada e irresponsável ocupação do solo?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117717	Discordância	O projeto é social e ecologicamente insustentável. De acordo com os estudos disponíveis, aumentará a temperatura da área e danificará irreversivelmente os solos. A implementação de energias renováveis não pode ser feita a custo do bem-estar das populações e do equilíbrio dos ecossistemas. Afinal, para quem se está a fazer a transição verde, se não for feita de forma planeada, transparente e democrática?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua , vejo com enorme preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a ser implementadas de modo a promover megaprojetos solares com localização e e áreas inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada.	Obrigada pela sua participação.
117716	Discordância	Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117715	Discordância	A utilização da energia solar deve ser feita de forma responsável, sustentável e sem ser à custa da natureza. Devemos plantar mais arvores para absorverem naturalmente o CO2 e não destruir aquilo que nos é mais precioso e nos dá vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117714	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117713	Discordância	Não foi feita nenhuma consulta á população sobre o tema, desconhecendo-se os impactos ambientais, sociais, entre outros que colocam em causa o bem estar da população abrangida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117712	Discordância	Este projeto vai ser implementado demasiado perto da cidade de Évora e vai afetar negativamente o ambiente e a qualidade de vida dos residentes da área. Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117710	Discordância	Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117709	Discordância	Ocupar espaço verde com paineis solares não é ajudar o planeta/ambiente. Paineis deveriam ser colocados em solos já ocupados (topo de edificios, telheiros de parques de estacionamento e até carris de comboios como já acontece na Suíça). Causar desflorestação para colocar "fontes renováveis de energia" apenas levará à desertificação e erosão dos solos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117708	Discordância	Transição energética burra!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117707	Discordância	Venho manifestar profunda discordância relativamente à proposta do PSZAER, tal como se encontra formulada. Reconheço a necessidade de descarbonizar o sistema energético nacional e de cumprir as metas do PNEC 2030 e da Diretiva RED III. Discordo, porém, do modelo, da escala e do método que este Programa consagra, pelas razões que passo a expor. Primeiro, oponho-me ao mecanismo central do Programa: a criação de zonas onde os projetos ficam, em regra, dispensados de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). A Avaliação Ambiental Estratégica realizada à escala nacional não substitui a apreciação de impactes concretos, cumulativos e locais que só a AIA de cada projeto permite. Transferir a decisão ambiental para um exercício cartográfico prévio e genérico esvazia a proteção do território precisamente no momento em que ela é mais necessária — o da instalação efetiva. Segundo, a proposta está manifestamente sobredimensionada. A Avaliação Ambiental Estratégica concluiu que cerca de 7% do território continental tem aptidão para estas zonas, correspondendo a cerca de 371 mil hectares para solar fotovoltaico e cerca de 84 mil hectares para eólica . A própria Direção-Geral do Território considerou que estes mais de 440 mil hectares representam um sobredimensionamento face às metas de 2030 . Uma delimitação que excede largamente a necessidade real não é planeamento prudente: é a abertura antecipada de território muito além do que os objetivos justificam, com risco de ocupação especulativa de solo agrícola, florestal e de elevado valor paisagístico. Terceiro, o tratamento dado aos pareceres das entidades competentes é insuficiente. A Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas emitiram pareceres favoráveis condicionados a um conjunto extenso de garantias técnicas e ambientais . Ora, no documento de análise e ponderação dos pareceres, a EMER 2030 respondeu às críticas aceitando algumas recomendações e limitando-se a tomar nota de outras, sem assumir compromisso firme . Um Programa que avança sem incorporar de forma vinculativa as condicionantes impostas pelas autoridades ambientais não oferece as salvaguardas que o próprio processo exige.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117706	Discordância	Estes projetos não vão trazer benefícios parw as zonas rurais. Antes pelo contrário vão empobrecer-las, transformando-as em zonas industriais de produção de energia, que somente beneficiam as empresas promotoras.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117705	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117704	Discordância	Há outras formas de "cultivar" energia verde sem destruir a natureza que é tão benéfica e importante para todos. Tantas casas com telhados, tantos estacionamentos que podem ser cobertos com paineis solares... Energia verde não pode ser sinónimo da destruição do verde da natureza.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117703	Geral	O presente texto constitui o Sumário Executivo do contributo da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas para a discussão pública da Proposta de Programa Sectorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, da respectiva Avaliação Ambiental Estratégica e dos relatórios temáticos que a suportam. A APAP reconhece a necessidade de acelerar a transição energética, o mérito do trabalho técnico desenvolvido e o avanço que representa a existência de um instrumento de âmbito nacional face à apreciação individualizada de projectos. Sublinha, porém, que a transição energética constitui uma transformação territorial de grande amplitude e não apenas um processo de instalação de infra-estruturas, pelo que deve ser conduzida como oportunidade para produzir paisagens mais qualificadas, territórios mais resilientes e modelos de desenvolvimento mais equilibrados. No plano conceptual, o Programa mantém uma lógica predominantemente sectorial, partindo do recurso energético e procedendo por exclusão cartográfica, em lugar de partir da compreensão da paisagem, da estrutura ecológica e do modelo territorial desejado. Assinala-se a ausência de Objectivos de Qualidade da Paisagem, conforme preconiza a Convenção Europeia da Paisagem, bem como a insuficiente tradução operativa da Política Nacional de Arquitectura e Paisagem. No plano dos critérios de exclusão, defende-se a passagem de uma lógica de elementos isolados para uma lógica de sistemas territoriais, com a salvaguarda expressa da Estrutura Ecológica Nacional, Regional e Municipal, dos corredores ecológicos, das turfeiras, dos solos hidromórficos, das cabeceiras de linhas de água, das áreas de máxima infiltração, da totalidade do Domínio Público Hídrico, dos espaços verdes e azuis urbanos, do património paisagístico municipal e dos espaços florestais, cujas normas de ocupação não podem ser desvalorizadas. A ausência de cartografia georreferenciada com detalhe adequado à escala municipal compromete a consulta pública, preocupação partilhada por outras entidades, designadamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com as quais a APAP se solidariza. No plano do ordenamento do território, importa clarificar o estatuto territorial das ZAER e a sua articulação com os instrumentos de gestão territorial, prevenindo o enfraquecimento da capacidade de decisão dos municípios e a prevalência da lógica sectorial da energia sobre o ordenamento. A dimensão da ocupação prevista, correspondente a cerca de 7% do território continental, suscita particular apreensão pelos efeitos cumulativos que pode gerar e pelo risco de instalação de centrais de muito grande dimensão, exigindo critérios objectivos de capacidade de carga territorial e paisagística	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117701	Discordância	Não concordo com a viabilidade deste tipo de projectos quando isentos de apresentação de estudos de impacto ambiental	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117700	Discordância	Horrível o que querem fazer!! Coloquem nos telhados, estações, edifícios públicos e parque de estacionamento. Nunca a estragar hectares, que são a nossa sobrevivência.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117699	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117698	Geral	PORTUGUESE* Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117697	Discordância	Discordo deste projeto porque ele é tão devastador da natureza, como é possível quererem fazer isto com o nosso país, primeiro arde tudo durante anos sucessivos, a floresta e o pinhal desapareceram e cresce tudo desordenado, mas até esse verde desordenado nos quetem tirar. Sinto-me muito triste e não quero que a minha Gardunha fique negra e cheia de metal. Não e não.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117696	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117695	Reclamação	Sou contra esta proposta das PSZAER, começando pela área proposta de 7% do território quanto bastava 1%, quanto se propõe a utilização de áreas agrícolas sem discriminação entre outra. Assim sou completamente contra. Vivo numa área rural e não quero essa descaracterizaçao que pretendem fazer.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117694	Discordância	Reconheço que a transição energética é necessária e que a ideia geral do programa — priorizar zonas artificializadas, edifícios, áreas urbanas e o reaproveitamento de parques eólicos existentes — vai no sentido certo. Mas discordo da proposta de PSZAER na sua forma atual, por considerar que apresenta lacunas graves e representa uma ameaça real à biodiversidade e à biosfera que o próprio processo de participação já identificou e que não foram resolvidas. 1. Não existe mapa final. Após aplicação dos critérios de exclusão, ficam disponíveis apenas cerca de 7% do território continental, mas as áreas identificadas são explicitamente definidas como "manchas indicativas do potencial" — os limites concretos só serão definidos no licenciamento de cada projeto, numa fase em que já não há travão eficaz, porque o licenciamento passa a ser célere e sem Avaliação de Impacte Ambiental. 2. Perda de habitat e destruição de arvoredo. A instalação de parques solares e eólicos de grande escala implica desflorestação e destruição de habitats, com impacto direto sobre espécies e ecossistemas — impacto que o programa não quantifica nem limita de forma vinculativa. 3. Redução da capacidade de oposição das populações e das câmaras. O modelo de licenciamento simplificado antecipa a intervenção municipal para uma fase de "comunicação prévia" e concentra decisões numa conferência procedimental que exige unanimidade dos pareceres favoráveis — mas não garante mecanismos claros de rejeição por parte das comunidades locais afetadas quando os critérios técnicos estão formalmente cumpridos. 4. Enfraquecimento do papel do ICNF e da APA. O ICNF, na consulta ao Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, alertou para a ausência de exclusão dos corredores ecológicos essenciais para espécies críticas, dando como exemplo o Lobo, e para a necessidade de salvaguardar a conectividade entre áreas protegidas e a Rede Natura 2000 — precisamente os corredores que o Life Lobo Lince e o Life WolfFlux têm trabalhado para recuperar há anos. A APA identificou falhas na avaliação dos impactos cumulativos sobre água e solo e alertou que a isenção de AIA só deveria aplicar-se a projetos que cumpram rigorosamente as medidas ambientais — condição que a proposta atual não garante de forma vinculativa. 5. Ausência de limites à concentração territorial. A própria AAE reconhece que projetos de grande dimensão "tendem a concentrar encargos territoriais" e que, quando vários projetos se sobrepõem na mesma região, "a pressão cumulativa torna-se particularmente gravosa", criando um efeito de "território sacrificado"	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117693	Discordância	Considero urgente acelerar a protecção ambiental. NÃO acelerar a implementação de energias renováveis, sendo estas um negócio onde só alguns ganham. A vida das pessoas na generalidade não é melhorada. Este programa para a implementação de energias renováveis NÃO dá quaisquer garantias de benefícios ambientais. Qualquer zona proposta a ocupar por estes projectos DEVE ser avaliada ambientalmente e não deve existir excepções para contornar a legislação de protecção ambiental, a protecção de um território que é de Todos. Portanto, sou CONTRA este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117692	Discordância	A área para implementação das fontes de energia renovável é demasiado alta, comprometendo a área florestal.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117691	Discordância	Colocar milhares de painéis solares à volta de Évora é uma insanidade total. Vai destruir toda a beleza desta cidade multimilenar, o título de patrimônio cultural da UNESCO está em risco. Milhares de árvores vão ser abatidas. As energias renováveis são instáveis e inconstantes, temos apagões constantes já agora. A obsolescência programada dos painéis solares feitos na China faz de nós todos pessoas vulneráveis, a nossa soberania energética está mesmo em risco. Tornará um vasto problema quando for preciso trocar esses mesmos painéis solares por outros. Que fazemos com eles dentro de 20 anos ?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117690	Discordância	Não concordo com a proposta, é demasiado excessivo, sem necessidade visto que é seis vezes mais área do que é pedida nas metas da união europeia. É um impacto demasiado enorme para as populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117689	Discordância	A natureza é muito mais importante do que qualquer tipo de energia que se possa criar. Nesta zona a natureza e tudo o que ela envolver é muito importante para todos os que aqui vivem. Não concordo que troquem arvores e tudo ao seu redor só para produção de energia. Existem outras formas de produção de enegia sem destruir a natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117688	Discordância	Sou contra destruir zonas agrícolas e florestais para este fim	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117686	Discordância	após leitura conjugada dos documentos disponibilizados e dos pareceres das entidades consultadas, considero que as cr´íticas e fragilidades neles evidenciadas tornam a proposta de PSZAER, tal como é apresentada, um verdadeiro atentado ao património nacional -- nas suas componentes territorial, cultural, agrícola, florestal, paisagística, ambiental e social. Afirmo que subscrevo no essencial o conteúdo crítico de muitos dos pareceres das entidades consultadas, nomeadamente os pareceres: - da Direcção-Geral do Território, que sintetiza as suas críticas, sob a forma de Recomendações, na parte final de um extenso documento; - do Património Cultural - IP, pela forma corajosa como assume a questão do risco que a industrialização traz à paisagem do todo nacional; - da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que analisa e critica os erros deste Programa Sectorial e aponta para a função insubstituível das entidades locais ao longo de todo o processo e, em especial, na definição do modelo de simplificação do licenciamento e na delimitação das ZAER; - e, acima de tudo, subscrevo integralmente o parecer da Direcçao-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), razao pela qual o anexo. Além disso, considero manifestamente insuficiente o prazo de 20 dias úteis dado para discussao pública de tao importantes e extensos documentos, bem como considero inaceitáveis as escalas em que os mapeamentos sao apresentados, o que nao permite que o cidadao comum consiga perceber onde se situam os territórios afectados, inibindo-o de se pronunciar com o devido conhecimento. Creio que sucintamente deixo expressas as razoes que me levam a NAO CONCORDAR com a presente proposta de PSZAER. Ex.mo Senhor Presidente da EMER30	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117685	Discordância	Juntamos em anexo o parecer desfavorável do Movimento Energia Justa e Sustentável. Cumprimentos Liliana Paula Silva	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117683	Discordância	Cada vez deve ser mais valorizada a natureza e com este projeto só a irão destruir! A população não concorda e não compactua com qualquer intenção de destruir o nosso património!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117682	Discordância	1. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. 4. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. 5. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117681	Discordância	Não à aceleração da implantação de energias renováveis ! Salvem Portugal salvem a natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117680	Reclamação	Como morador da região da Beira Baixa, levanto a minha voz contra isso. Nem só de energia verde vive o homem!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117679	Discordância	Vocês não sabem o que andam a fazer. Alguem superior vai ter de vir por mão nestas loucuras que o homem anda a cometer.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117678	Discordância	Coloquem árvores e não painéis solares, coloquem painéis nas cidades nos telhados!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117677	Discordância	O concelho de Mortágua com 25.000 ha e menos de 10 000 habitantes, predominantemente de aptidão e aproveitamento florestal, em que tirando os aglomerados urbanos e áreas industriais existentes todo território está classificado como REN ou RAN, como é possível ocupar mais de 50% com painéis solares? E como é que esta proposta é conciliável com o cumprimento integral da RAN e da REN conforme é referido no documento que se encontra em consulta publica? Que credibilidade pode ter este estudo? O Município foi ouvido? Ou é mais um daqueles estudos em que tirando Lisboa o resto é paisagem? Como se as florestas ao remover o dióxido de carbono da atmosfera não tivessem um papel essencial no combate às alterações climáticas! Logo num concelho onde a floresta é gerida e onde a prevenção e combate aos incêndios são levados muito a sério. Ou seja: Sem pôr em causa a importância da transição energética, esta proposta é um completo exagero com um elevadíssimo impacto ambiental. Mortágua tem, como disse, floresta, importante para a captação de carbono e na área das energias renováveis, a Barragem da Agueira, um parque eólico e uma central fotovoltaica. Não é aceitável cobrir com painéis solares mais de metade do concelho à custa da destruição da floresta igualmente importante no combate às alterações climáticas. Isto quando há fortes restrições no alargamento das áreas de expansão urbana por força da REN e da RAN com impacto na falta de habitação e fixação de quem ali trabalha. O parque industrial tem crescido e a população tem vindo a decrescer. Exige-se um maior respeito por quem insiste em viver no interior do país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117676	Discordância	A Defesa de um Território: uma reflexão sobre a Gardunha. Energia e Sustentabilidade A forma como um país escolhe produzir energia revela muito da forma como olha e valoriza o seu território e o seu futuro. A transição energética é hoje uma prioridade estratégica incontornável para Portugal e para a União Europeia, reunindo um amplo consenso político, científico e social na sociedade portuguesa, em torno da necessidade de aumentar a produção de energia renovável, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e cumprir as metas de descarbonização. No entanto, uma transição verdadeiramente sustentável não se mede apenas pela quantidade de energia produzida, mas também pela capacidade de compatibilizar os objetivos climáticos com a proteção dos territórios, dos ecossistemas e das comunidades que lhes conferem identidade e valor. O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) surge no âmbito da concretização das metas nacionais e europeias de descarbonização. O seu propósito é claro: identificar as áreas mais adequadas à implantação de infraestruturas de produção de energia renovável, promovendo uma utilização equilibrada do território, acelerando os processos de licenciamento e compatibilizando os objetivos energéticos com a proteção dos valores ambientais, paisagísticos, patrimoniais e socioeconómicos. A própria Avaliação Ambiental Estratégica identifica como um dos fatores críticos para a decisão o "legado ecológico-paisagístico-cultural", reconhecendo que a instalação destas infraestruturas deve salvaguardar os valores que estruturam o território e a sua identidade. É precisamente à luz destes princípios que considero legítimo que se deva avaliar criticamente a inclusão das áreas envolventes à Serra da Gardunha e à Barragem de Santa Águeda na proposta atualmente em consulta pública. Quando estão em causa territórios de reconhecido valor ambiental, paisagístico e estratégico para o desenvolvimento regional, importa assegurar que as decisões de planeamento resultam de uma ponderação rigorosa entre os benefícios da transição energética e a preservação dos recursos que sustentam a identidade, a atratividade e a sustentabilidade económica dessas regiões.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117675	Discordância	Estas centrais fotovoltaicas vão implicar o abate massivo de árvores e a total limpeza e decapitação dos solos, resultando em erosão e na perda de habitats para a fauna e flora. Destruir a natureza para gerar energia limpa promove o chamado "greenwashing". A proteção do ambiente deve incluir a conservação da biodiversidade. A transformação de áreas rurais em extensões industriais afeta severamente a paisagem e a qualidade de vida na nossa freguesia, podendo prejudicar o desenvolvimento demográfico e o turismo. Na minha opinião, a verdadeira sustentabilidade exige um ordenamento do território rigoroso e o aproveitamento de espaços urbanos e industriais. Em vez de ocupar florestas e terrenos férteis, a prioridade deve ser a instalação de painéis fotovoltaicos em áreas já impermeabilizadas, como telhados industriais, fachadas de edifícios e parques de estacionamento, que oferecem a vantagem de fornecer sombra e não competir com o uso natural do solo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117674	Discordância	Paineis solares em locais já impermeabilizados , casas, estradas,.. nos campos plantem árvores sff!	Obrigada pela sua participação. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117673	Discordância	Sou contra este plano. Cumprimentos, Anders Bye-Nilsen.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117672	Discordância	Este projecto preocupa-me e nao encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opiniao informada	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117671	Discordância	Discordo com a abate de florestas para criação de energias renováveis.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
117670	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao projeto integrado no âmbito da PSZAER. Considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida da população local. Solicito por isso que a proposta seja reavaliada com uma análise mais aprofundada dos seus efeitos ambientais, territoriais e sociais , assegurando a proteção dos valores naturais e dos interesses das comunidades afetadas.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117669	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energético compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117668	Discordância	A minha posição consta do documento que anexo. Por outro lado, saliento algumas das consequências deste mega projeto (tratadas em maior profundidade no documento que anexo) que me parecem gravíssimos: - Expectável perda da condição de "Património Mundial" para a cidade de Évora visto que se destrói uma das características que lhe deu essa condição, a paisagem envolvente. É absolutamente inadmissível, pois certamente trará consequências terríveis, instalar um projeto desta envergadura bem no centro de um triângulo (Évora, Arraiolos, Graça do Divor) que constitui uma das regiões mais povoadas do nosso Alentejo; - 1700 hectares (e no futuro, ainda mais) de painéis solares com as suas centrais, vedações e demais infraestruturas vão destruir uma área onde habitam, onde trabalham, onde circulam e convivem milhares de pessoas que deixarão de ter caminhos, árvores, paisagem e passarão a viver separados dos seus vizinhos e familiares pelos campos infinitos de painéis solares; - Facto assustador e muito preocupante: não se conhecem os efeitos destas mega centrais sobre a água e sobre a temperatura. A temperatura nesta nossa região já é elevadíssima, quem nos garante que o calor não vai aumentar com os largos milhares de painéis solares concentrados naqueles espaços? Por outro lado, a nossa região vive sempre o perigo da seca. O que vai acontecer ao extraordinário (e único) manancial hídrico que é o nosso Divor? - A perda de solo arável para estas mega centrais é uma preocupação num país onde o solo para a pastorícia e para a produção agrícola pode vir a fazer muita falta. - A energia solar é uma excelente solução, mas nunca em centrais desta dimensão que arrasam com a vida das populações e só servem para servir multinacionais estrangeiras que só visam os lucros astronómicos e nunca o bem-estar das populações ou o ambiente. Há muitos outros lugares onde o prejuízo seria bem menor (zonas industriais, por exemplo) e a instalação de centrais de pequena dimensão seria, essa sim, bem mais benéfica. (...)	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117667	Discordância	Não, não quero.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117666	Discordância	Não ao desflorestamento massivo. Existem alternativas onde colocar painéis solares sem destruir a natureza. Não queremos mega centrais solares, queremos a flora, a fauna, o oxigénio, a sombra… Queremos vida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117665	Discordância	Não	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117664	Discordância	A transição energética não deve ser implementada/avançada em prejuízo da conservação da biodiversidade e interesses das populações locais. O projeto poderá pôr em causa a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas, dos quais dependemos e sem os quais não podemos manter o nosso modo de vida, especialmente num contexto de alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117663	Discordância	Venho manifestar a minha total discordância em relação à implementação em massa de painéis solares, que ignora por completo a preservação do meio ambiente e o modo de vida da população das regiões em questão. A destruição de ecossistemas, das paisagens naturais e até a ameaça a espécies protegidas e em risco de extinção são fatores reais que devem ter sidos em conta. Na minha opinião este projeto é inconcebível porque, em última instância, existem valores que se deviam sobrepor aos valores monetários e, a segurança de todos, o modo de vida, a natureza e as diversas espécies animais são alguns deles!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117662	Geral	There should be thorough environmental studies before implementing the plans.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117661	Discordância	Discordância total e uma maneira de matar a agricultura e a floresta em Portugal	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117659	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117658	Discordância	A colocação dos painéis implica a destruição da paisagem do interior, e não é disso que o interior precisa.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117657	Discordância	A transição energética tem ser feita com respeito às populações locais e à natureza. Destruir habitats naturais, paisagens, pastagens, terrenos agrícolas, florestas, espécies protegidas, com a desculpa de interesse público é a pior transição possível. Isto é basicamente interesse de alguns e não de todos. É energia negra e não verde. Coloquem painéis em zonas com o mínimo de impacte ambiental como telhados, coberturas de parques de estacionamento, autoestradas (no corredor central, são kms de painéis). É sabido que a colocação de hectares de painéis aumenta a temperatura local. Estando nós a ter períodos maiores de temperaturas mais elevadas e seca o objectivo seria aumentar as áreas de bosque e floresta e não o contrário. Estou absolutamente contra este programa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117655	Discordância	Exmos. Senhores, Pelos direitos dos cidadãos portugueses e organismos que têm como missão proteger a natureza, ou seja, o país, sinto a necessidade de me manifestar em total desacordo com o que pretendem agora impor ao povo português. Não sei como conseguem dormir quando vendem desta forma o que deveriam proteger. Vergonhoso. Que se faça tudo pelo bem maior, mas com dignidade e para todos. Gratidão.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117653	Discordância	Discordo totalmente com a destruição da natureza para instalar painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117652	Discordância	Não queremos os Painéis na sertã velha, queremos tudo verde! Como está! Não aceitamos!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117651	Discordância	Venho por este meio apresentar o meu contributo no âmbito da discussão pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), enquanto residente e produtor agrícola na freguesia de Mata da Rainha, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco. Sou responsável pela Keela Permaculture Farm, uma exploração agrícola dedicada à agricultura regenerativa, à reflorestação e à regeneração dos solos, e partilho as seguintes preocupações relativamente à proposta em consulta: Impacto numa região em repovoamento e revitalização rural Esta é uma zona que tem vindo a atrair, nos últimos anos, novos residentes — tanto portugueses como estrangeiros — que adquiriram antigas quintas e terrenos abandonados com o objetivo de aí reconstruir um projeto de vida ligado à natureza, à agricultura e à comunidade rural. A instalação de grandes infraestruturas industriais de energia solar e eólica nestas áreas terá um impacto severo e irreversível na qualidade de vida destas famílias, na paisagem que as atraiu para cá, e no valor e na utilidade futura das suas propriedades. Considero que este processo de revitalização rural, que contraria décadas de despovoamento do interior do país, está em contradição direta com a instalação intensiva de ZAER nestes territórios, e que este risco não pode ser ignorado na decisão final. Localização das ZAER na região da Beira Baixa A Beira Baixa figura entre as regiões do país com maior percentagem de território identificado para ZAER solares e com o maior número de zonas de aceleração eólica propostas. Esta concentração territorial levanta preocupações sérias quanto ao impacto cumulativo na paisagem, no uso do solo agrícola e na coesão das comunidades rurais locais, nomeadamente em freguesias como Mata da Rainha.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117650	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Como Mortaguense, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Deixo em anexo declaração completa sobre a referida questão. Atenciosamente, Paulo Nunes Rodrigues	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117649	Discordância	este programa está feito sem rigor, sem a participação nem conhecimento dos municípios. as empresas privadas contactam os cidadãos sem informação correta nem prestam a informação necessária. este programa não tem transparência e carece de rigor.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117648	Discordância	Não concordo! Isso não é viável, ponham os painéis nos centros das auto estradas, nos tetos dos prédios, dos portes de estacionamento.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117646	Discordância	Painéis solares não fixam o azoto nem conservam a humidade nem biodiversidade. Parem com isso, Lauren de nós tratar como se nós fossemos todos inconscientes e parvos. Nós conseguimos ver o paradigma, para onde quem levar a sociedade, deixem de ser escravos da Europa e da coorporações que não olham para nós.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117645	Discordância	A humanidade pode evoluir para um mundo limpo, com comida limpa, com saúde limpa, com energia limpa, deixem de fazer de conta, de propagandear ecologia e sem uns miseráveis vendidos às máfias. A Beira Baixa tem vindo a rejuvenescer nos últimos 10 anos através do incentivo à agricultura direcionada para os jovens. A procura de um modo de vida saudável tendo como principal objectivo o contacto com a natureza. A natureza e o povo BEIRÃO é para preservar e não pode ser sacrificado por ser uma solução mais económica. As vidas de milhares de pessoas e milhares de hectares estão em risco. Existem alternativas e têm de ser devidamente analisadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117644	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
117643	Discordância	Não	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117642	Discordância	Apoio as energias renováveis, mas considero que projetos de grande dimensão não devem ser sujeitos a processos de aprovação acelerados. A transição energética deve ser acompanhada por uma avaliação ambiental rigorosa, uma participação pública efetiva e pelo respeito pelas comunidades locais, pela biodiversidade e pela paisagem. Solicito que a proposta de ZAER seja revista para garantir um planeamento responsável e verdadeiramente sustentável. Michele R	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117640	Discordância	É triste como se permite a destruição de floresta para colocar painéis solares num país com tanta falta de árvores.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
117639	Discordância	Discordo completamente! Querem destruir a nossa floresta para implementar centrais que vão servir para encher os bolsos a grandes empresas e continua-mos, os "pequenos" a ver a banda a passar... nem pensar!!!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117638	Discordância	Subject: Objection to the Proposed Renewable Energy Acceleration Zone (PSZAER) I would like to submit my objection to the proposed designation of this area as a Renewable Energy Acceleration Zone under the PSZAER programme. While I support the transition to renewable energy and the need to address climate change, I am concerned that the proposed designation may have significant negative impacts on the local environment, landscape, biodiversity, and quality of life of local residents. In particular, I believe that: the environmental and ecological value of the area has not been sufficiently considered; the potential impacts on biodiversity, wildlife, and landscape require further assessment; the interests and concerns of local communities have not been adequately addressed; alternative locations with fewer environmental and social impacts should be considered. I therefore request that this area be excluded from the proposed Renewable Energy Acceleration Zones until a more comprehensive assessment and consultation process has been carried out.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117637	Discordância	Não concorndo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117636	Discordância	Onde encontro a informação que me permite a mim e às populações conhecer os territórios abrangidos pelas futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER)? Haja transparência para um tema tão delicado que hipoteca ou não, o futuro das gerações ...	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117635	Discordância	Discordo da proposta considerando que se trata de extensa áreas abrangidas e pelo impacto que vão causar ao nível do solo linhas de agua biodiversidade, regulação do sistema hídrico . Fauna flora e paisagem Nenhuma desta proposta deve destruir povoamentos florestais que são de enorme importância para as alterações climatéricas cada vez mais acentuadas. O património florestal deve ser preservado Na proposta não estão considerados locais com menor impacto como sejam áreas edificadas, parques , autoestradas e outras com se vê em outros países Europeus	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117634	Discordância	Sou completamente contra, pois vão retirar paisagem, natureza, qualidade de vida aos seus habitantes. O que os habitantes locais irão ganhar? Zero vão perder qualidade de vida, vão perder um sítio bonito para viver e vão ganhar zero. E a nível dos ecossistemas já acautelaram? E as temperaturas, os ruídos, a poluição visual? Querem saber da nossa qualidade de vida? É tudo menos energia limpa! E os proprietários? Vão roubar o que muitos conquistaram com muito suor, muitos passaram fome para ter uma pequena propriedade, vão desapropriar? Ou vão pagar um valor ridículo, a quem para ter uma pequena propriedade passou fome? Como vai ser a nível social? Isto é uma medida que vai promover uma maior desertificação do interior do nosso país. Faz algum sentido depois virem com medidas da treta para levar pessoas para o interior do país, quando por outro lado o estão a desertificação de forma irracional e insensata! Concluindo, há aqui várias questões, ambientais, natureza, ecossistemas, sociais e demográficos, Acham mesmo que se pode avançar assim???!!!!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117633	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117632	Reclamação	Têm noção da diferença de oportunidades entre as pessoas que vivem em meios rurais e as que vivem em meios urbanos? Têm noção do habitual que já é para nós ter que lutar mil vezes mais que qualquer outro por qualquer coisa, neste país? Acham que isso reduz a nossa resiliência e o nosso amor pela terra? Não, só o aumenta, e se acham que vão passar por cima de nós, como se fossemos formigas, só porque se acham mais inteligentes, ao fazerem leis a vosso bel-prazer, para vosso ´único e exclusivo benefício, estão muito enganados. Não somos contra o "verde", antes pelo contrário, somos os seus maiores promotores, e é por isso mesmo que não aceitamos que nos tentem impor a vossa versão de verde, que não tem em conta nem os nossos interesses, nem as nossas necessidades, e muito menos os nosso direitos. É PRECISO, SEMPRE, QUE AS POPULAÇÕES SEJAM INFORMADAS E CONSULTADAS SOBRE TUDO AQUILO QUE ACONTECE AO SEU REDOR. É PRECISO, SEMPRE, QUE ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL (E HUMANO!) FIDEDIGNOS (!!!!) SEJAM REALIZADOS POR ESTRUTURAS QUE NADA TENHAM A LUCRAR COM OS EMPREENDIMENTOS EM CAUSA. É PRECISO QUE NOS RESPEITEM, SEMPRE! A transição que usam para justificar as vossas acções pode muito bem ser feita sem passar por cima de ninguém e, mais importante ainda, sem pôr em causa a saúde, o bem-estar e as condições de vida de quem sempre viveu nestas terras. Se é um bem tão grande, porque não fazem estes projectos nas terras onde os promotores vivem? Se é tão não problemático, porque não põem torres eólicas à beira das vossas casas e painéis fotovoltaicos nos vossos jardins? E porquê colocar qualquer destas estruturas em territórios habitados? Há tanto mato vazio por esse país fora, tanto telhado empresarial sem nenhuma utilidade com espaço para os painéis! Sabemos das possíveis e confirmadas consequências! Querem tirar-nos, de uma só vez, tudo o que de melhor temos nas nossas terras esquecidas por quem manda em nós: o nosso sossego (destruído pela poluição sonora), a nossa beleza natural (destruída pela poluição visual), a produção agrícola (a única que	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117630	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117629	Discordância	O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser Como cidadã natural da BVeira Baixa, manifesto desta forma a minha total discordância com a implementação de estruturas de energias renováveis (fotovoltaicas, eólicas...) que apenas irão destruir o valioso património natural da nossa terra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117628	Discordância	Não concordo que em nome da transição energética e do aquecimento global se continue a destruir o nosso património natural, que, ele sim, o nosso património arbóreo contribui verdadeiramente para o arrefecimento global e não a multiplicação de painéis solares e outros tipos de energias pseudo ecológicas. Por isso digo não não ver o meu pais reduzido a uma triste paisagem industrial e desarborizado. Quero sim apostar numa verdadeira campanha de REDUçÂO Do CONSUMO energético.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117627	Discordância	Mais poluição nas nossas serras menos progresso, pois vai acontecer o mesmo que as belas das ventoinhas eólicas que foram colocadas a uns anos atrás e estam na serra a fazer (nada) umas morreram e as outras estam lá a embelezar a serra. E muito triste um progresso que só serve para encher os bolsos de algumas pessoas pois o povo só sai a perder. Um dia vamos descobrir que destruímos um planeta por causa da nossa ganância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117626	Discordância	Enquanto português oponho-me a que o governo desmembre as associações que defendem o meio ambiente e que destruam o país com a falácia da transição energética. Querem colocar painéis solares coloquem-nos localmente em cima dos telhados ou parque de estacionamentos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117625	Discordância	A natureza não se defende com destruição. Existem outras formas para colocar painéis solares. No meio das auto-estradas, nos telhados dos edifícios públicos, etc…	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117624	Discordância	Portugal não precisa que o destruam mais. NÃO aos campos de paineis solares, forovoltaicas e minas Precisamos de energias verdadeiramente verdes, o investimento deverá ser na criação de mais espaços verdres e perservava9 da natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117623	Discordância	Manifesto a minha discordância por considerar que este projecto é absolutamente insano e destruidor de uma paisagem única em Portugal, numa região já por si muito desconsiderada. Instalar na zona da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor (Évora) 1,6 milhões de painéis fotovoltaicos é matar as suas gentes, destruir a biodiversidade, desvalorizar terrenos agrícolas, desvalorizar imóveis e condenar as populações. a um aumento significativo da temperatura (estimam alguns estudos que esse aumento será de até 3ºC, o que não é pouco numa região que chega a atingir no verão cerca de 44ºC).. As energias renováveis são, inegavelmente, essenciais para o futuro da Humanidade, mas não podem ser nem megalómanas nem implantadas em regiões já depauperadas e esquecidas pelos poderes vigentes. Além de tudo isso, trata-se de um projecto que poderá, inclusivamente, pôr em causa o selo de Évora Património Mundial da Unesco. Instalem painéis fotovoltaicos sim, mas façam-no longe das populações, das cidades e das aldeias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117622	Discordância	Discordo totalmente do programa PSZAER	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117621	Discordância	Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. Produzir nas localidades para prover as necessidades energéticas das comunidades. Não concordo que 7% da paisagem de floresta e rural seja destinada a projetos energéticos desta envergadura destruindo para tal património natural afetando biodiversidade e populações. Sabendo que os beneficados serão grandes empresas, na maioria estrangeiras que vão levar o lucro e partilhar zero com as populações periféricas ou o país. Apesar de a fatura da luz apontar que o consumo é quase todo por energia renovável não temos a energia mais barata. Isto é roubar o país nos seus recursos para uns poucos lucrarem com a destruição do mesmo. As populações, juntas de freguesia e câmaras têm o Direito de rejeitar estes projetos nas suas regiões. Queremos ouvir a APA e ICNF enquanto organismos estatais de conservação da natureza. Somos um país soberano e não um servo de Bruxelas ou de agentes especulativos. A transição energética é um logro se não proteger a natureza e os cidadãos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117620	Discordância	Não concordo como esta a ser feito este abuso de propriedade de todos nos , não divulgando nos meios de comunicação, e com um prazo demasiado curto numa altura de demasiadas distrações ., não deveriam permitir transformar o nosso país em geradores destruindo a biodiversidade única do nosso país em troca de favorecer quem apoia partidos e nada favorece o nosso pais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117619	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível. Existe também uma dimensão económica. Projetos desta escala podem afetar negativamente o valor dos imóveis e a atratividade da região para residentes e turismo, enquanto uma parte significativa dos benefícios económicos é captada por grandes empresas e investidores externos. Pedimos, por isso, que este projeto seja reavaliado, privilegiando soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção das comunidades locais, da paisagem e do património natural. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117618	Discordância	Registo a minha total discordância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117617	Discordância	Existem ideias mais práticas de colocação de painéis solares, que não afetem o Natureza. Topo de edifícios. Topo de coberturas de parques de estacionamento. Além disso, vender as nossas terras aos chineses para instalarem painéis solares, e essa energia ser direcionada para a China? Ou outros países? E mesmo que seja consumo interno, há localizações mais adequadas!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117616	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117615	Discordância	Não concordo com este programa por destruir a natureza, por não ter estudos suficientes de impacto ambiental, social e de saúde, e por haver alternativas aos megaprojetos, para uma transição ambiental sustentável.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117614	Discordância	As energias renováveis não podem ser porta e justificação para o derrube e destruição de zonas naturais. Nós não somos usuários da natureza. Nós somos natureza! Não podemos destruir a nossa casa!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117613	Discordância	Num comunicado enviado às redações, os Cidadãos pela Beira Baixa (CPBB) apelaram este domingo à participação na consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), que termina na próxima quarta-feira, 15 de julho, alertando para os impactos que o plano poderá ter no território, na paisagem e nas comunidades da região. Em comunicado, o movimento reafirma que defende "uma transição energética justa, equilibrada e construída com os territórios, e não imposta sobre eles", considerando que a expansão das energias renováveis "não pode ser feita à custa da saúde pública, da soberania alimentar, da economia rural, da paisagem e da coesão social". Os CPBB destacam ainda a "ampla mobilização" registada nas últimas semanas, envolvendo autarquias, associações, organizações ambientais, entidades científicas, movimentos cívicos e milhares de cidadãos, que manifestaram preocupações quanto ao conteúdo do PSZAER. "O território não é um espaço vazio — é um bem comum", sublinha o movimento, alertando para o risco de a Beira Baixa ser transformada "numa plataforma industrial de produção energética", com a instalação de grandes centrais solares e linhas de muito alta tensão em áreas agrícolas e florestais. Os CPBB apelam a autarquias, instituições, associações e cidadãos para que participem na consulta pública, defendendo um planeamento energético "verdadeiramente sustentável, equilibrado e respeitador das comunidades".	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117611	Discordância	Tanto telhado... tanto estacionamento...	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117609	Discordância	Discordo da implantação de painéis em terrenos, principalmente perto de povoações	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117608	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117607	Discordância	Não destruam o que nos dá a vida	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117606	Discordância	É ótimo a transição energética, mas não desta forma. Qual a necessidade de arrasar quilómetros de vegetação, que irá prejudicar a vida animal e o ecossistema de cada local? Vamos ser mais ecológicos e não cair nestes programas que possuem incongruências.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Não concordo com leis que permitem a instalação de projetos que descaracterizam e degradam a paisagem portuguesa.	
		Quem vive em Portugal merece ver o seu território protegido, e não transformado por extensos parques de painéis solares e aerogeradores instalados sem o devido equilíbrio entre a produção de energia, a preservação da natureza e o bem-estar das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117605	Discordância	É essencial que as decisões tenham em conta o impacto na paisagem, na biodiversidade, nos ecossistemas e na qualidade de vida das comunidades locais.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
		Precisamos de leis e de entidades que defendam o património natural de Portugal e garantam que o interesse público prevalece sobre interesses exclusivamente económicos.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		Proteger o nosso território é proteger a nossa identidade, a nossa qualidade de vida e o futuro das próximas gerações.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117604	Discordância	Apresento o meu parecer desfavorável à proposta do PSZAER nos moldes atuais com foco especial para a energia fotovoltaica. Embora o documento esteja bem estruturado, a realidade prática desmente as suas salvaguardas ambientais. 1 -Falta de garantias reais: O recurso constante a despachos de "relevante interesse público" para autorizar o abate de milhares de sobreiros e floresta autóctone para centrais solares prova que a biodiversidade não está salvaguardada. 2-Falsas compensações: O abate de árvores adultas destroi ecossistemas maduros cujo impacto negativo só seria compensado daqui a 20 ou 30 anos por plantações feitas a centenas de quilómetros de distância. 3-Prioridade ao Espaço Urbano: O próprio diagnóstico do LNEG confirma um potencial técnico de 23.33 GW em coberturas urbanas e industriais. A instalação em solo rústico devia ser proibida enquanto este potencial urbano de autoconsumo local não estiver esgotado 4-Impacto Microclimático. A instalação massiva de paineis em solo rústico substituindo floresta, altera o albedo local. Não existem estudos que garantam que não serão criadas ilhas de calor favorecendo o aumento da temperatura local. Apesar de ser completamente a favor da transição energética, pelos motivos mencionados, voto contra este programa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117603	Discordância	Não concordo com a construção da central na graça do Divor.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117602	Discordância	NÃO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117600	Discordância	Discordo em absoluto... Destruição da fauna e flora de zonas de interior para beneficiar acionistas..privados Os que vivem nas zonas afetadas ficam com a destruição e os efeitos na saúde, na fauna , na cultura....Os privados enchem os bolsos à custa do povo . Esse povo que so perde com esta suposta " energia verde".. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. As ZAER praticamente anulam a existencia da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117599	Discordância	Relativamente a Mortágua, não é possível que 52% do território fique coberto de painéis solares ou carregado de eólicas, é certo que é um projeto da maior importância e necessário mas é mais importante o impacto que ele vai ter nas populações, floresta e recursos hídricos. Apoio a eficiência e modernização energética e os projetos a ela associados, mas não a qualquer custo. Penso que antes de qualquer tipo de decisão deve ser realizada uma alteração significativa nas áreas abrangidas e um estudo local e pormenorizado dos impactos futuros que vão ocorrer.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117598	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia renovável. Contudo, esta transição deve respeitar os princípios da proporcionalidade, da justiça territorial, da proteção ambiental e da coesão do território. No caso de Mortágua, a proposta representa uma concentração claramente excessiva de áreas destinadas à implantação de energias renováveis. Segundo os documentos da consulta pública, cerca de 46,6% do território municipal está identificado para energia solar e 52,1% do território integra zonas de aceleração quando consideradas as componentes solar e eólica, valores muito superiores aos da maioria dos concelhos da região. Esta preocupação não resulta apenas da opinião dos cidadãos. Os próprios estudos técnicos do PSZAER identificam como riscos a concentração territorial de projetos, a sobrecarga do território, a especulação fundiária, a perda de aceitação social e os impactes cumulativos, recomendando mecanismos de monitorização, repartição equilibrada dos encargos e benefícios e uma forte participação dos municípios e das comunidades locais. Acresce que a Direção-Geral do Território considera que as áreas atualmente delimitadas são extraordinariamente superiores às necessárias para cumprir as metas nacionais e defende que esta cartografia seja afinada antes da sua concretização, com critérios de capacidade de suporte, seleção mais criteriosa e adequada articulação com os Planos Diretores Municipais. Também a CCDR Centro questiona a ausência de avaliação da capacidade de suporte do território, a fundamentação de vários critérios adotados e defende uma maior robustez técnica e territorial do programa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117597	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117596	Discordância	Exmos. Senhores, O meu contributo para este Programa Setorial centra-se na exclusão da Serra da Gardunha do planeamento das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), defendendo que o foco deste território deve ser o incentivo público e privado à reflorestação e à conservação ecológica. A transição energética é urgente, mas não pode ser feita à custa do sacrifício de ecossistemas únicos e vulneráveis. Fundamento esta posição com os seguintes pontos fundamentais: Estatuto de Conservação da Natureza: A Serra da Gardunha é uma Zona Especial de Conservação (ZEC - Rede Natura 2000). A instalação de infraestruturas de grande escala (como centrais solares fotovoltaicas ou parques eólicos adicionais) contraria as metas de conservação da biodiversidade, dos habitats protegidos (como os carvalhais de Quercus pyrenaica) e da fauna local. Serviços de Ecossistema e Sequestro de Carbono: A conservação do solo, a regulação hídrica de toda a região da Cova da Beira e o sequestro de carbono através de uma floresta saudável são serviços ambientais tão importantes no combate às alterações climáticas como a produção de energia limpa. A instalação de painéis solares em zonas de declive acentuado promove a desflorestação, a movimentação de terras e o aumento da erosão. Mitigação de Incêndios através da Reflorestação Ativa: Em vez de focar recursos na industrialização da serra com infraestruturas energéticas, o Estado e as autarquias deveriam criar programas de incentivo à gestão florestal ativa e à reflorestação com espécies autóctones (como o carvalho, o medronheiro e o castanheiro). Isto criará barreiras naturais contra os fogos, melhorará a resiliência do território e regenerará uma paisagem fortemente fustigada por incêndios no passado. Incompatibilidade com a Identidade e Economia Local: A Gardunha é um motor de turismo de natureza, património e produção agrícola (como a cereja do Fundão). Descaracterizar a sua paisagem com parques solares ou eólicos massivos prejudica a economia local assente na valorização do território natural. Proposta concreta:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117595	Discordância	I am writing to express my strong opposition to including the Serra da Gardunha / Beira Baixa region in the PSZAER for large solar and wind power plants. This area is home to sensitive wildlife habitats and is a sanctuary for threatened species like the black vulture, imperial eagle, Iberian lynx, and Iberian wolf. Industrial developments would disrupt these vital ecosystems, leading to irreparable biodiversity loss. Additionally, the introduction of industrial-scale plants threatens our treasured heritage tourism, which relies on the region's stunning landscapes, Fundão cherries, and charming historic villages. Not only would property values plummet for homes near these installations, but health concerns related to heavy metals, microplastics, and glare will compromise our quality of life. Therefore, I respectfully request that the Serra da Gardunha / Beira Baixa be excluded from the acceleration zones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117594	Discordância	Discordo em absoluto deste programa. Coloquem painéis solares nos muitos edifícios e superfícies industriais e outros equiparados. Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de Portugal cumprir os seus compromissos nacionais e europeus no domínio das energias renováveis e da descarbonização. No entanto, considero que esta transição deve ser concretizada de forma equilibrada, respeitando os princípios da justiça ambiental, da coesão territorial, da proteção dos recursos naturais e da participação efetiva das populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117593	Discordância	No caso de Mortágua, a proposta apresentada assume uma dimensão preocupante, prevendo que cerca de 52% do território municipal fique abrangido por áreas destinadas à aceleração da implantação de energias renováveis. Esta concentração levanta questões sérias quanto aos impactos cumulativos na paisagem, na floresta, na biodiversidade, no uso do solo e na qualidade de vida das populações. Mortágua tem já um longo historial de contributo para o interesse nacional em termos de energias renováveis. A Barragem da Aguieira, instalada há mais de quatro décadas, ocupa uma área significativa do território municipal e desempenha funções essenciais para o país, nomeadamente na produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias. Contudo, os benefícios económicos diretos desta infraestrutura para a população local têm sido reduzidos. Considero, por isso, que não é aceitável que o concelho continue a assumir novos encargos territoriais de dimensão nacional sem uma avaliação rigorosa dos impactos e sem mecanismos claros de compensação e retorno para a comunidade. Considero igualmente preocupante que a classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assente essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo devidamente o verdadeiro valor	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117592	Discordância	Não concordo com tirar vida, natureza fundamental para respirar, manter fauna e flora e ser um país enriquecido da sua beleza para turismo. Trocar árvores por painéis solares é um crime. Os painéis matam tudo em baixo aumentam a temperatura o que trás variantes ambientais nocivas e irreversível. Tal como aumento de fogos. Sou contra painéis solares em zonas naturais. Ponham os painéis no topo de estacionamento de fábrica de escritórios de cimento mas não nos tirem a vida	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117590	Discordância	É essencial haver estudo de impacto social, para além de ambiental, nas áreas perto de povoações. Os habitantes afetados, mesmo que só em termos de vista à distância dos projetos de implantação de energias renováveis, devem ter voz na decisão, sendo eles que irão viver com os efeitos da implantação destes programas. A natureza é o que temos de mais importante. Ela dá-nos o ar que respiramos e a água que bebemos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Obrigada pela sua participação.
117589	Discordância	Ela protege-nos das alterações climáticas, se for bem cuidada e protegida. Quero árvores, plantas, animais e água nos campos. Não quero painéis nem eólicas. Usem os telhados dos edifícios, dos parques de estacionamento. Expropriem casas abandonadas. A proposta PSZAER identifica 371.000 hectares para potenciais usinas solares.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Obrigada pela sua participação.
117588	Discordância	São 213 projetos do tamanho do Projeto Sofia. Depois da comunidade civil se ter manifestado contra o parque fotovoltaico Sofia com quase 13000 participações,, o que o governo português propõe é simplesmente vergonhoso, por isso digo não a este projecto vergonhoso e miserável...	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117587	Discordância	Não concordo. Uma vergonha quererem destruir a nossa floresta. Instalem painéis em telhados e parrques estacionamento	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117586	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117585	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117584	Discordância	Oponho-me à proposta de PSZAER na sua configuração actual, com os seguintes fundamentos: 1. Violação da hierarquia de localização da RED III. O artigo 15.º-C da Diretiva (UE) 2023/2413 impõe que a designação destas zonas dê prioridade a superfícies artificiais e construídas — coberturas e fachadas, infraestruturas de transporte, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros, minas — e a solos degradados sem aptidão agrícola. O mapa proposto incide exclusivamente sobre solo rústico. A prioridade legal fica no preâmbulo e não se traduz em norma vinculativa alguma. É contraditório artificializar solo natural quando a directiva manda esgotar primeiro o solo já artificializado. 2. Desproporcionalidade manifesta. A AAE conclui que o PNEC 2030 exige cerca de 20 mil ha de solar e 70 mil ha de eólico — aproximadamente 1% do território. A proposta delimita ~371 mil ha de ZAER solar e ~84 mil ha de ZAER eólica (~7%): no solar, quase vinte vezes a área necessária. A Direcção-Geral do Território assinalou este sobredimensionamento em parecer prévio. Um programa que designa vinte vezes o necessário não ordena o território — expõe-o. 3. Contradição com a própria avaliação ambiental. A AAE conclui que as soluções mais favoráveis são as de menor escala, próximas do consumo, em autoconsumo e em áreas já construídas ou degradadas; que o bloqueio real é a rede eléctrica e a capacidade ocupada por projectos sem maturidade; e que o repowering deve ser prioritário, dado que 69% da potência eólica atinge o fim de vida útil até 2030. O Programa não converte nenhuma destas conclusões em normas. Um plano que ignora a sua própria avaliação é um plano infundamentado. 4. Dispensa de AIA. Suprimir a avaliação de impacte ambiental em 7% do território elimina precisamente a análise dos efeitos cumulativos, dos habitats, da conectividade ecológica e da paisagem à escala em que estes ocorrem. Uma AAE de âmbito nacional, com a resolução cartográfica utilizada, não substitui essa avaliação, nem pode a delimitação ser diferida para o licenciamento, como a APA já observou. Proponho, em concreto: a) norma vinculativa de sequência de localização — o solo rústico só é elegível mediante demonstração fundamentada da insuficiência de coberturas, áreas industriais, degradadas, minas e infraestruturas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões
117583	Discordância	Discordo pelo impacto ambiental subjacente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117582	Discordância	Assunto: Oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração das Energias Renováveis, no âmbito do programa PSZAER. Reconheço que existe a intenção de promover a transição para as energias renováveis e de proteger o ambiente. No entanto, é essencial que qualquer transição deste tipo seja realizada sem causar danos desnecessários ao ambiente, à paisagem, à biodiversidade ou às comunidades que nela vivem. Estou preocupado com o facto de esta proposta poder ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida dos residentes. Em particular, considero que: O valor ambiental e ecológico desta área não foi adequadamente avaliado nem devidamente considerado. Os potenciais impactos sobre a biodiversidade, a fauna, os recursos hídricos e a paisagem natural exigem uma avaliação mais aprofundada. Os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados através de um processo de consulta efetivo. Devem ser consideradas localizações alternativas com menores impactos ambientais e sociais antes de esta área ser classificada. Solicito, por isso, respeitosamente, que esta área seja excluída da proposta de Zonas de Aceleração das Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação ambiental abrangente e um processo de consulta pública completo e transparente. Agradeço a atenção dispensada às minhas observações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117581	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117580	Discordância	A instalação de parques solares em grande escala gera impactos ecológicos complexos. Por um lado, permitem a aposta em energias renováveis e o combate ao uso sistemático dos combustíveis fósseis. No entanto, a zona mencionada é uma zona onde a arborização deve ser a prioridade. A Serra da Gardunha não merece ser reduzia a um amontoado de painéis fotovoltaicos, que prejudicam, por exemplo, o turismo local de uma região que não é das economicamente mais favorecidas a nível nacional. Estamos a falar de zonas fustigadas por incêndios nas últimas décadas e que necessitam de intervenção a outros níveis. Os parques solares são problemáticos ao nível da degradação dos solos. A forte compactação do solo afeta a biodiversidade, uma vez que elimina habitats de espécies locais e pode chegar a alterar microclimas. Estamos a tentar combater fogo com fogo? A alteração do uso do solo, a remoção da cobertura vegetal, terraplanagem, vedação de perímetros extensos, são todas práticas que desencadeiam alterações ao nível dos muitas vezes frágeis equilíbrios dos ecossistemas. Penso que não existe qualquer argumento positivo para que sequer se pense em desflorestar para este fim. A utilização de solos férteis é quase a mesma coisa (dependendo do tipo de exploração que lá se pretenda fazer). Pelo que pesquisei nos últimos tempos, percebi que a presença de milhares de painéis altera a temperatura do ar e do solo (efeito de ilha de calor), gerando impacto direto sobre espécies de fauna local e polinizadores. Ainda por cima estes painéis têm uma duração de vida curta, cerca de 20 a 30 anos. O que vamos fazer a todo este lixo? Reciclá-lo para criar novos painéis? Duvido.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117579	Discordância	Não concordo, porque temos de preservar o que é nosso! Os nossos campos e tudo o que temos de melhor no interior.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117578	Discordância	Discordo Escolham opções mais saudáveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117577	Reclamação	Estou muito preocupada com este programa. Há pouca informação realmente esclarecedora sobre o mesmo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117576	Discordância	Não concordo com o projeto apresentado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117575	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública;	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117573	Discordância	Promove práticas de deflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para A transição energética só é justa se respeitar a conservação da biodiversidade, o património natural e cultural das paisagens e os legítimos interesses das comunidades locais. Seria muito mais eficaz associar o crescimento das energias renováveis a soluções descentralizadas e de pequena escala, ajustadas ao consumo local e às infraestruturas que já existem. Avançar com projetos desta dimensão pode ameaçar a sustentabilidade e a capacidade de regeneração dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117572	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117571	Discordância	Aqui tem a tradução natural e com o tom firme e reivindicativo adequado em português: "Não há justiça cidadã se se procura apenas o enriquecimento de empresas estrangeiras à custa de incómodos para toda a vida causados a populações próximas dos projetos que pretendem criar riqueza (para eles). Estes projetos têm de ser feitos longe dos núcleos urbanos e, sobretudo, longe de pequenas aldeias como as do Alentejo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117570	Discordância	Não a este projecto. Não concordo com este projecto pelos impactos que virá a ter nas vidas dos Portugueses, quer em termos da natureza, qualidade de vida das pessoas que viverem perto destas implementações, aquecimento do solo e consequente desertificação nas zonas de implantação. Um bom projecto para votarmos é reflorestar o País! Restaurar a floresta medieval que tinhamos e a respectiva fauna!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117568	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das cidaãs, e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117567	Discordância	Esta é uma ideia terrível e poderia ser extremamente prejudicial. Os projetos de energia renovável não devem ser realizados à pressa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117566	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117565	Discordância	Não concordo com a área estabelecida para a implementação do programa em Mortágua (mais de 50% da área do concelho), dado que tal implementação implicará consequências ambientais e paisagísticas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117564	Discordância	Com tanto local para poder implementar os painéis solares (telhados, estacionamentos, zonas industriais...) escolhem destruir a fauna e flora de locais que precisam de proteção e investimento para crescerem e não serem abandonados. Zonas já fustigada pelos incêndios de gentes que insistem em ficar e recomeçar. Zonas que no verão já atingem temperaturas muito altas e com os painéis solares o que acham que irá acontecer? Ficar mais fresco?? Óbvio que não!! O verde que querem destruir é que protege das altas temperaturas, não saímos painéis!! E o habitat dos animais que ali vivem?? Vão viver onde? Nas cidades? Serem dizimados? Energia alternativa pode ser necessária, mas não às custas de floresta e dos animais que nela habitam. O turismo vai desaparecer, pois ninguém vai querer ver painéis e painéis. A fauna e flora deve ser protegida e não destruída. As gentes do interior deve ser respeitada e apoiada, não se deve retirar o pouco que têm. Talvez um dia quando se apercebam que nem o ar nem a comida vêm dos paineis!! Não vale tudo em nome de interesses que só interessam a quem vai implementar os projetos. As pessoas no interior merecem respeito, pagam impostos como os das grandes cidades, mas no fim a diferença é que são sempre os mesmos a serem penalizados!! Falta muito desenvolvimento no interior- painéis solares não acrescenta nada!! Pelo contrário!! Espero que por uma vez pensem antes de aprovar algo que mais uma vez não traz benefício algum para o interior. Com tantos outros locais, como referi anteriormente, que podem ser usados pensem em vez de causar danos irreversíveis!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117563	Discordância	É uma autêntica loucura o que se pretende fazer no Alentejo português para beneficiar empresas americanas e os seus centros de dados gigantescos, sem qualquer vantagem para as famílias portuguesas	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117562	Discordância	Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade. Por estas razões consideramos que o governo português poderá estar a violar os seguintes artigos da CRP: Artigo 1 - República Portuguesa Artigo 2 - Estado de Direito Democrático Artigo 3 - Soberania e Legalidade Artigo 9 - Tarefas Fundamentais do Estado Artigo 13 - Princípio da Igualdade Artigo 22 - Responsabilidade das Entidades Públicas Artigo 48 - Participação na Vida Pública Artigo 65 - Direito a Habitação e Urbanismo Artigo 66 - Direito ao Ambiente e Qualidade de Vida Artigo 78 - Direito à Fruição e Criação Cultural Artigo 80 - Princípios Fundamentais da Organização Económica Artigo 81 - Incumbências Prioritárias do Estado Artigo 84 - Domínio Público Artigo 87 - Actividade económica e investimentos estrangeiros Artigo 90 - Objetivos dos Planos Artigo 93 - Objetivos das Politicas Agricolas Artigo 94 - Eliminação dos Latifúndios Artigo 97 - Auxílio do Estado ,pelo que solicitamos também que toda a Transposição da Diretiva Europeia REDIII para Portugal, seja analisada com rigor e respeito à Constituição da República Portuguesa pela Procuradoria-Geral da República, e que qualquer futura proposta megalómana, não seja de novo apresentada à população sem esta análise fundamental prévia. Todos já percebemos que não vivemos num planeta com recursos infinitos, e num estado dito constitucional, cuja responsabilidade primária é a representação dos interesses do Povo soberano, as únicas propostas que deviam existir, deveriam ser no sentido de promover o debate sobre Decrescimento Económico e salvaguarda de direitos individuais, das comunidades, e ambientais. Não o fazer, e fazer um plano como o PSZAER em vez, é terrorismo para com todas as futuras gerações pela grave ameaça à nossa cultura, história, património e identidade individual e coletiva. Portugal não está à venda.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117561	Discordância	Não à desflorestação indiscriminada e artificialização do território. Painéis solares nos telhados das casas e nas áreas já artificializadas PRIMEIRO. Sim a uma paisagem de mosaicos com agricultura e uma boa parte de floresta de folhosas autóctones que prestam múltiplos serviços, como regulação do clima durante ondas de calor, prevenção e mitigação do risco e do impacto dos incêndios, qualidade e disponibilidade da água, recreio e zonas que contribuem para a qualidade de vida das populações, biodiversidade. Não aos grandes parques de renováveis em vez de floresta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117560	Discordância	Eu, Maria da Trindade Brites Testas, residente em Enxames, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco, venho pronunciar-se negativamente quanto ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porquanto considero que o processo de consulta pública não é transparente dado que omite a cartografia dos territórios, ou seja, faltam os mapas concretos das futuras delimitações das ZAER (Zonas de Aceleração de Energias Renováveis) que me permita perceber o que realmente está em causa com este programa. Contudo, defendo a produção de energia limpa, mas defendemos também algo que para mim é inegociável: a proteção do território, da paisagem, da população e das oportunidades de futuro da freguesia. A transição energética é um objetivo que todos partilhamos. Mas só será verdadeiramente bem-sucedida se for construída com transparência, diálogo e respeito pelas comunidades locais, pelo que é fundamental garantir que os benefícios da produção de energia renovável não sejam alcançados à custa da perda da identidade do nosso território, da desvalorização da paisagem ou da diminuição da qualidade de vida de quem aqui vive, trabalha e nos visita.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117559	Discordância	Totalmente contra a criação de zonas para implantar energias renováveis quando se trata de destruir a Natureza. Existem em meio urbano muitos telhados e coberturas onde se podem 'plantar' painéis solares, por exemplo, sem abater arvoredo, essencial à nossa sobrevivência. Retirar poder de decisão e reivindicação ao povo, associações de defesa do ambiente, juntas de freguesia ou municípios, que conhecem muito melhor o seu território, é totalmente errado e demonstra falta de democracia e arrogância do governo, que deveria preocupar-se mais em criar 'zonas de aceleração de reflorestação de espécies endémicas', ao invés de pensar em destruir o pouco coberto vegetal que resta em território nacional. Na actualidade e com as questões das alterações climáticas a fazerem-se sentir diariamente, só mesmo governos incompetentes e com falta de visão no futuro é que pensam em 'soluções milagrosas' e rápidas, que não passam de 'greenwashing' para os desatentos, mas que contribuem em larga escala para destruir ainda mais a Natureza. NÃO ao pszaer!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117558	Discordância	Apoio as energias renováveis, mas considero que projetos de grande dimensão não devem ser sujeitos a processos de aprovação acelerados. A transição energética deve ser acompanhada por uma avaliação ambiental rigorosa, uma participação pública efetiva e pelo respeito pelas comunidades locais, pela biodiversidade e pela paisagem. Solicito que a proposta de ZAER seja revista para garantir um planeamento responsável e verdadeiramente sustentável. Sarah Alnoon	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117557	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117556	Concordância	A inovação deve ser impulso e não retrocesso! Concordo com o projeto que já foi alvo de estudos e impactos ambientais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117554	Discordância	A Gardunha tem que continuar como está, as aldeias anexas necessitam que se mantenha assim para a sobrevivência das mesmas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117553	Discordância	Não compreendo o que este tipo de intervenção tem de ambiental pois o que vejo é estes painéis a crescer por todo o lado e as árvores a abater, plantem mais árvores e obriguem quem constrói a ter painéis, ou nos edifícios públicos, parques de estacionamento.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117552	Discordância	Destruição de habitats relevantes para a manutenção de valores Florísticos e faunísticos para espécies constantes da directiva comunitária. Perda de habitat, alteração relevante do uso do solo, que conduzirão à perda de solo. Impacte negativo relevante na paisagem ao nível local.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117551	Discordância	É um despropósito absoluto permitir que empresas ganhem dinheiro sem investirem na procura de meios para não perturbar, com as suas enormes infraestruturas, as aldeias tranquilas de Portugal. Havendo, como há, tantos locais vazios em Portugal...	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117550	Discordância	Não é este o caminho. Salvar a Natureza não é substituí-la por painéis solares ou torres eólicas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117549	Discordância	Eu, Diogo Filipe Brites Oliveira, residente na Freguesia de Enxames, Concelho do Fundão e Distrito de Castelo Branco, venho pronunciar-se negativamente quanto ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porquanto considero que o processo de consulta pública não é transparente dado que omite a cartografia dos territórios, ou seja, faltam os mapas concretos das futuras delimitações das ZAER (Zonas de Aceleração de Energias Renováveis) que permitiria às populações perceber o que realmente está em causa com este programa. Contudo, defendo a produção de energia limpa, mas defendemos também algo que para mim é inegociável: a proteção do território, da paisagem, da população e das oportunidades de futuro da minha freguesia. A transição energética é um objetivo que todos partilhamos. Mas só será verdadeiramente bem-sucedida se for construída com transparência, diálogo e respeito pelas comunidades locais, pelo que é fundamental garantir que os benefícios da produção de energia renovável não sejam alcançados à custa da perda da identidade do nosso território, da desvalorização da paisagem ou da diminuição da qualidade de vida de quem aqui vive, trabalha e nos visita.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117548	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117547	Discordância	O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser Não estão a ser exigidos os estudos ambientais mínimos necessários para instalações tão fortemente transgressoras do meio ambiente animal e humano.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117546	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), O Executivo da Junta de Freguesia de Fatela, concelho do Fundão, no uso das suas competências próprias e em representação legítima das populações e dos interesses do seu território, vem por este meio apresentar a sua oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), nos moldes em que a mesma se encontra delineada para a nossa região. A fundamentação desta pronúncia assenta nos seguintes pressupostos de ordem institucional, social, económica e ambiental: 1. Desrespeito pela Autonomia Local e Ordenamento do Território Este Executivo considera inadmissível que um programa com o impacto estrutural do PSZAER ignore as ferramentas de gestão territorial locais, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM) do Fundão e as dinâmicas de planeamento das próprias freguesias. A imposição centralizada de "Zonas de Aceleração" esvazia as competências das autarquias locais na gestão do seu próprio solo, violando o princípio da subsidiariedade. 2. Impacto Socioeconómico e Risco de Despovoamento A freguesia de Fatela, à semelhança de outras do interior do país, tem vindo a desenvolver um esforço contínuo para fixar população, apoiar o setor agroflorestal e promover a qualidade de vida rural como um ativo diferenciador. A transformação do nosso território numa zona de serventia industrial para a produção energética em grande escala inviabiliza projetos agrícolas locais, desvaloriza o património e destrói o potencial de atração residencial, acentuando o risco de desertificação humana. 3. Salvaguarda Ambiental, Paisagística e Qualidade de Vida A escala de implantação prevista para estas infraestruturas (parques fotovoltaicos e/ou eólicos) e o subsequente escoamento elétrico através de linhas de muito alta tensão configuram uma agressão severa e irreversível à integridade biofísica e paisagística de Fatela. Os impactos cumulativos — desde a degradação dos solos e perturbação das linhas de água até à poluição visual à escala macro — afetam diretamente o bem-estar e a saúde pública dos nossos concidadãos. 4. Assimetria e Injustiça Territorial A Junta de Freguesia de Fatela defende a descarbonização e a transição energética, desde que estas sejam justas e equilibradas. Contudo, o modelo atual do PSZAER perpetua uma	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117545	Discordância	Não se deve destruir a nossa natureza, animais, biodiversidade, populações com mega projetos. Senão estaremos a destruir este país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117544	Discordância	Não subscrevo a estratégia apresentada no Pszaer! Plantem árvores autocnes em vez de plantarem painéis solares e eólicas!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117543	Discordância	Como cidadã preocupada e atenta, com o futuro da nossa região, venho expressar a minha forte oposição à inclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa nas zonas de aceleração de energias renováveis, conforme proposto no PSZAER. A falta de uma avaliação de impacto ambiental adequada levanta sérias preocupações sobre as consequências que a instalação de grandes parques solares e eólicos poderia ter sobre a biodiversidade local, incluindo espécies ameaçadas como o lince ibérico e o abutre-preto. Adicionalmente, o impacto na rede hídrica e a segurança do abastecimento de água são questões que não podem ser ignoradas. Interferir com os cursos de água da região poderia ter repercussões graves para a agricultura e a ecologia local. Por estas razões, solicito respeitosamente que a Serra da Gardunha e a Beira Baixa sejam excluídas das zonas propostas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117542	Discordância	Sou contra colocar x painéis solares na serra da gardunha. O motivo é que são decisões de grande impacto ambiental e de muito difícil reversão. Não e óbvio que está projectos sejam só interesse dos portugueses e muito menos dos locais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117541	Discordância	Prezados Senhores, Venho, por meio desta, expressar minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), conforme atualmente apresentado para consulta pública. Considero que este programa é profundamente prejudicial ao nosso território, ao patrimônio natural e às populações, devido às enormes consequências da artificialização de áreas tão vastas, com a consequente destruição de solos florestais e agrícolas associados. 1. Desvio do mandatado O PSZAER foi elaborado conforme as especificações do Despacho n.º 1532-B/2026, que determina, entre outras coisas, que o programa deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilidade do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial vigentes" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais presentes no território" (alínea e). Nenhum desses objetivos é atendido pela proposta em consulta. Contrariando a exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas situam-se quase que integralmente em solos rústicos, agrícolas e florestais — precisamente aqueles que o próprio Despacho determina proteger. Este desvio contraria também a Diretiva RED III, cujo PSZAER se propõe a transpor, a qual estabelece que a seleção das zonas de aceleração deve recair sobre superfícies “circunscritas, delimitadas e de baixo impacto”, priorizando superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para casos estritamente necessários. O programa em consulta inverte esta lógica. 2. Área extremamente superior à necessária O PNEC 2030 estabelece uma meta de 20,8 GW para energia solar, cuja implementação exigiria cerca de 20.000 hectares. Contudo, o mapa de ZAER proposto disponibiliza aproximadamente 357.347 hectares para solar e mais 85.321 hectares para eólico — a área destinada ao solar sozinha equivale a cerca de dezoito vezes a necessidade real	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117540	Discordância	I would like to submit my objection to the proposed designation of this area as a Renewable Energy Acceleration Zone under the PSZAER programme. While I support the transition to renewable energy and the need to address climate change, I am concerned that the proposed designation may have significant negative impacts on the local environment, landscape, biodiversity, and quality of life of local residents. In particular, I believe that: the environmental and ecological value of the area has not been sufficiently considered; the potential impacts on biodiversity, wildlife, and landscape require further assessment; the interests and concerns of local communities have not been adequately addressed; alternative locations with fewer environmental and social impacts should be considered. I therefore request that this area be excluded from the proposed Renewable Energy Acceleration Zones until a more comprehensive assessment and consultation process has been carried out. Thank you for considering my comments.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117539	Discordância	É uma autêntica barbaridade permitir a criação de parques eólicos gigantescos perto de populações tranquilas, alterando as suas vidas, tratando-se apenas de uma omissão do dever de exigir investimentos mais elevados às empresas que beneficiarão com isso, para que realizem este tipo de intervenções em zonas despovoadas e assumindo os custos que acarreta não utilizar as margens das estradas entre aldeias tranquilas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117538	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117537	Discordância	O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser Pela preservação da Natureza e por estratégias ambientais que não ponham em causa a fauna e a flora, em qualquer região do nosso país! Existem alternativas, nomeadamente, painéis solares em telhados das inúmeras habitações, nos telheiros dos parques de estacionamento...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117536	Discordância	Senhores, Senhoras, Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. O respeito pela nossa natureza e pelo nosso planeta deve ser uma prioridade em toda a Europa, incluindo Portugal, e é necessário aproveitar as oportunidades para utilizar áreas já urbanizadas (parques de estacionamento, telhados e paredes de edifícios industriais, telhados de casas, (auto-)estradas,...) para a produção de energias renováveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. A próxima geração já não encontrará um ambiente onde valha a pena viver. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
117535	Discordância	Não aos paineis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117534	Discordância	Sou a favor das energias renováveis para substituir os combustíveis fósseis que prejudicam o clima, mas mesmo as energias renováveis devem ser geradas de forma ambiental e socialmente responsável. É por isso que temos avaliações de impacto ambiental e consultas públicas. A proposta de simplificação destes processos criará mais problemas do que soluções.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117533	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117532	Discordância	Parte da área a ser afetada para o projeto implica a perda de habitat, biodiversidade, terreno arável... Para além dos efeitos negativos paisagísticos, há ainda a salientar a desapropriação por interesse público e as contrapartidas de investimento pouco ou nada vai beneficiar os proprietários/habitantes de uma região em si já há muito esquecida pelo poder central. O descrédito em que caíram as políticas embandeiradas aquando das campanhas eleitorais leva a uma desconfiança deste tipo de projetos. E se é um projeto "considerado amigo do ambiente" porquê da sua instalação em zonas de árvores e culturas? Podem aproveitar os espelhos de água das barragens!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117531	Discordância	A necessidade do actual processo de AIA (Avaliação de Impacto Ambiental) foi demonstrada recentemente e repetidamente pelo fracasso dos projectos de energias renováveis em obterem aprovação. Qualquer tentativa de eliminar ou diluir este processo contraria a vontade da população portuguesa, a legislação portuguesa em vigor e a legislação da UE. Mais do que em qualquer outro setor, é crucial que Portugal demonstre discernimento e liderança em relação aos projetos de energias renováveis. A proposta PSZAER, tal como está, enfraquece as protecções e não serve os interesses de Portugal, do seu povo ou da indústria das energias renováveis. Esta proposta, aliás, prejudica a expansão dos projetos de energias renováveis, pois cria na população a sensação de que estes projetos estão a receber uma vantagem injusta. Os projectos devem estar sujeitos aos mesmos mecanismos de controlo e equilíbrio que todos os outros projectos. A ZSAER deve ser rejeitada.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117530	Discordância	Tenho telhados livres	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117529	Discordância	Discordo totalmente com a instalação de paineis solares e eólicas em zonas protegidas e ou sensiveis. Discordo também com o abate de arvores para implementação deste tipo de energias. As árvores são os pulmões do nosso país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117528	Concordância	A transição energética é uma necessidade premente para Portugal e para o mundo, não descurando a necessidade de salvaguarda das paisagens e das comunidades.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
		"Acreditamos que estas infraestruturas deveriam ser construídas longe de pequenas aldeias, cabendo às companhias elétricas assumir os custos decorrentes de se afastarem das estradas de serviço entre as povoações."	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117527	Discordância	Além disso, pensamos que a energia gerada por este tipo de instalações não será transportada para abastecer famílias, mas sim para centros de dados de empresas norte-americanas próximos dos municípios que verão as suas vidas tranquilas alteradas. O que se deveria fazer, através de uma série de condições a nível governamental, é obrigar a investir na instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas em zonas afastadas das estradas utilizadas entre aldeias tranquilas, procurando paisagens vazias e longe de populações humildes e dos seus habitantes.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117526	Reclamação	Vimos por este meio solicitar que suspendam a construção dos projetos Mogadouro 1 e Mogadouro II. Na proximidade dos projetos existe uma construção inacabada, mas tem potencial para ser de novo erguido. Um hotel com bangalôs e pista de equitação para provas internacionais. Com picadeiro e estabulo para cavalos. E mais as perdas de biodiversidade na nossa zona.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117525	Discordância	Assunto: Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117524	Discordância	A Assembleia de Freguesia de Moita (Marinha Grande), reuniu e é desfavorável à proposta da PSZAER.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117523	Discordância	Não. Este projecto de lei não faz sentido. A colocação de energias renováveis nunca pode ser à custa de destruição de zonas verdes e espaços naturais. Precisamos de mais zonas verdes. As associações ambientalistas têm razão em defender a natureza e serem contra este projecto.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117521	Discordância	É vergonhoso o que querem fazer ao Pais. Estão a vendê-lo para quem der mais!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117520	Discordância	Não concordo com o desvirtuar da paisagem da Serra da Gardunha nem da envolvente da Barragem da Marateca.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
117519	Discordância	Ver ficheiro em anexo	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117518	Discordância	Comentário junto em anexo	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117517	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117515	Discordância	Este projeto preocupa-me no entanto não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117514	Discordância	Não aceito que se destrua a natureza e biodiversidade em prol de painéis solares. Não faz sentido. Impacto ambiental gigante.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117513	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível. Existe também uma dimensão económica. Projetos desta escala podem afetar negativamente o valor dos imóveis e a atratividade da região para residentes e turismo, enquanto uma parte significativa dos benefícios económicos é captada por grandes empresas e investidores externos. Pedimos, por isso, que este projeto seja reavaliado, privilegiando soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção das comunidades locais, da paisagem e do património natural. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117512	Discordância	Este projeto coloca em risco a habitabilidade da região que já é bastante desertificada e com poucos recursos hídricos.	Obrigada pela sua participação. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117511	Discordância	Wind Turbines Info Local Petition Link to sign https://peticaopublica.com/mobile/pview.aspx?pi=PT131724 Instructions to Sign Only click "Assinar Petição" Close any pop ups with "Fechar" (there are quite a few). It is probably best ignore the Facebook sign in also Put your name, email, ID number and then again click "Assinar Petição" Check if you get a confirmation email, and if you do, confirm in that email.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117510	Discordância	A “Energia Verde” que alegam que vai salvar o planeta é a mesma que incentiva à destruição da Natureza que tanto dizem que querem preservar. É tudo uma questão de dinheiro, uns ganham e outros ficam com a sua terra destruída!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117509	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ai residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial e irreversível quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia. Não ademito que mexam nos meus terrenos. Em conclusão, acho que este projeto não deve ser realizado e espero que todas as outras pessoas votem na discordancia para este projeto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117506	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117504	Reclamação	Impactos dos Painéis Solares Fotovoltaicos: - Impactos dos Painéis Solares Fotovoltaicos Mineração agressiva: A extração de silício, prata e outros minerais exige a detonação de rochas e uso de maquinaria pesada, o que pode contaminar solos e recursos hídricos. - Componentes tóxicos: Os painéis contêm metais pesados e substâncias químicas perigosas, como o chumbo e o cádmio. - Lixo eletrônico futuro: Os módulos duram cerca de 25 anos. Prevê-se que o volume global de resíduos solares acumulados atinja milhões de toneladas nas próximas décadas se a reciclagem não for massificada com urgência. - Ocupação de solo: Grandes centrais solares requerem extensas áreas de terreno, resultando por vezes em desmatamento e na perda de habitats naturais. Impactos da Energia Eólica: -Ameaça à biodiversidade: As pás das turbinas eólicas representam um risco físico para aves e morcegos, que podem colidir com as estruturas em movimento. - Descarte de pás: As pás das turbinas são fabricadas com materiais compostos complexos (como fibra de vidro e resinas), tornando a sua reciclagem extremamente difícil. Muitas acabam enterradas em aterros sanitários. - Poluição sonora: O funcionamento dos aerogeradores produz ruído constante de baixa frequência, o que pode perturbar a fauna local e as populações vizinhas. - Alteração da paisagem: a instalação de torres gigantes modifica o impacto visual de zonas montanhosas ou costeiras protegidas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117503	Discordância	Não devem destruir florestas para a construção de terrenos cheios de painéis e próximo da cidade não é benéfico.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117501	Discordância	Os parques solares destroem as terras agrícolas e tornam-nas tóxicas com metais pesados para sempre. Se se quer instalar parques solares, que se coloquem painéis solares para dar sombra às autoestradas. Nada de parques solares perto de zonas residenciais ou agrícolas! Nem perto da natureza, nem perto de bacias hidrográficas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117500	Discordância	Discordo completamente com a implementação deste projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117499	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117498	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117496	Discordância	Não concordo com este projecto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117495	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117494	Discordância	Não quero cá painéis nenhuns	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117492	Concordância	Concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117491	Discordância	O impacto territorial e visual é devastador. A instalação de grandes parques solares requer a ocupação de vastas áreas de terreno, resultando muitas vezes na desflorestação, na destruição de habitats naturais e na perda de solos agrícolas férteis. A degradação da paisagem afeta também o turismo rural e a identidade das comunidades locais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117490	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Braga, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os pontos de preocupação para rejeitar este plano. ● Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos ● Redução perigosa de zonas de proteção ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor ● Ameaça à soberania alimentar e florestal ● Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”) ● Ameaça aos corredores ecológicos ● Omissão de fauna e flora específicas ● Afastamento insuficiente a áreas protegidas ou áreas sensíveis não classificadas (3 a 5 km) para eólicas. ● Afastamento insuficiente a habitações para eólicas (1 km) ● Afastamento insuficiente a habitações para centrais solares (200 metros)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117489	Discordância	A transição energética é essencial e tem todo o meu apoio. Contudo, não pode ser feita à custa de danos ambientais ou de políticas pouco transparentes quanto aos locais e possível impacto ambiental futuro. Este programa tem de ser transparente e não o é nos seus moldes atuais. Existem alternativas à instalação desenfreada de painéis solares em locais com valor ambiental e, igualmente, para os parques eólicos. Utilize-se, em primeiro lugar, a malha urbana para a energia solar - parques de estacionamento, edifícios e coberturas e instalações "off-shore" para ambas. Acima de tudo, a energia deve ser pensada para ser limpa (a todos os níveis) e servir a população a que se destina, não para ser um projeto de produção energética desenfreada com objetivos lucrativos com consequências danosas para o ambiente e, consequentemente, para a população. O nosso maior património é o ambiente, já o descuidamos durante anos, é altura de o colocar no centro das prioridades e do debate público. Esta proposta, pela sua magnitude, não teve qualquer discussão de fundo na sociedade civil e isto, por si só, deve ser suficiente para não se avançar com a proposta.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117488	Discordância	* A preservação de uma paisagem excecional. A paisagem é um recurso económico e patrimonial. Uma região como São Martinho atrai precisamente porque permaneceu selvagem, pouco urbanizada e autêntica. A industrialização da paisagem representa uma transformação irreversível à escala de uma geração. * O turismo sustentável. Odemira e o Vale do Mira têm investido há muitos anos num turismo de natureza, de caminhadas, de observação da fauna e de valorização do património. As próprias entidades públicas têm apoiado projetos de valorização turística e patrimonial da região. Degradar esta paisagem poderá contrariar esses investimentos públicos. * A biodiversidade. Os grandes aerogeradores podem ter impacto sobre determinadas espécies de aves e morcegos. A legislação europeia exige que esses impactos sejam avaliados com o maior rigor, sobretudo quando os projetos se situam perto de zonas ecologicamente sensíveis. Se este projeto estiver próximo de habitats protegidos ou de corredores migratórios, essa questão merece uma análise particularmente cuidadosa. * A aceitação social. Os projetos de energias renováveis têm mais sucesso quando contam com o apoio das comunidades locais. Impor um projeto perante uma forte oposição da população pode gerar tensões duradouras e enfraquecer a confiança nas políticas de transição energética. * A energia certa no lugar certo. Ser favorável à transição energética não significa aceitar qualquer projeto em qualquer local. As infraestruturas energéticas devem ser implantadas onde o seu impacto sobre o património natural, cultural e paisagístico seja o mais reduzido possível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117487	Discordância	Plantar árvores dá -nos oxigénio e sombra, torna a atmosfera mais limpa de dióxido de carbono e produz humidade ajudando a baixar a temperatura atmosférica. Sim à plantação de árvores, não aos painéis. Ponham os painéis solares nos telhados das casas e dos parques de estacionamento	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117486	Discordância	Subject: Objection to the Proposed Renewable Energy Acceleration Zone (PSZAER) I would like to submit my objection to the proposed designation of this area as a Renewable Energy Acceleration Zone under the PSZAER programme. While I support the transition to renewable energy and the need to address climate change, I am concerned that the proposed designation may have significant negative impacts on the local environment, landscape, biodiversity, and quality of life of local residents. In particular, I believe that: the environmental and ecological value of the area has not been sufficiently considered; the potential impacts on biodiversity, wildlife, and landscape require further assessment; the interests and concerns of local communities have not been adequately addressed; alternative locations with fewer environmental and social impacts should be considered. I therefore request that this area be excluded from the proposed Renewable Energy Acceleration Zones until a more comprehensive assessment and consultation process has been carried out.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117485	Discordância	Na qualidade de cidadão e proprietário de terrenos no concelho de Figueiró dos Vinhos, venho apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. Contudo, considero que este objetivo deve ser alcançado de forma equilibrada, respeitando os princípios do ordenamento do território, da sustentabilidade e da proteção dos valores naturais e paisagísticos. A minha principal preocupação prende-se com a metodologia utilizada para a delimitação das ZAER. A definição destas áreas parece assentar essencialmente em análises documentais e cartográficas desenvolvidas à escala nacional, que, embora importantes, não substituem a observação direta do território nem o conhecimento das autarquias, das entidades competentes, das comunidades locais e dos proprietários. Existem valores ecológicos, paisagísticos e culturais que dificilmente são identificáveis apenas através da cartografia disponível, o que suscita dúvidas quanto à adequação da delimitação proposta. Acresce que, da leitura das sínteses das participações efetuadas no âmbito da consulta pública, resulta que diversas entidades levantaram reservas relativamente à metodologia adotada, à necessidade de maior articulação com os municípios, à insuficiente ponderação das especificidades locais e aos potenciais impactes ambientais, paisagísticos, agrícolas e florestais. Considero que estas preocupações justificam uma reavaliação da proposta. Preocupa-me igualmente a dimensão das áreas delimitadas. Em diversos concelhos, as percentagens abrangidas são muito elevadas, criando uma forte pressão para a instalação de grandes infraestruturas de produção de energia e comprometendo o princípio da compatibilização equilibrada dos diferentes usos do solo, que constitui uma das bases do ordenamento do território. O interior de Portugal representa um dos poucos territórios onde ainda subsistem extensas áreas florestais, reduzida artificialização da paisagem e importantes valores naturais. As florestas desempenham um papel essencial no sequestro de carbono, na conservação da biodiversidade, na proteção dos solos e na regulação do ciclo da água. A resposta às alterações climáticas não deve passar pela ocupação excessiva destes territórios, mas antes por soluções que conciliem a produção de energia renovável com a preservação do	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117484	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã, com ligações familiares e propriedades no concelho de Vimioso, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue anexo documento que elenca detalhadamente os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Senhores, Senhoras, Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. O respeito pela nossa natureza e pelo nosso planeta deve ser uma prioridade em toda a Europa, incluindo Portugal, e é necessário aproveitar as oportunidades para utilizar áreas já pavimentadas (parques de estacionamento, telhados e paredes de edifícios industriais, telhados de casas, (auto-)estradas,...) para a produção de energias renováveis.	Obrigada pela sua participação.
117483	Discordância	Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactes sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117482	Concordância	Concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117481	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117480	Discordância	Na qualidade de mortaguense, manifesto a minha profunda preocupação e total oposição ao Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), na forma como prevê a instalação de centrais fotovoltaicas de grande dimensão no concelho de Mortágua. Quero deixar claro que não estou contra as energias renováveis nem contra a necessária transição energética. Estou, sim, contra um modelo de desenvolvimento que coloca em risco um dos maiores patrimónios do nosso concelho: a floresta. A floresta é parte integrante da identidade de Mortágua. É um elemento essencial da nossa paisagem, da nossa economia, da nossa biodiversidade e da qualidade de vida das populações. Representa também um importante sumidouro de carbono, contribuindo para os próprios objetivos ambientais que este plano pretende alcançar. Não faz sentido combater as alterações climáticas destruindo ou descaracterizando um património natural desta dimensão. A classificação de determinadas áreas como sendo de "baixa sensibilidade" parece assentar essencialmente em critérios técnicos de exclusão, não refletindo o seu verdadeiro valor ecológico, florestal, paisagístico, económico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, prestam serviços dos ecossistemas e constituem um património natural cuja importância para as comunidades locais não pode ser ignorada. Antes de ocupar solos florestais e agrícolas, o Estado deve dar prioridade absoluta à instalação de sistemas fotovoltaicos em áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios industriais e comerciais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas. Portugal possui um enorme potencial nestes locais, evitando a destruição de espaços naturais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117478	Discordância	Questiona se, atendendo ao disposto no RJIGT, se é admissível avançar para a fase de Discussão Pública sem todos os elementos que integram o programa. Tratando se de um instrumento que assenta precisamente na definição de zonas, não é compreensível que a respetiva cartografia não seja facultada. A ausência dessa cartografia dificulta que os interessados possam pronunciar-se de forma informada sobre as ZAER, uma vez que é essencial compreender-se a sua expressão no território. Solicita se que seja esclarecido quando será disponibilizada a cartografia em falta. Solicitam-se ainda esclarecimentos quanto à forma como irão ser integrados os pareceres das entidades consultadas, as quais já tinham apresentado diversas críticas/recomendações ao zonamento proposto. Importa sobretudo perceber se essas recomendações irão de facto ser consideradas no zonamento. Considera-se assim, que não tendo sido disponibilizada informação fundamental, que se comprometem os princípios fundamentais nos quais assenta o procedimento de Discussão Pública, nomeadamente os princípios da transparência e, consequentemente, da participação fundamentada dos cidadãos. Aguarda-se pois, por nova Discussão Pública onde deverão ser disponibilizados os elementos do Plano revistos (considerando os pareceres das entidades e os contributos da presente DP) e cartografia associada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117476	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117475	Discordância	O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117474	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117472	Discordância	Não quero mais campos cheios de painéis solares. O impacto ambiental desta solução não é de todo ecológica e a destruição de hectares de campo, cuja flora e fauna desaparece, e o consequente aumento da temperatura são muito preocupantes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117471	Discordância	Eu não quero o projeto realizada. Não e bom para o turismo, agricultura, o campo, agua, temperatura, chuva, e o gentes que moram aqui! Este projeto afeta a vida e a natureza para sempre! Nós nao somos a betaria do eu!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117469	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117467	Discordância	Não concordo que tenha que abater árvores, quando existem tantas zonas sem árvores e inclusive os telhados do edifícios.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117466	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117464	Discordância	Resido numa região do interior, em Cabeceiras de Basto, onde a presença de parques eólicos já marca profundamente a paisagem. A partir desta zona são visíveis vários conjuntos de aerogeradores, nomeadamente nas direções de Fafe, Salto/Tâmega Norte e Alvão, entre outros que provavelmente não consigo identificar. Não sou contra as energias renováveis nem contra a transição energética. Discordo, porém, da concentração sucessiva destas infraestruturas nos mesmos territórios rurais e de montanha, como se o interior fosse apenas um espaço disponível para produzir a energia consumida nos grandes centros urbanos. A avaliação de novos projetos não deve considerar cada parque isoladamente. Deve avaliar obrigatoriamente o impacto acumulado de todos os parques existentes, aprovados e previstos numa região, incluindo o efeito sobre a paisagem, a biodiversidade, o ruído, a abertura de acessos, a movimentação de terras, o risco de erosão, os recursos hídricos, o turismo de natureza e a qualidade de vida das populações. O PSZAER deve estabelecer limites claros à concentração territorial e excluir das zonas de aceleração os concelhos e serras que já suportam uma elevada ocupação por infraestruturas energéticas. A existência de vento, terrenos pouco povoados ou ligações próximas à rede elétrica não pode ser suficiente para justificar uma nova ocupação. Solicito ainda que as populações diretamente afetadas tenham uma participação efetiva e vinculativa nas decisões e que os benefícios económicos e energéticos permaneçam, em parte significativa, no território. A transição energética não pode ser feita através do sacrifício continuado das mesmas comunidades do interior.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Discordo de uma estratégia de transição energética baseada prioritariamente na ocupação de novas áreas rurais, florestais e de montanha. Antes de se acelerar a instalação de grandes centrais renováveis em território natural, deveria existir uma hierarquia obrigatória para a localização destes projetos.	
117463	Discordância	A primeira prioridade deve ser a utilização de áreas já artificializadas: coberturas e parques de estacionamento de zonas industriais, edifícios públicos, grandes superfícies comerciais, armazéns, áreas logísticas, terrenos industriais sem utilização, pedreiras desativadas e outros espaços degradados. Estas localizações encontram-se geralmente mais próximas dos locais de consumo e permitem produzir energia sem acrescentar uma nova ocupação da paisagem rural. Deve igualmente ser promovida uma rede descentralizada de comunidades de energia renovável nas aldeias e pequenas localidades do interior. A combinação de produção solar ou de outras fontes adequadas, armazenamento e gestão local poderia garantir serviços essenciais durante falhas da rede, incêndios, tempestades ou outras situações de emergência. Depois de satisfeitas as necessidades locais e assegurada uma reserva de segurança, o excedente poderia ser injetado na rede elétrica nacional e utilizado nos centros urbanos e industriais. Esta solução permitiria que as comunidades não fossem apenas locais de instalação de infraestruturas destinadas a abastecer outras regiões. Passariam a participar diretamente na produção, gestão e benefício da energia, contribuindo também para a redução da pobreza energética e para a fixação de população. Assim, proponho que o PSZAER dê prioridade expressa à produção distribuída, ao autoconsumo coletivo, às comunidades de energia, ao armazenamento e às áreas já construídas ou degradadas. A ocupação de novas áreas naturais deve ser considerada apenas depois de demonstrado, de forma transparente, que estas	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117461	Discordância	Não concordo com.a destruição da paisagem embiental para colocação de painéis solares. Sim ao aumento da floresta de sobreiros e não ao abate desta espécie. Precisamos de O2 e não de aumento da temperatura nestas localidades	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117460	Concordância	Bom para o país!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117458	Discordância	Ridículo. Áreas agrícolas e florestais tapadas com painéis? Ponham nos telhados! Incentivem a micro produção, e não a rentabilidade dos grandes grupos...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117457	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117456	Discordância	Existem muitas outras soluções para fornecimento de energia solar sem necessitar destruir a natureza. É uma aberração e um crime ambiental a destruição da natureza que se tem verificado em Portugal sob a desculpa de energia verde. Como pode ser energia verde, se aquilo que destroem é isso mesmo, o que existe de verde no País? Que tal colocar os painéis sobre todos os telhados, todos os parques de estacionamento, ao longo das autoestradas e estradas, etc? Maior investimento e manutenção? Não tenho conhecimento para afirmar isso ou o oposto, mas de certeza que dessa forma já não seria necessário destruir tanta natureza.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117454	Discordância	Exmo.(a)s, Venho, por este meio, apresentar o meu contributo para a consulta pública do Plano Setorial para as Zonas de Aceleração de Energia Renovável (PSZAER), manifestando a minha oposição ao plano nos termos expostos no documento em anexo. Com os melhores cumprimentos, Johanna Lucia Zammitto Rodriguez	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117451	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117450	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117449	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117446	Discordância	Fundamentação em anexo. Os danos causados aos elementos naturais em causa, são irreversíveis. Os projetos não cumprem os seus objetivos, para além de não beneficiarem a quem a sua é sacrificada. As pessoas envolvidas nestes negócios deveriam ser arguidos por crimes ambientais, se o MP aplicasse devidamente as leis ambientais europeias.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117444	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117443	Discordância	Não concordo. Precisamos da Natureza para viver.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117442	Discordância	Caros governadores, por favor, tratem o nosso país como se fosse a vossa casa. Precisamos é de investir na Natureza sustentável e não destruir o pouco que ainda resta. Se Portugal é sustentado pelo Turismo, autenticidade, Natureza, vão agora destruir o que faz com que as pessoas venham à Portugal? Sem Natureza o ser humano não pode subsistir. Procurem outras formas de implementação de energias renováveis, no separador central das imensas autoestradas, dos parques de estacionamento dos hipermercados. Soluções não faltam. Falta é vontade para não estragar o que é bom e merece ser preservado. Aumentem a mancha verde em Portugal. Por favor. Deixem de beneficiar os grandes grupos económicos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117441	Discordância	O interior não precisa de plantações artificiais, mas sim de áreas verdes para colmatar a destruição provocada pelos incêndios florestais dos últimos anos. NÃO A ESTE PROJETO.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117436	Discordância	Manifesto por esta via a minha total oposição ao PSZAER colocado em consulta publica por ser um documento que consubstancia uma opção política e instrumentos administrativos e jurídicos, que lhe dão corpo, que contrariam ou não atendem a algumas das principais recomendações da Comissão da União Europeia, assim como do próprio Tribunal Europeu em matéria de transição energética, e se traduzem em riscos muito graves que colocam em causa o edifício administrativo e jurídico em que assenta a organização e gestão do território português, subtraindo competências aos Municípios, limitando a participação dos cidadãos na gestão da "causa publica", tem graves e irreversíveis consequências para os territórios, as comunidades locais, a sustentabilidade económica ambiental e social de vastas regiões do país, induzindo maiores desequilíbrios económicos e sociais entre os diferentes territórios e, ao invés de promover a inclusão social, promove a exclusão social. Acresce a tudo isto que a implementação do PSZAER permite e configura uma profunda transformação da geografia do território, de forma duradoira e irreversível, transmitindo ás próximas gerações um território completamente transfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização à escala nacional e internacional. No fundo, ao invés de transmitirmos ás próximas gerações um território com valias acrescidas, fazemo-lo com menos valias, condicionando o seu próprio futuro e sustentabilidade geracional. A opção pelas grandes manchas de Zonas para a Energia Solar e Eólica versus o apoio ao desenvolvimento das comunidades de energia e a maximização do potencial de autoconsumo.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117431	Discordância	É simplesmente um crime ambiental !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117430	Discordância	Não concordo. Os projectos têm de ter impacto positivo para as populações que ficarão privadas das suas zonas de floresta. Não poderemos abrir a concessão a empresas estrangeiras. A última palavra não pode ser do governo mas das populações onde serão construídas as fontes de energia (quer seja eólica ou solar). Não concordo que se destrua a natureza para aí se fazerem "campos" de painéis solares. Os painéis solares deviam ser colocados em todos os edifícios, em todas as coberturas de parques de estacionamento, etc. Não concordo que uns usufruam da destruição da "casa" de outras populações e essas mesmas populações não têm melhoria na qualidade de vida, antes pelo contrário.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117428	Sugestão	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis configura-se como um instrumento estratégico de política pública com incidência territorial cuja função primordial é projetar no território as estratégias de desenvolvimento do setor das energias renováveis e surge da necessidade de responder aos objetivos de Portugal até 2030: 51% Energia Renovável (quota de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia) e, posteriormente, responder ao desafio na Neutralidade Carbónica em 2050, conforme Acordo de Paris (2015). As Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, são áreas entendidas como particularmente adequadas para a instalação de unidades de produção de energia a partir de fontes renováveis, com vista à simplificação e celeridade dos procedimentos administrativos e de licenciamento. O Município do Sabugal reconhece a importância estratégica da transição energética e da necessidade de reforçar a capacidade de produção de energia renovável. Contudo, essa transição tem de ser equilibrada e com forte integração territorial. O Sabugal que serve (já) de plataforma a inúmeros aerogeradores, dispersos por todo o território. Será de questionar a pertinência as duas extensas Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, previstas no Programa Setorial. Os novos projetos originarão impactos profundos no território e na forma como se concilia o desenvolvimento económico, com a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida das populações. Não se estará a pôr em risco a progressiva subordinação do ordenamento do território à lógica setorial energética com potencial consequência sobre os modelos territoriais municipais? Em que medida o poder de deferimento e indeferimento do município na autorização de parques eólicos, no âmbito das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, constitui uma verdadeira expressão de	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117427	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. (ficheiro em anexo) Faço votos de que estes comentários contribuam para uma revisão profunda deste programa. Com os meus melhores cumprimentos, Cristina Viana	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117426	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117425	Discordância	Exmos Senhores e Senhoras, Estou profundamente preocupado com o impacto do projecto ZAER na minha região Alentejo e, por este meio, manifesto a minha oposição à implementação de novos projectos de energia solar e eólica nesta área. A minha preocupação abrange o impacto que as centrais solares e as turbinas eólicas terão na beleza natural das paisagens aqui presentes, bem como o impacto que terão sobre a fauna e a flora que já habitam estas áreas. A principal razão pela qual adoro viver aqui, e pela qual estou feliz por ter emigrado para aqui, é o silêncio e as vastas áreas de natureza protegida e intocada que se encontram por aqui. Isto torna o Alentejo muito diferente de outras regiões de Portugal, que estão agora mais industrializadas, e esta beleza singular e intocada desta região é algo que desejo realmente que continue a ser protegida e preservada no seu estado natural. Acredito que este projecto tornará esta região muito menos apetecível. Tenho a certeza que este é um dos principais motivos pelos quais temos turistas nesta região, portanto, este projeto proposto iria impactar ainda mais os residentes locais devido ao rendimento gerado pelos turistas que vêm em busca de silêncio e natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117424	Discordância	Não estou de acordo com este programa do governo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117423	Discordância	O Alentejo já tem temperaturas extremamente elevadas em condições normais. A cobertura dos solos com km de painéis vai aumentar ainda mais o calor e a desertificação. Não concordo, em absoluto com a instalação próximo da cidade de Évora e outras cidades alentejanas. As evidência científicas do aumento de temperatura são bem conhecidas e espero que não sejam ignoradas apenas para satisfazer interesses económicos. A vida na terra e o bem estar das populações deve-se sobrepor aos lucros de alguns grupos económicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117422	Discordância	Não concordo com a implementação de um parque solar na gardunha. A transição energética não pode ser feita por imposição sem serem ouvidas as populações diretamente (e indiretamente) envolvidas nos territórios em questão. Estes projectos causaram sérios danos na saúde pública, na soberania alimentar e nacional, na economia rural, na paisagem e coesão social. A transição energética tem que ser justa, equilibrada e construída com os territórios e populações e não imposta. A expansão das energias renováveis está a pôr em causa o modo de vida local a favor de empresas estrangeiras que apenas vêm usurpar dos nossos recursos para beneficiarem as empresas tecnológicas estrangeiras. O território de implementação é de todos os portugueses e um bem comum que tem que ser preservado da desertificação ecológica imposta pelos incêndios em locais que mais tarde dão lugar a projectos megalómanos de energias renováveis que a serem implementados irão provocar ainda mais desertificação e aquecimento do território. A Beira Baixa não vai ser transformada numa unidade industrial de produção energética. Não o permitiremos! Sou veemente contra este projecto.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117420	Discordância	Não sou a favor deste programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117418	Discordância	PORTUGUESE* Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117417	Discordância	Im an organic farmer in the region. I love this place and the landscape. Please don't ruin it with more of these dumb parks	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117415	Discordância	Este projecto vai ter um impacto negativo na zona onde resido ; Aumento da temperatura numa zona muito quente no veráo tornando impossivel viver aqui, não vai haver reflexão dos raio UV par a atmosfera. numa grande area. Redução da absorção das a´guas pulviais provacando a escassez da àgua no lençol friatico numa area onde já há escassez para a agricultura. Estes mega projectos vão impossibitar as culturas agricolas e patoreio de animais e aumentar do abandono dos terrenos tendo também um impacto economico negativo na região numa area já pobre e sem grandes recursos. No meu caso vivo muito proximo e tenho olival tradicional irei ser directamente prejudicado.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117413	Discordância	Energias renováveis sim! Mas não ao custo das nossas florestas. Este avanço não deve prevalecer sobre os interesses públicos!!! As metas energéticas, as energias renováveis e a conservação da Natureza, da floresta e o ordenamento do território são ambas positivas para o ambiente - a desflorestacao para instalar painéis fotovoltaicos ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica; e em geral contradiz medidas de sustentabilidade ambiental!! É uma incoerência de políticas públicas com mais danos que benefícios! Exige-se a exclusão rigorosa de áreas florestais produtivas, assegurando uma abordagem coerente que proteja o capital natural e os serviços ecossistémicos. • Excluir da delimitação das ZAER as áreas florestais produtivas, os terrenos baldios e as áreas integradas em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). • Priorizar a instalação de projetos de energias renováveis em áreas já artificializadas ou degradadas, designadamente coberturas de edifícios, parques industriais, antigas explorações mineiras, aterros encerrados. • Garantir a compatibilização da política energética com a política florestal, a conservação da natureza e os instrumentos de gestão territorial, promovendo uma abordagem integrada e coerente. • Salvaguardar o papel estratégico da floresta portuguesa enquanto sumidouro de carbono, suporte da bioeconomia, reguladora do ciclo hidrológico e elemento essencial da resiliência às alterações climáticas. • Rever a proposta de delimitação das ZAER de forma a assegurar que a aceleração da transição energética decorre sem comprometer o capital natural, os serviços dos ecossistemas e os restantes interesses públicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117412	Discordância	É possível colocar os painéis solares nos telhados, etc. E não destruir os ecossistemas naturais que são eles que ajudam a essa transição energética e previnem os incêndios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117411	Discordância	Manifesto por esta via a minha total oposição ao PSZAER colocado em consulta pública por ser um documento que consubstancia uma opção política e instrumentos administrativos e jurídicos, que lhe dão corpo, que contrariam ou não atendem a algumas das principais recomendações da Comissão da União Europeia, assim como do próprio Tribunal Europeu em matéria de transição energética, e se traduzem em riscos muito graves que colocam em causa o edifício administrativo e jurídico em que assenta a organização e gestão do território português, subtraindo competências aos Municípios, limitando a participação dos cidadãos na gestão da "causa publica", tem graves e irreversíveis consequências para os territórios, as comunidades locais, a sustentabilidade económica ambiental e social de vastas regiões do país, induzindo maiores desequilíbrios económicos e sociais entre os diferentes territórios e, ao invés de promover a inclusão social, promove a exclusão social. Acresce a tudo isto que a implementação do PSZAER permite e configura uma profunda transformação da geografia do território, de forma duradoira e irreversível, transmitindo ás próximas gerações um território completamente transfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização à escala nacional e internacional. No fundo, ao invés de transmitirmos ás próximas gerações um território com valias acrescidas, fazemo-lo com menos valias, condicionando o seu próprio futuro e sustentabilidade geracional. A opção pelas grandes manchas de Zonas para a Energia Solar e Eólica versus o apoio ao desenvolvimento das comunidades de energia e a maximização do potencial de autoconsumo. Apesar do relatório manifestar como zonas prioritárias para a instalação de parques solares e eólicos as zonas impermeabilizadas e, de alguma forma, dar a entender a sua preferência por soluções descentralizadas de energia renovável, acaba exclusivamente por propor soluções e instrumentos de apoio que permitem o desenvolvimento de megaparques solares e eólicos que chegam, nalguns municípios, a ocupar mais de 35% do seu território. Ou seja, acaba, exclusivamente, por legislar e criar condições de apoio para os grandes megaparques solares e eólicos omitindo completamente, ao invés das Recomendações da Comissão e do Próprio Tribunal Europeu, apoios para as soluções descentralizadas como as comunidades de energia renovável e as soluções de autoconsumo, certamente mais adequadas a um país com territórios com história, cultura, demografia e geografia diversa e plural como Portugal. Perdeu-se assim a oportunidade de criar uma verdadeira política de aceleração para a transição energética	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117410	Discordância	Violação de Instrumentos de Gestão Territorial As mega centrais exigem centenas (ou milhares) de hectares, colidindo frequentemente com o planeamento local e regional: Planos Diretores Municipais (PDM): Muitos projetos propõem a instalação de painéis em solos que os PDM classificam estritamente como florestais, agrícolas ou de salvaguarda paisagística. A alteração do uso do solo sem a devida revisão ou suspensão legal do PDM é um dos principais alvos de contestação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117408	Discordância	Oponho-me a projetos que implantem paineis solares em qualquer zona verde. A pegada humana no território já é tão vasta que a implantação dos paineis nunca deveria ser em áreas verdes mas sim em telhados e coberturas de infraestruturas já existentes nos grandes centros urbanos e industriais deixando o verde, verde. A Beira-baixa está sob constante ataque, ora sob o formato de incêndios florestais ora por via destes projetos como este que deforma e desfiguram a beleza do interior de país, regiões onde ainda impera muita da tradição, cultura, gastronomia fauna e flora que há muito se perdeu quando se olha para as grandes cidades e suas periferias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117407	Discordância	Estou completamente em desacordo com este projecto e com este governo, que em prol do que nos tentam fazer crer na transição para energias verdes e de sustentabilidade destruam zonas agrícolas e florestais, que nada beneficiam as populações onde estes projectos são implementados.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exposição / Pronúncia em Sede de Consulta Pública	Obrigada pela sua participação.
		À Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030)	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		Assunto: Contributo e Contestação à Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117406	Discordância	Eu, Ana Marta Severino do Rosário de Quintanilha dos Santos Vejrazka, portadora do documento de identificação n.º 11225944 e NIF 214015530, na qualidade de cidadã residente no concelho da União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta, venho por este meio apresentar a minha contestação e parecer desfavorável à atual proposta do PSZAER, com base nos seguintes fundamentos:	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		1. Da Desproporcionalidade e Impacto no Ordenamento do Território A delimitação geográfica proposta para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) no concelho de [inserir o seu concelho] revela-se manifestamente excessiva, desproporcionada e desajustada da realidade local. A afetação de percentagens significativas do território para este fim compromete gravemente o planeamento urbano local e os Planos Diretores Municipais (PDM) em vigor.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
		2. Dos Impactos Ambientais, Paisagísticos e Económicos	
117405	Discordância	Este projeto é muito preocupante para o território. Não considero que as populações tenham sido ouvidas nem que a informação veiculada seja acessível, de lado a podermos ter uma opinião informada sobre o mesmo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117404	Discordância	Discordo completamente com este projeto, não beneficia em nada as populações, é só para exploração à descarada, além disso acaba com a o ecossistema completamente, em vez de o preservar esta-se a destruir. COMPLETAMENTE CONTRA...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117403	Discordância	COMO SE PODE "SALVAR O PLANETA", DESTRUINDO QUILÓMETROS DE PATRIMÓNIO NATURAL? NÃO ÀS GIGANTESCAS ZONAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E SIM À REFLORESTAÇÃO MASSIVA DE FLORESTAS AUTÓCTONES!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
117402	Discordância	Não concordo com a destruição de floresta e natureza para implantar painéis solares ☹	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
117401	Discordância	Discordo completamente	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117400	Discordância	A serra da Gardunha é uma região de enorme valor natural, paisagístico e cultural, e a perspetiva de ver essa paisagem transformada por parques eólicos ou megacentrais solares é inconcebível.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação.
117398	Discordância	A colocação dos paineis solares de se nos telhados. Jamais deitar uma árvore abaixo para colocar um painel solar. Estamos a entrar na era da estupidez humana.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117397	Discordância	A construção de painéis fotovoltaicos em áreas agrícolas e florestais não pode revestir caráter prioritário. Fazê-lo seria a epítome da incoerência com o objetivo maior de proteção do ambiente e de mitigação das alterações climáticas. Essa via só pode ser admitida como último dos últimos recursos de uma transição energética que, essa sim, consideramos essencial. Neste documento propomos revisões aos planos e, sobretudo, alternativas viáveis e mais prioritárias para essa transição. Sublinhamos que a transição energética não pode ser encarada isoladamente: está intrinsecamente ligada à defesa do ambiente, à redução das emissões de dióxido de carbono e ao aumento do património ecológico. A reflorestação e a florestação são reconhecidamente essenciais para a captura de carbono. Assim, a prioridade para as zonas florestais deve ser a da sua conservação e reflorestação — reconhecendo o respetivo potencial de sequestro de carbono e criando incentivos económicos para os proprietários (créditos de carbono, créditos de biodiversidade e instrumentos afins) — , e não a sua conversão em centrais de produção. Em suma, o nosso parecer é favorável à criação do conceito de ZAER, mas apenas quando este for integrado numa estratégia mais abrangente sobre o que significa a transição para uma energia verde — com benefícios reais para as populações locais (produção distribuída, comunidades de energia renovável), que constituem o verdadeiro potencial da produção renovável de pequena escala, e em articulação com o valor ecológico que, em primeiro lugar, se pretende proteger	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117395	Discordância	Em anexo, documento de parecer à consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
117394	Discordância	Não ajuda o país e apenas prejudica os agricultores e cidadãos comuns a custa de lucros para grandes empresas	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117393	Discordância	Uma transição energética justa deve reduzir desigualdades, proteger a biodiversidade, reforçar a autonomia local e garantir que os benefícios chegam às populações — não apenas aos promotores de megaprojetos. Exmos Srs,	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117392	Discordância	Uma transição justa não se pode fazer à custa da natureza. O problema não é a energia solar e eólica, mas sim o modo como este plano está desenhado. A proposta atual não impede a concentração excessiva de projetos numa mesma região, não avalia os efeitos cumulativos de várias centrais e das linhas de muito alta tensão associadas, e não protege de forma vinculativa os corredores por onde se movem espécies como o lobo-ibérico e o lince-ibérico. Assim, venho por este meio pedir/exigir: - Limites reais à concentração de projetos numa mesma região; - Proteção vinculativa dos corredores de conectividade ecológica para grandes carnívoros e restante fauna impactada por este tipo de projetos (aves de rapina, aves estepárias e morcegos); - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de centrais e linhas elétricas associadas; - Manutenção da proteção de zonas húmidas, Geoparques UNESCO e outras áreas classificadas; - Participação pública real nas fases seguintes, não apenas nesta consulta; - Prioridade a soluções descentralizadas — autoconsumo, comunidades de energia — e a áreas já artificializadas, antes de ocupar território natural. A aceitação de novos projetos renováveis deverá estar estritamente condicionada a uma revisão drástica das áreas previstas e à garantia de benefícios ambientais, fiscais e económicos diretos para quem vive nas zonas afectadas. Como está, não me resta alternativa a manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117391	Discordância	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA SOBRE A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ZONA DE ACELERAÇÃO PARA ENERGIAS RENOVÁVEIS (ZAER) Sistema Serrano da Vigia – Corte Malhão Freguesia de São Martinho das Amoreiras – Concelho de Odemira Sou nascida e criada num monte na Serra de São Martinho, Odemira (Monte Novo da Horta dos Colmeeiros, um terreno, entre vários, de regeneração ecológica enclausurado entre manchas de floresta de eucalipto). Integro vários projectos que visam manter vivo o património imaterial singular desta região serrana como o projecto Da Serra e da Charneca (recolha transcrição e tradução de poesia popular de tradição oral) ou o recente projecto Entre Serras e Bichos apoiado pela Évora capital da cultura 2027. Sou investigadora de pós-doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e articulo investigação académica, prática editorial e atenção às formas de conhecimento não hegemónicas, explorando a linguagem como espaço de relação entre memória, território e imaginação. É nesta qualidade de residente, nativa, investigadora e agente de salvaguarda do património cultural imaterial que venho apresentar a seguinte participação no âmbito da presente consulta pública. Por favor consultar documento em anexo para a participação integral.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117390	Discordância	Na qualidade de cidadã portuguesa, rejeito integralmente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Este programa é ofensivo, manipulador e carece absolutamente de clareza jurídica, quer pelo recurso a mapas "indicativos", quer por fazer crer que é necessária mais potência, quando os dados oficiais mostram que Portugal já tem instalada uma capacidade muito superior ao seu consumo máximo (pico). Dados recentes indicam que uma parte considerável da energia a produzir destinar-se-á a alimentar data centers de grandes empresas tecnológicas multinacionais, com concentração de projetos nas mãos de grandes operadores energéticos [internacionais]. Ou seja, Portugal cederá território, paisagem e recursos naturais para garantir o funcionamento de infraestruturas digitais cujos lucros revertem maioritariamente para o exterior. Por conseguinte, este programa representa uma nova forma de colonialismo energético, em que o país suporta os custos ambientais e territoriais enquanto outros colhem os benefícios económicos, sendo especialmente uma afronta para os municípios e populações locais. Ainda, este programa é uma ameaça à soberania alimentar ao permitir a ocupação extensiva de solos rústicos, pondo em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Acresce que o plano ignora as consequências diretas na saúde das populações decorrentes da perda de biodiversidade quando se comprometem os serviços ecossistémicos essenciais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta para a desnutrição pela quebra de cadeias alimentares e defende justamente que a preservação de habitats naturais regula naturalmente a propagação de patógenos. Pelos fundamentos expostos, o PSZAER deverá ser cancelado de forma definitiva.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117388	Discordância	Na qualidade de cidadão português, rejeito integralmente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Este programa é ofensivo, manipulador e carece absolutamente de clareza jurídica, quer pelo recurso a mapas "indicativos", quer por fazer crer que é necessária mais potência, quando os dados oficiais mostram que Portugal já tem instalada uma capacidade muito superior ao seu consumo máximo (pico). Dados recentes indicam que uma parte considerável da energia a produzir destinar-se-á a alimentar data centers de grandes empresas tecnológicas multinacionais, com concentração de projetos nas mãos de grandes operadores energéticos [internacionais]. Ou seja, Portugal cederá território, paisagem e recursos naturais para garantir o funcionamento de infraestruturas digitais cujos lucros revertem maioritariamente para o exterior. Por conseguinte, este programa representa uma nova forma de colonialismo energético, em que o país suporta os custos ambientais e territoriais enquanto outros colhem os benefícios económicos, sendo especialmente uma afronta para os municípios e populações locais. Ainda, este programa é uma ameaça à soberania alimentar ao permitir a ocupação extensiva de solos rústicos, pondo em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Acresce que o plano ignora as consequências diretas na saúde das populações decorrentes da perda de biodiversidade quando se comprometem os serviços ecossistémicos essenciais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta para a desnutrição pela quebra de cadeias alimentares e defende justamente que a preservação de habitats naturais regula naturalmente a propagação de patógenos. Pelos fundamentos expostos, o PSZAER deverá ser cancelado de forma definitiva.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117387	Discordância	O impacto ambiental que terá para fauna e flora, assim como nas comunidades envolventes não me permite concordar com este programa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117386	Discordância	Parece incrível que estejamos a pensar em anular 7% do território natural para o entregar à empresas privadas, muitas vezes estrangeiras, para impor devastação em vez de formas específicas de restauro do que já foi destruído pela espécie humana. Vamos lá apoiar medidas concretas de restauro da natureza em vez de medidas de destruição. É absolutamente contraditório falar em transição verde e destruir o verde. Energia renovável sim, mas para benefício da natureza e das populações do mundo rural. Não para os interesses económicos de alguns. Este programa é indignante e mais indignante ainda que o tentem fazer passar à socapa. As estruturas que gerem e defendem o ambiente não podem ser ignoradas ou alteradas para benefício dos interesses económicos de alguns.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117385	Discordância	na mesma medida de estar em contra dos mega projectos Sophia e parecidos, estou em contra deste programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117384	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de XXX, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117383	Discordância	Como residente do Louriçal do campo sou contra os painéis na serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117382	Discordância	Manifesto a minha discordância com este programa tal como se encontra apresentado pois é lesivo do território, para as populações rurais e para o património natural devido à sua localização que vai potenciar a destruição de solo florestal e agrícola. Em Portugal parece que se dá autorização para avançarem projetos sem devido estudo e "depois logo se vê", se houver danos não é culpa de ninguém, fez-se porque tinha que se acelerar a transição energética mas nunca se pensam nas consequências que até podem ser mais nefastas do que se não se fizesse nada. Isto tem que acabar! As áreas a beneficiar num primeiro momento deveriam ser áreas já intervencionadas pelo homem, áreas artificializadas como coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros, etc) e deixar todas as outras áreas para uma fase posterior e só se fossem efetivamente necessárias, além de que se deveria começar pelas áreas mais densamente povoadas pois é aí que a energia será consumida e não colocar em áreas distantes e depois ainda terem que ser criadas infraestruturas de transporte da energia com todos os custos inerentes. É sempre para beneficiar poucos à custa de muitos, Basta!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117381	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117380	Discordância	Não à sua implementação. Energia Verde não implica destruir o futuro !!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117379	Discordância	Sou contra a colocação de painéis na serra pois alem de ser zona protegida. Tem um casto património natural. Pedras com formas de animais. Cascatas. Etc Querem privar as pessoas desta beleza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117378	Discordância	Boa tarde estou contra os painéis, por uma razão muito válida, nós necessitamos de árvores para poder respirar e viver, uma mancha negra não, ainda por cima querem utilizar parte protegida	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117377	Discordância	Assunto: Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117376	Discordância	Emprobrecimento da area que já é bastante diminuta. Crime ambiental Vão colocar energias renováveis na serra de Sintra ou na Comporta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117375	Discordância	---	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117374	Discordância	Protejam as florestas, protejam a Natureza.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117372	Discordância	Este projecto preocupa me e não encontrei informação suficientemente acessível para dar uma opinião informada	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117370	Discordância	NÃO ACEITO ESTA MEDIDA, NÃO QUERO DEIXAR DE TER NATUREZA, DE VIVER EM COMUNHÃO COM PLANTAS, ARVORES E ANIMAIS, HÁ TANTOS OUTROS SÍTIOS ONDE SE PODIA COLOCAR PAINÉS SOLARES COMO TELHADOS E COBERTURAS, NÃO HÁ NECESSIDADE DE DESTRUIR A NATUREZA PARA ISSO!!!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117369	Discordância	Não concordo com a destruição do habitat de animais, vegetação e árvores, a implementação da ZAER vai provocar aumento da temperatura, diminuição do oxigénio e acelerar as alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117368	Discordância	O país não precisa de mais extensões de painéis solares. Precisa é de mais floresta e melhor gestão. Mais soluções para refúgios em épocas de calor.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117367	Discordância	A minha posição é a mesma do documento que anexo, que apresenta a posição do Grupo Pro-Évora.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117366	Discordância	Como residente em São Vicente da Beira, discordo totalmente deste programa, esta serra é zona protegida, não para ficar cheiro de painéis solares irá completamente estragar a beleza desta serra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117364	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de cidadão do concelho de Évora, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117363	Discordância	Na qualidade de residente no concelho do Fundão, apresento a minha total oposição à proposta do PSZAER, exigindo a sua rejeição com base nos seguintes fundamentos técnicos e cívicos: 1- Escala Desproporcional e Desnecessária: O plano prevê afetar mais de 11.000 hectares no concelho do Fundão. O programa admite que 7% do território nacional tem aptidão para estas zonas, quando os próprios dados técnicos provam que menos de 1% seria suficiente para cumprir as metas energéticas nacionais. Esta massificação na Beira Interior é abusiva e injustificada. 2 - Agressão à Serra da Gardunha: A Serra da Gardunha é uma Paisagem Protegida Regional. A simplificação e aceleração de licenciamentos industriais (eólicos e solares) nas suas encostas e cumeadas causará danos irreversíveis na biodiversidade, na geodiversidade e nas linhas de água fundamentais que abastecem a região. 3 - Atropelo à Autonomia Local: Este modelo centralizado ignora as estratégias locais, atropela o Plano Diretor Municipal (PDM) do Fundão e anula a autonomia da governação local e a voz das populações afetadas. 4- Falta de Transparência: A ausência de cartografia exata e detalhada na documentação pública impede os cidadãos de conhecerem com rigor os terrenos que serão sacrificados, ferindo este processo de ilegalidade por omissão de informação. O interior não pode ser tratado como uma mera plataforma industrial destinada a gerar lucro para grandes empresas à custa da destruição do nosso património natural. Exijo a exclusão total da Serra da Gardunha e do concelho do Fundão deste plano setorial. Marta Bourbon Serra	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117362	Discordância	COMO SE PODE "SALVAR O PLANETA", DESTRUINDO QUILÓMETROS DE PATRIMÓNIO NATURAL? NÃO ÀS GIGANTESCAS ZONAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E SIM À REFLORESTAÇÃO MASSIVA DE FLORESTAS AUTÓCTONES!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117359	Discordância	COMO SE PODE "SALVAR O PLANETA", DESTRUINDO QUILÓMETROS DE PATRIMÓNIO NATURAL? NÃO ÀS GIGANTESCAS ZONAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E SIM À REFLORESTAÇÃO MASSIVA DE FLORESTAS AUTÓCTONES! Os fundamentos para não aceitar a construção da Central Solar Fotovoltaica Sophia e as Linhas de Muito Alta Tensão Associadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
117358	Discordância	Não concordamos e opomo-nos com os seguintes fundamentos: 1 - A Central Solar Fotovoltaica Sophia e as Linhas de Muito Alta Tensão Associadas, com uma área total de 1736.74Ha, (avaliação de impacto ambiental, nº 3800) está contígua a outras centrais solares fotovoltaicas, designadamente, Juncal – Vale Mourinho – Fajarda – Cabeço Vermelho – Pingona – Vale de Freixo – Monte do Conde e Coito Cabreiro, exploradas pelas empresas P2K RENOVAVEIS LDA, NIPC: 515611000, PENTAGAB, LDA, NIPC: 501973028 e COLOURSFLOW – UNIPESSOAL, LDA, NIPC: 516478540, todas na freguesia de Penamacor e de Pedrogão S. Pedro e Bemposta, no concelho de Penamacor. 2 – O Município de Penamacor e as Juntas de Freguesia de Penamacor e de Pedrogão S. Pedro e Bemposta não têm uma cópia em suporte de papel do Processo para consulta pública. 3 – No site do Participa.pt no índice estão identificados 77 anexos, mas não são passiveis de leitura 27 anexos. 4 – O Plano Diretor Municipal de Penamacor não prevê a construção de parques solares fotovoltaicos. 5 – Destruição da Flora, Fauna e habitat Naturais, designadamente locais de nidificação da cegonha preta e outras aves, bem como a destruição do ecossistema que permite a alimentação e sobrevivência das lontras e do lince e de outros mamíferos e répteis. 6 – Destruição da paisagem, substituindo um manto verde que produz oxigénio para um manto negro de vidro que reflete os raios solares aumentando a temperatura. 7 – Os solos tornam-se inférteis. 8 – Destruição da Floresta e a consequente perda de biomassa inerente a todas as ações de florestação	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
117357	Discordância	Vamos acabar com o crime ambiental que se está a tornar recorrente no nosso país com estes mega projectos que em nada contribuem para o desenvolvimento do país e da sua população. É só para enxergar os bolsos a alguns	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117356	Discordância	Exmo. Senhor Coordenador da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030, Venho, no âmbito do período de discussão pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestar a minha DISCORDÂNCIA relativamente à proposta apresentada, expondo os seguintes fundamentos: 1. Limitação da Gestão do Território e Autonomia Local. A proposta do PSZAER, ao impor áreas de aceleração com tramitação administrativa facilitada, limita excessivamente a capacidade de gestão dos municípios. A definição destas áreas desconsidera o ordenamento do território local e os Planos Diretores Municipais (PDM) já aprovados, podendo criar graves constrangimentos ao desenvolvimento socioeconómico, agrícola, florestal e turístico da região. 2. Impactos Ambientais, Ecológicos e Paisagísticos. A implantação massiva e concentrada de infraestruturas de energias renováveis acarreta riscos severos para os ecossistemas locais. A proposta carece de uma avaliação aprofundada sobre a fragmentação de habitats, a proteção da biodiversidade (flora e fauna) e a preservação da paisagem e do património cultural, elementos essenciais para a identidade e qualidade de vida das populações residentes. 3. Falta de Envolvimento das Comunidades Locais. O processo de transição energética não deve sobrepor-se às comunidades que habitam e dão vida aos territórios. A imposição de Zonas de Aceleração (ZAER) sem uma discussão prévia, transparente e vinculativa com as populações e autarquias locais fere os princípios da coesão territorial e da participação democrática. 4. Saturação do Território e Transição Justa. O território em questão já apresenta uma forte contribuição para a produção de energia de fontes renováveis. A sobrecarga de novas centrais eólicas, solares ou outras afeta desproporcionalmente a região, gerando impactos negativos cumulativos que não foram devidamente acautelados nos relatórios do programa. Pelo exposto, solicito que: A proposta do PSZAER seja revista de forma a excluir ou alterar substancialmente as áreas propostas no nosso território, acautelando os interesses locais. Seja garantido um parecer vinculativo por parte dos Municípios na aprovação de projetos inseridos nestas zonas. Sejam realizados estudos de capacidade de carga e impacto cumulativo a nível local antes da implementação de qualquer nova área de aceleração	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117355	Discordância	Este projecto preocupa me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117354	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117353	Discordância	Prejudica a fauna, a flora, as populações, o equilíbrio dos ecossistemas, tudo sem beneficiar localmente as populações com a energia que adviria destes projetos. Portugal precisa de um plano de mais espécies autocnes plantadas no território nacional, não precisa de extensões enormes de painéis solares…	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117351	Discordância	Este projeto reúne falta de informação pertinente que na minha opinião fundamenta a não continuidade do mesmo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117350	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos pessoas que vivem, passam tempo ou valorizam profundamente o Município de Odemira e o sul do Alentejo — uma região reconhecida pelas suas paisagens únicas, biodiversidade, tranquilidade e património cultural. Enquanto cidadãos que se preocupam com o futuro deste território, gostaríamos de contribuir para esta consulta pública. Queremos deixar claro que apoiamos as energias renováveis e a transição para um futuro mais sustentável. Muitos de nós procuramos ativamente reduzir o nosso impacto ambiental através de escolhas como a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, a plantação de árvores e a proteção do meio natural. As nossas preocupações não se prendem, por isso, com as energias renováveis em si, mas sim com a necessidade de garantir que projetos desta dimensão sejam planeados de forma responsável, transparente e com um envolvimento efetivo das comunidades que serão afetadas. Estamos preocupados com a possibilidade de mecanismos de planeamento acelerado, como as Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), poderem limitar, ainda que de forma não intencional, o tempo e o âmbito disponíveis para uma consulta pública verdadeiramente significativa e para uma avaliação ambiental detalhada e específica de cada local. Cada paisagem é única, e decisões desta dimensão devem basear-se não apenas nos objetivos nacionais em matéria de energia, mas também numa análise cuidada dos fatores ecológicos, sociais e culturais de âmbito local. Acreditamos que a transição para as energias renováveis será mais sólida e beneficiará de um maior apoio público quando as comunidades forem genuinamente envolvidas ao longo de todo o processo. Como exemplo, o projeto do Parque Fólico O Mira, previsto para a nossa região, contempla aerogeradores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117349	Discordância	O PSZAER propõe classificar uma extensão excessiva de território no interior do país — muito além das necessidades nacionais — como zonas de aceleração de renováveis, em áreas de interesse ambiental, agrícola e paisagístico, retirando-lhes a proteção da Avaliação de Impacte Ambiental. Portugal já é hoje referência europeia nesta matéria: no 1º semestre de 2026, 75,6% da eletricidade produzida foi renovável, 4º lugar na Europa. Aliás, a própria Avaliação Ambiental Estratégica do programa reconhece que o entrave real não é a falta de espaço, sol ou vento, mas a capacidade limitada de ligação à rede elétrica: da área mapeada, apenas 9-18% (solar) e 2-5% (eólica) será efetivamente utilizável. Ou seja, dos mais de 455 mil hectares identificados, a maioria nunca será ligada à rede — não havendo justificação para desproteger um território tão vasto, quando as metas de 2030 poderiam ser cumpridas com muito menos área, e melhor escolhida. Quem vive no interior sabe o que isto significa: solo artificializado, paisagem destruída, comunidades excluídas da decisão. Exijo a revisão do programa, garantindo que: • Nenhum projeto fique isento de AIA, dentro ou fora de uma ZAER; • Haja envolvimento e consulta prévia real das comunidades afetadas; • Se priorize a instalação em áreas já artificializadas — bermas de estrada, zonas industriais, parques de estacionamento, telhados — como aliás exige a Diretiva RED III, mas que o “mapa verde” nacional (menos de 2% em área artificializada) ignora. O interior de Portugal não pode continuar a ser território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117347	Discordância	Gardunha limpa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117346	Discordância	Considero este Programa um gravíssimo retrocesso na preservação do património natural e cultural dos concelhos em epígrafe, que, sob a proteção do uso deturpado dos conceitos de sustentabilidade e combate às alterações climáticas, se permitem a autorizar a devastação de extensas áreas de ecossistemas naturais, potenciando o atentado paisagístico da instalação massiva de infraestruturas de altíssimo impacto na fauna e na flora, para lucro de alguns grupos económicos. A transição energética poderá ser realizada com muitíssimo menor impacto através de programas como as Comunidades de Energia da EDP ou programas do mesmo âmbito, que preconizam a instalação de painéis fotovoltaicos em coberturas de edifícios, antes de devastar o território natural. O que deveria ser um plano estratégico para a sustentabilidade ambiental da presente e das futuras gerações, é atualmente uma carta branca para, mais uma vez, cometer atentados ambientais autorizados pelo Estado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117344	Discordância	NÃO A ESTE PROJETO!!! PSZAER! NÃO A ESTE PRPJETO!!! PSZAER! NÃO A ESTE PROJETO!!! PSZAER! Ex.mos Senhores Onde está a evolução? na eliminação das arvores?? dos Sobreiros, Pinheiros,...? onde fica a a diversidade de animais , plantas, arvores... Senhores Querem transformar Portugal em terra Árida?? Isto é um ESCANDALO . A maneira como estão A CONDUZIR A SITUAÇÃO, ainda para mais, com o povo distraído com o futebol!! NÂO SE FAZ!! Temos que defender a Natureza e não vender energia para o estrangeiro, para os Data Centers	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117343	Discordância	Sr. Primeiro Ministro Uma desilusão QUE VERGONHA Por um Portugal Inteiro!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117342	Discordância	Estão a dar cabo do nosso país. Plantem árvores e ponham os painéis em telhados.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117341	Discordância	A minha oposição a estes projetos, tem em conta o facto de les colidirem e estarem a ser implantados em zonas de aptidão agrícola colocando em causa os projetos agrícolas e a proteção da natureza, pelo que merece a contestação destes megaprojetos eólicos e fotovoltaicos que são um entrave ao turismo de natureza.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117340	Discordância	I am not okay with this!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117338	Discordância	A perda de autonomia por parte dos Municípios e o enorme prejuízo para as populações	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117337	Discordância	Quero energia limpa, mas não quero destruir paisagens únicas. Não quero perder biodiversidade. Não quero comprometer a agricultura, a saúde e o futuro das nossas aldeias. Existe uma alternativa: uma transição energética equilibrada, transparente e construída com as comunidades. Consultar e colaborar com as comunidades e essencial e justo em cada etapa destes projectos. Discordo em destruir a natureza para um projecto destes. Estamos a perder espaços naturais todos os dias e a prioridade é preservar e valorizar os espaços naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117336	Discordância	Este projecto é uma aberração e ainda por cima vem com um nome enganador... Isto não é transição energética sustentável, isto é destruição do nosso património natural. Não a projectos econômicos que destroem espaços naturais. A natureza é a nossa riqueza e já é tempo de olharmos para o meio natural com respeito por todos os seres que o habitam. Não a mais destruição do nosso bem maior.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117335	Discordância	Areas de cultura e paisagem de interesse geral à população . Da qual a população não beneficia deste projeto na forma como está desenhado e nos locais onde está inserido .	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117334	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Na qualidade de habitante do concelho de Mortágua, venho por este meio apresentar a minha discordância no âmbito da consulta pública do PSZAER. Após a análise dos documentos, apresento as seguintes propostas de alteração e salvaguarda: 1. O concelho de Mortágua tem um longo historial de serviço ao bem comum nacional que não tem tido o devido retorno económico para a sua população. Há mais de 40 anos que a Barragem da Aguieira ocupa uma área significativa do nosso território, cumprindo funções críticas de produção de energia, reserva estratégica de água e prevenção de cheias para o país. No entanto, o impacto local desta infraestrutura em termos de criação de riqueza tem sido residual. Mortágua já é um "território sacrificado". Não podemos aceitar que, a este fardo histórico, se some agora a ocupação de mais de metade do concelho (52%) com painéis e eólicas. 2. A proposta para Mortágua revela um desequilíbrio territorial inaceitável. Enquanto a média de ocupação potencial por ZAER Solar para a CIM Região de Coimbra é de 10,9%, o concelho de Mortágua apresenta uma incidência de 46,6% apenas para tecnologia solar fotovoltaica. O concelho é identificado como um dos poucos em Portugal onde a incidência de ZAER solar ultrapassa os 25% da área total, o que o coloca em extrema pressão. No total (energia solar e eólica), 52,1% do território municipal está mapeado como zona de aceleração. Utilizando os valores para a energia solar, a comparação com os concelhos limítrofes demonstra que Mortágua está a ser transformado num "território-sacrifício": • Mortágua: 46,6% • Tondela: 23,4% | Anadia: 21,2% | Águeda: 15,1% | Penacova: 14,1% | Santa Comba Dão: 12,1% | Mealhada: 8,2%. Esta disparidade viola o princípio da coesão territorial e da distribuição equilibrada de encargos defendido	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
117333	Discordância	Os painéis devem ocupar espaços tais como telhados e dar rendimento a todos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117332	Discordância	Destruir a natureza para a salvar, não faz sentido nenhum. Temos que parar com isto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117331	Discordância	Discordo com o programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), a transição energética não dever ser feita desta forma. Existem outras alternativas que já estão a ser utilizadas noutros países, instalação de painéis nos telhados, nas autoestradas, nos caminhos de ferro...,deviam era fazer projetos para reflorestar o pais. Só negócios para alguns!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117330	Discordância	Pelos impactos ambientais negativos que se vão prolongar para as próximas gerações. Cobrir campos com painés não será a solução. Campos Agricolas e ecossistemas equilibrados não podem ser destruidos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117328	Discordância	Venho por este meio manifestar o meu profundo desacordo e oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) atualmente em consulta pública. Põem em risco ecossistemas sensíveis, a conservação de espécies protegidas e a integridade de paisagens naturais valorizadas pelas comunidades. As florestas são o nosso património natural! Os portugueses não merecem isto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117327	Discordância	A transição energética deve ser feita a uma escala local onde cada cada, cada edifício público, cada infrastrtutura já existente é dotada de sistemas de painéis fotovoltaicos para produção de energia que alimente a comunidade circundante. Sem pôr em caixa os ecossistemas naturais que são eles, primeiramente, a defesa mais eficaz contra as alterações climáticas. Destruir hectares e hectares de ecossistemas naturais é caminhar em direção ao abismo, não é, nem nunca será uma transição energética saudável. Claro que se torna evidente que isto não é mais do que um grande negócio para alguns à custa do bem estar do planeta, das árvores, das plantas, da fauna local e, em última instância das populações que vivem nestes territórios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117326	Discordância	Falta de informação coerente e efectiva, sobre todas as fases do processo, impactos negativos da implementação extensiva de parques solares e eólicos nas actividades agrícola, florestal, produção animal entre outras. Impactos no solo da instalação dos equipamentos, possibilidade de contaminação territorial e aquífera. Dimensão necessária para autoficiencia energética portuguesa. Impacto negativos da obtenção de materiais para a construção dos ditos parques solares e eólicos. Correlação dos impactos negativos vs positivos entre os diferentes tópicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117325	Discordância	Eu Maria Ofelia Moura Correia de Sa , residente em Gondomar, Porto, Rio Tinto venho por este meio manifestar a minha DISCORDÂNCIA às PSZAER pelas seguintes razões: 1) Tiram poder às autarquias e as pessoas residentes: decisões importantes sobre o nosso território passam a ser tomadas de forma centralizada sem a voz real das comunidades e das pessoas que cá vivem. 2) risco para o trabalho e o rendimento local: vão ser ocupados terrenos agrícolas e naturais prejudicando agricultura a caça e as atividades rurais que alimentam a nossa economia local. 3) o turismo rural e o turismo da natureza: grandes áreas de painéis solares e parques eólicos destroem paisagens e reduzem os visitantes que procuram as nossas terras e o nosso património. 4) perda de património e identidade: paisagens lugares de caça rotinas agrícolas e memórias locais podem desaparecer com projetos industriais na paisagem. 5) benefícios mal distribuídos: lucros empregos e contractos ficam com as grandes empresas as comunidades recebem poucos grandes e suportam na totalidade os impactos negativos. 6) especulação e subida de preços da terra: a procura por terrenos pode inflacionar preços prejudicando moradores e pequenos agricultores. 7) falta de proteção ambiental e de saúde das populações: a dispensa de avaliações de impacto ambiental e de saúde pública dentro das ZAER REDUZ A ANÁLISE VERDADEIRA DOS RISCOS CLIMÁTICOS E AMBIENTAIS PARA A SAÚDE DOS RESIDENTES. 8)impactos cumulativos e irreversíveis: milhares de hectares convertidos em painéis solares podem alterar o microclima a bacia hidrográfica e a biodiversidade de forma permanente nas nossas regiões. 9) custo social e económico para os moradores injusto: custos de adaptação da rede e apoio em infraestruturas podem ser pagos por todos os residentes sem um benefício local proporcional. 10) viola o princípio legal e constitucional das populações de precaução: com incertezas sobre efeitos no	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117324	Discordância	Impacto Ambiental: A criação de uma "via verde" administrativa dispensa ou simplifica Avaliações de Impacto Ambiental, pondo em risco a biodiversidade, os aquíferos e os solos agrícolas/florestais. Défice Democrático: O modelo centraliza as decisões, atropelando o ordenamento do território das autarquias e ignorando a voz das comunidades locais. Modelo Industrial vs. Local: Priorizam-se mega-projetos de grandes fundos em espaço natural, em vez de se apostar na descentralização (painéis em coberturas urbanas) e em Comunidades de Energia Renovável que combatem a pobreza energética local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117323	Discordância	Sou completamente contra a implementação de energias renováveis na natureza, daqui a pouco temos florestais inteiras cheias de metal...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Desfarguem-nos as paisagens!	Obrigada pela sua participação.
117322	Discordância	Reivindico: 1. Reabrir e prolongar o período de discussão pública, atualmente a decorrer entre 17 de junho e 15 de julho de 2026 — 20 dias úteis, em pleno verão —, para um prazo mínimo de 90 dias, com sessões presenciais em todos os distritos afetados. Um instrumento que classifica 7% do território continental como zona de aceleração, uma consulta de mais de 800 páginas, não pode ser discutido num mês. 2. Excluir explicitamente das ZAER todos os solos com aptidão agrícola, solos com uso agroflorestal ativo, áreas de montado, e qualquer área em conflito com PDM ou PMOT em vigor. 3. Manter obrigatória a Avaliação de Impacte Ambiental - As manchas das ZAER são apenas indicativas — nem sequer existe, na consulta pública, um mapa consultável por concelho; apenas figuras estáticas dispersas em centenas de páginas de relatórios técnicos. Os impactes reais só serão avaliados em fases posteriores de projeto — mas é exatamente nessa fase que a AIA está a ser dispensada. O resultado é um vazio: ninguém avalia, em concreto, o impacte real no terreno. 4. Tornar vinculativos os mecanismos de participação e benefício local — as comunidades onde os projetos se instalam têm direito a co-decidir e a partilhar os benefícios económicos. Os próprios relatórios técnicos do PSZAER já recomendam um Plano de Benefícios Locais validado pelo município; falta apenas torná-lo obrigatório, e não uma sugestão.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117321	Discordância	Cuidar a natureza é cuidar o humano. Destruir a natureza é crime contra a Humanidade. Que sejam investigados os que vão ganhar Milhões com estes atos de vandalismo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117320	Discordância	Pelo amor de Deus não avancem com isto! Isto é falsa transição energética. Construam parques de painéis solares nas zonas já sem árvores! Não, não, não. Vejam como as temperaturas estão já demasiado quentes com máximas históricas a serem atingidas, vejam os rios atmosféricos e o que fizeram passar este país no Inverno passado. Basta!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117318	Discordância	Desaprovado	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117317	Discordância	A implantação de energias renováveis pela instalação de painéis fotovoltaicos, num país de pequenas como o nosso, não se Pode fazer sacrificando as populações. Retirando as populações do interior uma das poucas riquezas que têm: o espaço. O espaço que faz falta para o turismo, para os animais selvagens, para a vegetação autóctone, para pastagens , para campos que alimentam abelhas. Acrescentar aos milhares de painéis que já estão instalados, outros centenas de milhares de painéis é destruir a população Beirã, destruir o que lhes dá sustento: a agricultura, a pecuária , o turismo , a caça , a apicultura e outras atividades correlacionadas. Há alternativas, os suíços encontraram essas alternativas e não sacrificaram a população Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117314	Discordância	Reconheço a importância da transição energética, da redução das emissões de gases com efeito de estufa e do aumento da produção de energia proveniente de fontes renováveis. No entanto, considero que estes objetivos devem ser compatibilizados com a proteção do território, da biodiversidade, da paisagem, da qualidade de vida das populações e do desenvolvimento sustentável das regiões. A delimitação das zonas propostas suscita preocupações relativamente aos seguintes aspetos: Potencial impacto sobre ecossistemas sensíveis, habitats naturais e espécies protegidas; Alteração significativa da paisagem e do património natural e cultural; Possíveis consequências para atividades económicas existentes, como a agricultura, a silvicultura, o turismo e outras atividades que dependem da valorização do território; Impactos cumulativos resultantes da concentração de múltiplos projetos de energias renováveis na mesma região, sem uma avaliação suficientemente abrangente; Potenciais efeitos na qualidade de vida das populações locais, nomeadamente devido ao ruído, impacto visual, ocupação extensiva do solo e alteração da identidade das comunidades. Considero igualmente essencial que qualquer planeamento desta natureza seja acompanhado por estudos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117313	Discordância	"Quando a último rio for poluído, a última árvore for deitada abaixo, o último peixe for tirado de dentro de água, só aí vocês vão perceber k dinheiro não se come!" Os responsáveis pelo pronecto em questão, não estão a praticar a democracia, pois tomam as decisões baseadas neles próprio sem sequer consultar as opiniões do povo que os elegeram!"	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117310	Discordância	NÃO PASSARAM!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117309	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de residente no concelho de Castelo Branco e de apicultor, venho por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à implementação dos projectos de energias renováveis previstos para a nossa região. Embora reconheça a importância das energias renováveis na transição energética e na redução das emissões de gases com efeito de estufa, considero que a localização e a dimensão destes projectos poderão ter impactos negativos significativos no ambiente, na biodiversidade e nas actividades económicas locais. Em particular, preocupa-me o impacto sobre a apicultura, actividade que desempenha um papel fundamental na polinização das culturas agrícolas e na manutenção dos ecossistemas. A alteração do habitat natural, o aumento da perturbação ambiental e a redução das áreas de alimentação das abelhas podem comprometer a saúde das colónias e a produtividade dos apicultores da região. Adicionalmente, a instalação destas infraestruturas implica, em muitos casos, o abate de árvores e a destruição de áreas florestais e de vegetação autóctone. Esta situação contribui para a perda de biodiversidade, para a degradação da paisagem, para a redução da capacidade de retenção de carbono e para o enfraquecimento dos habitats de diversas espécies animais e vegetais. Considero, por isso, que devem ser estudadas alternativas de localização que minimizem os impactos ambientais e socioeconómicos, privilegiando áreas já degradadas, terrenos industriais ou outras zonas que	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117308	Concordância	Sem comentários	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117306	Discordância	Coloquem os seres vivos , acima dos valores económicos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117305	Discordância	Discordo da implementação de energia renováveis em áreas em que se destrua a biodiversidade e se abatam árvores, tudo é necessário e tudo tem o seu devido lugar, não faltam áreas urbanas onde se possam instalar painéis e eólicas em que o impacto com os animais e natureza não seja tão evidente com nas nossas matas ou campos.... Quem está nos gabinetes e toma decisões deveria ser mais sensível a estes pormenores..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117304	Discordância	SOU TOTALMENTE CONTRA ESTE PROJECTO, NAO É DO INTERESSE NACIONAL, QUEREMOS UM PAIS LIVRE DE INVESTIMENTOS PREDATÓRIOS ESTRANGEIROS. JÁ TEMOS ECONOMIA VERDE SUFICIENTE. NAO PERMITIREMOS A DETERIORACAO DO NOSSO PAIS PARA ENRIQUECER ALGUNS E O PAÍS NAO ESTÁ A VENDA. NUM PAIS ONDE 80% DO QUE CONSUMIMOS NAO É PRODUZIDO NO PAIS, É CONTRAPRODUCENTE ESTAR O OCUPAR TERRENOS FERTEIS COM PROJECTOS INUTEIS, ATÉ PORQUE A ENERGIA PARA O CONSUMIDOR FINAL CADA VEZ É MAIS CARA.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117303	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Manifesto a minha profunda preocupação face ao impacto do PSZAER na minha região, o Oeste Alentejano, bem como a forma como este programa poderá afetar as restantes regiões do país, caso não se proceda a um diálogo efetivo com as populações das áreas visadas. Preocupa-me a capacidade do PSZAER em realmente assegurar que tanto o diálogo como as decisões sejam tomadas em conjunto com as populações das áreas afetadas. Este processo deve, imperativamente, permitir que os cidadãos locais decidam, em articulação com as empresas promotoras, o número de turbinas eólicas e painéis solares a instalar e os locais mais adequados para a respetiva implementação. É igualmente fundamental assegurar que as medidas compensatórias sejam justas e permanentes, vigorando durante todo o período de vida útil dos parques eólicos e das instalações de painéis solares. Portanto, apresento a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica vendo que as condições citadas acima não estão asseguradas. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117301	Discordância	A instalação de uma mega central fotovoltaica a apenas 5 km de Évora gera impactos significativos que afetam a identidade e o equilíbrio da região. Para os Habitantes e Meio Rural: A ocupação de centenas de hectares destrói o tecido agrícola tradicional e o montado de sobro. A perda de solos férteis afasta as comunidades locais da pastorícia e da agricultura, descaracterizando a vivência rural alentejana. Para os Turistas e Paisagem (Estética): Évora é Património Mundial da UNESCO pela sua harmonia com a planície. A substituição do horizonte natural por um "mar" de painéis espelhados e vedações metálicas causa uma rotura estética grave. O turismo perde atratividade, pois quem visita a região procura o sossego da paisagem cultural e não um cenário industrializado. Para a Fauna e Flora: A vedação do perímetro bloqueia as rotas de passagem de mamíferos e fragmenta habitats. A limpeza do terreno elimina a flora nativa, destruindo as áreas de alimentação e nidificação de aves estepárias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117300	Discordância	Qualquer uma das áreas envolvidas será afectada negativamente pelo impacto no ecossistema! Há em todo o território milhares de telhados de habitações e indústria nos quartos podem ser instalados painéis, com b muito menor impacto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117299	Discordância	Discordo com a destruição de florestas ou ocupação de terrenos agricolas para colocação de paneis solares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117298	Discordância	Não concordo com esta medida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117296	Discordância	Concordo integralmente com a posição da Câmara Municipal da Sertã, município da minha residência, tornada publica, no seu site a 13/07/2026, que trancrevo: "O Município da Sertã vai apresentar o seu parecer desfavorável à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER), atualmente em consulta pública, por considerar que a delimitação das áreas propostas para o concelho levanta preocupações significativas quanto aos seus impactos no território e não salvaguarda adequadamente as suas especificidades ambientais, paisagísticas e socioeconómicas. Apesar de o Município da Sertã reconhecer a importância da transição energética, compromisso que se reflete nas diversas instalações de produção de energia renovável existentes no concelho, entende que a aceleração deste processo não pode ser feita à custa da concentração excessiva de novas infraestruturas num território ambientalmente sensível, de elevado valor paisagístico e fortemente marcado pela atividade florestal, pela valorização dos recursos naturais e pelo turismo de natureza, conforme se lê no parecer remetido ao Governo. No referido parecer, o Município considera ainda que a proposta do PSZAER suscita dúvidas quanto à coerência metodológica utilizada na delimitação das áreas, à atualização da informação territorial que lhe serve de base, à ausência de uma efetiva proporcionalidade territorial na distribuição das zonas propostas e à insuficiente avaliação dos impactes cumulativos decorrentes da concentração de projetos de produção de energia renovável. Sublinha igualmente que esta proposta entra em conflito com vários objetivos da estratégia de desenvolvimento territorial do concelho da Sertã, assente na valorização dos recursos endógenos, na preservação da paisagem, na proteção da biodiversidade e na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, colocando em causa valores essenciais para a qualidade de vida da população e para atividades económicas que dependem diretamente da conservação da natureza e da identidade do território. Para Carlos Miranda, Presidente da Câmara Municipal da Sertã, "a transição energética é um objetivo que todos partilhamos e para o qual o concelho da Sertã já tem dado um contributo relevante. No entanto, não podemos aceitar que esse objetivo seja concretizado através de soluções uniformes, desenhadas a partir de uma visão centralista que ignora as especificidades dos territórios do interior. A paisagem, a floresta, a biodiversidade e os recursos naturais são ativos estratégicos que sustentam a qualidade de vida das	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117295	Discordância	Porque somos um país de sol temos que o vender? Que interesses servem a instalação de km2 de painéis solares se a nós nos prejudica? Querem destruir o nosso meio ambiente em nome de quê? Um país já tão maltratado em termos de fogos florestais, quem lucra com este negócio? Mil vezes NÃO aos mega projectos que acabarão com Portugal tal como o conhecemos...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117294	Discordância	Não concordo com a destruição das paisagens. Existe outras maneiras de criar centrais fotovoltaicas, em parques de estacionamento.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117293	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117292	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117291	Discordância	Nao precisamos de mais energias renovaveis, precisamos de taxar as grandes empresas, travar a produção e investir na agricultura tradicional e na preservação dos nossos espaços verdes. É incongruente destruir a natureza com o suposto propósito de a salvar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117290	Discordância	Discordo do modelo de aceleração da energia solar fotovoltaica quando este assenta, ainda que parcialmente, na desmatação de áreas florestais e na ocupação extensiva de solo natural ou agrícola. Não me oponho à energia solar nem aos objetivos de descarbonização de Portugal e da União Europeia; discordo, sim, de que a forma mais rápida ou mais barata de acelerar a produção fotovoltaica passe por transformar floresta, montado ou solo agrícola produtivo em centrais solares, quando existem alternativas de localização amplamente subaproveitadas no país. Uma floresta madura não é um terreno disponível à espera de outro uso: armazena carbono há décadas, regula a temperatura local, favorece a infiltração de água, protege o solo da erosão e sustenta biodiversidade. O abate de coberto arbóreo cria uma dívida de carbono que só é paga, na melhor das hipóteses, ao fim de muitos anos de produção de eletricidade limpa, e elimina serviços ambientais que uma central fotovoltaica não repõe. A instalação em solo florestal implica ainda vedações, acessos e linhas elétricas que fragmentam corredores ecológicos, isolando populações de fauna e aumentando o risco de extinção local — um efeito que ultrapassa largamente a área ocupada pelos painéis. Num país já vulnerável à desertificação, a mobilização de terreno e a remoção de vegetação aumentam a erosão e reduzem a capacidade de infiltração, agravando riscos que as alterações climáticas já intensificam. A escala das centrais propostas, frequentemente com centenas de hectares contíguos, tem também um impacte paisagístico e social relevante, concentrando custos ambientais em municípios do interior enquanto os benefícios energéticos se distribuem sobretudo pelos grandes centros de consumo — uma assimetria que gera contestação e pode, paradoxalmente, atrasar a própria transição energética. A raiz do problema é económica: o custo privado por megawatt instalado é mais baixo numa central de grande escala em solo do que na soma de milhares de coberturas dispersas, mas essa comparação ignora sistematicamente custos que ficam fora do balanço do promotor — perda de carbono armazenado, degradação do solo, fragmentação ecológica, intrusão paisagística e custos de desativação no final da vida útil. Trata-se de uma clássica falha de mercado, agravada pelo facto de os custos ambientais se manifestarem a longo prazo, ao passo que os benefícios financeiros se concentram nos primeiros anos do projeto. Existem, contudo, alternativas de localização maduras e ainda pouco exploradas em Portugal: o potencial técnico de coberturas é estimado em cerca de 28 GW; parques de estacionamento podem ser cobertos com estruturas fotovoltaicas sem consumir solo adicional; corredores ferroviários e rodoviários oferecem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117289	Discordância	Manifesto a minha total discordância face ao PSZAER. A pressa na transição energética não pode legitimar a destruição da natureza nem a industrialização massiva do território. A colocação de mega-centrais fotovoltaicas destrói ecossistemas locais e impermeabiliza solos. Mesmo os terrenos classificados como "degradados" ou de baixa produtividade não devem ser sacrificados: estas áreas mantêm um valor ecológico crucial e o potencial de serem totalmente recuperadas através de projetos de restauro da natureza, reflorestação e sequestro de carbono. Cobri-las com milhares de painéis solares anula definitivamente essa hipótese de regeneração. A energia solar deve ser canalizada obrigatoriamente para áreas urbanas, coberturas de edifícios e zonas industriais já consolidadas. A transição deve ser feita descentralizando a produção através do autoconsumo, protegendo sempre o nosso património natural. Não podemos salvar o clima destruindo a biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117288	Discordância	Coloquem os painéis solares em cima dos edifícios, a começar pelos públicos e depois pelos privados. Não matem os terrenos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Acelerar, sim — destruir, não. energia do futuro deve iluminar a Beira Baixa, não apagá-la. Portugal merece uma transição energética que proteja o território, valorize as pessoas e garanta um futuro saudável e sustentável para as próximas gerações.	
		Acelerar, sim — destruir, não. energia do futuro deve iluminar a Beira Baixa, não apagá-la. Portugal merece uma transição energética que proteja o território, valorize as pessoas e garanta um futuro saudável e sustentável para as próximas gerações.	
117287	Discordância	Acelerar, sim — destruir, não. energia do futuro deve iluminar a Beira Baixa, não apagá-la. Portugal merece uma transição energética que proteja o território, valorize as pessoas e garanta um futuro saudável e sustentável para as próximas gerações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
		Acelerar, sim — destruir, não. energia do futuro deve iluminar a Beira Baixa, não apagá-la. Portugal merece uma transição energética que proteja o território, valorize as pessoas e garanta um futuro saudável e sustentável para as próximas gerações.	
		Acelerar, sim — destruir, não. energia do futuro deve iluminar a Beira Baixa, não apagá-la. Portugal merece uma transição energética que proteja o território, valorize as pessoas e garanta um futuro saudável e sustentável para as próximas gerações.	
117286	Discordância	Pelo um mundo melhor, salvaguardar o nosso meio ambiente e que o governo arranje outras formas!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117285	Discordância	usa edificios nao punha paneis no campo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117284	Discordância	Este programa se for aprovado afetará negativamente várias regiões do interior do país, que já apresentaram diversas vezes os fatores pelos quais somos contra as centrais fotovoltaicas. devem sim ser aprovados programas para que a população em geral e as empresas possam optar por energias renováveis, nas suas casas e nos seus estabelecimentos. Não ser usados os espaços uteis para agricultura e floresta, essas são o meio de subsistência de muitos no interior esquecido do nosso país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117283	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Para alem de anexar um fichero PDF detalhado, informo-vos que estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117282	Discordância	Eu, Maria Elisa Soares Gralha Nogueira, residente na Freguesia de Enxames, Concelho do Fundão, Distrito de Castelo Branco, venho pronunciar-se negativamente quanto ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porquanto considero que o processo de consulta pública não é transparente dado que omite a cartografia dos territórios, ou seja, faltam os mapas concretos das futuras delimitações das ZAER (Zonas de Aceleração de Energias Renováveis) que me permita perceber o que realmente está em causa com este programa. Contudo, defendo a produção de energia limpa, mas defendo também algo que para mim é inegociável: a proteção do território, da paisagem, da população e das oportunidades de futuro da minha terra. A transição energética é um objetivo que todos partilhamos. Mas só será verdadeiramente bem-sucedida se for construída com transparência, diálogo e respeito pelas comunidades locais, pelo que é fundamental garantir que os benefícios da produção de energia renovável não sejam alcançados à custa da perda da identidade do nosso território, da desvalorização da paisagem ou da diminuição da qualidade de vida de quem aqui vive, trabalha e nos visita.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117281	Discordância	Processo inadequado com sustentação em mapas que não correspondem. Solos agrícolas, fauna, flora, recursos hídricos em causa. Onde estão as avaliações de impacto ou que importância lhes dão? Por um Portugal com espaços verdes não energia verde! Que a energia verde se plante em cima de estruturas já existentes e não em espaços importantes para a agricultura, para os animais e para as populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117279	Discordância	Discordo pelas razões explicitadas no texto anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117278	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão da Serra da Estrela, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares e eólicos de dimensão industrial, apresentados como solução prioritária para o cumprimento das metas do PNEC 2030. É o caso do Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Ponto 0 – Falha estrutural do processo de decisão Antes de analisar o conteúdo do plano, importa assinalar uma falha estrutural que compromete toda a sua credibilidade técnica e a própria legitimidade da presente consulta pública. A compatibilização entre interesses concorrentes não pode ser presumida; tem de ser demonstrada. O PSZAER demonstra o potencial energético das áreas propostas, mas não demonstra, com igual rigor, que a sua ocupação constitui a solução de menor impacto ambiental, territorial, económico e social face às alternativas possíveis. O PSZAER propõe afetar cerca de 7% do território continental à instalação acelerada de grandes infraestruturas energéticas. Trata-se de uma das maiores transformações do uso do solo alguma vez propostas em Portugal. No entanto, uma decisão desta magnitude é apresentada sem qualquer avaliação económica integrada das perdas de capital natural e dos serviços de ecossistema que serão inevitavelmente sacrificados. O plano identifica os benefícios da produção de energia renovável, mas não quantifica os custos associados à perda de produtividade agrícola e florestal, à degradação da paisagem, à fragmentação dos ecossistemas, à redução da biodiversidade, à alteração dos serviços hidrológicos, ao armazenamento de carbono, à polinização, ao turismo de natureza, ao património cultural e identitário ou aos inúmeros outros serviços que estes territórios prestam gratuitamente à sociedade, à economia nacional e à saúde e bem-estar das populações. Sem esta avaliação é impossível determinar se os benefícios líquidos do plano justificam os custos ambientais, sociais e económicos que impõe ao território. Não existe uma verdadeira análise custo-benefício, mas apenas uma valorização unilateral dos ganhos esperados da produção elétrica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117277	Discordância	Não concordo com a implantação de energias renováveis, sem que haja algum tipo de beneficio para as populações locais. Não se pode destruir a nossa floresta, que arde cada vez mais um pouco todos os anos, só porque traz mais lucro... e as pessoas locais ? Haja respeito acima de tudo, pelo o que é nosso !	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117276	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm promovido megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única para as metas do PNEC2030. É o caso do Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Rejeito integralmente este plano pelos seguintes motivos: Ambiente e Biodiversidade O plano é menos rigoroso que estudos anteriores (LNEC): retirou montados, olivais, vinhas e geoparques da lista de exclusão. Reduziu a distância de proteção a zonas húmidas de 500 para 50 metros. Classifica áreas como “baixa sensibilidade” ignorando o seu valor agrícola e paisagístico. Não avalia o impacto cumulativo de projetos contíguos, fragmentando habitats e corredores ecológicos (lince-ibérico, aves de rapina), e omite proteção a peixes, anfíbios e répteis. Os afastamentos são insuficientes: 3-5 km a áreas protegidas para eólicas (deveria ser ≥5 km); 1 km a habitações para eólicas (deveria ser ≥2 km, dados os infrassons de aerogeradores de 6MW+); apenas 200 m a habitações para solares, sem mitigar impactos térmicos e visuais do albedo dos painéis. O plano ignora como a artificialização do solo agrava ondas de calor. Há casos (Fundão) com apenas 70 m de afastamento real. Impacto Socioeconómico Omite os “custos totais do sistema” (linhas, subestações, baterias), pagos por todos via tarifas — violando o	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117274	Discordância	Os painéis fotovoltaicos deverão ser instalados nos topos e fachadas dos exercícios, nas cobeturas de parques de estacionamento, nos separadores das auto estradas mas nunca em locais que ponham em causa a biodiversidade e os recursos verdes do nosso planeta!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117272	Discordância	A transição para longe dos combustíveis fósseis é crucial. No entanto, grandes parques solares não são a solução. Portugal é abençoado com belas paisagens naturais, mas sofre com incêndios florestais e escassez de água . Os parques solares destroem modos de vida tradicionais, aumentam o risco de incêndios e agravam a seca. Existem alternativas aos grandes parques solares. Estas devem ser exploradas. Portugal não deve se tornar o parque industrial do resto da Europa! Boa tarde, Discordo da instalação de Painéis Solares e de Turbinas Éolicas em espaços rurais e de elevada Biodiversidade. A natureza do território Português deve ser preservada, é o nosso Bem Comum. Os Painéis Solares podem ser instalados nos telhados, na cidade, mas não em áreas protegidas. Cumprimentos, Luisa Geraldes	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117271	Discordância		Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117270	Discordância	Venho, por este meio, manifestar o meu total desacordo relativamente ao Programa Sectorial das Zonas de Aceleração para a Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a necessidade de reduzir as emissões de carbono e de procurar alternativas aos combustíveis fósseis, considero que a atual proposta representa uma falsa transição energética, conduzida à custa da destruição de ecossistemas naturais, da paisagem e da qualidade de vida das populações. É profundamente contraditório que, em nome da proteção do ambiente, se preveja a ocupação de vastas áreas naturais com painéis solares e infraestruturas eólicas. A substituição de solos vivos, florestas, zonas agrícolas e habitats por extensos parques energéticos levanta sérias questões ambientais, ecológicas e sociais. Não podemos aceitar que a solução para a crise climática implique sacrificar parte significativa do território e da biodiversidade que ainda subsistem. Preocupa-me, igualmente, a fragilidade do papel atribuído às entidades responsáveis pela proteção da natureza, nomeadamente o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), bem como a reduzida capacidade de influência das associações ambientalistas e das comunidades locais em decisões que terão impactos profundos e duradouros nos territórios. As populações afetadas não parecem retirar benefícios proporcionais aos custos ambientais e paisagísticos que lhes são impostos. Pelo contrário, correm o risco de assistir à transformação irreversível das suas regiões sem garantias claras de retorno económico, social ou energético. Existe ainda o receio legítimo de que este modelo favoreça interesses económicos privados e grandes consumidores de energia, sem assegurar uma repartição justa dos benefícios produzidos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117269	Discordância	Enquanto se revela inquestionável a utilização de energias renováveis para fazer face à demanda energética da nossa sociedade, temos que nos questionar "a que custo". Acelerar este processo da forma prevista é perigoso, é danoso para habitats naturais e para algumas populações. Não podemos camuflar de "verde" o verde que vamos perder para a instalação desenfreada de painéis solares e outros pelo nosso país fora. Façamo-lo, sim, em zonas cobertas, em todos os edifícios deste país, em parques de estacionamento, em fábricas, em escolas. Em toda a parte já coberta por betão. Respeitem a Natureza, pois sem ela, o nosso futuro está condenado!! Digam SIM ao verde que ainda nos resta!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117268	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117264	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para a Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação.
		Apoio plenamente os objetivos da transição energética e reconheço a necessidade de desenvolver as energias renováveis para combater as alterações climáticas. No entanto, esta transição deve ser realizada de forma equilibrada, protegendo o património natural, as florestas, os terrenos agrícolas, a biodiversidade, as paisagens e as comunidades rurais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Estou profundamente preocupada com a identificação de vastas áreas destinadas à instalação futura de infraestruturas energéticas na nossa região. Um planeamento desta dimensão poderá transformar de forma duradoura territórios rurais cujo valor ecológico, paisagístico e humano é excecional.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Embora o meu concelho não seja o mais diretamente afetado no cenário principal, os concelhos vizinhos, nomeadamente Arganil e Oliveira do Hospital, são fortemente abrangidos. As consequências ambientais, paisagísticas e sociais ultrapassam largamente os limites administrativos e dizem respeito a toda a nossa região.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		Vivo nesta região e escolhi construir aqui a minha vida precisamente pela qualidade do seu ambiente natural. As florestas, os rios, as terras agrícolas e as paisagens constituem um património comum que define a identidade do nosso território e contribui para a qualidade de vida dos seus habitantes, bem como para a sua atratividade.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117263	Discordância	A implantação de energias renováveis no nosso país é indiscutivelmente importante para o progresso ecologico e para independência energética. Contudo o programa apresentado apresenta falhas que poderão comprometer no futuro a sustentabilidade das zonas definidas. Conforme indicado no relatorio temático - integração de informação especializada, "...Todo o exercício em curso é função das limitações da informação cartográfica para o país...", ou seja, as zonas classificas como ZAER poderão efetivamente constituir áreas de interesse ecologico, economico, paisagistico e patrimonial, que por falhas na catografia atual não foram consideradas e assim passarão a integrar indevidamente as ZAER. Por outro lado a instalação de projectos desta natureza e magnitude não devem estar isentos da adequada avaliação ambiental. Pelo que discordo em absoluto com o caracter de processo simplificado a aplicar, mesmo tendo em conta as recomendações e acompanhamentos referidos na proposta do programa apresentado. Qualquer projecto desta natureza deve individualmente passar pelo devido processo de avaliação de impacto ambiental. A proposta de programa setorial das ZAER deve ser revista, os elementos base para este estudo devem estar totalmente atualizados, os trabalhos de campo/terreno são fundamentais, bem como a oscultação das entidades municipais e associações locais. Repensar na tipologia de projectos a implementar e alargar o espectro das energias renováveis ao aproveitamento hidrico, nomeadamente da energia ondomotriz.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117262	Discordância	Exmos Senhores, Venho por este meio expor a minha total discordância com este programa. Vimos uma crescente aceleração de implementação medidas que de proteção ambiental têm zero, pois tudo que destrua a qualidade de vida dos seres humanos e dos seres vivos, não tem outra designação que a destruição. Arrancar hectares de árvores, destruir ecossistemas e habitat naturais, de nada tem a ver com sustentabilidade ou evolução, muito menos ambiental. Isto serve outros interesses, pois pode-se colocar energias renováveis em outros locais e que sirvam essas populações de forma saudável. Mesmo que se voltem a plantar o triplo das árvores noutra zona, jamais será a mesma coisa, e o planta arrefece e torna-se limpo e funcional, quando temos mais árvores de grande porte e com muitos anos, que ajudam no ciclo da água e sua renovação, e não só, dos próprios solos, enfim... Tanto para se dizer, está provado cientificamente que a tempo baixa bastante numa avenida que tem árvores. E não são elas que matam os humanos quando existem tempestades... E sim a má gestão dos governantes. Manifesto assim a minha total oposição e discordância destas medidas, Cumprimentos, Tânia Rosa	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117261	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Para além de anexar um ficheiro PDF detalhado, informo-vos que estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117260	Discordância	Este programa não beneficia em nada as políticas ambientais do nosso país. É deixar que as pessoas possam ter um papel na construção dele mesmo. Dar poder a empresas privadas para explorarem ao seu belo prazer o nosso país, destruir as árvores e os ecossistemas. Não se pode tirar poder ao cidadão comum nestas matérias e simultaneamente dar poder a uma empresa privada de gerar lucro para si. As pessoas residentes em Portugal com cidadania portuguesa não tem qualquer benefício com esta política, tal como o país não ganha.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117259	Discordância	Não pretendo ver a natureza ser substituída por painéis solares. Tem que haver outro método de integração da energia verde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117258	Discordância	A energia elétrica como sendo “verde” é algo para rir. A sua captação, de acordo com projetos desse tipo, é ainda mais grave pois coloca em causa o ecossistema. A saúde deste sim, é a cura que o planeta precisa. Os senhores que desejam estragar o que é de todos poderiam ir plantar estas suas coisas nos seus quintais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117257	Discordância	Não concordo com implemento dos painéis solares no território de Portugal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117256	Discordância	Oponho-me totalmente a este programa. Maria João Freixo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117255	Discordância	Não concordo com este projeto, pois preciso de mais vegetação,como árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117254	Discordância	Alterar a paisagem em causa da transição energética não faz sentido nenhum quando existe milhares de edifícios públicos sem um painel solar ou haver propostas sérias para facilitar a ajudar monetariamente as pessoas particulares a colocarem painéis nas suas propriedades.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117252	Discordância	Large scale solar plants will ruin rural Portugal and its communities. We do not want to see so many hectares of beautiful land destroyed, wildlife suffering and people having to migrate because of projects that are founded on greed. This is NOT green energy and this WILL ruin this country. So I hereby sign this petition against project PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117251	Discordância	Não´ a um projecto que destrua a natureza, não estou em concordância com este programa, não deve ir para a frente!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117250	Discordância	Não aos painéis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117249	Discordância	A minha discordância está ligada à grande dimensão dos projectos planeados para a área em questão além da proximidade para com a cidade de Évora cujo centro histórico se encontra classificado como património mundial pela UNESCO. Em minha opinião, caso os projetos avancem, assistirá-se a uma descaracterização da envolvente assim como uma perda de identidade da paisagem característica do Alentejo que tantos turistas nacionais e estrangeiros atrai.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117246	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de munícipe do concelho de Idanha-a-Nova, manifesto por esta via, e cito o Eng. Agrónomo J.A. Ramos Rocha, «a minha total oposição ao PSZAER colocado em consulta pública por ser um documento que consubstancia uma opção politica e instrumentos administrativos e jurídicos, que lhe dão corpo, que contrariam ou não atendem a algumas das principais recomendações da Comissão da União Europeia, assim como do próprio Tribunal Europeu em matéria de transição energética, e se traduzem em riscos muito graves que colocam em causa o edifício administrativo e jurídico em que assenta a organização e gestão do território português, subtraindo competências aos Municípios, limitando a participação dos cidadãos na gestão da "causa pública", tem graves e irreversíveis consequências para os territórios, as comunidades locais, a sustentabilidade económica ambiental e social de vastas regiões do país, induzindo maiores desequilíbrios económicos e sociais entre os diferentes territórios e, ao invés de promover a inclusão social, promove a exclusão social. Acresce a tudo isto que a implementação do PSZAER permite e configura uma profunda transformação da geografia do território, de forma duradoira e irreversível, transmitindo às próximas gerações um território completamente transfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização à escala nacional e internacional. No fundo, ao invés de transmitirmos às próximas gerações um território com valias acrescidas, fazemo-lo com menos valias, condicionando o seu próprio futuro e sustentabilidade geracional.» Assim, a minha veemente rejeição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis deve-se, em resumo: - ao impacto provocado nos ecossistemas, na biodiversidade e na paisagem; - ao impacto socio-económico, por afetar drasticamente o turismo e a qualidade de vida das comunidades locais;	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117245	Discordância	Não concordo com com a colocação de painéis solares em áreas como serras e outras zonas naturais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117243	Discordância	O nosso país não pode ser sacrificado em prol de interesses que não servem o seu povo. As energias renováveis são bem-vindas, instaladas nas habitações ou em pequenas zonas, devidamente avaliadas. Permitir a acumulação de painéis solares por hectares e hectares, irá ter consequências desastrosas para o ambiente e irá acentuar as alterações climáticas. Ora se o objectivo destas energias era precisamente gerar energia de forma limpa e ecológica, não podemos aceitar o ecocídio do nosso país. É uma contradição. Discordo por completo com a abordagem de estabelecer zonas imensas disponíveis para estas instalações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117242	Sugestão	Há várias alternativas para aumentar a produção de energia solar sem ocupar solos agrícolas férteis. Algumas propostas são: Coberturas de edifícios públicos – escolas, hospitais, pavilhões desportivos, mercados, parques de bombeiros e edifícios municipais. Coberturas de edifícios industriais e armazéns – grandes superfícies com elevado potencial para produção de energia. Parques de estacionamento – instalação de coberturas solares que, além de produzir energia, oferecem sombra aos veículos. Áreas degradadas ou contaminadas – antigas pedreiras, minas desativadas, lixeiras encerradas ou terrenos industriais abandonados. Taludes de autoestradas e vias rápidas – zonas sem aptidão agrícola que podem acolher painéis solares. Linhas ferroviárias – margens e infraestruturas associadas às ferrovias.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117241	Discordância	Como Mortaguense, manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), particularmente pela elevada concentração de áreas previstas para este território. Deixo em anexo exposição completa sobre a referida questão. Atenciosamente, Tiago Mendes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117240	Discordância	Discordo com mais um esquema de assassinato da nossa terra, entregue as mãos do capital.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117239	Discordância	Impacto ambiental negativo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117237	Discordância	Não concordo. Quero mais esclarecimentos públicos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117236	Discordância	Chega de cobrir campo com painéis solares!! Isto nao é energia verde! Querem painéis solares, cubram parques de estacionamento ou a cobertura de prédios.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117234	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117233	Discordância	De energias verdes não tem nada completamente de desacordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117232	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) não assegura o equilíbrio entre o território, a paisagem, a biodiversidade e a saúde pública. A transição para energias renováveis, embora necessária, não pode ser feita à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe. A transição energética não pode ser um ciclo de destruição ambiental, social e económica, sem benefícios reais para as comunidades e para o futuro ecológico do país. Por tudo isto, sou contra este projeto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117231	Discordância	Destruir a natureza em nome da energia renovável, sou completamente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117230	Geral	Como morador do Louriçal do campo sou contra os painéis solares na nossa serra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117229	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de munícipe do concelho de Idanha-a-Nova, manifesto por esta via, e cito o Eng. Agrónomo J.A. Ramos Rocha, «a minha total oposição ao PSZAER colocado em consulta pública por ser um documento que consubstancia uma opção politica e instrumentos administrativos e jurídicos, que lhe dão corpo, que contrariam ou não atendem a algumas das principais recomendações da Comissão da União Europeia, assim como do próprio Tribunal Europeu em matéria de transição energética, e se traduzem em riscos muito graves que colocam em causa o edifício administrativo e jurídico em que assenta a organização e gestão do território português, subtraindo competências aos Municípios, limitando a participação dos cidadãos na gestão da "causa pública", tem graves e irreversíveis consequências para os territórios, as comunidades locais, a sustentabilidade económica ambiental e social de vastas regiões do país, induzindo maiores desequilíbrios económicos e sociais entre os diferentes territórios e, ao invés de promover a inclusão social, promove a exclusão social. Acresce a tudo isto que a implementação do PSZAER permite e configura uma profunda transformação da geografia do território, de forma duradoira e irreversível, transmitindo às próximas gerações um território completamente transfigurado e amputado de parte significativa dos seus recursos naturais e dos seus fatores de diferenciação e valorização à escala nacional e internacional. No fundo, ao invés de transmitirmos às próximas gerações um território com valias acrescidas, fazemo-lo com menos valias, condicionando o seu próprio futuro e sustentabilidade geracional.» Assim, a minha veemente rejeição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis deve-se, em resumo: - ao impacto provocado nos ecossistemas, na biodiversidade e na paisagem; - ao impacto socio-económico, por afetar drasticamente o turismo e a qualidade de vida das comunidades locais;	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117228	Discordância	Sou contra painéis fotovoltaicos fora de área urbana	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117226	Discordância	Não concordo com os painéis na serra da Gardunha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117225	Discordância	As ZAER só devem existir se seguirem a RED III (Diretiva 2023/2413), que estabelece que a prioridade para a implementação deve ser dada a áreas já artificializadas ou degradadas. Não podem ser reconhecidas em áreas naturais onde ecossistemas inteiros serão dizimados em nome da "sustentabilidade". Espécies de fauna e flora, incluindo espécimes de árvores antigas, cuja reposição nunca será equivalente aos danos, para não falar da fragmentação de habitats que levará ao risco de extinção para as espécies que já tenham estatuto preocupante (e agravamento do estatuto de outras). As energias renováveis devem ser um pilar da descarbonização e não da destruição do meio natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117224	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117223	Geral	Sou contra os paineis na serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117222	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Ovar, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos em anexo, para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117221	Discordância	Há forma de implementar energia renovável sem destruir habitats, ecossistemas e vidas. Obviamente que o que se passa aqui tem interesses que vão muito além dos interesses ambientais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
117220	Discordância	Há muitos motivos para condenar a construccão dos mais kilometros de linha de alta tensão, e a destruição da floresta velha para dezenas de turbinos aeolicos, mas há uma razão mais convincente é pouco mencionado. Porque colocar as centrais de dados em Portugal? Elas não podem funcionar sem refrigeração enorme, para manter a funcionamento dos milhares das computadores. Por que colocar tais coisas numa pais que sofre as mais extremas temperaturas de Europa? Porque não em Finlandia, o Suecia, o Noruegia, que têm muito espaço vazio, o sob o mar? Está uma loucura a explorar Portugal, um dos mais quentes paises em Europa, para uma empresa de escala que exige baixos temperaturas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117219	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Na qualidade de natural e do concelho de Mortágua, venho por este meio apresentar a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Após a análise dos documentos, manifesto a minha profunda preocupação com a escala de ocupação prevista para o concelho de Mortágua e apresento as seguintes propostas de alteração e salvaguarda. Estas propostas são apenas enemeradas neste espaço e desenvolvidas em PDF em anexo por falta de espaço. 1. O Precedente da Barragem da Aguieira: Chega de "Território de Sacrifício" 2. Desproporcionalidade e Injustiça Territorial 3. Prevenção Passiva de Incêndios e Reflorestação 4. Autonomia Municipal e Perda de Decisão Local 5. Prioridade Absoluta a Áreas Artificializadas 6. Justiça Fiscal: Redução do IRS e Benefícios Diretos	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117218	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117217	Discordância	Boa tarde Em anexo enviam os eleitos da CDU - Vendas Novas o seu contributo para o PSZAER no período de consulta pública que decorre até 15 de julho. Com os melhores cumprimentos, Os eleitos da CDU Afonso Luz André Cananó José Leitão Rui Palminha	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117215	Discordância	Considero fundamental aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis, tendo em conta os desafios da descarbonização e da sustentabilidade. Contudo, essa aposta deve ser concretizada de forma equilibrada, conciliando os objetivos energéticos com a preservação dos recursos naturais e da paisagem. Na definição das zonas de aceleração, deverá ser dada prioridade à utilização de espaços já intervencionados pelo ser humano, como áreas industriais, antigas pedreiras, parques empresariais ou coberturas de edifícios, evitando sempre que possível a ocupação de solos agrícolas férteis e de locais com elevado interesse ecológico. Além disso, a agilização dos processos de licenciamento não deve reduzir o rigor da avaliação dos impactos nem diminuir as oportunidades de participação dos cidadãos nas decisões que afetam o território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117214	Discordância	Nao concordo!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117213	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117212	Discordância	I do not aprove the solar panels and the windmills.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117210	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117209	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117207	Discordância	A natureza é uma prioridade, porque sem ela, não existe vida. Por isso, não pode ser sacrificada, em prol de um programa fotovoltaico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117205	Discordância	Manifesto a minha total discordância relativamente à implementação deste tipo de projetos. Considero que a instalação de grandes centrais fotovoltaicas constitui uma profunda descaracterização da paisagem, comprometendo a identidade dos territórios rurais e o seu património natural. Para além do forte impacto visual, estas infraestruturas afetam os ecossistemas, a biodiversidade, os recursos naturais e a qualidade ambiental, podendo ainda comprometer atividades como a agricultura, a floresta e o turismo. Entendo que a transição energética não deve ser alcançada à custa da degradação irreversível da paisagem e dos valores naturais que importa preservar para as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117202	Discordância	A crescente aposta nas energias renováveis é essencial para combater as alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, a transição energética não pode ser feita à custa da destruição do património natural, da biodiversidade e dos solos agrícolas. O desenvolvimento sustentável implica encontrar soluções que conciliem a produção de energia com a proteção dos ecossistemas e dos recursos naturais. A eliminação de chaparros (azinheiras jovens), sobreiros, vegetação autóctone e outros elementos da fauna e da flora para a instalação de grandes centrais solares representa uma perda irreversível para o território. Estas espécies desempenham um papel fundamental no equilíbrio ecológico, servindo de habitat para inúmeras espécies de aves, mamíferos, insetos polinizadores e outros organismos essenciais à manutenção da biodiversidade. A sua remoção provoca a fragmentação dos habitats, reduz a diversidade biológica e compromete o funcionamento dos ecossistemas. No Alentejo, onde predominam sistemas agrícolas tradicionais e montados de elevado valor ecológico, a destruição destas áreas tem consequências particularmente graves. Os chaparros e outras árvores autóctones contribuem para a proteção dos solos contra a erosão, favorecem a infiltração da água, ajudam a regular a temperatura e constituem uma importante reserva de carbono. A sua substituição por extensas áreas ocupadas por painéis solares altera profundamente a paisagem e reduz a capacidade natural do território para enfrentar fenómenos extremos, como as ondas de calor, as secas prolongadas e as chuvas intensas. Outro impacto preocupante prende-se com a perda de solos agrícolas férteis. Portugal enfrenta desafios crescentes ao nível da segurança alimentar e da valorização da produção agrícola nacional. A ocupação de terras produtivas por grandes parques solares diminui a área disponível para a agricultura e para a pecuária, colocando em risco atividades económicas essenciais para muitas comunidades rurais. A longo prazo, esta realidade poderá aumentar a dependência alimentar do exterior e contribuir para o abandono do mundo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117201	Discordância	A transição energética só faz sentido se for conciliada com a conservação da biodiversidade, a proteção dos valores naturais e culturais da paisagem e os interesses das populações locais. Num país onde mais de metade da eletricidade já é produzida a partir de fontes renováveis, é difícil compreender a necessidade de expandir de forma tão significativa as áreas destinadas à instalação deste tipo de infraestruturas. Faz muito mais sentido promover o aumento da produção de energia renovável através de soluções descentralizadas, adaptadas às infraestruturas existentes e às necessidades de cada território, minimizando os impactos ambientais e sociais. O projeto em causa poderá comprometer a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas, dos quais dependemos para a prestação de serviços essenciais ao nosso bem-estar e qualidade de vida. É desses ecossistemas que depende, por exemplo, a disponibilidade de água limpa e potável, um recurso fundamental cuja proteção se torna ainda mais crítica no atual contexto de alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117198	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha posição contrária ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua conceção atual, por considerar que o mesmo poderá comprometer a devida avaliação dos impactes ambientais associados aos projetos de energias renováveis. Embora reconheça a importância estratégica das energias renováveis no âmbito da transição energética, tal não deve implicar a isenção ou simplificação dos mecanismos de avaliação ambiental. Os projetos de energias renováveis, à semelhança de qualquer outra infraestrutura de grande escala, podem ter impactes significativos sobre a biodiversidade, os habitats naturais, as rotas migratórias de espécies, os recursos hídricos e os solos. Defendo, por isso, que todos os projetos abrangidos por este programa, independentemente da sua natureza "verde", deveriam estar sujeitos à realização de um estudo de impacte ambiental prévio e rigoroso, de forma a garantir que a aceleração da implantação destas infraestruturas não se traduz numa desproteção do património natural que se pretende salvaguardar através da própria transição energética.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Comentários sobre a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis. Junto comentários em anexo, como o portal Participa apenas permite um ficheiro, não se submete o modelo de ficha de participação.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117195	Discordância	Conclusão Esta proposta a ser aprovada atenta contra a Constituição da República Portuguesa em vários artigos, com destaque para o artigo 66 – Direito ao Ambiente e Qualidade de Vida, que o Governo da República deve salvaguardar, assim como toda a legislação ambiental, sem exceções. Espera-se, portanto, que bem do ordenamento do território, do ambiente e qualidade de vida das populações dispersas pelo País, que o Governo não aprove esta proposta de PSZAER. Deveria ser profundamente alterada. Neste sentido devem ser responsabilizados diretamente os dirigentes da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e apresentaram esta proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, assim como a tutela do Governo. Ourém, 13 de julho de 2026 Domingos Patacho	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117194	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis coloca em causa a proteção ambiental! Compromete a conservação da biodiversidade, a paisagem, as atividades económicas existentes e os direitos dos locais. Não queremos hectares de painéis solares nos nossos campos. Não queremos a destruição do montado! Querem colocar painéis solares, coloquem nos telhados dos edifícios estatais! Na AR, na residência oficial do PM e na casa da atual ministra do ambiente!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117191	Discordância	No solar panels	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117190	Concordância	nao	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117188	Discordância	Exmos Senhores, Sendo eu uma pessoa da terra, filha e neta de agricultores e habituada a uma aldeia rodeada de Natureza e campos férteis é com profunda preocupação que vejo os atropelos às terras agrícolas que dão subsistência as nossas povoações a troco de interesses não muito claros, sem ouvir os próprios actores do Estados que já manifestaram a sua preocupação ante o atropelo que o PSZAER significa, agravado pela falta de consulta aos agentes locais e às próprias populações. Qual o intuito de lançar um programa incompleto, sem qualquer rigor e com mapas e cartografia incorrectos como muitas autarquias já manifestaram, em pleno Julho, com 800 paginas para rever num período de tempo tão curto? Porquê esta opacidade num programa que afectará a todos, especialmente as zonas que atravessa? Acaso os cidadãos do interior são cidadãos de segunda categoria? Este pais precisa de uma acção emergencial de replantação de floresta para combater as altas temperaturas que cada vez mais nos vão assolar, não destruir zonas verdes, férteis e muitas com árvores autóctones para instalar painéis solares ou situações piores como a minaria ou data centers. Industrialização sim, energia verde sim, em zonas já artificializadas como as beiras das autoestradas, zonas industriais, telhados, parques de estacionamento ou antigas minas. Nunca destruir terrenos férteis para plantar painéis solares. Os animais silvestres vão transitar como ? Os nossos filhos e netos, se precisarem dessas terras vão semeá -las como? Todos os peritos ambientais são peremptórios que este programa tem muitas falhas e lacunas, e foi redigido sem qualquer profundidade técnica e rigor científico ou legal. Qual o intuito, ante um panorama de um	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
117187	Discordância	Projetos desta dimensão de energias renováveis em zonaa rurais vêm ainda mais tornar o interior do país num deserto, o que é o oposto das políticas públicas que se têm tentado implementar de combate à desertificação do interior do nosso país. Cobrir hetares de zonas agrícolas e florestais não só é completamente "estúpido " como ambientalmente criminoso pois estamos a destroi o único meio de combate às alterações climáticas que é a floresta e as árvores. Sigam o exemplo de outros países e aproveitem as infraestrutura existentes nas cidades, autoestradas e caminhos de ferro. Destroir ecossistemas, habitats naturais, vida vegetal e animal, terrenos agrícolas e zonas de património cultural é criminoso e destrói os poucos recursos que de muotas comunidadea locais têm. A minha opinião é completamente contra a implementação destes projectos que só beneficiam os paises que os imolementam e só destroem o nosso incrível património natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117186	Discordância	Isso permitirá que vários projetos sejam licenciados e levados adiante sem consulta pública e sem a devida análise ambiental e relatórios de impacto, bem como sem análise dos efeitos sentidos pela população local, além de permitir que entidades estrangeiras lucrem sem que a população local se beneficie de instalações que afetam diretamente seu cotidiano.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117185	Discordância	Oponho-me a este projeto devido ao impacto negativo que teria no turismo local, incluindo o nosso Alojamento Local, que atrai pessoas de todo o mundo a esta parte menos visitada de Portugal, que investem na zona através de despesas em empresas e atracções locais. O projeto terá também um impacto muito negativo no ambiente, conduzindo a maiores riscos de incêndio e reduzindo as oportunidades para os produtores locais de fruta, legumes, queijos, carne e outros. Além disso, todo o impacto negativo será sentido localmente, enquanto os benefícios financeiros e a produção de energia beneficiarão empresas multinacionais sediadas fora de Portugal e de outros países que não Portugal, sem qualquer benefício para as comunidades locais ou para Portugal no seu todo.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117184	Discordância	Não concordo de todo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117183	Discordância	O projeto afeta a paisagem natural da Serra da Gardunha.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117182	Discordância	Este programa parece-me completamente inapropriado, como chegaram a estas zonas para elas poderem ser "facilmente" ocupadas pela industria de energias renováveis? Estamos perante uma crise climática, estamos a reunir esforços para recuperar a natureza e pretendem usar zonas agrícolas, zonas rurais, zonas florestais para transformar em indústria de produção de energia e ainda lhe chamam "mapa verde"? Acho que se querem criar ZAER, o que me parece bem, até porque tenho consciência da necessidade de aumentar a produção de energias renováveis as zonas devem ser zonas industriais, zonas já impermeabilizadas, zonas sem potencial agrícola! Também não dá para entender a sobre dimensão das zonas, Portugal não precisa de tanta energia assim. As zonas são áreas muito grandes o que vai originar um impacto ambiental muito significativo de certeza e isso é demasiado obvio para qualquer cidadão que se preocupe com a natureza. Além de outros impactos. No Fundão, onde resido, serão mais de 11 000 hectares! Falamos de uma zona onde temos semanas com temperaturas acima dos 40º, desmatar, cortar árvores e colocar painéis solares aqui devia ser considerado um crime ao meio ambiente! Falamos de uma zona turística lindíssima e de grande potencial, falamos de uma zona que tem tido um elevado crescimento populacional. Falamos da zona da cereja, do merino da beira baixa. Não falamos de uma zona industrial ou de uma zona sem qualquer potencial agrícola.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117181	Reclamação	Embora importante a transição energética, o PSZAER não pode colocar em segundo plano a proteção da natureza, da paisagem e dos valores ecológicos do território, bem como a opinião da população. A resposta às alterações climáticas deve passar soluções que conciliem a produção de energia renovável com a conservação dos ecossistemas, privilegiando a utilização de áreas já ocupadas ou artificializadas, em vez de promover a ocupação de espaços naturais. A transição energética só é verdadeiramente sustentável se proteger também o património natural que pretende ajudar a preservar. Sobretudo quando algumas das áreas fazem parte da Rede Natura 2000, criada precisamente para assegurar a conservação de habitats e espécies protegidas! Esta abordagem é totalmente incompatível com os objetivos da conservação da natureza e vai comprometer ecossistemas sensíveis e levar a perda de espécies de flora e fauna!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117180	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117179	Reclamação	The proposal for "Project Sophia" - a plan to install an industrial scale solar plant on rural land spanning Fundão, Penamacor and Idanha-a-Nova concelhos - now being reformulated after widespread public outrage - would affect 1734 hectares. The PSZAER proposal identifies 371,000 hectares for potential solar plants. The PSZAER is a framework that, if passed, will remove the requirement for an Environmental Impact Assessment for energy projects within the specific areas identified. It's only through the EIA process that the public have been informed about and organised resistance to the Sophia project. The EIA must continue, therefore I object to the PSZAER framework.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117178	Discordância	Um projecto que deixa muitas dúvidas quanto aos impactos a longo prazo no nosso meio ambiente e nas suas populações. Vivo em Miranda do Douro e a nossa grande riqueza são as nossas paisagens, as nossas raças autóctones e a nossa cultura da terra. O megaprojecto pensado para esta zona do interior vai destruir o que tanto tempo levamos cuidando. Discordo com o PSZAER!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117177	Discordância	Exmos Srs. Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, com 56 anos de idade e permanência neste lindo território, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117176	Discordância	É uma proposta “mascarada”, sem rigor nem total esclarecimento pois não apresenta a avaliação do impacto ambiental… não é clara a designação das zonas e a proposta só inclui áreas para os projectos adicionais sendo que não mostra o mapa completo com os projectos já existentes… sendo por isso uma falácia. Como cidadã portuguesa não quero ver o meu país - que é tão pequeno - a tornar-se mais um campo para implantação de energias renováveis, resultante um planeamento superficial e irresponsável, qual país do “terceiro mundo”… Concordo com projectos de energias renováveis se concebidos com responsabilidade ética, projectos transparentes, que tenham em conta a escala do território e o verdadeiro impacto ambiental e humano.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117175	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Os mapas com definição nunca foram disponibilizados não sendo possível perceber o real impacto em cada território, esta consulta pública devia ser anulada só por isso. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117171	Discordância	Contra licenciamento de megacentrais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117170	Discordância	A implantação de zonas de energia renovável deve ser feita de acordo com o impacto nas sociedades humanas dessas áreas e respectivas biosferas. Devem procurar o menor impacto possível e, pelo que o nome do projecto indica, não me parece ser preocupação dos responsáveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117169	Discordância	Venho por este meio mostrar o meu desagrado e discordância por este processo. Concordo com a necessidade de utilização de energias renováveis mas não desta maneira massiva, descontrolada e desproporcionada e a afetar sempre os mesmos territórios. A maior parte destes territórios já tem parques eólicos e parques solares, o que agrava o aspeto do efeito cumulativo. O que sobra de zonas verdes? E os interesses da população local quem os salvaguarda? Acredito que é possível aumentar a produção de energia a partir de energias renováveis, através da colocação de painéis solares nas coberturas das zonas industriais e prédios urbanos, nos muros e barreiras de separação; incentivar à produção de energia para autoconsumo; troca dos motores dos parques eólicos por outros de mais potência/eficiência; e ainda potenciar a produção de energia hídrica já existente, entre outras soluções que certamente a engenharia melhor responderá. Implementar parques de energias renováveis à custa de abate de árvores e desocupação de solos, não me parece o caminho certo para a sustentabilidade.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117168	Discordância	Não concordo em destruir a paisagem e habitat de vários animais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117167	Discordância	Manifesto a minha total discordância com este programa. Considero que a expansão das zonas de aceleração para energias renováveis não pode ser feita à custa da qualidade de vida das populações, da preservação da natureza e da identidade dos territórios. As comunidades locais devem ser verdadeiramente ouvidas e as suas preocupações tidas em conta antes de serem tomadas decisões com impactos duradouros. O desenvolvimento das energias renováveis é importante, mas deve ser planeado de forma equilibrada, transparente e respeitando as pessoas e o ambiente	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117166	Discordância	Esse não é o caminho a seguir. Que vergonha.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117164	Discordância	Não concordo, de todo. O modo como estão a querer destruir o meio ambiente, levar á extinção de fauna e flora, e impor estas soluções energéticas renováveis, que não são soluções viáveis porque irão prejudicar imenso a vida de todos os seres vivos a curto ou médio prazo. Há tantos espaços que podem ser aproveitados, desde as habitações, empresas, parque de estacionamento, edifício vários, etc... É preciso investir num futuro sustentável!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117163	Discordância	Alguém já investigou o impacto que grandes áreas centralizadas com células solares terão na natureza e na vida selvagem? Quem será responsável pela limpeza quando as células solares deixarem de ser eficazes ao fim de alguns anos? Seria possível desenvolver estratégias para a implementação de células solares lado a lado com, por exemplo, árvores de fruto, como acontece em Espanha, evitando assim uma "monocultura" de painéis solares? O governo pretende assumir a responsabilidade pela implementação de sistemas de células solares em equilíbrio com a protecção da natureza? Deveria haver restrições quanto à quantidade de células solares em cada área, para minimizar os danos na natureza e na vida selvagem. Recomendo que se cuide da terra existente e que se encontrem formas de integrar os painéis solares com a maior consideração possível pelo terreno. Obrigada. Atenciosamente, Marianne Harbo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
117162	Discordância	Não concordo com este programa. Portugal não precisa de destruir as suas paisagens naturais para ter energia sustentável. Não é de todo necessário. Podem ser criadas soluções alternativas que não danificam nem destroem as nossas paisagens naturais que são, de resto, um dos nossos maiores tesouros.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117161	Discordância	Precisamos é de árvores, não de cobrir terra fértil com painéis solares, além de que há muita área edificada que pode ser aproveitada para instalar painéis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117160	Discordância	LER ANEXO Adicionalmente, 1- Todo o calor gerado pela gigantesca área de vidro, irá aumentar ainda mais todo o ambiente térmico na região, já de si muito elevado. Faltam os estudos que antecipem a escala deste nível de gravidade. 2- Assim como a evidente destruição paisagística, com a pretensão de ocuparem todo o espaço até às zonas de circulação, tanto das estradas como da ecopista existente. 3- As vistas a partir da igreja da Graça do Divor, monumento nacional classificado do séc XVI, serão a de um gigantesco revestimento negro da paisagem actual. 4- Assunto co-relacionado e que merece esclarecimentos: A- Qual o interesse para o país ter centro(s) de dados? B- Onde vão pagar impostos? C- Quantos empregos de nacionais vão seguramente criar? D- considerando a escala descomunal do consumo de energia eléctrica e água para laborarem, caso as estruturas nacionais não as conseguirem fornecer vamos ter de lhes pagar indemnizações?!! E- Que nomes estiveram envolvidos na assinatura desses acordos? F- Que nomes fazem parte da equipa técnica conselheira e que os antecedeu? É público esse relatório?	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117159	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Venho por este meio manifestar a minha firme oposição ao plano ZAER e à instalação de novos projetos de energia solar e eólica no Oeste Alentejano, uma região cuja identidade e economia dependem diretamente da preservação da sua paisagem natural. O avanço massivo destas infraestruturas terá um impacto devastador no turismo sustentável, como o turismo rural e a Rota Vicentina, que atraem visitantes do mundo inteiro em busca de uma natureza intocada. Além disso, a perda de atratividade da região ameaça reverter a recente tendência de fixação de novos residentes e a dinamização económica local, visível em freguesias como São Martinho das Amoreiras. Do ponto de vista ambiental, a instalação de centrais solares e parques eólicos exige uma severa alteração do uso do solo, agravando a erosão e destruindo habitats críticos. A região acolhe mais de 100 espécies RELAPE (raras, endémicas, localizadas, ameaçadas ou em perigo) e ecossistemas protegidos por diretivas da UE que serão severamente afetados pela fragmentação do território, abertura de acessos pesados e linhas de alta tensão. Sem esquecer o impacto direto no bem-estar e na saúde das populações locais devido ao ruído constante e poluição visual. Por estas razões, apelo à suspensão destes projetos na nossa área, protegendo a biodiversidade e o futuro socioeconómico do Alentejo, e direcionando estes investimentos para regiões menos vulneráveis. Com os melhores cumprimentos, Philipp Haydvogel	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117158	Discordância	Sou totalmente contra a criação de grandes Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (ZAER). Decisões desta dimensão nunca devem ser impostas às comunidades sem a sua participação efetiva e sem que as suas preocupações sejam verdadeiramente consideradas. Já vejo o impacto que isto está a ter nos vizinhos, amigos e famílias locais. Muitos vivem com incerteza em relação ao futuro das suas casas, das suas terras, dos seus negócios e das paisagens de que cuidam há gerações. Isto está a criar stress, divisão e a sensação de que as decisões estão a ser tomadas longe daqui, sem ouvir verdadeiramente as comunidades que terão de viver com as consequências. Uma transição para as energias renováveis não deve acontecer à custa de ecossistemas saudáveis, da biodiversidade, das terras agrícolas férteis, dos meios de subsistência rurais ou do caráter da nossa região. Os projetos só devem avançar após avaliações ambientais transparentes, uma consulta significativa às comunidades e uma consideração cuidadosa dos impactos cumulativos. Por favor, garantam que as vozes locais tenham um peso real neste processo. Um futuro verdadeiramente sustentável protege tanto o clima como as pessoas e os lugares que tornam estas regiões dignas de ser preservadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117156	Reclamação	Eu vivo em Tinalhas, concelho de Castelo Branco e conheço bem esta realidade. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A proposta atual define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e limites vinculativos concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garantem que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respectivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupo-me que o processo possa vir a licenciamentos sem garantir que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendendo que qualquer planejamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetivadas nas fases posteriores de concretização; – que sejam alterados os critérios de exclusão relativos às "áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117155	Discordância	Este ambicioso plano parece contrariar direitos fundamentais previstos na própria Constituição Portuguesa. Desde logo, aspetos relacionados com o direito à propriedade privada e à qualidade de vida (que aqui poderá ser implicada por impactos nos sistemas hidrológicos, por exemplo): o direito à propriedade privada, não só na perspetiva das áreas imediatamente afetadas por potenciais projetos, cujos proprietários se poderão ver sujeitos a determinações políticas de servidões e interesse público, contra a sua própria vontade, mas também dos proprietários confinantes, que se verão diretamente afetados por obras e infraestruturas de grande impacto na ocupação do solo e paisagem. Parece por em causa imensos projetos empresariais, da agricultura ao turismo, muitos deles financiados com verbas públicas (do Estado Português e da União Europeia), que verão os seus pressupostos e objetivos socioeconómicos perturbados e impedidos de concretização, em resultado de mudanças significativas no território (ao nível da paisagem, das acessibilidades e tranquilidade dos locais, do ruído, do aumento da temperatura por efeito da reflexão solar em painéis, etc.). Não reflete potenciais e graves impactos em processos naturais de polinização de culturas agrícolas e florestais, fundamentais em territórios rurais, quer em termos económicos, quer em termos da demografia local. Propõe uma grave série de descontinuidades dos ecossistemas e corredores ecológicos, pondo em risco a conservação de espécies de fauna e flora, que nas ultimas décadas têm sido alvo de avultados investimentos públicos e privados e que correrão o risco de perda e extinção permanente a nível regional e nacional (lobo-ibérico, lince-ibérico, marta, gato-montês, azevinho, carvalho-de-Monchique, flora das turfeiras...). Também não considera o impacto ambiental acumulado com as infraestruturas já existentes, o que, na atual regulamentação, obriga em várias circunstâncias à Avaliação Ambiental Estratégica, fazendo esta nova proposta, uma espécie de "tábua rasa" quanto ao que já está instalado no território e com o qual os impactos se avolumarão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117153	Discordância	A Serra da Gardunha ainda é um ex-libiris natural da Beira Baixa. Apesar dos incêndios, é um dos poucos santuários naturais ainda bem preservados, possuindo diversas espécies naturais protegidas por lei. É ainda um local onde muitos cidadãos usufruem de momentos de lazer e competição ao longo de todo o ano. Transformar esta região num gigantesco parque solar, obrigando para a isso à destruição de uma parte significativa da natureza da região, é dar a machadada final naquilo que de melhor existe no interior do país. Se falarmos de turismo, os turistas que vêm ao interior não querem visitar parques solares, pretendem usufruir da natureza, de filmar e fotografar as pequenas/grandes particularidades que esta região tem para oferecer, que assenta em grande parte no turismo de natureza. Não permitam que se destrua ainda mais o interior.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
117152	Discordância	STOP A IMPLANTAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117150	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117149	Discordância	É um exagero , descabido de noção ambiental e paisagistica. Os painéis solares deveriam ser utilizados em zonas neutras como telhados, entre autoestradas e não na eliminação de zonas naturais	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117147	Discordância	Consultation with public should be obligatory before each and every large scale project, wherever it is proposed for.. A consulta pública deve ser obrigatória antes de cada projeto de grande escala, independentemente do local onde seja proposto.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117144	Discordância	O interior do país é uma zona frágil que finalmente se começa a recompor e a ter a capacidade de manter as gentes cá. Quero morar na minha terra, não num parque de energias renováveis que nos vão matar aos poucos. Há soluções que não implicam a morte da região e da sua população.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117143	Discordância	As mega centrais solares têm impactos ambientais bastante relevantes e que não podem ser ignorados. No caso de Mortágua, onde predominam áreas florestais, agrícolas e naturais, os principais aspetos a considerar são: 1. Ocupação de grandes áreas de terreno Uma mega central pode ocupar centenas de hectares, o que pode levar a: perda de áreas agrícolas; redução de áreas florestais; alteração da paisagem; diminuição do espaço disponível para outras atividades económicas. 2. Desflorestação Se a instalação ocorrer em áreas florestais, poderá ser necessária a remoção de árvores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117142	Discordância	Rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território e das comunidades locais. A proposta atual não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me a possivel acelaração do licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão; – que os corredores ecológicos dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) voltem a ser incluídos como critérios de exclusão de áreas	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117140	Discordância	A transição energética não exige sacrificar o território a favor de mega-parques solares. Em Portugal, a microprodução e o autoconsumo têm crescido a um ritmo superior a 50% ao ano desde 2021, e a ERSE já estima que este modelo reduziu cerca de 130 GWh de perdas nas redes de transporte e distribuição em 2024 — precisamente porque a energia é produzida e consumida perto do local de utilização, ao contrário da produção centralizada, que exige longas linhas de transporte e perdas associadas. Estudos técnicos confirmam ainda que os projetos de geração distribuída, instalados sobretudo em coberturas e telhados, praticamente não ocupam nem afetam solo, evitando a terraplanagem, a perda de habitat e a alteração da vegetação que caracterizam as grandes centrais fotovoltaicas centralizadas. Aliado a isto, o autoconsumo já contribui para reduzir picos de consumo em cerca de 300 MW e baixou em 13% o preço médio da eletricidade nas horas solares em 2024. Descentralizar é, portanto, o caminho tecnicamente mais eficiente e ambientalmente mais responsável: dar aos cidadãos e às comunidades o controlo da produção energética, em vez de transformar territórios inteiros em infraestrutura industrial ao serviço de grandes investidores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117139	Discordância	Não concordo com este projeto, devido ao negativo impacto ambiental e social das freguesias afetadas e suas populações.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117138	Discordância	Não concordo com a mudança de território em zonas marcadas como "zona de aceleração" onde estarão montadas eólicos em áreas onde está agora natureza mais ou menos intacta. Vivo numa destas zonas tranquilas com espécies em perigo de estinção como águias por exemplo. O estrago desta natureza seria imenso quando se constrói estradas para montar eólicos. O vento é sempre irregular, muitas vezes em forma de rajadas que não deixam eólicos trabalhar a maneira preciso para.fornecer energia. O tipo de eólicos que está previsto estar montado é um tipo muito sensível a falhas. Já há tipos de eólicos muito mais pequenos que trabalham numa maneira que se rodam dentro. Assim fazem muito menos barulho e são menos sensíveis a falhas. O estrago para os por é muito menos. Eu não sou contra a transição energética, ao contrário, sou pro, mas sou contra a sua má execução. Discordo com um licenciamento expresso sem avaliação de impacte ambiental. Christiane Gerken	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117137	Discordância	Discordo completamente deste projecto. É uma perda para o nosso país e pelo nosso património quererem efetuar este tipo de coisas à nossa terra. Não posso aceitar que queiram transformar o meu país na bateria privada do resto da Europa e destruir assim o nosso património natural, que é na verdade a única coisa verdadeiramente nossa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117136	Discordância	Há concelhos que vão ver 50% da sua área coberta de painéis solares, isto é verdadeiramente insano! Espero que reconciderem e pensem no futuro dos nossos filhos e netos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117135	Discordância	Este projecto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117134	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117133	Discordância	Participação de sentido desfavorável à aprovação da proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis nos termos em que se encontra formulada, apresentada por Davide Scarso. Junta-se em anexo a exposição fundamentada, que faz parte integrante desta participação, e cujas questões, numeradas de 1 a 7, se solicita sejam objeto de pronúncia expressa no relatório de ponderação da discussão pública. A oposição não se dirige à expansão das energias renováveis em si nem ao cumprimento das metas de descarbonização, mas ao instrumento aqui proposto, por três ordens de razões. Primeiro, a condição habilitante do regime não está demonstrada. A dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental que a Diretiva (UE) 2023/2413 admite depende de as zonas designadas serem aquelas onde a implantação não é suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente, e é a própria Agência Portuguesa do Ambiente que, no processo, considera insuficiente a demonstração dessa compatibilidade. A DGADR, enquanto Autoridade Nacional do Regadio, emitiu parecer desfavorável, e as CCDR do Norte e do Centro assinalaram sobreposições persistentes com a Reserva Ecológica Nacional. Segundo, o programa não designa zonas, mapeia aptidões. A cartografia submetida a discussão é expressamente indicativa, e o próprio programa admite que os limites específicos ficam para a fase de desenho e licenciamento de cada projeto. Ora, a dispensa de avaliação individual é a contrapartida de uma avaliação feita a montante sobre uma área determinada. Se o perímetro avaliado não coincide com o perímetro em que a dispensa opera, a contrapartida esvazia-se, e o que resta é um mapa de aptidão a que se pretendem associar os efeitos jurídicos de uma designação que não foi feita. A proposta não densifica o regime de exceção previsto pelo direito da União: subtrai-se à condição de que esse regime faz depender a exceção. É também o que sustenta a APA quando afirma que a delimitação tem de resultar do exercício de planeamento e não pode ser diferida para o licenciamento.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117132	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível. Existe também uma dimensão económica. Projetos desta escala podem afetar negativamente o valor dos imóveis e a atratividade da região para residentes e turismo, enquanto uma parte significativa dos benefícios económicos é captada por grandes empresas e investidores externos. Pedimos, por isso, que este projeto seja reavaliado, privilegiando soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção das comunidades locais, da paisagem e do património natural. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117131	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117130	Reclamação	Não sou a favor	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117129	Discordância	Venho manifestar a minha profunda preocupação e oposição à forma como o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) está a ser desenvolvido e implementado. Reconheço a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis. No entanto, a urgência da produção de energia renovável não pode servir de justificação para decisões que coloquem em risco o património natural, paisagístico, agrícola e cultural de Portugal. A criação de extensas áreas destinadas à instalação acelerada de infraestruturas energéticas pode gerar impactos significativos sobre ecossistemas sensíveis, biodiversidade, solos agrícolas, recursos hídricos e qualidade de vida das populações locais. Existe ainda o receio de que comunidades diretamente afetadas não estejam a ser suficientemente ouvidas e envolvidas nos processos de decisão. Portugal não pode transformar-se num território onde a proteção ambiental, a paisagem e a identidade das regiões sejam sacrificadas em nome de metas quantitativas. A transição energética deve ser sustentável em todos os sentidos: ambiental, social, económico e territorial. Defendo que qualquer planeamento desta natureza seja baseado em estudos rigorosos e independentes, numa avaliação transparente dos impactos cumulativos dos projetos e numa participação pública efetiva. É essencial garantir que os interesses das populações locais, dos agricultores, dos proprietários e das futuras gerações sejam devidamente considerados. Por estas razões, solicito a revisão do PSZAER, com maior transparência, mais participação cidadã e critérios	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
117128	Discordância	Não há catástrofe ambiental! Não à ruina de solos agrícolas férteis. Não	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Vejo com profunda preocupação a forma como esta opção tem vindo a promover, preferencialmente, megaprojetos solares e, em menor escala, eólicos, com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas. Recuso, liminarmente, a imposição de uma estratégia energética que pretenda posicionar Portugal como uma gigante fábrica de energia, seja com o objetivo da exportação ou da atração de centros de dados. Uma opção desta natureza, com impactos claramente irreversíveis e de uma magnitude incalculável para o nosso país, jamais deveria sequer ser ponderada sem o esclarecimento e o sufrágio da população portuguesa. A esta opção política, desordenada e obscura, contrapomos a necessidade inadiável de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, ampla e efetivamente participado aos níveis local, regional e nacional, que respeite vinculativamente a vontade popular. Defendemos que, para que este Plano seja elaborado com a transparência que o ordenamento exige, terão que ser colocadas na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas e acordadas com as comunidades e que, eventualmente, exigirão uma reavaliação das metas do PNEC, tais como: qual a potência energética de que Portugal de facto necessita e para que usos; quais as previsões de crescimento de consumos e em que sectores; e que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens. É preciso não olhar para cada projeto isoladamente, mas para o efeito acumulado de todos os projetos e infraestruturas associadas, nomeadamente linhas de Muito Alta Tensão, subestações e outras, sobre o território como um todo. O ponto de partida deste Plano de Ordenamento só pode ser um, inegociável, porque dele depende a sustentabilidade económica, sociocultural e ambiental que todos queremos para o País: o respeito pelos sujeitos rurais e pelos territórios, enquanto lugares vivos e habitados, com identidades secularmente construídas, dinâmicas naturais e culturais específicas, vocações estratégicas e modos de vida próprios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117125	Discordância		
117124	Discordância	Manifesto-me totalmente contra. Ver documento anexado com propostas de melhoria.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117123	Discordância	A Área Territorial de Portugal é muito limitada para este tipo de projectos, existem outras soluções para a instalação destes painéis e eólicas. Impõe-se uma Gestão do Território adequada sem comprometer o Património Paisagístico, Agrícola, Florestal e dos Ecossistemas existentes. Assim, antes de cobrirem o território agricola e florestal, deve cobrir as auto-estradas, valas de regadio, os telhados dos edifícios habitacionais, comerciais, industriais, desportivos, etc. Estes projectos irão promover o aquecimento ambiental onde irão ser instalados, nomeadamente na Beira Baixa e em outras regiões com características similares, irão promover o abandono das populações desses territórios com actividades económicas relacionadas com o turismo, agricultura, florestal, etc. Também irão promover a desvolarização patrimonial dos prédios rusticos e urbanos dos proprietários actuais. Por isso, entendo que este programa só irá benificiar os investidores deste programa, hipotecando o desenvolvimento futuro dos territórios em causa, as suas populações, os seus ecossistemas, as suas economias actuais e futuras com as sinergias ecónomicas existentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
117122	Sugestão	Texto segue em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117121	Discordância	Proposta apresentada tem erros. Áreas em alguns concelhos são completamente inexplicáveis (ex Mortágua). Não são claras as finalidades do projecto, nem qual o seu real pacto nas comunidades. Áreas extensas de produção de energia renovável trazem grande impacto na qualidade de vida dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117119	Discordância	Não sou a favor da implementação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis porque potenciam a destruição de milhares de hectares de floresta e afeta os ecossistemas locais. Ignoram por completo os planos diretores municipais (PDM) e retiram poder de decisão às autarquias. As populações afetadas com estes megaprojetos centralizados geram pouco ou nenhum retorno econômico e social para as comunidades afetadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117118	Discordância	Da leitura que fiz da cartografia presente nos documentos disponibilizados, esta não é clara o suficiente para se perceber o que está em causa. Os mapas não possuem a escala suficiente para se perceber quais são as zonas em causa. Isto é tão evidente que eu pergunto se será que fui eu que não consegui chegar aos mapas corretos? Não me parece porque não encontro outros. Todos os mapas, incluindo os das zonas de exclusão, são apresentados a uma escala insuficiente. Sendo assim, não se percebe o que está em consulta pública. Só mais uma achega relativamente às propostas de integração paisagística das áreas de painéis solares, são muito bonitas, mas constituem sempre uma humanização do território virgem. Portanto serão de rejeitar. Será sempre melhor utilizar áreas já humanizadas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117117	Geral	It is short sighted and improper to take farm land from less populated areas to turn into fields of black mirrors while there are other opportunities available. The energy harvested will generate billions if not trillions of euros in profit. Find a way to make this project happen that does not involve the unjust claiming of natural landscapes and the destruction of humans, animal, and plant life. Put the solar farms in places where the energy is needed most. In cities, on roofs of houses, carparks, railway lines, sides of roads, and so on. To decimate the farm land of the portuguese countryside is to lose the very essence of what it is to live in portugal. And for what, some money that will benefit very few people at the expense of the future of our grandchildren. This is not a green movement when it is on stolen land. It is not sustainable when the panels need to be replaced every few years, and who deals with the waste? It is not regenerative when wildlife and human inhabitants will lose their homes. This is self destruction. Please do not allow this to happen. Please be remembered as a government that did the right thing by its people.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117116	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
117115	Discordância	Onde querem levar o país? Seria mesmo necessário esta forma. Quem manda e autoriza sabe que não é o melhor para a população.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117114	Discordância	Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha discordância relativamente à área proposta para a implementação das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis na região da Beira Baixa. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, considero que essa transição deve ser feita com equilíbrio, proporcionalidade e respeito pelo território, pelas populações e pelo património natural e agrícola. A dimensão das áreas previstas para instalação de centrais fotovoltaicas e parques eólicos na Beira Baixa é, no meu entender, excessiva e desproporcionada. Não podemos transformar uma região de elevado valor agrícola, paisagístico, ambiental e cultural numa vasta área industrial dedicada à produção de energia. A Beira Baixa é um território de baixa densidade populacional que necessita de políticas de valorização do mundo rural, da agricultura, do turismo de natureza e da preservação da sua identidade. A ocupação de extensas áreas com painéis solares e aerogeradores compromete estes objetivos e altera de forma irreversível a paisagem que caracteriza a região. Defendo que as energias renováveis são essenciais, mas a sua implementação deve privilegiar: A instalação em coberturas de edifícios públicos, industriais e privados; Parques industriais e áreas já artificializadas; Antigas pedreiras, zonas degradadas ou terrenos sem aptidão agrícola; Projetos de menor dimensão e melhor distribuídos pelo território nacional. Não considero aceitável concentrar na Beira Baixa uma parte tão significativa destas infraestruturas, criando um impacto ambiental, paisagístico e social desproporcionado para um território que já enfrenta desafios demográficos e económicos. Por estas razões, manifesto a minha oposição à delimitação das áreas propostas no PZAER para a Beira Baixa, solicitando que sejam reavaliadas, reduzidas e objeto de uma análise mais equilibrada, envolvendo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117113	Discordância	Por muito mais fácil que seja implantar painéis fotovoltaicos em terrenos de gente da região, que são tentados a vendê-los, a verdade é que essa ocupação traz mais desvantagens que vantagens para a região. A preocupação do povo é real, justificada e cada vez mais desesperada por ver grandes empresas, detentoras de avultados capitais, longe até das capacidades financeiras de gestão de uma cidade inteira, a comprar, como se fossem pequenas peças de um puzzle que no fim fica todo de uma só cor: Azul escuro. Um puzzle que ocupa uma mesa que é utilizada para outras coisas e que mais importam. Um puzzle que não é só visual, não é só ocupacional, um puzzle que compromete a vida de muitos, destrói turismo, afasta biodiversidade, estraga solos e cursos de água, rouba criações agrícolas, espaços onde pessoas, dedicadas, se esforçam para produzir de forma sustentável e para se sustentarem. Passarem a ser paredes no chão, uma autêntica barreira a tanto, e para tão pouco em troca. A verdade é que, nas cidades, não parece haver a preocupação suficiente para lutar pela transição energética. Grande parte da cidade, ocupada por estradas, casas, edifícios de maior escala e estacionamentos, tem exposição solar ótima e em ambundância, constituindo um elevado potencial para a instalação de painéis solares e produção de energia limpa, sem consumir solo não artificializado. Esse aproveitamento de área não usada é criar problemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117112	Discordância	Energias renováveis devem ser instaladas em espaços que já estejam ocupados por outras infraestructuras e edificios. Telhados de fabricas e supermercados, separadores e bermas de autoestradas, etc. Não terrenos que podem ser simplesmente deixados para a natureza se regenerar.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117111	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade - Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. - Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. - A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. - Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies. - Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117110	Discordância	O paradoxo de o Ministério que gere o Ambiente e Energia , permitir Portugal destruir o ambiente para ser uma bateria eletrica Europeia!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117109	Discordância	Como cidadã do concelho do Fundão, dou um parecer desfavorável ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Mapa verde??? É uma grande hipocrisia chamar energia verde a estes projetos e falar de descarbonização quando, para isso, se destroí a natureza. O PSZAER é perigoso para a população, os municipios e o ambiente. Ou seja, perigoso para Portugal, a nossa terra. Para poder acelerar esta doidice de implementação à toa de inumeros projetos (solares e eolicos) para cumprir as metas da UE 2030, Portugal está a ser sacrificado em nome do dinheiro e dos intereses privados. E uma decisão como esta não pode ser só uma decisão unilateral. Porque isso é grave. So se pensa à curto prazo. Mas para estes projetos é necesario e vital pensar ao longo prazo e anticipar os danos e efeitos diretos e indiretos desta demasiada ocupação do solo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117107	Discordância	As minhas observacões são as seguintes : Em primeiro lugar, quero dizer que mais uma vez esta consulta é quarenta de informação e de divulgação às I strongly disagree with this proposal as it will destroy the nature and the life's of the people who leave in the area of these sites.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117105	Discordância	Como cidadã do concelho do Fundão, dou um parecer desfavorável ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Mapa verde??? É uma grande hipocrisia chamar energia verde a estes projetos e falar de descarbonização quando, para isso, se destroí a natureza. O PSZAER é perigoso para a população, os municipios e o ambiente. Ou seja, perigoso para Portugal, a nossa terra. Para poder acelerar esta doidice de implementação à toa de inumeros projetos (solares e eolicos) para cumprir as metas da UE 2030, Portugal está a ser sacrificado em nome do dinheiro e dos intereses privados. E uma decisão como esta não pode ser só uma decisão unilateral. Porque isso é grave. So se pensa à curto prazo. Mas para estes projetos é necesario e vital pensar ao longo prazo e anticipar os danos e efeitos diretos e indiretos desta demasiada ocupação do solo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117104	Discordância	As minhas observacões são as seguintes : Em primeiro lugar, quero dizer que mais uma vez esta consulta é quarenta de informação e de divulgação às Vandalismo Verde!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117103	Discordância	Como cidadã do concelho do Fundão, dou um parecer desfavorável ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Mapa verde??? É uma grande hipocrisia chamar energia verde a estes projetos e falar de descarbonização quando, para isso, se destroí a natureza. O PSZAER é perigoso para a população, os municipios e o ambiente. Ou seja, perigoso para Portugal, a nossa terra. Para poder acelerar esta doidice de implementação à toa de inumeros projetos (solares e eolicos) para cumprir as metas da UE 2030, Portugal está a ser sacrificado em nome do dinheiro e dos intereses privados. E uma decisão como esta não pode ser só uma decisão unilateral. Porque isso é grave. So se pensa à curto prazo. Mas para estes projetos é necesario e vital pensar ao longo prazo e anticipar os danos e efeitos diretos e indiretos desta demasiada ocupação do solo. As minhas observacões são as seguintes : Em primeiro lugar, quero dizer que mais uma vez esta consulta é guarente de informação e de divulgação às	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Contributo para a Consulta Pública do Plano Sectorial para as Zonas de Aceleração de Energia Renovável (PSZAER) Ângela Renata Vieira Costa — BI 10503949 13 de julho — Vila Velha de Ródão Manifesto aqui a minha DISCORDÂNCIA e OPOSIÇÃO TOTAL ao PSZAER. O plano, tal como está, é uma opção política e um conjunto de instrumentos que ignoram orientações da União Europeia e do Tribunal de Contas Europeu. Pode causar impactos graves e duradouros no território, nas comunidades locais, na economia, na saúde pública, no ambiente e na coesão social, ao mesmo tempo que limita o papel dos municípios e a participação das pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117101	Discordância	Principais problemas • Transformação do território: O PSZAER permite uma alteração profunda e duradoura da geografia do país, levando a perdas de recursos naturais e de características territoriais que valorizam o país. • Preferência por megaprojetos: Embora o relatório pareça favorecer áreas impermeabilizadas e soluções descentralizadas, na prática cria condições para grandes parques solares e eólicos (megaparques), que em alguns municípios podem ocupar mais de 35% do território. • Ignora comunidades de energia e autoconsumo: O plano não apoia suficientemente soluções descentralizadas (comunidades de energia e autoconsumo), que a UE e o Tribunal de Contas têm defendido como mais apropriadas e inclusivas. • Afeta de forma desigual territórios: A distribuição proposta concentra-se no interior Norte e Centro e em partes do Alentejo, agravando disparidades regionais e podendo expulsar população	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117100	Discordância	A aceleração de implantação de energias renovaveis não pode ser feita se isso for contra os interesses de população e meio ambiente! não é lógico abater árvores e destruir património natural para criar uma energia ecológica! Há milhares de casas e prédios, edificios governamentais, espaço público onde essa aceleração tem e deve ser aplicada! Deixem as pessoas e o sitio que elas escolheram pra viver longe das cidades em paz! Respeitem o juramento que fizeram!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117099	Discordância	Oponho-me à demarcação de áreas de implantação de "Energias Renováveis" em espaços naturais. Em alternativa pode ser estudada a sua implementação em zonas urbanas e industriais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117097	Discordância	Não vejo benefícios para as localidades circundantes dos locais de implantação deste sistema. Cada vez se paga mais caro o preço da energia.. Existem de certeza outros locais ermos onde poderão ser colocados.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117096	Discordância	O papel do Estado deveria ser o de salvaguardar os interesses dos seus cidadãos e promover a sustentabilidade dos ecossistemas, e não patrocinar a destruição destes e dos lugares, com múltiplas consequências negativas em nome de futuro "verde" que só beneficia alguns e que arrasa com o pouco VERDE que nos resta. Patrocinar a hipocrisia a nível estatal e governamental deveria ser crime.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117095	Discordância	Na qualidade de cidadã e proprietária de terrenos no concelho de Figueiró dos Vinhos, venho apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Antes de mais, importa referir que reconheço plenamente a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. No entanto, considero que este objetivo deve ser alcançado de forma equilibrada, respeitando os princípios do ordenamento do território, da sustentabilidade e da proteção dos valores naturais e paisagísticos. Uma das minhas principais preocupações prende-se com a metodologia utilizada para a delimitação das ZAER. A definição destas áreas parece resultar, essencialmente, de análises efetuadas à escala nacional, recorrendo a critérios cartográficos e modelos de informação geográfica que, embora importantes, não substituem o conhecimento da realidade existente no terreno. O território não pode ser planeado exclusivamente com base em análises documentais, cartográficas e modelos de informação geográfica desatualizados desenvolvidos à escala nacional. Existem valores ecológicos, paisagísticos, culturais e territoriais que apenas podem ser devidamente identificados através da observação direta do território, do conhecimento das autarquias, das entidades com competência na matéria, das comunidades locais e dos próprios proprietários A cartografia disponível dificilmente permite identificar habitats específicos, corredores ecológicos, linhas de água temporárias, zonas de alimentação e reprodução da fauna, bosquetes de elevado valor ecológico ou outros elementos que constituem património natural e paisagístico. A definição de áreas de tão grande dimensão sem uma validação mais próxima da realidade local suscita sérias dúvidas quanto à sua adequação. Acresce que, da leitura das sínteses das participações efetuadas no âmbito da consulta pública, resulta evidente que diversas entidades levantaram reservas e questões técnicas relevantes relativamente à proposta apresentada. Foram identificadas preocupações relacionadas com a metodologia adotada, com a necessidade de uma maior articulação com os municípios, com a insuficiente ponderação das especificidades locais, com os impactes cumulativos sobre o território e com a necessidade de salvaguardar valores ambientais, paisagísticos, agrícolas e florestais. Considero que estas preocupações merecem uma análise aprofundada antes da aprovação definitiva do Programa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117094	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117092	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Castelo Branco, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano (ver ficheiro pdf em anexo). Com os melhores cumprimentos; Virgílio Bernardino (Telm. 925096940; E-mail: virgilio.bernardino@gmail.com	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117091	Discordância	Venho manifestar a minha total discordância em relação à implementação em massa de painéis solares e referir que este projeto está assente apenas em ganância desmedida e tem em vista lucros megalómanos para grandes investidores, ignorando por completo a preservação do meio ambiente e o modo de vida da população das regiões em questão. A destruição de ecossistemas, da paisagens naturais e até a ameaça a espécies protegidas e em risco de extinção são fatores reais quem devem ter sidos em conta. Na minha opinião este projeto é inconcebível porque, em última instância, existem valores que se deviam sobrepor aos valores monetários e, a segurança de todos, o modo de vida, a natureza e as diversas espécies animais são alguns deles!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117090	Discordância	Na qualidade de cidadã e proprietária de terrenos no concelho de Figueiró dos Vinhos e Arquiteta na Zona de Ansião, venho apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Antes de mais, importa referir que reconheço plenamente a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. No entanto, considero que este objetivo deve ser alcançado de forma equilibrada, respeitando os princípios do ordenamento do território, da sustentabilidade e da proteção dos valores naturais e paisagísticos. Uma das minhas principais preocupações prende-se com a metodologia utilizada para a delimitação das ZAER. A definição destas áreas parece resultar, essencialmente, de análises efetuadas à escala nacional, recorrendo a critérios cartográficos e modelos de informação geográfica que, embora importantes, não substituem o conhecimento da realidade existente no terreno. O território não pode ser planeado exclusivamente com base em análises documentais, cartográficas e modelos de informação geográfica desatualizados desenvolvidos à escala nacional. Existem valores ecológicos, paisagísticos, culturais e territoriais que apenas podem ser devidamente identificados através da observação direta do território, do conhecimento das autarquias, das entidades com competência na matéria, das comunidades locais e dos próprios proprietários A cartografia disponível dificilmente permite identificar habitats específicos, corredores ecológicos, linhas de água temporárias, zonas de alimentação e reprodução da fauna, bosquetes de elevado valor ecológico ou outros elementos que constituem património natural e paisagístico. A definição de áreas de tão grande dimensão sem uma validação mais próxima da realidade local suscita sérias dúvidas quanto à sua adequação. Acresce que, da leitura das sínteses das participações efetuadas no âmbito da consulta pública, resulta evidente que diversas entidades levantaram reservas e questões técnicas relevantes relativamente à proposta apresentada. Foram identificadas preocupações relacionadas com a metodologia adotada, com a necessidade de uma maior articulação com os municípios, com a insuficiente ponderação das especificidades	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117089	Discordância	Na qualidade de cidadã e proprietária de terrenos no concelho de Figueiró dos Vinhos, venho apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Antes de mais, importa referir que reconheço plenamente a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. No entanto, considero que este objetivo deve ser alcançado de forma equilibrada, respeitando os princípios do ordenamento do território, da sustentabilidade e da proteção dos valores naturais e paisagísticos. Uma das minhas principais preocupações prende-se com a metodologia utilizada para a delimitação das ZAER. A definição destas áreas parece resultar, essencialmente, de análises efetuadas à escala nacional, recorrendo a critérios cartográficos e modelos de informação geográfica que, embora importantes, não substituem o conhecimento da realidade existente no terreno. O território não pode ser planeado exclusivamente com base em análises documentais, cartográficas e modelos de informação geográfica desatualizados desenvolvidos à escala nacional. Existem valores ecológicos, paisagísticos, culturais e territoriais que apenas podem ser devidamente identificados através da observação direta do território, do conhecimento das autarquias, das entidades com competência na matéria, das comunidades locais e dos próprios proprietários A cartografia disponível dificilmente permite identificar habitats específicos, corredores ecológicos, linhas de água temporárias, zonas de alimentação e reprodução da fauna, bosquetes de elevado valor ecológico ou outros elementos que constituem património natural e paisagístico. A definição de áreas de tão grande dimensão sem uma validação mais próxima da realidade local suscita sérias dúvidas quanto à sua adequação. Acresce que, da leitura das sínteses das participações efetuadas no âmbito da consulta pública, resulta evidente que diversas entidades levantaram reservas e questões técnicas relevantes relativamente à proposta apresentada. Foram identificadas preocupações relacionadas com a metodologia adotada, com a necessidade de uma maior articulação com os municípios, com a insuficiente ponderação das especificidades locais, com os impactes cumulativos sobre o território e com a necessidade de salvaguardar valores ambientais, paisagísticos, agrícolas e florestais. Considero que estas preocupações merecem uma análise aprofundada antes da aprovação definitiva do Programa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117088	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117087	Discordância	A proposta apresentada em nada contribui para uma relação sustentável entre humanos e o eco-sistema. A implementação destes paineis é um subtrefúgio extrativista, representa green-washing ao mais alto nível e em nada contribui para uma política de decrescimento e sustentabilidade. O único objectivo é gerar lucro e não a protecção ambiental. Existem muitas formas de implementar este tipo de produção energética que não passam pela destruição acefala da natureza e seres vivos. Informem-se junto de verdadeiros cientistas e pessoas que vivem a terra e não junto de CEOs e demais pulhas neoliberais. Urge boicotar este crime!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117086	Discordância	Queremos proteção do ecosistema em forma inteligente. Os paneis poderiam para áreas desertificadas ou estacionamentos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117085	Discordância	Apresento aqui Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma actual. Além do impacto do PSZAER prever abranger 7% do territorio nacional, muitos movimentos cívicos têm alertado que a proposta em consulta deixa muitas questões fundamentais por responder, faltando precisamente aquilo que permitiria às populações perceber o que está em causa: mapas concretos das futuras delimitações das zonas de aceleração, para que haja uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades directamente afectadas. Se isso não for feito, o processo será sempre pouco transparente. Mesmo entidades oficiais como a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e as CCDR do Centro, Alentejo e Algarve manifestaram reservas técnicas relevantes, alertando nomeadamente para o risco de "monofuncionalização energética" de territórios de baixa densidade, com destaque para a Beira Baixa e o Médio Tejo, e para interferências em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas e sobreposições com zonas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacto Ambiental para os projectos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projecto. Solicito, pois, a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
117084	Discordância	Entendo que o Modelo vigente para a construção de grandes superfícies quer de parque solar ou eólico favorece apenas grandes grupos, degrada mais o ambiente pelo emprego de maiores quantidades de cobre e outros materiais minerados para a construção de redes que atravessam ecossistemas criando enorme impacto na paisagem e no ambiente, quer pela presença quer pela contaminação eletromagnética causada pelos cabos de alta-tensão. Sou portanto favorável a modelos que contemplem unidades de produção pequena e mais próximas dos consumidores.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117083	Discordância	Este projeto é demasiado importante e afeta demasiado a população que me rodeia. Incentiva a desertificação e a desflorestação a longo prazo. Não encontro informação suficiente e clara junto das entidades locais (câmaras municipais e juntas de freguesia) das zonas assinaladas. Submissão: Oposição ao PSZAER (Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis)	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117082	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha oposição à proposta do PSZAER na sua forma atual. Apoio a transição para as energias renováveis. A minha preocupação não é com a energia solar ou eólica em si, mas sim com a eliminação da obrigatoriedade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) para projetos dentro das zonas designadas. O processo de AIA não é um entrave burocrático — é o principal mecanismo através do qual as comunidades afetadas são informadas sobre projetos nas suas terras e têm a oportunidade de se pronunciar. Vimos isto claramente com o Projeto Sophia, cuja consulta pública de AIA reuniu quase 13.000 participações de uma população que, de outra forma, não teria qualquer canal formal para expressar preocupações sobre biodiversidade, recursos hídricos, solo e meios de subsistência rurais. O PSZAER identifica 371.000 hectares para potencial desenvolvimento de energias renováveis — uma área equivalente a mais de 200 projetos à escala do Sophia. Eliminar a obrigatoriedade de AIA numa área desta dimensão não acelera uma transição justa; elimina os mecanismos de controlo que permitem que qualquer transição seja avaliada, contestada e melhorada antes de se tornar irreversível. Uma estratégia de energias renováveis que só é bem-sucedida ao contornar o escrutínio ambiental e público não é uma estratégia sustentável — limita-se a transferir o custo das empresas de energia para as comunidades rurais e ecossistemas que não têm assento à mesa. Solicito que o PSZAER seja revisto de forma a manter a obrigatoriedade de AIA em todas as zonas incluídas, e que qualquer aceleração das metas de energias renováveis seja perseguida através de processos de avaliação mais rápidos e melhor apoiados, e não através da eliminação da própria avaliação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117081	Discordância	Kelley Dimensão...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117080	Reclamação	Vivo em Penha Garcia e eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
117079	Discordância	Podes fazer a transição energética sem encher o território de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117078	Discordância	O Município de Torre de Moncorvo pronuncia-se desfavoravelmente, tal como se alcança do documento que se anexa.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117077	Discordância	A minha participação está exposta no ficheiro anexo. Obrigado	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117076	Discordância	Declaro a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos: Insuficiente avaliação dos impactos ecológicos e territoriais Apesar da existência de relatórios temáticos disponibilizados na consulta pública , a proposta não demonstra uma integração robusta entre os objetivos energéticos e a preservação dos ecossistemas locais. A definição das zonas de aceleração parece privilegiar critérios de viabilidade técnica, deixando em segundo plano a proteção da biodiversidade, dos habitats sensíveis e das áreas de valor ecológico. Risco de sobrecarga territorial e paisagística A proposta apresenta uma expansão acelerada de infraestruturas energéticas sem garantir mecanismos eficazes de mitigação dos impactos cumulativos sobre a paisagem e o património cultural, conforme indicado nos documentos temáticos de paisagem e ordenamento . A aceleração não deve comprometer a coerência territorial nem a qualidade de vida das populações. Participação pública limitada Embora a consulta esteja aberta ao público entre 17/06/2026 e 15/07/2026 , o período é curto para análise de documentos extensos e complexos. A participação informada exige tempo adequado para estudo, debate e resposta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117074	Discordância	Desalinhamento com princípios de ordenamento sustentável A transição energética para ser verde não pode destruir area florestal, comunidades, projetos, locais que são essenciais para o bem estar de todos. Os parques solares não dão benefícios diretos a ninguém. As florestas e iniciativas locais dão.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117073	Discordância	Apoio plenamente a aceleração da transição energética e o aumento da produção de energia renovável em Portugal. A independência energética, a redução das emissões e o investimento em infraestruturas modernas são objetivos estratégicos para o país. No entanto, acelerar a implementação de projetos não deve significar reduzir a qualidade do planeamento nem enfraquecer os mecanismos de avaliação dos seus impactos. A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) não é um obstáculo ao desenvolvimento. É uma ferramenta técnica e científica concebida para identificar riscos, melhorar os projetos e evitar custos económicos, sociais e ambientais que, de outra forma, acabariam por ser suportados pelas comunidades locais e pelos contribuintes. Grandes alterações na ocupação do solo podem ter consequências importantes que variam de local para local, pelo que uma avaliação específica de cada projeto continua a ser essencial. Em primeiro lugar, importa considerar a gestão da água e o risco de cheias. Solos saudáveis, vegetação natural e sistemas de drenagem bem conservados permitem maior infiltração da água da chuva, reduzem o escoamento superficial e diminuem o risco de inundações a jusante. Quando estas funções naturais são alteradas sem uma análise adequada, aumenta-se o risco de eventos extremos e dos elevados custos associados à sua mitigação. Em segundo lugar, Portugal enfrenta um risco crescente de incêndios rurais devido às alterações climáticas. Grandes projetos de infraestrutura podem modificar padrões de vegetação, criar novas vias de acesso, aumentar atividades humanas e introduzir novos desafios para a gestão do território. Estes riscos não são iguais em todos os locais, razão pela qual a avaliação caso a caso continua a ser uma medida prudente do	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a
117071	Discordância	O ambiente natural único de Gardunha deve ser preservado! Uma usina solar de grande escala teria sérias consequências para todo o ecossistema e não deve ser instalada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117070	Discordância	Da análise da proposta, em conjugação com os pareceres emitidos pelas diversas entidades consultadas, verifica-se que subsistem matérias relevantes que carecem de esclarecimento e adequada fundamentação antes de se poder equacionar a aprovação de uma proposta final. Considera-se, por isso, indispensável que as questões identificadas sejam devidamente analisadas e acauteladas, de forma a garantir uma solução equilibrada, compatibilizando os diversos interesses públicos e privados em presença e assegurando, em especial, a salvaguarda dos valores ambientais nas suas diferentes vertentes, em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da boa gestão do território.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
117066	Discordância	O ambiente natural único de Gardunha deve ser preservado! Uma usina solar de grande escala teria sérias consequências para todo o ecossistema e não deve ser instalada.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117064	Discordância	Este processo é uma burla disfarçada para promover a especulação imobiliária associada à colocação de 357.347 ha para a energia solar e ainda 85.321ha para a energia éolica. Só a área afecta ao solar é quase 18 vezes superior aquilo que Portugal precisa para cumprir a meta do PNEC 20230. São 1.800% de área a mais do que se necessita. E a ocupação proposta recai na totalidade sobre solo agrícola e florestal. E sem o estabelecimento de tectos máximos por concelho ou por região, este mapa, 18 vezes maior do que o necessário provoca uma corrida à terra barata e à especulação imobiliária. Para não mencionar o ataque desenfreado ao interior, à biodiversidade, aos valores naturais e culturais das regiões, à qualidade de vida das populações e à saúde dos ecossistemas. Basta de nos tomarem a todos por tontos!!!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117063	Discordância	Sou contra a criação deste projeto! Para haver uma transição energética, esta deve ser compatibilizada com a preservação dos territórios e dos valores naturais das paisagens.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
117062	Discordância	Não precisamos de mais data centers nem de estoirar a natureza para instalar painéis fotovoltaicos, é de uma extrema incompetência destruir o ambiente para este efeito quando há tantas alternativas disponiveis. Portuguesas ponham os olhos no que lá fora se faz de melhor e denunciem esta corja de dirigentes corruptos que nos desgovernam com o intuito de lucro somente! Precisamos urgentemente de politicas de decrescimento e regeneração das nossas áreas e recursos naturais pois só isso permitirá a melhoria da qualidade de vida e bem-estar.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117061	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo pôr em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. Área prevista no Mapa das ZAER cerca de 18 vezes superior à necessária para o cumprimento das metas do PNEC 2030;	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117059	Discordância	Eu sou agricultora e não conseguirei ultrapassar o impacto de painéis na vizinhança das minhas culturas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117058	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha total discordância face ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra estruturado e proposto. Embora reconheça a importância da transição energética e da descarbonização como objetivos globais, considero que a implementação deste programa, nos moldes atuais, levanta preocupações sérias que não foram devidamente acauteladas. Destaco, em particular, o impacto negativo que a definição destas zonas terá ao nível do ordenamento do território, da preservação da biodiversidade, da salvaguarda do património natural e paisagístico, bem como da qualidade de vida das comunidades locais que habitam ou trabalham nas áreas abrangidas. Entendo que a aceleração da produção de energias renováveis não pode sobrepor-se, de forma desproporcional e sem o devido planeamento, a outros valores ambientais, sociais e económicos fundamentais para o desenvolvimento sustentável das regiões. A falta de uma articulação mais estreita com as realidades locais e a insuficiente ponderação dos impactos cumulativos exigem uma revisão profunda desta estratégia. Desta forma, solicito que esta posição de discordância seja formalmente registada no processo de consulta ou discussão pública, e apelo a que os responsáveis pelo PSZAER procedam a uma reavaliação criteriosa das áreas delimitadas, privilegiando soluções que promovam o equilíbrio entre a sustentabilidade energética e a proteção efetiva do território. Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
117057	Discordância	ESTE PROJETO PREOCUPA-ME E NÃO ENCONTREI INFORMACÃO SUFICIENTEMENTE ACESSÍVEL PARA PODER DAR UMA OPINIÃO INFORMADA	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117056	Discordância	O Município de Idanha-a-Nova, vem por este meio emitir a sua posição e reiterar a sua preocupação quanto à implementação de megas parques solares e eólicos no concelho, impostos e em desconformidade com os objetivos delineados e construídos ao longo de várias décadas na região. Embora apoie a transição energética e as energias renováveis de uma forma gradual e equilibrada, o posicionamento da autarquia é perentório no que concerne ao respeito que as zonas de aceleração agora propostas devem estabelecer com o ordenamento do território, ambiente ecológico e cultural, as atividades económicas existentes onde se implantam e a assim como com a qualidade de vida das populações que diretamente serão afetadas. Factos objetivos analisados em projetos recentes (Central Sophia e Beiras) que resultaram na suspensão técnica durante os processos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), e que se repetem no Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias renováveis (PSZAER), agora apresentado e que passamos a enumerar no documento em anexo. A definição de áreas de aceleração para energias renováveis pode e deve ser parte da resposta nacional, mas só será verdadeiramente eficaz se assentar em critérios sólidos, que garantam que acelerar não implica degradar, mas antes e idealmente ajudar a regenerar os territórios. Defendemos convictamente a transição para fontes de energia limpa através de modelos descentralizados, do aproveitamento de zonas já artificialidades, do autoconsumo e de comunidades energéticas de pequena escala, cientes de que a melhor aceleração será sempre aquela que orientar os projetos para onde há menor conflito com a natureza, com as pessoas e com os usos já instalados do solo. Rejeitando categoricamente a implementação de projetos de escala massiva que descaracterizem o património natural e comprometam o progresso local de toda esta vasta região, e que colocam em causa a qualidade de vida dos Idanhenses e das gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117055	Discordância	Ex.mo Senhor Presidente da EMER 30 Na qualidade de proprietária da empresa Turaventur – Aventura e Turismo Unipesoal Lda, empresa de animação turística, operador turístico e empreendimento de turismo em espaço rural, localizado a zona norte do concelho de Évora, venho subscrever o Parecer já emitido pela Plataforma Cívica Juntos pelo Divor – Paisagem e Património e acrescentar os pontos que se seguem. 1. Não se compreende, e é merecedor de uma posição fortemente crítica, o facto de as entidades ligadas ao Turismo não terem sido chamadas a pronunciar-se no âmbito desta consulta. É-nos disponibilizada ampla afirmação trazida por uma série de direcções gerais, institutos públicos e CCDRs, mas o Turismo, que, felizmente, mantém a sua autonomia, não tem qualquer representação, nem ao nível das ERT – Entidades Regionais de Turismo, nem do próprio Turismo de Portugal IP. 2. O PSZAER, embora refira no Relatório Temático Património e Paisagem, ponto 6.1. Directrizes de planeamento, a intenção de análise de "usos concorrenciais de aptidão do território (ex: turismo ou floresta versus ER) no sentido da escolha consciente pela atividade que menores riscos e mais benefícios sociais e económicos, e com menores impactes na identidade e perceção da paisagem, possa contribuir para os objetivos de maiores ganhos locais (e de outras escalas) para a população e território envolvido", a verdade é que não faz reflectir esta preocupação na definição das ZAER no país. O desrespeito por esta preocupação é total na definição da ZAER para o concelho de Évora. 3. Hoje, a pergunta estruturante da escolha de um destino turístico é: o que posso fazer neste território? O turista de qualidade que mais interessa ao Alentejo, amante da natureza, com preocupações pela sustentabilidade, culto, evoluído, interessado na nossa cultura, motivado pela classificação de Évora como Património da Humanidade, encontra na oferta desta região uma gama considerável de oferta de actividades e experiências no campo do turismo de natureza e aventura, do turismo cultural e do touring paisagístico e cultural, que exigem a conservação da paisagem e do património que identificam o Alentejo. Promover a sua artificialização / industrialização é acabar com uma fonte de riqueza sustentável, que tem um extraodinário efeito multiplicador.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117053	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactos ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117052	Discordância	Altera o eco sistema local a nível da flora, da fauna, da paisagem e do ambiente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117050	Discordância	Manifesto-me contra a aprovação do PSZAER na sua versão atual. A transição energética é necessária, mas não pode justificar a ocupação excessiva de solos agrícolas e florestais, a degradação da paisagem, a concentração de grandes projetos no interior e a redução das garantias ambientais. A cartografia apresentada é demasiado ampla, os impactos cumulativos não estão suficientemente acautelados e o papel dos municípios e das populações é insuficiente. A própria documentação reconhece riscos de sobrecarga territorial, de especulação fundiária e de conflitos com o ordenamento municipal. Solicito, por isso, a reformulação do Programa, com redução das áreas previstas, prioridade às zonas já artificializadas ou degradadas, manutenção de avaliações ambientais rigorosas e participação efetiva dos municípios e das comunidades. Renováveis, sim, mas nos locais certos, na dimensão certa e com respeito pelo território.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117049	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao modelo de implementação previsto no Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, por considerar que a transição energética não pode ser feita à custa da destruição da paisagem, da descaracterização do território e da degradação do património natural. A produção de energia renovável é importante, mas não deve servir de justificação para a ocupação massiva de áreas rurais, agrícolas e florestais por grandes centrais de produção energética, frequentemente promovidas por empresas privadas cujo principal objetivo é o lucro. O interesse económico não pode prevalecer sobre a preservação da paisagem, da biodiversidade, da qualidade de vida das populações e da identidade dos territórios. A paisagem constitui um bem comum, um património coletivo e um recurso ambiental, cultural e turístico que deve ser protegido para as gerações presentes e futuras. A sua destruição é, na maioria dos casos, irreversível. Defendo que a prioridade deve passar pela instalação destes equipamentos em áreas já artificializadas, zonas industriais, edifícios, parques de estacionamento, infraestruturas existentes ou outros espaços já intervencionados, evitando a ocupação de vastas áreas de elevado valor paisagístico e ecológico. Considero, por isso, que o PSZAER deve ser profundamente revisto, garantindo uma verdadeira compatibilização entre a transição energética e a proteção da paisagem, do património natural e dos interesses das populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117047	Reclamação	Não concordo com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), no que respeita à região da Serra da Gardunha e concelho do Fundão, pelos motivos que a seguir apresento. 1. Impacto paisagístico numa área de forte identidade territorial A Serra da Gardunha constitui um dos principais ativos paisagísticos e naturais da região, sendo um elemento central da sua identidade e um fator determinante de atratividade turística. A eventual classificação desta área como zona de aceleração para implantação de energias renováveis implicará uma alteração significativa e potencialmente irreversível da paisagem, com impacto visual em toda a envolvente. 2. Impacto direto na atividade económica e turística local Exerço a minha atividade profissional na área do turismo nesta região, setor que depende diretamente da preservação da paisagem natural como fator de atratividade. A descaracterização visual da serra representa um risco concreto para a sustentabilidade desta atividade e para outros operadores turísticos locais, com consequências económicas diretas para as populações que vivem do turismo de natureza e bem-estar. 3. Potencial alteração do microclima local Para além do impacto paisagístico, é de referir que a instalação de infraestruturas de grande escala para produção de energia renovável — nomeadamente desmatação e alteração do uso do solo associadas à construção, bem como os efeitos da turbulência gerada por aerogeradores e da dissipação de calor por painéis solares — tem vindo a ser associada, em estudos científicos, a alterações no microclima local (temperatura, humidade e regime hídrico das áreas envolventes). Embora estes efeitos sejam distintos do contributo positivo das energias renováveis para a mitigação das alterações climáticas globais, considero que	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
117046	Discordância	Bom dia, Em anexo, segue o meu contributo na Consulta Pública em questão.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
117045	Discordância	Não concordo com a instalação de centrais de painéis ao lado de povoações, que nada contribuem para o bem estar dos residentes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
117044	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de acelaração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagenm destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projecto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117043	Concordância	A sertã já contribui em muito para as energias renováveis. Ponham em Lisboa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117039	Discordância	A Equipa Coordenadora do PSZAER, Escrevo esta alegação com a clara consciência de que a voz das populações locais raramente encontra eco nas decisões macroeconómicas e políticas do nosso país. Ainda assim, recuso-me a remeter-me ao silêncio perante aquela que considero ser uma das propostas de ordenamento mais apressadas, opacas e potencialmente danosas para o interior de Portugal. A forma como este processo foi desenhado deixa transparecer um amadorismo preocupante — incompreensível face ao prestígio das entidades envolvidas — e uma ânsia desmedida de facilitar a instalação de interesses económicos à custa do sacrifício dos nossos ecossistemas e da vontade das populações. Ponderando as dinâmicas do nosso território, os erros metodológicos do programa e a inevitável pressão para a transição energética, apresento formalmente a minha oposição e as minhas propostas de alteração técnica ao plano: 1. Nulidade Metodológica: O Amadorismo da Informação Omissa Todo este plano assenta em bases cartográficas desatualizadas e eivadas de erros crassos, já amplamente denunciados nesta plataforma. O próprio Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) admite que trabalhou com uma Carta de Uso do Solo (COS2023) com limitações graves no mapeamento do edificado e que os dados da Reserva Agrícola Nacional (RAN) não estão consolidados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117037	Discordância	Exmos. Srs., Preocupe-me bastante com este projeto, o seu impacte na bio-diversidade, na paisagem do país, e nas suas florestas já fragilizadas. Sou defensor do desenvolivemento das energias renovaveis, mas não sem a preservar e fortalecer a fauna e da flora do país. Fico muito preocupado com a disponibilização de grandes partes to território rural para a produção de energia, e para os interesses das empresas privadas do setor energético. O Programa Setorial de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis parece-me estar em flagrante contradição com a proteção dos direitos ambientais da população dos territórios, e de todos os cidadoes portuguêses. Tenho dificuldade em encontrar informações claras e compreensíveis sobre este plano, o que não me permite confiar na sua viabilidade. Cumprimentos, Yoannis Jamar	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117036	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e apresentamos a nossa oposição a este projeto. Apoiamos plenamente as energias renováveis e a necessidade da transição energética. No entanto, a sustentabilidade não depende apenas da fonte de energia, mas também da localização e da dimensão dos projetos. Quando uma infraestrutura industrial é implantada numa escala excessiva e demasiado próxima das populações, deixa de ser compatível com a proteção das pessoas e do território. Este projeto prevê três aerogeradores com mais de 180 metros de altura junto a habitações e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica identifica potenciais impactos relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a degradação da paisagem, a qualidade de vida das populações e a fragmentação dos habitats naturais. Acrescem ainda os impactos associados às fundações em betão, à abertura de novos acessos e à utilização de materiais cuja reciclagem continua limitada. O sul do Alentejo distingue-se pela sua paisagem preservada, biodiversidade, silêncio e autenticidade. Estes valores ambientais e culturais constituem um património que não deve ser sacrificado por um processo de industrialização da paisagem. Existem igualmente riscos de desvalorização dos imóveis e de perda de atratividade da região para residentes e visitantes. Solicitamos que este projeto seja rejeitado ou profundamente revisto, privilegiando alternativas que conciliem a produção de energia renovável com a proteção das comunidades locais, da paisagem e do património natural. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se respeitar também os lugares e as pessoas que neles vivem. Emma Lewis	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117035	Discordância	Sou totalmente contra ao abate indiscriminado de árvores, modificação de zonas naturais intactas para implementação de parques eólicos ou de painéis solares. Para essas estruturas o contexto deverá ser outro. É mais importante a natureza do que a descarbonização 0. Se cortamos árvores como pode haver descarbonização.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117033	Discordância	Eu nasci e cresci em São Vicente da Beira, Castelo Branco, tenho 32 anos e as memórias que tenho é de uma serra da gardunha com imensa vegetação, árvores de grande porte, incluindo árvores autóctones e uma fauna riquíssima. Ao longo dos anos a nossa região tem sido cada vez mais fustigada com os incêndios causados por mão humana que visam os interesses financeiros de algumas empresas. Por estes motivos, não consigo concordar com mais um projeto, ainda por cima desta escala, que irá ter um enorme impacto negativo na nossa região, pondo em causa linhas de água, e ainda mais a fauna e flora que tanto tempo demoram a crescer depois dos incêndios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117032	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Vimos, pelo presente meio, manifestar a nossa total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhe está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117031	Discordância	Manifesto a minha preocupação com a proposta do PSZAER para o concelho de Mortágua, por considerar que prevê uma ocupação territorial manifestamente desproporcionada face aos restantes concelhos da região. Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que esta deve respeitar os princípios da proporcionalidade, da coesão territorial, da sustentabilidade e da justiça para com as comunidades locais. Defendo, entre outros aspetos, a revisão das áreas previstas para Mortágua, a prioridade à utilização de áreas já artificializadas antes da ocupação de solos florestais, a salvaguarda da autonomia municipal, a implementação de medidas eficazes de prevenção de incêndios, a monitorização rigorosa dos impactos ambientais e paisagísticos e a criação de mecanismos de compensação económica e fiscal para a população. Alerto ainda para os potenciais impactos negativos que uma concentração excessiva destas infraestruturas poderá ter no desenvolvimento económico, na atratividade do concelho, na fixação de população e na diversidade de usos do território. Atendendo à limitação de caracteres disponível nesta plataforma, junto em anexo a fundamentação detalhada da presente participação, onde desenvolvo e justifico todas as observações e propostas acima referidas. Obrigado	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117029	Discordância	A transição energética é essencial, mas não deve comprometer a paisagem, a biodiversidade, a agricultura, a saúde e a qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
117024	Discordância	Não há energias verdes se forem à custa da destruição da nossa biodiversidade e paisagem natural e identitária de Portugal.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
117023	Discordância	A suposta transição energética, não deve comprometer a paisagem, a biodiversidade, a agricultura, a saúde e a qualidade de vida das populações. Veemente contra!!!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
117022	Discordância	Não autorizamos este crime ambiental ! Instalem os paineis solares em plataformas no mar...mas não derrubem nem uma arvore!!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117020	Discordância	Temos de proteger a nossa natureza , isso sim é a nossa energia renovavel Politicas de colocação obrigatorio de paineis em fabricas, predios , casas , colocar junto as autoestradas , existem imensos locais para colocar paineis sem afectar qualquer tipo de natureza revejam esta situação por favor !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117019	Discordância	xExmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Venho por este meio manifestar a minha profunda preocupação e oposição aos projetos previstos no âmbito do plano ZAER para a região do Oeste Alentejano. A minha família e eu decidimos, há alguns anos, deixar os Países Baixos para construir uma nova vida no Alentejo. Escolhemos viver entre Luzianes-Gare e Corte Brique, mesmo junto à área onde estão previstos vários destes projetos, porque procurávamos exatamente aquilo que esta região ainda oferece: tranquilidade, natureza preservada, paisagens abertas, céu noturno sem poluição luminosa e uma qualidade de vida cada vez mais rara na Europa. Foi esta natureza que nos trouxe até aqui. Foi este silêncio que nos convenceu a investir o nosso futuro nesta região. E é precisamente este património que agora sentimos estar ameaçado. As centrais solares de grande dimensão e os parques eólicos irão alterar profundamente a paisagem alentejana. As turbinas eólicas serão visíveis a muitos quilómetros de distância, produzirão ruído constante, criarão sombras em movimento e introduzirão luzes intermitentes durante a noite. As centrais solares substituirão paisagens naturais por extensas áreas industriais. Tudo isto destruirá a experiência única que hoje caracteriza esta região. O Alentejo tornou-se um destino procurado precisamente por oferecer aquilo que muitos outros locais da Europa já perderam: uma natureza autêntica, biodiversidade, silêncio e espaço. O sucesso do turismo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117017	Discordância	E muito ruim para o futuro das zonas onde tal plano irá incidir, poluição, aumento da temperatura em zonas que já são quentes , fragmentação de um território. Perigo ecológico pois em muitas zonas previstas existem espécies consideradas em Risco (abutre negro por exemplo)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117014	Discordância	A transição para as energias renováveis é indispensável, mas não pode servir de justificação para destruir aquilo que pretende proteger. Não estou contra a energia fotovoltaica; estou sim contra a sua instalação indiscriminada em áreas agrícolas, florestais e rurais, comprometendo ecossistemas, biodiversidade, paisagens e modos de vida. Existem alternativas mais inteligentes, como a instalação de painéis solares em edifícios, parques industriais, zonas degradadas e outras áreas já artificializadas. Apelo então às entidades responsáveis para que planeiem a expansão da energia solar com visão, responsabilidade e respeito pelo território. A sustentabilidade não se mede apenas pela energia produzida, mas também pela capacidade de preservar os recursos naturais, a agricultura e o património que pertencem a todos. Produzir energia limpa não pode significar destruir a natureza. O futuro exige bom senso, equilíbrio e decisões verdadeiramente sustentáveis. Desta forma sou CONTRA as áreas que têm sido identificadas para este tipo de projetos fotovoltaicos cujo o intuito é sempre servir "alguns" e nunca as pessoas nem a sociedade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117013	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade - Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. - Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. - A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. - Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies. - Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	
117012	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao PSZAER, por considerar que este programa privilegia a rápida implementação de grandes projetos de energias renováveis em detrimento da proteção do património natural, da qualidade de vida das populações e da defesa do interesse público. A instalação de infraestruturas desta dimensão acarreta impactos ambientais muito significativos, incluindo a destruição e fragmentação de habitats naturais, a perda de biodiversidade, a perturbação e mortalidade de espécies da fauna, a degradação da flora e o abate de árvores em larga escala. É contraditório justificar estes projetos com objetivos ambientais quando a sua concretização implica a destruição de ecossistemas que desempenham um papel fundamental na conservação da natureza, no armazenamento de carbono e na regulação climática. O impacto paisagístico e estético é igualmente elevado e, em muitos casos, irreversível. A transformação de vastas áreas naturais e rurais em zonas industriais compromete a identidade da paisagem portuguesa, reduz a atratividade turística, desvaloriza o território e afeta negativamente a qualidade de vida das populações que vivem e trabalham nessas regiões. Considero ainda que estes projetos exercem uma pressão acrescida sobre os recursos naturais, ocupando grandes extensões de território num país com uma área relativamente reduzida e um elevado valor ecológico, agrícola, cultural e paisagístico. Portugal não dispõe de território ilimitado para acolher infraestruturas desta escala sem comprometer valores naturais e patrimoniais que pertencem a todos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
117011	Discordância	Não passo cheques em branco a quem quer destruir.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117010	Discordância	Apresento a minha discordância sobre este assunto baseado nestes argumentos. Fragmentação de Habitats: A instalação massiva de parques eólicos ou solares em zonas rurais ou florestais pode destruir ou fragmentar habitats de espécies protegidas (especialmente avifauna e morcegos no caso da eólica). Pressão sobre Recursos Hídricos e Solo: A desflorestação ou a impermeabilização de solos para caminhos de acesso e subestações pode aumentar a erosão e afetar as bacias hidrográficas locais. Perda de Solo Agrícola: A ocupação de terrenos férteis ou de pastagens por extensas áreas de painéis fotovoltaicos prejudica a agricultura local e o setor agropecuário. Impacto no Turismo e Património: A alteração drástica da paisagem natural pode desvalorizar regiões que dependem do turismo de natureza, do ecoturismo ou do património cultural e paisagístico. Prioridade a Áreas Degradadas (Brownfields): Defesa de que os projetos solares devem ser canalizados prioritariamente para coberturas industriais, parques de estacionamento, autoestradas ou antigas zonas mineiras e industriais desativadas. Descentralização (Autoconsumo): Foco nas Comunidades de Energia Renovável (CER) e no autoconsumo disperso, reduzindo a necessidade de mega-infraestruturas e de novas linhas de alta tensão que rasgam o território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
117009	Discordância	O impacto ambiental desta proposta é impensável para os nossos sistemas!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117008	Discordância	Porque sacrificar território vivo em detrimento de zonas degradadas. Para que precisamos de mais potência	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
117007	Discordância	O povo não concorda. As energias renováveis não podem tirar o que já temos de verde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117005	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117004	Discordância	As áreas totais propostas, especialmente nas regiões central e norte, são consideravelmente demasiado extensas. Parecem visar APENAS a produção de energia, sem uma verdadeira consideração pelos impactos visuais e ambientais que estas instalações de grande dimensão terão nas comunidades, na sua ecologia, no uso tradicional do solo e no valor do turismo, que depende em grande medida das paisagens naturais e existentes. Existem muitas áreas onde a silvicultura de monocultura seria melhor substituída por instalações solares. As novas propostas irão acrescentar parques solares à paisagem, para além dos problemas da monocultura. Irão agravar o uso indevido de vastas extensões de terra em Portugal, que já se encontram degradadas pelo uso comercial artificial do solo. A energia solar e eólica são fontes renováveis importantes para a Europa e para Portugal, mas um planeamento indiscriminado, sem qualquer consideração ambiental — tanto a nível visual como do uso do solo —, irá gerar muita oposição, ressentimento e indignação social. Apelo a um planeamento inteligente, e não a mandatos ditatoriais que fazem o jogo das forças políticas e sociais que se opõem aos benefícios inegáveis das energias renováveis. The total areas proposed, especially in the central and northern regions, are considerably too large. They appear to represent energy production ONLY, without real consideration for the visual and environmental impacts these very large installations will have on the communities, their ecology, traditional land use and the value of tourism, which is very much dependent on the natural and existing landscapes. There are many areas where monoculture forestry would be better replaced by solar installations. The new proposals will add solar parks to the landscape in addition to the problems of monoculture. They will compound the misuse of vast tracts of land in Portugal, which are already degraded by artificial commercial land use. Solar and wind energy are important renewable sources of energy for Europe and Portugal, but indiscriminate planning, with no environmental consideration, both visual and land use, will create much	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
117003	Discordância	Na qualidade de natural do concelho de Mortágua, com laços familiares e patrimoniais diretos no território, venho apresentar a minha discordância relativamente à delimitação das ZAER proposta para o concelho de Mortágua. De acordo com a análise técnica efetuada à cartografia disponibilizada no âmbito do processo, a área proposta para ZAER em Mortágua corresponde a aproximadamente 11.717 hectares, representando cerca de 52,1% do território concelhio. Este valor é significativamente superior e desproporcionado quando comparado com a média aproximada de 10,9% registada nos municípios da CIM Região de Coimbra. Tal concentração territorial contraria os princípios da proporcionalidade, equidade e coesão territorial, impondo a Mortágua um ónus significativamente superior ao dos restantes concelhos da região. Importa ainda recordar que o município já suporta importantes condicionantes territoriais decorrentes da Barragem da Aguieira, de relevante interesse estratégico nacional. A proposta suscita igualmente preocupações quanto à possível proximidade de áreas habitacionais, à afetação de solos agrícolas e florestais produtivos, à possível interferência com áreas ambientalmente sensíveis, incluindo zonas húmidas e linhas de água, bem como à limitação de futuras áreas de expansão económica e industrial. Esta preocupação assume particular relevância num concelho cuja atividade económica assenta de forma significativa na exploração agrícola e florestal. Uma parte importante do rendimento das famílias, proprietários e empresas locais depende diretamente da produção florestal, da atividade madeireira e da valorização económica dos terrenos rurais. A afetação de uma parcela tão expressiva do território a infraestruturas energéticas poderá limitar a continuidade e rentabilidade destas atividades, alterar os usos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
117000	Discordância	Acho que se deve encontrar outras soluções para essa implementação de que se fala. Sem estar a estragar e a degradar o ambiente e as Florestas. Nomeadamente proceder à implementação dos referidos painéis em telhados (coberturas de residebcias e empresas e repensar o investimento, e apoiar as pessoas para que possam fazer esses investimentos. E não criar mais negócios para galifões que só vem euros e não se preocupam com as pessoas nem com o ambiente.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116999	Discordância	Bom dia, desde já gostava de demonstras o meu descontentamento com esta iniciativa, devido ao facto de o período de análise não ter sido o legal de 1 ano, e depois disso a expropriação de terrenos sem a consulta das populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116997	Discordância	A transição energética é uma necessidade inquestionável para o futuro do planeta, mas o seu sucesso depende de um princípio inegociável: ela não pode ser feita à custa da destruição da nossa paisagem, da biodiversidade, da agricultura, da saúde e da qualidade de vida das nossas comunidades. Se a busca por fontes limpas ignorar o valor do território e das pessoas, estaremos apenas a substituir uma crise ecológica por outra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		Nós, residentes no concelho de Odemira, vivemos no sul do Alentejo, região conhecida pela sua paisagem singular, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos directamente afectados por este projecto, desejamos partilhar as nossas preocupações e contribuir para este processo de consulta pública.	Obrigada pela sua participação.
116996	Discordância	Somos todos a favor da conservação da natureza e das energias renováveis. Há anos que vivemos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, toda a tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa única cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio se aplica à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma escala e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas das habitações, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve potenciais consequências relacionadas com o ruído, sombras projetadas, alteração da paisagem e qualidade de vida das populações vizinhas. Além disso, existem impactes ambientais associados à construção de fundações maciças de betão, à abertura de novas vias de acesso, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos, cuja reciclagem ainda representa um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116995	Discordância	Acredito na necessidade de uma transição energética, no entanto, a instalação de paneis fotovoltaicos no concelho de Mortágua na extensão proposta é um ABSURDO. O que acontecerá aos pequenos proprietários e às suas famílias e descendentes? O que acontecerá no fim de vida destes painéis? Como será feito o desmantelamento e reciclagem dos materiais? Onde estão as respostas a estas e outras dúvidas???	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116994	Discordância	Supostamente as energias renováveis são para protecção do ambiente, no entanto assiste-se ao total descaso e destruição da Natureza pelos municipios, através de licenciamentos que só têm como objectivo o lucro. É criminosa a destruição de hectares e hectares de espaços verdes, com os impactos brutais na flora e fauna existentes, para a plantação de painéis solares. Não há respeito pelo território e pela Natureza pelo que só posso ser contra!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116993	Discordância	Há sérios riscos de este programa criar um facilitismo perigoso e sem controlo para a instalação das megacentrais fotovoltaicas e eólicas, com faz prever a isenção de estudos ´sérios de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). A centralização das decisões em Lisboa passa por cima dos interesses do território, numa atitude autoritária, que em nada reforça a democracia. Ignora a opinião pública local e as posições das autarquias.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116992	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente às áreas propostas no Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PZAER), em particular nas zonas da Beira Baixa que poderão ser ocupadas por grandes centrais fotovoltaicas. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que essa transição deve ser concretizada de forma equilibrada, protegendo a paisagem, a biodiversidade, os solos agrícolas, os recursos naturais e a qualidade de vida das populações. A Beira Baixa é um território com elevado valor ambiental, agrícola, histórico e paisagístico. A instalação de extensos parques solares poderá provocar uma transformação profunda da paisagem, fragmentar habitats, reduzir áreas agrícolas e afetar atividades económicas ligadas à agricultura, ao turismo e à valorização do património natural. Defendo que a produção de energia solar deve privilegiar, sempre que possível, áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outros espaços degradados, evitando a ocupação de solos agrícolas e de áreas com elevado valor ecológico e paisagístico. Solicito, por isso, que as áreas propostas no PZAER para a Beira Baixa sejam reavaliadas, garantindo que as decisões tenham em conta os impactos ambientais, sociais e económicos e que exista uma verdadeira conciliação entre a transição energética e a preservação do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116991	Discordância	absolutamente inaceptable!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116990	Discordância	Exposição de oposição ao Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, manifesto a minha oposição à proposta do PSZAER por considerar que impõe um desequilíbrio territorial incompatível com os princípios da igualdade, da proporcionalidade, da coesão territorial, da justiça ambiental e da utilização sustentável dos recursos naturais. A proposta prevê que 46,6% do território de Mortágua (cerca de 11.717 ha) seja classificado como ZAER Solar, quando a média da CIM Região de Coimbra é de apenas 10,9%. Considerando também a energia eólica, 52,1% do concelho fica abrangido por zonas de aceleração, uma percentagem muito superior à dos municípios vizinhos. Esta concentração transforma Mortágua num verdadeiro "território de sacrifício", sem fundamentação objetiva que justifique um tratamento tão desigual. A classificação das áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se em critérios de exclusão que não refletem devidamente o seu valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. O plano deveria privilegiar, antes da ocupação de solos rurais, a instalação de sistemas fotovoltaicos em áreas já artificializadas, bem como promover o autoconsumo e as comunidades de energia renovável, soluções com menores impactes ambientais e maior benefício para os cidadãos. Embora reconheça a importância da transição energética, esta deve respeitar os princípios constitucionais da proteção do ambiente, da igualdade e da proporcionalidade, bem como os objetivos da Lei de Bases do Clima e da Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo, assegurando uma distribuição equilibrada dos impactes e benefícios entre os diferentes territórios.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116989	Discordância	Infelizmente, todos estes programas de implementação energética , chamada verde, tem sido um verdadeiro atentado e ataque aos recursos naturais e ambientais do nosso pequeno país. Afetam irremediavelmente as estruturas verdadeiramente ambientais como a migração e nidificação dos pássaros, habitats naturais da Fauna, destruição e abate da Flora existente, poluição profunda dos lençóis de água, que chegam as cidades, vilas e aldeias (circundante e não só), ruptura dos sistemas sócio económicos integrados e sustentáveis a médio e longo prazo das populações, como por exemplo o turismo, poluição visual e sonoras dos locais circundantes, etc etc, afetando a sustentabilidade e agricultura das populações que vizinham as zonas dos projectos apresentados. O que se tem verificado na verdade é que Estas consultas públicas não se refletem em escrutínio verdadeiro e isento dos projectos com estudos fidedignos. Fica à discordância na forma e conteúdo como este e outros programas estão a ser implementados. Em vez de termos organismos credíveis com pessoas isentas que avaliam e que defendam o nosso país e recursos, temos ordens obscuras vindas da Europa que são impostas contra a vontade das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116988	Discordância	Camuflar iniciativas que destruirão hectares de organismos vivos através da máscara das energias renováveis, aliada à transição verde de origem meramente lobbista é ultrajante e, no mínimo, repugnante. Mascarar intenções de "grandes grupos", grupos que faturam milhões, e que pretendem faturar ainda mais milhões, sob pena de arruinarem ecossistemas vivos em prol de um ecossistema material morto e bafiento, que além de assassinar tudo o que vive e nos permite viver, se apresenta, envenenadamente, como iniciativa sustentável criadora e promotora de umas centenas de postos de trabalho, é inqualificável. Não é da forma como nos apresentam, nunca foi, nem nunca será! Este é só mais um assassinato ambiental, vendido de forma materialmente oposta. Travar iniciativas desta natureza é um dever de todos, mas é-o mais ainda por parte de quem sabe conscientemente ao que isto vem, de quem o gere, de quem o permite e de quem governa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116987	Discordância	estre projeto preocupa-me e nao encontrei informação suficiente acessivel para poder dar uma opiniao informada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116986	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116985	Discordância	não concordo com os painéis na serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116984	Discordância	Plantar mais árvores. Não plantar painéis solares. Haja discernimento.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116983	Reclamação	Bom dia, Chamo-me Lia Nunes e vivo na Serra da Estrela. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116982	Discordância	O processo não foi sério nem transparente O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas. O mapa tem erros que ninguém corrigiu O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116981	Discordância	Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estou a ser consultado sobre um programa As energias renováveis devem ter o mínimo impacto ambiental. Utilizem as coberturas dos edifícios , os sombreamentos dos estacionamentos. Etc	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116978	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade - Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. - Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. - A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. - Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies. - Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116974	Discordância	Escrevo como residente da Freguesia de São Martinho das Amoreiras, no Oeste Alentejano, profundamente preocupado com o impacto que o plano ZAER poderá ter na nossa região caso avancem novos projetos de energia solar e eólica. Escolhi viver aqui precisamente pela qualidade de vida, pela natureza preservada e pela tranquilidade que esta região ainda oferece. Esta freguesia é, aliás, um exemplo raro e valioso: entre 2011 e 2021, São Martinho das Amoreiras cresceu 3,7% em população, numa altura em que o concelho de Odemira foi o único de todo o Alentejo a ganhar população, enquanto a região no seu conjunto perdeu quase 7% dos seus habitantes. Um plano ZAER mal desenhado ameaça travar exatamente esta tendência positiva e rara. A paisagem alentejana é o nosso principal ativo. Centrais solares em larga escala descaracterizam-na de forma irreversível. Os parques eólicos agravam ainda mais o problema, com turbinas visíveis a quilómetros de distância, sombras em movimento, luzes intermitentes durante a noite e ruído constante, tudo isto afastando precisamente os visitantes e novos residentes que hoje escolhem esta região pela sua natureza intocada. A Rota Vicentina prova que este modelo funciona: turismo sustentável, assente na paisagem e na cultura locais, atrai pessoas de toda a Europa. Existe inclusive um percurso pedestre da Rota Vicentina com início e fim na própria freguesia de São Martinho das Amoreiras. Os projetos previstos comprometeriam seriamente esta atratividade e, com ela, o rendimento de quem depende do turismo rural. Há ainda a questão da biodiversidade. Um estudo botânico recente identificou 86 espécies de plantas ameaçadas de extinção só no Baixo Alentejo, onde se insere esta freguesia. Já há precedentes preocupantes: em Ferreira do Alentejo, o único núcleo conhecido de uma planta rara foi destruído pela instalação de um	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116973	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116972	Discordância	O nosso país não está à venda. Cuidar do nosso território e natureza é hoje, mais do que alguma vez foi, uma prioridade. Protegemos a verdadeira fonte do nosso bem estar, com respeito pela manutenção daquilo que é Verdadeiramente o Bem Essencial à vida. Não precisamos de mais energia, exploração e uso da terra como servente. Precisamos de mais sinergia e de trabalhar de forma harmonioza com o que nos criou, protege e alimenta. Progresso tecnológico é cada vez mais uma fantasia insustentável e um atentado à humanidade. Dizemos Não.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116971	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Algunos Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas de las habitaçãoes, e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116969	Discordância	Trabalho no setor das energias renováveis há 19 anos e concordo plenamente com a objeção à proposta. No momento em que se cria um veículo autónomo, este será utilizado indevidamente, destruindo impiedosamente as comunidades e o modo de vida rural no interior de Portugal. Em segundo lugar, já sofremos apagões devido ao excesso de energia renovável exportada para a rede elétrica e estamos agora a unir-nos a Espanha num esforço para apoiar a nossa rede. Se permitirmos o desenvolvimento irrestrito de projectos eólicos e solares de grande escala em áreas com baixa procura de energia, não só agravaremos este problema, como também criaremos a necessidade de uma infra-estrutura eléctrica melhorada. Uma combinação de fontes de energia sempre foi a melhor solução, juntamente com a utilização das áreas urbanas existentes, por exemplo, painéis solares entre os carris da ferrovia, telhados solares sobre todos os parques de estacionamento.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116968	Discordância	O programa sectorial não é apenas marcante para o futuro do ordenamento do território em Portugal, mas também para o mantimento de mecanismos de participação essenciais à democracia. Na participação entregue em consulta pública, demonstra-se que a proposta apresenta graves incompatibilidades com a legislação nacional e europeia, ignora instrumentos de ordenamento do território (como os PDMs) ou a definição de áreas "no-go" da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 e desvaloriza o património sociocultural e ambiental dos territórios rurais, como é o caso quando se equiparam terrenos "baldios" a terrenos de minas abandonadas. Não me oponho às energias renováveis, mas sim a um modelo de crescimento constante baseado num saque contínuo do território e no desrespeito pelas comunidades locais e pelos seus recursos naturais, essenciais à mitigação das alterações climáticas e à sustentabilidade ecológica. A energia renovável deve ser das comunidades para as comunidades. O "mapa verde" faz precisamente o contrário. Apresenta a expansão de linhas de alta e muito alta tensão, bem como as megacentrais fotovoltaicas e eólicas, como inevitáveis e estruturalmente necessárias, sem esclarecer a lógica por trás dessa abordagem. Em vez de valorizar o papel das populações e instituições locais, o plano limita as possibilidades de decisão e de acção descentralizadas, bem como a autonomia autárquica. O "mapa verde" falha, também, no seu objectivo global: identificar as zonas de aceleração. As diversas imagens apresentadas (e não mapas) não permitem uma consulta informada, pois não indicam uma localização precisa ou georreferenciada. Para mais, projectos já existentes ou planeados não são considerados, nem são fornecidas explicações sobre possíveis hibridizações, limites máximos de ocupação, concentração territorial ou efeitos cumulativos. O mapa representa a normalização do avanço indiscriminado da industrialização dos territórios rurais em função das estratégias energéticas nacionais. Portanto, mantenho a minha discordância com este programa sectorial.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116967	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Lisboa, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116962	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030) Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado, designadamente: 1) Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. 2)Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116961	Concordância	É urgente descarbonizar Portugal tem muito pouco territorio ocupado por paineis e eolicas e precisamos de muito mais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116960	Sugestão	ZAER sim, seguindo a RED III europeia. Nunca à custa das nossas paisagens verdes e comunidades rurais. O lucro tem, e deve sempre ter, limites claros. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116956	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116953	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116950	Discordância	A natureza em Portugal deve ser protegida. Se estes planos forem levados a cabo, não só irão afetar a paisagem a curto prazo, como também irão acelerar a desertificação do interior do país. A energia verde deve continuar a ser verde, o que, desta forma, já não é de todo o caso. Existem edifícios e parques de estacionamento mais do que suficientes onde a instalação de painéis solares não tem qualquer impacto na natureza; é aí que se deve centrar a atenção.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116949	Discordância	Não podemos substituir a Natureza por materiais artificiais que, a fazer bem, beneficiará apenas o Homem. Vamos implementar as fotovoltaicas, ou investir, nos parques automóveis! Façam se novos parque de estacionamento para automóveis com tectos de fotovoltaicas em todo o país. Seria uma alternativa viável e mais proveitosa para TODOS, incluindo a NATUREZA	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116946	Discordância	Discordo completamente com este projecto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116944	Discordância	Não concordo destruir a natureza para instalações de painéis solares. Não destruam a natureza plantem árvores para podermos sobreviver … Quando destruírem toda a natureza vão compreender que há vai ser tarde ! Eu quero que os meus filhos e netos vivam num ambiente saudável em mortagua. Instalem os vossos painéis em parques de estacionamento … pensem um pouco antes de destruir a natureza pois a vida vem da natureza. Não se esqueçam	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116943	Discordância	Ignorar as verificações adequadas NÃO é o caminho para um futuro mais verde!! Não há futuro verde sem avaliações ambientais para grandes projetos que IRÃO afetar as pessoas e os animais que vivem na área! Não podemos ser complacentes em relação ao futuro de Portugal num planeta em aquecimento, quando as próprias empresas concordaram que isso irá aumentar as temperaturas ambientes. A fragmentação do território irá anular os benefícios alcançados com a reintrodução do lince. Projetos de grande escala sem avaliações suficientes irão aumentar a taxa de desertificação e dizimar a biodiversidade, o património cultural e natural, além de tornar as áreas inabitáveis para as pessoas que desejam regressar ao campo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116942	Discordância	Os planos para centrais fotovoltaicas em Portugal parecem- me descontrolados e desproporcionais em relação à área do território . O impacto climático no solo, clima, fauna e flora, economia local, turismo e qualidade de vida das populações poderá ser inevitável grave.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116940	Discordância	SUPORTE PARA QUEM QUER PARTICIPAR NA CONSULTA PÚBLICA SOBRE O PSZAER Preparado em 29 de Junho 2026, com base nos pareceres disponíveis publicamente sobre o tema, nomeadamente nos disponibilizados no site Participa (“PSZAER Consulta às Entidades – Pareceres emitidos”), e nos pareceres de João de Jesus Ferreira e Demétrio Alves disponíveis no blog “Tertúlia de Energia”. Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho da Covilhã vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116938	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116935	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116931	Discordância	Chega de destruir a natureza por interesses económicos. Já há demasiado betão nas cidades e muito espaço livre no topo dos prédios, usem-no	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116930	Discordância	Não concordo com a destruição de Portugal! Os cidadãos têm direito a escolher o que querem ou não ao pé das suas casas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116929	Discordância	Na qualidade de cidadã, natural do concelho de Mogadouro, distrito de Bragança, e residente no concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, reprovo a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, nomeadamente o Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Os argumentos para rejeitar integralmente este plano encontram-se em anexo.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116928	Discordância	É assustador ver o mapa da zona da Beira Baixa. Muitos da minha geração que começam a tentar povoar aldeias do interior, porque já mostraram aos filhos e netos como a vida pode ser melhor fora das cidades, ver agora o quanto vão destruir para "salvar" o ambiente? A contradição é inaceitável. Devíamos continuar a plantar mais árvores, mais informação séria e honesta sobre o ambiente; saber gerir as florestas; cuidar das espécies que vivem nela e dela. Cuidar do território e não contribuir para mais destruição. Sabendo já o aquecimento que provocam nas zonas onde estão e ao seu redor. O despovoamento do território do interior será cada vez maior. Sou Contra!!! Pensem em soluções que não tenham como caminho rápido, mais destruição e menos verde!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116927	Discordância	Não concordo com este projeto que descaracteriza a região e tem um impacto ambiental brutal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116924	Discordância	Energia verde não se pode ter à custa das alterações climáticas, paisagisticas, económicas e sociais de um território, interior e em desenvolvimento.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116923	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha profunda preocupação relativamente à forma como as atuais políticas energéticas têm vindo a impulsionar megaprojetos de produção de energia solar, cuja dimensão e localização considero desadequadas. Estes projetos são apresentados como a solução prioritária e urgente para cumprir as metas definidas no PNEC 2030, sendo o Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) um exemplo claro dessa abordagem. Pelas razões que passo a expor, venho manifestar a minha oposição à aprovação deste plano. 1. Impactos ambientais e na biodiversidade • Enfraquecimento dos critérios de proteção ambiental: O PSZAER apresenta critérios de exclusão menos exigentes do que os considerados em estudos anteriores, nomeadamente os desenvolvidos pelo LNEC. Áreas de elevado valor ecológico e agrícola, como montados de sobro e azinho, olivais tradicionais e vinhas, deixaram de ser automaticamente excluídas da instalação de centrais solares. Também os geoparques deixaram de constituir critério de exclusão, aumentando o risco de ocupação de territórios de reconhecido valor patrimonial e ambiental. • Redução das zonas de proteção: A faixa de salvaguarda em torno de zonas húmidas sensíveis foi reduzida de 500 metros para apenas 50 metros. Esta alteração representa um retrocesso significativo na proteção destes ecossistemas, expondo a fauna e a flora que deles dependem a impactos diretos. • Classificação redutora da sensibilidade dos territórios: A designação de determinadas áreas como sendo de "baixa sensibilidade" resulta apenas da aplicação de critérios técnicos de exclusão, não refletindo o seu verdadeiro valor agrícola, florestal, paisagístico, ecológico e social. Muitos destes territórios desempenham funções essenciais para as comunidades locais e para a conservação da natureza. • Compromisso da soberania alimentar e florestal: O plano permite a ocupação extensiva de solos rústicos por grandes centrais de produção de energia, relegando a agricultura e a floresta para um papel secundário. Esta opção compromete a capacidade produtiva nacional e fragiliza a gestão sustentável de recursos naturais estratégicos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116921	Geral	No need it here	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116920	Discordância	Sou a favor da sustentabilidade, de proteger a casa onde moramos e do respeito pelo planeta, que não é nosso e, por isso mesmo, não devemos destruir os recursos que nos farão falta no futuro.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116919	Discordância	A minha posição vale para o Divor e para todo o território rural do Alentejo. Subscrevo completamente a argumentação do grupo “Juntos pelo Divor”, acrescentando que a identidade da paisagem alentejana é um património ancestral, que ninguém tem o direito de destruir:. A transição energética é necessária e urgente. O problema não é o objectivo — é o modelo que está a ser proposto. O que devia estar em cima da mesa: ◇ Usar primeiro o que já está artificializado. Telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, pedreiras esgotadas, áreas degradadas — nunca foram contabilizados como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa defendeu, no seu parecer sobre o PSZAER, "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. ◇ Solar distribuído em vez de solar centralizado. Um painel no telhado de uma escola ou de uma cooperativa produz energia para quem vive ali. Um parque de 500 hectares produz para os mercados europeus. São modelos diferentes — na economia local, no território, na justiça energética. As comunidades de energia já estão previstas na lei, mas enfrentam barreiras que este programa não resolve. ◇ Perguntar quanto precisamos mesmo de produzir. O programa responde às metas do PNEC 2030, mas nunca questiona o modelo de crescimento do consumo que as justifica. O relatório técnico de ordenamento identifica como risco a "especialização funcional excessiva de territórios de baixa densidade" — ou seja, os territórios mais frágeis sacrificam a paisagem para exportar energia para quem não paga esse custo. ◇ Se cedemos o território, temos de beneficiar da energia. As comunidades de energia renovável local permitem co-propriedade e tarifas reduzidas para quem vive perto dos projectos. A legislação já existe. Falta torná-la obrigatória. ◇ Menos área, melhor escolhida. São propostos 371.348 hectares de solar e 84.489 de eólica — o próprio LNEG reconhece que é muito mais do que o necessário para cumprir as metas. Excluir solos agrícolas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116917	Discordância	Discordo totalmente deste programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116916	Discordância	Subscrevo a posição do GPE, que anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116915	Discordância	Parecer sobre a Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) A associação Observatório da Paisagem da Charneca (OPC), sediada no concelho da Chamusca, apresenta no ficheiro anexo alguns comentários e reflexões no âmbito do processo de Discussão Pública do PSZAER . Estes comentários equacionam-se a 2 níveis – o contexto global do PSZAER, enquanto programa a nível nacional, e o contexto regional/local das implicações na unidade de paisagem Charneca Ribatejana e concelho da Chamusca, onde se localiza esta associação. Apresentam-.se neste texto de forma abreviada, e explicitados com maior detalhe no ficheiro anexo. A- Contexto global Considera-se que a realização de um estudo de aptidão para a localização e implantação de infraestruturas de energias renováveis é de salientar e saudar, contrapondo-se a processos de cariz casuístico que têm vindo a realizar-se, nalguns casos sem a definição prévia de critérios adequados para a salvaguarda de aspetos ambientais, sociais e económicos. De facto, em muitos projetos já concretizados, tem dominado o secretismo e a falta de transparência, com decisões de localização tomadas entre as empresas promotoras e proprietários de terrenos rústicos, com escassa informação ao nível local e às comunidades envolvidas. Assim, considera-se que a identificação de critérios e fatores de exclusão de áreas de implantação de ER, de âmbito ambiental, paisagístico, social e económico, pode contribuir para uma transição energética mais justa e sustentável. No entanto, o programa em causa, pretendendo alcançar esse objetivo, não integra devidamente alguns requisitos que consideramos essenciais para esse processo, nomeadamente os seguintes a) Na questão do âmbito e da escala; b) Na questão da dimensão social e envolvimento das comunidades; c) Na questão das Opções estratégicas prioritárias (desenvolvimento no ficheiro anexo)	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116912	Discordância	Como cidadã residente na Freguesia de Madeirã, concelho de Oleiros, venho expressar a minha total discordância face à proposta do PSZAER, pelos seguintes motivos: Imposição Territorial: O programa centraliza decisões, fragiliza a autonomia municipal e ignora o planeamento local, desrespeitando as comunidades que moldarão o seu futuro. Ameaça ao Património e Biodiversidade: A proposta coloca em risco ecossistemas vitais, fragmentando habitats e ignorando áreas protegidas (Rede Natura 2000, Reserva da Biosfera UNESCO) e corredores ecológicos essenciais. Riscos para a Economia Rural e Soberania Alimentar: Ao permitir a ocupação industrial de solos agrícolas e florestais, o PSZAER compromete a agricultura, o turismo e a gestão sustentável, transformando zonas rurais em áreas de sacrifício. Impacto na Saúde e Clima: O programa ignora impactos térmicos e de microclima em territórios já vulneráveis ao calor extremo, negligenciando a proteção da saúde pública. Modelo Injusto: Favorece mega projetos privados em detrimento de alternativas descentralizadas, como o auto-consumo e a utilização de áreas já artificializadas (zonas industriais, infraestruturas), que seriam suficientes para atingir as metas de 2030 sem destruir o território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116905	Discordância	A transição energética só faz sentido se for compatibilizada com a conservação da biodiversidade, com os valores naturais e culturais das paisagens, em conjunto com os interesses das populações locais. Num país onde mais de metade da sua energia é gerada através de métodos renováveis, não se entende esta necessidade de aumentar tão significativamente as zonas de implantação de energias renováveis. Faz muito mais sentido aliar o aumento deste tipo de geração de energia a soluções locais, adaptadas à infraestrutura existente e necessidades locais. O projeto poderá pôr em causa a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas, dos quais dependemos com inúmeros serviços, sem os quais não podemos manter o nosso modo de vida (por exemplo, abrir a torneira e ter água limpa, potável), especialmente num contexto de alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116903	Discordância	Energia solar é importante mas não quando custa acabarmos com a natureza. Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116902	Discordância	É absolutamente irreal o que está a acontecer! Urge acordar e voltarmos a respeitar a Terra que nos acolhe! Estou totalmente contra!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116901	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116900	Discordância	Como cidadão residente na Freguesia de Madeirã, concelho de Oleiros, venho expressar a minha total discordância face à proposta do PSZAER, pelos seguintes motivos: Imposição Territorial: O programa centraliza decisões, fragiliza a autonomia municipal e ignora o planeamento local, desrespeitando as comunidades que moldarão o seu futuro. Ameaça ao Património e Biodiversidade: A proposta coloca em risco ecossistemas vitais, fragmentando habitats e ignorando áreas protegidas (Rede Natura 2000, Reserva da Biosfera UNESCO) e corredores ecológicos essenciais. Riscos para a Economia Rural e Soberania Alimentar: Ao permitir a ocupação industrial de solos agrícolas e florestais, o PSZAER compromete a agricultura, o turismo e a gestão sustentável, transformando zonas rurais em áreas de sacrifício. Impacto na Saúde e Clima: O programa ignora impactos térmicos e de microclima em territórios já vulneráveis ao calor extremo, negligenciando a proteção da saúde pública. Modelo Injusto: Favorece mega projetos privados em detrimento de alternativas descentralizadas, como o auto-consumo e a utilização de áreas já artificializadas (zonas industriais, infraestruturas), que seriam suficientes para atingir as metas de 2030 sem destruir o território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116898	Discordância	Não concordo em abater floresta para se por painéis heolicas ou seja lá o que for por todo país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116897	Discordância	Eu oponho-me a este a este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis porque, no que diz respeito ao impacto ambiental, não se deve subestimar a fragilidade do equilíbrio do ecossistema natural em nome de energias renováveis cujas consequências destrutivas na natureza ainda não foram totalmente estudadas a longo prazo. Também quero salientar que este projecto não responde às preguntas que o próprio coloca na apresentação de forma clara e inequívoca, dando lugar a muitas interpretações. Não se deve apressar grandes projectos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116894	Discordância	Não concordo pelo extenso afeto na zona tanto a nível da biodiversidade, como para a população. A transição energética só é verdadeiramente sustentável quando é conciliada com a proteção da biodiversidade, a preservação dos valores naturais e culturais das paisagens e os interesses das comunidades locais. Num país em que mais de metade da eletricidade já é produzida a partir de fontes renováveis, é difícil compreender a necessidade de expandir de forma tão significativa as áreas destinadas à instalação destes projetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116893	Discordância	Em vez de uma expansão em grande escala, faria mais sentido apostar em soluções locais, ajustadas às infraestruturas existentes e às necessidades específicas de cada território. O projeto em causa poderá comprometer a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas, dos quais dependemos para inúmeros serviços essenciais, como o acesso a água limpa e potável. A preservação destes ecossistemas torna-se ainda mais importante perante os desafios colocados pelas alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116892	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos na região sul do Alentejo, uma zona conhecida pela sua paisagem singular, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaria de partilhar as nossas preocupações e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Há anos que vivemos em parte com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e esforçamo-nos diariamente por contribuir para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio se aplica à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma escala e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Este projeto inclui três turbinas com mais de 180 metros de altura muito perto da nossa casa e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve potenciais impactos relacionados com o ruído, sombras projetadas, alterações na paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações de betão, à abertura de novas vias de acesso, à fragmentação de habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem ainda representa um desafio. O sul da Bahia possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o seu	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116890	Discordância	A Associação Monte Alegre, NIF n.º 517252414, vem apresentar parecer desfavorável à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e à respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), requerendo a não aprovação da proposta na versão submetida a discussão pública, por entender que a mesma padece de vícios materiais e procedimentais suscetíveis de comprometer a sua validade jurídico-administrativa. A pronúncia em anexo não constitui oposição à transição energética nem à implantação responsável de energias renováveis. Pelo contrário, parte do entendimento de que a transição energética apenas é juridicamente legítima se for compatível com a proteção da biodiversidade, da paisagem, dos solos, dos recursos hídricos, do património cultural, da participação pública e da justiça territorial. A Diretiva RED III exige a identificação de zonas particularmente adequadas à implantação de energias renováveis, mas essa aceleração pressupõe planeamento robusto, avaliação ambiental suficiente e exclusão efetiva de zonas sensíveis, não autorizando uma redução cega do escrutínio ambiental.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116889	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116887	Discordância	Dever sempre ter analyse detalhada do sitio onde ha proposta para alterar o paisagem natural. O facto so de aumentar a velocidade de implementação não vai ajudar a sociedade no longo prazo. Para ser sustentável A produção de energia deve ser feita de maneira a promover o ambiente não o contrario. São os povos dos areas rurais que são os ultimos a cuidar tas terras, a riquezza mais importante da terra. Eles devem fazer parte integrante destes processos de mudança. os arvores dão vida aos humanos na terra. E A NOSSA responsabilidade de cuidar deles	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116886	Discordância	Compreendo que temos de nos ver livres dos combustíveis fósseis, mas vamos fazê-lo com inteligência. Temos imensas maneiras de produzir energia limpa sem precisar de sacrificar o nosso futuro, e o de quem virá depois de nós.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116885	Discordância	Não concordo com a colocação de painéis solares no território. São muito maiores os danos, que os benefícios. A instalação de painéis solares em paisagens naturais levanta um forte debate sobre a transição energética. A desmatação de áreas florestais ou agrícolas para instalar parques solares ameaça espécies animais e a biodiversidade local. O abate de Espécies Protegidas: Projetos de grande escala exigem frequentemente o corte de milhares de árvores maduras (como sobreiras e azinheiras), causando perda de solo fértil. O impacto na Paisagem: A introdução de estruturas metálicas e vidro altera severamente a identidade visual e o património natural das regiões. Alternativas Ignoradas: Associações ambientalistas, como a ZERO, defendem que a prioridade deveria ser a instalação descentralizada de painéis em coberturas de edifícios urbanos e zonas industriais, evitando a ocupação de paisagens naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116884	Discordância	Precisamos de uma polícia de proteção da nossa floresta. Plantem árvores. Elas são o motor da biodiversidade. Isso sim, é energia verde e sustentável. O Alentejo é para ser protegido e não destruído.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116883	Discordância	Discordo completamente deste projeto, uma vez é extremamente lesivo para a biodiversidade e para o ambiente, numa altura em que devemos estar cada vez mais atentos e preocupados com a preservação das espécies animais e vegetais. A destruição desta enorme área natural, irá provocar um aumento de temperatura, o escoamento rápido da água da chuva, aumentando o número das cheias, com a diminuição da qualidade do ar. Por outro lado, a destruição de cerca de 100.000 ht de vegetação, implica o desaparecimento de um enorme número de animais selvagens e aves. A nível visual, a paisagem irá ser alterada para pior, causando o afastamento do turismo de natureza. Os painéis solares deveriam ser instalados no topo dos prédios já existentes, complexos industriais e parques de estacionamento.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116882	Discordância	A energia verde não deve destruir a natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116881	Discordância	Não precisamos de destruir florestas e descaracterizar montanhas, ou outro espaço verda para colocar painéis solares, existem muitas outras maneiras para painéis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116880	Discordância	A transição energética não pode ser realizada à custa da destruição do património natural, da floresta, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. A criação de zonas de aceleração para a instalação de grandes infraestruturas energéticas em áreas florestais levanta sérias preocupações ambientais. Preocupa-me igualmente o impacto destas infraestruturas na paisagem, nos ecossistemas, na fauna e na flora, bem como a eventual degradação de áreas com elevado valor ecológico e cultural. Deve ser dada prioridade à instalação de sistemas de produção de energia renovável em áreas já artificializadas ou degradadas, como coberturas de edifícios, parques industriais, zonas comerciais, parques de estacionamento e outras infraestruturas existentes, minimizando a ocupação de solos naturais e florestais. Destruir as flores, os ecossistemas e a qualidade de vida das populações não é energia verde! Caros, Estes projectos são claramente “Greenwashing” e resultado da falta de ordenamento de território e planeamento estratégico a longo prazo para Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116874	Discordância	Servir o interesse de uns (que nem vivem nas localizações afectadas) não deveria sobrepor-se aos interesses da população residente, nem do país, a longo prazo. O caminho mais fácil, nem sempre é o correcto. Um bem haja.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116873	Discordância	Exmos Senhores, Crescem cada vez mais "plantações" de campos fotovoltaicos, representa não uma inovação mas um retrocesso civilizacional. Como se justifica o abate de extensões de floresta para transformar em campos fotovoltaicos benficiando apenas o investidor com claro prejuizo para a comunidade. Esta corrida desenfriada a nivel global não tem de ser replicada em Portugal. O Governo e os Senhores Ministros têm obrigação de nos defender e são capazes de fazer melhor que os outros paises! Venho manifestar a minha preocupação e oposição à forma como esta proposta das ZAER está a ser apresentada e planeada. Em primeiro lugar, considero inaceitável a ausência de cartografia detalhada e informação clara sobre as áreas abrangidas. Sem mapas rigorosos e acessíveis, as populações locais não conseguem perceber o verdadeiro impacto desta medida nos seus territórios, propriedades, atividades económicas e qualidade de vida. Exijo que sejam divulgadas as localizações exatas das áreas propostas antes de qualquer decisão avançar. Em segundo lugar, preocupa-me profundamente a possibilidade de dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental individual para projetos localizados em zonas ZAER. Esta simplificação pode colocar em risco ecossistemas sensíveis, a biodiversidade, os recursos hídricos e os valores naturais existentes. A aceleração	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116868	Discordância	Sou contra este projeto, pois entendo que não podemos destruir a natureza em nome de uma energia limpa. O impacto é extremamente negativo, estaremos perante uma paisagem feia, negra, que não irá atrair turismo, interno ou externo. Ambientalmente é uma catástrofe, pois serão destruidos cerce de 100.000 ht de vegetação, sem qualquer salvaguarda das espécies autóctones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116867	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116866	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116861	Discordância	Estudos feitos no Japão realçam o perigo de aquecimento em vários graus nas zonas de implantação de painéis solares em grande quantidade. O sol incide na terra e é absorvido pela terra e pela vegetação e árvores . Em contrapartida quando incide em painéis o calor acumula se nestes e nas estruturas metálicas e aumenta a temperatura. A ausência de vegetação não permite haver a humidade natural das árvores e plantas dando origem à desertos Projectos desses vão matar a natureza, a fauna, a flora, o turismo, a agricultura e o habitat de muitas espécies animais e os tão preciosos insectos polinizadores que todos sabemos permitem termos frutas e legumes. Vai aumentar a desertificação das zonas em causa, as aldeias e os eventuais investidores irão procurar outro local para comprar. Após o prazo de aluguer dos terrenos, os proprietários destes "herdam" terrenos com lixo, sucata deixados para trás e uma terra totalmente infértil e com erosão depois de ter sido "queimada" ao longo dos anos devido à presença de painéis. Sugiro instalações em telhados de unidades industriais, centros comerciais e parque de estacionamento e melhores apoios para a acquisição de painéis para autoconsumo. Pede se mais prazo para a consulta e não numa época de ferias e mundial de futebol em que as atenções são mais focadas em lazeres e mais clareza no processo e que seja mais fácil para todas pessoas poderem participar. Não somos robos e não queremos alimentar nos através ligação `tomadas tais como os aparelhos elétricos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116860	Discordância	Discordo de se usar alegações ambientais para destruir o ambiente! A região tem um ecossistema e um equilíbrio ecológico que tem sido danificado por ação dos fogos. Não bastando esse facto, em nome do ambiente quer-se destruir o que sobra dos sucessivos atentados ecológicos. Sabemos que a verdadeira razão é meramente económica!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116856	Discordância	Não concordo com a implementação dos painéis fotovoltaicos em Mortágua	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116855	Discordância	Este contributo reconhece as metas do PNEC 2030, mas contesta a coerência técnica interna da proposta de PSZAER enquanto instrumento de planeamento do sistema elétrico. O comentário baseia-se na informação que consta do plano e nas normas de direito vigente. Do contributo, realçam-se os seguintes pontos: 1. De acordo com os dados apresentados no PSZAER, a rede elétrica não dispõe de capacidade de ligação para a dimensão dos projetos propostos. 2. O armazenamento está ausente do plano, apesar de o artigo 40.º-B, n.º 1, alínea b), subalínea iii), do Decreto-Lei n.º 15/2022, na redação do Decreto-Lei n.º 130/2026, impor ao programa sectorial o estabelecimento de regras aplicáveis às infraestruturas de rede e de armazenamento, conformidade exigível no momento de aprovação do programa. 3. A metodologia desenvolvida para a localização das zonas de aceleração relaxou os critérios de exclusão, sem fundamentação técnica autónoma. 4. As áreas ardidas não constituem critério de exclusão, apesar de existir cartografia nacional oficial para o efeito. A sua integração irá salvaguardar o património Florestal. 5. O potencial solar em áreas artificializadas, quantificado na proposta em 23,33 GW, não é operacionalizado, apesar de exceder a totalidade da meta solar do PNEC 2030 (20,8 GW). O PSZAER propõe isentar de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) cerca de 664.000 ha, maioritariamente de solo rústico florestal do interior, para servir uma rede que, pelos cálculos da própria proposta, não tem capacidade para absorver a maior parte dessa área, enquanto o potencial em superfícies já artificializadas, suficiente por si só para cumprir a meta nacional, permanece por mobilizar. Recomenda-se que a metodologia seja direccionada para uma maior integração com a rede the ligação, que reconsidere o relaxamento de critérios ambientais, que integre a cobertura de áreas ardidas como critério de exclusão, considere a integração de armazenamento no território, e integre critérios de flexibilidade da procura, como forma de proteger o património humano e natural e reduzir os custos para os consumidores decorrentes de investimentos na rede eléctrica para ligar os investimentos solares rurais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116854	Concordância	apesar da relevância ambiental e económica do programa, a sua implementação deve garantir um equilíbrio rigoroso entre os objetivos energéticos e a proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e das populações locais. A aceleração da implantação de energias renováveis não pode traduzir-se numa desvalorização dos impactos ambientais, paisagísticos ou sociais associados a grandes infraestruturas, sobretudo em territórios sensíveis. Importa ainda assegurar transparência nos critérios de seleção das zonas, participação pública efetiva e avaliação técnica independente, de forma a evitar conflitos territoriais e assegurar que a transição energética decorre de forma sustentável, justa e territorialmente equilibrada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116853	Discordância	Não dêem cabo dos territórios do interior. A sustentabilidade do mundo rural, dos ecossistemas naturais da Beira Interior, a protecção de espécies protegidas, o bem estar das populações que esclheram manter-se e viver nestas regiões não podem ser trocadas por uma política energética de suposta " energia verde" que de verde nada tem, pois implica a destruição de habitats e modos de vida. Coloquem esses painéis solares em locais que não prejudicam ninguém. Sabe-se também que a rentabilidade da energia solar é muito inferior ao desejavel e apesar de ser " grátis " porque não se paga a sua fonte, não é rentável relativamente ao investimento. Parem de nos enganar! Parem de vender Portugal! Parem de dar cabo da única coisa que nos pertence: a nossa paisagem única!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116851	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadãos,do concelho de Aveiro vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ● Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116850	Discordância	A aceleração de megaprojetos sem acordo das populações é profundamente errada e contraproducente. A aceleração da implementação de energias renováveis tem largo campo de desenvolvimento nas coberturas de habitações, e unidades comerciais e industriais.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Manifesto a minha total oposição ao PSZAER na sua forma atual.	
116848	Discordância	Esta proposta pretende acelerar a instalação de grandes projetos energéticos em vastas áreas do território, enfraquecendo o escrutínio ambiental e reduzindo a capacidade de intervenção das populações afetadas. Não é aceitável transformar o interior rural num território de sacrifício para cumprir metas energéticas, enquanto os impactos sobre a paisagem, a água, os solos, a floresta, a biodiversidade, a agricultura, o turismo e a vida das comunidades locais são tratados como obstáculos administrativos. A transição energética não pode repetir a mesma lógica extrativa do passado: ocupar território, concentrar benefícios e deixar os custos ambientais e sociais às populações. Antes de autorizar novos projetos em solo rural, deve existir uma obrigação real de utilizar telhados, zonas industriais, estacionamentos, infraestruturas existentes e terrenos já degradados. Exijo a suspensão desta proposta, uma avaliação ambiental e territorial independente, limites rigorosos à ocupação do solo e uma consulta pública verdadeira e acessível. Até que isso aconteça, o PSZAER deve ser rejeitado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116847	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116843	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. Relembrando que a directiva europeia que estabeleceu o enquadramento inicial para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis foi a Directiva 2001/77/CE, ou seja de 2001, com metas até 2010, depois prolongadas até 2020. O que foi feito desde então? As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas, e para a possibilidade de continuação da existência da vida humana. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos naturais que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já intervencionadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116842	Discordância	Antes de destruir-mos o nosso património natural (floresta), devia-mos esgotar a disponibilidade existente para colocação de painéis pv, nomeadamente a cobertura de edifícios. Promovendo a proximidade do consumo da produção. Não é legítimo destruir a floresta de concelhos cujo sustentabilidade económica depende da floresta, como é o caso de Mortágua. No caso concreto de Mortágua, já tem uma parte da sua área hipotecada à barragem da aguieira, à instalação de um parque pv, linhas de transporte de energia, sem qualquer retorno económico para a região. A continuidade destes parques pv, vai promover ainda mais a desertificação do concelho. Continuando com a destruição do interior do nosso país já por si deixado ao abandono. Qual a diferença entre destruir o país com o objetivo de produzir energia, ou produzir energia recorrendo a outras formas mais eficientes que não são discutidas tecnicamente, como e o caso da energia nuclear? Vamos respeitar o nosso território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116841	Discordância	Sou morador do concelho de Mortágua, há 45 anos, e foi com bastante tristeza que vi a proposta de transformar Mortágua numa estação de painéis solares, o que, a ser verdade, tornará este território numa estufa. Pior, Mortágua vive essencialmente da exploração florestal, direta e indiretamente, corremos o risco de ver grande parte da nossa mancha florestal destruída para a implantação destas infraestruturas. Existem edifícios públicos com áreas suficientes para a implantação de estações fotovoltaicas. O meu parecer sobre este assunto é totalmente negativo pela forma como foi apresentado e pela área que irá ocupar em Mortágua, comparativamente com outros municípios limítrofes. Caros senhores, o retorno em função do sacrifício é amplamente desigual para com as gentes de Mortágua. Cumprimentos	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116839	Discordância	Venho por este meio explicitar a minha discordância com este programa que assume como objectivo estratégico a aceleração da implantação de energias renováveis mas não apresenta qualquer demonstração quantitativa da necessidade efectiva de nova potência renovável. Em nenhum momento se apresentam respostas para as principais perguntas: • Quantos MW adicionais Portugal precisa? • Em que horizonte temporal se devem criar? • Para dar resposta a que crescimento da procura? • Com que impacte nos custos totais do sistema? • Com que impacte nos preços finais da electricidade? Sem resposta a estas questões, o PSZAER revela-se um instrumento de promoção administrativa de investimentos e não num instrumento ou ferramenta de planeamento energético. O PSZAER constitui um exercício de planeamento territorial subordinado a metas políticas de expansão renovável, mas insuficientemente fundamentado do ponto de vista energético, económico e sistémico. Antes de acelerar o licenciamento, Portugal deveria demonstrar: • que necessita efectivamente da nova capacidade; • que os benefícios superam os custos;	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116838	Discordância	São escolhidas as zonas mais frágeis para as megas centrais Abandono das populações residentes Efeitos devastadores no sector primário com perda de emprego Desertificação versus litoral Coesão nacional posta em causa Aceleração sinônimo de facilidades especiais para os grandes projetos e licenças exigentes para os pequenos Ausência do poder autárquico na génese da medida Afastamento das populações com resistência a mudança energética Mensagem errada e deseducativa Injustiça com as populações afetadas com a subsistência local posta em causa Revolta e afastamento das populações com total alheamento do poder central Desvalorização do património Abandono da ruralidade e fuga para as cidades e consequente baixa demográfica Desconsiderava do poder local	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116837	Discordância	É inadmissível destruir a paisagem e o património natural para implantação de centrais fotovoltaicas usem coberturas de edifícios	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116836	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada.	Obrigada pela sua participação.
116834	Discordância	Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116833	Discordância	Não concordo com o projeto e sua destruição total da natureza e sua biodiversidade! Precisamos de mais árvores e não de paneis solar!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116832	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116831	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116828	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116826	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), considerando que a sua implementação deve ser precedida de uma avaliação mais rigorosa dos impactos ambientais, sociais, económicos e paisagísticos. Reconheço a importância da transição energética e da promoção de fontes de energia renovável como instrumentos fundamentais para o combate às alterações climáticas e para a redução da dependência de combustíveis fósseis. No entanto, estes objetivos não devem ser alcançados à custa da degradação do património natural, da biodiversidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações locais. A criação de zonas de aceleração pode conduzir a uma simplificação excessiva dos processos de licenciamento, reduzindo a capacidade de análise individual de cada projeto e limitando a participação efetiva das comunidades afetadas. Cada território possui características próprias que exigem uma avaliação caso a caso, não devendo ser tratado de forma generalizada. Preocupa-me igualmente o impacto que grandes centrais de produção de energia renovável podem ter sobre: a biodiversidade e os habitats naturais; a atividade agrícola e florestal; os recursos hídricos; a paisagem e o património cultural;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116825	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116824	Discordância	Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população. Eu sou um jovem português e, quando for grande quero ver árvores em vez de painéis solares por Portugal inteiro.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116823	Discordância	"Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116817	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade - Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. - Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. - A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. - Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies. - Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116815	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116814	Discordância	Depois de ter lido e analisado este plano, penso que a sua implementação será extremamente perigosa e catastrófica para todos os cidadãos que habitam no território português. Cada projecto que afete uma grande área deve ser sujeito a um estudo de impacto ambiental e deve ter a concordância das populações, caso contrário é mais que óbvio que vai imperar a corrupção e o desrespeito pelos cidadãos e pela sua propriedade. Não é por lhe chamarmos renovável ou "verde" que a construção de milhares de painéis solares vai ser limpa e sustentável. O que é que vai acontecer às árvores que estão nessas áreas? O que é que vai acontecer aos animais que habitam essas áreas? O que vai acontecer às pessoas que vivem ao lado dessas áreas? O que vai acontecer àqueles que vivem da pastorícia? O que vai acontecer àqueles que vivem do turismo e da bela paisagem? Esta medida vai piorar a vida daqueles que vivem no interior, daqueles que vivem ou escolheram viver uma vida verdadeiramente sustentável e simples para que algumas empresas tenham literalmente o caminho livre para fazer grandes investimentos e grande destruição.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116812	Discordância	Não concordo com esta simplificação do processo para acelerar estes grandes projectos empresariais em detrimento do cidadão e penso que há outras maneiras de mitigar o aquecimento global e as emissões de Discordo totalmente. É um crime ambiental a política energética.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116810	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores,	
		Venho por este meio deixar o meu contributo na consulta pública sobre o programa ZAER, especificamente relativo à área de São Martinho das Amoreiras, no Oeste Alentejano.	Obrigada pela sua participação.
		Quero ser claro(a) desde já: não sou contra as energias renováveis. Considero-as essenciais e um caminho muito melhor do que continuar dependentes dos combustíveis fósseis. A minha preocupação não é com a energia eólica ou solar enquanto princípio, mas sim com a escolha desta localização em particular.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116809	Discordância	Esta região reúne vários fatores que a tornam pouco adequada para infraestruturas industriais de grande escala: uma baixa densidade populacional que, ainda assim, tem vindo lentamente a inverter-se, precisamente porque pessoas se têm mudado para cá à procura das qualidades que estes projetos destruiriam; uma economia de turismo rural próspera, construída em torno da Rota Vicentina e da paisagem intocada da região; e mais de 100 espécies RELAPE (raras, endémicas, localizadas, ameaçadas ou em perigo) registadas no Alentejo, muitas delas em habitats prioritários ao abrigo das diretivas da União Europeia.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
		Dezoito ou mais turbinas industriais, dezenas de quilómetros de linhas de alta tensão e as estradas de acesso necessárias para as manter iriam alterar permanentemente esta paisagem, fragmentar habitats, perturbar espécies protegidas de aves e morcegos, e comprometer exatamente as qualidades que têm atraído novos residentes e visitantes à região nos últimos anos.	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
		Peço, por isso, que esta área específica seja excluída da designação ZAER, e que se direcione mais	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116807	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão português, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar este plano. Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Uso Excessivo e Desnecessário do Solo: Critico a demarcação de cerca de 7% do território nacional continental como apto para estas zonas de aceleração rápida, quando os próprios dados técnicos do plano demonstram que basta afetar menos de 1% do território para cumprir as metas de energia até 2030 (definidas no PNEC). ● Inversão da hierarquia de ocupação: O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas. ● Irreversibilidade das infraestruturas: Uma vez instaladas linhas, subestações e plataformas de betão, o território raramente recupera o seu estado natural ou agrícola. O plano decide hoje transformações que serão permanentes por décadas, sem provar que são estritamente necessárias. ● O território não é um "espaço vazio": O PSZAER trata o solo português como uma plataforma disponível para metas administrativas, ignorando que o território é um recurso escasso e multifuncional que serve para habitação, turismo, lazer e preservação da identidade regional	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116805	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116803	Discordância	Os malefícios ambientais e paisagísticos não superam os potenciais benefícios.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116796	Reclamação	A transição energética é uma necessidade nacional e europeia. Contudo, não poderá ser realizada sacrificando territórios que representam um património ambiental, agrícola e cultural de grande valor. O desenvolvimento das energias renováveis deve priorizar: * a modernização dos parques existentes * o fortalecimento da capacidade da rede elétrica * a produção descentralizada * o autoconsumo * a utilização de áreas já artificializadas ou degradadas * o reaproveitamento de infraestruturas existentes Antes de classificar novas ZAER em Trás-os-Montes - Montalegre, é essencial demonstrar, de forma objetiva e transparente, que: * os impactos cumulativos foram avaliados * há capacidade efetiva da rede elétrica * compensações justas são oferecidas aos proprietários	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116793	Discordância	Discordo do PSZAER, pois a aceleração da implantação de energias renováveis em zonas específicas pode comprometer ecossistemas frágeis e a biodiversidade local, sem garantia de estudos de impacto ambiental rigorosos e independentes..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116791	Discordância	Dada a limitação de caracteres neste comentário, em anexo encontra-se a minha participação completa. Abaixo é apenas um resumo da mesma. Exmo(a). Senhor(a) Coordenador(a) da Equipa de AAE e da proposta de PSZAER, Na qualidade de habitante do concelho de Mortágua, apresento a minha pronúncia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Após análise dos documentos, manifesto profunda preocupação com a escala de ocupação prevista para o concelho e proponho as seguintes alterações e salvaguardas: 1. O precedente da Barragem da Aguieira: chega de "território de sacrifício" Mortágua tem um longo historial de contributo para o bem comum nacional sem o correspondente retorno económico para a população. Há mais de 40 anos que a Barragem da Aguieira ocupa uma área significativa do território, assegurando produção de energia, reserva de água e prevenção de cheias, mas com impacto reduzido na criação de emprego e riqueza local. Não é aceitável que a este contributo se some agora a possibilidade de ocupação de mais de metade do concelho com projetos solares e eólicos, repetindo um modelo em que o interior suporta os impactos e outros territórios concentram os benefícios. 2. Desproporcionalidade e injustiça territorial Enquanto a média de ocupação potencial por ZAER Solar na CIM Região de Coimbra é de 10,9%, Mortágua	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116790	Discordância	Como Português que viveu mais de 20 anos no estrangeiro e que regressou a Portugal para ir viver em Mogadouro para poder disfrutar da natureza que ali subsiste e das pessoas e cultura que tornam esse concelho único, oponho-me veementemente à ideia de que de se possa cobrir muita dessa terra que erradamente se diz improdutiva e abandonada. Megaprojetos de fotovoltaicos só irão beneficiar as pessoas que já saíram desta zona e que usarão o dinheiro que terão a ganhar para subsidiar os elevados custos de vida nas grandes cidades do litoral enquanto as pessoas que vivem na região perderão a terras que são as suas raízes. Tal resultará num marcado agravamento da desertificação do interior que repetidos governos dizem querer combater. Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e coletivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como incentivo à permanência das populações no interior rural.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116787	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Braga, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116785	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116783	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116782	Discordância	Identificação clara das áreas envolvidas?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116777	Discordância	Não à instalação de painéis solares e de torres eólicas no território da freguesia de Louriçal do Campo, dado que na encosta sul da serra da Gardunha se localizam os aquíferos que alimentam a albufeira de Santa Águeda/Marateca, construída no leito do rio Ocreza, fornecedora de água potável para consumo público a 4 concelhos do distrito de Castelo Branco: Castelo Branco, Fundão, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Rodão. Para aumentar a retenção e infiltração de água da chuva neste território, devastado por incêndios de 2017, haverá que proceder à sua reflorestação com arvoredo autóctone.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116775	Discordância	Com vários erros é inadmissível que um projecto destes seja assumido	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116773	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116772	Discordância	Apesar de ter noção da importância de energias renováveis, não posso concordar com estas que irão reduzir, ainda mais, a área de terrenos agrícolas, tornando a Beira Interior mais desértica.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116771	Discordância	O PSZAER parece ser um programa que caminha no mesmo sentido de sempre, o de subordinar as áreas rurais às necessidades dos grandes centros urbanos e, pelo meio, tirar autonomia aos municípios e às populações. Não será possível instalar mais painéis solares nos telhados de prédios, por exemplo? A transição energética é urgente sim, mas ainda mais urgente é a redução do consumo energético e o respeito pelos poucos habitats, florestas e solos que ainda existem. Sinto que o PSZAER não tem isso em conta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116770	Discordância	Não concordo com o projeto, pois coloca em risco a a sustentabilidade ambiental a curto e longo prazo. A paisagem fica alterada e degradada, coloca em causa o turismo, a agricultura e o modo de vida das pessoas do interior que atualmente já é difícil. Os ecossistemas vão ser afetados, a natureza paga o derradeiro preço com as vidas das inúmeras formas de vida que vão parecer. Não há proteção das espécies cada vez mais raras e essenciais para o ciclo da vida. Abatem árvores adultas essenciais para dar abrigo aos animais e arrefecerem a temperatura localmente sendo que estudos comprovam que a temperatura aumenta vários graus com a instalação de grande quantidade de painéis solares no solo. Resumindo vão destruir terrenos, contaminar solos e impactar a flora e a fauna que por sua vez vão ter impacto na saúde das pessoas. Alegam repor árvores abatidas, esquecem de mencionar é que são precisos centenas de anos para voltarem a ter as características das árvores adultas na capacidade de abrigar, reter dióxido de carbono e arrefecer a temperatura local e do solo evitando a rápida erosão e evaporação de água do sub-solo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116767	Discordância	Não só uso de painéis em terrenos que degradam o ambiente As energias limpas não devem estragar o ambiente, nem degradar a paisagem	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
116763	Discordância	Não concordo com o programa.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116761	Discordância	A minha família é há mais de 300 anos oriunda de uma zona que se situa perto de Proença a Nova e também da Sertã. É uma zona do Pinhal interior, com elevadas temperaturas no Verão e com problemas de desertificação.As aldeias tem se despovoado e a floresta está abandonada. O que falta é uma nova visão para o território, capaz de atrair pessoas e actividades económicas, que sejam sustentáveis. A floresta pode estar abandonada, mas pode ser reconvertida e valorizada. A visão que está subjacente a estes projectos, está a ficar ultrapassada.A evolução tecnológica vai ser brutal nos próximos anos e todo este investimento em 2030, será considerado lixo, porque novos sistemas de produção e armazenamento de energia vão surgir em breve. Pretende se que a Sertã tenha cerca de 4 por cento e Proença a Nova cerca de 3,5 por cento do seu território coberto por painéis solares .O aumento temperaturas será enorme, numa zona já actualmente com temperaturas elevadas.Os riscos para a saúde das populações será enorme. Deveria se apostar numa floresta diversificada, bem gerida, com capacidade de gerar valor para as pessoas e para o país.Em 2030, as árvores vão ser muito mais valiosas que painéis solares. Prevê se que o nível do mar suba muito num futuro próximo.As populações vão ,em muitos casos ,ter de se deslocar do litoral para o interior. A água será um recurso cada vez mais escasso. Sao as árvores e a natureza que "criam "água. A água da ribeira da aldeia dos meus pais, corre para outra ribeira maior e assim por diante, até chegar ao Tejo e outra até chegar a Castelo de Bode. Todo este sistema vai ter implicações no ciclo da água, na biodiversidade, no mundo animal e na nossa vida. Querem destruir o meu país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116759	Discordância	1- a autonomia energética e ecológica é urgente; 2- a matéria prima é universal: sol e vento e, nesse sentido, deve ser utilizada para o nosso bem estar, assegurando as necessidades das comunidades; 3- as comunidades precisam de: linhas férreas que permitam deslocações mais sustentáveis e eficazes; de hospitais que garantem o bem-estar dos utentes; de escolas e universidades que garantem o bem-estar dos alunos; de turismo sustentável; de condições para os seus lares a fim de poderem fazer frente às enormes alterações climáticas que se avizinham. O que é apresentado,em nada, mesmo nada, ajuda as comunidades (gráfico da pág 33 da proposta.). Pelo contrário, a factura da eletricidade vai aumentar porque os investimentos têm de ser pagos. Para "Outras utilizações...5% !!!" Sendo que as mesmas já estão escolhidas: actividades desportivas!!!! Portugal é um país pequeno e muito desigual. Esta proposta torna -o mais desigual e ainda mais pequeno.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116758	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116756	Discordância	Não concordo com a instalação de painéis solares nas serras, montanhas e encostas. Porque impede o desenvolvimento normal da floresta, arvores e outra vegetação. Acho que os painéis solares devem ser instalados nos telhados dos edifícios, nas laterais das auto estradas e outros locais similares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116755	Discordância	Rejeito decididamente o PSZAER na sua forma atual. Não vim para o campo à procura de grandes cidades nem de zonas industriais, mas sim das paisagens únicas, da natureza, das aldeias tradicionais e da agricultura familiar que continuam a caracterizar grande parte do interior do país. São precisamente esses valores que hoje vejo ameaçados pela crescente instalação de megaprojetos solares e eólicos, bem como pelas infraestruturas que lhes estão associadas. Considero que as energias renováveis têm um papel importante. No entanto, a sua expansão não pode acontecer à custa dos territórios que, até hoje, preservaram a natureza, a paisagem, a biodiversidade e o património cultural que fazem de Portugal um país único. O PSZAER cria as condições para acelerar o licenciamento de grandes projetos, apesar de os documentos colocados em consulta pública não explicarem de forma convincente: porque razão o potencial descentralizado já identificado não é suficiente; porque são necessárias novas zonas de aceleração para grandes projetos; quais serão os impactes cumulativos sobre os territórios afetados; nem de que forma será garantida, no futuro, uma participação pública verdadeiramente eficaz. Preocupa-me especialmente o facto de os cidadãos serem hoje chamados a pronunciar-se sobre este programa sem saberem, em concreto, que territórios poderão vir a ser abrangidos. Defendo uma política energética transparente, baseada em conhecimento científico, tecnologicamente aberta e democraticamente legitimada. Decisões com consequências durante décadas não devem ser tomadas sob pressão nem sem uma fundamentação clara.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116753	Discordância	Antes de acelerar procedimentos, o Estado deve demonstrar de forma transparente que essa aceleração é Não me parece sério dar carta branca a nada, nem a ninguém. Além disso qual é o grau de reciclabilidade dos painéis solares e qual o custo desta eventual operação? O apagão ibérico recentemente vivido não foi provocado pelos picos de input de energia de produção de energia “verde”?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116750	Discordância	Nao concordo! Pelo impacto negativo de aumento de temperatura media nas localidades limitrofes, pelo abate induscriminado de arvores, impacto grave nos ecosistema e falta de transparencia na localizacao. Nao cria tantos empregos como indicado, prejudica habirantes locais para beneficio de algumas empresas fora da regiao. Atualmente a Portugal tem producao de energia a partir do PV de 80%, estes projetos sao a ocupacao do territirio e a destruicao dos ecisistemas para exportar energia sem beneficiar nem financeiramente a populacao prejudicada com corredores negros . Um pais com visao e que protege os seus habitantes devera ter uma estrategia de energia renovavel sem um impacto negativo tao pronunciado. Que ocupem edificios publicos, fachadas e telhados, que promovam o autoconsumo sao medidas de melhoria de eficiencia energetica.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116747	Discordância	Discordo completamente deste projeto, tal como qualquer projeto que implique a limpeza ou o extermínio de terrenos agrícolas ou florestais, que ponha em causa a sustentabilidade ambiental a curto e longo prazo. A paisagem vai ficar afetada, os ecossistemas vão ser afetados, espécies em perigo de extinção vão ser gravemente impactadas ao perderem o seu habitat e ao deixarem de conseguir alimentar-se. Existem estudos em relação a outros projetos que admitem um aumento de três a cinco graus celsius na temperatura local, fazendo-me temer pelas consequência que vai ter minha saúde, na saúde da minha família e na saúde de todos os habitantes da região. Vão abater espécies adultas protegidas por lei, como a a azinheira e sobreiro, também outras árvores adultas imprescindíveis para o equilíbrio do ecossistema da região e do país. Não vai ser a plantar árvores num outro local onde não existe um ecossistema estabelecido, como numa monocultura de eucaliptos, que vão resolver o problema. Até lá vamos esperar centenas de anos até haver um novo estabelecimento de um micro ecossistema nessa suposta área onde dizem que vão plantar as árvores para compensação. Resumindo discordo completamente do projeto e deixo como sugestão a implementação de painéis solares em zonas industriais e telhados de habitações. Sugiro que espreitem o trabalho que outros países estão a fazer sem destruírem terrenos, contaminarem solos e impactarem a flora e a fauna e impactaram a saúde das pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116744	Discordância	Eu, Anabela Brites Ribeiro Oliveira, venho pronunciar-me negativamente quanto ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porquanto considero que o processo de consulta pública não é transparente dado que omite a cartografia dos territórios, ou seja, faltam os mapas concretos das futuras delimitações das ZAER (Zonas de Aceleração de Energias Renováveis) que nos permita perceber o que realmente está em causa com este programa. Contudo, defendo a produção de energia limpa, mas defendo também algo que para mim é inegociável: a proteção do território, da paisagem, da população e das oportunidades de futuro da minha terra. A transição energética é um objetivo que todos partilhamos. Mas só será verdadeiramente bem-sucedida se for construída com transparência, diálogo e respeito pelas comunidades locais, pelo que é fundamental garantir que os benefícios da produção de energia renovável não sejam alcançados à custa da perda da identidade do nosso território, da desvalorização da paisagem ou da diminuição da qualidade de vida de quem aqui vive, trabalha e nos visita.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116742	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116741	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116738	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116736	Discordância	Discordo desta iniciativa pelo impacto negativo na paisagem natural, biodiversidade, turismo da natureza,perda de solos agrícolas fundamentais para assegurarem a nossa autonomia alimentar, saúde e bem-estar das populações directamente afectadas . Em alternativa, estes painéis solares devem ser instalados, por exemplo, nos edifícios públicos e casas privadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116734	Discordância	Gostaria de manifestar a minha discordância relativamente à proposta do PSZAER. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de acelerar a produção de energia renovável. No entanto, considero que essa transição deve ser concretizada de forma coerente com os restantes objetivos ambientais e territoriais que o próprio programa afirma prosseguir. Os relatórios que acompanham o PSZAER reconhecem expressamente que deve ser dada prioridade à instalação de projetos em áreas já artificializadas, edificadas, infraestruturadas, degradadas ou subaproveitadas, reduzindo assim a pressão sobre os solos rústicos e os conflitos ambientais e sociais. Contudo, a proposta continua a incluir extensas áreas agrícolas, florestais e naturais, sem demonstrar que o potencial das áreas artificializadas foi previamente identificado, quantificado e efetivamente esgotado. Considero que essa demonstração deveria constituir um requisito essencial antes de se ponderar a ocupação de solos que desempenham funções ecológicas e produtivas insubstituíveis. Numa altura em que enfrentamos alterações climáticas cada vez mais severas, é fundamental proteger os solos, reforçar a resiliência das florestas, preservar a biodiversidade, aumentar a infiltração e retenção de água no território e salvaguardar a capacidade produtiva agrícola. Estes serviços dos ecossistemas são indispensáveis para a adaptação climática e para a qualidade de vida das gerações futuras. Acresce que os próprios relatórios identificam riscos de concentração territorial, especulação fundiária, impactos cumulativos e perda de aceitação social, sem definir critérios objetivos que limitem esses efeitos ou assegurem uma distribuição territorial equilibrada dos projetos. Assim, considero que a prioridade deveria ser esgotar comprovadamente o potencial das áreas já artificializadas antes de afetar solos agrícolas, florestais ou naturais, conciliando a produção de energia renovável com a proteção do território e dos seus recursos. A verdadeira transição ecológica não se mede apenas pela energia que produzimos, mas também pela capacidade de preservar os sistemas naturais que tornam essa transição sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116731	Discordância	Participação relativa ao PSZAER – Foco no Alentejo Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia renovável. No entanto, considero que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis deve ser revisto de forma a garantir uma distribuição mais equilibrada dos seus impactos no território nacional. O Alentejo já acolhe uma elevada concentração de centrais solares, parques eólicos e infraestruturas energéticas, suportando uma parte significativa da produção nacional de eletricidade renovável. A criação de novas zonas de aceleração nesta região poderá aumentar ainda mais a pressão sobre o território, a paisagem e os ecossistemas. A ocupação extensiva de solos agrícolas e de áreas naturais pode reduzir a disponibilidade de terrenos para a agricultura, fragmentar habitats, afetar espécies protegidas e alterar significativamente a identidade paisagística do Alentejo, que constitui também um importante ativo económico através do turismo de natureza e do património cultural. Importa igualmente considerar os impactos cumulativos. Cada projeto pode apresentar efeitos considerados aceitáveis quando analisado isoladamente, mas a sucessão de múltiplas instalações na mesma região pode produzir consequências significativas para a biodiversidade, os recursos hídricos, a conectividade ecológica e a qualidade de vida das populações locais. Defendo que o Estado deve privilegiar, em primeiro lugar, a instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, como edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, pedreiras desativadas e outros espaços degradados, reduzindo a necessidade de ocupar solos agrícolas ou áreas de elevado valor ecológico. Solicito, por isso, que o PSZAER: - tenha em conta os impactos cumulativos dos projetos já existentes e dos previstos para o Alentejo; - estabeleça limites à concentração territorial de novas infraestruturas energéticas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116729	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116726	Discordância	As áreas identificadas de ZAER nesta proposta não podem ser bem analisadas ao não apresentar detalhes a nível local nos mapas apresentados. Mas não há dúvida que as energias renováveis serão cada vez mais parte do nosso futuro, no entanto qualquer iniciativa deste tipo tem que ser inclusiva, consultada e bem recebida pela maioria nas comunidades onde o interesse do futuro das comunidades e a conservação e a restauração ecológica do meio ambiente é respeitado. Esta proposta identifica zonas onde se poderia acelerar a implantação de energias renováveis, nomeadamente a solar e a eólica. Portugal apresenta um mosaico de paisagens e atividades muito diversificado, mas é também um país muito frágil, com unidades territoriais e propriedades de dimensões muito reduzidas. Qualquer iniciativa em grande escala tem impacto não só visual na paisagem, mas também na distribuição da produção agrícola, na circulação da fauna local, na distribuição da vegetação e nos serviços ecossistémicos da região. A reconversão das zonas mineiras e das zonas industriais abandonadas, juntamente com as coberturas das áreas urbanizadas, deve ser a opção preferencial na seleção do território para a produção de energia renovável, em vez de se recorrer a zonas agrícolas e ecológicas identificadas como reservas, incluindo as zonas de máxima infiltração, que são fundamentais para o futuro ambiental e produtivo do país. O desenvolvimento energético baseado nas energias renováveis não deve prejudicar a vontade das comunidades rurais, a proteção do ambiente e a oportunidade de restaurar ecossistemas funcionais, que revestem uma importância fundamental para a resiliência climática num futuro repleto de desafios climáticos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116725	Discordância	As Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PZAER) é importante, no entanto não podem comprometer a paisagem nem ser instaladas com prejuízo da biodiversidade, da agricultura, da saúde e da qualidade de vida das nossas comunidades. Portugal já tem demasiadas áreas de produção de energias renováveis, com grave prejuízo para a paisagem e biodiversidade. Muita desta energia acaba perdida por ser excessiva.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116716	Discordância	14 de Julho de 2026 Exmos Senhores, Salomé Valente, na qualidade de cidadã portuguesa, nascida em 1966, actualmente residente em Oeiras discordo do Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) assente na promoção de megaprojetos solares ou eólicos com localização e dimensão inaceitáveis para um território pequeno e que violam váios artigos da Constituição da República Portuguesa. Não aprovo o PSZAER sem obter mais informação fidedigna sobre os diversos impactos que vão ter em cerca de 7% do território nacional respectivos ecossitemas e comunidades humanas.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116713	Discordância	Anexo listagem os pontos que me parecem carecer de melhor informação e que considero prejudiciais no PSZAER e seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Nem tudo o que se faz em nome das energias renováveis é o mais sustentável para o planeta. Imperativo plantar, massivamente, especies autoctones!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116711	Reclamação	Rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116708	Discordância	Boa tarde. As razões da minha contestação seguem em anexo. Obrigada. Cumprimentos, Ana Gonçalves	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116706	Discordância	NÃO QUERO A DESTRUIÇÃO DA NATUREZA EM PROL DE INSTALAÇÃO DE PAINEIS SOLARES OU TORRES EOLICAS. NÃO QUERO UM PAÍS COBERTO DE VIDRO , EMBORA SEJA A FAVOR DAS ENERGIAS RENOV´AVEIS, MAS NÃO DESTE MODO INVASIVO E CONTRA A VONTADE DA POPULAÇÃO VIZINHA AFETADA POR ESTES MEGA PROJETOS. NÃO NÃO E NÃO.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116703	Discordância	Partilho da mesma opinião referida no documento em anexo. Cristina Galvão. CC 11140395	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116697	Reclamação	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de habitats essenciais para inúmeras espécies, agindo contra a descarbonização da	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116696	Discordância	Discordo completamente com este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porque não respeita a integridade ambiental, porque é um atentado à Natureza e à sustentabilidade do planeta, porque prevê a destruição de florestas e de campos agrícolas para instalação de parques eólicos e centrais fotovoltaicas. Nenhum país civilizado da Europa vende solos férteis, vende silvicultura e agricultura para instalação de lixo, com a justificação de que é preciso produzir energias renováveis. Nenhum parque eólico ou central solar substituirá a produção agrícola, a purificação do ar, a captação das águas pluviais, os ecossistemas e a biodiversidade que as zonas rurais e florestais encerram. Substituir zonas agrícolas e florestais pelas centrais propostas resultará sempre num saldo significativamente negativo em matéria de sustentabilidade. Não é aceitável que para se produzir energias renováveis, com a justificação de que é para melhorar o ambiente, se destrua tudo o que é ambiente natural, sobretudo porque há alternativa a esta proposta: instalar os painéis solares, por exemplo, nas zonas urbanas, mas fazê-lo, efetivamente, e não apenas discutir essa possibilidade e de seguida fazer o contrário. É o que esta proposta demonstra: no papel a intenção é boa, mas na prática apenas se pretende beneficiar os grupos económicos associados à produção e distribuição da energia. O ficheiro que anexo traduz o que defendo de forma bastante pertinente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116692	Discordância	Paisagem é um património intocável — e um ativo económico estratégico A paisagem da Beira Baixa é: • identidade, • economia, • turismo, • saúde pública, • bem-estar, • e futuro. O PSZAER admite que 7% do território nacional tem aptidão para aceleração, mas os próprios dados técnicos demonstram que menos de 1% do território é suficiente para cumprir as metas energéticas até 2030. Não há qualquer justificação para transformar concelhos inteiros em zonas de sacrifício energético, com manchas de painéis solares que podem ultrapassar 30% do território municipal. A paisagem destruída não volta. E nenhuma compensação financeira devolve o que se perde.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116689	Discordância	Toda a alteração que põe em causa, a biodiversidade, a qualidade de vida das populações, tem que ser analisado com muita atenção. Análise e bom senso, que não seja uma corrida cega para atingir objetivos externos, e sem consideração pelo impacto interno e principalmente loca. Discordo deste projeto, neste formato.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116686	Discordância	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEPOS E TEIXEIRA, ARGANIL	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116685	Discordância	Não concondo com o projecto PSZAER. A instalação de painéis em modo de criação de zonas de aceleração não beneficia de todo a nossa zona. Precisamos de reflorestação e criação de um ambiente melhor.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116679	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que, na sua configuração atual, não garante uma adequada proteção do território, das populações e dos recursos naturais, nem assegura um equilíbrio justo entre a produção de energia renovável e a preservação do património ambiental, agrícola e paisagístico. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa, entendo que a aceleração da implantação de projetos de energias renováveis não pode ocorrer à custa da degradação dos territórios do Interior, que têm vindo a suportar uma pressão crescente decorrente da instalação de grandes centrais solares, parques eólicos, linhas de muito alta tensão e restantes infraestruturas associadas. No caso da Beira Interior, importa acautelar a proteção de áreas agrícolas produtivas, zonas florestais, sistemas agro-silvo-pastoris, corredores ecológicos, recursos hídricos, áreas classificadas e paisagens que constituem um importante ativo ambiental, económico e turístico. Estes territórios desempenham um papel fundamental na produção agrícola, na conservação da biodiversidade, na prevenção de incêndios rurais e no desenvolvimento do turismo de natureza, pelo que não devem ser encarados como espaços disponíveis para uma concentração excessiva de infraestruturas energéticas. Preocupa igualmente a inexistência de uma avaliação suficientemente robusta dos impactos cumulativos resultantes da instalação sucessiva de diversos projetos numa mesma região. A análise isolada de cada projeto não permite compreender os efeitos reais sobre a fauna, a flora, os solos, os recursos hídricos, a paisagem, a atividade agrícola, o turismo e a qualidade de vida das populações. Acresce que os benefícios económicos diretos para os municípios e para as comunidades locais são frequentemente reduzidos quando comparados com os impactos permanentes que estas infraestruturas provocam. Os territórios do Interior não podem continuar a assumir desproporcionalmente os custos ambientais e paisagísticos da produção de energia destinada ao consumo nacional, sem que exista um verdadeiro mecanismo de compensação territorial e de criação de riqueza local. Considero ainda essencial que o PSZAER estabeleça critérios mais restritivos relativamente à ocupação de solos agrícolas de elevada aptidão, áreas florestais, habitats sensíveis e zonas de elevado valor paisagístico. A implantação de novos projetos deve privilegiar, em primeiro lugar, a utilização de áreas já artificializadas ou	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116677	Discordância	Os painéis solares aquecem o ambiente e secam o solo. As eólicas matam aves vran3 e projetam gelo no inverno. A solução é poupar energia e não promover maior consumo. Sem medidas de compensação como painéis sobre estrutura elevada sobre árvores e eólicas com desenho revisto então não concordo com mais parques. Tenho terreno perto da torre bela e cada vez o parque está maior e a paisagem descaracterizada, os antigos dizem que antes tinha sobreiros, como é possível?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116672	Discordância	Boa tarde, Por favor, não aceitam mais propostas dessas. Não queremos que eles destrói Portugal e a sua beleza natureza. Energia verde significa ajudar o mundo não sacrificar lo, com a remoção de árvores e natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116670	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Évora, venho por este meio manifestar a minha discordância, relativamente a esta matéria. A colocação de painéis desta dimensão às portas da cidade desvirtua a paisagem Alentejana, não respeita o estatuto de Évora enquanto património cultural nem o património megalítico, prejudicando igualmente recursos hídricos. Deve, como tal, ser, pura e simplesmente, proibida. Deve ter-se em conta o risco em que se encontra a classificação da UNESCO de Évora como Património Mundial. A plataforma cívica Juntos pelo Divor – Paisagem e Património já enunciou este perigo há vários meses em carta enviada à Comissão Nacional da UNESCO. Propõe-se que o concelho de Évora seja liminarmente retirado das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116668	Discordância	NÃO...NÃO E NÃO às megas centrais de paineis solares ou outros, hà muitas formas de utilisar paineis solares sem prejuizo para a população e meio ambiente, telhados das casas, telhados dos parques de estacionamento, cercas com paineis solares como jà tem noutros paises como a Alemanha e não sò, não sefuem os bons exemplos e protegem a população e o meio ambiente porque as elites dos interesses instalados sò vêm cifrões à frente do nariz o que é uma VERDADEIRA VERGONHA	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116665	Discordância	Na qualidade de cidadãos do concelho de Loures vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Energia renovável não pode ser à custa sacrificio de ecossistemas, biodiversidade e população. Progresso é antes de mais proteger população e ambiente. A ordenação do território não pode ser feita doutra maneira senão respeitando populações que lá habitam.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116664	Discordância	Apoio plenamente a transição energética e o reforço da produção de energia renovável. No entanto, rejeito que esse objetivo seja alcançado à custa da destruição do património florestal e natural. Por exemplo, Leiria conhece melhor do que a maioria dos territórios portugueses o valor da floresta e as consequências devastadoras da sua perda. Depois dos grandes incêndios que marcaram o distrito nas últimas décadas, a prioridade deve ser proteger, recuperar e valorizar a floresta existente e não promover a sua substituição por grandes infraestruturas energéticas. A seleção de áreas para a instalação de centrais fotovoltaicas continua a privilegiar critérios essencialmente económicos, favorecendo terrenos de menor custo, próximos da rede elétrica e mais vantajosos para a rentabilidade dos promotores. Esta lógica não pode prevalecer sobre o interesse público nem sobre a proteção do património natural. É inaceitável que milhares de árvores sejam abatidas para reduzir custos de investimento ou aumentar a rentabilidade de projetos privados. A floresta presta serviços ambientais essenciais, captura carbono, protege os solos, regula o ciclo da água, reduz a erosão, favorece a biodiversidade e contribui para a qualidade da paisagem e para a resiliência do território perante as alterações climáticas. Portugal dispõe de um enorme potencial para a produção de energia solar em coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais, antigas pedreiras e outras áreas já artificializadas. Existem igualmente zonas áridas e rochosas, em particular em regiões do interior, que poderão ser mais adequadas para acolher grandes centrais fotovoltaicas, desde que a sua utilização seja compatível com a proteção dos valores naturais existentes. Estas alternativas devem ser privilegiadas antes de qualquer proposta que implique a destruição de património florestal. Considero que as áreas florestais devem ser excluídas da delimitação das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis. A floresta não pode ser encarada como um recurso disponível para facilitar investimentos apenas porque essa opção é economicamente mais vantajosa para os promotores. O interesse económico privado não pode sobrepor-se ao interesse público na preservação do património natural. A transição energética não pode servir de justificação para substituir um problema ambiental por outro. Combater as alterações climáticas exige mais energia renovável, mas exige igualmente proteger a floresta, que é um dos mais importantes aliados na captura de carbono, na conservação da biodiversidade e na	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116663	Discordância	Discordo totaltalmente com a(s) intervenção(ões) previstas. As consequências ambientais e sociais serão muito negativas e dificilmente recuperáveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
116662	Discordância	O PSZAER propõe designar demasiados hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, muito acima das nossas necessidades nacionais, em zonas de interesse ambiental, agrícola, paisagístico, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Resultado: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental e de acções de envolvimento e discussão com as comunidades afectadas, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER, e que se foque na instalação destas infraestruturas em zonas já artificializadas como beiras de estradas, zonas industriais, parques de estacionamento e telhados. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
116661	Discordância	Na qualidade de cidadã, venho por este meio apresentar a minha total oposição à Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a importância da descarbonização, recuso que este processo seja feito à custa do atropelo dos direitos das populações locais, da destruição dos territórios do interior e da opacidade democrática. Fundamento a minha rejeição nos seguintes pontos:1. Grave falta de transparência e ocultação de cartografiaÉ inaceitável que um programa setorial desta dimensão seja colocado em consulta pública sem que os cidadãos tenham acesso direto, claro e georreferenciado aos mapas das áreas propostas para as futuras ZAER. Como sublinhado por várias plataformas de defesa do território, a ausência de cartografia explícita impede os proprietários e os residentes de perceber se as suas serras, terrenos agrícolas ou florestais estão integrados nestas zonas de "via verde" para o grande capital energético. Esta omissão viola o direito a uma participação pública informada.2. Desmantelamento da salvaguarda ambiental e exclusão das populaçõesO principal objetivo do PSZAER é a simplificação de procedimentos e a redução dos encargos ambientais e administrativos no licenciamento de centrais solares e eólicas. Esta "aceleração" traduz-se no enfraquecimento deliberado dos Estudos de Impacte Ambiental e na redução dos prazos de pronúncia das comunidades locais. Não podemos aceitar que o Alto Tâmega e o Barroso — regiões já fustigadas pela ameaça da mineração a céu aberto — fiquem desprotegidos perante megaprojetos que avançarão de forma cega através de "balcões únicos" e regimes de exceção.3. Ameaça direta ao Património Agrícola Mundial (GIAHS) do BarrosoA região do Barroso possui uma classificação única atribuída pela FAO (GIAHS) devido aos seus sistemas agrícolas tradicionais, lameiros e pastorícia comunitária (p. 24). A implementação de ZAER eólicas ou solares nestes ecossistemas serranos e nas suas franjas de transição (incluindo o concelho de Chaves) destruirá irreversivelmente a integridade paisagística, a biodiversidade e as sebes de carvalhais protegidos (pp. 17, 20). As energias renováveis não podem destruir o património que dizem proteger.4. Saturação territorial do Interior e assimetria regionalO Norte de Portugal, em particular o distrito de Vila Real, já contribui massivamente para a produção energética nacional através de aproveitamentos hídricos e parques eólicos existentes (p. 7). Transformar o nosso território rural numa zona de sacrifício industrializado de "aceleração" energética — sem qualquer retorno direto para o desenvolvimento ou fixação da população local — acentua o colonialismo energético contra o interior do país.Pelo exposto, exijo a rejeição da presente proposta do PSZAER, o adiamento imediato do processo até que sejam publicados mapas detalhados à escala municipal, e a garantia de que nenhuma zona do Barroso ou do Alto Tâmega será sujeita a regimes simplificados que limitem o direito de veto das populações e autarquias locais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a
116657	Discordância	Não podemos simplificar a este nível este processo. Por um ordenamento do território saudável. Não podemos transformar a paisagem deste país apenas por interesses económicos. Por uma energia verde mas mas não da mesma maneira que fizemos até agora.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
116654	Discordância	Não concordo com o que esta proposta propõe. Alterar a paisagem e o ecossistema representará perda de flora e fauna. Mas não só, a nível económico o turismo que esta paisagem atualmente gera passará a ser residual.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
116648	Discordância	Estão a estragar o território portugues, a flora a fauna a comunidade. É ridiculo!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
116641	Discordância	Discordo porque é um atentado ao meio ambiente e só vai prejudicar as populações e o país.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
116638	Discordância	Renováveis sim, mas sem prejudicar o território	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
116636	Discordância	Estão a destruir todo o território	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116635	Discordância	Subject: Opposition to the Inclusion of Western Alentejo Interior in the Renewable Energy Acceleration Zones (ZAER) Dear Madames and Sirs, I am writing to express my deep concern regarding the proposed ZAER framework for Western Alentejo, and to respectfully submit my opposition to inclusion of this ecologically sensitive region in the fast-tracked, large-scale industrial solar and wind energy expansion. I fully recognize, respect, and support the critical importance of renewable energy for our collective global future. However, true environmental stewardship requires a harmonious balance. Fast-tracking massive corporate industrial installations within pristine, vulnerable ecosystems is counterproductive to the overarching goals of sustainability and conservation. Western Alentejo is recognized internationally as a rare sanctuary of biodiversity, natural silence, and untouched rural landscapes. This unique wildness has driven a successful, burgeoning eco-tourism economy—anchored by the Rota Vicentina trail network—which supports local livelihoods. Industrializing these hillsides with massive wind turbines, moving shadows, nighttime strobe lights, and extensive solar arrays will severely alter the natural landscape, undermining the sustainable development that has successfully begun to reverse rural depopulation in areas like São Martinho das Amoreiras. Furthermore, the scale of land-clearing required poses an immediate threat to the delicate, EU-protected	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116634	Discordância	No âmbito da discussão pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho apresentar a minha oposição à inclusão de áreas situadas na freguesia de Mata da Rainha, concelho do Fundão, bem como nos concelhos limítrofes, ou seja Penamacor e Idanha a Nova nas Zonas de Aceleração de Energias Renováveis. Considero que a classificação destas áreas prejudica gravemente os valores ambientais, agrícolas, paisagísticos e socioeconómicos existentes. A Mata da Rainha caracteriza-se por uma forte ligação à atividade agrícola e florestal, constituindo uma importante fonte de rendimento para os proprietários e contribuindo para a preservação da paisagem rural. A eventual instalação de grandes centrais de produção de energia renovável (SOPHIA) provocara a perda de solos com aptidão agrícola, alterara significativamente a paisagem e afetar a biodiversidade local. Acresce que a proximidade destas instalações às habitações e às explorações agrícolas gerara impactos negativos na qualidade de vida das populações, na desvalorização do património e no desenvolvimento sustentável da localidade. Entendo ainda que a seleção destas áreas deve ser precedida de uma avaliação mais detalhada das suas características locais, garantindo uma efetiva participação dos proprietários, da Junta de Freguesia, do Município e da população, bem como a demonstração de que não existem alternativas com menor impacto ambiental e social. Assim, solicito que sejam reavaliadas as áreas propostas na freguesia de Mata da Rainha e que sejam excluídas do PSZAER as parcelas que apresentem valor agrícola, florestal, ecológico e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116632	Discordância	Isto e de todo inaceitável. A minha posição em relacao a esta questao nao e apenas discordância e oposição total a esta monstruosidade. Jose Adelino.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116631	Discordância	Salvem a Natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116628	Discordância	A territorialização das ZAER ignora e sobrepõe-se aos Planos Diretores Municipais (PDM) e às estratégias de planeamento estratégico regional. Perda de Poder Local: Centraliza as decisões, retirando autonomia aos municípios e às populações locais para decidirem sobre o uso e a gestão dos seus próprios territórios. Impacto Ambiental e Conservação: Há o risco de desrespeitar áreas sensíveis e de conservação da natureza. Não existe um equilíbrio claro entre o desenvolvimento das renováveis, o território e as comunidades.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116623	Discordância	Preocupações com o impacto ambiental e a proteção dos ecossistemas..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116620	Discordância	estou contra mais 'renovaveis' em espacos verdes, enquanto ha tanto espaco nas cidades... cheira a negocio, ganhancia, e nao tem nada a ver com transicao 'verde' Uma energia sustentável não é desflorestação pondo em risco ecossistemas existentes bem como reservas de água.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116606	Discordância	Podem usar os telhados de casas, centros comerciais, estacionamentos, que já são zonas impermeáveis que abrangem grande parte do território litoral e onde o consumo de energia é mais elevado. Obrigada pelo tempo dispendido. Cumprimentos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116601	Discordância	Chega de destruirem tudo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116599	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm promovido megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única para as metas do PNEC2030. É o caso do Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Rejeito integralmente este plano pelos seguintes motivos: Ambiente e Biodiversidade O plano é menos rigoroso que estudos anteriores (LNEC): retirou montados, olivais, vinhas e geoparques da lista de exclusão. Reduziu a distância de proteção a zonas húmidas de 500 para 50 metros. Classifica áreas como "baixa sensibilidade" ignorando o seu valor agrícola e paisagístico. Não avalia o impacto cumulativo de projetos contíguos, fragmentando habitats e corredores ecológicos (lince-ibérico, aves de rapina), e omite proteção a peixes, anfíbios e répteis. Os afastamentos são insuficientes: 3-5 km a áreas protegidas para eólicas (deveria ser ≥5 km); 1 km a habitações para eólicas (deveria ser ≥2 km, dados os infrassons de aerogeradores de 6MW+); apenas 200 m a habitações para solares, sem mitigar impactos térmicos e visuais do albedo dos painéis. O plano ignora como a artificialização do solo agrava ondas de calor. Há casos (Fundão) com apenas 70 m de afastamento real. Impacto Socioeconómico Omite os "custos totais de sistema" (linhas, subestações, baterias), pagos por todos via tarifas — violando o princípio "Causador-Pagador". Privilegia grandes projetos centralizados em vez de Comunidades de Energia e autoconsumo, sem vantagens obrigatórias para as populações vizinhas. Gera pouco emprego permanente e fomenta especulação fundiária. É inaceitável facilitar a aprovação destes projectos que estão já a causar uma enorme destruição no nosso país. Vivo numa das zonas mais fustigadas pelos incêndios nos últimos 30 anos, e onde estão a proliferar estes parques solares, já não bastava os eucaliptais que vieram destruir irremediavelmente toda a paisagem e vida nativa, servindo interesses alheios e condenando as pessoas a viver em pânico a cada verão e a perder tudo a cada x anos. É impensável que as instituições e o Estado português continue a apoiar a destruição da Natureza em prol de interesses económicos, que se repensem os consumos a todos os níveis, basta desta destruição irreparável do nosso país com o aval de quem deveria proteger.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116596	Discordância	Vivo numa das zonas mais fustigadas pelos incêndios nos últimos 30 anos, e onde estão a proliferar estes parques solares, já não bastava os eucaliptais que vieram destruir irremediavelmente toda a paisagem e vida nativa, servindo interesses alheios e condenando as pessoas a viver em pânico a cada verão e a perder tudo a cada x anos. É impensável que as instituições e o Estado português continue a apoiar a destruição da Natureza em prol de interesses económicos, que se repensem os consumos a todos os níveis, basta desta destruição irreparável do nosso país com o aval de quem deveria proteger.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
116594	Discordância	O programa PSZAER deve ser revisto e nenhum projeto deve ficar isento de avaliação de impacto ambiental, independemente de estar ou não dentro de uma ZAER	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
		Toda e qualquer implementação de energias renováveis não pode se sobrepor ao interesse das regiões e do território.	Obrigada pela sua participação.
116588	Discordância	Sugiro portanto que adotem programas em que as escolas e edifícios públicos possam ter nos seus telhados parques de produção de energia, ou então junto às linhas de comboio como acontece noutros países.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Tudo menos submeter património cultural e natural do Interior à conversão de mosaicos impertinentes	
		Sou contra a alteração à legislação que pretende criar zonas onde projetos de energias renováveis possam avançar sem uma avaliação prévia dos impactos ambientais. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução das emissões de carbono, considero que estes objetivos não devem ser alcançados à custa da proteção da natureza e da biodiversidade.	
		A possibilidade de cerca de 7% do território nacional ficar abrangido por um regime que dispense, total ou parcialmente, a avaliação de impacto ambiental levanta sérias preocupações. Estas avaliações existem para identificar riscos, proteger habitats, salvaguardar espécies e garantir que os projetos são compatíveis com os valores ambientais e com as comunidades locais. Reduzir este escrutínio pode abrir caminho a decisões precipitadas e a danos irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116585	Discordância	A transição para as energias renováveis é necessária, mas deve ser feita com responsabilidade, transparência e respeito pelo património natural. Acelerar licenciamentos não pode significar enfraquecer as garantias ambientais que foram conquistadas ao longo de décadas.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
		Portugal tem condições excecionais para liderar a produção de energia limpa, mas esse progresso deve ser compatível com a conservação dos ecossistemas. Desenvolvimento sustentável significa encontrar um equilíbrio entre a necessidade de produzir energia e o dever de proteger o ambiente para as gerações futuras.	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
		Por isso, defendo que qualquer alteração à legislação mantenha avaliações ambientais rigorosas sempre que exista potencial para impactos significativos. Combater as alterações climáticas e proteger a natureza não são objetivos incompatíveis; pelo contrário, devem caminhar lado a lado.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116580	Discordância	Este projecto põem seriamente em causa o pouco de Natureza que ainda resta em Portugal. Estas zonas não serão alvo de estudos de impacto ambiental antes de se implantarem estas quintas de painéis fotovoltaicos e torres eólicas, efectivamente destruindo ecossistemas e tornando as zonas verdes em autênticos desertos. Isto não é transição energética, isto é capitalismo verde. Efectivamente destruindo Natureza para colocar coisas mortas, não pode ser energia renovável a qualquer custo!! Estas quintas de painéos fotovoltaicos , da maneira como as fazem em Portugal, comprovadamente esterilizam solos, aumentam a temperatura das áreas circundantes e aumentam a possibilidade de cheias e enchentes pois o solo seco e estéril por baixo dos painéis não absorve água. Existem alternativas e formas de fazer a transição energética sem por em causa espaços de natureza!! Discordo deste projecto e vejo-o como uma ameaça à nossa existência segura com cidadãos portugueses.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116578	Discordância	Envio a minha participação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116577	Discordância	A Junta de Freguesia de Alpedrinha considera que transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição da nossa paisagem, da biodiversidade, da agricultura, da saúde e da qualidade de vida das nossas comunidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116574	Discordância	Manifesto a minha total oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e à inclusão do concelho de Chaves e da região do Alto Tâmega neste planeamento, com base nos seguintes impactos severamente negativos:Destruição Irreversível do Património Paisagístico: A atratividade de Chaves e toda a região de Trás -os-Montes assenta na integridade das suas paisagens e montanhas, como, por exemplo, a Serra do Brunheiro. A instalação de aerogeradores de grande escala e milhares de painéis fotovoltaicos desfigura por completo a linha do horizonte. Esta industrialização visual destrói o principal motivo pelo qual novos residentes escolhem fixar-se na região, contribuindo para a desvalorização do território.Prejuízo para a Economia Local e Turismo: A economia do concelho depende fortemente do turismo de natureza, do termalismo e do turismo rural. Transformar estas paisagens num complexo industrial elétrico afasta os visitantes que procuram o sossego e a autenticidade do interior, comprometendo os investimentos locais em hotelaria, restauração e comércio.Agressão Ambiental e Biodiversidade: O regime de "licenciamento acelerado" e simplificado previsto nas ZAER reduz o escrutínio ambiental. A abertura de estradões, as desflorestações e as fundações de betão causam a fragmentação de habitats de espécies protegidas, destroem solos produtivos e perturbam as linhas de água fundamentais para a região.Desrespeito pela Autonomia Local: Este programa centralizado sobrepõe-se ao planeamento municipal (PDM) e à vontade das populações locais, que são as que de facto vivem no território e sofrem os impactos negativos diretos, sem que recebam qualquer benefício real ou redução nas suas faturas de energia.A transição energética não pode ser feita à custa da destruição do património natural do interior do país. À semelhança do que acontece com a exploração do lítio, continuamos a desrespeitar qu vive e sobrevive numa região já por si abandonada e esquecida. Sugiro o desenvolvimento destes projetos em Monsanto, Sintra, Monchique.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116573	Discordância	Discordo em absoluto que se avance com o PSZAER. Há soluções melhores. Há o exemplo de outros países. Não é legítimo que se avance desta forma para a destruição da paisagem, fauna e flora. É obrigação do Estado e dos cidadãos protegerem o ambiente, as paisagens, os ecossistemas. Estes projectos têm impactos ecológicos graves.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116568	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição da nossa paisagem, da biodiversidade, da agricultura, da saúde e da qualidade de vida das nossas comunidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116564	Discordância	No que respeita ao município da Marinha Grande, as zonas definidas pelo plano coincidem, de forma despudorada, com aquelas que o município, no PDM revisto em 2025, destinou a zona industrial. Apesar de o relatório dizer que não teve em conta os PDM - o que, aliás, viola frontalmente o poder local, desconsiderando-o -, na verdade, essa afirmação nem colhe, pois cremos que que a escolha recaiu, propositadamente, nas zonas definidas pelo município para zona industrial, procurando beneficiar do trabalho de anos do município que conseguiu libertar essas zonas de REN. Ora, nada mais conveniente do que agora vir aproveitar desse trabalho e definir, sem esforço algum, esse território como zona de aceleração de renováveis. Para cúmulo, resta saber se por inépcia ou intencionalmente, - neste caso, será grave a conclusão a retirar -, o espaço reservado a zona de aceleração coincide com a zona de passagem do TGV no município. Opção que veemente se recusa, por prejudicar essa infraestructura. Recorde-se que os parques fotovoltaicos previstos têm licenciamento zero, Ie, via verde, sem necessidade de qualquer autorização, significando, no limite, que com este diploma, sem necessidade de autorização, qualquer proprietário arrenda o terreno a empresa desse negócio e este instala-se. E pode instalar-se no meio do caminho do THV, ou no meio do espaço reservado para alargamento da zona industrial, o que é inconcebível. Não é que o município deva afastar todo e qualquer investimento nestas áreas. Pelo contrário. No entanto, é preciso chamar os municípios a definir a sua localização, o que obriga a considerar os seus próprios planos municipais, e por forma a que não prejudique infraestructuras essenciais,. Ora, é o que hoje sucede, prejudicando-se o futuro dos Marinhenses, a coberto de uma pretensa defesa das energias renováveis. Por isso, veementemente repudio o projeto apresentado, devendo A Administração central e o Governo ouvir de forma séria e cooperante o executivo municipal, aceitando as suas propostas. Só assim se garante o futuro sustentável no município e a harmonia com o desenvolvimento do município	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116562	Discordância	Na qualidade de cidadão/entidade e no âmbito do período de discussão pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho, por este meio, manifestar a minha total discordância face à proposta apresentada.Apesar de reconhecer a importância da transição energética e da neutralidade carbónica, o atual modelo de delimitação de áreas para centrais solares e eólicas suscita graves preocupações, nomeadamente:Impacto Ambiental e Biodiversidade: A delimitação proposta abrange áreas de elevado valor ecológico, agrícola e florestal, ameaçando habitats sensíveis e espécies protegidas.Falta de Envolvimento Local: A ausência de articulação próxima com as comunidades locais e Municípios desrespeita a coesão territorial, sobrecarregando determinadas regiões com uma concentração desproporcionada de infraestruturas.Valorização Paisagística e Turística: A massificação da implantação destas infraestruturas compromete a identidade visual das paisagens, afetando negativamente o turismo de natureza e a qualidade de vida das populações residentes.Simplificação Excessiva: A aceleração e o eventual licenciamento sem Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) rigorosa aumentam o risco de danos ambientais irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116560	Discordância	A zona do Alentejo/ Evora / Alqueva já está sujeita a exploração das reservas hidricas para uso privado de forma insustentável. A possível implementação de Data Centers ou toda infraestrutura a necessitar de água vai contra os interesses ecologicos ou da população local As energias renovaveis não têm prioridade no leque das ações necessárias para fazer frente as alterações climatéricas e as suas consequências, principalmente ao nível da ecologia e da economia local. O seu desenvolvimento, mesmo que acelerado, não constitui resposta aos desafios á mão.	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116557	Discordância	Sou contra pelo impacto negativo que a implantação de mega centrais vão provocar no território e na vida das pessoas. O impacto é negativo para o ambiente e para a sustentabilidade social da minha comunidade. Este Plano ainda por cima nao prevê uma participação democrática das populações abrangidas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116553	Discordância	A implantação de energias renováveis não pode ser feita à custa da lapidação dos recursos naturais e paisagísticos do país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116551	Discordância	Acho um atentado á natureza o projeto em causa pela destruição do habitat natural da zona neste caso e em especifico da Serra da Gardunha e também de outros para implementação do mesmo. Sendo que se o mesmo fosse implementado as temperaturas iriam sofrer alterações tanto as de Inverno como as de verão, iria ser destruído habitat natural de enorme beleza assim como a destruição de aglomerados florestais, uma solução será aproveitar edifícios públicos, parques de estacionamento cobertos com Painéis Solares e outros que não aferem a paisagem natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116546	Discordância	Exmos(as) Senhores(as) Na qualidade de cidadã residente próxima do concelho de vejo com muita preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Não faria mais sentido implementar painéis em zonas urbanas, em lugar de destruir campos produtivos e ecossistemas? Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país, considerando que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, estimulando a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. Sem entrar em análises sobre o valor intrínseco deste trabalho, o que podemos afirmar, com base no nosso conhecimento do terreno, é que a forma como estão desenhadas as “manchas” no concelho de Évora configura um erro inaceitável. Só há um critério aplicável a esta localização: a subestação do Divor. Todos os outros critérios de exclusão são desmentidos pela Planta de Condicionantes do PDM Évora em vigor, cujas “camadas” mostram à exaustão como o património megalítico, a zona de proteção do Aqueduto da Água da Prata, a RAN e a proteção dos recursos hídricos, entre outros, não permitem qualquer polígono com um mínimo de 100 hectares. A industrialização desta paisagem cultural única deve ser proibida. Por fim, temos ainda que ter em conta o risco em que se encontra a classificação da UNESCO de Évora como Património Mundial.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116543	Discordância	Não queremos ser a central de energia da Europa . Já produzimos mais do que consumimos. Já enviamos demasiada para Espanha ! Chega de destruírem a nossa natureza e agredir a nossa paisagem .	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Sou a favor da iniciativa. Acredito que é uma medida importante na medida em que é um passo concreto para alcançar a independência energética de Portugal e reforçar a segurança de abastecimento de energia do país. Para um país pobre como o nosso faz todo o sentido o investimento em energias renováveis já maduras como é o caso do fotovoltaico e eólica onshore por motivos económicos (geração de riqueza para o país (+ energia = + riqueza), criação de emprego qualificado, atração de investimento privado e possibilidade de venda de excedentes de energia) e ambientais (aproveitamento dos recursos naturais do país, cumprimento de metas Europeias de descarbonização que evitam o pagamento de multas à União Europeia, evitam mortes humanas em Portugal e permitem a captação de mais fundos europeus para Portugal). É uma medida ética na sua essência e uma oportunidade do país se tornar um pouco menos pobre e como tal deve ser aprovada.	Obrigada pela sua participação.
116531	Concordância	Discordo totalmente de que esta é uma medida que vai contra o meio ambiente, acho que quem não defende esta medida está mais interessado em estagnar o crescimento económico e desenvolvimento do país do que em torná-lo melhor para os portugueses. Temos a capacidade e a meu ver o dever de tornar o nosso país num líder da transição energética na Europa e no Mundo e além disso temos interesse em fazê-lo, como disse no início, por motivos de segurança e independência energética. Sim provavelmente os painéis solares vão implicar o corte de algumas árvores, não considero isso um motivo válido para a iniciativa não avançar. Mostro-me a favor de mediadas de reforço do armazenamento de energia em Portugal, com recurso por exemplo a hídrica e baterias.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116529	Discordância	Para finalizar, faço o apelo para levantar e relançar o debate da implementação da energia nuclear em Portugal. É uma fonte de energia renovável madura tal como o solar fotovoltaico e o eólico onshore, que gera uma quantidade imensa de energia que não se compara com o solar e eólico e não liberta CO2. Acho que precisamos de um ou mais estudos de viabilidade económica e de segurança sobre a implementação desta tecnologia no nosso país com a maior brevidade possível e como tal apelo também para que as entidades competentes facam um ou vários neste âmbito. Discordo que se substituam áreas verdes por algo que vai matar a nossa fauna.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116527	Discordância	De renovavel ou ecológico nada têm.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116526	Discordância	Este projeto é socialmente, economicamente e ecologicamente irresponsável, deve ser cancelado ou profundamente alterado!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116523	Discordância	Embora a transição para fontes de energia renováveis seja imperativa, é também de extrema importância que adotemos uma visão holística das nossas ações à medida que avançamos neste processo. Não devemos levar avante projectos que causem impactos ecológicos e socioculturais significativos em nome da "tecnologia verde". Não podemos dispensar as Avaliações de Impacto Ambiental (AIA) padrão em nome da salvação do planeta. Que ironia e que miopia. Seguir assim é ecologicamente devastador. Precisamos de migrar para as energias renováveis de uma forma que não prejudique os ecossistemas existentes. Existem inúmeros hectares de terreno já pavimentados ou ocupados por construções que podem ser utilizados para a instalação de painéis solares. Podemos aprender com o exemplo dos suíços, que implementaram com sucesso projetos de energia solar nas suas ferrovias. Precisamos de ser criativos e agir de forma a não causar novos danos ecológicos. Não basta apenas reduzir as emissões; precisamos de resgatar a compreensão do carácter sagrado e do valor da terra e dos seus sistemas, por si mesmos. Este projecto é um caso de *greenwashing* oportunista, e o povo de Portugal diz NÃO! Não podemos mais permitir que a indústria e o lucro ditem as regras; ao realizarmos a necessária transição para as renováveis, não podemos deixar que este sector se torne mais um tractor de destruição inconsequente. Queremos soluções mais inteligentes e verdadeiramente sustentáveis. https://www.swissinfo.ch/eng/emissions-reduction/solar-energy-from-railways-shows-first-positive-results-in-switzerland/91628036	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116522	Discordância	Estas instalações vão alterar drasticamente a paisagem e não vão trazer nenhum benefício às pessoas. Se já se sentem temperaturas extremamente altas, estas instalações vão fazer aumentar ainda mais as temperaturas pois vai haver menos oxigénio e o efeito estufa vai subir. O país precisa evoluir, mas não sacrificando a natureza e o bem estar das populações.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116519	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116515	Discordância	Por este meio, manifesto a minha oposição a proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis para o município de Alvaiazere.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116513	Discordância	Discordo do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116511	Discordância	Mais uma tentativa de destruir a fauna e flora da minha terra, ao qual sou contra	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116510	Discordância	A extensão do território planeado para a instalação de painéis solares é desmasiado grande pelo que vai prejudicar gravemente o ambiente local com diminuição grave das espécies animais e vegetais e ainda criar zonas de calor infernal para as localidades próximas Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116509	Discordância		Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116508	Discordância	Manifesto a minha profunda discordância com o mapa de delimitação proposto para as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PZAER) em Alpedrinha, bem como com a forma opaca como este processo tem sido conduzido, sem a devida auscultação e esclarecimento dos cidadãos. Ninguém coloca em causa a urgência da transição energética. No entanto, a forma como este território foi "pintado a verde" demonstra uma total falta de sensibilidade para com a realidade local, a nossa paisagem, a biodiversidade da Gardunha e o ordenamento do território que devia proteger Alpedrinha.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116507	Discordância	REPENSAR O MODELO ENERGÉTICO: DA CONCENTRAÇÃO À RESILIÊNCIA TERRITORIAL A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EXIGE UMA MUDANÇA DE PARADIGMA O PSZAER parte do pressuposto de que a resposta à crise climática consiste em acelerar a implantação de grandes infraestruturas de produção de energia renovável. Considero que este pressuposto deve ser questionado. O verdadeiro desafio não consiste em encontrar novos territórios para instalar parques solares ou eólicos, mas em repensar profundamente o modelo energético nacional. Tal como no século XX a sociedade compreendeu que não bastava aumentar a produção de energia sem considerar os riscos sistémicos associados ao modelo nuclear, também hoje importa reconhecer que a simples substituição dos combustíveis fósseis por megaestruturas renováveis não representa, por si só, uma mudança de paradigma. A questão essencial deixou de ser que energia produzimos; passou a ser como a produzimos, onde a produzimos e ao serviço de que modelo de sociedade. OS TERRITÓRIOS DEVEM PRODUZIR A ENERGIA DE QUE NECESSITAM A produção de energia deve deixar de obedecer a uma lógica centralizada para passar a integrar os metabolismos territoriais. Cada município possui recursos específicos, fluxos de matéria, atividades económicas e necessidades energéticas próprias. Os resíduos pecuários, agrícolas e urbanos podem ser transformados em biogás; a biomassa residual pode contribuir para a gestão sustentável da floresta; as coberturas dos edifícios, parques de estacionamento e zonas industriais oferecem um enorme potencial para produção fotovoltaica; os recursos hídricos, eólicos ou marinhos podem ser mobilizados quando compatíveis com os ecossistemas locais. Em vez de impor uma solução uniforme a todo o território nacional, importa construir sistemas energéticos diversificados, articulando diferentes tecnologias em função das características ecológicas, económicas e sociais de cada município. A DESCENTRALIZAÇÃO É UMA CONDIÇÃO DE RESILIÊNCIA Os incêndios florestais, as tempestades extremas e os recentes apagões demonstram a vulnerabilidade dos sistemas excessivamente concentrados. Quanto maior é a dependência de grandes unidades de produção e de longas redes de transporte, maior é a exposição a falhas sistémicas provocadas por eventos climáticos extremos ou por interrupções técnicas. A resiliência constrói-se através da redundância, da diversidade e da	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116506	Discordância	Discordo da atual proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis A transição para energias limpas é urgente, mas não pode ser feita a qualquer custo. A atual proposta apresenta falhas graves: • Ameaça o Ambiente: Reduz as distâncias mínimas de segurança e afrouxa regras de proteção da natureza em zonas ecológicas e agrícolas. • Ignora a Saúde e a População: Permitir painéis fotovoltaicos a apenas 200 metros das casas e turbinas eólicas a 1000 metros coloca em risco a qualidade de vida das comunidades locais. • Exclui os Municípios: O plano ignora os Planos Diretores Municipais (PDM) e retira poder de decisão às populações locais sobre a gestão dos seus territórios. A instalação de painéis fotovoltaicos deve privilegiar áreas urbanas e industriais já existentes. Não deve ocupar solos férteis ou áreas rurais valiosas. Por estes motivos, solicito a revisão profunda do programa, garantindo maior proteção ambiental e a articulação direta com os municípios. A massificação da energia solar deve assentar numa estratégia inteligente. Exige-se a priorização absoluta de áreas urbanas, coberturas industriais e solos já degradados, salvaguardando os solos férteis e a integridade das zonas rurais. Face ao exposto, solicito a revisão profunda e urgente deste programa, exigindo que qualquer aceleração legislativa respeite a autonomia municipal, a saúde pública e a proteção ambiental efetiva.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116505	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, do distrito de Viseu, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Este plano tem graves défices a nível do impacto ambiental e na biodiversidade, impacto Socioeconómico e Comunidades Locais, ordenamento do Território e Uso do Solo, falta de Transparência e Participação Pública, segurança e Planeamento do Sistema Elétrico, vulnerabilidade Climática, Adaptação e Saúde Pública. Desta forma, condeno a concretização deste plano no concelho!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. As Mega Centrais são um atentado ambiental disfarçada de transição verde, destróem a paisagem e o meio ambiente com repercursões para quem lá vive, pessoas, animais e ambiente. Usam o território e a paisagem que é de todos mas principalmente das populações locais, os recursos, deixam todos os impactos ambientais para quem lá vive, e que nunca vai ter nenhum retorno a curto, médio ou longo prazo. Destróem hectares de árvores e natureza, de ecossistemas vivos, levam ao aumento local da temperatura que muitas vezes já é extrema.	Obrigada pela sua participação.
116504	Discordância	A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116503	Discordância	A proposta não define áreas específicas que se consigam consultar, é demasiado genérica, não impede a instalação de parques solares/eólicos noutras zonas, nem tem em conta os que já existem. Para além de tudo isso, cortar árvores e acabar com zonas naturais para instalar plástico e metal para produzir energia não tem nada de verde ou sustentável. O ser humano não precisa de mais energia, precisa de mais consciência.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116502	Discordância	Não à destruição de zonas florestais para implantação de fontes de energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116501	Discordância	Há o risco de desrespeitar áreas sensíveis e de conservação da natureza. Não existe um equilíbrio claro entre o desenvolvimento das renováveis, o território e as comunidades. Exmos Senhores,	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116500	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Idanha-a-Nova vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos no documento em anexo. Melhores cumprimentos, Els Wijnstra	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116499	Discordância	A um dado momento tudo o que é demais mata a natureza, o que é normal, nosso…	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116498	Discordância	Manifesto, conforme exposto no documento anexado, a minha total oposição ao PSZAER em Consulta Publica, solicitando a sua total reformulação	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116497	Discordância	Não	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116496	Discordância	O presente parecer é apresentado no âmbito do período de participação pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), com o objetivo de contribuir para a salvaguarda do ambiente, das comunidades locais e do território nacional face à instalação de projetos de energias renováveis, em particular parques solares fotovoltaicos e eólicos, dentro das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (ZAER) propostas, e de manifestar discordância quanto à instalação de quaisquer projetos sem que seja realizada avaliação do seu impacte ambiental. Defende-se, desde já, que a transição energética é um objetivo legítimo e necessário. Contudo, não pode ser prosseguida à custa da degradação de solo agrícola produtivo, da destruição de habitats naturais, da perda de biodiversidade ou do sacrifício das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116495	Sugestão	A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COMO OPORTUNIDADE DE REGENERAÇÃO TERRITORIAL O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SIGNIFICANT DESIGN | ARTE, CIÊNCIA E DESIGN REGENERATIVO, manifesta o seu apoio aos objetivos nacionais e europeus de descarbonização e reconhece a importância de acelerar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. Contudo, consideramos que a aceleração da implantação destas infraestruturas representa igualmente uma oportunidade para evoluir de um paradigma centrado na mitigação dos impactes ambientais para um paradigma de regeneração territorial, no qual cada projeto energético contribua positivamente para a resiliência ecológica, social e cultural dos territórios. A produção de energia renovável não deve ser entendida como um objetivo isolado, mas como uma componente integrada da regeneração dos sistemas vivos que sustentam a sociedade. A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM SISTÉMICA Os territórios não constituem meros suportes físicos para infraestruturas energéticas. São sistemas complexos onde interagem processos ecológicos, económicos, sociais, culturais e paisagísticos. As decisões relativas à localização de parques solares, parques eólicos ou outras infraestruturas energéticas produzem efeitos muito para além da produção de eletricidade, influenciando: a qualidade dos solos; o ciclo da água; a biodiversidade; a agricultura; a paisagem; o património; a identidade dos lugares; as economias locais; a aceitação social dos projetos. Por esta razão, a avaliação territorial deverá integrar uma visão multidimensional capaz de considerar simultaneamente estas diferentes dimensões. PROPOSTA DE UMA METODOLOGIA REGENERATIVA DE AVALIAÇÃO TERRITORIAL O Centro SD propõe que a implementação das Zonas de Aceleração seja acompanhada por uma metodologia de avaliação regenerativa baseada em três componentes complementares do território: 1. BASES VITAIS Avaliação da integridade ecológica dos sistemas vivos: água; solos; biodiversidade; conectividade ecológica; funcionamento dos ecossistemas; serviços ecossistémicos; resiliência climática. O objetivo deverá consistir não apenas em evitar impactes negativos, mas em gerar melhorias mensuráveis na qualidade ecológica dos territórios	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116494	Discordância	O nosso país já está bastante defraudado em termos de património arbóreo e as árvores são essenciais à vida e aos ecossistemas. Não quero uma paisagem cheia de painéis e sem árvores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116493	Discordância	Não queremos o nosso país destruído	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116492	Discordância	Discordo com esta transição energética que obriga ao sacrifício do nosso património mais valioso. Há soluções alternativas e devem ser procuradas. O governo pretende efetuar uma alteração paisagística sem precedentes e permitir crimes ambientais irreversíveis. O interior é o guardião da identidade portuguesa e este executivo, que se diz patriótico, irá vendê-lo a interesses económicos, em oposição às vozes dos cidadãos que devem ser protegidos. Nem os data centers, nem os painéis nas serras, nem as minas de lítio são inevitáveis. Tomem-se decisões que não lesem o nosso património para as gerações vindouras.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116491	Discordância	Não concordo com a utilização indiscriminada de painéis solares na floresta ou campos agrícolas, ou zonas que foram queimadas, prejudicando a fauna e flora, e posteriormente a população. Temos que preservar a natureza em geral pois é ela que nos sustenta. Os painéis podem ser colocados em estruturas já existentes como parques de estacionamento, edifícios, etc.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116489	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116486	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116485	Discordância	O país não precisa de painéis solares para alimentar centrais de dados. O país precisa de conservar o património natural, a saúde dos ecossistemas, precisa de preservar a biodiversidade que lhe resta. Portugal tem que pensar primeiro nas pessoas que vivem em Portugal e não nos interesses de uma Europa decadente e dos lobby's que representa. Deixem Portugal em paz!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116483	Discordância	Este programa consiste numa "Zona de Aceleração de Interesses Económicos" e numa "Zona de Aceleração de Destruição Ambiental". Mais uma estratégia política e económica com uma etiqueta pseudoambiental. Face aos inúmeros incêndios que Portugal tem enfrentado (de origem criminal ou não, essa é outra questão!), quais as medidas de aceleração de reflorestação do país? Face à elevada poluição, quais as medidas de aceleração para melhorar a qualidade do ar que respiramos, a despoluição dos mares e oceanos, a redução do plástico, a educação da população? Face às alterações climáticas, quais as medidas de aceleração para proteger a população e o ambiente? Face às frequentes ondas de calor em vez de árvores para refrescar e melhorar a qualidade do ar. Os sucessivos governos cortam árvores e "plantam" painéis! Será que as soluções ambientais consistem em dizimar hectares de floresta portuguesa / património natural de Portugal, para colocação de painéis de energias renováveis? Destruir terra fértil para colocação de painéis? Matar animais e destruir ecossistemas em "nome do ambiente"? É disto que nos querem convencer? Em bom rigor, quando é que em nome da Natureza se destrói a Natureza? Só mesmo em Portugal! As medidas de aceleração da Implantação de Energias Renováveis violam o bem comum e os direitos fundamentais. As energias renováveis só renovam os interesses económicos que em nada se coadunam com a proteção do ambiente, dos animais e da população. Nem se quer promovem o turismo, sim, quem gostará de passear por terras inférteis de painéis? E, quando estes painéis ficarem obsoletos? O que fazer com o lixo? Ficará no interior do país como um "Museu das Energias Renováveis da Destruição Nacional?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116482	Discordância	Exmos Senhores, É com grande preocupação que olho para a continuada promoção de megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade - Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. - Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. - A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. - Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies. - Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à instalação de centrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116481	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos eólicos e fotovoltaicos com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. ● Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. ● Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116480	Discordância	1. O Valor Estratégico da Floresta A floresta portuguesa não pode ser encarada como um simples terreno disponível para infraestruturas energéticas — é um ativo nacional com funções insubstituíveis: Sumidouro de carbono: absorve e retém CO_2, sendo um dos principais instrumentos naturais para atingir a neutralidade carbónica. Substituir área florestal por centrais solares ou eólicas anula precisamente o mecanismo que sustenta essa mesma meta climática. Regulação da água e do solo: os povoamentos florestais travam o escoamento superficial, favorecem a infiltração, contêm a erosão e aumentam a resistência do território a secas e eventos extremos. Motor de bioeconomia: espécies de produção como o pinheiro-bravo e o eucalipto alimentam setores industriais exportadores de elevado valor (madeira, papel, biocompósitos), cuja perda seria um retrocesso económico irreversível. 2. Uma Contradição nas Políticas Públicas Existe uma incoerência evidente: o mesmo Estado que investe em reflorestação, resiliência e sequestro de carbono permite, por outro lado, a artificialização desses ecossistemas para fins energéticos — minando os seus próprios compromissos de sustentabilidade a longo prazo. 3. O que o Plano Deixou de Fora Não pondera figuras territoriais relevantes, como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) nem os baldios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116479	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadãos, do concelho de Beja - Odemira vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos eólicos e fotovoltaicos com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ argumentos para rejeitar integralmente este plano. Impacto NEGATIVO Ambiental e Biodiversidade Impacto NEGATIVO Socioeconómico e Comunidades Locais Vulnerabilidade Climática, Adaptação e Saúde Pública	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116478	Reclamação	O presente estudo deixa de fora as áreas urbanas e industriais, não permitindo uma total noção da área coberta existente que poderia ser usada para produção de energia solar em aglomerados de telhados ao mesmo nível. A malha urbana apresenta maiores desafios para a instalação e manutenção mas do ponto de vista da conservação da natureza e ruralidade poderá fazer sentido comportar o esforço extra para evitar destruição de ecossistemas e campos agrícolas. Veja-se o que acontece na nossa vizinha Espanha onde parques solares em fim de vida estão ao abandono e são sucatas a céu aberto. Já as eólicas obrigam a enormes bases de sustentação que marcam para sempre o território da sua instalação. Os resultados do estudo são claros e úteis mas falta contrabalançar com o que pode ser alcançado no território já urbanizado. Somos um país pequeno onde cada parcela de território conta como salvaguarda da nossa flora e fauna. Com projectos paralelos de renaturalização e rerruralização esta é uma proposta que entra em conflito com esses fins podendo mesmo provocar o êxodo ou falta de interesse em repopular as zonas circundantes às eligidas para instalações de parques solares e eólicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116477	Discordância	Em adenda 200m de distanciamento de habitações é ridículo tendo em conta o impacto visual e a completa transformação da bio-dinâmica em seu redor. Discordo completamente com a destruição de vastas áreas de pura natureza para fim de lucros comerciais de entidades com intenções duvidosas.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116476	Discordância	A implantação em grandes áreas de painéis fotovoltaicos prejudica o ambiente e interfere significante com o albedo da superfície coberta. Também têm um forte impacto na vida das pessoas e dos animais uma vez que os "painéis" se tornam geradores de calor e amplificadores e refletores de radiação visível. Do mesmo modo áreas muito grandes de implantação de geradores eólicos têm um forte impacto no ambiente, designadamente pelo ruído gerado que se transmite tanto pelo ar, como pelo solo como pelo mar, de acordo com o local onde são implantados, com grande impacto na vida das pessoas e dos animais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116474	Discordância	O programa PSZAER deve ser revisto e nenhum projeto deve ficar isento de avaliação de impacte ambiental e paisagístico, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116472	Discordância	A implantação em grandes áreas de painéis fotovoltaicos prejudica o ambiente e interfere significante com o albedo da superfície coberta. Também têm um forte impacto na vida das pessoas e dos animais uma vez que os "painéis" se tornam geradores de calor e amplificadores e refletores de radiação visível. Do mesmo modo áreas muito grandes de implantação de geradores eólicos têm um forte impacto no ambiente, designadamente pelo ruído gerado que se transmite tanto pelo ar, como pelo solo como pelo mar, de acordo com o local onde são implantados, com grande impacto na vida das pessoas e dos animais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116471	Discordância	Há várias alternativas para aumentar a produção de energia solar sem ocupar solos agrícolas férteis. Algumas propostas são: Coberturas de edifícios públicos – escolas, hospitais, pavilhões desportivos, mercados, parques de bombeiros e edifícios municipais. Coberturas de edifícios industriais e armazéns – grandes superfícies com elevado potencial para produção de energia. Parques de estacionamento – instalação de coberturas solares que, além de produzir energia, oferecem sombra aos veículos. Áreas degradadas ou contaminadas – antigas pedreiras, minas desativadas, lixeiras encerradas ou terrenos industriais abandonados. Taludes de autoestradas e vias rápidas – zonas sem aptidão agrícola que podem acolher painéis solares. Linhas ferroviárias – margens e infraestruturas associadas às ferrovias. Canais de rega e reservatórios de água – painéis solares flutuantes ou instalados sobre canais, reduzindo também a evaporação da água. Barragens e albufeiras – centrais solares flutuantes que evitam a ocupação de solo. Zonas industriais e logísticas – espaços já artificializados e com consumo elevado de eletricidade. Coberturas de explorações agrícolas – estábulos, estufas, adegas e armazéns agrícolas. Áreas urbanas e infraestruturas – coberturas de centros comerciais, estações ferroviárias, aeroportos e terminais de transportes. Agrivoltaicos bem planeados – quando compatível, instalar painéis elevados que permitam manter a	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116469	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas ● Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. ● Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: ● Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. ● Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. ● Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116468	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. Os melhores cumprimentos, Teresa Aguiar	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116467	Discordância	MANIFESTAMOS DISCORDÂNCIA COM O PROJETO [NOME DO PROJETO] POR VIOLAR O DISPOSTO NO ARTIGO 66º DA CRP, QUE GARANTE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE HUMANO, SADIO E EQUILIBRADO, EXIGINDO O ARQUIVAMENTO IMEDIATO DO PROJETO PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116466	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas ● Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. ● Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: ● Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. ● Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. ● Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116465	Discordância	Temos muitos parques de estacionamento, auto-estradas e muitos outros locais onde uma sombra até dá jeito, em vez de destruirmos o solo, árvores e vida animal	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116464	Discordância	A territorialização das ZAER ignora e sobrepõe-se aos Planos Diretores Municipais (PDM) e às estratégias de planeamento estratégico regional. Perda de Poder Local: Centraliza as decisões, retirando autonomia aos municípios e às populações locais para decidirem sobre o uso e a gestão dos seus próprios territórios. Impacto Ambiental e Conservação: Há o risco de desrespeitar áreas sensíveis e de conservação da natureza. Não existe um equilíbrio claro entre o desenvolvimento das renováveis, o território e as comunidades. Impacto visual e paisagístico: grandes campos alteram a perceção do território, sobretudo em zonas altas/vales e perto de núcleos habitacionais. Perda/fragmentação de habitats: ocupam áreas extensas, podendo reduzir biodiversidade e criar barreiras para fauna (e efeitos cumulativos). Uso e alteração do solo: impermeabilização local, compactação durante obra, risco de erosão e degradação do solo; exigem planos de recuperação. Água e qualidade da água (em alguns locais): possibilidade de alteração do escoamento superficial e turbidez/contaminação durante obras; necessidade de gestão de drenagem e limpeza. Conflitos com uso do território: competição com agricultura, silvicultura, servidões/servidões aeronáuticas, proteção civil, corredores ecológicos e atividades económicas locais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116463	Discordância	Efeito na microclima: pode haver mudanças locais (sombra, temperatura e evapotranspiração), mais relevantes em áreas muito extensas. Gestão de resíduos e fim de vida útil: necessidade de recolha/reciclagem de painéis e equipamentos; sem boas garantias pode haver "legado" de infraestruturas. Risco de degradação ambiental ao longo do tempo: se não houver manutenção adequada, pode ocorrer aumento de resíduos, invasoras, falhas de drenagem e degradação do sistema. Risco de degradação/otimização por causa do desenho: layouts mal adaptados (sem corredores ecológicos, proteção de zonas sensíveis) agravam impactos; o "ótimo técnico" nem sempre é o "ótimo ambiental". Demandas infraestruturais associadas: linhas de ligação e acessos também ocupam espaço e geram impactos adicionais (mesmo que o parque em si seja "contido").	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116462	Discordância	Não concordo com a destruição da floresta e da vida animal nela existente. Nós cidadãos também ficamos prejudicados com a destruição da paisagem e da floresta. Também, é de referir que a nossa saúde ficará afetada.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116461	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica. 2. Uma área muitíssimo superior à necessária O PNEC 2030 estabelece como meta para a energia solar uma capacidade de 20,8 GW, cuja implementação exigiria cerca de 20.000 hectares. O mapa de ZAER agora proposto disponibiliza porém, cerca de 357.347 hectares para solar e mais 85.321 hectares para eólico — a componente solar representa, por si só, cerca de dezoito vezes a área efetivamente necessária. - 1 - Mais grave: cerca de 68% da área identificada é território florestado, e quase 35.000 hectares são solo agrícola, com sérias consequências para a soberania alimentar nacional. No total, entrega-se mais de 7% do território nacional a projetos energéticos — uma desproporção que nenhuma urgência energética real justifica, como aliás é demonstrado no parecer técnico independente elaborado pelo Eng.º eletrotécnico João de Jesus Ferreira, especialista em energia e Membro Conselheiro da Ordem dos Engenheiros. 3. As consequências da destruição do solo e do coberto vegetal Numa altura em que assistimos ao rápido incremento das alterações climáticas, este nível de artificialização terá consequências devastadoras	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116459	Discordância	A expansão agressiva e descontrolada de enormes centrais solares e eólicas em terrenos agrícolas é vendida ao público como "energia verde", mas está a ter consequências devastadoras para o nosso ambiente. Devido ao impacto gigantesco e permanente na nossa paisagem, na água e nas comunidades, estes mega-projetos nunca deveriam ser autorizados através de vias rápidas que contornam o processo democrático normal. Em vez disso, aprovações aceleradas irão silenciar as populações locais e permitir que empresas estrangeiras transformem o nosso campo em zonas industriais pesadas. Abate de Árvores e Destruição das Águas: A nossa paisagem já se encontra drasticamente alterada devido a anos de práticas agrícolas intensivas e industrializadas. Numa região onde cada árvore é preciosa, precisamos desesperadamente de mais árvores, não de menos. Para instalar estes mega-projetos, as árvores maduras restantes são cortadas, a terra é arrasada e o solo é fortemente compactado por maquinaria industrial. Isto ameaça gravemente os lençóis freáticos e aquíferos dos quais as nossas comunidades, explorações agrícolas e vida selvagem dependem para sobreviver. A Queimar a Terra: A nossa região já enfrenta verões abrasadores e sem chuva. As árvores funcionam como os aparelhos de ar condicionado da natureza, arrefecendo ativamente o ar através da libertação de humidade e do ensombramento profundo do solo. Quando essas árvores são destruídas e substituídas por quilómetros de enormes painéis pretos, cria-se uma perigosa "ilha de calor". O metal e o vidro retêm e irradiam um calor intenso, queimando a terra em redor e acelerando a seca de toda a região. A Industrialização das Nossas Casas: A verdadeira natureza está a ser substituída por infraestruturas eletromagnéticas pesadas, postes de alta tensão gigantes. As famílias veem as suas casas cercadas por equipamentos de alta voltagem, o que levanta preocupações de saúde válidas e destrói a paz e a segurança da vida rural. Uma energia que abate árvores, destrói o solo e seca a nossa água não é "verde". Temos de exigir ter uma voz ativa sobre o que acontece na nossa região e proteger as nossas terras agrícolas e águas antes que o dano se torne irreversível.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116458	Discordância	Não concordo com o programa setorial apresentado é um atentado.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116457	Discordância	Oponho-me ao projecto PSZAER pelas seguintes razões: 1. Os danos generalizados e irreversíveis nos sistemas ecológicos e humanos. 2. Não foram propostas alternativas, tais como a utilização de áreas que já se tinham tornado artificiais (telhados, áreas industriais, locais de resíduos desativados ou solo empobrecido) antes da proposta de exploração de áreas naturais. 3. Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. 4. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. 5. A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. • Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. 6. Verifica-se uma contradição manifesta na atuação do Estado: ao mesmo tempo que financia a expansão e a resiliência florestal e promove o sequestro de carbono, admite a artificialização destes mesmos ecossistemas para fins energéticos, comprometendo as diretrizes de sustentabilidade de longo prazo. 7. Aprovar leis através de legislação rápida, dando ao público um curto período de tempo para responder é antidemocrático e mina a confiança pública no sistema político.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116456	Discordância	Sou contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116455	Discordância	Preocupa-me que o PSZAER venha a constituir uma “via verde” para a implementação de mega-centrais fotovoltaicas no território, sem transparência, sem regras e passando por cima da forte contestação popular e dos seus brutais impactos ecológico, social e económico. Este plano deve ser claramente contra a implementação de mega-centrais no território, defina criteriosamente zonas de instalação fotovoltaica, privilegiando solos improdutivos, telhados, zonas cobertas ou espelhos de água. Deve estar orientado para a defesa e promoção da produção pública e descentralizada de energia renovável.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116454	Discordância	Não queremos energia dita limpa , que suja e desertifica o território. Proteger o verde do pais	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116453	Reclamação	As energias renováveis são importantes para a transição energética mas não se devem focar em destruir o nosso meio natural que resta. Não podemos destruir o solo que nos fornece comida para instalar energia sobretudo quando a maior parte dessa energia será consumida nas cidades. Assim o que faz sentido é aproveitar os telhados de prédios, centros comercais, parques de estacionamento e parques industriais para instalar sistemas de energia renovavel junto de onde é mais preciso. Nos meios rurais a maior parte de nós já tem sistema energeticos implantados e somos em grande parte sustentaveis no consumo, é nas cidades que estes são mais precisos e por isso aí deviam ser instalados, sempre a escalas pequenas e médias e nunca os mega projectos que temos visto querer aparecer. A transição energetica deve sustentar se por comunidades energéticas que implantam os sistemas entre si e não por empresas particulares a lucrar e a destruir a natureza que é de todos e sem a qual a vida não é possivel!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116452	Discordância	Preocupa-me que este programa tenha a capacidade de se sobrepor ao PDM e outras estratégias regionais. Essas são decisões que cabem as comunidades locais e nunca poderei aceitar um plano que se impõe de forma tão vasta. Já basta de ver o nosso campo coberto de painéis Soares em vez de árvores. Não é assim que se protege o planeta e muito menos o clima. Ponham painéis solaresem telhados já existentes à vontade. Mas no mundo rural devem ser as comunidades locais a decidir como proteger a sua natureza e os seus ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116451	Discordância	Subscrevo a carta em anexo. Melhores cumprimentos, Margarida Villas-Boas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116450	Discordância	Eu digo NAO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116449	Discordância	Entre incêndios, a má gestão do território e uma implementação das renováveis sem estratégia, Portugal arrisca-se a perder algo que o distingue: a sua paisagem. A transição energética é desejável, assim como o fim dos combustíveis fósseis, mas a natureza tem que ser protegida, não substituída. Que paisagem queremos deixar às próximas gerações? Quem beneficia das decisões que estão a transformar a nossa paisagem? Estamos a construir um futuro mais sustentável ou apenas uma nova forma de explorar o território? Quando é que o interesse público passará a prevalecer sobre os interesses económicos? Quem assume a responsabilidade pela paisagem que se está a perder?	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116448	Discordância	Não podemos abater árvores para plantar painéis que vão dar cabo dos terrenos dos animais e ainda por cima aumentar a temperatura dos locais onde estão instalados. Não pode valer tudo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116447	Discordância	Discordo plenamente com esta proposta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116446	Discordância	Existem alternativas menos danosas, como a colocação de painéis em espaços já construídos ou infraestruturas existentes. Por favor escolham opções conscientes e façam uma transição sóbria que não tenha tanto impacto ambiental, que respeite a natureza, a agricultura, as populações diretamente afetadas, o património e a identidade de cada lugar. Um território não é apenas um espaço vazio no mapa... um território é memória, é comunidade e é futuro. Enquanto cidadã informada e preocupada com a verdadeira sustentabilidade do planeta, considero que toda a forma como as ZAER estão a ser definidas e geridas cria mais problemas do que os que supostamente deveria resolver.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116444	Discordância	Portugal é um país pequeno e que regularmente sofre grandes perdas do seu espaço verde e florestal devido aos incêndios e à falta de cuidado real com os mesmos. Agravar esta situação com a continua destruição de mais espaços destes para a criação de zonas imensas de campos de painéis solares é absurdo, contraditório com os propósitos de sustentabilidade e com a proteção das comunidades e dos animais. Além disto, somos já um país com uma grande percentagem de geração de energias renováveis, e a justificação da necessidade de aumento exponencial desta produção é também ela problemática. Mas ainda que consideremos a necessidade como real e urgente, há soluções bem mais inteligentes e que não implicam a destruição de áreas verdes (com todas as consequências que isso acarreta), e que deveriam estar em cima da mesa. É obrigação do governo zelar pelo bem estar do povo que serve e cuidar do país em todos os sentidos. Isto é contrário à venda do país e recursos do mesmo ao desbarato a entidades privadas, independentemente das consequências que isso traga para as comunidades locais e para todo o país. Basta!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116443	Discordância	Sou contra o interesse público na implementação de projetos em zonas de campos destinados à agricultura que contribuem para o afastamento das populações, descaracterização das paisagens, prejuízo na economia local e a degradação do turismo.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada.	Obrigada pela sua participação.
116442	Discordância	Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116441	Reclamação	Junto a minha reclamação em Anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada.	Obrigada pela sua participação.
116440	Discordância	Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116439	Discordância	Não há palavras para qualificar tamanha barbárie ecológica. Ninguém suportará o aumento de temperatura. As consequências serão devastadoras. Será possível alguém pensar que esta implementação de painéis não é prejudicial para toda a população?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116438	Discordância	Assinei esta consulta pública porque me preocupa que a aceleração do licenciamento de novas infraestruturas energéticas possa abrir caminho à expansão de grandes consumidores de eletricidade, como os centros de dados. A transição energética não pode servir de pretexto para sacrificar o território, a biodiversidade e o interesse público.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116437	Reclamação	A expansão de centrais solares de grande dimensão tem gerado uma crescente preocupação junto de muitas populações, sobretudo nas zonas rurais. Embora a produção de energia renovável seja importante para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a sua implementação não deve ocorrer à custa da destruição da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das comunidades locais. A instalação de milhares de painéis solares em terrenos agrícolas e florestais provoca uma alteração profunda da paisagem, descaracterizando regiões com elevado valor natural e turístico. Além disso, a ocupação de grandes áreas de solo pode comprometer a atividade agrícola, reduzir a disponibilidade de terrenos para produção alimentar e afetar habitats de diversas espécies de fauna e flora. Outro aspeto preocupante prende-se com os impactos sociais. Muitas populações sentem que estes projetos são impostos sem um verdadeiro envolvimento das comunidades, gerando conflitos, desvalorização de propriedades e perda da identidade do território. Em muitos casos, os benefícios económicos locais são reduzidos quando comparados com os lucros obtidos pelas empresas promotoras. Acresce ainda que a produção de painéis solares implica a utilização de matérias-primas cuja extração tem impactos ambientais significativos, bem como a necessidade de garantir, no futuro, uma gestão adequada dos equipamentos em fim de vida, evitando novos problemas de resíduos. A transição energética é necessária, mas deve ser realizada com equilíbrio, responsabilidade e respeito pelo território. Em vez da ocupação massiva de solos agrícolas e espaços naturais, deve privilegiar-se a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas. Só assim será possível conciliar a produção de energia limpa com a proteção do ambiente, da agricultura e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116436	Reclamação	Anexa-se pronúncia da associação Linha de Defesa – Associação de Defesa do Ambiente de Loures (ADAL), ONGA local.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116435	Discordância	Em síntese, a proposta revela uma abordagem predominantemente parcelar da avaliação ambiental, centrada nas características individuais das áreas selecionadas, sem demonstrar uma análise consistente dos efeitos cumulativos decorrentes da concentração de projetos de energias renováveis. Esta limitação reduz significativamente a robustez técnica da metodologia, dificulta a avaliação dos verdadeiros impactes ambientais associados às ZAER.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116434	Discordância	Criminosos. Deixem o território em paz. Menos estes projectos em locais já ocupados ou destruidos pela acção humana.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116433	Discordância	As energias renováveis só serão úteis se forem usadas com inteligência e sem interesses paralelos. A destruição do território e do património natural é simplesmente contraproducente e completamente desnecessária. É a destruição de uma sociedade e de uma cultura que, sem o seu património natural, não vale nada e torna-se num campo estéril, pobre e triste.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116432	Discordância	Porque não investir primeiro em áreas já industrializadas deixando as zonas ecologicamente sensíveis em paz? Qual será o impacto no turismo de natureza e na economia local?	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116431	Discordância	Não se compreende como e porquê que este plano contempla a substituição de vastas áreas de floresta, cujas funções nos ecossistemas incluem a captação de carbono e a diminuição da temperatura ao nível do solo, que são essenciais ao combate às alterações climáticas, pela colocação de painéis solares, que como já se sabe, contribuem para a desertificação dos solos, o aumento da temperatura e redução da infiltração da água nos solos. Ao removermos áreas tão vastas de floresta estaremos a comprometer o reabastecimento de aquíferos subterrâneos que providenciam água a populações e vamos alterar o clima removendo a ocorrência de nevoeiros quer no inverno quer no verão diminuindo a humidade relativa e aumentando a temperatura nesses locais, o que num contexto de combate às alterações climáticas não faz qualquer sentido. Quando temos vastas áreas urbanas de telhados de casas e parques industriais, parece-me profundamente ridículo e sem qualquer sentido estratégico e um tiro no pé no que diz respeito à proteção do nosso património e da nossa qualidade de vida. Nada disto parece ter qualquer tipo de sentido a não ser grandes interesses económicos. Não se vê as grandes potências europeias tomar este tipo de decisões, por algum motivo será. Toda a gente quer energia, mas não querem o lixo no seu quintal. O que deveria ser desenvolvido era um modelo de instalação em tudo o que são superfícies urbanas e degradadas e depois entender qual é o resultado e se haveria necessidade de ocupar algum território. Não é começar pelo território e depois pensar se temos de usar o urbano. Existem outras formas de produção de energia que também deveriam ser equacionarás haja coragem política para o fazer que seriam o reatores nucleares modulares. Essa sim Uma tecnologia de produção de grandes quantidades de energia de forma constante e fiável sem ocupar grandes áreas. Se fossemos um país sério seria nisto que estaríamos a pensar e não em destruir grandes áreas naturais que são fundamentais para o bem estar das comunidades e que já agora também são áreas de atração para turistas e um grande cartão de visita do nosso país. Tenham vergonha e deixem de ceder sempre aos interesses económicos de grandes empresas, como governo o SENTIDO DE ESTADO deveria ser o que comanda as vossas ações. O vosso dever é proteger Portugal de iniciativas que podem atentar ao bem estar da população actual e futura e tomar decisões que de facto sejam determinantes no que é o desenvolvimento sustentado e responsável do país com inteligência e visão de futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116430	Discordância	Não necessitamos de data centers nem de uma IA destrutiva! Destruímos o país atrás de uma falsa energia verde! De verde e renovável não tem nada! Verde e renovável são as florestas, os campos de agricultura tradicional, as matas e jardins! Estamos num pais desertificado, simplesmente não temos árvores! Painéis solares sim, nos telhados dos edifícios, ao longo das autoestradas, jamais destruir a Natureza para colocar vidro e ferro! Aumento de Temperatura , destruição de fauna e flora, poluição eterna dos solos e águas subterrâneas e fluviais adjacentes, destruição completa da paisagem, fim do nosso modo de vida! Degradação do meu País! É tudo um engano, uma fraude! Tenta-se abdicar de estudos de impacto ambiental, porque sabem muito bem o resultado destes estudos! Não é o cidadão que gasta esta energia, são as multinacionais, está na hora de parar, dar uns passos atrás e ter verdadeira qualidade de vida integrada na Natureza, no nosso meio ambiente e rural! Portugal não é para vender e destruir a retalho! Destruímos o ambiente, as nossas tradições e a nossa vida, é matar os portugueses! Parem com esta loucura! Quero o meu país com as suas fantásticas paisagens para os meus filhos, netos e seguintes! Simplesmente NÃO a isto!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
116429	Discordância	A implementação de energias renováveis não pode ser feita à custa do ambiente e das comunidades que habitam estas áreas. Estas decisões devem ser tomadas pelos municípios e pelas populações locais e não centralmente. Não devemos resolver um problema, criando outro ainda maior. Energias renováveis, sim mas sem prejudicar a fauna, a flora e as pessoas que habitam estas zonas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116428	Discordância	Venho por este meio expressar a minha preocupação relativamente ao documento em consulta pública e ao respetivo mapeamento de zonas.Considero que o ordenamento do território deve salvaguardar, em primeiro lugar, o património natural e ecológico do país. Como tal, a floresta não deve ser destruída nem sacrificada, uma vez que desempenha um papel insubstituível no sequestro de carbono, na regulação climática, no ciclo da água e na retenção do solo.A instalação de infraestruturas (sejam projetos industriais, energéticos ou outros) deve ser obrigatoriamente redirecionada para locais onde não exista risco de destruição de áreas florestais e onde a biodiversidade não seja comprometida. Áreas de elevado valor natural, habitats sensíveis e zonas de coberto arbóreo devem ser zonas de exclusão total.Propõe-se assim que o mapa e as diretrizes sejam revistos, priorizando a instalação destas infraestruturas em espaços já antropizados ou degradados, tais como zonas industriais abandonadas, áreas incultas de baixo valor ecológico ou coberturas de edifícios, protegendo assim a nossa floresta e garantindo um verdadeiro desenvolvimento sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116427	Discordância	Discordo!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116426	Discordância	Por que motivo não implementam painéis solares no topo de edifícios públicos, auto estradas e zonas industriais? Dessa forma não destruiriam zonas agrícolas e florestais nem destruiriam paisagens, locais de importância ambiental, cultural e patrimonial. Outra sugestão em relação à transição energética: invistam na poupança energética, promovendo transportes públicos e mobilidade leve.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116425	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais. Com os melhores cumprimentos, Carolina Alão	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), para o Município de Mortágua a propostas engloba uma área total de cerca 51% do território. Questionei o Municipio, fiquei satisfeita por saber que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) emitiu um parecer desfavorável à proposta do PSZAER, e que o Município de Mortágua se pronunciou no âmbito da Consulta Publica, em alinhamento com a posição manifestada pela ANMP à proposta apresentada.	
116424	Discordância	Mas isto não acaba aqui, como sociedade temos de nos manifestar individualmente também. A proposta que está em cima da mesa é para todo País. É importante as pessoas submeterem o seu parecer desfavorável na consulta pública , sendo ou não de Mortágua. Aqui conseguem ver os município afetados: https://geoportal.lneg.pt/mapa/?mapa=AreasCandidatasRenovaveis&utm_source=chatgpt.com&fbclid=IwY2xjawS-zTpleHRuA2FlbQIxMABicmlkETBuNmRvNEgwbFkxaG9KRVEwc3J0YwZhcHBfaWQQMjIyMDM5MTc4ODIwMDg5MgABHlRUilZd6E-mRDl11tO70lLJoP6OgQBSKK1Bd1qwZYaTz1oEw9b1zGfJW8ZM_aem_Z6fvuFXXgS9sVmLIGx_x1w	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116423	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116420	Discordância	Não concordo com destruir a natureza, o verde, as árvores que ajudam a purificar e oxigenar o ar que respiramos, por painéis solares que só prejudicarão a população que cá vive em todas as áreas da sua vida. Plantem mas é mais árvores.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116418	Discordância	Discordo porque este projecto irá causar destruição de áreas de fauna e flora de extrema importância	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116417	Discordância	Não concordo. Venho manifestar a minha discordância com este programa que prevê a destruição de 100 mil hectares de vegetação, com consequente eliminação da fauna, a que está associada a morte inevitável de milhares de aves e animais selvagens. Substituir o verde da vegetação pelo negro das energias renováveis que daqui a uns anos serão apenas sucata, terá certamente forte impacto nas condições de escoamento de águas, no enfraquecimento dos aquíferos subterrâneos, na esterilização de solos, no aumento significativo das temperaturas, acelerando o efeito das alterações climáticas. As energias verdes não podem comprometer o futuro das próximas gerações. Este programa prevê a produção de energia renovável mas o impacto ambiental e social faz com que não contribua para um desenvolvimento sustentável. Temos obrigação de deixar o país aos nossos filhos e netos no mínimo com as condições em que o encontrámos. Quando a alternativa são energias verdes, renováveis, que vão hipotecar a futura vida normal nessas regiões a escolha não se pode remeter aos ganhos económico financeiros imediatos. Se Lisboa é capital e o resto é paisagem, como alguns limitadamente pensam e até proferem, ao menos que deixem a paisagem do resto do país com vida! Com flora, com fauna, com floresta, a produzir oxigénio e que seja atrativa para as pessoas. Com respeitosos cumprimentos Mára Andreia Simões	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116415	Discordância		Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116414	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116413	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas - Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. - Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116412	Discordância	3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa Concordo com os objetivos da transição energética, mas considero que a instalação de novas infraestruturas deve privilegiar áreas já industrializadas ou artificializadas, como zonas industriais, parques empresariais, pedreiras desativadas e coberturas de edifícios. Desta forma, será possível minimizar a ocupação de solos agrícolas e de áreas ambientalmente sensíveis, promovendo uma transição energética mais sustentável e equilibrada.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Não faz sentido eliminar a obrigatoriedade das AIA para projetos solares com mais de 100ha quando a atual legislação, por razões óbvias, prevê a sua obrigatoriedade para projetos de energia eólica e solar de grande porte, ainda para mais se já existe um regime simplificado para projetos abaixo de 100ha.	
116411	Discordância	Segundo o PSZAER deverão ser os promotores a demonstrar "Que o projeto não gera impactes negativos significativos não previamente identificados na avaliação ambiental estratégica do programa que delimitou a ZAER; ". Será essa, realmente, a melhor forma de assegurar a identificação e mitigação de tais impactes? E tratando-se de uma área tão extensa agora proposta para ZAER, como pode a avaliação ambiental estratégica do programa ser suficientemente rigorosa para garantir a inutilidade das AIA? Mesmo podendo a APA, municípios etc. levantar eventuais questões, serão os prazos tão limitados suficientes? A reflorestação é mais urgente do que a construção massiva de parques solares ou eólicos. Os espaços florestal e agrícola devem ser considerados para ZAER apenas por último. A desflorestação apenas deveria ser permitida tratando-se unicamente de espécies invasoras. A prioridade deve, sim, ser dada a superfícies artificiais e edificadas, devendo ser criadas condições que viabilizem acima de tudo a produção descentralizada, em menor escala e o autoconsumo. Maior prioridade ainda, antes de aumentar a produção, mesmo que renovável, deve ser dada a REDUZIR o consumo, através do reforço de medidas e legislação mais exigente quanto a eficiência energética das infraestruturas primeiro e dos equipamentos depois. "A faixa litoral, entre Braga e Setúbal, concentra população, riqueza, inovação e capital humano qualificado enquanto os territórios do interior, por contraste, acumulam fragilidades demográficas, económicas e sociais de natureza estrutural." [3][4] Assim como a faixa litoral não está isenta de pobreza e outras fragilidades	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116410	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116409	Discordância	Concordo com o reforço da produção de energias renováveis, por ser indispensável à transição energética e à redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que esta expansão deve privilegiar soluções que conciliem os objetivos climáticos com a proteção do território, do património natural, da paisagem e dos solos agrícolas. A proposta reconhece o elevado potencial de produção em áreas já artificializadas, como zonas industriais, parques empresariais, minas desativadas, coberturas de edifícios e outras infraestruturas existentes. Contudo, identifica igualmente uma vasta área de território maioritariamente rural com potencial para novas instalações. Considero, por isso, que deve ser dada prioridade efetiva às áreas já ocupadas ou artificializadas, reduzindo ao mínimo a necessidade de ocupar espaços florestais, agrícolas ou de elevado valor ecológico. A simplificação dos procedimentos administrativos não deverá traduzir-se numa menor exigência na avaliação dos impactos ambientais, sociais e paisagísticos, nem limitar a capacidade de análise das alternativas de localização. A aceleração do licenciamento deve manter elevados padrões de rigor técnico e de proteção do interesse público. Considero igualmente essencial reforçar a divulgação das consultas públicas e promover uma participação mais informada e atempada das populações potencialmente afetadas. Uma transição energética bem-sucedida depende não apenas da rapidez dos processos, mas também da transparência, da confiança dos cidadãos e da escolha das soluções que produzam o menor impacto possível sobre o território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116408	Discordância	Produzimos mais energia do que a que consumimos e mesmo assim estamos a mercê de apagões, com projetos sobre projetos "VERDES" mal geridos. Não há estrutura para armazenar energia portanto toda a que produzimos em excesso não vai ser utilizada pelo simples facto de não existirem baterias de armazenamento para o excedente! É uma República das Bananas. Sempre tudo mal projetado , para quê apostar ainda mais na suposta energia verde se não há infraestrutura em condições? Parecem amadores que querem assinar projetos para meter dinheiro dos portugueses ao BOLSO! Os portugueses não conseguem pagar as contas. Parem de gozar com quem tem contas para pagar e o dinheiro não chega ao fim do mês! Para além de que estão a destruir florestas, floresta que ajuda a manter o solo fresco. Estamos a desertificar devido ao calor excessivo no solo! É impossível viver assim!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116407	Concordância	Finalmente se percebe a grande importância e oportunidade da afirmação de Portugal como produtor de energia renovável. Consumimos cada vez mais energia que tem de ser produzida de forma sustentável e que contribua para a descarbonização e para travar os efeitos cada vez mais violentos da alteração climática. Como biológico e cientista considero que se deve ordenar o território e não andar sempre a impedir tudo com base em superstições sem fundamento. Se consumimos temos de produzir, seja energia sejam alimentos, e garantir a segurança energética e alimentar do país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116406	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116405	Discordância	Junto ao movimento Cidadãos Pela Beira Baixa, solicito ao Governo que reformule profundamente o PSZAER, garantindo uma transição energética justa, equilibrada e participada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116403	Discordância	Não concordo com abatimento de árvores	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116402	Discordância	Eu, cidadã portuguesa consciente, venho expor a minha indignação e dizer que não concordo, e não aceito que se destrua a paisagem do nosso país com uma medida totalmente invertida e desequilibrada. Não faz qualquer sentido cortarem-se árvores para instalar painéis solares. Faz sentido colocar painéis solares em cima das edificios e dos parques de estacionamento nas cidades. Sou totalmente contra que se sacrifiquem árvores e solo, em prol de uma suposta política verde que de verde tem muito pouco. Na cor e na essência.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116401	Discordância	Não quero utilização do solo das regiões do interior do país para lucro de empresas e políticos sem benefício real para a população local. É destruição da zona.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116399	Discordância	A territorialização das ZAER ignora e sobrepõe-se aos Planos Diretores Municipais (PDM) e às estratégias de planeamento estratégico regional. Perda de Poder Local: Centraliza as decisões, retirando autonomia aos municípios e às populações locais para decidirem sobre o uso e a gestão dos seus próprios territórios. Impacto Ambiental e Conservação: Há o risco de desrespeitar áreas sensíveis e de conservação da natureza. Não existe um equilíbrio claro entre o desenvolvimento das renováveis, o território e as comunidades.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116398	Discordância	A territorialização das ZAER ignora e sobrepõe-se aos Planos Diretores Municipais (PDM) e às estratégias de planeamento estratégico regional. Perda de Poder Local: Centraliza as decisões, retirando autonomia aos municípios e às populações locais para decidirem sobre o uso e a gestão dos seus próprios territórios. Impacto Ambiental e Conservação: Há o risco de desrespeitar áreas sensíveis e de conservação da natureza. Não existe um equilíbrio claro entre o desenvolvimento das renováveis, o território e as comunidades.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116397	Sugestão	Porque não acelerar a implementação de painéis solares nos telhados de prédios e outras estruturas. Porque o governo /APA teimam em estragar a Natureza., os seus ecossistemas, biodiversidade e terras produtivas. Destruído serras e planícies, acabando também com parte da captação de dióxido de carbono. Não falando em espécies protegidas como as que fazem parte do montado e que levam dezenas de anos a crescer e que são abatidas. Uma vergonha! Deveriam ter consideração!! Sendo que são negócios de milhões para meia dúzia de empresas e camaras municipais (que recebem milhões para aprovar os projetos)., em detrimento da proteção do ambiente . Ajudando a promover o aquecimento do ambiente na zona. Estão a estragar o nosso país , permitindo que se faça tudo!! Enfim, uma vergonha.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116396	Concordância	Em Estou de acordo com a criação destas zonas de aceleração de implantação de energias renováveis, com gestão central por parte de organismos estatais, com conhecimento e pareceres não vinculativo das Câmaras Municipais e/ou Juntas de Freguesia. Evitando o arrastar de processos de licenciamento de novos projetos que travam em decisões meramente politicas de Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesia, sem qualquer fundamento técnico, em projetos estruturantes para o pais. Quanto as uso de reservas agricolas e ecologicas para tais projetos, as mesmas deverão ser analizadas caso a caso e com a possibilidade de criação de medidas de mitigação para o seu uso e não meramente excluidas "á priori". Gostaria de ver igualmente incluidas todas as áreas rurais das freguesias de Alcains e Lardosa, no concelho de Castelo Branco e Distrito de Castelo Branco. Muito obrigado.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116395	Discordância	Não posso concordar com um projecto que não é suficientemente esclarecedor.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116393	Discordância	São áreas demasiado grandes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116392	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116391	Discordância	Parece-me haver pouco interesse para uma participação e informação pública realmente transparente e clara quando há menos de um mês para analisar a proposta que inclui uma série de documentos com cerca de mais de 800 páginas no total. É uma proposta que terá claramente um impacto real e significativo no território para ser tratada desta forma.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116390	Discordância	Perda de Poder Local: Centraliza as decisões, retirando autonomia aos municípios e às populações locais para decidirem sobre o uso e a gestão dos seus próprios territórios. Impacto Ambiental e Conservação: Há o risco de desrespeitar áreas sensíveis e de conservação da natureza. Não existe um equilíbrio claro entre o desenvolvimento das renováveis, o território e as comunidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116388	Discordância	Vai estragar a paisagem. Vai aumentar a temperatura. Reduz a quantidade de vida. Queremos o interior com as suas paisagens verdes!!!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116386	Discordância	Subject: Opposition to the Inclusion of Western Alentejo Interior in the Renewable Energy Acceleration Zones (ZAER) Dear Madames and Sirs, I am writing to express my deep concern regarding the proposed ZAER framework for Western Alentejo, and to respectfully submit my opposition to inclusion of this ecologically sensitive region in the fast-tracked, large-scale industrial solar and wind energy expansion. I fully recognize, respect, and support the critical importance of renewable energy for our collective global future. However, true environmental stewardship requires a harmonious balance. Fast-tracking massive corporate industrial installations within pristine, vulnerable ecosystems is counterproductive to the overarching goals of sustainability and conservation. Western Alentejo is recognized internationally as a rare sanctuary of biodiversity, natural silence, and untouched rural landscapes. This unique wildness has driven a successful, burgeoning eco-tourism economy—anchored by the Rota Vicentina trail network—which supports local livelihoods. Industrializing these hillsides with massive wind turbines, moving shadows, nighttime strobe lights, and extensive solar arrays will severely alter the natural landscape, undermining the sustainable development that has successfully begun to reverse rural depopulation in areas like São Martinho das Amoreiras. Furthermore, the scale of land clearing required poses an immediate threat to the delicate, EU-protected	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116385	Discordância	Não transformem o país rural em placas latifundiárias que são ilhas de calor. Diminuir drasticamente as emissões de CO2, sim. Não a projetos de altíssimos rendimentos para uns poucos e desertificação das funções do Interior, não. Investamos na produção de energia solar de maneira inversa desta. Há um campo diverso de aplicações que não lhes dá jeito contemplar.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116384	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116383	Discordância	Mapa verde? ! Que mapa verde é esse? Onde está o mapa verde depois de devastar a floresta e o solo, para instalar painéis solares e torres eólicas? Um "mapa verde" que de verde não tem NADA! Que paisagem é esta que o solo fica forrado com painéis solares, e as árvores são substituídas por torres eólicas? Que energia verde é esta? Sem falar da fauna que fica sem habitat. Vergonhosos são estes projetos! Vergonhosos! Quem destrói os recursos, que garantem a sobrevivência e a reprodução das espécies que habitam em determinadas áreas e regiões, ou seja, quem destrói o seu nicho ecológico, é ASSASSINO! Quem aprova é assassino! Quem guarda o dinheiro destes projetos é assassino! Quem decide avançar com estes projetos é igualmente assassino!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116382	Reclamação	Não aos painéis na serra da Gardunha. Sim á plantação de árvores autotenes. Sim a uma paisagem verde .NÃO aos mega projetos que trazem destruição a todos io níveis.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116381	Discordância	Oposição Absoluta ao PSZAER por Falta de Transparência e Prejuízo Territorial Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão, apresento a minha total oposição e parecer negativo à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), com base nos seguintes fundamentos: Grave Défice de Transparência Democrática: O processo de consulta pública foi conduzido sem a disponibilização atempada e clara da cartografia detalhada e dos mapas com as delimitações exatas das Zonas de Aceleração (ZAER). É juridicamente inadmissível exigir a participação dos cidadãos e das autarquias quando as populações afetadas são impedidas de saber, com exatidão, se as suas propriedades, freguesias ou concelhos estão integrados nestas áreas de instalação acelerada. Ameaça à Biodiversidade e Simplificação Ambiental Excessiva: A intenção de isentar ou flexibilizar as Avaliações de Impacte Ambiental (AIA) nestas zonas constitui um retrocesso inaceitável na proteção ecológica. A pressa na transição energética não pode justificar a destruição de ecossistemas frágeis, a degradação de solos agrícolas e a descaracterização irreversível do mundo rural. Favorecimento de um Modelo Predatório e Centralizado: O programa está desenhado para beneficiar megaprojetos industriais de grandes corporações, sacrificando o território do interior em prol do consumo dos grandes centros urbanos. Rejeito este modelo e defendo que o planeamento deve dar prioridade absoluta à energia descentralizada, incentivando a instalação de painéis fotovoltaicos em áreas já artificializadas (telhados urbanos, zonas industriais e vias de comunicação), mitigando o conflito pelo uso do solo. Violação da Autonomia Local: O	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116379	Discordância	Sou a favor de grandes parques eólicos apenas se forem construídos o mais longe possível de áreas residenciais. Mínimo de 500 metros. Obrigada.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116378	Discordância	É vergonhoso o que, com a desculpa das fontes de energia renováveis, se está a fazer. Ocupem os telhados, os parques de estacionamento, as estradas, o edificado, mas não destruam a natureza já tão martirizado. É monstruoso. Alguém está a ganhar muito dinheiro com isto. Não há palavras para descrever a tristeza que sinto por tudo o que vamos perder.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116377	Discordância	Coloquem os painéis nos telhados, deixem a natureza em paz..É a natureza que sustém o planeta.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116376	Discordância	Não podemos continuar a destruir florestas e bosques em nome de uma transição energética que, a ser feita desta forma, será tudo menos verde.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116375	Discordância	Na qualidade de munícipe no concelho de Oleiros, manifesto discordância e solicito a revisão do PSZAER, por entender que, tal como está desenhado, o programa privilegia a rapidez e a escala de implantação de grandes projetos renováveis em detrimento da proteção da natureza, da coesão territorial e da participação pública efetiva. Embora a aceleração das energias renováveis seja necessária, essa aceleração não pode ser feita à custa dos territórios de baixa densidade, nem à revelia das populações que aí vivem e trabalham, levantando dúvidas quanto à compatibilização entre expansão energética, proteção ambiental e respeito pelos instrumentos de gestão territorial. Defende-se que as centrais de maior dimensão sejam prioritariamente localizadas em áreas já artificializadas (corredores viários e ferroviários, zonas industriais, coberturas urbanas, parques de estacionamento), enquanto no mundo rural a energia renovável deve privilegiar soluções de pequena escala, articuladas com pequenas unidades agrícolas, florestais ou agroflorestais, reforçando a sustentabilidade económico-financeira sem descaracterizar a paisagem. Solicita-se que o PSZAER integre salvaguardas obrigatórias como participação pública antecipada e influente, planos de benefícios locais transparentes, mecanismos de partilha de valor, proteção de recursos naturais, restauro ecológico com compromisso de desativação e recuperação integral das áreas no dinal de vida, criação de emprego local estável e reforço da resiliência energética, garantindo assim uma transição energética justa, equilibrada e coerente com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116374	Discordância	Não estou de acordo com a utilização de terrenos em massa para este tipo de alternativas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116373	Discordância	Não podemos falar de energia verde quando o que estes programas fazem é precisamente destruir os espaços verdes que temos para implementar painéis solares, turbinas eólicas ou outros, apenas visando o lucro imediato através da destruição da Natureza.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116372	Discordância	Na qualidade de munícipe residente no concelho de Oleiros, manifesto discordância e solicito a revisão do PSZAER, por entender que, tal como está desenhado, o programa privilegia a rapidez e a escala de implantação de grandes projetos renováveis em detrimento da proteção da natureza, da coesão territorial e da participação pública efetiva. Embora a aceleração das energias renováveis seja necessária, essa aceleração não pode ser feita à custa dos territórios de baixa densidade, nem à revelia das populações que aí vivem e trabalham, levantando dúvidas quanto à compatibilização entre expansão energética, proteção ambiental e respeito pelos instrumentos de gestão territorial. Em concelhos como Oleiros e, de forma mais ampla, na Beira Baixa, a preocupação é particularmente séria: o estado atual destes territórios, marcado por despovoamento, envelhecimento, risco de incêndio, degradação de solos e forte sensibilidade ecológica e paisagística, resulta também de decisões passadas que não tiveram em conta a especificidade local, as pessoas e a necessidade de adaptação às alterações climáticas. Há um receio legítimo de que a instalação intensiva de grandes projetos energéticos em solo rústico repita essa lógica, agravando fragilidades, comprometendo usos agrícolas e florestais e reduzindo, em vez de reforçar, a resiliência do território, em contradição com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com energia limpa, redução de desigualdades, comunidades sustentáveis, ação climática, proteção da vida terrestre e instituições eficazes e participativas. Defende-se que as centrais de maior dimensão sejam prioritariamente localizadas em áreas já artificializadas (corredores viários e ferroviários, zonas industriais, coberturas urbanas, parques de estacionamento), enquanto no mundo rural a energia renovável deve privilegiar soluções de pequena escala, articuladas com pequenas unidades agrícolas, florestais ou agroflorestais, reforçando a sustentabilidade económico-financeira sem descaracterizar a paisagem.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116371	Discordância	Discordo Caros(as), Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116370	Discordância	Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116369	Discordância	Discordo totalmente da Diretiva do Parlamento e Conselho Europeu (Diretiva REDIII), que prevê que cada Estado Membro proceda à criação de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, ou seja, LOCAIS EM TODO O PAÍS disponíveis para instalar projectos de energia renovável com licenciamento ambiental simplificado ou seja, sem Avaliação de Impacte Ambiental. É mais 7% do território nacional sem contar com o que já existe e ainda acrescem as linhas eléctricas! - Pelo que já foi possível apurar nos documentos colocados à Consulta Pública, a maior parte das entidades com competências em matérias tão relevantes como o Ambiente, o Património Cultural, o Ordenamento do Território, o poder autárquico entre outras, estão contra esta estratégia do Governo, apontando lacunas graves nos estudos e propostas elaborados pela equipa. Chega-se mesmo à conclusão que, em alguns aspectos, esta estratégia não cumpre o que a Directiva Europeia - RED III define. - Concluiu-se, uma vez mais, que não são feitas as contas aos impactes que um plano deste tipo tem, de facto, na Biodiversidade, questão existencial a par das alterações climáticas, mas de que raramente se fala. Por exemplo não estão seriamente estudados os impactes em termos de aumento de temperatura nos locais escolhidos, efeitos no montado do Alentejo um recurso tão importante, etc. etc… Concluiu-se, facilmente, que perante o que foi possível avaliar, que não são meras medidas de minimização que serão capazes de conter os resultados catastróficos que esta estratégia pretende para o nosso território. - Considera-se, também, que não são feitas as verdadeiras contas à pegada ecológica que têm estes projectos de energia «dita renovável», sabendo-se que a esmagadora maioria dos equipamentos vêm agora da China, que não há uma estratégia séria para a sua reciclagem no final do tempo de vida útil, existindo, inclusivamente, componentes altamente tóxicos. Também não se diz o que se gasta em recursos e em consumo de energia para se poder fabricar estes milhares de componentes de metal, vidro ou fibra no caso	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
116367	Discordância	Pela proteção das florestais!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116366	Discordância	Ich möchte meine Bedenken hinsichtlich der Einbeziehung der Serra da Gardunha und der Beira Baixa in die PSZAER äußern. Diese Region, bekannt für ihre fruchtbaren Böden und wertvollen Wälder, sollte nicht als „Restland“ betrachtet werden. Der Verlust von landwirtschaftlicher und forstwirtschaftlicher Fläche zugunsten großer Solar- und Windkraftanlagen wäre ein irreparabler Schaden für unsere lokale Gemeinschaft und Umwelt. Zudem ist die fehlende Umweltverträglichkeitsprüfung inakzeptabel. Ohne diese Analyse können die Folgen für die Ökosysteme und die Artenvielfalt, einschließlich gefährdeter Tierarten, nicht ausreichend eingeschätzt werden. Ich fordere daher die Verantwortlichen auf, die Serra da Gardunha und Beira Baixa aus den Beschleunigungszonen auszuschließen und stattdessen auf geeignete Flächen zu setzen, die bereits bebaut sind.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116365	Discordância	Absolutamente inadmissível! Não aceito qualquer acto que destrua mais ainda a pouca natureza que ainda nos resta!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116364	Discordância	Este plano é extremamente lesivo para o distrito de Castelo Branco porque o seu impacto será muito negativo visualmente ao pintar a paisagem de negro, e do ponto de vista ambiental, é uma catástrofe, uma vez que a destruição de 100 mil hectares de vegetação implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens, contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. A destruição de tamanha área natural provocará um aumento de temperatura (numa área já sujeita a altas temperaturas e incêndios no verão), o escoamento rápido das águas das chuvas não permitirá o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata decorrente do fim de vida dos equipamentos usados. O ser humano não sobreviverá sem a natureza, por isso a transição verde não pode ser feita às custas da sua destruição.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116363	Discordância	Exmos. Senhores, Venho por este meio manifestar a minha discordância formal relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua atual redação. Como cidadão e profissional ligado à Arquitetura e ao Ordenamento do Território, defendo a urgência da transição energética. Contudo, esta transição não pode ser feita à custa do sacrifício cego da paisagem e do património natural, nem através de um modelo que ignora os riscos de catástrofes ambientais a que o nosso território está exposto. Fundo a minha discordância nos seguintes pontos: 1. A Ilusão da "Aceleração" sem Planeamento: Não é possível construir um futuro sustentável através de processos simplificados que contornam o planeamento rigoroso. A ausência de intervenção de especialistas na definição destas zonas coloca em risco o equilíbrio dos ecossistemas. A história recente do nosso país — nomeadamente a tragédia dos incêndios que assolaram o Centro de Portugal — demonstra de forma irrefutável como a ausência de um ordenamento do território coerente e integrado tem consequências devastadoras não apenas para o ambiente, mas para a própria economia e resiliência das populações. 2. Valor Ambiental é Valor Económico: É um erro estratégico dissociar a proteção ambiental do valor económico. O que se pretende preservar não é apenas um conceito abstrato, mas um ativo essencial para a economia rural e para a segurança das comunidades. A "monofuncionalização energética" de territórios de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116362	Discordância	Possuo casa de segunda habitação no sopé da Gardunha, com vista para o vale, até à fronteira. A escolha desse terreno teve muito que ver com a localização sossegada (nos arredores da vila de Alpedrinha), com potencial de saúde e potencial valor turístico. Temos vindo sucessivamente a investir na propriedade ao longo de 20 anos. Neste momento já temos a paisagem danificada por estufas que crescem mais do que a vegetação. Somos absolutamente contra a maior "contaminação" desse espaço natural com mais estruturas industriais. Percebo o valor e necessidade das energias renováveis e fiquei impressionada com o investimento em painéis feito, por exemplo, no Fórum de Castelo Branco. Acho que é uma óptima solução para a instalação de estruturas de captação de energias renováveis. Infelizmente já há muito território ocupado pelo ser humano que pode ser duplamente explorado com essa instalação. Voto contra a instalação em território "natural" (virgem, agrícola, florestal, etc...).	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116361	Discordância	Discordo totalmente de um projeto que põe em causa a paisagem, biodiversidade e o bem estar na sua totalidade das populações	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116360	Discordância	Venho, no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), apresentar a minha oposição à inclusão de áreas do município de Oleiros nas Zonas de Aceleração. Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, esta transição deve ser conduzida de forma ambientalmente responsável, socialmente equilibrada e territorialmente justa, respeitando os princípios da prevenção, da precaução e do desenvolvimento sustentável. O município de Oleiros integra um território de elevado valor ambiental e paisagístico, caracterizado por extensas áreas florestais, linhas de água, habitats naturais e corredores ecológicos essenciais para a conservação da biodiversidade. A implantação de grandes infraestruturas energéticas poderá provocar a fragmentação de habitats, a perda de conectividade ecológica, a perturbação da fauna selvagem e alterações significativas na paisagem, com efeitos potencialmente irreversíveis. Este território integra áreas de reconhecido interesse para a conservação da natureza e encontra-se próximo de espaços classificados e de elevada sensibilidade ecológica, associados à Serra do Muradal e à paisagem do Geopark Naturtejo. A região alberga espécies protegidas de aves de rapina, morcegos e outros vertebrados que dependem da continuidade dos habitats e dos corredores ecológicos. A instalação de parques de grande dimensão, respetivos acessos e linhas elétricas pode aumentar o risco de colisão, perturbação e perda de habitat para estas espécies. O município apresenta igualmente uma elevada vulnerabilidade aos incêndios rurais, agravada pelas alterações climáticas. A transformação de vastas áreas naturais através da abertura de novos acessos, movimentação de terras e instalação de infraestruturas permanentes poderá aumentar a pressão sobre ecossistemas já fragilizados e dificultar uma gestão integrada da paisagem e da floresta. Importa igualmente considerar os impactos cumulativos. A concentração de múltiplos projetos de energias renováveis no interior do país poderá produzir efeitos muito superiores aos avaliados individualmente, afetando a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos, a paisagem, a atividade cinegética, a apicultura, a agricultura, o turismo de natureza e a qualidade de vida das populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116359	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116358	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116357	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116356	Discordância	Existem outros locais para implementação de energias renováveis nomeadamente painéis solares. Fator ambiental está a ser desvalorizado!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116355	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de ciddadãos do concelho de Lisboa vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. 🔘 Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116354	Discordância	Esse tipo de implantacao nao tras nada de positivo para a economia nacional ou mesmo local. Apenas beneficia grandes grupos economicos com capitais estrangeiros. Deixo abaixo diversas razoes pelas quais este programa e no minimo uma aberracao: -Em termos de emprego esses modelos nao sao beneficos visto que tem uma taxa de empregabilidade diminuta. -O impacto na paisagem e extremamente negativo e pode destruir o modelo turistico que tem vindo a crescer exponencialemente no centro de Portugal. -O impacto na agricultura e pecuaria e super negativo visto que ocupam territorio essencial para as mesmas praticas. - o Impacto na saude humama e super negativo visto que as turbinas eolicas sao extremamente prejudiciais pelo ruido e infrassons que emitem e causam diversos desturbios graves na saude. Os paineis por sua vez aumentam a temperatura ambiente visto que tem uma capacidade de absorcao termica grave e sao um risco agravado de incendio. - Impacto ambiental, nao ha modelos eficientes de reciclagem ou recondicionamento seja para paineis solares seja para as turbinas eolicas, essas mesmas turbinas ja estao a deixar de ser usadas em diversos paises que aderiram as mesmas ha decadas atras e que se viram com um problema grave para as manter, recondicionar ou reciclar.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116353	Discordância	Sou da opiniao que a transicao energetica tem de ser feita com honestidade, sem lobbys e interesses duvidosos. A mesma tambem devera passar pela energia mais limpa que se conhece , a nuclear , mas que nao alimenta os lobbys e elites. Para alem disso podera ser adotados outros modelos individuais que ate poderiam requerer menos infraestrutura, tais como usar os proprios telhados de casas e edificios de diversas geneses para instalacao de paineis solares. Nada justifica este embuste "verde" Discordância da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116352	Discordância	Exmos. Senhores, Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas. Manifesto ainda preocupação com os riscos identificados por entidades técnicas, nomeadamente a possível monofuncionalização energética de territórios de baixa densidade, a interferência em áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, e sobreposições com áreas da Reserva Ecológica Nacional, incluindo cabeceiras de bacias hidrográficas e zonas de infiltração de aquíferos. O procedimento simplificado que dispensa a Avaliação de Impacte Ambiental para os projetos localizados nestas zonas não deve ser aprovado sem garantias sólidas de que a delimitação final resulta de um verdadeiro exercício de planeamento territorial, e não de decisões remetidas para a fase de licenciamento de cada projeto. Pelas razões expostas, solicito a revisão desta proposta, com maior transparência cartográfica e reforço das salvaguardas ambientais e territoriais.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116351	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico. Qualquer decisão deve ter por base estudos ambientais rigorosos, transparentes e independentes, garantindo uma verdadeira participação das populações, das autarquias locais e das entidades responsáveis pela conservação da natureza e o bem-estar das populações. Até agora o que acontece é exactamente o	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116350	Reclamação	Sou contra a continuação e OBSTINAÇÃO de destruir a paisagem da nossa beira baixa e pinta la de preto com painéis solares. QUERO deixar para futuras gerações um pais com florestas. Poder fazer caminhadas em locais onde se respira AR PURO. Arranjem outras soluções .... MÁS POR FAVOR NÃO DESTRUEM O QUE RESTA DAS NOSSAS FLORESTAS.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116349	Discordância	Perda de Poder Local: Centraliza as decisões, retirando autonomia aos municípios e às populações locais para decidirem sobre o uso e a gestão dos seus próprios territórios. Impacto Ambiental e Conservação: Há o risco de desrespeitar áreas sensíveis e de conservação da natureza. Não existe um equilíbrio claro entre o desenvolvimento das renováveis, o território e as comunidades. Discordo totalmente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116347	Discordância	Não concordo com a proposta pois não é ambientalmente sustentável. Se quiserem mais painéis solares, pensem em colocar-los em cima de parques de estacionamento ou outras infraestruturas já existentes.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116346	Discordância	Destruir terra arável e floresta para colocar painéis solares , é inacreditável	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116345	Discordância	Não aprovo este programa. Considero que a instalação destas infraestruturas representa uma ameaça grave para a natureza, destruindo habitats, afetando a biodiversidade, alterando a paisagem e colocando em risco inúmeras espécies de fauna e flora. Nenhum benefício energético justifica a perda irreversível do património natural. A natureza deve ser preservada e não sacrificada em nome destes projetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116344	Reclamação	Infelizmente já existem DEMASIADOS hectares com plantação de painéis, que nó deixam com uma paisagem negra. Sou contra a destruição da NOSSA linda Beira baixa. QUERO deixar para os meus filhos e netos um lugar com FLORESTAS verdejantes, respirar AR PURO, ter SOMBRA das ARVORES para refrescar, ter NATUREZA. Arranjem uma solução que não destrua o NOSSO PLANETA, que não pintem ás nossas serras e os nossos vales de PRETO. Portanto NÃO aos painéis, SIM a FLORESTA e a NATUREZA.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116343	Sugestão	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116342	Discordância	Prefiro manter a paisagem e a natureza em vez da construção de infraestruturas energéticas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116341	Discordância	este projecto tem um impacto muito negativo em questões ambientais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116340	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116339	Discordância	Excmos Senhores Venho apresentar Parecer Desfavorável e Oposição formal à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).na sua forma atual. Com os melhores cumprimentos Maria Alice dos Santos Alves Moreira Gomes Pereira	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116338	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Uma vez instaladas linhas, subestações e plataformas de betão, o território raramente recupera o seu estado natural ou agrícola. O plano decide hoje transformações que serão permanentes por décadas, sem provar que são estritamente necessárias. O território não é um "espaço vazio": O PSZAER trata o solo português como uma plataforma disponível para metas administrativas, ignorando que o território é um recurso escasso e multifuncional que serve para habitação, turismo, lazer e preservação da identidade regional. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116337	Discordância	Após leitura conjugada dos documentos disponibilizados e dos pareceres das entidades consultadas, considero que as cr´íticas e fragilidades neles evidenciadas tornam a proposta de PSZAER, tal como é apresentada, um verdadeiro atentado ao património nacional - nas suas componentes territorial, cultural, agrícola, florestal, paisagística, ambiental e social. Afirmo que subscrevo no essencial o conteúdo crítico de muitos dos pareceres das entidades consultadas, nomeadamente os pareceres: - da Direcção-Geral do Território, que sintetiza as suas críticas, sob a forma de Recomendações, na parte final de um extenso documento; - do Património Cultural - IP, pela forma corajosa como assume a questão do risco que a industrialização traz à paisagem do todo nacional; - da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que analisa e critica os erros deste Programa Sectorial e aponta para a função insubstituível das entidades locais ao longo de todo o processo e, em especial, na definição do modelo de simplificação do licenciamento e na delimitação das ZAER; - e, acima de tudo, subscrevo integralmente o parecer da Direcçao-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), razao pela qual o anexo. Além disso, considero manifestamente insuficiente o prazo de 20 dias úteis dado para discussao pública de tao importantes e extensos documentos, bem como considero inaceitáveis as escalas em que os mapeamentos sao apresentados, o que nao permite que o cidadao comum consiga perceber onde se situam os territórios afectados, inibindo-o de se pronunciar com o devido conhecimento. Creio que sucintamente deixo expressas as razoes que me levam a NAO CONCORDAR com a presente proposta de PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116335	Discordância	Simplesmente não é possível..!!! E não e necessário em Portugal..!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116334	Discordância	DISCORDO, E nada, nenhuma informação está transparente !!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116333	Discordância	Como profissional (aposentada) na área da assessoria da Assembleia da República com formaçao em engenheiria silvícola, após leitura conjugada dos documentos disponibilizados e dos pareceres das entidades consultadas, considero que as cr´íticas e fragilidades neles evidenciadas tornam a proposta de PSZAER, tal como é apresentada, um verdadeiro atentado ao património nacional -- nas suas componentes territorial, cultural, agrícola, florestal, paisagística, ambiental e social. Afirmo que subscrevo no essencial o conteúdo crítico de muitos dos pareceres das entidades consultadas, nomeadamente os pareceres: - da Direcção-Geral do Território, que sintetiza as suas críticas, sob a forma de Recomendações, na parte final de um extenso documento; - do Património Cultural - IP, pela forma corajosa como assume a questão do risco que a industrialização traz à paisagem do todo nacional; - da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que analisa e critica os erros deste Programa Sectorial e aponta para a função insubstituível das entidades locais ao longo de todo o processo e, em especial, na definição do modelo de simplificação do licenciamento e na delimitação das ZAER; - e, acima de tudo, subscrevo integralmente o parecer da Direcçao-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), razao pela qual o anexo. Além disso, considero manifestamente insuficiente o prazo de 20 dias úteis dado para discussao pública de tao importantes e extensos documentos, bem como considero inaceitáveis as escalas em que os mapeamentos sao apresentados, o que nao permite que o cidadao comum consiga perceber onde se situam os territórios afectados, inibindo-o de se pronunciar com o devido conhecimento. Creio que sucintamente deixo expressas as razoes que me levam a NAO CONCORDAR com a presente proposta de PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116332	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos, onde resido, possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico. Qualquer decisão deve ter por base estudos ambientais rigorosos, transparentes e independentes, garantindo uma verdadeira participação das populações, das autarquias locais e das entidades responsáveis pela conservação da natureza e o bem-estar das populações. Até agora o que acontece é exactamente o	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116331	Discordância	Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro Dra. Helena Barril Discussão Pública da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro (Aviso n.º 12239/2026/2) 1. Identificação e Enquadramento Chamo-me Isabel Maria Costa de Almeida Guerra e, embora não seja residente no concelho de Miranda do Douro, sou visitante regular e assídua deste território há muitos anos, para onde regresso todos os anos, sem falta, para passar férias e visitar a minha família. Venho por este meio apresentar o presente contributo no âmbito da discussão pública da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Miranda do Douro, na qualidade de pessoa que, não sendo do concelho, tem com ele um vínculo afetivo profundo e que também contribui, ano após ano, para a sua economia local através do turismo. Escrevo este parecer não como técnica ou especialista, mas como alguém que ama genuinamente esta terra, a sua paisagem e as suas gentes, e que se sente na obrigação de manifestar a sua preocupação perante os projetos de grandes parques eólicos e fotovoltaicos de que tenho tido conhecimento através da minha família. 2. Objeto do Parecer Venho manifestar a minha discordância com a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável de grande escala — parques eólicos e centrais fotovoltaicas industriais — no concelho de Miranda do Douro, e solicitar que o PDM proteja de forma clara e eficaz a paisagem, a natureza e o modelo de vida rural que fazem deste território um destino único, ano após ano, para mim e para tantos outros visitantes. 3. A Paisagem e a Natureza: a Razão que Todos os Anos me Traz de Volta Venho a Miranda do Douro há muitos anos, sempre com o mesmo entusiasmo. O que me traz de volta	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116330	Discordância	Os mapas não têm definição suficiente para que cada cidadão, de qualquer parte do território continental, consiga ver qual a classificação da sua envolvente. Questiono também a necessidade da aceleração destes processos, tendo em conta a elevada percentagem de fontes energéticas "limpas" no actual consumo nacional. Não pretendo que o meu país seja o quintal onde a Europa vem instalar os seus painéis solares. A ser realmente necessário um aumento de captação de energia solar, é preferível, para que ela seja, de facto, "verde", poupar a natureza e instalar os equipamentos em estruturas já edificadas, em meio urbano que é afinal, onde o consumo é mais elevado. Privilegiar as pequenas unidades de produção/captação. Os mega projectos geram desiquilíbrios de vária ordem. Apesar da aparente preocupação deste estudo com a preservação da natureza e biodiversidade e do respeito pelas zonas classificadas, a verdade é que os actuais protocolos são insuficientes, ineficazes e desrespeitados. Basta ver o abate massivo de ´´arvores em zonas de floresta integradas na rede Natura 2000 e noutros protocolos, como sucedeu agora no Município de Sesimbra.- questionado o ICNF, uma das respostas foi que o pinheiro manso não é uma espécie em risco, e deixaram destruir uma área considerável de belos e sãos exemplares de pinheiro manso, esquecendo que uma floresta não é apenas a soma das árvores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116329	Discordância	Os grandes projetos com repercussões ambientais, sociais e económicas não devem ser acelerados. Em vez disso, devem ser sempre objeto de uma reflexão aprofundada e de consulta pública. Trata-se de uma atitude antidemocrática e de uma violação dos direitos daqueles que vivem nas áreas afetadas, que certamente não serão os que dela beneficiarão.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116328	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos, onde resido, possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico. Qualquer decisão deve ter por base estudos ambientais rigorosos, transparentes e independentes, garantindo uma verdadeira participação das populações, das autarquias locais e das entidades responsáveis pela conservação da natureza e o bem-estar das populações. Até agora o que acontece é exactamente o	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116327	Discordância	Sou a favor das energias renováveis, mas não desta forma. O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à área prevista de ZAER). O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER; O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76,3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade. Por estas razões se considera que o governo português poderá estar a violar os seguintes artigos da CRP: Artigo 1 – República Portuguesa Artigo 2 – Estado de Direito Democrático Artigo 3 – Soberania e Legalidade Artigo 9 – Tarefas Fundamentais do Estado	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116326	Discordância	Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos, possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116325	Reclamação	Portugal é um território de grande beleza e biodiversidade. Património que temos o dever de proteger. Eu rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico"	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
116324	Discordância	Não concordo com os painéis nem com as antenas , concordo sim com as árvores e a nossa paisagem natural	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116323	Discordância	O presente parecer pretende responder ao Aviso n.º 14136-B/2026/2 Consulta Pública sobre a proposta do Programa Setorial das zonas de Aceleração de Energias Renováveis, doravante PSZAER. Somos a Plataforma Nordeste Vivo, um movimento cívico apartidário que reúne cidadãos, associações locais, autarcas e agentes económicos do nordeste transmontano — designadamente dos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta. A Plataforma tem por missão a defesa e promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o nordeste transmontano, assente na valorização dos recursos naturais, da biodiversidade, da paisagem, do património cultural e das comunidades locais. Esperamos que as nossas sugestões e recomendações sejam tidas em conta na proposta final do PSZAER espelhando a vontade da população local da qual somos a uma voz activa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116322	Discordância	Sou completamente a favor da proteção do ambiente e das energias renováveis. Mas não consigo aceitar que isso implique destruir a nossa paisagem, abater árvores, ocupar os nossos campos e alterar para sempre um património natural que é de todos. A nossa serra, a nossa natureza e a nossa identidade não podem ser tratadas como um obstáculo ao progresso. São precisamente aquilo que devemos preservar.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116321	Discordância	Quero que as futuras gerações possam crescer a conhecer a beleza da nossa terra tal como nós a conhecemos hoje. Há coisas que, depois de destruídas, nunca mais voltam a ser como eram. Sou completamente contra a implementação das Mega centrais solares, onde não á escrúpulos em matar as árvores e produzir como consequência desertificação, criando um habitat estéril, tanto para os humanos, como.para a fauna e flora. A preservação do solo, das árvores, da floresta autóctone, das linhas de água subterrânea, da fauna e da flora que ainda existem devem ser cuidadas e preservadas. Cada vez devem ser plantadas mais árvores para o arrefecimento global, para que chova mais , para que segurem os solos, para que fertilizam os solos, criando cada vez mais vida e mais água no subsolo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116320	Discordância	Os governantes não podem tomar decisões potencialmente irreversíveis, contra as populações e contra o património natural, contando com a passagem do tempo para os absolver. O poder político é temporário; os danos ambientais podem ser permanentes. Quem decide deve, pois, responder pelas consequências das suas decisões. 1. A natureza é um fator essencial de bem-estar e qualidade de vida Os países mais desenvolvidos, nomeadamente vários países nórdicos, compreenderam há muito que a qualidade de vida das populações depende da sua relação com a natureza, da preservação da paisagem, do acesso a espaços naturais e da proteção dos recursos ambientais. A natureza não é um luxo, nem um obstáculo ao desenvolvimento. É um património coletivo, uma fonte de saúde, equilíbrio, identidade e bem-estar. Portugal deveria seguir esse modelo de valorização do território, em vez de tratar a natureza como uma área disponível para ocupação industrial. 2. O interior de Portugal não é um território vazio O interior do país é frequentemente apresentado como um espaço pouco povoado e, por isso, disponível para minas, centrais solares, parques eólicos e outras infraestruturas de grande escala. Esta visão é profundamente errada. O interior português tem populações, aldeias, agricultura, água, solos, paisagens, biodiversidade, património cultural e modos de vida próprios. Tem também um enorme valor enquanto espaço de natureza, tranquilidade e qualidade de vida. A baixa densidade populacional não pode significar menor proteção, menor dignidade ou menor direito à participação nas decisões. 3. Existe uma economia da natureza A natureza também cria riqueza. O turismo de natureza, os percursos pedestres, o turismo rural, a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116319	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116318	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116317	Geral	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a “aceleração” das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público “superior”, não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116316	Reclamação	Eu, como portuguesa e preocupo-me pelo património natural do meu país, rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às "Áreas com ocupação do solo com valor específico", incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
116315	Discordância	A territorialização das ZAER ignora e sobrepõe-se aos Planos Diretores Municipais (PDM) e às estratégias de planeamento estratégico regional. Perda de Poder Local: Centraliza as decisões, retirando autonomia aos municípios e às populações locais para decidirem sobre o uso e a gestão dos seus próprios territórios. Impacto Ambiental e Conservação: Há o risco de desrespeitar áreas sensíveis e de conservação da natureza. Não existe um equilíbrio claro entre o desenvolvimento das renováveis, o território e as comunidades.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116314	Sugestão	Coloquem as eólicas em alto mar e os painéis solares nos telhados de habitações , fábricas , empresas , parques estacionamento... Deixem a natureza em paz . Precisamos mais das serras e campos a produzir alimentos , oxigénio e alegria do que electricidade. Parem de ser crápulas gananciosos e prejudicar o povo português já fustigado por mais de 50 anos de governação corrupta ! Alpedrinha 11/7/2026	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116309	Discordância	Bruno Manuel Grilo Farinha Discordo da forma como as energias renováveis estão a ser implementadas em Beira Beixa. Desaprovo o impacto negativo das centrais solares e de outras formas de energia renovável na vida selvagem, nos residentes locais e no turismo.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116308	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, por não oferecer garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Embora apresente princípios e critérios, a proposta não define de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões, nem garante uma avaliação rigorosa dos efeitos cumulativos de várias centrais e das respetivas infraestruturas (incluindo linhas de muito alta tensão). Preocupa-me especialmente que este processo acelere os licenciamentos sem assegurar uma participação efetiva e com real peso das populações diretamente afetadas. Defendo que qualquer planeamento energético deve começar por uma avaliação séria da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação final, incluindo, no mínimo: • Critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos; • Avaliação obrigatória e rigorosa dos impactes cumulativos dos projetos e infraestruturas associadas; • Integração explícita das linhas elétricas e demais infraestruturas na avaliação ambiental; • Prioridade real a soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; • Garantias efetivas de participação pública nas fases posteriores de concretização dos projetos; • Alteração do critério de exclusão das “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como zonas de exclusão;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
116307	Discordância	Não sou contra a energia solar. Sou contra as quantidades propostas num único local, a escolha do local e o facto de, de acordo com a quota do país no âmbito da UE, não precisarmos de mais 7%. A Holanda é um excelente exemplo de um país onde se instalam painéis solares sem prejudicar a paisagem rural. Deveria ser obrigatório por lei que todos os novos edifícios a serem construídos tivessem painéis solares. Todos os centros comerciais deveriam ter painéis solares Compreendo as razões que levam a colocá-los perto das turbinas eólicas. Podiam ser instalados em longas filas, ao longo das estradas secundárias que servem essas turbinas. Desta forma, não haveria danos para o ambiente, uma vez que as estradas já existem. Facilitaria a instalação, dado que esta zona é plana. Não em massa, mas sim numa longa linha que segue as estradas que se encontram nos cumes das montanhas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		instalação de central fotovoltaica na nossa região poderá contribuir para a produção de energia renovável, mas terá também um impacto significativo no ambiente e na vida das pessoas.	Obrigada pela sua participação.
116305	Discordância	Ao ocupar extensas áreas de terreno com painéis solares, perde-se biodiversidade, habitats naturais e espaços verdes essenciais para o equilíbrio ecológico. Numa altura em que Portugal enfrenta ondas de calor cada vez mais intensas e frequentes, o que precisamos é de proteger e plantar mais árvores, não de eliminar as que já existem. As árvores ajudam a reduzir a temperatura, capturam dióxido de carbono, preservam os solos e melhoram a qualidade de vida das comunidades. A transição energética é fundamental, mas deve ser feita de forma responsável. Existem alternativas, como a instalação de painéis solares em telhados, zonas industriais ou terrenos já degradados, sem destruir áreas naturais. Proteger o ambiente significa encontrar soluções que beneficiem o clima sem comprometer a natureza e o bem-estar das populações locais.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
116304	Discordância	Sou contra. Isto não é bom para o interior do país. Não aos painéis solares.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116303	Discordância	Concluiu-se, pela leitura conjugada dos documentos disponibilizados e dos pareceres das entidades já consultadas que existem demasiadas lacunas e fragilidades metodológicas, territoriais, ambientais, patrimoniais e democráticas algo que torna esta proposta inaceitável. Os documentos colocados à Consulta Pública demonstram que a maior parte das entidades com competências em matérias tão relevantes como o Ambiente, o Património Cultural, o Ordenamento do Território, o poder autárquico entre outras, estão contra esta estratégia do Governo, apontando lacunas graves na cartografia, nos estudos e nas propostas elaborados pela equipa. Chega-se mesmo à conclusão que, em alguns aspectos, esta estratégia não cumpre o que a Directiva Europeia - RED III define. Estas ZAER, segundo os documentos expostos, ocupam 440 mil hectares em território nacional, algo que a própria Direcção Geral do Território (DGT) considerou muito superior ao necessário para cumprir as metas de 2030. Ou seja, 7% do país poderá ser ocupado por projectos sem Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Neste ponto, não se percebe se os hectares contabilizaram as enormes áreas que serão ocupadas ainda por linhas eléctricas de ligação à rede, também elas com impactes muito negativos a diversos níveis. Como se não bastasse, além das áreas onde o licenciamento se pretende agora simplificado, continuarão a poder ser implantados ainda mais projectos de energias renováveis em outras zonas do território no quadro do regime de AIA (?!) Considera-se que este Programa é de um alcance tão profundo que, inclusivamente, deveria ser alvo de um REFERENDO.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116302	Discordância	Parece-nos que se perdeu a noção da verdadeira dimensão de Portugal, um país pequeno, já com tantos Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. Fundamentação em anexo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116301	Discordância	Não	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116300	Discordância	TEXT Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para
116299	Discordância	No!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116298	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116297	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
			As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		Este Programa retira autonomia ás Câmaras Municipais no que respeita ao seu território. A facilitação de licenciamento deste tipo de projetos facilita atos contra a natureza e o património.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116296	Discordância	Apesar de ser preciso alternativas para produzir energia é necessário não destruir habitats naturais. O Concelho da Sertã por exemplo está repleto de espaços verdes naturais, tendo muito ativo o turismo de natureza e também circuitos de caminhada. Este Concelho é ainda muito fustigado por Incêndios Florestais, factor que já constitui grande relevância para a destruição de natureza, erosão dos solos e perigo para pessoas e bens. Existem alternativas que podem passar por em primeiro lugar sensibilizar para a redução de uso de eletricidade, promover aparelhos elétricos com melhores classes energéticas, fomentar o desempenho térmico na construção, colocar painéis em habitações, parques industriais, escolas, edifícios com forte exposição solar, promover comunidades de energia renovável nos pequenos aglomerados, entre outras situações que minimizam o uso de eletricidade e a dependência por outras fontes energéticas.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		Teremos mesmo que abater árvores para poder carregar uma bateria?	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116295	Discordância	Proposta indecente, aberrante, ignóbil e tanto mais de menos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116294	Discordância	Discordo do projeto e subscrevo a posição do movimento Juntos pelo Divor. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116293	Discordância	É um absurdo o tamanho das propriedades que querem ocupar no concelho da Marinha Grande. Não esquecer que 2/3 do território é mata nacional. Sobra 1/3 para habitação, zonas industriais, entre outros. Porque não ocupam uma parte da mata nacional, em vez de estarem a ocupar o que sobra?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116292	Discordância	Discordo da implementação deste plano pela escala e zonas escolhidas no plano que acho inadequado, em especial nas regiões do interior do país pelas seguintes razões. 1 – Pela escala e zonas escolhidas no plano que acho inadequado, em especial no interior do país onde requer o abate de florestas ou ocupação de terrenos usados ou com potencial agrícola. Isto é completamente contraprodutivo se o objetivo é realmente preservar o ambiente. 2 – Pela destruição da paisagem natural que terá grande impacto no setor do turismo que muitas regiões do país está cada vez mais dependente e que o próprio governo considera um setor estratégico para a economia. Sem turismos a desertificação populacional no interior do país que já é atualmente um grande problema vai agravar ainda mais. Por estas razoes isto também é contraprodutivo para os esforços feitos para a economia e fixação de população nas regiões do interior do país. 3 – A ocupação de campos agrícolas ou com potencial para agricultura ameaça a segurança alimentar do país, que como vimos em anos recentes com guerras e a pandemia e outros fatores externos deixa Portugal vulnerável nesse setor. Se um país não tiver comida, este colapsa em pouco tempo e se não tivermos campos para produzir a nossa comida estamos vulneráveis a esse perigo. Não sou contra o uso destas formas de produção de energia, mas discordo se a custo do ambiente que este plano diz proteger e da economia e identidade das regiões do interior	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL Participante: Francisco José Marques Alves Local: Panóias de Cima, concelho da Guarda No âmbito da consulta pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), reitero as reservas e a oposição à eventual inclusão ou condicionamento da freguesia de Panóias de Cima em zonas de aceleração, corredores técnicos, servidões ou infraestruturas associadas sem avaliação concreta, cartografia de detalhe e fundamentação territorial suficiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116291	Discordância	Não me oponho à transição energética nem ao desenvolvimento das energias renováveis. Contesto que os respetivos encargos sejam concentrados em territórios rurais, envelhecidos e de baixa densidade, sem ponderação adequada dos direitos dos proprietários e residentes, da paisagem, dos recursos hídricos, dos caminhos públicos e vicinais, do património, da prevenção de incêndios e do valor económico e familiar dos prédios. Panóias de Cima é um território habitado, cultivado, herdado e vivido. A eventual incidência do PSZAER deve ser analisada em articulação com a Linha de Muito Alta Tensão Fundão–Vilarouco, o Plano Diretor Municipal da Guarda, as servidões existentes e previstas, os acessos técnicos, as faixas de gestão de combustível e as restantes limitações ao uso da propriedade. A avaliação isolada de cada intervenção pode ocultar um efeito cumulativo excessivo e territorialmente injusto.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116290	Reclamação	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116289	Discordância	Deste maneira nem pensar, a outras soluções colocar paneis nas laterais das vedações das auto estradas.....	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116288	Discordância	Preservar sempre a sustentabilidade local sobre a transição enérgica global. Preservar sempre o bem estar das comunidades sobre o lucro de empresas distantes com patrões difusos. É necessário usar estes critérios antes de qualquer decisão sobre estes e muitos outros projetos. Se deteriora as condições da comunidade nunca é um bom projeto. À sustentabilidade chega-se através de desacelar e não do aceleramento. Desacelerar e estudar com calma o impacto dos interesses no lucro do capital sobre os interesses de bem estar das comunidades. Aos governos centrais e aos governantes, aos governos locais e aos seus governantes cabe-lhes precisamente a opção entre o interesse do capital e o interesse das comunidades. Podem optar por um ou por outro. Rogo-vos que optem pelos interesses das comunidades que habitam o território. E se essas comunidades forem compostas de gente idosa; perguntem-se porque razão aquelas zonas têm esse design demográfico. O PSZAER é mau para as populações porque dispensa o que mais lhes interessa, investigar o impacto no ambiente e nas suas vidas dos mega-projetos que não servem os seus interesses.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116287	Discordância	Estes projetos solares vão aquecer ainda mais a zona e torná-la inabitável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116286	Discordância	Manifesto a minha forte oposição a este programa sectorial. Considero que a aceleração destas medidas pode causar impactos negativos irreversíveis na biodiversidade e nos ecossistemas locais, comprometendo a integridade e o equilíbrio da terra. Ademais, considero que a forma indireta e acelerada como este processo está a ser conduzido demonstra uma grave falta de transparência e uma tentativa de contornar a devida fiscalização pública. Deste modo, apelo a uma revisão detalhada do plano, priorizando rigorosamente a conservação do território e o respeito pelas comunidades locais, em detrimento de uma implementação precipitada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116285	Discordância	A região tem um ecossistema próprio e único que deve ser protegido	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116283	Discordância	A amplitude do parque destinado ao aproveitamento de energias renováveis, na Beira Baixa, implica impactos ambientais bastante abrangentes que colocam em risco habitats e espécies vegetais e animais autóctones. Apesar dos estudos e planos de minimização delineados, julgo que devem ser destacados esses impactos e delineadas outras estratégias para o aproveitamento das energias renováveis nesta região do país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116282	Concordância	Concordo com o projeto PSZAER, pois considero que representa uma oportunidade importante para Portugal reforçar a sua produção de energia renovável e reduzir a dependência energética do exterior. Entre as principais vantagens do projeto destacam-se a aceleração do licenciamento de projetos de energias renováveis, a atração de investimento, a criação de emprego, o reforço da segurança energética, a redução das emissões de gases com efeito de estufa e uma melhor organização do território através da definição prévia de zonas adequadas para a instalação destas infraestruturas. Muitas das áreas previstas para estes projetos correspondem a solos de fraca aptidão agrícola, pelo que a sua utilização para produção de energia representa um aproveitamento mais eficiente do território, sem comprometer significativamente a produção agrícola. Também considero que o impacto na paisagem não deve ser visto apenas de forma negativa. Entendo que estes investimentos podem contribuir para o desenvolvimento local, criar novas oportunidades económicas e transmitir uma imagem de inovação e sustentabilidade, o que pode beneficiar as comunidades e motivar agricultores e proprietários a diversificarem as suas fontes de rendimento. Além disso, em sistemas de agrivoltaico, a sombra produzida pelos painéis solares pode trazer benefícios para a atividade agrícola e pecuária quando os projetos são devidamente concebidos. Essa sombra pode reduzir o stress térmico em algumas pastagens, ajudar a conservar a humidade do solo, atenuar os efeitos de temperaturas extremas, incluindo episódios de geada em determinadas condições, e favorecer o crescimento de algumas espécies forrageiras. Consequentemente, pode contribuir para uma melhor disponibilidade de alimento para os animais de produção, destinados à produção de carne. Questiono ainda de onde vem atualmente grande parte da energia consumida em Portugal. Uma parcela significativa continua a depender de importações de combustíveis fósseis e, em determinados períodos, de eletricidade proveniente de outros países. O reforço da produção nacional de energia renovável através de projetos como o PSZAER poderá reduzir essa dependência externa, aumentar a autonomia energética do país, melhorar a segurança do abastecimento e diminuir a exposição às flutuações dos preços internacionais da energia. Por estas razões, concordo com a implementação do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116281	Discordância	Oponho-me ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua atual configuração, por considerar que não assegura garantias suficientes para a proteção do território, das comunidades locais e de um processo de decisão verdadeiramente transparente e participado. Embora o programa estabeleça princípios gerais, não define critérios claros e juridicamente vinculativos que impeçam uma concentração excessiva de projetos em determinadas regiões. Além disso, não garante uma avaliação adequada dos impactes cumulativos resultantes da instalação de múltiplos projetos e das respetivas infraestruturas associadas, incluindo as linhas de muito alta tensão. Preocupa-me igualmente que a simplificação dos procedimentos de licenciamento venha a reduzir, na prática, a capacidade de participação efetiva das populações diretamente afetadas nas decisões que influenciam o seu território e a sua qualidade de vida. Estou também preocupado com o impacto visual que empreendimentos desta dimensão poderão ter sobre as comunidades vizinhas. Em muitos casos, as zonas propostas serão claramente visíveis a partir de várias aldeias e localidades circundantes, alterando de forma profunda a paisagem e a identidade dos territórios onde as pessoas vivem. A instalação de infraestruturas industriais de grande escala tão próximas de áreas habitadas poderá reduzir a qualidade paisagística, comprometer o caráter rural destas regiões e afetar negativamente atividades económicas que dependem da valorização da paisagem, como o turismo de natureza e o turismo em espaço rural. Para além disso, imóveis com vista direta ou predominante para estas instalações e respetivas infraestruturas poderão tornar-se menos atrativos para potenciais compradores, com o consequente risco de desvalorização do património das populações locais. Considero injusto que os residentes que vivem na área de influência visual destes empreendimentos suportem custos económicos e sociais significativos, enquanto os benefícios da produção de energia são distribuídos a uma escala muito mais ampla. A transição energética deve ser planeada de forma responsável, tendo como ponto de partida a capacidade de carga do território e assegurando a proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e do bem-estar das comunidades locais. Por estas razões, considero essencial que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, integrando, pelo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
116280	Discordância	Programas construídos sem qualquer consideração pelas populações locais. As empresas responsáveis ganham dinheiro enquanto toda a população perde terreno, qualidade de vida (afectando o clima local e a perda de áreas de lazer por exemplo).	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116279	Discordância	Exmo(a). Senhor(a) Presidente da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030, Na qualidade de cidadã, venho por este meio apresentar a minha participação na presente consulta pública relativa à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a necessidade incontornável de transição energética e o consequente aumento da procura de eletricidade decorrente da eletrificação global e do avanço tecnológico (como data centers e Inteligência Artificial), manifesto a minha firme oposição e pedido de impugnação à metodologia e desenho do presente plano setorial. Atendendo às limitações de caracteres da presente plataforma, anexo a esta participação um documento em formato PDF com a fundamentação técnico-jurídica integral, cujo resumo estruturado se pauta pelos seguintes eixos fundamentais: Vícios Jurídicos e Constitucionais: O programa fere o Princípio da Subsidiariedade ao centralizar as decisões e esvaziar as competências legítimas do Poder Local e das populações afetadas. Adicionalmente, contraria os ditames da Lei do Restauro da Natureza da União Europeia, a Diretiva RED III e o Artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa. Incongruências Técnicas e Falta de Transparência: Detetaram-se erros materiais graves de planeamento	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116278	Discordância	CONSULTA PÚBLICA Plano Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmo. Senhor Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, No âmbito da Consulta Pública relativa ao Plano Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta apresentada, por considerar que a mesma não assegura uma adequada proteção do património natural, da biodiversidade, da paisagem, dos recursos hídricos, dos solos agrícolas e florestais, nem garante uma avaliação suficientemente rigorosa dos impactes cumulativos decorrentes da sua implementação. A transição energética constitui um objetivo essencial para combater as alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, essa transição apenas será verdadeiramente sustentável se respeitar os princípios da prevenção, da precaução, da proporcionalidade e do desenvolvimento sustentável, conciliando a produção de energia renovável com a proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e dos territórios que lhes dão suporte. O PSZAER parece assentar numa lógica de aceleração administrativa que privilegia a rapidez dos procedimentos em detrimento da qualidade do ordenamento do território e da salvaguarda dos valores ambientais. A aceleração do licenciamento não pode significar uma redução das garantias ambientais nem uma menor exigência na avaliação dos impactes sobre o património natural. Apesar da crescente contestação que grandes projetos energéticos têm suscitado em diversas regiões do país, continua a privilegiar-se um modelo de produção centralizada e de grande escala, baseado na ocupação extensiva do território rural e florestal, quando existem alternativas menos impactantes, como o autoconsumo, as comunidades de energia, a produção distribuída e a instalação prioritária em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas. O PSZAER poderá viabilizar a instalação concentrada de múltiplas infraestruturas, designadamente: • centrais fotovoltaicas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116277	Discordância	i do not want to see these protected land destroyed with solar panels and infecting local water sources with micro plastics and forever plastics, they will create more heat and increase fire risks, cause water shedding which will damage the land and look horrible. why are they not proposing to put there panels on existing roofs of buildings, make local car parking areas covered with panels. i am local DGAV registered milking goat herd and supply our milk to gold award winning cheese maker, https://saboresdasoalheira.pt/. I worry you will infect local water sources and create great fire risks, a fire has already burned my farm from the Lourical direction and was completely burned in 2019. I have a group of people coming to visit my farm for a course, they are coming from the USA as they also want to visit the Serra Gardunha mountain range..... not come here to take photographs of a solar park.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116276	Discordância	NO NO NO Não estou de acordo acerca das mega centrais solares em terrenos agrícolas ou florestais. Sugestões em parques de estacionamento, centros comercias, empresas em zonas industriais e em telhados privados para auto consumo Mais clareza dos mapas Mais facilidade para todos poderem participar, nem todas as pessoas tem acesso para manisfestarem se online tanto pela complexidade do processo e falta de acesso às novas tecnologias Digo não, não e não	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116274	Discordância	Fundamental analisar os impactos reais destas ações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116273	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante, passamdo muito cerca da região povoada da Vila e Aldeias, sem falar das habitações rurais. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo, do Montado, é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. A maior fragilidade do montado é a sua dependência de um equilíbrio delicado entre clima, solo, árvores e gestão humana. Se esse equilíbrio for perturbado, o ecossistema pode degradar-se rapidamente, aumentando o risco de desertificação e perda de biodiversidade. Já sofrendo muito pela substituição dos	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116272	Discordância	É extremamente perigoso para a comunidade portuguesa desenvolver terrenos em zonas rurais. Estamos numa trajetória ascendente rumo a uma melhor economia nas zonas rurais e esta situação está prestes a ser destruída. As pessoas irão embora e nunca mais voltarão a um local cheio de painéis solares. Se se tratasse realmente de energia limpa, haveria mais atenção na procura de soluções adequadas e melhores. Elas existem e sabem disso. Isto é corrupção. Presumo que Portugal não queira ser visto como um país corrupto? A sua burocracia já não está a seu favor, isto só irá piorar a situação. Certamente que Portugal não quer ser visto como o lixo da Europa? Vamos simplesmente encher o país de lixo, porque este país não tem futuro nenhum? Outrora a desempenhar o papel mais importante na economia mundial com a sua moeda número um, e agora como uma piada? Pensem em Portugal... vocês merecem muito mais do que isto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116270	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactos ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos. Renato Rodrigues 11/7/2026	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116269	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116267	Concordância	A instalação de painéis solares no interior da Beira Baixa é vantajosa pelos elevados níveis de insolação da região, pela possibilidade de valorizar terrenos subaproveitados devido à desertificação populacional, e pela contribuição para as metas de descarbonização e autonomia energética; a concordância do projeto deve, no entanto, assegurar compatibilidade com os Planos Diretores Municipais, a legislação ambiental e as áreas de proteção da paisagem, gerando ainda emprego local e benefícios económicos para as comunidades envolvidas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116266	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactos ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos. Pedro Bento	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116264	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116263	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactos ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116262	Discordância	Quero começar por deixar claro que sou um defensor da descarbonização e da transição energética. A produção de energia a partir de fontes renováveis é essencial para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e cumprir os compromissos ambientais. No entanto, isso não significa que qualquer estratégia de implementação seja a mais adequada. Portugal continua a seguir uma abordagem desajustada na expansão da energia fotovoltaica. Em vez de aproveitarmos as inúmeras áreas já construídas e impermeabilizadas, como as coberturas de edifícios públicos e privados, unidades industriais, armazéns, centros comerciais e parques de estacionamento, continuamos a ocupar solos agrícolas e espaços naturais com grandes parques fotovoltaicos. É compreensível que a instalação de centrais de grande dimensão seja mais atrativa do ponto de vista económico para os promotores. Contudo, o interesse público deve ir muito além da lógica financeira. Deve igualmente proteger o território, a paisagem, a biodiversidade, os ecossistemas e a capacidade produtiva dos solos. Não podemos esquecer que a natureza tem um valor que vai muito para além da sua utilização económica. A ocupação de grandes extensões de terreno tem consequências para a fauna, para a flora e para os habitats naturais, fragmentando ecossistemas e reduzindo o espaço disponível para inúmeras espécies. A transição energética deve ser compatível com a proteção da biodiversidade, pois combater as alterações climáticas não pode significar criar novos problemas ambientais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116261	Discordância	Existem milhares de edifícios e infraestruturas em Portugal com coberturas totalmente desaproveitadas para a produção de eletricidade. Se o país apostasse seriamente na instalação de painéis fotovoltaicos nesses espaços, seria possível produzir uma quantidade muito significativa de energia, reduzindo a necessidade de O impacto ambiental é demasiado significativo; temos de encontrar formas de mudar os nossos hábitos e evitar a instalação de "fábricas" no campo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116260	Discordância	O interior de Portugal é um território onde se vive ainda num equilíbrio entre a existência humana os animais e as plantas. Eu nasci em Trás os Montes é vivo em Lisboa. Todos os dias agradeço aos meus pais terem ficado lá para que eu pudesse crescer junto de tudo o que é real e verdadeiro. Senhores políticos, senhores ministros, senhores investidores. Peguem nas vossas famílias e vão conhecer Portugal interior. Vão ao Barroso, vão a Castelo Branco, vão às aldeias da raia, vão! Levem as vossas crianças e os vossos jovens e as crianças e os jovens dos vossos amigos. Elas nunca mais se esquecerão! O ar é puro, bebe-se como a água das serras, potável na maior parte destas regiões. A agricultura faz-se muito com práticas ancestrais herdadas dos antepassados que respeitam os solos, os ciclos naturais, as necessidades do humano e do natural. Comprem legumes e frutas nas feiras e mercados de lá. Cheirem e sintam o paladar! A dureza e a textura. Garanto-vos que sei do que falo, tantas foram as maçãs que comi na minha aldeia, ainda criança. Falem com os habitantes que lá vivem. Recebam abraços e palavras amáveis e generosas e verdadeiras. Conhecam as tradições, os hábitos a sabedoria de quem decidiu ficar e não se iludiu com a mentira das	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116259	Discordância	Maria do Sameiro da Silva Carrazedo, Aveiro · Enquadramento A presente participação parte de uma preocupação de fundo: a introdução apressada de novas formas de produção de energia, assente em tecnologia que o país não domina nem produz, e sem uma avaliação séria dos seus impactes futuros, não é um bom caminho — por muito legítimos que sejam os objetivos climáticos que a justificam. Não se contesta a necessidade de repensar o sistema energético nacional. Contesta-se o método: um Programa determinado por despacho, elaborado em seis meses, submetido a consulta em prazos de 20 dias, e que se propõe abrir cerca de 7% do território continental a licenciamento acelerado — na maioria dos casos com dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental — sem que questões estruturais elementares tenham sido tratadas: de quem dependemos para esta tecnologia, o que acontece a estes equipamentos no fim da sua vida útil, quem responde pelos efeitos acumulados de dezenas de projetos no mesmo território, e o que resta do solo rústico depois de tudo isto. A urgência climática é real, mas não é salvo-conduto. Decisões com efeitos territoriais de décadas exigem, no mínimo, o tempo e o rigor proporcionais a esses efeitos. O que se pede nesta participação não é a suspensão da transição energética — é que ela não seja feita de olhos fechados, contra o próprio território que diz querer servir, e a crédito de gerações que herdarão as consequências sem terem sido ouvidas. Apresentam-se em anexo os pontos essenciais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116258	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Aveiro, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116257	Discordância	Os danos ambientais e sociais causados por este projeto são inaceitáveis. Os estudos de impacto ambiental não estão a ser realizados de forma adequada e a legislação ambiental da UE não está a ser rigorosamente cumprida. Trata-se de uma apropriação ilegal de terras por parte das pessoas que, supostamente, deveriam estar a proteger os cidadãos deste país. Ver ficheiro em anexo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
116256	Discordância	Os danos ambientais e sociais causados por este projeto são inaceitáveis. Os estudos de impacto ambiental não estão a ser realizados de forma adequada e a legislação ambiental da UE não está a ser rigorosamente cumprida. Trata-se de uma apropriação ilegal de terras por parte das pessoas que, supostamente, deveriam estar a proteger os cidadãos deste país.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
		ver ficheiro em anexo	A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
			Obrigada pela sua participação.
116255	Discordância	Os danos ambientais e sociais causados por este projeto são inaceitáveis. Os estudos de impacto ambiental não estão a ser realizados de forma adequada e a legislação ambiental da UE não está a ser rigorosamente cumprida. Trata-se de uma apropriação ilegal de terras por parte das pessoas que, supostamente, deveriam estar a proteger os cidadãos deste país.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
		ver ficheiro em anexo	A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116254	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. As necessidades energéticas devem ser supridas apelando à construção local de centros solares, ao uso de paisagens já artificializadas. Quando todos os edifícios públicos e privados estejam já providos de painéis solares a gestão energética será feita localmente e os consumidores poderão até ter benefícios a nível económico. A destruição de paisagens que são fulcrais para a vida para instalação de painéis solares é um crime ambiental. Acelerar este processo tentando para isso passar por cima de estudos de impacte ambiental e avaliação de estragos é absolutamente inaceitável . A paisagem do nosso país não é apenas bela e feita de estética, a paisagem é território cheio de fauna e flora. A destruição desses habitats tem impactos gravíssimos nos territórios imediatos e circundantes . Os impactos são ambientais e sociais, prejudicando transversalmente as populações humanas e a fauna e flora. A transição energética deve ser feita mas não à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe. Estes processos devem ser dinamizados localmente, criando comunidades energéticas em articulação com os municípios e as populações locais, sendo fulcral descentralizar decisões e a valorizar dos instrumentos de ordenamento do território. Porquê ocupar de solos agrícolas e florestais por grandes centrais solares? As consequências são não só a destruição da paisagem, há impactos na biodiversidade, efeitos na saúde pública e nas alterações climáticas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116252	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: - Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; - Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; - Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização; - Prevê a supressão de ferramentas essenciais para o Ordenamento do Território como é a Análise de Impacto Ambiental, impedindo a participação pública; - Promove práticas de desflorestação, ocupação de terreno arável e a destruição de	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116251	Discordância	Estou contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116250	Discordância	Não estou de acordo com a implementação dos painéis solares na região centro.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116246	Discordância	A questão a quem servem estas chamadas energias alternativas não ficou clara.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116245	Discordância	A extensão territorial cega a marcos naturais locais e regionais, levará ao desaparecimento de habitats naturais importantes, bem como à subversão dos terrenos agrícolas com alto potencial produtivo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116244	Discordância	Existem alternativas ambientalmente mais adequadas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116243	Discordância	Eu António Silveira Catana, com 83 anos, na qualidade de natural e residente do concelho de Idanha-a-Nova, integrados na Beira Baixa, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como solução única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano, no âmbito geral no contexto nacional e no âmbito regional, na Beira Baixa. Os meus argumentos contra o PSZAER estão contidos no documento em anexo,	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116242	Discordância	Parar com um autêntico atentado à Natureza e aos seus moradores... Destruição irreversível de árvores essenciais ao meio ambiente e ao seu equilíbrio e por arestamemto da fauna e da flora tão úteis tais como abelhas e insectos polinizadores... Esses mega projectos vão acabar com o nosso país. Matar de vez a agricultura, a fauna, a flora, o turismo e dar origem à ainda mais desertificação de muitas aldeias do interior, dar origem à graves problemas de saúde e originar um aumento do aquecimento global assim como erosão... E quando acabar a "validade" dessas energias limpas fica sucata de vidros e estruturas para trás e um solo completamente destruído para sempre... Soluções sugeridas : mais apoio à aquisição de produção de autoconsumo mas claro que isso não interessa aos investidores dessas mega centrais, colocação de painéis em grandes empresas, centros comerciais, parques de estacionamento, linhas de comboio, como separadores nas autoestradas... Quero que as próximas gerações tenham orgulho das decisões sábias da nossa geração... A luta é de todos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116241	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua ,vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactos ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural. A transição energética deve assentar em princípios de justiça ambiental e territorial. Não é aceitável que os impactos ambientais e paisagísticos fiquem concentrados nos territórios rurais enquanto os principais benefícios económicos e energéticos se destinam aos grandes centros de consumo. O desenvolvimento das energias renováveis deve respeitar os valores naturais, envolver as comunidades locais e assegurar uma distribuição equilibrada dos benefícios e dos custos. Rita Valente Ferreira	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116240	Discordância	TOTAL oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. A Beira Baixa e zona do Pinhal Interior são territórios já vulneráveis climaticamente, e totalmente esquecidos pelos órgãos centrais, sendo o turismo uma das poucas formas de sobrevivência e dinamismo destas zonas. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116239	Discordância	SUPORTE PARA QUEM QUER PARTICIPAR NA CONSULTA PÚBLICA SOBRE O PSZAER Preparado em 29 de Junho 2026, com base nos pareceres disponíveis publicamente sobre o tema, nomeadamente nos disponibilizados no site Participa (“PSZAER Consulta às Entidades – Pareceres emitidos”), e nos pareceres de João de Jesus Ferreira e Demétrio Alves disponíveis no blog “Tertúlia de Energia”. Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de XXX, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116238	Discordância	Exmos Senhores, Eu Maria Manuela Antunes Domingues Silveira Catana, com 85 anos, na qualidade de natural de Louriçal do Campo (concelho de Castelo Branco) e residente do concelho de Idanha-a-Nova, integrados na Beira Baixa, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como solução única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano, no âmbito geral no contexto nacional e no âmbito regional, na Beira Baixa. Os argumentos contra o PSZAER seguem em documento anexo.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116237	Discordância	Acho que no deve haver uma aceleração. Temos de ir com calma anres de começar a fazer mudanças drasricas o paisagem. O impacte pode ser muito grande e ainda nao sabemos. A beria baixa e um tesoro de energia sustentável. Arvores, agricultura. Deixamos igual e buscamos solução nos sitios já urbanizados para soluçãos de produzir mais energia sustentável	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116236	Discordância	Na qualidade de cidadão do concelho de Mortágua, manifesto a minha profunda preocupação com a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares de localização e dimensão manifestamente desadequadas, apresentados como solução única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC 2030. O Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) constitui um exemplo claro desta abordagem. Pelas razões que exponho de seguida, considero que este plano deve ser rejeitado na sua íntegra. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" assenta essencialmente em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas relevantes, prestam importantes serviços dos ecossistemas e integram património natural com elevado valor para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância nunca foi devidamente avaliada, contrariando os princípios da precaução e da boa gestão do território. Antes de se admitir a ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial para instalação de sistemas fotovoltaicos em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas, permitindo aumentar a produção de energia renovável sem comprometer recursos naturais, solos agrícolas ou espaços florestais. Esta abordagem está mais alinhada com os princípios da utilização eficiente do solo e da minimização dos impactes ambientais. O plano privilegia a instalação de grandes centrais solares centralizadas em detrimento da produção distribuída, apesar de esta apresentar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável encontram-se já previstos na legislação portuguesa, mas continuam condicionados por entraves administrativos e económicos. O PSZAER deveria definir metas concretas e incentivos claros para promover estes modelos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116235	Discordância	Este projeto preocupa-me em relação aos locais onde será implementado e não encontrei informação suficiente acerca do mesmo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116234	Discordância	Ja temos aqui na cova da beira Painéis Solares a mais, nao quero mais destruição da natureza. Se querem implementar mais Painéis Solares que os instalen emcima dos telhados das zonas industriais e ao lado das Autoestradas.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116233	Discordância	Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos, onde resido, possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116232	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos, onde resido, possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico. Qualquer decisão deve ter por base estudos ambientais rigorosos, transparentes e independentes, garantindo uma verdadeira participação das populações, das autarquias locais e das entidades responsáveis pela conservação da natureza e o bem-estar das populações. Até agora o que acontece é exactamente o	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116231	Discordância	Eu, Fátima Gonçalves Oliveirinha, residente na Freguesia de Enxames, concelho do Fundão e distrito de Castelo Branco, venho pronunciar-se negativamente quanto ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porquanto considero que o processo de consulta pública não é transparente dado que omite a cartografia dos territórios, ou seja, faltam os mapas concretos das futuras delimitações das ZAER (Zonas de Aceleração de Energias Renováveis) que nos permita perceber o que realmente está em causa com este programa. Contudo, defendo a produção de energia limpa, mas defendemos também algo que para nós é inegociável: a proteção do território, da paisagem, da população e das oportunidades de futuro da freguesia. A transição energética é um objetivo que todos partilhamos. Mas só será verdadeiramente bem-sucedida se for construída com transparência, diálogo e respeito pelas comunidades locais, pelo que é fundamental garantir que os benefícios da produção de energia renovável não sejam alcançados à custa da perda da identidade do nosso território, da desvalorização da paisagem ou da diminuição da qualidade de vida de quem aqui vive, trabalha e nos visita. Desta forma, reitero, sem descurar a importância da transição energética, da energia verde e de um futuro sustentável, contudo esta deve ser realizada de forma equilibrada, reforçando o compromisso com o ordenamento do território, o ambiente, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações. Face ao supra exposto, dou o meu parecer desfavorável ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, no âmbito do processo desta consulta pública.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116230	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos, onde resido, possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico. Qualquer decisão deve ter por base estudos ambientais rigorosos, transparentes e independentes, garantindo uma verdadeira participação das populações, das autarquias locais e das entidades responsáveis pela conservação da natureza e o bem-estar das populações. Até agora o que acontece é exactamente o	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116229	Discordância	A implantação de 35 aerogeradores nos concelhos de Miranda do Douro e Vimioso, que poderão produzir 157,5 MegaWatts (MW) de energia, acarretariam impactos ambientais e sociais evidenciados nos danos causados aos ecossistemas e numa alteração drástica da paisagem natural, com riscos para a fauna (e mesmo flora) locais, poluição sonora com riscos para a saúde e comodidade das populações, alteração das atividades agrícola e tensão social nas comunidades vizinhas. Será que estamos perante uma transição energética justa e popular? Aqui a questão de justiça deve ser equacionada tendo como base a realidade das populações locais e, eventualmente, uma discriminação negativa do interior do país. Ou estaremos perante uma atitude altruísta de mitigação da desertificação nesta região que abrange tanto a vertente humana (despovoamento) quanto a ambiental (degradação da terra e paisagem)? Não parece, porquanto a previsão será outra: obtenção de milhões do dito “empréstimo verde” para financiar a construção e exploração do parque eólico, mas sempre em detrimento das populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116228	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos, onde resido, possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico. Qualquer decisão deve ter por base estudos ambientais rigorosos, transparentes e independentes, garantindo uma verdadeira participação das populações, das autarquias locais e das entidades responsáveis pela conservação da natureza e o bem-estar das populações. Até agora o que acontece é exactamente o	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116227	Discordância	Assunto: Oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração das Energias Renováveis, no âmbito do programa PSZAER. Reconheço que existe a intenção de promover a transição para as energias renováveis e de proteger o ambiente. No entanto, é essencial que qualquer transição deste tipo seja realizada sem causar danos desnecessários ao ambiente, à paisagem, à biodiversidade ou às comunidades que nela vivem. Estou preocupado com o facto de esta proposta poder ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida dos residentes. Em particular, considero que: O valor ambiental e ecológico desta área não foi adequadamente avaliado nem devidamente considerado. Os potenciais impactos sobre a biodiversidade, a fauna, os recursos hídricos e a paisagem natural exigem uma avaliação mais aprofundada. Os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados através de um processo de consulta efetivo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116226	Discordância	A avaliação de impacto ambiental tem de ser feita	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116225	Discordância	Não há certezas suficientes que comprovem que a aceleração não venha a danificar a qualidade de vida tanto de residentes próximos humanos como certezas que não venha a prejudicar de forma desporporcional o clima, solo e vida selvagem próxima. Acho que deveriam haver mais estudos que testem os impactos tanto para a nossa saúde como seres humanos como para a fauna e flora que se encontre próxima ao local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116224	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos, onde resido, possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico. Qualquer decisão deve ter por base estudos ambientais rigorosos, transparentes e independentes, garantindo uma verdadeira participação das populações, das autarquias locais e das entidades responsáveis pela conservação da natureza e o bem-estar das populações. Até agora o que acontece é exactamente o	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116223	Discordância	Discordo completamente deste projeto, uma vez que não vai contribuir para a saúde pública e para a conservação da natureza! NÃO PSZAER!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116222	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116221	Discordância	A aceleração da transição energética promovida pelo Plano de Situação das Zonas de Aceleração para Energia Renovável (PSZAER) não deve ocorrer à custa da sustentabilidade ambiental, agrícola e social da Beira Baixa. A proposta atual concentra desproporcionalmente centrais solares de grande escala nos concelhos do Fundão, Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor, transformando territórios rurais do interior em centros de produção industrial de energia sem uma distribuição equitativa dos respetivos benefícios económicos e violando o princípio da coesão territorial. As principais objeções e riscos identificados no documento dividem-se em quatro áreas críticas: * **Perda de Recursos Agrícolas:** A ocupação por extensos parques fotovoltaicos ameaça solos produtivos, perímetros de rega e áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN), colidindo com projetos estratégicos como o regadio da Gardunha Sul. A artificialização destes solos por períodos superiores a trinta anos compromete a segurança alimentar e invabiliza a futura recuperação agrícola. * **Impactos Ambientais e Cumulativos:** O programa falha ao avaliar os projetos apenas de forma individual, ignorando o efeito cumulativo regional de múltiplas centrais, subestações e linhas de alta tensão. Esta abordagem provoca a fragmentação da paisagem, degrada corredores ecológicos e ameaça diretamente a biodiversidade (Rede Natura 2000, Áreas Importantes para as Aves e montados), desrespeitando o princípio da precaução exigido pelo direito ambiental europeu. * **Prejuízo Socioeconómico e Turístico:** A industrialização visual da paisagem rural prejudica a crescente economia local, que depende cada vez mais do turismo de natureza, do alojamento rural e da valorização do património cultural. Paralelamente, o plano carece de mecanismos robustos de partilha de benefícios com as populações locais e não define regras claras quanto à responsabilidade a longo prazo pela recuperação	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116220	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116219	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116218	Discordância	Não aceito os termos propostos. Nada é claro para mim e devo dizer que faltam muitos elementos. Pergunto-me se serei só eu a pensar assim. Mais apoio à micro produção, menos aos interesses de alguns. Painéis para os espaços edificados na para a terra mãe	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116217	Discordância	Em anexo parecer elaborado por Joao Jesus Ferreira e Demetrio Alves e que subscrevo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116216	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de XXX, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. 🔘 Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116215	Discordância	Protect this beautiful area !!!! We do not want solar fields.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116214	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116213	Discordância	Não concordo com este programa setorial das zonas de aceleração de implantação de energias renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116212	Discordância	Enquanto cidadã e bióloga discordo deste processo de aceleração sem uma correta avaliação das consequências da desflorestação (necessária neste processo) para a qualidade dos solos e água, e impacto negativo no sequestro de carbono atmosférico e biodiversidade a longo prazo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116211	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116210	Discordância	Não concordo. A instalação em massa não trás qualquer melhoria de qualidade de vida para os habitantes locais e no geral está claro que não há redução de faturas e impostos para a população. Os únicos a ganhar são as empresas instaladoras e exploradoras, na maioria estrangeiras, que usam os recursos e não deixam nos territórios quaisquer mais valias efetivas e de longo prazo.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116209	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destrói a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116208	Discordância	Absolutamente contra a colocação de painéis solares a revestir os montes. Ridículo progresso! É assim que vamos fazer um interior, onde procuram a nossa zona pela beleza, natureza, melhor? Queremos construir uma casa e um PDM barra tudo e de repente querem fazer uma aberração destas que suponho também exigir licenciamentos, construção e está tudo bem? Onde estão os ambientalistas nestes relatórios todos? Como colocam zonas vermelhas em cima de olivais, casas, pelo meio das aldeias. Já têm um BUPI em Oleiros, verifiquem onde não há dono dos terrenos e estão completamente ao abandono as terras. Faz sentido até na AIGP, OIGP's? Vão fazer o quê um duplo financiamento? Vão encher com painéis sítios que podem potenciar a construção, mudando o PDM e podendo finalmente alargar o perímetro de construção que isso sim talvez traga progresso. Ah convinha também levantarem-se dos gabinetes e virem aos terrenos, quero ver numa orografia sempre com sombra a sul claramente virada a oeste instalarem essas aberrações e terem sucesso... Instalem nos terrenos das pessoas que querem tudo elétrico, essas sim devem ser autossuficientes! É na diversidade que ganhamos! Procurem sítios abandonados, telhados, acabem com esta aberração paisagística! Quando os valores monetários sobrepõe a mãe natureza está tudo dito da pobreza mental do povo! Ponham pelo litoral fora, à beira das praias, há sempre sol e deixem o interior em paz, talvez ouçam o que os turistas dizem de tal aberração.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116207	Discordância	Impacto ambiental e alteração paisagística de uma região com forte penalização para o seu desenvolvimento económico, nomeadamente em termos turísticos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116206	Discordância	Considero que o PSZAER, na sua redação atual, não assegura um equilíbrio adequado entre a transição energética, a proteção do ambiente, a adaptação às alterações climáticas, a saúde pública, o ordenamento do território e os direitos das populações. A proposta apresenta insuficiências técnicas, científicas e jurídicas relevantes, pelo que deve ser rejeitada na sua forma atual e objeto de profunda reformulação.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116205	Discordância	Discordo com Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pois vão destruir a vida e toda a sua expansão nos respectivos territórios. A Terra não é um recurso mas um ser vivo, com o qual temos que aprender a viver. É necessário abandonar a velha mentalidade e mudar a consciência, para que os humanos se vejam como realmente são, seres naturais e mágicos, que necessitam de se curar para aceder há verdadeira magia à qual pertencem. A sua cura vem da sua relação harmoniosa e sábia com a Terra e não com a sua destruição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116204	Discordância	Politicas de preservação e reflorestação, priviligiando corredores realmente verdes para humanos e biodiversidade ,impõem-me no tempo presente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116203	Discordância	Como engenheiro do Ambiente de formação fico indignado quando se analisa este projecto como algo amigo do ambiente. Os paineis solares servem de complemento as árvores e não o contrário. A imensa área prevista para a implementação deste projecto vai aumentar a desertificação de uma zona ja por si frágil. Paineis solares devem ser colocados em áreas neutras como telhados e/ou áreas não florestais e não agrícolas Sou a favor das energias renováveis, mas a sua implementação deve respeitar o território, a natureza e as pessoas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116202	Discordância	Existem alternativas que permitem produzir energia limpa sem ocupar ou degradar solos que devem ser preservados. O verdadeiro progresso passa por encontrar soluções sustentáveis que conciliem a transição energética com a proteção do nosso território. A prioridade deve ser sempre garantir um futuro sustentável, sem comprometer aquilo que é de todos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116201	Discordância	Deixo aqui no ficheiro em anexo a minha discordância para com o projeto em consulta publica. Alexandra Vital	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116200	Discordância	Sei que o nosso território precisa diminuir as temperaturas, com árvores!!! Não, não e não a este disparate imenso com painéis solares! Precisamos de árvores autóctones para termos mais sombra, mais humidade, mais água, mais biodiversidade, saúde, resiliência. Onde é que está esse mega projeto de palnatção de árvores, em zonas altamente degradadas e vulneráveis?? Tanta energia? Para fazermos um festival funeral da espécie humana nesta terra...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116199	Discordância	Não sou especialista em leis nem em planeamento, mas tenho olhos na cara e vivo aqui, e é impossível olhar para o PSZAER e achar que isto foi feito a pensar em nós. Falam de zonas de aceleração como se o interior fosse só espaço vazio à espera de ser enchido com painéis e eólicas, esquecendo que aqui há pessoas, projetos pequenos, agricultura, associações, e até sonhos que não cabem nesses mapas todos coloridos. A ideia de "despachar" licenças mais rápido dentro destas zonas pode parecer eficiente num relatório, mas para quem está no terreno isso soa a menos cuidado, menos perguntas, menos tempo para perceber os impactos reais sobre o dia-a-dia, sobre o barulho, sobre a água, sobre a paisagem que faz parte da nossa identidade. Eu não sou contra renováveis, mas sou contra tratarmos comunidades como detalhe tecnico, como se fosse normal pedir que aceitamos tudo porque alguém decidiu que é "interesse público", sem discutir alternativas mais equilibradas, de escala menor, que podiam gerar energia sem transformar o território numa fábrica ao ar livre. Se isto é a transição que nos querem impor, então é uma transição feita sem nós, e isso nunca vai ser justo nem sustentável.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116198	Discordância	Eu, enquanto jovem que vive e quer construir o seu futuro aqui, não consigo aceitar o PSZAER tal como está a ser pensado. Fala-se muito de "transição energética" e de "Mapa Verde", mas na prática parece mais um mapa de zonas sacrificadas, onde quem vive, estuda, trabalha a terra ou tenta começar um projeto é posto em segundo plano. Se encherem os nossos campos e serras de megaprojetos decididos à distância, sem tempo nem meios para uma participação verdadeira, estão a dizer-nos que a nossa opinião vale menos do que os interesses de grandes empresas e decisões tomadas em Lisboa ou em Bruxelas. Eu quero energias renováveis, mas não à custa de destruir paisagens, tapar oportunidades para agricultura sustentável e turismo de natureza, e transformar as aldeias em corredores técnicos entre parques elétricos. Se este programa avançar assim, sem ouvir a sério os jovens e as comunidades locais, então é um projeto que não é para nós – é contra nós – e vamos ter de o contestar em todas as frentes que forem necessárias.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116197	Discordância	A nossa comunidade rejeita firmemente o desenho e o calendário atuais do PSZAER, porque tratam o nosso território como uma plataforma de extração de energia e não como uma paisagem viva, onde as pessoas trabalham, produzem alimentos e constroem projetos de longo prazo. Um mapa traçado à escala nacional não consegue, por si só, refletir as realidades finas da qualidade dos solos, dos microclimas, dos usos tradicionais, do património cultural e dos investimentos de pequena escala já existentes, que sustentam as zonas rurais e o seu potencial futuro. Ao "acelerar" o licenciamento dentro de grandes zonas, o programa transfere riscos e encargos para quem menos condições tem para os suportar: pequenos agricultores, residentes e negócios locais que enfrentam impactos visuais, acústicos e cumulativos, enquanto a maior parte dos benefícios e do poder de decisão permanece concentrada em instituições distantes e grandes operadores. Além disso, cristaliza um modelo de concentração de megaprojetos que pode afastar soluções renováveis distribuídas, de escala comunitária e compatíveis com a agricultura, mais alinhadas com o desenvolvimento local, a autonomia energética e a proteção da paisagem. Por estas razões, opomo-nos a este projeto na forma atual e exigimos uma abordagem de ordenamento que parta das necessidades e limites das comunidades locais, em vez de as forçar a adaptar-se a uma lógica nacional pré-definida de "Mapa Verde".	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116196	Discordância	A nossa comunidade opõe-se veementemente à implementação acelerada do PSZAER “Mapa Verde” e a qualquer tentativa de contornar as normas de proteção ambiental, social e comunitária. Consideramos que os mecanismos de aceleração propostos representam uma ameaça direta aos nossos ecossistemas, aos nossos meios de subsistência agrícolas e à coesão dos nossos aglomerados populacionais, e entendemos que qualquer desrespeito pela avaliação rigorosa, pela participação pública genuína e pelo cumprimento dos planos e tradições locais constitui um ataque aos nossos direitos fundamentais. Nesse sentido, estamos preparados para elevar o nível de resposta jurídica, incluindo a interposição de ações judiciais e outros meios legais, sempre que projetos ou procedimentos violem a legislação ambiental, as normas de ordenamento do território ou as garantias constitucionais de participação e proteção das comunidades rurais. Exigimos que o desenvolvimento das energias renováveis cumpra integralmente e com transparência a lei, e não seja imposto através de atalhos que transferem os custos para os residentes, proprietários e gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116195	Discordância	Portugal já produz mais de 70% de energias renováveis e este projecto deixa o território nacional mais uma vez nas mãos dos privados e as pessoas mais afectadas, sem floresta, são as pessoas dos concelhos onde estão previstos partes deste projecto, como por exemplo o concelho de Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares, estão identificados como ZAER. MANIFESTO DISCORDÂNCIA COM O PROJETO PSZAER POR VIOLAR O DISPOSTO NO ARTIGO 66º DA CRP, QUE GARANTE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE HUMANO, SADIO E EQUILIBRADO, EXIGINDO O ARQUIVAMENTO IMEDIATO DO PROJETO PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116194	Discordância	A Implantação de Energias Renováveis deve ser, na minha opinião em locais onde a vegetação e biodiversidade já é inexistente e em pequenas mini centrais, ao invés de mega centrais fotovoltaicas, que vão causar grande impacto ambientar e destruir, em muitas situações, áreas em que se deveria proteger a fauna e flora. É possível fazer diferente e melhor! Defender a Energia "Limpa" e "Sustentável" contrariando os princípios básicos de ecologia vai fazer com que a curto prazo, todo o pais venha a sofrer os efeitos nefastos destas escolhas. Por favor, revejam as vossas decisões e não permitam que interesses individuais e económicos destruam o que resta do nosso patrimônio ambiental. Grata pela atenção!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
116193	Discordância	Destruição de paisagens - tem que consultar as pessoas sobre essas decisoes que tem impacto para todos	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116192	Discordância	Menos paineis, mais árvores. Por um planeta mais verde!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116191	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116190	Discordância	Estou em total desacordo com a colocação dos paineis solares na região sul da gardunha, maracteca e zonas verdes da região. Desmatar não é a solução. Existem estacionamentos, vias rápidas, telhados de hipermercados e outras zonas descobertas de vegetação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116189	Discordância	Existem formas de ser possível uma transição energética menos impactante para o território e ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116188	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116187	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116186	Discordância	O PS-ZAER precisa necessariamente de apreciar os diferentes impactos locais. O programa, como apresentado, tem impactos ambientais significativos e afecta profundamente a vida de comunidades locais. Mais uma vez, a forma de participação proposta sobre este programa também fica em grande parte limitada a uma elite e não inclui as dinâmicas sociais locais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116185	Discordância	Contra o desmatamento de árvores autóctones e essenciais à manutenção da temperatura regulada em Portugal. Carvalhos e outras espécies autóctones são casa para diversa fauna e flora e ajudam na proteção contra os fogos. Muito importantes na manutenção de solos férteis!! Contra os painéis solares colocados por corporações para os data centres e a favor das terras para as pessoas, para servir a humanidade. Painéis solares só para casas e famílias e não para interesses corporativos. Super contra a instalação de painéis solares em 7= do território português!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116184	Discordância	Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente. Agradeço a consideração dos meus comentários.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116183	Discordância	Devemos proteger o nosso ambiente e o nosso património ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116182	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116181	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116180	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), embora bem-intencionado no combate às alterações climáticas, apresenta sérios riscos devido à pressa na sua execução. A criação de "zonas de aceleração" pode atropelar processos fundamentais de avaliação de impacto ambiental e preterir a consulta prévia às populações locais. Essa flexibilização burocrática ameaça a biodiversidade de ecossistemas sensíveis e ignora os efeitos socioeconómicos negativos nas comunidades vizinhas, trocando a sustentabilidade real e planeada por uma urgência meramente industrial. O PSZAER (Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis) compromete a sustentabilidade ao priorizar a pressa em detrimento do rigor. A simplificação dos licenciamentos ambientais nestas zonas sacrifica ecossistemas locais e ignora o planeamento territorial estratégico. Uma transição energética justa não pode atropelar a proteção da biodiversidade nem silenciar a voz das comunidades afetadas. Voto contra esta proposta por considerar indispensável manter avaliações de impacto ambiental rigorosas e processos de consulta pública transparentes. O PSZAER sacrifica a biodiversidade e o bem-estar local em nome de uma transição energética precipitada. A criação destas zonas de aceleração destrói ecossistemas sensíveis e ignora o impacto direto na qualidade de vida e na economia das nossas aldeias. Não podemos aceitar que a urgência climática sirva de desculpa para silenciar as populações rurais e degradar o património natural. Voto contra porque o futuro verde exige respeito pelas comunidades locais e avaliações ambientais rigorosas, não facilitismo industrial. O PSZAER agrava a desvalorização do mundo rural ao tratar o interior como um mero espaço industrializável. Acelerar o licenciamento de grandes projetos de energia renovável ameaça diretamente a biodiversidade autóctone, a paisagem e a sustentabilidade das nossas aldeias. Quem vive na terra e cuida dela não pode ser silenciado por decisões centralistas que sacrificam a qualidade de vida local a favor de metas abstratas. Voto contra esta proposta porque a verdadeira ecologia defende as populações rurais e o seu património natural, recusando o facilitismo que destrói as comunidades	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116178	Discordância	Exmos. Senhores Membros do Governo e Entidades Competentes, Venho por este meio expressar a minha profunda preocupação e formalizar a minha oposição face à proposta de inclusão das regiões sensíveis do Alentejo Litoral e Interior na estratégia de licenciamento acelerado (fast-track) para grandes projetos industriais de energia solar e eólica, no âmbito das ZAER. Embora reconheça e apoie inequivocamente a urgência da transição energética, a verdadeira defesa do ambiente exige rigor e equilíbrio. Acelerar a instalação de megaestruturas corporativas em ecossistemas imaculados e altamente vulneráveis é um contrassenso que deturpa os objetivos globais da sustentabilidade. Fundamento a minha oposição nos seguintes pontos críticos: Ameaça Direta à Economia e Fixação Populacional: O interior alentejano não é um território vazio; é um santuário internacionalmente reconhecido pela sua biodiversidade, silêncio e paisagens inalteradas. Este capital natural tem sido o motor de uma economia de ecoturismo de excelência — alavancada pela Rota Vicentina — que sustenta as populações locais. A industrialização destas encostas (com a intrusão visual de turbinas gigantes, poluição luminosa noturna e vastos "mares" de painéis solares) destruirá o modelo de desenvolvimento sustentável que, em locais como São Martinho das Amoreiras, conseguiu finalmente travar a desertificação humana. Destruição de Habitats e Espécies Protegidas:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116177	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116176	Reclamação	Rejeito o PSZAER na sua forma atual por não garantir a proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e das populações, nem assegurar uma participação pública efetiva. Como avó, preocupa-me profundamente o futuro dos meus netos. Quero que possam herdar um território saudável, com natureza preservada, solos produtivos e qualidade de vida. Por isso, solicito a revisão do programa antes da sua aprovação, com critérios vinculativos que limitem a concentração de projetos, avaliem os impactes cumulativos (incluindo linhas elétricas), reforcem a proteção das áreas sensíveis e garantam uma participação pública com influência real nas decisões. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa dos territórios e das comunidades que neles vivem, nem comprometer o futuro das próximas gerações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116175	Discordância	Discordo do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração da Implementação de Energias Renováveis porque pretende cobrir quase 10% do território nacional com infrastuturas solares e eólicas, sem ter em consideração a vontade e as necessidades das populações e das comunidades locais. Discordo porque irá criar alterações profundas nos campos, na agricultura, nas pastagens. Não tem cabimento que se cubram hectares e hectares de terra fértil, de cultivo ou outras com painéis solares, destruindo o valor dos terrenos, destruindo as dinâmicas e os modos de vida locais, destruindo as memórias e as tradições dos lugares. Discordo porque irá transformar drasticamente a paisagem natural, irá destruir a biodiversidade e o habitat natural das espécies silvestres e autóctonas. O PSZAER vai fragilizar o país no combate às alterações climáticas, vai expor o território so aumento das temperaturas com tantas e tão vastas áreas cobertas de painéis solares. As estruturas das energias renováveis devem ser aplicadas em zonas urbanas aproveitando telhados, coberturas, e outras zonas estratégicas e nunca em zonas naturais, nem zonas agrícolas, nem zonas florestais, nem zonas de montado, nem territórios com interesse histórico e paisagístico. Eu discordo totalmente deste programa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116174	Discordância	Junto envio a minha participação na discussão pública do PSZAER. Considero que há alternativas mais sustentáveis, pelo que o meu parecer é desfavorável. Espero que a minha participação seja tida em conta na proposta final do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
116173	Discordância	Discordo porque primeiro deveriam colocar os papéis nos telhados nos parques de estacionamento nos separadores centrais das autoestradas edifícios públicos. Só temos pequenos impactos ambientais se houver diversificação das fontes de energia. Os fundos financeiros devem chegar a todos os cidadãos por forma ter menos pobreza energética no aquecimento e arrefecimento das nossas casas evitando mortes por ondas de calor . Outra coisa a evitar é a instalação de centrais junto das aldeias provocando radiação e aquecimento.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
116172	Discordância	Discordo da implantação sugerida pela alteração profunda nas paisagens naturais do meu concelho	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116171	Discordância	Discordo completamente da implementação de painéis solares na Gardunha e na área envolvente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116170	Discordância	Moro no fundão e não quero ver ao redor só painéis, já temos bastantes entre valverde e Peroviseu. Faz mal à saúde, aquece o ambiente e é só vidro para refletir o calor. Salazar mandava plantar árvores , estes mandam plantar vidros… Podem sempre pôr os painéis nos telhados das casas, zonas industriais.. Ou então ao redor de Lisboa, parque Eduardo VII, Belém, Monsanto…	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116169	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã natural do concelho de Sertã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Quem vive no interior sabe o que isto significa: terra artificializada, paisagem destruída e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício. Em anexo, seguem os meus argumentos para rejeitar este plano.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116168	Discordância	Não faz sentido utilização extensiva e intensiva de solo, recurso finito e escasso para este fim. A produção eléctrica renovável pode aumentar mas com recurso a dois já urbanos. Não podemos "vender" o nosso território nem podemos esquecer as consequências que estes parques solares terão no seu fim de vida	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116166	Discordância	A minha participação consta no ficheiro em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116165	Discordância	A extensão de painéis ocupa um território de arvores, nomeadamente sobreiros, muitos deles plantadas com recurso a subsídios estatais. Não é solução abater árvores, que contraria o propósito. É um território em expansão de turismo, o que arruína os investimentos e desenvolvimento da zona.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116164	Discordância	Falta de transparência no mapeamento dos terrenos	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116163	Discordância	A extensão e o impacto ambiental tiram o propósito e os benefícios que a energia renovável podia trazer. Venho desta forma simples manifestar a minha discordância com algum aspetos do plano PSZAER. Primeiro, discordo com a ideia de os órgãos de poder local,. que são quem mais perto está da população poder deixar de ser ouvida e ter algum poder de decisão nestas matérias de ambiente e qualidade de vida atual e futura das populações . Discordo ainda da forma como os estudos de impacto ambiental são apresentados á população apenas sendo mostrado "uma face da moeda" sem ser tomado em conta os prejuízos imediatos e a longo prazo para a população e para o ambiente. Proponho assim, que seja tido em atenção a opinião das populações e do poder local, de forma a serem encontradas soluções que possam ir mais ao encontro dos interesses da região e suas populações, quer para curto quer, para longo prazo. Atentamente Rui Fernandes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116162	Discordância		
116161	Discordância	É lamentável que, com todos os dados atualmente disponíveis, o imperativo do lucro prevaleça sobre o do equilíbrio dos ecossistemas e da qualidade de vida das populações, nomeadamente em territórios de baixa densidade. É dececionante ver que nada aprendemos. Apesar de tanta inteligência artificial o que cada vez faz mais falta é inteligência humana. Somos um coletivo, estamos todos ligados. Fazemos parte da natureza e ela é parte de nós. Quando será que o poder político vai parar de ter como objetivo o lucro de curto prazo e passar a ter o serviço público como missão? Temos o dever de deixar o planeta em melhores condições para as gerações vindouras do que as que nos deixaram. O desejo de um grupo de pessoas não pode sobrepor-se aos direitos dos habitantes da Beira Baixa, nem de região nenhuma. Que se cumpram as leis e que a legislação deixe de servir interesses privados. E que o direito seja aplicado para punir de modo efetivo quem toma decisões contra a vontade das populações e que comprometem os seu futuro e das próximas gerações. Portugal não pode continuar a ser o país do vale tudo. Faça-se justiça.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116160	Discordância	Exmos Srs, Como cidadã que sou, venho por este meio discordar de tal programa. A transição energética não é a que substitui uma monocultura por Kms de painéis solares ou eólicas, nem a que exporta os custos ambientais para os territórios mais frágeis, como o interior, enquanto os benefícios ficam nos centros de consumo e grandes empresas externas. Transição energética sim, mas com alternativas que não sejam arrasar Kms de vegetação, para encher de painéis solares ! Não há só árvores nesses locais, por muito que seja eucalipto na sua maioria, há mais biodiversidade para além disso. Falamos em ornamento do território, em BUPIs, e agora propõem kms e kms para painéis solares? Mortágua é Natureza! Mortágua é biodiversidade! Mortágua são pessoas! Mortágua é património! Não se pode permitir que seja destruida a fauna e flora do conselho. Não se pode permitir que se destruam famílias que vivem do rendimento que a agricultura e silvicultura lhes dá. Repensem! Nem tudo é milhões...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116159	Discordância	Daniela Martins Ameaça a zonas rurais, á qualidade de vida das pessoas e de zonas protegidas.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116158	Discordância	MANIFESTO DISCORDÂNCIA COM O PROJETO PSZAER POR VIOLAR O DISPOSTO NO ARTIGO 66º DA CRP, QUE GARANTE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE HUMANO, SADIO E EQUILIBRADO, EXIGINDO O ARQUIVAMENTO IMEDIATO DO PROJETO PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116156	Discordância	Preservar o ambiente está a cima de qualquer interesse económico. O impacto ambiental, paisagístico e social nas comunidades locais tem que ser preservadas. Por outro lado, estes projetos apenas vinham com conluio politico, bem como com rendas garantidas. Contudo, só à população local e a biodiversidade perdem. Com o impacto das alterações climáticas e as ondas de calor extremo a par destes programas, o país deixa de ser um lugar habitável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116155	Discordância	Acho que é prejudicial por questoões socieconómicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116154	Discordância	Ao criar este tipo de coisas só vao destruir mais biodiversidade.... ha muitas outras formas de fazer isso	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116152	Discordância	Falta de proteção ambiental e regulamentação na destruição de ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116151	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116150	Discordância	A descaracterização completa da zona florestal interior, não vai providenciar qualquer desenvolvimento para a região, mas sim promover uma vez mais o seu abandono e degradação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116149	Discordância	A excessiva dimensão do Parque de energia solar Fernando Pessoa, cuja localizaçao está prevista para as freguesias de S.Domingos e Vale de Água, no concelho de Santiago do Cacém, constitui um fator altamente prejudicial para o ecossistema local, prejudicando o equilíbrio natural do montado, de características únicas, como um dos últimos santuários de mata de sobreiros de alta densidade e longevidade do mundo. A sua implantação neste território irá contribuir para o aumento exponencial da temperatura, a perda da biodiversidade e acelarar ainda mais o processo de desertificação das localidades aqui existentes, afastando as novas gerações e potenciais novos habitantes. A ser construído, sugiro que se redimensioe este projeto, recompensando a população, diminuindo o preço da eletricidade na zona abrangida e avançando com um forte investimento nas infraestruturas locais: - Estradas, habitação e equipamentos sociais) - Valorização do seu património cultural edificado e imaterial (Carta arqueológica do território alvo da intervenção e das freguesias afetadas, restauro e conservação da igreja de S.Domingos e do seu altar barroco, aquisiçao, restauro e transformação do antigo lagar de S.Domingos num pequeno Auditório multiusos e Centro Interpretativo da Várzea e do Montado de Sobro, com um pólo de investigaçao ciêntifica sobre este ecossistema único. - Criação de um parque empresarial ligado às potencialidades da cortiça e das novas tecnologias	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116147	Discordância	Sou contra este projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116146	Discordância	O nosso país não pode ser destruído com a transição energética. Digo não a aceleração da expansão a ti democrática das energias renováveis! Corrupção chega!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116145	Discordância	Objection to the Proposed Renewable Energy Acceleration Zone (PSZAER) I would like to submit my objection to the proposed designation of this area as a Renewable Energy Acceleration Zone under the PSZAER programme. While I support the transition to renewable energy and the need to address climate change, I am concerned that the proposed designation may have significant negative impacts on the local environment, landscape, biodiversity, and quality of life of local residents. In particular, I believe that: the environmental and ecological value of the area has not been sufficiently considered; the potential impacts on biodiversity, wildlife, and landscape require further assessment; the interests and concerns of local communities have not been adequately addressed; alternative locations with fewer environmental and social impacts should be considered. I therefore request that this area be excluded from the proposed Renewable Energy Acceleration Zones until a more comprehensive assessment and consultation process has been carried out.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116144	Sugestão	A transição energética, para ser sustentável, tem tamb´ém de avançar com gradualidade no ecossistema. Desvastar terrenos naturais para focos de produção de energia renovável é contraproducente, quando árvores já existentes conseguem armazenar cerca de 1500 kg de carbono. Os passos a tomar devem ser focados nas áreas onde já pouca natureza existe, nas cidades. Não faltam telhados onde se podem colocar painéis fotovoltaicos, por exemplo. O objetivo não pode ser o lucro, mas sim realmente a sustentabilidade do país e a sa´úde da sua população.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		X • drive.google.com Instagram ...	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116142	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terr artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116141	Concordância	Totalmente de acordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116139	Discordância	Discordo com a implementação do PSZAER, que é forçada por políticas internacionais, com interesses obscuros e pouco esclarecidos , numa clara apropriação do território Nacional por interesses monetários de grupos privados e que nada sabem sobre o mundo e a vida. Será um crime ambiental sem benefício comum da população Portuguesa. Plantem árvores, preservem florestas e façam uma melhor gestão energética. A necessidade de aumentar o consumo, face ao aumento de centros de dados, ou, outras parafernálias informáticas, não deve ter um impacto desta dimensão a nível visual do território. Terrenos que podem servir no futuro, para práticas de agricultura ou outros fins verdadeiramente úteis, serão completamente ocupados numa visão que destoa do resto. Os microclimas gerados nessas zonas devem ser estudados, o impacto na fauna é gigantesco e o aproveitamento é demasiado pequeno vs o impacto criado. Tudo é apenas mais um negócio, o Greenwashing é uma afronta a todos. Cuidar da natureza é muito diferente do que nos é proposto aqui. Espero que não se concretize esta absoluta barbaridade. A transição energética não pode ser apenas um negócio de amigos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
116138	Discordância	Sou favorável às energias renováveis, mas considero que a instalação de parques eólicos não deve ocorrer em locais de elevado valor natural. A natureza tem o seu espaço e deve ser preservada, especialmente em áreas com biodiversidade sensível, paisagens únicas ou habitats importantes para a fauna e a flora. A transição energética é necessária, mas deve ser feita com planeamento, respeito pelo ambiente e escolha criteriosa dos locais de implantação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116137	Discordância	A transição energética que querem impor às comunidades, principalmente rurais, através do "mapa verde" das "Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)", de verde não tem nada! Esta imposição utópica e desmedida, ao longo do país, não vai contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a regeneração destas comunidades, antes pelo contrário, pois compromete a paisagem, com tudo o que ela contém (fauna, flora, biodiversidade, rios, zonas com estatuto de proteção, etc.), e os valores identitários locais, associados na maioria das vezes ao mosaico agrícola e silvopastoril da envolvente. Acima de tudo, é importante, estudarem-se soluções de produção energética de proximidade aos grandes centros urbanos, onde os consumos são mais elevados, e que já estão a ser usadas noutros países com sucesso (ex: colocação de painéis solares ao longo das autoestradas, nas coberturas das grandes superfícies e parques de estacionamento, nas ferrovias, etc.)e que não impliquem o consumo de terra arável com potencial uso agrícola ou florestal. Este modelo de transição energética não contribui para a coesão territorial, social e económica do país, uma vez que vai descaracterizar grande parte da paisagem, não respeita as populações e os territórios, tem impactos negativos na atratividade das regiões e na qualidade de vida (principalmente face às alterações climáticas, com fenómenos cada vez mais extremos e frequentes). Pelo exposto, sou contra o Programa Setorial apresentado!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116136	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadão e exercendo o meu direito sobre uma questão que nos diz respeito a todos, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, esta transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da degradação dos territórios onde vivem as pessoas. A Freguesia de São Domingos, onde resido, possui um património ambiental, paisagístico e florestal de grande valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e identidade do nosso território. Considero que existem alternativas mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e/ou de valor ecológico. Qualquer decisão deve ter por base estudos ambientais rigorosos, transparentes e independentes, garantindo uma verdadeira participação das populações, das autarquias locais e das entidades responsáveis pela conservação da natureza e o bem-estar das populações. Até agora o que acontece é exactamente o	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116135	Concordância	Good plan	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116134	Discordância	Urgente é reordenar o território o de se pretende implantar painéis solares. Painéis esses cuja eficiência na produção de energia não justifica o dano na natureza causado pela sua implementação. Pensem em outras soluções aproveitando o que a natureza nos oferece, não aquilo que a destrói.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116133	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à inclusão da área de Lardosa, concelho de Castelo Branco, como Zona de Aceleração para Energias Renováveis. Considero que esta área apresenta elevados valores paisagísticos, ambientais e patrimoniais, podendo a instalação de parques eólicos/solares causar impactos negativos na biodiversidade, na qualidade de vida das populações, no turismo e na atividade agrícola. Solicito que esta zona seja reavaliada e excluída da proposta até existir uma avaliação mais detalhada dos impactos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116132	Reclamação	Por favor, não apressem a aprovação do projeto PSZAER sem consultar devidamente as pessoas que aqui vivem e trabalham, sem uma avaliação ambiental exaustiva e sem ter em conta o impacto do projeto na rica biodiversidade desta região. As pessoas que aqui vivem estariam interessadas em contribuir para soluções descentralizadas aos problemas climáticos que todos enfrentamos, nas quais poderíamos participar através de comunidades energéticas e consumir a energia que produzimos sempre que possível, utilizando estruturas já desenvolvidas e áreas que tenham sido escolhidas de forma respeitosa. Desta forma, as pessoas poderiam perceber que podem ajudar a fazer uma diferença significativa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116131	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116130	Discordância	considerar acelerar o licenciamento de destruição de outros meios de subsistência com agricultura e turismo em favor de lucros para investidores predominantemente estrangeiros, antes de esgotar as vastas possibilidades como paneis solares em telhados, sombras de parques estacionamentos, autoestradas, linhas de comboio, canais de rega etc etc e aerogeradores etc em alto mar, não posso chamar com outra palavra que "estúpido"	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
116128	Discordância	É difícil saber por onde começar: uma janela temporal para discussão pública curtíssima e em período de férias, sem encontros nem explicações presenciais e sem diálogo apropriado com os municípios; uma intervenção baseada em mapas incompletos e atalhando estudos de impacto ambiental e de saúde pública, desrespeitando não só os ecossistemas naturais e a paisagem (colocando em causa a sua sustentabilidade futura, já comprometida pelas alterações climáticas), mas a população de forma directa, desprezando a relação de quem vive, trabalha e se relaciona com o território. São iniciativas como estas que criam um sentimento de alienação à população. Vivo há dois anos no interior do Alentejo, em Montemor-o-Novo, e o que sinto é uma indiferença brutal por aquilo que nos venha a acontecer, a nós e ao território. Se queremos cultivar riqueza no interior do país, o que urge fazer é valorizar o mosaico cultural, empoderar os pequenos produtores, facilitar o acesso à habitação, à saúde e ao trabalho e regenerar os ecossistemas, incluindo as áreas de cultivo. Só assim passamos de um interior desertificado ao abandono e crescentemente degradado para um território vivo e em recuperação. As áreas já artificializadas - cidades, aterros, áreas industriais, pedreiras abandonadas e outras zonas degradadas - deveriam ser priorizadas para colocação de painéis solares. Isto é já do conhecimento de todos, mas pode sempre ser necessário relembrar. Cá estaremos para o fazer.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116127	Discordância	Processo pouco transparente quanto à localização específica das implantações, não permitindo uma avaliação específica a cada localidade. Mas tendo em conta processos anteriores, claramente serão afectadas populações, o meio ambiente (fauna, flora e silva). Retirando direitos a particulares à propriedade privada, bem-estar e qualidade de vida. Tornando campos de cultivo em mares de negro, em vez de elaborar um plano mais eficaz de transformar já áreas "cinzentas" com edificado industrial ou de serviços (hospitais, aeroportos, centros comerciais) incentivando à colocação de painéis solares contribuindo assim para o aumento da produção da energia dita "verde". Energia "verde" que resulta da diminuição da qualidade de vida das populações, principalmente da população situada em áreas rurais que pagam impostos mas sendo tratados como meros peões e meras "baterias para a União Europeia". Existe a necessidade de criar equilíbrio para podermos todos beneficiar, mas para tal não significa espalhar painéis solares nem eólicas de forma aleatória e não estratégica. Novamente há que equipar a população, o sector privado e público de mecanismos que permitam a transformação do já edificado para a adaptação à nova realidade e às novas necessidades. Não precisamos das nossas florestas e dos nossos campos destruídos com poluição visual e sonora, e com impacto negativo que trará para as futuras gerações . Tanto se fala de deixar um melhor futuro para a nova geração, e aquilo que querem deixar é destruição em vez de adaptação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116126	Discordância	A destruição e contaminação de contextos paisagísticos, ambientais e ecológicos para instalação de centrais de produção energética. Alegando a sustentabilidade de energias alternativas, não é só perniciosa, como sobretudo uma submissão politica aos grandes interesses monopolistas. A substituição das grandes centrais pela produção local autónoma, utilizando infraestruturas locais antrópicas. É a solução alternativa à destruição ambiental de grandes áreas. Assim, a produção em pequenos locais como: estacionamentos, telhados, cercas de muros, auto estradas, vias férreas, espaços industriais e comerciais, etc., como locais privilegiados para a produção energética, é uma solução de futuro, e utilizada em países com índices de desenvolvimento sustentável superiores ao nosso. Contudo, compreendemos que além de serem soluções já experimentadas noutros contextos, e com sucesso na produção energética alternativa, são adversas ao grande capital monopolista que tudo devora, e aos políticos que sustentam esses lobbys pouco escrupolosos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116125	Discordância	Boa tarde, Venho por este meio afirmar a minha discordância com o PSZAER. Em primeiro lugar discordo a com a facilitação de implementação de projetos de energia renovável. Favoreço a criação de projetos em diálogo com a população e com estudos exaustivos sobre os impactos do mesmos, retirar estes dois fatores das medidas de aprovação dos projetos é desmarginalizar as comunidades e os riscos a que estão sujeitas, retirando-lhes o direito fundamental de "Todos os cidadãos a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender" (Lei n.º 11/87, de 7 de abril), sendo o estado incumbindo a "por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva". Em segundo lugar a meu ver está a ser disponibilizada uma área excessiva para possíveis projetos, não respeitando reservas naturais, nem habitats de animais protegidos, como são exemplo os lobos e aves de rapina, inviabilizando, também grandes áreas agrícolas fundamentais para o desenvolvimento económico e social das regiões onde pretendem ser implementados. É necessário estabelecer limites saudáveis para o crescimento dos projetos de energias renováveis que sejam realmente sustentáveis e que respeitem as culturas locais, as necessidades dos habitantes e a natureza onde se inserem. Reforço que deve haver uma redução da área disponibilizada no mapa verde e ter em conta os projetos de painéis solares e eólicas já existentes no mapeamento destas áreas, para que os impactos ambientais e sociais sejam o mais reduzidos possíveis. Em terceiro lugar é necessário estabelecer mais benefícios para as comunidades envolvidas, disponibilizar uma percentagem dos lucros para investimento na saúde, na educação e na agricultura ou noutras áreas que seja relevante para as comunidades locais assim como, a redução do valor na fatura da eletricidade de cada habitante. Se grandes empresas vão ter grande lucros, também a população deve beneficiar de forma direta dos mesmos. Por último, creio que há alternativas à ocupação massiva de áreas naturais, como são exemplos a colocação de painéis solares nas auto-estradas, nas linhas de comboios, em edifícios já existentes como escolas, hospitais, câmara municipais, piscinas cobertas, teatros, museus, bibliotecas, entre outros. Estas alternativas devem ser o primeiro recurso a ser viabilizado	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116120	Discordância	Não estão assegurados beneficios quer para as populações residentes quer do ponto de vista climático e da sustentabilidade dos territórios. . Também a transfiguração da paisagem levará necessáriamente à desvalorização da região do ponto de vista turístico, assim como do bem estar e qualidade de vida dos residentes e visitantes.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116119	Discordância	É desonesta a criação de mega parques de energias renováveis sem estudos ambientais sérios e sem a aprovação da população que reside e que depende do território e dos seus recursos naturais!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116118	Discordância	Assunto: Manifestação de Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, através desta, manifestar a minha discordância quanto à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis, no âmbito do programa PSZAER. Embora seja a favor da transição energética e da necessidade de enfrentar as alterações climáticas, entendo que esta proposta pode acarretar impactos negativos relevantes no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e no bem-estar das comunidades que aqui vivem. Em concreto, considero que: 1.) O valor ambiental e ecológico da região não foi devidamente tido em conta; 2.) As possíveis consequências para a biodiversidade, a fauna e a paisagem exigem uma análise mais detalhada; 3.) Os interesses e as preocupações das populações locais não foram suficientemente ouvidos; 4.) Deveriam ser ponderadas alternativas que acarretem menores impactos ambientais e sociais. Deste modo, solicito que esta área seja retirada das propostas de Zonas de Aceleração para Energias	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116117	Discordância	Onde está o mapa com as regiões afectadas? Que transparência é esta, quando se tomam decisões à revelia das regiões atingidas? Projectos centralizados beneficiam quem? Eu também quero energia verde, mas não à custa dos danos que vão certamente causar nos territórios ocupados. Existem alternativas, haja vontade política para beneficiar todos ...todos.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116116	Discordância	Contra a implantação de parques solares em terrenos agrícolas, serras e areas onde ocorreram incêndios, como aconteceu no concelho de Mangualde.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
116115	Discordância	Depreende-se da proposta que a desertificação do interior é uma boa desculpa não para apostar na requalificação do território, mas para "plantar" florestas enormes de painéis solares. Identificam os problemas de que estes territórios padecem e acham que isso é uma oportunidade para destruir o que já se encontra depauperado. Aproveitem os dados e requalifiquem a floresta nacional, uma vez que claramente identificaram florestas industriais de eucalipto que facilmente ardem. Esse seria um projecto verdadeiramente verde: requalificar a nossa floresta com espécies autóctones, em vez de encher o país com painéis que de verde só têm mesmo o facto de trazerem lucros aos mesmos de sempre. As populações estão fartas de desertificação e abandono, mas não querem que lhes atirem areia para os olhos, aposte-se então em repopular, requalificar e criar ecosistemas que realmente sirvam as pessoas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116113	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116112	Discordância	Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. - Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado. O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e f lorestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica. - Uma área muitíssimo superior à necessária - As consequências da destruição do solo e do coberto vegetal - A alternativa que a própria Diretiva RED III aponta: as zonas já artificializadas Considero essencial que o mapa de ZAER incida, na sua totalidade, sobre zonas já artificializadas — coberturas de edifícios, infraestruturas de transporte, parques de estacionamento, zonas industriais e	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116111	Discordância	A energia solar deveria ser promovida de uma forma descentralizada, junto ao consumidor, aproveitando os telhados e espaços junto das habitações e incentivando baterias e autonomia em caso de apagões. Isto para diminuir as perdas e os problemas de infraestruturas de transporte de energia com o impacto, perdas nas linhas de transmissão e autonomia dos utentes. Devia haver um pagamento, anual, aos proprietários de terrenos rústicos, florestais e agrícolas, pelo carbono carbono pelas mesmas áreas. Por outro lado os terrenos que tem servidões onde passam linhas de energia e telecomunicações, bem como zonas impactadas com outros servidões, também deviam ter um pagamento anual pelo impacto destas servidões.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
116110	Discordância	Acho um abuso usarem os fogos para colocar painéis, qualquer dia comemos painéis ao almoço, ao jantar e ao pequeno almoço. Que abuso, coloquem nas casas e nos pavilhões e não no campo, a ocupação intensiva do solo por grandes parques solares pode causar impactos ambientais (como alteração do microclima e degradação do solo), que afetam a qualidade de vida e a segurança alimentar a longo prazo. Existem Impactos Ambientais e Impactos no Ecossistema com Alteração do Solo: Grandes instalações cobrem o solo e limitam a incidência de luz natural. Isso altera a humidade local e a temperatura, podendo degradar a terra a longo prazo caso não haja mitigação. Uso e Descarte: Embora o processo seja limpo, a extração de matérias-primas e a reciclagem inadequada no fim da vida útil (cerca de 25 anos) podem lixiviar químicos tóxicos, caso os painéis sejam abandonados.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116109	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. As necessidades energéticas devem ser supridas apelando à construção local de centros solares, ao uso de paisagens já artificializadas. Quando todos os edifícios públicos e privados estejam já providos de painéis solares a gestão energética será feita localmente e os consumidores poderão até ter benefícios a nível económico. A destruição de paisagens que são fulcrais para a vida para instalação de painéis solares é um crime ambiental. Acelerar este processo tentando para isso passar por cima de estudos de impacte ambiental e avaliação de estragos é absolutamente inaceitável . A paisagem do nosso país não é apenas bela e feita de estética, a paisagem é território cheio de fauna e flora. A destruição desses habitats tem impactos gravíssimos nos territórios imediatos e circundantes . Os impactos são ambientais e sociais, prejudicando transversalmente as populações humanas e a fauna e flora. A transição energética deve ser feita mas não à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe. Estes processos devem ser dinamizados localmente, criando comunidades energéticas em articulação com os municípios e as populações locais, sendo fulcral descentralizar decisões e a valorizar dos instrumentos de ordenamento do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116108	Discordância	Porquê ocupar de solos agrícolas e florestais por grandes centrais solares? As consequências são não só a destruição da paisagem, há impactes na biodiversidade, efeitos na saúde pública e nas alterações climáticas Projeto altamento lesivo, onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares em apenas 3 concelhos vizinhos (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) com uma ocupação do seus territórios superior a 35%. Impacto avassalador do ponto de vista ambiental com a implicação direta num enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos .	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116107	Discordância	Coloquem painéis fotovoltaicos telhados das zonas urbanas e industriais, onde existe rede de distribuição e consumo. NÃO desflorestem o país para colocar fotovoltaicos onde não há rede nem consumo	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116106	Discordância	Quando as energias renováveis se tornam inimigas da natureza devemos colocar-nos as questões certas, a fauna e a flora da Serra Gardunha não estão à venda.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116104	Discordância	concordo com a utilização de coberturas de edificios, parques de estacionamento e similares não posso concordar com a eliminação pura e simples da vegetação endémica e "plantação" de paineis como não posso concordar com a colocação de torres eólicas cada vez mais próximas das localidades	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116103	Discordância	Nem sequer acho que deva ter de justificar o porquê da minha discordância. É de facto tão absurdo que realmente não tenho nada mais a acrescentar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116102	Discordância	Parece não haver transparência suficiente na proposta feita. É preciso haver análises de impacto ambiental para todas as áreas propostas. Penso que seria melhor focar na energia solar descentralizada para suprimir uma parte das necessidades energéticas do país, a nossa paisagem precisa de ser recuperada e não de mega-projetos foto-volt´aicos e eólicos.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116100	Discordância	Idea horrível, sem visar a fauna e flora e estética ambiental… horrivel	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116099	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116098	Discordância	Não se pode só pensar em energia, primeiro estão as pessoas, os animais, a propriedade privada, o bem estar das populações	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116097	Discordância	a proposta prejudica muito a regiao da Serra da Gardunha, já demasiado prejudicada por incêndios recorrentes	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116096	Discordância	Exmo.(a)s Senhore(a)s, Na qualidade de cidadão residente numa zona potencialmente abrangida pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha preocupação relativamente aos impactos que este programa poderá ter no território, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Compreendo a necessidade de promover a transição energética e de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, considero que esta transição não pode ser realizada à custa da destruição de ecossistemas, da fragmentação da paisagem, da perda de habitats naturais e da descaracterização das zonas rurais. Importa refletir se a aceleração da instalação de grandes infraestruturas de produção de energia renovável respeita verdadeiramente os princípios da sustentabilidade. Sustentabilidade não significa apenas produzir energia com menores emissões de carbono; significa também proteger a biodiversidade, preservar os recursos naturais e garantir que as comunidades locais não suportam, de forma desproporcionada, os impactos destas decisões. Questiono igualmente se foram devidamente avaliados os impactos cumulativos destes projetos no microclima local, na fauna, na flora, na paisagem, nos recursos hídricos e nas atividades agrícola e florestal. Estes fatores são fundamentais para o equilíbrio ambiental e devem merecer a mesma atenção que os objetivos de produção energética.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116095	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Chaves, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Impacto cumulativo ignorado: O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram. Afastamento insuficiente a habitações para eólicas (1 km), face à literatura científica recente sobre os impactos na saúde humana dos sons de baixa frequência e infrassons, emitidos pelos aerogeradores atuais (de 6MW e mais de potência). Este afastamento nunca deve ser inferior a 2 km e sempre dependente do tamanho, potência, número de aerogeradores e factores de relevo e localização face aos aglomerados, conforme recomendação de vários especialistas. Afastamento insuficiente a habitações para centrais solares (200 metros) Esta distância não consegue mitigar de forma eficaz os impactes térmicos, visuais, acústicos e cumulativos que resultam da proximidade destas infraestruturas industriais a zonas habitacionais, especialmente em regiões do interior já vulneráveis. A alteração profunda da ocupação do solo para a instalação de vastas áreas de paineis solares modifica o albedo (a capacidade de reflexão da superfície). A combinação desta variação com o reflexo direto dos paineis causa impacto térmico e visual aos residentes próximos. O plano ignora as alterações climáticas e as ondas de calor. Não avalia como a artificialização de milhares de hectares de solo natural por "manchas negras" de paineis pode potenciar fenómenos de calor extremo em territórios já propensos à desertificação. A concentração massiva de projetos solares em territórios do interior que já são climaticamente mais frágeis é um "sacrifício territorial", onde a instalação industrial pode agravar as temperaturas locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
116093	Reclamação	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116092	Discordância	Como cidadã portuguesa e residente no concelho de Idanha-a-Nova, manifesto a minha discordância em relação a esta proposta, nomeadamente: - a ocupação de territórios de base rural, uso agrícola, florestal, áreas REN e RAN, de forma contínua e massiva, em todo o território nacional - a ocupação de uma percentagem tão elevada do território para este uso das renováveis; 7% é uma enormidade - na minha região de residência (distrito de Castelo Branco), sendo uma região de enorme valor e interesse paisagístico e de biodiversidade, além de ser uma região sensível em termos climáticos (com temperaturas elevadas nas estações secas e necessidades de gestão da água), mega projetos de produção de energia fotovoltaica são uma ameaça real à vida natural e á saúde. Manifesto a minha preocupação em relação, nomeadamentre: - No país: generalizar-se a permissão para a ocupação do território rural e de baixa densidade humana por renováveis fotovoltaicas e eólicas, ao invés de se priorizar/ incentivar/ obrigar os promotores dos projetos a ocuparem zonas já artificializadas, aterros, áreas industriais desativadas e outras. Estes territórios servem o país com outros valores importantes; sequestro de carbono, biodiversidade, equilíbrio hídrico, paisagem, saúde ambiental, economia de base rural e natureza, cultura, etc. - Na região da Beira Baixa, onde escolhi investir, residir e trabalhar, precisamente pelas características de baixa densidade industrial: artificializar a paisagem desta forma, com um mar de painéis solares, nom meu entendimento, agride o ambiente, contribui para a elevação da temperatura e desequilíbrios ecológicos, hidrológicos, de saúde, etc. Além de que não promove a criação de riqueza local, nem diverisifica a economia local, pelo contrário, afasta os empreendedores, agravando ainda mais o fosso litoral-interior.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116091	Discordância	Pela preservação do ambiente, dos territórios, e do futuro dos nossos filhos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116090	Reclamação	Vivo no interior de Portugal, em Castelo Branco, conheço a realidade de todo o distrito e manifesto uma profunda preocupação com o futuro das nossas paisagens, da biodiversidade, da agricultura e das comunidades rurais. Reconheço a importância do planeamento do futuro energético para a melhoria da transição; no entanto, rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Preocupa-me que este processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras, garantindo o respeito pela autonomia local. Solicito, antes da sua aprovação, a revisão e adaptação dos documentos apresentados, visando uma maior transparência, acessibilidade e democraticidade, incluindo os seguintes aspetos: - Apresentação concreta de mapas e da cartografia das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis; - Critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos; - Avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de projetos e infraestruturas associadas, incluindo a integração das linhas elétricas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
116089	Concordância	Estou em plena concordância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116087	Discordância	Protejam o verde, natureza. Coloquem nos estacionamentos e nas faixas separadoras das auto-estradas os painéis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116086	Discordância	Natureza em primeiro lugar A transição energetica e necessaria mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116084	Discordância	Os painéis solares não são ecológicos, as árvores sim. Não quero que cubram as nossas colinas e gerem mais calor	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116082	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação da ZAER, por considerar que o projeto poderá ter impactos significativos no ambiente, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que a instalação de grandes centrais solares deve ser cuidadosamente planeada, privilegiando áreas já artificializadas, industriais, degradadas ou coberturas de edifícios, evitando a ocupação de solos agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico. Solicito que sejam avaliados de forma rigorosa os impactos cumulativos sobre os ecossistemas, a fauna, a flora, os recursos hídricos, a paisagem e as atividades económicas locais, bem como que seja garantida uma verdadeira participação das populações afetadas. Assim, peço que esta proposta seja revista ou rejeitada, procurando soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção do património natural, da paisagem e dos interesses das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116081	Discordância	Depois de muitos anos repetidamente ver este concelho ser fustigado por incêndios, depois a tempestade, surge agora a proposta de transformar uma parte significativa desta floresta, a precisar de manutenção e de um ordenamento do território real, em campos de painéis solares e outras não especificadas. Não concordo. A tendência tem.sido de perda de biodiversidade, acidificação dos solos e prolífera de invasoras. Depois de cada incêndio não há trabalho no sentido de recuperar a floresta, apenas se faz gestão de sobrantes. A solução não passa por surribar as s terras para meter painéis e afins! Acresce que as populações obtém míseros retornos de todos os danos causados. Acho um atentado. Peço que este programa seja revisto, o interior não pode ser uma área de sacrifício para aque o PIB cresça umas décimas, ou para pretexto para verbas da UE que servem os interesses de Bruxelas mas não dos portugueses. Além disso nenhum projeto deve ficar isento de avaliação de impacte ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
116080	Discordância	A degradação de solos, zonas verdes e áreas não exploradas pelo homem até agora, deve ser sempre evitada ao máximo. Concordo que devemos ao máximo aproveitar a elegia gerada pelo sol e vendo como forma de estarmos independentes do exterior para obter energia, mas não deve ser a custa de abate de arvores degradação de paisagens verdes que tanto auxiliam entre muitas outras coisas ao arrefecimento das temperaturas.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
			Obrigada pela sua participação.
116078	Discordância	A aceleração da implementação das energias renováveis não é benéfica se para tal, se se tiver que sacrificar paisagem verde! Existem variadíssimas opções para aumentar a produção solar sem sacrificar a paisagem verde agrícola ou florestal.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116077	Discordância	A Marca-ADL reconhece a necessidade de acelerar a transição energética e apoia o aumento da produção de energia renovável. Contudo, rejeita integralmente a presente proposta de PSZAER, por considerar que os seus problemas são estruturais e decorrem do próprio modelo territorial adotado: cartografia muito extensa em solo rústico, normalização de projetos centralizados de grande dimensão, salvaguardas ambientais insuficientemente operacionalizadas e ausência de uma hierarquia vinculativa que priorize a produção distribuída em áreas urbanas, edificadas, industriais e já artificializadas. A própria Avaliação Ambiental Estratégica conclui que os projetos de pequena dimensão, o autoconsumo e a instalação em áreas artificializadas apresentam menores impactes e maiores benefícios sociais, enquanto os grandes projetos e a concentração espacial agravam os conflitos com a biodiversidade, a paisagem, a agricultura, a floresta, o turismo e as comunidades. Não é, por isso, coerente aprovar um programa construído sobretudo para acelerar a ocupação extensiva de solo rural e remeter para fases posteriores a resolução dos impactes cumulativos, da capacidade de carga territorial e das incompatibilidades com os PDM. Os cinco fundamentos seguintes (em documento anexo à participação) justificam a rejeição da proposta e a elaboração de um novo programa assente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
116076	Discordância	É preciso garantir que o ecossistema e a paisagem não são destruídos por estas estruturas, o que não é acautelado por este programa. Há iniciativas com sucesso de implementação de sistemas solares em cidades, que protegem a natureza; não são contemplados nem explorados neste programa. O território de Portugal não pode ser sacrificado desta forma. É inaceitável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116075	Discordância	Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116074	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Montemor-o-Novo, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Manifesto parecer desfavorável ao PSZAER, por considerar que a proposta não demonstra um equilíbrio adequado entre os objetivos de descarbonização, a proteção ambiental, o ordenamento do território e a salvaguarda dos interesses das comunidades locais. O plano reduz critérios de exclusão anteriormente considerados relevantes, diminui zonas de proteção de ecossistemas sensíveis e admite a ocupação de solos agrícolas, florestais e outros territórios com elevado valor ecológico e paisagístico. Simultaneamente, não avalia de forma suficiente os impactos cumulativos da concentração de grandes projetos, nem assegura a proteção de corredores ecológicos e de diversos grupos de espécies. Do ponto de vista territorial, a área identificada como potencial ZAER é considerada excessiva face às necessidades energéticas apresentadas, privilegiando a ocupação de solo rústico antes de esgotar alternativas como coberturas de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas. O PSZAER também suscita preocupações quanto à autonomia municipal, à insegurança criada por cartografia meramente indicativa e à ausência de benefícios obrigatórios para as populações diretamente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116073	Discordância	Oposição ao PSZAER tal como se encontra apresentado. A transição para as energias renováveis é indispensável e urgente. Mas não pode ser feita à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe — e o PSZAER, tal como está, não assegura esse equilíbrio. O programa impõe decisões sobre os territórios em vez de as construir com eles: centraliza escolhas, ignora as estratégias locais e os PDM, fragiliza a autonomia municipal e afasta as comunidades dos processos que moldarão o seu futuro. Não é planeamento democrático, mas sim uma imposição territorial. A escala proposta é injustificável. O próprio programa admite que 7% do território nacional tem aptidão para aceleração, quando os dados técnicos demonstram que menos de 1% seria suficiente para cumprir as metas até 2030. Não há razão para transformar concelhos inteiros em zonas de sacrifício, com manchas de painéis que podem ultrapassar 30% do território municipal. A paisagem destruída não volta, e nenhuma compensação devolve o que se perde. É igualmente grave que o PSZAER retire os montados de sobro e azinho dos critérios de exclusão, permita a ocupação de solos agrícolas e florestais e reduza os buffers de proteção de 500 m para 50 m. Os pareceres técnicos são claros quanto à sobreposição com a Rede Natura 2000, com Zonas Importantes para as Aves e com a Reserva da Biosfera da UNESCO. A biodiversidade e os corredores ecológicos não são obstáculos — são infraestruturas vitais. O modelo energético proposto é ainda socialmente regressivo: favorece megaprojetos centralizados, não garante benefícios reais às comunidades, não promove o autoconsumo nem as comunidades de energia, e socializa custos enquanto privatiza lucros. Ignora também os impactos na saúde pública, sem qualquer Avaliação de Impacto na Saúde. Existem alternativas melhores que o programa não prioriza: áreas já artificializadas, agrovoltaico compatível com a agricultura, comunidades de energia, autoconsumo, repowering de parques existentes e produção	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116072	Discordância	Caros Senhores e caras Senhoras: Sou obrigado a deixar a minha discordância com o projecto para as áreas protegidas como o sudoeste alentejano. Para além do impacto económico na região, pela via de impacto ecológico e redução de capacidade turística, existem os impactos ambientes não medidos e os impactos nas áreas populadas. Remeto para as comunições governamentais de dezembro de '25 e abril de '26 onde mencionam preferência por: - projectos agrofotovoltaicos - https://portugal.gov.pt/gc25/comunicacao/comunicados/ultimo-despacho-do-ano-do-fundo-ambiental-acelera-execucao-de-projetos-prioritarios - áreas mineiras degradadas - https://portugal.gov.pt/gc25/comunicacao/comunicados/governo-avanca-com-estudo-para-instalar-energias-renovaveis-em-antigas-areas-mineiras-degradadas Ambas boas propostas do actual executivo com impacto muito positivo na população e via indirecta na economia pela manutenção de valor do país bem como pela simbiose e integração com o dia a dia das populações.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116071	Discordância	Com os melhores cumprimentos Não concordo, com estes programa sectorial das zonas de aceleração da implementação de energias renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116070	Discordância	boa tarde 1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116069	Discordância	Mais consciência por amor à nossa sobrevivência.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116067	Reclamação	Sou um cidadão preocupado com a proposta do PSZAER que inclui a Serra da Gardunha e a Beira Baixa como zonas para a instalação de grandes centrais solares e eólicas. É fundamental que consideremos a proximidade das habitações e o impacto direto que esta opção pode ter na qualidade de vida das comunidades locais. A transformação das nossas montanhas em zonas industriais representa uma desconsideração pela beleza natural da região, perpetuando a ideia de que o interior é uma terra de "resíduos". Em vez de sacrificar paisagens magníficas e áreas agrícolas valiosas, devemos priorizar o uso de telhados e de terrenos já urbanizados para estas energias renováveis. Apelo, por isso, à exclusão da Serra da Gardunha e da Beira Baixa das zonas de aceleração do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116066	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupada com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e em particular na minha aldeia Luzianes-Gare. Assim, venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares e eólicas degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116063	Discordância	Documento anexo com sugestões melhores fundamentadas. Em resumo: Tantos TELHADOS nas Cidades; Parques de Estacionamentos, TODAS as LINHAS de COMBOIOS Cobertas (tirando nas pontes). Ridículo ir Desertificar ainda MAIS e SECAR ainda Mais as terras possíveis de se plantarem Árvores. Não maus eucaliptais e monoculturas de pinheiros/ só uma espécie, mas sim com mais florestas sintrópicas (milhares de árvores Diferentes) e de turismo de Qualidade no interior - tão Indispensável à NOSSA Sobrevivência neste país a SECAR! Atenção. Só alcatrão nas cidades, + o interior sem natureza vai nos destruir e à natureza, às águas e todo o ar puro que ainda tenta subsistir. Não duvidem disso.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116062	Discordância	I respectfully oppose the inclusion of the Serra da Gardunha / Beira Baixa region as a PSZAER site for large solar and wind projects. This area is not only a beautiful protected mountain landscape but also a crucial habitat for threatened species such as the Iberian lynx and nesting birds of prey. The environmental integrity of our region must be preserved, as these ecosystems are vital for maintaining the balance of local flora and fauna. Additionally, the potential disruption of water courses and supply cannot be overlooked. This region's water resources support both agriculture and local wildlife. I urge decision-makers to protect the Serra da Gardunha / Beira Baixa, prioritizing our environment and community over large-scale energy projects. Please exclude our cherished landscape from the acceleration zones.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
116061	Concordância	As energias renováveis não devem ser sinónimo de destruição da paisagem, de destruição ambiental. Não devem ser sinónimos de destruição da vida local e da biodiversidade. Não devem favorecer de forma pornográfica meia dúzia de empresários sem escrúpulos , que enriquecem à custa das populações locais e da destruição da sua vida quotidiana. Não devem ser sinónimo da destruição de terras férteis e agrícolas por excelência, de terras ancestrais ,que estão destinadas a dar comida. As energias alternativas não devem estar apenas a favorecer as grandes multinacionais e a industria automóvel, mas sim ser postas ao serviço da população. Não a este autêntico crime, que diz ser verde, mas é negro como morte.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116060	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116058	Discordância	Discordo totalmente. As sucessivas decisões de sacrificar toda a paisagem e população portuguesa em prol da agenda energética europeia e do lucro fácil de corporações oportunistas e sem escrúpulos ou consideração por nada que não sejam os seus interesses, são vergonhosas. Esta iniciativa será irreversível e o país pagará um preço muito alto por isto, que em nada beneficia a população, como sempre, ou o futuro da sustentabilidade dos recursos naturais do país. A posição do governo português neste contexto é ultrajante e vergonhosa, como tem sido em tudo o que respeita a políticas sociais e ambientais. Os países civilizados procuram soluções equilibradas, que progridem no desenvolvimento mas respeitando e valorizando sempre o ambiente e respeitando o equilíbrio. Numa altura de fortes preocupações a nível climático e ambiental este projecto revela-se ultra lesivo para Portugal e no sentido contrário ao que deve ser feito. Um pais que já sofre com secas e cheias, vê assim a sua situação degradar-se ainda mais, sem qualquer rumo ou interesse político em reverter uma situação já de si tão perigosa no presente e no futuro. Não é assim que se gere um país, com base apenas na corrupção e interesses pessoais de um pequeno grupo de intervenientes. Politicas terceiro-mundistas que vão acabar por arrasar o pouco que resta de Portugal.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116056	Discordância	Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população. Não são apenas os turistas que vêm para a nossa região; também pessoas de outras partes de Portugal e do	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para
116055	Reclamação	Não apresentam Cartografia Detalhada em formato KML ou WFS. Não apresenta nenhuma compensação financeira para as Autarquias Locais (juntas de Freguesia) Caso seja Implementa equipamentos PV PO	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116049	Discordância	Não á exploração dos territórios nacionais para fins lucrativos de empresas estrangeiras	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116046	Discordância	Este projecto irá destruir a Beira Baixa, a sua fauna e flora, o seu ambiente, por isso me oponho a que vá para a frente. Não queremos o distrito de Castelo Branco destruído para produzir energia solar; esta pode ser produzida noutros lugares. Não queremos que, em nome de energias “verdes”, se destrua o verde de uma região belíssima.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116045	Discordância	Como já noticiado e falado por pessoas ligadas ao ramo da energia, portanto, Especialistas, não os tais "especialistas" das narrativas. Entre eles os Grandes Srs Clemente Pedro Nunes, Mira Amaral, um ex da DGERT. Para não falar de documentarios, reportagens realizados com professores universitarios de varios paises, da àrea das energias, sobre as energias intermitentes renovaveis, principalmente as fotovoltaicas e eolicas. Mas falando neste caso e tendo algum conhecimento tecnico na area, formacoes e montagem, uma coisa é uma UPAC domestica, outra coisa ´a nivel geral, para a rede eletrica. Como se sabe, sim, eu sei que voces sabem que eu sei, a estabilidade da rede so com intermitentes VAI FALHAR, tanto na frequencia, como na tensao, mas a narrativa dos hipocritas assim o querem. Vamos agora falar das "fazendas" de sgricultura intensiva PV/PF existentes, segundo especialistas, a produção das existentes, uma grande parte NÃO ENTRA NA REDE ELECTRICA, pois a mesma não tem capacidade, para não falar das tais FEED INTER, as tais taxas para os amigos do tempo do Socrates. Porque é que nunca explicam como as coisas funcionam. Links de reportagens. https://youtu.be/52tzT09z81E?si=ugllGhcgqYa1yzLw https://youtu.be/YbxpieEQ7bc?si=gWG1HH38Z5m-LdLv https://youtu.be/d_zikSI92D0?si=CfoG3xKS4RUd_KQQ	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Pronúncia em sede de Consulta Pública	
116044	Discordância	No âmbito da Consulta Pública relativa ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta apresentada. Embora reconheça a importância da transição energética e da promoção das energias renováveis para o cumprimento dos objetivos nacionais e europeus de descarbonização, considero que o presente programa não assegura um equilíbrio adequado entre esses objetivos e a salvaguarda dos recursos naturais e do território. Em primeiro lugar, a expansão prevista poderá conduzir à ocupação e artificialização de solos com elevado valor agrícola, florestal ou ecológico, comprometendo a sua utilização futura e contrariando o princípio da utilização sustentável do solo. Em segundo lugar, existe um risco significativo para a biodiversidade, designadamente pela destruição e fragmentação de habitats naturais, perturbação da fauna e da flora e degradação de ecossistemas cuja conservação constitui um dever constitucional e legal do Estado. Acresce que Portugal já dispõe de um número muito significativo de projetos de produção de energia renovável, muitos dos quais ainda em fase de implementação. Antes de se prever a criação de novas zonas de aceleração, deveria ser efetuada uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos dos projetos já	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116043	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade - Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. - Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. - A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. - Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies. - Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exmos. Sr(s) O município de Cabeceiras de Basto expõe a sua preocupação relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), mais concretamente a existência de uma ZAER Solar que sobrepõe com território concelhio. O município de Cabeceiras de Basto terminou recentemente o processo da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal. Com a entrada em vigor do novo Plano foram definidas áreas de UOPG nas quais se depositam fortes expetativas no seu papel de desenvolvimento económico e social do município. Tendo os serviços municipais sobreposto a informação vetorial do ZAER Solar, identificaram que a mesma sobrepõe, parcialmente (17,1ha), com uma UOPG Estratégica (2-Arco de Baúlhe).	Obrigada pela sua participação.
116042	Reclamação	Considerando a importância de salvaguardar a integridade da UOPG, que por ter sido classificada como estratégica demonstra a sua vitalidade no desenvolvimento do concelho, o município de Cabeceiras de Basto solicita neste ato de participação, uma retificação à ZAER Solar de forma a retirar a área da mesma que coincide com a UOPG em questão. Anexa-se a esta participação um ficheiro em ZIP que contém: -Mapa com ilustração da sobreposição da ZAER Solar com a UOPG Estratégica 2 - Arco de Baúlhe. -Shapefile com a delimitação total da UOPG Estratégica 2 - Arco de Baúlhe. -Shapefile com a área coincidente para retirar da ZAER Solar	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116041	Discordância	Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta de classificação de uma parte tão significativa do concelho de Mortágua como Zona de Aceleração para Energias Renováveis (ZAER). Sou favorável à transição energética e reconheço a importância de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, considero que essa transição deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o ambiente, a biodiversidade, as populações e o território. Mortágua é um concelho profundamente ligado à floresta e ao meio rural. Mesmo quando predominam espécies de produção, estas áreas desempenham funções ambientais fundamentais, como a captura de carbono, a produção de oxigénio, a proteção dos solos, a retenção da água, a regulação da temperatura e a preservação da biodiversidade. A ocupação de extensas áreas por grandes centrais solares representa uma alteração profunda da paisagem e dos ecossistemas, cujos impactos devem ser cuidadosamente avaliados. Considero que, antes de ocupar milhares de hectares de solo rural e florestal, deveriam ser verdadeiramente esgotadas todas as alternativas já existentes. Existem inúmeros telhados de habitações, edifícios públicos, escolas, hospitais, empresas, armazéns, zonas industriais e parques de estacionamento que poderiam ser utilizados para a produção de energia solar, reduzindo significativamente a necessidade de ocupar solos naturais ou agrícolas. Também áreas já degradadas, como pedreiras desativadas, aterros encerrados e outros espaços artificializados, deveriam ser prioritárias para este tipo de investimento.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
116040	Discordância	As oportunidades surgem através da flexibilidade. O dinheiro não substitui um ecossistema.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116039	Discordância	Discordo da inclusão de áreas da Serra da Gardunha no Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a necessidade de reforçar a produção de energia renovável e de promover a transição energética, mas considero que a Serra da Gardunha possui valores naturais, paisagísticos, culturais e económicos que justificam uma proteção acrescida. A Gardunha é um território de elevada importância para a biodiversidade, para os recursos hídricos, para a agricultura tradicional, nomeadamente a produção de cereja, e para o turismo de natureza. A instalação de grandes infraestruturas energéticas poderá causar impactos significativos e irreversíveis na paisagem, nos ecossistemas e na identidade deste território. Considero igualmente que devem ser avaliados de forma rigorosa os impactos cumulativos dos diversos projetos previstos ou já existentes na região, garantindo que a transição energética não é feita à custa da degradação de áreas naturais de elevado valor ambiental. Solicito, por isso, a exclusão das áreas mais sensíveis da Serra da Gardunha das zonas de aceleração previstas no PSZAER, bem como a realização de estudos aprofundados e de uma efetiva participação das populações locais na tomada de decisão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
116038	Discordância	Portugal deve defender sempre o seu território.. As suas paisagens.. Os seus campos agrícolas.. As suas tradições.. Os seus produtos.. As suas gentes e não ser uma lixeira a céu aberto para usufruto de interesses estrangeiros. Que vão dar dinheiro a uns quantos e trazer a miséria e a destruição á maioria.. devem publicar as desvantagens e os riscos dos painéis solares e das Eólicas.. Do que são feitos.. O aumento de temperatura que provocam.. A terra que fica estéril para sempre.. É a impossibilidade de reciclagem destes equipamentos.. É expor quais os verdadeiros motivos porque querem colocar o nosso País pintado de preto supostamente para defender o meio ambiente dos seus próprios países.. Não ás Minas a céu aberto.. Não á campos de painéis solares.. Sim a mais pessoas nos campos, na agricultura, sim ao aumento das culturas biológicas,.. Pelo nosso presente e pelo futuros dos que um dia vão nascer...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116037	Discordância	Matar a natureza para ter um mundo mais verde é completamente ridículo. Não concordo com a destruição da natureza para "plantar" painéis solares. Quem lucra com isso? O planeta, não. Os bolsos de meia dúzia, certamente.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116036	Discordância	não concordo porque acho que tem um impacto negativo em termos ecológicos e socioeconómicos para as populações locais e para o país no geral	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116035	Discordância	É difícil compreender porque se continuam a ocupar terrenos agrícolas, espaços naturais e paisagens com enormes centrais fotovoltaicas, quando ainda existem milhares de telhados de habitações, armazéns, fábricas, centros comerciais e edifícios públicos que poderiam produzir energia sem destruir solo útil. Os terrenos agrícolas devem servir para produzir alimentos, preservar a biodiversidade e proteger a paisagem, não para serem cobertos por painéis solares quando existem alternativas com muito menor impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
116034	Discordância	Não concordo porque acho que tem um impacto negativo em termos ecológicos e socioeconómicos para as populações locais e para o país no geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
116033	Discordância	Alto impacto ambiental, poluição visual, desflorestação. Existem outros meios para não causar este impacto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116030	Sugestão	Assunto: Exigência de salvaguardas socioeconómicas, resiliência energética e restauro da natureza em territórios de baixa densidade. Caso específico de Oleiros, Beira Baixa. Na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Madeirã, concelho de Oleiros, apresento as seguintes questões e propostas de alteração à proposta de PSZAER, centradas na sustentabilidade e justiça territorial dos projetos a implementar: 1. Emprego e Fixação de População do Mundo Rural As fontes admitem que os projetos de energias renováveis geram impactos económicos diferenciados, sendo o emprego maioritariamente temporário durante a fase de construção e muito reduzido/ seletivo na fase de exploração e manutenção. Para evitar que estes projetos sejam meramente extrativos, é imperativo que o PSZAER: . Exija o cumprimento de indicadores de emprego estável e permanente local. .Crie programas de aprender novas competências e reciclar as antigas para as populações locais, integrando os projetos em fileiras económicas regionais que vão além da mera produção de energia (por exemplo, envolvimento em projetos de modernização da gestão florestal e restauro da natureza). . Avalie se a implantação de ZAER em solo rústico não compromete a viabilidade de outras atividades rurais (agricultura e floresta). 2. Benefícios económicos e Orçamentos Locais Existe uma assimetria de visibilidade entre os impactos territoriais e os benefícios que chegam às finanças autárquicas, muitas vezes diluídos em despesa corrente. Propõe-se:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116029	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. • Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116028	Discordância	A energia mais reovável que existe são as árvores. Plantar árvores autóctones em sistema biodiverso. E gerir a floresta de forma a que não arda. Toda a gente sabe isto. Campos de painéis solares não são sustentáveis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116027	Discordância	Caros Senhores e Senhoras, Moro ha 25 anos em Cortes Pereiras ,Santa Clara-a-velha no Sul do Alentejo. Adoro esta regiao, com a sua natureza intocada e o seu silencio. Atualmente, estao a ser planeadas varias centrais eolicas nesta zona. A nossa casa fica a apenas algumas centenas de metros de duas turbinas previstas. Eu proprio sou a favor da energia renovavel, abasteco - me de energia solar ha 25 anos,mas oponho-me veementemente a projetos de grande envergadura vom este. As obras de construcao destruiriam o ecossystema da nossa regiao. Temos aguias e muitas outras aves de rapina cuja vida fica ameacada plastik turbinas. As colinas sao ingremes e , por isso ,ja estao sujeitas a erosao .As obras para a construcao de estradas de acesso e a impermeabilizacao do solo atravez de fundacoes de betao agravariam consideravelmente a erosao. Por ultimo ,mas nao menos importante,o ruido, as vibracoes e a sombra projetada representam um prejuizo consideravel para a nossa qualidade de vida e uma desvalorizacao do nosso terreno. A producao de energia renovavel deve ocorrer em harmonia com a natureza e os seid habitantes. Caso contrario, traz mais prejuizos do que beneficios. Por isso ,manifesto-me contra grandes projetos industriais e a favor de solucoes deszentalizadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116026	Discordância	Cumprimentos Uma associação de jovens, que discorda totalmente deste programa. Colocamos em anexo a nossa participação	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116024	Discordância	Bom dia, Como cidadão português, residente em Mortágua, manifesto a minha preocupação para com os mega projetos de energia solar. Todos os projetos terão de ter em conta um equilíbrio entre a transição energética e a proteção da natureza! Neste caso concreto, teremos de ter em conta os objetivos do PSZAER. A produção de energia solar é essencial para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e acelerar a transição energética. No entanto, a instalação de mega centrais fotovoltaicas em solos rurais deve ser cuidadosamente ponderada. A produção de energia renovável não pode comprometer os ecossistemas, a biodiversidade e as funções ambientais e económicas do território. As áreas rurais desempenham um papel fundamental na conservação da natureza, na produção agrícola, na regulação dos recursos hídricos e na preservação da paisagem. A ocupação de grandes extensões de solo por parques solares pode gerar impactos significativos, sobretudo quando existem alternativas que aproveitam espaços já artificializados. Impactos negativos Perda de biodiversidade, devido à destruição e fragmentação dos habitats naturais. Redução da área agrícola, comprometendo a produção alimentar e a economia rural. Alteração da paisagem, afetando a identidade e o valor natural do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116022	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade - Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. - Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. - A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. - Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies. - Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116021	Sugestão	ASSUNTO: CONSULTA PÚBLICA NO PORTAL PARTICIPA - PROGRAMA SETORIAL DAS ZONAS DE ACELERAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (PSZAER) O Município de Loulé comprometido com a ação climática, neste particular com a transição energética, sem descurar a salvaguarda do território e das suas populações, procedeu à análise da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) e do respetivo Relatório Preliminar de Avaliação Ambiental Estratégica, no âmbito da consulta pública realizada no portal Participa entre 2026-06-17 e 2026-07-15, ressalvando os seguintes pontos: • O Município de Loulé não é abrangido por nenhuma ZAER solar fotovoltaica ou eólica, de qualquer forma e atendendo à importância do assunto, consideramos que os perímetros definitivos das ZAER devem ser validados pelos municípios para os quais estes estão previstos, garantindo que não colidem com outras estratégias municipais, salvaguardando a autonomia dos municípios. • Embora seja de louvar a elevada participação e envolvimento do público e de outras entidades durante a Avaliação Ambiental Estratégica, considera-se que as populações locais que vão ter estes projetos implementados nos seus territórios e na proximidade das suas habitações precisam de ser mais envolvidas, caso tal não aconteça, corre-se o risco de promover uma maior desigualdade territorial. • O Município de Loulé, conforme já referido em pareceres anteriores, considera que deverá continuar a ser dada prioridade à produção descentralizada de energia através de unidades de produção para autoconsumo individual, coletivo ou a comunidades de energias renováveis integradas em edifícios ou como sombreamento para parques de estacionamento/outros, cujos projeto podem ser benéficos para as populações mais desfavorecidas, contribuindo para a redução da pobreza energética e porque estas soluções	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
116020	Discordância	Não é de todo para o interesse nacional expropriar terrenos privados, que estão na mesma família há gerações e que servem de sustento agrícola para muitos, para fazer deles parques eólicos e fotovoltaicos sem que os seus donos não recebam nenhuma compensação	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116019	Discordância	Manifesta-se a mais absoluta discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por representar uma abordagem que privilegia a instalação massiva de infraestruturas energéticas à custa da proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e da qualidade de vida das populações. A designação de vastas áreas como zonas de aceleração constitui uma ameaça ao património natural, agrícola e cultural, desvalorizando os impactes ambientais, sociais e económicos que estes projetos acarretam. A transição energética não pode servir de justificação para a artificialização irreversível do território nem para a limitação do direito das comunidades a participar de forma efetiva nas decisões que afetam o seu futuro. Este programa revela uma preocupante ausência de equilíbrio entre os objetivos energéticos e a defesa do interesse público.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116018	Discordância	Na qualidade de cidadã e exercendo o meu direito de participação numa matéria que afeta diretamente o território onde nasci e cresci, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da produção de energia a partir de fontes renováveis e considero que Portugal deve continuar a investir na transição energética. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa da destruição do património natural e da descaracterização dos territórios onde vivem as pessoas. Nasci e fui criada na Freguesia de São Domingos. Conheço esta terra desde criança, percorri os seus caminhos, cresci rodeada pelos seus montados, pelas suas paisagens e pela riqueza da sua natureza. É por isso que me custa profundamente imaginar São Domingos rodeada por extensos campos de painéis solares que irão transformar de forma irreversível aquilo que sempre fez parte da identidade desta freguesia. Mais difícil ainda é aceitar que este enorme sacrifício seja imposto à nossa população quando os principais benefícios económicos nem sequer ficarão em São Domingos, mas servirão sobretudo o concelho vizinho. Não considero justo que a nossa freguesia suporte os impactos ambientais, paisagísticos e sociais enquanto outros recolhem a maior parte das vantagens. São Domingos possui um património ambiental, paisagístico e florestal de elevado valor. Os seus montados, linhas de água e áreas florestais constituem habitats importantes para inúmeras espécies de fauna e flora, desempenhando igualmente um papel essencial na proteção dos solos, na retenção da água, na prevenção da erosão e na mitigação das alterações climáticas. A instalação de grandes centrais de produção de energia provoca impactos muito significativos na biodiversidade, aumenta a fragmentação dos habitats, altera de forma irreversível a paisagem e afeta a qualidade de vida das populações locais. Estas transformações prejudicam atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a silvicultura, a apicultura e o turismo de natureza, que contribuem para a sustentabilidade e para a identidade do nosso território. Considero que existem alternativas muito mais equilibradas, privilegiando a instalação de projetos de energias renováveis em edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento, antigas áreas industriais, pedreiras desativadas e outros espaços já artificializados, evitando a ocupação de áreas florestais e de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116017	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116015	Discordância	A Junta de Freguesia apresenta a presente participação no âmbito da consulta pública da proposta de delimitação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), manifestando o seu compromisso com a transição energética e com os objetivos nacionais e europeus de descarbonização. Contudo, considera que esse desígnio deve ser compatibilizado com a proteção do património florestal, o respeito pelos instrumentos de ordenamento do território e o cumprimento do quadro legal aplicável. Neste sentido, expõem-se em anexo as principais razões que fundamentam o parecer desfavorável à proposta em consulta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116014	Discordância	Na qualidade de cidadão, do concelho de Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116013	Discordância	Concordo com a energia verde, mas não a destruição da paisagem, com o abate das árvores. Pensem em colocar os painéis nas linhas férreas e nos telhados dos edifícios.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116012	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação.
116011	Discordância	Não destruam a paisagem natural!	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
116010	Discordância	A estratégia aqui representada não faz qualquer sentido na substituição de floresta/campos agrícolas por zonas imensas de painéis solares ou outras infraestruturas de energias renováveis. Portugal deve focar-se no aproveitamento de edifícios para a instalação destes sistemas e apostar numa produção em rede onde a energia injetada em rede seja deduzida na fatura do contribuinte e não construir grandes parque fotovoltaicos.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação.
116009	Discordância	NÃO QUERO!!!!!! A serra é nossa!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
116008	Discordância	ESTE PROJETO PREOCUPA-ME E NÃO ENCONTREI INFORMAÇÃO SUFICIENTEMENTE ACESSÍVEL PARA PODER DAR UMA OPINIÃO INFORMADA	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
116007	Discordância	Respeitem o meio ambiente!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
116006	Discordância	Discordo com PSZAER em Vila Velha de Ródão, porque vai provocar aumento da temperatura na zona, perda de biodiversidade, poluição ambiental e tornar a autarquia irrelevante no que diz respeito ao projeto em si. Ao aliciar proprietários para vender/alugar as suas terras, oferecendo valores surreais para a instalação de tais centrais solares, verifica-se o que se suspeita, aproveitamento da falta de capacidade financeira das populações explorando-as e contribuir para continuar o saque do nosso território em prol de empresas estrangeiras, já não bastava a venda de terras a grupos financeiros e afins. Ao dar o nome de energia renovável - verde, tudo é permitido, pelos vistos. Só não percebo porque os técnicos que delinearam este programa não o implementam em Lisboa.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116005	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
116004	Discordância	Não estraguem a fauna e habitat dos animais , não nos matem aos poucos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116003	Discordância	Discordo, o impacto ambiental em espécies da região é elevado, para além da descaracterização da zona aumentando as zonas sem floresta e com impacto para as populações no local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116002	Discordância	Tenho 3 filhos, saimos de Lisboa à 5 anos para morar numa aldeia na serra da gardunha combater a desertificação no interior. Somos contra a instalação de painéis na serra, devido a destruiçao de ecocistemas e aumento de temperatura. Se avançar provavelmente vamos para outro lado. Espero que não.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
116001	Discordância	A "transição verde" é um argumento falacioso aqui: como é que destruir áreas verdes, que sustentam a biodiversidade e arrefecem o ambiente (o oposto do que acontece com os painéis fotovoltaicos) contribui para a sustentabilidade? Não é aceitável destruir o comum para interesses curtos de uns poucos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
116000	Discordância	Ex.mos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade - Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. - Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. - A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. - Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. - Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies. - Omissão de fauna e flora específicas: O plano é omisso relativamente a grupos inteiros de espécies, como peixes de água doce, anfíbios e répteis, deixando-os sem qualquer proteção nas áreas destinadas à	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115999	Discordância	Sou completamente contra este projeto, nao protege a natureza, paisagem nem o habitat animal no noss país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115998	Discordância	See attachment please.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115997	Discordância	Exmo.(a) Senhor(a) Coordenador(a) do Procedimento, Vem por este meio apresentar-se a presente pronúncia de discordância e oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por se considerar que a pressa na transição energética não pode sobrepor-se ao ordenamento do território e à proteção ambiental. A premissa de criar zonas de aceleração acarreta o risco severo de desregulamentação e descaracterização do país, uma vez que a simplificação excessiva dos licenciamentos tende a enfraquecer a exigência de Estudos de Impacto Ambiental. Uma verdadeira transição ecológica deve ser sustentável na sua plenitude e não pode focar-se unicamente na descarbonização da eletricidade à custa da destruição de ecossistemas locais, da biodiversidade e dos recursos hídricos. Esta preocupação estende-se à falta de salvaguarda do solo português, temendo-se a afetação massiva de terrenos com elevada aptidão agrícola ou integrados em áreas de proteção ambiental para a instalação de mega-projetos fotovoltaicos e eólicos. O programa falha ao não impor a prioridade absoluta da utilização de áreas já industrializadas, coberturas urbanas ou terrenos degradados, preferindo expor o mundo rural a uma ocupação industrial desmesurada. Este modelo gera um forte impacto socioeconómico negativo nas populações locais, que enfrentam a desvalorização do seu património e a perda de qualidade de vida, alimentando um sentimento de colonização energética onde o interior sofre os impactos visuais e ambientais enquanto os lucros e os benefícios são centralizados nos grandes promotores. Padece, ainda, o processo de um défice de participação pública real, já que a ausência de mapas de exclusão detalhados à escala municipal impede que os cidadãos e as autarquias exerçam um papel ativo de cogestão do seu território. Face ao exposto, solicita-se a revisão profunda deste programa setorial, exigindo-se que seja mantida a obrigatoriedade de avaliações ambientais estritas para todos os projetos de grande escala, sem exceções burocráticas. É imperativo que o articulado final exclua liminarmente os solos agrícolas viáveis e as zonas de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115996	Discordância	Não aos painéis em terrenos agrícolas	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115995	Discordância	Os edifícios das cidades e de zonas industriais deveriam ser os espaços onde implantar painéis solares, e não zonas rurais onde é necessário arrasar florestas em nome de energia verde. É só a mim que isto soa estranho?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115994	Discordância	A centralização de produção energética solar não cria valor para as populações. Toda a área ocupada com parques solares podia e deveria estar a ser ocupada com floresta/agricultura/zonas protegidas de biodiversidade. Paineis em cima de casas e de espaços "mortos" como parques de estacionamento. Não somos Marrocos, não temos áreas de deserto e portanto a destruição de zonas inteiras para colocação de painéis é um atentado contra a natureza, a produtividade e o bom senso. Os senhores que propõe soluções destas devem comer paineis solares, ou ter mobiliário feito de paineis solares, ou então vivem numa bela cápsula sub-realista em Lisboa e nunca meteram os pés noutro lado nem sabem os desafios que as populações já apresentam agora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115993	Sugestão	Em nome da Lambert Bioenergy SL, solicita-se que o biometano seja incorporado de forma explícita e transversal no PSZAER e respetiva AAE, atualmente centrados na energia solar fotovoltaica e eólica terrestre, em articulação com o Plano de Ação para o Biometano 2024-2040: Proposta de PSZAER (Caps. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9; págs. 1-6, 14-20, 37-60): Propõe-se uma linha autónoma para o biometano no PSZAER, priorizando o mapeamento das áreas envolventes aos pontos tecnicamente viáveis de ligação/injeção na rede pública de gás (estações de medição e regulação, estações de válvulas e outros pontos da RNTG/RNDG), sujeita a validação dos operadores de rede. Relatório Ambiental Preliminar (Caps. 1, 3, 4, 5, 6 e 7; págs. 1-2, 24-36, 41-44, 70-74, 94-98): A AAE deveria prever uma avaliação específica para o biometano, com metodologia própria (não extrapolada do solar/eólico), considerando critérios específicos de exclusão, mitigação e seguimento. Relatório Temático - Energia (Caps. 1, 4, 5, 7, 8 e 9; págs. 7-10, 17-29): O biometano é um vetor renovável armazenável e complementar à eletricidade variável, útil para consumos térmicos e industriais de difícil eletrificação. Deveria ser incorporado na análise energética, priorizando áreas próximas a pontos de ligação/injeção na rede de gás. Relatório Temático - Ordenamento e Economia do Território (Subcaps. 3.6 e 3.7 e Caps. 4, 5, 6 e 7; págs. 37-41, 45-104): Propõe-se um mapeamento específico de zonas prioritárias para biometano, orientado para áreas já artificializadas ou ligadas a fluxos orgânicos (ETAR, aterros, zonas industriais, explorações agropecuárias), reduzindo a pressão sobre solo rústico, agrícola e florestal. Relatório Temático - Jurídico (Caps. 2, 3, 4, 5 e 6; págs. 19-65): Propõe-se que as ZAER de biometano funcionem como mecanismo de desbloqueio administrativo, com pré-identificação de áreas aptas e procedimento coordenado em janela única para produção, upgrading, ligação e injeção, sem dispensar os regimes ambientais e de segurança aplicáveis. Ver desenvolvimento completo e fundamentacão técnica no documento anexo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115992	Discordância	Precisamos mesmo de acabar com os solos, a flora e a fauna? Não se podem meter paineis solares nos telhados e terraços de edificios e parques de estacionamento?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115991	Reclamação	Nos termos do n.º 3 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), invoca-se expressamente a desconformidade e a incompatibilidade da proposta de PSZAER com instrumentos de gestão territorial em vigor, bem como a desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis, requerendo-se resposta fundamentada. A participação, anexa em documento, assenta em três fundamentos: Primeiro, de natureza processual. A proposta submetida a consulta não disponibiliza a cartografia geo-referenciada das ZAER a delimitar. Pede-se ao público que se pronuncie sobre um instrumento de ordenamento do território sem que lhe seja mostrado o território. Requer-se a republicação da consulta com a cartografia anexa e a prorrogação do prazo. Segundo, quanto à conformidade legal. O mapa proposto sobrepõe-se a Planos Diretores Municipais em vigor, com efeito de substituição e não de compatibilização, contrariando a alínea d) do Despacho n.º 1532-B/2026. E ao fazer incidir as zonas de aceleração sobre solo rústico, agrícola e florestal, inverte a hierarquia da Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III), que atribui prioridade expressa às superfícies já artificializadas. Terceiro, quanto à proporcionalidade. A meta do PNEC 2030 para a componente fotovoltaica de escala utilitária corresponde a uma ordem de grandeza de 17 000 a 26 000 hectares. A área designada excede-a em mais de uma ordem de grandeza. Sublinha-se que a designação de uma ZAER não implica a sua construção integral: implica a isenção de avaliação de impacte ambiental para os projetos aí localizados. É essa isenção, e não a construção, que a proposta estende a uma fração muito significativa do território nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115990	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se possa pôr em perigo a nossa base de sobrevivência já tão fustigada e, em simultâneo, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas, bem como, no contexto em análise, para a descarbonização, pela fixação vegetal do dióxido de carbono. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro, apesar das medidas de minimização habitualmente propostas. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. É um contrassenso. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer os mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental que nos protegem. Considero indispensável que os especialistas e as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidos e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115989	Discordância	As megasfotovoltaicas que se prevêm não é um caminho que se deva seguir. Pequenas centrais em zonas degradadas ou improdutivas é o caminho mais sustentável e respeitador de quem vive no território . O patrimonio paisagístico, natural nao deve ser destruido , nao tem preço e as comunidades devem ter a ultima palavra nas decisões.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115988	Discordância	Estes projectos causam danos irreparáveis a flora e fauna, são adequados por exemplo no deserto do Saara onde a empresa Inglesa XLinks estuda um grande projecto. Eu trabalho no mundo corporativo multinacional que factura por ano múltiplos de biliões de euros. Estes projetos de saque nada trazem de valor acrescentado as populações locais. O "investmento" beneficia apenas o fabricante de material com migalhas para o instalador. Os lucros ficam nas sedes das empresas. Isto traz ZERO a sustentabilidade da economia local nem traz valor acrescentado a economia local - destroi capacidade agrícola que no caso de certas espécies de arvores como o sobreiro, pinho, castanheiro demoram varias decadas a serem lucrativas. Enfim - a triste realidade de Portugal, cada vez mais pobre e atrasado sob o peso da academicamente demonstrada correlação entre corrupção e pobreza. Pais que este ano caiu 4 posições para a cauda da Europa em PIB per capita - pais campeão de incêndios, pais em risco de ser ultrapassado por Marrocos. Isto tem para mim todos os sinais de mais um esquema promovido por gentes mediocres, sem empatia com mentalidade do Chico esperto corrupto	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115987	Discordância	Discordo da falta de parâmetros de preservação ambiental para estas zonas . Não há destruição de vegetação protegida e solo fértil	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115986	Discordância	Insistem em ocupar áreas da natureza essenciais à sobrevivência humana e animal com estas aberrações... Quando não houver mais árvores, respirem energia solar! Há tantos sítios onde estas centrais podem ser instaladas de forma menos invasiva e mais útil, podem criar sombras em parques de estacionamento, podem ser colocadas em coberturas de casas... mas a ganância e a falta de bom senso falam sempre mais alto! As mais altas patentes não se convencem que estão a destruir a natureza e que sem ela, o aquecimento global vai aumentar e a sobrevivência humana e animal estão cada vez mais em risco!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115985	Discordância	Os riscos de se perder património são elevadíssimos. Os prazos atribuídos aos municípios são irreais. As zonas em causa merecem mais respeito.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115984	Discordância	O PSZAER com o seu foco na facilitação do licenciamento de mega centrais expõe a grave omissão das políticas públicas de transição energética: a total falta de incentivos e apoios estruturados à microgeração em contexto doméstico e em edifícios públicos ou privados. Ao preterir a descentralização energética em favor de grandes investimentos concentrados, o Estado abdica de capacitar os cidadãos e as instituições locais como agentes ativos da descarbonização, optando por favorecer os interesses de grandes investidores. Uma verdadeira política de transição energética democrática deveria priorizar a autonomia energética através do aproveitamento do edificado já existente (como coberturas de habitações, escolas, hospitais e indústrias). Esta abordagem minimizaria o impacto ambiental e paisagístico no mundo rural, reduziria as perdas no transporte de eletricidade e combateria diretamente a pobreza energética, gerando benefícios socioeconómicos reais e distribuídos pelas comunidades	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115983	Discordância	O interior não se pode transformar num campo negro e estéril. O impacto ambiental é o mesmo dos incêndios.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115982	Discordância	Painéis solares nos telhados e coberturas de estacionamentos sim, nos bosques e florestas não. Os ambientalistas querem é manter esta agenda para sacar da teta dos orçamentos de estado na Europa, os políticos alinham, uns porque é uma das suas agendas, outros por medo de confrontar o "politicamente correto" . Os ambientalistas deviam ir todos para a India e só sair de lá quando se pudesse pescar no Ganges...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115981	Discordância	Proposta muito vaga e com consequências gravíssimas para o meio ambiente e para a população. Nem mapas com as zonas detalhadas nem nada. Totalmente contra!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115980	Discordância	NÃO ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), não tem nada positivo para a população, flora, animais e etc, muitas as pessoas desta zona vivem do campo, turismo, é uma zona que foi sempre esquecida e aos poucos tem vindo a lutar para o Seu crescimento. Muitas pessoas de todo o país e de vários países procuram esta zona para viverem uma vida mais calma e no meio da natureza, por causa dessa procura a Beira Baixa tem vindo a ter um acréscimo grande no ramo imobiliário. Tendo a zona cheia de paineis solares e etc, como é claro e normal ninguém quer viver. Claro que não é um bom cartão de visita. Na Beira Baixa temos temperaturas muito altas no verão e tendo paineis solares a temperatura irá ser muito superior. Não vou alargar mais o assunto. Nao vejo nada positivo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115979	Discordância	A instalação de paineis em regiões/zonas verdes e naturais, não tem o minimo sentido, para alem do enorme impacto ambiental que irá ter na região. Existem muitos telhados no país aos quais podem ser instalados os paineis obtendo o mesmo resultado final.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115978	Discordância	Não concordo com a planificação e implementação que vai reduzir as áreas verdes e aquíferas deste país	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115977	Discordância	Estamos a destruir o interior com estes modelos de energia.... Precisamos encontrar formas diferentes de produção de energia solar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115976	Discordância	O modelo de destruição dos ecossistemas despovoados de seres humanos para "gerar energia limpa" é uma falácia. Estes ecossistemas são povoados (mesmo que poucos povoadores sejam humanos) e são essenciais. A energia limpa pode ser ser implementada áreas já urbanizadas; dá mais trabalho, mas faz menos destruição do planeta. Este plano é precipitado e abre as portas a violações de direitos fundamentais das populações residentes nas áreas afectadas, bem como à destruição de ecossistemas. São muitos milhares de hectares por todo o país que merecem uma ponderação mais casuística. Mega-projectos feitos em mapas para mega-empreendimentos não servem as populações nem os ecossistemas, nem o país urbanizado, nem o planeta. Não se vê, neste plano, que a energia possa ser verde. Verdes são os campos e quem deles cuida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115975	Discordância	Exposição de Oposição em Sede de Consulta Pública Assunto: Participação sobre a Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Destinatário: Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) Exmo.(a) Senhor(a) Presidente da Comissão de Avaliação / Diretor-Geral de Energia e Geologia, Na qualidade de cidadão(ã) preocupado(a) com o ordenamento equilibrado do território, a sustentabilidade ecológica e a salvaguarda das populações locais, venho apresentar a minha objeção formal e fundamentada à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). 1. Da Descaracterização Territorial e Escala Desproporcional (O Caso de Vila Velha de Ródão) A delimitação geográfica prevista nas propostas do designado "Mapa Verde" peca por uma total ausência de sensibilidade à escala dos projetos face aos ecossistemas locais. A previsão de cerca de 1800 hectares destinados a painéis solares no concelho de Vila Velha de Ródão até 2030 representa uma ocupação massiva de solo que desvirtua por completo a matriz biofísica, florestal e agrícola da Beira Baixa. A conversão de vastas extensões de território numa monocultura de espelhos fotovoltaicos compromete de forma irreversível os ativos económicos tradicionais — nomeadamente a agricultura de sequeiro, a olivicultura, a atividade silvopastoril e o turismo de natureza —, setores que dependem intrinsecamente da integridade paisagística da região. 2. Do Efeito de Ilha de Calor e Riscos para a Saúde Pública Estudos científicos internacionais alertam para o efeito de "ilha de calor fotovoltaica" (Photovoltaic Heat Island effect), demonstrando que a instalação maciça e concentrada de painéis solares induz um aumento significativo da temperatura ambiente local no seu perímetro e áreas circundantes (estimado em até +4 °C em cenários de grande densidade). Numa região que já regista, de forma recorrente, temperaturas estivais severas e ondas de calor prolongadas, este acréscimo microclimático constitui um risco inaceitável para a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente
115974	Discordância	Quando a última gota cair, a última árvore morrer, vão entender que o dinheiro não se come.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115973	Discordância	Deixem a Beira Interior do país em paz!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115972	Discordância	Completamente contra a instalação de painéis solares de forma extensa em zonas já bastante afectadas por excesso de calor . Por outro lado , são zonas que poderão ter utilização de árvores autóctones e exploração florestal e outras de árvores de fruto . Para além disso também tem impacto negativo no turismo que está em desenvolvimento em muitas destas áreas . Não proporciona nenhuma mais valia às populações abrangidas por estas mega instalações solares não promovendo um ambiente sócio económico sustentável e saudável .	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115971	Discordância	Discordo totalmente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115970	Discordância	A maior mentira que nos querem fazer acreditar é que temos de escolher entre Energia e Natureza. Essa é uma escolha perversa. Não aceito que nos digam, que para combater as alterações climáticas, temos de destruir montanhas, florestas, lagos, biodiversidade, solos férteis, água , paisagens que demoraram séculos a formar-se. Isso não é progresso Progresso é encontrar soluções que produzem energia sem destruir a vida que queremos proteger. Não sou contra as energias renováveis. Sou contra um modelo que troca uma crise ambiental por outra. Há alternativas, há telhados, parques de estacionamento, edifícios e outras áreas já ocupadas onde a produção de energia pode crescer sem sacrificar o património natural. Portugal não tem de escolher entre energia e natureza. Quere-se planeamento e respeito pelo território. Digo NAO a megaparques na Gardunha, na Marateca e a todos os projetos que tratam a natureza como um obstáculo em vez de um património. A natureza não é o.preço a pagar pela transição energética. É a razão pela qual essa transição deve existir. Portugal é a nossa casa. E a nossa casa não se destroi. Defende-se! Não aceito a falsa escolha. A transição só faz sentido se proteger as pessoas, se proteger os animais, se proteger o clima, se proteger a biodiversidade, se proteger a água, se proteger os solos, se proteger a VIDA. Destruir a Natureza em nome da sustentabilidade não é progresso. É, sim, uma crônica de morte anunciada !	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115969	Discordância	Discordo totalmente da ideia de encher o nosso querido Alentejo e transformá-lo numa mega central fotovoltaica. Sou contra a exploração em larga escala do nosso território alentejano apenas para beneficiar interesses económicos de alguns, sem qualquer retorno significativo para as comunidades locais. Em vez disso, devem ser aproveitadas as infraestruturas já existentes, promovendo a produção de energia de forma equilibrada e sem comprometer a identidade, a paisagem e o património do nosso território.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
115968	Discordância	Não concordo porque acho que tem um impacto negativo em termos ecológicos e socioeconómicos para as populações locais e para o país no geral. Contribui para a excessiva privatização do país.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115967	Discordância	O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O PNEC 2030 estabelece como meta para a energia solar uma capacidade de 20,8 GW, cuja implementação exigiria cerca de 20.000 hectares. O mapa de ZAER agora proposto disponibiliza porém, cerca de 357.347 hectares para solar e mais 85.321 hectares para eólico, só o obj. solar representa, cerca de 18 vezes o necessário. Numa altura em que assistimos ao rápido incremento das alterações climáticas, este nível de artificialização terá consequências devastadoras: menor infiltração de água no solo e maior escorrência, aumentando e agravando inundações durante o inverno, e provocando uma muito menor recarga dos lençóis freáticos. No verão, temperaturas mais elevadas e secas mais severas, devido à menor disponibilidade de água tanto no solo, como nos aquíferos. As áreas agrícolas e florestais remanescentes e as populações delas dependentes sofrerão diretamente estes efeitos, agravando a desertificação do território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115966	Discordância	Totalmente contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115965	Discordância	Preocupa-me a desflorestação para instalar produção de energia renováveis, e a destruição da paisagem com postes e linhas para transportar a energia.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115964	Discordância	Não concordo devido ao impacto negativo socio-económico nas populações locais bem como os riscos e dano ecológico e ambiental associado a este projeto.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115963	Discordância	Nao e preciso novas tecnologias, Nesta maravilhosa aideia , deixem a natureza como ela esta	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115962	Discordância	Projeto não respeita a fauna e a flora circundantes, nem melhora as condições de vida das populações locais. Este tipo de projetos deveria ser instalado em áreas urbanas, em edifícios públicos e todo o tipo de infra-estrutura pré-existente. Não faz sentido cortar árvores para colocar metal e outro tipo de materiais, potencialmente tóxicos no meu fim de vida, no seu lugar. Isto é um atentado ambiental e uma grande falta de respeito pela população.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115961	Discordância	Deixemos a serra da gardunha como ela sempre esteve natural e sem paneis que vão estragar toda esta beleza. Os incêndios já vazem demais.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115960	Discordância	Contra a desertificação e destruição de espaço verde	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115959	Discordância	não concordo porque acho que tem um impacto negativo em termos ecológicos e socioeconómicos para as populações locais e para o país no geral	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115958	Discordância	Não concordo porque tem um impacto negativo para as populações locais que têm constantemente mostrado o seu descontentamento tanto online como presencialmente e ninguém as ouve para além dos riscos e danos ambientais e ecológicos acrescidos.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115957	Discordância	A Junta de Freguesia de Enxames vem pronunciar-se negativamente quanto ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porquanto consideramos que o processo de consulta pública não é transparente dado que omite a cartografia dos territórios, ou seja, faltam os mapas concretos das futuras delimitações das ZAER (Zonas de Aceleração de Energias Renováveis) que permitiria às populações perceber o que realmente está em causa com este programa. Contudo, defendemos a produção de energia limpa, mas defendemos também algo que para nós é inegociável: a proteção do território, da paisagem, da população e das oportunidades de futuro da freguesia. A transição energética é um objetivo que todos partilhamos. Mas só será verdadeiramente bem-sucedida se for construída com transparência, diálogo e respeito pelas comunidades locais, pelo que é fundamental garantir que os benefícios da produção de energia renovável não sejam alcançados à custa da perda da identidade do nosso território, da desvalorização da paisagem ou da diminuição da qualidade de vida de quem aqui vive, trabalha e nos visita. Desta forma, reiteramos que, sem descurar a importância da transição energética, da energia verde e de um futuro sustentável, a Junta de Freguesia de Enxames reafirma que esta deve ser realizada de forma equilibrada, reforçando o compromisso com o ordenamento do território, o ambiente, a biodiversidade e a qualidade de vida da nossa população. Reafirmamos que a Junta de Freguesia de Enxames continuará a defender intransigentemente o seu território, a sua identidade e o bem-estar da sua população.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115956	Discordância	Face ao supra exposto, a Junta de Freguesia de Enxames dará parecer desfavorável ao Programa Setorial das Não concordo porque acho que tem um impacto negativo em termos ecológicos e socioeconómicos para as populações locais e para o país no geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115955	Discordância	Discordância.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115954	Discordância	discordo fortemente com a continua venda do nosso país a empresas que pouco querem saber dele e que cá só o vêm explorar para seu bom grado. infelizmente o vosso interesse é única e exclusivamente económico com zero preocupação as populações das zonas em risco de serem exploradas e desertificadas. nem sequer se dão ao trabalho de fazer a correta avaliação de impacto ambiental. estão a criar por um lado um deserto e por outro um resort turístico, sobrando apenas o suficiente para o português sobreviver e criar as condições ideias para o turista vir passar férias. espero que se faça uma luz e ganhem um pouco de vergonha aliada a bom senso.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115953	Discordância	NÃO AOS PROJECTOS FOTOVOLTAICOS	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115952	Discordância	and in portuguese: Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Por volta das 10h00 de quinta-feira, dia 2 de julho, encontrei uma bióloga no meu terreno, mesmo junto à Aldeia das Amoreiras (Garcia Galego). Estava a medir os sobreiros centenários e explicou que se encontrava ali a avaliar o nosso caminho como uma das várias possibilidades de via de acesso ao parque eólico proposto entre São Martinho das Amoreiras e a Aldeia das Amoreiras. Explicámos-lhe que temos águias, morcegos, corujas e muita outra fauna e árvores neste terreno. Se o nosso caminho for escolhido, terá de ser duplicado em largura e transformado numa verdadeira estrada de acesso, para os veículos de manutenção necessários à instalação e à assistência dos aerogeradores propostos. Isto implicaria o abate de muitas árvores centenárias, além de ruído e perturbação significativos para a fauna e a flora nativas, e também para nós. Esta é uma área de excecional beleza natural, habitat de muitíssimas espécies de insetos e animais. Tornaria também a nossa casa e o nosso terreno sem qualquer valor. Opomo-nos profundamente a que esta construção avance, e agradecíamos qualquer apoio ou conselho sobre o que podemos fazer para impedir a construção desta estrada. Para vosso conhecimento, junto uma fotografia da área proposta. Conseguimos também fotografar uma águia. Temos de tomar precauções para proteger estas incríveis aves de rapina. Com os melhores cumprimentos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115951	Discordância	Discordo na totalidade. A destruição da natureza não tem preço. Aproveitem outras formas de colocação dos painéis solares, nomeadamente em estacionamentos telhados, divisórias das autoestrada entre outras	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115950	Discordância	Qualquer zona que seja passível de ter floresta de ter zona agrícola jamais pode sequer ser pensada para Zona de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, pelo simples facto que destruir a natureza é de si não renovável, além de que a energia fotovoltaica só faz unicamente sentido no âmbito do Autoconsumo e a energia Eólica é simplesmente estupidez e sem qualquer nexo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115949	Discordância	A implementação de energias renováveis (PSZAER) na Beira Baixa, nos termos em que está prevista, não passa de atentado grave ao ambiente. À Beira Baixa precisa é de medidas que permitam o aumento populacional já bastante degradado e não destas soluções que apenas contribuem, para além da degradação ambiental e do aumento da desertificação, enriquecimento de alguns…Sou, obviamente, contra a PSZAER.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115948	Discordância	Inadmissivel o que pretendem fazer na serra da gardunha. Concerteza existe outro lugar para o efeito. Não queiram destruir o que ainda resta de verde e desta linda paisagem. Preservem o que resta da natureza e beleza desta serra	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115947	Discordância	Boa tarde, Uma coisa é incrementar de forma sustentavel e pensada energias renovaveis, outra é destruir o que ainda existe com a desculpa da energia renovavel. Discordo completamente	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115946	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115945	Discordância	discordo porque altera paisagem, destroi habitats, é fonte de ruido electromagnetico e doencas. andam a retalhar portugal para vender as supostas energias verdes, mas quem paga isto o povo com dinheiro e saude, é uma desgraca autentica, ninguem quer saber da verdade , mas eu nao concordo com nada disto, nem sequer temos falta de energia, temos falta é de portugal limpo de porcarias nao reciclaveis, na alemanha ja nao sabem o que fazer ao lixo que criaram. mais ainda, portugal que tanto vive do turismo devia conservar mais a natureza e deixar de alimentar a podridao destes negocios.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115944	Discordância	Não quero o meu país e propriamente a Beira Baixa transformada dentro de anos num deserto quente, sem pessoas , sem animais e sem vegetação!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115943	Discordância	Subscrevo a posição do GPE, que anexo...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115942	Discordância	Nao pode ser possível !!! Queremos natureza	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115941	Geral	Estou insatisfeito com o tempo concedido ao público para se pronunciar sobre uma alteração tão significativa na paisagem portuguesa. Como residente numa zona afetada, a escolha do terreno parece-me totalmente arbitrária. Isto irá afetar negativamente os objetivos sociais e ecológicos. Façam isto como deve ser, dediquem o tempo necessário, consultem a população e utilizem os recursos do país de forma sensata.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115940	Discordância	É demasiada área de terras para este fim. Dêem prioridade aos telhados de edifícios, casas, parques de estacionamento etc... Não estraguem a terra e a paisagem, a terra é um património colectivo e tem outras funções.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115938	Discordância	Considera-se que deveria ter sido realizado um estudo do impacto dessas estruturas/infraestruturas no ordenamento do território e nos recursos, de forma a sustentar a proposta apresentada. Pouco ou nada é referido quanto ao impacto de uma infraestrutura que pode ser superior a 1000ha na vertente social, económica, ambiental, paisagística e patrimonial. De igual forma não são claros os impatos cumulativos que decorrem da proximidade a projetos já existentes, licenciados e em fase de licenciamento, situação que deverá ser retificada. Importa salientar a total ausência de cartografia que poderia facilitar a análise a efetuar ao PSZAER, impossibilitando a visualização do território afetado pelas ZAER. O mapeamento destas zonas deveria constituir uma peça fundamental em sede de discussão pública. De facto, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), no que concerne ao conteúdo documental dos planos setoriais (Artigos 40.º e 41.º), estabelece expressamente a necessidade de apresentar as peças gráficas indispensáveis à representação da respetiva expressão territorial. A cartografia, mesmo à escala nacional, assume-se assim como um elemento crucial do programa. Sendo ainda referido que esta "(...) não corresponde a uma delimitação final e será aferida à escala municipal e na fase de desenvolvimento dos projetos", salienta-se que a transposição e delimitação para a escala municipal deve decorrer de um processo integrado de planeamento — nomeadamente através da sua integração nos PDM. Esta transposição não pode, por isso, ser remetida para uma fase individual de projeto ou de licenciamento. A referida abordagem contraria o objetivo fundamental subjacente à criação destas zonas, que consiste, precisamente, na identificação prévia e devidamente fundamentada das ZAER. Acresce a necessidade de se perceber se o mapeamento das ZAER acautelou as recomendações que constam dos pareceres das entidades. Essa informação deverá ser disponibilizada ao público em geral.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115936	Geral	Exmo. Sr. Coordenador da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projectos de Energias Renováveis 2030, Venho apresentar o meu contributo para a Consulta Pública do Plano Sectorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), na qualidade de cidadão interessado, proprietário directamente afectado pelo projecto Parque Eólico do Paiva e administrador do grupo cívico "Aldeias Vivas de Aguiar da Beira". Reconhecendo a importância da transição energética, considero, contudo, que a sua concretização deve respeitar integralmente os princípios da participação pública, do rigor técnico, da protecção ambiental e da salvaguarda dos direitos das comunidades locais. No documento PDF em anexo desenvolvo um conjunto de propostas e observações relativas ao PSZAER, abordando, em particular: 1 A necessidade de assegurar uma participação pública efectiva e uma informação transparente às populações; 2 A exigência de avaliações ambientais rigorosas e independentes para todos os projectos; 3 A protecção da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das comunidades afectadas; 4 A prioridade ao reaproveitamento e reequipamento de infra-estruturas existentes antes da ocupação de novos territórios; 5 A necessidade de medidas de compensação efectivas, verificáveis e devidamente fiscalizadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115935	Discordância	Exmos. Senhores, ... Tem sido com muita apreensão que analiso e reflicto acerca da forma como as políticas energéticas renováveis portuguesas e da União Europeia, apesar de necessárias, têm vindo a acelerar com uma enorme falta de sensibilidade e bom senso na gestão dos territórios, natureza e comunidades. Esta aceleração ocorre num momento temporal onde a incerteza política, a ciência e a inovação sustentam o desenvolvimento humano e é impulsionado pela especulação financeira/económica. O Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) assenta na promoção de megaprojetos solares ou eólicos com localização e dimensão inaceitáveis para um território pequeno, e são apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. Não está em causa a produção de energia elétrica por via eólica ou por captação de luz solar mas as estratégias, os métodos e a quantidade instalar e volumes/unidades elétricas expectáveis de produção que se apresentam desajustadas às reais necessidades; os impactos e as consequências negativas para o território e suas comunidades. Discordo o PSZAER sem explorar todas as alternativas técnicas possíveis e obter mais informação e enquadramento técnico e legal sobre os 50 pontos apresentados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115934	Discordância	Impacto Ambiental e Biodiversidade Paisagens de painéis solares. Energia cada vez mais cara. Menos terra para cultivo ,muita fome pela frente. No futuro comam sandwiches de painel. Contra completamente á implantação de mais paisagens desse tipo.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115933	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115931	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho da Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos no ficheiro em anexo para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115930	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho da Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos no ficheiro em anexo para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115929	Discordância	As energias renováveis que implicam destruição de recursos naturais, como abate de árvores (por exemplo) e da paisagem, não podem, obviamente, ser consideradas de "interesse público". O que verificámos com o "apagão" foi que, a fonte que alimentou geradores foi, maioritariamente, a energia fóssil. Se as energia renováveis prioritárias em Portugal são os painéis solares e os moinhos eólicos, o povo informado e protetor da natureza, não as quer. Nunca ninguém veio esclarecer o que acontece aos painéis e moinhos em fim de vida, sendo provável, que não sejam reciclados. Portanto, até prova em contrário, de "limpas, não têm nada. Também me parece fácil de perceber que os painéis solares criam maior "efeito de estufa" (o sol reflete nos painéis e emite calor ao seu redor), levando a um aumento das temperaturas circundantes, ou seja, fazem o inverso das árvores. Com tanta evolução científica, até custa a acreditar que, passados tantos anos de "energias renováveis" e tantos estudiosos (engenheiros) por esse mundo fora, ainda não se tenha descoberto nada mais leve, eficaz e realmente limpo. Falharam todos, portanto! Para além de tudo isto, temos a incoerência de querer resolver na Europa (a única "preocupada" com as "alterações climáticas"), o falso problema do CO2 (que ocupa apenas 0,04% do total de gases da atmosfera) que China, Índia e EUA emitem. Sugiro que sejam feitos referendos e sessões abertas à população antes de decidirem por nós as "agendas climáticas" que se estão a revelar incapazes de resolver a tão falada "crise energética".	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115928	Discordância	O Governo Português tem que tomar medidas que protejam o nosso património natural e a saúde dos portugueses. As instituições que deveriam controlar, inspeccionar e proibir, chumbar não estão a funcionar. São muitos lobies. Urgente auditorias. Verdade inquérito da Comissão.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115926	Discordância	Resumo do Contributo para a Consulta Pública – PSZAER O autor manifesta oposição ao Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), considerando que o documento representa riscos graves para o território, para as comunidades locais e para a sustentabilidade ambiental, económica e social do país. O contributo identifica seis áreas críticas: 1. Enfraquecimento das salvaguardas ambientais O plano permite megacentrais solares e eólicas — e respetivas linhas de muito alta tensão — em áreas de elevado valor ecológico e agrícola, reduz distâncias de proteção, ignora fauna e flora essenciais e não avalia impactos cumulativos, colocando em risco habitats, paisagens e espécies ameaçadas. 2. Impactos socioeconómicos negativos e ausência de benefícios locais O modelo energético centralizado socializa custos e privatiza lucros, deixando comunidades sem benefícios reais e dependentes da boa-vontade dos promotores. Agrava a especulação fundiária, o abandono rural e não cria emprego duradouro. Coesão social e territorial A instalação massiva de centrais cria desigualdades profundas entre proprietários, gerando um diferencial de rendimentos que fragiliza a coesão territorial e penaliza agricultores, pastores e produtores florestais. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115925	Discordância	Como cidadã portuguesa preocupa-me, por um lado, a incompreensível rapidez e a pouca interdisciplinaridade com que o presente estudo foi conduzido, "Proposta de PSZAER", o qual li. Por outro lado, a falta de esclarecimento e de envolvimento das comunidades afetadas por todo o país, o que me leva a questionar a viabilidade das democracias atuais. Dos 35 pareceres emitidos pelas entidades que foram auscultadas, os pontos negativos apontados ao presente estudo são gritantes, não é necessário ser-se formado em nenhuma especialidade, basta deslocar-se aos locais propostos nos mapas que estão presentes no estudo, para apontar erros de perigo extremo e irreversíveis. Em simultâneo, questiono onde se encontram os restantes pareceres que deveriam estar disponíveis ao público, como é o caso do parecer da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, entre outras da região da Beira Baixa, isto para não falar do resto do território. Assim sendo, o meu contributo de participação é de total discordância com a proposta de PSZAER e de subscrição aos pareceres das seguintes entidades: Direção-Geral do Território, Património Cultural IP, Associação Nacional dos Municípios Portugueses, entre outros.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115924	Discordância	, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115923	Discordância	A serra da gardunha tem sido destruida pelos incêndios. Necessita de se manter verde e com protecção dos animais que nela tem o seu habitat. Não necessita de exploração de energia fotovoltaica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115922	Discordância	Discordo do plano de colocação de painéis solares e torres eólicas na área e imediações da Serra da Gardunha e Marateca, nas freguesias de Soalheira, Castelo Novo, concelho do Fundão e Louriçal do Campo e Póvia de Rio de Moinhos, concelho de Castelo Branco, . Tratam-se de solos férteis para a agricultura e pastorícia, com forte potencial turístico de descanso e lazer, que beneficia das paisagens envolventes - serra da Gardunha e lagoa da Marateca. No distrito de Castelo Branco, onde as alterações climáticas se fazem sentir sobremaneira, é uma zona que ainda se mantém fresca, verdejante e com uma beleza natural única. A colocação dos painéis e torres eólicas nesta área compromete gravemente a manutenção dos ecosistemas e das paisagens da região da Gardunha.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115920	Discordância	Não concordo com este programa. A opinião dos municípios afectados foi e está a ser ignorada. Várias outras entidades estão contra este programa como ICNF, CCDR, ANMP... Vai haver um pressão sobre os habitats naturais e sobre a água disponível nos solos. Zero benefício para as comunidades locais, pois a energia produzida será lançada na rede nacional. Os mapas que serviram para elaborar este programa não correspondem à realidade do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115919	Discordância	Na qualidade de cidadão, manifesto a minha discordância relativamente à proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Reconheço a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e de promover uma maior independência energética. Contudo, considero que estes objetivos não podem ser alcançados à custa da descaracterização do território, da destruição da paisagem, da fragmentação de habitats naturais e da crescente industrialização de espaços rurais e florestais. O próprio PSZAER reconhece a existência de riscos associados à concentração territorial de projetos, à especulação fundiária, aos impactos cumulativos, à necessidade de assegurar benefícios efetivos para as comunidades locais e à importância da proteção do património natural, paisagístico e cultural. Se estes riscos são suficientemente relevantes para justificar extensas medidas de mitigação, então demonstram que o modelo proposto está longe de ser isento de consequências ambientais e sociais. Preocupa-me igualmente a filosofia subjacente ao programa, centrada na aceleração dos processos de licenciamento. A simplificação administrativa não pode traduzir-se numa diminuição do escrutínio técnico, científico e democrático. Quando estão em causa decisões com impactos que perdurarão durante décadas, a prioridade deve ser a qualidade da decisão e não a rapidez do procedimento. É igualmente incompreensível que continue a privilegiar-se a ocupação de extensas áreas naturais, agrícolas e florestais quando Portugal dispõe de milhares de hectares de coberturas industriais, edifícios públicos, parques de estacionamento, zonas logísticas, áreas degradadas, antigas explorações mineiras e outros espaços já artificializados onde a produção de energia renovável poderia ser significativamente reforçada com impactos muito inferiores sobre o território. O próprio programa identifica o potencial destas soluções	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115918	Discordância	Na qualidade de Proprietário; venho exercer o meu direito de participação pública relativamente à proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética, da descarbonização da economia e do reforço da produção de energia proveniente de fontes renováveis. Contudo, entendo que estes objetivos devem ser prosseguidos em estrito respeito pelos princípios constitucionais da proporcionalidade, da boa administração, da participação pública, da proteção do ambiente e do ordenamento do território. Após análise da documentação disponibilizada, considero que subsistem dúvidas relevantes quanto à fundamentação técnica de algumas das opções territoriais propostas, designadamente no que respeita à compatibilização entre a produção de energia renovável e a proteção dos solos agrícolas, da biodiversidade, da paisagem, do património cultural e das comunidades locais. No caso do concelho da Guarda e, em particular, da freguesia de Panóias de Cima, importa assegurar que qualquer decisão resulte de uma avaliação rigorosa dos impactes ambientais, territoriais, sociais e económicos, incluindo os efeitos cumulativos decorrentes da concentração de infraestruturas energéticas na mesma área geográfica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115917	Discordância	Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na medida em que considero que a sua aplicação, especialmente em territórios do interior como a Beira Baixa, poderá acarretar impactos ambientais, sociais, agrícolas e económicos significativos, cuja avaliação deve ser aprofundada. Em primeiro lugar, importa reconhecer que a transição energética é um objetivo importante e necessário. Contudo, essa transição não deve ocorrer à custa da degradação dos territórios rurais, da perda de solos agrícolas de elevada aptidão e da redução da qualidade de vida das populações que ainda resistem à desertificação do interior. A Beira Baixa é uma região já particularmente vulnerável às alterações climáticas, caracterizada por verões longos, temperaturas muito elevadas, períodos de seca prolongados e crescente escassez de recursos hídricos. A ocupação extensiva do território com centrais fotovoltaicas de grande dimensão poderá alterar profundamente a paisagem, fragmentar habitats, reduzir áreas agrícolas e limitar futuras utilizações do solo. Preocupa-me igualmente a perda de terrenos férteis, muitos deles junto às povoações, que representam um recurso estratégico para a produção alimentar, para a economia local e para a resiliência das comunidades perante um contexto de alterações climáticas e de crescente preocupação com a segurança alimentar. A concentração de grandes áreas cobertas por painéis solares levanta ainda questões relacionadas com o microclima local. Embora existam estudos científicos ainda em desenvolvimento sobre esta matéria, diversos trabalhos sugerem que grandes centrais fotovoltaicas podem alterar os fluxos de calor, a circulação do ar e as temperaturas locais, justificando uma avaliação específica para regiões já sujeitas a calor extremo. Acresce o impacto paisagístico e patrimonial. A Beira Baixa possui um património natural, agrícola e cultural que constitui um importante ativo para o turismo, para a fixação de população e para o desenvolvimento sustentável. A transformação de vastas áreas rurais em zonas industriais de produção energética compromete essa identidade territorial. Importa ainda considerar os impactos sobre a biodiversidade, incluindo a perda de habitats, a fragmentação ecológica e os efeitos sobre espécies protegidas, bem como sobre a atividade apícola e outras atividades tradicionais que dependem do equilíbrio dos ecossistemas. Também considero preocupante que os principais benefícios económicos destes empreendimentos nem sempre permaneçam nas comunidades locais, enquanto os impactos negativos recaem sobretudo sobre os residentes, agricultores e proprietários rurais. Entendo que a prioridade deveria passar pela instalação de painéis solares em coberturas de edifícios públicos, industriais, comerciais, parques de estacionamento, zonas já artificializadas, áreas degradadas e antigas zonas industriais, evitando sempre que possível a ocupação de solos agrícolas produtivos, áreas ecologicamente sensíveis e espaços com elevado valor	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115916	Discordância	A proposta não tem informações sobre o impacto ambiental, há um claro desconhecimento dos efeitos a longo prazo e fomenta a desflorestação. Alternativas eólicas passam para solares que devem ser implementadas em áreas edificadas e não em zona flosrestadas, rurais e de solos férteis. A área proposta abranja zonas incluídas em PROFs, PROTs e Reserva da Biosfera da UNESCO. Assim como não há qualquer justificação para a extensa área proposta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115915	Concordância	Exmos. Senhores, Remetemos participação da aicep Global Parques - Gestão de Áreas Empresariais Serviços S. A., agradecendo desde já a atenção dispensada à mesma.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115914	Discordância	Boa tarde! Claro que não concordo! Sugestão : E porque não colocar painéis solares em cima de todos os prédios das grandes cidades? E com isso reduzir o preço da electricidade de cada um de nós que paga impostos sobre mais impostos? Ah! Pois, não é viável.. esse investimento não gera dinheiro, melhor é virem de fora para investir no nosso país a "fazer o bem".. e no fim, nós os pobres é que somos todos malucos!! Bem haja!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115913	Discordância	Como moradora do Louriçal do campo sou completamente contra a destruição da nossa gardunha.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115912	Discordância	Isto é o real atentado á natureza e á biodiversidade em território nacional...não é necessário ir mais longe para entender que a muito curto prazo este tipo de ações disfarçadas de politicas verdes estão a degradar e a punir severamente nossa natureza e ecónomia pois favorece apenas as grandes empresas..é facil olhar pras contas do estado e ver que o estado como nossa empresa é lesada por gestão corrompida por burla empresarial em grande escala...isto deve ser travado o quanto antes...todas estas ações são catastróficas...usem tenhados da industria para gerar esta energia, não precisam de trasnformar terra em metal quente e sem sentido ambiental e economico!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115911	Discordância	O PSZAER retira aos territórios afetados a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. A comunidade não foi ouvida sobre esta questão antes da apresentação do plano, e a natureza será destruída fortemente em alguns conselhos (principalmente no concelho de Mortágua, onde grande parte da sua área será utilizada para o plano). Peço que o programa seja revisto, recusando o uso de tanta área apenas de um concelho, bem como a diminuição do valor total, ou maior distribuição por mais zonas do país, utilizando menos área de cada concelho. Mortágua é um concelho onde vivem pessoas, não um local existente apenas para vantagens energéticas. Espero que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115910	Discordância	Venho por este meio submeter a minha pronúncia oficial no âmbito da Consulta Pública da Proposta de Programa Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Devido à extensão e detalhe técnico da minha exposição, anexo a esta submissão o documento completo, o qual solicito que seja lido e considerado na íntegra. Na qualidade de proprietário e gestor de um projeto de restauro ecológico na Serra de Monchique, apoio a transição energética, mas manifesto a minha profunda discordância com o método e a forma da atual proposta do PSZAER. O documento anexo detalha 8 pontos críticos e respetivas propostas de alteração, destacando-se: 1. O sobredimensionamento injustificado do mapa (quase 18 vezes a necessidade para o solar), que penaliza o solo rústico. 2. A ausência de resposta para o ciclo de vida dos equipamentos (desmantelamento e resíduos) e a dependência tecnológica externa. 3. A falta de avaliação de impactes cumulativos em áreas contíguas à Rede Natura 2000. 4. A incoerência de priorizar o solo rústico em vez de áreas já artificializadas (edificado). 5. A exiguidade inaceitável do prazo de 20 dias para discussão pública.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115909	Discordância	Agradeço a vossa melhor atenção para o documento em anexo. Respeitem a existência ou esperem resistência. O futuro é o que decidimos agora e a liberdade é sobre escolhas: é urgente proteger a vida da terra e das suas gentes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115908	Discordância	A proposta apresenta um défice significativo de transparência que limita a sua validação externa e reduz a confiança no processo de delimitação das ZAER. A publicação integral das cartografias propostas, dos dados geográficos utilizados, da ponderação dos critérios aplicados e das justificações técnicas associadas às principais opções metodológicas constitui uma condição essencial para garantir a legitimidade do procedimento. Sem estes elementos, a proposta permanece excessivamente dependente de uma avaliação interna da administração, sem permitir um escrutínio efetivo por parte das entidades públicas, dos agentes locais e da sociedade civil.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115907	Discordância	Um ataque triste a toda a população e vida selvagem. Não!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na qualidade de cidadão, manifesto a minha discordância relativamente à proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis.	
		Reconheço a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e de promover uma maior independência energética. Contudo, considero que estes objetivos não podem ser alcançados à custa da descaracterização do território, da destruição da paisagem, da fragmentação de habitats naturais e da crescente industrialização de espaços rurais e florestais.	
115906	Discordância	O próprio PSZAER reconhece a existência de riscos associados à concentração territorial de projetos, à especulação fundiária, aos impactos cumulativos, à necessidade de assegurar benefícios efetivos para as comunidades locais e à importância da proteção do património natural, paisagístico e cultural. Se estes riscos são suficientemente relevantes para justificar extensas medidas de mitigação, então demonstram que o modelo proposto está longe de ser isento de consequências ambientais e sociais. Preocupa-me igualmente a filosofia subjacente ao programa, centrada na aceleração dos processos de licenciamento. A simplificação administrativa não pode traduzir-se numa diminuição do escrutínio técnico, científico e democrático. Quando estão em causa decisões com impactos que perdurarão durante décadas, a prioridade deve ser a qualidade da decisão e não a rapidez do procedimento.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
		É igualmente incompreensível que continue a privilegiar-se a ocupação de extensas áreas naturais, agrícolas e florestais quando Portugal dispõe de milhares de hectares de coberturas industriais, edifícios públicos, parques de estacionamento, zonas logísticas, áreas degradadas, antigas explorações mineiras e outros espaços já artificializados onde a produção de energia renovável poderia ser significativamente reforçada com impactos muito inferiores sobre o território. O próprio programa identifica o potencial destas soluções descentralizadas, mas estas continuam a assumir um papel secundário face aos grandes projetos centralizados.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115905	Discordância	Exmos. Senhores, Junto se remete, em anexo, a participação da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria no âmbito da consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). A presente participação é apresentada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, associação pública de municípios que integra os municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós, no quadro das suas atribuições legais em matéria de promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido, bem como de articulação e planeamento das atuações de entidades públicas de caráter supramunicipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 81.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A participação agora remetida corresponde ao parecer da CIM Região de Leiria sobre a Proposta de PSZAER, em consulta pública entre 17 de junho e 15 de julho de 2026, assumindo sentido DESFAVORÁVEL, pelos fundamentos constantes do documento anexo. Sem prejuízo do sentido do parecer, a CIM Região de Leiria reafirma a sua disponibilidade para colaborar com as entidades competentes na revisão da Proposta, no sentido de assegurar que a aceleração da transição energética se processe de forma equilibrada, sustentável e respeitadora das competências de ordenamento do território, do planeamento estratégico regional e da autonomia do poder local.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115904	Discordância	Falta clareza e vontade de participar com a população e as autarquias respectivas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115903	Discordância	Sendo descendente de beirões e tendo passado grande parte da minha vida nessa zona, que ainda frequento com a família, não posso focar se não o mais indignado possível por se colocar painéis solares em zonas rurais, que depois são vedados nem os animais pode lá entrar para comer o pasto, como vai criar um enorme espelho e elevar a temperatura na zona, falo com algum conhecimento por ser casado com uma pessoa de Serpa onde existe parques desses que acho uma aberração total, vedados com segurança e vigiados noite e dia. Na minha opinião esses painéis devem ser colocados nas cidades nos topos dos edifícios , nos centros comerciais , nos parques de estacionamento cobertos e em tantos outos locais. Mas também não sou a favor da produção desse tipo de energia em larga escala, se for num prédio numa vivenda num hotel, por ser limitada há parte dia com sol, e com uma reciclagem dos painéis muito negativa. Portugal já produzia antes da entrada na CEE energia eletrica a mais do que precisava só com as barragens que existiam na altura, não existindo eólicas nem parques solares. TEMOS DE SER VERDES MAS NÃO A QUALQUER CUSTO	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115901	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115900	Discordância	Embora a proposta procure demonstrar uma abordagem tecnicamente estruturada, persistem fragilidades que comprometem a sua credibilidade. A insuficiente fundamentação dos critérios utilizados, a ausência de análises de sensibilidade e de validação independente, a utilização de bases de dados incompletas ou potencialmente desatualizadas, a reduzida consideração dos efeitos cumulativos, do risco de incêndio e dos fatores socioeconómicos, bem como a inexistência de uma hierarquia clara entre critérios e, sobretudo, a falta de transparência cartográfica, constituem deficiências metodológicas relevantes.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115899	Concordância	É necessário estar sempre ao lado das Populacoes e defender os seus interesses de bem estar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115898	Discordância	Em síntese, embora a proposta revele um enquadramento legal consistente e uma utilização extensa de ferramentas SIG, persistem fragilidades metodológicas relevantes que afetam a sua robustez. Destacam-se a insuficiente fundamentação dos critérios adotados, a ausência de análises de sensibilidade, a falta de quantificação da influência dos diferentes critérios, a utilização de informação cartográfica incompleta ou potencialmente desatualizada, a reduzida consideração do risco de incêndio, a insuficiente avaliação dos efeitos cumulativos, a limitada integração de fatores socioeconómicos, a inexistência de validação externa e, sobretudo, a falta de transparência decorrente da não divulgação das cartografias finais.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115897	Discordância	Discordo com a implantação de equipamentos de geração de energia nos solos do concelho de Mortágua de acordo com a mapa de disponibilidade informado.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115895	Discordância	Nos documentos apresentados na consulta pública para o PSZAER, nem sequer mapas detalhados são apresentados. Como podem os cidadãos saber o que está realmente em causa? Que áreas vão ser afetadas? Que consulta pública é esta que não é transparente, acessível e democrática? Vulnerabilidade Climática, Adaptação e Saúde Pública Concentração de projetos em territórios climaticamente vulneráveis: O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios classificados como vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas, precisamente aqueles onde os cenários climáticos projetam um aumento da frequência, intensidade e duração das ondas de calor, da seca, da desertificação, do stress hídrico e do risco de incêndio rural. Avaliação incompleta dos impactes climáticos locais: A instalação de extensas áreas de paineis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas. Ausência de Avaliação de Impacto na Saúde: O plano não integra qualquer Avaliação de Impacto na Saúde que permita identificar, prever e avaliar os efeitos diretos, indiretos e cumulativos da concentração destas infraestruturas na saúde humana, contrariando a abordagem «Saúde em Todas as Políticas» e as recomendações da Organização Mundial da Saúde para integrar sistematicamente a saúde nas decisões relativas a políticas, planos e projetos. Omissão da saúde pública como critério de decisão: O PSZAER define indicadores para energia, biodiversidade, paisagem e ordenamento do território, mas não estabelece qualquer indicador relativo à saúde pública, à mortalidade associada ao calor, aos internamentos relacionados com temperaturas extremas, ao stress térmico ou à proteção dos grupos mais vulneráveis. Incompatibilidade com o princípio da precaução: Perante a ausência de evidência científica suficiente sobre os efeitos cumulativos da concentração de milhares de hectares de centrais solares em territórios sujeitos a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115894	Discordância	Tudo tem limites. Um deles é a preservação da biodiversidade regional. Este processo é contrário a essa realidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115893	Discordância	Dado que o espaço para comentários é reduzido, opto por contribuir com o ficheiro em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115892	Discordância	um projecto destas dimensões poderá provocar grandes impactos ambientais, paisagísticos e económicos. Defendo que a transição energética deve ser compatibilizada com a preservação dos territórios de maior valor natural. Há um caminho melhor, a natureza não pode ser transformada num campo industrial de painéis solares. O governo deve servir os seus cidadãos e não a sua carteira.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		,	
115891	Discordância	Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115890	Discordância	Energia renovável, sim, mas não à custa da desflorestação e solos cada vez mais áridos sem capacidade de reter água ou de minorar as alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115888	Discordância	Não sou contra energias renováveis. Sou contra a hipocrisia de as vender como solução ecológica quando, na prática, exigem sacrificar aquilo que dizem proteger. Painéis solares não nascem no ar, precisam de espaço, e esse espaço, muitas vezes, é floresta ou habitat que desaparece para dar lugar a fileiras de vidro e silício. Os pássaros, os pequenos ecossistemas, tudo isso é dano colateral silencioso. A eólica não fica atrás. Por baixo de cada torre elegante há uma cicatriz: buracos de centenas de metros, preenchidos com toneladas de betão, gravados na paisagem para sempre. E fazemos tudo isto em nome do ambiente? Ou em nome de multinacionais que descobriram uma forma lucrativa e bem publicitada de explorar território, escondida atrás da bandeira verde? Pior ainda: o próprio plano parece desenhado para fugir à responsabilidade. Ao dispensar avaliação de impacto ambiental caso-a-caso nestas zonas, cria-se um atalho conveniente — decide-se primeiro, avalia-se depois (ou nunca), e quem sofre as consequências no terreno já não tem a quem exigir contas. O PSZAER, tal como está desenhado, não vai tornar o mapa mais verde. Vai torná-lo mais cinzento — de betão, de estruturas industriais, de território alterado permanentemente, sem ninguém a assumir o custo real dessa transformação. Se queremos mesmo transição energética, precisamos de honestidade sobre os custos reais de cada opção — e de responsabilidade a sério, não de atalhos disfarçados de progresso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115885	Concordância	Concordo com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115884	Discordância	Na qualidade de cidadã concelho de Covilhã vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação.
115883	Discordância	Totalmente contra devido ao imenso impacto ambiental!!	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115881	Discordância	Procurem outras soluções, destruir a fauna e a flora normal, desmatamento, destruição de habitats, contaminação do solo e da água …A substituição da natureza por "energia verde" nunca poderá ser o caminho! O interior está a ficar cada vez mais pobre e descaracterizado, as nossas paisagens viraram mantos negros. Chega de destruir património natural!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115880	Discordância	A transição energética só faz sentido se for compatibilizada com a conservação da biodiversidade, com os valores naturais e culturais das paisagens, em conjunto com os interesses das populações locais. Num país onde mais de metade da sua energia é gerada através de métodos renováveis, não se entende esta necessidade de aumentar tão significativamente as zonas de implantação de energias renováveis. Faz muito mais sentido aliar o aumento deste tipo de geração de energia a soluções locais, adaptadas à infraestrutura existente e necessidades locais. O projeto poderá pôr em causa a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas, dos quais dependemos com inúmeros serviços, sem os quais não podemos manter o nosso modo de vida (por exemplo, abrir a torneira e ter água limpa, potável), especialmente num contexto de alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115879	Discordância	Há imensos telhados e parques de estacionamento onde colocar os painéis. Essas avaliações têm de ser feitas de outra forma, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e não só a economia de algumas empresas. A população não está de acordo com esta proposta, são as pessoas que vivem por perto, e todo o planeta em geral, que sofre as consequências destas medidas absurdas. Precisamos de oxigénio, sombra. As alterações climáticas não surgem do nada, e estas aberrações só pioram a situação. Teremos um futuro de muito sofrimento se continuarem a ser "plantados" painéis solares em vez de árvores. E que feio que é ver "florestas" de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115878	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115876	Geral	Estou odioso na ideia que o dinheiro dá para fazer tantas manobras para sacar o nosso país e a terra inteira sou contra esse plano diabolico	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115875	Discordância	Devemos preservar a natureza da beira baixa, a inclusão de mais paneis solares vai danificar não apenas a beleza do interior mas vai contribuir para o aumento da temperatura média sentida no anterior. Intensificando ainda mais o efeito do aquecimento global.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115874	Discordância	Contra à destruicàão de terras agricolas et da floresta	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115871	Discordância	Discordo deste projeto porque vai pôr em perigo muitas zonas de fauna e flora selvagem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115870	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Covilhã vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115869	Discordância	Há que preservar a Beira Baixa com as suas serras como estão. Óptimas para passeios pedestres, btt entre outras actividades. Servem também para contribuir o turismo coisa que os paineis fotovoltaicos não fazem!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115868	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115867	Discordância	Achamos que é prejudicial por questões sócioeconómicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país em geral!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115866	Discordância	Uma vez mais a natureza em risco. Não se trata de energia verde, mas de acabar com todos os recursos naturais e paisagísticos. O progresso não deve existir à custa da destruição destes recursos. O mundo não precisa de mais produção, produtividade e aceleração. Precisa de parar, de fazer melhor, em consciência. Basta de destruição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115865	Discordância	A minha região Cova da beira/ Serra da Estrela está a ser invadida por "plantações" de painéis solares. Há cada vez menos manchas verdes, as que perdemos com os incêndios e as que estamos a perder com extensas áreas de paineis solares. Por consequência os verões estão casa vez mais escaldantes e insuportáveis. Precisamos de florestas, não de desertos de paineis solares, disfarcados de energia verde. As consequências de poluição dos solos, águas, ar, alterações, climáticas e impacto nas populações rurais vão ser devastadores. Quem se vai responsabilizar por tudo isto? Estamos a servir grupos económicos com o custo das nossas florestas, fauna, flora e saúde de populações. DIGO NÃO Á SUBSTITUICÃO DE FLORESTAS/NATUREZA POR DESERTOS DE PAINÉIS SOLARES.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115864	Sugestão	Em jeito de síntese final, e para que fique lavrado em ata de encerramento desta peça processual, a presente alegação fundamenta-se nos seguintes pressupostos geoambientais e de ordenamento estrutural: Rejeição do Modelo de Ocupação Extensiva: A concentração de mais de 1.300 hectares de espelho fotovoltaico no eixo periurbano Évora - Graça do Divor gera um impacto cumulativo térmico intolerável (Efeito PVHI), com potencial advecção de massas de ar sobreaquecido (50°C a 65°C à superfície dos painéis) para o núcleo urbano, agravando o microclima local. Prioridade à Matriz Edificada e Social: Propõe-se a substituição da perda de solo rústico por um inventário LiDAR de coberturas urbanas, estabelecendo contratos de arrendamento com promotores em áreas artificializadas, em articulação horizontal com a Habévora, E.M. e comunidades de energia cívicas. Hibridização e Resiliência Activa: Defende-se a introdução de micro-geração eólica urbana vertical para complementar a curva de carga e mitigar a intermitência, exigindo salvaguardas explícitas (sistemas BESS) para blindar a malha urbana e o ecossistema de saúde (ULSAC/Hospital) contra falhas sistémicas e apagões em cascata.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115863	Discordância	Sou totalmente contra este programa porque representa um atentado à natureza e é suportada por uma narrativa falaciosa. Como cidadão português, não consinto que destruam áreas naturais para instalar centrais eólicas ou solares. As árvores e vegetação são reguladores naturais de temperatura e humidade do ar, a sua destruição é inaceitável e é um crime ambiental. Está ainda provado que as áreas onde as centrais fotovoltaicas são instaladas sofrem um aumento significativo da temperatura média. Não concordo com a instalação de centrais eólicas ou fotovoltaicas que impliquem a destruição da natureza, nomeadamente o abate de árvores e corte de vegetação. Se estão preocupados com o ambiente e a sustentabilidade, proibam a geo-engenharia (que é um facto), no espaço aéreo e território português. Isto sim é responsável pelas "alterações climáticas" de que tanto falam. Hernâni S.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115862	Discordância	Não há implementação de sucata nas nossas florestas, não há destruição das nossas florestas, se querem energia limpa coloquem nas faixas centrais das auto-estradas ,nos parques de estacionamento nos telhados das casas mas destruir nossas florestas nossos habitantes isso não.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115861	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115860	Discordância	Não há qualquer justificação para transformar concelhos inteiros em zonas de sacrifício energético, com manchas de painéis solares que podem ultrapassar 30% do território municipal. A paisagem destruída não volta. E nenhuma compensação financeira devolve o que se perde. O solo agrícola e florestal é estratégico e não pode ser substituído por “mares de painéis”, território rural não é um vazio.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115859	Discordância	O impacto desta iniciativa absurda, irá destruir o nosso habitat.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115858	Discordância	Não queremos "aceleração", mas sim "desaceleração". DESGOVERNO!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115853	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho do Porto, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115852	Discordância	É absurdo estragar áreas florestais para produzir energia! A comunidade cientifica ja provou o suficiente a importancia de florestas no combate ao desregulamento climatico e este programa quer abater hectares de arvores! Paineis solares podem muito bem serem instalados em predios, casas, parques de estacionamento ja existentes! Pode ser mais complicado e ate talvez custoso, fará ganhar uma margem menos grande aos investidores mas é muito menos desastroso para o futuro dos portugueses do que a artificializaçao do solo do PSZAER! O lucro não pode ser o que prima neste assunto. Outro risco deste programa é aumentar a probabilidade de incendios, para « limpar » as serras e prepara las para o PSZAER! Esta estrategia é irresponsavel e inaceitável. Em qualquer sítio do país!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115851	Discordância	Enquanto residente na Freguesia da Soalheira, considero que o programa Setorial das Zonas de aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) terá impactos ambientais, paisagísticos e sociais muito negativos para o nosso território. Em primeiro lugar, preocupa-me a perda de áreas de pastagem utilizadas pelos animais e a destruição de habitats que sustentam a fauna selvagem existente na Serra e zona envolvente. A instalação de grandes parques solares implicará uma alteração significativa do ecossistema, afetando a biodiversidade e o equilíbrio natural da região. Por outro lado, preocupa-me também o efeito de ilha de calor associado a grandes áreas ocupadas por painéis solares, bem como as possíveis consequências para o microclima local. A paisagem constitui um património natural de elevado valor. A sua transformação através da instalação de infraestruturas desfigurará uma paisagem que caracteriza a nossa freguesia e que já sofre, com os impactos dos incêndios florestais. Importa ainda preservar a qualidade do ar, os recursos hídricos provenientes de toda a área envolvente, todo o património natural que distingue este território, é um espaço de grande valor ambiental, paisagístico e cultural, essencial para a qualidade de vida das populações locais. Considero que a transição energética é importante, mas deve ser planeada de forma responsável, privilegiando locais que minimizem os impactos sobre áreas naturais sensíveis e protegendo os valores	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115850	Reclamação	Reclama-se que a proposta de revisão do PDM tenha sido submetida a discussão pública sem disponibilizar toda a informação geográfica e técnica necessária a um escrutínio efetivo por parte dos cidadãos. Em particular, não foram disponibilizados os ficheiros vetoriais (SIG), designadamente em formato Shapefile, GeoPackage ou através de serviços WMS/WFS, que suportam a Planta de Ordenamento e as restantes peças cartográficas da proposta. Esta omissão impede a verificação independente dos limites das classes de espaço, da coerência da cartografia e da fundamentação das opções de ordenamento, limitando a transparência do procedimento e o exercício pleno do direito de participação pública previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Reclama-se igualmente que a informação cartográfica disponibilizada não permite reproduzir tecnicamente as análises que sustentam a proposta, impossibilitando a validação objetiva das opções de planeamento. Requer-se, por isso, a disponibilização integral da informação geográfica em formato aberto e interoperável, bem como da fundamentação técnica associada às alterações introduzidas na Planta de Ordenamento, antes da aprovação da versão final da revisão do PDM.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115849	Discordância	Abate de flora e extinção de fauna além de alteração do clima	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115848	Sugestão	A verdadeira sustentabilidade não pode destruir a natureza para criar energia limpa. Proponho que, antes de avançarmos para a ocupação de solos florestais, se esgote o potencial solar urbano e industrial. Os telhados das nossas casas, apartamentos e pavilhões são 'minas de ouro' energéticas subaproveitadas que nos permitem descentralizar a rede e proteger a nossa floresta.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115847	Discordância	Subscrevo a posição do GPE, que anexo cordialmente A.Fitas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115846	Discordância	Não existe alternativa sustentável, o prejuízo causado não justifica o proveito.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115845	Discordância	Com o foco na concentração de áreas destinadas à instalação de painéis fotovoltaicos parece-me excessiva. Proponho que se se foquem no edificado espalhado pelo território continental em vez de sacrificado coberto vegetal. Os painéis que forem colocados devem localizar-se em depressões do terreno de modo a não serem visíveis de modo impactante na paisagem para não transformar a paisagem do campo em uma paisagem industrial, com prejuízo de todos, autóctones e visitantes. Para qualquer dúvida o meu contacto é 919443619.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115844	Discordância	No seguimento do publicado no passado dia 8 de junho, em Suplemento da II Série do Diário da República, do Aviso n.º 14136-B/2026/2, que torna pública a abertura do período de discussão pública da proposta de PSZAER - Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, com início a 17 de junho e términos a 15 de julho corrente, a Câmara Municipal de Mortágua, deliberou na sua Reunião ordinária realizada a 01/07/2026, por unanimidade, com os fundamentos constantes no documento anexo, emitir Parecer Desfavorável à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, bem como subscrever na integra a emissão do Parecer Desfavorável emitido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, considerando que a mesma, nos termos em que se encontra formulada, pode ter consequências graves para o concelho de Mortágua, nomeadamente ao nível da qualidade de vida da população, da paisagem, da floresta, da biodiversidade, da economia e do turismo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115843	Discordância	A Serra da Gardunha é uma reserva natural para animais e água. Espécies raras vivem aqui. As instalações planeadas não compensam o valor da natureza, e eu NÃO concordo com a construção. Os habitantes locais não aceitarão que mais terrenos sejam vendidos a grandes corporações. Seria melhor investir em informação turística e em projectos de conservação sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115841	Discordância	absolutamente contra este desastre ambiental, existem outras formas de desenhar e projetar estes projetos de âmbito energético. As paisagens e todas as suas valências naturais e ecológicas são o futuro das gerações seguintes, tal como nos alerta uma importante máxima índia: "não herdamos a terra, pedimo-la emprestado aos nossos filhos"....	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115839	Concordância	Na análise técnica preliminar dos elementos disponibilizados, o Município de Sobral de Monte Agraço destaca a importância de garantir o cumprimento das distâncias de segurança aos Fortes, classificados como Monumento Nacional. A proteção destes elementos patrimoniais exige especial cuidado, dada a sua relevância histórica, cultural e paisagística. É igualmente fundamental assegurar a proteção dos perímetros urbanos, prevenindo conflitos de uso e impactos que possam afetar a qualidade de vida das populações. O Município sublinha ainda a importância da interligação visual entre os Fortes, essencial para a leitura histórica e turística do conjunto defensivo. Por este motivo, deverá ser avaliado com atenção se a instalação de painéis solares em determinados terrenos poderá criar obstáculos visuais para quem visita os Fortes, afetando a percepção da paisagem cultural e a coerência do sistema defensivo. O Município continuará a acompanhar esta matéria no âmbito da discussão pública, analisando os elementos disponibilizados e apresentando contributos adicionais sempre que necessário.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115837	Concordância	Concordo por não haver. Impacto nenhum na serra da gardunha. Nas areas onde se vai implementar o projecto são muito pobres em produtividade agricola. Está distante da serra da gardunha.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115836	Discordância	A Serra da Gardunha é um património natural insubstituível. Num momento em que Portugal enfrenta temperaturas cada vez mais elevadas, secas severas e perda de biodiversidade, a destruição de áreas naturais para instalar parques solares e eólicos é um contrassenso ambiental. Precisamos de mais árvores, mais floresta e mais capacidade de retenção de água no território, não de transformar as nossas serras em áreas industriais. Existem alternativas em telhados, zonas industriais e outras áreas já artificializadas que devem ser utilizadas. Discordo por completo com este projecto por vários e validos motivos. Infelizmente o obvio e sempre o que ninguém vê.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115835	Discordância	1. Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas · Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. · Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115834	Discordância	Informações pouco claras, nomeadamente relativos á cartografia da área com possibilidade de ocupação, que é o ponto fundamental desta consulta.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Obrigada pela sua participação.
115833	Discordância	Manifesto a minha discordância com a proposta do PSZAER. A necessária transição energética não pode justificar a redução das garantias de proteção ambiental, da salvaguarda da paisagem, da biodiversidade e dos direitos das populações locais. A aceleração da implementação de projetos deve ser acompanhada de avaliações ambientais rigorosas e de uma participação pública efetiva, garantindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115832	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Mortágua , vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A classificação de determinadas áreas como de "baixa sensibilidade" baseia-se apenas em critérios técnicos de exclusão e não reflete o seu verdadeiro valor ecológico, agrícola, florestal, paisagístico e social. Muitos destes territórios sustentam atividades económicas, serviços dos ecossistemas e património natural relevantes para as comunidades locais. Esta classificação simplificada poderá conduzir à ocupação de áreas cuja importância não foi devidamente avaliada. Antes da ocupação de solos agrícolas e florestais, o PSZAER deve estabelecer como prioridade absoluta a utilização de áreas já artificializadas. Portugal dispõe de um elevado potencial em coberturas industriais, parques de estacionamento, zonas industriais, pedreiras desativadas, aterros encerrados e outras áreas degradadas que podem receber sistemas fotovoltaicos sem comprometer os recursos naturais nem o uso agrícola do território. O plano privilegia grandes centrais solares centralizadas em detrimento do solar distribuído, apesar de este último gerar menores impactes ambientais e beneficiar diretamente cidadãos, empresas e comunidades locais. O autoconsumo e as comunidades de energia renovável já se encontram previstos na legislação portuguesa, mas continuam limitados por obstáculos administrativos e económicos. O PSZAER deveria estabelecer metas concretas e incentivos claros para promover este modelo antes da expansão do solar centralizado em solo rural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115831	Discordância	Bom dia, sou José Dias, amante da natureza e desde pequeno sempre estive em contacto com o meio ambiente. Sobre este assunto, acho sim, que devemos investir em energias renováveis, reforçar e incentivar a quem constrói ou renova. Em relação a painéis solares, acho que deveria estar imposta a obrigatoriedade de a partir de alguns metros quadrados ser proibido colocar diretamente no chão ou em cima de "grelhas/estruturas", e só se poder montar em coberturas/telhados, usar os espaço que são "desperdiçados". Para um pais que vive tanto de turismo e quer se mostrar tão evoluído, acho que este tipo de empreitadas caminha precisamente no sentido contrario. Destruindo hectares , meio ambiente, fauna e flora e deixando um espaço para as pessoas viverem realmente grotesco. Podiam colocar os `painéis solares ao lada das autoestradas como fazem em outros países. É um absurdo destruir a natureza por "causas ambientais".	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115829	Discordância	Na qualidade de cidadão, venho por este meio apresentar o meu parecer e consequente discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pelos seguintes motivos fundamentais: Impacto na Biodiversidade e Paisagem: A delimitação de zonas de aceleração, não salvaguarda adequadamente os valores ambientais, a conservação da natureza e o património paisagístico, colocando em risco ecossistemas sensíveis. Defesa dos Solos e Agricultura: A conversão de áreas com elevado potencial agrícola ou florestal em "mares de painéis" compromete a coesão territorial, o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar. Falta de Avaliação Local e Saúde Pública: A implementação de megaprojetos energéticos nestas áreas levanta preocupações sérias ao nível da saúde pública (ruído, campos eletromagnéticos) e da qualidade de vida das populações residentes. Violação do Princípio da Proporcionalidade: A meta de descarbonização deve pautar-se por critérios rigorosos de "baixo conflito". Considero que a proposta atual peca por excesso de área afeta e falta de ponderação face à capacidade real de recepção do território. Pelo exposto, solicito a reavaliação e a exclusão das áreas geográficas supramencionadas das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, exigindo-se um estudo aprofundado que harmonize a transição energética com a proteção efetiva do território e das comunidades locais. Com os melhores cumprimentos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115826	Discordância	Não se compreende esta opção, quando se quer dar uma ideia e que o país é um destino turístico de excelência, sabendo-se que o turismo não convive bem com este tipo de paisagens, sendo que os locais, apesar de poucos, também merecem a atenção de quem toma estas decisões.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115825	Discordância	Discordo, a nossa natureza não pode ser sacrificada a bem do clima. Claro que temos de nos preparar para eventual mudanca climatica, mas nao atraves da desertificacao de areas verdes e natureza Nao faz sentido criar zonas de "aceleramento ", isto quer dizer que serao zonas faceis de aprovar, falamos em aprovar de forma rapida um assunto polemico em que ha discordancia entre populacao e governo. Governo nunca devia autorizar empresas a fazer o que pretendem/estao a fazer em portugal Outros paises têm as autoestradas ladeadas de paineis solares, kilometros de autoestradas da para muitos paineis , mas claro deve ficar mais caro para as empresas .... é mais facil destruir areas verdes, de agricultura, preservadas, com arvores protegidas etc etc Como se pode autorizar cortar sobreiros uma arvore protegida? A conclusao é que o governo é sobornado O mesmo se aplica a parques eolicos, a medio prazo produzem muito lixo, basta olhar para as eolicas que nao funcionam? sao recicladas?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115824	Discordância	"Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)" Tenho estado a refletir no enormíssimo impacto que irá ter o PSZAER, se for por diante nos moldes em que está atualmente definido e de acordo com o mapa apresentado. Nesse mapa, mais de 7% do nosso território ficará livremente disponível para instalação de mega centrais fotovoltaicas e eólicas. São mais de 350.000 ha de território que poderá ser devastado, com mais de 68% do mesmo constituído por áreas florestais que poderão ser destruídas e quase 35.000 ha de solo agrícola que irá ser perdido para todo o sempre, com consequências gravosas para a nossa já, bastante comprometida, soberania alimentar. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências imensas! 😵😵 Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal, uma enorme redução na infiltração da água no solo aquando das chuvas, com consequente aumento das inundações no inverno e redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambientes e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas. As consequências para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115823	Discordância	A firma como se implementam estes projetos implica a destruição da flora existente e desertificação das zonas onde se implementam. Muitas vezes são destruída espécies protegidas e habitats protegidos ou em risco. Num projeto de energias renováveis, para preservar interesses ecológicos é um enorme contrasenso e um erro que sairá caro as próximas gerações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115822	Discordância	Como é possível que alguém que andou a estudar possa sugerir que esta é a solução para o interior, ou qualquer outra parte, do país? Será que não gosta do seu próprio país? Só conhece as urbes? Como é possível que os decisores só se preocupem com o seu umbigo e não se importem de deixar este legado para as futuras gerações? Não têm filhos, netos e outros familiares? Como é possível tanta insensibilidade por parte das nossas instituições e dos homens/mulheres do colarinho branco!!! Será que só conhecem o condomínio fechado onde habitam? Demência, tonteria e ganância pura e dura. Num passado relativamente recente até os malfeitores tinham o bom senso, sensatez, de não ultrapassar certos limites pois sabiam que as consequências dos seus actos para as pessoas/comunidade seriam demasiado danosas, agora pelos vistos vale tudo sem qualquer pingo de vergonha ou decência... Na sua soberba ainda são capaz de ter a desfaçatez de ficar muito ofendidos quando alguém os questiona!!! Triste Portugal este, com pessoas pobres de espírito e egoístas aso seu leme, que tão mal te tratam.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115821	Discordância	Discordo totalmente com este programa, uma grande ameaça a toda a biodiversidade existente na Serra da Gardunha e arredores.. Exmos. senhores, Como compreendem, não é possível avaliar as áreas com mapas às escala que fornecem. São necessários mapas de pormenor para que esta consulta tenha legitimidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115820	Discordância	Isto é inadmissível e só demonstra a falta de vontade de ter a opinião dos cidadãos numa matéria tão importante. Apresentar um projecto desta dimensão a consulta pública com claras falhas e omissões mostra a incompetência dos proponentes. Nenhuma consulta pública deveria estar publicada com esta escassez de informação e falta de credibilidade relacionada com as zonas realmente impactadas pelo PSZAER. Volto a frisar que o que está a ser avaliado são mapas: são ZONAS de aceleração de energias renováveis. A informação que disponibilizam é insuficiente para qualquer avaliação e participação séria. Esta discussão pública não tem condições para continuar e deve ser suspensa. Sequer empurrarem as decisões para as autarquias já é uma forma de tentar contornar a participação pública e de criar alienação e mais conflitos locais para a população, além de representar uma clara violação de direitos constitucionais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115819	Discordância	Escrevo como cidadã portuguesa, preocupada com o rumo que este programa dá ao meu país. O PSZAER propõe ocupar cerca de 7% do território nacional para energia solar e eólica quando os próprios dados técnicos mostram que menos de 1% chegaria para cumprir as metas até 2030. Não vejo justificação para sacrificar tanto território rústico, florestal e agrícola além do que é realmente preciso. Preocupa-me também que este programa dispense a avaliação de impacto ambiental em cada projeto e retire às câmaras municipais o poder de decidir sobre o seu próprio território. Isso significa menos voz para as pessoas que vivem e trabalham nessas terras, e decisões tomadas longe de quem sofre as consequências. Não sou contra as energias renováveis, sou a favor de uma transição feita com bom senso: aproveitar primeiro zonas já artificializadas, ouvir as populações e avaliar o impacto real no clima e na vida das comunidades antes de avançar. Peço que esta proposta seja revista, e que o território português não seja tratado como um simples recurso a explorar.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115818	Discordância	Segue a minha discordância, uma vez que estarão a continuar/dar mais força ao que já começaram. Passo a explicar, Principais Preocupações e Riscos para o Interior Pressão sobre solos produtivos: Existe o receio de que proprietários prefiram arrendar terras a grandes promotores energéticos (rendimento garantido e mais alto) em vez de as manter na produção de alimentos ou pastagens. Descaracterização da paisagem: O Interior vive fortemente do turismo de natureza e de produtos endógenos (como queijos DOP, azeite e vinho). A massificação de espelhos solares pode desvalorizar a identidade visual e o valor patrimonial da região. Centralização económica: Críticos apontam que o modelo beneficia grandes indústrias elétricas centrais, sem deixar riqueza real, emprego fixo ou eletricidade mais barata para as populações locais que perdem os seus terrenos de cultivo. Tudo isto, somado ao facto de Portugal continuar a preferir adquirir energia no mercado Europeu quando exporta o que produz. A sua dependência a nível de funcionamento/estabilidade com Espanha (recordar o "apagão"), ou as taxas de acesso à rede que desde a instalação dos novos parques FV triplicaram, incutindo um aumento absurdo sobre o consumidor final.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115817	Discordância	A população não quer os campos estragados com painéis solares. Coloquem no topo dos apartamentos em Lisboa, abutres!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115816	Discordância	A transição energética é necessária mas não pode ser feita a custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e marginalizacao das populações daqueles territórios. Um projecto que visa destruir cerca de 100 000 hectares de área verde e um projecto prejudicial e irreversível, quer para a população, quer para a ecologia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115815	Discordância	Não concordo que esta febre dos parques fotovoltaicos. Eu tenho painéis fotovoltaicos á mais de 20 anos na minha casa, coloquem nas casas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115814	Discordância	Exmos Srs, Antes de ocupar serras, vales e paisagens únicas, deveríamos aproveitar melhor aquilo que já existe: telhados industriais, parques de estacionamento, zonas degradadas e outras superfícies já artificializadas. Ser eficiente também é uma forma de proteger a natureza. Porque uma floresta demora décadas a crescer. Uma paisagem pode perder-se para sempre. A natureza não deve ser um obstáculo ao progresso. Deve ser uma prioridade nas decisões que tomamos. Na expectativa do vosso melhor entendimento e decisão e interpretação sobre o exposto. Cumprimentos	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115813	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública,. Anexo texto que subscrevo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115812	Discordância	Discordo da implementação de energias renováveis sem respeitar a natureza e sem proveito da economia e populações locais.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115811	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à instalação de grandes centrais fotovoltaicas na Serra da Gardunha e na região de Castelo Branco. Considero que esta zona possui elevado valor ambiental, paisagístico, agrícola e florestal, sendo também importante para o turismo e para a qualidade de vida das populações locais. A ocupação de grandes áreas com painéis fotovoltaicos poderá causar impactos negativos na biodiversidade, na paisagem e nas atividades económicas tradicionais. Defendo que a produção de energia renovável deve ser privilegiada em telhados, zonas industriais e outras áreas já artificializadas, evitando a ocupação de espaços naturais e agrícolas. Solicito que estas áreas sejam excluídas do PSZAER	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115810	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115809	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
115808	Discordância	A Gardunha não necessita de painéis solares, preccisa é de árvores.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115807	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115806	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115805	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115804	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115803	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115802	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115801	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
115800	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
115799	Discordância	Subscrevo a posição do Grupo Pro-Évora	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115798	Discordância	Mais uma vez o nosso território é sacrificado pelos interesses de grandes empresas e pela monetizaçao da energia. Quando entenderem que o investimento deveria de estar em autonomizar a população para a aquisição de energias limpas, e fortalecer desta forma as pessoas ao invés de injetar mais dinheiro em monstros capitalistas que mantêm as pessoas dependentes de grandes redes energeticas para além de secundarizar mais uma vez os nossos recursos naturais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115797	Discordância	A transição energética é um objetivo importante e necessário para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e enfrentar as alterações climáticas. No entanto, essa transição deve ser feita de forma responsável, equilibrada e baseada em critérios ambientais, sociais e científicos rigorosos. A implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na Marinha Grande suscita sérias preocupações que não podem ser ignoradas. A Marinha Grande possui um património natural de elevado valor ecológico, onde coexistem habitats sensíveis, biodiversidade e áreas florestais que desempenham um papel fundamental na conservação da natureza, na proteção dos solos, na retenção de carbono e na qualidade de vida da população. A instalação de grandes infraestruturas de produção de energia pode provocar a fragmentação dos habitats, afetar espécies protegidas, alterar a paisagem e comprometer o equilíbrio ecológico destes territórios. Além dos impactos ambientais, importa questionar se a criação de zonas de aceleração privilegia a rapidez dos processos administrativos em detrimento de uma avaliação ambiental suficientemente aprofundada e da participação efetiva das comunidades locais. Decisões com consequências duradouras para o território devem ser transparentes, participadas e sustentadas por estudos independentes que demonstrem que os benefícios superam claramente os impactos. Também existem dúvidas quanto à relação custo-benefício de alguns projetos de grande escala. Embora as energias renováveis sejam essenciais, determinadas infraestruturas têm uma vida útil limitada, exigem manutenção, substituição de equipamentos e, no final do seu ciclo de vida, colocam desafios significativos ao nível da desativação, reciclagem e gestão dos resíduos produzidos. Estes custos ambientais e económicos devem ser considerados desde o início e não apenas quando os equipamentos deixam de funcionar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115796	Discordância	Todos nós seremos a favor de energias renováveis mas não a projetos que ponham em causa o património cultural e económico de uma zona ou região. Existem vários trabalhos científicos que provam e demostram a necessidade de preservar o meio ambiente e a sua biodiversidade, tais projetos irão contra essa necessidade de proteger o que ainda existe para as futuras gerações. Não a mega projetos de energias renováveis. Renováveis sim em zonas já utilizadas ou severamente degradadas pelo Homem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115795	Discordância	Precisamos de plantar mais árvores e não precisamos de mais eólicas e parques de painéis solares	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115794	Discordância	Como podem autorizar, uma aberração destas , E esse futuro que querem deixar ? Utilizem telhados, fábricas , parques de estacionamento, proteger a natureza deve ser a prioridade de todo o ser humano.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115793	Reclamação	Exijo a disponibilização de cartografia com resolução, escala e nível de detalhe adequados que permitam a correta identificação, localização e delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER). Os mapas atualmente disponibilizados não permitem identificar com precisão os limites das áreas propostas, nem avaliar os potenciais impactes sobre habitações, explorações agrícolas, áreas florestais, recursos hídricos, património cultural, biodiversidade e restantes usos do solo. Esta limitação compromete o exercício efetivo do direito de participação pública, impedindo os cidadãos de formular observações e contributos devidamente fundamentados durante o período de consulta pública. Solicita-se, por isso, a disponibilização de mapas em formato de elevada resolução, georreferenciados e compatíveis com sistemas de informação geográfica (SIG), ou, em alternativa, a prorrogação do prazo da consulta pública até que essa informação esteja acessível em condições que garantam uma participação pública informada, efetiva e em igualdade de circunstâncias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115792	Discordância	Não podemos deixar vender o País.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115791	Discordância	É uma vergonha que, para combater as alterações climáticas, esteja se a desperdiçar terra onde praticas agrícolas possam ser efectuadas, onde árvores possam ser plantadas e, ao em vez disso, se ponham painéis que provocam o aquecimento extremo de zonas do país que já são naturalmente bastante quentes. Há melhores soluções, que não ocupam tanta terra útil para a agricultura, terra dos seus cidadãos. E fazer parcerias com grandes áreas de estacionamentos e tentar implementar lá esses projetos? Ou até com pessoas, em telhados de casas? Não sou profissional desta área, mas não acho que por estes painéis em terra útil seja de todo bom para a evolução energética em combate à alterações climáticas. Não quero ver o meu país arder todos os verões, cada vez mais coberto por painéis metálicos, qualquer dia damos cabo dos nossos recursos naturais, algo tão precioso.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115790	Discordância	Jamais concordarei com uma solução que transformará este território, onde nasci, onde vivo e onde espero terminar os meus dias, num lugar ainda mais desértico e desprovido de vida e das suas belezas naturais. NÃO ÀS PSZAER!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115789	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115788	Discordância	É a minha total convicção q qd os custos dum projecto superam os beneficios para a comunidade, este deve ser logo posto de parte e olhar para outras alternativas. Resumindo, as mega estações solares são nocivas ao ambiente pela cobertura imensa de terra/natureza q destróem e o sobreaquecimento q sucitam. Juntar isto ao já sobreaquecimento esperado, em todo o Mediterrâneo.... Não quetemos arder no Inferno, obrigada. Faço notar ainda q aproximar as fontes de energia dos seus utilizadores retira do seu preço os custos de destribuição e manutenção das estações solares. A conta de electricidade pesa no orçamento familiar e das empresas. A alternativa seria investir em paineis solares em edificios: prédios, fábricas, hospitais... Relembro ainda uma coisa mt importante, PT já produz energia mais q suficiente para o seu consumo, assim sendo mais estações de produção massiva não faz sequer mt sentido. Alerto para o desiquilibrio entre a energia intermitente e estável q pode levar a mais uma situação drástica de apagão, segundo relatório oficial estatal. Alerto q as eólicas devem registar o mesmo cuidado, i.e. ter em conta as necessidades energéticas reais do país, determinar o seu impacto ambiental e co-relação com mais um apagão avassalador e destrutivo. Finalizo com outra questão q me preocupa deveras. As minas de litío em Portugal são tb um crime ambiental tremendo pelas consequências no ar, água e vida onde essas minas existem. E sobretudo são um projecto com data de fim à vista pelo recurso ao sal, onde, surpresa, somos ricos. As baterias de sódio são o futuro, comprova-o a indústria chinesa e uma cientista portuguesa q trabalhou nos EUA q pode ajudar a sermos os melhores na produção desta alternativa mais economica e sustentável. Minas de lítio, não obrigada até porque dúvido q algum português queira ser mineiro. Foram tempos dificeis q mts ainda recordam. Outros não pq morreram com os pulmões infectados. Quanto à UE deve apostar nas novas técnologias que usem recursos abudantes e mais baratos, i.e. sódio vs. lítio. Lamentamos, mas PT não é um pais do 3° Mundo onde se pode vir sugar o último litio antes de entrar em desuso e os contractos de concessão entrem nos tribunais com minas abandonadas. Sabemos o q isso é. Bom trabalho, i.e. boas decisões para o futuro do nosso pais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115787	Discordância	Solicita-se que seja publicada uma matriz de interseção entre as ZAER propostas e a ocupação florestal da COS2023, discriminando eucalipto, pinheiro-bravo, pinheiro-manso, sobreiro, azinheira, carvalhos, castanheiro, outras folhosas, matos e sistemas agroflorestais. Solicita-se ainda que seja justificada a não exclusão de certas ocupações florestais, nomeadamente pinheiro-bravo. A Figura 4 da Proposta de PSZAER suscita dúvidas quanto à eventual sobreposição ou proximidade das ZAER propostas a áreas habitadas e populações residentes. Solicita-se que seja publicada uma análise SIG de interseção e proximidade entre todas as ZAER propostas e: perímetros urbanos dos PDM, solo urbano e urbanizável, lugares estatísticos, edifícios residenciais, habitações isoladas, equipamentos sensíveis, alojamentos turísticos e áreas de povoamento disperso. Solicita-se ainda que a Administração esclareça se os buffers de 200 m para solar fotovoltaico e 1 km para eólica foram calculados apenas com base na COS2023 ou se foram validados com cartografia municipal, cadastro, ortofotografia recente e conhecimento local. Na ausência dessa validação, a proposta não deve ser considerada suficiente para demonstrar inexistência de conflito com populações.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115786	Discordância	Porque é muito prejudicial quer em termos paisagísticos e não estão assegurados em termos ambientais visto que este projeto vai exigir o corte de milhares de arvores numa zona em que as temperaturas já são muito elevadas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115785	Discordância	Sou contra o abate de mais árvores	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115784	Discordância	Não faz sentido estar a destruir a natureza para colocação de painéis quando podem ser colocados noutros lugares para gerar energia.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115783	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha preocupação relativamente ao projecto de instalação da central fotovoltaica em apreciação. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. Contudo, considero que esta não deve ser feita à custa da degradação da paisagem, da destruição de solos férteis, da perda de biodiversidade, da afectação de linhas de água e nascentes, nem da diminuição da qualidade de vida das populações. Entendo igualmente que subsistem incertezas científicas quanto aos impactos cumulativos que grandes centrais fotovoltaicas poderão ter sobre o microclima local, os ecossistemas e, indirectamente, sobre a saúde e o bem-estar das comunidades. Nestes casos, deverá prevalecer o Princípio da Precaução, consagrado na Lei de Bases do Ambiente, na Constituição da República Portuguesa e no direito da União Europeia. A Constituição da República Portuguesa reconhece o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º) e impõe ao Estado o dever de proteger a saúde (artigo 64.º), a paisagem, os recursos naturais e a qualidade de vida das populações. Assim, considero que este projecto apenas deveria avançar após a realização de estudos independentes e transparentes que avaliem os seus impactos cumulativos sobre a saúde, os recursos hídricos, os solos, a biodiversidade e a paisagem, bem como a demonstração de que não existem alternativas de localização com menor impacte ambiental e social.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115782	Discordância	A ADDIS – Associação pelo Direito à Decisão Informada na Saúde vem, no âmbito do presente procedimento de participação pública, manifestar o seu parecer desfavorável ao projecto de instalação da central fotovoltaica em apreciação, por considerar que o mesmo suscita preocupações relevantes quanto à protecção da saúde pública, da qualidade de vida das populações, da integridade dos ecossistemas e da preservação do património natural e paisagístico. Importa desde logo esclarecer que a ADDIS não se opõe à transição energética nem ao recurso às energias renováveis. Pelo contrário, reconhece a necessidade de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e de promover modelos energéticos mais sustentáveis. Contudo, essa transição não pode ser concretizada à custa da degradação da saúde humana, da destruição de solos férteis, da perda de biodiversidade, da alteração irreversível da paisagem ou da afectação dos recursos hídricos. A verdadeira sustentabilidade exige uma abordagem integrada, conciliando os objectivos climáticos com a protecção da natureza e dos direitos fundamentais das populações. Embora a literatura científica actualmente disponível não permita estabelecer conclusões definitivas relativamente a alguns potenciais impactos das grandes centrais fotovoltaicas, subsistem incertezas relevantes que justificam a aplicação do Princípio da Precaução, consagrado no direito europeu e português. Diversos estudos têm identificado alterações microclimáticas locais, modificações da temperatura superficial, alterações da dinâmica dos solos, da infiltração da água e da biodiversidade, bem como a existência de campos electromagnéticos associados aos inversores, transformadores e restantes infra-estruturas eléctricas. Embora os níveis medidos sejam, em regra, compatíveis com os limites regulamentares, considera-se legítimo exigir uma avaliação independente dos seus efeitos cumulativos e da exposição prolongada das populações. A implantação de extensas áreas cobertas por painéis fotovoltaicos implica igualmente a ocupação permanente do solo, a remoção de coberto vegetal, a compactação dos terrenos, a fragmentação do	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115781	Discordância	É inaceitável destruir o espaço natural com painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115780	Discordância	um projecto destas dimensões poderá provocar grandes impactos ambientais, paisagísticos e económicos. Defendo que a transição energética deve ser compatibilizada com a preservação dos territórios de maior valor natural. Há um caminho melhor, a natureza não pode ser transformada num campo industrial de painéis solares	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115779	Discordância	Consulta Publica Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, Defendo a transição energética e o reforço das energias renováveis, mas a sua implantação tem de respeitar as populações, a biodiversidade, a agricultura e o desenvolvimento equilibrado do território. Tal não está devidamente acautelado na "Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis". O processo é inadequado, mapas com erros, efeitos cumulativos por avaliar, solos agrícolas em risco, comunidades sem retorno, municípios ignorados, destruição de florestas, potencia a transformação de matas e florestas privadas em Zonas de Aceleração de Energias Renováveis. Deve ser implementada uma campanha de esclarecimento em todos os concelhos, em todo o território. Considero mesmo um referendo, depois das populações devidamente esclarecidas. Ana de Lemos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115778	Discordância	Nao concordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115777	Concordância	Tudo o que for melhor para o nosso país aprovarei	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115776	Discordância	Não faz absolutamente sentido nenhum. Precisamos da natureza e a dita energia verde não pode ser implementada à custa do meio ambiente, das pessoas e dos recursos naturais. Implementem este tipo de instalações em telhados de edificios, em parques de estacionamento, em estruturas existentes e não desmatando e anquilandp espécies inteiras, assim como retirando o sustento das gentes que necessita da natureza para subsistir e que com ela convive de forma equilibrada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115775	Discordância	Na minha opinião, penso que os esforços se deviam concentrar na implementação dos fotovoltaicos em áreas como parques industriais, na cobertura de edificios e parques de estacionamento, canais de irrigação. etc. Ou seja, aproveitar ao máximo infraestructura já existente que possa também beneficiar da sombra disponibilizada, e só como ultimo recurso avançar para ocupação de terreno livre.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115774	Discordância	Não é destruindo o nosso património florestal que iremos melhorar as nossas condições de vida. A Europa no geral e Portugal no particular têm de parar de dar tiros no pés.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115773	Discordância	Discordo da proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) para o concelho de Miranda do Douro. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita sem uma avaliação rigorosa dos impactes cumulativos da instalação de grandes centrais fotovoltaicas e de aerogeradores com cerca de 200 metros de altura num território de elevado valor ambiental e paisagístico. Miranda do Douro integra o Parque Natural do Douro Internacional e possui um património natural, agrícola, cultural e turístico que constitui um dos seus principais fatores de desenvolvimento. A transformação da paisagem através da instalação de centenas de hectares de painéis solares e de aerogeradores desta dimensão pode comprometer de forma irreversível a identidade do território, afetando a biodiversidade, a avifauna, a atividade agrícola e a atratividade turística. O programa não demonstra que tenham sido devidamente estudadas alternativas menos impactantes, como o reforço do autoconsumo em habitações, explorações agrícolas, edifícios públicos, zonas industriais e outras superfícies já artificializadas, reduzindo a necessidade de ocupar solos agrícolas e áreas naturais. Também não é apresentada uma análise comparativa que demonstre que os benefícios económicos locais compensam os custos ambientais, sociais e paisagísticos que ficarão para as populações durante décadas. Um território de baixa densidade como Miranda do Douro necessita de políticas que reforcem a agricultura, a pecuária, o turismo de natureza e a fixação de população, e não de uma transformação da sua paisagem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115772	Discordância	Para aqueles de nós que consideramos o campo de Oleiros como o nosso lar, os impactos são injustos. Impactos potenciais: - Valor das propriedades - Impacto paisagístico e visual - Perda de habitats naturais - Impactos na fauna - Fragmentação florestal - Qualidade de vida - Poluição sonora - Poluição luminosa - Impactos na agricultura - Impactos na água e no solo - Desafios na gestão de incêndios florestais - Tráfego de construção	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115770	Discordância	Existem muitas áreas desertas e sem árvores onde podem ser implantados os painéis e a Gardunha é um santuário de grande valor ambiental e paisagístico	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115769	Discordância	Está coisa das energias verdes não passa duma falácia. Nós precisamos de árvores que nos dão oxigénio e não painéis solares. Vocês querem é destruir o nosso país. Se isso é assim tão bom levem-nós para os vossos países. É lamentável é que só tenhamos governantes vendidos e corruptos. Eu quero ver a minha beira baixa cheia de árvores e o povo não vai permitir este crime ambiental. Fora daqui com os painéis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115768	Discordância	Elevado impacto visual e ecológico	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115767	Discordância	A transição energética constitui um objetivo estratégico nacional e europeu, sendo indispensável para a mitigação das alterações climáticas, para o reforço da segurança energética e para o cumprimento dos compromissos de neutralidade carbónica. Contudo, deve respeitar os princípios do desenvolvimento sustentável, assegurando uma adequada compatibilização entre a produção de energia renovável, a conservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e a gestão equilibrada do território. Neste contexto, considera-se que a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua configuração atual, suscita preocupações relevantes quanto aos critérios de seleção das áreas preferenciais e à forma como são ponderados os valores ambientais, sociais e territoriais existentes. Em primeiro lugar, a metodologia de delimitação das zonas de aceleração parece privilegiar fatores de viabilidade técnica e de eficiência energética, atribuindo um peso insuficiente à multifuncionalidade dos territórios rurais e florestais. Muitas das áreas identificadas desempenham funções ambientais essenciais, assegurando serviços dos ecossistemas de elevado valor público, designadamente o sequestro e armazenamento de carbono, a regulação do ciclo hidrológico, a proteção dos solos contra processos erosivos, a conservação da biodiversidade, a conectividade ecológica e a manutenção da qualidade paisagística. A perda ou degradação destes serviços representa custos ambientais e socioeconómicos que dificilmente são compensados pelos benefícios decorrentes da instalação de infraestruturas energéticas, sobretudo quando tais custos não são devidamente incorporados na avaliação dos projetos. A literatura científica e as orientações internacionais têm vindo a defender que a avaliação dos serviços dos ecossistemas deve constituir um elemento estruturante dos processos de planeamento territorial, permitindo identificar situações em que os impactes cumulativos ultrapassam os benefícios expectáveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115766	Discordância	O Nordeste Transmontano não está à venda nem o interior do País. Não vale tudo para as energias renováveis. Como cidadã entendo a transição energética mas parece que neste país o interior está a venda e se pode tudo, mesmo contra as pessoas que lá vivem. Não consigo entender como é que um país está disposto a arrasar com tantas áreas de extremo interesse biológico, ecológico e cultural. Não se pode tudo, mesmo em nome das renováveis. Como cidadã não posso concordar com a ainda maior destruição do interior e das suas gentes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115765	Discordância	O que é que ainda não perceberam? A natureza é essencial à vida, o poder e o dinheiro não podem valer tudo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115764	Discordância	Não concordo . Queremos manter a paisagem natural .	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115763	Discordância	Não Não aos painéis mas sim á vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115761	Discordância	Coloquem árvores em vez dessas aberrações que em nada trás de bom para a nossa terra.. Aberração do século	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115760	Discordância	Precisamos de proteger a mãe natureza. Ao tirar arvoredo, estamos a matar os animais, tirar sombra e abrigo, aumentar a temperatura do solo e etc…há tantas formas de termos energia fotovoltaico e eólica também. Porque não usam os telhados privados em troca do uso de energia, por exemplo.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Obrigada pela sua participação.
115759	Discordância	Gardunha é para viver e não para destruir. Coloquem painéis onde não destruam natureza.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115758	Discordância	A proposta de Programa Sectorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), produzida pela Equipa Interdisciplinar EI) escolhida e contratada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projectos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), ficou disponível no início de Maio de 2026. O PSZAER, cuja execução foi determinada pelo Despacho n.º 1532-B/2026, de 6 de Fevereiro, incide na produção de energia solar e eólica no solo da parte continental do país, tal como determinado no convite feito pela EMER 2030 às personalidades que, depois vieram a constituir a EI. Como o prazo para a elaboração do PSZAER, definido no acima referido Despacho 1532- B/2026, é de 6 meses, ainda restam cerca de 45 dias para o trabalho ser finalizado. A este propósito dizer que, em face da relevância nacional do que está a ser tratado, da complexidade e grande hermeticidade natural das matérias em apreço, do grau de insuficiente maturação em que algumas vertentes do processo se encontram, e, ainda, das incertezas geoestratégicas eminentemente presentes, não se afigura prudente apressar o processo em curso nesta fase, porque, paradoxalmente, essa eventual pressa pode vir a determinar, não a aceleração, mas, falsas expectativas e posteriores impasses incontornáveis, que serão muito gravosos para o erário público, para os consumidores, para o desenvolvimento socioeconómico, para os valores ambientais, ecológicos e, muito relevante do ponto de vista que aqui se defende, quanto ao ordenamento solo, visto este como um recurso escasso, e consequente economia a ele directamente ligada do ponto de vista produtivo. Será necessário recordar que, em Portugal, tem havido, há já bem mais de um quarto de século, uma intensa corrida para instalar grande quantidade de unidades e eólicas e fotovoltaicas para produção de electricidade, sem que, previamente, tivesse havido a implementação institucional de instrumentos de planeamento e programação que enquadrassem o surgimento, mais ou menos imprevisível, dos investimentos de agentes privados, esses sim, expectavelmente caudalosos, já que a motivação de base, sabia-se à partida, seria quase exclusivamente uma natural apetência por resultados financeiros muito atractivos, e as condições de financiamento propiciadas desde o início foram muito amigáveis para os investidores privados. No que ao PSZAER diz respeito visa-se, então, ultrapassar a desconsideração que tem estado instalada quanto aos diversos factores relacionados com a localização territorial, que, espera-se, passe a ser mais assertiva nos domínios: ambiental, ecológico, paisagístico, de ordenamento territorial, socioeconómico, etc., etc. Surge, então, a noção de “polígonos” destinados a instalar as unidades fotovoltaicas e eólicas, desde logo para as que já têm TRC ou acordos de ligação (se as suas candidaturas não tiverem de ser revistas), e	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115757	Discordância	Os painéis solares são para construir nos telhados das casas, não em locais onde devem crescer árvores! Destroem o nosso planeta e dizem que é em prol da sociedade	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115756	Discordância	Árvores sim, painéis não, há muitos telhados pra colocarem os painéis, deixem a natureza em paz.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115755	Discordância	A meta do PNEC para a energia solar de 20,8 GW significa cerca de 20.000 hectares- no entanto, o mapa de zonas do PSZAER indica 357.347 hectares para solar e mais 85.321 para eólico - o que significa dezoito vezes o que o país precisa para cumprir a meta dos 20,8 GW à custa de terrenos aráveis, ecossistemas e património ambiental e cultural. Solicito pois, a quem pode e deve defender o património ambiental e cultural do país que de facto o faça; e a quem compete cumprir à regra a lei e as diretivas que a guiam que de facto as cumpra e que limite os planos à sustentabilidade e à defesa dos interesses da população. E solicito a quem deve elaborar um plano da importância do PNEC que se debruce sobre os perigos irreversíveis que o plano apresentado e que os corrija. A transição energética exige um plano rigoroso com metas concretas que resultem e que não destruam opções reais que têm que ser concretizadas no tempo exigido e com as verbas disponíveis, verbas que desde modo se perdem e que implicam perdas irreparáveis em património ambiental, cultural e por isso, perdas para a economia, quer no desperdício de fundos, quer no incumprimento de objetivos de auto sustentabilidade e de resiliência no futuro para a agricultura, turismo e energia. A transição energética tem que: - Utilizar infraestruturas existentes que podem e devem tornar atividades e edifícios auto sustentáveis. Há exemplos de utilização de estradas, comboios, transportes, parques de estacionamento, grandes superfícies, edifícios, escolas, condomínios de produção solar; - Proibição do recurso a parques solares em todos e quaisquer terrenos classificados para potencial agrícola de A1 a A4;. - Ainda assim, e caso insistam nos parques solares que outros países evoluídos estão a proibir - limitem ao menos as zonas e os terrenos - que devem ser apenas terrenos de classe 0 que não sirvam nem remotamente para agricultura; e ainda assim apoiem nessas zonas a criação de fábricas que associem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115754	Discordância	**Exmos. Senhores,** Eu, **Marília Moura**, residente no concelho de **Montemor-o-Novo**, venho manifestar a minha oposição ao **Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER)**, pelos seguintes fundamentos: O plano reduz critérios de proteção ambiental anteriormente considerados essenciais, permitindo a instalação de grandes centrais em áreas de elevado valor agrícola, florestal e ecológico, incluindo montados, solos produtivos e zonas sensíveis. Além disso, diminui distâncias de proteção a habitats vulneráveis, não avalia adequadamente os impactos cumulativos da concentração de projetos ("energy sprawl"), nem assegura a proteção da conectividade ecológica e de diversas espécies da fauna e flora. O PSZAER privilegia a ocupação extensiva de solo rústico quando existem alternativas ambientalmente menos impactantes, como coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais e outras áreas já artificializadas. Os próprios dados do plano indicam que as metas energéticas nacionais poderão ser alcançadas com uma ocupação territorial muito inferior à área agora proposta. Também considero insuficientes as distâncias mínimas previstas entre centrais e habitações, tanto para instalações eólicas como solares, face à evidência científica disponível sobre os impactos paisagísticos, acústicos, térmicos, ambientais e na qualidade de vida das populações. O plano ignora ainda os potenciais efeitos locais das alterações do uso do solo sobre o microclima	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
115753	Discordância	Estou em discordância total com este programa!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115752	Discordância	Discordo.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115751	Discordância	Não concordo. Antes de implementarem qualquer tipo de equipamento nos territórios abrangidos pelos projectos devem informar devidamente e com franqueza, com os prós e os contra apresentados com toda a verdade às populações e consultarem-nas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115750	Discordância	O projecto em questão põem em causa o ambiente, apesar da falácia que é a sua protecção, vai aquecer os terrenos em territórios já por si quentes na época de Verão, vai impedir as culturas agrícolas que tanta falta fazem à sobrevivência das pessoas e faz recair sobre os organizadores uma suspeita feroz acerca dos vários incêndios que têm fustigado as regiões onde pretendem instalar painéis solares ou fazer perfurações para extracção de lítio. Estes negócios são bastante obscuros e aquilo que todos pensamos é que vão dar lucro a meia dúzia de pessoas/empresas e prejudicar populações inteiras. Será que não entendem que aos destruir a floresta estão a destruir a finte de oxigénio de que todos precisamos para respirar. Será que têm solução para a reciclagem dos painéis quando daqui a 0 ou 30 anos estiverem obsoletos?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115749	Reclamação	Sophia project surfaced. After much insistence from these citizens, meetings were held at the Juhntas for the citizens, supposedly to offer a listening ear. Not much was said there, only that they could do nothing if farmers were to place the panels on their land as "private individuals." Given the large scale of the project, a permit must always be applied for. After many protests by residents of affected areas, the environmental movement in Portugal joined in. They and the citizens wanted more information about this project, but the most important aspects regarding the impact on the area, people, and the environment were kept under lock and key for years. This information was released through a "lawsuit"/ presure indicating that it will certainly have a negative impact on nature and habitats. Then things went quiet for a while, and suddenly BP comes out with a feel-good campaign: sheep under the solar panels, olive trees under the solar panels. As if panels and nature go together. This is simply BS, considering your own research figures regarding the Sophia impact. For my own place of residence, this means: 1- that the surroundings are ruined in terms of the view. 2- The water level will drop due to water usage for cooling and cleaning which is to my disadvantage because my water supply depends on my two wells, and without water, the situation is unlivable, something I personally will never accept. 3- High-voltage power lines running past my house, which I will never allow because I do not want to get cancer from this radiation, and if BP does this, they indirectly want to kill me, and I will resist this with all my might. 4- Tourism in this area will die a swift death immediately, because nature consisting of solar panels attracts no one. 5- Given the experiences in Spain after the installation of solar fields: depopulation of villages, drought, local temperatures rising, and biodiversity dying out. You also possess all this information. Given BP's proven corrupt past, you do not have a shred of trust among our citizens, not even as a "subsidiary" of BP. And the Portuguese government, you should be utterly ashamed of yourselves for selling the soul of Portugal for a paltry bribe/investment sum. Before you start talking about extra employment, research shows that investments are not being made in Portuguese youth, but in cheap labor from abroad. I know you thought the interior was almost deserted, that hardly any Portuguese live there anymore, but hey BP, surprise! A great many well-educated Europeans have moved into this area who can read and write, know their rights, and will not keep their mouths shut. I/we conclude with the words: we do not want Sophia, and we see ourselves united with the Portuguese to resist this crime with all our might. Yes, crime, I cannot call it anything else. But these are my words. Thx for the speaking time.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115748	Discordância	Vejo os com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. 🔘 Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. ● Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. ● Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115747	Discordância	Como moradora da zona afetada oponho-me à realização dos projetos, uma vez que esses projetos são uma ameaça à saúde e integridade do ecossistema e da população abrangidos. Essa zona é uma zona de habitação, agricultura e lazer pelo que além de os projetos de "energia renováveis" serem hostis e uma ameaça, são esteticamente inadmissíveis na paisagem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115746	Discordância	Na minha opinião, a descarbonização e a expansão das energias renováveis são importantes. No entanto, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) exige que a delimitação das ZAER resulte de uma avaliação integrada, compatibilizando a política energética com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. A proposta apresentada revela lacunas relevantes, nomeadamente por não considerar adequadamente as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Para além disso, não demonstra que foi privilegiada a utilização de áreas já artificializadas ou degradadas, como coberturas de edifícios, zonas industriais, aterros encerrados ou antigas explorações mineiras. A floresta portuguesa funciona como sumidouro de carbono, protege os solos e os recursos hídricos, aumenta a resiliência às alterações climáticas e sustenta importantes setores da bioeconomia. A sua conversão para infraestruturas energéticas compromete estes serviços e gera uma evidente incoerência com as políticas públicas de valorização e expansão da floresta. Assim, a proposta deve ser revista, excluindo as áreas florestais produtivas, os baldios e as ZIF da delimitação das ZAER, priorizando a instalação de projetos em áreas já artificializadas ou degradadas e garantindo uma abordagem coerente que permita acelerar a transição energética sem comprometer o capital natural e os restantes interesses públicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115745	Discordância	Efeitos nocivos aos solos e sem quaisquer beneficios às populações locais. Danos ao património natural da região que deveria ser potenciado e valorizado para atrair pessoas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115744	Discordância	Após análise da proposta de instalação de painéis solares, o parecer é desfavorável. Verifica-se que as condições do local não são adequadas para garantir um desempenho eficiente do sistema, devido à existência de sombreamento significativo e à orientação pouco favorável da cobertura. Acresce que a implementação do projeto poderá implicar a alteração do coberto vegetal e a perturbação dos habitats existentes, com potenciais impactos negativos na fauna e na flora florestal, afetando o equilíbrio ecológico da área envolvente. Além disso, o investimento necessário apresenta um período de retorno elevado, tornando a solução economicamente pouco vantajosa nas atuais circunstâncias. Face a estes fatores, considera-se que a instalação dos painéis solares não reúne, neste momento, as condições técnicas, económicas e ambientais que justifiquem a sua implementação.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115743	Discordância	Discordo completamente. Se querem colocar painéis solares façam no em cima de telhados de edifícios do estado, ou em parques de estacionamento. Deixem os terrenos e a floresta em paz! Com essa atitude só estão a destruir e a piorar o ambiente. Portanto não aos painéis solares! 👎	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115742	Discordância	PARTICIPAÇÃO_curta O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115741	Discordância	Oponho-me à Delimitação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) e Defesa do Ordenamento do Território pelos motivos abaixo listados: 1. Desproporção Técnica e Necessidade Energética A proposta identifica apenas 7% do território continental com aptidão para aceleração, contudo, os dados técnicos demonstram que menos de 1% do território nacional é suficiente para cumprir as metas energéticas até 2030. Portanto, não existe justificação técnica para transformar concelhos inteiros em zonas de sacrifício, onde manchas de painéis solares podem ultrapassar 30% do território municipal. A transição energética deve ser construída com os territórios, nunca imposta sobre eles. 2. Impactos Ambientais, Paisagísticos e de Saúde Pública O PSZAER atual ignora a vulnerabilidade climática, concentrando projetos em áreas sujeitas a calor extremo, o que viola o princípio da precaução e as obrigações de proteção da saúde pública. O modelo proposto não avalia impactos térmicos, microclimáticos ou de desertificação, nem inclui avaliação de impacto na saúde. A paisagem é um património intocável e um ativo económico estratégico; a sua destruição através da conversão de solo agrícola e florestal em "mares de painéis" não pode ser compensada financeiramente, pois o solo rural é um sistema vivo que sustenta culturas e economias locais. 3. Falta de Democracia e Autonomia Municipal O programa centraliza decisões, ignorando os Planos Diretores Municipais (PDM) e fragilizando a autonomia municipal. Esta abordagem caracteriza-se como uma imposição territorial que contraria a Constituição e os princípios de participação pública, afastando as comunidades dos processos que moldam o seu futuro. A transição não deve agravar desigualdades, privatizar lucros ou incentivar a especulação fundiária em detrimento do património rural e da habitação. Junto se anexo o formulário de participação devidamente preenchido.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
115740	Sugestão	Com os melhores cumprimentos, Florindo canas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115739	Discordância	Existem outros territórios onde podem ser aplicados, sem repercussões ambientais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
115738	Discordância	A Associação ProtegeAlentejo manifesta a sua total oposição à proposta setorial das ZAER, exigindo que o procedimento seja considerado inteiramente nulo e sem efeito. A elaboração do plano ignorou os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e desrespeitou os conteúdos e diretrizes do PNPOT, do PNEC 2030, da Lei de Bases do Clima e das demais estratégias nacionais e europeias para a floresta e mitigação das alterações climáticas. Adicionalmente, verifica-se a grave omissão do artigo 15.º-B da Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III), que constitui a base obrigatória para a identificação das ZAER. Ao abrir caminho para uma desflorestação inédita em solos florestais para a instalação de infraestruturas fotovoltaicas e eólicas, a proposta colide frontalmente com as metas de sumidouros naturais e de ordenamento do território, carecendo de qualquer fundamentação que justifique a sua validade.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115737	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Plano Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) A proposta de Plano Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) suscita preocupações quanto à sua compatibilidade com instrumentos estratégicos e legais já em vigor nas áreas do ordenamento do território, da floresta, do clima e da biodiversidade. Verifica-se uma insuficiente articulação com documentos estruturantes, designadamente o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), a Lei de Bases do Clima e a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 125/2026. A ausência de uma demonstração clara da compatibilização do PSZAER com estes instrumentos representa uma lacuna relevante, sobretudo porque todos eles reconhecem o valor estratégico da floresta, da biodiversidade, dos serviços dos ecossistemas e dos sumidouros naturais de carbono. Importa igualmente considerar a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III), que determina que a identificação das zonas de aceleração deve respeitar os princípios do ordenamento do território e assegurar a compatibilidade com os usos preexistentes do solo. A própria diretiva prevê a coexistência de diferentes utilizações do território, exigindo uma avaliação criteriosa dos impactes e das alternativas disponíveis. Acresce que a proposta não evidencia ter considerado adequadamente os efeitos cumulativos resultantes da implantação de múltiplos projetos solares fotovoltaicos com área inferior a 100 hectares, atualmente dispensados de procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Embora individualmente possam apresentar impactes limitados, a sua proliferação no território pode conduzir à fragmentação da paisagem, à perda de áreas agrícolas e florestais, à redução da permeabilidade dos solos, à degradação dos habitats e à diminuição da capacidade de sequestro de carbono. A ausência de uma avaliação integrada destes efeitos cumulativos compromete uma análise rigorosa dos impactes territoriais e ambientais da proposta. Por outro lado, importa acautelar o papel das autarquias locais no ordenamento e gestão do território. A concentração das decisões de localização e licenciamento em níveis supramunicipais, associada ao regime	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
115736	Discordância	Discordo totalmente da implementação de projectos de energia renovável muito extensos, porque dessa forma matam qualquer possibilidade de biodiversidade, e de projectos com valor ambiental nas zonas mais interiores de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115735	Discordância	Acredito que a chamada "energia verde" merece uma reflexão mais profunda. Embora tecnologias como os painéis solares e os parques eólicos possam desempenhar um papel importante na transição energética, preocupa-me o impacto que projetos de grande escala podem ter sobre a natureza e os ecossistemas. A instalação de vastas áreas de painéis solares ou infraestruturas industriais pode alterar paisagens naturais, fragmentar habitats e afetar a fauna local, incluindo espécies vulneráveis ou ameaçadas. Na minha opinião, a proteção da biodiversidade deve caminhar lado a lado com a procura de soluções energéticas mais sustentáveis. Talvez o futuro passe menos por grandes projetos centralizados e mais por soluções locais, descentralizadas e integradas de forma harmoniosa com a natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115734	Discordância	Cuidar do planeta não significa apenas reduzir emissões, mas também preservar os ecossistemas e a vida selvagem que nele habitam. Uma clara e óbvia discordância - plantem árvores e protejam os cursos de água. A transição para o verde tem que incluir o respeito pelo verde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115733	Discordância	Discordo com este projeto. A zona da Barragem da Marateca/Santa Águeda é uma área de elevado valor paisagístico, ambiental e recreativo. A instalação de um grande parque solar poderá ter impactos negativos na biodiversidade, na paisagem e na qualidade de vida dos habitantes e visitantes. Defendo que sejam procuradas alternativas em áreas já degradadas ou industriais, em vez de ocupar espaços naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115732	Discordância	Não somos a bateria da Europa. O governo deve escutar os portugueses. Os portugueses não querem mais ocupação das suas terras com painéis de energia solar nem moinhos fe vento. Já chega decdestruir o nosso país . É obrigatório proteger os portugueses, proteger as nossas terras	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115731	Discordância	O Pais precisa de energia, mas também necessita de natureza. Temos tantas zonas degradadas tantos telhados sem nada tantos parques de estacionamento, para quê desmatar a natureza, só para o lucro desenfreado de alguns, e as populações que se ´danem.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115730	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Analisados os documentos apresentados no âmbito da Discussão Pública, solicitam-se esclarecimentos quanto à possível deficiente instrução do procedimento em curso por omissão documental de elementos considerados obrigatórios que impedem uma participação informada e fundamentada por parte dos cidadãos. Verifica-se que não foi apresentada a cartografia do PSZAER. Essa omissão põe em causa o Artigo 41.º do RJIGT que refere expressamente a necessidade do Programa "(…)integrar as peças gráficas necessárias à representação da respetiva expressão territorial". Considera-se que a falta da cartografia das ZAER é uma omissão grave, impedindo o entendimento da sua expressão territorial no âmbito da discussão pública inviabilizando uma participação informada e fundamentada dos cidadãos Nesse sentido, e em conformidade com o quadro legal em vigor, questiona-se se essa omissão não obriga a novo período de discussão pública, com a disponibilização de todos os elementos exigidos por lei. Acresce que o Relatório de Análise e Ponderação dos pareceres emitidos pelas entidades integra uma "tabela de análise e ponderação", mas apenas dos "contributos essenciais" . Importa esclarecer o que se entende por "contributos essenciais" atendendo a que se observa que não são identificadas recomendações que se consideram relevantes e que deveriam ser sujeitas a análise e ponderação. A título de exemplo, comparando o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente que consta do Relatório consulta às entidades com os "contributos essenciais" do capítulo 6, do "Relatório de análise e ponderação dos pareceres das entidades" verifica-se que se encontram em falta um conjunto de recomendações nomeadamente relativas ao ordenamento do território, recursos hídricos, SARUP, bem como relativas à necessidade de reformulação da delimitação das ZAER, face nomeadamente às sobreposições com as SARUP, que se constituem como zonas a excluir das ZAER. Esta tabela, ao omitir parte dos pareceres, desvirtua o procedimento de "análise e ponderação dos pareceres das entidades" que se constitui como uma etapa fundamental de esclarecimento e concertação entre partes no procedimento de elaboração dos IGT	
115729	Discordância		Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115728	Reclamação	Não é visível de forma evidente, um link para download informação geográfica para análise em sistemas de informação geográfica. Esta é a melhor forma para alguém com conhecimento detalhado sobre as regiões identificadas comentar sobre a sua adquabilidade. A não inclusão desta informação para apreciação pública pode ser argumento suficente para esta não ser aceite pela sociedade, em especial pelo meio científico. FIguras como a 29 da proposta têm uma escala manifestamente insuficiente por muito que os critérios tenham sido explicados. Nesse sentido também houve pouca publicidade à acção de desenvolvimento deste "mapa verde" e pouca comunicação sobre os elementos da acção, cada um deles passível de só por si ter discussão pública. Designadamente, os relatórios temáticos, como o da ecologia deveria ter discussão própria e mais alongada no tempo porque o que se pretende com as ZAER é dar uma espécie de "carta branca" à implementação de empreendimentos. Pelo que é dado a entender a escala de adequaçao é sim ou não (1 ou 0), quando deveria haver uma escala sobre o que é mais ou é menos adequado por exemplo de 0 (exluído) a 5 (muito adequado). Não é evidente qual foi a consulta às populações locais para além dos grupos focais sobre as áreas identificadas. É levantada uma preocupação com o "buy-in" ou aceitação das populações mas não é econtrada evidência da participação das mesmas na elaboração deste mapa verde. Grupos focais não são à partida representativos da população local. Não é evidente a comparação com outras soluções de área para fotovoltaico como por exemplo: uso de parques de estacionamento e sistemas de transporte, ferrovia, autoestradas, separadores e redutores de ruido, tetos e fachadas de edicicios e moradias, cercas de terrenos, agri-fotovoltaicos (referidos numa reunião com um grupo focal). Não é evidente uma revisão sistemática sobre todas estas possibilidades e quanto do problema de área é que estes resolvem, em concreto no fotovoltaico, sendo que apenas um grupo temático referiu agri-votovoltaicos e paineis bi-faciais (que melhoram a colocação na vertical com uma face a poente e outra a nascente). Não é feita a comparação entre produção local como em parques de estacionamento por todo o país, e parques centralizados sendo que as perdas de rede, em especial em horario de pico, podem significar menor área fotovoltaica necessária. Não é evidente se foi ponderado que haver energia fotofoltaica por toda a rede de transporte, por exemplo em bombas de gasolina, as torna mais resientes a eventos climáticos extremos que afectem a rede eléctrica nacional ou outras catástrofes. A ponderação das vantagens da implementação local distribuída face à centralizada não está evidente, por exemplo se a desvantagem de custo de investimento não é compensada pela vantagem de menores perdas na rede. Não é evidente, mas não foi suficientemente procurado, que diferentes tecnologias e fabricantes de eólicas produzem ruído diferente e também por esse motivo o mapa deveria ter uma escala de adequabilidade. No geral, a ideia de dar uma "carta branca" é perigosa. Se as AIA são um problema para o desenvolvimento então são as próprias AIA que devem ser melhoradas. Elas cumprem uma função no ordenamento do território que não existia antes e que foi	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115727	Reclamação	Mais uma vez, um atentado ao nosso território, ao nosso património natural. Este tipo de projectos, que se veste com a palavra "verde" para justificar as atrocidades que fazem, só são verdes para os seus bolsos. Nunca, mas nunca, poderão invocar sustentabilidade energética, quando destroem de forma massiva ecossistemas que deviam ser protegidos. A única vantagem será sempre e apenas para a empresa, não há compensação que nos salve de tal aberração. Vão apregoar para outro lado a vossa "energia verde". A BEIRA BAIXA não está à venda.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115726	Discordância	Boa tarde; Só são energias renovaveis e amigas do ambiente quando nao estragam a natureza e o ecosistema. Existem muitos telhados, parques de estacionamento, pavimento que pode ser aproveitado para a criação de energia verde. Destruir as florestas e os terrenos agricolas, so ajuda para um maior aquecimento global e retirada de oxigenio que tanto os faz falta. SEM arvores e com paineis deixa de haver humidade que tanta falta faz num planeta que aquece a cada instante. Não matem o futuro. E para nao falar que estamos aumentar o problema daqui a 20/25 que os paineis deixam de funcionar e nao dá para reclicar quase nada.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115725	Discordância	Como residente da Freguesia de Louriçal do Campo sou contra os painéis solares em espaços verdes, sou a favor de colocar painéis em zonas estratégicas conforme a presidente da junta de freguesia mencionou. não aos painéis nos nossos espaços verdes.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115724	Discordância	Discordo com a implementação de um projeto desta envergadura com tamanho impacto na poluição visual, num território cuja única mais valia são os recursos naturais	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115723	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Montemor-o-Novo, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Em anexo segue os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115722	Reclamação	Substituir hectares de floresta por energia eólica e solar de uma forma pouco clara para a população está errado. O subterfúgio de haver área ardida e se substituir por "energias renováveis" terá de ser clarificado. Parece-me qua a maioria da população não sabe o que implica essa substituição. Este é mais um tema pouco claro, pouco discutido. Mais uma forma de ganhar dinheiro e destruir património ambiental. Não sou académica na matéria, mas sinto e vejo que de forma pouco informada as pessoas tendem a concordar c/ a implementação destes dispositivos das energias renováveis (vulgo painéis solares e moinhos) em prol de algo que nem sabem bem como funciona… qual a vantagem para a população de uma aldeia ver a sua paisagem natural destruída por estes dispositivos? Nem sequer obtém de forma gratuita energia dos mesmos… Além do desconforto do barulho das pás das eólicas, por exemplo… plantem árvores, diversifiquem a nossa floresta, pensem no nosso futuro na saúde e bem estar em vez do aumento de privilégios pouco claros de alguns…	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115721	Discordância	Boa tarde Remeto em anexo parecer do Município do Marco de Canaveses sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Com os melhores cumprimentos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115720	Discordância	O Grupo Pro-Évora apresenta a sua posição no ficheiro que se anexa. Marcial Rodrigues (Presidente da Direcção do Grupo Pro-Évora)	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115719	Discordância	A transição energética na Beira Baixa deve ser construída com os territórios e com as comunidades locais, garantindo equilíbrio entre produção renovável, proteção ambiental, saúde pública, economia rural e autonomia municipal. O PSZAER levanta preocupações por concentrar decisões, fragilizar estratégias locais e permitir a ocupação extensa de áreas rurais, agrícolas e florestais por grandes projetos de energia solar. Esta abordagem pode transformar zonas de elevado valor paisagístico, ecológico e económico em áreas de produção energética intensiva. A paisagem da Beira Baixa constitui património, identidade, fator de bem-estar e ativo estratégico para o turismo e para a economia local. A sua alteração por grandes manchas de painéis solares teria impactos difíceis de reverter. Os solos agrícolas e florestais desempenham funções essenciais na soberania alimentar, na pastorícia, na silvicultura, na produção local, na gestão dos recursos naturais e na fixação de comunidades. A sua substituição por infraestruturas energéticas de grande escala compromete a multifuncionalidade do território rural. A biodiversidade da região inclui habitats sensíveis, corredores ecológicos e espécies vulneráveis. A instalação de projetos em áreas com valor ecológico pode agravar a fragmentação de habitats, afetar montados e pressionar zonas integradas em redes de conservação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115718	Discordância	Porque não põe fotovoltaicos nos telhados das casas?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115717	Discordância	Completamente contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115715	Discordância	Oponho-me a este plano. As renováveis devem utilizar áreas já ocupadas por estruturas humanas e nunca justificar desmatação e perda de zonas verdes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115713	Sugestão	Exmo. Senhor Secretário Geral da ANMP, Dr. Paulo Braga, No seguimento do vosso pedido de contributos relativo à "Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis e Relatório Preliminar de Avaliação Ambiental Estratégica", remetemos os comentários e sugestões deste Município, para vossa análise e consideração. 1. Na fase de elaboração do eventual programa, plano ou estratégia nacional, os municípios não poderão deixar de ser previamente consultados, a fim de acautelarem a necessária compatibilização da delimitação de áreas preferenciais para a implantação de projetos de energias renováveis, não só, num plano mais técnico, com o que se encontra definido nos planos diretores municipais, aos quais aquela delimitação não se deverá sobrepor, mas também, num plano mais político/social, com as expectativas, anseios e vontades das populações, devendo-se contemplar, em ambos os casos, a imposição de medidas compensatórias. 2. Sem prejuízo da posição que os municípios venham a tomar na referida fase, os mesmos não poderão ainda deixar de dispor de oportunidade de intervir nas fases subsequentes, quer na fase licenciamento, quer na fase de operação, de forma a assegurar, por um lado, que as características concretas dos projetos, ainda que implantados nas localizações preferenciais previamente definidas, são, por si só, suscetíveis de minimizar os respetivos impactos ou contemplam as necessárias medidas de minimização, mitigação e/ou compensação de impactos (ambientais, patrimoniais, sociais e económicos) e, por outro lado, que os referidos projetos instalados operam em cumprimento das condicionantes do licenciamento. 3. Para o efeito, impõe-se que o município (cada município) defina previamente uma visão e estratégia clara a respeito da implantação desse tipo de projetos no seu território, que não poderá passar apenas pela delimitação das localizações compatíveis e/ou preferenciais – o que, de qualquer modo, terá de ser	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115712	Discordância	Pronuncio-me desfavoravelmente à proposta do PSZAER. A transição energética é necessária, mas não pode ser usada como pretexto para expandir a ocupação do solo em todo o país, ignorando os limites ecológicos, sociais e territoriais de cada região. O que está em causa não é rejeitar as renováveis, mas recusar um modelo de implantação acelerada, centralizada e pouco transparente. O processo de consulta é inadequado porque exige da sociedade civil, em poucos dias, a análise de documentação excessiva, técnica e difícil de mobilizar de forma informada. Quando o procedimento é tão complexo e o tempo de participação tão curto, a consulta deixa de ser um verdadeiro exercício democrático e passa a ser um mecanismo formal de validação de decisões já praticamente fechadas. A isto soma-se a baixa qualidade dos mapas disponibilizados, muitos deles incompletos ou com resolução insuficiente para permitir uma análise rigorosa e concreta do impacto territorial. Além disso, a proposta não assegura a compatibilização efetiva com os Planos Diretores Municipais, o que cria um conflito grave com o ordenamento do território e fragiliza a autonomia local. Também não é aceitável que os impactos sejam avaliados projeto a projeto, sem considerar os efeitos cumulativos em cada região. O território sente o conjunto das intervenções, não apenas cada parcela isolada; por isso, a ausência de uma avaliação cumulativa regional distorce a realidade e subestima os impactos reais. No caso da Beira Baixa, região onde resido, esta opção é muito preocupante. Os concelhos de Castelo Branco (16.019 ha mapeados como zona de aceleração), Fundão (11.184 ha) e Covilhã (7.974 ha) surgem com forte expressão territorial nas zonas de aceleração, o que evidencia uma pressão muito significativa sobre o solo rural e sobre paisagens já marcadas por usos agrícolas, florestais e ecológicos. Estes territórios não são vazios disponíveis para ocupação energética; são espaços vivos, com funções produtivas, ambientais e sociais que não podem ser secundarizadas. É também socialmente injusto que toda a energia produzida seja injetada na rede nacional, sem benefícios concretos para as comunidades locais, enquanto estas ficam com a transformação irreversível da paisagem, a fragmentação do território e os riscos associados à instalação das infraestruturas. A transição energética deve gerar valor local, participação e distribuição de benefícios; quando isso não acontece, o que temos não é uma transição justa, mas apenas a transferência de custos para os territórios do interior. Por isso, considero que o PSZAER deve ser profundamente revisto ou mesmo cancelado. Em vez de grandes	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115710	Discordância	PARECER sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) A transição energética constitui um objetivo indispensável para responder às alterações climáticas, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e reforçar a soberania energética do país. No entanto, esta transição deve respeitar os princípios da sustentabilidade ambiental, da justiça territorial e da participação democrática. O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra proposto, suscita sérias preocupações quanto aos impactos que poderá ter em vastas áreas do interior, nomeadamente na Beira Baixa. A definição de extensas zonas preferenciais para grandes projetos de produção de energia renovável pode comprometer valores naturais, paisagísticos, agrícolas e patrimoniais que constituem recursos fundamentais para o desenvolvimento sustentável destes territórios. A instalação de grandes centrais de produção de energia não pode significar a ocupação indiscriminada de solos agrícolas e florestais, a fragmentação de ecossistemas, a degradação da biodiversidade ou a descaracterização da paisagem. Também importa acautelar os impactos sobre a qualidade de vida das populações, garantindo a proteção da saúde pública, do património cultural, das atividades económicas existentes e do potencial turístico dos territórios abrangidos. É igualmente indispensável assegurar processos de participação pública efetivos. As autarquias locais, as juntas de freguesia, as associações, os agricultores, os proprietários e os cidadãos devem ser envolvidos desde o início na definição destas políticas, permitindo que as decisões resultem de um verdadeiro diálogo e não de opções previamente determinadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115709	Discordância	Venho expressar o meu profundo desagrado pela natureza megalómana e economicista deste projeto, deixando de lado a perspetiva ambiental e das populações locais, pois compromete uma área de solo e respetivas fauna e flora, fundamentais para o ecossistema da região. Isto não é energia verde, mas sim energia suja pelo crime ecológico que envolve! Escolham-se alternativas de localização de painéis em superfícies mortas e públicas, queremos progresso consciente e não agressor!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115708	Discordância	A PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115707	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115706	Discordância	A instalação de grandes parques fotovoltaicos e eólicos implicam uma forte desflorestação e destruição de habitats naturais, especialmente no interior do país. A desflorestação destrói habitats de espécies animais e vegetais, algumas das quais podem estar protegidas ou ameaçadas. Para além disso, é uma contradição ambiental. Embora as energias renováveis tenham como objetivo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a destruição de florestas elimina importantes sumidouros de carbono. Grandes áreas ocupadas por painéis solares ou aerogeradores alteram profundamente a paisagem natural e rural. Para além disso, propicia a erosão e degradação dos solos porque a remoção da vegetação aumenta o risco de erosão, deslizamentos e perda de fertilidade dos solos. A impermeabilização parcial dos terrenos pode alterar o ciclo da água. Este projeto vai criar impacto nas comunidades locais, pois cria conflitos com atividades como agricultura, pastorícia, silvicultura ou turismo de natureza. Para além disso, existem alternativas. Os painéis solares deveriam ser prioritariamente instalados em telhados de edifícios, parques industriais, zonas degradadas, evitando a ocupação de áreas naturais. Podia incentivar-se a instalação de painéis em telhados de habitações, edifícios públicos, escolas, fábricas, parques de estacionamento e centros comerciais, reduzindo a necessidade de ocupar solos naturais ou agrícolas. Para a criação desses parques, são necessárias estradas de acesso, linhas elétricas, subestações e plataformas de montagem, aumentando a área efetivamente afetada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115705	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115704	Discordância	O caminho de implantação de energias renováveis deve ter em consideração as comunidades locais e a preservação do território em conformidade com o respeito aos cursos naturais do mesmo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115703	Discordância	vamos proteger os espaços naturais, e instalar painéis nas zonas industriais nos telhados de fabricas, nos parques de estacionamento, e para um pais mais resiliente ao momentos de grandes calores ou de grandes chuvas, vamos plantar mais arvores e não cortar as pocas que nos restam.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115702	Discordância	Pode ler-se na proposta "A simplificação procedimental associada às ZAER não dispensa o cumprimento integral dos regimes de proteção ambiental, da conservação da natureza e biodiversidade, do património cultural, da REN, da RAN, do SGIFR, nem a obtenção dos pareceres legalmente exigíveis, devendo estas matérias ser densificadas nas normas de execução, na transposição municipal e na avaliação de projeto. " Quando o cumprimento integrar destes regimes é regularmente violado, à revelia da vontade das populações e munícipios, e quando a APA regularmente coloca em consulta pública projectos que violam estas áreas de conservação, como pode esta simplificação procedimental garantir a protecção ambiental, da biodiversidade, da mitigação de alterações climáticas, ou da protecção das populações rurais. Este é apenas e só mais um atentado ao interior do país. Digam- me quando é que passámos a não precisar de oxigénio para respirar!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115701	Discordância	Transformaram o país numa tocha gigantesca com a monocultura do eucalipto. Agora querem trnsformá- lo num deserto com a praga dos painéis? Energia verde? A sério? O nosso país está a precisar de um novo 25 de Abril, mas verde. Aí sim, verde!!! Já basta de fazerem do povo um bando de burros e ignorantes. BASTA! NÃO!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115700	Discordância	Principais riscos e desafios: A aceleração dos processos não pode traduzir-se numa diminuição da qualidade da avaliação ambiental. Mesmo em zonas consideradas adequadas, continuam a existir impactos sobre biodiversidade, paisagem, recursos hídricos e comunidades locais. Existe o risco de conflitos com atividades agrícolas, florestais ou turísticas se a delimitação das zonas não tiver suficientemente em conta os usos existentes. A aceitação das populações deverá ser determinante. A experiência internacional mostra que projetos renováveis enfrentam maior oposição quando as populações sentem que não participaram nas decisões ou que os benefícios locais são reduzidos. O que faria um bom PSZAER? - Exclusão clara de áreas ecologicamente sensíveis e de elevado valor paisagístico. - Critérios transparentes e cientificamente fundamentados para a seleção das zonas. - Monitorização contínua dos impactos e possibilidade de rever as delimitações quando necessário. - Mecanismos que permitam às populações locais beneficiar economicamente dos projetos, aumentando a sua aceitação. Em síntese, considero que o PSZAER é uma ferramenta potencialmente útil para conciliar a transição energética com o ordenamento do território, mas apenas se mantiver um equilíbrio entre rapidez administrativa, proteção ambiental e participação das populações. Se a prioridade for apenas acelerar licenciamentos, corre-se o risco de gerar conflitos sociais e ambientais que, paradoxalmente, podem atrasar os próprios projetos. A discussão pública que está em curso serve para testar esse equilíbrio e recolher contributos para melhorar	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115699	Discordância	Estes projetos não trazem mais valia nenhuma para a região, além de constituirem um total atropelo aos princípios e leis que devem proteger a área do Parque Natural do Douro Internacional. Estes projectos não criam emprego local, não zelam pelo território (protegido), não deixam mais valias financeiras na zona que está esquecida pelos sucessivos governos nas últimas décadas. Além disso, aproveitam-se dá falta de conhecimento e baixas qualificações da população local (rural e envelhecida) para os persuadir acerca dos benefícios destes planos face ao seu custo/saldo global. Prometem-lhes meia dúzia de tostões fáceis pela compra ou arrendamento de terras, mas não falam das consequências ambientais danosas: limpeza de terreno ou corte de árvores muitas vezes de espécies protegidas que albergam outras espécies de fauna frequentemente em risco face às alterações climáticas, consequente agravamento do risco a instabilidades meteorológicas extremas devido às mudanças climáticas (calor e frio extremo agravados pela falta de massa verde, risco acrescido de erosão dos solos, etc). Considero vergonhoso que estes episódios se sucedam à novela da falta de pagamento de IMI e imposto de selo pela venda das barragens das Terras de Miranda, ainda para mais quando a entidade interessada na exploração é a mesma (Engie) - de uma falta de vergonha total e absurda acompanhada de um sentido de impunidade que ameaça a soberania e democracia nacionais. Liliana Teresinho Cangueiro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115698	Discordância	Áreas sem exposição solar adequada para melhor rentabilidade energética abrangidas em ZAER Solar. Questiono se foi alguma criança que coloriu os mapas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115697	Discordância	E uma loucura implantar centrais fotovoltaicas na Serra da gardunha	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115696	Reclamação	Participação na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Rejeito decididamente o PSZAER na sua forma atual. Há treze anos escolhi Portugal como a minha casa, de forma consciente e por convicção. Não vim à procura de grandes cidades nem de zonas industriais, mas sim das paisagens únicas, da natureza, das aldeias tradicionais e da agricultura familiar que continuam a caracterizar grande parte do interior do país. São precisamente esses valores que hoje vejo ameaçados pela crescente instalação de megaprojetos solares e eólicos, bem como pelas infraestruturas que lhes estão associadas. Considero que as energias renováveis têm um papel importante. No entanto, a sua expansão não pode acontecer à custa dos territórios que, até hoje, preservaram a natureza, a paisagem, a biodiversidade e o património cultural que fazem de Portugal um país único. O PSZAER cria as condições para acelerar o licenciamento de grandes projetos, apesar de os documentos colocados em consulta pública não explicarem de forma convincente:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115695	Discordância	porque razão o potencial descentralizado já identificado não é suficiente: Ouvi falar em alternativas melhores para a questão dos painéis fotovoltaicos, como usar os separadores das auto-estradas ou os espaços entre as linhas férreas	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115693	Discordância	Em desacordo. Não deixam plantar árvores a um X de metros da barragem, não deixam construir uma casa nos terrenos da barragem e agora querem construir painéis solares nesta zona? Jamais! Uma zona verde é disso que se trata.: Verde! Coloquem árvores, olhem pelo património natural, cuidem das espécies existentes, deiam abrigo aos diversos animais presentes na zona. CONSERVEM! Tratem do envolvente como natureza e não como industrial.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115692	Discordância	Parem com a destruição da natureza e da paisagem. Coloquem painéis solares em telhados, casas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115691	Discordância	Porque os baldios são de todos, as árvores são a nossa melhor proteção contra as alterações climáticas. Porque a solução prende-se com reduzir as necessidades energéticas (por exemplo data centers), mais do que aumentar a produção energética.	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115690	Discordância	O Estado deve assumir-se como garante do interesse público, árbitro entre interesses privados e bem comum e defensor do território enquanto património coletivo e recurso estratégico para as gerações presentes e futuras. É precisamente neste domínio que reside a minha maior preocupação. Muitos cidadãos têm hoje a percepção de que o Estado perdeu capacidade de regulação e de planeamento estratégico. Encontra-se fragilizado institucionalmente, descapitalizado em recursos humanos qualificados, privado de parte significativa do conhecimento técnico acumulado ao longo de décadas e com menor autonomia de decisão em matérias essenciais ao ordenamento do território. Essa fragilidade manifesta-se em diversos setores da vida pública — na saúde, no ensino, na justiça, na mobilidade, na habitação, na gestão da água e no ordenamento do território. Quando o Estado deixa de inspirar confiança, diminui também a sua capacidade de gerar consenso social em torno das decisões que toma, sobretudo quando estas envolvem transformações profundas, potencialmente irreversíveis, sobre os territórios e as comunidades. Por isso, a minha principal preocupação não reside na tecnologia fotovoltaica em si mesma, nem na necessidade da transição energética, que considero indispensável. A questão central é a existência — ou ausência — de um Estado suficientemente capacitado, credível e independente para regular este setor, conciliando os objetivos energéticos e climáticos com a proteção da paisagem, dos recursos naturais, do	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115689	Discordância	Não concordo com a inclusão desta área como Zona de Aceleração para a Implantação de Energias Renováveis (ZAER), por se tratar de uma zona com forte aptidão para a produção agrícola e importante para a proteção da fauna e da biodiversidade. A instalação de infraestruturas de produção de energia nesta área poderá comprometer a utilização agrícola dos solos, reduzir a capacidade produtiva e afetar habitats de diversas espécies animais. A transição energética é essencial, mas deve ser promovida em locais que causem menor impacto na agricultura e no ambiente, privilegiando áreas já artificializadas ou degradadas. Assim, solicito que esta área seja excluída da proposta de delimitação das ZAER, salvaguardando os seus valores agrícolas e ambientais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115688	Discordância	Este tipo de Projeto, apesar de se apresentar como verde e sustentável, a verdade é que não é nem é uma coisa nem outra. Não invalidando o progresso que o país e todos devemos fazer em prol da energia verde e renovável, não podemos concretizar este tipo de projetos em todos os locais que, aparentemente, viabilizam a produtividade. Ou seja, não podemos cometer o erro de desflorestar serras, montanhas, áreas rurais e inutilizar áreas agrícolas, prejudicando os recursos naturais que essa região tem, sejam ou não rentáveis. Por aqui dependemos do Turismo Rural, da agricultura de subsistência, e não só. Nem a curto nem a longo prazo se verifica ser uma opção viável, quer para o meio ambiente quer para o quotidiano das populações, que têm direitos. Estes projetos são metas Europeias, nada têm a ver com Portugal. Portugal está a ser apenas um recurso que em nada de concreto e a longo prazo vai ser sustentável. Não à descaracterização do Território. Precisamos de investimentos em agricultura, cultura, educação e tecnologia, mas não assim. Não como "eles" querem. NÓS TEMOS DE QUER. NÃO às m´´áquinas e ao barulho. NÃO à morte de fauna e flora. NÃO METEM OS PÉS ONDE NÃO SÃO CHAMADOS.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115687	Discordância	Já existem, como é óbvio, várias opções/soluções por medida para este tipo de projetos que não alterem as condições de vida das pessoas. Queremos melhor. Esforcem-se mais, porque este projeto não vem melhorar em nada Portugal nem os portugueses. A fatura da luz, aumenta. Tanta turbina a produzir para pagar a energia de onde?? tanto painel solar a produzir se não baixa a faturas, para quê?! A água está mais cara, não por consumo, mas pelas taxas Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115686	Discordância	Sou contra a implementação de painéis solares. Não a sua colocação. A favor de os colocar em autoestradas e nos edifícios, supermercados e similares. Nunca à destruição da floresta e espaços verdes.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115685	Discordância	Isto é a destruição desenfreada da natureza. Portugal é um país pequeno com cada vez mais secas e falta de vegetação... vão destruir este país com esta proliferação de paineis solares e criar, para alem da destruíção de vegetação e aquecimento do território, zonas "industriais" feias. Isto não é progresso, é andar para trás. daqui a 30 anos quero ver tambem o que vão fazer com tantos paineis em fim de vida. NÃO!!!!!!!!!!!!!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115684	Discordância	Não concordo com a implantação de mega centrais solares., que apenas visam o lucro de grandes investidores. Temos solução no parque urbano.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115683	Discordância	Gostaria de apresentar a minha total oposição à forma como estão a ser planeadas as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) na região da Beira Baixa, especificamente no que toca à inclusão de áreas florestais, zonas de serra — como a Serra da Gardunha —, áreas próximas de barragens e terrenos agrícolas ativos. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição do nosso território pelos seguintes motivos: Destruição da Identidade e da Paisagem: A instalação de mega-centrais fotovoltaicas em zonas de serra e encostas desfigura completamente a nossa paisagem, destrói o património natural e prejudica o turismo e a qualidade de vida de quem aqui escolheu viver. É incompreensível que se permita o arranque de olivais tradicionais, pinhais e outras culturas para colocar painéis solares. Estas árvores e culturas são a base da nossa economia local, combatem a erosão do solo e são fundamentais para o sequestro de carbono. Substituí-las por "mares de painéis" e vedações industriais retira resiliência ao território e altera a gestão do risco de incêndios. A colocação destas estruturas junto a barragens e linhas de água põe em risco ecossistemas frágeis e afeta os recursos hídricos da região, que já enfrentam grandes desafios devido às alterações climáticas. Sabendo que os projetos dentro destas "Zonas de Aceleração" terão processos de licenciamento facilitados e, em muitos casos, isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), o perigo de avançarem projetos cegos ao impacto local é enorme. A Beira Baixa é um corredor ecológico importante que não pode ser retalhado. Sou completamente contra a escolha dos locais para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) na região da Beira Baixa! A energia verde deve ser instalada em zonas já humanizadas e degradadas (como telhados de zonas industriais, áreas urbanas ou autoestradas) e não sacrificando o património natural do interior do país. Inês Afonso Martins Marques Salgueiro do Campo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115682	Discordância	Estou contra este PSZAER, a chamada "transição energética" não deve fazer-se à custa da degradação da qualidade de vida e do ambiente das populações mais directamente afectadas e de todos nós. S´ó no distrito de Castelo Branco, estão em causa 100 mil hectares de vegetação, a consequente morte de aves e de outros animais selvagens, o aumento da tempertura decorrente da instalação e volumetria dos painéis solares, a deterioração da qualidade do ar e a inevitável esterelização dos solos. Portanto, para proteger o ambiente e a qualidade de vida dos viventes, destrói-se esse mesmo ambiente e elimina-se a vida de plantas e de animais. Onde é que isto faz sentido? Acresce que constitui dever do Estado a protecção do ambiente e da qualidade de vida das populações, dever esse expressamente consagrado no texto da Constituição da República Portuguesa. Mas, ao invés de zelar pelo cumprimento deste dever inalienável, o Estado permite que o nosso território seja saqueado: painéis solares em solos com aptidão agrícola, minas, arranque de árvores, fogos, etc. É infindável a iniquidade! Onde está a subordinação do poder económico ao poder político propugnada na nossa Constituição? Ao invés, verifica-se o oposto, uma flagrante subordinação do poder político ao poder económico, mesmo a custo de vidas e da deterioração do ambiente. Este PSZAER tem de ser revertido!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115681	Discordância	Defendo a transição energética numa lógica de respeito pelas populações, a biodiversidade, a agricultura e o desenvolvimento equilibrado do território e considero que tal não está devidamente acautelado no “Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis”. O actual programa apresenta várias problemáticas, nomeadamente a informação cartográfica disponibilizada ser insuficiente para uma análise detalhada por parte dos cidadãos, as populações não foram consultadas e inclusivamente a Associação dos Municípios Portugueses emitiu um parecer desfavorável - dado a perca de poder local e a centralização das decisões no Governo, bem como a isenção de Avaliação de Impacte Ambiental . Considero que em última análise, não é fornecida informação suficiente para uma decisão fundamentada. E deve ser implementada uma campanha de esclarecimento em todos os concelhos do território nacional, seguido de auscultação da vontade da população portuguesa sobre um programa com tais impactos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115680	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115678	Discordância	Inadmissível o que pretendem fazer, destruir todo um território para instalar painéis solares,sob a coberta da sustentabilidade ambiental, ou seja destoi-se toda uma paisagem ambiental, grande parte dels protegida, arrancando sobreiros e azinheiras e tioda a vegetação a elas associadas destruindo todo o habitat de fauna alhu existente a maioria protegida, em nome do lucro de milhões para alguns.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115677	Discordância	Consulta Publica Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, Defendo a transição energética e o reforço das energias renováveis, mas a sua implantação tem de respeitar as populações, a biodiversidade, a agricultura e o desenvolvimento equilibrado do território. Tal não está devidamente acautelado na "Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis". O processo é inadequado, mapas com erros, efeitos cumulativos por avaliar, solos agrícolas em risco, comunidades sem retorno, municípios ignorados, destruição de florestas, potencia a transformação de matas e florestas privadas em Zonas de Aceleração de Energias Renováveis. Deve ser implementada uma campanha de esclarecimento em todos os concelhos, em todo o território. Considero mesmo um referendo, depois das populações devidamente esclarecidas.. António de Lemos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115676	Discordância	No âmbito da consulta pública do PSZAER, apresento a minha discordância relativamente à delimitação das Zonas de Aceleração propostas para a Beira Baixa. A proposta não demonstra, de forma técnica e suficientemente fundamentada, a compatibilização entre os objetivos de produção de energia renovável e a proteção dos valores ambientais, agrícolas, florestais, paisagísticos e socioeconómicos deste território. A Beira Baixa caracteriza-se por uma elevada sensibilidade ecológica, integrando áreas classificadas, corredores ecológicos, sistemas agroflorestais de montado, mosaicos agrícolas de elevado valor natural, importantes linhas de água e zonas fundamentais para a conservação da biodiversidade. Trata-se igualmente de um território de baixa densidade populacional, onde os recursos naturais constituem um dos principais fatores de desenvolvimento económico, através da agricultura, da floresta, da pastorícia, da apicultura, da caça, do turismo de natureza e da valorização da paisagem. A proposta do PSZAER não demonstra adequadamente que foram avaliados os impactes cumulativos decorrentes da concentração de projetos de produção de energia renovável, linhas de muito alta tensão, subestações, acessos e restantes infraestruturas associadas já existentes, licenciadas ou previstas para a região. A sucessiva instalação destes projetos está a alterar profundamente a estrutura da paisagem e a conectividade ecológica, produzindo efeitos que não podem ser analisados isoladamente, projeto a projeto. Acresce a proximidade de diversas zonas propostas a áreas da Rede Natura 2000, zonas de proteção especial para aves, habitats de interesse comunitário e corredores ecológicos fundamentais para espécies protegidas. A fragmentação dos habitats, o aumento da perturbação da fauna, a mortalidade de aves e morcegos, a perda de qualidade ecológica da paisagem e a artificialização dos solos constituem impactes que exigem uma avaliação estratégica muito mais aprofundada do que a atualmente apresentada. A Beira Baixa tem vindo a concentrar um número crescente de grandes empreendimentos energéticos, situação que levanta sérias dúvidas quanto ao cumprimento do princípio da distribuição territorial equilibrada dos encargos associados à transição energética. Também não se encontra suficientemente demonstrado que tenha sido respeitada uma hierarquia de ocupação do solo que privilegie, em primeiro lugar, superfícies artificializadas ou degradadas, como zonas industriais, parques logísticos, antigas explorações mineiras, pedreiras desativadas, aterros encerrados, parques de estacionamento e coberturas de edifícios. A ocupação de solos agrícolas, florestais ou naturais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
115675	Discordância	A transição energética não pode servir de justificação para ignorar os impactos ambientais e sociais de grandes projetos. Apoio as energias renováveis, mas exijo que sejam implementadas com responsabilidade, transparência e respeito pela natureza e pelas populações afetadas. A informação disponibilizada deve ser verdadeiramente acessível, permitindo uma participação informada de todos os cidadãos. Peço que esta consulta pública seja levada a sério e que as preocupações apresentadas tenham influência real na decisão final.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115674	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115673	Discordância	Não a PSZAER	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115672	Discordância	É inacreditável que se avance com um programa que põe em risco uma elevadíssima área do território à mercê de projetos extrativistas disfarçados sob a etiqueta de "transição verde". Não é preciso mais produção de energia, é preciso gerir e fiscalizar o consumo. E a aumentar a produção, há inúmeras formas de o fazer sem que se eliminem áreas de vegetação e património natural. Adicionalmente, o plano deste programa está repleto de falhas, nomeadamente falta de informação adequada no projeto, erros nos mapas, falta de avaliação dos efeitos e consequências, e falha no processo democrático de gestão territorial, pondo em risco zonas agrícolas e comunidades rurais já de si em precariedade. Assim, expresso a minha total discordância por este programa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115671	Discordância	Não concordo com a zona da Barragem da Marateca (Castelo Branco) faça parte de uma zona de Energias Renováveis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115670	Discordância	Não faz sentido utilizarem-se áreas agrícolas e florestas para a instalação de infraestruturas de produção de energias renováveis, quando existem outras áreas desaproveitadas que podem ser utilizadas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115669	Discordância	Discordância em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115668	Discordância	Discordo com qualquer instalação e implementação de painéis solares em zonas verdes e agrícolas. Essa implementação deve ser feita em telhados, estacionamentos de estabelecimentos comerciais edifícios públicos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115667	Discordância	Proponho: a extensão do período de discussão pública; a realização de sessões de auscultação territorializadas, junto das populações dos concelhos efetivamente abrangidos pelas ZAER; e uma nova ronda de consulta institucional sobre a versão reformulada do Programa, antes da sua aprovação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115666	Discordância	Na envolvente da vila onde habito Soalheira, o modo de vida das pessoas, o comportamento da fauna e o equilíbrio da flora vão mudar de forma profunda. Por isso o meu voto é completamente contra a implementação de parques eólicos e painéis solares na Serra da Gardunha e nos terrenos envolventes da Freguesia da Soalheira.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115665	Discordância	Completa discordância, devido ao tremendo impacte ambiental, destruição de habitats, de plantas autóctones, além da destruição das paisagens. A implantação de energias renováveis devia ser em prol da natureza, e feita desta forma é completamente contra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115664	Discordância	Manifesto a minha discordância pelos efeitos negativos da implementção deste projeto, nos recursos naturais, ecossistemas, territórios e populações. Em anexo, seguem argumentos detalhados justificando a discordância.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115663	Discordância	Deixo em anexo a justificação da minha discordância, tendo em conta os impactos imensamente negativos e destrutivos da imlementação deste projeto, afetando recursos naturais, ecossistemas, o bem estar de territórios e populações, com efeitos nocivos e irreversiveis igualmente para as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115662	Discordância	Prejudicial para a vida selvagem e florestal.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115661	Discordância	Ex.mas/os Senhoras/es, Venho por esta via comunicar a minha discordância quanto à proposta em apreço, apesar de reconhecer todo o trabalho desenvolvido pelos vários membros das equipas coordenadoras que participaram na elaboração destes documentos. Em primeiro lugar, lamento a falta de elementos oriundos das ciências sociais e humanas, gritantemente ausentes da constituição da equipa coordenadora, pois um projeto com este potencial de transformação necessita obrigatoriamente dos contributos de sociólogos e outros cientistas sociais com experiência nos domínios da comunicação e participação pública em matéria de sustentabilidade. Esta consulta pública deveria ter sido precedida pela audição presencial das populações de cada um dos territórios abrangidos, pautando-se por um esforço contínuo de diálogo com todos os agentes e pelo seu envolvimento nas várias fases do programa. No documento, é logo proposto um esforço de "territorialização" do mapa de Portugal com "propostas de governança com opções para um licenciamento simplificado, célere e previsível", através de uma abordagem "de forma ordenada e sustentável". Ora, ao reduzir esta proposta a uma estandardização de medidas igualmente aplicáveis a toda e qualquer área do território, obedece-se a uma lógica redutora e de desvalorização das especificidades das várias regiões contempladas e das necessidades das populações locais. Uma transição energética jamais poderá progredir de forma justa sem incluir os principais contemplados. A forma como esta consulta pública está a ser conduzida apenas contribui para exacerbar a polarização entre aqueles que testemunham a destruição dos seus territórios em nome de uma transição energética que	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115660	Proposta concorrente	Ocupação de espaços já degradados como espaços habitacionais, zonas indústrias e parques de estacionamento.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115658	Discordância	Para atingir a neutralidade carbonica em 2030 vamos pagar um preco muito elevado. Ha outras alternativas que podem ser exploradas, como por exemplo, energia nuclear. Applicar paineis solares e eolicas nas serras portuguesas vai alterar a paisagem e as caracteristicas do pais causando outros danos colaterais. Ha estudos que apontam a uma subida de temperatura nas zonas circundantes as areas dos paineis solares, devido a pouca eficiencia dos mesmos. (paineis solares sao apenas cerca de 20% eficientes, os restantes 80% convertem se em calor) O periodo de vida util de uma eolica e' de cerca de 20 anos. Nao ha neste momento, nenhuma maneira de reciclar as pas da ventoinhas devido aos materiais e fibras de que sao compostas, indo estas a maior parte das vezes para aterros. Conclusao: Ha alternativas a cobrir Portgual de Norte a Sul com eolicas e paineis solares... Nao concordo com estas ZAER	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115657	Discordância	As energias renováveis propostas provocam grande descaracterização ambiental e paisagística.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115656	Discordância	Contra projetos sem consciência ambiental a longo prazo, onde reina a ambição e a ganância de alguns! Não vale tudo !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115655	Discordância	Discordo com este projeto	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115654	Discordância	Foi tomada uma decisão de sacrificar toda a paisagem e população portuguesa em prol da agenda energética europeia e do lucro fácil de corporações oportunistas e sem escrúpulos ou consideração por nada que não sejam os seus interesses. Esta iniciativa será irreversível e o país pagará um preço muito alto por isso, que em nada beneficia a população e o futuro da sustentabilidade dos recursos naturais do país A posição do governo português neste contexto é ultrajante e vergonhosa, como tem sido em tudo o que respeita a políticas sociais e ambientais. Não é assim que se gere um país, baseado em corrupção e interesses pessoais dos intervenientes	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115653	Discordância	Exmos. Senhores, Após a leitura da documentação disponibilizada para consulta pública, subsistem algumas questões que considero não estarem suficientemente esclarecidas. Qual é, afinal, a potência adicional de energia renovável de que Portugal necessita para cumprir as metas do Plano Nacional de Energia e Clima 2030? Quanto dessa necessidade poderá ser satisfeita através do autoconsumo, das Comunidades de Energia Renovável e da utilização de edifícios, parques industriais e outras áreas já artificializadas? Se o próprio PSZAER refere que uma pequena parcela do território nacional seria suficiente para atingir os objectivos energéticos (cerca de 1%), por que razão identifica uma área muito superior (cerca de 7%), correspondente a 663.395 hectares de solo rústico, como potencialmente disponível para novas centrais? Por que motivo a proposta não exclui expressamente a Reserva Ecológica Nacional, quando esta protege recursos hídricos, solos e funções ecológicas essenciais? E como se explica que algumas das áreas propostas coincidam com territórios onde já existem conflitos ambientais, paisagísticos e patrimoniais relevantes? Foi avaliado o efeito cumulativo entre as novas Zonas de Aceleração e os numerosos projectos de grandes centrais já licenciados ou em fase de licenciamento, designadamente em regiões como o Alentejo? Por fim, se a Directiva Europeia RED III estabelece como prioridade a utilização de espaços já artificializados ou degradados, por que razão o PSZAER continua a centrar grande parte da sua proposta em território rural? Estas questões não pretendem pôr em causa a transição energética. Pretendem apenas garantir que essa transição seja ambientalmente sustentável, territorialmente equilibrada e compatível com a conservação da natureza, da paisagem, do património e da qualidade de vida das populações. Neste sentido, proponho que o PSZAER seja revisto, designadamente para:	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115652	Discordância	Já não se pode viver em Castelo Branco com o calor extremo. É impossível aumentar mais 2°C à temperatura em nome da transição energética. Tem de haver outra solução. Já estamos abandonados à nossa sorte porque o que importou/a é as grandes cidades do litoral. Não façam de nós os compónios da beira que pagam sempre a fatura para os outros viverem bem. Tenham noção.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115651	Discordância	Sou contra	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115650	Discordância	Não concordo com a instalação de painéis solares nem na Serra da Gardunha nem na Barragem de Santa Águeda	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115649	Discordância	Vai afetar toda a zona envolvente da barragem, vegetação e animais que por ali coabitam. Além de estragar uma paisagem bonita.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
115648	Discordância	Venho por este meio expressar a minha discordância para com esta proposta por considerar que estas políticas energéticas que promovem estes megaprojetos tem um impacto ambiental negativo. Os estudos de impacto ambiental foram insuficientes e não levaram fatores importantes em consideração. Considero que estes projetos representam uma ameaça à soberania alimentar e florestal ao permitir a ocupação de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, pondo em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Obrigada pela sua participação.
115647	Discordância	Não consigo concordar com a implementação de painéis solares na Serra da Gardunha e muito menos na Barragem de Santa Águeda.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115646	Discordância	Discordo da instalação destes painéis solares neste local. Para além de alterarem profundamente a paisagem, poderão contribuir para o aquecimento da região através da transformação do uso do solo e da redução das áreas naturais. Trata-se de uma intervenção com forte impacto ambiental e visual, que ameaça o equilíbrio ecológico e a identidade da paisagem. A transição energética é importante, mas não deve ser feita à custa da destruição dos ecossistemas nem da degradação do património natural. É necessário procurar soluções que conciliem a produção de energia renovável com a preservação do ambiente.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115645	Discordância	Concordo com a transição energética aliás já somos líderes à muitos anos com os projetos hídricos. No entanto é um completo assalto aos bens naturais nacionais sem rei nem roque. Tudo por conta de interesses económicos de certos indivíduos. Ainda para mais não compreendo a situação de ser possível vetar a opinião de quem escolhe. Já pensaram se assim acontecer com as votações políticas? Estamos a fazer o quê? A suprimir a opinião e vontade de quem tem direitos ou afinal estamos numa ditadura como tantos atiram sempre que se quer alterar leis estúpidas e bacocas que se lembram de atirar para a praça pública	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115644	Discordância	Não acham que estamos a caminhar com o se não houvesse amanhã, para uma situação que se pode tornar muito adversa e negativa?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115643	Discordância	A implementação de áreas extensas e interruptas de painéis fotovoltaicos está comprovadamente associada a erosão dos solos, tal como a diminuição da diversificação da flora e fauna local. Deste modo esta deve ser a última opção a escolher, optando-se primariamente por áreas de terreno já cobertas , não agravando factores ambientais como a drenagem dos solos, nomeadamente em locais por si só já fustigados com outros fatores de degradação ambiental como são os incêndios florestais. Do ponto de vista económico há ainda a salientar que o foco destas regiões é turístico, logo a repercussão sobre o mesmo é mais que óbvia e acentuada. É importante ainda de referir que o interior não pode constantemente surgir como a bateria e fonte energética das áreas litorais! É necessário a promoção de justiça social e económica, sendo estas medidas em tudo contrárias a esses valores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115642	Discordância	Promovam a implementação em larga escala de paines nos telhados e similares deste país. Não destruam ainda mais o ambiente! Por mais que esta seja uma energia limpa, é necessário ver o ambiente como um todo e não apenas no que toca à fonte energética! A minha posição é contrária à instalação de painéis fotovoltaicos na Serra da Gardunha não nasce de resistência ao progresso, mas de respeito pelo território. A Gardunha é uma serra de enorme valor ecológico, paisagístico e identitário, cuja integridade não deve ser sacrificada em nome de soluções energéticas que poderiam ser instaladas noutros locais menos sensíveis. Defender a Gardunha é defender o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação. A transição energética é necessária — mas não à custa de patrimónios naturais que não se recuperam.	Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115641	Discordância	Estou contra a implementação deste projeto a nível nacional	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115640	Discordância	Ithink it would make it too hot going on the relevant information availabl ..also this is NOTgreen energy it is an obscenity ..anti life ..no plants no animals no meadows no sheep ..no life horrible pollution of Portugal ! Who will benefit? The area will be destroyed, businesses will close, an area that is regenerating will empty. People have put all their investment into this area & it will destroy it. Panels on rooftops not in nature	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115639	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e).	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115638	Discordância	A implementação da PSZAER como modelo nacional implica a destruição de património natural que deve ser conservado acima de interesses económicos com base num parecer de "fonte energia renovável". As alterações paisagísticas e do património natural são significativas com a afetação de terrenos rurais e naturais que devem ser preservados. A implementação destes projetos afeta, de forma grosseira, outros micro projetos individuais que usam o património natural como fonte de rendimento e a vida de cidadãos locais. Assim, manifesto a discordância perante a proposta pois não deve ser afetado a população local que depende do património natural como modo de vida sócio-económico	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115636	Discordância	ATASTROFE AMBIENTAL E MICROCLIMATICA O que está prestes a acontecer não é apenas "transição energética" — é uma alteração drástica e perigosa do nosso clima local. A ciência já provou o perigo real que aí vem: o Efeito de Ilha de Calor Fotovoltaica (PVHI). O QUE DIZ A CIÊNCIA? (Estudo publicado na prestigiada revista NATURE) Uma investigação liderada pelo Dr. Barron-Gafford ("The Photovoltaic Heat Island Effect") provou que as mega-centrais solares aumentam a temperatura do ar local entre 3°C a 4°C em comparação com as zonas naturais vizinhas. PORQUE É QUE ISTO É UMA CATÁSTROFE TÉRMICA? 1 O Silício Ferve: Os painéis solares absorvem a luz, mas convertem apenas cerca de 20% em eletricidade. Os restantes 80% transformam-se em CALOR PURO. No pico do verão, estes painéis vão atingir temperaturas sufocantes entre os 50°C e os 65°C. 2 Destruição do Ar Condicionado Natural: Ao arrancar a vegetação para colocar metal e vidro, destruímos a evapotranspiração das plantas — o sistema natural que arrefece a nossa região. 3 Impacto Direto na Cidade: Esta colossal barreira térmica industrializada vai empurrar massas de ar sobreaquecido para cima das aldeias. O resultado? Verões ainda mais insuportáveis, secas do solo agravadas e noites tropicais sufocantes. Os promotores apresentam os projetos de forma isolada para camuflar o impacto, mas o clima não conhece fronteiras. O efeito cumulativo de projectos colados uns aos outros ameaça desertificar ainda mais o nosso território e sufocar o microclima de Portugal. Energia verde SIM, mas NÃO à custa da destruição do nosso futuro e do nosso clima! É preciso travar este gigantismo cego	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115635	Discordância	Não!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115633	Discordância	Sou contra porque: 1. Impacto Ambiental e Destruição de Ecossistemas A simplificação do licenciamento ambiental e a aceleração de projetos industriais eólicos e solares nestas zonas ameaçam ecossistemas locais sensíveis, habitats protegidos e a biodiversidade. A instalação maciça de painéis fotovoltaicos e aerogeradores não pode ser feita à custa do abate de manchas florestais importantes ou da degradação dos solos. 2. Prejuízo ao Património Natural, Cultural e Identitário A proposta descura a preservação da paisagem e do património cultural das regiões afetadas. Muitas das áreas delimitadas coincidem com zonas de elevado valor paisagístico e turístico, cuja descaracterização industrial prejudicará de forma irreversível a identidade local e as economias tradicionais baseadas no ecoturismo. 3. Sobrecarga de Territórios de Baixa Densidade (Falta de Equidade) Assiste-se a uma concentração desproporcional destas zonas de aceleração em territórios rurais e do interior, que já suportam o ónus da produção energética nacional. Esta abordagem acentua as assimetrias regionais, sem que existam contrapartidas socioeconómicas reais ou benefícios diretos na fatura energética das populações locais. 4. Conflito com a Atividade Agrícola e Florestal A afetação de vastas áreas de terreno ao complexo de renováveis retira espaço vital à atividade agrícola e à produção agroflorestal. Numa altura em que se debate a soberania alimentar e a gestão sustentável da água, a ocupação intensiva do solo por infraestruturas energéticas põe em risco a subsistência de produtores locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115632	Discordância	Não a este projeto. Quero o verde da Gardunha, quero passear na beira da Barragem da Marateca livremente, quero olhar o horizonte e verde a diversidade de uma serra e NÃO o amontoado de ferros. Quero uma paisagem por onde se possa passear, onde a caça circule livremente, onde se conserve e respeite o legado dos nossos antepassados. Quero aquilo que nos distingue e da identidade a Nossa Terra. Quero RESPIRAR, quero um planeta 🌍 onde se respeita a terra e as suas gentes e o património imaterial 🌎. Quero a preservação da Natureza e da Biodiversidade. Não as centrais e não aos painéis. Quero Natureza e quero Respirar 🌎🌍. Belmira Dias	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115631	Discordância	É uma aberração o exagero de painéis solares a serem implementados, além de até agora não ter melhorado em nada a vida dos portugueses, ainda implementa o acréscimo de temperatura.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115630	Discordância	Com tanta maneira de se utilizar energias renováveis, como por exemplo, utilização de painéis solares em coberturas de estacionamentos, coberturas de prédios, faixa central de auto-estradas, entre outras!!! Qual o motivo de quererem estragar as nossas serras? Deixem a natureza em paz.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115629	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. -O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: -Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; -Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; -Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização;	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115628	Discordância	A transição para energias renováveis é indispensável. Mas não pode ser feita à custa do território, das pessoas e da vida que nele existe. O PSZAER, tal como apresentado, não assegura este equilíbrio. 1. A transição energética deve ser construída COM os territórios — nunca imposta SOBRE eles Tal como afirma a posição pública da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que reforçamos: "A transição energética deve ser construída em conjunto com os territórios e nunca imposta sobre os mesmos." O PSZAER: • centraliza decisões, • ignora estratégias locais e PDMs, • fragiliza a autonomia municipal, • e afasta as comunidades dos processos que moldarão o seu futuro. Isto não é planeamento democrático. É uma imposição territorial que contraria a Constituição e os princípios da participação pública. 2. A paisagem é um património intocável — e um ativo económico estratégico A paisagem da Beira Baixa é: • identidade, • economia, • turismo, • saúde pública, • bem-estar, • e futuro. O PSZAER admite que 7% do território nacional tem aptidão para aceleração, mas os próprios dados técnicos demonstram que menos de 1% do território é suficiente para cumprir as metas energéticas até 2030. Não há qualquer justificação para transformar concelhos inteiros em zonas de sacrifício energético, com manchas de painéis solares que podem ultrapassar 30% do território municipal. A paisagem destruída não volta. E nenhuma compensação financeira devolve o que se perde. 3. O solo agrícola e florestal é estratégico — não pode ser substituído por "mares de painéis" O PSZAER: • retira montados de sobro e azinho dos critérios de exclusão, • permite ocupação industrial de solos agrícolas e florestais, • ignora a multifuncionalidade do território rural, • desvaloriza agricultura, pastorícia, silvicultura e produção local. Isto compromete: • a soberania alimentar, • a economia rural, • a gestão sustentável dos recursos naturais, • e o futuro das comunidades que dependem destes usos. O território rural não é um vazio. É um sistema vivo que sustenta pessoas, culturas e economias. 4. Biodiversidade, ecologia e corredores ecológicos não são obstáculos — são infraestruturas vitais Os pareceres técnicos são inequívocos: • sobreposição a áreas de alimentação da águia-imperial, bufo-real, milhafre-preto, cegonha-preta; • fragmentação de habitats; • destruição de montados; • risco para anfíbios, répteis e fauna vulnerável; • corredores ecológicos ignorados; • redução perigosa de buffers de proteção (de 500 m para 50 m); • sobreposição a IBAs, Rede Natura 2000, Reserva da Biosfera UNESCO. A Beira Baixa é um território de valor ecológico excecional. O PSZAER não o protege — ameaça o. 5. A saúde pública e a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115627	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Setúbal, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste PSZAER. Apesar da necessidade da transição energética, esta não pode pondo em causa a manutenção social, patrimonial e ambiental das regiões, que em si já estão fragilizadas. Seguem os argumentos para rejeitar integralmente este plano. No que toca ao impacto ambiental e biodiversidade, o plano atual apresenta critérios de proteção enfraquecidos, uma vez que retirou geoparques e áreas de montado da lista de locais proibidos para instalação, permitindo assim a ocupação industrial de terrenos com valor biológico e agrícola elevado. Além disso, reduz a distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis, colocando em risco ecossistemas sensíveis e fauna que deles dependem. O plano classifica áreas de menor sensibilidade, ignorando que estes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações. Do mesmo modo, coloca em causa a soberania alimentar e florestal ao permitir a ocupação de solos rústicos, tratando a agricultura e floresta como atividades secundárias. O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos na mesma região, pondo em causa continuidade ecológica e integridade de bacias hidrográficas, corredores ecológicos e a deslocação de espécies ameaçadas. Apresenta um afastamento insuficiente de eólicas e centrais solares de habitações face à literatura científica recente sobre os seus impactos na saúde humana e mais-que-humana. O plano ignora ainda o impacto das alterações climáticas e das ondas de calor, não considerando como a instalação de painéis solares pode potenciar fenómenos de calor extremo, ao retirar zona arborizadas que regulam a temperatura local. No seu impacto socioeconómico e nas comunidades locais, o plano não refere os custos totais de sistema, que terão custos acrescidos para os consumidores através do aumento de tarifas de eletricidade, além de não garantir que serão os projetos a suportar os custos que impõem à rede. O modelo privilegia grandes projetos centralizados sem benefícios locais concretos, ao deixando espaço para Comunidades de Energia ou no autoconsumo que permitiriam às populações reduzir os seus custos com a eletricidade, e não dando qualquer vantagem financeira, fiscal ou social diretas para os cidadãos das zonas. Além disso, as centrais solares e eólicas criam poucos postos de trabalho após a fase de construção, e a identificação das zonas gera pressão especulativa sobre os preços dos terrenos rústicos, impactando a agricultura, pastorícia e produção florestal tradicional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115626	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis atenta contra a natureza de Portugal. É um contrasenso destruir a natureza para criar uma chamda energia "renovável" que visa enriquecer empresas estrangeiras e destruir o património natural de Portugal. O mesmo acontece com a vontade estrangeira de mineirar as Covas de Barroso. Sou contra qualquer atividade energética ou mineira que destrua o património natural de Portugal. O Estado de Portugal tem de defender a natureza do país e deixar de oferecer a natureza a empresas internacionais. É preciso parar as empresas de uma suposta tecnologia que unicamente pretende controlar as pessoas e destruir o planeta. Isso dista muito de ser uma energia renovável. É simplesmente destruição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115624	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implementação das Energias Renováveis. -O PSZAER apresenta vários aspetos preocupantes que ameaçam a soberania dos territórios rurais do interior e a qualidade de vida das pessoas que neles habitam, nomeadamente: -Promove a construção de megaprojetos e ignora outras alternativas mais locais e próximas dos centros de consumo; -Exclui territórios artificializados, que são considerados prioritários para a exploração energética, e privilegia os territórios rurais que serão muito mais prejudicados pela mesma; -Disponibiliza informação insuficiente para uma participação informada dos cidadãos, sobretudo ao nível da cartografia, dos dados georreferenciados e dos impactos ambientais, socioeconómicos e de saúde pública referentes da hibridização;	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115623	Discordância	Não concordo de todo com o programa previsto para a Serra da Gardunha e Barragem da Marateca, é uma autêntica aberração, não destruam o nosso património paisagístico. É uma autêntica infame. Abaixo os grandes interesses econômicos e outros afins. Só gente acéfala é que poderia ter este tipo de ideias. Revolta	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115622	Discordância	Não concordo com a implementação de painéis solares na Serra da Gardunha nem na barragem da Marateca.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115621	Discordância	Deixem.a Beira Baixa viver em harmonia com o ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115620	Discordância	Não é possível ser enquadrado um projeto deste tipo numa Bio região, é inadmissível caso seja licenciado. Irá mudar para sempre a imagem do Concelho de Idanha-a-Nova de forma negativa para quem nos visita e pretende habitar futuramente no nosso Concelho! Penso ser possível a energia solar ser adaptada e construída em áreas que possam sem adaptadas em harmonia com o ambiente e a natureza. A instalação de mega centrais solares vão ter muitos impactos negativos no ambiente e na natureza que as possam rodear, destruindo o equilíbrio ecológico, a subida das temperaturas locais , o impacto negativo na qualidade de vida dos habitantes do concelho e no bem estar das comunidades! Obviamente, contra!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115619	Discordância	Uma transição que favorece os grandes interesses económicos, que sacrifica, em nome da ecologia, o habitat, comunidades humanas e naturais, não salvaguarda coisíssima nenhuma; não assegura sustentabilidade económica, social, ambiental, cultural do território, nada! Não desejo transitar para o deserto nem para uma economia predatória, extractiva que seca tudo à sua volta para concentrar sempre do mesmo lado, dos poderosos. Uma verdadeira transição, justa e ecológica, respeita os valores ambientais, a natureza, o equilíbrio territorial, as comunidades!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115618	Discordância	Exmos Senhores, Não se pode compreender como é que um projeto que prevê a destruição de uma grande área florestal possa estar a ser discutida sem que tenha havido um estudo de impacte ambiental. Todos os anos diminui a área florestal do nosso país, e do mundo, e é crucial que sejam estudadas alternativas para projetos destes. Se é importantíssimo a redução do consumo de combustíveis fósseis, é ainda mais importante garantir a existência e o aumento das áreas florestais. Como é do vosso conhecimento, os painéis solares podem ser colocados em cima de edifícios, pelo que a sua colocação poderá ser feita em inúmeros edifícios de norte a sul do país. Não será, certamente, necessário matar floresta para garantir a finalidade deste projeto. O futuro depende tanto de energia limpa, como da floresta. É urgente que reflitam sobre isto e que não avancem com este atentado ambiental! Com os melhores cumprimentos, Matilde Sela	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115617	Discordância	Não concordo com a implementação de painéis solares na barragem da Marateca.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115616	Discordância	A transição energética é necessária mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, perda de património natural (fauna e flora) e do desprezo das populações. " O território deixa de ser apenas rural e passa a incluir coberturas de edifícios, zonas industriais e infraestruturas existentes, onde o autoconsumo e as comunidades de energia podem ser desenvolvidos com menor impacto e maior proximidade à procura. Estas áreas apresentam vantagens claras em termos de aceitação social, rapidez de implementação e menor necessidade de reforço de rede. Reconhece-se a orientação da Diretiva REDIII em relação à prioridade que deve ser dada a superfícies artificiais e edificadas, tais como: • Telhados e fachadas de edifícios, • Infraestruturas de transporte e áreas circundantes, • Parques de estacionamento, • Zonas industriais, • Minas abandonadas, • Instalações de tratamento de águas residuais urbanas."	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115615	Geral	A Beira Baixa não está à venda! Precisamos de campos cultivados, vegetação e Vida de todos os seres vivos que aqui habitam. Não concordo com esta implantação desenfreada em terrenos cultiváveis que vão descaracterizar a paisagem e mais uma vez deixar os lobbies da energia que não pagam impostos nem distribuem riqueza das nossas terras.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115614	Discordância	A terra de Miranda pertence às suas gentes e estes projectos não têm sustentação técnica nem responsabilidade social. Ainda aguardamos que cobrem os impostos das nossas barragens. Aqui também é Portugal e o poder central tem de ser coerente com o que andou a prometer em campanha eleitoral. Estamos preparados para ir até às últimas instâncias europeias para salvaguardar o nosso património.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115613	Discordância	I just moved to portugal and i am shocked about these plans with huge amounts of solarpanels! They worsen the temperature, they weaken us. They kill nature. There are so many ways to get energy out of nature without any destruction... A instalação de grandes parques fotovoltaicos e eólicos implicam uma forte desflorestação e destruição de habitats naturais, especialmente no interior do país. A desflorestação destrói habitats de espécies animais e vegetais, algumas das quais podem estar protegidas ou ameaçadas. Para além disso, é uma contradição ambiental. Embora as energias renováveis tenham como objetivo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a destruição de florestas elimina importantes sumidouros de carbono. Grandes áreas ocupadas por painéis solares ou aerogeradores alteram profundamente a paisagem natural e rural. Para além disso, propicia a erosão e degradação dos solos porque a remoção da vegetação aumenta o risco de erosão, deslizamentos e perda de fertilidade dos solos. A impermeabilização parcial dos terrenos pode alterar o ciclo da água.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115612	Discordância	Este projeto vai criar impacto nas comunidades locais, pois cria conflitos com atividades como agricultura, pastorícia, silvicultura ou turismo de natureza. Para além disso, existem alternativas. Os painéis solares deveriam ser prioritariamente instalados em telhados de edifícios, parques industriais, zonas degradadas, evitando a ocupação de áreas naturais. Podia incentivar-se a instalação de painéis em telhados de habitações, edifícios públicos, escolas, fábricas, parques de estacionamento e centros comerciais, reduzindo a necessidade de ocupar solos naturais ou agrícolas. Para a criação desses parques, são necessárias estradas de acesso, linhas elétricas, subestações e plataformas de montagem, aumentando a área efetivamente afetada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115611	Discordância	Bom dia, Segue em anexo a minha fundamentação de discordância. Com os melhores cumprimentos. Nuno Reis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115610	Discordância	Estou horrorizada e em completa discordância com esta proposta de PSZAER! !! É completamente absurdo colocar mais de 7% do território nacional à disposição para mega centrais. Não podemos devastar mais de 350.000 ha de solo agrícola e florestal, com impactos negativos gravíssimos a nível ecológico, climático e de soberania alimentar. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado: O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. Contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger. Este desvio contraria também a própria Diretiva RED III, que o PSZAER visa transpor: esta diretiva prevê que a seleção de zonas de aceleração recaia sobre superfícies "circunscritas, delimitadas e de baixo impacto", dando prioridade expressa a superfícies já artificializadas, construídas ou degradadas, reservando a ocupação de solo virgem apenas para quando estritamente necessário. O programa em consulta inverte esta lógica. 2. Uma área muitíssimo superior à necessária: O PNEC 2030 estabelece como meta para a energia solar uma capacidade de 20,8GW, cuja implementação exigiria cerca de 20.000 hectares. O mapa de ZAER agora proposto disponibiliza porém, cerca de 357.347 hectares para solar e mais 85.321 hectares para eólico — a componente solar representa, por si só, cerca de dezoito vezes a área efetivamente necessária.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115609	Discordância	Vai acabar com terrenos agrícolas, vai acabar com espécies animais, vai estragar por completo o turismo que já existe nesta zona e que tem um potencial enorme de crescimento e que já é uma vertente económica para muitas pessoas. Tantas atividades desportivas que são efetuadas aqui, e que contribuem imenso a nível económico, simplesmente vão escolher outros locais. O interior já está deserto, com isto só vais desertificar também está zona. As pessoas que se têm fixado pela natureza e paisagemque temos.... Tudo vai acabar	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115608	Discordância	Os painéis solares deviam ser apoiados para serem colocados em todos os telhados e assim haver uma gestão não monopolizada. Sou contra o uso da terra para a implantação de areas imensas de paineis solares. Temos que tomar acções que beneficiem todos humanos e não humanos	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115607	Discordância	Destruição de solos/ zonas verdes; Destruição de paisagens; Destruição de habitats; Destruição do turismo de natureza- fonte de rendimento para quem está numa zona do país abandonada pela tutela; Aquecimento -menos zonas verdes, menos evapotranspiração, menos humidade, menos fresco… em zonas extremamente quentes no verão penso que fará muita diferença; Alteração dos cursos de água- secam… Não parece compensar para ter energia verde(?)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115606	Sugestão	No anexo, apresento o meu contributo após uma análise cuidada da proposta. Realço que o ruído em torno desta proposta resulta de uma consulta pouco esclarecida e da explicação prática dos objetivos. Espero que este contributo apoie a equipa técnica a rever o documento de forma mais objectiva	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115605	Discordância	Acho absolutamente desajustado, desproporcionado e lesivo para o bem comum, o plano que coloca na zona da Gardunha uma quantidade absurda de elementos supostamente de energia "limpa", mas que destroem não só a paisagem como bem patrimonial, mas sobretudo, a qualidade de vida das populações. A natureza da formulação energia limpa, não é compaginável com a destruição do ecossistema e do património.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115604	Discordância	Não concordo as Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), sem a consulta da população da região.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115603	Discordância	Na qualidade de cidadã, do concelho de Castelo Branco, manifesto grande preocupação com a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares, com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como a solução única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC 2030. É o caso do Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue a exposição dos meus para a rejeição integral deste plano: Impacto ambiental e biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: o plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores, como o do LNEC, pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: a distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A “baixa sensibilidade” não significa ausência de valor: o plano classifica áreas como de “menor sensibilidade” apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
115602	Discordância	Usar estruturas existentes, como por exemplo telhados e outras coberturas para painéis solares, será mais inteligente e agradável do que destruir habitats de espécies selvagens e terrenos cultiváveis. Bem Haja	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115601	Discordância	Discordo plenamente desse projeto e tantos outros sobre painéis solares na natureza. Utilizem os telhados das casas, das indústrias, construam telheiros nas ciclo vias, agora quase todas as cidades têm e metam lá os painéis solares. Isso é poluição visual,as pessoas querem paisagens verdes e não pretas como são os painéis. É um futuro deprimente que nos querem dar de não poder usufruir de árvores, de paisagens verdes etc. NÃO, NÃO NÃO	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115600	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância com a proposta do PSZAER, na sua atual formulação. Considero que a delimitação de zonas de aceleração não deve sobrepor-se aos Planos Diretores Municipais nem à autonomia das autarquias, e que a extensão territorial proposta (cerca de 7%) é desproporcionada face aos dados técnicos que indicam serem suficientes menos de 1% do território para cumprir as metas energéticas de 2030. Solicito que sejam priorizadas soluções alternativas, como áreas já artificializadas, projetos de agrovoltaico e comunidades de energia, salvaguardando o território, a paisagem e as comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115599	Discordância	Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. Detalhes justificados para a posição indicada no documento anexo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115598	Discordância	Assisto com enorme preocupação ao avanço do PSZAER e confesso que me inquieta profundamente a forma como este programa está a ser desenhado. Embora reconheça a importância da transição energética e da necessidade de apostar nas energias renováveis, não posso aceitar que, em nome da urgência, se criem mecanismos que fragilizem a participação pública, a protecção da paisagem e o direito das comunidades a serem ouvidas. Enquanto cidadã que vive e trabalha neste território, conheço o valor das suas paisagens, dos seus recursos naturais, dos seus espaços agrícolas e florestais e da sua identidade cultural. Sei também que estes valores não são apenas um cenário bonito: são a base da qualidade de vida de quem aqui habita, da atracção turística, da produção agrícola e do património que queremos deixar às próximas gerações. É precisamente por isso que me preocupa a possibilidade de o PSZAER abrir caminho a processos mais rápidos sem garantir critérios rigorosos e transparentes. Quando os conceitos são vagos e as regras pouco claras, corre-se o risco de facilitar a instalação de projectos de enorme dimensão em territórios cuja população nunca foi verdadeiramente ouvida. Os impactos potenciais são reais e não podem ser ignorados. Em muitas regiões do interior, grandes centrais solares implicam a ocupação de centenas ou milhares de hectares, transformando paisagens agrícolas e florestais em áreas cercadas por painéis. Esta alteração afecta a identidade dos lugares, prejudica actividades ligadas ao turismo de natureza e reduz a percepção de autenticidade que tantas regiões têm procurado valorizar. Existem também preocupações relacionadas com a biodiversidade. A remoção de vegetação, a fragmentação de habitats, a instalação de quilómetros de vedações e de novas infraestruturas eléctricas podem afectar espécies da fauna e da flora e alterar equilíbrios ecológicos que demoraram décadas a construir. Outro impacto frequentemente desvalorizado é o peso das infraestruturas associadas. As centrais não surgem isoladas. São acompanhadas por linhas de muito alta tensão, subestações, acessos e movimentação de maquinaria pesada, elementos que alteram profundamente a paisagem e a vivência das populações locais. Quem vive junto destes projectos sabe que o problema não é apenas a central em si, mas todo o conjunto de infraestruturas que a acompanha	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115597	Discordância	While I support the development of renewable energy, I am concerned about the impact this project may have on our local environment and quality of life. The forested land around us is not unused space — it plays an important role in protecting the soil, managing water, and maintaining the natural balance of the area. It is difficult to understand why natural land is being considered when there are already developed or degraded areas that could be used instead. In my view, these alternatives should be clearly prioritized. I am also concerned about the long-term consequences of reducing forest areas, especially at a time when their importance for climate and environmental stability is widely recognized. For these reasons, I believe the proposal should be reconsidered, with greater attention given to protecting existing natural areas and aligning energy development with environmental sustainability. Thank you for taking my concerns into account.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115596	Discordância	We fully understand and support the importance of renewable energy and the need to move towards a more sustainable future. However, we believe that this transition should be done carefully and responsibly, without overlooking the impact on local communities, nature, and long-term environmental balance. From our perspective, this proposal raises several concerns. We feel that important local realities, such as forest management areas (ZIF) and community lands, have not been properly considered. It is also unclear why already developed or degraded areas — such as industrial zones, rooftops, or abandoned sites — are not being prioritized before using natural and forested land. The surrounding forest is not just empty space to us. It plays an important role in our daily lives and in the environment. It helps regulate water, protects the soil, supports biodiversity, and contributes to carbon absorption. Removing or altering these areas for energy infrastructure seems to contradict the broader environmental goals that these projects aim to achieve. We are also concerned about the apparent contradiction in public policies. On one hand, there are efforts to protect and expand forests, and on the other, there are proposals that may lead to their reduction. This creates uncertainty and raises questions about long-term sustainability. As residents, we would respectfully suggest: Avoiding the use of productive forest areas, community lands, and ZIF zones for ZAER designation;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115595	Discordância	Por tudo o que vai impactar negativamente no ecossistema ambiental, cultural e identitário da zona da Gardunha Sul e envolventes. Não compreendo sequer como esta zona está “elegível” para receber essa proposta , havendo no país tantas zonas áridas e sem utilização ao nível cultural, turístico e ambiental . Que proponham essas zonas sectoriais e que implantem a energia renovável em zonas de densidade populacional nula, com impactos geo-culturais nulos. Em jeito de conclusão : até ao dia de hoje a dita “energia renovável “ , mais propriamente a produzida através dos chamados painéis de energia revovável nunca foi traduzida em ganhos para a população afetada diretamente , seja em termos financeiros seja em termos de poupança energética factual para as zonas implicadas. Em suma, demonstro aqui a minha total discordância relativamente à implantação desses painéis no concelho de Castelo Branco..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115594	Discordância	Participação na Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115593	Discordância	Sou contra a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) porque: • não garante um equilíbrio entre a produção de energia renovável, a proteção do território, da biodiversidade, da paisagem e da saúde pública; • a população e os municípios não estão a favor; • os dados técnicos indicam que menos de 1% do território é suficiente para atingir as metas energéticas previstas para 2030, que não existindo justificação para transformar áreas tão grandes de determinados concelhos em zonas de sacrifício energético; • a instalação de grandes áreas de painéis solares em solos agrícolas e florestais (essenciais para as economias locais) tem um impacte muito significativo; • a proposta não avalia os efeitos na saúde pública nem os impactos relacionados com o aumento da temperatura, o microclima ou a desertificação em zonas já vulneráveis às alterações climáticas; • o Programa deveria privilegiar alternativas como a instalação de projetos em zonas industriais, minas, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115592	Discordância	Enquanto cidadã interessada na salvaguarda do património natural, manifesto a minha total oposição á implementação deste projeto na albufeira da barragem de sta Águeda (Marateca) e área envolvente, porque vai destruir a biodiversidade, colocando em risco imediato a fauna e flora locais. Vai degradar a paisagem de um Dis locais mais aprazíveis e de maior beleza natural desta região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115591	Discordância	É sabido pela experiência nos EUA, que a implantação de Data Centers tem criado sérios problemas ambientais e de saúde, nomeadamente falta de água, falta de energia e poluição sonora e do ar. Pelo bem estar de todos nós prefiro abdicar de tanta internet em nome de poder continuar viva e com saúde. Instalar painéis solares onde deveria haver floresta ou campos agrícolas, só para alimentar os insaciáveis data Centers, não é pensar nas pessoas, é vender a alma de todo um povo aos interesses de muito poucos que nos vão engolir a nós e aos políticos que agora tomam esta decisão.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115590	Discordância	Não concordo Não faz qualquer sentido.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Obrigada pela sua participação.
115589	Discordância	O impacto visual e o impacto nos ecossistemas que esta proposta teria seria gigante. Atrás da solução para um problema criam outro maior. Enfim...	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115588	Discordância	Sou completamente contra a implantação de energias renováveis na Serra da Gardunha! É uma enorme irresponsabilidade política atentar contra a natureza e a biodiversidade da serra em prol de interesses económicos. A população não quer perder o que a serra oferece quer em recursos naturais quer turísticos. NÃO Á Implantação!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115587	Discordância	A recente proposta de instalação de painéis solares na Serra da Gardunha levanta sérias preocupações e merece uma reflexão profunda por parte de todos. Manifesto a minha total discordância com este tipo de intervenção num espaço natural que é, não só um símbolo da nossa identidade, mas também um património ambiental de valor incalculável. A Serra da Gardunha é muito mais do que um local disponível para exploração energética. Trata-se de um ecossistema rico, com biodiversidade própria, paisagens únicas e um equilíbrio natural que tem sido preservado ao longo de gerações. A instalação massiva de painéis solares poderá provocar impactos irreversíveis, desde a destruição de habitats naturais até à alteração da paisagem, afetando também o turismo e a qualidade de vida das populações locais. Embora a transição energética seja essencial e urgente, não pode ser feita à custa da destruição de áreas naturais sensíveis. Existem alternativas viáveis, como a instalação de painéis solares em zonas urbanas, industriais ou já degradadas, que permitem produzir energia limpa sem comprometer o nosso património natural. Além disso, é fundamental questionar se houve um verdadeiro envolvimento das populações locais neste processo. Decisões desta magnitude não devem ser tomadas sem ouvir quem vive, conhece e depende diretamente deste território. Proteger a Serra da Gardunha é proteger a nossa história, o nosso ambiente e o nosso futuro. O progresso não deve significar perda, mas sim equilíbrio. E neste caso, é essencial dizer claramente: há limites que não devem ser ultrapassados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115586	Discordância	Desaprovo completamente. Não podem destruir o interior, coloquem painéis nos telhados. Esta zona já é demasiado quente para ser implementada esta infraestrutura.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115585	Discordância	DISCORDO TOTALMENTE COM A FIRMA COMO QUEREM DAZER A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA É MARAR O INTERIOR. NINGUÉM VAI CONSEGUIR VICER NESSAS ZONAS. COM O AUMENTO DA TEMPERATURA. FALAMOS DE ZONAS QUE JÁ SÃO MUITO QUENTES DESTRUIÇÃO DA FAUNA E DA FLORA PRECISAMOS RESPIRAR. CORTANDO ÁRVORES, FICAMOS SEM OXIGÉNIO. COMO É POSSIVEL O NOSSO GOVERNO PERNITIR UMA COUSA DESTAS??? FAÇAM COMO NOUTROS PAÍSES TÊM MUITO INDE COLOCAR OS PAINÉIS. NÃO NECESSITAM DE DESTRUIR A NATUREZA!!!! NÃO NÃO NÃO À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DESTA FORMA	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115584	Sugestão	Estou absolutamente contra a instalação de "painéis solares" em terrenos produtivos. Utilizem os telhados e por exemplo a faixa central separadora das auto-estradas	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115583	Discordância	Não podemos substituir zonas verdes por painéis solares. É prejudicial para o pais. .	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115582	Discordância	As energias renováveis serão um bom instrumento para a protecção do ambientes se bem aplicadas. Se obrigarem toda a população e as empresas a colocarem painéis solares nos telhados, nas áreas cobertas de estacionamento, nas bermas de estradas faz todo o sentido. Agora a aplicação de painéis solares em zonas agrícolas ou de floresta é totalmente inaceitável. Estou consciente de que o combate às alterações climáticas é planetário e não depende apenas da redução das emissões de carbono. Depende também do seu sequestro e da conservação da natureza. Por estas razões, defendo com igual convicção a definição de políticas claras de apoio à regeneração dos solos e ao desenvolvimento das boas práticas agrícolas e florestais, bem como a proteção de qualquer tipo de floresta e demais sequestradores de carbono, o que pressupõe não só a proibição liminar da destruição do verde em nome do verde, como também o restauro de habitats.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115581	Discordância	A transição energética, com tudo o que lhe está ligado, tem posto a nu uma realidade que não pode ser ignorada: um modelo de desenvolvimento que não é mais do que um crescimento sem limites, insustentável, sempre a carregar no acelerador da produção e do consumo sem freio. Nao nos podemos aproveitar de causas cujo objetivo é contribuir para a proteção ambiental para implementar soluções que visam como objetivo a sustentabilidade economia disfarçada de sustentabilidade ambiental. A sustentabilidade económica e ambiental devem sempre dar as mãos e sempre que este critério nao for cumprido nao estaremos a construir algo duradouro.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115580	Discordância	Oponho-me completamente a esta decisão. Uma verdadeira aberração!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115579	Discordância	Nao precisamos de mais produção de energias renováveis se o custo dessa produção é a destruição, a morte de seres vivos com dezenas e centenas de anos, a morte de ecossistemas essenciais ao equilíbrio da vida. Precisamos sim de diminuir o crescimento desenfreado da economia, já temos mais do que o suficiente e o que está a ser produzido não é para benefício da população em geral mas para o enriquecimento de uma minoria.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115578	Discordância	Não há qualquer justificação para transformar concelhos inteiros em zonas de sacrifício energético, com manchas de painéis solares que podem ultrapassar 30% do território municipal. A paisagem destruída não volta. E nenhuma compensação financeira devolve o que se perde. 7% do território nacional tem aptidão para aceleração, mas os próprios dados técnicos demonstram que menos de 1% do território é suficiente para cumprir as metas energéticas até 2030.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115577	Discordância	Não concordo que o programa seja implementado da Serra da Gardunha e Barragem da Marateca, é um ponto de atração turistico do concelho se Castelo Branco, um dos pouco da nossa zona interior. Não faz sentido que o investimento feito ao longo deste anos para dar qualidade de vida à população da região, que já sofre com o abandono e desvalorização do interior, seja deitado a baixo para um investimento industrial! Preservem a natureza e invistam onde a natureza já não é predominante!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115576	Discordância	Não comcordo. Estao a querer vender o país para a implementação de projetos que não favorecem a população nem os ecoasistemas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115575	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115574	Discordância	Documento argumentativo em anexo. A preservação dos ecossistemas naturais está colocada em risco com a construção de mega projetos de produção energética.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115573	Discordância	Não faz sentido este posicionamento e vão estar a prejudicar inúmeras pessoas nas regiões que mais precisam em Portugal.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115572	Discordância	Discordo desta implantação pelas consequências negativas que traz para o ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115571	Discordância	A Serra da Gardunha é um local de vegetação e com grande potencial e, com a colocação dos painéis vai tirar a beleza dela mesma	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115570	Discordância	As análises devem ser feitas caso a caso. Não a um Portugal « semeado » de painéis fotovoltaicos! Não ao aumento da temperatura associada a sua instalação! Plantem árvores autóctones, plantem espécies e variardes antigas! Apoiem as pessoas quer querem produzir a própria energia. Só pensam em PNEC e as pessoas ficam para segundo plano, as energias renováveis (solar e eólica) não podem intervir com a natureza e com as comunidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115569	Discordância	Existem outras formas de aproveitar o Sol, façam utilização de telhados e áreas já construídas. Ainda temos os lobbies das renováveis a fazer a cabeça destes governantes, e todos sabemos que só estão interessados em fazer dinheiro da maneira que lhes for mais rentável.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115568	Discordância	As comunidades vivem bem melhor em zonas com áreas verdes e sem painéis em seu redor. A leveza com que o ser humano tem vindo a destruir a própria qualidade de vida no planeta, não abona a favor de uma espécie que se diz racional e muito menos inteligente... a transição pode ser verde apenas se os projectos não estiverem já podres à partida... como é o caso. Não há interesse público algum nestes projectos. Não há ajudas à transição sustentável ou à manutenção da sustentabilidade. Há dinheiro fácil para poucos, dependência e escassez alimentar, associados à destruição de fauna e flora essenciais ao equilíbrio dos ecossistemas, naturais e de economia verdadeiramente global	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115567	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115566	Discordância	Declaro a minha discordância relativamente ao projecto PSZaer, por considerar que a proposta apresenta riscos significativos que não estão devidamente avaliados nem justificados. A documentação disponibilizada é insuficiente para compreender o impacto real nas comunidades, nos recursos públicos e na sustentabilidade do território. Além disso, o projecto carece de transparência nos critérios técnicos, nos custos previstos e nos mecanismos de monitorização. Entendo que qualquer iniciativa desta dimensão deve ser acompanhada de estudos independentes, consultas públicas mais amplas e garantias claras de que não compromete o bem-estar das populações nem o equilíbrio ambiental. Sem estes elementos, não é possível apoiar o avanço do projecto.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115565	Discordância	A ecologia não desculpa tudo. Querer impor soluções sem esgotar todas as possibilidades constitui, a meu ver, um ataque à própria democracia. Por acaso já alguém pensou que há alternativas à instalação abusiva de infraestruturas que são mais prejudiciais ao próprio ambiente do que os benefícios que daí podem resultar? Por exemplo, porque não aproveitar o espaço dos separadores centrais das autoestradas para instalar essas centrais? Será que é assim tão difícil chegar a uma ideia destas, ou será que os interesses económicos de meia dúzia têm sempre que se impor ao bem comum? Quando é que vamos deixar definitivamente de ser um país atrasado com trejeitos de super industrializado? Por isso eu sou absoluta e convictamente contra qualquer ataque ao nosso maior bem comum, que é a nossa Serra da Gardunha. Por isso sou absoluta e convictamente contra a instalação da estação fotovoltaica na Serra da Gardunha. E por isso sou absoluta e convictamente a favor de pesadas sanções a quem, por puro e vil interesse económico, venha a destruir o património natural da Serra da Gardunha.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115564	Discordância	Quase de metade do Território de mortagua estar disponível para aplicar painéis solares… Não faz qualquer sentido!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115563	Discordância	Não deixem o interesse financeiro de algumas empresas prevalecer sobre a vontade do povo português!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115562	Discordância	Se em Portugal, cerca de 70% da energia é proveniente de fontes renováveis, porque motivo é necessário escalar a produção de energia desta forma e colocando em risco a fauna e flora das regiões abrangidas bem como das populações locais? Mais, não significa, necessariamente, melhor.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115561	Discordância	Estamos a destruir fauna e flora indiscriminadamente!!! É preciso arranjar soluções que não passem por paisagens de painéis por hectares e hectares. Coloquem nos separadores das auto-estradas, por exemplo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115560	Discordância	Ainda somos humanos, fazemos parte da natureza e não podemos nos colocar acima dela constantemente. Destruir cerca de 100 mil hectares de área verde é sem dúvida um projeto prejudicial e de forma irreversível quer para as pessoas da zona em questão, quer para toda a ecologia da região e não só. Não podemos continuar à descaracterizar o território e o património natural. Não podemos marginalizar as populações que ali vivem e as que para lá estão a pensar ir. Cada vez mais as pessoas se estão a deslocar para esses locais. Portugal já produz bastante energia renovável. Um país pequeno conhecido pelas suas praias, pela sua natureza rica, e pelas suas gentes de coração aberto, humilde e corajoso.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115559	Discordância	hoje é o dia mundial da conservação do solo. O que a minha participação pede não é contra a transição energética — é que ela deixe de ser feita a crédito: a crédito do solo rústico, que paga o sobredimensionamento; a crédito da soberania, que paga a dependência tecnológica; a crédito das gerações futuras, que herdarão equipamentos em fim de vida sem que ninguém tenha reservado os meios para lidar com eles; e a crédito da confiança das populações, gasta em prazos de 20 dias e decisões tomadas por cima dos territórios. Um Programa com efeitos de décadas não pode ser avaliado ao ritmo de um despacho. Se a versão final do PSZAER integrar as correções aqui propostas — reduzir o mapa à necessidade real, encarar de frente a dependência tecnológica e o fim de vida dos equipamentos, dar dono à avaliação cumulativa, dar regras claras aos municípios, dar consequência à prioridade ao edificado e dar tempo à participação — então poderá ser o instrumento sério que o país precisa. Tal como está, é um cheque em branco sobre o território, passado à pressa e sem cobertura. Não em meu nome!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115558	Discordância	Apesar de compreender que haja necessidade de criar mais energia verde, acredito que a simplificação de qualquer processo de instalação de energia eólica ou solar, de tamanho significatvio, deva sempre ter um estudo de impacto ambiental. Isto não pode ser excluído. Há factores locais, temporais, culturais que poderão afetar qualquer decisão. Generalizar a decisão a um conjunto de factores nacionais é esquecer e ofuscar as realidade locais. Além disso penso que, no caso do investimento solar, deverua ser dada prioridade à instalação da mesma em edifícios já existentes, sejam eles habitações unifamilaires, prédios, parques de estacionamento, armazéns industriais, etc. não faltam hectares em telhados. Criar campos estéreis de painésis solares , como infelizmente já tantos há pelo país fora, são aberrações visuais e pesadelos ambientais. Este estudo pode servir como base para os munícipios se guiarem, mas nunca pode servir como factor de exclusão de um estudo ´sério de impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115557	Discordância	concordo com a posição da presidente da junta de freguesia de Louriçal do Campo, bem como do municipio de Castelo Branco. Energias renovaveis sim mas com regras, 1º o ambiente e as populações.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115556	Discordância	O interior do país não é apenas paisagem, à disposição do poder central. É gente, é tradição, é vida! Há outras formas de conseguir a transição energética. Queimar o interior do país, literalmente, não é solução.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115555	Discordância	Num país devastado por incêndios, cada vez mais desertificado e quente apenas se mira o lucro, invistam em arvoredo reflorestem o país e usem as renováveis em zonas onde não causem prejuízos. Os danos causados por tal implementação de painéis solares é completamente inaceitável para quem vive na região...danos tanto a natureza(fauna e flora) como ao humano com o futuro aumento de calor e falta de água na região...	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115554	Discordância	É inaceitável abaterem árvores e prejudicarem a natureza com consequências graves para todos que lá habitam (animais e pessoas) em prol do interesse de alguns...o qual não se inclui o povo!!! Isto tem que ser uma decisão unânime e claramente não é!!! O povo é que tem que decidir e claramente o povo está contra!!! Somos nós que pagamos impostos e supostamente deveríamos estar numa democracia o que claramente não se evidência...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115553	Discordância	Território de floresta ou zonas com potencial agrícola, não devem ser usadas para instalação de centrais fotovoltaicas, em defesa da biodiversidade, da natureza e preservação dos solos. Em vez de paineis solares devem sim ser plantadas mais árvores. A instalação de centrais fotovoltaicas devem ser exclusivamente implantadas em zonas já urbanizadas. Poderiam por exemplo usar-se as vias férreas, autoestradas, parques de estacionamentos, etc. NUNCA território que implique o abatimento de árvores. A instalação de qualquer central fotovoltaica deveria ser submetida a referendo das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115552	Discordância	A transição verde tem que ser feita coma participação livre das populações. A transição que se está a tentar fazer é injusta e não ecológica. Painéis solares na serra da Gardunha nunca. Quando não houver "verdes", pulmões do planeta, não podemos respirar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115551	Discordância	Concordo com painéis solares em telhados, parques de estacionamento... Nunca em zonas verdes Não, não nao	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115550	Discordância	Venho manifestar a minha total discordância com a instalação de centrais fotovoltaicas na Serra da Gardunha. A Serra da Gardunha é um património natural, paisagístico e cultural de valor incalculável. Faz parte da identidade das populações locais e constitui um legado que pertence a todos os portugueses, devendo ser preservado para as gerações futuras. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, essa transição não deve ser feita à custa da destruição ou descaracterização de algumas das paisagens mais emblemáticas do país. Existem alternativas para a instalação de painéis solares, como coberturas de edifícios, parques industriais, zonas já artificializadas ou terrenos degradados, evitando a ocupação de áreas de elevado valor ecológico e paisagístico. A Serra da Gardunha destaca-se pela sua biodiversidade, pelos seus habitats naturais, pelos percursos pedestres, pela atividade agrícola tradicional, pelo turismo de natureza e pela beleza única que atrai visitantes durante todo o ano. A sua transformação numa vasta área ocupada por infraestruturas energéticas representaria uma perda irreversível para o património natural e para a qualidade de vida das populações. Por estas razões, solicito que as áreas da Serra da Gardunha sejam excluídas das zonas previstas para a instalação de centrais fotovoltaicas e que sejam privilegiadas soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção da natureza, da paisagem e do património.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115549	Discordância	Penso para que uma transição climática seja realmente verde não se deve basear na destruição de paisagens florestais. Com tantos telhados coloquem por favor paines solares nos telhados das casas e dos prédios, não faz sentido algum ser de outra forma. Estamos lentamente a entrar numa era onde os recursos agrícolas são cada vez mais escassos e caros. Seria importante usar a terra não para painéis solares, mas para a produção de bens essenciais de primeira necessidade. Os painéis solares podem ser colocados sobre casas, a agricultura não.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115548	Discordância	É preciso reavaliar as zonas identificadas nomeadamente no que diz respeito ao impacto negativo nos ecossistemas e comunidades locais. Na qualidade de cidadão interessado no futuro do concelho de Mogadouro e da região de Trás-os-Montes, venho manifestar preocupação relativamente à identificação de áreas para a implantação acelerada de projetos de energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115547	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de carbono. No entanto, esta transição não deve ocorrer à custa da degradação do património natural, da paisagem e da qualidade de vida das populações locais. O concelho de Mogadouro possui um património ambiental, agrícola e paisagístico de elevado valor, incluindo áreas de grande relevância para a biodiversidade, a atividade agropecuária, o turismo de natureza e a preservação da identidade cultural do território. A instalação massiva de infraestruturas energéticas pode provocar impactes significativos e irreversíveis nestes recursos. Solicito, por isso, que: •Sejam excluídas ou fortemente condicionadas as áreas de elevado valor ecológico e paisagístico; •Seja efetuada uma avaliação rigorosa dos impactes cumulativos dos projetos já existentes e dos previstos;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115546	Discordância	Na minha opinião, transformar a Beira Baixa num imenso parque de energias renováveis representa um grave erro de ordenamento do território. Em nome da chamada transição energética, estão a ser ocupados milhares de hectares de solos agrícolas e de espaços naturais, alterando profundamente a paisagem e comprometendo atividades que sustentam o mundo rural. Este modelo de desenvolvimento privilegia a produção industrial de energia em detrimento da agricultura, da biodiversidade e da identidade do território. A instalação de grandes centrais solares e respetivas infraestruturas implica a destruição de habitats, a fragmentação dos ecossistemas e a redução da área disponível para a produção agrícola e pecuária. Considero ainda que a substituição de solos naturais e agrícolas por extensas superfícies de painéis solares pode contribuir para alterações do microclima local, com aumento da temperatura e menor capacidade do território para regular naturalmente o calor. Ao mesmo tempo, a perda de vegetação e de solos vivos reduz a resiliência da região perante as alterações climáticas. A transição energética não pode servir de justificação para sacrificar os recursos naturais e agrícolas que são essenciais ao futuro da Beira Baixa. As energias renováveis devem ser instaladas de forma equilibrada, privilegiando coberturas de edifícios, zonas industriais degradadas e outras áreas já artificializadas, em vez de transformar paisagens rurais produtivas em parques industriais de produção elétrica. Proteger a agricultura, a biodiversidade e a qualidade da paisagem é também proteger o clima, a economia local e as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115545	Geral	A Junta de Freguesia de Panóias de Cima, no exercício das suas atribuições de representação e defesa dos interesses da população da freguesia, vem, no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), apresentar o presente contributo. A Junta de Freguesia reconhece a importância da transição energética, da produção de energia a partir de fontes renováveis e dos compromissos nacionais e europeus em matéria de descarbonização e combate às alterações climáticas. Todavia, considera que a concretização desses objetivos deve ser compatibilizada com a proteção das populações, do ordenamento do território, da paisagem, da atividade agrícola e florestal, do património natural e cultural, da qualidade de vida das comunidades locais e do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. A freguesia de Panóias de Cima caracteriza-se por uma forte identidade rural, marcada pela pequena propriedade, pela agricultura, pela floresta, pelo património edificado, pelos caminhos tradicionais e por uma paisagem que constitui um importante ativo ambiental, económico e social. Na análise da documentação disponibilizada em consulta pública, a Junta de Freguesia entende que subsistem dúvidas quanto à fundamentação da eventual incidência do PSZAER sobre o território da freguesia, designadamente no que respeita à identificação concreta das áreas potencialmente abrangidas, à avaliação dos impactos territoriais, ambientais, sociais e económicos, à compatibilização com os instrumentos de gestão territorial em vigor e à ponderação dos efeitos cumulativos com outras infraestruturas energéticas existentes, previstas ou em estudo. Considera igualmente importante que qualquer decisão final seja precedida de uma adequada informação às populações, de um efetivo envolvimento das autarquias locais e de uma fundamentação suficientemente clara, objetiva e individualizada relativamente às opções territoriais adotadas. Nestes termos, a Junta de Freguesia solicita que, antes da aprovação definitiva do Programa: # Seja efetuada uma reavaliação específica da eventual incidência do PSZAER sobre a freguesia de Panóias de Cima	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115544	Discordância	Voto contra este programa. Não se pode acelerar um processo com este impacto na natureza, especialmente quando os próprios dados técnicos do PSZAER mostram que a área realmente necessária para cumprir as metas energéticas é muito inferior à área proposta: fala-se em cerca de 7% do território continental com potencial para aceleração, quando menos de 1% bastaria para atingir os objetivos definidos. Não faz sentido dispensar a avaliação de impacto ambiental caso a caso numa área tão superior à estritamente necessária. Além disso, este é um processo que centraliza decisões a nível nacional, sobrepondo-se às estratégias locais e aos Planos Diretores Municipais, o que enfraquece a autonomia dos municípios e afasta as comunidades das decisões que vão moldar o seu próprio território. A transição energética é urgente, mas não pode ser feita à pressa, sacrificando avaliação ambiental rigorosa, participação pública efetiva e autonomia local em nome da velocidade. Um processo com este impacto na paisagem, na biodiversidade e na saúde pública tem de ser lento, transparente e escrutinado, não o contrário.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115543	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115542	Discordância	Acho que é prejudicial por questões socioeconómicas e ecológicas para as popluações que ali habitam e para o pa´ís.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115540	Discordância	Não concordo com este projeto, porque vai trazer graves consequências para as populações rurais e será prejudicial para o ambiente. Os turistas não quererão visitar essas zonas, porque não vão querer ver paineis. Para além de que a temperatura nessas zonas irá aumentar consideràvelmente, trazendo consequências irreversíveis. Uma sugestão será colocar os paineis em infraestruturas já existentes, como fábricas, hospitais, centros comerciais, parques de estacionamento...	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115539	Discordância	Queremos reduzir o uso de energias fosseis, mas a que custo? Com o aumento acelerado do aquecimento global é cada vez mais importante preservarmos a natureza, termos mais espaços verdes, proteger o ecossistema. Arrasar com as árvores e restante vegetação para implantar eólicas ou paineis solares só vai prejudicar o planeta. Mesmo que as áreas tenham ardido, deixem a natureza recuperar. Chega de "plantações de metal" que só vão destruir o ecossistema e as nossas paisagens naturais! Chega de tentarem produzir mais energia - especialmente para "data centers" - quando o que precisamos é de abrandar o consumo e pensar num futuro mais ecológico!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115538	Discordância	Discordo totalmente com a destruição do ambiente com a desculpa da necessidade de mega parques solares. O interior do país deve ser revitalizado e não transformado no caixote do lixo das grandes cidades do litoral. É VERGONHOSO, DEPLORAV´ÉL E CRIMINOSO o que se pretende destruir de recursos ambientais para "plantar" quilómetros a perder de vista de painéis solares. Com que autoridade moral ou outra, burocratas se apoderam do território nacional e decidem planear o maior atentado ambiental de que há história neste pais, nos seus 900 anos de hist´ória ? Não há rigorosamente nenhuma necessidade que justifique o crime ambiental que está em consulta. Nem sequer a transição energética. Não se pode terraplanar um país inteiro apenas para justificar a eletrificação do sector automóvel e da necessidade de sustentar datacenters que ninguém pediu. Invistam em transportes públicos e em industrias sustentáveis. Industrias que necessitam que o património ambiental do país seja destruído não são industrias sustentáveis - são industrias que se sustentam à custa de crimes ambientais. Não me lembro de alguma vez como cidadão de ter passado qualquer tipo de autorização para qualquer entidade decidir destruir algo que me pertence a mim e a todos portugueses - incluindo os das gerações que estão por vir. Não, isto não. Não ao crime ambiental do século. Não à destruição intencional do interior do país. Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115537	Discordância	como antropologo a viver nas regiões ditas do interior, tenho a dizer que nada dizto faz sentido perante o que se espera de um futuro democratico descentralizado e federado, é micro escala local. mais informação no documento pdf em anexo	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115536	Discordância	Resido no Alentejo. Esta é a nossa terra, o nosso ecossistema, a nossa identidade, o nosso presente e queremos que seja também o nosso futuro, um futuro justo e equilibrado. Queremos um País vivo, com vida e não com uma floresta de painéis, como se assiste já em tanto lado. Por isso, não creio que esta proposta ofereça garantias suficientes de proteção do território, da paisagem, das terras agrícolas e da biodiversidade do Montado, do nosso património cultural e da qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115535	Discordância	Vai destruir o que a Gardunha tem de mais rico. Temos de preservar a nossa riqueza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115534	Discordância	O projeto deveria ser repensado. Apesar de energia limpa o impacto nos ecossistemas que este projeto irá trazer vai contra os princípios da proteção ambiental e ira devastar aquilo que mais temos de belo: as nossas paisagens naturais. Acredito vivamente que existem outros métodos para atingir as nossas metas climáticas sem afetar as nossas terras. Para além disso, um projeto deste tipo deveria ser feito apenas por interesses portugueses não de empresas estrangeiras. Ja sabemos como esta história corre: energia mais limpa = preços mais altos, em conjunto com a destruição do nosso território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115533	Discordância	A natureza é mais importante que os interesses pessoais dos endinheirados. Vivemos com árvores e não com painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115532	Discordância	Concordo com a necessidade de acelerar a transição energética. No entanto, considero que as ZAER devem dar prioridade a áreas já artificializadas ou degradadas (zonas industriais, telhados, parques de estacionamento e minas desativadas), protegendo paisagens naturais, biodiversidade e comunidades locais. A natureza deve ser um critério central na escolha destas áreas, e não apenas a proximidade à rede elétrica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115531	Discordância	A demência tomou conta deste país! Eles (os vampiros) querem destruir o último resquicio de floresta! No passaran....	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115530	Discordância	Não à devastação da paisagem da gardunha, nem à destruição do habitat de tanta fauna e flora	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115529	Discordância	Ver comentário em anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115528	Discordância	A destruição de fauna e flora com séculos de identidade em prol da maior eficiência energética pela aposta nas energias renováveis, contraria o próprio princípio da utilidade deste tipo de energias. As vilas e aldeias vão sofrer consequências muito maiores do que aquelas que se possa prever e o património português não deveria estar à venda. A transição energética não passa pela destruição do nosso território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115526	Discordância	Contra Não à desflorestação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115525	Discordância	Na minha opinião, transformar a Beira Baixa num imenso parque de energias renováveis representa um grave erro de ordenamento do território. Em nome da chamada transição energética, estão a ser ocupados milhares de hectares de solos agrícolas e de espaços naturais, alterando profundamente a paisagem e comprometendo atividades que sustentam o mundo rural. Este modelo de desenvolvimento privilegia a produção industrial de energia em detrimento da agricultura, da biodiversidade e da identidade do território. A instalação de grandes centrais solares e respetivas infraestruturas implica a destruição de habitats, a fragmentação dos ecossistemas e a redução da área disponível para a produção agrícola e pecuária. Considero ainda que a substituição de solos naturais e agrícolas por extensas superfícies de painéis solares pode contribuir para alterações do microclima local, com aumento da temperatura e menor capacidade do território para regular naturalmente o calor. Ao mesmo tempo, a perda de vegetação e de solos vivos reduz a resiliência da região perante as alterações climáticas. A transição energética não pode servir de justificação para sacrificar os recursos naturais e agrícolas que são essenciais ao futuro da Beira Baixa. As energias renováveis devem ser instaladas de forma equilibrada, privilegiando coberturas de edifícios, zonas industriais degradadas e outras áreas já artificializadas, em vez de transformar paisagens rurais produtivas em parques industriais de produção elétrica. Proteger a agricultura, a biodiversidade e a qualidade da paisagem é também proteger o clima, a economia local e as gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115524	Discordância	Considero que os cinco princípios estratégicos apresentados na proposta do PSZAER carecem de maior rigor técnico e científico, não refletindo adequadamente os princípios da precaução, da proporcionalidade e da gestão sustentável do território. 1. "O PSZAER e a AAE são instrumentos que se orientam inteiramente pelo interesse público.": Esta afirmação é excessivamente genérica e não demonstra de que forma foram ponderados os diversos interesses públicos em presença. O interesse público não se limita ao aumento da produção de energia renovável; inclui igualmente a proteção da biodiversidade, da paisagem, dos recursos hídricos, do património cultural, das atividades económicas locais e da qualidade de vida das populações. Uma verdadeira avaliação estratégica deve demonstrar que estes interesses foram equilibrados e não apenas subordinados aos objetivos energéticos. 2. "As energias renováveis são uma necessidade da sociedade e não apenas uma opção política.": Embora esta afirmação seja globalmente correta, não pode servir para justificar a simplificação excessiva dos processos de planeamento e avaliação ambiental. A ciência demonstra que a localização das infraestruturas é determinante para minimizar impactos sobre ecossistemas, espécies protegidas e serviços dos ecossistemas. A urgência da transição energética não elimina a obrigação de selecionar as soluções ambientalmente mais adequadas, conforme preconizado pela legislação europeia e pelas recomendações do IPCC e da Agência Europeia do Ambiente. 3. Exclusão apenas das áreas legalmente protegidas.: A limitação das exclusões aos espaços formalmente classificados revela-se insuficiente do ponto de vista científico. Existem habitats prioritários, corredores ecológicos, áreas de alimentação e reprodução de espécies ameaçadas, bem como paisagens de elevado valor ecológico que não beneficiam de estatuto formal de proteção. A conservação da biodiversidade exige uma abordagem baseada na funcionalidade ecológica do território e não apenas na sua classificação administrativa. 4. As ZAER constituem apenas "manchas indicativas".: A indefinição dos limites territoriais transfere para fases posteriores do licenciamento questões que deveriam ser resolvidas no planeamento estratégico. Esta opção reduz a previsibilidade para autarquias e cidadãos e compromete a eficácia da Avaliação Ambiental Estratégica, cuja finalidade é precisamente antecipar conflitos e selecionar previamente as áreas mais adequadas. O ordenamento do território deve proporcionar segurança jurídica e reduzir a incerteza, não adiá-la.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente
115523	Discordância	"Deslarrrguem-nos as paisagens!"	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115521	Discordância	Portugal não está á venda!!!! Não justifica violentar a natureza pela energia que de verde não tem nada mas que é cor cinza. As alterações climáticas só acontecem porque deixaram abater e incendiar florestas e substituir por betão. No futuro próximo não vamos comer painéis, o que há de ser do futuro?!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115520	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Especializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115518	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115517	Discordância	Concordo com o parecer da ANMP pelo que n3 posso concordar com a proposta em apreciação.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115516	Discordância	Discordo veementemente com este programa pois não há real necessidade e não há justificação para o abate de árvores. Estão a ser colocados interesses económicos para alguns privados acima do interesse superior da nação e da valorização do território.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115515	Discordância	Não concordo, porque é lesivo para a comunidade, para a Natureza e meio ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115514	Discordância	Destruir espaços da natureza não justifica a desculpa esfarrapada de ser energias renovaveis. Reutilizar estruturas já existentes é o que devia ser usado, apoiar sectores privados para que tenham os seus telhados com paineis para uso das proprias pessoas e nao acumulacao de riqueza de sectores energeticos. Mudem a legislacao para cada predio construido tenha os seus próprios paineos solares para consumo do mesmo, isso sim seria de valor.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115513	Discordância	As energias verdes devem ter em consideração os impactos na paisagem, turismo e respeitar impactos na vida das pessoas dos meios mais rurais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115512	Discordância	não destruir a natureza com “green energy”	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115511	Discordância	Exmos Senhores, Portugal não precisa de produzir mais energia renovável, precisa de ter onde armazená-la. Continuar a produzir energia sem ter onde armazenar o excedente para depois vender barato e ir comprar mais caro, é uma gestão lesa pátria que não tem qualquer sentido. Portugal não precisa um "Mapa Verde" para destruir mais florestas e montados, precisa de uma gestão de energia consciente e responsável, virada para as pessoas e não para os lóbbis das industrias. Portugal não precisa que os Municípios percam até 25% do seu território em nome da "Transição Energética e Digital" e da "Resiliencia Climática", para no fim alimentar mais Data Centers. Portugal não precisa de continuar a gastar mais milhões em projectos e pareceres do EMER, precisa de ouvir os especialistas conselheiros como o Engenheiro Conselheiro João de Jesus Ferreira, nas "Conversas no Dom Carlos" em Novembro de 2024, cujo documento anexo. Neste documento, que arrasa totalmente as políticas energéticas e ambientais de Portugal e da Agenda 2030, propõem-se soluções muito mais viáveis, seguras e duradouras. Toda gente sabe que o sistema das energias renováveis (solar e eólica), mais tarde ou mais cedo, irá colapsar, e continuar a destruir o território de Portugal para servir essa indústria, é privatizar o futuro das próximas gerações e nenhum português votou nisso, nem vos deu mandato para tal. Este Programa Sectorial das Zonas de Aceleração da Implantação das Energias Renováveis tem de ser cancelado.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115510	Discordância	Criámos programas de proteção, para nos limitarem os impactos, para regrarem a maneira selvagem como se explora humanos e recursos. O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. É de um nível de incoerência e de desalinhamento com a realidade que comprometem mais uma vez a maneira como vivemos. Alimenta uma sociedade que nos recusamos a assumir que não pode continuar a viver da exploração constante. Quem vive no interior sabe que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, futuro incerto e acabar com as condições possíveis de viver num lugar. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115509	Discordância	Os solos das zonas rurais devem ser respeitados, protegidos e mesmo enriquecidos e nao devem ser cobertos com paneis fotovoltaicos. Estes devem ser instalados nos telhados, ou nos parques de estacionamento. Nas zonas ja imperbializadas. Temos de manter a nossa autonomia economica e alimentar nao vender os nossos solos a empresas estrangeiras para esses projetos de energia que nao sao destinados aos portugues.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115508	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na sua forma atual. Apoio a transição energética e reconheço a necessidade de investir em energias renováveis. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa das pessoas, da natureza e dos territórios. O combate às alterações climáticas não pode justificar decisões tomadas sem transparência e sem uma verdadeira participação das populações. É incompreensível que esta consulta pública não inclua a cartografia das futuras ZAER. Como podem os cidadãos pronunciar-se sobre um programa sem saber que locais poderão ser afetados? Sem essa informação, não é possível avaliar os impactos sobre aldeias, paisagens, agricultura, património, biodiversidade ou atividades económicas. Também não encontro uma justificação clara para a opção por grandes projetos centralizados quando os próprios documentos reconhecem o enorme potencial das soluções descentralizadas. Antes de ocupar vastas áreas do território, é necessário demonstrar por que razão essas alternativas não são suficientes. Preocupa-me igualmente a concentração de grandes infraestruturas em zonas rurais e os seus impactos cumulativos. Para além dos efeitos na paisagem e nos ecossistemas, existem dúvidas legítimas sobre as alterações que estas instalações poderão provocar no microclima local, incluindo o possível aumento da temperatura nas áreas envolventes. Estas questões merecem estudos independentes e uma avaliação séria antes de qualquer decisão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115507	Discordância	Não posso concordar com a simplificação de algo que não é do conhecimento da população. A maioria dos parque de produção não acautelam o interesse das populações residentes nem dos impactos negativos a ao nível ambiental e sócio-económico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115506	Discordância	Discordo	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115505	Discordância	Não concordo com este programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115504	Discordância	A Junta de Freguesia da Soalheira, concelho de Fundão, no uso das suas competências de salvaguarda dos interesses próprios da sua população e do seu território, vem, nos termos e para os efeitos da consulta pública do PSZAER, apresentar a sua OPOSIÇÃO E PRONÚNCIA à inclusão de solos rústicos e agrícolas desta Freguesia nas referidas Zonas de Aceleração, com base nos seguintes fundamentos: 1. Identidade Identitária e Económica: Freguesia Agrícola e de Pastorícia A Soalheira é uma terra de forte tradição agropecuária, cuja economia e subsistência de dezenas de famílias dependem diretamente da criação de gado (rebanhos) e da produção de leite para as queijarias locais. As áreas de pastagem natural e os solos agrícolas são a matéria-prima e o garante do sustento desta comunidade. A instalação de megaprojetos de energias renováveis nestas áreas inviabilizará o pastoreio, sufocando a atividade das queijarias e acelerando o despovoamento rural. 2. Rejeição do Impacto Térmico A substituição de coberto vegetal e pastagens por vastas extensões de espelhos fotovoltaicos ou infraestruturas pesadas altera drasticamente o microclima local. Está cientificamente demonstrado que os grandes parques solares geram o efeito de "ilha de calor", aumentando a temperatura circundante e agravando a aridez do solo. Numa região que já sofre com a escassez hídrica e secas cíclicas, a população recusa categoricamente qualquer intervenção que potencie o aquecimento local, o stress térmico dos rebanhos e a desertificação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115503	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Miranda do Douro, venho apresentar a minha participação na consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), manifestando a minha oposição à inclusão do Nordeste Transmontano, nomeadamente, os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso nas áreas propostas. Reconheço a importância da transição energética e da descarbonização da economia. Contudo, estes objetivos devem ser compatibilizados com os princípios do desenvolvimento sustentável, da proporcionalidade, da participação pública e da boa gestão do território, consagrados na Constituição, na Lei de Bases do Ordenamento do Território, no RJIGT, na Lei de Bases do Clima, na Convenção Europeia da Paisagem e na Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III). O PSZAER surge sem uma estratégia nacional de ordenamento das energias renováveis que responda a questões fundamentais: qual a capacidade adicional de produção efetivamente necessária, qual o equilíbrio entre produção centralizada e descentralizada, qual o papel da eficiência energética e quais as alternativas territoriais mais adequadas. Sem essa fundamentação, limita-se a disponibilizar vastas áreas para grandes projetos. O Programa favorece megacentrais solares, designadamente através da simplificação aplicável a projetos de grande dimensão, em detrimento de soluções igualmente previstas na RED III, como o autoconsumo, as Comunidades de Energia Renovável, os sistemas agrivoltaicos de pequena escala e a utilização prioritária de edifícios, infraestruturas e áreas já artificializadas. Discordo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
115502	Discordância	Obrigada pela sua participação. José Manuel Rodeia Rocha Parreira www.jardineirodesonhos.com 915981672 O Território a quem o Habita e melhor Conhece.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115501	Discordância	Não á implantação de mega centrais de energias renováveis no concelho de Idanha-a-Nova sem um estudo aprofundado do impacto hambiental e da sua futura consequências para as populações e meio hambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115500	Discordância	Projeto preocupante em termos de gasto de recursos finitos, cuja atividade tem imoacto negativos no ambiente e por consequência na saude das populações, flora e fauna. Não foi disponibilizado informação suficiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115499	Discordância	Impactos negativos na fauna e flora, consequente poluição visual, e não só, desvalorização do território, sem interesse algum para as localidades abrangidas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115498	Discordância	Subscrevo o parecer em anexo da plataforma cívica "Juntos pelo Divor".	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115497	Discordância	Vejo com grande preocupação a forma este Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis pretende facilitar a instalação de megaprojetos solares, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. Rejeito este plano por motivos relacionados com ● Falta duma Avaliação de Impacto na Saúde ● Ameaça à soberania alimentar e florestal ● Falta de benefícios reais para as comunidades ● Omissão de fauna e flora específicas ● Conflito de interesses na avaliação ● Redução perigosa de zonas de proteção ● Omissão dos impactos climáticos locais ● Uso Excessivo e Desnecessário do Solo ● Afastamento insuficiente a habitações ● Falta de emprego e retorno local ● Especulação fundiária e abandono rural ● Irreversibilidade das infraestruturas ● Desrespeito pela autonomia dos municípios	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
115495	Discordância	A transição energética deve ser equilibrada. O impacto negativo ambiental e social destes projetos é superior ao benefício que traz ao cidadão comum. Isto é uma invasão territorial apenas com interesses económicos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
115494	Discordância	Programa que apenas visa destruir a naturdza da beira baixa. Deve ser revisto e se possível cancelado.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115493	Discordância	A minha opinião não difere da opinião de muitos portugueses... Por esse motivo, preocupa-me os moldes com que se projecta o futuro deste território nacional, que a todos pertence. Estou de acordo com o texto que abaixo se apresenta: Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115492	Discordância	A falácia do “precisamos de fazer a transição energética para as renováveis” não pode permitir a destruição de habitats, ecossistemas e biodiversidade. Digo falácia porque na verdade em Portugal a produção e consumo de energias renováveis já é das mais elevadas da Europa; digo falácia porque estes projetos ditos “verdes e sustentáveis” só serão possíveis se outros mega projetos como o da Savannah e o seu Projeto Lítio do Barroso também avançarem para permitir a produção de milhares de unidades de painéis solares fotovoltáicos, e esta óbvia coordenação e concertação em curso não está claramente identificada. Aliás, se for divulgada afetará e muito a opinião pública sobre a soma dos impactos negativos sobre o ambiente e as populações que esta “transição energética” trará. Falácia também, porque é claro e óbvio que estas mega infra estruturas que serão instaladas não servirão para suprir as necessidades das populações mas sim para abastecer os Data Centers existentes e os que estão planeados ainda construir. A solução é e será sempre local, utilizando a infra-estrutura já construída e edificado existente (parques de estacionamento, escolas, hospitais, bibliotecas, parque habitacional). Para além de uma melhor gestão dos recursos e de uma significativa do impacto ambiental e perda de solos, esta alternativa permite em simultâneo dotar as aldeias, vilas e cidades de maior independência e autonomia energética e evitar que uma falha no sistema provoque apagões gerais e o país inteiro fique sem energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115491	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115490	Discordância	Não concordo com a destruição 100 mil hectares de área verde, que é sem dúvida prejudicial para a população, país , fauna e ecologia local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115489	Discordância	A presente participação é apresentada no âmbito da Discussão Pública das Áreas de Aceleração para Energias Renováveis, ao abrigo do disposto no Decreto Lei n.º 30/2024, de 5 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à identificação, delimitação, avaliação ambiental e procedimentos de consulta pública relativos às AAER. O contributo incide especificamente sobre a eventual inclusão da Serra da Gardunha na referida delimitação, a qual se considera juridicamente inadequada, ambientalmente desproporcionada e contrária aos princípios da prevenção, precaução e proporcionalidade consagrados na Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 19/2014, de 14 de abril). A Serra da Gardunha constitui um território de reconhecida sensibilidade ecológica e paisagística, integrando áreas classificadas ou condicionadas por instrumentos de gestão territorial, designadamente Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN), Paisagem Protegida da Serra da Gardunha, Rede Natura2000. Estes elementos configuram limitações objetivas à instalação de infraestruturas de grande escala, mesmo que destinadas à produção de energia renovável, incompatíveis com o regime de aceleração previsto para as AAER, que pressupõe a existência de territórios com menor sensibilidade ambiental, maior capacidade de suporte e reduzido impacto cumulativo. A inclusão da Serra Gardunha ou da sua envolvente em AAER violaria ainda o princípio da integração das políticas ambientais previsto no artigo 3.º da Lei de Bases do Ambiente, ao comprometer valores naturais essenciais, bem como o princípio da sustentabilidade territorial consagrado no artigo 10.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo). A instalação de parques eólicos ou fotovoltaicos acarretaria impactos significativos e não mitigáveis, incluindo a fragmentação de habitats, perturbação de espécies protegidas, alteração irreversível da paisagem, pressão sobre recursos hídricos e perda de valor turístico, recreativo e identitário da serra, contrariando o dever de proteção do património natural previsto no artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa. Importa salientar que a presente participação não se opõe à expansão das energias renováveis nem à prossecução dos objetivos nacionais de descarbonização. Pelo contrário, reafirma-se que a transição energética deve ser realizada em conformidade com os princípios jurídicos de proteção ambiental	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115488	Discordância	Portugal não está á venda	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115487	Discordância	Não entrego nas mãos do governo uma decisão que tem de ser supervisionada por uma entidade edonea e independente, com os estudos ambientais isentos e que tenham em conta os princípios de defesa ecológica ambiental sem destruir áreas que são santuários naturais. Respeito pela Natureza e equilíbrio harmonioso das populações. Aprendamos a respeitar a Terra e todos os seres que a habitamos. Chega de destruição em nome de uns quantos que ainda não entenderam que assinam também a sua própria destruição	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A transição energética é necessária, mas tem de ter em conta a própria natureza e aquilo de que o sistema ambiental precisa para se manter em equilíbrio.	
115486	Discordância	Um projeto que prevê destruir cerca de 100 mil hectares de área verde não me parece fazer sentido do ponto de vista ambiental. O objetivo da transição energética é melhorar o meio ambiente; no entanto, intervenções deste tipo, que degradam a fauna e a flora e tudo o que delas depende, podem acabar por ser mais prejudiciais do que benéficas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		Acredito que existam alternativas mais equilibradas e positivas, soluções que reduzam emissões sem comprometer ecossistemas essenciais e que, de facto, tragam benefícios ambientais reais.	
115485	Discordância	discordo. Portugal já é um dos países que mais produz energias renováveis e, como estudante de Biologia, acredito plenamente que o futuro das renováveis não tem e nem deve implicar a pouca biodiversidade que resta no nosso país. Existem soluções de aproveitamento do sol, vento, chuva e correntes nas cidades, sem comprometer terrenos de patrimonio natural e que nos fornecem muitos outros serviços.de provisão, suporte, regulação e culturais que não devem ser comprometidos pela energia verde que nos prometem estes projetos. energia verde é de re-aproveitamento do que já existe, nao de destruição dos habitats naturais para criar algo novo que rende a alguém que não será o povo da região nem a natureza circundante.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115483	Discordância	Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, nos moldes em que se encontra apresentado, por considerar que este poderá representar um risco significativo para o equilíbrio ambiental, para a integridade dos solos, para a proteção dos aquíferos e para a sustentabilidade dos territórios abrangidos. A transição energética é necessária e urgente, mas não pode ser feita à custa da destruição de solos vivos, de áreas agrícolas, de ecossistemas frágeis, de paisagens rurais e de reservas hídricas subterrâneas. A produção de energia renovável deve ser compatível com a proteção da natureza, e não transformar-se num novo modelo de pressão industrial sobre o território. Preocupa-me, em particular, que a criação de zonas de aceleração possa conduzir a processos de licenciamento demasiado rápidos e simplificados, nos quais a avaliação concreta dos impactos locais seja reduzida ou insuficientemente ponderada. A existência de uma classificação prévia de determinadas áreas como “adequadas” não deve dispensar estudos rigorosos, independentes e territorialmente detalhados sobre os efeitos cumulativos da instalação de centrais solares, parques eólicos, acessos, linhas elétricas, subestações, movimentações de terras e impermeabilização ou compactação dos solos. Os solos não são superfícies vazias disponíveis para ocupação. São sistemas vivos, complexos e essenciais ao ciclo da água, à biodiversidade, à produção agrícola, à regulação climática e à resiliência ecológica das comunidades. A instalação massiva de infraestruturas energéticas pode provocar compactação, erosão, alteração da drenagem natural, perda de matéria orgânica, fragmentação de habitats e degradação irreversível da capacidade produtiva e ecológica dos terrenos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115482	Discordância	A transição energética para fontes renováveis é fundamental, mas a instalação de painéis solares exige planeamento territorial e respeito pelas comunidades. Uma transição justa significa que o combate às alterações climáticas não pode ser feito à custa da identidade cultural, da biodiversidade ou da qualidade de vida dos territórios locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115481	Discordância	Sou contra a implementação de uma central fotovoltaica na Serra da Gardunha porque considero que o desenvolvimento das energias renováveis não deve acontecer à custa da destruição de áreas naturais de elevado valor ambiental e paisagístico. A Serra da Gardunha é um património natural importante, com biodiversidade, fauna, flora e paisagens que merecem ser preservadas. A instalação de uma central desta dimensão poderá provocar desflorestação, fragmentação de habitats, impacto na fauna, aumento do risco de erosão e uma alteração significativa da identidade da serra. É possível apostar na transição energética sem sacrificar espaços naturais tão valiosos. Existem alternativas, como a instalação de painéis solares em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento ou terrenos já degradados, reduzindo o impacto ambiental. Proteger a natureza e investir em energias limpas não são objetivos incompatíveis. O desafio é encontrar soluções que respeitem o ambiente e as comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115480	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho do Porto e arquiteta de formação, envolvida com a regeneração urbana e a preservação do património natural de todo o planeta, e de Portugal em particular, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115479	Discordância	A proposta de mapeamento (Mapa Verde) inclui áreas ecologicamente muito sensíveis, alé´m de que terá impactes e consequências irreversíveis e não mitigáveis na paisagem, no uso dos solos, no aumento da temperatura local e na qualidade de vida das comunidades próximas das zonas de implantação. Quanto aos critérios de delimitação, exige-se maior rigor e transparência científica nos critérios que estiveram na base da definição das zonas, garantindo que se observam distâncias de proteção a áreas agrícolas, florestais, de conservação da natureza ou aglomerados populacionais. Exige-se também que seja dada prioridade a zonas ambientalmente já degradadas (como é o caso de eucaliptais não produtivos), em vez de se destruírem zonas ainda produtivas ou de valor ambiental. Sobre a salvaguarda do Impacto cumulativo destes projectos, são devidas avaliações rigorosas ao impacto que a concentração de vários parques eólicos/solares numa mesma região irão trazer. Não se compreende ou se pode aceitar que alguns municípios possam chegar a perder até 35% do seu território em favor destes projectos. Por outro lado, deve-se estabelecer um plano de medidas compensatórias e de criação de valor para as zonas afectadas por este mapa, garantindo que as populações locais são directamente beneficiadas, em vez de irem parar ao estado central ou mesmo aos municípios. Por estas razões, solicita-se a reformulação da proposta de mapeamento e a não aprovação do mesmo, enquanto não estiverem garantidas as medidas acima descritas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Acelerar, sim. Destruir, não.	Obrigada pela sua participação.
115478	Discordância	O Plano do Ministério do Ambiente para a Aceleração de Projetos de Energias Renováveis (PSZAER) pode ter um potencial positivo. Mas esse potencial só se concretiza se houver respeito efetivo pelas populações, pelo território e pela biodiversidade. Uma transição energética justa não pode ser feita à custa das comunidades nem do património natural. Urge, antes de mais, que as comunidades sejam ouvidas de forma real, com informação ativa, transparente e acessível. Não chegam consultas formais nem decisões tomadas à porta fechada. Quem vive nos territórios tem de ser parte da solução, não mero destinatário das imposições. Deve ser exigido o máximo rigor técnico e ambiental, com Avaliação de Impacte Ambiental em todos os projetos, sem atalhos nem simplificações que possam sacrificar solos, água, biodiversidade, paisagem, ruído, vibração ou a saúde pública. A transição energética não pode ignorar os seus impactos reais. Defendo ainda que a prioridade deve ser o reaproveitamento e reequipamento de parques existentes e de zonas já artificializadas, antes de ocupar novas áreas. Não faz sentido destruir solo agrícola, floresta e paisagem natural quando há soluções com menor impacto já disponíveis. As comunidades afetadas têm de receber compensações diretas, concretas e contratualizadas, e não promessas vagas ou benefícios difusos. Quem suporta os custos da transição merece justiça, respeito e garantias.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115477	Discordância	Na qualidade de cidadã do concelho de Covilhã vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115476	Discordância	Apesar de me parecer que foram considerados muitos pontos importantes, como a prioridade de integração em edifícios existentes, a possibilidade dos agrovoltaicos, o autoconsumo, a limitação do tamanho e tudo mais. Acho que devemos adicionar o requisito que pelo menos uma destas condições exista para que seja permitido licenciamento. Devemos evitar a todo custo centros de produção enormes em que não exista uma combinação com a agricultura ou outro reaproveitamento do terreno.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115475	Discordância	Exmos Senhores, Eu, Maria Manuela Domingues da Silveira Catana, nascida e 1978, na qualidade de natural e residente do concelho de Idanha-a-Nova, integrado na Beira Baixa, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como solução única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano, no âmbito geral no contexto nacional e no âmbito regional, na Beira Baixa. Ver Documento em Anexo, onde são apresentados os argumentos. O PSZAER propõe classificar 371 000 hectares do interior do país como Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), permitindo que projetos nestas áreas possam ficar isentos da Avaliação de Impacte Ambiental que hoje protege ou, pelo menos, deveria proteger estes territórios. Quem vive, viveu ou visita o interior conhece bem as consequências desta opção, uma maior artificialização do solo, degradação da paisagem e decisões tomadas sem ouvir devidamente ou acautelar os interessas das comunidades locais. Peço que o programa seja revisto e que todos os projetos, independentemente de estarem ou não localizados numa ZAER, continuem sujeitos à Avaliação de Impacte Ambiental rigorosa e transparente. O interior de Portugal não pode continuar a ser encarado como um território esquecido e sacrificado.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115474	Discordância		
115473	Sugestão	A minha participação segue no ficheiro anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115472	Discordância	O interior do pais é dos melhores sítios para viver, muitas vezes esquecido pelos políticos. Eu discordo da implementação de painéis solares em zonas em que vão arrancar árvores, em espaços verdes que são tão importantes para a criação de oxigénio, bem essencial à vida de todo um ecossistema. Não quero que sejam arrancadas qualquer tipo de árvores, árvores de demoram muitos anos a formarem-se tais como sobreiros, castanheiros entre outras. Não quero que a bonita paisagem verde se torne preta, que deixemos de ter turistas e que afastem as poucas pessoas que ainda vivem no interior, tudo em nome do lucro de alguns. Podem colocar painéis solares em todos os edifícios públicos, em zonas de estacionamento, zonas industriais, na autoestrada, não vamos destruir a floresta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115470	Discordância	Apresento oposição ao PSZAER na sua totalidade. Não concordo com a orientação política de facilitar, através de procedimentos acelerados e simplificados, a instalação de grandes parques solares e eólicos em terra. No meu entendimento, esta opção conduz a impactos inaceitáveis sobre a paisagem, a natureza, a água, o ambiente de vida e a coerência territorial local. Por isso, não solicito a alteração de partes do programa, mas sim a retirada e rejeição integral de todo o plano.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115469	Discordância	Manifesto a minha discordância em relação a este projeto, uma vez que o mesmo terá um impacto significativo na região. A área em causa já existem diversos parques de exploração fotovoltaica, cuja implantação alterou profundamente a paisagem natural e rural. A instalação de mais contribuirá para uma maior descaracterização da identidade paisagística da região, afetando o seu valor ambiental, estético e patrimonial. Esta concentração excessiva de infraestruturas de produção de energia compromete a harmonia da paisagem, com potenciais consequências negativas para a qualidade de vida das populações, para a biodiversidade e para outras atividades económicas que dependem da preservação do território. Assim, considero que devem ser ponderadas alternativas de localização e uma avaliação mais rigorosa dos impactos cumulativos destes empreendimentos, de forma a garantir um equilíbrio entre a produção de energia renovável e a proteção da paisagem e do património natural da região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115467	Discordância	Não concordo com as energias renováveis, vai morrer a natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115465	Discordância	As energias renováveis devem ser implementadas em áreas não úteis (telhados/varandas) nas instituições do Estado nomeadamente escolas, Politécnicos e universidades e em regime de autoconsumo com apoio do estado para instalação em moradias/prédios, deixo um exemplo muito simples , o Instituto Politécnico da Guarda sendo provavelmente um CIE (Consumidor Intensivo de Energia) não possui qualquer painel solar no telhado sendo uma área ideal para a instalação da Energia Solar. O Solo não deve ser ocupado por estas infraestruturas que causam impactos ambientais no solo e habitats ali existentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115464	Reclamação	Deveria haver mais clareza em relação às áreas que vão ser exploradas, quem vai explorar e reter os lucros, se é para o estado ou só para privados, se vai destruir ainda mais zonas florestais que este país desesperadamente precisa, que nível de investimento público vai requerer, se vai baixar os preços exorbitantes da energia para os portugueses, entre outras questões. Estes projetos ão desrespeitar a vontade dos locais, como no caso das minas de lítio do Barroso? Essa energia vai para a população ou para data centers, que vão colocar o bem estar ecológico do país ainda mais em risco?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115463	Discordância	Para proteger uma zona maravilhosa. Proteger fauna e flora, bem como proteger o negativo impacto que teria num territôrio que defendo como patrimônio natural impar	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115462	Discordância	Na qualidade de cidadã da Beira Baixa, preocupa-me a exploração da nossa paisagem, sem qualquer comunicação às populações afetadas, como cenário de um projeto megalómano como o PSZAER. As comunidades locais não se sentem ouvidas, respeitadas e protegidas e isso é inadmissível. Pedimos uma revisão do programa, pedimos que sejam feitas as Avaliações de Impacte Ambiental, seja em áreas ZAER ou não. Este plano tem falhas, não é rigoroso. - Retirou geoparques e outras áreas de maior vulnerabilidade de áreas de exclusão. - Não faz referência a grupos inteiros de espécies ameaçados pelo projeto. - Não apresenta avaliação no impacto da saúde, indo contra as diretrizes da OMS. - Falha na garantia de imparcialidade de quem avalia os impactos ambientais. - Falha na oferta de mapas georreferenciados, o que facilita à má interpretação e compreensão de quais são realmente os terrenos possivelmente afetados e inviabiliza o direito constitucional à participação pública informada. - Apresenta uma reduzida quantiade de dias para a análise e participação da população, o que se traduz em falta de transparência. Estar a ser durante o mundial de futebol também é bastante questionável. - Falha na jutificação da necessidade de mais potência energética do país. - Desrespeita a autonomia dos municípios, ignorando PDM's e regulamentos municipais aprovados. - Demarca uma área de 7%, muito superior ao necessário, segundo os próprios dados técnicos do plano (que aponta menos de 1%).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115461	Discordância	Discordo oor não querer ver a beira baixa transformada numa paisagem de vidro metal e silicio; ha perda de biodiversidade, aumento da temperatura,, e esta nova lei pretene retirar poder as autarsuias e dar a decisão a Bruxelas. Pretende ainda retirar o direito de consulta e ignorar os estudos de impacte ambiental e efeitos na saude das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115460	Discordância	NÃO precisamos de painéis em terrenos onde podem ser plantadas árvores que é o que ajuda a regular as temperaturas, dá oxigénio.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115459	Discordância	Sou completamente contra esta iniciativa , a colocação de painéis solares e ventoinhas eólicas só vem destruir a fauna e flora da serra da gardunha , muita dela já arrasada por incêndios com bastantes interesses em comum ou várias coincidências.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115458	Discordância	Esta “transição energética” não é positiva nem sustentável. Criamos maiores problemas, desiquilibramos mais os ecossistemas, no presente e no futuro. Pensemos nas nossas filhas e filhos, e nos nossos netos, que têm direito a viver numa terra, num planeta, viável	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115457	Discordância	Este projeto preocpa.me e não encontrei informação suficientemente acessível e fácil de entende e de explicar aos mais velhos da minha terra, para eu, e eles , podermos dar opiniões informadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115455	Discordância	Pelo futuro do nosso país e das futuras gerações, que este projecto seja cancelado o quanto antes pela a ameaça que representa para a humanidade.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115454	Discordância	Exmos Senhores Juntamos em anexo o parecer desfavorável da Plataforma Cívica Juntos pelo Divor - Paisagem e Património Cordialmente Ana Maria Gonzalez Barbosa Marcial António Estrela Rodrigues	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115453	Discordância	Este projeto só vai destruir o que a Beira Baixa tem de melhor - a paisagem, o ambiente e as suas gentes. Há alternativas e só os interesses económicos de terceiros (não do país) é que justificam a destruição da nossa riqueza!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115452	Discordância	Este projeto preocupa-me e não irá gerar progresso positivo nas zonas de implantação do mesmo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115451	Discordância	Nao às megas centrais energéticas. Sim à redução de consumo energético	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115450	Discordância	A PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. É necessário que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício e a proteção da biodiversidade tem de ser prioridade máxima em qualquer programa que tenha objectivos verdadeiramente ecológicos, caso contrário, é somente greenwashing e destruição massiva em busca de lucro.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115449	Discordância	Vivemos um momento em que a palavra "sustentabilidade" se tornou quase sagrada. Invoca-se para justificar parques solares sobre solos agrícolas, centrais eólicas em zonas sensíveis, minas de lítio em territórios de elevado valor ecológico e o consumo crescente de matérias-primas em nome da chamada transição energética. A questão que importa colocar não é se devemos proteger o planeta. Devemos. A verdadeira questão é saber quem beneficia do modelo atualmente em curso e quem suporta os seus custos. Quando uma floresta madura é abatida para instalar infraestruturas industriais classificadas como "verdes", estamos realmente a proteger a natureza ou apenas a substituir um problema por outro? Quando comunidades locais perdem qualidade de vida, biodiversidade e paisagem para servir objetivos definidos à distância, estaremos perante uma transição ecológica ou perante uma transferência de riqueza e de poder? A sustentabilidade não pode transformar-se numa palavra que legitima qualquer intervenção. Se a proteção do ambiente implica destruir ecossistemas, impermeabilizar solos, fragmentar habitats e aumentar a exploração mineira, então é legítimo perguntar se o caminho escolhido respeita verdadeiramente os limites ecológicos que afirma defender. A Agenda 2030 e as políticas dela inspiradas devem ser avaliadas pelos seus resultados concretos, e não apenas pelas suas intenções. Uma sociedade democrática exige debate, transparência e prestação de contas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115448	Discordância	Discordo da transformação da fauna e flora naturais para construção de zonas de energias renováveis que irão ter impactos negativos no meio ambiente, como contaminação de solos, abate de árvores e alterações climatéricas decorrentes das mesmas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115447	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente a este projeto por considerar negativos os seus impactos na paisagem, no ambiente e na qualidade de vida da população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
115446	Discordância	Pelo meu futuro e pelo futuro dos meus filhos. Pelo futuro da gardunha.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115445	Discordância	Todo e quqlquer projecto que implique usar a natureza tem que ser obrigatoriamente regulado, através de critérios de segurança, cuidado e respeito já estabelecidos, caso haja. Mexer na natureza de qualquer outra forma não é apenas desrespeito e irresponsabilidade mas crime grave.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115444	Discordância	A transição energética do planeta não deve ser realizada à custa da natureza. Por isso, discordo deste projeto e da sua falta de responsabilidade com o impacto ecológico nos ecossistemas do nosso país.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação.
115443	Discordância	Esta é uma forma errada de fomentar uma política sustentável de energias renováveis. Escolher entre um campo agroflorestal e uma extensão de painéis solares nunca deveria ser uma proposta no domínio da questão ambiental. Não serve a população, destrói recursos naturais e descarateriza o mapa natural português.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115442	Discordância	É com perplexidade que vejo um programa que viola tantas leis e princípios básicos de justiça e de ecologia chegar a fase de consulta pública. Existem diversas evidencias de efeitos nefastos de parques eólicos e de megas centrais solares e dos campos electromagnéticos produzidos pelas linhas e instalações eléctricas nos ecossistemas, no clima, na saúde das diferentes espécies de animais e plantas, incluindo seres humanos, pelo que um programa para facilitar estes projetos seria uma flagrante violação do princípio de precaução, previsto por exemplo na Convenção Sobre Diversidade Biológica e no tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Não são abordadas devidamente as duas alternativas mais importantes a este programa: 1. uma política de redução do consumo energético, a nivel industrial como doméstico, que permita adequar os estilos de vida à situação de crise climática, e reduza a necessidade de mais projetos extrativistas. 2. a aposta em comunidades de energia, que produzam energia de forma descentralizada, junto dos próprios locais onde é consumida, aproveitando telhados já existentes de fábricas, escolas, edifícios municipais e associativos, etc. zonas já artificializadas. O programa seria uma flagrante violação da Constituição Portuguesa, nomeadamente dos deveres do Estado de: "Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115441	Discordância	Eu como residente da freguesia do Louriçal do campo sou totalmente CONTRA este projeto na nossa serra.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exmo. Senhor Presidente da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 No âmbito do processo de Discussão Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis eu, Francisco Oliveira Miguel, venho por este meio apresentar a minha discordância pública, com fundamento nos impactos ambientais, sociais, económicos e territoriais que resultariam da sua execução do Programa proposto que exponho, de forma resumida, no documento em anexo. Pelos motivos que exponho no documento que anexo - de ordem ecológica, paisagística, económica, social e democrática - considero esta proposta de Programa inadequada, desproporcional e lesiva dos interesses dos territórios abrangidos bem como das estratégias de desenvolvimento locais e regionais sufragadas e em execução há décadas nestas regiões. Solicito, assim, que esta reclamação seja tida em conta em sede de decisão final e que a proposta seja revista, reformulada ou retirada, garantindo o respeito pelos valores ambientais, agrícolas, económicos e identitários das regiões afectadas e das suas populações.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115440	Discordância		
115438	Discordância	Nada contra energias renováveis mas sim contra a destruição da natureza temos atualmente cerca de 90% dos telhados do país livres para receber painéis solares usem nos e fornecam essa energia aos edifícios que abrigarem os painéis solares no telhado	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115437	Discordância	Este projeto preocupa-me muito e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada. Não sou contra as energias renováveis, mas não a qualquer preço. Estou convencida de que não é esventrando as nossas serras, acabando com a agricultura de proximidade e fazendo um uso insustentável de um recurso extremamente valioso como é a água, especialmente num país como Portugal, que vamos caminhar para a sustentabilidade e para a garantia de sobrevivência da espécie humana. É urgente parar este projeto e fazer uma reflexão profunda sobre o futuro que queremos para nós e para as futuras gerações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115436	Discordância	NÓS NÃO SOMOS NÚMEROS, SOMOS PESSOAS! Em defesa do nosso país, da nossa paisagem, dos nossos filhos. Parem com esta loucura! O nosso país está a saque!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115435	Discordância	Não à instalação de mais painéis na Beira interior, sobretudo NÂO em áreas protegidas, em áreas agrícolas . A Beira não pode estar à mercê dos grandes grupos, à mercê de pessoas que nunca nos viram para saúde, transportes e outros bens de primeira necessidade para quem aqui mora. Mas agora, sem escrúpulos, vêm-nos para nos matarem de calor, secar as nossas terras, as nossas áreas protegidas. Durante anos e anos, a Gardunha foi interdita a muito desporto para preservação dos ecossistemas, e agora do nada, vamos ver a nossa serra coberta de vidro, as nossas águas que tem mais de dois milénios de reconhecimento, contaminadas, para gerar lucros a empresas e pessoas que nunca cá vieram, nunca nos viram, nunca souberam as nossas necessidades. Gentes que adoram comer os nossos produtos regionais, o mel, o queijo, as cerejas, os enchidos, mas que agora nos tentam matar de calor, de contaminação ambiental. Por isso e por muito, digo não e não.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115434	Discordância	O PSZAER propõe designar 371 000 hectares do interior do país como zonas de aceleração de energias renováveis, retirando a esses territórios a proteção que a Avaliação de Impacte Ambiental garante. Quem vive no interior sabe o que isso significa: terra artificializada, paisagem destruída, e comunidades que não foram ouvidas. Peço que o programa seja revisto e que nenhum projeto fique isento de Avaliação de Impacte Ambiental, independentemente de estar ou não dentro de uma ZAER. O interior de Portugal não pode continuar a ser tratado como território de sacrifício.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115433	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115432	Discordância	Ex.mos (as) Senhores, A transição energética deverá ser concretizada por tecnologias inócuas à Natureza, sem necessidade de cortar árvores com 20 a 40 anos, sem necessidade de forrar o território com painéis de silicio e alumínio, sem necessidade de desvirtuar o nosso território, sem necessidade de daqui a 10 - 15 retirar e supostamente reciclar todos esses materiais estranhos ao ambiente. A transição energética será efectuada por tecnologias que já existem desde os anos 50 do século XX, mas que, por diversos e poderosos interesses só estão disponíveis para programas secretos de organizações ocultas. Por favor despertem e pressionem todas as entidades para que essas tecnologias sejam disponibilizadas, e assim deixar de haver necessidade de "conspurcar" o nosso território com painéis fotovaotaicos e geradores eólicos. Acordem antes que seja tarde demais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115431	Discordância	Discordo totalmente!! Não estraguem paisagem, não estraguem a natureza!!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115430	Discordância	A preservação do ecossistema da Gardunha é fundamental e não pode ser substituido por paineis solares. Não concordo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115429	Discordância	Sou de opinião que a Avaliação Ambiental Estratégica não substitui a Avaliação de Impacte Ambiental de cada projeto. A ausência de AIA ao nível do projeto leva à perda da capacidade de avaliar impactes específicos, locais e cumulativos. O PSZAER, como instrumento de Avaliação Estratégica, padece de lacunas só ultrapassadas através de Avaliação de Impacte Ambiental de cada projeto. Saliento que o valor ecológico não se resume às áreas classificadas. Quer empírica, quer cientificamente, é fácil perceber que o facto de uma área estar fora de uma área protegida, não significa que tenha baixo valor ecológico. A biodiversidade revela-se, nomeadamente, em corredores ecológicos, em mosaicos agroflorestais, em montados, florestas de carvalhos, linhas de água temporárias, habitats de espécies protegidas fora da Rede Natura 2000, paisagens naturais e culturais de elevado valor. A destruição da paisagem, no seu sentido global, com o argumento de que a crise climática exige acelerar a instalação de energias renováveis e que a avaliação ambiental deve ocorrer antes da seleção das zonas, evitando repetir avaliações semelhantes para centenas de projetos, agravará mais ainda uma forma de agir que tem levado a essa mesma crise. O verdadeiro desafio está em encontrar um equilíbrio entre os dois objetivos: descarbonizar sem transformar a simplificação administrativa numa desvalorização do património ecológico, paisagístico e social do território. Pergunta-se: Como será assegurada a participação das comunidades locais se não existir AIA do projeto? Como será garantida a avaliação de valores ecológicos locais? Que salvaguardas existem para habitats e corredores ecológicos fora das áreas classificadas?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115428	Discordância	Este projeto vai causar um grave impacto no ambiente e na vida e saúde das pessoas e animais que ali vivem. As temperaturas ja extremamente elevadas vao aumentar, a sustentabilidade das nascentes a cursos de agua vai desaparecer, os animais vao morrer, as pessoas vão ficar cada vez mais doentes. Este projeto e um atentado a vida das pessoas e à natureza que em nada nos irá beneficiar.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115427	Discordância	A transição energética que queremos não é a que substitui uma monocultura por outra, nem a que exporta os custos ambientais para os territórios mais frágeis enquanto os benefícios ficam nos centros de consumo. É a que distribui a produção, partilha os benefícios, respeita os territórios e dá voz a quem neles vive. Este programa não chega lá. Coloquem painéis solares onde não prejudiquem a natureza. Não faz sentido nenhum utilizar energias renováveis mas no processo destruir a natureza. Que lógica é que isso tem?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115426	Discordância	Tantos parques de estacionamento, auto estradas para cobrir... Temos que aumentar o número de árvores e não as reduzir.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115425	Discordância	Chega de paineis solares em abundância, é inaceitável a quantidade presente na beira baixa e os planos existentes para a construção de muitos mais... Reflorestação isso sim, é extremamente necessário.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115424	Discordância	não concordo com a transformação da Gardunha num parque de enerdias renováveis, temos telhados, estacionamentos, fachadas industriais que podem ser utilizadas para isso, não necessitamos de destruir as nossas paisagens nem contaminar os nossos solos	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115423	Discordância	Não dou o meu consentimento sobre este projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115422	Discordância	Um projecto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (fauna e flora local) é sem dúvida um projecto prejudicial para todos, população incluída. Cujos riscos ambientais mais relevantes são: perda de biodiversidade, degradação da paisagem, ocupação do solo, impactos cumulativos e eventual redução do escrutínio ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115421	Discordância	O modelo energético proposto é injusto e prejudica mais quem já está em situação vulnerável. A transição energética deve diminuir desigualdades, não aumentá-las, nem transformar a energia verde num problema para os territórios. Pedimos ao Governo que reveja profundamente o PSZAER, garantindo que a pressa na transição não seja feita à custa das comunidades e das paisagens.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115420	Discordância	Compreendo perfeitamente a importância das energias renováveis, mas a nossa Serra também é um recurso natural que não pode ser extinto e se vocês avançarem com este projecto vão matar a Serra da Gardunha bem como toda a fauna e flora envolvente. Não matem a Mãe natureza que nós dá a vida a todos nós. Por favor, Peço-vos do fundo do coração.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115419	Discordância	O impacto ambiental sobrepõe-se em todos os projetos aos interesses económicos. Se o interior não é bafejado com investimento e melhorias na saúde, educação e infraestruturas, muito menos deve ser prejudicado ao ver a sua terra saqueada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115418	Discordância	É uma area que alberga várias especies de fauna e flora (e o lince ibérico!) que necessitamos para o equilibrio ambiental. Aproveitem os parques de estacionamento e não destruam as áreas verdes, com árvores que tanto necessitamos. Se o relatorio refere "A análise ecológica permitiu igualmente caracterizar o estado atual do território e identificar tendências críticas, destacando a degradação de habitats, a fragmentação ecológica e o declínio de espécies, associados a pressões como as alterações climáticas, as mudanças de uso do solo e os incêndios. Esta leitura evidencia riscos associados à implementação de projetos energéticos, nomeadamente perda de habitat, " vamos destruir estas areas em vez de renová-las? Vamos matar a fauna e flora em vez de as recuperar!?!estammortalidade de fauna (em particular avifauna e morcegos) e efeitos cumulativos, mas também oportunidades, como a utilização de áreas artificializadas, a redução da fragmentação através de planeamento integrado e o potencial de restauro ecológico."	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115417	Discordância	O modelo energético proposto é injusto, desequilibrado e socialmente regressivo. A transição energética deve reduzir desigualdades — não agravá-las, nem tornar energia verde em paisagem negro. Pedimos ao Governo que reformule profundamente o PSZAER, garantindo que a aceleração não se transforma em sacrifício territorial.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115415	Discordância	Não concordo com a destruição dos solos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115414	Discordância	Querem arruinar a paisagem, flora e fauna. Inadmissível!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115413	Discordância	Um projeto "verde" deveria utilizar os recursos do planeta, e não destrui-los para alguns ganharem milhões	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115412	Discordância	O PSZAER é um projeto tecnicamente fraco e ambientalmente insuficiente. Concentra-se na aceleração de nova capacidade de geração renovável sem resolver os verdadeiros estrangulamentos do sistema: a capacidade limitada da rede de transporte e distribuição e a falta de armazenamento. Em 2025 as renováveis já cobriam 68% da procura eléctrica, com excedentes recorrentes. Acelerar ainda mais a geração sem capacidade de evacuação e flexibilidade irá agravar o curtailment e os custos do sistema, repetindo erros já observados noutros países. O Programa propõe a conversão de 78,9% de áreas de potencial solar em Espaço Florestal e percentagens elevadas em solo agrícola, incluindo extensos montados de sobreiro e azinheira. Esta opção representa perda de solo produtivo, funções ecológicas, sequestro de carbono e habitats prioritários, com impactes documentados em biodiversidade e espécies protegidas. A Avaliação Ambiental Estratégica apresenta insuficiências graves na identificação e avaliação de efeitos cumulativos — tanto no sistema eléctrico como no uso do solo, biodiversidade e microclima local. A metodologia não demonstra que as ZAER evitam impactes significativos, em violação do princípio da precaução e das obrigações legais da AAE e da RED III. Pelo exposto, o actual PSZAER é inválido na sua implementação técnica e ambiental. Solicita-se a sua revisão profunda, com condicionamento das ZAER à capacidade real de rede e armazenamento, hierarquia rigorosa de proteção do solo e montado, avaliação cumulativa robusta e reformulação da AAE.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115411	Discordância	A transição energética não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalizarão das populações ali residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial , e de forma irreversível, quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e todo o país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115410	Discordância	O interior tem atraído jovens que fogem da poluição e do bulício das grandes cidades. Esta implantação vai afastar os poucos interessados em povoar o nordeste.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115409	Discordância	Um enorme crime ambiental!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115407	Sugestão	Bom dia, Anexam-se algumas sugestões. Obrigada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115406	Discordância	Lamentável. A ganância económica dos grandes grupos empresariais destrói o Ordenamento Territorial e o facilitismo da pseudo aceleração que tira o poder de decisão às autarquias. Mais um enorme passo para a destruição da Natureza e da Democracia. Ficamos sem os nossos recursos, como mostra a Carta de Ocupação dos Solos e ficamos na total dependência energética do Capitalismo Ptedador. Vamos ter energia mais cara, para satisfazer o lobby do dinheiro fácil com os recursos das populações. Portugal a ser uma Barriga de Aluguer do Capital. Já aconteceu em África e agora em Portugal. Mas, tudo isto não interessa pois as decisões de gabinete já estão tomadas	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115405	Discordância	Precisamos de mais árvores não destruir	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115404	Discordância	Usem estacionamentos e barreiras de autoestrada e nao a destruicao da natureza. É preciso descaramento e nenhum sentido de humanidade para imaginar estes projetos de destruicao da vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115403	Discordância	Não é desta forma que contribuímos para o arrefecimento do planeta, destruindo a natureza verde! Assim, contribuímos para a criação de ilhas de ilhas de calor, tal como acontece nas cidades, em zonas que deveriam estar florestadas para a produção de oxigénio e futuro contributo para o arrefecimento global! Enfim, soa tudo a interesses económicos por parte de empresas, que caminham a reboque das afamadas alterações climáticas... É este o triste futuro que estamos a criar para as futuras gerações...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115402	Discordância	NÃO a mais terrenos ocupados com painéis solares!!! O nosso território, do Pinhal Interior, precisa de investimento em reflorestamento e em zonas de proteção de proteção, MAS NUNCA em mais painéis plantados em terrenos onde devem estar árvores a refrescar os territórios, NEM TÃO POUCO em albufeiras que constituem lençóis de água e zonas de refrescamento. NÃO destruam mais habitat e mais ecossistema do que o que tem sido destruído pelos incêndios! É urgente encontrar formas de BEM GERIR a floresta e todos os benefícios ambientais que dela decorrem. Os painéis solares para produzir "energia verde", podem ser colocados em telhados de edifícios, em coberturas e parques de estacionamento de grandes superfícies como supermercados e centros comerciais. Não inviabilizem mais o território português e menos ainda um território que tem sido já tão fustigado com incêndios e que MERECE e PRECISA de um grande apoio na reflorestação!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115400	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância quanto ao Programa Setorial das Zonas de Implantação de Energias Renováveis, na sua atual formulação. Reconheço a importância da transição energética e da descarbonização, mas considero que a definição das zonas de implantação previstas neste programa não pondera de forma suficiente os impactos cumulativos na paisagem, no ordenamento do território, na biodiversidade e nas comunidades locais. A ausência de uma avaliação mais criteriosa da proximidade a áreas habitacionais, agrícolas e de valor ecológico levanta preocupações legítimas quanto à sustentabilidade real das opções propostas. Acresce que o processo de participação pública associado ao programa não permitiu, na prática, um envolvimento efetivo das populações e entidades diretamente afetadas, comprometendo a legitimidade das decisões tomadas. Face ao exposto, solicito a reponderação das zonas identificadas e a adoção de critérios mais rigorosos e transparentes na definição das áreas de implantação, garantindo um equilíbrio real entre os objetivos energéticos nacionais e a proteção do território e das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115399	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115398	Discordância	Isto não é transição verde, é querer beneficiar empresas a custo de todo um ecossistema com um impacto de uma imensidão brutal. A alternativa não pode ser paisagem pintada de preto, de metal que nem sequer tem maneira de ser reciclado. É apenas destruição. Querem desertificar ainda mais o interior? Apostem em alternativas realmente verdes e não isto que apenas significa destruição.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A Critical Watt é uma consultora independente de energia, especializada em engenharia eletrotécnica aplicada ao licenciamento de projetos renováveis, sistemas de armazenamento (BESS) e pedidos de ligação à rede elétrica. Este contributo foca três domínios onde a experiência de terreno identifica lacunas que o PSZAER, na versão atual, não resolve. 1. Articulação do Mapa Verde com a capacidade real de rede O relatório temático do LNEG documenta que a área útil ZAER colapsa para 32% (solar) e 5% (eólico) quando se considera a capacidade de ligação disponível nas subestações da RNT e RND. Apesar do diagnóstico, o PSZAER não propõe articulação vinculativa entre o Mapa Verde e o planeamento da rede (PDIRT/PDIRD). Recomenda-se que a versão final distinga zonas com capacidade firme imediata de zonas dependentes de reforços ainda não calendarizados. Adicionalmente, o artigo 113.º n.º 2 do DL 130/2026 obriga a RNT e a RND a publicarem trimestralmente a capacidade disponível por nó, e o PSZAER deveria cruzar esta informação com a cartografia ZAER em cada atualização. 2. Prazos vinculativos e deferimento tácito no licenciamento simplificado O modelo de janela única (OE5.2) representa um avanço, mas sem consequências para o incumprimento de prazos pela Administração torna-se uma meta aspiracional. A tramitação prevista (60 dias de procedimento interno) deve prever deferimento tácito nos termos do artigo 14.º-B do DL 130/2026. Recomenda-se também que a conferência deliberativa inclua um representante do operador de rede com poderes para confirmar a capacidade de injeção no nó, integrando a vertente de ligação à rede na janela única.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115397	Geral		
115396	Discordância	Exmos senhores, É de lamentar que interesses económicos e políticos se sobreponham aos interesses do país e da população que é representada pelo Estado. Nesta representação devem ser analisafos os beneficios e as desvantagens destes projectos, que alteram, prejudicam e não favorecem as populações. Embora esta área tenha sofrido severos incêndios em anos anteriores e esteja, actualmente desmatada, não é de todo prudente implementar hectares e hectares de material longe de ser "verde" e em nome da transição energética para substituir a verdadeira natureza. De facto, todo este projecto não pretende reduzir sequer os custos de energia nem salvar o planeta. Discordo em absoluto com a continuidade deste e de outros projectos semelhantes e apoio a verdadeira recuperação das áreas naturais com recursos naturais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115395	Discordância	A transição energética é necessária, mas nao pode ser feita a custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projecto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projecto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115394	Discordância	Uma quantidade absurda de zona rural dedicada a paineis solares e eólica. Revejam opções. Destruir a natureza e território protegido não é válido . Isto não é energia verde, não defende o interior ou o seu meio-ambiente, e muito menos a sua população.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115393	Discordância	Não concordo com este projeto na medida que vai destruir ecossistemas. Não é de todo uma medida "verde"	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115392	Discordância	Sou contra o PSZAER, e recuso-o devido ao enorme impacto ambiental que, de acordo com os especialistas, provoca nas regiões.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115390	Discordância	Manifesto a minha não concordância com a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porque, na sua forma atual, o programa mata a natureza que deveria ajudar a proteger. O PSZAER identifica áreas de aceleração de forma excessivamente ampla (cerca de 7% do território continental), o que abre a possibilidade de implantação massiva de parques solares e eólicos em zonas naturais sensíveis, com risco de destruição de habitats e de perda de biodiversidade. A proposta sobrepõe essas zonas a solos com valor ecológico, montado, áreas de proteção e corredores naturais, sem uma avaliação suficientemente detalhada dos impactos cumulativos sobre a fauna, a flora e os recursos hídricos. O regime de licenciamento simplificado e a possível isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) reduzem as salvaguardas essenciais para garantir que projetos renováveis não se transformem em projetos de destruição ambiental. Ao priorizar a velocidade de implantação em vez da qualidade ambiental, o programa inverte a lógica de proteção da natureza: em vez de usar as renováveis para preservar o planeta, abre caminho para a sua degradação direta no território. A falta de participação efetiva de entidades ambientais, comunidades e municípios no desenho das zonas de aceleração significa que os valores ecológicos e as especificidades locais são frequentemente ignorados, aumentando o risco de danos irreversíveis. Solicito, portanto, que o PSZAER seja substancialmente revisto, com: redução drástica das áreas de aceleração, limitando-as ao mínimo necessário para cumprir as metas de 2030; exclusão clara de áreas de alto valor ecológico, montado, solos agrícolas e zonas protegidas; garantia de que qualquer projeto de renováveis em áreas de aceleração passa por avaliação ambiental rigorosa;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115386	Discordância	Uma energia verde que "veste" de cinza o nosso país não pode ser solução. Que ar vamos respirar, que alimentos vamos ingerir, que paisagens teremos para apreciar, que biodiversidade vamos ter para manter o equilíbrio do nosso ecossistema se continuarmos a cobrir o nosso solo de cinza? Isto não é e nunca irá ser congruente e coerente com uma suposta preocupação ambiental, não há preocupação na destruição, na aniquilação do que é a única e verdadeira salvação do ambiente, do planeta, da humanidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115385	Discordância	Discordo totalmente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115384	Discordância	O plano prevê a afetação de mais de 440 mil hectares (cerca de 7% do território continental português) para energia solar e eólica, este valor é excessivo face às reais metas nacionais estabelecidas para 2030. Perda de soberania do território local e sobredimensionamento das áreas propostas, que resultará no enfraquecimento deliberado dos critérios de proteção ambiental; com enormes custos de expansão da rede elétrica que serão pagos pelos cidadãos através de tarifas mais caras, enquanto as comunidades locais recebem poucos benefícios e enfrentam uma forte pressão especulativa sobre os terrenos rústicos. O plano ignora décadas de falta de planeamento integrado e corre o risco de ser imposto de forma centralizada, atropelando a autonomia dos municípios que não têm meios técnicos para gerir esta invasão industrial. Não respeita um ordenamento territorial sustentável. A aceleração deve priorizar áreas já artificializadas e degradadas. A ocupação em larga escala de solo rústico, agrícola e florestal deve ser substituída por novos projetos, que levem em consideração as populações a fauna e flora autóctone, que promovam a diversidade e sustentabilidade, o enriquecimento dos nossos solos, projetos que respeitem os Biossistemas e que respeitem a vontade do povo e não de governantes. A dispensa de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) individual é só uma forma de encurtar caminho para conseguir impor uma vontade de governantes da União Europeia e empresas interessadas nestes projetos, para as pessoas em geral só diminui a possibilidade de ter um pais verde, que atrai o turismo rural que respeita a Terra. Existem formas de produzir energia limpa em segurança sem necessidade de campos gigantes ocupados com paineis principalmente num Pais pequeno como Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115382	Discordância	Discordo da total alteração de flora, destruição de hectares de verde em prol de dito programa verde.... Com total deterioração da paisagem, ecossistema, afectação da população, etc	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115381	Discordância	Não faz sentido combater as alterações climáticas destruindo milhares de hectares de natureza. Precisamos de energias renováveis, mas com planeamento, respeito pelo território e menor impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115380	Discordância	Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só.. Considero que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, na forma como é apresentado, parte de um pressuposto errado: acelerar a instalação de infraestruturas em território natural ou rural antes de esgotar o enorme potencial existente em áreas já artificializadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115378	Discordância	É difícil compreender que se ponderem intervenções com impacto na paisagem, na biodiversidade, nos solos agrícolas e no património natural quando continuam a existir milhares de coberturas de edifícios industriais, comerciais e públicos, parques de estacionamento, zonas logísticas e outras infraestruturas urbanas onde a produção de energia renovável poderia ser significativamente expandida sem ocupar novos espaços naturais. A transição energética é um objetivo importante, mas não deve ser feita à custa dos recursos naturais que constituem um dos maiores patrimónios do país. A aceleração da produção de energia renovável deve privilegiar, em primeiro lugar, a utilização de superfícies já construídas e degradadas, reduzindo ao mínimo a ocupação de áreas com valor ecológico, agrícola ou paisagístico. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto, reforçando o princípio de evitar a artificialização de novos territórios enquanto existirem alternativas viáveis em espaços urbanos e infraestruturas já existentes. A urgência da transição energética não deve justificar opções de ordenamento que possam comprometer de forma duradoura o património natural e a qualidade das paisagens.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115377	Discordância	Discordo em absoluto na implementação de campos de exploração de produção energética fotovoltaica em zonas de natureza, com consequentes danos para a mesma, quer imediatos pela destruição, quer a longo prazo pelo aumento das temperaturas nesses locais. Existem alternativas, por exemplo o topo dos edifícios, nas coberturas dos parques de estacionamento, nas laterais das autoestradas, etc. Esta opção nada tem de sustentabel e muito menos verde. A cada arvore que se corta (seja qual for a razão) irá aumentar a temperatura nesse mesmo local. Por outro lado, á que educar efectivamente e com honestidade, para o consumo. E não essentivar a compra (e produção), de todo o tipo de brinquedos electricos...	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115376	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115375	Discordância	A transição energética terá que ser necessária mas não à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações. Este projeto vida destruir 100mil hectares de área verde rica em fauna e flora, é óbvio que é um projeto prejudicial para as populações e para o ambiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115373	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115371	Discordância	Este projeto não tem as vantagens ambientais anunciadas. Plantem árvores!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115369	Discordância	O contracenso entre apostar energias renováveis e destruir o meio ambiente é Inadmissível!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115368	Discordância	Vai destruir a nossa Gardunha. A natureza deve manter-se intacta, assim como a nossa albufeira.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115367	Discordância	Considero que não beneficia a população.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115365	Discordância	O solo deve estar coberto de plantas para ser possível a vida de todos ps seres, incluindo os humanos. Os painéis solares devem ser colocados sobre edifícios públicos e privados para gerar energia solar. Se todos os telhados do nosso país fossem.cobertos por painéis solares poderíamos ser auto suficientes. Não devemos distruir as nossas aldeias, serras, matos, ecossistemas.. em nome de uma energia que de nada tem verde. Absolutamente contra este desejo do estado português querer vender a saúde dos nossos filhos e netos. Deveríamos também de explorar o poder do mar para gerar energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115364	Discordância	As necessidades energética devem ser colmatadas com autoprodução em zonas urbanizadas. O que pode parecer um custo/benefício baixo na instalação de mega centrais para o instalador hoje, acarrecatara prejuízos a médio prazo gigantes, tanto ambientais como humanos. Para além da influência negativa numa paisagem desvirtuada.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115363	Discordância	A transicão energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterizacão dos territórios. da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115362	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projeto que visa destruir 100mil hectares de área verde (fauna e flora) é sem dúvida um projeto prejudicial.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115360	Discordância	Projeto que vai destruir 100 milhectares de área verde A transição energética é necessária e urgente. No entanto, não pode ser feita à custa da destruição dos territórios, da perda do património natural e da marginalização das populações que neles vivem.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115359	Discordância	Um projeto que prevê a destruição de cerca de 100 mil hectares de área verde, colocando em risco a flora, a fauna e os ecossistemas locais, terá impactos profundos e potencialmente irreversíveis. As consequências não afetam apenas as comunidades diretamente envolvidas, mas comprometem o equilíbrio ecológico de toda a região e o património natural que pertence a todos. O desenvolvimento sustentável exige soluções que conciliem a produção de energia com a proteção da natureza, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações. A verdadeira transição energética deve respeitar as pessoas e o ambiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115358	Discordância	A favor da energia solar. Contra a destruição da natureza. Não somos contra a energia solar. Pelo contrário. Acreditamos que a transição para energias renováveis é essencial para combater as alterações climáticas e construir um futuro mais sustentável. Mas sustentabilidade não pode significar destruir aquilo que pretendemos proteger. Em Portugal, estão a ser planeados e construídos grandes parques solares que ocupam milhares de hectares de floresta, terrenos agrícolas e áreas naturais. Para isso, árvores são abatidas, habitats são destruídos e inúmeras espécies de animais perdem o seu lar. A natureza não é um obstáculo ao progresso. É a base da nossa vida, da nossa saúde e do equilíbrio dos ecossistemas. Uma verdadeira transição energética deve proteger tanto o clima como a biodiversidade. Os impactos destes projetos de grande dimensão incluem: • Destruição de habitats naturais de aves, mamíferos, répteis, anfíbios e insetos. • Fragmentação dos ecossistemas, dificultando a sobrevivência e a deslocação da fauna selvagem. • Perda de biodiversidade e diminuição das populações de espécies já vulneráveis. • Abate de árvores que armazenam carbono, regulam o clima e protegem os solos. • Ocupação de solos agrícolas férteis, fundamentais para a produção de alimentos. • Alteração irreversível da paisagem natural que caracteriza Portugal. • Impactos no ciclo da água, na qualidade do solo e na capacidade natural de retenção de água.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115357	Discordância	Discordo da proposta devido aos potenciais impactos ambientais associados à implantação destas infraestruturas. Apesar da importância da transição energética, esta não deve ocorrer à custa da degradação de ecossistemas, da perda de biodiversidade, da destruição de habitats naturais e da alteração irreversível da paisagem. Os impactos cumulativos sobre a fauna, a flora, os recursos hídricos e o equilíbrio dos territórios devem ser cuidadosamente avaliados, privilegiando soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção do património natural. Considero que a preservação ambiental deve constituir um critério prioritário na definição destas zonas de aceleração.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115354	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural e da marginalização das populações ali residentes. Um projeto que visa destruir cerca de 100 mil hectares de área verde (flora e fauna local) é sem dúvida um projeto prejudicial (e de forma irreversível) quer para a população das zonas em questão, quer para toda a ecologia da região e não só.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115353	Discordância	Sou contra os parques solares que querem criar. É muito mau para o ambiente e ainda pior para quem vive perto. Vai tornar as propriedades das pessoas inúteis e criar um ambiente muito feio para quem vive lá e horrível para todos os animais que lá habitam. A maioria das pessoas não quer isto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115351	Discordância	Lucy Maria Gill É de extrema importância mantermos e melhorarmos a biodiversidade das diferentes regiões em causa, e com esta aprovação nao será nem mantida nem melhorada mas sim, ira piorar drasticamente a biodiversidade e a população que ali vive. se querem tornar o Interior mais atrativo nao será com esta solução de certeza, pelo contrário, irá existir uma desertificação ainda maior do espaço	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115350	Discordância	Vivo na Covilhã mas nasci numa aldeia do concelho de Penamacor, que o projeto inicial Sophia ia afetar. Como sabemos, recebeu parecer desfavorável, aquele projeto megalómano, que junto com o da Beira e outros na calha, tornariam a Beira Baixa em algo que nem sei caracterizar. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115340	Discordância	Porque as Megacentrais Solares não são a solução na Beira Baixa: A necessidade de uma transição energética é inegável, mas o modelo de implementação atual na região de Castelo Branco, Penamacor e Idanha-a-Nova exige uma reflexão profunda. A ocupação intensiva de solos rurais por grandes infraestruturas de produção de energia coloca em risco a própria essência do nosso mundo natural, que deve ser visto como um legado a preservar e não como um recurso a explorar sem limites. Ao meu ver, um dos principais argumentos contra a instalação destas megaestruturas é o seu impacto ambiental devastador para a fauna, a flora e a população local, na qual me incluo. A ocupação de extensas áreas agrícolas e naturais leva à artificialização da paisagem, à perda de biodiversidade e à fragmentação de habitats essenciais para a economia local. Em regiões que são verdadeiros santuários de equilíbrio ecológico, a substituição de ecossistemas vivos por "mares de espelhos" reduz drasticamente os serviços essenciais, como o turismo rural, a caça e a agricultura, ainda sustento de muita gente. Além disso, o custo climático local é ignorado. O distrito de Castelo Branco enfrenta frequentemente e cada vez mais avisos vermelhos com temperaturas que podem atingir os 43 graus, como já se verificou nos últimos anos e este mês de julho. Nestes cenários de calor extremo, a preservação da vegetação é vital; uma única árvore adulta pode reduzir a temperatura local em até 8°C, funcionando como uma "climatização" natural e gratuita. Ao removermos coberto vegetal para instalar painéis, estamos a agravar o desconforto térmico de uma região já fustigada pelo clima e em risco máximo de incêndio, quase todos os anos. De relembrar ainda que do ponto de vista socioeconómico, estas centrais solares de grande escala oferecem pouco valor acrescentado para as populações locais. Frequentemente, estes projetos não garantem benefícios estruturais para as comunidades onde ficam implementadas, falhando na promoção de emprego qualificado ou na incorporação tecnológica local. Os lucros e dividendos vão sempre para o exterior e para grandes multinacionais ou acionistas estrangeiros. Os territórios do interior devem ser tratados como ecossistemas multifuncionais e não apenas como espaços vazios disponíveis para a produção energética que serve outros centros. Existem alternativas mais sustentáveis que não sacrificam o nosso património. A aposta deve recair em modelos descentralizados, como o desenvolvimento de projetos agro-voltaicos (que conciliam energia e agricultura), longe de áreas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115339	Discordância	Chega de atentados á natureza encapotados de verde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115338	Discordância	Desde telhados a parques de estacionamento passando por separadores nas autoestradas, são exemplos de espaços que poderão ser usados sem prejudicar fauna e flora do país! Além de que é poluição visual e prejudica o setor do turismo no qual se tem investido milhões ... Propostas de Alteração ao PSZAERFace ao exposto, propõe-se que o programa adote a exclusão: Retirar do mapeamento das ZAER todas as zonas verdes urbanas, áreas protegidas e solos de reserva agrícola/ecológica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115336	Proposta concorrente	Priorização de Áreas Degradadas e Edificadas: Redirecionar os incentivos de "aceleração" exclusivamente para projetos em coberturas de edifícios, zonas industriais e solos já artificializados ou degradados (como antigas lixeiras ou minas desativadas). Portugal dispõe de milhões de metros quadrados de coberturas de edifícios residenciais, comerciais, logísticos, naves industriais e parques de estacionamento que devem ser esgotados antes de se sacrificar solo natural. A produção de energia solar deve ser feita junto ao local de consumo (cidades e polos industriais), reduzindo as perdas na rede de transporte elétrico. O abate de coberto vegetal ou a impermeabilização de solo para instalar energias renováveis anula parcialmente o benefício climático do projeto, ao destruir sumidouros naturais de carbono. A instalação de centrais fotovoltaicas em zonas verdes degrada os solos, destrói habitats naturais e compromete a biodiversidade local. Sugere-se que a União Europeia promova estudos internacionais partilhados para garantir as melhores práticas ambientais em todos os Estados-Membros.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115335	Discordância	A minha posição é desfavorável ao PSZAER na sua forma atual. O PSZAER precisa uma abordagem mais holística, visionária e integrada no planeamento das energias renováveis. Os meus principais comentários incluem (mas não se limitam a) os seguintes pontos: - Excluir as Reservas da Biosfera na sua totalidade do PSZAER. - Desenvolver métricas mais robustas e mecanismos de compensação para áreas gravemente afetadas. - Priorizar a produção solar descentralizada de pequena e média escala. - Utilizar dados de maior resolução para a seleção de áreas. - Verificar a classificação do uso do solo. - Abordar os desafios da capacidade da rede elétrica e do armazenamento em paralelo com a expansão das renováveis. - Salvaguardar sistemas agrícolas resilientes face às crises globais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115334	Discordância	Este é um projeto que pode alterar o modo como exploramos os territorios do interior, e abre o caminho para a instalação de megaprojetos em zonas rurais, prejudicando as suas atividades essenciais sem criar empregos permanentes. Estão incluidas na proposta areas referentes aos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROFs), Programas Regionais de Ordenamento do Territorio(PROTs) e Reserva da Biosfera da UNESCO. Esta prevista tambem no projeto a supressão de ferramentas de avaliação ambiental. Esta supressão, para alem de acelerar o licenciamento e a construção, desvaloriza os impactos ambientais, socioeconomicos e de saude publica e impede a participação publica ao eliminar as consultas publicas	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115333	Discordância	Fundamentação da discordância relativamente à proposta do PSZAER A presente participação na consulta pública não coloca em causa a necessidade de acelerar a transição energética nem a importância do cumprimento das metas nacionais e europeias de descarbonização. Pelo contrário, reconhece que o aumento da produção de energia proveniente de fontes renováveis constitui um objetivo estratégico para Portugal e para a União Europeia. A discordância incide sobre a estratégia territorial adotada na proposta do PSZAER, considerando que a mesma não demonstra de forma suficientemente fundamentada que a solução proposta representa a alternativa de menor impacte territorial, ambiental, económico e social, conforme seria expectável num instrumento de natureza estratégica sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica. A própria proposta do PSZAER reconhece, na definição da sua estratégia, que a prioridade estabelecida pela Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) deve ser dada às superfícies artificiais e edificadas, nomeadamente telhados e fachadas de edifícios, infraestruturas de transporte e respetivas áreas envolventes, parques de estacionamento, zonas industriais, minas abandonadas e outras áreas já artificializadas. Reconhece igualmente que a produção descentralizada deve ser promovida através da criação de condições estruturais, regulamentares e financeiras adequadas. No entanto, apesar deste enquadramento estratégico, a proposta centra a delimitação das ZAER em extensas áreas não artificializadas, identificando aproximadamente 578.777 ha para produção solar fotovoltaica e 84 618 hectares para produção eólica, correspondendo a um total superior a 663 mil ha de território potencialmente elegível para instalação de grandes projetos de produção de energia renovável. Paralelamente, o próprio documento apresenta resultados de estudos do LNEG que estimam um potencial técnico de 23,33 GW de capacidade fotovoltaica em áreas artificializadas, distribuídas por coberturas de edifícios, zonas industriais, áreas comerciais, parques de estacionamento e outras superfícies já ocupadas, valor que ultrapassa a própria meta nacional de 20,8 GW de potência fotovoltaica instalada até 2030, prevista no Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030). Esta constatação suscita uma questão fundamental de planeamento territorial: se o potencial técnico identificado para áreas já artificializadas é superior à meta nacional prevista para a produção fotovoltaica, não resulta demonstrado na proposta do PSZAER por que motivo esse potencial não constitui a base	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115329	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão português vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115328	Discordância	Boa tarde, venho expressar a minha discordância sobre a proposta de delimitação de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) prevista para as diversas áreas em Portugal, com base nos seguintes fundamentos: 1. Impacto Ambiental e Biodiversidade A instalação massiva de infraestruturas [solares / eólicas] nas áreas propostas coloca em risco ecossistemas sensíveis. A simplificação dos procedimentos de licenciamento ambiental nestas zonas desprotege o património natural local. 2. Destruição do Solo de Alta Aptidão Agrícola ou Florestal A ocupação destes solos por painéis fotovoltaicos ou aerogeradores compromete irremediavelmente a capacidade agrícola e florestal da região. Isto colide diretamente com as metas de soberania alimentar, sustentabilidade económica local e ordenamento do território. 3. Impacto Socioeconómico, Paisagístico e Desvalorização Patrimonial A alteração drástica da paisagem natural e rural prejudica gravemente a qualidade de vida dos residentes e desvaloriza o património imobiliário local. Afeta ainda negativamente atividades económicas cruciais para as regiões, tais como o ecoturismo e o turismo rural. 4. Proximidade a Aglomerados Urbanos e Riscos para a Saúde As áreas projetadas encontram-se demasiado próximas de habitações, levantando preocupações legítimas quanto ao ruído (no caso eólico), efeito térmico e reflexão (no caso solar), afetando o bem-estar da população envolvente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115327	Discordância	Energia verde não destrói natureza. As beiras não são um deserto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115326	Discordância	Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, em particular à inclusão da zona de Castelo Branco e do Louriçal do Campo. Vivo nesta região e conheço bem o seu valor ambiental, agrícola e paisagístico. Somos nós que cuidamos deste território todos os dias e que sentimos diretamente as consequências de qualquer intervenção feita na natureza. Por isso, custa-me ver estas grandes centrais solares apresentadas como uma solução ambiental quando, na prática, implicam a ocupação de extensas áreas naturais e agrícolas. Na minha opinião, esta política representa mais uma estratégia de greenwashing do que uma verdadeira proteção do ambiente. A preservação da natureza não pode significar substituir campos, montes e habitats por milhares de painéis solares. A transição energética é importante, mas deve ser feita com respeito pelas comunidades locais e pelo território. Não é aceitável que o interior seja visto como o local onde se colocam os projetos que os grandes centros urbanos não querem junto de si. Antes de ocupar solos rurais e naturais, deveriam ser aproveitados os telhados de edifícios públicos e privados, parques industriais, parques de estacionamento e outras áreas já urbanizadas. Existem alternativas que evitam destruir a identidade e a riqueza natural da nossa região. Por estas razões, peço que esta zona seja excluída do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115325	Discordância	O governo quer 7% do pais para renováveis, mesmo em zonas agrícolas e mesmo em áreas protegidas. Vai receber cerca de e 87 milhões para concretizar. Já produz mais de 80% de renovável. É para vender? É para estragar o nosso para não estragar o deles? Tudo isto vai tornar o país num autentico forno e seco. Em vez de plantarem árvores para tornar o país mais fresco, inclusivamente para segurar o lençóis freáticos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115324	Discordância	Sou totalmente contra o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, especialmente na zona de Castelo Branco e do Louriçal do Campo. Quem vive nesta região sabe o valor da paisagem, da biodiversidade e do equilíbrio entre a atividade humana e a natureza. Somos nós que lidamos diariamente com os incêndios, a seca, a conservação dos solos e a gestão do território. Não precisamos que nos venham ensinar o que é proteger o ambiente. A instalação de enormes centrais solares em solos agrícolas e naturais é apresentada como uma medida ambiental, mas, na minha opinião, não passa de uma operação de greenwashing. Destrói paisagens, fragmenta habitats, ocupa terrenos produtivos e altera profundamente o caráter da região, tudo para alimentar um modelo de consumo concentrado nos grandes centros urbanos. A transição energética não pode servir de desculpa para sacrificar o interior do país. É demasiado fácil decidir em Lisboa ou no Porto que os impactos ambientais ficam para quem vive longe dessas cidades. Se querem cobrir quilómetros de terreno com painéis solares, comecem por aproveitar telhados de edifícios, parques industriais, zonas já artificializadas e outras áreas urbanas. Não faz sentido transformar o interior de Portugal numa zona industrial de produção energética à custa das populações locais. Por estas razões, manifesto a minha oposição a este programa e à inclusão desta região como zona de aceleração para a implantação de grandes projetos de energia solar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115323	Discordância	A proposta de Plano Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) levanta preocupações quanto à sua articulação com importantes instrumentos nacionais de ordenamento do território, gestão florestal, ação climática e conservação da natureza. Entre os documentos que deveriam ser considerados encontram-se o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) e a Lei de Bases do Clima. Destaca-se ainda a ausência de referência à recente Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), aprovada em junho de 2026, que constitui o principal instrumento nacional para a proteção da biodiversidade, o restauro dos ecossistemas e a integração destes objetivos nas políticas públicas. Os instrumentos estratégicos nacionais e europeus reconhecem o papel fundamental da floresta, de qualquer espécie, na captura de carbono, na adaptação às alterações climáticas, na proteção dos solos e da água e na conservação da biodiversidade. As orientações atuais apontam para a valorização e gestão sustentável das áreas florestais, reforçando a sua resiliência e os benefícios ambientais que proporcionam. Também a Diretiva Europeia RED III estabelece que a definição das zonas de aceleração para energias renováveis deve respeitar os princípios do ordenamento do território e ser compatível com os usos existentes do solo. A diretiva incentiva a coexistência de diferentes utilizações do território e exige uma avaliação adequada dos impactes e das alternativas disponíveis. Neste contexto, a ocupação de extensas áreas florestais por novos usos potencialmente incompatíveis pode comprometer objetivos relacionados com o sequestro de carbono, a proteção dos recursos naturais, a gestão sustentável das florestas e o desenvolvimento da bioeconomia. Esta preocupação é particularmente relevante em territórios abrangidos por áreas sujeitas a regimes específicos de gestão florestal. Importa ainda recordar que o setor florestal tem uma importância estratégica para a economia e para o ambiente. Assim, considera-se necessária uma revisão da proposta do PSZAER, garantindo a sua compatibilização com	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115322	Discordância	Venho manifestar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que este programa coloca a rapidez do licenciamento acima da proteção do território, da biodiversidade e do direito das populações a participarem nas decisões que afetam diretamente os locais onde vivem. A transição energética é necessária, mas não pode servir de justificação para enfraquecer a avaliação ambiental, reduzir o escrutínio público ou facilitar a instalação de megaprojetos industriais em zonas rurais e naturais. Na Beira Baixa, região de elevado valor ecológico, agrícola e paisagístico, existe um risco real de proliferação de grandes centrais fotovoltaicas, novas linhas de muito alta tensão e outras infraestruturas com impactos cumulativos significativos. Estes impactos não se resumem à área ocupada pelos projetos. Traduzem-se em fragmentação de habitats, perda de biodiversidade, degradação da paisagem, diminuição da qualidade de vida das populações e desvalorização de atividades como a agricultura, o turismo de natureza e a conservação do património natural. Entendo que a transição energética deve privilegiar soluções descentralizadas, como a produção distribuída em telhados, parques industriais, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, antes de ocupar extensas áreas de solo natural ou agrícola. A produção de energia renovável não deve repetir os erros de outros modelos de exploração intensiva do território. Do ponto de vista ético, considero inaceitável que a simplificação administrativa possa diminuir o nível de proteção ambiental conquistado ao longo de décadas. A defesa da natureza, da participação democrática e do interesse das comunidades locais não deve ser tratada como um obstáculo ao desenvolvimento, mas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115321	Discordância	Venho manifestar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que este programa coloca a rapidez do licenciamento acima da proteção do território, da biodiversidade e do direito das populações a participarem nas decisões que afetam diretamente os locais onde vivem. A transição energética é necessária, mas não pode servir de justificação para enfraquecer a avaliação ambiental, reduzir o escrutínio público ou facilitar a instalação de megaprojetos industriais em zonas rurais e naturais. Na Beira Baixa, região de elevado valor ecológico, agrícola e paisagístico, existe um risco real de proliferação de grandes centrais fotovoltaicas, novas linhas de muito alta tensão e outras infraestruturas com impactos cumulativos significativos. Estes impactos não se resumem à área ocupada pelos projetos. Traduzem-se em fragmentação de habitats, perda de biodiversidade, degradação da paisagem, diminuição da qualidade de vida das populações e desvalorização de atividades como a agricultura, o turismo de natureza e a conservação do património natural. Entendo que a transição energética deve privilegiar soluções descentralizadas, como a produção distribuída em telhados, parques industriais, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, antes de ocupar extensas áreas de solo natural ou agrícola. A produção de energia renovável não deve repetir os erros de outros modelos de exploração intensiva do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115319	Discordância	Do ponto de vista ético, considero inaceitável que a simplificação administrativa possa diminuir o nível de proteção ambiental conquistado ao longo de décadas. A defesa da natureza, da participação democrática e do interesse das comunidades locais não deve ser tratada como um obstáculo ao desenvolvimento, mas A transição energética não pode ser feita à custa da destruição da paisagem, da biodiversidade, da agricultura, da saúde e das comunidades que vivem no território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115318	Discordância	Primeiramente, considero inadmissível que decisões desta magnitude sejam colocadas em consulta pública por um prazo tão reduzido, considerando a totalidade da informação a analisar. Mas os principais pomos de discórdia são: - A documentação apresentada regista erros crassos, tanto a nível técnico como relativamente à percentagem de áreas destinadas à implementação destas zonas (ex: o concelho de Mortágua vai ter 12.000 hectares de painéis solares??!!!); 7% do território vai ser tomado por painéis solares e por sistemas de energia eólica?! Para o concelho de Valongo, os números apresentados estão correctos?! Estes números são um atropelo ao que está disposto na Lei. - Todas as propostas contrariam a Constituição da República Portuguesa, designadamente no que respeita ao papel do Estado nas políticas agrícola, comercial e industrial (Título III, artigo 93.º), às suas tarefas fundamentais de promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos portugueses, bem como, de forma particularmente relevante, à protecção do património ambiental (artigos 9.º e 66.º). Nos documentos em apreço, não está assegurada a protecção de solos com efectiva função produtiva, incluindo áreas ocupadas por culturas permanentes, e os sistemas agrossilvopastoris de reconhecido valor ecológico, económico e social correm o risco de fragilização. - Importa considerar outros impactos, nomeadamente o risco de especulação fundiária e a possibilidade de concentração da propriedade da terra nas mãos de agentes externos às comunidades locais, com potenciais consequências negativas para a coesão territorial, o desenvolvimento local e a sustentabilidade das actividades agrícolas. - Considero extremamente grave não ter sido dado um prazo suficiente aos municípios para que pudessem pronunciar-se de forma fundamentada sobre as ZAER previstas para os seus territórios, e a ausência de resposta ter sido interpretada como concordância. - Discordo com a entrega da coordenação à DGEG. As entidades responsáveis pelo ordenamento do território e pela protecção ambiental têm de ser obrigatoriamente incluídas neste processo. - Continuo sem perceber por que razão se propõe que concentrações de ZAER em áreas do território nacional onde os gastos energéticos são mais reduzidos devido à baixa densidade populacional. As fontes	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115317	Discordância	Não as megas centrais no distrito de castelo branco	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115312	Discordância	Protege as zonas de protecção sff!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115311	Discordância	Manifesto a minha oposição ao PSZAER na forma atualmente proposta, por considerar que a solução apresentada levanta sérias dúvidas do ponto de vista do ordenamento jurídico do território, da tutela ambiental e da efetiva salvaguarda do interesse público. Embora a promoção de energias renováveis seja um objetivo legítimo e necessário, tal objetivo não pode ser prosseguido à custa da compressão indevida de princípios estruturantes, como a prevenção, a precaução, a proporcionalidade, a participação procedimental e a ponderação concreta dos interesses territoriais e ambientais em presença. A definição de zonas de aceleração por via de um programa setorial de escala nacional não pode substituir uma análise casuística suficientemente densa nem dispensar, na prática, a articulação material com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis, designadamente planos municipais e condicionantes ecológicas, agrícolas, paisagísticas e patrimoniais. Uma delimitação excessivamente ampla ou tecnicamente insuficientemente fundamentada pode gerar conflitos com o princípio da legalidade administrativa, com o dever de fundamentação dos atos de planeamento e com a exigência de compatibilização entre políticas setoriais e o uso sustentável do solo. Acresce que a eventual redução do escrutínio procedimental, designadamente por via de mecanismos de licenciamento mais expeditos, não pode significar menor exigência na avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, nem menor densidade na ponderação ambiental exigida pelo regime aplicável. Em particular, preocupa-me a possibilidade de o programa criar uma presunção favorável à localização de projetos em áreas territorialmente sensíveis, com compressão do princípio da prevenção de danos significativos ao ambiente, da proteção da biodiversidade, da paisagem e dos solos com aptidão agrícola ou ecológica relevante. Do ponto de vista jurídico-constitucional, importa ainda recordar que a promoção da produção energética deve ser compatibilizada com o direito ao ambiente e com o dever do Estado de ordenar e proteger racionalmente o território. Um instrumento desta natureza só será legítimo se assegurar participação pública efetiva, transparência na seleção das áreas, critérios objetivos e controláveis, e possibilidade real de correção de erros de delimitação. Sem essas garantias, o programa corre o risco de se transformar num mecanismo de aceleração administrativa insuficientemente densificado em termos de legalidade material e de tutela dos interesses difusos envolvidos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115310	Discordância	Prejudicial	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115309	Discordância	Esta proposta elimina mecanismos de proteção ambiental em prol do crescimento descontrolado e desregulado de produção de energia. Não é por serem energias renováveis que mecanismos de avaliação de impacto ambiental devem ser ignorados e que as populações locais não tenham uma palavra a dizer sobre projectos megalómanos nos seus territórios. Acima de tudo, expansão de energias renováveis sem regulamentação não contribui para a transição energética justa mas sim para o aumento dos lucros das grandes empresas que lucram com o aumento de produção e consumo de energia, independente de ser de origem renovável ou de origem fóssil. Pensar no futuro tem sempre de ser a longo prazo e este programa tem uma visão curta e limitada do futuro climático, territorial, comunitário e energético.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115308	Discordância	Porque descaracteriza a Serra da Gardunha, um dos maiores patrimónios naturais e paisagísticos do concelho, alterando de forma significativa a identidade daquele território. Porque ocupa vastas áreas de solo, condicionando outros usos do território, nomeadamente agrícolas, florestais e ligados ao turismo de natureza. Porque pode colocar em causa atividades económicas existentes, como a agricultura, a produção de cereja, a apicultura, o pastoreio e outras atividades que dependem da preservação da paisagem e do equilíbrio ambiental. Porque pode afetar a biodiversidade, fragmentando habitats e interferindo com espécies da fauna e da flora características da Gardunha. Porque altera a paisagem, um ativo essencial para quem vive na freguesia e para quem visita a região. Porque os benefícios locais são reduzidos quando comparados com os impactos permanentes. Muitas vezes, estes projetos geram poucos postos de trabalho permanentes e a energia produzida não se traduz em vantagens diretas para a população local. Porque existem alternativas, privilegiando a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios públicos e privados, parques industriais, áreas já artificializadas ou terrenos degradados, evitando ocupar espaços naturais e agrícolas de elevado valor.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115303	Discordância	Este projeto suscita-me sérias preocupações. A informação disponível é insuficiente e não está apresentada de forma suficientemente clara e acessível para permitir uma opinião fundamentada. A aceleração da transição energética é necessária e urgente. Contudo, essa aceleração não deve traduzir-se numa redução do escrutínio ambiental, da autonomia do ordenamento do território nem da participação pública. A produção de energia renovável deve ser compatibilizada com a proteção da biodiversidade, da paisagem, do património cultural e dos interesses das comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115302	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã portuguesa vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem, em anexo, os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115300	Discordância	No quadro 15 há municípios que vão ver metade da sua área coberta de painéis fotovoltaicos e eólicas. Assim que como municípios cuja área ultrapassa os 100%. Como é que é possível haver mais área para painéis e eólicas do que área disponível dentro do município? Ponham os fotovoltaicos em áreas que já estão impermeabilizadas...parem de destruir a natureza que resta deste país	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115299	Discordância	Não se deve colocar painéis solares em áreas que devem ser de preservação ambiental.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115297	Discordância	Oponho-me ao PSZAER apresentado. O mesmo não demonstra clareza e profundidade sobre o seu impacto ambiental, territorial, e sobre as comunidades. É preocupante a justificação para aceleração da transição para energias renováveis, não demonstrando outras soluções possíveis e com menos danos para o ecossistema, como por exemplo a cobertura de edifícios com painéis fotovoltaicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115296	Discordância	O meu comentário está no classificador	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115292	Discordância	O Impacto Visual e a "Industrialização" da Paisagem As zonas de aceleração visam simplificar e acelerar o licenciamento de grandes centrais solares e eólicas. Mar de Espelhos: Vastíssimas extensões de painéis fotovoltaicos monocromáticos que substituem o verde dos olivais, montados ou áreas de pasto. Descaracterização de Ecossistemas: A paisagem do interior, que tem um valor intrínseco e potencial turístico/cultural, é convertida numa paisagem puramente industrial. O interior cede o solo, sofre o impacto visual e perde biodiversidade, enquanto o litoral (onde estão os grandes centros urbanos e industriais) consome a energia. Os postos de trabalho criados na fase de exploração destas centrais são mínimos. O grosso do lucro vai para grandes fundos de investimento e empresas de energia, deixando muito pouco valor acrescentado nas autarquias e comunidades locais. Acelerar processos pode significar ignorar rotas migratórias de aves, habitats de espécies protegidas ou a degradação de solos agrícolas férteis. Destruir ou comprometer a natureza local em nome da "defesa do ambiente global" é uma contradição que muitos cientistas e ambientalistas criticam severamente. Em vez de cobrir o solo do interior com painéis, a prioridade deveria ser cobrir as coberturas de armazéns, zonas industriais, parques de estacionamento e habitações no litoral e cidades. O edificado urbano já é solo impermeabilizado. Usá-lo para a produção solar evitaria o conflito pelo uso do solo rústico e florestal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115291	Discordância	Manifesto a minha oposição ao PSZAER por considerar que o plano não assegura um equilíbrio adequado entre a transição energética, a proteção ambiental, o ordenamento do território e os direitos das populações. Impacto ambiental e biodiversidade: O plano reduz critérios de proteção de áreas com elevado valor ecológico e agrícola, diminui as zonas de salvaguarda de habitats sensíveis e não avalia adequadamente os impactos cumulativos da concentração de grandes projetos. A classificação de áreas como de "baixa sensibilidade" ignora o seu valor agrícola, florestal, paisagístico e social. Considero ainda insuficientes as distâncias de proteção relativamente a áreas protegidas e habitações, bem como a avaliação dos impactos sobre corredores ecológicos, fauna, flora, alterações microclimáticas, ondas de calor e saúde das populações. Impacto socioeconómico: O PSZAER privilegia grandes promotores privados, enquanto os custos do reforço da rede elétrica tendem a ser suportados pelos consumidores. O plano não garante benefícios diretos para as comunidades locais, cria pouco emprego permanente, incentiva a especulação fundiária e coloca em risco atividades como a agricultura, a pastorícia e a floresta. Ordenamento do território: A área abrangida pelas ZAER parece desproporcionada face às necessidades para cumprir as metas energéticas nacionais. Antes da ocupação de solos rurais deveria ser esgotado o potencial de instalação em coberturas de edifícios, parques de estacionamento, zonas industriais e outras áreas já artificializadas. O plano compromete de forma duradoura o território, interfere com a autonomia dos municípios, pode transformar regiões em zonas predominantemente energéticas e cria conflitos com áreas agrícolas estratégicas e perímetros de regadio. Transparência e participação pública: O plano não demonstra de forma clara a necessidade da capacidade adicional proposta, favorece grandes projetos em detrimento da produção descentralizada e reduz a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório
115290	Discordância	O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115286	Discordância	Na qualidade de cidadão, do concelho de Fundão vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115285	Discordância	Na qualidade de cidadão, do concelho de Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. A Transição energética não pode significar sacrifício territorial.Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas;Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas. O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios classificados como vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas . Não comtempla o Afastamento suficiente a áreas protegidas ou áreas sensíveis não classificadas. Denota-se o desrespeito pela autonomia dos municípios, a Ausência de Avaliação de Impacto na Saúde, Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais. Uso Excessivo e Desnecessário do Solo: Critico a demarcação de cerca de 7% do território nacional continental como apto para estas zonas de aceleração rápida, quando os próprios dados técnicos do plano demonstram que basta afetar menos de 1% do território para cumprir as metas de energia até 2030 (definidas no PNEC)	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115284	Discordância	Exmos, Isto é um absurdo, todo o projeto que viabilisa a destruição de recursos naturais na atualidade da crise climática que vivemos, devia automáticamente ser rejeitado. Principalmente se o projeto se justifica com a produção de energia "renovável", que é um exemplo perfeito de greenwashing. Caríssimos, já chega de pôr em causa o nosso futuro em prol dos lucros de alguns no presente. Isto não é serviço público, por favor reconsiderem, sejam mais criativos. A energia renovável tem todo o potencial para melhor a vida de todos, mas também há formas erradas de o fazer, que vão trazer mais consequências que benefícios, e esta é uma delas. Cumprimentos, Ana Vinhas	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115283	Discordância	Discordo da ocupação de vastas áreas naturais por painéis solares e parques eólicos, defendo a prioridade à utilização de áreas já artificializadas e infraestruturas existentes.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115282	Discordância	Pronúncia Desfavorável ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho apresentar pronúncia desfavorável à proposta, por considerar que a mesma não demonstra, de forma suficiente, a compatibilização entre a necessária aceleração da produção de energia renovável e as exigências legais de proteção do ambiente, ordenamento do território, participação pública e salvaguarda dos recursos naturais. A Constituição da República Portuguesa estabelece, no artigo 66.º, que todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Estado prevenir e controlar a poluição, ordenar e promover o ordenamento do território e assegurar a utilização racional dos recursos naturais, no respeito pelo princípio do desenvolvimento sustentável. A Lei n.º 19/2014, de 14 de abril (Lei de Bases do Ambiente) consagra os princípios da prevenção, da precaução, da integração, da responsabilidade ambiental e da utilização sustentável dos recursos naturais. Estes princípios impõem que qualquer política pública suscetível de produzir impactes significativos no território demonstre, de forma objetiva e transparente, que foram avaliadas todas as alternativas razoáveis e que foram adotadas as soluções de menor impacte ambiental. Por sua vez, a Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro (Lei de Bases do Clima) determina que a transição climática deve respeitar simultaneamente os objetivos de conservação da biodiversidade, da proteção dos ecossistemas, da coesão territorial e da justiça intergeracional, não podendo a urgência da descarbonização justificar soluções que comprometam outros valores ambientais constitucionalmente protegidos. Nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2015, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), os programas setoriais devem articular-se com os restantes instrumentos de gestão territorial e demonstrar a compatibilidade das respetivas opções com os diversos interesses públicos presentes no território. O PSZAER não evidencia, de forma suficientemente detalhada, como foi assegurada essa articulação relativamente aos Planos Diretores Municipais, às áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN), na Reserva Ecológica Nacional (REN), nas áreas classificadas da Rede Natura 2000, nas paisagens protegidas e noutros instrumentos de proteção territorial	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115281	Discordância	In my opinion, it is disgraceful to polute this nature reserve and area of natural beauty with massive sdolar projects. No farmland or nature reserves shoul deven be considered to be replaced or plastered with solar panels. Instead those solar panels shoul dbe placed on existing roofs, parking lots of supermarkets and EV chasrging staitonsv(most of them do not even have shade in portugal and that majes the charging process insufficient because of the temperatur of the battery). So a clear and loud no to any mega solar panel project.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115280	Discordância	Discordo plenamente da instalação de parques fotovoltaicos na Serra da Gardunha. Para gerar energia verdadeiramente verde os painéis solares devem ser instalados nos telhados das habitações e não em áreas florestais ou agrícolas, pois para isso e preciso a desflorestação dessas áreas, destruindo o habitat de inúmeras espécies, o que causa um enorme impacto na natureza e também no clima. A Serra da Gardunha é um património natural que deve ser valorizado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115279	Discordância	Exmos Senhores e Senhoras, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o oeste da Bahia, e por este meio manifesto a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. O plano prevê o fornecimento de energia a quase o dobro do número de habitações existentes em todo o distrito de Beja, o que parece estar a pedir-nos para assumir o encargo de outra região, a um custo enorme para a nossa qualidade de vida e para o nosso modo de vida tradicional no Alentejo. Caso sejam implementadas turbinas eólicas, a sua localização no litoral oeste parece mais lógica. Existe uma ampla área de terras altas não agrícolas viradas para o Atlântico, a norte e a sul da Carrapateira, que teriam ventos mais fortes e já têm melhores acessos para as fases de construção e manutenção. Embora as turbinas eólicas sejam muito eficientes na geração de eletricidade, dependem de ventos que podem ser intermitentes tão longe da costa, pelo que um sistema de instalações solares faria mais sentido em muitos aspetos. Esta preocupação dá-se no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante que afeta o turismo, a vida selvagem e a saúde humana. Parece que o Alentejo está a ser solicitado a suportar um fardo muito maior do que o seu, e não de uma forma ponderada	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115278	Discordância	Considero que seria um dano enorme para a paisagem e para a comunidade a implantação deste projeto	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115277	Discordância	Apresento a minha discordância em relação à atual proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), com base nos seguintes fundamentos técnicos, ambientais e territoriais: Pressão Inadmissível sobre o Solo Florestal e Natural: Os dados da proposta indicam que o solo rústico é o principal sacrificado, correspondendo o Espaço Florestal a 78,9% da área total com potencial de aceleração para o solar fotovoltaico e a 71,8% para a energia eólica. Não podemos aceitar o desaparecimento progressivo das áreas verdes e florestais de que o país e as comunidades locais necessitam para a resiliência climática, biodiversidade e bem-estar, sob o pretexto da transição energética. Subutilização do Potencial Descentralizado e Artificializado: O próprio diagnóstico do LNEG demonstra a existência de um potencial técnico gigante em áreas artificializadas (zonas industriais, comerciais, residenciais e infraestruturas), estimado em 23,33 GW de capacidade instalada e 36,84 TWh de geração anual de eletricidade. A estratégia nacional deve, obrigatoriamente, esgotar e criar incentivos regulamentares e financeiros robustos para esta produção descentralizada junto aos centros de consumo antes de autorizar a destruição de ecossistemas verdes contínuos em solo rústico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115276	Discordância	Não quero painéis solares nesta zona	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115274	Discordância	Seguem os argumentos para rejeitar integralmente este plano: ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram. Ameaça aos corredores ecológicos: O mapeamento das zonas de aceleração não respeita devidamente os corredores que permitem a deslocação e sobrevivência de espécies ameaçadas, como o lince-ibérico ou aves de rapina, pondo em causa a conectividade dos ecossistemas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115273	Discordância	As populações são soberanas e aqui queremos vida saudável e natureza vibrante que empurre a nossa economia para a frente. Os danos e perdas de valor, o dano para a saúde mental comprovados e efeitos no aquecimento local pela ausência de floresta, o reduzidissimo numero de postos de trabalho, o destino dos rendimentos para fora da região obrigam ao chumbo definitivo de qualquer destas iniciativas. Todos os prédios, todas as fábricas, todo o comercio tem de ter os seus paineis nos seus telhados e propriedades	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115272	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha indignação pela forma como zonas agricolas e florestais estão a ser destruídas pelo campos de paineis solares. Uma vez que implicam a destruição de biodiversidade e de milhares de árvores, os principais agentes de descarbonizacao, há algo de profundamente errado nesta politica. A alteração da paisagem num pais em que a indústria turistica tem um papel importante torna esta politica ainda mais incoerente. Os paines solares podem e devem existir em estruturas mas NUNCA implicar a destruição de árvores, terrenos agricolas e biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115271	Discordância	- O prazo de consulta pública é demasiado curto o que impossibilita a população e autarquias de analisar o número elevado de páginas de documentação técnica. - Impacto ambiental e na biodiversidade: destruição de habitats, abate de áreas florestais e consequente degradação de solos e paisagens. - Impacto na comunidade, locais e território. - Os territórios de baixa densidade não podem ser usados como "plataformas de produção energética para benefício do litoral e dos grandes centros urbanos."	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115270	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia eólica nesta área. A população local, cujas vidas e paisagem serão afectadas negativamente por este projecto, não beneficiará do mesmo. O beneficiário previsto da energia produzida é o Algarve, uma região densamente povoada. Por isso, faz muito mais sentido instalar o parque eólico perto desta região, na Costa Oeste, uma área que concentra atualmente grande parte da atividade eólica. Isto tornaria o projecto não só mais produtivo, como também exigiria menos infra-estruturas e menos financiamento para fazer chegar a energia aos consumidores. Existem locais potencialmente adequados na zona da Carapateira, que cumprem muito melhor os requisitos do projeto do que São Martinho das Amoreiras. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115268	Discordância	A minha opinião é discordante à necessidade e vontade que movem esta inciativa e espero que não utilizem o dinheiro público para andar com isto para a frente. Se fosse do conhecimento de todos, poucos seriam os que fossem concordar sabendo todos os detalhes e métodos que vão precisar para andar para frente com estes planos. Oxalá parem de pensar unicamente no lucro e possam ser tocados pela opinião dos residentes e dos que destas zonas dependem. Retirar espaço para a pecuária/agricultura/floresta para colocar painéis solares e eólicas será dar um tiro no pé. Coloquem essas estruturas em zonas onde não incomodem ou não ocupem espaço útil, visto que poderão ser colocadas em espaços já seguidos, como telhados, no caso dos painéis. Em relação às eólicas tenho a certeza que encontrarão espaços melhores para elas também. Em Portugal ainda tem qualidade de vida, porque pensamos além do dinheiro e da inovaçao, temos em conta valores importantes como respeito ao próximo e ao ambiente do qual sempre estivemos ligados e sempre nos deu alimento e sustento. E que assim continue. Estou em desacordo com os metodos e resultados que pretendem utilizar para explorar esta ideia, tal como com o factor de não terem em conta a vontade dos residentes ou dependentes destas áreas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115267	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115266	Discordância	Contestação da destruição de zonas verdes e árvores que este projeto implica para o impacto ambiental e destruição de área verde. Aicar painéis em áreas alternativas....	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115264	Reclamação	Tegen !	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
115263	Discordância	Destruir a natureza para plantar painéis solares só destrói o ambiente, o que hipoteticamente se pretende defender. Arvores transformem o cO2 em oxigénio, vidro não. Arvores protegem animais e flora, vidro não. Arvores contribuem para o arrefecimento do solo, vidro não. Arvores contribuem para a formação de nuvens e humidade no ar, vidro não. Arvores defendem o solo da erosão, vidro não. E poderia continuar com outros exemplos. Defendam sim a natureza tal como Deus a criou-	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115262	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do PSZAER por considerar que, embora seja importante acelerar a produção de energia renovável, essa aceleração não deve comprometer uma avaliação rigorosa dos impactes específicos de cada projeto sobre o território. Entendo que a definição das Zonas de Aceleração deve assegurar critérios de seleção mais exigentes, salvaguardar eficazmente a biodiversidade, a paisagem, os solos agrícolas e o património, bem como garantir uma efetiva participação das autarquias e das populações. A simplificação dos procedimentos de licenciamento não deve reduzir a capacidade de identificar e mitigar impactes que apenas se tornam evidentes na fase de desenvolvimento de cada projeto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115260	Discordância	Projecto nocivo para ambiente, faunas, pessoas e região.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115258	Discordância	Apesar de concordar com a necessidade da transição energética para as energias verdes e renováveis, não é através da condenação de território natural e com muitas outras utilidades que se obtém o pretendido. Ao invés, sejam uti,izadas áreas já artificializadas, parques industriais e zonas de pouco ou nenhum sacrifício ecológico.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
115254	Discordância	A transição ecológica deve proteger a natureza, e não destrui-la.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115253	Discordância	Não ponho em causa a importância das energias renováveis, mas manifesto a minha discordância quanto ao PSZAER, por poder causar impactos relevantes na paisagem, biodiversidade, actividade agrícola e florestal, qualidade de vida das populações e valor das propriedades. Considero que estas infraestruturas devem ser planeadas com maior ponderação, transparência e participação local, privilegiando zonas já artificiais, degradadas ou de menor impacto territorial.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115250	Discordância	O Plano do Ministério do Ambiente para Aceleração de Projectos de Energias Renováveis (PSZAER) tem um potencial positivo, mas se é do futuro que se pretende cuidar , então que esse futuro não seja posto em causa pela pressao, pela ignorância, pela ganancia,e pela falta de respeito pelas pessoas, comunidades e pelo ambiente. 1. AS COMUNIDADES DEVEM SER EFECTIVAMENTE OUVIDAS O diálogo entre autoridades locais, empresas promotoras e populações deve ser próximo e transparente, em conformidade com as exigentes normas europeias. Infelizmente, este tipo de projectos tem sido desenvolvido com secretismo, sem que as populações sejam devidamente informadas de TODAS as suas potenciais consequências negativas e irreversíveis. 2. DEVE HAVER O MÁXIMO RIGOR TÉCNICO E AMBIENTAL TODAS as Avaliações de Impacte Ambiental (AIA) devem ser realizadas em qualquer projecto, sem excepção, para apurar as consequências na saúde e no bem-estar das populações, considerando todos os tipos de poluição – incluindo a sonora (audível) e as vibrações (não audíveis). Devem ser igualmente avaliados os efeitos visuais e paisagísticos decorrentes da industrialização das paisagens rurais com painéis solares ou aerogeradores. A sua proximidade a habitações e comunidade é algo assustador e revelador da falta de ética e escrúpulos que são uma constante nos diferentes projectos existentes. Não são aceitáveis atalhos burocráticos que facilitem licenciamentos directos, ignorando zonas legalmente protegidas ou Planos Directores Municipais, ou provoquem degradação dos solos, contaminação de cursos de água e perda de biodiversidade. A título de exemplo: como foi possível o Parque Eólico do Paiva ter sido projectado para zonas sensíveis no	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115249	Discordância	Considero a instalação de parques de energias renováveis um absurdo e por várias razões: 1. O que realmente ajuda a baixar a temperatura é o arvoredo. 2. Transformar as terras agrícolas em parques solares, é assumir que os produtos agrícolas pecuários, etc. terão de vir de outro país, o que para além de, em termos ecológicos (poluição pelo transporte) não faz sentido, para além de nos tornar ainda mais dependentes de outros países que, poderão ditar as condições de venda. Isto é, limitar a nossa independência. 3. A dita revolução energética, na prática, representa mais exploração mineira, mais destruição do meio ambiente (mais consumo de água, mais destruição dos eco-sistemas. 4. Em resumo, é mais do mesmo. Uma campanha publicitária, para ajudar a manter a economia a rodar, o consumo a aumentar e depois, o deserto.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115248	Discordância	Totalmente contra este projeto, que destrói os nossos ecossistemas. Os pareceres do ICNF identificam preocupações: • fragmentação de habitats; • efeito barreira; • perturbação da avifauna; • impactes cumulativos; • perda de naturalidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115244	Discordância	Preocupação sobre parques soltares erosão; • compactação dos solos; • escorrência superficial; • degradação de linhas de água; • alteração dos padrões de drenagem; • redução da capacidade de retenção hídrica. Aumento das temperaturas Uso herbicidas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115243	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Faro vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115242	Discordância	O impacto ambiental é vergonhoso. Não contribui em nada para as populações da Beira. Discordo completamente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115241	Discordância	Discordo por ser necessária a preservação das nossas paisagens e da natureza que nelas vive, a proteção da biodiversidade e das populações locais, a defesa do património cultural e porque soluções supostamente verdes que atacam a biodiversidade e a natureza são verdes só de fachada. Têm que se encontrar urgentemente soluções para a energia verde que não destrua aquilo que supostamente vêm proteger e que sejam verdadeiramente ecológicas.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115240	Discordância	1. Lacunas Detetadas • Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. • Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. . Não apresenta alternativas criando políticas, nomeadamente através do fundo ambiental para promover a microgeração. Curiosamente em Portugal não há telhados cobertos por painéis solares nem eólicas de pequena e média dimensão. Antes de oferecer o território público ao interesse privado deve ser concretizado o equipamento dos telhados dos edifícios deste país. Antes de ceder o território deve o governo priorizar a colocação de eólicas no Oceano Atlântico e painéis solares flutuantes em albufeiras. Outra recomendação é criar projetos-piloto com as universidades para promover a inovação na área da energia. Estas são prioridades. As mega centrais são devastadoras para o território e este fenómeno idêntico ao que aconteceu nos anos 80 com a permissão do Estado para a ocupação do território com monocultura de eucalipto. O que temos agora são incêndios de proporções nunca vistos que matam a população e o meio ambiente. 2. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: • Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. • Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115239	Discordância	Não podemos perder a resilencia climática con o projeto assim! Se já existem mortes associadas ao calor extremo na nossa região e este território já é classificado como climaticamente vulnerável ou muito vulnerável, então deveria ser uma prioridade reforçar a sua capacidade de adaptação, e não promover a ocupação de áreas que contribuem para regular o microclima. Qualquer projeto com potencial para alterar o microclima deve ser avaliado não apenas pelos seus benefícios económicos e energéticos, mas também pelos seus impactos na saúde das populações, na mortalidade evitável, na biodiversidade e na qualidade de vida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115238	Discordância	A Junta de Freguesia de Três Povos manifesta uma posição crítica perante o modelo proposto no Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), atualmente em consulta pública até 15 de julho. Consideramos que este plano pode gerar impactos significativos na paisagem, na biodiversidade, nos ecossistemas locais e na qualidade de vida das populações, sem garantir uma verdadeira participação das comunidades nem o respeito pelo equilíbrio ambiental do nosso território. A transição energética é necessária, mas deve ser feita de forma justa, sustentável e com os territórios — nunca contra eles.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115237	Discordância	Não sou especialista. O texto abaixo retirei-o de um post de Facebook de um cidadão de Penha Garcia. No fundo, “o que é demais, enjoa”. Conta, peso e medida, é o que deve ser tido em conta. Tem que haver lugar para o desfrute da natureza, vida rural, etc. e também conseguir avançar com modos modernos de captação / geração de energia. Harmonia. “ Este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.”	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115236	Reclamação	..	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115235	Discordância	Não entendo como está excluída das zonas previstas para o PSZAER a quase totalidade da melhor zona de radiação solar de Portugal, o Baixo Alentejo A proposta de Programa Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis conduz a um resultado difícil de conciliar com os seus próprios objetivos estratégicos: a quase exclusão do Baixo Alentejo, precisamente a região com maior potencial nacional para produção de energia solar. O concelho de Ourique constitui um exemplo particularmente evidente. Para além de apresentar níveis excecionais de radiação solar, foi escolhido pela REN para a instalação da Subestação de Panóias e da linha Ferreira do Alentejo–Ourique–Tavira, infraestrutura construída especificamente para recolha e transporte da produção fotovoltaica. A omissão desta área nas ZAER representa uma desarticulação entre o planeamento da rede elétrica e o ordenamento do território. A metodologia adotada, baseada na sobreposição sucessiva de critérios de exclusão, acabou por desvalorizar fatores essenciais como a qualidade do recurso solar, a existência de capacidade de ligação à rede e a oportunidade de regeneração de solos degradados através de projetos de energia renovável. Solicita-se, por isso, que a proposta seja revista, introduzindo critérios que valorizem o potencial solar efetivo, a infraestrutura elétrica existente e a inclusão do corredor de Panóias–Ourique entre as áreas elegíveis para ZAER, em coerência com os objetivos nacionais e europeus da transição energética.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115234	Discordância	Assunto da Discordância: Inclusão de áreas urbanas e artificializadas (parques de estacionamento, coberturas de edifícios, zonas industriais e logísticas) como Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis 1. Enquadramento O PSZAER, tal como apresentado, assenta sobretudo na identificação de grandes áreas de solo rústico para instalação de centrais solares e eólicas em regime de aceleração de licenciamento. Reconhecendo o mérito do trabalho técnico desenvolvido (nomeadamente o "Mapa Verde" do LNEG), considero que a proposta atual subaproveita um recurso significativo e de menor conflitualidade territorial e ambiental: as áreas urbanas já artificializadas — parques de estacionamento, coberturas de edifícios comerciais, industriais e logísticos, e infraestruturas equivalentes. 2. Proposta concreta Solicito que o PSZAER passe a incluir explicitamente, como categoria própria de Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, as seguintes tipologias de área urbana/artificializada: - Parques de estacionamento a céu aberto, de grande e média dimensão (comerciais, industriais, públicos), com obrigatoriedade progressiva de cobertura fotovoltaica; - Coberturas de grandes superfícies comerciais, armazéns e pavilhões industriais e logísticos; - Zonas industriais e áreas de localização empresarial já infraestruturadas; - Outras superfícies artificializadas sem uso agrícola, florestal ou de conservação (ex.: antigos aterros, terrenos industriais abandonados). Esta categoria deveria beneficiar do mesmo regime de simplificação e aceleração de licenciamento previsto para as restantes ZAER, dado tratar-se de território já impermeabilizado e sem os riscos de perda de solo agrícola, desflorestação ou fragmentação de habitats associados às centrais em solo rústico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115233	Discordância	b	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115231	Sugestão	Submeto em anexo a minha participação pública individual sobre o PSZAER, relativa ao concelho da Chamusca. O contributo não se opõe à transição energética, mas solicita que a eventual inclusão do território em ZAER dependa de salvaguardas territoriais, benefícios locais verificáveis e condições de execução aplicáveis antes da aprovação e exploração dos projetos.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115230	Discordância	Como cidadão , pai de duas crianças , 2 Junto em anexo um ficheiro com a minha participação sobre esta consulta pública. Mais uma vez o meu concelho, o país o futuro dos meus filhos está a ser posto em causa pelo um sistema hegemónio e tecnocrata de um sistema económico capitalista que tem devastado a casa dos comuns onde vivemos, o planta Terra. Agradeço resposta á minha participação.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115229	Discordância	Discordo plenamente com a estruturação deste projeto. Acho inacreditável o modo como pretende fazer passar mais um projeto que vai devastar consideravelmente a paisagem natural do nosso país	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115228	Discordância	A zona sul da gardunha não necessita de painéis/eolicas!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115226	Discordância	Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo pôr em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. Um exemplo pessoal: Próximo do local onde habito existia uma área florestal de cerca de 2 ha, integrante no que outrora foi uma quinta agrícola de 6 ha	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115225	Discordância	Podemos ter energias renováveis sem destruir as paisagens e recursos que demoraram anos a crescer.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Posição contra a implementação de mega centrais fotovoltaicas	
115223	Discordância	A transição para fontes de energia renovável é um objetivo essencial para combater as alterações climáticas e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. No entanto, esta transição deve ser realizada de forma equilibrada, respeitando o ambiente, a paisagem, o património e as comunidades locais. A instalação de mega centrais fotovoltaicas em áreas de elevado valor natural e cultural levanta preocupações que não podem ser ignoradas. Uma das principais desvantagens destas infraestruturas é a ocupação extensiva do solo. Grandes áreas agrícolas e naturais deixam de desempenhar as suas funções ecológicas, contribuindo para a fragmentação de habitats, a diminuição da biodiversidade e a degradação dos ecossistemas. Além disso, a impermeabilização e compactação do solo podem reduzir a infiltração da água, aumentar a erosão e comprometer a fertilidade dos terrenos a longo prazo. Outro impacto significativo prende-se com a alteração da paisagem. Em regiões de elevado valor patrimonial, como a envolvente de Évora, a instalação de extensos campos de painéis solares modifica profundamente a identidade do território, afetando a sua autenticidade, os seus valores históricos e a qualidade visual da paisagem. Esta transformação pode ainda prejudicar atividades económicas dependentes da valorização do património e do turismo. As mega centrais fotovoltaicas podem igualmente comprometer corredores ecológicos e habitats importantes para diversas espécies da fauna e da flora, reduzindo a conectividade entre ecossistemas e aumentando a pressão sobre áreas ambientalmente sensíveis. Estes efeitos acumulam-se quando vários projetos são implementados na mesma região, originando uma crescente artificialização do território	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115222	Discordância	Boa tarde, antes demais considero o trabalho positivo como guião para um ordenamento do espaço português para a instalação destas estruturas, levando à redução da burocracia e transparência. O que me choca é no final termos, potencialmente, 7% de território português para as energias eólicas e solares. Principalmente para a segunda, cujo impacto visual e no terreno é muitíssmo maior. Em contraponto a eólica tem os riscos sobre a avifauna. Vejo que no sul, Barlavento algarvio e costa oeste, não há muita área disponivel, o que me agrada. Em compensação o Pinhal Interior sofre bastante, o que me entristece sendo eu, Engº Florestal. Aliás, não há uma única referência a esta profissão nos vários documentos. Trabalhando na indústria da celulose, também me entristece ver o eucalipto fora das zonas de exclusão. Se acham bem termos, em Santiago do Cacém, um projecto de 800ha de paineis em vez de eucaliptos. Parece-me um erro também estratégico, porque o segundo maior exportador nacional pertenece a este sector. Existir somente 37.500ha de espaços artificalizados ou degradados dos 663.395ha para o plano, também não entendo. Quando primeiro deveriamos ver a capacidade máxima destes, estimulando os Condiminios de Energia, e juntar o que podemos e devemos subsitituir dos equipamentos já existentes, onde em alguns casos, podemos chegar ao dobro da energia actualmente produzida. No fim, e tendo em conta o necessário de Energia que necessitamos, preencher o que falta. Resumindo, tenho a noção que a transição energética não se faz sem dor e não sou contra, mas potencilamente darmos 7% de projectos PIN/Via Verde para estas duas energias, parecem-me ser manifestamente exagerados. Relembro que no trabalho do LNEG no cenário mais exigente só tinhamos 122k, ou seja, 1,5% do território	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115220	Discordância	Todas as infraestruturas que impliquem o uso extensivo de terrenos têm como consequência serios danos ambientais nunca antes vistos e que vão contribuir para a desertificação do pais. Nada pode ser mais errado do ponto de vista ambiental. Não é justificável o arranque de uma só árvore para esse fim. Há 20 anos foi financiado o plantio de vastas zonas de pinheiros na zona de Alcoutim para evitar a desertificação. Agora está a ser promovida a ocupação dos solos com vastos campos de painéis solares, nesses mesmos campos. É um suicídio ambiental. A energia assim produzida nada tem de limpa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115218	Discordância	Concordo com a autonomia energética, mas não desta a forma, sacrificando o pouco verde que ainda temos e nunca para data centre's ou interesses estrangeiros. Temos de garantir autonomia hídrica e alimentar e criar estas áreas de painéis ou aelicas pode e deve ser nos locais já edificado, nas zonas industriais, nos parques estacionamento e as a eólicas no mar! É mais caro mas que paguem os que querem explorar esses nossos recursos! Nunca mas nunca trocar a natureza por mar preto, seco, sacrificando biodiversidade, tranquilidade, fonte de alimento... Acordem e não vendam a vossa alma ao DIABO. Ficarão na história como os que deram a machadada final em Portugal e acabaram definitivamente com o fruto dos nossos descendentes... Sou inteiramente contra!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115217	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115215	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se possa pôr em perigo a nossa base de sobrevivência já tão fustigada e, em simultâneo, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas, bem como, no contexto em análise, para a descarbonização, pela fixação vegetal do dióxido de carbono. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro, apesar das medidas de minimização habitualmente propostas. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. É um contrassenso. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer os mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental que nos protegem. Considero indispensável que os especialistas e as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidos e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115213	Discordância	As zonas de aceleração da implantação de energias renováveis devem ser repensadas. Estes pontos devem ser implementados nas cidades onde terão menor impacto ambiental, e menores perdas energéticas. Temos que reavaliar as prioridades do país. A prioridade é manter as nossas zonas verdes e tornar as nossas cidades mais sustentáveis, de dentro para fora, independentemente dos custos. Estamos a criar estes pontos de Implantação de Energias Renováveis à custa da nossa natureza e dos nossos recursos naturais porque é o mais barato. E isto é errado. Temos que investir em energias renováveis, não poderia estar mais de acordo, mas nas nossas cidades, e não destruindo habitats de flora e fona fundamentais para nós e para as futuras gerações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115212	Discordância	This will be a huge negative impact on the local environment and habitats in these areas, they should rather be proposed near or in areas that have already been industrialised. It will also prevent people from moving into these areas again and contributing to the economy or agricultural market. This will also increase the temperature in surrounding areas making it much more difficult for those already occupying local land to operate their farms.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115210	Discordância	Rejeito o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território e das comunidades locais. A proposta atual não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me a possivel acelaração do licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão; – que os corredores ecológicos dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) voltem a ser incluídos como critérios de exclusão de áreas	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Por favor. Mais discernimento.	Obrigada pela sua participação.
		Transição energetica tem se ser coerente e integral com outros valores proritarios no terrotorio - pessoas, natureza, pequenos negocios.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Quer participar na Consulta Pública PSZAER e não sabe o que escrever?	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Aqui fica um texto base. É só copiar e colar, ou adaptar.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
115208	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115207	Discordância	ESTE PROJETO PREOCUPA-ME E NAO ENCONTREI INFORMAÇÃO SUFICIENTEMENTE ACESSÍVEL PARA PODER DAR UMA OPINIÃO INFORMADA. Não queremos ficar sem a nossa floresta, o nosso oxigénio.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115206	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de Cidadão do concelho de Torres Novas, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover mega-projetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem em anexo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Miguel Domingos	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115205	Discordância	O prazo de discussão é de 20 dias úteis para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. Uma decisão desta dimensão exige uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Para além disso, a é importante garantir a possibilidade de efetiva recusa dos municipios, e não apenas a de consulta, de modo a que seja verdadeiramente um processo participativo e construido de forma descentralizada. Existem concelhos onde mais de 30% do território está mapeado como zona de aceleração. De que forma é que esta percentagem de afetação territorial pode trazer beneficios concretos para a população que suportem o impacto negativo nos seus recursos hidricos, na paisagem, e na economia local (turismo, agricultura), ou seja concretamente na qualidade de vida das pessoas que aqui moram. A energia produzida nestes territórios vai para a rede nacional e para os mercados europeus.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115204	Discordância	-O plano PSZAER prevê a afetação de mais de 440 mil hectares (cerca de 7% do território continental português) onde projetos de produção de energia renovável possam vir a ser licenciados sem terem um processo de avaliação de impacto ambiental. Os métodos de trabalho do plano PSZAER aparentam ser basicamente uma análise realizada em gabinete com sistema de informação geográfica utilizando uma escala nacional, tendo à partida uma série critérios de exclusão territorial, que em certas situações nem sequer estão atualizados como é o caso da carta de ocupação de solo. Esta análise parece não incluir as especificidades locais que apenas pode ser avaliada à escala municipal através da análise dos planos diretores municipais. -A área resultante dessa análise geográfica é de dimensões exageradas para a dimensão territorial portuguesa, apesar da propaganda de salvaguarda de valores ambientais com exclusão da rede de áreas protegidas. Esta área engloba sobretudo zonas rurais onde a ocupação do solo mais adequada e racional seria a utilização florestal, pecuária. agrícola e de conservação da natureza. -A expansão e eletrificação destes territórios acarreta elevados custos e riscos para as comunidades locais que recebem poucos ou nenhuns benefícios, com exceção de alguns promotores e proprietários privados. -Cada região e cada projecto tem as suas especificidades territoriais e não deve ser dispensado o mecanismo de avaliação de impacto ambiental, a consulta das autarquias e o respeito pelas leis de ordenamento do território. Aliás pelo contrário, os projetos deveriam ser rigorosamente avaliados no que respeita às condições de construção de infraestruturas de produção de energia em territórios cuja ocupação de solo atual é o uso florestal, pecuário e agrícola. -A avaliação deve ser rigorosa, e projetar os impactos relativos à operação e manutenção das infraestruturas e acessibilidades, gestão de risco relativamente a incêndios, e segurança. As condicionantes relacionadas com o risco de incêndio devem ser prioritárias, o PSZAER prevê que se simplifique o licenciamento de infraestruturas energéticas em algumas áreas no interior do país onde o risco de incendio é elevado durante uma parte significativa do ano. As avaliações de impacto ambiental deverão tambem considerar a gestão destes riscos ao longo da vida útil dos projetos e o balanço custo-benefício destes. -Os projetos também deveriam englobar a avaliação económica relacionada com a vida útil das infraestruturas elétricas considerando as componentes da produção, transporte, distribuição	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115202	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115201	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115198	Discordância	Uma autêntica calamidade. Parem de destruir as nossas florestas. Precisamos reflorestar e nao destruir as florestas pelo futuro do nosso ambiente.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115197	Discordância	Não concordo que estraguem a fauna e flora em troca de energias renováveis	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115195	Discordância	Comentário Discordo da implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) nos moldes em que está a ser apresentado. Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que esta não deve ser feita à custa da descaracterização da paisagem, da ocupação excessiva de solos com elevado valor agrícola ou ambiental e da perda de qualidade de vida das populações. A criação de zonas de aceleração pode reduzir o tempo de licenciamento, mas também levanta preocupações quanto à participação efetiva das comunidades locais e à avaliação cuidada dos impactos ambientais e territoriais. É fundamental garantir que cada projeto seja analisado de forma rigorosa e que exista um verdadeiro equilíbrio entre os objetivos climáticos, a proteção do património natural, a biodiversidade, a atividade agrícola e o desenvolvimento sustentável dos territórios. A transição energética é necessária, mas deve ser planeada com transparência, bom senso e respeito pelas populações e pelo território, privilegiando sempre que possível a instalação de energias renováveis em áreas já artificializadas, como zonas industriais, edifícios e infraestruturas existentes, antes de ocupar espaços rurais e naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
115194	Discordância	Este projeto preocupa -O processo de consulta pública do PSZAER peca por falta de detalhe e transparência na disponibilização da cartografia detalhada à escala do cidadão. Definir zonas de aceleração com base em critérios macro sem dar a conhecer aos proprietários locais e residentes o impacto direto nas suas parcelas impede uma participação pública informada, violando o espírito da Diretiva RED III. Adicionalmente, o mecanismo de 'aceleração' retira aos cidadãos e às associações locais a capacidade de contestação ou pronúncia sobre projetos específicos que venham a ser instalados à sua porta, uma vez que o escrutínio ambiental deixa de ser público ao nível do projeto individual. Exige-se a revisão do modelo para garantir que a celeridade procedimental não anule os direitos de oposição das populações afetadasme, não	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115193	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me bastante que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de mega projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115191	Discordância	Pelo respeito pela natureza e pelas gerações futuras.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115188	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas da nossa habitação e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115187	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas da nossa habitação e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115186	Discordância	Manifesto a minha oposição ao PSZAER na forma atualmente proposta, por considerar que a solução apresentada levanta sérias dúvidas do ponto de vista do ordenamento jurídico do território, da tutela ambiental e da efetiva salvaguarda do interesse público. Embora a promoção de energias renováveis seja um objetivo legítimo e necessário, tal objetivo não pode ser prosseguido à custa da compressão indevida de princípios estruturantes, como a prevenção, a precaução, a proporcionalidade, a participação procedimental e a ponderação concreta dos interesses territoriais e ambientais em presença. A definição de zonas de aceleração por via de um programa setorial de escala nacional não pode substituir uma análise casuística suficientemente densa nem dispensar, na prática, a articulação material com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis, designadamente planos municipais e condicionantes ecológicas, agrícolas, paisagísticas e patrimoniais. Uma delimitação excessivamente ampla ou tecnicamente insuficientemente fundamentada pode gerar conflitos com o princípio da legalidade administrativa, com o dever de fundamentação dos atos de planeamento e com a exigência de compatibilização entre políticas setoriais e o uso sustentável do solo. Acresce que a eventual redução do escrutínio procedimental, designadamente por via de mecanismos de licenciamento mais expeditos, não pode significar menor exigência na avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, nem menor densidade na ponderação ambiental exigida pelo regime aplicável. Em particular, preocupa-me a possibilidade de o programa criar uma presunção favorável à localização de projetos em áreas territorialmente sensíveis, com compressão do princípio da prevenção de danos significativos ao ambiente, da proteção da biodiversidade, da paisagem e dos solos com aptidão agrícola ou ecológica relevante. Do ponto de vista jurídico-constitucional, importa ainda recordar que a promoção da produção energética deve ser compatibilizada com o direito ao ambiente e com o dever do Estado de ordenar e proteger racionalmente o território. Um instrumento desta natureza só será legítimo se assegurar participação pública efetiva, transparência na seleção das áreas, critérios objetivos e controláveis, e possibilidade real de correção de erros de delimitação. Sem essas garantias, o programa corre o risco de se transformar num mecanismo de aceleração administrativa insuficientemente densificado em termos de legalidade material e de tutela dos interesses difusos envolvidos.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115185	Discordância	Este projecto deixa-me preocupada ainda para mais quando não sinto que está a ser passada à população a informação necessária, precisamos ser esclarecidos para podermos ter e dar opiniões informadas. Obrigada	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115180	Discordância	não deve avançar	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115179	Discordância	1. O processo não foi sério nem transparente O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merece uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas. 2. O mapa tem erros O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estou a ser consultado sobre um programa construído sobre uma cartografia que o seu próprio autor reconhece ser incompleta. 3. Os solos agrícolas não estão protegidos A Reserva Agrícola Nacional não abrange todos os solos com função produtiva real. Há solos de regadio, olivais, culturas permanentes e sistemas agrosilvopastoris que não estão classificados como RAN mas que sustentam economias locais, alimentam famílias e dão sentido a este território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115178	Discordância	Contra a destruição do nosso país e, obviamente, contra o sacrificio do interior pelo pseudo-desenvolvimento do litoral. Já roubaram as gentes ao interior, deixem a natureza, a agricultura e a pastorícia em paz.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115175	Discordância	A meta do PSZAER para a energia solar de 20,8 GW significa cerca de 20.000 hectares- no entanto, o mapa de zonas do PSZAER indica 357.347 hectares para solar e mais 85.321 para eólico - o que significa dezoito vezes o que o país precisa para cumprir a meta dos 20,8 GW à custa de terrenos aráveis, ecossistemas e património ambiental e cultural. Solicito pois, a quem pode e deve defender o património ambiental e cultural do país que de facto o faça; e a quem compete cumprir à regra a lei e as diretivas que a guiam que de facto as cumpra e que limite os planos à sustentabilidade e à defesa dos interesses da população. E solicito a quem deve elaborar um plano da importância do PNEC que se debruce sobre os perigos irreversíveis que o plano apresentado e que os corrija. A transição energética exige um plano rigoroso com metas concretas que resultem e que não destruam opções reais que têm que ser concretizadas no tempo exigido e com as verbas disponíveis, verbas que desde modo se perdem e que implicam perdas irreparáveis em património ambiental, cultural e por isso, perdas para a economia, quer no desperdício de fundos, quer no incumprimento de objetivos de auto sustentabilidade e de resiliência no futuro para a agricultura, turismo e energia. A transição energética tem que: - Utilizar infraestruturas existentes que podem e devem tornar atividades e edifícios auto sustentáveis. Há exemplos de utilização de estradas, comboios, transportes, parques de estacionamento, grandes superfícies, edifícios, escolas, condomínios de produção solar; - Proibição do recurso a parques solares em todos e quaisquer terrenos classificados para potencial agrícola de A1 a A4;. - Ainda assim, e caso insistam nos parques solares que outros países evoluídos estão a proibir - limitem ao menos as zonas e os terrenos - que devem ser apenas terrenos de classe 0 que não sirvam nem remotamente para agricultura; e ainda assim apoiem nessas zonas a criação de fábricas que associem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115174	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas da nossa habitação e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115173	Discordância	Exmos. Senhores, Venho por este meio apresentar a minha discordância relativamente à inclusão ou eventual utilização de zonas florestais como áreas preferenciais para a instalação de projetos de energias renováveis no âmbito do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Quero deixar claro que não sou contra a transição energética nem contra a instalação de energias renováveis. Pelo contrário, considero essencial aumentar a produção de energia limpa e reduzir a dependência de fontes poluentes. No entanto, discordo que essa expansão seja feita à custa de zonas florestais quando existem alternativas de menor impacte ambiental, nomeadamente telhados de armazéns, edifícios públicos, superfícies comerciais, parques industriais, parques de estacionamento, zonas logísticas, áreas já impermeabilizadas, terrenos degradados, antigas pedreiras, aterros e outras superfícies artificializadas. A própria orientação europeia para a identificação de zonas de aceleração renovável aponta para a prioridade a superfícies artificiais e construídas, como telhados, parques de estacionamento, infraestruturas de transporte, zonas industriais, minas, aterros, massas de água artificiais e terrenos degradados não utilizáveis para agricultura. Assim, não faz sentido avançar para zonas florestais sem antes demonstrar, de forma clara e transparente, que estas alternativas foram devidamente avaliadas e priorizadas. Também a estratégia europeia para a energia solar e a Diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios reforçam a importância de aproveitar edifícios residenciais e não residenciais para a instalação de energia solar. A Comissão Europeia identifica os telhados, fachadas, varandas, terraços e estruturas próximas dos edifícios, incluindo parques de estacionamento cobertos, como locais adequados para instalação de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115172	Discordância	Preocupa-me que a criação de zonas de aceleração possa conduzir a uma concentração significativa de projetos em determinadas regiões do país, sobretudo em territórios de baixa densidade populacional. Estas regiões desempenham um papel essencial na conservação da biodiversidade, na produção agrícola e florestal, na preservação da paisagem e na manutenção do equilíbrio ecológico. A sua transformação progressiva em áreas predominantemente destinadas à produção de energia poderá alterar de forma permanente as características que as distinguem e que sustentam a sua economia. Considero igualmente que o ordenamento do território deve assentar numa visão integrada, onde sejam ponderadas todas as funções desempenhadas por cada espaço. O território não pode ser analisado apenas em função do seu potencial para produzir energia. Deve também ser valorizado pelo seu contributo para a produção de alimentos, para a conservação dos ecossistemas, para o turismo, para o património cultural e para a fixação das populações. É igualmente importante assegurar que a avaliação dos projetos considere os seus impactos cumulativos. A instalação sucessiva de várias centrais solares ou parques eólicos numa mesma região pode originar efeitos que dificilmente são percetíveis quando cada projeto é analisado isoladamente. A alteração da paisagem, a fragmentação dos habitats, a pressão sobre os recursos naturais e os efeitos na atividade económica local devem ser avaliados de forma conjunta e não apenas individual. Por fim, considero essencial reforçar o papel das autarquias locais e das populações nos processos de decisão. Os municípios conhecem profundamente as características do seu território e representam os interesses das comunidades que nele vivem e trabalham. O seu contributo deve ter um peso efetivo na definição das áreas mais adequadas para estes projetos, garantindo que o desenvolvimento das energias renováveis decorre de forma equilibrada e respeitando as especificidades de cada região.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115171	Discordância	Na qualidade de agricultora e de residente numa das zonas abrangidas pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância relativamente à presente proposta. Reconheço a importância da transição energética e da necessidade de investir em fontes de energia renovável para enfrentar as alterações climáticas. Contudo, considero que este objetivo não pode ser alcançado à custa da perda de solos agrícolas, da descaracterização da paisagem rural e da fragilização das comunidades que vivem e trabalham nestes territórios. Enquanto agricultora, vejo diariamente o valor dos solos agrícolas, não apenas como meio de produção, mas como um recurso estratégico para o futuro do país. Num contexto de crescente incerteza climática, aumento dos custos de produção e necessidade de reforçar a segurança alimentar, preocupa-me que terrenos férteis possam ser ocupados por grandes infraestruturas energéticas. Os solos agrícolas são um recurso limitado e insubstituível, cuja preservação deve constituir uma prioridade nacional. A agricultura desempenha um papel muito mais amplo do que a simples produção de alimentos. Os agricultores são responsáveis pela gestão diária da paisagem, pela conservação dos solos, pela manutenção da biodiversidade, pela prevenção de incêndios através do uso e limpeza do território e pela preservação de práticas agrícolas que moldam a identidade das nossas regiões. A substituição destas funções por grandes centrais de produção de energia representa uma transformação profunda do território, cujos impactos podem ser irreversíveis. Preocupa-me igualmente o efeito que estes projetos poderão ter na continuidade da atividade agrícola. A crescente procura de terrenos por parte de empresas do setor energético contribui para a valorização	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115170	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que a produção de energia a partir de fontes renováveis é indispensável para responder aos desafios das alterações climáticas e para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No entanto, a necessidade de acelerar a transição energética não deve justificar uma diminuição do rigor no ordenamento do território nem limitar a capacidade das comunidades influenciarem decisões que terão impactos permanentes na sua qualidade de vida. Uma das minhas principais preocupações prende-se com a centralização das decisões sobre a localização destes projetos. Os municípios conhecem melhor do que qualquer outra entidade as características ambientais, sociais, económicas e culturais do seu território. São também o órgão da administração pública mais próximo das populações e aquele que melhor representa os interesses das comunidades locais. Por esse motivo, considero fundamental que lhes seja reconhecido um papel efetivo e determinante na decisão sobre a instalação de grandes projetos de energias renováveis. A definição de zonas de aceleração não deve reduzir a autonomia do poder local nem diminuir o peso dos pareceres emitidos pelos municípios. São estes que acompanham diariamente a realidade do território, conhecem os seus recursos naturais, as atividades económicas predominantes, os valores patrimoniais e paisagísticos e os projetos de desenvolvimento local. Ignorar este conhecimento poderá conduzir a decisões desajustadas e aumentar os conflitos entre as populações e os promotores dos projetos. Preocupa-me igualmente a possibilidade de uma concentração excessiva de infraestruturas de produção de energia em determinadas regiões, sem que sejam devidamente avaliados os seus efeitos cumulativos. A	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115168	Discordância	Considero que nunca será solução "verde" derrubar árvores e usar terrenos agrícolas para a colocação de painéis solares, o impacto ambiental não será só estético mas vai afetar a fauna e flora, toda a biodiversidade existente nas zonas escolhidas fica comprometida, sequestro de CO2, e toda a diversidade que mantém a terra viva e permite as populações se fixarem desaparecerá. NÃO, essa nunca será a solução. Desertificação do interior em vez de medidas contrárias. Para além da indústria de fabrico de painéis solares ser altamente poluente. Uma enorme contradição. Não às ZAER. Estudem primeiro os reais impatos. Optem por soluções de aproveitamento das zonas industriais dos kms de aotoestrada. NÃO	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115167	Discordância	Na qualidade de cidadão interessado na defesa do território, venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética, da redução das emissões de gases com efeito de estufa e do aumento da produção de energia proveniente de fontes renováveis. No entanto, considero que estes objetivos não podem ser alcançados à custa da degradação do património natural, agrícola, florestal e paisagístico, nem através da redução das garantias de avaliação ambiental e de participação das comunidades locais. O PSZAER procura acelerar o licenciamento de projetos de energias renováveis através da identificação prévia de zonas consideradas adequadas para a sua instalação. Contudo, esta simplificação pode traduzir-se numa menor análise individualizada dos impactes de cada projeto, dificultando a identificação de efeitos específicos que apenas são percetíveis à escala local. A existência de uma avaliação estratégica do programa não deve substituir uma avaliação rigorosa de cada empreendimento, sobretudo quando estão em causa projetos de grande dimensão e com impactos potencialmente irreversíveis. Manifesto igualmente preocupação com a crescente ocupação de solos agrícolas e florestais por infraestruturas de produção de energia. Estes solos desempenham funções essenciais na produção alimentar, na conservação da biodiversidade, na infiltração da água, na prevenção da erosão e na resiliência às alterações climáticas. A sua artificialização representa uma perda difícil de reverter e compromete a sustentabilidade das gerações futuras. Outro aspeto que considero insuficientemente acautelado é o impacto cumulativo resultante da	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a
115166	Discordância	Não podemos apelar à energia verde quando o custo é demasiado elevado. Desflorestar não é a solução. E zonas ardidas devia ser proibido por lei a instalação destes projectos.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
115165	Discordância	Pela falta de consideração pela natureza, ecossistemas e população, discordo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115163	Discordância	Subject: Objection to the Proposed Renewable Energy Acceleration Zone (PSZAER) I would like to submit my objection to the proposed designation of this area as a Renewable Energy Acceleration Zone under the PSZAER programme. While I support the transition to renewable energy and the need to address climate change, I am concerned that the proposed designation may have significant negative impacts on the local environment, landscape, biodiversity, and quality of life of local residents. In particular, I believe that: the environmental and ecological value of the area has not been sufficiently considered; the potential impacts on biodiversity, wildlife, and landscape require further assessment; the interests and concerns of local communities have not been adequately addressed; alternative locations with fewer environmental and social impacts should be considered. I therefore request that this area be excluded from the proposed Renewable Energy Acceleration Zones until a more comprehensive assessment and consultation process has been carried out.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115161	Discordância	A meta do PNEC para a energia solar de 20,8 GW significa cerca de 20.000 hectares. No entanto o mapa de zonas indica 357.347 hectares para solar e mais 85.321 para eólico - o que significa dezoito vezes o que o país precisa para cumprir a meta dos 20,8 GW à custa de terrenos aráveis, ecossistemas e património ambiental e cultural. Solicito pois, a quem pode e deve defender o património ambiental e cultural do país que de facto o faça; e a quem compete cumprir à regra a lei e as diretivas que a guiam que de facto as cumpra e que limite os planos à sustentabilidade e à defesa dos interesses da população. E solicito a quem deve elaborar um plano da importância do PNEC que se debruce sobre os perigos irreversíveis que o plano apresentado e que os corrija. A transição energética exige um plano rigoroso com metas concretas que resultem e que não destruam opções reais que têm que ser concretizadas no tempo exigido e com as verbas disponíveis, verbas que desde modo se perdem e que implicam perdas irreparáveis em património ambiental, cultural e por isso, perdas para a economia, quer no desperdício de fundos, quer no incumprimento de objetivos de auto sustentabilidade e de resiliência no futuro para a agricultura, turismo e energia. A transição energética tem que: - Utilizar infraestruturas existentes que podem e devem tornar atividades e edifícios auto sustentáveis. Há exemplos de utilização de estradas, comboios, transportes, parques de estacionamento, grandes superfícies, edifícios, escolas, condomínios de produção solar; - Proibição do recurso a parques solares em todos e quaisquer terrenos classificados para potencial agrícola de A1 a A4;. - Ainda assim, e caso insistam nos parques solares que outros países evoluídos estão a proibir - limitem ao menos as zonas e os terrenos - que devem ser apenas terrenos de classe 0 que não sirvam nem remotamente para agricultura; e ainda assim apoiem nessas zonas a criação de fábricas que associem objetivos de energia solar e produção de fertilizantes naturais por exemplo, ou reaproveitamento de fibras orgânicas ou outra atividade que resolva o excesso de lixo e que produzam energia; e limitem esses parques	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115160	Discordância	As necessidades energéticas de setores de utilidade dúbia, incluindo parques solares para alimentar data centers para AI, não podem ser mais importantes que a preservação de ecossistemas. O planeta já está danificado que chegue, não precisamos de substituir o verde por metal e vidro. E Portugal já está mais que explorado por interesses extrativos que beneficiam muito poucos, sem que haja um retorno efetivo para a qualidade de vida da maior parte dos seus habitantes. Os portugueses estão mais pobres e não são os subsídios/isenções fiscais a indústrias extrativas e a setores de baixo valor acrescentado que lhes vão trazer riqueza. Havendo necessidade de aumentar a produção de energia renovável que não é grid-forming, o que deve ser seriamente ponderado dados os riscos de novos apagões sem haver capacidade de blackstart e o facto dos recursos do planeta não serem infinitos (o "R`" mais importante é o primeiro: "Reduzir"), deverá ser dada prioridade a zonas já ocupadas, como os telhados de edifícios, parques de estacionamento e separadores de auto-estradas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115159	Discordância	Vocês devem pensar que o povo é burro! Vamos mobilizar todas as pessoas que conseguirmos para vos impedir de vender o nosso país a outros interesses.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115158	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115157	Discordância	não concordo. destruir paisagem para exportar energia. mudei-me para oleiros há 4 anos, pelo sossego, pela natureza, pela qualidade de vida. não quero a paisagem destruída com painéis solares.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115156	Discordância	Discordo plenamente desse projeto que irá destruir a biodiversidade e aumentar o aquecimento da região para encher o bolso da burguesia. Porque não colocam painéis na cidade em cima dos prédios ao invés de assassinar árvores e animais?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115155	Discordância	Ex.mo.(a) Senhor(a), Apresento a minha participação na consulta pública relativa à proposta de delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), manifestando a minha discordância com a inclusão de áreas florestais e outros territórios de elevado valor ambiental. A necessidade de aumentar a produção de energia renovável é inquestionável. No entanto, a concretização desse objetivo deve respeitar os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento equilibrado. A proteção da floresta, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da paisagem deve continuar a ser uma prioridade das políticas públicas. Na minha opinião, a proposta não demonstra que tenham sido devidamente avaliadas alternativas de localização em áreas já ocupadas ou degradadas, como parques industriais, coberturas de edifícios, antigas explorações mineiras, pedreiras desativadas ou aterros encerrados. Estas soluções deveriam ser privilegiadas antes da ocupação de solos florestais. A floresta portuguesa presta serviços ambientais fundamentais. Para além de capturar carbono, protege os solos, regula o ciclo da água, reduz o risco de erosão e sustenta importantes atividades económicas ligadas à produção florestal. A sua substituição por grandes infraestruturas energéticas poderá representar uma perda irreversível de património natural e de capacidade produtiva. Considero igualmente que as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), os terrenos baldios e as áreas florestais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115152	Discordância	Ex.mo(a). Senhor(a), No âmbito da presente consulta pública, venho manifestar a minha preocupação relativamente à proposta de delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER). A transição energética é indispensável para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e combater as alterações climáticas. No entanto, esta transição deve ser realizada de forma equilibrada, respeitando os restantes valores ambientais e territoriais. A produção de energia renovável não pode ser promovida à custa da destruição dos recursos naturais que também são essenciais para enfrentar a crise climática. Considero que a proposta apresentada não demonstra ter privilegiado, em primeiro lugar, áreas já artificializadas ou degradadas, como edifícios, zonas industriais, antigas áreas mineiras, pedreiras desativadas ou aterros encerrados. Em vez disso, admite a possibilidade de ocupar áreas florestais que desempenham funções ambientais e económicas de enorme importância. A floresta portuguesa constitui um dos principais sumidouros de carbono do país, protege os solos da erosão, contribui para a retenção e infiltração da água, preserva a biodiversidade e apoia atividades económicas fundamentais ligadas à fileira florestal. A sua conversão para grandes infraestruturas energéticas poderá causar impactos irreversíveis e reduzir a capacidade de adaptação às alterações climáticas. Também considero essencial que sejam devidamente protegidas as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), os terrenos baldios e outras áreas cuja gestão coletiva ou função produtiva justifica uma proteção acrescida	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115151	Discordância	Na qualidade de cidadã vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115150	Discordância	Energias renováveis não podem nunca passar pela destruição da Natureza, do património natural, flora e fauna.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115149	Discordância	Ex.mo(a). Senhor(a), Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta de delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), por considerar que a mesma não assegura o necessário equilíbrio entre a transição energética e a proteção do património natural, florestal e territorial. Reconheço a importância da descarbonização e da expansão das energias renováveis para o cumprimento das metas climáticas nacionais e europeias. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estabelece que estes objetivos devem ser compatibilizados com outros interesses públicos igualmente relevantes, como a conservação da natureza, a gestão sustentável da floresta, a biodiversidade e o ordenamento do território. Na proposta em consulta identificam-se várias lacunas. Desde logo, não é demonstrado que tenham sido devidamente consideradas condicionantes territoriais relevantes, como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Também não é apresentada uma análise comparativa de alternativas que demonstre ter sido esgotado o potencial de instalação de projetos em áreas já artificializadas ou degradadas, como coberturas de edifícios, zonas industriais, antigas explorações mineiras, pedreiras desativadas ou aterros encerrados, antes de serem incluídas extensas áreas florestais. A floresta portuguesa constitui um ativo estratégico nacional e não deve ser encarada como um espaço disponível para ocupação industrial. Para além da sua importância económica, desempenha funções ambientais essenciais, sendo um dos principais sumidouros naturais de carbono, regulando o ciclo hidrológico, protegendo os solos contra a erosão, promovendo a infiltração da água e contribuindo para a adaptação às alterações climáticas. A sua conversão para grandes infraestruturas energéticas pode comprometer precisamente os objetivos ambientais que a transição energética pretende alcançar	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115146	Discordância	desvalorização da terra, destruição de ecossistemas locais, proximidade a áreas residenciais ou impactos no turismo rural	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115145	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115143	Discordância	Exmos(as) Senhores(as), Venho, pelo presente meio, manifestar a minha total e absoluta discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), tal como se encontra atualmente apresentado a consulta pública, por considerar que o mesmo é profundamente lesivo para o nosso território, para o património natural e para as populações, pelas enormíssimas consequências que terá a artificialização de tão vastas áreas, com a inerente destruição de solo florestal e agrícola que lhes está associada. 1. Um programa que se desvia do que lhe foi mandatado O PSZAER foi elaborado com base nas especificações definidas no Despacho n.º 1532-B/2026, que estabelece, entre outros, que o mesmo deve "promover o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis de forma ordenada e sustentável" (alínea b), "garantir a compatibilização do PSZAER com os instrumentos de gestão territorial em vigor" (alínea d) e "assegurar a proteção ambiental e paisagística, considerando os valores naturais e culturais em presença no território" (alínea e). Nenhum destes objetivos é cumprido pela proposta em consulta. O mapa de ZAER sobrepõe-se, em diversos municípios, aos respetivos Planos Diretores Municipais, pretendendo substituir-se-lhes em vez de com eles se compatibilizar. E, contrariamente à exigência de proteção ambiental e paisagística, as ZAER definidas incidem, quase na sua totalidade, sobre solo rústico, agrícola e florestal — precisamente o tipo de território que o próprio Despacho manda proteger.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115142	Discordância	DEIXEM DE DESTRUIR O PAÍS!!!! PORTUGAL TEM TENHADIS E PATQUES DE ESTACIONAMENTO SUFICIENTES PARA COLOCAR PAINÉIS SOMARES SEM MEXER NUM GRÃO DE TERRA - a vossa sofreguidão por dinheiro é doentia!!!! E	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115140	Discordância	Venho por este meio apresentar a minha firme contestação à delimitação proposta para as áreas de aceleração de energias renováveis no concelho de Águeda, Vouzela, Tondela, com base nos seguintes fundamentos e da salvaguarda local: -Impacto na Biodiversidade e Linhas de Água: As áreas propostas intersetam ecossistemas sensíveis, linhas de água e zonas de recarga de aquíferos essenciais para o abastecimento local, colocando em risco a fauna e a flora locais. -Proximidade Excessiva a Núcleos Urbanos: A proximidade das parcelas delimitadas a habitações viola o direito ao bem-estar, introduzindo forte impacto visual, desvalorização patrimonial imobiliária e potenciais riscos de ruído e segurança para as populações residentes. -Salvaguarda do Solo e Atividades Económicas: A afetação destes terrenos prejudica diretamente áreas com aptidão agrícola (RAN) ou florestal, desrespeitando o ordenamento do território e os planos de desenvolvimento turístico e paisagístico da região de [Águeda / Vouzela / Tondela]. -Acumulação de Riscos e Impacto Cumulativo: Estas regiões tem sofrido pressões ambientais severas e recorrentes, nomeadamente monoculturas e incêndios florestais, que acontecem devido a interesses obscuros...como este?, pelo que a instalação massiva de infraestruturas industriais renováveis, sem uma avaliação de impacte cumulativo detalhada fragilizará ainda mais o território. Face ao exposto, solicito a exclusão total ou redefinição urgente das parcelas delimitadas para este concelho no âmbito do "Mapa Verde" do LNEG, de modo a garantir a proteção das populações e a integridade do nosso território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115138	Discordância	Estou contra a exploração intensiva na região rural de Penamacor onde tenho casa e vou ficar prejudicado. É tudo contra o mapa verde e isto de verde não tem nada.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115136	Discordância	As megacentrais não são solução. A solução passa por comunidades energéticas. Mais desflorestação é prejudicar o nosso futuro.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115135	Discordância	Considero desproporcional a área de ocupação relativamente ao território nacional não correspondendo às necessidades energéticas do país . Numa época em que experimentamos na pele as consequências das mudanças climáticas, deverá ser privilegiada a gestão da água para consumo humano, animal e agrícola. A reflorestação e a recuperação das áreas ardidas nos anos precedentes e das que foram devastadas pelas intempéries deverá contribuir para o equilíbrio do clima a nível da humidade e temperatura. Perante questões de vida ou morte, de sobrevivência, a prioridade não pode ser a energia. Também a nível paisagístico e da biodiversidade o impacto será negativo, defraudando as pessoas que investiram no turismo de natureza nas regiões abrangidas. Não vai criar postos de trabalho, retirando alternativas de rendimento - exploração florestal, agrícola e pecuária- para os terrenos o que contribuirá para a maior desertificação do país. Existem alternativas para a instalação destes equipamentos, em edifícios e coberturas para sombra, sem pôr em causa o ambiente natural.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115134	Discordância	Perante as alteracoes climáticas, a utilização dos solos devera ser para produzir alimento para TODOS.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115132	Discordância	Portugal sempre teve missão de ser um jardim de maravilha humano exemplar . Ecologia deve seguir um tamanho respeitoso da natureza , do equilíbrio dos elementos . Crear indústria ecológica é um conceito adverso a própria ecologia que nasce de espírito inspirado e poetas a solta tal como Agostinho da Silva muito bem descreveu e não montes a perda de vista com paneis solares a arder a terra , arrancar árvores e abrir minas .. Tudo isto obviamente foi errado mas agora já se torna perverso . Nos sabemos muito bem que precisamos de compor na natureza com a natureza . por isso DIVERGÊNCIA total.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115131	Discordância	Venho por este meio mostrar a minha discordância neste programa. A implementação de zonas de energias renováveis tem de ser sempre muito bem estudada, podem existir impactos socioeconómicas e ecológicos muito graves. A transição para energias renováveis não pode ser a qualquer custo e servir para greenwashing. As zonas rurais e florestais são zonas que têm de ser protegidas e mantidas, regeneradas e não fracturadas, as populações dependem delas assim como dos ecossistemas que delas fazem parte.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115130	Discordância	A exploração de energias renováveis apenas deverá ser aprovada caso não haja ocupação de terrenos em áreas rurais, reservas agrícolas e reservas naturais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115129	Concordância	A existência deste Programa é fundamental para conhecer as zonas com potencial pars a instalação de infraestruturas de produção de energias renováveis de origem solar, fotovoltaica e eólica. Por outro lado, permite a aceleração das de projectos de investimento, desde que se enquadrem nos parâmetros e condicionalismos pré-estabelecidos, dispensando a elaboração, projecto a projecto, de estudos de impacto no meio em que se inserem.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115128	Discordância	Eu me oponho à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Reconheço que é importante produzir energia renovável, mas a preservação e a proteção das áreas agrícolas e florestais é mais importante, no meu ponto de vista. Esses grandes projetos energéticos promovem uma artificialização do território e comprometem recursos naturais dificilmente recuperáveis no futuro. Um projeto como esse traz riscos para a saúde de pessoas, animais e vegetação, devido às mudanças climáticas que serão provocadas. É preponderante preservar as zonas naturais e as árvores para manter a temperatura e o clima em boas condições. Como alternativa, o ideal seria a instalação dessas infraestruturas de produção de energia renovável em áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por isso, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115127	Discordância	Com toda a perda de árvores e animais, bem como a redução de retenção de água e a descaracterização da paizagem sou contra. Apostem na colocação de paineis em casa casa e emcada prédio. "Small is beautiful"	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115126	Geral	A invasão do território por manchas extensas de painéis é um atentado ambiental e estético. Há muitos espaços para colocar os painéis, como outros países começaram a fazer: nos telhados de armazéns, centros comerciais, até no espaço entre os carris em linhas férreas.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115125	Discordância	Somos residentes em Aldeia das Amoreiras, no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas da nossa habitação e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115124	Discordância	Exmos Senhores Na qualidade de cidadã do concelho de Arraiolos, distrito de Évora, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efetivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objetivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo individual e coletivo, as comunidades de energia renovável, o pequeno sistema agrovoltaico integrado, as pequenas centrais em zonas degradadas e/ou artificializadas e os sistemas locais de armazenamento associados, como aliás é considerado prioritário pela diretiva RED III que este este Plano Setorial pretende cumprir. Sem entrar em análises sobre o valor intrínseco deste trabalho, o que posso afirmar, com base no conhecimento do terreno, é que a forma como estão desenhadas as "manchas" no concelho de Évora configura um erro inaceitável. Só há um critério aplicável a	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115123	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se possa pôr em perigo a nossa base de sobrevivência já tão fustigada e, em simultâneo, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas, bem como, no contexto em análise, para a descarbonização, pela fixação vegetal do dióxido de carbono. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro, apesar das medidas de minimização habitualmente propostas. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. É um contrassenso. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer os mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental que nos protegem. Considero indispensável que os especialistas e as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidos e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115122	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115120	Discordância	Emito um parecer de discordância e sinto-me no dever de alertar para a insuficiência grave de dados estruturais que deveriam preceder qualquer decisão governamental, estamos perante um modelo predatório de transição energética. Não há uma única Análise Custo-Benefício macroeconómica que quantifique financeiramente a perda irreversível de ecossistemas ou a desvalorização imobiliária e turística rústica. Sem uma análise Custo-Benefício macroeconómica devidamente fundamentada a este nível é profundamente errado e preocupante sequer considerar uma medida deste género. A perda irreversível de ecossistemas ou a desvalorização imobiliária e turística rústica NÃO TEM CUSTO ZERO - Tem um custo extremamente elevado , que deve ser de forma aproximada QUANTIFICADO e MEDIDO antes de sequer proceder a qualquer plano ou proposta. Estamos perante uma reconfiguração predatória disfarçada de virtude ambiental, onde o Estado se prepara para socializar as perdas e privatizar os lucros. Vi os próprios relatórios territoriais evocarem os conceitos sombrios de green grabbing e green sacrifice zones para descrever o destino que aguarda o país. A estratégia desenhada esmaga os espaços rústicos e florestais do interior — visando massivamente o Pinhal do Centro, a Beira Baixa e o Médio Tejo — para alimentar indústrias e data centers distantes, enquanto as populações locais ficam com os custos externos. São elas que suportam o ruído, a destruição de habitats e a industrialização horizontal da paisagem, sendo compensadas por autênticos "amendoins". As rendas fundiárias privadas pagas a um punhado de proprietários não constituem um benefício social coletivo; são um veneno que cria clivagens e destrói a coesão de comunidades inteiras que assistem, impotentes, à extração de valor das suas terras sem verem qualquer impacto na redução direta das suas faturas de eletricidade. Esta pressa procedimental avançou de olhos vendados, ignorando por completo a disciplina regulamentar de cada Plano Diretor Municipal em vigor, o que vai transferir toda a litigiosidade jurídica para a fase posterior de projeto, incluindo os municípios, e anular o objetivo de simplificação. Mais grave ainda: omitiram a cartografia da Reserva Agrícola Nacional para 15 municípios, revelando uma disposição inaceitável de sacrificar solos de elevada aptidão agrícola a troco de metas administrativas. A falta de transparência é extremamente preocupante e acaba por refletir, em grande medida, o caminho que Portugal tem seguido nas últimas décadas. Para a eólica, as servidões aeronáuticas foram calculadas com buffers rudimentares, introduzindo uma incerteza de mais ou menos 6,9%. Aprovar este programa no estado atual seria assinar um cheque em branco regulamentar a fundos de investimento estrangeiros, tratando a terra de todos como um ativo descartável. A transição energética é o imperativo moral e económico do nosso século, mas recuso-me a aceitar que a pressa corporativa possa canibalizar o futuro da nossa terra. Sei que não podemos curar uma crise climática global criando crises sociais e ecológicas locais, perpetuando um velho	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
115119	Discordância	Não concordo com este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115118	Discordância	Manifesto o meu parecer desfavorável ao Plano Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que a proposta privilegia a aceleração da instalação de grandes infraestruturas energéticas em detrimento da proteção do património natural, da biodiversidade, da paisagem, dos recursos hídricos, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. O PSZAER não demonstra de forma convincente que as áreas selecionadas constituem a alternativa ambientalmente menos impactante, nem assegura uma avaliação suficientemente robusta dos impactes cumulativos decorrentes da concentração de centrais fotovoltaicas, parques eólicos, sistemas de armazenamento, subestações, linhas de muito alta tensão e restantes infraestruturas associadas. Considero particularmente preocupante a incoerência entre as políticas de conservação da natureza e o presente plano. Áreas que durante décadas foram classificadas pelo próprio Estado como merecedoras de proteção especial — através da REN, RAN, Rede Natura 2000, montados protegidos e outros instrumentos de ordenamento — continuam sujeitas a fortes restrições para os cidadãos e proprietários, mas passam agora a poder acolher grandes empreendimentos industriais. Esta dualidade de critérios fragiliza a confiança nas instituições e coloca em causa o princípio da não regressão ambiental, segundo o qual o nível de proteção ambiental já alcançado não deve ser reduzido sem uma fundamentação técnica e científica inequívoca. A transição energética é indispensável, mas deve privilegiar soluções descentralizadas, o autoconsumo, as comunidades de energia e a utilização prioritária de áreas já artificializadas, evitando a ocupação de territórios ambientalmente sensíveis e de elevado valor ecológico. Solicito, por isso, que o PSZAER seja profundamente revisto, assegurando uma Avaliação Ambiental Estratégica rigorosa, uma verdadeira avaliação dos impactes cumulativos, a exclusão das áreas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
115117	Discordância	Não concordo destruir o nosso espaço verde para energias renováveis, sem o nosso espaço verde não respiramos não temos fresco no verão	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115115	Discordância	Manifesto a minha oposição ao programa PSZAER devido aos impactos ambientais e socioeconómicos que poderá gerar. A desflorestação necessária para a sua implementação implicará a perda de habitats naturais e a redução da biodiversidade, afetando diretamente a fauna e a flora locais. Além disso, a diminuição das áreas arborizadas contribui para o aumento das temperaturas, tornando os verões mais quentes e agravando o risco de fenómenos extremos. E estes efeitos ambientais terão também consequências económicas para as comunidades residentes, que poderão ver atividades locais afetadas e a qualidade de vida comprometida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115114	Discordância	A transição energética é essencial, mas deve ser feita de forma responsável, garantindo que não avança à custa da destruição da natureza nem das populações. . PROXIMIDADE E SAÚDE: A instalação junto às habitações destruirá o sossego e a saúde devido ao ruído e alternação sombra/ luz aerodinâmico constante e ao efeito estroboscópico de sombra das pás. 2. DESVALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: Causará desvalorização imobiliária imediata das casas e terrenos, destruindo o potencial de turismo rural e de natureza. 3. RISCO DE INCÊNDIO E IMPACTO AMBIENTAL: A abertura de novos acessos e linhas aéreas de alta tensão aumentam o risco de incêndios florestais e fragmentam ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115113	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas da nossa habitação e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115112	Discordância	Manifesto a minha discordância em relação ao PSZAER nos moldes propostos, pelos seguintes motivos: Desvalorização Ambiental: A aceleração de procedimentos não pode fragilizar as Avaliações de Impacto Ambiental. A transição energética não deve ser feita à custa da destruição da biodiversidade e dos ecossistemas locais. Ameaça ao Território: A instalação massiva de megaprojetos destrói a paisagem e ocupa solos agrícolas valiosos. Deve priorizar-se a colocação de painéis em zonas já urbanizadas, industriais ou degradadas. Falta de Justiça Social: O plano favorece os grandes oligopólios em vez de apoiar as Comunidades de Energia Renovável descentralizadas. O interior do país não pode ser sacrificado sem que as populações locais tenham benefícios diretos e voz real nas decisões. Exijo, por isso, uma revisão do programa que garanta um planeamento verdadeiramente sustentável, participativo e descentralizado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115111	Discordância	Não sou a favor desta abordagem acelerada aqui proposta, pois, na minha opinião, isso equivaleria a negar os contrapoderes existentes no país. Parece-me fundamental analisar com rigor os impactos das alterações que provocamos na natureza com as nossas «soluções humanas», sobretudo quando estas são implementadas com o ímpeto da urgência. Sim, precisamos de mudar muitas coisas nos nossos hábitos, formas de pensar e de produção, a fim de restabelecer um equilíbrio entre o que poluímos e o que a natureza é capaz de absorver, purificar e criar, para que a vida continue a ser possível nas próximas décadas. Ignorar os estudos de impacto de cada instalação, mas sobretudo ignorar os impactos cumulativos, é extremamente perigoso, dada a quantidade de projetos que se encontram próximos uns dos outros. A proposta aqui apresentada não só não responde melhor a estas necessidades, como, acima de tudo, ignora ainda mais a gestão «com a devida diligência» a que todos deveríamos estar obrigados, não só através de instrumentos legais de proteção, mas sobretudo através do nosso bom senso comum de respeito pelo outro e pela vida no seu conjunto. Recuso que um poder central, sozinho, sem análises contrárias diversificadas e sem proteções sérias, siga a direção aqui proposta.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115110	Discordância	Quando a Humanidade começar a reparar nas CONTRADIÇÕES da Elite Global, talvez consiga PERCEBER OS SEUS VERDADEIROS OBJECTIVOS e libertar-se dos seus tentáculos. Se o "mau da fita" fosse o dióxido de carbono, e estivessem, realmente, preocupados com o ambiente, nunca os painéis solares estariam a proliferar como cogumelos, nem as árvores, que purificam o ar, a ser abatidas, aos milhões, por todo o mundo! A instalação massiva de painéis solares contribui para o aquecimento do planeta, e está a dizimar as florestas, com a agravante de perderem a validade, após 15 anos, e os resíduos serem 300 vezes mais perigosos do que o lixo nuclear!!! L Por conseguinte, em 2030, vamos ter 8 milhões de toneladas de resíduos "verdes" e, em 2050, já serão 80 milhões de toneladas de resíduos de painéis solares! Isto é deveras preocupante. Urge informar as pessoas. Se nos unirmos, talvez ainda se consiga evitar este desastre!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115109	Discordância	Sou contra! É um absurdo a quantidade de espaço que ocupa, a quantidade de vegetação que elimina e o aumento de temperatura no local e próximo ao local. A diminuição da humidade relativamente no ar dada a inexistência de vegetação e o mais importante a rentabilidade para a zona é quase nula levando o lucro não para a população e sim para entidades externas! Falta de respeito para quem vive na zona!	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115108	Discordância	No âmbito do presente processo de participação pública, venho manifestar a minha preocupação relativamente à implementação de mega centrais fotovoltaicas em territórios de elevado valor agrícola, ecológico, paisagístico e patrimonial. Reconheço que a transição energética e a redução das emissões de gases com efeito de estufa constituem objetivos fundamentais para responder às alterações climáticas. Contudo, a prossecução destes objetivos não pode ocorrer à custa da degradação dos recursos naturais, da perda de biodiversidade, da descaracterização da paisagem e da ocupação irreversível de solos com elevado valor ambiental e produtivo. A instalação de grandes centrais fotovoltaicas implica a ocupação de extensas áreas de terreno, provocando alterações significativas na estrutura e funcionalidade dos ecossistemas. Entre os principais impactes destacam-se a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade, a compactação e degradação dos solos, a alteração dos regimes de drenagem e infiltração da água, o aumento do risco de erosão e a redução da capacidade de regeneração natural dos territórios. Acresce que a implantação destas infraestruturas em áreas de reconhecido valor paisagístico e patrimonial compromete a identidade dos lugares, altera a leitura da paisagem e pode afetar atividades económicas dependentes da qualidade ambiental, como o turismo, a agricultura e outras atividades associadas ao mundo rural. Importa igualmente considerar que a produção de energia renovável não deve ser confundida com uma verdadeira transição ecológica. Enquanto os ecossistemas naturais desempenham funções essenciais, como o sequestro de carbono, a conservação da biodiversidade, a regulação do ciclo hidrológico, a proteção dos solos e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, as mega centrais fotovoltaicas têm como principal	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
115107	Discordância	Estou preocupada com o impacto que este projecto poderá ter no território português. E não existe informação suficiente a ser partilhada com a população portuguesa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115106	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, OPONHO-ME à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro. Anexo um artigo da revista Nature sobre o aumento da temperatura nas áreas onde são instalados painéis solares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115105	Discordância	É inadmissível, matar solos . Vegetação e espécies de animais para implantação de painéis. Os seres humanos e animais precisam de solos férteis, Vegetação, árvores que nos dêm sombra e frutos para sobreviver. Não destruam o pouco que temos . E chega de matar terras,que mais parecem campos de batalha. Pensem nas nossas crianças, nos que estão agora a nascer. Deixem nos ter o bem mais precioso do mundo. As terras ,as árvores, a vegetação envolvente, os animais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
115104	Discordância	Eu acho que estes parques solares destruiem a paisagem! Outros paises, por exemplo, construiem-os por cima dos estacionamentos! Se eletricidade verde, deve ser em conjunto e em paz com a natureza!!!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115103	Discordância	Um país pintado de verde «O Governo colocou em consulta pública o chamado Mapa Verde (Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação das Energias Renováveis (PZZAER)). Trata-se de um instrumento que identifica cerca de 7% do território continental como particularmente apto para receber projetos solares e eólicos, beneficiando de processos de licenciamento mais rápidos e simplificados. Dir-se-á que o nome é perfeito. Tão perfeito que quase ninguém se atreverá a perguntar se aquilo que está pintado de verde corresponde realmente à ideia de natureza que o verde evoca. Todavia, é aqui que começa o paradoxo. Na linguagem comum, o verde está relacionado com floresta, biodiversidade, rios vivos, paisagem preservada, comunidades rurais que continuam a existir e, não raras vezes, a resistir. No novo léxico administrativo, porém, verde passa a significar algo diferente: áreas consideradas disponíveis para uma ocupação industrial acelerada em nome da energia renovável. Não se trata de negar a necessidade da transição energética. As alterações climáticas são reais e a dependência dos combustíveis fósseis constitui um grave problema geopolítico e ambiental. O problema surge quando a urgência da transição se transforma numa espécie de salvo-conduto que dispensa a reflexão crítica sobre o modelo territorial que está a ser construído. E não é uma consulta pública que colmata a urgência do debate e a necessidade de ouvir as populações sobre o que pretendem para os seus territórios, pois sabemos como esses procedimentos começam. E também sabemos como acabam.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115102	Discordância	Nós, abaixo-assinados — cidadãos, residentes, proprietários e empresários locais do concelho de Odemira —, manifestamos a nossa total e absoluta rejeição ao "Projeto Eólico do Mira" proposto pela Galp (Hibridização da Central Solar de Ourique). Este projeto prevê a instalação de 22 mega-aerogeradores, dos quais 18 serão implantados em Odemira, afetando as freguesias de Relíquias, São Martinho das Amoreiras, Luzianes-Gare e Santa Clara-a-Velha. MOTIVOS DA REJEIÇÃO: 1. PROXIMIDADE E SAÚDE: A instalação junto às habitações destruirá o sossego e a saúde devido ao ruído aerodinâmico constante e ao efeito estroboscópico de sombra das pás. 2. DESVALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: Causará desvalorização imobiliária imediata das casas e terrenos, destruindo o potencial de turismo rural e de natureza. 3. RISCO DE INCÊNDIO E IMPACTO AMBIENTAL: A abertura de novos acessos e linhas aéreas de alta tensão aumentam o risco de incêndios florestais e fragmentam ecossistemas. EXIGÊNCIA: Exigimos que a Câmara e a Assembleia de Odemira emitam um Parecer Negativo e que a APA recuse a aprovação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115101	Sugestão	A transição energética, especialmente no que toca a energia solar, deve ser feita de forma descentralizada, com colocação de painéis solares em telhados e não sacrificando áreas verdes, em particular solos agrícolas. A crise climática vai criar graves problemas na produção agrícola dada a imprevisibilidade do clima. Precisamos assegurar sustentabilidade agrícola e alimentar	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Considera-se que a metodologia de avaliação ecológica subjacente ao PSZAER apresenta uma abordagem predominantemente estática dos valores naturais, baseada na distribuição atual dos habitats e das espécies. Esta metodologia não integra, de forma suficientemente robusta, a dinâmica ecológica decorrente das alterações climáticas, cuja evolução se tem revelado cada vez mais rápida. As projeções climáticas para Portugal apontam para um aumento da temperatura média, maior frequência e intensidade de secas, alterações nos regimes de precipitação e incremento da ocorrência de fenómenos extremos. Estas alterações estão já a modificar a distribuição geográfica das espécies, a composição dos ecossistemas e a adequabilidade ecológica dos territórios, verificando-se deslocações de áreas de distribuição, alterações fenológicas e perda de capacidade de sobrevivência de numerosas espécies nas suas áreas de ocorrência atuais.	Obrigada pela sua participação.
115100	Discordância	Neste contexto, considera-se insuficiente que a definição das Zonas de Aceleração assente apenas na fotografia ecológica do presente, sem incorporar uma perspetiva prospetiva sobre a evolução futura dos ecossistemas e dos corredores ecológicos. Um instrumento de ordenamento com horizonte temporal de várias décadas deveria integrar cenários climáticos e modelos preditivos de evolução da biodiversidade, permitindo identificar não apenas os valores atualmente existentes, mas também as áreas que poderão assumir maior relevância ecológica no futuro. Por outro lado, é expectável que as alterações climáticas venham a aumentar a aptidão de vastas áreas do território para a produção de energia solar e eólica, em consequência do aumento da radiação solar disponível e da evolução dos padrões climáticos. Contudo, essa maior aptidão energética ocorre, simultaneamente, num contexto de crescente vulnerabilidade da biodiversidade. Assim, verifica-se um potencial conflito entre duas prioridades fundamentais da política ambiental: a descarbonização da economia e a conservação da natureza.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115099	Discordância	quando chamam energia verde à produzida eólica ou solar está errado !!! é energia preta !!! mas bem preta !!!! de verde nada tem nem nunca terá. nem que que fosse cortar uma só arvore já era mau, agora imaginem centenas de milhares de arvores !!! Vai reduzir a produção de oxigénio e aumentar a temperatura !!! o tal aquecimento que tanto se fala e que a energia preta ainda vai provocar mais e isso consta nos eia de vários projectos. acresce a destruição de terrenos férteis agricolas pois os paineis não se comem não sei se sabem... as eolicas causam morte às aves nas suas migrações a paisagem é destruida e ninguem quer vir fazer turismo para um local onde a paisagem é preto de paineis destroi a paisagem e a economia local não traz qualquer vantagem pois a energia continua cara e assim vai continuar para os chulos encherem os bolsos não vale tudo quando o tudo que querem fazer só traz destruição do melhor que o interior tem. coloquem os paineis em LIsboa e no Porto e à vossa porta, aí ficam bem NÂO é NÃO !!!!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115098	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115097	Discordância	Portugal raramente segue a lei tornando o mesmo num dos países mais atrasados e ultrapassado da Europa Comunitária, mas pôr Portugal na liderança em Renováveis, basta seguir O artigo 15C da Diretiva que estabelece as orientações necessárias para a identificação das ZAER, em que se espera que a instalação de um ou mais tipos de fontes de energia renováveis não tenha um impacto ambiental significativo, tendo em conta as particularidades da zona em causa. As indicações em questão incluem: atribuir prioridade a superfícies artificiais e edificadas, tais como telhados e fachadas de edifícios, infraestruturas de transporte e áreas circundantes, parques de estacionamento, locais de deposição de resíduos, zonas industriais, minas, bem como instalações de tratamento de águas residuais urbanas e terrenos degradados não utilizáveis para a agricultura; proceder à exclusão de sítios da Rede Natura 2000 e zonas protegidas ao abrigo de regimes nacionais para a conservação da natureza e da biodiversidade, principais rotas migratórias de aves e mamíferos marinhos, bem como outras zonas identificadas com base em mapas de sensibilidade e nos instrumentos referidos, exceto as superfícies artificiais e edificadas localizadas nessas zonas, como telhados, parques de estacionamento ou infraestruturas de transporte; utilizar todos os instrumentos e conjuntos de dados apropriados para identificar as zonas em que as centrais de energia renovável não têm um impacto ambiental significativo, incluindo os mapas de sensibilidade da vida selvagem, tendo simultaneamente em conta os dados disponíveis no contexto do desenvolvimento de uma rede Natura 2000 coerente, tanto em relação aos tipos de habitats e espécies abrangidas pela Diretiva 92/43/CEE do Conselho, quanto às aves e aos locais protegidos ao abrigo da Diretiva 2009/147/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, sendo proibido instalar renováveis em áreas com interesse ecológico incluindo nas áreas designadas para a conservação da natureza —para este efeito, áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, nos Geoparques, bem como nas Important Bird Areas (IBA); assim como a manutenção dos valores de biodiversidade e potencial para restauro ecológico. Em muito alta tensão os apoios podem ser usados em Linhas subterrâneas, pois diminuem substancialmente o impacto sobre os valores de biodiversidade, sobretudo na avifauna (ausência de mortalidade por colisão ou eletrocussão). Por outro lado, causam maior impacto sobre habitats e fauna terrestre, ao implicar escavações e mobilização relevante do solo (risco), tendo de ser realizadas exclusivamente no Inverno, fora da época de nidificação. A proximidade a grandes consumidores, se resultar em linhas de menor comprimento é reduzido o impacto sobre os valores de biodiversidade, sobretudo na avifauna (menor	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia)
115096	Discordância	É inaceitável o que querem fazer ao nosso território.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115095	Discordância	Este projeto preocupa-me. Os parques de painéis solares criam impacto negativo na fauna e na flora das regiões, Portugal já tem uma fauna e flora suficientemente empobrecida, precisamos de a desenvolver para a resiliência climática, em vez de criar centro de dados. Queremos árvores, agricultura e pesca sustentável queremos alimentação sem pesticidas e sem adubos, queremos investimento em isolamento dos alojamentos face às temperaturas que vão fazer nos próximos anos. Não precisamos de centro de dados. Quando acordo preciso de comer bem e ter boas condições de vida, não que os meus dados estejam em Abrantes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115094	Discordância	Contra as ZAER. Contra a exploração neoliberal do país. Contra as falsas energias verdes que corroiem a real sustentabilidade. Pela defesa do bem-estar das populações, pela defesa do Ambiente, da fauna e flora. Pela preservação dos ecosistemas. Pelo futuro de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115093	Reclamação	Acham mesmo que já não basta o desmatamento, incêndios, vidas retiradas, tudo para satisfazer o vosso ego e ganância? Que bom que não duram para sempre, e não levam nada do que retiraram daqui. Ganhem vergonha.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115092	Discordância	As árvores são os melhores produtores de energia. E são elas que nos ajudam a regular o clima. Não são os painéis. Chamam-lhe energia verde e pintam de preto as nossas paisagens.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115091	Discordância	Manifesto a minha oposição ao projeto PSZAER por considerar que os seus impactos ambientais e sociais não estão devidamente acautelados, defendendo soluções que protejam a biodiversidade, a paisagem e o interesse público.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115090	Discordância	Não concordo. Aquela população e ecossistema merecem ser protegidos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115089	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115088	Discordância	Enquadramento e Princípios Fundamentais A descarbonização e a expansão das energias renováveis são pilares essenciais das políticas climáticas europeia e nacional. Contudo, a Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III) estipula que este avanço não deve prevalecer de forma absoluta sobre outros interesses públicos. A delimitação das ZAER exige uma avaliação integrada que harmonize as metas energéticas com a conservação da natureza, a política florestal e o ordenamento do território. 2. Lacunas Detetadas Desrespeito por Condicionantes: Omitiu a consideração de realidades territoriais cruciais, tais como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os terrenos baldios. Ausência de Alternativas: Não apresenta uma análise comparativa de localização nem demonstra ter esgotado o potencial de áreas já artificializadas (coberturas, zonas industriais, aterros encerrados ou solos degradados) antes de propor a ocupação de espaços naturais. 3. O Valor Multifuncional da Floresta Portuguesa A floresta não é um mero espaço disponível para infraestruturas; é um ativo estratégico nacional que cumpre funções vitais: Ação Climática: É um sumidouro natural indispensável para o sequestro de carbono. A desflorestação para instalação de centrais fotovoltaicas ou eólicas contradiz as metas de neutralidade carbónica, eliminando os mecanismos que sustentam a própria estratégia climática. Regulação Hidrológica e do Solo: Os povoamentos florestais reduzem o escoamento superficial, mitigam a erosão, garantem a infiltração de água e conferem resiliência face a secas e fenómenos meteorológicos extremos. Bioeconomia e Competitividade: A floresta de produção (como o pinheiro-bravo e o eucalipto) abastece indústrias exportadoras de forte valor acrescentado (papel, madeira, biocompósitos). A sua conversão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115087	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115086	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115085	Discordância	Ponto 1: a densidade do processo não permite a sua análise no tempo útil previsto para tal; 2: o mapa apresentado tem erros e abrange zonas de montado - o ecossistema mais sustentável em Portugal; 3: o solos agrícolas ficarão desprotegidos - os proprietários poderão ser pressionados a vender a agências que não têm ligação nenhuma à terra; 4: os municípios foram ignorados no desenhar do projeto; 5: o efeito cumulativo destas intervenções não é conhecido, mas a pressão sobre o ecossistema será certamente insustentável; 6 e talvez o mais importante: as comunidades locais não têm absolutamente nada a ganhar com isto - toda a energia gerada será utilizada para alimentar o mega centro de dados que planeiam para Abrantes em 2028. Não faz sentido simplificarem estes processos ,pois assim as populações não poderão ser ouvidas. Os munícipes também não . .	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
115084	Discordância	. É importante haver sempre participação local pois só assim é que poderemos dar voz a quem mora nestas zonas . Já se viu que estes processos não têm em conta a biodiversidade dos locais. Assim também é um perigo se esta participação for adiante .	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115083	Discordância	É com profunda estranheza que verifico a criação de uma ZAER em Torre de Moncorvo com 15.000ha! Estranheza porque da parte do Estado Português nunca houve nenhum diálogo com a Câmara Municipal, sendo também para o presidente da câmara municipal uma novidade!, estranheza porque este tipo de atuação é tudo o que o Interior não precisa. As populações devem ser envolvidas nas decisões que lhes dizem respeito. É óbvio que a diretiva do PE e do CE que deu origem ao DL 15/2022 é para cumprir, é óbvio que quem vai pagar para que Portugal cumpra com os critérios da diminuição da pegada ecológica é o Interior. O que não é lógico é as Câmaras Municipais estarem arredadas do assunto e as populações nada saberem. O Interior e a zona de Torre de Moncorvo precisa de uma intervenção urgente ao nível do mosaico agrícola, a região do Sabor como Bio Região precisa urgente que se valorize a agricultura e a floresta. Não podemos trocar terrenos com potencial agrícola por painéis solares! É muito estranho que a empresa "Carviçais Solar", unipessoal, Lda com sede no Porto, já ande no terreno a fazer propostas a pequenos proprietários agrícolas para a instalação dos painéis solares, antes mesmo de terminar a consulta publica! Além disso, Zona ZAER(Zona de Aceleração para as Energias Renováveis) versus BIO REGIÃO. Como é do conhecimento de todos, a Associação de Municípios do Baixo Sabor apresentou há alguns anos a região do BAIXO SABOR como uma Bio Região. Recordamos que essa apresentação teve lugar nos Gorazes e contou com a presença do governo, salvo erro, com a presença do Ministério da Agricultura e/ou da Coesão Territorial. Foi um trabalho acreditamos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115081	Discordância	NÃO Á DECISÃO POLÍTICA DO PSZAER! NÃO Á PROMOÇÃO DA DESTRUIÇÃO DO TERRITÓRIO NÃO Á ACELERAÇÃO DA EXECUÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA. NÃO Á ISENÇÃO DE ESTUDOS ECOLÓGICOS E DA BIODIVERSIDADE. NÃO AO ABATE DE ÁRVORES E DESTRUIÇÃO DE FAUNA E FLORA, ASSIM COMO AVES. NÃO AOS PARQUES FOTOVOLTAICOS! NÃO AOS PARQUES EÓLICOS! 20% DO PIB PORTUGUÊS ADVÉM DO TURISMO. O QUE VIRÃO VER?!! UM PAÍS É SOBERANO QUANDO TEM TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E PODER POLÍTICO. NÃO Á DESERTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. NÃO Á VENDA DO TERRITÓRIO AOS GRANDES PODERES! COM O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO ,DENTRO DE 10/20 ANOS JÁ EXISTEM OUTRAS FONTES DE ENERGIA . NÃO AO SOLO ESTÉRIL RESULTADO DAS DITAS RENOVÁVEIS. NÃO SE COMEM PAINÉIS SOLARES! NÃO, NÃO, NÃO NÃO Á ALTERAÇÃO DA PAISAGEM	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115077	Discordância	Não concordo que se destrua a paisagem alentejana, o seu património histórico e os seus ecossistemas. Há mais e melhores maneiras de produzir energia solar. Estou disposta a lutar por esta causa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115066	Reclamação	Sou contra megacentrais que destroem a paisagem alentejana e subscrevo a posição cívica “Juntos pelo Divor-Paisagem e Património”.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115065	Discordância	Exma. Senhora Coordenadora Geral do PSZAER Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030). Assunto: Pronúncia em sede de DISCUSSÃO PÚBLICA sobre a Proposta de Programa Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) – Contestação da metodologia e critérios de exclusão e Proposta de Inclusão de Áreas no Baixo Alentejo, nomeadamente no Concelho de Ourique onde está instalada a Subestação da REN da nova Linha Ferreira do Alentejo-Ourique-Tavira, classificada pela própria REN como “Linha de recolha da produção solar”. Em anexo seguem texto da reclamação e mapa da radiação solar	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115063	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos na Aldeia das Amoreiras, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser preservado. Transformar esta região numa paisagem industrial representa uma perda irreversível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115061	Discordância	Bom dia,. PORTUGUESE* Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Somos residentes em Luzianes Gare, no Concelho de Odemira. Estou preocupada com o impacto do plano ZAER na minha região, o Sul Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. A nossa è uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como residentes diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos com energia solar, somos apicultores e trabalhamos no âmbito ambiental com cuidado e amor para proteger o solo, os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115057	Discordância	Participação no âmbito da Consulta Pública da Proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã, apresento a minha participação relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Em primeiro lugar, importa deixar claro que não sou contra o desenvolvimento das energias renováveis nem contra os objetivos nacionais e europeus de descarbonização. Considero essencial aumentar a produção de energia renovável para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e reforçar a segurança energética. A minha discordância incide exclusivamente sobre a estratégia territorial proposta, nomeadamente a inclusão, desde a fase inicial, de vastas áreas classificadas como espaço florestal. A proposta reconhece corretamente que a instalação de projetos deve privilegiar superfícies artificializadas, como telhados, parques de estacionamento, zonas industriais, áreas logísticas, minas abandonadas e outras áreas já transformadas. No entanto, identifica simultaneamente como elegíveis extensas áreas florestais, correspondendo estas a cerca de 78,9% das áreas com potencial para projetos solares e 71,8% das áreas com potencial para projetos eólicos. Embora o documento afirme que as áreas artificializadas serão prioritárias, considero que essa prioridade dificilmente se refletirá na prática. Quando os promotores puderem escolher entre diferentes áreas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115052	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115047	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
115045	Discordância	Sou contra a disposição de painéis solares sobre a natureza, quando existem imensos espaços onde se podem colocar, na construção já existente. E podem fazê-lo ou deveriam procurar soluções para o fazer em beneficio da agenda energética e das populações. Portugal tem o clima ideal para o crescimento de toda fauna e flora, e por aí também proteger o ambiente das mudanças climáticas. É desgastante perceber que nenhum estudo sério é feito para investimento em planeamento do que poderá ser um dia este pais, habitado pela vegetação que o protege do fogo, e da seca, fonte de alimento saudável e bem estar das populações. `É sempre uma resposta obediente ao que nos pedem, quando deveríamos contrapor, com o que sabemos de antemão que é melhor para nós.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115043	Discordância	Demasiado perto das casas Danos às paisagens Impactos na saúde Ruído e sombras intermitentes Risco para a vida selvagem	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115040	Discordância	Não concordo com esta proposta porque descora a consulta de peritos e relatórios de impacto ambiental, e facilita a implementação de sistemas de energias renováveis altamente poluentes para a paisagem e ecossistemas locais, e prejudiciais a curto e médio prazo para a saúde pública física e mental, sobretudo das populações locais, mas também de todo o país (pela abrangência da proposta nacional). A investigação científica aponta para os riscos reais das consequências das alterações climáticas. Devíamos considerar todas as recomendações da ONU e associações ambientais nacionais e mundiais sobre este assunto. A urgência deve passar por "plantar" água e florestas, regenerar ecossistemas, proteger e regenerar as comunidades locais humanas e das outras espécies, e nunca fragiliza-las, como esta actual proposta aponta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
115036	Discordância	MANIFESTAMOS DISCORDÂNCIA COM O PROJETO Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) POR VIOLAR O DISPOSTO NO ARTIGO 66º DA CRP, QUE GARANTE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE HUMANO, SADIO E EQUILIBRADO, EXIGINDO O ARQUIVAMENTO IMEDIATO DO PROJETO PARA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115035	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Sou residente e proprietária em São Martinho das Amoreiras, no Oeste Alentejano, e é como habitante profundamente ligada a esta comunidade e a este território que apresento o meu contributo à proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Começo por afirmar o essencial: não me oponho à implementação de formas limpas de produção de energia, cuja importância reconheço, sobretudo num momento em que as necessidades energéticas aumentam. A minha preocupação é que o custo total destes projetos, para as pessoas, os animais, o ambiente e a economia local, seja contabilizado de forma honesta, e que as zonas de aceleração não incluam territórios sensíveis e habitados como o nosso. Preocupa-me, em particular, que a designação de uma área como ZAER possa permitir a aprovação de projetos sem avaliação de impacte ambiental completa. Precisamente por isso, é essencial que áreas de elevado valor ambiental, paisagístico e humano, como São Martinho das Amoreiras e a região envolvente, sejam excluídas destas zonas. As centrais solares degradariam a beleza natural da paisagem alentejana, com forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento local. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, visíveis a muitos quilómetros, que projetam sombras em movimento, exibem luzes intermitentes à noite e geram ruído constante. Muitos visitantes procuram a nossa região pela sua natureza intocada, já perdida noutras áreas dominadas pela indústria. O ambiente natural do Alentejo, a par da cultura, é o seu património mais importante, como comprova o modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina. Estes projetos porão fim a esta atração	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
115034	Discordância	Sou contra ao implementamento de grandes áreas de painéis solares que prejudicam severamente as áreas em que são projetados e inseridos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115032	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
115031	Discordância	Vivo no concelho de Castelo Branco, e a única riqueza do interior são as paisagens, os monumentos históricos que criam o nosso estilo de vida. Este projeto vai destruir a biodiversidade da Beira Baixa, que permite ás pessoas visitarem e quererem fixarem-se na nossa região. Além disso vai fazer aumentar a temperatura em vários graus numa zona já com temperaturas elevadas. Vão destruir de forma irreversível uma zona do nosso país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
115025	Discordância	Este projeto não é claro, com falta de informação de extrema importancia. A informação não está acessivel e clara para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115021	Proposta concorrente	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gosto de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas da nossa habitação e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
115020	Discordância	Exmos Senhores, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Rejeito integralmente este plano. Envio análise mais detalhada em anexo. Não queremos, de todo, mais campos de painéis solares nem a contínua destruição da biodiversidade do nosso país!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115015	Discordância	O Estado deve assumir-se como garante do interesse público, árbitro entre interesses privados e bem comum e defensor do território enquanto património coletivo e recurso estratégico para as gerações presentes e futuras. É precisamente neste domínio que reside a minha maior preocupação. Muitos cidadãos têm hoje a percepção de que o Estado perdeu capacidade de regulação e de planeamento estratégico. Encontra-se fragilizado institucionalmente, descapitalizado em recursos humanos qualificados, privado de parte significativa do conhecimento técnico acumulado ao longo de décadas e com menor autonomia de decisão em matérias essenciais ao ordenamento do território. Essa fragilidade manifesta-se em diversos setores da vida pública — na saúde, no ensino, na justiça, na mobilidade, na habitação, na gestão da água e no ordenamento do território. Quando o Estado deixa de inspirar confiança, diminui também a sua capacidade de gerar consenso social em torno das decisões que toma, sobretudo quando estas envolvem transformações profundas, potencialmente irreversíveis, sobre os territórios e as comunidades. Por isso, a minha principal preocupação não reside na tecnologia fotovoltaica em si mesma, nem na necessidade da transição energética, que considero indispensável. A questão central é a existência — ou ausência — de um Estado suficientemente capacitado, credível e independente para regular este setor, conciliando os objetivos energéticos e climáticos com a proteção da paisagem, dos recursos naturais, do	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115006	Reclamação	Este projeto é grande demais para esta área. Já estamos a lutar contra o calor e a seca. Precisamos desesperadamente de árvores, animais e biodiversidade nesta área. Com muitas pessoas novas e principalmente jovens a chegar a esta área, temos a oportunidade de mudar as coisas para melhor. As pessoas estão a reconstruir casas, a matricular os seus filhos na escola, a jantar em restaurantes, a fazer compras localmente e a trazer vida de volta a esta área. Os turistas estão a descobrir esta bela região acidentada com muita história. Por isso, é doloroso ver o que está a ser feito nesta região em nome do «verde e da sustentabilidade». As fábricas de hidrogénio vão consumir toda a água, quando já existem problemas hídricos devido às grandes plantações de amêndoas e cerejas. Quem está a beneficiar com todos estes planos profanos? Certamente não o ambiente, os animais (linces), as árvores antigas, a natureza, o campo e, por último, mas não menos importante, as pessoas que vivem aqui e estão a construir o seu sustento. Gastando todo o seu dinheiro para construir os seus sonhos. Pessoas que realmente se preocupam com este belo país. Por favor, parem com estes planos! Caso contrário, este lugar vai transformar-se num deserto sem nada e sem ninguém. Não há realmente nada de verde e sustentável nestes planos!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
115005	Discordância	Entendo que o PSZAER, da forma como está estruturado e concebido atropela, não só o interesse nacional num todo, como os superiores interesses da sustentabilidade natural dos ecossistemas onde vivem e trabalham as gentes do mundo rural. Parece ter sido concebido, ou por incompetentes, ou com dolo: com a intenção de alavancar e potenciar o interesses duns poucos no curto prazo, há custa dos interesses de quase todos, no médio, longo prazo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115004	Discordância	Concordo plenamente com a necessidade de acelerar a transição energética e aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. Contudo, considero que essa aceleração não pode ser alcançada através da redução das salvaguardas ambientais nem pela ocupação de extensas áreas naturais e florestais. A comunidade científica tem vindo a alertar que a crise climática e a crise da biodiversidade são duas faces do mesmo problema e devem ser enfrentadas de forma integrada. A destruição ou fragmentação de ecossistemas naturais para instalar infraestruturas de produção de energia pode comprometer serviços dos ecossistemas essenciais, como a conservação da biodiversidade, a regulação do ciclo hidrológico, a proteção dos solos, o armazenamento de carbono e a resiliência às alterações climáticas. Na minha opinião, o PSZAER atribui um peso excessivo à aceleração do licenciamento e insuficiente ao princípio da prevenção. A simplificação administrativa não deve significar uma menor exigência na avaliação dos impactes ambientais nem uma menor capacidade de excluir áreas ecologicamente sensíveis. Considero que o planeamento nacional deveria privilegiar, de forma inequívoca, a instalação de projetos em locais já artificializados ou degradados, como zonas industriais, antigas pedreiras, aterros encerrados, parques de estacionamento, infraestruturas existentes e coberturas de edifícios, antes de admitir a ocupação de áreas florestais, agrícolas ou com elevado valor ecológico. Solicito igualmente que sejam reforçados os critérios de exclusão e de proteção relativamente a habitats naturais, corredores ecológicos, áreas com elevado valor para a conservação da natureza, zonas importantes para aves e morcegos e áreas cuja transformação possa comprometer a conectividade ecológica ou aumentar a degradação dos solos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115001	Discordância	A instalação de uma central solar desta dimensão, vai descaracterizar uma paisagem unica bem como afetar solos, águas e biodiversidade da região. Coloquem painéis solares em telhados de edifícios para produzir energia verde sem por em causa uma região com um potencial turístico único. Com a instalação vai aumentar a desertificação humana.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
115000	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Estou profundamente preocupado com o impacto do plano ZAER na minha região, o Oeste Alentejano, e venho por este meio apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me que as centrais solares degradem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que se pode esperar um forte impacto no turismo rural, uma das principais fontes de rendimento das pessoas que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras quando estão em movimento e têm luzes intermitentes durante a noite. As turbinas eólicas também geram ruído constante. Muitos turistas de outras partes da Europa e do mundo visitam a nossa região em busca da sensação de natureza intocada, algo que já se perdeu visivelmente noutros locais dominados pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu património mais importante, juntamente com a cultura, e um dos principais fatores que atrai turistas a esta região. O bem-sucedido modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina comprova esta atratividade para pessoas vindas do estrangeiro. Os parques eólicos e as centrais solares porão fim a esta atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade precisam de ser protegidas, bem como a sua população	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114999	Discordância	Pela defesa do nosso património natural, das nossas zonas agrícolas, e de pastorícia, das nossas florestas, pela biodiversidade e pelo direito aos habitats de animais e plantas. Contra o aumento das temperaturas e escassez de água. Contra a destruição da nossa maior riqueza que é o nosso património natural e paisagístico. Pelo turismo ecológico, de natureza e rural. Por um desenvolvimento sustentável e de harmonia com a natureza e as populações locais e comunidades que sempre souberam e sabem usar sem destruir, beneficiar recuperando os solos e a vegetação sem contaminar solos e lençóis freáticos. A melhor transição energética é aquela que aprende com a natureza a se regenerar e recuperar combatendo as alterações climáticas. Sou a favor da energia solar, mas sei que existem opções sustentáveis para a sua implantação , sem sacrificar populações rurais, árvores, vegetação e animais. Pondo em maior perigo climático o país. Nasci em Lisboa, mas os meus avós maternos e paternos são da zona da Beira Baixa, Concelho de Castelo Branco. Presentemente encontro-me em processo de mudança de residência precisamente para o Concelho de Castelo Branco e sou contra este projeto de implantação de energias renováveis, sem sensibilidade científica e ecológica. Precisamos salvar o planeta não destrui-lo! As crianças de hoje têm o direito de viver num país com oxigénio, com rios de água cristalina, com campos e florestas e animais e pessoas em harmonia. Eu acredito que é possível e necessário. Mas este não é o caminho. A destruição da Natureza, nunca poderá ser o caminho para salvar o planeta, só com a Natureza o vamos conseguir.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114994	Discordância	A minha discordância é assente na convicção, e, esta formulada com base em evidências cientificas, de que há algo de verdadeiramente inconsistente e incongruente na forma como está a ser planeada a dita transição energética. Oponho-me veemente, a que extensas zonas de vegetação e arvoredo, sejam ocupadas por estruturas metálicas que vão transformar a paisagem de forma inevitável, acabando com habitas naturais, onde residem variadíssimas espécies vivas, que é essencial preservar, em nome da sustentabilidade e onde estão implementados sistemas económicos vivos e dinâmicos que para além de serem um modo de vida das comunidades aí residentes,, são coerentes e compatíveis com a premente necessidade de preservar e mesmo de aumentar zonas naturais. A desertificação dos solos, o desaparecimentos de espécies (algumas em risco de extinção), o aumento da temperatura a eliminação de modos de vida das populações, isto não ´e um devaneio é o que a ciência nos diz e é o que acontecerá. Refiro, particularmente a minha inteira discordância para a implementação deste(s) projetos na Serra da Gardunha, freguesias de S, Vicente da Beira, Louriçal do Campo e Lardosa, Santuário de importância relevante que é preciso defender, pois apesar de aí não viver, aí pertenço por herança e por convicção, de que o modo de vida de todo esse território é determinante para a preservação ambiental, tão necessária a todo o Portugal. Não aos mega projetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114992	Discordância	Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha profunda preocupação relativamente ao impacto do plano ZAER na minha região, o Alentejo Litoral, e apresentar a minha oposição à implementação de novos projetos de energia solar e eólica nesta área. Preocupa-me o facto de as centrais solares degradarem a beleza natural das paisagens alentejanas, pelo que é de esperar um impacto significativo no turismo rural, que constitui uma das principais fontes de rendimento das populações que vivem nesta região. Esta preocupação é ainda maior no caso das turbinas eólicas, que são visíveis a muitos quilómetros de distância, projetam sombras em movimento e possuem luzes intermitentes durante a noite. Além disso, geram ruído constante. Muitos turistas visitam a nossa região precisamente para desfrutar da sensação de natureza preservada, em contraste com outras zonas da Europa e do mundo que se encontram cada vez mais dominadas pela indústria e pela tecnologia. A natureza do Alentejo é o seu maior património e um dos principais fatores de atração turística. O sucesso do modelo de turismo sustentável da Rota Vicentina demonstra bem esta atratividade junto de visitantes provenientes de diversos países. A instalação de parques eólicos e centrais solares colocará em risco este importante fator de atração. A beleza da região, a sua vida selvagem e a sua biodiversidade devem ser protegidas, bem como as populações que aqui vivem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114990	Discordância	Assunto: Contributo para o PSZAER – Proteção da natureza e da flora nativa. Gostaria de apresentar o meu contributo à consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER). Apoio a transição para energias limpas, mas defendo que esta não pode ser feita à custa da destruição do nosso património natural. Sou totalmente contra a instalação de painéis solares em áreas que impliquem a eliminação ou substituição da nossa flora endógena e nativa. Por isso, solicito que o plano final garanta o seguinte: Proibição em áreas naturais: Excluir do mapa de aceleração qualquer zona com ecossistemas nativos bem conservados, mesmo fora de parques protegidos. Prioridade ao espaço urbano: Obrigar a que os projetos sejam instalados prioritariamente em telhados habitacionais, industriais, comerciais, parques de estacionamento e solos já degradados (como minas desativadas ou pedreiras). Proteção do solo: Evitar a ocupação massiva de solo virgem para salvaguardar a biodiversidade, que também é vital no combate às alterações climáticas. A produção de energia limpa deve proteger a natureza, não destruí-la. O Impacto visual é absolutamente aterrador!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114989	Discordância	Na qualidade de habitante da região potencialmente abrangida pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância relativamente à forma como este programa está a ser concebido e implementado. Reconheço a importância estratégica da transição energética e da aposta em fontes renováveis para responder às alterações climáticas e reduzir a dependência energética do país. No entanto, considero que a aceleração destes processos não pode acontecer à custa da qualidade de vida das populações locais, da preservação do património natural, paisagístico e cultural, nem da descaracterização dos territórios rurais. A criação de zonas de aceleração levanta preocupações sérias quanto ao impacto cumulativo de grandes infraestruturas energéticas, nomeadamente em termos de ocupação do solo, destruição de habitats, fragmentação de ecossistemas, impacto visual e sonoro, e pressão sobre atividades económicas tradicionais como a agricultura, o pastoreio e o turismo de natureza. Enquanto residente, preocupa-me particularmente a possibilidade de estes projetos avançarem com processos simplificados ou com menor escrutínio ambiental e social, reduzindo a capacidade de participação efetiva das populações e das autarquias. A designação de "zona de aceleração" não deve significar menor rigor na avaliação de impactes ou menor proteção do território. Defendo que qualquer planeamento energético deve respeitar os princípios da proporcionalidade, justiça territorial e participação democrática, garantindo que as comunidades locais sejam ouvidas desde o início e que os benefícios gerados por estes projetos tenham retorno real para quem vive nos territórios afetados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114988	Discordância	Discordo com a implementação deste programa devido ao impacto ambiental irreversível, com consequências incalculáveis para um país tão pequeno. Energias renováveis não fazem sentido quando a sua implementação requere a distruição de ecossistemas, e, da respectiva paisagem, causando tanto impacto na população local e regional. Outras soluções tem de ser encontradas. Os benefícios não compensam as perdas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114984	Discordância	Sou contra "megacentrais" que destroem a paisagem alentejana e subscrevo a posição da plataforma cívica «Juntos pelo Divor – Paisagem e Património». A importância de se fazer uma transição para as energias renováveis, não se pode sobrepor à conservação da natureza, à preservação de habitats e proteção de espécies autóctones, bem como, ao bem estar das populações, que habitam as zonas para onde estão projetados estes "megainvestimentos", e que são sempre os últimos a ser ouvidos. Dizer "não" a algumas destas supostas "alternativas", não se trata de apenas ser do contra. Trata-se de estarmos atentos a muitas evidências que todos os dias nos chegam de várias partes do mundo e que são bons exemplos, alguns a seguir, outros a não seguir. O Alentejo está a perder, de forma criminosa, todo o seu potencial natural, com a invasão de espécies agrícolas que nada têm a ver com o tipo de solos onde são cultivadas intensivamente, está a perder árvores e vegetação autóctones que são arrasadas para aumentar as explorações agrícolas de intensivo e superintensivo, as barragens que supostamente iriam servir as populações, servem os grandes grupos económicos ligados à agricultura e aos empreendimentos turísticos, que prontamente viram nestas grandes massas de água, uma inesgotável fonte de riqueza económica. A grande fatia dos lucros não serve às populações locais, são muito raros os investimentos e, mesmo quando são feitos, têm sempre um objetivo de retorno/lucro para as empresas e nunca para as pessoas. Veja-se como estão as localidades, Beja serve bem como exemplo de estar rodeada de "megainvestimentos" e a cidade está a cair aos bocados, literalmente. A capital do Baixo Alentejo parece uma cidade abandonada, sem vida, degradada, com um centro histórico decrépito e sujo. Portanto, os muitos bilhões que se fazem nestes "meganegócios", não servem o Alentejo. Caso contrário, notava-se e bem um pouco por todo o lado, e não apenas onde chegam os turistas com dinheiro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114979	Discordância	De acordo com a Proposta de Programa Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), o concelho de Penamacor apresenta cerca de 3,2 % da sua área com potencial para a instalação de projetos de energia eólica. Nesse contexto, solicita-se o esclarecimento das seguintes questões: Onde poderá ser consultada a localização concreta das áreas identificadas com potencial ZAER para o concelho de Penamacor? A área considerada para efeitos da proposta inclui os projetos já licenciados, em fase de licenciamento ou atualmente em desenvolvimento no território? De que forma serão avaliados e considerados os impactes cumulativos e sinérgicos decorrentes da implantação de novos parques eólicos, em articulação com os empreendimentos já existentes ou previstos para o concelho? Nos casos em que os projetos fiquem sujeitos a um regime de licenciamento simplificado, que mecanismos serão adotados para assegurar a adequada proteção dos valores naturais, dos habitats e das espécies protegidas existentes nas áreas de implantação? Como se compatibiliza a identificação destas áreas com os objetivos de restauro da natureza, a eventual ampliação ou criação de novas áreas protegidas e os programas de conservação da natureza, designadamente a reintrodução do lince-ibérico? Atendendo à reconhecida sensibilidade da avifauna e dos quirópteros aos impactes associados aos parques eólicos, de que forma serão avaliados e minimizados os riscos de colisão, perturbação e perda de habitat para as espécies presentes no território de Penamacor, incluindo as espécies protegidas e de elevado valor de conservação?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114977	Geral	A natureza e a vida animal devem ser protegidas!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114976	Discordância	Vai haver uma area grande desmatada e vai afectar muito a Biodiversidade	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114971	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Aveiro, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Em anexo envio um documento com todos os argumentos contra este projeto de "greenwashing". A transição energética é importante, sim - mas não pode ser feita de qualquer maneira. Muito menos "atropelando" os direitos das pessoas que contestam fortemente a implementação destes campos de painéis nos seus territórios; destruindo a própria natureza e biodiversidade (já de si fragilizadas após décadas de negligência e falta de fundos para as associações criadas para as preservar e defender) que supostamente a transição para energias renováveis deveria proteger; ignorando a ciência e várias propostas que têm vindo a ser feitas sobre como, de facto, executar uma transição energética eficaz e benéfica para o verdadeiro interesse público; e sem o mínimo de transparência sobre o todo processo de execução deste plano. Parece-me extremamente óbvio que este projeto visa apenas beneficiar uns poucos investidores com lucros excessivos a curto prazo e não as pessoas ou a natureza a longo termo. Há maneiras mais eficazes de combater as alterações climáticas, cada vez mais evidentes (o comboio de tempestades em Janeiro e Fevereiro e a atual onda de calor pela qual estamos a passar sendo apenas as provas mais recentes) e este projeto apressado e francamente mal-pensado, se o objetivo é servir o interesse público, não é uma delas. Não queremos centenas de héctares de território que podia ser re-naturalizado, como o que está a ser feito no Grande Vale do Côa, a ser arrasado para instalar painéis solares. Queremos sim cidades arborizadas, mais jardins públicos, painéis solares NOS TELHADOS de todas as casas, edifícios (públicos ou privados) e parques de estacionamento, mais e melhores transportes públicos, espaços naturais verdadeiramente protegidos e vigiados por especialistas que estudaram para isso e sabem do que falam, e medidas eficazes para proteger	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
114970	Discordância	Em desacordo com o prograna supra citado na medida em que independente de todos os interesses, acima de tudo está a defesa dos ecosistemas e o equilibrio da natureza. A instalação de painéis solares vai aniquilar tudo o que é ser vivo, desequilibrar e matar a médio prazo toda a vida animal e vegetal. Os solos não reteram as águas pluviais e o sistema Natural dos efluentes subterrâneos desaparecerá com consequências humanas e naturais catastróficas. Terra só temos esta e mais nenhuma.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Nesse mapa, mais de 7% do nosso território ficará livremente disponível para instalação de mega centrais fotovoltaicas e eólicas. São mais de 350.000 ha de território que poderá ser devastado, com mais de 68% do mesmo constituído por áreas florestais que poderão ser destruídas e quase 35.000 ha de solo agrícola que irá ser perdido para todo o sempre, com consequências gravosas para a nossa já, bastante comprometida, soberania alimentar.	
114969	Discordância	Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências imensas! 😱😱 Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal, uma enorme redução na infiltração da água no solo aquando das chuvas, com consequente aumento das inundações no inverno e redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambientes e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas. As consequências para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114967	Discordância	Estas iniciativas mostram a vontade de grande corporações e não do povo. Enquanto a transição de energias não estiver alinhada com a população apenas mostra que não é uma verdadeira transição. Criem sistemas locais que sejam de beneficio para a população não para as redes de distribuição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114961	Discordância	SUPORTE PARA QUEM QUER PARTICIPAR NA CONSULTA PÚBLICA SOBRE O PSZAER TEMA SAÚDE Introdução O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios já classificados como climaticamente vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas, designadamente em vastas zonas do interior do país. Apesar desta realidade estar amplamente documentada pela evidência científica e pelos instrumentos estratégicos nacionais, o plano não demonstra de que forma a concentração de milhares de hectares de centrais solares nestes territórios é compatível com os objetivos nacionais de adaptação às alterações climáticas e de proteção da saúde pública. Esta omissão é particularmente preocupante porque Portugal é reconhecido como um dos países europeus mais vulneráveis às alterações climáticas, prevendo-se um aumento da frequência, intensidade e duração das ondas de calor, com consequências diretas na saúde das populações, na disponibilidade hídrica, na biodiversidade, na agricultura e na resiliência dos ecossistemas. A evidência nacional demonstra igualmente que os períodos de calor extremo estão associados a aumentos significativos da mortalidade, sobretudo entre idosos, pessoas com doença crónica, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis. Acresce que o plano não inclui qualquer Avaliação de Impacto na Saúde que permita analisar os efeitos diretos, indiretos e cumulativos da concentração destas infraestruturas sobre a saúde humana, contrariando a abordagem "Saúde em Todas as Políticas" e as recomendações da Organização Mundial da Saúde para integrar sistematicamente a saúde nas decisões relativas a políticas, planos e projetos. Ao privilegiar exclusivamente a aceleração da produção de energia renovável, sem avaliar simultaneamente os efeitos na adaptação climática, na saúde pública, na resiliência territorial e nos serviços dos ecossistemas, o PSZAER viola o princípio da precaução e compromete uma abordagem integrada ao desenvolvimento sustentável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114960	Discordância	Projectos desta envergadura, onde sabemos através de projectos já instalados que não são cumpridos muitos factores, nomeadamente a protecção da paisagem e valorização da mesma eliminando exemplares de arvores e arbustos que servem de abrigo e alimento à diversidade de fauna existente na região, sem qualquer replante ou manutenção de coberto vegetal, não podem ser aprovados a belo prazer dos investidores que apenas vislumbram o lucro com capa de metas ambientais. A desertificação do interior será ainda mais impactante, não estimulando o desenvolvimento das populações nessa região e prejudicando eventuais negócios que possam já estar inplantados nessas regiões ou pudessem vir a ser instalados com apoios que seguem na direcção de valorizar o interior do país. Há travões que existem porque há sempre quem abusa de excepções!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114958	Discordância	Utilizem os edifícios, nunca os terrenos férteis e a floresta. Não destruir floresta e não acabar com os recursos hídricos. Todos nós necessitamos de água e ar puro para viver. Necessitamos de terrenos para cultivo, necessitamos de alimentação.... Pensem em todos, no presente e no futuro, não pensem só em dinheiro, se não conseguirem viver neste planeta por falta de água e ar para respirar, o que vai valer o dinheiro? Peço por favor que pensem bem nas decisões que tomam e que o façam sempre pelo melhor e não por interesse.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114957	Discordância	Manifesto a minha oposição à forma como este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) está a ser desenvolvido. Embora reconheça a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis, considero que este programa privilegia a rapidez dos processos administrativos e os interesses de grandes empresas em detrimento da proteção das pessoas, das comunidades locais, do património natural e da identidade cultural dos territórios. Na prática, este não é apenas um projeto de promoção de energia verde. É também um mecanismo que poderá facilitar a ocupação de vastas áreas do território por grandes empreendimentos, reduzindo a capacidade de as populações se fazerem ouvir e de defenderem os seus interesses. As regiões do interior, já profundamente afetadas pela desertificação humana e pelo envelhecimento da população, serão das mais vulneráveis. Muitos habitantes não têm acesso à informação nem aos meios digitais necessários para participar nestas consultas públicas, correndo o risco de decisões com impacto profundo serem tomadas sem uma verdadeira participação das comunidades afetadas. Falo com conhecimento da realidade da Beira Baixa, uma das maiores regiões do país e simultaneamente uma das mais desertificadas. A instalação indiscriminada de grandes infraestruturas energéticas poderá contribuir para a degradação da paisagem, a fragmentação de ecossistemas, a perda de biodiversidade, o impacto negativo sobre a agricultura, o turismo de natureza, as pequenas empresas locais e a qualidade de vida das populações, acelerando ainda mais o abandono das aldeias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114956	Sugestão	Construir enormes parques eólicos em zonas onde as pessoas têm a sua casa e onde a natureza ainda está um pouco intacta é um grande erro. A energia renovável deve ser produzida de forma descentralizada e privada. Eventualmente, com o apoio do Estado. Com os parques eólicos, produz-se energia para enormes centros de dados (por exemplo, em Sines ou para outros países). Esta energia é utilizada para produzir e armazenar enormes quantidades de dados. A população não precisa disso, mas um Estado de vigilância sim. Traduzido com a versão gratuita do tradutor - DeepL.com	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114955	Discordância	Sou a Priscila Oliveira e mudei-me há dois anos com a minha filha e o meu marido para Mogadouro, escolhi esta região pela sua beleza natural, biodiversidade, qualidade de vida. Venho por este meio manifestar a minha discordância a todo este processo, e exigir que os seguintes pontos sejam analisados pois são muito graves e quem sabe até deviam ser investigados pelo Ministério Público. Desde o primeiro momento a EMER recusou ceder os mapas ao nivel Municipal no entanto eles existiam e apareceram por uma fuga de informação e mostram claramante que o projeto da Engie de Travanca em Mogadouro coincide com a zona de aceleração. Como isto é possivel como eles adivinharam? Na zona ZAER Éolica já andam comerciais de promotores a tentar alugar e comprar essas zonas antes da proposta das ZAER saírem, como é possível mais uma vez adivinharem! Todos este casos foram comunicados ao Ministério Público e têm que inviabilizar todo este processo pois repito isto é mesmo muito grave! Coloco em anexo os mapas. Sobre o programa estou contra pelas razões seguintes. Manifesto a minha oposição à classificação destas áreas como ZAER e à instalação de projetos que impliquem a ocupação de solo agrícola e florestal não artificializado. Entendo que estes projetos representam uma transformação irreversível do território, comprometendo solos produtivos, atividades agrícolas e florestais, habitats naturais, a paisagem e o património ambiental que caracterizam esta região. Considero particularmente preocupantes a perda de solo agrícola e florestal, os impactos sobre a biodiversidade e as áreas protegidas próximas, a alteração permanente da paisagem, a ausência de uma avaliação dos impactos cumulativos da concentração de vários projetos, os potenciais efeitos na saúde das populações, o reduzido retorno económico para as comunidades locais e a insuficiente participação dos cidadãos nos processos de decisão	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114954	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114952	Discordância	O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114951	Discordância	Isto vai completamente contra tudo o que é necessário implementar para assegurar a sobrevivência dos eco sistemas e das populações, nesta era de emergência climática. É difícil não se concluir que há muito somos governados por lobbies de empresas que perseguem o lucro, e investem em projetos pseudo ecológicos, e governantes que pretendem representar a população e os nossos interesses mas estão capturados pelos seus interesses pessoais, ao serviço dessas multinacionais. É urgente parar esta depredação do nosso património e retomar a defesa das iniciativas e organismos de proteção ambiental e de decisões feitas para defender os verdadeiros interesses nacionais . 1. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. 4. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. 5. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114949	Discordância	Na qualidade de parte interessada na salvaguarda do equilíbrio ambiental, social e económico do território nacional, vem a ADPEV por este meio apresentar a firme oposição aos termos em que se encontra desenhado o Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), que visa afetar cerca de 7% do território continental (mais de 371 mil hectares) para o licenciamento acelerado de projetos de energia solar e eólica. Embora a transição energética seja uma meta global e nacional partilhada, a urgência climática não pode servir de pretexto para a destruição de outros pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável e do Estado de Direito. A contestação ao presente programa fundamenta-se nos seguintes pontos críticos: 1. Desproteção Crítica de Solos Agrícolas de Média e Alta Aptidão O denominado "Mapa Verde" desenhado pelo LNEG falha gravemente ao não excluir solos agrícolas de média e alta aptidão. Num contexto global de instabilidade económica e climática, a segurança e a soberania alimentar deveriam ser prioridades estratégicas nacionais. Permitir que solos férteis — vitais para a subsistência de populações e sustentação de economias locais — sejam transformados em zonas de aceleração industrial energética é um erro histórico que fragiliza o mundo rural e destrói o ordenamento do território. 2. Atentado à Proteção Ambiental: Supressão da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) A proposta de suprimir a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) obrigatória nas ZAER, substituindo-a por prazos comprimidos e procedimentos paralelos, é inaceitável. A AIA representa a principal garantia legal de proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e dos recursos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114948	Discordância	Precisamos de árvores! Não queremos mais painéis solares na nossa paisagem. NÃO SOMOS A CENTRAL ELÉTRICA DA EUROPA ◉	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114947	Discordância	— PORTUGAL ESTÁ VIVO! Não estamos de acordo com a localização e com a destruição da natureza para este projecto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114946	Discordância	Manifesto total discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) uma vez que em nada respeita o território. Promover deflorestação, destruição de habitats e paisagens não podem ser consideradas medidas de sustentabilidade ecológica. O impacto local em cada zona de implantação, não é analisado nos documentos apresentados, não existe cartografia suficiente que permita uma análise correta para que, nós, cidadãos e habitantes dos locais em questão possamos perceber os verdadeiros impactos, que, inquestionavelmente, serão negativos a nível da fauna e flora, paisagens e consequentemente de turismo. O "Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) " coloca em causa o próprio ambiente e o modo de vida de quem aí vive.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114944	Discordância	Constitui uma ameaça aos ecossistemas, demonstra uma falta de planeamento e desrespeito e exclusão do público.. É uma imposição centralizada de um mapa de zonas verdes, perdendo os municípios a capacidade de decidir o que é melhor para o seu próprio território,. Constitui ainda uma ameaça ambiental porque permite o licenciamento sem a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). É essencial garantir que a Aceleração em causa seja compatível com a proteção do território, da biodiversidade e da confiança das pessoas nas instituições.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114943	Discordância	O MEU PARECER É DE DISCORDÂNCIA. Será consensual que a transição energética se terá de fazer, a bem do futuro do planeta e particularmente do nosso país. Contudo, há que ter em atenção que não são os residentes em territórios de baixa densidade os principais responsáveis por essas necessidades que decorrem, em larga escala, de factores climáticos. Por outro lado, estes resistentes que vivem no nosso despovoado interior, deparam-se com lacunas muito graves em termos de necessidades básicas, a começar pela saúde. O que lhes resta? a NATUREZA! É ela que os mantém agarrados às suas raízes e por isso é PROIBIDO mexer com a única coisa que os prende a estas regiões do interior. Os projectos solares - como o Sophia e quejandos - por mais que se "pinte" o quadro, têm impactos severos na biodiversidade, no bem estar animal e vegetal, nas populações, etc...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114941	Reclamação	Os proponentes destes mega-projectos não conseguem esconder as implicações em termos de aumento de temperatura, em regiões que já são quentes em excesso, sem esses multiplicadores de energia. Piorarão, e de que modo, as condições de vida das pessoas, dos animais e das plantas. Destruição do solo e da biodiversidade: A instalação massiva de painéis compromete os ecossistemas locais, eliminando habitats naturais, empobrecendo a flora e a fauna e favorecendo a desertificação do solo. Em vez de regenerar, este tipo de projeto acelera a degradação ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114940	Reclamação	Contradição com o interesse público: Apesar da retórica da transição energética, estes projetos servem principalmente interesses privados e especulativos, concentrando os lucros em poucas empresas, enquanto a comunidade local suporta os custos ambientais e sociais.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114939	Reclamação	Contradição com a revolução da «energia verde»: a verdadeira contribuição significa descentralizar a energia (elétrica), dando a cada comunidade fregesial a responsabilidade pela geração e manutenção de energia, o que reduzirá o consumo de energia e, no caso dos painéis solares, promoverá o uso das enormes quantidades de espaço disponível nos telhados e estacionamentos dos carros ao ar livre, em vez de terras agrícolas/naturais.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114938	Reclamação	Rejeito o Projecto PSZAER por nao apresentar garantias reais da nao destruiçao da zona, nem definiçoes efetivas sobre a proteçao da biodiverdidade, natureza e real impacto nas comunidades locais. nao foi lá que cresci mas lá tenho as minhas raizes familiares. Assusta-me saber da eventualidade da destruição de um local tao autentico. Que em nome das energias verdes nao se arrase o verdadeiro verde dos campos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114936	Reclamação	Destruição do solo e da biodiversidade: A instalação massiva de painéis compromete os ecossistemas locais, eliminando habitats naturais, empobrecendo a flora e a fauna e favorecendo a desertificação do solo. Em vez de regenerar, este tipo de projeto acelera a degradação ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114935	Reclamação	Destruição do solo e da biodiversidade: A instalação massiva de painéis compromete os ecossistemas locais, eliminando habitats naturais, empobrecendo a flora e a fauna e favorecendo a desertificação do solo. Em vez de regenerar, este tipo de projeto acelera a degradação ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114934	Discordância	Os processos de licenciamento exigem rigor e não simplificação. As zonas prioritárias identificadas para desenvolvimento renovável abrangem ecossistemas cuja avaliação exige estudos ambientais rigorosos que não devem ser comprometidos por procedimentos acelerados. Os impactos cumulativos e sinérgicos só são detetáveis através de Estudos de Impacte Ambiental completos, incluindo análises de conectividade funcional entre habitats e avaliações de serviços dos ecossistemas a longo prazo. Deve ser dada primazia às áreas já antropizadas estabelecendo-se uma hierarquia clara na seleção de locais: (i) telhados e coberturas edificações existentes; (ii) áreas industriais abandonadas ou degradadas; (iii) estacionamentos com estruturas de sombreamento fotovoltaico (iv) terrenos industriais marginalmente recuperáveis; apenas após esgotadas estas opções considerar novas intervenções territoriais. Portugal dispõe de áreas construídas suficientes para múltiplos projetos sem recorrer a zonas naturais intactas. O papel irrecusável das Áreas Naturais face às Alterações Climáticas não deve ser negligenciado. As áreas naturais funcionam como sumidouros de carbono, reguladores do ciclo hidrológico, barreiras contra inundações e erosão, e corredores de migração para espécies, constituindo-se como infraestrutura crítica de adaptação climática. A sua ocupação compromete capacidade resiliente territorial justamente quando maior necessidade existe devido aos cenários climáticos projetados. Recomenda-se a criação de incentivos específicos para implantação urbana que tornem esta opção economicamente competitiva face às áreas naturais. A transição energética é urgente mas não pode ocorrer à custa da capacidade adaptativa do território — seria contraproducente sacrificar defesas naturais necessárias exatamente quando as alterações climáticas exigem reforço, não redução, destas proteções.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114933	Reclamação	Contradição com o interesse público: Apesar da retórica da transição energética, estes projetos servem principalmente interesses privados e especulativos, concentrando os lucros em poucas empresas, enquanto a comunidade local suporta os custos ambientais e sociais.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114930	Discordância	Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências imensas! 😨😨 Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal, uma enorme redução na infiltração da água no solo aquando das chuvas, com consequente aumento das inundações no inverno e redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambientes e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas. As consequências para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo por em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114923	Discordância	O PSZAER não promove um Portugal livre de combustíveis fósseis, nem maior independência energética - pelo contrário, o PSZAER é uma via verde para a privatização do território rural para benifício de promotores privados (muitos deles externos às comunidades onde pretendem instalar-se)! Isto é um modelo extractivista com nova embalagem verde! O "Mapa Verde" do LNEG não exclui solos agrícolas de aptidão média e alta. Portanto, solos que alimentam pessoas e sustentam economias locais podem tornar-se zonas de aceleração e isso é inaceitável. O modelo proposto suprime a Avaliação de Impacte Ambiental nas ZAER - que é a principal garantia legal de participação pública É inaceitável que a coordenação fique entregue à DGEG, uma estrutura orientada para a produção energética e não para o ordenamento do território As comunidades locais têm de ter assento garantido nas decisões e os pareceres das Câmaras Municipais nem sequer são vinculativos. É inaceitável que os benefícios energéticos produzidos nestes territórios saiam destes territórios! É inaceitável que a energia vá para a rede nacional e para os mercados europeus, e para as comunidades fica a paisagem destruída e os impactos na água e na biodiversidade. Isto não é transição energética! É a repetição, com painéis solares, do que já foi feito com os eucaliptais, monoculturas e extracção mineira: sacrificar o interior para servir interesses que não habitam nele. O PSZAER é extractivismo. Mais uma vez, as decisões tomadas neste país pretendem colocar o Interior á mercê de interesses pouco transparentes e numa vertente de exploração desenfreada do pouco de dignidade que resta a estas regiões. Já há muito tempo que percebemos que o Interior não conta para nada, quer para as classes políticas quer para um setor empresarial desprovido de ética e de qualquer tipo de respeito por estas gentes(que são portugueses apenas para contribuir), quando se trata de valorizar este território, mas..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114921	Discordância	quando se trata de usurpar a nossa riqueza patrimonial, de ostracizar populações e territórios. Neste momento o Interior já conta, já importa, e em nome do interesse nacional e do ambiente (dizem eles) querem fazer de nós (portugueses que gostavam de ser tratados como portugueses não de segunda, mas como portugueses de direitos plenos como todos os outros), repito, querem fazer de nós, um saco de pancada, um bando de otários. Basta de nos tratarem assim.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114919	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de cidadãos do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114917	Discordância	Mega centrais não	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Embora resida na Suíça, acompanho com grande preocupação o rumo que está a ser seguido relativamente à ocupação do território português por projetos de energias renováveis de grande escala. Portugal é para mim muito mais do que um destino de férias. É um país ao qual estou ligado emocionalmente, que visito regularmente e cuja paisagem, património cultural, natureza e identidade rural aprendi a admirar e a respeitar ao longo de muitos anos.	Obrigada pela sua participação.
114913	Reclamação	Preocupa-me profundamente que decisões com impactos potencialmente irreversíveis sobre vastas áreas do território possam ser tomadas sem critérios suficientemente claros, sem transparência total e sem que os cidadãos conheçam sequer a localização concreta das futuras ZAER. Considero que uma transição energética verdadeiramente sustentável não pode ser construída à custa da descaracterização da paisagem portuguesa, da fragmentação dos ecossistemas, da perda de biodiversidade e da crescente industrialização de zonas rurais de elevado valor natural e cultural. A riqueza de Portugal não reside apenas na energia que pode produzir. Reside também nas suas aldeias, nos seus montados, nas suas serras, nos seus rios, nos seus campos agrícolas, na sua biodiversidade e na qualidade única das suas paisagens.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual.	
		Embora resida na Suíça, acompanho com grande preocupação o rumo que está a ser seguido relativamente à ocupação do território português por projetos de energias renováveis de grande escala.	
		Portugal é para mim muito mais do que um destino de férias. É um país ao qual estou ligado emocionalmente, que visito regularmente e cuja paisagem, património cultural, natureza e identidade rural aprendi a admirar e a respeitar ao longo de muitos anos.	Obrigada pela sua participação.
114912	Reclamação	Preocupa-me profundamente que decisões com impactos potencialmente irreversíveis sobre vastas áreas do território possam ser tomadas sem critérios suficientemente claros, sem transparência total e sem que os cidadãos conheçam sequer a localização concreta das futuras ZAER.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
		Considero que uma transição energética verdadeiramente sustentável não pode ser construída à custa da descaracterização da paisagem portuguesa, da fragmentação dos ecossistemas, da perda de biodiversidade e da crescente industrialização de zonas rurais de elevado valor natural e cultural.	
		A riqueza de Portugal não reside apenas na energia que pode produzir. Reside também nas suas aldeias, nos seus montados, nas suas serras, nos seus rios, nos seus campos agrícolas, na sua biodiversidade e na qualidade única das suas paisagens.	
114911	Discordância	Discordo da implantação e implementação deste projeto de energias renováveis tal como se apresenta, deixando parte do território português numa mancha que não é verde, mas sim castanha suja, além de gerar um aumento de temperatura significativo que torna a vida impossível. Talvez por isso nos queiram mandar embora. Zona centro de Portugal que tem sido muito fustigada por intempéries, que vão crescendo em número e violência à medida que a temperatura do solo vai aumentando, esquecida por muitos que governam e apetecível para os investidores estrangeiros. Vergonhoso, este aproveitamento de territórios mais pobres, como Portugal, para lucrarem os grandes investidores e queimarem a terra tão necessária à sobrevivência do ser humano, à Minha sobrevivência.. Há, com certeza, maneiras menos prejudiciais e mais amigas de gerar a energia renovável. Da forma como está a ser apresentado, enchendo vastos campos com painéis solares, VERDE é a palavra menos apropriada.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114909	Discordância	PSZAER, na sua redação atual, não assegura um equilíbrio adequado entre a transição energética, a proteção do ambiente, a adaptação às alterações climáticas, a saúde pública, o ordenamento do território e os direitos das populações. A proposta apresenta insuficiências técnicas, científicas e jurídicas relevantes, pelo que deve ser rejeitada na sua forma atual e objeto de profunda reformulação, precedida de uma avaliação mais rigorosa dos impactes cumulativos, da vulnerabilidade climática dos territórios, dos efeitos na saúde humana e de um processo de participação pública efetivamente informado e compatível com a dimensão e importância estratégica deste instrumento de planeamento nacional. Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER), na sua atual formulação.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114906	Discordância	Reconheço a importância da produção de energia renovável e da transição energética, mas considero que este programa não garante uma proteção adequada dos territórios rurais e das comunidades locais que poderão ser diretamente afetados pelas decisões agora propostas. No caso de São Martinho das Amoreiras, freguesia de forte identidade rural inserida no concelho de Odemira, existe uma preocupação legítima quanto aos impactos que a instalação de grandes infraestruturas energéticas poderá ter sobre a paisagem, a biodiversidade, a agricultura, a floresta e a qualidade de vida da população residente. A simplificação dos processos de licenciamento prevista nas ZAER pode reduzir a capacidade de análise aprofundada dos impactos ambientais e sociais dos projetos, criando o risco de serem aprovadas intervenções com consequências negativas duradouras para o território. A dimensão e localização destes empreendimentos devem ser avaliadas com rigor e não apenas em função de objetivos nacionais de aceleração da produção energética. Manifesto igualmente preocupação com os efeitos que estes projetos poderão ter na valorização das propriedades, nas atividades agrícolas e florestais, na atratividade da região para residentes e visitantes, bem como na preservação dos ecossistemas locais. O território de São Martinho das Amoreiras possui valores naturais e paisagísticos que merecem proteção e que constituem um património importante para as gerações atuais e futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Venho por este meio apresentar a minha pronúncia.	
114904	Discordância	1. Exigência de prioridade real a superfícies artificializadas antes de solo natural O próprio Relatório Ambiental reconhece, como princípio orientador da estratégia, que deve ser dada prioridade a superfícies artificiais e edificadas, como telhados e fachadas de edifícios, infraestruturas de transporte e áreas circundantes, parques de estacionamento, zonas industriais e minas abandonadas, antes de se avançar sobre solo natural (também esse o entendimento da Opção Estratégica OE3.3). Concordo inteiramente com este princípio. O problema é que este princípio permanece, na proposta atual, como uma orientação genérica e não vinculativa. A delimitação das Zonas de Aceleração continua a abranger extensas áreas de solo natural, agrícola e florestal, sem que exista qualquer mecanismo que obrigue, na prática, a esgotar primeiro o potencial das superfícies já artificializadas. O resultado é que a prioridade fica reduzida a uma declaração de intenções, enquanto a ocupação efetiva do território continua a fazer-se sobretudo sobre solo natural, por ser tecnicamente mais simples e financeiramente mais barato para os promotores. Existe em Portugal um potencial considerável e ainda largamente por aproveitar em superfícies já artificializadas: coberturas de hipermercados e superfícies comerciais, pavilhões industriais e logísticos, parques de estacionamento, edifícios e infraestruturas públicas e municipais, zonas portuárias e minas abandonadas. Instalar produção solar e, sempre que aplicável, outras soluções renováveis sobre estas áreas evita por completo a desflorestação, a decapagem de solos, a fragmentação de habitats e a alteração da paisagem que a ocupação de solo natural implica, sem qualquer perda de capacidade de produção energética a nível nacional. Solicito, por isso, que esta prioridade deixe de ser uma orientação genérica e passe a constituir um critério vinculativo, verificável e com efeitos práticos na aprovação de projetos dentro das ZAER, nomeadamente através de: Obrigatoriedade de cada promotor demonstrar, de forma documentada, que foram avaliadas e esgotadas as alternativas em superfícies já artificializadas dentro de um raio razoável, antes de qualquer aprovação de ocupação de solo natural;	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114901	Discordância	Discordo devido à falta de respeito que estão a fazer contra os habitantes, contra a natureza e contra a forma processual que está a ser realizada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114900	Reclamação	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas da nossa habitação e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114898	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114894	Discordância	nas zonas de corva e Borralha, além de ser Patrimônio mundial, a exploração mineira irá poluir todas as aguas das barragens da zona bem comode toda a bacia do rio que abastece grande parte da população. Também morte danmaravilhosa paisagem.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114893	Discordância	Somos residentes no concelho de Odemira e vivemos no sul do Alentejo, uma região reconhecida pela sua paisagem única, tranquilidade e riqueza natural. Como cidadãos diretamente afetados por este projeto, gostaríamos de partilhar a nossa preocupação e o nosso contributo para este processo de consulta pública. Somos totalmente a favor da proteção da natureza e das energias renováveis. Vivemos há anos exclusivamente com energia solar, plantamos árvores, protegemos o solo e os recursos hídricos e procuramos contribuir diariamente para um ambiente mais saudável. Acreditamos que a transição energética é necessária. No entanto, qualquer tecnologia deixa de ser sustentável quando ultrapassa uma determinada escala. Um automóvel é uma ferramenta útil; milhões de automóveis concentrados numa cidade tornam-se um problema ambiental. O mesmo princípio aplica-se à energia eólica. A questão não é ser a favor ou contra as energias renováveis, mas sim encontrar uma dimensão e uma localização compatíveis com a proteção das pessoas, da paisagem e da natureza. Neste projeto estão previstas três turbinas com mais de 180 metros de altura muito próximas da nossa habitação e um total de 22 turbinas no concelho. A literatura científica descreve impactos potenciais relacionados com o ruído, as sombras projetadas, a alteração da paisagem e a qualidade de vida das populações que vivem nas proximidades. Além disso, existem impactos ambientais associados à construção de enormes fundações em betão, à abertura de novos acessos, à fragmentação dos habitats e à utilização de materiais compósitos cuja reciclagem continua a ser um desafio. O sul do Alentejo possui um valor único precisamente por nunca ter sido industrializado. A sua paisagem, o silêncio, a biodiversidade e a autenticidade constituem um património natural e cultural que deve ser	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114890	Discordância	Discordo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114889	Discordância	Sou contra megacentrais que destroem a paisagem alentejana. E sobrescrevo a posição da plataforma cívica " Juntos por o Divor "	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114888	Discordância	Discordo da estratégia de instalação de megacentrais fotovoltaicas pois o impacto ambiental ao nivel dos Ecossistemas solo e água e Paisagístico, superam os benefícios do abastecimento eletrico. Sou favorável à instalação de centrais fotovoltaicas de media e pequena dimensão sobretudo em infraestruturas construídas, como telhados e outras superfícies artificiais, onde haja reduzido impacto ecológico. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114886	Discordância	Discordo deste projecto pois não é pensado para o bem-estar geral da comunidade envolvente nem do espaço natural.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114884	Discordância	Como já foi dito tantas vezes e provado esse projeto afeta todo ecossistema no local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114883	Discordância	Vivo numa zona com muita floresta e colinas que alberga muitas pessoas e animais. Agora, as nossas vidas correm o risco de serem afetadas de forma muito negativa por um grande parque eólico. Estou a falar do projecto eólico da mira (galp) Um enorme parque eólico tem um impacto devastador na nossa qualidade de vida. As instalações de grande escala não são verdes. Trazem mais destruição do que bem e, mais cedo ou mais tarde, arrepender-nos-emos de ter convertido Portugal num país industrial. Não é por isso que tantas pessoas adoram Portugal. É a autenticidade das muitas paisagens intocadas, a simplicidade. agora quer vender e destruir o nosso país. Por favor, tenham compaixão dos residentes de todas as áreas afetadas e não nos afastemos. Se forem planeados projectos tão grandes na nossa vizinhança, as pessoas fugirão e a economia chegará ao fim em Portugal. vamos encontrar soluções melhores, mais ecológicas, p. Painéis solares na Lagoa de Santa Clara. Estas são soluções novas e melhores do que as obsoletas turbinas eólicas. Vamos proteger as nossas zonas rurais! Há tantas histórias aqui guardadas sobre a vida daquela época e algumas delas ainda são vividas pelos nossos antigos vizinhos, uma vida simples. Deixemos Portugal florescer e não perecer, deixemos Portugal ser um país modelo com novos planos energéticos verdadeiramente verdes em vez de uma grande indústria!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114879	Discordância	Vão implementar estes alimentadores de datacenters e IA na China, vivemos até hoje sem isto, podemos continuar na boa!	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114878	Discordância	Não concordo com o plano proposto. Vivo no Concelho de Odemira, na freguesia de São Martinho das Amoreiras, e na nossa zona está prevista a construção de um parque eólico com 22 turbinas de 200 metros de altura. A nossa região, classificada maioritariamente como REN, ainda tem a sorte de possuir uma biodiversidade relativamente grande, que conseguiu manter-se entre as inúmeras plantações de eucaliptos e apesar das limpezas regulares feitas com grade, nas quais normalmente é arrasado tudo o que não seja sobreiro. A natureza é posta à prova todos os anos pelo calor intenso e pela consequente falta de água, e a biodiversidade é frágil, sendo por isso especialmente merecedora de proteção. E agora vem um parque eólico que ainda por cima vai triturar as nossas aves, confundir as abelhas e os insetos através dos ultrassons das turbinas, e cuja vibração transmitida ao solo vai colocar o terreno circundante, num raio de 15 km, em vibração permanente, prejudicando de forma duradoura a vida do solo, as linhas de água e, não menos importante, também nós, seres humanos!? Este tipo de "energia verde" destrói aquilo que alegadamente pretende proteger. Exijo ao governo que, se realmente pretende avançar na área das energias renováveis, o faça com ponderação e inteligência, e não aceitando simplesmente a solução mais rápida planeada pelos chineses. Gostaria acima de tudo que Portugal se abrisse à ideia de colaborar com universidades para encontrar soluções de abastecimento energético que sejam VERDADEIRAMENTE sustentáveis. Para mim, isso inclui instalações descentralizadas, pequenas comunidades de energia, o aproveitamento de telhados existentes para painéis solares/coberturas de sombra feitas de painéis solares em vez de grandes megaparques solares, a avaliação de turbinas eólicas verticais e, acima de tudo, conceitos de poupança energética, já que a energia mais limpa é aquela que não consumimos (um pequeno exemplo: em cada casa de aldeia ligada à rede elétrica há um candeeiro que fica aceso a noite toda. Isso poderia realmente ser evitado). O governo deveria, sem dúvida, colocar o bem-estar do seu país e dos seus cidadãos acima das diretrizes de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114876	Discordância	Exerço por este meio o meu direito de discordar inteiramente com o desenvolvimento deste projeto. O desenvolvimento não pode passar pela industrialização e inutilização de zonas rurais onde habitam pessoas que vivem em comunhão com a Natureza. O impacto socioeconómico e ambiental deste projeto e semelhantes é megalomaníaco. Como poderão as pessoas locais e os animais habitar no meio de uma paisagem de metal? Como podemos querer conservar a qualidade de vida no nosso país e as nossas zonas verdes e ao mesmo tempo destruí-las? Queremos ser líderes no turismo, mas reduzimos as áreas de interesse sobre o qual o mesmo assenta?! Em anexo seguem problemas, a meu ver, gravíssimos que inviabilizam a continuidade deste, e outros, projetos semelhantes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114870	Discordância	Sou contra as mega centrais fotovoltaicas que destroem a paisagem alentejana numa zona tão sensível e habitada.Subscrevo a posição da plataforma cívica Juntos pelo Divor- Paisagem e Património. As zonas não estão devidamente identificadas e não é possível ao cidadão comum localizar as verdadeiras malfeitorias programadas para a destruição do ambiente. As escolhas têm sido feitas em função dos interesses imediatos dos investidores em detrimento do verdadeiro interesse das populações que não têm voz e são ignoradas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114863	Reclamação	Contradição com a revolução da «energia verde»: a verdadeira contribuição significa descentralizar a energia (elétrica), dando a cada comunidade fregesial a responsabilidade pela geração e manutenção de energia, o que reduzirá o consumo de energia e, no caso dos painéis solares, promoverá o uso das enormes quantidades de espaço disponível nos telhados e estacionamentos dos carros ao ar livre, em vez de terras agrícolas/naturais.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114857	Reclamação	Destruição do solo e da biodiversidade: A instalação massiva de painéis compromete os ecossistemas locais, eliminando habitats naturais, empobrecendo a flora e a fauna e favorecendo a desertificação do solo. Em vez de regenerar, este tipo de projeto acelera a degradação ambiental. » Impacto negativo na saúde e bem-estar da população: As linhas de alta tensão planeadas, com aproximadamente 33 km de comprimento a 220 kV, estão associadas a efeitos adversos, incluindo riscos eletromagnéticos, ruído e poluição visual permanente, afetando diretamente aqueles que vivem e trabalham nas proximidades. » Contradição com o interesse público: Apesar da retórica da transição energética, estes projetos servem principalmente interesses privados e especulativos, concentrando os lucros em poucas empresas, enquanto a comunidade local suporta os custos ambientais e sociais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
114853	Discordância	Não faz sentido destruir a natureza com a desculpa de produção de energia verde. Verdes são os campos e as florestas, não painéis solares!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114851	Discordância	Não concordo! Sou a favor das renováveis e até tenho painéis , no meu telhado !	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114846	Discordância	Sou contra megacentrais que destroem a paisagem. O nosso maior recurso é o nosso planeta. Estamos numa época em que poucos têm muito e muitos não têm quase nada. A natureza é de todos e nós fazemos parte da natureza. Os nossos pulmões não podem funcionar se não existir natureza. Precisamos de árvores. Não podemos matar sobreiros e azinheiras que levaram décadas a crescer para nos dar oxigénio, sombra, lugar para os as aves nidificarem. A terra tem que estar a descoberto para absorver a água da chuva. Sem oxigénio e sem água morremos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114839	Discordância	Não concordo que deixe de ser avaliado por outras entidades	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114836	Discordância	A minha discordância prende-se Com motivos ambientais e sócio económicos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
114835	Discordância	Plantem árvores, ordenem o território com espécies que protejam a paisagem, habitats e população. Instalem painéis em zonas urbanas.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
114834	Discordância	Este Projeto não tráz nada de benéfico para o nosso concelho, visto que é um concelho com bastante turismo e assim com este tipo de projetos, vai afastar os turistas, visto que ninguém vem cá para ver painéis solares.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
114829	Discordância	Necessidade de implementação de mais florestas, restaurar tudo o que tem sido destruído tanto por mão humana , como por eventos meteorológicos. O nosso país não está a venda. Dinheiro nenhum nos devolve. O nosso meio ambiente a nossa fauna e flora. Paracer negativo ao projecto	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114825	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
114820	Discordância	Nao concordo com os abusos de empresas estrangeiras quererem mandar no nosso país, ainda para mais no interiror do país. Há muitos sitios sem prejudicar os terrenos e as pessoas para a sua implementação de painéis.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114817	Discordância	Ninguém é contra painéis solares nem contra as transições energéticas. Todos somos contra o abate de árvores e a transformação de uma região num deserto com a desculpa da transição energética. O que está a ser projetado é um atentado para a região e para o país. Os únicos que ganham com este projeto são as empresas promotoras. Postos de trabalho quase inexistentes, redução do valor da energia nem está no programa, ganhos reais para a região e para o país são inexistentes. Como é que alguém pode ser a favor? Compreendo que colocar milhares de painéis com estrados em zonas onde pa terrenos são baratos é mais vantajoso para as modestas promotoras mas só elas mesmo que têm vantagem. Porque não esgotar em primeiro lugar, os telhados das habitações, das empresas, de zonas degradadas, de brotas de estadas, de linhas férreas, ….? Seria mais caro e mais complicado a sua gestão? Imagino que sim….nao seria vantajoso para essas empresas? Talvez não…mas não será essa a hipótese que deve ser colocada em cima da mesa? Aliás, deveria ser mesmo a única solução viável.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114816	Discordância	Não se entende a falta de respeito pela natureza e pelas gerações futuras, há tantos telhados que poderiam ser aproveitados. A que preços teremos todos que pagar esta energia, a que preço teremos que pagar a destruição da biodiversidade. Somos mesmo um país pequeno feito de gente mesmo pequenina, vendem-se por uma moeda. Uma vergonha	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114812	Discordância	Todos sabemos que o real custo das energias renováveis é escondido, os custos dos materiais, da instalação e manutenção são relegados e promovem os ganhos que prevêem, mas a inconssistência das energias renováveis torna este tipo de energia apenas um auxílio á rede e nunca a irá substituir. Têm todos medo da energia nuclear mas o custo versus a energia produzida é bem menor, França nunca teve problemas com isso, aliás até lhes compramos bastante electricidade gerada por energia nuclear. O impacto ambiental das eólicas e solares é extremo e, assim como os custos, é escondido do público, aves que morrem pelas pás dessas monstruosidades de metal e betão a das solares pior ainda, porque é a flora e fauna que se perde. Plantem árvores e não mais metal. Não estraguem a paisagem de portugal com zonas negras em vez de floresta e hélices a rodar em vez da simples e sublime silhuetas das serras e montanhas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114808	Discordância	Embora existam boas razões para definir áreas para a implantação dos dispositivos, a meu ver não é admissível cobrir o País de painéis solares, transformando todas as paisagens em áreas industriais. Compreendo que isto possa parecer bom, em abstracto, para pessoas que vivem nas grandes cidades, mas deve haver mais respeito pelo resto do País.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114805	Discordância	Preocupa-me profundamente que, apesar de tantos testemunhos de especialistas e até referenciado neste projeto, ainda não haja a coragem de se aplicar painéis solares nos imensos telhados de edifícios públicos e privados das nossas cidades. Em vez de se desperdiçar e estragar terrenos que trariam mais benefícios ambientais, ecológicos, agrícolas e climáticos, se esses fossem utilizados como terrenos que são, para fins agrícolas ou ecológicos como criação de floresta simplesmente fazendo prática agrícola em policultura. Isto ofereceria várias vantagens: Biodiversidade: Imita os ecossistemas naturais, promovendo um solo mais rico e saudável. Resistência a pragas: Reduz o risco de perdas totais, pois as pragas raramente afetam todas as espécies da mesma forma. Sustentabilidade: Minimiza a necessidade de fertilizantes químicos e pesticidas. E muito importante, poderá evitar incêndios para aqueles que realmente os querem evitar para bem das populações e natureza. O que deveria ser o verdadeiro propósito dos governantes que estão na posição que estão, graças ao povo. Como tal o seu dever é servir para o bem do povo e não de grupos privados com interesses financeiros.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114804	Discordância	Quando conversávamos com os portugueses de penamacor, a maioria eram contra o projeto Sofia. A Europa está vendendo suas fazendas como pão quente: "lítio, construção, zonas industriais, painéis solares, monocultura...". Portuguese, residente ou não... não podemos deixar isso... Estamos perdendo um patrimônio incrível, rico em biodiversidade. Alguns nos dirão: "Essas terras estão abandonadas". Elas não estão abandonadas... são habitadas: insetos, fungos, microorganismos, fauna, flora... ♡Tão importantes para a nossa vida na Terra. ♡Tão importantes para a nossa qualidade de vida. O projeto Sophia e a BP, essa multinacional, não se importam com a nossa saúde... eles querem dinheiro. O dinheiro cega...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114802	Discordância	Quem vai morar na região? Quem vai querer reinvestir em terrenos ao lado desses campos negros e sem Não creio que as areas escolhidas sejam as adquadas em grande parte por estarem perto de zonas de parques nacionais e zonas protegidas em diversas localizações. Acho que devem ter isso em consideração e creio haver melhores soluções que as apresentadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114801	Discordância	Acho que deve ser público, debatido, de outras soluções que não ponham em risco a destruição de eco habitats, zonas que possam ser para agricultura. Devendo ser estudado outras vias em zonas já citadinas, industriais, em qje o impacto ambiental é menor. Daí discordar	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114800	Discordância	Não podemos, de forma alguma, compactuar com lobbies que, sob a mascara da eficiência e da sustentabilidade, degradam e colocam em risco a nossa biodiversidade e, por consequência, a nossa saúde e o nosso futuro. A questão que coloco é a seguinte: sem os lucros de poucos e sem pressões externas, seria este o caminho que escolheriamos seguir?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114798	Discordância	Não podemos substituir o verde da nossa paisagem por painéis solares. A transição energética é necessária e importante. No entanto, não pode servir de justificação para transformar zonas rurais em territórios de sacrifício, ignorando quem lá vive e o valor do património natural e paisagístico.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114796	Discordância	Os mega projetos de energias renováveis levantam questões que não podem ser desvalorizadas. A ocupação de vastas áreas, a destruição da paisagem, a fragmentação de habitats, a abertura de novos acessos, a instalação de linhas de muito alta tensão e o impacto na qualidade de vida das populações são consequências reais que merecem uma avaliação séria. O desenvolvimento sustentável exige equilíbrio entre os benefícios ambientais, económicos e sociais. Não basta produzir energia limpa; é igualmente essencial proteger as comunidades, respeitar a biodiversidade, preservar a identidade dos territórios e garantir que as decisões são tomadas com transparência e verdadeira participação pública. Quem vive nestes locais não está necessariamente contra as energias renováveis. O que muitos contestam é a dimensão destes projetos, a sua concentração em determinadas regiões e a forma como, por vezes, os interesses das populações parecem ser secundarizados. Defender o território não é ser contra o progresso. É exigir que a transição energética seja justa, equilibrada e compatível com a proteção da natureza, da paisagem e da qualidade de vida de quem escolheu viver nestes lugares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114795	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de MIranda do Douro e natural do concelhor de Mogadouro, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem em anexo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114794	Discordância	Não concordo.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114793	Discordância	Vivo em Atalaia do Campo e considero que a instalação de aerogeradores e de um parque solar NÃO será do interesse da comunidade no que diz respeito à nossa saúde, à poluição sonora, ao aumento da temperatura e à poluição por poeira. Terá um impacto incrivelmente destrutivo nas aves e noutros animais selvagens desta zona.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114790	Discordância	O Município de Idanha-a-Nova e as suas populações reconhecem a importância da transição energética e a necessidade de promover fontes renováveis de energia como instrumento fundamental para o cumprimento das metas ambientais nacionais e europeias. Contudo, o desenvolvimento destas infraestruturas deve obedecer a princípios de equilíbrio territorial, sustentabilidade ambiental, proteção dos recursos naturais e salvaguarda da qualidade de vida das populações. Neste contexto, manifesta-se a discordância relativamente à proposta de delimitação de áreas abrangidas pelo Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) no concelho de Idanha-a-Nova, pelos seguintes fundamentos: 1. Impacto na identidade e paisagem do território O concelho de Idanha-a-Nova possui um património paisagístico, ambiental e cultural de elevado valor, amplamente reconhecido a nível nacional e internacional. A instalação massiva de infraestruturas associadas à produção de energia renovável poderá provocar uma alteração significativa da paisagem rural, afetando a identidade territorial, a atratividade turística e os valores naturais que distinguem o concelho. 2. Pressão cumulativa sobre o território Nos últimos anos, o concelho tem sido recorrentemente identificado para a instalação de diversos projetos de produção energética, verificando-se uma crescente ocupação do solo por infraestruturas associadas a este setor. A concentração excessiva destes empreendimentos num território de baixa densidade gera um desequilíbrio na repartição dos impactos ambientais e sociais, sem que sejam evidentes benefícios proporcionais para as populações locais. 3. Salvaguarda da atividade agrícola e florestal As áreas propostas poderão interferir com solos de aptidão agrícola e florestal, comprometendo atividades económicas tradicionais que constituem uma importante fonte de rendimento e fixação de população. A utilização intensiva de terrenos para fins energéticos poderá limitar o desenvolvimento futuro da agricultura, da pastorícia e de outras atividades produtivas compatíveis com a vocação natural do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114789	Discordância	Um verdadeiro atentado ambiental!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114787	Reclamação	Resido numa região onde as decisões sobre o uso do território têm um impacto direto no dia a dia das pessoas. Conheço o valor das paisagens, das áreas agrícolas e florestais, da riqueza natural e da qualidade de vida que ainda existe nestas comunidades. É por isso que vejo com apreensão a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço que a transição para fontes de energia renovável é necessária e faz parte dos desafios que enfrentamos. No entanto, essa necessidade não deve conduzir a um processo de planeamento que deixe por resolver questões essenciais. Na forma como está apresentado, o PSZAER não define regras suficientemente objetivas para impedir uma concentração excessiva de projetos em determinados locais, nem garante que sejam analisados, em conjunto, os efeitos da instalação de várias centrais, linhas de muito alta tensão e restantes infraestruturas associadas. Também me preocupa a possibilidade de este modelo acelerar o licenciamento sem assegurar que as populações diretamente afetadas continuem a ter uma participação real nas decisões que irão alterar o território onde vivem. Entendo que o ordenamento do território deve ser a base de qualquer estratégia de desenvolvimento energético. Antes de identificar zonas preferenciais para este tipo de projetos, é fundamental avaliar a capacidade do território, proteger os ecossistemas, preservar a paisagem, defender os solos agrícolas e florestais e garantir o bem-estar das comunidades locais. Por esse motivo, considero que o PSZAER deve ser revisto antes da sua aprovação. Na minha opinião, o programa deveria estabelecer limites claros à concentração de projetos, tornar obrigatória a avaliação dos impactes cumulativos de todas as infraestruturas envolvidas, incluindo as linhas elétricas, dar prioridade ao autoconsumo, às comunidades de energia e à utilização de áreas já artificializadas, reforçar os mecanismos de participação pública nas fases seguintes do processo e manter critérios de exclusão que protejam áreas de elevado valor ambiental e produtivo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114786	Discordância	O Interior não pode suportar mais externalidades negativas resultantes da suposta transição energética. A nossa região está repleta de painéis solares que desequilibram os ecossistemas e tornam a vida insuportável com o aumento da temperatura provocada por estas instalações.	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114778	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Odemira, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Rejeito integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114773	Discordância	Eu vivo no concelho do Fundão e sou decididamente contra o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114770	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114769	Discordância	Estou contra a implementação deste projecto por considerar, por um lado, um grande disturbio paisagistico num país que tem pretenções de desenvolver o setor turistico, por outro lado, um grande disturbio também para a vida animal e vegetal nas zonas a implementar, sendo completamente desnecessario a ocupação de territorio dedicado a floresta, com ecossistemas já frageis, quando existe tanta area suburbana e industrial que pode perfeitamente servir o mesmo propósito.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114768	Discordância	Não basta avançar com pais instalação de paineis e destruir habitats naturais irreversivies, destruir natureza por hipotetica energia verde não é a solução.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114766	Discordância	Estou participando desta consulta com um compromisso com a transparência, mas me oponho a este projeto tal como está, pois ameaça terras agrícolas vitais. Recomendo priorizar superfícies já artificializadas (telhados, estacionamentos, terrenos abandonados) e solicito uma avaliação ambiental mais detalhada dos impactos nos solos e na biodiversidade. Não compreendo por que as autoridades não adotam este bom senso. É vital para o futuro delas mesmas. Por que não consideram a longo prazo os riscos que estão a criar para si próprias e para o planeta?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114765	Discordância	este documento é um passaporte para a indústria da mal designada energia verde, ocupar 7% do território nacional. Este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114764	Discordância	Venho discordar da proposta Projeto Sophia pelas seguintes razões: 1 Inutilização de solos de cultivo. 2 Abate de arvores autóctones. 3 Isolamentos de povoações. 4 Causa de aumento significativa de temperatura ambiente. 5 Consequente debandada de população e mais desertificação 6 Prejuízo de atividades económicas locais. 7 Aumento dos níveis de electro smog e seus efeitos sobre a natureza e as populações. Nao parece fazer sentido destruir a naturezas-abate de arvores autóctones e consequente destruição dos habitats naturais como um dos principais ativos económicos locais e prejudicar sériamente as restantes atividades económicas locais para supostamente gerar desenvolvimento e receita de alegado interesse nacional quando há zonas e opções menos sensíveis como serras de eucaliptais e pinhais, plataformas marítimas , topos de edifícios, bermas de auto estradas, linhas férreas, etc . Será mesmo projeto de interesse nacional ou será de interesses particulares e estrangeiros ? É´ que o verdadeiro potencial natural deste país, os solos e a natureza anda a ser subtraído ao patrimonial nacional pelo qual nossos antepassados tanto suaram , repito NOSSOS ANTEPASSADOS tanto suaram e deram a vida pela defesa e bom uso destes territórios para serem agora vendido para proveitos particulares e estrangeiros . Pura traição e crime lesa-pátria porque destroem porque nos roubam, nos tornam dependentes e pertença de outros .	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114763	Discordância	Completamente contra . Tal é a criminosa intenção que ninguém vem a público informarmos qual o futuro para as zonas que serão "contempladas" com tamanho absurdo . Vejamos e meditemos sobre o que pretendem fazer do território português : Impactos a) O uso de maquinaria pesada que danificará a estrutura natural do solo. b) O arraso da vegetação nativa deixará os solos expostos à chuva e ao vento. c) Os painéis irão criar superfícies impermeáveis. A ausência de luz solar direta irá alterar a natureza do solo reduzindo a sua matéria orgânica. [d) As instalações de painéis criarão concentrações elevadas de calor elevando significativamente as temperaturas locais. e) A ocupação de solos férteis resultará no fim definitivo da produção de agrícola e criação animal em pastoreio . f) O corte de árvores dará lugar à libertação do carbono retido na biomassa. g) As regiões “contempladas” com aptidões agrícolas irão sentir pressão para a conversão do seu tecido económico Em suma, o futuro das regiões ficará certamente comprometido. Em seu lugar a desertificação e ambientes rurais áridos e deprimentes é garantida. Este é mais um exemplo do que se passa em Portugal. A cedência sem limite ou oposição antes compreensão ao assombrosos interesses económicos, que fazem da depravação dos territórios o seu ganha milhões	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114762	Discordância	Quero energias renováveis que não prejudiquem o meio ambiente. Que não provoquem a destruição da natureza com maquinas de enorma dimensão, para construir parques de aérogeradores ou parques de páneis solares de uma dimensão gigantesca que têm um impacto negativo altíssimo no ambiente e nos moradores. Quero energias renováveis que não provocam a morte de aves, que não aqueçam o ambiente (como parques gigantes the panéis solares o façam), que não levam à imsonia (devido ao barulho), que não levam à destruição irreversível do património natural, que não significam um risco de incéndio elevado, que não são construidos por toneladas de materias não biodegradaveis que têm de ser substituídos após poucos anos...ect Quero projetos que protegem a água e não projetos quais fundamentos parem linhas de água, causam errosão como mega aérogeradores o façam. Não quero mega projetos. Quero alternativas não centrais que permitem a recolha de energia de uma forma realmente verde! Quero alternativas como: - Fundos para que pessoas privadas e empresas poderem instalar panéis solares nos telhados das casas que possam introduzir electricidade na rede.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114761	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia renovável, mas considero que este programa coloca a aceleração da implantação dos projetos acima da proteção do território, dos interesses das populações e da preservação da natureza. Preocupa-me que a simplificação dos procedimentos de licenciamento e de avaliação ambiental possa reduzir a análise rigorosa dos impactes específicos de cada projeto, designadamente sobre as comunidades locais, a paisagem, a atividade agrícola, os recursos hídricos e a biodiversidade. A instalação de grandes centrais solares e eólicas pode provocar a fragmentação de habitats, perturbar espécies da fauna selvagem, afetar rotas de aves e morcegos e alterar significativamente ecossistemas que demoram décadas a recuperar. Estes impactes devem ser avaliados caso a caso e não apenas de forma genérica. Considero igualmente essencial que as populações e as autarquias tenham uma participação efetiva nas decisões que afetam diretamente o seu território, garantindo que o interesse público prevalece sobre interesses exclusivamente económicos. A transição energética é necessária, mas deve ser conduzida de forma equilibrada, assegurando que a produção de energia renovável não compromete a conservação da natureza, o bem-estar das populações, a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114759	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de entidade do concelho de Fundão, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. ● Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. ● Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na qualidade de cidadão do concelho de Fundão, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão.	Obrigada pela sua participação.
114758	Discordância	● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. ● Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. ● Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram.	São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114757	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Pese embora a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se possa pôr em perigo a nossa base de sobrevivência já tão fustigada e, em simultâneo, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas, bem como, no contexto em análise, para a descarbonização, pela fixação vegetal do dióxido de carbono. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro, apesar das medidas de minimização habitualmente propostas. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer os mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental que nos protegem. É um contrassenso. Considero indispensável que os especialistas e as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidos e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114756	Discordância	Havendo tantas zonas quase desertas, porque escolhem zonas com fauna e flora vivos , porque destroem ecossistemas inteiros?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114755	Discordância	Contributo para a Consulta Pública Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Consulta Pública — 17 de junho a 15 de julho de 2026 1. Identificação do Participante Maureen Heuzer-Hulzebos, Residente e proprietário em Póvoa de Atalaia, Concelho do Fundão, Distrito de Castelo Branco, Beira Baixa, Portugal 2. Introdução Subscrevo este contributo à consulta pública sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na qualidade de residente, proprietário e observador quotidiano da paisagem, da fauna e das comunidades rurais de Póvoa de Atalaia, Orca e Vale de Prazeres, no concelho do Fundão. Estas três freguesias situam-se no sopé sul da Serra da Gardunha, uma das paisagens de montanha ecologicamente mais significativas de Portugal, classificada como Paisagem Protegida Regional desde 2014 e integrada na Rede Natura 2000 como Zona Especial de Conservação (ZEC). A minha oposição incide em particular sobre a designação desta área como zona de aceleração prioritária para a instalação de energia eólica em grande escala. Não me oponho por princípio à transição energética, nem à utilização de locais genuinamente adequados para a produção de energia renovável. Oponho-me à instalação de aerogeradores numa paisagem de elevado valor ecológico, agrícola e cultural que sofreria danos irreversíveis com a industrialização — e a um quadro de planeamento que acelera precisamente este processo, eliminando a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) que seria, de outro modo, obrigatória.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114754	Discordância	Não concordo que seja o Governo a decidir as áreas, tamanho e ritmo de implantação das energias renováveis em Portugal. exige-se um referendo sobre o tema. Não fazendo sentido ainda porque as autarquias e outras entidades que gerem o território não tenham sido chamados a decidir a implementação nas energias renováveis no território nacional.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114753	Discordância	Contributo para a Consulta Pública Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Consulta Pública — 17 de junho a 15 de julho de 2026 1. Identificação do Participante André Heuzer, Residente e proprietário em Póvoa de Atalaia, Concelho do Fundão, Distrito de Castelo Branco, Beira Baixa, Portugal 2. Introdução Subscrevo este contributo à consulta pública sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na qualidade de residente, proprietário e observador quotidiano da paisagem, da fauna e das comunidades rurais de Póvoa de Atalaia, Orca e Vale de Prazeres, no concelho do Fundão. Estas três freguesias situam-se no sopé sul da Serra da Gardunha, uma das paisagens de montanha ecologicamente mais significativas de Portugal, classificada como Paisagem Protegida Regional desde 2014 e integrada na Rede Natura 2000 como Zona Especial de Conservação (ZEC). A minha oposição incide em particular sobre a designação desta área como zona de aceleração prioritária para a instalação de energia eólica em grande escala. Não me oponho por princípio à transição energética, nem à utilização de locais genuinamente adequados para a produção de energia renovável. Oponho-me à instalação de aerogeradores numa paisagem de elevado valor ecológico, agrícola e cultural que sofreria danos irreversíveis com a industrialização — e a um quadro de planeamento que acelera precisamente este processo, eliminando a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) que seria, de outro modo, obrigatória.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114752	Discordância	Com as alterações climáticas cada vez mais presentes e acentuadas, a destruição de milhares de hectares de área florestal, em nome de uma suposta transição verde, parece-me o caminho para a catástrofe.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114751	Discordância	Considero que este projecto não é benéfico, pelo contrário, é prejudicial às questões sócioeconómicas e ecológicas, afetando negativamente as populações que vivem na região e o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114750	Discordância	O meu nome é Marta e vivo atualmente no concelho de Penamacor. Quando decidi regressar à terra natal da minha família paterna, fi-lo com o objectivo de abraçar um ritmo de vida marcadamente mais desacelerado, envolto em paisagens deslumbrantes, som de pássaros, rios e cascatas. Fi-lo por mim mas essencialmente pelos meus filhos, para que cresçam com acesso a alimentos verdadeiros, cultivados por eles, a animais "selvagens" como os que encontramos pelos caminhos e a um estilo de vida mais simples, autêntico e comunitário, onde todos se conhecem e ajudam. O interior ou os territórios de baixa densidade não estão ao abandono como alguns querem transparecer. Todos os dias existem pessoas a mudarem-se das grandes cidades, nacionais ou internacionais, para estas áreas, implementando projetos de regeneração de terrenos e transformando as suas quintas em paraísos agrícolas de pequena produção. Ou projetos de turismo local, rústico ou outros, que estão a dar a conhecer estas regiões ao mundo e atraem cada vez mais pessoas. E que ajudam a manter estas zonas e as suas tradições vivas. Preocupa-me bastante a criação deste mapa de aceleração de implantação de energias renováveis. Os estudos de impacto ambiental são fundamentais. E deverão passar a ser feitos estudos cumulativos dos vários projectos existentes e previstos para uma mesma região, porque analisar projecto a projecto não dá uma visão do impacto real no território. Para além do impacto visual de quilómetros e quilómetros de painéis ou de cada cume de montanha com uma eólica no topo, preocupa-me muito o impacto ao nível do consumo de água em zonas já de si com escassez desse recurso e o impacto ao nível da saúde das populações. Porque obviamente que a substituição de árvores por painéis ou eólicas aumenta a temperatura nessas áreas e existem estudos mais do que realizados sobre as consequências de calor extremo em humanos, já par anão falar de animais. Adicionalmente, este plano não tem em conta a voz de quem será diretamente afectado, o que é gravíssimo. Pois convenhamos, não existirão benefícios, apenas desvantagens. E as populações e entidades locais têm de ter uma palavra a dizer sobre o que se passa no seu território. Mais uma vez, é sacrificar o interior para servir interesses que não são os seus. Porque quem aqui vive, respeita a terra e os seus recursos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114748	Reclamação	Exmos Senhores Venho, por este meio, manifestar a minha preocupação relativamente à instalação de megaprojetos fotovoltaicos e eólicos previstos para o Nordeste Transmontano, nomeadamente nos concelhos de Mogadouro, Miranda do Douro, Vimioso e Torre de Moncorvo. Na qualidade de apicultora e cidadã profundamente ligada ao meio rural, considero que a dimensão destes empreendimentos poderá provocar impactos significativos sobre os recursos naturais, a atividade agrícola, a biodiversidade, a paisagem e a qualidade de vida das populações locais. A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos e das respetivas infraestruturas associadas implica a ocupação de solos atualmente utilizados para agricultura, pecuária e conservação da natureza. Trata-se de um território cuja economia depende fortemente da agricultura, da pecuária, da apicultura, da caça, do turismo de natureza e da valorização dos produtos locais, atividades que poderão ser afetadas direta ou indiretamente por estas transformações. Enquanto apicultora, preocupa-me particularmente o impacto sobre as abelhas e outros polinizadores. As abelhas necessitam de habitats diversificados, com flora abundante e ecossistemas equilibrados. A fragmentação dos habitats, a redução das áreas de alimentação e as alterações ambientais decorrentes da instalação destes projetos poderão afetar as populações de polinizadores, comprometendo não apenas a produção apícola, mas também a polinização de inúmeras culturas agrícolas e espécies silvestres. A diminuição da biodiversidade traduz-se inevitavelmente numa maior fragilidade dos ecossistemas e numa menor capacidade de regeneração natural do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114747	Reclamação	Exmos Senhores Venho, por este meio, manifestar a minha preocupação relativamente à instalação de megaprojetos fotovoltaicos e eólicos previstos para o Nordeste Transmontano, nomeadamente nos concelhos de Mogadouro, Miranda do Douro, Vimioso e Torre de Moncorvo. Na qualidade de apicultora e cidadã profundamente ligada ao meio rural, considero que a dimensão destes empreendimentos poderá provocar impactos significativos sobre os recursos naturais, a atividade agrícola, a biodiversidade, a paisagem e a qualidade de vida das populações locais. A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos e das respetivas infraestruturas associadas implica a ocupação de solos atualmente utilizados para agricultura, pecuária e conservação da natureza. Trata-se de um território cuja economia depende fortemente da agricultura, da pecuária, da apicultura, da caça, do turismo de natureza e da valorização dos produtos locais, atividades que poderão ser afetadas direta ou indiretamente por estas transformações. Enquanto apicultora, preocupa-me particularmente o impacto sobre as abelhas e outros polinizadores. As abelhas necessitam de habitats diversificados, com flora abundante e ecossistemas equilibrados. A fragmentação dos habitats, a redução das áreas de alimentação e as alterações ambientais decorrentes da instalação destes projetos poderão afetar as populações de polinizadores, comprometendo não apenas a produção apícola, mas também a polinização de inúmeras culturas agrícolas e espécies silvestres. A diminuição da biodiversidade traduz-se inevitavelmente numa maior fragilidade dos ecossistemas e numa menor capacidade de regeneração natural do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114745	Discordância	Não sou a favor do PSZAER pelas seguintes razões: 1. Os grandes projetos de empresas multinacionais passarão a ter direitos de utilização dos terrenos portugueses, sem que haja uma consulta exaustiva às populações locais que habitam essas áreas. 2. Existe o risco de as considerações ecológicas, ambientais e culturais serem postas de lado pela pressa em implementar estes projetos. 3. É necessário ter o cuidado de ponderar as implicações a longo prazo destes projetos, para além da pressa em cumprir as metas climáticas para 2030. O que acontecerá a milhões de painéis solares e milhares de turbinas eólicas no final do seu ciclo de vida? Estas empresas devem ser claramente responsabilizadas pelo impacto destas tecnologias. 4. Estão a surgir muitas inovações que oferecem alternativas muito melhores a estes megaprojetos em terra. São exemplos disso os painéis solares flutuantes em grandes barragens, que também ajudam a reduzir a evaporação da água, e os pequenos geradores eólicos sem turbinas, que são silenciosos e têm um impacto muito menor na paisagem e nas pessoas que nela vivem. Considero que o governo e as empresas do setor energético devem investir nestas alternativas mais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114744	Discordância	Envio em anexo o documento com os argumentos para a minha discordância deste projeto, com os seguintes critérios: - Impacto ambiental e biodiversidade; - Impacto Socioeconómico e comunidades locais; - Ordenamento do território e uso do solo; - Falta de transparência e participação pública; - Segurança e planeamento do sistema elétrico; - Vulnerabilidade climática, adaptação e saúde pública.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114743	Discordância	Exmos(as) Srs.(as), Venho pelo presente meio manifestar a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) pois considero, pelas razões a seguir expostas, que o mesmo é tremendamente lesivo para o nosso território, património natural e populações, pelas enormíssimas consequências que terá, a artificialização de tão vastas áreas do território, com a inerente destruição das áreas florestais e agrícolas em causa. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e dos impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências devastadoras, a muitos níveis! Irá provocar, pela destruição do coberto vegetal em áreas tão extensas, uma enorme redução na infiltração da água no solo nas alturas das chuvas, com consequente aumento e agravamento da escorrência superficial e das inundações no inverno, bem como a redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação do coberto vegetal e de extensas áreas florestais, conjugada com a redução dos níveis de húmidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambiente e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas, pois os lençóis freáticos estarão com níveis bem mais reduzidos. As consequências para as áreas agrícolas e florestais remanescentes e para as populações próximas serão, a meu ver, tremendas, com o aumento da desertificação do nosso território, pois muitas pessoas irão ver a sua sobrevivência ameaçada, sendo obrigadas a migrar para outros locais. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um percurso que ainda vai agravar enormemente as consequências destes eventos, indo pôr em causa a qualidade de vida e até, diria mesmo, a sobrevivência de milhares de portugueses. Área prevista no Mapa das ZAER cerca de 18 vezes superior à necessária para o cumprimento das metas do PNEC 2030;	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114742	Discordância	Para demonstrar a minha profunda e total discordância com este projeto megalómano, delirante e ambientalmente assassino, socorro-me de algumas citações de textos da autoria de Guilherme Carreiro: "Este documento (Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis - PSZAER) é um passaporte para a indústria da mal designada energia verde, ocupar 7% do território nacional. Este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco (e para todo o País, direi eu) onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados." "Este projeto apresenta graves problemas de transparência e desconsideração sobre o real impacto ambiental e social. Ponto 1: a densidade do processo não permite a sua análise no tempo útil previsto para tal; 2: o mapa apresentado tem erros e abrange zonas de montado - o ecossistema mais sustentável em Portugal; 3: o solos agrícolas ficarão desprotegidos - os proprietários poderão ser pressionados a vender a agências que não têm ligação nenhuma à terra; 4: os municípios foram ignorados no desenhar do projeto; 5: o efeito cumulativo destas intervenções não é conhecido, mas a pressão sobre o ecossistema será certamente insustentável;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114741	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114740	Discordância	apelo ao Presidente da República, à Provedoria de Justiça e à Assemblia da República, que promovam a revogação de duas leis que considera serem abusivas porque "entregam o território aos interesses energéticos". A 1° lei, de 2022,permite autorizar, em apenas 10 dias, a instalação de parques eólicos e centrais fotovoltaicas, mesmo quando estejam em causa valores ambientais, históricos, culturais e paisagísticos. A 2° lei, de 2024, prorrogou esse regime até ao final 2026. Estas leis, que constituam um privilégio dado pelo estado a um lóbi empresarial, são inaceitáveis num Estado de Direito, lesam o interesse público, o bom senso democrático e a própria constituição. Confirmo que não estou contra a transição energética, saliento que eu sou " contra uma transição capturada por grandes interesses económicos, imposta às populações por silêncio administrativo com lucros privados e custos públicos." A energia limpa não pode justificar negócios sujos, nem o atropelo da democracia local, da transparência e da dignidade das comunidades. Estou contra a desigualidade flagrante entre cumplicidade do Estado com as empresas energéticas e o desprezo com as populações que deve representar. A nossa terra não é terra vazia nem sacrificável. É terra habitada, trabalhada, herdada e defendida por quem nela vive. O Estado aprovou leis para favorecer interesse económicos. Autarquias, pelo silêncio ou omissão, deixaramam populações desprotegidas. Para mim, as juntas existem para defender as populações, não para legitimar operações empresariais.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114738	Discordância	O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios classificados como vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas, precisamente aqueles onde os cenários climáticos projetam um aumento da frequência, intensidade e duração das ondas de calor, da seca, da desertificação, do stress hídrico e do risco de incêndio rural. A descarbonização é um objetivo indispensável, mas não pode ser concretizada à custa da saúde pública, da biodiversidade, da resiliência climática e da qualidade de vida das populações. A transição energética deve conciliar mitigação e adaptação às alterações climáticas, privilegiando soluções descentralizadas, o aproveitamento prioritário de áreas artificializadas e a proteção dos territórios mais vulneráveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114737	Discordância	Discordo plenamente com a ocupação de terrenos completamente férteis com placas pretas que de verde nada têm. No Verão esses terrenos vão estar cheios de erva seca, mas esses tenho a certeza que não incendeiam com as alterações atmosféricas, só as matas é que têm a mania de se auto-inflamarem. Além dessas placas pretas e ventoinhas eólicas estarem por todo o lado, contribuem para a poluição visual, para o desaparecimento de espécies animais e plantas, e, a electricidade mais barata continua a ser uma miragem. A nível mundial, Portugal se polui 5% é muito. Já agora arranjem uns extractores de fumo para os vulcões já que a actividade vulcânica global emite entre 0,1 a 0,3 mil milhões de toneladas de CO_2 por ano. E também não se esqueçam do monóxido de carbono, fuligem, óxidos de azoto, e compostos orgânicos voláteis, libertados pelo negócio dos incêndios no Verão e das lareiras no Inverno. Em conclusão concordo mais com a plantação de árvores, que renovam o ar e tornam os solos menos aráveis e quentes. Placas pretas coloquem-nas em zonas sem qualquer utilidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114736	Discordância	Carlos Martins Apresento oposição ao PSZAER na sua totalidade. Não concordo com a orientação política de facilitar, através de procedimentos acelerados e simplificados, a instalação de grandes parques solares e eólicos em terra. No meu entendimento, esta opção conduz a impactos inaceitáveis sobre a paisagem, a natureza, a água, o ambiente de vida e a coerência territorial local. Por isso, não solicito a alteração de partes do programa, mas sim a retirada e rejeição integral de todo o plano.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114735	Discordância	Não existem "terrenos sem impedimentos ambientais", tal como não existem "terrenos expectantes" ou "abandonados". O solo é um recurso fundamental, e qualquer sistema ecológico está completo em si mesmo e a funcionar como deve ser. A captação de recursos solares deveria ser equacionada sobre edificações ou áreas, como zonas industriais ou parques de estacionamento, onde já existe solo impermeabilizado (e que ainda beneficiariam do sombreamento). A captação solar proposta, por exemplo, nunca é inócua: as temperaturas locais aumentam, a paisagem é ferida, os ecossistemas são perturbados, a vida das populações é alterada por um processo que é imposto a partir de fora, com escassos benefícios para a economia verdadeiramente local. A própria destruição da paisagem é uma agressão à qualidade de vida e uma forma brutal de poluição visual, e terá reflexos a diversos níveis. As populações mais frágeis, em todos os sentidos - inclusivamente as que utilizam menos recursos energéticos - são as mais prejudicadas, e os ambientes rurais e tradicionais os mais ameaçados. Em nome da "ecologia" e do "verde" destroem-se os sistemas ecológicos, as manchas verdes e o que resta do campo português e das vivências associadas. E todos sabemos que as manchas verdes e a vegetação autóctone da Europa estão em processo radical de desaparecimento, não sendo Portugal uma excepção, pelo contrário. "Progresso" não é sempre um conceito positivo e a noção de crescimento contínuo não é realista. As modernas necessidades energéticas já não são pensadas para a vida quotidiana do ser humano, e sim para responder a desmesuradas exigências tecnológicas. Qualidade de vida não são campos cobertos de painéis solares e colinas pontuadas por gigantescas eólicas (que o digam os animais ameaçados por uns e outras), tudo para que os nossos acessórios tecnológicos sejam cada vez mais e mais eficientes, tantas vezes em detrimento da saúde física, emocional e mental dos seus utilizadores e da saúde da própria sociedade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114734	Discordância	Não quero a minha terra coberta de painéis solares, sem sombras, sem VIDA!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114731	Discordância	É ridículo isto ser sequer considerado numa altura em que a crise climática está cada vez pior, e as consequências estão a ser piores do que o previsto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114729	Discordância	A transição energética é inegável e urgente, mas a forma como está a ser implementada no interior de Portugal exige uma reflexão profunda. Não podemos aceitar que o combate às alterações climáticas se faça à custa da destruição do nosso património natural, através do abate de extensas áreas de floresta. É um paradoxo inaceitável limpar e desmatar zonas florestais, ricas em biodiversidade e fundamentais para a retenção de carbono, apenas para instalar milhares de hectares de painéis solares. Esta prática acarreta impactos ambientais severos. Ao removermos o coberto vegetal para colocar estruturas metálicas, aumentamos a vulnerabilidade do solo à erosão e à desertificação, destruímos habitats de espécies protegidas e descaracterizamos a paisagem rural. O interior do país não pode ser visto como um mero "território vazio" e um espaço de sacrifício para servir os centros urbanos e o litoral. Em vez de substituir a floresta por centrais fotovoltaicas industriais, a prioridade deveria ser a aposta na microgeração descentralizada. A instalação de painéis solares deve focar-se em coberturas de edifícios, parques industriais, áreas agrícolas degradadas ou solos que não possuam aptidão florestal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114728	Reclamação	https://participa.pt/pt/consulta/programa-setorial-das-zonas-de-aceleracao-da-implantacao-de-energias-renovaveis-pszaer Assunto: Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114727	Discordância	Nao existe necessidade de acelaracao existe necessidade de ponderacao do tamanho autorizado para as zonas de implementacao dos paineis solares. Deve ser determinado um valor razoavel para que a paisagem natural nao se perca no meio de um mar de paineis.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114726	Discordância	Usem os parques de estacionamento e os telhados dos mesmo para a vossa energia verde . Deixa de ser energia verde se ocuparem espaços verdes e destruírem os terrenos e a vida animal que lá existem ! Cansada destes projetos da treta. Espero que nunca consigam levar isto avante.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114724	Discordância	A avaliação de impacto ambiental em locais como Trás-os-Montes que seja feita projeto a projeto é fundamental, para se garantir a preservação ambiental e biodiversidade. Ninguém quer viver no meio de centrais fotovoltaicas, mas toda a gente quer viver no meio de árvores e natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114723	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de cidadão do concelho de Évora, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114721	Sugestão	Observação ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) O PSZAER constitui, em princípio, um instrumento útil de planeamento territorial. A identificação prévia de zonas adequadas à implantação de centrais renováveis pode reduzir a burocracia, conferir maior previsibilidade aos promotores e evitar a repetição de estudos para cada projecto individual. Contudo, este programa parece responder sobretudo aos desafios de uma fase inicial do desenvolvimento das energias renováveis, quando o principal objectivo era identificar locais com bom recurso solar ou eólico e simplificar os processos de licenciamento. A realidade do sistema eléctrico português é hoje diferente. Com uma elevada penetração de produção renovável intermitente, os principais desafios passaram a ser a integração dessa produção na rede, a crescente ocorrência de limitações de produção (curtailment), a desvalorização da energia produzida em períodos de excesso de oferta, a necessidade de armazenamento e os custos de reforço das redes eléctricas. Por essa razão, considera-se que a classificação de uma área como Zona de Aceleração não deveria assentar apenas em critérios territoriais, ambientais e administrativos. Deveriam igualmente ser considerados critérios técnicos e económicos do sistema eléctrico, designadamente a capacidade da rede, o benefício efectivo da nova produção para a segurança de abastecimento, o risco de curtailment, o impacto nos custos do sistema e o valor expectável da energia produzida. Em síntese, o PSZAER responde adequadamente à questão "onde é possível instalar novas centrais?", mas deveria também responder à questão "onde faz sentido instalá-las do ponto de vista do funcionamento global do sistema eléctrico?". A integração destes critérios permitiria que o programa evoluísse de um simples instrumento de simplificação administrativa para um verdadeiro instrumento de planeamento estratégico do sistema energético nacional. Nota de enquadramento	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114720	Sugestão	tem vantagens importantes na produção de energia limpa, mas também apresentam potenciais impactos negativos principalmente em zonas mais fragilizadas e com habitantes com baixos rendimentos ou zonas mais desertificadas. A ocupação de grandes áreas de terreno, do qual.muito dependem aqueles mais carenciados e com menos poder socioeconómico, podendo reduzir a disponibilidade de solos agrícolas ou naturais. Impacto na biodiversidade, com perda ou fragmentação de habitats para aves, répteis, insetos e outros animais, sobretudo se os terrenos forem desmatados. Impacto paisagístico, alterando significativamente a paisagem, o que pode afetar o turismo e a qualidade de vida dos residentes. Reflexo da luz (encandeamento), que pode causar incómodo em determinadas situações, embora os painéis atuais me parece que sejam concebidos para minimizar este efeito. Impermeabilização parcial e alteração da drenagem, especialmente quando há muitas infraestruturas associadas (caminhos, fundações, vedações). Necessidade de linhas elétricas e subestações, que também têm impacto visual e ambiental	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114719	Discordância	Sou totalmente contra. As energias renováveis não são a solução para tudo, estão a destruir ecossistemas e a desfear a paisagem de Portugal, um ativo importantíssimo num país que vive em grande parte do Turismo. Além disso, o armazenamento das energias renováveis é caríssimo, e como dependem do vento e sol, a produção nem sempre coincide com os picos de consumo, pelo que nem sequer é muito eficiente. Há pessoas que investiram fortemente nas energias renováveis - por exemplo em painéis solares - e que perdem dinheiro devido ao enorme desperdício de energia nas horas de mais sol, que chegam a ter de vender abaixo do preço de custo. Mas nada disso se reflete numa baixa do custo da energia para o consumidor final. Ou seja, DIGO NÃO.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114718	Discordância	Não sendo especialista neste domínio, acompanho com muita atenção os argumentos de todas as partes. Tais argumentos têm sido pouco debatidos em espaço público aberto, não apresentando as entidades responsáveis suficiente abertura de debate. Todo o processo ocorre como facto decidido e com insistência na natureza de empreendimento estratégico nacional. Ora, ouvindo e lendo as inúmeras comunidades locais pelo país, compreende-se que há demasiadas falhas de comunicação neste processo e que a oposição real e fundamentada à natureza e dimensão deste projecto é de enorme relevância. Os custos de preservação ambiental e territorial aconselham a revisão liminar, a par da oposição activa dos cidadãos, de todo este plano.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114717	Discordância	Existem outras formas de colocar paineis solares. Os paineis flutuantes têm inumeras vantagens. Sao mais caros? Sim, mas ha maior retorno em termos de eficiencia energetica comparativamente a estes. Temos barragens, e construir lagos artificiais , alem de ter beneficios ambientais, seria a solucao ideal para colocar estes paineis. Absolutamente contra o que se faz neste pais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114716	Reclamação	Eu rejeito firmemente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Considero que esta proposta não oferece garantias suficientes de proteção do território, da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais, do património cultural e da qualidade de vida das populações. O PSZAER pretende criar um enquadramento para acelerar a implantação de projetos de energias renováveis, mas não apresenta limites territoriais claros e vinculativos que impeçam a concentração excessiva de centrais solares, parques eólicos e infraestruturas associadas em determinadas regiões do país. É particularmente preocupante que esta consulta pública decorra sem que os cidadãos tenham acesso à delimitação concreta das futuras ZAER. Pedem-se contributos sobre um modelo territorial cujas consequências reais permanecem, em grande parte, desconhecidas para a população. Considero igualmente inaceitável que continue a faltar uma avaliação clara da capacidade de carga dos territórios e dos impactes cumulativos resultantes da instalação simultânea de múltiplos projetos e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão, subestações e acessos. Portugal não pode aceitar uma política energética baseada na transformação progressiva dos seus territórios rurais em zonas industriais de produção energética sem um debate público profundo, transparente e verdadeiramente democrático.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114715	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de cidadão do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114714	Discordância	Não podemos aceitar a expansão da rede de energia solar, sem critérios ecológicos e biológicos muito bem definidos, que preservem biodiversidade, paisagens e comunidades. Não queremos "acinzentar" o pouco verde que Portugal ainda tem, com infinitas quantidades de placas solares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114712	Discordância	Se até ao momento não tem existido imparcialidade na análise e posterior proteção do nosso ecossistema nas propostas apresentadas (violação consecutiva de zonas protegidas), muito menos será com esta proposta para simplificação e aceleração de licenciamentos. Temos imensa área desaproveitada para produção de energia, os telhados de todos os edifícios. Há semelhança da obrigatoriedade de instalar de raíz nas habitações novas um sistema AQS, porque não aplicar o mesmo princípio para o sistema fotovoltaico? Em que a energia produzida pelo sistema fotovoltaico do edifício, é injetada na rede elétrica, e o valor de kWh produzido é descontado na fatura de cada condómino, em vez de venderem para a rede, como antigamente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
114710	Discordância	As áreas de ZAER são enormes, o licenciamento simplificado e o território vai ficar danificado! Sou totalmente contra esta proposta. Cada concelho deve definir a melhor forma de produzir energia para sustentar o seu território sem a pressão das empresas, financiadores de projetos e licenças. Sistemas de grandes dimensões não funcionam em caso de apagão .Energia em pequena escala permite, em caso de catástrofe ou outras situações que cada território não esteja dependente do global, o que permite criar solidariedade na partilha entre concelhos se for necessário. Espero que as universidades estudem implementação em pequena escala e trabalhem com a sociedade civil e com o território. Em Portugal só há trabalho feito com as grandes empresas de acionistas, exemplos diferentes dos megaprojetos não se encontram. Na Alemanha e Países Baixos há projetos de comunidades de Energia e cá onde estão? Não seria prioritário investirem na implementação de comunidades de energia com fundos comunitários?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114709	Discordância	Para o concelho do Fundão estão identificados no total mais de 11.000ha, dos quais 6.000 hectares destinados à energia solar e 5.000 hectares à energia eólica, o que representa aproximadamente 16% da área total do concelho. Embora o Programa não determine que estas áreas venham a ser integralmente ocupadas, não deixa de ser motivo de preocupação que essa possibilidade passe a estar significativamente facilitada. Esta consulta pública constitui um momento decisivo para o futuro do nosso território. O Fundão não é um espaço vazio num mapa. É um território vivo, multifuncional, onde coexistem habitação, agricultura, floresta, turismo, património, cultura, lazer e identidade. As decisões que vierem a ser tomadas terão consequências profundas na paisagem, na biodiversidade, na economia local, nas atividades agrícola e florestal e, sobretudo, na qualidade de vida das populações, presentes e futuras. Acresce que este Programa levanta sérias reservas quanto ao respeito pela autonomia dos municípios na definição e planeamento dos seus territórios, ao mesmo tempo que enfraquece a participação cívica dos cidadãos. ... A participação pública deve ser efetiva, informada, inclusiva e democrática, independentemente da posição que cada um tenha relativamente a este Programa. Só através de um verdadeiro processo participativo será possível recolher contributos relevantes, identificar preocupações legítimas e encontrar soluções equilibradas que conciliem a necessária transição energética com a proteção dos valores ambientais, sociais, económicos e paisagísticos do nosso concelho. A transição energética é um objetivo que todos partilhamos. Mas só será verdadeiramente bem-sucedida se for construída com transparência, diálogo e respeito pelas comunidades locais. As populações não podem ser meras espetadoras de decisões com impactos tão profundos e duradouros no seu território. É fundamental garantir que os benefícios da produção de energia renovável não sejam alcançados à custa	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114708	Discordância	Este programa pelo seu alcance, pelo impacto que tem nas populacoes, nos eco-sistemas, na paisagem e principalmente no ambiente, necessita de ser discutido amplamente, abertamente, de forma transparente em conjunto com as autarquias, com o povo. O povo que é quem elege os membros do governo e da Assembleia da República, como seus representantes, necessitam de se pronunciar sobre decisões que os podem afetar e que não foram sufragados em ato eleitoral.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114707	Discordância	Não quero energias renováveis solares na Beira Baixa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114705	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural, da pressão sobre os recursos e da marginalização das populações que, longe dos grandes centros urbanos, continuam a dar vida ao interior do país sem receberem o devido apoio do Estado. É fundamental garantir que os benefícios da produção de energia renovável não sejam alcançados à custa da perda da identidade do nosso território, da desvalorização da paisagem ou da diminuição da qualidade de vida de quem aqui vive e trabalha. Para muitos habitantes, esta pode representar uma ocupação industrial de uma parte significativa dos territórios onde vivem, com impactos que importa avaliar cuidadosamente antes de decisões precipitadas que poderão tornar-se irreversíveis.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114704	Discordância	Não nos enterrem vivos com os vossos negócios insanos! Onde ides beber água? A Marte?! de onde tirareis vós o alimento são que será vosso remédio contra venenos que meteis em todo o sustento? Discordo, sou contra e não aprovo nem podemos deixar passar este atropelo ao que tem sido estudado, declarado e protegido, que é a criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Sei que a produção de energia renovável é necessita´ria, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Na qualidade de cidadã, do concelho de Covilhã, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano.	
114703	Discordância	A Transição energética não pode significar sacrifício territorial. Constitui uma ameaça aos corredores ecológicos, a Inversão da hierarquia de ocupação - O território rústico e florestal deve ser a última opção, não a primeira. Deve exigir-se que, antes de ocupar solo rural, se esgote o potencial de instalação em telhados, zonas industriais, parques de estacionamento e áreas já degradadas ou artificializadas; Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais: A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, o albedo, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais. Contudo, o PSZAER não avalia os potenciais efeitos cumulativos destas alterações sobre a temperatura local, o conforto térmico, o stress térmico, a disponibilidade hídrica ou a resiliência dos ecossistemas. O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios classificados como vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas . Não comtempla o Afastamento suficiente a áreas protegidas ou áreas sensíveis não classificadas. Denota-se o desrespeito pela autonomia dos municípios, a Ausência de Avaliação de Impacto na Saúde, Avaliação incompleta dos impactos climáticos locais. Uso Excessivo e Desnecessário do Solo: Critico a demarcação de cerca de 7% do território nacional continental como apto para estas zonas de aceleração rápida, quando os próprios dados técnicos do plano demonstram que basta afetar menos de 1% do território para cumprir as metas de energia até 2030	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114702	Discordância	O meu nome é Cláudia Ávila Gomes, sou arquiteta paisagista, doutorada em arquitetura paisagista pelo ISA com doutoramento que incide sobre a gestão de áreas protegidas. Sou completamente contra a utilização massiva de energias renováveis, nomeadamente a energia solar em zonas rurais e áreas protegidas, pelo impacto que têm nos ecossistemas, na biodiversidade, sistema hídrico e erosão dos solos. A energia solar a ser utilizada devia ser instalada em topos de edifícios, nomeadamente em topos de edifícios industriais, e nunca em zonas em que impactem a biodiversidade. Acresce que este tipo de estruturas instaladas em zonas rurais impede a conectividade dos sistemas ecológicos entre áreas protegidas e vai contra as Diretivas Nacionais e Europeias relacionadas com o Restauro da Natureza que estão neste momento a ser implementadas. Energias renováveis solares sim, mas em topos de edifícios e áreas urbanas, e nunca em zonas rurais, mesmo que de mato ou zonas ardidas, porque a natureza regenera-se a ela própria, mas não se se destruir a camada de solo e fomentar a erosão com a retirada da vegetação e fauna. É vergonhoso o que estão a fazer ao interior de Portugal, com a desculpa das "Energias Verdes" !!! Não são verdes, e muito menos ecológicas!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114701	Discordância	Não esqueçamos que, para implementar estas zonas de "Floresta de Vidro", vai ser necessário destruir árvores centenárias (e não me venham com a história da plantação de uns milhares de sobreiros! Um sobreiro para ser rentável, ou para se transformar numa árvore imponente que possa contribuir para a natureza, leva dezenas de anos), destruir zonas cinegéticas, zonas protegidas (a propósito, o sobreiro também é espécie protegida), e transformar zonas que possuem uma beleza característica do interior de Portugal em desertos de painéis solares, que além de destruírem a paisagem e tudo o que referi acima, vão contribuir para o aumento da temperatura local, que já é bastante elevada! Parem com as publicidades enganosas! Os parques solares que querem construir não vão contribuir para melhorar a vida no interior, vão isso sim, afastar qualquer turismo que possa aparecer, juntamente com a destruição da flora e fauna locais. São tudo menos "verdes"! E se pensarmos a longo prazo, e constatarmos que o que foi destruído dificilmente será recuperável, que o lixo que vai ficar para trás vai ser de difícil reciclagem, que as baterias de armazenamento exigem prospeções de minerais que, mais uma vez, destroem o ambiente onde são efetuadas, constatamos que o preço a pagar por instalações produtoras de " Energia Verde" é demasiado elevado!!!!!! Tanto para as populações locais como para o ambiente em geral. Encontrem meios diferentes para arranjar a "energia verde" que tanto apregoam, que não destruam o verde existente para o lucro de alguns, á custa de quem não tem assim tanto para descartar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114700	Discordância	O PSZAER, na sua redação atual, não assegura um equilíbrio adequado entre a transição energética, a proteção do ambiente, a adaptação às alterações climáticas, a saúde pública, o ordenamento do território e os direitos das populações. A proposta apresenta insuficiências técnicas, científicas e jurídicas relevantes, pelo que deve ser rejeitada na sua forma atual e objeto de profunda reformulação, precedida de uma avaliação mais rigorosa dos impactes cumulativos, da vulnerabilidade climática dos territórios, dos efeitos na saúde humana e de um processo de participação pública efetivamente informado e compatível com a dimensão e importância estratégica deste instrumento de planeamento nacional. Venho por este meio apresentar a minha pronúncia. 1. Exigência de dar prioridade real a superfícies artificializadas antes de solo natural	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114699	Discordância	O próprio Relatório Ambiental reconhece, como princípio orientador da estratégia, que deve ser dada prioridade a superfícies artificiais e edificadas, como telhados e fachadas de edifícios, infraestruturas de transporte e áreas circundantes, parques de estacionamento, zonas industriais e minas abandonadas, antes de se avançar sobre solo natural (também é esse o entendimento da Opção Estratégica OE3.3). Concordo inteiramente com este princípio. O problema é que este princípio permanece, na proposta atual, como uma orientação genérica e não vinculativa. A delimitação das Zonas de Aceleração continua a abranger extensas áreas de solo natural, agrícola e florestal, sem que exista qualquer mecanismo que obrigue, na prática, a esgotar primeiro o potencial das superfícies já artificializadas. O resultado é que a prioridade fica reduzida a uma declaração de intenções, enquanto a ocupação efetiva do território continua a fazer-se sobretudo sobre solo natural, por ser tecnicamente mais simples e financeiramente mais barato para os promotores. Existe em Portugal um potencial considerável e ainda largamente por aproveitar em superfícies já artificializadas: coberturas de hipermercados e superfícies comerciais, pavilhões industriais e logísticos, parques de estacionamento, edifícios e infraestruturas públicas e municipais, zonas portuárias e minas abandonadas. Instalar produção solar e, sempre que aplicável, outras soluções renováveis sobre estas áreas evita por completo a desflorestação, a decapagem de solos, a fragmentação de habitats e a alteração da paisagem que a ocupação de solo natural implica, sem qualquer perda de capacidade de produção energética a nível nacional	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114696	Discordância	Por favor, considerar os seguintes pontos: 1. O processo não foi sério nem transparente O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Solicito que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas. 2. O mapa tem erros que ninguém corrigiu O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estamos a ser consultados sobre um programa construído sobre uma cartografia que a instituição que a realizou reconhece ser incompleta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114695	Discordância	A preocupação das comunidades é o aquecimento global e a destribição da bioesfera, faina e flora, no entanto as preocupação das grandes empresas é ganhar dinheiro com implantação de estruturas metálicas e não degradáveis e ficararão no solo vários anos. As árvores que tantos anos demoraram a crescer e agora querem arrasar com tudo. A defesa do ambiente que tanto apregoam tanto o estado como as grandes empresas, apenas se verifica na retórica da exploração continua dos recursos naturais deste nosso pequeno Portugal. Coloquem os paineis nos telhados e parques de estacionamento. deixem a natureza fluir. A energia verde que tanto apregoam e mais barata à custa dos recursos naturais. O nosso País merece mais respeito por todos aqueles que apenas pensam no lucro rápido, deixando os vindouros para apanhar os destroços da catàstrofe que querem semear agora. O governo de Portugal só vê os milhões e entrega tudo às grnades empresas para sugar o sangue dos portugueses e estes que paguem com a sua saúde e o deserto ocupe as áreas de cultivo, do habitat natural das espécies cenegéticas, da fauna e da flora deste nosso País. A Beira Baixa não está à venda, nessecita sim de repovoamento não de deseetificação.. Vamos lutar contra tudo e contra todos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114694	Discordância	Com o aumento constante da temperatura... As eólicas alteram as rotas migratórias das aves, por exemplo! As árvores são o habitat de muitas espécies... Cortam árvores e plantam painéis/eólicas... aumenta a temperatura, deixa de haver aves, aparecem as pragas... 60% da população da população dos pardais já desapareceu... Não devíamos estar mais preocupados em fazer o contrário? Plantem árvores, e invistam nos transportes coletivos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114693	Discordância	Ex.mos Senhores 1. Na qualidade de cidadão do concelho de Évora, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114692	Discordância	Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha oposição à implementação da proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), nos termos em que se encontra apresentada, em especial quanto à delimitação de zonas no concelho do Fundão e na região da Beira Baixa. Antes de mais, esclareço que esta posição não representa oposição à produção de energia renovável. Pelo contrário, reconheço a importância da transição energética. No entanto, essa transição não pode ser feita à custa da desproteção dos territórios do interior, da perda de qualidade de vida das populações, da degradação da paisagem, da pressão sobre solos rurais, agrícolas e florestais, nem da redução da avaliação ambiental individualizada dos projetos. A proposta em discussão prevê zonas destinadas a acelerar projetos solares fotovoltaicos e eólicos em terra, associadas a procedimentos de licenciamento ambiental simplificado. Considero que esta simplificação é especialmente preocupante quando aplicada a territórios rurais, com valores ambientais, paisagísticos, agrícolas, cinegéticos, patrimoniais e sociais que não são plenamente captados por análises cartográficas de escala nacional. O próprio Relatório Temático de Integração da Informação Espacializada reconhece limitações relevantes na base técnica utilizada. Entre essas limitações contam-se a desatualização de alguma informação, a inexistência de cartografia completa para certas espécies de flora, fauna e habitats, a resolução insuficiente da COS2023 para análise de detalhe, limitações no mapeamento do edificado e a indisponibilidade de informação consolidada da RAN para todos os municípios. Estas limitações tornam inadequada uma decisão que possa facilitar projetos de grande dimensão sem uma avaliação local, completa e caso a caso	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114691	Discordância	1. O processo não foi sério nem transparente O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas. 2. O mapa tem erros que ninguém corrigiu O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estou a ser consultado sobre um programa construído sobre uma cartografia que o seu próprio autor reconhece ser incompleta. 3. Os solos agrícolas não estão protegidos A Reserva Agrícola Nacional não abrange todos os solos com função produtiva real. Há solos de regadio, olivais, culturas permanentes e sistemas agrosilvopastoris que não estão classificados como RAN mas que sustentam economias locais, alimentam famílias e dão sentido a este território. A CCDR Norte alertou formalmente que esses solos ficam desprotegidos pelo PSZAER. A DGADR emitiu parecer desfavorável, apontando o risco de "inclusão indevida de áreas agrícolas e agroflorestais relevantes." Peço que sejam explicitamente excluídos das ZAER todos os solos com função produtiva efectiva, independentemente da sua classificação formal. 4. Os municípios foram ignorados A câmara do meu município tem 20 dias para se pronunciar — e em caso de silêncio, a lei determina que "se considera nada ter a opor." Não é participação. É uma formalidade vazia	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114690	Discordância	Exmos Senhores, 1. Na qualidade de cidadão do concelho de Évora, começo por manifestar a minha concordância com os princípios da transição energética, justificados pela exigência ambiental que clama por maior sustentabilidade, num planeta que consome e desperdiça recursos com consequências trágicas, inauditas e irreversíveis; 2. Contudo, não me revejo nas políticas expressas neste PSZAER, subsumidas ao factor microeconómico imediato sem tomar em linha de conta todas as valias e externalidades negativas e positivas associadas aos territórios, designadamente nos planos ambiental, patrimonial, agrícola, silvícola e, até, social; 3. Como tal, também não me revejo na subalternização de Portugal às necessidades e exigências de uma União Europeia que, tendo abandonado a produção e sem ter uma estratégia clara e consequente, insiste na penalização dos Estados Membros que, como Portugal, sentem grande dificuldade em defender a soberania nacional e estão longe de corresponder ao interesse público; 4. No caso de Évora, as ZAER, permitindo a exploração de um potencial absolutamente excessivo, autorizam a instalação de megacentrais fotovoltaicas num território com inúmeras potencialidades que, debalde, não só serão contidas como em alguns casos, anuladas.; 5. A classificação de Évora pela UNESCO, a ocupação de solos férteis necessários à crescente exigência de soberania alimentar que não se garante nas hortas de Lisboa mas que a tem que alimentar, a erosão de solos impermeabilizados em que o imperativo é a arborização como forma de mitigação das alterações climáticas e o extenso património megalítico (o mais denso e relevante da península ibérica), são sobejas razões para que se pare para pensar e reflectir sobre uma estratégia que defenda realmente o país e o imperativo da transição energética que terá que passar, forçosamente, pela redução do consumo de energia. 6. No essencial, concordo e subscrevo o parecer da Plataforma Cívica Juntos pelo Divor, a qual reúne inúmeros cidadãos de várias sensibilidades e competências, unidos em defesa do território que não só habitam, como conhecem	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114689	Discordância	Sou natural da Beira Baixa e a única riqueza da minha zona, é a paisagem com a sua biodiversidade. Com este projeto, além de subirem ainda mais as temperaturas, vai desaparecer a única mais-valia do interior, transformando a longo prazo a região num deserto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114688	Discordância	Não destruir a natureza do interior, há outras alternativas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114687	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114686	Discordância	Preservar o futuro de todos em vez de sacrificar o bem comum para o enriquecimento de alguns. Segue em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114685	Discordância	Pedro João do Valle Peixoto e Villas-Boas CC 01943447	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114684	Discordância	Não concordo com esta iniciativa, devido aos efeitos nefastos sobre as zonas afectadas.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114683	Discordância	Não concordo com a implementação de painéis solares em zonas verdes. Não só vai aumentar o número de abate de árvores, como propiciar a mais incêndios e menor qualidade de vida. Como solução, porque não instalar em parques de estacionamento dos supermercados ou nos telhados dos shoppings? Por favor, procurem alternativas para a nossa sobrevivência. Não a este PLANO DE DESTRUIÇÃO DA NATUREZA!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114682	Discordância	Considero este projeto prejudicial para as populações rurais e para a população em geral de todo o país. Não temos que ter a paisagem natural cheia de painéis solares, visto podem ser colocados nos edificios. Este projeto é também prejudicial pelo impacto ecológico do abate de árvores, que vai criar nos animais, pois vai criar desequilíbrio nos habitats naturais. Numa altura em que se fala tanto de alterações climáticas, não faz sentido efetuar o abate de milhares de árvores para produzir energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114681	Discordância	Discordo com a implementação deste projecto da Gardunha.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114680	Discordância	estão a destruir portugal com essas merdas, plantem mas é arvores em vez disso	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114679	Discordância	P. f. veja ficheiro anexo: "Preenchido formulário Parecer ..."	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114678	Discordância	Não a essa miséria. Portugal e floresta não panese solares	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114677	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadaos do concelho de Castelo Branco, vejo com grande preocupaçao a forma como as politicas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localizaçao e dimensao inaceitaveis, apresentados como receita unica e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. E o caso deste Plano Sectorial para a Aceleraçao das Energias Renovaveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. 1- Impacto Ambiental e biodiversidade: -Critérios de proteçao enfraquecidos -Reduçao perigosa de zonas de proteçao, passamos de 500m a 50m!!! -A "baixa sensibilidade" nao significa ausencia de valor - Ameaça a soberania alimentar e florestal -Impacto cumulativo de megaprojetos , ignorado. Como é possivel? -Ameaça aos corredores ecologicos -Omissao de fauna e flora especificas - Afastamento insuficiente a areas protegidas ou areas sensiveis nao classificadas -Afastamento insuficiente a habitaçoes para centrais solares (200m). Uma vergunha!! O plano ignora as alteraçoes climaticas e as ondas de calor. Nao avalia como a artificializaçao de milhares de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a
114676	Discordância	A urgência em converter e acelerar a mudança energética está a matar o território quando a plantação de árvores constituiria uma medida para Controlar a temperatura do nosso território já que o clima tende a mudar e delapidar terrenos e espécies de árvores que produzem sombra e baixam as temperaturas é um contrassenso gigante. A minha opinião vale zero porque o dinheiro já está distribuído por todos os intervenientes e interessados. Esta consulta é apenas para atirar areia aos olhos dos cidadãos que ingenuamente vão pensar que importam para alguma coisa quando apenas o dinheiro dos impostos do trabalho é que pesa. Um bem haja ao conjunto de parasitas que nos governam e que matam o território sob a égide do desenvolvimento.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114675	Discordância	Sou favorável à publicação dos nomes dos parasitas que estão a desfigurar Portugal, para que a vergonha recaia sobre toda a sua descendência parasitária.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114674	Discordância	Eu rejeito firmemente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Não sou contra as energias renováveis. Pelo contrário. Acredito que a transição energética é indispensável. Mas recuso que ela seja feita à custa dos territórios, das populações e do património natural que pertence a todos. Ao ler esta proposta, fico com a sensação de que o principal objetivo é acelerar a instalação de grandes projetos, enquanto a proteção do território e o direito das populações a serem verdadeiramente ouvidas ficam para segundo plano. A proposta define princípios gerais, mas não estabelece limites claros e vinculativos que impeçam a concentração excessiva de projetos nas mesmas regiões. Também não garante que sejam avaliados os impactes cumulativos da instalação sucessiva de centrais, subestações, acessos e linhas de muito alta tensão, que transformam profundamente a paisagem e a vida das comunidades locais. Como cidadã, preocupa-me profundamente assistir, ano após ano, à degradação de tantos territórios do interior. Depois de ver tantas áreas devastadas pelos incêndios, é impossível não recear que continuem a ser tratadas apenas como espaços disponíveis para receber cada vez mais infraestruturas, sem uma verdadeira visão de proteção, recuperação e valorização do território. Também me preocupa que este programa possa abrir caminho a processos de licenciamento cada vez mais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
114673	Sugestão	Deve ser tomado em atenção se alterações climáticas permitem a instalação de mega projetos solares, sem por em causa as culturas agricolas, que já estão para se tornarem inviáveis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114670	Discordância	Eu sou contra este projecto. Não podemos prejudicar pessoas animais e ecossistemas em troca destes projecto. Não podemos derrubar florestas, e toda a sauna existente nesses lugares. Isto devia ser crime. Em países desenvolvidos, até para o proprietário derrubar uma árvore, têm que chamar as autoridades competentes. Ou não poderá fazê-lo sem autorização. Os painéis solares têm e devem ser direcionados para outros lugares. Bermas de autoestradas, Bermas de caminhos de ferro, coberturas de casas e pavilhões, ou até mesmo fachadas. Nunca em território de agricultura, de mata entre outros ecossistemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114669	Discordância	Manifesto a minha total oposição à instalação do projeto de painéis solares na Serra da Gardunha, concelho do Fundão. Esta intervenção destrói de forma irreversível uma paisagem natural protegida, prejudica gravemente o ecossistema local e o turismo que sustenta a economia da região. Exijo que o património natural e histórico seja preservado para as próximas gerações e que se procurem alternativas fora de zonas de alto valor ecológico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114668	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
114667	Discordância	O território necessita urgentemente é de Natureza (flora e fauna) e não de "painéis solares" e outros artificialismos destruidores da vida.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114666	Discordância	Que marcação cerrada a este território é esta?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114664	Discordância	Oponho-me novamente a todos os projetos megalómanos mascarados de energia verde que impliquem a destruição de habitats e extinção de espécies na zona de Castelo Branco! Como pode ser energia verde e "limpa", se implica a destruição de áreas verdadeiramente verdes!?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114663	Reclamação	Rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual. Olhando para o território como um sistema vivo — onde solo, água, biodiversidade, paisagem e comunidades humanas coexistem em relação de interdependência —, este programa não oferece garantias suficientes de proteção desse sistema, nem da participação democrática das partes que nele habitam e o sustentam. A proposta atual define princípios e critérios, mas não estabelece, de forma clara e vinculativa, limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões. Falta-lhe também uma leitura sistémica dos efeitos cumulativos: a avaliação isolada de cada central ignora o que acontece quando várias infraestruturas — incluindo linhas de muito alta tensão — se sobrepõem no mesmo território e alteram, em conjunto, o equilíbrio que nele existia. Preocupa-me, além disso, que este processo possa acelerar licenciamentos sem assegurar às populações diretamente afetadas uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Um sistema só se transforma de forma saudável quando as suas partes têm agência real sobre esse processo — e não apenas o direito formal de serem "ouvidas". Defendo, por isso, que qualquer planeamento energético parta primeiro da avaliação da capacidade de carga do território: da sua paisagem, da sua biodiversidade, dos seus solos agrícolas e florestais, e da qualidade de vida de quem nele vive. Só a partir desse diagnóstico de base é possível desenhar soluções que regeneram, em vez de extrair. Solicito, assim, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos; – avaliação obrigatória dos impactos cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
114662	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadãos, do concelho de Águeda, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114661	Discordância	Num momento em testemunhamos mudanças climáticas intensas e reais, vamos concordar com o cortar milhões de árvores, algo que está comprovado faz descer a temperatura? Como é possível que o nosso Ministério do Ambiente se deixe comprar sem levar em linha de conta os impactos ambientais?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114660	Discordância	Este projeto apresenta graves problemas de transparência e desconsideração sobre o real impacto ambiental e social. 1: a densidade do processo não permite a sua análise no tempo útil previsto para tal; 2: o mapa apresentado tem erros e abrange zonas de montado - o ecossistema mais sustentável em Portugal; 3: o solos agrícolas ficarão desprotegidos - os proprietários poderão ser pressionados a vender a agências que não têm ligação nenhuma à terra; 4: os municípios foram ignorados no desenhar do projeto; 5: o efeito cumulativo destas intervenções não é conhecido, mas a pressão sobre o ecossistema será certamente insustentável; 6: as comunidades locais não têm absolutamente nada a ganhar com isto - toda a energia gerada será utilizada para alimentar o centro de dados que planeiam para Abrantes em 2028.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114659	Reclamação	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114658	Discordância	Contra a descalabro que está a ser feito do nosso património florestal	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114657	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114656	Discordância	Este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114654	Discordância	Concordando na integra com a apreciação elaborada pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e consequentes conclusões, não posso concordar com a presente Proposta Sectorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Sou neta de resistentes e frequente visitante da aldeia de Pera Boa, Covilhã.	Obrigada pela sua participação.
		Conheço a realidade das zonas, que antes eram terrenos de cultivo e agora são mares de painéis solares que destroem fauna e flora. Esta transição não tem fama de verde!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114653	Reclamação		
		Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
		Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações.	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
		Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: - critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos	Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
			Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114651	Discordância	Não concordo	A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114650	Discordância	Venho manifestar a minha TOTAL oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
114649	Discordância	A proposta de delimitação das ZAER, na sua configuração atual, revela incompatibilidades relevantes com os instrumentos nacionais de ordenamento do território e política florestal, com os objetivos do PNEC 2030, do RNC 2050, da Lei de Bases do Clima e da Lei de Bases da Política Florestal, bem como insuficiente fundamentação face às exigências materiais estabelecidas pelos artigos 15.º-B e 15.º-C da Diretiva (UE) 2023/2413 (RED III). A ausência de cartografia georreferenciada não permite avaliar correctamente a sobreposição de áreas com condicionantes. Enquanto estas insuficiências persistirem, a proposta não reúne os pressupostos técnicos e jurídicos indispensáveis à sua aprovação, devendo ser considerada nula..	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
		Junto em anexo ficheiro com o desenvolvimento da minha participação..	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação.
114648	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informacãosuficientemente acessivel para poder dar uma opinão informada	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114647	Discordância	A transição energética não pode ser feita à custa do interior e das zonas rurais! Assim, venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta de PSZAER. Acresce que, a proposta ZAER integra quase a totalidade do perímetro da aldeia de Enxames, sucedendo o mesmo com muitas aldeias próximas. A delimitação proposta não prevê qualquer exclusão ou faixa de proteção para as habitações - há inclusivamente zonas habitadas que têm sobrepostas área solar e eólica. Com este projeto, subordina-se, mais uma vez e de forma gritante, o interesse das populações residentes a interesses económicos de promotores de projetos energéticos, que passam a beneficiar de licenciamento simplificado, sem dispensa de avaliação de impacte ambiental individual, numa área que abrange integralmente uma comunidade habitada. A nossa freguesia caracteriza-se por ter uma população muito dispersa e, como tal, tem habitações em toda a sua extensão, de modo que estas zonas não acautelam de forma alguma a integridade do território, da fauna e da flora e, principalmente, da sua população. Pelo que não poderá nunca incluir-se a nossa freguesia nestas zonas. Mas este problema não se esgota, porém, na nossa freguesia: a mesma lógica de sobreposição de ZAER a aglomerados habitados, sem qualquer faixa de proteção, repete-se em inúmeras outras freguesias e aldeias do país, o que revela uma falha de fundo na metodologia de delimitação adotada, e não uma situação pontual ou isolada. Repito, a transição energética não pode ser feita à custa do interior do país e das suas zona rurais. Pelo que deve excluir-se a nossa freguesia da delimitação da ZAER e, de forma mais ampla, a reformulação do PSZAER, de modo a que a implantação de projetos de energias renováveis seja distribuída de forma uniforme por todo o território nacional, e não concentrada, como sucede na presente proposta e em todas as demais similares, no interior do país e nas zonas rurais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114646	Discordância	Não às megas centrais fotovoltaicas. Balanco negativo na implantação: destruição na paisagem e erosão no solo. Destruição dos recursos naturais_ solo e linhas de água. Acresce a destruição dos recursos ecológicos, fauna, flora e respectivos habitats. Implica com a população residente e com o turismo, sempre NÃO favorável. As árvores contribuem para o arrefecimento da temperatura, para a vida dos animais e das pessoas, o seu corte é prejudicial Aliado ao fato que as placas fotovoltaicas têm uma vida entre 10_20 anos, o que vão fazer aos resíduos e a pobreza do solo e desses locais que ficam desertos de ocupação. Cada vez temos temperaturas mais quentes e períodos de chuva incertos e intensos, alterações climáticas, sem árvores e arbustos os efeitos que daí advém são prejudiciais para todos nós. Daí não ser a favor e estar a delimitar áreas interiores do país, caracterizadas por verões bastante quentes e invernos mais rigorosos, com ocupação excessiva de centrais fotovoltaicas ser um erro grave que está a ser permitido e cujas consequências nunca serão posteriormente corrigidas, o que é impossível naturalmente. NÃO ÀS CENTRAIS FOTOVOLTAICAS	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114645	Discordância	Concordo com a transição energética, mas não da forma como está a ser feita. Esta transição traz-nos preocupações ambientais e também do ponto de vista económico. Passámos anos a ouvir que temos que ter cuidado com o ambiente e as alterações climáticas e depois temos estas centrais que em nada respeitam a fauna e a flora. Terrenos até aqui agrícolas, passaram a ter vastas áreas de painéis. Qualquer dia temos que importar tudo o que comemos... Um país em que o turismo é tão importante sob o ponto de vista económico, não me parece que atraia visitantes estrangeiros para verem extensoes intermináveis de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114644	Discordância	Não destruam a nossa bela Beira Baixa com os chamados projectos de energia sustentável. O ecocídio não tem nada de sustentável!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114643	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Castelo Branco, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Segue em anexo um documento com os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Com os melhores cumprimentos, Diogo Pinho	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114642	Discordância	Parece que a natureza se tornou inútil e que agora serve apenas para saciar a fome de energia da indústria e das empresas de alta tecnologia. Enquanto não for apresentado um plano de poupança de energia à escala da UE (por exemplo, a abolição da inteligência artificial… que já consome mais de 15 % da ENERGIA MUNDIAL!!!), não faz sentido querer produzir cada vez mais eletricidade. Enquanto existirem em Portugal zonas industriais abandonadas há décadas e fábricas devolutas, é totalmente absurdo querer produzir eletricidade à custa da destruição total e de alterações na natureza, nas reservas naturais e nas regiões turísticas. Aparentemente, uma empresa multinacional pode apresentar projetos que já foram rejeitados várias vezes, tantas vezes quantas forem necessárias, até que, finalmente, um governo esteja disposto, apesar da resistência dos eleitores, a construir mega-instalações industriais na natureza, em reservas naturais ou em áreas que deveriam ser protegidas… Os mega-parques solares são megaprojetos industriais. Não têm nada que fazer numa área natural. Porque é que não existe, então, um plano para a expansão acelerada de instalações solares EM CIMA, AO LADO e nas proximidades de edifícios industriais e zonas industriais??? A natureza garante a sobrevivência da população mundial. As mega-instalações industriais apenas garantem a sobrevivência daqueles que vendem os produtos. COMO é que se podem produzir alimentos saudáveis se quase metade do país está coberta por instalações industriais? Porque é que neste plano absurdo não estão assinaladas as grandes vias de acesso que ainda têm de ser construídas? Os painéis solares têm de ser substituídos regularmente (muitas vezes já ao fim de 6 anos!), uma vez que a sua rentabilidade para os operadores se torna demasiado baixa. Porque é que isso não é mencionado?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114641	Discordância	Discordo completamente desta medida, por ser desrepeituosa perante proprietário, cidadãos/municipes de vários Municipios espalhados pelo País e pelo meio ambiente, sua preservação, bem como a cultura e seu legado tão próprio e belo de único que é de cada território do nosso lindíssimo país. Completamente contra este crime ambiental e humanitário.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114640	Discordância	Apesar de ser a favor das energias renováveis estou totalmente contra a destruição dos campos agrícolas e contra a nova legislação do governo impedindo a opinião das autarquias	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114639	Discordância	Oponho-me à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. A transição energética não pode ser veículo de opacidade dos projetos e também não pode ser pretexto de exclusão da participação da comunidade nos processos de decisão. Preocupa-me que a aceleração dos procedimentos possa reduzir o escrutínio público e a análise rigorosa e isenta dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam sempre considerados em todas as fases do processo, tal como deverá suceder com os contributos das populações locais. Por isso discordo da criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114638	Discordância	É inadmissível que transformem assim o país, as renováveis não deviam destruir o verde! Dão cabo do planeta e antes disso destroem fauna e flora!!! Para dar dinheiro a estrangeiros que exploram o nosso território e o arruinam. Não avencem com este programa, será destruir o nosso país! Discordo veementemente!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114637	Discordância	Nao concordo pelo impacto ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114636	Discordância	Portugal está se tornando irreconhecível... Outrora tão orgulhoso de uma paisagem bela e autêntica. Prometem que a receita da construção dessas aberrações será destinada à população local? Do contrário, não há como justificar algo assim. Portugal, não venda a sua alma...	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114635	Discordância	Ao contrário do que este projeto quer fazer-nos crer, nomeadamente que as áreas de elevado valor ecológico devem ser protegidas, estas zonas servem apenas para facilitar às grandes empresas a transformação de paisagens tradicionais em zonas industriais. Pois mesmo nas zonas classificadas como sensíveis é permitido construir. Além disso, é perfeitamente óbvio que as áreas onde já estão previstos megaprojetos solares, surpreendentemente, coincidem por mero acaso com as zonas de aceleração! É evidente que, por exemplo, em Martianas/Orca, na definição das zonas, se deu prioridade sobretudo aos interesses da Lighthouse BP, e não aos da natureza e da população local. Que fundos é que foram canalizados para aqui? De princípio, é de rejeitar a construção de megaparques solares em zonas tradicionais. Especialmente em zonas que, de qualquer forma, sofrem de calor extremo, incêndios e escassez de água, como é o caso da Beira Baixa. Existem inúmeras zonas industriais nas cidades onde se poderiam instalar painéis solares em grande escala. Quase não se vêem painéis solares nos telhados das casas. Porquê? Porque isso, ao que parece, não traz qualquer benefício às grandes multinacionais! Os políticos em Portugal não devem esquecer que devem servir o povo português e não as grandes empresas!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114634	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114633	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro. Opomo-nos à criação das Zonas de Aceleração em territórios já classificados como vulneráveis e muito vulneráveis climaticamente como é o caso da Beira Baixa e onde já existe registo de mortes em excesso devido ao calor extremo. A natureza é para ser livre e respeitada.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114632	Discordância	Querem implementar energias renováveis façam-no em meios urbanos e saturados. Viva a natureza, viva a vida.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114631	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114630	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em particular no que respeita à instalação de grandes centrais solares em zonas rurais. Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, considero que a expansão das energias renováveis deve ser feita de forma equilibrada, respeitando o território, a biodiversidade, a paisagem e as comunidades locais. A instalação de grandes parques solares em áreas rurais implica a ocupação de extensas superfícies de solo, frequentemente agrícolas ou com elevado valor ecológico, contribuindo para a fragmentação dos habitats naturais, a diminuição da biodiversidade e a alteração irreversível da paisagem. Estas transformações afetam também a qualidade de vida das populações, o património natural e o potencial turístico das regiões. Adicionalmente, a concentração da produção de energia em grandes centrais promove um modelo centralizado que exige novas infraestruturas elétricas e linhas de muito alta tensão, aumentando igualmente os impactos ambientais e sociais. Considero que Portugal deveria privilegiar, em primeiro lugar, soluções de menor impacto, como a instalação de painéis solares em coberturas de edifícios, parques industriais, estacionamentos, zonas já artificializadas e outras áreas degradadas, aproveitando espaços já ocupados em vez de converter solos rurais e naturais. Este modelo de produção distribuída reduz a necessidade de ocupar território adicional, aproxima a produção do consumo e reforça a resiliência da rede elétrica.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114629	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114628	Discordância	Promove o sobreaquecimento em larga escala do ambiente em questão e aniquila o ecossistema existente, não respeita a diversidade e preservação de património da paisagem com alto valor para o país e para a Europa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114627	Concordância	Participar nesta consulta é mostrar ao governo que algo tem de mudar na forma como são tomadas decisões estratégicas deste tipo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114626	Discordância	No wind or solar at the gardunha, it destroys the beautiful scenery and authentic lifestyle.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114625	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114624	Discordância	Parem de estragar a natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114623	Discordância	Como cidadã jovem, que fará parte do futuro de Portugal, sinto-me me ameaçada e com grande receio deste novo projeto que com muita rapidez tentam implementar no nosso país. Entendo perfeitamente que necessitamos de transitar para uma energia mais verde, mas tenho noção que tal não existe quando se quer transformar a paisagem em chapa de metal e painéis solares, ou ventoinhas gigantes que matam tudo o que lá passa. Preocupa-me seriamente este projeto pois tenho a certeza de que a ganância humana se sobrepõe a tudo quando há dinheiro envolvido. Este projeto certamente não melhorará a qualidade de vida dos portugueses se não os ouvirem primeiro. Estes projetos deveriam ser levados a assembleias públicas de cidadãos especialmente presencialmente nos locais que serão mais afetados. Estamos a falar de um projeto que irá interferir diretamente com o bem-estar da população. O bem-estar não é apenas saúde física, é também mental, e a ligação com a Natureza e com a Paisagem é essencial para esse bem-estar, para além de um DIREITO da população, que vê cada vez mais o seu país ser invadido por pessoas gananciosas, que exploram e extraem tudo de bom que o nosso país tem. O dinheiro, uma invenção humana nunca se deveria sobrepor ao bem-estar dos humanos e obviamente, de todos os outros seres que coabitam a TERRA. Pois nunca nos podemos esquecer que não estamos sozinhos e este projeto põe em risco a biodiversidade do país. Não existe apenas biodiversidade nas áreas protegidas designadas. A biodiversidade existe em TODOS os locais, e mesmo aqueles que aparentam estar degradados deveriam ser reabilitados, melhorando o solo, plantando, criando florestas vastas, ricas e PÚBLICAS, em vez de se tornarem campos de painéis solares. Este projeto deveria focar-se mais em colocar estes painéis, que são objetos artificiais, em zonas já artificializadas, nos topos dos prédios, parques de estacionamento (fazendo sombras para os carros), nos edifícios industriais, etc… Opções não falta, falta vontade e paciência por parte de quem constrói o projeto. Sei que existe uma urgência em mudar de paradigma ambiental, mas para isso já se deveria ter começado a pensar muito antes e não fazer as coisas à pressa só para ficar bem e fazer empresas ganhar ainda mais com a fachada da “ENERGIA VERDE”. Pois de verde não terá nada se retirarem o VERDE (ou natureza) dos locais. Apelo à vossa compaixão, pois parece cada vez mais inexistente, o interior como sempre é deixado de lado, usado, manipulado, explorado para proveito de certas empresas. Este projeto não é um projeto feito para	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114622	Discordância	Eu preocupo-me com a Natureza, com a nossa biodiversidade, eu preocupo-me com o que vamos deixar para as gerações futuras! Não podemos destruir a Natureza, sem ela nada somos. Assim, eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: - critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso
114621	Discordância	Este chamado progresso é na verdade arrancar verde que é vida e “plantar “ preto que é morte !! A longo prazo é exatamente o que vai acontecer a toda esta região.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114620	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão, ornitólogo e gestionário de áreas protegidas, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, preocupa-me a atual estratégia de promoção de energias "não poluentes", de instalação de megaprojetos solares com localização inapropriada e em contradição com as políticas de conservação da natureza, com a justificação do cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso do atual Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Subscrevo inteiramente a análise que a seguir transcrevo relativamente aos impactos ambientais e sobre a biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. ● Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. ● Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114619	Discordância	Por favor o meu comentário vai em anexo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114617	Discordância	O programa não foi devidamente ponderado, não teve a intervenção de entidades de diversos sectores da comunidade, nomeadamente da população local. Os riscos ambientais são enormes e não estão acautelados. Todo o programa padece de opacidade. Não é admissível este tipo de intervenção sem o necessário debate alargado que, neste caso, não existiu.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114616	Discordância	A minha participação vai no sentido de um repúdio total pela ocupação de terrenos agrícolas, e a extinção da fauna e da flora existente nesses espaços. Existem muitos outros locais disponíveis no país com um menor impacto ambiental, nomeadamente telhados de edifícios, faixas centrais das autoestradas, montanhas completamente despidas de vegetação, e muitos mais exemplos poderiam ser dados. Mudança energética sim mas com regras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114615	Discordância	Exmo.(a)s Senhores, Manifesto a minha total oposição à Proposta de Programa Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis na zona de Urmar, Freguesia de Samuel, Concelho de Soure. Estes megaprojetos solares, eólicos e as linhas de muito alta tensão destruirão a paisagem, a biodiversidade e os habitats de aves, abelhas e outros animais, colocando também em risco a qualidade de vida das populações locais. Preocupa-me ainda que a transformação de vastas áreas naturais possa agravar o calor local, aumentar o risco de incêndios de grandes dimensões e comprometer ainda mais o equilíbrio ambiental da região. Não podemos aceitar que a natureza, a saúde, a segurança e o bem-estar das pessoas sejam sacrificados em benefício dos interesses económicos de grandes empresas. A verdadeira transição energética deve proteger as pessoas e o ambiente, não destruir o território onde vivemos. Por estas razões, oponho-me firmemente a este projeto e peço que seja rejeitado. Melhores comprimentos, Serena	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114614	Discordância	Porque os lucros de grandes empresas não podem ofuscar a saúde humana, animal e ambiental. BASTA! Perdas Económicas e Desvalorização Patrimonial Desvalorização drástica do valor patrimonial: A proximidade imediata a uma infraestrutura industrial deste impacto causará uma perda financeira direta e irreversível no valor de mercado do meu imóvel. Redução drástica do mercado de compradores: A conversão de uma zona rural e calma numa zona de cariz industrial afasta potenciais compradores que procuram a autenticidade e o sossego da Beira Baixa. Impacto negativo no turismo local e alojamento rural: Projetos desta dimensão destroem o ecossistema paisagístico, prejudicando diretamente o turismo rural e a economia local baseada na natureza. Impacto Visual e Alteração da Paisagem Degradação severa do impacto visual e da paisagem natural: A instalação massiva de painéis solares altera gravemente a envolvência natural e destrói a harmonia visual da região. Efeito de encandeamento e reflexos (Efeito Glare): Apesar dos revestimentos antirreflexo, a inclinação dos painéis poderá projetar reflexos de luz intensos e intermitentes diretamente para a minha propriedade, prejudicando a habitabilidade. Industrialização forçada de solo rural/agrícola: A transformação de terrenos com potencial agrícola ou florestal numa central industrial descaracteriza a identidade de Vale de Prazeres. Ruído, Infraestruturas e Fase de Construção Poluição sonora contínua (Ruído de funcionamento): O funcionamento constante dos inversores e postos de transformação produzirá um zumbido de baixa frequência contínuo, perturbando o descanso e o silêncio local. Perturbação grave e danos durante a fase de construção: O tráfego pesado de longo curso.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114613	Reclamação		Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114612	Discordância	Venho por este meio apresentar a minha pronúncia. 1. Exigência de prioridade real a superfícies artificializadas antes de solo natural O próprio Relatório Ambiental reconhece, como princípio orientador da estratégia, que deve ser dada prioridade a superfícies artificiais e edificadas, como telhados e fachadas de edifícios, infraestruturas de transporte e áreas circundantes, parques de estacionamento, zonas industriais e minas abandonadas, antes de se avançar sobre solo natural (também esse o entendimento da Opção Estratégica OE3.3). Concordo inteiramente com este princípio. O problema é que este princípio permanece, na proposta atual, como uma orientação genérica e não vinculativa. A delimitação das Zonas de Aceleração continua a abranger extensas áreas de solo natural, agrícola e florestal, sem que exista qualquer mecanismo que obrigue, na prática, a esgotar primeiro o potencial das superfícies já artificializadas. O resultado é que a prioridade fica reduzida a uma declaração de intenções, enquanto a ocupação efetiva do território continua a fazer-se sobretudo sobre solo natural, por ser tecnicamente mais simples e financeiramente mais barato para os promotores. Existe em Portugal um potencial considerável e ainda largamente por aproveitar em superfícies já artificializadas: coberturas de hipermercados e superfícies comerciais, pavilhões industriais e logísticos, parques de estacionamento, edifícios e infraestruturas públicas e municipais, zonas portuárias e minas abandonadas. Instalar produção solar e, sempre que aplicável, outras soluções renováveis sobre estas áreas evita por completo a desflorestação, a decapagem de solos, a fragmentação de habitats e a alteração da paisagem que a ocupação de solo natural implica, sem qualquer perda de capacidade de produção energética a nível nacional. Solicito, por isso, que esta prioridade deixe de ser uma orientação genérica e passe a constituir um critério vinculativo, verificável e com efeitos práticos na aprovação de projetos dentro das ZAER, nomeadamente através de: Obrigatoriedade de cada promotor demonstrar, de forma documentada, que foram avaliadas e esgotadas as alternativas em superfícies já artificializadas dentro de um raio razoável, antes de qualquer aprovação de ocupação de solo natural; Definição de metas nacionais mínimas e vinculativas de instalação em superfícies artificializadas (telhados	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114610	Discordância	A destruição de fauna e flora em prol de energias que de nada são verdes não deve e não pode acontecer.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114609	Discordância	A energia ecológica não pode sobrepôr-se à natureza ecológica. Temos muitas formas de implementar painéis sem destruir a natureza no seu estado puro. Coloquem nas autoestradas, nos parques de estacionamento, etc.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114608	Discordância	Apresento a minha total discordância em relação ao atual desenho do PSZAER. A criação destas zonas de aceleração ameaça descaracterizar profundamente as regiões do interior do país, promovendo uma ocupação massiva do território com centrais solares e eólicas. O ordenamento do território e o bem-estar das populações locais estão a ser secundarizados em prol de processos burocráticos simplificados. Não podemos aceitar que o desenvolvimento renovável seja feito de forma desequilibrada e sem o consentimento efetivo das comunidades afetadas.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114607	Discordância	Maria Alice Matos This project will be the death of a huge number of birds and wild animals, thereby contributing to the acceleration of climate change. According to experts, the destruction of such a vast natural area will lead to a rise in temperature; the rapid runoff of rainwater, causing increased flooding and preventing the replenishment of underground aquifers; a reduction in oxygen levels and, consequently, in air quality; the sterilisation of the soil for many years to come	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114606	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Reconhecendo a importância da transição energética e do reforço da produção de energia renovável, esta não pode ser feita à custa da degradação irreversível da paisagem, da biodiversidade e da qualidade de vida das populações locais. A criação de zonas de aceleração e a simplificação dos procedimentos de licenciamento suscitam preocupações quanto à efetiva salvaguarda dos valores naturais, agrícolas, florestais e patrimoniais dos territórios afetados. A instalação massiva de infraestruturas de grande dimensão poderá provocar impactos ambientais e sociais significativos, reduzir o valor paisagístico das regiões e comprometer atividades económicas como a agricultura e o turismo, sem que as comunidades locais tenham sido devidamente auscultadas nas decisões, e sem ter em conta as comunidades futuras.. Solicito, por isso, que o programa seja revisto, privilegiando a instalação de energias renováveis em áreas urbanas, já artificializadas, coberturas de edifícios, parques industriais e outras zonas degradadas, assegurando simultaneamente critérios mais exigentes de proteção ambiental, uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos e uma participação pública efetiva antes da definição das zonas de aceleração.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114605	Discordância	Não sou conta os painéis solares mas nunca na natureza, é uma aberração,tantos outros locais que podem ser colocados sem chocar e destruir. Porque não os instalam em fachadas de grandes prédios co a central no topo delas. Outra opção é nas vedações da autoestrada,tem KMS para colocar e não choca. Na natureza não seca os solos e desnutri os ,nunca mais vão produzir da mesma maneira. Isto é uma opinião de uma técnica de gestão do ambiente nascida no meio rural e neta de mineiros da Mina do Romano. Cuja a minha PAP foi feita há 30 anos desse local e das suas gentes e actividades. Não concordo,nem deve ser aprovado desta maneira,se for aprovado vocês são incompetentes, é a verdade Este projeto preocupa-me.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114604	Discordância	Não existe informação suficiente para uma escolha informada. Projetos deste tipo promovem o abatimento de arvores indiscriminado quando poderiam mante-las no solo. A zona centro é o pulmão do país, haverão concerteza opções que não exijam abatimento de arvores. As energias renováveis são benéficas quando bem pensadas. Não parece um projeto cuidadoso e bem elaborado.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114603	Discordância	Projecto altamente lesivo do ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114602	Discordância	As árvores e a vegetação são o nosso oxigénio temos telhados , estacionamentos e formas colocar painéis.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114601	Discordância	Em total desacordo, mais um atentado ambiental sem ter em conta a proteção da floresta e seus recursos naturais, já temos uma floresta totalmente fragilizada com anos de más práticas, e este não é o caminho, tem que se procurar soluções sustentáveis para todos, humanos, não humanos , todo o ecossistema e cuidar os recursos naturais e pensar nas futuras gerações, estamos s a desmantelar portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114600	Discordância	Moro no interior do país e já não se pode com tantas extensões de painéis fotovoltaicos. Porque não os fazem sobre estacionamentos em vez de destruir as áreaas verdes que ainda temos? É o vale tudo?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114598	Discordância	Discordo da proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), por considerar que promove um modelo de desenvolvimento territorial que poderá conduzir à ocupação excessiva de solo com grandes centrais solares, alterando de forma permanente a paisagem portuguesa. Portugal é um país com uma diversidade territorial excecional. Possui paisagens únicas, zonas agrícolas de elevado valor, regiões demarcadas, áreas naturais, património cultural e ecossistemas que constituem um dos seus maiores ativos ambientais, económicos e identitários. A transição energética é importante, mas não deve ser feita à custa da descaracterização do território. A criação de zonas destinadas a acelerar a instalação de grandes parques solares transmite a ideia de que a ocupação de extensas áreas de solo passa a ser uma solução preferencial. Considero que este princípio está errado. Antes de transformar milhares de hectares de território em infraestruturas industriais, o Estado deveria demonstrar que foram verdadeiramente esgotadas todas as alternativas de menor impacto. Portugal continua a ter um enorme potencial por aproveitar em:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114597	Discordância	Não a destruicao da nossa zona, sim a preservacao do ambiante.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114593	Discordância	Não concordo com nenhum alteração à paisagem do território português. Não concordo com a implementação de energias verdes em território português. Porque a terra não é a deles, os estrangeiros não têm qualquer problema em destruir Portugal para seu próprio benefício	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114592	Discordância	Quando a sustentabilidade/transição energética é a justificação para cometer um ato que irá fazer desaparecer a biodiversidade de uma área superior a 100 mil campos de futebol qualquer que seja a justificação para tal ato será sempre inválida. Quando percebemos que as alterações clima estão já estão a decorrer e se irá fazer algo que terá um impacto direto no problema, quando o que restará no futuro será uma mão cheia de nada, quando estamos a comprometer totalmente as gerações futuras e damos o aval a um projeto destes. Não há justificação económica viável. Há sim um ato que deve pesar e muito na consciência de quem o aprova sem olhar para trás. Discordo veemente de tal projeto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114591	Discordância	Crime ambiental e paisagístico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114590	Discordância	Não concordo optem por telhados, parques estacionamentos, painéis próprios para fachadas em vez de fachadas de vidro. Muito menos terrenos agrícolas ou passíveis de produção agro alimentar. Nem é por essas políticas que o custo para consumidor é mais baixo. Porque está indexado ao preço do gás. Diversificar fontes para nao se estar dependente apenas de uma fonte energética. Parece regra da UE impor sem consultar e dicidir tudo unilateralmente segundo as suas agendas, como quem os elege e sao poucos os elegíveis, e os qo são nem têm poder de decisão, pensam que cidadãos são mente captos, mas no fim aparecem a dizer que foi um erro ter desactivado o nuclear quando foram os responsáveis.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114589	Discordância	Não concordo com a implantação de painéis solares ocupando 7% do território nacional. Podem colocar painéis em edificações já existentes e não em terrenos agrícolas ou florestais. Não estou de acordo com estes planos e estudos e oponho-me a esta visão económica que supostamente é melhor ambientalmente.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
114588	Discordância	Não matem o interior do país! Construam as plataformas no mar ou nos telhados das grandes cidades	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
		Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), não por ser contra as energias renováveis, mas por considerar que a forma como este programa está a ser concebido coloca em risco valores ambientais e territoriais que também são fundamentais para o futuro do país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		Preocupa-me a enorme concentração de áreas previstas para o distrito de Castelo Branco e para outras zonas do interior. O interior não pode continuar a ser visto apenas como o local onde se instalam as grandes infraestruturas que abastecem os centros urbanos, suportando a maior parte dos impactos ambientais.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114587	Discordância	A paisagem é um património natural, cultural e económico. A sua transformação em extensas áreas ocupadas por parques solares e outras infraestruturas terá consequências na biodiversidade, na qualidade dos ecossistemas, nos recursos hídricos e na identidade destes territórios. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da degradação do território. Não basta produzir energia limpa; é igualmente necessário preservar a natureza.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		Importa também recordar que o interior não vive apenas da agricultura ou da floresta. Grande parte da sua economia depende da qualidade da paisagem e do património natural. O turismo de natureza, o alojamento local, a restauração, as empresas de animação turística, os produtos locais e muitos outros serviços têm na autenticidade destes territórios o seu principal recurso. A degradação da paisagem e dos ecossistemas compromete a atratividade da região, afeta a qualidade de vida das populações e coloca em causa oportunidades de desenvolvimento sustentável que são essenciais para combater a desertificação do interior.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
		Considero ainda que o programa deveria dar prioridade à instalação de painéis solares em coberturas de	A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114586	Discordância	Preocupações com os impactos ambientais, sociais e económicos dos Projetos Solares em Portugal. 1. Impacto Ambiental e Paisagístico Os projetos de centrais solares de grande escala em Portugal representam uma ameaça significativa aos ecossistemas locais e à paisagem, sem que tenham sido devidamente avaliados os seus efeitos a longo prazo: - Destruição de habitats naturais: A instalação de painéis solares em grandes áreas implica o derrube de vegetação, a impermeabilização de solos e a fragmentação de ecossistemas, afetando a biodiversidade local, incluindo espécies protegidas. - Alteração irreversível da paisagem: A implementação de megacentrais solares em zonas rurais modifica radicalmente a identidade visual da região, com impactos negativos no turismo, na agricultura e na qualidade de vida das populações. - Falta de avaliação rigorosa: Não há evidência de que tenham sido realizados estudos de impacto ambiental exaustivos e independentes, que garantam a proteção dos recursos naturais e a mitigação dos danos. 2. Ausência de Benefícios para as Populações Locais Apesar de serem apresentados como projetos de transição energética, os benefícios para as comunidades circundantes são nulos ou residuais: - Sem redução das faturas de energia: A energia produzida nestas centrais é vendida no mercado grossista, sem que os consumidores locais beneficiem de preços mais baixos. Os portugueses continuam a pagar taxas e impostos elevados, sem verem refletida a descida dos custos de produção renovável. - Falta de compensação justa: Não estão previstos mecanismos de repartição de benefícios com as populações afetadas, como participação nos lucros, emprego local ou investimento em infraestruturas comunitárias. - Expropriação de terras agrícolas: A ocupação de terrenos férteis para a instalação de painéis solares pode	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114585	Discordância	Contra mega projetos que alterem as características de uma região e não servem os interesses da população	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114584	Reclamação	Não ao atual modelo de implantação das energias renováveis!!!! Portugal não está em saldos!!! A melhor energia renovável é aquela que produzimos onde já existe intervenção humana, e não aquela que exige a destruição de mais território natural. Esta devia ser a missão de qualquer Governo eleito para representar, desenvolver e preservar o país e os cidadãos! Venho manifestar a minha profunda oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), em particular no que respeita à Beira Baixa. Quero deixar claro que não sou contra as energias renováveis. Pelo contrário, considero que Portugal deve acelerar a transição energética e reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis. O que contesto é o modelo escolhido para o fazer. Na Beira Baixa, nomeadamente em concelhos como Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros, prevê-se a ocupação de cerca de 35 a 36% do território por grandes infraestruturas de produção de energia. Trata-se de uma transformação sem precedentes da paisagem, substituindo floresta, matos e espaços rurais por extensas áreas industriais de vidro e metal	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
114583	Discordância	Centrais fotovoltaicas fora dos espaços verdes, por favor. Sobre telhados, prédios, parques de estacionamento, onde quiserem, mas em substituição de árvores e comprometendo a diversidade da biosfera não.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114582	Discordância	O meu pesar é o estado português constantemente enganar o povo e ir de contra os interesses da população residente das áreas que de repente estão a mercê de abutres capitalistas. Contesto e vou contra a exploração ilegal de matérias primas provenientes de propriedades privadas e de áreas protegidas e até inclusive consideradas património mundial	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114581	Discordância	1. Impacto na biodiversidade A área proposta integra habitats com elevado valor ecológico e constitui corredor de circulação para diversas espécies protegidas. A instalação de infraestruturas de produção de energia renovável poderá provocar fragmentação dos habitats, aumento da perturbação da fauna e perda de biodiversidade, contrariando os princípios da prevenção e da conservação da natureza. 2. Impacto paisagístico A implantação prevista alterará significativamente a paisagem, reduzindo a qualidade cénica e afetando um território com elevado valor natural e turístico. O impacto visual permanente não parece ter sido devidamente ponderado. 3. Falta de estudos suficientes A documentação disponibilizada não demonstra, de forma suficientemente detalhada, os impactos ambientais, sociais e económicos da delimitação proposta, nem apresenta uma avaliação comparativa de alternativas. 4. Efeitos cumulativos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114580	Discordância	Ocupar terrenos férteis,substituindo vegetação por placas metálicas é um crime ambiental e demonstra a falta de seriedade no discurso aquecimento global. Há alternativas de instalações dos ditos painéis como são feitas em países desenvolvidos e inteligentes, em q ocupam os telhados, parques de estacionamento e outras zonas já de si desérticas, em vez de cortar árvores. Não se consegue compreender, dados os estudos do aquecimento das zonas onde são instalados painéis destes, como conciliam isto com um discurso ecológico e de luta contra o aquecimento global. Ou são pouco inteligentes ou o interesse económico fala mais alto. A ministra que não venha dizer que é má a resistência da população porque infelizmente, dada a ignorância e falta de estratégia sustentável dos nossos políticos, é essa resistência que impede que dêem cabo do país. Têm telhados, têm coberturas de centros comerciais e de parques de estacionamento, entre outras. Se a EDP já tem uma percentagem tão alta de produção renovável como apregoam, não há justificação para tal crime ambiental. Se querem uma bolsa energética renovável,porque não apostam na produção maremotriz que tem, com toda a certeza, menor impacto a nível de aquecimento? Ninguém está contra o progresso, mas tem q ser sustentável e não destrutivo senão não se pode chamar progresso. Uma vez na vida, pensem seriamente no bem do país, na sua beleza e sustentabilidade ecológica e na consequente melhoria de vida da população que vos elegeu., e não apenas no vosso interesse económico.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114579	Discordância	A proposta coloca em risco a viabilidade da região em termos ambientais, agricolas culturais e turísticos. Seria mais interessante se procurasse colocar por exemplo painéis solares em todos os estacionamento públicos e edifícios do estado.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114578	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114577	Discordância	Grande impacto, negativo, a nível ambiental e na vivencia das populações.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
114576	Discordância	Sou contra a destruição de floresta para substituição por painéis solares.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114575	Discordância	Este projeto apresenta graves problemas de transparência e desconsideração sobre o real impacto ambiental e social. Ponto 1: a densidade do processo não permite a sua análise no tempo útil previsto para tal; 2: o mapa apresentado tem erros e abrange zonas de montado - o ecossistema mais sustentável em Portugal; 3: o solos agrícolas ficarão desprotegidos - os proprietários poderão ser pressionados a vender a agências que não têm ligação nenhuma à terra; 4: os municípios foram ignorados no desenhar do projeto; 5: o efeito cumulativo destas intervenções não é conhecido, mas a pressão sobre o ecossistema será certamente insustentável; 6 e talvez o mais importante: as comunidades locais não têm absolutamente nada a ganhar com isto - toda a energia gerada será utilizada para alimentar o mega centro de dados que planeiam para Abrantes em 2028.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114574	Discordância	Em total desacordo com a existência do princípio de mecanismos de "aligeiramento" de procedimentos de avaliação ambiental. Cada projecto deve ser avaliado por si e cada um deles deve ter em conta a envolvência. Estes mecanismos são uma aberração e estamos a destruir paulatinamente o nosso património natural. Como sugestão façam a desmatação de Monsanto, coloquem painéis no Parque Eduardo VII ou no Terreiro do Paço. Verdadeiramente energia de proximidade... Muitas das áreas "viáveis" são muito mais importantes do ponto de vista ambiental (já agora também para a promoção e manutenção da biodiversidade) do que o Parque de Monsanto. Ou o facto de estar em Lisboa seria um tremendo escândalo enquanto que no interior desertificado não há problema?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114573	Concordância	Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. Por estes motivos, apresento a minha total discordância com o actual PSZAER	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114572	Discordância	Impacto negativo para a comunidade e ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114571	Discordância	Este projeto não disponibiliza informações suficientes para se obter uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114570	Discordância	Não nos é possível exercer os direitos constitucionais previstos nesta consulta pública com os mapas que foram disponibilizados. São necessários mapas de pormenor para que esta consulta tenha legitimidade. Sequer empurrarem as decisões para as autarquias já é uma forma de tentar contornar a participação pública e de criar alienação e mais conflitos locais para a população, aka, violação de direitos constitucionais. Exigimos os mapas de pormenor. A nossa participação é que não concordamos com as ZAER, são uma diretiva europeia que aniquila vários direitos constitucionais e requer parecer do tribunal constitucional antes de ser colocado para consulta pública. TODOS OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS TÊM O DIREITO DE RECUSAR ORDENS QUANDO ESSAS ORDENS VIOLAM O DISPOSTO NA CRP.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114569	Discordância	Quatro argumentos principais para a minha discordância: 1. Destruição da Identidade e Escala da Paisagem Visual - Industrialização do mundo rural:Mutação drástica da paisagem tradicional de sequeiro e floresta numa "paisagem de espelhos" com milhões de painéis e linhas de alta tensão. - Impacto visual devastador: Perda de horizontes limpos e desimpedidos, afetando o turismo de natureza e a beleza cénica característica do interior. - Barreiras físicas opacas: Instalação de quilómetros de vedações com mais de dois metros de altura que encerram caminhos públicos e isolam territórios. 2. Ameaça ao Património Biológico e Ecológico (Ecossistemas) - Abate de árvores protegidas: Destruição planeada de manchas florestais nativas, com destaque para milhares de oliveiras centenárias e áreas de sobreiros/azinheiras. - Bloqueio de corredores ecológicos: As vedações cortam as rotas de passagem e as zonas de alimentação de fauna selvagem vulnerável (como aves estepárias e mamíferos). - Degradação do solo à escala macro: Riscos elevados de desertificação, alterações no microclima local e perturbação das linhas de água subterrâneas devido à dimensão dos parques. 3. Desvalorização Económica do Património Local - Ruína do Turismo de Natureza: Afastamento de turistas e rotas de ecoturismo (como o Geopark Naturtejo) que procuram a Beira Baixa pela sua natureza intocada. - Perda de valor imobiliário: Desvalorização imediata das habitações, quintas e alojamentos locais situados na proximidade ou com vista direta para as centrais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114568	Discordância	O Programa Sectorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), tal como apresentado, revela uma preocupante desconsideração por áreas de elevado valor ambiental, paisagístico e socioeconómico. A inclusão de territórios sensíveis para a instalação de grandes centrais fotovoltaicas constitui uma opção desajustada, com impactos potencialmente graves e irreversíveis, nomeadamente a destruição de habitats, a fragmentação ecológica e a degradação significativa da paisagem. Estas intervenções comprometem não só a biodiversidade, mas também o potencial turístico e o equilíbrio dos territórios, colocando em causa modelos de desenvolvimento sustentável baseados na valorização dos recursos naturais e culturais. Importa sublinhar que a expansão das energias renováveis não pode ser feita à custa de áreas ambientalmente relevantes, sobretudo quando existem alternativas viáveis em zonas de baixo conflito, como áreas industriais, degradadas ou já artificializadas. Assim, manifesta-se uma posição claramente desfavorável à inclusão destas áreas no PSZAER, defendendo-se uma revisão criteriosa que salvaguarde os territórios com maior valor ecológico e paisagístico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114567	Discordância	A instalação de painéis solares em edifícios / telhados /construções devia ser a prioridade , não em solo natural, não na terra. Proteger o território, a biodiversidade e os ecossistemas devia ser uma prioridade no planeamento energético, apostando em soluções que conciliem produção de energia com respeito pelo ambiente e pelo ordenamento do espaço.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114566	Discordância	Caros/as, Reconhecendo a necessidade de uma transição energética justa, é inegável que Portugal necessita de uma transição energética rápida, eficaz e ambientalmente responsável. Todos desejamos um país menos dependente de combustíveis fósseis, com maior autonomia energética e com benefícios reais para as populações.Contudo, o PSZAER, tal como se encontra desenhado, não garante essa transição justa. Pelo contrário, abre caminho a uma transformação profunda do território sem salvaguardas adequadas para as comunidades, para o ambiente e para a economia local. O plano, na sua formulação atual, representa uma via verde para a privatização e artificialização do território rural, permitindo a instalação massiva de monoculturas fotovoltaicas em solos que hoje têm funções ecológicas, agrícolas e sociais essenciais. Várias entidades técnicas do Estado — CCDR Centro, CCDR Norte, ICNF, DGT e até a própria APA — já expressaram preocupações formais sobre riscos ambientais, ausência de avaliação de capacidade de suporte, fragilidades no ordenamento e perda de solos produtivos. Entre outros, alguns dos problemas identificados: - Solos agrícolas de média e alta aptidão não são excluídos pelo “Mapa Verde” do LNEG, podendo ser convertidos em zonas de aceleração, comprometendo a produção alimentar e economias locais. - Eliminação da Avaliação de Impacte Ambiental nas ZAER, conforme reconhecido pela APA, retirando às populações a principal ferramenta de participação e proteção. - Poder municipal reduzido: os municípios têm apenas 20 dias para responder e o silêncio é interpretado como concordância. - Comunidades locais sem assento real nas decisões sobre o seu próprio território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114565	Discordância	a transição para energias renováveis, é urgente e importante! no entanto, deve ser feita com consciência e reconhecimento do impacto ambiental e social, que pode causar. Destruir a fauna e a flora, a paisagem, que completa e faz parte da herança rural das zonas indicadas, são os primeiros pontos a desconsiderar nesta transição!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114564	Discordância	Este projecto preocupa-me e não concordo com ele! A destruição de Florestas para datacentros ou para a "transição energetica" vai completamente contra a verdadeira transição que se tem de fazer! Não tem lógica absolutamente nenhuma destruir Florestas para coisa absolutamente nenhuma!!!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114563	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis A Associação de Caçadores da Freguesia da Silveira, entidade gestora da Zona de Caça Associativa da Freguesia da Silveira (Processo n.º 943 do ICNF), vem, no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, apresentar o seguinte contributo. Após análise da proposta apresentada, verifica-se que a delimitação das áreas identificadas para a instalação de projetos de energia solar fotovoltaica e eólica onshore não evidencia ter sido precedida de um processo de auscultação das associações locais, das populações residentes e dos proprietários dos terrenos abrangidos, não sendo igualmente percetível que tenham sido devidamente ponderadas as especificidades ecológicas, sociais e funcionais deste território. O polígono delimitado para a Freguesia da Silveira abrange uma parte muito significativa da área integrada na Zona de Caça Associativa, sobrepondo-se praticamente à totalidade da mancha florestal remanescente da freguesia. Este território constitui um importante refúgio para diversas espécies da fauna selvagem, assegurando a continuidade de habitats naturais e contribuindo para a conservação da biodiversidade num contexto marcado por uma crescente pressão urbanística e pela redução progressiva dos espaços naturais. A Zona de Caça Associativa é gerida de forma sustentável, desenvolvendo ações regulares de ordenamento cinegético, gestão de habitats, vigilância, controlo de espécies, prevenção de incêndios através da presença permanente no território e monitorização das populações de fauna. Estas funções representam um contributo relevante para a conservação dos ecossistemas e para a gestão ativa da paisagem rural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114562	Discordância	Não à cobertura do Interior com painéis Solares!!! Destrói árvores e outra vegetação, impede que a chuva caia regularmente na terra, impede a absorção de raios solares pelos terrenos o que faz subir a temperatura, polui visualmente, inviabiliza o turismo na agora bela paisagens cobertas do negro da morte que os painéis solares trazem! Ocupa o espaço de fauna e das pessoas! A vida é impossível no meio dum infernos destes! Não queremos isso!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114561	Discordância	Não concordo precisamos de árvores não de painéis	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114560	Discordância	Parem de crer estragar a bela natureza de Portugal, os painéis solares pertencem nos telhados das casas, ecolas, hospitais, hotéis, nos parques de estacionamento descobertos que apanham sol que se farta e nas paragens de autocarro. Deixem a nossa planície em paz, deixem a nossa natureza em paz, não queremos os vossos projetos de centros de dados no nosso país! Não queremos que destruam a natureza!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
114559	Discordância	Discordo com a utilização massiva de terrenos apenas com este fim. Terá um impacto negativo nos solos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114558	Discordância	Discordo total e veementemente da colocação de painéis métodos os concelhos indicados. Há outras soluções. Não há destruição da floresta portuguesa!!! As árvores são uma das maiores riquezas de qualquer país e no nosso não são exceção. Há outras soluções. Os interesses de alguns e de estrangeiros não podem estar acima da sobrevivência climática, da riqueza arbórea, do oxigénio que as árvores proporcionam, do alimento que vem de muitas delas, das profissões e subsistência de quem vive da floresta, dos pomares, dos olivais, etc.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114557	Discordância	Apresento este contributo não apenas para assinalar o que está mal na proposta, mas para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo, não o objectivo. Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores, mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114556	Discordância	O processo tem de ser devidamente analisado tendo em conta que a sua implementação irá destruir zonas importantes para a fauna e flora, agricultura e outros.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114555	Discordância	Portugal não se vende, defende-se!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114554	Discordância	Destruir a mossa Natureza com o suposto lema "renovável e verde" para benefício de alguns é que não.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114553	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis Venho, em representação de um número significativo de residentes da Freguesia da Silveira, concelho de Torres Vedras, apresentar o seguinte contributo no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Após análise da proposta apresentada, verifica-se que a delimitação das áreas identificadas para a instalação de projetos de energia solar fotovoltaica e eólica onshore parece não ter sido precedida de qualquer auscultação das populações locais nem dos proprietários dos terrenos abrangidos, não sendo evidente que a realidade territorial e social destes locais tenha sido devidamente ponderada. Em particular, o polígono identificado em anexo abrange uma área muito significativa da Freguesia da Silveira, sobrepondo-se praticamente à totalidade da mancha florestal ainda existente na freguesia. Trata-se de um território que assume uma importância ambiental, paisagística e ecológica crescente, sobretudo numa freguesia sujeita a uma forte pressão urbanística. Acresce que esta área florestal tem vindo a ser progressivamente reduzida pela expansão de explorações agrícolas em estufa, designadamente sistemas de produção sem utilização direta do solo, cuja atividade exerce uma pressão significativa sobre os recursos hídricos, nomeadamente sobre o aquífero local. A eventual conversão de parte substancial desta área para instalações de produção de energia renovável agravaria a perda de espaços naturais e comprometeria o equilíbrio entre os diferentes usos do território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114552	Discordância	Exmos. Senhores 1. Na qualidade de cidadão do concelho de Évora, vejo com preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares em localizações sensíveis, apresentados como solução urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). 2. O PSZAER parte de um pressuposto dominante: a necessidade de aumentar a produção de energias renováveis. Só assim se entende que, em mapas de fraca leitura, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 3. A falta de leitura do Mapa Verde talvez se justifique por ter sido elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. 4. Este Mapa Verde é uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. Ninguém avaliou o que acontece quando se somam muitos projetos na mesma zona. O PSZAER avalia cada parcela isoladamente — exclui o que é sensível, e o que sobra entra no mapa. Mas nunca pergunta quanto é que uma região aguenta receber no total. O próprio relatório técnico do CEDRU alerta para os riscos de "pressão cumulativa" e "industrialização difusa da paisagem rural" nos territórios de interior com maior concentração de ZAER. 6. A paisagem e as comunidades não têm retorno garantido. A energia produzida nestes territórios vai para	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114551	Discordância	je ne suis pas d'accord avec un projet encore une fois si destructeur de l'intérieur du portugal	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
114546	Discordância	Estes projetos nao sao a longo prazo sustentaveis num pais que esta cada vez mais sem recursos hidricos, florestas e terras Agricolas cultivaveis. Tens que se por estes paneis nas infraestruturas existentes é nao escolher soluçoes de facilidade!!	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114545	Discordância	Natureza pura	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114544	Discordância	Acredito que haverá outras soluções que desfiguram menos as paisagens portuguesas! O hidrogénio por exemplo. Recentemente descobriu-se em França, na Lorena, a maior reserva mundial de H2 que poderá ser a independência energética da Europa! Concordo com o uso de paineis solares nos telhados e parques de estacionamento exteriores, fábricas e armazens, não a céu aberto nos campos! No Japão a Toyota já faz carros com baterias de aluminio, o que significa que os carros elétricos com baterias de litium serão absoletas em breve!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114543	Discordância	Exmos. Senhores 1. Na qualidade de cidadã do concelho de Évora, vejo com preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares em localizações sensíveis, apresentados como solução urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a “aceleração” das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um pressuposto único: é necessário aumentar a produção de energias renováveis, aparentemente a qualquer preço. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. 6. Sem entrar em análises sobre o valor intrínseco deste trabalho, o que posso afirmar, com base no meu conhecimento do terreno, é que a forma como estão desenhadas as “manchas” no concelho de Évora configura um grave erro. Só há um critério aplicável a esta localização: a subestação do Divor. Todos os	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114542	Discordância	Apesar de a proposta apresentar suporte técnico acentuado, parece prudente avaliar duas ou três questões importantes: - A instalação dos painéis solares implica a limpeza de toda a vegetação arbórea e arbustiva em largas áres contíguas; - No interior, onde as temperaturas estivais são, por norma, bastante elevadas qual o efeito que a instalação destas áreas reflectoras vai ter no clima? - Sem querer menorizar as intenções dos intervenientes em futuras instalações, como vai ser (e por quem) feita a inspecção à instalação física? Sabemos com que facilidade os grandes grupos conseguem subverter estas situações em seu proveito e sem qualquer preocupação com os habitantes da zona. Estas preocupações parecem-me suficientemente importantes para me colocar reticente, senão mesmo contra, este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114541	Discordância	A EO quer fazer de Portugal um terceiro mundo da Europa contando com este governo efectivamente como representante da classe comprador. O povo e os autarcas sérios não os vão deixar passar. Exige-se 1. Reabrir e prolongar o período de discussão pública, atualmente a decorrer entre 17 de junho e 15 de julho de 2026 — 20 dias úteis, em pleno verão —, para um prazo mínimo de 90 dias, com sessões presenciais em todos os distritos afetados. Um instrumento que classifica 7% do território continental como zona de aceleração, uma consulta de mais de 800 páginas, não pode ser discutido num mês. 2. Excluir explicitamente das ZAER todos os solos com aptidão agrícola, solos com uso agroflorestal ativo, áreas de montado, e qualquer área em conflito com PDM ou PMOT em vigor. 3. Manter obrigatória a Avaliação de Impacte Ambiental - As manchas das ZAER são apenas indicativas — nem sequer existe, na consulta pública, um mapa consultável por concelho; apenas figuras estáticas dispersas em centenas de páginas de relatórios técnicos. Os impactes reais só serão avaliados em fases posteriores de projeto — mas é exatamente nessa fase que a AIA está a ser dispensada. O resultado é um vazio: ninguém avalia, em concreto, o impacte real no terreno. 4. Tornar vinculativos os mecanismos de participação e benefício local — as comunidades onde os projetos se instalam têm direito a co-decidir e a partilhar os benefícios económicos. Os próprios relatórios técnicos do PSZAER já recomendam um Plano de Benefícios Locais validado pelo município; falta apenas torná-lo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114540	Discordância	O programa falha ao não estabelecer uma prioridade vinculativa e obrigatória para a instalação de painéis em superfícies já artificializadas ou degradadas (como telhados, coberturas, parques de estacionamento ou minas abandonadas), o que deveria acontecer antes de se sacrificarem solos naturais ou agrícolas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114539	Discordância	Portugal já produz praticamente 90% de eletricidade em energias renováveis. Não faz sentido a quantidade de painéis solares que querem continuar a espalhar. Os espaços verdes são tão ou mais importantes que estas ditas energias renováveis. Precisamos de campos e árvores verdes protegidos. O que não falta em Portugal são telhados onde se pode colocar painéis solares. Deixem a Beira Baixa em paz.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114538	Discordância	Querem instalar painéis? instalem-nos nos telhados das casas. Os tempos que estamos a viver, mostram bem o que pode acontecer com estas ondas de calor se tivermos mais aqueles hectares todos forrados com painéis solares. Não queiram que as nossas terras fiquem ainda mais desertas em beneficio de uns poucos que querem enriquecer com o nosso mal estar.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114537	Discordância	Discordo porque o projecto não respeita a vida natural, destruindo eco sistemas fundamentais para o equilíbrio ecológico, e não respeita a vida comunitária, promovendo o empobrecimento e escravidão das populações. Não é destruindo a vida natural que se garante o equilíbrio ecológico ou se combate os problemas climáticos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114536	Discordância	Discordo totalmente de hectares e hectares de painéis solares sem uma avaliação muito detalhada dos impactos na biodiversidade, agricultura, no reflexo para aves, no calor que emite … e no impacto de uma manutenção descuidada. Estes projetos têm tudo para ter um maior impacto negativo do que positivo. Não vale tudo!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114535	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão eborense venho manifestar a minha discordância relativamente a este PSZAER Subscrevo as reservas avançadas pela Plataforma Juntos pelo Divor. Todos sabemos que é possível fazer melhor. Garantindo a transição energética sem hipotecar o futuro. 1. Estimular a participação cidadã no desenho das soluções. Exigir o pronunciamento das autoridades locais. É incompreensível o silêncio do Município de Évora e da CIMAC. 2. Priorizar o que já está artificializado. Parece tão óbvio. Só por falta de vontade política não se avança claramente neste sentido. Ou será que a classe está refém do poder económico? 3. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado. Impacto negativos residuais e vantagens económicas significativas para as famílias/comunidades. Com incentivos e políticas públicas bem desenhadas é possível fazer transição efectiva sem necessidade de recorrer a mega empreendimentos. Tem um problema. Tenderá a socializa os benefícios! 4. Garantir energia para as comunidades onde é produzida. Sim, é inteligente garantir uma vantagem visível e duradoura a quem é penalizado pela companhia de uma central fotovoltaica. 5. Menos área, e definida de forma mais criteriosa, salvaguardando património natural, histórico. E respeitando as economias locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114534	Reclamação	Boas tardes Não serei o unico a reclamar. Tais projectos não são benéficos, e a energia verde que tanto "cria" é mentira. Geram imensa poluição! O tempo investido e toda a logistica maquinária e gasto energético. O dano e impacto que trará para todos os organismos e ecosistemas envolvidos. As belas paisagens corrumpidas por infra-estruturas que, ao fim ao cabo, não vão produzir energia verde suficiente para cobrir todos os custos, conhecidos e por conhecer! Se dizem que o país produz energia em excesso e a exporta para França e Espanha! E nenhum contribuinte está a beneficiar como deve de ser beneficiado! QUAL a razão, sincera e honesta, que requeira a criação de tais áreas? Se já produzimos energia suficiente... ou isso dizem, porquê não meter o foco onde sim faz falta.... só interessa investir no "privado" e o público que não o siga estará tramadíssimo!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Obrigada pela sua participação.
114533	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada, contudo, discordo veementemente do uso de terrenos, sejam agricolas ou florestais para colocação de paineis solares que podem ser colocados em telhados das mais diversas infraestruturas.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114532	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente a esta proposta. O território do interior está a ser progressivamente sacrificado, e a instalação intensiva destes projetos está a levar à destruição da paisagem, transformando locais de grande valor natural em verdadeiras aberrações visuais. Além disso, importa questionar a forma como estas soluções são apresentadas: esta energia está longe de ser "limpa", tendo impactos significativos no território, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações. Painéis solares e aerogeradores geram relativamente pouca energia face à dimensão da destruição que provocam no território, revelando uma abordagem limitada e pouco equilibrada. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da degradação do país, em especial das regiões mais vulneráveis. Solicito, por isso, uma revisão desta abordagem, pois não apresenta qualquer sustentabilidade real para o planeta. Vamos destruir o planeta e o nosso país para salvar o clima? Não me parece, de todo, que este seja o caminho.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114530	Discordância	Na qualidade de cidadã soberana, consciente e no pleno uso dos meus direitos de participação pública, venho manifestar a minha oposição absoluta, total e intransigente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Exijo a rejeição integral deste modelo, fundamentando-me nos seguintes pontos: 1 - Portugal possui uma escala geográfica reduzida e uma biodiversidade microecológica única e ultra-vulnerável. O nosso território rural e natural deve ser blindado e protegido por inteiro, como um santuário contínuo, dando primazia administrativa e executiva à comunidade local de cada região. É um erro estratégico e um crime geracional retalhar um país de pequenas dimensões com mega-projetos de escala industrial que destroem ecossistemas insubstituíveis. 2 - A produção de energia renovável não pode ser feita à custa do solo rústico, da floresta nativa ou dos campos agrícolas. Existem alternativas viáveis e éticas que o PSZAER ignora: a instalação de painéis solares em telhados de habitações, edifícios públicos, coberturas comerciais, parques de estacionamento e descampados industriais degradados. A energia deve ser gerada localmente onde é consumida — se a pretensão é verdadeiramente sustentável —, garantindo uma menor dissipação energética e um menor desperdício de materiais necessários à sua condução. 3 - A eliminação prática de Avaliações de Impacte Ambiental (AIA) individuais nas zonas de aceleração é inconstitucional (Art. 66.º da CRP) e constitui um verdadeiro ataque à soberania nacional. Ademais, esta medida coloca em risco de destruição irreversível as nossas linhas de água, bacias hidrográficas, aquíferos e as poucas manchas sobreviventes de floresta nativa, acelerando a erosão e a seca em nome do lucro imediato. 4 - Devido à fragilidade da nossa distribuição territorial e à vulnerabilidade resultante do baixo poder económico da população portuguesa, este programa serve de convite à colonização do solo nacional por fundos de investimento internacionais. Trata-se de uma autêntica expropriação da soberania sobre o nosso próprio chão, destruindo paisagens ancestrais para exportar dividendos e energia, enquanto as comunidades locais ficam sobrecarregadas com o passivo ambiental. 5 - É profundamente imoral que o Estado português crie facilidades de licenciamento, financiamento e isenções ambientais para corporações multinacionais, enquanto sufoca os seus próprios cidadãos comuns	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
114529	Discordância	Mega solar farms aren't green. Heating up the temp and destroying nature. Try first to find other places (road roofs etc as you all are already aware about) for these panels. Lower energy needs etc. Don't destroy portugals beautiful nature! Thereby not consulting environmental impact and locals is plain rude and leads to extreme misbehaviour of companies who value money over people and nature.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114528	Discordância	Acredito que as consequências a nível social e ambiental não sejam favoráveis para a população em geral. Mas sobretudo para a população, fauna e flora da região, estando em risco o seu bem estar e qualidade de vida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114527	Discordância	Não concordo com este projeto que retira valor à agricultura que será prejudicada e em nada vem melhorar a vida dos habitantes da região.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114526	Discordância	Este empreendimento não é do interesse público, favorece apenas empresas particulares sem qualquer vantagem para o ambiente e populações locais.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114525	Discordância	Destroi-se a pesca, Destroi-se a agricultura, Destroi-se a floresta, oblitera-se o nosso meio ambiente. Tudo para benefício de nações dominantes na UE e investimento estrangeiro de capital particular.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114524	Discordância	Somos tratados como lixo e em breve alimentamo-nos a painéis certamente Não necessitamos de acelerar a implementação das energias renováveis. Necessitamos sim de profissionais e de um governo mais consciente acerca das várias possibilidades que a aplicação das energias renováveis pode ter. Com tudo isto, quero dizer que é necessária legalização que impeça estas empresas de criar zonas de transição energética em Portugal, em vez disso devemos promover a autonomia das pessoas a nível energético, criando os apoios necessários para todos os portugueses conseguirem instalar painéis e coletores solares nas suas casas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114523	Discordância	Os painéis devem ser colocados de forma a não danificar as espécies que são o pilar do meio ambiente,. Logo não concordo com a utilização em solos produtivos e em zonas que provoquem impacto visual e afetem a saúde física e psíquica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114522	Discordância	A paisagem e todos os recursos naturais que dela fazem parte devem ser preservados. Os territórios do interior precisam de reconhecimento do seu valor natural, e o PSZAER inscreve-se claramente na lógica extrativista que ignora esse valor; constitui um atentado ao equilíbrio natural e à diversidade que ainda existe. Os argumentos sobre as vantagens para os territórios na instalação destas estruturas são falsas, antes pelo contrário, as consequências são perigosamente nefastas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114521	Discordância	É inadmissível que ainda não se tenha percebido que actividades humanas que criam stress directo na natureza, alterando sua geografia provoca maiores desiquilíbrios, que não há taxas de carbono inventadas que podem restituir esse equilíbrio, quando a vantagem trazida nem sequer é distribuída pelas populações locais mais afectadas. Faz lembrar a omissão das toneladas dos escapes dos aviões a alterar e a envenenar todo o planeta. Deixem a natureza em paz, e se tanto querem painéis solares a produzir electricidade, façam-no onde já não afecta o planeta, como ao longo das linhas férreas, toldos de parques de estacionamento, etc,etc.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114520	Discordância	A implantação abrange zonas de ecossistemas sustentáveis que, cada vez mais, necessitam de ser preservados em Portugal. Não é com o despovoamento florestal, aniquilando zonas férteis que se pode implementar a energia dita verde...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114519	Discordância	Este projeto representa um impacto extremamente negativo para o distrito de Castelo Branco, onde está prevista a ocupação de uma área próxima dos 100 mil hectares. Os concelhos da Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros, pertencentes à região do Pinhal, encontram-se entre os mais afetados, uma vez que o plano prevê a utilização de mais de 35% do respetivo território. As consequências desta intervenção são profundamente preocupantes. Do ponto de vista paisagístico, a transformação do território será marcante, alterando significativamente a identidade visual da região. Em termos ambientais, os efeitos poderão ser muito graves, já que a eliminação de cerca de 100 mil hectares de vegetação apenas no distrito de Castelo Branco implicará a destruição de habitats naturais e a morte de um elevado número de aves e outras espécies selvagens, contribuindo igualmente para o agravamento das alterações climáticas. De acordo com especialistas, a perda de uma área natural desta dimensão poderá originar um aumento das temperaturas, acelerar o escoamento das águas pluviais, aumentando o risco de cheias e reduzindo a recarga dos aquíferos subterrâneos. Acrescem ainda a diminuição da produção de oxigénio e da qualidade do ar, a degradação e empobrecimento dos solos durante largos anos e a futura acumulação de grandes quantidades de resíduos e sucata resultantes do fim de vida dos equipamentos instalados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114518	Discordância	Portugal não é para ser retalhado e vendido às postas. Muito menos o campo, que alimenta o país todo. A €n€rgia v€rd€ nada tem a ver com o ambiente, é mais uma manipulação mental para que não só seja aceite, como exigida por um povo desinformado, que apenas percebe com o que foi conivente quando já é tarde demais. Aos políticos, parem de nos vender! Se têm medo de quem está acima, comprem vários cães! Serão mais leais do que vocês têm sido a quem vos sustenta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114517	Discordância	A colocação de painéis fotovoltaicos em solos férteis vai destruir a biodiversidade animal e vegetal, provocar mais aquecimento , impacto visual, estagnação das zonas limítrofes a nivel do turismo, entre outros...Há a possibilidade de os colocar nos telhados, auto estradas, vias férreas, em cercas. Os efeitos a nível da saúde também serão significativos a nivel cardio pulmonar. Vai provocar o empobrecimento da população e afetar a nível psicológico pois passamos a ver apenas uma superfície espelhada e negra. Não queremos os painéis na nossa área de residência!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114515	Discordância	chega da falsa energia verde! Não queremos paineis solares no campo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114514	Discordância	Discordância !!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114513	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tem como principais impactos negativos na perda de autonomia local, na ameaça aos ecossistemas, na falta de planeamento e na exclusão do público. Perda de poder Autárquico porque se trata de uma imposição centralizada de um mapa de zonas verdes, perdendo os municípios a capacidade de decidir o que é melhor para o seu próprio território e ordenamento. Ameaças ambientais porque a possibilidade de licenciamento sem a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) levanta fortes alertas ecológicos, especialmente devido aos impactos cumulativos dos projetos. Falta de Estratégia Integrada porque implica a dependência excessiva dos interesses dos promotores privados, com escassa articulação com a capacidade real da rede elétrica. Atropelo à Participação Pública privilegiando a aceleração através de um suposto "interesse público superior" e prazos curtos de discussão pública. É necessário garantir que a Aceleração em causa é compatível com a proteção do território, da biodiversidade e da confiança das pessoas nas instituições. Por outro lado, com a reestruturação da APA e do ICNF prevê-se o enfraquecimento das instituições responsáveis pela defesa do interesse público e pela salvaguarda dos valores ambientais. O que está em causa é o aparecimento de processos de decisão menos fundamentados e mais frágeis técnica e cientificamente, com consequências irreparáveis para o ambiente, tendo por base procedimentos de licenciamento com pouca segurança jurídica.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114512	Discordância	Mapa com erros Processo inadequado Monicipios ignorados e comunidades sem retorno.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114511	Discordância	Não concordo com os megaprojetos de parques solares. A natureza precisa de mais vegetação e menos vidro para aquecer o clima. Não destruam o interior!	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114510	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) tem como principais impactos negativos na perda de autonomia local, na ameaça aos ecossistemas, na falta de planeamento e na exclusão do público. Perda de poder Autárquico porque se trata de uma imposição centralizada de um mapa de zonas verdes, perdendo os municípios a capacidade de decidir o que é melhor para o seu próprio território e ordenamento. Ameaças ambientais porque a possibilidade de licenciamento sem a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) levanta fortes alertas ecológicos, especialmente devido aos impactos cumulativos dos projetos. Falta de Estratégia Integrada porque implica a dependência excessiva dos interesses dos promotores privados, com escassa articulação com a capacidade real da rede elétrica. Atropelo à Participação Pública privilegiando a aceleração através de um suposto "interesse público superior" e prazos curtos de discussão pública. É necessário garantir que a Aceleração em causa é compatível com a proteção do território, da biodiversidade e da confiança das pessoas nas instituições. Por outro lado, com a reestruturação da APA e do ICNF prevê-se o enfraquecimento das instituições responsáveis pela defesa do interesse público e pela salvaguarda dos valores ambientais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114508	Discordância	O que está em causa é o aparecimento de processos de decisão menos fundamentados e mais frágeis técnica e cientificamente, com consequências irreparáveis para o ambiente, tendo por base procedimentos de licenciamento com pouca segurança jurídica. Discordo completamente do que está a ser praticado e posto em marcha. Não há consulta pública a uma população informada pois ela não é divulgada; apenas um prazo de um mês, e claro estou contra todo este plano feito sem avaliação e contra a vontade dos portugueses.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114507	Discordância	Quando todos os telhados de moradias, prédios e armazéns estiverem cobertos de painéis, assim como os parques de estacionamento ainda podem colocar no separador central da autoestrada e nas laterais desta, depois então talvez colocar em terrenos agrícolas ou florestais ao redor das aldeias, vilas e cidades.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114506	Discordância	1. O processo não foi sério nem transparente O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas. 2. O mapa tem erros que ninguém corrigiu O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estou a ser consultado sobre um programa construído sobre uma cartografia que o seu próprio autor reconhece ser Incompleta.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114505	Discordância	Discordo plenamente com a acção que o governo quer realizar , relativamente à destruição da fauna e flora do nosso Portugal . Cumprimentos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114504	Discordância	Não concordo com esta calamidade para a fauna e flora do País, pondo em risco a biodiversidade do Ecossistema e o próprio ser Humano.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114503	Discordância	...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114502	Discordância	Apresento este contributo para assinalar o que está mal na proposta e para propor o que devia estar diferente. A transição energética é necessária e urgente. O que se discute aqui é o modelo — não o objectivo. 1. Priorizar o que já está artificializado Existe em Portugal uma vasta superfície de telhados industriais, coberturas de armazéns, parques de estacionamento, zonas industriais, aterros desactivados, pedreiras esgotadas e áreas degradadas que nunca foram contabilizadas como alternativa real ao solo rural. O próprio Município de Lisboa, no seu parecer sobre o PSZAER, defendeu a "prioridade às áreas artificializadas, coberturas, edifícios e produção descentralizada" antes de avançar para solo rústico. Peço que o programa estabeleça metas progressivas e obrigatórias para solar em áreas artificializadas, com prazo fixo, antes de licenciar qualquer projecto em solo rural. 2. Privilegiar o solar distribuído sobre o solar centralizado Um painel no telhado de uma escola, de um armazém cooperativo ou de uma habitação produz energia para quem vive ali. Um parque solar de 500 hectares produz energia para os mercados europeus. São modelos completamente diferentes do ponto de vista do território, da economia local e da justiça energética. O autoconsumo individual e colectivo e as comunidades de energia locais estão previstos na legislação portuguesa e têm custos de infraestrutura muito menores — mas enfrentam barreiras administrativas e tarifárias que este programa não remove. Peço que o PSZAER inclua medidas concretas de simplificação e incentivo ao solar distribuído, com metas quantificadas, como condição prévia à expansão do solar centralizado em solo rural. 3. Para onde vamos, afinal?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114501	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114500	Discordância	1. O processo não foi sério nem transparente O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas. 2. O mapa tem erros que ninguém corrigiu O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estou a ser consultado sobre um programa construído sobre uma cartografia que o seu próprio autor reconhece ser incompleta. 3. Os solos agrícolas não estão protegidos	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114499	Discordância	Territórios com vocação agrícola e florestal não devem, nunca, perder essa finalidade, sendo usados para outros fins, mesmo que em nome da energia verde. Há, no país, territórios de grande pobreza, solos desgastados e inférteis, telhados de toda a espécie, em zonas rurais e urbanas, leito das linhas de caminho de ferro, no espaço entre os carris (aprendam com a Suíça, que é um país pobrezinho e cheio de sol durante todo o ano...), nos taludes das auto-estradas. Os territórios de vocação agrícola devem servir para manter a biodiversidade e tornar o país alimentarmente auto-suficiente. Os territórios de vocação florestal devem cumprir, entre as suas finalidades produtivas, também a sua vocação para regular a temperatura e a humidade e a purificação do ar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114498	Discordância	Enquanto não houver transparecia e estudos globais do impacto ambiental discordo desses projectos. Impactam a vida de todos e têm se mantido em silêncio. Nada é veículado e explicado na comunicação social. Preferia ver estes projectos devidamente escrutinados na nossa comunicação social, ao invés de ser bombardeada a toda a hora do futebol e festivais . Pão e circo, já não é novidade... Todos desejamos um país menos dependente de combustíveis fósseis, com maior autonomia energética e com benefícios reais para as populações.Contudo, o PSZAER, tal como se encontra desenhado, não garante essa transição justa. Pelo contrário, abre caminho a uma transformação profunda do território sem salvaguardas adequadas para as comunidades, para o ambiente e para a economia local. O plano, na sua formulação atual, representa uma via verde para a privatização e artificialização do território rural, permitindo a instalação massiva de monoculturas fotovoltaicas em solos que hoje têm funções ecológicas, agrícolas e sociais essenciais. Várias entidades técnicas do Estado — CCDR Centro, CCDR Norte, ICNF, DGT e até a própria APA — já expressaram preocupações formais sobre riscos ambientais, ausência de avaliação de capacidade de suporte, fragilidades no ordenamento e perda de solos produtivos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114497	Discordância	Principais problemas identificados: Ocupar de zonas verdes apresenta falta de visão ambiental e um perigo para a fauna e flora ali presentes. Com as alteraçoes climáticas que se observam, precisamos de mais zonas verdes. Isto deve ser feito em contexto urbano, junto com a população. É imperativo preservar habitats naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114495	Discordância	Este projeto ignora a vida da comunidade que vive aqui. Ele destruirá nosso sustento, nossa natureza. Ele prejudicará a economia da região. Isso é inaceitável!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114494	Reclamação	Progresso sim, mas nunca pondo em risco as potencialidades endógenas. A cultura, o ptrimonio histórico, incluindo o patrimonio natural, com as suas zonas protegidas, sensiveis, a paisagem e a importancia direta como alicerce do turismo, dos produtos locais, da gastronomia, etc. O que permitiu o crescimento notavel do turismo, do sucesso das Aldeias Históricas como destino, e a relevancia dos grandes eventos culturais nomeadamente os festivais musicais de renome internacional foi indiscutivelmente a pureza da mãe Natureza. A conversão energética sim, mas nos locais apropiados, nunca permitir uma industrialização das paisagens da Beira Baixa. Na realidade estas empresas apenas pretendem comprar ou arrendar terras, instalar-se, ganhar milhoes, indiferentes às metodologias de desenvolvimento adoptadas para cada um dos territórios e não dando praticamente nada em troca nem aos locais nem ao país. Obrigado.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114492	Discordância	Eu nao quero ver Portugal acabar com. Naturaleza. Portugal esta a eligir un futuro muito mau. Nao precisamos transformar paisagem por energia. Nao e verde e temos que preservar El ambiente. Ha otra maneiras de fazer. Nos extranjeiros compramos ai pelo beleza e respecto del ambiante. Agora Portugal esta a vender seu alma. Beira Baixa Nao esta a vender. Temos muito a perder com essos projectos mal pensado. Ha telhados e zona industrial sufficiente. Voce va arruinar Portugal !!!!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114491	Discordância	E necessario haver um ajustamento maior entre as energias renovaveis e a protecão ambiental e o bem estar das populaçoes.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114490	Discordância	Cresci no meio rural e, se tivesse recursos económicos, voltaria para o meio rural. O Governo não dá apoios a pessoas com baixos rendimentos para viverem no interior, mas é célere em atribuir conceções a entidades privadas para roubarem terras no meio rural. Um parque fotovoltaico com estas dimensões monstruosas nunca será um projeto sustentável nem ecológico. Destruir milhares e milhares de hectares onde podia ser cultivada comida, é tudo menos verde ou sustentável. Verde seria o Estado incluir no seu orçamento incentivos à instalação de painéis fotovoltaicos de uso pessoal (por exemplo, para as pessoas poderem instalar os painéis nos telhados de suas casas e prédios). Auto-suficiência energética, isso sim, seria verde. Já este parque monstruoso de verde só tem a fachada, porque o seu intuito nunca foi a sustentabilidade e o respeito pelo meio rural e pelos seus ecossistemas. Um parque monstruoso destes vai resultar na desertificação dos solos, que se tornarão cada vez mais inférteis e secos. Desprovida de sombras com zonas verdes de arvoredo, toda aquela zona se tornará um inferno de calor. Já chega de utilizar recursos naturais e destruir ecossistemas inteiros apenas para suprir a ganância de uns poucos investidores milionários e dos políticos que os servem. Ninguém acredita que este projeto é sobre energia verde, porque basta juntar 1+1 para ver que não é, nunca foi, nem nunca vai ser. Se a preocupação fosse realmente a transição para energias renováveis, a instalação dos painéis fotovoltaicos ocorreria junto das habitações, utilizando espaços que não agredissem a paisagem nem o ecossistema, como superfícies nos telhados de casas e prédios de habitação, telhados instalados por cima de parques de estacionamento, etc. Os painéis fotovoltaicos têm um enorme impacto negativo: a paisagem fica destruída, os solos tornam-se inutilizáveis para agricultura, turismo e habitação, todo um ecossistema é literalmente destruído para dar lugar a um deserto. Sustentável seria o Estado incentivar a auto-suficiência alimentar do país (quer atribuindo subsídios a pessoas individuais e de baixos rendimentos para facilitar a sua mudança para o interior do país, quer	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114489	Discordância	Discordo pela extensão e utilização de solos agrícolas em detrimento de zonas como linhas férreas, telhados, zona central de autoestradas, etc.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114487	Geral	Parecer sobre a Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) I. Introdução Este documento reúne os contributos do Município de Odivelas (MO) no âmbito da consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). O MO reconhece o mérito e a oportunidade estratégica deste Programa, cujo objetivo central consiste na delimitação geográfica de áreas prioritárias e de licenciamento facilitado para a produção de energia renovável, solar e eólica. Valoriza-se, igualmente, o facto de esta identificação macro de zonas de aceleração promover a proteção, à partida, da integridade dos territórios de elevada sensibilidade ecológica e de conservação da natureza, integrando-os como critérios de exclusão no modelo. Não obstante este avanço, importa considerar os impactos gerados pelo modelo proposto, garantindo que o planeamento à escala nacional se articula com as circunstâncias locais de forma justa, equilibrada e adaptada às especificidades de cada território. II. Considerações Gerais - Metodologia A metodologia do PSZAER assenta na delimitação direta do território em zonas de exclusão ou de aceleração. Considera-se, no entanto, que o modelo beneficiaria de uma hierarquização da sensibilidade biofísica, permitindo classificar o território em vários níveis de sensibilidade em vez de aplicar uma divisão estrita. Ao não prever esta ponderação inicial, o Programa acaba por remeter o "ónus da decisão" e a gestão dos riscos locais para as autarquias. Esta avaliação casuística, feita na fase de licenciamento de cada projeto, irá sobrecarregar os serviços municipais e criar dúvidas a quem pretende investir. Deste modo, sugere-se a adoção de um modelo que, além de aplicar as exclusões nacionais (como o SNAC, a	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114486	Discordância	Os mega-complexos eólicos e solares são prejudiciais aos ecossistemas e não favorecem as populações dos locais de implementação. O meu parecer a este Programa é desfavorável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114485	Reclamação	Bom dia Como residente no concelho de Idanha a Nova estou muito preocupada com a quantidade enorme de projetos de energias renovaveis (solares-aeolicas) que se tem anunciado para o nosso Distrito de Castelo Branco, alterando profundamente a paisagem da nossa região. Sei da crescente necessidade de aproveitar estes recursos que afortunadamente temos a disposição, más não desta forma , alterando e destruindo as paisagem e a natureza. Utiizem sonas industriais, urbana, telhados e outras alternativas que não interfiram com a Natureza. Preservemos as nossas terras da forma mais natural e limpa possivel. Que consigamos no vender o nosso país as empresas que só querem lucros sem respetar os nossos campos, e paisagens naturais. Façamos com que possamos ter orgulho de conseguir alternar e sobretudo respeitar o maior bem que temos e que queremos deixar e transmitir as gerações futuras o mais limpa possivel. Que Portugal não se venda aos interesses de uns poucos... Menos es más... Não temos necessidade de correr na destruição do nosso país, do nosso planeta Peço aos poliiticos que pensem nos ciudadãos para que juntos consigamos ter um Portugal mais forte e orgulhoso de saber cuidar da nossa natureza. PORTUGAL ESTÁ VIVO!!!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114484	Discordância	O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios já classificados como climaticamente vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas, designadamente na Beira Baixa. Apesar desta realidade estar amplamente documentada pela evidência científica e pelos instrumentos estratégicos nacionais, o plano não demonstra de que forma a concentração de milhares de hectares de centrais solares nestes territórios é compatível com os objetivos nacionais de adaptação às alterações climáticas e de proteção da saúde pública. Esta omissão é particularmente preocupante porque Portugal é reconhecido como um dos países europeus mais vulneráveis às alterações climáticas, prevendo-se um aumento da frequência, intensidade e duração das ondas de calor, com consequências diretas na saúde das populações, na disponibilidade hídrica, na biodiversidade, na agricultura e na resiliência dos ecossistemas. A evidência nacional demonstra igualmente que os períodos de calor extremo estão associados a aumentos significativos da mortalidade, sobretudo entre idosos, pessoas com doença crónica, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis. Acresce que o plano não inclui qualquer Avaliação de Impacto na Saúde que permita analisar os efeitos diretos, indiretos e cumulativos da concentração destas infraestruturas sobre a saúde humana, contrariando a abordagem "Saúde em Todas as Políticas" e as recomendações da Organização Mundial da Saúde para integrar sistematicamente a saúde nas decisões relativas a políticas, planos e projetos. Ao privilegiar exclusivamente a aceleração da produção de energia renovável, sem avaliar simultaneamente os efeitos na adaptação climática, na saúde pública, na resiliência territorial e nos serviços dos ecossistemas, o PSZAER viola o princípio da precaução e compromete uma abordagem integrada ao desenvolvimento sustentável. O PSZAER inclui extensas áreas localizadas em territórios classificados como vulneráveis ou muito vulneráveis às alterações climáticas, precisamente aqueles onde os cenários climáticos projetam um aumento da frequência, intensidade e duração das ondas de calor, da seca, da desertificação, do stress hídrico e do risco de incêndios rurais de dimensão extraordinária. A instalação de extensas áreas de painéis fotovoltaicos altera profundamente a ocupação do solo, o balanço energético da superfície, a capacidade de uma superfície ou corpo refletir a radiação solar que incide sobre ele, a cobertura vegetal e as características microclimáticas locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114483	Discordância	Este projeto preocupa-me. Não encontrei informações suficientes acessiveis para tomar uma opinião informada	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114482	Discordância	Idanha-a-Nova é um território de elevado valor ecológico e paisagístico, reconhecido como a primeira Biorregião de Portugal e integrado na Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo Internacional (UNESCO), em estreita articulação com o Parque Natural do Tejo Internacional e com a Rede Natura 2000. A relevância do seu património natural, a existência de corredores ecológicos associados ao Tejo Internacional, a vulnerabilidade às alterações climáticas e ao agravamento das temperaturas extremas exigem especial prudência nas opções de ordenamento e desenvolvimento territorial. O concelho está sujeito a uma crescente intensificação do uso do solo. À intenção de instalar as centrais fotovoltaicas Sophia e Beira soma-se a expansão da agricultura intensiva de regadio, em particular de extensíssimos amendoais com muitas centenas de hectares, agravando a pressão sobre os recursos hídricos. Acresce que estes projetos fotovoltaicos implicam consumos significativos de água estimando-se, apenas para a fase de instalação da Central Fotovoltaica da Beira, um consumo de 76 466 m³, a que acrescem os consumos assO artigo 15.º-C da Diretiva (UE) 2018/2001, na redação introduzida pela RED III, determina que estas zonas sejam identificadas através de processos de planeamento adequados, apoiados em mapas de sensibilidade, privilegiando superfícies artificiais ou degradadas e excluindo áreas ambientalmente sensíveis. Em particular, estabelece a prioridade de utilização de superfícies artificiais e construídas e a exclusão dos sítios da Rede Natura 2000, dos parques e reservas naturais, das rotas migratórias identificadas das aves e de outras áreas identificadas através de mapas de sensibilidade. Os considerandos 28, 29 e 31 da Diretiva (UE) 2023/2413 reforçam esta orientação, exigindo que a delimitação das ZAER assente em planos sujeitos a Avaliação Ambiental Estratégica e assegure um elevado nível de proteção do ambiente. Daqui decorre que as ZAER foram concebidas para territórios de reduzida sensibilidade ecológica e menor conflitualidade ambiental. A lógica da RED III consiste em acelerar procedimentos em áreas previamente consideradas adequadas, e não em reduzir o nível de proteção ambiental em territórios particularmente vulneráveis ou sujeitos a múltiplas pressões sobre os recursos naturais. À luz destes elementos, o concelho de Idanha-a-Nova não reúne, em termos gerais, os pressupostos que justificam a sua delimitação como Zona de Aceleração para as Energias Renováveis. É público que os projetos das centrais fotovoltaicas da Beira e Sophia suscitam forte contestação por parte das populações locais, associações e diversos interessados, em virtude dos impactes ambientais e dos potenciais efeitos na saúde	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114481	Discordância	Destruição de habitat. Menos oxigénio. Menos captação de dióxido de carbono. Aumento da temperatura devido à ausência de vegetação. Solo estéril no final de vida do equipamento. Aumento de sucata.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114480	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), embora apresentado sob a bandeira benevolente da transição ecológica, configura um grave atropelo ao ordenamento do território, à biodiversidade e aos direitos das populações locais. Ao priorizar a pressa burocrática em detrimento da avaliação de impacto ponderada, o programa arrisca transformar o interior do país num deserto industrial de painéis solares e turbinas eólicas. O principal vício do PSZAER reside na criação de "zonas de aceleração" onde os processos de licenciamento ambiental são severamente aligeirados ou dispensados. Esta facilitação administrativa asfixia a voz das comunidades locais, que se veem despojadas do direito de decidir sobre o futuro do seu próprio território. Áreas de elevado valor agrícola, paisagístico e florestal ficam vulneráveis à especulação e à ocupação massiva por fundos de investimento internacionais, cujo único compromisso é o lucro imediato e não a sustentabilidade das regiões afetadas. Além disso, o argumento ecológico do programa é contraditório. Para salvar o clima global, o PSZAER sacrifica os ecossistemas locais. A instalação destas centrais à escala industrial destrói habitats críticos, fragmenta corredores ecológicos de espécies ameaçadas, acelera a erosão dos solos e compromete as já escassas linhas de água. Mudar a paisagem natural por marés de silício e betão não é proteger a natureza; é industrializá-la de forma irreversível .A verdadeira transição energética deve ser descentralizada, democrática e integrada no edificado urbano através da microprodução e das comunidades de energia. Massificar grandes centrais no mundo rural através de regimes de exceção como o PSZAER perpetua o modelo de colonização territorial do interior, beneficiando os grandes lóbis da energia enquanto deixa as populações locais com o prejuízo ambiental, a desvalorização patrimonial e o declínio do turismo rural. O PSZAER não é a solução para o futuro; é um erro de planeamento que urge travar	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O desenvolvimento sustentável não é derrubar árvores, ecossistemas e fazer dinheiro à custa da Natureza. Preocupa-me deixarmos de ter uma país para termos um deserto. Além disso, esta energia não vai beneficiar o país, mas outros países, pois vai ser exportada. Se são energias verdes não podem acabar com o verde, nem com a vida. O investimento em painéis solares tem de ser feito em edifícios, públicos e privados, como abrigos para parques de estacionamento, paragens de autocarro, e tantas outras necessidades de sombra que há. Além disso, as pessoas que sempre habitaram nesses sítios, que sempre cuidaram daquela terra, que permitiram que houvesse natureza em Portugal, não podem ser tratadas como criminosas ou desprezáveis, espoliadas dos seus direitos, dos seus pertences, para dar lucro a multinacionais cujo o único objetivo é o lucro, nunca a sustentabilidade, nunca Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114479	Discordância	Além disso, uma das melhores formas de haver mais energia é gastar menos: hoje em dia tudo está ligado a toda a hora à eletricidade, mesmo quando não estão a trabalhar. É preciso investir na pesquisa de eletrodomésticos que gastem menos e depois na busca por outras formas de energia. O governo não pode acabar com um país apenas para lucro individual ou dos seus amigos ou das suas empresas. Solicito por isso que o PSZAER seja revisto, para que inclua critérios objetivos que não prejudiquem as populações, a fauna e a flora dos territórios circundantes e onde se vão instalar; que permitam a sustentabilidade ecológica do território no futuro imediato e longínquo, que assegurem que todas as leis estão a ser devidamente cumpridas, que promovam a qualidade de vida da população portuguesa, que permitam a continuidade no investimento na agricultura e criação de gado, que correspondam apenas às necessidades energéticas do país.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114478	Discordância	**Pronúncia em sede de consulta pública** Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha oposição à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e do desenvolvimento de fontes de energia renovável. No entanto, considero que estes objetivos devem ser compatibilizados com a proteção da paisagem, da biodiversidade, do património natural e da qualidade de vida das populações locais. Entendo que a proposta poderá ter impactos relevantes no território, alterando de forma significativa a identidade paisagística da região e afetando atividades económicas que dependem da preservação do ambiente e da atratividade do espaço rural, nomeadamente o turismo, a agricultura e outras atividades locais. Considero igualmente essencial que qualquer intervenção desta natureza seja precedida de uma avaliação rigorosa dos seus impactos ambientais, sociais e económicos, assegurando que foram analisadas alternativas e que existem medidas eficazes para minimizar os efeitos negativos. Assim, solicito que a proposta seja reavaliada, privilegiando soluções que permitam conciliar a produção de energia renovável com a preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais do território, garantindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Pelas razões expostas, manifesto a minha oposição à proposta na sua redação atual.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114477	Discordância	Eu morando no interior rejeito por completo esta construção que visa na destruição ambiental e paisagista. Não ao greenwashing!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114476	Discordância	Devemos pensar no nosso futuro como comunidade, território e diversidade.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114475	Discordância	1. As ZAER destroem habitats de muitos animais e levam ao abatimento de milhares e milhares de árvores. 2. As ZAER reduzem muito a possibilidade das populações, juntas de freguesia e câmaras de poderem rejeitar estes projetos nas suas regiões. 3. As ZAER praticamente anulam a existência da APA e ICNF como organismos de defesa da natureza. 4. A transição energética também precisa de proteger a natureza Produzir energia limpa é importante, mas muitos especialistas defendem que deve ser privilegiada a instalação em telhados, zonas industriais e áreas já degradadas antes de ocupar áreas naturais. 5. Apenas as grandes empresas são beneficiadas podendo vender a energia para o exterior, não beneficiando as pessoas que moram nos locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114474	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadão do concelho de Odemira, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade ● Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. ● Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. ● A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114473	Discordância	Os danos que se originam na concretização dos projectos de produção de energia fotovoltaica nos campos agrícolas são muito maiores do que os benefícios da sua realização.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114472	Sugestão	O novo riquísmo do painéis solares do Minho ao Algarve. Depois, alcatroam o que restar e resolvem o problema dos incêndios florestais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114471	Discordância	Segue em anexo os motivos da minha total discordância	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114470	Discordância	Não destruam a Beira Interior! Neste território vive gente que escolheu manter vivo o mundo rural, que gosta da sua terra, da paisagem, da tranquilidade e da natureza. Não destruam este modo de vida tornando a Beira uma terra estéril e sem vida. Escolhemos viver num território que foi esquecido pelos decisores e investidores para o desenvolvimento sustentável desta região, trazendo riqueza e pessoas, nunca se lembraram do interior, então agora, não se venham lembrar da região para instalar hectares de painéis solares e destruir este paraíso. Continuem a esquecer-se de nós! Construam essas centrais em locais onde não destruam os ecossistemas e a vida de milhares. Construam-nas onde a energia vai ser utilizada, que não será na Beira, seguramente. Não nos tentem enganar com a balela da " energia verde" pois esta, de verde, não tem nada, só destruição e morte!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114469	Discordância	Existem muitos outros sítio para colocar painéis sem destruir as nossas florestas!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114468	Discordância	Manifesto a minha total discordância com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. O programa padece de uma falha estrutural que não pode ser ignorada: sacrifica o ambiente e a paisagem em nome de uma transição energética que, paradoxalmente, se apresenta como verde e sustentável. As zonas de aceleração foram definidas sem critérios de exclusão suficientemente robustos para proteger áreas de elevado valor ecológico e paisagístico. O resultado prático é que vastas extensões do território nacional, muitas delas com reconhecido valor ambiental, cultural e turístico, ficam expostas à instalação massiva de infraestruturas que as transformarão de forma permanente e irreversível. Não é aceitável que o licenciamento acelerado se sobreponha à avaliação rigorosa dos impactos. A fragmentação de habitats, a perturbação de espécies ameaçadas, a destruição da paisagem rural e a desvalorização de territórios cuja economia assenta precisamente nesse património são consequências reais e documentadas deste tipo de projetos quando implementados sem o devido escrutínio. Exijo, por isso: A suspensão imediata da aplicação do programa nas áreas de maior sensibilidade ecológica e paisagística; A revisão do mapa de zonas de aceleração com base em critérios ambientais e territoriais transparentes;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114467	Discordância	As secções apresentadas demonstram uma frágil preocupação e cuidado com o solo. Não existe qualquer informação sobre a previsão do impacto deste projecto a 100 anos nas potenciais regiões de implantação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114466	Discordância	A discordância com o PSZAER, do ponto de vista ambiental, pode basear-se no risco de transformar vastas áreas em “zonas de sacrifício” ecológico em nome da aceleração das renováveis. Ao concentrar projetos em zonas pré-definidas, o programa tende a subvalorizar impactos cumulativos sobre habitats sensíveis, corredores ecológicos, avifauna e quirópteros, bem como efeitos paisagísticos e de fragmentação de territórios rurais. Além disso, o foco na rapidez de licenciamento pode reduzir a exigência e profundidade das avaliações de impacto ambiental e da análise de alternativas locacionais, comprometendo o princípio da precaução e a integração dos objetivos de conservação da natureza na política de energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114465	Discordância	Este projeto preocupa-me profundamente, não encontrei informação suficiente nem suficientemente válida que justifique todo o impacto ambiental e visual na área sugerida. Qual o impacto sobre os habitantes da zona? Que benefícios trás para Portugal? Quais são as desvantagens?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114464	Discordância	O projeto não deixa claro os objetivos para puder dar uma opinião fundamentada. Este programa vai ser muito danoso para o ambiente e para o solo, NÃO DEVE SER IMPLEMENTADO.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114463	Discordância	The solar installation should not be allowed to be built, it is not green in anyway shape or form. It will destroy the landscape, trees, wildlife. Use more fossil fuels than building a Nuclear power station and most of the time wouldn't be producing any power. It will increase temperatures use an untold amount of water leaving nothing for the locals to grow crops to feed themselves. On top of all that after there useful life span they will be left as they can't be recycled. Why not cover all the roofs before destroying the land.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114461	Discordância	Este programa vai ter consequências muito danosas tanto para a fauna, como para a flora, para o solo e aquíferos das regiões, pelo que não deve ser implementado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Tendo em conta as implicações de longo prazo destas decisões, manifesto a minha discordância com a aprovação deste programa na sua forma atual. Considero que deverá ser revisto com base numa avaliação mais robusta dos impactos ecológicos cumulativos, num maior envolvimento das comunidades locais e numa reflexão mais ampla sobre o contexto em que estas decisões são tomadas.	
114460	Discordância	Uma transição verdadeiramente sustentável deve questionar não apenas como produzimos energia, mas também quanta energia necessitamos, para que fins e quem beneficia dessas escolhas..	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114458	Discordância	A transição para as energias renováveis é essencial. Mas é igualmente essencial garantir que o processo fortaleça a integridade ecológica, a participação democrática e a confiança pública. Há decisões demasiado importantes para serem conduzidas apenas pela urgência. A qualidade da transição será tão importante quanto a própria transição. Não faz sentido nenhum destruir ainda mais zonas verdes extensas para colocar mais painéis solares ou outra forma de energia renovável no território português que é cada vez mais pequeno e está cada vez mais sobrecarregado e mal cuidado. A visão ecológica deve incluir as árvores, reconstruir os ecossistemas danificados, nunca mais desmatamento!! Ainda por cima em larga escala. A estupidez de vender terra que é património natural de um país já com problemas graves de seca e políticas, também comunitárias, destruidoras de um sistema que se quer interdependente e não desertificado em todos os níveis, não serve Portugal. Podem utilizar telhados de zonas industriais, fazer telheiros gigantes para estacionamento em zonas necessárias, de onde também já foram destruídas as zonas de sombra natural, podem descobrir novas formas para colocar os painéis ou eólicas, seja o que for de energia que venha a ser utilizada pelas centrais de dados (sim, porque para consumo interno já se produz o suficiente). Será que a cegueira e falta de visão a médio/longo prazo de quem implementará estas medidas é tão grande que não consegue antever um futuro aquecido por tanto disparate sem nexo aplicável aos seus próprios descendentes? Será que não conseguimos ver que a terra é sustento de gerações futuras??? Queremos ficar com um território que não serve a ninguém a não ser aos grandes negócios energéticos completamente desligados das verdadeiras necessidades de uma sociedade saudável? Portugal não é destas grandes corporações. Não é possível ficar calado perante tamanha monstruosidade, arrogância e indiferença com o lugar e os seus habitantes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114457	Discordância	Nós tempos que vivemos de grandes alterações climáticas, esta ocupação de território trará com toda a certeza mais desgraças e dificuldade de vida a todos os ocupantes do interior do nosso país, bem como a devastação de importantes ecossistemas (que estão protegidos) e que tanto deverão ser preservados e protegidos. Estou bastante preocupada com este projeto e não encontro informação acessível para poder elaborar um opinião bem informada. Mas preocupa-me que continuemos a insistir em projetos que não protegem a nossa natureza e ambiente. Artigo 9º da Constituição (Tarefas fundamentais do Estado) São tarefas fundamentais do Estado: (…) d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais; e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento d território;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114456	Discordância		
114455	Discordância	As energias renováveis são importantes mas já existem outras soluções que não colocam em causa o nosso meio ambiente. É um investimento tendencioso para enriquecer pessoas influentes, ligadas a políticos e lobbies económicos. Destroi a paisagem, danifica os ecossistemas, descaracteriza toda uma região, todo um país... Aporta bebeficios enquanto energia limpa, sim pode até ser, mas dinheiro não é tudo, a identidade de um país, com suas paisagens naturais, sua biodiversidade, não tem preço. Sugestão: coloquem os paineis solares nas grandes cidades industriais, no topo dos prédios, nas autoestradas, onde há a maior riqueza do país e deixem limpas as zonas pobres, onde há pouco emprego e a economia é fraca, mas temos natureza limpa e saudável que pretendemos manter a todo custo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114454	Discordância	Somos devastados pelos incêndios em durante o Verão… mas resilientes, arregaçamos as mangas e não desistimos e voltamos a ter a nossa floresta verde produtora de todos os habitat para a fauna e flora da região… 100 mil hectares??? Mas que raio pensa o nosso governo !!! Nós não somos os esquecidos … nós também somos portugueses eleitores com opiniões cívicas… pretendemos que a nossa região que escolhemos pra viver com menos condições que Lisboa e Porto !!! Mas que tem aquilo que não se compra só se preserva … qualidade de ar é como consequência de vida !!! Proença-a-Velha, 29 de Junho de 2026	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114451	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de proprietária dum alojamento local situado no concelho de Idanha-a-Nova, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis. Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Cumprimentos, Casa Trebaruna	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
114450	Discordância	Pela natureza, pelas alterações climáticas, pela saúde, pelo aumento das temperaturas, pela vida das pessoas e dos animais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114449	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Santarém, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis. Seguem em anexo os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. Cumprimentos, Ana Dahlin	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114448	Discordância	Casei com uma mulher de Pinheiro e venho por este meio dar conhecimento do meu descontentamento com o projecto de instalação do parque eólico na serra de Pinheiro Aguiar da Beira o motivo desta decisão consiste em que a palavra do povo do conselho de Aguiar da Beira não ter sido ouvida.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114447	Discordância	A instalação em larga escala de painéis solares em áreas naturais pode comprometer a beleza, o valor ecológico, a biodiversidade e as comunidades rurais. Não queremos campos de painéis solares. Não queremos substituir os campos verdes por negros. Ter áreas continuas de painéis solares com uma dimensão superior a 100 há é uma aberração paisagística. A aposta deverá ser mesmo nas áreas artificializadas. Um futuro limpo e sustentável não pode passar por campos de painéis solares.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114446	Discordância	Os três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto vai ser enorme! Não é justo lembrarem-se do interior do país só para o prejudicarem, pois com este projeto vão alterar a paisagem, o clima, a flora e a fauna que são as maiores riquezas que temos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Manifesto a minha total discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	
114445	Discordância	A transição energética é necessária, mas não pode servir de justificação para a ocupação massiva de áreas naturais, florestais e agrícolas, nem para a degradação irreversível da paisagem, da biodiversidade e dos serviços ecológicos que sustentam a vida e as economias locais. Este programa privilegia a rapidez da instalação de grandes infraestruturas energéticas em detrimento de uma verdadeira avaliação dos impactos cumulativos sobre o território. A concentração de vastas áreas destinadas a estes projetos, em especial em regiões do interior como a Beira Baixa, coloca em risco habitats, corredores ecológicos, solos, recursos hídricos, património paisagístico e atividades económicas como a agricultura, a pastorícia, a apicultura, a caça, o turismo de natureza e a silvicultura. O ordenamento do território deve respeitar os princípios da precaução, da proporcionalidade e da sustentabilidade. Não é aceitável que comunidades locais sejam chamadas a suportar impactos tão profundos sem que tenham sido demonstradas alternativas menos lesivas, como a prioridade à instalação em edifícios, parques industriais, áreas já artificializadas, infraestruturas existentes e terrenos degradados. Solicito igualmente que sejam reforçados os mecanismos de participação pública, garantindo que as populações potencialmente afetadas têm uma intervenção efetiva nas decisões que moldarão o seu território durante décadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114443	Discordância	Completa discordância com este projecto destruidor da natureza discordo	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
114442	Discordância	O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Obrigada pela sua participação.
114435	Discordância	Nao concordo que se destrua a natureza nem que se vá contra a vontade da população em nome da "energia verde"	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
114431	Discordância	Green washing ao máximo. Deixem a nossa zona em paz! Precisamos de árvores e de um território cuidado isso sim.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
114426	Discordância	Discordo. Não existe informação suficiente sobre o que se pretende implementar nem os reais danos provocados no meio ambiente.	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
114425	Discordância	Não à descaracterizaçao da Beira Baixa, ao abate massivo de árvores, à alteração irreversivel dos ecossistemas e paisagens da nossa região. A Beira Baixa é feita de pessoas, é inadmissivel que hipotequem o nosso futuro e de gerações vindouras, em prol de uma energia verde que de verde só tem o nome...	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114424	Reclamação	Não concordo com este programa. Conheço algumas das regiões em questão e as suas gentes. Deixa muita margem para dúvidas e "zonas cinzentas" no território. Que haja real preocupação com o progresso mas também com a biodiversidade no país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114421	Discordância	Problemas sócio económicos e ambientais	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114420	Discordância	Faço minhas as palavras de Guilherme Carreiro: "O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.."	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114419	Discordância	Estou descontente com a possível central de energia solar, porque implica muitos riscos a nível do ambiente, da destruição do património e da paisagem. A nível da fauna e flora, acarreta imensas perdas irreversíveis. A qualidade de vida de quem aqui vive, já sujeita a um clima tão violento no Verão, será um verdadeiro desastre. Este "Mapa Verde" é negro!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114416	Discordância	A desculpa das energias renováveis não pode ser a razão da destruição das florestas. Arranjem alternativas, por favor.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114414	Discordância	Em desacordo com o programa. A Beira Baixa e o interior merecem mais respeito. Quem está nos gabinetes de Lisboa que venha ao terreno defender o projecto. Basta ver o foi feito na zona do Fundão/Covilhã.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114412	Discordância	Perigo extremo social e economicamente para as comunidades rurais! Isto não é avanço...	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114411	Discordância	Voto contra este e qualquer projeto que promova a destruição de ecossistemas naturais em nome da transição energética. A evidência científica demonstra que a conversão de habitats naturais em centrais solares provoca perda de biodiversidade, fragmentação ecológica e degradação dos serviços dos ecossistemas, reduzindo também a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas. A produção de energia renovável deve privilegiar telhados, parques industriais, áreas degradadas e outros solos já artificializados, protegendo os espaços naturais e agrícolas de elevado valor ecológico. A transição energética só será verdadeiramente sustentável se preservar simultaneamente o clima e a natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114408	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114407	Discordância	Em primeiro plano, não é aceitável que haja produção de energia eléctrica a nível nacional para usufruto de uma central de dados. A ter em conta que a uma central de dados exige muitos recursos eléctrico e água. Que são dois bens essenciais que devem apenas se utilizado em grande escala após aprovação da população a nível nacional. Uma central de dados não é um projecto essencial para Portugal e utiliza demasiado recursos naturais para funcionar. 2o ponto - a localização de uma central de dados em abrantes não pode ir buscar recursos a milhares de kms a outros concelhos. O impacto dos painéis solares na localidade dos mesmos deve ser junto à estação da central se dados. 3o ponto - a toxidade nos paneis nos terrenos, a incerteza da durabilidade destes painéis solares (não há nada que comprove que durem mais de 10-15 anos), inexistência de reciclagem dos seus componentes e o impacto visual na paisagem rural na região de turismo natural, faz deste projecto um acto de egoísmo do actual governo e um grupo de investidores sem resultados de empregabilidade justificável. 4o ponto. - as populações tem que ser ouvidas e consideradas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114406	Discordância	Venho manifestar a minha profunda oposição à instalação deste parque fotovoltaico de grande dimensão na região de Ferreira do Zêzere. Embora reconheça a importância da transição energética e do investimento em energias renováveis, considero que esse objetivo não pode justificar a industrialização de uma das zonas naturais mais valiosas do concelho. A dimensão deste projeto representa uma alteração profunda e praticamente irreversível da paisagem, afetando o património natural, a biodiversidade, os corredores ecológicos e a identidade rural que caracteriza esta região. Estamos perante um território que possui um enorme potencial para o turismo de natureza, o turismo sustentável, a valorização da floresta e projetos de pequena escala perfeitamente integrados na paisagem. A ocupação de vastas áreas por painéis fotovoltaicos compromete esse potencial durante décadas, reduzindo a atratividade da região para residentes, investidores e visitantes, além de criar um impacto visual permanente totalmente incompatível com a envolvente. No meu caso particular, encontro-me a desenvolver um projeto turístico de natureza e bem-estar nesta região, assente precisamente na preservação da paisagem, da tranquilidade e da ligação ao meio envolvente. A concretização deste parque colocaria seriamente em causa esse investimento e a visão de desenvolvimento sustentável que procuro implementar, afetando também o valor económico e patrimonial da propriedade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114405	Discordância	Não concordo com a implantação de painéis solares em áreas rurais e que coloquem em causa a biodiversidade e abate de árvores . Subsidiem a instalação de painéis solares nos telhados das casas particulares e públicas., parques de estacionamentos, faixas centrais das autoestradas….etc.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114404	Discordância	O interior do país está já suficientemente quente para colocar painéis solares que inevitavelmente vão aumentar a temperatura Há melhores formas de produzir energia respeitando a natureza, Esta região precisa de arvores, pastoreio e agricultura.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114402	Discordância	Em nome da proteção do ambiente, fauna e flora, da capacidade de retenção de água dos solos, da proteção do clima e dos aquíferos, da proteção da vida e das populações..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114401	Discordância	Gostaria de apresentar a minha oposição à proposta de designação desta área como «zona de apoio às energias renováveis» no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida da população local. Além disso, duvido da utilidade de grandes centrais solares e eólicas centralizadas. A produção no ponto de consumo revelou-se, em inúmeros estudos, mais sustentável, mais económica e significativamente mais fácil de implementar. No que diz respeito à exploração do lítio, é importante ter em conta que todas as energias renováveis só são sustentáveis e promissoras se forem utilizadas, na medida do possível, no momento da sua produção. O recurso a sistemas de armazenamento em baterias deve ser evitado, na medida do possível, através de uma utilização inteligente das energias disponíveis. Em particular, considero que: - o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; - os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; - os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; - deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114400	Discordância	Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha oposição à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e do desenvolvimento de fontes de energia renovável. No entanto, considero que estes objetivos devem ser compatibilizados com a proteção da paisagem, da biodiversidade, do património natural e da qualidade de vida das populações locais. Entendo que a proposta poderá ter impactos relevantes no território, alterando de forma significativa a identidade paisagística da região e afetando atividades económicas que dependem da preservação do ambiente e da atratividade do espaço rural, nomeadamente o turismo, a agricultura e outras atividades locais. Considero igualmente essencial que qualquer intervenção desta natureza seja precedida de uma avaliação rigorosa dos seus impactos ambientais, sociais e económicos, assegurando que foram analisadas alternativas e que existem medidas eficazes para minimizar os efeitos negativos. Assim, solicito que a proposta seja reavaliada, privilegiando soluções que permitam conciliar a produção de energia renovável com a preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais do território, garantindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Pelas razões expostas, manifesto a minha oposição à proposta na sua redação atual.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114397	Discordância	Não concordo com estas MegaCentrais Fotovoltaicas. Para além de destruírem a qualidade de vidas das populações, destruindo ecossistemas sensíveis, vão aumentar a temperatura na região,, quando já em virtude das alterações climáticas já é enorme e quase insuportável. Chegou o momento da U.E. e o governo português deixar de abraçar o Lobie da energia e subsidiar a instalação de painéis nos telhados das nossas, casas, edifícios, parques de estacionamento, separador central das autoestradas, canais de irrigação. Subsidiar a instalação será um sinal para sermos independentes em energia e deixar de dispender o nosso maior desequilibrador da dívida pública. Deixem-se de tretas e criem uma mais valia , o nosso sol em prol do país e das pessoas, tal como a Noruega fez há uns anos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114396	Discordância	Discordo completamente do projecto,dado o impacto ambiental que este tem para o país.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114392	Discordância	Não têm mais sítio nenhum para por os painéis solares? Ponham nos parques de estacionamento, casas e afins. Destruir natureza é eco terrorismo.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114391	Discordância	A “implantação de energias renováveis” só deveria ser realizada em estruturas civis. O solo é composto por vários animais, plantas, insetos e todo o tipo de microorganismos essenciais à vida, podendo ser considerado uma estrutura viva. Está estrutura vida é ameaçada por estruturas humanas disfarçadas como “energias renováveis”. O que há de renovável em destruir o meio ambiente para produzir energia? O verdadeiro custo cai sobre os contribuintes, que pagam por estes projetos, pagam a energia que chega às suas casas e sofrem também as suas consequências.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114390	Discordância	É demais Substituir árvores por painéis julgo não ser a solução para o país..	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114388	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente à forma como este programa está a ser desenvolvido. Considero essencial que qualquer processo de implementação de energias renováveis tenha em conta não apenas os objetivos ambientais, mas também a proteção da paisagem, da biodiversidade, da atividade agrícola, da qualidade de vida das populações e o direito das comunidades locais a serem efetivamente ouvidas. A transição energética é necessária, mas deve ser feita com planeamento, transparência e equilíbrio, garantindo que o interesse público prevalece sobre interesses exclusivamente económicos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114385	Discordância	A auto suficiência energética do País não pode ser às custas da biodiversidade. Haja coragem para traçar um plano ambientalmente coerente!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114381	Discordância	Apoio a transição para energias renováveis, mas não à custa da destruição de florestas, pinhais ou zonas com vegetação natural. Defendo que a instalação de painéis solares deve ser feita apenas em áreas já artificializadas, como edifícios, parques de estacionamento e zonas industriais. A remoção de árvores e ecossistemas naturais compromete a biodiversidade e reduz parte dos benefícios ambientais pretendidos com a energia solar. A protecção das árvores e da natureza deve ser uma prioridade neste processo. Limitar a área de painéis a 250 hectares; Painéis instalados a uma altura mínima de 2 metros para reduzir o efeito térmico provocado pela temperatura do painel; Garantir uma distância mínima das Linhas de água mesmo que pequenas e serem recuperadas com vegetação tipo esteva, alecrim, urze, medronho etc considerar a possibilidade de criar pequenas Charcas ao longo das linhas de água criando zonas de biodiversidade dentro do parque, incluindo a possivel criação de pequenas áreas de atração do coelho bravo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114379	Sugestão	Proibir a utilização de qualquer produto químico para controlar a vegetação, permitir só o corte mecânico na envolvente do parque e faixas de segurança. Introduzir cabras ou ovelhas para controlo da vegetação. A cerca envolvente do parque na parte inferior ter uma malha que permite a circulação de pequenos animais tais como, coelho; saca rabos; texugo; raposa; lince ibérico. Edificios ou estruturas de betão serem projectados com abas para atrair a nidificação de andorinhas e eventualmente espaços ocos para andorinhões ou outras aves tipo as corujas. Produtos de lavagem dos painéis obrigatórios serem biodegradáveis. Criação de uma entidade de inspeção que garante verificações regulares obrigatorias de conformidade das práticas ambientais defenidas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114377	Discordância	Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha oposição à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e do desenvolvimento de fontes de energia renovável. No entanto, considero que estes objetivos devem ser compatibilizados com a proteção da paisagem, da biodiversidade, do património natural e da qualidade de vida das populações locais. Entendo que a proposta poderá ter impactos relevantes no território, alterando de forma significativa a identidade paisagística da região e afetando atividades económicas que dependem da preservação do ambiente e da atratividade do espaço rural, nomeadamente o turismo, a agricultura e outras atividades locais. Considero igualmente essencial que qualquer intervenção desta natureza seja precedida de uma avaliação rigorosa dos seus impactos ambientais, sociais e económicos, assegurando que foram analisadas alternativas e que existem medidas eficazes para minimizar os efeitos negativos. Assim, solicito que a proposta seja reavaliada, privilegiando soluções que permitam conciliar a produção de energia renovável com a preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais do território, garantindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Pelas razões expostas, manifesto a minha oposição à proposta na sua redação atual.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114376	Discordância	Não faz nenhum sentido isto quando as populações não ganham nada , todos perdem	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114375	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação; – prioridade real para soluções descentralizadas, autoconsumo, comunidades de energia e aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantias de participação pública efetiva nas fases posteriores de concretização; – que seja alterado o critério de exclusão relativo às “Áreas com ocupação do solo com valor específico”, incluindo o pinheiro-bravo, as vinhas, os pomares e os olivais como critérios de exclusão;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114372	Discordância	Apesar de reconhecer a urgência da transição energética, a abordagem do "Mapa Verde" revela falhas estruturais que não podem ser ignoradas: -Sobredimensionamento e Falta de Critério -Risco para a Agricultura e o Solo -Contestação Generalizada e Desrespeito pelo Poder Local, bem como omissão de informação. A urgência climática não pode servir de justificação para um faroeste energético.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114371	Discordância	Manifesto a minha total oposição a esta proliferação desenfreada de complexos solares e eólicos. Não vou apresentar os meus argumentos específicos. Se o fizesse ficaria horas a escrever. Apenas digo que nenhum destes projectos faraónicos terá qualquer benefício mensurável para o tão badalado "combate às alterações climáticas". Nenhum destes projectos, nem como os seus promotores, têm como propósito a "melhoria do clima", por mais que o repitam. Uma mentira não passa a ser verdade só porque é repetida ad nauseam. Por outro lado, do ponto de vista da fiabilidade da nossa rede de energia, não ficaremos em melhor posição, muito pelo contrário. Teremos menos energia, pior energia e, pasme-se, energia mais cara. Manifesto igualmente o meu repúdio sobre a forma como estas "consultas públicas" são feitas. Sejamos sérios e honestos: estas "consultas" são feitas para desincentivar quer a consulta, quer a participação. Quem financia estas aberrações está-se a marimbar para a consulta pública bem como para a opinião das populações afectadas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114370	Discordância	Não destruam o pais! Acabem com as aberrações; a natureza é um bem de todos. Falta de transparência e ausência de respostas claras: as diretivas da União Europeia equacionam metas que, na prática, implicariam a ocupação de cerca de 1% do território; não é explicado por que razão o Estado propõe 7% — maioritariamente solo florestal e agrícola rústico — nem por que não se dá prioridade, conforme as orientações europeias, à utilização de solo socializado (solo público, áreas já urbanizadas ou infraestruturadas, cobertos industriais, terrenos municipais, etc. ; Esta falta de justificação detalhada impede a participação informada das populações e gera desconfiança quanto aos critérios técnicos, ambientais e económicos seguidos. Grande risco para o trabalho e o rendimento local. A PSZAER é um insulto á inteligência da população; é vergonhoso o que pretendem fazer ao País. Destruí-lo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114369	Sugestão	Exmos. Srs., Juntamos para análise, sugestão de inclusão nas ZAER, de áreas de terrenos onde temos 6 projetos com acordo com o operador de rede (ORD), que não se encontram abrangidas na definição de áreas das ZAERs. Em anexo encontram o formulários com as aéreas de cada projeto (há dois projetos juntos dois a dois) e o numero de registos dos projetos com acordo com o ORD. Lousal, Girândola - Acordo de ligação com o ORD registo n.º 200 e 211. Aguiar, Viana do Alentejo - cordo de ligação com o ORD registo n.º 209. Vale Vargo, Serpa - Acordo de ligação com o ORD registo n.º 210 e 212. S B Messines, Silves - Acordo de ligação com o ORD registo n.º 4127. Cumprimentos, João Nuno Serra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114368	Discordância	** Pronúncia em sede de consulta pública ** Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha oposição à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e do desenvolvimento de fontes de energia renovável. No entanto, considero que estes objetivos devem ser compatibilizados com a proteção da paisagem, da biodiversidade, do património natural e da qualidade de vida das populações locais. Entendo que a proposta poderá ter impactos relevantes no território, alterando de forma significativa a identidade paisagística da região e afetando atividades económicas que dependem da preservação do ambiente e da atratividade do espaço rural, nomeadamente o turismo, a agricultura e outras atividades locais. Considero igualmente essencial que qualquer intervenção desta natureza seja precedida de uma avaliação rigorosa dos seus impactos ambientais, sociais e económicos, assegurando que foram analisadas alternativas e que existem medidas eficazes para minimizar os efeitos negativos. Assim, solicito que a proposta seja reavaliada, privilegiando soluções que permitam conciliar a produção de energia renovável com a preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais do território, garantindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114367	Discordância	Exposição no âmbito da Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, manifestar a minha oposição à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), não por discordar da necessidade da transição energética ou do reforço da produção de energia renovável, mas pela form como este programa pretende concretizar esse objetivo. .A proposta assenta na ideia de que uma avaliação estratégica prévia poderá justificar procedimentos administrativos simplificados para futuros projetos. No entanto, cada empreendimento possui características próprias e impactes específicos que dificilmente podem ser antecipados apenas através de uma avaliação realizada à escala nacional. É fundamental assegurar as garantias ambientais, a participação publica e a proteção da paisagem. Saliento: A crescente artificialização de extensas áreas do território rural através da instalação massiva de centrais solares e parques eólicos, com consequências irreversíveis para a paisagem portuguesa. A fragmentação de habitats naturais, a perturbação da fauna e da flora, e os impactes cumulativos sobre a biodiversidade, que podem não ser devidamente avaliados quando os projetos são apreciados através de procedimentos simplificados	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética
114365	Discordância	Uma Aberração politica que vai comprometer as gerações vindouras, não se pode aceitar que vastas áreas de solo sejam ocupadas por mega centrais, os impactes negativos são claros e superam o benefícios. Temos um País pequeno, é inaceitável destruírem o pouco que nos resta desta forma. Os painéis são para estarem nos telhados de armazéns, casa e outras infraestruturas e não a ocupar solo que após a vida util destes parques não se regenerá de qualquer forma.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114362	Discordância	Este documento é um passaporte para a indústria da mal designada energia verde, ocupar 7% do território nacional. Este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados. Isto é puro greenwashing! Parem de destruir o pais, ponham paineis solares nas cidades, que lógica tem destruir a floresta que nos dá tanto? Há que dar incentivos para a colocacao de paneis solares nos telhados de casas e predios. Impacto ambiental desastroso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114359	Discordância	Portugal não pode permitir que o seu patrimonio ecológico seja destruído desta maneira! É da mais urgente atenção preservar o que resta dos ecossistemas portugueses! Um governo que deixa este tipo de prosseguir, é um governo assassino e iletrado	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114358	Discordância	Boa tarde, Venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) nos termos em que se encontra apresentada. A fundamentação da minha participação encontra-se desenvolvida no documento anexo, que solicito que seja considerado parte integrante da presente participação em consulta pública. Com os melhores cumprimentos, Filipe Barrenho	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114356	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114354	Discordância	Projeto disfarçado de 'verde'. Implica a destruição de habitats, e por consequência, de espécies animais e vegetais. Afeta enormemente o escoamento de águas, tornando os solos inúteis para alguns usos e contribuindo para cheias. Impacto visual muito negativo, em especial em zonas como as programadas para o distrito de Castelo Branco	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114353	Discordância	Exmos. Senhores, Venho por este meio apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Embora reconheça a importância estratégica da transição energética, considero que a modelação prevista para a instalação extensiva de centrais fotovoltaicas em larga escala falha gravemente na salvaguarda de um recurso finito e vital: o solo. A colocação de milhares de hectares de painéis fotovoltaicos em áreas naturais e agrícolas provoca impactos negativos profundos e, em muitos casos, irreversíveis: Degradação Estrutural e Erosão: Os trabalhos de terraplanagem, a compactação mecânica durante a instalação e a fixação das estruturas alteram irremediavelmente a morfologia do terreno, aumentando drasticamente o risco de erosão e a perda de solo fértil. Alteração do Ciclo Hidrológico: A cobertura contínua por painéis cria zonas de sombra e barreiras à precipitação direta, modificando a humidade natural do terreno, reduzindo a infiltração de água nas técnicas de recarga de aquíferos e alterando o escoamento superficial. Destruição de Ecossistemas e Biodiversidade: A eliminação do coberto vegetal autóctone para dar lugar a áreas limpas por baixo dos painéis destrói o habitat de inúmeras espécies e anula a microbiota do solo, essencial para a fixação de carbono e ciclos de nutrientes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114350	Discordância	Deixem as árvores sossegadas nas nossas paisagens porque precisamos delas para absorveram o dióxido de carbono na sua fotossíntese e oferecerem-nos o oxigénio para respirarmos. Não destruam a natureza do nosso PORTUGAL que é de todos nós e que não vos autorizámos para isso. Está quase a chegar a energia livre e não há qualquer aceitação dos projectos da agenda 2030 que só querem matar a humanidade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114349	Discordância	Energia solar/eólica sim, mas com bom senso, equilibrada e sustentável. Mega centrais é compra de "lata à tonelada " para encher rapidamente alguns bolsos à custa de destruição ambiental, que é precisamente o que Energia Solar devia combater. O fabrico e venda de "lata às toneladas" para MEGA centrais deve ser tão lucrativo, que é legitimo pensar que a produção de energia não é o objectivo principal. A maior parte da nossa energia já provém de renováveis. Não temos grandes défices, nem necessidades urgentes. Vamos destruir/vender (até me parece mais ocupação, tipo presuria medieval) território por um prato de lentilhas? Que regiões vamos deixar para as gerações futuras? O impacto visual disto tudo , a rasia de fauna, flora e pessoas será arrasador.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114348	Discordância	Vão continuar a reduzir o País ao rectângulo entre A1, foz do Tejo, foz do Douro e Oceano Atlântico? O resto é para desertificar e abandonar? Sou a favor da implantação de painéis voto voltáveis, mas não há custa do abate de arvores. Porque não instalam os mesmos em edifícios públicos ou mesmo em casas já construídas, contribuído assim para um reforço da rede elétrica Já é mais que sabido, que as arvores contribuem para um ambiente mais estável e saudável. A destruição / abate das mesmas vai contribuir para um desequilíbrio ambiental, seja de que tipo for.	Obrigada pela sua participação. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114345	Discordância	Discorto das zonas de aceleração das Energias Renováveis. Estas devem ser integradas onde causarem o menor impacto ambiental possível, como nos telhadas dos edifícios existentes. Jamais destruindo a floresta!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114344	Discordância	Venho por este meio apresentar a minha resposta à proposta do PSZAER. Apoio o objetivo da transição energética e a necessidade de acelerar a implantação de energias renováveis. No entanto, manifesto sérias preocupações quanto às implicações territoriais, sociais e democráticas da abordagem proposta, em particular nas áreas rurais. Os meus comentários centram-se nos seguintes pontos principais: 1. Concentração excessiva de áreas de desenvolvimento Em vários distritos, uma parte muito significativa do território é identificada como potencialmente adequada para a produção de energia renovável, atingindo em alguns casos cerca de 30–35% da área total. Isto cria uma pressão estrutural de desenvolvimento sobre as zonas rurais e pode levar a uma carga territorial desproporcional em determinadas regiões. Proposta: Estabelecer limites máximos claros para a percentagem do território por município ou distrito que pode ser designada como zona de desenvolvimento, de forma a evitar a sobreconcentração espacial.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114343	Discordância	Venho por este meio apresentar a minha resposta à proposta do PSZAER. Apoio o objetivo da transição energética e a necessidade de acelerar a implantação de energias renováveis. No entanto, manifesto sérias preocupações quanto às implicações territoriais, sociais e democráticas da abordagem proposta, em particular nas áreas rurais. Os meus comentários centram-se nos seguintes pontos principais: 1. Concentração excessiva de áreas de desenvolvimento Em vários distritos, uma parte muito significativa do território é identificada como potencialmente adequada para a produção de energia renovável, atingindo em alguns casos cerca de 30–35% da área total. Isto cria uma pressão estrutural de desenvolvimento sobre as zonas rurais e pode levar a uma carga territorial desproporcional em determinadas regiões. Proposta: Estabelecer limites máximos claros para a percentagem do território por município ou distrito que pode ser designada como zona de desenvolvimento, de forma a evitar a sobreconcentração espacial.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114338	Discordância	Tudo que é demais não presta. O solo está a ser excessivamente coberto. Cubram telhados e canais de distribuição de água	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114336	Discordância	Não concordo e nem aceito que os terrenos da minha região e da minha família sejam transformados em campos de mega centrais de painéis solares. E para lucro de alguns.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114335	Discordância	A instalação de centrais fotovoltaicas da dimensão a que estão a ser projectadas não têm lógica num país da nossa dimensão, e com os problemas com que nos debatemos actualmente, como a desertificação, alterações climáticas que levam a sucessivos incêndios, falta de água e eventos climáticos cada vez mais destrutivos. Há outras opções mais sustentáveis, como utilizar telhados públicos e privados e outras quaisquer instalações já existentes, deixando os campos para reflorestação. Senhores decisores, governantes, peço que tenham consciência das vossas decisões e pensem muito bem no que querem deixar para o futuro, um país que se defende por si e para todos os seus cidadãos ou um país entregue exclusivamente aos interesses de poucos?	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114334	Discordância	É inaceitável esta insistência em quererem vender o terreno que pertence, por fronteiras estabelecidas há centenas de anos, ao povo português. Estão mais do que confirmados os malefícios deste tipo de projectos megalómanos, que desprezam completamente a já diminuta população do interior do país. É mais que óbvio que projectos desta natureza não são minimamente ecológicos, não respeitam a biodiversidade e, pelo contrário, promovem a destruição, que as actuações climáticas extremas, cada vez mais frequentes, causam. Se querem matar a vida do Planeta, estão no caminho certo, mas não se justifiquem com os termos "energia verde" e "defesa do ambiente", pois é grande hipocrisia. Sou absolutamente contra este género de projectos, que não trazem rigorosamente nada de bom: - Aumento da temperatura média, em locais onde esta já é extremamente elevada; - Aniquilação da flora e fauna, esterilização do solo e consequente diminuição do oxigénio e falta de barreiras às águas pluviais. NÃO, NÃO e NÃO a esta hipocrisia de "energia verde", que apenas visa o lucro monetário para meia dúzia de demagogos e nada de bom traz, nem para os habitantes das zonas afectadas, nem para a fauna e flora dessas mesmas zonas, nem para os portugueses em geral. É nítida a subserviência dos pseudo governantes a interesses que não são de Portugal. É nítida a cobardia de quem devia comandar e gerir o território português para os portugueses. É nítida a corrupção da palavra "governo", como se o voto popular (que tem muito que se lhe diga!) justificasse esta atitude de proprietários de imobiliário do território de Portugal.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114333	Discordância	Sou totalmente contra esta proposta. O Governo português incentiva há anos o turismo rural, a recuperação de ruínas, a agricultura, o repovoamento do interior e a proteção da natureza. Esta proposta faz exatamente o contrário. Transformar milhares de hectares de paisagem natural em centrais solares e parques eólicos industriais é um desastre ambiental e paisagístico. O património natural, a biodiversidade, a beleza das paisagens e a identidade das zonas rurais não podem ser sacrificados em nome de uma falsa transição energética. Existem alternativas muito mais inteligentes: instalar painéis solares em telhados de habitações, edifícios industriais, parques de estacionamento, zonas comerciais e outras áreas já artificializadas. Não faz sentido destruir espaços verdes quando existem milhares de hectares de superfícies construídas por aproveitar. O interior de Portugal precisa de pessoas, de agricultura, de turismo e de investimento sustentável, não de uma industrialização massiva da paisagem. O património natural português é um dos maiores ativos do país e deve ser protegido para as futuras gerações. Esta proposta representa um erro grave de ordenamento do território e deve ser profundamente revista.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114331	Discordância	Não posso concordar com a destruição de parte significativa do território natural em detrimento de outras soluções. Telhados e produção mais perto dos locais de consumo. Também sou a favor da energia nuclear que é mais limpa e menos impactante.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114329	Discordância	Sou contra este atentado ambiental	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114328	Discordância	Discordo totalmente com o PSZAER que tem potencial para ser particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco. A ocupação do PSZAER neste distrito compreenderá uma ocupação de cerca de 100 mil hectares. Os concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) serão os mais afetados já que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O potencial impacto desta intervenção de Energia ditas erradamente Verdes é desolador. Em permos paisagísticos sobressairá uma paisagem pintada de negro e, no que respeita ao ambiente tal projeto tem potencial para/ determinará a destruição de aproximadamente 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco), a morte de um enorme número de aves e animais selvagens promovendo o aceleramento das alterações climáticas, nomeadamente aumento da temperatura, escoamento rápido da água das chuvas, provocando um aumento das cheias e inviabilizando o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114327	Discordância	Nao as megas centrais Fotovoltaicas! Deixem a beira baixa respirar deixem a natureza florir,deixem os terrenos agricolas, serem cultivados deixem os animais selvagens no seu habitat, nao destruam a natureza nao destruam a qualidade de vida destas pessoas envelhecidas que habitam nestes concelhos! Estas megas centrais têm um impacto ambiental brutal, com temperaturas e radiações inimagináveis... Nada de bom nos vai trazer vao destruir a vida destes concelhos, OVELHAS NOS PRADOS PAINEIS NOS TELHADOS	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114324	Discordância	Façam a transição verde a começar com as cidades, deixem o patrimônio natural e biodiversidade em paz! A nossa sobrevivência não pode ser posta em causa para enriquecimento de meia dúzia	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114323	Discordância	Destruir áreas de vegetação para instalar painéis solares é ridículo. O efeito será o aumento da temperatura e destruição do ecossistema nessa zona. Só um pensamento mercantilista e corrupto pode considerar este projeto uma boa ideia	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114321	Discordância	Transforma o ambiente numa mancha de plástico negra. O abate de vegetação inerente à implementação do programa acelera as alterações climáticas. É totalmente incongruente pretender combater as alterações climáticas decorrentes da exploração de combustíveis fósseis com medidas lesivas do ambiente e, elas próprias, potenciadoras de alterações climáticas. Acresce que a diminuição, tão dramática, de terreno agrícola vai potenciar a dependência alimentar. A luta contra as alterações climáticas e a protecção do ambiente é uma luta multifacetada, que integra, necessariamente, vários sectores. Não me parece que tal esteja a ser tido em conta neste programa acéfalo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114320	Discordância	Exmos. Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Évora, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Setorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efetivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que setores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a “aceleração” das energias renováveis? O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objetivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público “superior”, não representa uma política: é a política-mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim entendo que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114319	Discordância	A Degradação das zonas mais verdes não deve ser levada em consideração. A transição para a energia verde não pode, não deve ser efetuada à custa da destruição de zonas naturais, verdes e com grande fauna e flora.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114318	Discordância	A implementação de painéis fotovoltaicos, de eólicas, ou exploração de minérios essenciais para a transição energética devem ser imensamente planeados, pensados, sem prejudicar as populações de terras, já muitas vezes esquecidas e que pouca consideração têm por parte do poder Central. É necessária e urgente a transição mas, façam-se mais estudos, coloquem-se painéis solares no cimo de edifícios, em parques de estacionamento e eólicas em zonas que não incomodem as populações com o seu barulho e não prejudiquem demasiado a fauna e a flora. Os governos devem ser conscientes de que representam o povo, a população e os seus interesses e não os interesses de grandes empresas e multanacionais. Não sejamos precipitados. Façam-se mais estudos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114317	Discordância	O impacto de tudo isto é aterrador, visualmente vamos ter uma paisagem pintada de negro e ambientalmente é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114316	Discordância	Sou totalmente CONTRA!!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114315	Discordância	Instalem painéis solares em estacionamentos de forma a fazer sombra para os carros e em zonas estrategicamente pensadas. Destruir ecossistemas inteiros , habitats , árvores essenciais para uma melhor qualidade de vida e permanência de espécies , não é uma opção!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114313	Discordância	Painéis solares nos telhados Assunto: Oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114312	Discordância	Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114309	Discordância	Em vez de destruírem as Fauna e Flora no interior do pais, utilizem infraestruturas ja existentes: prédios, autoestradas, etc. Ha milhentos prédios na grande Lisboa e Porto onde os paneis solares podem ser instalados, bem como estradas e autoestradas (paneis como vedacoes, ja existe em outros países). Ha quem diga que o custo de fazer isto nas cidades é enorme, eu digo que o custo de destruir paisagem protegida é muito maior.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114307	Discordância	Não concordo com a implementação das energias renováveis, este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco . O impacto de tudo isto é aterrador.. e NÂO queremos este LIXO no nosso distrito nem no nosso pais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114306	Discordância	Maria José Engrácio Há formas mais ecológicas de gerar energia. Não à devastação e à destruição da Natureza. Sem Natureza preservada não somos nada!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
114305	Discordância	Portugal não precisa de mais renováveis, já produzimos os suficiente para o consumo atual. Se for para alimentar data centers, eles que sejam auto suficientes. Que sejam instalados no oceano onde a temperatura é mais baixa. Arranjem soluções . Mais painéis solares e eólicas não.	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Obrigada pela sua participação.
114304	Discordância	Manifesto a minha discordância relativamente ao PSZAER, por considerar que a sua implementação, nos moldes propostos, terá impactos ambientais, paisagísticos e sociais muito significativos. Defendo a proteção dos ecossistemas, dos solos, da biodiversidade, das populações locais e um processo de planeamento que concilie a transição energética com a preservação do património natural e da qualidade de vida.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114303	Discordância	** Pronúncia em sede de consulta pública ** Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha oposição à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e do desenvolvimento de fontes de energia renovável. No entanto, considero que estes objetivos devem ser compatibilizados com a proteção da paisagem, da biodiversidade, do património natural e da qualidade de vida das populações locais. Entendo que a proposta poderá ter impactos relevantes no território, alterando de forma significativa a identidade paisagística da região e afetando atividades económicas que dependem da preservação do ambiente e da atratividade do espaço rural, nomeadamente o turismo, a agricultura e outras atividades locais. Considero igualmente essencial que qualquer intervenção desta natureza seja precedida de uma avaliação rigorosa dos seus impactos ambientais, sociais e económicos, assegurando que foram analisadas alternativas e que existem medidas eficazes para minimizar os efeitos negativos. Assim, solicito que a proposta seja reavaliada, privilegiando soluções que permitam conciliar a produção de energia renovável com a preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais do território, garantindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114302	Discordância	Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha oposição à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e do desenvolvimento de fontes de energia renovável. No entanto, considero que estes objetivos devem ser compatibilizados com a proteção da paisagem, da biodiversidade, do património natural e da qualidade de vida das populações locais. Entendo que a proposta poderá ter impactos relevantes no território, alterando de forma significativa a identidade paisagística da região e afetando atividades económicas que dependem da preservação do ambiente e da atratividade do espaço rural, nomeadamente o turismo, a agricultura e outras atividades locais. Considero igualmente essencial que qualquer intervenção desta natureza seja precedida de uma avaliação rigorosa dos seus impactos ambientais, sociais e económicos, assegurando que foram analisadas alternativas e que existem medidas eficazes para minimizar os efeitos negativos. Assim, solicito que a proposta seja reavaliada, privilegiando soluções que permitam conciliar a produção de energia renovável com a preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais do território, garantindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Pelas razões expostas, manifesto a minha oposição à proposta na sua redação atual.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114301	Discordância	Na qualidade de cidadão, venho manifestar a minha oposição à proposta apresentada. Reconheço a importância da transição energética e do desenvolvimento de fontes de energia renovável. No entanto, considero que estes objetivos devem ser compatibilizados com a proteção da paisagem, da biodiversidade, do património natural e da qualidade de vida das populações locais. Entendo que a proposta poderá ter impactos relevantes no território, alterando de forma significativa a identidade paisagística da região e afetando atividades económicas que dependem da preservação do ambiente e da atratividade do espaço rural, nomeadamente o turismo, a agricultura e outras atividades locais. Considero igualmente essencial que qualquer intervenção desta natureza seja precedida de uma avaliação rigorosa dos seus impactos ambientais, sociais e económicos, assegurando que foram analisadas alternativas e que existem medidas eficazes para minimizar os efeitos negativos. Assim, solicito que a proposta seja reavaliada, privilegiando soluções que permitam conciliar a produção de energia renovável com a preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais do território, garantindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Pelas razões expostas, manifesto a minha oposição à proposta na sua redação atual.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114300	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha total oposição a este programa. Apesar de reconhecer a importância da transição energética, considero que este projeto, na forma e localização propostas, representa um impacto profundamente negativo para o território, agravando problemas estruturais já existentes no interior do país. Em primeiro lugar, importa destacar o risco de acentuação da desertificação humana e territorial. A ocupação extensiva de solo por infraestruturas energéticas reduz o espaço disponível para atividades tradicionais, como a agricultura e a pastorícia, contribuindo para o abandono do território e para a perda de meios de sustento das populações locais. Do ponto de vista ambiental, os impactos são igualmente graves. A destruição de áreas naturais e o abate de árvores para instalação de painéis solares traduzem-se numa perda irreversível de biodiversidade e na degradação dos ecossistemas locais. Não é aceitável que um projeto apresentado como "sustentável" implique a eliminação de património natural. Outro aspeto crítico prende-se com o agravamento das temperaturas locais. Em regiões já caracterizadas por verões extremamente quentes, a presença de extensas superfícies de painéis solares pode contribuir para alterações no microclima, potencialmente aumentando a temperatura ambiente. Um acréscimo de vários graus, mesmo que localizado, terá efeitos diretos na saúde das populações, especialmente das mais vulneráveis, bem como na produtividade agrícola. A agricultura, aliás, será uma das principais vítimas desta transformação. Culturas sensíveis ao calor, como a cereja, podem tornar-se inviáveis, comprometendo não só a economia local, mas também tradições e modos de vida enraizados há décadas. Importa sublinhar que a transição energética não pode ser feita à custa da destruição do território e da qualidade de vida das populações locais. Projetos desta natureza devem ser cuidadosamente localizados e planeados, privilegiando soluções que não agravem as desigualdades territoriais nem comprometam recursos naturais fundamentais. Nestes termos, manifesto a minha oposição a este projeto, tendo em conta os impactos ambientais, sociais e económicos aqui identificados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114299	Discordância	Acelerar significa deixar de lado as questões ambientais e passar por cima das populações e autarquias.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114298	Discordância	É importante preservar a paisagem e a fauna e flora destas e outras áreas, fundamentais para a Vida Humana, Animal e Vegetal e do Solo e das Águas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114297	Discordância	Sou contra toda e qualquer movimentacao que provoque danos ao pulmao da Beira Baixa porque vai afectar os nossos directamente. Quero oxigenio. Lixo nao	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O processo não foi sério nem transparente	Obrigada pela sua participação.
114295	Discordância	O prazo de discussão é de 20 dias úteis, em pleno mês de Julho, para analisar mais de 800 páginas de documentação técnica altamente especializada. Não é razoável. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses classificou este prazo como "exíguo" e "pouco avisado" — fixado em Fevereiro, sem qualquer justificação, para decorrer em período de férias. Uma decisão desta dimensão — que classifica 7% do território continental — merecia uma consulta alargada, com tempo suficiente e com sessões presenciais nos territórios afectados. Exijo que o prazo seja prorrogado e que esta consulta seja repetida em condições adequadas, com participação antecipada da população e dos municípios. O mapa tem erros que ninguém corrigiu O Mapa Verde foi elaborado com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023, que tem uma resolução de apenas 1 hectare e classifica como "mato" vastas áreas florestais jovens ou em regeneração. O próprio LNEG — a entidade que fez o mapa — admite por escrito que "o mapa das ZAER deverá ser revisto no futuro para garantir que nenhum solo da RAN seja afetado", porque a cartografia da Reserva Agrícola Nacional não estava completa à data de elaboração. Não houve verificação no terreno. Não houve validação local. Estou a ser consultado sobre um programa construído sobre uma cartografia que o seu próprio autor reconhece ser incompleta.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114292	Discordância	Os solos agrícolas não estão protegidos Sou contra esta iniciativa por saber que se fosse implementada, iria trazer vários problemas a nível sócio-económico e ambiental para as populações locais e para a fauna e flora locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114291	Discordância	Ver documento anexo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114290	Discordância	Estes projetos são um autêntico ataque à nossa sobrevivência como seres humanos em nome de supostos benefícios ambientais em que só "acreditam" aqueles que irão encher os bolsos às empresas subvencionadas por políticos corruptos .As nossas paisagens não se podem tornar umas manchas pretas que, uma vez em fim de vida, serão lixo não reciclável (porque o que dá dinheiro é fazer novo) reciclar não interessa a ninguém. Á imagem das baterias dos novos automóveis eléctricos, estes equipamentos poluírão mais do que os carros térmicos. Maldito progresso! É o próprio homem que vai acabar com a sua espécie.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114289	Discordância	Não faz sentido arrancar vegetação para implantar energia "verde".	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114288	Discordância	Bom dia, é com enorme tristeza que vejo serem tomadas medidas que deveriam ajudar a sustentabilidade energética, a natureza e o ambiente estarem a seguir caminhos que destroem o património natural. Como é possível que em nome da sustentabilidade energética se derrubem árvores para plantar paineis solares. Estas estruturas só deveriam ser colocadas em locais ja edificados e nunca destruir a natureza para o fazer. Cumprimentos Maria Carvalho	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114286	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), pretende acelerar a instalação de unidades de produção de energia renovável: solar, fotovoltaica e eólica. Este projeto é particularmente lesivo para o distrito de Castelo Branco onde se prevê a ocupação de uma área que se aproxima dos 100 mil hectares. Três concelhos da zona do Pinhal (Sertã, Proença-a-Nova e Oleiros) são os mais afetados uma vez que o plano prevê uma ocupação do seus territórios superior a 35%. O impacto visual é devastador, com a paisagem pintada de negro, e impacto ambiental é uma catástrofe uma vez que a destruição de cerca de 100 mil hectares de vegetação (só no distrito de Castelo Branco) implica a morte de um enorme número de aves e animais selvagens contribuindo desta forma para o aceleramento das alterações climáticas. Segundo os especialistas a destruição de tamanha área natural vai provocar um aumento da temperatura, o escoamento rápido da água das chuvas provocando um aumento das cheias e não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente da qualidade do ar, a esterilização dos solos por longos anos e uma acumulação enorme de sucata provocada pelo fim de vida dos equipamentos utilizados. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da descaracterização dos territórios, da perda de património natural, da pressão sobre os recursos e da marginalização das populações que, longe dos grandes centros urbanos, continuam a dar vida ao interior do país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114285	Discordância	Queremos energias renováveis implementadas de forma descentralizada, dentro de espaços urbanos, próximo do consumo, através de Conunidades Energéticas!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114284	Discordância	**Pronúncia em sede de consulta pública** A **Kapitulaudaz, Lda.**, proprietária e exploradora da **Bode Country House**, empreendimento de turismo em espaço rural localizado na área abrangida pela presente proposta de PSZAER, vem, por este meio, manifestar a sua oposição à proposta em consulta pública. A **Bode Country House** desenvolve a sua atividade com base na qualidade da paisagem, na tranquilidade, no contacto com a natureza e na autenticidade do território envolvente, fatores que constituem a principal razão da escolha deste destino pelos seus hóspedes e representam um elemento essencial da viabilidade económica do empreendimento. A implementação das medidas previstas na proposta poderá comprometer de forma significativa estes valores, afetando negativamente a experiência proporcionada aos visitantes, a atratividade turística da região e o investimento realizado no desenvolvimento de um projeto de turismo sustentável e de elevada qualidade. Entendemos que a proposta não demonstra uma avaliação suficientemente aprofundada dos impactos sobre as atividades turísticas existentes, nem prevê medidas adequadas de mitigação ou compensação para os operadores económicos potencialmente afetados. Nestes termos, solicitamos que a proposta seja revista, de forma a assegurar uma adequada compatibilização entre os objetivos de desenvolvimento energético e a proteção da atividade turística, da	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Pronúncia em sede de consulta pública	
114283	Discordância	A **Kapitulaudaz, Lda.**, proprietária e exploradora da **Bode Country House**, empreendimento de turismo em espaço rural localizado na área abrangida pela presente proposta de PSZAER, vem, por este meio, manifestar a sua oposição à proposta em consulta pública. A **Bode Country House** desenvolve a sua atividade com base na qualidade da paisagem, na tranquilidade, no contacto com a natureza e na autenticidade do território envolvente, fatores que constituem a principal razão da escolha deste destino pelos seus hóspedes e representam um elemento essencial da viabilidade económica do empreendimento. A implementação das medidas previstas na proposta poderá comprometer de forma significativa estes valores, afetando negativamente a experiência proporcionada aos visitantes, a atratividade turística da região e o investimento realizado no desenvolvimento de um projeto de turismo sustentável e de elevada qualidade. Entendemos que a proposta não demonstra uma avaliação suficientemente aprofundada dos impactos sobre as atividades turísticas existentes, nem prevê medidas adequadas de mitigação ou compensação para os operadores económicos potencialmente afetados. Nestes termos, solicitamos que a proposta seja revista, de forma a assegurar uma adequada compatibilização entre os objetivos de desenvolvimento energético e a proteção da atividade turística, da	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114281	Discordância	Continuam a querer-nos impor a solução «verde» , mesmo que isso implique a destruição de extensas áreas naturais. Os interesses económicos sempre em primeiro lugar. Temos que travar esta insanidade!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114280	Geral	Exmos. Srs., Estranhamos a conclusão de que a área ZAER no Município de Arganil é de 0 ha para eólica de 4030 ha. Ou há erro técnico, ou então há factores desconhecidos e pouco transparentes na elaboração deste trabalho. Paralelamente, há erro na aplicação dos pressupostos definidos ao Concelho de Arganil. O caso mais gritante está relacionado com os declives superiores a 25%. Pela nossa análise, apenas 2391,59 ha (59% da ZAER proposta) tem de facto declive inferior a 25%. Assim, de acordo com os critérios da própria proposta, estas áreas devem ser excluídas (esta análise encontra-se efectuada no documento em análise). As fontes utilizadas podem justificar alguma diferença entre as análises, mas um critério que inviabiliza 40% da área proposta tem forçosamente que ser alvo de nova análise! Aproveitamos para informar que qualquer solução de parque solar que tenha impacto paisagístico à distância merecerá o nosso mais veemente repúdio! Admitimos que há localizações viáveis, mas a instalação em zonas montanhosas, com visibilidade a quilómetros de distância, constituiria uma decisão altamente lesiva para o território; que não aceitaremos. Quanto ao impacto relacionado com a qualificação e classificação do solo, Contributos - Programa Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114275	Discordância	Num contexto de emergência climática, a aceleração da transição energética é indispensável, mas não pode ser feita de forma indiferenciada. A instalação de renováveis deve ser analisada caso a caso, porque nem todas as áreas têm o mesmo valor ecológico, paisagístico ou social, e uma solução tecnicamente eficiente pode ser ambientalmente inadequada se ignorar o bioma local. Portugal dispõe de um potencial renovável significativo, mas isso não significa que qualquer território esteja disponível para ocupação. Abrir espaço para grandes infraestruturas sem avaliação detalhada pode fragmentar habitats, afetar a biodiversidade, alterar usos do solo e comprometer serviços ecossistémicos essenciais, como a retenção de água, a proteção do solo e a regulação climática local. A sustentabilidade não se mede apenas pela fonte de energia; mede-se também pela forma como essa energia é implantada. Por isso, faz mais sentido privilegiar primeiro soluções de menor impacto, sobretudo a produção descentralizada em coberturas, parques de estacionamento, edifícios públicos, zonas industriais e outras superfícies já artificializadas. A instalação de painéis solares em telhados e terraços reduz a pressão sobre ecossistemas naturais, aproveita espaço já construído e distribui os benefícios da transição energética por mais cidadãos e empresas. Sempre que possível, deve-se começar por aí antes de ocupar solos agrícolas, manchas florestais ou áreas com elevada sensibilidade ecológica. Isto não significa excluir por princípio os grandes projetos renováveis. Significa apenas que eles devem ser planeados com rigor, transparência e base científica, considerando cumulativamente a fauna, a flora, a água, o solo, a paisagem e a compatibilidade com as comunidades locais. A pressa em instalar capacidade renovável não pode transformar-se numa nova forma de pressão sobre o território. Em suma, a descarbonização é urgente, mas não deve reproduzir os mesmos erros do modelos de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114272	Discordância	É abstruso que um governo que se diz preocupado com o aquecimento global ache que desflorestando consegue atingir os objectivos a que se propõe. A falácia de que a energia solar ou eólica vai ajudar a retirar CO2 da atmosfera está ser usada porque se sabe que os contribuintes têm pouca ou nenhuma literacia científica e pretende-se aprovar este crime ambiental por omissão. A biodiversidade de que dependemos para viver está a ser posta em causa, não só por ignorância, mas por interesses económicos. A floresta que pretendem destruir retira mais CO2 da atmosfera do que aquele "retirado" por energias ditas limpas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114269	Discordância	A eliminação das àrvores e de toda a vegetação em áreas tão extensa como a deste projecto, vai provocar o aumento da temperatura e a erosão dos solos, o escoamento rápido da água das chuvas e o aumento das cheias e derrocadas, não permitindo o abastecimento dos aquíferos subterrâneos. Vai provocar ainda a diminuição da percentagem de oxigénio e consequentemente a qualidade do ar. Assim, não vejo como pode este projecto ser classificado como benigno para o território e para a mitigação das consequencias das alterações climáticas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114268	Discordância	Discordo totalmente de que se use hectares de terra, para painéis solares. Utilizem as fachadas , terraços de prédios, parques de estacionamento, autoestradas etc , mas não plantem vidro e metal e antes plantem árvores, pois é a nossa salvação. Tanta energia renovável para depois ser para exportar, ou para as gigantes dos Centros de dados que aí vêem . Este grande crime ambiental terá o preço muito elevado no futuro, e já começa a dar vistas disso.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
114267	Discordância	A Beira Baixa não está á venda. A Fauna e a Flora vai ficar destruida a Populução vai ficar com muitos problemas de saùde devido ao aumento do calor … Uma vez o fim desses projetos vai ficar « lixos »nesses terrenos e que até agora não sabem que fazer e o que resulta até agora é o abandono de painéis, vidros, baterias litium, etc, etc A energia renovável não pode ser mote para a destruição de ecossistemas ja pre existentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114266	Discordância	O facilitismo é terrível. Arranjem soluções ecologicamente equilibradas. Não é destruir verde para colocar supostamente energia verde.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Um projecto desta dimensão , vai afectar negativamente a fauna e flora, afectando a paisagem e a vida natural. Afectará também a vida das populações, populações estas que não podem ver o seu território "esventrado" por motivos que são mais económicos do que ecológicos. Quem se preocupa com a sustentabilidade não propõe projectos desta dimensão.	Obrigada pela sua participação.
114265	Discordância	A autorização para abate de árvores centenárias, os milhares de hectares visados neste projecto, são uma traição ao país e à sua natureza. O aumento da temperatura nas regiões, algumas delas com temperaturas elevadas no Verão, a alteração drástica na paisagem e no ecossistema, afectando a vida de inúmeras espécies, opõem-me determinantemente à forma como este projecto é proposto nas várias regiões.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114264	Discordância	Subject: Objection to the Proposed Renewable Energy Acceleration Zone (PSZAER) I would like to submit my objection to the proposed designation of this area as a Renewable Energy Acceleration Zone under the PSZAER programme. While I support the transition to renewable energy and the need to address climate change, I am concerned that the proposed designation may have significant negative impacts on the local environment, landscape, biodiversity, and quality of life of local residents. In particular, I believe that: the environmental and ecological value of the area has not been sufficiently considered; the potential impacts on biodiversity, wildlife, and landscape require further assessment; the interests and concerns of local communities have not been adequately addressed; alternative locations with fewer environmental and social impacts should be considered. I therefore request that this area be excluded from the proposed Renewable Energy Acceleration Zones until a more comprehensive assessment and consultation process has been carried out.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114263	Discordância	A instalação de parques fotovoltaicos altera negativamente a paisagem, aumenta a temperatura, prejudica a biodiversidade, elimina solos agrícolas e provoca desertificação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114262	Discordância	Contra	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114261	Discordância	Discordo da implementação selvática de energias verdes no nosso pais. Discordo profundamente da instalação deste projeto de painéis solares na Beira Baixa e noutra zona em portugal.A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição da nossa fauna, da nossa flora e dos ecossistemas que ainda conseguimos preservar. A Beira Baixa é uma região que, durante o verão, já enfrenta temperaturas extremamente elevadas, secas prolongadas e um elevado risco de incêndios. Transformar grandes áreas naturais em parques industriais de painéis solares significa eliminar habitats, destruir biodiversidade e alterar profundamente a paisagem que faz parte da nossa identidade. Que futuro queremos deixar às próximas gerações? Um país onde a natureza é sacrificada em nome de projetos que poderiam ser instalados em zonas já artificializadas, como telhados de edifícios, parques industriais ou terrenos degradados?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114259	Discordância	Muitos países procuram soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção do ambiente, investindo em alternativas que minimizam o impacto sobre os ecossistemas. Nós também devemos seguir esse caminho, em vez de continuarmos a destruir aquilo que é insubstituível. Está na altura de abrir os olhos. O planeta está a dar sinais claros de que atingimos um ponto crítico. Não podemos continuar a tomar decisões que agravam a perda de biodiversidade e contribuem para o desequilíbrio ambiental. Proteger a natureza não é um obstáculo ao desenvolvimento; é uma condição essencial para garantir qualidade de vida, segurança e esperança às gerações futuras. O progresso só faz sentido quando respeita o ambiente. Caso contrário, estaremos a comprometer o futuro dos nossos filhos e netos em nome de benefícios de curto prazo. Este texto apresenta uma posição firme contra o projeto, mas evita afirmar como factos questões que podem depender de estudos de impacto ambiental específicos, tornando a argumentação mais sólida e credível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114258	Discordância	Assunto: Pronúncia de Discordância relativamente à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, No âmbito do período de consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), venho apresentar a minha discordância relativamente à sua aprovação, pelos seguintes fundamentos: 1. Insuficiente salvaguarda dos interesses e especificidades locais Embora o PSZAER afirme a necessidade de compatibilização com os instrumentos de gestão territorial e com os interesses das comunidades locais, verifica-se uma excessiva centralização das decisões associadas à instalação de projetos de energias renováveis, reduzindo a capacidade efetiva de intervenção dos municípios e das populações diretamente afetadas. 2. Risco de artificialização e transformação irreversível da paisagem O documento identifica extensas áreas do interior do país, nomeadamente na Região Centro e no grupo paisagístico do Pinhal Interior, Vale do Zêzere, Gardunha, Alvelos, Moradal e Maciço Agroflorestal do Castelo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114257	Discordância	Assunto: Pronúncia de Discordância relativamente à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, No âmbito do período de consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), venho apresentar a minha discordância relativamente à sua aprovação, pelos seguintes fundamentos: 1. Insuficiente salvaguarda dos interesses e especificidades locais Embora o PSZAER afirme a necessidade de compatibilização com os instrumentos de gestão territorial e com os interesses das comunidades locais, verifica-se uma excessiva centralização das decisões associadas à instalação de projetos de energias renováveis, reduzindo a capacidade efetiva de intervenção dos municípios e das populações diretamente afetadas. 2. Risco de artificialização e transformação irreversível da paisagem O documento identifica extensas áreas do interior do país, nomeadamente na Região Centro e no grupo paisagístico do Pinhal Interior, Vale do Zêzere, Gardunha, Alvelos, Moradal e Maciço Agroflorestal do Castelo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114256	Discordância	Assunto: Pronúncia de Discordância relativamente à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, No âmbito do período de consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), venho apresentar a minha discordância relativamente à sua aprovação, pelos seguintes fundamentos: 1. Insuficiente salvaguarda dos interesses e especificidades locais Embora o PSZAER afirme a necessidade de compatibilização com os instrumentos de gestão territorial e com os interesses das comunidades locais, verifica-se uma excessiva centralização das decisões associadas à instalação de projetos de energias renováveis, reduzindo a capacidade efetiva de intervenção dos municípios e das populações diretamente afetadas. 2. Risco de artificialização e transformação irreversível da paisagem O documento identifica extensas áreas do interior do país, nomeadamente na Região Centro e no grupo paisagístico do Pinhal Interior, Vale do Zêzere, Gardunha, Alvelos, Moradal e Maciço Agroflorestal de Castelo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114255	Discordância	Assunto: Pronúncia de Discordância relativamente à Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER) Exmos. Senhores, No âmbito do período de consulta pública da Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), venho apresentar a minha discordância relativamente à sua aprovação, pelos seguintes fundamentos: 1. Insuficiente salvaguarda dos interesses e especificidades locais Embora o PSZAER afirme a necessidade de compatibilização com os instrumentos de gestão territorial e com os interesses das comunidades locais, verifica-se uma excessiva centralização das decisões associadas à instalação de projetos de energias renováveis, reduzindo a capacidade efetiva de intervenção dos municípios e das populações diretamente afetadas. 2. Risco de artificialização e transformação irreversível da paisagem O documento identifica extensas áreas do interior do país, nomeadamente na Região Centro e no grupo paisagístico do Pinhal Interior, Vale do Zêzere, Gardunha, Alvelos, Moradal e Maciço Agroflorestal do Castelo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
114246	Discordância	Totalmente contra a ruina natural do país, basta de destruicao. A vida vale mais que essas ideias de loucos, chamar verde é total mentira. Arruinam o futuro do pais, nenhum turista ira à montanha e o territorio ficara mais degradado, acabem com a ganancia materialista. Nem só de dinheiro vive o homem. Os humanos gostam tabem de respirar beleza e verdura, nao a cor da morte.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114242	Discordância	Instalem os painéis solares nos telhados dos edifícios, serão certamente muito mais que 110 mil hectares..	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114239	Discordância	Nao quero as florestas transformadas em áreas cinzentas cobertas de paineis, com solos sem qualquer capacidade de produção e sem sustentabilidade da fauna e flora existente. O planeta nao existe para nós, somos apenas uma espécie entre milhares. Como tal, deixo o meu parecer sobre este assunto, discordando por completo com as medidas que querem ser implementadas, onde é utilizado dinheiro público para obras das quais a população discorda.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114238	Discordância	Não concordo com esta estratégia de facilitar a instalação de megaprojetos de energia eólica e fotovoltaica em zonas rurais, porque ela levanta sérias preocupações ambientais e sociais, tanto a nível local como regional e nacional. Desde logo, a informação disponível não é suficientemente acessível às comunidades locais. As pessoas diretamente afetadas não são devidamente consultadas nem lhes são explicados, de forma clara e transparente, os impactos destes projetos a médio e longo prazo. Por outro lado, a transformação da paisagem, a alteração da ocupação do solo, a poluição e a perda de biodiversidade já constituem problemas significativos de sustentabilidade nos territórios rurais. Com esta aceleração da implementação de grandes centrais de energias renováveis, estes impactos tenderão a agravar-se. Além disso, o aumento da capacidade instalada de energias renováveis em Portugal não se traduziu numa redução do preço da energia para os consumidores, nem há evidências de que este programa de aceleração venha a resolver os problemas socioeconómicos e demográficos persistentes das zonas rurais. A identidade dos espaços rurais, os seus saberes, tradições e a natureza envolvente, que têm contribuído para a resiliência das comunidades que aí vivem, não podem ser objeto de negociação entre o Governo e fundos de investimento estrangeiros, sem a participação efetiva das populações locais. Existe uma profunda discrepância entre as necessidades das comunidades rurais e as políticas públicas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114233	Discordância	Texto que inseri: Sou contra a implantação de monoculturas de painéis solares e mesmo de grandes parques eólicos em zonas rurais. Há outras alternativas à sua implantação sem o brutal impacto no nosso território verde que tanta falta nos faz a todos! Temos direito à natureza e às florestas, e esse direito está plasmado na constituição da república portuguesa (Art° 9°, 66°, 93° e 165°). Estamos num declínio climatérico, hídrico, natural e vocês querem viabilizar à pressa gigantes plantações de metal e painéis solares em locais que concorrem diretamente com a natureza, a agricultura, a produção florestal, o turismo rural, a tranquilidade? Querem secar, aumentar a temperatura, destruir a flora e fauna, acabar com o já frágil equilíbrio natural, piorar a frágil captação e retenção de água do país, quebrar com a tranquilidade e beleza natural? E isto tudo sem estudos de impacto ambiental, sem a consulta local da população? Absurdo! Vocês têm filhos? Pensam no futuro e na vossa contribuição para um mundo melhor? Tem alguma noção do que estão a permitir e reais consequências? Quem usa essa energia, quem lucra? Na minha opinião, esses projetos de energia solar e éolica podem e devem ser instalados em locais mais próximos dos, ou inseridos nos, centros urbanos reduzindo o desperdício do transporte e unindo necessidade e utilização aos pontos de injeção na rede, reduzindo a injustiça de serem os que menos precisam a sofrerem os impactos socio-económicos, ambientais. Instalar painéis onde já exista construção como zonas degradadas, parques de estacionamento, telhados, zonas industriais, auto-estradas, instalações eólicas no oceano que é tão vasto e nunca comprometendo o nosso interior! É possível e necessária a transição energética mas também é essencial proteger a biodiversidade, a ruralidade… quem sabe será esta migração de volta a um interior verde (sem esses mares negros, secos, mortos) a solução de futuro para as dependências agro-alimentares, hídricas do País! Tenham juízo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114232	Discordância	Não estou de acordo com a implantação de campis de paineis solares/ metal/ em vez de arborizacao ou vegetaçao autoctone	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Se continuarem a destruir o nosso património, não sei que país deixamos às gerações vindouras. Esta Industria poluente, destruirá vales e montanhas de uma região Património Mundial, mais importantes da região Norte de Portugal e no seio de uma Comunidade que produz e comercializa produtos alimentares de excelência, negócios que ficarão arruinados.	Obrigada pela sua participação.
114227	Discordância	Ninguém compra produtos alimentares produzidos numa região com riscos de contaminação com poluentes nocivos como metais pesados e outras substâncias perigosas. Ninguém compra, ninguém faz turismo, ninguém visita. Uma Comunidade que ficará gravemente afetada para sempre.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114225	Discordância	É inaceitável que seja cometido este crime sobre covas do barroso.. A transição verde é uma hipócrisia. Não roubem os terrenos às pessoas. o lugar dos ladrões é na cadeia. não deem cabo daquilo que funciona. Aquela gente é uma maravilha e um exemplo para todos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114223	Discordância	Aponto como consequência a diminuição de qualidade de vida das pessoas que habitam nestes locais e retira recursos naturais tão necessários à economia local, pelo bem da diversidade natural, discordo das localizações deste programa, existem tantos locais nas cidades onde podem colocar os ditos painéis fotovoltaicos sem prejudicar nem a natureza nem os animais nem as populações, nem o abate de arvores tão essenciais à existência da nossa humanidade, e fixação dos solos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114218	Discordância	Venho manifestar a minha discordância relativamente à proposta do PSZAER, por considerar que a mesma não salvaguarda adequadamente os interesses das populações locais, da agricultura, da paisagem e da biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114217	Discordância	Assunto: Oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
114216	Discordância	Nao podemos permitir que o país se transforme numa central fotovoltaica, criando um terrível impacte visual. Considero importante à utilização deste recurso mas em locais adequados como coberturas de prédios, nunca em zonas agrícolas ou florestais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114214	Discordância	Estou contra a destruição de meios ambiantes , de florestas , de terrenos agrícolas para a implantação de painéis solares e eólicas isso não é energias verdes pelo contrário é destruição da natureza daqui a pouco Portugal será um deserto . Parem com esta loucura , isto é só ganância , corrupção e dinheiro fácil para empresas estrangeiras	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114210	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114209	Discordância	Assunto: Oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114208	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, considerando que a sua implementação poderá acarretar impactos significativos sobre o território, a paisagem, o património natural e a qualidade de vida das populações locais. Embora reconheça a importância da transição energética e da promoção de fontes de energia renovável, entendo que a definição destas zonas deve ser precedida de uma avaliação mais aprofundada dos impactos ambientais, sociais, económicos e paisagísticos, garantindo a proteção dos ecossistemas, da biodiversidade, da atividade agrícola e florestal e dos interesses das comunidades afetadas. Considero igualmente fundamental assegurar processos de participação pública mais abrangentes e transparentes, permitindo que cidadãos, autarquias e entidades locais contribuam efetivamente para a tomada de decisão. Deve ser feita uma reavaliação das áreas propostas e a adoção de critérios mais rigorosos de seleção, de forma a compatibilizar os objetivos da transição energética com a preservação dos valores ambientais, culturais e socioeconómicos do território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114207	Discordância	Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Consideramos que este instrumento funcionará como uma autêntica via verde para a implantação de parques solares e eólicos, sem Estudo de Impacte Ambiental, numa área que pode chegar a 7% do território continental – 371.000 hectares! Para tal foi promovida uma análise, essencialmente cartográfica, que avaliando apenas a escala macro, se revela um exercício demasiado simplista, falível e ineficaz em matéria de conservação da natureza e biodiversidade, da proteção das terras com aptidão agrícola, do património cultural e arqueológico, entre outras. Com este PSZAER, são obtidas grandes conclusões e orientações a partir de um exercício teórico simplista e tecnicamente questionável. Parte-se do princípio que o atual conhecimento e caraterização do território à escala macro, é suficientemente robusto para sem mais estudos se promover um megaprocesso de planeamento territorial, esquecendo que os principais efeitos e impactes sobre o ambiente e as populações, se verificarão à escala local. O PSZAER, caso viesse a ser implementado, desvirtuaria em absoluto o princípio de AIA, a nível da análise multidisciplinar a uma escala de projeto, desvirtuaria o princípio da participação pública “caso a caso” e consequentemente dos princípios da cidadania e transparência. Refira-se ainda que para além de todas as deficiências e limitações ao nível da cabal identificação e avaliação de impactes sobre determinado projeto, fruto da sua escala macro, o PSZAER simplesmente ignora e impossibilita a avaliação à escala local, de impactes cumulativos, com outros projetos que não os energéticos, mas que podem induzir perda de território com valor natural ou cultural. De igual forma, a escala de avaliação não permite ter em conta outros fatores de qualidade do ambiente ou serviços de ecossistema. Paralelamente, aberto o precedente, poderão ser criadas as condições para este “agilizar” de processos e procedimentos ser replicado noutras áreas setoriais, com consequências imprevisíveis para as futuras	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	
114206	Discordância	Consideramos que este instrumento funcionará como uma autêntica via verde para a implantação de parques solares e eólicos, sem Estudo de Impacte Ambiental, numa área que pode chegar a 7% do território continental – 371.000 hectares! Para tal foi promovida uma análise, essencialmente cartográfica, que avaliando apenas a escala macro, se revela um exercício demasiado simplista, falível e ineficaz em matéria de conservação da natureza e biodiversidade, da proteção das terras com aptidão agrícola, do património cultural e arqueológico, entre outras. Com este PSZAER, são obtidas grandes conclusões e orientações a partir de um exercício teórico simplista e tecnicamente questionável. Parte-se do princípio que o atual conhecimento e caraterização do território à escala macro, é suficientemente robusto para sem mais estudos se promover um megaprocesso de planeamento territorial, esquecendo que os principais efeitos e impactes sobre o ambiente e as populações, se verificarão à escala local. O PSZAER, caso viesse a ser implementado, desvirtuaria em absoluto o princípio de AIA, a nível da análise multidisciplinar a uma escala de projeto, desvirtuaria o princípio da participação pública "caso a caso" e consequentemente dos princípios da cidadania e transparência. Refira-se ainda que para além de todas as deficiências e limitações ao nível da cabal identificação e avaliação de impactes sobre determinado projeto, fruto da sua escala macro, o PSZAER simplesmente ignora e impossibilita a avaliação à escala local, de impactes cumulativos, com outros projetos que não os energéticos, mas que podem induzir perda de território com valor natural ou cultural. De igual forma, a escala de avaliação não permite ter em conta outros fatores de qualidade do ambiente ou serviços de ecossistema. Paralelamente, aberto o precedente, poderão ser criadas as condições para este "agilizar" de processos e procedimentos ser replicado noutras áreas setoriais, com consequências imprevisíveis para as futuras	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114204	Discordância	Já chega de destruir a natureza com renováveis pseudo-ambientais que só destroem terreno florestal e a biodiversidade nacional. Visto de um avião, Portugal é só parques fotovoltaicos, eólicos e já nem comento as minas do Barroso. Se o governo, a APA e o ICNF não protegem a natureza e florestas, os cidadãos devem resistir e fazer oposição. Sou totalmente contra tudo o que destrói o que a natureza tão sabiamente constrói. Para além do que, de que nos adianta ter energia se não a conseguimos manter durante apagões e se não respiramos energia? Chega!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114203	Discordância	Assunto: Oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados; deveriam ser estudadas alternativas com menor impacto ambiental e social. Solicito, por isso, que esta área seja excluída das propostas Zonas de Aceleração para Energias Renováveis até que seja realizada uma avaliação mais completa e um processo de consulta mais abrangente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114198	Discordância	Proposta de texto para a participação na Consulta pública relativa ao PSZAER, aplicado ao concelho de Évora Exmos Senhores 1.Na qualidade de cidadã do concelho de Évora, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2.Considero que, de acordo com o que segue abaixo e não só, os objectivos discutiveis ou as necessidades energéticas reais não justificam a imposição de soluções antitéticas aos propósitos maiores não só da sustentabilidade como na regeneração. 3.A regeneração é vital no momento que atravessamos e a nossa prioridade deve ser a qualidade de vida e ambiental das gerações vindouras, que não podemos comprometer. A razão impõem que nos refreemos nas respostas imediatas em favor de um futuro comprometido com a vida humana e planetária - uma vida rica, que valha a pena viver e, pelo menos, qualitativamente paritária com as dos nossos antepassados. 4.Enquanto psicóloga, não posso deixar de enfatizar que a nossa saúde mental e física estão inextricavelmente associadas às percepções de vitalidade, à relação com o mundo natural íntegro, à percepção de que o futuro vale a pena ser vivido, pois tem a capacidade de trazer bem estar e sentido, sentido resultante também da nossa eficácia na intervenção nos processos públicos, como o presente. 5.A existência e actuação num território a que pertencemos e controlamos estrutura processos de identidade, participação, entre-ajuda e responsabilidade cívica e social. A perda de território - do lugar que amamos - destrutura os nossos sentidos de pertença, a vontade, empenho e responsabilização . Estes processos violentam a comunidade e prejudicam as suas malhas, essenciais para o futuro e para o florescimento do território me que o futuro se vai alicerçar. 6.O acima exposto é tão mais importante quanto nos esperam desafios de vária ordem nas próximas décadas e precisamos de contar com o Alentejo quando os litorais forem mais afectados, o solo fértil e a água avaliados, na sua importância, exponencialmente mais do que hoje, as migrações climáticas se	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
114196	Discordância	Não faz sentido, desmantelar a cultura e a gente que cuida da terra para plantar estruturas metálicas e tecnológicas que nada lhe oferecem à mãe natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114194	Discordância	É muito mais rentável, útil, e lógico proteger a natureza, tecnicas agricolas, e mercados locais, e usar essa autenticidade na promoção de mais ecoturismo, agroturismo, turismo de saude, o valor em airbnbs, projetos e retiros que já estão a ativos mostram bem a tendência da zona interior. Em termos de paineis solares, seria menos drástico para a paisagem se houvesse apoios para converter telhados das casas e outros edificios com os mesmos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114192	Discordância	Este projecto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível para poder dar uma opinião informada.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114191	Discordância	Discordo totalmente desta proposta. Por definição, este tipo de questões em grande escala precisa de ser investigado minuciosamente. Mesmo que as grandes empresas queiram construir centros de dados, por exemplo, o fornecimento de energia terá de ser analisado de acordo com um procedimento rigoroso, em que a natureza e o ambiente sejam priorizados.. Assunto: Oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho, por este meio, apresentar a minha oposição à proposta de classificação desta área como Zona de Aceleração para Energias Renováveis no âmbito do programa PSZAER. Embora apoie a transição para as energias renováveis e a necessidade de combater as alterações climáticas, considero que a proposta poderá ter impactos negativos significativos no ambiente local, na paisagem, na biodiversidade e na qualidade de vida das populações locais. Em particular, considero que: o valor ambiental e ecológico desta área não foi suficientemente considerado; os potenciais impactos na biodiversidade, na fauna e na paisagem exigem uma avaliação mais aprofundada; os interesses e as preocupações das comunidades locais não foram adequadamente considerados;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114190	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114189	Discordância	A Beira Baixa enfrenta uma ameaça sem precedentes ao seu património natural, agrícola e paisagístico. A instalação de megacentrais solares em extensas áreas dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão representa uma transformação profunda do território, cujos impactos ultrapassam largamente a produção de energia. Entre as principais desvantagens destes projetos encontram-se a ocupação de milhares de hectares de solo, a fragmentação de habitats naturais, a degradação da paisagem, a pressão sobre a biodiversidade e a redução da disponibilidade de terrenos para atividades agrícolas, florestais e outras utilizações compatíveis com o desenvolvimento sustentável da região. Acresce ainda o efeito cumulativo de vários projetos concentrados na mesma área, cuja avaliação deve ser integrada e não analisada caso a caso. Importa igualmente questionar o verdadeiro benefício económico destas instalações para a Beira Baixa. Durante a fase de construção poderá existir algum emprego temporário, mas a exploração corrente de uma central fotovoltaica exige normalmente um número muito reduzido de trabalhadores permanentes. Isto significa que, depois de concluídas as obras, os postos de trabalho criados são escassos quando comparados com a dimensão do território ocupado. Ao mesmo tempo, uma região que poderia apostar na agricultura, no turismo de natureza, na valorização florestal e na fixação de população arrisca-se a ficar marcada por uma utilização intensiva do solo que gera pouco emprego local e cujo valor económico é captado maioritariamente pelos promotores. A transição energética é necessária, mas não pode servir de argumento para impor projetos desproporcionados, sem transparência, sem uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos e contra a vontade das comunidades diretamente afetadas. O desenvolvimento sustentável exige equilíbrio entre produção de energia, proteção ambiental, atividade económica e qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114188	Discordância	Os painéis solares são muito prejudiciais para a natureza e para as águas subterrâneas. Além disso, vão fazer com que a temperatura aumente. Não estraguem estas regiões!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114187	Discordância	Por que é que o ambiente tem de ser destruído? Os painéis solares podem ser instalados nos telhados das casas, em instalações industriais, em parques de estacionamento e em autoestradas. Em Portugal, existem muitas espécies de plantas e animais protegidas cujo habitat está prestes a ser destruído. Sou contra isso! Devemos deixar aos nossos filhos e aos filhos deles um planeta saudável e diversificado.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114185	Discordância	A Beira Baixa enfrenta uma ameaça sem precedentes ao seu património natural, agrícola e paisagístico. A instalação de megacentrais solares em extensas áreas dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão representa uma transformação profunda do território, cujos impactos ultrapassam largamente a produção de energia. Entre as principais desvantagens destes projetos encontram-se a ocupação de milhares de hectares de solo, a fragmentação de habitats naturais, a degradação da paisagem, a pressão sobre a biodiversidade e a redução da disponibilidade de terrenos para atividades agrícolas, florestais e outras utilizações compatíveis com o desenvolvimento sustentável da região. Acresce ainda o efeito cumulativo de vários projetos concentrados na mesma área, cuja avaliação deve ser integrada e não analisada caso a caso. Importa igualmente questionar o verdadeiro benefício económico destas instalações para a Beira Baixa. Durante a fase de construção poderá existir algum emprego temporário, mas a exploração corrente de uma central fotovoltaica exige normalmente um número muito reduzido de trabalhadores permanentes. Isto significa que, depois de concluídas as obras, os postos de trabalho criados são escassos quando comparados com a dimensão do território ocupado. Ao mesmo tempo, uma região que poderia apostar na agricultura, no turismo de natureza, na valorização florestal e na fixação de população arrisca-se a ficar marcada por uma utilização intensiva do solo que gera pouco emprego local e cujo valor económico é captado maioritariamente pelos promotores. A transição energética é necessária, mas não pode servir de argumento para impor projetos desproporcionados, sem transparência, sem uma avaliação rigorosa dos impactos cumulativos e contra a vontade das comunidades diretamente afetadas. O desenvolvimento sustentável exige equilíbrio entre produção de energia, proteção ambiental, atividade económica e qualidade de vida das populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114176	Discordância	Este programa não tem em conta a ecologia ou os ambientes socioculturais e económicos das zonas e os verdadeiro impactos que a implementação de projetos de energia vão ter na ecologia, biodiversidade e vida dos habitantes. Apesar de ser ser necessária uma transição energética para energias renováveis, esta transição não pode ser feita ao custo da biodiversidade e dos habitantes da zonas rurais. Projetos de energias renováveis, tal como todos outros, devem ser muito ponderados e os impactos devem ser muito bem estudados antes da implementação, pois nem sempre estes projetos são uma mais valia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114174	Discordância	Está mais que provado que temos de plantar árvores para contribuir para o arrefecimento da Terra. E se uma árvore é uma amiga de todos nós, abater árvores para colocar painéis solares é prova de estupidez humana. A ganância não se pode esconder por detrás de critérios ditos ambientais, usar solos aráveis para a colocação de painéis é matar o ambiente, o que contradiz toda a política de ecologia e rebaixa o principal objectivo de produção de energia amiga do ambiente! Oponho-me completamente à concretização deste projecto, a proteção do ambiente está acima de tudo. Coloquem painéis solares nos telhados das escolas de Évora ou outros edifícios públicos, em locais urbanos!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114171	Discordância	Não concordo com a destruição da floresta para aplicação dos painéis	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
114168	Discordância	Discordo da ampla utilização de solos rurais para implementação de centrais solares, destruindo vastas áreas de floresta, terrenos aráveis, ecossistemas, habitats animais, paisagens e culturas. O interior de Portugal já sofre de altas temperaturas no Verão, e as centrais solares ainda agravam o problema. Não precisamos de painéis solares nos campos, precisamos é de árvores que contribuam para a produção de oxigénio e amenizem a temperatura ambiente. Não precisamos de centrais solares na paisagem rural, pois elas irão destruir investimentos turísticos, negócios locais, caminhos pedestres, e tornar essas zonas mais pobres em termos ecológicos, ao contrário do que se quer afirmar com a suposta "energia verde". Há muitas formas de instalar sistemas de energia solar onde ela é mais requerida, em termos de consumo, em vez de destruir as nossas paisagens naturais, a exemplo do que se faz noutros países.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114167	Discordância	Sou contra este projecto porque: 1 - Não se pode tornar zonas rurais em zonas industriais. 2- Pela questão ecológica; estes projetos danificam a natureza. 3- E pelas questões socio-económicas, vevem pessoas nestes sitíos que não devem sofrer com o impacto destes projectos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114165	Discordância	Não aos painéis solares nos campos! Ponham-nos nos telhados ou no deserto! A saúde pode estar em risco! Na Beira Baixa as temperaturas já atingem 40°!	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
114163	Discordância	Este projeto traz consequências danosas para a Beira Baixa ,que ainda vai ficar mais empobrecida , mais poluída e mais quente e consequentemente com propensão a incêndios.A extensão é mesmo de uma dimensão muito grande. Mais uma vez NÃO a estes projetos para a zona da BEIRA BAIXA. este é um "mapa negro", porque de verde não tem nada! Poupem-nos aos interesses de alguns camuflados em " superiores interesses " para o País. Foi para isso que foram eleitos ! Eu nasci numa aldeia onde se tem uma paisagem verde magnífica na serra da Gardunha. O projeto Sophia a ser implementado, vai deixar a aldeia rodeada de painéis solares em grande escala. É uma zona que naturalmente no verão já é muito quente, com a implementação do projetos de painéis solares, vai ter um aumento de temperatura. Portanto vai ser muito difícil viver com a subida de temperatura. As pessoas que vivem nestes lugares vão perder qualidade de vida, as suas propriedades vão perder valor, a sua saúde vai piorar. Não há nenhum benefício positivo para a população onde querem implementar os painéis solares. Querem destruir o interior do país em benefício de grandes empresas. Não é justo, o povo não quer viver rodeado de painéis solares, nem de fios de muita alta tensão. A saúde e o bem estar de quem sempre trabalhou e viveu no campo tem de ter algum valor e relevância.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114162	Discordância	O interior tem pessoas, não somos objetos sem relevância. Existe outra questão que ninguém fala, quando os painéis solares chegarem ao fim de vida, o que vai acontecer? Porque é que há países que não aprovam este tipo de projetos no seu território e querem implementar no nosso? Porque somos pobres de espírito e aceitamos tudo em troca de nada, os únicos beneficiários são as grandes empresas. Onde está a protecão da natureza e da vida animal?	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114161	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114160	Concordância	Tendo em conta a estratégia nacional de aumento das energias renováveis penso que estes terrenos podem ter um bom contributo para esse fim. No meu caso o terreno tem elevado relevo e a terra tem pouco aproveitamento agrícola. Mais uma vez são as áreas rurais que são identificadas para parques de energias renováveis. Já foi demonstrado que as populações locais não concordam com esses projetos enormes que vão dar cabo das paisagens rurais e da biodiversidade. Esses projetos comprometem outros objetivos que sejam eles turísticos, agrícolas ou simplesmente relativos a escolhas de qualidade de vida. Se já não se pode ter uma qualidade de vida no interior do país, porquê ficar quando se ganha dificilmente dinheiro? O despovoamento deixará de certeza menos vozes a se levantarem contra este tipo de mega projetos.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
114159	Discordância	O governo em vez de apoiar a sua população prefira ceder aos lobbies dos painéis solares. Escolha o lucro em vez da sua identidade cultural. Se o objetivo for realmente descarbonizar o país, a escolha seria apoiar de maneira massiva as famílias e as empresas na colocação de paneis solares ao título individual. Técnicas que não podemos esquecer-nos não são socialmente nem ecologicamente 100% limpas. Ao deixar as paisagens rurais tornarem-se industriais a esta amplitude, participem a uma desvalorização dos territórios e encaminham o país direitamente para a crise ecológica que está a instalar-se e que fará sofrer às populações futuras.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114153	Discordância	Painéis nos telhados, não nos campos.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114150	Discordância	Não concordo com as minas do Barroso, queremos vida no Barroso, árvores, agricultura sem poluiçao, rios sem poluição, queremos viver sem poluição, não qieremos morrer de cancro e outras doenças, as familias têm direito á natureza, as crianças a uma natureza saudável, a beber agua e comer e respirar sem medo. Sim à natureza, não a esburacarem Portugal, facam isso em Espinho à porta do outro....queremos parques, arvores, florestas, animais, abelhas e não minas, não à destruição do turismo e da nossa terra oara os corruptos engordarem ainda mais.	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
114143	Discordância	Não vem favorecer a população rural, não traz qualquer vantagem sócio-económica para a comunidade local e obviamente, o impacto climático, o extremínio de árvores e vegetação em prol de energias ditas verdes, não obrigada!Este projeto é uma aberração!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114141	Discordância	Venho manifestar a minha firme oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), na medida em que este promove a instalação de grandes infraestruturas de produção de energia em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis, colocando em causa a proteção do território, da biodiversidade e da participação democrática das populações. Reconheço plenamente a necessidade de acelerar a transição energética e de reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No entanto, essa transição não pode servir de pretexto para sacrificar recursos naturais insubstituíveis nem para enfraquecer os mecanismos de avaliação ambiental e de participação pública que constituem pilares fundamentais da gestão sustentável do território. O PSZAER assenta numa lógica preocupante de simplificação e aceleração dos processos de licenciamento, reduzindo o escrutínio técnico e público de projetos com impactos potencialmente irreversíveis. A diminuição das exigências de avaliação ambiental e a limitação da capacidade de intervenção das autarquias, das comunidades locais, dos agricultores, das associações de defesa do ambiente e de outras entidades representam um retrocesso na transparência e na qualidade da decisão pública. Os solos agrícolas e florestais desempenham funções estratégicas que vão muito além da sua utilização económica. São essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos, o armazenamento de carbono, a prevenção da erosão, a mitigação das alterações climáticas e a manutenção da qualidade da paisagem. A sua ocupação por grandes centrais solares ou outras infraestruturas energéticas constitui uma artificialização do território que destrói habitats, fragmenta ecossistemas, reduz a capacidade produtiva dos solos e compromete serviços ambientais que dificilmente poderão ser recuperados.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114140	Discordância	Considero que a aceleração deste processo tem diversos impactos negativos. Apesar de reconhecer a urgência para uma transição energéticas mais sustentáveis, acredito que haverá opções mais regenerativas. Planeadas em conjunto com as comunidades. Este programa poderá comprometer e trazer severas dificuldades para as populações locais bem como a sua identidade - zonas rurais não podem ser abandonadas! Devem ser preservadas, valorizas e habitadas. Também as questões socioeconomicas das regiões e os seus impactos. Assim como as questões ecológicas - destruição de ecossistemas resilientes que sustentam o equilíbrio ainda possível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114136	Discordância	Sou natural de S. Vicente da Beira, concelho de Castelo Branco e preocupa-me muito o impacto ambiental que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) vai ter no nosso clima, onde as temperaturas são já elevadas, com a extinção da vida selvagem vegetal e animal. Este não é de certeza o caminho para uma energia verde. Não adianta ter energia verde, sem VIDA!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114125	Discordância	.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114113	Discordância	zonas sao tao diversas nao pode permitir uma permissao acelarada sem a avaliação precisa e cuidadosa dos seus impactos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Estive 3 dias para conseguir fazer login no site participa.pt, e quando, finalmente consegui, fiquei desiludida de ter tão poucas participações. Mas a admiração não foi muita! Provavelmente como eu, outras pessoas tentam e não conseguem, acabando por desistir de participar, embora quisessem!	
		Este projeto preocupa-me e não encontrei informação suficientemente acessível.	Obrigada pela sua participação.
114110	Discordância	Discordo totalmente de uma transição verde que envolva projetos de tal dimensão como o PSZAER, sabemos que campos de painéis solares reduzem a flora, o que origina impactos negativos, como por exemplo o aumento da temperatura nessas áreas ou afetar o ciclo da água. Não vejo como entregar hectares e hectares de terrenos a projetos que não representam cuidado com o respeito ambiental e dos próprios locais. Não desejo ver no futuro um Portugal formatado onde o lucro envolve destruição ou desaproveitamento de solos quando a utilização de painéis solares em menor escala tem um impacto tão positivo. Sermos mais sustentáveis passa por o individuo tomar responsabilidade, a lógica de campos de monoculturas, mas desta vez de painéis solares é profundamente distópica. Os terrenos devem ser respeitados como parte integrante de um ecossistema e o uso nos mesmos de forma extrativista mesmo que com outras roupagens não é aceitável. Os solos são para cultivar, para desenvolver casa, alimento; os solos também se devem respeitar, devem desenvolver-se livres ao ritmo da própria Vida. Explorar sem fundamento não, já é uma tristeza ir pelas estradas nacionais a viajar onde só vemos monoculturas do que mais provoca incêndios em Portugal - eucaliptos , áreas e áreas a serem desmatadas para mais monoculturas; vemos hectares e hectares já de campos com painéis solares; temos visto paralelamente vários outros projetos que atacam a integridade de várias serras como por Covas do Barroso, Serra da Estrela e Beiras, é impensável aceitar mais ideias que venham com esta lógica extrativista supostamente verde. Impactos negativos: degradação dos solos e das paisagens, impactos nas comunidades: locais e território. NÃO AO PROJETO SETORIAL DAS ZONAS DE ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114108	Discordância	Entendo o interesse na aceleração de certos processos, no entanto, acredito que não podemos facilitar os interesses dos grandes produtores e consumidores, sem ouvir a opinião do povo e dos que se comprometem a proteger os ecossistemas locais. Na democracia o povo é quem mais ordena e tem o direito de saber o que se passa a tempo e horas, com transparência, de saber o que querem fazer com as suas terras e de dizer "não", quando algo lhes pareça comprometedor.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114106	Discordância	No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), quero manifestar a minha oposição à inclusão de áreas do concelho de Idanha-a-Nova para a instalação de grandes centrais solares. Sou natural de Idanha-a-Nova e tenho um enorme orgulho na terra onde nasci. O nosso concelho é reconhecido pelas suas paisagens únicas, pela tranquilidade que proporciona a quem nos visita e pela riqueza da sua fauna e flora. É este património natural que nos distingue e que deve ser preservado para as gerações futuras. Considero que a instalação de grandes centrais fotovoltaicas em extensas áreas do concelho pode comprometer profundamente a paisagem, fragmentar habitats e afetar os ecossistemas que caracterizam a nossa região. A preservação da biodiversidade, da identidade paisagística e dos valores naturais deve constituir um critério prioritário na definição das zonas abrangidas pelo PSZAER. Quem vive em Idanha-a-Nova conhece bem a realidade do território. Os verões são muito quentes e prolongados, pelo que qualquer intervenção de grande dimensão que altere significativamente a ocupação do solo merece uma avaliação rigorosa dos seus potenciais impactos ambientais, incluindo os efeitos no microclima, na fauna, na flora e na qualidade de vida das populações. Estas preocupações assumem particular relevância num concelho com uma população maioritariamente envelhecida e mais vulnerável aos fenómenos de calor extremo. Não sou contra as energias renováveis. Reconheço a sua importância para a transição energética e para o combate às alterações climáticas. Contudo, essa transição deve ser compatível com a proteção do património natural, da paisagem e da qualidade de vida das populações. O desenvolvimento sustentável	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114101	Discordância	Acho inadmissivel que depois da maior participacao publica registada a nivel nacional, em relacao aos projectos da beira e sophia continuem a tentar destruir a nossa regiao. Deixem de sacrificar a vida das populacoes, o turismo, flora e fauna por lucro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114095	Discordância	Discordo desta proposta. É uma forma muito clara de provocar danos sérios nas áreas verdes do nosso país e, principalmente, inutilizar áreas verdes que devem ser analisadas e vistas como potenciais zonas para implementação de processos regenerativos de agricultura e biodiversidade. Não se cria transição verde com o devastamento de terrenos e impactando de forma drástica os ecossistemas naturais. Há muitas alternativas que podem ser consideradas para o efeito. Os telhados de grandes edifícios públicos, escolas, hospitais, etc.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114092	Discordância	Com este plano estamos a condenar a desertificação áreas do nosso país com grande potencial agrícola e turístico. Estamos a destruir ecossistemas sem avaliar as consequências a longo prazo, Quem vai faturar com isto? Que empresas privadas vão receber financiamentos para se instalarem e lucrarem com a nossa energia? Que benefícios virão para Portugal e para os portugueses em especial os que vivem nas zonas impactadas? Qual a duração de vida prevista destas mega centrais? Quando ficarem obsoletas como será feita a limpeza e equilíbrio dos habitats destruídos? Existe algum benefício para Portugal ou estamos a ceder terrenos férteis e a destruir habitats para lucro de empresas privadas? Foi feito algum estudo relativamente ao impacto a longo prazo nos ecossistemas e nas populações de um plano tão concentrado de painéis solares? Qual o impacto no turismo nestas zonas foi estudado? Sou completamente contra. Acho que devemos procurar utilizar telhados, autoestradas, parques de estacionamento, áreas urbanas já impactadas de uma forma ou de outra. Destruir ecossistemas e impactar populações para exportar energia sem qualquer benefício para o país cedendo recursos a privados não faz sentido. Nem interessa aos portugueses	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114091	Discordância	Totalmente contra as energias renovaveis na Beira Beira ,e noutras regiões de Portugal	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114090	Reclamação	Bom dia, É a segunda vez que foi notificada da introdução de novos elementos: Da primeira vez consegui identificar um documento novo, mas não sei se algum dos outros foi alterado. Da segunda vez não consigo encontrar elementos novos e como não se vê a data de colocação, não sei se algum dos documentos foi alterado! Isto não é maneira de se conduzir uma consulta pública!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114089	Discordância	Este projeto preocupa-me e não encontrei informação acessível/compreensível para dar uma opinião informada!!	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
114087	Discordância	Este projeto preocupa-me. A informação é pouco acessível e esclarecedora. Os painéis solares devem estar em telhados, muros, estacionamentos, e não no campo. Já basta o flagelo da agricultura super intensiva. A tendência devia ser reabilitar o espaço natural e as florestas e não tapá-los com painéis! Só o lucro interessa! As energias renováveis deveriam ser em prol da natureza e não um ataque à mesma!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114085	Discordância	Não estou de acordo	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114083	Discordância	Favor colar painéis em sítios onde não destruam e possam mesmo ser úteis para fazer sombra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114078	Discordância	Reconheço a urgência da descarbonização e a necessidade de reforçar a produção de energia a partir de fontes renováveis. Contudo, a transição energética não pode ser concretizada à custa da degradação dos sistemas naturais que sustentam a própria resiliência climática do território. A mitigação das alterações climáticas e a conservação da biodiversidade constituem objetivos complementares e não concorrentes, devendo as políticas públicas assegurar a sua concretização de forma integrada e coerente. Discordo em absoluto com esta proposta. Em anexo qpresento as razões para a minha discordância. José Manuel Conceição	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114077	Reclamação	A documentação apresentada padece de vários erros de fundo, sendo impossivel elaborar uma participação com todos os dados. Assim, este processo de participação publica, sem que a info seja partilhada com os cidadãos, +e impossivel de continuar. Para alem disso, quanto a questoes de fundo, definir 370mil hectares de territorio nacional onde nao seriam necessárias AIA, acelerando uma corrida à eletrficiação sem um repensar das premissas fundamentais a esta estratégia (tais como: o que entendemos como progresso? De quanta energia necessitamos para podermos viver bem e com conforto? Como asseguramos a distribuição de valor e lucros por todos, incluindo comunidades onde as instalações são feitas? quais as alternativas a mega parques, e como as acelerar a elas? etc etc) - é um erro crasso da governação e tem de ser colocado na mesa ANTES de avnaçarmos para este tipo de "soluções" que nada mais fazem senao concentrar meios de produção de energia e lucros nas mãos de um pequeno grupo de empresas e pessoas. Sou terminantemente contra este PSZAER, e considero que o corrente processo de consulta publica é incompativel com as normas da participaçao publica - e que portanto deveria ser repetido, com prazos mais alargados de consulta, e com toda a informação (mapas, estudos, etc) disponibilizados	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114073	Discordância	A Serra da Cabreira não pode ser apenas um mapa de investimento energético A energia renovável é um caminho importante para o futuro, mas acredito que a transição energética não pode ser feita a qualquer preço, ignorando a identidade, o património natural e o equilíbrio ambiental dos territórios. Enquanto cidadão e conhecedor da realidade de Vieira do Minho, manifesto a minha discordância relativamente à instalação destas novas infraestruturas na Serra da Cabreira, um dos maiores símbolos naturais do nosso concelho e um verdadeiro património de todos os vieirenses. A Serra da Cabreira não é apenas uma área disponível num mapa. É um ecossistema vivo, onde coexistem espécies únicas e onde a natureza mantém um equilíbrio construído ao longo de séculos. A instalação de grandes infraestruturas poderá colocar em causa habitats fundamentais para a fauna existente, nomeadamente as alcateias de lobos que ainda encontram neste território um dos seus espaços naturais de sobrevivência. Também não podemos esquecer os cavalos Garranos, um dos grandes valores naturais e identitários da nossa região, que vivem em liberdade na serra e que dependem de um território preservado para continuarem a existir em harmonia com o meio envolvente. A Serra da Cabreira é igualmente um espaço de trabalho e tradição. A pastorícia continua a fazer parte da vida desta montanha, com o gado Barrosão a utilizar livremente estas áreas para alimentação e maneio	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114072	Discordância	Discordo completamente da zona envolvente de Évora	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114070	Discordância	Discordo porque estas áreas enormes de implementação de painéis solares e eólicas destruindo zonas naturais e rurais vai contra todos os princípios no combate as alterações climáticas - destruir estas zonas verdes e mesmos rurais é um crime hoje em dia. Prejudica um país, um povo, as pessoas que vivem nessas regiões, a fauna e a flora dessas regiões - as zonas naturais de um país devem ser protegidas e ampliadas, não destruidas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114068	Discordância	Como albicastrense e residente na Beira Baixa, não posso deixar de manifestar a minha preocupação com a forma como estão a ser implementadas as grandes centrais fotovoltaicas na nossa região. Quero deixar claro que sou favorável às energias renováveis e reconheço a sua importância para o futuro. No entanto, o problema não está na energia solar em si, mas na forma como está a ser concretizada. A instalação de grandes centrais, ocupando extensas áreas de terreno, muitas vezes em zonas de elevado valor natural e paisagístico, levanta sérias preocupações. A Beira Baixa tem vindo a afirmar-se através do turismo de natureza, da tranquilidade e da valorização do seu território. Substituir essas características por grandes extensões de painéis solares pode comprometer esse caminho. Existe o risco de prejudicar investimentos já realizados e de limitar o desenvolvimento de atividades sustentáveis que respeitam a identidade da região. Acredito que existem alternativas mais equilibradas, como a utilização de telhados de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento ou áreas associadas a infraestruturas já existentes, como as autoestradas. Estas soluções permitem produzir energia limpa sem ocupar tanto território natural. Como cidadão desta região, considero essencial que estas decisões tenham em conta a realidade local e a opinião de quem aqui vive. O futuro da Beira Baixa deve ser construído com equilíbrio, responsabilidade e respeito pelo território.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114065	Discordância	O interior de Portugal, que pouca energia consome, não pode servir de fábrica de produção energética para alimentar as grandes cidades - e os grande interesses economicos, já agora... As práticas ambientais nestes territórios devem promover a regeneração de espécies autóctones para uma política ecológica sustentável e transgeracional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		A energia solar funciona se for descentralizada. Este deveria ser o princípio: em cada casa, cada estacionamento, cada local construído um painel solar ligado em rede à rede principal.	Obrigada pela sua participação.
		Coloco aqui um texto pré-existente é mesmo porque ele diz exactamente tudo o que tenho para dizer acerca da destruição do território que ainda nos sobra: "Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
114064	Discordância		
114061	Discordância	Enquanto munícipe, recuso esta proposta por ser uma violação grave do património natural da região, e por constituir uma condenação a toda e qualquer perspectiva de desenvolvimento do interior, nomeadamente através das áreas de atractividade em actual desenvolvimento: desporto de natureza, turismo de natureza, turismo cinegético, agricultura sustentável, condenando de forma imediata o desenvolvimento das respectivas fileiras de emprego. O interior - que pouca energia consome - não pode ser anulado na sua diversidade e economia local, apenas para ser transformado numa fábrica de produção energética das grandes cidades do litoral, e de criação de lucro a grandes empresas internacionais.	Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114049	Discordância	Exmos senhores, Este plano, ao viabilizar a potencial implantação de extensas áreas de painéis solares, é tendencialmente pernicioso para a integridade e bem estar da vida humana e animal nesta região geográfica. Discordo que se viabilizem projetos de larga escala que transfiguram negativamente as paisagens, os ecossistemas naturais, fauna e flora, a estética e viabilidade do terreno e solos, entre outros impactos. Sou socióloga, residente na região visada, e oponho-me determinantemente à implantação de mega projetos de energias renováveis e considero que este plano tende a viabilizar tais empreendimentos. Existem projetos de pequena escala, considerados boas práticas, que, distribuídos no território nacional e em edificado, serão, com certeza, menos impactantes para todas as partes interessadas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
114037	Discordância	Não concordo com a implementação das megacentrais solares nos campos. Vai desertificar e provocar um aumento de temperaturas, já muito altas, destruir habitats , destruir a paisagem. Coloquem-nos dos lados das autoestradas, telhados de fábricas, grandes superfícies, etc.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
114036	Discordância	Não à ZAER na Beira Baixa. Defender as energias renováveis não pode significar destruir a natureza, a agricultura e a identidade da nossa região. O progresso só faz sentido quando respeita o território e quem nele vive.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114034	Discordância	Exmos. Senhores, Venho, por este meio, manifestar a minha firme discordância relativamente à proposta de construção de infraestruturas destinadas à produção de energia renovável nesta área. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis, essa transição não pode ser realizada à custa da destruição irreversível de grandes áreas verdes, naturais e paisagisticamente valiosas. Esta zona possui um carácter rural e ambiental que constitui uma parte essencial da sua identidade, da qualidade de vida dos residentes e da sua atratividade para quem aqui vive, visita ou investe. A instalação de grandes estruturas energéticas provocará uma alteração profunda e permanente da paisagem. A perda de áreas verdes, a abertura de acessos, a movimentação de terras, a instalação de estruturas industriais e a consequente fragmentação do território terão um impacto negativo significativo na beleza cénica e no valor natural desta região. Existe igualmente uma preocupação legítima quanto ao efeito que esta transformação poderá ter no valor das propriedades locais. Muitas pessoas escolheram viver, comprar ou recuperar imóveis nesta zona precisamente pela sua tranquilidade, beleza natural, ambiente rural e proximidade à natureza. A industrialização visual e territorial da paisagem poderá reduzir essa atratividade e prejudicar diretamente os residentes e proprietários locais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114033	Discordância	É absurdo que teimamos em destruir património natural, quando o aporte energético é irrelevantes. Assim estou certo que este não pode ser o caminho, estou totalmente contra.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
114031	Concordância	Concordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114015	Discordância	O solo Rural nao pode ser privado. O nosso pais nao pode ser apenas para as elites. Há que pensar no proximo e na sua qualidade de vida. Nem tudo é capital. Manifesto a minha oposição a este projecto devido aos seus impactos ambientais, paisagísticos e sociais. A transição energética é necessária, mas não pode ser feita à custa da destruição de ecossistemas, do abate de árvores autóctones, da fragmentação de habitats e da perda de biodiversidade. A produção de energia renovável não deve justificar a ocupação massiva de solos rurais e florestais quando existem alternativas, como a instalação em áreas industriais, coberturas de edifícios, parques de estacionamento e outras zonas já artificializadas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114013	Discordância	Considero igualmente preocupante a reduzida participação efetiva das populações locais nos processos de decisão, apesar de serem estas comunidades que suportarão os impactos permanentes na paisagem, no território e na qualidade de vida. A luta contra as alterações climáticas não deve servir de pretexto para criar novos problemas ambientais. Uma transição energética verdadeiramente sustentável tem de conciliar a produção de energia renovável com a proteção da natureza e das comunidades locais. NÃO AO GREENWASHING.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
114009	Discordância	Deixem o interior em paz.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
114002	Discordância	Nem mais uma árvore derrubada para a energia "verde", nem mais um hectare ocupado com essa treta. Coloquem painéis nas estradas e prédios.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113991	Discordância	Sou a favor da energia solar, mas contra a ocupação de solos agrícolas, pastagens e florestas para esse fim. Estes terrenos são essenciais para a produção de alimentos, para a biodiversidade e para o equilíbrio dos ecossistemas. Substituí-los por centrais solares reduz a área disponível para a agricultura, pode fragmentar habitats naturais e alterar a paisagem. Além disso, grandes centrais solares podem contribuir para um ligeiro aumento da temperatura local, devido ao calor absorvido e posteriormente libertado pelos painéis, sobretudo quando ocupam grandes extensões de terreno. Em vez disso, os painéis solares devem ser instalados em locais já artificializados e sem valor ecológico, como telhados de habitações, escolas, fábricas e centros comerciais, parques de estacionamento (fornecendo simultaneamente sombra aos veículos), zonas industriais, antigas pedreiras, aterros desativados e até nas faixas centrais ou margens das autoestradas. Desta forma, aproveitam-se superfícies já ocupadas, reduz-se a necessidade de destruir espaços naturais ou agrícolas e produz-se energia limpa de forma mais sustentável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113990	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por fim, considero que a política a seguir deverá ser sempre a da redução dos consumos energéticos, em respeito pelos princípios da sustentabilidade e nunca a da expansão de áreas dedicadas a energias renováveis que têm impactos ambientais muito preocupantes. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113989	Discordância	Acelerar a transição energética é uma questão fundamental, mas isso não pode ser feito desrespeitando as populações locais, o poder autárquico e remetendo para o poder do Estado o poder de decidir sobre assuntos que não é capaz de avaliar ou entender. Seria um retrocesso democrático e um passo atrás nos esforços de revitalizar as regiões do interior e contribuir para um País mais equilibrado. A descentralização é um factor essencial para o desenvolvimento, para a resiliência e capacidade de adaptação aos desafios imensos que nos afectam. As questões ecológicas são complexas e delicadas, dizem respeito a todos e o poder de as abordar e resolver deve emanar diretamente dos territórios e populações que são parte integrante da solução.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113983	Discordância	Quem suporta os custos externos destes projetos, nomeadamente a destruição de habitats naturais, a fragmentação da paisagem e a perda de biodiversidade? • Como é calculado o valor económico da perda de ecossistemas, espécies e património natural que pode nunca ser recuperado? • Quem paga os impactos visuais, sonoros, aquíferos e paisagísticos que afetam diretamente as populações locais? • Qual é a relação custo-benefício considerada? Que benefícios concretos justificam os impactos previstos? • Quem são os principais beneficiários destes projetos? Empresas privadas, investidores, o Estado ou as populações locais? • Quanto ganharão efetivamente os portugueses? Haverá redução significativa do preço da eletricidade? Haverá receitas relevantes para os municípios e para o país? • Quem financia estes projetos? Que subsídios, incentivos ou apoios públicos nacionais e europeus estão envolvidos? • Em nome de quem são tomadas estas decisões e quem assume os riscos caso as previsões falhem? • Quantas entidades independentes participaram na avaliação dos impactos ambientais, económicos e sociais? • Que especialistas independentes foram consultados e quais foram as suas conclusões? • Que peso teve a opinião das populações diretamente afetadas? • Que mecanismos existem para compensar comunidades que terão de conviver diariamente com estes projetos?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113981	Discordância	Boa tarde, Partilho a intervenção da Sra Presidente da JF de Louriçal do Campo , faço dela , as minhas palavras: Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo 29 de junho de 2026 Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, digníssima Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Deputados Municipais, meios de comunicação social, público presente e todos os que nos acompanham remotamente, Peço a palavra para falar sobre o futuro — o futuro do Louriçal do Campo, da Serra da Gardunha e do tipo de desenvolvimento que queremos para o nosso território. Não venho aqui apenas dizer não. Venho dizer que temos um sim melhor. O Programa Sectorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis — o PSZAER, actualmente em consulta pública — identifica áreas do nosso concelho, incluindo a encosta sul da Serra da Gardunha e a envolvente da Barragem da Marateca, como zonas elegíveis para a instalação de grandes centrais fotovoltaicas. Seria difícil escolher pior. A Serra da Gardunha é um dos territórios com maior potencial turístico e ambiental desta região. Temos percursos pedestres que atraem visitantes de toda a Beira Baixa e de além-fronteiras. Temos percursos de BTT que percorrem encostas de uma beleza singular, frequentados por ciclistas que procuram exactamente o que aqui existe: trilhos com alma, paisagem que recompensa o esforço. Temos as formas geológicas únicas da Gardunha — granitos esculpidos pelo tempo, afloramentos que contam milhões de anos de história da terra — que fascinam geólogos, fotógrafos e simples curiosos. Temos a observação de aves como actividade crescente, com espécies que escolheram precisamente estas encostas para nidificar e viver. Temos as cascatas do Ocreza, que são já por si um destino. Temos paisagem, biodiversidade, ar limpo, silêncio — bens raros, cada vez mais procurados, cada vez mais valiosos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
113980	Discordância	Sigo com alguma assiduidade is projectos relativos a energias verdes/renováveis/ sustentáveis e infelizmente nenhuma proposta é suficientemente transparente no que as consequências das referidas propostas/solucoes. Os pareceres institucionais parecem ser sempre favoráveis sis investidores e não as populações das zonas a ser intervencionadas. Eólicas, minas, barragens, estradas, painéis fotovoltaicos, são promessas de um futuro que não dá garantia de ser um bom futuro para quem acredita na vida simples e saudáveis, gerindo os recursos sem agredir a natureza e a população. Pifvisso msnifesto o meu desacordo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113979	Discordância	Discordo totalmente de uma transição verde que envolva projetos de tal dimensão como o PSZAER, sabemos que campos de painéis solares reduzem a flora, o que origina impactos negativos, como por exemplo o aumento da temperatura nessas áreas ou afetar o ciclo da água. Não vejo como entregar hectares e hectares de terrenos a projetos que não representam cuidado com o respeito ambiental e dos próprios locais. Não desejo ver no futuro um Portugal formatado onde o lucro envolve destruição ou desaproveitamento de solos quando a utilização de painéis solares em menor escala tem um impacto tão positivo. Sermos mais sustentáveis passa por o individuo tomar responsabilidade, a lógica de campos de monoculturas, mas desta vez de painéis solares é profundamente distópica. Os terrenos devem ser respeitados como parte integrante de um ecossistema e o uso nos mesmos de forma extrativista mesmo que com outras roupagens não é aceitável. Os solos são para cultivar, para desenvolver casa, alimento; os solos também se devem respeitar, devem desenvolver-se livres ao ritmo da própria Vida. Explorar sem fundamento não, já é uma tristeza ir pelas estradas nacionais a viajar onde só vemos monoculturas do que mais provoca incêndios em Portugal - eucaliptos , áreas e áreas a serem desmatadas para mais monoculturas; vemos hectares e hectares já de campos com painéis solares; temos visto paralelamente vários outros projetos que atacam a integridade de várias serras como por Covas do Barroso, Serra da Estrela e Beiras, é impensável aceitar mais ideias que venham com esta lógica extrativista supostamente verde. Impactos negativos: degradação dos solos e das paisagens, impactos nas comunidades: locais e território. NÃO AO PROJETO SETORIAL DAS ZONAS DE ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113976	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113974	Discordância	Discordo que tais projectos não estejam dependentes de estudos de impacto ambiental, e que se considere a destruição de ecossistemas para a sua construção. Os paineis fotovoltaicos poderiam ser instalados nas coberturas dos predios nas cidades sem qualquer impacto ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O Mapa Verde é exposto como uma ferramenta à transição energética, mas levanta sérias dúvidas quanto ao respeito pela autonomia local e à concentração de poder no Estado central. Importa esclarecer uma realidade por vezes omitida - o Mapa Verde não define os únicos locais onde poderão ser instalados parques eólicos ou centrais fotovoltaicas, uma vez que os projetos podem continuar a ser desenvolvidos fora das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis. Assim, esta ferramenta não resolve o problema do ordenamento do território nem elimina os conflitos existentes; cria uma categoria privilegiada de territórios onde o licenciamento é mais rápido.	
113973	Discordância	A questão central é política e democrática. Quem deve decidir o futuro de um território? As populações e os seus representantes eleitos ou uma estrutura centralizada apoiada por equipas técnicas? Os municípios conhecem melhor as características ambientais, paisagísticas, económicas e sociais das suas regiões, pois convivem diariamente com os impactos dos grandes projetos energéticos. Retirar-lhes influência nas decisões é um retrocesso democrático. A Associação Nacional de Municípios Portugueses já se manifestou contra esta proposta, alertando para a perda de poder das autarquias e para a centralização de decisões no Estado. Os próprios municípios afirmam que estão a ser ultrapassados na gestão do seu território, e isso deve ser encarado como um sério sinal de alerta. Adicionalmente, existe o risco de criar uma pressão artificial sobre determinadas regiões do interior, transformando-as em zonas preferenciais para acolher grandes infraestruturas energéticas sem que daí resulte um benefício proporcional para as populações locais. Muitas destas comunidades já enfrentam despovoamento, falta de investimento e perda de serviços públicos. Não podem ser vistas apenas como espaços disponíveis para satisfazer metas energéticas nacionais. Este modelo cria, ainda um perigoso precedente. Hoje são as energias renováveis. Amanhã serão outras infraestruturas consideradas de interesse estratégico. Sempre que o Estado entende que um objetivo é prioritário, reduz-se o peso das decisões locais, tornando a autonomia municipal meramente simbólica	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113971	Discordância	Não está demonstrado que as áreas propostas sejam efectivamente compatíveis com a ausência de “efeitos significativos no ambiente” e portanto os projectos não devem dispensar AIA.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113966	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113965	Discordância	Eu, dono de Alojamento Local na região, rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113963	Discordância	Enquanto cidadã preocupada com o futuro do território português, quero manifestar reservas sérias à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), atualmente em consulta pública. Partilho o objetivo da transição energética, mas considero que a forma como este programa está concebido coloca em risco valores ambientais e territoriais que não podem ser sacrificados em nome da velocidade do licenciamento.~ Recursos hídricos e solo agrícola. A proposta não inclui métricas suficientes para avaliar o impacto cumulativo das centrais solares nos recursos hídricos e na erosão do solo. A concentração de instalações em áreas de regadio público e aproveitamentos hidroagrícolas levou a própria DGADR a emitir um parecer desfavorável — uma posição que subscrevo e que deveria ser determinante na revisão do programa. Monofuncionalização de territórios rurais. A elevada concentração de zonas de aceleração no interior do país — em particular no Alentejo, Beira Baixa e Médio Tejo — arrisca transformar territórios de baixa densidade em meros fornecedores de energia, sem qualquer benefício económico ou social para as comunidades locais. Uma transição energética justa não pode ignorar quem vive nesses territórios. Corredores ecológicos. A proposta não exclui explicitamente os corredores de conectividade ecológica. Numa altura em que a biodiversidade está sob pressão crescente, esta omissão é inaceitável. O mesmo se aplica à insuficiente proteção do montado de sobreiros e azinho — um ecossistema único, com funções de sequestro de carbono e suporte à biodiversidade que nenhuma central solar pode substituir. Dispensa da Avaliação de Impacte Ambiental. O mecanismo de licenciamento simplificado, que substitui a AIA por um "subprocedimento de verificação", transfere para uma fase posterior decisões que deveriam estar fechadas logo no planeamento. Isto compromete a capacidade de antecipar e prevenir danos irreversíveis. A avaliação ambiental estratégica, feita à escala nacional, não substitui a análise de cada projeto no seu contexto específico. Solicito que estas preocupações sejam tidas em consideração na versão final do programa, e que a transição energética em Portugal seja feita com o rigor ambiental e territorial que o futuro do país exige.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113958	Concordância	Proposta de Programa Setorial para as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis Tenho do o interesse em apoiar medidas de implementem uma economia de sustentabilidade	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
113953	Discordância	É prejudicial por questões ambientais, sociais e económicas não só da população local como para o país. A área proposta em Vale de Prazeres abrange terrenos agrícolas, zonas residenciais e uma reserva ecológica, onde vivo.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113952	Discordância	A maior parte do terreno está coberta por oliveiras, sobreiros e outras árvores de fruto. A área é totalmente inadequada para energia solar, pois trata-se de uma região agrícola ativa e lar de uma comunidade com mais de 2.000 residentes. É incompreensível o porquê de ser proposta uma área que é residencial, agrícola e ecológica.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113949	Discordância	O poder central não pode impor-se ao poder local. Não é nos gabinetes em Lisboa que há conhecimento do que se passa no interior. Os locais têm sempre de ser ouvidos. Se o que está em causa é a proximidade às linhas de muito lata tensão porque não fazer as mega centrais à volta de Lisboa? A transição energética é uma inevitabilidade mas não pode ser feita à custa do ambiente. Se a população de abelhas (e outros insectos) diminuir muito deixamos de ter polinizadores e isso será um problema impossível de resolver.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
113948	Discordância	Considero que este projecto pode ter um impacto para a população local, a nível socioeconómico e ecológico. Devemos preservar o património cultural do nosso país.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
113946	Discordância	Nunca se preocuparam com o interior, nunca houve vontade de planear um desenvolvimento economico. Vem com este projecto impôr a uma população esquecida projectos que estragam a unica coisa que resta : a terra, os montes e os vales e o horizonte. Para além destes projetos desfear as paisagens, nada traz a longo termo para as populações locais. Sou contra projectos destes e ainda mais quando se fala de passar por cima dos dispositivos legais já existentes com o unico intuito de poder legalizar mais rapidamente.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113940	Discordância	Chega desta falsa transição verde à custa do verdadeiro verde da natureza!!!!!! Países que são mais avançados realmente nesta transição já mostraram como se faz e não passa por destruir a natureza para construir monoculturas de painéis solares no solo que deveria ser casa da fauna e flora que realmente interessa proteger! Ganhem vergonha na cara e parem de destruir o nosso planeta para encherem os bolsos!! Quando perceberem que o dinheiro não se come e não se respira já vai ser tarde.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113937	Discordância	Sou contra esta proposta, tal como está. Concordo com a urgência da transição energética, mas este "mapa verde" abre 7% do território a centrais solares e eólicas com licenciamento simplificado e sem avaliação ambiental caso a caso: isso é decidir primeiro e avaliar depois, ao contrário do que devia ser. Ambientalmente, o próprio ICNF e a APA já alertaram que a delimitação definitiva das zonas fica remetida para a fase de licenciamento, sobrepondo-se a Reserva Ecológica Nacional, cabeceiras de bacias hidrográficas e corredores para aves e morcegos, tudo isto sem garantias fechadas à partida. Socioeconómica e culturalmente, dezenas de municípios (Grândola, Nisa, Valença, Barcelos, entre outros) denunciam risco de "monofuncionalização energética": paisagem, património, montado, agricultura e identidade local sacrificados a favor da rede nacional, sem retorno para quem vive no território. Como cidadã, defendo que as ZAER sejam fechadas no próprio plano e não no licenciamento, priorizando coberturas, zonas industriais e solos já artificializados antes de avançar para território rústico e ecologicamente sensível.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
113936	Discordância	Fazer este tipo de 'programa' sem conhecimento do público e utilizar as palavras 'energias renováveis' para fazer conta que é uma coisa progressiva é vergonhoso!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113935	Discordância	Uma vergonha fazerem Uma coisa destas sem darem conhecimento ao publico.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113934	Discordância	Valorizamos o esforço de maquilhagem comunicativa, mas já não cola. Já vamos tarde demais a ver como projetos extrativistas, com rótulo verde e discurso ecologista, repetem o mesmo padrão neocolonial de sempre: extrair recursos, externalizar custos e deixar os benefícios em poucas mãos. Não confundimos transição energética com uma nova ronda de espólio. Sabemos que cuidar da casa exige conhecê-la: ecologia e economia são duas faces da mesma moeda, e nenhuma das duas se resolve com mais crescimento num planeta finito. Por isso defendemos que a única resposta realista, coerente e justa é o decrescimento: menos extração, menos megaprojetos, mais soberania local e mais vida habitável. Enquanto continuarem obcecados em alimentar o tumor do crescimento perpétuo — esse que nos está a asfixiar ecossistemas e comunidades — não esperem credibilidade nem confiança. Já não cola. E não porque sejamos negacionistas, mas porque aprendemos a ler a entrelinha das vossas boas intenções.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113932	Concordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113931	Discordância	Não concordo que o território seja invadido com mais painéis solares e assim acelerar o aquecimento num território que já sofre com o aquecimento. Não concordo de maneira nenhuma com a invasão da natureza distraindo vegetação, degradando cursos de água. Não considero isso energia verde. A paisagem tem de se manter assim como o modo de vida dos residentes, incluindo o seu direito á saúde	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113930	Discordância	António Salgueiro Nascido em 28 de abril de 1954 Residente em Idanha-a-Nova Pronúncia sobre a delimitação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (ZAER) no concelho de Idanha-a-Nova Porque apoio uma transição energética justa e sustentável para Portugal, sem comprometer o futuro do território onde vivo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113929	Discordância	Não concordo com a implementação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), apesar de reconhecer a importância da transição energética e do aumento da produção de energia renovável em Portugal. Considero que a aceleração dos processos de instalação destes projetos pode conduzir a decisões pouco equilibradas e com impactos negativos significativos no território. Uma das principais preocupações prende-se com os impactos ambientais. A criação de zonas prioritárias para a instalação de centrais solares e parques eólicos pode contribuir para a degradação de habitats naturais e para a perturbação da fauna e da flora locais. Mesmo quando são excluídas as áreas mais sensíveis, os efeitos cumulativos de vários projetos numa mesma região podem comprometer o equilíbrio ecológico. Outro aspeto preocupante é a alteração da paisagem. Muitas das áreas identificadas localizam-se em territórios rurais ou naturais cuja identidade visual e valor paisagístico podem ser profundamente transformados. Esta situação pode afetar não só a qualidade de vida das populações locais, mas também atividades económicas dependentes da valorização da paisagem, como o turismo. Além disso, o programa pode gerar conflitos com outros usos do solo, nomeadamente a agricultura e a silvicultura. A ocupação de grandes extensões de terreno por infraestruturas energéticas pode reduzir a disponibilidade de áreas produtivas e comprometer atividades que desempenham um papel importante na economia local. Por fim, preocupa-me a possibilidade de a simplificação dos processos de licenciamento reduzir o nível de escrutínio ambiental e a participação efetiva das comunidades afetadas. A necessidade de acelerar a transição energética não deve justificar uma menor avaliação dos impactos nem limitar o envolvimento dos cidadãos nas decisões que afetam diretamente os seus territórios. Assim, considero que o PSZAER privilegia excessivamente a rapidez de implementação dos projetos energéticos, podendo colocar em segundo plano a proteção ambiental, a valorização da paisagem e os interesses das populações locais. A expansão das energias renováveis deve ser promovida através de um planeamento responsável e sustentável, garantindo que o desenvolvimento energético não interfere negativamente com o ambiente	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113926	Reclamação	Vivo no distrito de Leiria e rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113925	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113924	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113922	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113921	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113920	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113919	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113918	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113917	Discordância	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113916	Discordância	Na qualidade de munícipe com interesses no concelho de Oleiros e profissional na área agroflorestal, manifesto a minha discordância e solicito a revisão do PSZAER, por entender que, tal como está desenhado, o programa privilegia a rapidez e a escala de implantação de grandes projetos renováveis em detrimento da proteção da natureza, da coesão territorial e da participação pública efetiva. Embora a aceleração das energias renováveis seja um objetivo necessário, essa aceleração não pode ser feita à custa dos territórios de baixa densidade, nem à revelia das populações que aí vivem e trabalham. O enquadramento do PSZAER, centrado em simplificação e celeridade do licenciamento, levanta dúvidas quanto à compatibilização entre expansão energética, proteção ambiental e respeito pelos instrumentos de gestão territorial. Em concelhos como Oleiros e, de forma mais ampla, na Beira Baixa, esta preocupação é particularmente séria. O estado atual destes territórios, marcado por despovoamento, envelhecimento, risco de incêndio, degradação de solos e forte sensibilidade ecológica e paisagística, resulta também de decisões passadas que não tiveram em conta a especificidade local, as pessoas e a necessidade de adaptação às alterações climáticas. Há um receio legítimo de que a instalação intensiva de grandes projetos energéticos em solo rústico repita essa lógica, agravando fragilidades, comprometendo usos agrícolas e florestais e reduzindo, em vez de reforçar, a resiliência do território. Considera-se fundamental estabelecer que as centrais de energia renovável de maior dimensão devem ser prioritariamente localizadas em áreas já artificializadas. No mundo rural, a produção de energia renovável deve privilegiar soluções de pequena escala, articuladas com pequenas unidades de produção agrícola, florestal ou agroflorestal, reforçando a sua sustentabilidade económico-financeira sem descaracterizar a paisagem nem comprometer a função produtiva e ecológica do solo. As áreas florestais em regiões vulneráveis devem ser reconhecidas como espaços estratégicos para reflorestação com floresta resiliente, capaz de fixar carbono, amenizar o clima, promover a infiltração da água, proteger os solos e salvaguardar recursos essenciais para as gerações futuras. O PSZAER entra em conflito com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo energia limpa e acessível, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, ação climática, proteção da vida terrestre e instituições eficazes e participativas. Uma transição energética justa exige que as metas climáticas sejam compatibilizadas com a proteção dos ecossistemas, o emprego digno, a resiliência local e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113915	Sugestão	Ficar independente de energias fósseis e reduzir significativamente a emissão de gases, terá de ser um objectivo compreendido por todos, numa perspectiva de saúde ambiental. Porém, a substituição de árvores e florestas por pain´éis fotovoltaicos que já ocupam grandes extensões, é não só, prejudicial ao ambiente como também à saúde humana, pela redução de oxigénio. Superfícies comerciais, hospitais, escolas, complexos industriais, deviam ser apoiados para se tornarem independentes energeticamente de gás e outros combustíveis. À indústria de construção civil deveria ser imposta a adopção de fontes de energia alternativas, e ter acesso a bonificações tributárias por via disso. Os particulares deveriam ter acesso ao crédito a custo 0 para a instalação de energia solar e/ou eólica. A instalação de grandes parques solares no solo gera impactos ambientais locais significativos que exigem planeamento tendo em conta os impactos nos habitats e nos solos. Amanhã pensamos nos efeitos Olhamos para as nossas planícies e encostas e, onde antes vibrava a harmonia da natureza, estendem-se agora mares de espelhos reflectores. Sob o pretexto de salvar o planeta, assistimos à fragmentação de ecossistemas inteiros. A fauna local, desde as aves aos pequenos mamíferos que habitam o solo, vê as suas rotas cortadas e os seus habitats desfeitos por vedações e estacas de metal. A urgência climática não pode justificar a criação de novas cicatrizes. Rasgar a paisagem com megaparques fotovoltaicos introduz também riscos que ignoramos levianamente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113913	Discordância	Rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, por considerar que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais, dos valores naturais e da participação democrática das populações. O PSZAER apresenta critérios genéricos e insuficientemente definidos para a criação de Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, deixando uma margem excessiva de interpretação que pode facilitar a aprovação futura de grandes projetos industriais em territórios rurais e ambientalmente sensíveis. Esta falta de clareza é particularmente preocupante porque não permite excluir que projetos altamente contestados pelas populações, como as megacentrais fotovoltaicas Sophia e Beira, possam vir a beneficiar de mecanismos de aceleração administrativa e tornar-se ainda mais difíceis de contestar pelas comunidades afetadas. A atual proposta define princípios e critérios, mas não estabelece de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões, nem garante que sejam devidamente avaliados os impactes cumulativos de múltiplas centrais e das respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão, subestações e acessos. Sou caçador e conheço profundamente o território onde se encontram projetadas as centrais fotovoltaicas Sophia e Beira. A minha experiência direta no terreno permite-me afirmar que estes projetos representam uma transformação irreversível da paisagem, dos habitats naturais e dos usos tradicionais do espaço rural. As áreas afetadas possuem elevado valor ecológico, cinegético, cultural e paisagístico, constituindo um património que não pode ser tratado apenas como superfície disponível para implantação de infraestruturas energéticas industriais. Preocupa-me igualmente que o processo de aceleração previsto pelo PSZAER possa traduzir-se num	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113911	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Oponho-me igualmente à criação das Zonas de Aceleração em territórios já classificados como vulneráveis e muito vulneráveis climaticamente, como é o caso da Beira Baixa e onde já existe registo de mortes em excesso devido ao calor extremo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113908	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113907	Geral	Para que haja transparência e uma avaliação séria em todo o processo de análise será obrigatório que o relatório final tenha respostas fundamentadas para as seguintes questões: 1) Quem suporta os custos externos destes projetos, nomeadamente a destruição de habitats naturais, a fragmentação da paisagem e a perda de biodiversidade? 2) Como é calculado o valor económico da perda de ecossistemas, espécies e património natural que pode nunca ser recuperado? 3) Quem paga os impactos visuais, sonoros, aquíferos e paisagísticos que afetam diretamente as populações locais? 4) Qual é a relação custo-benefício considerada? Que benefícios concretos justificam os impactos previstos? 5) Quem são os principais beneficiários destes projetos? Empresas privadas, investidores, o Estado ou as populações locais? 6) Quanto ganharão efetivamente os portugueses? Haverá redução significativa do preço da eletricidade? Haverá receitas relevantes para os municípios e para o país? 7) Quem financia estes projetos? Que subsídios, incentivos ou apoios públicos nacionais e europeus estão envolvidos? 8) Em nome de quem são tomadas estas decisões e quem assume os riscos caso as previsões falhem? 9) Quantas entidades independentes participaram na avaliação dos impactos ambientais, económicos e sociais? 10) Que especialistas independentes foram consultados e quais foram as suas conclusões? 11) Que peso teve a opinião das populações diretamente afetadas?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113906	Discordância	Isso irá destruir a fauna e a flora naturais da região	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113904	Discordância	Inteiramente em desacordo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113902	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113899	Discordância	Discordo em absoluto com o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113898	Discordância	Como residente na localidade de Fatela, Concelho do Fundão, manifesto a minha veemente oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua configuração atual, por entender que não assegura garantias adequadas de proteção do território, das comunidades locais nem da participação democrática. A proposta atualmente apresentada estabelece princípios e critérios gerais, mas não define de forma clara e vinculativa limites concretos que evitem uma concentração excessiva de projetos em determinadas regiões, nem assegura a avaliação adequada dos impactes cumulativos resultantes da instalação de múltiplas centrais e das respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me a possibilidade de este processo conduzir à aceleração dos licenciamentos sem garantir que as populações diretamente afetadas disponham de uma participação efetiva e com influência real nas decisões futuras. Considero que qualquer estratégia de planeamento energético deve começar pela avaliação da capacidade de carga dos territórios, pela proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e pela salvaguarda da qualidade de vida das populações. Por esse motivo, solicito que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, contemplando, pelo menos, os seguintes aspetos: – definição de critérios objetivos e vinculativos que limitem a concentração territorial de projetos; – realização obrigatória de avaliações dos impactes cumulativos dos projetos e das infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e das restantes infraestruturas nos processos de avaliação; – atribuição de prioridade efetiva a soluções descentralizadas, ao autoconsumo, às comunidades de energia e ao aproveitamento de áreas já artificializadas; – garantia de participação pública efetiva nas fases subsequentes de implementação;	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113897	Discordância	As energias renováveis não devem afectar a fauna e a flora das regiões rurais pous isso trará desastre económico e ecológico para a população. Acaso há beleza, ecologia, geografia e desenvolvimento numa negra, sem vida e que trará aquecimento para as regiões? Como é que plantar paneis solares em território rural nacional pode beneficiar a nossa economia, trazer-nos progresso e diminuir o aquecimento global? Acaso não se aprende na escola que somente árvores podem gerar oxigénio? Acaso querem nos fazer viver com máquinas de oxigénio portateis, aprisionarnos em casa visualizando paisagens virtuais e comendo comida plástica? Acaso isso é progresso? Porque não podemos aprender com um dos paises mais evoluinos do mundo, o Japão, que preserva a sua natureza e coloca painéis solares nas autoestradas e telhados. Acaso queremos ser um país tercermundista que toda a Europa espezinha? O dinheiro não compra a felicidade só adia problemas, provavelmente irreversíveis no futuro. Onde é que está o lema do 25 de Abril " o povo é quem mais ordena"?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113895	Discordância	Estes projetos fingem ajudar a ecologia mas na verdade são um crime ambiental. Os defensores destes projetos fazem passa-los por projetos de interesse público mas na realidade são projetos que beneficiam interesses privados e contra a vontade das populações locais. Levam à destruição irreversível do país, das paisagens, da economia local e do ambiente. Zero benefício para o país, só predação e destruição. Autorizar e ficar cúmplice destes projetos é um crime..	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113893	Discordância	Discordo porque coloca em risco o nosso território, a natureza e as pessoas.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113889	Discordância	DIscordo. Não tem em conta o impacto ambiental a médio, longo prazo. Hoje em dia, isto não faz qualquer sentido, em que há cada vez mais provas que substituir Natureza por placas de metal não tem fundamentos ecológicos. Não respeita o direito de propriedade privada, consagrado no Artigo 62.º da Constituição da República Portuguesa. Este direito garante a todos os cidadãos a possibilidade de usar, fruir e transmitir terrenos não podendo ser privados deles de forma arbitrária. Ainda que não seja um direito absoluto, nenhuma indemnização paga a expropriação do valor sentimental, do empenho, trabalho, tempo de quem habita nesta região. Sem contar com o desconsiderar de impactos a curto prazo nas suas vidas, de forma negativa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113885	Discordância	Mais de 7% do nosso território ficará livremente disponível para instalação de mega centrais fotovoltaicas e eólicas. São mais de 350.000 ha de território que poderá ser devastado, com mais de 68% do mesmo constituído por áreas florestais que poderão ser destruídas e quase 35.000 ha de solo agrícola que irá ser perdido, com consequências graves para a nossa já, bastante comprometida, soberania alimentar. Numa altura em que assistimos ao aumento das consequências e impactos das alterações climáticas, tal nível de destruição e de artificialização do território terá consequências imensas! Irá provocar, pela destruição da área vegetal, uma enorme redução na infiltração da água no solo aquando das chuvas, com consequente aumento das inundações no inverno e redução da recarga dos aquíferos. No verão, a eliminação da área vegetal, conjugada com a redução dos níveis de humidade no solo, menor evaporação de água nestes e da menor carga dos aquíferos, irá levar a ainda mais elevadas temperaturas ambientes e irá acarretar maior incidência e agravamento de secas. Haverá um significativo aumento da pressão sobre o território: o risco de sobrecarga de infraestruturas (parques solares e eólicos) em determinadas regiões, o que afeta a paisagem e diminui o solo disponível para atividades tradicionais ou agrícolas; possível perda de autonomia autárquica; risco de fragmentação de habitats naturais, perturbação de espécies protegidas (como aves e morcegos); potencial conversão de solos férteis e florestas produtivas, levantando questões sobre a segurança alimentar e a alteração do uso do solo; impactos na Paisagem: alteração significativa da estética e identidade das paisagens rurais e naturais (efeito visual e poluição luminosa/sonora); consumo de recursos: dependência de materiais e minerais (como painéis solares e turbinas) e questões inerentes à gestão dos resíduos no fim de vida útil dos equipamentos. Numa altura em que precisaríamos de estar a trabalhar arduamente no restauro ecológico, na melhoria da saúde do solo do território e no aumento da resiliência das nossas florestas, para assim mitigar os impactos das ondas de calor, secas e outros eventos climáticos extremos, infelizmente vemos o continuar de um	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113882	Discordância	Considero que este projecto é prejudicial ao ecossistema , como tal, não deve avançar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113876	Discordância	Completamente contra!!! É uma autencia aberração toda esta loucura dos paineis solares!!! Já chega de invadirem os nossos terrenos, só para alguns lucrarem aos milhões de euros!! Tenham VERGONHA!!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113875	Reclamação	Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras. Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do território, da proteção da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e florestais e da qualidade de vida das populações. Solicito, por isso, que o PSZAER seja revisto antes da sua aprovação, incluindo pelo menos: – critérios objetivos e vinculativos para limitar a concentração territorial de projetos – avaliação obrigatória dos impactes cumulativos de projetos e infraestruturas associadas; – integração explícita das linhas elétricas e restantes infraestruturas na avaliação;	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113874	Discordância	É alucinante ver Portugal ser coberto de paneis solares ao lugar de ter campos, gados, agricultura , floresta, montado, natureza, beleza para principalmente alimentar a inteligencia artificial que serve essencialmente para nos controlar. Esta energia verde é uma total mentira. É precisa diminuir a nossa consumação d'energia e não ser a reserva solar da Europa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113873	Discordância	Exmos. Srs., venho por este meio discordar deste projeto por questões ambientais, de preservação dos ecossistemas e modos de vida. Há outras locais e formas para instalar esses painéis. Atenciosamente. M Cumprimentos Maria Freitas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113871	Discordância	Reconhecendo a importância da transição, para energias renováveis, discordo com este programa de aceleração. O combate às alterações climáticas deve ser feito sem colocar em causa as zonas rurais do nosso país, e muito menos deve ser feito sem a obrigatoriedade da Avaliação de Impacte Ambiental. Os nossos territórios rurais são importantes e não devem ser colocados em vias de privatização que em nada têm que ver com as comunidades neles habitam, para os transformar em monoculturas tecnológicas. Porque razão este mapanão exclui solos que servem de alimento e sustento para economias locais? Porque razão a Avaliação de Impacte Ambiental é suprimida, sendo que é a principal garantia legal de participação pública e proteção territorial? Porque razão as autarquias são postas à margem, sem parecer vinculativo e com prazos tão curtos para se expressarem contra projetos vampíricos? A transição energética NÃO pode ser feita sem articulação com o ordenamento do território, a proteção ambiental e a participação pública e local. As zonas rurais não são terras estéreis onde não há ninguém. Como pode o governo querer incentivar aos jovens a ida para o interior do país e no mesmo suspiro querer vender desta forma mais de 371 mil hectares a quem os quiser explorar sem quaisquer avaliações? Este projeto tem um grande impacto socioeconómico e ecológico para as populações que vivem nestas áreas e em Portugal no geral. A aceleração destes processos não ser feita à custa de uma avaliação ambiental rigorosa, da proteção o património natural e rural, nem da participação efetiva destas comunidades.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113870	Discordância	Devemos preservar o nosso território agrícola e natural. Cuidar da natureza de forma sustentável, para que as próximas gerações podem desfrutar de tudo o que de bom nos traz e não só das consequências das nossas atitudes erradas e mas decisões.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
113869	Discordância	Este programa é uma grande violação do nosso território! Não vendam a nossa energia hídrica, que esta é suficiente para gerar a energia necessária para consumo português. Só querem destruir os habitats. A nossa natureza, a fauna, a flora, os recursos hídricos, a nossa história, o nosso património que herdamos de nossos bisavós, avós, pais que tanto trabalham e lutaram para, hoje eu e meus descendentes usufruírem de tamanha e inigualável beleza, riqueza. É INSUBSTITUÍVEL!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113868	Discordância	Embora reconheça a importância da transição energética e do aumento da produção de energia renovável, manifesto a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A definição de áreas prioritárias para a instalação de projetos energéticos pode comprometer a preservação da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e da qualidade de vida das populações locais. Considero que a aceleração destes processos não deve ocorrer à custa de uma avaliação ambiental rigorosa, da protecção do património natural e rural, nem da participação efectiva das comunidades afectadas. A produção de energia renovável é necessária, mas deve ser planeada de forma equilibrada, respeitando os valores ecológicos, sociais e económicos de cada território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O plano proposto é completamente inaceitável.	
		Privatiza grandes áreas dos bens comuns portugueses, o que resultará na perda de controlo sobre a saúde, a qualidade de vida e o direito à paisagem de muitas pessoas, frequentemente em situação de vulnerabilidade económica e política. Isto é altamente antiético e inaceitável.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		Prevê a destruição da natureza a uma escala nunca antes vista. Em tempos de alterações climáticas e de espécies ameaçadas, não nos podemos dar ao luxo de destruir habitats naturais a esta escala. Sem falar da destruição da vida vegetal que sequestra CO2.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
113867	Discordância	As bactérias do solo são mortas pela radiação infravermelha constante emitida pelos painéis. Após 20 anos de painéis instalados junto ao solo (lei da radiação $1/r^2$, lei de Kirchhoff), o solo fica permanentemente aquecido e toda a vida na camada superficial é destruída. Este efeito é irreversível. Gigantescas explorações solares transformam o solo fértil em deserto e erodem a valiosa camada superficial, rica em vida, que sequestra CO2 e retém humidade. Um país já tão quente e seco como Portugal não pode suportar esta destruição brutal do seu solo.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
		O impacto no microclima das zonas afetadas por gigantescas explorações solares é desastroso. Portugal sofre com ondas de calor. Pesquisas científicas recentes comprovaram que, por cada aumento de 1°C durante uma onda de calor, os casos de doenças relacionadas com o calor e a mortalidade aumentam 18% e 35%, respetivamente. Isto afecta particularmente as populações idosas e com doenças crónicas. As áreas onde o projecto ZAER pretende destruir a paisagem com painéis solares coincidem exactamente com os espaços onde uma população idosa já enfrenta dificuldades devido ao calor. Este projeto mataria milhares de idosos no interior do país.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
113865	Reclamação	Eu discordo na totalidade deste programa pois o mesmo não trará garantias suficientes na proteção do território, comunidades locais e participação democrática. Preocupa-me que o processo venha acelerar licenciamentos sem assegurar a participação justa e democrática da população residente. Uma transição energética não deve ser feita á custa dos territórios e das pessoas que neles vivem.	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113863	Discordância	Os Perigos do Projeto "Sophia": Quando a "Energia Verde" Destrói a Natureza O enorme projeto fotovoltaico Sophia, planeado para a região de Castelo Branco, é apresentado como uma solução para a transição energética. No entanto, a realidade no terreno mostra um cenário preocupante. Esta megaobra de centenas de milhões de euros ameaça transformar áreas de elevado valor ecológico num deserto industrial, colocando em risco o equilíbrio natural e a vida das populações locais. Impacto destrutivo na biodiversidade e nas florestas Para instalar milhares de painéis solares, grandes extensões de floresta autóctone – incluindo sobreiros e azinheiras – correm o risco de ser abatidas. A destruição destes habitats naturais afeta gravemente a fauna e a flora locais, pondo em perigo espécies protegidas que dependem destas áreas. A insistência em projetos desta dimensão, sem um planeamento territorial adequado, anula os supostos benefícios ambientais. Ameaça às comunidades e à economia local A implementação do projeto afeta diretamente os concelhos de Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova. Ignorar a vontade dos habitantes e das comunidades intermunicipais prejudica o desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis, como o turismo de natureza enquadrado pelo Geopark Naturtejo. A verdadeira sustentabilidade exige o respeito pelas pessoas que vivem e trabalham na região. Alerta e apelo à ação Não podemos permitir que a biodiversidade e o património natural sejam o preço a pagar pela transição	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113862	Discordância	Não ás eólicas e aos panéis solares em terras férteis. Metam-os em telhados de prédios públicos e zonas de estacionamento para carros!!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
113859	Discordância	A alteração da vida quotidiana das populações rurais (com que ninguém se peocupa, nem ouve). Os problemas socioeconómicos que vão surgir devido a implementação deste programa e que acabam por se repercurtir por todo o país. As alterações ambientais decorrentes das alterações estruturais deste ecossistema se o programa for implementado.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113858	Discordância	As escolhas das políticas de exploração de recursos têm que dar prioridade ao bem-estar e proteção do território a longo prazo e não ao lucro económico para alguns, e para empresas normalmente estrangeira que levam todos os ganhos para fora e só deixam extração e feridas naturais e sociais. Estas decisões não podem ser tomadas sem que a população local seja consultada, tenha ganhos reais e não seja efetivamente prejudicada. Estas políticas devem ser discutidas incluindo o público em geral e também os habitantes locais onde são implementadas. e tudo devidamente regulamentado por instituições de proteção do ambiente e não por organismos que se destinam à venda de energia como a DGEG. Exigem-se alternativas aos painéis solares à ocupação dos solos. Elas já existem. Existem alternativas que não sacrifiquem as riquezas naturais nem a população local. O mapa verde deve excluir zonas agrícolas, zonas da REN e RAN e terrenos baldios que são pertença dos comuns.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113857	Discordância	Este projeto sacrifica o território a biodiversidade e prejudica gravemente as populações locais. Ignora o impacto visual e ambiental irreversível nas comunidades, atropela a participação pública real e transforma solo rural precioso em zonas industriais energéticas, sem qualquer salvaguarda efetiva para quem realmente vive e protege estas regiões. O plano limita-se a ocupar o nosso território com mega-centrais industriais que não trazem emprego nem desenvolvimento real as populações locais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
113855	Discordância	Achamos que é prejudicial por questões socioeconómicas e ecológicas paras as populações que residem nas áreas impactadas pelo programa de aceleração da implantação das energias renováveis.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113852	Discordância	É incompreensível, em nome das energias renováveis, pretenderem a implementação de programas que impliquem a diminuição da qualidade de vida das populações que vivem nestes meios rurais, em harmonia com a natureza. Projetos com estas caraterísticas irão causar a diminuição da qualidade ambiental destas zonas e transforma-las em zonas industriais. A instalação de unidades com estas caraterísticas irão certamente ter, para alem dos impactes ambientais, também impactes socioeconómicos nas populações rurais, que vivem na envolvência deste locais e implicar uma alteração drástica e negativa na vida destas pessoas.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113851	Discordância	Não á instalação de painéis solares e aerogeradores. Proteção das pessoas e da Natureza.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113849	Discordância	O impacto das energias renováveis na natureza e população não é iníquo. As energias renováveis podem muito bem ser inseridas por exemplo nas cidades, não prejudicando assim a natureza e populações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113848	Discordância	Este não é o caminho para energia limpa e para a deacabonização. É completamente contraproducente implementar centrais de produção energética à custa de floresta, bosques ou zonas naturais que são precisamente o que vai ajudar a mitigar poluição e alterações climáticas. Não são projetos que servem a população portuguesa se se fazem às custas dos recursos naturais, já escassos, que temos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Alteração Microclimática e Aumento de Temperatura Local: A substituição de áreas verdes e vegetação por vastas extensões de painéis solares cria um efeito de "ilha de calor fotovoltaica". Ao contrário das plantas, que arrefecem o ambiente através da evapotranspiração, os materiais dos painéis absorvem e retêm a radiação solar, elevando significativamente a temperatura do ar circundante. Este aquecimento local degrada o solo circundante, seca a vegetação vizinha e prejudica as culturas agrícolas das propriedades limítrofes.	
		Destruição de Solo Fértil e Segurança Alimentar: A conversão de terrenos agrícolas em áreas industriais de produção energética reduz drasticamente a capacidade de produção de alimentos local e nacional. O solo fértil é um recurso escasso e não renovável à escala humana.	Obrigada pela sua participação.
113845	Discordância	Impacto Florestal e Risco de Incêndios: A desflorestação ou a fragmentação de manchas florestais para a colocação de infraestruturas degrada ecossistemas críticos, destrói sumidouros de carbono naturais e pode aumentar a vulnerabilidade do território aos incêndios rurais devido à alteração do coberto vegetal e acessos.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
		Perda de Biodiversidade e Fragmentação de Habitats: A instalação destas centrais em zonas rurais e florestais provoca a destruição de habitats de fauna e flora (muitas vezes protegidas), interrompendo corredores ecológicos vitais.	
		Descaracterização da Paisagem e Impacto Socioeconómico: O impacto visual e a industrialização de zonas rurais comprometem o turismo de natureza, a valorização do património cultural e a fixação de populações que dependem da economia da terra	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113843	Discordância	Não concordo com explorações que destroem o nosso ecossistemas. Não temos nenhuma necessidade de o fazer. Sobre energias renováveis e autosuficiencia, se o governo ajudar cada cidadão a colocar painéis solares nos seus telhados, temos grande parte do problema energético resolvido. Talvez toda a parte. Há muitos telhados para usar. Não podemos destruir mais os recursos que a terra nos dá ocupando mais espaço e destruindo habitantes naturais. Parem de pensar nos lucros, no poder e nos interesses só de alguns. Podemos ser muito melhores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113840	Discordância	Aceleração não deveria ser sinónimo da não-necessidade de uma avaliação de impacte ambiental (AIA)... Para além disso, não fica claro se as zonas de aceleração energéticas (ZAE) tem como objectivo apenas fornecimento/desenvolvimento da comunidade local (dessa zona em concreto) - o qual deveria ser o foco inequivoco do projecto - ou se existe o risco de fazermos do interior de Portugal a fonte de energia 'preferivel' para usufruto do litoral ou eventual exportação para UE.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113838	Discordância	Não são energias renováveis se destroem o nosso território mais precioso e a vida de todos a sua volta. Nunca irei concordar	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113837	Discordância	Defendo que a transição energética é urgente mas não à custa de terrenos agrícolas, de habitação, zonas protegidas, etc. O foco deveria ser a utilização de infraestruturas estatais já existentes, por exemplo colocar painéis solares em edifícios públicos, também o topo de alguns edifícios pode ter aproveitado para gerar energia eólica à semelhança do que se faz na Holanda, com a estrutura modular composta por turbinas eólicas com rotores giratórios inclinados e instalados abaixo dos painéis solares - PowerNEST. Com base na documentação anexada, o meu parecer é o seguinte: Discordo completamente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113835	Discordância	A produção centralizada de energia fotovoltaica e eólica é por si só uma opção desvantajosa a varios niveis e com impactos bastante negativos, seja em que zona for, havendo agravantes dependentes da zona e tamanho. A produção de energia renovavel fotovoltaica deverá sempre ser descentralizada e aproveitando ja o edificado existente. Formei-me nesta area com especialização e não ha duvidas quanto a isto. A temperatura regional vai aumentar; ecossistemas serão destruidos e nao é fisicamente possivel recuperar ou compensar, não é a mesma coisa; implica enfraquecimento na resilencia para dar resposta a intempérides que cada vez vao ocorrer com mais frequencia; há impacto negatico para paisagem que será afectada e como tal nao será bonito de visitar e a economia local e regional vai ter consequencias negativas e graves; o investimento em redes de distribuição será maior e as perdas energeticas vao ser maiores, et. Focando agora no que está em consulta publica que implica uma mecanismo para acelerera este tipo de projectos, discordo pois sendo esta temática com impactos negativos a nivel socio-económica. ambiental e paisagistica, etc, deveria pelo contrario ser ainda mais escrutianado e nao facilitado. Sabemos dos objectivos impostos com 2030 da uniao europeia mas ir pelo caminho mais facil para os grandes grupos económicos sendo prejudicial para o territorio e populaçao portuguesa não é solução. Temos capacidade no sector para produção descentralizada e temos capacidade humana e conhecimento xientifico para fazer melhor na gestão do país. As populações rurais podem ter menor numero, mas é a nossa terra e a nosa biodiversidade e ecossistemas devem ser protegidos a todo o custo. É o que temos de mais valioso. As plantas e animais tornam o ecossistema equilibrado e é isso que vai proteger todas as especies e recursos incluindo a nossa. O planeta está a passar por transições climáticas e em vez de termos soluções equilibradas e sustentaveis estamos a acelerar projectos que não sao equuilibrados. Vamos cada vez ter mais episodio de catastofres e colocar metal centralizado em grandes areas somente vai piorar a situação. As avaliaçoes e relatorios indicam estes impactos detalhadamente. Há pareceres de entidades com especialidade e devem ser tidos em consideraçao e as pessoas devem ser ouvidas. Isto não pode passar! Temos de caminhar para uma vida em que todos devemos viver em equilibrio e sem danificar ainda mais o pouco que resta. Todos os pespecialistas com conhecimento cientifico se opõem a isto, incluindo eu. Oiçam a ciência, oiçam quem tem conhecimento, para gerir o territorio. Os paineis fotovoltaicos devem ser instalados em edificado ja existente, a capacidade instalada produzirá muito mais do que em centrais fotovoltaicas. A produçao de energia eólica so devera ser efectuada em determinadas regioes com determinadas condiçoes e caso nao haja impacto ambiental negativo. Fiz varios trabalhos em dimensionamento da capacidade eólica, nao ha muitas mais opçoes de instalacao no teritorio sem criar grandes impactos negativos no ambiente, economia, paisagem e social	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113834	Discordância	Não creio que estejam a ser respeitados os interesses das populações locais, maioritariamente provincianas. Especificamente no que diz respeito à obtenção de energia solar, haveria formas muito menos nocivas para com o território, como a da cobertura de parques de estacionamento de grandes superfícies comerciais em cidades de maior escala que, convenhamos, dado a sua absurda área de implantação e, por conseguinte, excessiva área não-permeável, podem, perfeitamente, ser utilizados para este fim. É lamentável que, em pleno século XXI, depois de assinados diversos tratados para colmatar os efeitos danosos das alterações climáticas, o governo português se deixe corromper desta forma, no passado na forma como contratos foram assinados no âmbito da energia eólica e agora no PSZAER. Pagamos os nossos impostos para ter um país mais digno para todos, ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, vivam eles nas cidades ou no campo. Ainda assim, o governo português vive subjugado a estas grandes empresas. Ainda de salientar que há um enorme aproveitamento de grandes grupos económicos em detrimento da quase total ausência de poder dos pequenos proprietários ou humildes habitantes do nosso território. Tenham vergonha!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113833	Discordância	Não concordo com a aceleração ou simplificação de projetos de Energias Renováveis. Pelo contrário, deverão existir mais restrições e requisitos a serem verificados antes da aprovação de um projeto. Não podemos simplificar e acelerar quando se trata de alterar a paisagem e provocar danos ambientais. A descarbonização não pode ser feita à pressa. O quadro legislativo não deve impor às populações que sejam feitos danos na paisagem e no meio ambiente com a argumentação da transição energética ou ganhos económicos. A exploração de minerais, lítio, energia solar e eólica não devem ser uma imposição, mas uma escolha informada pelas populações que são afetadas pelo ruído, poluição visual, poluição das águas e das linhas de abastecimento e recargas de aquíferos, danos permanentes na paisagem, flora e fauna destruídas e na saúde e bem-estar das pessoas. Assim, nunca poderá ser imposto às pessoas que vivem num determinado local, coabitarem com empresas que apenas pretendem o lucro e deixar o local destruído. A escolha deve ser democrática e envolver as pessoas e nunca ficar a cargo de decisores políticos e governantes. No documento "Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis", na página 18, quadro 4, critério A), deverá ser incluído o ponto "3. Área em que ocorreu um incêndio florestal" como critério de exclusão para Solar e Eólica. Este reforço é importante, uma vez que a ocorrência de um incêndio é um fator de erosão do solo e graves consequências ambientais daí resultantes, como é reconhecido no subcapítulo "4.2 Ecologia" da página 9 do referido documento. Acrescento ainda, que esta salvaguarda previne que em projetos de Energias Renováveis ocorram "acidentalmente incêndios" na área a licenciar, que podem ser provocados por empresas, entidades ou particulares que beneficiam da aprovação do projeto Solar ou Eólico.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113832	Discordância	Acredito que a implantação deste tipo de energias renováveis é prejudicial por questões socioeconómicas e ecológicas para as populações que vivem na zonas rurais onde se pretende estabelecer esses empreendimentos de energias renováveis e também para o país em geral. Existem outras formas de estabelecer paines fotovoltaicos, sem que isso perturbe tanto zonas rurais e ecológicas. Precisamos de um futuro verdadeiramente verde e que defenda os interesses do futuro de Portugal, das populações rurais, da nossa fauna e da nossa flora.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113831	Discordância	Não concordo com a implementação deste programa sem uma correcta avaliação do seu impacto nas populações rurais abrangidas. Deve ser avaliada a sua verdadeira sustentabilidade e valor ecológico.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113830	Discordância	O mundo rural deve permanecer rural, como preservação da nossa cultura, bem estar e subsistência das populações que cuidam dos seus terrenos e deles retiram o alimento que colocam na mesa. Um planeta verde não é um planeta cheio de cinzento.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113829	Discordância	Considero prejudicial em questões socioeconómicas e ecológicas especialmente para a população residente, fauna e flora local, assim como para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
113828	Discordância	Não concordo	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Sou um cidadão que apoia a transição energética e reconhece a importância de aumentar a produção de energia renovável. No entanto, estou preocupado com a forma como esse objetivo pode estar a ser perseguido, sacrificando valores ambientais, paisagísticos e patrimoniais que, uma vez perdidos, dificilmente poderão ser recuperados. Ao analisar a proposta do PSZAER, preocupa-me a possibilidade de grandes áreas florestais, espaços naturais e paisagens de elevado valor serem consideradas prioritárias para a instalação de projetos energéticos sem uma avaliação suficientemente cuidadosa dos seus impactos. As florestas não são apenas terrenos disponíveis; são ecossistemas essenciais para a biodiversidade, para a retenção de água, para a captura de carbono e para a qualidade de vida das populações. Também me preocupa que a necessidade de acelerar processos possa reduzir a capacidade de os municípios e os cidadãos participarem efetivamente nas decisões que afetam os seus territórios. As comunidades locais conhecem a realidade do terreno, os seus recursos naturais, o património existente e os projetos de desenvolvimento que estão previstos. Esse conhecimento não deve ser ignorado. Tenho igualmente dificuldade em compreender porque razão continua a existir uma forte pressão sobre solos naturais, agrícolas e florestais quando ainda existe um enorme potencial para instalar painéis solares em telhados de edifícios, zonas industriais, parques de estacionamento e outras áreas já artificializadas. Antes de converter milhares de hectares de floresta, montado ou solo agrícola em centrais solares, Portugal deveria esgotar o enorme potencial das superfícies já artificializadas. Esta abordagem reduz o impacto ambiental, evita conflitos com as comunidades locais e faz um uso mais eficiente do território	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113827	Discordância		

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113822	Discordância	Totalmente contra este projeto!! Não beneficia a população, nem o país, muito menos o ambiente. Coloquem os painéis em telhados de shoppings, edifícios do estado e até mesmo em parques de estacionamento. Destruir fauna e flora é impensável. Deve ser preservado e não destruído para benefício monetário de alguns. Temos de ter noção do impacto disto!! Nenhum cidadão consciente permite tal coisa.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Penso que é prejudicial. Relativamente à biodiversidade e às árvores: As árvores desempenham um papel crucial para: * A regulação térmica local (ilhas de calor) * O ciclo da água e a retenção dos solos * A conectividade dos habitats naturais	
113821	Discordância	Impactos nas populações locais: Impacto visual: As turbinas eólicas e os painéis solares alteram durablemente as paisagens. Impacto sonoro: Alguns projetos eólicos geram perturbações contínuas. Impacto hídrico: A água é utilizada para a limpeza dos painéis ou durante a construção. Como se espera que o turismo se desenvolva em zonas destas? O turismo representa um desenvolvimento económico para estas populações, que vivem nestes territórios há muito tempo. É necessário um plano integral para refletir sobre soluções sustentáveis COM as populações e NÃO contra elas. Que é que vamos deixar aos nossos filhos? A alma portuguesa deste país bonito vai apagar-se sob a influência dos lobbies.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113820	Discordância	Necessidade de considerar a aptidão dos solos. Obrigatoriedade de licenciamento para qualquer instalação desse tipo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113819	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER). Considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais são essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem, a atividade agrícola e as populações locais. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Oponho-me também à criação das Zonas de Aceleração em territórios já classificados como vulneráveis e muito vulneráveis climaticamente, sob o risco de aumentar ainda mais a vulnerabilidade desses lugares e colocar em risco populações e territórios e tudo o que isso envolve.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113818	Discordância	Exerço por este meio o meu direito de discordar inteiramente com o desenvolvimento deste projeto. O desenvolvimento não pode passar pela industrialização e inutilização de zonas rurais onde habitam pessoas que vivem em comunhão com a Natureza. O impacto socioeconómico e ambiental deste projeto e semelhantes é megalomaníaco. Como poderão as pessoas locais e os animais habitar no meio de uma paisagem de metal? Como podemos querer conservar a qualidade de vida no nosso país e as nossas zonas verdes e ao mesmo tempo destruí-las? Queremos ser líderes no turismo, mas reduzimos as áreas de interesse sobre o qual o mesmo assenta?! Em anexo seguem problemas, a meu ver, gravíssimos que inviabilizam a continuidade deste, e outros, projetos semelhantes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113817	Discordância	As energias renováveis deveriam respeitar o ambiente, os ecossistemas e as populações rurais. Não faz sentido produzir energia verde, quando tem de se sacrificar o verde! Não só não é bom para as pequenas populações locais, como para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER).	
113816	Discordância	Reconheço a importância da transição energética e da redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como a necessidade de aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. Contudo, considero que a proposta apresentada não garante, de forma suficientemente clara e robusta, a proteção dos valores ambientais, paisagísticos, patrimoniais e socioeconómicos dos territórios abrangidos. As ZAER destinam-se a acelerar o desenvolvimento de projetos renováveis através da simplificação dos procedimentos de licenciamento, pelo que é essencial assegurar que esta simplificação não resulte numa redução efetiva do escrutínio ambiental e territorial. Solicito, por isso, que a proposta seja revista, reforçando os critérios de exclusão de áreas sensíveis, os mecanismos de monitorização ambiental, a avaliação dos impactos cumulativos e os instrumentos de participação das populações locais. Defendo igualmente que seja dada prioridade à instalação de sistemas de produção de energia renovável em áreas já artificializadas, industriais, degradadas ou anteriormente intervencionadas, reduzindo a pressão sobre espaços rurais e naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
113815	Discordância	Discordo pelas dificuldades que isto traz às populações rurais em causa, inclusive socioeconomicas e ecológicas. Há outras formas de promover a sustentabilidade e esta não respeita nem as pessoas nem a própria natureza. Sugiro repensar as cidades como forma de promover as energias renováveis e não os meios rurais. Este programa além de prejudicar as populações rurais, afeta todo o país.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113814	Discordância	Basta de destruírem a natureza! Desde quando uma algo que destrói a natureza pode ser considerada uma energia verde? Destruição da natureza, ecossistemas, aumento das temperaturas numa zona de temperaturas tão elevadas, das zonas com maior taxa de mortalidade devido ao calor. Coloquem os painéis em auto estradas, supermecados, divisões de jardins e edifícios publicos...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113812	Discordância	Ao longo dos anos os nossos governantes foram fazendo de tudo para nos levar a sair das nossas terras e esquecer ou até sentir vergonha das nossas raízes, claro está que deveria haver alguma intenção por detrás de tudo. Hoje entendemos porquê tanto interesse em desertificar o interior. Para nós, populações rurais, este tipo de projeto não favorece em nada, bem pelo contrário. Seja a nível ecológico ou em questões sócio económicas ficamos sufocados e perdemos qualidade de vida. Se acham que destruir a natureza é energia verde, então devo dizer que o nivel de consciência do ser humano está bem lá no fundo. Qualidade de vida é viver em harmonia com a natureza. Mas como tudo está certo, confio no que está reservado para a Humanidade. Bem haja para todos. Porque discordo do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113811	Discordância	Discordo, em primeiro lugar, pelo impacto ambiental direto: a decapagem do solo e a desflorestação eliminam vegetação nativa, destroem áreas de alimentação e reprodução de várias espécies animais e, através das vedações de segurança, bloqueiam rotas de movimento de mamíferos terrestres. Em segundo lugar, pela necessária defesa das populações que residem nessas zonas. A alteração física do território implicaria, de forma praticamente inevitável, uma degradação do modo de subsistência de quem aí vive. É por isso que combato qualquer processo de decapagem e desflorestação, tanto mais quando existem alternativas. Em meio rural, há opções evidentes: antigas zonas industriais desativadas, aterros encerrados ou solos degradados pela instalação de monoculturas agrícolas. Em ambiente urbano, a cobertura de parques de estacionamento com painéis fotovoltaicos constitui uma solução com duplo benefício: áreas mais frescas e com proteção das intempéries para os veículos estacionados, e uma produção de energia mais próxima dos locais de consumo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113810	Discordância	Este programa vau trazer imensas dificuldades para a populção rural. E as zonas rurais não devem nem podem se tornar em zonas industriais!! Por isso considere ser extremamente prejudicial por questões socioeconímicas e ecológicas para as populações que ai vivem e para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113807	Discordância	Este projeto traz um impacto muito negativo a todos os níveis, especificamente ambiental, social e económico, com prejuízos graves para toda a população. Discordo plenamente deste projeto pelo que não o quero ver avançar.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113806	Discordância	A exploração de lítio no Barroso levanta sérias preocupações ambientais e sociais. Esta região do norte de Portugal é reconhecida pela sua paisagem única, biodiversidade e forte tradição agrícola, sendo mesmo considerada Património Agrícola Mundial pela FAO. A instalação de minas a céu aberto pode provocar a destruição de habitats naturais, contaminar recursos hídricos e alterar profundamente o modo de vida das comunidades locais. Embora o lítio seja importante para a transição energética, essa mudança não deve ocorrer à custa da degradação de territórios rurais e da perda de património natural e cultural. O desenvolvimento sustentável exige que se encontrem soluções que conciliem a necessidade de matérias-primas com a proteção das populações e dos ecossistemas do Barroso.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113804	Discordância	A implementação de centrais solares é contraproducente, destrói habitats, destrói zonas verdes e apenas beneficia grandes empresas que as explora. Aumentar a capacidade solar de Portugal deverá passar por colocar os paineis onde não há impacto negativo para a natureza como em telhados de casas, beneficiando diretamente os residentes portugueses. Baixar iva de painéis solares e nao subsidiar grandes empresas deverá ser o caminho. Para além disso abrir áreas enormes a potencial de exploração sem qualquer estudo de impacto ambiental e consultas públicas específicas é apenas mais uma forma de ignorar os cidadãos e oferecer o nosso país de mão beijada a interesses financeiros. Há mais vertentes para além da economia. Entregamos o nosso futuro ao capitalismo por ganhos rápidos sem pensar num futuro sustentável para as gerações futuras. Ainda agora passou por cá uma onda de calor. Destruir habitats não as vai melhorar. Falta de água e desertificação, problemas graves de Portugal, também não serão melhorados com a destruição de árvores.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113803	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, conservação da biodiversidade, proteção dos solos, retenção de água e por isso para o equilíbrio dos ecossistemas. Não compreendo de todo (sem ser por uma visão de interesse privado e de de lucro) como estão a tratar este assunto que irá afectar TODOS, com maior ou menor escala de impacto consoante os privilégios de cada um. A ocupação de áreas agrícolas e florestais por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e envolvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais, das autarquias e da ciência. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro. E como supra referido apoio a criação de PSZAER em	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113802	Discordância	Venho mostrar o meu total desacordo com a Proposta de Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis para o nosso país. Primeiro em toda a proposta a palavra aceleração aparece inúmeras vezes para dar entender que se devem aprovar a todo o custo estes projectos, e que estes poderam ser aprovados sem se quer passar por uma averiguação do impacto dos mesmos neste caso até 10Ohectares e a partir disso é que passa haver uma obrigação de serem averiguados. Estamos a falar de um enorme atentado a vários níveis, pois esses hectares todos para um país tão pequeno como o nosso é absurdo, sendo que essa área total pode ser permitida em terrenos, quando já existem estudos que nos mostram que os painéis voltaicos não devem ser colocados em enormes hectares de terra devido a trazerem um enorme prejuízo a nivel ambiental e a sócio econômico, contribuindo deste modo para a escassez alimentar nossa e de animais para além do aumento da poluição de CO2. Em países mais desenvolvidos e com preocupação ecológica e de bem estar que o nosso, estes painéis estão ser colocados em coberturas de estacionamento, telhados de fábricas e prédios. Nos terrenos só são colocados painéis giratórios em que ocupação é inferior a 5 hectares e é quando esse terreno realmente não tem utilidade produtiva. Espero que tal proposta não passe do papel, pois seria um enorme atentado a vários níveis que só iria mostrar o quanto o nosso país é retrógrado sem nenhum sentido ecológico, porque as energias renováveis só tem utilidade se elas próprias forem uma solução e não um problema ainda maior de destruição ecológica, ou degradação ambiental, com a deterioração do meio ambiente através do esgotamento de recursos naturais para além da destruição de habitats e extinção de espécies.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113799	Discordância	Discordo totalmente. Trata-se de um crime ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113798	Discordância	Haverá outras estratégias mais sensatas que não destruam os ecosistemas e a paisagem e que não passe por espalhar indiscriminadamente 'gigantes eolicas ' e 'painéis solares ' pelos solos , barragens e pela natureza deste país sem qualquer controlo ecológico, mas também paisagístico e identitáriao. Tudo isto é literalmente 'energia negra' e não 'energia verde'. Em que estão a transformar o país? Numa manta de retalhos de negros painéis e 'gigantes' tecnologicos. Estão a descaracterizar completamente regiões e a carimbar os solos. Uma grande preocupaçao!!! E a electricidade a preços exorbitantes. Que benefícios e para quem?	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113792	Discordância	Apesar de reconhecer a importância estratégica do PSZAER para acelerar a transição energética, considero que o programa levanta preocupações relevantes ao nível do ordenamento do território e da participação pública. A definição de zonas prioritárias para energias renováveis não pode ser feita à custa da desvalorização de critérios ambientais locais, da biodiversidade ou da identidade das comunidades afetadas. Adicionalmente, parece existir um risco de simplificação excessiva dos processos de licenciamento, que pode comprometer a qualidade das avaliações de impacto ambiental. A transição energética deve ser rápida, mas não apressada ao ponto de negligenciar princípios fundamentais de sustentabilidade e transparência. Por fim, seria essencial garantir maior envolvimento das populações locais na tomada de decisão, evitando a perceção de imposição centralizada. Sem esse equilíbrio, o programa pode gerar resistência social e comprometer a sua própria eficácia a médio e longo prazo	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
113791	Discordância	Compreendo e concordo que a transição energética é um ponto importante para o ambiente, contudo, acredito que este projeto vai ter um impacto sócio económico de proporções devastadoras, impactando o interior e as áreas de uma forma destrutiva. Desmatar áreas rurais para colocar painéis fotovoltaicos é contraproducente com a questão ecológica e com a qualidade de vida dos locais e com negócios virados para o turismo. Simplificar e acelerar licenciamentos vai provocar um aumento desmedido deste tipo de situações.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113789	Discordância	Avaliações de Impacto Ambiental não deveriam ser susbtituídas por uma Avaliação Ambiental Estratégica. É uma desregulação, quando devia é de haver ainda mais regras, ainda mais conservação. Para além disso, a qualidade de vida e o sustento das populações rurais está em risco. Existe um problema de consumo de energia não renovável, mas estas medidas nos são para substituir o tipo de energia utilizado, mas sim para aumentar a produção de energia para mais desenvolvimento industrial e tecnológico. O facto de o relatório ter sido realizado em apenas 7 meses, sem consulta aos PDMS individualmente, nem uma cartografia detalhada em satélite para ser consultada, deixam muito a desejar e levantam questões de como se podem tomar decisões tão drásticas para o uso do território, com tão pouco sustento. Estudo para este tipo de relatório, tem que ser mais profundo,.detalhado e fundamentado	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113788	Discordância	Devido às consequências ecológicas deste programa, as Avaliações de Impacto Ambiental não deveriam ser susbtituídas por uma Avaliação Ambiental Estratégica. Em vez de se estar a dar passos na direção de uma maior proteção da natureza, está a retroceder para poder haver lucros de empresas privadas. É uma desregulação, quando devia é de haver ainda mais regras, ainda mais conservação. Para além disso, a qualidade de vida e o sustento das populações rurais está em risco. Tudo isto sem qualquer promessa de haver benefícios para a população. Sem haver descidas de preços da energia. Existe um problema de consumo de energia não renovável, mas devia ser antes abordado o próprio consumo em excesso.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113787	Discordância	Em todo o território nacional, há definição de áreas destinadas ao uso industrial, habitacional, agrícola,etc. É importante preservar os territórios rurais, pois tem ecossistemas criados e que qualquer alteração, levará décadas a recuperar. Nós precisamos da natureza e sem ela, nós não teremos como existir. Que a evolução seja ponderada e centralizada em centros urbanos e industriais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
113786	Discordância	Não concordo com a facilitação deste projecto que não considero amigo da natureza, mas sim uma contribuição para a sua destruição e com isso a qualidade de vida de todos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113785	Discordância	Apesar de saber da importância das energias renováveis e da sua necessidade, discordo com a implementação das mesmas em zonas onde vivem pessoas. Não só vivem pessoas mas acaba por prejudicar a fauna e a flora rara que existe em Portugal. Há que reconsiderar com a máxima urgência esses projetos e encontrar outras alternativas. Obrigada desde já pela atenção.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113784	Discordância	Penso que nunca é demais proteger o interior pois em caso de uma catástrofe no litoral será no interior que podemos encontrar refúgio, em termos sócio económico cada vez mais temos que parar de pensar no lucro e pensar mais no ser humano e no bem estar individual, e é no interior que o encontramos. E por fim porque proteger a natureza é uma obrigação de todos, pois até nós somos natureza, basta pensar que se todas as abelhas morressem nós também morreriamos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113783	Discordância	Achamos que é prejudicial para as populações tendo em contas fatores socioeconômicos e ambientais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
113782	Discordância	Manifesto a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que este programa privilegia a rapidez de instalação de grandes projetos energéticos em detrimento da proteção do território, da paisagem, da biodiversidade e da participação efetiva das populações locais. A criação de zonas de aceleração corre o risco de facilitar a ocupação de vastas áreas rurais por infraestruturas industriais, transformando profundamente a identidade dos territórios e comprometendo atividades como a agricultura, o turismo de natureza e a valorização do património cultural. Entendo que a transição energética é necessária, mas não deve servir de justificação para reduzir o escrutínio ambiental nem para concentrar os impactos negativos em regiões do interior que já suportam grande parte das infraestruturas energéticas do país. O desenvolvimento das energias renováveis deve privilegiar áreas já artificializadas, coberturas de edifícios, parques industriais e modelos descentralizados de produção de energia. Por estas razões, considero que o PSZAER deve ser revisto e não deve ser aprovado na sua forma atual.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113781	Discordância	Discordância.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113780	Discordância	Uma zona rural é um lugar que abriga um ecossistema muito específico para todos os que nele integram, desde a fauna, a flora e os habitantes. Este tipo de projetos impacta negativamente o meio ambiente e socioeconomicamente quem habita nestas localidades. Não vale tudo! Tem de haver respeito pelas pessoas e pelo ecossistema nestas zonas. Este Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) não pode avançar porque coloca em causa a fauna, a flora das zonas visadas no mapa do programa (Fig. 8), mas também afeta as famílias que habitam essas zonas rurais. Os painéis (no plano designaram por zaer solar) causam desflorestação e lixiviação do solo. Ora é de comum conhecimento que árvores contribui para diminuição do aquecimento dos solos e planeta terra e que vegetação (rasteira ou não), contribui para a proteção do solo contra lixiviação do mesmo e o aumento da absorção das águas das chuvas. Por isso a minha discordância num “plano” que não defende nem pessoas nem o ambiente, apenas o mesmo de sempre: dinheiro, através de um licenciamento simplificado! O próprio plano refere que existem entraves ao processo de licenciamento: “Este tipo de situações obriga a uma análise de caso a caso, constituindo um entrave à aceleração do processo de licenciamento.” (sic.)!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113779	Discordância	Venho por este meio apelar à vossa consciência pelas vidas dos seres humanos e da vida do meio ambiente que estão a prejudicar com este projeto. Não podemos ser um país "colonizado" pelos interesses económicos, esquecendo as suas raízes e alma.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
113775	Discordância	Considero que este projecto prejudica muito desfavorávelmente a população e o meio ambiente.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113774	Discordância	Discordo porque à implementação põem risco zonas naturais , bem como zonas habitacionais circundantes impactando a fauna e a flora da região, afetando todo o ecossistema. São renováveis mas com impactos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113772	Discordância	Entendo a relevância de toda a transição energética, mas também acho que é prejudicial por questões socioeconómica e ecologicas para as populações que vivem aqui, eu principalmente, vivo numa zona afectada onde querem romper a imagem, tradição, territorio e para o pais em geral. Nãoquero sair de casa e estar tudo inundado com um mar de metal. Obrigada	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113771	Discordância	Acho prejudicial por questões socioeconómicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o país em geral.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
113769	Discordância	Energia tem de ser de.facto renovável porque de outro modo é uma média de um falso sistema de energia verde.. Há tantos outros locais para colocar placas solares... exemplos - por cima de estacionamentos,, prédios, casas, lojas, mercados fechados, grandes superfícies..	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação.
113768	Discordância	Dificuldades para as populações rurais E a não são as melhores soluções ecológicas	Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
113766	Discordância	Acho ser prejudicial por questões socioeconomicas e ambientais para as populações que ali vivem e para o país no geral. Zonas rurais não devem ser vistas como terreno livre para exploração energética e industrial. Precisamos preservar a natureza o máximo possível, já chega de tanta ação inconsequente contra o NOSSO planeta e populações mais vulneráveis!	O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Obrigada pela sua participação.
113765	Discordância	Não faz sentido quero a natureza viva!	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
113764	Discordância	Não concordo pois este projeto não tem em consideração os habitantes das zonas rurais e descarta o fator ecológico. Apesar de reconhecer a importância das energias renováveis é necessario medir o impacto nas paisagens e modos de vida portugueses.	As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113763	Discordância	Acredito que tenha um impacto negativo no âmbito socioeconómico e ecológico para as populações dos meios mais rurais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
113762	Discordância	Tendo visto nos últimos tempos uma degradação ambiental considerável quer pela mão do homem, quer pelo grito na natureza, considero urgente outras formas de viver em comunhão com a natureza e não contra ela. Temos já pelo País fora suficientes eólicas até em locais com população, barragens e demais painéis solares em zonas protegidas e agrícolas. As zonas interiores e rurais devem ser altamente protegidas, pois são elas que contribuem para setores primários , responsáveis pelo nosso alimento. Depois de tantos anúncios e programas de requalificação e de implementação de mais pessoas nas zonas de interior, não se compreende a urgência duma medida como esta. O bem-estar das populações, na fauna e flora, deverá estar sempre em primeiro lugar! Considerem o facto de haver muito espaço nas cidades e zonas industriais para implementação de programas deste género. Atenciosamente, Sara	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113761	Discordância	Venho por este meio apresentar a minha mais veemente discordância face à aprovação deste programa, o qual levanta sérias questões sobre a gestão do território. Nada se pode decidir de ânimo leve sem responder às seguintes perguntas: • Quem suporta os custos externos destes projetos, nomeadamente a destruição de habitats naturais, a fragmentação da paisagem e a perda de biodiversidade? • Como é calculado o valor económico da perda de ecossistemas, espécies e património natural que pode nunca ser recuperado? • Quem paga os impactos visuais, sonoros, aquíferos e paisagísticos que afetam diretamente as populações locais? • Qual é a relação custo-benefício considerada? Que benefícios concretos justificam os impactos previstos? • Quem são os principais beneficiários destes projetos? Empresas privadas, investidores, o Estado ou as populações locais? • Quanto ganharão efetivamente os portugueses? Haverá redução significativa do preço da eletricidade? Haverá receitas relevantes para os municípios e para o país? • Quem financia estes projetos? Que subsídios, incentivos ou apoios públicos nacionais e europeus estão envolvidos? • Em nome de quem são tomadas estas decisões e quem assume os riscos caso as previsões falhem? • Quantas entidades independentes participaram na avaliação dos impactos ambientais, económicos e sociais? • Que especialistas independentes foram consultados e quais foram as suas conclusões?	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113759	Discordância	Apresento a minha oposição à inclusão desta área na proposta ZAER. A cartografia apresentada foi elaborada à escala nacional e não parece refletir adequadamente a realidade local, incluindo habitações existentes, pequenas explorações agrícolas e os limites efetivos das propriedades. Considero que a proposta poderá criar pressão futura sobre comunidades rurais e proprietários locais, sem que tenha sido demonstrado um nível suficiente de avaliação territorial à escala municipal. Solicito uma reavaliação detalhada desta zona, com verificação local das habitações existentes, dos usos agrícolas atuais e dos impactos sociais e económicos para a população residente. Defendo que qualquer delimitação final das ZAER deve incorporar de forma mais clara o conhecimento local, a proteção das comunidades rurais e o respeito pelos direitos dos proprietários.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113758	Discordância	Acho prejudicial por questões socioeconomicas e ecológicas para as populações que ali vivem e para o pais em geral.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113757	Discordância	O povo rural não pode ser esquecido... Vivem lá famílias, sonhos, projetos de vida. Um pojeto assim tem um impacto socioambiental, sócio-cultural importantíssimo. Não podemos aceitar destruir áreas , florestas, terrenos como se tudo fosse normal	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113753	Discordância	Discordo pelas dificuldades que tr´ss para as populações rurais e não podemos tornar estas zonas em áreas industriais. Há questões socio_economicas e ambientais, ecologicas, não só para as populações rurais como para o pais.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
113752	Discordância	Considero que o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), é prejudicial para o equilíbrio dos ecossistemas envolventes causando fortes impactos na natureza e nas populações quer em termos ecológicos quer sócioeconómicos.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
113751	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, na medida em que a sua implementação, tal como atualmente prevista, poderá gerar impactos significativos e negativos nas zonas rurais do país. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis, considero que esta não deve ser realizada à custa da descaracterização dos territórios rurais, da degradação da qualidade de vida das populações locais e da ocupação extensiva de áreas habitadas e produtivas. As zonas rurais não podem ser encaradas como espaços vazios ou disponíveis para uma industrialização em larga escala. São territórios vivos, com comunidades, atividades económicas, património cultural, paisagens e ecossistemas que desempenham um papel fundamental no equilíbrio social, ambiental e económico do país. A instalação massiva de quilómetros de painéis solares e outras infraestruturas energéticas pode alterar profundamente a identidade destes locais, afetando a agricultura, o turismo, a biodiversidade e o bem-estar das populações residentes. Importa igualmente considerar os impactos ecológicos associados à ocupação de vastas áreas de solo natural ou agrícola, incluindo a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade e a alteração dos equilíbrios ambientais locais. A proteção do ambiente não deve limitar-se à redução das emissões de carbono, devendo também salvaguardar os ecossistemas e os recursos naturais existentes. Entendo que o desenvolvimento das energias renováveis deve seguir uma abordagem mais equilibrada, responsável e territorialmente sustentável. Nesse sentido, defendo que seja dada prioridade à instalação de sistemas solares em telhados de habitações, edifícios públicos, instalações industriais, parques de estacionamento, zonas urbanizadas e outras áreas já artificializadas, reduzindo a necessidade de ocupar extensivamente solos rurais e espaços naturais. A transição energética é um objetivo coletivo importante, mas deve ser conduzida de forma justa, ponderada e com respeito pelas populações locais e pelos territórios afetados. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre as metas energéticas, a proteção ambiental e a preservação da coesão social e económica do país.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113750	Discordância	Agora mudaram o nome do assassinato que querem fazer à nossa flora e fauna autóctones, foi? Sim, porque é um assassinato o que vocês estão a tentar fazer em nome de um suposto salvamento do Planeta, de supostas alterações climáticas. Tudo em nome do bem comum dizem vocês, quando a maioria dos seres humanos sabe que tudo o que vocês fazem em nome do bem comum é somente para o bem das vossas contas bancárias e da vossa ganância. Eu e biliões de seres humanos estamos à espera que nos apresentem estudos científicos, com revisão por pares, com décadas de estarem a serem feitos, que nos comprovam que as medidas "verdes" que vocês querem implementar vão mesmo salvar o Planeta e a Mãe Natureza. Parem com as mentiras descaradas. Vocês acham que a maioria dos seres humanos neste Planeta continua a acreditar que para salvarmos o Planeta a solução é destruirmos a Mãe Natureza e substituirmos Ela pelas vossas invenções? Existem formas de produzirmos energia para alimentarmos as nossas casas, carros e indústria sem precisarmos de esventrar a Mãe Terra e nem precisarmos de destruir a Mãe Natureza, mas essas formas vocês não as querem, pois com elas vocês não podem ganhar biliões de euros e de dólares, por isso é que vocês não estão interessados nelas. Nós não conseguimos viver neste Planeta sem a Mãe Natureza. Nós seres humanos somos Natureza, logo nunca vamos conseguir viver sem Ela, porque nós também somos Ela. Se querem retirar CO2 da atmosfera plantem árvores autóctones de folha caduca e criem áreas de biodiversidade autóctone, bosques nativos, pois as árvores autóctones de cada região do Planeta são os únicos seres neste Planeta que conseguem transformar CO2 em O2.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113747	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de (cidadãos, entidade, empresa) do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113746	Discordância	O cenário do país está cada vez mais cinzento, repleto de painéis solares, campos completamente despidos de natureza em prol de objectivos financeiros que comprometem a biodiversidade, fauna e flora nacionais. Em prol da natureza, futuro saudável e gerações futuras é urgente ter Portugal verdadeiramente verde.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113745	Discordância	Acredito ser um projeto prejudicial para o ecossistema, flora e fauna, incluindo humanos. Em termos sociológicos, económicos e ambientais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113742	Discordância	Acho que é mau para a população que lá reside. Temos que manter as zonas rurais assim rurais... Temos de pensar mais com o coração do que com o cérebro.. se matamos o verde o que vai sobrar para termos oxigénio que em última instância é só o que nos vale para andarmos aqui... Atentem naquilo que querem fazer...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113741	Discordância	Este programa não condiz com um plano de transição energético ambiental e socialmente justo, por isso exerço o meu dever e direito de cidadã ativa para manifestar a minha não concordância com o mesmo, em específico em zonas de uso de solo que não estejam já industrializadas ou urbanas. A estratégia para territórios degradados, abandonados ou subaproveitados não deve ter como solução a instalação destas infraestruturas, mas antes a instalação em infraestruturas já existentes, nomeadamente edifícios de zonas já industrializadas, edifícios de habitação particular e edifícios de organismos públicos e privados, com certeza que se consegue ao longo de todo o país de forma descentralizada a área de painéis fotovoltaicos superior a 20 mil hectares. A estratégia para territórios degradados, abandonados ou subaproveitados deverá ser a regeneração ecológica com a rentabilização de atividades económicas como a agricultura, ciência e turismo sustentável.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
		"O PSZAER deve reconhecer explicitamente que a produção descentralizada, o autoconsumo coletivo e as comunidades de energia (CER) como trajetória complementar e não residual da transição energética", o PSZAER deve reconhecer explicitamente que a produção descentralizada, o autoconsumo coletivo e as comunidades de energia (CER) não como trajetória complementar mas antes como estratégica principal/central e prioritária.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113738	Discordância	Penso que será prejudicial a nível socioeconómico para a população que lá habita e para a população em geral e a nível ecológico e ambiental. Não há planeta B, temos de começar a cuidar do nosso planeta e não explora-lo sem consciência dos danos para o ecossistema e para a população.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113737	Discordância	Acho que é prejudicial por questões socioeconómicas, ecológicas, que afetam tanto os residentes da área quanto o restante país.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113735	Discordância	Considero que a transição energética e a execução do PSZAER pode acontecer sem destruir o modo de vida das populações das zonas rurais que já ocupam e cuidam dessas áreas/zonas há várias gerações. Respeitar as populações abrangidas pelas áreas seleccionadas para a implementação de energias renováveis é muito importante. A proposta para a transição energética deve evitar a destruição do património natural, rural, cultural e agrícola preexistente. Como cidadã reconheço a importância da implementação de energias renováveis mas, também, de que essa implementação aconteça com base num planeamento territorial fino que vise na proteção ambiental e dos ecossistemas, integração com as comunidades locais e maior rigor técnico e transparência em relação à forma e sustentabilidade com que esta transição se vai processar.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113734	Discordância	Extremamente prejudicial para as zonas rurais e seus habitantes. Maléfico tanto ao nível socioeconomico quanto ao nível ambiental. Pura destruição disfarçada de energia Verde.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
113733	Discordância	Embora reconheça a importância da transição energética, manifesto a minha discordância relativamente Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Acredito que a implementação deste Programa pode comprometer a preservação da biodiversidade, dos solos agrícolas e da qualidade de vida das populações locais. É necessário produzir de energia renovável, no entanto, o seu planeamento deve ser realizado de uma forma equilibrada e que respeite a ecologia e economia locais, bem como a qualidade de vida os seus habitantes.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113731	Discordância	As áreas rurais, os seus habitantes, e a sua fauna e flora são importantes e devem ser preservadas. O desenvolvimento deve passar também pela valorização das zonas rurais e do sentido de comunidade. Retirar às populações o seu direito de escolha é algo que não deveria sequer colocar-se. As pessoas não estão contra o desenvolvimento, estão sim contra o desenvolvimento desenfreado que terá um custo ,ainda não calculado, nestas populações e no país no seu geral.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113730	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) apresenta potenciais impactes negativos que merecem uma análise aprofundada. Em termos socioeconómicos, a sua implementação poderá afetar significativamente as populações residentes em meio rural, alterando modos de vida, condicionando atividades agrícolas, pecuárias e florestais e contribuindo para a desvalorização da paisagem, com possíveis repercussões no turismo e na qualidade de vida das comunidades locais. Simultaneamente, os impactes ecológicos associados à ocupação extensiva do território poderão traduzir-se na fragmentação e degradação de habitats, na perturbação de espécies da fauna e da flora e na redução da biodiversidade. Por isso, considera-se essencial que a definição e concretização destas áreas integrem uma avaliação rigorosa dos impactes ambientais e sociais, privilegiando soluções que conciliem a produção de energia renovável com a proteção dos ecossistemas e o bem-estar das populações. Isto é possível, se for feita uma avaliação séria e houver empenho e vontade de conciliação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
113729	Discordância	A minha discordância deve ao facto deste programa, ser prejudicial a nível ecológico e a nível socioeconómico. As terras são para plantar, não para serem km e km de montras de paineis. O que não faltam são telhados, coloquem os paineis nas casas. Existem pessoas e animais nos ambientes rurais deixem-nos viver. São também eles que vos alimentam.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113728	Discordância	Apesar das vantagens, existem várias desvantagens e riscos: 1. Redução do escrutínio ambiental em determinados projetos Nas ZAER, os procedimentos ambientais poderão ser simplificados, o que pode reduzir o nível de análise individual de alguns projetos. Existe o receio de que impactos cumulativos sobre biodiversidade, paisagem ou habitats protegidos não sejam totalmente avaliados. 2. Conflitos com usos tradicionais do território A instalação de grandes centrais solares ou parques eólicos pode competir com: Agricultura; Silvicultura; Pastorícia; Turismo rural; Atividades cinegéticas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113726	Discordância	Paneis nos telhados, ovelhas nos prados. Moro perto de uma zona que será afectada. Não concordo com este projecto. Tem um impacto ambiental incontornável Não permitam fazer este tipo de instalações por todo o nosso país. Obrigado	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113725	Discordância	Embora reconheça a importância da transição energética e do reforço das energias renováveis, apresento a minha discordância em relação a este projeto, por entender que a sua implementação pode não garantir um equilíbrio adequado entre os objetivos energéticos e a proteção dos territórios. Considero que a definição destas zonas deve ser precedida de uma avaliação mais aprofundada dos impactes ambientais, sociais e paisagísticos, bem como de um processo de consulta pública mais robusto e efetivo. Sem estas salvaguardas, existe o risco de se comprometerem valores territoriais relevantes em nome de uma aceleração que pode não ser suficientemente ponderada. A sua aplicação pode ser prejudicial tanto do ponto de vista ambiental como socioeconómico. Do ponto de vista ambiental, a definição acelerada destas zonas corre o risco de provocar impactos negativos nos ecossistemas locais, com possível degradação de habitats, alteração da paisagem e aumento da pressão sobre recursos naturais sensíveis. Paralelamente, este modelo pode ter consequências desfavoráveis para as populações, afetando atividades económicas locais, nomeadamente ligadas ao uso tradicional do território, ao turismo e à agricultura, além de poder gerar desequilíbrios sociais decorrentes da falta de envolvimento efetivo das comunidades nos processos de decisão.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
113724	Discordância	Os painéis solares devem ser colocados em locais como: telhados das habitações, paragens de autocarro, telhados de shoppings, centros comerciais, parques de estacionamento, estações de comboios e outros espaços públicos e por exemplo também em muros. Destruir a natureza não é resposta. Quanto mais árvores se destroem mais elevada será a temperatura e maior será instabilidade climática. As zonas rurais são essenciais ao equilíbrio ecológico, não só em prol da saúde humana mas também ambiental. A destruição das zonas rurais e naturais levam á destruição da casa e território dos seus habitantes, do país, leva a um problema socioeconómico dos habitantes desses locais e por conseguinte da população e a um impacto negativo ainda maior nas alterações climáticas. Destruír árvores e espaços naturais não é a resposta para a sustentabilidade e bem-estar.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113722	Discordância	Exmos. Senhores, No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), venho manifestar a minha discordância com o projeto e uma profunda preocupação relativamente ao modelo de transição energética que este programa poderá incentivar. Reconheço plenamente a necessidade de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e de acelerar a produção de energia renovável. No entanto, a urgência da transição energética não pode servir de justificação para a degradação do património natural, para a artificialização crescente do território ou para a limitação da capacidade das populações decidirem sobre o futuro das suas próprias terras. Existe o risco de se confundir transição energética com expansão industrial indiscriminada. O combate às alterações climáticas não será bem-sucedido se, em nome da descarbonização, destruirmos ecossistemas, fragmentarmos habitats, sacrificarmos áreas agrícolas e florestais ou comprometermos a biodiversidade que constitui um dos principais pilares da resiliência ambiental do nosso país. A natureza não pode ser encarada apenas como um espaço disponível para a instalação de infraestruturas energéticas. As florestas, os solos, os rios, as zonas rurais e os ecossistemas naturais prestam serviços ambientais insubstituíveis e representam um património coletivo que deve ser protegido para as gerações presentes e futuras. Os exemplos recentes de contestação social associados a projetos mineiros e energéticos em diversas	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113721	Discordância	Boa tarde, Compreendendo a importância das Energias Renováveis e aproveitamento do potencial que o nosso País tem para produção de energia com energias renováveis, considero que o presente projeto não defende os interesses da população que vive nos locais onde este projeto pretende ser implementado, nem da população Portuguesa no geral, nem socialmente, nem economicamente, e definitivamente não cumpre as metas e interesses dos ecossistemas que existem nestes locais, por conseguonte ambientalmente! Existe necessidade de se repensar todo o investimento que tem sido feito no geral em Portugal, em várias matérias, mas em particular, neste caso, do aproveitamento das energias renováveis existentes, e começar-se a apostar em utilizar as áreas já impermeabilizadas existentes nas nossas cidades e vilas, para se fazer o aproveitamento das mesmas, em matéria do aproveitamente da energia solar, em particular! Porque não fazerem-se parcerias público-privadas, ou mesmo públicas, de colocação de painéis solares em áreas de estacionamente da cidade, providenciando sombras e produzindo energia; em edificios publicos, em centros comerciais, nas casas das pessoas, oferecendo incentivos reais, para que o cidadão comum possa assim ajudar também neste ponto. Tantas outras hipóteses, que não a de inviabilizar solos e destruir habitats!!! PRECISAMOS DE POLÍTICOS COM CORAGEM PARA FAZER O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA QUE A MENTALIDADE ANTIGA, DO QUERO POSSO E MANDO, DEIXE DE EXISTIR NO NOSSO PAÍS! Eu não queria viver num país fascista novamente, por favor pensem no coletivo, pensem no bem comum!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113719	Discordância	Além do impacto ambiental e social de forma negativa e destrutiva, temos que pensar em outras formas de fazer a transição energética. Usar telhados, edifícios onde possamos reaproveitar para as instalações de painéis solares, e nunca destruir natureza nem população. Precisamos urgentemente de natureza para viver e não de a destruir.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113718	Discordância	Pela desaceleração do desenvolvimento, pela valorização e preservação dos ecossistemas naturais Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, na medida em que a sua implementação, tal como atualmente prevista, poderá gerar impactos significativos e negativos nas zonas rurais do país. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis, considero que esta não deve ser realizada à custa da descaracterização dos territórios rurais, da degradação da qualidade de vida das populações locais e da ocupação extensiva de áreas habitadas e produtivas. As zonas rurais não podem ser encaradas como espaços vazios ou disponíveis para uma industrialização em larga escala. São territórios vivos, com comunidades, atividades económicas, património cultural, paisagens e ecossistemas que desempenham um papel fundamental no equilíbrio social, ambiental e económico do país. A instalação massiva de quilómetros de painéis solares e outras infraestruturas energéticas pode alterar profundamente a identidade destes locais, afetando a agricultura, o turismo, a biodiversidade e o bem-estar das populações residentes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113717	Discordância	Importa igualmente considerar os impactos ecológicos associados à ocupação de vastas áreas de solo natural ou agrícola, incluindo a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade e a alteração dos equilíbrios ambientais locais. A proteção do ambiente não deve limitar-se à redução das emissões de carbono, devendo também salvaguardar os ecossistemas e os recursos naturais existentes. Entendo que o desenvolvimento das energias renováveis deve seguir uma abordagem mais equilibrada, responsável e territorialmente sustentável. Nesse sentido, defendo que seja dada prioridade à instalação de sistemas solares em telhados de habitações, edifícios públicos, instalações industriais, parques de estacionamento, zonas urbanizadas e outras áreas já artificializadas, reduzindo a necessidade de ocupar extensivamente solos rurais e espaços naturais. A transição energética é um objetivo coletivo importante, mas deve ser conduzida de forma justa, ponderada e com respeito pelas populações locais e pelos territórios afetados. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre as metas energéticas, a proteção ambiental e a preservação da coesão social e económica do país.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113716	Discordância	Exmos. Senhores, Venho por este meio manifestar a minha profunda discordância e total oposição à potencial inclusão da região do Barroso — que abrange os concelhos de Boticas e Montalegre — nas Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (ZAER). Embora reconheça a urgência da transição energética a nível nacional, considero que a simplificação de procedimentos e a flexibilização do escrutínio ambiental propostas pelo mecanismo das ZAER não podem ser aplicadas a territórios de excecional sensibilidade ecológica, social e cultural como o Barroso e outras. A minha oposição fundamenta-se nos seguintes pontos: - Estatuto de Património Mundial Agrícola: O Barroso é a única região em Portugal classificada pela FAO como Património Agrícola Mundial devido ao seu sistema agro-pastoril tradicional e comunitário único. A industrialização acelerada do território com macroprojetos de energias renováveis põe em risco este legado e a sobrevivência da raça bovina barrosã. - Sensibilidade Ecológica e Biodiversidade: Sendo uma zona de montanha integrada no sistema Peneda-Gerês, o Barroso alberga ecossistemas frágeis, linhas de água cruciais e habitats protegidos. A redução das exigências na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) associada às ZAER abre a porta a danos irreversíveis na fauna, na flora e na integridade dos solos. - Saturação do Território: A região do Barroso já se encontra sob uma enorme pressão ambiental e social devido a severas ameaças de exploração mineira a céu aberto (lítio) e a projetos eólicos já existentes. Sobrecarregar ainda mais este território sob o pretexto de "aceleração" energética representa uma grave injustiça territorial e um ataque à coesão local.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113715	Discordância	Discordo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113714	Discordância	Discordo com este programa.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113713	Discordância	Existem outros locais onde podem implementar projetos de energia renovável. Não pode ser à custa da destruição da natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113712	Discordância	Considero ser prejudicial para a população rural e para o meio ambiente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113711	Discordância	Acho que este projeto vai afetar negativamente as comunidades locais.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
113710	Discordância	Venho, por este meio, manifestar a minha discordância relativamente ao Programa de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, na medida em que a sua implementação, tal como atualmente prevista, poderá gerar impactos significativos e negativos nas zonas rurais do país. Embora reconheça a importância da transição energética e da redução da dependência de combustíveis fósseis, considero que esta não deve ser realizada à custa da descaracterização dos territórios rurais, da degradação da qualidade de vida das populações locais e da ocupação extensiva de áreas habitadas e produtivas. As zonas rurais não podem ser encaradas como espaços vazios ou disponíveis para uma industrialização em larga escala. São territórios vivos, com comunidades, atividades económicas, património cultural, paisagens e ecossistemas que desempenham um papel fundamental no equilíbrio social, ambiental e económico do país. A instalação massiva de quilómetros de painéis solares e outras infraestruturas energéticas pode alterar profundamente a identidade destes locais, afetando a agricultura, o turismo, a biodiversidade e o bem-estar das populações residentes. Importa igualmente considerar os impactos ecológicos associados à ocupação de vastas áreas de solo natural ou agrícola, incluindo a fragmentação de habitats, a perda de biodiversidade e a alteração dos equilíbrios ambientais locais. A proteção do ambiente não deve limitar-se à redução das emissões de carbono, devendo também salvaguardar os ecossistemas e os recursos naturais existentes. Entendo que o desenvolvimento das energias renováveis deve seguir uma abordagem mais equilibrada, responsável e territorialmente sustentável. Nesse sentido, defendo que seja dada prioridade à instalação de sistemas solares em telhados de habitações, edifícios públicos, instalações industriais, parques de	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113708	Discordância	Dado o atual estado de desertificação do país assim como da necessidade de preservar a nossa fauna e flora não consigo compactuar com a aceleração da implementação de energias ditas renováveis. Quando a mesma destruirá regiões, terá grande impacto ambiental, destruirá habitats em prol de um único fim lucrativo de empresas. Dever-se-à pensar noutra alternativa que não a destruição de zonas ricas de fauna e flora e causar um desequilíbrio ambiental.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113707	Discordância	Prejudicial para as populações e ecossitemas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113706	Discordância	Considero que existem outras formas de implementar estas “ditas” energias renováveis. Proponho que se avalie a possibilidade de implementação nos edifícios e casas existentes nas grandes cidades, em alternativa ao abate de árvores e destruição de ecossistemas únicos. Igualmente, gostaria que se pensasse como reciclar o material degradado ou danificado, ao longo dos anos, para gerar a dita energia renovável, evitando a poluição do nosso planeta. Espero sinceramente que este tipo de projetos se façam implementar em zonas já habitadas pelo ser humano, como casas, armazéns, poli-desportivos e outras infra-estruturas. Não me faz sentido continuar a destruir zonas de natureza, cuja flora e fauna serão dizimadas, para benefício económico de apenas alguns. Iremos pagar um preço muito alto por estas intervenções a médio logo prazo.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
113704	Discordância	A proposta sectorial da ZAER foi apresentada apenas com base no artigo 15.º-C da Diretiva RED III 18 de outubro de 2023,omitindo que o primeiro passo é fazer o levantamento das zonas necessárias ao cumprimento dos contributos nacionais para a meta global da União Europeia em matéria de energias renováveis para 2030, conforme o artigo 15.º-B. Este artigo estipula no seu ponto 3 que os projetos de energia de fontes renováveis devem ser compatíveis com as utilizações pré-existentes dessas zonas no sentido da coexistência. E o segundo passo é delimitar dentro dessa zona as ZAER, não podendo aplicar o ponto 4 dado que o mapa verde das áreas com menor sensibilidade ambiental e patrimonial para localização de unidades de produção de eletricidade renovável elaborado com base o relatório de julho 2023 nunca foi sujeito à Avaliação Ambiental Estratégica. No entanto verifica-se que a Proposta agora em consulta publica teve como base o cenário A, o menos restritivo, com base no anterior mapa verde que, como já referi, não é válido. Foram ainda introduzidas mais "liberdades" para satisfazer os interesses dos promotores sem considerar o conteúdo do PNEC 2030 que de forma muito clara exprime a conservação e proteção da área florestal existente e, sempre que se justifique, a sua reconversão e densificação com espécies mais adaptadas ao território, e nunca por painéis solares. Segundo o regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 30 de junho de 2021, os Estados-Membros devem dar prioridade a reduções rápidas e previsíveis das emissões e, ao mesmo tempo, aumentar as remoções por sumidouros naturais. O Eucalipto e o Pinheiro Bravo contribuem efetivamente para a substituição de produtos de origem fóssil por soluções baseadas na natureza. É inaceitável priorizar a independência energética enquanto se aumenta simultaneamente a dependência	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		NULO, todo o procedimento é nulo.	
113703	Discordância	Foi apresentado uma proposta para as ZAER que é uma compilação de omissões, informação falsa e uma livre interpretação da multifuncionalidade da floresta. O PNEC 2030 e a sua atualização foi sujeito obrigatoriamente a consulta pública. Nenhuma palavra neste Plano sugere a alteração do uso e utilização do solo florestal, refere sim a consolidação ou reconversão (por espécies melhor adaptadas) da floresta já instalada, a recuperação dos sistemas florestais degradados ou sub-lotados e a conservação, restauro e o melhoramento dos solos agrícolas e florestais. Apenas há referência a painéis solares nas instalações industriais ou equipamentos. A aprovação deste Plano pela Assembleia da República e pelo Governo foi baseada neste conteúdo. Afinal, só se pode chegar à conclusão que o PNEC 2030 foi elaborado com informação falsa, com o único objetivo da sua aprovação. Um comportamento muito prejudicial e inaceitável para uma sociedade dita democrática. Assim, foi apenas utilizado conteúdo do PNPOT que é conveniente para satisfazer os interesses dos promotores, omitindo o que de facto determinaria a transformação dos espaços florestais, nomeadamente: "ASSEGURAR o desenvolvimento sustentável da economia rural, designadamente através da PRESERVAÇÃO da atividade agrícola, FLORESTAL e SILVOPASTORIL". A erradicação dos eucaliptais e pinhais-bravos NÃO é sinónimo de "desenvolver os atuais sumidouros" (lei de bases do clima) ou "melhorar, conservar e restaurar os solos florestais." Avançar com esta "versão" é um acto de irresponsabilidade e incompetência e não merece a minha	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113698	Discordância	Na qualidade de cidadã/o deste país, submeto o meu parecer no que concerne ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Embora apoie plenamente a transição energética e os objetivos de sustentabilidade, defendo que esta não pode ser concretizada à custa da descaracterização da nossa paisagem, do nosso património cultural, da agricultura e da qualidade de vida das nossas populações. Apoio a transição energética, mas não a qualquer custo. Anexo texto.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
113696	Discordância	I came to Portugal to find a new life to farm. Having windfarms and solar near me is not how I want to live.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113693	Discordância	não há nenhum interesse para a população local	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113690	Discordância	Mais uma vez, o Governo português e as autarquias locais estão a identificar áreas rurais protegidas como locais para projetos energéticos de «greenwashing», com consequências devastadoras para o desenvolvimento numa zona que tem vindo a crescer e a enriquecer-se em termos de biodiversidade e população. Não foi dada qualquer consideração à natureza sensível da paisagem. Esta proposta foi divulgada mesmo no meio das terras e das casas das pessoas, sem qualquer estudo ou explicação. Está na hora de Portugal se levar a sério e deixar de ser um fantoche da UE. Deve assumir compromissos sérios e organizar debates, bem como apresentar propostas ponderadas e fundamentadas em estudos, acompanhadas de AIA devidamente elaboradas, de forma formal e adequada. Portugal vai tornar-se motivo de chacota na Europa e isso não deve acontecer. Sou um ex-diretor de programas do Banco Mundial e sei do que falo.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113686	Discordância	Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente à inclusão da zona de Alpedrinha e da Serra da Gardunha nas áreas previstas para a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável de grande escala, nomeadamente parques eólicos e centrais fotovoltaicas. Reconheço a importância da transição energética e da produção de energia a partir de fontes renováveis. No entanto, considero que a localização proposta para estes projetos poderá causar impactos significativos e irreversíveis sobre o património natural, paisagístico e agrícola da região. Em primeiro lugar, preocupa-me o forte impacto visual que estas infraestruturas terão sobre a paisagem da Serra da Gardunha e das áreas rurais envolventes. Esta região possui um elevado valor cénico e identitário, sendo um elemento marcante para os residentes, visitantes e atividades ligadas ao turismo rural. A instalação de extensos campos fotovoltaicos, turbinas eólicas de grande dimensão, subestações e respetivas infraestruturas de apoio poderá alterar de forma permanente a paisagem que caracteriza este território. Adicionalmente, existe preocupação quanto aos impactos sobre os recursos hídricos locais. Muitas propriedades rurais dependem de poços, nascentes e linhas de água para abastecimento e rega. A movimentação de terras, a construção de acessos e a impermeabilização parcial dos solos podem alterar os padrões naturais de drenagem e infiltração da água, com consequências ainda insuficientemente avaliadas para os proprietários e agricultores da região. Manifesto igualmente preocupação relativamente à perda e fragmentação de áreas agrícolas e florestais. A ocupação de terrenos produtivos por infraestruturas energéticas poderá reduzir a capacidade agrícola da região, afetar explorações existentes e comprometer usos futuros do solo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113685	Discordância	Não concordo com esta falsa transição energética! Falta de transparência e falta de respeito pela natureza e pelos portugueses que vivem nesta região! Falam tanto em alterações climáticas, já é quase um problema de saúde viver aqui com o aumento das temperaturas e com estes projectos eu questiono como querem que quem vive no interior de Portugal sobreviva e fique aqui? Existe uma total desconcertação entre o que propagandam e o resultado final destes projectos implementados! Ninguém quer uma transição verde em que para ter energia têm que primeiro destruir! É uma falsa propaganda…não é verde nem ecológica, é destruidora dos habitats e da saúde humana.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113684	Discordância	Não concordo com a instalação de painéis solares em terrenos, agrícolas ou não, pois têm um enorme impacto na saúde do ambiente: fauna, flora, gentes, paisagem. Usem os espaços já artificializados: Em territórios de risco, com temperaturas já de si, extremas no verão, é criminoso subir estas ainda mais. A instalação de painéis solares em terrenos agrícolas, próxima a áreas residenciais ou em floresta deve ser criminalizada por lei e proibida definitivamente. • Não existe qualquer benefício local na instalação de uma central solar apenas ganha o promotor e quem aluga o terreno.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
		Que triste paisagem em prol do falso progresso.	
113681	Discordância	Considero grave que a consulta pública decorra sem a disponibilização de cartografia concreta e detalhada das futuras Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o que impede uma avaliação informada por parte dos cidadãos e das comunidades diretamente afetadas.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O meu contributo para esta participação: Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procurem reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro.	Obrigada pela sua participação.
113677	Discordância	Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113675	Discordância	O planeta precisa de proteção e não de destruição.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113674	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113673	Discordância	É errado que se possa aprovar projectos em número tão massivo sem avaliação de impacto ambiental. Tal possibilidade viola imposições de direito comunitário que vinculam Portugal. Essa violação é mais evidente nas zonas de grande interesse ecológico quer por serem de algum modo protegidas quer por serem zonas de continuidade. É incompreensível que não se ponderem outras possibilidades em meios urbanos, pelo menos no que diz respeito à energia solar.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113670	Discordância	Não a destruição de Portugal	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113668	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. 1. A transição energética não pode justificar menos proteção Reconheço a importância da produção de energia renovável e da transição energética. No entanto, não concordo que, em nome da urgência, sejam reduzidos os estudos de impacto, simplificados os processos de licenciamento ou limitada a participação das populações, das autarquias e das entidades responsáveis pela gestão e proteção do território. 2. Proteção das áreas agrícolas e florestais As áreas agrícolas e florestais são fundamentais para a produção de alimentos, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A instalação de grandes projetos de produção de energia nestes locais pode provocar a destruição destes recursos e causar impactos negativos que, em muitos casos, serão permanentes. 3. Importância da participação pública	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113665	Discordância	Considero o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) um ataque à paisagem, à biodiversidade, às comunidades resilientes do interior. São zero postos de trabalho.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113664	Discordância	O licenciamento desenfreado de parques de energia "ecológica" destroem de forma agressiva tanto território que foi arduamente trabalhado por várias gerações como ecossistemas que podem não mais ser recuperados. Assim, são tudo menos ecológicos...	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113662	Discordância	O meu contributo para esta participação pública Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável e a necessidade de acelerar a transição energética, considero inaceitável que, sob esse argumento, se procure reduzir procedimentos de avaliação ambiental, simplificar excessivamente os processos de licenciamento e limitar a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidades na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma forma de artificialização do território que compromete recursos estratégicos fundamentais e cuja recuperação futura poderá revelar-se difícil ou mesmo impossível. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos administrativos conduza a uma redução do escrutínio público e da análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e as atividades agrícolas e florestais. A transição energética não pode servir de justificação para o enfraquecimento dos mecanismos de participação democrática nem para a diminuição dos níveis de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente consultadas e	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113661	Discordância	Não concordo com este projeto, devido à destruição de habitats naturais, alguns dos quais são sobreiros muito antigos. Parte dos terrenos incluídos nas áreas delimitadas pelas caixas vermelhas e azuis pertence-me a mim ou aos meus vizinhos. Não dei o meu consentimento para que esta avaliação fosse realizada. E não quero estar rodeado por parques solares e eólicos a poucos metros de mim. A área está perto de vale de prazeres.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113659	Discordância	Buffer das colónias de nidificação do Abutre-preto No Relatório Temático Ecologia (p. 33), o buffer de 5 km e 8 km (solar, eólico) aplicado em relação às colónias de nidificação do Abutre-preto (Aegypius monachus), são insuficientes face aos dados científicos atualmente existentes. O buffer para solar deverá ser no mínimo 14 km e para eólica 21,3 km, aplicado em relação às colónias de nidificação do Abutre-preto (Aegypius monachus). Ficheiro em anexo com mais detalhes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113658	Discordância	PRONÚNCIA / CONTRIBUTO DE CIDADÃO – PSZAER Cidadão residente no concelho de Fundão, distrito de Castelo Branco O abaixo-assinado opõe-se à proposta do PSZAER na sua forma atual, acompanhando o parecer desfavorável da ANMP, pelos seguintes motivos: 1. Processo ilegítimo: Os ficheiros geográficos essenciais só foram disponibilizados aos municípios duas semanas antes do prazo de parecer, impossibilitando análise informada. A consulta pública não pode validar um processo com esta falha democrática estrutural. 2. Erosão da autonomia municipal: O PSZAER subordina o ordenamento do território à lógica energética setorial, sobrepondo-se aos PDM e às competências legalmente atribuídas aos municípios. Para o Fundão, cujo PDM assenta na preservação da paisagem agrícola e identidade rural, isto é inaceitável. 3. Kulturland não é suporte para infraestruturas: A Serra da Gardunha, os vales do Zêzere e os terrenos agrícolas em torno de Alpedrinha têm valor económico, ambiental e turístico insubstituível. A sua transformação em parques fotovoltaicos industriais seria irreversível. 4. Solar nas coberturas primeiro: Antes de ocupar Kulturland, o Estado deve mobilizar o vasto potencial ainda não aproveitado das coberturas de edifícios industriais, públicos e habitacionais. Só após esse potencial estar esgotado existe justificação para instalar painéis em solo agrícola. 5. O interior não pode ser zona de sacrifício: O Fundão já enfrenta despovoamento e envelhecimento. Degradar a paisagem rural agrava esta situação e elimina o potencial turístico que ainda mantém população no território. Exigências: (1) Reformulação do PSZAER com participação municipal efetiva; (2) Hierarquia legal de prioridade: coberturas → áreas artificializadas → só depois solo rústico; (3) AIA obrigatória para todos os projetos em solo agrícola; (4) Respeito pelos PDM; (5) Contrapartidas obrigatórias para as comunidades	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113657	Discordância	Embora reconheça a importância da transição energética e do aumento da produção de energia renovável, manifesto a minha discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). A definição de áreas prioritárias para a instalação de projetos energéticos pode comprometer a preservação da paisagem, da biodiversidade, dos solos agrícolas e da qualidade de vida das populações locais. Considero que a aceleração destes processos não deve ocorrer à custa de uma avaliação ambiental rigorosa, da proteção do património natural e rural, nem da participação efetiva das comunidades afetadas. A produção de energia renovável é necessária, mas deve ser planeada de forma equilibrada, respeitando os valores ecológicos, sociais e económicos de cada território.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113655	Discordância	POSIÇÃO GERAL Apresento esta participação enquanto cidadão(ã) preocupado(a) com o ordenamento do território nacional e com o futuro dos espaços rurais e naturais de Portugal. Reconheço a urgência e a necessidade da transição energética — a redução da dependência de combustíveis fósseis e o aumento da produção de energia renovável são objetivos que partilho e apoio. É precisamente por isso que me sinto na obrigação de me pronunciar sobre o modelo concreto que está a ser proposto neste Programa. PREOCUPAÇÃO 1 — SUPRESSÃO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL O PSZAER prevê que os projetos localizados nas Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER) deixem de estar sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) obrigatória ou a análise caso a caso. A própria Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na qualidade de autoridade nacional de AIA, confirma explicitamente este efeito no seu parecer. Considero esta opção profundamente preocupante: a AIA não é apenas uma formalidade burocrática — é o principal mecanismo legal de participação pública e de proteção territorial. A sua dispensa não acelera a transição energética; remove garantias fundamentais dos cidadãos e das comunidades afetadas. PREOCUPAÇÃO 2 — PROTEÇÃO INSUFICIENTE DOS SOLOS AGRÍCOLAS E DOS ECOSSISTEMAS O Mapa Verde de base (LNEG) não exclui solos agrícolas de aptidão média e alta, nem garante proteção suficiente ao montado e a outros sistemas agroflorestais de valor elevado. A CCDR Norte alerta para riscos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113653	Sugestão	Boa Tarde! Não somos favoráveis à implantação de mega parques fotovoltaicos .Estão em causa as suas localizações e há que preservar a biodiversidade das zonas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113651	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113650	Discordância	A defesa do ambiente não se faz destruindo ecossistemas, para beneficiar interesses privados com a agravante do lucro gerado nem ser para benefício nacional.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113649	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113645	Discordância	Discordo com a implantação de energias renovaveis em grandes areas como aquelas que são nomeadas nestes projetos. Os motivos são exatamente a morte da biodiversidade, a transformação da paisagem e do ambiente que sem arvores e a vida que habita nestea locais, irá certamente tranforma-los em desertos e aí sim propensão a alterações de tempo na região. Tanto se fala da industria verde pois esta é preta, de verde nada tem e representa o exterminio para milhares de plantas, animais e humanos possivelmente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113643	Discordância	Reabrir e prolongar o período de discussão pública, atualmente a decorrer entre 17 de junho e 15 de julho de 2026 — 20 dias úteis, em pleno verão —, para um prazo mínimo de 90 dias, com sessões presenciais em todos os distritos afetados. Um instrumento que classifica 7% do território continental como zona de aceleração, uma consulta de mais de 800 páginas, não pode ser discutido num mês. Excluir explicitamente das ZAER todos os solos com aptidão agrícola, solos com uso agroflorestal ativo, áreas de montado, e qualquer área em conflito com PDM ou PMOT em vigor. Manter obrigatória a Avaliação de Impacte Ambiental - As manchas das ZAER são apenas indicativas — nem sequer existe, na consulta pública, um mapa consultável por concelho; apenas figuras estáticas dispersas em centenas de páginas de relatórios técnicos. Os impactes reais só serão avaliados em fases posteriores de projeto — mas é exatamente nessa fase que a AIA está a ser dispensada. O resultado é um vazio: ninguém avalia, em concreto, o impacte real no terreno. Tornar vinculativos os mecanismos de participação e benefício local — as comunidades onde os projetos se instalam têm direito a co-decidir e a partilhar os benefícios económicos. Os próprios relatórios técnicos do PSZAER já recomendam um Plano de Benefícios Locais validado pelo município; falta apenas torná-lo obrigatório, e não uma sugestão. Priorizar legalmente o solar distribuído sobre o solar centralizado, com metas progressivas para telhados, infraestrutura pública e zonas industriais, antes de avançar para solo rural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113641	Discordância	Painéis em áreas mortas como telhados, parques de estacionamento, fábricas e junto às auto-estradas antes de qualquer painel na terra.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113639	Discordância	O centro de Portugal não está vazio, nós vivemos aqui, muita gente vive aqui. É uma área única, rica em vida selvagem, aves, flores, árvores, em grande parte intocada. Existem poucos lugares como este. Qualquer plano energético deve ser cuidadosamente ponderado, os projetos não devem ser implementados às pressas. Esta área tem água, irrigação e um clima maravilhoso para a agricultura, existem muitas pequenas explorações agrícolas, muitas gerações estão presentes, este é o verdadeiro Portugal e precisa ser tratado com respeito, não é uma fábrica, é um património precioso. Parem com o ecoside, está errado, existem muitas zonas industriais que poderiam ser utilizadas, deixem o campo em paz, não está à venda. Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Ex.mos(as), Anexa-se ficheiro com a participação do Município de Leiria, partihada com a ANMP. Ao dispor. Com os melhores cumprimentos. Município de Leiria	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
113638	Geral		

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113630	Discordância	Exmos Senhores 1.Na qualidade de empresa, Psicosophos Lda, do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2.A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3.O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4.Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5.É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113629	Discordância	Exmos. Senhores, Eu, David Rebelo, CC. 13637192, cidadão com ligação pessoal e profissional ao concelho de Évora, venho manifestar a minha preocupação relativamente à inclusão de áreas deste concelho no Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis. Reconheço a necessidade de aumentar a produção de energia renovável e de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Contudo, a transição energética deve ser compatível com a proteção da paisagem, do património, dos solos agrícolas, dos recursos hídricos e das comunidades locais. No caso de Évora, as áreas propostas abrangem uma paisagem rural de elevado valor cultural, ambiental e patrimonial. A sua delimitação parece resultar, em grande medida, da proximidade à subestação do Divor, sem que esteja suficientemente demonstrada a compatibilidade dessas áreas com as condicionantes territoriais existentes. A Planta de Condicionantes do PDM de Évora revela a presença de valores e restrições relevantes, nomeadamente património arqueológico e megalítico, áreas da Reserva Agrícola Nacional, recursos hídricos, montados e a zona de proteção do Aqueduto da Água de Prata. Uma área não deve ser considerada de baixo impacto apenas por estar próxima de uma infraestrutura de ligação à rede elétrica. Existe ainda uma preocupação específica com a paisagem rural a norte do Centro Histórico de Évora. Esta envolvente foi considerada na avaliação que fundamentou a classificação do Centro Histórico como	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113628	Discordância	Uma sugestão de texto : Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113627	Discordância	É inadequado colonizar as zonas mais intocadas e frágeis do Interior da Beira com um projecto gigantesco como a central eléctrica Sophia da BP. Há que considerar a presença de áreas protegidas como os rios Gardunha e Tejo, bem como os pequenos negócios baseados no turismo local de baixo impacto. É necessário seleccionar áreas adequadas onde a presença de grandes complexos de produção de energia não tenha impacto nas populações locais, na fauna e a flora, nos aquíferos e nos ecossistemas vegetais. Isto começa com a requalificação de edifícios industriais abandonados, parques de estacionamento e zonas costeiras. Oponho-me veementemente à destruição do Interior da Beira; rejeito a Sophia sob qualquer forma ou meio.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113626	Discordância	Discordo completamente com este programa de aceleração de implantação das energias renováveis. Estamos num momento em que é crucial olharmos com mais atenção ao tipo de projetos que são implementados e onde são implementados. Infelizmente o que temos visto em Portugal são vários projetos disfarçados de energias renováveis que vêm estragar e ocupar zonas florestais, arbustivas e de pastoreio. Projetos que acabam por degradar a vida das pessoas que vivem nas vilas que rodeiam estes terrenos. Precisamos e exigimos que os projetos sejam alvo de um olhar ainda mais atento, mais rigoroso. Que o processo seja sim mais demorado e democrático em conjunto com as populações locais. Precisamos de mais rigor na aceitação destes projetos de "energia verde". Não há nada que substitua as árvores que nos dão o ar que respiramos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
113617	Discordância	Os meios não justificam os fins. A preservação da natureza e a sua biodiversidade são necessárias para vivermos bem. A tecnologia tem um custo real a todos nós humanos, é necessário haver moderação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113611	Reclamação	Caros senhores, Em nome do Municipio de Portalegre e reforçando a importância do envolvimento dos municípios nesta discussão pública, contribuindo para uma leitura mais fina, devidamente territorializada e atualizada, das prescrições e zonamentos que venham a decorrer deste programa setorial, este Município submete o respetivo contributo nesta plataforma de participação pública, no sentido de ser revista a area proposta tanto para as Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis eolicas como solares, uma vez que a área proposta é contígua ao limite perimetral da zona industrial de Portalegre e sobrepõem tanto nas eólicas como nas solares, os corredores do heliporto de Portalegre, pelo que não podemos aceitar tal proposta como esta definida. Juntamos em anexo as plantas em PDF que evidenciam a referida sobreposição. Com os melhores cumprimentos, Rui Perestrelo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113610	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis (PSZAER) Na qualidade de proprietário de um terreno localizado numa área identificada no PSZAER como potencial Zona de Aceleração para projetos de energia eólica, venho apresentar as minhas preocupações relativamente aos impactos que esta classificação poderá ter sobre a minha propriedade e sobre a comunidade local. Compreendo a importância da transição energética e reconheço a necessidade de aumentar a produção de energia renovável em Portugal. Contudo, considero que a atual proposta gera uma significativa incerteza para os proprietários cujos terrenos se encontram abrangidos por estas áreas. A minha principal preocupação prende-se com a possibilidade de, no futuro, serem desenvolvidos projetos de energia eólica no meu terreno ou nas suas imediações, sem que estejam claramente definidas as garantias, direitos e mecanismos de proteção dos proprietários afetados. O meu terreno possui uma utilização e um valor próprios, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista ambiental e patrimonial. Independentemente da sua utilização atual — agrícola, florestal, de pastoreio, recreativa, turística, cinegética ou de conservação da natureza — a simples inclusão numa área prioritária para desenvolvimento eólico cria incerteza quanto ao seu futuro, ao seu valor de mercado e às possibilidades de utilização pelas gerações futuras. Considero que estes aspetos devem ser devidamente reconhecidos e protegidos no âmbito do PSZAER.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113609	Discordância	Discordo da proposta apresentada no âmbito do PSZAER por considerar que a aceleração da implementação de zonas para energias renováveis está a ser conduzida sem a devida ponderação dos impactos ambientais, sociais e territoriais. A transição energética não pode servir de pretexto para a continuação de um modelo de consumo insustentável, nem para a degradação de ecossistemas naturais, paisagens e modos de vida locais. É fundamental que haja um verdadeiro equilíbrio entre produção energética, preservação ambiental e respeito pelas comunidades, privilegiando a redução do consumo e soluções descentralizadas, em vez de uma expansão acelerada e potencialmente irreversível de infraestruturas industriais no território.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113608	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas, para além de constituírem suportes da vida das comunidades. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma chocante artificialização do território, comprometendo recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Seguramente existirão estratégias mais adequadas e sem estes impactos para aumentar a produção de energia renovável que ainda não foram implementadas, também não se entendendo porquê, como o incentivo à utilização de painéis solares por parte dos privados (prédios, fábricas, armazéns, unidades empresariais) e a instalação em telhados de edifícios públicos. Não tenhamos a tentação de ser mais papistas do que o Papa, como o fizemos com os Eucaliptos, transformando Portugal no principal produtor de pasta branqueada de eucalipto, ficando o País a braços com um gigantesco problema e as suas populações com todos os impactos desta decisão errônea. A soberania energética é importante sim, mas através da criação de pequenas comunidades produtoras, o sistema descentralizado que permite aos cidadãos, empresas e autarquias produzir, consumir e partilhar energia limpa. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem, a atividade agrícola, e impactos nas populações. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental e cultural. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113607	Discordância	Put the solar panels above car parks and in the cities. Not on agricultural natural land. Solar panels are an outdated technology. Don't waste your investment on tech that will get destroyed by the weather. There is limited water in Portugal already. You can not honestly expect to be able to wash hundreds of thousands of solar panels every day due to the debris from the wind. You are uneducated in the way of Portugal's land scape, how the weather works, that the heat of the day has a negative affect on the solar cells. Put wind turbines out at sea if you have to, not destroy more natural regions.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113606	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me à criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113605	Discordância	A natureza é a a substância essencial da vida humana.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113603	Discordância	Exmos(as). Senhores(as), Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113602	Discordância	Uma sugestão de texto : Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113601	Discordância	ericht in het Portugees kunnen gebruiken: Não concordo com a construção destes parques de energia nesta região. Esta área é valorizada pela sua natureza, biodiversidade e qualidade de vida. Muitas pessoas escolhem viver aqui precisamente por estas características. Considero importante proteger a paisagem natural e minimizar intervenções que possam ter impactos negativos no ambiente e no bem-estar das comunidades locais. Peço que sejam consideradas alternativas que respeitem melhor o património natural da região. Com os melhores cumprimentos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113600	Discordância	Ainda pior que os eucaliptus!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113599	Discordância	É excessiva a área de ocupação de zonas agrícolas e florestais, designadamente, áreas de especial interesse ecológico e ecosssitémico. A implantação de energias renováveis não pode fazer-se à custa do sacrifício do que afirma pretender preservar. É um contra-senso. Os painéis solares podem ser colocados em áreas urbanas, sem que o sacrifício -cada vez mais evidente- de zonas verdes com interesse ecológico (que não se confundem com monoculturas intensivas), cada vez mais raras (como resulta de uma mera consulta ao Google Earth). Discordo em absoluto da dispensa de avaliação de impacte ambiental. Viola directivas comunitárias que nos vinculam, desde logo por ser um artifício decompor o projecto inteiro em partes. Para além disso, os mapas disponibilizados não permitem perceber com clareza quais as concretas áreas visadas, o que viola o direito à informação.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
113598	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113594	Discordância	Exmos Senhores 1. Na qualidade de cidadão do concelho de Évora, vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover, preferencialmente, megaprojectos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER) 2. A criação de um Plano de Ordenamento das Energias Renováveis, amplamente participado aos níveis local, regional e nacional é inadiável e devia ser o ponto de partida para a definição destas áreas. Esse Plano deveria colocar e debater na praça pública informações e escolhas que nunca foram partilhadas com as comunidades, como, por exemplo: Qual a potência energética de que Portugal efectivamente necessita? Quais são as previsões de crescimento de consumo e de descarbonização energética e em que sectores? Que mix energético deve ser considerado nesta fase de transição, com que fundamento e em que percentagens? Qual deve ser a relação percentual adequada entre a produção centralizada e descentralizada? Que medidas devem ser criadas e apoiadas para a redução dos consumos? Só com estas e outras questões respondidas faria sentido perguntar: como e onde centrar a "aceleração" das energias renováveis? 3. O PSZAER parte, pois, de um único pressuposto não comprovado: temos que aumentar a produção de energias renováveis. Este objectivo, nem que seja necessário recorrer ao interesse público "superior", não representa uma política: é a política mestra à qual todas as outras terão que se submeter e que não parece conhecer limites. Só assim se entende que, em mapas ilegíveis, se desenhem manchas para a produção solar centralizada que correspondem a 7% do território quando, como o afirmam os seus autores, o cumprimento das metas do PNEC 30 só exigiria 1%. 4. Este Mapa Verde é, pois, uma proposta megalómana, que ignora a dimensão do país e consagra uma agravante: ao considerar que a simplificação administrativa do licenciamento só é aplicável a áreas superiores a 100 hectares, é um instrumento que estimula a instalação das megacentrais. Não limita o seu número nem a sua dimensão e mantém aberto e disponível para a instalação de novos parques solares o resto do território nacional fora das ZAER. 5. É este incentivo o tema central do Mapa. Não é o que seria, de facto, justo e sustentável: a definição de uma política séria e robusta de apoio à produção renovável descentralizada, incluindo o autoconsumo	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113588	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientais. Metam isso nos vossos telhados, edificios parques de estacionamento, muros de betao autoestradas etc. Portugal está a saque mais uma vez desta pela farça do uso indevido da ecologia Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as populações e as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113587	Reclamação	Energia verde sem destruição de espaços verdes. Perigo incendios, diminuição biodiversidade Existe muitos edificios, parques estacionamento e ainda estradas a precisar de sombra.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113585	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, oponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113582	Discordância	Discordo, deve continuar como está. Precisamos de proteger a natureza, as árvores, o ecossistema , a agricultura, a nossa existência! Ocupar com painéis solares, hectares e hectares de terra não irá ser benéfico para nada e ninguém. Abater árvores e retirar vegetação, que tão necessárias são para a sombra, oxigénio, conversão do Co2, manter ecossistemas vivos para os animais, reter a água e manter a saúde dos solos.... Eu digo não concordo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113578	Discordância	Está na hora de ouvir a mãe terra, esta é uma guerra a céu aberto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113577	Discordância	Precisamos de tomar decisões mais conscientes, que realmente protejam o planeta e o tornem mais verde.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113575	Discordância	Uma sugestão de texto : Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113572	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113570	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro. O ponho-me em particular à criação das Zonas de Aceleração em territórios já classificados como vulneráveis e muito vulneráveis climaticamente como é o caso da Beira Baixa, onde já existe registo de	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113567	Discordância	Uma sugestão de texto : Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Esta auscultação é especialmente indispensável em territórios já classificados como vulneráveis e muito vulneráveis climaticamente como é o caso da Beira Baixa e onde já existe registo de mortes em excesso devido ao calor extremo, embora não deva estar restrita a estas. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113565	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis, pois este projeto vem contra a qualidade de vida, saúde e bem-estar das populações, estas seriam as primeiras impactadas e aquelas que parece que esta proposta não quer ouvir. Para mais, estas zonas não vêm proteger as pessoas do risco de tempestades, incêndios, altas temperaturas, pelo contrário ! Não prevê proteger arvores, nem proteção de solos, nem fauna, nem biodiversidade ! Parece-me sim que vem proteger e facilitar a exploração do nosso país pelas grandes multinacionais destruidoras do planeta e fazé-las ganhar ainda mais dinheiro ao deterimento da saúde das populações que se não se destruíssem mais nada já vêm a sua saúde detiorada e a vida em perigo só pelo simples aumento das temperaturas ! Ainda mais com um desinvestimento nas políticas de saúde pública como contam proteger e tratar os portugueses depois de destruírem as nossas zonas naturais?!? Se tudo é mercado o governo, e se decidem de contribuir â morte rápida da população quem vai consumir tudo aquilo que vocês gostariam de produzir e vender para terem muito lucro e ajudarem ainda mais os ricos ? A serem mais ricos? Governos retrógados, arrogantes, julgando-se muito inteligentes, sem nenhuma preocupação de manterem a vida em geral ?!? Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactes sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113561	Discordância	Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113556	Discordância	Não faz sentido nenhum desmatar ou desflorestar para implementar energias "renováveis" é um contra-senso. Este tipo de projetos deve ser implementado mais a nível local em zonas a precisar de requalificação, por exemplo; fábricas; armazém; zonas industriais já abandonadas. E aproveitar os edifícios já existentes para colocação de painéis fotovoltaicos. A fim de sermos todos produtores de energia. Se todos os edifícios existentes produzem a sua própria energia não são necessário de todo estes mega-projetos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113550	Discordância	Não faz qualquer sentido existir uma via rápida para qualquer projeto que tenha um impacto ambiental e social. A energia verde deixa de ser verde se implicar uma destruição massiva de árvores, habitat para os animais e do sustento das populações que lá vivem. Logo, para qualquer projeto destes a avaliação de impacto ambiental TEM que ser feita e os municípios TÊM que ter uma palavra a dizer! É de uma irresponsabilidade para com a população e para com o país não o fazer, e o facto dos especialistas, municípios e agências fiscalizadoras e ambientais estarem contra deveria ser um sinal de que não é o caminho. Por outro lado, a implantação de painéis solares tem que ser revista! Qual o sentido de fazerem "plantações" de painéis solares quando estes podem (e devem) ser instalados em zonas urbanas, como prédios, parques de estacionamento, terrenos baldios, entre outros. Este programa não é solução e demonstra prepotência na tomada de decisão. Lá porque é mais fácil decidir assim, não significa que seja o correcto.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113547	Discordância	Venho manifestar a minha discordância com a proposta do PSZAER, na qualidade de arquiteta paisagista e consultora ambiental na área da proteção da paisagem e da vegetação arbórea. O programa subordina o ordenamento do território à aceleração energética, concedendo uma liberdade de intervenção que ignora que o território não é um recurso disponível para qualquer uso, mas suporte de ecossistemas, paisagem, património e comunidades que dele subsistem. A aceleração não pode dispensar o princípio da precaução nem transferir o ónus ambiental para fases posteriores de licenciamento. Falham, em concreto: 1) Proteção da vegetação arbórea: ausência de exclusão vinculativa e cartografada de montados, sobreiro e azinheira, corredores de conectividade ecológica e galerias ripícolas. A perda de povoamentos maduros não é compensável em prazo útil e deveria ser critério de exclusão automático, não condicionante a ponderar caso a caso. 2) Impactes cumulativos e paisagem: ausência de indicadores e métricas de monitorização para erosão, recursos hídricos e fragmentação da paisagem. A alteração do carácter identitário da paisagem (Convenção Europeia da Paisagem) não pode ser tratada como pano de fundo neutro. 3) Articulação territorial: falta uma matriz de compatibilização com os PDM/IGT, com incompatibilidades e prazos definidos antes da aprovação final, e participação vinculativa (não só consultiva) de autarquias e populações locais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113545	Discordância	Abuso de poder para acelerar a transição energética a qualquer custo sem ter em conta as pessoas e negócios que estão no território. Há alternativas . Quero arvores alimentos e uma paisagem bonita. Não quero florestas de paineis solares e data centers. Acolham a a nossa vontade e encontramos soluções juntos. Não ao abuso de poder. Ainda estamos numa democracia então busquemos soluções integradas, sustentáveis para cada território	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113539	Discordância	Discordância total!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
113538	Discordância	Ignorar o bem estar das populações e as consequências na biodiversidade em nome da transição energética são crimes ambientais encobertos a favor dos grandes interesses económicos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
113537	Discordância	Não concordo de maneira nenhuma. Se vocês ajudam se as pessoas a ter paineis nos telhados para auto consumo talvez não houvesse necessidade de andar a destruir o mundo rural, e a contribuir para o seu abandono. Vergonhoso.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113526	Discordância	As megas centrais não são adequadas, nem conseguem adaptar-se aos ecosistemas e à paisagem.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
113521	Discordância	As áreas verdes, a natureza são património natural e essencial à vida humana e não só. Destruir isso é destruir a vida!!! Existem outras formas de implementar painéis solares e que também não interfiram com a natureza, como é exemplo de fazer cobertos em fábricas, shoppings, etc, bem como aproveitar telhados de casa…	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
113520	Discordância	Vivo no Interior do Alentejo em Lavre já em processo de desertificação, com monoculturas de eucaliptos e pinheiros e sem praticamente vida selvagem coloquem os painéis solares em cima dos prédios e casas e DEIXEM O INTERIOR RURAL EM PAZ	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113517	Discordância	O "Mapa Verde" do LNEG não exclui solos agrícolas de aptidão média e alta. Solos que alimentam pessoas e sustentam economias locais podem tornar-se zonas de aceleração. Supressão da Avaliação de Impacte Ambiental nas ZAER — a principal garantia legal de participação pública e proteção territorial. A própria APA, na qualidade de autoridade nacional de AIA, afirma explicitamente no seu parecer que o procedimento "vai permitir que os projetos a localizar nas zonas de aceleração definidas deixem de ser sujeitos a AIA ou a análise caso a caso'". Várias entidades oficiais preocupadas — A CCDR Centro questiona a "ausência de avaliação de capacidade de suporte" e possibilidade de ultrapassar limites ecológicos, paisagísticos e sociais; a CCDR Norte alerta para riscos significativos para solo agrícola, incluindo solos fora da RAN com função produtiva efetiva; o ICNF critica a exclusão insuficiente do montado; a DGT nota que a proposta não acautela sobreposições com os PDM. Não é só a sociedade civil a dizer isto — são as próprias entidades técnicas do Estado, em pareceres oficiais já no processo. Câmaras municipais sem parecer vinculativo — Têm 20 dias para se pronunciarem e, no silêncio, "considera-se nada terem a opor". Parece-te que vão ter capacidade de analisar e acompanhar? A coordenação será entregue à EMER 2030 — Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030, uma estrutura orientada para a produção energética, não para o ordenamento do território nem para a proteção ambiental.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113515	Discordância	O que reivindicamos: 1. Reabrir e prolongar o período de discussão pública, atualmente a decorrer entre 17 de junho e 15 de julho de 2026 — 20 dias úteis, em pleno verão —, para um prazo mínimo de 90 dias, com sessões presenciais em todos os distritos afetados. Um instrumento que classifica 7% do território continental como zona de aceleração, uma consulta de mais de 800 páginas, não pode ser discutido num mês. 2. Excluir explicitamente das ZAER todos os solos com aptidão agrícola, solos com uso agroflorestal ativo, áreas de montado, e qualquer área em conflito com PDM ou PMOT em vigor. 3. Manter obrigatória a Avaliação de Impacte Ambiental - As manchas das ZAER são apenas indicativas — nem sequer existe, na consulta pública, um mapa consultável por concelho; apenas figuras estáticas dispersas em centenas de páginas de relatórios técnicos. Os impactes reais só serão avaliados em fases posteriores de projeto — mas é exatamente nessa fase que a AIA está a ser dispensada. O resultado é um vazio: ninguém avalia, em concreto, o impacte real no terreno. 4. Tornar vinculativos os mecanismos de participação e benefício local — as comunidades onde os projetos se instalam têm direito a co-decidir e a partilhar os benefícios económicos. Os próprios relatórios técnicos do PSZAER já recomendam um Plano de Benefícios Locais validado pelo município; falta apenas torná-lo obrigatório, e não uma sugestão.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113511	Discordância	Todos queremos a autonomia energética dos combustíveis fósseis! Mas a que preço? Este saque público à natureza, à biodiversidade, que nos dá água, ar puro, autonomia alimentar deve ser preservado a todo o custo! Coloquem painéis soltes junto de quem precisa mais de energia, onde é mais eficaz e eficiente o armazenamento e transporte da energia: as grandes cidades… Na imensidão de telhados, nas zonas industriais ativas ou à deriva, nos parques de estacionamento, nos corredores de autoestradas, nas zonas degradadas dos centros urbanos ! As instalações eólicas no oceano que é tão vasto e nunca comprometendo o nosso interior! Por favor quebrem o clico de visão restrita e a curto prazo do passado lusitano, que tudo podia ter e tudo perdeu! Precisamos de autonomia agro-alimentar, precisamos muito da natureza no nosso pequeno país para nos proteger das alterações climáticas, precisamos de florestas autóctones para restaurar e preservar os nossos recursos hídricos já em exaustão e cada vez mais dependentes das comportas espanholas! Utilizar o interior para monocultura de painéis solares onde devia haver um forte apoio à agricultura e floresta é um erro dramático! Pensem em vocês, pensem nos vossos descendentes! Serão vocês os culpados das consequências desta atrocidade! Sou contra a implantação de monoculturas de painéis solares e mesmo de grandes parques eólicos em zonas rurais. Há outras alternativas à sua implantação. Temos direito à natureza e às florestas, e esse direito está plasmado na constituição da república portuguesa (Art° 9°, 66°, 93° e 165°) Estamos num declínio climatérico, hídrico, natural e vocês querem viabilizar à pressa gigantes plantações de metal e painéis solares em locais que concorrem diretamente com a natureza, a agricultura, a produção florestal, o turismo rural, a tranquilidade? Vão provocar mais seca, aumentar a temperatura, destruir a flora e fauna, acabar com o já frágil equilíbrio natural, piorar a frágil captação e retenção de água do país, quebrar com a tranquilidade e beleza natural? E isto tudo sem estudos de impacto ambiental, sem a consulta local da população? Quem é que lucra diretamente com esta facilitação do roubo e exploração da nossa natureza? Tem alguma noção do que estão a permitir e suas reais consequências? Quem usa essa energia, são os que sofrem diretamente?	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113510	Discordância	A mudança de produção de energia não é pode fazer à custa da biodiversidade. Há locais alternativos mais sustentáveis, como p. e. as cidades, que não causarão os prejuízos que as ocupações massivas nos espaços naturais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		O presente contributo é apresentado no âmbito da consulta pública relativa ao Programa Sectorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER), juntando-se em anexo parecer técnico desenvolvido sobre a proposta em apreciação. A posição expressa não constitui oposição de princípio às energias renováveis, cujo papel na descarbonização e na redução da dependência energética externa é reconhecido. O que se questiona é a aceleração administrativa de nova capacidade renovável sem demonstração prévia, quantitativa e suficiente, da sua necessidade efectiva, dos seus custos totais e dos seus impactes sobre o território, os consumidores e a segurança do Sistema Eléctrico Nacional.	
113509	Discordância	O PSZAER parte da premissa de que Portugal necessita urgentemente de acelerar a implantação de nova capacidade renovável. Todavia, essa necessidade não é devidamente demonstrada. Portugal já dispõe, em termos nominais, de uma potência instalada no sistema electroprodutor largamente superior à sua ponta anual de consumo. O problema energético nacional deixou de ser a simples falta de potência instalada e passou a ser a integração segura, económica e tecnicamente robusta de quantidades crescentes de produção intermitente. Potência instalada não é potência firme. A segurança de abastecimento exige disponibilidade efectiva, reservas operacionais, estabilidade dinâmica, controlo de frequência, controlo de tensão, inércia e capacidade de recuperação após perturbações. Estes requisitos não são automaticamente assegurados pela instalação adicional de potência solar ou eólica. O apagão ibérico de 28 de Abril de 2025 deveria ter imposto uma reflexão mais profunda sobre a robustez do sistema eléctrico. Antes de acelerar novos licenciamentos, deveria ser demonstrado que a rede, os	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113508	Discordância	Embora a transição para energias renováveis seja um passo fundamental no combate às alterações climáticas, a pressa na execução deste projeto de aceleração levanta sérias preocupações ambientais que não podem ser ignoradas. A implementação em larga escala e sem critérios rigorosos de salvaguarda de parques solares e eólicos acarreta impactos locais profundos e, muitas vezes, irreversíveis. Falar em sustentabilidade exige olhar para o panorama geral. A instalação massiva destas infraestruturas tem avançado frequentemente sobre zonas de reserva ecológica, resultando na fragmentação de habitats, na desflorestação para a abertura de acessos e na perda severa de biodiversidade local. No caso dos parques eólicos, o impacto nas rotas migratórias de aves e morcegos é um problema ecológico documentado; no caso dos grandes parques solares, a impermeabilização do solo e a alteração dos ecossistemas circundantes desequilibram a fauna e a flora nativas. Além disso, um projeto que visa a ''aceleração'' peca frequentemente por saltar ou aligeirar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Descarbonizar a economia não pode significar a destruição cega do nosso património natural e dos ecossistemas que servem de sumidouros de carbono naturais. Antes de acelerar a construção de novas centrais, a prioridade deveria ser a eficiência energética, a reabilitação de áreas já industrializadas ou degradadas e a microprodução urbana. A verdadeira sustentabilidade não substitui um problema ambiental por outro; exige planeamento, tempo e respeito pela biodiversidade.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113504	Discordância	Manifesto a minha não concordância com a proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), porque, na sua forma atual, o programa mata a natureza que deveria ajudar a proteger. O PSZAER identifica áreas de aceleração de forma excessivamente ampla (cerca de 7% do território continental), o que abre a possibilidade de implantação massiva de parques solares e eólicos em zonas naturais sensíveis, com risco de destruição de habitats e de perda de biodiversidade. A proposta sobrepõe essas zonas a solos com valor ecológico, montado, áreas de proteção e corredores naturais, sem uma avaliação suficientemente detalhada dos impactos cumulativos sobre a fauna, a flora e os recursos hídricos. O regime de licenciamento simplificado e a possível isenção de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) reduzem as salvaguardas essenciais para garantir que projetos renováveis não se transformem em projetos de destruição ambiental. Ao priorizar a velocidade de implantação em vez da qualidade ambiental, o programa inverte a lógica de proteção da natureza: em vez de usar as renováveis para preservar o planeta, abre caminho para a sua degradação direta no território. A falta de participação efetiva de entidades ambientais, comunidades e municípios no desenho das zonas de aceleração significa que os valores ecológicos e as especificidades locais são frequentemente ignorados, aumentando o risco de danos irreversíveis. Solicito, portanto, que o PSZAER seja substancialmente revisto, com: redução drástica das áreas de aceleração, limitando-as ao mínimo necessário para cumprir as metas de 2030; exclusão clara de áreas de alto valor ecológico, montado, solos agrícolas e zonas protegidas; garantia de que qualquer projeto de renováveis em áreas de aceleração passa por avaliação ambiental rigorosa;	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Uma transiçao verde não se faz assim, às pressas, sem uma avaliação ambiental rigorosa, que seja local e caso a caso; nem sem a aprovação da população que habita o território. O programa tem bons objetivos, mas não tem em conta os meios, nem as consequências.	Obrigada pela sua participação.
113503	Discordância	Porque não comparticipar painéis solares pessoais, que cada um possa instalar na sua casa? Ou cobrir espaços já usados e detriorados, como parques de estacionamento e zonas industriais que sejam compativeis com este projeto?	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
		O que não é de ninguém, é de todos e tem de ser protegido, é esse espaço que nos mantem vivos (que acumula água, que mantém a temperatura mais estável, que nos dá alimento...entre muitas outras coisas que nem vemos, porque damos como adquiridas)	Obrigada pela sua participação.
113472	Discordância	Os paneis solares não podem substituir a natureza. Destruir espaços verdes para dar lugar a campos de produção de energia elétrica é só contraproducente. É preciso vegetar as cidades, e proteger as serras. Ao mesmo tempo, investir em energias renováveis onde fizer sentido e se o contexto o permitir. Sou contra este programa que não parece mais do que a industrialização das energias renováveis, e todos sabemos onde foram parar as industrializações que aconteceram no passado.	É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
113456	Discordância	As zonas onde tenho visto crescerem estes parques de aerogeradores e painéis solares, conforme se pode ler em alguns documentos, servem essencialmente interesses privados e retiram a qualidade ambiental de quem habita junto a esses parques. Veja-se no furadouro, ovar, e toda a extensa área que está junto a casas, caminhos e estradas de acesso quotidiano. Não precisamos de aceleração mas sim de bom senso.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113453	Discordância	Queremos um país verde e não metálico. "Transição Verde" é um nome demasiado bonito para a destruição de zonas que Verdes já o são.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113444	Discordância	Não precisamos de mais desertos negros de paneis solares e parques eólicos, principalmente em zonas rurais. O que é precisamos de aprender a consumir menos e de mais medidas vindas do estado e das corporações que sejam verdadeiramente educativas, sustentáveis e ecológicas. Não queremos ser a pilha energética dos países mais a Norte.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113442	Discordância	Quero um mundo mais verde de verdade. O que isto está a fazer é acabar com a nossa fauna e flora, e uma vergonha chamarem de energia verde.	Obrigada pela sua participação.
113429	Discordância	Na qualidade de cidadã, mãe e residente em Portugal, venho manifestar a minha preocupação relativamente à proposta das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (ZAER), em especial no que respeita à dimensão dos projetos que poderão vir a ser instalados ao abrigo deste regime simplificado. Reconheço a importância da transição energética e a necessidade de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, promovendo fontes de energia renováveis. No entanto, considero que esta transição deve ocorrer de forma verdadeiramente sustentável, assegurando um equilíbrio entre as metas energéticas, a proteção da natureza, a preservação da paisagem e a qualidade de vida das populações. Preocupa-me que a criação de extensas zonas destinadas à instalação de infraestruturas solares e eólicas possa conduzir, a médio e longo prazo, à fragmentação de habitats naturais, à perturbação de espécies protegidas, à transformação irreversível da paisagem rural e à ocupação de solos agrícolas e florestais com elevado valor ambiental e produtivo. Mesmo quando localizados fora de áreas classificadas, os impactos cumulativos de múltiplos projetos podem alterar significativamente os ecossistemas e comprometer o património natural que temos o dever de transmitir às gerações futuras. Enquanto mãe, sinto uma responsabilidade acrescida na defesa do território que a minha filha irá herdar. A preservação da biodiversidade, dos espaços naturais e das paisagens que caracterizam o nosso país não pode ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim como uma condição essencial para garantir qualidade de vida, resiliência climática e bem-estar das futuras gerações. Manifesto igualmente preocupação quanto à simplificação dos processos de licenciamento associados às ZAER. Embora compreenda a necessidade de agilizar procedimentos, considero fundamental assegurar que todos os projetos continuem sujeitos a uma avaliação rigorosa dos seus impactes ambientais, paisagísticos, sociais e económicos, evitando que a urgência da transição energética conduza a decisões insuficientemente ponderadas. Solicito, por isso, que sejam reforçados os mecanismos de proteção ambiental, a participação das comunidades locais e a transparência na seleção das áreas abrangidas, garantindo que os projetos de energias renováveis privilegiem, sempre que possível, áreas já artificializadas, degradadas ou industrializadas, reduzindo a pressão sobre ecossistemas naturais e sobre os territórios rurais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113428	Discordância	Quero expressar a minha discordância com o PSZAER de acordo com o princípio de que uma verdadeira transição energética não deve passar por mega projectos mas por descentralização da produção de renováveis. Assim, a agilização de mega projectos que fica possível com este programa vai contra uma transição justa para com a população portuguesa.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113424	Discordância	A transição energética que nos é apresentada como uma solução para um planeta mais verde, enfim, uma transição energética, não quer dizer mais do que perpetuação de um sistema em falência através da exploração ainda maior dos recursos naturais do nosso planeta, custe o que custar. Enquanto as casas ficam cada vez mais eletrificadas, os carros cada vez mais eletrificados, as ruas cada vez mais eletrificadas e o petróleo é demonizado como sendo o causador do aquecimento global, as nossas serras e campos estão aos poucos a ser dizimados do verde para dar lugar ao cinzento frio do metal (que obviamente serve para esta eletrificação generalizada). Este tipo de estruturas tem consequências nefastas não só na capacidade de absorção de águas pelo solo, no facto de (obviamente) impedir o crescimento de vegetação e ainda no caso das minas de lítio, serem pontos de poluição maciços para as águas. O problema é o consumo desmedido, o progresso aparentemente infinito e que só tem um fim, nitidamente. Enquanto continuarmos a querer ‘‘transitar’’ ao invés de querer mudar verdadeiramente o paradigma, só estamos a fazer uma coisa … cavar o próprio buraco enquanto humanidade. É cairmos na armadilha narrativa de que podemos continuar a viver neste ritmo desenfreado, sem consequências para nós e para o que nos rodeia. E por isso, pacientemente revoltados e frustrados com mais uma tentativa deste tipo de empresas e do próprio Estado, em seguir com estas supostas iniciativas/ projectos "verdes", discordo deste programa.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113423	Discordância	A transição energética que nos é apresentada como uma solução para um planeta mais verde, enfim, uma transição energética, não quer dizer mais do que perpetuação de um sistema em falência através da exploração ainda maior dos recursos naturais do nosso planeta, custe o que custar. Enquanto as casas ficam cada vez mais eletrificadas, os carros cada vez mais eletrificados, as ruas cada vez mais eletrificadas e o petróleo é demonizado como sendo o causador do aquecimento global, as nossas serras e campos estão aos poucos a ser dizimados do verde para dar lugar ao cinzento frio do metal (que obviamente serve para esta eletrificação generalizada). Este tipo de estruturas tem consequências nefastas não só na capacidade de absorção de águas pelo solo, no facto de (obviamente) impedir o crescimento de vegetação e ainda no caso das minas de lítio, serem pontos de poluição maciços para as águas. O problema é consumo desmedido, o progresso aparentemente infinito e que só tem um fim, nitidamente. Enquanto continuarmos a querer ‘‘transitar’’ ao invés de querer mudar verdadeiramente o paradigma, só estamos a fazer uma coisa … cavar o próprio buraco enquanto humanidade. É cairmos na armadilha narrativa de que podemos continuar a viver neste ritmo desenfreado, sem consequências para nós e para o que nos rodeia. E por isso, pacientemente revoltados e frustrados com mais uma tentativa deste tipo de empresas e do próprio Estado, em seguir com estas supostas iniciativas/ projectos "verdes", discordo deste programa.	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113403	Discordância	Porque o futuro dos meus filhos e netos passam pelo meio ambiente natural e não artificial. Porque queremos campos verdes e não cinzentos. Porque queremos respeitar tirar ar puro das arvores e ervas e não de painéis solares! Por um Portugal verde e não preto e de metal. Chega de painéis, chega de destruição das nossas terras, dos nossos rios, do nosso ar e do nosso planeta! Temos que parar com a construção de parques de painéis solares pelo futuro dos nossos filhos	Obrigada pela sua participação. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Exposição sobre o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Venho manifestar a minha oposição ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis, na medida em que este possa criar mecanismos de facilitação, simplificação ou aceleração prévia dos processos de licenciamento e análise de grandes projetos de produção energética. Considero fundamental que qualquer projeto com impacto significativo no território, seja de energia solar, eólica ou de qualquer outra natureza, seja analisado de forma rigorosa, individualizada e transparente, caso a caso.	Obrigada pela sua participação.
113402	Discordância	A transição energética é importante, mas não deve servir de justificação para reduzir exigências de avaliação ambiental, territorial, agrícola, paisagística, social ou comunitária. A identificação prévia de zonas consideradas favoráveis pode, na prática, criar uma presunção de adequação que fragiliza a análise concreta de cada projeto e diminui a capacidade de escrutínio das populações afetadas. Sou contra qualquer procedimento que facilite previamente a implantação de grandes centrais energéticas sem garantir uma avaliação completa, independente e detalhada de todos os impactos. O território não deve ser tratado apenas como espaço disponível para produção energética, mas como um conjunto vivo de ecossistemas, solos agrícolas, paisagens, comunidades, património e modos de vida. Defendo que cada projeto deve continuar a ser sujeito a avaliação rigorosa, com participação pública	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113399	Discordância	As energias renováveis são necessárias sim mas em locais onde não haja contra-senso de implementação. As cidades (e zonas industriais semelhantes/perto) são os locais que deveriam ser de escolha principal para as implementarem, já que são uma natureza morta mas com os recursos necessários. Dessa forma não vão estragar tanto os ecossistemas, e a natureza é protegida como deveria ser a prioridade. A lei tem que ser revista para não se continuar nesta hipocrisia. É uma questão de lógica e sustentabilidade verdadeira.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113398	Discordância	Enquanto cidadão que teve oportunidade de acompanhar de perto os trabalhos desenvolvidos neste programa e suposto plano de aceleração das renováveis, veio por este meio expressar o meu descontentamento com a forma como foram tratados temas tão críticos para o País, desde a soberania energética, ao combate às alterações climáticas, entre outros de maior relevância. Verifica-se o uso de uma metodologia tecnicamente fraca e com foco quase exclusivo em questões de sensibilidades ambientais ou sociais, em detrimento de critérios técnico-económicos, que são fundamentais e primários, e sem os quais nenhum projeto será concretizado. O resultado, especialmente no caso eólico, é a seleção de áreas que são em sua maioria irrelevantes ou já ocupadas por projetos. Estas áreas deveriam ser totalmente repensadas. Em primeiro lugar, partindo das infraestruturas existentes (rede, centros electroprodutores e de consumo), priorizando efetivamente o reequipamento, sobreequipamento e hibridizações, que serão sempre as estratégias de menor impacto e maior otimização do sistema elétrico, quando comparado com novos projetos centralizados ou de produção distribuída. Em segundo lugar, adotando uma abordagem da seleção das áreas mais realista e robusta, em detrimento da atual abordagem utópica (ou de boicote?), que procura zonas sem quaisquer tipo de sensibilidades. O objetivo deste programa deveria ser efetivamente a aceleração e desenvolvimento destes projetos nas zonas identificadas, contribuindo para os objetivos assumidos e minimizando impactos. Contudo, quando a elaboração do plano de aceleração necessita de aprovação de instituições que constituem precisamente dos maiores bloqueios ao setor e é coordenado por uma estrutura de missão de energias renováveis coordenada por enfermeiros, não é de espantar os problemas encontrados. Na sua presente forma, o “Mapa Verde” está desalinhado com a realidade do setor e com os objetivos e necessidades do País e irá contribuir para o previsível incumprimento das metas de capacidade e produção renovável assumidas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113395	Discordância	Discordo. Destruir a natureza em prol de energias "renováveis" não é uma política ambiental.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
113394	Discordância	Em vez de disimarem milhares de árvores e terrenos de populações locais, porque não usam telhados de casas e empresas, zonas que obrigatoriamente têm de estar desflorestadas, como debaixo das linhas de eletricidade, ou ainda parques de estacionamento para carros, abrigando os carros do calor e da chuva? As soluções realmente mais verdes são claras. O problema são as intenções disfarçadas de boas ações. ACORDEM!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113385	Discordância	Isto que querem fazer está muito errado e quem o quer fazer SABE ISSO MUITO BEM! MELHOR QUE EU ATÉ!! Transição energética não quer dizer mais do que perpetuação de um sistema em falência através da exploração ainda maior dos recursos naturais do nosso planeta, custe o que custar. E ISSO NÃO PODE ACONTECER E MUITO MENOS NUM PAÍS TÃO PEQUENINO MAS TÃO PRECIOSO COMO O NOSSO PORTUGAL!!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113383	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Gondomar, vejo/ vemos com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113372	Discordância	Este projeto vai dizimar campos e deixar a terra infertil A natureza precisa ser cuidada, não de ser coberta com metal. Vai contaminar águas e os terrenos deixam de ser cultivaveis, mesmo que seja apenas mato os animais deixam de ter um habitat saudavel e nutrido	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113370	Discordância	Contra o PSZAER — O território nacional não é um recurso descartável O Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis, tal como está concebido, sacrifica o território, a paisagem e as comunidades locais em nome de uma transição energética que beneficia sobretudo grandes operadores privados e metas europeias de papel. Renováveis sim — mas não a qualquer preço. A aceleração sem critério destrói ecossistemas frágeis, desvaloriza propriedades agrícolas e turísticas, fragmenta habitats e impõe às populações rurais os custos de um modelo que não escolheram. Portugal tem já uma das maiores percentagens de renováveis da Europa. O que falta não é mais território entregue à indústria eólica e solar — é planeamento sério, descentralizado e participado. Exijo que este programa seja revisto com respeito pelo território, pela biodiversidade e pelas pessoas que nele vivem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113368	Sugestão	Como promotores de projetos de ambas as tecnologias, incluindo reequipamentos, sobre equipamentos e hibridizações, achamos que faz todo o sentido analisar a compatibilização dos projetos em portfólio com as ZAER agora definidas. Gostaríamos, portanto, de solicitar a partilha dos mapas das ZAER, em formato vetorial, de forma a ser possível analisar se projetos que tenhamos em desenvolvimento se encaixam nessas áreas. A disponibilização deste tipo de informação facilitaria a identificação de possíveis alterações nos projetos em desenvolvimento e facilitaria uma análise prévia à compatibilidade dos projetos a nível ambiental. Além disso, por exemplo, em Sines, deveria estar assegurado o respeito pelas zonas identificadas pelo PDM de Sines como Normas Provisórias para a instalação de projetos de energias renováveis. Este caso específico deste Município é apresentado apenas como exemplo, sendo que deverá ou deveria ser considerado e aplicável a mais municípios, onde estas normas existam ou onde o PDM já preveja zonas para instalação e implementação deste tipo de projetos. No caso de Sines, podemos até partilhar um link para a informação referida: https://www.sines.pt/cmsines/uploads/writer_file/document/3518/planta_de_delimitacao_das_normas_provisorias___localizacao_de_parques_solares.jpg	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113366	Discordância	Discordo totalmente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113362	Discordância	Rejeito a imposição aos locais das decisões sobre o território e património natural tomadas nos pouco transparentes gabinetes governamentais.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113361	Discordância	Por um planeta mais verde, mas verde de verdade!	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
113357	Discordância	Bom dia. Não há qualquer utilidade em seguir com o projeto a não ser encher os bolsos de papel… nulo!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113356	Discordância	Porquê que querem acelerar o fim dos nossos tempos como humanidade? A transição das energias não está a ser realmente verde, não está a cuidar do nosso futuro enquanto humanos. Está a destruir o que ainda existe de natural, com a desculpa de usar energias renováveis, para combater as alterações climáticas. Como? A destruição para a constituição de centrais fotovoltaicas e a exploração do lítio destrói mais do que a utilização do petróleo. Quando as baterias dos carros, que querem que todos usem, um dia vão deixar de funcionar e depois? Ninguém fala disto! O desmatamento para a colocação de placas fotovoltaicas está a destruir árvores que captaram muito carbono, que nos dão muito oxigénio. As placas fotovoltaicas não são uma energia tão limpa como a pintam, assim como os carros elétricos. Que futuro querem deixar para as próximas gerações? Eu cresci a ouvir, que devia deixar os sítios por onde passo melhor do que os encontrei! Com estas ideias, políticas, programas só deixamos destruição.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113355	Discordância	Não concordo!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113350	Discordância	Discordo totalmente, pois para que avancem com o vosso projeto e quer dizer que milhares de espécies serão dizimadas ou afastadas do seu habitat. Árvores, que tanta falta fazem em Portugal, serão cortadas, e em vez de uma paisagem verde, teremos metal. Isto não é pensar verde, mas muito pelo contrário. Pensar verde seria colocarem os painéis solares em cima de telhados, já existentes. Pensar em alternativas sem prejudicar a natureza, tão frágil que está. Espero mesmo que dê uma vez por todas pensem de facto na natureza e em alternativas que não a prejudiquem. É o nosso bem mais precioso, que é devastado todos os anos com a calamidade dos fogos. Por nós e pelas gerações futuras respeitem a natureza!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113349	Discordância	Discordo completamente com implementação de painéis em zonas verdes.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113341	Discordância	Nãoo!!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113340	Discordância	Portugal está a ser vítima do.maior atentado ecológico dos nossos tempos... A Natureza está a ser violentada..esventrada e morta.. Nós somos natureza.. Somos Um..	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113336	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho do Porto vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais contíguas e sobrepostas destroi a continuidade ecológica e a integridade de bacias hidrográficas inteiras, criando uma pressão insustentável sobre a fauna e a flora que os mapas genéricos do plano ignoram	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
113332	Discordância	Não posso concordar com a devastação ecológica que este projeto representa.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113325	Discordância	Discordo com este programa	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113323	Discordância	Não precisamos de aceleração, precisamos reduzir o consumo e cuidar da natureza.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113320	Discordância	Tudo o que implique interferir ainda mais no curso orgânico da natureza eu sou contra. Chega de matar a nossa casa em prol do conforto e do comodismo.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
113318	Discordância	Não à perpetuação de um sistema em falência através da exploração desenfreada dos recursos naturais do nosso país/ planeta. Não queremos aceleração, queremos consciência, debate ambiental, social e ético. Não a um planeta coberto por metal, com minas de lítio a céu aberto e tudo aquilo que ecologicamente daí deriva: impacto nefasto na capacidade de absorção de águas pelo solo, impacto na vegetação e a poluição derivada dos resíduos que as matérias usadas acarreta. Queremos que os ecossistemas sejam respeitados, são fonte da nossa própria vida! Enegia verde, sim, mas não a projectos megalómanos. Querermos soluções locais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113316	Discordância	Contributo para a Consulta Pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) Manifesto a minha discordância relativamente à proposta do PSZAER na sua formulação atual. Reconheço a importância estratégica da transição energética e a necessidade de aumentar a produção de energia proveniente de fontes renováveis. Contudo, a aceleração dos processos de licenciamento não pode ocorrer à custa da proteção ambiental, da participação efetiva das comunidades locais e do respeito pelos princípios do ordenamento do território. A criação de Zonas de Aceleração assenta precisamente na simplificação dos procedimentos administrativos e ambientais, podendo permitir que determinados projetos beneficiem de processos de avaliação menos exigentes. Embora tal possa aumentar a eficiência administrativa, existe o risco de reduzir a capacidade de avaliação caso a caso dos impactos cumulativos sobre os ecossistemas, a paisagem, a biodiversidade e os modos de vida das populações locais. A própria definição das ZAER prevê licenciamento ambiental simplificado, o que exige um nível particularmente elevado de prudência e transparência. Considero igualmente preocupante a excessiva centralização da produção energética em grandes projetos industriais. Portugal deveria apostar de forma muito mais robusta em modelos descentralizados, como o autoconsumo, as comunidades de energia, a instalação de painéis solares em edifícios já construídos, parques industriais ou infraestruturas existentes, reduzindo assim a pressão sobre solos agrícolas, áreas naturais e paisagens de elevado valor ecológico e cultural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113315	Discordância	Porque destroi fortemente o meio ambiente. O que prevalece é a gancia sem respeito pelo ecosistema e populaça.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113310	Discordância	Exmo.(ª) Senhor(a) Coordenador(a) da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030), Venho, por este meio, apresentar a minha discordância relativamente à proposta do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), submetida a discussão pública. Embora reconheça a importância da transição energética e da aposta nas energias renováveis, manifesto a minha profunda preocupação com os moldes em que este Programa Setorial está a ser apresentado: Falta de Transparência e Cartografia Precisa: Os documentos colocados em consulta pública carecem de mapas detalhados e cartografia de alta resolução. É impossível para os cidadãos, proprietários e municípios perceberem com exatidão que áreas concretas do seu território serão afetadas. Isenção de Avaliação Ambiental: A aceleração do licenciamento e a consequente eliminação ou forte redução da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em áreas extensas constituem um enorme risco para a conservação da natureza, para os recursos hídricos e para a biodiversidade. Impacto no Ordenamento do Território: A afetação de áreas tão vastas poderá colidir com os Planos Diretores Municipais (PDM), com espaços de grande valor patrimonial, histórico e turístico, e com atividades económicas locais cruciais para a coesão territorial, como a agricultura e o turismo rural. Participação Pública Limitada: Um projeto com impacto tão profundo no território e nas comunidades locais exige um envolvimento muito mais claro das populações, o que não foi assegurado pelo formato e escassez de dados precisos desta consulta. Pelo exposto, a minha posição é de DISCORDÂNCIA face à atual proposta do PSZAER. Exijo que o programa seja revisto de forma a: Incluir mapas detalhados que permitam a identificação clara dos impactos reais em cada freguesia e	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113307	Discordância	Peço que este Programa seja revisto profundamente, para que a transição energética respeite o nosso território e as nossas pessoas. Deixo aqui algumas sugestões : 1-Primeiro que tudo, devemos repensar o uso e a produção da energia, devemos descentralizar, fomentar a que cada familia/empresa produza a sua propria energia e sensibilizar a população para a importância de poupar essa energia 2-Devemos fomentar e apoiar as comunidades energéticas 3-O governo deverá voltar a apoiar e valorizar a energia produzida e vendida em regime de micro-produção 4-Devem ser criadas regras para que se usem sempre que existam, zonas "inuteis" e "não impactadas" para a colocação de paineis solares ou outras estruturas de produção de energia verde, como telhados, minas abandonadas, zonas inferteis 5-O nosso territorio portugues tem de ser bem classificado em termos de valores naturais , culturais, humanos, e criar ferramentas que indiquem a sobrecarga já existente numa região ou zona, em termos de infraestruturas "industriais" , ou seja, se numa zona ja existem infraestruturas como parques solares e /ou aerogeradores e/ou barragens e/ou minas e/ou linhas de alta tensão, então definir limites para essa sobrecarga, e não aceitar novas instalações nessa zona que já atingiu o limite aceitavel	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113306	Discordância	O nosso pais, o nosso território, o nosso planeta é a nossa casa e a primeira prioridade é tratar dele. Sem uma casa saudavel, onde nos sintamos bem, de que vale a produção de energia "Verde" que afinal só Sou absolutamente contra a destruição das zonas verdes, bem como de todo o ecossistema e meio ambiente circundante, em todo o país, e em especial no Distrito de Castelo Branco, em nome da ecologia e do avanço tecnológico mais sustentável. A natureza é para ser respeitada, bem como as comunidades que dela dependem para o seu autossustento, bem como toda a fauna e flora.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113304	Discordância	É um certo tipo de greenwashing. Vão destruir o nosso verde natural.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113303	Discordância	A urgência climática exige uma transição energética ambiciosa, rápida e justa. O planeamento do território através das Zonas de Aceleração (ZAER) é um passo positivo para conferir previsibilidade ao processo. No entanto, esta transição não pode descurar a salvaguarda da biodiversidade nem a soberania económica e democrática das populações locais. Assim, apresento as seguintes propostas de melhoria ao PSZAER: 1. Reforço dos Critérios Ecológicos e Proteção Absoluta da Biodiversidade A necessária simplificação administrativa associada às ZAER não pode traduzir-se numa menor exigência de proteção dos ecossistemas. A isenção cega do procedimento tradicional de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) individualizado impede o Estado de medir os impactos cumulativos sobre os ecossistemas, licenciando "parque a parque" sem aferir a capacidade de carga real das regiões. Antes de afetar solo natural ou agrícola, as ZAER devem priorizar a ocupação de áreas antropizadas (coberturas urbanas, parques industriais e zonas degradadas). O programa deve instituir critérios vinculativos estritos na delimitação do "Mapa Verde". Devem ser totalmente excluídos habitats protegidos, a Rede Natura 2000 e zonas de elevado stress hídrico. A transição energética deve conviver em harmonia com a integridade da fauna e da flora. Deve evitar-se a fragmentação de habitats que agrave a crise global da biodiversidade. 2. Combate Direto à Pobreza Energética e Descentralização da Produção O ordenamento das ZAER deve servir prioritariamente para combater a vulnerabilidade das famílias face aos custos da energia. O programa deve prever linhas de financiamento majoradas e discriminação positiva para Comunidades de Energia Renováveis (CER) de base cooperativa e municipal. Devem criar-se mecanismos que obriguem os grandes promotores privados a canalizar parte da energia gerada para as populações locais através de tarifas comunitárias bonificadas. As ZAER não podem servir os interesses exclusivos dos grandes oligopólios. Devem sim democratizar o sistema elétrico e capacitar os agregados familiares mais desfavorecidos. 3. Partilha Justa de Benefícios e Democracia Local A simplificação administrativa não pode atropelar a autonomia do poder local nem a voz dos cidadãos	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113302	Discordância	Como resumiu a ANMP no seu parecer, a transição energética deve ser construída com os territórios e não contra eles. Um programa que ignore quem vive, investe e gere esses territórios não acelera coisa nenhuma — prepara bloqueios administrativos e contestação social. Para que esta transição funcione, tem de ser construída com os municípios, não por cima deles.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113301	Discordância	Como resumiu a ANMP no seu parecer, a transição energética deve ser construída com os territórios e não contra eles. Um programa que ignore quem vive, investe e gere esses territórios não acelera coisa nenhuma — prepara bloqueios administrativos e contestação social. Para que esta transição funcione, tem de ser construída com os municípios, não por cima deles.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113295	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113292	Discordância	Deixem as pessoas em paz!	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113289	Discordância	Parem de destruir a nossa floresta! Não são só árvores, existem animais. Deixem de ser egoístas. Tanto sitio para colocar paineís solares como nos parques de estacionamento, em edificios, em empresas, no sob coberto de várias coisas ... porque é que querem destruir o interior de Portugal? O dinheiro fala sempre mais alto. GREENWASHING puro.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113288	Discordância	Um atentado ao nosso país! Não, à destruição do nosso território e da natureza!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113285	Discordância	Existem outras formas muito menos nefastas de realizar a transição energética. Exemplos: colocar painéis solares em casas, zonas empresariais (com fábricas, etc.). A transição energética não pode prejudicar a população e o ecossistema local. Seria totalmente contraproducente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113283	Discordância	Não concordo com o programa	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113275	Discordância	Não concordo com a destruição de ecossistemas e paisagena portuguesas para empresas lucrarem à custa de todos os seres vivos e humanos que vivem neste planeta.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113274	Discordância	Às energias renováveis não podem ser o fim das zonas verdes e florestas! É um paradoxo e, uma vez mais, os interesses económicos de uns acima do bem-estar e diversidade de todos os seres.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113273	Discordância	Não concordo quando estas « energias renovaveis » fazem o oposto e destroem o meio ambiente do país.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113272	Discordância	Há formas mais sustentáveis e melhores para uma transição energética realmente verde, que não implique mais destruição do habitat natural - que é necessário proteger e reabilitar por todo o país de forma a fazer face às alterações climáticas, em vez de continuar a destruir.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113271	Discordância	Parem de meter dinheiro ao bolso e façam o vosso trabalho: de forma objectiva, sem segundas intenções, com o bem maior - social e ambiental - em vista. Pela subida da temperatura,e pela falta de árvores e pelas pessoas e a sua saúde,pela vida. Poupem a electricidade!!! No dia a dia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.
113270	Reclamação	Há telhados e carros para os painéis todos e mais alguns. Não podemos permitir que as florestas e montanhas de Portugal se transforme num deserto de painéis solares. Há alternativa muito mais ecológicos.. estou contra a implantação de alternativas energéticas deste tipo.. A melhor alternativa e instalação de painéis solares nos telhados das habitações todas de Portugal...	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113269	Discordância	Precisamos de bom senso e não de aceleração.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113266	Discordância	Programas Setoriais das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) deve ser ponderada com cautela, uma vez que a expansão destas zonas pode aumentar a pressão sobre ecossistemas sensíveis, áreas agrícolas produtivas e paisagens com ELEVADO VALOR natural e cultural, ou seja, essenciais para um ecossistema equilibrado. Além disso, a aceleração dos processos de instalação pode limitar a participação efetiva das comunidades locais e reduzir a capacidade de avaliação dos impactos cumulativos dos projetos. Antes de criar novas zonas, é fundamental otimizar as já existentes, promover o aproveitamento de áreas já recriadas para fins semelhantes ou já artificializadas e garantir um planeamento territorial equilibrado que concilie a transição energética com a proteção da biodiversidade, do património e da qualidade de vida das populações. (Este último ponto não deveria ser se quer questionado por quais quer propostas interventivas.)	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113265	Discordância	Considero que por razões óbvias não existe nenhum argumento que justifique destruir solo agrícola , florestas e coberto vegetal. Aceito em telhados, Estradas, Parques de estacionamento etc. E exclusivamente para uso local com pouco impacto nos fluxos de matéria e energia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113264	Discordância	Relativamente a este tema o que tenho a dizer é muito simples. O interior de Portugal, seja a Beira Interior, Trás-os-Montes, o interior do Alentejo e Algarve com o seu património natural, paisag´istico, cultural e gastronómico, de repente tornou-se num território apetecível para as empresas, a maioria com origem estrangeira, que promovem as ditas energias verdes, como as centrais fotovoltaicas e eólicas. Têm sidos noticiados vários projectos nos últimos meses. Se se concretizarem todos eles, qualquer dia não há mais nada para ver no interior a não ser eólicas e painéis. A desculpa da baixa densidade populacional é o mote para encher tudo com esses projectos. Tudo o que é demais destrói e desvirtua. Não é isto que a população quer. EU NÃO QUERO TAMANHA ABERRAÇÃO. Em nome de uma energia verde e limpa vão ser destruídas árvores e ecossistemas, inutilizados campos de cultivo e compromete-se o turismo de uma região que vive das paisagens naturais. Ter várias manchas negras de painéis solares a estragar a paisagem e tudo o resto não é nada bom nem bonito. Porque não colocam os painéis em telhados das zonas industriais? Acelerar a implantação destas energias renováveis é o caminho para a destruição. Não sou contra as energias renováveis, mas sim contra o excesso abusivo dos projectos que querem implantar nessas regiões, sem respeito pelas populações que lá vivem e sem respeito pelo património natural. Ainda mais sou contra um programa que promete acelerar a implantação de painéis e eólicas de forma facilitada, nada clara, sem definição de limites e decerto com pareceres feitos à pressa só para satisfazer interesses económicos das empresas promotoras. Para mim é NÃO! Preocupa-me e muito o que estão a fazer na minha região! NÃO quero ver o concelho de Idanha a Nova, onde tenho as minhas raízes e uma casa de fam´ilia completamente pintado de negro e com postes de alta tensão a passar por cima de tudo! NÃO quero ver a minha querida região da Beira Interior destruida por este "Mapa Verde" (verde????). EU REJEITO decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. Uma transição energética justa não pode acontecer à custa dos territórios e das populações que neles vivem, sem que estas sejam ouvidas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113257	Discordância	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis, Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, vimos por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113256	Discordância	Boa tarde. É inconcebível, inadmissível e insultuosa para o futuro de Portugal e dos Portugueses esta proposta. Dispenso-me de enumerar os detalhes técnicos e o chorrilho de erros que esta mal parida proposta contém. Ainda ontem a própria A.N.M.P., representante dos órgãos do estado que mais próximos se encontram dos cidadãos, veio criticá-la veementemente. Não surpreende: este governo tem-nos habituado a governar CONTRA o bem estar dos portugueses e o desenvolvimento SUSTENTÁVEL do país. Não existe respeito. Não existe estudo. Não existe diálogo. Não ouvem ninguém. Executam uma estratégia de esmagamento dos mais frágeis e do que ainda, com extremo sacrifício, sobrevive de autêntico. Existe mesmo uma afronta e um ataque a tudo o que não servir o propósito cada vez mais assumido de tudo submeter à devastadora lei do lucro. Não me alongo mais. Destruam esta proposta. E não o território. Que a TODOS pertence e que TODOS devemos VIVER. "Ah Portugal, se fosses só três sílabas, de plástico, que era mais barato!"	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
113253	Discordância	Estão a destruir Portugal e a comprometer o futuro dos nossos jovens. Painéis solares e ventoinhas gigantes significam desertificação, significam quimicos para combater as injustamente chamadas ervas daninhas, significam mais 4º/5º na zona afectada, significam destruição de habitats de muitas espécies de animais, significam o ABATE de milhões de árvores neste País, e nós, humanos, respiramos o oxigénio que essas árvores fornecem. NÃO PERMITAM A CONSTRUÇÃO DE DATA CENTERS e não será necessário produzir mais electricidade nem fornecer quantidades de água inimagináveis.!!! E ainda não sabemos quais as consequências na saúde humana e/ou animal!!!	Obrigada pela sua participação. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
113252	Discordância	A aprovação da PSZAER por si só é errada. A criação de ´áreas onde não é obrigatório o processo de AIA irá gerar impactes negativos tanto à escala local, regional e nacional que não serão mesuáveis. Quando o impacto não é mesurável não é possível minimiza-lo nem tão pouco compensá-lo. Não é um mapa verde, é um mapa a preto e branco.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
113249	Discordância	A instalação dessas centrais destroem o património natural e paisagístico. Devem ser completamente banidas do território português. Instalem as placas solares nos telhados e em outras infraestruturas que nao afetem os espaços naturais.	Obrigada pela sua participação. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113242	Discordância	A instalação de mega parques de energias renováveis fotovoltaicos e eólicas, em territórios como trás os montes não pode ser o caminho, territórios que o único que os distingue é precisamente o seu isolamento o seu meio rural, os seus parques naturais Montesinho, douro, etc, não há contrapartidas que paguem o impacto negativo na paisagem, na fauna, na flora na biodiversidade, não é um projeto de "meia dúzia de dias", é para sempre, se nos "roubam" a identidade, o mosaico agrícola, a fauna e a flora que nos resta? se algo ainda temos de bom é a nossa identidade, a biodiversidade, o turismo de natureza, não é uma paisagem pintada de negro por painéis fotovoltaicos e grandes eólicas, se é esse o único caminho da sustentabilidade, não obrigado...	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113241	Discordância	Lamento que mais uma vez seja o dinheiro a falar mais alto: das empresas que vendem os produtos e da FEA que se vende em prejuízo grave de todas (os) nós!!! E, que quem governa não defenda o património cultural, social, de saúde e, até económico do País!!! Energias renováveis sim, mas nos locais corretos: telhados, parques de estacionamento, etc.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.
113239	Discordância	Um autêntico atentado ambiental, destruição do patrimo‘nio natural. Completamente contra o interesse das populações locais.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113236	Discordância	Infelizmente para as partes envolvidas que estão a organizar isto, é claro que o evento não vai avançar. Existem inúmeros exemplos de destruição da natureza e do ambiente que estão associados a isto. É claro que nunca permitiremos que isso aconteça. Isto terá consequências irreversíveis. E não me refiro apenas às do próprio projeto.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113233	Discordância	Sou contra os paneis solar na natureza. Venho manifestar a minha oposição à criação de Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis (PSZAER) em áreas agrícolas, florestais e ambientalmente sensíveis. Embora reconheça a importância da produção de energia renovável, considero inaceitável que, sob o argumento da urgência da transição energética, se procure reduzir procedimentos de avaliação, simplificar processos de licenciamento e diminuir a capacidade de intervenção das populações, das autarquias locais e das entidades com responsabilidade na gestão do território. As áreas agrícolas e florestais desempenham funções essenciais para a produção alimentar, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a retenção de água e o equilíbrio dos ecossistemas. A sua ocupação por grandes projetos energéticos constitui uma artificialização do território que compromete recursos estratégicos que dificilmente poderão ser recuperados no futuro. Preocupa-me igualmente que a aceleração dos procedimentos reduza o escrutínio público e a análise rigorosa dos impactos sobre a fauna, a flora, a paisagem e a atividade agrícola. A transição energética não pode ser utilizada como justificação para enfraquecer mecanismos de participação democrática e de proteção ambiental. Considero indispensável que as associações de defesa do ambiente sejam obrigatoriamente ouvidas e que os seus pareceres sejam devidamente considerados em todas as fases do processo, tal como devem ser valorizados os contributos das populações locais, dos agricultores, dos proprietários rurais e das autarquias. Defendo que a instalação de infraestruturas de produção de energia renovável deve ser prioritariamente direcionada para áreas já artificializadas, como zonas industriais, coberturas de edifícios, parques empresariais e outras superfícies já ocupadas, evitando a destruição de solos agrícolas e florestais. Por estas razões, o ponho-me a criação das PSZAER em áreas agrícolas, florestais ou de elevado valor ecológico e paisagístico, preservando o território, os recursos naturais e o direito das comunidades locais a participarem nas decisões que afetam o seu futuro	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113232	Discordância	O PSZAER não disponibiliza os mapas das zonas onde querem implementar os projetos. É uma mão cheia de nada. Não à substituição da natureza por paineis solares e ventoinhas eólicas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113226	Discordância	As principais razões para a discordância relativamente ao Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) prendem-se sobretudo com o impacto no território, a perda de autonomia local e o risco de desrespeito pelas comunidades e ambiente	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
113225	Discordância	Este programa não deve ser acelerado, deve sim ter em conta a fauna e flora, e como proteger a natureza em primeiro lugar.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113223	Discordância	Estou em total discordância	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113222	Discordância	Isto começar a atingir limites muito acima dos razoáveis se é que eles existem. Esta em causa o nosso património natural a nossa biodiversidade e toda uma paisagem associada. Temos de nos questionar daquilo que realmente queremos e que se torna indispensável a nossa subsistência nacional. Permitir o abate de árvores, florestas, ocupação de solos agrícolas Por painéis em nome de uma energia verde??? Está tudo louco? Queremos desenvolvimento do interior baseado em turismo? Agricultura sustentável, biodiversidade? Paisagem associada? Vamos acabar com o nosso MONTADO? Árvores protegidas por lei? Acham que o turismo vai viver de que? alguem vai vir para ver uma paisagem de painéis fotovoltaicos a perder de vista? E as populações como ficam? É o vale tudo? Em nome de quem? De alguns? Sou CONTRA! Vão plantar painéis no quinto dos infernos 😡	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113219	Discordância	Embora as energias renováveis tenham vários aspectos positivos comparativamente às energias fósseis, nomeadamente nas emissões de carbono, estou em pleno desacordo que isso sirva de pretexto para criarem parques extensos de painéis fotovoltaicos ou de torres eólicas quando existem outras alternativas para a criação desses mesmos parques. Seria bem mais benéfico do ponto de vista ambiental a reflorestação dessas zonas com árvores e vegetação autócones para travar a erosão dos solos, fenómenos meteorológicos extremos , a melhoria da qualidade do ar e o sobreaquecimento.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética.
113216	Concordância	Como cidadã quero participar neste evento	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.
113213	Discordância	A transição energética far-se-á, inevitavelmente, através da produção de energias renováveis em zonas já impermeabilizadas, não em zonas rurais com perda de biodiversidade e destruição da paisagem.	Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113212	Sugestão	Boa Noite, Que se faça, nas centrais solares há medidas que podem mitigar o impacto e que até podem transformar uma central solar num Hotspot do Ecossistema, o seu desenho também poderão ser excelente corta fogos e proteger as áreas florestais contra os fogos. As populações é importante que sejam beneficiadas não só as Câmaras Municipais, uma das medidas interessante é reduzir as tarifas de eletricidade para as casas que fiquem a uma certa distância das centrais eólicas e solares. As centrais eólicas que se tomem medidas como desligar os geradores em alturas de migração das aves. Quanto às eólicas Off Shore, há que meter os Data Centers ou a Galp a pagarem o custo da energia mais cara das eólicas Off Shore, não pode ser o Governo e todos nós a pagar a diferença do custo para que os Data Centers tenham energia mais barata. As eòlicas Off Shore também funcionam como Recifes Artificiais com impacto positivo no Ecossistema. Os Ecologistas Urbanos como a Quercus, os Zero, os ICNF's não podem continuar a negar aos donos dos terrenos que querem alugar e ter algum rendimento, esse acrescimo de rendimento	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113209	Discordância	Enquanto bióloga de formação acho inaceitável que esteja a ser discutida uma proposta que de acordo com a legislação em vigor sobre estas matérias exige a avaliação de impacto ambiental. Trata-se de uma área planeada com uma grande extensão em nome da sustentabilidade e da aposta nas energias renováveis que não responde aos mínimos para a verdadeira preservação dos recursos naturais e da qualidade de vida das comunidades locais e por conseguinte globais. Venho por isso expressar a minha discordância relativamente a esta proposta.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113207	Discordância	Acho impensável um suposto processo de transição energética passar completamente por cima das necessidades e das vontades das populações e da natureza. A destruição da paisagem para beneficiar os interesses económicos em nome da energia verde, sem qualquer avaliação dos impactos que a monocultura de centrais energéticas terá nos locais, nos ecossistemas, no bem-estar das pessoas, é completamente abominável.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113206	Discordância	Estes projetos fotovoltaicos não fazem sentido absolutamente algum. Não é possível que estraguemos a Natureza em prol da energia limpa. A energia limpa através de painéis fotovoltaicos pode ser gerada a partir de telhados industriais e residenciais, separadores centrais de auto-estradas e urbanismos onde a Natureza já não preserva vida. Podem encomendar os relatórios que quiserem que não muda o facto de estarmos a deixar os terrenos de Portugal ser saqueados em prol de morte da Natureza, de biodiversidade, de seres vivos e da beleza dos campos Portugueses. Em espaços verdes, não! A utilização da prorrogativa da "imprescindível utilidade pública" para aprovar projectos de renováveis em Portugal é errada, já que com ela podem derrubar quaisquer obstáculos ambientais, sociais, administrativos ou de ordenamento do território. Projectos mal formulados e com impactos muito negativos para os ecossistemas vão directamente contra os objectivos da Lei de Restauro da Natureza que visa a conservação e regeneração dos mesmos na União Europeia.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.
113202	Discordância	As grandes áreas da Beira Baixa onde estão a projectar megacentrais solares fotovoltaicas e, soube ontem que querem mais e mais eólicas e mais centrais fotovoltaicas na serra da Gardunha, resultando no derrube de árvores, e consequentemente a destruição de ecossistemas inteiros. Os que projectam, prometem mundos e fundos. Prometem, por exemplo, que replantam o triplo das árvores que derrubarem. Ora, sobreiros e azinheiras demoram 25 a "tornarem-se úteis" para os ecossistemas e para as populações. Há muitas áreas em Portugal onde a biodiversidade é mínima. Porque insistem em assassinar ecossistemas ricos em vida? NÃO É CORTANDO O VERDE PARA PLANTAR RENOVÁVEIS QUE VÃO TER ENERGIA VERDE.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113199	Discordância	Não destruam a beira baixa. É um atentado a tudo e a todos.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113192	Reclamação	Exmos. Srs. responsáveis pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 e Programa Setorial das Zonas de Aceleração das Energias Renováveis: Ao abrigo dos artigos 147 e 169 do CPA, venho por este meio solicitar a impugnação administrativa desta proposta pelas seguintes razões: - O governo português não pode colocar 7% do território à disposição de interesses corporativos, muito menos sabendo que os impactos cumulativos afetarão uma área, população, biodiversidade, água e solo muito superior; - O governo português não pode colocar uma proposta desta magnitude, não finalizada, sem mapas de pormenor disponíveis para consulta pública; - O governo português não pode colocar para consulta pública informação incorreta (por exemplo como é o caso de Vizela ou Valongo no quadro 15 do Relatório Temático da Integração de Informação Espacializada, onde a área do concelho é inferior à area prevista de ZAER); - O governo português não pode sacrificar a população de concelhos como Mortágua, onde 50% do concelho, mais de 12.000 hectares estão identificados como ZAER. - O governo português não pode criar especulação com vista a criar, a um mercado interno de produção de energia renovável quando já produzimos 76.3% de energia de fontes renováveis, incluindo, para Centros de Dados, e o destino da futura energia é para Centros de Dados, sobre os quais até agora não há transparência deste mesmo governo sobre quantos são, onde estão, e quanta água e energia consomem por dia desde que iniciaram atividade.	Obrigada pela sua participação. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
			Obrigada pela sua participação.
113191	Discordância	O que estão a planear é claramente um ecocídio. Destruir ecossistemas, espécies, paisagens, recursos hídricos, não pode ser o custo de nenhum projeto. Não devem ser usadas áreas rurais , floresta ou agricultura para seja qual for o projeto para energias renováveis.	Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A transição energética para reduzir drasticamente a utilização de energias convencionais é fundamental para fazer face às alterações climáticas, que é um desafio bastante importante e sobre o qual não temos capacidade de controlo, daí o interesse público superior. As ZAER vêm contribuir para esta transição energética. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.
			Obrigada pela sua participação.
113185	Discordância	Deve sim o estado dar preferência as áreas urbanas e industriais , telhados placas para onde é feito o gasto dessa mesma energia alimentar essas áreas. Estamos a abater árvores que têm valores incalculáveis, tanto para crédito de carbono, e dizimar biodiversidade, só para encher bolsos e nós sabemos bem a quem. Empresas estrangeiras e muito mais, esramos a danificar o nosso património natural para as gerações futuras. Sejam razoáveis.	As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113184	Discordância	Exmos (as), Este plano de aceleração das energias renováveis espera ser implementado após directrizes da UE pela ideologia da energia verde, cega a meu ver, e em contra o que as populações locais pretendem. A troca de natureza por painéis solares, é exactamente a inversão de energia verde e renovável, tendo em conta os danos que causam após as suas intalações e aquando termina a cedência do espaço. Este foco no "surplus" de energía , muito provavelmente terá a ver com a implementação da IA (e os seus data centers) e com uma ligação muito forte à agenda 2030 da EU, que mais não é que o oposto do que prometem e os danos às populações locais estarem a ser encobertos por este manto do bem e protector, mascarado de Green Energy e a sua (falsa) positividade. Parece-me também muito óbvio, que atinge negativamente as populações locais de várias formas e na sua generalidade todo e qualquer cidadão Português. O instigar o abandono das aldeias no interior, visto não haver sustentabilidade nem trabalho criado por este tipo de indústria, é também visto muito negativamente, já que a agricultura e pecuária perdem esses terrenos para o seu proveito. Por toda esta panóplia de más intenções, não concordo com este tipo de investimento à força e practicamente sem autonomía estatal, visto que parece ser uma ordem a nível europeu, coisa que ainda mais causa ultrage.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113182	Discordância	Discordo completamente com a destruição dos habitats, para implementar painéis fotovoltaicos e aerogeradores. Este tipo de energias renováveis não deve nunca sobrepor-se à preservação dos habitats e da biodiversidade! Nas cidades, existem muitos locais para a energia fotovoltaica. E existe território infelizmente já degradado , onde também podem ser colocados! É tempo de regeneraçao e não de destruição!!! Completamente em desacordo!!!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113181	Concordância	Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia e representante da população desta freguesia, manifesto a minha concordância com o desenvolvimento do setor Eólico Onshore no âmbito do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER). Considero que os terrenos situados em Vilar de Arca, localizados nesta encosta e a altitudes superiores a 850 metros, apresentam condições favoráveis para a instalação de um maior número de torres eólicas. A existência de caminhos de acesso já implantados constitui uma vantagem significativa, permitindo minimizar intervenções adicionais no território e reduzir os impactes associados à construção de novas infraestruturas. Entendo igualmente que deverá ser ponderada a eventual adaptação e reforço da rede elétrica, de forma a assegurar a integração eficiente da energia produzida nestas futuras instalações com a restante produção eólica prevista para a região. Este projeto poderá contribuir para o reforço da autonomia energética nacional, para o aumento da produção de energia renovável e para o cumprimento dos objetivos de transição energética e descarbonização. Representará também uma oportunidade de valorização do território, com benefícios para a freguesia e para os proprietários dos terrenos abrangidos, que poderão receber uma compensação anual pela sua colaboração, à semelhança do que sucedeu em anteriores projetos eólicos. Nestes termos, e em representação da freguesia, expresso o meu apoio à consideração destas áreas de Vilar de Arca para a expansão da capacidade de produção de energia eólica terrestre, entendendo que tal poderá gerar benefícios ambientais, económicos e sociais para a comunidade local e para o país. Com os melhores cumprimentos	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113175	Discordância	Zonas de energia renovável jamais deve ser acelerada pois é fundamental o estudo assertivo sobre os impactos ambientais. Lã porque é uma energia renovável,se envolve impacto ambiental na saúde pública, fauna e flora assim como abate de árvores, então o estudo deve ser repensado e novamente estudado, jamais acelerado por isso discordo completamente.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia). Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
113174	Discordância	Para se construir uma habitação a burocracia e o tempo para aprovação do projecto demora uma eternidade. Para dar cabo do meio ambiente, da agricultura e forma de sobrevivência de populações, para encher os bolsos de empresas estrangeiras (disfarçadas como empresas nacionais) não há entraves! Abrem-se as portas, aprova-se tudo só para satisfazer e facilitar meia dúzia em detrimento da maioria. O estado deve-se preocupar com as populações e não com os acionistas de empresas. O engodo do 'emprego' é um grande conto do vigário!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113173	Discordância	Embora o Mapa Verde possa contribuir para acelerar a transição energética e aumentar a previsibilidade dos investimentos, existem algumas preocupações que merecem reflexão. A simplificação dos processos de licenciamento pode reduzir o escrutínio ambiental em determinadas situações, aumentando o risco de impactos sobre ecossistemas e biodiversidade. Além disso, a instalação de grandes parques eólicos e solares pode alterar significativamente a paisagem, gerar conflitos com atividades agrícolas e florestais e afetar comunidades locais. Também subsistem dúvidas quanto à distribuição dos benefícios económicos, que poderão concentrar-se sobretudo nos promotores dos projetos, enquanto os impactos são sentidos pelas populações residentes. Acrescem desafios relacionados com a capacidade da rede elétrica, a eventual desvalorização de propriedades próximas e a necessidade de garantir uma participação pública efetiva nas decisões.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.
113171	Discordância	Painéis solares, Sim! Energia Solar, Sim! Megacentreais Não! O dano que esses megaprojetos têm no aspeto do país é inegavelmente mau e irreparável (veja-se os que já estão implementados)! As megacentrais solares não são energia verde, mas sim energia preta, desvirtuam completamente a paisagem, e consequentemente prejudicam o bem estar de quem dela usufrui, trazem prejuízos irreversíveis para o ecossistema e os benefícios públicos locais, regionais e nacionais, são mínimos, quando comparados com os lucros para os particulares que as administram. O Investimento não traz qualquer benefício para o País, para as regiões, nem para as pessoas, não cria emprego a longo prazo ou a criação de emprego é mínima, e face ao espaço que ocupam, não faz qualquer sentido aprovar esses projetos. Se queremos transformação energética, apoiem-se os pequenos projetos, especialmente fornecedores de energia para empresas, especialmente as pequenas, e particulares, para mitigar os custos energéticos. Não discordo que se substituam os telhados por painéis, mas megacentrais, não obrigado. Por isso não faz sentido estar a regular aquilo que não se quer nem se deve implementar, mas sim, regular o que não se pode fazer.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113169	Discordância	Exmos Senhores, Na qualidade de cidadã do concelho de Gondomar, vejo com grande preocupação a forma como as políticas energéticas têm vindo a promover megaprojetos solares com localização e dimensão inaceitáveis, apresentados como receita única e urgente para o cumprimento das metas do PNEC2030. É o caso deste Plano Sectorial para a Aceleração das Energias Renováveis (PSZAER). Seguem os meus/ nossos argumentos para rejeitar integralmente este plano. ◉ Impacto Ambiental e Biodiversidade Critérios de proteção enfraquecidos: O plano atual é menos rigoroso do que estudos anteriores (como o do LNEC), pois retirou áreas de montado de sobro, azinho, olivais tradicionais e vinhas da lista de locais proibidos para instalação, permitindo a ocupação industrial de terrenos com elevado valor biológico e agrícola. Retirou também os geoparques como critérios de exclusão. Redução perigosa de zonas de proteção: A distância de segurança em torno de zonas húmidas sensíveis foi drasticamente reduzida de 500 metros para apenas 50 metros, o que coloca em risco direto ecossistemas sensíveis e a fauna que deles depende. A "baixa sensibilidade" não significa ausência de valor: O plano classifica áreas como sendo de "menor sensibilidade" apenas por critérios técnicos de exclusão, ignorando que muitos destes terrenos têm elevado valor agrícola, florestal, paisagístico e social para as populações locais. Ameaça à soberania alimentar e florestal: O PSZAER permite a ocupação extensiva de solos rústicos, tratando a agricultura e a floresta como atividades secundárias, o que põe em risco a capacidade de produção nacional e a gestão de recursos naturais estratégicos. Impacto cumulativo ignorado (“energy sprawl”): O plano não avalia o efeito conjunto de vários projetos numa mesma região, o que causa a fragmentação irreversível de habitats e altera profundamente a paisagem, algo que o próprio plano admite ser um risco de "saturação". A proliferação de megacentrais	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
113164	Discordância	Discordância para as mega centrais fotovoltaicas como o projecto Sophia devido ao facto de aumentar as temperaturas atmosféricas na região, onde já se verificam temperaturas muito elevadas para a vida humana e dos ecossistemas. Prejuízos para a área do turismo, redução da atractividade. Não se verificam ganhos económicos para a população da Beira interior, como luz mais barata.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113163	Discordância	Destruição completa de paisagens únicas, de ecossistemas riquíssimos e das PESSOAS que aqui vivem	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos.
113160	Discordância	"...a instalação de infraestruturas de produção e transporte de ER, em função da sua escala, permanência e visibilidade, podem originar impactes paisagísticos relevantes, incluindo efeitos cumulativos, especialmente em áreas de elevada sensibilidade e valor cultural, ecológico ou turístico. " Esta citação constante no trabalho desenvolvido pelo IST diz tudo. Dizer que por falta de existência de povoações no interior, que por causa do mato que Grassa sem ordem, e que devido ao desinteresse das autarquias e Governo de estimular a economia no Interior e zonas rurais, se deve passar agora a preencher os espaços "vagos" com painéis solares, é absurdo. A Natureza é para ser vivida! A Ruralidade é algo que nos é culturalmente intrínseco, todos temos memórias de ir "a terra", de passar tempo num local onde o tempo não se move e isto não são romantizações. São memória, tradição e cultura a preservar. Já somos neste momento dos maiores produtores de ER aproveitemos os telhados, os parques de estacionamento e outras infraestruturas para painéis solares é deixemos o campo e a Natureza. São necessárias políticas de incentivo à migração interna, se os ingleses, alemães, holandeses, vivem no Interior porque não estimulamos o português criando indústria, criando exploração agrícola responsável, estimulando projectos diferenciadores. Utilizem o PRR PARA DINAMIZAR AS ECONOMIA e não estraguem aquilo que nos distingue enquanto país, bem basta a descaracterização dos grandes centros urbanos.	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113158	Discordância	Contra o PSZAER — O território nacional não é um recurso descartável O Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis, tal como está concebido, sacrifica o território, a paisagem e as comunidades locais em nome de uma transição energética que beneficia sobretudo grandes operadores privados e metas europeias de papel. Renováveis sim — mas não a qualquer preço. A aceleração sem critério destrói ecossistemas frágeis, desvaloriza propriedades agrícolas e turísticas, fragmenta habitats e impõe às populações rurais os custos de um modelo que não escolheram. Portugal tem já uma das maiores percentagens de renováveis da Europa. O que falta não é mais território entregue à indústria eólica e solar — é planeamento sério, descentralizado e participado. Exijo que este programa seja revisto com respeito pelo território, pela biodiversidade e pelas pessoas que nele vivem.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113157	Discordância	Já chega de destruir o planeta, de matar os animais selvagens. E de nos vendermos. Os portugueses estão a vender-se (prostituir-se), só para terem mais milhões no banco. Onde está o orgulho lusitano, onde estão os conquistadores, que descobriram o mundo. Agora vendemo-nos, vendendo o nosso território. Destrumos a nassa casa, planeta terra, a natureza, destrumos o nosso recuso, onde vamos buscar alimento. O que adianta produzir-mos energia para os outros países. E nós e nossos animais, vamos morrer há fome. Ou comprar importado, assim alimentamos as outras economias. E a nosso vai para o buraco. Vou querer saber dos apoios que o estado me vai dar, para eu poder emigrar para um pais em que possa viver. Porque Portugal já não para pessoas viverem, e muito menos os portugueses. E não estranhem os turristas deixarem de procurar portugal. Para verem paineis solares, e mais paneis não muito obrigada. E para não falar do aquecimento global, vamos ser responsáveis por isso. E daqui a 5/10, quando os paineis solares terminarem o seu ciclo de vida. O que vão fazer com todo esse lixo. Poque o que querem fazer, com estes investimentos, é destruir o planeta, matar os animais, tirarvo alimento ao povo, aquecimento do planeta, e encher as nossas lindas e únicas, paisagens de LIXO, DE POLUIÇÃO ao mais alto nivel. E para alem do que para outros países enriqueceram. Escravisando o nosso território, Portugal. E sim vai ficar para a história como o que não tem orgulho, não é independente, e qualquer força externa pode usar e abusar. Vamos ser uma bela anedota, motivos de grandes gargalhadas, e de gozo. Eu ainda tenho algum orgulho de ser portuguesa. Por isso manifesto aqui xom grande desagrado, por todos estes projectos fotovoltaicos, que querem colocar em Portugal, DESTRUINDO O	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113156	Discordância	O Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) representa uma oportunidade para repensar a forma como a transição energética é feita. A necessidade de aumentar a produção de energia renovável é inquestionável, mas isso não pode servir de justificação para transformar vastas áreas do interior em zonas de ocupação industrial, sem o devido respeito pelas comunidades, pela biodiversidade e pela paisagem. O interior do país enfrenta há décadas problemas de despovoamento, abandono e falta de investimento. Em vez de ser valorizado pelo seu património natural, cultural e agrícola, corre agora o risco de ser sacrificado através da instalação de megacentrais eólicas e fotovoltaicas que ocupam milhares de hectares, alteram ecossistemas e modificam profundamente a identidade dos territórios. A luta contra as alterações climáticas exige soluções sustentáveis, mas a sustentabilidade não pode ser apenas ambiental; deve também ser social, económica e territorial. A instalação de energias renováveis deve privilegiar espaços já artificializados, áreas industriais, coberturas de edifícios, parques de estacionamento e outras superfícies degradadas, evitando a destruição de solos agrícolas, florestas e paisagens que constituem um património coletivo. É fundamental garantir que as populações locais são ouvidas e que os projetos respeitam critérios rigorosos de ordenamento do território e proteção da natureza. O desenvolvimento não pode ser imposto à custa da perda de qualidade de vida e da descaracterização do interior. Defender as energias renováveis não significa aceitar qualquer projeto, em qualquer lugar e a qualquer custo. Significa exigir um modelo equilibrado, descentralizado e responsável, que concilie a produção de energia limpa com a preservação do território e dos valores naturais. Parar a destruição do interior não é ser contra a transição energética. Pelo contrário: é defender uma transição mais inteligente, mais justa e verdadeiramente sustentável. O futuro energético do país deve ser construído com as pessoas e para as pessoas, protegendo os territórios que fazem parte da nossa identidade e garantindo que a urgência climática não se transforma numa nova forma de degradação ambiental. A verdadeira sustentabilidade não escolhe entre energia e natureza. Encontra formas de proteger ambas.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113155	Discordância	Querem acabar com as zonas florestais.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113153	Discordância	Elevado impacto ambiental e biodiversidade: Exigem a desmatação de vastas áreas, destruindo ecossistemas locais, habitats de fauna e flora, e comprometendo a biodiversidade. Degradação do solo e ordenamento: Ocupam terrenos frequentemente agrícolas ou florestais, retirando espaço à produção local e alterando a paisagem natural de forma irreversível. Uso e contaminação da água: A limpeza dos painéis à escala industrial pode sobrecarregar os recursos hídricos locais, além do risco de erosão do solo devido à impermeabilização de grandes superfícies. Impacto socioeconómico local: Geralmente criam poucos postos de trabalho permanentes após a construção e desvalorizam o património imobiliário e turístico das populações vizinhas.	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113151	Discordância	Mais importante que as localizações é saber que este mapa abre portas à facilitação da instalação de mega projetos como os Sophia e Beira. Esses sim são prejudiciais em toda e qualquer zona onde sejam implementados. Por isso é meu dever lutar contra a facilitação da sua instalação.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
113148	Discordância	Não concordo com a proposta porque ela parte de uma lógica excessivamente aceleradora, tratando o território quase só como suporte para metas energéticas, em vez de o encarar como um espaço com valores ecológicos, sociais e paisagísticos que também têm de ser protegidos. Em primeiro lugar, a proposta dá demasiado peso a critérios técnicos e cartográficos, mas não demonstra que esses critérios sejam suficientes para evitar conflitos reais no terreno. Mesmo com zonas de exclusão, continuam a existir impactos cumulativos sobre biodiversidade, paisagem, usos agrícolas e perceção social que não ficam resolvidos só por mapear áreas "favoráveis". Em segundo lugar, a simplificação do licenciamento, embora apresentada como uma vantagem, pode enfraquecer o controlo público e reduzir a capacidade de avaliação caso a caso. Projetos de grande dimensão não deviam beneficiar de um regime quase automático quando ainda existem incertezas relevantes sobre efeitos ambientais, territoriais e sociais. Também não me convence a forma como a proposta assume que a proximidade à rede elétrica e a dimensão das áreas são critérios suficientes para legitimar a seleção das ZAER. Isso privilegia a viabilidade operacional dos projetos, mas pode deixar em segundo plano a compatibilidade com o ordenamento do território, a paisagem e a aceitação das populações locais.	Obrigada pela sua participação. São introduzidas normas para controlar e reduzir os impactos cumulativos. A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113146	Discordância	Remover árvores e destruir locais de natureza nunca será a solução para a transição energética!! Podemos cobrir auto-estradas com painéis, incentivar a população a ter nos telhados das suas casas, mas nunca trocar uma árvore por uma máquina!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
113143	Discordância	Discordo totalmente.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas.
113142	Discordância	Não a destruição da nossa biodiversidade marcarada de sustentabilidade e energias limpas. O consumo de eletricidade vai ser a próxima forma de destruição do nosso planeta	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113140	Discordância	Um setor com motivações económicas não necessita de mecanismos acelerados. As metas de cumprimento Ambiental e Energético não podem descurar os proprios mecanismos de defesa e precaução pelo Ambiente. Especificamente no concelho do Fundão há zonas identificadas junta à Serra da Gardunha wue representam corredores verdes e zonas com aptidão agricula e florestal que não podem ser convertidas em projectos de energia renovaveis como por exemplo a instalação de eolicas. A paisagem fica totalmente descaracterizada e as residencias ficaram rodeadas de turbinas e torres. Não faz sentido nenhum as areas selecionadas para eolicas em zonas de residencias e atividades economicas de subsistencia e agricultura tradicional. Eu rejeito decididamente o Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER) na sua forma atual, porque considero que não oferece garantias suficientes de proteção do território, das comunidades locais e da participação democrática. A atual proposta define princípios e critérios, mas não apresenta de forma clara e vinculativa limites concretos que impeçam a concentração excessiva de projetos em determinadas regiões nem garante que sejam devidamente avaliados os efeitos cumulativos de várias centrais e respetivas infraestruturas associadas, incluindo linhas de muito alta tensão. Preocupa-me que o processo possa vir a acelerar licenciamentos sem assegurar que as populações diretamente afetadas mantenham uma participação efetiva e com peso real nas decisões futuras.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Se verificarem as faturas de eletricidade poderão ver que o peso das energias renováveis no nosso consumo elétrico está ainda muito longe dos 100%. Precisamos por isso de mais renovável para substituir as fontes convencionais que contribuem para as alterações climáticas. (ver Relatório Temático Energia).
113139	Discordância	Defendo que qualquer planeamento energético deve partir primeiro da avaliação da capacidade de carga do Discordo que 7% do território seja disponibilizado para mais aerogeradores e painéis solares destruindo assim recursos naturais que cada vez são mais explorados. Esses painéis podem perfeitamente ser colocados noutros locais como nos telhados de casas, edificios publicos, coberturas de estacionamento, etc etc Há que ter noção e perceber de uma vez por todas que vivemos num planeta finito, com recursos finitos e que esta ideia de crescimento infinito não se coaduna com a Terra. Vamos lá começar a ter sensatez e perceber que para haver vida com qualidade, necessitamos acima de tudo de solo fértil, água potável e ar limpo!	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113137	Sugestão	Ao participar na consulta pública sobre o Mapa Verde, gostaria de destacar alguns pontos importantes relacionados com as Zonas de Aceleração das Energias Renováveis (ZAER). Em primeiro lugar, é fundamental considerar a transparência e a participação das comunidades locais no processo de licenciamento. É essencial garantir que os cidadãos sejam informados sobre os projetos propostos e tenham oportunidade de contribuir para as decisões. Além disso, é crucial avaliar rigorosamente os impactes ambientais dos projetos, considerando a perda de biodiversidade, poluição visual e outros fatores. Deve-se priorizar alternativas menos danosas ao ambiente sempre que possível. Neste contexto, gostaria de sugerir uma abordagem mais descentralizada para as energias renováveis. Em vez de concentrar projetos em áreas específicas, seria interessante explorar a possibilidade de implementar soluções mais espalhadas e integradas nas infraestruturas existentes. Por exemplo, parques de estacionamento ou paragens de autocarro poderiam ser equipados com painéis solares para gerar energia limpa. Isso não só reduziria a fatura elétrica da cidade como também promoveria uma utilização mais eficiente do espaço urbano. Essa abordagem permitiria que as comunidades locais se beneficiassem diretamente dos projetos de energias renováveis, ao mesmo tempo em que minimizaria os impactes ambientais negativos. Além disso, essa descentralização poderia incentivar a inovação e o desenvolvimento de soluções mais sustentáveis para as necessidades energéticas das cidades.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM A cartografia foi preparada a nível nacional, não tem leitura a nível local ou municipal porque a informação não é rigorosa a essa escala, nem nunca pretendeu sê-lo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113135	Discordância	Não concordo! Isto não é transição energética sustentável. O ordenamento do território deve ter em conta vários aspectos e deve ser ponderado a cada situação, analisado com tempo e clareza. A aceleração e simplificação dos processos permitirá que muitos detalhes de extrema importância sejam ignorados causando um perigoso para o ambiente. Cuidar do ambiente faz-se observando e aprendendo com ele, respeitando os seus ritmos, soluções como esta são um atentado ao ambiente e à vida.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
		Sejamos conscientes !	
		Sou contra o PSZAER — O território nacional não é um recurso descartável	
		O Programa Setorial das Zonas de Aceleração para Energias Renováveis, tal como está concebido, sacrifica o território, a paisagem e as comunidades locais em nome de uma transição energética que beneficia sobretudo grandes operadores privados e metas europeias de papel.	
		Renováveis sim — mas não a qualquer preço.	Obrigada pela sua participação.
113130	Discordância		A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
		A aceleração sem critério destrói ecossistemas frágeis, desvaloriza propriedades agrícolas e turísticas, fragmenta habitats e impõe às populações rurais os custos de um modelo que não escolheram.	
		Portugal tem já uma das maiores percentagens de renováveis da Europa. O que falta não é mais território entregue à indústria eólica e solar — é planeamento sério, descentralizado e participado.	
		"Exijo" que este programa seja revisto com respeito pelo território, pela biodiversidade e pelas pessoas que nele vivem.	

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113128	Discordância	Principais problemas identificados: Solos agrícolas de média e alta aptidão não são excluídos pelo “Mapa Verde” do LNEG, podendo ser convertidos em zonas de aceleração, comprometendo a produção alimentar e economias locais. Eliminação da Avaliação de Impacte Ambiental nas ZAER, conforme reconhecido pela APA, retirando às populações a principal ferramenta de participação e proteção. Pareceres técnicos do Estado ignorados, que alertam para riscos ecológicos, paisagísticos e sociais significativos. Poder municipal reduzido: os municípios têm apenas 20 dias para responder e o silêncio é interpretado como concordância. Coordenação entregue à EMER 2030, estrutura orientada para licenciamento rápido, não para ordenamento ou proteção ambiental. Comunidades locais sem assento real nas decisões sobre o seu próprio território. Benefícios energéticos não permanecem no território, enquanto os impactos ambientais e paisagísticos ficam concentrados nas populações locais. Isto não configura uma transição energética justa, equilibrada ou sustentável.É a repetição de modelos extractivistas já conhecidos, agora com painéis solares. Soluções e princípios que solicito:	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
113119	Discordância	Parem de destruir Portugal	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
112979	Discordância	Junto anexo Nota de apreciação com fundamentação da discordância /Users/deca/Documents/Casos em Apreciação/Aceleração das Renováveis/Doc Final/Nova nota Sintética sobre a Proposta.pdf	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.
112940	Discordância	Pegam numa ferramenta saudável de descentralização energética e corrompem-na em prole de monopólios? estragar mais do futuro? Nem sei para que comento tamanha barbaridade. E quase ninguém se dá ao trabalho pq já se sabe que para nada vcs servem. Isto não é governancia -- é corrupção.	Obrigada pela sua participação. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados.
112931	Discordância	Poe em causa as comunidades locais e a preservação natural.	Obrigada pela sua participação. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
112924	Discordância	Bom dia, Sou a favor de uma utilização de fontes de energia mais limpas. No entanto, não concordo que se continue a destruir solos e biodiversidade em nome de uma suposta transição verde. A colocação de painéis solares ou sistemas eólicos, seja onde for, deve sempre ter associada uma avaliação de impacto ambiental. Estes sistemas não são de todo inócuos. Não se pode passar um "cheque em branco" às empresas. Por outro lado, o país já tem muito solo com construção, zonas industriais (em uso e abandonadas), zonas habitacionais., escolas, estádios de futebol.... . Tudo o que tem telhado, pode ser usado para os painéis solares. Por outro lado, a engenharia e a ciência em geral, têm trazido inovações muito interessantes, com estradas que conseguem captar energia, separadores de auto-estradas com painéis solares... Com algum esforço, conseguimos encontrar alternativas boas e válidas. Em vez de se "simplificar" em nome da transição verde, com a aplicação de painéis solares/eólicas em grandes áreas verdes, necessárias à biodiversidade e captação de água para os lençóis friaticos, devemos todos fazer um esforço extra, para poupar o pouco que resta ao país.	Obrigada pela sua participação. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
112919	Discordância	Sou contra a implantação de monoculturas de painéis solares e mesmo de grandes parques eólicos em zonas rurais. Há outras alternativas à sua implantação sem o brutal impacto no nosso território verde que está em risco e vem sendo fustigado pelas alteracoes climáticas há décadas! Temos direito à natureza e às florestas, e esse direito está plasmado na constituição da república portuguesa (Art° 9°, 66°, 93° e 165°) (não eucaliptais, pinhais ou outra monocultura que exclua todas as outras espécies). Estamos num declínio climatérico, hídrico, natural e a proposta pretende viabilizar à pressa gigantes plantações de metal e painéis solares em locais que concorrem diretamente com a natureza, a agricultura, a produção florestal, o turismo rural e outras atividades económicas fundamentais. Este tipo de projeto em grande escala contribui para secar, aumentar a temperatura, destruir a flora e fauna, piorar a frágil captação e retenção de água, quebrar com a tranquilidade e beleza natural do nosso país. Sem os devidos estudos de impacto ambiental e sem a consulta local da população esta proposta é um abuso de poder infundado e uma afronta à inteligencia dos portugueses (em particular, à sua populaçao rural), para além de comprometer ainda mais o futuro das nossas próximas geraçoes. Estes projetos de energia solar e éolica podem e devem ser instalados em locais mais próximos dos, ou inseridos nos, centros urbanos e industriais que vao efetivamente servir reduzindo o desperdício do transporte e unindo necessidade e utilização aos pontos de injeção na rede. Instalar painéis onde já exista construção como zonas degradadas, parques de estacionamento, telhados, zonas industriais ou auto-estradas - e, mesmo assim, sempre acompanhadas dos respetivos estudos de impacto ambiental, economico e social, necessarios para antecipar e fazer face as implicaçoes climáticas e mao só dessas mesmas instalaçoes! É possível e necessária a transição energética mas também é essencial proteger a biodiversidade, a ruralidade… quem sabe será a migração de volta a um interior verde a solução de futuro para as dependências agro-alimentares, hídricas e energéticas do país!	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
112905	Discordância	Tenho dúvidas acerca da "Avaliação Ambiental Estratégica" - deve ser feito um estudo ambiental com a vista a determinar seriamente: o impacto na paisagem; a proteção da biodiversidade; o nível de proteção dos solos agrícolas; o impacto na impermeabilização dos solos e a possível erosão. Para além disso, quem vive nas zonas deve poder intervir. Assim, as populações deveriam poder participar através das autarquias que deveriam ter poder efetivo nas decisões.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
112894	Discordância	Sou contra a implantação de monoculturas de painéis solares e mesmo de grandes parques eólicos em zonas rurais. Há outras alternativas à sua implantação sem o brutal impacto no nosso território verde que tanta falta nos faz a todos! Temos direito à natureza e às florestas, e esse direito está plasmado na constituição da república portuguesa (Art° 9°, 66°, 93° e 165°) (não eucaliptais, pinhais ou outra monocultura que exclua todas as outras espécies). Estamos num declínio climatérico, hídrico, natural e vocês querem viabilizar à pressa gigantes plantações de metal e painéis solares em locais que concorrem diretamente com a natureza, a agricultura, a produção florestal, o turismo rural, a tranquilidade? Querem secar, aumentar a temperatura, destruir a flora e fauna, acabar com o já frágil equilíbrio natural, piorar a frágil captação e retenção de água do país, quebrar com a tranquilidade e beleza natural? E isto tudo sem estudos de impacto ambiental, sem a consulta local da população? Absurdo! Vocês têm filhos? Pensam no futuro e na vossa contribuição para um mundo melhor? Tem alguma noção do que estão a permitir e reais consequências? Quem usa essa energia, quem lucra? Na minha opinião, esses projetos de energia solar e éolica podem e devem ser instalados em locais mais próximos dos, ou inseridos nos, centros urbanos reduzindo o desperdício do transporte e unindo necessidade e utilização aos pontos de injeção na rede, reduzindo a injustiça de serem os que menos precisam a sofrerem os impactos socio-económicos, ambientais. Instalar painéis onde já exista construção como zonas degradadas, parques de estacionamento, telhados, zonas industriais, auto-estradas, instalações eólicas no oceano que é tão vasto e nunca comprometendo o nosso interior! É possível e necessária a transição energética mas também é essencial proteger a biodiversidade, a ruralidade… quem sabe será esta migração de volta a um interior verde (sem esses mares negros, secos, mortos) a solução de futuro para as dependências agro-alimentares, hídricas do País! Tenham juízo e „não dês o corpo pela alma“	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
112893	Discordância	Não concordo com o PSZAER, tal como está desenhado, é uma via verde para a privatização do território rural em benefício de promotores privados, muitos deles externos às comunidades onde pretendem instalar-se. É a transformação de solos agrícolas, pastagens, montados e sistemas agroflorestais em monoculturas de painéis. A Energia Solar faz sentido em telhados, em parques industriais, em zonas já artificializadas; comunidades de energia geridas localmente; agrofotovoltaica onde genuinamente compatível com agricultura; reduções de consumo; questionar e repensar o que se entende por "progresso"; dar voz ás populações. Este deve ser o caminho.	Obrigada pela sua participação. As áreas naturais relevantes, protegidas e não protegidas legalmente, foram cuidadosamente estudadas e excluídas com margens de segurança para evitar impactes negativos. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. A AAE já contribuiu para aplicar um filtro de exclusão que retira das ZAER grande parte do território nacional. É essencial assegurar monitorização e seguimento dos projetos que venham a ser implementados. Esses riscos estão acautelados através de normas estabelecidas e deverão ser igualmente preocupações quando for feita a adaptação territorial pelos PDM
112838	Discordância	Discordo com a utilização de terrenos no interior de Portugal, com destruição de ecossistemas saudáveis para a produção de energia que não apoiará nem cuidará dos locais de onde está a ser extraída. Sou a favor da proteção das paisagens e dos ecossistemas	Obrigada pela sua participação. Os critérios para a exclusão de áreas foram revistos, pelo que neste momento as ZAER propostas já preveem essa preocupação. A transposição das ZAER para o nível municipal vai contribuir ainda mais para a defesa do solo com aptidão elevada. Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares. É dada prioridade à produção descentralizada e de maior proximidade com o consumidor. Ainda que não sejam soluções ZAER (porque, pela definição das ZAER, não precisam de o ser, uma vez que em soluções descentralizadas não se aplica o regime de AIA) é dada prioridade às mesmas. O PSZAER é um programa setorial que terá de ser adotado e transposto a nível municipal, pelo que haverá ainda oportunidade de participação pública. O município terá a última palavra em relação a que áreas do seu município deverão corresponder ao 1% de ocupação com ZAER. As preocupações com os benefícios locais estão estudadas e acauteladas na AAE e relatório ambiental, sendo necessário que sejam executadas em fases seguintes do processo.

RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO E CONSULTA PÚBLICA | ANEXO I

ID	Tipologia	Comentário	Resposta da Equipa
116450	Discordância	Eu digo NAO	Obrigada pela sua participação. Agradecemos o contributo e esperamos que as alterações efetuadas respondam a todas as questões elencadas. Obrigada pela sua participação.
115855	Discordância	Não destruam as paisagens.	Procura-se reduzir a incidência de projetos de grande dimensão, destinando áreas menores para ZAER e limitando a dimensão de projetos através de normativos indicados no PSZAER, como por exemplo, não se exceder os 200 hectares de projeto e descontinuidade a cada 25 hectares.